

ISBN: 978-65-86901-34-4



Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências

Volume 01

Organizadoras(es):

Bruna Andrade Irineu

Moisés Alessandro Lopes

Pablo Cardozo Rocon

Marcos Aurélio da Silva

Márcio Alessandro Neman do Nascimento

Marco José Duarte

Danie Marcelo de Jesus

Jaqueline Gomes de Jesus

Gabriel de Oliveira Rodrigues

Guilherme Rodrigues Passamani



Diversidade Sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências

Volume 01

Organizadoras(es):

Bruna Andrade Irineu

Moisés Alessandro Lopes

Pablo Cardozo Rocon

Marcos Aurélio da Silva

Marcio Alessandro Neman do Nascimento

Marco José Duarte

Danie Marcelo de Jesus

Jaqueline Gomes de Jesus

Gabriel de Oliveira Rodrigues

Guilherme Rodrigues Passamani





Volume 01

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências / organizadores, Bruna Andrade Irineu, Moisés Alessandro Lopes, Pablo Cardozo Rocon, Marcos Aurélio da Silva, Marcio Alessandro Neman do Nascimento, Marco José Duarte, Danie Marcelo de Jesus, Jaqueline Gomes de Jesus, Gabriel de Oliveira Rodrigues, Guilherme Rodrigues Passamani. – Campina Grande: Realize editora, 2021.
3616 p. : il.; v. 1.

ISBN 978-65-86901-34-4

1. Diversidade sexual. 2. Diversidade de gênero. 3. Diversidade étnico-racial. I. Título.

21. ed. CDD 305

Elaborada por Giulianne M. Pereira

CRB 15/714

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração: Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes



realize
Editora

REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA.

Rua: Aristides Lobo, 331 - São José - Campina Grande-PB | CEP: 58400-384

E-mail: contato@portalrealize.com.br | Telefone: (83) 3322-3222

COMITÊ EDITORIAL

Adriana Sales - ANTRA E SEDUC/MT
Alexandre Silva Bortolini de Castro - USP
Alexsandro Rodrigues - UFES
Ana Cristina Conceição Santos - UFAL
Anelise Fróes da Silva - UNDP
Benjamin De Almeida Neves - UERJ
Bruna Andrade Irineu - UFMT
Brune Coelho Brandão - UFJF
Camilo Braz - UBA
Carlos Eduardo Henning - UFGO
Claudenilson da Silva Dias - UFBA
Cris Serra - IMS/UERJ
Cristina Vianna Moreira dos Santos - UFT
Jose Damiao Trindade Rocha - UFT
Dandara Felícia Silva Oliveira - UFJF
Danie Marcelo de Jesus - UFMT
Diego Paleólogo Assunção - UERJ
Esmael Alves de Oliveira - UFGD
Estêvão Rafael Fernandes - UNIR
Fabiano de Souza Gontijo - UFPA
Fátima Lima - UFRJ
Felipe Bruno Martins Fernandes - UFBA
Fernando Pocahy - UERJ
Gabriel de Oliveira Rodrigues - UNICAMP
Guilherme Gomes Ferreira - UFRS
Guilherme Rodrigues Passamani - UFMS
Ian Guimarães Habib - UFBA
Jaqueline Gomes de Jesus - IFRJ
Dan Kaio Souza Lemos - UNILAB/UFC
Leonardo Lemos de Souza - UNESP
Letícia Vieira da Silva - UFRJ
Lorena Lima de Moraes - UFRPE
Marcela Amaral - UFG
Marcio Alessandro Neman de Nascimento - UFR
Marco José de Oliveira Duarte - UFJF
Marcos Aurélio da Silva - UFMT

Mário Felipe de Lima Carvalho - UERJ
Moisés Alessandro de Souza Lopes - UFSC
Moisés Santos de Menezes –PUC - Rio
Pablo Cardozo Rocon - UFMT
Paula Sandrine Machado - UFRGS
Rafael da Silva Noletto - UFPel
Raquel Gonçalves Salgado - UFR
Rayssa Karla Dourado Porto - UFMT
Regina Facchini - UNICAMP
Renan Quinalha - UNIFESP
Sílvia Aguião - UERJ
Simone Brandão Souza - UFRB
Sofia Fávero Ricardo - UFRGS
Suely Aldir Messeder - UNEB
Tamires Ferreira Côelho - UFMT
Tatiana Lionço - UNB
Thais Emilia de Campos dos Santos - ABRAI
Thiago Barcelos Soliva - UFSB
Thiago Coacci - UFMG
Thiffany Odara Lima da Silva - UNEB
Valdenízia Bento Peixoto - UNB
Vicente Tchalian - UFMT
Vinícios Kabra Ribeiro - UFRJ

CONSELHO DEVIRES

Carlos Henrique Lucas Lima – UFOB

Djalma Thürler – UFBA

Fran Demétrio – UFRB

Helder Thiago Maia - UFF

Hilan Bensusan - UNB

Jaqueline Gomes de Jesus – IFRJ

Joana Azevedo Lima - Devry Brasil / Faculdade Ruy Barbosa

João Manuel de Oliveira – CIS - IUL

Jussara Carneiro Costa – UEPB

Leandro Colling – UFBA

Luma Nogueira de Andrade – UNILAB

Guilherme Silva de Almeida – UERJ

Marcio Caetano – FURG

Maria de Fatima Lima Santos – UFRJ

Pablo Pérez Navarro - CES/Portugal / UFMG

Sergio Luiz Baptista da Silva - Faculdade de Educação / UFRJ

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	35
<i>Organizadoras(es)</i>	

O PENSAMENTO DECOLONIAL E AS PRETENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS: O CORPO TRANSGRESSIVO DAS IDENTIDADES NAS POLÍTICAS DO CORPO	47
<i>Paulo Fernando Mafra de Souza Junior Ana Paula de Sousa Costa</i>	

A QUESTÃO DO GÊNERO FEMININO E DA FEMINILIDADE: NASCE OU TORNA-SE?	62
<i>Manoelly Rodrigues da Silva</i>	

OS ATRAVESSAMENTOS DA HOMOFOBIA NO CONTEXTO FAMILIAR: A HETERONORMATIVIDADE EM INTERFACE COM A PSICOLOGIA	74
<i>Isaac Marlon Vasconcelos do Nascimento</i> <i>Francisco Francinete Leite Júnior</i>	

“MEU CORPO, MINHAS REGRAS, MEUS ROTEIROS, MINHAS PREGAS SOU EU MESMO QUEM FABRICO”: TECENDO (RE)FLEXÕES SOBRE IDENTIDADE AO SOM DE LINN DA QUEBRADA	88
<i>Celio Silva Meira</i>	

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: UM ESTUDO DE REVISÃO	103
<i>Marco José de Oliveira Duarte Carolina Pereira Fernandes</i> <i>Sidney Aurum Monteiro Viei Karina Rodrigues de Almeida Delgado</i>	

INCLUSÕES E DISSIDÊNCIAS NO ÂMBITO SOCIOJURÍDICO: O (NÃO) LUGAR DE MULHERES LÉSBICAS USUÁRIAS NOS JUIZADOS ESPECIALIZADOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM MANAUS	117
<i>Isadora Lima de Souza Lidiany de Lima Cavalcante</i> <i>Marjory Batista da Rocha</i>	

**TRAJETÓRIAS DE VIDAS E ENVELHECIMENTO DE
TRAVESTIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 130**

*Silvio Rodrigo Alves Ferreira | Nonacilda Feitoza Moreira
Emanuel Freitas da Silva*

**PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A MASTURBAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL..... 144**

*Ana Paula Martins de Oliveira | Hedyleny Amaral Santos
Sara Gonçalves da Silva | Sônia Mendes de Jesus | Catarina Dallapicula*

**AS CORES PROIBIDAS EM YŪKOKU: PERFORMANCE E
SUICÍDIO NA OBRA DE YUKIO MISHIMA..... 157**

Erik Aquilles Xavier de Lima

**DESATANDO NÓS: OS DESAFIOS DA PESQUISA
CIENTÍFICA NA TEMÁTICA LGBTQI+ NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM 166**

Romulo Cardoso da Silva

**VIVÊNCIAS ESCOLARES DO PODER DISCIPLINAR: UM
ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO..... 182**

*Aline Jacobis Pereira | Amanda Maria dos Santos Silva
Natanael Marques de Souza | Catarina Dallapicula*

**DESTRUINDO O SILÊNCIO ENTRE O MOVIMENTO
FEMINISTA CONTEMPORÂNEO E O HOMOEROTISMO
FEMININO..... 192**

Rosângela de Araújo Lima

AS MULHERES LÉSBICAS NO TEATRO BRASILEIRO 209

Meg Saiara Silva Ribeiro de Macedo

**PRODUÇÕES ACADÊMICAS DE DIVERSIDADE SEXUAL
NAS PÓS-GRADUAÇÕES BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO 224**

*Raul Felipe Silva Rodrigues | Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento*

EU, PALAVRA..... 240

Daiana de Moura | Viviane Melo de Mendonça

**ATIVISMO DIGITAL BISSEXUAL A PARTIR DO
INSTAGRAM: PERSPECTIVAS E PERAMBULAÇÕES 254**

Danieli Klidzio | Monalisa Dias de Siqueira

**FEMINISMO E MEMÓRIA DE MULHERES: UMA ANÁLISE
DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS 271**

Priscila Silva de Figueiredo | Rita Maria Radl-Philipp

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, ESTUDOS DE GÊNERO
E FEMINISMO: UMA ANÁLISE DA REVISTA ESTUDOS
FEMINISTAS 287**

*Mariana Schubert Lemos | Andreza Dias Jevaux | Beatriz Motta Neves
Isabela Gome Cezario | Agnaldo Garcia*

**QUEER (NEO)COLONIAL: COLONIALIDADE E TEORIA
QUEER NO BRASIL 298**

Igor Leonardo de Santana Torres | Felipe Bruno Martins Fernandes

**MÉTODO DA TEORIA SOCIAL E O PRECONCEITO COMO
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL 310**

Marco Gimenès dos Santos

**ARTIVISMOS LÉSBICOS E PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES COMO OBJETO DE PESQUISA 324**

Anahi Bezerra | Orientador: Benedito Medrado

**LEVANTES FEMINISTAS E TRANSFEMINISTAS EM REDES
NO BRASIL: LUTAR OU SUCUMBIR À BARBÁRIE? 339**

Ana Paula Leite Nascimento | Maria Helena Santana Cruz

**MOVIMENTO LGBTI+ NO VALE DO JEQUITINHONHA:
QUANDO UNIVERSIDADE, ARTE DRAG E ARTE POPULAR
SE ENCONTRAM 355**

Jean Paulo Silva Gabriel | Josélia Barroso Queiroz Lima

**GRAFFITI NA PERIFERIA DE FORTALEZA: COLETIVOS
ARTIVISTAS DISCUTINDO GÊNERO E QUESTÕES
ÉTNICO-RACIAIS 371**

*Tadeu Lucas de Lavor Filho | Larissa Ferreira Nunes | Jéssica Silva Rodrigues
| Gabriella Celestino L. F. Gondim | Luciana Lobo Miranda*

**ARTE, PERFORMANCE E POLÍTICA: ARTIVISMO E
RELAÇÕES ENTRE ACADEMIA-MOVIMENTOS SOCIAIS 388**

*Vera Gasparetto | Pâmela de A. Martins | Lígia Mota Santos
Débora Speck | Janine Gomes da Silva*

**SUBJETIVIDADES BATENDO UM BOLÃO NO CAMPO
QUEER 400**

Rafael Santiago de Souza

**PROCURANDO POR DIREITOS: ATIVISMO
TRANSMASCULINO COMO FORMA DE EXISTÊNCIA..... 415**

Bernardo Mota Lopes

**MOVIMENTO LGBT INDÍGENA NO INSTAGRAM: NET-
ATIVISMO, VISIBILIDADE E ARTICULAÇÃO 419**

Marcelo Rodrigo da Silva

**CORPOS DISSIDENTES, ARTES DESVIADAS E
EXERCÍCIOS POLÍTICO-SITUADOS DE DESCOLONIZAÇÃO
DAS SUBJETIVIDADES 433**

Herbert de Proença Lopes | Rafael Siqueira de Guimarães

**“MEU BRASIL BRASILEIRO, TERRA DE SAMBA E
PANDEIRO”: MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA NO
BRASIL, UM OLHAR SOBRE AS MULHERES. 448**

Alcione Ferreira da Silva

**INTERSECCIONALIDADE: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
SOB A PERSPECTIVA DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
FEMININAS NEGRAS 461**

Autora: Juliana Moreira Borges

**A PSIQUIATRIZAÇÃO DA NEURODIVERSIDADE E O
DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE DE MICHEL FOUCAULT ... 479**

Pâmela Suelen Gama da Cruz | Helena Altmann

O HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO EM FRANTZ FANON 490

Jeadí Frazão Bezerra Júnior | Francisco Diemerson de Souza Pereira

**DISPUTANDO O LUGAR DE FALA: TENSIONAMENTOS
RACIAIS ATRAVESSADOS PELA SEXUALIDADE E A
PERFORMANCE DE GÊNERO DE MULHERES NEGRAS 506**

Isadora Lopes Harvey | Julianna Paz Japiassu Motter

**COMPOSIÇÕES IMAGINATIVAS NA DIÁSPORA
AFROATLÂNTICA 522**

José Juliano Gadelha

**PESSOAS TRANS – TRAVESTIS, TRANSGÊNEROS E
TRANSEXUAIS – NO ENSINO SUPERIOR: ACESSO,
PERMANÊNCIA E SUCESSO NA FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA..... 535**

Ana Luiza Pante | Estevão Rafael Fernandes

**O OCIDENTE COMO A MEDIDA DE TODAS AS COISAS:
APAGAMENTO DE CULTURAS E SABERES..... 547**

Maria Izabella Souza de Lima | Thomas Victor Barreto Cardoso

**UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS TRAJETÓRIAS
DE MULHERES QUE PERDERAM FILHOS/AS NAS
DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA LETAL EM FORTALEZA..... 562**

Jéssica Silva Rodrigues | Larisa Ferreira Nunes

Tadeu Lucas de Lavor Filho | João Paulo Pereira Barros

**PENSAR A INTERSECCIONALIDADE PARA
DESARTICULAR HIERARQUIAS DE OPRESSÃO: UMA
ANÁLISE DO MOVIMENTO FEMINISTA E A RELAÇÃO
ENTRE RAÇA E GÊNERO..... 578**

Bibiana de Paiva Terra | Gabriela Maria Barbosa Faria | Larissa Faria de Souza

SEXISMO NO BRASIL, UM OLHAR INTERSECCIONAL..... 592

José Vandcarlos Vasconcelos da Silva

**URBANISMOS E URBANIDADES NAS MARGENS DA
CIDADE: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO BAIRRO DE
ITAPUÃ E SEUS OFÍCIOS AQUOSOS..... 603**

Yago Bruno Santos de Souza

**POLÍTICAS DESCOLORIDAS: PERSPECTIVAS SOBRE O
(IN)ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS..... 625**

Gleydson Felipe Duque de Paiva

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA ÁREA RURAL: O OLHAR DA
PSICOLOGIA PARA UM QUESTÃO INVISIBILIZADA..... 640**

Ana Julia Candida Ferreira | Gislayne Cristina Figueiredo

**MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIAS CONTÍNUAS: CENÁRIO
NOS ANOS DE 2019 E 2020 NO BRASIL..... 656**

Andréa Kelmer de Barros

**O SOFRIMENTO DE GAYS E TRANSEXUAIS NEGROS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA..... 676**

Marco Aurélio de Almeida Soares | Prof. Drº. Carlos Magno Naglis Vieira

**MOBILIDADE E MARCADORES DA DIFERENÇA: A
BICICLETA COMO LIBERTAÇÃO FEMININA..... 691**

Marcelo de Troi

**OBSTÁCULOS NA OFERTA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DE PESSOAS TRANS NO RIO DE JANEIRO..... 701**

*Marcia Cristina Brasil Santos | Daniela Murta Amaral | Zélia Lima Gebrath
Elisa Teruszkin Prestes | Guilherme Silva de Almeida*

**“EU SOU UMA MENINA”: PERFORMATIVIDADE DE
GÊNERO E VIOLÊNCIA URBANA..... 716**

Laissa Ferreira Nunes | João Paulo Pereira Barros

**MULHERES E ADICÇÃO: AGRAVOS E VULNERABILIDADES
SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO 732**

Kaline Jacó Siqueira

**TRANSEXUALIDADE E GÊNERO: AS DIFERENTES
ESFERAS DO RECONHECIMENTO 747**

Daniel da Silva Stack | Mari Cleise Sandalowski

**REVISITANDO A POLÊMICA: IMPLICAÇÕES E RESPOSTAS
SOBRE O AVANÇO DE PAUTAS EM TORNO DA CATEGORIA
ACUSATÓRIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS
PARÂMETROS CURRICULARES..... 763**

Rafaela Oliveira Borges

**NARRATIVAS SOBRE ACESSO AOS SERVIÇOS DE
ATENÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT POR
MULHERES LÉSBICAS..... 776**

Naylla Mascarenhas Söndahl | Benedito Medrado

**“QUANDO O *TURNOVER* ALTERA OS ENTENDIMENTOS”:
SOBRE A RUPTURA ENTRE A AGENDA GOVERNAMENTAL
E AS AGENDAS DOS MOVIMENTOS LGBTIS NO BRASIL..... 791**

Lauro Victor Nunes

**POLÍTICAS URBANAS E ZONAS DE PROSTITUIÇÃO:
OLHARES SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DA
PROSTITUIÇÃO EM SÃO PAULO E AMSTERDÃ..... 807**

João Soares Pena | Ricardo Mingareli Del Valle

**JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE
DAS EXPERIÊNCIAS DO GRUPO MATIZES EM TERESINA (PI)..... 823**

Libni Milhomem Sousa | Ana Kelma Cunha Gallas | Olívia Cristina Perez

**AMÁLGAMA NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA NO
ESTADO E A AGENDA LGBTQIA+..... 839**

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza

A (PÓS)VIDA POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO 853

Flavia Pinheiro Meireles

**CONSCIÊNCIA ESCRAVISTA E MEMÓRIA ANCESTRAL:
A DIALÉTICA QUE COMPORTA A AMÉERICA LADINA E SE
EFETIVA EM PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS DE MULHERES
AFRO-BRASILEIRAS 868**

Maria Raimunda Penha Soares | Thamires Costa Meirelles dos Santos

**NEM MULATA, NEM DOMÉSTICA, NEM MÃE PRETA:
ANTROPÓLOGAS NEGRAS, CIÊNCIA E MATERNIDADE 884**

Alana Pacheco dos Reis Verani | Alinne de Lima Bonetti

**ESTADO, NACIONALIDADE E AUTODETERMINAÇÃO
DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS E
EXPERIÊNCIAS TRANS EM PORTUGAL 895**

Luan Carpes Barros Cassal | Fernanda Lyrio Heinzelmann

**IDENTIDADE, INTERSUBJETIVIDADE E
PERFORMATIVIDADE 910**

Zionel Santana

**POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE LGBT NO PROGRAMA
DE GOVERNO DE LUCIANA GENRO (PSOL) 919**

Gabrielle dos Santos Marques

**O LUGAR NA SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS
CORPOS E OS PARADIGMAS DAS TRANSGENERIDADES
SOB O PRISMA DA CIDADANIA 930**

Romulo Cardoso da Silva | Lidiany de Lima Cavalcante

**MATERNIDADE E ABORTO NOS LIMITES DA
CONTRADIÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA 944**

Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos | Bruna Andrade Irineu

**“VIVER POUCO COMO UM REI OU MUITO COMO UM
ZÉ”: JUVENTUDES E MASCULINIDADES NO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO 959**

*Carla Jéssica de Araújo Gomes | Gabriella Celestino Lemos Furtado Gondim
Elisabeth Maria Oliveira dos Santos | Fernanda Naiara da Frota Lobato
João Paulo Pereira Barros*

**CISHETEROTERRITORIALIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO
TERRITORIAL DOS SUJEITOS LGBT+ NOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 975**

Laleska Costa de Freitas

**RESPONSABILIZAÇÃO DO CUIDADO: VIVÊNCIAS
DE MÃES DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA EM
MOSSORÓ/RN..... 986**

Maria Glória da Silva Costa | Tibério Lima Oliveira

**AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM
NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA ESCOLA
QUERIDA!..... 1002**

Hercules Guimarães Honorato

**SEXO, RAÇA E CLASSE: RELAÇÕES SOCIAIS
ESTRUTURAIS NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO
DE RUA EM MOSSORÓ-RN..... 1013**

Iury Natasha Vieira de Oliveira | Mirla Cisne Álvaro

**ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS:
REBATIMENTOS NAS FAMÍLIAS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO..... 1029**

Kamila de Sena Rodrigues | Mirla Cisne Álvaro

**DISTINÇÃO E VISIBILIDADE: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE
DAS MULHERES LÉSBICAS EM PUBLICAÇÕES DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE..... 1041**

Margareth Cristina de Almeida Gomes

**(IN) VISIBILIDADES, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DE
MULHERES LÉSBICAS NA HISTÓRIA..... 1055**

Isadora Lima de Souza | Lidiany de Lima Cavalcante

Marjory Batista da Rocha

O CORPO LÉSBICO..... 1068

Lucelia Lima

**SAPATÃO-IMAGEM, SAPATÃO-POEMA: RETRATOS E
ESCRITAS DE SI..... 1082**

Mariana Pacor

**MAPEANDO A PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE
LESBOFOBIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 1091**

Taise Fernanda Feiten | Bruna Andrade Irineu

**LÉSBICAS E A QUESTÃO ESPACIAL: ANÁLISES A PARTIR
DA PRODUÇÃO DAS GEÓGRAFAS GILL VALENTINE E
KATHERINE BROWNE..... 1106**

Thais Domingos dos Santos Rodrigues

**CARTOGRAFIAS DE GÊNERO: LÉSBICAS, MÃES E
“BOFES”, SUBVERSÕES DO FEMININO..... 1119**

Rosângela de Araújo Lima | Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

**TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES: UMA BREVE
ANÁLISE DO CURSO DE EXTENSÃO DA UFBA..... 1133**

Raíssa Lé Vilasboas Alves | Bárbara Elcimar dos Reis Alves

Felipe Bruno Martins Fernandes

**PATRÍCIA CORDEIRO: UMA VOZ INSUBMISSA NA
REGIÃO NORTE DO BRASIL..... 1149**

Ana Doroteia Santos Dias

**TRANSFEMINISMO AFROINDÍGENA, ESTRATÉGIAS
DECOLONIAIS, DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E
REPRODUTIVA, POLÍTICAS DO CORPO 1162**

Ana Karina Barbosa Sampaio | Joicyara Bernardes de Lima Ferreira

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

NOME SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES..... 1177

Jessyka da Silva Rodrigues | Elaine Ferreira do Nascimento

**“SARITA DA SETE” TEM NOME E TEM VOZ: A
REPRESENTAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE NA MÍDIA
PORTOVELHENSE 1189**

Edson Rodrigues Cavalcante | Nilsângela Cardoso Lima

Juliana Fernandes Teixeira | Monalisa Pontes Xavier

**POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS DE INCLUSÃO DO
TRABALHADOR LGBT+: ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS ..1207**

Rafael Paulino Juliani | Rosemeire Aparecida Scopinho

**MENINOS BONS DE BOLA: GÊNERO,
TRANSMASCULINIDADES E DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS
NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO..... 1223**

Maurício Rodrigues Pinto | Raphael Henrique Martins

Heloísa Buarque de Almeida

**NA QUEBRADA DA PISTA: PRECARIEDADE DA VIDA E
TRABALHO SEXUAL NA CIDADE DE JUIZ DE FORA..... 1241**

Dandara Felícia Silva Oliveira | Marco José de Oliveira Duarte

**O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROCESSO
TRANSEXUALIZADOR: REFLEXÕES SOBRE
COLONIALIDADE PODER, SABER E GÊNERO, A PARTIR DA
PRODUÇÃO ACADÊMICA DA CATEGORIA..... 1253**

Renata de Souza Silva | Jaqueline Melo de Barros

**ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIAS POLÍTICAS
DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À
VIOLAÇÃO DE DIREITOS E ÀS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS.
ACEITA QUE DÓI MENOS!..... 1269**

Gilmara Silva de Oliveira | Valéria dos Santos Noronha

**MANIFESTO POR UMA NOVA AGENDA SEXUAL
E REPRODUTIVA: HOMENS TRANS, BOYCETAS
E NÃO-BINÁRIES EM CENA 1284**

Guilherme Calixto Vicente

**CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES DOS JOVENS
NEGROS E GAYS NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA
PÚBLICA, NA PERIFERIA DE EMBU DAS ARTES – SP..... 1297**

Nilton de Souza Bispo | Neide Cristina da Silva

**O AMBULATÓRIO TRANS DO DF SOB UMA PERSPECTIVA
TRANSMASCULINA 1310**

Jorge Gaia dos Santos Ferreira | Bernardo Mota Lopes

**NECROPOLÍTICA, PANDEMIA E POPULAÇÃO NEGRA:
NOTAS SOBRE RESISTÊNCIAS E LUTAS ANTIRRACISTAS..... 1315**

Evelyn Melo da Silva | Leonardo Patrício de Barros

Marco José de Oliveira Duarte

**ESCUTAS SENSÍVEIS COM JOVENS LGBTQIA+:
O DISPOSITIVO- GRUPO COMO FERRAMENTA DE
ACOLHIMENTO E RESISTÊNCIA..... 1330**

Antônio Gabriel Miranda da Silva | Carla Jéssica de Araújo Gomes

Lucas Araújo da Silva | Larissa Ferreira Nunes | João Paulo Pereira Barros

**A MISTERIOSA ALEXINA E SUAS INVENÇÕES
HETEROTÓPICAS 1345**

Izabel Rizzi Mação | Davis Moreira Alvim

MARIE BONAPARTE E A INTERSEXUALIDADE..... 1361

Sarug Dagir Ribeiro

A DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM ENCONTRO NA SALA DE AULA..... 1379

Fábia Geisa Amaral Silva | Francisca Alynne Ribeiro Rolim

VIA QUEER NA DESCONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE..... 1390

José Amaro da Costa

LIVROS DIDÁTICOS E SUAS PEQUENAS REDES: COPRODUÇÕES DE SABERES E RESISTÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO EM BIOLOGIA MENOR..... 1401

Sandro Prado Santos | Matheus Moura Martins

GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO INICIAL DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOS ANOS INICIAIS: O QUE NOS MOSTRA O ESTADO DO CONHECIMENTO?..... 1412

Roseclair Site | Ivan Amaro

SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA EM SERRA-ES..... 1424

Thiago Fernandes Madeira | Maria Alayde Alcântara Salim

PROTAGONISMO ESTUDANTIL: O LUGAR DE FALA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SOBRE AS TEMÁTICAS EDUCAÇÃO SEXUAL, GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA..... 1440

Iana Marassi dos Santos

DESAPRENDIZAGENS, PENSAMENTO FRONTEIRIÇO-QUEER E A SALA DE AULA..... 1445

Bruno Pacheco | Celio Silva Meia | (Adrian) Henrique Ferreira Barboza

ADOLESCÊNCIAS, GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE..... 1458

Pérola Lozano T. de Carvalho | Ana Archangelo

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTI+ NO ENSINO SUPERIOR: VIOLÊNCIAS COMO MARCAS DA CIS-HETERONORMATIVIDADE..... 1470

Roney Polato de Castro

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE
EM GÊNERO E SEXUALIDADES PARA O FOMENTO
DE PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS LGBTIFOBIAS
NA ESCOLA..... 1486**

Rubem Viana de Carvalho

**ENTRE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS:
AS PRÁTICAS DOCENTES COEDUCATIVAS EM GÊNERO
E SEXUALIDADES NO COTIDIANO DA SALA DE AULA..... 1503**

Rubem Viana de Carvalho

**O POSICIONAMENTO CONSERVADOR DE UMA
PARCELA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
DIANTE DA TEMÁTICA DA LGBTFOBIA NO ESPAÇO
ESCOLAR, CAMPO GRANDE, MS 1516**

Roselaine Dias da Silva | Léia Teixeira Lacerda

**“A GENTE NÃO É RACISTA NÃO, TIA”: PENSANDO OS
ATRAVESSAMENTOS DA BRANQUITUDE EM OFICINAS
SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA COM CRIANÇAS..... 1530**

Gabriela de Oliveira Moura e Silva | Dandara da Silva Dutra

Isabela Jessula Delgado | Júlia Leite Cavalcante | Amana Rocha Mattos

**REGULAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES..... 1544**

André Luiz dos Santos Barbosa | Angela Maria Venturini

Allana Glauco da Silva | José Guilherme de Oliveira Freitas

**A FABRICAÇÃO DE CORPOS ATRAVÉS DA IMPOSIÇÃO DA
CULTURA HETERONORMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.... 1554**

Terezinha Richartz

**ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR
ACIONADAS POR MULHERES NEGRAS COTISTAS NO
IFRJ-CAMPUS DUQUE DE CAXIAS..... 1567**

Larissa Fernandes Pereira | Orientadora Giovanna Marafon

**CORPO E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA
DE TEMPO INTEGRAL: O PAPEL DO PROFESSOR
NA (DES)CONSTRUÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE
NO ESPAÇO ESCOLAR 1581**

Kleiton da Silva Rodrigues | Terezinha Richartz

**PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS E SEUS ENCONTROS:
SABERES POPULARES-TRADICIONAIS, FEMINILIDADES
E CIÊNCIAS..... 1596**

Bruna Jamila de Castro | Antonio Aparecido Vital Junior

Davi Oliveira Matia | Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori

Alexandre Luiz Polizel

**CONCEITOS PARA PENSAR AS EDUCAÇÃO PARA
DIVERSIDADES SOB A ÓPTICA DE LICENCIANDOS 1611**

Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori | Bruno Rodrigues Feitosa

Fabiana Yamamoto | Alexandre Luiz Polizel | Bruna Jamila de Castro

**O QUE DESTRAVAM ESSAS TRAVAS? UMA CARTOGRAFIA
DE DOCENTES TRANS* E SUAS MEMÓRIAS SOBRE SEUS
FAZERES PROFISSIONAIS NUM BRASIL PANDÊMICO..... 1626**

Homero Dantas Ragnane | Heloísa de Matos Lins

**GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÓS-
IDENTITÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
DE LETRAMENTOS *QUEER* NAS ORIENTAÇÕES
CURRICULARES PARA O ENSINO DE LITERATURA
NO ENSINO MÉDIO..... 1639**

José Paulo Alexandre de Barros Júnior | Thaynã Emanuela Guedes Carneiro

**RACISMO E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E MEMÓRIAS
DA CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM
NEGATIVA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL 1654**

Luana Lima Bittencourt Silva | Maria Salete de Souza Nery

**NOVOS/AS/ES SUJEITOS/AS/ES, NOVAS PEDAGOGIAS:
INTERSECCIONALIDADE, EDUCAÇÃO E TEMPOS
NEOFACISTAS..... 1673**

Fernando Guimarães Oliveira da Silva

**APRENDERES AFETADOS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS
OUTRAS DE NARRATIVIDADE DESDE UM DEVIR-TRAVA.. 1689**

Leandro Leal | Neilton dos Reis | Tatiane Cosentino Rodrigues

**A ESCOLA FAZENDO CORPO: UMA ANÁLISE
SOCIOLÓGICA DOS CONTEÚDOS DA BIOLOGIA..... 1700**

Iaci da Costa Jara | Vera Alves Cepêda

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
DO PPGED/UFS NO PERÍODO DE 2015 A 2019 1715**

*Raul Felipe Silva Rodrigues | Maria Helena Santana Cruz
Ana Paula Leite Nascimento*

**O BRINCAR NA OCUPAÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS:
RESSIGNIFICAÇÕES EM UMA OCUPAÇÃO URBANA..... 1728**

*Ana Paula Andrade | Késsia Campos Procópio
Nayana Priscilla da Silveira Assis de Souza*

**ANÁLISE DE DESAFIOS ENFRENTADOS PELA
POPULAÇÃO TRANS NO ACESSO À SAÚDE 1744**

*Dominique da Silva Reis | Kallen Dettmann Wandekoken
Pablo Cardozo Rocon*

**PROTAGONISMO MARGINAL E RESISTÊNCIA FEMININA
DURANTE A DITADURA MILITAR DO BRASIL 1760**

Lorena de Oliveira

**DEBATE SOBRE A SAÚDE MENTAL LGBTQIA+ A PARTIR
DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS 1770**

Matheus Andrade de Moraes | Vânia Carvalho Santos

**IMPASSES NA COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROCESSO
TRANSEXUALIZADOR E OS DESAFIOS LOCAIS PARA SUA
IMPLEMENTAÇÃO E CAPILARIZAÇÃO NO BRASIL..... 1786**

*Marcia Cristina Brasil Santos | Mariana Camargo Tumonis Oliveira
Guilherme Silva de Almeida*

**PRIORIDADES E VULNERABILIDADES:
NOTAS ETNOGRÁFICAS PARA UM DEBATE SOBRE
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE 1798**

Margareth Cristina de Almeida Gomes

**MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE:
O BINARISMO DE GÊNERO NA CONTEMPLAÇÃO DA
DIVERSIDADE 1813**

Rodrigo Broilo | Heliana de Barros Conde Rodrigues

**INTERDIÇÕES ÀS MULHERES IRANIANAS NOS
ESTÁDIOS DE FUTEBOL: DE OFFSIDE A BLUE GIRL..... 1826**

*Francielle Pereira Santos | Mariana Cristina Borges Novais
Juliana de Andrade Vitral | Ludmila Mourão*

**EXPERIÊNCIA ACESSO À SAÚDE POR MULHERES
TRANS E TRAVESTIS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR
DA BAHIA: APONTAMENTOS PARA FORMAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE VOLTADA AO ACOLHIMENTO
DAS DEMANDAS TRANS..... 1842**

Náila Neves de Jesus | Rita Maria Radl-Philipp

**DISPOSITIVO DE CONFISSÃO E OS CUIDADOS EM
SAÚDE PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS..... 1855**

Juliana Vieira Sampaio

**TRANSFOBIA E FALTA DE ATENDIMENTOS: ENTRAVE
NOS ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE HOMENS
TRANSGÊNEROS NA BAIXADA CUIABANA..... 1870**

Rayssa Karla Dourado Porto | Lucas Luís Moreira França

Marcos Aurélio da Silva

**AS INTERVENÇÕES CORPORAIS EM PESSOAS TRANS:
ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT NA REGIÃO DE
JEQUIÉ, BAHIA..... 1886**

Marcus Vinícius Alves Menezes | Adriano Maia dos Santos

Marcos Lopes de Souza

**REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E ASSISTÊNCIA DA
POPULAÇÃO LGBT NA ATENÇÃO BÁSICA..... 1901**

Jamille Kássia da Silva Cardoso | Luísa Marianna Vieira da Cruz

**CARTOGRAFIAS DO CUIDADO NOS ITINERÁRIOS
TRAVESTIS: NOTAS INICIAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DO
CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT DE NATAL-RN .. 1913**

Davi Silveira Guerra | Ribamar José de Oliveira Junior

Annderson Oliveira | Oswaldo Gomes Correa Negrão

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DA ADOÇÃO
POR CASAIS HOMOAFETIVOS..... 1929**

Edson José de Oliveira | Diody Nogueira de Deus

**CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE EM CASO
DE INSTITUIDOR PESSOA TRANSEXUAL:
UM ESTUDO DE CASO..... 1952**

Gleisson Roger de Paula Coêlho

HOMOPARENTALIDADE MASCULINA E O DIREITO HUMANO A CONSTRUIR UMA FAMÍLIA 1966

Gleisson Roger de Paula Coêlho

POR UM DIREITO DECOLONIAL: ENSAIO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA NEGRA 1976

Leonardo do Prado Gama

LGBTFOBIA E RACISMO: ATÉ QUANDO IREMOS SUPORTAR? 1988

André Luiz dos Santos Barbosa | Angela Maria Venturini

Allana Glauco da Silva | José Guilherme de Oliveira Freitas

FLUXOS E TENDÊNCIAS NOS PERCURSOS DOS DIREITOS SEXUAIS LGBTI NO BRASIL 2000

Brendhon Andrade Oliveira | Bruna Andrade Irineu

JUSTIÇA E RECONHECIMENTO: DILEMAS E POSSÍVEIS INTERSECÇÕES ENTRE TEORIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E EPISTEMES FEMINISTAS 2015

Bianca Silva Oliveira | Leandro Reinaldo da Cunha

MEMÓRIA E DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA 2027

Rebeca Vieira Cerqueira | José Alves Dias

TRANSEXUALIDADE: O PERCURSO JURÍDICO-BUROCRÁTICO PARA A CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO AMBULATORIAL EXCLUSIVO EM CUIABÁ-MT 2037

Kamila Michiko Teischmann | Bruna Andrade Irineu

EXTENSÃO DA LICENÇA PATERNIDADE PARA CASAS GAYS ADOTANTES: OMISSÃO LEGISLATIVA E ATIVISMO JUDICIAL 2047

Dyanne Gomes Teles de Almeida | João Diógenes Ferreira dos Santos

DIREITO ENTRE A HETERONORMATIVIDADE E O QUEER: FISSURAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO-MENOR 2060

Leandro Franklin Gorsdorf

O NOME QUE EU (NÃO) SOU: A REGULAMENTAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO PELO STF (ADI 4275) 2067

Marina Silveira | Patrícia Borba Marchetto

**MULHERES LGBTQIA+ PRIVADAS DE LIBERDADE E
SERVIÇO SOCIAL: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES.... 2084**

Leticia Lucia Silva Santos

**A DECOLONIZAÇÃO DOS CORPOS PELO OLHAR DE
NAYARA JINKNSS 2089**

Maria Cristina Simões Viviani | Danielle Parfentieff de Noronha

**DA “ABERTURA POLÍTICA” AO MERCADO:
REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES E
POLÍTICAS DE VISIBILIDADES NOS EDITORIAIS DA
IMPRENSA LGBT+ BRASILEIRA 2105**

Ricardo Augusto de Sabóia Feitosa | Roberta Manuela Barros de Andrade

**“TODO ANO EU ASSOPRO AS VELAS E FAÇO O
MESMO PEDIDO. EU GOSTARIA DE SER UM MENINO”:
A TRANSMASCULINIDADE REPRESENTADA PELO
AUDIOVISUAL..... 2119**

Shay de los Santos Rodriguez

**REPRESENTAÇÃO CULTURAL E RECONHECIMENTO
DA BISSEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DO FILME
MINHA MÃE É UMA PEÇA 2 2128**

Fernanda Santos Rossi

**A SIGNIFICÂNCIA DO CASAMENTO PARA A MULHER EM
“A HISTÓRIA DE UMA HORA” 2143**

Giovane Alves de Souza | José Vilian Mangueira

**A (RE)PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES NA ANIMAÇÃO
STEVEN UNIVERSO: ROMPENDO FRONTEIRAS E O
INVESTIMENTO COM OUTRAS POSSIBILIDADES 2154**

Iuli do Carmo Melo | José Rodolfo Lopes da Silva

**A BISSEXUALIDADE POR UMA PERSPECTIVA NÃO
BINÁRIA A PARTIR DO CONTO CINCO MIL EXPLICAÇÕES.. 2163**

Danieli Klidzio | Monalisa Dias de Siqueira

**ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: PERFIL DAS VÍTIMAS E DOS
AGRESSORES NOS CASOS NOTIFICADOS AO CONSELHO
TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BAHIA..... 2180**

Isabela Alves Mattos | Elton Moreira Quadros

**CRIANÇAS COM DISFORIA DE GÊNERO E TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA: O DESPREPARO DOS
PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA..... 2191**

Willian Silva de Lira | Ítala Cristina Ferreira da Silva

Tamires Bonfim da Silva | Sarug Dagir Ribeiro (Orientadora do Trabalho)

**OS DESEJOS ESPIRALADOS NA LITERATURA
BRASILEIRA..... 2209**

Micaela Sá da Silveira

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NEGRA INFANTO-
JUVENIL PARA AS CRIANÇAS AFRO-BRASILEIRAS..... 2224**

Alessandra Ferreira dos Santos

**APESAR DAS ACONTECÊNCIAS DO BANZO: O PACTO
DE NÃO MORRER NA ESCRIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO
EVARISTO..... 2234**

Diego Carvalho de Oliveira Soares | Laura Cristina de Toledo Quadros

Amana Rocha Mattos

**SUBVERSÃO E ABJEÇÃO: REPRESENTAÇÕES DE
SEXUALIDADES DIVERGENTES NO GÓTICO *QUEER*..... 2248**

Andrio J. R. dos Santos

**JUSTIÇA E RECONHECIMENTO: DILEMAS E POSSÍVEIS
INTERSECÇÕES ENTRE TEORIAS DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E EPISTEMES FEMINISTAS..... 2261**

Bianca Silva Oliveira | Leandro Reinaldo da Cunha

**SE CHAMA *DIP* E NÃO *DEATH DROP*: *BALLROOM* EM
PERFORMANCE(S)..... 2273**

Icaro Ribeiro da Silva | Luciene de Oliveira Dias

**CONTRA O APAGAMENTO DA HISTÓRIA: REESCREVENDO
A HISTÓRIA NEGRA POR MEIO FICCIONAL EM TORTO
ARADO DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR..... 2286**

Maria Izabella Souza de Lima

**EXOTIZAÇÃO DO CORPO NEGRO, FEMININO E
BRASILEIRO NO CONTO “ALEMÃES VÃO À GUERRA”
DE MARCELINO FREIRE..... 2300**

Thaynã Emanoela Guedes Carneiro | José Paulo Alexandre de Barros Júnior

**REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE “NARRATIVAS
PÓS-COQUETEL” NA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA 2309**

Leandro Noronha da Fonseca

**REPRESENTATIVIDADE E SOCIABILIDADE LGBTQIA+
NAS MÍDIAS DIGITAIS: O VIDEOCLIQUE COMO ESPAÇO
DE COMUNICAÇÃO E PODER 2323**

Ayrton Senna Seraphim do Amaral | Andréa Ferraz Fernandez

**HOMOEROTISMOS E RELIGIOSIDADES EM DEREK
JARMAN 2338**

Renato Trevizano dos Santos

**O COMENTARIADO HOMOTRANSFÓBICO NO FACEBOOK:
DISCURSO DE ÓDIO E RETÓRICAS LGBTQIÓFÓBICAS
ONLINE 2353**

Leo Mozdzenski

**O CORPO-BICHO: MAL-ESTAR E METAMORFOSE EM O
FANTASMA E MAL DOS TRÓPICOS 2367**

Lucas Camargo de Barros

CINESTESIA SAPATRANSBICHA 2380

Bruno Reis Lima

**NARRATIVAS DE MATERNIDADES PRETAS NOS FILMES
2704KM E PUERPÉRIO 2390**

Luciana Oliveira Vieira

**LUTANDO CONTRA O PRECONCEITO
HOMOTRANSFÓBICO: O COMPROMISSO ÉTICO E
POLÍTICO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA
DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT 2403**

Albert de Albuquerque | Leo Mozdzenski

**A REPRESENTAÇÃO DAS TRANSVIOLÊNCIAS DE
GÊNERO E A REVITIMIZAÇÃO MÍDIÁTICA 2421**

Ana Paula de Castro Neves | Nathália M. C. Dardeau de Albuquerque

Luciano Rodrigues de Castro | Rakell Dhamarys Moreira

Dra. Angelita Pereira de Lima

**DIÁLOGO, AFETO E SILÊNCIO EM CAIO FERNANDO
ABREU 2435**

Moisés Henrique de Mendonça Nunes

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO NO FILME ROMA DE ALFONSO CUARÓN 2449

*Everton Nazareth Rossete Junior | Maristela Carneiro
Mário César Silva Leite*

IDENTIDADE NACIONAL E DIFERENÇA EM *TODOS NÓS ADORÁVAMOS CAUBÓIS E ENQUANTO OS DENTES* 2462

Profa. Dra. Gisele Novaes Frighetto | Beatriz Passos Trimer

DRAMAQUEER – DA PEDAGOGIA QUEER PARA A DRAMATURGIA TEATRAL 2477

Márcie Vieira

“VOCÊ É UMA EXPERIÊNCIA”: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO *QUEER* NA ANIMAÇÃO *STEVEN UNIVERSO* POR PARTE DE PESSOAS LGBTQIA+ FÃS E NÃO FÃS 2492

Gustavo Henrique Alves Silva | Ettore Stefani de Medeiros

CORPOS PORNOGRAFIADOS: ESTÉTICAS DE CONSUMO, DILDOS E EDUCAÇÃO 2508

Samilo Takara

CULTUAÇÃO AO CORPO FEMININO: DO NATURAL AO PLÁSTICO 2523

Iluska Silva Santos

MULHERES E A INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA: A SUBJETIVIDADE DAS PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA BRASILEIRA 2540

Ana Beatriz Vitto | Gislayne Cristina Figueiredo

TE(N)SÕES NO PROJETO SEM CAPA: DEBATES SOBRE PORNOGRAFIA E PÓS-PORNOGRAFIA A PARTIR DAS INTERAÇÕES DOS ESPECTADORES 2555

Maurício João Vieira Filho | Bruno Souza Leal

VITRINES DO DESEJO: ESTRELAS PORNÔ NOS CINEMÕES CEARENSES 2566

Juliana Frota da Justa Coelho

MÁSCARAS, TOALHAS E VAPOR: ESPAÇOS E SUBJETIVIDADES NA SAUNA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM FORTALEZA-CE 2579

Walisson Angélico de Araújo | Ribamar José de Oliveira Junior

**IMAGEM, CIDADE, ARQUIVO: PRÁTICAS URBANAS
EM FOTOGRAFIAS DE ARLETE SOARES (1960-1980) 2595**

Yago Bruno Santos de Souza

**PERFORMANCE ALGORÍTMICA E REGIMES DE (IN)
VISIBILIDADE LGBTQIA+ NA PLATAFORMA NETFLIX 2610**

Anderson Gomes Paes Barretto | Carolina Dantas de Figueiredo

**IMPACTO DAS ASSESSORIAS E A REPRESENTAÇÃO
LGBT+ FEITA PELO JORNALISMO DIGITAL DE CUIABÁ 2622**

Thays Luz Amorim | Tamires Ferreira Coêlho

**GÊNERO, SEXUALIDADES E MÍDIAS: A “CULTURA
DO CANCELAMENTO” E SUAS PEDAGOGIAS 2637**

Edimauro Matheus Carriel Ramos

**APONTAMENTOS ACERCA DA PRECARIEDADE:
VIDA E MORTE SOCIAL DE PESSOAS TRANS 2650**

Thomas Victor Barreto Cardoso | Kelen Christina Leite

**A PERSISTÊNCIA DO PASSADO: FOTOGRAFIA E
EROTISMO EM VON GLOEDEN E DUGDALE 2666**

Matheus Magalhães Simões

**“SE EU ESTOU AQUI HOJE É POR ELAS”: SOBRE UMA
ÉTICA DO CUIDADO NA ENVELHESCÊNCIA LESBIANA 2678**

Isabella Gonzaga Guimarães Silva | Luis Felipe Kojima Hirano

**A FEMINIZAÇÃO DA VELHICE NO CENTRO-DIA DE
REFERÊNCIA PARA IDOSOS EM FORTALEZA-CE 2692**

Yara Bruna Vitorino de Paula | Marcilio Dantas Brandão (orientador)

**“MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”:
OS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS
(IN)VISIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL 2708**

Ádrian Henrique Ferreira Barboza

**TRANSGREDINDO E RESSIGNIFICANDO O SISTEMA
SEXO/GÊNERO BINÁRIO A PARTIR DA INFÂNCIA
REPRESENTADA NO FILME TOMBOY 2718**

Guilherme Wellington Teixeira de Lima | Leonídia Aparecida Pereira da Silva

**ADOLESCÊNCIA, DIVERSIDADE E AFETOS:
REFLEXÕES A PARTIR DO FILME PELO MALO 2732**

Rômulo Lopes da Silva | Vera Lucia Trevisan de Souza

**GOVERNAR DESDE O BERÇÁRIO: MIRADAS
INTERSECCIONAIS SOBRE OS COTIDIANOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL..... 2743**

Anamaria Ladeira Pereira | Camila Santos Pereira | Fernando Pocahy

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS DISSIDENTES COMO
RESISTÊNCIAS AO BINARISMO DE GÊNERO E
SEXUALIDADE..... 2755**

Jéssica Matos Cardoso | Raquel Gonçalves Salgado

**“AND THEY CAN ACHIEVE THEIR POTENTIAL”:
REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
NO LGBT ACTION PLAN (UK, 2018) 2768**

Luan Carpes Barros Cassal

**ABRAÇANDO A MUDANÇA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
HETERONORMATIVAS E BINÁRIAS ATRAVÉS DA
AUTOATUALIZAÇÃO..... 2783**

Cássia Cristiane Lopes de Almeida | Viviane Melo de Mendonça

**QUESTÕES DE GÊNERO E AS ADOLESCENTES DO
DEGASE..... 2792**

Joice da Silva Brum | Nivia Valença Barros

**DIÁLOGOS DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO COMPARTILHADA
ENTRE FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL..... 2801**

Noeli Aparecida Fernandes | Daniela Finco

**DIREITOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM OLHAR SOB CRIANÇAS COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA..... 2811**

Mirley Jordana Fernandes da Silva | Tibério Lima Oliveira

**PROPOSTAS LEGISLATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO
DA LGBTFOBIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1988-2020)..... 2824**

Victor Sugamoto Romfeld

**POSSIBILIDADES DE CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO CONTRA TRAVESTIS E MULHERES
TRANSEXUAIS..... 2835**

João Pedro Rodrigues Nascimento | Luciana Amaral Rabelo

**“UM DIA A MINHA LIBERDADE CANTA”: PRIVAÇÃO
DE LIBERDADE COMO EXPRESSÃO DA NECROPOLÍTICA
DE GÊNERO 2851**

*Larissa Ferreira Nunes | Tadeu Lucas Lavor Filho | Jéssica Silva Rodrigues
Carla Jéssica Gomes de Araújo | João Paulo Pereira Barros*

**A COR DO SISTEMA PENAL: RACISMO, SELETIVIDADE E
ENCARCERAMENTO 2867**

Leonardo do Prado Gama

**PARA ALÉM DO ESTADO DE COISAS
INCONSTITUCIONAL: RACISMO E HOMOTRANSFOBIA
NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO 2882**

Rafael Vieira Formiga | Joyce Guedes de Souza Pereira

**PROBLEMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE VIVENCIADOS
POR ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE 2897**

Sandro Costa Correia | Leandro Colling

**RESSOCIALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL DE EGRESSAS
DO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS 2913**

Yanna Biatriz de Oliveira Góis | Cristina Vianna Moreira dos Santos

**O PROGRAMA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA:
CONTRIBUIÇÕES, ÓBICES E RESSOCIALIZAÇÃO 2929**

Heitor Campos de Azevedo Guimarães | Hercules Guimarães Honorato

**CIS-HÉTERO-BOLSONARISMO: O PERIGO COR-DE-ROSA
COMO ESPECTRO DA AMEAÇA VERMELHA 2944**

Rick Afonso-Rocha

**HOMONORMATIVIDADE E HOMONACIONALISMO:
CONCEITOS PARA PENSAR O BRASIL RECENTE? 2965**

João Gabriel Maracci | Marco Aurélio Prado

**A “BRUXA” CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”:
DISCUTINDO A POTÊNCIA DAS FORMULAÇÕES
DE JUDITH BUTLER 2979**

Fabício de Sousa Sampaio

**DISSIDÊNCIAS SEXUAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS:
PRECARIEDADE DA VIDA, NECROPOLÍTICA E
CONSERVADORISMO 2991**

Marco José de Oliveira Duarte | Dandara Felícia Silva Oliveira

**NEOCONSERVADORISMO DE GÊNERO E SEXUALIDADE E
OS MODOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DE JOVENS LGBTQ+..... 3003**

Jaime Peixoto | Shirley Aparecida de Miranda

**“IDENTITARISMO” E LGBTQIA+ NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2020: UMA GENEALOGIA DIGITAL NO
TWITTER 3015**

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

**POLÍTICA DE MORTE E BOLSONARISMO: DA
INVISIBILIDADE A RESISTÊNCIA LGBTI 3030**

Marjory Batista da Rocha | Lidiany de Lima Cavalcante

Isadora Lima de Souza

**IDEOLOGIA DE GÊNERO E A MORTE DA FAMÍLIA -
ANALISANDO AS CONSTRUÇÕES DE SENTIDOS EM
PRODUÇÕES ANTI-GÊNERO 3042**

Matheus Cordulino da Silva | Jacqueline Moraes Teixeira

**O QUE ENSINAM AS FAKE NEWS?
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL
BOLSONARISTA 3056**

Pâmela Suelen Gama da Cruz | Homero Dantas Ragnane

**CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DE BICHA(S) PRETA(S):
MARCAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA ESCRITAS
NO YOUTUBE 3067**

Pedro Augusto Pereira | Tamires Ferreira Coêlho

**MULHERES E PANDEMIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E
FEMINICÍDIO NO TOCANTINS 3083**

Katerine Silva Soares de Sousa | Cristina Vianna Moreira dos Santos

**A ESTÉTICA DA INVISIBILIDADE: SOBRE IMAGENS,
CORPOS E SUBJETIVIDADES COMPARTILHADAS EM
REDES DE RELACIONAMENTO HOMOSSEXUAL 3098**

Marcelo Santana dos Santos

**PERCEPÇÃO E RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA
PSICOLÓGICA CONTRA AS MULHERES:
UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO 3116**

Elaine Juncken Teixeira | Amana Rocha Mattos

**THANATOS E AS EDUCAÇÃO PARA OS GÊNEROS
E AS SEXUALIDADES: REFLEXÕES SOBRE O (NEO)
CONSERVADORISMO..... 3126**

Alexandre Luiz Polizel | Moises Alves Oliveira

**CORPO-TERRITÓRIO EM DISPUTA: AGENDA
GOVERNAMENTAL CONTRA OS DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS ENQUANTO PEDAGOGIA DA CRUELDADE. 3143**

Jackeline Caixeta Santana

**ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NEGATIVOS PRESENTES
EM UMA REPORTAGEM ON-LINE QUE ABORDA AS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MÃES CIENTISTAS
NA PANDEMIA..... 3160**

Laís Gedoz | Alexsandro Pereira de Pereira | Daniela Borges Pavani

**A INTERTEXTUALIDADE EM MEMES DE FILMES NO
FACEBOOK: CONSTRUINDO A IMAGEM DO BOLSONARO . 3170**

Jayane Rafaelly Souza Silva

**OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: A MOBILIZAÇÃO
DA CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A PRODUÇÃO
DE LGBTFOBIAS NO GOVERNO BOLSONARO..... 3184**

Elder Luan dos Santos Silva

**ONDE ESTÁ A LAICIDADE NA PROPOSIÇÃO DE LEIS
QUE ATINGEM AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE
TERREIRO?..... 3200**

Evelyn Marcele

**EXU TE AMA!: ANÁLISES DECOLONIAIS JUNTO
ÀS RELAÇÕES DO PODER E DIREITO RELIGIOSO
NAS INTERVENÇÕES URBANAS DO COLETIVO
MULTIPLICIDADE NO VALE DO RIO GUARIBAS-PI..... 3214**

Ana Paula de Sousa Costa | Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

**TRANSGENERIDADE E TAMBOR DE MINA EM
SÃO LUÍS-MARANHÃO: INTERSECCIONANDO (IN)
VISIBILIDADES, EXISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS..... 3233**

Gerson Carlos P. Lindoso

**SEXO ORAL COM LÍNGUAS DE FOGO: DESCOLONIZANDO
HISTÓRIAS SEXUAIS..... 3246**

Ana Ester Pádua Freire

**TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPOS SAGRADOS,
CORPOS MARGINALIZADOS 3258**

Jessika Villalon Sousa Cruz

**CANDOMBLÉ: EXPRESSÕES DECOLONIAIS E
CONTRIBUIÇÕES POLÍTICO-EPISTÊMICAS 3272**

Igor Leonardo de Santana Torres

**CULTURA DA PUREZA, AUTOGOVERNO DA CARNE E
DESIGREJAMENTO: GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE
MULHERES EVANGÉLICAS 3284**

Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes | Alinne de Lima Bonetti

**NOTAS ANTROPOLÓGICAS DE EXPERIÊNCIAS
DISSIDENTES EM UMA IGREJA DO SANTO DAIME
NA AMAZÔNIA ORIENTAL 3295**

Alana Pereira da Silva | Marcos Antonio Silva dos Santos

**O CONTROLE DO CORPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
CENAS E DISCURSOS RELIGIOSOS CRISTÃOS 3308**

Cássia Cristiane Lopes de Almeida | Viviane Melo de Mendonça

**GÊNERO E A SOCIEDADE YORUBÁ: REFLEXÕES
CONTRA-HEGEMÔNICAS ATRAVÉS DE EXU 3318**

Rafael Mascarenhas Matos | Miguel Rodrigues de Souza Neto (Orientador)

MELISSA REIS – A MOÇA DA TAÇA 3333

Jean Souza dos Anjos

**MULHERES, AGRICULTORAS E FEIRANTES:
O MEIO RURAL EM INTERAÇÃO COM O URBANO 3348**

Luana Isabel Klatt | Maria Catarina Chitolina Zanini

**“JAMAIS PEÇO DESCULPAS POR ME DERRAMAR”:
ENSAIO SOBRE INQUIETAÇÕES E POSSIBILIDADES 3361**

Aline Cristine dos Santos | Pâmela Vicentini Faeti | Samilo Takara

**“ATIVISMO CUPIM”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
ATIVISMO FEMINISTA DE CATÓLICAS E EVANGÉLICAS
NAS REDES SOCIAIS. 3375**

Ruane Cláudia Queiroz Silva

**MIGRAÇÃO, TRANSEXUALIDADE E DIREITOS:
VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANS NA FRONTEIRA
FRANCO-BRASILEIRA..... 3387**

Joel Sousa do Nascimento | Ruane Cláudia Queiroz Silva

**AMIGA DE CAPELA E BATIZADA POR JONATHAN KISS:
BREVES NOTAS SOBRE A VIVÊNCIA DE SABRINA NO
INTERIOR DA CIDADE DE CRATO-CE..... 3402**

Ribamar José de Oliveira Junior

**DO INTERIOR DE PORTUGAL AO INTERIOR DO BRASIL:
NEGOCIAÇÕES ERÓTICAS DO DESEJO..... 3416**

Walisson Angélico de Araújo

**SURGIMENTO DO GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL
(GATHO): UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS
DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO LGBT EM
PERNAMBUCO..... 3433**

Emerson Silva Santos

**PROFANAÇÃO TERRITORIAL: A PROMISCUIDADE
IDENTITÁRIA DAS PRÁTICAS SEXUAIS VIRIS NOS
GUETOS GAYS EM SÃO PAULO E BRUXELAS..... 3447**

Ricardo Mingareli Del Valle | Redson Pagnan

Leonardo Galhardo | Maria Isabel Villac

**“POR QUE ESQUECEMOS O QUE PRECISAMOS
LEMBRAR?” – CARTOGRAFANDO LUGARES E
MEMÓRIAS LGBTQIA+ EM SIRIJÍ – PE..... 3464**

Anderson Tafarel de Brito Férrer | Túlio Vinícius Andrade Souza

**PROCURA-SE VIADOS: O USO DA GEOLOCALIZAÇÃO
PELO APLICATIVO GRINDR E A TERRITORIALIZAÇÃO
DE RELACIONAMENTOS GAYS..... 3476**

Higor Lopes Andrade | Tamires Cristina de Souza Dalla Vecchia

Luciene Neves

**EX-TRUTURA E EX-PULSÃO: A SUBVERSÃO DA
FAMÍLIA BURGUESA PELA CULTURA BALLROOM..... 3490**

Luccas Trindade Barreto de Jesus

**E OS DISCURSOS ESSENCIALISTAS, AFINAL, NÃO SÃO
UMA MODA?..... 3504**

Lino Gabriel Nascimento dos Santos | Guilherme Calixto Vicente

**SAINDO DO ARMÁRIO: O CONSUMO, A MODA E A
CULTURA MATERIAL PRESENTE NO CLOSET GAY DE
BELÉM, PARÁ. 3519**

José Carlos Almeida da Rosa | Fabiano de Souza Gontijo

**O MERCADO DE CONSUMO LGBTI+ NO BRASIL:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PINK MONEY
PARTIR DE SÃO PAULO/SP 3535**

Tibério Lima Oliveira

**NO TEMPO DO GAIVOTA E TROPICUIR: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E
VISIBILIDADES LGBTIA+ 3549**

Denise B Portinari | Guilherme Altmayer

COMUNIDADES LGBTQIA+ EM REVISTA_ 3566

Neilton dos Reis | Leandro Leal de Freitas

GENTILÂNDIA: ENTRE O PROIBIDO E O PERMITIDO 3578

Cicera Glaudiane Holanda Costa

**VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ EM
SITUAÇÃO DE RUA – INVISIBILIZAÇÃO E NÃO
RECONHECIMENTO 3593**

Nivia Valença Barros | Joice da Silva Brum

Josélia Ferreira dos Reis | Ida Cristina Rebello Motta

**O ÓDIO E SEUS DESTINOS EM BACURAU: UMA
ALEGORIA PARA O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL ... 3603**

Guilherme Wellington Teixeira de Lima

Gabriella Dupim

Leonídia Aparecida Pereira da Silva

APRESENTAÇÃO

Quando a Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH) foi criada em 13 de junho de 2001, suas pesquisadoras e pesquisadores certamente vislumbravam um futuro em que os estudos LGBTQI+ estariam cada vez mais incorporados na academia e nas ciências brasileiras. Vinte anos depois, é possível perceber a heterogeneidade de pesquisas e temas que foram se instaurando neste campo, que a princípio tanto se debruçava sobre questões de imagem e identidade, para fechar duas décadas de reflexões teórico-científicas que se espriam por campos variados como o Direito, a Saúde, a Educação, as Artes e Linguagens, sempre pressionando as políticas públicas e construindo um discurso anti-LGBTQIfóbico que bate às portas do Estado, produzindo dissidências e resistências.

Formada por pesquisadores(as) que representam todas as disciplinas do campo das humanidades, assim como falam a partir dos mais recônditos rincões do Brasil – sim, não nos concentramos mais nos grandes centros –, a ABEH se desdobra ao longo dessas duas décadas na relação com contextos e viradas históricas que tanto potencializaram nossas pesquisas, mas também fizeram delas alvo de políticas de retrocesso e de ataques à pesquisa científica. A cada dois anos, o CINABEH, o congresso internacional da associação, foi demonstrando tais mudanças e, apesar dos ataques, demonstra que esse campo e seu crescimento sem volta ainda pressionarão, e muito, o Estado e a cultura brasileira. Da primeira edição do CINABEH, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, em 2002, até a décima edição realizada neste ano de 2021, totalmente online, pela Universidade Federal de Mato Grosso, a partir de Cuiabá, milhares de pesquisa circularam por suas 10 sedes, num crescendo que não decepcionaria os pioneiros desse campo.

Do campo da representação aos dos direitos sociais e à vida, os estudos LGBTQI+ destas duas décadas se colocaram cada vez mais de forma paradigmática, como uma chave de leitura dos fenômenos sociopolítico-culturais. O fato de contarmos, neste X CINABEH, com a apresentação de mais de 250 trabalhos,

produzidos por pesquisadores cujas trajetórias acadêmicas tanto podem estar começando como podem contar com décadas, consolidam a associação e seu congresso como um dos principais territórios da ciência e da educação brasileiras a discutir, debater e produzir teorias de gênero e sexualidade. São trabalhos que partem da ciência e militam a partir dela, sempre no diálogo com outras militâncias, principalmente aquelas que compõem há mais de 50 anos os movimentos feminista, LGBTQI+, negro, indígena e todas as interseccionalidades cada vez mais necessárias de serem pensadas. São trabalhos com muitas vozes que sonham e buscam produzir mundos e vidas possíveis de serem vividas e que cada vez mais recusam o silêncio e o armário.

O início do século XXI no Brasil, segundo Gonçalves (2021), é marcado pela ampliação dos movimentos feministas/LGBTQI+ que buscavam lutar pelo seu direito constitucional. Uma das consequências desses esforços foi a ampliação das delegacias Especiais da Mulher, a fomentação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), a criação do programa “Brasil Sem Homofobia” (2004), e da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). Esse último tinha como finalidade promover a discussão de gênero e sexualidades nas escolas com a finalidade de desenvolver o respeito as diferenças.

Esse cenário inicial, de acordo Gonçalves (2021), além do aumento da violência urbana e das facções criminosas, a crise econômica pós-2014, as crises de legitimidade dos governos Dilma e Temer, a diminuição da confiança popular aos meios de comunicação tradicionais, críticas à política cultural da Lei Rouanet foram elementos que impulsionaram a popularidade do candidato Jair Bolsonaro na última eleição de 2018.

Após a vitória de Bolsonaro, ao cargo de Presidente do Brasil, uma política nefasta de intolerância social – legitimado por grupos católicos e evangélicos conservadores – inicia sua covarde destituição de políticas que buscavam minimamente assegurar direitos de uma parcela da população historicamente injustiçadas. Desse modo, foram destituídos qualquer política de enfrentamento e promoção da igualdade de gênero. Uma das consequências de sua gestão até no presente momento foi a diminuição de verbas para universidades públicas sobre

alegação de inflamar movimentos esquerdistas e comunistas. Igualmente, o atual governo é internacionalmente conhecido por propagar informações falaciosas sobre acontecimentos históricos e sociais. Também, observa-se a implementação de perda de direitos civis, privatização injustificadas de empresas estatais e a ampliação de políticas que atendessem apenas a elite conservadora do Brasil. Somado a isso, a inoperância do governo federal no trato diplomático com diversos parceiros comerciais, resultando em dificuldades na produção de compras de insumo e perda de capitais.

Esse cenário tendeu a piorar após a disseminação da epidemia de Covid-19, com a perda de milhares de empregos entre trabalhadores brasileiros. Inevitavelmente, desencadeou um empobrecimento da população, conseqüentemente uma piora na balança comercial interna. Além desses fatores, o atual governo federal vem se mostrando inoperante na condução da epidemia, caracterizando-se como uma administração pautada na negação de pesquisas científicas. Tal postura é contrária a todas medidas sanitárias internacionalmente utilizadas para a propagação da doença. O resultado de tal atitude genocida é a morte de mais de 500 mil brasileiros no exato momento que esta apresentação está sendo escrita e o impacto desta postura também refletido nesta obra.

Neste livro, intitulado **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**, volume 1, a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) reúne as diversas comunicações orais de pesquisadoras/es/os apresentadas durante dois dias intensos, entre 16 e 17 de abril de 2021. Ao todo são 257 trabalhos, distribuídas nos 21 Simpósios Temáticos (ST) do X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero (X CINABEH).

A materialidade dessas produções na forma de livro reflete o amadurecimento e o alargamento de múltiplos debates oriundos do campo dos estudos, pesquisas, extensão da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero nos últimos tempos, particularmente, no contexto dos 20 anos desta entidade científica, que agencia e promove a possibilidade de encontros e diálogos entre estudiosas/os/es sobre seus objetos de pesquisa e seus referenciais teórico-metodológicas plurais, mas, sem abrir

mão de uma perspectiva ética-política-estética das resistências frente às narrativas ultraconservadoras que insistem no aniquilamento dos/as/es sujeitos e suas diferenças e dissidências sexuais, étnico-raciais e de gênero.

Assim, nesta obra encontra-se produções que confluem para esse enfrentamento acadêmico e político necessários, principalmente, na atual conjuntura histórica com as crises política, econômica, social e sanitária, em meio a pandemia da Covid-19. Portanto, aliançarmos, de forma interseccional, os marcadores sociais da diferença em nós, é uma aposta coletiva frente a LGBTQIfobia, ao racismo e ao sexismo impostos estruturalmente pelos sistemas de opressão, dominação, expropriação e exploração das relações sociais capitalistas, em seu atual estágio, o ultraneoliberalismo e sua política de morte, agenciada com setores ultraconservadores na realidade social e suas ofensivas antiLGBTQI+, antinegro e antigênero.

Com o livro, o/a leitor/a/e terá a oportunidade de encontrar-se com uma multiplicidade de produções teóricas, pesquisas empíricas, relatos de experiência e práticas profissionais distribuídos ao longo de 21 simpósios temáticos (ST). São eles:

O ST 01, Movimentos Sociais, Academia e A(r)tivismos, reúne sistematizações no campo da extensão universitária e relatos de pesquisa que reconheçam a correlação entre movimentos sociais, academia e a(r)tivismos no campo de gênero e sexualidade, destacando a coprodução de saberes e as alianças nas ruas, na internet, em espaços de educação formal ou informal. As pesquisas sobre os movimentos sociais já se consolidaram como parte integrante dos estudos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil, de modo que este simpósio busca contribuir para essa tradição de pesquisas reunindo trabalhos que reflitam sobre as múltiplas dimensões dos movimentos sociais e outras formas de ativismos de dissidência sexual e de gênero. Também é composto por trabalhos tanto teóricos quanto empíricos, que colaborem para avançar no que sabemos sobre: os movimentos específicos como o de mulheres lésbicas, de pessoas bissexuais, de mulheres transexuais, travestis e homens trans, de pessoas intersexo, de pessoas não-binárias, das trabalhadoras do sexo; grupos e ativismos fora do eixo sul-sudeste; a relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, sindicatos e com o

Estado; as formas de ativismos e ciberativismo; as relações de parcerias, conflitos e intersecções entre diferentes movimentos sociais; os contra-movimentos; as tensões vivenciadas nos espaços acadêmicos e artistas LGBTQIA+ na atual conjuntura brasileira, dentre outros temas.

No ST 02, Nação, Raça e Etnia, o/a leitor/a/e encontrará trabalhos que problematizam os silenciamentos, apagamentos, ocultamentos e/ou enquadramentos reguladores das expressões da diversidade sexual e de gênero, vistos como tecnologias que compõem um dispositivo essencializador e naturalizador – sustentado pelos sistemas médico-científico e jurídico-normativo e por moralidades religiosas – de produção do projeto hegemônico de nação no Brasil e alhures. Configura-se, desse modo, um projeto de nação geralmente eurocentrado, heteronormativo, racialmente marcado e reprodutor de múltiplos colonialismos internos. Trata-se aqui de relacionar a diversidade sexual e de gênero, as práticas de poder do Estado, as ideologias nacionais (e homonacionalistas), as formas de governamentalidade biocropolítica e seus múltiplos modos de atuação interna e de conexão geopolítica no sistema-mundo, mas também as formas criativas de resistência, as críticas reflexivas e as heterotopias inventivas que desafiam as utopias liberais e neoliberais totalizantes e universalizadoras e suas práticas distópicas opressoras.

O ST 03, Estado, Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas, apresenta trabalhos que debatem as produções, análises, abordagens e perspectivas das diferentes dimensões das políticas públicas, como a formulação, gestão, financiamento, monitoramento e do controle social, bem como a implementação e avaliação dessas políticas, tomando como referência os sujeitos que são objeto das políticas, como mulheres, LGBTQIAP+, negres, refugiades, imigrantes e outras expressões étnico-raciais, a partir de intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe e suas críticas e resistências. A partir de pesquisas realizadas em diferentes contextos nacionais, os trabalhos convidam ao debate das tendências e respostas dos respectivos governos no campo das políticas públicas orientadas para as questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e expressões de gênero, bem como de ativistas, tomando os diferentes marcos legais relativos à essas políticas públicas e suas instituições, que

estruturam, formulam, monitoram e avaliam tais políticas e seus respectivos públicos-alvo.

Em Lesbianidade e Re(e)xistências Sapatão, ST 04, o/a leitor/a/e encontrará análises em torno das lutas, processos de subjetividade e epistemologias lésbicas e sapatonas. Teve por intenção construir um espaço de trocas de estudos, pesquisas, ensaios teóricos, reflexões, relatos de experiências e diversas outras produções de conhecimento entre mulheres sapatonas de diferentes identidades, raças e etnias. A importância do debate sobre mulheres sapatonas reside em emergir questões que são historicamente vetadas na dimensão de socialização de afetos, da produção do conhecimento acadêmico, artísticos ou de qualquer outro lugar em que o heterocispatriarcado, o sistema capitalista e o racismo estruturante impõem com normas e padrões sociais.

O ST 05: Transfeminismos e demais Protagonismos Transvestigêneres, retoma e atualiza discussões pautadas no histórico Simpósio Temático – ST “Feminismo Transgênero ou Transfeminismo”, realizado em 2013 durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos, e a publicação em 2014 de trabalhos nele apresentados, compilados no livro “Transfeminismo: Teorias e Práticas”. Neste ST, reconhecendo a trajetória intelectual dessa vertente feminista, o/a leitor/a/e é convidado/a/e para o debate de pesquisas acerca das transformações e dos impactos do pensamento transfeminista nos diferentes movimentos sociais, em especial junto às diversas expressões sociopolíticas de protagonismo de pessoas e coletivos autoidentificados como trans, travestis, não-binárias e demais identidades transgêneras (transvestigêneres). Este simpósio adotou uma concepção interseccional das marcações sociais de classe, gênero, orientação sexual, cor/raça, idade, origem geográfica, habilidades físicas e mentais, entre as outras existentes. Não se pretendeu aqui falar de vidas trans genericamente, mas compreender suas articulações com os dispositivos de poder, formas de resistência e de insurgência em diferentes cenários da sociedade, abrangendo desde as relações comunitárias às institucionais, do campo político-partidário à academia, dos ambientes de trabalho aos meios de comunicação em suas variadas interfaces.

O ST 06: Masculinidades e Transmasculinidades numa perspectiva interseccional, é composto por trabalhos que versam sobre acesso, permanência, participação e controle social no Sistema Único de Saúde (SUS); os programas de prevenção e tratamento IST/aids e hepatites e sua adequação a comportamentos sexuais de homens trans; o acesso ao processo transexualizador e o acesso a recursos assistenciais por homens trans no processo transexualizador brasileiro; a importância do nome social e da requalificação civil para homens trans; o acesso e a compreensão de homens trans acerca dos direitos reprodutivos e sexuais; as relações entre as experiências transfóbicas de homens trans e sua saúde mental; os usos de hormônios e sua relação com a construção de transmasculinidades; as transmasculinidades na adolescência e no envelhecimento na interface com a saúde; a construção de transmasculinidades em contextos marcados por conservadorismo religioso, sexismo, racismo, pobreza e homo/transfobia.

Ao ler os trabalhos do ST 07, Intersexualidades e o corpo sexuado em disputa: normatividades, intervenções e resistências, o/a leitor/a encontrará problematizações sobre como a intersexualidade tem sido historicamente marcada por enquadramentos biomédico-jurídicos que buscam regular as diversidades corporais e manter a diferença sexual como verdade e como norma. Os debates contemporâneos críticos em torno do tema buscam, ao contrário, desconstruir a naturalização das questões intersexo, questionar a patologização e as intervenções biomédicas precoces, não consentidas e mutiladoras a que são submetidas as pessoas intersexo, assim como abordar a intersexualidade como um objeto de estudo e prática política múltiplo, situado e complexo, que envolve uma série de disputas em torno do corpo sexuado. Reúne propostas analíticas que se alinhem a essas aproximações críticas e que nos permitam avançar no sentido de explorar as distintas intersexualidades em seus múltiplos desdobramentos teóricos, analíticos e políticos.

O ST 08, Educação: políticas públicas, cotidiano escolar e processos formativos, congrega trabalhos de pessoas engajadas com pesquisas, estudos e discussões que se fazem acontecer no campo da educação numa perspectiva ampliada e implicada com

os processos educativos que intencionam definir/fabricar corpos e vidas que importam dentro e fora das instituições de educação. Muitos são os espaços/tempos que buscam nos formar e conformar as normas das sexualidades hegemônicas, dos modos de pensar as questões étnico-racial e de gênero. As instituições educativas com suas narrativas e projetos políticos de curta e longa duração, disputam as vidas que por ali intercambiam experiências e aprendizagens! As instituições educativas, com suas práticas que afinam e desafinam políticas, não abrem mão dos processos de fabricação dos corpos racializados, sexualizados e generificados e modos de vida conformada a mesmidade interseccionando pelas sexualidades, pela raça e gênero. Por dentro das instituições educativas e, elas são muitas, práticas educativas bonitas, tecendo alianças interseccionadas pelas políticas de amizades, permitem atos resistentes e coprodução de saberes que fazem o ruir um certo projeto normativo.

O ST 09, Saúde, Equidade e Direito à Diferença, reúne trabalhos implicados no debate sobre a produção, as práticas e as disputas no campo da saúde em dimensão micro-macropolíticas a partir de intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe. Aqui o/a leitor/a/e encontrará análises e problematizações sobre acesso e permanência no Sistema Único de Saúde (SUS); os programas de prevenção e tratamento às ISTs/Aids e Hepatites Virais; o processo transexualizador brasileiro; nome social para travestis e transexuais; direitos reprodutivos e sexuais; saúde mental; os usos de hormônios e/ou a aplicação de silicone industrial; formulação, prática e financiamento das ações, políticas e programas em saúde; O envelhecimento na interface com a saúde; Conservadorismo religioso e ideologia de gênero na perseguição à Mulheres, Negras, Negos e LGBTIs que reverberam no ao acesso e permanência ao SUS e no (sub) financiamento de ações, programas e políticas de saúde; Direito a diferença e a defesa de uma vida.

No ST 10, Sistemas de Justiça, Direitos Humanos e Diversidades, o/a leitor/a/e encontrará trabalhos que intencionem diagnosticar a dimensão e o alcance da atual crise dos direitos humanos enquanto linguagem e instrumento emancipatório, assim incentivamos propostas que se correlacionem com as temáticas: judicialização dos direitos LGBTQIA+ no Brasil

e em outros países; demandas de acesso à justiça e dispositivos reguladores de processos migratórios no entrecruzamento com as diversidades; tensões e disputas por direitos sexuais e reprodutivos nos sistemas de justiça; políticas internacionais e processos de Estado.

O ST 11, Arte, Literatura e Comunicação: representações e resistências, reúne pesquisas que discutam as possibilidades construídas pelas múltiplas expressões artísticas e pelos meios de comunicação na construção de representações e na produção de resistências em diálogo com os estudos de gênero e sexualidade nas humanidades. Nesse sentido, o/a leitor/a/e encontrará trabalhos que, ao criticarem as produções artísticas e dos meios de comunicação, mostrem as fissuras, as brechas, mas também as continuidades, de formações discursivas que solapam vivências ou invisibilizam existências que desafiam os padrões cisheteronormativos europeizados.

O ST 12, Práticas dissidentes, Pornografia, Imagem e Visualidades, apresenta trabalhos que articulam pesquisas em torno da imagem, das ecologias das mídias, das artes visuais, do cinema, das artes da cena e da vida. Encorajamos a participação de trabalhos que apostam na reparação, na tomada do corpo como um repositório da memória e do trauma, mas que instaura o movimento da reparação, da reescrita das narrativas e das disputas de sentidos sobre existências não-normativas.

No ST 13, Experiências de envelhecimento e curso da vida LGBTQIA+, o/a leitor/a/e encontrará trabalhos que apresentam pesquisas preocupadas e com foco nas experiências de envelhecimento e curso da vida em trajetórias de pessoas LGBTQIA+. O ST promoveu um diálogo de saberes de diferentes ramos do conhecimento e as articulações entre marcadores sociais da diferença, pensando o tema proposto a partir de contextos regionais variados.

O ST 14, Infâncias, Crianças, Diversidade e Diferenças, reúne trabalhos que tragam críticas voltadas para as noções de identidade e teleologia, com base em narrativas científicas, literárias e autobiográficas sobre sexualidades e gêneros na infância e na juventude. Construir outros modos de pensar a infância e a juventude a partir de narrativas que escapem da

noção da diferença patologizada e desviante é o foco principal deste simpósio.

O ST 15, Justiça Criminal e Políticas de Encarceramento, congrega trabalhos oriundos de produções de saberes de várias orientações teórico-metodológicas que problematizem as questões relacionadas à Justiça Criminal e às Políticas de Encarceramento. O/a leitor/a/e encontrará trabalhos e experiências que realizam ações afirmativas que tensionam o racismo, a LGBTIfobia, o machismo e o elitismo, entre outros, e produzam ações e estratégias singulares que possibilitam contribuições para minimizar os efeitos dessas práticas sociais violentas.

O ST 16, Ofensiva antigênero, Bolsonarismo e COVID-19, reúne trabalhos que buscam conhecer a política externa brasileira relativa à agenda de direitos sexuais e direitos reprodutivos no governo Bolsonaro; as políticas públicas empreendidas e as desmanteladas durante este governo, sobretudo relativas à saúde e à educação na interface com os direitos humanos, os direitos sexuais e os reprodutivos, bem como a política de atenção à saúde mental; as proposições legislativas que incidem sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, incluindo aquelas movidas a partir de preceitos morais de base religiosa; as estratégias de destruição de reputação e de ameaças contra ativistas e acadêmica/os feministas ou que lutam por direitos sexuais; as mobilizações para a defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos que se organizaram a partir das estratégias contemporâneas antigênero.

No ST 17, Religiosidades, Laicidade e Diversidades, o/a leitor/a/e, encontrarão trabalhos que se propõe ao debate sobre as produções e práticas sobre o campo das religiosidades em que mulheres, negres e LGBTQI+ estão presentes, na interface dessas religiosidades com os estudos de gêneros e sexualidades, a partir do enfoque interseccional com os marcadores sociais da diferença ou não, mas na perspectiva da defesa da vida.

O ST 18, Vivências e Experiências Dissidentes em Contextos Interioranos, congrega trabalhos implicados com pesquisas, estudos e discussões cujo tema seja o da diversidade sexual e de gênero em contextos rurais, interioranos e/ou em circunstâncias etnicamente diferenciadas. Contextos interioranos aqui não pensados a partir de uma oposição dual “Centro x Interior”,

mas sim como uma questão relacional que leva em consideração distintos elementos, tais como: 1 – Regime de visibilidade x invisibilidade; 2 – As distinções que envolvem a gestão do segredo; 3 – Os distintos desafios de construção de uma comunidade e envolvem questões como identidades, violências e resistências; 4 – A construção de homonormatividades em distintos contextos.

O ST 19, Territorialidades e Cartografia de Memórias LGBTQIA+, reúne estudos e pesquisas que congreguem o debate acerca das múltiplas territorialidades LGBTQIA+ entendendo o papel do urbano na constituição das espacialidades e memórias dos sujeitos dissidentes. Com enfoque nas questões relacionadas a gênero e sexualidade em intersecção com raça, classe social, geração e outros marcadores, espera-se discutir sociabilidade, consumo, lazer, turismo e os ciberespaços. A memória é vista como chave analítica fundamental para pensar a conexão entre corpos, saberes, lugares e expressões LGBTQIA+, seja pelo apagamento da memória das sexualidades e gêneros dissidentes, pelo efeito da negação de direitos culturais destes sujeitos ou da resistência transviadas constituinte de inúmeras iniciativas globais em defesa do direito ao território, à cidade e à memória.

No ST 20, Violências, Produção de Subjetividades e Políticas de Extermínio, o/a leitor/a/e encontrará um conjunto de trabalhos implicados em análises sobre os modos de vida pessoal e coletiva construídos, a partir das experiências de violências sofridas por meio das políticas de extermínio e práticas de genocídio cada vez mais disseminadas. Valorizando perspectivas teóricas do campo de gênero e feminista, a partir do debate interseccional, de diversidade sexual e antirracista. Trabalhos que reúnem pesquisas e práticas cotidianas em debate sobre como as diferentes formas de violências perpetrados pelos regimes de verdade das políticas de extermínio das pessoas, grupos, comunidades e populações têm impacto na produção de subjetividades e na saúde mental.

Por fim, o ST 21, Produção de conhecimento no campo da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero, reúne trabalhos estudos e relatos de extensão, pesquisa ou experiência profissional que envolvam produções acadêmicas, políticas, artísticas, ativistas, artivistas e profissionais concernentes ao campo da

diversidade sexual, da diversidade étnico-racial e da diversidade de gênero observando suas conexões com classe social, geração, regionalidades, entre outros.

Por fim, nós, organizadoras(es) e autoras(es) desse compilado de textos, convidamos vocês à leitura de produções no campo artístico, acadêmico e artístico e aspiramos que estas escritas mobilizem, cada vez mais, coletividade, potência e resistência.

Boa leitura!

Organizadoras(es)

O PENSAMENTO DECOLONIAL E AS PRETENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS: O CORPO TRANSGRESSIVO DAS IDENTIDADES NAS POLÍTICAS DO CORPO

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

Historiador (FUNESO); especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE) e em História do Brasil, com formação complementar em Direitos Humanos e Cidadania (UFPI); Mestre e Doutor em Serviço Social (PPGSS-UFPE), com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Africanos na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo – Moçambique (financiamento pela CAPES/AULP). Professor nos cursos de Serviço Social, Direito, Jornalismo e Pedagogia da Faculdade R. Sá (IERSA). E-mail: pmafrjr@hotmail.com

Ana Paula de Sousa Costa

Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-CSHNB). Bacharelada em Direito pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá- IERSA. Graduada em Línguas Brasileira de Sinais pelo Instituto Faveni. E-mail: ana.juris@outlook.com

Resumo

Esta proposta versa sobre as práticas de silenciamento e infantilização dos índios pelo saber ocidental e que os inseriu em uma lógica de primitivização sob os ditames coloniais, onde vidas humanas eram dispensáveis e saberes subalternizados. Diante disso, o pensamento decolonial, que considera a colonização como um sistema que se desdobra no imperialismo moderno, constitui-se como uma resistência contínua do ser afroindígena. Tal sistema é robustecido pelo transfeminismo afroindígena, que reivindica as linguagens corporais numa via oposta à da heteronormatividade binária ocidental. Assim, esses discursos do “terceiro mundo” vão na contramão dos epistemicídios

queers coloniais e enquadram o direito a saúde das pessoas trans para além da lógica dos direitos humanos universais. Logo, o transfeminismo afroindígena filia-se às epistemologias que criticam o sistema mundo ocidental, estabelecendo perspectivas pluriversais opostas às lógicas dicotômicas, categóricas e ontológicas dos direitos humanos universais, bem como reivindicam respeito à autonomia e ecologia dos seus corpos. Neste viés o transfeminismo afroindígena entende que o corpo, gênero, saúde e sexualidade são reproduzidos em contextos étnico raciais, não em discursos hierarquizantes, típicos dos discursos coloniais. Contata-se, pois, que o pensamento transfeminista afroindígena transgride relações de poder e se expressa mais pelas linguagens corporais que pelas línguas oficiais através das desobediências epistemológicas. Assim, os direitos humanos, no âmbito do seu discurso de universalidade encontram no transfeminismo afro indígena resistências oriundas de seus saberes ancestrais no tocante a práticas de saúde corporal e sexual coletiva. O referencial teórico-metodológico foi a análise crítica do discurso imagético

Palavras-chave: Transfeminismo Afroindígena, Estratégias Decoloniais, Direitos à Saúde, Sexual e Reprodutiva, Políticas do corpo, LAMBDA/Moçambique.

Introdução: Ngana Hongolo Kiambote, Kiua Hongolo!Ongolo lê!¹

Desde a invenção do Novo Mundo e a criação dos índios como ‘crianças inocentes’, ‘carentes das palavras e proteção do amor de Cristo’, as epistemologias e doxas ocidentais (re)formulam pretensas verdades e Direitos Humanos Universais, relegando a pluralidade dos saberes, dos conhecimentos e das cosmovisões dos ‘outros’ ao silenciamento e à invisibilidade nas artes políticas da sedução (ABBADE & PIMENTEL, 2016), nos pensamentos acadêmicos e nos discursos científicos. Nos locais, entre plantas, animais e outros corpos ancestrais, questionamos como esta racionalidade se apresenta como única forma de conhecer o legítimo meio de explicar o mundo? E em virtude de qual poder os saberes, os conhecimentos e os pensamentos dos “outros” são marginalizados e expulsos do mapa mundi, relegando-os ao passado remoto, classificando-os como primitivos, precários e subdesenvolvidos? (CASTRO-GÓMEZ, GROSFUGUEL, 2007b, p. 69)

Em “*Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: O direito e o pensamento decolonial*”, Thais Luzia Colaço e Eloise da Silveira Petter Damásio (2012), descrevem que o sistema-mundo sustenta-se desde a teopolítica, egopolítica e geopolítica baseadas no pensamento e democracia dos clássicos gregos. Tal matriz greco-latina, resignificada no iluminismo e reapropriada por Bartolomeu de Las Casas acerca das “*guerras justas*” contra os índios na América Espanhola, considera que era necessário guerrear, expropriar e matar aqueles que negassem o cristianismo. A mesma lógica é aplicada à matriz que impõe a civilização, a democracia e o mercado ocidental na forma dos Direitos Humanos Universais e das identidades LGBT como modelos democráticos dos direitos sexuais e reprodutivos, baseados em preceitos individuais do direito à propriedade privada. Os saberes pluriversais dos indígenas e direito à propriedade coletiva, acerca das políticas, governos, saúde sexual e reprodutiva e linguagens estéticas na (re)produção dos corpos e conhecimentos, continuamente

1 Salve o belo senhor do arco-íris. Salve o arco-íris de hoje! (Saudação à Hongolo ou Nkongolo no Candomblé bantu).

emergem como atuais, dissidentes e contrários à matriz ocidental, a não ser que sejam permitidos aparecer sob a lógica da tolerância e multiculturalismo democrático.

No entanto, o pensamento decolonial é continuamente robustecido pela cosmovisão do transfeminismo afroindígena que, apoiando-se e atravessando o texto *“Rumo a um feminismo descolonial”* (LUGONES, 2014), entende que a práxis da resistência às colonialidades faz-se por meio da crítica aos essencialismos da hierarquização das espécies e racializações impostas nas opressões de gênero que são continuamente reproduzidas e sistematizadas pelo heterossexualismo, como sistema de controle nas relações de poder entre e mediante os corpos biologizados. Considerando que o feminismo descolonial sinaliza para uma resistência *nãomoderna* dos corpos por meio de uma coalizão dos saberes afroindígenas que assuma uma consciência oposicional de uma erótica-social, tal qual o *“giro descolonial”*, o transfeminismo afroindígena, termo elaborado por mim a partir de Mello 2003, supõe que tal coalizão e consciência já é um movimento contínuo dos corpos míticos e resistência ancestral, que por ora chamo do arco-íres decolonial.

No fazer contínuo, o teórico torna-se imediatamente prático, sobretudo pela reificação das diferenças do ser-sendo criativo no cotidiano (MIGNOLO, 2008), assim como o hábito comunal de cuidar ou destruir o mundo. No feminismo descolonial a multiplicidade nunca é reduzida, as diferenças nunca são sintetizadas, mas é transcendida na própria vida, no corpo, por meio da maneira de usar o tempo, de ver e cultivar o pensar profundo sobre as diferenças coloniais que são animadas por uma grande ira e dirigida pelo amor e subjetividade feminista. Portanto, o feminismo descolonial surge da crítica contemporânea ao universalismo feminista e às colonialidades modernas enfrentadas por mulheres de cor e do terceiro mundo, tal como uma releitura crítica à própria modernidade capitalista colonial que atravessa as questões sobre ecologia, economia, governo, relacionando-se ao mundo espiritual, dos sonhos e ao conhecimento que cruza práticas cotidianas que subvertem a lógica dicotômica, hierárquica e categorial (LUGONES, 2014, p.935, p.936).

Devido ao transfeminismo afroindígena mostrar-se, na prática, atravessando o discurso dos Direitos Humanos Universais e políticas do corpo do Estado e movimento LGBT, mediante o locus fraturado do ser/sendo (MIGNOLO, 2008;59 LUGONES, 2014), o termo

transfeminismo afroindígena, elaborado pela lente decolonial do autor, distancia-se da categorização “*terceiromundista*” por entender que este seria mais um termo moderno que significaria uma ‘nova’ roupagem ao que já está posto (FONSECA, 1998). Sobretudo, porque o transfeminismo afroindígena reivindica as *liguagens corporais ancestrais* e o *corpo coletivo* como *estratégia decolonial dos direitos étnico-raciais* no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva não-linear, tal qual as *transnarrativas* que (re)produzem a cosmovisão afroindígena, diferentemente do sentido adequado e do movimento normativo e binário, transgredindo as divisões geopolíticas dos territórios, independentemente das identidades forjadas pelas políticas do homonacionalismo e redesignação do sexo, segundo discursos médico-farmacêutico ocidentais.

Ao reivindicar a visibilidade do ‘*terceiro olhar, híbrido, das pessoas trans afroindígena*’, validando a estética transgressiva aos essencialismos dicotômicos, ponderamos que esse termo, tal qual o “*terceiro olho*” das Hijiras na Índia, sinaliza a perspectiva mítica do imaginário dos viajantes acerca das cosmovisões dos povos afroindígenas e dos ameríndios em contatos com as comunidades trans no hinduísmo do extremo-orient. Como também corrobora para a visibilidade da teoria transoceânica e a hipótese da travessia por meio das correntes oceânicas², da Ásia às Áfricas e das Áfricas às Américas há mais de 10 mil anos como afirmam as pesquisas da arqueóloga Niède Guidon, no interior do Piauí (PIVETA, 2006). Tal hipótese e matriz de pensamento desmantela o mito das três raças, posto pela escravidão moderna, e democracia racial entre os povos articuladas pelo patriarcalismo e generosidade dos europeus em ‘*facilitar*’ a comunicação entre os povos. Assim, as cosmovisões ‘*trans afroindígenas*’ subverte os pensamentos universalistas e direitos modernos que hierarquizam os seres entre mundos isolados por seus potenciais imaginários que põe sob suspeitas as matrizes epistemológicas ocidentais sobre as divisões e hierarquizações das espécies, das raças e justificativas da escravidão moderna por meio da lógica de “boas vindas” aos povos e civilizações segundo moralismos hierárquicos entre os gêneros humanos.

2 MISTÉRIO DA ANTIGUIDADE. Origem-Homem americano-Estreito de bering-HistóriaAntropologia-Teoria-Nied Guidon-Brasil-Américas-Travessia transoceânica. 01/07/2018. Disponível em: < <http://www.misteriosdantiguidade.com/2018/01/os-estudos-sobre-origem-do-homem.html> > Acesso em: 01/02/2018.61

Portanto, o pensamento decolonial transfeminista considera que o direito à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígena ultrapassa a lógica dos Direitos Humanos Universais, considerando que os saberes e conhecimentos locais e pluriversais não partem da matriz epistemológica ocidental, apesar de atravessar e valer-se da mesma. Sobretudo, aproveita-se deste campo de produção, e movimento LGBT, para enfim fazer-se por meio das estratégias decoloniais do direito ao corpo coletivo e corporalidades ancestrais, linguagens pluriversais e cosmovisões míticas que constituem os costumes gestuais das expressões étnicoraciais, muitas vezes interditados, silenciados e invisibilizados pela normatividade e disciplinaridade da pretensa legitimidade ocidental e suas conquistas individualistas do “sair do armário”.

Metodologia: entre espécies, raças, gêneros e sexualidades

A partir da crítica aos essencialismos do sexo (JESUS, 2014, pag. 78) e do sistema moderno da colonialidade de gênero realizadas pelos estudos feministas descolonial, o transfeminismo afroindígena aparece como crítica ao *homonacionalismo e cis-heteronormatividade*³ que estruturam o movimento LGBT ocidentalista e discursos dos Direitos Humanos entre as nações, surgindo como resposta às intersecções das opressões sobre o corpo frente à patologização da saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígena.

Como é possível observar nos trabalhos de Oscar González Gómez (2008), em “*Visiones del otro: la sexualidad de los pueblos originarios de América en las formaciones discursivas de la expansión ibérica*”, e de Olivier Allard (2013) em “*Pueblos indígenas e identidades de género: el dualismo sexual sometido a discusión*” uma das principais atuações do sistema jurídico sustentado pelo imaginário cristão é a negação dos saberes e conhecimentos tecnológicos do sexo coletivo e (re)produção da fertilidade, das práticas da masturbação, das mutilações e alongamentos, dos usos de plantas para crescimento e/ou redução das genitálias, e também a conformidade com o heterossexualismo,

3 O termo “cis” sugere a conformidade, conformidade com. Podendo ser expresso pela da conformidade às identidades de gênero, segundo as normatividades do binarismo de gênero segundo a divisão binária do sexo masculino/feminino (LANZ, 2015, p. 403).

enquanto sistema moderno da colonialidade do poder, ou homonacionalismo, em conformidade com o gênero designado pela genitália e discurso médico-farmacêutico adotado pelas políticas nacionais (ROJAS, 2015) tais como saberes das políticas dos corpos, relações e jogos do poder capilar, tal como princípio cosmológico das sociedades politeístas e poligâmicas. Corporalidades coletivas que (re)produzem a saúde sexual e reprodutiva dos corpos dissidentes à ontologia binária e puritana do direitos universais, sobretudo marcado pela noção de autoridade eclesiástica empreendido pelo tribunal do Santo Ofício e historiadores nacionalistas e etnocentros.

Olivier Allard (2013), através de estudos e experiência de campo junto aos *Waraos*, indígenas que vivem no delta do *Orinoco*, na Venezuela, destaca que a independência econômica, política e social desta sociedade indígena só são possíveis a partir do respeito às suas concepções sexuais e reprodutivas, sendo que estas não se enquadram na perspectiva binária do pensamento ocidental e sua matriz de divisão dos gêneros a partir das classificações binárias dos sexos. Sobretudo porque os povos indígenas consideram que tanto o pênis, como o útero e a vagina são um tubo e os líquidos que acionam a fertilidade não ocorrem necessariamente em um ou no outro, visto que a atividade/passividade pode variar entre o pênis e a vagina. Assim, mulheres podem ser as ativas e os homens podem ser o passivo, e vice-versa. É dessa forma que pessoas transindígenas podem ser ativas ou passivas na reprodução dos corpos, visto que não são suas genitálias que definem suas posições corporais, atividades sexuais e identidades de gênero.

O transfeminismo afroindígena não nasce do movimento ocidental LGBT, mas atravessa o mesmo como perspectiva não-moderna junto ao feminismo descolonial das mulheres de cor e do terceiro mundo (LUGONES, 2014), diferentemente das narrativas do transfeminismo ligado aos 'pós'-moderno e/ou 'pos'-estruturalismo que supõem ultrapassar a modernidade clássica. Por isso, problematiza, sobretudo, as *cis-normatividades*, a hierarquização entre espécies e sua reprodução nas diferenciações e categorizações dos corpos segundo a ontologia etnocêntrica. O transfeminismo afroindígena, tal como *os/as muxes* na América Central (LANZ, 2015, p.417) ou *Hijiras* (LEITE JR. 2012), na Índia, filia-se às epistemologias que criticam o sistema-mundo ocidental e sua lógica de desmitologizar e/ou desmistificar as cosmologias étnico-raciais indígenas (CAMPBELL, 2001) que reificam

as práticas sexuais e reprodutivas partilhadas coletivamente por meio das ritualísticas que fabricam corpos, das coalizões e segredos sociais, dos sexos e reproduções corporais coletivas. Para tanto, vale-se dos discursos contra-hegemônicos que emergem do cruzamento entre as práticas corporais coletivas e da militância trans afroindígena que atravessam os ditos '*novos movimentos sociais*', saberes religiosos quilombolas e tribais e produção de conhecimentos do feminismo negro e mestiço, reconhecendo a demanda do seu engajamento político nas lutas contra as desigualdades sociais entre espécies, raças, gêneros e sexualidades do sistemamundo global e ocidental.

A visibilidade dos sujeitos e dos coletivos transfeministas é produzidos a partir das suas narrativas corporais acerca das experiências de resistência à cisheteronormatividade, vivenciadas, sobretudo, em rede de coalizões comunicativas, (re)escrevendo a história do tempo presente (MARANHÃO FILHO, 2009). É nessa perspectiva que o 'eu' do pesquisador e o 'eu' da militância confundem-se com transnarrativas coletivas, comunitárias, tribais, fraturando os lócus contemporâneos.

A problemática das auto intervenções corporais coletivas é baseada na cosmovisão e mitologias afroindígenas, tal como economia política das relações de poder entre corpos e subjetividades não-hierárquicas, reprodução estratégias das práticas comunicativas junto aos ciclos cósmicos e ritualísticos da reapropriação da produção dos corpos, alheia aos discursos desenvolvimentistas do controle dos corpos da indústria médico-farmaceutica ocidentalista tecendo uma rede de resistência não-moderna aos *epistemicídios*⁴ produzidos pelo sistema moderno da colonialidade de gênero. O transfeminismo afroindígena evidencia as relações das resistências contra-hierárquicas dos xamãs, dos curandeiros, dos feiticeiros que dialogam entre espécies, atravessam raças, desfazem as barreiras dos gêneros e sexualidades, valendo-se das perspectivas ecológica dos povos tribais e do seu potencial de atravessamento das fronteiras, sejam em redes nos cenários transnacionais, como os zapatistas mascarados no ciberespaço, sejam em coalizões entre locais como as (trans)feministas

4 Expressão utilizada por Tertliana Lustosa para criticar o apagamento das experiências de cada corpo desviante do sistema capitalista nos países da América Latina, tal como um extermínio das histórias locais, ancestralidades sudacas em favor da tradução da realidade euroestadunidense e cisheterossexismo a partir das epistemologias queer anglófono. (LUSTOSA, 2016)

utilizam-se dos blogs, narrativas de vida no Youtube, comunidades coletivas em redes sociais como o Facebook, pulverizando os relatos individuais acerca dos sonhos e propriedade coletivas (ROJAS, 2015; COLAÇO&DAMAZIO, 2012).

Seguindo a perspectiva da política do corpo afroindígena no “locus fraturado”, em resistência aos estruturalismos coloniais do feminismo tradicional, tal como da crítica à pouca fraternidade oriunda da cis-heteronormatividade cristã⁵ das mulheres e dos homonacionalistas gays e lésbicos que invisibilizam as cosmovisões e corporalidades das mulheres latino-americanas, indígenas e africanas (JESUS, 2014). O pensamento decolonial no transfeminismo afroindígena gesta os seus movimentos e seus discursos em coalizão entre as comunidades trans nãoocidentais em diálogo com os pesquisadores decoloniais, se organizando em guetos velados, sagrados e em militâncias politeístas, partilhando e valendo-se das cooperações no sistema-mundo Sul (SANTOS, 2007). Tais estratégias provocam pensamentos decoloniais e reproduz perspectivas pluriversais que instabilizam a lógica dicotômica, categorial e ontológica dos Direitos Humanos Universais e das políticas (trans)nacionais do desenvolvimentismo mediante pelo direito privado à saúde coletiva, segundo epistemologia da medicina e farmácia ocidentalizante.

Ao denunciar e resistir aos sutis giros coloniais empreendidos pela “*propriedade intelectual*” dxs pensadorxs norte-americanxs e francesxs queers (JESUS, 2014; PERRA, 2014; LUSTOSA, 2016; ABBADE & PIMENTEL, 2016), propõe-se o abandono das epistemologias e metodologias de investigações que revestem as sutis formas de interseccionalidades dos preconceitos, opressões e das (des)continuidades dos ‘domínios epistemológicos’ dos países do norte e seus pensadores como os “novos santos” e as “novas santas”(PERRA, 2014) sobre os países e epistemologias do sul. As estratégias trans afroindígena reivindica o respeito e autonomia à ecologia dos corpos coletivos e suas expressões étnico-racias, à pluridiversidade das tecnologias de economia

5 Expressão utilizada por Tertliana Lustosa para criticar o apagamento das experiências de cada corpo desviante do sistema capitalista nos países da América Latina, tal como um extermínio das histórias locais, ancestralidades sudacas em favor da tradução da realidade euroestadunidense e cisheterossexismo a partir das epistemologias queer anglófono. (LUSTOSA, 2016)

política das transformações dos corpos, das ritualísticas e estéticas afroindígenas, e dos seus movimentos comunitários contracapitalistas.

Assim, sob as demandas do pensamento decolonial, os estudos transfeministas afroindígenas no contexto dos territórios “em desenvolvimento” criticam o giro colonial promovido pelas teorias queers e suas perspectivas homogeneizantes postas pela materialidade dos corpos (re)produzidos por intervenções cirúrgicas e farmacológicas da indústria ocidental. Nessa direção, propõem-se movimentos críticos e analíticos sob as perspectivas “queers do sul”(MISKOLCI, 2009), aqui reconsideradas pelas coalizões étnico-raciais das economias e políticas afroindígenas, das parcerias entre pessoas mestiças junto as comunidades quilombolas e ciganas em intercomunicações entre terceiros e organismos de matrizes religiosas politeístas e poligâmicas que atravessam fronteiras do sistema-mundo norte e sul, entre continentes, tais quais as travessias oceânicas, em contínua troca entre saberes nômades sul-sul, reconstituindo as linguagens pluriversais acerca do direito à saúde sexual e reprodutiva dos corpos coletivos, valendo-se, portanto, da coexistência horizontal e não-hierárquica entre povos, territórios, espécies, raça, gênero e sexualidade.

Isso posto, retoma as práticas comunitárias, ritualísticas e cosmológicas das sociedades tribais, da política da nudez nas práticas ritualísticas de iniciação e fabricação dos corpos, da comunicação sexual e reprodutiva entre espécies, do trânsito entre gêneros e sexos não-binários dos seres míticos, reinvidicando os termos e tipos nativos da (re)existência coletiva. Evidencia-se dessa forma que a hierarquização entre espécies, raça, gênero e sexualidade não é natural, essencial e nem ontológica, mas sim produzida pela cultura colonial de massificação binária dos corpos e homogeneização das sexualidades pela política do corpo LGBT. A independência econômica e social das pessoas trans afroindígenas deve ser pautada no respeito às cosmovisões das suas práticas corporais, sexuais e reprodutivas (ALLARD, 2013), caso contrário às políticas desenvolvimentistas irão interditar, silenciar, invisibilizar e exterminar todas elas.

Assim como na perspectiva teórico-metodológica de Bagnol e Mariano (2011) em Gênero, sexualidade e práticas vaginais, o pensamento transfeminista afroindígena entende que corpo, gênero, sexualidade, saúde e doença são considerados como máquinas conceituais que capturam a experiência vivida numa definição ou experiência abstrata, reproduzidas em contextos étnico-raciais. Apenas com as

emergências de pesquisadores e militâncias de autores e autoras com experiências homoafetivas e (trans)feministas pós-coloniais e decoloniais, evidenciam-se as análises críticas precedentes que partem do pressuposto da universalidade da doxa cis-heteronormativa, da visão esotérica etnocêntrica e do viés masculino que constituem as muitas maneiras de compreender o comportamento alheio como o dos “outros”. Assim,

as noções do corpo, saúde e doença operam, portanto, como conceitos que agem simbolicamente e materialmente sobre os corpos vivos e, consequentemente, não são separáveis dos campos sociais e culturais e das forças históricas que intervêm ativamente na sua definição (BAGNOL& MARIANO, 2011 p.44)

Em Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?, Judith Butler (2015) reforça a noção crítica ao enquadramento dos corpos e das vidas sob a perspectiva etnocêntrica do Estado de Israel e do imperialismo norte-americano, reforçando desse modo a compreensão de que a performatividade dos corpos é ritualisticamente reproduzida pelas imagens que forjam o terrorismo e missões civilizatórias na direção da normatização dos gêneros e corpos úteis à economia do sistema moderno do capital. Sinaliza então que a precariedade dos corpos e a demanda de medicalização surgem do enquadramento do hetero/homonacionalismo ocidental (BUTLER, 2011). No entanto, é válido apreciar que as noções de luto ultrapassa os ritualismos cívicos e (trans)nacionalista do sistema moderno da colonialidade do poder, assim como as materialidades dos corpos coletivos são lidos e (re)inscritos independentemente das linguagens, saberes e conhecimentos anglófonos e industriais.

Resultados e discussão: o corpo transgressivo das identidades nas políticas do corpo

O pensamento decolonial entende e utiliza-se do hibridismo enquanto estratégia de resistência através das políticas transnacionais, apropria-se dos discursos científicos e tecnologias farmacopornográfica, no entanto entende que a divisão doméstico, público e privado são forjados pelas colonialidades, sendo que a resistência transafroindígena ao capital antecede a elaboração deste espaços, pois o

corpo coletivo e o imaginário ancestral são os principais elementos da resistência e estratégias decoloniais. Assim, o panorama teórico-metodológico do pensamento decolonial desenha-se como um rizoma⁶ dos fenômenos socioculturais que atravessam o subsolo dos discursos metalinguísticos da 'sagrada' história do corpo e forjam a invisibilidade das outras fontes de investigação até então ignoradas: os espaços virtuais reaparecem como cenários de guerra. O reconhecimento da transgressão do corpo na forma de resistência à ordem patriarcal implicou rupturas nos estatutos da ciência ocidental, amplificadas pela emergência dos discursos étnico-raciais no cibernético e emergências dos movimentos sociais em espaços públicos desde as décadas de 70 e 80, expandindo as comunicações entre governos e academias científicas, ampliando a visibilidade acerca das trocas de tecnologias entre nações, tornando mais complexas as crises das grandes narrativas e metadiscursos como projetos universais. A partir disso, podemos considerar que "a fonte de todas as fontes chama-se informação e que a ciência assim como qualquer modalidade de conhecimento nada mais é do que um certo modo de organizar, estocar e distribuir certas informações". Sendo assim, a livre circulação dos saberes críticos aos mecanismos de controle das sexualidades e reprodução dos corpos implicou

Considerações finais

O pensamento transfeminista afroindígena, tal qual a perspectiva decolonial, compreende que a performatividade, a construção dos gêneros e sexualidades, ou posicionamentos dos corpos, utiliza-se da propriedade coletiva e se efetiva como corpo tribal, comunitário e associativista, transgredindo o materialismo e as tecnologias médico-farmacêuticas que enquadram os corpos como abjetos, precarizados, individualizados e homogenizados pelas teorias queers. Assim denuncia o autoritarismo das políticas estéticas do corpo LGBT aliadas às economias políticas da farmocopornografia. Visto que estas acabam por agir como outro giro colonial, tais como "novos milagres"

6 Conceito oriundo da botânica para designar uma espécie de caule de certas plantas, que cresce de forma horizontal e quase sempre subterrânea. Termo tomado emprestado por Gilles Deleuze e Felix Guattari para conceituação de um sistema aberto, criador, mas que guarda questões ocultas em sua raiz (LIMA, 2011p. 34)

no campo da saúde e saberes científico-acadêmicos, jurídicos e dos movimentos sociais, reproduzidos sob o rigor individualista da ciência ocidental, dos valores “evolutivos” ao moralismo da Igreja Católica e Neopentecostais que centralizam a visibilidade das políticas de paz no sistema mundo, em detrimento da marginalização das outras noções de saúde coletiva, classificadas como políticas do corpo secundário e imundo (PERRA, 2014). Além da crítica ao essencialismo da religião e endeusamento dos médicos e suas intervenções cirúrgicas e farmacológicas, se impõe a demanda de medicalização, docilização e utilidade dos corpos.

Referências

ABBADE, Ana Matheus e PIMENTEL, Mariana (Org). Arte Sedução Educação Arte Educação Sedução Educação Arte Sedução – Arte Educação Invenção. Concinnitas | ano 17, volume 01, número 28, p.325-331. Set. de 2016. ALLARD, Olivier. Pueblos indígenas e identidades de género: el dualismo sexual sometido a discusión. Universidad de Picardie-Jules Verne, Francia.Revista Sexología y Sociedad. 2013.

BAGNOL, Brigitte. & MARIANO, Esmeralda. Gênero, sexualidade e práticas vaginais. Editora. DDA. FLCS. UEM: 2011.

BUTLER, Judith. There are some muffins there if you want... a conversation on queerness, Precariousness, Binationalism, and BDS. In: ALONI, U. (Org.). Whatdoes a Jew want? New York: Columbia University Press, 2011. p. 204-227.

CAMPBELL, Joseph (org.). Mitos, sonhos e religião: nas artes, na filosofia e na vida contemporânea. Tradução de Angela Lobo de Andrade e Bali Lobo de Andrade.Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO-GÓMEZ. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: _____.; GROSFUGUEL, Ramón. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del

capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, 2007. p. 79-91

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: O direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

GOMES, Oscar González. Visiones del “otro”: la sexualidad de los pueblos originarios de América en las formaciones discursivas de la expansión ibérica. Estudios Latinoamericanos, nueva época, núm. 22/07/12, 2008.

JESUS, J. G. Gênero e essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Universitas Humanística, 2014. LANZ, Letícia. O Corpo da Roupa: Uma introdução aos Estudos Transgêneros. A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Ed. Transgente. 2015.

LEITE JR. Jorge. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. Cadernos Pagu (38), janeiro-junho de 2012: 99-128

LIMA, João Epifânio Regis. Segundo Deleuze “Um encontro filosófico”. Rev. Filosofia. Ed. Escala Educacional. Col. Conhecimento Prático. n. 28, p. 33-36, 2011.

MARANHÃO FILHO. E. M. de A. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17,p.137-151, 2009

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, v. 22,n. 3, p. 935-952, 2014.

LUSTOSA, T. Manifesto Traveco-Terrorista. concinnitas | ano 17, volume 01,número 28, setembro de 2016.

MELLO, Cecília C. do A. Obras de arte e conceitos: cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afroindígena do sul da Bahia. Dissertação de Mestrado – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em Política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias [online]. 2009, n.21, pp.150-182. ISSN 1517-4522.

PERRA, Hija de. Interpretaciones inmundas de cómo la Teoría queer coloniza nuestro contexto sudaca, pobre, aspiracional y tercermundista, perturbando connuevas construcciones genéricas a los humanos encantados con la heteronorma. Revista Punto Género, N° 4. Diciembre de 2014. ISSN 0719-0417 / 9 – 16.

ROJAS, Eveline Gama. Trans narrativas do self : uma análise a partir de diários virtuais de transição transexual no Youtube .Tese (doutorado) – UFPE. CFCH. Pós-Graduação em Sociologia, Recife: 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos, n. 79. Dezembro de 2007.

PIVETTA, Marcos. Niède Guidon: Arqueóloga diz que o Homo sapiens já estava no Piauí há 100 mil anos. Entrevista. Revista FAPESP: Especial genômica_parte2.indd 73; Data: 26.08.08; hora: 18:03:35

A QUESTÃO DO GÊNERO FEMININO E DA FEMINILIDADE: NASCE OU TORNA-SE?

Manoelly Rodrigues da Silva

Graduanda do Curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, manoelly_silva@hotmail.com;

Resumo

Diante dos diversos questionamentos e imposições acerca do estereótipo feminino e, conseqüentemente, da atribuição de características ao conceito feminilidade, Simone de Beauvoir, trás em seus escritos, reflexões sobre o papel do gênero feminino ao longo da história. Estes atributos naturalizados e alheios à própria construção da mulher, em todo o processo das transformações das sociedades, vêm à tona para a desconstrução e análise, a fim de averiguar as divergências e afastamento da própria mulher que se encontra alienada de sua edificação enquanto Sujeito-Mulher. A reflexão de que o ser mulher está para além da espécie e das características criadas, impondo trejeitos e papéis sociais, é pauta de extrema importância na contemporaneidade e é de grande valia a discussão filosófica para o encorajamento e afirmação da mulher na sociedade, como um ser essencial e parte integrante do todo. Logo, se a construção feminina é um processo, a feminilidade é um atributo do mesmo e, por se tratar de singularidades femininas, a feminilidade é, portanto, parte deste construto que não pode ser dado e sim obtido e recriado. Desta maneira, este trabalho visa à contestação e reconfiguração dos conceitos feminilidade e sujeito-mulher. Este artigo partiu da análise de dados bibliográficos da autora existencialista e a fim de delimitar o estudo e ter uma reflexão filosófica mais aprofundada, nortearmos o texto através de duas teses do livro o segundo sexo para captarmos que a construção das ações se estabelece a partir do sujeito com relação ao mundo que o circunda.

Palavras-chave: Feminilidade, Sujeito-Mulher, Desconstrução, Contemporaneidade, Filosofia.

Introdução

Este presente trabalho tem por objetivo elucidar a noção da feminilidade e do sujeito-mulher, para a compreensão de que o gênero feminino no meio social fora um produto criado e estigmatizado através de um arquétipo, isto é, introduzindo-se características, performances e atributos que se tornaram padrão estabelecido para a definição do que é ser mulher. Simone de Beauvoir, em seu escrito revolucionário, no final da década de quarenta, trás a reflexão da distinção do sexo e do gênero¹, esta reflexão vem a contestar o modelo e o mito da feminilidade e, conseqüentemente, a associação de uma feminilidade que está impressa *a priori* na natureza da mulher; sabendo-se do estigma que gira em torno da mulher “verdadeira”, como a fragilidade, docilidade, submissão, castração². Interessante pensar, nesta reflexão que Beauvoir trás no seu escrito, *O segundo sexo: fatos e mitos* e *O segundo sexo: Experiência vivida*, O que se compreende por Ser-mulher? Qual a origem das desigualdades entre homens e mulheres? Estaria na própria natureza humana a separação de machos insubmissos, ativos e com caráter de sujeitos na sociedade enquanto que, as fêmeas submissas, castradas, e caracterizadas como o Outro? São perguntas que a Filósofa Francesa contemporânea, existencialista, tenta responder ao longo de seu texto.

O problema proposto pela autora vêm a trazer a contestação, em meio a tentativa de criar e (des)modelar o arquétipo alienado acerca do ser mulher durante o processo histórico humano e busca compreender onde estariam as desigualdades dos gêneros. O que leva a atribuição negativa que os homens elegem a tudo que é direcionado à feminilidade ou à mulher? a mulher sempre em seu caráter de inessencialidade na qual necessita do homem, o ser-essencial para validá-la e torná-la aceitável em uma sociedade dominada por eles

1 Enfatizemos que a autora nos diz isso de forma implícita.

2 Aqui no Brasil o compositor Mário Lago e o músico Ataulfo Alves recriam exatamente este modelo na música “ai, que saudades da Amélia”, a mulher perfeita criada e este-reotipada resigna-se a não contestar o que seu marido exige, submete-se e aceita, com um sorriso no rosto, a irritação de seu marido, que muitas vezes envolve violência física, psicológica e moral.

mesmos e a da atribuição da mulher como Objeto inessencial³ e atribuída a característica do não-ser.

Diante dos diversos questionamentos e imposições acerca do estereótipo feminino e, conseqüentemente, da atribuição de características ao conceito feminilidade, Beauvoir, trás em seus escritos⁴ reflexões sobre o papel do gênero feminino ao longo da história. Estes atributos naturalizados e alheios à própria construção do Sujeito-mulher, em todo o processo das transformações das sociedades, vêm à tona para a desconstrução e análise, a fim de averiguar as divergências e afastamento da própria mulher que se encontra alienada de sua edificação enquanto sujeito-mulher. A reflexão de que o ser mulher está para além da espécie e das características criadas, impondo trejeitos e papeis sociais, é pauta de extrema importância na contemporaneidade e é de grande valia a discussão filosófica para o encorajamento e afirmação da mulher na sociedade, como um ser essencial, ativo e parte integrante do todo.

A ênfase neste conteúdo evidencia a noção de que os papeis sociais de gênero, níveis de intelectualidade, empregos específicos, não é algo que vêm inseridos na espécie humana, ou seja, não está impresso seja na alma ou na biologia, é na verdade um atributo *a posteriori*⁵, com a constante e longa naturalização das performances que estão em espécie de caixas associadas à posse de um determinado órgão sexual; as crianças ao serem postas no mundo não possuem em si a teatralidade do agir conforme foi instituído ao órgão que possui, apenas agem, porém a naturalização que se dá, de acordo com seu órgão genital, a confina em um arquétipo, quando se trata da performance feminina à confina e, desta é tirada, inclusive, o direito sobre seu próprio corpo.

Logo, se a construção feminina é um processo, a feminilidade é um atributo do mesmo e, por se tratar de singularidades femininas, a feminilidade é, portanto, parte deste construto que não é dado e sim obtido e recriado. Desta maneira este trabalho visa à contestação e reconfiguração dos conceitos feminilidade e sujeito-mulher, para a

3 Conceito utilizado pela autora.

4 Referência ao livro o segundo sexo que possui duas versões, fatos e mitos e experiência vivida.

5 Utilizamos este conceito kantiano para estabelecer que a noção de feminilidade não é inata ao corpo e sim um processo que advém da experiência dos corpos.

compreensão de que, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. E, a fim de delimitar o estudo e ter uma reflexão filosófica mais aprofundada, focaremos em duas teses do livro *o segundo sexo* e faremos reflexões do livro por uma moral da ambiguidade.

Metodologia

Este trabalho foi construído a partir de levantamento bibliográfico e análise de duas teses centrais do livro *O segundo Sexo (Fatos e mitos)* e *O segundo Sexo (Experiência vivida)* e como apoio traremos o livro *Por uma moral da ambiguidade* também de Simone de Beauvoir e *O existencialismo é um humanismo* de Jean-paul Sartre. Por se tratar de linguagem a cerca da noção da feminilidade e da afirmação da mulher em ser um sujeito dentro da sociedade assim como o homem, este trabalho está em devir, ou seja, alguns argumentos aqui apresentados podem vir a ser questionados pelo fluxo e transformações da própria sociedade, além do mais, a noção sujeito-mulher não é próprio de Beauvoir, trouxemos este conceito através do debruçamento filosófico sobre os textos lidos. Salientando por fim que, como se trata de um estudo mais detalhado da concepção de Beauvoir, sobre os conceitos de feminilidade e do gênero mulher, focaremos na polarização de gêneros binários, o que, obviamente, é problemático pelas transformações contemporâneas das linguagens e em como os seres se apresentam ao mundo, mas essa delimitação não será uma deslegitimação dos gêneros que estão para além da binaridade, será uma leitura acerca do que a filósofa em meados dos anos quarenta têm a nos dizer. Tentaremos, pois, não associar ao gênero feminino um órgão genital ou internos em específico.

Onde estão fundamentadas as desigualdades entre os gêneros?

O que está por trás da caracterização negativa que se dá a qualquer tipo de atributos que são direcionados às mulheres? Por que a estrutura da sociedade patriarcal, à tempos, se utiliza de adjetivos que foram encerrados no gênero feminino como forma de insulto? Antes de responder a estas duas perguntas, salientemos primeiro dois conceitos que aqui serão citados, *sujeito-mulher* e *ser-mulher*; o primeiro é uma forma de contestação e ressignificação da conceituação, que

durante a história da humanidade, colocou o gênero feminino como o Outro, como coadjuvante da história e tornando o homem como o centro e sujeito. Desta forma, aqui tentemos, pois, introduzir a mulher no espaço que à muito lhe foi renegado, o espaço do *ser-mulher*. O segundo conceito, que já citei, é o caráter de trazer a mulher como também parte integrante do conceito universal de Ser, que Aristóteles e Parmênides, na Grécia Antiga, filosofaram. E traremos também o que Beauvoir entende por Ser, para que este conceito *Ser-Mulher*, seja remodelado para o *Existente-Mulher*⁶.

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!” O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo[...] (BEAUVOIR, 1967, p. 25, II)

Esclarecendo estes dois pontos, voltemos às perguntas que, inevitavelmente, serão respondidas pela própria autora. Em primeiro lugar, Beauvoir percebeu que os epítetos que eram, de forma naturalizada, direcionados às fêmeas, possuíam uma carga de negatividade pelo fato de que, a mulher sempre foi vista como inferior intelectualmente, socialmente, economicamente; como uma nota de rodapé, castradas por não possuírem o falo, e de não-essenciais por não serem capazes de pensar por si só, estes adjetivos, foram construídos por décadas, para menosprezar a caracterização de um Sujeito-Mulher e suas tentativas de alçar voo contra o sistema patriarcal. Desta maneira, para deixá-las de lado e tudo que as lembrassem, homens e até mesmo as próprias mulheres, perpetuaram o sexismo que envolviam sua espécie, trazendo consigo o peso, de forma ditadora, de moldar os gêneros transformando-os em padrões a serem seguidos. Ou seja, a mulher continuaria a ser rejeitada e tudo que à lembrassem e, os homens continuariam a beneficiar-se com seu despotismo encerrado na própria construção *aposteriori* de gênero.

6 Mais a frente explicaremos a diferença entre Ser e Existente na própria autora.

A primeira tese que iremos refletir está no seguinte questionamento da filósofa: “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico?” (BEAUVOIR, 1967, p.7 I). Este questionamento estabelece dois grandes eixos para se compreender onde estariam as desigualdades de gênero, isto é, qual a origem da própria noção de feminilidade e que faz da mulher Ser mulher? Ao longo do texto a autora trás vários indícios de que, diferentemente do que muito foi difundido na história, estas desigualdades são fruto de uma construção que nos foi encucada para ser edificada, regada e “cuidada” afim de perpetuar o *status* daqueles que estavam no poder, para que não decaísse.

Portanto a ideia de que a feminilidade, que fora sempre associada à fêmea, na verdade não é carregada nos órgãos que são atribuídos às mulheres⁷, ou seja, esta feminilidade estaria em uma conceituação platônica; o filósofo Platão defendia que, existiam dois campos para a apreensão das coisas, um era o campo sensível do qual se via apenas irrealidades e sombras e o campo inteligível, no qual teorizou seu estudo das ideias universais, para cada coisa que víamos no campo sensível, existia uma ideia universal, perfeita e eterna que só poderia ser captada no campo inteligível, isto é, esse conceito de feminilidade é uma ideia universal e, as mulheres performam esta conceituação, que também se torna um construto alheio à própria mulher.

Segundo a autora, enquanto seres embrionários e depois colocados no mundo, estes não possuem, portanto, uma masculinidade ou feminilidade impressa em sua espécie e nem uma forma específica de agir no mundo, ela diz:

[...]O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos; têm elas os mesmos interesses, os mesmos prazeres; a sucção é, inicialmente, a fonte de suas sensações mais agradáveis; passam depois por uma

7 Aqui utilizamos a noção da cisgeneridade, mas a autora não especificou este campo e por sua obra não trazer a temática da transgeneridade, utilizo para não agredir as mulheres que estão para além da cisgeneridade, desta forma, não encerro a conceituação de mulheres apenas aos órgãos genitais ditos serem pertencentes às mulheres cis, visto que, possuir um pênis ou uma vagina não define a que gênero uma pessoa identifica-se.

fase anal em que tiram, das funções excretórias que lhe são comuns, as maiores satisfações; seu desenvolvimento genital é análogo; exploram o corpo com a mesma curiosidade e a mesma indiferença; do clitoris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto [...]. (BEAUVOIR, 1967, p. 9, II)

Ou seja, estes seres possuem a mesma vontade seja no descobrimento de si, no amamentamento, na interação com os adultos a sua volta e que o início desta “diferenciação” se dá ao passo que estes mesmos adultos impõem peculiaridades naturalizadas e distinções entre o corpo que possui uma vagina e o outro que possui um pênis, ou seja, dão valores antagônicos aos órgãos sexuais e fechando-os em caixas com atributos que vão desde a noção da mulher-frágil ao homem-viril. Deste modo, há uma espécie de imposição consciente ou inconscientemente sobre as crianças a fim de diferenciá-las e que, desta forma, cada gênero possui suas funções na sociedade e absorvem estes atributos moldados. Logo, segundo a autora, as desigualdades entre os gêneros⁸ se estabelece enquanto perpetuação de uma relação de poder em que um gênero opressor, masculino, oprime um gênero oprimido, o feminino.

Ninguém nasce Mulher: Torna-se Mulher

Importante lembrar que, Beauvoir escreve *O Segundo Sexo* no final da década de quarenta e, pelo seu contexto, seu escrito não englobou questões atuais do final do século XX, como o estudo LGBTQIAP+. Salientemos também, que a filósofa escreve seu livro inserido na binaridade dos gêneros. Esta falta de compreensão do contexto histórico implica na interpretação de que, Beauvoir, quis falar a respeito das mulheres transexuais e travestis⁹, estaríamos fazendo um anacronismo. Beauvoir, como havia mencionado no tópico anterior, acreditava que as desigualdades de gênero estariam na relação

⁸ Enfatizemos que se trata da binaridade.

⁹ A filosofia nos permite que leiamos escritos antecessores a nós e utilizemos os mesmos para apreender nossa atualidade, o que queremos deixar bem nítido aqui é: Simone de Beauvoir não está reivindicando corpos transgêneros e travestis, visto que, a sua pauta além de estar focada na binaridade, não havia especificidades acerca dessa reconfiguração do olhar para os gêneros além de polarizações.

de que, um lado o gênero opressor exercia seu poder social sobre o outro lado, do oprimido¹⁰. Desta maneira, Beauvoir defende que, o ser mulher ou ser homem não é um atributo que provinha *apriori* nos genes ou impressos na alma humana, mas um conceito que já fora criado sim, *apriori*, porém sem caráter biológico e sim sócio-histórico, para definir e perpetuar a força do gênero que possuía valor do que não possuía. Portanto, Beauvoir diz:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9 II)

Esta tese foi uma grande revolução para a segunda onda feminista, e esta é a segunda tese para a reflexão deste artigo. Aqui a filósofa expõe não só sua teoria a respeito da construção feminina como o da própria liberdade, isto é, o ser ao colocar-se no mundo não têm incorporado sequer trejeitos das especificações de gênero que já se encontra moldado no mundo já dado. Aqui, percebe-se dentre algumas leituras, duas fundamentais, a primeira de que o Sujeito-Mulher ao ser posto no mundo, não possuía a essência-mulher, ao passo que este ser, que se encontra ainda em estado de não-racionalidade¹¹ é ensinado, modelado e lhe é encucado os papéis sociais cujo seu sexo, ou seja, seu órgão genital, pré-determinadamente deve estabelecer a maneira que deve-se portar.

Uma outra leitura que pode ser feita através do contexto da autora e de sua posição filosófica enquanto corrente filosófica existencialista, pode ser a de que, o não nascer mulher, implica, necessariamente, que não se nasce homem também, pois, os existencialistas ateus, como Sartre acreditam que: “A existência precede a essência” (SARTRE, p. 7) ou seja, o ser humano, antes de qualquer adjetivo, ou essencialidade, é colocado no mundo e posteriormente constrói-se por meio

10 Segundo a autora, os homens também sofrem com a necessidade de afirmar-se enquanto racionalidade, enquanto virilidade, pois, todos aqueles que não encaixam-se nesse padrão estabelecido pela sociedade lhe é questionado, inclusive, sua condição de ser homem.

11 Aqui entendam a “não-racionalidade” a partir de uma construção lógica do pensar, sendo a criança em seus primeiros anos de vida carente deste raciocínio.

da liberdade que se instaura em seu ser ao engajar-se no mundo. Ou seja, só se é homem ou mulher a partir do momento que o ser engaja-se, seja inclusive na perpetuação dos estereótipos já criados. Este ser humano, dotado de liberdade, diz Sartre, é condenado a ela, sendo a finalidade última do ser humano. Esta leitura arrisquemo-nos a pensar, pelo posicionamento de Beauvoir diante do mundo e de suas obras, isto é, o ser humano faz a si e fazendo a si, ele deve ter em sua plena consciência que faz o mundo também.

Sujeito-Mulher: Ressignificação e não resignação

Beauvoir reivindica o corpo e ao reivindicá-lo ela pretende afirmar a mulher não alheia a este, mas completa, ou seja, ela contesta e nos mostra argumentos para uma ressignificação do Sujeito-Mulher que outrora, vista como objeto, reivindica seu espaço como parte integrante do mundo. Neste contexto, a reivindicação da significação do conceito Mulher, passa a ser uma forma, inclusive, de combater a sociedade patriarcal que ao enclausurar as mulheres em adjetivos que a menosprezam, alienam-na de sua própria construção ao ditar como deve ser uma “verdadeira mulher”. Neste processo a resignação da mulher é contestada. Esta, segundo a autora, foi ensinada a resignar-se diante de seus opressores. E por ser algo inserido em suas mentes ao longo de sua infância, seguida da adolescência e posteriormente da fase adulta, tornou-as submissas.

É necessário haver, portanto, uma ressignificação da mulher que passa a ser Sujeito na sociedade que a diminui, que a põe no lado do Outro, nunca de uma figura protagonizante da história humana. Beauvoir contesta a feminilidade que tanto é atribuída à fêmea, a necessidade incessante que esta deve afirmar-se enquanto ser possuidor de uma feminilidade criada e estereotipada. Uma mulher que não trás consigo a feminilidade é contestada, Beauvoir trás em seu escrito, de forma implícita, que há diferença entre sexo e gênero, o primeiro a autora indica ser um fator biológico e que este não implica no segundo, sendo o segundo um fator resultante da construção *a posteriori*. E ao longo de seu texto, a filósofa salienta que essas introduções que se dá aos papéis que homens e mulheres devem ter no seio da sociedade, acabou tornando inerente o sexo com o gênero, mas o fato é de que ao ser postos neste mundo os seres, no caso as crianças

são bombardeadas de moldes sociais a fim de ajustá-los de acordo com suas características fisiológicas, que seriam os órgãos genitais.

A criança escapa normalmente à angústia da liberdade, ela pode ser a seu gosto, indócil, preguiçosa, seus caprichos e seus erros só dizem respeito a ela, eles não pesam sobre a terra[...]ela pode fazer tudo o que quiser, sabe que nada jamais acontecerá através dela, tudo já está dado; seus atos não engajam nada, nem mesmo a ela própria. (BEAUVOIR, 2005, p. 36)

Nesta fase da vida humana, o ser humano se vê diante de um mundo já dado, porém desconhecido. Este ser necessita absorver a complexidade do que é sua própria existência e do que lhe rodeia, entendendo que, apesar do mundo *está aí*, a construção e o desvelamento de seu Ser, está em suas próprias ações dentro deste mundo. Beauvoir salienta: “é a adolescência que aparece como o momento da escolha moral” (2005, p. 39) aqui a escalada da tomada de consciência avança, como a consciência-de-si Hegeliana, a noção da própria liberdade e da coletividade, começa a mostrar-se na adolescência, segundo a autora, aqui estabelece-se também a moral como o fator preponderante para a tomada de consciência em sua completude, para assim compreender-se enquanto um existente livre. ou seja, “Querer o desvelamento do mundo, querer-se livre, é um único e mesmo movimento” (2005, p.25).

Uma ação necessariamente irá guiar o ser para o que ele realmente é? Ou na verdade a construção social de terceiros permite com que as crianças, por exemplo, comportem-se de tais formas que lhe caracterizariam meninos e meninas? De fato, o existencialismo estabelece a escolha como algo iminente ao ser, isto é, o ser só torna-se o que é, através de suas escolhas, de suas decisões projetadas e engajadas diante de si e da sociedade, o que acontece, de fato, é que ao serem postos ao mundo, as crianças são encaminhadas para uma espécie de agrupamento, e dentro deste agrupamento existem normas de condutas que estabelece tanto os meninos quantos as meninas, deverão agir. Mas, para que entendamos o processo de Ser mulher para uma Existente-Mulher que aqui podemos ter como sinônimo o Sujeito-Mulher está no que a autora vai chamar de desvelamento do ser: “Minha existência não deve captar o ser, mas desvela-lo; o desvelamento é a passagem do ser à existência” (BEAUVOIR, 2005, p. 30)

Desta forma, a ressignificação dos conceitos tanto da mulher quanto do homem são imprescindíveis para uma reelaboração dos mesmos e da maneira como estes agirão no mundo, usando de sua liberdade para determinar seus gostos e mostrar suas habilidades em um meio mais justo que lhes darão oportunidades para construir-se enquanto existentes no mundo, desvelando-o e tornando-os partícipes e protagonistas da evolução humana.

Considerações finais

Logo, pensar em feminilidade é pensar em um elemento construído para além dos próprios corpos e de suas transformações dentro da sociedade, a feminilidade, como muito bem conceituou Simone de Beauvoir, é um produto criado e abstrato, e que as mulheres precisam trazê-lo para a concretude, como forma de parodiar uma forma universal. Para que venhamos a questionar esse produto e que nós mulheres diversas possamos existir no mundo em nossa singularidade é necessário que se tome consciência e que cada vez mais identificadas pelas demandas de nossas companheiras, possamos construir, através da resistência e oposição ao que nos é atribuído, reivindicar direitos que são dados apenas aos homens, no caso a noção abstrata do que é homem, é nessa tomada de consciência torna a Mulher um Existente-mulher pois, “existir e fazer-se falta de ser, é lançar-se no mundo” (BEAUVOIR, 1947, p. 40), ou seja, a partir do momento que o Sujeito-Mulher se percebe enquanto parte deste todo e a reivindicar com voz grave, seus direitos, estas desvelam-se e desvelam o mundo, tiram toda capa e tudo o que tornava sua visão de si e do mundo, difíceis, lança-se neste mundo enquanto existente e extrapola as noções impostas pela estrutura dominante.

A relação de poder tornar difícil a tomada de consciência a respeito das noções impositivas de gênero, é uma forma de validar as diferenças entre homens e mulheres a fim de tornar, a mulher submissa ao homem e ao dever de procriação¹² impedindo-as(os) seu próprio exercício de liberdade e de construção individual. A noção de que o gênero não se situa num conceito pré-estabelecido pelos seus órgãos sexuais e que, não há de fato, em um âmbito universal,

12 E com isso, diminui mulheres que não podem ou não querem ter filhos

ações performáticas impressas no sexo, significa que, o papel social exercido desde a infância é um construto naturalizado e no caso para a mulher, é mais impactante pois esta é encerrada em atributos inferiorizados e desumanizantes.

Desta forma, enquanto as mulheres e homens não se lançarem, não se perceberem enquanto aqueles que devem buscar a clarividência de si e logo tornar-se existente, não conseguirão, no mundo, tomar consciência da grande tarefa em perceber-se enquanto existente-livre, estes encontrar-se-ão ainda como Ser, entendendo-se o Ser¹³ como aquele que não desvelou-se e que necessita do conhecimento para esse desvelamento. E, para finalizar, enquanto a mulher não aperceber-se de seu confinamento em sua natureza e em papéis que foram construídos para castrá-las, não poderão entender-se enquanto Existente-mulher, logo, a educação e o acesso são fundamentais para a tomada de consciência, precisamos disseminar o feminismo para que nossos corpos performem liberdade e movimento constante.

Referências

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Tradução: Sérgio Milliet. 2º edição. São Paulo: difusão europeia do livro, 1967. II

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. 4º edição. São Paulo: difusão europeia do livro, 1970. I.

BEAUVOIR, Simone. *Por uma moral da ambiguidade seguido de Pirro e Cinéias*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Rita Correia Guedes. Fonte: Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

¹³ Esta referência encontra-se no livro “*por uma moral da ambiguidade*” onde a filósofa investiga sobre a liberdade. Este livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1947, ou seja, seu linguajar ainda remonta muito a totalidade dos seres humanos ao caráter androcêntrico de Homem. Fizemos, portanto, uma adaptação do pensamento da autora inserindo o conceito de Mulher também.

OS ATRAVESSAMENTOS DA HOMOFOBIA NO CONTEXTO FAMILIAR: A HETERONORMATIVIDADE EM INTERFACE COM A PSICOLOGIA

Isaac Marlon Vasconcelos do Nascimento

Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, presidente da LASID – Liga Acadêmica de Saúde Integral para a Diversidade, formando em Gestalt-terapia e em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Clínica Diálogos, isaac.8115@hotmail.com;

Francisco Francinete Leite Júnior

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP, francinetejunior@leaosampaio.edu.br;

Resumo

Atualmente, o ambiente familiar ainda tem sido fonte de sofrimento e angústia por partes de homossexuais, os quais estão em contato com um ambiente de padrão heteronormativo. Dessa forma, a presente pesquisa objetiva entender quais os impactos e atravessamentos da homofobia fixada no contexto familiar a partir de uma visão científica psicológica. Metodologicamente, usou-se dos buscadores Scielo, Science Direct, PubMed, Google Acadêmico (Scholar Google) e periódicos da CAPES para dados científicos com marcadores homofobia, heteronormatividade, contexto familiar e psicologia, primeiramente de forma separada e em seguida usando de dois em dois marcadores ligados, englobando todos os apresentados para que haja uma conversa dentre eles, proporcionando assim uma pesquisa bibliográfica de caráter mais investigativo. A pesquisa resultou em atravessamentos causadores de bastante sofrimento psíquico, suicídio,

surgimento de diversas psicopatologias graves em homossexuais presentes num ambiente familiar o qual pode ser considerado opressor. Considera-se então a importância da Psicologia para o cuidado e acolhimento tanto do homossexual que sofre e recebe estes impactos como também da família heteronormativa.

Palavras-chave: Homofobia, Heteronormatividade, Contexto Familiar e Psicologia

Introdução

Para que se inicie a presente pesquisa, é necessário primeiramente discutirmos a ideia central dos marcos presentes nos achados, que é a ideia de Homofobia, que de acordo com Daniel Borrilho (2009, p. 15) é uma atitude de hostilidade para com homossexuais, e que assim como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, a homofobia visa colocar gays e lésbicas numa qualificação como anormal, inferior o contrário. Podemos entender essa qualificação a partir da proposta de Abjeção, que é o espaço da dessemelhança e da não-identidade. Apontar o monstruoso, o abjeto, funciona como um poderoso aliado do que Foucault chamou de sociedade panóptica, na qual comportamentos polimorfos são extraídos do corpo dos homens mediante múltiplos dispositivos de poder (SILVA, 2000, p.46).

A homossexualidade, aqui, no que diz respeito à ideia do termo “homossexual” (e seus derivados) será tratado como significativo de homens e mulheres cuja sexualidade e/ou afetividade principal se orientada para pessoas de seu mesmo sexo biológico, como diz Silva Júnior (2004), que em seu estudo estudou historicamente o discurso da homossexualidade. Essa orientação sexual será abordada neste estudo enquanto fato consumado, que não precisa de justificação biológica, psicológica ou social, tal como sugerido por Trevisan (2002). Tais homossexuais crescem e se desenvolvem em ambientes heteronormativos, isso Foucault (1977) explica pelo fato de a sexualidade ser um instrumento de poder, onde existem sexualidades dominantes e sexualidades que são dominadas. No caso da heteronormatividade, entende-se como a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, a qual é sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). (FOSTER, 2001, p. 19) Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001, p. 19).

No tocante ao contexto familiar, notando-se já o tocar dessa instituição acima quando Foster (2001) apresenta a ideia de heteronormatividade, Georges Duby (apud Ariès, 1981, p. define como o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os

períodos de enfraquecimento do Estado. Lévi-Strauss (1956, p.34) fala que socialmente existe um modelo ideal de família, que deve ter sua origem no casamento; deve ser constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversifi cada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo e outros.

Mediante os marcadores acima: o marcador de homofobia, homossexualidade e heteronormatividade, o contexto familiar; percebe-se que são temais os quais a psicologia se debruça. Uma Psicologia que deve ser crítica, e ter essa visão crítica se faz um compromisso ético do psicólogo, sendo um princípio fundamental (CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO, 2005), e uma psicologia que consciencializa as dificuldades “em lidar com as diferenças e com a existência do Outro de uma forma celebrativa em vez de opressiva” (Sampson, 2000, p.5), que corrobora com a ideia de Carneiro (2004), que fala de uma Psicologia que se coloque contra a violência de inexistir e a favor da diversidade humana. Assim, aqui objetivamos entender quais os impactos e atravessamentos da homofobia fixada no contexto familiar a partir de uma visão científica psicológica, sendo este um objetivo de extrema relevância para as pesquisas em psicologia, pois como já apresentado o princípio ético acima, também pode-se colaborar com uma psicologia que exalte a diversidade humana, especificamente a diversidade sexual dentro de diversas instituições, como o caso da família.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, sendo uma revisão de literatura narrativa, objetivando proporcionar ao pesquisador e ao leitor uma maior familiaridade com o problema em estudo. Este modelo de pesquisa tem como foco tornar um problema complexo mais explícito ou mesmo construir hipóteses mais adequadas. A realização das buscas foram realizadas entre junho e agosto de 2020, utilizou-se as bases de dados Scielo, Science Direct, PubMed, Google Acadêmico (Scholar Google) e periódicos da CAPES, onde ocorreu uma seleção criteriosa no que diz respeito a obras utilizadas para o desenvolvimento desta revisão. Com os descritores utilizados de modo

associado e isolados foram: “Homofobia”, “Heteronormatividade”, “Contexto Familiar”, e “Psicologia”, estes marcadores foram colocados para busca primeiramente separados, proporcionando ao pesquisados um contexto mais geral do tema, e após uma leitura minuciosa sobre as temáticas os quais se tratavam, buscou-se pelos marcadores juntos de dois em dois: “homofobia e heteronormatividade”, “homofobia e contexto familiar”, “homofobia e psicologia”, e assim buscou-se com os demais marcadores. Maioria dos artigos usados são em português. Foi selecionado pelo pesquisador um total de 260 periódicos para depois mesclar questões específicas dentre eles com a necessidade que fosse surgindo de menção na pesquisa.

Referencial teórico

As principais discussões teóricas, no que diz respeito aos achados do tema proposto por esta pesquisa, embasa-se primeiramente nas ideias já citadas acima na introdução que são ideias bases para que haja uma associação genuína dentre a ideia principal. O autor Daniel Borrilho (2009) surge inicialmente com os estudos sobre homofobia, podendo então ser analisado com a perspectiva de abjeção de Tomás Tadeu da Silva (2000). Adentrando na perspectiva da homossexualidade foi trazido como base Silva Júnior (2004) e Trevisan (2002) que buscam para além de uma conceituação, uma ideia dessa perspectiva sem que haja uma rotulação da orientação. Foucault (1997) abre o campo para o entendimento sobre heteronormatividade, afirmando existir uma zona de poder no que diz respeito à sexualidade, tanto é que o mesmo faz um estudo genealógico estudando historicamente a sexualidade, abrindo margens para que Foster (2001), que traz o conceito de heteronormatividade como já apresentado na introdução.

Com a discussão que Foster (2001) abre, pode-se pensar sobre a instituição da família como também presente enquanto ambiente heteronormativo, pois além de citar a responsabilidade de diversas instituições, é trago em suas ideias a base familiar enquanto heteronormativo. Dessa forma, surge a necessidade de entender o percurso social da família que é mencionado por Ariès (1986), em sua perspectiva sobre história social da criança e da família. Lévi-Strauss (1956) é outro autor que surge com a necessidade da pesquisa para que seja trago à tona a ideia social de família. Percebendo a importância das três dimensões acima, vários autores aparecem trazendo

uma discussão importante sobre o objetivo dessa pesquisa. Schulman (2010) traz um viés bastante interessante sobre homofobia familiar, mostrando que a homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa gay, ela ainda fala diversas outras questões como a dificuldade de auto-reconhecimento, e de como as conquistas gay são menos valorizadas do que as conquistas de heterossexuais na família, a autora ainda levanta diversas questões que ocupariam diversas páginas de forem citadas aqui.

Outros autores como Perucchi, Brandão e Vieira (2014) também é um presente e necessário referencial teórico no que propõe-se esse debate, trazendo uma discussão importantíssima sobre “Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays”. Toledo e Filho (2013) trazem uma reflexão que inclui historicamente o dispositivo da sexualidade no contexto familiar como guardião da normatividade, a ideia de heteronormatividade também se faz bem presente no que objetiva o estudo deles intitulado “Homofobia Familiar: abrindo o armário entre ‘quatro paredes’”, já Rodrigues (2006) traz uma perspectiva de homofobia como sintoma da família. Além disso diversos outros teóricos importantes encontrados pelo autor são de extrema relevância para a compreensão final desta pesquisa que é feita a partir de uma visão da psicologia, a partir da ideia de psicologia crítica mencionada por Sampson (2000), e com a psicologia que celebre a diversidade mencionada por Carneiro (2013), que defendem cientificamente um psicologia contra a violência de inexistir e que defenda as diferenças, sendo este também um posicionamento ético do Psicólogo, surgindo também como referencial base o Código de Ética do Psicólogo (2005).

Resultados e discussão

Feito uma conversa dentre os periódicos achados, especificamente os encaixados nos parâmetros dessa pesquisa, encontrou-se diversos impactos e atravessamentos da homofobia no contexto familiar, tragos por diversos autores que são colocados aqui em pauta. Sarah Schulman (2010, p. 70), diz que homossexuais são punidos no interior da estrutura familiar, mesmo que nunca tenham feito nada de errado, ainda segundo a autora essa punição tem consequências dramáticas tanto nas nossas experiências sociais quanto em nossas relações de maior confiança, as relações afetivo-sexuais. Aqui já percebe-se um

atravessamento punitivo sofrido por homoafetivos apenas por serem como são. Vale ressaltar que de acordo com Hersch (1991) citado por Sanders (1994, p. 228), jovens gays e lésbicas estão três vezes mais propensos a tentar o suicídio que os jovens heterossexuais.

Schulman (2010) diz que as formas de expor a homofobia na base familiar não são tão nítidas e explícitas, ela até menciona que produziu seu estudo num momento onde as pessoas diriam “isso já está mudando”, sendo que ela menciona atitudes que comprovam uma homofobia que é astuta, muito velada mas que pode trazer muito sofrimento. Daniel Borrillo (2009), em seu livro “A Homofobia”, diz que:

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevistá-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, ou de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária. (BORRILHO, 2009, p. 18)

Pode-se perceber a complexidade e variabilidade da homofobia no contexto familiar, Mason (2002) diz que mantem-se culturalmente uma forma de fidelidade familiar que, para além de relativo ao carinho natural que sentimos pelos membros de nossa família. Por outro, é uma lealdade inconsciente que nos faz ser fiéis aos modos de comportamento da família de forma quase automática, fazendo-nos manter segredos com a ausência de perguntas e pelo ‘não falar’ a respeito

de certo assunto. Castañeda (2007) quando fala desses homossexuais não aceitos, diz que “não é apenas o parceiro que é anulado: trata-se de uma negação pura e simples dos sentimentos, das necessidades afetivas, e da vida cotidiana e social do filho ou da filha homossexual” (pp. 117-118). Outro impacto presente no contexto familiar é a desqualificação da autoridade da pessoa homossexual de falar de sua sexualidade, infantilizando-a e tomando para si a competência de falar sobre o desejo do filho, falas como “Você não é assim!”, “Você está passando por uma fase!; Você ainda não teve experiências heterossexuais o suficiente para ter certeza” (Toledo, 2013, p. 357). a sexualidade se torna algo guardado pela família, onde seus integrantes detêm o direito de questionar e/ou julgar a maneira como os demais passam a vivenciar seus desejos eróticos (DONZELOT, 1986)

A homofobia também está em intersecção com o patriarcalismo; Crenshaw (1994, p. fala de interseccionalidade, que focaliza, sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando classe e sexualidade. Em síntese, Silma Birge diz que:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Dessa forma, podemos dizer que a questão de gênero também tem conectividade e se intersecciona com a problemática da sexualidade. Narvaz e Koller (2006) possuem um estudo sobre Família e Patriarcado, mostrando como estes dois conceitos estão intimamente interligados, expondo que a família é uma instituição onde o patriarcalismo está inserido, eles percebem isso quando mencionam a prescrição normativa a subversão criativa, algo que também traz bastante impacto ao homossexual, principalmente os próximos do feminino, é o que diz Moura, Nascimento e Barros (2017), em seu estudo que diz “O problema não é ser gay, é ser feminino”.

Segundo Foucault (2004), as relações homoafetivas não apenas subvertem a regra sexual, pois o homoerotismo não é apenas composto de práticas sexuais, mas também subvertem a lei dos relacionamentos e do amor, da composição e da conjugalidade e, assim, da família, o que causa uma não aceitação da união homossexual, bem como da homoparentalidade (família formada por casal homossexual).

A família homofóbica segundo Rodrigues (2006) muitas vezes, elege um membro da família como sendo o “problema”. Claro está que o “problema” não é o paciente identificado, ou pelo menos não é só ele o “problemático” mas, os padrões de interações desta família. Quando eles falam da homofobia enquanto sendo um sintoma da família, eles falam do problema não estar naquele homossexual, mas referem-se à questões mal-resolvidas em membros dessa família, o que pode ser também corroborado por Sarti (2004) que defende a ideia de que quando a homofobia é encontrada dentro da família, pode ser um indicativo de que membros da família não estão preparados para lidarem com seus próprios “demônios” referentes à questão da sexualidade, e que os mesmos são homossexuais, mas sim que há lacunas em seus desejos não resolvidos ou não conhecidos na subjetividade individual, o que traz como resultado também à presente pesquisa, a necessidade de acolhimento não só ao homossexual, mas à família que a homofobia enquanto um sintoma.

Toledo (2013) destaca a possibilidade de cortar relações com a família sendo um dos eventos mais deprimentes e estressantes entre os homossexuais em seu processo de descoberta e autoaceitação. Borrillo (2010) traz a tona o termo “homofobia liberal”, sendo um preconceito mascarado que é lançado pelos familiares e/ou ciclos sociais mais próximos, onde demonstrado uma aceitação e respeito que não condizem com o pensamento e comportamento dispensado em relação ao indivíduo homossexual. Schulman (2010) diz que essa forma de apresentar da homofobia está fundamentada na ideia de que o homoafetismo não é legítimo, assim, o homossexual passa a ser tolerado ao mesmo tempo em que o mesmo anulado.

Como pode ser percebido nos resultados e em diversos autores que aparecem, a homofobia na família e que nem sempre é explícita, traz diversos atravessamentos e impactos psicossociais não só ao homossexual, mas também à família que carrega consigo um sintoma estrutural e que também precisa de acolhimento. Ressalta-se também que há a hipótese desse sofrimento ter se intensificado ainda mais

devido à pandemia da covid-19, o presente problema de saúde que assolou os lares da humanidade e que inseriu a população homoafetiva em contato com o “ficar em casa”, onde talvez estejam familiares, pois como é também uma perspectiva traga pelos autores acima, quando o gay, lésbica ou bissexual não possui um acolhimento genuíno de sua família, diversas instituições e ambientes lá fora ocupam este espaço. Assim pode-se dizer que a pesquisa “passou o pincel” muito bem em seus objetivos de debater de forma científica a problemática trazida à tona.

Considerações finais

Mediante os fatos elencados, pode-se dizer que para com estes sujeitos homoafetivos a família “não funciona como uma rede de apoio significativa para esses(as) jovens que, na maioria das vezes, conta apenas com amigos e/ou amigas para dividir as suas experiências e dificuldades” (Perucchi, Brandão, Vieira, 2014, p. 71). Dessa forma, se faz importante a presença da psicologia neste debate sobre a família, sobre a sexualidade, sobre institucionalização e dispositivos de poder, sendo essa uma problemática social causadora de extremo sofrimento e de até mesmo suicídio, como enfatizado nos resultados desse estudo. Aqui podemos citar também outro fator importante que surgiu como resultado: a necessidade do acolhimento psicológico e da compreensão também destes membros da família que são homofóbicos, já que diversos autores apresentados acima trazem a perspectiva da homofobia ser um problema presente no homofóbico e não no sujeito que é como é.

Assim como cita Sanders (1994), diversos cuidados devem ser tomados pelo terapeuta na clínica com pessoas não heterossexuais. Podemos dizer, seguindo a óptica do autor, que o terapeuta deve ajudar estas pessoas a refletirem positivamente sobre suas experiências e relações com sujeitos do mesmo sexo, dando apoio para o paciente reelaborar a negatividade de sua homossexualidade para uma positividade, tendo uma posição ativista sobre si e sobre sua causa. Ainda assegurando-se no autor, o terapeuta deve convocar os pacientes homossexuais para a sustentação à vida, ajudando-os a enxergarem a si mesmos como atravessados por ideias inculcadas de discriminação, homofobia e desigualdades de gênero e convidar estes pacientes

a externalizarem seus sentimentos e pensamentos homofóbicos interiorizados.

São diversas as formas de manifestação da homofobia dentro do contexto familiar, como foi exposto algumas nos resultados desta pesquisa, que podem ir desde um xingamento, uma agressão, até formas mais astutas e não tão explícitas como culpar o sujeito homossexual por coisas pelas quais o mesmo não fez, não deixando nítido que a causa principal é que o familiar ainda não suporta lidar com a sexualidade que ele acredita não ser o certo, não corresponde ao padrão e que ele acha que ainda há possibilidade de mudar.

Para a comunidade científica é importante que hajam pesquisas de cunho político que reforcem o extermínio da exclusão, pois como Foucault (2010) nos remete em seus estudos genealógicos sobre a loucura, a ciência e a psiquiatria já formam patologizadores da subjetividade humana, o movimento da grande internação é um exemplo disso. A psicologia também tem uma dívida social muito forte, muito das produções de saberes da psicologia na época da ditadura militar posicionam-se a partir de uma pretensa razão sobre o mundo e através de uma suposta neutralidade, negligenciando as experiências espontâneas e imprevisíveis do cotidiano, assim esta psicologia foi tomando distância da política em nome de uma postura que minimizava a valorização das singularidades no processo de produção do conhecimento (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001). Dessa forma, como atual posicionamento ético da psicologia, e como também uma forma de promover uma bioética, a presente pesquisa surge para que o psicólogo, assim como também profissionais da saúde, e das ciências humanas e sociais, em seu compromisso com a promoção de vidas e relações saudáveis, esteja informado sobre seus posicionamentos para com os atavessamentos do contexto familiar homofóbico.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

BILGE, SIRMA. “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARNEIRO, N. S. Contra a “violência de inexistir”: psicologia crítica e diversidade humana. **Psicologia & Sociedade**; v. 25, n. 1, p. 40-47, 2013.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**, v. 17, n. 3, p. 245-248, 2001.

CRENSHA, W; KIMBERLÉ, W. (1994), “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). The public nature of private violence. Nova York, Routledge, pp. 93-118. [Também em Stanford Law Review, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991; em francês, “Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l’identité et violences contre les femmes de couleur”. Cahiers du Genre, n. 39, 2005, pp. 51-82.

CYNTHIA, A. S. A Família como Ordem Simbólica. **Psicologia USP**, v. 15, n.1, p. 11-28, 2004.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOSTER, D. W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividad en la literatura latinoamericana. **Letras: literatura e autoritarismo**, n. 22, 2001.

FOUCAULT, M. (2004). **Sexualidade e solidão**. In M. B. da Motta (Org.), Michel Foucault: ética, sexualidade, política (pp. 92-103). Rio de Janeiro: Forense Universitária

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, MICHEL. **História da loucura na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 9. ed.. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. In: SHAPIRO, H. L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

LIONÇO, T. **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: LetrasLivres : EdUnB, p. 196. 2009.

MASON, M. J. **Vergonha: reservatório dos segredos na família**. 2002. In E. ImberBlack (Org.), Os segredos na família e na terapia familiar (pp. 40-54). Porto Alegre: Artmed. 2002

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P; BARROS, D.F. O Problema Não É Ser Gay, É Ser Feminino: O Gay Afeminado E As organizações. Farol. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 11, 2017.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. “Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa”. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n. 1, p. 49-55; 2006.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 1-88, 2014.

RODRIGUES, A. A homofobia como sintoma na família. Universidade de Estadual Paulista. 2006. Disponível em: [http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/anais do XIX encontro/71 aretusa de paula rodrigues.pdf](http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/anais%20do%20XIX%20encontro/71%20aretusa%20de%20paula%20rodrigues.pdf).ENCONTRO/71_ARETUSA_DE_PAULA_RODRIGUES.pdf. Acesso em 23 de fevereiro de 2021

SAMPSON, E. On rainbows and differences. In T. Sloan (Ed.), **Critical psychology**: Voices for change, p. 1-5, 2000.

SARTI, C. A. **O jovem na família: o outro necessário**. In R. Novaes & P. Vannuchi (Org.), Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas**, v. 5, p. 67-78, 2010.

SCHULMAN, SARAH. Familial homophobia: an experience in search of recognition. In: Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences. New York: The New Press, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. L. GUEI: nem comédia nem drama, um programa de TV contra o preconceito. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 2. sem. 2004, 97 fls. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.

SILVA, T. T. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TOLEDO, L. G. **“Será que eu tô gostando de mulher?”: tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. 2013. Tese de doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Assis), 2013

TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Homofobia familiar: abrindo o armário ‘entre quatro paredes’ **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

“MEU CORPO, MINHAS REGRAS, MEUS ROTEIROS, MINHAS PREGAS SOU EU MESMO QUEM FABRICO”: TECENDO (RE) FLEXÕES SOBRE IDENTIDADE AO SOM DE LINN DA QUEBRADA.

Celio Silva Meira

*Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social- UCSal.
NuQueer- UFRPE/SEC-BA- E-mail: celiomeira2014@gmail.com*

Resumo

A proposta deste trabalho é fazer uma análise sobre a identidade dissidente de Linn da Quebrada. Onde se identifica como “uma bixa, transviada, uma bixa travesti, periférica, preta que está experimentando o corpo e está se jogando”. Esse estudo está ancorado numa perspectiva decolonial, dos saberes subalternizados, rompendo a sacralização dos projetos hegemônicos. Assim, a narrativa produzida a partir da trajetória de Linn constitui-se em saberes e descrições privilegiadas, uma vez que é produzida a partir da perspectiva daqueles que foram e ainda são invisibilizados pela narrativa preeminente da nação. A metodologia utilizada é a etnografia virtual, através de videocliques e entrevistas da cantora disponíveis em diferentes canais na plataforma do YouTube, e autores que discutem a temática de identidade, gênero, sexualidade, interseccionalidades.

Palavras-chave: Identidade, Dissidência. Subversão, Interseccionalidades, Linn da Quebrada.

Introdução

Contemporaneamente, tem aumentado a quantidade e a visibilidade de artistas *trans*¹. Até então tais artistas eram designados à margem da sociedade devido a não adaptação aos padrões culturais hegemônicos no que tange a gênero, sexualidade, estética e performance no geral, ou seja, bagunçavam a cena clichê, viviam em desacordo às imposições historicamente “naturalizadas”. No entanto, essa visibilidade não tem apenas dado voz, reconhecimento midiático a essas pessoas, suas representações identitárias e seus perfis apontados como disparatados, têm suscitado questionamentos a despeito das identidades lidas como não heteronormativas² e não cisgêneras³, que constantemente são assinaladas como monstros que devem ser temidos por tencionarem a famosa estabilidade da normalidade. São os artistas das “VIAdaGENS”, como são apontados por segmentos conservadores da heterossexualidade compulsória

Para a composição desse texto, optamos pela perspectiva pós-estruturalista, enquanto tendência à radicalização e à superação da perspectiva estruturalista nas mais diversas áreas do conhecimento, tendo seus principais representantes: Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, etc. nesse sentido.

Compreender a perspectiva pós-estruturalista, permite perceber o sujeito em sua concepção bio-psico-histórico-social-cultural, ou seja, em sua

1 As travestis/transsexuais: Mc Xuxu, Liniker, Assucena e Raquel Virgínia da banda As Bahias e a Cozinha Mineira; e as Drag Queens: PablloVittar, Gloria Groove, Lia Clark. Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/cultura/11-artistas-brasileiros-que-estao-quebrando-todas-as-regras-degenero/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

2 Warner (1991 apud SANTOS e DINIS, 2013) define a heteronormatividade como um processo de legitimidade e privilégio que se relacionam com a heterossexualidade por pressupor essa como algo “natural”.

3 Vergueiro, em entrevista para Ramírez (2014), considera o termo cisgeneridade um ponto analítico para se contestar a naturalidade com que as pessoas não *trans* são legitimadas, permitindo um olhar descolonial do gênero, inclusive, na substituição desse termo por outros como “mulher biológica”, “homem de verdade”, deslocando também a hierarquia e a naturalidade construída. É, portanto, a cisgeneridade não somente uma classificação de uma certa adequação de um sujeito quanto ao gênero que lhe é classificado a partir da genitália sexo, mas uma categoria política de revisar o que se considera como padrão e essencial.

integralidade, possibilitando compreendê-lo a partir de sua inserção em diversos contextos e sobre influência de diferentes variáveis. Permite compreender como o sujeito se desenvolve em seu contexto histórico e cultural e qual a significação que o mesmo dá a esses eventos, dando-lhe voz para dizer de si, de sua integralidade, de sua subjetividade. (AGUILAR, GONÇALVES, 2017, p. 43)

Neste sentido, procuramos trazer a voz subalterna para o primeiro plano; reconhecendo a existência de diversos projetos decoloniais que são silenciados ou produzidos como inexistentes pela narrativa hegemônica da nação (COSTA, 2015); permite-nos colocar “a realidade excluída no centro das coisas” (SAID, *apud* COSTA, 2015, p.19). Portanto, uma escrita fronteira que emerge do confronto entre o conhecimento moderno/europeu e os conhecimentos produzidos das perspectivas das modernidades coloniais. MIGNOLO (2003, p.76) nos provoca asseverando que: “O pensamento de fronteira, na perspectiva da subalternidade, é uma máquina para a descolonização colonial, e, portanto, para a descolonização política e econômica”. Respalhando em (GROSFOGUEL, 2003, p. 56) nos certifica que:

Ao falar em pensamento fronteiro não se está pensando em termos de um fundamentalismo teórico e prático, que rejeita toda e qualquer coisa que seja europeia. Ao contrário, o pensamento fronteiro leva em conta a duplicidade de consciência que o sistema mundo colonial/moderno gera. O pensamento fronteiro é duplo porque é a consequência do embate de no mínimo duas histórias locais, sendo que uma delas se pensa como global. Além disso, as experiências coloniais são as mais diversas possíveis, ocorrendo nas margens externas dos projetos globais (nas Américas, Ásia, Norte da África) e no interior dos países centrais (latinos e negros nos EUA; paquistaneses, indianos e negros no Reino Unido; argelinos na França, etc).

Metodologia

A metodologia aplicada para esta produção consistiu em pesquisa e análise de vídeos do *YouTube*, além de diversas entrevistas também disponíveis no ambiente, usada como espaço de acesso e

interação com o conteúdo produzido por Linn, sendo uma das mídias sociais de grande impacto apreendido pelo grande número de acesso à plataforma pela quantidade de material à disposição. Esse programa é aqui utilizado como processo de acesso ao conteúdo e, em certa medida, um ponto de problematização, mas não é o elemento preponderante de análise por conta da notória fama que a cantora parece ter na internet. Contudo, torna-se importante mencionar que essa plataforma possui complexidades, projetos de agenciamentos, mecanismo políticos e de disputa de poder, mas que não cabe a esse estudo perscrutar.

Referencial teórico

Linn da Quebrada, 30 anos, domiciliada em uma comunidade da Zona Leste da cidade de São Paulo, é um exemplo dos atuais adregos de identidade que tende a fugir desses dois grupos identitários apresentados no parágrafo precedente (heteronormativos e cisgêneros). A mesma tem ganhado grande notoriedade, sobretudo na música e, no último ano de 2019, como atriz. Com uma plástica completamente fora dos arquétipos, sendo uma travesti negra sem silicone, utilizando ambas as roupas apontadas ora como femininas, ora como masculinas, usualmente com cabelos coloridos e/ou com penteados afro (como trança nagô, *dread*), mas às vezes careca. Linn discrepa do padrão tanto de uma “suposta” normatividade ‘cis’ quanto de um perfil “esperado” de travesti. Advoga a necessidade de se mostrar como deseja independente dos padrões: “A estética é uma experiência política que tem total influência sobre os nossos afetos. A maneira como você se veste esteticamente gera efeito não somente em outras pessoas como gera efeitos em você também”⁴. Nessa mesma interlocução, a artista se define como “uma bixa transviada, uma bixa travesti, periférica, preta que está experimentando o corpo e está se jogando”. Isto é, Linn se amolda, tal como nos remete a Teoria Queer, que em conformidade com estudos de LOURO (2001, p. 541):

Teoria queer é um termo usado por Teresa de Laurentis em uma conferência em 1990 sobre a sexualidade de gays e lésbicas. Antes, a

4 Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jBEKL9lnYGA>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

categoria acusatória/estigmatizada 'queer', sem tradução para o português, foi apropriada pelo movimento social anti-assimilacionista americano diante da pauta mais conservadora do Movimento Gay. Hoje em dia, a teoria parte da pluralidade da diversidade de identidades encontradas na sociedade, é, por isso, uma teoria que questiona os conceitos de identidades essencializadas, voltando-se não somente para as identidades mais marginalizadas, como também aos processos de construção e desconstrução identitárias, revendo conceitos de poder da divisão binária dos sexos/gêneros.

A dessemelhança de Linn para outras travestis tem relação direta com as mudanças históricas que a experiência de 'montagem' do corpo travesti tem retratado. 'Montagem' refere-se ao ato de vestir-se com roupas consideradas de mulher. Marcos Renato Benedetti (2000), ao dedicar estudos sobre as travestis, as classificou como um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista delas, de sua qualidade feminina, do que é entendido por elas como feminino. No caso desse grupo, o convencimento é garantido também através de outras ações que podem compor a 'montagem' em um sentido mais amplo, como os hormônios femininos adotados por elas desde o final da década de 1960.

James Green (2000), ao escrever *Além do carnaval – homossexualidade masculina no Brasil do século XX* nos alude à técnica de aplicação do silicone líquido que, apesar dos avanços no campo das cirurgias estéticas, continua sendo comum. Vale sublinhar que esse é um modelo encontrado pelo autor da experiência travesti que se apresentava e se reiterava em suas pesquisas sem ser, necessariamente, uma tentativa de substancializar essa identidade. Assim, hoje, na 'montagem' realizada pela maior parte das travestis, ainda que tenha sido cada vez mais comum, uma nova geração de travestis lida de forma menos peremptória com as transformações corporais, que é o caso da Linn.

Uma identidade des(configurada), des(paratada), des(padronizada) abarca diversas identidades e corpos que não são reputados como importantes, que tem até mesmo a condição de humanidade questionada (BUTLER, 2001). Na concepção de NERY (2018, p.14), essas identidades execráveis são nomeadas "corpos vidraças". Essas identidades são recusadas pelo outro devido à oposição à "norma", mas não ocorre necessariamente a sua extinção, pois ainda se torna

necessário esse referencial para manter o que se erigiu como normal. A abjeção tende a negatizar a experiência dissidente enquanto sujeito, limitando ou recusando a sua autonomia. Para Linn, a sociedade precisa de alguém que fuja da norma para se entender o que é desprezível, rejeitado. É projetada uma exceção para se entender a regra⁵.

Hall utiliza o termo identidade para significar:

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’”(HALL, 2000, p.111-112).

Desse modo, entende-se que todas as fronteiras da identidade não são fixas, estão sempre sendo reconstruídas, sem nunca poder-se afirmar que compõe-se de um tecido por inteiro, mas sim, um conjunto de retalhos superpostos. Para o autor, as identidades sociais devem ser pensadas como construídas no interior da representação, através da cultura, sendo resultantes de um processo de identificação que permite posicionar no interior das definições fornecidas pelos discursos culturais. Desse modo, nossas subjetividades são produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. De igual forma, Hall ao desenvolver uma concepção de identidade como estratégica e posicional defende que, na modernidade tardia, as identidades são cada vez mais fragmentadas e fraturadas, multiplicadamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições. Nessa perspectiva, a identidade emerge do diálogo entre os conceitos e definições representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo de responder aos apelos feitos por estes significados (HALL, 2000).

Linn é assinalada por um corpo desarmonioso, corpo esse que se rebela contra a norma posta socialmente e que procura reivindicar o direito de existir, caracterizando assim a instabilidade do gênero incitada por Butler (2003) na alegação de que corpos ditos masculinos

5 Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RgTbQH3N6S8&t=16s>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

podem ser femininos e corpos ditos femininos podem ser masculinos. Isso porque a autora aponta para a construção cultural do gênero e da sua capacidade de perpassar por ambos os 'sexos' binários. É sendo dissidente nessa lógica, no que tange à expressão de gênero e à sexualidade que Linn fabrica a sua identidade.

Desde o século XVIII a sociedade tem vivido uma espécie de 'repressão sexual'. Entretanto, essa 'repressão' foi, em certa medida, o motor de produção de sexualidade. Esse certo impedimento de se falar sobre sexo e da prática, na verdade, é o que fez proliferar os discursos sobre o sexo. Entretanto, instituições como família, igreja, escola e a ciência buscavam o poder, o controle do indivíduo e não necessariamente a redução da prática do sexo (FOUCAULT, 1988). É, portanto, para Foucault um momento importante de disputas pelo controle e poder na sociedade e não necessariamente de uma repressão, o que pode colocar em suspensão o termo, mas que de alguma forma refletiu nas condutas sociais.

A história de (des)construção de Linn da Quebrada aparece na letra da canção "A Lenda"⁶: "Eu fui expulsa da igreja (ela foi desas-sociada) / Porque 'uma podre maçã deixa as outras contaminadas' / Eu tinha tudo pra dar certo e dei até o cu fazer bico / Hoje, meu corpo, minhas regras, meus roteiros, minhas pregas / Sou eu mesma quem fabrico". Isso nos remete a esse emblema repressivo de sexualidades que está para além de uma norma. A 'sociedade disciplinar' (FOUCAULT, 2008) remete a um movimento social de conduzir o sujeito a obedecer, atender às demandas de um grupo socialmente instituído que dita as regras do comportamento. Esse disciplinar é esquematizado de forma a fazer com que o indivíduo não o conteste, que ele o naturalize e acabe se tornando o vigia de si mesmo, mas não de modo conformista, pois, os indivíduos estão condicionados em estruturas e em diversas esferas de poder. A feminilidade partindo de uma figura designada socialmente como masculina é então freada e condicionada a moldes 'universais'.

Linn acredita que o funk, até mesmo pela marginalização social relacionada juntamente aos campos de reprodução desse ritmo (como as favelas), também produza discursos sobre o 'sexo', produz e

6 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g3w-t585D54&ab_channel=Show_livre>. Acesso em: 15 mar. 2020.

reproduz sexualidade, mas sobre um desmerecimento maior em relação aos outros ritmos musicais por conta das pessoas que cantam ou são retratadas estarem geralmente em uma condição marginalizada. Assim sendo, a aproximação com o ritmo também ancora nos próprios interesses da cantora em falar sobre temáticas específicas, para além das suas possibilidades de acesso. O funk produzido por ela traz nas letras incitação ao reconhecimento de si, a dominar e conhecer o próprio corpo, bem como o questionamento dos desejos construídos pela sociedade.

Resultados e discussão

Linn interroga as concepções de gênero quando provoca uma expansão da dimensão de “ser travesti” ou daquilo que é conceituado como tal. Isso porque Linn não é uma travesti que tem ‘peitão’, ‘bundão’, toda siliconada, como poderia recorrer um conceito comum, e nem sempre lhe é dado o reconhecimento de uma identidade feminina. Em outras palavras, ela foge do “padrão” socialmente esperado de uma mulher travesti. A concepção de suas performances passa por roupas e adereços considerados masculinos e roupas e adereços considerados femininos, e essa não tem sido necessariamente uma tentativa da Linn de se abster de um gênero, mas sim de problematizá-lo (SANTOS & DUQUE, 2019).

Este, no entanto, não é um processo que acontece sem resistência, afinal cada ser humano, embora viva e cresça imerso numa determinada sociedade, estabelecerá uma relação própria com a sua cultura. Se a nossa sociedade tem um jeito de ensinar o que é ser homem e o que é ser mulher, cada um de nós, a partir da sua vivência, desenvolverá uma relação particular com o universo masculino/feminino e construirá a sua própria identidade de gênero. Butler nos provoca afirmando:

Por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. [...] Quando do *status* construído do gênero é tão teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem e masculino* podem,

com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 26, grifo do autor).

Ainda segundo a autora:

O gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.27).

Alinhando nossas reflexões com o pensamento da autora supracitada, identidade de gênero é a compreensão pessoal que cada sujeito constrói sobre si em relação às definições sociais de masculinidade e feminilidade, fazendo com que cada um se localize dentro desse universo de gênero. Pensar o gênero como algo determinado pelo sexo é uma operação que exclui, de forma violenta, uma série de outras identidades de gênero, em especial as travestis, transexuais e outras identidades *trans*.

Woodward (2000) nos adverte para o quanto as nossas identidades são diversas, marcadas acima de tudo pelas diferenças. Não existe nenhuma identidade fixa. Hall (2000) nos alerta para a fluidez da identidade, ao ver a identidade como uma questão de "tornar-se".

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença (HALL, 2000, p. 39-40).

Na letra da música "Enviadescer"⁷ a cantora faz uma espécie de protesto ao "macho discreto" para dizer que o real interesse dela não é nele, mas sim nas 'bichas', porque ela gosta "das que são afeminadas / das que mostram muita pele, rebolam, saem maquiada". O clipe traz cenas com várias mulheres e homens *trans* ou não que se misturam entre o feminino e o masculino nos figurinos, maquiagem,

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=saZywh0FuEY&ab_channel=LindaQuebrada>. Acesso em: 018 mar. 2020.

performance. O que a princípio parece ser uma manifestação na rua de identidades diversas reclamando o feminino para si. Essa reclamação soa como a proposta de se contestar a feminilidade que geralmente é criticada tanto nos corpos que podem manifestá-la quanto nos que devem reprimi-la, mulheres e homens respectivamente.

Isso culmina com a apropriação de termos que seriam usados como xingamentos: viado, transviado/a, bicha, e a quebra de expectativa de desejos, de discursos, de comportamentos que a ela foi designada por ser uma travesti. É nesse rompimento que Linn se mostra possível para além daquilo que ela foi estereotipada, não só quebrando a expectativa, mas reformulando as categorias e nos apresentando possibilidades não pensadas. (SANTOS & DUQUE, 2019, p.31)

Ao propor outras possibilidades, Linn tentar romper com o que ela chama de “romancis”, ou seja, uma confecção de histórias que abrangem a pessoa cisgênera e heterossexual, sendo uma espécie de fórmula de manutenção desse status, ignorando a existência de outras personagens que fujam desse padrão.

Considerações finais

Analisando o desenvolvimento, a performatividade e a ousadia de Linn da Quebrada no campo das artes e sua ascensão no campo artístico, é possível compreender que o uso que ela faz da música é político e singular. Político, porque questiona todo um sistema historicamente sedimentado acerca da “normalidade” de gênero e também singular, pois, mesmo que outros artistas já tenham contribuído com tais provocações, no caso de Linn, esta traz uma discussão extremamente interessante no campo da interseccionalidade, pois a mesma se empodera afirmando ser: negra, travesti favelada e cantora de funk. São marcadores identitários que a colocaria em uma situação de subalternidade.

Segundo Costa (2015), o conceito de interseccionalidade remete a duas dimensões: desempoderamento e empoderamento, afirmando que:

Enquanto um conceito utilizado para pensar o desempoderamento, interseccionalidade refere-se à maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a

opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades [...]. Todavia, o conceito de interseccionalidade não remete somente às dimensões de opressão, desigualdade e discriminação; sendo útil também para compreender as relações de empoderamento (COSTA, 2015, p. 74)

No caso de Linn da Quebrada, esta usa o conceito de interseccionalidade por meio da sua arte e da sua militância, como empoderamento. Crenshaw(2002) observa que as dinâmicas dos eixos de poder, classe, raça, gênero, sexualidade, etc. não são unilaterais, no sentido de gerar somente opressões, uma vez que os membros dos grupos marginalizados são capazes de resistir e gerar mobilizações políticas individuais e/ ou coletivas. É o caso da Linn, que utiliza os marcadores sociais de opressão para reverberar acerca da problemática que a afeta. Esta mesma abordagem de interseccionalidade também é compartilhada por Patricia Hill Collins (2000), que supõe uma dialética entre opressão e ativismo. Linn sempre evidencia que sua proposta é de ser ouvida, fazer com que sua voz, que durante muito tempo foi asfixiada pelo preconceito, pela invisibilidade, seja vorazmente ouvida.

Existir e (re)existir como cantora, o que para ela não é estático, é a possibilidade que encontrou no momento de se fazer ouvir. O que se destaca em especial na cantora é a forma como conduz suas críticas e as apropriações que faz tanto dos conceitos a ela aplicados, como de um discurso mais acadêmico. Os posicionamentos e articulações parecem transpor as discussões 'transviadx's para o funk centrando na experiência que a cantora tem de sua condição mais marginalizada, condição essa que a faz reverter a lógica e a impulsiona e a viabiliza como referência.

Linn deixa evidente a todo o momento a sua relação de problematização sociocultural com conceitos naturalizados, discussão essa que revisa os conceitos já estabelecidos de abjeto e dissidente, gerados na própria cultura em que os sujeitos estão inseridos a partir da existência de um comportamento médio ou ideal que se harmonizaria com o funcionamento do sistema social, bem como de possibilidades de construção de identidades, sobretudo pautadas pelas interseções e mediações às quais Linn se coloca e é alocada diante dessa visibilidade, como travesti, negra, periférica.

A identidade propagada pela cantora a respeito de si mesma, mas não somente, pois nesse processo de questionamento identitário ela expande suas reflexões para corpos que, como o dela, estão sob uma vigia mais rígida da sociedade, permite assimilar a existência e a experiência como articuladores da produção de si mesma e não como determinantes.

Ao se colocar como “terrorista de gênero” e buscar destruir o “(cis)tema” e o “macho alfa”, Linn parece ser uma figura intragável que não caberia em nenhum espaço, principalmente os mais inclusivos, por conta de uma espécie de violência simbólica e retórica que ela fala ao defender a própria existência. Contudo, ao que se percebe, principalmente no *YouTube*, a cantora ganha mais e mais espaço, nos seus clipes o número de visualizações é considerado “boom” dentro da plataforma e Linn tem se destacado em outros campos, como em filmes e documentário premiado internacionalmente⁸. Isso é crucial para se perceber que a cantora, apesar de ganhar mais fãs por conta de suas apostas performáticas e problemáticas levantadas, é uma figura estranha daquilo que é conhecido, escutado, visto. Sua estética e fala compõem um sujeito que não é comum, um sujeito que brinca com o gênero e que passa muitas vezes até pelo animalesco.

Conforme verificado no *YouTube*, Linn ao decorrer dos últimos dois anos, desde o primeiro vídeo na plataforma, passou a ser buscada para entrevistas em diversos canais que não tratam necessariamente sobre corpo, sexualidade e gênero, mas que viram na cantora uma subjetividade destoante que, conforme dito, conversa muito com parte dos discursos acadêmicos sobre essas temáticas. Talvez Linn pudesse ser caracterizada com a forma de expor os conceitos em uma linguagem mais descomplicada e acessível ao público, principalmente para o coletivo que ela canta e encanta: população LGBT⁹, negra e periférica que são as populações mais subalternizadas e marginalizadas socialmente. Linn, ao ver, apraz essas populações, pois esta as representa tanto culturalmente, quanto politicamente.

8 O documentário “BixaTravesty”, que conta a história da cantora, recebeu em 2018 o prêmio Teddy Award do Festival Internacional de Cinema de Berlim, na Alemanha, um dos mais importantes na área de cinema LGBT. O mesmo documentário recebeu 4 prêmios também no Brasil no Festival de Cinema de Brasília

9 Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

Referências

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil, GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo- RS, a. 9, v. 1 jan./jun. 2017, p.36-44.

BENEDETTI, Marcos **Renato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 151-172.

_____, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York and London: Routledge, 2000.

COSTA, Joaze Bernardino. **Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil**. Brasília: editora da UNB, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento na prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. pp. 162-187.

GREEN, James. **Além do carnaval** – homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GROSFOGUEL, Ramón. **Colonial Subjects**:puertoricans in a global perspective. Berkeley: University of California press, 2003.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2001000200012/8865>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

NERY, Vivian Carla Reis. **Espetáculos per(formáticos) abalam as fronteiras da cidade sub (versiva)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

RAMÍREZ, Boris. **Colonialidade e cis-normatividade**. Entrevista com Viviane Vergueiro. Iberoamérica Social: revista-red de estudiosociales (III), pp. 15–21, 2014. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-comviviane-vergueiro>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTOS, Ariel Dorneles dos. DUQUE. Tiago. “Eu gosto mesmo é das bixas” reflexões sobre identidade ao som de Linn da Quebrada. **REDOC**, Rio de Janeiro v. 3 n.1 p. 13 Jan/Abr. 2019 e-ISSN 2594-9004.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. **Adolescência heteronormativa masculina**: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária. DOI 10.5216/o.v13i2.23273. OPSIS, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 129-149, fev. 2014. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://>

www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/23273/15911>. Acesso em: 19 mar. 2020.

WOODWARD. Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 07-72.

SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: UM ESTUDO DE REVISÃO

Marco José de Oliveira Duarte

Pós-Doutor, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufjf.br;

Carolina Pereira Fernandes

Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, bolsista PIBIC/CNPq, carolina.fernandes@outlook.com;

Sidney Aurum Monteiro Viei

Graduande em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, bolsista PIBIC/CNPq, sidneyaurum@gmail.com;

Karina Rodrigues de Almeida Delgado

Graduanda em Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF, bolsista de extensão e VIC/UFJF, karinaeetd@gmail.com.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo analisar as produções científicas sobre diversidade sexual na área do Serviço Social. Metodologicamente tomou-se o processo de mapeamento e levantamento bibliográfico a partir do banco de dados dos 21 periódicos da área. Elegeu-se como questão norteadora, o que a literatura de Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre diversidade sexual, tomando como foco as políticas públicas e direitos humanos de LGBTQI+. Dos 61 artigos levantados, restou-nos, para a análise, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, para a revisão de literatura, a partir da técnica da revisão integrativa, o total de 42 artigos. O coorte temporário foi

de 2010 a 2020. Deduz-se que, nesse estado da arte, há uma lacuna e lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema, com 4 artigos a cada ano, que podem ser significativos, porém invisibilizados, apesar de um debate amadurecido. Nossa hipótese é que isso ainda acontece pelo fato de que a temática é secundarizada no campo acadêmico. Contudo, apesar de ainda termos um acervo tímido, esses se apresentam a partir de duas tendências, ou pelas produções mais amplas sobre o campo da diversidade sexual, aqui identificado de LGBTQI+, ou quando privilegiam determinadas temáticas específicas desse universo, como da homossexualidade ou da transexualidade. A partir destas duas tendências, há um universo de produções que se articulam, no âmbito geral, aos temas dos direitos humanos e das políticas públicas, tanto geral, como os específicos para LGBTQI+, com perspectivas teóricas críticas. Assim, em relação aos temas específicos, esses são bem diversificados, como seus referenciais, destaque para: serviço social, saúde, educação, família e violência, que são os mais expressivos. Conclui-se que esse campo de estudos no Serviço Social precisa se afirmar nos espaços acadêmicos e publicitar seus debates e produções.

Palavras-chave: Diversidade sexual, Serviço Social, Revisão integrativa.

Introdução

Esse é um esforço intelectual e preliminar dos pesquisadores deste trabalho para tratar sobre o campo dos estudos de sexualidade no Serviço Social, principalmente, sobre as dissidências sexuais, tomando as produções científicas de seus periódicos. Entende-se que o campo dos estudos da “sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais” (VANCE, 1995, p. 15).

Assim, a pesquisa teve por objetivo analisar essas produções científicas sobre o tema da diversidade sexual na área do Serviço Social, em particular, os artigos produzidos nos 21 (vinte e um) periódicos da área de conhecimento. Nossas considerações apontam que esse debate na área de conhecimento tem como algumas características, particularmente, que é periférico e invisibilizado e isso ainda acontece pelo fato de que a temática é secundarizada frente a outros na agenda profissional e acadêmica.

Metodologia

Metodologicamente tomou-se o processo de mapeamento e levantamento bibliográficos a partir do banco de dados dos 21 (vinte e um) periódicos da área de Serviço Social, quais sejam: Serviço Social & Sociedade; Katálisis; Revista de Políticas Públicas; Argumentum; Textos & Contextos; Em Pauta; O Social em Questão; Ser Social; Temporalis; Serviço Social em Revista; Gênero; Emancipação; Sociedade em Debate; Libertas; Direitos, Trabalho e Política Social; Oikos; Serviço Social e Saúde; Revista Praia Vermelha; Revista Serviço Social em Perspectiva; Moitará; e Serviço Social em Debate, utilizando-se os seguintes descritores: “diversidade sexual”, “LGBT”, “transexualidade”, “travestilidade”, “Transgeneridade” e “homossexualidade” associado ao descritor-chave “serviço social”.

Elegeu-se como questão norteadora, o que a literatura de Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre diversidade sexual, tomando como foco as políticas públicas e direitos humanos de LGBTQI+.

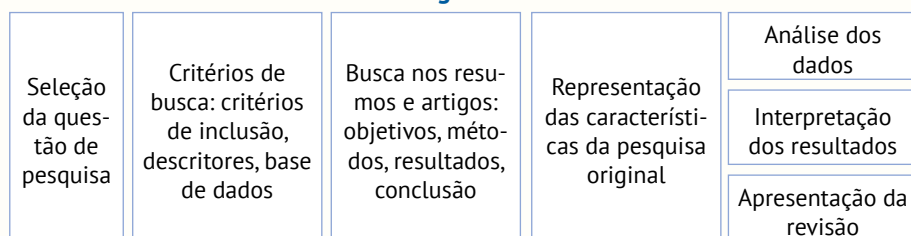
Desta forma, a partir do coorte temporal de 2010 a 2020, encontramos 61 (sessenta e um) artigos levantados, restou-nos, para a

análise, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, para a revisão de literatura, a partir da técnica da revisão integrativa, o total de 42 (quarenta e dois) artigos.

Cabe registrar que os seguintes periódicos, como: Argumentum, Libertas, Direitos, Trabalho e Política Social, Oikos, Serviço Social e Saúde, Moitará e Serviço Social em Debate, nada foi encontrado em seus bancos de dados.

O método que guiou a revisão integrativa seguiu as etapas descritas na Figura 1:

Figura 1



Fonte: Sistematização dos autores

Para melhor compreensão do processo de seleção para análise dos artigos, na Figura 2, apresentamos esquematicamente as estratégias de busca de acordo com as especificidades de cada base dos periódicos da área de Serviço Social.

Figura 2

IDENTIFICAÇÃO

Publicações identificadas nas bases de dados dos periódicos

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE – 2
KATÁLYSIS – 7
REVISTA DE POLÍTICAS PUBLICAS – 1
TEXTOS & CONTEXTOS – 1
EM PAUTA – 8
O SOCIAL EM QUESTÃO – 11
SER SOCIAL – 3
TEMPORALIS – 4
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA – 1
GÊNERO – 7
EMANCIPAÇÃO – 4
SOCIEDADE EM DEBATE - 1
REVISTA PRAIA VERMELHA – 7
REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM PERSPECTIVA – 8
ARGUMENTUM - 1
(n = 66)

SELEÇÃO

24 publicações foram excluídas após refinamento pelos critérios de exclusão (n=42)

ELEGIBILIDADE/ INCLUÍDOS

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE – 1
KATÁLYSIS – 7
REVISTA DE POLÍTICAS PUBLICAS – 1
TEXTOS & CONTEXTOS – 1
EM PAUTA – 7
O SOCIAL EM QUESTÃO – 2
SER SOCIAL – 2
TEMPORALIS – 4
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA – 1
GÊNERO – 3
EMANCIPAÇÃO – 1
SOCIEDADE EM DEBATE - 1
REVISTA PRAIA VERMELHA – 5
REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM PERSPECTIVA – 5
ARGUMENTUM - 1

Publicações
incluídas na
revisão
(n = 42)

Fonte: Sistematização dos autores

Referencial teórico

É necessário expor determinadas situações ou características que demarcam os elementos críticos em tomar a sexualidade como objeto de estudo e pesquisa na área do Serviço Social. Um primeiro elemento é o lugar secundário ou periférico (DUARTE, 2000 apud ALMEIDA, 2009, p. 156) do referido debate, pesquisa ou produção científica. Ressalta, portanto, que de forma embrionária, os primeiros estudos e

publicações sobre tal tema circunscreveram-se em relação as homossexualidades, e, em particular, dos gays, principalmente, no contexto do HIV/AIDS (GÓIS, 1998) que marcou as décadas de 1980 e 1990.

Tomar, portanto, o tema da sexualidade, com foco nos direitos sexuais, em contexto de democratização e marcado pela pandemia da AIDS, era, de forma articulada as feministas, questionar a ideia de separação nítida entre as esferas públicas e privadas, e, corroborar com a consigna, *o pessoal é político*. Neste sentido, o processo de despatologização das dissidências sexuais, em particular de homossexualidade e bissexualidade já estava em curso, além da perspectiva de romper com o triplo estigma que pesava historicamente sobre os sujeitos homossexuais, como criminoso, degenerado e louco, e, com esse foco, na consequente direção de reverter a cidadania precária (BENTO, 2014) e o olhar de abjeto (BUTLER, 2019, p. 20), que “designa[m] aqui precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos”, marginais, não-humanos, não reconhecidos em seus direitos em sua vida nua. Assim, como nos afirma Butler (2015) nem tudo que está vivo é uma vida, percorrendo sobre a precariedade do que chamamos vida e seus enquadramentos, que era imposto pela lógica cis-hetero-patriarcal-sexista-racista.

Eis, portanto, a reivindicação dos corpos abjetos (BUTLER, 2019) marcados pelo heterossexismo compulsório (RICH, 2010): o reconhecimento político, econômico e social que ainda é marcado pelas “estratégias homonormativas de consolação” (OLIVEIRA, 2013, p. 75), a partir dos frágeis direitos e políticas, com forte conteúdo burocrático, que moraliza as dissidências dos modos de existência das diferenças sexuais e higieniza mentalmente as bichas loucas (MACRAE, 2018).

Não reconhecer a liberação ou libertação sexual como direito, e por isso sua demanda histórica, é desconsiderar os antecedentes históricos que embasaram a luta por direitos sexuais (CHAUÍ, 1984) e o entendimento desses como direitos humanos. Portanto, é necessário pontuar que a questão das sexualidades não necessariamente deva estar vinculada as identidades, como se houvesse um único modelo para cada “letrinha” a ser seguido. São diversos, sob o signo da multiplicidade, multidões, portanto, não são todos os direitos, mesmo que judicializados, que serão exercidos, ou mesmo acionados, ainda mais em se tratando da uniformidade das políticas públicas.

O segundo elemento diz respeito ao desencorajamento ou mesmo as tentativas de dissuadir a mudança sobre o tema. Essa é uma questão que não está na publicização pública dos fatos, mas em conversas informais tanto com estudantes da graduação e pós-graduação, como com profissionais da área. Há uma suspeita e de certo, um medo, que está muito mais no campo privado e moral de seus protagonistas, tomando emprestado a defesa de um projeto de classe que é isento, vago e lacunar de sexualidades e gêneros. Esse último, ainda é um tema mais palatável e plausível, tendo em vista o acervo bibliográfico e o legado das lutas feministas para esses estudos, o que diferencia substancialmente dos estudos de sexualidade, mesmo que os tomem pelo sistema sexo/gênero (RUBIN, 1986).

O terceiro elemento, que diz sobre a lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema. Isto ainda acontece pelo fato de que a sexualidade se faz presente de maneira carente e lacunar nos discursos acadêmicos. Poucas são as unidades de formação acadêmica da área que incluem tal temática no sentido formal, através da grade curricular e suas disciplinas, mas também como linhas e projetos de pesquisa e extensão no cenário da formação profissional (MARCELINO, 2010) graduada e pós-graduada.

O quarto e último diz sobre a tensão entre dois paradigmas radicalmente distintos, um sobre as estruturas discursivas determinista, essencialista e universal sobre a sexualidade, o sexo e o gênero, típicas do modelo biologizante e medicalizante. Muito presente na ordem dos discursos profissionais, sobre uma verdade sobre o corpo, o gênero e sexualidade. E o outro, os paradigmas e abordagens construtivistas e/ou de produção social dos corpos, sexualidades e subjetividades. É, portanto, sobre essa disputa de narrativas, essencialista e construtivista, na ordem dos discursos acadêmicos do Serviço Social, que está a gênese para outros debates sobre a sexualidade e as dissidências sexuais que a investigação da revisão investigou.

Com isso e corroborando com Vance (1995, p. 15), no âmbito da área do Serviço Social, o campo dos estudos da “sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais”. Isso é observado na cena teórica e política no dilema que insistem em hierarquizar no debate sobre interseccionalidade versus consubstancialidade, existente com equívocos somente na referida área e categoria profissional, o que reflete a recente incorporação dos

debates oriundos do campo interdisciplinar dos estudos das relações de gênero e sexualidades.

Ressalta-se que o falso dilema não desvela a intencionalidade dos projetos políticos, teóricos e epistemológicos em disputas na cena das lutas e dos movimentos sociais, pois não há um só regime de verdade científica, que se põe de forma monocromática, caracterizando o debate no campo dos estudos de sexualidade e das pessoas que se vinculam a ele, com argumentos críticos ao identitarismo, reduzindo o mesmo as formulações pós-modernas, culturalistas, reformistas, ecléticas e neoliberais.

Resultados e discussão

Nesse estado da arte, identificamos os quatro elementos acima caracterizados, mas, em particular, observou-se que há uma lacuna e lentidão das pesquisas e produções científicas da área do Serviço Social sobre o tema da diversidade sexual, com aproximadamente 4 (quatro) artigos a cada ano, nesse marco temporal de 10 (dez) anos, entre 2010 a 2020, que podem ser significativos, porém invisibilizados, apesar do debate amadurecido.

Contudo, apesar de ainda termos um acervo tímido, mas consistente e qualificado, esse se apresenta a partir de duas tendências: a) pelas produções mais amplas sobre o campo da diversidade sexual, aqui identificado de LGBTQI+, com vinte

artigos; e b) ao privilegiar determinadas temáticas específicas desse universo, como do universo da homossexualidade, com oito artigos, ou da transexualidade, incluindo aí poucas de travestilidade, com quatorze artigos.

A partir destas duas tendências, as produções se articulam em dois subconjuntos, a) aos temas gerais dos direitos humanos e das políticas públicas voltados para LGBTQI+, com perspectivas teóricas críticas e b) aos temas específicos e esses são bem diversificados, como seus referenciais, destaque-se para os que mais se apresentaram, como serviço social, saúde, educação, família e violência, que são os mais expressivos na análise de conteúdo empreendida.

Cabe destacar que antes do período estudado, de 2010 a 2020, encontramos oito artigos em um único periódico, *O Social em Questão*, publicado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2009. Contudo, é importante sinalizar que foi a primeira

revista a apresentar um dossiê com a temática da diversidade sexual na área do Serviço Social, mas somente um único artigo tem autoria de assistente social.

Por outro lado, para registro de nossos achados, o ano de 2011 foi observado um elevado número de publicações, nove, fora dos critérios de inclusão e exclusão, e sete, dentro desses critérios, o que só se repetiu em 2018. Isso se deve, como um dos nossos critérios temporal e histórico, a institucionalização do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) intitulado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero,

Sexualidade, Raça/Etnia e Geração”, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no Rio de Janeiro, em 2010. Nesse mesmo ano, em julho, em Brasília, no âmbito do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorreu uma mesa que debateu racismo, homofobia e machismo.

Na Tabela 1 encontra-se de forma sistematizada pelos autores as obras selecionadas e analisadas

Tabela 1

Nº	Autores (primeiro autor)	Títulos	Periódicos	Ano	Temas Gerais
1	MOTA, MP	As contribuições dos estudos de gênero no âmbito das homossexualidades: o masculino como questão	Gênero	2011	Homossexualidade
2	PEIXOTO, VB	Crimes contra LGBT no Brasil e o discurso do estado pelos órgãos de segurança pública e jurídicos	Gênero	2020	LGBT
3	SIRELLI, PM	Consultório LGBT: (re)construindo narrativas de combate às violências LGBTfóbicas na saúde em Macaé, Rio de Janeiro	Gênero	2020	LGBT
4	LACERDA, M	Gênero e sexualidade em devir: desafios e possibilidades no cenário educacional	Emancipação	2016	LGBT
5	SOFAL, A	Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: Ser “T” e “Estar Prostituta”	Serviço Social em Revista	2019	Travestilidades

6	SILVA, A	"O sol não nasce para todos": uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT	Ser Social	2015	Direitos LGBT
7	HORST, C	'Segura, Devolve e Arquivo': estratégias do Congresso Nacional brasileiro para impedir o reconhecimento de famílias homoparentais'	Ser Social	2019	Direitos LGBT
8	SILVA, R	Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS	Ser Social e Sociedade	2018	Direitos LGBT
9	TRINDADE, M	A transexualidade na esfera jurídica: desafios e contradições	Revista Praia Vermelha	2019	Travestilidades
10	TRINDADE, M	Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social	Revista Praia Vermelha	2015	Travestilidades
11	TAVARES, M	Profanações do silêncio: indícios para transversar sexualidades e gêneros no S. Social.	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	Travestilidades
12	MELO, KSS	União homoafetiva: liberdade de orientação sexual ou normalização estatal da homossexualidade?	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	Homossexualidade
13	MOTA, MP	"Ao sair do armário encontrei a velhice": a homossexualidade masculina e a experiência de envelhecer	Revista Praia Vermelha - Impresso	2012	Homossexualidade
14	FROEMMING, CN	"Ao sair do armário encontrei a velhice": a homossexualidade masculina e a experiência de envelhecer	Revista de Políticas Públicas	2010	Políticas LGBT
15	MENEZES, MS.	Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador	KATÁLYSIS	2017	Direitos LGBT
16	FERREIRA, GG	Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas	KATÁLYSIS	2013	Políticas LGBT
17	MARINHO, S	Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva	KATÁLYSIS	2018	Transexualidade
18	HORST, C	Os partidos políticos envolvidos na disputa pelo reconhecimento das famílias homoparentais	KATÁLYSIS	2018	Direitos LGBT
19	ROCON, PC	Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador	KATÁLYSIS	2018	Transexualidade

20	ROCON, PC	Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública	KATÁLYSIS	2016	Transexualidade
21	SILVA, PMG.	Do eclipse ao raio do para si LGBT na política educacional brasileira	KATÁLYSIS	2018	Políticas LGBT
22	GÓIS, JBH	A intersectorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro	TEXTOS & CONTEXTOS	2018	Direitos LGBT
23	NETTO, JPS	A produção acadêmica sobre diversidade sexual	EM PAUTA	2011	LGBT
24	LIMA, RLL	Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões	EM PAUTA	2011	LGBT
25	DUARTE, MJO	Diversidade sexual e política nacional de saúde mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes	EM PAUTA	2011	LGBT
26	BERMÚDEZ, MSM	Diferencias y identidades sexuales: lecturas críticas desde la economía y la ciencia política	EM PAUTA	2011	LGBT
27	MESQUITA, M	"O amor fala todas as línguas": assistente social na luta contra o preconceito" – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS	EM PAUTA	2011	LGBT
28	MARQUES JR, JS	Notas sobre um itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros?	EM PAUTA	2011	Homossexualidade
29	IRINEU, BA	Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil	EM PAUTA	2014	Direitos LGBT
30	DUARTE, MJO	DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: SAÚDE E CIDADANIA LGBT EM CENA	TEMPORALIS	2014	Direitos LGBT
31	FERREIRA, GG	Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas	TEMPORALIS	2014	Travestilidade
32	SANTIAGO, KC	Homossexualidade: sexualidade no envelhecimento	TEMPORALIS	2014	Homossexualidade
33	IRINEU, BA	10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas	TEMPORALIS	2014	LGBT
34	SILVA, BO	Controle do câncer rumo ao arco-íris	O Social em Questão	2017	Transexualidade

35	MARINHO, S	Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?	O Social em Questão	2017	Transexualidade
36	MARINHO, S	Serviço Social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea	Revista Serviço Social em Perspectiva	2020	Transexualidade
37	ROSA, TD	Retificação de registro civil de adolescente transexual: Contribuições do Serviço Social	Revista Serviço Social em Perspectiva	2019	Transexualidade
38	SILVA, PN	A violência contra as mulheres transexuais e a Lei Maria da Penha: uma expressão da questão social	Revista Serviço Social em Perspectiva	2017	LGBT
39	SANTOS, MGS	A ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador	Revista Serviço Social em Perspectiva	2018	LGBT
40	RICARDO, KS	A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS: interlocuções com a experiência do espaço trans Hospital das Clínicas UFPE	Revista Serviço Social em Perspectiva	2019	Transexualidade
41	GÓIS, JBH	A intersetorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro	Sociedade em Debate	2020	LGBT
42	SANTOS, SM.M.	Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo	Argumentum	2017	LGBT

Considerações finais

Conclui-se que esse campo de estudos das dissidências sexuais na área do Serviço Social precisa, apesar dos esforços empreendidos por pesquisadores nos últimos anos, afirmar-se nos espaços acadêmicos e publicizar seus debates e produções, tendo em vista, ainda, a escassez de produção científica sobre o tema nos periódicos da referida área de conhecimento.

Portanto, apesar dos qualificados e expressivos artigos, na produção literária da área, esses não acompanham e também são desestimulados frente a agenda do debate profissional, demonstrando ainda uma falta de investimento da categoria e da área profissional na formação acadêmica, em particular, em disciplinas de graduação e pós-graduação, como em pesquisas e produções científicas. Além da

ausência de estudos interseccionais entre gênero, sexualidade, raça, classe e território.

Percebe-se que um dos desafios é,

consolidar o debate de tais problemáticas no âmbito do Serviço Social, haja vista o reduzido número de produção na área e certa resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões sob o argumento de que já “transversalizam” (...) que em nossa avaliação invisibiliza essas discussões (QUEIROZ et al. 2014, p. 240).

Assim, o referido trabalho vem contribuir de certa forma para fomentar esse debate e estimular o agenciamento coletivo de pesquisadores, docentes e estudantes, ativistas ou não, a constituírem em rede nacional, no sentido de propiciar o intercâmbio de experiências, da rica troca de conhecimento e a potência de redes interinstitucionais de pesquisa para o fortalecimento desse campo na área do Serviço Social brasileiro.

Referências

ALMEIDA, G. S. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos assistentes sociais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 20, ano XI, p. 142-169, 2009.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019a.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GÓIS, J. B. H. A conservadorização do discurso anti-Aids nos Estados Unidos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 58, p. 162-183, 1998.

MACRAE, E. **A construção da igualdade** - política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MARCELINO, S. R. S. Questões contemporâneas: a homossexualidade e os novos sujeitos como desafios para o Serviço Social. **Anais do 9º Fazendo Gênero**: diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, J. M. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neoliberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**, n. 25, v. 1, p. 68-78, 2013.

QUEIROZ, F. M. de; IRINEU, B. A.; ÁLVARO, M. C.; LIMA, R. de L. Grupo temático de pesquisa “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades”: breve histórico e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – Estudos gays: gênero e sexualidade, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, jan.-jun., 2010.

RUBIN, G. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”. **Revista Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, noviembre, 1986.

VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis** [online], Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 7-32, 1995.

INCLUSÕES E DISSIDÊNCIAS NO ÂMBITO SOCIOJURÍDICO: O (NÃO) LUGAR DE MULHERES LÉSBICAS USUÁRIAS NOS JUIZADOS ESPECIALIZADOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM MANAUS.

Isadora Lima de Souza

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – AM. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, isadoralima694@gmail.com;

Lidiany de Lima Cavalcante

Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – AM, profa.lidiany@gmail.com;

Marjory Batista da Rocha

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – AM, marjory.rocha.97@gmail.com

Resumo

O véu da invisibilidade sempre pairou pela trajetória de sujeitos femininos com identidades lésbicas na história, bem como a violência aos seus corpos. As mulheres vivenciaram contextos de natureza social, histórica e cultural voltadas ao ostracismo, no que se refere ao direito de viver uma relação afetivo-sexual com outra mulher. Nas expressões da contemporaneidade, essas relações podem até ser vivenciadas, porém não escapam às mesmas possibilidades de violência conjugal que um relacionamento heterossexual. No que tange a relação entre a

lesbianidade e a violência doméstica, a Lei 11.340/2006 é clara quando configura violência doméstica e familiar contra a mulher baseada no gênero, independente de orientação sexual. Esse estudo vem como uma reflexão teórica e empírica, com base em pesquisa documental nos Juizados Especializados em Manaus. Como resultado, levantou-se a discussão da dinamicidade das relações homoafetivas e das contrariedades contemporâneas que se colocam ao Serviço Social na área Sociojurídica, considerando as particularidades das requisições por defesa, promoção e proteção de direitos da mulher lésbica que, em razão de identidade de gênero ou orientação sexual enfrenta mais expressões de violências e opressões, na esfera do judiciário.

Palavras-chave: Lesbianidades, Sociojurídico, Violência Doméstica.

Introdução

Mulheres lésbicas vivenciam um contexto social, histórico e cultural de preconceito. As uniões homoafetivas são uma realidade que se impõe segundo Dias (2010) e não podem ser negadas, estando a reclamar tutela jurídica, cabendo ao Judiciário solver os conflitos trazidos. Os profissionais de Direito, Serviço Social e Psicologia, uma vez inseridos no campo sociojurídico, devem intervir nesse contexto de viabilização de direitos e compreensão da subjetividade humana.

A erotização, a sexualização, a ilegitimidade e invalidade dada as relações afetivas de mulheres lésbicas contrariam a lógica hetero-compulsória que é determinada pela sociedade. Dessa forma, acabam por ser invisibilizadas quando se encontram em situação de violência, fato que foi percebido durante estágio no 1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. No ano de 2019, apenas dois casos chegaram até a equipe multidisciplinar, porém nenhuma das partes em ambos processos se manifestou, ressalta-se que em um dos processos, inclusive ao ler o Termo de Declaração da Delegacia, percebeu-se que a suposta agressora era tratada com substantivos masculinos.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei nº11.340/06 mais conhecida como a Lei Maria da Penha, foi o marco inicial para reconhecimento legislativo da violência doméstica e também permitiu a ampliação do debate sobre os mecanismos de proteção dos direitos da mulher. Sob este prisma, a de inclusão da diversidade sexual como temática do Serviço Social brasileiro partiu do reconhecimento da sexualidade e da diversidade sexual como dimensões relevantes da vida dos indivíduos, que têm implicações nas suas condições de vida e de trabalho bem como nas demandas e respostas profissionais, mas qual seria relação entre a lesbianidade e a violência doméstica, a discussão que aqui será fomentada poderá responder.

O presente estudo é fruto dos resultados de projeto de iniciação científica realizado nos anos de 2019 e 2020, o qual contou com financiamento do Fundo de Amparo a Pesquisa do Restado do Amazonas (FAPEAM). O trabalho buscou debater e propagar valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana e à igualdade entre os sexos,

e consolidação da democracia, nas relações de gênero e analisar a atuação do Assistente Social, considerando os dados apresentados pelo 1º Juizado, para tornar visível essa temática que se fortalece com a organização política das mulheres e no vasto campo da diversidade sexual.

Metodologia

O caminho metodológico demanda, o desvelar do problema para se alcançar o propósito do estudo. A pesquisa por sua vez, conforme Gil (2010) é o procedimento racional e sistemático que busca respostas ao que foi proposto. A instituição proponente foi a Universidade Federal do Amazonas, através do Departamento do Curso de Serviço Social, onde docente e discente fazem parte do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade por meio do Laboratório de Estudos de Gênero.

A proposta objetivou tecer reflexões por meio de análises bibliográficas, documentais e coleta de dados em fontes secundárias com documentos oficiais, com o apoio dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o que desenvolve trabalhos interventivos junto às mulheres em situação de violência, na cidade de Manaus.

A proposta da pesquisa apresentou características conforme discriminação a seguir: Como a temática sobre a diversidade sexual, a partir da situação de mulheres lésbicas que sofrem violência, ainda é pouco explorada no âmbito das Ciências Sociais, a pesquisa apresenta a proposta de se configurar como exploratória, que Segundo Gil (2002):

“Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Podese dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. (Gil, 2002, p.41).

Método escolhido (perspectiva teórica/epistemologia da pesquisa) Realizou-se apoio metodológico com as seguintes categorias: Poder, Bi poder, Sexualidade, Transgressão entre outras, já conhecidas no debate pósestruturalista.

Devido ao contexto da pandemia, a decisão *ad referendum* do CONSUNI e a paralização das atividades no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a pesquisa foi realizada apenas de forma bibliográfica e documental. Através da análise de relatórios psicossociais disponibilizados pela Equipe Multidisciplinar do 1º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Gil (2002) aponta que a pesquisa bibliográfica é feita com acervo elaborado a partir de livros e artigos científicos. Com o referido aporte, o estudo foi redimensionado para análise documental, a partir de documentos do sistema judiciário, além de cartilhas e outros materiais de intervenção que existem no âmbito dos atendimentos psicossociais dos juizados especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Desigualdade de gênero e violência

Para início é importante destacar que o gênero não pode ser determinado unicamente pelo sexo biológico, mas através de diferentes fatores que interferem e contribuem para construção do ser humano em sociedade. Podendo ocorrer situações em que o gênero não reflete o sexo biológico, o que torna essa discussão ainda mais subjetiva ao ser.

[...] a palavra “gênero”, emprestada da gramática e da linguagem, surge como uma categoria explicativa das relações sociais; serve, por isso, como categoria descritiva da realidade social. (FERREIRA, 2018, p. 31)

De acordo com Ferreira (2018), o gênero funciona como um tipo de marcador social, possibilitando a identificação de diferentes formas de expressão que estão presentes na história da sociedade.

Identidade de gênero: é a experiência que cada pessoa tem sobre qual gênero a sua identidade carrega... não é natural que as pessoas necessariamente correspondam a essa expectativa e se identifiquem com ela. Assim definimos cisgêneros como aqueles sujeitos cuja identidade de gênero concorda como o que socialmente se estabeleceu como padrão para o seu sexo. (FERREIRA, 2018, p. 32) apud (Jesus, 2012)

Butler (2003) e Rich (2010) confirmam a existência de uma ordem compulsória, constituída a partir das relações político-sociais que delimitam espaços e ações dentro da separação entre o masculino e o feminino. Nesse contexto o patriarcado é responsável por perpetuar esse padrão heterocompulsório. Trata-se de todo um sistema de dominação que não exerce única e somente uma imposição sobre a mulher, apesar de que no caso das mulheres a imposição é mais nítida, mas também sobre os próprios homens, de todos aqueles que não se ajustam corporalmente ou socialmente ao padrão, e sobre as representações que são feitas de sua atuação no meio social, como a imposição de virilidade (BUTLER, 2003).

O conjunto de relações sociais criadas pelo patriarcado envolve princípios de moralidade que remetem a construção dos papéis de gênero na sociedade. Segundo Chauí (1999) origina-se com o poder da Igreja Católica que define dois tipos de moralidade, várias classes dominantes em que as mulheres deveriam se casar virgens e a dos camponeses em que era incentivada a relação sexual antes do casamento em decorrência da necessidade de mão de obra, da necessidade do trabalho.

A passividade feminina é resultado das construções impostas pela sociedade, que, por sua vez, são reforçadas pela escola e pela família, até mesmo o fato de a menina brincar com uma boneca é relevante, pois é um incentivo prematuro a maternidade, para que essa menina tenha um instinto materno (SOUZA e CAVALCANTE, 2018 p.7).

É importante destacar que o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e a classe social nem é acessório relativamente as variáveis de fato na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado e seus padrões atuais as mulheres são posicionadas como um grupo sobrecarregado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente direcionadas a ocupações específicas menos de que os homens que desempenham as mesmas atividades. A desigualdade de gênero não se dá apenas pelas disparidades biológicas, mas em como são estabelecidas as relações de poder na sociedade (BIROLI, 2018).

Durante muito tempo na história, o patriarcado foi incontestável e era legitimado com base nos papéis de gênero predeterminados, a mulher sempre submissa ao homem que detinha todo o poder, submetendo o sujeito e feminino a sua vontade. O ciclo da violência é

doloroso, porque por vezes ele se inicia de forma silenciosa, começam pequenos conflitos, discussões, reprovações até que a violência psicológica se transforma em violência física.

A violência em seu significado mais frequente faz referência ao uso da força física e psicológica intelectual ou moral para obrigar outra pessoa a fazer algo que não tem vontade, constrangendo e privado de liberdade outra pessoa de manifestar seus desejos ou vontades. Uma forma de corrigir e submeter à outra pessoa seu domínio é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (DIAS, 2010)

Existem várias formas de violência doméstica, tais como, violência física, a psicológica, de gênero, patrimonial, moral, emocional, a verbal e a sexual. Uma das formas mais comuns de violência contra a mulher ocorre por seus maridos ou parceiros íntimos. O fato é que as mulheres geralmente estão envolvidas emocionalmente com seus parceiros e dependem financeiramente deles, o que acaba resultando em sua submissão. Isso ocorre em qualquer esfera social independentemente do grupo econômico, religioso, social ou cultural (DIAS, 2010).

É importante destacar que a mulher não se encontra vulnerável por vontade própria, todo contexto da construção de gênero e de sexualidade do sujeito feminino influenciam nesse momento, pois uma vez que esse sujeito é construído a partir de bases patriarcais, com valores morais e ou religiosas, torna-se ainda mais difícil reconhecer que se está sofrendo violência, pois foi naturalizada a sensação de inferioridade.

Sistema sociojurídico

Com base nos altos índices de violência doméstica contra a mulher, houve por parte do poder público e da sociedade civil organizada, uma maior preocupação sobre esta temática, culminando com a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei “Maria da Penha”, que trás mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (DIAS, 2010).

Em anuência com a lei, foi inaugurada em Manaus no dia 08/03/07 a Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que tem por competência processar e julgar todas as ações cíveis e criminais que contenham pedido de medida protetiva de urgência no que consiste o cumprimento da referida lei. Além

disso, a lei estabelece medidas de assistência e proteção à mulher vítima de violência.

O Tribunal de Justiça do Amazonas possui três Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Nesses Juizados é onde tramitam os processos judiciais originados dos Boletins de Ocorrência registrados nas Delegacias Especializadas em Crimes Contra Mulher, bem como a concessão das Medidas Protetivas de Urgência e julgamentos de casos de violência contra mulher. Além de trabalhar na tramitação dos processos, os profissionais dos Juizados também coordenam projetos de orientação e prevenção à violência.

O 1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem a competência “para processar e julgar todas as ações cíveis e criminais que contenham pedido de medida protetiva de urgência, nos termos da Lei nº 11.340/2006, bem como todas as ações futuras decorrentes das medidas protetivas requeridas”. Os serviços que o 1º Juizado oferece têm como objetivo:

- Defender o direito da mulher no enfrentamento à violência doméstica;
- Prestar assistência e proteção à mulher e suas familiares vítimas de violência;
- Realizar acompanhamento psicossocial com a família.

Conhecida primeiramente como “Vara Maria da Penha”, hoje 1º Juizado “Maria da Penha”, foi instalado na comarca de Manaus/AM em 08 de março de 2007, funcionando no Fórum Desembargador Azarias Menescal de Vasconcelos, exclusivamente com processos automatizados e eletrônicos (processos virtuais), de acordo com as diretrizes impostas pela Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, eliminando o uso desnecessário de papel, o que agiliza as informações e prestações jurisdicionais, colaborando com o meio ambiente.

A Equipe de Atendimento Multidisciplinar do Juizado, é formada por Assistentes Sociais e Psicólogos, atua neste Juizado tendo como base o artigo 30 da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) que dispõe:

“Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver

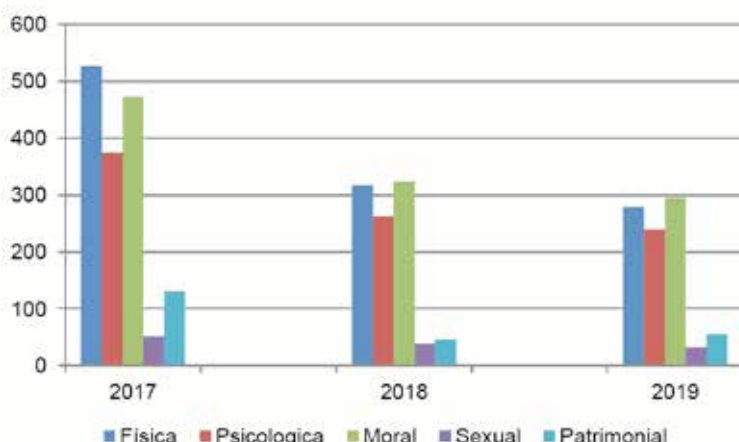
trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltadas para ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes”. (BRASIL, 2006)

O Serviço Social no âmbito sociojurídico, atua com base nas necessidades sociais expressas nas dimensões coletivas da questão social manifestadas na vida dos indivíduos e suas famílias. Assim, o Assistente Social nesse espaço tem seu trabalho caracterizado por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelo sujeito no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça. E ainda, o espaço profissional permite uma reflexão e análise da realidade social da população da efetividade das leis bem como direitos na sociedade, possibilitando assim o desenvolvimento de ações que possam ampliar o alcance dos direitos humanos. (FÁVERO, 2008)

Resultados e discussão

Os dados coletados pelo 1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher em Manaus, no período de 2017 a 2019, tratam do quantitativo das violências sofridas pelas mulheres que passaram pela equipe multidisciplinar e responderam a Ficha Social no momento de seu atendimento.

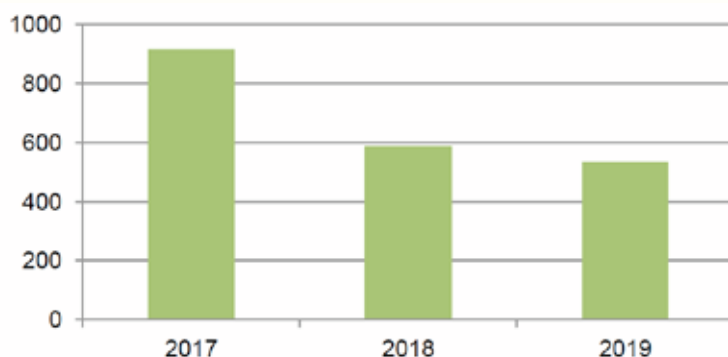
Gráfico 01: Tipos de Violência



Fonte: Arquivo do Setor de Serviço Social do 1º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher. Organizado pela pesquisadora.

O gráfico apresenta o quantitativo de violência sofrida, se foi ela física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial, em alguns casos a mesma mulher pode marcar uma ou todas as opções. Segundo os dados do Juizado, uma mulher pode ter registrado o crime de Injúria que se trata de ofensas contra sua pessoa, mas mesmo assim marcar que ocorreram violências físicas ou psicológicas, pois se nota que dificilmente uma violência ocorre de maneira isolada.

Gráfico 02: Atendimentos Realizados



Fonte: Arquivo do Setor de Serviço Social do 1º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher. Organizado pela pesquisadora

Nesse íterim também a Equipe enfrenta algumas dificuldades que emperram o bom desenvolvimento do seu trabalho, como o número reduzido de profissionais devido ao grande volume de trabalho advindo das Varas de Família e Maria da Penha. A inserção do profissional de Serviço Social pode indicar avanço e risco no âmbito sociojurídico, pois indica que os profissionais dessa área construíram uma prática e acumularam um saber específico sobre a realidade particularizada com contexto judicial. Não apenas isso, mas enfrentam o grande desafio de reconhecer, nessa especificidade, sua atuação profissional, se propondo a ver na subjetividade de cada pessoa os atravessamentos de classe, gênero, orientação sexual, raça e idade.

Foi identificado que o Juizado possui um projeto chamado Maria Acolhe, onde as mulheres recebem orientações psicossociais e jurídicas. Durante o projeto é feita apresentação via *PowerPoint* pelos estagiários de acordo com escala pré-estabelecida. Na apresentação é citado que a violência doméstica pode ocorrer independente de orientação sexual, mas não há aprofundamento nesse tópico. Tanto que

não foram encontrados dados concretos referente ao atendimento de mulheres lésbicas no período de 3 anos, de 2017 a 2019.

Antes e/ou durante a apresentação, os estagiários entregam para as Requerentes a Ficha Social, um instrumental do Serviço Social usado para identificar as demandas atendidas, ao analisar o documento, notamos que não há perguntas referentes a orientação sexual ou identidade de gênero, nem mesmo se a agressão partiu de uma companheira e ao analisar a Ficha Social de Requeridas, mulheres que teriam praticado a suposta agressão, da mesma forma não localizamos nenhuma questão de sexualidade ou identidade de gênero, na verdade constatamos que esse instrumental é reduzido se comparado ao de Requerido, o homem que teria praticado suposta agressão.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou tirar o véu de invisibilidade da mulher lésbica e desmistificar os tabus que envolvem a violência doméstica. Dar conhecimento acerca dos índices que foram expostos era extremamente necessário, pois precisamos reconhecer que a violência doméstica é uma realidade que se faz presente no cotidiano e por vezes podemos não percebê-la ou naturaliza-la frente a situações que não deveriam ser consideradas normais. Nosso país hoje está em quinto lugar no ranking de violência doméstica contra mulher e em primeiro lugar como o que mais mata a população LGBTI, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH, 2019).

Com essa pesquisa podemos mostrar e conceituar o que realmente é gênero e sexualidade. Não são meramente pautas de debates que se referem a moralidade, são categorias muito singulares que precisam ser compreendidas pela sociedade, pois o ser humano carrega consigo durante uma vida inteira o desconhecimento sobre o seu próprio corpo, sobre como ele se identifica e por vezes não vivência a sua sexualidade por medo da sociedade patriarcal e heteronormativa em que vivemos. Bem como os espaços institucionais onde o Assistente Social está inserido, no caso dos Tribunais de Justiça, encontramos um ambiente extremamente heteronormativo e os casos de violência contra mulher lésbica por vezes podem ser tratados com descaso. Pois há quem acredite que não se configura violência doméstica entre

mulheres, pois não seria de fato uma violência causada pela desigualdade de gênero.

Diante dos dados expressos, reflete-se a relevância do espaço socio-ocupacional para o Assistente Social, visto os desafios voltados à inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade, em todas as circunstâncias, principalmente na compreensão do significado efetivo da visibilidade e protagonismo de mulheres que estão inseridas no bojo da diversidade sexual. Para isso, faz-se necessária a busca de conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo para lidar com a referente demanda, a fim de tratar as mulheres como sujeito de direitos. Por fim apontamos a necessidade de ampliação na discussão acerca da violência sofrida por mulheres lésbicas, pois a ampla divulgação de informação poderá levar mais mulheres a fazer o registro de ocorrência por agressões sofridas, sendo assim levar a visibilidade e existência a essas mulheres por meio de projetos e campanhas de sensibilização e promoção do protagonismo efetivo.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo BoiTempo, 2019

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL, **Lei nº 11.340. Lei Maria da Penha**. Brasília: DF, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, Brasil. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. ed.. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010.

DURÃES, Thaís da Silva. Lesbianidades e a lei maria da penha: problematizações a partir de uma análise jurisprudencial nos tribunais do sul do país. Paraiba, v.6 n. 2, pag 17-42. 2017.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda; JORGE, Maria Rachel. **O serviço social e a psicologia no judiciário.** São Paulo. Corez, 2008.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o Serviço Social no Sociojurídico.** São Paulo. Cortez, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas**, Natal, v. 4 n. 5, pag. 17-44, 2012. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/188347855/88392921-Adrienne-Rich-Heterossexualidade-Compulsoria-e-Existencia-Lesbica>>.

SOUZA, Isadora Lima; CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Identities Lésbicas Em Movimento E Os Desafios Do Reconhecimento No Serviço Social.** In. XVI CBAS. 2019. Brasília: DF, 2019

TRAJETÓRIAS DE VIDAS E ENVELHECIMENTO DE TRAVESTIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Silvio Rodrigo Alves Ferreira

Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (RIS-ESP-CE), Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família da Universidade Federal do Ceará (NEGIF/UFC), rodrigoalvess@live.com;

Nonacilda Feitoza Moreira

Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família da Universidade Federal do Ceará (NEGIF/UFC), nonacilda@gmail.com;

Emanuel Freitas da Silva

Doutor em Sociologia (UFC), mestre (UFRN) e bacharel (UECE) em Ciências Sociais, licenciando em História (UECE), professor assistente de Teoria Política (UECE/FACEDI). Contato: emanuel.freitas@uece.br

Resumo

A presente comunicação tem o objetivo de apresentar uma revisão de literatura acerca de vidas de travestis, tomando como referência suas trajetórias de vida. A presença de travestis na vida social brasileira tem se intensificado nos últimos anos, seja por conta dos processos políticos de reconhecimento de suas experiências identitárias, seja por conta da representatividade alcançada pela sua existência. A proposta aqui adotada, como compreensão desta existência, leva em consideração a média de vida dessa população no Brasil que é de 35 anos, ou seja, menos da metade da média nacional que é de 75 anos. Assim sendo, o corpo de análise dessa comunicação é a revisão de produção acadêmica a partir dos anos 2010 a 2020, nas bases de dados da

Revista Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidade (UFRN). Acionando as categorias de trajetórias de vida, sexualidade, travestilidades, transexualidade. Pretendeu-se compreender como a existência de travestis estão representadas nos estudos dessa revista no período supramencionado.

Palavras-chave: Travesti. Envelhecimento. Gênero. Trajetória de vida.

Introdução

Considerando o aumento da perspectiva de vida, o envelhecimento é um segmento que vem ganhando atenção em várias pesquisas no mundo, diante da heterogeneidade da velhice. Visualizando esse cenário, percebemos que a velhice e o envelhecimento perpassam por várias dimensões: sociais, biológicas e psicológicas. Nesse sentido, o envelhecimento da população apresenta-se como uma forma de revolução silenciosa, que trouxe grandes mudanças em todo o mundo. Muitos países desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento estão passando pelo processo de envelhecimento da população. Em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial sem precedentes.

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, a população em 1950, com perfil de mais de 60 anos correspondia a 8,1% da população mundial, em 2010, passou a representar 11% de toda a população e, em 2050, este número deverá corresponder a 21,9% de toda a população. A população velha está crescendo bastante, não apenas em sua totalidade, mas também em seus espaços mais avançados, estão ocupando novos espaços na sociedade. Em 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE estimava que as pessoas com mais de 100 anos deveriam aumentar 15 vezes entre 1999 e 2050, passando de 145 mil para 2,2 milhões.

Em dezembro de 2020, a Assembleia Nacional da ONU declarou o período de 2021 a 2030, como Década do Envelhecimento Saudável¹. Não há dúvidas da valorosa iniciativa, visto que a saúde é essencial para melhorar o processo de viver a velhice de forma plena. No entanto, de quais idosos a ONU se refere? As travestis estão a margem de inúmeras políticas públicas e é preciso descer em camadas até o problema, pois envelhecer não é um processo natural que se aplica a todos de forma igualitária. Primeiramente, tem que ser outorgado às travestis o direito de envelhecer, já que muitas são assassinadas prematuramente. Segundo o processo de envelhecer de uma travesti perpassa por especificidades diferentes de um velho/a cis.

1 Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/14-12-2020-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-decada-do-envelhecimento>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Conforme a publicação de 2016 do IBGE, o Brasil tem vivenciado a tendência do envelhecimento demográfico, em decorrência do aumento do percentual dos idosos/as na população brasileira e a diminuição dos demais grupos etários. Ainda segundo a publicação, a partir do ano de 2010, o indicador da proporção de idosos (as) no país começou a se aproximar dos dados projetados em países desenvolvidos. Estima-se que no ano de 2070, a dimensão da população idosa brasileira – acima de 35% – apresente-se como superior ao indicador dos países desenvolvidos.

De acordo com o Portal do Envelhecimento e Longevidade, os idosos são as principais vítimas fatais da pandemia de Covid -19². Com isso, o Brasil deve apresentar, a primeira redução da esperança de vida ao nascer em mais de um século. O valor exato será divulgado assim que saírem os dados definitivos de 2020.

Segundo Lebrão (2007), o fenômeno do envelhecimento da população mundial prosseguirá até o século XXI. Em 2050, segundo projeções da Organização das Nações Unidas (ONU), serão dois milhões de pessoas idosas em todo o mundo e a primeira vez na história que haverá mais pessoas maiores de 60 anos do que menores de 15 anos.

Diante desse cenário em que se percebe o envelhecimento como um fenômeno importante para ser compreendido, com a presença da pluralidade das velhices e dos grandes desafios trazidos por esse contexto, pensamos que seja de grande importância aprofundar as questões sobre o envelhecimento LGBT, principalmente sobre a vida de travestis velhas ou em processo de envelhecimento, na tentativa de desvelar o caminho em que o envelhecer é vivenciado por estas pessoas.

Conforme sinalizam Debert e Henning (2015), os primeiros estudos na área de gerontologia apontavam que os problemas enfrentados pelos idosos eram tão similares, que se minimizaram às já

2 No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou que a doença da covid-19 tinha se tornado uma pandemia. Naquele momento os registros mundiais indicavam 150 mil pessoas infectadas e 4,6 mil vidas perdidas para o SARS-CoV-2. Um ano depois os montantes globais estão na casa de 120 milhões de casos e 2,6 milhões de mortes. No Brasil já são mais de 11 milhões de casos e mais de 270 mil mortes. Nos primeiros 10 dias de março o Brasil teve mais de uma morte por minuto e se transformou no epicentro da pandemia global.

quase inexistentes diferenças, sem pautar importantes temáticas que levam em consideração, por exemplo, classe, gênero, religião, etnia e sexualidade.

Dessa forma, é importante pontuar como a sexualidade é encarada nesse processo de envelhecimento e que, segundo Debert e Brigeiro (2012), existe um novo momento em que os/as idosos/a estão inseridos, no qual tinham suas experiências e vivências eróticas constituídas como nulas, tal qual presente no “mito da velhice assexuada”. Na contemporaneidade, surgem novos discursos que alteram a visão de apagamento da sexualidade para uma perspectiva de envelhecimento que também considere e reconheça essa experiência como positiva, saudável e bem-sucedida.

Ao considerar que os primeiros escritos sobre gênero e sexualidade na velhice tiveram como cenário o envelhecimento homossexual, Henning (2017) ressalta que a visão estabelecida sobre “envelhecimento gay” estava imbuído de representações negativas nas décadas de 1960 e 1970, com uma imagem de solidão, perdas sociais, invisibilidade e preconceito. Imagem esta reproduzida e reafirmada no cinema, como destacado no filme: *The Boys in the Band*, lançado em 2020. O filme é baseado na peça de mesmo nome escrita por Mart Crowley, que chegou aos palcos em 1968. A obra cinematográfica conta a história de um grupo de amigos gays em Nova York, que se encontram para uma festa de aniversário de um deles. Neste evento é inserido um personagem heterossexual que irá desencadear uma série de questionamento sobre gestos e formas de ser do núcleo gay, mas além disso, a temática envelhecer será um dos suscitados pelos amigos e o problema em torno desse processo natural. A solidão nesse processo de envelhecimento dos personagens será retratada, bem como a forma de ser e estar nessa sociedade.

Diante do exposto, as publicações sobre gênero, sexualidade e velhice, inicialmente foram voltadas para a compreensão do processo do envelhecimento homossexual, e que somente nos anos 2000, de maneira muito tímida, surgiram algumas publicações que abordaram questões sobre o processo de envelhecimento de pessoas que se reconheciam como bissexuais, transgêneros, transexuais, intersexos, pessoas que se identificam como queer, entre outros sujeitos.

Com o grande aumento da população velha, faz-se necessário que as travestis também ganhem destaque, tendo sua justificativa pautada no cenário de um grupo populacional que historicamente

sofre exclusões sociais de saúde, emprego, renda, desde a sua transição e construção de identidade à qual se reconhece. É preciso se questionar que pouco sabemos sobre a vida destas.

Na tradicional visão que temos e construímos sobre orientação sexual, identidade de gênero e sexo, há uma tendência a classificar as pessoas em uma lógica binária, na qual costumamos dividi-las em masculino e feminino e em homem e mulher, sem levar em consideração os desejos, afetos, reconhecimentos, etc.

Conforme Maluf (2002), a experiência transgênero é um dos temas que tem possibilitado novas reflexões, partindo dos conceitos e da própria teoria nos estudos feministas e de gênero, isso porque – em suas diferentes formas de manifestação – ela tem revelado aspectos do gênero que durante muito tempo ficaram relegados ou à sua construção teórica ou à perspectiva comparativa com culturas outras.

De acordo com Pelúcio (2005), as travestis, em suas trajetórias vivenciam três etapas de transformação, tais como:

O primeiro estágio é conhecido como “gayzinho”, é aquele momento que o indivíduo revela sua opção sexual, mas aqui ele não usa métodos de hormônios e não se veste com roupas femininas. Já o segundo período, é quando a pessoa se “monta”, começa a usar vestimentas femininas e todos os acessórios relacionados à mulher, maquiagem, cílios postiços, entre outros. A última fase da transformação é quando o indivíduo começa a utilizar os métodos de hormônios, e por cirurgias plásticas em busca de corpo perfeito, seios, quadril maiores, coxas e bunda.

De acordo com as trajetórias fomentas pela autora, percebe-se que as travestis vivenciam longas e difíceis fases de modificações, marcadas por dificuldades, pela rejeição familiar, pela ausência do (re)conhecimento da sua identidade de gênero, dos deslocamentos e agenciamentos de seus corpos.

Para Kulick (2008), a travesti é uma identidade brasileira, ela é própria de nossa identidade nacional, que em geral são pessoas que pertencem às nossas classes populares e que comungam de valores morais, éticos e estéticos sobre sexualidade e gênero que caracterizam a sociedade pós-escravista em que o binarismo e a dominação masculina são tão presentes.

Segundo Motta (1999), gênero e idade são categorias relevantes para as representações sobre as condições de ser uma pessoa velha, na qual tecem subjetividades, identidades e que se constroem trajetórias. Essa compreensão parte da existência da necessidade interseccional de entender esses dois fenômenos frente ao envelhecimento, com o objetivo de verificar a construção de diversos caminhos que levam a esse marcador. Nesse contexto, o autor Pocahy (2012), corrobora nessa discussão ao dizer que a idade é uma categoria política, histórica e contingente, assim como o gênero, que na ocasião não seria possível pensar nessas categorias isoladas. No mesmo instante em que gênero e sexualidade se tornam visíveis e possíveis nessa trama discursiva.

Nessa perspectiva, compreendendo que os conceitos de gênero e velhice são marcados pelo tempo, por meio de regulação, de proibição, de normas que os diferem, possibilita pensar na interseccionalidade.

Contudo, esta comunicação tem o objetivo de observar o que está sendo produzido sobre envelhecimento de travestis e como viver na sociedade contemporânea traduz suas trajetórias de vidas em meio ao envelhecer.

Metodologia

Esta pesquisa se trata de uma revisão de literatura de caráter descritivo-discursivo. Após a delimitação do objeto, iniciamos a coleta dos dados, sendo que o primeiro contato com estes se deu no plano teórico, a partir das leituras realizadas sobre a temática, dos diálogos estabelecidos com os/as autores/as apresentados. Para iniciar a aproximação do objeto que havíamos delimitado, buscamos uma maior aproximação do fenômeno estudado por meio de levantamento de informações através de pesquisas bibliográficas, que consistiu na primeira parte da pesquisa exploratória.

Segundo Diniz (1999, p.50), “[a] pesquisa exploratória [...] propõe uma busca e não uma verificação de informações. Seu objetivo é a descoberta de ideias que sejam úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes em relação ao mundo”.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir no investigador a cobertura de uma gama

de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Dito isso, para a seleção dos artigos a partir de títulos e resumos, usou-se os seguintes critérios: 1. Artigos científicos publicados nos anos de 2010 a 2020; 2. artigos escritos em português e com a presença de autores brasileiros; 3. artigos relacionados à área das ciências humanas; 4. artigos que discutem a temática envelhecimento, travestilidade e trajetórias de vidas; 5. artigos que possuam texto completo e gratuito.

A busca e revisão bibliográfica sistemática teve início em 15 de fevereiro de 2021. Realizou-se a pesquisa na *Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, criada em 2007, tendo sua publicação semestral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Utilizando a leitura dos títulos de todas os artigos que constam nas publicações da Revista Bagoas, publicados entre no interstício de 2010 a 2020, foram encontrados 5 (cinco) artigos para a leitura do resumo, dentre eles 3 (três) foram selecionados para a leitura na íntegra.

Resultados e discussão

Foram analisados 5 (cinco) resumos e selecionados 3 (três) artigos para a leitura completa. Abaixo estão descritos os três artigos e uma breve conceituação teórica sobre a temática abordada pelos estudos. Os artigos lidos e analisados estão na Tabela 1.

Tabela 1 – “Travestilidade, envelhecimento e trajetória de vida”

Ano	Autor	Título	Revista
2015	SIQUEIRA, M. S.	“Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro”	Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades
2018	VARTABEDIAN, J	“Travestis brasileiras trabalhadoras do sexo, algumas notas além da heteronormatividade”	Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades
2018	IRA, K. F. S.	“Envelhecimento da população LGBT: desafios no Sertão de Pernambuco”	Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades

O artigo *“Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro”*, abordou as experiências cotidianas e as construções de gênero de travestis residentes da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O trabalho em questão proporciona aos leitores a possibilidade de compreensão sobre o envelhecimento de travestis, ancoradas pela categoria social estigmatizada de Goffman (1975), embasada pela pesquisa realizada por Kulick em Salvador, que apresenta o cotidiano de travestis trabalhadoras do sexo. Com isso, o texto nos comunica que as trajetórias de vida das travestis entrevistadas são acompanhadas pelo estigma desde muito cedo, pela quebra do modelo patriarcal e heteronormativo.

Partindo do entendimento em que a experiência travesti e/ou travestilidade se apresentam como aquelas que subvertem as normas de gênero hegemônicas, a pesquisa apoia-se na perspectiva de gênero, geração e corpo, sustentado nas contribuições da teoria da performatividade de Butler (2003), que desconstrói as noções de gênero e que designa o gênero como uma construção social.

Desse modo, a pesquisa propicia refletir sobre os deslocamentos e sociabilidades constituídas na interação social das travestis com a cidade no Rio de Janeiro, no qual demarcar os itinerários e percursos urbanos vivenciados por elas, apresentando de que forma elas conseguem se apropriar dos espaços da cidade e demarca os tipos de relações sociais que são experienciadas no cotidiano delas.

Com isso, os achados da pesquisa nos revela o deslocamento vivido por elas ao transitar pela cidade, na qual as interações sociais são marcadas por contínuas negociações, referentes ao aparecimento em espaços públicos, do convívio de travestis mais novas que “davam muita pinta”, pela performatividade de desenvolver manipulações das impressões, pelos os modos de comportamento, devido ao agenciamento utilizado para a garantia de manutenção de uma boa convivência com vizinhos, amigos e familiares. Dessa forma, as travestis desempenham uma “performace” de senhoras como forma de garantir interações e trânsitos “livres” pela cidade.

Ainda que a pesquisa revele a aproximação das travestis com os estereótipos femininos, o texto apresenta questões de outras vivências acionadas pela travestilidade em que surge na pesquisa, uma travesti que reivindica ainda uma construção do gênero masculino, como também como aparecem estratégias em que ambos mecanismos

de gênero aparecem tanto como estilos próprios de masculino, como de feminino.

Para a autora, as interlocutoras revelam que seus locais de trabalho e os bairros onde residem na condição de pedaços praticados, diante das suas caminhadas e percursos, que são orientadas pelo sentido de ser e estar na cidade. Assim sendo, os deslocamentos vividos pelas travestis evidenciam uma contração no processo de sociabilidade pública marcada pelo processo de envelhecimento, que são encontradas pela astúcias, táticas e saberes para se manterem femininas, atraentes e sexys.

A pesquisa intitulada *“Travestis brasileiras trabalhadoras do sexo, algumas notas além da heteronormatividade”*, apresenta como proposta a tentativa de aproximação interseccional para analisar os distintos significados que as participantes da pesquisa atribuem ao trabalho sexual e suas transições corporais, adotando a observação dos deslocamentos transnacionais vividos pelas interlocutoras.

O trabalho de campo proposto no artigo se deu em uma casa de moradoras de travestis que trabalhavam como profissionais do sexo e em um projeto da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. As travestis eram provenientes dos estratos populares da região Norte e Nordeste do país e no decorrer do texto a autora classifica como “primeira geração” as travestis com mais de 55 anos e faz um paralelo de trajetórias de vida das travestis mais jovens.

Desse modo, a autora propõe desfazer algumas ideias, na qual pontua a escassez de pesquisas sobre transexuais trabalhadoras e trabalhadores do sexo em agendas de pesquisa e políticas públicas. Diante da precariedade em que o trabalho de profissionais do sexo se apresenta, a pesquisa revela outras reflexões em que esse trabalho fortalece o empoderamento de travestis.

Ao se referir ao corpo, o texto apresenta falas sobre a permanência das modificações corporais e apresenta um conceito-metáfora de “necropolíticas queer” ao se referir aos corpos trans, na qual denota que alguns corpos são promovidos para viver, enquanto outros são deixados para morrer e descreve o contexto em que vivem as protagonistas da pesquisa, marcadas pela desigualdade social que se intensificam pelo cenário da produtividade neoliberal, que as excluem.

Diante das análises realizadas, a autora descreve que o trabalho sexual se apresenta como uma forma de ganhar dinheiro e ao mesmo tempo de empoderar-se ao reafirmarem suas identidades ao sentir-se

desejadas como “belas” travestis. A pesquisa demarca as trajetórias de vidas das travestis que residem no Rio de Janeiro, mostrando como o contexto de trabalhadoras travestis jovens é visualizada e revela as diferenças de vivências das interlocutoras da primeira geração, localizadas em outra conjuntura autora finaliza o texto dizendo que “a classe social, a raça ou o nível de educação vão determinar quem está de um lado ou do outro nesta divisão carnal e, simultaneamente, moral.

O artigo *“Envelhecimento da população LGBT: desafios no Sertão de Pernambuco”*, apresenta uma narrativa baseada no campo de acordo com o fundamento reflexivo do lugar “sertão”, que emite a forte discriminação baseada na construção de uma velhice que dialoga com a beleza, com a percepção de doença, dependência e declínio, que se transforma em um duplo preconceito.

O texto destaca as representações dos homens nordestinos que estão ligadas ao coronelismo, ao cangaceiro e ao jagunço, que partem dessa edificação histórica da formação dos sertões. Tomando por base, as análises das entrevistadas, traz à tona três categorias para exame: velhice, vivência da sexualidade e planos para o futuro.

No contexto do sertão pernambucano, a velhice é caracterizada como perdas sociais, com presença de mudanças nas relações familiares e o medo da solidão. A sexualidade é encarada como um desafio ao ser quebrado em decorrência da cristalização do homem nordestino que enuncia uma ofensa à família patriarcal, consequentemente o favorecimento do estigma e da discriminação acentuada.

Por fim, ao se pensar nos planos futuros, os/as interlocutoras apresentaram questões de saúde como um processo desafiador na velhice LGBT e o rompimento das relações familiares como forma de saída e quebra do ciclo de violências que perpassam a identidade de gênero e a orientação sexual.

De acordo com as informações encontradas e expostas nessa pesquisa, pode-se verificar a grande lacuna de estudos acadêmicos que revelem os modos de viver e ser de travestis, que pautem especificamente a transexualidade e o envelhecimento. Desta forma, os artigos que foram analisados nos permitiram observar que as trajetórias de vida de travestis são constituídas por marcadores sociais das diferenças e com isso nos instiga a desenvolver um novo olhar para as trajetórias de vida, sociabilidades e agenciamentos que perpassam às travestis.

Considerações finais

Mesmo com os avanços de direitos da população LGBT, o preconceito e a invisibilidade continuam sendo forte e atuam cotidianamente na vida das travestis. Situação que esse contexto também atravessa o processo de envelhecer, no qual, as travestis vivenciam uma dupla estigmatização – apesar de compreender que existe um processo de múltiplas vulnerabilidades – pelo fato de envelhecerem e por serem travestis.

O envelhecimento populacional é interpretado, neste século, como um fenômeno mundial, tendo em vista a elevação do número de velhos/as, de forma progressiva e rápida. E neste momento o mundo encara grandes provocações nas variações demográficas apresentadas e expostas em estudos sobre velhice e envelhecimento.

Nesse sentido, este ensaio de pesquisa teve o objetivo de organizar e materializar o campo de estudos sobre travestilidade e velhices. Deste modo, a construção do texto aqui proposto teve a intenção de apresentar os elementos iniciais que embasam a interseccionalidade sobre o envelhecimento e modos de vidas de travestis.

Contudo, é preciso reconhecer aqui que este procedimento investigativo não se expressa de forma acabada, apenas dispõe de análises e reflexões capazes de promover futuros e maiores debates a cerca desta temática.

Referências

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEBERT G, BRIGEIRO M. Fronteiras de Gênero e a Sexualidade na Velhice, Rev Brasileira de Ciências Sociais. 2012.

DEBERT GG, HENNING CE. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas, Edições Sesc. 2015.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. MARTINELLI, Maria

Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HENNING, Carlos Eduardo. **Gerontologia LGBT**: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos idosos LGBT. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 283-323, jan.-abr. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE: **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, n.36, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. IPECE: **Projeções populacionais**: Análise comparativa do Ceará com o Brasil no período 2019 a 2060. ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 209 – Julho/2019. Ceará, 2019.

IRA, K. F. S. DE. Envelhecimento da população LGBT: desafios no Sertão de Pernambuco. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 18, 10 set. 2018.

KULICK. D. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEBRÃO, M.L. **O envelhecimento no Brasil**: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. Saúde coletiva, v.4, n.17, p.135-140, 2007.

MALUF, Sônia Weidner. **Corporalidade e desejo**: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. In: Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1º semestre 2002. Ano 10, pp. 143-152.

MOTTA, Alda B. da. As dimensões de gênero e classe social na análise no envelhecimento. **Cadernos Pagu**, n.13, p.191-221, 1999.

PELÚCIO, Larissa. Toda Quebrada na Plástica - corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. Curitiba _PR, v. 06, n. 01, p. 97-112, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/4509/3527>. Acesso em: 25/06/2020.

POCAHY, F. A.. Entre vapores & vídeos pornô: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino. *Revista Estudo Feministas*, 20 (2), 357-376, maio/ agosto, 2012.

SIQUEIRA, Monica S. Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 9, n. 13, p. 151-174, 2015.

VARTABEDIAN, J. Travestis brasileiras trabalhadoras do sexo algumas notas além da heteronormatividade¹. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 11, n. 17, 29 jan. 2018.

PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A MASTURBAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Martins de Oliveira

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, ana.0234047@discente.uemg.br;

Hedylene Amaral Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, hedylene.0234002@discente.uemg.br;

Sara Gonçalves da Silva

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, sara.0284846@discente.uemg.br.

Sônia Mendes de Jesus

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, sonia.0284854@discente.uemg.br;

Catarina Dallapicula

Professora orientadora: Mestra em Educação, Faculdade de Educação da UEMG - MG, catarina.dallapicula@uemg.br.

Resumo

Esse texto é resultado do trabalho de conclusão de curso de quatro estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais. A pesquisa realizada abordou a percepção das professoras na Educação Infantil sobre a masturbação de crianças com idades de 0 a 5 anos e 11 meses (faixa-etária atendida pelas Unidades Municipais de Educação Infantil de Belo Horizonte). Nessa pesquisa usamos os conceitos de gênero e educação infantil elaborados por Louro (2007), sexualidade a partir de Foucault (2013) e masturbação a partir de Vergueiro e Galli (2019). A técnica de pesquisa utilizada

foi a entrevista narrativa, realizada com professoras da educação infantil que responderam a quatro perguntas, previamente estabelecidas pelas autoras. Nessa pesquisa as perguntas foram focadas na vivência das professoras com seus corpos e a vivência de situações do cotidiano escolar que trazem a experiência das crianças na descoberta de sua sexualidade. Nessa comunicação oral compartilharemos o que as falas dessas docentes apresentam em relação a sua atuação e à percepção em relação às crianças em suas relações com os próprios corpos além de apontarmos possibilidades para a formação inicial e continuada de docentes.

Palavras-chave: Masturbação, Sexualidade, Gênero, Educação infantil.

Aproximações com o tema

Este texto é resultado de uma pesquisa do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Analisamos a masturbação na educação infantil, visando compreender de que forma educadoras se relacionam com a masturbação e a masturbação infantil no ambiente escolar.

A escolha do tema se deu pelo incômodo que nós, alunas pesquisadoras, tínhamos em relação a como sexualidade e gênero são abordados dentro de escolas de educação infantil. Especificamente, questionávamos as possibilidades de ação de docentes perante as práticas infantis com os próprios corpos a partir das observações que já havíamos feito nas oportunidades de estágio. Mediante discursos hegemônicos de controle dos corpos, impossibilidade de discutir gênero e o mito de que não existe sexualidade infantil, parecia haver mais barreiras do que caminhos para o trabalho docente.

Para compreender como educadoras pensam a masturbação e a masturbação infantil recorremos a obras da área da educação e da psicologia da educação que abordam o tema e que, embora limitadas em número, nos ajudaram a elaborar as reflexões aqui apresentadas. O trabalho de Guacira Lopes Louro (2007) viabilizou uma aproximação inicial do grupo a possibilidades não-hegemônicas de pensar sexualidades e gênero na educação infantil, considerando que a escola compõe com a família, a igreja e outras instituições sociais uma rede de reiteração de identidades e práticas afirmadas ou negadas, exercitando do que a autora nomeia como “pedagogia da sexualidade e do gênero” (LOURO, 2007, p. 25). Compreender essa rede de intervenções disciplinares como práticas pedagógicas ampliou nossa percepção, antes focada apenas no que os discursos que atacam o trabalho pedagógico escolar que aborde questões de gênero e sexualidades. Foi possível refletir que práticas pedagógicas de controle das sexualidades e das performatividades de gênero não acontecem só nas escolas, mas também acontecem nesses espaços, podendo ampliar ou reduzir as possibilidades de interação com os próprios corpos e com os corpos de outrem.

Michel Foucault (2013) nos ajudou a pensar como a masturbação se tornou objeto de controle social a partir do fim do século XVIII, sendo associada a ela a figura do indivíduo anormal, que precisa ser

corrigido e para o qual são produzidas “técnicas familiares e correções de educação e correção” (FOUCAULT, 2013, p. 50). Quando Foucault (2013) afirma que a masturbação é “o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém” (p.50) isso nos tocou ao pensarmos que entre nós, a experiência de ver crianças se tocarem na educação infantil também parece ser um segredo entre as educadoras nessa etapa. Todas nós tivemos experiência de perceber crianças com práticas análogas à masturbação na educação infantil, mas também percebemos silêncios sobre isso tanto no ambiente escolar quanto em nosso curso de Pedagogia.

Maria Cecília Pereira da Silva (2019, p.19) nos lembra que o “brincar e a curiosidade sexual são indicativos de um desenvolvimento infantil sadios e criativo”. Essa leitura nos ajudou a pensar que a exploração do corpo e o exercício da curiosidade na educação infantil, enquanto parte da infância, podem ser abordados por práticas pedagógicas que não sejam punitivas e que possam ser também compartilhadas entre diferentes docentes pelo exercício de troca se assumirmos a possibilidade de falar sobre elas.

Para criar a possibilidade de educadoras falarem sobre o que pensam e como pensam em relação às práticas análogas à masturbação na educação infantil e de seus saberes serem sistematizados para podermos aprender com elas e a partir delas, realizamos oito entrevistas, das quais quatro compõem o conteúdo deste texto.

Aproximações com a pesquisa

Nesta pesquisa, partimos das falas de educadoras que atuam na educação infantil no município de Belo Horizonte. Ao nos aproximarmos dessas colaboradoras, utilizamos a abordagem indutiva, em que pensamos a teoria como aporte para “induzir, de alguns casos adequadamente observados [...] aquilo que se pode dizer (afirmar ou negar)” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 87) sobre como pensam a masturbação e a masturbação infantil, compreendendo que possivelmente essas afirmações se apliquem a outras educadoras em contextos similares (com a certeza de que não a todas, pois sempre haverá diferenças entre grupos).

Dentro desta abordagem, optamos pela entrevista como técnica de pesquisa por ser, como afirma Rosália Duarte (2004, p. 215), fundamental “quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores

e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, ais ou menos bem delimitados”. A autora nos lembra que o uso de entrevistas permite compreender como as pessoas entrevistadas “percebe e significa sua realidade” e levantar “informações consistentes” (*idem*) para a compreensão das relações estudadas.

A fim de produzirmos as informações desejadas a entrevista foi conduzida pelas pesquisadoras e direcionada a quatro educadoras que atuam na Educação Infantil no município de Belo Horizonte. As colaboradoras foram convidadas a participar da pesquisa em razão da convivência com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses no ambiente escolar por indicação de pessoas que conheciam as integrantes do grupo ou por convite direto. A entrevista foi realizada remotamente pela plataforma virtual Google Meet, com a participação das pesquisadoras, orientadora e cada entrevistada (uma não assistiu a entrevista da outra).

Realizamos um total de oito entrevistas, mas este texto é resultado de análise das quatro primeiras. Para realizar as entrevistas, enviamos a cada colaboradora um formulário produzido na ferramenta Google Forms em que ela puderam expressar seu consentimento com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e fornecer alguns dados relevantes para compreendermos seus contextos de formação profissional.

As quatro colaboradoras se identificam como mulheres cis heterossexuais e concluíram a licenciatura em Pedagogia nos anos de 2010 e 2011 (duas em cada ano). Todas atuam na educação infantil em Belo Horizonte. Na data das entrevistas o tempo de experiência delas na educação infantil era de cinco, doze, treze e vinte anos. Neste texto não cruzaremos estes dados por questão de recorte e para manter o anonimato das colaboradoras.

As entrevistas foram guiadas por quatro perguntas:

- a. O que é masturbação para você?
- b. Você conversa ou já conversou sobre masturbação com outras pessoas?
- c. Você se lembra quando você se masturbou pela primeira vez?
- d. Como você reage ao ver uma criança se masturbando no contexto escolar?

Após terminarmos as entrevistas, utilizando a gravação feita na própria ferramenta do Google Meet, transcrevemos as falas em

sua totalidade para proceder com as análises. Esse trabalho tomou como referência a análise do discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Isso significa que buscamos compreender como as colaboradoras se posicionam em relação às questões da masturbação e da masturbação infantil no contexto escolar.

Significando essas aproximações

Fancisca Vieitas Vergueiro e Rosa Maria de Mello Galli (2019, p.75) relembram que “masturbar vem do latim *masturbare* e quer dizer provocar o orgasmo pela fricção da mão ou instrumento adequado [...] para obter prazer”. As autoras reafirmam que a masturbação tem sido sistematicamente reprimida há séculos e que por consequência é comumente difícil para pessoas adultas separar culpa e prazer. Há por isso também uma prática de culpabilização da masturbação infantil que, neste texto, nomeamos como masturbação ou práticas análogas à masturbação, mas não compreendemos a partir da adultização da experiência, como explicado adiante.

Michel Foucault (2013), ao descrever a emergência das práticas pedagógicas de correção do masturbador (no fim do século XVIII), apresenta as relações com o monstro e com o (in)corrigível como características do masturbador. A prática da masturbação, ainda que o autor a considere universal, ao mesmo tempo é pouco descrita ou discutida, visto que “Quase ninguém sabe que quase todo o mundo pratica” (FOUCAULT, 2013, p.51).

O silenciamento das discussões sobre a masturbação no campo educacional passa pelas técnicas de correção que se reproduzem nos diversos espaços sociais (FOUCAULT, 2013) e pela delimitação de como e quando se poder dizer o que sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2014), geralmente em práticas de confissão que se alteram ao longo da história. Além disso, opera para o silenciamento das discussões sobre a masturbação infantil uma ideia de infância marcada por uma pureza casta e pela expectativa de que educadoras tenham comportamentos sociais geralmente opostos aos dos esperados de corpos sexuados. Assim, tanto as crianças quanto as educadoras da educação infantil estariam em um campo socialmente lido como assexuado.

Jane Felipe (2000, p.118) nos lembra que esses discursos operam especialmente sobre os corpos com vaginas, lidos nos campos das feminilidades, pois o “governo sobre o sexo feminino era exercido de

forma rigorosa, exigindo um comportamento de maior recato e pudor em comparação ao homem” desde o final do século XIX e início do século XX, quando os manuais de civilidade e de boas maneiras (produzidos a partir do fim do século XVIII) passaram a fortalecer “uma educação bem delimitada a partir de determinadas expectativas e distinções de gênero” (FELIPE, 2000, p.116).

Guacira Lopes Louro (1997, p.22), ao apresentar o conceito de gênero, explica que em seu uso não há “a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, [...], mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características [ditas] biológicas”. A análise da autora sobre o conceito de gênero acrescenta que é suas relações são relações de poder, que definem tanto as ações e práticas desejáveis quanto as que devem ser corrigidas para que cada pessoa se adeque ao esperado numa relação de linearidade entre genitália/sexo/gênero/sexualidade.

Maria Cecília Pereira da Silva (2019b) explica que a sexualidade ainda está associada à genitalidade, apesar de estudiosas e militantes de gênero fazerem essa crítica há algumas décadas (LOURO, 1997) e demonstrarem que a genitália visivelmente identificável não deve ser compreendida como fundante do sexo, da sexualidade, da identidade ou performatividade de gênero de cada pessoa. Silva (2019b) lembra que ao falarmos sobre sexualidade, geralmente as imagens que vêm à mente da maioria das pessoas têm relação com a erotização dos corpos, o que é uma percepção adultizada da sexualidade e, por consequência, da sexualidade infantil.

Como afirma Jane Felipe (2000, p.116) as “distinções e expectativas atribuídas a meninas e meninos, homens e mulheres, podem ser encontradas em vários campos”, inclusive a educação. A adultização da sexualidade infantil gera tanto o pânico moral da interpretação de que tratar a sexualidade infantil na escola é falar de sexo e estimular sua prática, quanto a impossibilidade de compreender a sexualidade da criança em suas características não-erotizadas e inerentes a sua fase da vida.

Compreendemos com as leituras feitas que a sexualidade na infância se manifesta de forma não erotizada (a não ser que a criança esteja sofrendo estímulos impróprios a sua idade, quer seja por violência ou por exposição via televisão ou internet, por exemplo) e que as crianças se masturbam (ou têm práticas análogas à masturbação) “Porque é gostoso.” e porque “os seres humanos tendem a repetir

tudo que é prazeroso” (VERGUEIRO; GALLI, 2019, p.78-79). A partir dessa percepção de que não devemos atribuir uma performance ou identidade de gênero a uma criança com base em sua genitália nem delimitar significados estanques e pré-definidos sobre suas possibilidades de acesso ao próprio corpo como se fossem sintomas de uma sexualidade que precisa ser rotulada, iniciamos as entrevistas para pensar com as colaboradoras a masturbação e a masturbação infantil.

Aproximações com as colaboradoras

Iniciamos as entrevistas pedindo que as colaboradoras explicassem o que entendem por masturbação e ouvimos algumas definições adultizadas, como previsto por Maria Cecília Pereira da Silva (2019b), mas também definições elaboradas de diferenciação da sexualidade infantil e de sua definição como simples ato de prazer, como na seguinte fala de uma das colaboradoras:

Eu acho que a masturbação é um momento de prazer, né! Muito individual, de cada um...Independente da idade, de credo. [...] É um momento íntimo seu, com você mesmo. Isso é eu pensando na pessoa adulta, né? [...] Eu posso ampliar o contexto? Quando eu penso no contexto de uma criança, né... Já presenciei algumas situações de masturbação infantil, para mim não muda muito o conceito. É... a criança está buscando ali uma satisfação de uma zona do corpo dela que ela encontrou, né? Muitas vezes a gente olha até com um olhar bem preconceituoso, [...] Ela não tem aquilo ali como sujo, não tem aquilo ali como uma coisa imprópria para a idade dela. Ela conheceu aquela área e ela quer explorar. É igual quando eles veem um desenho ou um filme assim, repetidas vezes, né? Eles querem repetir aquele prazer que eles sentiram de assistir aquelas cenas. A masturbação infantil para mim, ela é muito parecida com isso. (COLABORADORA 3, 2021, n.p.)

Como no trecho acima, todas as colaboradoras relacionam masturbação a um ato de prazer ou que gera prazer. Em suas definições diferenciaram o ato de adultos e de crianças, fugindo da adultização das experiências infantis e enfatizando que as percepções de erro ou

juízos morais partem de uma leitura adulta, não fazendo parte da compreensão das crianças sobre esses processos.

Apesar de todas tratarem a masturbação como parte das experiências infantis e até apontarem em suas falas a faixa etária da educação infantil como o período em que as crianças iniciam essa experimentação, ao pensar as próprias experiências e infâncias esse discurso se desloca. Duas afirmaram que sua primeira masturbação foi entre dez e doze anos, uma após os trinta e uma afirmou nunca ter se masturbado. As experiências da primeira infância raramente são lembradas na idade adulta, o que pode justificar essas respostas, além disso todas indicaram que não tiveram esse tipo de discussão em suas formações em Pedagogia. Isso pode ser um dos fatores para que não tenham feito a reflexão de que provavelmente em algum momento dos primeiros anos de vida tenham se tocado, apesar de compreenderem essa como uma experiência que é parte da infância (como elas mesmas pontuaram).

Um outro fator que pode ter colaborado para a significação da masturbação como ausente da própria infância foi levantado pela Colaboradora 1, ao lembrar que sua experiência religiosa enfatizava um caráter pecaminoso da prática da masturbação, como afirmou:

[...] antigamente a gente não tinha o conhecimento que a gente tem hoje, os pais eram mais restritos nas conversas com os filhos e esse tema é um tema super místico. Para a maioria das famílias antigamente isso era muito, como se diz, pecado, né? Era um pecado. Eu lembro direitinho na época, quando eu fui fazer a minha crisma que o padre falou que quem se masturbasse tinha que ser é... que fazer a confissão. É que eu fui criada dentro da igreja católica. Então era um mito muito grande a respeito de tudo isso, na verdade hoje em dia a gente sabe que não é tão assim. (COLABORADORA 1, 2021, n.p.)

Esse cerceamento que define o que pode ser feito ou dito (onde e quando) e que se materializa na prática da confissão da masturbação (não só na igreja, mas no ato de confessar ao médico, às professoras, aos pais, etc.) é reflexo ainda hoje dos processos de cerceamento da sexualidade descritos por Foucault (2014). Ao longo da pesquisa percebemos nossos próprios estranhamentos, enquanto pesquisadoras a (re)pensar nossas relações com nossos corpos, assim como das

colaboradoras, ao falarmos sobre a masturbação. A quebra de paradigma se dá no momento em que nós, mulheres cis heterossexuais, conversamos com outras pessoas sobre masturbação ou nos permitimos a pensar nossas próprias relações com nossos corpos, o que foi possibilitado por essa pesquisa (a todas nós).

Enquanto as pesquisadoras passaram mais de um ano lendo textos e discutindo semanalmente a masturbação e a masturbação infantil, três das colaboradoras indicaram que sempre que conversaram com alguém sobre masturbação foi em processos de transmissão de saberes:

[...] eu já conversei com meu filho. [...] Já conversei come ele, falei que é muito natural, entendeu? Que é muito normal, mas que tem que ter todo o cuidado, que não toda hora, não é a todo momento, né? [...] Eu mesma tive um aluno: eu trabalhava com turma de 4, 5 anos e eu tive esse problema dentro de sala, [...] E aí eu chamei a mãe, conversei, [...] (COLABORADORA 2, 2021, n.p.)

Como aponta o trecho, as conversas sobre masturbação relatadas foram orientando filho e filha; informando uma mãe sobre práticas de (ou análogas a) masturbação por parte de uma criança na educação infantil; orientando uma colega de trabalho sobre o que fazer em relação a uma criança que se masturbava (ou exercia ações análogas à masturbação) em uma sala de quatro anos da Educação Infantil. Apenas uma delas também mencionou conversas e trocas com outras pessoas com quem tinha amizade.

Alguns dos disparadores desta pesquisa foram nossas experiências em estágios na Educação Infantil e a falta de discussão sobre a sexualidade infantil em nosso curso de Licenciatura em Pedagogia. Tínhamos inseguranças sobre “o que fazer” em situações em que crianças se masturbam (ou exercem atos análogos à masturbação) e queríamos aprender com as educadoras que estão atuando, embora imaginássemos que elas também ficassem sem saber o que fazer ao se depararem com a masturbação infantil em sala de aula, mas seus relatos nos mostraram o contrário:

A gente não pode simplesmente corrigir. É conversar mesmo para ela entender que aquilo não é simples assim, entendeu? E aí eu converso com ela normalmente e assim foi a minha única experiência de

conversar. Acho que com qualquer outra criança seria da mesma forma a gente explicar. Porque eu sei que não é errado ela fazer isso, a gente só tem que explicar em que tem lugar, que a gente não faz isso em qualquer lugar, perante as pessoas. Porque também é um prazer para ela. E falar assim: não pode, está errado? Não! A gente não tem esse direito porque aí é um ser humano, e eu estou tolhendo o direito do outro. (COLABORADORA 4, 2021, n.p.)

Ao contrário de nossas expectativas, como no trecho acima, as colaboradoras foram unânimes ao dizerem que se deve enxergar a masturbação infantil com naturalidade e que essa prática está ligada à descoberta do próprio corpo, além de afirmarem que a intervenção adulta não deve reprimir a criança, mas orientá-la para não se machucar ou se expor em momentos e locais socialmente inapropriados. Nestas falas, percebemos que as colaboradoras se preparam para esse tipo de interação no dia a dia do trabalho na educação infantil. Ao reconhecerem que a situação está fora de seu alcance, comunicam às famílias, mas ponderam que deve se ter o máximo de cuidado ao abordar o assunto tendo em vista que muitas delas não compreendem a masturbação infantil como natural, mas como um pecado, uma anomalia.

Foi importante perceber que as práticas dessas educadoras se aproximam do que os estudos e leituras feitos pelo grupo indicam. Imaginávamos que isso só seria possível para aquelas que já tivessem uma aproximação com as discussões sobre gênero e sexualidades na Educação Infantil, mas isso não se confirmou. Uma das colaboradoras iniciou seu contato conosco pontuando que nunca havia visto alguma pesquisa no campo da educação sobre masturbação na educação infantil e foi recorrente o relato de que não teve contato com discussões sobre isso na graduação, apesar de todas terem cursado Licenciaturas em Pedagogia. Percebemos em suas falas que o saber pedagógico nem sempre consegue resolver os incômodos de adultas sobre práticas de masturbação (ou práticas análogas à masturbação) infantil, o que leva as educadoras a recorrer ao saber médico.

Considerações das quais nos aproximamos

No decorrer das entrevistas, o mito de que as docentes não dão conta de tratar da masturbação (ou práticas análogas à masturbação) infantil foi desmentido, pois percebemos que para elas essa

experiência faz parte do cotidiano da educação infantil. Mesmo educadoras que não tiveram qualquer formação sobre a sexualidade infantil têm estratégias de orientação da criança que se masturba para que não haja constrangimento, mas ela aprenda sobre lugares e momentos em que é apropriado ou não se masturbar.

Uma questão relevante é perceber que elas produzem seus saberes nas práticas cotidianas da Educação Infantil, mas, ao pensarem a masturbação ou buscarem informações para se respaldar, ainda recorrem com frequência aos saberes médicos e biologizantes e com menor frequência aos pedagógicos. Pelos relatos das colaboradoras, nos parece que os saberes pedagógicos não conseguem resolver o incômodo que a masturbação (ou atos análogos à masturbação) infantil traz às adultas em sua convivência e que os saberes médicos o fazem. Há que se considerar, é claro, que mesmo para as autoras desta pesquisa, estudando o tema ao longo de mais de um ano, não foi uma tarefa fácil encontrar obras teóricas do campo da educação que tratassem especificamente sobre a masturbação (ou práticas análogas à masturbação) infantil, provavelmente essas e outras educadoras enfrentam as mesmas dificuldades.

Referências

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 152, p.679-84, 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. **Educação e Realidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, (1), p. 54-87, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes et al (org.). **O Corpo Educado**: pedagogia da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 176 p. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. Diálogo sobre sexualidade: da curiosidade à aprendizagem. In: SILVA, Maria Cecília Pereira da. (org.). **Sexualidade começa na Infância**. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. Características da sexualidade infantil de zero a seis. In: SILVA, Maria Cecília Pereira da et al (org.). **Sexualidade começa na Infância**. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

AS CORES PROIBIDAS EM YŪKOKU: PERFORMANCE E SUICÍDIO NA OBRA DE YUKIO MISHIMA

Erik Aquilles Xavier de Lima

*Graduado do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do
Ipójuca/Wyden - PE, erik.aquilles@gmail.com.*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo cartografar a obra cinematográfica *Yūkoku* (1966) na busca de sentidos que anunciem o suicídio-ritual enquanto *performance*. Deste modo, discutir a problematização da oposição entre a vida e a morte diante da expressão artística do suicídio. Dialogando com o conceito de *rizoma*, proposto por Deleuze e Guattari, no despertar de uma escrita criativa. Cartografar a dimensão artística expressa por Yukio Mishima, que encenou a própria morte, desvelando no corpo sua obra de arte. Lançando um olhar não reducionista, despertando o criar, o rompimento de paradigmas, aproximando-nos dos fenômenos que daí emergem, os sentidos que potencializam a criação e, conseqüentemente, rupturas. Dar-se abertura ao campo das artes, despertando provocações acerca dos conceitos atrelados ao suicídio, permitindo lançar a *performance* enquanto encenação e expressão de singularidade através do suicídio-ritual na obra *Yūkoku*.

Palavras-chave: Suicídio, Performance, Cartografia, Rizoma, Mishima.

Introdução

Discutiremos a obra cinematográfica *Yūkoku* (1966) e o artista Yukio Mishima, que escreveu, dirigiu e atuou no curta. Antes mesmo de lançar um olhar acerca do filme, é importante apresentar o *indivíduo* por trás da obra.

Kimitake Hiraoka trata-se do *indivíduo* que deu origem ao *autor*; nasceu no dia 14 de janeiro de 1925, em Tóquio. Kimitake Hiraoka cria para si mesmo uma máscara: Yukio Mishima; que nasceu por volta de 1949, quando aos 24 anos publica *Confissões de uma máscara* (2004). Yukio Mishima é o *personagem originário*, aquele que deu abertura a expressão de sua arte.

Essas distinções são importantes para apresentar a complexidade de suas obras. A relação entre *indivíduo-autor-personagem* é a base para que compreendamos o pensamento de Yukio Mishima; e, portanto, temos a *performance* como instrumento para potencializar as multiplicidades de sua expressão.

Seguimos para a criação do *autor*: O Tenente Shinji Takeyama, personagem do filme (interpretado pelo próprio Yukio Mishima) é a instância por meio da qual nossas cartografias sobre a vida e a morte ganham corpo em constante desvelar-se. Juntamente com a personagem Reiko (interpretada por Yoshiko Tsuruoka) e os fantasmas que habitam em torno da obra, o cenário no curta constrói um ponto de retorno a dimensão do corpo, a destituição dos apriorismos através do criar-se.

Na obra de Yukio Mishima o suicídio é um golpe: afirmação da morte, e da vida.

Metodologia

Com o corte e o aparecimento das vísceras, dar-se conta que, para além dos órgãos, as suas obras pulsam. Tanto no filme, quanto na realidade, Yukio Mishima se suicida. Poderíamos pensar, em certo sentido, numa medida preventiva. Algo que pudesse sanar este impulso. É aí que entraria a técnica, o paradigma moderno (ROMAGNOLI, 2009), aproximando suas raízes que, amordaçando a obra e o artista, não nos permitiria sentir as provocações que emergem da obra, pois: “Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais

passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 32). Temos, desta maneira, o *rizoma* enquanto potência, e a *performance* como forma de expressão dessa obra de arte.

Se atribuíssemos o suicídio no filme como resposta à uma causalidade, dado o desvio de uma realidade preestabelecida, estaríamos por reafirmar o paradigma moderno, o que nos afastaria da relação fundamental entre *indivíduo-autor-personagem* primordial na obra de Yukio Mishima.

O distanciamento do paradigma moderno permite-nos lançar um olhar sobre a obra *Yūkoku* sem a busca por uma verdade engessada; vamos de encontro à obra, de encontro ao artista.

As criações de suas obras fizeram Yukio Mishima se afastar de Kimitake Hiraoka, que parecia, assim, o ser em torno de um molde. Tornando sua vida um verdadeiro palco, que atravessa a realidade e a fantasia: *performance*. Suas experiências se tornaram histórias, e as histórias, em contato com a vida, passaram a fazer parte do corpo — nascendo Yukio Mishima.

Referencial teórico

Yūkoku (1966) é assim, um *rizoma*; as confissões das multiplicidades que emergem da literatura. Nesse movimento de *confissão*, o ser permanece na dimensão de mistério, “oculto entre as folhas” (tradução literal de “Hagakure”, obra fundamental na vida de Yukio Mishima).

Com as *Confissões* (2004), surgia Yukio Mishima, tocado pela estética do artista — obras escritas à sangue. A escrita de quem não teme a morte ao se mexer com sua história: “O que eu buscava era uma espécie de suicídio espontâneo, natural. Queria morrer como a raposa ainda não muito astuta, que, graças à própria ignorância, caminha despreocupadamente pelas montanhas e é alvejada pelo caçador...” (MISHIMA, 2004, p. 109). Yukio Mishima é um *delírio*, e seus personagens a *ação*.

Seguindo um viés preocupado com as origens, detectaríamos nas atuações no curta os sentidos que enquadrariam em Kimitake Hiraoka — seu nome de nascimento —, uma cisão, a distorção da realidade que criou para se afugentar da moral ou da responsabilidade: Yukio Mishima e seus personagens.

Não há como separar Yukio Mishima de suas obras. Assim como todo o resto, de Kimitake Hiraoka. Devido a isso, existiriam inúmeras formas e entendimentos. Segundo a lógica dita acima, seria levado a denunciar, em *Yūkoku*, um sintoma; ou ainda, o sintoma de tantas outras denúncias. De modo que, o suicídio, seria a *pedra angular* que representaria toda sua obra.

É através de Yukio Mishima, no desvelar dos personagens, que se encontra com a vida. Cada obra o encaminha para uma compreensão autêntica da sua existência em uma relação singular com a morte.

No filme *Yūkoku*, atua o criador da própria obra, que desvela a obra no corpo à medida que se comunica com Reiko. Inevitável não pensar no que há de vir – a morte. Ao que se sente o *personagem* permanecerá morto, pois o *autor* matou-o, e levou consigo um *indivíduo*: um corpo com nomes.

Personagem, autor e indivíduo, fundem-se no palco – a arte dilacera. E o único plano que habitam essas nomeações desfaz-se no sangue, que Reiko atravessa sem temer afundar no abismo.

Yukio Mishima existe enquanto obra viva. O corpo esculpido ao longo de séries de musculações e desdobramentos. A preparação para a morte e a encenação enquanto abertura ao suicídio: “O teatro que não está em nada, mas que se serve de todas as linguagens – gestos, sons, palavras, fotos, gritos – encontra-se exatamente no ponto em que o espírito precisa de uma linguagem para produzir suas manifestações” (ARTAUD, 2012, p. 7). A manifestação de um samurai moderno, como se intitulava; resistente a ocidentalização do país no pós-guerra: “Quando compreendemos que o ‘sujeito’ não é algo que atua, mas somente uma ficção, decorre daí uma série imensa de coisas” (NIETZSCHE, 2011, p. 356). Despertando, na obra, as multiplicidades das máscaras que performatizam a preparação do suicídio e o encontro com a vida.

Resultados e discussão

O curta *Yūkoku* (1966) foi concebido na literatura. A obra cinematográfica não modificou a história original, mas atribuiu novos sentidos ao singelo conto. Ainda que, tratando-se de outra obra, não se distanciou da literatura. O filme incorporou textos que *introduzem* os planos – inspira a sensação de que o curta é como um livro em movimento.

A história conta com dois personagens: o Tenente Shinji Takeyama (Yukio Mishima) e Reiko (Yoshiko Tsuruoka), sua esposa. Na trama, o Tenente encontra-se em um terrível impasse: alguns amigos uniram-se a um grupo rebelde contra o Império. O Tenente é chamado a servir as forças imperiais contra esse grupo rebelde. Nesse conflito, encontra o valor da amizade e a sua crença no Império; diante da qual, escolhe o suicídio-ritual (*seppuku*), como única saída honrosa desse impasse. Reiko, acompanhou-o na morte.

Quando Yukio Mishima apresenta o filme *Yūkoku*, desvela múltiplas linguagens que aproximam a literatura, o teatro e o cinema. O que nos permite dialogar com o conceito de *performance*, descrito por Cohen (2012): “como uma *arte de fronteira*, no seu contínuo movimento de ruptura [...]” (p. 38). Elemento de ruptura à medida que incorpora textos entre os atos, que permitem zonas de circulação de sentidos e os corpos que estão em constante desvelamento e criação.

No primeiro instante, quando nos apresenta o contexto, podemos acreditar que o filme já se explica; e os textos que dividem os atos já esgotam as possibilidades, e o final já devidamente estabelecido e adiantado.

Porém, algo acontece entre o instante da descoberta até o suicídio de Reiko; e é esse mistério que desvelamos neste trabalho. Deste modo, é importante se fazer referência ao *Hagakure* (texto fundamental à formação ética de Yukio Mishima), afirmando ser: “[...] o ventre de onde nasceu a minha obra” (MISHIMA, 1987, p. 21). O desvelamento que se dá pela obra, e assim, o seu ocultamento, por meio da qual habita o artista.

Ora, Yukio Mishima não é, assim como toda sua obra – ele não apresenta certezas. Talvez seja, diante da morte, que toda e qualquer distinção, e oposição, dissolvem-se, e cada um dos atos rompem suas barreiras. Criando assim um *rizoma*.

Sentidos que deslocam a *performance* à dimensão de mistério. Movimentos, e *rizomas*. Sentidos enquanto teias. Teias que se dobram, conectam-se em outras teias e compõem uma máscara que não se fixa: *Yūkoku*.

Diante disso, percebemos que o curta não se restringe a essas dimensões perfeitamente delineadas e inteligíveis; é que reside na preparação da morte nosso *rizoma*, e por assim dizer, a transformação dos atos em *platôs*, e deste modo, as teias que se ligam em completo desacordo e não-sentido.

Essa tomada de consciência aproxima-nos daquilo que Romagnoli (2009) escreve quando fala de cartografia: “uma vez que a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele” (p. 170). O tenente que, mesmo servindo ao Império, escolheu o suicídio-ritual a opor-se à uma terrível dicotomia. Entre, e não em oposição.

Yūkoku performatiza infinitos sentidos que se metamorfoseiam constantemente e, diante de tais possibilidades, o ponto de fuga dos personagens se dá diante do rito de amor e de morte; assim sendo, *seppuku*. A possibilidade de ruptura a esse deslocamento, e a desterritorialização expressada no corpo, a espada desenhando o corte e expondo as vísceras: *rizoma*.

O suicídio seria, então, a expressão de uma verdade? O suicídio é a resposta em si mesmo. O suicídio na obra *Yūkoku* não expressa um sentido de verdade, algo que se impõem a um desejo maior de compreensão e justificação, mas em si, o que expressa. O suicídio parte ao encontro entre a vida e a morte.

Não dirige resposta a nenhum âmbito, assim como, sua verdade se desfaz diante do sangue; no entanto, porventura, supor-se encontrar a resposta, estaríamos fechando todas as feridas e o artista seria *encontrado*. Algo que reduziria a obra e o artista a uma dimensão de impotência.

Diante desta impossibilidade, e não rendido a pertinência de um saber maior e arborificado, esse mistério permanece oculto e vivo neste artigo. Deste modo: “a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43). A metamorfose, neste sentido, vem pelas máscaras que performatizam na obra. A expressão de quem não teme a morte e que escolheu morrer.

Emergem dos seus personagens as inquietações sobre o incerto, os prazeres da vida e da morte de seus sentidos que ganham substância através das mãos do *personagem originário*, que permite, no desvelar-se, a unificação da vida e da morte — de todos os seres e suas máscaras: “A morte não vai além da verdade. O suicídio poderia ser denominado morte por ato. Nenhum ser humano pode nascer por sua própria vontade, o que não acontece no caso de sua morte.” (MISHIMA, 2002, p. 564). As cores que pintam os sentimentos mais obscuros.

A fotografia do filme é sensível, cuidadosamente esculpida no jogo de espelhos. A obra provoca os sentidos, o corpo: “Os insensíveis só se perturbam ao ver sangue, mas quando isso acontece a tragédia já se consumou.” (MISHIMA, 2010, p. 23). Neste momento, podemos dizer que não existe separação, nem oposição, entre a vida e a morte na obra *Yūkoku*. O instante do suicídio é guardado de mistério.

Considerações finais

Yūkoku é uma bela história. É possível sentir sua delicadeza ao ler o conto (intitulado *Patriotismo* (1986), na tradução para o português). O filme é como a realização da crueldade, brutalmente real: “A crueldade é antes de mais nada lúcida, é uma espécie de direção rígida, submissão a necessidade. Não há crueldade sem consciência, sem uma espécie de consciência aplicada. É a consciência que dá ao exercício de todo ato da vida sua cor de sangue, sua nuance cruel, pois está claro que a vida é sempre a morte de alguém.” (ARTAUD, 2012, p. 118). Os personagens ganham carne e sangue, tocados pela: “[...] solene proteção dos deuses, repletos de uma felicidade intensa que animava cada fibra dos seus corpos.” (MISHIMA, 1986, p. 105).

O filme dispensa alguns detalhes contidos no conto para dar espaço a outros sentidos: a atuação que apresenta o inevitável. O *autor*, que morre na ficção, para renascer de suas obras a vontade pela morte: “[...] as agonias ainda desconhecidas da morte tivessem temperado seus sentidos com a sensibilidade do aço em brasa. Agonias que não sentiam ainda, as distantes dores da morte haviam refinado sua sensação de prazer.” (MISHIMA, 1986, p. 115). O resgate do conto é uma descoberta, nossos desencontros. As duas obras se encontram no limiar do absurdo, para enfim, tocarem a existência com assombroso silêncio.

A morte perpassa as linhas com suavidade. A vida que lateja na ilusão da separação entre a vida e a morte: “Não via ante os olhos a dor, nem a morte. Parecia avistar apenas uma extensão livre e ilimitada perdendo-se na distância.” (MISHIMA, 1986, p. 110). O distanciamento não como obstáculo, mas caminho.

Enquanto Kimitake Hiraoka, *indivíduo*, não seria possível. Nele estavam contidas todas as fragilidades humanas.

Enquanto Yukio Mishima, poderia *ser*; nascem as obras e as máscaras. O *indivíduo* permanece oculto, a quem der ouvidos ou desejar

falar; cercado de mistérios e obviedades concernentes a quem porta certidão de nascimento e documento de identidade.

Assim, nasce o *personagem*, o Tenente Shinji Takeyama, que ensaiou o suicídio-ritual (*seppuku*) – realizado anos mais tarde.

A espada incide na pele. A obra é rasgada no corpo. Dá-se o acontecimento, a vida que pulsa no sangue. As palavras não têm mais sentido sem o corpo, e escapam na fissura da pele.

Referências

ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo**. Tradução: Teixeira Coelho. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Tópicos).

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debates, 219).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2, vol. 1. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011. (Coleção TRANS). p. 17-49.

MISHIMA, Yukio. **Confissões de uma máscara**. Tradução: Jaqueline Nabeta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Cores proibidas**. Tradução: Jefferson José Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O Pavilhão Dourado**. Tradução: Shintaro Hayashi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O hagakure: a ética dos samurais e o Japão moderno**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. Patriotismo. In: _____. **Morte em pleno verão: e outras histórias**. Tradução: Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 103-128.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência**. Tradução, prefácio e notas: Mário Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. (Coleção Textos Filosóficos).

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. Minas Gerais: Scielo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200003>. Acesso em: 14 abr. 2021.

YŪKOKU. Direção: Masaki Dômoto e Yukio Mishima. Japão: Toho Company, 1966. 1 DVD (30 min).

DESATANDO NÓS: OS DESAFIOS DA PESQUISA CIENTÍFICA NA TEMÁTICA LGBTQI+ NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM¹

Romulo Cardoso da Silva

*Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela
Universidade Federal do Amazonas – UFAM, romullocardososilva@
gmail.com.*

Resumo

A construção dos saberes nas questões de diversidade sexual e de gênero se apresenta enquanto um mecanismo de resistência diante da atual conjuntura social e política do Brasil. Frente a um cenário devastador de retiradas de direitos e incertezas, sobretudo à população LGBTQI+, o desenvolvimento de pesquisas que analisam condicionantes sociais deste segmento se faz de grande relevância para desvelar a situação que estes sujeitos estão inseridos, a partir da ótica e rigor científico, contribuindo para se pensar ações, estratégias e políticas. A universidade é um campo de produção do conhecimento e uma arena de resistência e de luta. Neste artigo, analisamos os desafios no desenvolvimento da pesquisa científica sobre a temática LGBTQI+ na UFAM, a partir dos discursos dos/as agentes pesquisadores/as. Esta pesquisa será conduzida em torno das temáticas de diversidade sexual e de gênero no que diz respeito às produções teóricas nestes campos de estudo,

1 O presente artigo é fruto de um projeto de pesquisa intitulado “A tomada de espaço na pesquisa em Sexualidade: Dando voz aos agentes pesquisadores da temática LGBT na UFAM”, apresentado na disciplina de Seminário de Pesquisa Monográfica no Curso de Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (CEDEPPA/UFAM), no ano de 2018, sob orientação do Prof. Dr. Denis da Silva Pereira.

dialogando com obras clássicas e contemporâneas. Utilizamos entrevistas com agentes pesquisadores e realizamos um mapeamento com pesquisas desenvolvidas nos períodos de 2007 a 2017 na UFAM. Este estudo nos revelou que o principal desafio posto aos pesquisadores apresenta-se no não incentivo à produção, a descredibilidade e a desarticulação das pesquisas, representando alguns dos desafios a serem vencidos, porém, é possível vislumbrar um campo em crescimento e com relevância nos mais diversificados níveis, político, social, cultural, econômico e científico em nossa sociedade, possibilitando subsidiar discussões e novas pesquisas em torno da temática com agentes sociais capazes de refletir problemáticas vivenciadas pela população LGBTQI+.

Palavras-chave: Desafios, Pesquisa científica, LGBTQI+

Introdução

Os estudos no campo de Gênero e Sexualidade, desenvolvidos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais tem impulsionado reflexões necessárias para repensarmos a construção de paradigmas sociais que estão presentes em nosso cotidiano e que refletem nos mais variados campos de sociabilidade.

Diante de um cenário perdas de direitos, invisibilização de grupos sociais e marginização de corpos e sexualidades dissidentes, fomentar debates que contribuam o fortalecimento e mecanismos de socialização de conhecimentos se faz necessário como meio de dar visibilidade, voz e protagonismo aos sujeitos LGBTQI+ em nossa sociedade.

O estudo é voltado para entendimento dos discursos dos agentes pesquisadores quanto aos principais desafios vivenciados na produção de pesquisas neste campo de estudos, tendo como amostra cinco pesquisadores sobre temática LGBTQI+ na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob a ótica dos antagonismos presentes neste espaço de produção de conhecimento e reflexões, e considerando as principais problemáticas enfrentadas na luta por visibilidade e legitimação de pesquisas nesta área, principalmente no que tange à representatividade a estes agentes que enfrentam as dificuldades recorrentes ao desenvolverem produções científicas em torno do tema na universidade

Abordaremos discussões que compreendam os estudos a respeito da temática LGBTQI+ a partir de análises de obras voltadas para o campo da Sexualidade, com ênfase nas áreas de Antropologia e Sociologia, e demais áreas que contribuíram para a construção deste estudo. Em um primeiro momento, discutiremos a Sexualidade fundamentada nas obras de Foucault (1988) que a compreende enquanto incitação política, para podermos adentrar nos estudos com ênfase nas diversidades sexuais, onde traremos brevemente um retrospecto sobre obras que fundamentam pesquisas neste campo de estudos. Logo mais, traremos para discussão as especificidades da produção científica na UFAM, a partir dos discursos dos agentes pesquisadores, onde apresentaremos uma análise de como tem se dado as produções LGBTQI+, os desafios perspectivas, bem como um breve levantamento das produções realizadas entre 2007 a 2017 na universidade.

Diante de questões sociais, históricas, culturais e políticas, as discussões em sexualidade, com ênfase na temática LGBTQI+, vêm sendo colocadas enquanto tabus em nossa sociedade. Ao mesmo tempo, argumentações em torno destas temáticas têm sido impulsionadas em decorrência da necessidade de buscar compreender a dinamicidade das questões que perpassam a estas categorias. Frente a isto, questionam-se quais desafios para o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática LGBTQI+ no espaço acadêmico-científico? A problemática é posta enquanto um desafio no ambiente acadêmico-científico que deve ser desvelado como forma de propor novas pesquisas que se debrucem a questionar a realidade atual a qual os sujeitos estão.

A partir da análise dos discursos dos agentes que realizam pesquisas na temática LGBTQI+ na UFAM podemos identificar uma ordem de desafios que se fazem presentes no cotidiano, desde negação do caráter científico das pesquisas, os cortes de verbas e pouco incentivo que as universidades veem recebendo para as pesquisas, ao caráter moral, com julgamentos e discursos discriminatórios dentro do espaço acadêmico científico. Apesar destes fatores, pode-se vislumbrar um campo em construção, onde se faz necessário desatar nós para o fortalecimento de um rede que possa contribuir internamente quanto para além dos muros da universidade.

Portanto, a ação coletiva é ponto de partida para o fortalecimento dos movimentos sociais, da visibilidade e da representatividade LGBTQI+ nos mais variados espaços de luta, seja na produção do conhecimento ou no embate direto do dia a dia, assim como o debate resulta na necessidade de pesquisas que analisem a totalidade e os antagonismos presentes no bojo das discussões, sejam no meio acadêmico-científico, na comunidade, dentro dos movimentos sócio-políticos ou em quaisquer outros campos de disputas que possam garantir o embate de ideias.

Metodologia

A referida pesquisa partiu de uma análise dos discursos dos agentes que realizam pesquisas na temática LGBT, compreendendo os relatos dos desafios enfrentados no percurso da produção teórica, bem como a perspectiva para a construção de uma rede de fortalecimento de ações para o fomento de pesquisas.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os desafios para o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a temática LGBTQI+ a partir dos agentes pesquisadores da UFAM, entre o período de 2007 a 2017. Tendo como objetivos específicos: Verificar o desenvolvimento das produções científicas na temática LGBTQI+ na UFAM; Ponderar as motivações que os levaram à pesquisar temática LGBTQI+; Conhecer os desafios enfrentados por estes agentes na efetivação de pesquisas relacionadas à temática LGBTQI+ na UFAM.

O lócus da pesquisa se deu pela centralidade da produção teórico-científica da UFAM, grande parte das produções são oriundas da universidade, portanto, é um elemento fundamental para subsidiar produções na temática LGBTQI+, considerando este espaço um campo de produção de conhecimentos e uma arena de representações de interesses e de resistência, tendo em vista que grandes movimentos tiveram seu início no espaço acadêmico.

A produção teórica na temática LGBTQI+ na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem se dado diante de um contexto antagônico. A escolha pelo referido objeto surge da necessidade de fazer um mapeamento das produções teóricas e dar voz aos agentes que se propõem realizar pesquisas na área.

O universo de pesquisadores da temática LGBTQI+ na UFAM tem crescido, nossa amostragem selecionou cinco pesquisadores, dentre os dez que contatamos para participar da pesquisa. Os agentes da pesquisa são pesquisadores da temática LGBTQI+ na UFAM, identificados com nomes de estrelas - Saiph; Mirzan; Rígel; Sirius; e Adhara - para resguardar o sigilo dos entrevistados.

O período de análise deu-se nas produções realizadas entre 2007-2017, considerando Teses, Dissertações PIBIC, cabendo aqui considerar que o propósito não foi analisar as obras produzidas, mas sim fazer um levantamento das produções e identificar os agentes sociais, políticos e pesquisadores por trás das obras. Neste momento vale refletir as dificuldades iniciais da pesquisa, o mapeamento das obras foi realizado por meio da plataforma do Sistema de Bibliotecas da UFAM, o SISTEBIB², além dos sites dos programas

2 Sistema de Bibliotecas da UFAM <https://tede.ufam.edu.br>

de Pós-graduações³ da universidade, nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Interdisciplinar, e por meio da plataforma digital do Repositório Institucional, o RIU⁴, o levantamento mostrou a insuficiência destes sistemas, pois muitos encontravam-se desatualizados ou mesmo algumas produções não se encontravam registradas.

Referencial teórico

O debate em torno da sexualidade se coloca frente a um contexto de constantes disputas, permeadas de significações e paradigmas. Estudos a respeito do tema mostram a emergência das pesquisas científicas no que tange as percepções do comportamento e as relações humanas, numa ótica de construção social nos mais diversificados campos de sociabilidade. A construção de pesquisas que perpassam a temática de sexualidade partem de um contexto para muito além do sexo, devemos compreendê-la como uma categoria que ultrapassa a questão da reprodução e das relações sexuais. É necessário olhar sob o viés identitário e político.

Desta forma, tratar a questão da sexualidade pressupõe uma abordagem a partir da ótica da totalidade na qual a categoria está inserida. É necessário compreendê-la, segundo Nunes (1987, p. 13) a partir da “dimensão humana e toda sedimentação de significações que historicamente se acrescentou sobre a mesma”. Tendo em vista todos os aspectos que perpassam a temática em sua construção sócio-histórica, como aponta Foucault (1988), como discursos moralizantes, os determinantes comportamentais, o discurso repressivo, o tabu, os costumes e relações socioculturais. É nesta perspectiva que Nunes (1987) coloca a sexualidade a partir de um “caráter social explosivo”.

Nunes (1987) considera as análises sobre sexualidade em dois níveis, o primeiro diz respeito ao sexo biológico-reprodutivo e o segundo ao nível psicossocial. Os estudos a respeito da temática estão circunscritos a partir da análise do sexo, a prática e o biológico, do

3 Programas de Pós-graduação: Serviço Social (<http://ppgss.ufam.edu.br>); Antropologia Social (<http://www.ppgas.ufam.edu.br>); Psicologia (<https://www.ppgpsi.ufam.edu.br>); Sociedade e Cultura na Amazônia (<http://www.ppgsca.ufam.edu.br>); Educação (<http://www.ppge.ufam.edu.br>)

4 Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas <http://riu.ufam.edu.br>

corpo, numa ótica da totalidade que permeia a esta categoria, política, econômica, técnica e também do poder, conforme aponta Foucault,

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassam em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (1988, p. 114).

Desta forma, a sexualidade perpassa as relações sociais e de poder em nossa sociedade. Representa uma dualidade em sua concepção, sob o viés de dominação e (re) produz estigmas de exclusão e sob a ótica de reconhecimento e empoderamento. Nesta perspectiva se faz necessário conceber as pesquisas em sexualidade sob um viés amplo, partindo de pressupostos que a compreendam como tal, considerando a premissa de Foucault (1988), que a coloca enquanto incitação política.

As Ciências Humanas e Sociais têm contribuído para esta temática a partir de produções teóricas que versam sobre o comportamento sexual da população, além de descrições de valores e práticas de grupos sociais em torno da sexualidade, bem como salienta Heilborn e Brandão (1999). Os estudos estão concentrados, principalmente, nas áreas da antropologia, da psicologia e sociologia, conforme apontam Facchini, França e Braz (2014, p. 102) “ao longo dos anos, a produção antropológica brasileira sobre sexualidade cresceu e se diversificou. Os estudos que partem de locais de sociabilidade”.

O desenvolvimento da pesquisa científica tem se mostrado em um ambiente antagônico no cenário do âmbito acadêmico. A produção do conhecimento tem se colocado como um mecanismo na busca do saber, do conhecer o homem, a natureza e a realidade que o cerca. Diante da compreensão de tais aspectos da vida social aponta-se a necessidade deste cientificismo que se encontra presente,

principalmente, nos espaços acadêmicos. Nas ideias de Bourdieu (1983 p. 123) “campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos)”.

Desta forma, o aporte teórico trazido a respeito da temática em sexualidade, tratado no parágrafo anterior, permeia a esta relação de interesses trazidas por Bordieu (1983) e tem norteado estudos científicos com ênfase em LGBTQI+’ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)⁵. No que tange à produção teórica a respeito de questões voltadas a LGBTQI+, foco desta pesquisa, podemos citar autores que realizam estudos nesta temática e nos ajudam a compreender as nuances que perpassam a esta categoria, principalmente ao que se refere à representatividade. O entendimento dos discursos é fundamental no que tange ao reconhecimento e identificação e, ao que se referem os estudos sobre diversidade sexual, as produções nas áreas das ciências sociais e humanas no Brasil são recentes e tem contribuído para dar novos olhares em torno da temática.

Partimos do suposto de que o campo de estudos socioantropológicos sobre as sexualidades e expressões de gênero não normativas foi em larga medida construído sobre os poucos estudos que, até meados dos anos 1990, a antropologia brasileira havia produzido sobre a “homossexualidade” – ou seja, sobre um tema ou objeto que a disciplina herdara da psiquiatria e da medicina legal. (SIMÕES e CARRARA, 2014, p. 81).

Portanto, os estudos multidisciplinares em sexualidade, com ênfase na temática LGBTQI+, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, tem se mostrado de grande relevância acadêmico-científica para compreendermos os aspectos sociais, políticos, representativos, de identidade e de direitos em torno da construção desta categoria. Tem contribuído, também, pensar a questão da sexualidade a partir da lide sociológica, as relações sociais e de poder estabelecidas nesta. Tais contribuições destas áreas do saber tem impulsionado

5 Ver FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

pensar em temas que possibilitem formular políticas sociais públicas para LGBTQI+, refletir sobre as problemáticas vivenciadas por estes e legitimar uma luta por reconhecimento dos direitos. Diante de um contexto neoconservador, é de extrema importância que se dê visibilidade a estes agentes enquanto propositores do pensamento social em torno de pesquisas acadêmico-científicas que embasem estratégias para debater sobre a temática.

Resultados e discussão

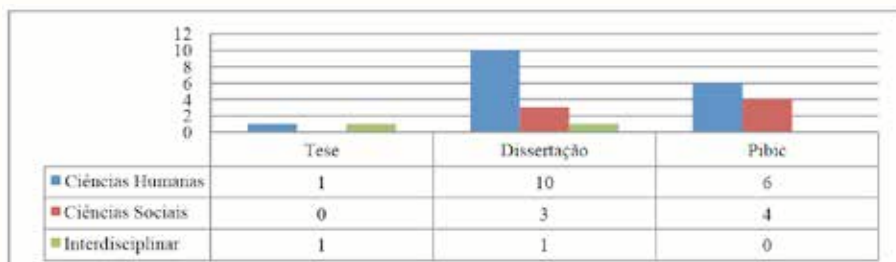
As abordagens de questões como gênero, sexualidade se fazem presentes no espaço da universidade, considerando que este campo representa grande importância nas lutas por representatividade e direitos das mais diferentes categorias identitárias em nossa sociedade, representando, assim, extrema relevância para o meio acadêmico-científico, político, cultural e social.

Desta forma, a discussão a respeito de tais temáticas neste estudo, mais especificamente a dos agentes que realizam pesquisas voltadas para a representação social, a luta por visibilidade e legitimação de direitos da população LGBTQI+, se faz a partir de uma análise dos antagonismos presentes no escopo de nossa sociedade, que ainda é assolada por fortes resquícios do conservadorismo e do patriarcado, que exclui e discrimina aos que não se enquadram em modelos socialmente impostos.

Ao que se refere às produções, durante o período estimado para levantamento dos dados, a pesquisa mostrou que nos últimos dez anos foram realizados um total de dezesseis produções em nível de pós-graduação *stricto sensu* na universidade, sendo duas teses, uma em na área de Ciências Humanas e uma em um programa de pós-graduação interdisciplinar. Quanto às dissertações, foram contabilizadas um total de quatorze, estando dispostas da seguinte forma, dez na área de Ciências Humanas, três na área de Ciências Sociais e uma na área Interdisciplinar.

As pesquisas realizadas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) representam dez produções, sendo seis na área de Ciências Humanas e quatro em Ciências Sociais, conforme disposto no gráfico a seguir:

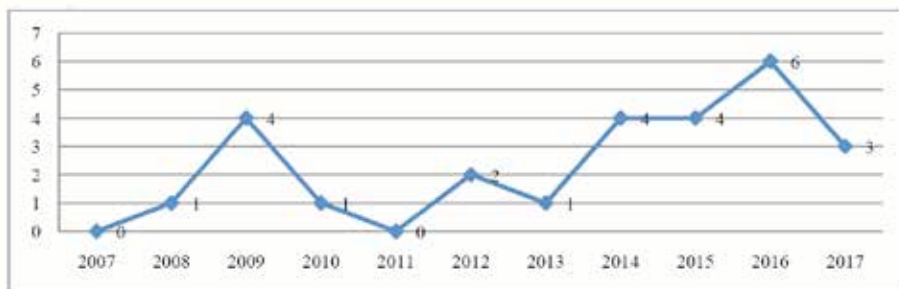
Gráfico 1: Produção científica na temática LGBTQI+ UFAM entre 2007-2017 área.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na BDTD/UFAM (2018).

Nos últimos anos tem-se fomentado debates em torno da temática LGBTQI+ na UFAM com eventos, rodas de conversa, projetos de pesquisas nos níveis de graduação e pós-graduação. Há um avanço e rompimento de barreiras quando comparado ao período em que tratar tal assunto era considerado tabu, pecado ou algo errado por questões religiosas em nossa sociedade que adentra ao espaço universitário. A disposição destas obras no percurso de 2007 a 2017 é apresentado no gráfico a seguir, e apresenta um crescimento gradativo.

Gráfico 2: Produção científica na temática LGBTQI+ na UFAM entre 2007-2017 por ano.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na BDTD/UFAM (2018).

Conforme apresentado no gráfico 2 a disposição das pesquisas na temática LGBTQI+ realizadas na UFAM no período de 2007-2017 está disposto da seguinte forma: em 2016 as produções de teses, dissertações e PIBIC na UFAM tiveram o maior número sendo seis pesquisas registradas, seguindo por 2009 e 2014 e 2015, com quatro produções

em cada ano, em 2017 três pesquisas foram realizadas, 2008, 2010, 2013, apresentam apenas uma produção respectivamente em cada ano. Nos anos de 2007 e 2011 não foram registrados nenhuma publicação nas plataformas digitais da universidade. Vale ressaltar que só foram contabilizados até aqui as teses, dissertações e PIBIC disponíveis na SISTEBIB/UFAM e do RIU/UFAM e nos sites dos Programas de Pós-graduações da universidade.

Ao serem questionados se encontraram dificuldades para realização de pesquisa na temática LGBTQI+ na UFAM os agentes pesquisadores trouxeram-nos informações importantes para compreender como tem se dado este processo de construção das produções neste campo. Conforme a fala dos agentes pesquisadores, “apesar de não ser um tema novo, a recepção desta temática tanto para quem era convidado a responder aos questionários, quanto por profissionais da área não era tão fácil” (MIRZAN, 2018). Alguns pontos colocados nos remetem a um primeiro desafio que é receptividade desta temática no campo acadêmico-científico, pois conforme aponta um dos agentes pesquisadores entrevistados “volta e meia e você recebe vários questionamentos dos avaliadores do comitê de ética, do Pibic, e mesmo os professores do curso, sem falar nos comentários nos corredores como algo menor”. (RÍGEL, 2018). Segundo a entrevistada Adhara (2018) “o primeiro obstáculo é o próprio reconhecimento do trabalho enquanto sua relevância científica, que foi questionada diversas vezes durante o desenvolvimento da pesquisa”.

Desta forma, podemos conceber que as ordens de desafios apresentados pelos pesquisadores entrevistados inserem-se na questão da cientificidade das pesquisas que a todo o momento é questionada, as interferências por estes que além de pesquisadores fazem parte dos sujeitos da pesquisa e pelo viés do preconceito. Estas percepções reforçam o que Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013) colocam enquanto tensões em torno da relação do espaço acadêmico e do ativismo.

É a partir destas colocações que podemos nos aproximar do debate em torno de como tem se dado a produção neste espaço que se apresenta, também, enquanto uma arena de disputas, pois discutir a temática LGBTQI+ requer um enfrentamento de paradigmas sociais que permeiam o campo acadêmico-científico.

Diante da fala dos agentes pesquisadores pode-se perceber que a temática ainda é renegada no âmbito acadêmico-científico, um fator

que pode ser considerado chave para entendermos a pouca produção realizada nestes últimos dez anos na universidade. Ainda há uma necessidade de se romper barreiras até mesmo num campo de produção de conhecimento e de pesquisas.

Outro ponto relevante colocado na fala dos agentes trata-se da fragmentação e desarticulação das áreas de conhecimento quanto as produções na temática LGBTQI+ na UFAM. Ainda há uma ruptura que impede que possa haver uma discussão sob a ótica multidisciplinar e do diálogo dos saberes. É um desafio a ser rompido, pois “ainda é um trabalho de formiga, isolado” (SIRIUS, 2018). “A partir de 2009/2010 conseguimos articular várias pessoas de outros grupos, numa proposta de multidisciplinaridade de discutir diversidade de gênero e sexual, mas com o fim de algumas pesquisas acabou sendo desconstruída” (RÍGEL, 2018).

A representação da diversidade sexual na UFAM tem se fortalecido nos últimos anos com movimentos representativos LGBTQI+ que tem articulado debates acadêmicos na temática, conforme aponta um dos entrevistados, “hoje já está mais fortalecida com novos atores que estão trazendo essa discussão pra UFAM, pois é um campo em disputa.” (RÍGEL, 2018). A possibilidade de se pesquisar sobre diversidade sexual tem crescido gradativamente com a presença de docentes que se dispõem a orientar ou que já realizam produções nesta temática, além da possibilidade de inserir-se em grupos⁶ de estudos e pesquisas o que tem se mostrado fundamental para ampliar

6 ⁷Os grupos de pesquisa possibilitam a abordagem da temática, são: Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades – GESECS, o Núcleo de Estudos em Gênero, Famílias, Conflitos e Sexualidades – AZULILÁS, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social; o Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – GEPOS vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia; Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; o Laboratório de Desenvolvimento Humano no Ambiente Amazônico, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia; o Grupo de Estudos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos - GESIDH, vinculado ao departamento da Faculdade de Direito; além do programa de extensão como o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas – OVGAM, vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Interiorização, com caráter interdisciplinar correspondendo a outros campus e cursos variados das universidades. Através destes há possibilidades de pesquisas que compreendem a discussão teórico-científica em torno da temática LGBTQI+ na UFAM.

as discussões conforme aponta uma das entrevistadas, “evidente que esse crescimento só se deu diante da presença de professores que se disponibilizaram a orientar essa temática.” (ADHARA, 2018).

É a partir dos anos 2000 que tais estudos passam a expandir-se, ganhando novos espaços, com a criação de grupos de pesquisa, exposição em congressos científicos, conforme apontam Facchini, França e Braz (2014). As pesquisas em sexualidade tem tomado espaço no âmbito acadêmico-científico, tendo em vista que a universidade se mostra como um campo onde ideias podem ser (des) construídas, e é através de pesquisas de caráter científico que os debates em torno da sexualidade assumem o caráter político, científico, crítico e reflexivo, buscando romper com paradigmas históricos.

As últimas décadas assistiram a um crescimento da preocupação com questões relacionadas a gênero e a sexualidade, abrangendo não apenas o campo das políticas públicas e dos movimentos sociais como também o âmbito acadêmico (AQUINO *et al*, 2002; VANCE, 1995; PISCITELLI *et al*, 2004, apud FACCHINI, DANILIAUSKAS E PILON, 2013, p.161).

A imersão que se coloca os discursos em torno das arenas de disputa no campo universitário tem emergido a partir das necessidades de subsidiar mecanismos que possibilitem reflexões em torno da problemática que vivenciamos em nossa região, pois as “demandas por produção e difusão de conhecimento têm marcado presença em documentos de referência para políticas públicas em âmbito nacional”, conforme apontam Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013, p. 168).

Compreendendo a fala destes agentes, as potencialidades presentes nas produções científicas realizadas apresentam-se enquanto fundamentais para fomentar discussões em nível de políticas públicas e legislações que possibilitem compreender as particularidades de determinados grupos, principalmente ao que se refere no acesso aos direitos, a liberdade e a ao reconhecimento de suas identidades sexuais e de gênero. Os entrevistados apresentam pontos de vista em torno de como é possível pensar em formas que se possam compreender a temática LGBTQI+ nos mais diversificados espaços de nossa sociedade.

Neste sentido, podemos vislumbrar um cenário de perspectivas positivas para além dos desafios que são postos cotidianamente aqueles que realizam pesquisas na temática LGBTQI+ na UFAM. Tem

se criando um leque de possibilidades para se debater sobre gênero, sexualidade e temas afins no campo universitário, e consequentemente ao universo das pesquisas científicas.

Desta forma, devemos considerarmos o espaço acadêmico-científico enquanto um campo de lutas, resistências e possibilidades. É a partir da construção coletiva através do diálogo dos saberes que se podem construir perspectivas que visem romper com paradigmas históricos de preconceitos e discriminação. O desenvolvimento de pesquisas científicas na temática LGBTQI+ tem se encontrado no bojo de antagonismos em nossa sociedade. Portanto, os desafios postos cotidianamente aqueles agentes que se propõem a se aprofundar e pesquisar sobre a temática se colocam enquanto fatores importantes a serem rompidos e ultrapassados, pois é necessário se debruçar e compreender as questões que perpassam ao desenvolvimento de pesquisas na temática LGBTQI+ como forma de garantir subsídios para debates e novas produções teóricas.

Considerações finais

No âmbito da Universidade Federal do Amazonas podemos verificar a necessidade de ampliação dos debates em torno da diversidade sexual. Apesar do crescimento, o número de produções ainda apresenta-se em número pequeno se pensarmos a dimensão das produções realizadas na universidade, sendo um dos principais campos de produção do conhecimento da região, porém, devemos considerar que este número representa uma conquista de espaço.

Os desafios estão postos e devem ser desvelados com o intuito de promover debates e subsidiar ainda mais pesquisas que possam garantir reflexões em torno dos direitos de pessoas LGBTQI+ e demais questões que perpassam a esta categoria em nossa sociedade.

É necessário além de produzir, espalhar conhecimento e dar voz aqueles que geralmente estão por trás das pesquisas. É fundamental para compreendermos que há um fundamentalismo e conservadorismo que se apresentam enquanto adversidades a serem rompidas. É neste sentido que se coloca a necessidade de fomentar debates, dialogar com outros agentes e promover reflexões que possam aumentar pesquisas acadêmicas que garantam o caráter científico das problemáticas vivenciadas por LGBTQI+ que são, ao mesmo tempo, pesquisadores e agentes da pesquisa.

Desta forma, as inquietações em torno da produção teórica em sexualidade, com ênfase nas produções sobre LGBTQI+, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais na UFAM nos ajudam a compreender o desenvolvimento dos aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos, ideológicos e identitários que perpassam a esta categoria. Cada vez mais se produz acerca da sexualidade na ótica da Antropologia, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Direito, dentre outros cursos que integram respectivas áreas do conhecimento e contribuem para a produção teórica na temática.

Diante disto, é fundamental compreendermos a necessidade de se promover o fomento à pesquisa, ao desenvolvimento de ciência e tecnologia no âmbito das universidades, e que possa se expandir para os mais diversificados espaços de nossa sociedade, garantindo o acesso às informações das produções realizadas. Desta forma, compreende-se enquanto fundamental que as produções científicas na temática LGBTQI+ possam servir de aporte para novas discussões em torno dos mais variados aspectos que perpassam o direito e o reconhecimento.

É neste sentido, portanto, que se coloca a necessidade de que estas produções rompam com o caráter pragmático e as barreiras da universidade e que cheguem aos agentes que se encontram fora do espaço acadêmico-científico, que possam subsidiar reflexões em torno do papel destes sujeitos em nossa sociedade e dar vozes aos agentes das pesquisas, para que possamos compreender de fato suas inquietações.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBTQI+ brasileiro. In: BOGOAS. n. 04. 2009. p. 131-158.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas Sexuais e Reprodução do Conhecimento no Brasil: Situando estudos sobre sexualidades e suas conexões. In: Revista Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n.1, jan/jun, 2013, p. 161-193.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. In: Cadernos Pagu (42) jan-jun, 2014, p. 99-140.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. RJ: Edições Graal, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. "Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade". In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 7-17.

NUNES, César Aparecido. Desvendando a sexualidade. Campinas, SP: Papirus, 1987.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. In: Cadernos Pagu (42) jan-jun, 2014, p. 75-98.

VIVÊNCIAS ESCOLARES DO PODER DISCIPLINAR: UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO

Aline Jacobis Pereira

Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, ajacobis25@gmail.com;

Amanda Maria dos Santos Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, amanda.0234038@discente.uemg.br;

Natanael Marques de Souza

Graduando do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais - MG, natanael.0234010@discente.uemg.br;

Catarina Dallapicula

Professora orientadora: Mestra em Educação, Faculdade de Educação da UEMG - MG, catarina.dallapicula@uemg.br.

Resumo

Este texto é resultado parcial de um trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Teve como objetivo analisar estratégias do poder disciplinar presentes no cotidiano e vida escolar, utilizando a técnica de pesquisa autobiográfica, explorou as vivências apresentadas pelos pesquisadores, durante seus percursos na Educação Básica, considerando o controle dos corpos pelo racismo, relações de gênero e sexualidades. Para a fundamentação teórica, pautamo-nos em Michel Foucault para pensar os conceitos de poder disciplinar, discurso e repressão. Nos resultados, tanto questões ligadas à repressão sofrida por corpos que diferem na heterocisnormatividade regida pela

branquitude, quanto benefícios dos corpos que nela se enquadram e que já internalizaram o discurso repressivo são postos em questão para pensar os processos escolares.

Palavras-chave: Poder disciplinar, Escola, Repressão.

De onde partimos

Este trabalho é resultado parcial de um processo de reflexão sobre violência e indisciplina na escola e como elas podem ser pensadas via relações de poder. Passamos da leitura da indisciplina como violência produzida por estudantes, para a análise das relações de poder disciplinar e as estratégias de resistência que circulam nos espaços escolares ao longo de um ano de leituras e discussões sobre o tema.

A proposta inicial era pensarmos e discutirmos (no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais) as violências escolares e seus reflexos na sociedade, pensando violência como as ações produzidas por estudantes contra a escola, docentes e colegas. Essa decisão do tema para o TCC foi devido a um estudante ter sido agredido e morto dentro do Instituto De Educação De Minas Gerais (IEMG) e o debate de sobre o massacre em Realengo que estava em evidência. Queríamos pensar sobre a formação dos futuros pedagogos em relação à violência, como esse “tema” era discutido na Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e principalmente como, enquanto futuras/a professor/as, nos sentíamos em relação aos discursos sobre a violência enquanto materialidade presente no ambiente escolar.

Em vez de pensar a violência como ponto central das relações escolares e redutor da vida (o que fazem discursos jornalísticos sensacionalistas sobre a escola e o que era nossa tendência no início das reuniões de orientação, leitura e discussões), mudamos nosso foco para as relações de poder que se estabelecem nos ambientes escolares através de leituras das obras de Michel Foucault, especialmente “Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões” (FOUCAULT, 2014a). Esta obra foi disparadora de nossas discussões sobre o poder disciplinar e práticas pedagógicas de controle dos corpos em diversos contextos, inclusive os escolares. A partir dessas leituras, pudemos passar a pensar tanto as práticas de repressão e controle (que não são necessariamente positivas ou negativas) quanto as estratégias de resistência e processos de internalização da repressão (e com ele, das normas e práticas esperadas).

Nossa nova proposta era comparar as relações de poder disciplinar nos ambientes escolares experienciadas por pessoas de diferentes gerações das mesmas famílias. Porém, com o agravamento da pandemia de COVID-19 em 2020, decidimos por mudar nossa abordagem para a pesquisa autobiográfica. Entendemos que seria inviável fazer entrevistas presenciais com pessoas de terceira idade e que seria difícil fazê-las por meios digitais com esse grupo etário.

Baseando-nos em vivências de nossas trajetórias na Educação Básica e pela reflexão de nossa própria formação como professor/as é possível perceber técnicas disciplinares específicas de correção e a repressão como prática disciplinar de cerceamento que, por ter sido frequentemente internalizada, por vezes dava a impressão de que não havia práticas de controle nos espaços vividos. Esse processo de escrita e reflexão das próprias vivências foi desafiador por precisarmos nos afastar de nossas narrativas para permitirmos o estranhamento e a ressignificação de nossas vivências coletivas.

Organização dos caminhos da pesquisa

Nesta pesquisa, pensamos que a materialidade da vida escolar não é redutível a uma verdade universal. Cada experiência é única e está ligada à pessoa que a vivenciou em suas especificidades subjetivas, que passam por fatores de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outros. Planejar a pesquisa em um caminho metodológico de inspiração fenomenológica foi importante por considerarmos, que a “sociedade concreta é a cotidiana, do homem comum” (DEMO, 2004, p.250), por isso nossas vivências (comuns) são fonte relevante para pensar fenômenos cotidianos.

Especificamente, nos interessavam as relações de poder dos contextos cotidianos escolares que envolviam repressão e estratégias de controle pelo poder disciplinar. Não podendo realizar as entrevistas com pessoas de diferentes gerações devido ao agravamento da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, optamos por uma abordagem autobiográfica com o uso de memoriais como técnica de produção de dados para posterior análise do discurso, considerando que “O uso de narrativas autobiográficas como fonte de investigação e método de pesquisa assenta-se no pressuposto do reconhecimento da legitimidade da criança, do adolescente, do adulto, enquanto sujeitos de direitos, capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela.”,

como nos lembram Maria Passeggi, Gilgilene Nascimento e Roberta de Oliveita (2016, p.114).

Cada integrante do grupo escreveu então um memorial sobre suas vivências escolares, sendo que essa escrita seguiu sendo revisitada a cada nova lembrança marcante que não havia ainda sido registrada. As leituras e discursos coletivos sobre o tema e conceitos ajudaram nesse movimento. Caminhamos por nossas memórias coletivas, formadas pelas vivências individuais, para produzir compreensões possíveis sobre as relações de poder disciplinar e repressão na educação básica, não em busca de mocinhos e bandidos, ou verdades absolutas, mas de pensar o que e como produziram essas relações.

Passando pelas nossas memórias

Com o objetivo de reconhecer práticas disciplinares utilizadas para controle de corpos na escola, incluindo estratégias de repressão, passamos a operar com conceitos como o de poder disciplinar de Foucault, compreendido como “um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2014a, p. 167).. Essa compreensão nos ajuda a pensar que, no ambiente escolar, as práticas disciplinares não impõem uma repressão que impede a movimentação dos corpos e da vida, como Foucault (2014b) também argumenta ao falar do controle dos corpos pela sexualidade. Assim como o autor indica que as ditas práticas repressoras não operam na limitação das sexualidades ou de que se fale sobre elas, mas definem quando e como se pode falar, compreendemos que a leitura de que as práticas disciplinares no ambiente escolar não devem ser reduzidas a uma leitura de repressão que apaga quaisquer possibilidades de vida, mas que condicionam as possibilidades desejadas, seus tempos e seus modos. A transformação dessas relações de poder disciplinar em biopoder não serão analisadas neste texto por seu recorte se direcionar às práticas disciplinares e de repressão em três relatos específicos de vivências escolares.

Ao pensar as práticas disciplinares, nos interessa o que produzem nas relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos. Compreendemos que poder se constitui nas relações, de forma que não é algo que alguém detenha, mas que se fortalece naquilo que produz sobre os corpos e os processos de subjetivação. Exemplo disso

é o controle dos tempos. A ideia de que o tempo deve ser dividido de forma útil e produtiva e que “durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício” (FOUCAULT, 2014a, p.148) já era aplicada em ambientes escolares no começo do século XIX, como lembra o autor.

O condicionamento dos corpos a se manterem úteis e respeitarem as divisões temporais das funções ainda se reflete nas práticas pedagógicas de controle de horários de entrada, saída, troca de professoras, recreio, dentre outros.

Em determinada ocasião cheguei para a aula após o horário estabelecido pela escola. Pelo fato de descumprir a regra recebi falta da primeira aula, tive a caderneta recolhida pela coordenação (a ser devolvida aos pais) e ainda fui exposta em sala como a aluna que não chega na hora. (RELATO AUTOBIOGRÁFICO DO GRUPO)

Uma visita inicial a essa memória nos trouxe a leitura sobre o recolhimento da caderneta e a exposição perante a turma ainda na matriz discursiva da repressão. Porém, a mesma prática que produz constrangimento perante os colegas, passa por diferentes relações de poder e também produz a prática de atender pontualmente aos compromissos escolares (e futuros). Para além disso, essa estratégia disciplinar passa pelo pressuposto da existência de uma família nuclear que receberia a caderneta endereçada aos “pais” e que compartilharia de valores morais que justificassem o constrangimento a quem se atrasa. Podemos ponderar que essas ações se destinava a uma estudante lida como branca e que provavelmente se incluíam nos regimes de verdade em que se inscreviam, o pressuposto de que enquanto mulher ela deveria ter um comportamento mais docilizado e enquanto mulher branca se esperaria dela se enquadrar nas regras sociais.

Retomando Foucault (2014b), entendemos que a repressão é mais fraca quando é preciso punir mais, embora tendamos a pensar que quanto mais punições, maior a repressão. Se não é preciso punir para que um grupo haja como desejado, provavelmente esse grupo já internalizou a repressão, entendida como a repressão aos desejos socialmente indesejados. Dessa forma, não necessária a existência de uma prática externa de controle pelo poder disciplinar e as práticas repressivas deixam de ser materialmente visíveis.

As pessoas que não internalizam essa represão e seguem agindo de forma inesperada ou indesejada se enquadram no lugar social que Foucault (2013) nomeou como os incorrigíveis, sendo aqueles a quem se destinam “intervenções específicas [...], [...] sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção” (FOUCAULT, 2013, p.50). Isso significa que para esses que não se enquadram, as estratégias de controle incluirão práticas que não atingem outros e outras, como no relato:

Lembro-me do comentário da Diretora na entrada da escola: “Corta esse cabelo, ou será expulso, meninos ficam com cabelos curtos é mais bonito o cabelo baixo liso”. (RELATO AUTOBIOGRÁFICO DO GRUPO)

Considerando que o comentário da diretora se destinava a um estudante de cabelos crespos, a ameaça de expulsão aparece como um nível superior de punição em relação ao descrito anteriormente. A estudante lida como branca que ouvia a ameaça ao colega, passou a ter medo de soltar os cabelos ou usar maquiagem na escola para não sofrer essa ameaça ou, pior, sua execução. Hoje revisitando essa memória e avaliando as relações discursivas ligadas a ela: não era só um corte de cabelo, mas também uma prática de apagamento de traços negróides na escola, pois sem eles os “meninos ficam mais bonitos” nos regimes de verdade acionados por essa diretora.

Essa intervenção produz tanto a apreensão de colegas sobre o descumprimento da norma por medo da punição severa que foi ameaçada (talvez por não perceber que ela se destinava a um corpo especificamente racializado e generificado), quando a naturalização de que traços negróide são feios e não são bem-vindos no ambiente escolar (ou em qualquer outro, visto que a afirmativa não foi sobre ser apropriado, mas sobre ser bonito/feio independente do lugar).

Outra ponderação pertinente é que a estudante de cabelos lisos não sofre qualquer prática de repressão sobre o que faz com seus cabelos por ter internalizado a norma. Por medo, nunca ia à aula com os cabelos soltos. A estratégia de controle que se endereçava a um corpo marcado pela negritude e pela masculinidade, reverberava no corpo branco e feminino, que naquele momento não percebera seu lugar de privilégio embora percebesse que se enquadrava no discurso do que era belo, ao contrário do colega (e isso também já era um privilégio em relação à relação consigo).

Outro relato que retoma o controle das masculinidades não-brancas, reconta a seguinte experiência:

Nos anos iniciais por diversas vezes fui chamado a atenção por não expressar uma masculinidade que os professores esperavam. Eu já fui chamado a atenção por utilizar de tons mais finos na minha fala, por não andar firme ou por não preferir jogos e brincadeiras ditas masculinas. (RELATO AUTOBIOGRÁFICO DO GRUPO).

Há que se lembrar que este relato está ligado a um corpo lido como negro, embora de identidade indígena. Não relacionar estes aspectos seria acreditar na “falsa noção de que o racismo e o machismo são duas formas radicalmente diferentes de opressão” e que operariam de forma independente, o que não devemos pressupor, como nos adverte bel hooks (2019, p.146). A suposição da negritude cola a este corpo uma demanda de estratégias de correção, como as “sobreintervensões” descritas por Foucault (2013), mas destinadas a suas especificidades identitárias, como afirma Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017):

[...] as formas de operação do racismo e da homofobia podem ser interpretadas como resultado da disciplina, justamente porque permitem o controle minucioso das operações do corpo e asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade [...] A norma torna-se agora o parâmetro para opor normal/anormal [...] (OLIVEIRA, 2017, p.70-71)

Neste relato, a tentativa de “silenciar as masculinidades periféricas” (OLIVEIRA, 2017, p. 136) passa pelo controle da voz, de como o corpo se move e pela exclusão dos modos de ser do corpo que não se enquadra no prescrito para masculinidades lidas como negras. A voz “muito fina” ou o andar “frouxo” são marcadores da anormalidade a ser corrigida para que este corpo se aproxime do lugar social esperado. Também a exigência de que se aproxime das brincadeiras tidas como masculinas se relaciona com a tentativa de corrigir qualquer aproximação a uma feminilidade indesejada à norma.

O constrangimento por não se adequar é utilizado como estratégia de controle pela prática vezatória, assim como no caso da diretora que gritou com o estudante na entrada da escola por estar com o

cabeo “muito grande”. Essas práticas visam reprimir o que não se enquadra, mas também reverberam na premiação de quem está na norma. Não vivenciar os contrangimentos já é uma vantagem a quem internalizou a repressão. Por isso ela não parece estar presente nas relações vividas por essas pessoas no contexto escolar, a não ser que se problematize que a repressão não ocorre externamente por já ter sido internalizada como no caso da menina descrita acima.

Pontos de parada

Geralmente buscamos as práticas do poder disciplinar apenas nas estratégias explícitas de repressão no ambiente escolar, o que faz parecer que onde não vemos punições sendo aplicadas, não há repressão. É nas práticas cotidianas mais banais (ou banalizadas) que o poder disciplinar conforma os corpos, especialmente quando a repressão está internalizada. As práticas de controle relacionadas à repressão não são necessariamente positivas ou negativas, por isso é preciso observar o que elas produzem nas relações de poder.

A partir de nossos relatos e dos autores estudados consideramos que a repressão não é mais fraca quando não é mais necessário punir, pelo contrário, quanto mais internalizada, menor a necessidade de punição. Na escola passamos por diversos dispositivos disciplinares para que possamos viver em sociedade, observar as práticas escolares de controle não é um exercício de desmerecimento de todas e quaisquer estratégias escolares, mas a problematização sobre seus efeitos: o que reforçam e o que reprimem.

Referências

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 152, p.679-84, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014a. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

HOOKS, bell. **Anseios**: RAÇA, GÊNERO E POLÍTICAS CULTURAIS. São Paulo: Elefante, 2019.

NACARATO, Adair Mendes. Narrativas (auto) biográficas: artes de conhecer como professores de matemática se constituem profissionalmente. In: CUNHA, Jorge Luiz da; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Orgs.) **Práticas de formação, memória e pesquisa (auto)biográfica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p.149-166.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta Antunes Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 33, 2016, pp. 111-125

DESCONSTRUINDO O SILÊNCIO ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO E O HOMOEROTISMO FEMININO

Rosângela de Araujo Lima

Doutora em Sociologia (UFPB); Mestre em Educação (UFPB); Especialista em Sexualidade Humana (UFPB); Psicóloga (UFPB); Professora Adjunta Aposentada UNINASSAU; Doutoranda em Psicologia Clínica (UNICAP) 2º Doutorado em Psicologia Clínica- UNICAP- (Em Andamento) – PE/PB, psirosa@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa, com base nos pressupostos teóricos do Feminismo Pós-Estruturalista e da Teoria Queer o discurso do Coletivo Feminista Cunha sobre o homoerotismo feminino. O Estudo de Caso, Metodologia adotada, caracteriza-se por três momentos distintos: Observação participante, entrevista e análise documental. Os resultados obtidos através desses três momentos foram os mesmos: Um silêncio do referido coletivo corroborado por um silêncio já estabelecido entre o Movimento Feminista Contemporâneo e o homoerotismo feminino. Considera-se, pois, que o feminismo heteroerótico define suas demandas ainda sob a ótica binária de cunho androcêntrico, pois suas ações estão direcionadas a direitos reprodutivos/ contracepção/ abortamento, violência de homens contra mulheres, ascensão econômica feminina e na assimetria sexual no trabalho em relação à posição masculina. Em assim sendo, a proposta deste estudo é a desconstrução da lógica heteronormativa por parte do feminismo heteroerótico.

Palavras-chave: Movimento Feminista, Homoerotismo Feminino, Teoria Queer, Pós-Estruturalismo, Estudo de Caso.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o discurso do Coletivo Feminista Cunhã, em João Pessoa, acerca do homoerotismo feminino. Esclareço que, para me referir às pessoas de prática ou desejo sexual para com outras do mesmo sexo, utilizo no decorrer desta dissertação o termo homoerotismo, por concordar com o psicanalista Jurandir Freire Costa (1995, p. 22), quando afere três razões principais para o seu uso: inicialmente por desconstruir um essencialismo, patologicidade e desvio que marcam lingüisticamente o tradicional “homossexual” e “homossexualismo” e possibilitar uma flexibilização desta prática sexual, sem prender-se necessariamente ao etnocentrismo ocidental “construtor” do “homossexualismo”; em seguida, porque nega a ideia de uma tipologia psicológica comum a todas as pessoas com tendências homoeróticas; e, por último, “porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do ‘homossexualismo’ de onde derivou o substantivo ‘homossexual’”. De semelhante modo, com relação às pessoas de prática ou desejo sexual com outras de sexo oposto, recorro ao vocábulo heteroerotismo, para designá-las e situá-las neste discurso.

Parto da premissa (hipótese implícita) que tanto o referido Coletivo, em particular, como o Movimento Feminista, no geral, não adotam um discurso que atenda às demandas de mulheres homoeroticamente inclinadas. Não pretendo, em momento algum, desmerecer ou desqualificar o Cunhã. Interessa-me devolver ao Coletivo a análise à luz do Feminismo Pós-Estruturalista e da Teoria Queer, para que juntas, cunhãs¹ e pesquisadora, possamos olhar sobre nós mesmas, feministas, e construir novas práticas discursivas, se tal se fizer necessário. Garantir, enfim, o retorno social a que deve objetivar todo trabalho científico.

Procurou traçar uma cartografia dos discursos teóricos e práticos estabelecidos sobre o assunto, como também registrar minhas impressões pessoais como pesquisadora.

1 Termo com que se autodenominam as militantes do Coletivo Feminista Cunhã.

Metodologia

Como feminista independente (não ligada a nenhum grupo específico), analiso os dados obtidos neste trabalho utilizando os pressupostos da Epistemologia Feminista, que tem o conhecimento situado como ponto central de sua proposta metodológica, entre outros pontos sobre os quais discorrerei ao longo desse ensaio.

Na visão feminista do conhecimento situado, as conexões que esse corpo realiza são valorizadas, o objeto se torna ator ou agente, ele próprio produtor da linguagem. É preciso lembrar que essa linguagem faz parte do aparato de gerações de significados; as fronteiras entre os corpos se materializam em interações sociais a partir da linguagem; como revela Guacira Lopes Louro² (2002):

A luta no terreno cultural é, fundamentalmente, uma luta em torno da atribuição de significados. Significados que são produzidos em meio a relações de poder – não apenas porque eles expressam posições de poder, mas também porque têm efeitos de poder. Portanto, o que esses novos grupos sociais estão disputando é a possibilidade de impor seus próprios significados a respeito do mundo, das práticas e dos sujeitos (GUACIRA LOPES LOURO, 2002, p. 232).

A linguagem assume papel central na proposta epistemológica feminista; por conseguinte, trabalho nesta pesquisa com o discurso oral e impresso do Coletivo Feminista Cunhã, situado em João Pessoa, e elejo uma abordagem qualitativa para consecução de meus objetivos, optando por um Estudo de Caso, o qual constitui-se de três momentos distintos e complementares como informa Menga Lüdke e Marli E. D. André (1986):

A observação participante, que cola o pesquisador à realidade estudada; a entrevista, que permite um aprofundamento das informações obtidas; e a análise documental, que complementa os dados obtidos através da observação e da entrevista e que aponta aspectos da realidade pesquisada (MENGA LÜDKE E MARLI E. D. ANDRÉ, 1986, p.9).

2 Escrevo no nome completo para situar autoras de autores e marcar o gênero.

De modo que neste Estudo de Caso utilizo: Observação participante de uma oficina do referido Coletivo aliada com entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Referencial teórico

Falar da sexualidade humana é mergulhar nas verdades construídas pela racionalidade instrumental da modernidade a qual concebe o indivíduo como possuidor de um núcleo adquirido ao nascer, e que permanece ao longo de sua existência, essencialmente o mesmo, constituindo-se das capacidades da razão. Este é um indivíduo unificado interiormente e ao núcleo racional, permanente e estável, denomina-se identidade. Cada indivíduo apresenta-a de forma constante, estável e fixa por toda a sua vida. É soberano no seu pensamento, consciente e situa-se no centro do conhecimento, o que conduz à máxima de René Descartes: “Penso, logo existo”, apud Stuart Hall (2002, p.27). Daí ser chamado de sujeito cartesiano.

Michel Foucault (1993) questiona não só a existência desse sujeito, como também denuncia os mecanismos e práticas discursivas que o constituem, assim como a tipologia psicológica construída pela medicalização da sexualidade humana. Ao inverso de muitos estudiosos (que advogam o estabelecimento de uma moral sexual repressiva, a partir do final do século XVIII, consolidando-se no século XIX), Foucault desconstrói a hipótese repressiva e (re) elabora uma leitura do período vitoriano, em que a sexualidade foi não só criada a partir de práticas bem articuladas de poder/saber/prazer, como também o discurso sobre sexo nesse período foi prolixo e objetivou constituí-lo como um problema. Observe-se a lógica do raciocínio foucaultiano, sucintamente relatada em seguida.

Contextualizado, embora sucintamente, o momento histórico-político-religioso-econômico das circunstâncias que favoreceram a emergência da moral sexual burguesa moderna, retomo ao discurso foucaultiano sobre a criação da sexualidade humana. Como dito, até o final do século XVIII e início do XIX, o sexo oficial era o praticado no casamento monogâmico com fins procriativos e os marginais eram infratores ou pecadores. A partir desse período, há um cerceamento e vigilância em torno de práticas sexuais não-procriativas. Pedagogos preocupam-se sobremaneira com a masturbação de crianças e adolescentes. Todo ambiente escolar espreita o hábito solitário; há toda

uma proibição sobre o assunto e discursos oficiais são montados para discutir, até a exaustão, o que não deve ser dito e o que pode ser dito.

O sexo então passa a ser uma verdade, um segredo a ser desvendado, que apenas aqueles devidamente autorizados poderiam pronunciar-se sobre o assunto. Não será apenas a pedagogia que terá autoridade neste campo, mas o Estado, a Igreja Cristã e, sobretudo, a medicina. Será a partir da apropriação do discurso sexual, ancorado num saber científico, que esta ciência empodera-se e apodera-se do saber sobre o sexo, construindo o que cristalizou-se ideologicamente como sexualidade humana, articulada por uma discursividade que Foucault denomina *scientia sexualis*; ela é a norma ocidental para produzir a verdade do sexo. Uma outra forma, esta própria do Oriente, é a *ars erótica*, a qual, grosso modo, produz a verdade sobre o sexo vivenciando-o por ele mesmo, intensificando o êxtase sexual, refinando práticas sexuais, cultivando técnicas que eternizem o prazer e energizem os corpos. Na arte erótica não há o que falar, discursar, dizer... tudo se reúne ao sentir e desfrutar...

A ciência sexual ocidental, pelo contrário, incentiva o falar, o dizer, o perscrutar, pois há a concepção de que, ao verbalizar seus mais secretos desejos, pensamentos e sensações será descoberto algo alheio, muitas vezes, ao próprio indivíduo, pois:

O sexo é dotado de um poder inesgotável e polimorfo. O acontecimento mais discreto na conduta sexual – acidente ou desvio, déficit ou excesso – é supostamente capaz de provocar as consequências mais variadas (...) Sim, porque o funcionamento do sexo é obscuro (...) porque seu poder causal é, em parte, clandestino” (FOUCAULT, 1993, p. 64-65).

Neste contexto, há algo dentro do indivíduo, incrustado na sua mente, uma verdade do sexo que só alguém com saber e poder científico pode explicar; a isto, a esta essência, a medicina oitocentista denominou de sexualidade humana. Foucault (1993):

A sexualidade foi defendida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos (...) a história da sexualidade – isto é, aquilo que funcionou no século XIX como

domínio da verdade específica – deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discurso (FOUCAULT, 1993, p.67).

Sob essa perspectiva, então, e é a que defendo neste trabalho, a sexualidade humana é uma construção lingüística discursiva de um determinado momento histórico e cultural da sociedade ocidental. A grande questão é que as verdades, sobre este construto erigidas, continuam intocadas em muitos dos seus aspectos mais significativos.

O movimento feminista e a discussão de gênero

O movimento feminista contemporâneo a partir de sua segunda onda, desencadeada pela publicação de “A Mística Feminina” por Betty Friedman, nos Estados Unidos da América (EUA), em 1963, adentra na temática específica da sexualidade humana com o livro que “marcou uma nova era na política feminista” nas palavras de Katz (1996, p. 121), e denuncia o conceito da feminilidade estabelecido nos finais dos anos sessenta, presente à época que foi publicado; tal feminilidade resumia-se à mulher casada, mãe e esposa de um bom provedor do lar. Friedman denuncia, então, o vazio existencial dessas esposas e mães e advoga o direito à mulher de ter uma vida profissional própria, como também aspirações e desejos pessoais independentes de sua função na família heterossexista e monogâmica.

O feminismo de “A Mística Feminina” não adentra na temática das práticas homoeróticas femininas. No desenrolar do movimento nos EUA, surgem facções, subdivisões, originando uma extensa taxionomia do que seria feminismos e não feminismo. Contudo, as precursoras desta segunda onda, a exemplo da própria Friedman, não conseguem estabelecer uma boa aceitação das feministas radicais lésbicas, as quais em seu manifesto divulgado em 1970 declaram inicialmente: “O que vem a ser uma lésbica? A lésbica é a raiva contida de todas as mulheres, prestes a explodir”, citado por Manuel Castells (2000,p.234). Muitas mulheres, naquele momento, mantinham relações homoeróticas como prática política e isto era ponto de conflito com feministas mais tradicionais como a própria Friedman, sendo as primeiras denominadas separatistas.

O feminismo dos anos 1960 era branco, classe média e heteronormativo. Nos anos 1970, críticas feministas, a exemplo de Gayle Rubin em seu emblemático texto “Tráfico de Mulheres” (1975, apud Katz,

1996), dão um salto qualitativo na discussão da assimetria sexual entre homens e mulheres ao denunciar a não-essencialidade dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, concebidos como essencialmente biológicos, tanto por feministas de corrente teórica liberal e radical. Rubin denuncia a heterossexualidade obrigatória e compulsória, apoiando-se na análise do antropólogo Levi-Strauss sobre a organização social dos sexos e advoga, então, que o gênero é uma divisão de sexos imposta socialmente; sua construção se dá pela supressão das semelhanças naturais, tendo como consequência imediata, a divisão sexual do trabalho de forma a garantir a simetria da dependência de um sexo por outro.

Contudo, nesta perspectiva, ainda há um núcleo “comum” a todas as mulheres; pressupõe-se uma experiência de opressão à mulher, vivenciada de igual modo por todas. Vozes até então excluídas deste discurso homogeneizador começam a se fazer ouvir. São negras, mexicanas americanas, terceiro mundistas, mulheres de prática homoerótica que denunciam a artificialidade da Mulher, da experiência comum de opressão, partilhadas por igual, em relação ao Homem opressor. Surge o Feminismo Pós-Estruturalista, revertendo o olhar sobre si, perscrutando suas diferenças, fissuras, contradições... Há a proposição de uma concepção de poder nos moldes foucaultianos: difuso, capilar, instável, permeando todas as relações humanas, abalando o binarismo mulher oprimida x homem opressor, ou como bem retrata Teresa de Lauretis (1994):

(...) conceber o sujeito social e as relações de subjetividade com a socialidade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (Teresa de Lauretis, 1994, p.208).

O feminismo pós-estruturalista, neste contexto, inscreve-se como denunciante da artificialidade de um sujeito mulher vivenciador de experiências de opressão idênticas. Estabeleço esta diferença entre pós-estruturalismo e pós-modernismo por considerar que algumas/uns autoras/es tomam-nos como sinônimos, a exemplo de Chris

Beasley (1999). É importante deixar claro que estes conceitos de uma subjetividade construída e reconstruída continuamente pelo tecido social também divergem a respeito da questão de uma ruptura (ou não) de todo projeto moderno.

A proposta de Nelly Richards (1993) é a utilização do discurso pós-moderno pelo movimento feminista, de forma a subsidiar os interesses do último, na medida que desconstrói o eurocentrismo, logocentrismo e falocentrismo do projeto moderno. Diante da pulverização passível de ocorrer dentro do feminismo (e já real, posto que sempre houve feminismos), esta autora propõe o equilíbrio entre igualdade e diferença, através de três pontos fundamentais: primeiro a continuação da luta política e social contra a assimetria entre os sexos, que gera desigualdade, principalmente econômica, e gera também violência contra muitas mulheres (feminismo da igualdade); segundo o reconhecimento das especificidades e diferenças do feminismo (feminismo da diferença); terceiro, o fim das oposições binárias, das polaridades, evitando a reessencialização de um feminismo absoluto, evitando “invocar cualidades absolutas de las mujeres o de los hombres¹” (Ibid, p. 86).

Rosalind Pollack Petchesky (1999) em seu texto intitulado “Direitos Sexuais: um Novo Conceito na Prática Política Internacional” denuncia que na declaração dos Direitos Humanos, promulgada há mais de 50 anos (1948) constam muitos direitos: à religião, casar, formar uma família, ser respeitado (a) em sua vida pessoal, entre outros, porém, nenhuma referência há quanto à liberdade da vivência da sexualidade de forma soberana. A autora esclarece que, até 1993, nenhuma declaração elaborada em conferências sobre mulheres, refere-se ao tema da sexualidade feminina, como a Convenção da Mulher (Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, 1981) e o Movimento para Futuras Estratégias da Conferência de Nairóbi (1985). É como se a vida sexual estivesse contida em temas maiores. Questão da violência sexual contra as mulheres é tratada como violação dos Direitos Humanos só recentemente (fim da década de 1990) nos debates internacionais, com a Declaração de Viena e a Declaração sobre a Violência contra a Mulher (1993) dando um salto qualitativo ao introduzirem o vocábulo sexual na ordem lexical dos Direitos Humanos.

Susana Chiarotti (2011), em entrevista concebida ao Jornal da Rede Saúde, assevera que:

(...) dentro da comunidade dos direitos humanos existe algo assim como categorias. Quando trabalhamos com os direitos civis e políticos, pertencemos à aristocracia da comunidade de direitos humanos. Ao trabalharmos com direitos econômicos, sociais e culturais, pertencemos à classe média dos direitos humanos. Mas, se trabalhamos com os direitos sexuais e reprodutivos, pertencemos ao chamado baixo clero dos direitos humanos. É o que há de mais desprestigiado, de mais conflituoso; é uma transgressão. Assim, é preciso fazer um grande esforço para, em primeiro lugar, que esses direitos sejam reconhecidos como direitos humanos e, depois, para que comunidade de direitos humanos os incorpore em sua agenda (Susana Chiarotti. 2001, p. 27).

O Coletivo Feminista Cunhã tem uma publicação própria intitulada “Toques da Saúde”, constituída por boletins publicados nos anos 1999 e 2001 (o Cunhã não informou se continuará as publicações). O número 1 traz a temática da violência contra a mulher e o número 2 tem como tema: “Contracepção – Falando às claras”. O primeiro número apresenta toda uma discussão sobre a violência de gênero, dos homens sobre as mulheres; os textos são bem elaborados, com denúncias claras da violência do sexo masculino sobre o feminino, do isolamento e silenciamento deste e da impunidade usufruída por aquele. Há desenhos bastante educativos e de forte impacto. O boletim ainda informa sobre contracepção de emergência e paternidade responsável. Gostaria, no entanto, de destacar o primeiro parágrafo do Editorial e, com ele e sobre ele, tecer algumas considerações que são pertinentes. Observe-se este fragmento discursivo: “Esta publicação se dedica a apresentar algumas reflexões sobre saúde e violência na perspectiva de gênero, com a intenção de colaborar na discussão às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica” (Boletim n.º 1, 1999, p. 2). Não fazendo nenhuma referência ao sexo do/a agressor/agressora.

Contudo é relevante lembrar o que Heleieht Saffioti (1994) afirma sobre as relações de gênero:

(...) diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. Deste modo, a

violência cometida por uma mulher contra a outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher (Heleieht Saffioti, 1994, p.276).

O diferencial entre uma mulher que é vítima da violência sexual e doméstica perpetrada por um homem, e de uma outra que é vítima do mesmo tipo de violência, só que infringida por uma amante/companheira, é que a primeira existe enquanto realidade lingüística, há uma Delegacia da Mulher a procurar, se necessitar, uma Casa de Abrigo para acolhê-la e muitos grupos feministas apoiá-la e advogar por si. A segunda, poderá efetivamente fazer o mesmo percurso da primeira, talvez até encontrando auxílio na sua caminhada, contudo, sofre o risco de ser ridicularizada, secundarizada, ou tão somente silenciada e excluída do discurso oficial sobre a questão.

No impresso do Coletivo Feminista Cunha “Grupo de Mulheres na Paraíba – Retalhos de uma História” são apresentados cerca de 40 organizações de mulheres, distribuídas em todo o estado. Em todo o impresso, não há uma só menção a mulheres de prática homoerótica. Estas continuam na sua invisibilidade.

Resultados e discussão

No discurso das cunhãs na oficina “Gênero e Sexualidade” com um grupo de mulheres, há um vazio sobre estas questões. Como nada encontrei de semelhante à tese que assumo sobre o homoerotismo e a sexualidade humana, transcrevo abaixo os discursos de Clara³, Regina e Alana em que é possível perceber a cristalização da heteronormatividade e da reprodução como destino feminino:

(...) a saúde da mulher tá ligada na qualidade de vida; a mulher prá ter uma boa gravidez, um bom parto, a mulher pra ter uma boa menstruação (...) (Clara).

(...) por que a gente tem que ter mais peso na balança que os homens? (Regina) – [fala referida à relação conjugal].

(...) a questão da nossa sexualidade muito reprimida, a gente não pode sair de casa, senão vai virar rapariga,

3 Nomes fictícios

não pode ir pra festa, não pode... (...) Depois a gente vai pra um casamento (Alana).

Evidentemente que tais discursos se fazem necessários numa oficina sobre gênero e sexualidade, pois há demanda para tal, e é muito importante que sejam ditos. Não haveria igualmente demanda para um discurso sobre o homoerotismo feminino, entre as vinte participantes? Eram vinte e quatro mulheres presentes, incluindo as três educadoras e a pesquisadora, dentre as quais uma profissional do sexo, que pode exercer sua profissão das mais variadas formas e estilos. Contrapondo com os pressupostos teóricos da Teoria Queer, pode-se observar quê.

O objetivo da teoria Queer é o de problematizar e complicar a temática da identidade sexual, pois, até então, os estudos e reivindicações do movimento gay/lésbico pretendiam buscar aceitação social de suas práticas sexuais, sem questionar o núcleo central: a política de identidades que sustenta o binarismo heterossexualidade x homossexualidade. Ao contrário de questionar a heteronormatividade compulsória, o movimento homossexual assumia o discurso moderno sobre a existência de sexualidades desviantes ou periféricas. A teoria Queer propõe o caminho inverso: denuncia a artificialidade dessa divisão, postulando que não há um núcleo central, essencial, definidor de uma identidade estática, cristalizada, mas sim possibilidades identificatórias, extremamente fluidas, de ordem contingencial (Deborah Britzman, 1996; Judith Butler, 1998, 1999; Jeffrey Weeks, 1999; Sandra Harding, 1993; Tomás Tadeu da Silva, 2000, 2001; Guacira Lopes Louro 1998, 1999, 2001, 2002).

Indago à Regina, Clara e Alana como se deu a iniciativa do Coletivo Feminista Cunhã em promover oficinas pedagógicas sobre gênero e sexualidade, ao que estas me respondem:

Bom, quando eu entrei no Cunhã, eu já vinha trabalhando nessa área de saúde, de sexualidade, de gênero (...) a gente trabalha com essa perspectiva de gênero e o eixo temático sexualidade (...) a gente trabalha na questão da sensibilização e da sexualidade. (Regina)

Desde o começo do surgimento do Cunhã, quando a gente se define que nós não iríamos trabalhar com a assistência propriamente dita, mas numa perspectiva de educação para a saúde (...) a gente trabalha numa perspectiva já que outros grupos vêm trabalhando,

era uma construção (...) as oficinas são uma construção coletiva (...) uma metodologia participativa, que o conhecimento vai partir da pessoa, do sujeito e vai priorizar muito a fala das mulheres (...) O que as mulheres têm para falar... então, um trabalho que ia priorizar o resgate dessa cidadania, desses conhecimentos da mulher (...) então as oficinas vão se construir exatamente com essa idéia de que a partir das falas das mulheres (...) possibilitar um resgate da auto estima, um resgate da autonomia. (Clara)

As pessoas que entraram no início do Cunhã eram pessoas da área de saúde (...) acabou se sentindo a necessidade de trabalhar mais a questão de saúde e sexualidade (...) e aí aos poucos, no decorrer de algumas consultorias, o Cunhã começou a pensar em uma melhor forma de trabalhar. (Alana)

Adentro na questão da diversidade sexual feminina, se é contemplada e de que modo isso ocorre.

Eu considero que sim, a gente trabalha muito a questão de liberdade, do livre exercício da sexualidade com responsabilidade (...) é uma diversidade grande e a gente tenta contemplar esses temas específicos (...) existe a Associação de Profissionais do Sexo de João Pessoa, paralelo a isso tem a questão do artesanato, então a gente contempla a diversidade dos grupos e consequentemente a diversidade sexual. (Alana)

Considero que, nesta fala de Alana, há um certo equívoco entre diversidade ocupacional (profissionais do sexo, artesãs) e diversidade sexual, muito embora possa ela ter querido considerar as artesãs todas como monógamas, casadas e as profissionais do sexo como vivenciadoras de uma sexualidade mais livre. Regina esclarece um pouco mais:

A gente sempre tenta trabalhar com as várias formas de se viver a sexualidade (...) embora que sempre a gente trabalha com um público padrão de referencial de relacionamento, mas também hoje trabalha com um público tão misto, tão heterogêneo, que as mulheres acabam trazendo, provocando essa diversidade (...) hoje não dá para fazer uma abordagem ou perspectiva única, de se pensar sexualidade na

dimensão de um relacionamento heterossexual, não pode pensar, tem que ampliar porque as situações em que as mulheres... porque hoje elas vivem vários tipos de sexualidade (...) acho que muitas questões que a gente aborda... tem muitas questões que as próprias mulheres colocam da sexualidade que elas vêm trabalhando.

O discurso de Regina remete a uma compreensão de que há sexualidades outras, que não a heteronormativa, e que tais práticas sexuais podem ser trazidas pelas mulheres participantes das oficinas sobre gênero e sexualidade. É importante reconhecer a alternativa de vivências e práticas sexuais femininas, pois o mundo ocidental tenta constantemente fixar identidades sexuais através da força da sua cultura. Deborah Britzman (1999, p. 89) revela que: “A sexualidade não segue as regras da cultura, mesmo quando a cultura tenta domesticar a sexualidade. Podemos insistir que a sexualidade é a própria alteridade”. Mesmo experiências idênticas terão valoração conotativa diferenciada para cada ser humano participante. As codificações e traduções de vivências da sexualidade são inalienáveis e próprias de cada ser humano. Clara fornece a seguinte resposta:

Aqui no Cunhã é tentado cada vez mais integrar a questão da raça (...) e a questão da diversidade sexual também. Eu acho que não sei se isto está incorporado igualmente no Cunhã, homogeneamente (...) mas algumas pessoas do Cunhã têm bastante preocupação de contemplar a questão da diversidade sexual, a questão da homossexualidade, da discussão da relação da homossexualidade ou do lesbianismo com o feminismo... é uma outra coisa que a gente tem tentado e que a gente contempla ... mesmo que a gente não contemple, quando emerge a gente tem um cuidado de tá trabalhando....

Consigo inferir no discurso de Clara três respostas à minha indagação: inicialmente ela é convicta ao dizer sim; em seguida traz a questão racial como algo novo que o Coletivo trabalha e, quiçá, compara (?) ao tema da diversidade sexual, colocando como algo que é contemplado, mas não de forma sistemática e homogênea; e, por fim, afirma que mesmo quando não contemplam o tema (abertamente?), reconhecem-no quando aflora espontaneamente nas oficinas. No todo,

a resposta de Clara, e não apenas a dela, deixa algumas reticências quanto à questão, muito embora Regina tenha sido mais categórica neste item. Contudo, tais hesitações não devem ser lidas como desmérito de quem vem extenuantemente lutando pela causa feminista, mesmo que numa visão mais restrita à heteronormatividade. Está toda a cultura ocidental imbuída de linearidade e cristalizações das identidades sexuais, as modificações ocorrem lentamente; como essas informantes explicitam, mudanças de mentalidade demandam tempo, paciência e persistência. Há uma sexualidade humana polarizada, hierarquizada e cronologicamente linear; bater de frente com esta representação cultural é algo que necessita de mudança de paradigma.

Considerações finais

Esta pesquisa sobre o discurso do Coletivo Feminista Cunhã acerca de mulheres de prática homoeróticas configurada neste trabalho como um estudo de caso, propõe-se a incitar uma reflexão a partir de dois questionamentos básicos, a saber: as implicações educacionais que tal discurso estabelece quando emitido em oficinas pedagógicas sobre gênero e sexualidade realizadas pelo referido coletivo, como também enquanto discurso impresso em boletins e informativos do Cunhã; e a definição última de ser mulher, ser feminista a partir de um referencial androcêntrico, pois se assim não o fosse, as demandas por cidadania e justiça de mulheres de prática homoerótica seriam contempladas.

O primeiro questionamento conduz-me a constatar que o Coletivo estudado prende-se a uma conceituação de gênero sob a ótica do patriarcado com inserção no feminismo de base marxista. Tal posicionamento conduz à estruturação de uma práxis educativa que não alcança a inclusividade desejada, posto que exclui outros determinantes constitutivos do universo feminino, a exemplo da temática deste trabalho. Em última instância, a adoção de tal postura educativa, mas sobretudo política, vem reificar as desigualdades sociais, não proporcionando as vias de enfrentamento para mulheres de prática homoerótica.

Complementarmente, ao apresentar suas ideias, demandas e posicionamentos sócio-políticos em impressos, relatórios, e não atentar para a diversidade de mulheres e suas muitas e variadas posições

na malha social e histórica, o Coletivo Feminista Cunhã reifica uma situação de exclusão social das mulheres homoeroticamente inclinadas, contribuindo para segregá-las em guetos para elaborarem suas próprias demandas e empreenderem, de forma isolada, a luta social pela conquista da cidadania.

No silêncio do Coletivo há o reforço ao silêncio social em que se enclausura o segmento em questão. Quando continuam a perceber e conceber seres humanos, quanto à vivência da sexualidade, em heterossexuais e homossexuais, ou a se referirem às lésbicas, como seres distantes e extracorporais, o Cunhã em particular e o Movimento Feminista brasileiro em geral, não conseguirão romper as cadeias ideológicas da lógica binária que questionam e contestam.

Referências

BEASLEY, Chris. What is feminism? In: _____. **Na introduction to feminist theory**. London, Thousand Oaks, New Delhi. SAGE Publication, 1999.

BUTLER, Judith (1999). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.

BUTLER, Judith (1998). *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. **Cadernos Pagu**. n. 11, p. 11-42

CASTELLS, Manoel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHIAROTTI, Susana (Ed.). **Contribuciones al debate sobre la tipificación penal del feminicidio/femicidio**. Lima: CLADEM, 2011.

COLETIVO FEMINISTA CUNHÃ. **Campanha de Prevenção à Gravidez Indesejada**. Eixo Mulher. Relatório I. Apoio Fundação Ford, 1998.

_____. **Toques de Saúde**. Boletim n. 01. João Pessoa – PB, 1999.

_____. **Grupo de Mulheres da Paraíba** – retalhos de uma história. Textoarte Editora – Apoio Fundação Ford, 2001.

_____. **Toques de Saúde:** contraceptivos – Falando às claras. Informativo do Cunhã Coletivo Feminista. n. 2, nov. João Pessoa – PB, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. **A Face e o Verso:** estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** Estudos Feministas. vol. 1 (1), p. 7-31, 1993.

KATZ, Jonathan Katz. **A Invenção da Heterossexualidade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Tendências e Impasses** – o Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes (1995). Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.) **Crítica Pós-Estruturalista e Educação.** Porto Alegre: Sulina.

_____. (org.) Pedagogias da sexualidade. In: _____. (org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas.** vol. 9, n. 2, p. 541-553 2001.

_____ **Gênero:** questões para a educação. Seminário Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo: ITU, abril 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (Orgs.) **Sexualidades pelo Averso** – direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: IMS / UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.

RICHARDS, Nelly. Feminismo y Postmodernismo. In: _____ **masculino/feminino.** Santiago de Chile: Francisco Legens – p. 77-92, 1993.

SAFFIOTI, Heleith I. B.; MUÑOZ-VARGAS. **Mulher Brasileira é Assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. NIPAS: Brasília, D. F.: UNICEF, 1994.

SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.

SILVA, Tomás Tadeu. **Documentos de Identidade-** Uma Introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

AS MULHERES LÉSBICAS NO TEATRO BRASILEIRO

Meg Saiara Silva Ribeiro de Macedo

Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA), da Universidade Federal da Bahia, megmacedo@ufba.br;

Resumo

Este artigo visa analisar a participação das mulheres que se relacionam com mulheres: bissexuais, polisssexuais, pansexuais, assexuais, lésbicas, cisgêneras ou trans nos espetáculos brasileiros. Ao longo do trabalho foi discutido sobre os processos das produções de sentidos e conhecimentos das peças teatrais no Brasil que influenciaram no estabelecimento do imaginário social da representação das identidades LBTs, embasado pela revisão da literatura dos estudos queer. Haja vista que há uma lacuna nas pesquisas científicas no âmbito acadêmico da área do teatro sobre esta temática, o que provoca a necessidade da produção de mais trabalhos com esse recorte. Há, sobretudo, um apagamento histórico destas identidades nas artes, consequentemente isso resulta na baixa produtividade acadêmica acerca da visibilidade e representatividade social das mulheres LBTs na academia brasileira.

Palavras-chave: Mulheres, lésbicas, representatividade, visibilidade, teatro.

Introdução

É importante ressaltar que esse artigo analisa a presença das mulheres trans ou cisgêneras que amam mulheres trans ou cisgêneras, nas peças de teatro no Brasil, com diferentes orientações sexuais, como: bissexuais, polisssexuais, pansexuais, assexuais e lésbicas. O termo lésbicas no título refere-se ao sentido político da palavra, pois também ficaria muito extensa a titulação deste trabalho, então foi decidido usar este vocábulo que demarcasse a conceituação política das lesbianidades, como Cheryl Clarke afirma que lésbica é toda mulher que se diz lésbica.

Eu me nomeio “lésbica” porque essa cultura oprime, silencia e destrói as lésbicas, mesmo as lésbicas que não chamam a elas mesmas como “lésbicas”. Eu nomeio a mim mesma “lésbica” porque eu quero ser visível para outras lésbicas negras. Eu nomeio a mim mesma “lésbica” porque eu não quero subscrever-me à heterossexualidade predatória/institucionalizada. Eu me nomeio lésbica porque eu quero estar com mulheres (e elas todas não têm que chamarem-se a si mesmas ‘lésbicas’). Eu me nomeio “lésbica” porque é parte da minha visão. Eu nomeio a mim mesma lésbica porque ser mulher-identificada foi o que veio me mantendo sã. Eu chamo a mim mesma “Negra”, também, porque Negra é a minha perspectiva, minha estética, minhas políticas, minha visão, minha sanidade (CLARKE, 2013).

A princípio, antes de iniciar as reflexões sobre a representação/representatividade lésbica no campo teatral é preciso definir o conceito dessas identidades de gêneros e identidades sexuais. Em *“Gênero e sexualidade na atualidade”*, o autor Leandro Colling explana sobre essas denominações das dissidências sexuais:

A pessoa homossexual é aquela que pratica sexo com uma pessoa do mesmo sexo/gênero e se identifica socialmente como homossexual. Mas essas pessoas podem se identificar de variadas formas, para além do uso da palavra/categoria homossexual. Os homens homossexuais, na maioria das vezes, se identificam

como gays e as mulheres como lésbicas (COLLING, 2018, p. 49).

De acordo com o autor Colling (2018), o termo bissexualidade se refere a pessoa que se relaciona sexual e/ou amorosamente tanto com pessoas do mesmo sexo/gênero ou do oposto e se identifica socialmente como bissexual. Pansexualidade é a atração sexual ou afetiva por uma pessoa independentemente de sua identidade de gênero ou sexo. A pansexualidade por vezes se confunde com a polisssexualidade que significa atração por vários gêneros, mas não todos como a pessoa pansexual sente, ou seja, a pessoa polisssexual pode se relacionar sexual e amorosamente com três gêneros, quatro gêneros, mas não todos. O prefixo “*pan*” significa todos, por isso, ambas as orientações sexuais se diferenciam. O assexual é a pessoa que não tem atração sexual pelas outras pessoas, essa falta de interesse sexual também pode ser afetiva/amorosa ou não, depende de cada sujeita e sujeito.

Elucidadas as questões teóricas-conceituais e metodológicas, que se referem também, sobre as definições das sexualidades, sublinha-se a necessidade e urgência de se estudar as mulheres LBTs no âmbito do recorte do teatro brasileiro, já que é uma temática pouco abordada em pesquisas científicas. Isso, igualmente, é consequência do apagamento e silenciamento histórico que pessoas pertencentes aos grupos transgressores da cisheteronormatividade sofrem no mundo social, em especial, as mulheres, pois já são uma categoria que sumariamente se designa um papel de subalternidade.

Portanto, além da importância para os estudos acadêmicos, esse tema coloca em evidência as exclusões que ocorrem compulsoriamente aos grupos de dissidências sexuais. Além de romper com essa lacuna histórica a respeito da produção de saberes sobre as identidades de mulheres LBTs no âmbito teatral, corrobora com a reflexão da urgência de se pensar um outro mundo, um mundo em que todas as pessoas possam ser iguais e que as desigualdades engendradas pelo patriarcado e a cisheteronormatividade desapareçam.

Representação e representatividade

Diante da problemática que esse artigo propõe a discutir torna-se necessário distinguir os conceitos de representação e representatividade. Para o dicionário Aurélio, o termo representação detém alguns significados é um substantivo feminino que pode significar: 1. Ato ou

efeito de representar; 2. Exposição, exibição; 3. Ideia que concebemos do mundo ou de alguma coisa; 3. Ato de representar, de desempenhar papéis em teatro: representação de uma comédia, de um drama; 4. Reprodução por meio da escultura, da pintura, da gravura: representação de uma batalha; 5. Reclamação ou protesto a uma autoridade; 6. Importância de um cargo, de uma posição pública, etc.

Etimologicamente, “representação” provém da forma latina ‘repraesentare’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.

Mas o que se aproxima do que irá ser abordado neste trabalho é o conceito da representação que se define como imaginário social e relaciona-se com a capacidade de abstração de grupos sociais pertencentes a sociedade. Integra a expressões do pensamento sobre algo e é representado por discursos que elaboram conceitos para uma determinada realidade, neste caso específico, das identidades das mulheres LBTs representadas nos espetáculos teatrais brasileiros. A autora Kathryn Woodward ao discorrer sobre o conceito de representação afirma que ela é intrínseca à identidade, o imaginário social perpassa por uma produção de sentidos:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa existência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2000, p. 17).

Já no dicionário Aurélio, há duas definições de representatividade, consta que é um substantivo feminino que significa: 1. Qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embaçamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome e 2. Qualidade de uma amostra constituída de modo a corresponder à população no seio da qual ela é escolhida. Portanto, a partir do dicionário já se nota a diferença entre representação e representatividade e que a última é muito complexa.

A representatividade relaciona-se com a questão de como determinados grupos são apresentados nos produtos midiáticos, no

Congresso Parlamentar, isto é, em espaços de disputas de poder. O que define a representatividade não é a quantidade, por exemplo, das mulheres trans ou cisgêneras lésbicas nas peças teatrais, nas telenovelas e/ou nos filmes, mas como se dá essa representação que pode ser positiva ou negativa e como atuantes diretas nessas produções.

Em verdade, a representatividade é fundamental para a construção de subjetividades e identidades, quando uma mulher lésbica ver, por exemplo, a professora Fátima Bezerra, como governadora de um estado brasileiro, o Rio Grande do Norte, ela automaticamente identifica-se e percebe que também pode exercer um cargo político. Ou quando uma mulher trans lésbica assiste a um filme que há uma personagem como ela trabalhando na profissão de advogada, ela igualmente começa a pensar que também pode fazer uma faculdade de Direito e seguir a carreira de advocacia. Então, a representatividade é muito complexa, mas tem grande importância para grupos de dissidências sexuais que historicamente são silenciados e apagados do mundo social. Djamila Ribeiro faz uma reflexão interessante sobre as distorções ainda acerca do lugar de fala e representatividade, a filósofa diz que:

Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cis-generidade, masculinos. Como disse Rosane Borges, para a matéria O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Destarte, a representatividade é uma decisão ética, e certamente ser vista enquanto mulher lésbica transforma realidades e mentalidades. Ochy Curiel justamente diz que para a libertação dos corpos colonizados, neste caso, das mulheres LBTs, deve-se iniciar um processo de superação da desigualdade de gênero, da dominação e opressão das mulheres. Kimberlé Crenshaw e Gloria Anzaldúa desenvolvem o conceito de feminismo interseccional que se refere ao cruzamento das opressões, como por exemplo, uma mulher negra lésbica e pobre que sofre com a opressão do machismo, do racismo, da lesbofobia e de classe. Por isso, para romper com essas opressões a ruptura tem que alcançar todas as mulheres trans ou cisgêneras, negras, lésbicas, operárias, latinas americanas, etc.

De qual mulher se está falando?

Para se compreender melhor o recorte que esta pesquisa se debruça a participação das mulheres trans ou cisgêneras que se relacionam com mulheres trans ou cisgêneras: bissexuais, polisssexuais, pansexuais, assexuais, lésbicas, nos espetáculos brasileiros faz-se necessário analisar a complexidade da definição da categoria mulher. A trajetória social da mulher trans é diferente da trajetória social da mulher cisgênera, da mesma forma quando se usa marcadores de diferentes orientações sexuais.

Como já foi abordado anteriormente o feminismo interseccional questiona a universalização da categoria mulher. A intersecção das várias opressões coloca em evidência, as violências sofridas pelas mulheres, perpetradas por um sistema patriarcal, classista, racista, lesbofóbico etc. Então, o cruzamento dessas opressões questiona essas estruturas do poder que incidem sobre todas as mulheres e, não somente as mulheres brancas, de classe média, letradas e localizadas na Europa e no Norte Global.

O senso comum, atualmente, consegue discernir que uma mulher cisgênera pode se relacionar amorosamente e sexualmente com outra mulher cisgênera, mas confunde-se quando uma mulher trans se autodenomina como lésbica, bissexual, pansexual, polisssexual, assexual, etc. Para o imaginário social mulheres trans são heterossexuais, no entanto, assim como Guacira Lopes Louro disse que a identidade de gênero é constituída: “a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os

sujeitos” (LOURO, p. 05, 2000). Outros autores também dissertam sobre isso, assim como Judith Butler:

matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero” (BUTLER, 2003, p. 39).

Através da história da humanidade é possível perceber que a divisão do trabalho sempre se pautou pelas características biológicas. As funções dos papéis sexuais configuraram-se por meio das diferenças entre as genitálias das pessoas. O que nos faz pensar sobre: O que é gênero? Quem inventou o gênero? O que é ser mulher? O que é ser homem? É sabido que gênero é uma invenção fruto da heterossexualidade compulsória. Em verdade, no século XIX, se precisou nomear a norma, porque o sujeito homossexual passou a ser categorizado, até então o sujeito heterossexual não existia. Quando o marginal se tornou objeto de estudo é que muitos estudiosos foram “obrigados” a também identificar o padrão, assim nasceu a heterossexualidade.

Portanto, a noção de gênero feminino e gênero masculino, surge a partir desses estudos precários da sexualidade. Somente entre os anos de 1970 e 1980, com as discussões de teóricas feministas é que se foi pensar em gênero e sexo como duas categorias oriundas de uma fábula da historicidade. Nos anos 1990, com a Teoria Queer se aprofundou esse pensamento de que o gênero e a sexualidade são resultados de processos históricos e culturais.

Igualmente acerca das separações dos papéis sociais das mulheres trans e das mulheres cisgêneras em vista ao determinismo biológico, percebe-se que essa padronização de comportamento é burlável e frágil, pois há em sociedades não ocidentais, mais especificamente as comunidades indígenas em que existe o *“two spirits”* que se refere quando uma pessoa exerce os dois papéis tanto do gênero feminino quanto do gênero masculino.

Deve-se ressaltar que durante centenas de anos foi designado à mulher o encargo de somente solucionar problemas relacionados ao lar, como educar seus filhos e cuidar de seus maridos. Não era permitido para o gênero feminino o acesso às universidades e o livre arbítrio lhe era privado, haja vista que o pai era quem decidia pela

filha e, após o casamento desta, o poder de decisão era automaticamente passado para o marido.

Além disso, nesse mesmo período a mulher não poderia transitar livremente pelos espaços públicos, de modo que ela deveria permanecer no domicílio familiar. Caso fosse vista como transeunte poderia ser alvo de maledicências e sofreria repreensões do pai ou do marido. Em decorrência do contexto histórico e cultural em que a mulher se encontrava inserida foi-lhe negado o direito e o dever de ser uma construtora da história.

Toda essa vigilância em torno da mulher era necessária para se resguardar a virgindade, a fidelidade e a honra. Caso fosse solteira, a mulher era vigiada para que mantivesse essa qualidade, pois de sua castidade e pureza dependia a honra de todos os homens da família, ou seja, irmãos e pai. Quando casada a mulher era vigiada porque dela também dependia a honra do marido, tanto no que dizia respeito à fidelidade e a legitimidade da prole, quanto no que se referia à própria masculinidade do marido. Assim, cabia à mulher, em parte, a responsabilidade pela manutenção da honra dos homens da família a qual pertencia (FOLLADOR, 2009, p. 09).

Em meados do século XIX, a mulher começa a reivindicar por mais espaço na esfera pública social no que tange à política, ao trabalho e à educação. Os direitos de cidadãos ainda eram negados às mulheres, todavia elas já podiam transitar livremente pelas cidades, fazer compras, passeios e ir trabalhar. Kellen Jacobsen Follador sobre isso diz que: “O século XIX trouxe mudanças para as mulheres, tanto na Europa quanto na América. Foi um século, no qual, em países mais desenvolvidos, elas buscaram seus direitos e tentaram igualá-los aos dos homens” (FOLLADOR, 2009, p. 12).

Para a autora, as mulheres, mesmo com o acesso à educação, ainda permaneciam em estado de alienação, já que elas eram educadas, conforme com os costumes da época. Na verdade, elas não passavam por um processo de instrução, o que aprendiam eram ensinamentos considerados necessários para viver em sociedade, como o aprendizado de ponto cruz, bordado, de pôr e arrumar uma mesa, leitura, escrita, dança, música, e outras línguas, principalmente o francês. Nesse contexto, cabiam as mulheres falar bem em público, ter familiaridade com as artes, como a dança e a música, saber tocar

piano e ser bilingue ou poliglota, no intuito de serem boas companhias para seus maridos em reuniões sociais.

De acordo com Beauvoir (1980), durante esses períodos seculares o acesso à educação era negado para as mulheres, porém de certo modo algumas exceções conseguiam transgredir as regras infligidas e construía conhecimentos eruditos. Além disso, ela infere que do século XVI ao XIX a condição da mulher permaneceu a mesma, mas evoluiu de forma diferente, mesmo que lentamente, nas classes mais abastadas. A Itália foi palco dessa evolução. Muitas mulheres, por possuírem grande espaço de tempo livre, dedicavam-se aos estudos e muitas delas lutavam para defender suas terras, como a filósofa relata:

O Renascimento italiano é uma época de individualismo que se mostra propício ao desabrochar de todas as fortes personalidades sem distinção de sexo. Encontram-se, então, mulheres que são soberanas poderosas como Joana de Aragão, Joana de Nápoles, Isabel d'Este; outras foram condottiere aventureiras que pegaram em armas contra os homens. Assim é que a mulher de Giralomo Riario luta pela liberdade de Forli; Hipólita Fioramenti comanda as tropas do Duque de Milão e durante o sítio de Pavia conduz às fortificações uma companhia de grandes damas. Para defender sua cidade contra Montluc as sienesas constituíram três exércitos de mil mulheres cada um, comandados por mulheres. Outras italianas se tornaram célebres pela sua cultura e seus talentos: Isara Nogara, Verônica Gambará, Gaspara Stampara, Vitória Colona que foi amiga de Miguel Ângelo e, particularmente, Lucrecia Tornabuoni, mãe de Lourenço e Júlio de Médicis, que escreveu, entre outras coisas, hinos, uma vida de São João Batista e da Virgem. Entre essas mulheres distintas, a maioria é constituída de cortesãs; aliando às liberdades dos costumes as do espírito, assegurando-se, pelo exercício da profissão, uma autonomia econômica, muitas delas eram tratadas pelos homens com diferente admiração; elas protegiam as artes, interessavam-se pela literatura, pela filosofia e não raro escreviam ou pintavam: Isabel de Luna, Catarina di San Celso, Impéria, que era poeta e musicista, reatam a tradição de Aspásia e de Frinéia. (BEAUVOIR, 1980, p. 133).

A luta da mulher cisgênera é secular e ainda persiste, mas vale ressaltar que enquanto as mulheres cisgêneras buscam garantir seus direitos civis, a exemplo, da equiparação dos salários, a mulher trans ainda luta pela legitimidade de ser mulher e pessoa humana. É sabido que as violências sofridas pela mulher trans são descomuns em relação às mulheres cisgêneras. O mundo social age de forma perversa com as pessoas que não se enquadram às normas, atuando inclusive com o processo de desumanização dessas pessoas. Haja vista o alto índice de assassinatos contra pessoas trans no Brasil, em 2020, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra afirmam que foram 175 mortes de pessoas trans.

Por isso, é necessário e urgente reconhecer que as mulheres trans precisam ser humanizadas e garantir a dignidade dessas pessoas, pois sem essa premissa da humanização das pessoas trans, as violências tenderão a aumentar. Então, é imprescindível separar e conceituar a categoria mulher, tendo em vista que quando a pessoa não se encontra em conformidade com o seu sexo biológico, a sua identidade de gênero não define sua orientação sexual. Assim como a mulher trans pode ser lésbica, bissexual, pansexual, polisssexual, assexual, etc.

Com isso, se percebe as várias violências engendradas às pessoas que transgredem com os papéis de gêneros já pré-formatados e com a cisheteronormatividade. As mulheres trans disputam pelo olhar humanizador da sociedade, inclusive para se inserirem no mercado de trabalho, haja vista que parte majoritária delas são expulsas de casa quando assumem a identidade de gênero e sem a falta de apoio familiar e do Estado encontram na prostituição uma maneira para sobreviver.

Conclui-se que ao limitar a atuação das pessoas na sociedade baseado em conceitos deterministas das diferenças biológicas dos sexos, freia a criatividade, subjetividade e dimensão de cada sujeita e sujeito, consequentemente amplia as desigualdades sociais. Assim como, Gloria Anzaldúa diz: “Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance” (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

Será o teatro um espaço lbtfóbico com as mulheres LBTS?

A temática lésbica ainda é muito pouco abordada no teatro brasileiro, há uma enorme ausência e lacuna sobre as lesbianidades nos espetáculos teatrais. Esse tema não se constituiu como um assunto significativo sendo citado esporadicamente em extensos intervalos entre as produções gays que são bem mais pautadas. Segundo Ferdinando Martins (2010), a primeira peça com esse recorte foi *"Violeta Vita"*, de Luiz Cabral, em 1995. Ainda no mesmo ano, a companhia *"Os Satyros"*, estreou com o espetáculo *"Sapho de Lesbos"*, o que também caracteriza o pioneirismo do grupo de teatro em produzir peças teatrais com temática lésbica.

Ainda o autor relata que, em 2000, a cantora, escritora e ativista, Vange Leonel, adaptou os livros *"O poço da solidão"*, da inglesa Radclyffe Hall e *"Almanaque das senhoras"*, da estadunidense Djuna Barnes, para a dramaturgia teatral e estreou com a peça de teatro *"As sereias da Rive Gauche"*, no festival Mix Brasil. Vange Leonel além de lésbica assumida era a única mulher que representava as mulheres no evento. A história é sobre sete mulheres artistas e lésbicas na França dos anos de 1920. Essas mulheres eram frequentadoras assíduas das festas e saraus literários organizados por Natalie Barney conhecida como a *"Sapho de Paris"*.

Nota-se também que os espetáculos com mulheres LBTS concentram-se na região sudeste, mais especificamente entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As lesbianidades passaram a ser mais pautadas depois da estreia da peça *"As sereias da Rive Gauche"*, em 2002, por exemplo houve a encenação do espetáculo, *"Um porto para Elizabeth Bishop"*, de Marta Góes (indicado ao Prêmio Shell 2002 de Melhor Texto); no ano de 2006, *"Dilema"*, de Kris Niklison; em 2007, *"Trilogia Lésbica"*, de Ronaldo Ventura, igualmente do mesmo diretor, no ano de 2012, ocorre a estreia de *"Guerra de Stephen"*, adaptada do livro *"O poço da Solidão"*; e em 2011, a remontagem de *"Sapho de Lesbos"*, de Ivan Cabral e Patrícia Aguille.

Outros aspectos que contribuem para a invisibilidade de peças teatrais com temática sobre as lesbianidades é a falta de divulgação, de interesse das empresas de patrocinar os espetáculos e a ausência de políticas públicas culturais que fomentem esse nicho artístico, tudo

isso é em decorrência da lbtphobia existente na sociedade e reflete também no campo teatral, principalmente em relação as mulheres. O que se pensa: quem ganha com isso? Certamente, o patriarcado e o sistema cisheteronormativo.

Mas é importante ressaltar que mesmo diante desse descaso e da tentativa do apagamento lésbico nas artes cênicas, há, por exemplo, pessoas como os integrantes da companhia “*Os Satyros*” que produzem peças de teatro com esse recorte, embora não tanto quanto abordam a homossexualidade masculina, bem como a atriz Christiane Torloni que já fez dois espetáculos interpretando uma personagem lésbica e outra personagem bissexual. O primeiro foi, em 2000, com a peça “*Joana Dark – A Re – Volta*”, e o segundo a “*A Loba de Ray-Ban*”, no ano de 2010, uma readaptação da peça “*O Lobo de Ray-Ban*”, interpretado pelo ator Raul Cortez, em 1987. De acordo com informações de Denise Mattar e Christiane Torloni (2012), a primeira montagem o triângulo amoroso é entre o personagem do ator Raul Cortez e um rapaz, mas na versão mais recente é Christiane Torloni que se apaixona por uma jovem atriz e elas vivem um romance. Em 2012, foi publicado um livro com fotografias das duas versões do espetáculo.

Há outras peças de teatro com temática lésbica, como relata Camila Karla Grillo (2019): “*Flores brancas*”; “*O bote da loba*”; “*Tem alguém que nos odeia*”; “*L, o Musical*”; “*Vampiras lésbicas de Sodoma*”. Na categoria peça infantil consta a peça “*A princesa e a costureira*”. O único espetáculo com personagens trans que retrata o amor entre mulheres trans e cisgêneras é o “*Pink Star*” que tem como protagonista Purpurinex Brilhante, uma pessoa não binária. Ela vive o primeiro quadril legalizado com a drag queen, Kátia Veroska, a robô erótica Gina Made in China e a ex-freira Rita de Cássia. A narrativa é futurista e se passa em 2501, Purpurinex Brilhante, herda um diamante, posteriormente é assassinada no momento em que planeja fugir para a galáxia Shiralea VI. Ao longo do enredo um detetive tenta descobrir quem teria assassinado a pessoa considerada a mais livre do planeta Terra, a direção é de Rodolfo García Vázquez, montagem que se encontra em cartaz online, em decorrência do coronavírus, no ano de 2021, através da companhia “*Os Satyros*”.

Não há registros de peças teatrais que abordem narrativas com personagens femininas pansexuais, polisssexuais e assexuais, o que evidencia o apagamento histórico dessas mulheres. Vale ressaltar, que ainda é um número muito ínfimo de espetáculos com temática lésbica,

como pode ser evidenciado neste artigo, e quando se redimensiona as sexualidades é que se percebe que há de fato um silenciamento mais intensivo, o que ratifica a lbtphobia no teatro brasileiro.

Considerações finais

Por meio da análise da participação das mulheres LBTs no teatro brasileiro, é possível observar que há muito pouca representatividade de mulheres trans ou cisgêneras que amam mulheres trans ou cisgêneras nos espetáculos teatrais do Brasil. Esse número diminui mais ainda quando se amplia o recorte das identidades de gênero e identidades sexuais. Geralmente, as representações são muito ainda em torno do imaginário social que se tem sobre mulheres LBTs e não faz um diálogo entre raça e classe, é uma narrativa que privilegia as mulheres cisgêneras que performam a feminilidade, são brancas, de classe média e se localizam geograficamente na região sudeste do território brasileiro. Afora isso tudo, há muitas histórias na dramaturgia lésbica que se encontram subordinadas ao voyeurismo masculino.

Poucas peças de teatro são realizadas, escritas, produzidas e dirigidas por mulheres LBTs, bem visível pela quantidade de homens cis e gays que dirigiram e produziram muitos dos espetáculos citados. Como o ator e diretor Marcelo Drummond, da companhia *“Teatro Oficina”* diz: “Não existe teatro sem viado e fita-crepe”, mas então fica o questionamento: onde estão as sapatões?

É urgente promover a discussão por mais representatividade das mulheres LBTs no teatro brasileiro. As histórias de mulheres trans ou cisgêneras que amam mulheres trans ou cisgêneras existem, as mulheres LBTs profissionais da área são inúmeras, o que não se torna compreensível é essa invisibilidade das lesbianidades no campo teatral. Para além do debate em torno desse apagamento e silenciamento, é preciso implementar políticas públicas culturais que fomentem mais produções teatrais com esse recorte e investimentos na educação brasileira para que se realizem mais estudos acadêmicos com essa temática. Desse modo, surgirão novas perspectivas da representação e representatividade das identidades das mulheres LBTs no mundo social.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos Feministas. Ano 8, 2000.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 4a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CLARKE, Cheryl. Novas notas em lesbianismo. Apoya Mutua. 26 jul. 2013. Disponível em: <<https://apoiamutua.milhara.org/2013/07/26/porque-me-nomeio-lesbica-porcheryl-clarke/>>. Acesso em 17/04/2021.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar. Tradução de Santiago D'Almeida Ferreira. Disponível em: <<https://apididentidade.wordpress.com/2015/09/27/porque-e-que-interseccionalidadenao-pode-esperar-kimberle-crenshaw/>>. Acesso em: 21/04/2021.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America latina y el Caribe” Parte de esta ponencia fue presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado em Buenos Aires, 2009.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: uma herança ocidental. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/fatoeversoes>>. Acesso em: 04/03/2021.

GRILLO, Camila Karla. A visibilidade lésbica nos espetáculos teatrais da cidade de São Paulo/SP entre 2012 e 2018. (Dissertação de Mestrado)

- Escola de Belas Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2a ed. Belo Horizonte - MG: Autêntica.

MATTAR, Denise; TORLONI, Christiane. Do lobo à loba. Paris 6, 2012.

MARTINS, Ferdinando. Cenas paralelas: do arcaico ao pós-moderno nas representações do gay no teatro brasileiro contemporâneo. In Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos. Org. por Horácio Costa et al. São Paulo: Imprensa Oficial de SP, 2010.

REPRESENTAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Aurélio Online de Português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>>. Acesso em: 27/03/2021.

REPRESENTATIVIDADE. In: DICIO, Dicionário Aurélio Online de Português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>>. Acesso em: 27/03/2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PRODUÇÕES ACADÊMICAS DE DIVERSIDADE SEXUAL NAS PÓS- GRADUAÇÕES BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO

Raul Felipe Silva Rodrigues

*Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe
– UFS, rauldolago1@gmail.com.*

Maria Helena Santana Cruz

*Professora orientadora: Doutora pelo Curso de Educação da
Universidade Federal da Bahia – UFBA; Pós-doutora pelo Curso de
Sociologia da Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS,
helenacruz@uol.com.br.*

Ana Paula Leite Nascimento

*Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe –
UFS; Pós-doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal
de Sergipe – UFS, paulajcbrasil@yahoo.com.br.*

Resumo

O estudo analisa a produção acadêmica no Brasil referente ao tema diversidade sexual. Trata-se de uma investigação das publicações na Grande Área da Educação, nos últimos cinco anos, entre 2015 a 2019, acessadas no Catálogo de Teses e Dissertações no Portal da Capes. O levantamento dos trabalhos, a categorização e a análise dos dados constituem etapas do Projeto “(Re)Pensando questões sobre desigualdade e diversidade na educação superior em uma perspectiva interseccional”, que contabilizou 141 publicações com diversidade no título. Para o recorte desse estudo na categoria da diversidade sexual, o universo foi de 29 trabalhos. O pressuposto da analítica crítica transversalizou a investigação, configurando a pesquisa no campo dos estudos críticos. A análise foca os tipos de produção

acadêmica e os objetivos das pesquisas realizadas acerca da diversidade sexual. As investigações estão subsidiadas em narrativas, análises documentais e discursivas. Ao analisar as produções acadêmicas, notamos que as intersecções mais preponderantes são: gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade/geração e credo.

Palavras-chave: Produção acadêmica, Diversidade sexual, Gênero, Educação.

Introdução

Esse trabalho resulta da investigação e análise, em nível de pós-graduação em Educação no período de 2015 a 2019, referente às produções acadêmicas com diversidade sexual no título. Abordamos uma das etapas constitutivas do Projeto “(Re)Pensando questões sobre desigualdade e diversidade na educação superior em uma perspectiva interseccional” (CRUZ et al, 2020). Portanto, mapeia pesquisas desenvolvidas no Brasil e exponencia seus objetivos.

A diversidade é entendida como as distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos de orientação sexual, gênero, sexo, faixa etária, raça/cor, etnia, pessoa com deficiência, entre outros. Diversidade sexual e de gênero, ou simplesmente diversidade sexual, é um termo usado para referir-se de maneira inclusiva a toda a diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero sem necessidade de especificar cada uma das identidades que compreendem esta pluralidade. É impossível falar de diversidade sexual sem enfrentar o debate sobre relações de gênero, conceito este que é pré-requisito ao entendimento de outros dois: sexo e gênero. Sexo refere-se às características específicas e biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino. O sexo não determina por si só, a identidade de gênero, e muito menos, a orientação sexual de uma pessoa. Na sociedade, o gênero refere-se aos papéis sociais diferenciados para mulheres e homens. O gênero é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 5).

Estas diferenças se fundam em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e mitos. Além disso, “os conceitos normativos que põe em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 5), expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas e que opõem de maneira binária e inequívoca as concepções de masculino e feminino. Essa construção é realizada, reforçada, e também fiscalizada ao longo do tempo, principalmente, pelas instituições sociais, são elas: a igreja, a família e a escola. A partir do gênero pode-se perceber a organização

concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Metodologia

O aporte metodológico contempla a pesquisa documental do ‘estados da arte’ e do ‘conhecimento’ por apresentar contribuição importante na constituição do campo teórico da área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A pesquisa situa-se no campo dos estudos críticos, amparada na premissa de uma analítica crítica. O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constitui a fonte priorizada nesta etapa da pesquisa. A opção de realizar a busca no portal da CAPES, utilizando-se descritores, se justifica pelo fato de que esta Fundação do Ministério da Educação (MEC) agrega a produção científica dos programas de Pós-Graduação das Universidades públicas e privadas do Brasil, sendo o universo dos seus arquivos o local mais indicado para esta coleta de dados.

Partimos da busca por diversidade com 47.001 (quarenta e sete mil e um), aplicamos filtro temporal, critérios educacionais e título para constituirmos a amostragem de 141 publicações com diversidade no título, abarcando as categorias: diversidade(s); diversidade sexual; diversidade cultural; diversidade étnico-racial; diversidade de gênero; diversidade religiosa; e diversidades outras. No recorte, chegamos às 29 publicações (25 dissertações e quatro teses com a diversidade sexual como categoria de análise, como disposto na tabela 1:

Tabela 1 – Procedimentos para o recorte desse estudo

Palavra-chave	Resultados	2015-2019	Categoria: Diversidade Sexual
Diversidade	47.001	18.687	29

Fonte: Elaborada pelas autoras e pelo autor em 2021 a partir do Catálogo da Capes.

Fomos motivados a realizar este estudo diante da necessidade de uma melhor compreensão sobre a configuração desse campo de pesquisa, a partir de uma visão que leve em consideração a produção científica das/os pesquisadoras/es e as relações existentes entre elas/es, bem como os limites e as possibilidades de avanço dessa temática.

Resultados e discussão

Sobre a temática da diversidade sexual, observamos a presença de investigações subsidiadas em: a. Falas e narrativas, como em Garcia (2015), Campello (2015), Júnior (2017), Santos (2018), Junior (2018), lurk (2019), Carbonezi (2019) e Silva (2019); b. Discursos, documentos e políticas públicas com Pecoraro (2015), Silva (2016), Souza (2016), Matos (2017), Candeloni (2017), Vieira (2018), Nunes (2018), Oliveira (2018) e Scherrer (2019); c. Atividades e práticas docentes e discentes em Bastos (2015), Lara (2016), Castro (2016), Martins (2016), Lins (2017), Messias (2017), Popov (2017) e Roza (2017).

Além desses agrupamentos de investigações, também identificamos produções acerca da diversidade sexual na gestão de meninos em Instituição de Acolhimento (ISKANDAR, 2015); em Igrejas Inclusivas (GUIMARÃES, 2017); na Formação continuada de professores e professoras por meio do cinema (MACHADO, 2018); e a respeito das pessoas LGBT no Movimento Sem Terra (CORDEIRO, 2019).

No intuito de expor as contribuições das pesquisas apreciadas nesse estudo, iremos apresentar as informações relativas aos tipos de produção acadêmica desenvolvida (dissertação ou tese), às autorias dos trabalhos; às temáticas abordadas (elencando os títulos das pesquisas), aos objetivos propostos e ao ano da investigação.

A tese de Osmar Arruda Garcia *“Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual: um olhar sobre o curso Gênero e diversidade na escola (GDE)”*: analisar as experiências em gênero e diversidade sexual, com base em narrativas de professores e professoras que realizaram o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE). (GARCIA, 2015).

Na dissertação de Lúcia Bahia Barreto Campello *“As representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras da rede municipal de ensino do Recife e suas relações com a formação continuada”*: analisar as representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras da rede municipal de ensino do Recife e

suas relações com a formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação do Recife, representada pelo GTOS (Grupo de Trabalho em Orientação Sexual). (CAMPELLO, 2015).

A dissertação de José Miranda Oliveira Júnior *“As práticas pedagógicas para a diversidade sexual nas Escolas Estaduais de Vitória da Conquista – BA”*: analisar como a escola tem trabalhado a questão da diversidade sexual nas práticas pedagógicas, tomando como referência as narrativas de estudantes transexuais. (JÚNIOR, 2017).

Na dissertação de Êmerson Silva Santos *“(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru–PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar”*: investigar qual o lugar que as questões de diversidade sexual e de identidade gênero ocupam na gestão das escolas do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino em Caruaru/Pernambuco. (SANTOS, 2018).

A dissertação de Jurandir Ferreira de Paiva Junior *“Diversidade sexual e de gênero: uma proposta criativa e lúdica para professoras/es do Ensino Fundamental I de uma cidade do interior do Paraná”*: analisar a compreensão de diversidade sexual e de gênero na ótica das/os professoras/es no Ensino Fundamental I de duas escolas do interior do Paraná. (JUNIOR, 2018).

Na dissertação de Bernardo Ozorio Iurk *“Concepções de acadêmicos e acadêmicas de Licenciatura em Ciências Biológicas a respeito da temática de diversidade de gênero e sexualidade: uma experiência a partir de uma UEPS”*: investigar as concepções de um grupo de acadêmicos e acadêmicas de Licenciatura em Ciências Biológicas a respeito do tema “Diversidade de Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências”. (IURK, 2019).

A tese de Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi *“Diversidade sexual: integração de estudantes ao ambiente acadêmico”*: investigar as percepções de jovens e adultos homossexuais de uma IES sobre a inserção do homossexual no ambiente acadêmico no âmbito da educação superior. (CARBONESI, 2019).

Na dissertação de Filipe Antonio Ferreira da Silva *“Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega”*: analisar os principais consensos e dissensos sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola e quem são os sujeitos que falam, que sofrem e que negam a existência desses fenômenos no ensino médio de Caruaru. (SILVA, 2019).

A dissertação de Tatiane Pecoraro *“Discurso sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os)”*: investigar os discursos sobre o referido tema, na formação de psicólogas (os) das universidades públicas do Estado do Paraná, a partir dos documentos normativos do curso. (PECORARO, 2015).

Na tese de Jerry Adriani da Silva *“Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): limites e possibilidades da efetivação do direito à educação”*: compreender as especificidades dos/as educandos/as LGBT’s, as desestabilizações provocadas pela chegada desses/as estudantes nas turmas de EJA, bem como os mecanismos que impediam ou inviabilizavam o acesso, a permanência e o sucesso desses/as na escola. (SILVA, 2016).

A dissertação de José Antonio Correia de Souza *“A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014”*: compreender a trajetória das políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero no âmbito da educação no período analisado [2003-2014]. (SOUZA, 2016).

Na dissertação de Thais Adriane Vieira de Matos *“Gênero, diversidade sexual e in/exclusão: uma análise discursiva de textos de professoras em processo de formação no GDE”*: evidenciar os discursos que constituem as concepções de gênero e sexualidade expressos nos textos analisados como corpus, interrogando os efeitos dessas redes discursivas, colocadas em circulação pelas políticas públicas, sobre os processos de in/exclusão. (MATOS, 2017).

A dissertação de Caroline Fabiane Candeloni *“Políticas educacionais para diversidade sexual e de gênero: limites e possibilidades para a promoção da equidade social”*: compreender os limites e as possibilidades da legislação e das políticas educacionais para a diversidade sexual e de gênero, tendo em vista a superação das desigualdades, dos preconceitos e das discriminações para com os(as) que divergem dos padrões hegemônicos de gênero e orientação sexual, bem como o reconhecimento e a valorização da diversidade dentro da escola. (CANDELONI, 2017).

Na tese de Hamilton Édio dos Santos Vieira *“De lá para cá ou dos percursos que a diversidade sexual faz na constituição de sentidos de uma política na UFSCar (2004-2016)”*: observar os processos que constituíram os sentidos de diversidade e que atravessaram os enunciados construídos posteriormente em diversidade sexual, tendo como fontes de análise os documentos que a UFSCar produziu nas duas últimas

décadas, a fim de mostrar uma leitura do percurso de sentidos com os quais se apresentou a diversidade sexual, contextualizando a educação e o papel das instituições universitárias quando atravessadas por discussões que tocam segmentos sociais que demandam suas especificidades no espaço público. (VIEIRA, 2018).

A dissertação de Janaína Fernandes Nunes *“Gênero e diversidade sexual na escola: entre programas educacionais e convicções religiosas”*: compreender o modo com que as convicções religiosas passaram a pautar o debate a respeito das temáticas de sexualidade e gênero nas escolas públicas, com profundos reflexos na elaboração e interdição de leis e projetos de leis voltados à educação. (NUNES, 2018).

Na dissertação de Paulo Victor Poncio de Oliveira *“Liberdade de gênero e diversidade sexual no contexto das políticas educacionais: um estudo na rede pública de educação básica do estado do Acre”*: conhecer e analisar a realidade, no contexto das políticas educacionais, do diálogo existente sobre liberdade de gênero e diversidade sexual. (OLIVEIRA, 2018).

A dissertação de Renato Scherrer *“Diversidade sexual e gênero: um olhar para os discursos que envolvem a prática educativa dos professores na EE Ary Leite Pereira”*: analisar os discursos presentes no ambiente escolar da EE Ary Leite Pereira sobre a diversidade sexual e de gênero. (SCHERRER, 2019).

Na dissertação de Felipe Bastos *“A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?” Diversidade sexual e ensino de ciências*”: compreender de que forma professores/as de ciências e biologia que discutem a diversidade sexual para além dos padrões naturalizados da heterossexualidade concebem esta temática enquanto parte da prática docente. (BASTOS, 2015).

A dissertação de Rafael Bonfim Lara *“O que dizem os (as) docentes acerca da Diversidade Sexual na Escola”*: compreender como os/as professores/as desta instituição estão lidando com situações ligadas à diversidade sexual na escola conforme as seguintes indagações: qual é a importância da discussão de temas como o da diversidade sexual no ambiente escolar? Os/as Professores/as consideram este assunto como importante tema transversal nas suas aulas? Como os docentes lidaram ao presenciar algum debate acerca das sexualidades dos/as alunos/as? (LARA, 2016).

Na dissertação de Leandro Batista de Castro *“Gênero, diversidade sexual e educação: concepções de professoras da educação básica no*

município de Paranaíba – MS”: investigar como professoras do Ensino Fundamental I na Rede Pública Municipal de Ensino em Paranaíba, interior do estado de Mato Grosso do Sul, concebem e abordam vivências sobre gênero e diversidade sexual pelas manifestações de seus alunos. (CASTRO, 2016).

A dissertação de Alberto Magno Moreira Martins “*Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense*”: analisar a abordagem da temática da diversidade sexual, e mais especificamente da homossexualidade, na área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias” do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão. (MARTINS, 2016).

Na dissertação de Cleci Terezinha Lima de Lins “*Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar*”: analisar se a escola trabalha gênero e sexualidades na perspectiva do enfrentamento e superação da homofobia em uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental em um estabelecimento de ensino da Rede Municipal, na cidade de Lages/SC. (LINS, 2017).

A dissertação de Tiago Monteiro de Messias “*Preconceito contra a diversidade sexual: análise dos relatos de duas coordenadoras pedagógicas acerca da formação desenvolvida na escola*”: analisar, a partir da prática, como o preconceito contra a diversidade sexual tem sido tratado nas formações dentro de duas escolas públicas da Rede Municipal de São Paulo. (MESSIAS, 2017).

Na dissertação de Cleber Gabriel Popov “*Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em equipes multidisciplinares de escolas estaduais de Maringá-PR*”: analisar os Memoriais Descritivos das Equipes Multidisciplinares dos Colégios Estaduais da Cidade de Maringá/PR que desenvolveram atividades na área de gênero, sexualidade e diversidade sexual, nos anos de 2012 e 2013. (POPOV, 2017).

A dissertação de Rosângela da Roza “*Diversidade sexual no espaço escolar: concepções, percepções e práticas de adolescentes em escola pública urbana do Sudoeste do Paraná*”: identificar e analisar as percepções, concepções e práticas dos/as adolescentes de Ensino Médio, de uma escola pública urbana do Sudoeste do Paraná, acerca da diversidade sexual e dos direitos sexuais como direitos humanos e fundamentais. (ROZA, 2017).

Na dissertação de Frangie Iskandar “*A gestão do cuidado em instituições de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual*”: verificar

a gestão do cuidado em instituições de acolhimento para meninos frente à diversidade sexual. (ISKANDAR, 2015).

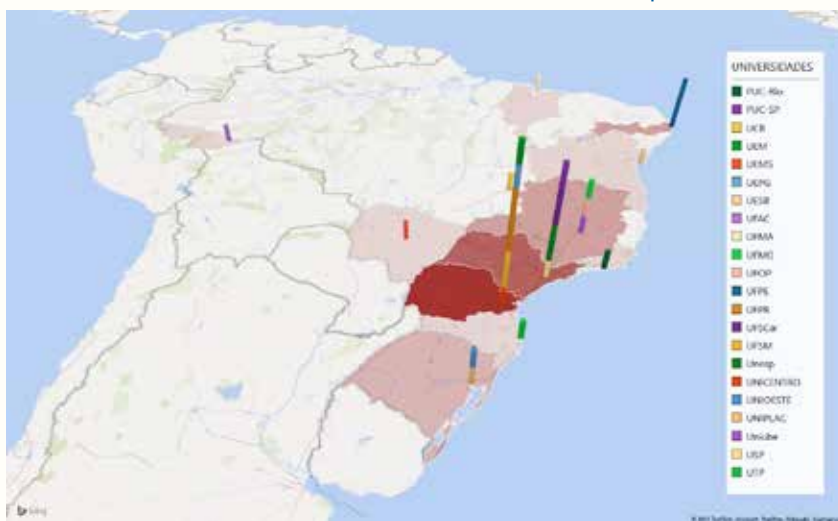
A dissertação de Jayane Santos Guimarães *“Igreja Inclusiva: diversidade sexual e experiências religiosas”*: analisar as falas de quatro colaboradores/as homossexuais (três homens e uma mulher), e uma mulher transexual, frequentadores/as de Igrejas Inclusivas e compreender as suas experiências religiosas. (GUIMARÃES, 2017).

Na dissertação de Gabriella Eldereti Machado *“Imaginário social e formação continuada: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual”*: conhecer por meio do cinema na formação de docentes suas significações imaginárias em relação às questões de gênero, etnia e diversidade sexual que permeiam as escolas e o cotidiano dos alunos e alunas. (MACHADO, 2018).

A dissertação de Agnaldo Cordeiro “*A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*”: compreender a constituição das pessoas LGBT Sem Terra e examinar como gênero e diversidade sexual são concebidos no processo de organicidade formativa do MST e em seu projeto de Reforma Agrária Popular. (CORDEIRO, 2019).

Outro ponto importante que destacamos está relacionado à distribuição regional desigual, consoante os dados da produção nas Universidades organizados no gráfico 1:

Gráfico 1 – Diversidade Sexual em Universidades por Estado



Fonte: Elaborado pelas autoras e pelo autor em 2021 a partir do Catálogo da Capes.

Observamos que nos últimos anos as regiões Sul e Sudeste foram as que mais produziram publicações científicas com a categoria da diversidade sexual no título, seguidas pela região Nordeste. Enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte tiveram menor incidência das publicações.

Considerações finais

Durante a pesquisa percebemos que além da categoria da diversidade sexual, as publicações levantadas e apreciadas abordaram outras categorias de análise e marcadores interseccionais. No recorte temporal da diversidade sexual na Educação analisado não podemos deixar de mencionar que as intersecções mais preponderantes relacionaram-se à diversidade de gênero, étnico-racial, geracional e religiosa.

Constatamos que as investigações foram subsidiadas em narrativas, análises documentais e discursivas que retrataram percepções, concepções, práticas, significações imaginárias e representações sociais sobre gênero, etnia e diversidade sexual nas vivências da gestão da escola, na formação de professoras/es, de estudantes e nos movimentos sociais.

Os trabalhos salientaram experiências religiosas de inclusão e reflexos na elaboração e interdição de projetos de leis; trajetória das políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero. As produções acadêmicas visibilizaram especificidades de estudantes LGBTQs, destabilizações provocadas por sua chegada às escolas e mecanismos que inviabilizam o acesso e a permanência; estratégias de enfrentamento e superação da LGBTQfobia, entre outros debates evocados nas dissertações e teses atrelados à temática da categoria diversidade sexual.

Enfatizamos a necessidade e a importância de estudos da diversidade sexual e de gênero particularmente no campo da educação, pela fragilidade da formação de profissionais especializadas/os para tratar do tema. O presente trabalho ressalta, assim, a necessidade de espaços – como grupos de estudos, oficinas, palestras e simpósios – para discussões a respeito da temática, além de disciplinas voltadas ao estudo da sexualidade nos cursos, contribuindo dessa forma no processo de (re)produção de práticas socioeducativas e sociopolíticas que reconheçam e legitimem cotidianamente as diversidades sexuais e as diversidades de gênero.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) pelo financiamento do Projeto “Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional”.

Referências

BASTOS, Felipe. **“A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?”** Diversidade sexual e ensino de ciências. 2015. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

CAMPELLO, Lúcia Bahia Barreto. **As representações sociais de diversidade sexual por professores e professoras da rede municipal de ensino do Recife e suas relações com a formação continuada.** 2015. 135 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

CANDELONI, Caroline Fabiane. **Políticas educacionais para diversidade sexual e de gênero: limites e possibilidades para a promoção da equidade social.** 2017. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro Maia. **Diversidade sexual: integração de estudantes ao ambiente acadêmico.** 2019. 259 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, 2019.

CASTRO, Leandro Batista de. **Gênero, diversidade sexual e educação: concepções de professoras da educação básica no município de Paranaíba – MS.** 2016. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2016.

CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Curitiba, 2019. 99 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CRUZ, Maria Helena Santana (coord.); RODRIGUES, Raul Felipe Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de J.; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **(Re) Pensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional.** Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

GARCIA, Osmar Arruda. **Marcas da experiência na formação docente em gênero e diversidade sexual:** um olhar sobre o curso Gênero e diversidade na escola (GDE). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, Jayane Santos. **Igreja Inclusiva:** diversidade sexual e experiências religiosas. 2017. 133 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

ISKANDAR, Frangie. **A gestão do cuidado em instituições de acolhimento de meninos frente à diversidade sexual.** 2015. 97 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

IURK, Bernardo Ozorio. **Concepções de acadêmicos e acadêmicas de Licenciatura em Ciências Biológicas a respeito da temática de diversidade de gênero e sexualidade:** uma experiência a partir de uma UEPS. 2019. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

JÚNIOR, José Miranda Oliveira. **As práticas pedagógicas para a diversidade sexual nas Escolas Estaduais de Vitória da Conquista - BA.** 2017. 117p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

JUNIOR, Jurandir Ferreira de Paiva. **Diversidade sexual e de gênero:** uma proposta criativa e lúdica para professoras/es do Ensino Fundamental I de uma cidade do interior do Paraná. 2018. 123 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2018.

LARA, Rafael Bonfim. **O que dizem os (as) docentes acerca da Diversidade Sexual na Escola**. 2016. 126 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

LINS, Clecí Terezinha Lima de. **Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar**. 2017. 185 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2017.

MACHADO, Gabriella Eldereti. **Imaginário social e formação continuada: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual**. 2018. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MARTINS, Alberto Magno Moreira. **Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense**. 2016. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MATOS, Thais Adriane Vieira de. **Gênero, diversidade sexual e in/exclusão: uma análise discursiva de textos de professoras em processo de formação no GDE**. 2017. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MESSIAS, Tiago Monteiro de. **Preconceito contra a diversidade sexual: análise dos relatos de duas coordenadoras pedagógicas acerca da formação desenvolvida na escola**. 2017. 111 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

NUNES, Janaína Fernandes. **Gênero e diversidade sexual na escola: entre programas educacionais e convicções religiosas**. 2018. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018.

OLIVEIRA, Paulo Victor Poncio de. **Liberdade de gênero e diversidade sexual no contexto das políticas educacionais: um estudo na rede pública de educação básica do estado do Acre**. 2018. 163 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018.

PECORARO, Tatiane. **Discurso sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogos(os)**. 2015. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.

POPOV, Cleber Gabriel. **Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em equipes multidisciplinares de escolas estaduais de Maringá-PR**. 2017. 75 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, set./dez., 2006, p. 37-50. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=237&dd99=pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROZA, Rosangela da. **Diversidade sexual no espaço escolar: concepções, percepções e práticas de adolescentes em escola pública urbana do Sudoeste do Paraná**. 2017. 273 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

SANTOS, Émerson Silva. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

SCHERRER, Renato. **Diversidade sexual e gênero: um olhar para os discursos que envolvem a prática educativa dos professores na EE Ary Leite Pereira**. 2019. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <https://ser.ufrgs.br/educacaorealidade/article/view/717211>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Filipe Antonio Ferreira da. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTfobia na escola: quem fala, quem sofre, quem nega.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019.

SILVA, Jerry Adriani da. **Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): limites e possibilidades da efetivação do direito à educação.** 2016. 310 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOUZA, José Antonio Correia de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014.** 2016. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

VIEIRA, Hamilton Édio dos Santos. **De lá para cá ou dos percursos que a diversidade sexual faz na constituição de sentidos de uma política na UFSCar (2004-2016).** 2018. 226 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

EU, PALAVRA

Daiana de Moura

Atriz, performer, mestra e doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Ufscar-Sorocaba/SP, meusilenciodanca@gmail.com.

Viviane Melo de Mendonça

Professora orientadora: Pós-doutorado na Università di Roma La Sapienza; Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Ciências Humanas e Educação, campus Sorocaba/SP, viviane@ufscar.br.

Resumo

Esse texto é uma reflexão sobre a criação afrodiaspórica em encruzilhadas teóricas, artísticas e militantes. A discussão se dá a partir da criação da videoperformance “Eu, Palavra”, processo criativo-obra-reflexão que discorre sobre as problemáticas e inquietações de uma mulher tentando sobreviver enquanto artista militante doutoranda preta no atual contexto. Refletindo sobre a própria biografia como corpo de fronteiras no sentido da teoria da carne (Glória Anzaldúa) através do método da autohistória. Dialogam na tela e na escrita várias imagens, movimentos e impulsos, vida-obra que se transmuta gingando e se esquivando das categorias, dos rótulos. São trazidas para a roda discursiva obras e teorias de mulheres negras fazendo um coro polifônico antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. O trabalho que se situa numa encruzilhada, é um movimento de cachoeirar beleza no cotidiano distópico. Arte e teoria como grito, fuga, respiração e cura é o que encontramos nos discursos analisados e colocados em rede.

Palavras-chave: Eu, Palavra; Corpo Negro; Arte Afrodiaspórica; Fronteiras; Encruzilhadas.

Introdução

2021 - Tempo de sentir na própria pele

Existem séculos de silêncios nas minhas células
então agora as palavras vêm aos jorros aos baldes
eu vivo-sou encachoeirada de palavra
palavras mágicas, palavras doces
e infinitudes de palavras foices
(MOURA, 2021)

Acada dia os números aumentam. Imaginar 3.869 mortes. 3.869! Três mil oitocentos e sessenta e nove corpos. Três mil oitocentos e sessenta e nove mortes injustas. Onde caberiam três mil oitocentos e sessenta e nove corpos?¹ Quem conseguiria imaginar esses corpos todos juntos empilhados?

Conheço uma cidade que possui 3.481 habitantes. A quantidade de mortos por covid no Brasil é como se (pouco mais de) uma Jumirim desaparecesse por dia. Como se todos os habitantes dessa cidade morressem no mesmo dia, todos os dias. Diante desse contexto como se faz pesquisa? Como criar sentindo o cheiro de morte no ar?

São as pessoas negras, indígenas e pobres, da classe trabalhadora as mais atingidas. As mais desamparadas pelo estado, as que mais morrem, alvos! Então essa pesquisa é também brutalmente atingida, pois são essas pessoas com as quais dialogo, convivo, crio, sou. A pesquisa em curso inicialmente mapearia e analisaria obras de arte cênicas de mulheres negras em diálogo com seus territórios de arte, educação e militância. A ideia era tecer reflexões sobre as criações afrodiaspóricas em encruzilhadas teóricas, artísticas, militantes e educativas.

Tentando manter um ritmo mínimo de trabalho e estudo, com grau de atenção comprometido – leio uma página de um livro quando viro para a próxima página já não me lembro da primeira, com dores no corpo em virtude do estresse, com o emocional e psicológico abalado por viver 24h a sensação do cerco se fechando e as mortes se

1 Esse número tragicamente aumentou ao longo dos dias da pandemia de covid-19 no Brasil, índices de mais de 4.000 mortes diárias foram atingidos no mês de abril.

aproximando cada dia mais, familiares dos amigos, amigos dos amigos, vizinhos, conhecidos, alunes da mesma universidade,... Mesmo com acompanhamento psicológico - suporte oferecido pela universidade - a sensação do isolamento, a falta de política pública contra a covid-19 e principalmente o fato de se quer termos previsão de final para esse projeto genocida em curso causam sofrimento, ansiedade, oscilações de humor e bloqueio na escrita (imagino que corpos pretos, corpos trans, lgbt's, indígenas ocupando a universidade estejam vivendo processos similares).

Diante deste triste prólogo, diante dessas dores e sensações de injustiça, revolta, raiva, medo, angústia a saída está sendo FALAR sobre isso de várias maneiras. A palavra tem sido o atravessamento de todas as formas (teoria, poesia, dança, performance, capoeira) de comunicar e produzir reflexões como documentos, registro, manifesto e principalmente fabular caminhos possíveis. Caminhos não de soluções imediatas ou de respostas definitivas, mas de possibilidades de respirar e fazer a manutenção da vida no instante já. “Eu, palavra²” é

É um processo criativo-obra-reflexão que discorre sobre as problemáticas e inquietações de uma mulher tentando sobreviver enquanto artista militante doutoranda preta no atual contexto. Refletindo sobre a própria biografia como corpo de fronteiras no sentido de tecer uma teoria da carne, uma teoria de palavra encarnada.

É um processo híbrido, povoado de inquietações em que as linguagens se retroalimentam, se trançam, antropofagicamente se comem. Repetição e sobreposição de imagens-palavras como estratégia teimosa da vida em processo, em luto e luta. É uma insistência na questão da fala e da palavra, a repetição da palavra ‘palavra’ é uma das camadas do processo, e nela me conecto com a resistência e teimosia da arte afrodiasporica, que insistentemente cria reelaborações da experiência do corpo negro. Corpo afrodiaspórico que gesta mundos passíveis de respiração, beleza, bem viver, que inventa alianças, encontros, contatos de afeto positivo, criando um sentido em que a palavra é corporificada, a palavra é carne.

A inspiração que ancora esses trânsitos criativos entre arte, teoria, educação, militância, está nas trajetórias, obras, conceitos e reflexões

2 Eu, Palavra. Videoperformance. Criação, Captação e interpretação Daiana Moura. Edição Bruna Machado. Sorocaba: Festival de Artes Híbridas, 2021. (5 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ms8f4RWIWaM>. Acesso em 10 de maio 2021.

de mulheres negras. Audre Lorde (1977) nos convoca sair da zona de silêncio: “Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês”. A autora fala da angústia que a possibilidade e a consciência da própria finitude trazem, a morte é o silêncio final. Assim, reconhecemos que mulheres vivendo na condição de silenciadas são mortas antes do tempo, mortas em vida. Essa máxima de que o silêncio não vai proteger tampouco garantir nossas vidas pretas ecoa na minha pele³.

Gloria Anzaldúa (2000) também reverbera na carne ao incitar as mulheres do terceiro mundo a escrever: “Coloque suas tripas no papel”. Essa imagem forte das vísceras constituindo a própria escrita, as tripas das mulheres de cor do terceiro mundo, como a autora situa, são a expressão de uma potência latente que não se concilia com as opressões, com as violências e que sobrevive criando e desejando, buscando vida em plenitude.

Então esta escrita é parte desse movimento de colocar as tripas no papel. Diante do prólogo apresentado, bloqueios criativos constantes, escrever muitas vezes não é possível tampouco ato simples. As palavras fogem, escrevi para uma amiga que vivemos tempos de boca aberta sem voz dentro. Sons de gritos esparsos que não encontram ouvidos, como discute Spivak (2018) a voz subalterna não pode falar, não há quem a ouça.

Essas palavras estão brotando da minha carne. Talvez porque minha consciência se recusa a conviver com esses números e com toda a barbárie que isso representa. Então fabulo. Invento. Quando nenhuma escrita é possível danço. Tento dançar, criar movimentos, repetir gestos, entrar em contato com o som dos tambores ancestrais, berimbaus, pandeiros e assim buscar recobrar a vibração e energia positiva de vida.

Enquanto movo meu corpo respirando fundo (boa parte das vezes ouvindo os ossos estalarem e vencendo as dores musculares) sou capaz de ampliar minha imaginação e sorrir. Achar graça em ritmos, velocidades, desequilíbrios: a dança devolve alegria ao corpo. Crio

3 Nesse contexto pandêmico tudo se evidencia, pessoas negras NÃO estão protegidas em suas casas (as polícias e milícias braços armados do estado são sempre um risco) tampouco seguras na rua ou em espaços públicos (a exposição de trabalhadoras e trabalhadores principalmente na informalidade é um fato ultrajante e tem ceifado muitas vidas).

e repito sequências de capoeira aprendidas com minha Professora Pepe. A capoeira cura – ela vem repetindo nesses tempos. As movimentações de ataque, defesa, o desafio do equilíbrio, a flexibilidade, a expressão, os balanços, a aposta na ginga e na prontidão que libertaram nossa ancestralidade. Foi no músculo, na unha, na pele, vendo o próprio sangue cair que a tecnologia de esperteza do próprio corpo, inspirada na observação da vida, dos animais, das matas, das águas que a liberdade foi sonhada e buscada. Toda essa tecnologia de resistência é acionada, no pequeno espaço da sala da minha casa quando consigo me dispor a gingar e estudar esse tesouro em forma de arte negra. A capoeira e a dança são caminhos de cura, de (auto)conhecimento, de conexão com a ancestralidade e espiritualidade.

Essa discussão introdutória se faz necessária porque essas artes (dança, teatro, poesia, capoeira, samba de roda, puxada de rede, etc) são o modo que escolhi – ou fui escolhida – para me EDUCAR contra a barbárie. São fortalecimento, encantamento e engajamento com o conhecimento produzido e deixado como legado para nós descendentes das populações afrodiaspóricas e indígenas. Meu modo de não mais contornar a dor, mas de olhá-la nos olhos, de vivê-la, de senti-la. É assim que sou capaz de encarar a realidade concreta desse país. A arte é meu *modus operandi*, meu óculos, minha lente. Através dela é possível transformar a dor e a opressão em linguagem e ação, novamente evocando Audre Lorde (1977). Essa é a minha teoria da carne, brotada da autohistória em curso, em incerteza, em luto e luta.

Assim o desafio se apresenta: em 2021, tempo de sentir na própria pele, como traduzir esses movimentos em trabalho acadêmico? Como discutir a língua da arte na língua da academia? Como ativar a palavra transformadora em tempo de tanta desesperança? Como e o que dizer-dançar-escrever? É possível traduzir essas forças e o modo como operam sendo agentes de educação e engajamento? É preciso fazer essa tradução? Como a língua acadêmica pode contribuir com esses movimentos e vice-versa?

Viandante utópica em coletivida - metodologia e referencial teórico

Quem segura a força da cachoeira à meia noite na lua cheia? Quem guarda as gotículas que nascem da violência com que a água arrebatava as pedras? As palavras gritam para não serem mais aprisionadas, a

vida-obra se transmuta gingando e se esquivando dos nomes, das categorias, das caixas. Arte como grito, fuga e cura. Corpo nuvem sem nome utopia de plurais. (MOURA, 2021)

O texto acima é parte da dramaturgia do solo “Eu, Palavra”. A videoperformance nasceu de uma série de inquietações e contatos, dos respiros e encontros possíveis nesse contexto pandêmico. Um texto-poema, parto ansioso, apavorado que saiu dos rasgos da pele, saiu em afogadilho. Nasceu um dia depois que alguns improvisos em casa me levaram a dançar na cachoeira: encontro/contato eu-casa, eu-água, eu-pedra, eu-palavra. Todos os arquivos foram salvos numa pasta (fotos, vídeos, palavras digitalizadas) e enviados para uma amiga artista, muito sensível e habilidosa com as edições de imagens... Ela pediu que um áudio fosse gravado fazendo a leitura desse texto, essa gravação se tornou trilha, dramaturgia e base do trabalho audiovisual. É uma metodologia bastante caótica, híbrida e viandante. As coisas se deixam nascer, se permitem derivar por um tempo, se permitem devanear⁴ sem saber exatamente como chegarão a se constituir como obra. O olhar de fora, o olhar da outra é que deu forma às ideias. O olhar dela auxiliou a observação das ações e ordenou os materiais-arquivos. A edição é um trabalho sobre o trabalho, é uma dança que corporifica, o processo é verdadeiramente uma criação colaborativa. O olhar atento, sensível e carinhoso da amiga videomaker Bruna Machado foi certeiro. Ela definiu o próprio processo criativo como: “a vivência de uma angústia com esperança⁵”. Como cito no início deste tópico: Arte como grito, fuga e cura. Corpo nuvem sem nome. Utopia de plurais. Este corpo nuvem assim se fabula, se sutaliza, se anuveia por uma urgência de fuga de categorizações e mensurações do corpo preto. Se des-organiza em uma sequência de cinco minutos de sobreposições de imagens-textos dançantes sequenciadas pela Bruna. A ideia das

4 Os devaneios que seguem emergindo desse processo são um enfrentamento à categorização. Os devaneios, delírios, sonhos são oposição à rigidez da estereotipização dos corpos negros. Devaneio como um manifesto do processo pelo direito de sonhar e imaginar livremente, por um corpo que deseja voar livre de pesadas amarras históricas e sociais.

5 Expressão de Bruna Machado (atriz, videomaker e cineasta) sobre seu envolvimento com esse processo criativo-obra-reflexão.

linguagens que se comem e não se definem está na forma-conteúdo mastigada, deglutida.

Importa salientar que a presente reflexão não se projeta como teorização do processo a posteriori: o processo em si é a teoria, a teoria da carne!

Uma teoria-poesia-rito-performance que se deu a ser no mundo no instante em que o corpo foi convocado pela própria casa e pela cachoeira do Chá em Piedade a ser parte da dança cósmica⁶, ao aceitar o convite e deixar-se tocar pelas paredes, pelas águas, pelas palavras, ao devanear esse corpo teoriza. Pensa dançando, dança pensando. A sistematização do corpo eu-palavra não é apreensível em um determinado tempo, em uma determinada matéria-papel é um continuum, que nasce-renasce.

Isso é um devaneio proposital, mesmo quando digo que não tem proposta a proposta é se deixar devanear até romper com toda lógica de algum motivo que possa segurar, que possa estancar isso tudo que está correndo pelas minhas veias-pensamentos. Quem segura a força da cachoeira à meia noite na lua cheia? Quem guarda as gotículas que nascem da violência com que a água arrebatava as pedras? (MOURA, 2021)

Anzaldúa (2000), Lorde (2020), Mendonça (2020), Nascimento (1989) são teóricas que partem das próprias experiências para organizar um legado, um pensamento feminista – vários olhares, perspectivas e vertentes que me dão escopo para observar os desafios que colocados e investir em uma metodologia de entrelaçamento, de hibridismos, de antropofagia das linguagens. A inspiração nas experiências das autoras citadas também diz respeito a uma busca por analisar as criações artísticas desse território brasileiro, mais precisamente no interior de São Paulo. Cada uma dessas pensadoras se destaca por desenvolver análises profundas sobre o próprio chão, são teorias corporificadas e localizadas. Verdadeiras escritas de corpos de

6 Cito dança cósmica no sentido da provocação de Ailton Krenak: “A vida, por ser esse dom tão indescritível, incontível, não poderia ser recebida de outra maneira, senão com contentamento, alegria... uma resposta criativa para o sentido de uma dança cósmica. Se você fosse chamado para uma dança cósmica, você ficaria cabisbaixo, ou você sairia saltitante?” (KRENAK, 2021)

mulheres em manifesto refletindo e lutando por direitos, melhorias e vida plena em seu próprio território, entendendo o próprio corpo também como território de luta e disputa.

Fabulo a criação de uma metodologia que busca não necessariamente traduzir artes negras em processos acadêmicos, mas de viver a arte em si como um método também de sistematização e produção de conhecimento, o que não configura inovação, mas sim conexão com os saberes dos povos afrodiaspóricos e indígenas. Saber que é encarnado, corporificado, advento da experiência, do viver em comunidade. As experiências significativas de processos que estão para além da obra de arte e além da discussão acadêmica, são processos que me instrumentalizam para ser uma viandante inspirada nessas vozes e ancorada nesses saberes.

Viandante utópica em coletivida⁷ é como tenho visto a minha experiência, evocada aqui como autohistória sempre em convergência e conexão com outras histórias e criações de corpos afrodiaspóricos. Viandança é uma expressão muito cara, fala da vida nos trânsitos por lugares, ruas, espaços, territórios internos e externos. É o movimento errante e incerto desta metodologia da carne, é observação e escuta, é a pele arrepiada captando as vibrações e intensidades das obras afrodiaspóricas. Ampliação do campo sutil, sensorial e cognitivo. É recepção e intuição ativa, desejo de conhecer. Disposição e proatividade. Entrega profunda à arte capaz de transformar e transmutar. É a síntese de movimentos de vida, em resumo texto-corpo em viandança.

“Subjetividade é tudo o que se passa em nós (memórias, percepção, pensamentos, sensações) e que é constituída e nos constitui como linguagem, como um texto. Um texto é a materialidade de uma subjetividade. O texto nunca é individual, ele é polifônico, sempre singular-coletivo, porque muitas vozes estão presentes nele. Um texto é coletividade. É o mundo” (MENDONÇA, 2020, p. 08).

A utopia da vida em coletivo, a coletivida é a percepção que tenho do mergulho e rigor das pesquisas feministas. A proposta radical de transformar as vidas das mulheres negras lampeja aqui

7 Digitei a palavra coletividade errada, faltando a última sílaba. Abracei o erro ao ler e entender o sentido profundo que a falha trouxe ao termo. Coletividade virou coletivida, a palavra diz exatamente do sentido que estava intencionando descrever.

como farol. Escolhi a vida em rede, a criação em coletivo (ou fui escolhida). Os coletivos, grupos, cias, redes, que integrei e integro (como Cia. Teatro de Fulô, Nativos Terra Rasgada, Coletivo Nonada, Coletivo Cê, Caçadores de Tatu, Interpretas, Plataforma de Pesquisas Cunhantã, Mulheres de Utopias, NEGDS, Mulheres e Luta, Mulher em Perspectiva) foram/são fundamentais para toda e qualquer ação criativa. É a produção nesses (e desses) espaços que tem dado sustância, sentido e significado à vida. É o tutano, como diria minha avó, o texto da vida é a coletividade. Viver cercada de artistas, sobretudo mulheres, podendo compartilhar, inventando novos modos de ser, criar e agir (principalmente cuidando e pensando estrategicamente nesse momento pandêmico), ressignificando a alimentação, a relação com o consumo, com o corpo, com as leituras e estudos, com o próprio movimento, com a própria história, com a vida, com os seres humanos e não humanos.

Esses coletivos me conectam com outras histórias, ao mesmo tempo em que me trazem de volta a mim mesma. É um movimento constante, continuum. É um dentro fora, é busca de conhecimento e autoconhecimento. Nos momentos em que me vejo como criadora, viandante utópica e consigo fazer arte brotar, sinto a expressão de todos esses coletivos através de mim também. Sinto a terra fértil rasgando, me abrindo para dar passagem às sementes de muitas vozes.

Registro aqui uma frase de Larissa Alves, atriz, arte-educadora também integrante da rede Interpretas⁸, em um dos encontros virtuais em que várias estávamos com inúmeras fragilidades e vulnerabilidades latentes, Larissa nos presenteou com a ideia de nos abraçarmos, cada uma na sua casa, e assim receber o abraço de todas. Abraçar o próprio corpo sentindo a outra, presentificar o cheiro, a textura, o calor do abraço. “... sempre que você se abraçar eu estarei te abraçando!”. Mesmo em isolamento, mesmo sozinhas jamais desacompanhadas. Esse é o viver a coletividade de mulheres na carne.

8 Rede interestadual que faço parte. Interpretas surgiu durante a pandemia para servir de oásis, espaço de cuidado, trocas e respiro entre mulheres negras de várias áreas tendo em comum desejo de aprofundar conhecimentos em referenciais negros.

Resultados e discussão

... Temos que viver em comunhão
Pensar no que é melhor para todos
Mesmo se contraria uma opinião
Quem anda dividindo enfraquece
Pois a força, ela vem da união
Uma abelha sozinha é presa fácil
Mas um enxame enfrenta até um leão
Não faz não, não faz não
Uma andorinha só não faz verão⁹

Em resumo essa é uma pesquisa qualitativa interdisciplinar (arte, educação, militância, feminismos, relações étnico-raciais). Com aporte de referencial teórico de autoras, sobretudo negras, que tecem teorias encarnadas e localizadas. Escritas consideradas manifestos, lutas por direitos e vida plena, análises de artes em território afrodiásporico, entendendo o próprio corpo também como território de luta e disputa. Diante dos processos e inquietações apresentados, entendemos por bem a provocação de chamar de resultados as questões ligadas ao movimento e à busca por emancipação. O direito do corpo nuvem sem nome, que se movimenta, se acopla, se ancora, se inspira em outras, cria a própria utopia de ser plural, fugindo das categorizações e rótulos que são lugar comum e estereotipado do corpo preto feminino nas artes. O resultado possível é entender o continuum desse processo e comunicar a observação da potência que ele possui, entendendo que as pistas de respostas para as perguntas e desafios iniciais estão na ideia de viandança utópica em coletividade que discutimos.

Não nos caberia costurar nessa conversa lugares de chegada. Como já dito o que nos movimenta é a viandança. No entanto, ao longo do caminho percorrido, é possível ver o quanto de enfrentamento existe ao ver-viver-sentir as teorias encarnadas e buscar manifestar na própria pele, é o processo ético, rigoroso e desafiador da teoria-prática se fazendo na pesquisa. É um processo inicial (e sempre será) de uma

⁹ Música cantada nas aulas de capoeira pela Professora Pepe, a canção é uma composição do professor Pitoco, do grupo Cordão de Ouro.

busca metodológica coerente e potente, através da experiência e da autohistória. Os diálogos da criação da videoperformance “Eu, Palavra”, processo criativo-obra-reflexão como mote para traçar e trançar ideias sobre a criação afrodiaspórica em encruzilhadas teóricas, artísticas e militantes estão gingando com as demandas do atual contexto, portanto localizar essa pesquisa no espaço tempo é falar dos corpos alvos empilhados, é falar do choque da morte e do luto, principalmente das lutas estratégicas por sobrevivência e vida em plenitude.

Estamos nos esquivando da doença, da bala, da morte, estamos hoje como no passado estiveram nossas ancestrais em permanente resistência, arte-educação-militância-vida dançam sempre juntas de modo que não sabemos onde começa uma e termina outra. Neste ponto do trabalho é necessário evocar a força dos estudos da professora Leda Maria Martins “a cultura negra é uma cultura de encruzilhadas (MARTINS, 1997). Estamos dançando nessas camadas de cenas sobrepostas, trançadas e hibridizadas, é a encruzilhada.

Seguimos colocando uma lupa na arte, vendo o quanto os reflexos que dela partem povoam as esferas da vida de modo transformador e emancipatório. Nessa roda discursiva entendemos a fundamental importância das que vieram antes de nós, e cantamos juntas em um coro polifônico antirracista, anticapitalista e antipatriarcal que vem trançando os tempos passado e presente, fabulando futuros. Arte e teoria como grito, fuga, respiração e cura é o que encontramos nessas vozes colocadas em rede. São as tripas colocadas no papel (ANZALDÚA, 2000).

Figura 1 - Videoperformance Eu, Palavra. 2021.



Figura 2 - Videoperformance Eu, Palavra. 2021.



Considerações finais

Finalizamos essa reflexão trazendo o texto final da vídeoperformance Eu, Palavra:

Batendo ervas nestas palavras eu as curei. E me curo com elas, por que elas são esse ritmo incessante que faz vibrar meus cabelos, faz eriçar os pelos e expandir o pensamento, o que alguns chamam de dança eu chamo palavra. O que nomearam coreografia digo que é minha escrita! Em afogado desespero, lembrando as bandejas e bandejas de mortos recebidos pela terra, duzentos e quarenta e seis mil e

quinhentos e quatro corpos empilhados em bandejas etéreas contam sobre esse tempo e sobre a urgência de cura. A não proposta que defendo aqui é da utopia. Da utopia da vida.

É do intenso sonho da minha bisa que no ontem histórico imaginou uma parte sua vivendo numa casa, com teto, com porta e umas painéis onde fosse possível cozinhar feijões e pimentões que exalassem o aroma que faziam roncar o estômago vazio dela. Então eu sou um sonho ambulante e farto. Sou um samba tristalegre que exala ervas maceradas criando nuvens onde mulheres e bixas e travas e crianças pretas podem sorrir.

Eu sou essa nuvem sem nome, sem tempo, sem parada.

Não posso deixar que me nomeiem apenas mulher. Apenas negra. Não posso deixar que me apontem como aquela bolsista que já começa atrasada, que nunca chega e que só tenta, pois nada disso fui-sou-serei!

Como nuvem-poça-água não há mãos-vozes capazes de produzir meu nome, agora mesmo já não sou mais o que disse no início dessa não proposta que já tem agora um outro objetivo de não me permitir nomeação alguma.

Não repitam meu nome porque ele não me cabe mais, eu sou agora Desvanecida Nuvem, e Desvanecida dança e canta, habita agora (mas não sempre) esse não lugar transparente.

Obs. Toda vez que a palavra eu for lida entenda multidão. Toda vez que repito eu, entenda elas. Muitas. Utopias em plurais...

Referências

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000, pp. 233 – 240.

ASSUMPÇÃO, Itamar. **Petrobrás: Porque que eu não pensei nisso antes...** São Paulo: Atração Fonográfica, 1998, CD.

LORDE, A. **A Transformação do silêncio em linguagem**. Pub. original 1977. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em 25 de março 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória – O Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MENDONÇA, Viviane. **Um dia você vai sentir na própria carne: afeto, memória, gênero, sexualidade**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **ORI**. Dirigido por GERBER, Raquel. Roteiro Beatriz Nascimento; Música Naná Vasconcelos. Documentário. Produção: Brasil. 93min, 1989.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

KRENAK, Ailton. Programa Roda Vida. São Paulo: TV Cultura. 19 DE Abril de 2021. Programa de TV.

ATIVISMO DIGITAL BISSEXUAL A PARTIR DO INSTAGRAM: PERSPECTIVAS E PERAMBULAÇÕES

Danieli Klidzio

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – bolsista CAPES, danieli.klidzio@gmail.com.

Monalisa Dias de Siqueira

Orientadora – Doutora em Antropologia Social pela Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSM, monalisadias@gmail.com.

Resumo

Tendo o ativismo digital bissexual como tema, este trabalho integra reflexões prévias da pesquisa de mestrado da primeira autora e aborda as possibilidades de ativismo a partir de perfis no Instagram. Enfocamos a relação da bissexualidade com as mídias digitais levando em consideração o compartilhamento de experiências, a comunicação acadêmica e a organização de coletivos e ações como a Frente Bissexual Brasileira, criada em 2020 no contexto pandêmico e com articulação nacional. Com princípios da Antropologia Digital, tendo a etnografia como base, por meio da observação participante são analisados três perfis: @binamidia, @nao_esoumafase e @visibilidadebissexual. O objetivo é compreender enquadramentos da produção de conteúdo sobre a bissexualidade no Instagram em um movimento de construção de ambientes de visibilidades bissexuais, pensando o ativismo nas mídias digitais como promovedor de discussões descentralizadas e enquanto uma alternativa de espaços de apoio e acolhimento entre pares. Em decorrência do monossexismo, a construção de espaços bissexuais em meio a sociedade em geral e também em relação à comunidade LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, *queers*, intersexuais,

assexuais, pansexuais e outras) é circunscrita em uma esfera de tensionamentos por conta do apagamento da bissexualidade em função do binarismo da sexualidade: heterossexualidade e homossexualidade. Buscando avançar nessa discussão, a continuidade entre os contextos on-line e off-line permite pensar na produção de conteúdo nas mídias digitais como construção de sentidos e visibilidades, tanto no âmbito público dos movimentos bissexuais brasileiros quanto dos sujeitos em sua intimidade.

Palavras-chave: Bissexualidade, Visibilidade bissexual, Monodissidência, Ativismo LGBTQIAP+, Mídias digitais.

Introdução

Este trabalho caracteriza-se como em desenvolvimento¹ e se insere no tema da bissexualidade, com foco em produções de visibilidades pelo ativismo digital. Objetivamos analisar como as mídias digitais, especialmente redes sociais como o Instagram, configuram-se como campo de produções e comunicações ativistas, considerando as produções de conteúdo sobre bissexualidade e organizações a nível nacional de ativistas e de pessoas pesquisadoras em torno da monodissidência. Para isso, relacionamos as reflexões teóricas com uma breve contextualização de três perfis no Instagram que se dedicam a produzir conteúdo sobre a bissexualidade, são eles: @binamidia², @nao_esoumafase³ e @visibilidadebissexual⁴. Sobre a metodologia, esta é uma pesquisa etnográfica, na qual foi realizada observação participante na referida plataforma por meio de um perfil de pesquisadora da primeira autora.

A ideia desta abordagem parte da percepção de uma intensificação e transformação dos usos do Instagram, principalmente no início da pandemia da Covid-19, em Março de 2020, bem como das atividades remotas em nosso meio, a exemplo de aulas e formações acadêmicas. Para além disso, observamos usos massivos especialmente do Instagram para *lives*⁵ e comunicações ativistas e independentes sobre os mais diversos temas, dentre eles, a bissexualidade. Em meio a isso, nos colocamos a mapear e conhecer perfis que buscam informar e que demonstram como intenção produzir visibilidades ao tratar especificamente da bissexualidade. Além dos três perfis aqui mencionados, em 2020 foi construída a Frente Bissexual Brasileira, enquanto uma organização de coletivos bissexuais e ativistas independentes, cuja

1 Integra reflexões prévias da dissertação de mestrado da primeira autora, orientada pela segunda autora.

2 Disponível em: <https://www.instagram.com/binamidia/> Acesso em: 15 maio 2021.

3 Disponível em: https://www.instagram.com/nao_esoumafase/ Acesso em: 15 maio 2021.

4 Disponível em: <https://www.instagram.com/visibilidadebissexual/> Acesso em: 15 maio 2021.

5 *Lives* é como convencionalmente são chamadas as transmissões on-line ao vivo nas mídias digitais, como em perfis no Instagram e em canais no Youtube, por exemplo.

articulação e ações de relacionamento com o público em geral têm se dado também pelo Instagram. Assim, a organização da Frente, embora não seja o centro da observação neste trabalho, tem contribuído para a nossa análise sobre ativismo a partir das mídias digitais.

A seguir apresentamos considerações acerca da bissexualidade e do ativismo pela perspectiva da comunicação mediada pelo digital em explorações iniciais na pesquisa. Nossas discussões se organizam respectivamente em: metodologia, com o enfoque da Antropologia Digital; referencial teórico sobre as mídias digitais, a bissexualidade e o contínuo on/off-line; resultados e discussões acerca dos perfis analisados pensando bissexualidade e, por fim, as considerações finais.

Metodologia

Com o objetivo de produzir uma análise relacional entre as formas de ativismos emergentes nas mídias digitais e a produção de visibilidades bissexuais a partir do Instagram, olhamos para três perfis selecionados (@binamidia, @nao_esoumafase e @visibilidadebissexual) em uma pesquisa exploratória (GIL, 2008). Como mencionado anteriormente, vem sendo desenvolvida uma etnografia com a observação participante por meio de um perfil⁶ de pesquisadora da primeira autora, a fim de facilitar a organização dos dados e a comunicação com os perfis. Buscamos reconhecer diferentes usos do Instagram pelos perfis de ativismo e de produção de conteúdo crítico sobre bissexualidade, bem como analisar o conteúdo produzido através do propósito descrito na biografia de cada um dos três perfis selecionados.

Em meio a etnografia nas mídias digitais como metodologia, conforme trazem as antropólogas Débora K. Leitão e Laura Graziela Gomes (2017), estamos em uma posição de levar a sério como campo de pesquisa o ambiente no qual é possível nos inserirmos. Assim, com a observação participante nos orientamos por atitudes de *perambulações*, *acompanhamentos* e *imersões* (LEITÃO; GOMES, 2017). Conforme as autoras, a perambulação significa explorar o campo, que no caso desta pesquisa, deu-se a partir de um perfil no Instagram criado pela primeira autora no dia 2 de março de 2021, especificamente para este fim. Com este perfil foram seguidos outros perfis que a autora

6 Disponível em: <https://www.instagram.com/danieli.klidzio> Acesso em: 15 maio 2021.

já conhecia desde as *lives* que ocorreram em 2020 e também por seu uso pessoal da plataforma, bem como foi utilizado o próprio campo de busca do Instagram e as hashtags com as palavras *bissexual* ou *bissexualidade*. Este foi o processo que nos possibilitou mapear, até início do mês de maio de 2021, cerca de 130 perfis, dentre eles o perfil da Frente Bissexual Brasileira (@frentebissexualbr) e os três perfis que recebem atenção especial para o desenvolvimento deste trabalho: @binamidia, @nao_esoumafase e @visibilidabissexual. Tivemos como critério de seleção destes três perfis os seus nomes de usuários que remetem a uma perspectiva bissexual crítica. Os três possuem similaridade entre si no que diz respeito ao tipo de conteúdo produzido, no caso, posts com definições e dicas, que mesclam textos, figuras e até pequenos vídeos ou animações, mantendo com uma perspectiva de informação para além do entretenimento.

O processo de perambulação na pesquisa está ligado também a uma ação algorítmica da plataforma, que tem uma atuação ao sugerir perfis para seguir, identificados a partir de um mapeamento e gerenciamento sobre o nosso interesse com base em uma identidade algorítmica imposta (CHENEY-LIPPOLD, 2011). Ou ainda, relaciona-se a conteúdos sobre algum episódio ou assunto considerado polêmico envolvendo a bissexualidade que viraliza nas redes. Um exemplo aconteceu recentemente em relação ao programa da Rede Globo *Big Brother Brasil* edição 2021⁷ envolvendo um caso de bifobia contra um participante, o que levou muitos perfis a tratarem especificamente do caso de maneira crítica.

Além da perambulação, a segunda atitude citada é a de acompanhamento e envolve um “deslizamento” (LEITÃO; GOMES, 2017, p.

7 Na edição do ano de 2021 do BBB, a bissexualidade tornou-se alvo de comentários na mídia hegemônica por conta de uma série de episódios de bifobia que envolviam xingamentos e questionamentos sobre a bissexualidade do participante Lucas Koka Penteadó, o que contribui para que o participante pedisse para sair, desistindo do programa. Embora isso pode ser visto como uma visibilidade sobre o tema no Brasil, foi um debate que gerou ampla indignação e violação do bem estar de pessoas bissexuais, pois teve como motivo uma demonstração de violências com as quais bissexuais se deparam cotidianamente. Por outro lado, apesar de termos como bissexualidade e bifobia serem amplamente comentados, ainda houve casos de nomeação dessas violências como homofobia, termo comumente entendido como supostamente universal para nomear violências contra pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Isso gera um atrasamento para pautar a bissexualidade e suas especificidades enquanto identidade e sobre os preconceitos a ela relacionados.

56) para outras plataformas. O que consideramos tendo em vista as produções de conteúdo que podem estar relacionadas a outros sites, como é o caso de um dos perfis analisados que nos sugere um canal no Youtube a partir de um link na descrição da biografia. Por fim, há a atitude de imersão, que implica “examinar também sua condição no momento em que realiza seu trabalho de campo” (LEITÃO; GOMES, 2017, p. 57). Assim, neste trabalho, buscamos analisar os três perfis no Instagram considerando as formas de ativismo através das mídias digitais, em uma realidade cada vez mais conectada com as chamadas *Web 2.0* e *Web 3.0* (VAN DIJCK, 2016; CASTELLS, 2015), com uma diversidade de sites e aplicativos para o estabelecimento de relações, inclusive de sociabilidade a partir do pessoal (que é também político) em posts, perfis e conteúdos que podem ser caracterizados enquanto ambientes (GOMES; LEITÃO, 2017) ou espaços (MONACO, 2020a) na internet.

Referencial teórico

Sobre as mídias digitais, podemos pensar em uma comunicação que, à primeira vista, pode parecer puramente emancipatória pois não se limita por localizações geográficas, no entanto, configura-se como parte de um agenciamento das plataformas a partir de nossa subjetividade com as bolhas algorítmicas (PARISER, 2012; RAMOS, 2019). Também é importante levarmos em consideração a intensificação de sociabilidades através das redes sociais no período pandêmico que estamos vivendo, principalmente por quem tem acesso a conexões estáveis de Internet e tem se mantido em casa o máximo possível.

Já sobre a bissexualidade, em decorrência do monossexismo – preconceito que deriva de um sentimento de aversão para com as sexualidades monodissidentes ou dissidentes da monossexualidade (JAEGER et al, 2019; MONACO, 2020a), ou seja, das sexualidades que possuem atração afetiva e/ou sexual direcionada a um gênero –, há a necessidade de construção de espaços bissexuais em meio a sociedade em geral e a comunidade LGBTQIAP+. A bissexualidade é perpassada por tensionamentos por conta do apagamento da monodissidência em função do binarismo heterossexualidade e homossexualidade. Uma das principais indicações das pesquisas brasileiras sobre bissexualidade é de que esta é permeada por mecanismos de apagamento

por conta de suas diferenças em relação às outras orientações sexuais, encontrando-se em situações de invisibilidade.

Buscando avançar nessa discussão sobre invisibilidade, com a compreensão de continuidade entre os contextos on-line e off-line (RAMOS, 2015) a produção de conteúdo nas mídias digitais pode ser analisada enquanto construção de sentidos e possíveis visibilidades. Tanto no âmbito público dos movimentos bissexuais brasileiros, quanto no âmbito privado dos sujeitos e seus usos em sua intimidade, há uma relação política com as mídias digitais considerando-se, inclusive, as intimidades como questões políticas. Assim, noções como a de ativismo como acolhimento (MONACO, 2020a) possibilitam pensar novas formas de ativismo como apoio e conscientização a partir da produção de conteúdo no Instagram, onde há um agenciamento das plataformas que, assim como os ambientes digitais, não são neutras, sendo partícipes na construção de uma identidade na medida em que nos convidam a determinadas formas de ação e experimentação.

Resultados e discussão

Partindo para nossa análise, por ordem alfabética o primeiro perfil que trazemos é o @binamidia ou *BI NA MÍDIA* conforme o nome no Instagram. Construído por Talitta Cancio, estudante de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisadora do tema da representação bissexual na mídia. Este perfil se propõe a expandir discussões acadêmicas da idealizadora. Conforme consta na biografia do perfil, o foco é a “representação bissexual em séries, novelas, livros, filmes, jornais e mais!”. Seu nome de usuário e seu @ remetem a abordagens da bissexualidade na mídia em geral e na biografia está disponível um link que direciona o acesso a *lives* e trabalhos acadêmicos sobre bissexualidade e representatividade na mídia selecionados e realizadas por Talitta.

O @binamidia é um perfil relativamente novo, ao total tem 34 publicações no feed, sendo fácil encontrar a primeira publicação em formato de post, datada do dia 1 de Setembro de 2020, que é também o Mês da Visibilidade Bissexual. É comum que a primeira publicação apresente o propósito do perfil e quem está por trás dele, e nesse caso não é diferente. A publicação conta com duas imagens, uma apresentando sua identidade visual e outra apresentando mais detalhadamente, com texto e foto, a idealizadora do perfil. Já o texto de

descrição deste post de apresentação do @binamidia tem a seguinte chamada, que sintetiza seu propósito:

Setembro chegou e com ele o mês da visibilidade bi! Bora falar sobre representatividade bissexual? Sou Talitta, estudante de Comunicação Social na UFRN e desenvolvo pesquisa sobre representação bissexual na mídia, mais especificamente nas telenovelas brasileiras. A ideia da página é externar algumas das minhas análises sobre as construções das sexualidades de personagens monodissidentes, mas também para ser um canal de propagação da nossa visibilidade. Espero que gostem <3

Já o segundo perfil que apresentamos é o @nao_esoumafase ou *Não É Só Uma Fase*. Compreendemos que a própria escolha do nome carrega um propósito, pois traz uma crítica à desvalidação da bissexualidade pela ideia de que é uma fase, e portanto, apenas um momento passageira da sexualidade. Como uma das principais problemáticas em torno da bissexualidade a ideia de fase é tratada em diversos trabalhos acadêmicos como um estereótipo negativo que remete a apenas uma fase de experimentação, de sexualidade incompleta, ou ainda, de desejo em amadurecimento para conformar-se no padrão binário da sexualidade e tornar-se heterossexualidade ou homossexualidade (LEWIS, 2012; KLIDZIO, 2019).

Conforme descrito na biografia, o @nao_esoumafase consiste em “três bissexuais abordando bissexualidade e outros assuntos lgbtqia+”. Portanto, diferentemente do primeiro, este perfil é construído por mais de uma pessoa cujos nomes de usuário de suas contas pessoas encontram-se identificadas no perfil. Nesse caso, não estava acessível a ocupação profissional das pessoas criadoras do perfil, mas destacando-se em relação aos outros dois, este tem um questionamento na biografia que diz “Conhece nosso canal no YouTube?” e logo abaixo está disponível um link que direciona a um canal no Youtube. Em comparação ao @binamidia no momento de nossa análise este perfil possuía maior número de publicações, que somavam 194. Assim, mesmo demorando um pouco mais, ao rolarmos a tela seja do smartphone ou do computador, é possível ir até a primeira publicação do perfil datada de 4 de Agosto de 2019.

Na descrição do perfil há uma frase de apresentação que diz “Não é só uma fase !!! Queremos dar visibilidade a sexualidades Não-mono,

vamos focar bastante em assuntos LGBTQ+”, visando dar a entender o objetivo buscado. Entendemos que a expressão “Não-mono” remete a sexualidades não monossexuais, ou seja, monodissidentes, como por exemplo, a bissexualidade e a pansexualidade. A partir disso, interpretamos que o perfil sugere a ideia de monodissidência como um conceito guarda-chuva para tratar daquelas sexualidades que são dissidentes da heteronormatividade e também da homossexualidade. Esse é um movimento comum que comunica a abordagem no ativismo e nas pesquisas acadêmicas onde o conceito de monodissidência e seus termos variados estão sendo cada vez mais utilizados para facilitar um diálogo de crítica ao binário hétero e homossexualidade como únicas possibilidades de sexualidade.

Por fim, trazemos o perfil @visibilidadebissexual, cujo nome consta como *Bissexualidade*. Dos três, este é o perfil mais antigo, com a primeira publicação datada de 23 de Março de 2019, no entanto é o que tem menor número de publicações e a pessoa que o idealizou não está identificável. As informações que constam na biografia apresentam o perfil como um “espaço de acolhimento e descobrimento sobre si” e de “informações sobre o universo bissexual”. Além disso, disponibiliza um e-mail para contato e traz a frase “NÃO A SOLIDÃO BISSEXUAL” como um apelo. Seu primeiro post traz as cores da bandeira bissexual de fundo e uma frase que remete a mesma ideia de fase presente no perfil @nao_esoumafase, que se relaciona também com os estereótipos da indecisão da pessoa bissexual, ou de busca apenas por “pegação”. Este post tem uma legenda longa, que assim como nos outros dois perfis, é uma apresentação da pessoa idealizadora. Embora aqui a pessoa não esteja identificada, com o texto é possível nos aproximarmos de sua subjetividade e ao mesmo tempo do imaginário social sobre a bissexualidade. É possível, ainda relacionarmos com a ideia apresentada no perfil @nao_esoumafase pois o texto fala sobre o processo de entender-se enquanto bissexual e em meio a isso ter interiorizado discursos bifóbicos e enfrentado violências nas tentativas de se assumir para outras pessoas.

Observamos que, desde os termos utilizados nos posts até em relação aos próprios nomes e biografias dos perfis, as pautas propostas a partir dos três se relacionam com dois principais eixos: críticas sobre invisibilidade e apagamento; busca pela promoção de representatividades a partir do que podemos chamar de criação de espaços bissexuais, que podem se configurar como espaços de socialização,

de acolhimento pela troca de experiências, ou de indicação de conteúdos de entretenimento e informação sobre esse universo. Os três perfis analisados dialogam com produções de *visibilidades* - no plural, pois existe uma fluidez entre pessoas e ambientes, onde não há uma (in)visibilidade da bissexualidade propriamente dita, e sim maiores e menores níveis de visibilidade.

Como parte de “repertórios de mobilização on-line” (NAZARÉ, 2012), a questão da invisibilidade bissexual (inclusive em relação a falta de dados sobre violências contra bissexuais ou dados de mapeamento da população), juntamente com temas como saúde mental de bissexuais e monodissidentes é uma das principais pautas no ativismo e nas pesquisas acadêmicas sobre a bissexualidade. A bifobia e o monossexismo são recorrentes dentro do cenário do ativismo junto aos diversos coletivos LGBTQIAP+, bem como em relação ao apagamento midiático e cotidiano da bissexualidade. Enquanto orientação sexual dissidente da heteronormatividade, a bissexualidade é, assim como outras sexualidades presentes na sigla LGBT, reivindicada enquanto identidade e movimento político (LEÃO, 2018). No entanto, a representação de pessoas bissexuais e de formas de viver a bissexualidade são nomeadas a partir do uso da palavra *bissexual* que ainda é pouco conhecida e comentada em relação às outras sexualidades LGBTQIAP+. Portanto, o conhecimento do termo ocupa um lugar especial e possibilita ver diferentes experiências, configurando-se como uma afirmativa de existência (CAVALCANTI, 2007). Sendo assim, o simples consumo de informações sobre ela pode funcionar como uma forma de acolhimento e reconhecimento, levando em consideração a diversidade de espectros de comportamentos e desejos presentes no universo bissexual.

Há mecanismos de apagamento que giram em torno de uma invisibilidade da bissexualidade quando, por exemplo, esta é desconhecida como possibilidade, ou quando é alvo de um movimento de estereotipação, ao ser de certa forma visibilizada, porém julgada de maneira padronizada e negativa. Cabe nos perguntarmos: onde e para quem a bissexualidade se faz visível? Como é possível avançarmos no debate da invisibilidade, e inclusive, conceituá-la teoricamente? Isso tudo considerando a maior conectividade das relações sociais e também do ativismo, enquadrando práticas comunicativas e de produção de conteúdo na Internet, mais especificamente a partir de perfis no Instagram, como novas possibilidades de ativismo digital.

O antropólogo Tim Ingold (2008) em *Pare, Olhe, Escute!* e as antropólogas Ceres Karam Brum e Suzana Cavalheiro de Jesus (2015) em *Mito, diversidade cultural e educação notas sobre a invisibilidade guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação*, trazem que a invisibilidade implica a ausência de percepção mútua, como se víssemos o outro, mas não fôssemos vistos. Seria como a indicação de uma falta de referência que dá margem, consequentemente, à produção de estereótipos, questão apontada por muitos trabalhos acadêmicos sobre bissexualidade (CAVALCANTI, 2007; LEWIS, 2012; SANTOS et al 2018; KLIDZIO, 2019). Portanto, pensando invisibilidade como uma certa ausência de reciprocidade, não ser visto ou não ser notado traz um distanciamento em relação a si mesmo e uma falta de referências sobre si e a ausência de uma noção de grupo. Configura-se uma “perda de consciência de si enquanto imagem/representação” (BRUM; JESUS, 2015, p. 203). Daí, apontamos a importância da criação de conteúdo crítico que mobiliza e comunica através das mídias digitais, construindo espaços bissexuais de acolhimento e afirmação.

Marcela P. B. de Nazaré (2012) fala dos usos e impactos da Internet como recurso de mobilização do movimento LGBT Brasileiro que, inclusive, é recorrentemente apresentado no texto pela autora como “movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais)”, sem citar bissexuais, mesmo trazendo a letra B na sigla. Infeliz coincidência ou não, isso remete ao apagamento bissexual em relação a consideração bissexual na participação política no movimento. Mas, a autora apresenta contribuições acerca da Internet enquanto ferramenta e ocupação por grupos LGBTs e feministas desde sua intensificação do uso, nos anos 1990, não como substituição mas como mudanças e continuidades (NAZARÉ, 2012).

Esses movimentos expandiram-se com o ativismo digital, seguindo seus objetivos e também reinventando formas de fazer de acordo com as possibilidades da comunicação mediada pelas tecnologias em rede para promover mobilizações de indivíduos e grupos. Um exemplo é a criação da Frente Bissexual Brasileira no último ano de 2020, a partir de encontros on-line na plataforma *Google Meet* entre pessoas de diferentes regiões do Brasil, pertencentes a coletivos políticos de mobilização ou ativistas independentes. Esta é a única organização bissexual a nível nacional em atividade e é integrada por ativistas bissexuais e monodissidentes em geral como, por exemplo, pessoas que se identificam como pansexuais. A Frente

Bissexual Brasileira realizou por meio da organização e do financiamento coletivo, o *Festival Bi+*, que ficou conhecido como o primeiro evento de celebração e discussão bissexual nacional, e que ocorreu em setembro, mês da visibilidade bissexual e foi transmitido ao vivo no Youtube.

Dessa forma, compreendendo as plataformas como ambientes (MONACO, 2020b; LEITÃO; GOMES, 2017) temos a produção de ativismos bissexuais em espaços diversos já existentes e a própria construção de novos espaços como continuação destes e para além da noção de lugar como espacialidade física. É importante relacionarmos as sociabilidades e o consumo on-line com o cotidiano não mediado pelas tecnologias, atentando para um *continuum* entre os contextos on-line e off-line, conforme destaca Richard Miskolci (2017) em sua pesquisa. Também o pesquisador Jair de S. Ramos (2015, p. 59) ao falar sobre a Internet como espaço social destaca que “o que é chamado um tanto equivocadamente de virtual – e o equívoco – reside na oposição entre real e virtual – é essa experiência de existir e agir em um espaço cuja matéria é informação”. O autor aponta a inadequação do termo *virtual* pois é limitado já que faz referência a uma oposição ao *real* quando na verdade há um entrelaçamento das relações sociais on e off-line, sendo difícil fazer essa distinção (RAMOS, 2015, p. 60).

Assim, há uma ampliação das sociabilidades, havendo a possibilidade de conexões em torno de pautas e comunidades, o que se relaciona com nosso cotidiano da vida social *prática* mediante o contínuo on/off-line. Em meio a isso, uma perspectiva crítica do consumo de conteúdo nas redes sociais e da própria noção de comunicação é pautada pela noção de capitalismo informacional (PARISER, 2012) onde nossa subjetividade é direcionada mediante relações de poder e controle do consumo a partir do comportamento. Jair de S. Ramos (2019) aponta a crítica sobre os algoritmos que permitem que plataformas digitais que formam a Web social (Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, para ficar em alguns exemplos) atuem sobre nossas ações de consumo. Isso nos leva a um ponto importante a ser considerado: a não neutralidade das redes. Há uma atuação das chamadas bolhas algorítmicas que fazem com que sejamos, de certa forma, reféns do conteúdo que consumimos. Somos aprisionados em nossos interesses em uma zona que acabamos considerando de conforto, onde há personalização e fragmentação das informações (PARISER, 2012).

Isso se faz presente no uso das redes sociais e no consumo de informação através das mídias digitais conforme perfis com os quais interagimos no Instagram, por exemplo. No entanto, destacamos que o ativismo independente ou de coletivos, motivado por vivências cotidianas da sexualidade e a partir das (ou nas) mídias digitais não é totalmente negativado pelo algoritmo e pelas bolhas de conteúdo, pois o que pode interessar, muitas vezes, é justamente esta interação predominantemente entre os pares e em torno do mesmo conteúdo.

Considerações finais

Observamos que as pautas propostas de comunicação sobre bissexualidade a partir dos três perfis analisados, possuem um diálogo entre si pelas suas posições críticas similares e os entendemos como formas de ativismo. Além disso, apontamos um ponto criativo de diálogos a partir da produção de conhecimento crítico e engajado de sujeitos e grupos nas produções de si a partir de suas narrativas nas mídias digitais. Isso dá-se circunscrito em uma bolha, onde é possível pensarmos o papel da internet nas articulações nacionais, olhando para sociabilidades e agenciamentos técnicos. Podemos, ainda, refletir sobre os diferentes usos das mídias e redes sociais digitais na produção do conhecimento e nas mais diversas formas de ativismo.

Temos um cenário onde a produção de conteúdo a partir de perfis no Instagram (considerando também um espalhamento para outras plataformas) com a ideia de criação de ambientes de visibilidades bissexuais, vai para além do entretenimento. Sendo fonte de informações que buscam conscientizar, mas que, no entanto, não chegam a todo mundo, e sim a quem tem interesse prévio ou semelhante à pauta da bissexualidade. Cabe uma problematização da própria mecânica de difusão das postagens no Instagram, pois da maneira como funciona, geralmente só é possível atingir um maior público investindo financeiramente para a plataforma divulgar cada postagem ou impulsionar o perfil.

Agradecimentos

Agradecemos à Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) pela realização da edição on-line do X Congresso internacional de diversidade sexual, étnico-racial e de gênero (CINABEH),

que teve como tema “Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências”, e que neste ano de 2021, em meio às consequências da pandemia de covid-19 e principalmente da negligência governamental, nos proporcionou momentos de discussão e de vitalidade de uma variedade de temas de pesquisa de diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas. Agradecemos também, às pessoas coordenadoras do Simpósio Temático “Movimentos Sociais, Academia e A(r)tivismos”: Thiago Coacci (UFMG), Regina Facchini (UNICAMP), Mário Carvalho (UERJ) e Adriana Salles (SEDUC/MT), em especial ao professor Thiago Coacci e à professora Regina Facchini pela coordenação da tarde de discussões e pelas considerações acerca deste trabalho; bem como, às demais pessoas que compartilharam temas de pesquisa e trouxeram valiosas contribuições. Por fim, agradecemos às pessoas idealizadoras e administradoras dos perfis @binamidia, @nao_esoumafase pela atenção e apoio a este trabalho. E ao perfil @visibilidadebissexual com o qual não conseguimos contato mas que também colocou na rede questões importantes sobre a bissexualidade.

Referências

BRUM, Ceres K.; JESUS, Suzana C. de. Mito, diversidade cultural e educação. **Horizontes Antropológicos**, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/1020> Acesso em: 15 maio. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 1a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis**: Práticas e identidade bissexual. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf Acesso em: 15 maio. 2021.

CHENEY-LIPPOLD, John. A New Algorithmic Identity. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 164–181, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276411424420> Acesso em: 24 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INGOLD, Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Ponto Urbe**, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1925> Acesso em: 15 maio. 2021.

JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiência de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205732> Acesso em: 15 maio 2021.

KLIDZIO, Danieli. **“Será que realmente existe isso?”: Reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas**. 2019, 64 f. Monografia (curso de Licenciatura em Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19897/Klidzio_Danieli_2019_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 15 maio. 2021.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018, 117 f. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 15 maio. 2021.

LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, 1 sem. 2017, p. 41-65. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12043> Acesso em: 15 maio. 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”**: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1> Acesso em: 15 maio. 2021.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MONACO, Helena M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes.” **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 228–251, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33701> Acesso em: 15 maio. 2021.

MONACO, Helena M. Quem cala consente? Ambientes digitais e suas implicações para a pesquisa antropológica. **Cadernos de Campo**, v. 29, n. 2, p. 1-19, 2020b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175295> Acesso em: 15 maio. 2021.

NAZARÉ, Marcela P. B. de. As mídias digitais e seus usos pelo movimento LGBT brasileiro. In: X Seminário de Ciências Sociais - Tecendo diálogos sobre a pesquisa social, Maringá/PR. **Anais... Maringá/PR**: Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 246-262. Disponível em: http://www.dcs.uem.br/xseminario/artigos_resumos/gt3/x_seminarios_gt3-a2.pdf Acesso em: 15 maio. 2021.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RAMOS, Jair de Souza. Machines among the crowd: on the political effects of algorithmic production of social currents. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 16, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/cdnRbM4TmrSvpSMQwGtYb9f/?lang=en>. Acesso em: 15 maio 2021.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: revista de antropologia**, v. 1, n. 45, 2015 Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8251> Acesso em: 15 maio. 2021.

SANTOS, Cinthya G. C. O. dos; AVITAL, Natasha; BERNARDES, Santiago de P.; FERREIRA, W. T. R. Da invisibilidade ao reconhecimento. **BIS: Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 77-85, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/34594>. Acesso em: 15 maio 2021.

VAN DIJCK, José. **La Cultura de la Conectividad**: una história crítica de las redes sociales. Buenos Aries: Siglo Veintiuno, 2016.

FEMINISMO E MEMÓRIA DE MULHERES: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Priscila Silva de Figueiredo

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
E-mail: priscila.figueiredo@uesb.edu.br.*

Rita Maria Radl-Philipp

Professora Titular Catedrática Plena da Universidade de Santiago de Compostela (USC)- Espanha e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. E-mail: ritam.radl@usc.es.

Resumo

Estudos sobre memória têm destacado a existência de um controle da transmissão da memória social e, destarte, há várias memórias coletivas ou de grupos, que foram validadas e legitimadas em detrimento de outras. O pensamento feminista também realiza uma denúncia desse matiz, ao colocar na sua pauta a invisibilidade e silenciamento de mulheres, que afeta de forma especial mulheres indígenas, negras, trans e da classe trabalhadora, nos diferentes âmbitos da sociedade capitalista. O presente trabalho, assim, visou efetuar uma análise que liga trabalhos científicos de uma ótica do conhecimento feminista e estudos de Memória, a partir de uma revisão do tipo estado da arte, de teses e dissertações presentes nos repositórios dos programas de pós-graduação em memória do Brasil. A busca permitiu a identificação de 94 trabalhos que dão destaque à(s) mulher(es), problematizando suas condições históricas, sociais, políticas e culturais. A análise dos trabalhos contemplou a sistematização de categorias. As categorias *a priori* foram: ano de defesa, identificação se tese ou dissertação, título, objetivo, estudo empírico ou teórico, aspectos metodológicos e

palavras-chaves. As categorias elaboradas *a posteriori* e o número de trabalhos de cada uma foram: Violência (24), Representações sobre mulheres (17), História de vida (12), Trabalho (12), Política (10), Mídia e Imprensa (8), Saúde e cuidado (4), Religiosidade (3), Encarceramento e tráfico de drogas (3), Esporte (1). Com a análise constatou-se que a produção de memória de mulheres tem crescido em uma curva ascendente, com temáticas sendo privilegiadas e outras nem tanto. Evidencia-se, por fim, a relevância mútua entre o campo da memória e os estudos feministas.

Palavras-chave: memória coletiva, gênero, feminismo, memória social, mulheres.

Introdução

A memória tem sido amplamente explorada pela filosofia com reflexões que remontam à Antiguidade, como em Cícero, Platão e Aristóteles, até os tempos atuais, com um número crescente de autoras(es), discussões e perspectivas. Segundo Celso de Sá (2006), ela tem sido objeto de estudo central também nas ciências da cognição, nas neurociências e da informática e, hoje, se consolida como um campo transdisciplinar que atravessa as fronteiras da filosofia, da sociologia, da história, dentre outras.

A memória, segundo Jô Gondar (2008), como produto do entrecruzamento de múltiplas disciplinas, se constitui como um território polissêmico, comportando diversos sentidos, em especial, as noções de memória individual, coletiva e social. Assim, mesmo no interior de cada disciplina, ela é um tema controverso (GONDAR, 2016). Nessa esteira, a memória está localizada em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembranças e esquecimentos, como expresso por Vera Dodebel, Francisco Farias e Jô Gondar (2016).

Estudos sobre memória, como o de Livia Magalhães e José Almeida (2011), tem destacado a existência de um controle da transmissão da memória social e, nesse sentido, sublinham que há várias memórias coletivas ou de grupos, que foram validadas e legitimadas em detrimento de outras. Paralelamente (mas não só) o conhecimento desde uma perspectiva teórica feminista, realiza uma denúncia desse matiz, ao colocar na sua pauta a invisibilidade e silenciamento de mulheres, em especial de indígenas, negras, trans, da classe trabalhadora, nos diferentes âmbitos - cultural, político, econômico - das sociedades capitalistas.

Assim, nesse trabalho buscamos mediante nossa análise contribuir para a compreensão da importância de estabelecer uma conexão entre as pesquisas na linha do conhecimento e pensamento teórico feminista e os estudos com base na memória, concretamente, a partir de uma revisão do tipo estado da arte, de teses e dissertações presentes nos repositórios dos programas de pós-graduação em memória do Brasil do período que vai do ano de 1996 ao 2020.

Referencial teórico

A memória tem sido objeto de análise desde a Antiguidade, porém foi Maurice Halbwachs no século XX que desenvolveu o conceito de “memória coletiva” e contribuiu para sua ampla difusão. O sociólogo aplicou o conceito nos seus estudos de como o passado é recordado no seio de famílias, grupos religiosos e classes sociais, entendido especialmente como grupos sociais, argumentando que qualquer análise sobre a origem das recordações deve tomar em consideração a influência que nelas exercem os grupos e instituições. Conforme o referido autor, as memórias individuais e coletivas se cruzam contribuindo para a reconstrução dos acontecimentos a partir das múltiplas leituras do passado. Maurice Halbwachs, segundo Myrian Santos (2013), é considerado o responsável pela fundação do campo de estudos sobre a memória no contexto das ciências sociais.

No decorrer de suas obras Halbwachs (2004, 2006) vai mostrar que o passado é reconstruído com base no presente. A memória se ancora em marcos sociais e o indivíduo, inserido no grupo, se torna um sujeito social, com atribuições e papéis. A memória coletiva é alimentada pelas memórias individuais vividas e compartilhadas dentro de um determinado tempo, espaço e grupo. Ela também está inserida e se realiza muitas vezes em elementos da memória oficial, com elementos que foram significativos para um determinado grupo (inclusive distinto do seu), mas também muitas vezes se realizando em contextos de memória distintos do pensamento hegemônico. Esta última dimensão que se aproxima da reflexão sobre a memória de mulheres.

A sociedade ocidental privou de forma sistemática, por muitos séculos, as mulheres de se desenvolverem como sujeitos da história, despojando-as dos direitos políticos e sociais, como ressaltado por Rita Radl-Philipp (2010). Assim, escrever sobre a memória das mulheres, segundo Nereida Benedicts (2016), é dar visibilidade a uma história que por muitos séculos permaneceu escondida nos registros. Além disso, Michele Perrot (1989), uma intelectual que muito contribuiu no questionamento à história tradicional, denuncia que focada no registro dos acontecimentos públicos, a história oficial provocou uma exclusão das mulheres, por muitas terem sido confinadas ao ambiente doméstico. Além disso, uma ampla parcela das mulheres “trabalhavam fora de suas casas para a manutenção e sobrevivência de suas

famílias, essas mulheres eram negras e brancas de classe pobre, que faziam parte do espaço público, mas que eram invisíveis aos olhos da sociedade” (BENEDICTS, 2016, p. 66).

A partir destas reflexões que buscamos realizar uma análise quanti-qualitativa de trabalhos de memória de mulheres no período de 1996 a 2020, em estudo do tipo estado da arte, cujo desenho teórico-metodológico, apresentamos no tópico a seguir.

Metodologia

A busca dos trabalhos foi feita, inicialmente, no repositório de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por trabalhos que tratassem sobre o tema utilizando os seguintes descritores: “memória” AND “mulheres”; “memória de mulheres”; “memória” E “mulheres”; “memória” “mulheres”; “memória” “feminismo”; “memória” AND “feminismo”; e, “memória” E “feminismo”. A cada busca foram lidos os títulos dos primeiros 20 trabalhos que apareciam, permitindo apreciar a diversidade de temáticas. Com isso, foi possível constatar o caráter transdisciplinar da memória. Foram encontrados desde trabalhos na área da genética molecular até a filosofia, passando pela história, ciências sociais, ciências da computação etc.

Além disso, alguns resultados parecem confusos, como: “memória” “feminismo” com 35.032 resultados e “memória” E “feminismo” com 1207790, além das divergências entre os operadores booleanos AND e E. Estas diferenças de números e multiplicidades de trabalhos dificultavam o objetivo de realizar algumas sínteses sobre memória de mulheres, sob o prisma do feminismo e da memória social/coletiva.

A partir destas análises preliminares e dado o fato de que não foi encontrado nenhum trabalho de estado da arte sobre esta temática específica (memória de mulheres), optamos por centralizar a análise em teses e dissertações dos programas de pós-graduação em memória no Brasil, são eles:

- I. Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO);
- II. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB);

III. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);

IV. Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais (PPGMBC) da Universidade La Salle.

A busca nos repositórios dos programas permitiu a identificação de 94 trabalhos¹ que foram analisados a partir da sistematização de categorias a priori e a posteriori. A seguir seguem mais informações da análise.

Resultados e discussão

A busca teve como premissa localizar os trabalhos que davam destaque à(s) mulher(es), problematizando suas condições históricas, sociais, políticas e/ou culturais, como tema central da pesquisa (tabela 1).

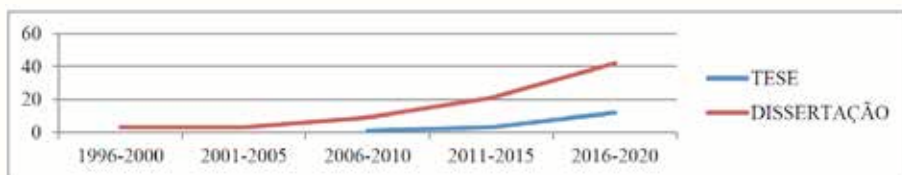
Tabela 1: Relação dos trabalhos sobre memória de mulheres em cada programa.

Programa	Teses	Dissertações	Subtotal
PPGMLS	8	34	42
PPGMSPC	5	1	6
PPGMBC	1	11	12
PPGMS	6	28	34
		TOTAL	94

Os primeiros trabalhos foram encontrados no repositório do PPGMS da UNIRIO, o mais antigo dos programas. De 1996 a 2020 foi possível observar um aumento significativo na quantidade dos trabalhos, em uma curva ascendente ilustrada na Figura 1.

1 A lista com as referências completas dos trabalhos analisados pode ser solicitada por e-mail.

Figura 1: Evolução de teses e dissertações em memória de mulheres, entre 1996-2020, no PPGMS, PPGMLS, PPGMSPC e PPGMBC.



Fonte: elaborada pelas autoras.

Sobre este aumento podemos dialogar com o trabalho de Rogério Souza e Carlos Gadea (2017). Neste estudo os autores realizaram uma pesquisa de estado da arte acerca dos estudos sobre memória coletiva no Brasil, em especial sua inserção junto ao campo das Ciências Sociais (CS). Estes pesquisadores concluíram que houve um aumento no número de trabalhos no campo da memória social, e justificaram apresentando três motivações: I-aumento do interesse pela temática memória coletiva ou social por parte dos programas e cursos; II-aumento do número de cursos por programas; e, III- um aumento de discentes nos programas de pós-graduação nos últimos dez (10) anos.

Apesar dos autores focarem, principalmente, nas publicações e trabalhos na área das Ciências Sociais - e os Programas de Pós-Graduação em Memória sejam integrados à área Interdisciplinar da CAPES -, acreditamos que as motivações elencadas por eles, possam ser utilizadas para compreender o aumento dos trabalhos sobre memória de mulheres, em especial o primeiro aspecto. Acompanhada a essas motivações, adicionamos a produção estimulante e crescente dos estudos feministas nas últimas décadas.

A análise dos trabalhos selecionados contemplou a sistematização de categorias *a priori* e *a posteriori* com relação à leitura.

As categorias *a priori* foram: ano de defesa, identificação no caso de tese ou dissertação, título, objetivo, estudo empírico ou teórico, aspectos metodológicos e palavras-chaves. Estas categorias foram elaboradas antes da leitura dos trabalhos.

A análise dos trabalhos permitiu algumas considerações acerca dos tipos de pesquisa. Nesse sentido, temos como resultado 35 trabalhos teóricos, 22 trabalhos empíricos e teóricos e 30 empíricos (não foi possível determinar acerca de 7 trabalhos pois as versões completas não estavam disponíveis nos repositórios). Os trabalhos teóricos eram principalmente de análise documental, de inquéritos policiais,

matérias de jornal, revista e filosóficos. Dentre os empíricos se destacaram os trabalhos qualitativos que utilizaram entrevistas como instrumento metodológico. Os estudos empíricos e teóricos foram o que utilizaram tanto análise de documentos, como dados construídos no campo.

De um lado, temos pesquisas teóricas como a dissertação de 2018 “A memória cultural construída pelo discurso midiático sobre as mulheres em situação de rua” que permite importantes reflexões sobre como a mídia retrata as mulheres, neste caso, mulheres marginalizadas. Dessa forma, é possível compreender a memória social no discurso midiático, identificando os desafios inerentes a ele, o que é possível de ser rompido etc.

Do outro lado, temos pesquisas empíricas como a dissertação de 2018 “Tejiendo prácticas en una farmacinha casera del MST: Memorias de mujeres del assentamento 12 de julho (Canguçu/RS) sobre el uso de plantas medicinales” que ao mobilizar a memória de mulheres permite o registro e, assim, a valorização de suas trajetórias de vida, contribuições sociais e culturais, além de tecer sobre conhecimentos que compõem o patrimônio biocultural. Destarte, as pesquisas de memória podem ser classificadas como instrumentos de resistência.

Ainda temos as pesquisas teórico-empíricas, como a dissertação de 2014 “O que a quitandeira tem?: um estudo sobre a memória e a identidade das quitandeiras de Minas Gerais”, que analisa os ciclos que perpassam a atividade das quitandeiras a partir do século XVIII até os dias de hoje. Assim, a pesquisa analisa tanto a memória do passado como a memória do presente.

As categorias *a posteriori* foram elaboradas após a leitura de todos os resumos e de trechos dos trabalhos (introdução e metodologia), principalmente, quando algumas questões como metodologia não estavam tão evidentes no resumo e, em alguns, casos foi realizada a leitura completa da tese ou dissertação. Aqui cabe destacar a utilização das palavras-chaves (que, por definição, compreendem os principais temas de um texto) no auxílio da formulação destas categoriais. As palavras-chaves ajudaram a confirmar as categorias *a posteriori*.

As categoriais elaboradas *a posteriori* foram 10 (dez). Não será possível, devido ao espaço disponível neste trabalho a discussão qualitativa de todos os 94 trabalhos. Destarte, apresentaremos as

categorias e a análise qualitativa de alguns trabalhos que evocam questões pertinentes de cada uma.

Categoria 1: Violência

A categoria violência foi a que teve a maior representatividade, 24 trabalhos. O que é compreensível, dado a persistência da violência sexista. Segundo bell hooks (2019, p. 95) “uma das mais divulgadas intervenções positivas do movimento feminista contemporâneo é, de longe, até hoje, o esforço em criar uma maior conscientização cultural sobre a violência [...]”.

Os trabalhos sobre violência doméstica/conjugal foram os mais frequentes. Dentre eles, destacamos a interessante tese, defendida em 2013, intitulada “A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjugal”. Esta tese contribui para uma melhor compreensão dessa violência ainda muito presente, infelizmente, na nossa sociedade.

Além da violência doméstica, encontramos trabalhos também sobre tráfico de mulheres, como a dissertação defendida em 2013 “Tráfico de Pessoas e Violência contra a mulher: a vítima traficada nas decisões judiciais brasileiras” e a dissertação de 2018, sobre assédio “Memória e silenciamento: o assédio moral como estratégia de gestão em um contexto de precarização social do trabalho docente”.

Categoria 2: Representações sobre mulheres

A categoria representações sobre mulheres foi a mais diversificada, com 17 trabalhos. Compreendemos aqui as representações sociais, conforme definição de Mary Jane Spink (1993), como modalidades de conhecimento prático, guiadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social em que vivemos.

Apresentamos como exemplos dessa categoria as dissertações sobre corpo, de 2018 e 2014 “Corpo escrito: o feminino e o barroco na obra de Adriana Varejão” e “A normalização do sujeito em filmes da Xuxa: mulher, corpo e memória”, respectivamente.

Pesquisas sobre moda, vestuário e beleza como as dissertações “Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa, Pelotas/RS: 1880 a 1950” (2011),

“Blogueiras de moda e moças de família: a construção de referências de moda em Vitória da Conquista” (2018) e “Empoderamento de mulheres e indústria da beleza: ambivalências nas narrativas de vida das influenciadoras digitais no Instagram” (2019).

Por fim, agrupamos também nesta categoria a dissertação de 2019 “Memória e educação: construções da identidade étnico-racial de estudantes negras do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal da cidade de Jequié – BA”.

Esta categoria evidencia acima de tudo a multiplicidade de temáticas que podem compor as pesquisas sobre memórias de mulheres. bell hooks (2019) diz que as feministas contemporâneas desafiam o pensamento sexista em relação ao corpo. Além disso, a compreensão elaborada - por pensadoras feministas - de que mulheres jamais serão libertas se não desenvolvêsemos autoestima saudável e amor próprio, fez com que encontrássemos um xis da questão para a mudança. Além disso, consideramos que a pesquisa sobre a identidade de estudantes negras traz uma questão central para o feminismo: é imprescindível que se considere questões de raça, classe e gênero, pois estes sistemas de dominação não se somam, como se fosse possível dividi-los, eles produzem experiências únicas. Além disso, se retroalimentam, o capitalismo não só se fortalece com o sexismo e racismo estrutural, como depende deles para sua manutenção. O racismo estrutural, segundo Silvio de Almeida (2020), uma decorrência da própria estrutura social. A reprodução sistêmica de práticas racistas, segundo este advogado e filósofo, é viabilizada na organização política, econômica e jurídica da sociedade.

Categoria 3: História de vida

A categoria história de vida contempla 12 trabalhos sobre a vida de mulheres, suas lutas e sofrimentos. Neste sentido temos a história de mulheres ricas, pobres, da elite e/ou trabalhadoras. Para exemplificar essa variedade destaco a dissertação de 2013 “Memórias de uma Mulher da Elite: a Correspondência de Celsina Teixeira, Caetité - BA, 1916-1926” e a tese de 2019 “O ato de partejar: memórias, saberes e práticas de parteiras tradicionais do sudoeste baiano”. Pesquisas como essas contribuem para que conheçamos histórias inspiradoras e necessárias de mulheres e sua relevância no contexto específico que atuaram.

Categoria 4: Trabalho

A categoria trabalho também foi bastante representativa com 14 pesquisas. Desde trabalhos que evidenciam o escondido como em “A invisibilidade do trabalho das mulheres: memórias das trabalhadoras rurais acerca das relações de trabalho na lavoura cacaueteira”, de 2018, como de mulheres marginalizadas como em “Mulheres da vida, da casa e do trabalho: Memórias da luta pelos direitos sociais e trabalhistas das prostitutas no Rio de Janeiro”, de 2008, como de trabalhadoras que lutam por melhores condições como em “O (res)significado do trabalho das empregadas domésticas após a Emenda Constitucional nº 72/2013: aproximações empíricas em Vitória da Conquista” de 2018. Encontramos também a dissertação de 2014 “Divisão Sexual do Trabalho, Qualificação e Memória de Agentes Comunitárias de Saúde” que trata desse tema histórico do feminismo que é a divisão sexual do trabalho.

Sobre esta categoria é interessante destacar que, pensadoras reformistas feministas defendiam que o trabalho libertaria as mulheres da dominação exercida contra elas, da dominação patriarcal (HOOKS, 2019). Hoje sabemos que isso não é verdade, ou suficiente. A autosuficiência econômica é necessária, mas precisamos pensar em outras questões como: qual tipo de trabalho é libertador? Principalmente pensando na nossa sociedade dividida em classes e extremamente desigual. A dificuldade econômica das mulheres pode ser uma plataforma política feminista, como um espaço para organização coletiva, uma questão que nos conecte (HOOKS, 2019) e produzam memórias coletivas revolucionárias.

Categoria 5: Política

A categoria política compreendeu 11 trabalhos, principalmente, sobre movimento feminista, militância e mulheres no poder executivo. Tais como a dissertação de 2015 “Memória e vontade de contar: movimento de Mulheres de Vitória da Conquista”, e a dissertação de 2017 “O corpo é o que nos resta: pornoterror e performance, resistência e feminismo” que versam sobre coletivos feministas.

A memória de mulheres na política, destacando a organização e ação política, é muito relevante. Principalmente porque tem

pouquíssima visibilidade na mídia e nas instituições. Os coletivos feministas são, definitivamente, a forma mais poderosa de militância.

Categoria 6: Mídia e Imprensa

A categoria mídia conta com 8 trabalhos e se debruçam majoritariamente em analisar as representações da figura feminina em periódicos e mídia em geral. Tais como a dissertação de 2010 “Corymbo: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul”. Trabalhos como este são relevantes para a compreensão de uma memória social disseminada pelos meios de comunicação.

Categoria 7: Saúde e cuidado

A categoria saúde e cuidado teve 4 trabalhos, tais como a dissertação de 2017 “Memória e representações sociais de mulheres de grupos de alcoólicos anônimos sobre uso/abuso do álcool” e a tese de 2017 “O sentido da memória de mulheres cuidadoras de idosos e idosas dependentes: identidade de gênero e orientação para o cuidado”.

Categoria 8: Religiosidade

A categoria religiosidade conta com 3 (três) trabalhos, como a dissertação de 2010 “Memória e discurso religioso: a fé na “Santa Leocádia” de Guanambi – BA” e a dissertação de 1998, “Candomblé e pobreza: um estudo sobre representação e identidade em um terreiro de candomblé em Nova Iguaçu”. Este último trabalho retrata as representações sociais construídas por Mãe Beata de Yemanjá sobre as ações assistenciais realizadas em seu terreiro. Aqui cabe destacar a baixa quantidade de trabalhos que tenham como tema mulheres e religiosidade, sob o prisma da memória coletiva, nos programas de pós-graduação em memória. O movimento feminista, em seu início, lançou uma crítica à religião patriarcal que teve profundo impacto (HOOKS, 2019). Agora existem alguns caminhos de retorno as práticas espirituais. Destarte, ressaltamos a relevância de pesquisas sobre essa temática e sua aparente lacuna.

Categoria 9: Encarceramento e tráfico de drogas

A categoria encarceramento e tráfico de drogas contou com apenas 3 trabalhos, tais como as dissertações de 2016 e 2020 “Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência?” e “A Memória do Encarceramento Feminino a partir da Interseccionalidade”, respectivamente.

A primeira ajuda a compreender melhor o lugar da mulher nesse cenário absurdo de uma política antidrogas racista, injusta e ineficaz, tanto do ponto de vista da promoção da saúde pública, quanto de combate à criminalidade. Trabalhos sobre encarceramento vão na mesma esteira, pois estudos mostram que 68% das mulheres encarceradas são negras, como exposto por Luciana Boiteux (2018). A maior parte delas é jovem, sem antecedentes criminais, trabalham muitas vezes em atividades pequenas de varejo e transporte de drogas e possuem dificuldade de acesso a emprego. Muitas vezes medidas alternativas não são sequer consideradas nos julgamentos, somando tudo isso, muitas delas em situação de encarceramento são abandonadas pelas famílias, o que não acontece com a mesma frequência no caso dos homens.

Categoria 10: Esporte

A categoria Esporte apresenta apenas como trabalho representante “Imprensa e Futebol Feminino no Brasil: a memória discursiva em campo”, dissertação defendida em 2009, que foi a única pesquisa encontrada sobre memória de mulheres no esporte. O que consideramos que seja uma relevante lacuna encontrada nos estudos de memória de mulheres. Dessa forma, a visibilidade de tal resultado pode contribuir para que futuros trabalhos se debrucem sob esta temática.

As categorias apresentadas anteriormente possuem limitações vinculadas à subjetividade inevitável de sua formulação. Contudo, acreditamos que os resultados apresentados possuem alguma relevância, pois podem servir como ponto de partida para futuros trabalhos de síntese semelhantes a esse. É possível também que futuros trabalhos visem se debruçar sobre alguma lacuna identificada. Nesse sentido, além das lacunas já elencadas, destacamos que pesquisas sobre memória da sexualidade feminina, memórias lésbicas, memórias de

maternagem e paternagem, parecem ser promissoras para pesquisas nos programas de pós-graduação em memória.

5. Considerações finais

A memória social é um campo transdisciplinar e, em decorrência disso, análises de estado da arte são extremamente complexas, em especial é difícil definir filtros e estabelecer as categorias de análise. Além disso, existem diferentes compreensões sobre memória e em muitos trabalhos não há sequer uma discussão sobre a compreensão de memória adotada. Visando superar estas dificuldades utilizamos como fonte de pesquisa os repositórios dos programas de memória. As análises permitiram reflexões quanto à evolução no número dos trabalhos e temáticas selecionadas e suas respectivas relevâncias.

Compreendemos que as teorias clássicas, sobre a memória social e coletiva, são muito fecundas e podem nos servir de subsídios para estudos que visem não só dar voz àquelas(es) que tentaram silenciar, mas como forma de reparação social em vistas da superação das tantas crises vivenciadas atualmente. De forma complementar, os movimentos sociais e acadêmicos de resistência ajudam a levantar questões que não eram as mesmas de outrora, portanto é preciso avançar, utilizando-se de conceitos e epistemologias que deem conta de interpretar a realidade e o passado, sob suas óticas. Do mesmo modo, como o movimento feminista não pode deixar de olhar para o passado e manter vivas as memórias inspiradoras de mulheres dos povos originários, das mulheres negras, das suas sabedorias, das suas lutas diárias, bem como e utilizar de análises relacionais de gênero.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BENEDICTIS, Nerêida Maria Santos Mafra de. **Memória e Geografia Social de Mulheres em Rio de Contas – Bahia**: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016. 232f.

BOITEUX, Luciana. Encarceramento feminino e seletividade penal. **Revista Rede Justiça Criminal, Ed**, v. 9, 2018.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô (Org.) **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro : Híbrida, 2016.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.

_____. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô (Org.) **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro : Híbrida, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004. Trad Manoel Baeza

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Trad Beatriz Sidou

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (org). **História, memória e educação. Campinas: Alínea**, p. 99-109, 2011.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista brasileira de história**, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

RADL-PHILIPP, Rita. Derechos humanos y género. **Cadernos CEDES** [online]. 2010, vol. 30, n. 81, pp.135-155. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622010000200002&script=sci_abstract&tIng=es

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória colectiva e teoria social**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

SOUZA, Rogério Ferreira; GADEA, Carlos A. Memória coletiva e social no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 199-218, 2017.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO: UMA ANÁLISE DA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS

Mariana Schubert Lemos

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, mslemos_96@hotmail.com – Bolsista FAPES;

Andreza Dias Jevaux

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, andreza.jevaux@edu.ufes.br – Bolsista CNPq;

Beatriz Motta Neves

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, beatrizmotta@id.uff.br;

Isabela Gome Cezario

Mestranda do Curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, isabelagcezario@hotmail.com – Bolsista CAPES;

Agnaldo Garcia

Professor orientador: Doutor, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, agnaldo.garcia@uol.com.br.

Resumo

A cooperação científica internacional tem crescido nos últimos anos em todas as áreas da ciência e diversos autores têm discutido suas vantagens para a ciência em geral. O objetivo deste trabalho foi investigar a presença de cooperação internacional em estudos de gênero e feminismo publicados na Revista Estudos Feministas, usando como critério de cooperação

internacional a indicação de coautoria internacional. Foram analisados 476 artigos científicos publicados em um período de dez anos (2010-2019), sendo que apenas 19 apresentavam a participação de autores de diferentes países. Também foram analisados os países de origem dos pesquisadores envolvidos, a evolução da cooperação ao longo do período e as áreas temáticas nas quais se deu a cooperação. Entre os países participantes, destacaram-se Brasil e Espanha, como países que mais colaboraram em parceria internacional totalizando cinco publicações. Não houve um crescimento linear em cooperação internacional, tendo destaque os anos de 2015, 2018 e 2019, como anos de maior quantidade desse tipo de trabalho, com quatro publicações cada. As áreas temáticas foram analisadas de acordo com a classificação do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres da Fundação Carlos e os resultados mostraram uma prevalência de Ciências Sociais e Cultura, com seis publicações. Com base nesses dados, recomenda-se o aumento na cooperação internacional em estudos de gênero e feminismo, visando o desenvolvimento da área.

Palavras-chave: Cooperação Científica Internacional, Feminismo, Gênero, Revista Estudos Feministas.

Introdução

As pesquisas em cooperação internacional estão se expandindo, assim como o número de citações resultantes destes trabalhos, possuindo um crescimento maior do que as citações domésticas (WAGNER, 2006).

Diante dos resultados dessas pesquisas, é importante que se utilizem ferramentas que abarquem a crescente produção de estudos científicos internacionais. Portanto, o critério básico para analisar a cooperação científica internacional é a coautoria, como inferem Katz e Martin (1997).

Entretanto, a coautoria não é a única modalidade de cooperação científica internacional. Várias outras alternativas são válidas ao se tratar desse aspecto. Por exemplo: a formação dos recursos humanos, o intercâmbio de pesquisadores, a investigação mútua, participação em cursos de pós-graduação, entre outros, como demonstrado por Sebastian (2000, apud GARCIA et al., 2015).

Para tanto, os investigadores devem se beneficiar ao se envolverem na cooperação internacional, para que se justifiquem seus esforços e tempo envolvidos para a pesquisa. Existem cinco razões aparentes, portanto, para o envolvimento do pesquisador na cooperação internacional. São elas: a) o aumento da sua visibilidade entre os pesquisadores, com a possibilidade de se explorar projetos complementares; b) a possibilidade de dividir os gastos dos projetos em grande escala; c) a capacidade de partilhar os recursos de alto valor aquisitivo; vantagens de compartilhamento entre os dados; e) a oportunidade de comunicação entre os pesquisadores, propiciando uma maior criatividade (WAGNER, 2006).

Contudo, Silva (2007) destaca que há desvantagens e riscos na cooperação, como a perda de liberdade de ação, a criação de dependências, e o risco do incremento da complexidade gerencial. Além disso, há riscos políticos se a cooperação não tiver êxito e riscos de, involuntariamente, criar ou fortalecer futuros competidores.

Nesse sentido, para que a cooperação internacional seja benéfica, Silva (2007) postula que é necessário que o parceiro pesquisador seja conhecido previamente e as áreas de interesse sejam recíprocas para que, dessa forma, seja viável questões exploratórias que podem noticiar as conclusões bilaterais.

Embora, como supracitado, haja diferentes maneiras de averiguar cooperação internacional, o presente estudo utilizou o critério de coautoria, objetivando investigar a cooperação internacional em estudos feministas e de gênero. Para tal, foi realizada uma análise das publicações da década de 2010 a 2019 da Revista Estudos Feministas (REF).

Segundo Diniz e Foltran (2004), a REF é caracterizada com grande relevância nos estudos sobre gênero e feminismo, sendo uma das mais relevantes da área na América Latina. Criada em 1992, a revista foi inicialmente editada pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, atualmente está integrada ao Instituto de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina, visando estudos feministas e as perspectivas de gênero.

As publicações no periódico ocorrem de maneira quadrimestral, com o propósito de disseminar textos originais nos idiomas inglês, português e espanhol. Os textos podem assumir diferentes formatos, como artigos, ensaios e resenhas, relacionados a gênero, feminismos e sexualidades. Essas publicações auxiliam em diversas áreas, como psicologia, estudos culturais, ciência política, relações internacionais, sociologia, entre outras (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, n.d.).

Outra característica é que ela está organizada em sete categorias: artigos, artigos temáticos, ponto de vista, dossiês, seção temática, seção debate e resenhas, com diferentes abordagens, tipos de manuscritos e modo de avaliação (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, n.d.). Além disso, a Revista Estudos Feministas consta em 11 indexadores, são eles: CLASE, DOAJ, EBSCO, Latindex, MLA, CAPES, REDALYC, REDIB, RIB, SCIELO e SCOPUS. Visando maior internacionalização, além de sua veiculação em indexadores internacionais, uma estratégia utilizada pela REF é a tradução de artigos relevantes para o debate feminista e de gênero internacional, assim como a tradução de artigos nacionais para a língua inglesa (DINIZ; FOLTRAN, 2004).

Metodologia

Este trabalho investigou a cooperação científica internacional em um período de 10 anos (2010-2019) da Revista Estudos Feministas. O indicador de cooperação internacional se baseou no modelo coautoria internacional, pelo critério de pesquisadoras (es) filiadas (os) a

instituições de países diferentes. As publicações incluídas foram artigos científicos, artigos temáticos e artigos de seção especial. Foram excluídos os dossiês, resenhas, abertura de seção temática e demais tipos de publicações da revista. Dos 30 volumes de revistas explorados no período pesquisado, foram encontrados um total de 476 artigos, dos quais 19 eram cooperações internacionais. Os resultados estão divididos em número de: artigos por países colaboradores, cooperações por ano e áreas temáticas. As áreas temáticas descritas nos dados estão de acordo com a classificação do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres da Fundação Carlos Chagas (BRUSCHINI; ARDAILLON, 1998) e compreendem-se em: 1. Ciência e Tecnologia;

Ciências Naturais e Saúde; 3. Ciências Sociais e Cultura; 4. Comunicação, Artes e Espetáculos; 5. Economia e Emprego; 6. Educação; 7. História e Mudança social; 8. Lei, Governo e Políticas públicas e 9. Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia.

Resultados

Durante a pesquisa na Revista Estudos Feministas, foram analisados 476 artigos, no período entre 2010 e 2019. Consideramos para esse estudo os artigos científicos, seção temática e seção especial.

No ano de 2010, de 33 artigos, somente um trabalho apresentou cooperação científica internacional, sendo essa parceria feita por Brasil e Espanha. Já os dois anos posteriores (2011 e 2012) totalizaram 69 artigos e não apresentaram nenhum trabalho feito por meio de parcerias internacionais.

No ano subsequente (2013), 52 artigos foram considerados e três deles apresentaram colaborações entre os seguintes países: Brasil e Espanha, Brasil e Estados Unidos, Austrália e Estados Unidos. Por outro lado, em 2014 não houve nenhum trabalho em parceria, dentro dos 31 artigos analisados.

Já no ano de 2015, de 32 artigos quatro trabalhos apresentaram cooperações internacionais, sendo duas entre Brasil e Chile, uma entre Brasil e Portugal e outra entre Brasil e Espanha. No ano seguinte (2016), de 36 artigos, apenas um apresentou parceria, entre Brasil e Espanha.

Em 2017, 67 artigos foram submetidos à análise, totalizando duas cooperações, uma entre Brasil e Estados Unidos e a outra entre Brasil e Argentina. No ano seguinte (2018), 75 artigos foram considerados,

apresentando quatro cooperações (Brasil e Espanha, Brasil e França, Chile e Espanha, Brasil e Alemanha).

Por fim, o ano de 2019 apresentou 81 artigos com um total de cinco cooperações, sendo elas entre Brasil e Portugal, Brasil e Suíça, Espanha e Itália, África do Sul, Brasil e Portugal, Brasil e Moçambique.

Constatou-se que a frequência de artigos com cooperação internacional não seguiu uma linearidade ao longo do tempo, tendo em vista a oscilação no número de trabalhos que se enquadravam nessa categoria (conforme indicado na tabela 2). Os países que mais cooperaram foram Brasil e Espanha, totalizando cinco parcerias no período de dez anos. Além disso, excetuando-se Brasil e Estados Unidos e Brasil e Chile, que tiveram duas parcerias ao longo dos anos analisados, as cooperações entre os demais países ocorreram uma única vez (ver tabela 1).

No que diz respeito às áreas temáticas (tabela 3), evidenciou-se que a de “Ciências Sociais e Cultura” foi a mais recorrente, totalizando seis artigos. A segunda categoria que mais apareceu foi a de “Leis, Governo e Políticas públicas”, com três trabalhos. Com exceção das temáticas de “Ciências Naturais e Saúde”, “Comunicação, Artes e Espetáculos”, “Economia e Emprego” e “História e Mudança Social”, que estiveram presentes em dois artigos cada, as categorias de “Ciência e Tecnologia” e “Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia” surgiram somente uma vez. Além disso, a área temática de “Educação” foi a única que não apareceu em nenhum artigo analisado.

Tabela 1 - Número de artigos por países colaboradores na Revista Estudos Feministas

Países colaboradores	Número de artigos
Brasil e Espanha	5
Brasil e Estados Unidos	2
Brasil e Portugal	1
Brasil e Chile	2
Austrália e Estados Unidos	1
África do Sul, Brasil e Portugal	1
Brasil e Alemanha	1
Brasil e Argentina	1
Brasil e França	1
Brasil e Moçambique	1

Países colaboradores	Número de artigos
Brasil e Suíça	1
Chile e Espanha	1
Espanha e Itália	1
Total	19

Tabela 2 - Número de Cooperações Científicas Internacionais por ano na Revista Estudos Feministas

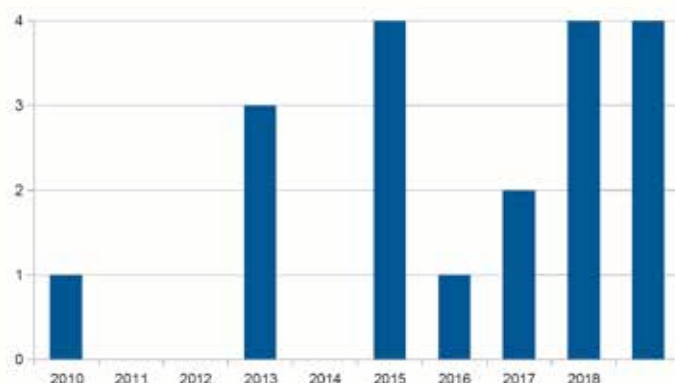


Tabela 3 - Número de artigos de cooperação científica internacional por temática

Temáticas	Número de Artigos
Ciências Naturais e Saúde	2
Ciências Sociais e Cultura	6
Ciência e Tecnologia	1
Comunicação, Artes e Espetáculos	2
Economia e Emprego	2
História e Mudança Social	2
Leis, Governo e Políticas Públicas	3
Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia	1

Discussão

O Brasil é o país que mais apresentou trabalhos com cooperações internacionais. É possível inferir que este dado pode ser devido à revista ser brasileira, ou seja, ela é mais conhecida e difundida no seu país de origem. Entre suas parcerias, constatou-se a presença de trabalhos com Estados Unidos, Portugal, Chile, África do Sul, Alemanha,

Argentina, França, Moçambique e Suíça. Porém, o maior número de cooperações que o país apresentou foi com a Espanha.

Um ponto a ressaltar é que, segundo os resultados encontrados por Matos (2018) em sua pesquisa realizada na Revista Estudos Feministas no período de 2001-2016, Espanha é apenas o terceiro país estrangeiro que mais publica na Revista Estudos Feministas, vindo atrás de Argentina e Estados Unidos. Mesmo sendo o terceiro país estrangeiro em número de publicações na revista, destaca-se como o qual possui maior cooperação com Brasil na revista analisada, o que pode demonstrar uma tendência da Espanha de cooperar com países da América Latina, assim como foi observado por Garcia et al (2014) e Garcia et al. (2017) ao pesquisarem cooperação nesta região.

Por outro lado, os dados do presente estudo mostraram que os países da América Latina não se destacaram em cooperação interna, podendo ser observada apenas duas parcerias entre Brasil e Chile e uma parceria entre Brasil e Argentina. Esse resultado corrobora com a constatação feita por Garcia et al. (2014; 2015), em estudos realizados na área de Psicologia e Ciências do Comportamento, de que há uma maior parceria de países da América Latina com países de outras regiões, evidenciando uma necessidade de incentivar a cooperação científica latino-americana, uma vez em que há benefícios em explorar estudos entre países de contextos socioculturais próximos.

Sobre a quantidade de artigos publicados, ao longo dos dez anos analisados, houve um aumento do número de artigos em cada edição da revista, porém, o número de trabalhos com cooperações internacionais não aumentou na mesma proporção. Os anos de 2011, 2012 e 2014, por exemplo, não apresentaram nenhum trabalho com parcerias, o que não nos permite dizer que houve um crescimento linear de trabalhos que se enquadrassem na categoria de cooperação internacional.

Apesar desse dado, é importante mencionar que a Revista Estudos Feministas tem a pretensão de internacionalizar suas publicações (DINIZ; FOLTRAN, 2004; MATOS, 2018). Em sua dissertação, Matos (2018) destacou o fato de 33,9% das autoras (es) serem estrangeiras (os) e estar indexada em bases de alcance internacional, como SciELO, Scopus, Web of Science e outros. No entanto, os dados analisados por Matos (2018) indicaram que a revista tem uma característica de maior quantidade de publicações individuais, totalizando 67,85% dos estudos, o que talvez implique no baixo número de cooperação

internacional nos artigos analisados pelo presente estudo, pois é uma revista com menor quantidade de cooperação do que autorias individuais. Vale destacar que pesquisas anteriores demonstraram a importância da cooperação internacional para aumentar o alcance internacional das pesquisas (KATZ; MARTIN, 1997; LÓPEZ-LÓPEZ, 2014, apud GARCIA et al., 2015). Quanto às temáticas da revista, a mais encontrada foi na área “Ciências Sociais e Cultura”, totalizando 6 artigos, similar ao que Matos (2018) elucidou em sua dissertação, na qual este tópico também foi o mais destacado, sendo encontrado em 30,53% dos 298 artigos analisados. Desse modo, percebe-se que a temática com maior destaque nos artigos de cooperação internacional segue a mesma tendência dos principais temas da revista.

Considerações finais

Diante da análise das publicações da Revista Estudos Feministas, percebemos um número reduzido de trabalhos com parcerias internacionais, o que aponta a necessidade da implementação de medidas que estimulem a realização de mais trabalhos com cooperações entre países, o que auxiliaria numa maior visibilidade tanto para a REF quanto para os estudos de gênero e feminismo.

No presente estudo, o Brasil liderou os trabalhos de cooperação internacional e teve como parceria mais frequente a Espanha. No que diz respeito às temáticas presentes nas pesquisas provenientes de parcerias, a temática que mais se evidenciou foi a de Ciências Sociais e Cultura. Destacou-se, ainda, uma escassez de cooperação entre os países da América Latina.

Considerando os benefícios da cooperação internacional, tais como impactos sociais e políticos, nacionais e internacionais (GARCIA et al., 2015), torna-se pertinente a cooperação em estudos de gênero e feminismo, uma vez que o presente estudo demonstrou a baixa cooperação nesse tema. É fundamental, portanto, que os pesquisadores dessas temáticas se apropriem desses benefícios, pois através da cooperação é possível a maior disseminação desses estudos, alcançando espaços necessários para a validação de um tema de grande relevância.

Dessa forma, a criação de uma seção temática específica, que publique exclusivamente pesquisas realizadas através de parcerias entre países, é uma estratégia possível para fomentar e promover a

cooperação internacional na REF. Assim, é possível que essa seção temática seja uma nova possibilidade para despertar o interesse de pesquisadores que almejam a REF para a publicação de seus artigos, além disso, essa iniciativa contribuiria para uma maior internacionalização da revista.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio das seguintes instituições: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES.

Referências

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ARDAILLON, Danielle. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. Editora 34, 1998. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 245-253, dez. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300026>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GARCIA, Agnaldo; ACEVEDO-TRIANA, César Andrés; LOPEZ-LOPEZ, Wilson. Cooperation in the Latin American Behavioral Sciences: A Documentary Study. **Ter Psicol**, Santiago, v. 32, n. 2, p. 165-174, July 2014. Disponível <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-48082014000200009>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GARCIA, Agnaldo; ACEVEDO-TRIANA, César Andrés; LOPEZ-LOPEZ, Wilson. The Meaning of and Proposals for Latin-American Cooperation in **Psychology**. **Psyke**, Santiago, v. 24, n. 2, p. 1-12, nov. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7764/psyke.24.2.765>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

GARCIA, Agnaldo et al. . Cooperation in Latin America: the scientific psychology network. Divers.: **Perspect. Psicol.**, Bogotá , v. 13, n. 1, p. 113-123, Jan. 2017 . Disponível: <<https://doi.org/10.15332/s1794-9998.2017.0001.9>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. What is research collaboration? **Research policy**, v. 26, n. 1, p. 1-18, 1997. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(96\)00917-1](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(96)00917-1)>Acesso em: 09 abr. 2021.

MATOS, Gislaine Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas**. Orientadora: Ely Francina Tannuri de Oliveira. Dissertação de Mestrado - Mestrado em Ciências da Informação, Universidade Estadual Paulista Repositório UNESP, Marília, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/152680>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, Darly Henriques da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 1, p. 5-28, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000100001>>. Acesso em 09 abr. 2021.

Sobre a Revista. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

WAGNER, Caroline S. International collaboration in science and technology: Promises and pitfalls. Science and technology policy for development, dialogues at the interface. In: **BOX, Louk; BOX, Louk De La Rive**; ENGELHARD, Rutger (Org.). Science and technology policy for development: dialogues at the interface. Anthem Press, 2006 p.165-176.

QUEER (NEO)COLONIAL: COLONIALIDADE E TEORIA QUEER NO BRASIL

Igor Leonardo de Santana Torres

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRN), torres.igorsantana@gmail.com.

Felipe Bruno Martins Fernandes

Professor do bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, dos programas de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM), Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) e Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fernandes.felipebruno@gmail.com.

Resumo

Qual o balanço da institucionalização da *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? A partir de uma cena etnográfica, essas questões nos são impostas e tentamos respondê-las neste artigo. Nesse sentido, a partir de revisão bibliográfica, objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado que se estrutura por meio de colonialidades de poder, ser e saber, mostrar como o movimento *queer* reproduz essa matriz ao seguir um *script* eurocêntrico de constituição de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil. Questionamos também ainda as relações internas de produção de conhecimento *queer* e, ainda, aquele que se propõe decolonial. Concluimos argumentando que os estudos/teoria/movimento *queer* no Brasil reforçam, se instauram e se mantêm desde relações de poder (neo)coloniais.

Palavras-chave: Brasil, *Queer*, Cuir, Colonialidade, Movimento LGBT.

Introdução

Qual o balanço da institucionalização da *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? Essa provocação surge do relato de um dos integrantes, um homem-negro-gay, que atua voluntariamente num dos grupos de ativismo LGBT da região nordeste do Brasil. Durante uma conversa informal na sede do grupo, quando um interlocutor diz haver algumas críticas feitas ao grupo no que toca a sua percepção como de classe média e branco, o funcionário em resposta, e em tom levemente exaltado, revive suas memórias longínquas do movimento LGBT pontuando que muitas vezes sofreu agressões da polícia ao ajudar travestis. Quando comenta seu profundo desgosto com a falta de reconhecimento por seus serviços prestados ao organismo no qual trabalha, em diálogo com outro colega, termina dizendo: “faz de qualquer jeito, bem ou mal, não seremos nós que levaremos o crédito mesmo”.

A cena etnográfica nos ofereceu *insights* instigantes, posto que mostra como grupos populares estavam desde o começo presentes no movimento LGBT realizando trabalho de base e contribuindo na difusão e fortalecimento das organizações, com um contato mais corpo a corpo, direto e sedutor para às causas de comunidade LGBT. Essa narrativa também nos provocou a pensar o *modus operandi* pelo qual o *queer* ganhou espaço e importância no Brasil, notadamente no cenário político e acadêmico. Essa provocação nos encaminhou para uma linha argumentativa na qual sugerimos que a instalação da *queer theory* [teoria *queer*] foi facultada a partir de uma ação de caráter colonial que implicou na homogeneização do movimento LGBT brasileiro, criando uma narrativa de deslegitimidade sobre este e, a contraponto, colocando-se num lugar de super esclarecimento, beirando quase o messianismo (FERNANDES 2011). Com isso, acreditamos que ocorreu uma imediata tradução de uma teoria anglófona sobre a sexualidade, o desejo e a identidade e a adoção de um modelo eurocêntrico de disputa de poder, reiterando um sistema de sujeição epistêmica e invisibilização de corpos tão comum às colonialidades do saber e poder.

Como afirmamos em outro texto (TORRES; FERNANDES, 2017), o *queer*, ainda que não declarada ou visivelmente, em suas abordagens teóricas põe-se – ou deveria pôr-se – na linha de frente de oposição

aos valores da modernidade com uma forte crítica à fixidez, identidade, naturalidade, universalidade *etc.* No entanto, sua chegada ao Brasil não foge à matriz eurocêntrica das produções de conhecimento e relações de poder, uma vez que utiliza desse mesmo arcabouço em suas práticas e construção crítica e política. O punitivismo do qual a *queer theory* [teoria *queer*] passou a beber, sintetizado no conceito de “*queer* punitivista” (TORRES; FERNANDES, 2017), seria uma expressão inicial – ou uma das – desse caráter eurocêntrico ainda preservado.

Este texto tenta dar continuidade a um trabalho reflexivo sobre a colonialidade do *queer* no Brasil que pode ser primeiramente visto nos ensaios de Jurema Mombaça, quem, no *Desfazendo Gênero* de 2015, em Salvador, quando da palestra de Judith Butler no Teatro Castro Alves, portas fechadas para quem não tinha ingresso, pegou o microfone e criticou a ausência, naquele espaço, de muitos corpos abjetos dos quais os textos da autora falam e estávamos discutindo naquela tarde, além dos corpos racializados e deficientes não contemplados em sua teoria. Replicando a crítica que lhe fora dirigida, ademais de concordar, a filósofa disse que estava a cargo dos presentes no teatro espalhar o que fosse discutido ali. Uma resposta que foi considerada por algumas pessoas um “tirar o corpo fora”.

Os ensaios de Mombaça, *Pode um cu mestiço falar*, publicado no Medium em 2016, e *Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer*, publicado no [SSEX BBOX], inserem-se nesse rol de questionamentos subalternos sobre o sujeito da *queer theory* [teoria *queer*], não tanto o sujeito de estudo, mas o sujeito de produção desse saber abjeto. Coincidentemente ou não, Jurema Mombaça não foi a única a fazer uma crítica ao quase vazio de representatividade racial naquele evento, juntou-se às suas observações, noutro momento, as críticas também feitas por Yuderkys Espinosa Miñoso (REA, AMANCIO, 2018). Fora do Brasil, em países como Cuba, Chile, Venezuela, encontramos outras tantas contribuições para o debate sobre o *queer* e seu trânsito para o Sul: Alberto Abreu Arcia (2018, 2020a, 2020b), Yos Piña Narvaéz (2018), Julieta Paredes (2015), Maria Galindo (2016), Hija de Perra (2014), Felipe Rivas San-Martín (2011), Paco Vidarte (2007), apenas para citar algumas.

Diante disso, objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado que se estrutura por meio de colonialidades de poder, ser e saber, mostrar como o movimento *queer* reproduz essa matriz ao seguir um *script* eurocêntrico de constituição

de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil.

Costureiro ou Queer: performance colonial na disputa por espaço

No texto *O costureiro e sua grife*, Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut (1975) analisaram a forma como costureiros de grifes francesas matavam simbolicamente as gerações que as antecederam como parte de um processo de consolidação de novas hegemonias no campo da moda. Ao mostrar como se estabelece esse exercício de poder, o sociólogo possibilitou-nos pensar como o *queer* representa uma nova produção de hegemonia dentro de um exercício eurocêntrico de poder. Apesar de se reivindicar contra hegemônico, percebe-se na sua consolidação no Brasil o mesmo *modus operandi* das sociedades do capitalismo industrial tardio. Ainda que as observações de Bourdieu e Delsaut referenciem um contexto geográfico e conceitual completamente distintos, são nas suas considerações da dinâmica entre as grifes como um processo permeado por relações econômicas, geracionais e raciais, que pudemos criar certas correlações (FERNANDES, 2011).

O procedimento de constituição de novas hegemonias era marcado pela estratégia de desvalorização simbólica das grifes mais antigas pelos novos costureiros, algo que ocorria intragrupos raciais e econômicos. A dinâmica de alternância de poder não implicava na alteração do status social dos sujeitos dessa relação, pelo contrário, era facultada por essa pertença compartilhada (BOURDIEU; DELSAUT, 1975). Ocorre-nos que, na medida em que alguns críticos *queer* compartilham de igual status de classe e raça daqueles com os quais antagonizam, o mesmo processo pode ser depreendido da inserção do *queer* no Brasil. Bourdieu e Delsaut (1975) nos permitiram pensar que, em alguns contextos, como a moda, o gênero e a sexualidade são campos de disputas, nos quais as diferentes opções teóricas e movimentos, cujos principais atores e atrizes estão relacionados, são *maisons en concurrence*. Relativamente ao *queer* e ao movimento LGBT, representa-se aqui muito bem a relação de antagonismos vista entre os “tradicionais” e os “audaciosos”, “novos” e “velhos” costureiros de Bourdieu e Delsaut (1975) e como as táticas de manutenção e translação de hegemonia constituem essas relações (FERNANDES, 2011).

Tendo em vista essas relações de poder concorrente e constitutivas desse movimento de troca, não estranhemos, então, a universidade ter sido o lugar primeiro de surgimento das discussões *queer* no Brasil, um braço da colonialidade, como afirmou Ochy Curiel, lugar por excelência do assimilacionismo de um modelo teórico estrangeiro por pessoas pesquisadoras brasileiras brancas. Isso nos leva a concordar com Maria Galindo (2016, p. 229) ao criticar que os conteúdos da *queer theory* [teoria *queer*] não partem das ruas, local de relevância para pensar a gênese de movimentos como LGB e Trans, observando que, “na América Latina, a teoria *queer* em geral é uma teoria para a elite, a partir das elites, que termina perdendo seu conteúdo subversivo” (GALINDO, 2016, p. 229, grifos nossos). Uma teoria deslocada pensando corpos deslocados da teoria, como equacionar este problema?

Sobretudo um problema que se acentua ainda mais no modelo de Academia neoliberal. Uma vez que, dentro do mercado acadêmico, a circulação e o domínio de teoria não representam somente prestígio social, mas poder econômico, o *queer*, um novo produto, criou um novo mercado. Dos seus escritórios nas universidades públicas brasileiras, pessoas pesquisadoras que passaram ou não parte de sua formação no exterior, mas que tiveram acesso aos primeiros escritos *queer* em língua inglesa ou espanhola, no contato com o quadro teórico-conceitual estadunidense, prescreveram uma metodologia de pesquisa enquadrada em algumas poucas referências ocidentais do Norte Global Ocidental (leia-se aqui eixo EUA e Europa Ocidental).

O *queer* antes de se opor às colonialidades de saber e poder, só pode se consolidar ao chegar ao Brasil, porque já se servia antes mesmo dessas colonialidades que se sustentaram e sustentam-se no racismo sistêmico brasileiro, vide as desigualdades de acesso ao ensino superior marcadas pelo racismo e classismo. Seria assim que, então, movidos pela ideia de uma teoria radical da sexualidade e sua implementação a todo custo no país, condicionariam sua aplicabilidade a um escamoteamento de identidades, que serve ao projeto de ascensão desse modelo teórico mediante a superficialização da política LGBT nacional e manutenção de uma elite intelectual detentora de um monopólio *queer*.

Ademais esses críticos são notados por uma certa articulação de suas pesquisas com suas práticas políticas e trabalhariam sobremaneira com a articulação dos marcadores das diferenças (BENTO, 2017). O quadro que se estabelece é: muda-se a epistemologia e a

perspectiva política, mas as pessoas a(u)toras continuam as mesmas, embora desta vez elas se mantenham no posto de elite se dizendo representar, defender o lugar, a voz e as experiências dos corpos subalternos que outrora foram escamoteados por uma política LGBT cisheteronormativa e sexista.

Quem produz *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil?

Atentar para o perfil dos produtores de conhecimento *queer* no Brasil, denunciando a colonialidade de sua constituição, trata-se de inflexão relevante, pois que “fala de uma materialidade que produz a divisão clássica entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, daqueles que permanecem no lugar do verdadeiro sujeito produtor e daquele que, ignorante, precisa ser instruído” (MIÑOSO, 2015 tradução nossa). O discurso *queer* da última década incita a produção de um saber *queer* querendo-se local, latino-americano, mas excluindo as vozes racializadas da discussão e produção de sentidos, teorias e experiências *queers* em primeira pessoa.

Como bem argumenta Yuderlys Espinosa Miñoso (2015), os movimentos feministas e *queer* na América Latina se desenvolveram dentro de uma mirada de desenvolvimento linear do projeto moderno com tendências ao imperialismo e ao universalismo de suas teorias e conceitos, o que se percebe sobremaneira nas sucessões de marcos teóricos como a tratada no tópico anterior. Isso revelaria uma narrativa de progressivismo nos regimes de verdade sobre a sexualidade, no qual estas novas teorias e correntes de pensamento se colocam como algum avanço em relação a “toda forma anterior de interpretação do corpo e da sexualidade” (MIÑOSO, 2015, tradução nossa). Essa gestão do saber ocorre dentro de uma racionalidade ocidental moderna que, tentando se manterem distantes, esses movimentos acabam de aproximando em suas metodologias.

No limiar dessa discussão, pode-se dizer que houve uma replicação da crítica *queer* estadunidense no Brasil, homogeneizando o movimento daqui desde suas formulações contra-argumentativas. Tanto as surgidas nos Estados Unidos da América (EUA), quanto as replicadas no Brasil, partiam de uma necessidade de radicalização política e questionavam os valores de raça, classe e identitários que se observavam no movimento LGBT: o essencialismo identitário posto como estratégico, a eleição de um padrão materializado na figura do

gay viril, a assimilação capitalista, a inclusão social a partir do *pink money*, a exclusão de LGBT racializadas do debate e a brancura da representação de pessoas de sexualidades não-heterossexuais.

Não se trata aqui de refutar essas críticas, mas trazer novos olhares que permitam, dentre outras coisas, situá-las no complexo contexto do movimento LGBT brasileiro que, muito embora, tenha sido influenciado pelas movimentações das décadas de 1960-1970 nos EUA, com a revolução sexual e a organização política de sujeitos de sexo/gênero não-conformes, há que se ressaltar as particularidades do movimento que se desenrola no Brasil, social e politicamente distinto do seu contexto de inspiração. Perlongher (2008), Fry (2008) e MacRae (2018) são incisivos ao apontar as resistências e, *ipso facto*, os distanciamentos que se mostravam no decorrer desse processo. Argumentos que fazem contraponto a uma tese de absorção automática e homogênea de uma política estrangeira – tal qual a que pode ser apreendida como subtexto da crítica *queer* brasileira.

Diante disso, faz-se necessário o trabalho reflexivo de nos questionarmos “de que maneira temos sido agentes a serviço da expansão da razão racista imperial?”, “como as novas verdades introduzidas sobre gênero e sexualidade contribuem para a expansão do programa moderno-ocidental, ocultando a colonialidade?” (MIÑOSO, 2015, tradução nossa) e a maneira pela qual o projeto *queer* no Brasil em suas primeiras décadas deu continuidade a uma produção de unidade do sujeito dissidente de gênero e sexualidade às custas de outras categorias que coconstituem essas dissidências, criando uma nova economia política da verdade (MIÑOSO, 2015).

Considerações finais

Se situarmos o *queer* como um conceito e um política da plasticidade, no sentido que permite trânsitos e câmbios, veremos que os sentidos dos quais dispõe não lhes são inatos, mas atribuídos a partir de práticas carregadas de valores simbólicos, corpóreos e, por isso, materiais, construídos na agência dos sujeitos. Isso indica que ademais de uma suposta decolonialidade ou radicalidade implícita no termo, são as utilizações e apropriações do *queer* que acentuarão ou provocarão a elisão dessas potencialidades. Nesse sentido, somos impelidos a concordar que houve – talvez ainda haja, mediante a resistência de algumas pessoas autoras em aceitar conceitos e discussões oriundas,

mesmo, de grupos dissidentes sexuais e de gênero –, “certos enquadramentos positivistas naturalizados na teoria *queer* contemporânea” (LOURENÇO, 2017, p. 875, grifos nossos). Isso revela o caráter performativo dos conceitos que podem ser citados e excitados, colocando em questão qualquer ideia de estabilidade conceitual que não está sob o controle acadêmico.

Diferente do que possa parecer, este texto não tem por objetivo explícito ou tácito “cancelar o cuier” ou promover “lugares de cala” servindo-nos do “lugar de fala” como “mote moral legítimo para a promoção de silenciamentos contra pesquisadoras(es) do campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça.” (PELÚCIO; DUQUE, 2020, p. 129). Tampouco desejamos uma leitura deste texto como “expição de culpa”. Pretendemos mostrar as relações inextricáveis entre saber e poder, assim como a complexidade que enreda a transição de marcos teóricos e suas substituições. Processo que, não havendo a autorreflexividade necessária sobretudo em projetos teóricos que tenham como princípio a radicalidade, pode incorrer na reprodução de ausências e práticas (neo)coloniais. Nesse sentido, como já mencionado, o argumento aqui não caminha na negação da crítica *queer*, mas na forma como ela foi gestada e difundida. Os aportes político-teóricos trazidos pela teoria são de fundamental importância na proposição de novas formas de se pensar e fazer política no campo de gênero e sexualidade no Brasil.

No entanto, se não há pretensão de apagamento de corpos racializados e subalternizados na crítica *queer*, desvelemos esse outro lado da história, mostrando não somente a ação desses sujeitos na constituição do movimento LGBT e sua heterogeneidade epistemológica, mas conferindo-lhes um lugar na produção acadêmica e política. De fato, visibilizando esses lugares que já são *loci* de produção política *queer* antes do conceito aqui chegar e que, embora não ocupando lugares centrais na cena, na periferia das representações e das universidades, agenciavam e agenciam poderes. Deve-se ainda agregar a isso uma crítica direta e autorreflexiva sobre a produção acadêmica *queer*, apontando para uma redistribuição de espaço de produção e visibilidade epistêmica de outros corpos desde outras referências e saberes, crucial para pensar gênero e sexualidade em qualquer contexto. Subscrevendo o que diz Fernandes (2020, p. 54) nosso desafio deve ser, “[...] desde e para a ‘margens’, buscar alternativas nas quais sejamos os protagonistas, sem replicarmos, pura e simplesmente,

determinados modelos de análise.” Sobre tudo quando estes tratam de categorias externas que não dizem sozinhas sobre nós. Subscrevemos os sentimentos aos quais Jurema Mombaça (2016, p. 324) foi exposta no contato com sua interlocutora de pesquisa que, segundo ela, “me sacodia dizendo: tua ficção é tua, não é sobre mim que falam tuas categorias”.

Referências

ARCIA, A. A. ¿Existe una identidad queer/cuir? Una lectura deconstructiva desde el latinoamericanismo, los saberes al borde y el pensamiento decolonial. (I). **Afromodernidad**, [S. l.], 15 jan. 2020b. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2020/01/11/di-queer-cuir-con-las-nalgas-afuera-por-alberto-abreu/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ARCIA, A. A. Di queer/cuir con las nalgas afuera. **Afromodernidad**, [S. l.], 11 jan. 2020a. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2020/01/11/di-queer-cuir-con-las-nalgas-afuera-por-alberto-abreu/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ARCIA, A. A. Soy negro, ¿soy queer/cuir? **Afromodernidad**, [S. l.], 18 abr. 2018. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2018/04/18/soy-negro-soy-queer-cuir-por-alberto-abreu-arcia/>. Acesso em: 22 maio 2019.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26037>. Acesso em: 18 maio 2019.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. Le couturier et sa griffe : contribution à une théorie de la magie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, vol. 1, n. 1, p. 7-36, jan. 1975.

DE PERRA, H. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Periódicos**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/12896>. Acesso em: 21 maio 2019.

FERNANDES, E. R. Queer caboclo como possibilidade anticolonial: algumas reflexões à guisa de provocação. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/824>. Acesso em: 1 abr. 2021.

FERNANDES, F. B. M. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Orientadora: Miriam Pilar Grossi. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95612>. Acesso em: 18 maio 2019.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 87-115.

GALINDO, M. “A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas”. **SUR 24**: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo v. 13, n. 24, p. 225-235, dez. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/homogeneidade-do-feminismo-nos-entedia-e-preciso-criar-aliancas-insolitas/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

LOURENÇO, D. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. Revista de **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 875-887, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200875&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 maio 2019.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: Edufba, 2018.

MIÑOSO, Y. E. El futuro ya fue. Una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. **Desde el margen**, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://desde-elmargen.net/el-futuro-ya-fue-una-critica-a-la-idea-del-progreso-en-las-narrativas-de-liberacion-sexo-genericas-y-queer-identitarias-en-abya-yala/>. Acesso em: 18 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. **SSEXBBBOX**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.ssexbbbox.com/2016/08/para-desaprender-o-queer-dos-tropiccos-desmontando-a-caravela-queer/>. Acesso em: 19 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 18 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 341-354, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 22 maio 2019.

NARVÁEZ, Y. P. **No soy queer, soy negrx, mis orishas no leyeron a J. Butler**. 1. ed. Ciudad de México: Zineditorial, 2018. Disponível em: <https://zineditorial.files.wordpress.com/2018/04/no-soy-queer-soy-negrx-lectura.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

PAREDES, J. The Neocolonial Queer. In: TELLIS, Ashley; BALA, Sruti. **The Global Trajectories of Queerness: re-thinking same-sex politics in the Global South**. Boston: Brill/Rodopi, 2015. p. 229-239.

PELUCIO, L.; DUQUE, T. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 125-151, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/859/pdf>. Acesso em: 1 abr. 2021.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1-38, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200507-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 maio 2019.

SAN MARTÍN, F. R. Diga “queer” con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: CUDS. **Por un feminismo sin mujeres**. Santiago de Chile: CUDS, 2011. p. 59-75.

TORRES, I. L. de S.; FERNANDES, F. B. M. Se sofrer LGBTfobia na universidade, denuncie! O Queer Punitivista no contexto de precarização do trabalho. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 40-59, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7526>. Acesso em: 18 maio 2019.

VIDARTE, P. El banquete uniqueersitario: disquisiciones sobre el s(ab)er queer. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (ed.). **Teoría Queer**: Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Egales, 2005. p. 77-109.

MÉTODO DA TEORIA SOCIAL E O PRECONCEITO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Marco Gimenes dos Santos

*Doutorando do Curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), campus Franca - SP, marcogimenes@yahoo.
com.br*

Resumo

O objetivo deste texto é investigar como o método da teoria social ou materialismo histórico e dialético pode contribuir no trabalho do assistente social no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual enquanto expressão da questão social. O referencial teórico-metodológico para responder ao objetivo deste manuscrito foi a pesquisa bibliográfica em textos de Serviço Social no idioma português brasileiro. Tal investigação ocorreu conforme diversas técnicas de leitura: de reconhecimento do material bibliográfico, exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa, das obras selecionadas (livros, artigos, resoluções). A partir da análise explicativa evidenciam-se as seguintes categorias temáticas que indicam a existência de uma relação entre o materialismo histórico-dialético e o Projeto Ético-Político do Serviço Social e sobre o Preconceito contra a Diversidade Sexual como expressão da questão social. Como principais resultados, destaca-se que o materialismo histórico e dialético contribui no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual porque esse método desvela que os fundamentos do preconceito estão na sociedade capitalista brasileira. Diante disso, para enfrentar o preconceito o assistente social precisa defender o Projeto Ético-Político que possui natureza revolucionária e anticapitalista; compreender a classe trabalhadora de forma concreta, com orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia, isto é, compreendendo que classe social e diversidade sexual estão associadas; e conhecer e utilizar as

resoluções do CFESS 489 de 2006, 615 de 2011 e 845 de 2018, para colaborar na defesa da diversidade sexual em uma perspectiva radical e portanto, anticapitalista.

Palavras-chave: Materialismo Histórico-Dialético. Preconceito. Serviço Social.

Introdução

O ponto inicial para a realização desta pesquisa foi verificar se haviam produções científicas de assistentes sociais brasileiros a partir do método da teoria social que consideravam o preconceito contra a diversidade sexual como uma expressão da questão social brasileira.

Desta forma, para apresentar o tema, este trabalho inicia com a abordagem a partir de revisão de literatura dos conceitos de preconceito contra a diversidade sexual, questão social, expressão da questão social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Sem dúvida alguma vigoram no Brasil os usos dos termos homofobia, homotransfobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e LGBTfobia. A escolha do termo preconceito contra a diversidade sexual ao invés de homofobia resulta não só do acesso a literatura científica no exterior e mais tardiamente no Brasil que identificou imprecisões no conceito de homofobia, mas também da necessidade da elaboração de um conceito que expressasse a dinâmica do preconceito na sociedade brasileira.

De acordo com Costa et al (2012, p. 2), em 1972 George Weinberg criou a palavra homofobia, cujo significado era o pavor de estar próximo a homossexuais, no livro *Society and the Healthy Homosexual*.

Nas décadas seguintes vários estudos investigaram o conceito de homofobia para aprofundar o seu significado e identificar suas possibilidades de sua aplicação.

Conforme Costa e Nardi (2015, p. 718) em 1996 Logan Colleen avaliou a natureza das respostas anti-homossexuais e descobriu que não existiam elementos que as caracterizassem como fóbicas ou patológicas e portanto concluiu que elas deveriam ser teorizadas a partir da psicologia do preconceito e não da psicopatologia.

Percebe-se então que o fenômeno em questão não consistia em fobia ou doença e sim em um preconceito.

Em 2004 Gregory Herek avaliou que a aplicabilidade do conceito de homofobia de George Weinberg era política para o movimento LGBT da época, no sentido de unificar e direcionar uma luta social (COSTA et al, 2012, p. 2).

Segundo Costa et al (2012, p. 2-3), diante do questionamento progressivo do uso do conceito de homofobia, em 2004 Gregory Herek

propôs a utilização do conceito de preconceito contra orientações não heterossexuais (prejudice against nonheterosexual orientations), cuja expressão ocorria em 3 níveis. No primeiro nível, chamado de heteronormatividade (hetenormativity), o preconceito contra orientações não heterossexuais se manifesta por meio de um conhecimento ou discurso que estigmatiza identidades, comportamentos e grupos não -heterossexuais. No segundo nível, denominado de heterossexismo (heterosexism), o preconceito contra orientações não heterossexuais ocorre mediante instituições ou estruturas sociais que restringem o acesso da comunidade LGBT a direitos. E por fim, no terceiro nível, o preconceito contra orientações não heterossexuais atua como um preconceito internalizado ou externalizado por meio de afetos (sentimentos negativos sobre pessoas LGBT), crenças preconceituosas e discriminação. Desta forma, enquanto os 2 primeiros níveis ocorrem como ideologia, o terceiro se manifesta por meio dos indivíduos que incorporam essas ideologias.

No terceiro nível, quando os indivíduos que internalizam a heteronormatividade e o heterossexismo são membros da comunidade LGBT, pode ocorrer um processo de sentimentos negativos e crenças preconceituosas sobre si mesmo.

Costa et al (2012, p. 8) acompanharam os estudos que questionavam o uso do conceito de homofobia e investigaram o preconceito contra orientações não heterossexuais no Brasil. Constataram por meio de revisão sistemática de 31 estudos que no Brasil ocorrem a heteronormatividade, o heterossexismo e o preconceito internalizado ou externalizado e que este preconceito contra orientações não heterossexuais, em seus três níveis, atinge tanto pessoas com orientação não heterossexual quanto aquelas cuja identidade de gênero não corresponde às normas hegemônicas relacionadas ao gênero em nossa sociedade. Chegaram, portanto à conclusão de que o termo que melhor denomina o fenômeno no Brasil é preconceito contra a diversidade sexual.

Justifica-se então a utilização do conceito de preconceito contra a diversidade sexual ao invés de homofobia e outros termos semelhantes para expressar com maior fundamentação teórica um fenômeno com especificidades no contexto brasileiro. Destaca-se também a importância da utilização de um conceito que enfatize um fenômeno social, uma vez que a formação do assistente social prepara o profissional para intervenções na sociedade.

Netto (1989, p. 90-91) define questão social como um conjunto de problemas de natureza econômica, social, política, cultural e ideológica, produzidos e reproduzidos continuamente pelo capitalismo.

O Serviço Social nasceu como profissão no Brasil quando o Estado capitalista desenvolveu respostas a questão social (NETTO, 1989, p. 91).

Desta forma o Serviço Social surgiu conservador porque suas intervenções eram moralizadoras e reformistas, não questionavam a propriedade privada dos meios de produção enquanto um dos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2001, p. 44).

Na medida em que o capitalismo apresenta mudanças que variam conforme particularidades históricas, culturais e nacionais, distintas manifestações ou expressões da questão social surgem relacionadas ao processo de exploração que caracteriza o capitalismo (NETTO, 2001, p. 48-49).

Destacam-se como manifestações da questão social no Brasil a falta de moradia; os ataques ao patrimônio material e cultural de povos indígenas; o feminicídio; o sucateamento da seguridade social; o racismo; o genocídio de jovens, negros e pobres das periferias urbanas; e o preconceito contra a diversidade sexual (IAMAMOTO, 2019, p. 29).

Em consulta ao site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em abril de 2021, os dados mais recentes relativos ao preconceito contra a diversidade sexual no Brasil datam de 2018, da publicação do *"Violências LGBTFóbicas no Brasil: dados da violência"*, relativos ao ano de 2016.

Conforme Brasil (2018), em 2016 foram contabilizadas 1330 violações sobre a comunidade LGBT:

- 644 violações cujas vítimas foram gays, sendo que 42,7% das violações consistiram em violência psicológica, 34,5% em discriminação, 14,6% em violência física, 3,7% em negligência, 2,5% em violência institucional e 0,8% em violência sexual (BRASIL, 2018, 36). Estas violações ocorreram em 27,4% na casa da vítima, 23,2% na rua, 9,2% na casa do suspeito da violação, 5,4% no trabalho, 2,4% na escola, 0,9% no hospital, 0,9% na delegacia de polícia, 0,6% na igreja, 0,3% na unidade prisional, 0,3% na unidade de medida socioeducativa e 0,3% no ônibus (BRASIL, 2018, p. 42).

- 217 violações cujas vítimas foram transexuais, sendo 34,6% das violações consistiram em violência psicológica, 30% em discriminação, 17,1% em violência física, 6,9% em violência institucional, 6,9% em negligência, 2,8% em violência sexual e 1,4% em abuso financeiro (BRASIL, 2018, p. 26). Estas violações ocorreram em 21% na rua, 20% na casa da vítima, 8,6% no hospital, 3,8% na escola, 3,8% na casa do suspeito pela violação, 2,9% no trabalho, 1,9% na delegacia de polícia, 1% no ônibus e 1% na igreja (BRASIL, 2018, 32).
- 202 violações cujas vítimas foram lésbicas, sendo 37,9% das violações consistiram em discriminação, 15,2% em violência psicológica, 2,9% em violência física, 1,2% em negligência, 0,4% em violência sexual e 0,4% em violência institucional (BRASIL, 2018, 46). Estas violações ocorreram em 29,7% na casa da vítima, 28,1% na rua, 8,6% na casa do suspeito da violação, 4,7% no trabalho, 1,6% no ônibus, 1,6% na igreja, 1,6% na escola, 1,6% na delegacia de polícia e 0,8% no hospital (BRASIL, 2018, p. 52).
- 179 violações cujas vítimas foram travestis, sendo que 33% das violações consistiram em violência psicológica, 32,4% em discriminação, 24,6% em violência física, 3,9% em violência sexual, 2,8% em violência institucional, 2,2% em negligência, 0,6% em tráfico de pessoas e 0,6% em abuso financeiro (BRASIL, 2018, p. 17). Estas violações ocorreram em 38,8% nas ruas, 20,4% na casa da vítima, 4,9% na casa do suspeito por fazer a violação, 3,9% no trabalho, 1,9% no hospital, 1,9% na casa, 1% na unidade prisional, 1% no transporte coletivo, 1% no hospital psiquiátrico, 1% na escola e 1% no albergue (BRASIL, 2018, p. 22).
- 88 violações cujas vítimas foram bissexuais, sendo que 42% das violações consistiram em discriminação, 38,6% em violência psicológica, 10,2% em violência física, 4,5% em negligência, 2,3% em violência sexual e 2,3% em violência institucional (BRASIL, 2018, p. 55). Estas violações ocorreram em 11% na rua, 9% na casa da vítima, 3% na escola, 2% no trabalho, 2% no hospital, 1% na igreja, 1% na delegacia de polícia e 1% na casa do suspeito da violação (BRASIL, 2018, p. 60).

Percebe-se assim que as violações sobre a comunidade LGBT consistem em violências de diferentes naturezas, em espaços públicos e privados, inclusive em serviços públicos.

O Serviço Social brasileiro nasceu conservador em 1936, pois conforme Iamamoto (2004, p. 18-21) defendeu os interesses do Estado, burguesia e Igreja contra a classe operária. Como a igreja responsabilizava-se pela caridade a partir das ideias tomistas, as primeiras assistentes sociais foram mulheres burguesas católicas que diluíam a consciência de classe dos operários ao moralizar as expressões da questão social, isto é, o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade era considerado por elas como problema moral do indivíduo. Assim, o Serviço Social permaneceu hegemonicamente conservador até o ingresso da classe trabalhadora em suas fileiras, questionando sua submissão ao capital e pretensa neutralidade.

O Projeto ético-político do Serviço Social, segundo Teixeira e Braz (2009, p.12-13), é um processo de ruptura teórica com o tradicionalismo ou conservadorismo na profissão. Ele tem seu marco inicial em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Quando a produção teórica de Iamamoto apreendeu o Serviço Social na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, aproximando a profissão da teoria social de Marx, houve um avanço do Projeto durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2005, p. 301).

Apesar do Projeto ter avançado, desde a década de 1990 ele está sendo desafiado, uma vez que consiste num projeto de transformação de sociedade. O Projeto está materializado na produção de conhecimentos do Serviço Social; nas instâncias político-organizativas como Conselho Federal de Serviço Social / Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e na dimensão jurídica-política da profissão, expressa no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e as novas Diretrizes Curriculares (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 8-9).

Diante do exposto, a formulação do problema de pesquisa surgiu a partir da seguinte indagação: *existem evidências científicas em textos de Serviço Social que indiquem que o materialismo histórico-dialético contribui no trabalho do assistente social no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual?*

Neste sentido, este texto tem como objetivo averiguar se o materialismo histórico e dialético, também conhecido como método da teoria social, oferece subsídios ao assistente social no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual enquanto expressão da questão social.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica em artigos de Serviço Social em português brasileiro por meio de técnicas de leitura e análise explicativa.

Conforme Lima e Miotto (2007, p. 40), a pesquisa bibliográfica auxilia a construção de um quadro conceitual acerca do objeto de estudo proposto.

A coleta de dados foi iniciada com a definição de critérios que delimitam o universo do estudo: parâmetro temático, parâmetro linguístico, principais fontes e parâmetro cronológico (LIMA, MIOTTO, 2007, p. 41).

O levantamento da bibliografia foi realizado com as palavras chave “Serviço Social” e “homofobia” para definir o parâmetro temático. Utilizou-se a palavra-chave homofobia por ser o termo bem mais comum que preconceito contra a diversidade sexual, na atualidade. Como critério linguístico adotou-se a língua portuguesa brasileira porque é o idioma mais comum entre assistentes sociais brasileiros. A principal fonte escolhida foram artigos, porque o acesso aos artigos publicados em periódicos é mais simples para a categoria profissional que o acesso a bancos de dissertações de mestrado e teses de doutorado. O parâmetro cronológico foi definido de 1990 até 2021, época em que o Serviço Social brasileiro recorreu de forma mais intensa ao materialismo histórico-dialético.

Para a seleção dos materiais foram utilizadas diversas técnicas de leitura: de reconhecimento do material bibliográfico, exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa (LIMA, MIOTTO, 2007, p. 41).

A leitura de reconhecimento do material bibliográfico identificou se o material tinha relação com a pesquisa baseando-se no título dos artigos. A leitura exploratória verificou no resumo dos artigos se eles interessavam ao estudo. A leitura seletiva buscou dados que respondiam ao problema da pesquisa por meio da leitura dos artigos na íntegra. A leitura reflexiva organizou as informações coletadas. E a

leitura interpretativa relacionou as ideias de todas as obras consultadas com o problema de pesquisa.

A pesquisa por artigos foi feita no site Periódicos CAPES, no 1º semestre de 2021. Foram encontrados 18 artigos. Após as técnicas de leitura, 4 foram selecionados porque respondiam o objetivo desta pesquisa.

Referencial teórico

De acordo com Netto (2009, p. 1-2) o materialismo histórico-dialético foi desenvolvido por Marx para não só estudar a sociedade burguesa, mas também para transformar essa sociedade, sendo, portanto, um projeto revolucionário, a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista.

Tal método aplica-se à sociedade burguesa gerada pelo modo de produção capitalista e consiste em partir do objeto real e concreto, para através da análise identificar suas determinações (NETTO, 2009, p. 19).

Em outras palavras o método de Marx objetiva identificar a estrutura e a dinâmica reais do objeto (NETTO, 2009, p. 25).

Resultados e discussão

Como resultados, destaca-se a sistematização dos dados em 4 categorias.

Para tanto, foi utilizada a análise explicativa, processo que visa apresentar os dados coletados via classificações em categorias conceituais, justificadas pelas obras selecionadas (LIMA, MIOTO, 2007, p. 43).

Assim, a partir da análise explicativa foram identificadas quatro categorias temáticas que indicam a existência de uma relação entre o materialismo histórico-dialético, o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Preconceito contra a Diversidade Sexual como expressão da questão social: a historicidade do preconceito contra a diversidade sexual; a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social; análise da classe trabalhadora em sua forma concreta; e conhecimento e utilização das resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Na primeira categoria, "*Historicidade do preconceito contra a diversidade sexual*", compreende-se que o materialismo histórico-dialético

contribui no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual porque ele desvela os fundamentos históricos do preconceito na sociedade capitalista brasileira.

Mesquita e Matos (2011, p. 137-138) afirma a heterossexualidade compulsória é um sistema de dominação historicamente determinado que no capitalismo legitima esta expressão da sexualidade em sua dimensão pública e privada com fins de geração de mão de obra para o capitalismo, enquanto homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais são estigmatizados e penalizados em sua dimensão pública, nas famílias, mídia, legislações e acesso a políticas sociais.

Na segunda categoria, *“Defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social”*, identifica-se que para enfrentar o preconceito o assistente social precisar defender este Projeto, por sua natureza revolucionária e anticapitalista.

É necessária uma defesa do Projeto tendo em vista que na década de 1990 as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil com o objetivo de expandir os lucros dos monopólios do capital financeiro, gerando piora nas condições gerais de vida da classe trabalhadora por meio da precarização do trabalho, do rebaixamento salarial e do desemprego estrutural (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 14-15).

Na terceira categoria, *“Análise da classe trabalhadora em sua forma concreta”*, compreende-se que a classe trabalhadora não pode ser identificada apenas como se fosse idealmente formada por pessoas heterossexuais e cisgêneras.

Logo, as desigualdades sociais incidem sobre a classe trabalhadora concreta, que tem gênero, etnia, idade, orientação sexual, religião, deficiências, etc (MARINHO, 2017, p. 122).

Na quarta, categoria *“Conhecimento e utilização das resoluções do CFESS”*, identifica-se que existem Princípios Fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 e resoluções sobre a comunidade LGBT redigidas pelo Conselho Federal de Serviço Social.

É pertinente ao Serviço Social enfrentar o preconceito contra a diversidade sexual tendo em vista o 6º, 8º e 11º Princípios Fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, de 1993, e as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) 489/2006, 615/2011 e 845/2018 (SANTOS, 2018, p. 104).

De acordo com Santos (2018, p. 104-105) o 6º princípio defende o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e o preconceito contra a diversidade sexual é um preconceito, não uma

doença ou patologia. O 8º princípio indica a construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. A opressão de gênero violenta não só mulheres cisgêneras e heterossexuais, mas também lésbicas, pela orientação sexual, e as travestis, mulheres e homens transexuais, pela identidade de gênero, logo a opressão de gênero contempla a opressão por orientação sexual e identidade de gênero através do preconceito contra a diversidade sexual. O 11º princípio sustenta o exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por orientação sexual e identidade de gênero, logo cabe à profissão se opor ao preconceito.

A Resolução 489/2006 veda discriminação por orientação sexual por assistentes sociais, que devem contribuir para eliminar o preconceito. A Resolução 615/2011 propõe a inclusão do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos profissionais. Os direitos a livre orientação sexual e identidade de gênero são direitos humanos e o Serviço Social deve lutar para assegurar o pleno exercício da cidadania da comunidade LGBT. A Resolução 845/2018 trata da atuação do/a assistente social em processo transexualizador e indica que cabe aos profissionais promover uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero; acompanhar quem busca transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero, inclusive crianças e adolescentes; rejeitar qualquer modelo patologizante da diversidade de expressão e identidade de gênero; intervir na integralidade da atenção à saúde, sem focar em procedimentos hormonais ou cirúrgicos; respeitar o direito de autodesignação das/os usuáries; e defender a utilização do nome social (SANTOS, 2018, p. 105-107).

Como discussão destacam-se as análises geradas a partir dos resultados.

Pode-se perceber por meio da instituição da heterossexualidade compulsória na sociedade capitalista que a legitimação de determinadas orientações sexuais e identidades de gênero ocorre em função de sua participação na geração de mão de obra para a perpetuação desse modo de produção. Assim, quem não se ajusta à heterossexualidade compulsória é estigmatizado, além de ser explorado enquanto parte da classe trabalhadora.

A crise estrutural do capitalismo gerou o neoliberalismo que resultou no agudizamento do processo de exploração. Em tal contexto, assistentes sociais e usuáries das políticas públicas LGBT

foram afetadas. Com a precarização da formação profissional e do exercício profissional, a defesa do Projeto Ético-Político está cada vez mais desafiadora, porque luta-se para estar empregado e para defender tudo o que o Projeto representa, que é o oposto da realidade imposta. A piora nas condições de vida da população LGBT, estigmatizada e explorada, dificulta sua mobilização diante da luta diária pela sobrevivência. Assim, são tempos desafiadores para a mobilização e organização da categoria profissional e da população atendida em prol da luta anticapitalista.

Durante as suas intervenções profissionais o Serviço Social precisa superar o entendimento de uma classe trabalhadora ideal, heterossexual e cisgênera. Portanto, é preciso identificar que entre os explorados há pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero não-hegemônicas. A exclusão dessas pessoas das intervenções profissionais, ou seja, a manutenção da invisibilidade de suas particularidades apenas intensifica a exploração a que elas estão submetidas. Desta forma, para enfrentar o preconceito contra a diversidade sexual como uma expressão da questão social no Brasil, assistentes sociais precisam estar atentos a identificar as demandas da comunidade LGBT em todos os espaços socioassistenciais em que se encontrar trabalhando.

E o fortalecimento do trabalho do Serviço Social junto à comunidade LGBT requer o conhecimento de material crítico construído pela própria categoria, de forma a qualificar as intervenções profissionais. Desta forma, Princípios éticos precisam ser conhecidos, resoluções precisam ser conhecidas para instrumentalizar uma intervenção qualificada que lute pelos direitos da comunidade LGBT.

Considerações finais

O estudo investigou que o assistente social pode enfrentar a questão social a partir do materialismo histórico-dialético, que permite a compreensão e enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual como uma expressão da questão social, de tal forma que a sua superação está associada a luta contra o capitalismo.

Assim, este estudo se une a outras produções da comunidade científica do Serviço Social brasileiro crítico, propondo reflexões que possibilitem a garantia de direitos.

Importante ressaltar que o Serviço Social não pode ignorar o referencial teórico e metodológico crítico amparado no método de Marx, pois ele viabiliza perceber a sociedade que precisa ser superada por meio da união da categoria profissional com usuários, movimentos sociais e outros atores que também lutem por nova ordem societária.

Compreender o preconceito contra a diversidade sexual em sua historicidade, ou seja, como componente mutável ou histórico da realidade social, engendrado para permitir o desenvolvimento do capitalismo, possibilita a luta por sua superação. O preconceito participa do processo de exploração que fundamenta o capitalismo por meio da heterossexualidade compulsória, considerada como única forma de sexualidade legítima para produzir e reproduzir a força de trabalho para o capitalismo. Assim, pessoas que não se adequam a esse perfil são estigmatizadas enquanto suas diferenças são convertidas em desigualdades na sociedade capitalista.

Enfim, o (a) assistente social pode respeitar a classe trabalhadora em sua diversidade (de orientação sexual e de identidade de gênero) e enfrentar o preconceito nos espaços públicos onde trabalham e onde ainda ocorrem diversas violações.

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p.

COSTA, Ângelo Brandelli. et al. Homophobia of sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. **International Journal of Psychology**, Nova Iorque, v. 48, n. 5, p. 900-909, 2012.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra a diversidade sexual: debate conceitual. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 13-33, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

MARINHO, Silvana. Serviço Social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 103-125, 2017.

MESQUITA, Marylucia; MATOS, Maurílio Castro de. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 131-146, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

SANTOS, Marco Gimenes dos. A Ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v 2, n 1, p. 94-113, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ARTIVISMOS LÉSBICOS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES COMO OBJETO DE PESQUISA

Anahi Bezerra

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, anahibezerracarvalho1@gmail.com;

Orientador: Benedito Medrado

Professor orientador: Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP, docente e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, beneditomedrado@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compartilhar reflexões feitas no processo de elaboração de projeto de tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pretendemos abordar algumas discussões que orientaram a construção do meu campo-tema que versa sobre ativismos lésbicos e produção de subjetividades. Pretendemos explorar as tramas que envolvem o processo de construção de um modo de subjetivação lésbico entrelaçado a produções artísticas lésbicas que articulam arte e ativismo político. Para tanto, dialogamos com importantes autoras que contribuíram para o debate sobre as lesbianidades em sua dimensão política, refletindo sobre as potências e os limites de conceitos como heterossexualidade compulsória e contínuum lésbico, e sobre argumentos elaborados a partir do texto “O pensamento heterossexual e outros ensaios” de Monique Wittig. Tais reflexões compõem o panorama construído para compreender a produção de sentidos que atravessam as produções ativistas lésbicas. Destaco ainda, que o objetivo não é analisar produções artísticas, mas sim contribuir para o debate sobre

produções artivistas lésbicas e seu potencial para abrir fissuras na moldura do sistema cisheternormativo.

Palavras-chave: Artivismos, lesbianidades, produção de subjetividades.

Introdução

Este texto reúne algumas reflexões elaboradas durante a construção de meu projeto de pesquisa de tese¹ que foi escrito em meio ao contexto da pandemia do COVID -19². Assim gostaríamos de iniciar essa produção demarcando esta condição em que o projeto foi escrito. As medidas adotadas para conter o avanço do coronavírus provocaram ajustes na rotina acadêmica, que foi modificada pela necessidade de suspensão de atividades presenciais mas não só, a forma como fazemos pesquisa também precisou de adaptações, uma delas foi uma maior imersão no cyberspaço bem como a utilização quase exclusiva de mecanismos de comunicação virtual online, estratégias utilizadas não somente pelos centros educacionais mais também por coletivos e grupos ativistas da sociedade civil para dar continuidade ao calendário de atividades programadas para ocorrer no ano de 2020.

De todo modo, apesar das restrições essa condição tem facilitado o acesso a eventos, cursos, rodas de conversa e falas de teóricas, pesquisadoras e ativistas importantes para a construção das discussões que formam a argumentação teórico-conceitual e metodológica da minha pesquisa, bem como tem contribuído para a aproximação com o que vem a constituir o nosso campo-tema³ que versa sobre ativismos lésbicos e produção de subjetividades.

Nosso objetivo, com essa pesquisa, é refletir sobre como as produções ativistas lésbicas podem contribuir para ampliar horizontes à subjetividade política no contexto recifense. Para tanto, na construção dos caminhos teóricos-metodológicos me dediquei a leitura de escritas lésbicas a fim de fortalecer o argumento de que as lesbianidades extrapolam as configurações de orientação sexual ou prática sexual, se constituindo enquanto um posicionamento político de existir no mundo.

1 Projeto de pesquisa de tese sob título “Artivismos Lésbicos e Modos de Subjetivação Política” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Com financiamento da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE.

2 Síndrome respiratória aguda grave do coronavírus.

3 Peter Spink (2003).

Neste texto pretendemos dialogar com importantes autoras que contribuíram para o debate sobre as lesbianidades em sua dimensão política, especificamente com Adrienne Rich e Monique Wittig e seus escritos sobre heterossexualidade compulsória e continuum lésbico e pensamento heterossexual, respectivamente. Tais tramas conceituais envolvem o processo de reflexão sobre a construção de modos de subjetivação lésbico entrelaçado a produções artísticas lésbicas que articulam arte e ativismo político.

Em nossas primeiras leituras, destacamos Ochy Curie⁴, segundo a qual, na construção do movimento e pensamento lesbofeminista na América Latina houve alguns pontos de transição importantes, um deles foram as contribuições de Adrienne Rich e Monique Wittig para a construção de uma identidade política lésbica necessária à época para fortalecer o movimento lesbofeminista. Partindo da afirmação desta importante escritora, cantora, pesquisadora e ativista lesbofeminista utilizo algumas reflexões elaboradas em Rich (2010) e Wittig (2006) como panorama para pensar sobre os atravessamentos que perpassam a elaboração da politização das lesbianidades.

Monique Wittig (2006), por sua vez, afirma que sexo é uma categoria social que sustenta uma ideologia da diferença sexual enquanto um regime de naturalização da oposição social entre mulheres e homens. O sexo como categoria política de dominação social fundamenta a heterossexualidade como relação organizadora da matriz de submissão das mulheres nas sociedades patriarcais. A autora discute ainda sobre o pensamento heterossexual como sendo uma base de interpretação totalizadora que universaliza conceitos relacionados as sexualidades e formula leis generalistas para suas regulamentações. [...] “a lesbianidade é elevada ao estatuto de conceito revolucionário em seus escritos” (LESSA, 2007, p.93), principalmente pela afirmação de Monique de que “as lésbicas não são mulheres” (WITTIG, 2006, p.31).

Nesse sentido, Adrienne Rich (2010) problematiza a heterossexualidade a partir da elaboração da categoria de heterossexualidade compulsória e do continuum lésbico. Para a autora, a heterossexualidade compulsória é um regime político de exclusão e confinamento

4 Fala de Ochy Curiel sobre a História do Movimento Lésbico na América Latina na 16ª edição da Ação Lésbica DFE, transmitida ao vivo no dia 23 de agosto de 2020 pelo YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=kearAmsp8Ys>

das mulheres em que a diferença dos sexos é fundamental pois sustenta o status natural de que a biologia dos corpos sexuais definem seu papel social. Assim a heterossexualidade é entendida como um mecanismo de coerção às normas de submissão ao masculino, ou seja, um regime politicamente compulsório que pretende garantir o poder de posse do homem sobre o corpo da mulher uma vez que este só adquire status estando atrelado ao homem a partir de uma relação heterossexual legítima. O continuum lésbico em contrapartida é uma ferramenta de fazer ver as várias experiências de aproximação e identificação das mulheres que não necessariamente precisam estar em uma relação sexual, mas sim colocando no centro a potencialidade do afeto entre mulheres, para Rich esse processo de afetação empodera e fortalece as mulheres.

A lesbianidade como objetivo de uma proposta teórica e política busca articular saberes, vivências, escritas, construídas individualmente e/ou coletivamente por pesquisadoras e/ou ativistas lesbofeministas que pretendem tencionar uma certa ordem hegemônica de dominação via heterossexualidade compulsória. De acordo com Roja (2018), a lesbianidade política é uma aposta teórica que identifica quais são as construções ideológicas que impedem o pleno desenvolvimento das mulheres e de suas vivências sexuais.

Nesse sentido, o acionamento de linguagens artísticas como atos de resistência articulam arte e ativismo, produções estéticas e artísticas e política, partindo do entendimento que ambas estão interligadas intimamente. Essa conexão entre expressões artísticas e ativismo político é algo que por vezes atravessa as vivências de muitas lésbicas que vem contribuindo para as construções epistemológicas do pensamento lesbofeminista, como as autoras aqui mobilizadas Adrienne Rich e Monique Wittig, ambas tem entre suas produções poemas e contos que versam sobre suas experiências políticas entrelaçadas com suas existências lésbicas.

Tais produções teóricas e poéticas foram encontradas a partir do caminho metodológico traçado na elaboração do projeto de pesquisa de tese apresentado no início. Como sabemos toda pesquisa tem seu início na revisão de literatura sobre o campo-tema que compreende a pesquisa, a metodologia apresentada neste artigo trata desse processo de busca e imersão nas produções acadêmicas e em estudos e escritas que estivessem atravessados pelas temática dos ativismos e das lesbianidades e seus processos de subjetivação.

Sobre a revisão bibliográfica

Ao pensar sobre as dimensões que envolvem o campo-tema desta pesquisa foi feita uma revisão das produções acadêmicas a partir dos descritores: coletivos lésbicos e ativismo; lésbicas artistas; ativismo político; subjetividade lésbica; produção subjetiva e ativimos. A diversidade de descritores se deu pela dificuldade em encontrar produções que articulassem os termos de maneira mais direta.

As buscas foram feitas através dos sites padrão de busca de dados acadêmicos: Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e Periódicos Capes. Foram priorizados materiais em língua portuguesa e/ou espanhol com acesso gratuito na íntegra.

Como resultado desse processo de busca, localizamos um total de 1.200 produções entre artigos, dissertações e teses. A partir de uma seleção mais detalhada sobre a articulação entre produção de subjetividade, lesbianidades e ativismo chegamos a um total de 89 produções, que por vezes tratam da lesbianidade como tema transversal dentro de uma abordagem generalista das sexualidades dissidentes.

Vale destacar que muitas produções que foram utilizadas como referência para a escrita do projeto de pesquisa de tese não estão disponíveis nos sites citados (Scielo, BDTD, Google Acadêmico e Periódicos Capes). Algumas fontes de busca que foram fundamentais para a construção das reflexões teórico-conceituais principalmente sobre lesbianidades, foram encontradas em sites independentes criados por ativistas lésbicas para difusão de materiais e escritas lésbicas. São eles: Lésbicas e Sapatões Independentes, Nuvem Sapatão, Ciranda Bruta, Brejeira Malagueta, Heresia Lésbica e Aversão Poetiká.

Todas as páginas têm em comum o objetivo de compartilhamento de produções lésbicas não-institucionais e autônomas, também se destinam a tradução de textos e difusão de vídeos, ações, eventos, encontros que fomentem discussões sobre feminismos e lesbianidades, assim como se fundamentam a partir de uma prática anti-racista, de coletividade e descolonização dos corpos lésbicos, algumas ainda integram a luta não especificista e ambientalista.

Muitas das páginas citadas mantêm perfis na rede social do Instagram nos quais divulgam materiais e eventos de coletivos e

acadêmicos. Outra fonte importante de materiais tem sido as bibliografias disponibilizadas por alguns cursos que tenho feito na modalidade de Ensino à Distância (EAD) de temas que integram a elaboração teórico-metodológica da minha pesquisa como, por exemplo, cursos de curta duração realizados pela professora Helena Vieira pesquisadora, escritora e ativista transfeminista.

Assim chegamos aos textos utilizados como base para a construção das reflexões apresentadas neste trabalho: Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbicas (Rich, 2010) e O Pensamento Heterossexual e Outros Ensaios (Wittig, 2006).

Após a escolha dos materiais que seriam utilizados como base para a construção do arcabouço teórico foi realizada uma revisão aprofundada dos arquivos selecionados, seguindo as seguintes etapas: a) descrição de cada trabalho – tema, autores, ano e local de publicação, objetivo do estudo; b) leitura reflexiva dos trabalhos e construção de resumos; c) elaboração crítica das leituras realizadas em articulação com o campo-tema de pesquisa.

“Há toda uma trama de constelações, de memórias e práticas de resistência, que podem nos guiar nessa árdua e bela caminhada comum”⁵

Identificamos em nosso levantamento que inicialmente os estudos sobre lesbianidades se deram no bojo das pesquisas sobre homossexualidades, contudo, na virada do século XIX para o século XX as relações afetivo-sexuais entre mulheres passou a compor o campo de curiosidade científica e social através do ato da nomeação. De acordo com Navarro-Swain (2000) a história que se fez sobre a lesbianidade foi forjada a partir de uma “política do esquecimento: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência das tradições e valores que são dominantes em determinada época” (p.15).

Uma das heranças desse processo de silenciamento das lesbianidades é percebido pela ausência de estudos que versem sobre as práticas lésbicas mas também pela existência de trabalhos enviesados

5 Michele Torinelli (2018): <http://vidaboa.redelivre.org.br/2018/01/09/cosmovisoos-comunidades-eresistencias-na-america-latina-o-tecido-vivo-do-bem-viver/>

que falam a partir de um referencial masculino, somente no final do século XX houve um crescimento nas publicações sobre lesbianidades a partir de saberes localizados (HARAWAY, 1995). Nesse sentido, algumas pesquisadoras, e aqui estou me colocando dentre elas, têm trabalhado para minimizar os efeitos de milênios de apagamento (MORAGA e CASTILLO, 1988; BLACKWOOD, 1999; LANG, 1999; MOGROVEJO, 2000; NAVARRO-SWAIN, 2000; FALQUET, 2001; LESSA, 2007a; CAMPOS, 2014; SILVA, 2017), se propondo a resgatar as experiências vividas por mulheres lésbicas ao longo dos tempos.

De acordo com Falquet (2001) há reflexões e movimentos diversos em várias partes do mundo que vem construindo um debate político sobre o termo lésbica que se firma na reivindicação do reducionismo presente na utilização do termo homossexual e/ou gay, uma vez que por muito tempo as práticas lésbicas foram compreendidas como um apêndice da homossexualidade. Assim, palavra lésbica foi sendo reivindicada pelo movimento lésbico para apontar um sentido coletivo e político, “nesse contexto, a palavra lésbica se refere a uma lesbianidade política, que é gerada como uma crítica em forma de ação e um questionamento teórico ao sistema heterossexual de organização social” (FALQUET, 2001, p.20. /Tradução da autora).

No processo de afirmação teórica do movimento lésbico, gostaria de destacar três lésbicas, poetisas e teóricas que construíram escritas que reverberam até os dias de hoje. Adrienne Rich, poetisa americana, lésbica e feminista, que cria duas categorias que se propõem a desconstruir a naturalização das relações sexuais e sociais: a heterossexualidade compulsória e o continuum lésbico (RICH, 2010); Monique Wittig, poetisa francesa, romancista, lésbica e feminista, que a partir dos textos “O pensamento heterossexual e outros ensaios” (2006) aponta alguns argumentos como: 1. a lésbica não estaria inserida no regime da heterossexualidade; 2. o discurso da heterossexualidade é a base de sustentação das opressões das mulheres; 3. as lésbicas seriam aquelas que rompem com a hierarquização heterossexista e, 4. o lesbianismo tem o potencial de extrapolar as categorias homem e mulher; e Audre Lorde, escritora, caribenha-estadunidense, poetisa e ativista pelos direitos civis, negra, lésbica e feminista, “guerreira” e “Mãe”, seus ensaios interseccionam racismo, feminismo, lesbianidade e erotismo, além de uma crítica ao movimento feminista hegemônico branco e de classe média, sua escrita tem como foco a teoria da diferença a partir da ideia de “Irmã Estrangeira”, a que está fora sendo

triplamente invisibilizada, enquanto mulher, negra e lésbica: “eu sou definida como Outro em cada grupo que faço parte”. A autora problematizou a simplicidade na análise do feminismo pautada apenas no binarismo de gênero, o que ocultava os atravessamentos de raça e classe que constituem a categoria mulher (LORDE, 2019).

Outra escrita potente na virada de politização da lesbianidade foi o manifesto da Coletiva do Rio Combahee: Uma declaração Negra Feminista (1977). Um dos temas norteadores da Coletiva do Rio Combahee, era a crítica a política da sexualidade que “Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão pervasiva nas vidas das mulheres negras quanto são as políticas de raça e classe” (1977, p.200).

Podemos considerar que tanto as categorias da “heterossexualidade compulsória” de Rich (2010), como “os ensaios do pensamento heterossexual” (Wittig, 2006), principalmente “A Categoria Sexo” (p.21), “Não Se Nasce Mulher” (p.31) e “O Pensamento Heterossexual” (p.45), se configuram como escritas fundamentais na estruturação inicial dos debates em torno de uma lesbianidade enquanto teoria política. As autoras constroem suas categorias em correlação, pois ao estabelecer sexo como uma categoria de dominação social Wittig (2006) propõe que sexo se constitui enquanto condição política que funda a sociedade como heterossexual observando que sexo é uma construção social pois é interpretado de diferentes maneiras em culturas e contextos históricos diversos e não uma naturalização biológica, apontando o caráter compulsório que sustenta a subordinação das mulheres aos homens em que não há mulher sem homem, logo, é criado um sexo oprimido e um sexo que oprime. Já em Rich (2010) temos a construção da heterossexualidade como um regime político de naturalização dos sexos, a heterossexualidade é compulsória por ser a normativa que mantém mulheres e homens em lugares sociais distintos: as mulheres - feminino representam a incompletude e inferioridade do sexo frágil e o homem - masculino representa a autonomia e a força do sexo dominante. Tais representações estão diretamente sustentadas por um pensamento heterossexual que produz uma interpretação totalizadora que universaliza conceitos e formula leis generalistas instrumentalizadas através de dispositivos regulatórios como políticas públicas, mídias publicitárias, instituições religiosas, tal qual discute Wittig (2006).

Cabe notar que Rich (2010) reflete sobre a heterossexualidade dentro de um sistema de organização social patriarcal, em que a existência lésbica é um ato de resistência ao regime da heterossexualidade compulsória, contudo, ao tratar do continuum lésbiano a autora não põe no centro das relações lésbicas as práticas sexuais entre mulheres.

Entendo que o termo continuum lésbico possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher. [...] Quando, porém, nós nos aprofundamos e ampliamos o conjunto do que definimos como existência lésbica, quando delineamos um continuum lésbico, começamos a descobrir o erótico em termos femininos: como ele não é confinado a qualquer parte do corpo ou apenas ao corpo em si; como uma energia não apenas difusas, mas a ser, tal como Audre Lorde chegou a descrever, onipresente no “compartilhamento de alegria, seja física, seja de poder ou, então psíquica” e na repartição do trabalho; que o erótico é como a alegria que se fortalece e que “nos faz com menos vontade de aceitar a ausência de poder ou, então, aqueles outros estados adquiridos do ser, que não são nativos para mim, tal como a resignação, o desespero, depressão e a autonegação” (pp. 35-37).

Rich (2010) inter-relaciona a libertação das mulheres a uma ampliação do erótico a partir da identificação entre mulheres, uma identificação consciente com o feminino, o conceito de continuum lésbico afirma a potência existente na escuta e valorização entre mulheres ampliando o que se diz como lesbianidade, busca expandir o acolhimento das diferenças, de celebrar as diferentes formas de tornar-se mulher e/ ou lésbica.

Outra contribuição importante para a construção das teorias lésbicas é o conceito de inteseccionalidade “forjado nos anos 80 por feministas negras norte-americanas preocupadas em entender os sistemas de dominação formados a partir do modo como raça, classe, sexualidade e gênero se interligam” (CARDOSO, 2012, p. 55). A complexificação da análise das matrizes de opressão que compõem a sociedade é oferecido pela perspectiva da interseccionalidade que se

constitui enquanto ferramenta teórica e metodológica que reconhece a correlacionalidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Tal termo, definido a partir do feminismo negro desfaz “a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Para a construção de um projeto teórico epistemológico de afirmação da lesbianidade política é fundamental enxergar os espaços de constituição subjetiva em sua polivalência de disputas simbólicas que tem potência de produzir condições de existências fora do regime heterossexualidade compulsória.

A lesbianidade política é uma política da linguagem, uma política do corpo, uma política da paixão, uma política da criatividade em que “a imaginação direciona essa paixão, porque poucas de nós tem ‘modelos’ aos quais se espelhar. Essa paixão pode se tornar uma paixão pela comunidade política, por uma vida/existência criativa, por uma vida marcada pela marginalidade” (HAWTHORNE, 2003, p.4).

Artivismo lésbico: uma proposta para uma existência lésbica política e criativa

“Artivismo” é um neologismo utilizado para se referir a relação entre arte e ativismo político, é um modo de usar a criatividade artística no enfrentamento das situações de conflito utilizando as ruas como palco principal de atuação. De acordo com Raposo (2015) a prática artivista vai além da ligação entre arte e política, exige um posicionamento político dos sujeitos que se autodenominam artivistas.

Entendo que as práticas artivistas se configuram como intervenções poéticas e performativas que tem potencial de ultrapassar fronteiras políticas através de linguagens diversas e acessíveis pois lidam com o sensível, com as formas como se significam o mundo e as relações que o constituem. Por não estarem fixadas em um formato único, pois são utilizadas formas de comunicação para além da escrita ou fala, se tornam visíveis e visibilizam conteúdos, são por vezes mescladas com imagens e/ou sons, montagens, colagens, performances, se apresentando nas ruas, nos muros, nas telas, em espaços públicos, privados, tecnológicos, nas escolas, universidades.

Sendo assim, as produções artivistas constroem conexões entre manifestos e manifestações, desobediência civil com a ambição de construir um conjunto de ações e práticas que possam abrir espaço

para subjetividades transgressoras, uma vez que as produções estéticas e políticas que colocam em xeque as fixações de corpos e sexualidades atrevem-se a fazer visível as maneiras outras de prazer e de viver o mundo.

Essas experimentações artivistas podem ser encontradas em vivências de diversas mulheres lésbicas, além dos exemplos já trazidos no texto, Adrienne Rich, Monique Wittig e Audre Lorde, podemos falar desde Safo de Lesbos, considerada por Platão como a décima musa entre os grandes poetas gregos (NAVARRO-SWAIN, 2000); Stormé DeLarverie, uma lésbica negra butch que utilizava o trabalho artístico como DragKing para sobreviver, mas também era MC e esteve presente na revolta de Stonewall em 1960; Valerie Solanas, uma lésbica feminista radical, escritora, dramaturga e atriz, seu trabalho mais conhecido é o SCUM Manifesto que celebra a libertação e a união das mulheres e propõe a dissolução de sua vinculação aos homens, uma chamada lésbico-separatista para a criação artístico-cultural exclusivamente de e para mulheres; Alice Walker lésbica negra, autora de *A cor púrpura* (1982); Kitty Tsui, escritora, poeta, ativista e body builder nascida em Hong Kong nascida em 1952; Zanele Muholi, lésbica negra, fotografa e ativista visual sul-africana nascida em 1972; Chavela Vargas nascida em 1919, lésbica mexicana, cantora de ranchera, um gênero musical popular no México, affair declarado de Frida Kahlo; Margarida Pisano, lésbica e poeta chilena nascida em 1932, fundadora do Movimento Rebelde del Afuera; Rita Moreira, lésbica, cineasta brasileira, pioneira na produção de cinema com temática lésbica nascida em 1944; Cassandra Rios, lésbica escritora nascida em 1932, que foi perseguida durante a ditadura brasileira e teve mais de 20 publicações censuradas; Vange Leonel, lésbica paulistana, cantora, escritora, compositora e ativista nascida em 1963; Leci Brandão, lésbica negra, sambista brasileira nascida em 1944, que estampou uma capa do *Jornal Lampião da Esquina*, falando abertamente sobre sua homossexualidade em um meio de comunicação.

Algumas dessas mulheres lésbicas citadas não tem necessariamente um ativismo político institucionalizado, vinculado a um movimento social organizado, mas quando entendemos a lesbianidade como um posicionamento político, consideramos que o seu fazer artístico está engendrado pelo seu fazer político, pois a própria lesbianidade incorpora uma proposta teórica e política. Penso também, em como essas artistas lésbicas, ao lançarem suas criações para a

contemplação, inspiram provocações e tensionamentos, pois os sujeitos que se aproximam das produções também consideram as posições ocupadas pelas mulheres que as criam, que ao se afirmarem lésbicas, aguçam o envolvimento crítico, o engajamento político, ativando de modos de ver e viver o mundo.

Considerações finais

Nesse primeiro exercício de sistematização de informações produzidas a partir da revisão de literatura, identificamos que uma das características das produções artivistas é pensar, a partir da articulação entre arte e ativismo político, maneiras de promover a transformação social através da expressão visual, sonora, performática, entre outras linguagens que contam histórias na primeira pessoa. Quando somados as formas de sexualidades insurgentes, as linguagens estéticas ganham status de manifesto contrassexual (PRECIADO, 2014), materializando, dando forma, voz, cores e movimentos as experiências que desafiam a heterossexualidade compulsória, criando maneiras outras de ver e viver no mundo, de expressar os desejos sexuais, de visibilizar o prazer como constitutivo da nossa corporeidade mas também da nossa subjetividade.

Vale ressaltar que algumas produções artísticas lésbicas talvez não reconheçam ou não se identifiquem a partir de seu potencial de produção de mudanças sociais e/ou políticas, ao gritar por meio das artes suas existências, promoveram ressonâncias que reverberam nos modos de se pensar lésbi nos diferentes contextos socioculturais. Atualmente temos uma diversidade de artivistas lesbofeministas que têm produzido conteúdos visuais e performáticos como fanzines, pichações, fotografias, autorretratos, videoart, escrevivências, entre outros, essas artivistas estão nas acadêmias, na literatura, no audiovisual, nos Slams, e devido a pandemia estão principalmente nas redes sociais, divulgando seus trabalhos e organizando eventos virtuais, exposições e encontros, produzindo artivismos, conhecimento e possibilidades de viver.

Referências

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BLACKWOOD, E. "Tombois in West Sumatra: constructing masculinity and erotic desire". In: Saskia Wieringa y Evelyn Blackwood. Ed.: Same sex relations and female desires. Transgender practices across cultures. New York: Columbia University Press, pp. 181 -205, 1999.

CAMPOS, N.C. A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, C.P. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

FALQUET, J. Breve Reseña de Algunas Teorías Lésbicas. México, Ed.: fem-e-libros, 2004. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/lesbianismojules-falquet>.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

LANG, S. "Lesbians, Men-Women and Two-Spirits: Homosexuality and Gender in Native American Cultures". In: Saskia Wieringa and Evelyn Blackwood. Ed.: Same sex relations and female desires. Transgender practices across cultures. New York: Columbia University Press, pp. 91-118, 1999.

LESSA, Patrícia: Feminismo Lesbiano em Monique Wittig. Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, n.7, Dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2154>.

LORDE, A. Irmão outsider: Ensaios e conferências. Tradução. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MOGROVEJO, N. Un amor que se atrevió a decir su nombre. La lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. México: Plaza y Valdés, CDAHL, 2000.

MORAGA, C. CASTILHO, A. Esta puente, mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos, Tradução: CASTILLO, A. ALARCÓN, A. Ed.: Ism Press, San Francisco, 1988.

NAVARRO-SWAIN, T. O que é lesbianismo?. São Paulo. Ed.: Brasiliense, 2000.

PRECIADO, B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos de Arte e Antropologia, v.4, n.2, p.3-12, 2015.

RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Revista Bagoas, n.05, p.17-44. 2010. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf.

ROJA, Z.O. Ética lésbica criativa e atrativa. Tradução Pâmela Maria. 2018. Disponível em: <https://cirandabruta.noblogs.org/page/2/>.

SILVA, M.M.T. A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife-PE. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação/ Direitos Humanos, 2017.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pósconstrucionista. Psicologia & Sociedade, 15 (2), p. 18 -42, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.

WITTIG, M. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Tradução Javier Sáez e Paco Vidarte. Editorial EGALES, 2006. Disponível em: <https://heresialesbica.noblogs.org/biblioteca-2/>.

Uma Declaração Negra Feminista– A Coletiva Rio Combahee, 1977. Disponível em: <https://heresialesbica.noblogs.org/biblioteca-2/>.

LEVANTES FEMINISTAS E TRANSFEMINISTAS EM REDES NO BRASIL: LUTAR OU SUCUMBIR À BARBÁRIE?

Ana Paula Leite Nascimento

Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Pós-doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, paulajcbrasil@yahoo.com.br

Maria Helena Santana Cruz

Professora orientadora: Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA; Pós-doutora pelo Curso de Sociologia da Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, helenacruz@uol.com.br

Resumo

O trabalho problematizou a emergência e a efervescência dos levantes feministas e transfeministas em redes no Brasil; refletiu a respeito das relações e mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo; e identificou pautas reivindicatórias e marcadores interseccionais que mobilizam as lutas sociais feministas e transfeministas nas redes e nas ruas. As teorias críticas, feministas e transfeministas ampararam o estudo; constituindo-se uma pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis. O materialismo histórico dialético transversalizou a pesquisa, a qual apresentou natureza qualitativa. Realizou-se levantamento bibliográfico para subsidiar a fundamentação e as análises dos dados acessados nas redes sociais. Confirmamos que a relação entre os feminismos, os transfeminismos e as mídias sociais fortalece a atuação dos levantes feministas e transfeministas.

Palavras-chave: Gênero, Feminismos, Transfeminismos, Ciberativismo, Lutas sociais.

Introdução

Os feminismos e os transfeminismos têm construído legados históricos mundialmente do ponto de vista teórico e da práxis, isso porque suas referências se espalham como contributos em teorias feministas e transfeministas, e em levantes feministas e transfeministas que atravessam as fronteiras globais, consideradas suas manifestações na particularidade brasileira.

Esse estudo problematiza a emergência e a efervescência dos levantes feministas e transfeministas em redes no Brasil, nos marcos da Primavera Feminista, buscando refletir sobre as relações e as mediações entre os feminismos, os transfeminismos e o ciberativismo. Nessa direção, intenciona identificar pautas reivindicatórias e categorias/marcadores interseccionais que mobilizam as lutas sociais feministas e transfeministas em redes e na ocupação das ruas.

Metodologia

Fundamenta-se em teorias críticas, feministas e transfeministas, que embasaram a trilha da investigação e as análises dos dados. Configura-se como uma pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis sociopolítica, dada a processualidade dialética que conduziu o exercício de reflexão teórica e as práticas das lutas sociais.

O estudo referenciou-se no materialismo histórico dialético, considerando a realidade em suas dimensões objetivas e subjetivas que perpassam o cotidiano de vida das mulheres, assim como as pautas que instrumentalizam suas reivindicações e levantes.

A pesquisa possui natureza quali-quantitativa, respaldada em levantamento bibliográfico, coleta e produção de dados nas redes sociais do Facebook, do Instagram e do Twitter. Os pressupostos teórico-analíticos orientaram o processo investigativo; o arcabouço referencial do trabalho; a organização, exposição e as análises dos dados.

Referencial teórico

Tecemos aqui as relações e mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo. Partimos da premissa de que “o feminismo,

como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina”. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 24).

A consciência feminista continua a se desenvolver dia após dia, com elaborações teóricas e práxis social e política com lutas cotidianas que reafirmam direitos em diferentes dimensões, políticas públicas e melhores condições de vida às mulheres. Na diversidade de manifestações, consideradas as especificidades do processo, as rupturas podem alimentar ideias e ações de cariz revolucionário como fundantes e geradoras de um novo projeto societário, sem exploração e opressão de classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros marcadores sociais.

No dizer de bell hooks (2019, p. 17), o feminismo é “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão”. O feminismo suplanta a configuração de movimento único, pois há uma pluralidade semiótica do feminismo. Como não há uma corrente teórica única do pensamento feminista, adota-se o termo feminismos pela diversidade de correntes teóricas que contribuem, a partir de teorias gerais, para a compreensão do porquê e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade, além de incidir em processos de transformação dessa realidade. Nesse horizonte, os feminismos encampam bandeiras, reivindicações e lutas diversas. (JESUS, 2018).

Os feminismos comportam o transfeminismo, o qual se caracteriza como pensamento e práxis feminista que se encontra em metodologia de construção: “[...] é uma literatura de fronteira. De no máximo cinco anos de desenvolvimento por estas paragens brasileiras, e que por isso mesmo estão sendo delineados os seus horizontes teóricos e éticos”. (JESUS, 2014a, p. 6). Registra-se que

[...] o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela *internet*, anuncia-se em *blogs* e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos

não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (JESUS, 2014a, p. 5, grifos originais).

Sua base é intensamente forjada na internet e é legatário dos fundamentos políticos alicerçado no processo de consciência política e resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não binárias, *crossdressers*, e outros humanos inominados); e dos fundamentos e das contribuições teórico-práticas do feminismo negro, particularmente do princípio da interseccionalidade, da não hierarquia de opressões, da denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres, das falas das pessoas historicamente oprimidas e do questionamento do conceito de mulher do qual se apropriam as feministas brancas. (JESUS, 2014a; JESUS, 2018).

Feminismos que não incluem as mulheres trans são (re)produtores de discursos e práticas que reforçam as relações de poder e dão coro às opressões de gênero, além de se mostrarem contraditórios na defesa de bandeiras pelo fim das violências e opressões de gênero. Feminismos com essa formatação precisam ser questionados e revistos para recuperar a criticidade dos seus fundamentos, ampliar a representação e concepção do construto mulheres, alargar as bandeiras e suplantar as contradições que os moldam a ponto de estarem equivocadamente reduzindo às mulheres ao aspecto biológico. Denunciar e se contrapor a isso se mostram necessários, porque

[...] não incluir [...] mulheres trans com a justificativa de que elas não são mulheres reforça aquilo que o movimento tanto combate e que Beauvoir refutou tão brilhantemente em 1949: a biologização da mulher, ou a criação de um destino biológico. Se não se nasce mulher, se ser mulher é um construto, se o gênero é performance (em termos butlerianos), não faz sentido a exclusão das trans como sujeitos do feminismo. O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade

sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (RIBEIRO, 2018, p. 30-31).

O transfeminismo é também múltiplo, logo,

[...] como em qualquer dos feminismos, também o transfeminismo não pode ser entendido como único, porém, de forma genérica, pode-se entender que há princípios sem os quais uma determinada linha de pensamento do feminismo não pode ser considerado transfeminista: 1. redefinição da equiparação entre gênero e biologia; 2. reiteração do caráter interacional das opressões; 3. reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgêneros de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e 4. validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero. (JESUS, 2014b, p. 249).

Cabe salientar que “a noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual”. (JESUS, 2014a, p. 13). A potência do transfeminismo se revela nos fundamentos teóricos, como campo do conhecimento em construção, e na práxis sociopolítica para as lutas e os enfrentamentos cotidianos ao legitimar as existências da pluralidade e diversidade das identidades de gênero, além do reconhecimento das opressões interseccionadas sofridas pelos corpos com identidades, expressões e performances que subvertem e (r)existem dissidentes às normas e regulações sexistas, racistas. Nessa linha de discussão e contributo analítico, Jesus e Alves (2010, p. 15) ressaltam que

[...] o transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível.

A apropriação do conceito de gênero contribui nos processos de formação política, da consciência crítica e das lutas feministas e transfeministas por incidir em rupturas do determinismo biológico, que fundamenta as opressões, violências e desigualdades de gênero. Apesar da frequente recorrência às correntes biológicas, é incontestável as mudanças, até mesmo as revoluções, provocadas pelo debate e pelas relações de gênero, isto é, da formação gendrada.

O debate sobre gênero, ao apontar novas concepções, trouxe explicações e interpretações que provocaram (e provocam) micro e macrorrevoluções mediadas e integradas às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Os questionamentos e as revoltas instigados pelos feminismos contemporâneos se manifestam nos espaços virtuais e nas ruas. Parte deles, embora vistos nas ruas eventualmente, nascem na internet, nas redes sociais, no mundo virtual, com frutos no mundo físico chegando a transformar o contexto da realidade. Tais processos impactam diretamente na constituição subjetiva de indivíduos e grupos sociais, resultando em reavaliação e apropriação de valores e práticas. (JESUS, 2018; JESUS, 2013).

Enquanto “espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade”. (JESUS, 2018, p. 14). Insta salientar que esses contradiscursos são potentes e “reafirmam os aspectos mais inclusivos dos feminismos interseccionais”. (JESUS, 2018, p. 14).

A partir dos anos 2000 vislumbra-se a chegada da internet no Brasil. Ao comparar a sua inauguração, popularização e domínio do ciberespaço com outros países da Europa, Oceania e América do

Norte, a experiência na América Latina e no Brasil é tardia. Mas, mesmo assim, conseguiu produzir mudanças significativas nas formas de comunicação, interação e ainda na atuação militante das feministas e transfeministas, processo que se vivencia até os dias de hoje. No Brasil, aconteceram campanhas expressivas a partir de 2010, que foram encabeçadas por páginas feministas e transfeministas, ligadas às redes sociais como o Facebook e o Twitter, com abordagens de assuntos sobre assédio, abuso sexual, machismo, misoginia, transmisoginia, entre outros conteúdos. As campanhas apresentavam pautas e temáticas transformadas em hashtags ou publicadas de outra maneira em qualquer outro espaço disponibilizado na rede. As hashtags #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas protagonizaram campanhas que conseguiram mobilizar milhares de mulheres, as quais compartilharam suas experiências para mostrar, bem como denunciar, episódios de machismo, abuso sexual e misoginia. Ao ganharem espaço e grande adesão, demonstraram a função das ferramentas digitais das redes sociais, comprovada mediante o alcance dessas campanhas, ademais, contribuiu para a interconexão das mulheres de várias cidades do país por meio de seus comentários e histórias que foram compartilhadas, até viralizadas. (DUTRA, 2018).

Em 2015 a articulação e a mobilização on-line foram tão surpreendentes e em uma diversidade de frentes e pautas que a mídia batizou 2015 como o ano da Primavera das Mulheres, a Primavera Feminista, fazendo alusão à Primavera Árabe. Figurou, pois, como o ponto alto de uma mobilização físico-virtual crescente que se retroalimentava dos acontecimentos e fenômenos que provocaram e instigaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas. As identidades feministas e transfeministas se fortaleceram na medida em que muitas mulheres, ao exercitar o compartilhamento, estavam também a se identificar com os feminismos e os transfeminismos na rede, e isso foi responsável por traçar um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos que foram cultivados durante muito tempo em relação aos movimentos feministas e transfeministas. (NATANSOHN; REIS, 2017; BUITONI; LOPES, 2018; DUTRA, 2018).

As hashtags como aporte e estratégia no ativismo feminista e transfeminista via internet têm, cada vez mais, se instituído e gerado

[...] algumas das experiências mais bem-sucedidas de mobilização no campo, assumindo sentidos diversos. Elas ora contribuem para fazer pressão junto ao poder

público no processo de tomada de decisões, ora servem para dar visibilidade a causas da militância, ora se traduzem em campanhas de conscientização no campo das relações de gênero, ora ajudam a sistematizar dados que referendem políticas públicas e, não menos importante, servem para promover encontros, partilhas de experiências e facilitar a solidariedade. (NATANSOHN; REIS, 2017, p. 119).

Nessa trilha, a organização e as lutas sociais das mulheres são mediadas pelas redes e potencializadas pelo ciberativismo, o qual caracteriza-se como

[...] uma forma de protestar, convocar passeatas, defender determinada causa, reclamar direitos utilizando como “lugar” dessas atividades o ciberespaço. Agregando em comunidades virtuais pessoas com interesses comuns, mesmo que distantes, o ciberativismo cria grupos de ação on-line em prol de uma causa. O ciberativismo ganhou notoriedade com a mobilização através das redes a partir dos anos 2000, com os atos públicos convocados pela internet contra os efeitos da globalização capitalista e neoliberal. Desde então o ambiente virtual tornou-se fértil à tal atividade, visto não apresentar controle centralizado, dando uma margem mais elástica tanto para liberdade de expressão, quanto para pautas de grupos marginalizados ignorados pelo Estado. (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 10).

Certifica-se que “[...] a internet mudou a forma de organização do ativismo feminista [e transfeminista] [...]. As pautas feministas [e transfeministas] prevalecem e encontraram no ciberespaço um meio de propagação”. (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 5). Com o advento da internet mudam-se as formas de comunicação, interação e ainda de organização social e política, tendo em vista que as comunidades virtuais potencializaram os agrupamentos e movimentos de mulheres. Nesse quadro, ganha força o ciberativismo, o qual elegemos como centralidade da análise no processo de investigação, inventariando e visibilizando a diversidade do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil.

Resultados e discussão

No processo investigativo, constatamos diferentes meios e estratégias de organização e mobilização dos levantes feministas e transfeministas mediadas pelas redes. O ciberfeminismo, configurado como movimento social, “[...] consegue ressignificar elementos [dos feminismos e transfeminismos] a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres”. (DUTRA, 2018, p. 25, supressão nossa). E, sem dúvidas, “extrapolar as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião, raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir”. (DUTRA, 2018, p. 25).

No intuito de esboçar o quadro do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil, procedemos ao levantamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter a partir dos descritores: *Marcha*; *Frente Feminista*; *Frente Transfeminista*; *Coletivo Feminista*; *Coletivo Transfeminista*. Quanto às páginas do descritor *Marcha*, selecionamos apenas aquelas que apresentaram ligações com as pautas feministas e transfeministas. Todos os perfis mapeados mediante os descritores citados foram considerados pelo critério de ser uma página brasileira.

As redes sociais contabilizaram o total de 438 páginas, sendo 434 perfis feministas, equivalente a 99,1%; e apenas 4 transfeministas correspondentes a 0,9%. A maior expressão foi entre os Coletivos, com 295, representando 67,3%; nas Frentes, somou-se 98, perfazendo 22,4%; e a menor soma se deu nas Marchas, calculando 45, atingindo somente 10,3%. Os perfis identificados foram criados no período de 2009 a 2020. Do total de páginas, foi majoritário o quantitativo no Facebook com 376 perfis, relativo a 85,8%; o Instagram teve 48 páginas, ou seja, 11%; e, no Twitter, apenas 14 perfis, totalizando 3,2%. Para esse levantamento, localizamos e mapeamos os perfis independentemente do ano de sua criação, a fim de caracterizar o cenário do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil.

Na apresentação do crescimento dos movimentos e levantes feministas e transfeministas em redes nas categorias *Marcha*, *Frente* e *Coletivo*, selecionamos apenas as páginas criadas entre 2015 e 2020, considerando o marco da Primavera Feminista. No ano de 2015, foram criados 61 perfis feministas e transfeministas entre as redes sociais Twitter, Instagram e Facebook: 9 Marchas (14,7%), 12 Frentes (19,7%)

e 40 Coletivos (65,6%). Em 2016, somaram 76 páginas: 2 Marchas (3%), 17 Frentes (22%) e 57 Coletivos (75%). O ano de 2017 teve 54 perfis: 4 Marchas (7%), 16 Frentes (30%) e 34 Coletivos (63%). No ano 2018, totalizou-se 67 páginas: 3 Marchas (4,5%), 17 Frentes (25,4%) e 47 Coletivos (70,1%). O ano de 2019 aglutinou 52 perfis: 3 Marchas (6%), 10 Frentes (19%) e 39 Coletivos (75%). Em 2020, criaram 34 páginas: 4 Frentes (12%) e 30 Coletivos (88%).

De 2015 a 2020 foram contabilizados 344 perfis: 21 Marchas, correspondentes a 6,1%; 76 Frentes, equivalendo-se ao total de 22,1%; e 247 Coletivos, somando 71,8%. As páginas com maior número de criação estão na categoria *Coletivos*, mas o ciberativismo ocorre articulado ao conjunto de perfis das *Marchas* e *Frentes* pesquisados, bem como outras categorizações que não foram mapeadas nesse estudo.

Ao somar o quantitativo de páginas criadas no período de 2015 a 2020 e relacionar com o número que existia em 2015, constatamos, em 2020, que houve crescimento dos movimentos no âmbito do ciberativismo feminista e transfeminista. Nas Marchas, saiu de nove para 21 perfis, apontando um crescimento de 133%; nas Frentes, foi de 12 para 76 páginas, acumulando aumento percentual de 533%; nos Coletivos, haviam 40 e somaram 247 perfis, chegando ao crescimento de 518%. Comparando-se os dados da porcentagem total, em 2015, o número de 61 páginas evoluiu para 344 perfis em 2020, calculando um aumento de 464% no ciberativismo.

No mapeamento dos descritores *Coletivo feminista* e *Coletivo transfeminista* tivemos ciência que a criação dos perfis foi no período entre 2011 e 2020. Localizamos 295 Coletivos, com 99% (293) de páginas feministas e somente 1% transfeminista (2). O número de seguidoras/es varia de 49.547 mil com maior alcance e 2, o seu menor. Encontramos 14 perfis com mais adesão: Cunhã Coletivo Feminista; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Coletivo Feminista Rosa Lilás; Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Nacional; Humaniza Coletivo Feminista - Violência Obstétrica Manaus; Coletiva Feminista Radical Matinta; Coletivo Feminista Rosa Lilás Sorocaba; Coletivo Feminista Carolina de Jesus; Coletivo Feminista Flores de Frida; Coletivo Feminista S Saúde; Coletivo Feminista Helen Keller; Coletivo Feminista Classista Marielle Franco; Coletivo Feminista Unigranrio; e Bancada Feminista do PSOL.

Pelos descritores *Frente feminista* e *Frente transfeminista* vimos somente páginas feministas, com os perfis criados no intervalo que

compreende 2012 a 2020. O total foi de 98 Frentes, sendo 100% dos perfis feministas. O número de seguidoras/es contabiliza o máximo 10.867 mil e o mínimo 17. Observamos maior alcance em nove páginas: Frente Feminista da PUC-SP; Frente Feminista Casperiana Lisandra; Frente Feminista USP; Frente Feminista Mackenzista; Frente Feminista Universitária de São Paulo; As Amazonas; Frente Feminista de Londrina - 8M Londrina; Frente Feminista de Londrina; e Frente Feminista Abolicionista.

Na pesquisa com o descritor *Marcha* notamos perfis criados no ínterim entre 2009 e 2020. Foram 45 Marchas: somando 96% de páginas feministas (43) e 4% transfeministas (2). A adesão das/os seguidoras/es varia de 22 mil a 191. Não constatamos a criação de páginas nos anos de 2010 e 2020. Os perfis que abarcaram mais adesão foram treze, quais sejam: Marcha Mundial das Mulheres; Marcha das Vadias de Brasília; Marcha das Vadias Curitiba; Marcha das Vadias Sampa; Marcha das Vadias Belo Horizonte; Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro – ES; Marcha das Mulheres Negras de São Paulo; Marcha da Negritude Catarinense; Marcha do Empoderamento Crespo; Marcha do Orgulho Trans; e Marcha das Mulheres Negras SP.

No levantamento que realizamos nas redes sociais, averiguamos levantes feministas e transfeministas que mobilizaram as mulheres através das redes sociais e também ocuparam as ruas do Brasil, dos quais listaremos aqui dez, mesmo que seja apenas em caráter de indicação dos nomes: Marcha Mundial das Mulheres (MMM/Brasil); Marcha das Mulheres Negras; Marcha das Margaridas; Marcha das Vadias (Brasil); Marcha do Orgulho Trans; Marcha das Mulheres Indígenas; Marcha das Mulheres Lésbicas e Bissexuais; Mulheres na Ciência; Mulheres na Política; e Mulheres Unidas contra Bolsonaro.

Ainda sobre as experiências dos movimentos e manifestos feministas e transfeministas em rede no Brasil, vale citar, embora de forma breve, agrupamentos de mulheres com mobilizações e participação por meio de comunidades virtuais, a exemplo da construção de blogs, comunidades, sites, páginas feministas e transfeministas, como os seguintes: Transfeminismo; Travesti Reflexiva; Quebrando Tabu; Geledés Instituto da Mulher Negra; A Ponte Para Pretxs!; Mulheres Unidas Contra Bolsonaro; Blogueiras Feministas; Blogueiras Negras;

e Empodere Duas Mulheres. (JESUS, 2014b; JESUS, 2018; OLIVEIRA; SILVA, 2016; PAULINO; PAULINO, 2019).

O ciberativismo rompe as fronteiras limítrofes, antes impeditivas das partilhas de experiências organizativas, combativas e propositivas das mulheres de diferentes continentes, países e até regiões no mesmo país. Muitas atividades e ações internacionais, nacionais e regionais são articuladas pelas mulheres no ciberespaço e ganham potência e visibilidade também nas ruas. Sabe-se que movimentos eclodiram nas redes em outros países e agregaram, através das redes, movimentos e atuação feministas e transfeministas no cenário brasileiro. Os levantes pelo país e mundo afora comprovam que “[...] atualmente o papel do ciberativismo é essencial para a divulgação das demandas feministas [e transfeministas]” (PAULINO; PAULINO, 2019, p. 8) e para as lutas sociais feministas e transfeministas.

O agravamento das expressões da questão social, a agudização das opressões e explorações, a intensificação das violências e os avanços do conservadorismo e da plataforma fascista são manifestações concretas da barbárie relacionadas aos sistemas patriarcal, capitalista, racista, heterossexista. Essa barbárie afeta sobremaneira a vida em sociedade, muito mais as vidas das mulheres, com rebatimentos maiores ao cotidiano e às vidas das mulheres negras, trans, lésbicas, periféricas, ao tempo em que provoca reação a partir da dimensão organizativa e reivindicativa.

A resistência e a reação das mulheres subsidiadas pelo potencial organizativo, formativo e combativo dos movimentos e grupos feministas e transfeministas traduzem o grau de importância dos feminismos e transfeminismos, considerando suas diversidades identitárias e políticas, suas estratégias de organização e atuação, suas agendas de lutas e reivindicações. As tecnologias se instituem como mecanismos que potencializam e oxigenam a capacidade e as habilidades organizativas de articulação, resistências e enfrentamentos, confirmando, pois, que as relações e as mediações entre feminismos, transfeminismos e ciberativismo, ou seja, as mídias sociais fortalecem a atuação dos levantes feministas e transfeministas. Desta feita, a

[...] emergência de coletivos de jovens feministas [e transfeministas] [indica] que [os feminismos e transfeminismos] [continuam relevantes] para as novas gerações, que se organizam a partir de identidades políticas variadas, diferentes graus de

institucionalização e de expressão. [...]. Em sua diversidade, tais novas gerações constituem-se tendo as novas tecnologias como importantes ferramentas de divulgação, de renovação e diálogo. [...]. (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 799).

Apreender as particularidades e as similitudes identitárias e das demandas pautadas por movimentos de mulheres se impõe como central para dar potência à capacidade organizativa, participativa e reivindicatória dos diferentes grupos de mulheres que apresentam demandas e pautas singulares, mas que, ao mesmo tempo, exponenciam consensos em defesa de pautas que se colocam na ordem do dia para rupturas e enfrentamentos às opressões, explorações e violências a que as mulheres ainda são submetidas cotidianamente. Isso exige um processo de dupla dimensão na vida cotidiana: primeiro, o desenvolvimento de identidades políticas feministas e transfeministas; e, segundo, o fortalecimento de consciências reivindicatórias.

Considerações finais

A pesquisa nos deu elementos não apenas para inventariar mobilizações articuladas pelas mulheres, mas, sobretudo, visibilizar estratégias construídas pelos levantes feministas e transfeministas como possibilidades concretas de debates sobre as opressões, explorações e violências que estão submetidas; e tornar ainda mais visíveis as formas de dar concretude à práxis das lutas sociais travadas e protagonizadas, pois o enfrentamento aos sistemas patriarcal, capitalista, racista e heterossexista ergue-se enquanto horizonte cotidiano como mote para sobreviver a toda essa barbárie.

Apresentou relevância social e acadêmica pelas reflexões e contribuições aos movimentos sociais feministas e transfeministas ao expor formas organizativas e estratégias de mobilização mediadas pelas redes sociais, traduzindo a potência do ciberativismo para oxigenar os levantes feministas e transfeministas. Ao conhecer as páginas e perfis das Frentes, dos Coletivos e das Marchas Feministas e Transfeministas observamos que a multiplicidade e a diversidade do construto mulheres não anula as possibilidades de unidade entre as mulheres, as mobilizações e as muitas pautas interseccionadas por marcadores de classe, raça, sexualidade, entre outros, que determinam estruturalmente as formas de opressões, explorações e violências.

Na medida em que se oxigenam as identidades políticas feministas e transfeministas, respeitadas as diversidades, igualmente se fortalecem as consciências reivindicatórias e as pautas que impulsionam a militância e as lutas sociais como mecanismo de enfrentamentos e proposições face à barbárie do capital com a agudização das expressões da questão social e o agravamento das violências e opressões de gênero, as quais ameaçam e ceifam as existências feministas e transfeministas. Não obstante os limites desse estudo, enquanto pesquisa que demanda maior aprofundamento, podemos afirmar que indica estratégias de enfrentamento e subsídio para a (re)formulação de políticas sociais que podem traduzir-se como respostas a algumas das demandas que aparecem como mote nas lutas sociais feministas e transfeministas.

Referências

BITTONI, Dulcília Schroeder; LOPES, Martha. “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018, p. 21-40. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24613/16005>. Acesso em: 19 fev. 2021.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. Introdução - O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 43-60.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2018, p. 19-31. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384/17906>. Acesso em: 19 fev. 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. **Psicologia Sociedade** [online], v. 25, n. 3, 2013, p. 493-503.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/03.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de [et. al.]. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística** [online], n. 78, 2014b, p. 241-257. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n78/n78a11.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 1, 2018, p. 5-24. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87/48>. Acesso em: 17 fev. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. #Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010, p. 8-19. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. **Triade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, 2017, p. 113-130. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3096/2817>. Acesso em: 13 fev. 2021.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de; SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da. Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1, 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2016, p. 796- Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6079/5092>. Acesso em: dez. 2019.

PAULINO, Simone Campos; PAULINO, Silvia Campos. #EleNão: reflexões sobre ciberativismo feminista no Brasil nas eleições presidenciais

de 2018. **Revista Acadêmica Magistro**, v. 1, n. 19, p.1-17. 2019.
Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/5528/29>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOVIMENTO LGBTI+ NO VALE DO JEQUITINHONHA: QUANDO UNIVERSIDADE, ARTE DRAG E ARTE POPULAR SE ENCONTRAM

Jean Paulo Silva Gabriel

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
jeanpsgabriel@gmail.com;*

Josélia Barroso Queiroz Lima

*Orientadora. Professora da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades,
da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM,
joseliabqlima@gmail.com.*

Resumo

O movimento LGBTI+ no Vale do Jequitinhonha se dá junto à existência do grupo de drag queens “As Bleyblayds” que “nascem” dentro do FESTIVALE, um importante festival de arte popular da região. Analisando a trajetória desse movimento social pelas pautas da diversidade sexual percebe-se a importância que a Universidade Pública exerceu e exerce nessas dinâmicas. através do projeto Polo Jequitinhonha da Universidade Federal de Minas Gerais as drags do grupo conseguiram ferramentas para perceber a sua influência na região e assim se articular em torno de pautas políticas concretas, conseguindo eleger figuras representativas, aprovar leis e aumentar sua inserção na região. E depois com a criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri diversos sujeitos do Jequitinhonha passam a acessar políticas públicas, possibilitando que a trajetória desse movimento fosse analisada e narrada, se tornando produto científico e trazendo para a academia as fissuras que são abertas quando essas relações acontecem em uma região marcada pelos ativismos, pela presença dos movimentos sociais

e pelo esquecimento do estado. O texto é fruto das pesquisas de conclusão de curso do autor, que estudou e escreveu pela primeira vez sobre o movimento LGBTI+ na região, descobrindo o pioneirismo do grupo drag mencionado e do projeto de mestrado, ainda em execução. Dá-se através de análise documental e entrevista em um esforço interdisciplinar que se beneficia das contribuições marxistas, feministas e queer, pretendendo contribuir com os estudos das áreas de gênero, ativismos, ruralidade e movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimento LGBT, Drag Queen, Vale do Jequitinhonha, Universidade Pública

Introdução

Este texto é fruto da pesquisa empenhada durante o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri do autor. Para tal, utiliza resultados da pesquisa: “Arrasou Blayblayd’s”: trajetórias, visibilidades e resistências drag no(s) Vale(s) do Jequitinhonha, registrada e aprovada no Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Durante o 34º FESTIVALE, vivido no ano de 2017, na cidade de Felício dos Santos, em Minas Gerais, um grupo se destacou entre a programação, quer fosse pelas conquistas políticas mencionadas com orgulho ao longo das mesas do evento, em prol de maior cidadania para a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e outras múltiplas vivências possíveis da experiência da sexualidade, a qual corresponde a sigla LGBTI+, na região, quer fosse pela performance que punham em movimento durante a noite. Saltos, perucas, maquiagens, enchimentos, cílios pos-tiços e gritos, cada vez mais volumosos: “Arrasou, Blayblayd’s!”.

No contato com a apresentação do grupo, um duplo estranhamento foi possibilitado, pois, (1) eram drags em um festival de arte popular, com notável espaço e reconhecimento, (2) porém drags no interior da cultura gay, onde se encontra o autor, sempre emergem como figuras urbanas, estando, quase em totalidade, ligadas às histórias dos clubs e boates. O que gerou a pergunta que mobiliza nossas investigações: como se configura, então, o movimento drag no interior desse festival, em face ao próprio festival, e frente às conquistas políticas ligadas ao grupo e expressa na narrativa de seus membros?

Assim surgiu a curiosidade e admiração que mais tarde se materializaram na pesquisa, e conseqüentemente neste trabalho. Tal grupo, festival, e investigação se inserem na região do Vale do Jequitinhonha, e não há outro ponto de partida possível aqui senão traçar um breve histórico do lugar e os conflitos que o atravessam, que de uma maneira ou outra relacionam se diretamente com o fenômeno do grupo investigado e suas vivências.

Eduardo Galeano (2009), ao versar sobre a América Latina, no posfácio d’As Veias Abertas da América Latina aponta que “o

subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio” (p.364).

O Vale do Jequitinhonha se localiza na região nordeste de Minas Gerais, com 80 municípios, onde vivem cerca de um milhão de pessoas. Normalmente é “dividido” em três outras partes, o alto Jequitinhonha, médio Jequitinhonha e baixo Jequitinhonha. O nome é relacionado ao Rio Jequitinhonha, que atravessa o perímetro. A colonização da região teria se dado no conflito entre colonizador, e os grupos que já ocupavam a terra, como os povos Maxakali, Aranã, e outros. Postos em contato com os escravos trazidos para exploração da terra. Alguns estudos privilegiam a arte como traço identitário do Vale, dado esse intercâmbio cultural protagonizado na região (SOARES, 1997; JUNIOR, 2012). Os processos vivenciados seguem em curso no século XIX e se agudizam no século XX, havendo resistências e contraposições, como a atuação dos movimentos sociais, que estando em contato mais direto com as pessoas conseguem articular possibilidades diante das necessidades dos grupos, comunidades, classes. Gohn (1997) pontua que, a ação coletiva e atuação dos movimentos sociais se dão por demandas na medida em que há necessidades, carências de algo, no âmbito social, político, cultural, e econômico, “as carências podem ser de bens materiais simbólicos” (p. 256). As lutas por questões identitárias, por exemplo, situam-se no plano do simbólico. A autora postula ainda que, “[o] triunfo maior dessas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinam relações sociais existentes” (p. 256).

Assim, situamos o grupo Blayblayd's como um movimento social que luta por bens materiais simbólicos no contexto sociocultural do Vale do Jequitinhonha, predominantemente rural, cuja população atua nos setores primários de trabalho. A partir da ótica dos indicadores socioeconômicos, a narrativa sobre a região é ainda caracterizada por evidenciar a pobreza, levando em consideração a disparidade entre os números postos em comparação com outras regiões do estado, construindo o estigma de “Vale da pobreza”, que carece de desenvolvimento.

A lógica do desenvolvimento opera diretamente nas dinâmicas que constituem a região, simbólica e culturalmente, resultando em medidas que afetam a vida dos moradores daqui. O Vale do Jequitinhonha é marcado pelos processos históricos que o

atravessaram, sobretudo por essa lógica. Santos (2016) aponta que as medidas econômicas aplicadas na região fazem uso de “uma justificativa para “desenvolver” o Vale da “pobreza”.”(p. 17). A aplicação de macropolíticas, sobretudo no âmbito econômico, nem sempre ecoa nas vidas que se constroem por aqui, a autora ainda pontua que “no entanto, a referida visão se revela contrária a partir de dados empíricos, onde nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da mesma visão dominante de desenvolvimento” e defende que muitas vezes os habitantes “não querem mudanças nos seus modos de vida por projetos de desenvolvimento” (p. 17).

Neste sentido tomamos o FESTIVALE como um espaço que desde os primórdios de sua institucionalização acaba por representar uma subversão a estas normas, se dá enquanto um espaço para refletir sobre as dinâmicas da cultura popular, sua preservação, bem como forjar arranjos e ações de teor político, em âmbitos culturais, artísticos, ambientais. (HENRIQUES e SÃO PEDRO, 2004; JUNIOR, 2012).

O FESTIVALE objetiva divulgar, disseminar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do Jequitinhonha. Nascido nos anos 1980, através de filhos do Vale que estudavam na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sediada em Belo Horizonte (MG), foi pensado e promovido anualmente no Vale como estratégia de luta política. Nele, tem-se a percepção da desigualdade histórica que imprimiu ao Vale a situação de pobreza, e um instrumento de manutenção do clientelismo e do coronelismo político que permitia aos políticos conservadores leiloar o Vale do Jequitinhonha e garantir a manutenção de seus “currais” eleitorais. Se não era pela via das armas que a luta seria possível, seria pela via da educação e cultura que os filhos do Vale deveriam fazer a transformação social ante a violência do Estado e do mercado. Se o Estado e o capitalismo operam com genocídio, tortura, silenciamento, assassinato, sumiço, exploração, a busca pela mudança aqui se dá por outra via: em favor da vida, da alegria e da arte. Se o processo contínuo de acumulação primitiva mata e expulsa, o espaço apropriado pelo festival busca ir na contra-mão. (GABRIEL, 2020)

Metodologia

A pesquisa se insere no âmbito qualitativo, como sugere Chizzotti (2003), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes...” (p. 221), desse modo, cabe ao pesquisador buscar, via análise e interpretação, a construção de leituras sobre os processos que fundamentam determinadas concepções. Para Triviños (1987) “a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas [...]. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de nova busca de dados” (p. 131). A pesquisa qualitativa, ao priorizar a interação pesquisador e sujeitos, pressupõe que a produção de conhecimento requer múltiplos e diferentes recursos metodológicos, que, no entanto, não esgotam a complexidade do estudado, motivo pelo qual numa pesquisa qualitativa, os aspectos quantitativos também podem ser considerados (BARDIN, 1977; DEMO, 1998). Além do levantamento bibliográfico referente às temáticas abordadas, fizemos uso de material cedido pelo grupo, que rememora sua trajetória e entrevista semiestruturada por videoconferência. A análise dos dados foi feita através do método de análise de conteúdo.

Resultados e discussão

Jaqueline de Jesus (2012), defende que drag queen é aquele “(...) artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual” (2012, p.10). Em linhas gerais a arte de se vestir (ou montar) em drag versa exatamente sobre isso: uma arte. Manifestação artística que, embora difundida dentro da cultura voltada para o público LGBTQIA+, especialmente a cultura gay, não necessariamente está vinculada a orientação sexual, ou identificação de gênero do sujeito. No nosso país as primeiras manifestações já apareciam em meados dos anos 70, mas é nos anos 90 que se aglutinam, e se inserem em âmbito político, na construção de Paradas do Orgulho Homossexual, campanhas políticas, e ganham maior visibilidade. (TREVISAN, 2000. CHIDIAC e OUTRAMARI, 2004). Ressalta-se

que esse movimento artístico tem sua origem em espaços predominantemente urbano.

Os estudos de gênero contribuem significativamente para abordar a temática. Scott (2009) traz que as construções de gênero constituem formas hierárquicas de exercício do poder, sendo atribuído diferentes significados a depender do contexto em que estão inseridas. Butler (2003), nas contribuições para a teoria queer também traz importantes elementos para suscitar nossa análise, onde gênero, surge para a autora, em relação a uma identidade só passível de entendimento dada sua instabilidade, já que se constitui a partir da repetição de atos e normas, estando ligadas a uma temporalidade fugaz.

Louro (2009) sintetiza que,

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (p. 90)

A arte drag queen alia em si elementos tidos como masculinos e femininos na sociedade e se montam “em drag” física e psicologicamente, colocando em xeque os papéis de gênero concebidos na lógica heteronormativa. Estes papéis operam no nível do simbólico e no âmbito da vida dos sujeitos, ocasionando consequências diretas na qualidade e possibilidade de vida das populações não-heteronormativa.

Recentemente, o Brasil ganhou as manchetes mundiais após o Deputado, eleito no último pleito (2018), Jean Wyllys, assumidamente homossexual, comunicar sua desistência em assumir o cargo e sua partida do país, em função de ameaças de morte e violência que vinha recebendo com frequência, escancarando para o mundo a intolerância que o Brasil armazena em seu armário. Intolerância silenciada pela moralidade cristã e cordial, marcas de nossa memória patriarcal e colonial. O deputado travava uma disputa ferrenha pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ frente ao avanço notável da bancada conservadora no Congresso Nacional. Seu nome diversas vezes foi associado a polêmicas e fake news que estiveram no centro das narrativas da

disputa eleitoral do último período. Escolhemos Wyllys para iniciar este tópico haja vista que ele representava a única imagem assumidamente gay a ocupar um cargo no governo nacional, já que no Brasil corpos não heterossexuais costumam ocupar outros espaços, como o noticiário da TV, os boletins de ocorrência, os laudos do IML, e outros, tendo em vista se tratar do país que mais assassina pessoas LGBTQIA+ no mundo, de acordo com os dados anualmente coletados pelo Grupo Gay da Bahia, que apontam ter havido cerca de 158 mortes em 2004, ano de importante significado para o grupo, como será abordado em breve, e tendo aumentado para 445 mortes em 2017, ano referente ao último relatório divulgado pelo GGB.

Tendo em vista que a lógica na qual se fundamentam os direitos no Brasil obedece a norma binária heteronormativa, muitos direitos da população LGBTQIA+ não estão consolidados. Não há uma lei que vigore sobre a homo transfobia combatendo-a, ou punindo os crimes que tenham este cunho, por exemplo. E os reconhecimentos legais, como a união civil, acabam por não contemplar diversos setores da sigla, que se esforçam para serem reconhecidos enquanto dignos de questões básicas, como acesso ao nome social, uso não constrangedor do banheiro, no caso de Travestis e pessoas transsexuais, acesso às possibilidades afetivas, que chamam a atenção grupos de negros, gays afeminados, gordos, e outros, que no interior da comunidade ainda veem estruturas de opressão serem mantidas.

Deste modo historicamente coube a população levar a cabo o debate e a construção dessas conquistas, e o enfrentamento para ocupar lugares que lhes são negados. É pois, no debate e no enfrentamento do silenciado e do negado que se situa a existência do grupo Blayblayd's, no interior de uma região, ainda rural, como o Vale do Jequitinhonha. A existência do grupo e o processo investigativo sobre o mesmo, nos leva a reafirmar o que diz Tomanik (2004):

Aprender (ou reaprender) a pensar a sociedade como fruto do trabalho humano; passar a ver a si próprio como, ao mesmo tempo, produtor e produto do seu meio social e assim descobrir-se como capaz de participar não só das tarefas de execução, mas também das tomadas de decisões que envolvem a ele mesmo e ao seu grupo, é um processo educacional, tanto quanto, (ou talvez até mais que) a aquisição de habilidades ou de outros conhecimentos. (p.109)

Realizado o levantamento bibliográfico, feita a coleta da entrevista com o membro, e presidente do grupo atualmente, Abel Sicupira, ou Izza Monttérroh, quando se monta. Selecionamos alguns focos para análise dos conteúdos suscitados, sendo eles, (1) o surgimento do grupo; (2) preconceitos vivenciados e (3) a atuação militante do grupos e em outro tópico abordaremos (4) a atuação militante de seus membros.

É necessário estabelecer um distanciamento aqui. Se por um lado temos a relação do grupo de drag queens com o festival, por outro temos a atuação e militância política de seus membros, out of drag. Ainda que o grupo não realize tal diferenciação, denominando-se sempre As Blayblayd's; neste trabalho tal dicotomia é relevante para que possamos mensurar suas inserções dentro e fora do festival. E permite também perceber nas dinâmicas de atuação o compromisso da arte, e principalmente dos artistas, na construção de novas realidades possíveis, como defende Bakhtin (2003), quando diz que,

O poeta deve compreender que a sua poesia tem culpa pela prosa trivial da vida, e é bom que o homem da vida saiba que a sua falta de exigência e a falta de seriedade das suas questões vitais respondem pela esterilidade da arte. O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável. (p.4)

Os primeiros membros do grupo foram Alessandro Silva, Marcus Oliveira (in memorian) e Rônio Gomes. Abel, membro e atual presidente do grupo, pontua o que a participação no evento representa para eles, “é dentro do FESTIVALE que a gente tem essa liberdade de expressar quem é de verdade, tanto o que a gente é no dia a dia, quanto nossos personagens, que a gente tira dos baús e colocamos em praça, né?” no relato é evidenciado que os dias marcados pelo festival representam um momento de subversão da norma vigente de binarismos, que não possibilita a expressão de quem “se é de verdade”, dando aval para exercício “livre” de ser como, ou quem, se é, e a possibilidade de vazão para a linguagem artística da qual utilizam e que ficam armazenados até serem postos em curso n'outro FESTIVALE.

É necessário situar o leitor que no processo de entrevista eram suscitadas as memórias que remetiam a participação do grupo no festival, e pela história os conflitos e tensões políticas foram se revelando, apontando para outras dimensões do coletivo, como a função social por eles ocupadas, e não tendo sido hipotetizadas antes, já que as

referências drag, como já dito em outro momento do texto, remetem à cultura gay urbana. Na entrevista emerge a memória conservadora, patriarcal que silencia as outras possibilidades de expressão, negando-as, marginalizando-as, ou criminalizando-as. O fenômeno Blayblayd's situa-se dentro de um período social no qual o próprio Vale, ainda que contraditoriamente as políticas desenvolvimentista, se abre a democratização dos espaços sociais. Ocupar o festival é ocupar um espaço de direito negado a esses sujeitos. É possível interpretar que a permanência do grupo dentro do FESTIVALE não se deu de maneira pacífica, e junto ao movimento de se fazerem aceitas agregaram ao seu redor seguidores e admiradores e obrigando o festival a integrá-los à sua dinâmica, como veremos.

Junto às narrativas compartilhadas pelos representantes do grupo no 34º FESTIVALE, e que levou o interesse desta investigação, estavam algumas realizações de âmbito social e político, destaca-se a realização dos Seminários LGBT. Que permitem analisar o papel importante das políticas públicas voltadas para a educação e que mantém contato com o Vale, como a inserção da Universidade Federal de Minas Gerais, e o papel de mediação que executam ao reconhecer as demandas do grupo, e sua relação com a FECAJE. É importante lembrar o distanciamento necessário aqui: se dentro do festival o grupo é caracterizado pela montagem drag, ações como a realização do seminário se dão no âmbito out of drag do conjunto.

Se a primeira inserção do grupo se deu em 2004, é em 2009 que a dimensão simbólica ocupada começa a emergir. O portal da Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, traz em seu arquivo uma notícia de 5 de novembro de 2009, com a manchete: “Seminário trata de cidadania LGBT no Vale do Jequitinhonha”, se referindo ao seminário Direitos e Cidadania LGBT, que aconteceu na Câmara de Vereadores da cidade de Jequitinhonha, Minas Gerais, e destaca que a promoção do evento era iniciativa do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e pelo Nuh – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, visando “estimular a organização e a consolidação do movimento LGBT na região, com vistas a uma atuação politicamente relevante” (PORTAL UFMG). O evento contou com o apoio da Fecaje – Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha e da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha. A memória da realização deste evento foi revisitada por Abel, de quando o grupo ainda consolidava suas configurações,

Foi então a partir do reconhecimento de sujeitos políticos externos, a UFMG, que pode ser entendida como um direito social que se estende ao Vale, a partir da expansão da Universidade e de sua interiorização, que o grupo pôde perceber sua inserção, ocupando um lugar inédito em uma região carente de representantes da pauta. E com isso garantindo uma maior aceitabilidade por parte do festival. É importante refletir criticamente sobre o papel do festival, e as tentativas de censura compartilhadas pelo grupo. Já que nas estruturas internas que tornam as ações possíveis operam pessoas, que possuem este ou aquele valor moral, concebem esta ou aquela manifestação artística “mais” ou “menos” arte em detrimento de outra, são inúmeras as possibilidades que ajudam na reflexão posta aqui.

Outro fato que aponta a relação das personagens com o público do festival remete ao nome Blayblayd's, e o grito de guerra “Arrasou Blayblayd's” que não foram escolhas do grupo, como narram em documento escrito, assinado por Abel. Na época era transmitido em rede nacional um desenho animado japonês, mangá, chamado Beyblades que teve sua transmissão na TV aberta brasileira na Rede Globo, em meados 2004, onde a narrativa tratava de batalhas de pião, um brinquedo infantil com a mesma lógica do pião de madeira, porém com design futurista, metalizado, colorido e brilhante, possuindo até sistemas de iluminação em alguns exemplares. A partir do ato de rodar e exibir suas cores, “um rapaz percebendo que as Drag Queens andavam a noite toda rodando a cidade em busca de algo desconhecido resolveu chamá-las de Blayblayd's”.

Somente em uma notícia, referente ao II Seminário de Direitos e Cidadania LGBT do Vale do Jequitinhonha, de 2011, é que as Blayblayd's ganham destaque. Veiculada pelo blog “Vale do Jequitinhonha / Blog do Banu” o texto “Jequitinhonha organiza II Seminário LGBT” traz menção ao grupo quanto à realização do seminário, entrevistas de um dos membros, Alessandro, e um breve histórico do surgimento delas.

Hoje, como sinaliza Abel, o grupo tem dimensão do papel ocupado por eles na realidade do Vale, considerando a multiplicidade de funções que seus membros exercem na comunidade local. Uma das conquistas mais importantes para o grupo, e para a região, é sem dúvidas a Lei 1587 de 2014, que vigora até então na cidade de Jequitinhonha, e institui o dia 17 de maio como dia municipal de combate a homofobia. A ação foi resultado da luta coletiva realizada no município e encabeçada pelo grupo, que reconhece a importância do

feito, “que foi fazer o poder público celebrar o dia 17 de maio no âmbito municipal” (Abel, em

documento escrito) a data já vinha sendo celebrada no âmbito nacional, desde 2010. Já em 2017, o presidente do grupo assinala que houve a criação do Conselho Municipal LGBT em Jequitinhonha, que “atua em diversas situações para amenizar o preconceito que ainda existe na nossa região” No avanço da representatividade e do reconhecimento das pautas do grupo, em 2018, no 35º FESTIVALE, ocorrido em Felisburgo, uma outra conquista foi possível, pois novamente mediada pela ação da universidade, mas nesse contexto da UFVJM13. Conforme Lima (2018):

O 35º FESTIVALE contou, pela primeira vez, com um espaço para discussão sobre temas relacionados às mulheres. A proposição e organização realizada pelo Observatório dos Direitos da Mulher e pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro⁴, denominado “Encontro de Mulheres na Luta”. Contou com a participação de cerca de 60 pessoas, representantes de 20 municípios do Vale. A atividade pautou-se na relação dialógica, horizontal e equitativa, em círculo e com metodologias que incitavam os participantes à trazer suas contribuições reflexivas acerca de temas como o patriarcado, a violência de gênero, divisão sexual de trabalho, arte e cultura, etc. [...] Cabe registrar e destacar a significativa e importante participação de sujeitos do grupo LGBT, com suas intervenções artísticas, performance, fato que contribuiu na discussão sobre a violência de gênero e, os desafios para um evento tradicional, vinculado à arte e cultura popular, de incorporar esses sujeitos, em suas manifestações artísticas.

Considerações finais

O grupo em sua composição é formado por profissionais diversos, entre professores, autônomos, estudantes, e outros, que assinala o lugar ocupado e possibilita as ações pelo grupo realizadas, seja pela formação e aquisição de conhecimentos para tal, seja na simbologia e respeito legados a esses profissionais nos contextos de onde surgem. Em uma sociedade desigual, onde o acesso a recursos mínimos para entendimento, compreensão e ação na realidade prática

não alcançam a todos, acessar esses lugares é acessar mecanismos de poder que possibilitaram as realizações do grupo e contrapõe o lugar hegemônico que pela lógica patriarcal, capitalista, esses sujeitos jamais deveriam ocupar.

Outro ponto que chama atenção e merece destaque é que não há na bibliografia sobre o Vale do Jequitinhonha menção a outro grupo, artístico ou não, que tenha empenhado campanhas ou similares pelos direitos da comunidade LGBT antes d'As Blayblayd's, e o entrevistado pontua que os fundadores do grupo também tornaram-se os "pioneiros no combate a homofobia no Vale". O movimento realizado pelo grupo permite ainda fazer uma análise da ampliação dos direitos da cidadania para a comunidade LGBTQIA+ da região. Situada na dimensão do simbólico a data de 17 de maio como dia municipal de combate a homofobia em Jequitinhonha inserem esses sujeitos na escrita da história desses lugares, e fornece reconhecimento legal. A Constituição Federal de 1988, que marca nosso período de redemocratização, é tida como uma constituição cidadã, já que traz em seu bojo conteúdos que, em tese, concernem lugar privilegiado para dispositivos que possibilitam, em tese, a solidificação da cidadania nos rincões do país. A lógica de desenvolver a nação no contexto do neoliberalismo se choca com as demandas que são levantadas na construção da social-democracia, sendo o Vale um retrato, por vezes contraditório, do avanço das políticas públicas, observação possível de ser realizada ao analisarmos os movimentos artístico e políticos da região.

O processo de retomada democrática do Brasil, mesmo que em retrocesso notável com a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido), remete-nos ao entendimento que a construção da cidadania implica luta política. E é através de mobilizações coletivas, como as realizadas pelas Blayblayd's de Jequitinhonha, que possibilita ao Movimento LGBTQIA+ em geral a ampliação desses direitos. A partir da luta desses coletivos no interior do movimento há a garantia das conquistas, em torno da livre expressão da sexualidade, seja ela qual for, e no combate ao preconceito e discriminação por orientação sexual, garantindo assim que pessoas Lésbicas, Gays, Travestis, Transsexuais e outras possam acessar os aparatos legais visando uma vivência plena da cidadania.

Se tomarmos apenas o movimento drag queen executado no festival, no nível do simbólico, os corpos montados confrontam papéis sociais naturalizados no imaginário coletivo dos habitantes do Vale, e

do país todo de um modo geral, engendrados pela moral cristã, colonial, branca e heteronormativa. O movimento remete à diversidade sexual e de gênero que compõem as nuances da região, podendo se manifestar livremente, num contexto democrático. As trocas simbólicas que o FESTIVALE permite – entre instituições de ensino, movimentos sociais, pessoas de lugares distintos do estado ou do país – possibilita novas configurações de sentido para os envolvidos e isso reflete no discurso de Abel, e de outros relatos que versam sobre o evento e sua importância, fazendo seus sujeitos se perceberem, como pontuado por Tomanik, e reafirmado aqui, produto e produtores sociais.

Reitera-se que as considerações finais aqui colocadas não pretendem esgotar as questões que levaram a esta produção, pois o movimento dialético de conhecer implica a mobilização de novas perguntas. Por fim, o que podemos dizer é que este artigo tem o caráter de memória, através de narrativa científica e histórica, de um grupo e de um movimento social pioneiros, cujas implicações são inúmeras, sobretudo na vida e representatividade da comunidade LGBTQIA+ no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal, v. 5, 2003.

BANU, Blog do. Festivale: 34 anos de resistência e valorização da cultura popular do Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <http://blog-dobanu.blogspot.com/2017/08/festivale-34-anos-de-resistencia-e.html> (Acesso em 15 de janeiro de 2019)

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo.(1977). Lisboa (Portugal): Edições, v. 70, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

CARVALHO, José Murilo de. O pecado original da República. Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano, v. 1, p. 20-24, 2017.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. Estudos de psicologia, v. 9, n. 3, p. 471-478, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista portuguesa de educação, v. 16, n. 2, 2003.

DA BAHIA, GGB–Grupo Gay. Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT) relativo a 2017.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. 1998.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997.

HENRIQUES, Márcio Simeone e SÃO PEDRO, Emanuela de Avelar. Comunicação e Mobilização para a Cultura do Vale do Jequitinhonha. Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes. Guia Técnico sobre Pessoas Transexuais, Travestis e demais Transgêneros para Formadores de Opinião. 2014.

JUNIOR, Sinvaldo F. S.; A importância do FESTIVALE para construção de uma identidade regional e formação política no Vale do Jequitinhonha. São Paulo. 2012

LIMA, Joselia Barroso de Queiroz. Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito. X Congresso ALASRU. Montevideo. 2018

LOURO, Guacira Lopes. “Pedagogias da sexualidade. O corpo educado:” pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

SANTOS, Renata Cristina. ENTRE “TERRITÓRIOS”: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG. Tese. Diamantina. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 16(2), 5-22. 1990

SERVILHA, M. DE M. ; DOULA, S. M. . O Vale (En)Cantado: música, identidade e espaço no Jequitinhonha. In: Visões do Vale: origem e movimentos, 2009, Belo Horizonte. 2009.

SOARES, Geralda Chaves. Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas. Cadernos de História, vol.5, n.6. Belo Horizonte: PUC - Minas, 1997

TOMANIK, Eduardo Augusto. O olhar no espelho. “Conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais, 2004.

TREVISAN, João Silverio. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade (5a ed.). Rio de Janeiro: Record. 2000

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFMG, Portal. Seminário trata de cidadania LGBT no Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/013673.shtml> Acesso em 15 de janeiro de 2019

GRAFFITI NA PERIFERIA DE FORTALEZA: COLETIVOS ARTIVISTAS DISCUTINDO GÊNERO E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Doutorando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- CE, tadeulucaslf@gmail.com;

Larissa Ferreira Nunes

Doutoranda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- CE, larissafnpsi@gmail.com;

Jéssica Silva Rodrigues

Doutoranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- CE, jsrodriguespsi@gmail.com;

Gabriella Celestino L. F. Gondim

Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- CE, gabilemos09@gmail.com;

Luciana Lobo Miranda

Professor orientador: Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – CE, luciana.miranda@ufc.br.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é discutir o tema do gênero e questões raciais em coletivos de graffiti da periferia de Fortaleza, Ceará. Esta inquietação surgiu do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado em Psicologia que investigou as inter(in)venções do graffiti como uma cultura juvenil dentro dos territórios das periferias de Fortaleza, entendendo este como arte criadora de significados e memórias sobre si e coletivas. A metodologia ancorada nessa pesquisa é a pesquisa-intervenção com manejo

da cartografia. Os dispositivos teórico-metodológicos operados foram: observação-participante e conversas no cotidiano, diário de campo, entrevistas sob manejo cartográfico. Para fundamentar a nossa análise, utilizamos referenciais teóricos do campo da Psicologia Social e de áreas afins que tematizam juventudes, cultura juvenil, arte e graffiti. Foram acompanhadas atividades artísticas de coletivos de grafiteiros. As experiências do ativismo desenvolvidas por estes coletivos da periferia permitiu problematizar o marcador étnico-tacial e de gênero para pensar uma a própria formação da territorialidade vivida, marcada pelo preconceito, desigualdades sociais, raciais e de gênero. No debate de gênero, o graffiti também colocou em análise o patriarcado, o machismo e a invisibilidade feminina na arte urbana. Por outro lado, as questões de gênero na contemporaneidade e o ativismo feminista mobilizaram a pesquisa, fazendo emergir valores políticos e éticos movidos pela diversidade de gênero que têm dado outros cenários para uma pluralidade de afirmações na periferia de Fortaleza. Sendo assim, o graffiti é convocado por juventudes periféricas como uma ferramenta de resistência.

Palavras-chave: Pesquisa-intervenção, Graffiti, Artes, Periferia, Juventudes.

Introdução

Este estudo é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado¹ em Psicologia de uma universidade pública que investigou as intervenções do graffiti como uma cultura juvenil dentro dos territórios das periferias de Fortaleza, entendendo este como arte criadora de significados e memórias sobre si e a coletividade juvenil (LAVOR FILHO, 2020). Entende-se de forma geral por graffiti as produções de artes com estrutura estética de riscos, símbolos, imagens, letras, sobretudo a expressão espontânea que se queira registrar o contexto, a situação, a cena, o real e o pensável, tendo geralmente como suporte os muros e as paredes. Tais produções são apropriadas pelos jovens e passam a ser engendradas em seus cotidianos, utilizando como uma ferramenta para problematizar fenômenos sociais, sendo neste contexto que o graffiti engendra subjetivação que tensiona condições cristalizadas em territorialidades periféricas (GITHAY, 1999).

O acompanhamento de coletivos de graffiti permitiu que pudéssemos cartografar diversos cenários de atuação e ocupação de territórios, como praças públicas, muros de instituições públicas e privadas, espaços de ONG's, equipamentos de culturas, e por último uma escola pública de ensino médio que durante o primeiro semestre de 2019 ofertou uma disciplina de graffiti na grade curricular eletiva na modalidade de ensino integral. Sendo esta disciplina pensada por uma professora e grafiteira. Os sujeitos grafiteiros que acompanhamos na pesquisa têm seus engajamentos em vários contextos da periferia, seja atuação profissional ou como engajamento ativista, diferentemente dos jovens estudantes da escola pública onde muitos tiveram seu primeiro contato de diálogo sobre a prática de grafitar na sala de aula. No caso dos grafiteiros e suas formações de *crew* (um dos coletivos de graffiti que acompanhamos), estes são atravessados por estilos, discursos, desejos e interesses que são vivenciados em pares,

1 Pesquisa intitulada "Spray nas mãos, afetos nos muros": cartografia de inter(in)venções do graffiti no cotidiano de jovens inventores. Orientação da Profa. Titular Dra. Luciana Lobo Miranda no PPG Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa financiada pela bolsa de mestrado através da FUNCAP-CE. Pesquisa aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará com Número do CAAE: 08880119.9.0000.5054.

e cujas formações grupais destes, sobretudo por meio do graffiti, permitem entender a cultura juvenil como um processo de sociabilidade e subjetivação por meio da arte (FEIXA, 1999).

Visto isso, cada coletivo cria sua identidade de graffiti e é atravessado pela singularidade de cada integrante. Por ser um emblema típico de prática cultural juvenil, falamos aqui de uma identidade juvenil atravessada por diferentes modos de ser, mas sempre implicados no território periférico e que são atravessados por condições sociais, raciais e de gênero por residirem em bairros periféricos, serem em grande maioria pardos e pretos. Esse modo de ser de cada jovem integrante e de se posicionarem no mundo, traçamos analiticamente no nosso estudo como um processo de subjetivação, isto é, uma produção de vidas que tem relação direta com forças, das quais não fazemos separabilidade das relações sociais, das trajetórias e dos marcadores sociais da diferença (TAKEITI; VICENTIN, 2019; LAVOR FILHO; MIRANDA, 2020).

Situamos um debate interseccional de marcadores sociais² a partir da problematização dos sistemas de privilégio e exclusão que surgiram através dos estudos do feminismo negro que permitiu pôr em cheque as opressões acometidas à mulheres negras, e também pela relação marginal que jovens e mulheres são posicionados na sociedade como corpos assujeitados (MAYORGA, 2019). Esta análise foi importante para debatermos a realidade social da qual essa juventude se insere, e sobretudo, como no cotidiano de suas práticas de graffiti, os marcadores sociais são analisadores de suas experiências com o coletivo e o território da periferia, e que se apropriam da arte para criar ferramenta de lutas e enfrentamentos às iniquidades produzindo ativismos (RAPOSO, 2015).

Diante disso, temos como objetivo discutir o tema de gênero e questões raciais em coletivos de graffiti da periferia de Fortaleza, Ceará. A metodologia ancorada nessa pesquisa é a pesquisa-intervenção com manejo da cartografia. Para fundamentar a nossa análise, utilizamos referenciais teóricos do campo da Psicologia Social e de

2 Discutimos em nossa pesquisa esses marcadores ou elementos a partir da perspectiva de Feixa (1998), que investe suas investigações teóricas sobre os marcadores por meios da análise dos processos culturais, sendo que a lente interseccional de epistemologia feminista (CRENSHAW, 2002) opera um olhar voltado diretamente para um contexto/sujeito/corpo localizado.

áreas afins que tematizem juventudes, cultura juvenil, arte e graffiti, e marcadores sociais da diferença, sobretudo com ênfase na raça e gênero. Esperamos que este debate possa vir a fortalecer reflexões sobre as relações entre cultura juvenil, graffiti e questões raciais e de gênero.

Metodologia

O campo de pesquisa que compõem o mapa cartográfico desta pesquisa é a periferia de Fortaleza, e secundariamente uma escola pública de ensino médio em tempo integral situada no território que teve ofertada uma disciplina eletiva de graffiti. Como ferramenta da pesquisa-inter(in)venção, elegemos a cartografia para acompanhar os processos de saber-poder-subjetivação que tecem os modos de ser, estar e de luta dos sujeitos que compuseram a pesquisa (BARROS; BARROS, 2014; BARROS; KASTRUP, 2015). Traçamos com maior centralidade a discussão de mapear nas vivências desses coletivos a relação com os marcadores sociais da diferença que, por eles, ecoam em suas narrativas.

Ao acompanharmos esses coletivos durante os anos de 2018 e 2019, nos permitimos ocupar e ser afetados pelas variáveis do acaso, dos acontecimentos e do impensável, e fazemos desse trajeto a nossa própria cartografia, como um método de acompanhamento de processos (KASTRUP; PASSOS, 2013), cuja experimentação dos invariantes nos permitiu analisar as forças, as relações de poder, e as experiências com o graffiti de jovens que reconhecem nessa produção artística suas trajetórias (LAVOR FILHO, 2020; LAVOR FILHO; MIRANDA, 2020).

Os dispositivos teórico-metodológicos operacionalizados foram: observação-participante e conversas no cotidiano, diário de campo, entrevistas sob manejo cartográfico. O uso do diário nos ajudou a registrar os acontecimentos, a criar narrativas ficcionais em que estivessem presente nossas interferências e nossas inquietações, ao invés de puramente realizarmos descrições das vivências em campo e nos espaços do graffiti. Dessa forma, corroboramos para produção de uma pesquisa-intervenção implicada com os processos de pesquisa (RIBEIRO et al., 2016).

Foram realizadas 3 entrevistas com dois jovens grafiteiros e 1 grafiteira, e por último um grupo de discussão com os jovens estudantes da disciplina de graffiti. Essas três entrevistas sob manejo

cartográfico produzidas surgem a partir de uma demanda de pesquisa que, após diversos acompanhamentos de vivências em campo na periferia, emergiu sob a necessidade de aprofundar algumas questões analisadoras, tais como a relação de suas trajetórias de vida, e principalmente como alguns grafiteiros e grafiteira se apropriam do graffiti para criar ferramentas de ativismo e resistência na periferia. Para nós, as entrevistas e o grupo de discussão não foram apenas ferramentas descritiva de fatos, mas uma colheita de acontecimentos, de narrativas da experiências que permitem também analisar as forças e as relações de poder que engendram modos de vida (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Por isso, o processo cartográfico é também utilizado em sua dimensão analítica, uma “análise cartográfica”, na qual elegemos cenas narradas sobre questões de gênero e raciais para problematizamos tais fenômenos a partir do graffiti em seu ativismo (BARROS; BARROS, 2014). Cabe ainda salientar que tal pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e que foram respeitados todos os preceitos éticos, por fim, os nomes apresentados são fictícios.

Resultados e discussão

É importante produzir um olhar de desnaturalização nas construções rígidas que narram a juventude por uma perspectiva de desqualificação da condição de sujeitos. Trata-se, ao contrário, de potencializar uma leitura atravessada pelos marcadores sociais. Situamos um debate interseccional de marcadores sociais³ a partir da problematização dos sistemas de privilégio e exclusão que surgiram através dos estudos do feminismo negro que permitiu pôr em cheque as opressões acometidas as mulheres negras, e também pela relação marginal que jovens e mulheres são posicionados na sociedade como corpos assujeitados (MAYORGA, 2019).

A autora chama a atenção, por meio de uma perspectiva feminista, de que as mulheres e juventudes, sobretudo subalternas, caíram no enquadramento marginal da condição de sujeitos. Com isso, tiveram

3 Discutimos em nossa pesquisa esses marcadores ou elementos a partir da perspectiva de Feixa (1998), que investe suas investigações teóricas sobre os marcadores por meios da análise dos processos culturais, sendo que a lente interseccional de epistemologia feminista (CRENSHAW, 2002) opera um olhar voltado diretamente para um contexto/sujeito/corpo localizado.

seus modos de ser operados por lógicas de disciplinarização e tutela, principalmente no que ela concebe como “sistema adultocêntrico”, ou seja, a uma lógica que comprime a posição dos jovens em uma esfera de contenção para o “lugar daquele/a que precisa ser educado, civilizado” (MAYORGA, 2019, p.137). Tendo ainda as sobreposições do gênero, sejam em seu processo disciplinamento no tocante ao masculino e feminino, assim como raciais ao colocar jovens de cor negra como mais subalternizados. Desse modo, seguimos a discutir como analisamos os marcadores de classe, geração, território, raça, gênero e estilo no contexto do graffiti e os sujeitos desta pesquisa.

O marcador de classe tem dado referência para pensar na construção e possibilidades de ser jovem em diferentes contextos sociais. É certo que sabemos que os extratos sociais diferentes reverberam nas desigualdades e injustiças sociais, produzindo outras tensões como conflitos urbanos, problemas de escolarização, vida laboral, dentre outros. A relação entre classe e culturas juvenis é engendrada pela cultura dominante global, uma vez que o sistema econômico e de produção de cultura de massa determina modo de ser juvenil atrelado ao consumo (FEIXA, 1998).

Na nossa pesquisa nos deparamos com uma realidade de território pobre e desassistido das políticas públicas básicas de qualidade, tais como saneamento básico, moradia, educação e saúde. Tanto na região do Grande Bom Jardim quanto nas redondezas da Barra do Ceará este dilema é o mesmo. A rentabilidade socioeconômica é baixa, contudo, não caímos no abismo de focar esse olhar como rígido e cristalizado de modos de vida enquadrados apenas pela perspectiva da pobreza. Por meio dos relatos e trajetórias dos nossos sujeitos, encontramos constante potência e desassossego com a realidade da periferia, como na fala do grafiteiro Jorge:

Sabe meio que eu vejo na periferia, na favela, tem tudo isso, **aí não pode chamar de favela, é Periferia! sabe? É favela! É um gueto, é ainda segregação, ainda é exclusão da sociedade, sabe?** É como se fosse em castas, é muito doido demais. Eu vejo como estamos em castas sabe, de acordo com o nível de pobreza... tu vai ter condições de chegar até tal coisa e tal coisa sabe, aqueles que a única opção é ser um catador de lixo, um aviãozinho, ou então um dependente químico até morrer. Aqueles que vão para o tráfico, sabe, ou então os que vão ser um empacotador no Mercantil

e aqueles que por muito esforço né, batendo de cara com sistema consegue entrar numa graduação, não pública as vezes, mas particular, porque a educação pública ela não dá condições. Às vezes tu tem que trabalhar e estudar, tipo eu no ensino médio eu trabalhava até 3 horas da manhã e acordava às seis da manhã para ir para o Colégio (Jorge, grafiteiro, recorte de entrevista, grifos nossos).

Os jovens aqui se relacionam entre desejos e interesses comuns compartilhados, e por isso, os sujeitos não estão condicionados a modos de vida estáticos. As fronteiras geracionais são importantes para refletirem as tensões que surgem quando uma geração se torna mais invisível do que outra, além de que as mais visíveis refletem numa cultura juvenil de identidade geracional duradoura. Também não se pode pensar numa geração homogênea, pois, há diversos estilos juvenis atuantes no presente histórico, onde estão em constantes tensões, ou seja, ser jovem é estar em constante transformação (FEIXA, 1998).

Reconhecemos essa questão em nossa pesquisa através das conversas com os sujeitos quando traziam suas histórias de vida nas conversas informais, em que alguns grafiteiros iniciaram seu processo na arte urbana por influência de familiares, amigos, por causa do bairro, mas esse é um marcador importante, pois, os relatos que ouvimos foram atravessados pelas influências das relações familiares ou sociais no território de periferia em que vivem, diferente da realidade na escola pública em tempo integral em que quase todos os estudantes da disciplina da escola passaram a tomar propriedade do graffiti a partir da mesma. A exemplo da influência geracional destacamos a fala do jovem grafiteiro Jorge:

O meu contato com a arte urbana, né começou com a pichação, minha família tem três gerações de pichadores e isso acabou me fazer começar a pichar, só que tal hora aquilo ali não me era mais... sabe assim, me faltava algo e não me preenchia mais, já não era algo que eu queria mais fazer pra dar de conta de minha comunicação, e a pichação não me fazia mais preenchido, depois fui para o graffiti (Jorge, grafiteiro, recorte de entrevista).

Outro marcador, o território: periferia, tem sido um marcador de reflexão das fronteiras territoriais onde os grupos ocupam seus espaços e deles produzem seus modos de vida. Além disso, é importante problematizar a diáde território e territorialidade, pois, se considerarmos a dimensão estrutural de formação e rede de segregação social do espaço, temos não somente um campo de fronteiras geográficas, mas também uma apropriação e conjuntura de valores implicados na habitação do território. Predominantemente, as culturas juvenis são estratificadas pela sua pluralidade de modos estéticos no território urbano, contudo, encontramos no espaço rural peculiaridades bastante singulares que fogem do escopo da presente pesquisa.

Faz parte das culturas juvenis estarem conectadas fortemente com o território criando significados e memórias de um lugar. Os efeitos de produção cultural da juventude tendem cada vez mais a romper com a barreira centro-periferia e questionar a hegemonia de uma cultura dominante nos territórios marginalizados (FEIXA, 1998).

Assim, sobre o que tu falou Aluna, **é muito interessante pensar que o graffiti é uma coisa da periferia**, não que na Aldeota⁴ não tenha graffiti porque tem e, tem muito bem feito, mas é justamente a questão é quem faz, **porque na periferia geralmente quem faz é quem é da periferia**, mas na Aldeota é pago. É outro processo e tem mais haver com mercado, tem haver com estética, com essas coisas... e é uma diferença de classes mesmo. Então principalmente porque antes de vir pra cá eu já tinha experiência com arte urbana na periferia que é o que já faço há um tempo, então **eu posso dizer com propriedade que quem faz arte na periferia é quem mora na periferia**. Muito dificilmente a não ser que seja um evento, uma coisa que a pessoa foi convidada e aí venho um dia e sai sem saber o nome de ninguém, entendeu? Mas no mais, e geralmente o processo é por aí, é muito massa que tu entendeu isso, e acredito que vocês percebem isso também **porque é uma questão de territorialidade, inclusive quando a gente fala de pixu e de graffiti** (Ana, grafiteira e professora, recorte do grupo de discussão, grifos nossos).

4 O Bairro Aldeota é um dos territórios de maior IDH da cidade de Fortaleza.

Ainda na inserção em campo, e relatado no capítulo metodológico, os espaços de produção de graffiti que frequentamos eram circunscritos à periferia de Fortaleza. Deslocávamos em vários bairros, mas não saímos da espacialidade periférica. Como também xs grafitexs e xs estudantes da disciplina eram residentes do local, então a apropriação do espaço pelos participantes se deu no seu próprio cotidiano.

Quando analisamos essas expressões juvenis por uma lente de práticas culturais possibilitamos agenciar um debate sobre os estudos das subculturas ou culturas periféricas que rompem com a dicotomia centro/periferia. O centro dessa discussão é presente no caráter de uma intervenção política que tais práticas culturais produzem de maneira territorializada nos espaços de legitimação e transmissão do movimento (FEIXA, 1999; GUERRA; QUINTELA, 2016).

Não se trata de reificar um discurso de contradição entre centro-periferia, pelo contrário, compreendemos que essas fronteiras se conectam e se borram na dimensão do cotidiano e das práticas, como afirma Lacaz; Lima; Heckert (2015), ao contrário de uma oposição, há processos de “perifericização” (2015, p. 59) nos modos de vida por meio de sistemas de desigualdade econômica. Nesse mesmo campo, inserimos o recorte de gênero e raça, pois, problematizamos uma realidade social atravessada por estes contextos.

O marcador étnico possibilita pensar numa relação de base com os demais, sobretudo, porque é uma questão que atravessa a própria formação das sociedades subdesenvolvidas e que são marginalizadas por preconceito, desigualdades e situações de racismo. A etnia é também um forte operador da formação de uma identidade cultural que não se restringe a estratos geracionais, mas reverbera no cotidiano de um território bastante evidenciado de estigmas. As culturas juvenis são marcadas fortemente pelo marcador étnico, pois, pode-se encontrar subculturas juvenis como o *hip-hop* que nasce como emblema da luta da população negra reivindicando a igualdade social (FEIXA, 1998). É neste campo também que os preconceitos e estigmas assolam os modos de ser jovem nas sociedades mais desiguais. Foi com o relato do grafiteiro Ikaro que esse campo de discussão foi convocado em seu relato:

Eu vivo o racismo até hoje, as pessoas não acreditam né? “Ah, mas isso não existe!”, as pessoas não acreditam que eu passo por isso, sabe? “Isso é invenção da

tua cabeça!” Mas meu cabelo, por exemplo, né, minha família cortou meu cabelo no 1 até fazer 16 anos, que é **justamente quando eu passei a fazer graffiti na rua, e aí com influência do hip hop, me apresentando nos black punks né... Acho muito interessante sobre a ocupação desses espaços da sociedade pelo negro né...** Que até onde eu tenho o direito de ir e vir quem vai dizer é o branco, né... Só pelo fato de ser preto eu não posso pegar um ônibus, que nem no contexto daquela época dos Estados Unidos? Eu não posso pegar um ônibus? Não posso frequentar determinados espaços públicos? Que não posso usar o mesmo banheiro que é um branco usa na escola? (Ikaro, grafiteiro e professor, recorte de entrevista).

Os sujeitos de nossa pesquisa, em maioria, são de etnia negra e homens. Isso corrobora com Gitahy (1999) e Feixa (1998) ao relatar tanto a influência de juventude negra e da cultura juvenil hip-hop na base das produções de graffiti emergentes na periferia dos Estados Unidos, assim como nos outros países, por exemplo, o Brasil, onde continua esses espaços ditos marginais concentrarem as maiores produções de arte urbana. Nos grafiteiros tanto ouvimos como percebemos em suas práticas a relação política do reconhecimento da identidade negra. Entendemos que este reconhecimento, do pertencimento racial com a integração aos coletivos de graffiti, foi fundamental para a gama de trabalhos que tem sido desenvolvido na periferia, através do graffiti e da cultura hip-hop:

E aí o graffiti me possibilitou esse reencontro. Posso dizer reencontro porque eu não me via como negro, para mim eu nunca neguei meu pertencimento, mas também eu nunca me afirmava para as outras pessoas, para a sociedade enquanto negro. Desde **1999 que eu passo a me afirmar desde quando eu tenho 16 anos e frequento o hip-hop que eu passo a conhecer as identidade e discutir essa questão social sobre a juventude negra que meu cabelo cresce até hoje. Tá assim né, tô com 36 anos portanto 20 anos com cabelo crespo, crescido e arrepiado** (Ikaro, grafiteiro e professor, trecho de entrevista, grifos nossos).

Os estudos de Camargos (2018) sobre a produção de músicas rap entre os anos 1988-2018 apontou que os conteúdos das letras

musicais veemente denunciavam o racismo e as questões de injustiças sociais vividas pela população negra. Foram, em parte, as músicas de rap conectadas a cultura hip-hop que promoveu uma ampla difusão de debates sobre preconceito e cotidiano dos negros e das negras que vivem nos contextos de periferia através dos canais midiáticos. Ainda com isso, as músicas além de comunicarem os dilemas são em maioria protagonizadas por negros e negras.

No marcador de gênero, as culturas juvenis também foram fortemente atravessadas pelo patriarcado, machismo e pela invisibilidade feminina. Por outro lado, as questões de gênero na contemporaneidade e o ativismo feminista mobilizaram, fazendo emergir valores políticos e éticos movidos pela diversidade de gênero que têm dado outros cenários para uma pluralidade de afirmações. As culturas juvenis produzidas por movimentos de transgressão e pelas culturas de massa estão ambas conectadas com a questão de gênero e pelos emblemas de padrões estéticos, morais e de condutas. Vale ressaltar que o próprio movimento feminista é uma construção de legitimidade de conteúdos, respostas e resistências a invisibilidade da mulher dentro e fora dos espaços de articulação social, geracional e de classe (FEIXA, 1998).

Não somente no graffiti, mas amplamente no movimento do hip-hop essa questão da forte invisibilidade da mulher é presente desde a década 80, quando de seu surgimento. Ainda, não tem sido proporcional a inserção de mulheres nesse movimento, tendo os homens ainda como predominantes das produções de graffiti. Ao longo da pesquisa tivemos contato com apenas uma mulher grafiteira e cerca de mais de dez homens inseridos no graffiti. Sendo diferente na disciplina da escola em que tinha um número de estudantes balanceado, em virtude da reivindicação de Ana enquanto mulher grafiteira, garantindo o sorteio de vagas igualitárias para meninos e meninas. Vale ressaltar que não foi relatado ou percebemos algum tensionamento/preconceito entre os estudantes quanto a relação de gênero, algo que é diferente nas ruas da periferia, pois, as mulheres ainda são suscetíveis ao preconceito segundo Ana. Com base em um trecho do relato de Ana, ela legitima sua inserção no graffiti ao falar de como as pessoas nas ruas tende a se admirar por vê-la nos muros grafitando:

E aí muitas pessoas começaram a curtir, começaram a falar e eu “tomei gosto” e comecei a fazer experimentação só nesse processo [graffiti] e aí também tomei

outra dimensão, e eu acho que também foi tão rápido essa dimensão, porque não existe muitas mulheres grafiteiras. Então em pouco tempo eu virei referencial entre aspas, então, tipo assim, com um ano de produção?! Pois é foi pouco tempo, inclusive eu me sinto ainda hoje em processo. Com certeza, é porque isso é muito complexo isso assim, porque existem poucas mulheres assim de contar nos dedos das mãos mesmo (Ana, grafiteira e professora, recorte de entrevista).

Os estudos de Menezes; Moura; Souza (2014) sobre a participação de mulheres no hip-hop corrobora com esse contexto, partindo do rap e graffiti que são elementos do hip-hop, existe uma desigual relação de gênero que sujeita as mulheres pelo machismo presentes nos grupos, porém, a entrada dessas mulheres é o próprio ato de reivindicar espaços de liberdade sobre si, sobre o corpo, sexo e modo de ser distinto do imperativo de masculinidade normativo. É nesse campo de batalha de entrada no movimento que as mulheres também vislumbram garantir a equidade de espaço nas ruas e nos cenários artísticos.

Por último, o marcador estilo. A produção de um estilo implicado de culturas juvenis se reflete na visibilidade de manifestações, experiências e expressões de elementos materiais e imateriais produzidos pelas juventudes. Sua representação está atrelada às representações de identidades juvenis que constituem os diversos grupos. Desse modo, não se pode confundir o elemento estilo aos moldes da cultura de consumo e mercado direcionados para o público jovem. Discutir os estilos das culturas juvenis nos permite repensar duas categorias de formação semiótica, a saber: *bricolaje e homologia*, e como essas refletem nas pluralidades de signos: linguagens, artes, estéticas, produções culturais, etc (FEIXA, 1998).

O que o autor considera como marcador de estilo da cultura juvenil reflete nas nossas análises e no que os sujeitos concebem como estética. Isto é, o conteúdo, o formato, a moldura em que os graffitis são pensados, produzidos e apreciados nos muros da cidade. Aqui no plano estético estão os formatos, as cores, os padrões de geometrias e os elementos de rabisco, contorno e fundo que ganham relevância na interpretação que querem transmitir. Encontramos no relato de Ana uma síntese do que ela considera como plano estético dos graffitis presentes na periferia de Fortaleza:

Aqui no Grande Bom Jardim tem toda uma narrativa comunitária, social muito ligada também ao cunho religioso o uso né, tem muitas mensagens bíblicas em um processo dessa cultura de paz né, a procura da cultura de paz a partir do graffiti. Então aqui você consegue perceber uma estética bem pacífica e comunitária. Tem essa pegada mais de mensagens né, [de] trazer mensagens escritas mesmo né, literais e figurativas também. Então é um processo bem daqui (Ana, grafiteira e professora, recorte de entrevista).

Esses elementos/marcadores nos apontam sobre vários elementos constitutivos das culturas juvenis. Eles não pretendem cercear ou apenas descrever as pluralidades de manifestações juvenis nos seus campos de experiência de forma segregados. Esses indicadores reverberam condições de produção histórica localizada de como o/a jovem pode e tem encontrado visibilidade na sociedade. As culturas juvenis longe de universalizar, embora analisadas na coletividade, nos mostram como os jovens se aliam entre pares para fazer dizer e ver sua potência inventiva.

Considerações finais

Em um cenário de investimentos em artes no território periférico, o graffiti foi convocado por grupos e sujeitos que vivem na periferia como ferramenta de resistência. No debate de gênero, o graffiti também colocou em análise o machismo no cenário da arte urbana. Neste sentido, as questões de gênero na contemporaneidade e o ativismo feminista mobilizaram a pesquisa, fazendo emergir valores políticos e éticos movidos pela diversidade de gênero que têm dado outros cenários para uma pluralidade de afirmações na periferia de Fortaleza. Quanto ao marcador de raça, as produções se pauta no enfrentamento do racismo, e principalmente no reconhecimento dos grafiteiros como homens negros que possuem em suas trajetórias as forças do racismo presente no cotidiano. A aliança entre jovens da periferia na constituição de coletivos de graffiti, muitas vezes atravessa essa pauta em comum, que é o fortalecimento de uma juventude periférica que é negra, estigmatizada e vive em condições de vulnerabilidade social, sendo a arte uma ferramenta de denúncia, sustento e ativismo.

Portanto, é através do estilo, como marcador estético-político que os demais marcadores se atravessam, se encontram e se tangenciam.

O território de periferia é convocado nas produções, tanto na estética de conteúdos de enfrentamento ao racismo, quanto na apropriação pela visibilidade das diversidades de gênero, que neste estudo posicionou a inserção da mulher nos coletivos de graffiti. Estes são alguns dos dilemas enfrentados por jovens periféricos que buscam na arte urbana, especialmente no graffiti, os novos possíveis e angariam uma sociedade menos preconceituosa, racista e plural.

Agradecimentos

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-CE) pelo financiamento desta pesquisa.

Referências

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3: cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Ed. 1. 6º Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da Análise: O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.v.2.

CAMARGOS, Roberto. Percursos e discursos da identidade negra no rap: música popular e questões raciais no Brasil, 1988-2018. **Revista Latitude**, Maceió, v. 12, n. 2, p. 7-35, 2019.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus**: Antropología de la juventud. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1999.

GUERRA, Paula; QUINTELA, Pedro. Culturas urbanas e sociabilidades juvenis contemporâneas: um (breve) roteiro teórico. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 1, jan/jun, 2016, p. 193-217.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas de. Lucas de. **“Spray nas mãos, afetos nos muros”**: cartografia de inter(in)venções do graffiti no cotidiano de jovens inventores. 2020.193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

LACAZ, A.S.; HECKERT, A.L.C.; LIMA, S.M. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2015.

LAVOR FILHO, T. L.; MIRANDA, L. L. Cartografar para conhecer: uma pesquisa movimentada pelo graffiti no território da periferia. In: **Pesquisas Com as Psicologias**: artesanias e artifícios. Coleção Transversalidade e Criação - Ética, Estética e Política, volume 10. LEMOS, F. C. S., et al (Org.). Curitiba: Editora CRV, 2020.

MAYORGA, Claudia. Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude. In: COLAÇO, V. F. R.; GERMANO, I. M. P.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. (Org.). **Juventudes em movimento**: experiências, redes e afetos. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora, 2019, p. 132-141.

MENEZES, J. A.; MOURA, R. P. S.; SOUZA, M. L. Cores e rimas dos tensionamentos de gênero no movimento hip hop. In: **Encontro Nacional da Rede Redor - rede feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações gênero**. 18, 24-29 nov. 2014., João Pessoa-PB. Anais... 2014. Tema: Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Disponível em: . Acesso em 25 de Agosto de 2019.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de arte e antropologia**, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.

RIBEIRO, D. M.; MIRANDA, L. L.; FEITOSA, G. L.; CARDOSO, N. F. S.; OLIVEIRA, P. S. N.; DE OLIVEIRA, T. C. D. Pesquisando com professores: a centralidade do diário de campo e da restituição em uma

pesquisa-intervenção. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 81-93, 30 jul. 2016.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude (s) periférica (s) e subjetivações: narrativas de (re) existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. SPE, p. 256-262, 2019.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013.

ARTE, PERFORMANCE E POLÍTICA: ARTIVISMO E RELAÇÕES ENTRE ACADEMIA-MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Vera Gasparetto

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), Área de Estudos de Gênero, Bolsista PNPd/Capes, gasparettovera@yahoo.com.br;

Pâmela de A. Martins

Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pamelammartins@gmail.com;

Lígia Mota Santos

Graduanda do Curso de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ligiamota268@gmail.com;

Débora Speck

Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, debora.speck@gmail.com;

Janine Gomes da Silva

Orientadora – Doutora em História – UFSC, janine.gomesdasilva@gmail.com.

Resumo

Essa comunicação visa refletir sobre como os movimentos sociais, coletivos, artistas e grupos de artistas propuseram novas formas de atuação nos últimos anos, utilizando estratégias estéticas e simbólicas para amplificar suas vozes junto à sociedade. Estes somaram à ocupação nas/das ruas ao uso

1 Projeto financiado pela Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina - SeCArte/UFSC.

das novas mídias para articular a organização, e construíram uma nova forma de participação política e social, que se une às ações artísticas e culturais, gerando um território novo, de experimentação corporal, estética e de linguagem. O potencial de ensino, pesquisa e extensão desta metodologia, proporcionou o desenvolvimento de ações que percorrem academia, ativismo e artivismo, como é o caso da atuação da Comissão dos Movimentos Sociais do Fazendo Gênero 12, que desenvolveu o projeto Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais. Devido a pandemia da Covid19, as atividades foram adaptadas ao modo virtual, desafiando inicialmente a efetivação do projeto. O planejamento foi processual, execução teórico-prática, monitoramento, avaliação, revisão, para o qual utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação, demandando a ação com características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. Vinculadas às concepções e experiências do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as atividades compuseram redes de pesquisas em âmbito local, nacional e internacional, bem como a articulação com a comunidade, movimentos sociais e artistas comprometidas/os com os direitos das mulheres e populações LGBTQIA+, a promoção da igualdade de gênero e a contribuição na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Arte e Política; Artivismo; Movimentos Sociais; Feminismos; Diversidades.

Introdução

Neologismo conceitual em construção, o termo ativismo é utilizado para expressar as ligações entre arte e política: a arte enquanto ato de resistência e subversão. A categoria designa intervenções artísticas, culturais, sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, para amplificar vozes, sensibilizar e problematizar junto à sociedade, causas e reivindicações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. Encontra-se na arte um potencial de criticidade e explicitação da realidade, através de expressões e linguagens diversas, conectando pontos de vista e problematizando situações ou contextos históricos e sociais, visando a mudança e/ou resistência. Emerge o caráter político do corpo e o seu lugar nas manifestações, com o espaço de arte e expressão política permitindo que ações/manifestações se tornem espaços de “a-tua-ação” no mundo. Através desse espaço polifônico escutam-se várias vozes, pertencimentos e diversidades, que por vezes revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, sexo-gênero, orientação sexual, classe e raça/etnia (CREENSHAW, 2002).

Nesses processos, o ciberativismo tem um papel mediador, articulando, organizando e mobilizando setores da sociedade para potencializar o alcance das pautas e da luta política em diferentes âmbitos. E assim, dentre as atuações realizadas está a interlocução com ativistas de diferentes movimentos, havendo a intersecção entre algumas ações propostas pela academia e a militância social (FERREIRA, 2013). São nessas possibilidades de reinvenção que setores dos movimentos de mulheres e feministas utilizam as metodologias ativistas como estratégia de criação de fissuras no sistema estabelecido, utilizando das potências criativas no seu interior para expressar coletivamente nos espaços urbanos, nos espaços rurais, nas estradas, na academia, nos movimentos de rua, as suas agendas de luta e a busca por direitos humanos, por direito à educação, por direitos sociais, seguridade, trabalhistas e, principalmente, por justiça. O estímulo à experiência colaborativa entre mulheres de diferentes culturas e realidades está ligado a uma ocupação de territórios híbridos e transfronteiriços na elaboração de uma linguagem e narrativa que expresse as diversidades de pautas, agendas e representações.

A exploração das fronteiras entre teatro, performance, dança, música e canto tem sido a tônica de intensos trabalhos colaborativos internacionais nas últimas duas décadas, com temáticas ligadas às questões fundamentais da vida e dos direitos das mulheres, articulando as dimensões pessoais e políticas. As ruas são um espaço de política, arte, performance e de produção feminista radical - no sentido de um posicionamento direto sem mediação -, de desconstrução do patriarcado e de fortalecimento da primazia da mulher e sua criatividade na produção de uma “contracultura feminista”, com linguagem e experiências estéticas que expressam emergências de vidas que têm necessidades aqui e agora.

O projeto surgiu da experiência realizada pela Comissão de Movimentos Sociais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, marcado para julho de 2021, vinculada às concepções e experiências do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Através da incidência cada vez maior de ocupação dos espaços públicos com as suas vozes, a arte e a performance foram utilizadas como parte da política com esforços envolvendo a articulação efetiva de ações no âmbito da arte e do ativismo (FABIÃO, 2008). Potencializando as experiências desenvolvidas na academia, grupos artísticos, culturais, dos movimentos sociais de mulheres e feministas, conectaram performance e política (ativismo) nas relações entre a academia e os movimentos sociais. A Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos, realizada em 2017, com música, batucada, dança, rezas, arte, teatro, megafones e criatividade, que reuniu nas ruas do centro de Florianópolis cerca de dez mil pessoas, foi inspiração para construir o presente projeto. Marcada pela diversidade de mulheres acadêmicas e de diferentes movimentos sociais que levaram suas bandeiras, simbologias e pautas de luta foi fundamental na reflexão sobre como os movimentos sociais, coletivos e artistas propuseram novas formas de atuação nos últimos anos. Ao longo do trajeto cantaram e protestaram juntas pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, pela reforma agrária e a agroecologia, pela descriminalização do aborto, contra o retrocesso nas políticas públicas, na seguridade social e nos direitos trabalhistas, contra o machismo, o racismo, a homofobia e o fundamentalismo religioso, denunciando opressões, assédios e violência.

A Marcha Internacional foi preparada durante várias semanas, com diversos movimentos sociais locais, em diálogo com movimentos

do Brasil e de algumas partes do mundo, que levaram à construí-la coletivamente para que se fizessem presentes as experiências e reivindicações das mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, residentes do campo e da cidade, trabalhadoras do sexo, transexuais e não-binárias, mulheres lésbicas, bissexuais, estudantes, trabalhadoras informais, imigrantes e acadêmicas. Foi um espaço de superação de dicotomias, onde o conhecimento científico conectou com a mística e simbologia dos movimentos sociais. O profano conviveu com o sagrado. As fronteiras entre as margens e os centros foram borradas. O feminismo de denúncia juntou-se ao feminismo propositivo pela necessidade de políticas públicas, afirmação do direito ao corpo, afirmação de território, afirmação da vida e uma agenda recorrente e unânime: que é a defesa da vida das mulheres. Dos saberes dessas e outras experiências, aprofundamos e sistematizamos essa reflexão -ação no projeto “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais”.

Metodologia

O projeto em seu potencial de ensino, pesquisa e extensão, realizou debates e oficinas sobre arte e ativismo, arte como ferramenta de luta, de protesto e transformação, assim como o papel da arte e da cultura na reflexão e na ação política. Por se tratar de uma ação de extensão, o projeto reuniu um conjunto de metodologias articuladas com foco na metodologia da “pesquisa-ação”, cujo planejamento processual e execução teórico-prática foram implantados e aprimorados durante o decorrer do projeto. Na escolha de atividades interativas, dialogadas e aprofundadas, buscou-se valorizar os saberes das/dos participantes ao envolver as diferentes atrizes políticas: acadêmicas, ativistas, artistas e artistas, de populações indígenas, negras, travestis/transexuais, lésbicas, camponesas, urbanas, etc. A metodologia da pesquisa-ação requer ação com características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. Assim, o projeto é processual no seu planejamento, na sua execução teórico-prática, no monitoramento, na avaliação e revisão.

Resultados e discussão

Ativismo é a categoria que designa intervenções culturais, sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem

de estratégias artísticas, estéticas e simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar junto à sociedade as causas e reivindicações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. O ativismo é um neologismo conceitual em construção no campo das ciências sociais e das artes, mas que tem sido útil para expressar as ligações entre arte e política, a arte enquanto ato de resistência e subversão. A artista encontra na arte um potencial de criticidade e explicitação da realidade, através de expressões e linguagens diversas – poesia, música, palavras de ordem, danças coletivas, pixação, arte de rua, vídeo, música, performance, intervenção –, levando, trocando e conectando pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando realidades e contextos histórico e social, visando a mudança ou a resistência.

A partir dessa perspectiva, observa-se uma incidência cada vez maior das mulheres – enquanto indivíduos e coletivas – nas ruas, ocupando o espaço público com as suas vozes, corpos e espíritos, que falam de liberdade e justiça de forma criativa, utilizando a arte e a performance como parte da política. Nesses espaços sentem-se empoderadas e buscam empoderar outras, fazendo-as encontrar um lugar de fala e expressão de suas necessidades imediatas, para suprir as condições de existência como mulheres, pertencimentos, culturas, raça/etnicidades, respeito ao seu ser e ao seu existir. É dessa diversidade que surge o experimento de novas linguagens para além da fala, com a utilização dos corpos, das narrativas do RAP, das cidadãs performers, de novas formas de expressar e fazer ouvir suas reivindicações e descontentamentos com o patriarcado, com o Estado e as formas de exploração sobre a vida das mulheres. As minas têm conhecimento, são capazes de se organizar e lutar por seus direitos. Sabem o que querem e como querem, e necessitam de se fazer ouvir por agentes de Estado, responsáveis por atender aos direitos humanos das mulheres (CAMARGOS, 2015; GASPARETTO, 2019).

A arte e a política são ferramentas estratégicas e históricas do ativismo, a exemplo do Agitprop na Revolução Russa. Na cena da resistência contemporânea elas se destacam nos diversos continentes, mas a partir de 2009, emergem nos movimentos antiglobalização. Essa intensidade da performance, como meio de denúncia e evidência do descontentamento como o *status quo* em vários continentes, despertou a percepção dos diferentes Estados e de seus aparelhos policiais sobre uma “perigosidade” ameaçadora na habitação festiva

e performativa dos espaços públicos mais simbólicos das cidades (GASPARETTO, 2019). A capacidade de agência dessas performances revela-se especialmente potente, pois há manifestações públicas que reúnem rapidamente centenas de pessoas (FARIA, 2017). Essas experiências são figurativas e simbólicas, mas também produzem e inserem-se em atos, criam fatos, são vivências concretas que expressam necessidades e vão para além da teatralidade (RAPOSO, 2014). A atitude de “tomar” a cidade é uma posição ideológica fundada na declaração de direitos do cidadão sobre as normas do espaço público. A rua pode ser também um espaço inóspito que se opõe ao conforto e à segurança dos espaços íntimos, deixando performers e espectadoras/es como sujeitos expostos a situações diversas, ao risco e ao desconforto de estar nas ruas, em relação com outros/as nem sempre simpáticos às causas propostas. A performance tem o seu gênero artístico, mas também está relacionada a práticas e eventos: dança, teatro, ritual, comícios políticos e funerais. Há uma distinção entre a performance que está vinculada estritamente ao campo artístico e um conceito mais amplo que pode abranger todo e qualquer tipo de evento ou prática sociocultural (CARRERA, 2008; CABALLERO, 2011; FARIA, 2017). Há um híbrido glocalizado que, independentemente do tempo e do espaço, estão conectados. O desafio é chegar a esses amplos setores da sociedade e dialogar, com técnicas de mobilização e táticas de comunicação verbal e não-verbal, ações diretas com o uso dos próprios corpos, auto expressões e expressões coletivas que caracterizam o ativismo. Há diversos exemplos de práticas no mundo, no Brasil e na América Latina, como atos públicos, marchas, painéis, assembleias, rolezinhos, rodas de conversa e consultas (plebiscitos populares, referendos). São ações utilizadas em âmbito local e global, tanto por movimentos ditos revolucionários, por progressistas, por conservadores e também por reacionários. As performances de protesto trazem a questão do valor e da eficácia de eventos simbólicos corporais, tanto on-line quanto offline (FARIA, 2017; GASPARETTO, 2019).

Amparado nessa “contracultura política feminista” que emerge do caráter político do corpo e o seu lugar nas manifestações, a prioridade é de transformação social para além da individual. As ações/manifestações são espaços de “A-tua-ação” no mundo, e o protagonismo em cada espaço e de cada ativista soma-se num processo coletivo de construção das agendas, que tratam de resistir e propor a respeito

de questões econômicas, sociais, territoriais, políticas e culturais. Emerge assim uma “estética feminista”, num espaço ocupado por uma geração que performa o seu corpo, utilizando-se dele para o protesto “*meu corpo, minhas regras*” e denunciando os padrões e estereótipos de beleza pautados pelo senso comum e pela mídia. São espetáculos coletivos onde as mulheres são belas - cada uma com seu jeito - e protagonistas, que questionam a supremacia do texto, revelando a potência de utilizar corpo, voz, dança, música, teatro, percussão, adereços, brinquedos e o lúdico. Desse espaço polifônico escutam-se várias vozes, pertencimentos e diversidades que por vezes, revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, orientação sexual, classe e raça/etnia. É desse mosaico que surgem as novas linguagens e narrativas que constroem a identidade dessa nova fase e forma dos protestos de/na rua, expressas no ativismo. Há borramentos das hierarquias nas relações entre as mulheres/ativistas/ativistas, diferente da característica das organizações de movimentos sociais tradicionais, onde há uma centralidade e lideranças eleitas e pré-definidas que falam por “todas” e pelas “outras”. Nesses processos há algo em comum: o ciberativismo tem um papel mediador em diferentes âmbitos. Desde o chamamento, articulação e organização, passando pelo espaço público e mobilizando setores da sociedade para uma presença ainda que virtual, pois tem conhecimento e está no debate, potencializando o alcance das pautas e da luta política (FERREIRA, 2013). Essas novas formas de organização, de estar juntas e de construir processos coletivos e diversos de maneira alargada, são favorecidas em parte pela atuação em rede e na rede, onde as relações de poder são caracterizadas pela distribuição horizontal de papéis e dos processos de decisão. Há a valorização das múltiplas lideranças, diálogo, polifonia e visibilidade das questões das chamadas “periferias”, que saem das margens e passam a ocupar os centros (GASPARETTO, 2019).

É a partir dessa perspectiva empírica e teórica, que se considera a relevância do projeto, nascido da experiência realizada pela Comissão de Movimentos Sociais, constitutiva da Comissão Organizadora do Fazendo Gênero 12, e sua atuação desde 2016 na construção do 13º Mundos de Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, para articular a efetiva participação dos Movimentos Sociais durante os eventos. Tal comissão em específico, tem dado suporte à Coordenação e às demais comissões na criação de uma metodologia que relacione a academia

e o ativismo político, cultural e artístico, num momento histórico de luta contra os retrocessos, buscando a reafirmação da agenda de gênero e dos feminismos em todos os setores da sociedade. Entre as ações, está a interlocução com ativistas de diferentes movimentos, de modo a fazer uma intersecção entre as ações propostas pela academia em diálogo com artistas, ativismo/militância social, de modo a construir simpósios temáticos, mesas-redondas, rodas de conversa, místicas, programação cultural, marcha, roteiros de visitas, tendas de debates e tenda feminista e solidária no conjunto da programação. Considerando nossas potencialidades, buscamos utilizar nossos locais de privilégios para oportunizar espaços de escuta, lugares para aqueles que precisam ser ouvidos. “São histórias que insistem em dizer o que tantos não querem dizer. O mundo que é dito existe. Suas regras, explícitas. O lugar de mero ouvinte é desautorizado. Nesta literatura/cultura, a palavra que é dita reivindica o corpo presente. O que quer dizer ação” (WERNECK, 2016). Torna-se de extrema importância ressaltar, não só a necessidade de estudos [e espaços de aprendizado] sobre feminismo, como também, estudos que problematize as relações raciais, de classe, etnia, gênero e outras (CRENSHAW, 2002).

O feminismo é teoria política e prática que luta para libertar todas as mulheres: as mulheres de cor, as mulheres da classe trabalhadora, mulheres pobres, as mulheres com deficiência, lésbicas, mulheres idosas – bem como as brancas, economicamente privilegiadas, mulheres brancas heterossexuais. Qualquer coisa a menos que esta visão de liberdade total não é feminismo, mas apenas auto engrandecimento feminino (SMITH, 1979, p. 48. Tradução livre).

Durante a experiência da Tenda Mundos de Mulheres, em 2017 na Praça da Cidadania da UFSC, participaram centenas de pessoas a cada dia do evento nas diversas atividades simultâneas que ali ocorreram. Mostrou-se um espaço de pluralidade, convivências, trocas, aprendizados e fraternidades: um ponto de encontro para o diálogo entre academia, militância e arte engajada. Um espaço dinâmico que favoreceu o convívio, a articulação política, o estabelecimento de redes e a construção coletiva da Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos (que reuniu cerca de 10 mil pessoas). Da Tenda saíram os Roteiros de Visitas a espaços culturais, históricos, ambientais e sociais. Ao lado, instalou-se a Tenda Feminista e Solidária que

reuniu mulheres que produzem e vivem do próprio trabalho artesanal, local, feminista, afro-empREENDEDOR, da agricultura familiar, etc.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (bell hooks, 2010).

Ao longo do primeiro ano de projeto, foram abordados temas ligados aos movimentos sociais, suas produções, causas e reivindicações, proporcionando espaços de diálogos pelo ciberespaço, através de transmissões on-line. Devido a pandemia da Covid-19, foi preciso reinventar e direcionar as ações e encontros presenciais para o modo virtual. Pensar a continuação e atuação durante o ano e em especial no Fazendo Gênero 12 logo no início, mostrou-se fundamental. Os dez eventos oportunizados a partir disso, alcançaram cerca de 14.000 pessoas nos canais digitais, abordando temas como a luta antirracista, antirracista, antiLGBTfóbica, cinema e movimentos sociais, rodas de conversa, entre outras. As atividades realizadas foram interativas, realizadas em rodas, grupos de aprofundamento, diálogo e escuta. Foram valorizados os saberes das/dos participantes, com mediadoras que articularam suas falas e orientações de acordo com o acúmulo do grupo. Todas as atividades foram registradas nas mídias sociais e redes do IEG/UFSC como forma de documentar e produzir o vídeo-relatório. Ademais, no Fazendo Gênero 12 terá a Tenda Mundos de Mulheres on-line, que será novamente um espaço coletivo dos movimentos sociais, mulheres e feministas. Será aberta para troca de experiências, contato e convivência entre as mulheres de grupos, movimentos e feminismos de todo o mundo. Um espaço para acolher a diversidade, com apresentações artístico-culturais, exposições, rodas de conversa, oficinas, performances, para o protagonismo de artistas e dos Movimentos Sociais.

Considerações finais

O projeto “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais” buscou ser uma ferramenta de ensino, pesquisa e extensão entre a UFSC e a sociedade, articulando-se a setores dos movimentos de mulheres, feministas e populações LGBTT e sua diversidades. Contribuiu para relações mais orgânicas da academia com a sociedade, tendo como impulso a escuta às críticas que a Universidade recebe: o isolamento de produção e a utilização de linguagem que não chega às camadas vulnerabilizadas da sociedade. As ferramentas propostas pelo projeto Artivismo, com a metodologia do planejamento participativo, que direciona coletivamente o percurso, assim como a metodologia da pesquisa-ação para a pesquisa acadêmica, potencializou uma experiência inovadora: a arte em sua potência de transgressão, utilizada como ferramenta de resistência e de libertação. Potencializou conhecimentos e contribuiu na busca de direitos e políticas públicas que possam mitigar as implicações que marcadores como classe, raça/etnia, gênero/sexo, território, geração, etc. possuem nas relações sociais e na construção de uma sociedade baseada em hierarquias.

Quanto à obtenção dos resultados, a equipe de gestão coletiva, a presença dos movimentos sociais e a equipe de bolsistas foi fundamental no desenvolvimento e na articulação do projeto. Com espaços de diálogos e escuta com os movimentos sociais e as diversas artes produzidas por eles, foi possível (re)pensar o que é arte e cultura na atualidade, a partir de culturas multiétnicas e de diferentes percepções sobre a luta cotidiana, que estão mudando estéticas e a cultura, assim como a forma de pensar as manifestações e a política em tempos de vida híbrida (on-line e offline). A partir da renovação do projeto, planeja-se abrir novos espaços para discussões e construções com ativistas, artistas e pesquisadoras, dando continuidade às articulações que tecem aproximações entre academia, arte e movimentos sociais.

Referências

CABALLERO, Ileana Diéguez. **Cenários liminares: teatralidades, performances e política**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CAMARGOS, R. **Rap e Política – percepções da vida social brasileira**. 1. Ed. Boitempo. São Paulo, 2015.

CARRERA, A. Teatro de invasão: redefinindo a ordem da cidade. In LIMA, Evelyn Furquim Werneck (org) **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Los Angeles: vol.10, n.1, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636. Acesso em: 15 fev. 2021.

FABIÃO, E. **Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea**. Sala Preta, nov. v. 28, n. 8, 2008, pp. 235-246.

FARIA, Lígia. **Cenas Urbanas: Performance e política nas ruas de Florianópolis**. Orientadora, María Eugenia Domínguez. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FERREIRA, G. **Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Ártemis, Vol. XV no 1; jan-jul, 2013, pp. 33-43.

GASPARETTO, V. A rua como um lugar de luta política, arte e performance no Brasil. In: SITOE, Tirso et al (org). **Reinventar o discurso e o palco: o rap, entre saberes locais e saberes globais**. Porto: p.128-149. 2019.

HOOKS, bell. **Vivendo de Amor** - Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 9 maio. 2021.

RAPOSO, P. **Festa e Performance em Espaço Público: tomar a rua!** Ilha Revista de Antropologia, v. 16, n. 2, 2014, Florianópolis, UFSC.

SMITH, Barbara. **Racism and women's studies**. *Frontier: A Journal of Women's Studies*. Lincoln, NE, v. 5, n. 1, p. 48-49, 1979.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

SUBJETIVIDADES BATENDO UM BOLÃO NO CAMPO QUEER

Rafael Santiago de Souza

Professor de Educação Física e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural | Departamento de Linguística, Literatura e Artes | Campus II – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A pesquisa é orientada pelo Professor Dr. Paulo César García. E-mail: mestradorafaelsantiago@gmail.com.

Resumo

O trabalho traça um legado histórico da organização de trabalhadores em formação por via do ME. Analisa os Cadernos de Debates da ExNEEF no que diz respeito aos discursos militantes e disputas de pautas emergentes nos Currículos de Formação. Compreender a inserção dos estudos **Queer** nas bandeiras de luta da entidade, permite-nos pensar em arrombamentos de armários, transgressões, dissidências, corpxs e sujeitxs possíveis. Normatizações continuam engendradas, reproduzindo a lógica do rendimento, fazendo jus ao projeto colonialista da biologização e da medicalização através do discurso Eugenista, Higienista, Militarista e Esportivista. Os enunciados estruturam a cis heteronormatividade, negando a diversidade de gênero e sexualidade. Apontamos caminhos que rompem com o **Cistema de Opressões** e explorações dxx corpxs.

Palavras-chave: Subjetividades; Currículo Queer; Formação de Professores em Educação Física; Movimento Estudantil; ExNEEF.

1. Apresentando a entidade

Neste estudo é traçado um legado histórico da organização de trabalhadores em formação por via do Movimento Estudantil – ME, analisando os Cadernos de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física – ExNEEF no que diz respeito aos discursos militantes e as disputas de pautas emergentes nos Currículos de Formação de Professores. Compreender a inserção dos estudos *Queer* nas bandeiras de luta da entidade, permite-nos pensar em arrombamentos de armários, transgressões, dissidências, corp^xs¹ e sujeit^xs possíveis.

Diz respeito ao silenciamento, ao interdito que se faz presente nas seguintes proposições: Por que os cursos não oferecem planos de ação para agenciar/formar sujeit^xs críticos, que reflitam sobre as produções de identidades nas tecnologias sociais corpóreas? Por que x^s corp^xs devem ser disciplinados/regularizados/normatizados? Como proporcionar o ato de estranhar o normal, a normalidade, de questionar o padrão e os paradigmas? É possível pensar em corp^xs gays, lésbicos, transgêneros, travestis, intersexos, não binários, assexuados, drag's e demais gêneros fluídos na Educação Física?!

O trabalho possui relevância ao atribuir críticas culturais, questionando os ranços históricos que ainda perduram frente às submissões atribuídas aos corp^xs que devem seguir os modelos estereotipados do masculino e apontando as agressões sofridas pelos que desviarem das normas. Questionamos a (im)posição da masculinidade tóxica, que preza pela construção de corp^xs fortes, viris, saudáveis, amparados pelo caráter médico-biológico da naturalização.

Somos uma legião de pessoas enlaçadas pela vontade de (trans) formar o mundo, (des)construindo tudo que está fixado como normal/natural e (re)afirmando nossas diferenças.

Um grupo que acredita que sonhos desse tipo podem se realizar sem se perder a garra, a convicção, a esperança, a sensibilidade e o prazer, no processo de estabelecer o novo. [...] O “pique” de criar e recriar, alterando os clichês – a ordem das coisas estereotipadas,

1 O uso da letra x identifica pessoas não binárias e demais identidades de gênero e sexualidades fluídas.

estabelecidas. Aqueles que lutaram, lutam e sempre lutarão por um mundo melhor (ExNEEF, 1995, p.3).

Nossas utopias são praticáveis e possíveis de serem alcançadas, por isso, nos colocamos a disposição dos enfrentamentos de toda e qualquer **opressão**, rumo à construção de uma sociedade onde sejamos “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (Rosa Luxemburgo). A ExNEEF segue (re)organizando suas bases, construindo coletivamente/democraticamente e fortalecendo suas bandeiras históricas. Preocupada com a veiculação de conhecimentos sobre o cotidiano da Educação e das especificidades da área, a entidade vem contribuindo com análises críticas da conjuntura e demarcado sua territorialidade política.

Portanto, o Caderno de Debates tem significado de resistência; resistência à uma sociedade individualista, que apresenta-se cada vez mais forte em nossas vidas, não temos objetivos coletivos, vivemos em total desigualdade e a cada momento que nos omitimos acentuamos e propagamos a “Sociedade do Caos” (ExNEEF, 1996, p.6).

Almejando contribuir na construção de um novo projeto de sociedade, buscando sempre a emancipação da classe trabalhadora e a liberdade de todxs poderem viver dignamente, recortamos acúmulos históricos do Movimento Estudantil de Educação Física – MEEF somados aos de outros autores críticos-combativos, no sentido de apontar caminhos que rompem com o **Sistema de Opressões**² e explorações dxs corpys. Pontato, buscamos falar de respeito, direitos, inclusão, representatividade, identidade, diversidade e reparação histórica. Tratamos de (des)normatizações e (des)aprisionamentos dxs corpys no contexto dos esportes, entrando sem pedir licença nos espaços antes negados e mostrando as possibilidades dxs sujeitxs LGBTQIA+ tornarem-se tanto atletxs amadores e/ou profissionais, quanto técnicxs/treinadorxs, dirigentxs e árbitrxs.

Também refletir sobre: Por que as marcações de gênero (homem x mulher) são definidas pelas características das genitálias dxs corpys? Como romper com esse engendramento binário, que segue à

2 Sistema Capitalista: estruturado no antagonismo de classes, no colonialismo xenofóbico, na cis heteronormatividade, na masculinidade tóxica e hegemônica do patriarcado, no racismo e no poder cristão do convencimento/hipnotismo.

lógica biologista determinando os sexos (masculino/macho e feminino/fêmea) no sentido da reprodução da espécie humana? Por que a separação entre pessoas cis e trans ainda perdura imbricada nas categorizações dos esportes hegemônicos, sejam eles nos contextos profissionais, amadores, das várzeas, das ruas e até mesmo nas aulas de Educação Física na Escola? Como vêm sendo tratadas as pessoas **Queer** e outrxs públicos das margens nos cursos de Formação de Professores em Educação Física? Os currículos agregam sujeitxs vistos como desviantes, corpxs estranhos, esquisitos, afeminados, “deficientes” e fora do padrão?

1.1. Construindo um movimento crítico-combativo

Nos países de terceiro mundo, conhecidos como países em desenvolvimento, os esportes são “produtos importados”, mercadorias altamente rentáveis para as grandes mídias e outras empresas que lucram com a venda de roupas, calçados, acessórios etc. Os veículos de comunicação influenciam nos desejos e interesse de consumo, “[...] infelizmente, este “consumo”, se vincula muito mais, e cada vez mais, a um consumo passivo, de ver e assistir a espetáculos esportivos ou de vestir camisetas de equipes” (ExNEEF, 1994, p. 16).

A “democracia representativa” idealizada pela burguesia, nada mais é que uma “falsa democracia”. Com a teoria do capital humano conhecimento e educação viraram mercadorias como outras qualquer, e as escolas/universidades tornaram-se empresas (re)produtoras dos interesses econômicos internacionais. A rede globo monopolizou os meios de comunicação e usou da “pedagogia da despolitização” e da indústria do marketing para homogeneizar a consciência das massas. Um conjunto de representações simbólicas com competências altamente sofisticadas para disciplinar, domesticar, dominar e expropriar xs corpxs.

É possível resgatar os impulsos, as paixões e os desejos de contrapor a conjuntura e buscar transformações pelo ideal de sociedade que almejamos? Como reviver a capacidade de resistência e das revoltas contra as ordens de neutralização dos MS? Na condição de trabalhadores/professores em formação, como podemos contribuir para causar rupturas nas políticas do estado democrático burguês? Essas reflexões aguçam nossas percepções e fundamentam nossas críticas. São tantas inquietudes e questões a serem levantadas, assim

como muitos desafios que estão colocados, então, não arregastes camaradxs, haveremos de vencer!

2. Espetáculos esportivos, entretenimento e seus negados

Quais legados os megaeventos esportivos³ deixaram para a sociedade brasileira? A positividade propagandeada com a vinda dos espetáculos foi cumprida? Estas “políticas públicas de esporte e lazer” objetivam a manipulação das massas por meio do entretenimento?! Na verdade, para pessoas LGBTQIA+ e outrxs públicos das margens só trouxeram/deixaram **negados**,

[...] contribuem apenas para a criação de uma falsa imagem de nação unida e desenvolvida, que na verdade não se preocupa de fato com o investimento em políticas públicas que possam realmente propiciar o acesso da população aos esportes em áreas públicas de lazer, como praças e parques (ExNEEF, 2012, p.239).

Aí escancaramos o problema e nossas críticas à mercadorização dos esportes em detrimento do seu caráter lúdico e de transformação social, mostrando que os interesses ultrapassam as “quatro linhas”, alienando a população com a lógica das políticas de “pão e circo”, tornando a maior parte da população em expectadores e consumidores dos subprodutos fetichizados das marcas da indústria desportiva. Componente expressivo da política imperialista.

“Dos megaeventos eu abro mão” queremos mais dinheiro para Saúde e Educação. Esta campanha foi lançada com o objetivo de escancorar a política de alienação do povo brasileiro, mais especificamente denunciar a relação capital-trabalho, como a classe dominante exerce ideologicamente seu poder de dominação na realização desses eventos e os desdobramentos que de maneira geral interferem no campo da Educação Física.

3 Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos – ODEPA, 2007; Copa das Confederações – FIFA, 2013; Copa do Mundo de Futebol – FIFA, 2014; Olimpíada e Paraolimpíada – COI, 2016; Copa América – CONMEBOL, 2019.

2.1. Corpxs não autorizados

Diariamente o cardápio do capital oferece gratuitamente **opres-sões** de todos os tipos. Impõe um binarismo de gênero que dita: quem sim e quem não; quem pode participar e quem não pode; quem vai jogar e quem vai assistir/torcer; quem vai mandar e quem vai obedecer; quem deve morrer e quem deve viver. Esses são alguns reflexos do racismo, do machismo/sexismo e do patriarcado que dão suporte as hierarquias do sistema vigente e seguem impossibilitando pessoas “desviantes das normas” de experimentarem os variados elementos que fazem parte da corporalidade humana.

X corpx é metrificado, sistematizado, quantificado e qualificado com os ideais da burguesia, não é permitido excessos. É x corpx correto, preciso, limpo, civilizado, controlado, redesenhado pelos “homens da ciência” num projeto estético rigoroso. Xs corpxs carregam marcas das culturas, portanto, Louro (2008) vai dizer que a ignorância não é neutra, ela é produzida como resíduo do conhecimento. Quais corpxs estão autorizados? Como a indústria cultural se apropria e direciona a lógica dx corpx aceito e/ou dentro dos padrões de beleza/saúde e do movimento esteticamente perfeito?

A heteronormatividade é legitimada na formação dxs sujeitxs, partindo dos discursos sobre o sexo e seus desdobramentos sociais, nutrindo-se da ideia que todo/a ser humano/a deve recair sobre duas categorias distintas, mas complementares: macho e fêmea e que naturalmente as relações sexuais devem acontecer com indivíduos do sexo oposto. Como consequência aponta para a marginalidade orientações sexuais que fogem da heterossexualidade, reforçando os binarismos rígidos como masculino/feminino, heterossexual/homossexual, normal/anormal. A heteronormatividade coloca-se como sanidade para uns e serve como parâmetro de comparação e patologização para outrxs, “[...] uma vez que a perspectiva dos médicos acerca da transexualidade intentava estabelecer que o gênero (social) seria o espelho do sexo (bio-lógico)” (RODRIGUES; DALLAPICULA; FERREIRA, 2015, p.59). Assim, naturaliza-se a heterossexualidade (corpos-homens e corpos-mulheres).

Podemos dizer que sujeitxs LGBTQIA+ seguem não autorizados, mas dão pontapés nas portas, arrombam os armários, quebram os cadeados e estraçalham as correntes, mostrando que nós existimos e que todxs são possíveis de tornarem-se o que quiserem. Na contramão da

história é possível resistir aos valores hegemonicamente naturalizados (individualismo, machismo, racismo, competição etc.) e exercitar outros princípios (cooperação, solidariedade, respeito a diversidade, ética etc.) apontando novas formas de viver coletivamente. “Se o presente é de luta, o futuro nos pertence”.

2.2. Sujeitxs que (re)existem e ocupam

Algumxs atletxs brasileirxs enfrentaram órgãos nacionais e internacionais e romperam com essas normatividades do binarismo de gênero. Podemos citar Edinanci Silva, judoca intersexual, que passou por cirurgia antes da Olimpíada de Atlanta (1996) e possui duas medalhas de bronze no Campeonato Mundial de judô (1997 e 2003); e Érika Coimbra, proibida de jogar o Mundial Juvenil de Vôlei (1997), passou pela transição e posteriormente integrou a seleção brasileira medalha de bronze na Olimpíada de Sydney (2000)⁴.

O Comitê Olímpico Internacional – COI, modificou a resolução de competições oficiais sobre as/os/xs trans, fixando para as mulheres trans uma quantidade de testosterona que não pode ultrapassar 10 nanomol por litro e determinando a não obrigatoriedade da cirurgia de mudança de sexo. Neste sentido, o COI avança ao mesmo tempo que levanta vários questionamentos, causando inquietação no conservadorismo dos esportes de rendimento. Como acontece atualmente no caso da Tiffany Pereira de Abreu, primeira mulher trans a atuar na Super Liga Femina de Vôlei (clube: vôlei Bauru) e o técnico da seleção disse não ter problema em convocá-la, mas muitas atletas cis não concordam, inclusive “ativistas feministas”.

(Re)existindo e ocupando lugares de fala, pontuamos o futebol feminino como pioneiro nesses enfrentamentos históricos. Entre proibições, clandestinidade e resistências muitas jogadoras tornaram-se referências para demais sujeitxs colocados em marginalidade social. Mais conquistas: em 2020 Mara Stefania Gómez, tornou-se a primeira mulher trans a atuar no futebol feminino da Argentina (Clube: Villa San Carlos)⁵. Esse fato abriu precedentes para o mundo todo, como

4 Disponível <<https://veja.abril.com.br/esporte/alem-de-tiffany-outros-casos-de-diversidade-de-genero-no-esporte/>>. Acesso em: 15/04/2021

5 Disponível: <<https://claudia.abril.com.br/carreira/primeira-jogadora-trans-argentina-futebol-buenos-aires/>> Acesso em 15/04/2021.

por exemplo o caso de Sheilla Souza, primeira mulher trans a atuar no futebol feminino do Brasil (Clube: Lusaca Camaçari-Ba)⁶.

3. Formação de professores em educação física

Por que competir ao invés de cooperar? Por que é preciso disciplinar, normalizar, hierarquizar e segregar xs pessoas? São essas e outras perguntas que nos fazem indagar as ideologias que se expressam implícita e explicitamente na formação dxs sujeitxs.

A tendência neoliberal, tradicional e tecnicista dos currículos dos cursos, tem direcionado a formação profissional na perspectiva de conservação e reprodução dos ideais do **Cistema** de exploração, tornando xs sujeitxs “[...] a-políticos, a-críticos, a-históricos, ou seja, verdadeiros idiotas especializados” (ExNEEF, 1994, p. 23). De acordo com os estudos **Queer**, a formação em Educação Física fica rotulada sobre apontamentos conservadores/técnicos, sem proporcionar uma experiência plena, o conhecimento das contradições históricas, os afetos, as subjetividades e sem respeitar a diversidade sexual e de gênero.

A proposta defendida pelo MEEF, a Licenciatura Ampliada, tem como preceito a necessidade de superação do modo capitalista de produzir a vida, logo, tem como perspectiva a construção de um projeto histórico socialista como única forma de desenvolvimento real e integral das múltiplas dimensões humanas. Dentro dessa perspectiva, defendemos uma formação humana omnilateral, por compreender que os seres humanos têm naturalmente condições de desenvolver múltiplas dimensões que os constituem parte da humanidade (cultural, técnica, política, científica, etc) (ExNEEF, 2012, p.215).

Não devemos tentar reinventar a roda, apenas é preciso fazê-la girar. A Educação Física enquanto área de conhecimento e prática social precisa se debruçar no resgate da consciência e da identidade de pessoas e grupos estigmatizados, contribuindo para a emancipação

6 Disponível: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/12/20/lateral-e-1-transsexual-a-jogar-no-futebol-feminino-profissional-do-brasil.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 15/04/2021.

popular rumo a cidadania, vislumbrando a garantia de direitos e um processo de humanização em detrimento da (de)formação que tem acontecido. Defender as causas das minorias marginalizadas é imprescindível para nós, alimentando assim dos (des)gostos que este **Cistema** nos faz sentir e reivindicando a superação do mesmo. A história nos serve de matriz científica, sendo fonte do conhecimento sistematizado e ponto de partida para uma análise mais próxima da realidade.

3.1. (Des)naturalização curricular

Diferenças são silenciadas pelos discursos dominantes, por isso, é necessário investigar as bases epistemológicas que se apresentam nos processos de formações dxs sujeitxs dissidentes. Refletir sobre a predominância de uma grade curricular que visa potencializar a masculinidade hegemônica. Tratar sobre a naturalização dx corpx na centralidade dos discursos binários, analisando como a noção de biologismo se ampara com a pauta do conservadorismo da “ideologia de gênero”, enaltecida na existência apenas do homem e da mulher.

A intensificação da delinquência pelo neoliberalismo, satisfaz o desejo de poder dos mais ricos e o sucateamento dos espaços públicos de educação, saúde e lazer legitimam a miséria que vivem xs sujeitxs das margens, sejam eles marcados pelo gênero, raça e/ou classe social. Através de procedimentos técnicos de micropoderes os discursos penetram o imaginário das pessoas criando significados e naturalizando representações, realizando controles de corpxs, disciplinando gestos e atitudes, docilizando hábitos e comportamentos.

Fantasia seduzem e iludem xs indivíduos, sequestrando seus corpxs e aprimorando-xs, adestrando-xs, utilizando-xs e mutilando-xs. Mas como quer Foulcault (1979), esse poder sobre xs corpxs não dizima-xs, pelo contrário, fabrica-xs utilizando de técnicas de individualização e competição, assim como de competência pedagógica de despolitização, ou seja, manipulando seus comportamentos e produzindo x corpx/mercadoria/objeto de acordo com as exigências do funcionamento da sociedade.

Diante das construções socio-históricas dos gêneros e das sexualidades determinadas por processos culturais em detrimento da concepção de natureza-biológica, as possibilidades de expressar desejos e prazeres são determinadas, estabelecidas e codificadas, são moldadas pelas redes de poder da sociedade. Classifica xs sujeitxs

atribuindo rótulos e demarcando as fronteiras entre o centro e as margens, definindo o padrão cultural pela norma que remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 2000). O absolutismo inscreve sua tradição moral através das instituições sociais, na tentativa de fixar as identidades, criando tabus sobre a expressão de sentimentos e orientando as condutas, é o bio-poder que dar base para uma sociedade disciplinar, de vigilância e controle (FOUCAULT, 1987).

Uma teia de multiplicidades de forças exercendo poderes diversificados o tempo inteiro se dar na configuração da sociedade em que vivemos, é um constante movimento dialético do devir e são as construções/desconstruções/reconstruções que caracterizam as identidades. O MEEF tem reunido esforços na intenção de viabilizar uma nova ordem social, criticando amargamente as amarras tradicionais naturalizadas, se colocando na perspectiva do debate crítico e denunciativo, e intervindo de maneira referenciada e instrumentalizada nas (des)construções curriculares, na busca pela perpetuação da emancipação humana.

3.2. Estudos queer: desconstruções e ressignificações

Discursos habitam nxs corpxs fabricando-xs e definindo-xs pelas aparências, é por isso que propomos uma teoria subversiva e crítica, para pensar o que é proibido, para estranhar o currículo, desconfiar, desconcentrar, transtornar, passar dos limites, abusar e produzir diferenças escapando dos enquadramentos. “[...] Que tal se uma pedagogia **Queer** colocasse em crise o que é conhecido e como nós chegamos a conhecer?” (LOURO, 2008 p. 65). O que a autora propõe é o atravessamento dos limites e das fronteiras, usando os próprios obstáculos como veículos para penetrá-los e superá-los.

Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não-propositiva pode “falar” a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? Qual o espaço, nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e pensar a sexualidade, os gêneros, e os corpos de uma forma

plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria queer para a prática pedagógica? (LOURO, 2008 p. 47).

No nosso caso aqui, essa reformulação curricular perpassa por interesses de desconstrução da hegemonia masculina, seus conflitos e contradições que desembocam na lógica patriarcal de poder. Os estudos **Queer** orientam teoricamente essa disputa curricular, na busca por outra forma de produzir e reproduzir a vida na coletividade. Um currículo que preza por incentivar o desenvolvimento das capacidades humanas e concretizar sua plenitude de ser cada dia mais (ser-mais), precisa obrigatoriamente estimular a criatividade, a inteligência e a sensibilidade, que fazem parte da experimentação das subjetividades, da autonomia, da autogovernabilidade e autoafirmação dxs sujeitxs.

Criatividade como ideia de fecundar, criar/recrutar, ampliar horizontes, olhares; inteligência como a faculdade de aprender, apreender, compreender, perceber, imaginar, analisar; sensibilidade como a perspectiva de vivenciarmos sentimentos de humanidade, ternura, justiça, compaixão, solidariedade (ExNEEF, 1995, p.29).

Xs corpxs que habitam à sigla LGBTQIA+ são de pessoas **Queer**, vivendo uma constante e cotidiana (des)normatização, assumindo o lugar do diferente, da diferença e da própria aceitação para afirmar o orgulho de ser o que é. São corpxs que rompem com as regras dos contratos sociais cis heteronormativos, escancarando os armários para mostrar que, de fato, não somos iguais. Somos todxs diferentes, o que deve nos igualar são os nossos direitos enquanto cidadãos, permitindo x todxs os mesmos acessos. **Queer** quer dizer: excêntrico, estranho, esquisito, ridículo etc., mas é um termo ressignificado. Trata das possibilidades: de gêneros não binários, sexualidades fluídas, identidades não-fixadas etc. Trata de (des)identificação e/ou desnaturalização, de não sexualizar xs corpxs.

É preciso flagrar as raízes históricas, efervescências e resguardar as memórias. Recuperarmos fatos desprezados, reinterpretando seus significados e funções de diversos ângulos e contextos, analisando os fenômenos e seus entraves. É importante as organizações de micro-políticas de arrombamento dos armários, contribuindo para a atuação e deslocamento dxs corpxs a partir dos estudos sobre diversidade,

identidade, inclusão, equidade, política queer, performatividade de gênero e agenciamento de sujeitxs possíveis.

Para Foucault (1988) x corpx é o dispositivo pelo qual experimentamos e formulamos conceitos, assim como incorporamos valores ao produzirmo-nos socialmente. X corpx é político. Não pretendemos aqui esgotar debates transformando os dados encontrados em verdades absolutas, ou formular respostas e conceitos como algo concreto/acabado/finalizado, mas sim problematizar as inquietações das capacidades humanas, traçando caminhos para o reconhecimento e a aceitação das diferenças do “eu” e do “outro”, ou seja, buscando tendências emancipatórias, objetivando superar as opressões sociais impostas (RODRIGUES; DALLAPICULA; FERREIRA, 2015).

Toda aprendizagem é uma (des)aprendizagem, ou seja, é preciso desconstruir um conhecimento para (re)construir um “novo”, mais elaborado, “[...] a Pedagogia poderia, então, começar com o pressuposto de que as identidades são feitas e não recebidas e o trabalho do currículo consistiria em incitar identificações críticas, e não em fechá-las. Além disso, uma educação sexual socialmente relevante pode apenas oferecer mais questões” (LOURO, 2000, p.78). É preciso formar docentes mais conscientes, tendo em mente as subjetividades que emergem, enunciam diferenças, são diferentes, diversas.

Lutar pela materialização do direito à existência plena enquanto sujeitx social e não apenas como um corpx descartável. Viver outras masculinidades e feminilidades, outras corporalidades e possibilidades de transgressões. Já nos disse Paulo Freire que a pedagogia que nos toca é a que escuta, provoca e vive a difícil experiência da liberdade, uma pedagogia livre para a liberdade briga contra o autoritarismo estatal imposto nos ambientes de escolarização. “E o MEEF através de sua história tem mostrado que é possível fazer diferente, ser resistente, militar consciente e transformar o que vem pela frente” (ExNEEF, 2001, p.36). X corpx é uma arma política que se atira/atira-se no mundo.

Considerações

Vivemos em tempos de pandemias e pandemônios, envolvidos numa crise econômica-político-social mundial, que fez esse parasitário **Cistema** colapsar totalmente, escancarando suas contradições e prioridades, mostrando suas “patologias metabólicas” e precarizando

ainda mais a vida das vítimas dos **crimes sociais** naturalizados cotidianamente. Sendo assim, de maneira organizada, referenciada nas experiências dos oprimidos, nas demandas da classe trabalhadora e com vistas à emancipação dxs sujeitxs, seguiremos resistindo até superar o estado de barbárie ao qual estamos imersos.

Todas as normatizações citadas continuam engendradas na Escola e nas variadas práticas corporais nos ambientes não-formais de Educação, reproduzindo a lógica do rendimento, fazendo jus ao projeto colonialista da biologização e da medicalização através do(s) discurso(s) Eugenista(s), Higienista(s), Militarista(s) e Esportivista(s). Os enunciados modelam e estruturam a cis heteronormatividade, negando a diversidade de gênero e sexualidade. São pontos a explorar: reflexões sobre subjetividades performáticas, à (des)naturalização dxs corpxs buscando entender a fluência de identidades e os Movimentos

Sociais enquanto mediadores dos atos de resistências/(re)existências, enfrentamentos, (des)estruturação e ressignificação dos espaços. “[...] É preciso desobstruir o caminho, é preciso livrar o proletariado das correntes com as quais foi amarrado ao carro da miséria pelo deus Kapital” (ExNEEF, 1995, p.10).

Cabe à Educação Física enquanto ciência o desafio de repensar e reconstruir seus Currículos de Formações de Professores, isso porque a idealização de corpxs dóceis, viris e saudáveis fazem constituir grande parte dos conceitos que as grades operam no sentido da competitividade. Levar em consideração as diversas possibilidades de produções e agenciamentos das identidades fluídas e das dissidências sexuais, inserindo uma política **Queer** e outros saberes vistos como relevantes para uma descolonização das práticas e da performatividade de gênero (BUTLER, 2003).

O ME brasileiro carrega aspectos da cultura popular com suas perspectivas libertaria, combativa e democrática, um movimento que sempre sofreu repressão justamente por assumir papéis de protagonismo na história das lutas de classes, uma organização política que resiste e contribui significativamente com transformações sociais. Uma juventude que se encoraja e ergue-se contra as **opressões**, não aceita, indigna-se, se rebela, nega o velho e quer o novo, almeja revolucionar. “[...] Juventude que vivenciam cada vez mais ataques como a retirada de direitos, a privatização da vida e a crescente criminalização das populações negras, periféricas, indígenas, não heteronormativas

e dos movimentos sociais” (ExNEEF, 2013, p.8). É preciso instrumentalizar xs trabalhadores em formação para resistirem as mazelas do **Cistema**.

E digo mais: preconceito se combate com educação de qualidade e problematização da realidade; desigualdades de gênero se supera ressignificando o lugar dxs corpxs políticos, possíveis, diferentes e respeitados.

Temos como objetivos amplos – Conscientizar à cidadania, minimizar a situação de risco, valorizar a cultura de periferia, instrumentalizar atores e atrizes sociais, mediar o bem estar biopsicossocial, oportunizar trabalho e lazer, promover a auto estima, estimular auto sustentação e ser interlocutor entre as diferentes culturas (ExNEEF, 2000, p. 68).

Definir caminhos alternativos aos que estão postos e despertar as consciências reorganizado a classe. O conhecimento tem que ser como uma droga, nós [xs professores] somos os chefes das bocas, os traficantes. Traficantes de informação, criando mecanismos de negação a esse modelo de sociedade,

[...] com a opressão de mulheres, negros, índios, deficientes, gays, diferentes nacionalidades como ciganos e judeus, se utilizando de diferenças históricas, culturais e biológicas para discriminação e marginalização social. Compreendemos opressão enquanto um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas, criada pelas sociedades de classes para manter a forma de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem (ExNEEF, 2013, p.33).

“Quem não se veste com nossos sonhos não pode falar em nossos nomes”. O ME possui extrema importância no processo de (re)organização e (re)educação política da juventude brasileira, mesmo todo dia sendo um “7 x 1” diferente, mais violento e mais doloroso. (Re)afirmamos que não queremos o “capitalismo humanizado”, almejamos destruí-lo e superá-lo, nossas lutas são em defesa de “uma educação que nos ajude a pensar, e não que nos ensine a obedecer” e pelo fim dos monopólios de comunicação que definem padrões de beleza e estética, assim como de gênero e sexualidade. Tais superações/(trans)

formações somente se darão/farão através da práxis. É tempo de explodir, de romper as cascas dos casulos e criar/bater asas. Sejamos xs coveirxs enterrando a estrutura *opressora* contemporânea.

5. Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ExNEEF, Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. **Cadernos de Debates**. 1994 – 2018. Disponível <bit.ly/cadexneef> Último acesso em: 23/04/2021.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigues da S. **Transposições: Lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Dados eletrônicos. Vitória: EDUEFS, 2015.

PROCURANDO POR DIREITOS: ATIVISMO TRANSMASCULINO COMO FORMA DE EXISTÊNCIA

Bernardo Mota Lopes -

Mestrando do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB.

Contatos: obernardomota@gmail.com

Resumo

A criança que teve sua primeira infância constituída a partir de uma palavrões e insultos, que variavam do macho-femea, maria-sapatão à palavras impronunciáveis, sabe o que significa constituir-se pela resistência e ter que inventar caminhos para uma vida possível. Reafirmo que não procurei pela militância ou pelo ativismo, no entanto, desde cedo a luta por direitos esteve presente como uma condição *sine qua non*. Ser um adolescente trans na periferia da capital do país me trouxe preocupações para ordem do dia: temia por não ter onde morar, enfrentei toda resistência e gambiarras para utilizar meu nome social nas instituições e migrei entre estados à procura de atendimento especializado em saúde. Através de relatos autoetnográficos, discuto, analiso e problematizo a construção de uma identidade de homem trans no Brasil, e como, necessariamente, o processo de organização em torno de movimentos sociais foi primordial para me garantir direitos básicos. Como principais discussões levantadas, este artigo aborda a passagem pelo movimento secundarista e os proibidos cinedebates LGBT no ensino médio que organizei, pelo fato de ter sido o primeiro homem trans a ser mestre de cerimônia do Congresso Nacional brasileiro, a convite do antigo ex-deputado federal Jean Wyllys, além das diversas ações organizadas enquanto coordenador regional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) no Distrito Federal, dentre eles a constituição do Ambulatório Trans de Brasília, a coordenação do projeto piloto com a ONU de um curso de

formação para pessoas trans e outros episódios na direção de coletivos trans locais, como a T Colettive.

Palavras-chave: Homens trans; Movimentos sociais; Transmasculinidades; Autoetnografia.

Introdução

- Desde cedo, produzindo resistências.
- Quem pode escolher ser um ativista?
- Organização de homens trans no DF

Metodologia

- Autoetnografia como metodologia, 'fresta epistemológica' – vozes diversas enquanto produtoras de conhecimento crítico. (VERGUEIRO, 2015, p. 25).
- A dimensão biopolítica da produção do arquivos (BOURCIER, 2021).
- Butler. Relatar a si mesmo.

Resultados e discussão

- Como se dava a estruturação da militância transmasculina no DF pré-pandemia;
- Quais são as redes de solidariedades erguidas por homens trans para o enfrentamento da covid?
- Como fazer uma autoetnografia em confinamento; o isolamento social para pessoas trans.

Considerações finais

- É preciso fortalecer os grupos de homens trans pelo país;
- A discussão sobre movimentos sociais e contexto pós covid;
- Como lidar com o luto (e com a luta) daqui para frente.

Referências

ÁVILA, S.; GROSSI, M. P.. “**Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina**”. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.

_____, S. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, SC, 2014.

_____, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Tradução Rogério Bertoni. 1ed; 4. reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: “Estudos Feministas” p171-188, 2002.

GREEN, James. N. **“Who is the Macho Who Wants to Kill Me?”: Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s,** Hispanic American Historical Review, v. 92, no. 3, p. 437-69, 2012.

JESUS, Jaqueline. G. **Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio.** In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

_____, Jaqueline. G. **Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra.** Revista de Docência e Cybercultura. Rio de Janeiro v. 3 n.1 p. 250 Jan/Abr. 2019.

NERY, J. W. **Viagem solitária – memórias de um transexual trinta anos depois.** São Paulo: Editora Leya, 2011.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM?** Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 187 p. 2020.

MOVIMENTO LGBT INDÍGENA NO INSTAGRAM: NET-ATIVISMO, VISIBILIDADE E ARTICULAÇÃO

Marcelo Rodrigo da Silva

Doutor em Estudos da Mídia. Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Parintins (ICSEZ). Vice-líder do Grupo de Estudos Visualidades Amazônicas (VIA/CNPq), prof.marcelorodrigo@email.com;

Resumo

Este artigo objetivou discutir a articulação e a visibilidade do movimento LGBT indígena brasileiro no Instagram, à luz do conceito de net-ativismo (DI FELICE, 2017; PEREIRA, 2017; MAGALHÃES, 2018). Para tanto, são adotados métodos quanti-qualitativos, bibliográficos e exploratórios. O corpus da pesquisa foi composto por dois perfis, do Coletivo Tibira (@indigenaslgbtq) e do Coletivo Caboclas (@indigenaslgbt_crateus) e 20 *hashtags*, identificados por meio da ferramenta de busca da própria plataforma, a partir dos marcadores “ameríndios”, “indígenas” e “LGBT” (e variações), até o dia 24 de fevereiro de 2021. A *hashtag* com maior número de postagens foi #indigenaslgbt, com 183 posts. Esse universo foi analisado com base nas técnicas de análise de conteúdo (LASSWELL e KAPLAN, 1979). O estudo revelou que as primeiras manifestações declaradamente de conteúdo relacionado à temática do movimento indígena LGBT no Instagram começaram a circular há pouco mais de dois anos, em janeiro de 2019 e, desde então, envolvem 546 postagens. Apesar de tenros, os perfis demonstram força e já somam mais de 26,4 mil seguidores e 309 publicações. Verificou-se, ainda, que a forma de articulação mais frutífera para alcançar visibilidade para o movimento LGBT indígena no Instagram tem sido a divulgação e realização de eventos e a criação de espaços de discussão online e ao vivo.

Palavras-chave: Movimento LGBT, Indígenas, Net-ativismo, Instagram.

Introdução

A maior parte dos povos ameríndios (LAROCHE, 1993) do Brasil está concentrada na Amazônia, habitando Terras Indígenas que possuem uma extensão de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a 61% do território nacional, conforme dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab (2020). São em torno de 110 milhões de hectares onde vivem 60% da população indígena do país, estimada em aproximadamente 440 mil pessoas, que falam mais de 160 línguas diferentes. Ao menos 180 povos ameríndios distintos vivem nesse território, além de grupos considerados “isolados”. Em toda a Amazônia Legal, há cerca de 114 registros da presença de indígenas que optaram por viver de forma livre e autônoma, sem contato com a sociedade em volta.

São povos que tiveram sua cosmologia dilacerada no decorrer dos séculos pela investida colonizadora, o que Franco e Silva (2020) chamam de modelo cosmofágico, engolidor de mundos, que prioriza mais um estilo de vida do que a própria vida. Para os autores, o termo cosmo-fagia explica um movimento de ataques às diversas cosmologias existentes em Gaia. Ataques que não são feitos apenas pelo Estado, mas por aqueles que desconsideram a diversidade e a riqueza de conhecimento cosmológico.

No seio desse modelo cosmofágico foram atacadas as práticas naturais e as formas de viver os hábitos sexuais dos povos ameríndios. As relações entre pessoas do mesmo sexo biológico era vista com naturalidade entre as etnias indígenas e, conforme o pesquisador Estevão Rafael Fernandes (2014), ainda que não tenham se tornado o foco de discussões antropológicas especificamente sobre o tema, estiveram presentes em relatos históricos desde o século XVI, sem que isso repercutisse em preconceito ou agressão (FERNANDES, 2014). Tomando como exemplo os Tupinambá, Torráo Filho (2000) observa que indígenas eram alvo de discriminação apenas quando não desempenhavam obrigações masculinas de caçar e guerrear, mas nunca por suas preferências sexuais.

Havia mesmo homens passivos que mantinham cabanas próprias para receberem seus parceiros e muitos possuíam “tenda pública”, recebendo outros homens

como se fossem prostitutas. Aqueles que eram ativos chegavam a vangloriar-se destas relações, considerando-as sinal de valor e valentia, embora o termo tivira ou tibira fosse, por vezes, utilizado como ofensa. Entre as mulheres, algumas adotavam os penteados e as atividades masculinas, indo com eles à guerra e à caça, além de casarem-se com outras mulheres, adquirindo toda espécie de parentesco adotivo e obrigações assumidas pelos homens em seus casamentos; eram as chamadas çacoaimbeguira. (TORRÃO FILHO, 2000, p. 222)

Abordando a heterossexualização imposta aos indígenas através das instituições, paradigmas e dogmas do colonizador, Fernandes (2014) fala sobre a necessidade de consolidação do movimento indígena LGBT como um grupo autônomo de agenda própria, que não fique mais à margem dos movimentos indígenas e LGBTQIA+. Na visão do autor, ambos os movimentos conduziram suas agendas de forma independentes e, em decorrência disso, não se consolidou uma problematização epistêmica interseccional (FERNANDES, 2014).

É necessário enfatizar que, neste estudo, foi adotada a terminologia LGBT, seguindo o raciocínio de Simões e Facchini (2009), quando adotam a formulação aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Eventualmente, a sigla assume variantes que invertem a ordem das letras (colocando o “T” à frente do “B”), duplicam o “T” (para distinguir entre travestis e transexuais, por exemplo) ou acrescentam novas letras que remetem a outras identidades (como o “I” de “intersexual” ou o “Q” de “queer”).

[...] até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e

convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas. (FACCHINI, 2012, p. 140)

Ainda de acordo com a autora, enquanto boa parte dos movimentos sociais que foram mais visíveis nos anos 1980 experimentou um processo de crise, o movimento LGBT não apenas cresceu em quantidade de grupos e diversificou os formatos institucionais, como também ampliou sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Para Facchini (2012), a ampliação da visibilidade social se deu, basicamente, por três fatores chave: debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; 2) adoção da estratégia da visibilidade massiva através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e 3) incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas, seja em matérias de jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos. “A incidência política e a visibilidade massiva têm sido as principais estratégias utilizadas pelo movimento nos últimos anos” (FACCHINI, 2012, p. 139).

Como forma de resistência e manifestação contra os ataques colonizadores, articulam-se grupos de ativistas indígenas que passam a habitar o ambiente virtual e conviver com as comunidades conectadas em rede, buscando a visibilidade massiva para sua causa e operando no que é conceituado como ativismo digital. É necessário, entretanto, esclarecer a abordagem de ativismo digital que adotamos neste estudo e diferenciar os conceitos de ciberativismo (ou ativismo midiático) e net-ativismo.

O ciberativismo, conforme Di Felice (2017; 2013), está relacionado à primeira geração de ativismo midiático na Internet e aos movimentos estadunidenses, nos anos de 1990, com a intenção de difundir causas locais em escalas globais. De acordo com Magalhães (2018), essa noção estaria relacionada a uma interpretação relativamente maquínica do fenômeno, como se o peso dessa relação em rede estivesse centrado na tecnologia como ferramenta externa, separada dos demais membros.

Já o net-ativismo estaria ligado a um momento mais recente que leva em consideração a computação móvel, uso e análise de Big Data, marcado pela passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para modelos reticulares, distribuídos, autônomos e colaborativos. Conforme enfatiza Magalhães (2018), o net-ativismo passou a se articular com a maximização das possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade. Não se opondo à globalização, mas a partir de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não se nega à diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação “glocal” avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade, entre outras reivindicações.

Desse modo, de acordo com Pereira (2017) o net-ativismo indígena seria o encontro dos movimentos ativistas indígenas já existentes com as novas formas de ativismo digital. E nesse cenário se insere o net-ativismo indígena LGBT. De acordo com Franco (2019), um mapeamento realizado de 2013 a 2019 identificou 120 etnias que estão se conectando à internet e verificou que as línguas nativas continuam a ser usadas, no ambiente tecnológico. Experiências cosmológicas e xamânicas, por exemplo, são compartilhadas e perfis de redes digitais estão se organizando, inclusive, para práticas net-ativistas. Além disso, conforme enfatiza Pereira (2010; 2017; 2018), nas últimas décadas, os grupos ameríndios vêm passando por um complexo modo de transformação comunicativa, que envolve o aparecimento da Internet e os dispositivos de conexão.

O processo de conexão com a internet e de habitar o ambiente virtual em rede se dão predominantemente por meio dos dispositivos móveis, os aparelhos celulares. O crescimento da demanda pelas comunicações por esses dispositivos é constatado pelos dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019) por meio da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros de 2018, realizada pelo órgão por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br. Conforme os dados da pesquisa, apesar de apenas 63% dos domicílios da região Amazônica terem acesso à internet, a conexão móvel é a predominante, com 46% dos acessos.

Juntamente com o crescimento do uso dos dispositivos móveis de comunicação, crescem também as conexões via redes sociais. Conforme

o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2020), o Instagram é a rede social que mais cresce no mundo, contando atualmente com mais de 500 milhões de contas. Segundo os dados da entidade, a rede social criada em outubro de 2010 tem, em média, 1,5 bilhão de curtidas por dia, além de ser 15 vezes mais interativa do que o Facebook e contar com o perfil de mais de 1.400 grandes marcas.

Em vista disso, este artigo objetivou discutir a articulação e a visibilidade do movimento LGBT dos povos ameríndios do Brasil no Instagram, à luz do conceito de net-ativismo. O corpus do estudo foi construído a partir da ferramenta de busca do próprio Instagram e analisado a partir de técnicas de análise de conteúdo, conforme será explicado em profundidade mais adiante. A intenção é observar como os ativistas indígenas estão articulando o movimento LGBT na internet a partir das conexões em rede na plataforma do Instagram.

Métodos, resultados e discussões

O desenvolvimento deste estudo se deu pela adoção de procedimentos metodológicos quanti-qualitativos, bibliográficos e exploratórios. Para composição do corpus da pesquisa, partiu-se da identificação dos perfis e *hashtags* brasileiros existentes no Instagram e relacionados ao tema da pesquisa. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória utilizando-se a ferramenta de busca do próprio Instagram, a partir dos termos “ameríndios”, “indígenas”, “índios” e “LGBT” e suas variações (singular/plural e inclusão/alteração de letras).

A busca resultou na identificação de dois perfis – Coletivo Tibira (@indigenaslgbtq) e do Coletivo Caboclas (@indigenaslgbt_crateus) – e 20 *hashtags*, que estão quantificadas e listadas mais adiante, juntamente com o número de postagens às quais estão relacionadas. Ao todo, os dois perfis somaram 26,4 mil seguidores e 309 publicações. As *hashtags* identificadas estão relacionadas a 546 postagens. Os dados foram coletados em 24 de fevereiro de 2021.

O perfil @indigenaslgbtq se apresenta no Instagram como “TIBIRA: coletivo criado por indígenas! Resistência, acolhimento e informação”. O coletivo fez sua primeira postagem em 9 de maio de 2019 e, até a coleta desta pesquisa, possuía 24,9 mil seguidores e 238 publicações. Por sua vez, o perfil @indigenaslgbt_crateus se apresenta como “Caboclas: indígenas LGBTQI+; Organização: LGBTQIIndígena;

Cidade: Crateús-CE". Realizou sua primeira postagem no dia 28 de janeiro de 2020 e possuía 1.512 seguidores e 71 publicações.

Figura 1: Mosaico com perfis do Coletivo Tibira e Coletivo Caboclas



Fonte: Instagram

Tabela 1: Lista de *hashtags* identificadas na ferramenta de pesquisa do Instagram

Hashtag	Quantidade de postagens
#indigenaslgbt	183
#indigenaslgbtq	149
#indigenalgbt (no singular)	72
#indigenaslgbtq (com bandeira)	67
#indigenaslgbti	19
#indígenaslgbt (com acento agudo)	13
#indígenaslgbtq (com acento agudo)	6
#indígenaslgbts (com acento agudo)	6
#indigenaslgbtqia	5
#indigenaslgbts	4
#indigenaslgbtcrateus	4
#indioslgbtq	4
#indígenaslgbtqia (com acento agudo)	3
#indígenalgbt (no singular, com acento agudo)	3
#indigenaslgbtiq	2
#indígenalgbtqi (no singular, com acento agudo)	2
#indígneaslgbti (com acento agudo)	1
#indígenaslgbtqs (com acento agudo)	1
#indigenalgbti (no singular)	1
#indioslgbt	1
Total	546

Fonte: Autor da pesquisa

A *hashtag* com maior número de menções foi #indigenaslgbt. Em vista disso, para o cumprimento da etapa qualitativa da pesquisa, as publicações com o marcador mais recorrente foram selecionadas para análise, a fim de identificar os principais objetivos de comunicação verificados nos *posts* em circulação no Instagram. Para a realização das análises, foram utilizadas as técnicas de análise de conteúdo propostas por Lasswell e Kaplan (1979).

O primeiro *post* com a *hashtag* em questão foi publicado no dia 12 de março de 2019. Contudo, é válido observar que, do total de 183 postagens identificadas até o dia 24 de fevereiro de 2021, 159 estavam visíveis na ferramenta de busca da plataforma, tendo em vista que as demais 24 foram publicadas por perfis privados e, portanto, não estavam abertas à visualização livre e não figuram nos resultados de buscas para o público aberto. Além disso, é necessário acrescentar que 33 postagens eram repetidas, ou seja, o mesmo conteúdo foi repostado por perfis diferentes de usuários.

Esse universo de 159 postagens foi subdividido em cinco categorias de análise, que serão apresentadas adiante: 1) Divulgação de eventos; 2) Manifestação de usuários particulares;

Mobilização; 4) Expressão artística e literária; 5) Divulgação de conhecimento histórico e científico. Para a sistematização das categorias, foram considerados os principais objetivos das postagens marcadas com a *hashtag* #indigenaslgbt, conforme verificado nos *cards* e em suas legendas. Utilizou-se o método de análise de conteúdo por fornecer meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação (JANIS, 1982 [1949], p. 53).

Divulgação de evento – esta categoria reuniu todas as postagens que tiveram como objetivo divulgar algum evento como *lives* e outros tipos de discussões com transmissão ao vivo, seminários, congressos, shows e espetáculos relacionados à temática dos indígenas LGBT. Ao todo, foram identificadas 40 posts com esse perfil de conteúdo.

Manifestação de usuários particulares – nesta categoria foram unificadas as postagens realizadas por usuários em seus perfis particulares. São postagens onde, comumente, os autores compartilham fotografias de si em momentos privados, relacionando os *posts* a reflexões sobre o tema do movimento LGBT e questões de gênero entre os povos ameríndios como, por exemplo, depoimentos, histórias de vida e compartilhamento de experiências próprias. Esta categoria somou 39 *posts*.

Mobilização – foram reunidas nesta categoria os *posts* que tiveram como principal objetivo de comunicação mobilizar sua audiência, seja em favor de uma ação de conscientização, de uma campanha ou de um projeto social. Ou seja, publicações que objetivaram alcançar apoio popular a uma determinada ideia ou ação específica ligada à temática LGBT entre os povos indígenas. Esta categoria reuniu 30 postagens.

Expressão artística e literária – agrupou as postagens relacionadas a diversas manifestações artísticas como desenho, pintura, ilustração, fotografia e literatura. Nesta categoria foram agrupadas 29 publicações.

Divulgação de conhecimento histórico e científico – foram agrupados nesta categoria os *posts* com objetivo de difusão de conteúdos históricos e científicos relacionados à temática dos povos ameríndios e suas relações culturais, afetivas e sexuais, conectando-as com as discussões do movimento LGBT indígena. São publicações que têm como conteúdo, além de dados documentados, matérias jornalísticas e documentários. Ao todo, foram reunidas 21 publicações nesta categoria.

Tabela 2: Categorias de análise das *posts* com hashtag #indigenaslgbt

Categoria de análise	<i>Posts</i> com hashtag #indigenaslgbt
Divulgação de eventos	40
Manifestação de usuários particulares	39
Mobilização	30
Expressão artística e literária	29
Divulgação de conhecimento histórico e científico	21
Total	159

Fonte: Autor da pesquisa

A partir da análise de conteúdo, percebeu-se que as postagens com objetivo de divulgar eventos foram as mais recorrentes com a *hashtag* #indigenaslgbt, de acordo com a ferramenta de busca do Instagram. Isso evidencia o perfil predominante de uso da plataforma que vem sendo desenvolvido por usuários, grupos e organizações ligadas ao movimento LGBT indígena na plataforma online.

Esse cenário sinaliza uma tendência de fortalecimento da aproximação entre os perfis conectados em rede com o fim de articulação net-ativista em busca de alcançar maior visibilidade e ampliar os

espaços para discussões e reflexões sobre o tema. Os conteúdos mais comuns foram *lives* com a transmissão ao vivo de diálogos, conversas e palestras sobre a causa LGBT entre os povos indígenas.

O segundo perfil de postagem mais recorrente, conforme as análises realizadas, foi o de usuários particulares que buscaram expressar seus pontos de vista em defesa do movimento LGBT indígena, fortalecendo o engajamento e a rede colaborativa em torno da causa. É o que poderia ser chamado de público militante, que faz uso de suas próprias redes particulares para impulsionar a rede de divulgação e visibilidade do movimento e de sua agenda de discussões.

Percebe-se, portanto, que um caminho frutífero que tem sido delineado pelos perfis e *hashtags* analisados para alcançar mais visibilidade para o movimento é a articulação com parceiros, ou seja, usuários interconectados em uma rede colaborativa que, em alguns momentos, opera em espaços comuns de discussão da temática indígena LGBT (como eventos, conversas e bate-papos online e ao vivo) e, em outros, age a partir de atuações isoladas de ativistas que fortalecem a causa de forma individualizada, provocando sua própria rede de contatos, ao mesmo tempo em que reforça o movimento por meio de links e de marcações das *hashtags*.

Algumas considerações

As análises e observações desenvolvidas com este estudo permitem tecer algumas considerações e reflexões a título de contribuição em torno do movimento LGBT indígena em si e dos processos comunicacionais desenvolvidos em seu bojo na plataforma do Instagram. Apesar de muito recentes, os perfis já alcançam expressiva mobilização, especialmente o perfil do Coletivo Tibira (@indigenaslgbtq), que possui postagens com mais de 11 mil curtidas e vídeos com mais de 7 mil visualizações.

Contudo, a atuação e visibilidade do movimento pode ser impulsionado, ainda mais, a partir de ações mais estratégicas de engajamento e promoção a partir do fortalecimento de sua rede colaborativa. Ou seja, é possível alcançar um engajamento ainda maior, se houver uma aproximação entre os perfis analisados e outros ligados a instituições de representatividade indígena e/ou LGBT mais consolidados e mais populares no Instagram. Essa rede de colaboração mútua amplia a

abrangência e o impacto das comunicações na plataforma, na medida em que otimiza a capilaridade dos conteúdos entre os usuários.

Outro ponto que poderia otimizar a articulação do movimento seria a intensificação da agenda de eventos e espaços de discussão da temática LGBT indígena, assim como a intensificação da recorrência de uso das *hashtags* associadas à causa. A visibilidade e notoriedade das ações de ativismo digital no Instagram estão diretamente ligadas ao ritmo e à frequência de publicações em que o tema é abordado ou mencionado.

Também é válido refletir sobre a diversidade de termos adotados nas marcações com *hashtags*. A multiplicidade de termos pode reduzir a força que as ações do movimento LGBT indígena alcançaria, caso fosse adotada, consensualmente, uma única terminologia. Em outras palavras, a adoção massiva de uma única sigla ou expressão (como a *hashtag* #indigenasLGBT, por exemplo) por um número cada vez maior de usuários acarretaria um impacto mais concentrado e unificado sobre o mesmo tema e, conseqüentemente, proporcionaria mais visibilidade e notoriedade com maior potencial de efeito positivo e estratégico na plataforma do Instagram para o movimento LGBT indígena.

A pesquisa evidenciou, ainda, a escassez de perfis criados para atuarem especificamente junto à causa do movimento LGBT indígena no Instagram. Os dois únicos perfis brasileiros existentes poderiam encontrar apoio e fortalecimento para o ativismo digital caso houvesse um grupo mais diversificado de organizações e instituições articuladas e orquestradas em busca de um objetivo comum de mobilização social em defesa da causa LGBT indígena.

Longe de intencionar esgotar a temática, este artigo pretende estimular as investigações científicas em torno do movimento LGBT indígena no Instagram e nas diversas plataformas online que são criadas e se expandem a cada geração. Assim como é recente a articulação do ativismo digital relacionado a essa causa na plataforma em questão, são recentes e promissões os estudos que pretendem se debruçar sobre os indícios e sintomas de suas manifestações. Sempre interessa à Comunicação Social investigar e compreender movimentos como este que, apesar de terem suas raízes recentes no Instagram, reivindicam o que há séculos lhes foi tomado: o respeito, o respaldo e a representatividade que lhes assegurem novamente viver e ser com naturalidade aquilo que se é.

Referências

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 Out. 2020.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – COIAB. **Quem somos**. Disponível em: <https://coiab.org.br/quemsomos>. Acesso em: 20. Out. 2020.

DI FELICE, Massimo. **Ser redes**: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. Revista Matrizes. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 49–71. 2013.

FACCHINI, R. **Entre compassos e descompassos**: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

FERNANDES, Estevão R. **Homossexualidade Indígena no Brasil**: Desafios de uma pesquisa. Novos Debates – Fórum de Debates em Antropologia. V. 1, p. 26-33, 2014.

FERNANDES, Estevão R. **Homossexualidade indígena no Brasil**: Um roteiro histórico-bibliográfico. ACENO, v. 3, N. 5. P. 14-38. 2016.

FERNANDES, Estevão R. **Ser índio e ser gay**: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. Etnográfica, v. 21, 2017.

FRANCO, Thiago Cardoso. **Ameríndios Conectados**: As formas comunicativas de habitar e narrar o mundo, de acordo com as imagens dos modernos e dos Krahô. Tese de doutorado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP): São Paulo, 2019.

FRANCO, Thiago Cardoso. SILVA, Marcelo Rodrigo da. **Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19**.

In: Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación. Equador: CIESPAL. n. 145, dez. 2020 – mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indígenas**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 19 Out. 2020.

JANIS, Irving Lester. 1982 [1949]. **O problema da validação da análise de conteúdo**. In: LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. (org.) A linguagem da política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

LAROCHE, Maximilien. **Dialectique de l’Americanisation**. Quebec: Université Laval/Grelca, 1993.

MAGALHÃES, Marina. **Net-Ativismo**: protestos e subversões nas redes sociais digitais. Lisboa: ICNova, 2018.

PEREIRA, Eliete. **A ecologia digital da participação indígena brasileira**. Lumina, v. 12, n. 3, p. 93-112, 30 dez. 2018.

PEREIRA, Eliete. **Mídias Nativas**: a comunicação audiovisual indígena: o caso do projeto Vídeo nas Aldeias, Revista Ciberlegenda, n. 23, 2010.

PEREIRA, Eliete. Net-ativismo indígena brasileiro: notas sobre a atuação comunicativa indígena nas redes digitais In.: PEREIRA, E. S. DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. (Orgs.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas**: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação. São Paulo: Paulus, 2017.

SCHWARTZ, Edward. **Net Activism**: How Citizens Use the Internet. O’Reilly Media, 1996.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Instagram para empresas**: 10 dicas para promover seu negócio. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/al/artigos/10-dicas-para-promover-o-seu-negocio-no-instagram,e11da-535c0597510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 19 Out. 2020.

SIMÕES, J. A; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **Tríades galantes, fachonos militantes**: homossexuais que fizeram história. S. Paulo: Summus, 2000.

CORPOS DISSIDENTES, ARTES DESVIADAS E EXERCÍCIOS POLÍTICO- SITUADOS DE DESCOLONIZAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Herbert de Proença Lopes

*Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista - Assis/SP, professor do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica/PR-Campus Londrina
herbert.proenca@gmail.com;*

Rafael Siqueira de Guimarães

Orientador da pesquisa, professor do curso de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista -Assis/ SP, Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) rafael.guimaraes@cja.ufsb.edu.br

Resumo

Este trabalho refere-se a um processo em construção: uma pesquisa de doutorado em Psicologia e Sociedade, iniciada em 2021. O que é compartilhado aqui, já resultado de percursos teórico-metodológicos, configura apostas que fazemos em processos ainda a serem inventados, e rastros a serem cartografados. Nosso interesse nessa pesquisa é acompanhar o movimento de produções ético-estético-políticas, denominadas de práticas artivistas. O método da cartografia oferece pistas nessa direção, sendo a proposta acompanhar coletivos e artistas nacionais, interessados em produções artísticas que pautem dissidências sexuais e de gêneros, existências marcadas historicamente por lugares da diferença e modos de ser tidos como periféricos, desviantes ou marginalizados. De modo prático, a pesquisa propõe intercâmbios artísticos com diferentes coletivos e artistas, intercâmbios tomados como trocas construtivas, vivências compartilhadas. O processo de pesquisa nos coloca

em diálogo com a produção de discursos científicos assumidamente posicionados, devidamente encarnados, como os aqui buscados, produzidos por pesquisas desenvolvidas COM artes. Das vivências compartilhadas, pretendemos cartografar modos de subjetivação resistentes, imbricados na associação borrada entre arte e vida. Com isso, compartilhar modos de descolonização do corpo, seguir caminhos de criação de novas figurações de sujeito, sujeita, sujeito e subjetividade. Os resultados esperados, aqui denominados de “apostas”, se refere a produção de problematizações sobre modos de subjetivação e resistência no presente; potencializar as ressonâncias das lutas compartilhadas com os coletivos e artistas no atual contexto; e, por fim, criar “produtos” artístico-teatrais, vividos pelo pesquisador, inventados como dispositivos de lutas político-emancipatórias: no caso da pesquisa proposta, experimentações de descolonização das subjetividades.

Palavras-chave: ativismo, subjetividade, descolonização

Introdução

Neste trabalho compartilho o projeto de pesquisa de doutorado em Psicologia e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Paulista UNESP/Assis. Os processos de doutoramento e pesquisa foram recém-iniciados, em 2021, porém são resultados de trajetórias de pesquisa que tenho desenvolvido na intersecção entre arte/psicologia/militância. Algumas destas experiências serão narradas ao longo do texto na medida em que contribuem para a configuração e delineamento da pesquisa.

De início, ressalto os contextos de produção deste projeto é também responsável pelo que pretendemos mobilizar enquanto produção de saberes e práticas acadêmicas, artísticas e ativistas. Gestado em 2020, sua construção acompanhou a crise sanitária causada pela pandemia do COVID 19 no mundo e no Brasil. Temos acompanhado as crises políticas e econômicas que fazem com que se atualizem e intensifiquem estruturas históricas de dominação, assim como as novas formas necropolíticas que devem ser creditadas na conta da atual gestão da política de governo federal. Nomeá-lo de desgoverno talvez fosse uma injustiça às políticas de desconstrução, o que nesse caso, indicariam formas de desviarmos dos projetos políticos institucionais, hegemonicamente marcados por um projeto colonial, machista, racista, legbtfóbico e genocida que imperam – não sem resistências – durante séculos.

Dito isso, esta proposta de pesquisa é atravessada por angústias - que pedem passagem. Pedem transformação, não em adaptacionismos ou em novos sintomas, novos encaixes nosográficos. Angústia que movimenta, que põe em ação novos modos de pensar, sentir e estar no mundo atual. Segundo Preciado (2018), a possibilidade de resistência micropolítica nestes tempos reside em “sustentar o mal-estar”, e dele fazer uma “gestão coletiva e criativa [...] para permitir a germinação de outros mundos (p. 17). Este mundo atual, da perspectiva mais macro à mais micro, dos fenômenos vividos a nível mundial ao resguardo da casa das pessoas que têm essa condição, esse mundo tem modos muito distintos de estar no mundo, mas que passam por estados emocionais intensos. Lugares de vivência, lugares de sentimento, lugares de fala; sujeitos, sujeitas e sujeitos, como anuncia Carla Akotirene (2019), construídos nas encruzilhadas.

A primeira necessidade/desejo deste projeto é pautar vivências desviantes, modos de vida circunscritos como subalternos, interseções entre experiências pessoais e coletivas, formas de saber que são supostamente silenciadas. A sub-humanidade, pegando essa ideia emprestada de Ailton Krenak (2019) que a utiliza na relação com povos originários, pode estabelecer conexões parciais com outras categorias tidas como não-humanas, abjetas. As sub-humanidades, aquelas que insistem em sobreviver, povos indígenas, travestis e outras existências trans, LGBs – diante de diferentes políticas de extermínio, sobrevivem. Se tomarmos essa ideia não localizada no(a) sujeito(a), mas nele demarcada, e admitirmos que a implicação é de algum modo importante, posso aqui incluir as sub-humanidades que me atravessam, pode incluir as suas também.

Na experiência de pesquisa do mestrado, desenvolvida neste mesmo programa de pós-graduação, a proposta foi acompanhar processos de criação teatral vividos por mim, enquanto pesquisador e parceiro de luta, junto com o Coletivo Elitytrans, um coletivo de militância trans e travesti, formado em 2012 na cidade de Londrina, interior do Paraná. A proposta daquela pesquisa, desenrolada entre produções cênicas e acadêmicas, foi construída como aliança com o coletivo, uma práxis assumidamente criadora, assumidamente ativista, assumidamente implicada. O mestrado, realizado entre 2015 e 2018, assim, acompanhou o desenvolvimento de oficinas teatrais que levou a criação de um grupo de teatro nomeado de Cia. Translúcidas. Teve a participação inicial de travestis e mulheres trans do coletivo, mas logo ampliou-se com a participação de homens trans, além de alguns LGBs, um dos quais sendo o próprio pesquisador, que entrou em cena.

Das oficinas, criamos a peça “Transtornada Eu”, surgida da necessidade de pautar as vivências pessoais, trans, travestis, LGBs: vivências marcadas por diferentes violências mas, sobretudo, carregadas de muitas potências. A peça deu lugar, posicionalidade, a muito do que queríamos falar sobre os cotidianos que permeiam tais vivências. Falar disso processava mudanças na significação destas experiências de vida, ao passo que criávamos posições em cena, hibridizadas com as posições de vida. Estas posições foram gerando, nos exercícios criativos e imaginativos do jogo teatral, figurações como possibilidades de existir avessas às classificações/identificações sobrepostas.

No exercício de inventar posições subjetivas, por exemplo, abordamos a passagem da condição-monstro (atribuída) à posição-monstro (assumida), posição que se fortaleceu com o poema *Yo, monstro yo*, de Susy Shock (2015). Paradoxalmente, a posição-monstro seria uma forma de produzir visibilidade sobre potencialidades e não sobre precariedades destas formas de vida. Nestas brincadeiras, ficções ontológicas, nos encontramos com a perspectiva *queer*, chamada na ocasião de traveca, bicha, capeta, monstra e outros termos que aparecem na dissertação, articulada em meio aos encontros produtores de sentidos múltiplos, compartilhados nas oficinas (LOPES, 2018). Questionando parâmetros de normalidades instituídos, nos imaginamos pertencendo a um território estranho. Nos reconhecemos:

Os proibidos e não recomendados são seus habitantes. *Los atravesados*. Vivem aqui: os vesgos, os perversos, os estranhos, os problemáticos, os vira-latas, os mestiços, os meio-mortos; em suma, aqueles que atravessam, ignoram ou passam dos limites do “normal” (...) Os únicos habitantes “legítimos” são aqueles no poder, o branco e aqueles que se alinham com os brancos (ANZALDÚA, 2007, p. 3-4, tradução nossa).

De todas as iniciativas criadas, faço questão de destacar a potência da arte como disparadora e organizadora destas ações (e também como desorganizadora de alguns modos instituídos de organização social e existencial). Na pesquisa, problematizamos a arte como dispositivo de luta política emancipatória, e entendemos os processos acima descritos como também disparados pela experiência da Cia. Translúcidas. O destaque que quero fazer ver é sobre os efeitos plurais produzidos por estas experiências em nossas posições subjetivas. Aqui articulamos resistência e também criação, mas acima de tudo, encontramos “ar para respirar”. Desta experiência saímos diferentes.

Esse projeto surge da necessidade/desejo de ampliar essa discussão, se demorando sobre o problema de pensar os efeitos da criação artística nos modos de existência, pessoais, coletivos, simbólicos e materiais diante dos sistemas de opressão, exclusão e extermínio historicamente construídos. Por esse motivo, faço o resgate do percurso de mestrado, observando as dinâmicas do pesquisar que transbordam os limites institucionais, sejam da Academia, ou mesmo dos campos de produção em arte.

Obviamente não falamos de qualquer arte, ou qualquer concepção de arte. Trata-se de um terreno também colonizado, e nos interessa colocá-lo em disputa a fim de produzir brechas, criar dimensões ético-estético-políticas que mais nos interessa. Não por acaso, encontramos nas artes desviadas, ou nos artivismos, uma possibilidade de diálogo com o tipo de arte que experimentamos. Em diálogo com Leandro Colling (2019), podemos conceber o ativismo um movimento plural de disputas e transformações, criador de novas possibilidades ético-estético-políticas pautadas por dissidências sexuais e de gêneros e que ganham visibilidade na atualidade. Ativismo, termo que mistura arte e ativismo, tem sido explorado para definir modalidades artísticas que produzem poéticas ativistas, interessadas na estética relacional e privilegiam práticas híbridas, de modo a romper a dicotomia entre arte e política.

Continuo interessado nestas brechas, produzidas pela criação artística, que tornam possíveis a invenção de mundos e a ficcionalização de expressões de vida. Possíveis pois criam materialidades, resistências diante das políticas de repressão, marginalização e extermínio. Todas as figurações criadas, experimentadas, encenadas foram entendidas como brincadeiras ontológicas. Figurações políticas são, como provoca Paul B. Preciado (2014), “brincadeiras ontológicas, imposturas orgânicas, recitações subversivas, de um código sexual transcendental falso” (p. 31).

Ao contrário de afirmarmos uma subjetividade (mesmo que alternativa) como modelo, estamos mais interessados nas vias de singularização (ROLNIK; GUATARRI, 1986), no que faz movimentar tais processos. Recorremos à “imaginação fabulativa *queer* voltada as ontologias variáveis do contemporâneo” (GALINDO, 2013, p. 43), e assim jogar/gingar com as possíveis combinações que recriam posições na/de vida, sobre os modos como nos atiramos nas rodas de relações. Jogar/gingar é cartografar/corpografar mundo, de modo inventivo, tal qual nos mostrou Jacques (2001), que recorre à Hélio Oticica, ao flâneur e ao Labirinto para dar um outro olhar à experiência na/da arquitetura da favela, compreendendo a ginga que corpografa esta arquitetura, singulariza-a, sem processo de romantização ou hegemônica, mas, como num mapa de rizomas, arquitetura marca os corpos, assim como corpos marcam a arquitetura. Nos atiramos a gingar com a vida, com a teia das relações, com os jogos com a arte.

Na (des)continuidade das linhas de problematização, recorro ao desejo de pautar o corpo. O corpo do pesquisador, o corpo artístico, o corpo social dos bandos de resistência. O corpo aqui é tomado como lócus dos modos de subjetivação, normativos, libertários, singulares. Assim, corpo aqui pretende ser visitado: teoricamente, metodologicamente, politicamente, artisticamente sendo sempre nossa opção para abordar a subjetividade. Diante da tradição dicotômica corporeamente, e da escolha por um dos lados (mente/alma/psique) feita pela Psicologia, somamos voz às linhas de pensamento que o abordam como uma visão não-dicotômica. O corpo, a matéria negada pela ciência da subjetividade, não é negada pelas vias de produção capitalística das realidades; pelo contrário, tem sido foco de interesse de mecanismos de controle, investimento e gestão, de onde podemos pensar o corpo-reprodução, o corpo-produtividade, o corpo-norma. Se a macro-política quer o corpo docilizado, nosso interesse é vê-lo gingar!

Com enfoques decoloniais, podemos imaginar e recompor bases para as noções de sujeito, sujeita, sujeito e subjetividade, tão marcadas pelo projeto da modernidade/colonialidade. Abordar criticamente os argumentos tradicionais de sujeito (e sua relação com a modernidade) é questionar uma noção tida como universal, sendo esta uma operação colonial (ALVES; DELMONDEZ, 2015). Questionar o universal é também questionar os lugares atribuídos à alteridade, ao não-europeu, ao não-branco ao não-homem. Os corpos dissidentes, que resistem, reivindicam novos destinos.

Partirmos de uma ideia de ciência encarnada, capaz de produzir outro tipo de subjetividade, uma “objetividade corporificada”, conforme em Donna Haraway (1995), produzindo saberes responsáveis pelo que produz, pelos lugares que ocupa. Ciência, aqui, materializada no corpo do pesquisador, no corpo deste projeto, no corpo de uma rede de teorizações e experimentações que se permite não previsão (como tanto se quer, pelos códigos oficiais) mas evocação, incitação, instigação. Também o corpo experimenta as condições de existir.

Na voz de Linn da Quebrada, apresentada por uma integrante da Cia. Translúcidas que se inspirou muito na artista para sua própria construção de uma identidade trans, exploramos a ideia de que ser artista “tem a ver com criar sobre minha própria existência, criar sobre o meu corpo”. Também sobre nosso corpo, Linn. Fomos experimentando e, assim, “interferindo e fazendo coisas que causasse, acontecimentos” (LINN DA QUEBRADA, 2017, np).

Destes percursos apresentados, proponho interrogar: O que estas experiências artísticas nos ensinam¹? Aqui, propomos um recorte para nos referir a artistas e coletivos que trabalham com perspectivas de arte desviante, bicha, trans, preta, periférica e, assim, criam posições decoloniais. Destas práticas, me interesso especialmente por aquelas que borram o fazer arte com seus modos de vida, como apresentada na ideia de “vidobra”, sendo “o desdobramento de experiências existenciais em obra que, por sua vez, se converte em novos modos de existência” (GUIMARÃES; BRAGA, 2017, p. 28).

Nesse percurso, pautando-nos em discussões sobre gêneros e sexualidades abertas à perspectiva de processualidade, multiplicidade e fazimento, como as políticas e estudos *queer*, ou kuir, ou cuir, ou do cu, ou demais explorações teóricas que tem-se produzido no Brasil. Entendo como produtivos os incômodos de pensar o *queer* decolonial (PEREIRA, 2015). Mais produtivo ainda é manter abertos tais impasses, buscando movimentos criativos para as teorizações do lado de cá. As perspectivas que articulam óticas decoloniais com as discussões sobre sexualidades e gêneros dissidentes são foco de interesse da pesquisa, não para encontrar respostas, mas para aumentar incômodos. Incomodar é algo que “essa gente” parece gostar.

Na tomada de perspectivas decoloniais, esta necessidade/desejo anunciada acompanha processos de reconstrução epistemológicas desde a perspectiva do Sul, da América Latina, do Brasil, da realidade local, do bando. Assim, a angústia vai se traduzindo nestas necessidades/desejos: pautar gêneros e sexualidades dissidentes, processos de criação artística, corpos situados como referências para modos de subjetivação e perspectivas decoloniais sobre políticas subjetivação que se posicione criticamente diante das formas de racialização, generificação e outros eixos de criação de categorias identitárias.

Desta perspectiva, é muito urgente pautar o presente, encontrar a medida do presente, estar à altura do acontecimento, a fim de esmiuçá-lo, desembaralhá-lo, reconfigurá-lo no sentido de evidenciar as políticas de subjetivação. Assim, abrimos espaço para configuração, sob outros moldes (ou mesmo sem moldes), de novas políticas:

1 Parafraseando a pergunta de Nietzsche: “O que podemos aprender com os artistas?” no aforismo 299, do livro “A Gaia ciência” (2011), Para ele, podemos ir além de artistas: aprender a viver.

Se as dinâmicas em questão referem-se ao funcionamento do desejo e correspondem a políticas de subjetivação não há como desmontá-las se não se interfere nesse âmbito. Aqui, entra em jogo o exercício da clínica, de um ponto de vista em que suas fronteiras com a arte e a política tornam-se indiscerníveis, ou seja as potências de curar, criar e resistir tornam-se indissociáveis (ROLNIK, 2003, p. 6)

Esse projeto pretende-se somar às resistências, na produção de práticas, saberes, olhares posturas, posições, entendimentos, produzidos pelas pessoas e grupos implicados numa perspectiva ética, plural, emancipatória, ecológica, da relação com os mundos, mundo-planeta, mundo-pessoas, mundo-ideias, mundo-mundos.

Com base nestas problematizações, se contrói o objetivo da pesquisa, voltado a acompanhar processos de criação artísticos vividos pelo pesquisador em intercâmbio com artistas e coletivos artísticos que, em suas experiências, articulem discussões de raça, gênero, sexualidades e demais demarcadores sociais de diferença. Destas experiências buscamos cartografar modos de subjetivação resistentes, na associação borrada entre arte e vida. Essa mistura produz formas de existir, ser no mundo, que buscam – não sem contradições ou domesticações – mas que reivindicam um direito à singularidade. Com estes(as) interlocutores(as), busco compartilhar modos de descolonização do corpo, possibilidades de criação de novas figurações de sujeito, sujeita, sujeite e subjetividade que possam contribuir para as resistências na atualidade.

De modo mais específico, busco aproximação com o diverso campo de estudos e práticas decoloniais interessado nas interseccionalidades entre gênero e raça; aproximação com a produção de artes que pautem a dissidências e existências marcadas historicamente pelo lugar da diferença; e mais diretamente, intercâmbio com artistas/coletivos cuja participação na pesquisa darão respaldo para a escritura, teorizações que comporão a tese e um processo artístico prático.

Metodologia

Numa certa deslealdade à norma científica tradicional, buscamos iniciativas que desmantelam binarismos que a constituem e formam alternativas criativas e criadoras. Na busca por pistas, encontramos

algumas no método da cartografia. Seguindo essa rota, vemos que a relação entre participantes da pesquisa é entendida como uma composição de corpos envolvendo afecção mútua (ALVAREZ; PASSOS, 2009). A relação entre participantes de uma pesquisa é de agenciamento, espécie de co-funcionamento que forma um campo coletivo, vivenciado nos contextos onde se pesquisa. Nos emaranhados das relações.

O objetivo é sair do campo da representação e situar-se no campo da experimentação (STUBS; TEIXEIRA-FILHO; GALINDO, 2020). Não se trata de enquadrar o estudo sobre uma prática ou obra, a fim de decifrá-lo ou interpretá-lo. Trata-se, antes de recorrer aos devires artísticos como dispositivos de criação, que através de seus rastros possam ser cartografados, vistos, problematizados, virados de cabeça para baixo.

A escritura, no corpo e na tese, que surge desse co-funcionamento, se faz no entre, é devir que pede passagem. Produz efeitos. Promove saúde, tomada de um ponto de vista diferente, que Deleuze (1997) denomina de um empreendimento em saúde, inclusive por considerar os frágeis estados em que artistas se colocam: os tímpanos perfurados, os olhos vermelhos, de ter ouvido e visto coisas fortes demais, falam de uma “frágil saúde irresistível” (1997, p. 14).

Também apostamos na relocação da problemática da pesquisa, no tipo de empreendimento que faz emergir. Não estamos sós. Esta pesquisa procura formar alianças estranhas com posturas metodológicas que tencionam as relações entre Arte e Psicologia, e propõe pesquisa com arte. Nesse sentido, o “próprio pesquisar é considerado um processo criativo, fato que autoriza o pesquisador a fazer arte como meio de fundir a teoria e a prática, em seu processo de investigação” (STUBS; TEIXEIRA-FILHO; GALINDO; 2020, p 3).

Não pretendo qualificar esta pesquisa em um ou outro modelo de pesquisa, mas antes, buscar conexões parciais (HARAWAY, 1995) com experiências que compartilhem de configurações e inquietações parecidas, uma “conversação mais ampla e profunda sobre as políticas e práticas” (STUBS; TEIXEIRA-FILHO; GALINDO, 2020, p. 3). Frutos dessa conversação, encontro-me com movimentos que buscam visibilizar uma “razão sensível que mobiliza tanto aspectos intelectuais e cognitivos quanto artísticos e estéticos” (p. 4).

É neste ponto que retomamos o corpo, desde uma perspectiva de objetividade encarnada, como sendo resultado de uma ciência

localizada (HARAWAY, 2015). Assim, falar em “corpo” nessa linha de imaginação/problematização carrega um tempero especial, pois pretende jogar o corpo do pesquisador na roda.

Partem da experiência artística do pesquisador, a relação com o teatro, pautada numa perspectiva popular, do teatro de rua, da ocupação de espaços alternativos, que buscam derrubar a 4ª parede, e demais paredes da arte e das relações sociais, em geral. Na experiência com essa forma de fazer teatro, outras “linguagens artísticas” foram experimentadas: performance, dança, culturas populares, vídeoarte, música, para citar algumas. Por este motivo, talvez a melhor opção seja a de associar a proposta de arte aqui feita como “arte do corpo”, pois se interessa em “colocar o corpo na roda”. Ao enfatizar a experiência encarnada, podemos provocar a noção de sujeito, faze-la ganhar outros contornos, buscando uma “construção descentrada e fragmentada desse sujeito processual” (STUBS; TEIXEIRA-FILHO; GALINDO, 2020, p. 4).

Sobre os procedimentos, para me referir ao desenho da pesquisa, podemos dizer com alguma certeza de seu ponto de partida, este nó até aqui apresentado. Seguimos a proposição de que a pesquisa tem um ponto de partida de onde inicia-se um processo que não se sabe onde vai dar, como na pesquisa cartográfica (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

O processo criativo inicia-se com o mapeamento de artistas e coletivos que trabalhem na perspectiva acima apresentada. Essa tarefa pode ajudar a desenhar a rede de iniciativas, posicionamentos, experiências, de acordo com critérios a serem estudados e elencados durante o processo de pesquisa. A proposta, a partir desta seleção, não é por realizar entrevistas, mas realizar intercâmbios artístico-teórico-prático-políticos, trocas conforme os encontros se configurarem, conforme as condições de desejos e possibilidades. Os intercâmbios criativos são tomados como formas de “troca construtiva” (LEON CEDEÑO, 2007), ou seja, formas de contribuição mútua em processos de pesquisa com coletivos de militância, lugares onde a ação coletiva são configuradas e experimentadas com observância e relevância

Destes intercâmbios, os frutos serão trazidos para a elaboração de um produto artístico-teatral², um dos resultados da pesquisa aqui

2 Utilizo o termo em substituição à espetáculo ou peça teatral, por se referir a condições específicas de troca entre artista e público. Outras formas podem ser descobertas, a exemplo das *intervenções cênicas*, ações que se aproximam da performance – atravessam o cotidiano, propõem interação com o público, se configuram como acontecimentos.

proposta. Transversalmente, se dará a produção de um texto escrito – a tese, propriamente dita – onde caberão as teorizações discurridas com e a partir das experiências. Investe-se, nessa pesquisa, na criação de um dispositivo que transversaliza os campos construídos disciplinarmente como distintos, a arte e a psicologia, para materializar dois “produtos” que podem estabelecer diálogo com diferentes públicos: um cênico com pretensão de circular e apresentar-se em espaços ainda a serem definidos, e a tese escrita, que tende a circular nos territórios acadêmicos.

Sobre a escrita, ainda inspirados na proposta cartográfica e demais práticas críticas da produção acadêmica, o projeto pretende investir em políticas de escrita, que se situam na fronteira entre as formas de inteligibilidade acadêmico-institucional e as brechas de criação de formas de escrita alternativas – que dialoguem com um público não acadêmico, que afirmem a poética na literatura científica, que desestabilizem formalizações e racionalidades tradicionais a que convivemos, fomos produzidos, mas que aprendemos a questionar.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo compartilhar algumas problematizações que têm acompanhado a construção da pesquisa de doutorado acima descrita. Investe em alguns cenários, faz algumas apostas. Apostas aqui são diferentes de hipóteses; não pretendemos descobrir algo para, quem sabe, validar indicações de pesquisa. Busca antes, criar cenários, produzir micropolíticas, condições de possibilidades para existências dignas para vidas possíveis, em diálogo com interlocutores e interlocutoras teóricas ou artistas.

Apostamos, assim, nas políticas do encontro, quando pretendemos diálogo com artistas e coletivos artísticos que têm feito da arte sua forma de grito, respiro, solidariedade, aliança, cuidado, e vivenciar expressões de gêneros e sexualidades dissidentes, sim. Apostamos nas experiências disseminadas em vários lugares do país, que fazem suas artes em contextos diversos, que mostram a multicoloridade em seus corpos e corporalidades, que movimentam e lutam pela subversão das normas e desconstrução das estruturas sociais, afetivas, políticas, etc.

Apostamos na interlocução com campos de saberes de dentro e de fora da Academia, formando ecologias de saberes (SANTOS, 2009). Por isso, o interesse com estudos e políticas *queer* e com o

pensamento decolonial, e outros produtores de saberes não localizáveis nestes termos. Assim, buscamos somar à rede de provocações aos campos das ciências, em especial, a Psicologia, que busquem a revisão crítica das bases epistemológicas hegemônicas, contribuindo assim, para a produção de novas psicologias, menos afeitas a colonialidade das subjetividades.

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ALVES, Cândida Beatriz & DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, vol. 15, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands / La Frontera**: The New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

AKOTIERENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: _____ (org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GALINDO, Dolores. “Quem se importa com experimentos?” Ontologias variáveis, inquietações *queer*. In: FILHO, F.S.T.; PERES, W.S.; RONDINI, C.A.; SOUZA, L.L (orgs.). **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea. Cuiabá: Ed.FMT, 2013.

GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes. 1986.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira de; BRAGA, Cleber. Vidobras dissidentes na música pop brasileira. In: **Revista Cult**, São Paulo, n. 226, p. 28-31, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas a partir da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

LEÓN CEDEÑO, Alejandra A. El Trueque Constructivo: Buscando formas respetuosas de trabajo con prácticas contrahegemónicas. **Fermentum**: Revista de Sociologia y Antropologia, Año-v 17, n 50, pp. 626-645, Sep-Dic, 2007.

LINN DA QUEBRADA. “Ficou insustentável fingir que nós não existimos”. Entrevista concedida a Marcelo de Tróia. In: **Revista Cult**, disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>>, acessado em 23/11/2017.

LOPES, Herbert de Proença. **Cartografias de vivências trans: experimentações teatrais e modos de subjetivação**. 2018. 236f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

PEREIRA, Pedro Paulo G. *Queer* decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**, v. 5, n. 2, p.411-437, Jul.-Dez. 2015.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 Edições, 2014.

ROLNIK, Suely. **“Fale com ele”, ou como tratar o corpo vibrátil em coma**. 2003. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele>>. Acessado em 20/10/2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SHOCK, Susy. **Yo, monstro, yo**. 2015. (3m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTDLdT_5ltA>. Acesso em: 20 out. 2020.

STUBS; TEIXEIRA-FILHO; GALINDO. Experiências e apontamentos para a pesquisa em Psicologia Baseada nas Artes. **Rev. Psic. e Sociedade**, vol. 32, Belo Horizonte , 2020.

“MEU BRASIL BRASILEIRO, TERRA DE SAMBA E PANDEIRO”: MISCIGENAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL, UM OLHAR SOBRE AS MULHERES.

Alcione Ferreira da Silva

Graduada em história e serviço social, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e em Gestão Pública e Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, alcionefs@hotmail.com

Resumo

Este trabalho debate sobre os impactos da miscigenação como mecanismo de aniquilação da identidade negra no Brasil, especialmente a partir da década de 1930 quando o mito da democracia racial se fortalece como estratégia de Estado. Por objetivo, buscamos compreender como a constituição da ideia de “mulata”, como símbolo nacional, pôde impactar a construção política do reconhecimento da negritude em mulheres negras brasileiras. Metodologicamente nos aportamos na pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Como aproximações conclusivas, observamos que a ascensão do discurso de um Brasil “moreno” ou “mulato” objetivou mascarar as tensões raciais presentes no país, não responder às demandas por políticas públicas requeridas pela população negra e fortalecer a fragmentação da população negra, impactando com especificidades as mulheres negras.

Palavras-chave: Miscigenação, Mito da Democracia Racial, Mulheres Negras.

Introdução

Neste artigo abordamos um debate sobre a miscigenação no Brasil como mecanismo de apagamento da identidade negra, com vistas a construção de uma ideia de nação que se desejava branca. Acerca desse tema enfocamos algumas imagens que se criou para as mulheres negras, especialmente por meio da idealização da “mulata” como símbolo nacional, símbolo este que trazia consigo o objetivo de negar a forte presença negra em todas as esferas do país, bem como de mascarar os conflitos raciais presentes no país, fazendo crer que havia apenas relações sociais harmoniosas entre as raças.

Para fundamentar este debate nos apropriamos especialmente de Schwarcz (2012) e Munanga (2008), para percorrermos o caminho da construção de um ideal de nação pautado na esperança do branqueamento da população, das instituições, da cultura e demais elementos constitutivos das relações sociais brasileiras.

Para tanto, metodologicamente nos aportamos na pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, caminho a partir do qual concluímos que a construção da concepção de miscigenação como elemento constitutivo da particularidade nacional, no que se refere as relações sociais, se deu sob uma lógica que buscou ao máximo negar as origens de ascendências africana no Brasil e mascarar o violento processo de “mistura das raças” que aqui se deu e que impactou de modo particular às mulheres negras, especialmente as socialmente lidas como “mulatas”, cuja imagem foi utilizada como “prova de harmonia das raças” e sobre a qual recaiu, de modo específico, uma forte pressão para que se fosse negada a negritude.

Metodologia

Apresentamos um debate elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, conforme Martin (2001) que a reconhece como um método capaz de produzir explicações e debate acerca de um tema específico, através de levantamento e análise de materiais publicados sobre o tema em foco.

Adotamos a abordagem qualitativa, conforme Minayo (2001), segundo a qual tal perspectiva se configura por não elencar como objetivo a construção de aspectos quantitativos, mas a explicação da

realidade social, buscando-se compreender o universo de significados e de fenômenos que não podem ser enquadrados em variáveis numéricas.

No que se refere aos nossos objetivos, nos ancoramos na pesquisa descritiva e explicativa, sendo a primeira direcionada à descrição de fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987) e a segunda à explicitação de condicionantes sociais que condicionam a ocorrência dos referidos fenômenos (GIL, 2007).

“É o meu Brasil, brasileiro, terra de samba e pandeiro”: embranquecer para ser Brasil

As releituras que foram realizadas sobre as teorias raciais no Brasil, a partir dos anos 1930, foram operadas através de um intenso debate intelectual que se distanciou das perspectivas apontadas pelo Darwinismo Social, visto que estas apontaram para a construção de um ideal de país o qual a mestiçagem passou a ser positivada e enaltecida como um símbolo da nação de “todas as raças”.

Esta nova perspectiva para se pensar a mestiçagem teve vários adeptos no Brasil, conforme Schwarcz (2012) podem ser citados autores como Joaquim Nabuco com o texto *Massanga* (1900), este elaborado no início do século XX esperaria algumas décadas para alcançar repercussão, Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala* (1933) e Donald Pierson em *Branços e Pretos na Bahia* (1945), ambos que busca enaltecer a miscigenação sob um discurso de união das três raças, demarcam alguns lugares desse novo momento de elaboração da imagem de um Brasil mulato.

Schwarcz (2012) aponta que a obra *Casa Grande e Senzala* escrita por Gilberto Freyre (1933), é emblemática por ter sido um dos pilares teóricos do Mito da Democracia Racial e da convivência não conflituosa entre os povos no Brasil, especialmente entre os senhores brancos e seus escravizados. Embora este mito não tenha sido inaugurado no pensamento nacional com a referida obra, ganhou com ela primorosa repercussão, pois ao exaltar a mestiçagem no Brasil, Gilberto Freyre apresenta, conforme Schwarcz (2012) a mesma como indício claro da convivência harmoniosa entre as raças, o mestiço seria uma prova de que entre estas prevaleceu primordialmente a união.

Era assim que o cruzamento das raças passava a singularizar a nação nesse processo que leva a miscigenação a parecer sinônimo de tolerância de hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade. Não que inexistissem relatos violentos na obra de Freyre, mas o fato é que o antropólogo idealizava uma nova civilização cujo modelo era a Casa Grande (SCHWARCZ, 2012, p. 49).

Esta análise de Schwarcz (2012) indica que a mestiçagem se tornou um conceito de natureza sociológica, utilizado com a finalidade de se explicitar as relações sociais estabelecidas entre a casa grande e a senzala, como esfera a partir da qual se poderia compreender o Brasil, como um todo.

O que fica evidente é que o conceito de mestiçagem, conforme aponta Munanga (2008), não pode ser compreendido apenas pelo viés biológico, no qual se privilegia a mistura e fluxo genético de populações, mas o referido conceito capturado pelas ciências sociais, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1930, carregou uma forte carga ideológica que mascarava as tensões sociais, sob a compreensão de que a mestiçagem evidencia um processo de aproximação pacífica de populações, ou seja, dissimulava as evidências de que no país tal aproximação se deu eivada de violência da casa grande para com a senzala, leia-se escravocratas e escravizados. Essa perceptiva de miscigenação pacífica marcou a cena nacional

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupo étnicos [...]. Freyre não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas de poder entre senhores e escravos do qual surgiram os primeiros mestiços (MUNANGA, 2008, p. 77).

A obra *Casa Grande e Senzala*, no que se refere à miscigenação, exaltou a “benevolência” dos senhores, mesmo que recheada de atos sádicos para com as demais “raças”, benevolência esta que se exemplificou com o fato dos senhores terem “gerado” com as escravizadas um Brasil mestiço, modelo de “democracia racial”. Essa nova leitura

social, que transformava violência em aproximação pacífica, tornou-se dominante a partir dos anos 1930 configurando uma verdadeira operação que ressignificaria não apenas atos de violência, mas uma série de outros elementos sociais para legitimar a tese que o Brasil era o “país de todas as raças”, um exemplo desse processo pode ser apontado na culinária:

É esse o caso da feijoada, naquele contexto destacada como “um prato típico da culinária brasileira”. A princípio conhecida como “comida de escravos, a feijoada se converte em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem. O feijão (preto ou marrom) e o arroz branco remetem metaforicamente os dois grandes segmentos formadores da população [...]. Temos aí um exemplo de como elementos étnicos, ou de costumes particulares (SCHWARCZ, 2012, p. 58).

Outra expressão cultural englobada nessa perspectiva, de acordo com Schwarcz (2012), foi o samba, antes marginalizado ele passou a ser exaltado como “música brasileira para exportação”. Para tal, precisou deixar no passado o lugar de “dança de preto”, apagava-se sua ascendência negra e para lhe conceder o status de “música brasileira” representante do Brasil mestiço. Outro exemplo que pode ser apontado é a capoeira que, antes criminalizada, em 1937 é oficializada como “modalidade desportiva nacional”, assim

a capoeira [...] começará também a ser descrita por alguns literatos cariocas, não apenas pelo que “tem de mau e bárbaro” mas também como uma “excelente gymnastica”, surgindo aqui uma nova representação social para essa prática, vista agora como “herança da mestiçagem no conflito das raças” e, portanto, “nacional” (REIS, 1993, p. 07).

A capoeira passou a ser herança da mestiçagem, fruto de todos os povos. Para isso o que lhe havia de negro, pensado como “mal e bárbaro”, ficaria para trás. Nesse sentido, a capoeira assim como o samba foi aceita como símbolo nacional depois os devidos retoques embranquecedores. Nesse contexto, conforme Schwarcz (2012), não foi coincidência que, no mesmo momento histórico, o dia da raça tenha sido instituído como data cívica em 30 de maio de 1939, dia este cujo objetivo era o de festejar a tolerância étnico-racial presente no país.

Estes não foram os únicos atos simbólicos realizados para fortalecer a concepção de miscigenação pacífica e benéfica como representação da “essência” brasileira, pois alguns elementos da religiosidade e do lazer, como o toque de atabaques, a escolha da padroeira do Brasil e o futebol, foram também capturados pela mesma lógica, haja vista que

[...] Até o futebol, esporte de origem inglesa, foi progressivamente associado aos negros. Sobretudo, a partir de 1923, quando o Vasco da Gama, passou a ser o primeiro clube brasileiro a aceitar negros em sua equipe [...]. O momento coincide, ainda, com a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil, meio branca, meio negra a santa era mestiça como os brasileiros (SCHWARCZ, 2012, p. 59).

O Brasil mulato, que não incluiu a população negra, utilizou alguns símbolos de ascendência africana embranquecendo-os, para fazer crer que a nação resultava da mistura harmoniosa de todas as raças. Esse movimento parecia ratificar a imagem aclamada no Hino da Proclamação da República, apresentando uma nação austera que havia superado o rastro da escravidão, das violências e conflitos a esta inerentes.

Os símbolos da mestiçagem foram elaborados com o objetivo de testemunhar a imagem de um Brasil que resultava do encontro e união pacífica de diferentes povos, ou seja, um retrato pintado por quem interessava mascarar e negar os conflitos oriundos da marginalização social imposta, pela elite brasileira e intelectualidade a ela relacionada, ao povo negro.

Com base na ideologia da democracia racial, o Brasil se autorrepresentava como o paraíso harmonioso das raças. Porém, tal situação foi claramente negada pela realidade social, assim como pelos atos do próprio estado que para edificar a referida representação, promovia o furto de elementos de ascendência africana embranquecendo-os, atitude que demonstra claramente que

Para além do debate intelectual, tudo levava a crer que, a partir dos anos 1930, no discurso oficial o ‘mestiço vira nacional’ ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados (SCHWARCZ, 1998, p. 58).

Desse modo, além do Estado não promover qualquer forma de inclusão social da população negra, matinha o claro propósito de manter-lhe sob uma segregação cujos muros não eram físicos, nem impostos por força de leis específicas, mas de um *apartheid* garantido pela própria conformação social excludente, que impunha barreiras para que os que estavam em situação de exclusão e pobreza não ultrapassasse.

A ausência de leis segregacionistas específicas não significou que a conformação social desigual não estivesse assegurada por alguns dispositivos legais. É singular apontar que, no que tange a legislação brasileira, Baraviera (2005) afirma que a Constituição de 1934 foi a primeira Carta Magna que trouxe em seu texto “raça”, ao afirmar no Art. 113 que “todos são iguaes perante a lei. Não haverá privilégios, nem distincções, por motivo de nascimento, sexo, raça [...] ou ideas políticas” (BRASIL, 1934). Todavia, essa mesma Carta Magna traz contradições perceptíveis em seu Art. 121 ao preconizar que

6º A entrada de imigrantes no território nacional soffrerá as restricções necessárias à garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do imigrante [...] Art. 138. Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: b) estimular a educação eugênica (BRASIL, 1934).

Conforme podemos perceber, sob o discurso da igualdade e da positivação da mestiçagem, mais uma vez, se constitucionalizava o preconceito, nas palavras de Braviera (2005 p. 04), “de forma quase expressa, o texto demonstra que os imigrantes seriam bem aceitos somente se pertencessem a etnias ditas superiores”, com padrões físicos desejáveis, o que novamente excluiria, dentre outros, o negro. Além disso, a presença da legitimação da “educação eugênica” revelou as pretensões do Estado em excluir da continuidade do povo brasileiro os elementos negros, prosseguindo, portanto, com a ideologia de branqueamento. O samba, o pandeiro e o atabaque vieram para o centro, mas o povo e a cultura que lhes originaram não.

O mito da democracia racial, porém, sempre encontrou opositores, destacadamente no Movimento Negro, que a partir da década de 1970 intensificou inúmeras ações tanto de conscientização coletiva em relação a condição social da população negra, quanto de repúdio e contraposição aos processos de exclusão social a esta delegada. Todavia, a força das contestações não conseguiu, até a atualidade,

soterrar os efeitos excludentes e geradores de preconceitos raciais postos pelo discurso falacioso que apontava para um país sem conflitos étnicos, mas que na prática matinha um aparato de exclusão social do povo negro. Situação que atingia a toda a população de ascendência africana e em especial às mulheres negras, cujos corpos estavam marcados por dois lugares de exclusão: o étnico e o de gênero.

“Terra boa e gostosa da morena sestrosa, de olhar indiscreto”: mulher negra no contexto social brasileiro

Compreender as lutas e conquistas das mulheres negras no Brasil, requer que compreendamos também os lugares de negação e as barreiras sociais, construídos para as mesmas, especialmente, no pós-abolição, em meio a um projeto de país que marginalizou o povo negro, conforme posto anteriormente.

A República “morena” voltava-se para as mulheres negras de modo a negar-lhes sua ascendência africana, embranquecer-lhes, tanto quanto possível, ou lhes apresentar tendo por uma das características centrais a sexualidade exacerbada. No processo republicano de marginalização da população negra as mulheres de ascendência africana passaram a ter seus corpos pensados pela nação enquanto objeto, o qual se pode explorar e apresentar ao mundo, como mais um símbolo da união harmônica entre as raças, através de uma perspectiva que apresentava a “mulata” enquanto propaganda, na qual a sexualidade era exposta como característica principal dessas mulheres.

O projeto republicano, portanto, não direcionou especificidades legais ao espaço da mulher negra. Esta no projeto de nação estava imersa no lugar que era relegado ao povo negro, todavia se o projeto republicano não fala especificamente da mulher negra, por onde poderíamos mapear o que se projetava para esta no referido período histórico?

Para pensar a questão suscitada nos voltaremos a Ribeiro (2007). Este ao discutir os lugares sociais das mulheres na Música Popular Brasileira, entre os anos de 1930 e 1945, traz um levantamento acerca das canções que conseguiram estar em evidência e que traziam em suas letras concepções que obtinham vasta aceitação sobre as mulheres. Embora não comunguemos, aqui de seu método de análise, haja vista que este se afasta da perspectiva teórica da qual nos aproximamos, utilizaremos o levantamento realizado pelo autor referido, para

analisar as músicas cujas letras apontam percepções sociais sobre as mulheres negras, nesse período de consolidação do mito da democracia racial e da mulata como um dos símbolos desta.

A famosa marchinha de carnaval “Mulata”, composta pelos Irmãos Valença em 1932, ao cantar o amor à mulata traz também sob o signo da exclusão a mulher negra. No cabelo e na cor daquela a quem se canta o amor aparece as marcas da negritude que se tenta embranquecer, todavia tais marcas, apesar de expressas como negativas, são relevadas por tratar-se de um mal que através da mulata não podem ser transmitidos. Nesse sentido diz a música: “O teu cabelo não nega, mulata / Porque és mulata na cor / **Mas como a cor não pega***, mulata / Mulata, eu quero o teu amor” (*Grifos nossos).

Este trecho da música parece trazer nas entrelinhas ou que a descendência não herdaria a negritude fenotípica da mulata ou que não se pretender constituir com a mulata uma descendência. No primeiro caso haveria um forte eco do projeto de branqueamento nacional pautado nas releituras de concepções eugênicas e do Darwinismo Social, para as quais o Brasil seria parcialmente branqueado por meio da mestiçagem, assim, a herança genética negra iria paulatinamente desaparecendo como apontado anteriormente. Nesse sentido, a cor e o cabelo da mulata, seria algo que “não se pega”, não se transmite, estando por isso permitido querer o seu amor.

Outra leitura possível, considerando os lugares sociais que a sociedade majoritariamente apontava para as mulheres negras, por ocasião da positivação da mestiçagem nacional e da mulata instituída enquanto um símbolo desta, é a de que a cor que “não pega”, que não se perpetuará por meio de uma relação, se dá pelo fato desta relação não se pautar no ideal de amor romântico, ou em casamento que gere uma prole, comumente cantado para as mulheres brancas, haja vista que às mulatas na sociedade haviam relegado não o lugar do romantismo ou da instituição de família, mas o da satisfação sexual.

Essa perspectiva é claramente apontada em outras canções do período. Ari Barroso compõe em 1941 a música *Morena boca de ouro*. Através desta canção podemos perceber outro exemplo da repetitiva imagem apontada para as mulheres negras que, apresentadas como mulatas, eram exaltadas recorrentemente por seus “naturais” atributos sexuais: “**Morena boca de ouro que** me faz sofrer / O teu jeitinho é que me mata / Roda morena, cai não cai / Ginga morena, vai não vai

/ **Samba, morena, que desacata** / Morena uma brasa viva pronta pra queimar” (***Grifos nossos**)

A morena, direcionada à mulata, é exaltada como uma mulher que possui atributos especiais como um jeitinho que mata, mata por sua ginga, seu samba, por ser sempre quente, “uma brasa pronta para queimar”, um desacato ao desejo. A morena é nesse caso uma sambista, todavia Ari Barroso ao referir-se à sua habilidade para dançar exalta-lhe não os pés, como seria de se esperar, mas o que a mulher que samba parece ter de mais abrasador, segundo a canção, é a boca.

Para compreender o lugar que essas mulheres negras ocupam no cenário da época, para a nação que almejava o progresso, basta verificar a ausência de símbolos de ampla aceitação social nos quais mulheres brancas de elite, no que se refere ao seu lugar na nação, fosse expressa de modo a exaltar sua “ginga que desacata” e “sua boca de ouro” para se referir a “brasa viva” que é seu corpo.

Outra música que reforça essa perspectiva sexual para as mulatas é *Mulata assanhada* de Ataulfo Alves (1956), cuja letra diz: “Fazendo pirraça / Fingindo inocente / Tirando o sossego da gente! / [...] Ai, meu Deus, que bom seria / Se voltasse a escravidão / Eu pegava a escurinha / E prendia no meu coração!... / E depois a pretoria / Resolvía a questão!”

Para além da sexualização “inata” da mulher “mulata”, essa música faz referência a sua ancestralidade negra, todavia, localiza esta ancestralidade unicamente ao momento histórico referente a escravização do povo negro. A memória da escravização é cantada de forma saudosa como um momento que se julga oportuno para que se pudesse, com mais facilidade, ter acesso ao corpo da mulher cantada como “escurinha”, que poderia então ser presa no coração do que lhe declara “amor”.

As três canções comentadas¹, respectivamente compostas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, foram tomadas como exemplo de

1 Selecionamos três canções para ilustrar como a posituação da ideia de miscigenação não foi apenas um assunto de estado, mas disseminou-se para a vida cotidiana. Ribeiro (2007), ao analisar as produções da Música Popular Brasileira (MPB) sobre as mulheres, entre os anos de 1930 e 1945, período de ouro do mito da democracia racial e construção da imagem de um Brasil “mulato”, apresenta 97 músicas, destas doze fazem referência à mulher na perspectiva de suas etnias, sendo onze voltadas à “mulata” ou “morena”. Todavia, estas mulheres aparecem também nas músicas que tratam sobre “a mulher como pecado” e a “mulher como objeto de escárnio”.

um contexto mais amplo em que o Brasil se proclamava de todas as cores, buscando ostentar uma suposta igualdade entre elas. Na realidade tratava de elaborar elementos que legitimassem a estratificação dessas cores direcionando para cada uma delas determinados lugares sociais. Na grande aquarela por meio da qual o Estado buscou representar a nação, a cor negra foi, para a mulher, na maioria das vezes transmutada em mulata, e revestida de permissividade sexual e de negação de uma ancestralidade africana. Assim sendo, não por acaso Ari Barroso em 1939, com a música *Aquarela do Brasil*, ao cantar o Brasil elaborou para ele a imagem de uma “morena sestrosa”: “Brasil, Brasil / Pra mim, pra mim / Brasil/ Terra boa e gostosa / Da morena sestrosa / De olhar indiscreto”

Esta “morena sestrosa”, por ser um dos elementos do projeto de nação miscigenada, foi colocada no centro, entretanto, mascarada pelo projeto nacional que tentou negar a ascendência africana da mulher negra diluindo-a na perspectiva da miscigenação. Assim, as embranquecidas “morenas” ou “mulatas” foram exaltadas no movimento, que ao mesmo tempo, afastou para a margem a mulher e a população negra.

A “morena sestrosa de olhar indiscreto” aparece demarcando claramente um lugar que não é o ocupado/destinado à mulher branca, porém ela também não representa a mulher negra. A “mulata” é, em grande medida, um esvaziamento da perspectiva de negritude, uma espécie de caricatura da negra sem negritude, para a qual se exacerbou a sexualidade subserviente. Por meio do reforço do lugar de objeto sexual, a mulata aparece assim como uma das marcas que a escravização legou às mulheres negras na sociedade brasileira, porém uma marca que distanciava o povo negro de sua ascendência africana e que se voltava para tais mulheres buscando a perpetuação desta nos espaços de mulher sem família, iniciadora sexual e objeto sexual dos jovens brancos.

A música *Aquarela do Brasil*, foi um dos elementos que expressou a imagem que se pretendia para o Brasil naquele contexto. A República ao afirmar-se morena, trazia certo lamento por não poder dizer-se branca e, ao mesmo tempo, certo alívio ao poder negar-se enquanto negra. Apresentar-se mestiça foi a saída encontrada entre essa tensão. Esse projeto foi, nessa perspectiva, um grande legitimador das desigualdades sociais vivenciadas pela população negra no pós-abolição, haja vista que não houve necessidade de implementar

ações para grupos sociais que não eram reconhecidos enquanto atores políticos.

Nesse contexto, sob o signo da crença na democracia das raças, e da miscigenação harmoniosa, negou-se a negritude como elemento importante e constitutivo na nação era também uma forma de negar os conflitos raciais e sociais postos no Brasil. Esse movimento elegeu as mulheres negras, apontadas como “mulatas”, como um dos grandes símbolos da ilusória “harmonia racial” brasileira, de modo que sobre essas mulheres recaiu um forte fardo de imposição de que sua negritude não fosse reconhecida, mas que, ao contrário, essa identidade racial fosse apagada em nome de uma Brasilidade que se negava negra.

Considerações finais

A miscigenação brasileira foi forjada mediante um processo violento assumido como projeto de país, todavia especialmente a partir dos anos 1930 ganhou relevância uma leitura romantizada desse processo que, tendo Gilberto Freire e o Mito da Democracia Racial como grandes expoentes, passou a propagar a miscigenação como produto típico brasileiro e como “prova” de supostas relações raciais harmônicas.

Sob o véu do Mito da Democracia Racial, se negava o racismo e seus efeitos e se buscava o apagamento da ancestralidade africana nas relações sociais brasileiras, de modo que passou a se chamar de “tipicamente brasileiro” o que não se queria se assumir como legado afro. Nesse movimento a própria negritude passou a ser negada e atacada, através da ideia de Brasil mulato ou moreno se buscou negar a forte presença negra no país. Essa realidade impactou de modo específico as mulheres negras, que tiveram a construção da identidade negra atacada através de um novo símbolo nacional que se fortalecia: a mulata.

Referências

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 03 de outubro de 2016, às 14h25min.

BRAVIERA, Verônica de Carvalho Maia. **A questão racial na legislação brasileira**. 27 páginas (Trabalho Conclusão de Curso – Especialização) - Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Brasília – 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARTINS, G. A; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

MUNANGA, Kebenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **A “Aquarela do Brasil”**: reflexões preliminares sobre a construção nacional do samba e da capoeira. I: Revista Cadernos de Campo, nº 3. 1993, p. 05-19.

RIBEIRO, Manoel Pinto. **As formações discursivas sobre a mulher na música popular brasileira (1930 – 1945)**. (tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Niteroi, 2007, 338pp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

INTERSECCIONALIDADE: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB A PERSPECTIVA DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NEGRAS

Autora: Juliana Moreira Borges

Mestranda pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana – da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008). Possui especialização em, História e Cultura Afro-brasileira, Psicomotricidade e Neuro psicopedagogia. Professora pela Prefeitura de Belo Horizonte. Compõe o Núcleo das Relações Étnico-Raciais de Belo Horizonte. Juborges13@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem a intenção de apresentar alguns aspectos de uma pesquisa em construção junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais. Trata-se de um trabalho investigativo que tem por objetivo aprofundar o conhecimento acerca das mulheres negras líderes de famílias e que vivem em bairros de periferia da região Venda Nova em Belo Horizonte, bem como colher e registrar as contribuições vivenciais dessas mães na educação étnico-racial de suas crianças negras nas faixas de 4 e 5 anos. A pesquisa apresenta perfil qualitativo e o recurso metodológico principal serão as escritas. As escritas oportunizarão uma participação ativa destas mães-sujeito no registro escrito de suas experiências vivenciais. Além disso, serão utilizados questionário e entrevistas narrativas. A seleção bibliográfica proposta na construção da investigação foi criteriosamente selecionada, com o cuidado de trazer à pesquisa um grupo de autoras (es) com conhecimento das questões levantadas no estudo.

Palavras-Chave: Educação, Monoparentalidade feminina, relações étnico-raciais e Interseccionalidade.

Résumé

Cet article a pour but de présenter certains aspects d'une recherche en cours de réalisation au sein du programme d'enseignement supérieur de l'Université d'État du Minas Gerais. Il s'agit d'un travail d'investigation qui vise à approfondir les connaissances sur les femmes noires qui sont des chefs de famille et qui vivent dans les banlieues de la région de Venda Nova à Belo Horizonte, ainsi qu'à recueillir et à enregistrer les contributions expérientielles de ces mères dans l'éducation ethno-raciale de leurs enfants noirs de 4 et 5 ans. La recherche présente un profil qualitatif et la principale ressource méthodologique sera la rédaction. Les écrits permettront à ces mères de participer activement à l'enregistrement écrit de leurs expériences. En outre, un questionnaire et des entretiens narratifs seront utilisés. La sélection bibliographique proposée dans la construction de l'enquête a été soigneusement choisie, avec le souci d'apporter à la recherche un groupe d'auteurs ayant une connaissance des questions soulevées dans l'étude.

Mots clés: Éducation, Monoparentalité Féminine, Relations ethno-raciales et Intersectionnalité.

Introdução

Desde muito pequenas, as crianças têm contato com a herança étnico-racial do processo de colonização e diariamente em minha vivência como professora da educação infantil pude perceber o quanto a discriminação pela cor da pele causa desconforto e falta de pertencimento da criança negra em seus espaços de convivência. O adulto, neste sentido, pode exercer uma participação ativa na mediação desta educação. No espaço escolar incentiva-se que práticas educativas antirracistas e decoloniais¹ sejam estimuladas. Sabendo que a educação da criança não se limita ao ambiente escolar, interroga-se sobre como ocorre essa educação racial e identitária para além dos muros da escola. A partir deste questionamento e de observações relacionadas ao impacto interseccional em comunidades periféricas, percebeu-se lacunas nas discriminações socio-raciais vivenciadas por estas crianças e o problema que mobiliza essa pesquisa reverberou: Como uma mulher, líder de uma família monoparental feminina contribui para a educação identitária de sua criança negra, levando em conta as intersecções de opressão?

Existem lacunas quando se busca pesquisas que tratem a educação no cotidiano familiar. A partir de uma busca pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa – ANPED, entre os anos de 2011 a 2019 (cinco últimas reuniões), percebeu-se que pesquisas voltadas para educação das relações étnico-raciais são elaboradas majoritariamente no âmbito escolar. Das pesquisas encontradas, 75% eram voltadas para a educação das relações étnico-raciais na educação infantil sendo que 41% destas tratavam da lei nº 10639/2003 (AUGUSTO 2015, AMARAL 2015, VANZUITA 2015, CARVALHO 2017, SILVA 2017). Apenas duas tratavam das questões raciais no campo familiar. Na oportunidade, encontrou-se diálogos que afirmam que a

1 Decolonialidade é um termo que propõe uma perspectiva crítica e desconstruída de educação, questionando a colonização e os impactos dela como resultado social em suas diferentes vertentes. Propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados, propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas construções para além das atividades intelectuais, trata-se de consciência social e da compreensão de que estar a margem foi condição imposta pela herança colonial.

educação precisa ser conduzida de forma mais abrangente e coletiva, com o intuito de mover o pilar do racismo estrutural. Pretende-se com este estudo provocar construções epistêmicas da área voltados para a educação não escolar.

Dentre o grupo de famílias, há um recorte ainda mais excludente e selecionada como parte fundamental deste estudo que é o das famílias monoparentais femininas negras. No Brasil, a questão racial ainda apresenta impacto em torno do formato de família de acordo com a raça. Abdias em seu livro “O genocídio do negro brasileiro”, apresenta esse lugar destinado a mulher negra, consequência do período escravocrata.

“O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil.” (NASCIMENTO, 2016, 1884 p.73)

O estudo a seguir pretende encontrar com essa mulher/mãe, imersa às opressões que rodeiam a sua realidade, tirá-la do sufocamento, dando voz aos seus anseios e questionamentos, conhecer suas expectativas e identificar como ela, em meio a submissão pode promover ao seu filho valor identitário. Se faz muito pertinente o diálogo proposto aqui, pois além de apresentar a realidade de famílias negras e mobilizar questionamentos da educação que vão além da escola promove também uma visão decolonial de epistemes negras desvalorizadas.

Desenvolvimento

O tema das chamadas “famílias monoparentais femininas” pode ter ganhado relevância em decorrência da projeção feminista no âmbito das ciências sociais e como parte também do chamado “multiculturalismo crítico”(KUPER, 1999)². Movimentos sociais que questionam os

2 “Multiculturalismo Crítico ou perspectiva intercultural crítica busca articular as visões folclóricas a discussões sobre as relações desiguais de poder entre as culturas diversas, questionando a construção histórica dos preconceitos, das discriminações, da hierarquização cultural.”

sujeitos e seus papéis na sociedade, podem ter fomentado a mulher contemporânea na luta por emancipação e independência. A mulher negra, no entanto, pertence a um lugar em que a autonomia foi condicionada ao seu estado, uma solidão travestida de independência.

A família negra, historicamente carrega nos ombros maternos das mulheres responsabilidades com a educação dos filhos e estas se mostram solitárias neste processo. hooks em seu texto “Vivendo o amor” (1997) apresenta as limitações da mulher negra em vivenciar o amor em seu cotidiano, uma vez que o contexto de pobreza e sofrimento, perpassam às questões emocionais e afetivas. A necessidade é alimentar e cuidar da família, desde o período colonial “A escravidão criou no povo negro uma noção de intimidade ligada ao sentido prático de sua realidade. Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver”. No texto, hooks afirma que as dificuldades com o ato de amar estão presentes desde o período escravocrata: “Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor.”

Conforme dados, as mulheres continuam as responsáveis pelos filhos, em sua maioria e a maior parcela de mulheres monoparentais continuam na periferia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: “Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% (IBGE, 2012).” O aumento de famílias monoparentais é maior nas regiões mais pobres do país; o modelo de casal com filhos tem valores máximos na região Sul, e o Nordeste, região mais pobre do país, é onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família (IBGE, 2012). Na pesquisa divulgada em 2017, o IBGE apontou que “Um dos grupos mais vulneráveis é composto pelas pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos de até 14 anos de idade” a informação se completa ao apresentar que “56,9% dessas pessoas vivem em situação de pobreza. Se o responsável desse tipo de domicílio (monoparental com filhos) é uma mulher preta ou parda, a incidência de pobreza sobe ainda mais, a 64,4%” (GARCIA, 2019)

Neste contexto do monoparentalismo feminino, essa mulher de baixa renda e negra enfrenta seus obstáculos e não é colocada como sujeito a ser amparado pelo Estado.. Ângela Davis (2016) contextualiza esta mulher que precisa trabalhar fora e cuidar das filhas/os com

base em uma solução voltada para as políticas públicas. Davis, nos mostra que a mulher que está na liderança desta família, precisa de suporte para que ela consiga se manter no mercado de trabalho e assim sustentar os seus.

Esse é o desafio que emana das fileiras cada vez maiores de mulheres da classe trabalhadora. A reivindicação pelo atendimento universal e subsidiado em creches é uma consequência direta do número crescente de mães trabalhadoras. E, à medida que mais mulheres se organizam em torno da reivindicação por mais empregos – empregos em termos de completa igualdade com os homens -, questões sérias são cada vez mais levantadas a respeito da viabilidade futura das obrigações das mulheres (DAVIS, 2016, p.244)

Incompatível pensar na emancipação financeira da mulher e sua participação no mercado de trabalho sem questionar o lugar da sua prole nessa logística. É necessário condicionar o envolvimento da mulher no mercado com políticas que favoreçam esta atuação. Principalmente da mulher negra. Esta, além das opressões de gênero típicas da sociedade patriarcal, carrega a rejeição social em sua pele devido a sua cor. Como bem exemplifica um dos maiores expoentes do feminismo negro brasileiro, Sueli Carneiro (2003), em um dos seus artigos fundamentais para o entendimento das questões sociais do grupo de mulheres negras, intitulado “Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo

tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2003, p. 50)

Mães de crianças negras enfrentam desde cedo a certeza que a sua filha (o) traz na pele a cor da preocupação e sabem que assim que ele estiver com um tamanho maior, precisará ensinar a eles que sua cor causa medo e que ele pode ser vítima de uma sociedade que o teme e o pune pela sua raça. E não. Nem as mães negras estão preparadas para educar pessoas para enfrentarem o racismo. O caminho correto passa exatamente pelo sentido oposto que vem sendo percorrido pela sociedade. O ideal de uma educação antirracista tem sido projetado, contudo a estrutura racista firmada há algum tempo demonstra que se tem um longo caminho a percorrer, tornando o jovem negro figura vulnerável. Sabendo dessa situação, cabe a mãe apresentar a filha e filho a sociedade capaz de invadir seu território com armas e sem respeito nenhum ou empatia, alvejar tiros sem a preocupação em ceifar vidas inocentes e que o alvo pode ser ele.

Compreender o lugar de mulher negra monoparental em uma periferia, exige uma análise de todas as bases de opressão que colocam esta mulher nestas junções de dominações. Exige uma compreensão das relações múltiplas e simultâneas de desigualdade. A estrutura social atual conta com a sólida sustentação das colunas do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo para ampará-la. Assim, classificam-se os indivíduos por raça, classe e gênero. É como se houvessem vias que segregam ou acolhem a partir das suas características físicas e econômicas. Movimentar-se com fluidez por entre as vias interseccionais pode se mostrar complexo para quem se apresenta nos cruzamentos de várias opressões.

Interseccionalidade é o nome dado para a teoria que trata destas avenidas identitárias, que coloca essa mulher negra, periférica e chefe de família nas sobreposições de classe, raça e gênero onde frequentemente é atingida em colisões que a limita em seus progressos. Segundo Patrícia Hill Collins (2010 p.21) interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado”. É nesse sentido, lugar da mulher negra e periférica que este conceito atua.

“Somos herança da memória. Temos a cor da noite, filhos de todo açoite fato real de nossa história.” esse fragmento da música identidade de Jorge Aragão diz da herança histórica da população negra. Ao deparamos com fatos antigos, é sabido que os propagadores da

informação cuidaram de analisar o cenário, a partir de seus fundamentos, valorizando fragmentos que para eles são essenciais, negando por vezes que a história tenha diferentes pontos de vista. Para Boaventura de Souza Santos “Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo pressupõe uma ou várias epistemologias.” (2010 p. 15). Pensando nisso, quais vozes são ouvidas e quais saberes são valorizados? Somos herança de uma história contada por quem? Quais foram os pilares usados para sustentar a educação brasileira? A comunidade científica produziu por anos narrativas da história tendo como valor epistemológico uma hegemonia branca, principalmente devido ao processo colonizador que trouxe junto com as embarcações, a imposição cultural.

O processo do colonialismo tem a ver com a imposição cultural das nações colonizadoras no mundo com a imposição de saberes, estruturas, religiões, comportamentos e padrões tratados como únicos e baseados na visão europeia enquanto universal, todo indivíduo que desvie desta estrutura monolítica de padrões, é classificado como o outro. O Brasil sofreu este impacto colonizador, quando os portugueses chegaram tomando o espaço, as vidas, as crenças, a saúde e a tranquilidade de milhares de índios que aqui viviam.

Colonizar é exatamente isso, impor um formato padrão e tratar as individualidades do outro com insignificância, frente a uma soberania imposta. Mas existe um colonialismo presente e mais moderno, capaz de impor o seu domínio em um formato diferente do colonialismo político, trata-se do colonialismo epistêmico e ontológico, que inclui a política, mas vai além, pois pode definir os acessos que temos, ou seja, o colonialismo da subjetividade. De acordo com bell hooks, “no discurso colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz”. (1995,p.145). Enquanto nas vivências cotidianas subalternas é possível perceber ausência de identidade o lado dominador estabelece conceitos, padrões e modelos de referência em todas as áreas, dentre todo poder, o domínio epistemológico.

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações

colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010 p. 23).

A decolonialidade vem nesse sentido mostrar resistência, opera de forma crítica a tudo o que nos é imposto e que, no contexto colonial, encontrou aval na igreja e na ciência para que se estabelecesse de modo a pertencer intrinsecamente. O decolonialismo propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados, propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas epistemes. Para além das atividades intelectuais, trata-se de consciência social e da compreensão de que estar a margem foi condição imposta pela herança colonial. A educação nesse sentido se apresenta como lugar difusor das ideias decoloniais e questionadoras. A escola por direito

lugar de todos e todas, acolhe negros, ciganos, índios, pessoas oriundas das camadas populares. Todas e todos buscam na escola uma solução salvacionista de um futuro melhor. Mas até que ponto esta educação se apresenta com diálogos abertos a todas as camadas e até quando o diálogo não passa de uma imposição de normas culturais eurocêntricas?

A imagem da família negra foi apresentada para que a compreensão de seu lugar social seja entendida bem como a violenta desigualdade imposta por anos. A falta de pertencimento destes sujeitos reflete em vários ambientes, inclusive na escola. Questionar as ações que colaboram por alimentar os estereótipos e os desconfortos causados na escola um importante passo na construção de uma sociedade mais igualitária. Voltar nas origens das famílias que são herança da diáspora africana, promove um maior entendimento das injustiças dos lugares ocupados por estas pessoas.

Família e educação são assuntos tratados frequentemente como fórmula para o sucesso dos indivíduos. Uma unificação que, se operar corretamente, pode mostrar ao sujeito o conforto e o suporte necessários para evolução na caminhada pessoal e profissional. Em ambas esferas o processo educativo e formador acontece. Educação sob a perspectiva da família apresenta características menos formais que a educação institucional escolar, no entanto, quando tratamos de identidade e cultura, homens e mulheres direcionam a este âmbito, papel na construção identitária. Nilma Lino Gomes (2003), sobre cultura e educação não escolar diz o seguinte:

Por isso, ao discutirmos a relação entre cultura e educação, é sempre bom lembrar que a educação não se reduz à escolarização. Ela é um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola, entre outros. (GOMES, p.170)

Quando o assunto em pauta são as famílias periféricas, muitos são os estigmas criados para afastar essa parte da população do sucesso escolar. Fala-se muito sobre o baixo comprometimento das camadas populares e frequentemente a escola deposita nas famílias a falta de interesse em dedicar-se a educação de filhos e filhas. Muitos acreditam ainda que a resistência por parte das famílias periféricas se dá pela falta de proximidade com o ambiente escolar. No entanto, estudos que datam desde 1990 (BOURDIEU e CHAMPAGNE 1998, DE QUEIROZ 1995, CHARLOT 1997, DUBET 1997, VIANA 2005) apontam que essa “omissão” ou “indiferença” é um mito .

Ora, não há demissão dos pais das famílias populares [com relação à escola], isto é preciso afirmar com veemência! (...) [Nesse domínio] Nós estamos na ordem do sofrimento, da impotência, não da demissão. (...) Ao contrário, os meios populares expressam uma forte demanda com relação à escola. (Charlot, 1997, p. 70)

Percebe-se, que os laços de família da população negra não foram estabelecidos de maneira igualitária e que existem sim intersecções de opressão onde a população negra encontra-se em lugar de desigualdade estrutural desde o período colonial. A solidão da mulher negra pode ser justificada por todas as questões que sustentam o racismo e tal pesquisa objetiva-se em responder: Como mulheres monoparentais residentes em áreas de vulnerabilidade social, colaboram na educação e formação étnico-racial de crianças com idade de 4 a 5 anos das EMElS da região de Venda Nova? Tal objetivo se subdivide-se em questões que tratam sobre as vias que colocam essa mãe neste lugar oprimido, apontando as principais questões que essa maternidade negra traz, como: Compreender na prática as relações existentes entre educação, vulnerabilidade social e raça através da análise do perfil sócio/econômico das famílias pesquisadas e de seu

cotidiano, enquanto moradores de áreas periféricas com baixo desenvolvimento social; Especificar informações acerca da vida da mulher/mãe da periferia e os principais obstáculos cotidianos da família e analisar como a família monoparental feminina pode contribuir na construção identitária e educacional das crianças negras periféricas.

As EMEIS (Escolas Municipais de Educação Infantil) são espaços escolares oferecidos para auxiliar as mães com filhos em idade de 0 a 5 anos no município de Belo Horizonte/MG. As EMEIs foram criadas no ano de 2003. Neste ano, ainda com o nome UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) o município implantou o Programa Primeira Escola, com a promulgação da lei n. 8.679/2003, que também dava as providências para que todas as creches conveniadas que estavam vinculadas ao serviço da assistência fossem transferidas para a Secretaria Municipal de Educação - SMED. A partir dessa data, a Educação Infantil passou a ser considerada legalmente, no município, como uma etapa da Educação Básica. Com base nesta lei, Belo Horizonte criou as EMEIs e deu início ao atendimento de crianças menores de 6 anos. A partir de então, cresceram e ampliaram seu atendimento. A expansão da educação infantil em Belo Horizonte deu-se principalmente por convênios entre a prefeitura e as creches comunitárias. Atualmente são 131 EMEIs espalhadas por Belo Horizonte, com atendimento parcial e integral de crianças de 0 a 5 anos. Além das EMEIS, Belo Horizonte oferece atendimento para esse recorte etário através de suas 195 creches conveniadas e as escolas de Ensino Fundamental que foram adaptadas para atender turmas destinadas à Educação Infantil. A região de Venda Nova conta com 17 destas 131 EMEIs³.

Venda Nova, local escolhido para encontrar esses sujeitos, está localizada na periferia de Belo Horizonte e de acordo com a pesquisa do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte da revista Planejar, (BATISTA, 2008), apresenta alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os valores do IVS dos bairros desta região são representativos, entre 64 e 52. Estes números demonstram o quanto a região sofre com a situação socioeconômica, violência e precariedade urbana.⁴ Essa

3 Disponível em: <http://portaldeservicos.pbh.gov.br/portalservicos/view/paginas/apresentaServico.jsf>. Acesso em 30 de junho de 2020.

4 Disponível em <http://www.pbh.gov.br/smpl/PUBP002/Mapa%20da%20Exclusao%20Social%20de%20BH%20Revista%20Planejar%208.pdf>. Acesso dia 05 de junho de 2020

região será o ponto de encontro entre a pesquisa e as mães líderes de famílias negras. Estas mulheres, mães de crianças de 4 e 5 anos que, independentes, conduzem as suas famílias em áreas periféricas. Ou seja, pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, preconceitos e desigualdades, a luta pela sobrevivência, a emancipação feminina, a relação com o trabalho, e dimensões como gênero, classe, raça/etnia, idade/geração são aspectos que atravessam as famílias chefiadas por mulheres (CASTRO, 1990; GOLDANI, 1994).

Neste contexto, o estudo propõe uma análise das famílias de crianças negras chefiadas por mulheres de áreas de vulnerabilidade da região de Venda Nova. Questionamentos acerca da atuação destas mulheres na condução e formação das crianças, principalmente da educação identitária serão os norteadores do trabalho. Objetiva-se conhecer como é conduzida principalmente a educação no campo da identidade racial. Contudo, sabe-se que inserir no contexto destas mulheres negras e periféricas acarreta outros questionamentos que fomentam um estudo mais profundo, sendo necessários apresentar durante a pesquisa indagações que envolvem o contexto periférico e o estado de mãe solo. Contudo vale lembrar que o principal questionamento é “Como mulheres monoparentais residentes em áreas de vulnerabilidade social, colaboram na educação e formação étnico-racial de crianças com idade de 4 a 5 anos no contexto da Educação Infantil?”

Por um lado, as mães podem alimentar a opressão de suas filhas e seus filhos se os ensinar a acreditar na própria inferioridade. Por outro, a relação entre mães e filhos pode servir como esfera privada na qual se aprendem culturas e formas cotidianas de resistência. Quando mães negras escravizadas ensinam as filhas e filhos a confiar em suas autodefinições e valorizar a si mesmos, elas lhe ofereciam uma ferramenta poderosa de resistência a opressão. (COLLINS, 2019 p. 108)

Na edificação desta pesquisa, houve a necessidade de um levantamento bibliográfico com autoras (es) cujos estudos estejam voltados para a população negra, em especial a mulher. Intenciona-se seleção criteriosa das referências escolhidas, com o intuito destas obras terem identidade com os sujeitos da pesquisa. A metodologia escolhida foi a qualitativa com etapas de construção que contribuirão para que essas mães tenham atuação direta na edificação da pesquisa. O processo

passará por um questionário como filtro destas famílias a fim de que o perfil selecionado seja de famílias monoparentais femininas negras e periféricas, uma vez que o estudo questiona essa família neste lugar de intersecção de opressões. Depois haverá uma entrevista narrativa para aprofundamento da realidade de funcionamento da educação identitária desta criança negra e concomitante a isso será proposta um processo de “escrevivências” como forma de comunicação destas mulheres/mães dentro da pesquisa. Descolonizar nossas práticas e nossos olhares, levando em consideração a importância de valorizar o sujeito emudecido sem continuar a cometer violências epistêmicas e sem manter a mulher negra “tão muda como sempre esteve” (SPIVAK, 2010 p.112). Nesse sentido, a diferença está na conduta do pesquisador que se propõe a explorar a vivência desse “outro”.

Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente “desaprende” o privilégio feminino. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a). (p 114)

Pensando a partir desta proposta de “falar ao”, a estratégia pensada na pesquisa em questão como forma de comunicação e resistência são as “escrevivências”. Talvez tenha certa ousadia nas expectativas das escrevivências, porque nasce de simplicidade, não deve mobilizar tanto as bases estruturais. A exemplo de “Quarto de despejo” escrito na humildade de Carolina de Jesus, não se deve desmerecer a potência do que é sutil. Ninguém sai de uma escrevivência do mesmo modo que iniciou. É uma estratégia de escrever a sociedade, mas sem usar outras lentes, escrita real pela ótica da verdade.

Carolina Maria de Jesus. Mulher, negra, mãe solo de três filhos, moradora da favela, catadora de papel e escritora. Carolina pôde colaborar ricamente com suas obras na mesma medida que consegue agregar valor com seu exemplo de mulher líder de uma família monoparental feminina. A prática de escrever suas vivências, oportunizou que o mundo soubesse mais da vida de uma mulher negra favelada. A autora que teve a fome como inimigo habitual, sempre agregou valores à educação de seus filhos e nunca se mostrou disposta a se

submeter às regras patriarcais. Pode-se perceber essa postura em inúmeras passagens de seu livro “Quarto de despejo”

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, têm que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebram as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2014, p.11)

O diálogo pode oportunizar novas perspectivas, enquanto as palavras de resistência estiverem por aí teremos a chance de criticar as bases estruturais e a educação. Como lembra Carolina quando diz que: “Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que a espada. E as feridas são incicatrizáveis” (JESUS, 2014 p.43). Se as feridas incicatrizáveis tratam de mudança. Precisamos ferir.

Considerações finais

Não existe saber mais valioso que o saber a partir das experiências, o olhar delicado do cotidiano é capaz de ensinar mais que uma caminhada acadêmica inteira. As Carolinas Marias de Jesus estão por aí, com disposição para apresentar seu saber e suas vivências entre risos e choros. Existe, a partir da proposta de pesquisa apresentada, a intenção em conhecer e falar com elas sobre a estrutura que as mantém junto com sua prole como subalternas.

Com a intenção de promover um processo civilizatório com padrões construídos por anos, o colonialismo estabeleceu padrões de estética, comportamentos, religiões, moda e poder. A sociedade atual é resultado deste processo. Um processo que coloca a mulher negra distante de todo padrão estabelecido, resistindo bravamente nas vias de intersecção que as oprime. Audre Lorde diz que “Assimilação dentro de uma história unicamente europeia, não é aceitável” (1979, p. 27). Há nesse sentido, que questionar os pilares estruturais dessa sociedade, propondo diálogos diferentes dos propostos de forma compulsória, diálogos que incitem mudanças e fomentem repensar o que é posto.

O patriarcalismo nos apresentou o quanto é difícil a vida sem um homem. A hegemonia branca e a cultura eurocêntrica falam de diferentes formas, o quanto o negro tem entraves sociais devido a sua cor. Muitas são as formas de segregar essa mulher dentro da sociedade com tantos padrões excludentes, tentam abafar sua voz de todas as formas. Essa pesquisa encontra-se em construção, isso delimita nossas respostas aos questionamentos levantados, mas até aqui posso dizer que a palavra de ordem tem sido descolonizar. Nosso olhar, nossos padrões e nossas crenças e assim repensar nossas práticas. O estudo aqui apresentado não carrega a intensão conclusiva de mudança uma vez que é sabido que mudar exige tempo. Mas reconhece-se que as ideias são importantes para a transformação. Que as mudanças aconteçam substituindo as teorias estruturais do racismo e do patriarcalismo e que o novo seja em suas subjetividades ações que amparam a todos.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. In: Educação de crianças de 0 a 6 anos 37º Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015

AUGUSTO, Aline de Assis. **Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola**. In: Educação e relações étnico-raciais. 37º Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015.

BATISTA, V.L. et al. **Mapa da exclusão social de Belo Horizonte**. Revista **Planejar**. Belo Horizonte.2008

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior**. In: BOURDIEU, P. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 481-486.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e

Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

_____. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARVALHO, Thaís Regina de. **Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC** In: Educação e relações étnico-raciais. 38º Reunião Nacional da ANPed, São Luís do Maranhão, 2017

CASTRO, Mary Garcia . **Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos** (São Paulo e Salvador, 1980). Apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, MG. 1990. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>>. Acesso em 25/07/ 2019.

CHARLOT, B. **Pour le savoir, contre la stratégie**. In: DUBET, F. (Org.). École, famille: le malentendu. Paris: Éditions Textuel, 1997. p. 59-78.

COLLINS, Patrícia Hill, **Pensamento feminista Negro**. Estados Unidos boitempo 2019 DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Estados Unidos, Boitempo. 2016.

DE QUEIROZ, J.-M. **L école et ses sociologies**. Paris: Éditions Nathan, 1995.

DUBET, F. **École, familles: le malentendu (Sommaire)**. Paris: Éditions Textuel, 1997. p. 11-42

GARCIA, Maria Fernanda. **Brasil: 57% das mães que criam os filhos sozinhos vivem na pobreza**. Observatório do terceiro Setor, 2019 Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-57-das-maes-que-criam-filhos-sozinhas-vivem-na-pobreza/> acesso 20 de novembro de 2020

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios, n. 5, p. 58-78, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Scielo, 2003 disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt em acesso em 20/10/2020

HOOKS, bell. **Vivendo o amor**. Geledés, 2010 disponível em <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> acesso em 20/08/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1– 203, (2012). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 dez. 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. Rio de Janeiro: Atica, 2014.

KUPER, Adam. **Culture. The Anthropologists Account**. Harvard University Press: Cambridge/Londres, 1999

LORDE, Audre. **Textos escolhidos**. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf: Acesos em 10 de janeiro de 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro Brasileiro: Processo de um racismomascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, Roberta Ribeiro da. **Mulheres negras, produção e interseccionalidade**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

- Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANZUITA, Simone **O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?** In: Educação e relações étnico-raciais. 37^o Reunião Nacional da ANPed, Florianópolis, 2015.

A PSIQUIATRIZAÇÃO DA NEURODIVERSIDADE E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE DE MICHEL FOUCAULT

Pâmela Suelen Gama da Cruz

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Campinas - SP, gamacruz@outlook.com;*

Helena Altmann

*Orientadora. Professora associada (livre docente) da Universidade
Estadual de Campinas - SP, altmann@unicamp.br.*

Resumo

Refletir de que modo o dispositivo da sexualidade, enquanto gerenciamento e controle da produção dos corpos, utiliza do discurso psiquiátrico ao patologizar os modos de relacionar-se de pessoas autistas. As análises apresentadas foram promovidas a partir do pensamento de Michel Foucault, em diálogo com os estudos de gênero, a fim de desconstruir narrativas teleológicas e biologizantes, compreendendo os marcadores sociais da diferença como categorias socialmente construídas e, portanto, históricas e relacionais. A expansão do campo dos estudos de gênero garantiu a visibilidade acadêmica necessária para que novos temas fossem abordados, a construção de novas ferramentas de análise, interpretação e produção de conhecimento. Descentralizando a compreensão médica acerca do autismo, adotaremos o movimento da neurodiversidade organizada por autistas que defendem o direito de serem neurologicamente diferentes e, portanto, não considerados como portadores de um transtorno a ser diagnosticado e tratado. Perante a análise, foi possível observar que o discurso médico-científico faz parte de uma biopolítica que dialoga com as quatro estratégias do dispositivo da sexualidade: o controle da comunicação orgânica com o corpo social (mulher histórica), pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e a

psiquiatrização do prazer perverso. Portanto, a governamentalidade dos diversos modos de vivenciar a sexualidade está embebida de valores eugenistas e higienistas que utilizam da patologia para “fazer viver” o homem branco, europeu, capacitado, produtivo e cristão, enquanto “deixa morrer” corpos considerados desviantes.

Palavras-chave: Autismo, Dispositivo da Sexualidade, Biopolítica, Gênero.

Introdução

Com o avanço da medicina ocidental, a espécie humana vem criando inúmeras estratégias que tem como intuito obter cada vez mais informações acerca das diferenças existentes entre os sujeitos e, por meio delas, categorizá-los a fim de incluí-los em critérios diagnósticos que acabam delimitando o que será visto como normal ou desviante pela sociedade. Até o século XIX tinha-se a idealização de que as características dos pais biológicos eram transmitidas para seus descendentes; nesta mesma época, o regime vitoriano trará consigo novas imagens a serem representadas pelos cidadãos, através de códigos morais mais rígidos. Frente a isso, vemos a ascensão da eugenia enquanto um movimento social que tinha em seu âmago a preocupação com a raça humana, onde encontrará neste regime a possibilidade de defender o seu viés conservador enquanto uma preocupação para com a saúde pública (CASTAÑEDA, 2003; DEL CONT, 2008).

Por meio de discursos que defendiam o determinismo biológico, as relações sociais passaram a ser constantemente limitadas e vigiadas por estratégias biopolíticas que buscarão administrar a população e questões de saúde como a natalidade, mortalidade, epidemias e demais âmbitos que envolvem o homem enquanto espécie (CASTAÑEDA, 2003; GUERRA, 2006); sendo assim, o racismo de Estado surgirá enquanto a crença de que determinadas biopolíticas são necessárias para fazer viver os sujeitos tidos como sadios e deixar morrer aqueles que são vistos como degenerados, doentes e anormais (FOUCAULT, 2017; FOUCAULT, 2010).

Assim como existia uma medicina que defendiam valores eugênicos e possuíam uma prática permeada pela desumanização dos sujeitos, em contrapartida era possível encontrar médicos que defendiam a possibilidade de uma prática médica baseada na humanização, buscando valorizar e dar oportunidades para crianças e adolescentes que eram marginalizados por não cumprirem os requisitos de uma suposta normalidade, dentre eles, o psiquiatra austríaco Leo Kanner (SCHOPLER, CHESS, EISENBERG, 1981). Sendo comumente conhecido como o primeiro psiquiatra infantil nos Estados Unidos, tendo inclusive a publicação de um livro denominado “Psiquiatria Infantil” em 1935, seu sucesso motivou os diretores de psiquiatria e pediatria da

Universidade Johns Hopkins a selecionaram Leo Kanner para tornar-se diretor de psiquiatria infantil e adolescente do primeiro serviço de psiquiatria infantil dos Estados Unidos, onde permaneceu até sua morte em 1981 (JOHNS HOPKINS MEDICINE, 2020).

Em 1943, Leo Kanner publica seu trabalho “*Autistic disturbances of affective contact*”, criando o que vem a ser conhecido como autismo infantil. O quadro sintomatológico era constituído por seletividade alimentar, memória espetacular, comportamentos repetitivos, rituais, dificuldades nas trocas sociais, movimento estereotipado, inversões prenominais, compreensão literais das palavras, demonstrando extrema dificuldade em compreender seu sentido figurativo ou generalizador. Os sintomas elencados por Kanner (1943) está presente em manuais de diagnósticos utilizados atualmente, sendo compreendido enquanto um transtorno do desenvolvimento denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O início do século XXI é marcado pelo encontro de diversos especialistas da área da saúde que se reuniram pelos próximos doze anos para a elaboração da quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). O documento tem como objetivo a identificação e compreensão dos transtornos mentais, elaborar procedimentos para orientação e “documentar importantes informações sobre a saúde pública, como taxas de morbidade e mortalidade” (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2014, s/p). Logo, podemos observar que há no manual diagnóstico uma biopolítica que busca identificar e catalogar as diferentes subjetividades existentes, assim como atentar-se as possibilidades de novos transtornos mentais que podem surgir com o passar dos anos.

Dessarte, o debate ocorre em defesa do modelo social da deficiência que denuncia padrões hegemônicos em relação aos corpos, sinalizando que a deficiência é o resultado de impedimentos físicos, mentais, sensoriais e intelectuais dentro da sociedade e assim descentralizando a ideia de que a pessoa com deficiência necessita de tratamento (DINIZ, 2007; MELLO, NUERNBERG, 2012). Especificamente neste trabalho, o público a ser considerado serão os autistas, bem como movimento da neurodiversidade, compreendendo-a enquanto a identificação de indivíduos que se consideram neurologicamente diferentes, comumente autistas (ORTEGA, 2008). O termo neurodiversidade foi criado em 1999, pela socióloga australiana e autista, Judy

Singer; o conceito tem o intuito de defender o viés de que a neurodiversidade não é uma doença a ser diagnosticada e tratada, mas sim uma diferença humana assim como gênero, raça, classe, etnia, idade, capacidade, etc. (ORTEGA, 2008).

O presente ensaio é o recorte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento e tem tido como foco as diferentes expressões da sexualidade dos autistas. As reflexões realizadas aqui foram emergindo durante o levantamento bibliográfico em bases de dados como Portal Periódico CAPES, *SciELO*, *Microsoft Academic* e *Google Scholar*, onde pesquisas já realizadas acerca do tema demonstram que há um senso comum que acaba por estigmatizar as singularidades dos autistas, colocando-as enquanto um modo “errado” de se comportar e relacionar-se. Com o caráter bibliográfico, a pesquisa conta com reflexões conceituais e de perspectiva foucaultiana ao compreender os textos acadêmicos enquanto discursos que fazem parte de dispositivos históricos, além de resgatar as discussões acerca do poder, sexualidade e biopolítica ao fomentar reflexões sobre o dispositivo familiar e da sexualidade, considerando-o como focos locais de resistência a psiquiatrização dos modos de relacionar-se dos autistas (FOUCAULT, 2017). Dessarte, o intuito deste ensaio é refletir de que modo o dispositivo da sexualidade, enquanto gerenciamento e controle da produção dos corpos, utiliza do discurso psiquiátrico ao patologizar os modos de relacionar-se de pessoas autistas.

Resultado e discussão

Em *História da Sexualidade I*, Foucault (2017) apresenta ferramentas analíticas que proporcionam a possibilidade de compreender a sexualidade enquanto dispositivo histórico e que, portanto, refletem os discursos e os valores de determinada época. Ressalta-se que esta perspectiva vai de encontro com os estudos de gênero e a concepção de que o sexo e a sexualidade são construções sociais, e não categorias essencializantes e imutáveis defendidas pelo discurso biologizante. Portanto, não há uma natureza, tudo é cultura. Pontua-se que com o advento da medicina e psiquiatria, os corpos e as condutas humanas começam a passar por exames minuciosos que buscam incitar discursos a fim de saber há quantas anda o sexo dos sujeitos.

Para Foucault (2017) a partir do século XVIII o Ocidente irá instalar-se entre nós e o nosso sexo através de técnicas de saber e

procedimentos discursivos. Este movimento foi um reflexo da mudança da Era Vitoriana que levou a sexualidade para dentro das casas utilizando da família como instância de controle, contudo é importante pontuar que esta era a preocupação da família burguesa ao considerar “que o seu próprio sexo era coisa mais importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável” (FOUCAULT, 2017 p. 131). Era no núcleo familiar burguês que havia a mulher ociosa com obrigações domésticas que passou a demonstrar insatisfação, bem como o fato de que foi a criança cercada de serviçais e governantas que teve sua sexualidade vigiada, identificada e classificada, e não os filhos dos operários. Os sujeitos que eram denominados de anormais, idiotas, loucos e posteriormente pessoas com deficiência, pertenciam a classe privilegiada que tinham condições de procurarem os melhores médicos da época, bem como colocar seus filhos em instituições fechadas que defendiam a ideia de tratamento ao segregar àqueles considerados desviantes e perigosos para a espécie (DONVAN, ZUCKER, 2017).

Ressalta-se a proximidade do trabalho de Foucault (2017) acerca da sexualidade e a categorização dos sintomas psicopatológicos, pois quando o paciente narra seus sintomas, ele o faz por intermédio do seu meio cultural e, portanto, os símbolos linguísticos fazem parte de uma linguagem e esta é compreendida por um saber médico que irá transformar aquele sintoma em um símbolo/signo e passará a fazer parte do campo da medicina. Portanto, o sujeito manifesta a interpretação que tem sobre suas experiências corporais, sejam elas familiares ou não, e a partir deste momento, o médico através da captação desse discurso, irá demarcar o sinal contido nesta narrativa e transformá-lo em um signo, e, portanto, algo que passará a ter uma significação de acordo com o saber médico. Tal relato assemelha-se com os exemplos dados por Michel Foucault (2017) ao referir-se ao dispositivo saber e poder, onde os indivíduos foram incitados no decorrer dos anos, a falarem sobre si, a princípio para a Igreja Católica por intermédio da confissão e a partir do século XIX pelas vias médicas como a psiquiatria e psicanálise.

Frente a isso, Foucault (2017) elenca estratégias que contaram com a sexualidade como instrumentalidade para o dispositivo de saber-poder. A histerização do corpo da mulher mostra-nos o impacto do corpo orgânico na organização social ao identificar, classificar e (des)qualificar corpos através da instância da regra que instaura binarismos como proibido/permitido, normal/anormal, refletindo diretamente na

relação do sujeito com a sociedade. Desde a tenra infância, os sujeitos estão em constante vigilância de um poder onipresente, como, por exemplo, a pedagogização de seu sexo, onde são cercados por instrutores, professores, profissionais da saúde, além de sua família. Logo, qualquer manifestação que seja considerada fora da norma passará pela interdição e censura, a fim de denunciar sexualidades e prazeres tidos como perversos, ocasionando o que Foucault (2017) denominou de a psiquiatrização do prazer.

A ideia do poder onipresente nos mostra o quanto somos atravessados por enunciados que acabam por produzir realidades e verdades sobre os sujeitos, assim como a sexualidade dos neurotípicos, a sexualidade do autista vem sendo constantemente incitada pelo dispositivo de saber-poder. Frente a isso, ressalta-se que as pesquisas acadêmicas dos últimos anos sobre sexualidade e autismo vem demonstrando que a compreensão social que se tem sobre o tema é de que os autistas não possuem uma sexualidade (assexuados) ou então acabam por demonstrá-la demasiadamente (hiperssexuados) (DE TILIO, 2017; VIEIRA, MAIA, 2016). Além de que, é possível observar que a família enquanto dispositivo acaba por reproduzir discursos globais que não reconhecem a sexualidade dos autistas devido as suas dificuldades sociais e psíquicas, fazendo-os com que manifestem comportamentos considerados anormais, patológicos e imorais (MAIA et al, 2017; ANTONUCCI, 2005).

Considerações finais

Nota-se que a sexualidade, seja dos autistas ou dos neurotípicos, são alvos de dispositivos de saber-poder e estes acabam criando critérios diagnósticos a fim de reproduzir a ideia de que há uma norma nos modos de nos relacionarmos uns com os outros, bem como em nossas expressões e comportamentos, possibilitando a classificação daqueles que estão fora da “normalidade” desejada como, por exemplo, o estigma de que os autistas não usufruem de uma sexualidade tida como normal. Inúmeros têm sido os tratamentos educativos que garantem disponibilizar profissionais que irão acompanhar, identificar e treinar os autistas, colocando-os o mais próximo possível de uma “pessoa normal”.

A sociedade tem formulado cada vez mais técnicas com o intuito de obter informações acerca dos sujeitos, sendo eles autistas ou não,

por exemplo, por meio da inclusão de profissionais nas discussões acerca da rotina escolar (terapeutas, psicólogos, atendimento educacional especializado), o acompanhamento de diversos profissionais de saúde que acompanham o sujeito, sua alimentação, rotina familiar e educacional, seus desejos e anseios, a capacidade física, psíquica, motora e cognitiva. Bem como o dispositivo familiar enquanto reprodutor de tais discursos hegemônicos, pois além da família ser cercada por saberes médicos-científicos, ela recebe constantemente orientações e “conhecimentos” que buscam dar base para o gerenciamento e controle desses corpos desviantes.

O dispositivo da sexualidade nos mostra que há uma instrumentalidade que durante um tempo inseriu-se na pedagogização da criança, psiquiatrização do prazer, a conduta das mulheres denominadas histéricas. Ainda que tais instrumentos tenham sido criados e utilizados há séculos, eles são constantemente reformulados de acordo com a sociedade e os sujeitos de determinada época. Se no século XIX era possível encontrar mulheres queixosas para com seus estilos de vida e, logo ocorriam a transformação de suas queixas em determinados comportamentos patológicos, hoje encontramos tantas outras singularidades que são alvo de um dispositivo de poder e saber que categoriza tais diferenças produzindo transtornos mentais, e estes funcionam como uma ferramenta biopolítica que obtém controle dos corpos.

Sendo assim, podemos observar que há uma repetição discursiva que permeia focos locais como a pedagogia, psiquiatria, relações interpessoais e familiares, servindo-se de base para estratégias globais que acabam por descrever a sexualidade dos autistas como atípica. Afinal, o discurso hegemônico que defende normativas, perpassam marcadores sociais da diferença como capacidade, raça, classe, gênero, religião, etc., influenciando diretamente a relação do sujeito com o corpo social e a compreensão que o mesmo possui de si. Consideramos aqui o poder exclusivamente discursivo, onde aquilo que existe é criado no momento em que se enuncia, como diria Foucault (2017): o poder fala e faz-se a regra; além disso, o poder só ocorre como efeito de obediência ao enunciado discursivo-jurídico.

Conclui-se que a neurodiversidade tem-se mostrado como um importante foco de resistência ao defender o direito à diferença, ao subverter o que é tido como normal e criar novas narrativas. Enquanto para o professor, os familiares, os amigos e profissionais da saúde a

conduta dos autistas é vista como desobediência às regras sociais, para outros ela pode ser compreendida enquanto resistência a uma bio-política que acaba por estigmatizar e marginalizar alguns corpos em defesa de outros tidos como desejáveis e, portanto, “normais”. Afinal, não podemos nos esquecer de que por muito tempo a sociedade foi explicitamente segregacionista, logo, muitos de seus procedimentos normativos e de técnicas de controle acabam por invisibilizar determinadas diferenças propositalmente, reproduzindo valores eugenistas e higienistas que utilizam da patologia para “fazer viver” o homem branco, europeu, capacitado, produtivo e cristão, enquanto “deixa morrer” corpos considerados desviantes.

Referências bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTONUCCI, Roberto. Sexualidade dos portadores de transtornos invasivos de desenvolvimento. In: CAMARGO JR, Walter (org.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**: 3º Milênio. Brasília: CORDE, 2005. cap. XV, p. 93-99. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/01/Transtornos-Invasivos-do-Desenvolvimento-3%C2%BA-Mil%C3%AAnio-Walter-Camargos-Junior.pdf#page=95>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Eugenia e casamento. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 901-930, Dez.2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07Fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300006>.

DE TILIO, Rafael. Transtorno do Espectro Autista e sexualidade: um relato de caso na perspectiva do cuidador. **Psicologia, Conocimiento y Sociedad**, n. 7, v. 1, p. 36-58, 2017.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>

t&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev 2021.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia:** A história do autismo. Tradução: Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GUERRA, Andréa Trevas Maciel. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 4-5, Mar. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Fev. 2021.

JOHNS HOPKINS MEDICINE (Baltimore, MD). **Child Psychiatry Began at Hopkins**. Baltimore, MD, 2020. Disponível em: https://www.hopkins-medicine.org/psychiatry/specialty_areas/child_adolescent/about_us/kanner_history.html. Acesso em: 20 fev. 2021.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILAÇA, Teresa; VIEIRA, Ana Carla; SALVIATO-EZEQUIEL, Giovana. Sexualidade, educação em sexualidade e transtorno do espectro autista: concepções de educadores. In: BRIS, Mario Martín; HEREDERO, Eladio Sebastián (coord.). **Hacia un modelo educativo de calidad y transformador**. Espanha: Fundación Santilana, Universidade de Alcalá., 2017. p. 261-273. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52245/1/2017-Maia_Vilaca_etal.-hacia_un_modelo_educativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 477-509, Out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200008>.

SCHOPLER, Eric; CHESS, Stella; EISENBERG, Leon. Our memorial to Leo Kanner. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 11, n. 3, p. 257-269, 1981. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01531509#citeas>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VIEIRA, Ana Carla; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Síndrome de Asperger na adolescência e educação sexual: análise do relato de um pai. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem**, Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

O HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO EM FRANTZ FANON

Jeadí Frazão Bezerra Júnior

*Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade Pio Décimo - SE,
jeadi frazo@outlook.com ;*

Francisco Diemerson de Souza Pereira

*Professor Orientador. Doutorando em História Comparada pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, diemerson@ufrj.br*

Resumo

Trata-se de apresentar algumas reflexões sobre a questão do humanismo e da revolução na obra *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon, cotejando os elementos presentes nesse livro com aqueles encontrados na coletânea *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos*. Nos apoiamos, quando necessário, nas discussões presentes no pensamento do filósofo G.W.F. Hegel, tal como naquelas encontradas em bibliografia secundária. Nossa hipótese é de que as análises empreendidas pelo psiquiatra martinicano sobre temas como o racismo, colonialismo e o complexo de inferioridade implicam em uma noção de humanismo que possui um caráter intrinsecamente revolucionário, pois busca a compreensão dos “problemas humanos” no seu tempo histórico, evidenciando a necessidade de uma ação política direcionada para o futuro na medida em que se almeja romper com as condições de sociabilidade que estruturam o edifício do tempo presente. Realiza-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que almeja uma aproximação com a obra de Frantz Fanon, tendo em vista o aproveitamento das reflexões aqui desenvolvidas em futuros trabalhos.

Palavras-chave: Frantz Fanon, Particular, Universal, Humanismo, Revolução

Introdução

O psiquiatra martinicano Frantz Fanon começou a ser conhecido no Brasil na segunda metade do ano de 1960. Particularmente, a familiarização com suas ideias se inicia pouco antes de sua morte, quando Jean Paul-Sartre e Simone de Beauvoir aqui estiveram. (GUIMARÃES, 2008; SOUZA, 2020)

Entre agosto e setembro de 1960, “Sartre estava entre nós” (GUIMARÃES, 2008, p. e o seu sucesso no país deve-se às “suas conferências sobre o colonialismo e a necessidade histórica das lutas de independência dos povos do Terceiro Mundo.” (GUIMARÃES, 2008, p. 101)

Pode-se retirar daí, portanto, o caráter de implicação social e política do intelectual engajado com as lutas de libertação colonial e de independência nacional – que ressoam na obra de Fanon - representada na figura do filósofo existencialista Jean Paul-Sartre, um divulgador indireto do pensamento fanoniano. (SOUZA, 2020).

No entanto, a recepção da obra de Frantz Fanon não se dá de modo tão simples. Ocorre que, após o primeiro contato da esquerda com a obra “*Os Condenados da Terra* (1961)” paira sobre o país os ditames do golpe militar de 1964, que exilara militantes e mantinha em clandestinidade aqueles que efetivamente se interessavam pelo tema da violência revolucionária (GUIMARÃES, 2008).

Argumenta-se também que a conexão de Fanon com Sartre - que assina o prefácio de *Os Condenados da Terra* - fez com que esse escrito lançasse uma sombra sobre os outros componentes da obra fanoniana. (GORDON, 2008). E, há ainda, quem diga que o pensador marxista “Michel Löwy, por exemplo, se lembra de ter discutido o prefácio de Sartre com seus companheiros em São Paulo, provavelmente ainda em dezembro de 1961” (GUIMARÃES, 2008, p. 103).

Assim, o que se lê sobre Fanon nos anos 60 é muito pouco. A situação muda, todavia, nos anos de 1970 e 1980, com os jovens estudantes negros que o consideravam ideólogo da revolução na democracia racial, mas também em 2008, com o lançamento de *Pele negra, máscaras brancas* pela editora da Universidade Federal da Bahia. (GUIMARÃES, 2008). Cabe mencionar também o lançamento da coletânea *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos* e o relançamento de

Pele negra, máscaras brancas, ambas as obras pela Ubu Editora, no ano de 2020.

Se, portanto, percebemos que a reflexão sobre o pensamento fanoniano está na ordem do dia. Então, estudá-lo, refletir sobre suas contribuições e carências, disputar o estatuto político de sua obra fazem parte das tarefas candentes para os desafios de nosso tempo.

Com esse sucinto preâmbulo acerca da recepção da obra fanoniana em terras brasileiras, cabe-nos fazer mais uma questão. Se, em *Pele negra, máscaras brancas* fica evidente a falta de desejo do autor de “preparar o mundo que o sucederá” e a conformação de sua atuação política à sua época, não seria anacronismo buscar em suas obras as respostas para as problemáticas do tempo presente?

Não pretendemos aqui assumir a postura “[...] insolente de quem detém a questionável sorte de viver mais tarde, obrigado por sua profissão a ocupar-se daquele sobre quem tem de falar, de destinar soberanamente ao morto seu lugar, colocando-se de algum modo acima dele” (ADORNO, 2013, p. 71). Mas, pelo contrário, intencionamos uma postura crítica de quem pretende reconhecer as contribuições fanonianas para os problemas do tempo presente.

Ora, analisando os sintomas provenientes dessa infraestrutura econômica que se perpetua e se epidermiza na produção subjetiva, cultural, identitária, há de se perguntar onde, como e quando emergirá o “clarão do mundo novo”. Sabemos que “a forma política do capitalismo dá o limite da própria liberdade da vontade democrática” (MASCARO, 2013, p. 87). E que, nesse caso, “a ação revolucionária é interdita” (MASCARO, 2013, p. 87).

Contudo, consideramos que

“[...] não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua transformação [...] Do mesmo modo, o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior. Seu abalo se revela apenas por sintomas isolados; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido são os sinais precursores de algo diverso que se avizinha. Esse desmoronar-se

gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo. (HEGEL, 2003, p. 31)”

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a questão do humanismo e da revolução na obra *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon. Faremos uso, também, de elementos presentes na coletânea *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. Nos apoiamos, na medida em que achamos necessário, nas discussões que fazem parte do pensamento do filósofo G.W.F. Hegel, tal como naquelas encontradas em bibliografia secundária.

Metodologia

Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, pois segundo Antônio Carlos Gil (2008) as pesquisas exploratórias tem como mote principal o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, visando a formulação de problemas precisos em estudos posteriores. Além disso, este trabalho se desenvolveu “[...] a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 71) e, configurando-se, portanto, como pesquisa bibliográfica.

Referencial teórico

A análise fanoniana e o papel da crítica: alienação colonial e Ciências Humanas

Na introdução de *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon diz: “A análise que empreendemos é psicológica” (FANON, 2008, p. 28). No mesmo parágrafo, todavia, o autor evidencia a base sob a qual se estabelecerão as suas reflexões sobre o racismo, colonialismo, complexo de inferioridade, alienação e humanismo, a saber, que “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (FANON, 2008, p. 28)

Se, na tradicional filosofia hegeliana, dir-se-á que “o verdadeiro é o todo” (HEGEL, 2003, p. 36) ao seguir esta linha de raciocínio, Fanon afirmará a primazia da relação dialética entre os planos subjetivo e

objetivo de modo que isso evidencie seu posicionamento de que “a realidade exige uma compreensão total” (FANON, 2008, p. 29)

A razão pela qual a solução dos problemas referentes ao racismo e ao colonialismo se dá, obrigatoriamente, por meio de dois pólos (subjetivo e objetivo) é que o complexo de inferioridade existe na medida em que é resultante de um processo que consiste também em duas etapas. O primeiro passo desse processo se dá através de mecanismos econômicos (objetivos) e a sua segunda etapa consiste na internalização dessa inferioridade (subjetivação) (FANON, 2008).

Por esse motivo:

“os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação” (FAUSTINO, 2018, p. 151)

Nesse livro, Fanon explica a alienação colonial como “forma específica de exploração capitalista” (FAUSTINO, 2013, p. 220). Em outros termos, trata-se dos germes da forma-mercadoria provenientes do edifício da sociedade moderna, “fazendo com que brancos (colonizadores) e negros (colonizados), vivenciem cada qual a seu modo, a negação de sua humanidade” (FAUSTINO, 2013, p. 220).

Sabemos que “Fanon é mais conhecido como um revolucionário (GORDON, 2008, p. 11)” mas, certamente, elaborou um edifício teórico e prático consistente, rigoroso, eminentemente crítico, revolucionário e humanista.

Isto se exemplifica, por exemplo, na crítica voraz direcionada ao estatuto científico das ciências humanas, na seguinte asserção:

“Há um drama no que convencionou-se chamar de ciências humanas. Devemos postular uma realidade humana típica e descrever as suas modalidades psíquicas, levando em consideração apenas a ocorrência de imperfeições; ou, ao contrário, devemos tentar sem descanso uma compreensão concreta e sempre nova do homem?” (FANON, 2008, p. 37)

Ou seja, sobre o que essas ciências devem se dedicar? À postulação de fenômenos psicológicos e de uma realidade “normais” e

na identificação e esquadramento de “anormalidades”, distúrbios, falhas, sintomas? Ou, de modo avesso, deveria se dedicar uma compreensão concreta da realidade e do homem em vista de transformar ambos?

Se nos atermos à última alternativa, entenderemos que: “[...] após ter descrito a realidade, o pesquisador se propõe a modificá-la. Aliás, em princípio, a intenção de descrever parece implicar uma preocupação crítica e, por conseguinte, uma exigência de superação em busca de uma solução.” (FANON, 2008, p. 145). Nesse sentido, “Fanon nos lembra que a arte da nossa luta envolve entender as dimensões críticas do ato de questionar [...]” (GORDON, 2008, p. 17)

Vejam, posteriormente, como esta segunda alternativa relaciona-se com a noção de um certo humanismo revolucionário presente na obra fanoniana. Antes, algumas considerações sobre o universalismo, a neurose e a *négritude*.

As máscaras das relações de sociabilidade coloniais: neurose, universalismo e *négritude*

Compreendemos, com Marx (2010, p. 80), que: “Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt)”.

Para Fanon (2008, p. 34): “Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural - toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”. E, “quando encontramos uma pessoa nova, falamos; só nos resta falar. É a linguagem que rompe o silêncio e os silêncios” (FANON, 2020, p. 264). Essa atribuição dada ao fenômeno da linguagem implica na noção de que “[...] falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 33).

Reconhece-se, portanto, que:

“[...] a colonização não se limita à subordinação material de um povo, pois ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem, estando, portanto, no cerne da linguagem, nos métodos pelos quais as ciências são construídas, na produção cultural como a literatura, o teatro e o cinema.” (ROCHA, 2015, p. 114)

As consequências políticas desse tipo de análise nos implica na resolução de uma problemática instaurada no cerne da sociabilidade capitalista. Nesse caso, se trata de reconfigurar a gramática sob a qual reconhecemos os valores da cultura de um povo e, partindo disso, transformar as relações sociais pela via do discurso, dos meios simbólicos e culturais?

Vejam os como a análise crítica fanoniana permite uma aproximação com diferentes estratos e correntes teórico-políticas que influenciarão seu modo de pensar e agir. Falamos, nessa ocasião, da psicanálise, da filosofia e, também, do movimento da *négritude*.

Destacaremos, portanto, as contribuições teóricas e políticas que surgiram na literatura consultada.

Segundo Deivison Mendes Faustino (2020, p. 78):

“Fanon reconhecia a legitimidade histórica da luta antirracista e dos movimentos de afirmação cultural diante da negação colonial na medida em que eles confrontam os valores racistas europeus, sem, contudo, abrir mão de apontar-lhes os limites históricos, políticos, teóricos e ideológicos.”

Os complexos narrados por Frantz Fanon não se dão por um acontecimento arbitrário ou em função de alguma identificação simbólica relativa a um complexo inerente ao sujeito, pois: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90).

O que significa, então, falar em termos de neurose? Para Fanon, a estrutura neurótica indica a formação de nódulos conflitivos no ego que são provenientes, de modo concomitante, do meio ambiente e da maneira pela qual o indivíduo se posiciona diante dessas influências (FANON, 2008).

Com isso, pode-se afirmar que “[...] é pelo seu interior que o negro vai tentar alcançar o santuário branco” (FANON, 2008, p. 60). E, sabendo que “em sua perspectiva, negro e branco não existem a priori, seriam antes produtos da situação colonial” (FIGUEIRÓ, 2020, p. 89), como aparece, na obra fanoniana, essa relação entre indivíduo, sociedade e cultura?

No capítulo “A experiência vivida do negro” Fanon descreve: “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (FANON, 2008, p. 103).

Essa reificação proposta pelo colonialismo coloca o europeu como representante universal do ser humano, aprisionando o colonizado de acordo com referências fetichizadas de emotividade, virilidade, sensualidade e infantilidade. Tudo que permita compreendê-lo como o mais próximo da natureza e distante da civilização. Se não for apresentado como exótico ou colocado em contraponto ao entendimento de Humano, aparecerá como tudo que há de ruim (FAUSTINO, 2013).

Nessa perspectiva, ocorre um duplo enclausuramento através de um drama narcísico particularista. Ambos, o branco e o negro, confrontam-se com suas particularidades identitárias e, em determinadas ocasiões, vislumbram algumas saídas que são, posteriormente, ameaçadas pelas origens (FANON, 2008).

“É esta a raiz da figuração do colonizado como um ser enclausurado em seu corpo, tido quase sempre como bruto, rústico e emocionalmente instável, em contraposição ao europeu, apresentado sempre como expressão universal das qualidades úteis ao controle do mundo. Tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada do negro – ou não branco/ocidental/europeu –, são expressões deste mesmo processo de racialização” (FAUSTINO, 2018, p. 154).

No mesmo capítulo, Fanon expressa o sentimento de perda de si característico da alienação colonial, ao perguntar: “O que é que isso significava para mim, senão um desalojamento, uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo?” (FANON, 2008, p. 106).

Segundo Faustino (2013, p. 228):

“o movimento de negritude, enquanto preso a um presente desesperançado, sem perspectiva no futuro segue afirmando um passado específico ao invés de atuar para desmistificar a ilusão colonial que exclui os africanos e seus descendentes da possibilidade de serem reconhecidos (e se reconhecerem) como universalidade”.

O que se encontra instaurado no imaginário da sociedade colonial não se dissolve tão facilmente, pois está estabelecido que “os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos” (FANON, 2008, p. 109). E, embora sabendo que não era este o seu caso, Fanon considera que

“havia um mito do negro que era preciso, antes de mais nada, demolir” (FANON, 2008, p. 109).

Essa recusa de uma ontologia racial a priori aparece como uma faceta do antirracismo sartreano (FAUSTINO, 2020) e a negritude, por sua vez, como uma negação à via do universalismo branco pela afirmação de uma cultura negra que possuía em si originalidade e valores positivos (ROCHA, 2015).

“Se o colonialismo definiu como essencialmente negro a emoção, o corpo, a virilidade, ludicidade, mas, sobretudo, classificou hierarquicamente estes elementos como inferiores, frente à não menos fetichizada (e ilusória) imagem criada para o Europeu – Razão, civilização, cultura, universalidade –, o movimento de negritude, sem romper com estes fetichismos, apenas inverteu os polos da hierarquia, passando a considerar como positivo aquilo que o colonialismo classificou como inferior.” (FAUSTINO, 2013, p. 227)

Continuemos com a descrição realizada em “A experiência vivida do negro”.

“Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me exirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco [...]” (FANON, 2008, p. 94).

Neste capítulo, Fanon descreve a experiência de confrontação com os desdobramentos das relações sustentadas pelo empreendimento colonial. Nas páginas seguintes, descreve a adoção da tática da racionalização, de modo que pudesse “[...] mostrar ao branco que ele estava errado” (FANON, 2008, p. 110). Adiante, levanta a ilusória vitória da racionalidade e as contradições desse modo de ação política, afirmando que “a razão assegurava a vitória em todas as frentes. [...] No plano das ideias, estávamos de acordo: o negro é um ser humano. [...] Mas o branco, em determinadas questões, continuava irredutível” (FANON, 2008, p. 111).

Diante da aparente indissolubilidade da problemática colonial, Fanon realiza um balanço de seus posicionamentos e argumenta que

“[...] quando tentava, no plano das ideias e da atividade intelectual, reivindicar minha negritude, arrancavam-na de mim” (FANON, 2008, p. 120). E, logo após, enuncia: “tomo esta negritude e, com lágrimas nos olhos, reconstituo seu mecanismo. Aquilo que foi despedaçado é, pelas minhas mãos, lianas intuitivas, reconstruído, edificado” (FANON, 2008, p. 124).

Removendo as máscaras: o humanismo revolucionário

Segundo Fanon, “uma das coisas mais difíceis, tanto para uma pessoa como para um país, é manter sempre presentes diante dos olhos os três elementos do tempo: passado, presente e futuro” (FANON, 2020, p. 264). O que está em jogo é, portanto, “[...] a necessidade da memória, a fim de realizar essa união de passado, presente e futuro” (FANON, 2020, p. 265).

Para ele, “o entusiasmo é, por excelência, a arma dos impotentes” (FANON, 2008, p. 27). Trata-se aqui da certeza subjetiva hegeliana, pois essa posição coincide com o “entusiasmo que irrompe imediatamente com o saber absoluto - como num tiro de pistola - e descarta os outros pontos de vista, declarando que não quer saber nada deles” (HEGEL, 2003, p. 41).

Se, na introdução desse trabalho, vimos que Fanon reconhecia seu pertencimento incontornável à sua época, na conclusão de sua tese de doutoramento rejeitada (NOGUERA, 2020) ele enuncia: “de modo algum devo me empenhar em ressuscitar uma civilização negra injustamente ignorada. Não sou homem de passados. Não quero cantar o passado às custas do meu presente e do meu devir” (FANON, 2008, p. 187).

Afinal de contas, “o indochinês não se revoltou porque descobriu uma cultura própria, mas ‘simplesmente’ porque, sob diversos aspectos, não lhe era mais possível respirar” (FANON, 2008, p. 187).

Deivison Mendes Faustino nos diz que a relação de Frantz Fanon com os referenciais da psicanálise, psiquiatria, existencialismo, marxismo, antirracismo e *négritude*

“[...] é sempre mediada por uma crítica que reconhece e se apropria daquilo que auxilia a elucidar o dilema colonial sem, contudo, deixar de apontar seus limites teóricos e políticos para, em seguida, propor, a partir

dela, outra maneira de abordá-la.” (FAUSTINO, 2020, p. 79)

Segundo Faustino (2018) há uma visão sobre a obra de Fanon em que a racialização colonial implicaria a constituição da sociedade moderna de tal forma que não seria antitético associar diretamente o colonialismo e o humanismo como sua versão efetivada.

Defrontando-se com o universalismo compulsório proveniente da situação colonial, que se imbrica na valorização de pressupostos éticos, políticos e estéticos europeus, a ação política se limitaria à desconstrução dos discursos, representações, performatizações e jogos de significação.

Contudo, uma observação rigorosa dos textos fanonianos mostrará que suas ações práticas não prescindem da necessidade que leva à criação de novas representações, mas compreende essas mudanças no campo do simbólico como conquistas da processualidade da luta política. Pois “é na transformação radical da sociedade colonial, enquanto ente existente no mundo concreto - e não apenas no discurso - que novas representações podem vir à tona” (FAUSTINO, 2018, p. 156).

Nesse sentido, o objetivo da transformação social seria demolir “a fantasmagórica e hierárquica contraposição binária entre Branco x Negro [...]” (FAUSTINO, 2018, p. 154) onde ambas constituem-se como identidades fixas, culminando em uma percepção empobrecedora de si e do mundo.

À afirmação feita, na introdução deste trabalho, que o capitalismo necessariamente “[...] dá o limite da própria liberdade da vontade democrática” (MASCARO, 2013, p. 87) se poderia acrescentar que:

“A negação da humanidade plena e igualitária permite à opressão estabelecer os limites entre as formas de organização e contestação que podem ser vistas como política e aquelas que não, entre o que é a sociedade civil e o que é um setor engajado considerado irracional, criminoso e conspirativo” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 14).

Na introdução de *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon evidencia a necessidade de condução da luta política nos planos objetivo e subjetivo, de modo que uma libertação unilateral não poderia ocorrer e, tampouco, uma dependência automática. Ora, “os fatos, além do mais, se opõem a tal tendência sistemática.” (FANON, 2008, p. 28).

Além do mais “a função de uma estrutura social é implementar instituições atravessadas pela preocupação com o homem. Uma sociedade que acua seus membros e os força a soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a ser substituída” (FANON, 2020, p. 294).

“Eis na verdade o que se passa: como percebo que o preto é o símbolo do pecado, começo a odiá-lo. Porém constato que sou negro. Para escapar ao conflito, duas soluções. Ou peço aos outros que não prestem atenção à minha cor, ou, ao contrário, quero que eles a percebam. Tento, então, valorizar o que é ruim – visto que, irrefletidamente, admiti que o negro é a cor do Mal. Para pôr um termo a esta situação neurótica, na qual sou obrigado a escolher uma solução insana, conflitante, alimentada por fantasmagorias, antagônica, desumana enfim, – só tenho uma solução: passar por cima deste drama absurdo que os outros montaram ao redor de mim, afastar estes dois termos que são igualmente inaceitáveis e, através de uma particularidade humana, tender ao universal” (FANON, 2008, p. 166).

Se, anteriormente, dissemos que a psicanálise somente mostraria as anomalias afetivas existentes na estrutura dos complexos e, portanto, seu uso em si não implicava uma transformação total destes, é em razão das asserções de Fanon sobre o seu humanismo revolucionário. Em sua análise, ele afirma: “Estimamos que o indivíduo deve tender ao universalismo inerente à condição humana” (FANON, 2008, p. 27-28).

Para o psiquiatra martinicano “o único método de ruptura com este círculo infernal que me reenvia a mim mesmo é restituir ao outro, através da mediação e do reconhecimento, sua realidade humana, diferente da realidade natural” (FANON, 2008, p. 181). Por isso, somente “[...] a práxis revolucionária teria o poder de negar o estatuto colonial em todas as suas dimensões, restituindo a esse “outro” reificado a sua posição de sujeito de si, ascendendo, assim, de objeto “inessencial” a um novo homem [...]” (FAUSTINO, 2018, p. 158).

Chegando à esta compreensão, Fanon justifica seus posicionamentos teórico-políticos no seguinte parágrafo:

“Se para mim, a um certo momento, colocou-se a necessidade de ser efetivamente solidário com um determinado passado, fi-lo na medida em que me comprometi comigo mesmo e com meu próximo em um combate com todo o meu ser, com toda a minha força, para que nunca mais existam povos oprimidos na terra” (FANON, 2008, p. 188)

Tal como Fanon, não nos levemos à ingenuidade “[...] de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam mudar a realidade” (FANON, 2008, p. 185). Pensemos em uma das poéticas frases dele em *Pele negra, máscaras brancas*: “[...] é superando o dado histórico, instrumental, que introduzo o ciclo de minha liberdade” (FANON, 2008, p. 190).

Considerações finais

Pensar em humanismo revolucionário pode soar contraintuitivo em uma primeira aproximação, em virtude de certas noções humanistas historicamente determinadas que apregoavam um humanismo abstrato e universal que não se alçava ao homem concreto em suas relações sociais e produções simbólicas, culturais e de identidade.

Argumentamos, neste artigo – e considerando as delimitações em termos de extensão do trabalho – que o pensamento fanoniano acerca do humanismo representa o oposto. Isto é, partindo do homem concreto e de determinadas imbricações históricas, sociais, políticas e individuais, sua análise coloca-o diante da problemática incontornável de superação daquilo que “[...] justamente por ser bem-conhecido, não é reconhecido” (HEGEL, 2003, p. 43).

A análise da relação sujeito-objeto, os limites da certeza sensível, da razão, de perspectivas essencialistas ou que impõem princípios básicos e resultados válidos sem qualquer análise ulterior demonstram que o descuido teórico limita os saberes a determinar se aquilo que se representa em forma de produção de conhecimento corresponde com o objeto estudado, deixando aquilo que está pressuposto no conhecimento como válido e imutável, independente do caráter e da natureza histórica dos saberes e das relações de poder político e social que eles podem legitimar – ou, como é o caso – contestar.

Quando argumentam, os marxistas – e, nesse caso, Fanon – que a universalidade é pisoteada na sociedade burguesa – que, aliás,

trouxe-nos a “violência, desmesura, desperdício, mercantilismo, exagero, gregarismo, a estupidez, a vulgaridade, a desordem” (CÉSAIRE, 2010, p. 76) – não se trata da universalidade fantasmagórica engendrada por essa sociedade que não se propõe a resolver os problemas humanos, mas da “universalidade em sua concretude” (LOSURDO, 2018). Isto é, da universalidade em sua relação dialética com as configurações particulares da opressão.

E, com isso:

“Devemos estar persuadidos que o verdadeiro tem a natureza de eclodir quando chega o seu tempo, e só quando esse tempo chega se manifesta; por isso nunca se revela cedo demais nem encontra um público despreparado. Também devemos convencer-nos de que o indivíduo precisa desse efeito para se confirmar no que para ele é ainda sua causa solitária, e para experimentar como algo universal a convicção que, de início, só pertence à particularidade. (HEGEL, 2003, p. 70)”

Sendo assim, lembremos Gonzaguinha em “Semente do Amanhã”:
Ontem um menino que brincava me falou; Hoje é semente do amanhã; Para não ter medo que este tempo vai passar; Não se desespere e nem pare de sonhar; Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs; Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar; Fé na vida, fé no homem, fé no que virá; Nós podemos tudo, nós podemos mais; Vamos lá fazer o que será¹.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Três estudos sobre Hegel**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013. CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Anísio Garcez Homem. 2. ed.-Curitiba, PR. Letras Contemporâneas, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

1 <https://www.lettras.mus.br/gonzaguinha/280650/>

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FIGUEIRÓ, Lucas Woltmann. Na pista de Frantz Fanon: notas sobre alienação e racismo. **UNITAU**, v. 13, n 3, p. 87 – 101, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. (Anais) p. 216-232, 2013

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018, FAUSTINO, Deivison Mendes. Sartre, Fanon e a dialética da negritude: diálogos abertos e ainda pertinentes. **Rev. ENTRELETRAS.**, v. 11, n. 2, p. 74-101, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORDON, Lewis. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 81, p. 99-114, Julho, 2008.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução Paulo Meneses. 2.ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Dossiê nº 26. **Frantz Fanon: O brilho do Metal**, 2020.

LOSURDO, Domenico. Marxismo e comunismo nos 200 anos do nascimento de Marx, pp. 184-202, 2018. In: LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI** (Org. Jones Manoel). Tradução Diego Silveira e colaboradores, 1, ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

NOGUERA, Renato. Fanon: uma filosofia para reexistir. In: FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. **Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. v. 08, n. 15, p. 110-119, 2015.

SOUZA, Ronaldo Tadeu de. É preciso ler Frantz Fanon: Filosofia, Psicanálise e Teoria Social. **Cadernos Cemarx**, nº 13, pg 01-08, 2020.

DISPUTANDO O LUGAR DE FALA: TENSIONAMENTOS RACIAIS ATRAVESSADOS PELA SEXUALIDADE E A PERFORMANCE DE GÊNERO DE MULHERES NEGRAS

Isadora Lopes Harvey

Doutoranda do Curso de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, harveyisadora@gmail.com;

Julianna Paz Japiassu Motter

Doutoranda no Curso de Comunicação e Culturas Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, juliannamotter@gmail.com;

Resumo

Em razão da recente crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, diversos campos de articulações sociais e políticas têm, consequentemente, sido transferidos para espaços virtuais. Nesse cenário, plataformas de redes sociais, como o Instagram, intensificam sua atuação não apenas enquanto veículos, mas também como espaços mediadores (BENTES, 2008; DJICK; POELL e WAAL, 2013; LUPTON, 2014; GILLESPIE, 2018) para (re)produção de interações. Este trabalho procura oferecer uma análise de discursos e temas raciais discutidos por mulheres negras, na plataforma Instagram, cujas sexualidades e identidades/performances de gênero fogem à hegemonia (LORDE, 2012). Dessa forma, esperamos ampliar a compreensão quanto aos atravessamentos que sexualidades dissidentes podem trazer para o debate racial proposto por mulheres negras lésbicas e suas manifestações mais atuais.

Palavras-chave: Mulheres negras lésbicas; Sexualidades dissidentes; Antirracismo; Plataformas de redes sociais

Introdução

A eclosão de uma crise sanitária global, ocasionada pela pandemia da COVID-19, resultou em um aumento exponencial do uso de plataformas digitais para mediação de interações sociais. Em razão das medidas de isolamento social, implementadas de diversas maneiras por todo o mundo, empresas, universidades, organizações de sociedade civil, organismos internacionais, e mais, foram forçados a transportar seus ambientes de trabalho, pesquisa, desenvolvimento social e político, entre outros, para ambientes virtuais. As plataformas digitais, especialmente as de redes sociais, deixaram, portanto, de serem objeto de campos do conhecimento específicos, para concentrarem grande parte da vida social.

Plataformas digitais, no que se refere a este trabalho, estão compreendidas enquanto estruturas capazes de não apenas “(...) refletir o social, mas ainda, de (re)produzir o social e seus dilemas do cotidiano” (MOTTER, 2020, p. 5). Neste sentido, plataformas de redes sociais, como o aplicativo *Instagram*, estarão aqui definidas enquanto estruturas que, para além de possibilitarem envolvimento entre perfis e usuárias/es/os, assim como com as próprias plataformas, compreendem articulações político-sociais e fenômenos sociais.

Com grande parte da vida social transferida para ambientes digitais, grupos e organizações sociais têm feito o esforço de organizar-se virtualmente, seja por meio de encontros, debates, conversas, ou outras formas de interação. Esses esforços têm objetivado não apenas a promoção de entretenimento, mas também visam o próprio reestabelecimento da organização político-social de ação e reflexão. É, nesta perspectiva, que parte desse trabalho consiste em refletir sobre a forma pela qual as plataformas têm (re)produzido determinadas dinâmicas sociais (BENTES, 2018; DJICK; POELL e WAAL, 2013; LUPTON, 2014; GILLESPIE, 2018).

Uma segunda parte do trabalho busca compreender se é possível identificar correlações entre as (in)visibilidades que mulheres negras, cujas sexualidades são dissidentes de uma cisheteronorma, experimentam na vida social e uma possível transposição dessa realidade, que se (re)produziria, a partir de seu uso dessas plataformas. Em outras palavras, seriam o gênero, a raça e a sexualidade marcadores sociais relevantes para refletir sobre a presença político-social

virtual de mulheres negras lésbicas, tendo enquanto foco a plataforma *Instagram*?

Metodologia

Ao analisar publicações de perfis de mulheres negras lésbicas, que utilizam suas contas de *Instagram* para produção de conteúdo sobre antirracismo, combate ao sexismo e à LGBTIfobia, esse trabalho procura ampliar a compreensão quanto aos atravessamentos que sexualidades dissidentes podem trazer para o debate racial proposto por essas mulheres, assim como seus mais recentes debates de interseccionalidade. A análise foca nas publicações que promovem encontros – aqui, avaliadas em termos de *lives* – entre mais de um perfil e os temas escolhidos para os respectivos debates. As publicações em voga passaram por processos de raspagem de dados, tabulação e, posterior análise.

Assim, três perfis específicos foram escolhidos para sustentar a análise proposta, levando em consideração critérios como sua visibilidade dentro da comunidade LGBTI+ – mais especificamente, da comunidade lésbica – e a presença de temática racializada nos conteúdos apresentados. São elas: @sapataoamiga, @pretacaminhao, @lesbicanegraecaminhao¹.

Por meio de métodos cartográficos, Motter (2020) realizou um mapeamento que tornou possível tecer de quais maneiras a articulação de mulheres, que se relacionam exclusivamente sexo-afetivamente com outras mulheres, assim como sua sexualidade, têm transformado as tecnologias. Para acompanhar o processo das rebuceteias dentro da plataforma *Instagram*, foram selecionados oito (8) perfis de mulheres lésbicas, que atenderam critérios como: (i) realização de *lives*, com outras mulheres lésbicas, no contexto da pandemia da COVID-19; (ii) alcance de perfil²; (iii) interlocução com outros perfis de lésbicas e/ou

1 Importante ressaltar que a escolha desses perfis representa um fragmento racializado do campo construído por Julianna Motter, ao mapear rebuceteias. Para mais informações sobre esse fenômeno, ver MOTTER, 2020.

2 Exemplos de medição: compartilhamento de suas publicações (viralização), participação em outras plataformas próprias e/ou aparições em de outras/es/os usuárias/es/os, destaque em mídias, participação em eventos/ocasiões relevantes para a comunidade lésbica.

perfis que abordam outras questões sociais; (iv) produção frequente de conteúdo; (v) e participação em *lives* de outras/es/os usuárias/es/os, durante o período de isolamento social. Tendo, em seguida, os perfis sido categorizados conforme temáticas abordadas e respectivas localizações geográficas.

Referencial teórico

Ainda que cada pessoa tenha particularidades e singularidades, todas/es/os participamos de um emaranhado de relações sociais, por meio das quais se constituem nossas identidades coletivas. Mesmo passíveis de constantes transformações,

O importante nas identidades é que elas são resultados de processos históricos de uma sociedade. As identidades têm a ver com as inscrições dos sujeitos históricos numa sociedade. Elas constituem parte das relações políticas entre os grupos sociais na medida em que o seu reconhecimento ou não tem implicações sociais, fazem parte dos conflitos de lutas pela hegemonia e pelo poder nas sociedades. Todas têm relação com o conjunto de conhecimento aceitos ou não [...]. (CUNHA JUNIOR, 2017, p. 4)

Estudar os processos sociais em contextos de plataformização da sociedade (DIJCK; POELL; WAAL, 2018) significa buscar formas de compreender em quais maneiras as plataformas digitais têm (re)mediado e (re)produzido determinados fenômenos, sujeitas/es/os, práticas, interações, debates, entre outros. Para o presente trabalho, interessa apontar formas pelas quais mulheres negras lésbicas têm se organizado coletivamente – especialmente na dependência tecnológica provocada pela pandemia de COVID-19 – para alavancar suas demandas e reivindicar seus relatos de si (BUTLER, 2015). Ou seja, suas autorrepresentações, eticamente organizadas, em uma ambiência – a digital – que, a priori, fornece um acesso democrático ao discurso público.

Tratar dos processos de plataformização³ ou apontar pesquisas para as ambiências digitais, significa lidar com estruturas bastante opacas e de constante fluidez. Primeiro, porque não se trata de estudar as plataformas em si mesmas. Uma vez que as tecnologias estão cada vez mais imbricadas, em todos os espaços e fenômenos da vida humana. Assume-se, portanto, a importância em demarcar a complexidade das redes sociotécnicas envolvidas. Redes que compreendem, sobretudo, entidades instáveis: algoritmos, dispositivos e interfaces, atualizações de desenvolvedores, (re)apropriações das/es/os usuárias/es/os, ecossistema platafórmico, processos de coprodução, interesses econômicos etc.

Usuárias/es/os de diversos perfis têm se apropriado de plataformas de redes sociais, como o *Instagram*, visto tratar-se de “um dispositivo privilegiado para mapearmos trajetórias contemporâneas em disputa nas relações entre olhar, tecnologia, imagem, economia e subjetividade” (BENTES, 2018). Valendo o reforço de que, plataformas de redes sociais, são compreendidas, neste trabalho, enquanto contextos controlados e estruturados por algoritmos⁴, que compreendem e viabilizam fenômenos sociais (DJICK; POELL e WAAL, 2013; LUPTON, 2014; GILLESPIE, 2018).

Historicamente, narrativas acerca das lesbianidades são permeadas por hiatos, especialmente ao tratar da presença de lésbicas negras, indígenas, trans, periféricas, gordas, com deficiência, entre tantas outras. A invisibilização dessa multiplicidade de existências e vivências lesbianas resvala, por sua vez, de maneira inevitável em seu uso das tecnologias digitais; mediada por algoritmos, das próprias plataformas, que respondem⁵ às lesbianidades de diferentes formas. Por exemplo, usuárias/es que correspondem a um determinado padrão, tradicionalmente criado do que deveria significar ‘ser lésbica’ – como

3 Autoras/es como Tarcizio Silva (2020a; 2020b), Safiya Noble (2018) e Taina Bucher (2018) são algumas das referências de pesquisadoras/es que propõem análises críticas dos crescentes processos de plataformização das sociedades contemporâneas.

4 Gostaríamos de sugerir o documentário “Coded Bias” (2020) como recurso complementar de compreensão sobre esta questão.

5 O uso do termo “respondem” tem a ver com o fato de que as relações com as tecnologias e, especialmente, com as plataformas devem ser pensadas na lógica do *input* e do *output*, entendendo que solicitamos/perguntamos (*input*) coisas e recebemos algum tipo de coisa em troca.

ser branca, performar um tipo de feminilidade mais próxima da norma, ter boas condições financeiras, estar no eixo Sul-Sudeste do Brasil, ser cisgênera –, experimentam maior facilidade de acesso à recursos de verificação e/ou autenticidade pelas plataformas⁶. Isso significa, que a despeito do discurso em que a internet surge e é, em vários momentos, demarcada – enquanto um território democrático, igualitário e neutro –, fica nítido que a ela não escapam as relações de poder, de opressão e de contradições, próprias da sociedade (NATANSHON, 2013).

Nesse sentido, tecnologias digitais (re)criam regimes de visibilidade que instituem modos de fazer ver (FOUCAULT, 1987), assim como determinam o que é, ou não, visto. Afinal, as (in)visibilidades também fazem parte de um jogo de poder (FOUCAULT, 1987). Essa curadoria algorítmica do visível (BENTES, 2019) – o grande produto e mercado das plataformas digitais –, principalmente se entendermos que artefatos tecnológicos e práticas sociais se coproduzem (D'ANDRÉA, 2020) em todo tempo, abre margem para questões como: de quais formas as diferentes plataformas têm (re)produzido as lesbianidades? Em contrapartida, como as plataformas têm sido (re)produzidas a partir das lesbianidades?

Resultados

No que diz respeito a este trabalho, três (3) destes perfis, cuja temática central é o eixo da negritude, serão mobilizados. Sendo elas: @sapataoamiga, @pretacaminhao, @lesbicanegraecaminhao. Na tabela abaixo, é possível observar a categorização, a elas atribuídas, na pesquisa de origem:

6 Para produtoras/es de conteúdo, especialmente aqueles/as envolvidos/as em redes de ativismo e de garantia por direitos, a verificação consiste na possibilidade de ter maior segurança, garantida pela plataforma, no que diz respeito ao uso indevido dos conteúdos publicados; à invasão das contas; e mesmo para o caso de possíveis perfis fakes. Para mais informações sobre a campanha #verificasapatao, ver MOTTER, 2021.

Tabela 1: Categorização regional e temática dos perfis selecionados

PERFIS	REGIÃO	TEMÁTICAS
@sapataoamiga	Sudeste	Negritudes; Lesbianidades; Cultura e práticas culturais; Cultura lésbica;
@pretacaminhao	Sudeste	Negritudes; Lesbianidades; Outras performances de feminilidade; Cultura e práticas sociais;
@lesbicanegraecaminhao	Nordeste	Negritudes; Lesbianidades; Outras performances de feminilidade; Saúde mental;

Fonte: Autoria própria a partir da extração de fragmento da base de dados construída por MOTTER, 2020.

De imediato, gostaríamos de destacar algumas informações básicas. No que tange ao território, é interessante notar que, embora haja uma repetição na região geográfica 'Sudeste', cada uma possui uma regionalidade diferente. A saber, @sapataoamiga está localizada no subúrbio do Rio de Janeiro; @pretacaminhao em Contagem, município de Minas Gerais, da região metropolitana de Belo Horizonte; e @lesbicanegraecaminhao, nascida na Bahia e morando, atualmente, em São Paulo.

Ainda que estejamos olhando para um fragmento pequeno de uma análise maior, a diversidade nacional permanece tendo relevância quando narrativas e discursos hegemônicos estão em discussão. Outra percepção inicial evidente, está nas temáticas abordadas por cada perfil. Dentre as selecionadas, todas abordam os temas acerca de negritudes e lesbianidades, em uma mesma ordem. Esse fator, por si, já nos dá pista do que provoca Audre Lorde, quando afirma “Eu nasci negra e mulher [...]. Entre as mulheres, eu sou negra; entre as pessoas negras, eu sou lésbica” (2012).

A constatação da escritora caribenha-americana, é um primeiro passo para que possamos aproximarmo-nos de uma perspectiva, que compreenda certas distinções às quais estão submetidas mulheres negras, cujas sexualidades são dissidentes. Na pesquisa de origem, sobre essa questão, Motter (2020) aponta para o contexto norte-americano ressaltando como as mulheres negras, cujas performances de feminilidade fogem à hegemônica e que, muitas vezes se

7 “Não existe hierarquia de opressão”, de Audre Lorde: <<https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>.

autodenominam enquanto *butches*, foram as primeiras a trazer à tona o tema das lesbianidades; sendo pioneiras nas conquistas de espaços políticos e na divulgação de uma cultura lésbica.

Outro aspecto relevante, diz respeito à incidência do tema sobre outras performances de feminilidade, tendo dois dos três perfis mobilizado o assunto, de maneira principal. Mas antes de adentrar na questão performance, vale destacar alguns entendimentos nossos sobre a construção político-social, imposta às mulheres, denominada feminilidade. Em uma cultura que socializa mulheres na construção do desejo de subjugação e dominação, à serviço dos homens, não é considerada sua liberdade para definir o espectro de seu próprio sexo e de sua feminilidade – ou ausência de feminilidade. Nesse sentido, uma análise mais materialista das relações sociais de sexo parece melhor traduzir a reflexão que buscamos provocar. Pois, se considerarmos ‘gênero’ enquanto uma categoria que cria hierarquias – por meio de uma definição biológica, sob o mero objetivo de garantir manutenção à um sistema de opressão, dominação e exploração das mulheres –, poderíamos questionar, em que medida, sociedades patriarcais manipulam uma realidade biológica em ordem de forjar uma diferenciação social entre os gêneros (MATHIEU, 2014). Segundo esta lógica,

Dada a dissociação entre pulsão sexual e mecanismos hormonais da reprodução nas fêmeas humanas, essas coações são exercidas na maioria das sociedades pela imposição da regularidade do coito (principalmente no casamento) e pela transformação do organismo psicofísico das mulheres para canalizar um desejo normalmente polimórfico, para a heterossexualidade – e especializá-las com fins reprodutivos. (*Ibidem*, p. 206)

Ora, se tudo aquilo que define feminilidade, em sociedades patriarcais ocidentais, pode vir a ser considerada fruto de uma farsa social e ideológica – que prioriza e hierarquiza homens, em detrimento das mulheres –, qual seria, então, o lugar ocupado por mulheres que recusam-se a performar uma feminilidade hegemônica? E o que acontece quando, a esses corpos, se sobrepõem outros dispositivos que estruturam uma mesma narrativa de opressão? As pistas dessa resposta já foram dadas pela declaração negra feminista manifesta pela Coletiva do Rio Combahee (1977), “(...) a combinação da sua identidade sexual

e identidade racial faz única sua situação vital total tanto como o enfoque de suas batalhas políticas.”.

Ainda que outros assuntos permeiem as discussões mobilizadas pelas três produtoras de conteúdo em questão – Cultura Lésbica; Cultura e Práticas Sociais; Cultura e Práticas Culturais; e Saúde Mental –, uma análise mais apurada de seus perfis demonstra o quão estrutural se configuram os atravessamentos provocados pelos debates que interrelacionam negritude e feminilidade, em uma perspectiva lésbica. A seguir, trazemos alguns exemplos, por meio de publicações dos perfis, que organizam o tom de nossa provocação.

Dentre os exemplos, destacamos o texto *Que representatividade é essa que só enxerga uma forma de feminilidade?* publicado por @pretacaminhao⁸. Na postagem, apresenta a perspectiva de alguém que, a despeito de supostos esforços pela ‘diversidade’, permanece invisível a determinados projetos:

“O movimento é legítimo e necessário, porém, sempre me encuca que mesmo buscando o diverso, só uma forma específica de feminilidade é representada. É buscar novas narrativas para novos corpos desde que dentro daquela feminilidade clássica que vocês já conhecem. Que representatividade é essa que eu continuo não me enxergando? Que continua excluindo mulheres assim como eu dos espaços? Que continua reforçando que mulheres como eu são menores mulheres por não se encaixar num padrão específico.” (@PRETACAMINHAO, 2021)

A escolha dos termos “sapatão” e “caminhão”, constitutivos em seus nomes de usuárias no *Instagram*, remonta à importância das *butches* no contexto norte-americano. Ao reacenderem a discussão sobre uma noção de lesbianidade atrelada à branquitude – destacando a consequente exigência de que mulheres negras, em geral, tenham que buscar outras formas de se nomear –, explicitam a maneira pela qual a questão racial demarca um outro espaço, principalmente no caso de vivências das lesbianidades dessas mulheres.

8 Publicação questiona a homogeneidade na representação de mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKy-x35n0Cs/>.

O racismo na comunidade lésbica, assim como nas demais siglas, também é foco das denúncias feitas pelas produtoras – como é possível observar a partir de publicação da @sapataoamiga⁹. Ao denunciar a escassez do debate racial dentro da comunidade, aponta a resistência da própria comunidade branca LGBTQIA+ em reconhecer lésbicas negras enquanto sujeitas dignas de afeto. A necessidade de demarcar espaços, tanto nos movimentos lésbicos, quanto em movimentos negros, têm sido, por vezes, um importante mote do debate dessas produtoras; ao que observamos por meio de algumas de suas publicações. Ao ler o livro “Sou Sua Irmã”, escrito por Audre Lorde (2020), @lesbicanegraecaminhaio destaca a maneira como, historicamente¹⁰, muitas semelhanças e similaridades prevalecem às condições de exclusão de lésbicas negras.

Esses retratos nos provocam a retomar o questionamento: O que vem antes? Ser negra, mulher ou lésbica? Que posição ocupa essa sexualidade dissidente (visto que a heterossexualidade é a norma de inteligibilidade)? Será preciso encontrar uma outra gramática que dê conta desse lugar?

O fato, também como um novo exemplo, de determinados perfis ou grupos serem verificados mais facilmente do que outros abre questões, não apenas sobre o grau de assimilação ou aceitabilidade de determinadas/es/os sujeitas/es/os e grupos em detrimento de outros – reflexo da cisheteronormatividade, do racismo, da transfobia, do capacitismo etc. –, mas principalmente sobre a falta de transparência desse tipo de processo dentro das plataformas (MOTTER, 2021).

Quando tratamos de experiências, trajetórias e vivências de mulheres negras, é recorrente apresentar a maneira pela qual suas particularidades são, socialmente, atribuídas. Da hiper-sexualização à objetificação de seus corpos, o contexto social brasileiro – onde as especificidades do “problema da cor” oscilam conforme a intensidade de características estéticas específicas de uma pessoa –, instiga reflexões quanto aos ganhos e/ou perdas sociais que recaem sobre pessoas negras, de acordo com sua proximidade do ideal de brancura.

9 Publicação denuncia o racismo entre a comunidade LGBTQIA+. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHvqX9tUp2/>.

10 Publicação questiona o não-lugar de mulheres lésbicas negras. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIbaTGJnfQB/>.

A inexistência de barreiras de cor e de segregação racial – baluartes da democracia racial – associada à ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente. O caráter individualista da ascensão era coerente com as prédicas da democracia racial que colocava ênfase na capacidade individual como responsável pela efetivação do projeto [de ascensão]. (SOUZA, 1983, p. 22)

Estudos nacionais e internacionais têm, por anos, ressaltado as dinâmicas do racismo brasileiro, em detrimento à manutenção da ideologia de uma democracia racial. No Brasil, o imaginário dessa democracia racial é fonte de orgulho nacional, prova inconteste do *status* brasileiro de população civilizada; servindo, inclusive, de sustento às ferramentas que procuram negar a existência da ‘raça’, no país (GUIMARÃES, 1995). Não por acaso, o imbricamento das noções de raça e classe, assim como o compromisso político forjado com a democracia racial, seguem alimentando o questionamento quanto à relevância e à correspondência do racismo enquanto efeito resultante de uma realidade histórica de hierarquização anterior à um “problema de classe”. Não obstante, a influência de práticas racistas, sofisticadamente enraizadas na cordialidade de relações interpessoais, construiu estereótipos aos quais seguimos, há décadas, empenhadas em desmistificar.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco¹¹ ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo

11 Para mais referências sobre as categorias aqui mobilizadas pela autora, ver Gonzalez, 1984.

sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228)

Esses mesmos estereótipos, se observados enquanto produtos discursivos, alimentam a construção de um imaginário social nacional que, invariavelmente, molda identidades individuais e coletivas, conforme a conveniência do grupo que domina a narrativa discursiva. “É por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica [...] que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais.” (GONZALEZ, 1984, p. 237). Pinto e Mignolo associam o desenvolvimento dessas ideologias opressoras com o advento da modernidade que, por trás de um discurso triunfalista, esconde a colonialidade que a constitui. Apresentando a indissociabilidade entre modernidade e colonialidade, os autores atribuem à modernidade:

(...) essa retórica de salvação da humanidade e suas expressões mais recentes – desenvolvimento e globalismo –, articulada por agentes e instituições que controlam a produção do conhecimento e traduzem os próprios privilégios em promessas para o resto do mundo, assim como o projeto de dominação cultural, econômica e política que ela promove (...). (2015, p. 383)

A partir desse raciocínio, seria possível afirmar que, no Brasil, as relações raciais permanecem reféns de um projeto de dominação e extermínio voltados para a população negra. Embora, hoje em dia, o racismo seja publicamente reconhecido enquanto elemento estruturante que marca a experiência de pessoas negras¹², o conjunto de práticas mantenedoras dessa ordem opressora segue diluída, convenientemente associada a práticas individuais e atitudinais, fluidas e assistemáticas (CAMPOS, 2017).

Em outras palavras, observa-se o desenvolvimento de um projeto político que visa a neutralização de uma consciência coletiva negra; nutrido tanto pelo medo de seu potencial, quanto pelo desejo da manutenção de sua exploração. Desdobrando-se e sofisticando-se de tal forma a

12 Isto porque seus componentes mediam a distribuição desigual de recursos e de oportunidades ao acesso à educação; saúde; moradia; justiça; e trabalho (TELLES, 2012).

(...) que grandes segmentos negros, tendo introjetado esta ideologia do colonizador, procurassem passar por brancos, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o branco. (MOURA, 1983, p. 26)

É, portanto, a partir do entendimento dessa retórica da salvação¹³, reconhecidamente mobilizada por agentes e instituições dominantes da narrativa social, que se articula a hipótese da (re)produção de (in) visibilidades que mulheres negras, cujas sexualidades são dissidentes, experimentam na vida social, com seu desdobramento para seus usos das plataformas de redes sociais. Ora, se tecnologias digitais (re)criam regimes de visibilidade, assim como plataformas digitais não apenas refletem, mas (re)produzem o social e seus respectivos dilemas do cotidiano, é possível dizer que gênero, raça e sexualidade se constituem enquanto marcadores sociais de grande relevância para refletir sobre a presença político-social virtual de mulheres negras lésbicas.

Considerações finais

Ao analisar informações de perfis de mulheres negras lésbicas, que utilizam suas contas de *Instagram*, para produção de conteúdo sobre antirracismo, combate ao sexismo e à LGBTIfobia, este trabalho pretendeu explorar a possibilidade de as sexualidades dissidentes aportarem características particulares ao debate racializado proposto por essas mulheres. E, com sorte, incitar, a quem nos lê, a reflexão, não em torno de uma espécie de hierarquização de opressões, mas sobre a pluralidade vivencial experimentada por diferentes mulheres negras.

Ante a plataformização da vida, também observamos a articulação de diferentes indivíduos/es/os com, e a partir de, os dispositivos e as plataformas, a fim de produzir sentidos sobre si mesmas/es/os. Haja vista a incidência das/es/os sujeitas/es/os enquanto produtos e, ao mesmo tempo, consumidoras/us/es (LUPTON, 2014), reafirmamos que plataformas digitais não representam estruturas meramente

¹³ Aqui, provocativamente, transposta aos ambientes/plataformas digitais e suas supostas neutralidades tecnológicas.

capazes de refletir o social, mas ainda, de (re)produzi-lo, assim como seus dilemas do cotidiano (DIJCK, JOSÉ; POELL, THOMAS; WAAL, 2013).

Na última parte do trabalho, uma das mais importantes, nos dedicamos à alguns apontamentos sobre os principais resultados e discussões. Ainda, buscamos tensioar o campo pesquisa das diversidades com potenciais de prospecção de sua aplicação empírica para a comunidade científica. Por fim, esperamos que alguns desses tensioamentos sirvam como oportunidades futuras para discussões sobre a necessidade de desenvolver novas pesquisas no campo, bem como novos diálogos com as análises mobilizados no decorrer do texto.

Referências

BENTES, A. **A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir**. In: POLIDO, F. B. P.; ANJOS, L. C.; BRANDÃO, L. C. C. (org.). Políticas, internet e sociedade. Belo Horizonte: IRIS, 2019.

BENTES, A. MediaLab UFRJ » **Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram**. 19 jun. 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 95, 2017.

DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M.C. **The platform society: public values in a connected world**. New York: Oxford University Press, 2018.

DIJCK, J. **In data we trust? The implications of datafication for social monitoring**. MATRIZES, 11(1), p. 39-59, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da sexualidade**. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27

GILLESPIE, T. **A relevância dos algoritmos**. Parágrafo, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 95-121, jun. 2018. ISSN 2317-4919.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e pesquisa. Vol. 29, n 1, São Paulo, Jan/Jun. 2003

_____. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, NOVOS ESTUDOS, n. 43, 1995

_____. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. Tempo soc. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: Escritos reunidos e inéditos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LUPTON, D. **Digital Sociology**. Nova Iorque: Routledge, 2015

MACKINNON, Catharine A. **Feminism Unmodified**. Cambridge: Harvard University Press, 1987

MATHIEU, Nicole-Claude. **Identidade Sexual/Sexuada/De Sexo? Três Modos de Conceitualização da Relação entre Sexo e Gênero**. In: FALQUET, Jules et al. O Patriarcado Desvendado – Teorias de Três Feministas Materialistas: Collete Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

MOTTER, Julianna P. J. **A compreensão das lesbianidades a partir do Google**. p. 10 – 21. In: IANTAS, I. C.; TAKASHIMA, K. T. K.; SOUZA, K. A. P. de; SILVA, M. F. da. (orgs.). Resistência LGBTI+: caderno de trabalhos [meio eletrônico]. COR.LGBTI, 2020.

_____. **Falar do ódio fora do ódio: testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais**. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

_____. **Rebuceteias: conectividades lésbicas em tempos de Covid-19**. In: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER, 2020, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ABCiber, set. 2020.

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo.** Apresentado no 11º Congresso de Cultura Negra das Américas, 17-21 mar 1980, Panamá. Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (SP). Afro-Ásia, 1983

NATANSOHN, L. G. (Org.). **Internet em código feminino. Teorias e práticas.** 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NUSSBAUM, Martha. *Objectification.* Philosophy and Public Affairs, 24(4), p. 249–291, 1995

PINTO, Júlio R. de S.; MIGNOLO, Walter D. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial.** Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social,** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2º edição. Coleção Tendências, V. 4, 1983.

TELLES, Edward. **O significado da raça na sociedade brasileira,** 2012. Tradução de *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil.* Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

COMPOSIÇÕES IMAGINATIVAS NA DIÁSPORA AFROATLÂNTICA

José Juliano Gadelha

Mestre em Artes pelo Instituto de Cultura e Artes da Universidade Federal do Ceará (ICA - UFC), mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS - UFC); jjulianogadelha@gmail.com.

Resumo

Este artigo discute a respeito dos perigos dos modos de cognição que reinventam a imaginação biocêntrica como *telos* regulador das existências (mais que) humanas e seus respectivos campos de ação, percepção e sensação. O texto interpela as discussões a respeito da *autopoiesis* e da crítica *negra* radical acerca da autorreferencialidade a sistemas de organização da vida. A partir de ressonâncias com o pensamento de Katherine McKittrick, Sylvia Wynter, Édouard Glissant e tantos outros, é considerada a quebra da autoreferencialidade aos ordenamentos do mundo tal como ele é conhecido como uma das experiências *negras* dos modos de cognição da diáspora afroatlântica.

Palavras-chave: *Autopoiesis*, Cognição, Errância, Diáspora, Negritude.

Introdução

A ideia de invenção como capacidade de desconstruir antigos modelos tem obliterado o terrível fato de que modos de cognição supremacistas permanecem como tais, porque eles também se reinventam com o mundo. A concepção de que toda invenção seria uma transformação de cunho desconstrutivo da Ordem das Coisas serve como recurso àquelas mentes não desejosas das abolições de antigas estruturas de dominação, embora muito preocupadas em não terem seus modos de cognição identificados como supremacistas. Esse modo de imaginar as coisas camufla um desprezo ou mesmo uma negação pelas mudanças radicais sob o manto do progresso, da esperança e de toda espécie de “positividade tóxica” – para acionar uma expressão de Jack Halberstam (2020).

Acredita-se mais uma vez que esse mundo é possível de outra forma, mais justa ou menos desigual. Acredita-se que este é o único mundo que se tem para viver. E pior: há até a crença em um outro fim de mundo possível como mais uma maneira de continuar autorreferenciando as coisas pelos modelos de sempre, já que agora os fins dos modelos fariam parte do pacote construção/desconstrução. Isso tem se tornado cada vez mais notório pelas capturas em relação às imaginações do apocalipse nas artes, nas literaturas, nas filosofias etc. Desconhece-se ou simplesmente não se quer conhecer os mil mundos que nos atravessam e se reinventam contra as imaginações de sempre, apresentadas como novas. Esses mundos que têm convocado o desenraizamento de um círculo vicioso cuja contingência torna infinita as possibilidades de racismo, classismo, homofobia, transfobia, machismo e outras formas de subjugação comumente encruzilhadas.

Em sociedades marcadas pela colonialidade moderna, o grande círculo vicioso tem como eixo de autorreferencialidade que se reinventa a todo momento o racismo contra vidas *negras*¹ e indígenas. No entanto, imaginar na diáspora é sempre um processo de desenraizamento. No caso da diáspora afroatlântica, a radicalidade diz também sobre como se manter gente viva nas colônias consistiu em uma

1 Em meus textos uso a palavra *negro/negra/negritude* bem seus respectivos plurais de modo destacado para enfatizar as contradições e não-consensos no uso dessas terminologias.

operação de recriar a si mesmo/mesma todos os dias e não pode ser lida exclusivamente pelos marcadores de violência colonial e/ou suas ininterruptas reinvenções no agora. Este artigo objetiva compreender de maneira breve o problema da autorreferencialidade que circula a imaginação dos processos recursivos de criação colonial. A metodologia a seguir corresponde a uma especulação crítica sobre modos de reprodutibilidade cognitiva da ficção racial.

Metodologia

O método especulativo crítico que aqui desenvolvo toma a experiência da *negritude* como plural e não-local para entender como espacialidades e temporalidades diversas que se encontram na diáspora são fundamentais para desfazer absolutismos sobre raça, dominação, reprodução e invenção. A própria África da qual foram arrancados e traficados vários povos é um continente diverso em culturas, etnias e sociedades, no qual coexistem vidas que podem ser lidas como *negras* e outras que não. O não-local destoa da negligência das diferenças (espaciais, temporais e formais) ou da promoção do apagamento das singularidades de cada povo. Ele faz alusão à multiplicidade de dimensões de cada um desses povos. Esse método especulativo trata de fabricar pensamentos, a partir do que a pluralidade *negra* e o movimento afrodiaspórico permitem, e o que eles me permitem, para este artigo que não intenta traçar uma genealogia dessa diáspora, é alertar sobre os perigos que circunscrevem maneiras de agir, pensar e sentir no mesmo solo imaginativo da colonialidade.

Desde Fanon (1968), compreendemos que a colonialidade como um sistema de extração total opera na desposseção existencial e material das vidas tornadas *negras*. Em razão disso, ela destoa de ser uma produção local e temporal, por mais que possamos traçar alguma ou várias histórias da colonização segundo dimensões específicas. A colonialidade corresponde também a modelos de subjetividade predatória que se atualizam em tempos e espaços diversos, sempre movidos pelos desejos de conquista, expansão, posse e, sobretudo, racismo. É um desejo que diz de modos de dominação estruturalmente arquitetados, institucionalmente legitimados e comportalmente manifestados.

É em atravessamento por essas estruturas, instituições e manifestações que a experiência plural na *negritude* tem se movimentado, criando sempre outras maneiras de não ser definitivamente consumida

e eliminada no caminho que nunca é linear. Aqui chego no ponto das experiências *negras* oriundas da diáspora, pois essas experiências agem em outra espécie de circulação cuja autorreferência, como bem apontou Glissant (2011), é a da errância. Antes de aprofundar essa discussão, o referencial teórico a seguir interpela os estudos sobre *autopoiesis* e a crítica radical *negra* a estes estudos, para uma compreensão de certas replicações de antigas estruturas cognitivas que promovem dominação e exclusão sob os auspícios da criatividade.

Referencial teórico

McKittrick (2016), acerca da *autopoiesis* pensada por Maturana e Varela (1972), acompanha as ordenações discursivas e biológicas da vida social, através do exame das redes celulares. Ela explica como o sistema que abriga essas redes é um sistema pensado como fechado e recursivo, em que a rede celular se estende como limitada, uma vez que qualquer crescimento ou mudança celular ocorrida só se processariam através da reconstituição do sistema que abriga e sustenta essas células. Trata-se de uma perspectiva que apregoa um sistema fechado e autorreferencial, de modo que a rede celular estaria comprometida com este sistema, porque se realizaria através do processo de recorrência.

Então McKittrick (2016) sugere que a organização da vida (mais que) humana – que subentende a atuação de nossas vidas, umas pelas outras, e dos ambientes que nos acompanham – é comparável, mas não a geminação, com as redes celulares, como na *autopoiesis*. A autora vê que a *autopoiesis* tomada para pensar o campo das relações (mais que) sociais não abandona sua base biocêntrica e passa a informar a prática de ser humano como relacional e embutida em um sistema vivo, que se reproduz a si mesmo e, nisto, replica o que significa ser humano de acordo com os parâmetros do sistema (mais que) social existente. Esse sistema, por sua vez, está fixado na ficção racial. A autora afirma: “*Autopoiesis*, dito de outra forma, é o processo pelo qual repetimos as condições do nosso atual modo de existir – o cérebro – para, aparentemente, manter vivo o sistema vivo – o nosso mundo ambiental e existencial” (MCKITTRICK, 2016, p. 07, tradução e destaque próprios).

O problema é que, nesse mundo onde se define, classifica e hierarquiza humanidades, a raça é uma categoria de valor. McKittrick

(2016) não chega diretamente no ponto da raça como valor, como visto em teorias como as de Mbembe (2018) e Ferreira da Silva (2019), mas informa como a visão *autopoietica* sobre as sociedades (mais que) humanas vem preocupada com a maneira pela qual os processos de repetição e replicação se duplicam, demonstrando o funcionamento correlacional de como conhecemos a humanidade. Contudo, simultaneamente, não percebemos o processo de recorrência. Essa recorrência fala da prática de ser humano e da promulgação da vida (mais que) social, que se replica em uma espécie de talismã analítico, afetivo e material da realização, induzindo à replicação das coisas como já são e normalizando o sistema ao mesmo tempo em que o torna imperceptível (MCKRITTRICK, 2016).

Se, como humanidades, nós nos organizamos de acordo com o sistema social autorreferencial, esses sistemas são muitos e emaranhados, de modo que perceber as pessoas lidas como *negras*, por exemplo, ainda por uma visão de base biocêntrica torna as nossas vidas um processo sitiado, impossibilitado de luta antirracista. Ainda que passemos a ver o processo de recorrência que subjuga as vidas *negras*, a base biocêntrica dessa teoria continua atuante e aí o principal problema passa a ser como tentar ver uma *poiesis negra*, por meio da *autopoiesis*, que é um modelo de conhecimento que legitima os modos de cognição da supremacia racial branca:

Daí resulta que o código simbólico da *negritude* e da encarnação da *negritude* só pode, nesta figura, ser cientificamente imaginado como já oprimido por carne não branca (porque 'o *negro*' já está prefigurado como fora da família dos humanos). Todas as outras questões ou possibilidades científicas são excluídas pelo determinismo biológico, muitas vezes até mesmo na crítica – porque a *negritude* deve ser posicionada como puramente biológica e cientificamente inferior para que a crítica, “construção social”, faça sentido. A finalidade analítica e metodológica – nomear e dismantelar a raça e o racismo – tende então a afastar-se da figura fisiológica para fora. As vidas *negras* também são reduzidas a dados analíticos e são lançadas como figuras biologicamente determinadas a se tornarem partes factuais de um sistema de crenças habitual maior investido na diferenciação racial e na violência. Isto revela uma narrativa teleológica onde o corpo violado pelas narrativas científicas raciais e

racistas é a âncora para uma trajetória libertadora e assim só pode, neste sistema fechado, realizar-se e continuar vivendo – parafraseando Frantz Fanon – passando da sub-humanidade para um gênero de humanidade que despreza a *negritude* (MCKITTRICK, 2016, p. 08, tradução e destaques próprios).

A autora vê o problema que algumas análises de vidas/histórias *negras*, que se concentram unicamente em nomear o racismo científico, apresentam ao se basearem no modelo biocêntrico, em um mesmo jogo no qual o determinismo biológico e a crítica do determinismo biológico, juntos, limitam e segregam a biologia dessas pessoas. Isto exclui a capacidade de enxergar como age o sobreamento do racismo científico, que continua a ter a última palavra, precisamente porque é recorrente como socialmente construído e estruturalmente reinventado pela própria autorreferencialidade das sociedades. A crítica, por mais útil que seja, prende os processos críticos e imaginativos ao trabalho de desmistificação da ficção racial e do racismo sem atentar como, às vezes, esse trabalho desmistificador envolve necessariamente a marcação das pessoas *negras* como um local de falso defeito racial que reforça, analiticamente, as vidas *negras* como dados da diferença do mundo. E, assim, se refaz o velho jogo do espelho das raças.

Ocorre que, ao percebermos a ficção das raças pela qual estamos inevitavelmente sofrendo as violências raciais, notamos mais do que seu caráter científico, notamos que ela é estrutural e que a própria ciência bem como as artes, a economia e a política estão todas se movendo sob as bases da separabilidade e da determinabilidade². Nisso, podemos sentir uma inquietação: como imaginar o futuro em que, cientes do peso da construção social da raça, possamos perceber

2 Para Ferreira da Silva (2019, p. 39), “dois elementos entrelaçados do programa kantiano continuam a influenciar projetos epistemológicos e éticos contemporâneos: (a) separabilidade, isto é, a ideia de que tudo o que pode ser conhecido sobre as coisas do mundo deve ser compreendido pelas formas (espaço e tempo) da intuição e as categorias do Entendimento (quantidade, qualidade, relação, modalidade) –, todas as demais categorias a respeito das coisas do mundo permanecem inacessíveis e, portanto, irrelevantes para o conhecimento; e, consequentemente, (b) determinabilidade, a ideia de que o conhecimento resulta da capacidade do Entendimento de produzir conceitos formais que podem ser usados para determinar (isto é, decidir) a verdadeira natureza das impressões sensíveis reunidas pelas formas da intuição”.

uma condição de ser *negro* e/ou *negra* não atada ao racismo, à sua contradição e a uma eterna autorreferencialidade crítica a ele, que insiste ser a única maneira de imaginarmos nossa existência?

Há algumas proposições que me parecem abrir portais para estarmos em posições não autorreferenciadas na violência comum às nossas vidas, em que nossas vozes e todos os modos de enunciá-las possam finalmente criar um novo pulmão para respirar com o mundo e que este seja também um novo mundo. Vejo essas proposições em composições além das amarras regenerativas do fantasma do humano assombrado pela brancura colonial que insiste em se manter como princípio de toda relação e correlação ordenadas com o mundo.

Antecipo que me desvinculo da proposta de Wynter (1995) para uma *autopoiesis negra*. McKittrick (2016) já havia observado como os escritos de Wynter (1995) demonstram as formas pelas quais momentos do pensamento científico introduziram amplas rupturas cognitivas, como o salto copernicano apontando para as formas em que novas concepções do cosmos físico exemplificaram como certas “descobertas” particulares levaram a uma mudança radical, embora gradual, na forma como percebemos coletivamente o mundo e seus habitantes, demonstrando as formas pelas quais as questões científicas foram gradualmente se articulando como um sistema objetivo de conhecimento que enumera e classifica o diferente. O salto de McKittrick (2016) em sua expansão da visão de Wynter (1995) enxerga que a expressão científica da modernidade, marcada pela concepção do Homem (a escrita em maiúsculo e no masculino é proposital) como ser racional que representa a humanidade sobre todas as outras – as cartografias do colonialismo e da escravidão não desvinculadas desse projeto da razão, as métricas dos corpos sexuados, a matemática da natureza e a ordenação dos dados biológicos etc –, revela como a questão da vida (mais que) humana é mapeada por imperativos científicos que, cada vez mais, lucram ao postar que nós, as humanidades em geral, somos seres fundamentalmente biocêntricos e naturais, obscurecendo que esse biocentrismo também é político, econômico e moral. Essa visão amplia o argumento de Wynter (1995) de que o conceito de *autopoiesis* não só identifica um sistema de *looping* recursivo, mas também demonstraria que perspectivas radicais particulares podem observar este sistema, nomear a sua normalidade e, assim, proporcionar as condições para afirmar diferentes sistemas vivos e/ou violar o sistema social existente.

O problema é que tanto Wynter (1995) como McKittrick (2016) têm dificuldades de escapar da ideia de organização circular consensual, através da qual vivemos e morremos cientificamente como espécie, ainda que ambas as autoras estejam atentas a um novo quadro de sentido, não só de história natural, mas também de uma história cultural recentemente concebida, específica e única para as humanidades identificadas como *negras*. Todo esse projeto de delinear as formas pelas quais a prática de oposição e/ou recuperação pode, de fato, ser feita acaba por esgotar suas energias, *através da* e *contra a* imagem do Homem como humano e a replicar o especíssimo e o espessíssimo não por diferenciações entre espécies, mas pela sua própria universalidade aparentemente apenas biológica. Assim, esse projeto não chega a implicações mais profundas, tais como as forças cósmicas sem separação entre mundo humano e mundo físico em geral, as sabedorias ancestrais de criação em comum ou cocriação com o universo e o sentido quântico da matéria e da escuridão que ultrapassam as ideias de sistemas vivos por ideias de natureza e humanidade como partes distintas ou mesmo como híbridas, ainda herdeiras da metafísica da brancura colonial. Relacionar origens fisiológicas com representações e narrativas em uma espécie de contentamento de que somos simultaneamente construídos diz ainda das velhas separações (natureza e cultura, humano e não humano, universal e particular) que aparentemente seriam sabotadas pelo aparato das junções. Ocorre que as junções carregam uma melancolia com as zonas ontológicas distintas que elas bifurcariam. A separação estaria sempre autorreferenciada para predizer a junção. É como pensar em cocriação sem abandonar as fantasias de zoneamentos políticos, poéticos, morais, jurídicos, econômicos etc.

Resultados e discussão

Como pensar os múltiplos processos criativos de pessoas *negras* em que a categoria da raça esteja não somente atenta à bifurcação da ciência e da criatividade? Lembro que, como sugere McKittrick (2016), essa bifurcação pode reificar a diferenciação racial, uma vez que ela postula, antecipadamente, que todos os seres (mais que) humanos são seres bio-evolucionários que se desenvolvem e progridem em direção a atos criativos que não são fisiológicos. Ressalto que a minha pergunta também não postula a invenção e a ruptura pelos

mapeamentos da humanidade ordenada, como a autora nota que as formas pelas quais nós somos simultaneamente seres biológicos, culturais e alteráveis, fazendo eco à teoria de Wynter (1995) sobre pele e máscaras, vida biológica e mitologias.

As aberturas poéticas de Wynter (1995) no pensamento de McKittrick (2016) me despertaram para uma imaginação que ultrapassou qualquer posicionamento de nossas vidas como seres cujas origens fisiológicas estão relacionadas com a representação e a narrativa, de modo que a criatividade, mesmo estando no solo desse arranjo, também traz as forças do rearranjo e do desarranjo. Essa imaginação diz de um ruído que não se permite localizar nem pela originalidade, nem pela autenticidade do arranjo; na verdade, as coisas só seriam possíveis de serem trabalhadas em profunda negligência não só com a consensualidade, mas com a própria disrupção que reinventaria os arranjos. Eis aí porque não compactuo com a inventividade das experiências anticoloniais estar condicionada a ser sempre uma contrapartida ordem “consensual” do mundo, fixada na branquidão colonial, por mais inventiva que essa contrapartida seja. Em se tratando de estudos acadêmicos e artísticos, toda anticolonialidade tem suas inter-trans-disciplinaridades ainda que não sejam só uma questão acadêmica e/ou artística. Isto destoa de seguir as correlações e as narrativas possíveis da política, da estética e da ciência, tais como as conhecemos. O meu objetivo também é, como o de McKittrick (2016), o de mudar o nosso quadro analítico para longe do local isolado do corpo sofredor sempre autorreferenciado pelos “sistemas do mundo”³, mas sem buscar isso por modos de correlacionalidade ordenada. Proponho uma composição mais profunda.

Compreendo o compósito como as maneiras pelas quais as relações passam a existir em toda a sua exuberância de vida, criando sempre novos modos de se relacionar sem expropriação. Glissant

3 Nas palavras de McKittrick (2016, p. 09 - 10, tradução e destaque próprios): “Estes sistemas sociais podem ser, e são violados por uma estética humana criativa que gera um ponto de vista distante deste sistema social circular consensual. Este quadro também aponta para conhecimentos relacionais e conectivos em vez de posicionar, digamos, a ciência primeiro, a construção social segundo e a resistência terceiro. [...] . No entanto, um terreno transgressivo de entendimento, uma nova forma de vida e uma intervenção crítica estão, penso eu, disponíveis se mudarmos o nosso quadro analítico para longe do local isolado do corpo sofredor e para textos, práticas e narrativas correlacionais que enfatizam a vida *negra*”.

(2011), a partir de sua poética da Relação, me permite um movimento para elaborar isso:

O pensamento da errância não é nem apolítico nem antinômico de uma vontade de identidade que no fundo mais não é do que a procura de uma liberdade num determinado meio. Se ela contraria as intolerâncias territoriais, à predação da raiz única (que hoje torna tão difíceis os processos identitários), é porque, na poética da Relação, o errante, que já não é o viajante, nem o descobridor, nem o conquistador, procura conhecer a totalidade do mundo e sabe já que nunca conseguirá fazê-lo – e que é aí que reside a beleza ameaçada do mundo. (GLISSANT, 2011, p. 29).

A Relação não se resume às relações sócio-históricas, mas se manifesta nelas e com elas como uma raiz nunca absoluta. Assim, a raiz que liga e/ou atravessa todas as histórias da diáspora afroatlântica embora oriunda do tráfico *negreiro* não prende as pessoas *negras* às memórias da dor, dos sistemas de plantação nas colônias... A errância da *negritude* experimenta seu pensamento como um pensamento -mundo, um pensamento capaz de se articular e abandonar ao que lhe foi imposto, de enraizar e migrar das localidades que lhe são disponíveis, de povoar sem conquista e sem apropriação. A multiplicidade na errância não é exclusivamente derivada de um sistema recursivo que captura as variações e derivações ao mesmo solo processual. A imaginação na diáspora *negra* ocorre em semelhança a essa insolência aos sistemas de percepção, ação e sensação que certo mundo impôs como modelo de cognição para e sobre as práticas de todo o mundo.

A imaginação na errância, longe de ser a das circularidades dos sistemas auto-organizados em um holismo que reinventa a si mesmo sem começo nem fim, mas sempre recursivo, está mais próxima do *corpus-infinitus* das espirais em que o círculo está sempre quebrado. Aqui ela se assemelha a outros modos cognitivos não coloniais. Em sabedorias indígenas diversas, a espiral é a Relação, a raiz de todas as relações do não humano e (mais que) humano. A filósofa indígena James Sams, conjuntamente com David Carson, nos conta pela visão da carta do galo silvestre no jogo xamânico que:

Se você tirou a carta do Galo Silvestre, empreenda uma meditação sobre as qualidades do movimento em sua vida. Comece visualizando o Sol como uma estrela entre os muitos milhões de estrelas semelhantes que giram suavemente, em perfeita sincronia, na gigantesca espiral da Via Láctea. Efetue então a fantástica viagem que o conduzirá das imensidões celestiais para mais íntimas partículas componentes de seu corpo e perceba que a forma do DNA, que constitui a matriz de seu ser, reproduz em essência, com sua forma de dupla hélice, o aspecto espiralado das galáxias. (SAMS; CARSON, 2017, p. 192).

Nessa filosofia indígena, inexiste a separação entre humano e cosmos, sem negar as singulares formas de vida (mais que) humanas do planeta. A espiral diz de uma conexão que é em si mesma aberta ao múltiplo, uma vez que o ciclo não está completamente fechado nem é estritamente recursivo. Na espiral, a raiz é sempre uma série de movimentos, alguns centrípetos de criação/multiplicação e outros centrífugos de afastamento/destruição. Em religiões afrobrasileiras, como a umbanda e o candomblé, costuma-se usar a simbologia das espirais para dois movimentos: o de invocação das coisas e forças – o centrípeto – e o de banimento de seres, forças, entidades – o centrífugo. De toda forma, a imaginação espiralar não tem a espiral como *telos* que novamente capturaria o que ela cria por invocação, nem continuaria correlacionada com o que ela banuiu. A Relação não segue regras de captura e manutenção de algum sistema que permaneceria o mesmo com o acréscimo de novas coisas e o banimento de outras. A Relação vai mudando, ou melhor, se transmutando com o que ela entra em contato.

As histórias das diásporas não estão recursivamente presas às memórias dolorosas das quais elas nunca se esquecerão e que o mundo continua a fazer elas vivenciarem de novo e de novo pelas reinvenções dessas violências por meio de outras instituições, de outros comportamentos e de mudanças que no seio das estruturas que ainda não aboliram a colonialidade. Mas, nesses movimentos, as fugas e as capturas costumam ser improvisadas. Há buscas por restituições, reparações e a possibilidade de construção de novos mundos ainda que a raiz da diáspora seja uma violência absurda como foi o caso do tráfico *negreiro*, da desposseção das terras indígenas, do massacre de seus povos, do holocausto aos judeus etc. Não é à toa que Mbembe

(2018, p. 314), em sua reinvenção de Glissant, vê em toda Relação a busca pela construção em comum e “a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade”.

Considerações finais

Por mais que diagnostiquemos a raiz da experiência plural da diáspora *negra*, ela não define mais o movimento diaspórico. Este entra em errância com a lógica da raiz e produz novas imaginações de como aquilo tudo ocorreu, continua a ocorrer de outras maneiras e, sobretudo, ensaia como viver sem as manifestações das recorrências às histórias da escravidão. Os sentidos de comunidade que essa diáspora vai compondo de maneiras singulares, a cada lugar que chega um corpo *negro*, permite pensarmos *outramente* o estar juntos/juntas no mundo, em uma espécie de ética da diferença, sem desejo de exclusão e em busca do em comum nas relações permanentemente partidas, de vínculos em seus menores fractais.

Tratar-se-ia de uma conexão das singularidades na impossibilidade mesma do resgate a uma história integrada ou experiência unificada. É onde as identidades surgem como campos de reconhecimento, negociação e principalmente proteção àquelas vidas que continuam a passar pela terrível experiência da colonialidade, pois, no campo estrutural das sociedades, o movimento continua de manutenção das antigas arquiteturas coloniais que se reinventam agora. E no agora todos os tempos são possíveis. As nossas vidas *negras* são contemporâneas daquelas vidas que foram perseguidas, capturadas, expropriadas e mortas nos séculos da escravidão legalizada, porque a violência que fundamentou toda essa necropolítica moderna continua entre nós, a saber, o racismo⁴. Contudo, a impossibilidade de resgate de uma história que serviria de suporte para nossa emancipação, por mais falhos que sejam estes sonhos de progresso que tentam ordenar nossas lutas, diz algo que é da ordem do espectral: quando destruímos mundos produzimos fantasmas e estes sempre voltam para nos assombrar.

4 Hartman (2008) trabalha sobre as dimensões do tempo da escravidão de onde a concepção de que somos vidas contemporâneas das mortas serviu de base para pensar neste artigo a não sequencialidade do tempo da escravidão.

Referências

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Lisboa: Sextante, 2011.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Lose Your Mother: A Journey along the Atalantic Slave Route**. New York: Farrar, Strauss e Giroux, 2008.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living**. London: D. Reidel Publishing, 1972.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo, Editora N-1, 2018.

MCKITTRICK, Katherine. Diachronic loops/deadweight tonnage/bad made measure. **The cultural geographies**, [online], v. 23, n. 1, p. 3 – 18, 2016.

SAMS, James; CARSON, David. **Cartas xamânicas: a descoberta do poder através da energia dos animais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

WYNTER, Sylvia. A New World View. In: LAWRENCE, V.; NETTLEFORD, R. (eds.). **Race, Discourse, and the Origin of the Americas: A New World View**. Washington; London: Smithsonian Institution Press, 1995. p. 5 – 57.

PESSOAS TRANS – TRAVESTIS, TRANSGÊNEROS E TRANSEXUAIS – NO ENSINO SUPERIOR: ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Ana Luiza Pante

Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça da Fundação Universidade Federal de Rondônia-RO, panteanalui@gmail.com;

Estevão Rafael Fernandes

Doutor em Ciências Sociais, Fundação Universidade Federal de Rondônia-RO, estevao@unir.br.

Resumo

O presente estudo visa investigar as políticas de acesso, permanência e sucesso de pessoas trans no ensino superior no Brasil, com enfoque na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), de modo a propor uma resolução institucional a qual garanta a execução das políticas de gênero. Enquanto conceitos fundamentais destacam-se a distinção entre orientação sexual, identidade de gênero, gênero, sexualidade, heterossexualidade, homossexualidade, entre outros. A pesquisa é do tipo qualitativa, aplicada, descritiva e explicativa e quanto aos procedimentos será considerada enquanto pesquisa-ação. Dentre os principais resultados têm-se a relação com os direitos humanos, o (in)acesso das pessoas trans no contexto escolar universitário e as dificuldades relacionadas à permanência e ao sucesso acadêmico. A pesquisa, por fim, almeja mudança de perspectiva relacionada ao acesso, à permanência e ao sucesso das pessoas trans no contexto da formação acadêmica universitária.

Palavras-chave: Pessoas Trans, Ensino Superior, Amazônia.

Introdução

Há uma verdadeira invisibilidade das pessoas trans na realidade brasileira, seja pelo preconceito ou ainda pelo desconhecimento das diferenças, apenas no contexto do gênero. Essas pessoas buscam ser reconhecidas como “sujeitos sociais” e ter condições de viverem de modo normal nas tarefas do cotidiano, como estudar e trabalhar. As experiências relacionadas ao gênero, portanto, demonstram primeiramente que não somos predestinados a cumprir determinados desejos da nossa estrutura corporal e em seguida que determinadas experiências, como a questão da transexualidade, transcendem à capacidade de compreensão por se tratar da materialização do impossível (BENTO, 2017a).

A realidade brasileira é de que as pessoas trans além de reivindicarem a identidade legal do gênero, possuem limites de sua própria visão interna resumidas a questões de violência, de discriminação e de marginalização. A vítima, nesse caso, se torna um réu em processo perverso o qual impossibilita reivindicação de direitos humanos, visto esses direitos serem cabíveis apenas a homens, masculinos, brancos, heterossexuais e membros da elite. Os direitos humanos passam por uma transformação semelhante a um arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar (BENTO, 2017a).

O processo de escolarização representa, de certo modo, uma das poucas possibilidades de visibilidade, ascensão econômica, social e cultural. Mas, a pouca ou ausência de discussão no ambiente universitário atua como forma de vulnerabilizar grupo minoritário e intensificar as opressões e violências sofridas fora da escola (SCOTE; GARCIA, 2020). Nesse sentido, o objetivo principal da presente pesquisa é de investigar as políticas de acesso, permanência e sucesso de pessoas trans no ensino superior no Brasil. Diante dessa realidade, faz-se o seguinte questionamento: De que forma a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem atuado em políticas de acesso na garantia ingresso, permanência e sucesso das pessoas trans no ensino superior?

Metodologia

A pesquisa enquanto **abordagem** será qualitativa visto que estuda uma determinada realidade social, seus valores, crenças,

representações, hábitos, atitudes e opiniões em busca de suas significações. No tocante à **natureza**, a presente pesquisa será do tipo aplicada, por ser aquela que gerará determinado conhecimento para a aplicação prática na busca de solução de problemas específicos e relaciona-se com verdades e interesses locais (PASSOS, 2020).

A pesquisa também descreverá as características de acesso, permanência e sucesso no ensino superior das pessoas trans no contexto da instituição estudada, perfazendo relações entre as variáveis (gênero, trans, acesso ao ensino superior, preconceito, entre outros). Além do mais identificará fatores que determinam ou contribuem à ocorrência do acesso ou inaccess; permanência ou expulsão; sucesso ou insucesso das pessoas trans na UNIR.

A pesquisa enquanto seus **objetivos** será do tipo descritiva e explicativa (PASSOS, 2020). A pesquisa, no tocante aos **procedimentos**, será do tipo pesquisa-ação visto que a pesquisadora, ao término da pesquisa, ainda assim continuará revendo, avaliando e melhorando sua prática, em uma dinâmica tal como de *feedback loop* (sequência circular de causa e efeito), por ser servidora da instituição pesquisada (BELL, 2008).

Referencial teórico

A questão de gênero: conceitos

O gênero deve ser visto como um elemento constitutivo da identidade dos sujeitos. Trata-se de uma transcendência de um mero desempenho de papéis, é parte do sujeito. Portanto, a orientação sexual ou as identidades sexuais estão atreladas ao viver da sexualidade com ou sem parceiros. As identidades de gênero são como os sujeitos se identificam, nos aspectos sociais e históricos, não restritas ao binarismo homem/mulher (BENTO, 2017b; LOURO, 2018). Dessa forma, cabe o seguinte ponto de esclarecimento:

A concepção binária do sexo, tomado como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. As descontinuidades, transgressões e subversões que essas três categorias (sexo-gênero-sexualidade) podem experimentar são empurradas

para o terreno do incompreensível ou do patológico (LOURO, 2018, p. 82).

A construção do binarismo deve ser compreendida sob o viés de um caráter específico e transitório relacionado ao sistema de crenças, ou seja, os corpos têm sido “lidos” de formas diferentes a depender das mais diferentes culturas. Portanto, para a autora, a distinção entre o masculino/feminino está intrinsecamente relacionada com as modificações histórias e culturas de cada cultura. Nesse aspecto, é como se os corpos carregassem uma essência única desde o nascimento, que esses mesmos corpos quando sexuados já estariam em uma superfície pré-existente, antes até da própria cultura (BENTO, 2017b).

A questão da distinção entre gênero e sexo não pode ser compreendida apenas como um fator de biologia versus cultura, mas também deverá ser analisada sob um viés das relações de poder. Além do mais, não há que se considerar apenas duas possibilidades (masculino e feminino) para essas relações, já que gênero e sexo não podem ser compreendidos como entidades dissociadas, mas como integradas e associadas entre si. Nesse viés, não se pode considerar o sexo apenas para a biologia e o gênero para as relações culturais, mas sim como uma construção individual e múltipla dos indivíduos (BUTLER; RIOS; ARÁN, 2009).

Os corpos considerados “normais” produzem artefatos, acessórios, gestos e atitudes aceitos ou reconhecidos pela sociedade. Já os corpos considerados “ilegítimos, imorais ou adoecidos” são considerados como sujeitos diferentes ou desviantes, os quais serão denominados como minorias, estarão aprisionados em seus guetos com seus pares e serão desvalorizados e desacreditados. Por vezes, esses corpos terão que passar por técnicas ou estratégias de cura, recuperação, salvação, reeducação, reabilitação ou mesmo classificação como uma doença (LOURO, 2018).

Arco-íris das pessoas trans: os direitos (des) humanos e suas perspectivas históricas

No contexto internacional é cediço que não há diplomas legais internacionais dedicados a essas “categorias de pessoas”, não há também menção à orientação sexual ou à identidade de gênero. No entanto, apesar da ausência nominal da temática na ordem internacional é notável a ampliação de discussões a respeito da orientação

sexual e da identidade de gênero enquanto tema de direitos humanos, cita-se a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Europeia de Direitos Humanos. É no avanço dos diplomas internacionais na garantia dos direitos das mulheres, especialmente, após o advento das teorias feministas, que os direitos das pessoas LGBT são possibilitados de forma extensiva (NAGAMINE, 2019).

A exclusão que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrou em seus documentos diante de determinados grupos ou categorias humanas. Os autores pontuam que por um longo período não houve qualquer publicação de documento oficial ou mesmo manifestação relacionada à temática de gênero, em especial a aspectos de igualdade de gênero, orientação sexual ou identidade de gênero. Tal fato ainda pode ser explicado pela baixa organização social ou de produção acadêmica à época (SILVA; BRABO; MACIEL, 2019).

Ainda na publicação de Declarações Internacionais as quais em algum ponto possam garantir direitos a grupos humanos considerados minoritários, “não há no ordenamento internacional tratado dedicado a homossexuais, ou gays e lésbicas, ou ainda a ‘pessoas LGBT’” (NAGAMINE, 2019, p. 32). Desse modo, a característica mais marcante é justamente o silenciamento e a invisibilização diante da ausência de referências internacionais relacionadas à orientação sexual, identidade e expressão de gênero (GALIL; LELIS; ANGELUCCI, 2019).

Na elaboração normativa internacional a inserção das pautas LGBTI é sistematicamente ocultada por meio de uma prática denominada bracketing. A expressão é a representação de colocar entre parênteses determinados trechos de garantia de direitos para os quais não se obteve consenso nos processos de negociação, e que ao final se encontram excluídos das legislações (COUTINHO GALIL, 2019).

Nos marcos internacionais contemporâneos de direitos humanos nota-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi o ponto de partida para a garantia de direitos rudimentares relacionados à questão de gênero. A DUDH desenvolveu aspectos relacionados com a afirmação dos direitos das mulheres e os reconheceu como direitos humanos, tal fato é possível de ser notado já no artigo 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. É passível de nota que o documento em cerne não discutiu os direitos humanos dos gêneros,

nem mesmo pontuou tal fato, apenas garantiu direitos a todos os seres humanos.

Algumas legislações internacionais de direitos humanos, de forma indireta e extensiva, já demonstram pontos de proteção a esse grupo minoritário, como é o caso do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP) e do Pacto de São José da Costa Rica (LELIS; GALIL, 2018). É importante destacar que essa proteção não se dá de forma explícita, mas sim em virtude de entendimento extensivo no tocante aos direitos resguardados.

A agenda-setting da Organização das Nações Unidas (considerando a busca por uma legitimação coletiva) vem há alguns anos discutindo a questão dos direitos das pessoas LGBT em documentos de caráter internacional. Em 1982 houve uma discussão a respeito da orientação sexual com o caso conhecido como *Hertzberg versus Finland*, tendo sido apreciado pelo Comitê de Direitos Humanos. No ano de 1985 tem-se a Terceira Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Nairóbi e pela primeira vez houve um discurso a respeito de orientação sexual (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020).

Em 1992 o primeiro homem abertamente homossexual falou em um fórum da ONU e em 1993 a primeira organização LGBT ganhou status consultivo. Já em 1994 houve o julgamento de outro caso *Toonen versus Austrália*, no qual um ativista argumentou que a legislação no seu país violava o direito à privacidade e igualdade visto que a atividade homossexual era proibida. Após uma pausa de quase dez anos, a temática LGBT retorna à ONU após um esboço de resolução apresentado pelo Brasil sobre direitos humanos e discriminação com enfoque na orientação sexual (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020).

No ano de 2006 houve uma submissão ao Conselho de Direitos Humanos de uma Declaração sobre Violação de Direitos Humanos baseada na Orientação Sexual e Identidade de Gênero bem como houve a criação dos Princípios de Yogyakarta, importante documento de reconhecimento da questão de gênero a nível de direito internacional. Em 2011 houve a adoção da resolução A/HRC/RES/17/19, “Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero” e em 2013 foi lançada a primeira campanha educativa relacionada à questão de gênero, conhecida como “Livres e Iguais” (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020).

Ainda que estejam presentes consideráveis avanços no tocante à legislação internacional de direitos humanos relacionadas à questão de gênero, em especial, a guarda e proteção de pessoas LGBT, nota-se uma ausência de normas expressas e de decisões de sistemas de proteção de direitos humanos. Percebe-se que as garantias advêm de interpretação dada de órgãos, com baixa efetividade em seu cumprimento, visto que não possuem em seu condão a vinculação ou determinação de suas obrigações, especialmente, por não serem consideradas tratados internacionais (COUTINHO GALIL, 2019).

A transgeneridade e a educação

O olhar de patologia das questões sexuais dos indivíduos está relacionado, sobretudo, a aspectos históricos e culturais da higienização, da necessidade de preservação de uma realidade social baseada em padrões binários (homem e mulher), entre outros padrões observados. Portanto, a inadequação entre o genótipo (padrões sexuais e físicos do nascimento) com a identidade de gênero não pode ser considerada como uma anomalia, nem como um distúrbio ou uma patologia. A transegeneridade é uma experiência de identidade conflituosa com as normas padrões de gênero e estabelece a inteligibilidade dos corpos (BENTO, 2017a).

A escola se torna um dos ambientes mais excludentes para os corpos não padronizados, “[...]é um dos espaços mais violentos para crianças que apresentam comportamentos “não adequados” para os “costumes heterossexuais” (BENTO, 2017a, p. 198). É nesse ambiente que a expressão homem tem como objetivo precípua designar tanto o sujeito do sexo masculino quanto todos os da espécie humana. Há a negação dos espaços para os considerados desviantes, indesejados ou ridículos, como por exemplo, as aulas de educação física possuem palco para a preocupação com a questão da sexualidade e com a “masculinidade” no processo de formação dos indivíduos (LOURO, 1997).

As escolas atuam como propulsoras da evasão. Em um primeiro momento atuam na construção de uma cultura de fobia associadas ao ódio, medo, nojo, raiva, desconforto, aversão das pessoas pertencentes a categorias não-binárias de sexualidade. Essas instituições não conseguem alcançar uma unidade, visto que determinados corpos escapam do processo de dicotomia hierarquizada e acabam desobedecendo determinadas regras ou normas. Esses corpos “não

padronizados” vivenciam, no contexto escolar, um processo de subterfúgio carcerário, seja pela não possibilidade do uso do nome social ou pela dificuldade em utilizar o banheiro. E por fim, ainda se tem o pânico moral da convivência dos “normais” com os “anormais” de gênero, dificultando ainda mais a continuidade do acesso escolar (OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2016).

Apesar da marcante presença da evasão escolar, por seus inúmeros fatores, alguns estudiosos da temática demonstram que pode haver um indicativo de mudança quando há referência a escolarização no ambiente universitário. E aqui cabe um parêntese: apesar da possível não evasão, lida-se com um fenômeno ainda pior que é o da estigmatização dos sujeitos trans. Fala-se em uma questão de violência não apenas física, mas principalmente, simbólica. Uma das principais queixas é o uso dos banheiros, um lugar muito além da satisfação das necessidades fisiológicas, é na porta desse ambiente que há demonstração da ruptura do gênero, visto a obrigatoriedade na definição de homem e mulher (OLIVEIRA; SILVA, 2018).

No processo de inserção das pessoas trans na educação superior teve-se um importante marco: a obrigatoriedade do uso do nome social nos registros acadêmicos bem como nos demais espaços institucionais. O reconhecimento do uso do nome social é fruto, em grande maioria, da Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais bem como da Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011 do Ministério da Educação (MEC). Apesar da evolução é possível entender tal política de inclusão como uma cidadania precária ou forçada, que nem sempre representa um impacto positivo na vida acadêmica das pessoas trans (BENTO, 2017a; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Resultados e discussão

A reivindicação dos direitos humanos, ao que se parece, está restrita a um grupo específico da sociedade: os heterossexuais, brancos, homens masculinos e membros da elite. Para os divergentes do padrão, em especial aos sujeitos trans, os direitos humanos se tornaram um arco-íris visto que é lindo de ver, mas impossível de alcançar (BENTO, 2017b). É justamente com esse olhar que o presente item

pretende apresentar os marcos históricos dos direitos humanos relacionados com a questão de gênero.

Apesar dos instrumentos legislativos e jurídicos internacionais versarem a respeito da proteção universal dos direitos humanos, frisa-se igualdade entre os sexos, gêneros e sexualidade, é necessário apontar documentos, que foram específicos na proteção desses direitos (VITALE; NAGAMINE, 2018). Essa especificidade é advinda apenas por meio de apropriação e interpretação das normas internacionais de direitos humanos, visto que as disputas de direitos internacionais para as pessoas LGBTQIA+ são silentes ou pouco discutem a respeito da temática da “orientação sexual (NAGAMINE, 2019).

A instituição escolar, desde seu início, exerceu uma ação distintiva. Incumbida de separar os indivíduos e dessa forma distingui-los, visto que esses excluídos passaram a não ter acesso. A escola ainda dividiu os que nela conseguiram adentrar por via de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A partir desses mecanismos, a escola distingue, até os dias atuais, não apenas os corpos, mas as mentes. Nas situações escolares é possível notar o esquema binário rígido (homem e mulher), no entanto, a questão da sexualidade nem sempre é apresentada de modo aberto ou claro (LOURO, 2018).

As Instituições de Ensino Superior (IFES), em especial, as públicas. Essas, apesar das questões relacionadas à reprodução dos conceitos de gênero e da repetição dos padrões sociais, têm buscado integrar e tornar mais equânime o acesso bem como a permanência das pessoas trans. Nesse aspecto, destacam-se as iniciativas de adesão e regulamentação ao uso do nome social conforme a Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SCOTE; GARCIA, 2020).

Apesar da evolução com relação ao uso do nome social é cediço a carência de políticas específicas com vistas ao acesso e à permanência da população trans dentro das universidades, visto que a escolarização, por vezes, é um direito negado. Esse processo de escolarização representa, de certo modo, uma das poucas possibilidades de visibilidade, ascensão econômica, social e cultural para as pessoas trans. Mas, a pouca ou ausência de discussão desse acesso ao sistema universitário atua como forma de vulnerabilizar grupo minoritário e intensificar as opressões e violências sofridas fora da escola (SCOTE; GARCIA, 2020).

Considerações finais

A realidade da questão de gênero no Estado de Rondônia que sequer possui, até a presente data, a instalação do Conselho Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos, menos ainda o Conselho LGBTQIA+¹. Trata-se de uma reivindicação de anos da população rondoniense, sem, no entanto, ter sua manifestação atendida em especial com uso do discurso moral e religioso oportunizando uma deslegitimação da criação de ambos os conselhos (RIBEIRO, 2020). Portanto, ainda muito se precisa avançar na garantia de direitos humanos básicos das pessoas trans, em destaque, ao processo de escolarização.

Desse modo demonstra-se que o estado de Rondônia, enquanto estado da região Norte, considerado conservador em vários termos, desde os políticos até os legais, fato que contribui sobremaneira com o aumento das discriminações, segregação e violação de direitos das pessoas trans. Ainda muito é necessário para avançar na garantia de direitos basilares, tais como a garantia do acesso, permanência e sucesso desses indivíduos no seu contexto de escolarização.

Referências

BELL, J. **Projeto de Pesquisa: Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Artmed Ed. Porto Alegre: 4 ed., 2008.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. Hedra LTDA ed. São Paulo: 1 ed., 2017a.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Edufba ed. Salvador: 1 ed., 2017b.

1 LGBTQIA+ é o conjunto de letras representativas de categorias relacionadas ao gênero e a sexualidade. A letra "L" representa lésbicas, "G" gays, "B" bissexuais, "T" transgêneros, transexuais e travestis, "Q" quer ou não-binário, "I" intersexo, "A" assexuais e o símbolo + representa qualquer possibilidade de orientação sexual ou identidade de gênero que possam existir.

BUTLER, J.; RIOS, A.; ARÁN, M. Undiagnosing gender. **Physis**, v. 19, n. 1, p. 95–126, 2009.

COUTINHO GALIL, G. A proteção da identidade de gênero na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos. **Revista de Direito Internacional**, v. 16, p. 269–290, 2019.

GALIL, G. C.; LELIS, R. C.; ANGELUCCI, P. D. A inserção da proteção das pessoas LGBTI na agenda internacional de direitos humanos e empresas. **Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, v. 03, n. 2, p. 175–194, 2019.

LELIS, R. C.; GALIL, G. C. Direito Internacional Monocromático: previsão e aplicação dos direitos LGBTI na ordem internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, p. 277–298, 2018.

LOPES, F. R. **Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia** Porto Velho, 2017. Disponível em: <<http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1864>>. Acesso em: 27 jan. 2021

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Vozes ed. Petrópolis: 3 ed., 1997.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Autentica ed. Belo Horizonte: 3 ed., 2018.

NAGAMINE, R. R. V. K. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 31, p. 28–56, abr. 2019.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p. 2017, 12 jan. 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, I. B. DE; MAIO, E. R. Re/Des/Construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 27 abr. 2016.

PASSOS, R. P. **Metodologia da pesquisa científica**. CPAQV ed. Campinas: 1 ed., 2020. RIBEIRO, I. V. **Política para pombos: O [In]Acesso das travestis, de transgêneros e de transexuais ao Sistema Único de Saúde em Rondônia** Porto Velho, 2020.

RODRIGUES, J. P. R.; HERNANDEZ, M. DE C. O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32, p. 207–248, ago. 2020.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1–25, 16 jun. 2020.

SILVA, M. E. F. DA; BRABO, T. S. A. M.; MACIEL, T. S. Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBT: a relação agrídoce entre gênero e educação em meio a desafios contemporâneos. **Interfaces Científicas**, v. 7, p. 157–168, 2019.

VITALE, D.; NAGAMINE, R. R. V. K. **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção**. Edufba ed. Salvador: 1 ed., 2018.

O OCIDENTE COMO A MEDIDA DE TODAS AS COISAS: APAGAMENTO DE CULTURAS E SABERES

Maria Izabella Souza de Lima

*Mestranda do Curso de Teoria e História Literária da Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP, m264286@dac.unicamp.br;*

Thomas Victor Barreto Cardoso

*Mestrando do Curso Estudos da Condição Humana da Universidade
Federal de São Carlos – Sorocaba - UFSCar, tom.vicbarreto@gmail.com.*

Resumo

Atualmente contamos com uma sociedade estruturada dentro de conceitos que possuem a capacidade de criar hierarquias, como gênero, raça, classe, nacionalidade, religião e outros. Mas esses conceitos foram criados pelo sistema eurocêntrico ocidental e imposto a diversos povos, que sofreram o apagamento e apropriação de suas culturas. O presente artigo tem por objetivo percorrer um caminho teórico que evidencie como consideramos hoje o ocidente como a medida de todas as coisas. Realizamos uma revisão bibliográfica com base em autoras como: Maria Lugones (2020), Gloria Anzaldúa (1987), Oyèrónké Oyèwùmí (2004), Gayatri Spivak (2010), Achille Mbembe (2018; 2019), Sueli Carneiro (2003; 2005) e Grada Kilomba (2019), para discutir o colonialismo e suas consequências na esfera dos saberes.

Palavras-chave: Ocidente; Colonialismo; Gênero; Raça; Classe.

Introdução

“Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.” - Carolina Maria de Jesus

Antes de mais nada, é preciso comentar o porquê da escolha desta frase de Carolina Maria de Jesus, o desejo da escritora em tentar mudar o mundo através das palavras, para nós é vista como uma tentativa de enxergar as coisas por outra perspectiva, por outro olhar. Carolina em suas palavras trazia uma forma única de olhar o mundo, e posicionava o olhar dos leitores e críticos sobre um lugar para o qual ninguém olhava, a favela e as pessoas pobres negras.

Por isso, este trabalho para além de um exercício de escrita para obtenção de nota final é também uma necessidade de olhar para outras formas de produzir e adquirir conhecimento. Tendo como objetivo pensar a sociedade e a humanidade, sobretudo na modernidade, nos propomos problematizar o ocidente como medida de todas as coisas.

A partir da Renascença, com o iluminismo e a valorização do pensamento científico, por muito tempo o “Homem Vitruviano”, - o homem - , foi a medida de tudo, mas com o avanço do capitalismo o padrão tomou uma outra forma. Não era apenas o homem que era a medida, mas sim, quanto poder ele detinha tanto espacial, quanto monetário. E pensando atualmente, o conhecimento que possui mais visibilidade e é mais valorizado é aquele produzido, majoritariamente, por intelectuais ocidentais. (MIRANDOLA, 2015, p. 13/14)

Sendo importante demarcar que, quando falamos ocidental estamos demarcando lugares como Estados Unidos da América e Europa. Lugares que, não surpreendentemente, foram aqueles que num ímpeto de desbravamento saíram escravizando povos, matando culturas e línguas. Tudo isso em nome do avanço territorial, e não obstante, do crescimento monetário.

Metodologia

Temos como proposta expor alguns marcadores como: colonialismo, gênero, sexualidade, racismo e xenofobia. Percorremos um caminho teórico que evidencia como consideramos hoje o ocidente como a medida de todas as coisas. Realizamos uma revisão

bibliográfica com base em autoras como: Maria Lugones (2020), Gloria Anzaldúa (1987), Oyèrónké Oyèwùmí (2004), Gayatri Spivak (2010), Achille Mbembe (2018; 2019), Sueli Carneiro (2003; 2005) e Grada Kilomba (2019), para discutir o colonialismo e suas consequências na esfera dos saberes. E que trazem em seus trabalhos uma nova perspectiva de produção de saber e conhecimento, de pensar o ser humano e suas relações.

Resultados e discussão

Discutindo métodos de apagamento

1. Colonialismo

Não tem como falar sobre o ocidente, sem antes discutir o colonialismo, visto que, tais conceitos estão muito imbricados. Segundo Filho & Dias (2018) o colonialismo além de um sistema de exploração econômica e dominação política, foi também um modo de percepção do mundo. Pois produziu formas de enquadramento da vida social e criou relações construídas em forças hegemônicas, em tensão com formas não-hegemônicas. Ou seja, os padrões, de acordo com os autores “[...] Trata-se de ‘um processo histórico totalizante, instituidor de uma hegemonia orientadora da percepção e da experiência social’.” (FILHO, DIAS, 2018, p. 9; Trajano Filho, 2004:23).

Por isso, a historiografia e a antropologia têm realizado nas últimas décadas um exame do colonialismo como um processo que atuou inseparavelmente na economia política e na cultura. Deste modo, o colonialismo está relacionado ao evento histórico do capitalismo industrial e os adventos da modernidade, e atravessa, ao mesmo tempo, o campo das representações, dos valores, dos discursos.

Nos regimes coloniais, investiu-se muito na construção de categorias sociais. Já que, criar categorias é uma atividade humana fundamental. É uma forma de ordenar o mundo e moldar a percepção sobre ele, também um ato de poder. Por isso, nomear, ordenar e construir relações é uma forma de criar uma realidade que se pretende absoluta, ou seja, ainda que precise conviver com percepções concorrentes apenas uma forma de categorizar é a correta. E assim, é o espírito imperialista que violentamente invadiu países e continentes. Os autores Filhos & Dias definem assim:

Os regimes coloniais representaram empreendimentos grandiosos direcionados a instaurar uma visão de mundo singular, buscando estratégias de imposição de um conjunto de categorias e valores que classificavam as pessoas e as coisas, construindo hierarquias e fornecendo, assim, as bases sobre as quais se sustentavam as práticas de dominação. [...]. Era preciso definir o status de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo. (FILHO, DIAS, 2018, p. 10/11)

Deste modo, para que o empreendimento colonialista fosse bem sucedido era necessário criar esses marcadores da diferença. Foi preciso forjar a identidade europeia como modelo central, sobretudo nos discursos e representações.

Em vista disso, há variadas formas de expressão e exercício da colonialidade. Com isso, a hegemonia do discurso eurocêntrico se alojou nos mais diversos conceitos que integram as relações hierárquicas, como o gênero, raça e classe. A dominação política alcançou também o pensamento, como argumenta Rafael Haddock-Lobo:

[...] à subordinação política, acaba promovendo uma espécie de colonização do pensamento, em que as experiências filosóficas seriam paulatinamente substituídas pelas do colonizador, ou seja, embranquecidas, gerando o que alguns especialistas chamam de epistemicídio, um etnocídio na esfera do pensamento (HADDOCK-LOBO, 2015, p.44-45)

A colonização do pensamento não só instala o discurso de poder sobre o Ocidente como faz o apagamento de outras culturas, com suas filosofias e outras formas de conhecimento. O autor Renato Nogueira atesta que “[...] o projeto de dominação do Ocidente tem um aspecto epistemológico que pretende calar qualquer filosofia que tenha sotaques diferentes” (NOGUEIRA, 2015, p.55-56).

Assim, diversas áreas do conhecimento têm seu surgimento reivindicados pelo Ocidente, efetuando o chamado epistemicídio. Sueli Carneiro (2005) o entende como um dispositivo que “[...] configura a racialidade como um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades com repercussões sobre a educação” (CARNEIRO, 2005, p.11). Para a autora, além da invisibilização e exclusão do conhecimento é “[...] um processo persistente de produção da indigência cultural” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Atribuir o surgimento da filosofia ou outros conhecimentos a um determinado lugar, é delimitar um começo, extinguindo outras formas de pensar e construir o conhecimento já presentes em outras culturas, que muitas vezes, são ligados a religiosidade e oralidade. Esse esforço em se apropriar do conhecimento foge a noção de perspectivismo proposto por Nietzsche, onde o conhecimento não tem como objetivo instaurar uma verdade absoluta, porque esta não existe, e sim pontos de vistas, diversas perspectivas.

A autora Elizia Ferreira, em seu artigo *Pensamento afro-brasileiro* discute a respeito do pensamento ocidental eurocêntrico se sobrepor aos demais, principalmente, o africano. Segundo a autora: “Ainda que alguns rejeitem essas fontes como “crenças” e superstições, outros entendem que os ancestrais fazem parte da centralidade da vida na África, são a base de sua moralidade e do sentido da vida” (FERREIRA, 2015, p.6). Baseando-se no antropólogo francês Marcel Griaule, Ferreira (2015) também debate a apropriação de importantes filosofias e conceitos pela cultura branca, como exemplo ela cita o conceito de *ubuntu*.

2. Racismo e xenofobia

Gloria Anzaldúa discute a sobreposição do pensamento branco colonizador nas demais culturas no seu livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987), onde diz “[...] la mestiza é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro” (ANZALDÚA, 1987, p.705). O conceito de cruzamento (conceito de *border*) é estar no limite, viver em um cenário em que os sujeitos cruzam constantemente fronteiras de identidade nacional, étnica, sexual, linguística implica um caráter transitório, indefinido na formação da individualidade social e cultural, resulta instabilidade identitária.

Esse estar à margem, - e traduzimos como um bom lugar para a produção de conhecimento -, é também usado pelo pensamento colonial como um marcador da diferença e exclusão. Assim, comportamentos como o racismo e xenofobia que, construídos a partir da colonialidade, atuam violentamente para circunscrever a diferença constantemente. Maria Lugones (2020), intelectual chicana, afirma que esses marcadores sociais coloniais estão em todos os aspectos da vida social e produzem separações, e elas são marcas da dominação colonial, como, por exemplo “africano” ou “índio”,

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. [...]. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. (LUGONES, 2020, p.57)

Nessas condições, há a necessidade de uma nova linguagem também que busque pela verdade e a retomada dos sentidos dos primeiros acontecimentos, ou seja, do (re)encontro com a ancestralidade. Portanto, há necessidade de romper com a lógica de apagamento de sociedades e nações para além das fronteiras estabelecidas, que, nos permitirá um olhar bem diferente a respeito da formação das sociedades humanas. Como também, de destacar outros sujeitos históricos.

Em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), de Grada Kilomba, a colonialidade está nas palavras, nas experiências, e em como a memória é fundamental para a construção da escrita. A autora observa através de entrevistas como o racismo e a xenofobia, impactam a vida de mulheres negras e latinas. As palavras “plantação” e “memórias” mostram como o racismo não é apenas um passado colonial, mas também uma realidade traumática, sobretudo para mulheres negras. Assim, a escrita aqui é política, e se dá pela afirmação de ser como sujeito, e advém de um projeto de descolonização e, para além da negação do racismo, busca resistência e oposição a ele. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) no livro *Pode o subalterno falar*, discorre sobre a possibilidade e autonomia do subalterno falar, e que está sempre na posição de Outro, que também se relaciona com estar a margem. A autora também fala da importância dos estudos pós

coloniais, mas aponta para a necessidade de olhar melhor os padrões de análise de gênero e sexualidade.

[...]. Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas, como está ocorrendo na antropologia, na ciência política, na história e na sociologia. No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher continuará tão muda como sempre esteve. (SPIVAK, 2010, p. 86)

Percebemos, então, como se estruturou o colonialismo, e que foi preciso criar os marcadores como o racismo e a xenofobia para excluir e separar, atualizados pela modernidade para manutenção do poder eurocêntrico. Quijano (2005) propõe o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico, e que não desaparece com a independência ou a descolonização (processo de independência dos países colonizados).

Esse conceito é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo vinculado à experiência colonial. Permite, portanto, explicar a continuidade de formas coloniais de dominação, mesmo com o fim de administrações coloniais. E mostra como essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. No entanto, como mostrou Spivak (2010) e, posteriormente, Maria Lugones (2020) em seu trabalho, é preciso repensar padrões de análise de gênero e sexualidade, e fazer uso da interseccionalidade para não produzir ainda mais análises eurocêntricas. E dirá que,

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. [...] A interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. [...] Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”,

“hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor. [...] Ainda que na modernidade eurocêntrica capitalista sejamos todos/as racializados/as e um gênero nos seja atribuído, nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as por esse processo. (LUGONES, 2020, p. 56-60)

Gênero, sexualidades e feminismos: repensando as categorias

O gênero e a sexualidade, como muitas outras categorias sociais que hoje são amplamente estudadas e discutidas, também são frutos da imposição do colonialismo, que é estruturado diante do patriarcado, capitalismo e cristianismo, para outras culturas. Estudiosas como Oyèrónké Oyewumi (2004), Maria Lugones (2020) e Gloria Anzaldúa (1987) denunciam em suas obras os efeitos do apagamento cultural sofrido por outros povos, onde as relações sociais não eram regidas pelo gênero.

Tratado como um conceito universal, o gênero é também utilizado como molde da imagem da mulher, através dos papéis e performance. Entretanto, a imagem criada também não representativa para todas as mulheres, e é criada a partir da mulher branca. Oyèrónké Oyewumi (2004, p.4) alega que, “[...] o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear”, porém, essa família (marido, mulher e filhos) não é universal, não são todas as famílias que possuem esse modelo.

Portanto, questionar os papéis de gênero e opressões ligadas a essa categoria por mais que carreguem a ideia de universalidade, estão representando apenas a estrutura social onde as mulheres são colocadas como submissas e condicionadas a maternidade e papel de esposa, como trazido por Oyewumi:

Dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Porque mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho (OYEWUMI, 2004, p.5).

Nesse sentido, Lugones (2020, p.72) chama a atenção: “[...] é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero”. Em outras culturas, elementos que são traduzidos como submissão pelo ocidente, tal qual a maternidade, são relacionados a poder.

Na tradição iorubá as famílias não eram generificadas, os papéis de parentesco e centros de poder dentro da família não eram regidas pelo gênero e sim pela antiguidade, ou seja o mais velho/a é aquele que detém mais conhecimento, portanto, quem ordena a casa, como explica Oyewumi:

Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (OYEWUMI, 2004, p.6)

Em algumas tribos indígenas a categoria do gênero não era determinada pelo biológico, ou mesmo tinham o poder de estruturar a comunidade, como argumenta Lugones (2020, p.69, grifos da autora): “Os *yumas* tinham uma tradição para designar o gênero que era baseada em sonhos; uma fêmea que sonhava com armas transformava-se em macho para todos os efeitos”.

Os papéis sociais dentro dessas culturas também se diferenciam da dicotomia homem/dominador e mulher/submissa, pois as mulheres exerciam papéis ditos masculinos, pelo viés ocidental, como guerrear, caçar, tomar decisões pela comunidade. Por exemplo, as mulheres *cherokees*, que “[...] tinham poder de declarar guerra, decidir o destino dos prisioneiros, falar ao conselho de homens, intervir em decisões e políticas públicas, escolher com quem (e se) queriam casar, e também tinham o direito de portar armas” (LUGONES, 2020, p.70, grifos da autora).

Muitas tribos eram ginocráticas, ou seja, liderada por mulheres, como “[...] *susquehannas*, *hurões*, *iroqueses*, *cheroquis*, *pueblos*, *navajos*, *narraganses*, algonquinos da Costa, *montagnais* ”(LUGONES, 2020, p.70, grifos da autora). Ou ainda matrifocais, como alguns povos da África ocidental, sendo os yorubás um desses povos, em que a figura materna “[...] é o eixo em torno do qual as relações familiares são

delineadas e organizadas” (OYEWUMI, 2004, p.7.). Essas relações ainda são encontradas dentro de religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé.

Deste modo, entendemos que o gênero ligado ao determinante biológico (homem/pênis; mulher/vagina), assim como sua composição de poder (homem/dominante; mulher submissa) foram imposições do pensamento Ocidental. Segundo Oyewumi (2004, p.8):

O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais.

Essa problemática trazida pela autora não apenas diz respeito a realidades africanas, como qualquer outra diferente da eurocêntrica, tal como as indígenas ou chicanas. Anzaldúa ao resgatar a imagem da *mestiza*, alega ter sua cultura sufocada pela cultura branca, e diz:

Precisamos dizer à sociedade branca: precisamos que vocês aceitem o fato de que os/as chicanos/as são diferentes, que reconheçam a forma como nos negam e rejeitam. Precisamos que vocês admitam o fato de que nos viam como seres inferiores, que nos roubaram nossas terras, nossa humanidade, nosso amor-próprio. Precisamos que vocês nos compensem publicamente: que digam que, para compensar seus próprios defeitos, vocês lutam para terem poder sobre nós, vocês apagam nossa história e nossa experiência, porque lhes fazem sentir culpados – preferem esquecer seus atos de brutalidade (ANZALDÚA, 1987, p.713).

A instituição do patriarcado também se deu a nível religioso, com o apagamento de Deusas, que foram demonizadas pelo cristianismo, principalmente durante a sua expansão na Europa, massacrando povos em nome da sua crença. Assim, como aconteceu também na

invasão das Américas, evangelizando os povos indígenas e escravos contrabandeados, sufocando suas crenças, culturas e linguagem.

Da mesma forma que ocorreu com o gênero, a sexualidade foi alvo do colonialismo e do biopoder. O controle da sexualidade surge como uma necessidade da burguesia e do Estado em controlar os corpos, índices de natalidade e os estereótipos de gênero. Para isso, utilizaram de instituições como a igreja, escolas, a própria família e a medicina.

Contudo, algumas tribos indígenas e africanas reconheciam relações não heterossexuais, justamente por não pautarem posições e relações no gênero. Isso tudo se alterou com o colonialismo, como explica Oyewumi (2004, p.67) “[...] a introdução do sistema de gênero ocidental foi aceita pelos machos iorubás, que assim foram cúmplices e colaboraram para a inferiorização das anafêneas”.

A implementação do gênero colonial modificou a estrutura hierárquica dos povos colonizados, ao impor o determinismo biológico e modos de opressão como: o sexismo, racismo e outros. Essa dualidade aparece na criação do sujeito ideal, uma ideia universalista de homens e mulheres, que não consideram nada além de elementos da cultura eurocêntrica. E torna claro, quando olhamos para movimentos sociais como o movimento de libertação da mulher, no século XX, ao levantar pautas que só refletiam as problemáticas de mulheres brancas, como dito por Lugones (2020, p.74) “Apagando toda história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não brancas, o feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher”.

Angela Davis (2016) também relata isso em seu trabalho, pois, ‘Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. (DAVIS, 2016, p.146).

O feminismo, assim como outros movimentos sociais, se preocupou com apenas uma categoria de opressão, no caso o gênero, igualando a vivência de todas as mulheres diante do sexismo e patriarcado, esquecendo-se, ou melhor apagando-se, outras opressões que não diziam respeito a quem estava à frente do movimento, feministas brancas e heterossexuais. Segundo bell hooks (hooks, 2019, p.29-30): “[...]mulheres brancas que hoje dominam o discurso feminista raramente se perguntam se a perspectiva que exibem corresponde verdadeiramente como grupo”.

A autora discute a ausência dos marcadores da diferença, contribuindo para a segregação das mulheres dentro do movimento por não serem representadas e ainda sofrerem outros tipos de opressão dentro do próprio movimento, “[...] o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas” (hooks, 2019, p.30).

Outra autora que discute como o feminismo deveria ter um olhar mais interseccional é Sueli Carneiro (2003) em que reforça que a luta das mulheres não é apenas superar a desigualdade gerada pela história hegemônica, mas também a superação de ideologias que advêm desse sistema. E afirma,

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não ‘é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão’. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2003, p. 3)

A dominação colonial eurocêntrica subverteu as noções de gênero e hierarquias sociais de diversos povos, na busca pela hegemonia e anulação de outras culturas diante da sua sobreposição. Mas como afirmado por Carla Eloi (2018) não é possível matar uma cultura sem matar seu povo, “[...] porque ela está enraizada na mente desse povo, é passada de geração em geração, mesmo pela oralidade, ela é memória, história e identidade” (ELOI, 2018, p.32). Por isso a cultura ocidental eurocêntrica se apropriou de elementos das demais culturas que resistiram ao apagamento, segundo a autora : “Uma cultura apropriada perde não só seus protagonistas, como perde seu poder de resistência, ela é neutralizada sorrateiramente, perdendo seu sentido e contexto original ” (ELOI, 2018, p.32).

Devido a isso, a escrita de pesquisadoras como Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, bell hooks, Spivak, Oyewumi, Davis e outras, não só

denunciam o sistema colonial e suas opressões, mas também fazem a crítica ao feminismo branco hegemônico, que esquece da pluralidade de corpos e vivências. As memórias costuradas ao texto são marcas de suas identidades e da herança de seu povo, sua cultura, sendo assim, uma forma de resistência ao discurso ocidental colonial.

Considerações finais

Todo esse caminho teórico metodológico percorrido por nós, foi necessário para mostrar como o pensamento colonial, que proporcionou a noção da europa como medida de todas as coisas. Com o intuito de mostrar que ainda que se opere, há formas de subversão dessa lógica. Observando como elas se constroem fica mais claro como podemos combatê-la e da importância de autores e estudos que tenham como centrais outros sujeitos históricos, como afirmou Mbembe (2019).

Além disso, este trabalho tem um tom de denúncia também assim como a escrita de pesquisadoras/es como Maria Lugones, Gloria Anzaldúa, bell hooks, Spivak, Oyewumi, Davis, Mbembe, Fanon e outros. E proporcionar, portanto, novos métodos de fazer pesquisa que não apenas os eurocêntricos. Devemos trazer para o campo acadêmico outras formas de fazer história, e dar o devido protagonismo a outras culturas, como as já citadas indígena e iorubá que subvertem essa lógica de produzir saber.

Referências

ANZALDÚA, G. *Borderlands/la frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute books, 1987.

CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, 06 mar. 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

COSTA, C.L; ÁVILA, E. Glória Anzaldúa: a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'. Estudos Feministas, v.13, n 03, p. 691-703, 2005.

COSTA, C.L. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, H.B (org.) Pensamento Feminista Hoje – perspectivas decoloniais. RJ: Bazar do Tempo, 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ELOI, CARLA LUÃ. Não se nasce malévola, torna-se: a representação da mulher nos contos de fada. 1a ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

FERREIRA, E. Pensamento Afro-brasileiro. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

FIGUEIREDO, L.C.M. "A Santa Católica na idade da polifonia". In A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação (1.500 - 1.900). SP: EDUC: Escuta, 1996.

FILHO, Wilson Trajano; DIAS, Juliana Braz. "O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social" In: Anuário Antropológico [Online], II | 2015, junho 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1371>>. Acesso em: 05 de jan. 2021.

HADDOCK-LOBO, R. Por uma crítica das razões mestiças. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

hooks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro/ bell hooks; Tradução Rainer Patriota.- São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heoisa Buarque de Holanda; autoras Adrana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. P. 127-167.

MIRANDOLA, Pico della. Discurso pela dignidade do homem. Porto Alegre: Ed. Fi, 2015.

NOGUEIRA, R. Os gregos não inventaram a filosofia. In: Dossiê Digital Filosofia da Ancestralidade, Revista CULT- 204, 2015.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. V. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PIRES, T.R.O. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In HOLLANDA, H.B (org.) Pensamento Feminista Hoje – perspectivas decoloniais. RJ: Bazar do Tempo, 2020. SPIVAK, G.C. Pode o subalterno falar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUE PERDERAM FILHOS/AS NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA LETAL EM FORTALEZA

Jéssica Silva Rodrigues

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com;

Larisa Ferreira Nunes

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: larissafnpsico@gmail.com

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: tadeulucaslf@gmail.com

João Paulo Pereira Barros

Orientador – Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - CE.
E-mail: joãopaulobarros07@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta discussões iniciais de uma pesquisa de tese em andamento que, a partir de um prisma interseccional, versa sobre as trajetórias de mulheres que tiveram seus filhos assassinados nas dinâmicas de violência letal em Fortaleza. Enfocamos, aqui, as narrativas dessas mulheres negras e periféricas sobre suas vidas, buscando, assim, analisar de que modo os marcadores de gênero, raça e classe se articulam e operam em seus modos de subjetivação. Com isso, as discussões acerca de interseccionalidade, feminismos, racismo, gênero, violência e resistências assumem fundamental importância para as reflexões aqui propostas, de modo que

nos auxiliam a mapear a atualização da colonialidade em seus cotidianos e modos de viver. Ancoramo-nos em autoras dos estudos feministas, em especial do feminismo negro, de onde emerge as relações entre colonialidade e interseccionalidade como Carneiro, Bento, hooks e Lugones; em diálogos com autores da perspectivas contra-coloniais como Mbembe e Fanon. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo alinhado à pesquisa-intervenção interseccional, no campo da psicologia social. Vem sendo realizados acompanhamentos quinzenais com um coletivo de mães que tiveram seus filhos assassinados na dinâmica de violência letal na Capital Cearense. Como ferramentas metodológicas, foram utilizados diários de campo, analisados à luz do método cartográfico. Dentre os resultados a serem discutidos, foram mapeados processos de silenciamento e isolamento relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães. Além disso, aponta-se para o desenvolvimento de estratégias de resistência que operam no fortalecimento destas, como os processos de compartilhamento e coletivização de dores relacionadas às violências sofridas.

Palavras-chave: Mulheres, Mães, Negras, Violência Letal, Interseccionalidade.

Introdução

O presente estudo visa refletir, a partir do prisma da interseccionalidade, sobre as trajetórias de mulheres que tiveram seus/suas filhos/as assassinados/as na dinâmica de violência letal em Fortaleza. O interesse pela investigação dessa temática originou-se, primeiramente, a partir de uma pesquisa de mestrado intitulada “Testemunhas da Necropolítica: Implicações psicossociais dos homicídios de jovens no cotidiano de suas mães” em que se apontou para alguns efeitos da intensificação dos homicídios de jovens na vida dessas mulheres e de demais familiares, assim como para algumas estratégias de enfrentamento construídas pelas mães para lidarem com a morte dos filhos. No referido estudo, foram mapeados alguns processos de silenciamentos e isolamentos relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães, assim como algumas estratégias de resistência que operavam no fortalecimento destas no pós-homicídio. Deste modo, o foco de problematização da dissertação foram as repercussões dos assassinatos juvenis, olhando para as interlocutoras a partir do pós-homicídio e como as mortes produziam efeitos em seus modos de viver. Na aproximação com as interlocutoras, foram sendo mapeadas alguns elementos como violências conjugais e opressões de diferentes ordens vividas em outros momentos de suas vidas, suas relações com a maternidade, dentre outros elementos que não estavam diretamente relacionados ao homicídio, e que, pela limitação da proposta da dissertação, não puderam ser discutidos. Com isto, neste estudo de tese, proponho um redirecionamento do meu olhar como pesquisadora, voltando-me a analisar a trajetória de vida destas mulheres, a partir de uma perspectiva participativa e interseccional, agora, pelo acompanhamento de um grupo constituído por mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as. Uma mirada sobre a trajetória dessas mulheres afirma-se como uma potente estratégia de produzir dizibilidade, desmantelando processos de invisibilização e silenciamento mapeados na dissertação. Ao longo do processo de acompanhamento do grupo, buscamos compreender, a partir das narrativas das mulheres sobre suas vidas, como se tornaram mulheres e mães, tensionando questões relativas aos imbricamentos entre raça, gênero e classe em seus percursos de vida no período anterior e posterior ao homicídio dos filhos.

Apontando para outro interesse pela investigação da temática, faz-se importante destacar que os encontros com as teorias do campo do feminismo negro foram produzindo reverberações e deslocamentos na autora principal deste estudo como pesquisadora, suscitando conexões acerca das vivências interseccionais em minha própria trajetória que me localizam socialmente também como mulher negra. Pensar o meu lugar de fala, me possibilita analisar a minha implicação com a proposta de problematizar a produção de subjetividades em mulheres negras, tão comumente atravessadas por diferentes violências. Ao mesmo tempo que próxima das minhas interlocutoras por questões de gênero e raça, também distante, em questões de acessos sócio-econômicos. É no campo do estudo das diferenças, que nos aproximamos das experiências dessas mulheres, ouvindo não apenas as experiências coletivas que colocam os corpos femininos negros como objetos de subalternização, mas também singulares, pelas interseccções de diferentes elementos em nossas trajetórias como mulheres negras.

Vale-se ressaltar que, das mulheres participantes do grupo, todas vivem em periferias da capital cearense e, em sua maioria, são negras, o que expressa a importância de pautarmos de que modo os marcadores interseccionais operam na construção de subjetividade destas. Nos utilizamos, então, de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018), buscando, assim, analisar de que modo os marcadores de gênero, raça e classe se articulam nas narrativas sobre suas trajetórias e operam em seus modos de subjetivação. Com vistas a estas questões, as discussões acerca de interseccionalidade, feminismo, racismo, gênero e violência assumem fundamental importância para as reflexões aqui propostas, de modo que nos auxiliam a mapear a atualização da colonialidade (KILOMBA, 2019; LUGONES, 2014) em seus cotidianos e modos de viver. Um olhar interseccional sobre a trajetória dessas mulheres negras e pobres faz-se relevante para a problematização do cenário sócio-político contemporâneo, marcado por uma necropolítica articulada à governamentalidade neoliberal, de aniquilação de determinadas existências, enquadradas como supérfluas e como não passíveis de luto (MBEMBE, 2017; BUTLER, 2015), sobre as quais recaem diferentes modos de fazer morrer como invisibilizações e silenciamentos vivenciados intensamente por mulheres negras e pobres nas periferias dos centros urbanos.

Outro elemento que aponta para relevância de tematizarmos a produção de subjetividades de mulheres negras e pobres, são os vultuosos índices de violências letal e não-letal direcionadas a esses corpos. De acordo com o atlas da violência de 2018, 4.465 mulheres foram vítimas de homicídio em 2016, correspondendo a uma taxa de 4,5 homicídios por 100 mil habitantes. Esses números revelam um aumento de 6,4% se considerarmos o período que vai de 2006 a 2016. Ainda de acordo com o atlas, a taxa de homicídios é mais expressiva entre mulheres negras, já que estas tem 71% mais chances de serem assassinadas se comparadas com mulheres brancas. No período supracitado de 10 anos, o assassinato de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que o de mulheres não negras, diminuiu em 8%. No que concerne à exposição às formas de violência não-letal, de acordo com o Mapa da violência (WASELFISZ, 2015), no Brasil, apenas em 2009, 2.530.410 pessoas sofreram agressão física. Destas, 42,7% (1.447.694) eram mulheres, o que nos aponta para a generificação destas agressões. Os índices tornam-se mais alarmantes, ao fazermos um recorte de raça, uma vez que, entre as mulheres agredidas, 56% eram negras. Um dos fatores associados às agressões sofridas por estas é a renda percapita, já que mulheres negras que recebem até um salário mínimo, são as mais vitimadas em termos de violência não letal.

Esses dados são relevantes para elucidarmos algumas das formas de violência que marcam as existências de mulheres negras e periféricas, haja vista que estas figuram como principais vítimas seja nas formas de violência letal ou não-letal. O aumento de violências destinadas a estes corpos são expressões da política de extermínio dessas existências que opera não apenas no assassinato direto mas nas formas indiretas de minar essas existências (MBEMBE, 2014). A matabilidade e violabilidade dos corpos femininos negros atua como um traço da colonialidade que assujeita e oprime de diferentes formas essas existências.

Dessa forma, está em curso um processo de banalização/inviabilização/aniquiação das vidas racializadas, que nos leva a refletir sobre o conjunto de forças que opera na desumanização/precarização sistemática e desigual de corpos de mulheres negras e periféricas. Evidencia-se, portanto, em cenário brasileiro, o genocídio do povo negro (NASCIMENTO, 2016) em curso há séculos. Com vistas a este cenário de genocídio e tentativas de apagamento das questões raciais e de gênero, buscamos compreender na tese não apenas os diferentes

sofrimentos, mas também seus modos de (re) existência (ACHINTE, 2017), vividos ao longo de suas trajetórias e que não são necessariamente da ordem do dito, mas que se constroem na ordinariedade de seus cotidianos (DAS, 2007; LUGONES, 2014). Vale-se aqui destacar, que os modos de (re)existência também podem se dar por meio do encontro coletivo entre corpos que compartilham as mesmas condições de precariedade da vida (BUTLER, 2018). Essas questões aqui esboçadas, suscitaram na autora principal, a partir das aproximações com a temática e com o campo durante a construção da dissertação, o interesse em analisar de que modo as questões de raça, gênero e classe se intersectam na vida dessas mulheres, atuando tanto na produção de exclusões e opressões quanto na construção de suas subjetividades como mulheres, mães, negras e periféricas. Com isso, este estudo se norteia pela seguinte questão central: Como se interseccionam marcadores de raça, gênero e classe nas trajetórias de vida de mulheres que perderam seus filhos/as assassinados/as nas dinâmicas da violência nas periferias de Fortaleza?

Referencial teórico

Visando responder a essa pergunta exposta acima, ancoramos-nos em autoras dos estudos feministas, em especial do feminismo negro, de onde emerge a noção de interseccionalidade e colonialidade como Davis, Crenshaw, Akotirene, Nogueira, Mayorga, Gonzales, Carneiro, Bento, hooks, Lugones e Butler; em diálogos com autores da perspectivas anti-coloniais como Mbembe e Fanon. Essas/esses autoras/autores nos auxiliarão a pensar as questões de raça, classe e gênero em uma perspectiva interseccional e decolonial, problematizando expressões da colonialidade e das violências marcam os cotidianos e trajetórias dessas mulheres.

Discutir as trajetórias de vida de mulheres negras e periféricas que perderam filhos pela violência letal requer uma análise de diversos fatores que se inter cruzam na produção de suas subjetividades. Optamos iniciar a discussão desses elementos a partir do campo do feminismo negro, com ênfase na noção de interseccionalidade, já que esta nos auxilia a pensar o entrelaçamento dos marcadores de raça, classe e gênero nas vidas das interlocutoras deste estudo, analisando de que modo estes marcadores atuam na produção de subjetividades e assujeitamentos nas trajetórias destas.

A interseccionalidade aqui é utilizada como uma ferramenta (CRENSHAW, 1991; PLATERO, 2012) que nos auxilia a visibilizar as variadas formas de dominação a que estão submetidas essas mulheres, uma vez que suas dores são atravessadas por diferentes marcadores sociais de desigualdade que produzem seus modos de subjetivação. É, portanto, utilizada aqui, não apenas teoricamente na análise dos modos de subjetivação, mas também metodologicamente para pensar perspectiva de pesquisa participativa no encontro da psicologia social com estudos feministas. A interseccionalidade passa a ser discutida na década de 1970 a partir do *black feminism*, pondo em questão, além do reconhecimento das diversas opressões que operam nas categorias classe, gênero e raça, o modo que estas se articulam e funcionam como sustentáculo de relações desiguais (HIRATA, 2014, p. 63). Faz-se importante destacarmos que não podemos falar em apenas um feminismo, sendo mais indicado o uso no plural “feminismos” haja vista as distintas correntes ou ondas que os compõem. Vale-se destacar que as reflexões desse estudo são feitas a partir das contribuições de feministas negras e críticas à colonialidade, haja vista que estas autoras rompem com uma lógica hegemônica de se pensar o que é ser mulher, à medida que insere novas pautas à luta feminista, apontando para reprodução de silenciamentos das mulheres negras tanto nos movimentos negros quanto nos movimentos feministas. Tais silenciamentos estão relacionados à negação do estatuto de humanidade às mulheres negras e também indígenas, que, já no sistema colonial não eram seres pertencentes à categoria mulher, sendo reconhecidas nas categorias ‘macho’ e ‘fêmea’ (LUGONES, 2017). As mulheres negras, assim, ocupariam o lugar do outro do outro (RIBEIRO, 2017), uma vez que ocupam um lugar de subalternidade dentro do movimento feminista hegemônico e no movimento negro, passando por um duplo silenciamento de suas pautas de reivindicação. Hooks (2015) aponta para o lugar de marginalização a que uma maioria silenciosa de mulheres oprimidas por violências cotidianas foram relegadas inclusive no movimento feminista, até então, hegemonicamente branco e burguês. As mulheres negras, dessa forma, enegrecem o feminismo (CARNEIRO, 2003) atentando para a “insuficiência teórica, prática e política” do feminismo branco liberal (p. 118), rompendo assim com uma concepção hegemônica e universalizante das experiências de mulheres. Age-se, portanto, na politização do debate acerca das

desigualdades de gênero, visibilizando as mulheres como novos sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003; GONZALES, 1984).

Considerando que as condições de precariedade são distribuídas de formas desiguais, assolando determinada parcela da sociedade de forma mais intensa (BUTLER, 2014), o olhar interseccional nos leva a compreender de que modo essas condições precárias de vida compõem o cotidiano das mulheres negras periféricas e mães de forma múltipla e inter-relacionada, por serem mulheres, pobres e negras (AKOTIRENE, 2018; BIROLI, 2018, 2014; HIRATA, 2014, NOGUEIRA, 2017; MAYORGA, 2014; RIBEIRO, 2017). Cada marcador leva a opressões e violações distintas e, conforme discute Hirata (2014), considerar a atuação conjunta das diferentes opressões nos possibilita evidenciá-las e, consequentemente, instrumentaliza-nos em seus enfrentamentos. Essa possibilidade de reflexão e construção de estratégias de enfrentamento evidenciam a interseccionalidade como um instrumento analítico e ao mesmo tempo de luta política à medida que, ao questionar os processos de dominação que inteseccionaliza marcadores categorias de diferença, oportuniza o rompimento com a reprodução das formas de dominação capitalística (AKOTIRENE, 2018; NOGUEIRA, 2017, HIRATA, 2014).

O compartilhamento de experiências de opressão e sofrimento vivido pelas mulheres mães de jovens assassinados/as em suas trajetórias (o fato de serem mulheres, negras, periféricas e mães) indica a necessidade de um olhar interseccional (LIMA, 2018; CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018; POCAHY, 2011; MAYORGA, 2014) para o sofrimento psicossocial produzido nas impossibilidades frequentes de falar sobre as situações de violências e assujeitamento, ou até de reconhecer dadas situações vivenciadas como pertencentes ao campo da violência. Refletimos, portanto, sobre os lugares de subalternização que ocupam, marcado pelo supracitado imbricamento das questões de gênero, classe e raça, olhando para os períodos de suas vidas anteriores aos homicídios dos/as filhos/as, dando ênfase nas possíveis outras violações sofridas e não tão visíveis como os sofrimentos em decorrências das mortes dos jovens. A interseccionalidade é, portanto, uma questão transversal à discussão sobre a trajetória dessas mulheres, expostas, muitas vezes, aos regimes de (in)visibilidade. Essa perspectiva nos ajuda não apenas a compreender os lugares de fala dessas mulheres (RIBEIRO, 2017), mas também a entender como determinados elementos podem emergir em suas narrativas.

Vale-se destacar que a interseccionalidade também pode ser tomada como um “projeto de conhecimento” (HIRATA, 2014, p. 69). Desse modo, esse estudo também denota sua relevância ao produzir implicações políticas que almejam romper com os modos de (in)visibilização dessas mulheres ao abordar as dimensões coletivas e interseccionais que venham a se destacar nas narrativas sobre as trajetórias. Esse estudo propõe-se a operar na visibilização de um conjunto de forças que sustentam lugares de subalternização e opressão de corpos femininos negros e pobres. Visa a construção de conhecimento e de intervenções, para criação de estratégias de enfrentamento ao apagamento das questões raciais, de gênero e de classe, assim como aos diferentes modo de invisibilização e silenciamento (KILOMBA, 2017) que operam intensamente na vida de mulheres negras periféricas.

Tomaremos como base as discussões acerca de Necropolítica, de Mbembe (2017) considerando que a segregação entre os grupos “que devem viver” e aqueles “que devem morrer” se dá, em um contexto marcado pela colonialidade, a partir da centralização da morte como um operador político. As questões de gênero, articuladas ao racismo, também se configuram como motor dessa política de morte, em uma forma de necropolítica de gênero. Partindo da ideia de Mbembe (2017) de que o racismo é motor da necropolítica, propomos nesta tese, que a intersecção raça-gênero atua também como motor da política de morte que precariza e mortifica os corpos de mulheres negras e periféricas. Partimos da ideia de que se faz predominante nas periferias locais a atuação de um necropoder em que a raça se torna elemento principal para fragmentação dos grupo entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, por exemplo. Nesses territórios, impera aquilo que Agamben (2007) denomina de estado exceção permanente, haja vista que são lugares caracterizados por um aumento das mortes juvenis de modo arbitrário, com morosidade das investigações e impunidade dos perpetradores dos assassinatos, apoiados em discursos de naturalização e legitimidade das mortes. Territórios em que intervenções violentas de extermínio se tornam possíveis já que é habitado por um conjunto de vidas tidas como desimportantes. Nossas reflexões nesse campo, nos auxiliam a pensar os modos como essas forças operam na produção de invisibilização das vidas de mulheres negras, atuando fortemente na produção de subjetividades destas, analisando como se articulam como os modos não tão diretos de fazer morrer.

Considerando-se que a política de gestão das vidas e mortes das pessoas que vivem às margens urbanas se dá de forma direta ou indireta (FOUCAULT, 2016; MBEMBE, 2017), podemos tomar o desamparo dessas mulheres em seus sofrimentos e invisibilização de suas trajetórias e formas de (re)existência como uma das formas indiretas de morte. Essas vidas estão submetidas a formas de precarização e assujeitamento que produzem o silenciamento de suas dores. O conceito de vidas indignas ou não passíveis de luto (BUTLER, 2015) nos auxilia a pensar os contextos vividos por estas, haja vista que uma série de direitos lhes são negados. No caso dos pós-homicídio, por exemplo, lhes é negado o direito de vivenciarem suas perdas e clamarem por justiça. Sucumbir à dor, é uma das formas pelas quais opera o fazer morrer típico das colônias atuais (MBEMBE, 2017). Investigamos, aqui, quais outras dores ou modos de sucumbir lhes são impostas em suas vidas também nos períodos anteriores aos homicídios dos filhos. Atentando para os traços de colonialidade (LUGONES, 2017) que, diferentemente da colonização, é algo que ainda está em curso, ou seja, elementos coloniais que ainda operam na produção de subjetividade e modos de viver dos sujeitos na contemporaneidade.

Partindo das questões até aqui expostas, torna-se premente problematizarmos as implicações do entrecruzamento de categorias como raça, gênero e classe na produção de subjetividades das mulheres negras e periféricas. Visualizamos como um dos desdobramentos possíveis deste estudo não apenas a visibilização do campo de força de que opera no cotidiano dessas mulheres, produzindo subjetividades, mas também seus processos de (re)existência. Reiteramos ainda, que este trabalho é fruto de um recorte de um estudo de tese que está em curso, de modo que as processualidades em campo ainda estão sendo (re)construídas quinzenalmente, permeadas por diversos desafios impostos pelos atravessamentos da pandemia que tem assolado drasticamente o País.

Metodologia

Intentamos traçar pistas para pensar as possibilidades de desenvolvimento de uma pesquisa participativa interseccional no campo da psicologia social. Esta proposição metodológica afirma-se como uma possível contribuição da tese para o campo metodológico. As pesquisas participativas envolvem a criação e a potencialização de

dispositivos de análise coletiva das questões que compõem o cotidiano das mulheres participantes deste estudo. A escolha por essa metodologia se deu por esta possibilitar o acompanhamento das processualidades em campo (BARROS; KASTRUP, 2015), possibilitando o mapeamento de forças que operam nas trajetórias de vida dessas mulheres e atuam na produção de suas subjetividades (ROCHA; AGUIAR, 2013). Estar em campo nessa perspectiva possibilita conexões entre o pesquisador e o território existencial habitado em campo (ALVAREZ; PASSOS, 2015).

A criação dos dispositivos grupais e das intervenções propostas coletivamente nos possibilitou ampliar o caráter de intervenção micropolítico no campo social, tomando como eixo a transformação da realidade sócio-política. Para tanto, diversifica suas bases teórico-metodológicas de modo a radicalizar a ruptura com as metodologias tradicionais de pesquisa (ROCHA, 2003). A radicalização do rompimento com os modelos tradicionais de pesquisa se dá à medida em que propõe o abandono do pretense ideal de neutralidade científica compreendendo que a produção do conhecimento se dá de forma indissociada da formação política. Com isso, torna-se mais que uma metodologia, passando a atuar como um dispositivo de intervenção à medida que pode contribuir para a problematização do instituído. O percurso desta pesquisa participativa foi traçado a partir do diálogo com a intersseccionalidade e pensamento decolonial.

A pesquisa-intervenção atua como uma orientação não prescritiva ao pesquisador. Não se trata, portanto, de uma metodologia que compile regras e metas que antecedem o estar em campo, ou seja, as metas são traçadas à medida que o pesquisador entra em contato com o campo, a partir das questões que pulsam neste. É neste sentido que se dá a inseparabilidade entre o pesquisar e o intervir, uma vez que o que ocorre na experiência em campo é um “transformar para conhecer” (PASSOS & BARROS, 2015) e não o inverso. Requer, assim, uma articulação entre o pesquisar e o intervir, de modo que a pesquisa se propõe como uma forma de produção do mundo e não apenas como uma representação. Trata-se de um acompanhamento de processos que estão em curso e não de uma forma de representação ou delimitação exata de um objeto, haja vista que os elementos em campo estão sempre em processo de produção, não sendo, portanto, estáticos. Nessa proposta, é requerido uma postura de horizontalidade entre

pesquisador e objeto pesquisado, em que as posturas hierárquicas são questionadas e rompidas.

Além disso, utilizamos a interseccionalidade como uma ferramenta de pesquisa (PLATERO, 2012). Platero (2012) aponta que o uso da interseccionalidade contribui para visibilização das estruturas de poder privilégios característicos de determinados segmentos sociais. A dimensão interventiva se deu à medida que emergiram em campo possibilidades de construção coletivas de espaços para problematizar questões que marcaram as vidas das mulheres, além do manejo da entrevista narrativa, aproximando-se da perspectiva da experiência do dizer (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016). A interseccionalidade se articulou tanto na construção do problema, quanto nos modos de estar em campo, na construção de atividades coletivas dos encontros grupais problematizando os atravessamentos das questões de gênero, classe e raça nas suas trajetórias, assim como nas análises.

A vivência de campo tem se construído ao longo desse primeiro semestre de 2021. Período no qual tem se acompanhado a processualidade de um coletivo de mães. Os encontros em sido quinzenais, na modalidade online, pela plataforma google meet. As discussões são construídas coletivamente e versam sobre diferentes temáticas como luto, cuidado, auto- cuidado, dentre outras que se apresentam como demandas a partir dos encontros. Como ferramenta tem sido utilizado diário de campo em que as sensações, percepções, conversas e trocas vividas no campo são registradas no diário de campo. Ao longo do processo de pesquisa, esses registros têm sido revisitados. Medrado, Spink e Mélo (2014) consideram o diário de campo como elemento atuante na realização de uma pesquisa, uma vez que “com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que a pesquisadora dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto” (p. 278), funcionando, portanto, como agente potencializador do estudo.

Quanto ao método de análise, tem sido utilizada a análise cartográfica dos dados. A cartografia requer certa subversão da noção dos dados de pesquisa à medida que compreende o pesquisar como um processo. Desse modo, um dado cartográfico surge como um produto das diferentes interações em um conjunto de forças que compõem a realidade pesquisada. Um dado, portanto, não se encontra exposto em campo, como algo a ser colhido; mas sim, dá-se como um efeito

a partir, inclusive, do ato de pesquisar (PASSOS, KASTRUP; TEDESCO, 2016). O objeto a ser analisado, não é estático, mas efetiva-se como “o ponto de partida para acessar a experiência (PASSOS, KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 177). A análise cartográfica é guiada pelos problemas que pulsam no campo de pesquisa e o ato de analisar atua como um elemento ampliador de problematizações, gerando novas inquietações.

Resultados e discussão

Dentre os resultados a serem discutidos, foram mapeados processos de silenciamento e isolamento relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães. Até o momento da escrita desse trabalho aconteceram 3 encontros com o grupo de mulheres mães. O primeiro encontro foi de apresentação e aproximação, em que a autora principal desse estudo pode reencontrar algumas das mulheres já conhecidas pelas inserções em campo durante a construção da dissertação. Já no segundo encontro, foram abordadas algumas questões relacionadas ao cuidado de si. No terceiro encontro foi abordado o significado do dia das mães.

Já no primeiro encontro surgiram diversas questões relativas aos homicídios dos filhos, os processos de engajamento de cada uma na luta por memória e justiça pelas mortes destes. Algumas mulheres apontaram para o fato de que existem várias mães que se encontram isoladas e com medo de lutar por justiça pelo contexto de ameaças que sofrem após os homicídios. Nesse ponto uma das mulheres afirmou que já enfrentava desafios na luta por justiça em seu bairro, segundo ela “O policial bateu em minha carne preta e periférica dizendo ‘não vai acontecer nada, você é pobre’ (sic). Nessa colocação, a participante expõe como as opressões de raça, gênero e classe se expressão no seu cotidiano, na luta por justiça pela morte dos filhos.

Muitas mulheres afirmaram que o mal estar delas era algo almejado pelo Estado, como estratégia de mortificação de suas vidas. Uma das participantes, então apontou para necessidade de “cuidado eterno de si, pois a polícia não para de matar” (sic). No sentido de que a luta se faz necessária frente à um estado de morte que se mostra incansável e permanece ceifando a vida na juventude negra periférica. Outro ponto comum na narrativa das mulheres ao abordarmos a questão do cuidado, foi que muitas delas associam a questão do

cuidado ao cuidado dos outros: “eu vivo em segundo plano” (Sic). As falas se conectaram quando as mulheres começaram a compartilhar suas sensações de cansaço frente à uma rotina exaustiva de cuidado com os outros, associado ao não reconhecimento dos cuidados que ofertavam. Nesse ponto uma delas apontou: “não somos máquinas” (sic).

As falas das mulheres denunciam o racismo e classismo vividos quando expressam que “a gente vive tentando sobreviver, a gente que é pobre e preto” (sic), que denuncia a que suas vidas operam segundo a lógica do sobrevivente (Mbembe, 2016). Atrelado a estas formas de precarização da vida, soma-se o impedimento de sofrer suas dores. Frente às tentativas de fazê-las sucumbir à dor da perda, uma das mães questiona “você sabe o que é não poder chorar?” (sic) ao narrar sobre não “ter tempo” de viver seu luto à medida que precisava cuidar da neta e garantir o sustento da casa. Elas compartilham entre si as experiências com medicações que vem tomando mediante os sofrimentos dos lutos, e apontam para a politização desse sofrimento ao compreenderem que a medicalização também diz de uma tentativa de silenciá-las ao manterem-nas “dopadas” (Sic).

É no compartilhamento de suas experiências e lutas que estas mulheres apontam encontrar apoio para enfrentar esses desafios. Aponta-se, aqui, para o desenvolvimento de estratégias de resistência que operam no fortalecimento destas, como os processos de compartilhamento e coletivização de dores relacionadas às violências sofridas. Outra participante do grupo, ao falar sobre as mudanças ocorridas em sua trajetória, afirma que antes da morte da filha, já estava inserida em movimentos de militância, mas que esse engajamento se intensificou após o assassinato da filha. Para ela, foi no encontro com outras mulheres e luta por justiça que nasceu “uma nova mulher, costurada pela dor”. Uma delas afirmou que “sei que vai ser difícil, mas junto com as outras eu sei que vou conseguir” (Sic). Outra se expressou mostrando que “pior seria se passasse pela dor sozinha” (Sic).

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a ampliar o debate acerca dos marcadores que se intersectam e que marcam as trajetórias de mulheres negras e periféricas. Foram analisados alguns dados iniciais da inserção em campo para refletirmos sobre os elementos que atravessam

a vida de mulheres negras que tiveram seus filhos assassinados nas dinâmicas de violência letal em Fortaleza. Pensar outros aspectos dessas trajetórias se tornam relevantes para o desmantelamento das forças que operam na (re)produção dos silenciamentos e culpabilização de mulheres negras. Aponta-se para limitações no processo de análise aqui postos, tendo em vista que a pesquisa ainda se encontra em curso, portanto as análises estão se dando ao longo do processo de acompanhamento do campo.

Referências

AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte (MG): letramento, 2018.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009. BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Editora José Olympio, 2018.

BIROLI, F. Gênero e desigualdade. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133, 2003.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. S. Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. A máscara. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 11, p. 26-31, 2017. BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org) Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé w. (1991). Mapping the margins: interseccionalidade, Identity politics, and violence against women of color. *Stanford law review*, 43(6), pp. 1241. Traducido por: Raquel (lucas) platero y javier saéz.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 193-210, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: N1 edições, 2018.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107 - 128, 2001.

PENSAR A INTERSECCIONALIDADE PARA DESARTICULAR HIERARQUIAS DE OPRESSÃO: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO FEMINISTA E A RELAÇÃO ENTRE RAÇA E GÊNERO

Bibiana de Paiva Terra

*Mestra em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia,
pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), bibianaterra@
yahoo.com*

Gabriela Maria Barbosa Faria

*Mestranda em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia,
pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), gabbibarbosaf@
gmail.com*

Larissa Faria de Souza

*Mestranda em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia,
pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), larissa_faria_
souza@hotmail.com*

Resumo

Ao longo da história mulheres brancas, negras e de classes diversas foram oprimidas de diferentes maneiras. Diante disso, é necessário compreender que o movimento feminista precisa ser analisado para além das questões de gênero, pois a misoginia não é a única opressão sofrida pelas mulheres. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a necessidade de se pensar a interseccionalidade para desarticular hierarquias de opressões tais como a de gênero e raça. Se um dos objetivos do feminismo é a busca por uma sociedade sem hierarquia de gênero, com direitos iguais para homens e mulheres, existindo mulheres que para além dessa opressão, também sofrem outras opressões raciais e de classe, é necessário incluir

e pensar as intersecções como uma necessidade do movimento feminista. Para realizar esse trabalho foi adotada a metodologia da pesquisa bibliográfica, sendo que o seu referencial teórico foi construído a partir de importantes teóricas feministas como Angela Davis, Djamila Ribeiro, bell hooks, dentre outras. No que tange aos resultados dessa pesquisa, foi possível concluir que a questão de gênero associada a questão racial, representa um componente que agrava as dificuldades e opressões enfrentadas pelas mulheres negras e, conseqüentemente, essas mulheres sofrem opressões duplamente, por serem mulheres e por serem negras. Diante disso, a importância de se pensar em recortes de raça e gênero é fundamental para que não haja hierarquia de opressões.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Feminismo, Gênero, Raça, Mulheres.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, e ainda hoje, o movimento feminista, de maneira ampla, afirmou que todas as mulheres são oprimidas. Essa afirmação está correta, elas são. No entanto, esse tipo de afirmativa costuma deixar de considerar importantes fatores como raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, entre tantos outros. Isso porque o sexismo é, sem dúvidas, um sistema de dominação institucionalizado, porém, este nunca foi capaz de determinar, unicamente, o destino das mulheres (HOOKS, 2019, p. 32).

Nesse contexto, o termo “mulher” usado nos discursos das feministas se referia apenas às experiências das mulheres brancas, de classe média ou alta e heterossexuais, como se essa fosse uma totalidade. No entanto, é preciso compreender que esse tipo de discurso acaba por excluir e silenciar a existência individual de muitas mulheres (DAVIS, 2016, p. 43-56). Assim, nesse contexto, o feminismo acreditava que podia definir uma categoria universal da mulher, ignorando suas especificidades e intersecções.

Nesse sentido, é preciso compreender a necessidade de se retirar determinadas pautas feministas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional, que leve em consideração as opressões não apenas de gênero, mas também de raça. Desse modo, será então possível abandonar análises simplistas e romper com o discurso da “mulher universal”, que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a necessidade de se pensar a interseccionalidade para desarticular hierarquias de opressões tais como a de gênero e raça. Se um dos objetivos do feminismo, de maneira ampla, se constitui na busca por uma sociedade sem hierarquia de gênero, com direitos iguais para homens e mulheres, existindo mulheres que para além dessa opressão, também sofrem outras opressões raciais e de classe, é necessário incluir e pensar as intersecções como uma necessidade do movimento feminista. Para tanto, nos estreitos limites desse trabalho, primeiramente será apresentada uma breve história do feminismo e das mulheres negras; a seguir, será abordado acerca da necessidade de um olhar que ultrapasse as questões de gênero e também considere

as opressões raciais, dando ênfase na importância de se pensar a interseccionalidade diante da sobreposição de opressões.

A realização dessa pesquisa justifica-se pela importância que é inerente aos estudos que versem quanto a temática da igualdade de gênero e da interseccionalidade, bem como pela necessidade de trabalhos que discutam este conceito frente as questões específicas que lhe são concernentes. Para tanto, é utilizada como metodologia a realização de pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico, vez que este diz respeito à parte dedicada à contextualização teórica do problema e a sua relação com o que já tem sido investigado a seu respeito.

1. Mulheres negras e o feminismo

Nos Estados Unidos, assim como em diversos outros países do mundo, o final da década de 1960 foi um período em que o movimento feminista começou a ganhar maior notoriedade, juntamente com o crescimento de um grande número de manifestações sociais. Paralelamente, o meio intelectual também passou a se voltar para essa questão, sendo que aqui pode-se destacar duas obras importantes: “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir e “A mística feminina” de Betty Friedan.

Embora a década de 1960 tenha possibilitado grandes discussões quanto às questões feministas, deve se considerar que há muito tempo as mulheres lutavam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os primeiros passos para a construção do movimento feminista estava ganhando forma e novas frentes de manifestações foram surgindo.

A vertente do movimento feminista negro tem como algumas importantes ativistas e pesquisadoras afro-americanas Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, bell hooks¹, Patrícia Hill Collins e Angela Davis. A sua origem, durante o movimento conhecido como *Black Feminism* (Feminismo Negro), resultou em diversas reivindicações de mulheres negras contra a prática de um movimento feminista hegemônico, que não incluía a questão racial nas pautas reivindicatórias.

1 O nome de bell hooks será escrito em letras minúsculas neste artigo, pois é assim que a autora Gloria Jean Watkins, que adota o nome de sua bisavó materna, se apresenta.

As feministas negras da época apontavam para o fato de que tanto os Movimentos Feministas quanto o Movimento Negro falharam ao negligenciar as peculiaridades das mulheres negras. O Movimento Negro, vinha demonstrando desinteresse em combater o sexismo, excluindo de debates e análises a questão de gênero. Em geral, argumentavam que, se as questões raciais fossem resolvidas, automaticamente as dificuldades pelas quais as mulheres negras passavam desapareceriam por consequência. Assim, as questões raciais ocupavam historicamente um lugar hierárquico superior às questões de gênero dentro do Movimento Negro (DAVIS, 2018, p. 23).

Essa opressão não se limitava tão somente à figura masculina, a mulher negra também estava em posição servil perante a mulher branca. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, as mulheres negras carregavam o peso da escravidão e eram postas em uma posição de subordinação (HOOKS, 2018, p. 19).

Assim, nesse contexto, o movimento feminista, a partir das mulheres negras, buscou apresentar que as questões de raça associavam-se unicamente ao homem negro, e as questões de gênero unicamente a mulher branca. As experiências das mulheres negras não se inseriam nem no ser mulher nem no ser negro. Desse modo, pode-se afirmar que as mulheres negras não conseguiam ter voz dentro desses movimentos sociais.

O feminismo da época, moldado tão somente por uma supremacia branca, negligenciava as questões das mulheres negras, pois acreditavam que essas eram pautas muito específicas e que combater as opressões de gênero, no momento, era mais importante. As feministas brancas universalizaram as suas experiências e reduziram estas as necessidades de um único grupo de mulheres. Focavam exclusivamente na questão da dominação masculina. Isoladas em sua realidade particular, essas mulheres não buscavam a igualdade social para todas as mulheres.

As feministas brancas da época não conseguiam enxergar o fato que, enquanto a mulher branca é oprimida pelos homens, ela também tem privilégios de raça, o que dá poder para oprimir outras mulheres, com relação a gênero e raça, e também a oprimir homens negros, com relação a raça. O homem negro, por sua vez, ao mesmo tempo em que luta para acabar com o racismo, também age como opressor contra as mulheres negras no sentido de gênero. E por último

as mulheres negras, que sofrem tanto pela sua raça quanto por seu gênero (HOOKS, 2015, p. 208).

No início da década de 1990 passou a ser identificado um novo período do movimento feminista, de forma que o próprio passou a ser criticado, sobretudo com relação ao fato de que apenas as experiências que representavam mulheres brancas e de melhores classes sociais eram consideradas. Ou seja, até o momento, pouco se falava sobre as opressões sofridas pelas mulheres negras (HOOKS, 2018, p. 70). Devido ao privilégio racial, as feministas brancas dominavam o movimento feminista com pautas que abarcavam somente as suas iguais, raramente se questionando sobre mulheres que não faziam parte da mesma realidade (HOOKS, 2015, p. 195).

Naquele período, o relacionamento entre mulheres brancas e mulheres negras era carregado de tensões. As mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo, e assim acusavam as mulheres negras de serem traidoras por terem introduzido a questão de raça nas pautas do movimento feminista. De acordo com elas, estariam desviando o foco da questão principal, qual seja, a opressão de gênero (HOOKS, 2015, p. 71).

Sojourner Truth, importante ex-escrava abolicionista, em seu discurso “E eu não sou uma mulher?”, proferido em 1851, na Convenção de Direito das Mulheres na cidade de Ohio, já havia apontado para as especificidades das experiências das mulheres negras, questionando a existência de uma categoria universal de mulher. (AKOTIRENE, 2014, p. 30) Naquela ocasião, ela disse para uma plateia composta majoritariamente por homens brancos:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisavam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para

a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?²

Sojourner questiona em seu discurso a diferença de apontamentos entre mulheres brancas e negras, na qual, o primeiro grupo é visto como delicado, que precisa de proteção e de cuidado, enquanto o segundo é subjugado, inferiorizado e silenciado. Ou seja, Truth já enunciava que a situação da mulher negra era completamente diferente da mulher branca. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam o direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para conquistarem um *status* mínimo de humanidade (RIBEIRO, 2018, p. 52).

Diante disso, importa destacar que as mulheres de minoria étnica enfrentam a opressão sexista de um modo diferente, sendo que esta reflete a realidade e a complexidade das interconexões entre opressões. Sendo assim, enquanto as experiências das mulheres brancas de classe média com as opressões sexistas incorporam uma forma relativamente isolada dessa opressão, as mulheres negras o vivenciam em um cenário estruturalmente racista e sexista (DAVIS, 2017, p. 29).

É importante resaltar que as intervenções em relação à raça não destruíram o movimento feminista, como achavam as feministas brancas da época, pelo contrário, o fortaleceram. Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade e, assim, finalmente construir um movimento que não colocava o interesse das mulheres brancas, muitas vezes privilegiadas também por sua classe social, acima dos interesses de todas as mulheres. Na compreensão de bell hooks, uma revolução feminista não acabará com a opressão sexista se não acabar também com o racismo, o elitismo e o imperialismo, pois não há liberdade se a maioria das mulheres não couber nela (HOOKS, 2019, p.15).

Diante dessa compreensão torna-se possível afirmar que se um dos objetivos do movimento feminista é a busca por uma sociedade igualitária, o feminismo também precisa ser compreendido a partir das

2 Esse discurso foi proferido por Sojourner Truth na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de um dos presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, pois seriam frágeis. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista Frances Gage e publicada em 1863 (GELEDÉS, 2009).

noções de raça e não apenas de gênero. Ao longo da história mulheres brancas e negras foram oprimidas de maneiras diferentes. Assim, o conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher” sem reduzi-las a um modelo universal (TERRA; SOUZA, 2021, p. 18).

2. Um olhar além do gênero: pensar a interseccionalidade diante da sobreposição de opressões

O termo interseccionalidade foi apresentado à academia no final da década de 1980, pela autora afro-americana Kimberlé Crenshaw, de modo a expressar como a luta das mulheres negras se expandia aos discursos feministas e antirracistas, à medida que vários eixos de desigualdade as colocavam em um ponto de cruzamento das mais variadas opressões. Essa teoria pode ser apresentada a partir da ideia de que “diferentes grupos sociais estão em posições vulneráveis, pois sofrem múltiplas e simultâneas opressões e, assim, se encaixam em mais de um tipo de identidade que é historicamente subordinada” (TERRA; SOUZA, 2021, p. 19). Deste modo, podemos compreender as opressões como oriundas de imposições de gênero, raça, classe, nacionalidade, sexualidade, e que conjuntamente interferem e determinam nas experiências vivenciadas por diferentes mulheres. Assim aduz Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Ainda que o termo que nomeou essa visão ampla das opressões tenha sido apresentado pela referida autora, insta salientar, que aquela não foi a primeira a expor como as pautas feministas se

mostravam excludentes às mulheres que não se encaixavam ao seu padrão – branca, heterossexual, casada, com formação acadêmica, de classe média alta. Grupo que se mostra restrito quando se observa a pluralidade das mulheres.

Aquele modo de pensar que fundamentou a união de mulheres com estratégias organizadas, cujo um dos objetivos seria a eliminação do patriarcado, mostrou-se, em verdade, o fundamento de um movimento no qual se afirma que todas as mulheres são oprimidas, como se estas partilhassem de um destino comum, indiferente às experiências vivenciadas por cada uma delas. O “individualismo liberal competitivo e isolador” municiou mulheres burguesas a constituírem o feminismo excludente, unicamente voltados a seus interesses específicos, e acabou por negligenciar e silenciar mulheres cuja base estratégica postava-se diferente (HOOKS, 2019, p. 4).

Antes mesmo de o termo interseccionalidade ser cunhado, integrantes do feminismo negro propuzeram visões mais extensas à ideia que, até então, se tinha de feminismo, muitas delas claramente com viés interseccional. No dossiê “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” a professora da Universidade de Maryland, Patricia Hill Collins, apresenta trabalhos que já haviam sido produzidos sob essa ótica, como é o caso do volume editado por Toni Cade Bambara nos anos 1970, *The Black Woman*, no qual tomada uma postura implicitamente interseccional, à medida que anuncia às mulheres negras que não teriam sua liberdade sem estarem cientes de que raça, gênero e classe estavam interligados. Collins elucida que a referida produção destinou-se ao público em geral, não diretamente à academia e, muito embora, seja pioneiro e de extrema importância à teoria da interseccionalidade, acabou por ser negligenciado (COLLINS, 2017).

No ano de 1980, foi publicado um manifesto intitulado “*A Black Feminist Statement*” de autoria do Coletivo Combahee River, formado por algumas mulheres negras da cidade de Boston. O documento apontou como imprecisas as perspectivas nas quais se considerasse apenas uma identidade historicamente subordinada, haja vista, que as experiências das mulheres negras se moldavam a partir de opressões simultâneas, advindas de sua classe social, gênero, raça, sexualidade, etc, e, portanto, exigindo-se respostas que contivessem os sistemas diversos de opressões (COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995, p. 232-240).

Há de ser salientado que a própria ideia do feminismo negro acaba por surgir como uma resposta àquelas que defendiam a libertação das mulheres sob uma visão comum de opressão, crença esta professada por mulheres brancas e burguesas que expunham noções mascaradas da realidade social complexa a que as mulheres estavam inseridas. Muitas mulheres negras deixaram de aderir ao movimento feminista branco justamente por crerem que este apenas recepcionaria interesses da mulher branca de classe média alta, dando-se à custa de todas as outras mulheres de classes trabalhadoras, das quais grande parte era negra (HOOKS, 2019, p. 34-37).

As dificuldades metodológicas práticas da condução das identidades interseccionais acabavam por manter apartados movimentos revolucionários como o feminismo e o antirracismo, como se estes se encontrassem em fluxos distintos, deixando, assim, de observar contextos de colisões, entrecruzamento de estruturas, frequências e discriminações interseccionais, o que pode ser visto com clareza no caso Emma DeGraffenreid, no qual a trabalhadora e algumas outras mulheres negras processaram a empresa *General Motors*, sob a alegação de discriminação e segregação, quando os funcionários negros contratados eram apenas homens e, as mulheres, apenas brancas. Naquele momento a Corte Americana negou o pedido das autoras alegando que a Empresa não se mostrava racista, pois contratava homens negros, assim como não sexista, haja vista que também contratava mulheres. Ainda, mencionou-se que o pleito baseado sob esse ponto de vista dual, lhe atribuiria vantagem de dupla oportunidade (AKOTIRENE, 2019, p.34 -37).

O caso Degraffenreid elucida a ideia do pensar interseccional, quando mulheres que se encontrem posicionadas nesses pontos de tangências são atingidas por simultâneas opressões. Crenshaw preleciona que uma visão corrente das discriminações tende a suprimir sobreposições de opressões, de modo que, quando nos deparamos com mulheres a quem as discriminações raciais, sociais e de gênero atuam concomitantemente, desconsideramos tais intersecções e analisamos as subordinações separadamente, muito embora, aquelas opressões continuem marcando a vida da mulher de forma conjunta (CRENSHAW, 2004, p. 10-12).

É com base nesse pensar que o conceito de interseccionalidade possibilita abranger as múltiplas formas de “ser mulher”, afastando as ideias que às reduz a um modelo universal de mulher. Ademais,

ampliando as vistas da interseccionalidade para além do pensar feminista, podemos compreendê-la, inclusive, de modo sociológico, em que pese permitir estudos das interações das estruturas de poder no viver das minorias, (AKOTIRENE, 2019, p. 34-35) como de outros povos marginalizados que enfrentam todo tipo de dilema e desafio como consequência da interseccionalidade, intersecções de raça, gênero, heterossexismo, transfobia, xenofobia, discriminação pela condição física e todas as dinâmicas sociais que se unem criando desafios bastante únicos.

Partindo dessa visão, compreende-se que abordar a interseccionalidade é abordar também o feminismo negro, sobretudo quando dentre suas contribuições o questionar à noção universalizada de se priorizar a erradicação do sexismo, como se estivéssemos diante de uma hierarquia de opressões.

As pautas de gênero, racismo, sociais, xenofobia, homofobia acabam por entrar em conflitos à medida que cada uma padece como se única fosse, chegando a tamanho isolamento que acabam por esquecer o problema do outro, de forma que o oprimido torna-se opressor. Por esses motivos Patricia Hill Collins, assim como outras autoras, recrimina premissas competitivas entre os excluídos que criam hierarquias entre eixos de opressão, como se houvesse uma escala de sofrimento e violação. O que oprime mais, o Capitalismo, o Patriarcado, o Racismo? São questionamentos como esses que enfraquecem as pautas que, em verdade, deveriam ser analisadas interseccionalmente, sem ignorar as opressões sofridas por uma e outra classe, a fim de se fortaleçam umas nas outras.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisam-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas (AKOTIRENE, 2019, 27).

Não há que se falar em hierarquias de opressão, já que elas não existem, ainda que nítidas as diferentes formas de ser oprimido, isso não revela ser uma opressão superior a outra, pelo contrário, a dor do outro não é menor que a minha e vice-versa. As identidades podem se sobressair a depender do local e do tempo em que estão inseridas, mas é a partir da interseccionalidade que buscaremos formas de

solucionar os problemas que se sobrepõem, analisando esses pontos de cruzamento entre as vias conjuntamente.

Audre Lorde em seu ensaio “Não há hierarquia de opressão” afirmou que por ser negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, e membro de um casal inter-racial, por vezes foi taxada como desviante, mas foi exatamente por participar de todos esses grupos que notou como a opressão e a intolerância vêm de todos os tamanhos e formas, cores e sexualidades. E para que os objetivos de cada um desses grupos sejam alcançados eles não podem se vir como locados em uma hierarquia, assim como não podem permitir e acreditar na libertação de apenas um grupo. A autora defende que não há de se escolher qual batalha lutar, e sim as combater de forma uníssona, já que uma opressão não espera a outra para se realizar (LORDE, 2019).

Nesse sentido, torna-se possível compreender que é lançando mão da interseccionalidade que se cria um cenário significativo que afasta as feministas, os movimentos raciais e diversos outros movimentos sociais, de interpretações reducionistas e/ou essencialistas que perpetuam a ignorância acerca de outras formas de opressão. Assim, o feminismo interseccional propõe relacionar conceitos de gênero, raça e classe, demonstrando as especificidades de cada mulher, dentro do contexto histórico em que se insere. Portanto, não há de se falar em mulher como um conceito universal, já que cada uma delas possui o seu próprio ponto de partida.

Considerações finais

Ao procurar atender o seu objetivo geral essa pesquisa buscou contribuir para os estudos das relações de raça e gênero e sobre as hierarquias de opressões. Nesse sentido, alertou acerca da necessidade de um feminismo interseccional, para a reflexão das articulações de raça e gênero no movimento e na teoria feminista. Questionar o ideal da mulher universal é necessário para que o feminismo possa alcançar igualdade para todas e por isso é sempre relevante levar em conta as intersecções. Desse modo, tirar as pautas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional mostra-se fundamental para que se possa abandonar análises simplistas e para que se rompa com o discurso da universalidade que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres. Além disso, a interseccionalidade se apresenta como fundamental para

desarticular e não hierarquizar opressões. Sendo assim, os conceitos de gênero e raça, dentre outros, precisam ser analisados de maneira interseccional, para que possa dar voz e representação às especificidades existentes no contexto de cada mulher.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *Revista: Parágrafo*, São Paulo, v.5, n.1, jan/jun. 2017.

COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995. A Black Feminist Statement. In: GUY-HEFTALL, Beverly (org.). *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought*. New York: The New Press, p. 232-240, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo Editorial, 2018

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Sojourner Truth*. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 07 de maio de 2021

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TERRA, Bibiana; SOUZA, Larissa Faria de. Interseccionalidade e Movimento Feminista: Uma análise entre os conceitos de gênero, raça e classe. *Revista Ilustração*, v. 2, n. 1, p. 15–27, 2021. Disponível em: <http://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/47> Acesso em: 24 abr. 2021.

SEXISMO NO BRASIL, UM OLHAR INTERSECCIONAL

José Vandcarlos Vasconcelos da Silva

Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) e Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Gmail: vandcarlosvasconcelosprof2021@gmail.com

Resumo

Buscamos discutir como após 132 anos do fim do processo de Escravidão, homens e mulheres negras ainda continuam a sofrer discriminação racial no Brasil. Discriminação essa que pode se manifestar desde as formas mais “sutis” como piadinhas racistas, comentários “inofensivos” sobre pessoas negras. Como também pode tomar ainda proporções significativas, como a violência policial contra homens e mulheres negras, a hipersexualização da mulher negra e a falta de políticas públicas sociais com vistas à inserir a população negra na vida em sociedade. Problematicamos também como o conceito “Interseccionalidade”, como referencial teórico e enquanto teoria social pode nos ajudar a compreender o racismo e sexismo que se manifesta sobre as mulheres negras em nosso país.

Palavras -chaves: Sexismo - Interseccionalidade - Racismos

Introdução

A História do Brasil é marcada pela discriminação social; contemporaneamente pessoas com orientação sexual não hegemônicas ainda são discriminadas, mesmo com importantes avanços no campo social, as mulheres foram mais incluídas no processo de cidadania, porém muitas ainda são discriminadas, sobretudo as mulheres negras, e o legado da escravidão ainda persiste, assassinando milhares de negros todos os anos e tornando a população negra a maior parcela no sistema prisional brasileiro.

Em todo o continente americano, a Escravidão no Brasil foi a que mais tempo perdurou. Quase 400 anos de escravidão, e aproximadamente 4 milhões de pessoas negras que sofram sequestradas dos seus países de origem e foram trazidas na condição de escravizados (as). Pessoas negras foram tratadas como objetos durante todo o período escravocrata. Após a Escravidão não houve nenhum projeto de inserção social para as pessoas negras no Brasil e somente 63 anos depois foi pensada a primeira lei para tipificar o racismo em nosso país.

A lei de número 1.390/51 conhecida como “*Lei Afonso Arinos*” foi elaborada pelo então deputado Afonso Arinos de Melo Franco e sancionada pelo ex presidente Getúlio Vargas, a lei constitui-se no primeiro código a incluir contravenções penais sobre atos de preconceito de raça e cor, com penas para funcionários públicas e empresas privadas que cometessem atos de discriminação racial. Embora tenha sido um importante marco legal para a época, inúmeros casos de racismo perduraram e ainda se configuram até hoje.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” é uma das mais avançadas e democráticas no que diz respeito à cidadania. Tipificando o racismo como crime inafiançável. Contudo, é mais fácil mudar a lei, do que mudar os costumes. E grande parte dos hábitos culturais dos brasileiros perpassam pela prática do racismo.

Piadas de cunho racistas, a hipersexualização da mulher negra, a discriminação para com as religiões de matrizes africanas, o silenciamento das lutas históricas das pessoas negras contra a Escravidão, o encarceramento em massa da população negra, a violência policial contra homens e mulheres negras, continuam a se reproduzir cotidianamente na nossa sociedade. Buscar compreender as origens dessas discriminizações raciais, lutar pela conscientização no que

diz respeito à discriminação, violência e silenciamento das pessoas negras não é só um dever democrático, como também constitui um pilar no nosso exercício da humanidade e respeito para com o nosso semelhante.

Fundamentação teórica

Para Gonzalez (1984) o racismo e o sexismo andam juntos e constituem uma “*neurose cultural brasileira*”, para a autora o sexismo produz efeitos ainda mais negativos e violentos sobre a mulher negra. Ela discute que ainda persiste a imagem da mulher negra como “*mulata e doméstica*” e que enquanto intelectual negra, percebe a importância de se aprofundar essa discussão na sociedade.

Segundo a autora, o racismo e o sexismo no Brasil são naturalizados. Para ela, parte da sociedade ainda afirma que a pessoa negra que vive na miséria, vive porque é “*irresponsável, incapacitado intelectualmente*”. Ou seja, o conceito da Meritocracia Absoluta é trazido para explicar as desigualdades sociais enfrentadas pelas pessoas negras, contudo, não se discute a falta de políticas sociais para os grupos negros desfavorecidos em nosso país.

Também persiste a ideia da mulher negra como “*cozinheira, faxineira e prostituta*”, permanece ainda a ideia de que não existe racismo no Brasil e que basta a pessoa negra se esforçar, estudar bastante que ela “*vence*” na vida como qualquer outra pessoa. Esse olhar segundo a autora, deixa de perceber os interesses políticos e sociais que existem e impactam a vida do homem e da mulher negra, é necessário também perceber que políticas públicas deixam de investir e cuidar da população negra, e transferem para a pessoa negra a total responsabilidade do seu (in) sucesso, não considerando portanto outras variáveis externas. Para a autora o racismo também se manifesta consideravelmente em pessoas “*negras de pele mais clara*”, e que não possuem feições “*tão negras assim*”.

Para Ribeiro (2018), o racismo também está na construção do belo, para ela frases do tipo: “*Você é a negra mais bonita que conheço*”, “*Você dá de dez a zero em muita branca por aí*” relevam que o padrão de julgamento da beleza negra é a beleza branca. E que a pessoa negra mais “*bonita*” termina sendo aquela mais próxima dos padrões brancos e eurocêtricos de beleza. Ela argumenta que esse padrão branco de “*Mulher Ideal2*” também termina interferindo no “*amor*”,

pois muitos homens brancos possuem a ideia de que “não se relacionar com mulheres negras não tem nada haver com o racismo, pois ninguém manda no amor”, na realidade muitas pessoas brancas não se relacionam afetivamente com pessoas negras por serem também influenciadas pelos padrões “ideiais” de beleza branca/eurocêntrica. Se o racismo contrói uma imagem negativa da pessoa negra. O racismo também termina interferindo no desejo e nas relações afetivas das pessoas para a autora.

Ainda para Ribeiro (2018) quando o elogio às mulheres expressa-se da seguinte maneira “*Amo a cor de vocês, mulheres negras são exóticas*”, é também uma forma de racismo velado. Ela pontua que pessoas negras não são animais, para serem “exóticos”. Inclusive no passado pessoas pessoas foram expostas em zoológicos, fundamentados nesse pensamento. Qualquer tipo de elogio real, deveria ser feito com naturalidade, sem alarde ou surpresa, semelhante é feito com as pessoas brancas segundo a autora.

Gonzales (1984) afirma que existe implicitamente a ideia de “branquear” a pessoa negra por parte de muitos discursos que ainda vemos em nossa sociedade, ao discutir a música “*Nêga do cabelo duro*”, se diz implicitamente que o cabelo da pessoa negra é “ruim”, ou seja, esse “*cabelo ruim (porque é duro)*”. Ela afirma que geralmente quando a pessoa negra é “*elogiada*” o padrão de comparação no “*elogio*” é a pessoa branca. Se elogia as “*feições finas*” que alguns negros (as) “*possuem*”. Ela argumenta que esse padrão “*branco de beleza*” termina contribuindo para a pessoa negra tenha uma baixa auto estima e que tenha “*vergonha de ser preta*”, usando creme para clarear e usando produtos para esticar os cabelos.

Para a autora, a mulher negra é objetificada pela sociedade brasileira, sobretudo nos desfiles de carnaval, nesses eventos a mulher negra é vista como “*deusa, exuberante, dona de um belo corpo*”, e desperta muita admiração e até mesmo desejo em muitos dos homens brancos que a vêem. Segundo ela, o Mito da Democracia Racial é reencenado com os desfiles carnavalescos e com a “*exploração do corpo feminino*”. Ela afirma que todo mito tem como fundamento ocultar algo, e o Mito da Democracia Racial esconde a sua violência simbólica para com a mulher negra. Ela afirma que todo esse endeuamento durante o carnaval não ocorre no cotidiano da mulher negra, principalmente no momento em que ela transfigura a empregada doméstica. (GONZALES, 1984).

Para Gonzalez (1984) o trabalho doméstico é um dos elementos que caracterizam de maneira muito significativa o legado da escravidão em nosso país, legado que também recai consideravelmente sobre a mulher negra, a empregada doméstica seria vista como “*a mucuma permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família*” e a dos outros nas costas”. (PÁG.230). Pontua que mesmo essa mulher negra estando “*bem vestida*”, e sendo “*educada*” e sendo uma mulher negra de classe média, nem mesmo assim ela está livre da discriminação racial. E que os porteiros dos edifícios obrigam essas mulheres a entrarem pela porta de serviço, atendendo as instruções dos síndicos brancos, os mesmos que elogiam e desejam essa mulher negra nos desfiles carnavalescos.

De acordo com Gonzales (1984) o Brasil tem o seu momento de exaltação do Mito da Democracia Racial no Carnaval. A mulher negra chama toda a atenção nos desfiles carnavalescos, porém ao longo do ano “*é tirada de cena*”, ou seja, continua a sofrer a mesma discriminação social e racial de sempre. Para a autora no Período do Carnaval a mulher negra vista como mulata, e essa visão de “*mulata*” é uma visão que permeia o imaginário brasileiro durante o período colonial. É exatamente nesse contexto que vai se desenvolver a ideia de Democracia Racial. De acordo com a autora, o corpo da mulher negra sempre foi objetificado, sempre foi visto como “*quente*”. Isso, sem levar em consideração as dificuldades sociais e econômicas que sofre as pessoas negras em nosso país.

Segundo a autora a pessoa negra no Brasil ainda continua condicionada a precariedade social, ela argumenta que isso demonstra os índices de diferentes formas de dominação, ainda presentes em nossa sociedade, enquanto o homem branco mora em moradias belas e protegidas. A pessoa negra está sujeita às “*favelas, cortiços*” e aos novos conjuntos “*habitacionais*”. Destaca também que enquanto o poder policial protege os brancos em sua vizinhança. Ele amedontra o homem e a mulher negra em seus bairros. A repressão policial tem também como fundamento o racismo, que pode ser percebido em como são feitas as abordagens policiais com as pessoas negras, e como essas mesmas abordagens são feitas com pessoas não negras em bairros periféricos. Até mesmo homens negros ricos já foram vítimas de maus tratos e abusos por parte de seguranças ou policiais em vários espaços.

De acordo com a autora os programas policiais de rádio também costumam “*ridicularizar e discriminar*” pessoas negras, sobretudo nas “*investidas policiais*”. Discursos midiáticos como esses “*ajudam*” na reprodução do imaginário sobre o negro como “*marginal*”, “*criminoso*”, “*trombadinha*”, “*bandido*”, “*assalsante*”, dentre outros adjetivos perojativos e discriminatórios. Não é por acaso que grande parte da população carcerária do nosso país seja negra e seja também a população negra a que mais sofre casos de violência policial, muitas vezes os programas midiáticos sensacionalistas minimizam ou endossam essas práticas.

Percebemos com essas discussões como o racismo ainda está perpetrado em muitos setores da nossa sociedade, no ambiente educacional, nos espaços de trabalho e nos meios de comunicação. Sobre essa questão dos meios de comunicação, ainda não é comum vermos pessoas negras ocupando espaços na mídia⁴, seja como artistas ou apresentadores (as). Mesmo com a ascensão de artistas negros (as) recentemente em espaços midiáticos, a maioria branca nesses espaços continua a ser uma realidade.

No livro “*Mídia e Democracia*” os autores Pedrinho Guareschi e Osvaldo Viz discutem que o papel dos meios de comunicação de massa consiste também na discussão/conscientização dos problemas sociais existentes em uma região, em um país. Além de possuírem programas de entretenimento, os meios de comunicação precisam também pontuar questões sociais e políticas fundamentais em uma nação, ou seja, a “*Mídia*” possui categoricamente uma função social, principalmente por serem concessões públicas do governo. Em contra partida, geralmente essas discussões não são feitas como deveriam ou até mesmo não são feitas, e quando o tema em pauta é racismo, torna-se ainda mais “*delicada*” a discussão.

Na obra “*Sociologia Crítica : alternativas de mudanças*”, o autor Pedrinho Guareschi ao discurtir “*o aparelho ideológico dos meios de comunicação*”, afirma que muitas notícias, discussões e outras temáticas abordadas pela mídia, se pautam pelo princípio da “*meia verdade*”, ou seja, um tema pode até ser abordado, porém não na sua inteireza, não com a profundidade devida. Sabemos que a temática do Racismo ainda é tabu em nosso país.

Nesse sentido Djamila Ribeiro (2018) discuti uma série criada por Miguel Falabella, em que na visão da autora, as mulheres negras são tratadas como objetos sexuais. Só o nome da Série “*Sexo e as negras*”

já constitui um termo pejorativo, uma vez que mulheres negras historicamente foram tratadas com desumanidade, e os corpos dessas mulheres tratados como mercadorias; e ao longo da história grande parte das religiões hegemônicas contribuíram para o processo de escravidão e discriminação das pessoas negras.

Ao problematizar os discursos religiosos, Gonzalez (1984) problematiza as falas do Dom Avelar Brandão, um Arcebispo da Bahia que afirmou que *“a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão”*. Ela contra argumenta que o Brasil *“já é e está africanizado”*. Percebemos na fala do Dom Avelar a preocupação de que Brasil não deve possuir características que se aproximem da África. Essa ideologia não é recente em nosso país, a Teoria da Eugenia e a Teoria do Branqueamento⁵ já influenciaram muitos intelectuais no Brasil.

Ao longo da História percebemos que essa discriminação para com a população negra foi embasada no conceito errôneo de *“inferioridade natural”* das pessoas negras. Quando analisamos os estudos de evolução do século XIX, percebemos a aplicação do conceito de racismo biológico, como uma relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados, colonizadores que buscavam também desmerecer a cultura negra (GONZALEZ, 1984; RIBEIRO, 2018)

Gonzalez (1984) diz que há um interesse eurocêntrico em desmerecer tudo o que está vencilhado a cultura negra, aos costumes e hábitos negros e que também que aqueles que discriminam às pessoas negras, associam *“tudo o que incomoda”* à cultura negra como instrumento ideológico de desmerecimento e com o intuito de tornar pejorativo a negritude. Consequentemente a cultura negra termina se configurando como negativa. Ressaltando que as críticas feitas por Lélia Gonzalez, sobre o racismo e o sexismo são práticas costumeiras *“do europeu, do branco, do dominador”*.

Sexismo no Brasil, um olhar interseccional, Problematizações.

Carla Akotirene escreveu o livro *“Interseccionalidade”* no qual ela faz várias discussões sobre o papel do Feminismo Negro, o próprio conceito de Interseccionalidade, colonialidade, discriminação de gênero e racial, dentre outras questões importantes para a nossa reflexão. Ao discutir sobre Interseccionalidade, ela o conceitua como uma abordagem teórica que busca superar os limites do movimento

negro e do racismo no movimento feminista, buscando perceber como se configura a discriminação racial e sexista para as mulheres negras.

Para a autora os Movimentos Negros foram importantes para muitas pautas e lutas para a comunidade negra, o movimento lutou e luta contra a discriminação, pela inserção da pessoa negra na vida em sociedade, dentre outros aspectos, porém o movimento teve limitações no que diz respeito a incluir as mulheres negras nessa luta. Muitas questões que diziam respeito às mulheres negras, não eram totalmente levadas em consideração pelos Movimentos Negros. Por outro lado, as mulheres negras também não encontravam espaço no Movimento Feminista, que no seu início estava lutando por pautas que envolviam apenas mulheres brancas, possuindo um caráter racista, segundo a autora.

Segundo Akotirene (2019) o Movimento Feminista e o Movimento Feminista Negro, possuem pautas em comum, porém também tem pautas específicas. Isso porque além do machismo, pesa também sobre a mulher negra a questão racial. Discriminação que pode ficar ainda mais forte se a mulher negra for também *"gorda, nordestina, trabalhadora e lésbica"*. Carla Akotirene também destaca que o Feminismo Negro não deixa de incluir os homens negros em sua luta, principalmente no combate ao racismo. Os homens negros progressistas seriam *"aliados"* no Feminismo Negro. Diferentemente do Feminismo *"Branco"*, que não busca incluir necessariamente os homens brancos (e muito menos negros) em sua luta e, se comportam segundo a autora como *"separatistas"* na luta por igualdade de gênero.

Akotirene também destaca outras diferenças entre o Feminismo Branco e o Feminismo Negro, para ela a Interseccionalidade e o Feminismo Negro lidam com realidades diferentes ao analisarem questões relacionadas as mulheres negras na América Latina e no Continente Africano. Ela pontua também que o Feminismo Branco sofreu e ainda sofre muita influência eurocêntrica e para a autora torna-se necessário romper com o colonialismo europeu, a discussão desses fenômenos vem sendo cada vez mais feita pela Interserccionalidade.

Kimberle Crenshaw aprofundando a discussão sobre Interseccionalidade no texto *"A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero"* afirma que os homens negros e as mulheres negras experimentam situações de racismo, de forma diferente, por conta dos seus gêneros. Ela também discute que as mulheres *"dominantes"* (referência as mulheres brancas ricas) ao sofrerem discriminação de

gênero, tendem à serem mais protegidas que as mulheres negras. A Interseccionalidade analisa a discriminação para com mulheres negras e pobres, principalmente mulher afro-americanas e latinas.

A Interseccionalidade busca portanto compreender de que maneira o racismo sobre as mulheres negras também se intercepta com outras estruturas de discriminação, dentre elas, o sexismo. Exemplificando como a discriminação racial para com mulheres negras reflete também na falta de políticas públicas, ela argumenta que recentemente mulheres negras tiveram filhos com microcefalia, ela afirma que pelo fato dessas mulheres serem negras, elas são vítimas do racismo e sofrem um atendimento público precarizado, além de viverem em regiões sem saneamento. Para ela esses casos demonstram o racismo como um fenômeno que está institucionalizado, chegando até as produções científicas.

Para a autora o Racismo Epistêmico também precisa ser problematizado, uma vez que percebemos que uma significativa parcela das produções intelectuais europeias ainda possuem grande influência na formação intelectual de muitos pensadores latino-americanos. Uma vez que essa influência intelectual europeia se prepondera sobre muitas análises de problemáticas locais, a discussão sobre o Colonialismo torna-se limitada. Portanto romper com o Racismo epistêmico é também romper com o legado do colonialismo em nossa sociedade e nas produções acadêmicas.

Além do Racismo Epistêmico, a autora pontua que o Neoliberalismo tem buscado tirar proveito do conceito da Interseccionalidade, pelo fato da Interseccionalidade ter sido elaborada a partir de análises jurídicas nos Estados Unidos. Também para ela o termo "*Feminismo Interseccional*" ao invés de "*Feminismo Negro*", busca também ocultar de forma implícita as lutas e as pautas das mulheres negras, muitas dessas pautas procuram denunciar o silenciamento jurídico sobre injustiças contra as mulheres negras e a violência policial sofrida por essas mulheres.

Como já foi discutido anteriormente a partir do olhar de Gonzalez (1984), muitos homens jovens negros são vítimas do abuso de autoridade por parte de policiais, isso quando não assassinados pela polícia, e em decorrência desse fato muitas mulheres negras terminam assumindo sozinhas a chefia dos seus lares. Se os homens negros precisam lidar com a violência policial, as mulheres negras infelizmente

terminam também sendo vítimas dessa violência policial, ao serem presas, ou sofrerem com o descaso da polícia e do sistema judicial.

Ao falar sobre o silenciamento jurídico que sofrem as mulheres negras nos Estados Unidos, Kimbele Crenshaw afirma que até pouco tempo no seu país, estupro era um crime racial. Ou seja, o processo poderia ser anulado se ficasse provado que a vítima do estupro não era branca. Também as vítimas negras por estupro, tendiam a ser julgadas pelo que faziam, pelo que vestiam, etc.

Carla Akotirene (2019) a partir de suas análises chama a atenção para as revistas vexatórias em presídios, quando muitas mulheres negras vão visitar seus companheiros que estão detidos. A autora também discute a violência que acomete as mulheres negras no sistema prisional feminino, muitas dessas violências impostas por mulheres brancas. E ressalta que mesmo com alguns avanços, muito ainda precisa ser feito no combate a discriminação e violência para com as pessoas negras em nosso país.

Considerações finais

A discriminação racial para com as pessoas negras e o sexismo especialmente sobre as mulheres negras são duas formas de discriminação que precisam ser superadas, acreditamos que para que essa superação seja alcançada, a sociedade tenha um nível maior de informação e conscientização sobre como as pessoas negras ainda são vítima dessa forma de violência. Como diz Djamila Ribeiro, não basta apenas não sermos racistas. Torna-se necessário sermos antirracistas.

Percebemos também a importância de uma análise interseccional para que possamos compreender como a discriminação de gênero e racial recai especialmente sobre as mulheres negras. As diferenças raciais e as diferenças de gênero não podem servir como subterfúgio para a discriminação. Somos diferentes, porém não desiguais. Devemos pois buscar uma sociedade mais justa e mais igualitária, igualdade sobretudo para os grupos sociais que foram historicamente discriminados.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Feminismos Plurais. São Paulo. 2019

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2001

GUARESCHI/ Pedrinho. **Sociologia Crítica: Alternativas de Mudança**. Porto Alegre. Mundo Alegre.2008

GUARESCHI,Pedrinho/ BIZ, Oswaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre. 2005 GONZALEZ, Lélia. **O Racismo e Sexismo na Cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** 2018. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

URBANISMOS E URBANIDADES NAS MARGENS DA CIDADE: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO BAIRRO DE ITAPUÃ E SEUS OFÍCIOS AQUOSOS

Yago Bruno Santos de Souza

Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA e integrante dos grupos de estudos Urbanidades Liminares e Laboratório de Estudos em Imagem e Arquitetura (L.E.I.A.) da Faculdade de Arquitetura da UFBA, yago.bruno@ufba.br;

Resumo

O presente relatório visa apresentar os resultados após finalização do ciclo de pesquisa de iniciação científica pelos editais pibic-cnpq 2018/2019 e pibic-fapesb 2019/2020 do plano de trabalho “urbanismos e urbanidades nas margens da cidade: uma aproximação a partir do bairro de itapuã e seus ofícios aquosos” sob o intuito de discutir a produção e dinâmica urbana em um território significativo para a ocupação e formação da cidade de salvador, o bairro de itapuã. Tal escolha se deu não somente pela historicidade do bairro, mas pela noção de margens que este recorte engloba, tanto a partir de sua geografia – onde itapuã é apresentado enquanto bairro periférico e próximo ao limite do que configura a poligonal da cidade de salvador histórica e contemporaneamente; quanto por sua relação com a orla atlântica da cidade, que configura uma série de disputas e conflitos por seus modos de ocupação; como também pelo entendimento da noção de marginalização socioeconômica – associada frequentemente às ocupações entendidas pelas ‘baixas’ e favelas – existentes em algumas localidades do bairro. Estes modos de habitar, sobreviver e construir a cidade foram destrinchados, de certo modo, a partir do saber historiográfico que se foi construindo no decorrer da pesquisa sob o filtro dos ofícios ‘aquosos’ – entendendo tais ofícios enquanto

dependentes de espacialidades criadas por corpos d'água (nas representações das fontes, lagoa do abaeté e o mar) para sua existência – de modo que a pesca e as variações do 'trabalho de ganho' acabaram por possuir um protagonismo essencial para o andamento da pesquisa.

Palavras-chave: Urbanismo, História, Oralidade, Interseccionalidade, Memória.

Introdução

Este trabalho visa apresentar reflexões teórico-metodológicas acerca da pesquisa de iniciação científica desenvolvida desde 2018, inicialmente¹ intitulada; “A relação urbanismo/margens em Salvador: uma aproximação a partir do bairro de Itapuã e seus ofícios ligados à água” no âmbito do grupo de estudos ‘Urbanidades Liminares’, vinculada ao projeto “Urbanismos e urbanidades nas margens da cidade”. Nesta IC, em diálogo com o referido projeto, busca-se uma exploração acerca do urbanismo e formação de urbanidades a partir de ‘margens’ e ‘limiares’, como apontado, perscrutando as dimensões socioespaciais e, sobretudo, os meandros da conformação de distintos ‘regimes de urbanidade’ a serem considerados analítica e politicamente (ROSA, 2018). Possuindo 2 anos de realização, houve um aprofundamento teórico e de campo a partir de novas interlocuções e adensamento das relações pré-existentes, além da inserção de novos conceitos estudados coletiva e individualmente como as noções de interseccionalidade, enraizamento, urbanidades, oralidade, imagens de controle, baianidade, trabalho de ganho, etc. (ABIB, 2010; BASTITOSTI, PITA, SOUZA, 2019; CEAS, 1989; COSTA, 1991; REIS, 2019; SODRÉ, 1988)

Logo, a pesquisa de iniciação científica desenvolve-se no bairro de Itapuã, em Salvador - BA, considerando sua historicidade atrelada ao desenvolvimento de Salvador - enquanto primeira capital do país - e a formação do bairro, que, apesar de encontrar-se distante do centro antigo da cidade, sempre possuiu relações de trocas com este. A partir da eleição deste território como campo de pesquisa, tem-se um estudo voltado para as práticas e saberes ligados à ‘água’, uma vez que se tem percebido - em diálogos entre as discussões teóricas e achados de campo, - que este recurso natural possui uma centralidade na instauração de urbanidades neste território - as quais, paradoxalmente, nem sempre irão favorecer a existência dessas práticas e saberes. No bairro, estes corpos d’água são atrelados às práticas historicamente narradas através de grandes nomes da arte e cultura brasileira do

1 Em seu segundo ciclo, a pesquisa foi realizada sob financiamento da FAPESB e orientação da prof. Thaís rosa, intitulada ‘O fazer-cidade cotidiano e suas disputas em Salvador: uma aproximação a partir de trajetórias urbanas’.

século XX, como a pesca e as ditas ‘atividades de ganho’, estas, associadas à cultura nativa e afro-brasileira, que em Itapuã refletem-se principalmente na lavagem de roupa e na comercialização de quitutes nas praias por, majoritariamente, mulheres negras (AKOTIRENE, 2018; BUENO, 2020; GANDON, 2018; NUNES NETO, 2005; REIS, 2019).

Por conta disso, teremos uma narrativa oficializada que foi, e ainda é, construída em cima da Lagoa do Abaeté e da Orla marítima do bairro, enquanto regiões afetadas pela indústria do turismo e que vão recebendo uma série de incentivos dos dispositivos hegemônicos de gestão e planejamento urbano – à exemplo do ‘urbanismo por status’² (SERPA, 2002) – provenientes do consumo da dita baianidade³. No entanto, a aplicação desses dispositivos pelo Estado desconsidera a existência dessas práticas, restringindo-as – intencionalmente - num regime de informalidade que nos permite identificar uma primeira conceituação de margem, a marginalização de determinadas práticas e saberes. Além dessa, teríamos a margem enquanto abordagem espacial – sabendo que o bairro de Itapuã se encontra na periferia da poligonal da cidade de Salvador e, dentro desta, a lagoa e orla que possuem espaços considerados enquanto limiar entre recursos naturais passíveis de ocupação humana e a água. Por fim, através de relatos de antigas e atuais trabalhadoras desses ditos ‘ofícios aquosos’ existentes em Itapuã (e em Salvador), tem-se, a partir da oralidade, registros de ocupação e evolução espacial do bairro – bem como da cidade – que nos permite confrontar as narrativas históricas urbanas consolidadas e reanalisar de que forma esses apagamentos incidiram e reincidem no cotidiano soteropolitano, revendo imagens

2 “Há, na verdade, duas “periferias”, como nos ensina o professor Roberto Lobato Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: aquela com urbanização de status e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infra-estrutura adequada e tornam-se bairros de status. Segundo Corrêa, em vista do sentido pejorativo do termo periferia, estes bairros “fisicamente periféricos não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos!” [...]. A progressiva urbanização da favela, no entanto, advém ou da ação dos próprios moradores ou da sua capacidade de pressão sobre as instâncias governamentais, para implementação de alguma infra-estrutura.” (SERPA, 2002, p.295)

3 Construção de identidade a partir de grandes nomes da cultura brasileira (como Jorge Amado, Vinícius de Moraes, Dorival Caymmi, movimento Tropicália etc) no começo do século XX e que é apropriada pelo poder público desde os anos 70 para implementação de políticas de turismo enquanto nova perspectiva de atendimento ao capitalismo.

e imaginários constituídos hegemonicamente (BUENO, 2020; ROSA, 2014; SCHEINOWITZ, 1998).

Metodologia

A metodologia geral de pesquisa envolveu uma série de leituras que, relacionadas com as idas à campo e interlocuções com agentes locais do território deste projeto de pesquisa em específico, permitiu a realização de uma delimitação do recorte e temática de estudo baseada nas informações e dados obtidos. A metodologia geral definiu-se por: revisão bibliográfica; pesquisa documental; caminhada e observação (no território); interlocução (no território); síntese analítica; produção gráfica; registros fotográficos (no território); pesquisa iconográfica; coleta e análise de relatos e fontes orais; pesquisa em acervos.

É válido ressaltar que as iconografias históricas (ALBERNÁZ, 1666; DEBRET, 1835; PANCETTI, 1957) tiveram muita importância para revisar parte da historiografia abordada pela pesquisa, de modo que, partiu-se para produções gráficas que tensionassem um saber historiográfico e, também, questões atuais. A oralidade acabou ganhando destaque devido ao seu potencial epistemológico diaspórico e sua herança presente no território, os 'etnotextos' orais presentes na Voz de Itapuã (GANDON, 2018) são um exemplo de parte desse acervo oral encontrado, além dos depoimentos provenientes das interlocuções obtidas em campo com as senhoras ex-lavadeiras de roupa (Maria de Xindó e Maria Guimarães). Por fim a visita em acervos foi iniciada mas foi prejudicada com a pandemia do COVID-19 sendo possível ter acesso somente às informações do CEAS e informações secundárias (obtidas a partir das bibliografias lidas) do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Por fim, é válido trazer enquanto perspectiva metodológica a importância da figura do pesquisador em questão para a realização deste trabalho, sendo homem cisgênero, homossexual, nascido no bairro e filho de ex-donos de barracas de praia, também, um ofício aquoso. Fatos que permitiram uma maior abertura com as mulheres realizadoras desses ofícios (ex-lavadeiras, baianas de acarajé, etc) nas praias do bairro ou na Lagoa do Abaeté. À este tipo de pesquisador, que atua no próprio território de moradia enquanto também

o tem como objeto de investigação científica, demos o nome de pesquisador-limiar.

Resultados e discussão

O território do bairro de Itapuã surgiu enquanto escolha por sua historicidade que precede à própria formação do Brasil, estando a primeira capital do país restrita à cidade alta X cidade baixa, Itapuã destaca-se enquanto aglomerado humano além dessa centralidade urbana desde o século XVI, a vizinhança de Itapuã – ou Tapuã, como era narrada pelas cartas de navegação da época – possui uma historicidade marcada pela presença e resistência nativa – a qual deixou sua marca no bairro até a atualidade através do próprio nome deste e de alguns marcos simbólicos da sua história, como a Lagoa do Abaeté, o Farol de Itapuã e a pedra de São Tomé (GANDON, 2018; LUZ, 2008). Como relata Seu Miguel, antigo pescador do bairro que:

“[...] Itapuã era terra de índio. Bom, depois foi chegando... os africanos, e... negócio de pescaria da baleia, e foi chamando gente pra terra, chamando africano... Veio isso, veio aquilo, veio até português, espanhol, e hoje Itapuã está empestada aí, cheia de espanhol, português. Agora, essa história aí é que eu sei bem, que meu avô dizia que Itapuã foi... era terra de índio. Quem iniciou Itapuã, ele dizia, foi índio e pescador mesmo. Ele mesmo era filho de índio. Ele me dizia.” (GANDON, 2018, p. 38).

Dialogando com o que Thais Rosa reflete acerca das margens; “As margens emergem, portanto, como dimensão central na experiência contemporânea, fazendo transbordar a noção de fronteira ao embaralhar as distinções entre dentro e fora, privado e público, legal e ilegal, norma e transgressão, soberania e exceção, identidade e alteridade [...]”(ROSA, 2017, p. 187), de modo que encontramos em Itapuã sua potência enquanto limiar e epicentro de urbanidades. Itapuã também se desenvolve enquanto margem de uma relação territorial outra que, apesar de articulada socioeconomicamente ao centro antigo de Salvador, possuía outros modos produção urbana promovida pelos seus habitantes – os nativos ameríndios e os negros afrodescendentes. Estes itapuãzeiros, retendo na memória transmitida pela oralidade

saberes ligados à sua conexão com o território e recursos naturais de Itapuã desde o tempo dos nativos.

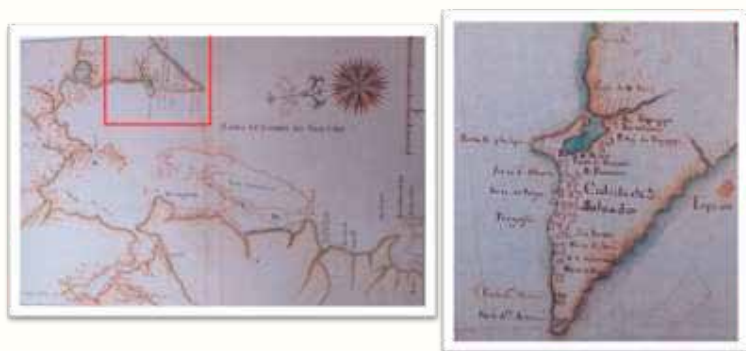
Posteriormente, no fim do século XVI, Itapuã é alvo das invasões portuguesas em seu projeto de colonização do litoral norte de Salvador e, dentro do regime de dominação e disputa territorial colonial, passa a ser território do primeiro e maior latifúndio do país pertencente à Garcia D'ávila – filho de Tomé de Sousa. Ao longo do domínio dos Ávilas, a região que compreendia Itapoã foi sendo preenchida pelo regime de trabalho escravagista e colonial – consequentemente demarcando o início da presença africana no bairro, como destaca Teixeira (1978, apud GANDON, 2018):

“Quanto aos anos iniciais da ocupação das terras de Itapuã pelos portugueses, Soares de Souza (1971, p.70), no século XVI, registrou a existência de uma grande fazenda onde havia uma capela dedicada a São Francisco. Essa propriedade pertencia a Garcia d'Ávila e tinha como um dos limites a sesmaria do Conde de Castanheira, que englobava terras do litoral de mar aberto na distância de uma légua após a foz do Rio Vermelho.” (p. 36 apud TEIXEIRA, 1978^a, p. 3-5)

Em tal época, já no século XVII, a região possuía uma função vital advinda da caça às baleias, que se caracterizava pelo fornecimento do óleo destes animais para iluminação da sede administrativa e militar de Salvador e exportado até a Europa. Esta prática de caça e retirada de óleo ocorreu até o início do século XX sob relatos orais acerca dos feitos do último grande arpoador de baleias de uma das armações do bairro (GANDON, 2018; REIS, 2019). Tal ofício, semelhante à atividade de pesca exercida pelos nativos, demonstra a relação vital que os corpos d'águas acabaram por ter na ocupação e formação do conhecido território de Itapuã e no projeto de colonização lusitana de parte da América do Sul, através de sua exploração enquanto provedores de recursos e meio de transporte chave para as grandes navegações do período colonial. Também, permite afirmar que as águas serviram de elo entre os remanescentes indígenas e os povos africanos escravizados para unirem-se com suas culturas devotas às forças da natureza em uma resistência contra um sistema social que os inferiorizava e estigmatizava (AKOTIRENE, 2018; GANDON, 2018; RÊGO, 2006; REIS, 2019; SODRÉ, 1988).

Como dito anteriormente, tal relação de respeito a natureza era presente entre os nativos e na própria titulação do território: 'Itapuã; Itapoã; Itapuan; Itapoan' – 'Pedra que se ergue, Pedra que ronca, Pedra da ponta, Pedra Redonda'. Compreendendo esta titulação da antiga vila enquanto uma relação com as cartas de navegação utilizadas no período colonial e associadas a uma proeminência rochosa em meio às águas marítimas onde instalou-se – em uma localidade próxima – o Farol de Itapuã no início do século XX, reforçando a importância da navegação no processo de identificação e vigilância territorial associado à um verbete de origem tupi-guarani (LUZ, 2008).

Figura 1: Mapa da Baía de todos os santos (acima), ampliação para a cidade de S. Salvador (à direita) e, à norte, em vermelho, a 'Tapoan' (ALBERNÁZ, 1666).



Um outro ofício retroalimentado pela pesca advinha da compra e revenda de peixes pelas escravas de ganho (COSTA, 1991; GANDON, 2018; REIS, 2014; REIS, 2019) para posterior venda no centro da cidade de Salvador – mais especificamente na região da Baixa dos Sapateiros, Cabula, Retiro, Pernambués territórios articulados com o centro e o comércio de carne bovina da região compreendida por Feira de Santana; além de Santo Amaro de Ipitanga, Portão, Armação, Boca do Rio, territórios articulados ao bairro de Itapuã pela proximidade geográfica. Em 'A Voz de Itapuã' (GANDON, 2018) é possível entender melhor como funcionava o ofício da venda de peixes pelas conhecidas Ganhadeiras de Itapuã, prática viva na memória de filhos e filhas dessas mulheres, a exemplo de Dona Francisquinha, Dona Astéria – algumas das interlocutoras presentes no livro – e Dona Maria Xindó e Verônica Raquel, duas das interlocutoras com as quais tive oportunidade de conversar. Também, é possível notar a sobrevivência de uma

rede de subsistência feminina num bairro que passou por um processo de colonização protagonizado pelo patriarcado eurocêntrico.



Figura 2: Escrava de Ganho (DEBRET, 1835).

“Lá [em Armação] não tinha ganhadeira. As ganhadeiras – eu mesmo vendia peixe – as ganhadeiras era daqui de Itapuã [...] Lá é Armação, pertencia a Armação. E as ganhadeiras é daqui de Itapuã, que comprava peixe nas redes daqui e nos saveiros: olho de boi, cavala, rabo aberto... aí assavam, cortavam as postas e iam pra lá pra baixo pro Comércio, iam pro Mercado Santa Bárbara, Baixa de Sapateiro, outras iam lá pro Comércio; aí vendia. Botava nas gamelas, levava o balaio, aí vendia.

Naquele tempo quem vendia peixe era minha mãe. Eu naquele tempo era garota ainda; minha mãe é quem assava. Eu ia com ela. [...] Assava na grelha. Amanhecia o dia, cada uma em suas portas. Outras no quintal, outras nas portas com as grelhas assando aqui. Outras – tinham outras casas – assavam nas casas delas. E depois arrumava tudo num balaio e ia. Levava uma gamela e chegava lá vendia tudo. E ia lá... sentava... chegava lá tinha seus bancos, arranjava uns caixotes. [...] Mamãe vendia em Santa Bárbara, vendia mais ali, na Baixa do Sapateiro. (Dona Astéria)

[...] Eram as mulheres quem comercializavam o peixe pescado em Itapuã, pelo menos até o aparecimento de um primeiro peixeiro, no fim da década de 1930, fazendo uso sistemático do gelo para sua conservação. Antes disto era preciso moquear o pescado comercializado a distância, e essa era uma tarefa essencialmente feminina, segundo os costumes locais.

[...] O trajeto era assim: saía daqui de Itapuã, ia por aqui, deixava a Ponte do Império secar a maré – que [o mar] encontrava com o rio ali onde tem essa ponte hoje nova, Jaguaripe – e daí pra lá ia a pé. Passava nas Três Árvores, passava na Boca do Rio, passava na Bolandeira, passava na Duna – hoje é a Nona – passava na Água do Xaréu – que é atrás do Centro de Convenções [...] e passava nos Pernambués, Cabula, descia a ladeira, pegava o bagageiro, pra ir vender esse peixe no mercado de Santa Bárbara. Outras iam vender no Retiro, porque vendiam peixe e traziam carne, porque aqui não tinha, como disse, matava

um boi duas vezes no ano. (Dona Francisquinha)" (GANDON, 2018, p. 266-268).

"Naquele tempo o que fazia medo a gente era outra coisa...

Minha mãe, minha mãe vinha de portão. Você sabe o que é Ganhadeira Mercadeira? A que vende com o tabuleiro na cabeça!

Minha mãe vinha de porão com o tabuleiro na cabeça, mercado... passava em Santo Amaro de Ipitanga [...] naquele tempo era Santo Amaro de Ipitanga, agora que botaram Lauro de Freitas...

Passava em Lauro de Freitas não vendia nada, vinha pra Itapuã, não vendia tudo... ia pro Cabula... do Cabula ia pra Baixa do Sapateiro com o balaio na cabeça mercado... andando! Que não tinha transporte..."

(Dona Maria Xindó, 2019, transcrição do autor)

Esse modelo de escravidão tornou-se bastante comum no século XIX, assim como a presença das lavadeiras, carregadores, aguadeiros, barbeiros, etc. Como relata Costa (1991) em:

"O escravo de ganho era fundamental para o funcionamento de Salvador, que se caracterizou como cidade comercial-escravista. Além do comércio importador-exportador e interprovincial, desenvolvia-se em Salvador um comércio local bastante intenso, dele se abastecendo a cidade e seus subúrbios, como também as cidades e povoados do Recôncavo. Esse comércio local mobilizava um número considerável da população livre da cidade, que dependia dele para sua sobrevivência, além de representar um mercado de trabalho para os escravos de ganho. [...] A "liberdade" adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só era possível na medida em que o poder público assumia o controle direto desses escravos." (COSTA, 1991, p. 20)

Isso ocorreu por conta da força vital que o comércio possuía para funcionamento da cidade de Salvador enquanto polo de escoamento de produtos no período, entrecortada pela falésia constitutiva das relações 'cidade baixa X cidade alta' e sua intensa relação com

as atividades portuárias (BASTITOSTI, PITA, SOUZA, 2019; SODRÉ, 1998).

Já a prática da lavagem de roupas ganhou força com o poder e status que a aquisição de roupas tinha na cosmovisão das elites do período, relevando toda uma estrutura às margens que se criava para manutenção desses símbolos de riqueza e prosperidade, às quais relacionam-se com o conceito de imagens de controle.

“A vida diária das lavadeiras era difícil. Ofício herdado do tempo da escravidão em que as escravas de ganho exerciam esta atividade fora das dependências do senhor, tendo que pagá-lo por essa ‘libertação’. O trabalho de lavagem de roupas está atrelado a um momento da história brasileira, em que, como em Paris do século XIX, a roupa funcionava como um dos elementos que sintetizava o discurso científico-industrial, uma vez que o ideal de limpeza inerente ao discurso modernizador e higienizador atingiu não apenas os espaços públicos e a casa, mas os moradores da casa, os arredores dela, seus hábitos, suas roupas. [...] O século XIX é uma civilização da roupa de casa e do vestuário ligada à primeira revolução industrial: a têxtil. A roupa de casa, valor de uso, em certo sentido é um capital. A formação de enxoval de casamento das mulheres é uma poupança, e os armários cheios de roupa de casa são um sinal de riqueza.” (PERROT, p. 225 apud NETO, p.74)

Também, a revolução ocorrida no Haiti (1807) acarretou, em Salvador, num aumento da presença da mão de obra negra, já intensa na cidade desde o século XVI. Tal aumento ocasiona numa expansão de funções de compra e venda na cidade enquanto polo extremamente comercial devido à intensa atividade portuária advinda do crescente fluxo de escravos, além do comércio de produtos da colônia. Diante de tal dinâmica urbana e desse regime mais flexível de escravidão – se comparados aos modelos rurais convencionais existentes no Brasil colonial, tem-se uma maior possibilidade de estabelecimento de redes de comunicação e articulação entre diversos negros e negras escravizados. Sendo tal estrutura de fundamental importância para realização de revoltas como a grande rebelião de escravos (1814) e a Revolta dos Malês (1853), por conta da constante presença de tais negros no meio urbano atrelada a crescente atividade de ganho de

difícil controle governamental, por constituir-se de diversos acordos entre eles e seus senhores em variados regimes de liberdade e trânsito pela cidade e adjacências (COSTA, 1991; GANDON, 2018; REIS, 2014; REIS, 2019). Estes africanos foram trazidos durante o 3º ciclo de tráfico negreiro, permitido no Brasil colonial, da região conhecida como Costa da Mina (VERGER, 1987). No entanto, existem registros de desembarque ilegal de negros escravizados, como cita Gandon (2018, p. 40) em “A presença africana em Itapuã, fortemente atestada pela memória oral, confirma e é confirmada pelo que dizem as fontes escritas. Fontes orais e escritas coincidem, por exemplo, quando dão notícias sobre o desembarque de escravos em praias próximas a Itapuã, sobretudo na época do tráfico ilegal” e por relatos de parentesco de Dona Maria Guimarães (74 anos) que nos conta sobre seu pai vindo d’África.

Estes escravos foram fomentadores de diversas revoltas que chegavam a articular o recôncavo com a capital soteropolitana e os quilombos existentes em suas áreas liminares, uma correlação temida pelos governantes da época e extremamente combatida por eles através de diversas investidas nos quilombos adjacentes aos limites da São Salvador da época. Um desses enfretamentos é vivido em Itapuã a partir da presença dos Haussás no fomento de uma grande revolta ocorrida em 1814, onde eles queimam diversas embarcações de armações baleeiras existentes na época e matam alguns colonizadores da região chamando os demais negros e crioulos para se juntarem à revolta (GANDON, 2018, p. 41; REIS, 1989; REIS, 2019). No entanto, as forças de controle da colônia acabam por interceptar os negros durante sua fuga para o litoral norte – na região compreendida pelo atual bairro de Portão, na época conhecido como parte da freguesia de Itapuã – localizada às margens do rio Joanes, sendo tal região composta de um agrupamento de negros fugidos e de conhecimento dos habitantes de suas áreas vizinhas – na época, a parte central de Itapuã, assim como o quilombo do Quingoma (atualmente em Lauro de Freitas), o quilombo do Buraco do Tatu (região de cajazeiras), a antiga vila de Abrantes e a sede dos Ávila (na região de Praia do Forte) constituíam alguns desses agrupamentos da dita ‘civilização’ de seu entorno.

“Entre as aldeias de escravos fugitivos que existiram na Bahia no período entre 1614 e 1826 figura o nome do mocambo do Tatu, que perdurou por

cerca de duas décadas, de 1744 a 1763 (ano em que foi destruído por uma expedição militar portuguesa, que deixou um relatório sobre a captura do sítio, com um mapa da aldeia em anexo). [...] Existe até hoje um local com o nome Buraco do Tatu nas margens da Estrada Velha do Aeroporto. De modo geral, os Itapuãzeiros consideram-no como incluído na vasta área por onde transitavam seus antepassados. Menciona-se que esse era um local onde 'os mais velhos costumavam fazer passeios', sem que maiores explicações seja dadas sobre o assunto." (GANDON, 2018, p. 44)

Estes territórios de borda constituíam-se, por muitas vezes, de agrupamentos de negros fugidos podendo haver uma permissividade para o acesso dos ganhadores e consequente possibilidade de interlocução com o meio urbano ou por espacialidades totalmente restritas a curiosos onde as possibilidades de acesso envolvia uma rede de confiança de escravos rebeldes ou apenas sabia-se da existência destes através de negros ganhadores que transitavam entre territórios de (i)legalidade⁴ (COSTA, 1991; PEREIRA, 2008; REIS, 1989; REIS, 2019; SODRÉ, 1988).

Já no começo do século XX tem-se uma fortificação de Itapuã com a reforma do Farol e construção do aeroporto na região de Santo Amaro de Ipitanga, tais elementos acabam por constituir um adensamento populacional no bairro, com a criação de vilas militares, da marinha e da aeronáutica em diversos pontos do bairro. Tal fortificação dessas regiões mais afastadas de Salvador formulava uma estratégia de colaboração defensiva para a cidade, implantada de forma militarmente estratégica para apoio do país a um dos lados da

4 Um exemplo deles – além de Itapuã – seria a região correspondente ao bairro do Cabula, sendo uma territorialidade constantemente atacada e rechaçada pela Coroa, mas que sempre voltava a existir devido à proximidade dos negros com os recursos naturais e as matas, constituindo-se de diversas estratégias de defesa e rotas de fuga em meio à massa vegetal. Além disso, o Cabula constituiu-se, através do cruzamento de relatos em campo com as narrativas historiográficas, enquanto um ponto de parada para comércio dos quitutes das ganhadeiras por uma demanda de alimentação desses negros de ganho que não possuíam um vínculo de subsistência com seus senhores, além de ser um local – assim como a Baixa dos Sapateiros – de possibilidade de transações comerciais entre negros e negras de ganho (GANDON, 2018; REIS, 2014; SODRÉ, 1988).

1ª guerra mundial. Em meandros do mesmo século, há um fortalecimento da ligação centro de Salvador – Litoral Norte, estando Itapuã cada vez mais retida no imaginário da época enquanto um local de veraneio e possível moradia para os habitantes da capital soteropolitana. As relações habitacionais e de ocupação intensificam-se com a edificação da avenida Octávio Mangabeira (1940-1950) e as grandes reformas urbanas que vão sendo aplicadas na cidade sob um novo vetor de expansão voltado para o litoral norte, baseando-se em uma lógica reformista haussmaniana e apoiada no pensamento moderno, com a construção da Av. Paralela, o CAB e a facilitação de acesso ao aeroporto, vizinho ao bairro de Itapuã (SCHEINOWITZ, 1998). Paralela a essas mudanças que acarretaram num fácil acesso à vizinhança de Itapuã, tem-se a criação de uma imagem de cidade historicamente rica e ‘exótica’ a partir dos recursos que esta exportava e de seu número de negros escravizados – sendo estes considerados bens de alto valor.

Itapuan transforma-se em refúgio e local de estudo de diversos artistas – cita-se Dorival Caymmi, Pierre Verger, Calazans Neto, Mario Cravo, Pancetti, Vinícius de Moraes, etc – sendo que muitos desses artistas/pesquisadores aproveitam-se das práticas da cultura negra ali existentes e sua relação com a musicalidade para incorporação no meio musical, ou através da captura das práticas típicas da realidade afro-brasileira nas belas artes e fotografia. Pode-se dizer que uma devolutiva ocorre a partir do advento de expansão do imaginário de Salvador enquanto local a ser visitado por sua relação com o lazer tropical e de Itapuã enquanto um refúgio no litoral norte da cidade com seus atrativos advindos da beleza de recursos da natureza e de suas práticas culturais ditadas enquanto ‘exóticas’ ou mesmo ‘fetichistas’, estas geralmente associadas à cultura negra e nativa (NETO, 2005; RODRIGUES, 1935).

Figura 5: Pintura de Pancetti da Lagoa do Abaeté, anos 50-60 (à esq.) e fotografia de Pierre Verger de Pancetti e lavadeiras as margens da Lagoa do Abaeté, em 1957 (à dir.).



Desse modo, a lavagem de roupa nas margens da Lagoa do Abaeté, bem como o comércio de produtos na região da praia de Itapuã, passam a ser marcos da cultura local do bairro, bem como da cidade de Salvador. Portanto, tais ofícios acabam por consolidar trajetórias ancestrais que vão ser reafirmadas a partir das infraestruturas provenientes da expansão urbana mas sob a perspectiva do apagamento dos enraizamentos nativos e afrodescendentes pré-existentes nesses territórios de borda continental à serem cobiçados pelo recente capital do turismo, considerados não civilizados até o advento da implementação do plano idealizado por Mário Leal Ferreira com o EPUCS e consequente expansão urbana para o litoral norte da cidade nos anos 80, durante o Carlismo e ditadura militar (SCHEINOWITZ, 1998).

Estes ofícios compreendem as atividades de lavagem de roupa, venda de quitutes e comercialização, podendo ocorrer tais práticas, quando fixas, nos remanescentes dos 'cantos de trabalho' existentes desde o século XIX em Salvador. Tais espaços públicos residuais serviam de potência comercial para os negros e negras que sobreviviam dos diversos ofícios de ganho, gerando infraestruturas de suporte a esses escravos para comunicação, alimentação e lazer (COSTA, 1991) juntamente com as fontes e chafarizes os quais, segundo Neto (2005):

"A essa época, as lavadeiras eram uma das trabalhadoras autônomas que as mais frequentavam, haja vista a necessidade que tinham de realizar dos seus serviços, que não eram de pouca monta, para uma vasta clientela que oscilava entre exigente e

‘caloteira’, sem perdermos de vista o fato de que ter água encanada, ainda não era comum a toda população. [...] Assim, a localização das fontes acabava por evidenciar uma geografia urbana percorrida por centenas de mulheres, na sua maioria negra, que acompanhadas, geralmente, pelos seus filhos e filhas, andavam diariamente de suas casas para as das freguesas e fregueses (jovens estudantes, mulheres, homens e pessoas idosas) e destas para os locais de trabalho, numa verdadeira via crucis.” (NUNES NETO, 2005, p. 44)

Haviam ofícios atrelados à atividade portuária que foram sendo substituídos pelo advento da mecanização. No entanto, apesar de haver a chegada de uma série de serviços em Salvador (como a água encanada nas residências das elites, equipamentos de carga que funcionassem no transporte mais veloz de cargas entre a falha geológica, etc), diversos ofícios permaneceram, dentre eles destaca-se a lavagem de roupas, o conhecido ‘ganho’ através do comércio de quitutes – originador das baianas de acarajé – o ofício de carregador e o ofício de estivador – empregando muitos itapuãzeiros em períodos do ano onde o mar não era uma alternativa de subsistência (GANDON, 2018).

A atividade de lavagem de roupa no centro de Salvador pode até ter uma continuidade em alguns bairros elitizados (como a Vitória e a Graça) a partir de seus espaços marginalizados adjacentes, destinado à presença negra (como o Alto das Pombas, algumas regiões de Brotas, Calabar, Gamboa, etc), mas tal situação se dá por conta do forte poder aquisitivo dos habitantes desses bairros, o baixo custo do trabalho feito pela mão de obra negra – desvalorizada diante da construção histórica de uma imagem de sub emprego para uma ‘sub raça’ que ocorria mesmo após a abolição – e o imaginário de que tais ofícios, considerados ‘pesados’ e historicamente associados à figura braçal afrodescendente, não deveriam ser executados por brancos e brancas (BUENO, 2020; REIS, 2019; RODRIGUES, 1935).

Muitas dessas lavadeiras habitavam nas imediações da Lagoa do Abaeté e do centro antigo de Itapuã devido à necessidade de subsistência atrelada às atividades aquosas. Haviam, também, as pessoas que já habitavam no bairro mas vendiam suas casas aos brancos por preços irrisórios pelo desconhecimento de muitos itapuãzeiros de questões monetárias, tendo a ocupação não formalizada enquanto

única maneira de estabelecer moradia em regiões consideradas como menos centrais do bairro (GANDON, 2018).

Uma dessas zonas de moradia tidas como 'invasões' é a Baixa do Dendê. E uma das primeiras ruas a dar acesso a baixa do dendê corresponde à Rua do Céu, possuindo uma densa ocupação, atualmente, mas de um processo acelerado de urbanização e disputa por moradia que corresponde ao fim do século XX. Muitos desses processos são notados nas narrativas obtidas em campo, como ocorre com Dona Maria do Xindó (73 anos), ex lavadeira de roupa – em meandros dos anos 70 – mas que convivia em Itapuã desde seus 7 anos de idade – onde viu sua mãe, de mesmo nome 'apelidado', exercer o ofício de lavadeira por um tempo mas que 'por ser muito lenta na lavagem' acabou direcionando sua subsistência a atividades braçais de roça e na feitura de comidas diversas para o exercício do ofício de ganhadeira 'mercandeixa' – termo utilizado por dona Maria de Xindó para a ganhadeiras vendedoras de quitutes que apoiavam os pratos em suas cabeças para percorrer os longos trajetos direcionados ao centro da cidade. No caso de sua mãe, percorrendo os territórios de Portão > Santo Amaro de Ipitanga > Itapuã > Cabula > Baixa dos Sapateiros.

Mapa 01: percursos obtidos a partir das narrativas de Dona Maria Xindó.



Tais rotas aliam-se às trajetórias presentes nos séculos anteriores pela prática escrava de ganho, com o acréscimo de algumas novas espacialidades a esse percurso. Ao se investigar as razões desses adendos espaciais, tem-se a descoberta de que, apesar de viver em Itapuã boa parte de sua vida, dona Maria do Xindó não nasceu nem morava por lá no começo de sua infância, e sim, no bairro de Portão.

Este, bairro periférico atualmente constituinte da cidade de Lauro de Freitas - antiga freguesia de Santo Amaro de Ipitanga - e que possui uma formação e registro histórico anterior à constituição dessa cidade da Região Metropolitana de Salvador. Portão surge enquanto uma outra margem – por questões sociais – e centralidade – por ser local de partida do labor de uma das interlocutoras – que acaba por se constituir enquanto potência narrativa.

Atualmente, Dona Xindó compõe o grupo de canto e coro em samba de roda denominado Ganhadeiras de Itapuã, havendo uma reconstituição da história negra e do cotidiano dessas mulheres enquanto trabalhadoras em ofícios que envolvia às águas doces e/ou salgadas. Aos 30 anos, quando se casa e passa a lavar roupa para ajudar a complementar a renda da família, sua relação com a oralidade se mostra presente nos cantos associados ao labor da lavagem de roupas às margens da Lagoa do Abaeté, quase sempre acompanhada de suas colegas de trabalho. Fala-se dessa relação do ofício com o ato de cantar em:

“Marcar com cantos e coreografias o ritmo de uma tarefa a ser executada em grupo torna o trabalho mais eficaz e, ao mesmo tempo, ‘tapeia’ o esforço. Essa é uma conhecida estratégia de produção em sociedades tradicionais comunitárias, prática adotada e manipulada também pelos ‘patrões’, quando estes existem.” (GANDON, 2018, p. 318)

Todas elas constituíram-se nas últimas mulheres a exercerem o ofício da lavagem às margens da Lagoa do Abaeté, Xindó nos conta que o advento da modernização e a popularização do sabão acaba por prejudicar o labor às margens da Lagoa, havendo uma realocação dessas mulheres para uma lavanderia edificada junto à constituição do projeto do Parque Metropolitano do Abaeté (1993), próximo às lavadeiras foram realocadas algumas atividades de comércio existentes e de teor administrativo do parque, porém nem todos os comerciantes da localidade permaneceram. Xindó relata, também, que anterior ao uso do sabão em pó, as lavadeiras faziam o uso de diversas folhas e espécie vegetais de Abaeté para lavar e aromatizar as roupas, como as folhas de mamona, patchouli, etc. Todos esses usos serão negligenciados pelo ‘fazer cidade’ hegemônico (AGIER, 2015), acarretando em um deslocamento da prática de lavar roupa com a espacialidade direta, às faces da lagoa, passando à se constituir numa contemplação

a certa distância, da 'casa das lavadeiras', contribuindo pro esvaziamento – físico e social – crescente que tal corpo d'água vem passando nos dias atuais e no apagamento de epistemologias outras através das imagens de controle – abordagem de análise da combinação de mecanismos de opressão através da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018; BUENO, 2020; SODRÉ, 1988).

Num contexto um pouco mais divergente de dona Maria Xindó, Dona Maria Guimarães, 74 anos, carrega em seu sangue marcas mais frescas do sistema escravagista tradicional, marcado pela existência dos barões de café. Dona Maria nasceu numa fazenda nas proximidades de Mucugê - na região da Chapada Diamantina – trabalhando desde muito nova para a família que 'empregava' também seus pais. Aos 9 anos, Dona Maria parte para Salvador e passa a morar no bairro do Barbalho, na casa de seus patrões, servindo-os sob a lógica da subserviência racial, de classe e de gênero estruturalizada nas relações patroa-empregada do início do século XX de teor paternalista/clientelista (CHALHOUB, 2001; GANDON, 2018; REIS, 2019). Em sua narrativa é possível perceber quão enraizada se encontra a ideologia do trabalhar exaustivamente para ser recompensado pelos seus 'superiores', reforçando inconscientemente a lógica de opressões de classe/raça/gênero imposta aos negros e indígenas no período colonial.

Considerações finais

Numa realidade sofrida, tendo todas as suas energias voltadas para as dinâmicas de trabalho, Dona Maria representa um perfil comum na cidade de milhares de mulheres as quais a subsistência de toda a sua família estava inteiramente em suas costas, paralela às pouquíssimas possibilidades de emprego formal – quadro que era crítico em fins dos séculos XIX e XX devido, respectivamente, à adaptação do regime recém abolicionista ao capitalismo exportado das grandes potências associado às migrações europeias de força de trabalho preferencialmente branca, a qual condicionou os negros e nativos recém libertos a contextos a cada dia mais precários de subsistência e às imigrações que permearam toda a região nordeste sentido às grandes capitais do país (Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro) em buscas por melhoria de qualidade de vida através de oportunidades de trabalho – reflexo

das práticas do machismo que as aprisiona(va)m às imagens de controle⁵ de mães e pais para seus filhos, numa expectativa de melhoria de vida através da única contribuição possível para elas na sociedade da época, a do trabalho braçal e caseiro (CEAS, 1989; NUNES NETO, 2005). Como retrata Carla Akotirene

em sua obra ‘O que é interseccionalidade?’ quando diz que ‘Para a mulher negra inexistiu o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal [...]’ (AKOTIRENE, 2018, p. 26). É nesse panorama que, na Salvador dos séculos XIX e XX, tem-se uma paisagem constituída majoritariamente por essas mulheres, as quais em suas movimentações econômicas através da lavagem e do ganho – herdadas do Brasil colônia e enraizadas até a atualidade – protagonizam a ocupação dos espaços públicos da cidade, principalmente nas imediações de fontes, chafarizes e corpos d’água numa realidade onde o saneamento constituía-se enquanto particularidade ao cotidiano nacional (NETO, 2005).

Agradecimentos

Agradecimentos especialmente às interlocutoras que ajudaram a partir de seus relatos de vida e das mudanças do território de Itapuã, entendendo a importância da sobrevivência dessas memórias ancestrais numa Itapuã onde o saber oral está em vias de se extinguir. Citando-as Maria de Xindó, Maria Guimarães, Ivana Muzenza, Verônica Raquel, minha mãe, as ganhadeiras de Itapuã, assim como alguns dos pescadores do bairro com os quais eu tive a oportunidade de diálogo.

Referências

ABIB, Pedro Rodolfo Jungres; MAIA, Débora Matos. **A HISTÓRIA DO BAIRRO/COMUNIDADE DE ITAPUÃ NA CIDADE DE SALVADOR - BA. In: FÓRUM NACIONAL DE CRÍTICA CULTURAL**, 2., 2010, Alagoinhas. Anais

5 “A partir das imagens de controle formam-se políticas e comportamentos institucionais que estabelecem barreiras estruturais nos mais variados campos, consolidando o status de pobreza e precariedade desse grupo. A estratégia de dominação utilizada pelas elites, portanto, perpassa a disseminação das imagens de controle, que acaba culpabilizando as mulheres negras pela situação socioeconômica desigual em que vivem.” (BUENO, 2020, p. 86).

Eletrônicos. Alagoinhas: S/ editora, 2010. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/69.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** / Carla Akotirene -- São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTOTI, Aleida Fontoura; PITA, Ingrid Oliveira; SOUZA, Yago Bruno Santos de. **Cidade-Corpo: Olhares sobre as práticas afrobrasileiras na cidade de Salvador/BA.** In: SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES, 5., 2019, Salvador: UFBA.

Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). **LAVADEIRAS: mulheres construindo um movimento.** Salvador: CEAS, jan. 1989.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **ESPAÇOS NEGROS: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX.** Caderno Crh: Cantos e Toques: etnografias do espaço negro na Bahia, Salvador, v. 4, n. , p.18-34, 1991. Quadrimestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1369>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2. ed. Campinas, Sp: Unicamp, 2001. 368 p.

GANDON, Tania Risério D'almeida. **A Voz de Itapuã.** Salvador: Edufba, 2018. 498 p. NUNES NETO, Francisco Antonio. **A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS EM SALVADOR (1930-1939): quando a História e a Literatura se encontram.** 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

REIS, João José. **Ganhadores: A Greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **A revolta dos malês em 1853.** 2014. Disponível em: <<http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. “Pensar por margens”. In: JACQUES, P.B; PEREIRA, M. da S. (Org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2018, v. 1, p. 176-205.

SERPA, Angelo. **Margens de Salvador: A Produção do Espaço Periférico Metropolitano**. In: LIMA, Paulo Costa; LUZ, Ana Maria de Carvalho; CARVALHO, Manoel José de; SERRA, Ordep (Orgs.). *Quem Faz Salvador?* Salvador-Bahia, 2002, p. 295-303.

SCHEINOWITZ, A.S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998. 314 p.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileiro**. Petrópolis. Vozes, 1988.

TELLES, Vera. S.. **Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade**. In: TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e seus Territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 69-116.

ZORZO, Francisco Antônio; BAZZO, Leda Maria Fonseca; ALCÂNTARA, Lucian Conceição de. **Território Urbano e Memória Coletiva: as lavandeiras comunitárias de salvador e o caso do alto das pombas**. *Espacialidades*, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1, p.1-395, set. 2015.

POLÍTICAS DESCOLORIDAS: PERSPECTIVAS SOBRE O (IN)ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Gleydson Felipe Duque de Paiva

Assistente Social, Especialista em Gênero e Sexualidade, Discente de Graduação em Pedagogia pela Faculdade Campos Elíseos - gleydson. felipe@hotmail.com / <http://lattes.cnpq.br/6706917143498641>

Resumo

Frente ao cenário capitalista, higienista, machista e hegemônico, se coloca a diversidade sexual e de gênero, que se configura na multiplicidade e, conseqüentemente, envolve atravessamentos de raça e classe social. Assistência, Saúde e Previdência se constituíram num tripé mínimo para a garantia do que se entende por Proteção Social, diante da Constituinte. Após inúmeros mega-avanços tecnológicos e até revoluções que consoderam as trajetórias dos movimentos sociais, ainda é muito comum verificar a dificuldade ou até mesmo a nulidade do acesso da população LGBTQIA+ às Políticas Públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, População LGBTQIA+ e Proteção Social.

Introdução

Marginalizados, sempre colocados expostos às situações de extrema vulnerabilidade social e com todos os direitos violados, a população LGBTQIA+ concentra em si, um alto índice de mortalidade, sendo, impreterivelmente, interpelada entre homicídios e suicídios diários, configurando o Brasil, num dos países que mais mata pessoas Transexuais e Travestis no mundo. Mortes estas, que não representam apenas números, mas trazem a tona reflexões fundamentais sobre padrões de comportamento, tolerância e cultura violam os direitos humanos. E, tudo isso tem relação direta com o modelo de sociedade que se pauta sob a perspectiva de classes e, que só tem em mente, o lucro, acima de todas as coisas e pessoas.

Pleno ano de dois mil e vinte, o ano tão sonhado, com ideias de “carros voadores” e *mega avanços tecnológicos*, continua habitado por uma sociedade machista, racista, misógina, homolesebóitranfóbica¹. O tão vislumbrado período futurístico fora substituído pela ofensiva que remonta o cenário de preconceito, pelas disputas pela sobrevivência humana, pela saúde pública sendo colocada em xeque e, pelo alto índice de mortes e de adoecimento da sociedade. O Covid -19², é descoberto a partir do final do ano de dois mil e dezenove e, transforma o ano de dois mil e vinte num cenário ainda mais caótico, de medo, de incertezas, insegurança e, principalmente, de guerra política.

As medidas adotadas, em consonância com a Organização Mundial de Saúde, são de isolamento, interrupção do comércio, das aulas, dos trabalhos externos, do convívio em sociedade e das aglomerações. Tais perspectivas se fundamentam na necessidade de *achatoamento*

1 Se refere a um conceito ampliado da Homofobia, abrangendo as especificidades de lésbicas, bissexuais e pessoas trans.

2 A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos, e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (dados coletados pela OMS).

da curva³ de pessoas infectadas, prevenindo assim, o alto índice de mortes.

O ano, que era para ser de eleições municipais, olimpíadas, de ENEM⁴ e, de tantos outros planejamentos, se tornou o ano de distanciamento social, do uso exacerbado de máscaras e álcool em gel. O Novo Coronavírus tomou o protagonismo, exigindo intervenções das políticas públicas, principalmente da Saúde, no Brasil e no mundo. Ocasinou a mudança de comportamentos de formas inimagináveis. Exigiu que a ciência providenciasse protocolos para assegurar que pudéssemos sobreviver. Promoveu a suspensão das aulas nas escolas. Desorganizou todas as agendas. Levou milhares de pessoas à morte, em curtos períodos de tempo e, sem perspectivas de se findar.

E como fica o impacto de tudo isso na vida das pessoas que estão na mira da vulnerabilidade social? Aumenta-se o desemprego, precarizam-se as formas de trabalho, desmonta-se a educação de qualidade e, ainda assim, o poder público permanece intacto. A invisibilidade aumenta e, as mulheres, os negros, as pessoas LGBTQIA+, as pessoas em situação de rua, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, as pessoas em privação de liberdade e, tantas outras *minorias* deixam, mais uma vez, de ser prioridade.

O “*novo normal*” desconsidera que as pessoas simplesmente não tem condições de manterem sua segurança alimentar e, promove o uso de celulares e rede de internet, potencializando a *uberização*⁵ da vida e das relações sociais. As micro e pequenas empresas, os Microempreendedores Individuais, os profissionais autônomos são diretamente prejudicados e, muitas das vezes, demitidos ou em colocados em falência e, as condições de empregos informais se agudizam e, essas mesmas pessoas, posteriormente, necessitam se sujeitar à vagas com salários e condições ainda mais precarizadas, tendo em vista que se trata de sobrevivência.

3 Terminologia utilizada pela OMS para se referir a diminuição da propagação do vírus.

4 O Exame Nacional do Ensino Médio é realizado anualmente e, em 2020 necessitou ser adiado, devido ao cenário de pandemia.

5 A uberização é um termo utilizado por alguns pesquisadores para se referir ao processo de precarização do trabalho, na perspectiva do aumento da tecnologia, onde a mão-de-obra é substituída pelo mundo digital e, consequentemente, esbarra nas produções de desemprego e subemprego. O nome surge a partir do aplicativo de viagens e, se popularizou pela oferta na modalidade *delievery*.

O objetivo central desse estudo é desenvolver reflexões acerca das trajetórias, enfrentamentos, resistências e subversões vivenciadas pela população LGBTQIA+ nos âmbitos das políticas e, os rebatimentos dessas na construção, reconstrução e desconstrução de sua cidadania.

Marcada pelas trajetórias de preconceito e luta por sobrevivência, a população LGBTQIA+, que nem sempre se organiza por meio de *movimentos sociais*⁶ – resiste na busca incansável de empoderamento e visibilidade. Cabe considerar aqui, que não se pode reduzir as demandas e especificidades de cada indivíduo – por identidade e sexualidade – a um termo guarda-chuva, como o LGBTQIA+, e, pensar que, deste modo, tudo está contemplado quando se pensa no bloco. É necessário e de extrema pertinência considerar o alto índice de reprodução de LGBTQIAfobia e preconceito dentro do próprio meio LGBTQIA+ e, conseqüentemente, do apagamento das pessoas bissexuais, transexuais e travestis e, sobretudo, os atravessamentos que esbarram na *interseccionalidade*⁷, atingindo, em maior escala, a vulnerabilidade pela cor de pele, pela raça ou etnia e ainda, pela classe social.

A criança, ao nascer, é conduzida ao aprendizado cultural e ideológico transmitido pela família, com base naquilo que lhes fora permitido compreender e construir historicamente, de acordo com os aspectos culturais, sociais e valores morais. Ao bebê é ensinado que o ato de chorar se traduz na comunicação de que algo está errado e precisa receber uma atenção. Dessa forma, ao chorar, é indicado quando se está com fome, quando precisa trocar a fralda, quando tem alguma dor ou incômodo.

São ensinados, aos poucos, os hábitos, os horários para dormir, acordar, se alimentar e fazer outras atividades – que de acordo com o crescimento, vão se caracterizando por hábitos de maior responsabilidade, como inserção escolar e até mesmo, rotinas de organização e hábitos domésticos e de convivência. Quando bebê, não há discussões

6 O movimento social LGBTQIA+ se estabelece, no Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, em meio à ditadura, tendo forte consolidação, a partir do advento da repressão em *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, em 1969.

7 A interseccionalidade diz respeito ao entendimento de que os diálogos de gênero, raça, etnia, classe social e diversidade sexual não podem ser feitos de forma isolada, considerando que as demandas se atravessam e do modo de construção da sociedade atual.

acerca de sexualidade ou do gênero. A ideia do gênero já é, então, construída com base na identidade relativa à biologia, já prevista pelas ultrassonografias e, materializada na genitália, sob a ótica da lógica *cisnormativa*⁸, a qual se define o gênero a partir do sexo biológico. São estabelecidas as reproduções sociais de família, compreendendo nos detalhes e brinquedos que conduzem a menina ao aprendizado acerca dos cuidados da casa e dos filhos – com bonecas, que são tratadas como seus filhos. Do mesmo modo, a desresponsabilização do menino com as atividades domésticas e de cuidado, reforçando que o papel masculino é o do trabalho externo, do futebol e de possuidor de bens – traduzidos nos carrinhos e brinquedos, convencionalmente, concedidos aos meninos.

A escola, quase sempre, se configura como cenário de pânico, em se tratando de sexualidade ou de gênero. O adolescente não vê proteção por parte do corpo pedagógico e, as discriminações e preconceitos são questões que acabam sendo internalizadas, suprimidas e, que, conseqüentemente, ocasionam desconforto emocional e psicológico. O diálogo – *que se desenvolvia facilmente na infância* – não ocorre com tanta tranquilidade e, muitas das vezes, são construídos verdadeiros muros entre o adolescente e sua família.

As relações afetivossexuais e românticas começam a ser experimentadas e, não somente a satisfação dos desejos é dada, mas sim, é despertado o vínculo emocional com o outro. Esse vínculo tende a se fortalecer ou se fragilizar, a medida em que os processos de auto descoberta vão incidindo na vida de cada indivíduo. Muitas das vezes há um sofrimento, uma grande guerra para se descobrir e reafirmar numa identidade de gênero e/ou orientação afetivossexual – que pode levar anos, e, quando se depara com a relação para com o outro, se esbarra no processo que este ainda está vivenciando.

Nesse sentido, principalmente se tratando da fase adolescente, é primordial que haja acompanhamento em saúde e, sobretudo, da família ou pessoas de referência. Sobretudo, respeitando as disposições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde descreve que é dever da família, da comunidade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à

8 Diz respeito à norma social que dita sobre todas as pessoas serem cisgênero.

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A juventude se configura nas possibilidades de realizações. Os tão sonhados “*dezoito anos*” chegam e são considerados verdadeiros portais para um *novo mundo*. Grande ilusão para muitos! A regra não se aplica, e a interseccionalidade deixa evidente que as condições não são dadas da mesma forma aos diferentes indivíduos. Inicia-se a busca incansável pela independência, pela liberdade e, também, uma fase que obriga a tomar responsabilidades e, consequentemente, favorece a maturidade, que se traduz num momento propício para a consolidação dos planos e até mesmo, para se entender como sujeito. Isso, de fato, é de extrema relevância nas construções relativas à orientação afetivossexual e identidade de gênero.

Posteriormente, numa mesma medida, quando jovem, a sua não inserção no mercado de trabalho, lhe confere uma pressão social ainda maior, que pode ser agravada quando é constatada baixa-escolaridade. O jovem é cobrado o tempo todo, tendo, a todo momento, sua sexualidade colocada em xeque e, isso pode ser gatilho, caso não tenha conseguido atingir a maturação do entendimento de sua identidade de gênero e orientação sexual – que podem se desenvolver em qualquer idade da vida.

Pensando na política de Saúde, por exemplo, faz-se necessária a compreensão dos Determinantes Sociais de Saúde, estabelecidos em conjunto com a Organização Mundial de Saúde – OMS, que apontam para o entendimento de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos estão vinculadas à saúde. Na década de 80, ocorreu o predomínio da Saúde como privada e, já em 90, com o advento do SUS, e da universalidade, dá-se lugar à ênfase nos Determinantes Sociais de Saúde. Nesse ínterim, faz-se necessária a análise de que tais fatores determinantes dizem respeito à condições sociais, emocionais, psicológicos, estilos de vida, socioeconômicas, culturais e ambientais.

Em 2011, com a instituição da Portaria de número 2.836, se estabelece a *Política Nacional de Saúde Integral LGBT*, cuja qual propõe atuar nas perspectivas de garantia de acesso da população LGBT à Atenção Integral à Saúde, com foco na adoção de mecanismos gerenciais e de planejamento para a promoção de equidade em saúde de grupos em condições de vulnerabilidade bem como na instituição de espaços de promoção de equidade em saúde, na produção de informação e comunicação em saúde e desenvolvimento de estratégias

voltadas para a implementação de ações intersetoriais, com interfaces nas questões de saúde desta população, por meio da articulação com os órgãos corresponsáveis e, ainda, no estímulo à participação social do movimento LGBT nos conselhos e conferências de saúde; em ações de Promoção e Vigilância em Saúde para a população LGBT e; Educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT, visando assegurar a formação continuada no que tange o enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia e território.⁹

Quando se trata da questão do HIV, da AIDS e das outras Infecções Sexualmente Transmissíveis, fazem-se necessários certos cuidados, tendo em vista os processos de estigmatização que esses sujeitos já enfrentam a todo momento, no cotidiano. Por exemplo, os “grupos de risco”, se configuram em preconceito, se tratados dessa forma, tendo em vista que não se tratam de grupos, mas sim de comportamentos que podem ser de qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e, que tenha relações sexuais sem proteção, pois se expõe potencialmente à infecção pelo HIV ou outras IST's.¹⁰

Fundamental, desse modo, repensar a saúde como direito universal e, considerar que as mulheres lésbicas e homens *trans* também necessitam de aparato e subsídios de ginecologistas e especialistas nas áreas que dizem respeito ao corpo feminino. Da mesma forma, relacionado aos gays e pessoas *trans* que nascem em corpo biológico masculino e, que necessitam ser tratados de acordo com o que suas especificidades exigem. Isso se materializa em preconceito e produção e reprodução de LGBTfobia institucional, uma vez que os profissionais não são qualificados, suficientemente, para a realização desses atendimentos e acompanhamentos e, por sua vez, desconsideram ou preferem não se envolver nos atendimentos – por óticas religiosas, conservadoras e reacionárias, em muitos casos.

A questão da clandestinidade nos processos de auto mutilação, hormonização e aplicação de silicone industrial, utilizado para promover as mudanças para a feminização do corpo, também é outro

9 Utilizou-se a sigla LGBT para fazer referência fidedigna à Política Nacional de Atendimento Integral LGBT (2011).

10 Dados coletados pela UNAIDS (2017).

ponto de grande relevância e, que incide na mortalidade de pessoas *trans* e travestis, na maioria das vezes, por negligência do acesso à política de saúde. O desrespeito ao nome social¹¹ de pessoas travestis e transexuais também se configura numa violação de direitos recorrente, que pode levar à morte e, inclusive que consta na *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*.

Dada a polarização das classes sociais, é explícito considerar o sistema capitalista como segregador, numa ordem hegemônica de poder, onde a burguesia é detentora dos meios de produção e ainda, da exploração e *mais-valia* do trabalho da classe trabalhadora, o que converge de forma muito acentuada com a alínea crescente da **questão social**¹², caracterizada pelas expressões de desigualdades e opressões vivenciadas por esta, mais vulnerável. Nesta vertente, oriunda da caridade, bem-estar e assistencialismo, a Assistência Social é implementada, inicialmente, com as *damas de caridade*, as quais cabiam o papel de cuidado e afetividade – que reforçam a lógica da divisão sexual do trabalho, a qual se configura como *além de uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, mas sim, uma dimensão que se transpassa as barreiras do binarismo e da cisheteronormatividade*¹³ – se consolidou como política pública.

Há que se questionar em que medida a política de Assistência Social está comprometida (e/ou tem condições de se comprometer) com o público que dela necessita, tendo elencados os altos índices de violências e assassinatos LGBTQIA+, bem como considerar os casos de homolesebobitransfobia¹⁴ que chegam para a rede socioassistencial e quais as razões que apontam o público LGBTQIA+ diretamente para

11 Faz referência ao nome apresentado pelo indivíduo, independentemente de modificação nos documentos oficiais.

12 Conjunto de expressões da desigualdade social, materializado, principalmente, na vulnerabilidade social e violação de direitos.

13 A cisheteronormatividade se consiste em um conjunto de normas e valores impostos pela sociedade, que seguem a lógica do binarismo de sexo e de gênero, onde só se considera possível ou normal, a existência de pessoas que se relacionam com ou para o outro sexo/gênero, assim como, a reafirmação da cisnormatividade, ou seja de que todos os seres são cisgêneros.

14 A homolesebobitransfobia diz respeito ao preconceito ou aversão à homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis. Não se considera somente a homofobia, por conta das lutas de movimentos sociais, os quais separam as mulheres lésbicas dos homens gays, por exemplo, elencando sempre a visibilidade e o empoderamento de cada segmento.

a proteção social especial, desconsiderando o trabalho de cunho preventivo proposto pela proteção social básica.

É de grande importância analisar a insuficiência de capacidade técnica para os atendimentos às demandas apresentadas pela população LGBTQIA+ nas unidades de Assistência Social e ainda, os inúmeros entraves que a política perpassa, precarizando os serviços socioassistenciais, que mal conseguem executar seu papel de forma efetiva e, que exclui a população LGBTQIA+ dos atendimentos da Assistência Social.

A Assistência Social, com sua gênese no assistencialismo, foi constituída como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, onde ficou instituído o tripé da Seguridade Social como Saúde, Previdência e Assistência Social. Deste modo, a Assistência Social ficou caracterizada como uma política pública para quem dela necessitar. É uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar. Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.¹⁵

Nesta perspectiva, emerge a necessidade de se considerar o fato de a maior parte dos usuários desta política se dar pela população feminina, que muitas das vezes encontra-se desempregada e, ainda, se responsabiliza pelos cuidados do lar e dos filhos, contribuindo assim para o fenômeno da *“feminização da pobreza”*, em consequência disso, procuram os CRAS para acesso a benefícios como por exemplo, o Programa Bolsa Família¹⁶.

Para além disso, existe o dado histórico e cultural de que a população LGBTQIA+ não tem acesso às políticas públicas, muitas das vezes por já terem ou temerem sofrer algum tipo de discriminação. Diante disso, faz-se necessário considerar o processo de vulnerabilização desta população, não somente no que diz respeito à Assistência Social e Direitos Humanos, como também de outras políticas, como

15 Ministério da Cidadania – MDS <www.mds.gov.br>

16 O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento de Renda, Acesso a Direitos e Articulação com Outras Ações. <www.mds.gov.br>

Saúde, Educação, etc. Destaque para a população *trans* e travesti, que tem acesso, praticamente, nulo às políticas e, por inúmeras vezes, não são inseridas em programas sociais como o Bolsa Família, mesmo sendo perfil para o mesmo.

Cabe reafirmar que todos os serviços ofertados pela Assistência Social possuem objetivos comuns como a prevenção, a promoção da cidadania e equidade. Tais objetivos necessitam estar ligados ao acesso à informação, considerando o preconceito como “a ausência do conhecimento” e, deste modo, temas como Cidadania LGBTQIA+, Machismo, Racismo, Intolerância Religiosa, dentre outros, DEVEM ser discutidos e problematizados no Trabalho Social com Famílias.

Neste viés, na necessidade de apoiar e incentivar a participação dos movimentos sociais no controle social e ainda na promoção do acesso aos direitos sociais, a política de Assistência Social, como política que atua nas especificidades sociais e de garantia de cidadania dos usuários, principalmente, das minorias – onde está localizada a população LGBTQIA+.

Considerações finais

Ao nascer, se dá a designação à um gênero, que é atribuído de acordo com o sexo biológico. Antes mesmo de nascer, a tecnologia, hoje, permite dizer se o bebê vai nascer com pênis ou com vagina. Isso ocasiona uma série de questões que vão incidir nas expectativas de gênero da criança, como, por exemplo, a decoração do quarto *cor-de-rosa*, se identificado como feminino. Isso nada tem a ver com a sexualidade, mas sim, com o gênero! Após o nascimento, o bebê passa a ser vestido conforme o gênero pré-determinado e, assim, apresenta uma expressão de gênero condizente com sua biologia. A família, por sua vez, tende a incutir os valores culturalmente estabelecidos, e, na maioria das vezes, sob óticas da religiosidade. E é desse lugar que precisa ser construída a reflexão: os valores são reproduzidos de geração em geração e, rompê-los, não se traduz em tarefa fácil e comum a todas as pessoas. É comum receber a reprodução dos valores e dogmas dos pais e familiares. Sobretudo, há a possibilidade de subvertê-los.

A adolescência é uma fase-monstro para qualquer indivíduo. Mas quando LGBTQIA+, pode ser ainda mais difícil. Na fase escolar, geralmente a criança não tem discernimento pra entender ou se sentir atingida com o preconceito ou discriminação alheia. Em compensação,

a adolescência vem com tudo e, destrói a autoestima e o equilíbrio emocional de qualquer um. Espinhas, ciclo menstrual, nascimento de barba e pelos pubianos...

É bem comum se ouvir e, até mesmo dizer: “*travesti só sabe fazer programa*”. Logo, faz-se necessária a reflexão de quais são as oportunidades recebidas por essas pessoas! Você daria emprego pra uma delas? Sem condições de frequentar a sala de aula, na maioria das vezes os LGBTQIA+ acabam evadindo e/ou até mesmo não chegando a acessar a escola. Sem qualificação, as oportunidades se diminuem e, sem qualificação, com gênero e/ou orientação sexual não-convenicional, as oportunidades se anulam! A população LGBTQIA+, sofre os mais altos índices de desemprego ou situações de subempregos. O **trabalho sexual** se configura como uma grande *estratégia de sobrevivência*, principalmente para travestis e pessoas trans.

“Independência financeira”, “quando eu completar dezoito anos, vou ser livre”, são pensamentos comuns na adolescência. Mas, na prática, a vida ensina que a realidade é outra! Importante frisar: as oportunidades seguem um parâmetro de “*passabilidade*”¹⁷. Logo, é nítido que as pessoas bissexuais são empregadas, os gays estão no pódio logo em seguida, depois, as lésbicas e, depois, as pessoas trans e travestis são convidadas para uma entrevista.

Fora o trabalho sexual e o empreendedorismo, as oportunidades para pessoas trans e travestis se dão pelo trabalho de Operador de Telemarketing, onde são “passáveis”.

Pensar na ideia de família é fundamental, após refletir sobre o nascimento, sobre a escola, sobre a adolescência, sobre o trabalho... Logo, se remete à pensar na questão do relacionamento. A vida é construída para que os sujeitos saiam de uma família e constituam outra e, assim, sucessivamente. O casamento, seja lá qual for, é o ideário de que os indivíduos irão “se adequar” à sociedade, a partir do momento em que encontrarem a “pessoa certa”. Em geral, são reproduzidos os comportamentos das gerações anteriores, mesmo que se pense que “vai ser uma mãe melhor”. Não se pode deixar de pensar que quando se trata de família, todo mundo pensa no modelo patriarcal burguês, com pai, mãe e filhos. Isso por conta dos aspectos já abordados sobre

¹⁷ Passabilidade se refere a “passar por despercebido” no que tange à identidade de gênero e orientação afetivossexual.

cultura e religiosidade. Sobretudo, é necessário pensar no conceito ampliado de família, considerando que existem inúmeras e incontáveis configurações de família.

“Quero ver quando você ficar velho” – frase recorrente que se é escutada durante toda a vida da população LGBTQIA+! A terceira idade para quem é LGBTQIA+ é ainda mais difícil. Isso porque, mesmo com o Estatuto do Idoso e tantas outras legislações, o envelhecimento não é priorizado. Quando se é LGBTQIA+, na maioria das vezes o indivíduo “*retorna para o armário*”, por não ter condições de sustentar sua representatividade perante à sociedade. Nos asilos (instituições de longa-permanência), são colocados em alas comuns ao sexo biológico, mesmo se forem pessoas trans. Não são respeitados pelo nome social e, tampouco, recebem visitas de familiares. Há ainda aqueles que se descobrem depois de já terem constituído a vida, a família e todo o patrimônio e, na terceira idade se percebem com outra orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nesses e em muitos outros casos, geralmente, os indivíduos optam por não revelar sua sexualidade ou identidade de gênero, levando em consideração todo o processo de construção, desconstrução e reconstrução social.

É com todo esse panorama que Políticas Descoloridas se conclui, numa perspectiva inicial do projeto, ao passo que “ainda há muito a se colorir”! É a legitimação de toda uma trajetória que dialoga entre vivências, experiências profissionais e acadêmicas e, se materializa em expressão de material bibliográfico, que visa conferir reflexões acerca do não-acesso da população LGBTQIA+ às políticas e do quanto tudo pode ser reinventado. Não é utopia, mas é urgente acreditar na perspectiva de que HÁ ESPERANÇA!

É importante ainda, que seja mencionado acerca das condições que cada pessoa tem, de forma individual e, também, do tempo de cada um. Não somente relacionado a “*saída do armário*”, como da própria identificação enquanto sujeito, enquanto cidadão. Políticas Descoloridas traduz justamente isso: *Over The Rainbow* – A luta continua!

Referências

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**, São Paulo. Cortez – 4ª edição. 2001.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. São Paulo. LTC, 2ª edição. 1981.

BEZERRA, Vanessa. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015

CESAR, M. R. in FERRARI, A. et al. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COLLING, Leandro. **Dissidências Sexuais e de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

Compilado CFESS: **Assistente Sociais no Combate ao Racismo**, 2020.

CNCD, Ministério da Saúde. **Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Dossiê Mulher 2019 – **Instituto de Segurança Pública** –: São Paulo, 2020.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade sexual e de gênero e o Serviço Social no Sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.

FOCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**. São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Manual de Comunicação LGBT: Aliança Nacional LGBT / Gay Latino, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Leandro. HILÁRIO, Erivan. PAZ, Thaís Terezinha. MARRO, Kátia. **Hasteemos a Bandeira Colorida**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

NOLASCO, Sócrates A. **O Primeiro Sexo**: e outras mentiras sobre o segundo. Rio de Janeiro: BestSeller, 2006.

PINTO, Cristiano Rosalino Braule; OLIVEIRA, Antonio Deusivam. (Orgs). **Transpolíticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2017.

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2018.

RIBEIRO, Djamila. “E eu não sou uma mulher?” Dissertação de Mestrado: **Simone De Beauvoir E Judith Butler**: Aproximações E Distanciamentos E Os Critérios Da Ação Política. Pós-graduação em Filosofia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Guarulhos: 2015.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes**. São Paulo: Leitura, 2009.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, Democracia, Políticas Públicas e Direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAQUETTE, Stella R. **Homossexualidade e Adolescência sob a ótica da saúde**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ÁREA RURAL: O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA UM QUESTÃO INVISIBILIZADA¹

Ana Julia Candida Ferreira

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, anajuliacandidaferreira@gmail.com;

Gislayne Cristina Figueiredo

Doutora em Psicologia, Professora adjunta de Psicologia social e comunitária – Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, gislaynecf@hotmail.com.

Resumo

Apesar da temática ser debatida em suas múltiplas facetas e a partir das performances e características das pessoas que as vivenciam, estudos evidenciam que os impactos das chamadas questões de gênero se apresentam de forma mais grave na área rural, sendo poucas as pesquisas enfocando as relações de gênero que atravessam os grupos humanos que fazem desse território seu espaço de vida. Com o fim de investigar como a Psicologia tem se debruçado sobre as questões de gênero na área rural, esta pesquisa se constituiu em uma revisão bibliográfica da produção acadêmica nos últimos cinco anos (2014-2020) no que tange à temática de Psicologia, gênero, mulheres e ruralidades. Foram encontrados um total de 14 artigos os quais, utilizando-se da Análise de Conteúdo, foram categorizados tematicamente, resultando em 4 categorias: 1) Identidade e Papéis de Gênero; 2) Saúde Mental; 3) Gênero, Produção e Trabalho; 4) Gênero e a Esfera Pública: Militância, Participação Política e Políticas Públicas. Apesar de identificarem especificidades nos papéis de

1 O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica da primeira autora, orientada pela segunda.

gênero, maior ocorrência de situações de violência e de agravos em saúde mental das mulheres no meio rural, os artigos privilegiam as questões individuais, desconsiderando os aspectos comunitários e coletivos ainda vigentes nesses espaços. Nesse sentido, a maioria apresentou propostas generalistas, desconsiderando as especificidades das mulheres rurais e utilizando-se referenciais urbanos para se referir a processos de subjetivação que ocorrem em um meio cultural e social distinto. Por fim, o baixo número de publicações encontradas indica a importância do desenvolvimento de novas pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: Estudos de Gênero, Mulheres, População rural.

Introdução

As mulheres que fazem da área rural seu espaço de vida e de trabalho compõem um grupo vasto e heterogêneo, com diferenças significativas quanto à cultura, os valores, os modos de vida, as experiências, as formas de se ver o mundo. Incluem-se entre as mulheres do campo as agricultoras familiares, as quilombolas, as indígenas, as assentadas, as posseiras, as pertencentes a populações ribeirinhas, a comunidades extrativistas, de pescadores, e/ou coletores, as meeiras, sem-terra, entre outras (BRASIL, 2011).

Se as mulheres urbanas sofrem uma série de violências e exclusões, os estudos indicam que as da área rural são ainda mais invisibilizadas e estão mais expostas a uma série de violências, sejam físicas, psicológicas ou estruturais – o que é evidenciado na ausência ou na pouca disponibilidade, na área rural, de políticas públicas para suprir suas necessidades e as de suas famílias (BRASIL, 2011).

Assinalamos que a compreensão de gênero adotada no presente estudo considera seu caráter relacional, social e histórico, imbuído de relações de poder, interesses e negociações individuais e entre grupos. Gênero, para Butler (2015), é definido como um sistema de regras, práticas, convenções e normas sociais que incorporam a performance dos sujeitos, isto é, gênero é a forma como o sujeito se apresenta socialmente, quer seja de acordo com as normas que lhe foram impostas, ou de forma resistente a essas, sendo então constituído na gama de relações sociais. Gênero diz respeito as relações de poder construídas pelos costumes, pela cultura, pela política e pela religião, entre outros, os quais produzem internalizações - conscientes e inconscientes - de determinados lugares sociais (SCOTT, 1995). Nesse sentido, é possível compreender que os papéis de gênero vigentes em dada sociedade produzem processos de subjetivação e de construção de identidades.

Segundo o pensamento epistemológico binário popular, a masculinidade é associada com força, virilidade, dominação, provisão financeira, relacionada ao espaço público e de produção de saber cultural, enquanto o feminino está associado a passividade, ao espaço privado, à fragilidade e dependência, sendo aos sujeitos femininos reservado o lar e as atividades de cuidado (RABELLO, 2019). Assim, as construções sociais de gênero, de forma coextensiva com outros

marcadores sociais, como o de classe e o de raça, têm como uma de suas decorrências a produção de naturalizações quanto a papéis que são sócio-historicamente construídos, contribuindo para a manutenção de determinados lugares e relações sociais, servindo tanto de ferramenta para a dominação e controle das mulheres, quanto para que o sistema socio-econômico-produtivo continue funcionando sem questionamentos ou transformações significativas (FEDERICI, 2019; SAFIOTTI, 2015).

Nesse sentido, faz-se importante pensarmos as questões de gênero em coextensividade com os seus vários atravessamentos, entre eles a condição dessas mulheres de serem trabalhadoras rurais e pertencentes a populações do campo. A centralidade dessa ligação se evidencia ao considerarmos a proximidade das mulheres e da terra: Federici (2019) vai assinalar a similaridade do trato dado à ambas na sociedade capitalista, que se deve à importância de ambas – terras e mulheres – no processo de acumulação primitiva continuada do capital, bem como no fornecimento das bases reprodutivas de sustentação do sistema. Em função da essencialidade de ambas, estas passam por um estrito processo de controle, de dominação e de superexploração. Dessa forma, cabe se perguntar como essas duas superexplorações se sobrepõem, e como se dá a vivência de mulheres que tem sua vida ligada à terra.

No que tange às questões de gênero na área rural, Costa et al. (2017) vão assinalar que aspectos associados à forma como a rede de atenção em saúde está estruturada, incluindo a distância dos serviços e a dificuldade de acesso a esses, impacta diretamente na atenção às situações de violência vivenciadas pelas mulheres da zona rural. Já Leite et al. (2017) indicam que a dificuldade de acesso a políticas públicas nessa área está associada a um incremento no sofrimento psíquico, e que estes são significativamente maiores no caso das mulheres – o que pode indicar que a ausência de políticas públicas produz uma sobrecarga de trabalho para as mesmas.

Importante pontuar que a participação das mulheres na área rural é significativamente menor do que na área urbana, sendo que os índices de violência contra a mulher no campo são maiores do que os constatados nas cidades (FIGUEIREDO-VASQUEZ, 2009; COSTA et al., 2017). Por outro lado, a participação em movimentos sociais, como o MST, tem sido indicada como uma experiência que propicia relações

de gênero mais igualitárias, levando a formas alternativas de se lidar com as questões de gênero e com a violência (MST, 2015).

Frente à centralidade dos papéis de gênero socialmente vigentes nos processos de subjetivação e de constituição de identidade das mulheres, na construção de suas relações pessoais, familiares, comunitárias e de trabalho, nas situações de violência e de violação de seus direitos, entre outros, faz-se importante conhecer as contribuições da Psicologia para pensar essas questões, principalmente no que diz respeito às mulheres da área rural. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi realizar uma análise de conteúdo da produção acadêmica da Psicologia no que tange à temática de Psicologia, gênero, mulheres e ruralidades.

Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão sistemática da produção acadêmica da Psicologia sobre mulheres, questões de gênero e ruralidades, de modo a lograr entendimento do que a Psicologia tem produzido e falado sobre esses assuntos.

Para a busca dos artigos foram eleitas duas bases de dados: os Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), que são duas bases brasileiras que reúnem produções importantes para o campo da Psicologia no Brasil. Para a seleção dos artigos foi estabelecido como critério de inclusão: 1) terem sido publicados nos últimos cinco anos completos, isto é, dentre 2014 e 2020, e 2) que discutissem os temas Psicologia, Gênero e Rural/Ruralidade. Inicialmente, a pesquisa com os filtros retornou 18 artigos, e, após o levantamento inicial, passou-se a leitura dos resumos desses artigos, com o objetivo de verificar se os mesmos atendiam aos critérios de inclusão na amostra. Ao final, a amostra compôs-se de 14 artigos. É importante pontuar que todos os artigos foram lidos integralmente e buscou-se destacar: objetivo, metodologia, abordagem psicológica adotada, principais conclusões e possíveis categorias de inclusão.

Para a análise do conteúdo dos 14 artigos, optou-se pela categorização temática destes (Bardin, 1977). A partir da análise, emergiram 4 categorias, a saber: 1) Identidade e Papéis de Gênero; 2) Saúde Mental; 3) Gênero, Produção e Trabalho; 4) Gênero e a Esfera Pública: Militância, Participação Política e Políticas Públicas. Abaixo, são

apresentados os artigos de acordo com o principal tema discutido em cada um deles, conforme identificado durante a análise.

Resultados

Identidade e papéis de gênero

Dentre os artigos encontrados, três deles tratavam de forma mais aprofundada sobre o tema de identidade e papéis de gênero. Pizzinato et al. (2015) se propuseram a analisar os discursos, por meio de entrevistas e composições fotográficas de jovens mulheres para compreender como as construções simbólicas de gênero atravessam os planos e projetos de vidas destas. De forma geral, os projetos de vida das jovens mulheres transitaram entre a dicotomia composta por projetos de vida voltados à educação e à comunidade rural, e projetos de vida que subvertem as relações tradicionalmente estabelecidas de gênero e família.

No que tange aos modelos de relacionamentos amorosos, há uma transitividade entre modelos tradicionais e alternativos, em que as jovens, mesmo desejantes de casarem em uma igreja, em um molde tradicional, não abrem mão de uma possibilidade diferenciada, concebendo relacionamentos de longo prazo em outros formatos, nos quais apenas “se juntam” e fazem uma festa mais simples. As meninas mais jovens possuem uma concepção de trajetórias de vida mais subversivas do que as mulheres mais velhas, dizendo que preferem estudar, trabalhar, serem independentes financeiramente para depois se casarem, mas, ainda assim, muitos dessas trajetórias preconizam a participação de um homem em alguma medida, sendo marido ou companheiro, como que para afirmar essa identidade feminina, reforçando os modelos heteronormativos de constituição de família (PIZZINATO et al., 2015).

Em outro artigo dos mesmos autores, Pizzinato et al. (2016) atentam para a concepção engessada que estas mulheres possuem sobre as funções de gênero. Os discursos das jovens mulheres ainda são permeados de tradicionalismos e esparsas chancelas de empoderar-se e ir contra as formas de ser mulher apreendidas durante a vida, sendo assim, ambos os entendimentos coexistem em suas falas, em que desejam sim lograr independência financeira e um ensino superior completo, ao passo que desejam constituir família e exercer o papel

de mulher do lar que aprenderam durante suas vidas (PIZZINATO et al., 2016).

Já Gomes, Nogueira e Toneli (2016) realizaram uma análise bibliográfica dos artigos com a mesma temática desta categoria. Segundo eles, a falta de tempo ainda é um dos principais impedidores das mulheres em se engajarem em outras atividades sociais e econômicas, o que decorre da hegemonia de papéis tradicionais de gênero, como os relatados pelos autores anteriores, em que as mulheres encontram-se vinculadas à casa, a família e cuidado dos filhos, sendo que o lazer destas mulheres não se dissocia das atividades domésticas.

Saúde mental

Na categoria temática de saúde mental, foram seis os artigos que trataram sobre o tema. Leite et al. (2017) dedicou-se a compreender a saúde mental por meio de uma perspectiva de gênero. Os autores apontaram que foram três as principais categorias de queixas relacionadas ao sofrimento. A primeira envolveu a demasiada carga de trabalho em torno da casa, uma vez que estas mulheres possuem duplas jornadas de trabalho, o que aumenta o sofrimento devido à sobrecarga. A segunda queixa tratou da violência específica de gênero: agressões físicas, verbais e psicológica foram os relatos mais recorrentes pelas entrevistadas na pesquisa. A terceira diz respeito aos estressores relacionados à rotina, como a morte de algum familiar, êxodo rural de algum conhecido, complicações na saúde, gestação, criminalidade, abusos sexuais e vulnerabilidade financeira. Em todas essas categorias, as mulheres relatam adotar algumas estratégias para lidar com essas questões, tais como: uso de substâncias psicoativas, apoio da família, e a religião.

O trabalho também poder ser tanto um fator agravante do sofrimento quanto liberador, no sentido de que pode contribuir para a independência financeira das mulheres, além de ser uma forma de fuga da rotina doméstica (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2015). Na mesma esteira de pensamento, Maciazeki-Gomes et al. (2019) também salientam, em seus achados, que as mulheres ainda exercem muitas tarefa dentro e fora da casa, sendo sobrecarregadas física e emocionalmente.

Quanto à saúde mental relacionada à ideação suicida em assentamentos rurais no Piauí, Macedo, Silva e Bezerra (2018) lançaram

mão de questionários e inventários que medem esse fator. 21% dos entrevistados ficaram acima do ponto de corte, podendo ser relacionados com o indicativo de TMC.

Macedo et al. (2016) investigaram o consumo de álcool por moradores de dois assentamentos rurais. De acordo com a pesquisa, os homens consomem de quatro a cinco vezes mais do que as mulheres, e de forma mais problemática. Por outro lado, mesmo que não tenha sido encontrado um padrão de consumo problemático entre as mulheres, o consumo de álcool entre elas tem crescido na região nordeste, onde há o maior índice de consumo no país.

Quanto a essa categoria, fica explícita a correlação entre o sofrimento das mulheres e o trabalho doméstico, à dupla jornada de trabalho, aos filhos, à violência baseada nos estereótipos de gênero. Esses papéis de gênero tradicionalmente atribuídos impactam muito mais na saúde da mulher do que do homem.

Gênero, produção e trabalho

Quanto ao tema de gênero, produção e trabalho, foram cinco os artigos que versaram sobre o mesmo. Maciazeki-Gomes et al. (2019) analisaram as narrativas de mulheres trabalhadoras rurais e suas percepções sobre a produção de subjetividade, por meio de suas vivências relacionadas ao espaço da casa, da propriedade e dos movimentos sociais. As mulheres reproduzem um discurso tradicional sobre a herança das terras, direcionados aos filhos homens, para que estes possam habitá-la com suas respectivas esposas. A permanência das mulheres no campo aparece sempre vinculada ao casamento.

Outro fator interessante é que, no discurso das mulheres, a formação educacional formal aparece como um elemento sobremodo importante, não mais secundário como era em suas famílias de origem, sendo esse o elemento crucial para auxiliar seu ingresso no mercado de trabalho e lhes darem a possibilidade de serem financeiramente independentes, além terem sua identidade associada a outros significantes para além do trabalho doméstico.

Pizzinato et al. (2015) apresentaram que o conceito de trabalho produtivo foi associado ao masculino e ao espaço público, enquanto o trabalho realizado dentro de casa foi relacionado à identidade feminina. Quanto às representações de trabalho relacionadas às questões de gênero, suas relações não se mostraram imóveis. O pai que

trabalha muito é aquele associado ao trabalho público e à produtividade, podendo assumir a figura de indolente e preguiçoso caso não o faça. Já as mulheres que também são mães tiveram suas representações simbólicas transitando entre maternidade, casamento e trabalho doméstico, além de serem vistas como “melhores amigas”, uma vez que ocupam o lugar de troca de intimidades com filhas e netas.

Salvaro, Estevam e Felipe (2014) buscaram investigar de que forma as mulheres participam de cooperativas virtuais. Pelo fato de as mulheres poderem assumir diversas formas de participação nas cooperativas, há um rompimento nos moldes tradicionalistas e hierarquizados de gênero. O trabalho doméstico é desempenhado em horários alternados ao trabalho nas cooperativas, sendo que este último tem prioridade uma vez que viabiliza o sustento da família.

Quanto aos sentidos dados ao trabalho, Santos e Merlo (2019) propuseram-se a relatar uma experiência vivida, por meio de dados etnográficos, em um acompanhamento de mulheres agricultoras. Segundo os autores, nos discursos das mulheres, foi muito difícil separar o trabalho da vida, sendo que ambos aparecem sempre justapostos no discurso. Além disso, como visto em outros artigos, as mulheres reivindicam mais reconhecimento e valorização do seu trabalho, uma vez que não implica somente no cuidado relativo ao campo, mas também sobre os cuidados com a casa, com os filhos.

Gomes, Nogueira e Toneli (2016) trazem que a execução, pelas mulheres, de algum tipo de atividade laboral foi associada ao ganho de autonomia da posição tradicionalmente colocada a mulher, de submissão e papéis secundários, uma vez que, na agricultura orgânica e sua comercialização, essas adquirem mais independência econômica, podendo tomar as decisões relativas ao trabalho exercido.

Gênero e a esfera pública: militância, participação política e políticas públicas

Sobre essa categoria, cinco foram os artigos que falaram sobre o tema. Costa-Fernandez e Munoz (2019) investigaram os discursos e os modos de subjetivação de mulheres participantes do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto rural. Ao analisar os discursos das mulheres, puderam perceber a forte associação do ser mulher com o ser mãe, em que esta desempenha o papel de cuidado, criação, educação, realizando os afazeres domésticos, sendo valoradas enquanto boas ao

serem pacientes, presentes, carinhosas. Quanto ao PBF, a renda que ele possibilita às mulheres as afasta da pobreza extrema, dando mais independência familiar quanto à satisfação das necessidades fundamentais, trazendo dignidade aos beneficiários.

Já Chavez e Landini (2016) investigaram as contribuições que o Programa de Inovação Agropecuária Local (PIAL) apresentou quanto a melhora dos níveis de igualdade de gênero no campo em uma província cubana. Para implementar a estratégia de trabalhar gênero no PIAL, uma estratégia, com três etapas, foi desenvolvida: sensibilização (relativa à importância de trabalho da temática de gênero dentro do programa), diagnóstico (das demandas e dos problemas vivenciados na província) e capacitação (com a promoção de estratégias para resolução das demandas levantadas). De forma geral, pôde-se perceber que o Programa viabilizou o equilíbrio das relações de poder dentro das famílias. Ademais, foi possível observar uma maior participação ativa das mulheres em diferentes atividades, decorrente da atuação do Programa.

O artigo de Oliveira e Leite (2016) discorre sobre a militância das mulheres. Dentre as associações feitas pelas mulheres estavam: contribuição com a reforma agrária, esperança, reconhecimento, transformação, conscientização e luta. Quanto ao sentido de luta, os autores mencionam que a militância surge na vida das pessoas como uma forma de tornar-se sujeito. O MST, para essas mulheres, serviu como uma ferramenta de exercerem-se enquanto sujeitos de direito. As mulheres entrevistadas, segundo os autores, parecem ter rompido com os papéis tradicionais de gênero. Contudo, essa posição não vem sem riscos, pois passam a sofrer agressões políticas junto aos homens do assentamento.

Quanto às mulheres e sua relação com a política, Gomes, Nogueira e Toneli (2016) apresentam que o protagonismo feminino nos espaços políticos está vinculado a participação dessas em movimentos sociais, na gestão governamental local, bem como em sindicatos e cooperativas. As mulheres que participam desses movimentos e lutam na linha de frente por direitos estão associadas à figura de uma mulher trabalhadora rural distinta e distante da figura tradicional vinculada a casa, e aos serviços domésticos e de criação de filhos. Além disso, os autores salientam que discutir gênero nos contextos rurais tem sido crucial uma vez que se trata de um local de recorrentes disputas, logo, a relação entre gênero e ruralidade precisaria de um enfoque

interseccional. Além disso, para Maciazeki-Gomes et al. (2019), a participação em movimentos sociais tem sido encarada como algo passado de mãe para filha, sobretudo em decorrência da maior participação política das mulheres nas atividades relacionados a assentamentos rurais.

Psicologia e ruralidades: algumas reflexões

Inicialmente, assinalamos que os artigos levantados apontam que a mulher pertencente à população rural se encontra em uma condição de maior vulnerabilidade do que as mulheres da zona urbana. No geral, os artigos confirmam os achados de trabalhos anteriores, mormente no que diz respeito aos papéis assumidos pelas mulheres na zona rural e as expectativas daí decorrentes, da sobrecarga e dupla e/ou tripla jornada dessas mulheres.

Outrossim, os artigos assinalam algumas modificações nas relações de gênero, principalmente no que diz respeito às mulheres que participam de movimentos sociais organizados, o que possivelmente lhes propicia espaços de reflexão e problematização dos papéis e relações de gênero vigentes em nossa sociedade.

Quanto às conclusões dos artigos, é importante ressaltar que, mesmo que a maioria tenha apresentado propostas generalistas e sem genuína consideração das especificidades das mulheres rurais, alguns deles apresentaram propostas específicas a serem promovidas, como Macedo et al. (2016) que apresentaram algumas reflexões que podem guiar a atuação de profissionais da saúde no que tange à essa questão, enfatizando a necessidade de investimento governamental em políticas públicas e em mecanismos de formação educacional das assentadas; e Leite et al. (2017) que apresentam algumas sugestões de como promover políticas públicas relacionadas com as questões de gênero, de modo a promover a autonomia e o bem-estar das mulheres assentadas.

Quanto ao aporte teórico, pôde-se perceber que os trabalhos são marcados pela interdisciplinaridade, por mais que sejam da área de Psicologia. Conhecimentos das áreas de antropologia, filosofia, sociologia e saúde são frequentemente trazidos para a discussão nos artigos lidos. Entretanto, uma dificuldade encontrada foi a falta de representantes teóricos da Psicologia, bem como especificação da abordagem teórica psicológica adotada para construção das análises.

Além disso, percebeu-se que os artigos encontrados, majoritariamente, focam em questões individuais, isto é, se baseiam em uma teoria com base em tradições individualistas e não coletivistas como é a da população rural. Esse modelo precisa de modificações tendo em vista que as várias populações rurais ainda possuem um modo de vida que se baseia na coletividade. Além do mais, muitos artigos não consideram as especificidades das diversas populações rurais, analisando os dados e os relatos tendo por base as características da cidade, além de encarar esses mesmos relatos sob um olhar clínico. Neste sentido, enfatizamos que os psicólogos que atuam na realidade rural possam conhecer mais e respeitar as características específicas da população assentada, pensando em outros modos de se inserir e auxiliar a população para além do olhar clínico, patologizante e psicologizante.

Considerações finais

Como dito, o intuito desta pesquisa fora contribuir com a literatura sobre Psicologia, gênero e ruralidades. Assinala-se que a quantidade de artigos encontrados e a relevância do tema indicam que ainda se faz necessário um maior avanço nas pesquisas nessa área. Além disso, percebeu-se que os artigos encontrados, majoritariamente, focam em questões individuais, isto é, se baseiam-se em teorias que desconSIDERAM os aspectos coletivos ainda muito presentes na cultura, na vivência e nos modos de subjetivação da população rural.

Nesse sentido, ainda que já haja um acúmulo teórico que questiona as origens elitistas da profissão, bem como seu embasamento ainda majoritariamente clínico, individualista e psicologizante, e que problematiza suas bases epistemológicas que tomam como padrão de humanidade o indivíduo do sexo masculino, homem e branco, concluimos que ainda há extensos grupos sociais aos quais a Psicologia ainda precisa dedicar um olhar mais cuidadoso, ampliando suas preocupações para além das população urbanas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL, **Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://>

www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mulheres-do-campo-e-da-floresta-diretrizes-e-aco-es-nacionais#:~:text=As%20diretrizes%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20para,II%20Plano%20Nacional%20de%20Pol%C3%ADticas. Acesso em: 12 mai 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (9a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Trabalho original publicado em 1990.

CHAVEZ, H. R. R.; LANDINI, F. Experiencias y Buenas Prácticas de Equidad de Género en el Programa de Innovación Agropecuaria Local en la Provincia de Granma, Cuba. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 335-347, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549-2016000300007X&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr 2021.

COSTA, M.C.; SILVA, E.B.; SOARES, J.S.F.; BORTH, L.C.; HONNEF, F. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 2 (2017). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/59553>, acesso em 07 ago 2019.

COSTA; M.G.S.G.; DIMENSTEIN; D.; LEITE, J. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Rev. Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 89-156, abr/jun 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294-2014000200007X&script=sci_abstract&tlng=es, acesso em 06 set 2018.

COSTA-FERNANDEZ, E.; MUNOZ, C. A. B. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 35-42, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5581>. Acesso em: 28 abr 2021.

DA GRACA COSTA, M.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 13-28, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15-446/rcp.v24n1.41968>. Acesso em: 28 abr 2021.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

FIGUEIREDO-VASQUEZ, G.C. A Psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**, nº 29 (4), p. 856-867, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021779015.pdf>, acesso em 07 ago 2019.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, 2011, vol. 24, no 2, p. 111-120. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 10 mai 2021.

GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F.. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/180703102015v28n1p-115>. Acesso em: 28 abr 2021.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. S.; DANTAS, C. B.; SILVA, E. L.; SOUZA, A. P. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. **Av. Psicol. Latinoam.** Bogotá, v. 35, n. 2, p. 301-316, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768>. Acesso em: 28 abr 2021.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.

MACEDO, J. P. et al. Condições de vida, pobreza e consumo de álcool em assentamentos rurais: desafios para atuação e formação profissional. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 3, p. 552-569, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082016000-300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr 2021.

MACEDO, J. P.; SILVA, B. Í. B. M.; BEZERRA, L. L. S. Ideação suicida em assentamentos rurais no Piauí. **Psicol. pesq.**, Juiz de

Fora, v. 12, n. 3, p. 1-10, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300506>. Acesso em: 28 abr 2021.

MACIAZEKI-GOMES, R. C. et al. Ação política e produção de subjetividade: a herança de terra, trabalho e participação política na produção de um éthos agricultora. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 24, n. 3, p. 305-316, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190031>. Acesso em: 28 abr 2021.

MST, **Feminismo camponês e popular com identidade e revolucionário**. Setor de Gênero do MST, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, A. B. F.; LEITE, J. F. Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 181-190, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.181-190>. Acesso em: 28 abr 2021.

PIZZINATO, A. et al. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 473-483, Dec. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473>. Acesso em: 28 abr 2021.

PIZZINATO, A. et al. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 247-255, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1484>. Acesso em: 28 abr 2021.

RABELLO, D. C. C. **Compreendendo as inter-relações entre gênero, sexualidade, família e religião na formação em Psicologia**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36054>. Acesso em: 10 mai 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000262013>. Acesso em: 28 abr 2021.

SANTOS, M. G.; MERLO, Á. R. C. Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 199-216, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p199-216>. Acesso em: 28 abr 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 10 mai 2021.

MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIAS CONTÍNUAS: CENÁRIO NOS ANOS DE 2019 E 2020 NO BRASIL

Andréa Kelmer de Barros

*Doutora pelo curso de Política Social da Universidade Federal
Fluminense - UFF. andrea.kelmer@gmail.com*

Resumo

Este artigo apresenta o cenário atual de violências, preconceitos e assassinatos de pessoas LGBTs. Seleccionamos o período de 2019 e 2020, após a posse do atual presidente da República do Brasil, onde traçamos um panorama deste quadro que se agrava na redução de políticas públicas para esta população, aumento das violências, suicídios e assassinatos. Para tanto, fizemos uso de dados disponíveis em órgãos governamentais e não governamentais, jornais de circulação nacional e importantes grupos que realizam pesquisas sobre a realidade vivenciada pelas pessoas LGBTs no Brasil, como a ANTRA e o Grupo Gay da Bahia. Para a construção das análises e debate teórico, autores como Simões e Facchini (2009), Oliveira e Mott (2020) e Barroco (2014), dentre outros, foram importantes fontes para elucidar o processo histórico e a atual realidade vivenciada pelas pessoas LGBTs. Verificamos, ao final da pesquisa, que nos dois últimos anos houve ampliação nos casos de violências múltiplas, casos de suicídios e manifestações LGBTfóbicas, agravando ainda mais as condições de vida destas pessoas. Contudo, constatamos uma força resiliente e renovada de luta e participação política da população LGBT, que se ampliou nas eleições municipais de 2020, o que traz esperança e convicção de que suas vozes não podem e não serão silenciadas.

Palavras-chave: LGBT. Assassinatos, Violências, LGBTfobia.

Introdução

Este artigo tem como objetivo central apresentar um quadro atual dos ataques violentos, assassinatos e preconceitos sofridos pelas pessoas LGBTQs. O período selecionado para a pesquisa foram os anos de 2019 e 2020. Ainda que possa parecer um período breve, o número de notícias trágicas sobre o tema em tela é alarmante. Tanto assim, que foi feita uma seleção deste, para que o artigo pudesse contemplá-las sem exceder em páginas e não cansasse o leitor.

O que nos motiva a realizar tal debate é o assombro que nos causa termos completado em 2020 quatro décadas de lutas, debates, enfrentamentos por parte de movimentos sociais, parte do judiciário, lideranças políticas e ainda assim vivenciarmos um quadro tão repleto de violências e assassinatos entre esta população.

Os dados apresentados neste artigo são resultados de pesquisas realizadas pelas mais importantes Organizações Governamentais e Não Governamentais, movimentos sociais brasileiros e alguns jornais on line que divulgam notícias com razoável frequência. Estas pesquisas selecionadas não são apenas números e dados. Falam de vidas que estão morrendo todos os dias, muitas vezes sem a visibilidade necessária. A pesquisa bibliográfica conta ainda com debates de diversos autores e autoras que estudam a temática e nos ajudam a entender o processo histórico das lutas e organizações LGBTQ, além de nos elucidar sobre o atual cenário desafiador vivenciado por esta população.

Este artigo visa contribuir com a visibilidade desta situação atual para que possamos entender que devemos construir uma sociedade livre destes casos agressivos, livres de preconceitos e da divisão social entre o “nós” e os “outros”. Acreditamos que o debate, a exposição desta situação pode nos levar a mudanças, reflexões sobre nossas ações e omissões.

Breve história do Movimento LGBTQ no Brasil

A sigla LGBTQ, e diversas outras variáveis, que veremos ainda neste tópico, é resultado de várias mudanças ao longo de décadas. Referenciados como loucos, pervertidos, doentes e pecadores, os homossexuais no Brasil iniciaram na década de 1980, grupos e movimentos contra as constantes formas simbólicas e criminosas de

violências que sofriam. Castells (1999) menciona três fatores que contribuíram para o nascimento dos movimentos sociais homossexual: o clima de rebelião presente nos movimentos sociais dos anos 1960, que fez com que homossexuais de diferentes lugares começassem a se assumir enquanto tais; a resistência à violência contra a homossexualidade exercida pela sociedade, que causou revolta até mesmo entre aqueles que só pretendiam viver de forma reservada e tranquila sua homossexualidade; e o questionamento feito ao patriarcalismo pelo movimento feminista, que não só questionou o que é ser mulher, mas também a masculinidade e os papéis sociais representados pelos homens.

Fraser (2010) nos informa que nos anos de 1970/80, a luta pelo “reconhecimento da diferença” parecia carregada de promessas de emancipação. Muitos se uniram às bandeiras da sexualidade, gênero, etnicidade e “raça”. Castells (1999) acrescenta que foi nas décadas de 1970 a 1990 que movimentos sociais em defesa dos direitos de gays e lésbicas explodiram ao redor do mundo, tendo início nos Estados Unidos em 1969-70, posteriormente chegando à Europa, espalhando-se pelo mundo a fora. Desde então, o movimento espalhou-se significativamente no mundo e no Brasil, principalmente após o advento da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada até mesmo de “câncer gay”.

Parker (1994) afirma que foram exatamente os homossexuais que começaram a se organizar no Brasil, divulgando a importância do sexo seguro, combatendo veementemente a ideia de que a AIDS era uma doença de gay. Conforme o autor, no próprio campo médico esta defesa foi sendo abandonada, pois os estudos comprovaram que o vírus poderia ser transmitido a qualquer ser humano, homo ou heterossexual. Contudo, conforme Simões e Facchini (2009, p. 51-52)

Expressões como “peste gay” persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência

e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível.

No ano de 1997, na cidade de São Paulo, ocorreu a primeira parada do orgulho gay (que comemora o Dia do Orgulho Gay em 28 de junho). As paradas se tornaram frequentes em diversas cidades e capitais brasileiras, chegando a atrair mais de três milhões de pessoas nos anos 2000 (RYAN, 1992). Segundo Ramos (2005, p.35), “estima-se que em 2004 esse evento tenha reunido em torno de quatro milhões de pessoas nas 42 cidades onde ele se realizou”. Fischer (2008, p.139) nos informa ainda que no ano de 2008 foram contabilizadas mais de duzentas paradas em todo o Brasil, o que torna o Brasil o país com maior número de paradas gays no mundo.

Além das paradas e de uma visibilidade nacional antes nunca vista no país, ainda nos anos de 1990 os homossexuais conquistaram alguns avanços no campo político. A própria Constituição Federal do país demarcou como crime as atitudes de violência contra a vida e contra a pessoa, o que incluiu necessariamente os homossexuais. Posteriormente, o guia dos direitos humanos do LGBT confirma e defende este princípio. “Qualquer atitude de violência ou agressão contra homossexuais é crime e deve ser punido, pois sua dignidade deve ser garantida assim como é garantida a todos: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16).

Ainda na década de 1990, o Brasil assina dois acordos com o Banco Mundial, denominados AIDS I (em 1994) e AIDS II (em 1998), com vistas a incentivar ONGs a formular e implementar políticas de prevenção e combate à epidemia. A partir do ano 2000, abre-se um amplo debate entre o Ministério da Saúde e ONGs brasileiras no incentivo ao trabalho voluntário e sem fins lucrativos, colocando as ONGs como principais agentes de formulação e desenvolvimento de ações políticas de combate à AIDS. O início deste novo século é marcado por um crescimento cada vez maior de ONGs que representam as pessoas LGBT. Cada grupo, em cada região do Brasil, se faz representar apresentando suas demandas específicas e se unindo em campanhas nacionais contra a homofobia e controle da AIDS.

Seguindo esta importante luta política, no ano de 1995, a então Deputada Marta Suplicy, apresentou um projeto de lei (Lei1151/95)

para regularizar a união entre homossexuais. A lei não foi aprovada como casamento, mas sim como uma solidariedade mútua, ou como uma sociedade entre os companheiros gays. Em sua fundamentação para a criação desta lei, Suplicy demarcou:

Vivemos em uma sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. O indivíduo é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizadora da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único (...). Passa-se a perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16)

A partir daí, os casais homossexuais passaram a ter direitos a heranças e pensões, como em qualquer casamento. Fischer (2008) acrescenta dizendo que no ano de 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulgou uma resolução restringindo a discriminação à orientação sexual. A partir daí, tornou-se antiético propor uma cura à homossexualidade, e que nos tratamentos buscados, os profissionais do campo da psicologia devem esclarecer que a homossexualidade não é uma doença. No final do ano de 2001, com a morte da cantora brasileira Cássia Eller, o tema da adoção por casais homossexuais ganhou grande espaço na mídia, por decorrência da disputa em torno da guarda de seu filho entre o pai de Cássia Eller e sua companheira Maria Eugênia. Este caso “acabou por estimular inúmeras matérias jornalísticas preocupadas em dar visibilidade a muitos gays e lésbicas com filhos”. (TARNOVSKI, 2004, p. 386)

Silvia Ramos (2005) também nos informa sobre uma grande conquista em maio de 2004. Naquele ano, foi lançado em Brasília, o Programa Brasil sem homofobia¹: combate à violência e à discriminação e promoção à cidadania homossexual, dando maior notoriedade ainda ao movimento no país.

1 De acordo com Ramos (2005) o Programa Brasil sem homofobia é dedicado a uma travesti integrante do movimento homossexual no país, conhecida como Janaina, falecida pouco tempo antes do lançamento do Programa.

O programa tem ações voltadas ao apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. (BRASIL, 2004, p. 11).

Avançou no Brasil também a luta organizada das lésbicas. No dia 19 de agosto de 2003, foi instituído o “Dia Nacional do Orgulho Lésbico”. Jimena Furlani (2005) nos explica que esta data foi escolhida por marcar a data em que há mais de vinte anos, um grupo de lésbica entregava um boletim lésbico em um bar na cidade de São Paulo, quando foi vítima de ações de violenta homofobia. As lésbicas historicamente não se identificam muito com o termo homossexual e, segundo Furlani (2005, p.229)

Embora a palavra *gay* tenha sido usada como termo guarda-chuva de toda a homossexualidade, ela não deixa de ser uma expressão da convenção cultural que escolheu o gênero masculino, na forma escrita, no tratamento generalizado. Uma convenção que se estabeleceu em disputas sociais de poder e que encontra resistência daqueles grupos que não se sentem totalmente representados pelo termo. Um exemplo disso é a inclusão, cada vez mais comum, de termos a Associação Brasileira de Gays e Lésbicas (ABGL) que hoje é ABGLTT (Associação Brasileira de Gays Lésbicas, Travestis e Transexuais).

No cenário atual, se configura a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Por unanimidade, pelo placar 10 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram em 05 de maio de 2011 a união estável para casais do mesmo sexo. Desde então, companheiros em relação homoafetiva duradoura

e pública, terão os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres².

No mês de fevereiro do ano de 2019 a criminalização da homofobia começou a ser votada no Supremo Tribunal Federal (STF) com votos em sua maioria a favor. A votação, que trata os crimes de homofobia como crimes de racismo, foi encerrada no dia 13 de junho do mesmo ano, com oito votos a favor e três contrários³. Outra importante decisão ocorreu no dia 09 de abril de 2019, quando a então ministra do STF, Cármen Lúcia, concedeu uma liminar que proíbe a terapia de reversão sexual, popularmente conhecida como “cura gay”. Esta importante liminar corrobora com o entendimento do Conselho Federal de Psicologia que proíbe, desde 1999, psicólogos a oferecerem serviços que proponham o tratamento da homossexualidade, considerando a sexualidade uma doença⁴. Mais recentemente, em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal tornou obrigatória a doação de sangue por parte da população LGBT, que era impedida de tal iniciativa até então⁵.

Outra importante conquista recente foi a publicação feita pelo Conselho Federal de Medicina em janeiro de 2020 sobre novas resoluções para procedimentos de transição de gênero para pessoas trans e travestis, incluindo terapia hormonal e cirurgias. O Conselho passa a recomendar a idade mínima para a cirurgia de redesignação sexual, a partir dos 18 anos, e não mais aos 21 anos, como era até então. Na publicação feita no Diário Oficial da União, o CFM determinou que para adolescentes menores de 16 anos e crianças trans, seja feito acompanhamento psicológico, porém sem a intervenção de quaisquer tratamentos hormonais⁶.

2 Dados obtidos no Portal G1, acesso em 05 de maio de 2011.

3 Fonte: PUTTI, Alexandre. Crimes de ódio contra a população LGBT serão punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. www.CartaCapital.com.br. Acesso em 15 de Junho de 2019.

4 Fonte: PUTTI, Alexandre. Terapia da “cura gay” é proibida pelo STF. www.CARTACAPITAL.com.br. Acesso em 25 de Abril de 2019.

5 Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF. Fonte: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>. Acesso em 03 de julho de 2020.

6 Fonte: Conselho Federal de Medicina também alterou a faixa etária para a cirurgia de redesignação sexual de 21 para 18 anos, www.CARTACAPITAL.com.br. 09 de janeiro de 2020. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Para além das conquistas supracitadas, o movimento homossexual no Brasil enfrentou problemas internos, divisões e questionamentos por parte de alguns grupos que não se sentiam bem representados. Um bom exemplo é a própria nomenclatura “movimento homossexual”. Nos primórdios do movimento homossexual no Brasil, a expressão utilizada pelo grupo que o representava até o ano de 1992, era movimento homossexual brasileiro. Será no ano de 1993 que o termo *lésbica* aparecerá, no Encontro de Homossexuais realizado naquele ano. Em 1995 ocorreu o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, quando se deu a fundação da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Foi no ano de 2005 que os termos bissexuais e transexuais foram incluídos no Encontro Homossexual daquele ano. Foi somente na segunda metade dos anos de 1990 que as lésbicas e as travestis se organizaram em um movimento, passando a lutar politicamente no país⁷. Até essa época, a presença de homossexuais era praticamente homogênea nos encontros e movimentos organizados.

Nosso objetivo é mostrar que até chegarmos à nomenclatura LGBT, houve conflitos, onde determinados segmentos se sentiam mais ou menos representados. Simões e Facchini (2009, p.146) nos esclarecem esta questão, afirmando que nesta luta, nem tudo são flores.

Nem tudo são flores e cores, porém. Manifestaram-se também diversos focos de conflito entre as diversas identidades que compunham o movimento. Pulularam acusações de “misoginia gay” e de “androfobia lésbica”. Gays foram acusados de promiscuidade e desrespeito ao espaço e ao ambiente do evento,

7 Em 1993 e 1994 haviam sido realizados dois encontros de “Travestis e Liberados” relacionados inicialmente com as atividades desenvolvidas pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), do Rio de Janeiro. Com o surgimento de novas associações de travestis, esses congressos passaram a ocorrer em outras cidades do país e foram denominados Encontros de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à Aids, mantendo a sigla Entlaids. Organizações de travestis estiveram representadas pela primeira vez no movimento por ocasião do VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas de 1995, realizado em Curitiba. A partir daí, o termo “travestis” foi incorporado ao nome dos futuros encontros nacionais. Em 29 de agosto de 1996, foi realizado no Rio de Janeiro o p r i m e i r o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), a partir de iniciativa do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Desde então, foram realizadas seis edições do Senale. A data do primeiro Senale foi consagrada como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 142-143)

enquanto lésbicas foram acusadas de reprimir a liberdade de expressão. Algumas ativistas lésbicas se posicionaram como “mulheres” e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, eram “homens”, o que provocou uma discussão bastante acalorada. Duas redes nacionais de associações lésbicas se formaram em 2003 e 2004. Em 2005, realizou-se o XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, no qual foi lançado o coletivo de transexuais e se deu a incorporação dos bissexuais ao movimento, adotando-se a sigla LGBT e convencionando-se que o “T” deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros.

A incorporação dos bissexuais junto ao movimento também foi cercada de muita polêmica. Simões e Facchini (2009) explicam.

O esforço tem sido tornar visível a presença de bissexuais e, ao mesmo tempo, evitar que ela se dê de forma separada dos outros segmentos. Outra estratégia tem sido questionar as imagens depreciativas de “enrustimento”, irresponsabilidade e falta de compromisso político, atribuídas a bissexuais por muitos ativistas gays e lésbicas.

Somam-se a estas questões, reclamações das travestis, que se queixam da constante violência que vivenciam nas ruas e da discriminação que sofrem cotidianamente. Por não se identificarem como homossexuais, por vezes se vêem sem o apoio necessário para suas demandas. Simões e Facchini (2009, p.35) consideram que a luta homossexual no Brasil abriu portas para diversos estudos e ações contra a homofobia, tão pouco combatida nos primórdios da organização dos homossexuais. Segundo eles

A partir da década de 1990, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais protestaram as normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.53).

No ano de 2000 foi criada a ANTRA⁸ - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. O seu registro de pessoa jurídica em cartório ocorreu no ano de 2002. A ANTRA realiza projetos e produz materiais didáticos informativos, também desenvolve dossiês e boletins de pesquisas que retratam os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil.

Atualmente existem algumas siglas utilizadas por ativistas, autores e organizações que atuam na defesa e proteção da população LGBT. As mais utilizadas são LGBTQ, ou LGBTQI+ e ainda LGBTQIA+. Faremos uma breve explicação das letras que foram sendo inseridas ao longo dos anos, que podem ser estranhas a alguns leitores pouco habituados às mesmas. As letras iniciais LGBT são mais conhecidas, então optamos por esclarecer os significados apenas das que se seguem a estas.

A letra Q significa *QUEER*. De acordo com Louro (2001, p. 546), o termo *queer*

assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. A política *queer* está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 90, passa a utilizar este termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica.

A letra I contempla as pessoas intersexo. Intersexual é o termo usado para descrever pessoas que nascem com características

8 A ANTRA é fruto de diversos encontros e debates de ONGS existentes desde a década de 1990, que, ao longo de duas décadas, foram se transformando e questionando seus objetivos e segmentos, até chegarem à ANTRA no ano de 2000. Toda esta história pode ser encontrada no site da ANTRA, <https://antrabrasil.org/>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino. Desde o ano de 2020, se tornou oficial a Abraintersexo, também conhecida apenas por ABRAI. Trata-se da Associação Brasileira de intersexos, que luta para dar visibilidade a estas pessoas e contra a mutilação genital de bebês intersexo no país. A letra A abarca pessoas assexuadas. Aquelas não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que estas pessoas não veem as relações sexuais humanas como prioridade. O símbolo + visa contemplar outras orientações sexuais e de gênero não contempladas na sigla. Uma sigla mais recente, ainda pouco conhecida e raramente utilizada é a LGBTQQICAPF2K+⁹.

Apesar dos avanços e conquistas alcançados pelo movimento homossexual, no que tange à sua representatividade e expressividade, medidas repressoras e de controle sexual ainda são vivenciadas no Brasil. As formas preconceituosas e pejorativas no tratamento dado às lésbicas, aos homossexuais, aos bissexuais ou às travestis também não desapareceram. Sobre este ponto, Duarte (2011, p.86) nos diz que

A perseguição às lésbicas, aos gays, aos bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não é novidade, trata-se de um fenômeno observável há muito tempo. Apesar das novas identidades constituídas pela sociabilidade contemporânea para os velhos estereótipos e representações socioculturais de um passado não

9 A parte inicial (LGBTQ) tem o mesmo significado que já explicamos acima. De acordo com site da UOL, a segunda letra Q presente nesta sigla, são os questionadores sobre sua própria sexualidade e orientação sexual; a letra I se refere aos intersexos; a letra C dá espaço aos curiosos sobre o tema, sobre as possibilidades de sua própria sexualidade; a letra A são os assexuados, que podem não sentir atração sexual por nenhum gênero; a letra P fala dos pansexuais e/ou polisssexuais, que não vivenciam suas sexualidade apenas com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto de forma exclusiva, que não são adeptos da monogamia, e que circulam entre todas estas possibilidades; a letra F inclui os familiares e amigos de pessoas que fazem parte deste grupo contemplado nas demais letras; o número 2 é sobre as pessoas de dois espíritos, abrangendo pessoas que têm sua sexualidade explicadas por vias espirituais e definidas por elas; e a letra K, fala de formas de excitação sexuais que não perpassam pelo universo heterossexual. Como na sigla mais recorrentemente utilizada LGBTQIA+, esta nova sigla mantém o sinal gráfico + com o mesmo significado. Fonte: Alguns ativistas querem mudar a sigla LGBTQ+ para LGBTQQICAPF2K+. Entenda. In: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/29/algunsativistasqueremmudarasilgalgbtparalgbtqqicapf2k.entenda.htm>. Aces so em 24 de dezembro de 2020.

tão recente, “sapatão”, “viado”, “bicha”, “gilete” e “boneca” são rotulações e discriminações para esses sujeitos que ainda persistem em viver de forma singular suas sexualidades, a despeito de insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio, da segregação e exclusão social.

É exatamente este o enfoque deste artigo. Queremos apresentar dados referentes aos anos de 2019 e 2020 que mostram que as violências e preconceitos, além de não superadas, permanecem muitas vezes “naturalizadas”, indicando que as pessoas LGBTs estão desamparadas, e expostas cotidianamente ao medo e à incerteza de sobreviverem quando saem para ir ao mercado, ou sentar num bar para conversar com amigos.

Cenário atual: os anos de 2019 e 2020

Os anos de 2019 e 2020 foram difíceis e desafiadores para a população LGBT. Segundo dados da revista Carta Capital¹⁰, o Brasil passou do 55º lugar em 2018 para o 68º em 2019 no ranking do site Spartacus dos países mais acolhedores para a comunidade LGBT. Este dado significa uma queda de 13 posições em relação ao ano de 2018 e, na comparação com os últimos 10 anos, o tombo é ainda maior: 49 posições. Em 2010, os brasileiros chegaram a ocupar o 19º lugar. A grande preocupação com este dado é que esta redução no acolhimento significa aumento no número de casos de violência e ações preconceituosas.

Além disso, o Brasil está no ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo, mais da metade dos assassinatos acontecem aqui, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A violência contra essa população é tão severa, que de acordo com dados do IBGE, a expectativa de vida dessas pessoas não ultrapassa os 35 anos, o que representa a metade da média nacional da expectativa de vida da população brasileira¹¹.

¹⁰Fonte: Brasil cai 13 posições no ranking de países seguros para LGBTs. Em: <https://www.cartacapital.com.br/>. Acesso em 20 de março de 2019.

¹¹¹² Fonte: BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da médianacional.<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/>

A população LGBT sofreu diversos ataques nos anos de 2019 e 2020, após a eleição para presidente do país, do candidato pelo Partido Social Liberal, o capitão reformado Jair Messias Bolsonaro, que também foi deputado federal por sete mandatos (entre 1991 e 2018).

Soma-se a isto a dificuldade de diálogo e aproximação com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos¹², que atualmente está sob o comando de uma Ministra que tem feito declarações homofóbicas e preconceituosas. Logo após sua posse, declarou que é chegada uma nova era em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. A Ministra também critica a educação brasileira, acreditando haver grupos que pretendem implantar uma “ideologia de gênero” e “doutrinar” as crianças incentivando-as a se tornarem homossexuais. Ela ainda demonstra convicção ao afirmar que sexo entre duas mulheres é uma aberração¹³.

Já no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, em 2019, foi aprovada a MP 870/19 que exclui a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos. Desde então a pasta pertence ao Ministério da mulher, família e direitos humanos. No mês de agosto de 2019, a ministra se reuniu com o grupo Psicólogos em Ação, chapa que à época, concorria à eleição para o Conselho Federal de Psicologia. A equipe defendia a cura gay. Damares também participou de reunião com o grupo Movimento Ex-Gays do Brasil, que reúne pessoas que se dizem “curados” da homossexualidade¹⁴.

especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional.20/06/2017. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

12 Criado em 17 de abril de 1997 e recriado em 03 de fevereiro de 2017, este ministério do governo federal brasileiro visa implementar, promover e assegurar os direitos humanos no país. Busca a ampliação de espaços de cidadania para mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças. Com a eleição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018, está à frente deste Ministério, desde o início de 2019 a pastora Damares Alves. Fonte: www.mdh.gov.br. Acesso em 30 de setembro de 2019.

13 Estas falas da Ministra Damares Alves podem ser encontradas em revistas e jornais online como a revista fórum. com. br; revista exame.abril.com.br; e portalg1. globo.com.

14 Fonte: PUTTI, Alexandre. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. CARTA CAPITAL, 8 de agosto de 2019. Acesso em 10 de agosto de 2019.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH (2019)¹⁵ no governo de Jair Bolsonaro quase todos os conselhos de direitos e de participação social foram extintos já no início de seu mandato, inclusive o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), por meio do Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019. O Conselho entende que esta atitude do governo federal foi um ataque à democracia participativa e à participação popular, e aos direitos da população LGBT. Em junho de 2019 o CNDH publicou uma nota de repúdio à extinção do CNCD LGBT, propondo ao governo federal que esta medida fosse revista, respeitando a luta histórica do movimento LGBT e dos direitos humanos.

Segundo Oliveira e Mott (2020) há 40 anos, o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta informações e divulga o relatório anual de mortes violentas de LGBT no Brasil. No relatório de 2019, consta um total de 329 mortes violentas de LGBTs, 297 homicídios e 32 suicídios. O relatório mostrou que em 2019 houve redução das mortes violentas de LGBTs. O ano recorde foi 2017, com 445 mortes, seguido em 2018 com 420 e 329 mortes em 2019, registrando-se, portanto, uma diminuição de 26% face a 2017 e 22% em relação a 2018. Para Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, a explicação mais plausível para tal diminuição se deve ao persistente discurso homofóbico do Presidente da República e às mensagens aterrorizantes dos seus seguidores nas redes sociais, levando o segmento LGBT a se acautelar mais, evitando situações que podem colocar suas vidas em risco, exatamente como ocorreu quando da epidemia da AIDS e a adoção de sexo seguro por parte dessa mesma população.

Oliveira e Mott (2020) mostram que a cada 26 horas um LGBT é assassinado ou se suicida, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra este segmento populacional. No caso das pessoas trans, elas são aproximadamente 17 vezes mais assassinadas que um gay. O relatório de 2019 mostra que 29,4% dos LGBTs foram assassinados a facadas, 21,8% com arma de fogo, incluindo estrangulamento e espancamento, muitas vezes precedidos de tortura e

15 Fonte: Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Nota pública contra a extinção do Conselho LGBT. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Brasília, 11 de julho de 2019. Acesso em 10 de julho de 2019.

agravados com a carbonização do corpo. Registraram-se mortes violentas em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

As diversas formas de violências sofridas por pessoas trans ocorrem motivadas por discriminação devido a sua identidade de gênero. A ANTRA constatou que 94,8% da população trans sofreram algum tipo de violência, identificadas como violências por sua identidade de gênero. Em 2020, só no primeiro bimestre, a ANTRA registrou 38 casos de assassinatos, o que representa um aumento de 100% em relação aos dois meses anteriores (NOV/DEZ - 2019), quando ocorreram 19 registros. No segundo bimestre, enquanto o Brasil enfrentava o início da pandemia do coronavírus, o número de casos para o ano apresentou um aumento assustador de 68%, indo de 38 para 64 registros. Seguindo a mesma tendência de aumento, o terceiro bimestre foi de 64 para 89 casos, representando 39% de aumento em relação ao bimestre anterior. A Associação também apontou que o Brasil é o país que mais mata por transfobia no mundo. Dos casos de transfeminicídios registrados em 74 países, cerca de 40% ocorreram no Brasil. Além do elevado número de mortes, o assassinato de transexuais chama atenção ainda em razão da brutalidade de suas circunstâncias.

Segundo dados do Boletim nº03/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, o Brasil chegou a 89 assassinatos de pessoas trans no primeiro semestre de 2020, com aumento de 39% em relação ao mesmo período do ano de 2019. Para a ANTRA, estes assassinatos continuam aumentando pela falta de ações do Estado, mesmo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu recentemente a LGBTIfobia como uma forma do crime de racismo.

Esta situação se agravou ainda mais, conforme dados do Boletim nº 05/2020, que apresentou os números de assassinatos de travestis e transexuais no período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020. O Brasil chegou a 151 assassinatos, um número 22% superior ao ano de 2019, onde houve 124 assassinatos. Este foi o quinto aumento consecutivo em 2020. A ANTRA denuncia que o Governo atual tem ignorando esses índices, e que em dois anos de governo, não implementou nenhuma medida de proteção junto a população LGBT.

Conforme anunciamos no início deste artigo, os dados apresentados aqui não formam todo o conjunto de situações de violências e desamparos vivenciados pelas pessoas LGBTs. Porém, acreditamos que as informações apresentadas são suficientes para nos fazer entender quão grandes são os desafios cotidianos enfrentados por elas, e

quão urgentes se tornam as ações, denúncias, parcerias e mobilizações para que sejam superados estes tempos, este cenário desolador.

Considerações Finais

Ao encerrarmos este artigo, gostaríamos de citar o Artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, que afirma que todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Vimos ao longo deste nosso estudo, que várias tem sido as iniciativas ao longo dos anos para proteger, criar políticas públicas e fortalecer a população LGBT. Leis foram criadas, Decretos foram publicados, Eventos foram realizados, etc. Mas infelizmente não temos elementos para afirmar que as pessoas LGBTs estão protegidas pelo artigo da DUDH supracitado, ou que as violências diminuíram, e que visualizamos um futuro breve menos violento.

Não, não temos como encerrar este artigo desta forma. As pesquisas apresentadas aqui mostraram que ainda são inúmeros os desafios. Compreendemos que é insustentável, inadmissível e desumano vermos tantos assassinatos de mulheres, pessoas LGTBs, homens e mulheres negras, religiosos de matrizes africanas, animais, crianças, etc. Isto tem que nos causar horror diário, tem que estar em nossas maiores indignações.

Segundo Barroco (2014) a intolerância percorre a trajetória da humanidade, destacando-se a religiosa e a étnica como dois grandes marcos da opressão e injustiça, a exemplo da escravidão, da Inquisição, dos genocídios. A autora nota que hoje, no Brasil, vivemos um cenário de barbárie intolerável, com práticas de “justiceiros” contra jovens infratores, execuções sumárias realizadas pela polícia, eliminação de grupos e populações indígenas, camponesas, quilombolas pelos latifundiários, entre outros.

Para Barroco (2014) há uma intelectualidade irracionalista de direita que encontra espaço para se promover em jornais, em programas de TV, em cursos, em publicações próprias, que reproduz práticas de intolerância, defendendo o rebaixamento da maioria penal, o armamento da população e o uso da força pelo Estado. Este grupo vê como inimigos da burguesia e das classes médias os pobres, os favelados, os jovens moradores das periferias, os indígenas, os trabalhadores do campo e da cidade, as forças organizadas de esquerda, os

setores progressistas, os movimentos sociais e os militantes de direitos humanos.

De fato, a polarização ideológica que aflorou nos últimos anos, a radicalização entre os da direita e os da esquerda, discursos de ódio e separação entre o “nós” e os “outros”, representam um retrocesso e até mesmo uma ameaça à democracia. Torturadores do período da ditadura militar são exaltados, vítimas daquele período são desdenhadas, ONGs e movimentos sociais desacreditados.

Estes tempos nebulosos por vezes podem aparentar uma situação sem saída, e bastante desanimadora. Porém, estamos vendo no cenário político mudanças significativas, que em médio prazo, podem resultar em importantes transformações sociais, culturais e políticas. Desde o ano de 2014, a ANTRA realiza o monitoramento, pesquisa dos perfis e publicação da representatividade LGBT nas eleições brasileiras. Nas eleições municipais ocorridas em 2020 a ANTRA¹⁶ identificou a candidatura de 294 travestis, mulheres transexuais e homens trans. Deste total, 30 pessoas trans foram eleitas, representando um aumento de 275% de pessoas trans eleitas em relação ao pleito municipal de 2016. Na cidade de São Paulo, a mulher mais votada para a Câmara de Vereadores é transexual: Erika Hilton (PSOL) obteve 50.447 votos.

Estas mudanças, ainda que paulatinas e embrionárias, significam que as vozes antes silenciadas estão falando, que os corpos feridos estão se reerguendo e as pessoas LGBTs estão se permitindo sonhar e agir, demonstrando que não existem discursos de ódio suficientes capazes de levá-los a desistir e aceitar como natural a violência e o preconceito. Elas não serão silenciadas e não desaparecerão. Há esperança, há força e há atitudes que nos inspiram e nos levam a entender que é preciso resistir. Resistência é o lema daqueles que querem o amor, e não o ódio; a liberdade, e não a tortura; a vida e não a morte.

Referências bibliográficas

BARROCO, Maria Lucia. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº119, p. 468-481, jul./set. 2014.

¹⁶ Fonte: CANDIDATURAS TRANS FORAM ELEITAS EM 2020. <https://antrabrasil.org/noticias/>. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da medianacional. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. 20/06/2017. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 1999.

Conselho Federal de Medicina também alterou a faixa etária para a cirurgia de redesignação sexual de 21 para 18 anos, [www.CARTACAPITAL.com.br](http://www.cartacapital.com.br). 09 de janeiro de 2020. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Nota pública contra a extinção do Conselho LGBT. In: **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Brasília, 11 de julho de 2019. Acesso em 10 de julho de 2019.

DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta**: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

GUIA de direitos humanos GLBT. **Governo de Minas Gerais**. Ministério Público – MG. Belo Horizonte, 2008.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 9 n2, 2º semestre 2001.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de, MOTT, Luiz Domingos de Oliveira. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PARKER, Richard [Etall] **A AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/RelumeDumará, 1994.

PUTTI, Alexandre. Crimes de ódio contra a população LGBT serão punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. www.CartaCapital.com.br. Acesso em 15 de Junho de 2019.

_____. Terapia da “cura gay” é proibida pelo STF. www.CARTA CAPITAL.com.br. Acesso em 25 de Abril de 2019.

_____. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. **CARTA CAPITAL**, 8 de agosto de 2019. Acesso em 10 de agosto de 2019.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “Pai é tudo igual?”: significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

O SOFRIMENTO DE GAYS E TRANSEXUAIS NEGROS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marco Aurélio de Almeida Soares

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - MSF, hallymarco@gmail.com.

Prof. Drº. Carlos Magno Naglis Vieira

Professor orientador: Doutor, Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - MS, cmhist@hotmail.com.

Resumo

Este artigo, é um ensaio de cunho bibliográfico, que procura dirimir sobre o sofrimento de gays e transgêneros negros, no contexto da educação. Para isso, primeiro parte por uma explicação da diversidade, construção da identidade de gênero, e das leis que tratam sobre o assunto, abordando, principalmente a especificidade e a amplitude de tais leis, principalmente naquilo que diz respeito ao respeito, bem como a promoção dos direitos e garantias fundamentais, dentro do ambiente escolar. O presente artigo é antes de tudo, uma contribuição ao debate acerca de novas políticas educacionais, que se afastem das normas heteronormativa, e parem de observá-las como ponto central de partida, e passar a conceber todas as formas da diversidade, como naturais, e desse modo, devem ter igual tratamento.

Palavras-chave: Transexualidade. Homossexualidade. Escola. Construção. Cidadania

1 Introdução

A sociedade, do modo como é concebida, é condutora de preconceitos e atitudes racistas e homofóbicas, de modo que existem as políticas públicas, e outras alternativas, que buscam, sempre, da forma mais efetiva e mais coerente, assegurar aos indivíduos marginalizados pela cultura heteronormativa, cisgênero e branca, seus direitos fundamentais.

Dentro dessa perspectiva social, segundo o autor MOSCOVIVI (2010, p.22) todos os preconceitos que existem, independente da sua origem, seja ela pautada na nacionalidade, racial, geracionais ou quaisquer outros preconceitos que possam ser identificados, somente podem se dar como superados, a partir de uma mudança dentro das representações sociais, da cultura, bem como da natureza humana, etc.

Os preconceitos, em suas variadas formas, desse modo, são atitudes, segundo o autor LIMA (2011, p.18) que se pautam, primeiramente, em um julgamento antecipado, que tem como base, componentes cognitivos, relacionados com crenças, ou estereótipos. Segundo o autor, podem ainda ser afetivos, como a antipatia ou a aversão, ou disposicionais e volitivos, quando tendem a discriminação.

O preconceito ainda, pode ser velado, ou manifesto, quando são originados partindo de uma diversidade sexual, se caracterizam como homofobia. Segundo CHOCHIK (2006, p.44) a maioria dos casos onde esse tipo de preconceito está adstrito, tal atitude surge do desconhecimento, que gera as representações precipitadas e arbitrárias, em sua grande maioria.

O autor enfatiza o fato de que, a partir dessa percepção, se nota que a ausência da experiência em conjunto com a reflexão, que são pressupostos que auxiliam na própria construção do indivíduo, se tem, a caracterização ou mesmo, a promoção das variadas nuances e representações do preconceito (CHOCHIK, 2006, p.27).

Dentro de uma perspectiva Histórica e Social, a educação, também pode ser concebida como palco de fomento ao preconceito, homofobia, racismo e diversas outras práticas relacionadas. O objetivo desse artigo, a partir dessa constatação, é evidenciar como ocorre esse tipo de prática, dentro do ambiente escolar, enfatizando a sua representação, contra gays e transexuais negros.

Dentro de um contexto social, as vidas negras já podem ser afe-
ridas em somas de opressões, que transcorrem a realidade brutal da
marginalização institucional. Somado a isso, existe um cotidiano brutal
que acomete as mulheres trans e gays negras, que são constantemente
sucateadas em puro desdém social, se insurgindo no abandono da
escola, e adentrando a prostituição como forma de salvação, além de
residirem em situação de rua, pela falta de aceitação familiar.

A escola, pode estabelecer um papel fundamental não apenas
na educação formal, mas na implementação de meios de conseguir
assegurar um futuro mais seguro e estável para a população LGBTQI+
negra no Brasil. Isso porque, dentro dessa população, estatisticamente
reside a maior porcentagem de evasão desde o ensino médio, até a
Universidade.

Os motivos, estão intimamente relacionados com a aceitação da
família, conforme já foi mencionado, e com o fato de que, quando essa
se posiciona contra a sexualidade do indivíduo, muitos são expulsos
de casa, ficando a mercê da rua, o que, tem como consequência direta,
a evasão escolar, pela falta de recursos, pela falta de segurança, bem
como pela necessidade de se encontrar meios de subsistência.

Mesmo assim, existe uma porcentagem de jovens e adultos,
nessa situação, que insistem na educação formal, encontrando, desse
modo, outros tipos de empecilhos a sua formação profissional, que vão
desde o filtro social e racial que é encontrado dentro do vestibular,
ao sucateamento das universidades públicas, que por um desarranjo
social, são tomadas pela elite branca brasileira, que possui acesso a
melhores condições de ensino.

Esse artigo, busca, acima de tudo, uma reflexão sobre a pauta
LGBTQI+, aprofundando a questão, somando-a ao preconceito racial
no Brasil, com enfoque direto na educação. O surgimento do supra-
mencionado tema, advém justamente do fato da educação ser, antes
de tudo, um local de inclusão e aceitação. Porém, como reflexo da
sociedade, pode ser, sim, reprodutora de preconceitos históricos bru-
tais, e corroborar para taxas de mortalidade, evasão etc.

2 Gênero e homossexualidade: perspectivas histórico- culturais

Diferentemente de muito que se é disseminado, a pauta relacio-
nada a sexualidade, não um assunto novo, na realidade, a discussão

acerca desse assunto, segundo ABRAMOVAY et al (2004, p.3) vem sendo arrastada desde a antiguidade. Existem registros que comprovam essa discussão, alterando, atualmente, apenas como a questão é abordada, explicada e justificada.

É importante se destacar, que a história, demonstra que esse tipo de assunto, é intimamente condicionado a uma demanda temporal, cultural e local. E que a sua abordagem, na maioria das vezes, está condicionada a um interesse que é fomentado nesse próprio tempo (ABRAVONAY, 2009, p.71).

Segundo BORTOLINI (2011, p.31) quando se fala a respeito da homossexualidade negra dentro do ambiente escolar, a compreensão ampla do assunto, deve, primeiramente, partir da análise sobre a questão de gênero, aprofundando-se em seguida, na proposta desse artigo, de abordar a homossexualidade negra, dentro do âmbito escolar.

2.1 Gênero e as relações de poder

O gênero, dentro dessa perspectiva, deve ser conceituado como uma construção da própria sociedade em que esta inserido. Esse conceito, é permeado de questões, que envolvem poder e a cultura de modo geral. Segundo VELHO (1981, p. 21) desse modo, a cultura deve ser entendida como “uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham ‘papéis’ específicos, mas que tem experiências existenciais particulares”..

A cultura, também é um conceito que sofre influência externa, advindas de todas as partes, como a sociedade, a economia, a política e a religião. Desse modo, não é estranho que sofra modificações paulatinas no decorrer do tempo, pautada, justamente, em questões de poder.

Essas relações de poder enfatizadas, estão relacionadas as estruturas de poder, que se baseiam na imposição e dominação masculina que no decorrer da história, foi sofrendo modificações paulatinas. Porém, mesmo diante de modificações necessárias, o domínio do masculino sobre o feminino, permaneceu quase inalterado, diante do caso, várias pesquisadoras de debruçaram a compreensão de como essas relações se estruturavam e desenvolviam (BRITZMAN, 2013, p.52).

E a conclusão que conseguiram aferir, segundo GOFFMAN (1988, p.24) é que a influência que essas estruturas possuem, não estava

conectada apenas a questões de ordem econômicas ou social, mas que de fato, estavam pautadas em uma divergência entre as relações, baseado na constituição do sujeito, em relação ao seu sexo.

“Em outras palavras, o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas (BUTLER, 2013, p. 154)”.

Desse modo, o sexo passou a ser utilizado como referência e base, sobre o qual foram fundadas não apenas os papéis, mas também o que seriam características típicas de cada um, desde a infância, como quais cores usar e quais brinquedos adquirir, até a idade adulta, onde seriam escolhidas as profissões, e os papéis relacionados a pai e mãe dentro da sociedade (JUNQUEIRA, 2009, p.64)

Esses papéis, desse modo, são amplamente reforçados dentro das organizações sociais, onde, a família e a escola, são as mais expressivas. Onde, amplamente se difunde as desigualdades em relação ao gênero, se pautando na submissão da mulher à sociedade (LOURO, 2013, p.78).

2.2 Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Observando esse cenário, pautado principalmente na necessidade de criação de ambientes que pudessem ser conhecidos como garantidores da integridade e respeito às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, surgiu a Políticas Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Como diretrizes Principais, o Plano possui, dentre outras:

- Promoção da cidadania e inclusão de LGBT por meio da articulação com os diversos setores de desenvolvimento social como: educação, trabalho, segurança e outros;
- Respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais enfrentando o estigma e a discriminação;
- Fortalecimento da representação do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos conselhos

de saúde, conferências e demais instâncias de participação social;

A Política surge pautada na própria Constituição da República, que garante a cidadania e a dignidade da pessoa humana no art. 1º, inciso II e III. É importante a aferição a seu respeito, pois nela estão os reforços aos objetivos fundamentais que estruturam a própria República, e tem o objetivo de “art. 3º, inciso IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

3 Relações étnico-raciais: histórico, fundamentos conceituais e exclusão da população negra

A história da formação e organização social do Brasil, passa, necessariamente pela característica multiétnica do país, além da sua natureza pluricultural. Porém, em relação a isso, não se deve jamais, ignorar que apesar da lei dirimir e assegurar direitos e deveres iguais para todos perante a lei, a sociedade brasileira, perpetuou por cerca de 300 anos, o escravismo da população negra, como base fundamental da sociedade, sendo a última, dentro da América, a abolir a escravidão oficialmente (MUNANGA, 2004, p.12).

Desse modo, durante esse período, foi negado a população negra acesso a educação escolar. Tal proibição se pautava no argumento de que a população negra, ao ser alfabetizada, representaria um mal à ordem social, bem como uma influência negativa ao ambiente social (MUNANGA, 2005, p.78).

Porém é engano atribuir a exclusão e o abandono, que estão intimamente relatados dentro do trajeto histórico de escolarização da população negra no Brasil, apenas a esses anos obscuros. Como também é um engano pensar que esse período acabou.

A trajetória histórica da escolarização negra, no entanto, também é marcada por um ativismo forte, de indivíduos que ao constatarem tal realidade, e observarem pouco espaço para serem ouvidos e abrirem suas chagas, se organizaram no intuito de formarem coletivos ou grupos, que pudessem, por intermédio de várias ações sociais, enfrentar o racismo e a exclusão em suas múltiplas dimensões (OLIVEIRA, 2005, p.36).

4 Escola e diversidade sexual e racial

Assimilando todas as informações supramencionadas, é possível saber que a relação entre a escola e a diversidade sexual, é algo bastante complexo, que envolve algumas perspectivas de análise. Segundo TEIXEIRA (2010 p.45) existem questões concernentes a própria estrutura organizacional da escola, como a estrutura com a qual se baseia seu calendário escolar, bem como as suas diretrizes que possuem íntima relação de influência com o poder e forma como o mesmo encontra ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

Desse modo, falar sobre a escola e a diversidade sexual e racial, é antes de tudo, fomentar um debate, tendo como objeto central, o papel da escola dentro da sociedade, em conjunto com as próprias questões vinculadas a homossexualidade negra e suas peculiaridades (TEIXEIRA, 2010, p.14).

4.1 Escola e as bases legais sobre o respeito à diversidade

O papel da escola dentro da sociedade, pode ser observado primeiro como função de primazia na amplitude que a formação do indivíduo, por si só necessita. Para construir uma sociedade cidadã. Os processos educativos precisam necessariamente ser introduzidos de forma natural, e isso envolve também o processo de letramento e o próprio processo de socialização (HENRIQUES, 2007, p.27).

A construção da identidade, desse modo, é apenas uma consequência do papel *sui generis* que a cidadania, o trabalho, e a escola, em conjunto podem auxiliar na promoção. A esse respeito, o autor SEFFNER (2009, p.132) diz:

“É o local onde os alunos podem aprender de forma intensa a negociar as regras de convívio em espaços públicos, conhecimento que será necessário até o fim da vida. O estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem, portanto, ser admitidos no espaço escolar. Isto não vale apenas para os indivíduos que apresentam orientação sexual diferente daquela tida como “normal” .

Segundo JUNQUEIRA (2009) a escola, dentro dessa perspectiva, se torna também um ambiente em que se constroem e se reforçam inúmeras regras de convivência, que dentro da vida cotidiana em sociedade, são imprescindíveis. E, dentro de uma sociedade democrática, são ainda mais necessários na reafirmação dos direitos iguais que a lei destaca.

A esse respeito, JUNQUEIRA (2009, p. 424) ainda reforça o seguinte pensamento:

“(...) as liberdades e os direitos civis (individuais e coletivos), a garantia da igualdade, a promoção do reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade e a formação de subjetividades democráticas são fatores que, entre outros, concorrem para definir uma sociedade de homens e mulheres livres”.

Tanto a mencionada liberdade, quanto a igualdade, estão expressas na Constituição Federal de 1988, que naquilo que diz respeito a educação, enquanto direito fundamental, preleciona no art. 205:

“Art. 205. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)”.

Portanto, para de fato conseguir o pleno desenvolvimento de um indivíduo, uma das obrigações da escola, é nutrir a capacidade de trabalhar com todos os tipos de diversidades, inclusive em todos os seus âmbitos (religioso, cultural, econômico, ético etc). Porém, é preciso alertar, segundo HENRIQUES (2007) para o fato de que, os documentos legais que preservam o respeito à igualdade, mencionam apenas a questão da orientação sexual e da identidade de gênero, ficando um espaço vago na lei, naquilo que diz respeito a forma como será utilizada

Esse tipo de lacuna legal permite as mais variadas interpretações dentro do caso concreto, significando, segundo BUTLER (2013) que a lei possui diretrizes claras que tratam sobre a proibição da discriminação baseada na orientação sexual. Porém, em casos de homofobia, não possui regramentos punitivos que deixem clarividente a melhor medida a ser adotada. De modo que esse tipo de violência em si, continua ocorrendo de forma perpétua.

Uma das leis que foram criadas para atender esses direitos em relação a diversidade sexual, bem como suas diretrizes dentro da escola, foi o PCN (BRASIL, 1997). Dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN está disposto a respeito sobre a diversidade sexual, enfatizando a orientação sexual, tendo a diligência, do tema de ser tratada como tema transversal.

Porém, segundo VIANNA (2004) o viés abordado pelo PCN está voltado para questões relacionadas à gravidez e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), com enfoque principal, para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS. O autor, ainda argumenta, que o PCN tratar da Orientação Sexual, por um lado, constitui de fato um avanço notório.

Porém, por outro lado, o número pequeno de referências específicas a questão de gênero, focando apenas nas questões que se relacionam ao sexo, torna o teor “pobre”, de modo que sua amplitude não abrange todas as nuances necessárias para uma abordagem apropriada do tema (VIANNA, 2004).

Nesse mesmo sentido, é possível citar a Base Nacional Curricular (BNCC) :

“que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender (...) reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza muitos grupos minoritários – como os indígenas e os quilombolas – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. (BRASIL, 2017, p. 11)”.

O próprio BNCC se baseia na necessidade da importância do debate a respeito da diversidade e da pluralidade, não tratando a questão, porém, de modo específico. Nesse mesmo sentido, ainda falando sobre o BNCC, o art. 9º fala sobre a competência geral, que deve ser:

“Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos

sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer (BRASIL, 2017, p.19)".

O documento surge, valorizando a diversidade de modo geral, bem como enfatizando que não serão aceitas atitudes pautadas pelo preconceito. Segundo CANCIAN (2017) no entanto, o documento mais recente, retirou o termo gênero e o termo orientação sexual, que na segunda versão do documento, foram introduzidos de forma explícita.

Essa retirada, quase surdina, auxilia na percepção de alguns fatores, como o fato de que de algum modo, houve um retrocesso na luta dos movimentos que tentam extinguir essas atitudes, bem como assegurar seus próprios direitos e garantias fundamentais. Do mesmo modo, que a referente retirada, reforça que a luta ainda precisa ser estabelecida por outras nuances, outros caminhos (CANCIAN, 2017).

4.2 Escola e heteronormatividade

A escola, portanto, possui um papel ímpar na construção da sexualidade, de modo que FOUCAULT (1988) enfatiza o fato de que a escola é o ambiente onde se busca a construção do conhecimento, sem contudo, adiar as discussões relacionadas a sexualidade e gênero. Segundo BORTOLINI (2011) porém, na realidade fática, na escola que se prioriza a o retardo das discussões a esse respeito.

"(...) a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade "normal" e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher "de verdade" deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta (LOURO, 2013a, p. 26)".

O posicionamento da escola, em relação a questões em relação a diversidade sexual, diz muito sobre as políticas públicas que ele insere dentro do seu contexto educacional.

4.3 Escola e o silenciamento frente a homofobia e o racismo

Segundo o autor ABRAYONAY et al (2004) aqueles primeiros princípios citados, que devem permear a relação da escola com a diversidade, em relação a Homofobia e ao Racismo, tem, por muitas vezes, sido deixado de lado, ou utilizado de forma seletiva. De modo que o número de evasão escolar de Jovens Negros e Transexuais, é enorme, e o pior, recorrente.

O preconceito contínuo dentro da escola, auxilia portanto, nessa decisão, principalmente, porque o sentimento que é difundido por meio desse descaso, é de que tais indivíduos não podem conseguir da escola, que essa seja uma instituição de apoio a continuidade dos estudos.

“É difícil negar que a homofobia na escola exerce um efeito de privação de direitos sobre cada um desses jovens. Por exemplo: afeta-lhes o bem-estar subjetivo; incide no padrão das relações sociais entre estudantes e destes com profissionais da educação; interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença; gera desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; prejudica a inserção no mercado de trabalho; enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da autoestima; influencia a vida socioafetiva; dificulta a integração das famílias homoparentais e de pais e mães transgêneros na comunidade escolar e estigmatiza seus filhos/as (JUNQUEIRA, 2009a, p. 24-25).

As consequências do silenciamento dentro do ambiente escolar, somente poderão de fato ser aferidas no futuro. O seu impacto é tamanho, que possuem a influência de definir passos futuros da própria existência do indivíduo.

Conclusão

Quando se fala em violência, é possível identificar várias nuances relacionadas tanto ao modo de execução da mesma, bem como a seus alvos, etc. Porém, quando se fala em homofobia e racismo, principalmente em um contexto conexo, a percepção que se tem de violência, ela surte um efeito muito mais amplo, que abarca sentimentos de impunidade, com violação, surtindo, no caso da educação, a evasão e a possível morte desses indivíduos.

O descaso é enorme, e nesse artigo, foram abordadas as principais perspectivas dentro do cenário educacional, que é, inclusive, um dos tópicos principais, relacionados às violações cotidianas enfrentadas pela população transexual brasileira, principalmente a população negra. Desse modo, fica nítido a necessidade de leis mais específicas, que não busquem na generalidade, se esquivar das necessidades legislativas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam (Coord). **Juventudes na escola, sentidos e buscas:** Por que frequentam? Brasília: Flacso-Brasil/OEI/MEC, 2015.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO, 2004.

ABRAVOMAY, Míriam. **Revelando tramas, descobrindo segredos:** violência e convivência nas escolas. Brasília: SEEDF/RITLA. 2009.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade Sexual e de Gênero na Escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.01, n. 123, p. 27-37, ago. 2011.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.senado.gov.br/legbras>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF. 1997. v. 10.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 83 – 111

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 151-172.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 151-172

CANCIAN, Natália. Ministério tira ‘**identidade de gênero**’ e ‘**orientação sexual**’ da base curricular. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 abr. 2017. In: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>> Acesso em junho de 2020.

CHOCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura (3. ed.)**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HENRIQUES, Ricardo et al (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Secretaria de

Educação Continuada/Cadernos SECAD, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 09 julho de 2020.

HENRIQUES, Ricardo et al (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: Secretaria de Educação Continuada/Cadernos SECAD, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 13 JULHO DE 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009b. p. 367-444. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009a. p. 13-52. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009a. p. 13-52. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

LIMA, M. E. O. **Preconceito**. In A. R. R. Torres, L. Camino, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia Social: Temas e teorias* (pp. 451-500). Brasília, DF: Technopolitik. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em Psicologia Social (7. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, R. de. **Tramas da cor**: enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009. p. 125 – 140. (Coleção Educação para Todos, vol. 32).

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. “De princesa a cachorra”. In: TEIXEIRA, Adla Betsaida M. Teixeira; ALCÂNTARA, Flávia (Org.). **Conversando na escola com elas e eles**: para além do politicamente correto. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2010. p. 21-24.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41. n. 3, p. 791-806. jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/105657>>. Acesso em: 13 julho de 2020.

MOBILIDADE E MARCADORES DA DIFERENÇA: A BICICLETA COMO LIBERTAÇÃO FEMININA

Marcelo de Troi

Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, e doutorando no mesmo Programa. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades. Em 2020, realizou doutorado sanduiche no Instituto Universitário de Lisboa pelo edital Capes Print; troimarcelo@gmail.com

Resumo

Desde que foram inventados, os artefatos da mobilidade, como o automóvel e a bicicleta, sempre foram restritos ao gênero masculino. Com o passar dos anos, essas invenções modernas passaram a funcionar como uma ferramenta de emancipação feminina. Nesse trabalho, o autor faz uma rápida retrospectiva das relações entre mobilidade e gênero e apresenta exemplos de como os ativismos contemporâneos têm se utilizado da bicicleta para engajar pessoas.

Palavras-chave: Mobilidades, Gênero, Bicicleta, Feminismos, Corpos dissidentes.

Introdução

Não é exagero afirmar que, desde que foram criados, os artefatos móveis modernos sempre estiveram distantes do universo feminino ou, dito de outro modo, estiveram historicamente circunscritos ao universo masculino. Para falar das duas invenções engendradas a partir da segunda metade do século XIX, a saber, a bicicleta e o automóvel, ambas refletiram e ainda refletem disputas em seu uso a partir de questões que envolvem gênero, raça e sexualidade.

Especificamente no campo do gênero, é possível estabelecer uma série de conexões com as mobilidades: primeiro, mobilidade é um conceito multidisciplinar, permeado pelas subjetividades e, assim como o espaço, dotado de relações múltiplas (URRY, 2010); segundo, as lutas que se iniciam a partir do século XIX, com a chamada primeira onda feminista e os recentes ativismos envolvendo as mobilidades, demonstram a validade da construção social das tecnologias (BIJKER, 1995). Essas teorias revelam que as interações sociais e a materialidade da história humana foram e continuam sendo determinantes para se pensar as tecnologias, mas, principalmente, a construção do mundo tal e qual o conhecemos.

As relações das mobilidades permeiam a construção da minha tese de doutorado em desenvolvimento no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Nela, além de pensar a influência das mobilidades nas modificações do espaço urbano da área central de Salvador, investigo a formação de um corpo dissidente que resistiu ao longo dos séculos às diversas tentativas de modernização desse território a partir da mobilidade. Neste texto, vou explorar, de forma objetiva e sucinta, as relações entre a mobilidade e os marcadores da diferença, pensando como a bicicleta contribuiu para a emancipação feminina. Essa discussão evidencia o papel da mobilidade como sintoma de uma história humana materializada, além de demonstrar que as experiências e habitabilidade do espaço urbano não são iguais para todos/as, variando de acordo com os marcadores das subjetividades (PRECIADO, 2010; 2017).

Em princípio, gostaria de justificar o uso da categoria “feminino”, ampliando as possibilidades de pensar as mulheridades que compõe a

história da bicicleta. Isso porque quando falamos da relação de gênero com esse artefato móvel no século XIX, estamos falando de mulheres cisgêneras brancas da elite inglesa, francesa e norte americana. Já no século XXI, vamos notar a presença de mulheres cis e trans, negras e brancas, de diversos extratos sociais e de diversos países, o que tem ampliado a percepção da bicicleta como elemento importante em alguns casos de emancipação feminina.

Tecnologias: perspectivas históricas e sociológicas

É importante ressaltar que existem episódios históricos e recentes que demonstram que a mobilidade é um fator relevante quando falamos de emancipação feminina e que muitos artefatos móveis estão sendo utilizados como ferramenta para a conquista de direito para as mulheres em diversas regiões do mundo.

Em Salvador, capital da Bahia, onde as mobilidades têm se apresentado ao longo dos séculos como determinantes na compreensão da cultura e dos conflitos urbanos, podemos citar o aparecimento dos bondes como um fator importantíssimo para a presença feminina nas ruas. Embora existam relatos de que as mulheres negras já marcavam sua presença nas ruas através da função de “ganhadora”¹ (REIS, 2019), as mulheres cisgêneras brancas, principalmente, viviam sempre confinadas ao ambiente do lar. Manoel Querino (1955) vai se referir ao bonde como mais um componente do “prejuízo da civilização moderna” pois, com ele, as mulheres, que só saíam às ruas na segunda semana da quaresma para visitar as igrejas, passam a transitar pela cidade de maneira mais frequente, se emancipando aos poucos do ambiente “seguro” da casa familiar.

Se, historicamente, no caso baiano, um artefato móvel (bonde) contribui para essa mudança de maneira aleatória, atualmente, outros artefatos móveis têm sido usados como fator de emancipação feminina de maneira proposital. Em Cabul, no Afeganistão, a ONG Skateistan tem promovido aulas de skate no intuito de empoderar jovens em um cenário de guerra e insegurança permanentes. Em 2020, foram 656

1 Os “ganhadores” eram pessoas escravizadas, em sua maioria africanos, que desempenhavam funções importantíssimas na cidade de comércio e transporte urbano, de pessoas e objetos. Em geral, esses trabalhadores podiam ficar com uma parte da renda e a outra parte era entregue ao “dono”.

estudantes atendidos pelo projeto: 31% deles eram do gênero feminino, 10% eram pessoas com deficiência e mais de 90% eram pessoas de baixa renda. Para as meninas, usar o skate, um artefato móvel usado tanto para uma prática esportiva como para a locomoção, despertou a coragem dessas meninas. Além de treinar habilidades e equilíbrio, a ONG acredita que o uso do artefato contribui para “prepará-las para a vida” em um país extremamente machista.

É também no Oriente Médio que tivemos um conflito recente envolvendo o mais simbólico e moderno dos artefatos da mobilidade: o automóvel. É praticamente consensual, dentro dos estudos multidisciplinares sobre o carro, a maneira como, nos últimos 100 anos, ele tem sido responsável por diversos processos de subjetivação, des-subjetivação, modificações radicais no espaço urbano, no clima e nas culturas humanas (TROI, 2017; LUTZ, FERNANDEZ, 2010; MILLER, 2001). Em 2011, uma mulher foi condenada a receber 10 chibatadas por dirigir na Arábia Saudita. O carro representava a possibilidade de independência feminina e sua saída do ambiente confinado do lar. Não que o Alcorão tenha alguma recomendação quanto ao uso do carro, mas a interpretação da lei islâmica não tardou em considerar o artefato como uma ameaça ao domínio masculino. A atitude do governo ditatorial gerou debates e uma série de protestos, mesmo que contidos, dentro do país. Graças à luta das mulheres, em combinação com uma queda no consumo do petróleo, um decreto real, em setembro de 2018, garantiu às mulheres o direito de dirigir.

Já em 2019, testemunhamos o ciclismo como sendo uma porta de entrada para pessoas trans terem o direito ao aparecimento público: a canadense Rachel McKinnon, uma mulher trans, venceu o campeonato mundial de ciclismo feminino na Inglaterra e estabeleceu um recorde mundial nessa categoria. Ela está treinando para ser a primeira pessoa trans a competir numa Olimpíada na categoria ciclismo, em 2024, e quer se tornar a primeira trans olímpica.

Dessa forma, podemos perceber que devemos combinar perspectivas históricas e sociológicas para compreender como as interações sociais afetam as tecnologias e como são afetadas por elas. E a bicicleta é um grande exemplo desse tipo de interação, como nos explicou Bijker (1995). Desde o século XV, existiam modelos muito parecidos com o que hoje conhecemos como bicicleta, mas apenas no século XIX esse modelo vai atingindo o consenso tecnológico para se tornar o que é. Mas as chamadas *penny farthing* foram um ponto fora da

curva. Esse tipo de bicicleta, formada por um grande pneu na frente e outro pequeno atrás, se tornou favorita entre os homens, principalmente os atletas, porque ela exigia não apenas preparo físico, mas era uma espécie de vitrine na qual os homens podiam exibir sua masculinidade. Velozes e muito pouco confortáveis para a maioria das pessoas, a “macho bike” era um ponto fora da curva dos modelos que vinham se desenvolvendo ao longo do século, desde Leonardo da Vinci passando pelo celerífero, um tipo de bicicleta sem pedal movido à propulsão humana.

Foi o interesse das mulheres inglesas do século XIX que permitiu que um modelo de bicicleta segura e moderna fosse desenvolvido, tornando as macho bikes obsoletas. As mulheres se tornaram o que Bijker (1995) chama de “grupo social relevante”. Primeiro elas tiveram acesso ao triciclo e graças a eles puderam sair de suas casas vitorianas abafadas. O artefato era usado “muitas vezes para fugir, não para sair pra algum lugar, o que também foi permitindo um afrouxamento do vestuário” (BIJKER, 1995, p. 59). Com a criação do pneu, as bicicletas ganhavam o conforto necessário para atrair outros públicos. Com a segurança das rodas baixas, mais grupos sociais começaram a usar a bicicleta e não apenas os jovens homens atléticos. Na última década do século XIX, já com a bicicleta moderna conhecida e aceita, o número de mulheres ciclistas aumenta exponencialmente.

Na era vitoriana, moralista ao extremo, a inserção das mulheres no ciclismo aumentava o confronto entre os costumes. O vestido já não era o traje adequado para utilizar o artefato. O *blooming*, um traje especial usado pelas mulheres para pedalar, foi nomeado assim pela sufragista Amélia Bloomer. Era uma invenção americana da década de 1850, composta de pantalonas turcas com uma saia na altura do joelho. A questão da roupa que a mulher usaria ao pedalar tornou-se questão de discussão nacional em toda a Inglaterra e aumentou a visibilidade pela emancipação feminina.

Já no século XX, a ofensiva contra o uso da bike pelas mulheres continuava. Um livro francês afirmava que as mulheres que se envolvessem com o ciclismo corriam o risco de abortar ou ficar estéreis, deixando assim de cumprir sua principal função social. Outra preocupação era com a “satisfação genital” que o pedalar poderia despertar. Mas as pessoas não deveriam concluir, ressaltou autor, que a bicicleta criava “depravadas”, até porque, em questionário aplicado pelo pesquisador, todas as respostas foram negativas para a pergunta a

respeito de sentir algum prazer de “natureza íntima” durante o pedalar. Mas, em caso de depravação, o machista ressaltava: “A bicicleta não deve, portanto, ser acusada, mas a ciclista” (O’FOLLOWELL, 1900, p. 72).

Perseguidas historicamente e impedidas de utilizar o espaço urbano com equidade desde a Grécia (SENNETT, 2003), podemos afirmar que a história do feminino é uma história de privações. Em relação aos artefatos móveis, como a bicicleta e o automóvel, a história não foi diferente e as privações se repetiram ao passo que provocavam novas formas de articulação e luta. A construção histórica do uso do espaço urbano e do aparecimento dos corpos nas cidades provoca consequências até o dia de hoje, o que a meu ver justifica que aplicativos de uso de bicicleta, a exemplo do Tembici, ainda contem com muito pouca participação feminina.

Dados de 2018-2019 no uso desse aplicativo no Centro Antigo de Salvador comprovam que as mulheres são responsáveis por um quarto do total de viagens realizados por pessoas do sexo masculino nesse território. Das 71.943 viagens realizadas com as bicicletas do aplicativo e que tiveram como saída ou chegada as estações localizadas nessa região central da capital baiana, apenas 18,81% dos trajetos foram realizados por mulheres, enquanto os homens foram responsáveis por quase 75 por cento das viagens (TROI, CARVALHO, 2020).

Mobilidade e ativismo

Podemos afirmar que dentre os pontos sensíveis de discussão do espaço urbano, os temas ligados às mobilidades são os mais significativos pois se conectam a todos os outros aspectos da cidade. Além de se relacionarem com as questões subjetivas de quem vive na cidade, as mobilidades estão ligadas ao uso do solo, às transformações do espaço público, ao acesso e direito de ir e vir de todas as pessoas.

Para cidades como Salvador e Lisboa, topografia e história se articulam em processos que culminam por colocar o tema da mobilidade como central para a formação desse espaço. Para essas cidades (e outras similares), desde o início dos seus processos de ocupação e colonização, transitar entre os planos alto e baixo de seus bairros se impõe como questão principal para o desenvolvimento e crescimento de suas áreas urbanas.

Em Salvador, as mobilidades vão constituir a formação desse espaço urbano central cindido em Cidade Alta e Cidade Baixa com todos os marcadores sociais em interlocução com questões de gênero e raça. A própria cultura desse território parece envolta de conexões com artefatos móveis, a exemplo da Festa da Independência, quando o Caboclo sai em cortejo pela cidade em uma carroça, ou mesmo no carnaval, quando uma multidão sai desvairada atrás da fubica, um Ford T do século passado ou, atualmente, com os gigantescos trios elétricos e sua engenharia primorosa de som e luz, um verdadeiro palco móvel.

Os grandes conflitos urbanos ocorridos em Salvador e em sua área central, território sobre o qual me debruço nesta investigação, estão ligados às mobilidades. Foi assim com a Greve dos Ganhadores, de 1857, tão bem retratada por Reis (2019), quando uma greve de pessoas escravizadas paralisou o fluxo de mercadorias e pessoas na capital da Bahia; também com o Quebra Bonde, de 1930, quando a população destruiu os bondes em função do péssimo serviço oferecido para a população; ou o Quebra Quebra dos anos 80, revolta que incendiou 10 ônibus e destruiu outros 343 por conta do aumento da passagem; além da mais recente, a Revolta do Buzu, uma revolta estudantil de 2003 que paralisou a cidade por uma semana; ou ainda as épicas Jornadas de Junho de 2013, consideradas um dos pontos de inflexão na política brasileira nos últimos 50 anos e que também começaram em virtude do aumento da passagem do transporte público na capital paulista e se espalharam pelo Brasil (TROI, CARVALHO, 2020).

No século XXI, as ruas da cidade materializam desafios e tensões que caracterizam a mobilidade urbana contemporânea. O espaço citadino baliza e acomoda o crescimento e competição entre binômios que alicerçam não apenas a construção dos artefatos móveis, mas todo um entendimento de como deve ser a cidade, a saber, motorizado x ativo, individual x coletivo, rápido x devagar (BERTOLINI, 2020).

Ruas têm se tornado espaço para experimentação e isso tem se tornado um paradigma dominante em muitas cidades. Nesse sentido, as mulheres cis, trans, brancas e pretas têm ganhado destaque por sua atuação em coletivos ou mesmo de maneira individual, já que os experimentos de rua são orientados por desafios e apenas um agente pode desencadear novas práticas sociais na cidade, a exemplo de acontecimentos de coletivos em cidades com São Paulo e Amsterdam.

Práticas de ativismo urbano têm crescido como uma nova forma de engajamento cidadão.

Em Salvador e Recôncavo da Bahia, agentes como Jamile Conceição, que coordena a Rede Afro Ciclos, além de projetos como Casa La Frida e o projeto Bicipreta ou mesmo ações da União de Ciclistas do Brasil, que conta com a atuação de Érica Telles, revelam o protagonismo feminino no que diz respeito ao tema da mobilidade. O que se repete em muitas outras cidades com projetos ligados à caminhabilidade ou mesmo projetos inventivos como o “Señorita Courier”, na cidade de São Paulo, um sistema de entrega com bicicletas realizado, principalmente, por mulheres trans.

Recentemente, Mariana Harkot (1992-2020) foi assassinada por um motorista embriagado na capital paulista. A pesquisadora também demonstrava em sua investigação as relações do gênero com a mobilidade e as desigualdades socioterritoriais em São Paulo a partir da mobilidade ativa. Apesar das situações de violência vivenciadas, seja pela dimensão do gênero ou da violência do trânsito, a pesquisadora ressaltava a positividade no discurso das entrevistadas, afirmando sobre o ato de pedalar e sua capacidade de devolver uma espécie de direito de aparecimento na cidade: “é uma prática rapidamente incorporada à rotina e que ressignifica e torna mais prazerosa a relação das pessoas entrevistadas com a cidade” (HARKOT, 2018, p. 168).

Considerações finais

A questão climática e a pandemia da Covid-19 agravaram e colocaram na berlinda todos os assuntos relacionados à mobilidade. Em Lisboa, por exemplo, vimos o surgimento de ciclovias emergenciais em diversos lugares da cidade para diminuir o uso pelas pessoas no transporte público, com o objetivo de evitar as aglomerações.

Fica evidente o papel decisivo das mobilidades na emancipação feminina, seja por acontecimentos aleatórios ligados à modernidade, seja por ações voltadas para o uso de artefatos móveis no engajamento de mulheres em diversos lugares do globo.

Por razões históricas explanadas nesse texto, as mulheres se firmam como protagonistas de novos ativismos urbanos envolvendo a mobilidade que, cada vez mais, se torna um tema central para discutir a ampliação de direitos no espaço urbano, principalmente a partir de marcadores como gênero e raça.

Pessoas ativistas são agências importantes na construção do direito à cidade e a academia precisa trabalhar em parceria com elas já que os ativismos e os planejamentos insurgentes têm modificado o espaço citadino em diversos lugares do mundo. Trata-se de uma tendência crescente.

Questões históricas, culturais, tecnológicas e subjetivas que se conectam ao tema da mobilidade precisam ser levadas em conta na formulação de políticas públicas. O próprio poder público e seus agentes podem e devem trabalhar em parceria com movimentos sociais, ampliando a escuta da sociedade, dando oportunidade para espaços colaborativos que já atuam no campo e, quem sabe, assim, o sonho de uma cidade definitivamente democrática e igualitária se desenhe no horizonte.

Referências

BERTOLINI, Luca. From “streets for traffic” to “streets for people”: can street experiments transform urban mobility? **Transport Reviews**, 40(3), 2020, p. 1–20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01441647.2020.1761907>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BIJKER, Wiebe E. **Of bicycles, bakelites, and bulbs: toward a theory of sociotechnical change**. Massachusetts: The MIT Press, 1995.

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres: Mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo** / Marina Kohler Harkot; orientadora Paula Freire Santoro. – São Paulo, 2018. Edição revisada. 192 p.

LUTZ, Catherine. FERNANDEZ, Anne Lutz. **Carjacked: the culture of the automobile and its effect on our lives**. New York: Palgrave Mcmillan, 2010.

MILLER, Daniel (ed.). **Car Cultures**. New York/Oxford: Berg, 2001.

O’FOLLOWELL, Ludovic. **Bicyclette et organes génitaux**. Paris: Librairie J. B. Bailliére et fils, 1900.

PRECIADO, Paul. **Pornotopía: arquitectura y sexualidad em Playboy durante la guerra fría**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

_____. “Cartografia Queer: o Flâneur Perverso, a Lésbica Topofóbica e a Puta Multicartográfica ou Como Fazer uma Cartografia ‘Zorra’ com Annie Sprinkle”. **E-revista Performatus**, Inhumas, [S.L.], ano 5, n.17, jan. 2017. Disponível em: <<https://performatus.com.br/traducoes/cartografias-queer/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

REIS, João José. **Ganhadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

TROI, M. DE; CARVALHO, P. R. J. DE. “Mobilities, climate change and rights of city”. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 7, n. 11, 27 nov. 2020, p. 239-244. Disponível em: <<http://journal-repository.com/index.php/ijaers/article/view/2754>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

URRY, John. “Mobile sociology”. **The British Journal of Sociology, London School of Economics and Political Science**, 2010, p. 347-366.

OBSTÁCULOS NA OFERTA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PESSOAS TRANS NO RIO DE JANEIRO

Marcia Cristina Brasil Santos

Doutora em Serviço Social – UERJ. Assistente Social e Coordenadora Ambulatorial do Processo Transexualizador do HUPE/UERJ. Contato: mcristinabrasil@hotmail.com

Daniela Murta Amaral

Doutora em Saúde Coletiva Instituto de Medicina Social / UERJ. Professora UNESA e Assessora técnica da Coordenaria Executiva da Diversidade Sexual/CEDS-Rio Contato: murtadaniela@gmail.com

Zélia Lima Gebrath

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional de Serviço Social/UFF. Contato: zeliagebrath@hotmail.com

Elisa Teruszkin Prestes

Mestre em Serviço/ UFF. Contato: elisaprestes.as@gmail.com

Guilherme Silva de Almeida

Doutor em saúde Coletiva/IMS/UERJ. Professor da Escola de Serviço Social/UFRI. Orientador do trabalho. Contato:gsdealmeida@gmail.com

Resumo

Esse artigo, fundamentado no referencial teórico metodológico crítico dialético vinculado tradição marxista, tem como objetivo discutir os impasses relacionados a implementação e capilarização do Processo Transexualizador no estado do Rio de Janeiro. Esse programa é regulado pela Portaria 2803/13, que ancorada nos princípios e diretrizes do SUS elenca uma série de ações que irão demandar o comprometimento da gestão da saúde estadual

na coordenação da organização da assistência à saúde às pessoas trans no âmbito de seu território. Há, assim, a necessidade de se discutir as carências assistenciais e as ações de gestão voltadas para o atendimento dessas necessidades nos planos estaduais de saúde, envolvendo as gestões municipais nesse processo. O que se percebeu durante a pesquisa de campo para realização que investigou esse tema, da qual esse artigo é um dos frutos, é que no caso do Rio de Janeiro, há uma sistemática falha e omissão na estruturação planejamento e regulação da assistência à saúde de pessoas trans no estado, havendo insuficiência na articulação entre os gestores estadual e municipais para o enfrentamento da ausência e precariedade da assistência nesse campo.

Palavras-chave: Processo Transexualizador, Gestão Estadual, Rede Assistencial, Regulação em Saúde, Saúde Trans.

Introdução/marco teórico

O presente artigo, fundamentado no referencial teórico metodológico crítico dialético vinculado à tradição marxista, tem como tema central a reflexão sobre os impasses envolvidos na gestão do Processo Transsexualizador no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Apesar da Programa existir de maneira institucionalizada desde 2008, até o presente momento a Secretaria Estadual de Saúde não conseguiu organizar, em parceria com os municípios, uma política de atendimento que contemple a estruturação de uma rede assistencial envolvendo atenção ambulatorial e cirúrgica que atenda às necessidades dos/das usuários/as.

Ao longo da pesquisa de campo que originou esse artigo foram realizadas pesquisa documental, levantamento bibliográfico, além observação participante e entrevistas envolvendo o MS e os cinco estados onde há unidades hospitalares/ambulatoriais habilitadas no processo transsexualizador entre os anos de 2008/2014.

Particularmente, no que tange ao Estado do Rio de Janeiro, se constatou que são poucos os municípios que organizaram alguma modalidade de assistência no campo da saúde para as pessoas trans. Quando se observou alguma modalidade de intervenção, em geral isto se deu no âmbito das políticas de direitos humanos.

O atendimento em saúde aos homens e mulheres trans e travestis se mostrou precário e insuficiente tanto nas unidades de atenção primária em saúde quanto nos demais níveis hierárquicos do SUS, não havendo planejamento e estruturação de fluxos de atendimentos e linhas de cuidados que atendam as necessidades dessas pessoas, que seguem tendo sua saúde negligenciada pela maioria dos gestores da saúde do Estado.

Assim, ao final desse estudo, foi possível observar que poucos dos 92 municípios do estado oferecem alguma modalidade de atenção à saúde LGBTQI+, situação que se agrava quando se trata da oferta de ações voltadas para as demandas específicas das pessoas trans, sendo possível contar nos dedos de uma mão quais municípios contam, em seu planejamento de gestão, com ações planejadas voltadas para a saúde LGBTQI+.

No que se refere à gestão estadual, sabemos que não é de sua responsabilidade a organização e a disponibilização de ações

caracterizadas como de atenção primária, uma vez que estas competem aos municípios. Todavia, é papel dos estados desempenhar o que lhes cabe no âmbito da política de regionalização da saúde, a partir da definição das ações do Plano Estadual de Saúde, a definição das metas e do orçamento das ações que serão desenvolvidas no Plano Plurianual, a pactuação junto aos municípios de como será garantida a oferta dos serviços. Ou seja, cabe aos estados o compromisso em assegurar o que lhes determina a Lei orgânica da Saúde, bem como desempenhar o que consta como seu papel na PNSILGBT, como por exemplo, a condução dos processos de pactuação sobre a temática LGBT na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e a coordenação monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, na esfera estadual, garantindo apoio técnico aos Municípios, dentre outras competências previstas na legislação.

Sabe-se do histórico descompromisso com as políticas sociais que tem sido a marca dos sucessivos governos no contexto da ofensiva capitalista. Um dos desdobramentos disso tem sido o desfinanciamento das políticas de seguridade social. Com isso, as conquistas sociais que se consolidaram como patrimônios públicos, como é o SUS, tem cada vez mais se esvaziado de sentido e se tornado um invólucro de um sonho chamado Reforma Sanitária.

Nesta direção, sabe-se que o perfil dos gastos em saúde não atende as necessidades e anseios almejados pelo projeto da Reforma Sanitária em função, sobretudo, da tendência de estagnação ou queda da participação do governo federal nos gastos com saúde que além de ter sido mantida ao longo dos últimos governos se acentuou no ano de 2016 para cá¹, com os sucessivos cortes e contingenciamentos nas verbas destinadas ao setor da saúde.

O desdobramento concreto desse processo é o esfacelamento das condições de saúde da população, sobretudo porque o desfinanciamento federal do SUS prejudica fundamentalmente a sustentação das ações desenvolvidas pela rede de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse sentido, as questões envolvendo o

1 O subfinanciamento do SUS foi intensificado a partir de 2016 com a alteração da base de cálculo de aplicação de recursos do governo federal na saúde para um índice menor do que o percentual alcançado em 2015, correspondendo à uma perda R\$ 9,2 bilhões para o orçamento do MS já neste ano, o que configura um processo de desfinanciamento. Mendes & Carnut, 2020).

descomprometimento das gestões governamentais com a implementação de políticas públicas, notadamente para LGBTQI+, que já eram recorrentes e históricas, acentuaram-se ainda mais.

Mello (2013) ao analisar os programas e ações do governo federal voltados para as necessidades específicas dessa população, já apontava que estes se deram de forma marcadamente problemática, sobretudo pela baixa previsão orçamentária para a sustentação dos mesmos seguida da falta de integração entre as esferas do governo e o baixo envolvimento dos demais entes federativos (MELLO, 2013). Com o passar do tempo e com o agravamento da crise capitalista e sua repercussão sobre a estrutura estatal, isso só se agravou, como se verá mais adiante ao analisarmos a situação do Rio de Janeiro em relação à assistência a pessoas trans.

Metodologia

Esse artigo é fruto de uma dupla experiência de pesquisa. Talvez pudéssemos qualificá-lo como fruto de uma experiência de pesquisa envolvendo 10 anos de trabalho em equipe no processo transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro e, atravessando essa experiência de trabalho, também se deu a realização do doutoramento da coordenadora da equipe de assistentes sociais do programa.

Assim, a pesquisa de campo de onde se originou essas reflexões são oriundas tanto do trabalho interventivo realizado em conjunto com residentes, estagiários de serviço social e profissionais de diversas outras áreas e instâncias, inclusive da gestão, como também advém do campo de pesquisa para a produção da tese de doutorado da coordenadora ambulatorial do programa. É essa hibridez que justifica a coautoria neste estudo.

Considerando esses apontamentos, para a consecução dessas reflexões partiu-se tanto das observações e intervenções junto aos profissionais e gestores da política estadual/municipais de saúde do estado do Rio de Janeiro, quanto de um caminho mais sistematizado de pesquisa de campo em função das exigências da tese.

No que tange a realização da pesquisa de campo mais sistematizada em função da tese de doutorado, foi realizado de um amplo levantamento bibliográfico acerca do marco regulatório e teórico do processo transexualizador e também foram realizadas leituras

relacionadas ao campo da saúde coletiva e das ciências sociais, que se detiveram sobre os processos de reforma sanitária, contrarreforma do Estado, neoliberalismo, formação social brasileira, gênero e diversidade de gênero.

Tal levantamento se deu por meio de pesquisa bibliográfica de livros, artigos em periódicos, monografias de conclusão de curso, dissertações e teses tendo ocorrido por meio da busca em bibliotecas e também por acesso eletrônico, sobretudo nas bases bibliográficas SCIELO e CAPES Periódicos.

A pesquisa empírica da tese foi realizada em cinco estados onde há unidades de atenção especializada do processo Transexualizador, além de Brasília, em função da visita ao Ministério da Saúde. A aproximação se inspirou na abordagem etnográfica² e foi realizada através de visitas a esses serviços, realização de entrevistas semiestruturadas exploratórias, observação e registro em diário de campo, bem como de pesquisa documental e de registros de dados sobre a trajetória desses serviços. Na condução desses procedimentos, tomei por base as orientações de GIL (2008) e TOBAR & YALOUR (2001).

A sistematização e análise de todo o material coletado foi orientada pela preocupação em dialogar com autores/as das ciências sociais, saúde coletiva e serviço social que tem incidência crítica nas áreas de estudos de gênero, direitos sexuais e política de saúde. Após a coleta de dados, as informações foram avaliadas e sistematizadas de acordo com os objetivos do estudo, as categorias empíricas e as peculiaridades trazidas pela experiência constituída com os/as participantes à luz do referencial teórico já reivindicado.

Para fins desse artigo, nos detivemos apenas na experiência de pesquisa circunscrita ao Estado do Rio de Janeiro. Cabe acrescentar que a pesquisa foi submetida e aprovada ao Comitê de Ética e pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto, da UERJ.

Resultados e discussão

Ainda que o Rio de Janeiro tenha contado por um determinado período com três instituições que ofertassem assistência em saúde

2 Cf.: Carmem Lúcia Guimarães de Mattos, 2011.

para pessoas trans³ e que conhecessem a grande demanda por atendimentos, inclusive em função da judicialização que provocou o início do programa no HUPE/UERJ, o estado não se responsabilizou pela estruturação de uma linha de cuidados em saúde voltados para as pessoas trans. Essa situação não mudou mesmo após o Ministério da Saúde ter institucionalizado o processo transexualizador em 2008.

Além disso, mesmo que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSILGBT) tenha sido institucionalizada em 2011, até o presente momento, 10 anos depois, o estado do Rio de Janeiro ainda não estruturou um Plano de Saúde LGBTIQ+, bem como são raras as iniciativas dos municípios do RJ na organização dessa política em seus territórios.

Assim, são poucos os municípios que organizam alguma modalidade de assistência no campo da saúde para as pessoas trans. Quando há alguma intervenção, em geral elas se dão no âmbito das políticas de direitos humanos. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a única iniciativa voltada para essa questão é CEDS Rio (Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual), vinculada por muito tempo ao Gabinete do Prefeito, tendo como meta a transversalização das ações LGBTIQ+ para todas as Secretarias do Governo Municipal.

Os outros equipamentos existentes no estado são ínfimos e podem ser contados nos dedos de uma mão. Excetuando-se o HUPE/UERJ, o IEDE e o Ambulatório João Nery, em Niterói (RJ), temos conhecimento da existência apenas do Programa Rio Sem Homofobia (RSH) e de alguns poucos e precarizados Centros de Cidadania LGBT, vinculados a Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SUPERDIR/SEASDH), bem como o Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS) vinculado à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, além de algumas ONG's voltadas a esse tema.

Desde 2009, o estado do RJ conta com um Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT (CELGBT) e a partir de 2014, a SES/RJ instituiu um Comitê Técnico Estadual de Saúde LGBT, que anteriormente já funcionava com a denominação de Câmara Técnica de Saúde

3 O Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia, o Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ realizam atendimento à pessoas trans desde a década de 70 e 90, respectivamente.

LGBT, tendo como principal atribuição a elaboração e implementação da PNSILGBT no âmbito do estado.

Desde 2011, representantes da Secretaria Estadual de Saúde, de Atenção Penitenciária, de Educação, da área de Direitos Humanos, de movimentos sociais, de universidades, do HUPE/UERJ, bem como dos Centros de Cidadania Saúde LGBT do estado, entre outras instituições, tem se reunido mensalmente, objetivando a formulação de políticas e a definição de protocolos básicos de ação, conforme a Lei Orgânica da Saúde, a Carta dos Direitos dos/as usuários/as da Saúde, a PNSILGBT e a Portaria MS n. 2837 de 01 de dezembro de 2011, que instituiu o Comitê Nacional de Saúde LGBT (SANTOS *et al*, 2017).

No entanto, tais instrumentos, apesar de importantes, não foram capazes de dinamizar as instâncias organizacionais da gestão estadual para a estruturação/institucionalização de políticas efetivas para esse público, especialmente, no campo da saúde. Em rápida pesquisa nos Planos Estaduais de Saúde e Planos Plurianuais do estado do RJ entre 2012 e 2019 não se encontra qualquer indício de comprometimento da gestão com a saúde da população LGBTIQ+ de uma maneira geral e, muito menos, com a população trans, pois não há menção a metas de cuidados à saúde e/ou destinação de dotação orçamentária para essa população em tais instrumentos de gestão.

Como se sabe, a forma como o SUS se organiza não é impositiva, os estados têm autonomia para aderirem ou não às políticas propostas nacionalmente pelo MS⁴. Na maioria das vezes, o que estimula essa adesão é a indução financeira por destinação de verbas federais para os estados/municípios que aderirem à política. Todavia, o processo transexualizador não dispõe de nenhuma verba de incentivo para a sua implantação e desenvolvimento, para além do pagamento dos procedimentos realizados num valor acima da média paga para os procedimentos que não são da alta complexidade.

4 É importante lembrar que a Lei Orgânica da Saúde (n. 8080/90) é que regula a descentralização político-administrativa do SUS, enfatizando seus aspectos de gestão e financiamento, e fundamentando as condições para sua promoção, proteção e funcionamento. Ela determina que os recursos destinados ao SUS seriam provenientes do Orçamento da Seguridade Social ao mesmo tempo que, também, estabeleceu a forma de repasse desses recursos financeiros aos estados e municípios. Ela deve ser baseada em critérios como perfil demográfico e perfil epidemiológico, levando em conta a rede de serviços, entre outros critérios.

O problema é que os procedimentos realizados no âmbito do processo transexualizador não são muito volumosos e não tem servido como estímulo para os/as gestores/as do estado organizarem essa modalidade assistencial. Soma-se a esse fato, a desorganização institucional da gestão da saúde, a precariedade, a fragmentação, a burocratização, os escândalos de corrupção e o desconhecimento que atravessa as estruturas da Secretaria de Saúde, além da omissão dos/as gestores/as e parte dos/as técnicos/as no enfrentamento de questões trabalhosas e dispendiosas do ponto de vista, sobretudo, político⁵, envolvidas nessa questão.

Além disso, as ações do movimento social não têm conseguido penetrar as instâncias da gestão da Secretaria de Saúde, de forma propositiva e assertiva nas cobranças em relação a saúde LGBTQI+, notadamente a saúde Trans. Ao que parece, há um despreparo e desconhecimento do movimento social na sua relação com as instâncias da gestão e dos espaços deliberativos de modo que a ocupação desses locais seja inexistente ou muito precária do ponto de vista do conhecimento que o movimento social tem sobre o funcionamento do SUS. Assim, instâncias que deveriam ter a incidência do movimento social LGBTQI+ de forma atuante, como os conselhos de saúde, raramente são ocupados ou inquiridos por suas pautas e demandas⁶.

A burocratização dessas instâncias e do próprio SUS, sua privatização/precarização, bem como a perda do seu potencial crítico,

5 Além de todas as dificuldades estruturais envolvendo a organização dessa política, há o agravante relacionado às questões de cunho moral e religioso que, num contexto de adensamento do conservadorismo societário, torna-se um elemento a mais a ser considerado no rol de escolhas políticas de prefeitos, governadores, deputados e vereadores, que de um modo geral, não enfrentam essa e outras questões da chamada “pauta dos costumes”, possivelmente em função do receio de perderem apoio político de seus eleitores mais conservadores nos processos eleitorais. No âmbito institucional, uma série de problemas envolvendo a transfobia deixa de ser enfrentada em função de pactos corporativos, da necessidade de “proteção das equipes”, de valores religiosos que se imiscuem no cotidiano dos serviços e nem sempre os/as gestores/as querem “se desgastar” com essa questão.

6 Durante a pesquisa de campo, ao indagar informalmente a alguns/algumas conselheiros/as sobre o assento e a defesa de pautas Pró-LGBTQI+, especialmente sobre a saúde trans, nas reuniões do Conselho Estadual de Saúde, foi-me respondido que esses assuntos são pouco discutidos nessas reuniões. Foi informado ainda que tem sido uma tendência que algumas pautas sejam pactuadas direto nas reuniões da CIB, entre secretários municipais e estadual de saúde, sem ter sido deliberadas no Conselho.

associada ao baixo acesso à renda, à educação e à moradia, tem também restringido a participação social dos sujeitos trans do *lôcus* da construção da política. Desta forma, os/as gestores/as ficam muito à vontade para seguirem suas pautas, em geral privatizantes e cisheteronormativas⁷, que atravessam toda a estrutura do SUS.

As cobranças do movimento social, quando feitas, em geral se direcionam mais aos profissionais dos serviços do que à gestão da política, de modo que, parece haver um desconhecimento sobre como se estrutura a política de saúde. Dessa maneira, a atuação política do movimento trans tem se caracterizado localmente pela dispersão e fragilidade nas pautas referentes às cobranças de comprometimento do gestor com a oferta de políticas públicas, particularmente no que se refere ao campo da saúde⁸.

Nessa direção, cabe ainda assinalar, por exemplo, que a precariedade e o desfinanciamento das políticas de saúde são um fato, mas não tem se constituído em pautas do movimento LGBTQI+, o que

7 Cisnormatividade deriva de cisgênero ou cissexual (-cis, na forma abreviada, prefixo que significa “deste lado”, “em paralelo”, “que margeia”), indicando concordância entre o gênero e o sexo de um indivíduo, além do comportamento considerado socialmente aceito para tal. Diz respeito a uma postura que desconsidera a existência de pessoas transexuais (-trans, na forma abreviada, que significa “do outro lado”, “que atravessa”) na sociedade, exigindo a legitimação do discurso médico para que existam, reproduzindo uma série de ações discriminatórias em que pessoas trans são compreendidas como inferiores às cis de maneira individual e institucional. Já o conceito de heteronormatividade é usado para descrever situações em que orientações diferentes da heterossexual são marginalizadas por práticas sociais, crenças ou políticas, a partir da noção de que existem duas categorias distintas e complementares (homem/macho e mulher/fêmea) e que relações sexuais e maritais “normais” se dão entre pessoas de sexos diferentes, cada qual com determinadas funções “naturais”. Assim, sexo físico e papel social de gênero deveriam nos enquadrar em normas integralmente masculinas ou femininas, sendo a heterossexualidade considerada a única orientação sexual normal. Cf.: Cabral, 2017: 104.

8 Obviamente, há questões relacionadas ao mau atendimento, à transfobia e à desorganização institucional que precisam ser enfrentadas e cobradas pelo movimento trans e travesti. No entanto, ações de controle social, cobranças e monitoramento sobre a gestão da política, a ocupação de espaços como os conselhos de saúde, os comitês de saúde LGBT, o Conselho Estadual de Direitos da População LGBT constituem aspectos sensíveis e frágeis, na medida em que o movimento social atualmente se apropria muito pouco desses espaços, sobretudo, dos conselhos de saúde e, quando se apropria, em geral, são sempre as mesmas pessoas que estão na luta há muitos anos, o que pode redundar numa burocratização da participação política também nessas instâncias.

adensaria e potencializaria suas lutas para além dos particularismos. O fato é que a situação do estado do Rio de Janeiro em relação à oferta de políticas públicas de saúde parece se agravar ainda mais ao se tratar de temas negligenciados e estigmatizados em função de discriminações e preconceitos, como é o caso da população LGBTIQ+, uma vez que este segmento não costuma ter suas necessidades priorizadas pelos/as gestores/as dos estados e municípios, especialmente quando se trata de travestis e transexuais.

É necessário lembrar que as administrações locais no RJ tendem a construir seus redutos políticos eleitorais sobre pautas conservadoras, moralizantes e, geralmente, conduzidas por ideários religiosos de cunho neopentecostal. A forte concentração de posturas ultraconservadoras nos domicílios eleitorais mais populosos do estado, tendem a dificultar a penetração desse tema no horizonte político desses gestores/as e futuros/as gestores/as, talvez por representar um risco de que percam capital eleitoral entre suas bases de apoio⁹.

Nesse cenário, tem sido bastante comum que as necessidades de saúde dessas pessoas, especialmente as relacionadas à orientação sexual e a diversidade de gênero sejam compreendidas como temas malditos e imediatamente repelidos e associadas como pautas da chamada ideologia de gênero¹⁰.

É preciso lembrar, ainda, que nem todo o conservadorismo é de base exclusivamente religiosa, por vezes, ele também pode se apresentar como uma construção fortemente presente em territórios dominados pelo narcotráfico ou pelas milícias, notadamente

9 Sobre o neopentecostalismo e organização política ver: Cunha, 2017; ver também Copelli, 2014.

10 A origem desse termo e desse movimento se relaciona à uma ofensiva da igreja católica que emergiu por meio do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais, entre meados dos anos de 1990 e início dos 2000, sob o papado de João Paulo II e mantido por Bento XVI. Em abril de 1998, o termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico. Desqualificando os estudos científicos e acadêmicos, essa ofensiva funciona como um slogan catalisador de manifestações contrárias a políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas de promoção dos direitos sexuais e punição de suas violações, de enfrentamento de preconceitos, prevenção de violências e combate a discriminações (hetero)sexistas. Cf.: Junqueira, 2017.

em territórios conflagrados e de baixos Índices de Desenvolvimento Humano, o que vai repercutir na assistência prestada¹¹.

Assim, a partir da experiência de trabalho no estado do RJ, foi possível observar que poucos dos 92 municípios do estado oferecem alguma modalidade de atenção à saúde LGBTIQ+ e, como já sinalizado, a situação se agrava quando se trata de travestis e transexuais, pois tanto as ações gerais quanto as específicas nesse campo são ofertadas de forma bastante precária para esse público, isto quando são disponibilizadas.

Quando se trata de demandas mais específicas, em geral, os municípios não sabem como fazer para regular a assistência demandada, conforme atestam os inúmeros contatos telefônicos e de *e-mail* feitos por profissionais que atendem nesses municípios e endereçados ao HUPE/UERJ, solicitando informações sobre como e onde buscar atendimento para essas pessoas. Há ainda situações nas quais determinados municípios relutam em formalizar a regulação para o IEDE, único serviço ambulatorial especializado habilitado para esse fim no Estado, porque isso implica em organização interna e repasse financeiro para o município que prestou a assistência.

Tais considerações apontam para a ausência de providências entre os/as gestores/as para a estruturação de rede de atenção, seja em relação a assistência de modo geral, seja em relação aos atendimentos específicos, apesar das normativas legais apontarem a atenção primária como porta de entrada para a assistência e coordenadora do cuidado às pessoas trans. Assim, há falhas e negligências no cuidado a essa população na atenção primária, além de ausência de organização de fluxos de atendimentos voltados para a atenção especializada, conforme preconizou o Pacto pela Saúde¹².

11 Essas reflexões foram originadas a partir dos relatos acerca das negligências político-institucionais e dificuldades dos gestores locais no reconhecimento das demandas de saúde das pessoas LGBTIQ+ e estruturação de ações que beneficiem essa população, sobretudo em regiões abandonadas pelo poder público, tendo sido revelados pelos/as próprios/as usuários/as a partir dos atendimentos sociais realizados durante em suas passagens pelo programa.

12 Em 2006 o Governo Lula institucionalizou por meio da Portaria Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006 o Pacto pela Saúde, um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo expresso de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. Ao mesmo tempo, o Pacto

No que cabe diretamente à Secretaria Estadual de Saúde, notadamente, a discussão, organização e coordenação da assistência junto aos municípios do RJ no que toca à regionalização, a estruturação de redes compartilhadas, a definição de ofertas assistenciais, especialmente, ao se tratar da assistência hospitalar de pessoas trans no âmbito do processo transexualizador, isto nunca foi feito.

Considerações finais

Ao fim da presente reflexão é preciso apontar que parte dos impasses para efetivação dessa política pública precisam ser compreendidos a partir da lógica do desfinanciamento do patrimônio público em função da orientação do Estado para os interesses privatistas associados ao capitalismo financeiro, que se expressa, na realidade concreta, por meio da desestruturação e privatização das políticas sociais em favor da acumulação capitalista.

É preciso lembrar que o processo transexualizador não está fora do SUS, e, portanto, é alvo das mesmas ações de desestruturação, desfinanciamento e deslegitimação porque passa a política de saúde desde as suas origens, sendo a expressão da crise estrutural capitalista, que desde os anos 70/80 vem orientando as respostas do Estado em sua busca por pavimentar as formas e estratégias de extração de mais valor em favor do capital.

Assim, a afirmação do processo transexualizador a partir do empenho para a sua implementação, incluindo aí a viabilização financeira e política para o seu espraiamento nos estados e municípios, não era algo que se pudesse esperar no contexto em que essa institucionalização se deu, no bojo do governo petista, que foi marcado por muitos paradoxos. Afirmar essa política, seria negar o processo de desmonte do patrimônio público, que não só estava em curso, como havia sido acentuado por meio das ações implementadas também pela gestão do PT no governo e continuadas posteriormente.

pela Saúde redefiniu as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social. A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão de Municípios, Estados e União ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG, que estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente. Ver: Brasil, CNS, 2006; Brasil, Portaria n 399/2006.

Vale lembrar que esse processo de desfinanciamento e enxugamento no protagonismo do Estado na sustentação das políticas de proteção social, foram acompanhadas, paradoxalmente, por um discurso de defesa dos direitos, de inclusão social, de valorização da participação social. Isso pode ajudar na compreensão das incongruências do percurso de construção do processo transexualizador.

Assim, pode-se dizer que os desafios do processo transexualizador são os desafios do SUS, sobretudo na perspectiva do reconhecimento de que o conjunto de normativas, princípios e diretrizes, apesar de importantes, não são suficientes para a efetivação dessa política, havendo necessidade de construção coletiva de espaços de luta em defesa do SUS, para além das normativas.

Referências

ALMEIDA, G. S.; SANTOS, M. C. B. **De baixo para cima: questões e perspectivas sobre a expansão do processo transexualizador no Brasil.** 3ª RAS: saúde, movimentos sociais e direitos. No Prelo. BRASIL. LEI ORGÂNICA DA SAÚDE n.8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA N.2.836 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.** Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 2011. Seção 1 n.231, p.37. Institui, no âmbito do SUS (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.** Redefine e amplia o processo transexualizador no SUS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

CABRAL, Jacqueline. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. **Archeion Online**, João Pessoa, v.5, Número Especial, p.103-121, jul. / dez. 2017 <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186.

COPELLI, Giancarlo M. Neopentecostalismo e Democracia no Brasil: entre os eleitos de Deus, há espaço para os iguais da democracia? **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, 2014.

CUNHA, Vanessa C. O Discurso Neopentecostal na Formação da Identidade Política: um estudo etnográfico das redes sociais online e seus desdobramentos nas eleições municipais de 2016. In: **ANAIS do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.

FERTONANI, Hosana. P.; Pires, Denise. E. P. de.; Biff, Daiana.; Scherer, Magda. D. dos A. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. Temas Livres. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(6):1869-1878, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: Marcelo M. Ramos; Pedro A. G. Nicoli; Gabriela C. Alkmin (orgs.). **Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. Disp.: goo.gl/JgyPzN.

MATTOS, Carmem L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

SANTOS, Marcia. C. B; ALMEIDA, Guilherme. S; GEBRATH, Zélia. L; PRESTES, Elisa. T. Processo Transexualizador no SUS: um campo político e de práticas em construção. In: UZIEL, Ana Paula; GUILHON, Flávio (org). In: **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2017.

“EU SOU UMA MENINA”: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA URBANA

Larissa Ferreira Nunes

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, larissafnpsico@gmail.com;

João Paulo Pereira Barros

Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará - UFC, joaopaulobarros07@gmail.com.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é discutir sobre a interface entre performatividade de gênero e violência urbana no cotidiano de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Tal problematização surge a partir de uma pesquisa de mestrado, sendo levada para o doutorado. Utiliza-se da cartografia como ethos de pesquisa-inter(in)venção. A entrevista narrativa foi a ferramenta de co-construção de dados, em que 3 adolescentes narraram sobre suas trajetórias e dentre isso, aglumas falas versam sobre a performatividade de gênero, em especial ao transitarem entre o feminino/masculino. A análise se deu pela pista analítica da cartografia. Dentre as diferentes interpelações que a violência urbana ocasiona aos seus processos de subjetivação, a sobreposição do gênero, sexualidade e geração (idade) fecundam maneiras de agir, estar e de serem reconhecidas socialmente, com destaque para os modos como agem em seus relacionamentos afetivos e em “facções” criminosas, assim como também na forma que são tratadas, sobretudo em privação de liberdade. As “cabrões”, como são enquadradas, são adolescentes que desestabilizam a hegemonia do “sistema” colonial, heteronormativo, patriarcal e branco ao não performarem o gênero normativo imposto. De forma hierárquica

e dicotômica, ontologicamente esses corpos dissidentes são enquadrados em vidas a-bjetas, o que contribui para formulações de necropolíticas genderizadas a que estão submetidas. Além disso, os processos de subjetivação das “cabrões” parecem seguir um modelo hegemônico de masculinidade como tentativa de reconhecimento e exercício de poder nas “facções”.

Palavras-chave: Gênero, Violência urbana, Socioeducação, Performatividade de gênero, Masculinidades.

Introdução

Este trabalho tem como campo de problematização as transformações da violência urbana e a performatividade de gênero de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Para isso, o gênero aqui é entendido como uma categoria de análise para as relações de poder-saber-Subjetivação na fundação e sustentação de relações sócio-político-institucionais brasileiras (GOMES FILHO *et al.*, 2021).

Tal problemática nasce a partir das entrevistas feitas com adolescentes privadas de liberdade na pesquisa de mestrado da autora intitulada “Quando vi, tava envolvida”: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade, a partir do surgimento da performatividade de gênero de algumas jovens, sentindo-se interpelada, interface entre violência urbana e gênero são levados como problemática de pesquisa para o doutorado sob o título “Envolvíveis”: violência urbana, gênero e performatividade de gênero nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Ambas as pesquisas fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e também do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), grupo este coordenado pelo professor e Doutor João Paulo Pereira Barros.

Outrora, o interesse em estudar os efeitos psicossociais da violência nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens mulheres surge pela inserção da autora no campo da socioeducação, do aumento de privação de liberdade e dos assassinatos destas no cotidiano cearense (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Uma das dinâmicas que tem corroborado para esse aumento (privação e assassinato) se deve as transformações sociais do crime no Ceará, sobretudo com o incremento e fortalecimento das facções criminosas e, como resposta, o avanço de políticas punitivos penais estatais (BARROS *et al.*, 2019). Além disso, também pela invisibilidade que ainda é dada aos estudos de adolescentes, violência urbana e socioeducação (MARTINS, 2016; PANTOJA; LOPES DE OLIVEIRA, 2018).

Especificamente referente as tramas da violência no Ceará, a partir do que foi contextualizado, com a chegada das facções (Comando

Vermelho e Primeiro Comando da Capital) e surgimento da Guardiões do Estado (GDE), e sobretudo com o fortalecimento destas dentro e fora das instituições de privação de liberdade, a narrativa do envolvimento tem sua gênese (NUNES, 2020). Quando um jovem é assassinado ou preso de imediato supõe-se que isso ocorreu devido ao seu suposto envolvimento com o tráfico de drogas ou com facções, então, ocorre o enquadramento de envolvido/a (BARROS *et al.*, 2019). Envolvido é então uma atualização do dispositivo da periculosidade e do “mito da classe perigosa” (COIMBRA, 2001). Utilizamos, então, “envolvide” na tentativa de romper com a linguagem binarista e seguindo uma das marcações possíveis apontada Schwindt (2020), o uso do “e” ao invés dos artigos “a” e “o”, a qual apesar de suas limitações, propõe uma ruptura ao colonialismo linguístico ao tentar produzir uma neutralidade linguística em relação a imposição de gênero na linguagem.

Diante disso, tem-se como objetivo discutir sobre a interface entre performatividade de gênero e violência urbana no cotidiano de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. As discussões feitas partem de perspectivas da Psicologia Social que versam sobre juventudes e violência urbana em diálogo com feminismos (negro, decolonial e transfeminismo), estudos pós-estruturalistas acerca do gênero e da sexualidade e críticos à colonialidade. Dentre as principais noções teóricas, destaca-se gênero é uma relação social, de base colonial, que constitui aqui que nós entendemos como homens e mulheres (SCOTT, 1995; LUGONES, 2014; FOUCAULT, 2014), performatividade de gênero (PRADO, 2016; BUTLER, 2018) e de masculinidade(s) hegemônica, entendida como modelo(s) e, pensada a partir da globalização, a qual traz impactos as formas como o mundo e os gêneros se organizam e como este último organiza o mundo (VALENCIA, 2010; CONNELL, 2014, 2016). Formulações estas que contribuem para a análise do imaginário da estruturação do gênero e das masculinidades.

Faz-se importante apontarmos que ao falarmos de masculino e feminino estamos nos referindo aos signos, discursos e formulações institucionais acerca do gênero e sexualidade (FOUCAULT, 1998). Socialmente, as mulheres, assim como os homens também quanto a masculinidade, são produzidos a partir de modos de subjetivação que enquadram a partir do saber biológico homem e mulher como diferentes, em que moldes colocam o feminino a idealização de sexo frágil, dócil e devido sua “função” reprodutiva, como cuidadoras e do

lar (MAYORGA, 2013). Além disso, segundo Souza (2015), a construção de gênero, que subalterniza as mulheres nas relações sociais, além de estar presente na dinâmica do tráfico, está, também, na criminalização destas. Sendo assim, as mulheres, sobretudo mulheres negras ou as existências que são constituídas pelos processos de genderização e feminização, estão em maior condição precária de vida (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

As seções a seguir estão divididas em: apresentação da cartografia como *ethos* de pesquisa-intervenção, resultados e discussões com os principais achados teóricos e empíricos e, por fim, as considerações finais em que apontamos a violência urbana, as relações interpessoais e os atos performáticos de gênero das adolescentes como constituídos por uma masculinidade hegemônica produzida regionalmente, a qual encontra nos *modus operandi* das facções criminosas espaço de sustentação.

Metodologia

Essa pesquisa é um desdobramento da intersecção entre o mestrado e doutorado da autora, visto que a partir da inserção de campo e das entrevistas com as adolescentes foi possível acessar o coletivo de forças em que jovens, que não se enquadram no que se entende como feminino e nem no masculino, mas fronteira entre eles, formulam seus modos de ser, agir, de estar no mundo e de busca por reconhecimento social. Por isso, a partir de algumas entrevistas da dissertação do mestrado e do aprofundamento teórico acerca do gênero e performatividade de gênero no doutoramento, desdobramos nesse capítulo discutir a interface entre violência urbana e performatividade de gênero das três adolescentes que em suas entrevistas apresentam uma certa transição entre masculino e feminino.

Diante disso, elegeu-se a cartografia como tipo de pesquisa-intervenção para acompanhar as relações de poder-saber-Subjetivação em torno da performatividade de gênero por parte das participantes. Para isso, articula-se pistas do método da cartografia apontadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2010) e Passos, Kastrup e Tedesco (2014) as críticas apontadas pelos feminismos, sobretudo o feminismo negro, para construir assim uma pesquisa-inter(in)ventada. Portanto, entendemos, pesquisar como uma atitude que interroga a performatividade de gênero em seu processo de constituição, trazendo, assim, para o

campo de análise. Para tanto, dentre as dez entrevistas narrativas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013) feitas no mestrado, três adolescentes trouxeram em suas narrativas essa relação fronteiriça entre masculino e feminino, portanto, essas entrevistas foram eleitas para esse trabalho. Marta, Paul e Lorin, participantes da pesquisa, as quais se auto-intitulam e são reconhecidas como “cabrões” por se vestirem com roupas frouxas, em geral, terem cortes de cabelo curto, se relacionarem com mulheres “femininas” e performatizarem atos com maior impacto, com o intuito de serem fortes e temidas, na tentativa, sobretudo, de exercerem poder dentro e fora da instituição de privação de liberdade.

A análise ocorreu sob a égide da cartografia, em que esse processo analítico ocorre por uma inter-relação entre pesquisadora e participantes que permite desnaturalizar, desuniversalizar e horizontalizar o processo da pesquisa e seu “objeto” (BARROS; BARROS, 2014). Além disso, a partir da inserção nos campos de gênero, a partir dos feminismos, utiliza-se como base tais epistemologias como correntes analíticas das cenas narradas pelas jovens. Para fins didáticos, os resultados e discussões estão divididos em três cenas, são eles: o rompimento do binarismo de gênero a partir da performance de gênero; a forma como se comportam em relacionamentos afetivo-sexuais com mulheres, bem como a percepção objetificante de suas companheiras, e; o uso dos gêneros como estratégias de resistência frente as violências institucionais e de gênero.

Resultados e discussão

Embora previamente ter escolhido o centro socioeducativo feminino, ao adentrar na instituição e deparar com jovens que não se identificam com o gênero designado ao nascer e, não necessariamente com o gênero oposto, borrando assim a fronteira da sexualidade dicotômica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), contribuiu a essa autora a indagar essa problemática nos estudos psicológicos. Na psicologia, o discurso sobre gênero nesse campo é heterogêneo, sendo portanto constituído por diferentes epistemologias, recebendo também influências dos estudos e dos movimentos feministas (NOGUEIRA, 2017). Nesse sentido, gênero é entendido como um constructo social, em que, segundo Butler (2018), gênero é construído por signos, gestos e normas culturais que produzem e retroalimentam um corpo masculino

e outro feminino, portanto trata-se de performar o gênero. Por isso, a autora diz que gênero é um ato performativo. Prado (2016), ao analisar a noção de performatividade de gênero apresentada por Butler, coloca em outras palavras, que gênero seria a construção de um conjunto de atos que dizem estar em conformidade com normas sociais dominantes, tendo esses atos uma função performativa de produção dos indivíduos e subjetividades.

“É, depende do momento. Muitas vezes é masculino”, responde Lorin ao perguntá-lo se preferia ser chamado de ele ou ela já que ao falar de si pronunciava no masculino. Paul e Marta também ao pronunciar a si, ora falavam “o cara”, ora no artigo feminino. É importante salientar que o gênero exerce uma função importante no enquadramento de humanidades, a qual Paul, Lorin e Marta rompem ao exercerem atos performativos distintos aos da norma social vigente (BUTLER, 2018). Os marcos de reconhecimento e telegibilidade humana são importantes fatores analíticos para sabermos que vidas estão assujeitadas as expressões necropolíticas cearenses, em que até seu assassinato não é digno de comoção pública (BUTLER, 2016, 2019).

Lorin, Paul e Marta (nomes fictícios) são “envolvides” que compõem essa pesquisa visto que a partir de suas narrativas desestabilizam os sistemas que produzem o gênero e, a privação de liberdade exerce uma função subjetiva nos modos de ser e de ser reconhecido para as participantes, afinal, cabrões, assim performam seus gêneros, reiterando seus próprios modos de ser e de exercer poder na instituição de privação de liberdade. É sabido que em unidades de privação de liberdade femininas é comum a presença de mulheres lésbicas, popularmente estereotipadas como “sapatão”, “caminhoneiras”, “macho fêmea” e até mesmo erroneamente “mulher que quer ser homem”. Discursos que permeiam as instituições de privação de liberdade e que moldam os processos subjetivos daqueles que têm o gênero fluído, transitam entre um e outro, rompem com o ideal do feminino (BARCINSKI, 2012; CORDEIRO, 2017). Em que, de acordo com Connell (2016) o gênero é feito em condições sócio-comunitária e regionalizada, sendo assim, ao estar em condição de privação de liberdade e ao fazer parte de facções, entende-se estes como dispositivos de produção de subjetividades.

Uma vez escutei da transfeminista Helena Vieira, ao analisar o universalismo, que a masculinidade, a heterossexualidade e até mesmo

a branquitude, correspondem a marcadores não marcados em que parecem não ter gênero, raça, etnia, pois são vistos como neutros. Isso quer dizer que o masculino branco e eurocentro são consideradas como sujeitos universais, mas para ela, estar em entrelinhas que aquilo que tomamos como universal é a imposição do gênero como marcador social e ontológico de humano em que há uma organização política e social que o mundo foi organizado a partir do homem, por meio de uma posicionamento binário e hierárquico. Por exemplo, a sexualidade, ela foi uma das ferramentas de diferenciação entre civilizados e sujeitos animalizados (índios e escravos) no período colonial. Segundo Quijano (2009), vivemos uma permanência da dominação colonial, posto que a partir da colonialidade do poder, do ser e do saber, em que enquadra sujeitos, saberes e verdades como corretas (advindas do norte global) e subalterniza as demais, o colonialismo se perpetua e sofre processos de atualização, como atualmente o neoliberalismo. Ademais, Lugones (2014), acrescenta ainda nessa estruturação político-social a colonialidade de gênero também como ferramenta estruturante da colonialidade no sistema mundo moderno e colonial que vivemos atualmente.

No Brasil, país fundando em sua história colonial, observa-se em sua constituição o gênero como estruturante das relações sócio-político-econômicas, de maneira que este se embasa em uma noção dicotômica (macho x fêmea ou humano x não humano), eurocêntrica, antropocêntrica que ontologicamente divide o mundo em categorias hierárquicas, atômicas e homogêneas. Assim, o gênero opera não somente como um dado ontológico, mas também como um mecanismo de poder mediante o qual a vida é produzida e reconhecida como vivente ou não (BUTLER, 2018). Portanto, aquelas vidas que não se enquadram nas normas hegemônicas de gênero, são destituídas dos marcos de reconhecimento, são vidas inteligíveis a nível social (BUTLER, 2019). Isso são análises que permitem-nos entender o motivo de determinados corpos estarem em maior números de mortos, privados de liberdade, sobretudo os que interseccionalmente tem sobreposições sociais e identitárias (LIMA, 2018; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Outro ponto que apresentamos são as próprias expressões e performatividade do gênero que tem efeito nas formas de ser e se reconhecer no mundo. Por exemplo, Paul ao se apresentar, usa seu nome no masculino, (Paulo, enquanto no seu nome de registro é

Paula), mas ao falar de sua maternidade não se vê como pai, nem como mãe, mas como sujeito que tem um filho. Desse modo, reiteram por atos performáticos que definem, mantêm e reinventam seus modos subjetivos entrelaçados ao gênero e sexualidade. Mas que, ao se aproximarem de ações e comportamentos do “universo” masculino, entendemos que apesar de desnaturalizar e desuniversalizar a heteronormatividade cisgênera, Paul, Marta e Lorin exercem falas, gestos, signos sociais e identitários, essa fluidez acaba por performar o masculino, permite supor que há uma certa internalização dos machismos e percepção de seus modos de subjetivação voltados para uma “masculinidade hegemônica” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) que se relaciona com a violência urbana em que o homem “cabra macho”, para permanecer em sua posição de poder deve exercer determinados comportamentos, os quais as facções são locais possíveis de seu exercício (SOUSA, 2019).

Além disso, segundo Valencia (2010) há em exercício uma ordem masculinista que atua em contexto de desigualdade social, em políticas de estados autoritárias e de base colonial (neo-facistas) e com a presença marcante do narcotráfico. Ao fazer a leitura das práticas de governo e da atuação dos narcotraficantes no México, segundo a autora, ambas são possíveis devido a uma ideia arbitrária de masculinidade hegemônica que deve ser cotidianamente reiterada e que

tem implicações políticas, questões econômicas e sociais que estão atualmente levando um grande número de vidas por causa da lógica masculinista no desafio e na luta pelo poder e que, se for mantida, legitima a classe criminosa como sujeitos de pleno direito na execução da violência como um dos principais slogans a serem cumpridos nas demandas de masculinidade hegemônica e machismo nacional. (VALENCIA, 2010, p. 96)

A presença da desigualdade social, do baixo investimento em políticas sociais, de grupos criminosos e do militarismo como resposta estatal, expressam o que Valencia (2010) denominou de capitalismo *gore*, a qual refere-se a uma variante do capitalismo, re-escrita pela necropolítica, exercida pelo Estado e pelo narcotráfico, caracterizada pela centralidade de transformação da violência e do derramamento de sangue explícito em práticas rentáveis ou como possibilidade de auto afirmação, sobretudo como ferramenta do necroempoderamento.

As novas dinâmicas da violência urbana no Ceará, as quais subjativam Paul, Marta e Lorin, aparecem como uma consequência desse capitalismo *gore*, contribuindo ainda para o constructo de uma masculinidade que deve exercer monstrosidade para autoafirmar-se como visto nas torturas seguida de morte de adolescente e jovens mulheres (NUNES, 2020).

A segunda cena que nos refere-se à forma como os relacionamentos afetivo-sexuais são semelhantes aos heterossexuais, em que a mulher é objetificada, em que nos encontramos é Marta que quer pagar a conta e “banciar” (pagar) os luxos como roupas e salões da “mina” (namorada) que se relaciona e que essa não cometa os mesmos atos ilícitos, como se existisse mulher para se relacionar e mulher para curtir, sendo a que é mais “comportada” por não colocar sua vida em risco na criminalidade, a possível de relacionamento. Na análise de Barcinski (2012), também foi identificada a ascensão de mulheres e a reprodução do machismo por parte delas, oprimindo outras mulheres. Em suas palavras, Marta:

Tipo, eu namoro... que eu fico... eu não gosto de ficar com essas menina assim que é envolvida também. Eu pego mais as menina que sabe... que não é envolvida, aí as mãe dela “soltam essa menina réa, envolvida e tal, já foi presa”. Tá dizendo nada, elas gostam mermo assim (risos) [...] Nam, porque não. Eu vou pegar igual eu é? Tem que pegar umas diferentes. (Risos). Porque eu tenho as minhas amiga num é envolvida não, é tudo patricinha, filha de papaizinho, eu saio com elas aí pronto, conheço outras amigas e elas não, assim que elas me vê elas não pensam que eu já fui presa, que num sei o que. Aí depois sabem, mas querem mermo assim. [...] num vende droga, não é facçãoada. Que lá no bairro a maioria é. Num tem muita facção não, tipo, simpatizante é a mesma coisa.

São pensamentos semelhantes aos dos homens na pesquisa de Sousa (2019) sobre as periculosidades da violência no Ceará, em que, para o autor, as facções são locais em que uma certa masculinidade são reiteradamente realocadas como hegemônicas por manter o homem como *status quo*, viril, forte e perigoso. Ao performar os mesmos comportamentos, além de seus gêneros e orientação sexual, buscam relações poder e reconhecimento dentro das facções visto que quanto mais próximo do “cabra macho”, quanto mais a atitude

cruel e mais vista como “perigosa” pela polícia essa pessoa, mais reconhecimento dentro das facções tem. A última cena que apresentamos, refere-se ao episódio apresentado por Lorin ao narrar seu cotidiano ao vender drogas no bairro em que reside. Segue a narração:

Uma vez eu fui pra praça, aí eu sabia que eles ia parar, mas mesmo assim que eles não iam parar, mas alguma coisa me disse que ia parar. Eles passaram assim olhando, aí eu só de cabeça baixa, aí na hora que dobrei eles pararam o carro ‘bora para aí, mão na cabeça’. Eles pensavam que eu era um menino, aí eu ‘não policial, eu sou uma menina’. Aí eles só perguntaram se eu tinha passagem, eu disse que tinha, e quantos anos eu tinha, aí me liberaram.

Não quero focar nessa questão de revista policial, se policiais homens podem fazer revista em mulheres, posto que é um tema ambíguo e há um certo tabu sobre. Quero aqui focar como Lorin, assim como Paul e Marta, se utilizam dessa fluidez de gênero como estratégias de sobrevivência, em que o momento em que utilizar-se do feminino como sujeito subalterno pode contribuir para que estes exerçam seus papéis no tráfico, já que como disse-nos Lorin, ao contrário dos homens, não precisa nem esconder a droga na areia pois a polícia quando para não revista. Isso tem contribuído, inclusive, para que as facções convidem cada vez mais mulheres e sujeitos que se utilizam da feminilidade, para adentrar o tráfico de drogas para fins de manter o mercado ativo.

Outrora, Lorin também disse que quando a polícia bate neles, é percebido que em homens os policiais não demonstram a mesma intensidade ao baterem em mulheres, em suas palavras: “Às vezes nem tanto, mas tem menina que eles pega. Tipo uma vez, uma menina nas minhas áreas, cai ela e o elemento. [...] a menina levou uma *pea* pra um. Levou foi chute e murro de dois policiais. O elemento levou só um murro e um chute”. Na perspectiva de Ângela Davis (2018), a violência institucional e de gênero ocorre de maneira simultânea, posto que a mulher que comete crime “viola” a moral e “nega” a subjugação feminina. No caso de Lorin, Paul e Marta, seria uma violação moral, negação à subalternidade e uma tentativa de romper a hegemonia do patriarca ao considerar para si exercer tal performática de poder.

Essa violência é ainda pior quando a dissidência de gênero está intrínseca, o Brasil é um dos países em que mais mata pessoas dissidentes de gênero e sexualidade (GOMES FILHO *et al.*, 2021), mortes e produções de discursos e zonas mortíferas que genderizam a necropolítica brasileira, como aponta Sagot (2013) ao falar de necropolítica de gênero. Há, nesse sentido, uma violência de gênero que violenta ainda mais sujeitos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, *Queer*, Intersex, Assexuado e demais identidades político-existenciais que se coloquem como dissidentes) (LIMA, 2018; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020; GOMES FILHO, 2021).

Considerações finais

Apresentamos aqui o acompanhamento dos processos subjetivos de adolescentes que apesar de não se reconhecerem no feminino ou masculino e sim transitarem entre esses sistemas de gênero, observamos que cabrões acabam por performar comportamentos, signos e discursos de bases masculinistas. Essa análise foi possível a partir das três cenas utilizadas como ferramentas analíticas acerca da performatividade de gênero de Paul, Lorin e Marta, foram: o uso do corpo e do nome social como forma de romper o binarismo de gênero imposto pela colonialidade de gênero; a contínua reprodução de atitudes machistas nos relacionamentos afetivo-sexuais, e; a possibilidade de transitar entre o universo masculino e feminino como estratégia de sobrevivência, ora para fugirem da violência institucional genderizada, ora para conquistar poder e reconhecimento dentro e fora da instituição de privação de liberdade.

Também foi discutido como esses corpos, interseccionalmente marcados, são destituídos de humanidade, não são passíveis de luto e são enquadrados em vidas abjetas, o que contribui para tornarem-se alvos da gestão da vida e produção da morte genderizada (necropolítica de gênero). Desse modo, é necessário que a psicologia, em que tem a subjetividade como objeto de estudo, dispute os estudos sobre gênero e sexualidade, visto que essas categorias são fundantes e de manutenção do sistema moderno e dos marcos ontológicos de reconhecimento social. Por fim, salientamos que essas formulações ainda serão aprofundadas ao longo do doutoramento, mas que por hora, temos como hipótese em que há, por parte de Marta, Paul e Lorin, uma tentativa de serem reconhecidas socialmente e de alcançarem

uma posição nos grupos criminosos de auto afirmação e posse de poder diante os demais a partir da performatividade de gênero com base na masculinidade hegemônica.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará por impulsionar seus alunos ao campo de pesquisa e docência. Em especial a orientação e confiança durante esse percurso, João Paulo, obrigada. Também agradeço ao apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela bolsa de Mestrado e agora Doutorado.

Referências

BARCINSKI, M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de “transformar em homem” na prisão, **Psico-USF**, v. 17, n. 3, p. 437-446, 2012.

BARROS, J. P. P., *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista de Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019. BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da Análise: O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 16ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto. 2001.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Ver. Est. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2005.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 2, p.11-48, 2014.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Inversos, 2016.

CORDEIRO, F. Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2017.

DAVIS, A. Y. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GOMES FILHO, A. S. *et al.*, E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da ciminhabilidade no Brasil. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, p. 276-297, 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil 2019. **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>> Acesso em: 05 set 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. 1984.

LIMA, F. Sobre dores, saudade e (re)existências. **Cadernos de gêneros e diversidade**, Dossiê: Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. *In: MIGNOLO, W. et al. Gênero y descolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MARTINS, R. M. **As meninas que cumprem medida de internação: uma interface entre gênero e proteção integral do sistema socioeducativo**. 2016. 95 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAYORGA, C. *et al.*, As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013. NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Editora Devires. 2017.

NUNES, L. F. **“Quando vi, tava envolvida”**: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Dissertação. (Mestrado em psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2020.

PAIVA, L. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PANTOJA, D.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. Infração juvenil feminina e socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 18, n. 1, 2018. PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PRADO, J. L. A. A política do performativo em Butler *In*: GREINER, C. (org.). **Leituras de Judith Butler**. São Paulo: Annablume do corpo. 2016. p. 15-35.

QUIJANO, A, Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. V.; MENESES, M. P. (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da Abralín**. v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUSA, M. J. S. S. **As peculiaridades da violência no Ceará:** aventuras e maneiras de fazer o crime. 2019. 159f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**, 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>>. Acesso em: 9 agos. 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & realidade**, v. 10, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. B.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femigenocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

SOUZA, M. E. M. C. S. S. **As mulheres e o tráfico de drogas:** linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil. Dissertação de mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, Brasil. 2015.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore.** (Col. Monografías Del Museo). Espanã: Melusina. 2010.

MULHERES E ADICÇÃO: AGRAVOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Kaline Jacó Siqueira

Pós-graduanda em Políticas Públicas em Saúde Coletiva pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Graduada em Psicologia pela UNILEÃO – Centro Universitário, kalinesiqueira9@gmail.com

Resumo

O estigma criado em torno do perfil da usuária de álcool e outras drogas pressupõe uma importante discussão acerca da dependência química feminina. Reforçada pelas discrepâncias que permeiam as relações de gênero, essa condição desprivilegiada em que a mulher se encontra no tempo presente a coloca em um estado de maior propensão ao surgimento de comorbidades. Busca-se identificar na literatura como se dá a relação entre dependência química e gênero, bem como destacar fatores que submetam a mulher a um quadro intenso de sofrimento devido ao uso abusivo de drogas e como estes danos estão associados à violência de gênero imposta social e cotidianamente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, onde os dados são discutidos através da análise qualitativa das produções literárias em gênero, saúde mental e dependência química presentes em livros, dissertações e periódicos. Dentre os agravos sociais mais observados estão: o aumento do uso de benzodiazepínicos, anorexia alcoólica, prostituição como moeda de troca e o risco de contração de IST's, o isolamento social para consumo mais recluso, violação física e de direitos, dificuldade em buscar ajuda terapêutica devido ao preconceito e discriminação. Para que se compreenda as vulnerabilidades envolvidas nessa problemática é necessário reconhecer a existência de comportamentos atravessados pelas relações de gênero, considerando aspectos culturais, sociais, individuais e familiares presentes no contexto da mulher adicta. No campo da saúde

mental esse debate ainda é incipiente e urgente por retratar uma sociedade cujas subjetividades são construídas sob padrões sexistas e adoecedores.

Palavras-chave: Adicção, Gênero, Saúde Mental.

Introdução

A dependência química é compreendida como um transtorno comumente associado a fatores biopsicossociais, que produz danos e implicações diretas na saúde física e mental dos sujeitos, onde o consumo de álcool e drogas ao longo da história tem caracterizado, muitas vezes, uma expressão própria do universo masculino (BRASILIANO, 2005).

No entanto, faz-se necessário compreender o estigma que se desenvolve em torno do perfil de usuárias de substâncias psicoativas, levando em consideração o comportamento adicto feminino e as vulnerabilidades que podem estar relacionadas às discrepâncias nas relações de gênero, no acolhimento de suas necessidades, no fortalecimento de uma rede de apoio e dos fatores de proteção, na dinâmica do espaço privado, entre outros.

Este estudo resultou do trabalho de conclusão de curso intitulado “Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas em Mulheres: Visibilidade e Subjetividade nas Políticas de Atenção em Saúde Mental” e se apresenta como um recorte, no intuito de dar destaque às vulnerabilidades que surgem a partir da ausência das mulheres em espaços de cuidado como a Atenção Psicossocial especializada em álcool e outras drogas, bem como enfatizar de que forma os papéis sociais de gênero implicam na dificuldade de mulheres acessarem tais espaços, invisibilizando-as e, muitas vezes, reforçando estigmas e estereótipos.

Busca-se através deste artigo explicar a relação existente entre o uso abusivo de substâncias psicoativas com aspectos relevantes nos estudos de gênero, compreendendo os fatores que a predispõe ao quadro de sofrimento e adoecimento psíquico no qual se configura a dependência química e destacando possíveis agravos sociais associados ao comportamento aditivo que fragilizam e violentam seus corpos.

Foi, portanto, realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, cujos dados reunidos foram discutidos sob análise qualitativa das produções literárias em gênero, saúde mental e uso abusivo de substâncias químicas por mulheres. Entre a literatura destacada foram observados fatores relacionados ao excesso de medicalização com o uso de benzodiazepínicos para tratamento de ansiedade e insônia, à anorexia alcoólica, prostituição em troca de substâncias

envolvendo o risco de contração de IST's, violação de direitos fundamentais e da integridade física e psíquica, humor depressivo e consumo de substâncias de maneira reclusa, além da dificuldade para encontrar suporte terapêutico em decorrência de ações discriminatórias.

Os resultados desse estudo nos mostram como é necessário, para que haja uma compreensão do fenômeno do uso abusivo de drogas entre mulheres e os agravos à saúde, destacar a importância em compreender os comportamentos atravessados pelas relações de gênero e como estão postos os papéis vinculados ao contexto adoeceador em que se insere a mulher adicta entre uma diversidade de marcadores sociais.

No campo da saúde mental há a urgência em ampliar as discussões relacionadas às particularidades de gênero que precisam ser consideradas antes da formulação de políticas que sejam inclusivas e não reforcem estereótipos que distanciam este público das práticas de cuidado integral e autocuidado. Deve-se incentivar o desenvolvimento da sua autonomia mediante o tratamento disponibilizado, fortalecendo redes de apoio dentro e fora dos serviços substitutivos, pautados na ética e nos princípios antimanicomial.

Referencial Teórico

Alguns autores apontam as especificidades de gênero e a discriminação histórica como fatores que, por muito tempo, contribuíram para que a dependência química fosse reconhecida como uma disfunção significativa no universo feminino. Este assunto se mostrou um tanto controverso nas pesquisas por ser esta problemática comumente associada à prevalência nos usuários dependentes e estar comparada ao uso generalizado de álcool e drogas por homens, inclusive no que diz respeito ao uso de substâncias ilícitas (BRASILIANO, 2005; SILVA, 2015).

Brasiliano e Hochgraf (2006, p. 135) discutem a respeito das características particulares entre homens e mulheres salientando a importância da mudança do foco nas pesquisas, as quais “deveriam dirigir-se mais para o conhecimento das diferenças entre as mulheres do que para a comparação de suas características com as dos homens”, principalmente porque estas diferenças também estão relacionadas aos tipos de resposta ao tratamento da dependência química.

Para Guimarães (*et. al.* 2009, p. 70), tem se tornado cada vez mais constantes os estudos acerca de dependência química e gênero, principalmente porque “existe consenso na literatura sobre a heterogeneidade entre os dependentes de substâncias psicoativas”. Segundo as autoras, nas últimas décadas, principalmente nos últimos vinte anos, as pesquisas indicaram a necessidade de um estudo sistematizado a respeito da heterogeneidade dos grupos de dependentes químicos e apontam para o entendimento de que há singularidades que precisam ser consideradas na busca por intervenções com subgrupos mais específicos.

Numa perspectiva sociocultural e histórica do uso de substâncias psicoativas por mulheres, Alves e Rosa (2016) apontam que o consumo entre elas aumentou, o que as torna de fato mais visíveis. Porém, no que se refere aos estudos e intervenções realizados com a população de pessoas usuárias de drogas, as características pertinentes à heterogeneidade desses grupos são negligenciadas e a relação com o consumo de drogas acaba por se tornar, ainda, abordada através de um ponto de vista homogeneizante e masculino.

Além de não haver destaque para especificidades relacionadas a gênero, essa homogeneidade torna o processo de elaboração de políticas de saúde mental insuficiente, não incluindo também os segmentos de grupos étnico-raciais e da população LGBTQIA+. O público que é assistido pelas políticas de atenção psicossocial é geralmente constituído por uma parcela mínima de mulheres, acrescentado ao fato de poucas terem acesso às políticas de atenção psicossocial de apoio a usuários de álcool e outras drogas (ALVES E ROSA, 2016).

Essa invisibilidade que as autoras contrapõem pode ser evidenciada também na predominância masculina nos serviços substitutivos. O não-lugar da mulher nesse espaço de cuidado onde possa ser acolhida, trocar experiências com outras mulheres e falar sobre o que lhe adoece, ou que impossibilita o acesso à informações sobre seus direitos e a outros serviços públicos, só reforça o quanto “gênero é um dos determinantes da violência da qual são vítimas” e submetidas à mesma lógica hegemônica de uma cultura patriarcal. (COSTA; PASSOS; GOMES, p. 160, 2017).

Sob essa perspectiva é possível compreender que, para além de um conjunto de hábitos pertencentes a cada grupo, ao homem foi designado o desenvolvimento de habilidades para assumir posturas de poder e exercer papéis ligados a figuras hierárquicas na construção

das relações sociais. Estas foram, de acordo com valores instituídos historicamente, se moldando e ocupando espaços de privilégio predominantemente permeados pela estrutura dessas relações (SCOTT, 1989).

Medeiros *et. al.* (2014, p. 100) discutem a invisibilização das mulheres na sociedade sob o olhar das representações que “estabeleceram um pensamento simbólico e contraditório”. Elas, que sempre foram enaltecidas pelos poetas e filósofos como figuras aclamadas e dignas de respeito na sociedade, “por outro lado, as que se recusavam a cumprir seus deveres de mães e esposas exemplares eram ameaçadas das piores punições, eram tidas como ‘mulher má’ ou ‘psicologicamente doente’”.

Os estigmas sociais expõem esse público a um quadro de intensa vulnerabilidade, sendo este um potencial indicador do constante processo de adoecimento. O medo de desaprovação social compromete a adesão e a continuidade no tratamento à dependência. Ambos estão relacionados ao abandono de papéis assumidos pela mulher tais como o de mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, construídos historicamente e cujas imposições sociais representam uma carga de atribuições psíquicas muito significativas (SILVA, 2012).

As relações de desigualdade e divisão sexual do trabalho atribuíram à mulher um papel social que a responsabiliza pelo cuidado, maternidade, trabalho doméstico e apontam para a hierarquia imposta nas relações de gênero no controle sobre o corpo e na subalternização da sexualidade (MEDEIROS *et. al.*, 2014).

Lauretis (1984) utiliza-se do termo “tecnologias de gênero” para ilustrar estes mecanismos apropriados para incitar e recriar valores que reforçam a manutenção desses espaços que invisibilizam, naturalizam e reproduzem estereótipos vinculados à figura feminina. Cabe destacar que, além de estruturantes das relações de poder, são, consequentemente, mecanismos que permeiam sua construção identitária e subjetiva.

Nesse contexto, a automedicação através de benzodiazepínicos (medicamentos prescritos para tratamento da ansiedade e insônia) surge como tentativa de atenuar os estigmas sociais aos quais muitas delas estão submetidas, diferente do que ocorre com os homens quando afetados pelo consumo abusivo do álcool. A respeito disso, Zanello (2010) discute

o álcool é visto como um problema que precisa ser resolvido porque coloca em xeque os papéis sociais masculinos. Isto é, interrompe o ciclo laboral, o rendimento, a virilidade esperada de um homem, em todos os âmbitos nos quais ele participa. Já o diazepam é um medicamento que permite as mulheres continuarem cumprindo seu papel social: ser cuidadora dos filhos, do lar, aceitar a subjugação social e sexual de seus parceiros etc. Enfim, há uma perversidade no sistema, na qual as relações de gênero são tornadas invisíveis (ZANELLO, 2010, p. 315).

Ainda acerca da invisibilização da mulher na sociedade, há que se considerar, sobretudo, a discussão entre gênero, raça e etnia no que se refere a reconhecer o “não-lugar” da mulher negra. Kilomba (2019) discute, nesse sentido, sobre a experiência da mulher negra com o racismo que ocorre antes mesmo das experiências decorrentes das opressões de gênero. A separação dessas narrativas que permeiam a subjetividade da mulher produz, nesse caso, um duplo fardo em sua realidade, além de sua ausência nos debates políticos e acadêmicos.

Resultados e Discussão

O uso de benzodiazepínicos, uma droga lícita, bem como o uso de álcool, também tem crescido nos últimos anos. De acordo com Barbosa e Berger (2017), as substâncias lícitas como os psicofármacos tem atuado na sustentação de uma medicalização do corpo e na manutenção de um cotidiano adoecedor e problemático, que tem se destacado principalmente no consumo entre mulheres e, inclusive, contribuído para um quadro de dependência física e psíquica.

A medicalização do mal-estar resultante de diversos tipos de discriminação e violência, baseadas ou não no gênero, que muitas mulheres vivenciam ou testemunham – violência estrutural, institucional, étnico-racial, urbana, doméstica, sexual, no trabalho – vem se tornando um recurso legitimado, gerando o que se pode considerar uma “violência farmacológica”. Desse modo, o “calmante”, em suas doses de sono e tranquilidade artificiais, atua como verdadeira “mordaça química”, aprisionando resistências e reproduzindo desigualdades (BARBOSA E BERGUER, 2017, p. 4).

Estudos epidemiológicos tem apontado para uma análise de um uso pouco restrito ao público masculino (mesmo sendo as drogas ilícitas ainda associada em maior grau aos homens), destacando que o uso de drogas lícitas e ilícitas, tem aumentado significativamente entre as mulheres. Este dado remete à necessidade de discussões a respeito das variações dos modos de uso que prevalecem nos subgrupos femininos. O abuso de álcool no Brasil está situado numa proporção de 1 mulher para cada 3 homens (cerca de 17,1% entre homens e 5,7% entre mulheres) e, assim como o tabagismo, também tem efeito de atenuar a ansiedade e produzir relaxamento (SILVA, 2015; RIBEIRO-ANDRADE, 2016; BARBOSA E BERGUER, 2017).

Dentre os agravos físicos relacionados a predisposição à dependência em mulheres devido ao metabolismo e funções biológicas, existe em muitos casos “a anorexia alcoólica, um transtorno alimentar associado à dependência química, que leva a mulher a ingestão de bebidas alcoólicas para minimizar o apetite, tendo como consequência a perda de peso” (RIBEIRO-ANDRADE, 2016, p. 72).

Ao considerar a reprodução de comportamentos culturais que subjugam a mulher, cabe salientar os fatores de risco ligados ao abuso de substâncias que a tornam mais suscetíveis a contrair infecções sexualmente transmissíveis nas situações em que ocorre, por exemplo, a prostituição em troca de drogas (SILVA, 2015).

Nóbrega e Oliveira (2005) apontam que a discriminação e o preconceito aos quais a mulher que faz uso excessivo de substâncias está submetida dificultam a sua procura por tratamento. Seu comportamento é julgado pela sociedade como inadequado e essa estigmatização recai com um peso ainda maior sobre a mulher, que procura por tratamento com menos frequência que os homens. Esse estigma também diz respeito às intervenções em saúde realizadas pelos próprios profissionais dos serviços que acolhem essa demanda.

Importante destacar que alguns comportamentos de risco, como a prática de consumo de substâncias de forma mais reclusa, passam a existir com maior frequência e intensidade. O que, a princípio, pode caracterizar humor depressivo ou intensificar o transtorno de ansiedade decorrentes desse consumo abusivo, pode estar diretamente associado a um cotidiano culturalmente adoeceador que marca a trajetória da mulher adicta

As mulheres são, atualmente, tomadas como sub-grupo específico entre os dependentes químicos, e as razões que justificam tal posicionamento são bastante curiosas. Para além da peculiaridade que se deve ao lugar ocupado pela mulher na sociedade, penso que é possível encontrar outra especificidade. Uma das pesquisas, por exemplo, apontam algumas razões para a importância da psicoterapia para a mulher dependente química: baixa auto-estima, frequência de sintomas de ansiedade e depressão, maior probabilidade de ter um companheiro também dependente químico e maior probabilidade de terem sido física ou sexualmente abusadas na infância. [...] Outro aspecto bastante interessante para o qual as pesquisas apontam é o de que o uso de álcool e de drogas em mulheres parece relacionado a uma tentativa de neutralizar os sentimentos depressivos (PACHECO, 2007, p. 54).

Coelho (2003) reforça que é possível encontrar em outras literaturas conceitos variados sobre saúde da mulher, desde concepções de caráter biológico que enfatizam características reprodutivas e apontam para uma análise anatômica do corpo à abordagem dos direitos humanos e reprodutivos. Apesar disso, uma compreensão que poderia ser ampliada sobre saúde ainda se mantém sob a ótica biologizante do corpo e se restringe ao cumprimento do papel de maternidade assumido pela mulher, limitando também o caráter interventivo das práticas de cuidado em saúde mental e distanciando-se do ideal de saúde integral.

Pensar o cuidado integral para as mulheres exige que especificidades como as construções de gênero sejam consideradas, tanto no que diz respeito aos aspectos relacionados à feminilidade e masculinidade, quanto aos aspectos relacionados à condição socioeconômica, raça/cor e geração. Nessa perspectiva, as relações de poder que permeiam a interação social também devem ser consideradas, sobretudo no que diz respeito ao lugar que a pessoa ocupa na sociedade, a existência de uma rede social de suporte, inserção no mercado de trabalho, condições psíquicas, dentre outros elementos (SOUZA *et. al.*, 2016, p. 2).

A respeito das práticas de cuidado, Pereira e Passos (2017) em suas pesquisas envolvendo Comunidades Terapêuticas (CT's) dispostas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo as de internação compulsória, as autoras apontaram algumas instituições com características asilares, maior discriminação quanto ao gênero e sexualidade, contenção medicamentosa e excesso de medicação, além de ações punitivas, violência física e sexual e nenhuma adequação para internação de mulheres com filhos.

Independente do motivo que leva a internação de pessoas em CTs, segundo o IPEA (2017) a entrada nas CTs se dá, em 88% por meio de familiares, em especial pelas mães, irmãs ou esposas/companheiras/namoradas, apontando para que as cuidadoras das pessoas com demandas decorrentes do uso de álcool e outras drogas são mulheres. Apesar disso, 72,2% das CTs são geridas por pessoas do sexo masculino (PEREIRA E PASSOS, 2017, p. 123).

Aqui observamos que, dentre a maioria dos pedidos de internação, as pessoas envolvidas no cuidado de mulheres adictas são também outras mulheres do ambiente doméstico. Em algumas CT's, a gestão desse cuidado se dá através de profissionais do sexo masculino, o que denuncia como esses corpos podem estar suscetíveis aos modelos de controle inclusive através dos equipamentos financiados com recursos do Estado.

Outros fatores comuns ao serviço mencionado são a ameaça da perda de guarda dos filhos para a família ou adoção, seja pelo afastamento ou retirada compulsória, e o racismo institucional evidenciado nos atendimentos às mulheres negras e pardas. De acordo com Pereira e Passos (2017, p. 122), “a violação dessas mulheres diz respeito não só a falta de acesso às políticas públicas como também a retirada de seus filhos [...] o discurso em defesa da garantia das crianças atropela uma análise mais profunda da realidade em que essas mulheres estão inseridas”.

Farias (2017) discute ainda, a respeito do controle exercido sobre os corpos, cujos mecanismos de controle aprisionam a liberdade coletiva, no âmbito territorial, apontando para a existência de políticas proibicionistas que afetam diretamente o cotidiano e a saúde dessas mulheres. Assim também ocorre, no âmbito individual, o cerceamento da sua autonomia no que se refere ao direito de escolher fazer o uso

de entorpecentes, bem como qualquer outra decisão que venha a tomar sobre o próprio corpo.

O cuidado humanizado em saúde mental e a qualidade na atenção em saúde estão associados à garantia de direitos das usuárias nos serviços especializados e estabelecem condições propícias também para que haja a promoção do autocuidado. A PNAISM, dispõe que a atenção integrada

deve estar referida a um conjunto de aspectos que englobam as questões psicológicas, sociais, biológicas, sexuais, ambientais e culturais. Isso implica em superar o enfoque biologicista e medicalizador hegemônico nos serviços de saúde e a adoção do conceito de saúde integral e de práticas que considerem as experiências das usuárias com sua saúde (BRASIL, 2004, p. 59).

Esta política baseada no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) de 1983 ganhou força a partir da mobilização de movimentos sociais de mulheres. Foram “as mulheres organizadas [que] reivindicaram, portanto, sua condição de sujeitos de direito com necessidades que extrapolam o momento da gestação e parto, demandando ações que lhes proporcionassem a melhoria das condições de saúde em todas as fases da vida” (BRASIL, 2004, p. 16). Nesse contexto, torna-se possível a discussão de políticas que, além de inclusivas, sejam baseadas em um conceito de saúde ampliada.

Para Moraes (2011), o cuidado em saúde mental relacionado ao uso de drogas deve partir do pressuposto de que há a necessidade de conhecer para intervir, da mesma forma que a prática interventiva também fortalece o saber. As práticas de cuidado são estabelecidas coletivamente, levando em consideração os efeitos subjetivos e objetivos de cada droga em cada indivíduo, em um determinado período de tempo (consequências de curto a longo prazo) e valorizando o sujeito em sua particularidade, inclusive no que diz respeito ao gênero.

Considerações finais

A bibliografia aqui utilizada propõe uma análise diversificada sobre gênero associado ao uso de substâncias químicas de modo geral, incluindo principalmente seu uso abusivo e abordando as particularidades envolvidas nessa problemática. Nesse sentido, o termo “droga” é aqui utilizado para designar toda e qualquer substância que

produza alteração no organismo, a que podem estar referidas substâncias de uso psicotrópico, estimulantes ou depressoras, e considerando o álcool dentro dessa última categoria.

O estudo também compreende que alguns transtornos psíquicos aqui mencionados podem resultar do uso abusivo de substâncias (da mesma forma que o processo inverso pode ocorrer) uma vez que esse comportamento associado a uma determinada droga incluindo fatores como contexto de uso e quantidade, necessariamente, vão constituir uma experiência particular para cada sujeita que vivencia a drogadição numa condição de dependência.

Assim, o artigo propõe um destaque para aspectos culturais, sociais, individuais e familiares que são de grande relevância para a compreensão da relação existente entre gênero e a prevalência do transtorno da dependência química em mulheres, no que diz respeito à produção de agravos e vulnerabilidades. Cabe ressaltar a questão identitária incluída nessa perspectiva, onde há o reconhecimento da fragilização dos vínculos sociais que ocorre de forma mais atenuada para as mulheres transsexuais e travestis, por exemplo.

Estes aspectos ligados ao contexto da mulher adicta nos permitem refletir acerca da existência de inúmeros comportamentos atravessados pelas relações de gênero. A homogeneização de estudos sobre dependência química sem considerar aspectos característicos de cada indivíduo, incluindo gênero, raça e classe social, por exemplo, nos leva a concluir que dados necessários para a compreensão do uso de drogas não serão contemplados.

Se, por outro lado, houver essa categorização mas o discurso científico for pautado numa lógica biologizante do corpo feminino, de modo a considerar apenas aspectos inerentes à maternagem e a manutenção de padrões reprodutivos, não serão aqui contempladas questões de ordem subjetiva e identitárias. Tais discursos favorecem a naturalização de estigmas utilizados para justificar a patologização e a medicalização do sofrimento.

Há, também, a importância de suscitar o debate sobre interseccionalidades que permeiam a problemática das drogas, principalmente no que diz respeito às várias interferências que esta reflete na construção individual e coletiva das sujeitas retratadas nesse estudo. Seja através do contato indireto com as drogas e os aspectos negativos que ela traz (mulheres envolvidas com o tráfico e o aumento da população carcerária, mães de agentes do tráfico ou de filhos/as dependentes químicos), seja pelo uso, abusivo ou não, de entorpecentes como

medidas de amenizar o sofrimento que surge a partir dos impactos sociais, políticos, econômicos, morais, culturais que se entrecruzam.

Dessa forma é possível pensar a possibilidade de fomentar políticas que viabilizem a produção de saúde em um nível ampliado, que dê visibilidade à diversidade de narrativas existentes no que tange o uso de substâncias psicoativas. Cabe enfatizar o papel determinante do Estado em assegurar políticas como a Redução de Danos enquanto ferramenta necessária para informar, acolher demandas individuais e coletivas, combater estigmas e discriminação de gênero, raça, etnia ou classe social que venham a surgir em decorrência do uso problemático de drogas.

Espera-se, a partir das reflexões aqui expostas, que os estudos acerca de gênero e do comportamento aditivo possam ultrapassar uma abordagem estigmatizante, criminalizante e adoecedora desse fenômeno, se aproximando de uma concepção subjetiva e holística, centrada na pessoa e na preservação de sua liberdade individual, fortalecendo a autonomia e responsabilidade mediante o uso de entorpecentes.

Referências

ALVES, T. M.; ROSA, L. C. S. Usos de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 443-462, 2016.

BARBOSA, R. H. S.; BERGER, S. M. D. Abuso de drogas e transtornos alimentares entre mulheres: sintomas de um mal-estar de gênero?. **Cadernos de Saúde Pública**, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.

BRASILIANO, S. **Comorbidade entre dependência de substâncias psicoativas e transtornos alimentares: perfil e evolução de mulheres em um tratamento específico para dependência química**. 2005. Tese (Doutorado em Fisiopatologia Experimental) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/T.5.2005.tde-21082007-113755. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASILIANO, S; HOCHGRAF, P. B.. A influência da comorbidade com transtornos alimentares na apresentação de mulheres dependentes de substâncias psicoativas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 33, p. 134-144, 2006.

COELHO, M. R. S. **Atenção básica à saúde da mulher**: subsídios para a elaboração do manual do gestor municipal. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COSTA, J. A., PASSOS, R. G. GOMES, T. M. S. Além do aparente: problematizações sobre generificação das relações a partir de um grupo de mulheres. In: **Luta Antimanicomial e Feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

FARIAS, I. Nem loucas, nem criminosas: A resistência da luta feminista frente aos modelos de controle. In: **Luta antimanicomial e feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. PEREIRA, M.O.; PASSOS, R. G. (orgs.). Rio de Janeiro: Autografia, 2017. Cap. 5. p. 101-109.

GUIMARÃES, A. B. P. et. al. Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 36, n. 2, p. 69-74, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. **Tendências e impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MEDEIROS, K. T. et. al. (2014). **As drogas no universo feminino: do preconceito à vulnerabilidade**. In: Pesquisa, prevenção e intervenção às drogas: desafios no mundo contemporâneo. MEDEIROS, K. T., MACIEL, S. C., MELO, J. R. F.(Orgs.). João Pessoa, ed. da UFPB. v.1, 2014.

MORAES, M. Gênero e usos de drogas: porque é importante articular esses temas?. In: Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde. **Recife: Instituto Papai**, 2011.

NÓBREGA, M. P. S.; OLIVEIRA, E. M. **Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa**. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 5, p. 816-823, 2005.

PACHECO, A. L. P.. O feminino e as drogas na atualidade. **Mental**, n. 9, 2007.

PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. **Luta Antimanicomial e Feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. PEREIRA, M.O.; PASSOS, R. G.(orgs.). Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

RIBEIRO-ANDRADE, E. H. et. al. Drogadição feminina no Brasil: Uma análise epidemiológica. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 7, n. 19, 2017.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução autorizada de Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVA, B. H. R. **Consumo de substâncias psicoativas**: reflexões sobre as especificidades femininas. 2012. 68 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Universidade de Brasília, DF, 2012.

SILVA, L. O. **Mulher, drogas e questões de gênero**: uma revisão de literatura. 2015. 53 f. Monografia (Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas) - Universidade de Brasília, DF, 2015.

SOUZA M. R. R. et. al. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, 2016.

ZANELLO, V. Loucura e mulheres: questões de gênero para a psicologia clínica. In: Zanello, V.; Stevens, C.; Almeida, T.; Brasil, K. (Org.). **Gênero e feminismos**: convergências (in)disciplinares. Brasília: ExLibris, 2010, v. , p. 307-320.

TRANSEXUALIDADE E GÊNERO: AS DIFERENTES ESFERAS DO RECONHECIMENTO

Daniel da Silva Stack

Mestrando em Ciências Sociais - PPGCS/UFSM, danielsstack@outlook.com;

Mari Cleise Sandalowski

Orientadora – Doutora em Sociologia, PPGS/UFRGS, mari_ppgs@yahoo.com.br.

Resumo

Este artigo reflete sobre as diferentes esferas de reconhecimento social, utilizando como base a teoria de Axel Honneth (2003). Este trabalho se desenvolveu a partir da pesquisa de conclusão de curso intitulada “Não é a realidade de todo mundo: acesso ao SUS por pessoas trans do município de Santa Maria a partir da normativa nº2.803/2013”. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas, aplicadas a três mulheres e dois homens transexuais que residem no município de Santa Maria-RS. Seu objetivo foi compreender como a população transexual do município acessava o serviço de saúde para o tratamento hormonal e a partir das falas das(os) interlocutoras(es) se encaminharam para problemas no âmbito familiar, legal e social. Conforme Axel Honneth (2003), a noção de reconhecimento nos permite pensar no reconhecimento pelo amor, que revela no âmbito familiar a dificuldade que pessoas transexuais têm de serem reconhecidas por suas identidades, o “sair do armário” como um momento de dor, sofrimento e abandono. Também a área médico-jurídico denuncia um quadro de escassez de políticas públicas e relações de poder entre médico e paciente que evidenciam o desreconhecimento frente ao sistema que inclui para excluir. Bem como, na esfera social a população transexual enfrenta problemas de reconhecimento

onde a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e em outros espaços exhibe desigualdades de ordem cultural e econômica, contribuindo para a marginalização desses sujeitos.

Palavras-chave: Reconhecimento, Políticas Públicas, Transexualidade, Sistema Único de Saúde.

Introdução

Este artigo é um capítulo do trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - RS, intitulado “Não é uma realidade de todo mundo”: Acesso ao SUS por pessoas trans do município de Santa Maria a partir da normativa 2.803/2013”, pesquisa tendo como objetivo compreender como a população transexual do município acessava o serviço de saúde (SUS) para iniciar o tratamento hormonal, a partir dessas escutas, novas questões foram trazidas por minhas interlocutoras e meus interlocutores sobre a esfera familiar, jurídica e social.

Um dos primeiros momentos do (des)reconhecimento com o gênero entre meus interlocutores ocorreu na socialização da primeira infância, tendo por base a criação familiar. Honneth (2003) define três esferas do reconhecimento dos indivíduos, ele utiliza-se da abordagem de Hegel (1770-1831) e da psicologia social de George Herbert Mead (1863-1931). Na sua concepção existem três esferas do reconhecimento do indivíduo, a afetiva, a jurídica e a estima social. Essas diferentes esferas de reconhecimento estiveram presentes nas narrativas dos interlocutores, como reconhecimento familiar, médico-jurídico (envolvendo os diagnósticos da transexualidade e as mudanças na documentação, como nome social) e a estima social, onde se debruça o desejo de ser reconhecido e respeitado na esfera pública.

Metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa, se caracterizando como um estudo fenomenológico. Como instrumento de coleta de dados, utilizei um questionário socioeconômico e entrevistas semi-estruturadas, para que as interlocutoras e interlocutores se sentissem confortáveis em guiar a entrevista para além das questões propostas. Todas as entrevistas foram realizadas em setembro de 2019.

Sete pessoas responderam o questionário socioeconômico, mas somente cinco deram continuidade à entrevista. Cosima tinha 26 anos, mulher trans, acadêmica e com perfil socioeconômico alto perante os demais interlocutores, realizava na época da pesquisa o tratamento hormonal pela rede privada. Krystal, mulher transexual, tinha 20 anos

na data da entrevista, dona de casa, durante a pesquisa tinha iniciado a automedicação com o auxílio financeiro de seu noivo.

Sarah era adolescente, tinha 15 anos quando a entrevista foi realizada, a entrevista foi concedida mediante autorização de sua mãe, ela era a única interlocutora que acessava o tratamento hormonal pelo SUS, indo com sua mãe a Porto Alegre regularmente para consulta. Ira, homem trans, tinha 28 anos na época que o entrevistei, acadêmico de universidade privada, apresentava perfil socioeconômico alto e realizava o tratamento na rede privada de saúde. Mark, homem trans, tinha completo 18 anos e acabara de se formar no ensino médio, estava estudando para o Enem, realizava o tratamento por automedicação, consegui conhecê-lo por indicação de Ira pois ambos frequentavam o mesmo coletivo.

Referencial teórico e resultados

Aliando-se a ideia de Butler (2003) nascemos numa sociedade cis-heterossexista na qual presume-se que todo o indivíduo que nasce se identifica com o sexo anatômico, incorpora os papéis sociais do mesmo, o que constitui seu gênero e deseja em suas relações o sexo oposto.

O gênero só pode denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero — sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu — e um desejo — sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades do gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (BUTLER, 2003, p.45).

Quando o indivíduo não corresponde às práticas atribuídas ao gênero, acaba sendo submetido a uma série de violências físicas e simbólicas. A sociedade divide-se em dois pólos opostos, o masculino e o feminino, as práticas generificadas estão presentes nos indivíduos desde o nascimento, como por exemplo, os meninos se vestem de azul, brincam de futebol, de super-heróis, já as meninas se vestem de rosa, usam maquiagem, ganham bonecas e aprendem a fazer os serviços domésticos (PEARSE; CONNELL, 2015).

Não existe apenas uma forma de construir o gênero, ele é um espectro onde numa ponta se fixa o que é considerado feminino e na outra o masculino, de modo que os indivíduos se posicionam ao longo dessas definições e práticas (PEARSE; CONNELL, 2015; BENTO, 2006; BUTLER, 2003). Ao discutir a performatividade de gênero, Butler (2003) defende a constante construção da nossa identidade, uma performance do que é esperado de um homem ou mulher, essa construção identitária se dá sobre os signos sociais atribuídos ao gênero. Em suas palavras o gênero não se “constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, é por que gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas (BUTLER, 2003, p.45)”.

Letícia Lanz (2014) afirma que dificilmente um indivíduo consegue alcançar o patamar ideal esperado de seu gênero, essa ação exige uma constante vigilância de todas as esferas, a fim de manter a performance coerente com a práxis social. Ela utiliza-se do termo armário de Eve Kosofsky Sedgwick¹ (1990), criado por ela para definir o processo de encobrir sua identidade em espaços públicos. Portanto, os indivíduos que se reconhecem como transgêneros na esfera pública estariam no processo de “sair do armário”.

Essa reivindicação identitária pode variar de acordo com os sujeitos. Ira, 28 anos, interlocutor de minha pesquisa e que realiza tratamento hormonal no sistema de saúde privado, diz não se identificar com o gênero feminino desde a infância, se reconhecendo como homem transexual aos dezesseis anos, assumindo-se para sua família com vinte e seis anos. Nesse período de dez anos escondendo da

1 Epistemologia do armário é um livro publicado em 1990 por Eve Kosofsky Sedgwick, que é considerado um dos fundadores dos estudos queer.

família sua real identidade, ele relata que suas experiências foram cheias de angústias e insatisfação pessoal.

Cosima, 26 anos, mulher transexual, que realiza tratamento hormonal pelo sistema privado, relata que em sua experiência não existiu um momento específico de “confissão”. Foram incontáveis momentos que ela demonstrou ter uma identidade feminina. Aos dezesseis anos ela se “assumiu” enquanto mulher trans para seus pais, buscando ajuda profissional de psicólogos, psiquiatras e endocrinologistas, e posteriormente, aos dezoito anos, se “assumiu” publicamente.

Não há um padrão de identidade transexual. O que define a vivência transexual é a existência e o pertencimento social em um gênero distinto daquele que lhe foi imposto através do nascimento. Essa questão exclui os travestis e transexuais de todos os campos sociais existentes, o que gera desconfortos, podendo acarretar em sérios problemas psicológicos aos indivíduos transexuais. (SALLES et. al, 2017. p. 270)

Na trajetória de meus interlocutores, destacam-se três momentos em sua construção identitária. Primeiro, o não-reconhecimento com o gênero atribuído ao nascimento, o segundo momento, o de se reconhecer como transexual, pertencente ao gênero oposto, e um terceiro momento, o de reivindicar sua identidade de gênero no espaço público.

Reconhecimento pelo amor

No âmbito familiar, o não-reconhecimento afetivo de pais, parentes e amigos é uma problemática para os sujeitos LGBTQIA+ e que os condicionam a permanecer no “armário”. Nas narrativas dos cinco entrevistados, na vida de três desses interlocutores, se “assumir” para a família foi período com alguns percalços na relação familiar, mas com aceitação. Dois desses interlocutores fazem o tratamento hormonal pelo setor privado, com auxílio financeiro dos pais (Cosima e Ira) e Sarah que vai a Porto Alegre regularmente com sua mãe para o tratamento hormonal pelo SUS. Para Mark e Krystal o ato de se “assumir” para família enquanto transexual foi um período marcado por rejeição familiar. Esses dois interlocutores não recebem apoio financeiro da família para realização do tratamento hormonal, nem acessam o SUS, utilizando-se da automedicação.

Nas palavras de Krystal, quando se assumiu “foi bem ruim, rejeição por todos no início, levou uns dois anos para melhorar as coisas. Hoje em dia me aceitam, mas no início não é fácil e a pior rejeição é a da família, é a que mais dói e afeta”.

Para Honneth (2003) o não-reconhecimento pelo amor afeta a auto-confiança do sujeito, portanto, ser rejeitado pela família por ser uma pessoa transgênera pode comprometer a visão que o indivíduo tem sobre si mesmo. O reconhecimento errôneo na perspectiva de Charles Taylor (2000) é algo que pode afetar o modo como as pessoas se veem, desenvolvendo um horror às suas características próprias. Portanto, a rejeição por parte da família contribui para que o indivíduo esteja em constante sofrimento psíquico e não se sinta pertencente do grupo.

O maior número de suicídio entre adolescentes de 11 a 19 anos, segundo a pesquisa intitulada Transgender Adolescent Suicide Behavior² realizada entre 2012 e 2015 pelo pesquisador Russell B. Toomey são representados por pessoas transexuais, um dos fatores determinantes para redução desse dado é a aceitação, reconhecimento e o apoio familiar. The Trevor Project³ é uma ONG destinada a prevenção do suicídio entre LGBTQs entendendo que existe três vezes mais possibilidades de suicídio comparado com pessoas cis-heterossexuais e cinco vezes mais chance de executar o suicídio.

Em muitos casos, os familiares temem as dificuldades que o indivíduo enfrenta no espaço público por ser transexual. Essas concepções da transexualidade estão ancoradas nos estigmas sociais e na marginalização de travestis e transexuais. Cosima relata a preocupação que seus pais tiveram assim que se assumiu mulher transexual.

Como sempre foi evidente aos olhos dos outros e deles a minha feminilidade, ao me assumir mulher trans e falar da necessidade da hormonização, houve *compreensão* mas também muita *preocupação*. Tanto em relação aos efeitos dos fármacos como - e ainda mais nesse caso - em relação à *transfobia*. As violências e violações que provavelmente eu passaria. Foram dias ou até semanas, não lembro com exatidão, de reuniões e conversas familiares para encontrar

2 Disponível em <<http://twixar.me/7SGT>> acesso em 20 de Nov de 2019.

3 Disponível em <<https://www.thetrevorproject.org/>> acesso em 20 de Nov de 2019.

uma solução para “meu problema”. Depois disso, tudo ficou mais simples para mim e para eles. E logo eu ingressei no ensino superior. O que eu acho que deu muita segurança. Eles tinham medo que não conseguisse *ascender* e me inserir em espaços meus por direito por conta da transfobia, das dificuldades três vezes maiores por eu ter uma identidade de gênero dissidente. Cosima - 26 anos (grifos meus).

O reconhecimento Médico-jurídico

A área médica e jurídica tornam-se centrais para a emancipação do sujeito transexual, pois é através da medicalização do corpo, do tratamento hormonal e das práticas cirúrgicas que esses sujeitos podem modificar o corpo anatômico para se adequar a sua verdadeira identidade de gênero. No campo jurídico, transexuais adquirem o direito de alterar sua documentação e ser reconhecido por um órgão oficial, uma validação de sua identidade.

Essas esferas não estão separadas, assim, o direito e a área médica se tornam um campo cheio de novos desafios, onde a população transexual é submetida a constrangimentos e (des)reconhecimentos. Segundo Honneth (2003), a segunda esfera de reconhecimento é o jurídico⁴, no qual o indivíduo é reconhecido como portador de direitos, o que envolve o respeito cognitivo, pois na sua visão, a privação de direitos ameaça a integridade social dos sujeitos.

Para evitar a privação de direitos que sujeitos transgêneros têm lutado por reconhecimento. Quando o assunto é a transexualidade não conseguimos separar efetivamente a esfera jurídica da esfera médica, pois ambas influenciam-se em suas decisões.

Aqui não se trata de reconhecer esses dois campos, o dos/das médicos/as e o do/da juiz/juíza, como sendo absolutamente distintos e não comunicáveis; eles se retroalimentam. Contemporaneamente, quando o assunto é inteligibilidade e reconhecimento no campo do gênero e da sexualidade, não é possível

4 Honneth analisa somente a esfera do direito, no caso da transexualidade, nos estudos de Flávia Teixeira Bonsucesso(2009) e Tiago Duque (2013) a esfera do direito se une com a esfera médica, ambas se tornam responsáveis pelo reconhecimento do sujeito.

afirmar onde inicia um e termina o outro. (DUQUE, 2013, p. 97).

As definições na área médica apontam para um conhecimento que exerce controle sobre o indivíduo transexual o colocando em posição de doente (LANZ, 2014; BENTO, 2006). O laudo do “verdadeiro transexual” no qual os profissionais buscam enquadrar os sujeitos é uma forma de sufocar outras identidades que fujam do binarismo de gênero, vendo a cirurgia de redesignação sexual como a “cura” para essa “problemática” (BENTO; PELÚCIO, 2012). Para a mudança dos documentos oficiais no campo jurídico entendia-se que o indivíduo deveria ter passado pela cirurgia de redesignação sexual, pois se trata de um processo visto como irreversível, processo a qual não se pode voltar atrás (BONSUCESSO, 2009).

O campo jurídico é influenciado pela sociedade, o direito não apresenta valores trans-históricos, ele se constitui de acordo com o tempo histórico e a organização social. Bourdieu (2005) vai definir essa presença de valores morais nas decisões judiciais, a qual ele chama de espaço de possíveis.

As práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um corpo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a estrutura e que orientam as lutas de concorrência e, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar, e para o outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que dele estão em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, universo das soluções propriamente jurídicas. (BOURDIEU, 2005, p. 211).

O campo jurídico se caracteriza pela competição ao monopólio do dizer o que é o direito, dessa forma, se formulam as leis e são responsáveis pela sua interpretação. No que Bourdieu (2005) caracteriza como espaço de possíveis podemos perceber estigmas sociais que perpassam as decisões jurídicas.

Em sua tese, Flávia Bonsucesso (2009) analisa os autos de processos encaminhados por pessoas trans para a alteração do nome nos documentos. Na época analisada da pesquisa qualquer mudança no nome deveria ser realizada somente pelo aparato jurídico e também sob a confirmação da cirurgia de redesignação sexual. Alguns juristas

exigiam que o solicitante passasse por perícia. Os sujeitos acompanhados por Flávia que foram encaminhados durante seu processo à perícia, relataram o constrangimento de passar pelo procedimento que era realizado no IML com profissionais despreparados. A perícia exigia fotos, geralmente invasivas, necessitando que o indivíduo ficasse totalmente exposto a olhares constrangedores e preconceituosos das pessoas presentes na sala.

A portaria PGR/MPU nº 7, de 1º de Março de 2018, altera a solicitação da retificação do nome, o sujeito mediante ao reconhecimento pessoal enquanto transexual pode solicitar o nome social de forma gratuita e retificar o documento mediante a gastos de aproximadamente trezentos reais. Assim retornamos a um ponto importante da pesquisa a autonomia financeira da pessoa trans, como que para essas modificações a classe torna-se novamente responsável por definir os que têm ou não tem acesso.

Boaventura Santos (1994) nos diz que o acesso ao direito é permeado pelo fator de classe, assim, os serviços jurídicos são mais custosos para pequenas causas do que para movimentar grandes ações. No Brasil, a maioria da população depende do serviço público, que encontra uma demanda maior da qual pode atender. O acesso ao reconhecimento jurídico à partir da portaria PGR/MPU nº 7/2018 se dá pelos indivíduos terem condições econômicas de conseguirem arcar com os gastos nesse processo. Krystal conta sobre as informações que tem da regularização da documentação.

[...] aqui em Santa Maria tem um lugar específico para pessoas trans poderem fazer a inclusão do nome social na identidade. Tem a inclusão que você inclui o seu nome que você se identifica nos seus documentos e tem a retificação. A retificação seria trocar o nome pra sempre e você paga infelizmente. *Como é direito nosso deveria ser de graça mas não.* No caso pra trocar o nome no registro é preciso ir no cartório onde a pessoa nasceu e falar que você quer retificar o nome civil que foi dado no seu nascimento por que não condiz com sua pessoa personalidade seu gênero, no caso a inclusão fica o seu nome social e abaixo o nome civil. Entretanto a inclusão só serve pra você não passar constrangimentos em locais que você vai como balada etc algum local que possam pedir documentos. Mas caso você queira casar você tem fazer

a retificação que é a troca do nome em todos seus documentos. - Krystal, 20 anos (grifos meus).

O que fica nítido na fala de Krystal são questionamentos quanto a um direito ofertado pelo Estado que é inacessível a determinados sujeitos. O conceito de cidadania precária é cunhado por Berenice Bento (2006), para explicar a ação do Estado de incluir os sujeitos para excluí-los. Primeiro se oferta o tratamento hormonal de forma gratuita pelo SUS, depois dificulta-se o acesso definindo a cirurgia para somente “verdadeiros transexuais” e fixando o atendimento nas capitais. Posteriormente, o Estado concede a autonomia do sujeito para retificar a documentação sem ter passado pela operação, para garantir o acesso a indivíduos que tenham somente condições econômicas para tal.

O reconhecimento na esfera social

Como elencado por Krystal mesmo com a garantia de direitos, como exemplo o uso do nome social e a retificação da documentação com a portaria PGR/MPU nº7/2018, muitos transexuais acabam não utilizando esse serviço pela falta de conhecimento dos seus direitos.

Adentramos na terceira esfera proposta por Honneth (2003), o reconhecimento por parte dos grupos sociais, o que ele chama de reconhecimento pela solidariedade. Em sua visão, esse reconhecimento gera estima social, ser reconhecido como sujeito portador de direitos, respeitado e atuante na sociedade.

Em sua tese, Mario Felipe de Lima Carvalho (2015) acompanhou as conferências organizadas pelo movimento transexual de 2004 à 2015 e trouxe pontos importantes sobre a luta de ativistas trans por reconhecimento na esfera social. Levando em consideração a vulnerabilidade de travestis e transexuais, as primeiras articulações do movimento envolveram parceria com o Ministério da Saúde para a confecção de folders informativos sobre saúde sexual, cuidados com a pele, perigos do uso do silicone industrial e dicas gerais. No decorrer dos anos foram confeccionados materiais para escolas e profissionais de saúde. O que gerou polêmica por parte de parcelas da população que se opõe ao tema ser trabalhado nos espaços escolares.

A articulação do movimento trans visa mostrar que são sujeitos de direitos, que devem ser reconhecidos e respeitados. A campanha “Olhe, olhe de novo e veja além do preconceito, sou travesti e tenho o

direito de ser quem eu sou” do Ministério da Saúde mostra a reivindicação do movimento para obter respeito de sua condição transgênera. A articulação do movimento também buscou a abertura de possibilidades para as pessoas travestis e transexuais, mostrando que a ascensão social é possível, embora seja mais difícil adentrar em determinados espaços sendo transexual. O reconhecimento na esfera pública além de demarcar como sujeitos de direitos, tendo sua identidade preservada, busca reivindicar novas condições de vida e existência.

Se para Honneth (1992, 2003 e 2009), são as situações de desrespeito que sinalizam a ausência de reconhecimento, percebemos aqui a produção de um circuito afirmativo do reconhecimento. Ou seja, a partir da reivindicação do estatuto de “cidadã/o”, a consequência lógica é o respeito, que se configura num duplo processo de reconhecimento, tanto social quanto jurídico. (CARVALHO, 2015, p.85).

Segundo Nancy Fraser (2001) existem dois tipos de injustiças, uma cultural e simbólica e outra de ordem econômica/distributiva. Em sua visão, o Estado deve separar uma política de reconhecimento para remediar a injustiça simbólica e políticas de redistribuição para os problemas de ordem econômica. Sobre o viés da autora essas duas políticas se relacionam.

O remédio para a injustiça econômica é a reestruturação político-econômica de algum tipo. Isso pode envolver redistribuição de renda, a reorganização da divisão do trabalho, submeter investimentos a uma tomada de decisão democrática, ou transformação de outras estruturas econômicas básicas. [...] O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é algum tipo de mudança cultural ou simbólica. Isso poderia envolver a revalorização de identidades desrespeitadas e de produtos culturais de grupos discriminados. Também poderia envolver o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, poderia envolver a transformação total de padrões sociais de representação, interpretação e comunicação de modo que mudaria o sentido de si mesmo em todas as pessoas. (FRASER, 2001, p. 16-17).

No reconhecimento de travestis e transexuais é de suma importância que essas políticas efetivem-se socialmente juntas, uma vez que são excluídas do mercado de trabalho por uma injustiça cultural pautada na normatividade dos corpos. Um exemplo de ações de reconhecimento seriam as cotas no ensino superior para pessoas transexuais. Uma outra proposta, que foi desenvolvida pela prefeitura do Rio de Janeiro, é o Projeto Damas⁵ que visa instruir e profissionalizar travestis e transexuais para que possam se inserir no mercado formal de trabalho. As ações de reconhecimento se apoiam no debate de gênero e sexualidade nas escolas e na instrução de profissionais de saúde para desmistificar o preconceito.

Considerações finais

As colaboradoras e colaboradores de pesquisa que tiveram o apoio familiar e financeiro conseguiram acessar com menor entrave o tratamento hormonal (pela rede privada ou SUS) além de espaços como a universidade, tendo uma maior estabilidade social e emocional. Tratar os problemas de reconhecimento como injustiça social é identificar o déficit de status social que esse grupo enfrenta, há a necessidade da formulação de normativas e políticas públicas buscando integrar a população trans na sociedade, além de promover a garantia dos direitos que estas já possuem, dessa forma, se trabalharia a esfera de direito e estima social, contribuindo para reverter a marginalidade e a abjeção que enfrentam.

As políticas de reconhecimento aliada àquelas de redistribuição econômica são as responsáveis por transformar o status social do grupo transexual, de modo a trazê-lo para a esfera social como conjunto de cidadãos e, como tal, merecedores de respeito, extirpando o preconceito, mas também proporcionando ferramentas responsáveis pela abertura de novas possibilidades de vida que destoam da marginalidade.

Essas situações de desrespeito e desconhecimento com pessoas trans na esfera médico-jurídica e na social se sobressaem quando a performance de gênero é distante do modelo normativo vigente.

5 Mais informações disponíveis em <<http://abre.ai/projetodamas>> acesso 23 de Nov de 2019.

Dessa forma, a luta pela aceitação social reivindicada pelo ativismo trans vem para resguardar os direitos, evitar que preconceitos atravessem esses sujeitos, e também, produzir novas políticas que busquem facilitar o acesso da população transexual às esferas sociais. Mesmo quando uma pessoa transexual condicionada por sua classe consegue acessar espaços onde a maioria não se faz presente, tem de lidar com situações de desrespeito advindas de pessoas cis.

Referências bibliográficas

ALBORNOZ, S. G. **As esferas do reconhecimento**: uma introdução a Axel Honneth, In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011, vol. 14, n. 1, pp. 127-143. Disponível em: <<https://cutt.ly/MfASTTb>> Acesso em: 15 set. 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero**: a politização das identidades abjetas. Florianópolis: Estudos Feministas, 2012. p.569-581. Disponível em: <<https://cutt.ly/KfASXCF>> Acesso em: 15 set. 2020.

BONSUCESSO, F. T. **Vidas que desafiam corpos e sonhos**: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <<https://cutt.ly/qfAS8GR>> Acesso em: 15 set. 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAZ, C. **Transmasculinidades, temporalidades**: antropologia do tempo, da espera e do acesso à saúde a partir de narrativas de homens trans. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/ofADtlt>> Acesso em: 15 set. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Vida precária in: **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, M. F. L. **“Muito prazer, eu existo!” Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/yfADdPR>> Acesso em: 15 set. 2020.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero uma perspectiva global**: compreendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos, 2015.

DUQUE, T. **Gêneros incríveis**: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. Campinas: UNICAMP, 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/lfADnCr>> Acesso em: 15 set. 2020.

FACCHINI, R. **Histórico de Luta LGBT no Brasil**. São Paulo: Pagu, 2011.

FILHO, R. E. **Corpos brutalizados**: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. São Paulo: Pagu, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/8fADAHO>> Acesso em: 15 set. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo, Graal, 2010.

FRASER, N. **“Da redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”**. In: SOUZA, J. (org) Democracia Hoje. Brasília: UNB, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/MfADHQ3>> Acesso em: 15 set. 2020.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, A. C. G. A. **Os corpos refeitos**: a intersexualidade, a prática médica e o direito à saúde. Minas Gerais: Revista Gênero, sexualidade e direito, 2015. Disponível em <<https://cutt.ly/bfADBab>> Acesso em: 15 set. 2020.

SALLES, D. G; GONÇALVES, J. S; ARAÚJO, L. D. **A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde**. Londrina: Inf&Inf, 2017. Disponível em <<https://cutt.ly/afAD24M>> Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice - o social e o político na pós modernidade**. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1994.

SCKELL, S. N. **Os juristas e o direito em Bourdieu**: A conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 28, n.1, p.157-178. Disponível em <<https://cutt.ly/zfAFqta>> Acesso em: 15 set. 2020.

TAYLOR, C. **A política do reconhecimento**. In: Argumentos Filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.

REVISITANDO A POLÊMICA: IMPLICAÇÕES E RESPOSTAS SOBRE O AVANÇO DE PAUTAS EM TORNO DA CATEGORIA ACUSATÓRIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS PARÂMETROS CURRICULARES

Rafaela Oliveira Borges

*Doutoranda no PPGCSociais da Universidade Federal de Santa Maria –
UFSM, rafaelaoborges@hotmail.com;*

Resumo

Este artigo propõe discussão sobre políticas públicas que articulam as temáticas de gênero e sexualidade na educação, a partir de uma abordagem das Ciências Sociais. Nesse sentido, objetivo visitar a polêmica, iniciada em 2014, que culminou com as supressões de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade dos planos de educação brasileiros. Através da etnografia de documentos, examino os impactos dos discursos materializados em leis em torno da categoria acusatória da “ideologia de gênero”, bem como apresento as respostas que atualmente ainda reverberam sobre a referida categoria e a implantação de suas leis nas escolas. Por fim, evidencio respostas que enfatizam a inconstitucionalidade dessas leis cunhadas em arenas dominadas por grupos religiosos e atores políticos.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero, Políticas Públicas, Planos de Educação, Gênero, Sexualidade.

Introdução

Os planos de educação brasileiros possuem vigência de dez anos e constituem-se enquanto leis sancionadas no âmbito federal, estadual e municipal. Os planos condensam diretrizes e estratégias para a melhoria da educação brasileira, sendo tais estratégias formuladas conforme demandas regionais, com a expectativa de serem alcançadas no decorrer dos próximos dez anos, ou seja, entre os anos de 2014 a 2024¹. Para a formulação ou adequação dos planos educacionais dos estados e municípios usou-se como matéria base o

Plano Nacional de Educação (PNE)². Dentre as diretrizes que norteiam os planos educacionais encontram-se a garantia do direito a educação básica, redução das desigualdades, valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o ensino superior.

Neste trabalho, retomo a análise da polêmica em torno da diretriz que versava sobre a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual no (PNE), e que após discussões sobre a presença dos termos de “gênero” e “orientação sexual”, resultou em emendas parlamentares que culminam na seguinte alteração: Lei 13.005 - “Art. 2º - III promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Em um primeiro olhar a modificação pode parecer pouco significativa, pois mantém o termo diversidade no artigo da lei. No entanto, é verificada uma contraofensiva sobre a presença das questões de gênero e sexualidade nos parâmetros curriculares, que precede a polêmica dos planos de educação iniciada em 2014, promulgando um projeto de poder sobre a visão de mundo a ser perpetuada no ambiente escolar, ou seja, heteronormativa, branca e cristã.

Proponho neste trabalho, discussão sobre políticas públicas que articulam as temáticas de gênero e sexualidade na educação, a partir de uma abordagem das Ciências Sociais. Nesse sentido, revisito a polêmica, mais fortemente veiculada nos *mass media* a partir

1 No caso dos planos municipais e estaduais entre 2015 e 2025.

2 Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 10 Abr. 2021.

de 2014, que culminou com as supressões de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade dos planos de educação brasileiros. A relevância que justifica este empreendimento pode ser traduzida na eficácia da categoria acusatória da “ideologia de gênero”, pois materializou mudanças nas leis que instituem os planos de educação. Através do empreendimento teórico-metodológico da etnografia de documentos, examino os impactos dos discursos materializados em leis em torno da categoria “ideologia de gênero”, bem como apresento as respostas que atualmente ainda reverberam sobre a promulgação de leis baseadas na referida categoria. Fazendo parte do referencial teórico tanto pesquisas das ciências sociais e humanas que perscrutam a categoria “ideologia de gênero”, levantadas através de revisão bibliográfica, quanto dos estudos de gênero, sexualidade e queer.

Início este trabalho perscrutando a categoria acusatória da “ideologia de gênero”, e seu impacto nos planos de educação; sendo eles o (PNE) e os planos do estado do Rio Grande do Sul e da capital gaúcha Porto Alegre. Examino, assim, os impactos dos discursos materializados nas leis que constituem os planos; e na sequência evidencio respostas que ultrapassam a polêmica inicial e dissertam sobre a inconstitucionalidade dessas leis, cunhadas em arenas dominadas por grupos religiosos e atores políticos. Considero, por fim, a evidente presença de outros atores sociais na arena do debate, advindos da educação, direito e associados a movimentos em prol da diversidade e dos direitos e resistências LGBTQIA+, buscando conter o avanço conservador sobre os parâmetros curriculares brasileiros. E que a evidente cristalização do discurso da “ideologia de gênero”, bem como sua genealogia e impactos já explorados impõe-nos novas agendas de pesquisa, compromissadas com esses outros agenciamentos, que conjugam a atividade docente e o cotidiano escolar em ação e espaço de reflexão plural e humanitária, engendrando-se, assim, acolhimento às diferenças também no que toca as questões de gênero e sexualidade.

Metodologia

É importante dizer que o acesso aos documentos, projetos de leis, leis e discursos dos atores veiculados nos *mass media*, se deram na e através da internet, e que foram analisados como artefatos etnográficos (PINK et al., 2016). A internet pode ser compreendida como um

“arquivo vivo” (LUPTON, 2015, p. 31), em que os documentos encontram-se digitalizados e disponíveis para a pesquisa através das mídias sociais, plataformas digitais de *streaming* e diversos sites, como os governamentais e jornalísticos. Nesse sentido, são utilizados “objetos de dados digitais” (LUPTON, 2015, p. 24), oriundos dos múltiplos arquivos da/na internet. Cabe dizer que nesta pesquisa com documentos são analisadas, principalmente, fontes primárias públicas através de um caminho técnico-metodológico, como a análise do contexto histórico de sua produção, padrões de autenticidade e confiabilidade, conceitos chaves extraídos a partir de uma leitura interna, dentre outros. Tal caminho conduz a compreensão do fenômeno em questão, possibilitando o desenvolvimento de interpretações e inferências (CELLARD, 2008, SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009).

A cruzada ideológica contra as questões de gênero e sexualidade nas escolas

A polêmica em torno das mudanças nos planos de educação encontra nos argumentos da “ideologia de gênero” sua maior expressão. Por meio da análise dos discursos veiculados nos *mass media* foi possível identificar argumentos afirmando que:

Ora, a ideologia de gênero sustenta que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível. Elimina-se a ideia de que os seres humanos se dividem em homem e mulher. Para além das evidências anatômicas, entendem que esta não é uma determinação fixa da natureza, mas resultado de uma cultura ou de uma época. Para a ideologia de gênero o “natural” não é tido como valor humano e é preciso superar até mesmo a distinção da natureza masculina e feminina das pessoas. Com o intuito de superar discriminações, desconsideram-se as diferenças. Acusa-se que as explicações naturais são formulações ideológicas para manter determinada posição social. Como consequência da questão de gênero, promove-se a desvalorização da família em favor da liberdade individual, desconsidera-se a maternidade natural e o matrimônio, e desprezam-se os valores religiosos. (SPENGLER, 2015, *online*)

Argumentos semelhantes ao exposto no contexto da educação, em síntese, advertem sobre crenças resumidas em: “a ideologia de gênero quer acabar com a biologia”; “a ideologia de gênero quer excluir os conceitos de homem e mulher”; “a ideologia de gênero quer acabar com as famílias”; “a ideologia de gênero vai hipersexualizar as crianças e incentivar a homossexualidade”. Através da análise desses argumentos são identificados como pertencentes à contraofensiva sobre a presença das questões de gênero e sexualidade nos parâmetros curriculares, que precede a polêmica dos planos de educação iniciadas em 2014, atores sociais, mas em grande medida atores religiosos e políticos, promulgando, assim, um projeto de poder sobre a visão de mundo a ser perpetuada no ambiente escolar, ou seja, heteronormativa, branca e cristã.

No entanto, as suposições sobre o que fariam as práticas educativas no que toca a gênero e sexualidade nos currículos escolares em nada refletem sobre os estudos científicos de gênero, sexualidade e *queer* (BORGES, BORGES, 2018). Segundo Furlani (2015):

O termo **“ideologia de gênero”** não está presente, não é de uso no contexto das teorias de gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de **uma interpretação equivocada e confusa**, que não reflete o entendimento de **“gênero”** presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as. (FURLANI, 2015, p.2, grifo da autora)

Através da análise de reportagens de jornais, bem como de transcrições de sessões plenárias, verificamos argumentos de grupos religiosos e atores políticos colocados em ação na construção de um pânico moral em torno da categoria acusatória da “ideologia de gênero”, engendrando “cruzadas morais” no sentido expresso por Becker (1977), contra a inserção das questões de gênero e sexualidade nas escolas (BORGES, BORGES, 2018). Ainda, a discussão suscitada pelos atores sociais, políticos e religiosos sobre a categoria da “ideologia de gênero” articula-se aos discursos proferidos pelos empreendedores morais em prol da “Escola sem Partido”, que datam desde 2004 no país (BORGES, 2017), coadunando-se, assim, a um emaranhado de discursos conservadores sobre as formas de ensinar,

bem como sobre os temas a serem ensinados; explicitando-se o ideal de uma, suposta, não doutrinação docente, e o impedimento da reflexão que versa sobre as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Sobre a polêmica engendrar pânico moral, Balieiro (2018) contextualiza outros momentos relevantes na contraofensiva sobre as questões de gênero e sexualidade, encabeçadas por diversos atores sociais, políticos e religiosos empenhados na demonização da questão. Miskolci e Campana (2017) e Machado (2018) constroem genealogias sobre a categoria da “ideologia de gênero”, e dos grupos que atuam como empreendedores morais. Schibelinski (2020) analisa a retomada do discurso acusatório da “ideologia de gênero” pelo atual projeto político de poder, evidenciando a atualidade da referida categoria.

O impacto do discurso acusatório nas leis

A mudança efetivada no (PNE), que modificou a ênfase na promoção da diversidade também no que toca a gênero e sexualidade tornando, portanto, a lei genérica e acrescida somente da expressão diversidade, foi novamente constatada em diversos planos de educação brasileiros, como no plano estadual do Rio Grande do Sul e da capital gaúcha Porto Alegre.

Dada à constatação através da polêmica reacendida nos *mass media* em meados do ano de 2015, momento de aprovação dos planos estaduais e municipais, busquei mapear os projetos de lei e as leis que constituem esses dois planos de educação, atentando especificamente as categorias: gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Analiso, assim, as referidas mudanças comparando as diretrizes e metas iniciais constantes nos projetos de lei com as leis sancionadas desses dois planos educacionais.

QUADRO 1 – Plano Estadual de Educação: Projeto de Lei x Lei

Projeto de Lei nº 287/2014 (PEE)	Lei nº 14.705/2015 (PEE)
8.35 Desenvolver, a partir da aprovação deste PEE-RS, políticas para os alunos <i>gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e com HIV/AIDS</i>, excluídos do sistema de ensino, criando um ambiente social mais favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre <i>gênero, sexualidade e epidemia de aids</i>, façam parte do cotidiano de modo a <i>minimizar toda forma de evasão ou a exclusão por motivo de discriminação sexual e de gênero</i>, promovendo ações que favoreçam a autoestima e a autoimagem dessa população, com enfoque no processo cultural, histórico e social, para que se possa discutir a formação das <i>identidades sexuais e a história da epidemia de aids</i> no Brasil e no Rio Grande do Sul, garantindo que o ensino das histórias e culturas indígenas nas redes de ensino seja efetivado a partir das realidades e histórias locais, da participação e do protagonismo dos povos e comunidades Kaingang, Guarani, Charrua e Xokleng e com materiais didáticos elaborados a partir de seus pontos de vista; (RIO GRANDE DO SUL, 2014b, p.25, grifo meu)	8.31 Desenvolver, a partir da aprovação deste PEE, políticas <i>para os excluídos do sistema de ensino</i>, criando um ambiente social mais favorável e com equidade <i>minimizando toda a forma de evasão ou exclusão por motivo de qualquer discriminação</i>; (RIO GRANDE DO SUL, 2015a, p.25, grifo meu).
8.11 – Colocar em prática, sob coordenação da SEDUC-RS e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE-RS, política de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias ou responsáveis legais, os estudantes e os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre inclusão, questões de direitos <i>humanos (criminalização da homofobia, por exemplo), etnia (racismo e xenofobia, por exemplo), gênero (descriminalização e regulamentação do aborto, por exemplo), sexualidade (identidades sexuais questionadoras da heteronormatividade); diversidade, segurança, etc.</i>; (RIO GRANDE DO SUL, 2014b, p.23, grifo meu)	8.11 Colocar em prática, sob coordenação da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, política de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias ou responsáveis legais, os estudantes e os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre <i>inclusão e questões de direitos humanos</i>; (RIO GRANDE DO SUL, 2015a, p.27, grifo meu)

Fonte: Projeto de Lei nº 287 - 2014 e Lei 14.705 - 2015

QUADRO 2 – Plano Municipal de Educação: Projeto de Lei x Lei

Projeto de Lei nº 014/2014 (PME) Art. 2º III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual; (PORTO ALEGRE, 2014b, p.2, grifo meu) Art. 2º XI – garantir a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos com ações voltadas ao combate à intolerância e ao preconceito quanto à orientação sexual, às escolhas religiosas, ao machismo e ao racismo, bem como quanto a discriminação contra a população LGBT. Emenda nº 6: proposta e negada.	Lei nº 11.858/2015 (PME) Art. 2º III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (PORTO ALEGRE, 2015a, p.1, grifo meu) Art. 2º XI – valorização da família como o mais importante meio de educação na formação e na estruturação da sociedade. Emenda nº 9: proposta e aprovada. (PORTO ALEGRE, 2015a, p.2, grifo meu)
23.9 – Implementar e garantir a política de valorização e formação inicial e continuada dos/das profissionais da educação na esfera municipal, estruturando políticas de formação, com verbas garantidas e calendário de ações articuladas, no sistema colaborativo entre os entes federados, através do debate e desconstrução do paradigma da normalidade e diversidades de gênero, sexualidade, étnicas e religiosas; a discussão nos currículos dos conteúdos de raça/etnia, formação de professores multiplicadores em cidadania negra e quilombolas, gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, a inclusão dos surdos e do público alvo da educação especial, pessoas em sofrimento psíquico, com dificuldades de aprendizagem, especificidades da educação de jovens e adultos, da infância, da adolescência e da juventude, povos do campo, quilombolas, comunidades tradicionais e ciganas, na perspectiva dos direitos humanos; adotando práticas de superação do racismo, do machismo, do sexismo, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, da intolerância religiosa, do bullying e de toda forma de preconceito e discriminação; (PORTO ALEGRE, 2014b, p.49, grifo meu)	23.9 – Implementar e garantir a política de valorização e formação inicial e continuada dos profissionais da educação na esfera municipal, estruturando políticas de formação, com verbas garantidas e calendário de ações articuladas, no sistema colaborativo entre os entes federados, por meio do debate e da desconstrução do paradigma da normalidade e das diversidades (texto retirado) étnicas e religiosas, a discussão nos currículos dos conteúdos de raça ou etnia, formação de professores multiplicadores em cidadania negra e quilombolas, (texto retirado), a inclusão dos surdos e do público-alvo da educação especial, pessoas em sofrimento psíquico, com dificuldades de aprendizagem, especificidades do EJA, da infância, da adolescência e da juventude, povos do campo, quilombolas, comunidades tradicionais e ciganas, na perspectiva dos direitos humanos, adotando práticas de superação do racismo, do machismo, do sexismo, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, da intolerância religiosa, do bullying e de toda forma de preconceito e discriminação; (PORTO ALEGRE, 2015a, p.52, grifo meu)

Fonte: Projeto de Lei nº 04 - 2014 e Lei 11.858 - 2015.

Encontram-se na lei que institui o (PEE-RS), somente duas metas com referências a gênero e sexualidade; uma referindo-se sobre a realização de oficinas para professores/as, que abordem temas como

gênero e sexualidade; e outra sobre a colaboração das secretarias de educação na promoção de calendários para discussões que, dentre outras coisas, incluam as reflexões de gênero e sexualidade nos currículos escolares. Assim, tais propostas que já constavam nos planos de forma a serem efetivadas entre professores/as e entre escola, professores/as e alunos foram postergadas. Já no (PME-POA), foram suprimidas da lei todas as diretrizes e metas que mencionavam as categorias de gênero e sexualidade.

Gênero e sexualidade para uma educação inclusiva

Através da análise documental, é verificado o evidente impacto do discurso acusatório em torno da categoria “ideologia de gênero” nas leis dos planos educacionais. A categoria disseminadora de pânico moral induz pensar que a “ideologia de gênero” promove “a destruição da família, a homossexualidade, a dissolução das identidades de gênero” etc; No entanto, os estudos de gênero e sexualidade no contexto dos planos educacionais engendram práticas educativas e de formação de professores/as orientadas para a promoção da diversidade, bem como a redução da evasão escolar ocasionada também em razão da homofobia e transfobia; ainda, convergindo com práticas educativas sobre questões de saúde pública, como informações acerca da epidemia de aids etc.

Ao revisitar a polêmica e seus impactos ressalto a atualidade do tema ainda presente em discursos políticos, como o discurso presidencial, no ano de 2018, em torno do “kit gay” e da “ideologia de gênero”. Nesse sentido, mapeio respostas que problematizam os mitos da categoria acusatória e ultrapassam a polêmica inicial; argumentando, assim, sobre a inconstitucionalidade dessas leis cunhadas em arenas dominadas por grupos religiosos e atores políticos. Ainda no contexto da polêmica iniciada em 2014, a Conferência Nacional de Educação – (CONAE) manteve seu texto base sem alterações no que toca a gênero e sexualidade, posicionando-se, assim, em favor das referidas questões serem tratadas nas escolas. Historicamente os textos das conferências, construídos através do diálogo entre profissionais da educação, servem de base para os planos de educação e suas diretrizes.

Atualmente diversas leis municipais que proibiam a suposta presença da “ideologia de gênero” nas escolas vêm sendo julgadas como

inconstitucionais através das proposições parlamentares de Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Para a derrocada da lei municipal de Tanguá/RJ - 1.128/2018 - foi argumentado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que os municípios devem se adequar as diretrizes federais, e não se sobrepondo com novas leis; o argumento se relaciona com as argumentações do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou como inconstitucional a lei municipal de Nova Gama/GO - 1.516/2015 - que proibia debates sobre gênero e sexualidade nas escolas, por se sobrepor as normativas educacionais advindas da união, bem como por impor perspectivas que negligenciam pessoas LGBTQIA+ na formação escolar. Em busca na plataforma do (STF) foi verificada proliferação das (ADPF), algumas já julgadas, como a ADPF de número 460 referindo-se à lei municipal 6.496/2015 de Cascavel/PR, que vetava no ensino escolar a inventada “ideologia de gênero”; o mesmo ocorreu com as leis municipais de Ipatinga/MG - (ADPF 467), Palmas/TO - (ADPF 465), dentre outras. Outras leis municipais que vetam a suposta “ideologia de gênero” e promulgam a “escola sem partido” encontram-se em trâmite através das (ADPF) para julgamento pelo (STF).

Os movimentos sociais LGBTQIA+ também trabalham no impedimento da cruzada em torno da “ideologia de gênero”. Recentemente a deputada estadual de São Paulo/SP, bolsonarista e evangélica, Marta Costa (PSD) desenvolveu o Projeto de Lei - 504/2020, que expressa proibição à alusão sobre “preferências sexuais e a movimentos sobre diversidade sexual relacionada a crianças” em propagandas publicitárias no estado de São Paulo. O projeto foi amplamente contestado nas mídias digitais por diversos ativismos LGBTQIA+; hashtags como #abaixopl504, #PropagandaPelaDiversidade e #lgbtnãoémainfluência desnudaram o projeto de lei, que foi impedido de prosseguimento através de emenda da deputada estadual Erica Malunquinho (PSol-SP), e retornará para comissão específica. De fato, a polêmica veiculada nos *mass media* em torno dos planos de educação é contingente e segue relacionando-se a outras várias polêmicas que divergem sobre a mesma questão: expurgar a suposta “ideologia de gênero” dos parâmetros curriculares, avançando para campanhas publicitárias, versus promover uma educação inclusiva com a promoção da diversidade e combate a evasão LGBTQIA+ nas escolas.

Considerações finais

A constatação analítica sobre as modificações nos planos educacionais, bem como a materialização de leis versando sobre a proibição da presença das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, permite evidenciar que o impacto do discurso da “ideologia de gênero” foi eficaz. E perscrutar a categoria da “ideologia de gênero” disseminada pelos discursos de diferentes atores políticos e religiosos, também torna evidente que suas alegações míticas em nada refletem sobre a promoção da diversidade e combate a evasão escolar pretendida pelos planos educacionais. Mostrou-se, portanto, evidente a presença de outros atores sociais na arena do debate, advindos da educação, direito e associados a ativismos em prol dos direitos e resistências LGBTQIA+, buscando conter o avanço conservador sobre os parâmetros curriculares brasileiros. Diante de tais resultados considero, por fim, que a evidente cristalização do discurso da “ideologia de gênero”, bem como sua genealogia e impactos já explorados impõe-nos novas agendas de pesquisa, compromissadas também com outras vozes e agenciamentos em prol da diversidade, que conjugam a atividade docente e o cotidiano escolar em ação e espaço de reflexão plural e humanitária, engendrando-se, assim, acolhimento às diferenças também no que toca as questões de gênero e sexualidade.

Referências

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Campinas: **Cad. Pagu**, n.º. 53, e185306, 2018.

BECKER, Howard. S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BORGES, Rafaela Oliveira. Movimentos “Escola sem Partido” e Escola sem “Ideologia de Gênero” articulados nas supressões de questões sobre gênero e sexualidade dos parâmetros curriculares. In: **Mosaico socioantropológico: temas transversais de cultura, gênero e saúde**. Org. FERREIRA, Laura Senna; BORGES, Zulmira Newlands. Santa Maria: Editora Experimental pE.com UFSM, 2017.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. Rio de Janeiro: **Rev. Bras. Educ.**, v. 23, e230039, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al., **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis: Vozes, 2008.

FURLANI, Jimena. Ideologia de gênero? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. **Laboratório de Estudos de Gênero e Família**, 09pp, 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani/media_set?set=a.874615945993418.1073741831.100003350625907&type=3>. Acesso em: 05 Mai. 2021.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. London: Routledge, 2015.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. Rev. Florianópolis: **Estud. Fem.** v. 26, nº. 2, e47463, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Brasília: **Soc. estado**. v. 32, nº. 3, pág. 725-748, 2017.

PINK, Sarah, et al., **Etnografía digital: Principios y práctica**. Madrid: Morata, 2016.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 11.858 de 25 de junho de 2015a**. Institui o Plano Municipal de Educação. Disponível em: <http://lproweb.pro-ccmpa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/2015_pme.pdf>. Acesso em 02 Mai.2021.

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei nº 014/2014b** - ANEXO - Aprova o plano municipal de educação e dá outras providências. Disponível em:<<http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/processos/125639>>. Acesso em 02 Mai. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.705 de 25 de junho de 2015a**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE – Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>>. Acesso em 02 Mai. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei nº 287/2014b**. Poder Executivo Institui o Plano Estadual de Educação – PEE, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=287&AnoProposicao=2014>>. Acesso em 02 Mai. 2021

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rio Grande: **RBHCS**, v. 1, nº1, pg. 1-15, 2009.

SCHIBELINSKI, Diego. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. Brasília: **Revista Retratos da Escola**, v. 14, nº. 28, p. 15-38, 2020.

SPENGLER, Jaime. **Carta enviada pela arquidiocese de Porto Alegre para os vereadores**. Porto Alegre – RS, 10. Jun. 2015; Disponível em: <http://www.zerohora.com.br/pdf/17465039.pdf> >. Acesso em 02 Mai. 2021.

NARRATIVAS SOBRE ACESSO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO LGBT POR MULHERES LÉSBICAS¹

Naylla Mascarenhas Söndahl

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, naylla.adm@gmail.com;

Benedito Medrado

Professor orientador: Docente titular/pesquisador do Departamento de Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, beneditomedrado@gmail.com.

Resumo

Este trabalho teve por objetivo geral analisar narrativas e produções discursivas de mulheres lésbicas sobre o acesso a serviços de acolhimento e assistência a pessoas que denunciam violência ou discriminação em função de sua orientação sexual, na cidade de Recife. Nossa base teórico-epistemológica são os estudos feministas sobre gênero e como fundamento metodológico a perspectiva construcionista em psicologia social. A literatura com a qual dialogamos argumenta que as mulheres lésbicas tem acesso limitado a serviços públicos, por ausência de políticas públicas que considerem as especificidades de sua saúde integral, e da pouca capacitação e reprodução de preconceitos por parte de profissionais dos diversos serviços de atendimento, nas áreas de saúde, assistência e segurança pública. Compreendemos o acesso a partir das discussões do campo da

¹ Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa de iniciação científica vinculada à UFPE/CNPq, referente ao período 2019/2020;

saúde coletiva, como complexo e construído por quatro dimensões: disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e informação. Em nossa pesquisa, de natureza exploratória e método qualitativo, desenvolvemos a análise em profundidade de duas entrevistas narrativas com mulheres lésbicas que denunciaram LGBTfobia, à luz de uma revisão sistemática da literatura e da leitura crítica sobre as dimensões do acesso como eixos analíticos. Os resultados sugerem uma maior atenção às queixas e demandas dessas usuárias dos serviços, que denunciavam pouco preparo de profissionais, em especial aqueles/as atuantes em serviços de segurança pública. Enfatizam também pouca divulgação dos serviços de atendimento para mulheres lésbicas, fato que talvez contribua na ampliação da dificuldade de acesso a esses serviços.

Palavras-chave: Acesso, Lésbicas, Lgbtfobia, Narrativas, Serviços.

Introdução

O estigma e a discriminação contra pessoas LGBT é um dos fatores que leva muitas dessas pessoas a não expressarem sua afetividade e sexualidade, por receio de sofrerem agressões. Apesar dos constantes esforços do movimento LGBT para pressionar o poder público a criar e promulgar leis e elaborar políticas públicas que assegurem seus direitos, ainda há muitas lacunas na implementação de ações nesse sentido (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Com relação às mulheres, aquelas fora dos padrões da heterocisnormatividade apresentam maiores dificuldades em acessar serviços públicos, devido à expectativa de não serem bem atendidas nos locais (ALBUQUERQUE, 2013).

Cleyton Pereira e Gustavo da Costa Santos (2015) enfatizam que, a partir da organização do movimento LGBT brasileiro para reivindicar a implementação de políticas públicas, foi elaborado o Plano Nacional LGBT, no ano de 2009. Apesar de não ter uma sessão específica para ações de segurança pública, existem algumas metas estabelecidas ao longo do documento.

Por outro lado, Rezende Avelar, Walderez Brito e Luiz Mello (2010) enfatizam que muitas ações dos agentes de segurança pública denotam LGBTfobia, quando a expectativa é de que esses profissionais ofereçam proteção. Além disso, denotam a inexistência de políticas públicas de combate à violência dirigida a mulheres lésbicas, que sofrem, além da violência lesbofóbica, agressões decorrentes de machismo e misoginia.

Regina Barbosa e Regina Facchini (2009) afirmam que alguns estudos alertam que o pouco acesso a serviços, principalmente de saúde, por parte de mulheres lésbicas está diretamente ligado à discriminação existente nos mesmos, e ao despreparo dos profissionais em lidar com as especificidades de mulheres que se relacionam com mulheres.

Isso decorre de uma invisibilidade construída historicamente em torno da homossexualidade feminina. Como consequência desse processo, percebemos uma lacuna histórica relacionada às políticas públicas voltadas especificamente a atender mulheres lésbicas no Brasil. Ainda que alguns documentos na área da saúde tenham sido elaborados no sentido de incluir suas demandas, muitos trazem

apenas ações relacionadas à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), sem considerar aspectos específicos da saúde integral dessas mulheres (CARVALHO *et al*, 2013).

Rita de Cássia Valadão e Romeu Gomes (2011) argumentam que apesar de haver a fundamentação documentada das necessidades de atendimento às demandas de mulheres lésbicas, é necessário que se desconstrua a eternização e a des-historicização da subordinação das mulheres nos mais diversos grupos societários, bem como na perspectiva da exclusão das lésbicas, combatendo as invisibilidades institucionais que as acometem e as vulnerabilizam.

Portanto, estabelecemos como objetivo principal desta pesquisa analisar narrativas e outras produções discursivas de mulheres lésbicas sobre o acesso a serviços de acolhimento e assistência a pessoas que denunciam violência ou discriminação em função de sua orientação sexual, na cidade de Recife.

Metodologia

Essa pesquisa fez parte de projeto amplo desenvolvido pelo Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE), com foco na atenção psicossocial no contexto das estratégias de acolhimento a pessoas que denunciam violência LGBTfóbica. Os procedimentos realizados foram em grupo, visto que buscavam também atingir os objetivos da pesquisa mais ampla. Assim, a triangulação de pesquisadores foi utilizada ao longo do processo. O objetivo dessa metodologia é a produção de um conteúdo plural, com diferentes olhares e envolvimento de diferentes pesquisadores, tanto na produção das informações, quanto nas análises formuladas (MEDRADO; LYRA, 2015, p. 111).

Escolhemos como foco para análise entrevistas realizadas durante a pesquisa ampla com mulheres cisgênero lésbicas que denunciaram violência em decorrência de sua orientação sexual. Ambas foram realizadas partindo de um roteiro semiestruturado elaborado coletivamente no âmbito da pesquisa ampla. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, mediante consentimento livre e esclarecido assinado pelas entrevistadas. A partir disso, realizamos revisão de literatura sistemática sobre acesso a serviços que atendem pessoas LGBT, com foco em narrativas sobre/de mulheres lésbicas.

Optamos por nosso método de análise a partir do rol de ferramentas voltadas à análise de práticas discursivas. Compreendemos práticas discursivas como sendo “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 26). Assim, optamos por analisar os repertórios linguísticos, o que nos auxiliou na busca pelos objetivos estabelecidos. Os repertórios podem ser definidos como “os termos, os conceitos, os lugares-comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos. Esses repertórios circulam na sociedade de formas variadas” (SPINK, 2010, p. 32).

Dessa maneira, podemos compreender os elementos que compõem o conceito de acesso por nós utilizado, e com base na revisão de literatura e entrevistas realizadas, estabelecemos quatro eixos de análise: disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e informação.

Referencial teórico

Temos como marco teórico os estudos feministas de gênero, conforme Donna Haraway (1995), que compreendem o conhecimento como situado, e a ciência como uma prática política e crítica. Essa leitura mais ampla sobre ciência e modos de produzir pesquisa em ciências humanas se alinha à abordagem teórico-metodológica construcionista em psicologia social.

De acordo com Mary Jane Spink (2010), o construcionismo social é uma abordagem que considera a realidade como construção historicamente situada, e a linguagem como constitutiva da realidade, não apenas desempenhando um papel explicativo desta. Nesse sentido, compreendemos que a investigação construcionista se preocupa “sobretudo com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmos) em que vivem” (GERGEN, 1985 *apud* SPINK; FREZZA, 2013, p. 9).

Importante também nos apropriarmos das discussões em saúde coletiva sobre acesso, essencial para as análises aqui apresentadas. Conforme definem Marluce Assis e Washington Jesus (2012), este não é um conceito fechado, mas complexo e muitas vezes utilizado de maneira imprecisa. Para Raquel Sanchez e Rozana Ciconelli (2012),

a complexidade de conceituação aumentou ao longo do tempo, à medida que foram sendo incorporados aspectos mais difíceis de mensurar. Segundo essas autoras, o acesso à saúde pode ser pensado a partir de quatro dimensões: disponibilidade, aceitabilidade, capacidade de pagamento e informação.

A disponibilidade, de forma geral, representa a existência ou não do serviço no local adequado e no momento necessário. Diz respeito também a relação geográfica entre a instituição e o sujeito que dela necessita, englobando características relacionadas à distância, transporte, e ao deslocamento dos profissionais até a pessoa. Horário de funcionamento, competências e experiência dos profissionais da instituição, e adequação dos serviços oferecidos às demandas dos indivíduos também são aspectos relevantes para a compreensão dessa dimensão do acesso (SANCHEZ; CICONELLI, 2012).

A aceitabilidade, por sua vez, pode ser entendida como a forma que as pessoas percebem os serviços prestados, e a natureza desses serviços. É um aspecto relatado pelas autoras como de difícil mensuração, de menor tangibilidade. Envolve a percepção de atitudes de profissionais e indivíduos, influenciadas por diversos marcadores sociais como geração, gênero, etnia, dentre outros. Também as expectativas dos usuários são compreendidas dentro dessa dimensão (SANCHEZ; CICONELLI, 2012).

A capacidade de pagamento pode ser compreendida como a relação entre o custo de serviços e a capacidade de os indivíduos pagarem por eles. Conceitos que dizem respeito ao financiamento do sistema de saúde fazem parte dessa dimensão. Além disso, vale destacar que para fins da compreensão dessa dimensão, despesas tanto diretas quanto indiretas podem ser consideradas (SANCHEZ; CICONELLI, 2012).

A última dimensão apresentada por Sanchez e Ciconelli (2012) é a informação, primordial para compreender as outras dimensões apresentadas anteriormente. Trata do processo de comunicação entre serviço e indivíduo. A distribuição de forma simétrica da informação é um aspecto importante para a compreensão do acesso aos serviços, uma vez que, quando não ocorre, algumas partes do sistema possuem informações significativas em detrimento de outras que não as possuem para fazer uso desse sistema e ter suas necessidades atendidas.

Conforme apresentado por Assis e Jesus (2012), podemos entender que o acesso representa o nível de ajuste existente entre os

serviços e a comunidade, sendo, portanto, compreendido como a liberdade para usar esses serviços.

Resultados e discussão

Revisão de Literatura

Nos textos analisados, que falam sobre serviços na área de assistência social, segurança pública, e, em sua maioria, da área da saúde, as conclusões apresentadas são muito semelhantes, e ressaltam o despreparo dos profissionais ao lidar com as demandas de mulheres lésbicas, principalmente no âmbito da saúde:

Para as lésbicas e mulheres bissexuais, por exemplo, a discriminação associada ao despreparo dos profissionais de saúde é a principal barreira para que elas assumam sua orientação sexual durante o atendimento (PEREIRA *et al*, 2017, p. 55).

A questão da invisibilidade de mulheres lésbicas é trazida em vários artigos, e associa-se à falta de preparo e ausência de apoio e acolhimento por parte dos profissionais às especificidades dessas mulheres. Os textos afirmam que muitas delas não se sentem protegidas dentro dos serviços para falarem sobre sua orientação sexual, fato que acaba por invisibiliza-las:

Um dossiê apresentado pela própria política de saúde para a população LGBT demonstra que cerca de 40% das mulheres lésbicas ou bissexuais não revelam sua orientação sexual nas consultas (GUIMARÃES *et al*, 2017, p. 126).

Essas falhas nos atendimentos seriam advindas da ausência, nas próprias políticas públicas, de diretrizes específicas, principalmente com relação à saúde sexual de mulheres lésbicas. As autoras trazem que o desenho das políticas e práticas de saúde partem de uma lógica heteronormativa, afastando mulheres com vivências homoafetivas dos serviços:

[...] políticas públicas destinadas às mulheres são atravessadas por concepções que restringem as possibilidades da experiência (homo)sexual, e, portanto,

tem eficácia reduzida por se destinarem a uma imagem idealizada que não corresponde às práticas cotidianas (CARVALHO *et al*, 2013, p. 125).

Nas áreas de assistência e segurança, observamos análises similares, indicando que poucas mulheres lésbicas acessam esses serviços por não se sentirem acolhidas, além de sofrerem discriminação:

Mais factível parece a argumentação apresentada por outra ativista, que trouxe para a discussão o tema da cultura das organizações de segurança pública, afirmando que as conversas entre o movimento BTLG e os órgãos públicos ainda não chegaram às bases destas organizações, onde predomina a mais explícita e agressiva LGBTfobia (AVELAR; BRITO; MELLO, 2010, p. 349 - 350).

Reconhecemos as importantes iniciativas da profissão frente às demandas postas por LGBT, ao mesmo tempo em que observamos um retrocesso conservador enraizado no seio da categoria profissional. Tais situações refletem diretamente na prática dos profissionais de Serviço Social, [...] diante de sua atuação profissional, sendo insensível a viabilização dos direitos desta população ou reforçando preconceitos (MENEZES; SILVA, 2017, p. 128).

Identificamos de maneira evidente as dimensões de aceitabilidade e disponibilidade do acesso nos argumentos trazidos pelos diversos autores a fim de explicar o pouco acesso de mulheres lésbicas aos serviços públicos. Todos os textos apresentam como aspectos cruciais, nesse sentido, a falta de adequação dos serviços às necessidades específicas dessas mulheres, além da falta de capacitação dos profissionais para atendê-las.

Entrevistas

Nanda

Nanda identificou-se como uma mulher cisgênero, lésbica, parda, estudante universitária, 19 anos, de religião espírita. Segundo ela, desde a infância ela percebia seu interesse por outras meninas, e não por meninos, mas durante algum tempo ignorou esse sentimento, pois achava que tinha algo errado. Quando perguntamos a ela se já

tinha sofrido violência LGBTfóbica e como tinha sido sua reação, ela nos disse que é algo recorrente, que acontece quase todo dia. Após isso, ela continuou relatando ter sofrido uma agressão física por parte de um homem cisgênero de meia idade, enquanto andava sozinha em direção à casa de uma amiga.

Nós perguntamos a ela sobre a denúncia que ela fez sobre esta violência sofrida, ao que ela nos respondeu que foi à delegacia registrar um boletim de ocorrência (B.O.) cerca de três a quatro dias depois do ocorrido. Nanda disse que na delegacia, não foi feito encaminhamento para nenhum outro serviço de atendimento, e que “*foi bem... jogado, assim*”. Além disso, ela falou desconhecer a existência de serviços de atendimento específico a pessoas LGBT.

Gadu

Gadu falou para nós que se identificava como uma mulher lésbica mais masculina, estudante universitária, 25 anos, branca, evangélica não praticante. Disse que desde os 12 anos já tinha se assumido lésbica. Ela então nos contou sobre a violência LGBTfóbica que havia sofrido por parte de sua vizinha e mais quatro pessoas, que a encurralaram em um beco, e que a motivou a denunciar e procurar um serviço de atendimento. Inicialmente, assim como aconteceu com Nanda, sua primeira opção foi ir até uma delegacia, mas, como não teve o devido atendimento, decidiu buscar outras instituições que pudessem atendê-la de maneira adequada.

Nós questionamos se ela já tinha algum conhecimento sobre serviços de atendimento a pessoas LGBT, ao que ela nos respondeu que não conhecia, nunca tinha ouvido falar sobre o Centro de Combate a Homofobia (CECH)², nem de nenhum outro serviço similar. Mas falou que imaginava existir, e por conta dessa suposição, decidiu procurar na internet, onde encontrou as informações de que precisava para se encaminhar ao serviço.

2 O Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH) faz parte, dentro do organograma do Governo do Estado de Pernambuco, da Secretaria Executiva de Direitos Humanos. Fonte: <https://www.lai.pe.gov.br/sjdh/estrutura-organizacional/>.

Análises

Utilizamos para nossas análises o conceito de acesso, compreendido a partir de quatro dimensões que o compõem, e apresentamos a seguir os sentidos produzidos pelas entrevistadas, com relação a cada eixo de análise.

Disponibilidade

Quadro 1: sentidos sobre disponibilidade.

Entrevistada	Como aparece na narrativa
Nanda	<i>eu só consegui ir na delegacia [...] uns três ou quatro dias depois (sobre delegacia) não ia dar em nada porque o rapaz que faz corpo de delito não tava lá. (sobre delegacia) passou uns 10 dias e eu fui de novo [...] não tava ainda o corpo delito (sobre delegacia) Ai eu falei, mas tem que denunciar, né? [...] E ele disse, não, mas num vai dar em nada não. (sobre delegacia)</i>
Gadu	<i>Primeiramente eu procurei a delegacia, não tive apoio (sobre delegacia) eu procurei porque eu sabia que ali eu ia ter apoio, ia ter força e ia ter conselho (sobre CECH)</i>

Observamos que ambas as entrevistadas trazem em suas narrativas aspectos que apontam para falhas de disponibilidade no serviço oferecido no âmbito da segurança pública. Aproximando-se das informações apresentadas nos textos analisados, acerca da pouca capacitação dos profissionais dessa área para o atendimento das demandas específicas das mulheres lésbicas. Com relação ao CECH, Gadu expressa em sua fala a certeza da adequação dos serviços ali oferecidos às suas necessidades naquele momento, sugerindo uma maior disponibilidade deste serviço, em relação ao atendimento na delegacia.

Aceitabilidade

Quadro 2: sentidos sobre aceitabilidade.

Entrevistada	Como aparece na narrativa
Nanda	<i>Aí eu perguntei o que eu faria agora, e o policial disse que eu procurasse outra delegacia ou espera (sobre delegacia) Ai ficou meio de lado isso e só. (sobre delegacia) foi bem... jogado, assim (sobre delegacia) assemelho muito polícia à justiça (sobre delegacia)</i>

Gadu	<i>eu já tive preconceito já daí, já do delegado (sobre delegacia) já que delegacia e outros lugares é banal isso daí. Não tem muito crédito (sobre delegacia) eu procurei porque eu sabia que ali eu ia ter apoio, ia ter força e ia ter conselho (sobre CECH) cheguei lá, fui muito bem recebida, com abraço, com um carinho imenso lá com as pessoas, todas iguais. Não senti falsidade, nada (sobre CECH)</i>

Percebemos como a aceitabilidade se expressa na narrativa de Nanda, quando ela nos fala sobre a expectativa que tem com relação ao serviço oferecido pela polícia, e ao mesmo tempo na forma como essa expectativa não se realiza no atendimento recebido por ela.

Por outro lado, Gadu em sua fala não demonstrou essa expectativa, mas também conseguimos perceber a aceitabilidade quando ela nos fala sobre a forma com que a instituição delegacia e os profissionais que lá atuam lida com demandas similares à sua. Já com relação ao CECH, essa expectativa está presente, e percebemos que, na percepção dela, foi satisfeita, uma vez que a relação entre ela e os profissionais foi relatada como baseada no respeito e acolhimento.

Capacidade de Pagamento

Não encontramos nas narrativas de Nanda aspectos que possam ser interpretados segundo essa dimensão do acesso. Por sua vez, Gadu fala sobre o desejo de que outros órgãos auxiliem o CECH a prestar seus serviços, uma vez que esta instituição precisa de repasses de verbas por parte do governo.

Quadro 3: sentidos sobre capacidade de pagamento.

Entrevistada	Como aparece na narrativa
Nanda	* Não faz referência
Gadu	<i>é porque eles dependem... eles tão ali naquele meio, e tem as pessoas maiores ao redor, né, que precisa olhar ali, pra de fato aceitar os pedidos que eles fazem (sobre CECH)</i>

Informação

Quadro 4: sentidos sobre informação.

Entrevistada	Como aparece na narrativa
Nanda	<i>não, não indicaram nenhum (sobre delegacia) é, eu não sabia... (sobre CECH)</i>
Gadu	<i>Não, não tinha. Eu pesquisei na internet. (sobre centro de referência LGBT) nem que chegaram pra conversar comigo dizendo que existia, entendeu? (sobre CECH) o daqui da cidade, né, da conde da boa vista, que brevemente me transmitiu pra lá, pro CECH (sobre centro de referência LGBT)</i>

A partir das narrativas, percebemos que a assimetria da informação sobre os serviços que oferecem atendimento a pessoas LGBT em Recife é bem evidente. Não apenas com relação à comunicação do serviço com as pessoas que dele necessitam, mas também a informação que circula pelo sistema. Nanda não recebeu nenhum encaminhamento por parte da polícia ao ir para a delegacia, e não sabia que existiam serviços específicos para atendimentos a pessoas LGBT que sofrem violência. Gadu também foi à delegacia e não teve sua demanda atendida. Utilizou, então, a internet como ferramenta para encontrar as informações necessárias para ser atendida em uma instituição que, com a informação adequada, fez o encaminhamento para o serviço que atendeu suas demandas.

Considerações finais

As autoras e autores com os quais dialogamos na revisão de literatura afirmam haver nos serviços profissionais pouco capacitados a atender as demandas de mulheres lésbicas. Essa falta de preparo é frequentemente acompanhada pela reprodução de discursos e ações preconceituosas e discriminatórias, o que é considerado uma das barreiras de acesso dessas mulheres a serviços públicos. Além disso, há uma ênfase nas lacunas existentes nas políticas públicas, por não tratarem de maneira específica as questões relacionadas às vivências de lésbicas, principalmente com relação à sua saúde integral. Arelado ao fato de que essas mulheres não se sentem acolhidas nos serviços públicos, e evitam evidenciar sua sexualidade nestes locais, esses aspectos acabam por manter a invisibilidade construída de maneira histórica, relativa às suas experiências.

As entrevistas analisadas denotam aproximações às informações destacadas na revisão de literatura, principalmente com relação aos serviços de segurança pública. As narrativas de Nanda e Gadu trazem repertórios ligados à ausência de disponibilidade e aceitabilidade desses órgãos. Gadu afirma ter sofrido preconceito por parte do delegado que a recebeu no serviço, aproximando-se do que afirmam os textos sobre a segurança pública voltada ao atendimento de pessoas LGBT. Também notável é a ausência de informações adequadas para que essas mulheres possam acessar de maneira efetiva os serviços destinados a atender lésbicas, o que pode inviabilizar seu acesso a tais serviços.

Por outro lado, a narrativa de Gadu contrasta com os textos, ao afirmar que se sentiu acolhida, segundo ela, com carinho, no serviço público específico de atendimento a pessoas que denunciam LGBTfobia. O serviço acessado por ela oferece atendimentos assistenciais, de saúde, inclusive mental, assessoria jurídica e outros. A revisão de literatura assinala, de maneira reiterada, o despreparo de profissionais das três áreas gerais estudadas pelos textos: saúde, assistência e segurança. Consideramos que esta divergência pode configurar um aspecto a ser explorado em futuras pesquisas.

Partindo do conceito de acesso, discutido amplamente no campo da saúde coletiva, compreendemos que muito além de apenas um termo, este é um conceito complexo, construído por diversas dimensões que se tornam mais difíceis de analisar ao longo do tempo. Utilizando suas dimensões como eixos de análise, conseguimos compreender os sentidos produzidos pelas mulheres lésbicas entrevistadas, relativos ao despreparo e reprodução de preconceito por parte de profissionais da segurança pública, e assimetria na circulação de informações sobre serviços de atendimento a pessoas que denunciam LGBTfobia. Esses aspectos podem ajudar a compreender sentidos e práticas discursivas que constroem o acesso de mulheres lésbicas a estes serviços.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 516-524, 2013. ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu de. **Acesso aos serviços de saúde:**

abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 2865-2875, 2012.

AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes; MELLO, Luiz. A (in) segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas. **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Goiânia: UFG, FCS, Ser-Tão, p. 309-355, 2010.

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 291-300, 2009.

CARVALHO, Cintia Sousa et al. O dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in) visibilidade e direitos. **Revista Psicologia Política**, v. 13, n. 26, p. 111-127, 2013.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos et al. Assistência a população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2017.

HARAWAY, DONNA. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. (pp. 7-41). Campinas: Ed. Unicamp, vol.5, 1995.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Entrevistas e outros textos: compartilhando estratégias de análise qualitativa. In.: Charles Elias Lang; Jefferson de Souza Bernardes; Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro; Susane Vasconcelos Zanotti. (Org.). **Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas**. 1ed. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 85-118, 2015.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 1, p. 122-129, 2017.

PEREIRA, Cleyton Feitosa; DA COSTA SANTOS, Gustavo Gomes. Políticas de segurança pública e direitos humanos de lésbicas, gays,

bissexuais, travestis e transexuais: da reivindicação à implementação. **ARACÊ–Direitos Humanos em Revista**, v. 2, n. 3, p. 201-220, 2015.

PEREIRA, Edson Oliveira et al. Unidades Básicas de Saúde em Teresina-PI e o acesso da população LGBT: o que pensam os médicos?. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 51-67, 2017.

SANCHEZ, Raquel Maia; CICONELLI, Rozana Mesquita. Conceitos de acesso à saúde. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, p. 260-268, 2012.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da Psicologia Social. Em: Spink, Mary Jane (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em: Spink, Mary Jane (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

VALADÃO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1451-1467, 2011.

“QUANDO O *TURNOVER* ALTERA OS ENTENDIMENTOS”: SOBRE A RUPTURA ENTRE A AGENDA GOVERNAMENTAL E AS AGENDAS DOS MOVIMENTOS LGBTIS NO BRASIL

Lauro Victor Nunes

Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: lauro.nunes01@gmail.com.

Resumo

A redemocratização no Brasil ofereceu maior oportunidade à organização política das pessoas não heterossexuais-cisgêneras com o objetivo de negociar a expansão de seus direitos civis e sociais junto aos governos, extrapolando-se a noção de que a agenda destes se situaria apenas ao redor da profilaxia ao vírus HIV e a redução de danos da AIDS. A partir de 1995, com a entrada incremental destas demandas na *agenda-setting* do Estado brasileiro se vivenciou um período de moderada atuação do Executivo e do Judiciário no reconhecimento de uma cidadania autointitulada LGBTI em contraponto a um estado de intencional omissão parlamentar acerca destas históricas reivindicações, a exemplo do fato de que nenhum marco legal favorável em prol destes grupos sociais foi aprovado pelo Congresso Nacional. Partindo do Modelo dos Múltiplos Fluxos, o presente artigo busca discutir se, como e por quais razões a mudança do governo eleito em 2010 proveu uma mudança repentina da agenda governamental que levou a um inesperado bloqueio e retirada dos temas de interesse das comunidades de LGBTIs do rol de prioridades do Legislativo e do Executivo nacionais a partir de então. O método consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com atrizes e atores políticos pró-LGBTIs, codificação do material com o MAXQDA 12.3 e análise

de conteúdo. Entre os resultados, destaca-se a identificação dos entendimentos que visaram interromper a construção de uma cidadania LGBTI brasileira e até mesmo a partir desta oposição organizada alavancar eleitoralmente seus empreendedores.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agenda governamental; Movimentos sociais; Imagens políticas; LGBTI.

Introdução

Os emergentes direitos da comunidade LGBTI no Brasil, desde a redemocratização, obtiveram uma gradual trajetória no sentido do reconhecimento por parte dos governos, algo que se alterou bruscamente a partir da segunda década do novo milênio. Como se discutirá a seguir, este trabalho pretende se valer do marco teórico do Modelo dos Múltiplos Fluxos, construído por John Kingdon em 1984, para afirmar que os temas de interesse destes grupos sociais deixaram de constar na agenda governamental a partir da mudança do governo empossado (*turnover*) em 2011 que levou a uma consequente alteração do entendimento, vigente desde 1996, sobre a importância do Estado brasileiro reconhecer as desigualdades vividas por estes grupos e redistribuir direitos no sentido da consolidação de sua cidadania plena.

Ao reproduzir o marco teórico e metodológico kingdoniano, esta breve e preliminar análise se dispõe, através de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com atrizes e atores políticos em favor dos direitos LGBTIs, uma discussão inicial dos fatores políticos e sociais que fizeram com que, especialmente a partir da eleição de 2010, as históricas reivindicações desses grupos sociais deixassem de constar como problemas de responsabilidade governamental mesmo em governos ditos progressistas que, anteriormente a esse contexto, empreenderam políticas públicas em favor destas comunidades. Desta forma, identificou-se na fala dos entrevistados e entrevistadas que no âmbito do Executivo e Legislativo nacionais se intensificou o conflito intraparlamentar ao redor da discussão das reivindicações em favor de LGBTIs; o esvaziamento das iniciativas favoráveis a estes grupos sociais empreendidas no âmbito do gabinete presidencial; e, por fim, a ascendente judicialização destas demandas com destaque para o reconhecimento da união civil, em 2011, e a regulamentação temporária, dada a omissão inconstitucional do Parlamento brasileiro sobre o tema, da criminalização da violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero divergentes da norma sociocultural heterossexual e cisgênera, de 2019.

Metodologia

O método mobilizado consistiu na realização de cinco entrevistas presenciais semiestruturadas com atrizes e atores políticos em favor

de uma cidadania LGBTI brasileira entre dezembro de 2017 e outubro de 2020, podendo-se destacar como partícipes Fátima Cleide (ex-senadora PT/RO), José Genoíno (ex-deputado federal PT/SP), Symmy Larrat (presidenta da ABGLT e setorial LGBTI do PT), Julian Rodrigues (ex-assessor parlamentar, MNDH, setorial LGBTI do PT) e Eliseu de Oliveira Neto (assessor parlamentar da liderança do CIDADANIA no Senado). Concluída a etapa de coleta e transcrição do material, fez-se uma codificação não-apriorística a partir do aplicativo MAXQDA 12.3 que embasou a Análise de Conteúdo aqui apresentada.

Referencial teórico

O Modelo dos Múltiplos Fluxos, de John W. Kingdon, enquadra-se no chamado “Paradigma da Racionalidade Limitada” haja vista que suas análises não se limitariam as premissas de previsibilidade das instituições e de racionalidade dos indivíduos nos processos de tomada de decisão, reconhecendo o papel dos múltiplos atores e atrizes políticas, para além dos organizacionais, com destaque para a sociedade civil organizada e da centralidade do papel exercido pelas crenças e pelas ideias nas deliberações políticas atuais (CALMON, COSTA, 2007; BRASIL, CAPELLA, 2015).

Em “Agendas, Alternativas e Políticas Públicas”, John Kingdon estabelece uma valiosa distinção teórica entre a *agenda-setting* enquanto uma lista geral de temas de interesse dos governos em certa circunstância e a agenda decisional como o conjunto de soluções em disputa que buscam se associar aos aspectos entendidos pelo ente público como de sua responsabilidade direta, e os cursos de ação a serem adotados para reduzir estas chamadas “situações problemáticas”. Assim sendo, certas demandas difusas da sociedade civil, ou “situações sociais”, não necessariamente seriam objeto automático da atenção governamental pois careceriam de uma justificativa causal que correlacionasse dada questão compreendida como “problema” e uma solução com custos políticos e orçamentários razoavelmente aceitos pelos governantes em certa circunstância.

De acordo com referido Modelo, a formação da agenda política dos governos seria caracterizada por três fluxos: o “fluxo dos problemas”, o “fluxo das políticas públicas” e o “fluxo do sistema político”. O autor entendeu que a dinâmica entre estes fluxos seria interdependente, sendo a mudança da agenda política uma resultante produzida

por estas três forças, afinal, quando os três fluxos se acoplassem, as chances de certo tema impactar a agenda governamental aumentaria consideravelmente, fatores que pavimentaram uma abordagem teórica que extrapolasse os limites da rotina governamental e das decisões políticas através do incrementalismo. A partir destas premissas, Kingdon aludiu o processo político ao processo de seleção natural, sendo teoricamente a arena decisória o “meio evolutivo” em que certas ideias e projetos de políticas públicas sobreviveriam ou não às discussões no âmbito das redes e subsistemas da política, sendo que as ideias e projetos capazes de maior convencimento flutuariam como “bolhas” no chamado “caldo de culturas da política”, ou *soften up*.

Para esta análise em questão, cabe maior destaque ao terceiro e último fluxo da formação da agenda governamental, o fluxo do sistema político, sendo ele os fatores incontornáveis e externos aos governos, como as eleições e o clima nacional ao redor de certo tema de interesse da sociedade civil, por exemplo. Para o autor, este fluxo funcionaria a despeito dos outros dois, afinal:

“Third. the political stream is composed of things like swings of national mood, vagaries of public opinion, **election results, changes of administration**, shifts in partisan or ideological distributions in Congress. and interest group pressure campaigns. Events in this stream occur independently of the streams of problems and proposals” (KINGDON, 1984: p.87 – grifo meu).

Ainda sobre o fluxo do sistema político, o autor destaca o papel exercido pelos resultados eleitorais e as consequentes mudanças político-administrativas do novo governo como fatores que, definitivamente, poderiam alterar de forma inesperada a agenda política governamental. De acordo com Kingdon, a mudança da agenda conduzida através da alteração do governo eleito, ou *turnover*, dar-se-ia pelo fato de que os novos detentores da autoridade formal poderiam sustentar prioridades e projetos de políticas diferentes daqueles privilegiados por seus antecessores, contexto em que não apenas discutiriam novas ideias na arena decisória, como também poderiam refutar àquelas que já estivessem em curso de deliberação, deixando estas últimas de deter o foco da atenção por parte destes novos entes governativos.

Análise do objeto

Com a organização de um movimento social “homossexual”, “lesbigay” e “*queer*”, sobretudo a partir da Revolta de *Stonewall*, de 1969, viu-se o advento de uma ação política carregada de sentidos, quais fossem o reconhecimento de uma memória política de opressão, a constante reelaboração de uma identidade coletiva, bem como a construção de uma agenda de grupo social orientada, entre outras finalidades específicas, ao reconhecimento de uma cidadania atualmente autointitulada LGBTI+ (FOUCAULT, 1988; GREEN, 2000; BECKER, 2001; SILVA, 2006; BORRILLO, 2010; IRINEU, 2014).

A redemocratização do Estado Nacional brasileiro configurou como uma janela de oportunidade para uma primeira aproximação entre os governos e estas comunidades que, a partir da década de 1980, viram no combate ao HIV e à AIDS uma forma, ainda que incipiente, de ingressarem na agenda governamental. É a partir de período que o então movimento homossexual e transexual alcança um status de rede temática mantenedora de uma agenda pública e sistêmica, ainda que estes grupos sociais já possuíssem uma agenda política própria no período anterior ao advento do vírus e da doença supracitados, levando em conta a existência de organizações políticas como o “Somos”: Grupo de Afirmação Homossexual que, desde 1978, atrelaram a luta pela redemocratização às reivindicações por reconhecimento destas comunidades (SILVA, 2006; DA COSTA SANTOS, 2007; TREVISAN, 2007).

A democracia de Terceira Onda no Brasil incluiu, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte e da Constituição Federal de 1988 dela advinda, o debate sobre históricas demandas de grupos sociais até então excluídos seja dos processos políticos de decisão, seja enquanto beneficiários de políticas públicas, a exemplo das comunidades tradicionais, dos movimentos negro, de mulheres, homossexual e transexual¹, considerando que esta maior proximidade entre Estado e movimentos sociais foi um forte indutor da focalização das políticas

1 Cabe destacar que a primeira ação de incidência política do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no Congresso Nacional foi a tentativa de inclusão da não discriminação por orientação sexual no artigo quinto da Constituição Federal de 1988, iniciativa que, apesar de não obter êxito, permaneceu na agenda política dos

para estes grupos que se observaria posteriormente e em decorrência do texto constitucional (FARAH, 2004; CARRARA, 2010).

A década de 1990 deu início a uma nova trajetória política em favor da cidadania de não heterossexuais-cisgêneros no país, momento de consolidação das redes nacionais e internacionais sobre a questão, além da forte institucionalização e “onguização” do ativismo através organizações do Terceiro Setor, destacando-se a difusão dos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), advindos no final da década de 1980, do Encontro Nacional de Travestis a partir de 1993, a realização da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA), a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a emergência de formas inéditas de participação política, como as Paradas do Orgulho ocorridas no Rio de Janeiro e em Curitiba, estes três eventos-foco ocorridos a partir de 1995 (BRASIL, 2004; DA COSTA SANTOS, 2007; MELLO, et all, 2012; IRINEU, 2014).

Ainda neste período, observava-se uma atuação de Gays, Lésbicas e Travestis (GLTs) a partir de duas estratégias principais: a afirmação e visibilidade de uma identidade positiva nos meios de comunicação, a partir das Paradas do Orgulho sobretudo, e as ações de incidência política, ou *advocacy*, nos espaços de decisão formal, especialmente no âmbito do Legislativo, com destaque ao Projeto de Lei nº1151/1995 que previa legislar acerca da então “união civil homossexual”. Sobre esta iniciativa, Carrara (2010, p.136) pontuou que o projeto, para além de despertar um debate moralizante sobre o casamento enquanto estrutura social advinda de uma matriz cultural e religiosa que condena publicamente as sexualidades tidas como desviantes do padrão heterossexual de conduta, também não configurava como demanda universal de todas as pessoas GLTs, o que causou uma resistência intramovimentos sociais pela definição do casamento civil igualitário como agenda central destes e gerou uma “mudança de ênfase” no rol de prioridades destes movimentos sociais no sentido de considerar a provisão de um marco nacional que coibisse ações de discriminação a

movimentos sociais de não heterossexuais-cisgêneros daquela circunstância até a atualidade.

estes grupos como real prioridade a ser perseguida na arena política brasileira do período².

Ainda que a década de 1990 e o início do novo milênio possam ser caracterizados por tímidos avanços em matéria de reconhecimento de uma agenda das pessoas não heterossexuais-cisgêneras por parte dos governos brasileiros, situados sobretudo ao redor da participação em fóruns internacionais dos quais o país configurou como signatário – à exemplo da Conferência Internacional de Mulheres, de 1995, e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de Durban, em 2001 – e da criação de inéditos locais especializados de discussão de políticas a estes e outros movimentos sociais, como a Secretaria de Direitos Humanos, de 1997, e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, de 2001, especialmente – é somente a partir de 2003 que o tema definitivamente extrapola o subsistema da profilaxia ao HIV e da redução de danos à AIDS e passa a circular em novos subsistemas da política, destacando-se a partir daí uma série de Decretos presidenciais, Portarias ministeriais e maior incidência política legislativa que derivaram desde a criação da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, de 2003, o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, a aprovação na Câmara dos Deputados do então Projeto de Lei nº5003/2001 que deu origem ao Projeto de Lei da Câmara nº122/2006, de criminalização da violência por orientação sexual e identidade de gênero, até a criação do Conselho Nacional LGBT, de 2008, entre outras decisões do Executivo e Legislativo no mesmo período (MELLO, et. All, 2012; IRINEU, 2014; NUNES, 2018).

A mudança do Executivo e Legislativo nacionais eleitos em 2010 proveu uma gradual alteração do entendimento acerca da responsabilidade governamental em elaborar políticas públicas para a comunidade

2 A aprovação da lei paulista nº10948/2001 que pune, administrativamente, estabelecimentos públicos e privados que cometem atos discriminatórios em função da orientação sexual e identidade de gênero teve um efeito motivador para que estes movimentos pleiteassem a sanção de um marco nacional capaz de punir não apenas na esfera administrativa, mas também civil e penal, luta esta que se deu ao redor do Projeto de Lei nº5003, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara nº122, de 2006 que pretenderam enquadrar as violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero como crime de “racismo social”, conforme decisões do Supremo Tribunal Federal de 2019 acerca do Mandado de Injunção nº4733/2012 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº26/2013.

de LGBTIs. A despeito do lançamento da Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs no SUS, a ocorrência da II Conferência Nacional LGBT, a publicação do Relatório Sobre a Violência Homofóbica e a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT ocorridos entre 2011 e 2013, estas decisões de iniciativa do Executivo e realizadas desde a década anterior, para além de não constituírem políticas de Estado e sim de governo (MELLO et. all, 2012), foram alvo de contestação parlamentar através dos Projetos de Decreto Legislativo de Sustação de Atos do Poder Executivo (PDCs) que pretenderam, especialmente a partir de 2016, interromper esta experiência intersetorial de focalização de políticas em andamento desde o governo Fernando H. Cardoso e aperfeiçoadas nas gestões de Lula da Silva (NUNES, SANTOS, 2017).

Sobre o período que compreende os anos de 2011 e 2018, viu-se a alavancagem de uma agenda negativa à cidadania LGBTI e o consequente ativismo judicial decorrente da dificuldade de se garantir direitos civis e sociais a estas comunidades nos Parlamentos brasileiros; a proposição, no mesmo ano, do Projeto de Decreto Legislativo nº234, publicamente conhecido como “cura gay” e que previa sustar a Resolução nº1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), voltado a abrir um precedente no CFP para se realizar empreendimentos terapêuticos de suposta reversão da sexualidade não-heterossexual e das identidades de gênero não-cisgêneras, iniciativa arquivada em 2013 e novamente proposta em 2016 através do PL nº4931, também arquivado três anos mais tarde (MELLO et. all, 2012; IRINEU, 2014, NUNES, 2018) que, somados à associação das agendas dos movimentos LGBTIs a uma suposta “ideologia de gênero” fez com que se observasse – não apenas a nível nacional, mas também em Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras municipais, sobretudo das capitais – uma abrupta interrupção da discussão dos temas de gênero e sexualidade nos currículos escolares, fenômeno político que, neste caso, alcança não apenas o Brasil, mas também outras nações latinoamericanas (IRINEU, 2014; MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Apesar da importância do Judiciário enquanto local especializado de discussão de políticas, ou “*venue-seeking*”³ como definiu

3 Sobre este aspecto, John Kingdon (1984) ratificou que a atuação do Judiciário poderia complexificar a definição da agenda de governo, haja vista a existência de diferentes interpretações e soluções políticas sustentadas pelos tribunais, por um lado, e

Matthew Taylor (2007), que tem se posicionado favoravelmente às históricas reivindicações dos movimentos LGBT, Bahia et. all (2013) argumentaram que estas decisões são passíveis de revogação, visto a sua ausente regulamentação por parte do parlamento brasileiro. No mesmo sentido, autoras como Dias (2011) e Irineu (2014) ratificaram que a crescente judicialização de políticas para LGBTIs não proporcionam a manutenção destes direitos no tempo-espço, o que leva a uma situação de acesso imediato, porém precário, à parte destas demandas históricas.

Resultados e discussão

A hipótese elencada por esta breve discussão é a de que a mudança da composição do governo eleito em 2010 levou a uma consequente alteração brusca no entendimento da pertinência dos temas de interesse das comunidades LGBTIs na agenda governamental brasileira e da presumida responsabilidade estatal por empreender políticas públicas a estes grupos sociais.

Como resultados a serem destacados, ressalta-se que diferentes atrizes e atores políticos partícipes das entrevistas afirmaram que a mudança da composição política do Executivo e Legislativo nacionais a partir de 2011 foi um forte indutor na desistência da alavancagem de inúmeros direitos para comunidade de LGBTIs no Brasil discutidos desde os governos anteriores dos ex-presidentes Fernando H. Cardoso e Lula da Silva. Tal cenário de intencional “decidir-não-decidir”, por outro lado, não se demonstrou ter sido de iniciativa exclusiva do gabinete presidencial, senão fruto de intensas pressões políticas externas de grupos, inclusive da base parlamentar do governo federal, que discordavam fortemente do teor e do valor simbólico das propostas pró-LGBTI naquele contexto em discussão, como se demonstrará no material empírico a seguir:

pelo Executivo e Legislativo eleitos, por outro, cenário descrito pelo autor como *turf disputes*. Tais conflitos de interesse entre estes poderes da República poderiam levar ao “empate”, ou seja, à produção de um impasse político fruto da fragmentação e da competição política pela definição da agenda (NUNES, 2018).

Eliseu Neto	O Escola sem Homofobia em que a Dilma foi à televisão falar que não ia fazer “propaganda de opção sexual”, além de usar o termo errado, o que que é propaganda de opção sexual? Ela entrava nesse discurso conservador e usava a pauta LGBT para negociar com as bancadas mais atrasadas para dar governabilidade para eles. (...) Sim, mas o governo não teve ou não quis enfrentar mostrando que não era verdadeiro, como se tivesse assumido [que a política seria um erro, em tese]. É como se tivesse assumido.
Fátima Cleide	E, assim, embora o governo também tivesse o compromisso, dentro Ministério da Educação tinha também quem não quisesse, mas a gente venceu. E, por isso, eu fiquei muito triste quando eu vi na campanha [presidencial de 2010] da Dilma os caras irem pra cima e ela repetir a história do “kit gay”, eu cheguei a ligar para o povo da campanha dela e dizer: “por favor, fala para ela não repetir isso, não é “kit gay”, que não existe “kit gay”, existe um programa de formação para professores - não é para alunos (...) Nada disso convenceu os caras.
José Genoíno	E esse kit [“kit gay”], a campanha do kit, a gente ficou na defensiva e mostrou como é que eles usaram depois, inclusive na campanha [à presidência em 2018] do Haddad [Fernando Haddad]. Se a gente tivesse ido para a ofensiva, tem certos temas que você tem que pagar pra ver. Não acumula, não marca território, você não reúne sua tropa, quando eles viram que mexia com o PT, aí eles aprofundaram o mal e vai até a campanha do Haddad.
Julian Rodrigues	Então, a partir daí [2011], há um congelamento das políticas públicas para LGBTs, não é o fim, não é uma traição como a direita LGBT diz, é um congelamento, um esvaziamento da agenda que não termina, não se desmonta, o Conselho Nacional LGBT continua, na Saúde continua se fazendo coisas.
Symmy Larrat	(...) Ali eles perceberam que a disputa moral era o caminho. E também foi um grande equívoco da esquerda, um grande equívoco dos governos petistas foram - e, eu sou petista, trabalhei no governo petista - mas quero dizer que o grande erro foi ali: quando a gente disse que não ia falar sobre questões que são estruturantes na sociedade, a gente deu a mensagem à população de que: “é feio falar disso, eu não quero”. A gente fraquejou, a gente deu o elemento e concordou com eles. Abriu a porta para que essa disputa moralizante tomasse conta e virasse o centro do debate até hoje. E ganhou poder. (...) Quando se fala assim: “não, eu não quero falar sobre isso”, eu gaguejo e digo o que? “Realmente, isso aqui é muito ruim”, e eu sou um perigo porque vou ajudar essas pessoas”. (...) Seguinte: você não podia falar, podia até fazer, mas “não faz muito barulho com isso”. Esse era o sentimento no governo Dilma. “Tá bom, faz, faz, faz, mas não fala muito disso não”. (...) O governo fez uma opção ali de: “eu não vou ajudar, mas não vou atrapalhar”.

Conforme observado nas passagens acima referenciadas, mesmo locais de discussão de políticas públicas até então favoráveis às comunidades de LGBTIs no passado – como o gabinete presidencial, o Ministério da Educação (MEC), grupos de trabalho temáticos intra-ministeriais, entre outros subsistemas da política – ficaram cada vez mais constrangidos politicamente à positivar as reivindicações destes

grupos, processo este observado ainda na campanha presidencial de 2010 e no início do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff em que se notou a desistência da formulação e do lançamento do “Programa Escola sem Homofobia”, processo este consagrado pelo comunicado público à imprensa, por parte desta presidenta, de que seu governo não faria o que descreveu como “propaganda de opção sexual” (sic) sendo o referido Programa, na realidade, um dos pilares à uma política integral de educação sexual e reprodutiva nos equipamentos escolares que nunca chegou a ser, de fato, implementada no Brasil, conforme destacado pela ex-senadora Fátima Cleide (PT/RO) na seguinte passagem: “(...) eu cheguei a ligar para o povo da campanha [presidencial de 2010] dela [de Dilma Rousseff] e dizer: “por favor, fala para ela não repetir isso, não é kit gay, (...) existe um programa de formação para professores, não é para alunos”.

Deste processo de inesperado “congelamento” e “esvaziamento da agenda [LGBTI] que não termina, não se desmonta”, descrito por Julian Rodrigues (MNDH e setorial LGBTI do PT), do incipiente reconhecimento das múltiplas desigualdades concomitante às pontuais iniciativas de redistribuição de direitos que o governo brasileiro, à época, ainda empreendia a estes grupos, destaca-se que a associação moralizante de uma política pública em andamento à alcunha “kit gay” parece ter despertado o Executivo federal daquele período sobre a dificuldade de encontrar consensos em propostas de políticas responsáveis por reverberar intensos conflitos de matriz religiosa, dentro e fora do governo, o que fez com que, ainda segundo as atrizes e atores políticos aqui ouvidos, fossem se reduzindo as janelas de oportunidade de discussão pública dos temas de interesse das comunidades LGBTIs, cenário em que o governo se deslocou, na visão do ex-deputado federal José Genoíno (PT/SP), para uma posição de “defensiva”, sem “reunir sua tropa, sem marcar território” no sentido de evitar que estes debates, em tese, ocasionassem impasses políticos com parcela do Congresso Nacional, especialmente, mesmo processo descrito por Symmy Larrat (ABGLT e setorial LGBTI do PT) em que “(...) não podia falar, podia até fazer, mas não faz muito barulho com isso, esse era o sentimento no governo Dilma: tá bom, faz, mas não fala muito disso, não. (...) O governo fez uma opção ali de: eu não vou ajudar, mas não vou atrapalhar”.

Ainda sobre a trajetória de “esvaziamento” da alavancagem de uma agenda propositiva a estes grupos alvo de vulnerabilidade

política e social, o entrevistado Eliseu Neto (CIDADANIA) comentou que “(...) ela [a ex-presidenta Dilma Rousseff] entrava nesse discurso conservador e usava a pauta LGBT para negociar com as bancadas mais atrasadas para dar governabilidade para eles”. Esse fato reitera o argumento de Kingdon de que o processo eleitoral e as mudanças na administração pública dele decorrentes influenciam o rol de prioridades do ente público: temas públicos, demandas difusas da sociedade civil e propostas concretas de políticas públicas antes aceitas, discutidas e implementadas por uma gestão podem ter o seu valor simbólico e propósito social rechaçados pela equipe governamental que venceu a eleição e a sucedeu, como no caso aqui exposto.

A partir de uma análise kingdoniana deste processo de desacoplamento dos temas de interesse das comunidades de LGBTIs da agenda política governamental brasileira, tem-se que o Executivo federal – histórico principal indutor tanto das ações de reconhecimento, quanto de redistribuição sob a forma de políticas públicas focalizadas desde 1996 – foi deixando de representar uma arena política favorável à discussão destas agendas destes movimentos sociais, haja vista que a sua defesa pública se revertia em conflitos entre o gabinete presidencial e parte de sua base de apoio parlamentar no Congresso Nacional (MELLO et al, 2012), o que contribuiu para que as ideias e propostas de políticas ao redor da construção de uma cidadania LGBTI deixassem de “flutuar” nos subsistemas da política do governo federal eleito em 2010.

Considerações finais

A despeito do fato de que a ação coletiva destes movimentos sociais parecia promissora no sentido da construção de uma ampla cidadania, em que pesem o usufruto de certas políticas públicas e os direitos de participação e controle sociais em diversos fóruns intra e extra governamentais vivenciados desde a década de 1990, viu-se que a oposição organizada e proposital à ampliação dos direitos LGBTIs no Brasil teve como plano de fundo a intensificação de uma representação parlamentar de cunho religioso responsável e capaz por empreender um processo de não-reconhecimento através do bloqueio da agenda política destes grupos sociais alvos de desigualdade e discriminação.

Este esvaziamento da ação governamental têm legitimado uma cidadania LGBTI cada vez mais precária e regulada, haja vista o contexto “não-decisão” via ausência de leis promulgadas em favor destas comunidades que, somada às decisões negativas através bloqueio das discussões e retirada das ações até então vigentes no âmbito do Executivo federal, deslocaram a discussão e as ações de reconhecimento às arenas judiciais nacionais e subnacionais que têm garantido, ainda que temporária e incertamente, a manutenção de novos direitos e políticas públicas que, por tal trajetória política, têm se mostrado como de governo e não de Estado.

Para se compreender esse curso de inicial incrementalismo e consequente abrupta interrupção da construção destes direitos, notou-se que os marcos teóricos da chamada literatura de Políticas Públicas, a exemplo daquele empenhado em analisar a formação da agenda governamental aqui mobilizado, oferecem certos requisitos teóricos para se compreender o porquê estas agendas de movimentos sociais sofreram rápidas alterações que levaram ao seu esvaziamento político e esquecimento por parte do ente público, processo político este que, certamente, revela-se como uma agenda de pesquisa promissora do chamado “campo científico das Políticas Públicas” e áreas correlatas no futuro.

Referências

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; NETO, Mussi Assad Mussi Koury; MELO, Mariana Cristina Pereira. A revogabilidade política das decisões do STF: a vulnerabilização na tutela de direitos fundamentais e o especial prejuízo aos grupos LGBT. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, número 199, p.55-75, jul.set. 2013. BRASIL, Felipe Gonçalves, CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. O processo de agenda-setting para os estudos das Políticas Públicas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, p.41-63, 2015.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CALMON, Paulo C. P.; COSTA, Marcelo Marchesini. “Análise de Políticas Públicas no Brasil: Estudos sobre a Formação da Agenda Governamental”. In: 31º Encontro da ANPAD, 2007.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**, v. 5, p. 131-147, abril/2010.

DA COSTA SANTOS, Gustavo Gomes. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, 2007. DIAS, Maria Berenice. Legislação brasileira e homofobia. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 163-174, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Revista de Estudos Gays, Gêneros Sexualidades**. p. 131-158, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 15, p. 231-239, 2006. IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta**, v. 12, n. 34, 2014.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. Longman P.G., 1984. MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, 2012, 39: 403-429.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

NUNES, Lauro Victor. **Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: estudo de caso sobre uma omissão**

legislativa. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2018.

_____; DOS SANTOS, Claudia Valéria. Direitos para LGBTIs no Brasil: os *outliers* da agenda legislativa? **E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, n. 23, p. 133-155, 2017.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal.** Ano de defesa: 2006. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica (PUC). Minas Gerais, 2006.

TAYLOR, Matthew. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. **Dados**, nº 50, vol. 2, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Record Editora, 7ª edição, 2007.

POLÍTICAS URBANAS E ZONAS DE PROSTITUIÇÃO: OLHARES SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DA PROSTITUIÇÃO EM SÃO PAULO E AMSTERDÃ

João Soares Pena

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, joaopena.88@gmail.com;

Ricardo Mingareli Del Valle

Doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, ricardo.delvalle@gmail.com

Resumo

A prostituição, assim como outras atividades, participa dos processos de produção do espaço urbano. Entretanto, ela não é tratada da mesma maneira quando de projetos de intervenção urbana. Isto decorre não apenas da forma como é percebida nas sociedades, como também nas políticas de prostituição adotadas em distintos contextos. Em qualquer caso, essa atividade influencia não só na dinâmica urbana cotidiana, mas na configuração física das cidades também. A partir de uma análise na sequência territorial de confinamento da prostituição na cidade de São Paulo/Brasil, através do exercício da extinta Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro (1939-1953), da Boca do Lixo na década de 1960, e dos resquícios prostitucionais urbanos diluídos periféricamente pelo centro da cidade, em comparação com a organização do *Red Light District*, em Amsterdã/Países Baixos, discutimos o papel da prostituição nessas cidades, analisando a dinâmica dessas áreas específicas, as relações e tensionamentos entre essa atividade, políticas e projetos urbanos implementados pela gestão pública, bem como as dinâmicas de gênero aí existentes. Mostramos que, apesar de a prostituição ter sido

reconhecida como uma ocupação no Brasil em 2002 e regulamentada nos Países Baixos em 2000, em ambos os casos sua inserção na cidade continua sendo marcada pelo estigma de puta, pela criminalização do contexto prostitucional, pela situação de vulnerabilidade social em que muitas estão, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, pela invisibilização e expulsões quando de projetos de “renovação” urbana.

Palavras-chave: Prostituição, Zona de Baixo Meretrício, *Red Light District*, Projeto Urbano, Política Urbana.

Introdução

A cidade pode ser observada e analisada a partir de distintas perspectivas tanto no que concerne sua materialidade quanto as relações que aí são tecidas. Entre tantos elementos que participam da produção do espaço e da dinâmica urbana, a prostituição tem sido ainda um tema marginalizado e pouco debatido nos campos da arquitetura e do urbanismo. No âmbito do planejamento e da gestão urbana a abordagem sobre a prostituição tem sido marcada pelo que Foucault (1999) chama de “gestão diferencial dos ilegalismos”, uma forma de, em alguma medida, manter zonas de prostituição a despeito da proibição de bordéis, por exemplo. Essa gestão pública varia em cada contexto e depende do enquadramento legal da prostituição, de questões morais e políticas.

Amsterdã e São Paulo são as duas maiores cidades dos Países Baixos e do Brasil respectivamente, tendo, portanto, grande relevância nesses países. Com relação à prostituição, as experiências de ambas as cidades ajudam a compreender questões que estão no debate nacional, bem como a forma como a atividade tem sido encarada em termos de política urbana, sua participação na dinâmica da cidade e as dificuldades enfrentadas pelas prostitutas.

Metodologia

Esta comunicação consiste em um estudo comparativo entre duas cidades em dois países distintos: São Paulo/Brasil e Amsterdã/Países Baixos. A partir de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, evidenciamos a importância da prostituição como elemento da produção do espaço urbano. Não buscamos apenas as similaridades entre essas cidades, mas também as particularidades de acordo com cada contexto.

Resultados e discussão

Amsterdã

A prostituição é um aspecto decisivamente marcante em Amsterdã, notadamente em razão das vitrines do *Red Light District*

(Fig.01). Sua presença remonta ao medievo quando, por volta de 1413, ela foi inserida na legislação municipal. Sendo uma cidade comercial e portuária, Amsterdã sempre contou com uma população flutuante de viajantes e marinheiros que aportavam na cidade. Os bordéis eram importantes não apenas como forma de entretenimento para essas pessoas, mas também para a dinâmica econômica local. Contudo, a atividade sempre foi apenas tolerada, mas não socialmente aceita. A prostituição era, então, considerada um “mal necessário”, já que os homens poderiam saciar seus desejos com as prostitutas, preservando as jovens virgens e “puras”. Entretanto, apesar da presença ativa das prostitutas, havia restrição em determinadas áreas e uma tentativa de concentrá-las fora dos muros que cercavam a cidade (PENA, 2019; 2020). Por outro lado, as prostitutas sempre lutaram pela sua permanência na cidade, resistindo às tentativas de confinamento, exclusão, apagamento, bem como à repressão do Estado.

Figura 01: Reprodução das vitrines no *Red Light District* de Amsterdã, Países Baixos, 2020



Fonte: dos autores (2021)

Durante o séc. XIX os Países Baixos sofreram uma ocupação francesa e o modelo regulamentarista, criado pelo higienista Alexandre Parent-Duchâtelet, foi implantado em Amsterdã. Foi a primeira vez que a prostituição foi regulamentada, mas a preocupação naquele momento era com a saúde do exército francês, o que fazia necessário o controle dos corpos das prostitutas através de exames médicos

regulares obrigatórios e sua concentração espacial. A partir de meados desse mesmo século, o surgimento de movimentos antiprostituição resultou no fechamento dos bordéis em Amsterdã em 1897 e sua proibição em todo o país em 1911. Obviamente os bordéis não desapareceram, mas passaram a ser regidos por uma “tolerância regulada”, ou gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT 1999), o que significa que as autoridades permitiam seu funcionamento desde que não causassem transtornos.

A partir do final dos anos 1960 uma diversificada indústria do sexo floresceu no *Red Light District*. Um dos principais estabelecimentos existentes na área é o Theatre Casa Rosso, fundado em 1968, sendo, segundo seu proprietário, o primeiro teatro de sexo ao vivo do mundo (PENA, 2020). Outras atividades se instalaram no bairro, tais como: cines pornô, *sexshops*, bares, casas de *peepshow*, *sex clubs*, cassinos, *coffeeshops* etc. Esse núcleo lúdico, nas palavras de Feldman (1989), passou a marcar de forma decisiva a paisagem urbana do centro de Amsterdã, bem como definiu uma dinâmica específica no contexto urbano. A indústria do sexo, uma vez consolidada, tornou-se um elemento central para imagem da cidade de Amsterdã no contexto internacional.

Nessa mesma época, entre os anos 1960 e 1970, a paisagem urbana do *Red Light District* correu o risco de ser profundamente transformada em virtude de um plano para reformar a área. A proposta era abrir avenidas para facilitar o tráfego de automóveis e demolir as antigas habitações, construindo sem seu lugar moradias modernistas, ou seja, grandes blocos com diversas unidades habitacionais como os existentes no bairro de Bijlmermeer. Além disso, o plano também propunha transformar essa área num distrito de negócios com grandes hotéis e bancos, servido pelo metrô e por uma grande avenida (UITERMARK, 2004; FAINSTEIN, 2010). Entretanto, um forte movimento de resistência eclodiu, contrapondo-se às mudanças propostas. Muitos imóveis subutilizados foram ocupados, dando novo fôlego ao bairro e contribuindo para Amsterdã ser conhecida como uma cidade contra-hegemônica. Desse modo, não somente a arquitetura holandesa tradicional foi mantida, como a prostituição e outras atividades da indústria do sexo puderam também permanecer e se consolidar.

A gestão diferencial do ilegalismo pelo Estado durou até o final dos anos 1990, quando um intenso debate público resultou na regulamentação da prostituição e na legalização dos bordéis (OUTSHOORN,

2012; PENA, 2019). A regulamentação/legalização atribuiu aos municípios a realização do licenciamento do setor, a definição de zonas de prostituição e seu monitoramento. Vale ressaltar que, apesar da legalização, um município pode não apenas limitar, mas também proibir o funcionamento de bordéis através do que se chama “opção zero” (*nuloptie*). Esse marco legal reorganizou a geografia da prostituição em razão das exigências a serem atendidas. Com dificuldade de se adequarem ao novo contexto, pequenos bordéis foram aos poucos incorporados por grandes empresas. Desse modo, hoje em dia poucas empresas controlam um grande número de vitrines no *Red Light District* (PENA, 2020).

Curiosamente, poucos anos após o reconhecimento da prostituição enquanto trabalho, emergiu um debate na arena pública local em que ela foi relacionada à criminalidade existente no *Red Light District*. Um dos principais problemas alegados foi o tráfico de mulheres para fins de prostituição, melhor dizendo, exploração sexual. Evidentemente, as atividades ilícitas presentes no bairro durante quase um século de “tolerância regulada” não desapareceriam da noite para o dia, mas seu enfrentamento deveria acontecer por meio de ações bem elaboradas e que não prejudicassem aquelas já estigmatizadas no contexto social. Na esteira desse debate, o vereador social-democrata Lodewijk Asscher, com o apoio do prefeito de Amsterdã, Marius Job Cohen, lançou uma campanha pela “limpeza” do bairro.

Em 2007 a Prefeitura de Amsterdã lançou o Plano 1012, sob a alegação de que a cidade deveria recuperar essa área que estariam tomadas pela criminalidade, retomando o discurso, sobretudo dos anos 1980, que retratava a prostituição como principal vetor dos problemas enfrentados pelo bairro e pela cidade. Desse modo, embora a criminalidade fosse alegada como principal razão para as intervenções, os objetivos voltavam-se especialmente para a melhoria do bairro para novos negócios e investimentos e também para a melhoria da qualidade da imagem da cidade (AMSTERDAM, 2008). Uma das principais ações do Plano 1012 foi o fechamento de vitrines de prostituições, apontado como solução para a criminalidade (AALBERS, 2016). A redução das vitrines abriria espaço para os novos estabelecimentos e os serviços de maior qualidade esperados, visando um público mais abastado.

O turismo teve lugar de destaque nas mudanças propostas pelo referido plano, uma vez que as vitrines e outros estabelecimentos

da área seriam substituídos por lojas, galerias, restaurantes, lanchonetes etc. Contudo, não se tratava de qualquer perfil de turista, pois a intenção era atrair aqueles visitantes com alto poder aquisitivo e menos interessados na prostituição característica do *Red Light District*. A intenção era diversificar os serviços do bairro, considerados excessivamente homogêneos pela indústria do sexo. Com as intervenções do Plano 1012, a prostituição sofreu um encolhimento no tecido urbano do bairro, mas continuou sendo um aspecto importante para a imagem da cidade no mercado internacional de turismo (PENA, 2020).

No bojo do Plano 1012, entre 2007 e 2018, foram fechadas 112 vitrines, 26 *coffeeshops*, além de *sexshops* e outros estabelecimentos. Em seu lugar foram instalados diversos restaurantes, lojas, lanchonetes, cafés etc. com grande foco no turismo. É importante salientar também a redução do comércio e serviços voltados a atender a demanda dos moradores locais. Com a redução do número de vitrines e sua concentração em algumas ruas do bairro, o bairro tem ficado superlotado de turistas, especialmente no verão. Isto tem provocado transtornos aos residentes do bairro e se tornou uma preocupação da gestão pública. A prefeitura tem tomando medidas a fim de diminuir o fluxo de turistas no bairro, mas não reconhece o papel do Plano 1012 que mudou radicalmente a geografia do *Red Light District* (PENA, 2020).

Apesar de ter como justificativa o combate à criminalidade, a análise feita por Pena (2020) mostrou que as ações empreendidas visavam muito mais uma “renovação” do tradicional bairro, pavimentando a área para investimentos privados, muitos previstos antes mesmo do Plano 1012. Segundo Aalbers (2016), o Hotel Krasnapolsky, um dos principais parceiros do plano, reservou a quantia de 120 milhões de euros para investir na área da intervenção. Além disso, as ações para combater o alegado tráfico de mulheres se restringiram basicamente ao fechamento das vitrines. Não se sabe o paradeiro das trabalhadoras sexuais que perderam as vitrines, de igual modo Outshoorn (2012) afirma que não há dados exatos e confiáveis sobre o número de prostitutas, tampouco de possíveis vítimas de tráfico ou exploração.

Portanto, o Plano 1012 baseava-se menos em dados do que nos interesses políticos e econômicos de determinados grupos para o *Red Light District*. Uma das intenções desse plano era reposicionar Amsterdã no mercado global de cidades a partir da melhoria de sua imagem, para tanto buscaram diminuir a importância da prostituição

na cidade tanto em termos espaciais quanto em relação a sua imagem (PENA, 2020). Por isso, em vez de investigações e ações mais complexas e sofisticadas para o enfrentamento da criminalidade, optaram pelo fechamento das vitrines e a alteração da geografia da prostituição, reduzindo seu espaço no bairro. Os novos negócios precisavam do espaço antes ocupados pela indústria do sexo.

A intenção de efetivar uma higienização social no *Red Light District*, retirando do bairro as trabalhadoras sexuais, cuja profissão foi regulamentada em 2000, evidencia uma mudança na percepção sobre a prostituição na cidade. Além de todas as mudanças feitas a partir de 2007 pelo Plano 1012, recentemente a Prefeitura de Amsterdã divulgou uma proposta que visa à realocação de parte significativa das vitrines de prostituição remanescentes no bairro para um novo “centro erótico”, o qual deverá ser construído fora do centro da cidade (BOFFEY, 2021). Isto acontece justamente num momento em que as prostitutas enfrentam problemas para se manter, já que as vitrines foram fechadas durante a pandemia de Covid-19 e elas foram proibidas de trabalhar. Apesar da regulamentação e de estarem devidamente registradas, muitas dessas trabalhadoras não tiveram acesso ao suporte financeiro oferecido pelo Governo, concedido apenas àquelas de nacionalidade holandesa. De acordo com Pena (2020), os limites da regulamentação, já apontados por muitas ativistas holandesas pelos direitos das trabalhadoras sexuais, ficaram ainda mais evidentes durante a crise sanitária.

As mudanças no bairro iniciadas com o Plano 1012 seguem em curso. Se antes a razão para fechar as vitrines seria a sua ligação com atividades ilícitas, agora afirmam que a prostituição é a causa da enorme quantidade de turistas no *Red Light District* e os consequentes problemas. A solução apontada é mais uma vez a remoção da prostituição do bairro central e sua instalação na periferia. Esse tipo de investida não é novidade para as trabalhadoras sexuais, que ao longo dos séculos sempre foram alvo de estigmatização, exclusão e repressão. Resta aguardar que elas tenham capacidade de resistência criativa para superar mais essa ameaça.

São Paulo

De semelhante modo, a prostituição também é deliberada como um aspecto marcante para a cidade de São Paulo; de forma que, essa

notoriedade e/ou necessidade de normatização pública só começa a ser percebida após 1860, com a mudança do comportamento feminino no espaço urbano e a caracterização da prostituição envolta à modernização que pairava à época (RAGO, 1991). De certa maneira, uma contraposição às primeiras legislações no assunto, contidas no Código Criminal do Império do Brasil em 1830,¹ quem distinguiam a mulher pública da mulher honesta e enfatizavam indiretamente, a prostituição por crimes de ofensas à moral, prevendo punições dissemelhantes aos crimes de violências sexuais a estas divergentes categorias sociais femininas. Essas normas foram prorrogadas pelo Código Penal de 1890² e descaracterizadas, posteriormente, com as atualizações do Código Penal de 1940³, ao vincularem a prostituição aos crimes de explorações sexuais. Contudo, esta mesma revisão do Código Penal (CP), ainda “trazia a expressão ‘mulher honesta’, a exemplo, das legislações anteriores, que realizava um julgamento do comportamento da mulher vítima, perante a sociedade” (FARIA, 2016).

Essa classificação estereotipada frente à moralização da conduta foi somente sofrer alterações de redação a partir da Lei 12.015 de 2009, que atualizou o vocabulário da linguagem clássica que associava as relações sexuais destoantes aos atos imorais. “Com essa nova redação [...], a prostituta também pode ser uma vítima, mesmo estando em serviço, tendo, portanto, sua dignidade sexual protegida, tendo em vista que, pode recusar a manter relações com determinados clientes,

- 1 O artigo 222 do Código Criminal do Império do Brasil, instituído em 1830, previa penas de 3 a 12 anos de reclusão para os crimes de estupro por meio de violência ou ameaças contra a segurança da honra de qualquer mulher honesta, enquanto o mesmo crime sendo cometido contra as prostitutas, tinha penas entre 1 mês e 2 anos (BRASIL, 1830).
- 2 O artigo 268 do Código Penal de 1890 ainda seguia as formulações de leis do Império e previa penas aos crimes de estupro a qualquer mulher honesta de 1 a 6 anos de reclusão, enquanto o mesmo crime sendo cometido contra prostitutas tinha penas entre 6 meses e 2 anos (BRASIL, 1890).
- 3 A revisão do Código Penal Brasileiro de 1940 separou os crimes de violência contra a mulher dos crimes de prostituição, dando atenção um pouco mais especial para cada item. Entre os artigos 213 e 216, a lei se atentou aos crimes contra a liberdade sexual da mulher, especificamente, ainda sobre a mulher honesta. Entre os artigos 217 e 226, atentou-se sobre a sedução e corrupções de menores, sobre raptos e presunção de violências libidinosas contra as mulheres. Logo, entre os artigos 227 e 228, indicou-se os crimes de indução e favorecimento à prostituição, enquanto que entre os artigos 229 e 231 foram especificados os crimes sobre as casas de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres (BRASIL, 1940).

ou estabelecer limites para o ato” (*ibidem*, 2016). À vista disto, o CP foi revisado em 2017⁴, trazendo “ao ordenamento jurídico brasileiro uma proteção integral e um tratamento diferenciado quanto à dignidade sexual dos vulneráveis” (*ibidem*, 2016).

Antes dessas aparições legislativas, a prática da prostituição equiparava-se às marginalizações levianas, vadias, criminalizarias e até mesmo escravocratas⁵, que caracterizaram a desordem dos costumes morais e dos comportamentos urbanos toleráveis. Disseminadas entre as grandes metrópoles brasileiras na época, a prostituição provocou uma série de problemas que exigiram soluções das autoridades conforme a gravidade e inflição das normas costumeiras. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro por exemplo, enquanto o alastramento sífilítico entre a prática urbana da prostituição levou a medicina a assumir um caráter político (ENGEL, 2004), a conduta perturbadora nos territórios das cidades, levou seus governantes a tomarem como medidas punitivas a deportação de algumas prostitutas para regiões despovoadas, afim de conter não somente a imoralidade pública e o escandaloso modo de vida, como também favorecer o povoamento em regiões desabitadas (FONSECA, 1982; ENGEL, 2004).

Frente a tal estruturação hedionda e a participação efetiva da mulher prostituta na dinâmica da vida social, surge um posicionamento favorável à regulamentação da prostituição, agora encarada como um problema público, principalmente no que tange às questões sanitárias, que arbitraram um posicionamento tolerável à desordem urbana desse “mal necessário”, concluindo que sua prática não deveria ser proibida, mas vigiada e regulamentada (FELDMAN, 1989; RAGO, 1991; ENGEL, 2004). Para tanto, o governo paulistano, assim como o

4 Em abril de 2017, o CP foi conferido mediante atualização dos termos que caíram em desuso. Aponta-se, entre os artigos 213 e 216, os crimes de violação sexual e estupro; entre os artigos 217 e 218, a corrupção de menores e vulneráveis; e, entre os artigos 227 e 228, a mediação e favorecimento da prostituição como exploração sexual, sem classificá-los por hierarquias sociais femininas. Continuando, especificamente, o artigo 229 trata sobre os crimes em casas de prostituição, o artigo 230 sobre o rufianismo e o artigo 231 sobre tráfico e exploração sexual (BRASIL, 2017).

5 Fonseca (1982) indica uma constância nas práticas sexuais entre senhores e escravos na cidade de São Paulo durante o século XVIII, porém não tão acentuada como no Rio de Janeiro que, segundo Engel (2004), constituíram princípios hierárquicos significativos aos fatores sociais determinantes da prostituição carioca, uma vez que, no período pós-abolicionista, a prostituição se tornou uma alternativa entre as mulheres negras que compunham o quadro de pessoas sem ocupação ou com baixos salários.

de Amsterdã, adotou os modelos regulamentaristas, ora antes defendidos por Duchâtelet, afim de que, a princípio, fossem parametrizadas e higienizada a organização da prostituição pública na cidade, com restrição impostas às suas ações urbanas e medidas preventivas para contenção de seu crescimento, cabendo à polícia assumir as medidas normalizadoras (FELDMAN, 1989). Em 1896, o “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes”, expedido pelo Chefe de Polícia, Xavier de Toledo, visava disciplinar o comportamento audacioso das prostitutas, estabelecendo: a inibição das provocações verbais, espetacularizações corporais entre clientes e profissionais e a ordem, através de trajes e elementos arquitetônicos aceitáveis, como vitrines forradas por venezianas e cortinas em estabelecimentos autorizados (FONSECA 1982). Já nos anos de 1908 e 1913, dois projetos foram apresentados à Câmara Municipal, porém não aprovados, cedendo à polícia a execução da lei, controle de medidas comportamentais e sanitárias, registros sociais e delimitações de locais para instalação da prostituição na cidade (FELDMAN, 1989). No entanto, somente a partir de 1914 é que começou a ser realizado, gradativamente, o controle regulamentarista da prostituição através do demasiado crescimento das prostitutas cadastradas nos registros oficiais da polícia, passando de 812 para 10.008 prostitutas cadastradas até o ano de 1936 (FALDMAN, 1989; RAGO, 1991).

Em relação aos quesitos médicos, principalmente sobre as medidas relativas à profilaxia da sífilis, os modelos regulamentaristas expunham as prostitutas a excessivos, indecorosos e obrigatórios exames médicos que as identificavam por limpas ou doentes. Ao mesmo tempo, eram segregadas em vigiados guetos e aprisionadas em bordéis ou hospitais, quando doentes (RAGO, 1991; ENGEL, 2004). Essa alternativa desencadeou a polemica de que todo desenvolvimento da prática prostitucional no território urbano correria em torno da moral conferida. Isto fez com que opositores levantassem um movimento anti-regulamentarista, argumentado na vitimização das prostitutas perante uma rede de poder autoritária, procurando refazer a imagem da prostituição desassociada da vadiagem e criminalidade (RAGO, 1991).

Em 1939, sob tais regulamentos, Autoridades Policiais, juntamente com o Dr. Adhemar de Barros, Interventor Federal de São Paulo na época, tomaram a decisão de confinar a prostituição paulistana num perímetro urbano delimitado (Fig.02); buscando assim, melhor

policciamento, fiscalização sanitária e menor vexame às famílias que transitavam pela região.

Ao todo, a Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro abrigou aproximadamente 150 bordéis e mais de 1.000 prostitutas (FONSECA, 1982). Entretanto, com a pressão e preocupação da moralização dos costumes, após intensa campanha e ordenamento do então prefeito Jânio Quadros e do governador Lucas Nogueira Garcez, em 1953 a prostituição foi lançada de volta às ruas não confinadas, encerrando, com isso, a única zona de prostituição regulamentada da cidade. Essa atitude governamental possibilitou, novamente, a diluição da prática pela cidade, assim como todos os problemas sociais originados dela (DEL VALLE, 2020); criando com isso, novas zonas, como a “Boca do Lixo”, a partir dos processos de dominações e exclusões territoriais. Neste enredo, também surgiu a “Boca do Luxo”, “[...] como um espaço de especialização funcional, em que a prostituição é internalizada em estabelecimentos de diversão, legalmente instalados na cidade” (FELDMAN, 1989, p.132) que, mesmo com diferenças socioeconômicas, também se destinava à delinquência e controle opressor das prostitutas. Essas áreas contavam com organizações próprias comandadas pelos “donos das bocas” em resposta a um esquema policial repressivo que enfatizava, ainda mais, a desvalorização, a clandestinidade e a criminalidade da prostituição e das prostitutas.

Figura 02: Reprodução das vitrines na Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro, São Paulo, Brasil (1939-1953)



Fonte: dos autores (2021)

A partir do final da década de 1970, os direitos civis das prostitutas começam a ser reivindicados por frentes feministas e associações coletivas protagonizadas por ativistas como Gabriela Leite e Lourdes Barreto, entre outras. Apesar disso, suas reclamações foram ouvidas somente em 2002, com o registro das “profissionais do sexo” na relação oficial de trabalho da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5198-05. Na sequência houve a criação de alguns projetos de lei (PL), como o PL n. 98/2008, apresentado ao Poder Legislativo pelo então deputado federal Fernando Gabeira. Este projeto reconhecia a legitimidade dos pagamentos por serviços sexuais, propondo a revogação dos artigos 228, 229 e 231 do CP, que criminalizavam a facilitação da prostituição, a operação de casas de prostituição e o tráfico de mulheres, implicando uma drástica alteração no modelo prostitucional vigente no Brasil, que ainda a enfatizava como “um mal necessário” (RODRIGUES, 2009; PENA, 2019). Porém, a proposta do PL foi arquivada por várias vezes nos anos seguintes. A temática, voltou às discussões congressuais apenas em 2012, através do também arquivado PL n. 4211/2012, batizado como Projeto de Lei Gabriela Leite, de autoria do então deputado federal Jean Wyllys, com propostas parecidas ao PL interior, só que, desta vez, requerendo a descriminalização das casas de prostituição, alegando a garantia de melhor qualidade de vida para as prostitutas, além da determinação de critérios de funcionamento, fiscalização e controle (PENA, 2019). Desde então, a prostituição paulistana continua à mercê de deliberações legais e públicas para se constituir, adequadamente, na espacialidade da cidade.

Considerações finais

Como vimos, tanto em Amsterdã quanto em São Paulo a prostituição desempenha um papel importante na dinâmica urbana. Em alguns momentos, as políticas de prostituição adotadas no Brasil e nos Países Baixos se aproximaram, mas, sobretudo, nas duas últimas décadas elas são distintas: enquanto os Países Baixos regulamentaram a prostituição em 2000, o Brasil ainda segue com uma política abolicionista. Partindo de perspectivas diferentes, essas políticas se refletiram nos territórios de formas distintas. Nas duas cidades analisadas a geografia da prostituição sofreu alterações ao longo do tempo em virtude da adoção de diferentes leis e políticas urbanas, das quais

provocaram processos de remoções, confinamentos e dispersões nos tecidos urbanos.

Salientamos que os parâmetros de legitimidade são essenciais para que os profissionais do sexo estejam amparados a suportar socialmente e urbanisticamente, com condições dignas de sobrevivência e continuidade de seus trabalhos, momentos imprevisíveis como os quais vivemos hoje em sociedade com a pandemia da Covid-19. Isto é notado na maneira como as diferentes lideranças, das cidades aqui citadas, relacionam a prostituição às táticas emergenciais e à permanência de sua prática nas cidades durante este período.

No momento atual, as prostitutas holandesas contam com um pouco mais de segurança, devido as especificações estipuladas por lei à categoria. No entanto, o mesmo delineamento legal que assegura em alguma medida boa parte das prostitutas holandesas, deixa de fora as prostitutas estrangeiras e não regulamentadas que também atuam no território prostitucional comum de Amsterdã. Enquanto isso, em São Paulo e no Brasil como um todo, a classe prostitucional, assim como outros trabalhadores impactados pela pandemia, conta somente com um suporte financeiro concedido pelo Governo Federal, que estipula auxílio aos grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira, mas não estabelece especificidades para que, de fato, essas categorias sejam amparadas corretamente.

Referências

AALBERS, Manuel. Amsterdam. In: CHENG, Tsaiher (ed.). **Red Light City**. Montreal/Amsterdã: The Architecture Observer, 2016.

AMSTERDAM. **Heart of Amsterdam**: future perspectives 1012. Amsterdam: I amsterdam, 2008. BOFFEY, Daniel. Amsterdam plans out-of-town 'erotic centre' as part of cleanup bid. **The Guardian**, 6/05/2021. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2021/may/06/amsterdam-plans-out-of-town-erotic-centre-as-part-of-cleanup-bid>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BRASIL. Lei, de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal**. In *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1830. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/>

lei-38059-16-dezembro-1830-565840-publicacaooriginal-89575-pl.html>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal**. In *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. In *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 31 dez. 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848/1940. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

DEL VALLE, Ricardo Mingareli. Da instituição à dissolução da “zona de Baixo Meretrício Paulistana”: a segregação do gênero prostitucional diante das questões de tolerância, gentrificação e salubridade. In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo – SIU, 2020, São Paulo. **SIU**, n. 12, 2020. Disponível em: <<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/336549/10186-11523-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAINSTEIN, Susan. **The just city**. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

FARIA, Gabriel Moraes. Breve apontamentos acerca do histórico do Estupro. **JUS**, 11/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54227/breves-apontamentos-acerca-do-historico-do-estupro>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FELDMAN, Sarah. **Segregações Espaciais Urbanas:** a territorialização da prostituição feminina em São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1989

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo.** São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

OUTSHOORN, Joyce. Policy change in prostitution in the Netherlands: from legalization to strict control. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 9, n. 3, setembro de 2012, p. 233-243. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-012-0088-z>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PENA, João Soares. Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 7, n. 1, 2019, p. 1-20. Disponível em: <<https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/345>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

PENA, João Soares. **Além da vitrine:** produção da cidade, controle e prostituição no *Red Light District* em Amsterdã. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2020.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho com outro qualquer? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.68-76, jan/jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

UITERMARK, Justus. The origins and the future of the Dutch approach towards drugs. **Journal of Drug Issues**, v. 34, n. 3, 2004, p. 511-532. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002204260403400303?journalCode=joda>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DO GRUPO MATIZES EM TERESINA (PI)

Libni Milhomem Sousa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI), libnichaves@hotmail.com;

Ana Kelma Cunha Gallas

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), kelmagallas@yahoo.com.br;

Olívia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas, oliviaperez@yahoo.com.br;

Resumo

O presente artigo aborda a contribuição de um importante movimento social de Teresina (PI), o Grupo Matizes, para a garantia de direitos da população LGBTQI+. Especificamente, analisamos como o movimento social atuou na provocação de pautas para implementação de políticas públicas a partir da estratégia de judicialização das questões sociais. A pesquisa qualitativa e documental analisou documentos e duas entrevistas com militantes que atuam no Grupo Matizes, indicando como o movimento se organizou em torno da judicialização das demandas. Os resultados revelam que a estratégia do Grupo Matizes em apostar na judicialização das questões sociais relativas a

população LGBTQI+ tem se mostrado eficiente como forma de equiparação social.

Palavras-chave: Judicialização, Políticas Públicas, População LGBTQI+, Grupo Matizes.

Introdução

Para que sejam efetivadas as demandas relativas a população LGBTQI+, os movimentos sociais apostam na judicialização da questão social. Embora sejam reconhecidos alguns avanços, através do fortalecimento de políticas públicas para o segmento, a operacionalização da efetiva garantia de direitos, tem demandado a “interpelação do Poder Judiciário” (AGUINSKY, 2006).

A judicialização das reivindicações LGBT tem se constituído como um movimento global, que vem transcorrendo sincronicamente em um número expressivo de países (CARDINALI, 2017). Apesar de ser apenas mais uma das estratégias de transformação da realidade LGBTQI+, tem se mostrado eficiente para conduzir uma seara de disputas das diferentes inclinações sociais nesse campo.

Apesar do Brasil ser considerado um país pioneiro em políticas públicas para a população LGBTQI+ (RODRIGUES; IRINEU, 2012), existe ainda, uma forte presença das ocorrências relacionadas ao estigma sofrido pelo segmento, sobretudo, pelo avanço do conservadorismo, refletido no campo da política (ARAGUSUKU; LOPES, 2016), o que ocasiona uma espécie de “efeito manada” dos problemas sociais aos LGBTQI+. É nessa direção que o estudo intenciona contribuir, ao propor pensar o fenômeno da judicialização das questões sociais como uma alternativa para resolver as demandas coletivas e estruturais utilizando para isso o Sistema de Justiça.

Pensar a conjuntura política e social que se voltam para a população LGBT, como sujeitos de direitos no Brasil (AGUIÃO, 2014) é também refletir sobre os vários impedimentos para o cumprimento de políticas públicas, especialmente, quando a direção é guiada ao Poder Judiciário, que de início, não compete essa atribuição (BARCELOS, 2008; SARLET, 2009). Nesse aspecto, repercutir sobre como os movimentos sociais LGBTQI+ se comportam frente a essa realidade e como se mobilizam para reverter um quadro fortemente marcado pela ausência de direitos, é necessário compreender o fenômeno da judicialização como um caminho a ser experimentado.

Dessa forma, para investigar a judicialização no campo dos direitos LGBTQI+, selecionamos com objetos/sujeitos de pesquisa, o Grupo Matizes, principal movimento social na defesa da garantia dos direitos humanos da população LGBTQI+ em Teresina. Analisamos como

o movimento social atuou na provocação de pautas para implementação de políticas públicas a partir da estratégia de judicialização das questões sociais.

O Grupo Matizes atua em Teresina - PI, na busca pela efetivação de direitos da população LGBTQI+, o que mostra o quanto se faz necessário o trabalho dos movimentos sociais. A partir das escolhas metodológicas de pesquisa adotadas neste estudo, que serão explicadas na seção Metodologia, argumentamos que o artigo atingiu o objetivo proposto, ao trazer os relatos da realidade do movimento, não só em relação as medidas de trabalho adotadas, mas, especialmente, em como a judicialização das demandas tem sido uma relevante estratégia de se fazer garantir os direitos.

A realidade aqui apresentada, faz com que seja urgentemente mais necessária a atuação dos movimentos sociais LGBTQI+, que para além de dialogar com a esfera pública, ao expor as vulnerabilidades e demandas do segmento, atua também, na construção de um caminho voltado ao respeito e a pluralidade das possibilidades sexuais.

Ao investigar a judicialização como umas das estratégias tomadas por um movimento social LGBTQI+, o artigo colaborou na compreensão em como a judicialização pode ser um relevante instrumento a favor da efetivação dos direitos renegados ao segmento, aqui ocupando, de certo modo, uma lacuna teórica sobre os recursos usados pelos movimentos social na aquisição de direitos.

Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa, onde foram adotadas as técnicas de pesquisa: a) análise documental e b) história oral.

A metodologia de trabalho foi dividida em dois momentos. No primeiro, foram consultados notícias em sites, Blog do Grupo Matizes, artigos e produções científicas, que tratam não só da história do Matizes, mas também, de como o movimento se articulou em torno da estratégia de judicialização dos direitos.

No segundo, foram coletados depoimentos de dois militantes que fazem parte do Grupo Matizes, o professor universitário, Fabiano Gontijo e a militante de direitos humanos, Marinalva Santana. O roteiro de entrevista, apresentou perguntas semi-estruturadas que versaram sobre como o Grupo Matizes organizou sua estrutura de trabalho com foco na provocação da judicialização das demandas do segmento. A

escolha dos entrevistados foi intencional, por meio das contribuições verificadas para a fundação e desenvolvimento do movimento até os dias de hoje em 2021. As entrevistas foram realizadas nos dias 22 e 24 de fevereiro de 2021, às 18h e 19h respectivamente, através da ferramenta Google Meet.

O roteiro de entrevista foi dividido em 2 partes: a) trajetória do Grupo Matizes, enquanto movimento social LGBTQI+; b) judicialização das demandas. A proposta foi entender o que levou Grupo Matizes a apostar na estratégia de judicialização, como ferramenta de conquistas de direitos. Para isso foi preciso conhecer o itinerário do Grupo Matizes, o que possibilitou posteriormente compreender o porquê da estratégia de judicialização como a mais relevante para o movimento. A entrevista envolveu 11 questionamentos direitos contidos no roteiro, somadas a outras perguntas sobre o tema que surgiram no decorrer da mesma. O resultado das entrevistas foram descritos junto com as análises aqui realizadas, na próxima seção.

Resultados e discussão

Ao olharmos para o Brasil, os movimentos sociais LGBTQI+, atentos a necessidade de inserção de um espaço de construção de um diálogo político e engajado, que corrobora com a minimização das vulnerabilidades e, consequentemente o acesso à cidadania, foram se articulando em torno das questões políticas vigente no país, o que pode ser confirmado nos estudos de Green (2003) e Okita (2007), ao afirmarem que lésbicas e gays atuaram fortemente na luta pelas liberdades políticas.

No Piauí, a trajetória do movimento LGBTQI+, teve início em Teresina no ano de 1988, período em que o país avançava em seu processo de redemocratização com a promulgação de uma nova Constituição Federal. A criação do Grupo Free, organização responsável por reivindicar os direitos de gays e lésbicas no estado, propôs discutir gênero e diversidade sexual, ao inserir na sociedade a discussão de temas relacionados às experiências sexuais reprimidas, por intermédio da análise da identidade sexual de lésbicas, gays e travestis (MORAIS, 2007).

Durante o período de atividade, o Grupo Free foi protagonista na construção de uma identidade coletiva de grupo enquanto corpo político, com aproximação da sociedade civil a pautas da população LGBT

e sobretudo, precursor no aprofundamento das discussões através de uma perspectiva científica promovendo um diálogo transdisciplinar, consolidando o campo político identitário homossexual de Teresina (SANTANA, 2011).

Após o encerramento das atividades do Grupo Free, destacou-se a luta da travesti negra Sra. Monique Alves, ao publicar em 1994, uma nota em um jornal de circulação local, convidando pessoas LGBT a combater as formas de discriminação ao segmento, vivenciadas na capital. Esta ação é marcada como um dos primeiros registros de militância na capital, Teresina. Posteriormente, Monique, funda o Grupo Homossexual Babilônia, responsável pela produção de boletins que delatavam as discriminações e violências, sofridas pela população LGBT (SANTANA, 2011).

Nos anos 90, Monique Alves, foi protagonista no cenário LGBT, militando quase que sozinha a favor do movimento, em Teresina (QUADROS; MEDEIROS; FERREIRA, 2019). O trabalho do Grupo Homossexual da Babilônia surtiu efeito. Em 2001, os boletins produzidos pelo grupo foram introduzidos na publicação do Relatório de Violência LGBTfóbica, no Brasil, desenvolvido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (MORAIS, 2007). Os esforços de Monique Alves, dirigidos ao combate da discriminação e da opressão exercida aos LGBTQI+, acabaram por abrir espaço para a construção de outros movimentos sociais no estado, que abarcassem em sua gênese, a luta pelos direitos do segmento.

Presente nos momentos que antecederam a criação do Grupo Matizes, o professor Gontijo¹ (2021) explica que “[...] em 2002, Francisco Júnior me falou, está sendo criado um grupo, um grupo de direitos e cidadania[...];[...] que tal a gente criar uma semana da diversidade, alguma coisa assim [...]” (informação verbal).

Ao fazer uma contextualização histórica da época, em relação das insurgências de movimentos sociais em defesa dos direitos LGBTQI+, Gontijo (2021) narra como se estabeleceu a constituição do grupo, ao depor que “[...] parece que na década de 90 foi criado um grupo, tá em algum texto aí. Foi criado um grupo, mas não durou muito tempo [...]” (informação verbal). A urgência dada a constituição de um movimento

1 Informação obtida através de entrevista concedida a Ana Kelma Cunha Gallas, em 22 de fevereiro de 2021. As demais informações verbais do professor Fabiano Gontijo, contidas neste artigo são da mesma entrevista.

social LGBTQI+ no estado, pode ser vista como o reconhecimento pelos participantes da época, das vulnerabilidades estruturais experimentadas na capital.

Com o fim do Grupo Homossexual Babilônia, Gontijo (2021) diz que durante conversa com Francisco Júnior, foi convidado a fazer parte do até então, sem nome, Grupo Matizes, como se verifica na fala “[...] ótimo, vamo sim, acabei achando bacana a ideia e ele falou, olha tá sendo criado, tem um grupo e tem uma reunião, quando cheguei na reunião, aquela reunião era e criação do Grupo Matizes e eu acabei assinando a ata de criação do grupo naquele momento [...]” (informação verbal). Os desafios iniciais em torno de um movimento social LGBTQI+ naquela época foram grandiosos, ao tempo que, as tentativas passadas, apesar dos êxitos alcançados, não se mostraram suficientes para conter todas as omissões do estado. Ademais, provocar o diálogo não só na esfera pública, mas também, com a sociedade, se mostrou um ato de imensa coragem.

Articulado a uma mobilização expressiva em torno da criação de um movimento social que comportasse as reivindicações da população LGBTQI+, Gontijo (2021) relata “o que me chamou atenção, foi assim, para mim que tava chegando naquele momento (interrupção da entrevistadora) o que me chamou atenção era justamente a diversidade muito grande. [...] Realmente todos os matizem tavam ali [...]” (informação verbal). À vista disso, o Grupo Matizes, foi constituído como um grupo misto, ao reivindicar direitos não somente para uma categoria, mas abarcando as categorias de sujeitos desvalidos de direitos. Esse mesmo relato foi proferido pela militante Marinalva Santana, ao falar sobre o início do movimento.

A ideia de formar um grupo, era construir um movimento social, pautado na defesa dos direitos humanos, incluindo no bojo, as questões ligadas aos direitos da então população LGBTQI+. Nesse sentido, Santana² (2021), expõe suas considerações em relação ao objetivo do grupo enquanto movimento social ao responde as demandas do segmento nos dias de hoje “[...] o Matizes tem pauta de direitos humanos, na defesa contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, sabendo que todas as opressões têm uma raiz única que é a incapacidade de

2 Informação obtida através de entrevista concedida a Ana Kelma Cunha Gallas e Libni Milhomem Sousa, em 23 de fevereiro de 2021. As demais informações verbais da militante Marinalva Santana contidas neste artigo são da mesma entrevista.

respeito à diversidade” (informação verbal). Assim sendo, a partir da luta vivenciada por Monique, somadas ao contexto da época, o Grupo Matizes, passa a protagonizar no estado a luta pelos direitos da população LGBT, com a proposição de pautas as questões ligadas a gênero e sexualidade (SANTANA, 2011).

Ao propor trabalhar em torno da garantia de direitos humanos, com destaque na população LGBTQI+, o Grupo Matizes surge como uma organização voluntária, sem fins lucrativos, caracterizado como um movimento social misto, que tem como objetivo fortalecer uma cultura voltada ao respeito aos direitos humanos e às diversidades no estado do Piauí por meio da formação dos agentes multiplicadores (FUNDO BRASIL, 2007).

Aqui, notamos que os convites feitos ao professor Fabiano Gontijo coincidem com a literatura apresentada por Moraes (2007) sobre o Grupo Matizes, onde diz que o movimento foi composto inicialmente por bancários, militantes, professores universitários e comerciantes.

Fundada em 18 de maio de 2002, o Grupo Matizes, opera na promoção aos direitos humanos, propondo a construção de políticas públicas para minorias com atenção à diversidade sexual. Atua nos municípios de Barras, Bom Jesus, Corrente, Valença, São Raimundo Nonato e Valença, estabelecendo como atividades principais de trabalho: (a) criação de Comitês de Direitos Humanos, (b) Cursos e seminários de formação, (c) material educativo (FUNDO BRASIL, 2007).

Com um forte engajamento político, o Grupo Matizes se tornou uma referência quanto promoção dos direitos humanos, sobretudo, nas pautas relacionadas a população LGBT, não só se destaca regionalmente e nacionalmente, no pioneirismo da proposição de certas pautas, como também, influencia e abre espaço para a insurgência de novos movimentos sociais que abarquem as especificidades e pluralidades do segmento (SANTANA, 2011).

A atuação do Grupo Matizes, despertou um conjunto de ações significativas em torno das demandas sociais voltadas a população LGBTQI+. Com um expressivo engajamento político, o Matizes seguiu numa perspectiva de trabalho voltada para o reconhecimento de direitos, o que pode ser visto nos artigos publicados no Blog do Grupo Matizes, disponível em <http://grupomatizespiaui.blogspot.com/>.

Com uma forte representatividade, uma das propostas de trabalho, apostou no caminho do fenômeno judicialização, o que veio projetar o Grupo Matizes nacionalmente, como um movimento social

que se utiliza desse recurso para a aquisição de direitos, onde em sintonia com o tema de pesquisa, Cardinali (2018), diz que a judicialização suscita uma ampla discussão pública sobre a agenda LGBTQI+. Essa argumentação pode ser sustentada pela repercussão pública do Grupo Matizes quanto ao atendimento das reivindicações junto ao poder público.

As demandas de trabalho seguem um rito, seja pela análise das ações realizadas por outros movimentos sociais em outros estados que possam ser replicadas, ou pela provocação direta de algum participante do movimento. As pautas são analisadas, transformadas em projetos de trabalho e posteriormente, encaminhadas a algum político que decide ou não em abraçar a proposta. Em caso de negativa, o Grupo Matizes reformula a proposta e encaminha a outro político alinhado a discutir pautas em defesa do segmento. Essa aproximação remete aos novos paradigmas de representação das relações exercidas entre sociedade civil e Estado, o que pode ser caracterizada como um processo de “judicialização dos conflitos sociais” (VIANNA *et al.*, 1999; SORJ, 2000; ESTEVES, 2005; MELO, 2005).

Em concordância com os dados coletados, é válido expor que entre os mecanismos de atuação do Grupo Matizes, há os trabalhos direcionados para a educação, através de seminários e curso de formação que contemplem as identidades e diversidades LGBTQI+, o que propõe refletir em como a sociedade pode ser mais inclusiva e justa, especialmente, no campo do respeito às diversidades.

Os cursos e seminários em parceria com setores públicos e universidades, coincidem como os objetivos eleitos pelo movimento, ao propor “cursos e seminários de formação” e “elaboração de produção de material educativo” (FUNDO BRASIL, 2007), o que beneficia a construção de uma sociedade consciente, abertura e plural a diversidade. Assim, a judicialização, tema do nosso artigo, não é a única estratégia de performance do Grupo Matizes para se valer os direitos LGBTQI+, contudo, é uma das frentes onde há exitosas conquistas.

Atento ao propósito da promoção dos direitos humanos, o Grupo Matizes, foi bastante operante na capital. Em 2006, por exemplo, Santana (2021) diz que foi o Grupo Matizes que apresentou a proposta de criação da Delegacia Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Combate à Discriminação, na intenção de atender a população LGBTQI+, vítimas de ações discriminatórias dentro e fora do aparelho público, onde ficou conhecida como “Delegacia dos Veados”

(informação verbal). Apesar da expressão pejorativa, o local certamente se tornou uma das melhores realizações destinadas à população, sendo referência de uma experiência local bem sucedida, adotada em outros estados.

É evidente, na fala de Santana, como o movimento apostou no fenômeno da judicialização. Ao explicar como são determinadas as pautas de trabalho do Grupo Matizes, a militante destaca os efeitos da judicialização na conquista dos direitos. Além de citar quais as demandas foram judicializadas, expôs os efeitos desse caminho para a população LGBTQI+. Santana (2021), relata que em pautas específicas, o estado do Piauí se tornou vanguardista, quanto à proposição de leis para a população LGBTQI+, graças à intensa mobilização e pressionamento do Grupo Matizes (informação verbal). Consequentemente, o Matizes passou a ter projeção no país, se tornando conhecido como um movimento social que aposta no uso da judicialização na conquista de direito em defesa dos LGBTQI+.

Essa projeção foi relevante, não só pelo debate dos direitos LGBTQI+ no estado, mas também, pela abertura a parcerias com outros movimentos sociais, espaços ligados ao governo, como também, a iniciativa privada, como instituições privadas de ensino, presentes na capital.

Atenta às pautas concernentes às vulnerabilidades e ao enfrentamento do machismo, racismo e LGBTfobia, o Grupo Matizes atuou na observação e proposição de leis com vistas ao reconhecimento da população LGBTQI+ como sujeito de direitos. Destaque para os anos de 2003 e 2004, onde Santana (2021), cita que foi pensando numa proposta de projeto de lei que surgiu a aplicação de sanções administrativas para quem discriminasse um LGBTQI+, por orientação sexual (informação verbal), tendo em vista não existir a concepção de identidade de gênero na época.

Nessa lógica, Santana (2021) aponta como demandas judicializadas a Lei Estadual nº 5.431/2004 que dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas em detrimento da discriminação, por ocasião da orientação sexual; a Lei Municipal nº 3.401/2005 que reconhece a legitimidade da união estável para relações homoafetivas, e a Lei nº 3969/2010, de 12 de março de 2010, criando o Conselho Municipal de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CMDLGBT. Com efeito, cita também o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Discriminação na Defensoria Pública

do Estado do Piauí, do Disque Cidadania Homossexual (informação verbal).

Em continuidade, Santana (2021) revela que o estado é pioneiro em relação a Declaração do Imposto de Renda - IR, por casais homoafetivos, onde em 2009, através das provocações recorrentes em defesa da promoção dos direitos humanos, LGBTQI+ passaram a declarar o cônjuge como dependente no IR para fins de dedução. Outro avanço verificado, se refere à doação de sangue por homossexuais. Desde de 2006 o Grupo Matizes debatia na esfera pública a doação de sangue. Em novembro 2006, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação a favor da questão (informação verbal).

Ao pensar na condução do Grupo Matizes, Santana (2021) diz que: observar as experiências dos movimentos sociais nacionalmente, foi um ponto relevante para elaboração das próprias pautas de trabalho, visto que, além de se ater aos acontecimentos vigentes no país, possibilitou o diálogo com os pares (informação verbal), melhor dizendo, foi o instrumento propulsor para que os militantes do movimento conhecessem as atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais de outros estados, como também, favoreceu o estabelecimento de uma rede de contatos propícia ao compartilhamento de informações inerentes as realidades locais.

As ações do Grupo Matizes foram concentradas na perspectiva dos direitos, trazendo como legado, o surgimento de outros grupos orientados para militância LGBTQI+ a exemplo do Arco - Íris dos Cocais em Esperantina; Associação Florianense de Diversidade Sexual - AFLODS em Floriano; Guaruá e Grupo de Lésbicas de Parnaíba em Parnaíba; Babaçu Rosa em Barras; Grupo de Voluntários de Cajueiro da Praia - GRUVCAP em Cajueiro da Praia; Rede Arco-Íris em Pedro II; GlosLGBT em Picos; Grupo Gay de Piripiri em Piripiri e Articulação de Travestis do Piauí; Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais; Coletivo gay de Mirindiba e Coletivo de Lésbicas Apoená, ambas em Teresina (SANTANA, 2011).

A articulação e surgimento de coletivos de grupos LGBTQI+ no Piauí, pode ser justificada, não só pelo protagonismo do Grupo Matizes em torno das estratégias adotadas, a exemplo, da judicialização, fruto da nossa investigação, mas ao crescente debate em torno da construção de uma "coletividade imaginada" (ANDERSON, 2008). Em razão da trajetória do movimento LGBTQI+ no Piauí, vale destacar o Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis - GPTRANS, que junto

com o Grupo Matizes, atuam nas frentes relacionadas ao combate da discriminação aos LGBTQI+. Fundado em 2009 e reconhecido oficialmente como ONG em 2012, o que possibilitou o repasse financeiro para o desenvolvimento de suas atividades na sociedade piauiense (QUADROS; MEDEIROS; FERREIRA, 2019).

Por fim, citamos também, o Centro de Referência LGBT, ligado à Secretaria Social de Assistência e Cidadania – SASC, importante instrumento de promoção a dignidade da população LGBTQI+ ao possibilitar a emissão de carteiras de nome social, além de promover campanhas publicitárias de combate à discriminação e a LGBTfobia, a exemplo da campanha Piauí sem Homofobia, prevista no Plano Estadual de Cidadania e Direitos Humanos LGBT no Piauí, lançado pelo Governo do Estado em 2013 através da SASC (QUADROS; MEDEIROS; FERREIRA, 2019). Os ganhos verificados na perspectiva de direitos LGBTQI+, no Piauí, só foram possíveis, através das articulações do Grupo Matizes com a sociedade civil e Estado, em busca do acesso ao Judiciário.

Em resumo, a atuação do Grupo Matizes em torno da judicialização, provocou mudanças significativas na construção dos direitos LGBTQI+, no estado, o que mostra, o quanto se faz necessário a atuação dos movimentos sociais, ao propor um diálogo na esfera pública, com vistas a reivindicar a formulação de políticas públicas possibilitem o acesso a dignidade da pessoa humana e cidadania. Assim, ao trabalhar as demandas do segmento, utilizando como estratégia, o fenômeno da judicialização, o Grupo Matizes, passa a ser um relevante instrumento na busca pela efetivação da justiça social para a população LGBTQI+.

Considerações finais

A partir da pesquisa apresentada é possível tecer algumas considerações. O artigo propôs estudar o caminho percorrido pelo Grupo Matizes na provocação de pautas para construção de políticas públicas, apostando na judicialização de demandas reprimidas da população LGBTQI+. Por esse ângulo, se mostra alinhado aos estudos relacionados ao fenômeno da judicialização da questão social, em resposta às desigualdades sociais naturalizadas ou não pelo Estado.

Como resultado das análises, enfatizamos as diversas pautas onde o Grupo Matizes se insere como agente mobilizador a favor da

efetivação dos direitos humanos e acesso a cidadania plena. Em casos específicos, foi precursor na elaboração de propostas para projetos de lei propícios a população LGBTQI+, se tornando conhecido nacionalmente, como um movimento social que aposta na judicialização das demandas para a conquista de direitos.

Identificamos, que foi pela provocação do Grupo Matizes, que o Estado do Piauí, através de projeto de lei, permitiu que casais homoafetivos passassem a declarar o cônjuge no Imposto de Renda (IR) para fins de dedução, como também, na esfera da saúde, foi protagonista na defesa da doação de sangue por homossexuais. Ainda sobre as realizações no campo do direito, destacamos a imposição de sanções administrativas para casos de discriminação, casamento civil para casais homoafetivos e uso do nome social.

Apesar de focar na efetivação das políticas públicas através da judicialização, o artigo também reflete sobre os impactos que um movimento social tem, aqui materializado pelo Grupo Matizes, na garantia dos direitos renegados às populações minoritárias, posto que, as ações desenvolvidas pelo Grupo Matizes tem surtido efeito, sobretudo, quando se analisa o diálogo provocado entre movimento, estado e sociedade, passando a acompanhar as mudanças da população LGBTQI+ no tempo corrente. Nesse sentido, o artigo cumpriu o objetivo proposto.

Ao perceber os caminhos que levam o movimento LGBTQI+ no estado a se estabelecer como uma frente de resistência aos ataques direcionados ao segmento, o Grupo Matizes, apostou numa busca constante do acesso ao Sistema de Justiça, através da judicialização das demandas reprimidas.

No fim das contas, apesar do avanços no campo dos direitos a população LGBTQI+, há ainda muito a se fazer, em razão da insuficiência de políticas públicas que abarquem as questões prioritárias do segmento. Ainda que o caminho adotado pelo Grupo Matizes, tenha surtido efeitos positivos, apostando quase que constantemente na judicialização das demandas, essa estratégia também carece de imperfeições, o que não invalida ou diminui toda a contribuição em termos práticos voltadas para a mitigação das desigualdades sociais desferidas aos LGBTQI+.

Referências

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Judicialização da questão social: reba-timento dos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **Katálisis**, Florianópolis, v. 1, n. 9, Jan/Jun, 2006, p. 19 – 26.

AGUIÃO, Silvia. **“Fazer-se no Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: políticas públicas em Mato Grosso e no Brasil. **Aceno**, Cuiabá, v.3, n.5, Jan/Jul, 2016, p.242-258.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A Judicialização dos Direitos LGBT no STF**: limites, possibilidades e consequências. 1ª ed. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

CARDINALI, Daniel Carvalho. Direitos LGBT e cortes constitucionais latino-americanas: uma análise da jurisprudência da Colômbia, Peru, Chile e Brasil. **Revista da Faculdade de Direito –RFD-UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, Jun, 2017, p. 25 – 68.

CARRARA, Silvia; RAMOS, Sérgio. A constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de Políticas Públicas. **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, 2006, p. 285- 205.

ESTEVES, João Luiz Martins. Cidadania e judicialização dos conflitos sociais. **Revista Jurídica da UniFil**, Londrina, v. 1, n.1, 2004.

GONTIJO, Fabiano. **Intinerário do Grupo Matizes**. [Entrevista concedida a] Ana kelma Cunha Gallas, Teresina, 2021. 1 arquivo. mp4 (63min.).

GREEN, James Naylor. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n 18/19, 2003, p. 13-44.

GRUPO Matizes: direitos humanos na berlinda. **Fundo Brasil**, 2007. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/grupo-matizes/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MELO, André Luiz Alves. **A judicialização do Estado brasileiro, um caminho antidemocrático**. Disponível em <https://www.sedep.com.br/artigos/a-judicializacao-do-estado-brasileiro-um-caminho-antidemocratico/>. SEDEP [S.l.] . Acesso em 09 de abril de 2021.

MORAIS, Soraia. Grupo Free: uma ebulição clandestina. *In*: BARROS JUNIOR, Francisco de O.; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs). **Homossexualidades sem fronteiras: olhares sobre o Piauí**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2007.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2007.

QUADROS, Samuel Vinhas; MEDEIROS, Regina Rodrigues; FERREIRA, Maria D'alva Macedo. O movimento LGBT em Teresina: politização e luta por direitos. *In*: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

RODRIGUES, Mariana Merique; IRINEU, Bruna Andrade. As políticas públicas para a população lgbt no Brasil e seus impactos na conjuntura internacional: “para inglês ver”? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2012, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SANTANA, Marinalva. **Intinerário do Grupo Matizes**. [Entrevista concedida a] Ana kelma Cunha Gallas e Libni Milhomem Sousa, Teresina, 2021, 1 arquivo. mp4 (67min.).

SANTANA, Marinalva. **Movimento LGBT no Piauí**: fatos e falácias. Matizes Blog, 2011. Disponível em: <http://grupomatizespiaui.blogspot.com.br/2011/09/movimento-lgbt-no-piaui-fatos-e.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

VIANNA, Luiz. Werneck. *et al.* (Orgs.). **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de janeiro: Revan, 1999.

AMÁLGAMA NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA NO ESTADO E A AGENDA LGBTQIA+

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza

*Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília – UnB,
kaicribe@gmail.com*

Resumo

Este ensaio teórico reflete sobre como a agenda política LGBTQIA+ no Brasil está implicada à amálgama socioeconômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Apesar de fundamentos econômico-políticos e contexto histórico distintos, compreende-se que vivemos um enlace entre essas correntes políticas-ideológicas denominada de “Nova Direita”. O Estado enquanto relação de poder articula formas de reproduzir relações de exploração e opressão, encontra-se determinado por essa amálgama. Implicada a essa condição do Estado, a agenda política LGBTQIA+ encontra-se entre a cruz e a espada. Sendo o Estado agente duplo de normatização sexual, de um lado ele opera junto ao capital a comercialização do projeto de cidadania e, do outro, ancorado ao neoconservadorismo, contribui para o aumento da violência e da regulação sobre gênero e sexualidade numa cruzada colonial e binária heterocentrada. A síntese é que essa amálgama contribui para regulação do Estado sobre a sexualidade ao diminuir sua função social, lançando ao mercado proteção social e “cidadania”, e na (re) produção de uma ideologia anti-LGBTQIA+. Esse processo aprofunda a marginalização de LGBTQIA+ marcados por raça e classe, e desafia a agenda política LGBTQIA+ na produção de alternativas políticas atreladas a um projeto de emancipação.

Palavras-chave: Neoliberalismo, neoconservadorismo, Estado, LGBTQIA+.

Introdução

No Brasil o agendamento dos direitos de “cidadania LGBT” (2003 a 2016) no Estado Brasileiro reposicionou a pauta da liberdade sexual sobre outro prisma na sociedade. O que nos parecia um cenário de avanços sobre direitos de cidadania sexual no país apresenta-se como um forte avanço da LGBTfobia como política sexual no país. O cenário contemporâneo do Brasil é obscuro para a defesa dos direitos à diversidade sexual e de gênero. Neoliberalismo e neoconservadorismo assolam a liberdade sexual numa amálgama moral e tensões econômico-sexuais de restrição de direitos e aumento da violência e barbárie frente à liberdade sexual.

Pereira (2016, p. 118) sinaliza que desde o final dos 1970, o modelo de proteção social, guiado por “critérios de necessidades sociais e pelos princípios da igualdade” vem se esgotando e esvaziando, abrindo espaços para “administração de recursos hipoteticamente escassos e do predomínio do mérito individual sobre direitos sociais, impõem às políticas públicas limites à concretização desses direitos em benefícios de todos”. Esse contexto abriu espaço para “encantamentos ideológicos” que falseiam a realidade com promessas de combate às desigualdades sociais, em nome de combate a vulnerabilidades, promoção de equidade, empoderamento, igualdade de oportunidades e etc., conjuntamente com críticas ao Estado intervencionista, pregando-se um discurso individualista, anticomunista, moralista e tradicionalista.

Este texto reflete as tensões entre a liberdade sexual que se encontram ameaçadas sob a faceta neoliberal e neoconservadora, que constituem uma agenda obscura da Nova Direita. Compreende-se por Nova Direita a amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo, em que a influência “de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo *econômico* e o neoconservadorismo *social e político*” (PEREIRA, 2016, p. 120), numa clara combinação de mercado, individualismo, defesa da propriedade privada, autorresponsabilidade com autoridade, disciplina, valores patriarcais e tradicionais, moralismo e hierarquia, reforçando “reforçou a nova praxis direitista presente em praticamente todo o mundo ocidental, desde os anos 1980, incluindo a proteção social” (PEREIRA, 2016, p. 122). O Estado representa uma

relação de poder e desse modo à exclusão da diversidade sexual das políticas sociais brasileiras ocorreu e ocorre de forma sistemática de 2004 até os dias atuais. O fio condutor deste texto será a crítica ao papel do Estado na produção de relações sociais reprodutoras de dominação e exploração econômica-sexual, que impedem o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e sexualmente democrática.

Resultados e discussão

Estado, Neoliberalismo e Neoconservadorismo

Para compreender os impactos do neoconservador e neoliberal na liberdade sexual, entendemos ser necessário, apreender o Estado enquanto uma “condensação particular de redes e relações de forças numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação” (OSÓRIO, 2019, p. 21). Assim, o Estado é uma relação social, produtora de interesses, valores e costumes e encontro de diversos núcleos de poderes (gênero, sexualidade e raça, a exemplo), que garantem que os “tecidos fundamentais que geram a reprodução societária, estão atravessados pelas funções estatais (OSÓRIO, 2019, p. 18 – 19)”. Esses tecidos refletem num conjunto de instituições, leis, normas e regulamentos que organizam toda a convivência humana, centrada nas funções de dominação e poder estruturado pelas classes sociais.

Assim, é papel do Estado, manter a exploração, dominação e a força política das classes dominantes. Osório, nos chama atenção que essa manutenção se dar via ocultamento do caráter de classe presente no Estado, com o objetivo de transformá-lo numa dimensão puramente política, criando uma ruptura entre processos econômicos e políticos.

a economia (sujeitos desprovidos de meios de vida e de produção, compra-venda da força de trabalho, regresso cotidiano dos operários ao mercado de trabalho etc.) parece funcionar regida por suas próprias regras e aparece como autônoma em relação aos processos políticos (que tornam possíveis processos como àqueles anteriormente apontados). A política, por sua vez, é vista como desligada da economia, como um processo independente e autônomo. Não se revela que são determinados projetos que prevalecem na

organização da vida em comum. O Estado capitalista – sua principal cristalização – aparece assim como estranho à exploração e à reprodução das classes; em sua representação clássica o Estado capitalista democrático as dilui e as atomiza (OSÓRIO, 2019, p. 22 – 23).

Assim, o Estado aparece como “resultado de um pacto *entre indivíduos* que decidem delegar sua soberania com a finalidade de encontrar condições de convivência em sociedade” (OSÓRIO, 2019, p. 23). Esse pacto age de forma a ocultar seu caráter de classe, conduzindo para o entendimento de é uma entidade neutra e de que seu papel é mediar interesses, mascarando-se “como o reino da razão” (OSÓRIO, 2019, p. 24), ou seja, um falseamento da realidade, o Estado de classe, quer ser lido, como um Estado de todas/os. Os reducionistas economicistas ou políticos falseiam o próprio capitalismo e a sua necessidade de cindir esferas da sociedade, assim, assuntos que se dê na política (leis, organização da vida, pautas de cidadania) e na economia (desigualdade social e apropriação dos meios de produção) não sejam vistos como unidades, assim, o que critica Osório é que “Estado e a política não são epifenômenos da economia. Mas tampouco constituem esferas independentes e autônomas, tal como prefere afirmar o pensamento dominante. São dimensões de uma unidade diferenciada”. (OSÓRIO, 2019, p. 25).

Os valores humanos como igualdade, cidadania e justiça social tomam uma dimensão apartada das esferas econômicas e, de maneira complexa, operam um ocultamento do fato de que indivíduos “fazem parte de classes sociais inter-relacionadas, em que prevalece a condição da desigualdade” (OSÓRIO, 2019, p. 23). A igualdade torna-se imaginária, quando sua existência é fragmentada e desligada da coexistência entre política e economia e do Estado como agente dessa apartação.

Destacamos que uma das particularidades, do Estado, enquanto relação de poder nos países de economia dependente é a barbarização da vida social que se expressa, por “altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestados. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego” (OSÓRIO, 2019, p. 208 – 209).

Essa barbárie se expressa em ignorar necessidades e condições das/dos trabalhadoras/es e com a condição de subdesenvolvimento, ocasionando processos de trabalho mais prolongados, precarizados, exploração acentuada da força de trabalho, baixa remuneração pelo trabalho, condições precárias de alimentação, de saneamento, de segurança pública, elaborando um contexto complexo de socialização da vida humana a barbárie generalizada e forte fragilidade social e existencial dos indivíduos.

Nessas relações de poder inseridas pelo Estado, de separação do político do econômico e da banalização e degradação da vida humana, neoliberalismo e neoconservadorismo incendem perspectivamente a essas características e as aprofundam dentro do Estado. Neoliberalismo e neoconservadorismo, duas correntes teórico-políticas distintas, que formam o que chamamos de Nova Direita (PEREIRA, 2016), se combinam e coexistem com essa estrutura de dominação e exploração do capitalismo dependente brasileiro, promovendo uma verdadeira amálgama de expressões deletérias para a condição humana. O neoliberalismo é uma programática econômica social contra o Estado Social e os padrões de produção keynesiana, com o argumento central de “total rejeição a qualquer tipo de interferência limitante proveniente do Estado sobre os mecanismos mercantis” (PEREIRA, 2016, p. 123). E o neoconservadorismo, pode ser interpretado como uma amálgama de valores contrários ao comunismo, socialismo, direitos humanos e liberalismo econômico.

Pereira (2016) situa que os fundamentos do neoconservadorismo embasam-se na ideia que os problemas sociais são insolúveis e só podem só podem ser aliviados, assim, se aceita a desigualdade social como natural e insuperável e o Estado deve abandonar qualquer ideologia que acredite na igualdade e cidadania plena, e apenas melhorar políticas de saúde e previdência desde que não seja onerosa para o Estado e abrir condições para as pessoas disputarem a proteção social no mercado, sustentando um sentimento ultranacionalismo, a fim de proteger, o Estado das políticas externas, tudo isso espelhado numa forte aversão a expansão de pautas de esquerda (racial, gênero, sexualidade, meio ambiente, laicidade estatal).

Resgatados os fundamentos filosófico-econômico do neoliberalismo, sua introdução no Estado brasileiro se dá via a “contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2008). O Estado brasileiro adere às políticas neoliberais com o governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano

Diretor da Reforma do Estado (1995) que leva o país a orientações conservadoras voltadas para o mercado, numa tensa relação entre, de um lado, o processo de transição democrática a pleno vapor e, do outro, aumentava a resistência ao desmonte de uma estrutura produtiva do país (BEHRING, 2008, p. 130). Esse movimento justificou a formulação da contrarreforma do Estado pelo seu agente balizador Bresser Pereira, que contribuiu na introdução do neoliberalismo, para sustentar uma “disciplina fiscal, a privatização e a liberação comercial” (BEHRING, 2008, p. 172), assim, objetiva-se de fato um Estado mínimo em suas feições sociais e de responsabilidade com a cidadania e os direitos.

Nessa programática inversa ao pacto social da Constituição Cidadã (1988), o “lugar da política social [e dos direitos sociais] é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros serão contratados e executados por organizações públicas não estatais competitivas” (BEHRING, 2008, p. 173), ou, como poderia ser dito, o pensamento neoliberal será a ordem espontânea – o mercado – que garantirá a intervenção do Estado na desregulamentação das funções sociais, bem como acredita no mercado como espaço de desenvolvimento econômico e social. Sendo o Estado à condensação de poder de classe nas relações sociais, observa-se que a contrarreforma do Estado é a inserção brasileira a qualquer custo no capitalismo internacional representando “uma *escolha político-econômica*, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos”. (BEHRING, 2008, p. 198).

O neoliberalismo elimina as funções sociais do Estado e instaura uma política de disciplina orçamentária, contenção de gastos públicos, contrarreformas – trabalhistas, previdenciárias, tributárias, privatizações, desregulamentações e o incentivo ao Terceiro Setor, Organizações não Governamentais (ONG) e ao mercado como forma de realização das necessidades individuais. Trata-se de uma clara reação de caráter conservador e regressivo no campo dos direitos sociais, a favor do capital, a fim de recuperar a produção e acumulação em escala global, visando renovar o poder de classe. A coexistência das relações de dominação e exploração, de um capitalismo dependente sobre a ética neoliberal e neoconservadora, fortalece a barbarização e fragilização da vida humana, que se espelha, no sistema de proteção social brasileiro, que não corresponde às necessidades humanas-sociais frente às desigualdades sociais.

De mãos dadas com essas dimensões, o pensamento neoconservador sustenta o papel da família, da religião (judaico-cristã), da naturalização dos gêneros e da sexualidade, discriminação étnico-racial, reivindicando que os movimentos de direitos humanos e sexuais, corroem a família tradicional, o que provoca crimes, vícios, misérias, elaborando “uma nova abordagem ideológica que mesclou individualismo, o anticomunismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional, especialmente em seus postulados morais, institucionais e comportamento” (PEREIRA, 2016, p. 130-131). O neoconservadorismo, não pode ser reduzido a pautas morais, mas sua ênfase moralista na realidade brasileira é o principal elemento que formula a unidade com a ideologia neoliberal, já que nos parece verdadeiro que neoliberalismo e neoconservadorismo se unem em esfera econômica e moral para manutenção da reprodução capitalista.

A política da Nova Direita reafirma a cisão entre econômico e político, afirma que “no capitalismo, os problemas sociais são inerentes à vida em sociedade e nem todos precisam de conserto ou alívio; há de se lidar com eles” (PEREIRA, 2016, p. 139), de forma a priorizar o econômico em detrimento do social e não correr o risco de enfraquecer e quebrar o sistema produtivo e a economia, assim o “que não é *problema natural* é considerado falha individual. Os erros e fracassos são encarados como de responsabilidade exclusiva de sujeitos inabilidosos ou com severos vícios de caráter: preguiça, vadiagem, acomodação”. (PEREIRA, 2016, p. 142).

Além dessas relações, a visão de ser humano da Nova Direita é a de que este é “naturalmente egoísta e pautado pela busca de ganhos pessoais por meio de procedimentos e práticas, que raramente visam à felicidade do outro e ao bem estar coletivo. Sendo assim, o ser humano egoísta precisa ser elogiado quando é bem-sucedido e punido quando fracassa” (PEREIRA, 2016, p. 143). Por isso, o Estado de Bem Estar é inconveniente e contrário à natureza humana; assim, conceitos como justiça social, necessidades ou direitos são “incompatíveis, também, com o individualismo e egocentrismo naturais à espécie humana” (PEREIRA, 2016, p. 143).

Liberdade Sexual no contexto do neoliberalismo e neoconservadorismo

Na relação entre liberdade sexual e Estado o que está em jogo é a apropriação econômico-sexual do corpo, do sexo, do desejo e das identidades sexuais e sua regulação concentrada pelo Estado. Observa-se que, na relação com o Estado, esta regulação manifesta-se através do liberalismo sexual (de cunho neoliberal) e do reacionarismo sexual (de cunho neoconservador), em que tanto o sexo quanto à regulação burguesa do “binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 68), são formas contemporâneas de manutenção da opressão sexual que passa por “normalizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69).

Nas relações sociais contemporâneas a opressão sexual ganha proporções muito obscuras, pois “o capital não é mais implacavelmente contrário aos arranjos sexo/gênero queer e não cis. Nem as grandes corporações insistem em uma única forma normativa de família ou sexo” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69 - 70). A contradição reside no fato que, enquanto o capital vende o sexo e o neoliberalismo o comercializa, elabora-se um discurso e engendram-se práticas que não reconhecem os direitos sexuais, produz aumento das violências, o aumento do individualismo e reacionarismo sexual com os movimentos neoconservadores e a promoção de uma normalidade sexual que impactam as lutas por liberdade sexual. Como sinalizam as autoras, esse liberalismo sexual está vinculado a mecanismos regulatórios de base estatal (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

Esse campo de liberdade normatizadora se expressa, por exemplo, no consumo enquanto porta de saída para alguns grupos usufruírem da sua liberdade sexual como preço para se manterem uma “normalidade gay” que “pressupõe uma normalidade capitalista”, o que gera “marginalização e repressão duradouras de pessoas queer pobres, em especial grupos étnicos” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 72 – destaques das autoras). Destacam as autoras que “O

resultado é que hoje os movimentos de libertação sexual estão presos entre a cruz e a espada: um lado quer entregar mulheres e pessoas LGBTQ+ à dominação religiosa e patriarcal, enquanto outro nos serviria em uma travessa para a predação direta do capital” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 73). Nessa linha, é preciso enfrentar as regulações do Estado sobre a sexualidade e o consumismo (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 73).

Em 2004, com o lançamento do “Programa Brasil sem Homofobia” (BSH), a sexualidade ganha destaque nas políticas públicas, fora do aspecto de saúde-doença e é elevada à categoria de cidadania. Esse programa adiciona o termo e a categoria *Homofobia* na agenda Estatal em torno das políticas sociais (IRINEU, 2016)¹. Esse agendamento abriu espaço para diversos programas, projetos, políticas e acirramento de disputas por projetos de direitos de cidadania a população LGBT, e assim, expressou na relação entre liberdade sexual e Estado, a dominação política sobre o corpo, sexo, desejo e das identidades sexuais, via regulação sexual.

Na amálgama neoliberal e neoconservadora, se ganha espaço, nessa disputa política, a disputa tornou-se aparentemente entre movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e movimentos neoconservadores e religiosos. Perdendo de vista, as pautas econômicas e a não transformação das políticas de cidadania LGBT, políticas públicas, devido à ascensão e fortalecimento do neoliberalismo na estrutura do Estado. Como chama atenção Irineu (2016), a relação entre política sexual e economia, estava bem delimitada no governo Lula (2003 a 2011), a valorização do Brasil como país livre da LGBTfobia, se instara junto a uma política econômica neoliberal e de valorização do Terceiro Setor e das ONG’s como espaço de desenvolvimento das políticas LGBT no país. Destaca a autora que a principal contradição das políticas de direitos humanos do governo Lula, e consequentemente das ações iniciais das políticas LGBT’s, é que foram elaboradas e estimuladas no contexto de aprofundamento

1 Em 2002 o governo Fernando Henrique Cardoso lança o II Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que continha 518 ações, e destas 05 diziam respeito à garantia do direito à igualdade para gays, lésbicas, travestis e transexuais. Contudo o Brasil sem Homofobia, além de uma ação, é o primeiro programa com status de política, com orçamento, institucionalidade, diferente das ações do II PNDH, que não tinham a mesma perspectiva de institucionalidade.

do neoliberalismo, refletindo em ambivalências e contradições para as políticas de cidadania LGBT no Brasil. (IRINEU, 2016, p. 114).

Esses conflitos e contradições expressam-se no forte apoio do governo federal as ONG's, sendo, objetivo do Plano Plurianual (PPA – 2004/2007) “o diálogo e apoio financeiro por parte do Estado às instituições não governamentais, o que se configura na desresponsabilização por parte do Estado em executar as ações previstas para garantia de direitos sociais e humanos” (IRINEU, 2016, p. 114). Assim, notamos que a criação da primeira política pública específica para população LGBT, criada em 2004, já enfrentava as “contradições neoliberais, o que implicará em disputas orçamentárias e limitará a proposta governamental” (IRINEU, 2016, p. 114-115). Salvador (2010) sinaliza que o orçamento é uma dimensão fundamental para compreender as políticas sociais, pois expressa “as correlações de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários” (SALVADOR, 2010, p. 172).

O governo da presidenta Dilma Rousseff (2012 a 2016) é marcado pela disputa ideológica entre movimento de liberdade sexual e neoconservadorismo religioso “fundamental para a compreensão dos avanços e dos retrocessos das políticas e direitos LGBT nesse período, bem como os impasses de um governo sustentado por uma política conciliatória de forças antagônicas” (TOITIO, 2017, p. 02). Com a centralidade do poder religioso entrando em conflito com pautas de gênero e sexualidade, a presidenta Dilma Rousseff foi interpelada de diversas formas, quanto em suas pautas políticas sobre o agendamento de diversidade sexual no seu governo.

Em agosto de 2010, a presidenta lança a “Carta Aberta ao Povo de Deus”, para “neutralizar a imagem “negativa” de Dilma, sobretudo no que tange às assim chamadas “questões morais”, a estratégia passava pela aproximação da figura da candidata a valores cristãos” (TOITIO, 2017, p. 05), tendo a linha central o valor ao “sagrado da família”. Durante o segundo turno eleitoral, a então candidata lança, no dia 15 de outubro, a segunda mensagem ao “povo de Deus”, em que reafirmava que a candidata era pessoalmente contra o aborto e que não iria modificar a legislação atual sobre o tema, mesmo com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), o mesmo iria ser revisto para não aprovar nenhuma ação que afrontasse a família, bem como o Projeto de Lei Constitucional – PLC 122 –, que visava

criminalizar a homofobia e que, caso aprovado, seria sancionado para não violar a liberdade de crença, legitimando o valor cristão de família heterossexual.

Essa conjuntura demonstrava que (TOITIO, 2017, p. 08) no governo Dilma, as políticas e os direitos sexuais “só seriam disputados pelo governo na medida em que não afetassem sua política de alianças, cuja composição incluía partidos conservadores”. Ferreira (2016) destaca que esse agendamento de gênero e sexualidade pela pauta conservadora e da extrema-direita no Brasil passa por ações no campo legal-formal com forte incidência da reivindicação dos valores da Família Tradicional estimuladas por Projeto de Lei (PL), como o: PL 6.583/13, que defende o Estatuto da Família; PL 1.672/11, que institui o Dia do Orgulho Heterossexual; e o PL 7.382/10, que pune a “heterofobia” e prevê pena de reclusão para casos de discriminação contra heterossexuais (FERREIRA, 2016, p. 168); além de valores morais/econômicos que negam conquistas como os direitos sociais para população LGBT, impactando em entendimentos manipulados como o “Kit-Gay” nas Escolas, que se propunha na verdade a construir ações e políticas de prevenção à Homofobia nas Escolas em torno da política “Escola sem Homofobia”, que nunca foi executado, e à forte incitação a uma “Ideologia de Gênero” sobre o ensino de educação sexual nas escolas (FERREIRA, 2016, p. 173). Para Irineu (2016) essa conjuntura demonstra a força dos setores conservadores em pautar a sexualidade e o gênero em suas agendas.

O que observamos nesse contexto é que a amálgama neoconservadora e neoliberal ratifica a política sexual burguesa dentro do Estado brasileiro, que esvazia as possibilidades de liberdade sexual, seja com não formulação de políticas públicas ou com a concessão do agendamento conservador sobre a sexualidade. A regulação do Estado sobre a sexualidade inscreve-se na regulação corporal do sexo e do desejo, recaindo também sobre as identidades já que “[agride] a própria identidade sexual do indivíduo” (BIONDI, 2017, p. 147). A expressão mais deletéria dessa amálgama é a LGBTfobia, que traduz em ações anticivilizatórias, agressões, assassinatos, violências e humilhações. Cisne e Santos (2018, p. 128) apontam que a LGBTfobia, reflete uma sociedade desigual que articula patriarcado, rejeição a diversidade sexual e a “fragilidade do Estado de Direito e a naturalização da violência”.

Considerações finais

A amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo fortalece na cena pública o endurecimento da crítica à liberdade sexual, onde o Estado brasileiro tem papel central na política sexual desempenhada no país. Na amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo o resultado é a precarização da vida social pautada por profundos abismos, aonde a sexualidade torna-se elemento de produção de desigualdade social. Os governos Lula e Dilma, expressam essa dicotomia entre liberdade sexual e amálgama neoliberal e neoconservadora, que nos governos Michel Temer (PMDB – 2016/2019) e o atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, tornaram-se o grande desafio para a elaboração de uma agenda de liberdade sexual no Brasil.

Aqui, observa-se que a dominação e exploração, condensada no Estado, no âmbito da sexualidade, estrutura uma forte relação de classe e antagonismo expressada na disputa entre conservadorismo religioso e movimentos sexuais; forte condensação de poder de decisão sobre as pautas sexuais do país; vazão de valores e costumes tradicionais e heterossexistas sobre a diversidade sexual. A LGBTfobia, aqui, manifesta-se como a negação dos direitos sociais, afirmando a violência e aniquilamento da diversidade. Nessa relação, observa-se que o Estado Brasileiro regula a LGBTfobia, a depender dos interesses das suas alianças, e faz da pauta sexual uma moeda de troca entre grupos conflitantes, resultando em uma resposta não democrática às pautas dos direitos sexuais. Ainda mais observável em contexto de corte de gastos e diminuição das funções sociais do Estado, são as pautas sexuais a perderem espaço no orçamento público. Até porque a austeridade fiscal é um projeto que combina um projeto de classe e dominação sexual e racial, mais ressaltado ainda no Brasil, em que a desigualdade social é uma marca da estrutura socioeconômica do país, que se expressa tanto na desigualdade de renda, como também na “desigualdade no acesso e na qualidade de serviços sociais básicos, no desenvolvimento regional e um grande abismo nos indicadores quando analisados com cortes de gênero e raça” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 32).

Se aposta num projeto de liberdade sexual que não autonomize economia de política, para que o que se passa no campo da

exploração – como as contrarreformas, e a austeridade fiscal – não se separe do que aconteça na política – a redução da esfera da cidadania; ademais, é preciso recusar a ideia de liberdade sexual individual e, através do mercado, não há possibilidades concretas de efetivação de liberdade sexual em contexto de elaboração de necessidades sociais e desigualdades de classe, raça e gênero. É preciso superar o discurso individualista que mais elabora campos de normalização das sexualidades do que promove pautas emancipatórias. Entre a cruz e a espada do liberalismo liberal e do reacionarismo sexual, devem-se recusar ambos e trilhar caminhos que coadunem com a superação da opressão sexual em sua raiz, a libertação da exploração social e sexual sobre o corpo e o trabalho.

Referências

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1º Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2º Edição - São Paulo: Cortez, 2008.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).

BIONDI, Pablo. **Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa**. Caderno Cemarx, nº 10, 2017. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp – SP.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo**. Revista Lutas – PUC SP, Sociais, São Paulo, vol. 20 nº 36. Jan/jun 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Rio de Janeiro. 2016. Tese de Doutorado.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza Araujo. **A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo.** Administração Pública e Gestão Social, 9(3).

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.** São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

TOITIO, Rafael Dias. **A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma.** 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

A (PÓS)VIDA POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO

Flavia Pinheiro Meireles

Docente do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET-RJ e doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), flavia.meireles@cefet-rj.br;

Resumo

Esta comunicação examina a breve, porém marcante, presença da parlamentar lésbica/bissexual Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, em um caso ainda não resolvido. O caso de Marielle serve como um ativismo acadêmico lésbico-feminista que põe em perspectiva suas agendas imbricadas de raça, classe, geografia, gênero, sexualidade e suas lutas políticas institucionalizadas durante seu mandato no parlamento do Rio de Janeiro. Este caso põe igualmente em perspectiva a normatividade impregnada no parlamento e as desafiantes estratégias para enfrentar a regulação das vidas. Ainda importante será analisar sua (pós)vida política através da placa de rua que leva o seu nome e que, nesta forma, desconhece fronteiras. A partir deste estudo, refletimos sobre os riscos, os sucessos e os limites de uma política de coalizão interseccional e transnacional de lésbicas negras dentro da infraestrutura necropolítica estabelecida no Brasil durante a virada conservadora (necro)política e neoliberal. Com uma bibliografia do feminismo decolonial (LUGONES, 2010; MINOSO, 2017), consideramos as estratégias de Marielle como uma teoria em *práxis* dentro das lutas interseccionais lésbicas/sapatão negras diaspóricas contra o (neo) colonialismo. Também consideramos o caso de Marielle como uma possibilidade teórica feminista negra transnacional para delinear o fenômeno diaspórico de uma aniquilação simbólica lésbica negra (GLOVER, 2017). Olhar para o caso de Marielle ressalta as estratégias de sobrevivência e as limitações da

existência lésbica/sapatão negra em um ambiente de aniquilação das questões sobre seus possíveis futuros em vida.

Palavras-chave: Marielle Franco, (pós)vida, necropolítica, neoliberalismo, lésbicas/sapatão negras.

Introdução

“Nossos passos vêm de longe”

Eleita vereadora com 46.502 votos na cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, a socióloga Marielle Franco chega na casa parlamentar depois de uma trajetória de dez anos como assessora parlamentar e ativista de direitos humanos no gabinete do então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Marielle surpreende as expectativas ao ser a quinta vereadora mais votada concorrendo pela primeira vez em uma eleição. Além das pautas de direitos humanos, sua campanha reflete as pautas feministas recentes, expressas nas manifestações de rua e nas campanhas digitais conhecidas como “Primavera das Mulheres”, ocorridas a partir de 2015.

A persona política de Marielle Franco também figura um símbolo e resultado de uma longa luta na qual, como ela costumava dizer lembrando Jurema Werneck¹: “nossos passos vêm de longe”. Proveniente do complexo de favelas da Maré, Marielle passou por atividades promovidas pelas associações de moradores da sua comunidade, como o curso pré-vestibular, conforme relata Eliana Sousa Silva², evidenciando uma ascensão social que esteve diretamente ligada às ações comunitárias do período pós-redemocratização dentro desta favela. Na sua curta porém notável passagem como parlamentar, Marielle foi capaz de realizar e cultivar coalizões, traduzindo os conhecimentos comunitários em políticas públicas concretas com foco nas populações

1 Jurema Pinto Werneck é feminista negra, médica e escritora com doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ativista no movimento das mulheres negras e em direitos humanos, Werneck assumiu a diretoria da Anistia Internacional Brasil em 2017, organização que tem sido crucial disseminadora da luta por justiça pelo assassinato da vereadora e de seu motorista, em 2018. Em 2006, Werneck publica o livro “Saúde da Mulher Negra: Nossos Passos Vêm de Longe”. Fonte <<https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-brasil-anuncia-nova-diretora-executiva/>>. Acesso em: 1º de setembro de 2019.

2 Eliana Sousa Silva é coordenadora da ONG Redes da Maré e militante social desde os anos 1980. Eliana também será figura importante na sua associação com a Lia Rodrigues Companhia de Danças, como veremos mais à frente. Fonte: <<https://omny.fm/shows/eapenasfumaca/eliana-sousa-silva-sobre-marielle-franco-e-as-fave>>. Acesso em: 5 de março de 2020.

negras, faveladas, LGBT e nas causas das mulheres, a partir do aporte do feminismo negro estadunidense e brasileiro³.

Este artigo se concentra em sua identidade política como lésbica/bissexual⁴ no tocante à sua atuação como parlamentar. Em articulação com os ativismos, seu modo de escuta dos movimentos da cidade será lido à luz de releituras das contribuições de autoras lésbicas feministas decoloniais (MIÑOSO, 2017; LUGONES, 2010). A metodologia da pesquisa utilizou a cartografia (ESCOSSIA, PASSOS, KASTRUP, 2009) como forma de acompanhar o desenrolar da sua atuação no parlamento e foram realizadas seis entrevistas com ativistas, assessores da parlamentar e sua ex-companheira, Mônica Benício, além do acompanhamento de *posts* nas mídias sociais (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*) entre 2017-2020. No que consideramos uma (pós)vida analisamos o caso das placas de rua confeccionadas com o nome da vereadora e seu modo de ativação da presença/ausência de Marielle Franco, bem como de seu legado.

“Marielle na casa legislativa (vida) e na rua do mundo (pós-vida)”

Marielle marcava sua existência política como lésbica/bissexual, negra, mãe, feminista e favelada. Para compreender a relação entre morte e vida no caso Marielle Franco, usamos como pano de fundo o conceito de “aniquilamento simbólico lésbico negro” (MEIRELES; GLOVER, 2020)⁵, uma camada a mais para a leitura da colonialidade

3 Em seus discursos, Marielle Franco citava Audre Lorde, Angela Davis, a já mencionada Jurema Werneck, entre outras como fontes de inspiração nas lutas antirracistas e feministas.

4 Segundo entrevista concedida por Mônica Benício a esta pesquisa, Marielle se posicionava ora como lésbica, ora como bissexual, dependendo de sua agenda política. Ênfase que o interesse desta pesquisa é sua identidade política, portanto, identidade coletiva e enunciada no âmbito governamental. Sua relação com Mônica Benício ganhou relevância depois de seu assassinato. Mônica se tornou, então, importante figura pública na defesa dos direitos humanos em geral, e da visibilidade lésbica em particular.

5 Este conceito foi explorado no artigo que escrevi em inglês em co-autoria com Tay Glover durante a pesquisa de tese e publicado no *Caribbean Review of Gender Studies*, num número dedicado à lesbianidade no Brasil.

de gênero (LUGONES, 2010), levando mais à frente as políticas de sexualidade imbricadas com processos coloniais. Aniquilamento simbólico lésbico negro (GLOVER, 2017; 2018a; 2018b) visa a colocar em evidência a questão da vida e da morte das pessoas negras e lésbicas, num processo tanto real quanto simbólico de apagamento de suas existências, de solidariedade assimétrica com pessoas não-negras e de uma relação próxima das vidas de lésbicas negras com a morte.

Sobre essa relação com a morte, pode-se evocar uma espécie de infraestrutura necropolítica instalada no Brasil. Segundo Mbembe (2018a, p. 41): “a ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica”. Na era digital e nos efeitos contemporâneos da colonialidade com uma ordem mundial de supremacia branca e de dominação dxs negrxs, o necropoder é uma expansão analítica do biopoder – termo foucaultiano a fim de controlar o direito e a qualidade da vida das pessoas.

Necropolítica (MBEMBE, 2018a) remete ao “direito para matar” exercido pelo colonizador, sua ingerência sobre quem vive e quem deve morrer e a criação de infraestruturas de poder que determinam a relação com a morte. O que Mbembe (2018a) nomeia como “mundos mortos” seria uma nova e única forma de existência social na qual populações são sujeitas a condições de vida similares a formas particulares de mortes, sejam físicas, sociais ou civis, por meio de aprisionamentos que os tornam mortos-vivos, experienciando, então, a morte-em-vida. Esta morte-em-vida, no entanto, mais frequentemente se dá de forma ordinária, cotidiana, considerada como normal. Seguindo a tese de Silvio Almeida (2019) de que o racismo é sempre estrutural, “ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 21), podemos inferir que estaremos reiteradamente nos defrontando com ele, sob formas conhecidas ou renovadas. Tanto Mbembe (2016; 2018a; 2018b) quanto Tatiana Nascimento (2019b) vão considerar como delírio (branco) o tema do fim do racismo. Ainda que esteja sub-repticiamente presente em ações, discursos e nas convenções socialmente aceitas, vemos que: “(...) o racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Nesta esteira, a Câmara do Vereadores, como lugar representativo do Estado, está impregnada estruturalmente por práticas racistas, além de expor a

dominância de uma norma heteropatriarcal com práticas com diferentes graus de machismo, denunciadas abertamente na tribuna por Marielle Franco⁶ e a partir dos movimentos feministas de 2015 em diante.

Marielle era profundamente envolvida no ativismo lésbico/bissexual, embora não fizesse parte de nenhum grupo lésbico/bissexual (como também não fazia parte de movimento de mulheres específico). A identidade política e a visibilidade de Franco eram, parece, fruto de uma negociação de coalização entre diferentes forças e estratégias. Uma hipótese provável é a de que isto está em sincronia com uma história de organização da justiça social de mulheres (lésbicas) negras como uma organização difusa e sujeita aos contextos contingentes. Esta negociação é resultado da necessidade de transitar em variados graus de heteronormatividade e de solidariedades assimétricas, mantendo-se ligada a um amplo investimento em interseccionalidade (GLOVER, 2017).

Uma vez eleita, Franco foi capaz de agregar e de mobilizar diversos movimentos, a exemplo da aglutinação de movimentos lésbicos em torno do PL da Visibilidade Lésbica, que seria apresentado para apreciação da Câmara Municipal em 2017. Este projeto de lei propunha a inclusão, no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, da comemoração da visibilidade lésbica. Franco operava uma renovada relação com a política, considerando a coletividade como uma construção ininterrupta, observando seus contextos e complexidades, mantendo vínculo com os movimentos de base. Sua identidade política também ilustrava o quão laboriosa e precária era a (in)visibilidade de suas pautas, ao endereçar políticas com uma agenda de coalização e com uma interseccionalidade lésbica e negra.

Marielle Franco usava de diversas estratégias para combater, entre outras pautas, o racismo e sexismo na Câmara. Seu trabalho político precisou inventar estratégias para concretizar suas práticas

6 Um desses casos foi seu último discurso no dia 8 de março de 2018, na tribuna da Câmara que atualmente leva seu nome. No meio do seu discurso um dos vereadores a interrompe para entregar uma flor, ao que ela ironicamente responde: "Não vem me interromper agora, né? Homem fazendo homices (*sic*), meu deus do céu...", ou seja, interrompendo a fala de uma mulher (*manterrupting*) para protagonizar um gesto supostamente galanteador. Vídeo disponível on-line em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SIHtY1FqYo>>. Acesso em: 1º de setembro de 2019.

de coalizão. É o que também aprendemos com Lugones (2010) acerca da resistência como subjetividade ativa: “em nossas existências colonizadas, racialmente oprimidas, somos também diferentes do que a hegemonia nos faz ser” (LUGONES, 2010, p. 746, tradução nossa⁷). Na Câmara, a vereadora expôs e denunciou a violência do Estado contra grupos vulneráveis. Franco também valorizou as formas pelas quais a favela resiste às desigualdades, propondo soluções criativas e inesperadas, valorizando a sua riqueza social. Franco operacionalizou o *corpus* de conhecimentos afrodiaspóricos, mobilizando estratégias de feministas negras lésbicas para “sobreviver” na Casa Legislativa.

Durante a campanha e o mandato de Marielle Franco, uma frase evocada era: “eu sou porque nós somos”. Esta frase faz referência à filosofia africana *Ubuntu*, que se baseia na interdependência entre todos os seres vivos, retomando uma frase que Nelson Mandela utilizava para incitar a libertação sul-africana (LOUW, 2010). Marielle buscava ressaltar uma identidade sociopolítica diaspórica por meio de uma solidariedade transnacional negra e sinalizava a contínua relevância das filosofias africanas e suas cosmologias para as lutas feministas.

É justo dizer que a força de Marielle ganhou maior amplitude por ela ter sido capaz de ser catalizadora de demandas latentes, como a dos movimentos de lésbicas e das feministas, e por entender que essas pautas têm uma transversalidade inerente, isto é, têm tudo a ver com militarização, segurança pública, saúde, educação, direitos reprodutivos etc., sem isolar as demandas como se fossem pautas relativas somente a uma parte da população. Esta também é uma lição que o feminismo decolonial e o feminismo transnacional buscam dar: a de que é preciso observar a questão de gênero e de sexualidade como produzidas numa “diferença colonial” (LUGONES, 2010), em cruzamento com as situações específicas dos agentes envolvidos, em especial, com a colonialidade e com o empobrecimento. Esses temas atravessam toda a existência dos seres em questão, dando tom específico aos enfrentamentos das desigualdades sociais, à violência e às necessidades relativas à sobrevivência. A trajetória de Franco como ativista pelos direitos humanos também abre o escopo das

7 No original: “In our colonized, racially gendered, oppressed existences we are also other than what the hegemon makes us be.”

possibilidades de transversalidade das pautas, ao buscar a garantia de um direito básico: o da vida.

Talvez um dos motivos para a execução de Marielle Franco tenha sido o seu sucesso como feminista lésbica e negra aliado à sua exposição e denúncia do necropoder neocolonial nas formas mencionadas acima, mas particularmente manifestadas na militarização e ocupação policial nas favelas, assuntos que Franco tratava com conhecimento de causa. Franco exemplificava como a existência lésbica e negra “em realidade identifica uma série de relações sociais que apontam para a instabilidade cisheteropatriarcal e para uma emergência de uma possível crítica dentro desta instabilidade” (FERGUSON, 2004, p. 100) que poderia irritar e perturbar o estado das coisas, precisando, do ponto de vista da manutenção do poder, ser aniquilada.

Retomamos, então, de modo ainda mais preciso o dilema: uma alta visibilidade de uma lésbica negra e favelada *versus* um apagamento “necessário” e a vulnerabilidade latente de uma morte incitada por uma necropolítica (MBEMBE, 2018a). Este dilema se inscreve numa história mais ampla de populações que continuam a ser invisibilizadas, aniquiladas na “calmaria” e/ou restituídas à vida somente através da sua morte. Citando Marielle Franco em sua última publicação na rede social Twitter, no dia 13 de março de 2018, o dia anterior à sua execução: “Quantos mais têm que morrer pra que essa guerra acabe?”. Algumas perguntas são pertinentes: poderíamos compreender o aniquilamento de Franco a partir da relação estrutural e íntima das lésbicas negras com a morte? Ou ainda: sua morte estaria em continuidade com o destino de vidas vulneráveis lésbicas negras, que ganham maior sentido *post mortem*?

Passaremos agora à fase (pós)vida de Marielle, por meio da compreensão de como se dissemina sua imagem póstuma na continuação da sua luta e na sua memória e fazendo um percurso que destaca alguns atos em torno da placa de rua criada que leva o nome de Marielle Franco. É pertinente dizer que a imagem de Marielle que será abordada aqui se descola do que foi Marielle como política, feminista, mãe, lésbica, negra e mulher; a partir de sua execução, Marielle passou a constituir um corpo coletivo construído socialmente. Como ressalta Benício:

(...) Esse legado Marielle não é o legado da vereadora ou da Marielle Francisco da Silva, é essa personagem Marielle Franco construída e mantida coletivamente.

Então isso é muito importante de se dizer ... se não fica uma coisa muito personalista e se tem uma coisa que essa imagem da Marielle que ganha repercussão não é, é personalista. Porque fala de muita gente, de muitas vidas, de muitos corpos que se viram representados no corpo daquela mulher que foi assassinada. Mas que fala de outra coisa: fala de sonho, de esperança, fala de modificação social, fala de luta, de resistência, que tá dentro de cada um que se viu representado na história dela, no corpo dela de alguma forma (BENÍCIO, Mônica, entrevista para esta pesquisa em 11 de setembro de 2019).

É desta construção coletiva da imagem póstuma que trataremos. A execução de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes chamou atenção, local e internacionalmente, para uma batalha pela elucidação do crime através de organizações tais como a Anista Internacional, que têm feito campanhas de mobilização e de pressão sobre o poder público de forma contínua. Mônica Benício, viúva de Marielle, tem sido figura importante nas políticas de apoio aos movimentos de direitos humanos e em particular dos movimentos de mulheres e de lésbicas⁸, por meio de entrevistas na mídia de massa, palestras, aparições públicas em marchas e eventos culturais, a exemplo da sua participação no desfile da Escola de Samba Mangueira em 2019 e de sua eleição como vereadora da cidade do Rio de Janeiro em 2020, no mesmo cargo que Marielle ocupou.

Como legado político de Marielle, por esforço e mobilização popular, foram eleitas em 2018 quatro deputadas negras (uma federal e três estaduais) que exercem o trabalho político interseccional de Franco: Talíria Petrone, Mônica Francisco, Dani Monteiro e Renata Souza, todas do partido de esquerda do PSOL. As três últimas trabalharam

8 Os movimentos de mulheres e de lésbicas que assinaram um manifesto puxado por Benício, no dia 14 de janeiro de 2018, foram: Rede Nami, Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Revista Brejeiras, Isoporzinho das Sapatão, Velcro, Coletiva Visibilidade Lésbica, Ferro's, Slam das Minas RJ, Lesbitrans Slam, Grupo Baque Mulher, Mulheres Rodadas, O Rebu – Bloco, Coletiva Resistência Lesbi de Favelas, Oitava Feminista, Lesbocídio, Palavra Sapata, Viaduto Literário, Chora, Casa das Pretas/Coisa de Mulher, Favela Cineclube, Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP), Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, Gataria Photography, Frente Lésbica do RJ e Foca Nelas – Mulheres organizadas pela defesa dos direitos LGBT.

diretamente na mandata de Marielle. É importante ressaltar que Erica Malunguinho, mulher negra trans, foi eleita na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo mesmo partido. Todas reivindicam esse legado, tendo se inspirado no trabalho de Marielle Franco. Em uma situação paradoxal, as mulheres negras em cargos políticos (assim como as lésbicas negras em geral) continuam a batalha pela proteção das vidas negras. No entanto, como atenta Mônica Francisco⁹, eleita deputada estadual no Rio de Janeiro, ainda há preocupação com sua integridade física, e pouco pôde ser feito legalmente em termos de diminuição de sua vulnerabilidade no parlamento. Portanto, continuar o legado de Franco significa ainda enfrentar os mesmos perigos que ela enfrentou. Continuar a mobilização social também tem consequência de “proteger” essas pessoas, na medida em que a visibilidade midiática as coloca, mesmo que temporariamente, em lugar de evidência. Como mais uma iniciativa que busca levar à frente o legado, Anielle Franco, irmã de Marielle, criou em 2020 a Instituição Marielle Franco para defender sua memória.

Uma outra ação em (pós)vida de Marielle Franco foi a disseminação das placas de rua que levam seu nome. Oito dias após a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes e um dia após o velório que aglutinou uma multidão na escadaria da Câmara dos Vereadores no Rio de Janeiro, a Casa das Pretas organizou um ato em memória de Marielle Franco. Tratou-se de uma série de ações realizadas na noite de 22 de março de 2018 na sede da Casa, envolvendo roda de Jongo, falas das mulheres pretas e um ato simbólico – realizado pelo grupo Panteras Negras (performance) e pelo grupo de Angoleiras do Rio (orquestra de berimbaus) – de fixar uma placa com o nome de Marielle Franco em vez da placa Rua dos Inválidos.

9 Apontamento pessoal da mesa-redonda *Legados de Marielle: Desafios do feminismo negro e interseccional*, de fala proferida por Mônica Francisco na *Freie Universität* (Berlim/Alemanha), em 25 de março de 2019, a convite do LAI – Instituto Latino-Americano desta Universidade, por meio da professora Mariana Simoni: <https://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/literaturen_und_kulturen_lateinamerikas/veranstaltung-sarchiv_neu/veranstaltungen_2019/250319_legados_de_marielle.html>. Acesso em: 31 de março de 2020.



Fonte: Youtube

Nesse ato da Casa das Pretas vemos a produção de um contexto cultural e artístico a partir da coincidência de artistas e ativistas numa causa comum e as práticas artísticas a serviço do ativismo, contando com a habilidade e sensibilidade de artistas. Este parece ter sido o primeiro momento em que a placa de rua com o nome de Marielle aparece publicamente marcando a ausência/presença da vereadora e operando a renomeação simbólica da rua.

Inúmeros atos e lembranças foram realizados em várias cidades do mundo. Retomamos aqui somente algumas ações que se referem à presença da placa de rua Marielle Franco sem, no entanto, ter o objetivo de dar conta de rastrear a disseminação, ação já realizada pelo site <<https://www.ruamariellefranco.com.br>>, no qual se pode baixar gratuitamente a arte da placa, encontrar uma gráfica parceira e alimentar o site informando quantas e em que local as placas foram coladas. O site, como uma ação anônima e *copyleft*, documenta em quantidade e georreferência a distribuição das placas.

A página de humor *O Sensacionalista* lançou, em 2018, uma campanha de um financiamento coletivo intitulada *Eles rasgam uma nós fazemos cem*, cujo objetivo era arrecadar o montante de 2 mil reais para a confecção de cem placas que seriam distribuídas gratuitamente em frente à Câmara dos Vereadores, em dia e local a ser anunciado. A campanha foi recorde de arrecadação, totalizando o montante de R\$ 42.333,00 e foram confeccionadas mil placas, distribuídas gratuitamente no dia 14 de outubro de 2018, data de sete meses da brutal execução. Neste dia foi recolocada uma das réplicas por Mônica Benício, houve distribuição das placas e realização de fotos.



Fonte: Internet/Mídia Ninja

Foi o reavivar por meio dos diferentes contextos e agentes que tornou visível a placa e que enfatizou a luta por uma pressão junto ao Estado Brasileiro para elucidação do assassinato. A placa de rua Marielle Franco não aponta somente um sentido, permite diversas circulações. Muito frequentemente a placa é empunhada rememorando o gesto dos Partido dos Panteras Negras, icônico e indicial da luta pelas vidas (plenas) negras. Num outro caso foi simbolicamente quebrada durante uma campanha, em outro apareceu em circuito artístico como rememoração. Como Benício argumenta para esta pesquisa, há uma identidade que é construída socialmente e a placa de rua Marielle Franco parece sinalizar para isso.

Considerações finais

No breve percurso deste texto buscamos, a partir das ações em vida e do legado de Marielle Franco, ressaltar os dilemas e lutas pelas quais vidas negras lésbicas estão expostas a partir de um contexto aniquilamento simbólico. Em contraste a isso, há estratégias de fuga desse aniquilamento, expressas no modo pelo qual Marielle encampava suas lutas no parlamento (em estreita articulação com os movimentos de base) e no modo pelo qual seu legado político se espalhou em mais candidaturas de mulheres negras cis e trans e na ação das placas de rua disseminadas em várias localidades. Sob a

forma de placas de rua, o legado de Marielle desconhece fronteiras nacionais. É nesse diapasão morte-em-vida, vida/morte e (pós)vida que podemos refletir sobre como as estruturas estatais e nacionais se amalgamam buscando constranger e aniquilar os futuros das vidas negras e lésbicas.

A luta por um direito básico, o da vida, se matiza em várias lutas específicas às quais procuramos acompanhar e refletir a partir da (pós) vida política de Marielle Franco. Consideramos, assim, as estratégias de Marielle como uma teoria em *práxis* dentro das lutas interseccionais lésbicas/sapatão negras diaspóricas contra o (neo)colonialismo. Também consideramos o caso de Marielle como uma possibilidade teórica feminista negra transnacional para delinear o fenômeno diaspórico de uma aniquilação simbólica lésbica negra (GLOVER, 2017). Olhar para o caso de Marielle ressalta as estratégias de sobrevivência e as limitações da existência lésbica/sapatão negra em um ambiente de aniquilação das questões sobre seus possíveis futuros em vida.

Referências

ALEXANDER, Jacqui; Mohanty, Chandra (eds.). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. Routledge, 1997.

Benites, A. and B. Luiz. 2020. “Federalização do Caso Marielle tem Oposição de Moro e Segue Indefinida no STJ.” **El País**. February 2020. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-11/federalizacao-do-caso-marielle-franco-tem-oposicao-de-moro-e-segue-indefinida-no-stj.html>.

CURIEL, Ochy. **La nacion heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Impresion ediciones, 2013. GLOVER, Tay. **Exploring Black Lesbian Symbolic Annihilation**. Paper presented at Lesbian Lives Conference. University of Brighton, England, 2019.

Jucá, Beatriz. 2020. “Adriano Nóbrega, Suspeito no Caso de Envolvimento com Marielle é Morto em Operação Policial na Bahia.” **El País**. February 2020 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-09/suspeito-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-e-morto-em-operacao-policial.html>.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas para o método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

LIMA, Fátima. Sobre dores, saudades e (re)existências. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 04, n. 02, abr./jun. de 2018b. Dossiê Raça, Interseccionalidade e Violência – processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgenviv>>. Acesso em: 20 fevereiro 2020.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia** – Journal of Feminist Philosophy, v. 25, n. 4, 2010, p. 742-759.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MEIRELES, Flavia. **Movimentos sociais e contextos artísticos:** lutas pelos corpos e pela terra no capitalismo neoliberal. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientação: Maria Cristina Franco Ferraz. PPGCOM/ECO, UFRJ, 2020.

MEIRELES, Flavia; GLOVER, Tay. Towards a transnational black feminist theory of the political life of Marielle Franco”. *Caribbean Review of Gender Studies*. Número 14 Edição especial sobre **Kuírlombo epistemologies: Genders and Sexualities in Brazil**, dez-2020.

MOHANTY, Chandra. 1988. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses.” **Feminist Review** 30: 61-88.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. **Textos Seleccionados**. Bogotá: Editorial la frontera, 2017.

MUNANGA, K. As ambigüidades do racismo à Brasileira. In: KOM, Noemi Moritz, *et. al.* **O Racismo e o Negro no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SOUZA, Alexandre. 2019. “Desembargadora do Rio Vira Ré por Calúnia Contra Marielle.” **O Globo**. August. <https://oglobo.globo.com/rio/desembargadora-do-rio-vira-re-por-calunia-contramarielle-23861252>.

PUAR, Jasbir. **Homonacionalismo como mosaico**: viagens virais, sexualidades afetivas. IN: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento feminista** – sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

WERNECK, Jurema et al. **O Livro da Saú de das Mulheres Negras**: nos-
sos passos vêm de longe. 2a ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

Entrevistas realizadas

ASSUSSENA, Arlei. Arlei Assussena, membro do gabinete da vereadora Marielle Franco: depoimento [13 de fev. 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

LEITE, Vanessa. Vanessa Leite, pesquisadora dos temas gênero e sexualidade: depoimento [20 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

MARINS, Camila. Camila Marins, integrante da Frente Lésbica do Rio de Janeiro e da Revista Brejeiras: depoimento [21 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

MIRANDA, Pedro. Pedro Miranda, assessor de campanha de Marielle Franco: depoimento [10 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

SEIXAS, Michele. Michele Seixas, integrante da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL): depoimento [16 de fev. de 2019]. Entrevistadora: Flavia Meireles. Rio de Janeiro, 2019. Arquivos de áudio (MP3). Entrevista concedida para esta pesquisa.

Vídeos

Franco, M. **Fala no dia da votação do PL da Visibilidade Lésbica**.
<https://www.youtube.com/watch?v=kzNM2IAiEQU>.

CONSCIÊNCIA ESCRAVISTA E MEMÓRIA ANCESTRAL: A DIALÉTICA QUE COMPORTA A AMÉFRICA LADINA E SE EFETIVA EM PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS DE MULHERES AFRO-BRASILEIRAS

Maria Raimunda Penha Soares

Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Rio das Ostras, e integrante da coordenação colegiada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab/UFF), raysoares2411@gmail.com

Thamires Costa Meirelles dos Santos

Mestranda em Cultura e Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social (PPGSS/ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante da coordenação colegiada do Neab/UFF, thamiresmrlls@gmail.com

Resumo

O presente artigo identifica historicamente práticas e insurgências coletivas protagonizadas por mulheres afro-brasileiras ante o sistema escravista que não só perduram como fomentam, na contemporaneidade, a organização política e a construção de estratégias de resistência e luta de mulheres em territórios quilombolas. Incorpora-se também a dialética entre consciência e memória proposta por Lélia Gonzalez como fio condutor que dinamiza as contradições presentes na consciência escravista e na potencialidade contracolonial da memória ancestral. Essa dialética, por sua vez, traz à tona aquilo que o ocidente nomeou como recalcado histórico e concede os referenciais afro-brasileiros basilares do que Lélia chamou de *Améfrica Ladina*. A proposta investigativa que subsidia essas reflexões parte do pressuposto de que mulheres negras e quilombolas historicamente estiveram presentes na construção de estratégias de

resistências e lutas com suas comunidades, sendo consideradas as principais responsáveis por darem a “rasteira na raça dominante”, tornando possível que práticas, saberes e tecnologias ancestrais e diaspóricos permanecessem vivos em processos de produção e reprodução de existências coletivas. Essas sujeitas mantiveram a memória ancestral em constante movimento, de modo que suas práticas de cuidado, seus saberes e tecnologias e suas ações religiosas não só informam como dão sentido às suas milenares resistências. Esta síntese resulta de mais de 10 anos de inserção em territórios quilombolas no Rio de Janeiro e, mais recentemente, no Maranhão, por meio de pesquisa e extensão junto a essas comunidades, dialogando e aprendendo com essas mulheres; e de estudos no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Palavras-chave: Mulheres Afro-brasileiras, Quilombos, Memória, Resistência.

Introdução

Que memórias emergem quando mencionamos a resistência à escravização de negros e indígenas e à colonização europeia nas Américas?

A resposta a essa pergunta depende dos sujeitos que a enunciam. Não por se tratar de uma questão subjetiva ou circunscrita a vivências pessoais, mas, sim, por tanto a pergunta quanto a resposta estarem atravessadas por questões e referenciais históricos e epistêmicos e posicionamentos políticos.

Inicialmente precisamos destacar que memória não implica simplesmente lembrar ou esquecer. Memória, na perspectiva aqui adotada, configura-se como um recurso político do presente que é acionado coletivamente como forma de trazer à tona elementos que a história oficial ou a consciência escravocrata escondem.

Neste texto, portanto, trataremos sobre a dialética entre consciência escravista e memória ancestral visando expor o que, na dinâmica de constituição da sociedade brasileira, foi se conformando como ideologicamente solidificado em termos de aceitação da herança escravo-crata e o que permaneceu latente como oposição e resistência a ela e a negação dela. Para este artigo, interessa-nos elucidar a dialética que circunda a vida, a organização, a luta e a resistência das mulheres, sobretudo negras e quilombolas, para pensarmos esses tensionamentos.

A invenção da raça como um dos fundamentos da sociedade moderna escravista (QUIJANO, 2005) levou a criação do africano e do indígena como *o outro* histórico, aquele em que o europeu branco colonizador “depositou” tudo o que era negativo, feio, “bárbaro” e incompleto da história, a partir de uma base socioeconômica em que esse “outro” tem o lugar de produzir a riqueza e não desfrutar dela. Desse modo, a cultura, a religiosidade, os movimentos insurgentes e as práticas de sobrevivências que emergiram nesse contexto de extrema exploração e opressão, sobretudo nas Américas, tiveram o lugar de assegurar a humanidade desse *outro*, dar-lhe sentido e conteúdo que se contrapusessem ao *não-ser* e garantir que ele continuasse na sua condição de sujeito histórico em e a partir do comum ou das comunidades (de terreiros, quilombos, terras de preto, insurreições e outros espaços e formas de resistências). As mulheres tiveram lugar de

centralidade nessas resistências, porque foram elas também as mais atingidas pelos processos de opressão, exploração e violências. São elas, por outro lado, as mais esquecidas, de modo que suas resistências são ocultadas pela consciência escravocrata e, quando aparecem, são romantizadas ou distorcidas, quando não fetichizadas.

É na esteira de reflexões e proposição de Lélia González que encontramos os recursos metodológicos para pensarmos essa dialética e entendermos, à luz dessa proposição, como foi se constituindo, como resistência e modo de vida, uma dinâmica que tensiona a consciência escravista a partir de uma práxis cotidiana, na qual o fazer e o conhecimento ancestral confluem no mesmo movimento.

O artigo aqui apresentado resulta de um acúmulo teórico e de experiências de pesquisa e extensão junto a comunidades quilombolas e movimentos sociais e populares do campo, em especial, no estado do Rio de Janeiro e, mais recentemente, a partir da realização de pós-doutoramento junto a quilombos do estado do Maranhão. Também se trata de reflexões e análises em construção, sobretudo no diálogo direto com os sujeitos implicados. Ressalta-se o lugar histórico e contemporâneo das mulheres nas lutas e insurgências contracoloniais (SANTOS, 2015), criando tecnologias ancestrais, transmitindo conhecimentos, praticando o cuidado à sa-úde e enfrentando violências e violações de direitos.

O referencial metodológico utilizado nas pesquisas que nos levaram às reflexões apresentadas aqui foi a pesquisa-ação participativa (BRANDÃO, 2020) articulada à proposta de Lélia González (2020a) de dialética entre consciência e memória como um recurso heurístico para desvelar conhecimentos que comumente não são legitimados na historiografia oficial e que emergem a partir da memória dos sujeitos insurgentes e contracoloniais. Dessa forma, nossas escolhas metodológicas nos possibilitaram apreender, de forma crítica, as dinâmicas socioculturais e políticas dos territórios e de seus processos organizativos, de resistências, lutas e insurgências.

Outras concepções importantes para o nosso trabalho são as de resistência e luta. Para falar delas em territórios quilombolas, não podemos simplesmente transpor para estes uma concepção organizativa de luta que se efetiva frente às relações de exploração do trabalho pelo capital ou que ganha corpo nas cidades, mesmo quando compõe expressões de movimentos e coletivos negros. É necessário entendermos a dimensão cotidiana de reprodução da vida em uma

comunidade quilombola para alcançarmos o que implica resistência e luta para os sujeitos que a integram; e como essas ações dialogam e podem dialogar com uma luta anticolonialista. Por outro lado, é importante, diríamos fundamental, entender e apreender a luta e a constituição dos quilombos no Brasil como parte de uma luta antiescravidão, portanto, com elementos anticolonialistas e emancipatórios.

No texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia González (2020a, p. 78) apresenta o debate sobre consciência e memória da seguinte maneira:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui.

Apontaremos aqui elementos dessa memória como resistência e o que ela nos ensina que possa nos guiar nas lutas e organizações contemporâneas de mulheres negras e quilombolas. Com os aportes de outra categoria de Lélia, buscaremos trazer elementos para o nosso debate a *Amefricanidade*, percebida como uma categoria que incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas). Além disso, possui um caráter político, efetivamente democrático, exatamente porque o próprio termo permite a ultrapassagem de limites territoriais, linguísticos e ideológicos, abrindo novas perspectivas para o entendimento mais amplo da América como um todo (GONZALEZ, 2020b).

Nesse sentido, ao apresentar a categoria de *Amefricanidade*, Lélia nos indica onde essas práticas de resistência e luta, no período colonial, efetivaram-se como experiências política e cultural:

Já na época escravista ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos *quilombos*, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *maroon societies*, espalhadas

pelas mais diferentes paragens de todo o continente (GONZALEZ, 2020b, p. 138).

Desse modo, a *Amefricanidade* se efetiva nessas práticas de resistências, mas, por outro lado, configura-se como uma potência de organização política futura.

Memória ancestral e práticas insurgentes de mulheres negras e quilombolas

Os quilombos foram territórios de resistência à escravidão (MOURA, 1993; GOMES, 2015), mas também espaços de confluências de modos de vidas e resistência afrodiaspórica e ameríndia¹. As mulheres negras resistiram, de diferentes formas, à escravidão e a toda a violência que dela decorria. A fuga para os quilombos e a vida neles formaram algumas das inúmeras formas de luta, mas não são as únicas.

Há poucos estudos sobre as mulheres no longo período de escravidão no Brasil, em especial, quando pensamos no seu lugar em processos de resistência e lutas contra o escravismo e pela liberdade. Produções mais recentes, entretanto, têm buscado preencher essa lacuna histórica, que diz muito mais do que oculta. Carneiro (2006, p. 30) nos indica que

A importância de mulheres guerreiras está ainda para ser reconhecida na constituição das comunidades de fugitivos de toda a América colonial e como herança negra partilhada na luta cotidiana das brasileiras. (...) Elas eram indispensáveis: na provisão de alimentos; no trabalho agrícola, na confecção de roupas e utensílios. Além de combaterem lado a lado com os homens e participantes dos ataques a plantações vizinhas, elas exerciam funções logísticas levando pólvoras e armamento, removendo e cuidando dos feridos. (...). Algumas chegavam a ser chefes de Quilombos, havendo notícias de Quilombos só de mulheres!!!

1 Apesar de considerarmos essencial que o debate da questão racial no Brasil, dos quilombos e da resistência negra seja realizado em articulação com as ações de luta dos povos indígenas, ainda temos poucas inserções, a partir de nossas pesquisas, nas vivências dessa segunda comunidade, assim como nas suas formas de organização e lutas. Por esse motivo, este artigo privilegia mais o debate em torno da questão da mulher negra e quilombola.

Como o chefiado por Felipa Maria Aranha, na Região Amazônica.

Jarrid Arraes (2017) faz um estudo de 15 heroínas negras, do período escravocrata e pós-libertação, que, apesar de figurarem na memória de seus territórios e comunidades como “guerreiras” e heroínas, não ocuparam, na historiografia oficial, o lugar que merecem. A autora destaca a invisibilidade do protagonismo negro, em especial, das mulheres e a necessidade de trazermos à tona, como memória coletiva, os nomes e as lutas delas pouco conhecidas, invisibilizadas ou “anônimas” que construíram a nossa história de resistência.

Essas mulheres lutaram, cada uma a seu tempo, de formas diversas e com as armas que dispunham, contra o trabalho forçado, a exploração, o racismo, o machismo e outras formas de opressão. Foram guerreiras quilombolas que lutaram contra a escravidão colonial, organizando e liderando quilombos, participando de revoltas e insurreições e utilizando de seus conhecimentos ancestrais para derrotarem aqueles que as oprimiam e violentavam. Como exemplo desses atos, citamos Aqualtune, Dandara dos Palmares, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Crioula, Ná Agontimé, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba (ARRAES, 2017). Foram também escritoras que, em épocas diferentes, denunciaram violências, opressões, desigualdades sociais e raciais, a pobreza extrema e a fome, como Esperança Garcia, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Também tiveram atuação na política e na organização comunitária e cultural em suas cidades e territórios, como a jornalista Antonieta de Barros, nascida em Florianópolis (SC) no começo do século XX e que foi a primeira mulher a assumir o cargo de deputada do estado e a primeira deputada estadual negra do país; Tia Ciata, baiana nascida em 1854, considerada uma das mais importantes referências do samba e do candomblé no Rio de Janeiro; Eva Maria do Bonsucesso, negra alforriada do Rio de Janeiro do século XIX que insurgiu contra a violência sofrida por parte de um branco, levando-o à justiça e vencendo o caso, algo raro naquela época; e Laudelina de Campos, defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas do começo do século XX (ARRAES, 2017).

Trazer à tona a memória de resistência e luta dessas mulheres é se contrapor à consciência escravocrata que se solidificou por meio do racismo estrutural no Brasil e que considera que o lugar das mulheres

negras é de subordinação: de mucama, de doméstica e de objeto de prazer do homem branco (GONZALEZ, 2020a).

Para além de referências como essas, que, de alguma forma, figuram na memória coletiva de suas comunidades e territórios, há uma resistência e luta cotidianas de mulheres “anônimas” do passado e do presente, que merecem emergir como forma de trazer à tona seu protagonismo na construção de modos de vida contracoloniais².

Em nossas pesquisas recentes junto a comunidades quilombolas, pudemos reafirmar esse protagonismo de mulheres na construção, organização e luta pelos seus territórios. Alguns nomes figuram nessas memórias coletivas dos espaços, como: Guilhermina Rodrigues (Dona Cheiro), uma das referências de luta do Quilombo Machadinha (RJ), já falecida; Carivaldina Oliveira da Costa (Dona Uia), uma das mais antigas quilombolas da Rasa (RJ), falecida em 2020³; Francisca Ferreira,

2 No livro *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, organizado por Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flavio Gomes (XAVIER; FARIA; GOMES, 2012), há artigos que tratam da experiência de mulheres negras como protagonistas de diversificadas histórias e formas de sobrevivência, resistência e lutas. Outros livros, como *O livro da Saúde das mulheres Negras - Nossos passos vêm de longe*, de organização de Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. White (2006); e *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, de Joselina da Silva e Amauri Mendes pereira (2014), apresentam elementos para discutirmos o protagonismo de mulheres negras para a sobrevivência “de conhecimentos, saberes e tecnologias que eram parte de uma cultura diaspórica, que vai conformar, no futuro, a cultura afro-brasileira” (SOARES, 2021, s/p.), bem como sua atuação política como movimento organizado em uma cena contemporânea.

3 Dona Uia, griot e liderança do Quilombo da Rasa – Búzios (RJ), falecida em decorrência da Covid-19, juntou-se aos mais de 400 mil mortos no Brasil, vítimas da maior epidemia dos últimos tempos cujo agravamento ocorre em decorrência de uma profunda crise sanitária, política, social e econômica. Cabe destacar que além de endossar uma política de morte, o atual desgoverno brasileiro legitima através de práticas e discursos negacionistas o genocídio em massa da população, dentre os quais os negros, moradores de favelas, quilombolas e indígenas tem sido os principais afetados. Neste contexto de completo descaso, as comunidades quilombolas têm sentido na pele o agravo da invisibilidade de suas existências e modos de vida. Os dados atualizados da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas) em 12 de maio de 2021, revelam que já são mais de 5300 casos confirmados, e 270 óbitos em decorrência da Covid em quilombos. Apesar disso, as resistências coletivas têm sido notórias, sendo cotidianamente construídas também por esses mesmos sujeitos, a solidariedade e a denúncia aos processos de violação de direito e desumanização são aspectos centrais de sua organização e luta, e as mulheres permanecem sendo linha de frente na elaboração e dinâmica de enfrentamento. Ver mais em: <<https://quilombosemcovid19.org/>> Acesso em 13 mai 2021.

Mendencha Ferreira, Francisca Presidenta, Francisca Macária, Romana e Antônia Carneiro, fundadoras do Quilombo Conceições das Crioulas (MENDES, 2020); Maria Nice Machado, mulher quilombola de Enseada da Mata (MA), extrativista da floresta e militante pelos direitos quilombolas (AIRES, 2016); e Maria Amélia, militante do Movimento Quilombola do Rio Andirá, no município de Barreirinha (AM) (AMÉLIA, 2016). Estas duas últimas mulheres continuam em seus territórios e lutando por eles, sobrevivendo a ameaças e construindo formas de bem viver junto às suas comunidades. Além destas, há tantas outras mulheres que, como nos indica Dealdina (2020, p. 37), têm um “papel de extrema importância nas lutas e resistências, pela manutenção e regularização dos nossos territórios”.

As mulheres, portanto, desempenham uma função central na construção dos espaços comuns do território quilombola, tanto por serem as principais guardiãs de saberes, como o cuidado com a saúde, a religiosidade, a alimentação, a educação e a transmissão de conhecimento; quanto por estarem na linha de frente da luta pelo território (DEALDINA, 2020; SILVA, 2020).

Resultados e discussão

Apresentamos aqui resultados parciais de processos de pesquisa -ação ainda em andamento e de diálogos constantes com os sujeitos envolvidos nessas trocas de saberes e conhecimentos. O objetivo é que essas questões possam fomentar discussão e debates críticos, a partir de uma perspectiva decolonial, histórico-dialética, sobre o protagonismo de mulheres negras, indígenas e quilombolas em lutas contracoloniais passadas e contemporâneas.

O que a consciência eurocentrada e colonial jogou para baixo do tapete da história e que nos permite vislumbrar a potencialidade da práxis feminina negra, quilombola e indígenea na construção de uma sociedade emancipada? Por que trazer à tona, por meio da memória dos sujeitos contracoloniais, as lutas e as resistências à escravidão e ao colonialismo? Porque conhecer a memória das insurgências coletivas protagonizadas por mulheres negras, indígenas e quilombolas nos permite acessar uma potencialidade de organização que é alimento para os feminismos contemporâneos.

O tom de denúncia aos processos de invisibilidade e violência sofridos pelas mulheres negras ganha corpo nos escritos de Lélia

Gonzalez a partir do conceito de *infante*, o qual “designa aquele que não é sujeito de seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros” (GONZALEZ, 2020c, p. 141). O atributo domesticável destinado às mulheres negras fez com que elas fossem faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza, além de, por outro lado, impor-lhes “(...) um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiada nas nossas condições biológicas de sexo e de raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história” (GONZALEZ, 2020c, p. 141).

Acionamos, com centralidade, as contribuições de Lélia Gonzalez para o desenvolvimento dessa discussão justamente por reconhecer sua capacidade criativa e intelectual em tratar das opressões de gênero, raça e classe desde a colonização, sem abrir mão de lançar luz sobre as resistências históricas também protagonizadas por mulheres negras. Desse modo, para além de tratar sobre o lugar delas, atentando-se aos impactos negativos causados pelo racismo e sexismo na contemporaneidade, Lélia nos oferece uma contribuição imprescindível ao evidenciar que “os esteriótipos que pretenderam fixar a imagem das mulheres afro-brasileiras nos aspectos opressores da colonização, prescindiram do contraponto histórico também elaborado por elas” (SANTOS, 2021, s/p).

Dessa forma, Lélia Gonzalez, inaugura uma crítica profunda às narrativas eurocêntricas construídas em torno da colonização, propondo o desvelamento de suas contradições internas, a partir do resgate da memória dos sujeitos que arduamente resistiram a esse processo. Não à toa, é na figura histórica da mãe preta que a autora destrincha a forma como a “rasteira na raça dominante” foi dada. Lélia defende que, ao contrário do que nos foi contado, as mães pretas foram as principais responsáveis em transmitir todo o conjunto linguístico e de saberes oriundos da África. Ao cuidarem dos filhos de seus senhores brancos, essas mulheres realizaram uma espécie de resistência silenciosa, que, para além do imediato, foi fundamental para conformar o que viria a ser a cultura brasileira e a América Latina (GONZALEZ, 2020a).

A oralidade, a contação de histórias e os afetos que sobreviveram ao violento contexto escravocrata fizeram com que os africanos, na diáspora, construíssem formas alternativas de resistirem ao projeto de morte erguido pela branquitude colonial. As mulheres negras,

históricamente reconhecidas na cosmovisão africana como guardiãs dos saberes e das tecnologias ancestrais, cumpriram o papel fundamental de assegurar essa resistência para que a América Latina fosse na verdade “muito mais ameríδια e amefricana do que outra coisa” (GONZALEZ, 2020b, p. 130). É por meio dessa crítica, pioneiramente decolonial, que Lélia Gonzalez formula a categoria de amefricanidade, enfatizando que, “aqui, a força do cultural se apresenta como a melhor forma de resistência” (GONZALEZ, 2020b, p. 133).

Outro aspecto que amplia nossa compreensão sobre a *América Ladina* se encontra no valor metodológico da amefricanidade, cuja centralidade está em resgatar uma unidade específica. Sendo assim, “o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo” (GONZALEZ, 2020b, p. 135). Lélia investe nesta abordagem justamente por identificar, na diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada.

A importância dessa elaboração conceitual reverberou em uma análise inédita sobre a construção social e cultural da América Latina, com vistas à problematização do impacto causado pela colonização das Américas em relação a sua própria origem. Ao salientar a contribuição direta de negros e indígenas para conformar o que viria a ser nomeado como “Américas”, a autora subverte a ideia eurocêntrica de que a Europa se constitui como centro das descobertas humanas em uma perspectiva neutra e universal.

É também desse mesmo escopo que surge uma crítica essencialmente feminista e negra nos escritos de Lélia. Seu duplo pertencimento, tanto ao Movimento Negro Unificado (MNU) quanto ao movimento de mulheres, permitiu a elaboração do artigo *Por um feminismo afro-latino-americano* (GONZALES, 2020c), original de 1988, obra que coloca as resistências femininas negras e indígenas no centro do debate da época, atentando para uma nova concepção feminista que se delineava. Cabe ressaltar que foi a figura heroica da Nanny (guerreira e mãe do seu povo na ilha de Moore Town, na Jamaica), que constituiu o pilar da amefricanidade, a partir da qual Lélia sugere um retorno às elaborações de estratégias de resistência cultural ocorridas no período escravista, articulações importantes para o desenvolvimento de

formas alter-nativas de organização social livre desenvolvidas especificamente nos quilombos e por mulheres⁴ (GONZALEZ, 2020d).

Foi justamente essa conexão transnacional e afrodiaspórica que fez com que Lélia Gon-zalez se atentasse para as similaridades dessas mulheres, incluindo uma nova abordagem femi-nista às suas análises e à sua militância política. É desnecessário dizer que, para além de uma proposta metodológica e conceitual alternativa, o feminismo afro-latino-americano corresponde a uma práxis efetivamente plural, anticolonialista e contraracista.

Desse modo, ao mencionar que, durante a efervescência do movimento feminista na década de 70, as mulheres amefricanas e ameríndias localizavam-se majoritariamente nos seto-res populares de organização, tendo participação ativa e, em muitos casos, sendo protagonistas (GONZALEZ, 2020c), Lélia aponta que conhecer a memória das insurgências coletivas protagonizadas por mulheres negras, indígenas e quilombolas nos permite acessar uma potencialidade de organização e uma identidade amefricana que servem de alimento para os feminismos contemporâneos.

Considerações finais

Ante ao exposto, nota-se que a historiografia brasileira, assentada na consciência que fala em nome do outro, estrategicamente ocultou as contribuições e as resistências protagonizadas por mulheres negras e quilombolas ao sistema escravagista. Cabe ressaltar que a organização dessas sujeitas se constituiu como ameaça à ordem

4 Em diálogo com os aprendizados oriundos de sua passagem pela Jamaica, Lélia encontra na figura histórica da Nanny similaridades com as mulheres negras “esquecidas” por um longo tempo pela historiografia brasileira. Com ênfase no lugar da resistência na organização das mulheres na original Nanny Town jamaicana (comunidade de ex-escravizados africanos de origem akan), a autora explica a forma como suas estratégias de sobrevivência, suas instituições e seus valores expressavam seu caráter de organização matrifocal, com grande valorização das mulheres (GONZALEZ, 2020c). As semelhanças com as insurgências femininas e negras durante a colonização brasileira são notórias. Os aspectos relativos à capacidade estratégica de Nanny em subverter o colonizador a partir de sua dimensão sobrenatural, cuja história oral conta que seus grandes poderes derivavam do contato e do conhecimento íntimo com o mundo dos espíritos, isto é, o reino dos ancestrais, mobilizaram Lélia de tal forma que ela considera que essas táticas femininas de enfretamento dos inimigos “simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anticolonialista” (GONZALEZ, 2020c, p. 155).

colonial, bem como ao projeto de nação que posteriormente seria erguido. A necessidade de um Brasil embranquecido, que eliminasse as influências afrodiásporas e indígenas presentes em sua composição, possibilitou que as tentativas de apagamento de suas existências e resistências fossem a única possibilidade de fazer com que a sociedade acreditasse em uma histórica única.

A despeito dessa estratégica ausência, que não apenas tentou desvincular africanos e indígenas dos processos de luta e enfrentamento históricos, mas principalmente tornou as mulheres suas principais vítimas, é oportuno dizer que intelectuais e feministas negras, ao longo da história, têm somado esforços em manter viva a memória insurgente e coletiva de outras mulheres negras, que, de certo modo, a partir de suas resistências, conseguiram subverter o legado da escravidão. Apesar da notória recusa acadêmica em reconhecer e legitimar suas estratégias de resistências como articulações de caráter fundamentalmente político, o resgate dessas organizações femininas negras evidencia que, para além do imediato, suas resistências coletivas foram substanciais para resistir ao projeto colonial idealizado para as Américas e para informar a luta contemporânea de mulheres amefricanas e ameríndias.

A elaboração conceitual de amefricanidade e a proposta de um feminismo afro-latino-americano só se delineiam para Lélia Gonzalez a partir de seu intercâmbio cultural e de suas andanças pelo Brasil afora. As trocas com mulheres negras periféricas, quilombolas, indígenas, caribenhas, entre outras, fizeram com que Lélia desenvolvesse uma percepção aguçada acerca da necessidade epistêmica e prática de uma metodologia efetivamente interseccionada e popular. Desse modo, ambos conceitos só passam a fazer sentido porque se encontram corporificados na vida cotidiana dessas sujeitas, isto é, expressam, em terminologias, o que essas mulheres coletivamente reivindicam no modo pelo qual demarcam suas existências e resistências. É, por-tanto, como trazer histórias para dentro de um método (SANTOS, 2021, s/p).

Sendo assim, além de contribuir para uma perspectiva contra-hegemônica e contracolonial de feminismo, a práxis de mulheres negras e quilombolas, historicamente, potencializa significativamente essas abordagens. Os caminhos já abertos por essas mulheres demonstram que seus passos vêm de longe e que suas milenares formas de resistências são tecidas diariamente e coletivamente. Se os rumos de

nossas perspectivas estiverem para além de abstrações conceituais esvaziadas de sujeitos, eles devem estar voltados para a vida *vivida*, haja vista que é a dinâmica concreta do real que cotidianamente desafia o conceito.

Referências

AIRES, Maria Nice Machado. **Nice Guerreira**: mulher, quilombola e extrativista da floresta. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

AMÉLIA, Maria. **Trilhas percorrida por uma militante quilombola**: vida Luta e resistência. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Caminhos percorridos entre a educação popular e a pesquisa participante. *In*: SILVA, Andrerika Vieira Lima; PAULO, Fernanda dos Santos (org.). **Edu-cação popular e pesquisas participativas**. 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020. p. 7-18.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 22-41

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar da amefricanidade. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 151-157.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

MENDES, Maria Aparecida. “Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 59-63

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: 2015.

SANTOS, Thamires. **Práticas de cuidado como ferramenta de resistência e organização política de mulheres quilombolas**: reflexões contra-coloniais. Artigo apresentado no “*Semi-nário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Povos, comunidades, natureza: In-surgências frente ao extrativismo predatório*”. Março de 2021. No prelo.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **O Movimento de Mulheres negras**: escritos sobre o sentido de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Lutas e resistências quilombolas no Brasil**: um debate fundamental para o Serviço Social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Insurgências coletivas e práticas contracoloniais**: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas. Artigo apresentado no *Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Povos, comunidades, natureza: Insurgências frente ao extrativismo predatório*. Março de 2021. No prelo.

WERNECK, Jurema (org.). **O livro da Saúde das mulheres**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Crioula, 2006.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (org.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

NEM MULATA, NEM DOMÉSTICA, NEM MÃE PRETA: ANTROPÓLOGAS NEGRAS, CIÊNCIA E MATERNIDADE¹

Alana Pacheco dos Reis Verani

Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, alanareisverani@gmail.com;

Alinne de Lima Bonetti

Professora orientadora: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, alinne.bonetti@gmail.com.

Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que tem como temática a articulação entre maternidade, carreira científica e antropologia. Aqui, buscamos trazer reflexões que emergiram durante interação com nossas interlocutoras: mulheres negras, antropólogas e mães. Sabemos que as produções intelectuais carregam junto de si a subjetividade e experiências de quem as produz; perguntamo-nos de que maneira se articulam essas experiências na produção de conhecimento quando envolvem a experiência da maternidade, questões raciais e de gênero em contexto racializado e racista como a universidade brasileira. A partir da perspectiva da antropologia feminista, por meio do diálogo com Lélia Gonzalez, Miriam Grossi, Donna Haraway e Sherry Ortner, compreendemos que apesar de haver um projeto de nação que objetifica as mulheres negras, buscando encerrá-las nos estereótipos da mulata, da doméstica e ou da mãe preta como argumentou Lélia Gonzalez, as interlocutoras

1 Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa maior, desenvolvido pela autora, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

desta pesquisa desafiam estes modelos, ao lançarem mãos de diferentes estratégias, afirmando a sua produção intelectual. Se as narrativas das nossas interlocutoras sugerem que não há como dissociar a maternidade de suas produções intelectuais e artísticas, também elas nos levam à compreensão de que suas produções e a sua maternagem são formas de resistência às mais variadas formas de violência - religiosa, racial, de gênero e sexual -, subversão destas posições historicamente determinadas e a sua transformação.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Maternidade, Antropologia, Produção Intelectual.

Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que tem como temática a articulação entre maternidade, carreira científica e antropologia, na qual busco compreender quais são as implicações que a maternidade traz para o fazer antropológico. Durante a pesquisa me deparei com questões específicas relacionadas às mulheres negras, e algumas delas serão abordadas aqui.

As reflexões relacionadas à imbricação entre fazer antropológico, maternidade e mulheres negras que aqui serão compartilhadas são fruto de diálogo com três participantes da minha pesquisa: três mulheres negras, antropólogas, mães, de faixa etária de 25 à 35 anos. Mas devo dizer que as questões partem não somente do que encontrei no meu trabalho de campo, mas também de minha subjetividade.

Partindo da perspectiva proposta por Donna Haraway (1995) de que os conhecimentos são localizados e da responsabilização pelo o que produzimos, percebo que as discussões que me proponho fazer são corporificadas, no sentido de que é através de meu corpo que partem meus questionamentos e reflexões. Eu, mulher negra cisgênero em um relacionamento heterossexual estável, passei a sentir um grande incomodo com as constantes indagações sobre *quando* terei filhos. Foi a partir do mal-estar gerado por tais questionamentos de terceiros que passei a refletir sobre a maternidade para além de um assunto familiar, mas como uma questão social.

O peso das indagações sobre quando serei mãe se torna cada vez maior a cada fio branco que aparece em meus cabelos crespos, afinal, há quem diga que há o momento certo de ter filhos e talvez eu o esteja deixando passar para me dedicar a uma realização pessoal, o sonho da pós-graduação. Um sonho compartilhado com muitas pessoas negras que veem o caminho da educação como uma oportunidade de virada em suas vidas, e que é possível graças aos que vieram antes e abriram os caminhos para nós.

Devo dizer que para além de um possível conflito entre carreira e maternidade, a maternidade realmente me assusta. Mas o medo que sinto não é pelos problemas que tem sido amplamente debatidos, como o cansaço e o desgaste materno, mas pelo fato de que as crianças negras são alvo de violências que decorrem do racismo desde antes de nascerem, e temo por um futuro incerto em que a cada dia

que passa, nós pessoas negras, temos uma mira de tiro ao alvo em nossas costas. As realidades encaradas pela maternidade negra são outras.

Nas entrevistas com as interlocutoras sobre questões relacionadas à maternidade e carreira científica, percebi o quanto compartilhamos. Foi durante a escrita em meu diário de campo que notei o quanto a nossa identidade de gênero e racial estava presente nas escolhas de temas e problemas de pesquisa. Como Miriam Grossi nos fala “não é o acaso que levou cada um de nós a seguir uma trilha diferente, pois na verdade cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro” (Miriam GROSSI, 2018, p. 25). Assim, percebi em nossos diálogos, que nossas escolhas de trabalhos e pesquisas eram orientadas pelas nossas subjetividades, e que ao conversarmos sobre o assunto as histórias de vida dessas mulheres estava emaranhadas às suas atuações enquanto antropólogas. Suas produções são localizadas, corporificadas, trazem críticas sociais e questionamentos epistemológicos sobre os saberes, sobre quem conhece e é conhecido.

Metodologia

A etnografia com o horizonte dado pela Antropologia Feminista foi fundamental para a pesquisa. Como aponta Alinne Bonetti (2011), é através da etnografia que podemos revelar

as complexidades das experiências culturais relativas ao gênero, as variações de sentidos a ele atribuídos, os contrastes entre convenções constitutivas de repertórios e as variadas formas como eles são vivenciados e ressignificados, enfim, as intrincadas relações entre convenções e prática. (2011, p. 59)

A escolha pela etnografia se deve ao fato de podermos nos aproximar da realidade concreta com as interlocutoras, de maneira que o trabalho de campo se dê pela relação construída com as antropólogas (James CLIFFORD, 2008). Através da etnografia podemos alcançar a vida cotidiana e a subjetividade das mulheres que compõem o mundo empírico a ser pesquisado, buscando aspectos sociais que as envolvem (Claudia FONSECA, 1999).

Evidente que há a necessidade de situar as sujeitas da pesquisa em seus lugares sociais e históricos, para que a pesquisa contribua

com uma compreensão sócio histórica da nossa realidade (FONSECA, 1999). Porém queremos ressaltar que os dados obtidos durante a pesquisa, bem como os trabalhos que, como este, vierem a ser produto dela estão sendo feitos com o cuidado e respeito prescritos no *Código de Ética do Antropólogo e da Antropologia*. Sendo assim, aqui neste trabalho foram usados nomes fictícios e dados, que por ventura pudessem minar o anonimato, foram omitidos.

O contato com as interlocutoras foi feito em uma incursão exploratória que fiz para o projeto de pesquisa de meu mestrado. Os contatos foram feitos por meio de um grupo da rede social *Facebook* voltado à maternidade e pós-graduação, e de contatos em um grupo de antropólogas/os negro/as da rede social *Whatsapp*. Das três entrevistas, uma foi entrevista semiestruturada feita por videochamada, foi gravada e teve a duração de duas horas; e duas entrevistas caracterizaram-se como “continuadas” via *Whatsapp*, e trata-se de conversas por áudio ou mensagem de texto. Essa adequação da técnica de pesquisa deveu-se à necessidade de contornar a dificuldade em marcar um horário específico para conversar, o que já denota uma característica significativa do campo de pesquisa.

As “entrevistas continuadas” ou “entrevistas sem fim” foi uma forma de eu não perder interlocutoras pela dificuldade das demandas diárias que elas têm, principalmente no momento pandêmico em que a carga de trabalho dessas mulheres aumentou muito. Preciso dizer que, apesar de ter sido uma maneira de me adequar ao campo, estão sendo as entrevistas que têm me trazido dados mais consistentes porque as mulheres não têm a preocupação em terminar a entrevista para voltar aos seus afazeres, ou porque podem me responder num momento que estão sozinhas, coisa que em nenhuma das entrevistas via videochamada ocorreu. Além da possibilidade de eu criar uma relação para além de uma entrevista, já que estou em contato quase diariamente com elas.

Referencial teórico

Estereótipos relacionados às mulheres negras foram suscitados pelas interlocutoras, direta ou indiretamente, em variados momentos. Para compreender essas concepções estereotipadas, a autora Lélia Gonzalez (2020) nos foi fundamental, é a partir das ideias apresentadas

pela autora que refletimos sobre as violências sistemáticas que as mulheres negras sofrem e suas bases históricas.

Gonzalez nos apresenta as violências estruturais e sistemáticas a que mulheres negras são submetidas na sociedade brasileira, onde mulata, doméstica e mãe preta continuam sendo os lugares destinados às mulheres negras. Em seus textos a autora demonstra como as mulheres negras são vistas na sociedade brasileira como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente e um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente.

Os três estereótipos trabalhados por Lélia Gonzalez trazem em si a objetificação e exploração do corpo negro feminino ao longo da história brasileira, que não é visto como sujeito, mas objeto. A objetificação ocorre em relações de poder em que identidades, de acordo com Grada Kilomba (2019), “são reduzidas a uma existência de objeto, que é descrito e representado pelo dominante” (p. 15-16).

A lógica do sistema que nos rege, como Lélia Gonzalez aponta, determina um “lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar” (2020, p. 170), mas vemos ao nosso redor a recusa dessas determinações. As três mulheres com quem dialoguei expressam isso nas suas escolhas profissionais, na luta em ascenderem socialmente, na recusa de ficarem em silêncio e também em suas formas de maternagem.

Ao falar sobre maternidade, devemos lembrar que enquanto a idealização do feminino (branco) se dava por meio da maternidade nos séculos XVIII e XIX, mulheres negras eram exploradas sexualmente para reprodução dentro do sistema escravista, como aponta bell hooks (2020). A autora argumenta que “a reprodução era opressora para todas as mulheres negras férteis escravizadas” (hooks, 2020, p.77), e nos mostra que não eram poupadas de castigos, trabalhos pesados e ainda haviam de lidar com seus filhos sendo vendidos ou utilizados para castigá-las ou chantageá-las.

Jade Lobo e Izabela Souza (2019) também abordam a temática da maternidade negra e nos mostram as violências que mulheres negras sofreram e sofrem no contexto brasileiro. As autoras apontam os abusos e maneiras com que os corpos femininos negros foram utilizados em projetos de embranquecimento social no século XX, chegando ao seu ápice em esterilizações em massa nos anos 1980. Mas Lobo e Souza trazem um outro ponto de vista sobre a maternidade negra:

A partir das múltiplas e complexas lutas das mulheres negras, exercer a maternidade e a maternagem, configura-se como um elemento de luta, e resistência, pois, como demonstrado o processo escravista buscou des-humanizar a mulher negra; estuprando, usurpando seus corpos, esterilizando, e distanciando a maternidade de seu domínio. Nesse sentido, enquanto mulheres-negras-mães pensamos os aspectos históricos que reverberam sobre os corpos das mulheres negras, como meio de projetar na encruzilhada histórica possibilidades de (re) existir sobre o porvir.” (Jade LOBO e Izabela SOUZA, 2019, p. 14).

Evocando Conceição Evaristo (2005), as autoras chamam a atenção para o papel transgressor das mulheres negras e de como a família representou uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência, já que são elas que, muitas vezes sozinhas, são as grandes responsáveis pelo grupo. Assim, na concepção das autoras, a maternidade no contexto das mulheres negras quando associada com a luta do gestar e do maternar desejado é relacionada a resistência e

configura-se como um elemento do (re) existir, significada como uma reivindicação histórica. Reconhecer a incidência das opressões de maneira interseccional, considerando, os fatores de gênero, raça, classe dentro do contexto da maternidade/maternagem, nos permite ativar e romper com a lógica de violência e silenciamento do processo colonial. (LOBO e SOUZA, 2019, p. 14).

Resultados e discussão

As experiências relatadas demonstram um misto de satisfação pessoal com preocupações sobre um futuro incerto. No caso das três mulheres, pude notar que a maternidade foi o guia de seus caminhos, seja pela escolha dos temas de estudos, mudanças de enfoque em temas já estudados e metodologias que pudessem acolher as suas crianças. A presença de seus filhos, embora não estejam escritas no papel, estão presentes na produção e na maneira de produzir. Como podemos ver nesses pequenos trechos:

Para mim era muito massa, sempre, levá-la, e até hoje ela pergunta, ela pede pra eu contar histórias e danças e história dos orixás, pra mim acaba que não

é só um trabalho burocrático a tese e fazer campo, saca? Acaba que, nesse sentido, como eu faço pesquisa com os terreiros, assim, eu quero muito que ela vivencie isso, como mulher negra então, não tem pra mim como ser diferente. (...) Ela não é uma criança de terreiro, ela não frequenta diariamente, que se ela frequentasse seria um ambiente mais familiar para ela, mas acabou que foi se tornando um ambiente um pouco mais familiar, e assim, eu acho que eu fiquei um pouco mais tranquila real quando a gente foi numa festa de erê, e aí começou a chegar um monte de criança, um monte de erê, e ela se entregou completo ali, um monte de corpos adultos, recebendo as entidades erê, e ela simplesmente (a criança fala algo no fundo) brincando, brincando, brincando, ela está com sete anos agora, isso foi em 2018, acho que ela tinha quatro anos. (Tereza, mãe de uma menina de sete anos, entrevista continuada, 22 de fevereiro de 2021).

Eu descobri que estava grávida no [local em que estava fazendo laudos], Dona Graça, uma senhoriinha que me recebeu em casa e me adotou, disse que eu era a filha mais nova dela, e aí ficou uma grande amiga. (...) Fiz essa pesquisa, e um dia eu estava fazendo uma entrevista na casa de uma senhora que inclusive já faleceu. (suspira). Fui fazer entrevista na casa da mulher e aí fiquei tonta, caí sentada no meio da sala, ela olhou para mim e disse “eu sei o que é isso”, e eu disse “é o que?”, ela “não é nada não, venha, tome uma água”, eu fui me embora pra casa, mas ela já sabia né? (Dandara, mãe de um menino de sete anos, 25 de fevereiro de 2021).

Eu fui juntando informações de família, que depois de um tempo se tornaram informações de pesquisa, e aí comecei a pesquisar minha família de linhagem paterna e depois de um tempo de investigação me dei conta que o meu tema de investigação eram as mulheres pretas, as mulheres pretas como líderes, e aí entendi que existia um matriarcado preto que antecedeu meu pai, que durou por pelo menos três gerações, três ou quatro gerações na fronteira entre o Uruguai e o Brasil. (Dandara, mãe de um menino de sete anos, entrevista continuada, 25 de fevereiro de 2021).

Eu digo que a minha vida acadêmica, minha jornada enquanto pesquisadora foi através da minha experiência com a maternidade, porque se eu não tivesse me tornado mãe, eu não iria pesquisar maternidade. (Rosa, mãe de uma menina de 4 anos, entrevista por videochamada, 28 de fevereiro de 2021)

Em todos os casos as crianças participaram do campo juntamente com suas mães, Dandara não só descobriu que estava grávida enquanto estava fazendo trabalho de campo, como continuou ao longo de sua gestação. A ideia de “onde a criança não pode estar, eu também não posso” permeia suas pesquisas.

É interessante ressaltar a importância que as próprias antropólogas dão para a presença dos filhos em seus locais de pesquisa e convivendo com seus interlocutores, como no relato de Tereza, no sentido de isso ser uma experiência muito positiva para eles, assim conhecem realidades diferentes, e tem contato com a diversidade, algo que tomam como fundamental para a maneira com que criam as crianças e seus futuros.

Já em relação aos temas de pesquisa, percebemos que a maternidade traz uma nova forma de olhar para os assuntos já pesquisados, ou acabam por mudar os caminhos das pesquisadoras, como é o caso de Rosa. O interesse em compreender os caminhos percorridos por suas ancestrais, fez com que Dandara acabasse por embarcar em uma nova temática de pesquisa, que pudesse satisfazer anseios pessoais sobre a maternidade negra e matriarcados.

Considerações finais

Por fim, as antropólogas interlocutoras me apresentaram algo que julgo ser de extrema importância, o fato de elas serem o “outro do outro” que está produzindo conhecimento antropológico. A partir de sua colocação como antropólogas e de seus trabalhos não estão na posição a que outrora eram submetidas, através de suas pesquisas não são o “outro”, mas sim elas próprias, não mais objetos, e sim sujeitas. Ser sujeitas no sentido de definirem a si próprias e definirem a sua própria realidade e levarem sua ótica diferenciada, ou localizada, para seus trabalhos e para a academia, fazendo a crítica que o ambiente acadêmico/científico tanto merecem, colocando o dedo na ferida.

As dificuldades encontradas pelas mulheres negras antropólogas têm raízes históricas, ao analisar os seus relatos, percebo que cada uma tinha sua própria compreensão de como lidar com as violências que sofriam. Tomo a perspectiva de Sherry Ortner (2007) de que embora elas criem estratégias para lidar com as formações culturais, não são completamente livres para agirem sem restrições.

Encontram e trilham seus próprios caminhos para resistirem e continuarem suas produções, mesmo quando sua presença e de seus filhos é negada em salas de aulas, ou quando suas avaliações são prejudicadas sem nenhum motivo e até mesmo quando escutam que não são capazes e deveriam desistir. Suas estratégias são pela via do afeto e da resistência conjunta, em que procuram compartilhar e fortalecer-se pelos seus filhos e com os seus filhos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 2019. **Código de Ética: Código de ética do antropólogo e da Antropologia**, criado na gestão de 1986/1988 e alterado na gestão de 2011/2012. Disponível em <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em 10 de maio de 2021.

BONETTI, Alinne. Antropologia feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção. **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires, nº 36, pp. 51-67, 2012.

CLIFFORD, James. Prácticas espaciales: el trabajo de campo, el viaje y la disciplina de la antropología. In: CLIFFORD, James. **Itinerários trans-culturales**. Barcelona: Gedisa, S.A., 2008. pp. 71-121.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária - UFPB, 2005.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.10, pp. 58-78, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi; SALA, Arianna (orgs.). **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. pp. 19-27.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, pp. 07-41, 1995.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LÔBO, Jade; SOUZA, Izabela. Na encruzilhada da Maternidade Negra. GT 59 - Feminismos Negro e Decolonial. **XIII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre, 2019.

ORTNER, Sherry. “Poder e projetos: reflexões sobre a agência”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (org.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25º Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007. pp. 45-80.

ESTADO, NACIONALIDADE E AUTODETERMINAÇÃO DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS E EXPERIÊNCIAS TRANS EM PORTUGAL¹

Luan Carpes Barros Cassal

*Doutorando em Educação pela University of Manchester - Inglaterra,
luancassal@gmail.com*

Fernanda Lyrio Heinzelmann

*Doutoranda em Psicologia pela Universidade do Porto - Portugal,
fernandalheinz@gmail.com*

Resumo

Em 2018, Portugal promulgou a Lei de Autodeterminação de Identidade e Expressão de Gênero e Proteção das Características Sexuais (Lei 38/2018). Baseamo-nos na produção dos estudos queer, de gênero e sexualidade, e de conceitos da psicologia social para analisar tais direitos em Portugal. Entendemos de maneira crítica a patologização das experiências trans, considerando a autodeterminação de gênero uma estratégia para reconhecimento formal da proteção e exercício dos direitos e vidas das pessoas trans. Trabalhamos com dois arquivos discursivos: documentos produzidos pela ou para a Assembleia da República no processo de tramitação e aprovação da lei; e entrevistas abertas com pessoas transmasculinas, residentes em Portugal, a fim de compreender seu acesso à garantia de direitos e proteção pelo Estado naquele mesmo período. Por meio da análise dos documentos, pudemos perceber que apesar dos avanços da Lei 38/2018 (i.e. não patologização e autonomia),

1 Artigo produzido a partir de pesquisas realizadas com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2015 e 2020.

os debates no Parlamento mantiveram dois impedimentos para acesso a direitos: idade (mínimo de 16 anos, com atestado de saúde mental de capacidade de decisão autônoma para 16 ou 17 anos) e nacionalidade (apenas pessoas portuguesas). As entrevistas possibilitaram apreender percepções que pessoas trans possuem sobre a legislação de gênero em Portugal. A análise das respostas permitiu problematizar a hierarquia de direitos e de vidas a serem protegidas, ou expostas ao dano, que da lei possa derivar. Consideramos que hierarquias de raça, nacionalidade, classe e idade continuam a operar, mesmo na garantia de direitos, reproduzindo lógicas coloniais através do Estado.

Palavras-chave: Autodeterminação de Gênero, Lei de Gênero, direitos Trans, Portugal, nacionalismo.

Introdução

Em agosto de 2018, o governo de Portugal promulgou a Lei de Autodeterminação de Identidade e Expressão de Gênero e Proteção das Características Sexuais, Lei 38/2018 (DRE, 2018). Após dois anos de tramitação legislativa, entrou em vigor a lei que possibilita a autodeterminação de identidade e expressão de gênero, sem a exigência de laudos médicos. A promulgação da Lei 38/2018 substitui a Lei 07/2011 (DRE, 2011), chamada de Lei de Identidade de Gênero, que vigorava até então.

Tomamos a Lei 38/2018 como ponto de partida para o presente artigo, que apresenta uma análise de discursos e experiências trans em Portugal sobre Estado, nacionalidade e autodeterminação de gênero. Trata-se de uma discussão conjugada entre dois diferentes projetos de pesquisa em psicologia social, realizados concomitantemente em Portugal. O primeiro desenvolveu uma análise dos discursos sobre idade nos documentos produzidos pela e para a Assembleia da República (AR) de Portugal como parte da tramitação da Lei 38/2018 (CASSAL, 2019). O segundo, investigou as experiências de pessoas transmasculinas no acesso e assistência pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS) em Portugal (HEINZELMANN, 2020). Ainda que não fosse o foco dos projetos, ambos estudos encontraram elementos em comum sobre o papel do Estado português na regulação de direitos e identidades trans, tendo a nacionalidade como uma das chaves para a garantia da autodeterminação de gênero.

Direitos trans e leis de gênero para quais pessoas trans?

É importante explicar o contexto dos direitos trans em Portugal, o que justifica a presente pesquisa. Até 2011, não havia previsão legal para mudança de gênero no país. As pessoas trans tinham de ingressar individualmente na justiça para um processo longo, caro e com exigências abusivas (como procedimentos médico-cirúrgicos compulsórios), dependente das decisões de um/a magistrado/a (MOLEIRO et al, 2016).

Direitos trans, contudo, ganharam imensa visibilidade e discussão em fevereiro de 2006, quando da morte de Gisberta Salce, na cidade do Porto. Conhecida previamente por shows e performances

em clubes e bares em diferentes países, ela era uma mulher trans brasileira de 45 anos, e encontrava-se em situação de rua e de imigração ilegal, desempregada, vivendo com HIV e tuberculose. Ela estava a viver sozinha num sítio de construção abandonado, com uma tenda e alguns pertences, porém fraca e adoentada.

Um grupo de adolescentes portugueses, residentes de uma instituição católica de acolhimento para jovens em situação de vulnerabilidade, estava a frequentar a mesma área. Por coincidência, um deles reconheceu Gisberta, uma amiga da sua mãe de anos passados. Inicialmente, ofereceram auxílio com comida e cigarros, além de interagirem com curiosidade. Ao longo dos dias, o grupo cresceu, com outros adolescentes da instituição, além de colegas da escola. Os encontros com Gisberta tornaram-se episódios de violência verbal, física, patrimonial e sexual, motivados especialmente pelo ódio à sua identidade trans. Após três dias de tortura, Gisberta estava imóvel e inconsciente. A fim de esconder seu crime, os rapazes arremessaram-na em um poço com água. Após alguns dias, entretanto, um dos adolescentes revelou a história para as autoridades. A polícia recuperou o corpo de Gisberta, e os rapazes foram a julgamento (JESUS, 2019; HINES; SANTOS, 2017; TGEU, 2006).

Não apenas a crueldade do crime foi motivo de notícia, mas também o julgamento e seus desdobramentos. Denúncias de maus-tratos na instituição de acolhimento vieram a tona; o então diretor praticou suicídio; e o estabelecimento foi posteriormente fechado. Além disso, a cobertura de parte da grande mídia utilizou o nome e gênero de registro de Gisberta, ignorando sua identidade de gênero feminina. Enquanto isso, uma rede internacional foi formada em solidariedade às pessoas trans em Portugal, protestando contra o horror do crime. Finalmente, a perícia forense identificou que Gisberta morreu afogada - ou seja, ainda estava viva quando atirada no poço. Em uma sentença bastante inusitada, os jovens foram condenados por agressão e omissão de socorro. Entretanto, não por assassinato, uma vez que sua morte foi causada pela água; um resultado que chocou militantes e movimentos de direitos humanos pelo mundo (BALZER; HUTA, 2014; JESUS, 2017; HINES; SANTOS, 2019).

Não se trata de clamar por maior punição para os adolescentes, posto que o sistema penal apenas reforça e acentua violência, desigualdade, e expectativa de vingança. Contudo, vale destacar que Gisberta foi institucionalmente desumanizada quando tanto sua

identidade quanto seu assassinato são negados seja pela mídia, seja pelo judiciário. Sua morte foi, de certa maneira, reeditada por tais instituições. Na contramão, militantes, organizações e artistas criaram suas próprias formas de homenagem e reconhecimento da vida e da perda de Gisberta.

A morte de Gisberta disparou imensos debates sobre pessoas trans em Portugal, fortalecendo a luta de movimentos sociais, que conseguiram a aprovação da Lei 07/2011, que permite a alteração de sexo e nome no registro de nascimento conforme o gênero identificado. A lei foi considerada, à época, extremamente avançada no contexto global, uma vez que ela não exigia procedimentos médico-cirúrgicos compulsórios, exceto por um processo psicodiagnóstico por equipe de psiquiatria e psicologia. Dessa forma, a lei normatizou, equalizou e ampliou o acesso de pessoas trans ao direito de mudança de gênero.

Entretanto, a Lei mantinha profissionais de saúde mental como *gatekeepers*, capazes de autorizar ou não o acesso ao direito. Regulamentações posteriores à Lei estabeleceram uma lista de profissionais que estariam aptos e aptos a fazer tal diagnóstico, criando filas de espera, restringindo o acesso (especialmente de pessoas trans portuguesas a viver no exterior), e aumentando os custos para tais procedimentos. Os critérios também reforçaram o binarismo de gênero e excluíram pessoas não-portuguesas e com menos de 18 anos (SANTOS, 2013; MOLEIRO et al, 2016).

Tais critérios se relacionam a algumas questões trazidas por Butler (2018), que permitem pensar a Lei como dispositivo de produção de reconhecimento de experiências de pessoas trans, a partir do enquadramento destas em categorias legitimadas, ou em categorias invisíveis, ilegítimas e inexistentes. A precariedade é o conceito usado pela autora para definir essa produção, ou não de reconhecimento.

A precariedade caracteriza também a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou à outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (Butler, 2018, p. 42).

A noção de precariedade mencionada por Butler pode ser percebida em relação a quem as determinações legais da lei de gênero portuguesa se propõe a atender. Ao não incluir pessoas não portuguesas, nem menores de 18 anos, adiciona-se mais uma barreira ao reconhecimento das identidades de minorias cujo acesso aos direitos já é dificultado à partida.

Além disso, a patologização das experiências instituída pela Lei 07/2011 contrariava as melhores práticas recomendadas por organizações internacionais, bem como leis de identidade de gênero aprovadas posteriormente em diferentes países europeus nos anos subsequentes, como Dinamarca, Irlanda, Malta e Noruega. Dessa maneira, movimentos trans em Portugal pressionaram partidos progressistas de esquerda à reforma da Lei 07/2011 como parte de sua agenda para as eleições legislativas de 2015. É nesta legislatura que surgem as propostas de lei de autodeterminação de gênero das quais falaremos a seguir. Vale destacar que o processo de mudança na legislação impulsionou discussões mais amplas sobre direitos trans em Portugal, e inspirou também os dois projetos de pesquisa que culminaram neste artigo.

Metodologia

Trabalhamos com abordagens qualitativas de pesquisa em psicologia social (FERREIRA; MORAES, 2016; SCARCELLI, 2017). Entendemos que discursos são a materialização de eventos que emergem conforme processos históricos e condições de possibilidade, produzidos e regulados por relações de poder, em um esforço para organizar sua produção, distribuição, frequência e efeitos, formando quadros para identificação e experiência de um si mesmo, e do mundo. Numa perspectiva genealógica, não tomamos os processos históricos como determinantes, e sim como um mapa de batalhas que seguem a se desenrolar (FOUCAULT, 1979; 1988). Nesse sentido, nós realizamos duas investigações em paralelo entre 2018 e 2019, cada uma em um diferente arquivo de discursos (DELEUZE, 2005), e que tiveram parte dos seus dados analisados em conjunto.

O primeiro arquivo trabalhou com documentos de acesso público e gratuito, disponibilizados virtualmente pela Assembleia da República de Portugal, referidos como parte do processo de proposição, discussão, aprovação e regulamentação da Lei 38/2018. Foram identificados

62 documentos², datados entre 17 de maio de 2016 a 07 de agosto de 2018. Foi realizada uma primeira leitura desses documentos, de forma a excluir documentos que não tivessem por conteúdo o direito das pessoas trans em Portugal. Dessa maneira, restaram 31 documentos, sendo 24 em texto³ e 7 em vídeo⁴. O material foi tratado por uma Análise do Discurso de inspiração foucaultiana, com foco nos contextos, relações de poder, instituições, e condições de possibilidade para a fala mas também os silêncios e desaparecimentos (BURMAN, 1999; PARKER, 2005). Os temas principais identificados na relação entre enunciação e silêncio, repetição e desaparecimento, servem como dispositivos de análise para fazer ver e falar as relações de saber-poder (DELEUZE, 2005).

O segundo arquivo pautou-se em entrevistas qualitativas e na análise documental de legislações, projetos de lei, portarias e textos de políticas públicas. Foram realizadas entrevistas com dois homens trans portugueses a partir de um roteiro semi-estruturado de perguntas. Estas, versavam sobre os impactos imediatos das políticas públicas de saúde e da lei de identidade de gênero na vida dos interlocutores em questão. Em paralelo, a análise de documentos portugueses serviu como fundamentação para analisar as respostas obtidas nas entrevistas. Foram analisados os textos da Lei de Autodeterminação de Identidade e Expressão de Gênero e Proteção das Características Sexuais, Lei 38/2018, e os textos que regulamentam o Serviço Nacional de Saúde (SNS), em Portugal.

As duas pesquisas tomavam o Estado como uma categoria central, como promulgador de leis e executor do sistema de saúde. Entretanto, no primeiro arquivo, os discursos não só emergiram

2 Incluindo propostas de lei tanto discutidas quanto aprovadas, transcrições de debates por parlamentares, pareceres de outras instituições sobre as propostas, relatórios sobre outros países, ofícios e mensagens administrativas para tramitação, mensagem do presidente, projetos substitutivos, vídeos de audiências públicas e apresentações usadas nas mesmas.

3 Discussões e votação por parlamentares, documentos informativos, propostas originais e substitutivas, pareceres sobre o conteúdo, mensagem presidencial, decreto e lei aprovados.

4 Audiências públicas com representação de parlamentares e tendo por convidados: organizações LGBT; Conselho de Medicina; Conselho Nacional de Ética para Ciências da Vida; Associação de Notariados; pessoas pesquisadoras e profissionais em ciências humanas e sociais, da saúde e do direito; pessoas trans e intersexo portuguesas.

como foram catalogados a partir do lugar instituído da Assembleia da República, enquanto que, no segundo, os discursos sobre o Estado foram enunciados por pessoas trans. Importante notar que, nas duas investigações, nacionalidade apareceu como uma questão, na medida em que a ideia de nação movimenta o Estado e organiza o acesso a direitos.

Resultados e discussão

A aprovação da Lei 38/2018 trouxe uma imensa mudança nos direitos das pessoas trans e intersexo⁵ em Portugal (DRE, 2018). Se até então era necessário um processo caro, tortuoso, patologizante, e na contramão da garantia de direitos humanos, essa Lei facilitou e ampliou imensamente o acesso. Interessa-nos explorar o processo legislativo para que a Lei tomasse forma.

Em 17 de maio de 2016, dia internacional de combate à LGBTIfobia, o Bloco de Esquerda (BE) apresentou o Projeto de Lei 242/XIII, que criava um novo procedimento para o reconhecimento de gênero. Seria baseado em autodeterminação, podendo ser acessado por qualquer pessoa de pelo menos 16 anos de idade, ou por representante legal para pessoas abaixo dessa idade. Em 11 de outubro do mesmo ano, o Pessoas-Animais-Natureza (PAN) apresentou um diferente projeto, 317/XIII, reiterando a autodeterminação, mas sem restrição de idade. E em 3 de maio de 2017, o Governo (liderado pelo Partido Socialista - PS) apresentou a Proposta de Lei 75/XIII. Os três projetos passaram pelo escrutínio de comissões internas e externas para análises e avaliações necessárias. Os projetos foram discutidos conjuntamente pelo plenário da Assembleia em 20 de setembro de 2017, para então passarem por uma série de audiências públicas no começo do ano seguinte.

Todos os projetos eliminavam a patologização e exigência de abusivos diagnósticos psiquiátricos. Entretanto, os pareceres do conselho de medicina e do comitê de ética para ciências da vida, dentre outros, colocavam-se contra essa autonomia, reiterando

5 Reconhecemos a urgência e importância da discussão de direitos de pessoas intersexo, ainda que não seja o foco deste artigo. Para o debate atual em Portugal, ver Santos, A. L. (2014). Beyond binarism? Intersex as an Epistemological and Political Challenge. *RCCS Annual Review [Online]*, 6 (6). Doi: <https://doi.org/10.4000/rccsar.558>

que a identidade seria uma questão de saúde, e que as pessoas e a administração pública precisavam ser protegidas. Essa posição foi corroborada por tais instituições nas audiências públicas, com apoio de deputadas representando partidos de direita e centro-direita. Os partidos de esquerda e centro-esquerda, entretanto, defendiam a despatologização, a desburocratização, e a redução da idade mínima. Militantes e organizações LGBTI, assim como pessoas pesquisadoras e profissionais em ciências humanas e sociais não só concordavam com as posições de esquerda, como diversas vezes clamavam por uma mudança ainda maior, abolindo limites de idade e oferecendo alternativas para pessoas não-binárias. Nas audiências públicas, uma militante parabenizou a proposta de extensão de direitos às pessoas trans estrangeiras, lembrando especificamente da história de Gisberta Salce e das necessidades da comunidade de pessoas trans brasileiras.

Após o processo de discussões públicas e a finalização dos necessários protocolos e pareceres, o governo e os partidos proponentes (todos de centro-esquerda e esquerda) concordaram com a apresentação de um projeto único, substitutivo, em 11 de abril de 2018. Ainda que tenha incorporado a maioria dos avanços dos projetos anteriores, também estabeleceu os limites para requerer a mudança de nome e gênero: a pessoa precisaria ter pelo menos 16 anos, não ser legalmente incapaz, e ter nacionalidade portuguesa. A idade foi tema de imensa discussão no plenário da AR, e a proposta de 16 anos era argumentada como já utilizada na legislação civil para outros direitos como casamento e voto. Sua incorporação era, portanto, mais harmônica.

A questão da nacionalidade, entretanto, surgiu sem aviso. Podemos considerar, em termos de análise do discurso, um silêncio que muito diz (BURMAN, 1999; PARKER, 2005). Segundo Scarcelli (2017), silêncios e ausências em documentos e práticas públicas não são mero acaso, mas lacunas que devem ser observadas. Ela aponta que no campo das políticas públicas estas se referem “ao distanciamento existente entre um âmbito de definição de diretrizes políticas, seus aspectos legais e da formulação de programas e outro âmbito ligado aos modos de ajustar essas diretrizes aos recursos disponíveis para a criação e desenvolvimento das práticas” (SCARCELLI, 2017, p.230).

O texto foi discutido e aprovado pela Assembleia no mesmo mês de abril. O presidente vetou o decreto, exigindo algum tipo de requerimento para adolescentes (16 e 17 anos). Finalmente, a AR aprovou

uma versão final em que adolescentes deveriam apresentar um atestado de capacidade de decisão autônoma por um profissional de saúde mental (mas sem diagnóstico). Assim, a lei foi promulgada em 7 de agosto de 2018. O direito exclusivo para pessoas de nacionalidade portuguesa não apareceu como questão.

No estudo realizado por Heinzelmann (2020), a inclusão dos adolescentes nas novas determinações da lei foi destacada por um dos interlocutores entrevistados pela autora. A versão final da lei, que incluiu menores de 18 anos, beneficiou diretamente o interlocutor em questão, que tinha 17 anos na altura em que mudou seu registro civil e identidade de gênero. Nas palavras do próprio,

A lei afetou-me no sentido em que quando eu decidi eu tinha 17 anos. Agora já tenho 18, mas na altura tinha 17. Portanto, antes da lei sair eu não poderia mudar o meu nome, teria que aguardar até hoje, 18, para poder fazer essa mudança. Quando a lei saiu pude ir logo mudar o meu nome, apesar de ser menor, com a autorização da minha mãe. (HEINZELMANN, 2020, p.63)

Outro interlocutor, ao ser inquirido sobre a relevância da aprovação da Lei 38/2018, ponderou que esta facilitou a vida das pessoas trans portuguesas. A ausência de laudos clínicos, ou como afirmou o interlocutor, “já não é preciso botar o médico”, proporcionou que as mudanças de nome e gênero sejam feitas por um processo administrativo, com relevância significativa no cotidiano das pessoas trans em Portugal. Inclusive, quando perguntado sobre como se costuma definir seu gênero, e se sim, como o define, este mesmo interlocutor respondeu de forma bastante direta: “defino como homem”. Uma resposta que parece estar relacionada à leitura que outras pessoas fazem sobre sua expressão de seu gênero, considerando que o processo clínico de transição deste interlocutor incluiu hormonização e mastectomia. Ou seja, o desenvolvimento de caracteres secundários masculinos, além da cirurgia para remoção das mamas, lhe conferiram passabilidade de homem cisgênero (HEINZELMANN, 2020).

Em contrapartida, a demarcação binária não parece suficiente quando a autodeterminação prevista na lei não se enquadra num pólo masculino, ou feminino, a exemplo das pessoas trans que se definem como não-binárias. Por se definir como “pessoa não-binária trans masculina”, um interlocutor diz que usualmente se apresenta como

“rapaz trans”, porque “é mais fácil para as pessoas compreenderem” (HEINZELMANN, 2020, p.54).

Os exemplos trazidos se referem à interlocutores de cidadania portuguesa, ou seja, não sujeitos às restrições impostas pela lei em questão. Entretanto, apontam uma certa expectativa de como um homem trans deve agir, ou parecer fisicamente, que parece ser reiterada pelas premissas desta mesma lei. A partir das falas dos interlocutores e do que prevê a lei, podemos questionar: para além da passabilidade, o que definiria um homem? Uma pergunta difícil, e que nem mesmo as extensas problematizações sobre masculinidades de Raewyn Connell (1995), Sofia Aboim, (2017), ou Jack Halberstam (2017), puderam responder na sua totalidade. Segundo Carlos Serra (2017), talvez a questão gire em torno do que não se pode definir como homem e masculinidade. “A masculinidade é a negação da feminilidade, a negação da homossexualidade, a negação da “confusão” da missexualidade” (SERRA, 2017, p.7), afirma o autor. A construção de identidade, e mesmo da expressão de gênero destes homens trans conectam-se às práticas discursivas construídas e reiteradas social e ideologicamente, conforme a noção de performatividade proposta por Butler (2008). Para a autora, gênero é uma construção pautada nas normas da heterossexualidade compulsória, e que precisa ser constantemente reiterada.

Podemos perceber que o Estado português estendeu a garantia de direitos mas, com isso, também a regulação das pessoas cidadãos, produzindo também aquelas excluídas da cidadania (BUTLER; SPIVAK, 2007). O silêncio em torno da nacionalidade talvez aparecesse com mais força para as pessoas pesquisadoras, brasileiras em condição de residentes temporários em Portugal. A todo tempo, eram lembradas de sua posição específica, carregada no corpo, na aparência, na expressão, no sotaque, e na restrição de direitos. Visitar o prévio império colonial produz, portanto, surpresas e decepções, mudando percepções subjetivas e corporais de sujeitos colonizados sobre o mundo e si próprios (FANON, 2020).

É necessário reiterar que a restrição de nacionalidade na lei de autodeterminação de gênero exclui diferentes grupos de pessoas trans, como imigrantes (temporárias ou permanentes, por quaisquer razões), refugiadas, e a espera de asilo. Isso significa que uma situação de residência regular não seria o bastante - seria necessário esperar por futuras mudanças legais, ou viver tempo o bastante no

país para atender aos critérios de naturalização. Entretanto, coloca-se pessoas trans a enfrentar uma situação de não-reconhecimento de seu direito de autodeterminação de gênero por anos. Ora, isso significaria estabelecer uma prova de resistência para não-nacionais. Mais ainda, imigrantes podem não poder - ou não querer - passar pela espera da naturalização. Por que a nacionalidade importa para autodeterminação?

De fato, é importante que estudos queer e trans estejam alertas do papel estratégico de raça e nacionalidade na garantia de direitos LGBT. Por um lado, as pessoas indesejadas em determinado país são marcadas como 'migrantes' ou 'outras', em contraposição a turistas ou àquelas que recebem uma identidade nacional branca (como originárias de países do Norte da Europa). A idealização do sujeito europeu atende a certos critérios de raça, etnia, religião e expressão de gênero. Por outro lado, as práticas estatais tentam regular as vidas e experiências de pessoas não-nacionais através dos discursos de direitos - pode-se acessá-los desde que se cumpram certas exigências, incluindo certos comportamentos e práticas (TUDOR, 2017).

A história colonial portuguesa continua presente: até recentemente, um Império com posses pelo globo, conduzindo sangrentas guerras de dominação, até a queda da Ditadura salazarista em 1975 (OLIVEIRA, 2014). O país ainda recebe migrantes lusófonos dos países fundados por invasão pelo mundo - inclusive o Brasil. Desse modo, a Lei 38/2018 é um avanço, mas também a reafirmação de quais vidas são protegidas. O Estado deve ser responsabilizado por sua omissão, sob o risco de autodeterminação de gênero reforçar nacionalismo e discriminação (BUTLER; SPIVAK, 2007).

Considerações finais

Gisberta Salce era uma pessoa trans, imigrante brasileira, excluída da atenção em saúde e da assistência social em Portugal. Adolescentes portugueses, que viviam em condições precárias e sofriam violência, mataram-na (ou, na versão do julgamento, produziram as condições de sua morte). A justiça e a mídia não protegeram nem sua memória, nem sua história. Por outro lado, sua morte impulsionou as discussões em defesa de direitos trans em Portugal.

Ainda assim, nem a Lei 07/2011, nem a Lei 38/2018 garantiriam o direito de Gisberta autodeterminação de gênero. Ela continua a ser

uma mártir da incapacidade do Estado português de proteger pessoas trans que não atendam aos seus critérios idealizados. Se concordamos com Judith Butler (2010), que o Estado deve ser utilizado para reconhecer o lamento pelas mortes e o valor das vidas perdidas, para estender e multiplicar a existência das pessoas que permanecem, também precisamos reconhecer que a Lei 38/2018 afirma, pelo silêncio na exclusão de pessoas não-nacionais, quais vidas trans importam, e não é a de Gisberta ou outras pessoas originárias das colônias e ex-colônias.. Colonialismo, de fato, não é derrotado pela independência nacional, uma vez que o Estado é fundado em uma estrutura colonial (FANON, 2020). O uso estratégico do Estado para proteção e garantia de direitos não vem sem preço, e deve ser objeto de contínua crítica.

Referências

ABOIM, Sofia. Masculinidade hegemónica e pluralidade no masculino: rumo a novos hibridismos de género. In: Aboim, Sofia et al. (2017). **O que é Masculinidade?**. Escolar Editora: Lisboa, 2017.

BALZER, C.; HUTTA, J. S. Trans Networking in the European Vortex: Between Advocacy and Grassroots. In: Paternotte, D. & Ayoub, P. (Eds.). **LGBT Activism and the Making of Europe: A Rainbow Europe?**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014, p.171-192.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Frames of War: When Is Life Grievable?**. London: Verso, 2010.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. **Who sings the nation-state? Language, politics, belonging**. London/New York/Calcutta: Seagull Books, 2007.

BURMAN, E. What discourse is not. **Philosophical Psychology**, v. 4 (3), 1991, p. 325-342 CASSAL, L. C. B. **Quem ficou para trás? Um estudo**

entre crianças mortas, gênero e sexualidade. Tese [Doutorado em Psicologia]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities.** Polity Press: Cambridge, 1995.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

DRE. **Lei n.º 7/2011.** 2011. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/278187/details/normal?l=1> Acesso em: 01 Set. 2018.

_____. **Lei n.º 38/2018.** 2018. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/115933863/details/maximized>> Acesso em: 15 Mar. 2019.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas.** São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FERREIRA, M. S.; MORAES, M. (eds). **Políticas de pesquisa em psicologia social.** Rio de Janeiro: Nova Aliança, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALBERSTAM, Jack. **Trans: A Quick and Quirky Account of Gender Variability.** 1a Edição. University of California Press, 2017.

HEINZELMANN, Fernanda Lyrio. **Transmasculinidades no Sistema Público de Saúde: experiências dos utentes.** 2020. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.47.2020.tde-28052020-162355. Acesso em: 2021-04-14.

HINES, S.; SANTOS, A. C. Trans* policy, politics and research: The UK and Portugal. **Critical Social Policy**, 38 (1), 2017, p. 35-56.

JESUS, T. C. Denúncia sobre o assassinato de Gisberta Salce em Indulgência plenária de Alberto Pimenta. **Periodicus**, 10 (1), 2019, p. 85-94.

MOLEIRO, C.; PINTO, N.; RATINHO, I.; DINIS, J.; RAMOS, M.; PERES, J. **A lei de Identidade de Gênero: Impactos e desafios da inovação legal na área do (trans)gênero. Relatório Final de apresentação dos resultados.**

Available on <http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/LIG/Relatorio_Resultados_projeto_EEA.pdf>. 2016. Access on 19th Sep 2018.

OLIVEIRA, J. M. Hyphenations: The Other Lives of Feminist and Queer Concepts. **Lambda Nordica**, 19 (1), 2014, p. 38-59

PARKER, I. **Qualitative Psychology: Introducing Radical Research.** Berkshire: Open University Press, 2005.

SANTOS, A. C. Entre a academia e o activismo: sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 76, 2006, p. 91-108.

_____. Are we there yet? Queer sexual encounters, legal recognition and homonormativity. **Journal of Gender Studies**, 22(1), 2013, p. 54-64.

SCARCELLI, Ianni Regia. **Psicologia Social e Políticas Públicas: Pontes e Interfaces no Campo da Saúde.** São Paulo: Zagodoni, 2017.

SERRA, Carlos. Introdução: masculinidade e masculinismo. In: Aboim, Sofia et al. (2017). **O que é Masculinidade?**. Escolar Editora: Lisboa, 2017.

TGEU. **Gisberta Campaign.** Available on <<https://tgeu.org/gisberta-campaign-2006/>>. 2006. Access on 30 Nov 2018.

TUDOR, A. Queering Migration Discourse: Differentiating Racism and Migratism in Postcolonial Europe. **Lambda Nordica**, v. 22, n. 2-3, 2017, p. 21-40.

IDENTIDADE, INTERSUBJETIVIDADE E PERFORMATIVIDADE

Zionel Santana

Doutor em Filosofia, professor no Programa de Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino na Universidade Vale do Rio Verde – Unincor/ Três Corações/MG, zionelsantana53@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é um convite a reflexão sobre a constituição identitária de gênero nas bases do paradigma da intersubjetividade. O paradigma da intersubjetividade é dependente da razão comunicativa que leva em consideração a constituição crítica do mundo que nos é dado com elemento constitutivo das ações. A constituição identitária é um processo também dependente das relações comunitária em constituição e reconhecimento. Desta forma, a constituição identitária vai muito mais além da autoafirmação limitada ao paradigma da subjetividade. Com a introdução do paradigma da intersubjetividade, entra em cena a comunidade dos falantes como reconhecimento da performasse resultante da constituição identitária. A constituição identitária no paradigma da subjetividade pressupõe no primeiro momento, as transformações psicossociais, isto é, mudanças em um contexto sociocultural em transformações. A limitação do paradigma da subjetividade não leva em consideração os atos de fala. Assim, com a introdução do paradigma da intersubjetividade temos mais chances que a performasse identitária possa ser bem-sucedida. Portanto, não há indivíduos puros nas relações identitárias, toda constituição identitária pressupõe que ela seja transpassada pelas experiências coletivas mediada pela linguagem.

Palavras-chave: Identidade, Intersubjetividade, Performatividade, Habermas.

Introdução

A constituição da identidade não só limita, mas é dependente do reconhecimento do outro. Exigindo assim, ações de aprovação e aceitação da constituição identitária. Nessa interrelação, o outro não determina a identidade, mas se apresenta como uma folha de contraste. Há momentos que as experiências individuais são solitárias-, só dependem do indivíduo no seu processo de subjetivação. Mas, ainda sim, a identidade permanece dependente da alteridade. Pois, essa dependência se dá pela intersubjetividade, as minhas experiências são transpassadas pela linguagem. Essa relação identitária se configura na égide de elementos fundamentais: uma teoria da constituição da sociedade com normas e regras descritivas e sujeitos intersubjetivantes socializados que se produzem na medida em que suas práticas cotidianas se orientam a objetos susceptíveis de experiências

Esses elementos podem ser denominados na perspectiva durkheimiana de valores ou estruturas que constituem uma comunidade, na forma de uma consciência individual e coletiva no intenso processo de interação social da consciência de um grupo. Podemos entender esse processo como uma alteridade comunitária.

A consciência social, não se dá em todos os indivíduos da mesma forma, mas em alguns ela se desenvolve como uma consciência crítica. Essa consciência social, se apresenta diferentemente aos indivíduos. O que nos parece, é uma formação de uma consciência social crítica limitada e restrita, mas, dependente de uma linguagem.

Metodologia

A constituição deste artigo partiu de uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Köche (2015, p, 122) “Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação”. Portanto, parte da apropriação de conceitos e concepções na literatura. Aqui em específico, Jürgen Habermas (2001, 2007). Desta forma adotou-se o método hipotético-dedutivo (MARCONI; LAKATOS 2009) a partir do problema levantado sobre aproximação da ideia da

constituição da identidade no paradigma da intersubjetividade. Na concepção de Marconi e Lakatos (2009) o método hipotético-dedutivo parte de uma questão que suscita dúvidas-, ao qual pressupõe propostas provisórias a partir de teorias e hipóteses de trabalho. Assim, pretende apontar possíveis caminhos diferentes dos já apresentado nas teorias estudadas.

Intersubjetivas compartilhadas

A subjetividade ainda permanece em bases monológicas. Para Habermas (2007), a teoria da constituição sociológica husserliana oferece uma vantagem em relação a Kant. Husserl propõe uma subjetividade cujas operações têm um Caráter universal. Com isso, ele abre uma teoria da constituição da sociedade com normas e regras descritivas e sujeitos intersubjetivantes socializados que se produzem na medida em que suas práticas cotidianas se orientam a objetos susceptíveis de experiências (HABERMAS, 2007, p. 41).

Outra vantagem é a constituição de uma consciência geral, sem o plano de “eu” transcendental, particular do observador fenomenológico. E ainda, conta com uma pluralidade de “eus”, “eus” transcendentais que precedem a própria subjetividade em um mundo com uma relação em e com o outro (HABERMAS, 2007), em uma experiência intersubjetiva socializada que se expressa em sistemas simbólicos de linguagem natural, onde o saber acumulado está dado ao sujeito particular como tradição cultural (HABERMAS, 2007, p. 39).

A nossa consciência, com sua estrutura intencional exige a possibilidade de diferenciar entre realidade meramente indireta de uma realidade direta dos objetos, uma diferenciação entre a realidade direta e realidade mediata de objetos possíveis como uma diferença entre a realidade não intuitiva e a realidade intuitivamente executada, que se configura na articulação lingüística no discurso enunciativo com sujeitos e predicados efetuados mediante expressões relativas a situações. Para a nossa consciência, toda intenção se apresenta entrelaçada com o mundo objetivo. Mas, ato de consciência manifesta – se através do sentido do objeto pretendido, e antecipa o fático desse objeto a que a intenção dirige (HABERMAS, 2007, p. 44). Na compreensão husserliana, a formação da consciência ela se dá frente à experiência fenomenológica da observação do eu transcendental, mas a compreensão desse fenômeno depende de uma construção a priori

da linguagem e a sua socialização. Portanto, há um entrelaçamento entre o “eu” o fenômeno e a linguagem. É neste ponto que Habermas se atém e se prende. Esse entrelaçamento se dá por causa do envolvimento de turbilhões de experiências, valores, símbolos mediados pela linguagem em uma comunidade socializada. Não seria possível conceber um sujeito puro desnudado de linguagem. Por exemplo, ao se referir ao sol em um ato de fala, o ouvinte só entenderia a intenção do falante se ele estiver dentro de um contexto socializado da estrutura simbólica da linguagem. Porque há uma distinção e entrelaçamento lingüístico com o mundo objetivo. Toda vez que o falante faz jus desse discurso o “eu” se dirige a objeto de seu entorno e se ocupa dele desse ou daquela maneira.

A tese de Habermas é que esse processo da nossa consciência é universal pois, a vida tem que poder fazer – se derivar da execução de atos de uma subjetividade, cujas operações se explicitam nos entrelaçamentos de sentidos que são os objetos possíveis acessíveis a intuição (HABERMAS, 2007, p. 46). A afirmação de Habermas é que com Husserl aparece a clara universalidade com que os reinos do conhecimento entrelaçam entre si, todas as formas de operações procedentes da subjetividade, da afetividade e da vontade.

O “eu” o que constitui o outro como elemento de meu mundo, mas o outro não se apresenta fora de uma subjetividade originariamente nas operações constituinte que ele exerce, como teria que ser em princípio, se o outro fosse na verdade algo constituído pelas minhas percepções. Retomaria ao dilema da consciência monológica, o outro é uma construção da minha subjetividade. Assim, eu constituo o alter em uma perspectiva subjetivista. Esta prática estaria na ilusão desta constituição do alter. Dessa forma, Husserl não tem como fugir da constituição do alter em bases monológicas. Isso acontece porque Husserl não tomou como pano de fundo o mundo objetivo. Pois, a objetividade do mundo está aí, como ele mesmo, o mundo para todos, só me é dado como objetivo a natureza que eu constituo nas formas de autorrepresentação idêntica para todos os demais. Portanto, neste mundo da vida os sujeitos socializados se movem, já sempre no plano transcendental que é a intersubjetividade. A tese de Habermas é a concepção que o mundo da vida, possibilita a conexão da vida cotidiana e o possível entrelaçamento de perspectivas, quando assumimos reciprocamente evitando as armadilhas da constituição do alter na projeção à priori monológica do “eu” a posição do

alter. E só esse caminho que talvez transpormos uma intersubjetividade de bases monológica com o mundo social como pano de fundo e justamente com o conjunto dessas possibilidades de relações intersubjetivas compartilhadas.

Corpo e corporeidade

A concepção do “eu” transcendental de uma consciência da percepção dos fenômenos é Também transcendental. O “eu” se constitui na suposição de um estado inicial em que está dada uma natureza radicalmente desnuda de todos os demais sujeitos e de toda a relação intersubjetiva. Como já vimos antes, o mito do indivíduo puro, não existe mais, e muito menos uma natureza que possa ser acessível sem uma socialização das estruturas simbólicas. Pois, se assim o fosse a natureza não poderia estar posta para os indivíduos como natureza objetiva acessível.

Essa tentativa husserliana apresenta duas falhas na visão de Habermas que carecem de reflexões, **A)** a relação entre os corpos desta natureza, propriamente reduzida só em um único corpo que vem caracterizado como “meu corpo” e **B)** minha corporeidade vivenciada como um corpo extraordinário em que eu constituo o meu mundo, ordeno e estruturo a partir de subjetividade individuais. Essas duas falhas na perspectiva de Habermas, o conduzirá a seguir os passos da história da intersubjetividade de Husserl sobre a perspectiva da relação entre; corpo e corporeidade, objetividade, subjetividade e intersubjetividade.

A) O “eu” a princípio ainda é o primeiro a tomar consciência da experiência originária de sua corporeidade. O alter se forma da percepção do mundo corpóreo consciente da primeira experiência do “eu”. A corporeidade do alter apresenta uma vida – ato estranha que em princípio não me é acessível de forma direta. Mas, a compreensão do alter – já está a priori transcendentalmente constituído de forma subjetiva no âmbito da consciência fenomenológica de um saber epistêmico. Mas, o alter como objeto da minha consciência me manifesta no contexto do mundo social e nas interações sociais mediada pela linguagem.

Pois esta vida – ato do alter, mediada pela linguagem e objetivada na corporeidade o primeiro objeto estranho que surge em meu mundo primitivo (HABERMAS, 2007, p. 53). Pois assim se constitui o

sentido do alter, sujeito a quem o seu corpo vem entrelaçado como corporeidade, da mesma maneira como a minha própria corporeidade. Como autoafirmação. Husserl recorre a troca de perspectivas espaciais como virtualmente pode tomar lugar da outra corporeidade alterar seu “ali” como o meu “aqui”. Isto é, uma troca de espaço de experiências interesses e perspectivas egocêntricas. Assim, também pode adaptar a perspectiva mundana do outro apresenta naquela corporeidade e relativizar a encadeamento da perspectiva do meu mundo e seu mundo em favor de uma perspectiva que nos seja comum. Ora, fica para Husserl a difícil tarefa de explicar por que em meu mundo primordial, em que só esse corpo destaca como minha corporeidade originariamente vivida, e perco a totalidade de todos os demais corpos em subconjunto dos corpos como potenciais corporeidade de outros sujeitos? Dessa forma, a corporeidade experimentada como corporeidade só aparente, quando não se produz tal concordância, pois ele só é aparente. Pois, com os gestos só posso entender os movimentos do outro corpo, aprender em termos analógicos, se já existe um conhecimento intersubjetivo de uma revisão de signos e de um léxico.

A análise de Habermas sobre as falhas das tentativas da fenomenologia husserliana na constituição de uma intersubjetividade se esbarrou na explicação da formação da consciência e autoconsciência, sem deixa claro essa passagem sem o entrelaçamento com o mundo social. Pois, para Habermas a mera concordância de apresentações e alternâncias sucessivas de lugares sucessivas não vale como critério de delimitação e esforço da intersubjetividade. (HABERMAS, 2007, p. 55).

No entanto, Husserl se engana por antecipar apresentação de um significado por uma expressão simbólica associado ao corpo. Desse modo Husserl não pode esperar nenhuma força formativa de sua teoria, pois não é lícito pressupor tal função semântica específica da linguagem, se o que se trata é de explicar a energia de uma relação intersubjetivista entre “eu” e o “alter” na relação que é a que teria que começar fazendo possível para o entender mutuo através de compartilhamento lingüístico. A modernidade vetou esse caminho, de uma mimesis formadora daquele que contempla, cai a premissa a intuição fenomenológica não tem apoio para sua pretensão formativa.

A constituição do mundo intersubjetivo

A constituição do mundo intersubjetivo de indivíduos socializados se dá a partir do entrelaçamento recíproco de perspectivas, onde todos os participantes aprendem. Assim os demais, como também a natureza desde o próprio ponto de vista. Os participantes envolvidos adotam a perspectiva do outro e não o seu lugar, isto é, o “eu” assume a terceira pessoa constituindo assim comunitariamente um mundo objetivo compartilhado linguisticamente. (HABERMAS, 2007).

Dessa maneira, o mundo só se constitui mediante uma relação simétrica que permita igualmente ao alter colocar – se em meu lugar, colocar – se no lugar da interioridade apresentada a de identificar meu mundo como seu pela mediação da linguagem nas expressões verbais. Isso se manifesta frente a compreensão das experiências que reconhece na experiência do alter um saber epistêmico, objetivo linguisticamente compartilhado pela autoconsciência. Mas, esse conhecimento epistêmico compartilhado no mundo social, não acontece em Husserl de forma recíproca e completa. Pois, ainda está presa a concepção subjetivista individualizada que anula a perspectiva do alter e seu conhecimento. Mas, a falha está no delineamento fenomenológico do eu mediante a subjetividade ainda presa no fundamento transcendental, ainda mais, o “eu” do fenomenológico se mantém sempre durante a autoconsciência a função de um eu – primeiro prévio ou um eu – primitivo na consciência (HABERMAS, 2001).

Conclui Habermas, que a fenomenologia husserliana como teoria da constituição dos indivíduos e suas experiências e formação da autoconsciência no mundo objetivo intersubjetivamente comunitarizada e compartilhada a todos, não pode fazer – se plausível por esta via. Uma vez que a experiência socializada intersubjetivamente em sentido strito não pode apresentar – se sem o conceito de um sentido comum e compartilhado por diversos indivíduos. Desse modo, os significados idênticos não se formam na estrutura de um indivíduo solitário de uma realidade a partir de uma razão isolada que se apóia em métodos e enunciada universais, estabelecem máximas para a construção do saber como verdade enquanto evidência subjetiva, observador dos fenômenos contemplado o seu mundo. Até aqui, Habermas analisou os fundamentos da intersubjetividade husserliana, e se convenceu que ela apresenta falhas, que todo esforço de Husserl

ainda permanece preso ao fundamento monológico. Isso nos leva a indagar qual então seria uma possível saída para esta questão? Ou se mesmo em bases monológicas Habermas apresenta outros argumentos convincentes?

A tese de Habermas é que as teorias da comunicação gozam da vantagem de partir de imediato da relação intersubjetivista ao contrário das teorias da constituição que tratam em vão de deduzir a partir das operações da consciência monádica.

Conclusão

A subjetividade é constituída de forma partilhada, distinguindo-se o eu do outro e, por conseguinte, por um seu igual. Os indivíduos fazem distinção entre pessoas gerais, com características naturais, que falam e agem e que são inconfundíveis. Esse reconhecimento mútuo se dá quando surge o momento do sentimento de pertencimento a uma comunidade particular, que tem muitas coisas em comum, entre elas o mundo social, a linguagem, a cultura, os direitos e os deveres. Mas a partir desse reconhecimento mútuo, surgem limitações: a constituição da intersubjetividade das visões de mundo, das formas de vida estruturadas, simbolicamente partilhadas; a diferenciação entre particular, universal e individual e o reconhecimento de que todos são membros da mesma comunidade e diferentes uns dos outros. Isso ainda não garante que os indivíduos façam uso da Razão Comunicativa ao se referirem ao mundo da vida. Com esses argumentos,

Habermas avança com sua tese de que a intersubjetividade está entrelaçada à noção de estrutura do reconhecimento mútuo, que lhe rendeu explicações sobre o partilhar e a visão de mundo, essenciais à participação de indivíduos na *práxis* comum. Dessa maneira, os traços básicos da intersubjetividade do entendimento mútuo entre sujeitos que falam e agem, configuram-se na moldura pragmática do uso linguístico e do agir social.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Fratechi Vieira, 7. ed. SP: Editora HUCITEC, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Bueno Aires: Taurus, 2001. (Vol I).

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destrancendentalizada**. Tradução Lúcia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo Agir Comunicativo e razão destrancendentalizada**. Tradução Lucia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002

HABERMAS, Jürgen. **Entre o naturalismo e a religião**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE LGBT NO PROGRAMA DE GOVERNO DE LUCIANA GENRO (PSOL)

Gabrielle dos Santos Marques

*Doutoranda do Curso de Ciência Política da Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG, marques.gaabriele@gmail.com;*

Resumo

Luciana Genro concorreu à presidência do Brasil em 2014, sendo a primeira candidata presidencial da história do Brasil a colocar o tema da homofobia e da transfobia em debate. Em seu pouco tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) a candidata transmitiu imagens da bandeira do orgulho LGBT, bem como, beijos de casais homoafetivos. Dessa forma, a pesquisa tem o objetivo de investigar quais políticas eram defendidas pela candidata, para esse grupo, em seu plano de governo. Para isso, a metodologia de análise de conteúdo se mostrou adequada. Buscou-se por palavras-chave como LGBTs, homofobia e transfobia, mencionadas 36, 16 e 9 vezes respectivamente. Além disso, o plano de governo da candidata contou com capítulos específicos para discutir a condição da comunidade LGBT no Brasil, logo, a pesquisa também busca compreender em quais áreas se alocam as políticas propostas, como educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Luciana Genro, políticas LGBT, plano de governo, PSOL.

Introdução

As eleições de 2014 ocupam um lugar de extrema relevância para a historiografia brasileira. Seguida das jornadas de junho de 2013, seus desdobramentos desencadearam importantes fenômenos políticos, além de ser marcada por pioneirismos e recordes, como o número, nunca antes visto, de mulheres concorrendo à presidência, Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL). É justamente uma dessas mulheres que desencadeia outro pioneirismo na corrida eleitoral, Luciana foi a primeira presidenciável a pautar a garantia de direitos para a comunidade LGBT, tanto em seu plano de governo, quanto no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e debates públicos.

Em seu HGPE, Luciana aparecia carregando a bandeira do movimento LGBT, além de terem sido transmitidas imagens de casais gays e lésbicos se beijando¹. Os memes que retratavam a candidata como “o terror” de um dos seus adversários, Levy Fidelix (PRTB), conservador, homofóbico e abertamente contra os direitos da comunidade, compõem o imaginário e contexto comunicativo da disputa eleitoral.

Figura 01: Programa 14 de Luciana Genro, transmitido no HGPE em 02/08/2014.



1 O beijo gay era fruto de muito debate no ano de 2014, devido ao beijo transmitido na novela Amor à Vida de Rede Globo no mesmo ano. Apresentar casais não heterossexuais se beijando no horário nobre da televisão é algo muito significativo para a campanha da candidata.

A pesquisa de Marques e D'Ávila (2010) realizada em 2007, aponta como o PSOL, à época recém fundado, era um dos poucos partidos que apresentava capilaridade para demandas dos grupos LGBTs, unindo-se ao PT, PSTU, PCdoB, PV e PPS. A pesquisa aponta, ainda, como na composição da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, o PSOL dispunha de três deputados. Apesar do número de deputados parecer reduzido, ele se torna significativo tendo em vista que esse dado representava a totalidade de deputados eleitos filiados ao partido, ou seja, todos os deputados do PSOL compunham a frente. Em comparação aos demais partidos, a correlação não é a mesma, sendo o PSOL o único que correspondia a 100% de cadeiras no congresso e na frente parlamentar.

Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo investigar quais políticas foram apresentadas pela candidata e seu partido no seu plano de governo, buscando compreender em quais áreas se alocavam as propostas, como educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho e outras que se mostraram pertinentes ao longo da pesquisa. Trata-se de um esforço inicial em compreender a história do tema nos debates presidenciais, dessa forma o artigo possui um caráter mais descritivo.

Para a análise do plano de governo, optou-se pela metodologia de Análise de Conteúdo a fim de compreender sobre o que e quais temas versavam as propostas apresentadas. As categorias criadas foram feitas a partir da leitura do próprio plano. Foi possível encontrar 19 propostas que versavam sobre sete temas: educação, combate/criminalização da discriminação/violência, família/casamento civil igualitário, autodefinição da identidade de gênero, saúde, participação política e mista. Distribuídas nos tópicos sobre educação, mulheres, LGBTs e na contribuição da juventude.

É interessante notar que a ciência política nem sempre focalizou a representação e políticas de grupos, ou questões de justiça para grupos marginalizados, de tal maneira que há um esforço teórico por de algumas autoras da teoria política feminista e da teoria queer em defender tais temas. Esse debate, de forma breve, informa o trabalho. A sessão seguinte é dedicada à metodologia, seguida pela discussão teórica e os resultados encontrados, por fim são apresentadas breves considerações.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo. O primeiro passo foi a busca por termos chave: homofobia, transfobia, lgbt, gay-fobia, lesbofobia, bifobia, gay, travestis, bissexual(ais), lésbica(s), transexuais, transgêneros, travestilidade e transexualidade.

Quantificada a ocorrência destes termos, foram destacados no texto do projeto de governo. Grande parte das palavras estavam no capítulo destinado a tratar especificamente da comunidade LGBT.

Dessa maneira, o segundo passo foi o enquadramento das propostas onde estes termos apareciam em categorias de interesse conforme sua área temática: educação, combate/criminalização da discriminação/violência, família/casamento civil igualitário, autodefinição da identidade de gênero, saúde, participação política e mista. As categorias foram criadas a partir da leitura do próprio texto.

Classificadas as propostas foi possível analisá-las, a fim de apreender seu conteúdo. Foram feitas estatísticas descritivas simples para compreender o universo das propostas. A partir de então, as análises possuem caráter mais qualitativo. Além disso, o uso do *software Iramuteq* auxiliou o processo de análise e de apresentação dos dados.

Referencial teórico

A perspectiva liberal da teoria política lida com a diferença como, prioritariamente, relacionadas à ideias, opiniões e crenças. Phillips (2001), aponta como essa forma de compreender a representação política não se compromete o bastante com um sentimento de exclusão política de grupos minoritários. A autora cunha, então, a noção de *política da presença*, para apresentar um outro ponto de vista sobre a diferença, já que a *política de ideias* teria se mostrado inadequada para resolver os problemas de exclusão política. Nessa visão, os espaços de tomada de decisão devem espelhar sua composição social, considerando os corpos e as trajetórias dos indivíduos.

Complexificando esse debate, Young (2006), insere a noção de *perspectiva social*. Para a autora, a representação política é um processo entre eleitores e representantes, dessa forma, não deveria ser pensada como uma relação de identidade ou de substituição. Assim, é

mantida a pluralidade sem a unificação em torno de uma identidade em comum.

A noção de perspectiva social comunga com essa ideia. As pessoas produzem compreensões diferenciadas sobre os eventos sociais a partir de suas experiências particulares e as experiências são produzidas por estruturas sociais. Ou seja, pessoas situadas em diferentes posições, em uma sociedade desigual, produzem compreensões distintas sobre os fenômenos sociais.

Consequentemente cada grupo social tem percepções diferentes sobre os demais e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Logo, se apenas algumas dessas visões influencia a tomada de decisões e proposições de políticas, há uma maior propensão de que tais medidas sejam injustas para os grupos marginalizados.

Assim, a autora defende que a inserção de grupos diferentemente posicionados na sociedade à arena política, possibilita o estabelecimento de decisões mais justas. Young (2006), destaca ainda que, a noção de perspectiva social esta relacionada a uma sensibilidade da experiência, sem determinar seu conteúdo, entendo que indivíduos dentre de um grupo podem variar de interesses e opiniões.

No caso de Luciana Genro, uma mulher que não pertence à comunidade LGBT, chama a atenção outras contribuições da autora. Para Young (2006), ainda que não considere muito comum, uma pessoa que não compartilhe daqueles atributos descritivos, como retratado por Phillips (2001), pode representar uma determinada perspectiva, desde que, ela esteja situada em relações sociais que lhe proporcionem experiências e percepções similares ao grupo.

Parece ser o caso da candidata, seu plano de governo não foi feito de maneira solitária, seu partido é composto por de pessoas da comunidade LGBT e seu plano de governo mostra uma abertura para esse debate feita através de diálogos com o próprio grupo.

A proposição de políticas para a comunidade LGBT é de extrema importância. No campo teórico, vale a pena destacar, como argumenta (Saunders, 2017), que a maneira pela qual o homem passou a ser definindo, e consequentemente, o ser humano, está enraizada em um projeto epistemológico colonial, construído em torno da experiência e imagem do homem heterossexual branco, burguês, cristão. E que a homossexualidade, heterossexualidade e a própria sexualidade são produções culturais ocidentais relativamente recentes (Foucault,

1988). De maneira que Rubin (1984) é uma das autoras que destacam como o Estado Moderno ao tentar se apresentar como civilizado produz hierarquias entre as moralidades e seres sexuais.

Preciado (2011), em diálogo com Witting (2001), salienta como a heterossexualidade compõem um regime político, que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica, cunhando a noção de sexopolítica, para compreender as formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Tendo em vista que o sexo, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes, entram no cálculo do poder, de maneira que os discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidade sexuais se tornem agentes de controle da vida.

Além disso, as injustiças sociais podem ser compreendidas de duas maneiras genéricas: injustiças econômicas e injustiças culturais ou simbólicas. Para cada uma delas haveria um conjunto de remédios específicos, para a primeira, uma reestruturação político-econômica, ou políticas de redistribuição, para a segunda, mudanças culturais e simbólicas, ou políticas de reconhecimento (Fraser, 2006).

Políticas para grupos marginalizados por traços identitários, como é o caso da comunidade LGBT, são usualmente entendidas enquanto políticas de reconhecimento. No entanto, a experiência LGBT pode ser compreendida como aquilo que Fraser (2006) denominou de “coletividades bivalentes”, ou seja, sua experiência esta localizada na região intermediária entre os dois tipos de demandas, combinando características das classes exploradas com características de identidades desvalorizadas.

Em outras palavras, a comunidade LGBT sofre formas de injustiça que remontam simultaneamente à economia e à cultura, de maneira que as diferentes formas de injustiça são co-originais, não decorrência de uma ou outra. As duas formas de injustiça, nesses casos, não são separadas uma da outra, mas entrelaçadas dialeticamente, já que os modelos culturais se institucionalizam no Estado e na economia e as desvantagens econômicas impede a participação igualitária na formação cultural, na esfera pública, na vida cotidiana.

Se as formas de injustiça são múltiplas e complementares os remédios também precisam ser. Assim, Fraser (2006) formula concepções alternativas, mais amplas, de redistribuição e reconhecimento: afirmação e transformação, ambas possuem dimensões econômicas e

culturais. Os remédios afirmativos tratam de corrigir os efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. Já os remédios transformativos buscam corrigir os efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura, desestabilizando categorias e abrindo espaço para futuros reagrupamentos.

É a própria autora que mobiliza exemplos ligados à comunidade LGBT. Remédios afirmativos para a homofobia estão associados com a política de identidade gay e lésbica, que visa sua valorização. Em contraste, os remédios transformativos são associados à política *queer*, que se propõe a desconstruir a dicotomia homo-hétero, o objetivo não é consolidar uma identidade gay, mas justamente desconstruir essa dicotomia de maneira a desestabilizar todas as identidades sexuais fixas.

Assim, a reflexão sobre as políticas para a comunidade LGBT devem levar em consideração as múltiplas experiências que compõem a vivência de seus membros, um olhar interseccional não pode ser desconsiderado. Mais do que a valorização das pessoas não heterossexuais, se faz necessário políticas que as incorporem na sociedade de diversas maneiras, que permitam o acesso ao mercado de trabalho, ao sistema de saúde e a educação, além de desafiar o status quo binário da sociedade. O próximo tópico é dedicado a análise das políticas propostas no plano de governo de Luciana Genro.

Resultados e discussão

O programa de governo de Luciana Genro em 2014 era estruturado em três eixos: 1) Política econômica e modelo de desenvolvimento; 2) Sistema político e democracia e 3) Mais melhorias e mais direitos. Todas as propostas direcionadas à comunidade LGBT estão inseridas no terceiro eixo. Além dele, também são encontradas propostas no apêndice “Contribuições da Juventude”. Ao longo de todo o texto os LGBTs, homofobia e transfobia são mencionadas 36, 16 e 9 vezes respectivamente.

O projeto de governo contava, ainda, com um capítulo específico à comunidade LGBT. Nele, são definidas três prioridades: o combate de todas as formas de preconceito, garantia de igualdade jurídica e o compromisso com o diálogo com a comunidade civil e movimentos sociais para a formulação de políticas públicas.

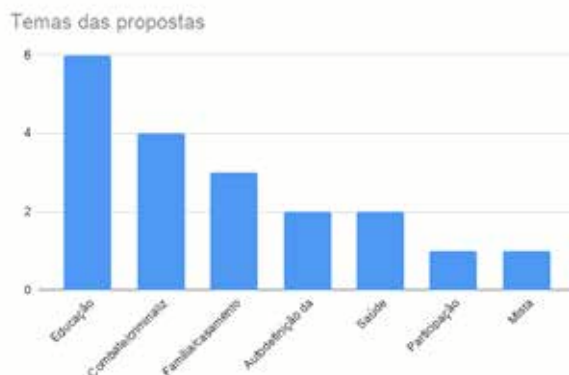
Figura 02: Nuvem de palavras do capítulo específico sobre LGBTs.



A nuvem de palavras obtida por meio do capítulo específico para a comunidade LGBT destaca os termos identidade, direitos, políticas, discriminação, homofobia, estado, travestis, saúde e preconceito, indicando os temas que orientavam as propostas, como veremos a seguir.

Ao todo, foram apresentadas 19 propostas, em um universo de 316. A distribuição das propostas conforme a área temática pode ser vista no gráfico abaixo. Das 19 propostas, 1 se encontra no capítulo sobre educação, 2 no capítulo sobre as mulheres, 10 no capítulo específico sobre a comunidade LGBT e 6 na contribuição da juventude.

Figura 03: Gráfico de distribuição das áreas temáticas de cada proposta.



A maioria das propostas eram destinadas à educação contra a opressão e discriminação, envolvendo a criação de materiais didáticos, formação continuada para profissionais do ensino, ações nas escolas de educação básica, incluindo essa temática como conteúdo do Plano Nacional de Educação de maneira transversal em todos os níveis de ensino.

O segundo tema onde as propostas mais se enquadram é o de combate/criminalização da discriminação/violência. Chama a atenção a defesa da criminalização da homofobia em conjunto a uma política integral de combate a todas as formas de preconceito que não se limite à legislação penal. Assim, o programa defende uma legislação acompanhada de políticas públicas em diversas áreas, além de campanhas massivas de conscientização que visem acabar com o preconceito. Também é proposto a criação de um observatório de crimes de ódio, o que permitiria a formulação de políticas públicas mais eficientes além do treinamento de servidores públicos para lidar com esses casos. O treinamento para servidores públicos também é proposto em escala mais ampla, para melhor atender a comunidade LGBT.

As propostas sobre família e casamento versam sobre a defesa do casamento civil igualitário para todos, bem como o acesso igualitário à adoção e à reprodução humana assistida. Também é proposto uma emenda à Constituição, a fim de incluir a proteção contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e proteger todas as formas de família. Além disso, é mencionado o apoio ao projeto de lei 5120/2013, do deputado Jean Wyllys (PSOL), que propõe alterar o Código Civil para que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja legalizado.

Em relação a autoidentificação da identidade de gênero o PSOL defendia a criação de uma lei que garantisse às pessoas trans o direito ao nome próprio e à livre determinação sobre seus corpos, através da aprovação da lei “João Nery”, também de criação de Jean Wyllys, que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal mediante um trâmite simples no cartório, sem a necessidade de laudo médico.

Sobre a categoria saúde, as propostas tratavam da despatologização da travestilidade e da transexualidade, investimentos em mais recursos na formação de profissionais da saúde para assegurar os tratamentos e procedimentos reivindicados por travestis e transexuais e disponibilização de materiais de prevenção e políticas específicas de conscientização em relação ao HIV/Aids e DSTs.

Já, as propostas sobre participação política, apontavam o compromisso com a realização de conferências de forma mais periódica e democrática e com mais estrutura, a fim de abraçar de fato as propostas apresentadas pela população LGBT.

Na categoria mista se encontra a propostas para mulheres não heterossexuais apresentada no tópico mulheres. Optou-se pela categoria mista, pois na mesma proposta eram abordadas políticas de educação, saúde, combate a descriminalização, no mesmo sentido das propostas já mencionadas.

É interessante notar que as propostas contidas no plano de governo da candidata, em 2014, vão de encontro aos dados obtidos na pesquisa de Marques e D'Ávila (2010). Os autores identificam que entre 1974 à 2007, as propostas legislativas relacionadas ao movimento LGBT, estão relacionadas à seis grandes temas: eventos, união civil de pessoas do mesmo sexo, criminalização da homofobia, respeito à orientação sexual, autorização de mudança de nome para transexuais e saúde e previdência. Isso pode indicar um padrão nas demandas e agenciamento da comunidade, a insistência no tempo destas também indicam a dificuldade em aprová-las e debatê-las em nossa sociedade.

Além disso, chama a atenção a ausência de políticas relacionadas a aspectos econômicos, no plano de governo, ou políticas redistributivas. O que não significa dizer que as medidas propostas não representem ações transformativas, o foco na educação como caminho para superar a homofobia é um exemplo de medida que altera a estrutura de sentido da sociedade e abre possibilidades para novas vivências. Até mesmo na criminalização da homofobia o plano de governo apresenta um olhar sensível, ao focar em medidas que não sejam ligadas a apenas aspectos penais.

No entanto, é sabido como uma parcela da comunidade LGBT sofre com falta de recursos materiais, como o acesso ao mercado de trabalho é dificultado bem como a permanência no sistema de ensino. Neste caso, políticas consideradas afirmativas são importantes e não constam no plano de governo.

Considerações finais

O plano de governo de Luciana Genro se mostra um documento interessante por levar em conta as diversas experiências que compõe a comunidade LGBT, não se restringindo à apenas uma letra da sigla.

Um exemplo disso é a atenção às mulheres, cis ou trans. Consideramos que o fato de haver uma proposta, mesmo que aglutinadora e mista, no capítulo dedicado a tratar de políticas para mulheres que debata a situação de políticas não heterossexuais e não cisgênero um ganho positivo.

As propostas estão concentradas no campo da educação, vendo-a como um alicerce para uma sociedade mais justa para todos, culminando em uma visão sobre criminalização que não se reduz a prisões, sendo portanto, políticas transformadoras. No entanto, há falta de propostas redistributivas, como auxílios financeiros, bolsas de estudo.

Consideramos, ainda, a necessidade de um estudo longitudinal, comparando os planos de governo do partido ao longo do tempo, bem como a comparação entre outros partidos, para compreender como a política brasileira institucionalizada lida com as políticas para a comunidade LGBT.

Referências

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

SILVA, Vera Lucia Marques da; D’ÁVILA, Paulo. O Movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, p.1-34, 2010

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006.

O LUGAR NA SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CORPOS E OS PARADIGMAS DAS TRANSGENERIDADES SOB O PRISMA DA CIDADANIA¹

Romulo Cardoso da Silva

Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, romullocardososilva@gmail.com

Lidiany de Lima Cavalcante

Professora Orientadora. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, profa.lidiany@gmail.com

Resumo

Diante do cenário atual, onde os direitos sociais encontram-se incertos, a luta, resistência, o diálogo e embate de ideias apresentam-se como instrumentos necessários no cotidiano daqueles que se encontram no centro das arenas de conflitos. A noção trazida de corpo na sociedade nos remete a pensar na construção deste enquanto sistema de dominação. Neste sentido, trataremos aqui algumas dimensões de corpo para compreendermos as transgeneridades diante de sistema pré concebido enquanto norma que exclui e estratifica o sujeito. Buscaremos abordar aspectos transversais às transgeneridades na luta pelo reconhecimento de sua cidadania sob a ótica dos direitos, estes que ainda são renegados aos corpos *trans*. Portanto, buscar compreender a representatividade e o processo de reconhecimento

1 Este é artigo é fruto da pesquisa de Dissertação de Mestrado, intitulado "Transcidadania: Luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisa realizada com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, na modalidade de bolsa.

das identidades *trans* diante das mais variadas formas de negação de direitos se faz fundamental para garantir a efetivação da cidadania das pessoas transgênero.

Palavras-chave: Corpo; Transgeneridades; Cidadania

Introdução

Os estudos que permeiam o campo das identidades de Gênero requerem um desprendimento das dimensões socialmente construídas e embutidas enquanto normas a serem seguidas. O objetivo deste artigo é discutir as noções sociais da construção em torno dos corpos e da luta por reconhecimento da cidadania trans sob o prisma dos direitos. O presente artigo constitui-se enquanto um recorte da pesquisa de Mestrado, intitulada Transcidadania: Luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus, finalizada no ano de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

O contexto social e político atual requerem análises precisas no tocante à garantia de direitos da população trans, tendo em vista as problemáticas vivenciadas no cotidiano destas pessoas para acessarem os serviços públicos.

Considerando o processo sócio-histórico da sociedade brasileira, fincado em princípios morais e cristãos, onde uma parte conservadora da sociedade detentora do poder estabelece normas e regras, coloca a necessidade de refletir a questão das transgeneridades a partir da ótica do reconhecimento de suas identidades. Neste sentido buscaremos compreender, primeiramente, a dimensão social do corpo enquanto um processo de construção de si e que estabelece elementos de exclusão, outro ponto importante é compreendermos as transgeneridades sob o viés da identidade subjetiva dos sujeitos, e por fim, os elementos de resistência das lutas do movimento frente a necessidade de buscar garantir direitos.

As questões em torno das transgeneridades perpassam tanto as dimensões de ordens de luta por reconhecimento identitário, da cidadania, do direito e da subjetividade quanto de ordens morais, religiosas e conservadoras. São concepções antagônicas que se encontram em arenas de disputas fundadas no binarismo de gênero normatizado. Para esta leitura devemos nos desprender do olhar de preconceitos e enxergar as transgeneridades sob a ótica do reconhecimento enquanto uma identidade que busca romper com estigmas sociais.

É neste sentido que o movimento social de pessoas trans tem se colocado na luta por representatividade e pelo reconhecimento das

identidades, de seus corpos e cidadania das pessoas trans. Através da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA – que tem sido referência de resistência e representatividade, as pessoas transgêneros tem tido suas pautas levantadas nos mais variados campos de políticas públicas.

Desta forma, a busca por efetivação de direitos, requer lutas e embates constantes diante de arenas de conflitos, que permeiam o campo da política social. Assim tem se apresentado o atual cenário e toda a trajetória de movimentos sociais. Com isso busca-se a necessidade em articular medidas que possibilitem ampliar os debates e garantir a visibilidade e dar voz aqueles grupos que necessitam ter suas demandas atendidas através de políticas públicas eficazes que garantam a cidadania plena destes.

Metodologia

O presente artigo consiste em uma reflexão teórica. O percurso metodológico se deu a partir de análises bibliográficas a respeito de categorias relacionadas que contribuem para as discussões em torno das transgeneridades nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Considerando a categoria central de análise que consiste nas transgeneridades, buscamos discutir o corpo, na perspectiva de Le Breton (2010) e identidades de gênero, fundamentada nas análises de Jesus (2012) e Bento (2008), com o intuito de discorrermos acerca da cidadania das pessoas *trans*.

Resultados e discussões

A construção social dos corpos

O sentido atribuído ao corpo permeia construções sociais, políticas, ideológicas e formas de dominação, onde sujeitos são postos em lugares determinados a partir destas determinações. É sob este viés que se constroem estigmas de exclusão daqueles que fogem de um sistema predatório que permeia o sentido do corpo na sociedade.

No campo dos estudos de Gênero e Sexualidade, o corpo possui centralidade nas discussões em torno dos papéis sociais no sentido de ser homem e mulher, ou de masculinidades e feminilidades. Tendo em vista a necessidade de pensarmos a constituição de determinações a

partir do corpo devemos considerar uma perspectiva histórica, onde o corpo não poderia escapar à trajetória dos modelos de gênero e das identidades, como afirma Corbin, Courtine e Vigarello (2012)

O processo de construção dos discursos em torno do corpo se dá diante relações de dominação e poder na sociedade. Neste sentido, de um lado estabelecem paradigmas sociais do aceitável e de normalidade, de outros estigmas de exclusão e segregação. As significações que se dão em torno do corpo ao longo do tempo possuem caráter político a partir das relações de poder que são instituídas por meio do modo ao qual se vão estabelecendo as dominações sobre o corpo. Para Foucault,

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (FOUCAULT, 2014, p. 29).

É neste sentido que as dimensões sociais, culturais e políticas que permeiam o corpo se dão diante destes processos que refletem uma dinâmica da sociedade de dominação e subordinação, do permitido e do proibido, do sagrado e profano. São instrumentos que moldam os corpos e estabelecem um sistema que concebe as corporeidades a partir de uma dimensão única.

Nesta concepção, há que considerar o corpo enquanto um instrumento onde o exercício do poder está estabelecido. A partir do corpo formas de dominação podem ser regidas, através de regras, leis, e normas. Elementos estes que inserem os usos dos corpos nos jogos das relações de poder materializadas sob os indivíduos, tratados como biopoder (FOUCAULT, 2014). Desta forma, se estabelecem formas de regular o corpo, por conseguinte, o sexo, de forma a produzir padrões estabelecidos a partir de normas de controle.

Corpo e sexo estão postos enquanto sistemas onde os discursos de poder se estabelecem e formalizam, onde o controle é exercido, e nos mais variados espaços que podem estabelecer relações de quebra de paradigmas do que a sociedade impõe.

Nos estudos de Le Breton (2010), a partir de uma análise socio-antropológica em torno do corpo, a necessidade de criação de uma sociologia que tenha como ênfase esta categoria, se dá a partir da compreensão do corpo enquanto fenômeno social, cultural, simbólico,

objeto de representações e imaginários. Para o autor, o corpo apresenta-se como mediação das ações que tecem a vida cotidiana na cena particular e pública (LE BRETON, 2010). Esta afirmativa é corroborada por Corbin, ao dizer que

O corpo é ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos (CORBIN, 2012, p. 09).

Há representações sociais que irão atribuir ao corpo determinadas posições na sociedade, conforme salienta Le Breton (2011), considerando as construções sociais e culturais estabelecidas como instrumento de caracterização do corpo. É sob este viés que se formam padrões e elementos de significação de corpos socialmente estabelecidos.

Enquanto mecanismos de poder, o corpo e o sexo representam elementos centrais para se pensar as transgeneridades, considerando os meandros antagônicos que permeiam a esta categoria enquanto constituinte de um modelo ao qual se estabelece determinados padrões de corpos.

A partir destas concepções, há a necessidade de refletirmos que corpos são estes que se apresentam como dissidentes? Ao longo da história da sociedade se estabeleceu padrões socialmente construídos e aceitos em torno dos indivíduos. Estamos falando de estereótipos de um corpo cisgênero, ou seja, onde a relação identidade de gênero e sexo biológico esteja em consonância com o fenótipo corporal.

As determinações físicas e biológicas são os primeiros marcos de estratificação de grupos sociais e normas, onde o corpo irá pertencer, porém, não serão os únicos determinantes. Estas normas indicam “limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência.” (LOURO, 2018, p. 76). Para Louro (2018), os sujeitos são definidos socialmente, bem como os lugares a que serão alocados, e a partir deste constructo social os corpos que determinam a que nicho cada sujeito pertence.

Constituiu-se, portanto, em nossa sociedade o que podemos chamar de norma cis. A constatação de um pênis ou vagina, logo durante a gestação, é o fator inicial de predefinições de homem e mulher na sociedade. Cores, brinquedos, roupas, trejeitos, estes elencados formam padrões estabelecidos socialmente enquanto norma.

Desta forma, o binarismo presente nestas predefinições molda e estabelece elementos de dominação. Portanto, a partir destes atributos que as definições do que é aceito pela nossa sociedade passa a se construir. E quando alguns resolvem quebrar estes padrões? Toda e qualquer forma que fuja a estas definições são subjugadas. Nos mais variados campos sociais a presença das identidades trans estabelece estranhamento, em decorrência de um padrão ao qual a sociedade ocidental está fincada.

No tópico a seguir iremos abordar a respeito das transgeneridades e a luta pelo reconhecimento de sua cidadania, bem como a resistência de corpos que estão diante das mais variadas formas de violação de direitos.

Luta e resistência pela identidade e cidadania

As identidades transgêneros permeiam um processo de construção e desconstrução do sentido atribuído aos indivíduos em torno do sexo biológico e dos papéis sociais de gênero, considerando a premissa de Bento (2008), “é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”.

Para Simões (2018), há uma verdadeira explosão dos estudos em torno das diversidades sexual e de gênero no Brasil a partir dos anos 2000. A emergência destes estudos perpassa a necessidade de um aprofundamento teórico, como já colocava Foucault (2018), a vontade de saber sobre sexo produziu discursos diversos, nesse sentido, produzem-se dimensões variadas para saber e conhecer em torno destas categorias.

Simões (2018, p. 437), aponta uma “emergência trans” no campo de luta e resistência de direitos que se estabelece nas discussões sobre o tema. Buscar a narrativa dos discursos destes sujeitos, de suas vivências, do seu processo de reconhecimento de sua identidade a partir da ótica do reconhecimento de suas identidades subjetivas, compreendendo as nuances e complexidades que os cercam.

São estas múltiplas concepções de identidades construídas a partir de contextos sociais e culturais, bem como o reconhecimento subjetivo de si, que se constroem as dimensões que perpassam as diversidades de gênero. Para Simões (2018), estas categorias

[...] constituem campos de estudo cujo desenvolvimento está intimamente relacionado às trajetórias e reivindicações de diferentes movimentações e movimentos sociais, assim como ao enfrentamento das demandas políticas e judiciais associadas à defesa e promoção de direitos. (SIMÕES, 2018, p. 433).

As identidades de gênero representam experiências internas e individuais dos sujeitos, onde as mesmas podem ou não corresponder ao sexo biológico. Desta forma, podemos compreender enquanto cis-gêneros, aqueles que o sexo de nascimento está em consonância com o gênero, e os transgêneros, quando o sexo de nascimento não corresponde ao gênero no qual aquele indivíduo se identifica. E as pessoas transgênero são as que se identificam com o gênero oposto ao que lhe é conferido a partir das normas sociais, é compreendido por Grossi (s.d.) enquanto à constituição do sentimento individual de identidade.

Consideremos a categoria gênero a partir da perspectiva de trazida por Scott (1990), que estabelece enquanto um elemento constitutivo das relações sociais e uma força primária das relações de poder, das organizações sociais, das identidades subjetivas dos sujeitos e da política.

A categoria gênero permeia debates que se entrelaçam em torno dos paradigmas sociais e sexuais em nossa sociedade do ser homem e ser mulher, da binaridade e exclusão de toda e qualquer forma de expressão que fuja a este padrão, pode ser considerando enquanto um marcador social atrelado às identidades e à subjetividade dos indivíduos.

Desta forma, papéis sociais são designados e estabelecidos nos sentidos de masculinidades, feminilidades e padrões socialmente fechados a partir do sexo biológico são constituídos. É neste sentido que as transgeneridades estão postas enquanto conflituosas, como salienta Bento (2008).

Transexualidade, travestilidade, transgêneridades são expressões identitárias (BENTO, 2006) que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, da heterossexualidade e nas idealizações (BENTO, 2008).

Aqui nos cabe fazer uma distinção epistemológica em torno das categorias apresentadas acima. De acordo com Benedetti (2005, p. 17), há “múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas

pessoas nesse universo social, não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras.”

Neste sentido, a necessidade de buscarmos compreender tais dimensões destas categorias nos possibilita vislumbrar melhor as distinções e proximidades que permeiam as análises do campo das identidades de gênero, assim como nos favorece a reconhecer tais identidades e não defini-las de forma arbitrária ou enquadrá-las a partir das dimensões das cisgeneridades, considerando que o “universo trans é um domínio social no que tange à questão das (auto) identificações” (BENEDETTI, 2005, p. 17).

Tanto as/os transexuais quanto as/os transgêneros abordam aquelas pessoas que possuem discordância do gênero, bem como dos papéis sociais e expressões de gênero, ao qual lhe foram atribuídos a partir do sexo biológico, homens trans e mulheres trans, que passaram ou não pelo processo de transgenitalização, ou cirurgia de redesignação sexual/genital, que segundo Jesus (2012), trata do processo ao qual se altera o órgão genital por meio de procedimento cirúrgico. Ainda sobre estas questões em torno das pessoas trans, são necessários abordarmos o processo transexualizador, que se refere aos procedimentos aos quais homens e mulheres com identidades discordantes as quais lhes foram atribuídas realizam para mudança corpórea. (JESUS, 2012).

No mais, é necessário apropriar-se desta categoria enquanto uma expressão da identidade de gênero, a partir da subjetividade do sujeito em reconhecer-se (ou não) com quaisquer sejam os gêneros socialmente estabelecidos.

A luta pelo reconhecimento está intrinsecamente ligada à noção de identidade e na construção de representações sociais que possibilitem a garantia de sua cidadania considerando a subjetividade. O reconhecimento é, segundo Honneth (2003), uma forma possível para conceder identidade a um indivíduo, entendida sob a ótica da liberdade individual e da autonomia. A luta por reconhecimento representa, portanto, uma luta pela identidade enquanto um processo de construção social.

Lésbicas, gays, as/os bissexuais, as/os transexuais, as/os transgêneros e as travestis buscam ao longo da história política em torno do movimento social reconhecer as expressões da sexualidade, gênero e identidade de gênero de formas múltiplas.

Nesta corrente onde se buscava representação social, as pessoas trans viram a necessidade de um movimento com ênfase em suas pautas como bandeira que visasse sair dos meandros da cisgeneridade. Para isto, a constituição dos movimentos de pessoas transgêneros/ transexuais e travestis passou a ganhar força, garantindo que as estas identidades pudessem ganhar visibilidade nas agendas políticas e o direito à cidadania.

Desta forma, as transgeneridades encontram-se em meio a arenas de conflitos. De um lado a busca por seu reconhecimento identitário, pela garantia do direito à cidadania, ao respeito à subjetividade humana, do outro o campo da moral, da religião, da tradição de origem neoconservadora, que rejeita toda e qualquer forma de representação social que foge dos paradigmas binários e heteronormativos socialmente construídos.

Entramos aqui num debate necessário em torno das representações sociais de pessoas trans, com ênfase na luta pela garantia de direitos. Tendo em vista a omissão do Estado brasileiro no que tange à garantia de direitos e legislações que assegurem pessoas trans, o que temos até então são resoluções, decretos e portarias, que são fruto de forte pressões de movimentos sociais diante do Poder Judiciário, há uma negligência do Estado na proposição de legislações específicas que garantam o acesso deste segmento da população aos serviços públicos considerando suas especificidades.

A luta dos movimentos trans no campo político tem representado conquistas para pessoas que antes se viam de forma invisibilizada por qualquer aparato legal. A partir de mobilizações sociais, as pessoas transgêneros puderam gozar do direito ao uso do Nome Social, representando uma das primeiras conquistas deste movimento na luta pelo reconhecimento identitário.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)² tem se colocado a frente das mais diversas lutas pela causa das pessoas trans no Brasil, de modo a garantir e desenvolver ações para a promoção de direitos e resgate da cidadania das pessoas transexuais e travestis. Iniciando as atividades no ano de 1992 como Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), na cidade do Rio de Janeiro, o movimento articulava estratégias que possibilitassem maior visibilidade

2 Disponível em: <https://antrabrasil.org/>

das causas que ainda eram renegadas mesmo no movimento LGBT. Para compor uma articulação com outros movimentos, foi realizado no ano de 1993 o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da *AIDS* – ENTLAIDS, onde se notou a pouca participação de transexuais e travestis nestes movimentos.

A partir das mobilizações da ANTRA, projetos voltados para travestis e transexuais passaram a ser pensados como forma de articulação e aproximação daquelas/daqueles que estavam distantes do movimento.

Essa mobilização se deve, também, na tentativa de dar visibilidade às expressões da questão social que pessoas trans veem sofrendo cotidianamente. De acordo com dados do Mapa dos Assassinatos³ da ANTRA, no ano de 2017 o número de assassinatos registrados atingiu o quantitativo de 179, sendo 169 travestis e mulheres trans e 10 homens *trans*, colocando o Brasil no topo dos indicadores de maior índice de violência contra travestis e transexuais. Os dados reforçam a necessidade da luta e resistência no combate de toda e qualquer forma de violência, de retirada de direitos, negligência ou transfobia.

Os desafios presentes apresentam-se como fator crucial para articulação de movimentos, que lutem pela garantia de direitos e da cidadania das pessoas *trans*. Ao longo da trajetória do movimento social, alguns direitos foram sendo conquistados.

No ano de 2018 a Organização Mundial da Saúde retira da Classificação Internacional de Doenças a transexualidade, importante conquista tanto para os movimentos quanto para as pessoas trans, que durante anos sofreram com a patologização de sua condição. Outro dispositivo que contribuiu para a garantia da cidadania trans foi a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta Inconstitucional (ADI)⁴ 4275, que teve diversas entidades representativas de pessoas trans envolvidas, refere-se à alteração do Registro Civil sem a necessidade de judicialização da causa ou da cirurgia de redesignação sexual, reafirmado pelo Provimento Nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, estes dispositivos facilitam a mudança e a utilização do nome social em documentos oficiais.

³ Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>

⁴ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400211&tipo=TP&descricao=ADI%2F4275>

Apesar de tais conquistas, as entidades representativas de pessoas *trans* ainda buscam a efetivação concreta de tais medidas por diversos setores da sociedade, além buscarem ampliar o acesso à cidadania de pessoas *trans*, além da reafirmação de direitos já estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e que ainda são negligenciados a este segmento social.

É sob este viés que se vislumbra um campo de disputas. Arenas conflituosas entre a justiça e moral, onde pessoas transgêneros encontram-se em meio a conflitos pela garantia de gozar dos mesmos direitos plenos enquanto cidadãos e cidadãs, onde nenhuma forma de preconceito possa cercear a capacidade das pessoas, que suas vidas não estejam a mercê de atos transfóbicos. É sob estes meandros que lutar e resistir é preciso, que a bandeira é hasteada, que vozes ecoam na luta constante dos que se encontram nessa arena de disputas.

Considerações finais

Diante das considerações apresentadas, nota-se um desafio a ser desvelado em torno das transgeneridades, no tocante ao reconhecimento das identidades dos sujeitos no cerne das questões ligadas aos direitos fundamentais, ainda negligenciadas pelo Estado.

O sentido atribuído ao corpo e as normas persistentes em nossa sociedade estabelecem elementos de exclusão e dominação aos quais reverberam na população transgênero nos mais variados campos de sociabilidade.

É neste sentido que se deve articular debates e aproximações dos movimentos de representação das pessoas *trans*, assim como aprofundar estudos na temática, propondo ações que possibilitem garantir o acesso aos mais variados serviços sociais por este segmento da população. Articular com o movimento social que está a frente das lutas das pessoas *trans* é um importante mecanismo de estabelecer um diálogo fluído com estes sujeitos, não sendo ações de cima para baixo, mas compreendendo de fato os desafios vivenciados por eles e elas em seu cotidiano.

Diante do exposto, compreender os desafios postos às pessoas *trans* no acesso aos serviços das políticas públicas requer um olhar para as especificidades de suas demandas, diante do contexto de preconceito e discriminação que ainda se apresentam enquanto um fator excludente em nossa sociedade.

importante salientar que reconhecer o processo dinâmico no qual estão postas as identidades de gênero é um instrumento fundamental para rompermos com paradigmas históricos de preconceito.

Portanto, a garantia do acesso a direitos deve perpassar a todos os segmentos de nossa sociedade, desta forma, pensar em ações articuladas, programas, projetos, legislações e políticas que atendam aos pressupostos desta população, que sejam transversais entre si, no atendimento e no acesso a direitos enquanto estratégia que possibilite viabilizar o acesso a serviços básicos que garantam a dignidade da pessoa humana.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: <https://antrabrazil.org/> Acessado em janeiro/2018.

BENEDETTI, Marcos. Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis. – Rio de Janeiro :Garamond, 2005. (Gênero e sexualidade; Homossexualidade e cultura).

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. – Rio de Janeiro :Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade).

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. – São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra (vol. 2). Tradução de João Batista Kreuch, JameClasen; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Renascença às Luzes (vol. 1). Tradução de Lúcia M. E. Orth; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 7ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018. – (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, Michel. O corpo dos condenados. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. Disponível em: http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf Acessado em julho/2018.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais; tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. – São Paulo: Ed. 34, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais gêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann. 4. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

LE BRETON, David. Antropologia do corpo e modernidade. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 3. rev.amp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. – (Argos).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n.2, p.71-99, 1995.

SIMÕES, Júlio Assis. Antropologia e diversidade sexual e de gênero no Brasil: tramas de políticas e saberes. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza et. al.(Orgs). A antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário. Rio de Janeiro : ABA, 2018.

MATERNIDADE E ABORTO NOS LIMITES DA CONTRADIÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA¹

Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos

Assistente Social, Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, merciagoncalves71@gmail.com;

Bruna Andrade Irineu

Professora orientadora: Professora Doutora, Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFMT, brunairineu@gmail.com;

Resumo

O presente trabalho foi construído com vistas a contribuir teoricamente com o debate em torno da maternidade compulsória a partir de discussões importantes que articulam família, monogamia, propriedade privada e poder sobre o próprio corpo, dando indícios de como o aborto é visto e tratado no Brasil, pensando sobre a posição dos corpos que gestam na sociedade capitalista hoje. Este estudo é parte da pesquisa realizada na construção da dissertação de mestrado em Política Social. Nesse sentido, utilizamos de pesquisa bibliográfica para construção deste trabalho priorizando autoras referências nos estudos de gênero. Pudemos identificar que existem significativas diferenças na constituição do “ser mulher”, da gestação e do exercício da maternidade para pessoas brancas e pessoas negras, como também para as pessoas mais pobres e marginalizadas, o que é fundamental quando falamos em aborto.

Palavras-chave: Maternidade compulsória, Família, Aborto.

1 Resultado da pesquisa de Pós-Graduação em Política Social com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Introdução

A proposta deste trabalho é problematizar a questão da maternidade e do aborto no Brasil, pensando nos debates sobre autonomia e poder ao próprio corpo, sexualidade, família, monogamia e propriedade privada nos marcos da sociedade capitalista. Desse modo, apontamos as principais características da família a partir de uma perspectiva crítica que percebe a produção e reprodução das relações desiguais de gênero enquanto fundamentais para manutenção e perpetuação da família patriarcal e burguesa.

Nesta direção, defendemos que as opressões que incidem sobre as mulheres e as pessoas que engravidam devem ser compreendidas, não de forma fragmentada ou isolada enquanto questão específica de grupos, e sim em sua totalidade, dada a função estrutural que tal questão exerce na produção e reprodução das relações sociais e econômicas capitalistas, compondo o bojo da exploração e dominação de toda a classe trabalhadora em suas mais diversas manifestações. Para isso, reportamos aos referenciais teóricos que discutem as relações de gênero, classe, raça e sexualidade, utilizando de pesquisa bibliográfica.

Resultados e discussão

1.1 Família, monogamia e propriedade privada

De acordo com Biroli (2018), existe uma disputa pelos corpos das mulheres permeada pela ordem moral. Com o entendimento de que a escola também consiste em um espaço de disputa, a autora propõe o questionamento se cabe ou não ao Estado regular esses corpos desde a infância. Nessa direção, a atuação política das Igrejas no Brasil demonstra como os “pânicos morais”² têm sido construídos e a contrariedade que há referente à agenda de gênero e diversidade sexual, elementos marcantes na América Latina.

2 Ver no texto “Pensando o sexo: Notas para uma teoria radical das Políticas da Sexualidade” de Gayle Rubin.

O discurso propagado no Brasil em “defesa da família” por parte de setores conservadores e reacionários é uma defesa restrita a um modelo de família “ideal”, pois não abrange a realidade social e as diversas configurações da maioria das organizações familiares brasileiras existentes, sendo que a instituição família – nuclear burguesa patriarcal – apregoadada por esse discurso retoma e reafirma o ideário de mulher mãe e doméstica. Não que o exercício da maternidade ou os cuidados com a casa devam ser negados, mas enquanto imposições sociais que delegam uma posição inferiorizada, exclusiva e privada das mulheres, instituindo assim a dominação de um gênero sobre outro, devem ser questionadas.

A manutenção e a reprodução da estrutura de dominação da sociedade de classes tem na família nuclear burguesa um componente para ratificação dos modos de se relacionar entre indivíduos, sendo difundida a ideologia da classe dominante como parâmetro de família e de estabelecimento de vínculos. Se as ideias dominantes são as ideias da classe dominante (MARX e ENGELS, 1998, p. 48), a classe trabalhadora está imbuída nesse ideário e sim, reproduzindo os modos de ser e se relacionar da classe dominante. Porém, é claro que de maneira contraditória e entrelaçada com os determinantes de gênero, raça e classe como, por exemplo, pela constituição de núcleos familiares com diversas configurações que fogem ao padrão pai/mãe/filhos.

Amanda Palha (FAMÍLIA, RELIGIÃO E POLÍTICA, 2019) em uma de suas falas sobre a família, tal como é conhecida, considera que – partindo do contexto europeu – existiram transformações nas relações de parentesco e uma nova organização produtiva ocorreu ao mesmo tempo que as transformações correspondentes à gênese do capitalismo. Essas focaram em uma associação mínima necessária à reprodução biológica baseada na diferenciação genital, mantendo a hierarquização de parentesco anterior e reconfigurada para concentração individual de riqueza, ou seja, constituída por um homem com pênis, no exercício de provedor e que esteja em relação de dominação da mulher que reproduz, no exercício da reprodução biológica e do trabalho doméstico.

Tal formato de família é monogâmico, afirma a autora, no sentido de manutenção da propriedade privada e sua garantia de perpetuação hereditária a partir da fidelidade por parte da mulher. Isto ocorre para burguesia, contudo, para classe trabalhadora é a forma mais sinérgica

e social de produzir nova força de trabalho, explicado pela manutenção dos trabalhos domésticos necessários para produção dessa mercadoria força de trabalho, não pago e relegado à mulher, isentando o Estado e as indústrias de garantirem minimamente a sobrevivência.

No contexto brasileiro, essas características da constituição das relações familiares são uma parte do processo, segundo Palha (FAMÍLIA, RELIGIÃO E POLÍTICA, 2019). Aponta também, na mesma fala, o extermínio colonial como importante para constituição capitalista e da família no Brasil. São nestes marcos da constituição da família brasileira que devemos pensar a questão da maternidade, sua função social e como este legado recai sobre o cotidiano das mulheres. Falar sobre o exercício da maternidade aborda também o corpo feminino e a apropriação dele, seja por parte das mulheres seja por parte dos homens e do Estado.

No entanto, pensar o domínio sobre o corpo das mulheres por parte dos homens, não é a partir do entendimento de que o problema reside primariamente nos próprios homens, como se fosse algo dado da “natureza masculina”, mas compreender essas relações de dominação enquanto parte orgânica da sociedade capitalista e da família.

Como já exposto, a constituição da família brasileira é racializada, em função da particularidade de formação social do país. Desse modo, o exercício da maternidade para mulheres negras é diferente das mulheres brancas. Se até a própria constituição de família foi negada ao povo negro, a maternidade também. As mulheres eram e, ainda são, em grande medida, vistas de forma sexualizada, como objetos sexuais. Então, com a mulher branca se tem uma relação afetiva/amorosa e com a mulher negra relações sexuais, ao mesmo tempo, em que é convocada a cuidar dos filhos de outras mulheres.

No ano de 2007, Sérgio Cabral (então Governador do Estado do Rio de Janeiro) propôs e defendeu a legalização do aborto como forma de redução da violência no Rio. Essa tese foi defendida a partir do entendimento de que as mulheres moradoras das favelas do Rio de Janeiro têm muitos filhos e, na fala do próprio, “uma fábrica de produzir marginal” (FREIRE e HAIDAR, 2007). Com a compreensão de que a pobreza no Brasil tem cor³, sabemos que tal fala reitera um dis-

3 Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente.” (ALMEIDA, 2014, p. 132-133).

curso racista que violenta os corpos negros, nesse caso, das mulheres negras.

Uma reivindicação histórica dos movimentos de efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres e de reconhecimento do aborto como questão de saúde pública sobre a qual o Estado não pode se omitir é pervertida em proposta de política pública eivada de ideologia eugenista destinada à interrupção do nascimento de seres humanos considerados potenciais marginais. No lugar do respeito ao direito das mulheres de decidir sobre a própria concepção, coloca-se como diferença radical de perspectiva a indução ao aborto, pelo Estado, como “linha auxiliar” no combate à violência (CARNEIRO, 2003, p. 131-132).

O procedimento de esterilização marca as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, como uma via de regular e controlar a natalidade das mulheres, especialmente as mulheres negras. O universo da maternidade para mulher negra é marcado por diversos tipos de violência, como explicita Góes (2016) em seu artigo:

O percurso de uma gestação para as mulheres negras é carregado de violências institucionais, raciais e obstétricas, como no processo de não aceitação sobre a gravidez, “mas uma pessoa negra no mundo”, tudo é feito para a gestante negra desistir, não tem parto humanizado para quem não é considerada humana. As mulheres negras peregrinam na hora do parto, ficaram mais tempo em espera para serem atendidas, tem menos tempo de consulta, estão submetidas a procedimentos dolorosos sem analgesia, estão em maior risco de morte materna. São cerca de 60% das mulheres que morrem nesta situação.

Dessa maneira, o debate sobre o corpo das mulheres é fundamental para compreensão desses processos cotidianos de dominação, entretanto não por uma perspectiva liberal e individualista, mas pensar o corpo a partir das condições históricas e sociais em que este se torna primário no que diz respeito ao próprio desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, Federici (2017) elucida com pontuações fundamentais para essa discussão, negando a identificação do corpo com a esfera do privado e propondo falar de uma “política do corpo”.

Saffioti (2015), reitera essa discussão elucidando que a base econômica do patriarcado não se assenta apenas na desigualdade salarial entre homens e mulheres, na segregação ocupacional ou na marginalização de papéis econômicos políticos e deliberativos, mas também no controle da sexualidade feminina e na função reprodutiva, constituindo assim, o fenômeno da dominação-exploração. “Seja para induzir as mulheres a ter um grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 113).

Desse modo, os direitos reprodutivos se encontram no cerne da questão, haja vista a regulação da sexualidade como forma de controle e poder patriarcais sobre as mulheres. Por sua vez, o feminismo tem sido crucial para a inclusão desse debate na sociedade e para o avanço em termos de diretrizes, normas e legislações que respaldem os direitos reprodutivos. Se torna cada dia mais indispensável, uma teoria feminista que compreenda a necessidade da abolição do novo patriarcado, racismo e capitalismo e o entendimento do quão vital é a preocupação com transformações cotidianas e imediatas como parte desse processo revolucionário.

1.2 Aborto na sociedade brasileira

Sendo a sexualidade e a reprodução pontos centrais para exploração e dominação das mulheres, o movimento feminista se organiza em torno desse debate para reivindicar o reconhecimento do direito à autonomia sobre o próprio corpo demarcando como parte dos direitos humanos. Nesse meio, o aborto surge como pauta para inclusão nos direitos reprodutivos nos tempos de ditadura militar no Brasil, entre outras questões suscitadas pelo movimento feminista relacionadas aos direitos humanos – a saber, relações de sexo e raça.

No Brasil, o aborto é permitido por lei em casos de estupro, anencefalia do feto e risco de vida para gestante, já em todas as demais situações o procedimento não é permitido e se configura enquanto crime pelo Código Penal brasileiro. De acordo com a Agência Patrícia Galvão (OS, 2019), ao todo são 63 países em que a prática do aborto é permitida de alguma forma e as mulheres não são presas por realizá-lo sendo, geralmente, permitido até a 12ª semana de gestação, salvo algumas exceções.

A primeira experiência no Mundo de legalização do aborto ocorreu na Rússia, em 1920, pelas e pelos dirigentes da Revolução Russa, porém voltou a ser criminalizado, em 1936, e legalizado novamente, em 1955. Esta é uma importante referência na pauta do aborto entre outras mais pautas das mulheres. Em 1931, no México foi permitido o aborto em casos de estupro, entretanto, a legislação varia de Estado para Estado. No ano de 1932, na Polônia, houve permissão em casos de estupro, incesto, risco de vida da gestante ou má formação do feto. Posteriormente, em 1935, o aborto foi legalizado na Islândia representando mais abertura quanto aos critérios. Na Suécia acontece a legalização, em 1938, e na Noruega, em 1978. Depois de uma série de alterações nas legislações quanto ao aborto na Espanha, em 2010, o procedimento passa a ser legalizado com condições ampliadas. No Uruguai, por fim, o aborto é legalizado desde 2012.

Estes são alguns exemplos de países com legislações permissivas quanto ao procedimento do aborto. Obviamente, cada país tem sua história, particularidades, diferenciações no texto legislativo, mas não aprofundaremos esta análise. Contudo nos parece fundamental situar a quantidade de países em que existe essa legislação, porque segundo Carvalho e Pomim (2013) mais de 80 mil mulheres morrem em decorrência da prática de aborto clandestino pelo mundo.

A ocorrência de procedimentos de aborto ainda é uma realidade no Brasil, significativamente de forma clandestina. A maior problemática dessa realidade é a ilegalidade e insegurança em que é realizado por grande parte das mulheres, o que pode acarretar sequelas físicas, psicológicas e até mortes, principalmente quando se analisa a situação pelo viés de classe e raça dessas mulheres.

É nesse aspecto que a luta por direitos é importante: apesar de, via direitos, não ser possível alcançar o fim das desigualdades, [...] ela permite que a ordem social seja questionada, que sujeitos desprovidos de poder quebrem o silêncio e a naturalização da sua condição subalterna e busquem outras possibilidades. [...] Quando as feministas lutam pela legalização do aborto, não estão apenas colocando o aborto em questão, mas um sistema que domina e explora mulheres, que instrumentaliza a sua capacidade biológica e as reduz ao único destino da maternidade como sua função social (CARLOTO e DAMIÃO, 2018, p. 311).

Os procedimentos abortivos feitos no Brasil de forma ilegal são realizados de diversas formas, seja por meio de ervas, comprimidos e até mesmo a introdução de objetos pela vagina na tentativa de abortar. Desta maneira, a clandestinidade empurra essa questão de saúde, para via da ilegalidade e não acolhimento e atendimento às mulheres que abortam. Santos *et al.* (2013, p. 498) mencionam que:

As medidas para evitar uma gravidez indesejada no Brasil são insuficientes. Como resultado, várias mulheres se envolvem em situações de abortos inseguros, os quais, inúmeras vezes, resultam em complicações graves como hemorragias, infecções, perfuração do útero, esterilidade – muitas vezes levando-as à morte em consequência dessas práticas.

As autoras apresentam que a questão o aborto enquanto um problema de saúde não se limita a pensar nas complicações físicas e as mortes decorrentes, mas sim pensar nessa demanda a partir também de outras implicações como a moralidade da sociedade brasileira com forte influência do patriarcado e também da igreja, o que demanda uma análise com perspectiva mais ampla, no caso delas, a partir da perspectiva da bioética. As mulheres que chegam ao sistema de saúde em caso de abortamento passam por experiências físicas, emocionais e sociais, dentre elas, a de expor a situação em que se encontram por receio de julgamento ou represália por parte das/os profissionais.

É fundamental que o aborto seja tratado no campo dos direitos reprodutivos sem a bagagem moralista e cristã que controla e violenta os corpos das pessoas que tem útero. É possível regulamentar a prática do aborto para preservar a vida e garantir a autonomia de quem não deseja parir, à mesma medida que as políticas e programas que abordam prevenção de gravidez – saúde e educação – sejam realmente efetivas e universais.

1.3 Movimento feminista e as respostas do Estado

Historicamente, o movimento social feminista tem reivindicado respostas do Estado para atender as diversas demandas das mulheres, que se colocam a partir da realidade em que vivem sob os ditames do processo de exploração e opressão a que estão submetidas. Demandas essas que perpassam todos os âmbitos da vida social, desde a luta por melhorias ao que diz respeito a inserção no mercado de trabalho e

direitos trabalhistas, passando pelas relacionadas às violências contra a mulher até o direito ao procedimento do aborto legal e gratuito.

As respostas do Estado são reflexos dos caminhos que o mesmo tem trilhado na gestão de interesses sociais e econômicos no percurso da história e está intrinsecamente ligado às mutações que ocorrem no modo de produção capitalista, por consequência, essas transformações afetam todas as esferas da vida social. Tais respostas chegam muitas vezes por meio das políticas públicas, que surgem em decorrência das contradições próprias da sociedade capitalista. Essas políticas tentam atender as demandas urgentes da classe trabalhadora relacionadas ao acesso à educação, saúde, assistência social, previdência, cultura, meio ambiente, etc. Por meio dessas políticas sociais, programas e ações são desenvolvidos para intervir nas desigualdades sociais e de alguma forma amenizá-las.

A pobreza e as desigualdades sociais caracterizam a América Latina e, de acordo com Silva (2003) essa situação se agravou com o modelo econômico neoliberal. As expressões visíveis e imediatas da pobreza demonstram estado ou condição de privação, fragilidade, vulnerabilidade e/ou dificuldade. Nesse cenário, os conflitos são permanentes e, para manutenção e bom funcionamento da sociedade, é necessário contê-los e “mascarar” as contradições que se expressam. Iamamoto (2009, p. 32) assinala, em síntese, o processo de expansão monopolista e suas principais características que vão delinear esse modelo de Estado:

[...] no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade.

Com a crise da década de 1970, houve uma reestruturação política em que novos fenômenos surgiram sendo a prevalência da doutrina neoliberal marcante que daria o tom das políticas latino- americanas

a partir daquele momento, com forte influência do Consenso de Washington.

Diante dessa configuração política e econômica no país, no período de redemocratização, a esfera social é marcada pela pressão das reivindicações de trabalhadoras/es na luta pela garantia de direitos sociais e políticos. Caracterizado como grande avanço no que tange às políticas sociais, há a incorporação do conceito de seguridade social pela Constituição Federal, abarcando os sistemas de saúde, assistência social e previdência social, segundo os apontamentos de Salvador (2008).

Segundo o autor, nos anos 1990 uma nova hegemonia burguesa de cunho neoliberal entra em cena no plano ideológico, e não só retoma como aprofunda as dificuldades de consolidação da seguridade social no Brasil. O pensamento privatista, a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados de bens e serviços, vão caracterizar esse período. Esse momento é chamado por Behring (2008) de contrarreforma do Estado, devido às orientações “flexibilizadoras e gerenciais” das ações do Estado que atacam diretamente os direitos sociais da classe trabalhadora, além de ser comprometido com o mercado.

Por conseguinte, de acordo com Cisne e Gurgel (2008, p. 78), as relações de gênero passam a compor algumas ações dos governos e das políticas públicas em meio às mudanças ocorridas desde o fim do século XX na América Latina, além da ampliação da participação política e uma nova relação com a sociedade civil. No entanto, se configura como período contraditório para o feminismo, pois resultou em diversos tensionamentos em seu interior, tendo em vista que o momento histórico impulsionou uma revisão da crítica ao Estado ao passo que deveriam garantir visibilidade e autonomia do movimento.

Assim, no Brasil é incorporada enquanto pauta no âmbito dos direitos humanos, os direitos reprodutivos, tendo como influência norteadora a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ocorrida no Cairo em 1994. É importante destacar, no processo reivindicatório, a influência do movimento feminista que tem como pauta histórica o direito das mulheres ao próprio corpo e da decisão sobre ele.

Entretanto, a posição do Brasil, no que diz respeito aos direitos reprodutivos, ainda é ancorada em princípios morais e religiosos em que se tem a primazia da instituição familiar heterossexual acrescida

da função da maternidade como algo natural e dever da mulher. O país ainda registra altos índices de realização do procedimento de aborto clandestino, o que ocasiona diversas consequências sérias para saúde das pessoas com útero que passam pelo procedimento. O Estado é omissivo quanto a essa questão, pois não coloca essa demanda como pauta na agenda pública e não toma medidas efetivas para responder a esse problema.

Em decorrência desse cenário, em 2018, ocorreu o Festival pela Vida das Mulheres em Brasília como forma de pressionar as autoridades que estariam na Audiência Pública para discussão da Arguição de Descumprimento de Preceito Federal - ADPF 442, que propõe a descriminalização do aborto realizado em até 12 semanas de gestação em qualquer situação, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Muitas mulheres do país inteiro marcaram presença no Festival para fortalecer de forma coletiva e se manifestarem favoravelmente à descriminalização e pela vida das mulheres.

Na contramão da luta feminista, a ideologia conservadora produz e reproduz pensamentos arcaicos que tem como principais alvos a luta pelos direitos das mulheres, a diversidade sexual e de gênero e a luta antirracista. A exemplo disso, a proposta do Projeto de Lei (PL) Escola Sem Partido que aniquila a possibilidade do debate de ideias, restringe o trabalho de professoras/es e proíbe discussões relacionadas ao respeito à diversidade humana (gênero, raça, etnia e sexualidade). Outro exemplo é o PL 5069/2013 proposto naquele ano pelo, até então, deputado Eduardo Cunha, que tinha como objetivo proibir a circulação de informações sobre o procedimento do aborto seguro em qualquer esfera.

No segundo semestre de 2018, o Brasil passou por um processo eleitoral acirrado em que houve uma polarização entre as/os eleitoras/es brasileiras/os com repercussão a nível internacional. Com algumas opções de candidatas/os, o eleito foi Jair Bolsonaro, representante dos setores conservadores, reacionários, ruralistas e capitalistas do país. Ao mesmo tempo, representou também o retrocesso escancarado dos direitos da classe trabalhadora duramente conquistados, bem como impossibilidade de avanços nas pautas das mulheres, população negra e população LGBT.

Diante desse cenário, a luta feminista no Brasil se encontra organizada em partidos políticos, coletivos, organizações, associações, executivas e de forma independente. No que concerne à pauta pelo

direito ao aborto legal e seguro, foi criada a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto em 2008.

A produção intelectual sejam livros, revistas, jornais, vídeos ou outras mídias alternativas, contribuiu e contribui imensamente para a construção e o avanço das lutas feministas e, pautas “polêmicas” como o aborto, só se tornam passíveis de discussão quando postas ao público pelos diversos meios. As contribuições feministas surgem das práticas/estudos, tentativas e equívocos ao longo do tempo e, desta maneira, se evidencia a trajetória já trilhada e do devir, seja pelos direitos já conquistados, seja pelos que estão por vir.

Nesta sociedade em que a difusão de informações e a formação de opinião dos sujeitos é dominada pela mídia televisiva e virtual, tarefas como formação e organização política se colocam na ordem do dia. Assistimos em 2018 uma vitória eleitoral por meio do “boom” de informações falsas e que nada diziam respeito sobre o próprio programa de governo do candidato à presidência. Foi significativo e nos coloca a pensar sobre o modelo educacional mercadológico de formação distante da reflexão e do pensamento crítico.

Nesse sentido, faz-se necessária uma ampla articulação com as diversas organizações e movimentos sociais da classe trabalhadora, compreendendo a heterogeneidade dessa classe e a urgência em pautar demandas das mulheres, da população negra e LGBT.

Considerações finais

A palavra de ordem em “defesa da vida” disseminada pelos setores que se posicionam contra o aborto, até mesmo em casos já permitidos por Lei, camufla a violência por trás desse discurso e do projeto de sociedade defendido por essas minorias, que comandam o país, seja por meio das Leis, das políticas econômicas, seja pelas forças coercitivas do Estado. Como já exposto, jovens negros são assassinados cotidianamente nas periferias das cidades pelo país, principalmente, nos grandes centros urbanos, pelas mãos desse mesmo Estado a mando dos representantes políticos eleitos “democraticamente”.

No passado ano de 2020 assistimos a violência explícita contra uma criança de dez anos, que foi estuprada pelo tio desde os seis. Em um dos atos de violência sexual cometido por ele, a menina foi engravidada e o país inteiro acompanhou sua dificuldade e de sua família para que pudesse realizar o abortamento permitido por Lei,

sendo necessário passar pelo procedimento em outro Estado, que não o seu de residência. A criança foi exposta pela força cristã contra o aborto e violentada pelo Estado, quando teve seu direito dificultado. Importante lembrar que a atual (des)ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, propôs o “bolsa estupro” para que as mulheres deixassem de abortar nesses casos de violência sexual.

O aborto diz respeito a um problema estrutural, que se descriminalizado e legalizado na sociedade capitalista, não resolverá por si só a questão das opressões sobre os corpos que gestam. É preciso a destruição da sociedade capitalista e a construção de uma nova sociedade em que não exista o controle sobre a sexualidade e a dimensão reprodutiva das pessoas, aliada às condições materiais e objetivas dignas de existência.

Referências

ALMEIDA, M. D. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 131–154, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 306–325, ago. 2018.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117–133, dez. 2003.

CARVALHO, M. S.; POMIN, A. V. C. **O direito à liberdade feminina na decisão pelo aborto: uma análise circular da n. 46/2013 do Conselho Federal de Medicina à luz dos direitos da personalidade**. XXII Congresso Nacional Conpedi, XXII Encontro Nacional do Conpedi. **Anais...UNINOVE/Florianópolis: Funjab**, 2013. v. 1. p. 290-315.

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para autonomia das mulheres. **Revista SER Social**, v. 10, n. 22, p. 69–96, 2008.

FAMÍLIA, RELIGIÃO E POLÍTICA | Amanda Palha, Flávia Biroli e Henrique Vieira. São Paulo: TV Boitempo, 10 dez. 2019. 1 vídeo (1:50:55). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A_HFxAALrTS8>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, A.; HAIDAR, D. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. **G1**, 25 out. 2007. Disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> >. Acesso em: 20 dez. 2020.

GÓES, E. Mãe preta pode ser? Mulheres negras e maternidade. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 21 dez. 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/mae-preta-pode-ser-mulheres-negras-e-maternidade/> >. Acesso em: 01 de fev. 2020.

IAMAMOTO, M. V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (orgs.), **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13-43.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OS 15 primeiros países que legalizaram o aborto. **Agência Patrícia Galvão.** São Paulo, 31 jan. 2019. Disponível em: < <https://agenciapatriciagalvao.org.br/contato/> >. Acesso em: 18 dez. 2020.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: Notas para uma teoria radical das Políticas da Sexualidade.** Repositório Institucional da UFSC. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, 2012. Disponível em: <<https://>

repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf>. Acessado em: 24 de jul. 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALVADOR, E. **Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)**. Tese de Doutorado em Política Social—Brasília: Instituto de Ciências Humanas. UnB, 2008.

SANTOS, V. C. *et al.* Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública. **Revista Bioética**, v. 21, n. 3, p. 494–508, dez. 2013.

SILVA, A. da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e a competitividade mercantil**. Tese de Doutorado em Serviço Social—São Paulo: PUC, 2003.

“VIVER POUCO COMO UM REI OU MUITO COMO UM ZÉ”: JUVENTUDES E MASCULINIDADES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Carla Jéssica de Araújo Gomes

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, carlajessicagomes@alu.ufc.br*

Gabriella Celestino Lemos Furtado Gondim

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, gabilemos09@gmail.com.*

Elisabeth Maria Oliveira dos Santos

*Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do
Ceará - UFC, profelisabeth2santos@gmail.com*

Fernanda Naiara da Frota Lobato

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará -UFC, fernandanaiaarafl@gmail.com*

João Paulo Pereira Barros

*Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do
Ceará - UFC, joaopaulobarros@ufc.br*

Resumo

O presente capítulo objetiva discutir questões sobre masculinidades e performatividade de gênero acionadas durante as experiências de quatro bolsistas mulheres na realização de um projeto de extensão nos anos de 2018 e 2019, cujo participantes foram adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, formado majoritariamente por meninos negros e periféricos. Foram realizados 26 encontros em que se discutiram temas ligados à área dos direitos humanos, violências,

racismo, resistências e responsabilização juvenil. Essa experiência foi possibilitada pela parceria interdisciplinar entre os projetos de extensão Histórias Desmedidas, desenvolvido pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, e Traficando Saberes, promovido pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV), ambos vinculados à Universidade Federal do Ceará (UFC). Metodologicamente, partimos de cenas-analisadoras, registradas por meio de diários de campo, para pensar interseccionalmente como o exercício da masculinidade hegemônica cis-hetero-branca-cristã-burguesa possibilita e mantém o domínio sobre sexualidades e expressões de gênero de corpos dissidentes. Refletimos a partir da articulação de autores e autoras do campo da Psicologia Social e da interseccionalidade, além de outras epistemologias que se voltam para as questões de sexualidade e gênero. A partir das cenas analisadas, foi possível perceber a reprodução de lógicas normativas de um modelo fechado de masculinidade produzidas e marcadas pela violência, pelo combate a aspectos entendidos como “femininos” e pela performatividade de diversos atributos e atitudes que afirmariam a virilidade destes adolescentes, sendo a lgbtfobia um dos produtos dessa lógica.

Palavras-chave: Juventudes, Masculinidades, Violência, Sistema Socioeducativo.

Introdução

Tecendo caminhos entre homens-jovens e Estado: quem tem direito a ser jovem no Brasil?

A noção de humanidade fundada pela modernidade inaugura pontos de confluência entre os efeitos do capitalismo, machismo e racismos gestados durante o seu processo de conquista, exploração e desenvolvimento de países como o Brasil. Estes processos estão ancorados em concepções universalizantes e essencialistas sobre o conceito de humanidade, a fim de subalternizar, estigmatizar, segregar e excluir uma pluralidade de experiências e modos de vida para demarcar diferenças estruturais e binárias no sistema-mundo do atual século XXI. Compreendemos que o Estado, como um dos pilares da modernidade, protagoniza antigas práticas de subalternização de, especificamente, jovens negros e empobrecidos, ao mesmo tempo em que não os coloca como figurantes, mas como protagonistas-vilões de uma guerra a qual não existe interesse em cessar ou firmar acordos de paz. Escrevemos na mesma semana em que aproximadamente - pois ainda não foi apurado - 28 jovens negros moradores da favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro são executados pelos braços militarizados do Estado. 28 jovens brasileiros executados com o argumento de “*operação policial para identificar o aliciamento de menores para o tráfico de drogas*”¹, tomados como vidas não passíveis de luto por amplos segmentos populacionais subjetivados por vetores autoritários e reacionários que defendem a morte sumária de “envolvidos” ou “suspeitos”. Refletir, portanto, sobre a reencenação colonial, como afirma Kilomba (2019), a partir de suas políticas do medo e da invenção/objetificação/criminalização/aniquilação do outro, enquanto ela não nos dá trégua para que seja possível elaborar minimamente e acolher as dores, também faz parte deste trabalho.

1 A chacina foi noticiada como operação policial, mesmo quando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 365, conhecida como “ADPF das Favelas” e expedida pelo ministro Edson Fachin durante a pandemia da Covid-19, proibia operações policiais em favelas do Rio de Janeiro. Portanto, essa “operação” realizada durante nove horas seguidas na manhã do dia 6 de maio de 2021, aconteceu de maneira ilegal.

Uma pergunta nos mobiliza: Como as tecnologias de poder ligadas às ações do Estado nas periferias urbanas estabelecem marcos de reconhecimento que afirmam ou negam a condição de “adolescente” e “jovem” sujeito de direito? Por isso, tentamos cartografar aproximações entre homens jovens e Estado, partindo do que Berenice Bento (2018) formula sobre *necrobiopoder*, no qual esse Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade. Assim como, para Fanon (2008), a noção de humanidade não é totalizadora e harmônica, mas sim permeada de tensões sobre *quem é e quem não merece ser humano*. As juventudes negras e empobrecidas do Brasil ocupam um lugar no Estado de suspeição e descartabilidade, ao passo que as juventudes ricas e brancas gozam do status de cidadãs e dos benefícios estruturais e geracionais da condição de sujeitos a serem protegidos. Lélia Gonzalez (2020) também nos guia para a compreensão de como o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a neurose cultural brasileira, constituindo lugares sociais naturalizados para as juventudes negras, como as prisões, as margens e os alvos das práticas repressivas e normalizadoras do Estado.

As questões para esse artigo emergem da experiência de dois projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará, chamados Histórias Desmedidas e Traficando Saberes. O primeiro está ligado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), coordenado pelo psicólogo e professor João Paulo Pereira Barros, do Departamento de Psicologia, e o segundo, fundado pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC), sendo coordenado pelo sociólogo e professor Luiz Fábio Paiva, do Departamento de Ciências Sociais. Ambos trabalham em parceria desde 2018, realizando oficinas sobre direitos humanos e perspectivas de vida com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Fortaleza.

Portanto, partimos de “cenas-analisadoras” que mobilizam imagens de controle sobre juventudes, masculinidades, crimes, violências, afetos, gênero, raça e classe, sendo inerente, assim, a interseccionalidade como ferramenta analítica dessa reflexão. Objetivamos discutir que masculinidades são acionadas nas cenas analisadas e refletir sobre a produção de modos de ser jovem na intersecção em raça, gênero, classe e território frente ao contexto de violência armada e políticas públicas de assistência em Fortaleza. São três campos temáticos de

reflexões, além de uma homenagem a dois jovens assassinados no Ceará durante o ano de 2019 e 2021. O primeiro ponto traz uma cena chamada “Close, feminilidade e controle”, fazendo-nos refletir como as tensões de gênero aparecem diante das masculinidades aqui cartografadas; o segundo traz uma cena que convoca para o centro do debate as “disputas entre vida e morte”, pensando como a relação entre matar e morrer pode ser estreita; já o terceiro ponto remonta “Famílias, cuidado e trabalho”, apresentando uma bricolagem de cenas que nos ajuda a cartografar as linhas que tecem a colcha de retalho afetiva que tece juventudes em periferias urbanas de Fortaleza. De alguma forma, em breve apresentadas, estas cenas nos apresentam o campo minado que jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Ceará se encontram e, assim como em tantos encontros na extensão, questionam evocando os Racionais Mc’s na música Vida Loka Parte II: “Que ‘cê quer? Viver pouco como um rei ou muito, como um Zé?”.

Sobre as Medidas Socioeducativas em Fortaleza

O Sistema Socioeducativo brasileiro pode ser pensado a partir de marcos históricos constitucionais relevantes de serem pontuados aqui². De 1927 para 2021, passamos pela implementação do Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o atual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Quando o ECA, em 1990, e o SINASE, em 2012, foram instituídos, a ideia de “responsabilização do adolescente autor do ato infracional” foi fortalecida e o distanciando - teoricamente - do ideal de culpabilização e penalização inscrito no Código do Menor também. A luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é constante, uma vez que inúmeras são as violações. Em 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) notificou o Ceará por grave violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo, nas quais as apurações de tortura e morte no sistema foram mote para tal notificação. Nos inserimos, enquanto extensionistas, nas medidas de meio aberto, que apresentam alguns desafios para quem está cumprindo e as equipes técnicas dos CREAS. Até esse ano de 2021, o Ceará tem seis CREAS,

2 A partir do que discutem Rizzini (2005), Fialho (2006), Costa (2006) e Pinheiro (2001) .

sendo necessário 13 CREAS segundo a Resolução nº 18/2013 do CNAS³. Além disso, a frequência escolar ainda é um desafio para esses jovens, considerando a maior vulnerabilidade social e a rejeição de várias escolas a acolhê-los.

Metodologia

Para a realização dos encontros que estimularam esse trabalho, os projetos se organizam no modelo de oficinas temáticas semanais com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) da cidade de Fortaleza. Os grupos formados nas edições conjuntas dos projetos, em 2018 e 2019, tiveram a proposta comum de discutir sobre temáticas relacionadas ao cotidiano e à trajetória dos jovens, investindo na partilha de experiências e na invenção de novos projetos de futuro através de experiências horizontais, democráticas e afetivas (LOBATO *et al.*, 2021). Esses temas foram permeados pelo diálogo sobre o que são os direitos humanos e quais significados conseguimos, nós e os jovens, atribuir a eles, pensando no cumprimento de medidas socioeducativas e na ideia de responsabilização.

As oficinas foram divididas entre oficinas internas e externas ao ambiente do CREAS, pois entendemos que circular com os jovens pela cidade e visitar espaços de arte e cultura também são estratégias potentes de des/re/transterritorialização. Desenvolvemos um planejamento dos temas e das metodologias das oficinas para acolher também as demandas trazidas durante os encontros e o perfil de cada grupo, sempre tecendo o trabalho a partir das trocas dialógicas com jovens partícipes das oficinas. Ao final de cada encontro, tínhamos o lanche, que era um momento importante para tecer outros diálogos e fortalecer vínculos. No ano de 2018, foram realizados 12 encontros, com frequência semanal, que contaram com a participação de 16 jovens (todos do gênero masculino e entre 15 e 18 anos)

3 A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social afirma que os municípios com mais de 200 mil habitantes devem ter um CREAS para cada conjunto de 200 mil habitantes. Por isso, considerando os aproximadamente 2,643 milhões de habitantes em Fortaleza, a capital deveria ter 13 CREAS.

e 4 familiares destes jovens (1 irmão, 2 mães e 1 namorada). Já em 2019, foram realizados 14 encontros, também semanalmente, que contaram com a presença de 9 adolescentes entre 15 e 17 anos (8 do gênero masculino e 1 do gênero feminino) e 3 familiares (1 mãe, 1 irmão e 1 irmã).

Um aspecto crucial na realização dos projetos foram as parcerias traçadas, as quais potencializaram as oficinas tanto na âmbito da infraestrutura, com o apoio da prefeitura, que nos possibilitou realizar o projeto dentro do equipamento do CREAS, e de entidades não-governamentais, que contribuíram financeiramente no transportes para as oficinas externas e na realização do lanche; quanto na realização das oficinas, quando recebemos artistas-oficineiros da cidade para facilitar oficinas de colagem, graffiti, rap e diversas linguagens artísticas. O espaço do CREAS pode ser compreendido como zona fronteira na territorialização de Fortaleza, uma vez que mesmo com as tentativas de não aproximar adolescentes de grupos rivais, não tem estrutura para realizar de fato a separação e evitar confrontos.

Outra ferramenta metodológica utilizada foram os diários de campo (MEDRADO; SPINK; MELLO, 2014), que nos auxiliam no registro das atividades e nas reflexões acionadas e na análise de nossas implicações no processo, permitindo avaliações processuais das ações. Através deles, destacamos algumas cenas-analisadoras que nos auxiliarão a analisar as pistas identificadas na experiência dos dois anos de projeto sobre performances de masculinidades por juventudes marginalizadas. Assim, revisitamos diários de campos, anotações, fotos, vídeos e memórias dos encontros na extensão, considerando que são documentos possíveis de construir categorias analíticas após a organização e tratamento dos dados qualitativos. O diálogo entre Ciências Sociais e Psicologia também é propulsor das interpretações aqui iniciadas, fundamentado na interseccionalidade enquanto dispositivo de investigação crítica a um sistema de opressões interligadas, o qual nos fornece caminhos para pensarmos como as encruzilhadas das relações de poder influenciam nas relações sociais (AKOTIRENE, 2018). Compreendemos o potencial dessa ferramenta como produção de feministas negras desenvolvida desde do século XVIII. Como relembra Akotirene (2018, pág. 19) “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”.

Resultados e discussão

O contexto de *faccionalização* no Ceará, é discutido por diversos pesquisadores e pesquisadoras do estado, dentre eles, Paiva (2019) parte da ideia certauniana das “maneiras de fazer”, considerando o crime “uma maneira de fazer o cotidiano e a cidade por meio da ação coletiva de pessoas envolvidas de maneiras diferentes em coletivos reconhecidos, socialmente, como “facções”” (p. 167). As transformações sociais do crime apontam para as tensões nas margens conceituais do estado, as quais são espaços onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas por necessidades urgentes de sobrevivência política e econômica (DAS; POOLE, 2008). O signo de representação desses grupos, ora como gangues e ora como facções, mantém o homem - e, especificamente o homem jovem negro empobrecido - como protagonista dos grupos, em que as figuras de “cabra macho” e “bichão” são evocadas para afirmar uma masculinidade diante de outros homens, heterossexuais e viris.

Esse contexto em que se produz uma política de morte localiza os adolescentes tanto na condição de alvos do estado penal brasileiro, sob o signo da suspeição, da criminalização e do encarceramento em centros socioeducativos, quanto na condição de algoz e agente da violência a partir dos grupos armados que disputam controle de espaços e mercados de drogas pela manutenção do *ethos* masculinista e machista nos territórios de Fortaleza, desde os crimes de pistolagem aos recentes crimes com características de crueldade - ambos pesquisados por César Barreira - que vitimam de forma crescente mulheres e corpos que fogem à heterossexualidade e cisgeneridade. Frantz Fanon (2008), no livro “Pele Negras, Máscaras Brancas”, questiona: *O que quer o homem negro?* Articulado, a partir daí, sobre os efeitos do mundo colonial, o mundo branco, na subjetividade dos homens negros que tem sua humanidade retirada e que, diferente dos homens brancos, fazem parte de um não-ser nesse mundo. O homem branco aparece como sujeito, o homem negro como uma negação. Nesse sentido, a pesquisadora Oyewumí (2004) chama a atenção para o gênero como uma construção sociocultural e é assim que queremos compreender as masculinidades aqui, pois a forma como as pessoas transitam por um *padrão de masculinidade hegemônica* são distintas.

Close, feminilidades e controle

A primeira cena que selecionamos ocorreu durante uma das oficinas de vídeo do grupo de 2019. No dia em questão, o facilitador da oficina estava apresentando alguns dos trabalhos que já havia feito junto ao seu coletivo de audiovisual. Um dos curtas, intitulado “Close”, retrata as narrativas, cotidianos e trajetórias de mulheres trans presas na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes. Nas cenas do curta, as mulheres dançavam, falavam de suas rotinas de beleza, desfilavam e compartilhavam um pouco de suas histórias. Desde o início, o curta chamou a atenção dos adolescentes, gerando brincadeiras, cochichos e risos entre eles. As “brincadeiras” mais comuns eram apontar uns para os outros para dizer que algum deles era o namorado de uma das detentas ou dizer que um deles parecia com elas. Um dos adolescentes, que era o alvo principal das “piadas”, irritou-se bastante com o que os outros diziam, ameaçando até jogar uma cadeira de plástico nos demais.

Trazemos tal cena para pensarmos sobre o uso de corpos trans como objeto de piada e ofensa, problematizando como a lgbtfobia se constitui como uma das linhas que dá suporte e manutenção aos domínios de um ideal de masculinidade frente a outras sexualidades e gêneros (ANDRÊO *et al.*, 2016; VIGOYA, 2018; KIMMEL, 1998). A definição de masculinidade não é desencarnada, única e nem natural, é construída de acordo com o contexto sócio-histórico em que está inserida (VIGOYA, 2018; OYEWUMÍ, 2004; KIMMEL, 1998). Desse modo, não é um atributo dos “homens”, mas relacional. Como não é algo dado e nem natural, deve ser provada e reafirmada diariamente (KIMMEL, 1998).

Em estudo realizado por Albuquerque Júnior (1999), a construção do ideal do homem nordestino no último século, o “cabra macho”, esteve fundamentada na figura do homem valente, viril e violento. A *faccionalização* no Ceará, citada anteriormente, aponta para esse ideal encarnado como forma de provar ser forte, valente e viril. A construção dessa performatividade passa tanto pelo rechaço ao feminino em todas as suas formas, como pela recusa a outras masculinidades (ANDRÊO *et al.*, 2016; VIGOYA, 2018). Desse modo, a lgbtfobia e outras demais violências de gênero são um subproduto das normas

de sexo-gênero que hierarquizam e normatizam as relações sociais (ANDRÊO et al., 2016).

Em meio a essas dinâmicas, o corpo feminino trans constitui-se não só como um corpo desviante da norma cis-hetero-patriarcal a ser rechaçado, mas também como essa feminilidade a ser evitada e afastada. Na cena em questão, as “piadas” envolvendo parecer com mulheres trans ou se relacionar com elas possuem um cunho depreciativo entre os adolescentes, pois ameaçam a performatividade e os ideias de sociabilidade dessa masculinidade centrada nos padrões e normas de gênero e sexualidade. Amar ou assemelhar-se a estes corpos que não se encaixam nas fronteiras normativas de sexualidade e gênero é inconcebível, pois isto os colocariam em uma posição inferior e mais humilhante.

Masculinidade, Violência, (Auto)Reconhecimento Juvenil e Disputas entre vida e morte

No ano de 2019, visitamos a exposição “Nomes”⁴, idealizada pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e o grupo Mães do Curió, no Sobrado José Lourenço, antigo casarão e atual prédio tombado que abriga diferentes linguagens artísticas. Portanto, saímos do CREAS e fomos em direção ao Sobrado, no Centro da cidade, um percurso de cerca de 30 minutos. Fomos de carro particular guiadas pelos caminhos que os adolescentes que iam conosco indicavam, já que a territorialização faccional impõe limites de tráfego. Nos diálogos tecidos durante o trajeto, um dos adolescentes nos contou sobre assassinatos que cometeu e como estes estavam sinalizados na sua pele a partir de tatuagens. Não apenas contou como foram feitos, mas os sentimentos que despertaram nele, como o medo, a insegurança, as expectativas com as consequências do ato e a perturbação subjacente e permanente nos dias após o acontecimento.

4 A exposição “Nomes” dedicou-se a contar um pouco das histórias e trajetórias dos 11 jovens assassinados na Chacina do Curió em 2015, chacina esta que se configurou como a maior ocorrida no Ceará até o ano de 2018. As investigações indicaram que os policiais militares acusados de serem os autores da chacina teriam agido por vingança a morte de um policial durante uma tentativa de assalto no Bairro Lagoa Redonda. Mais informações sobre a exposição no site do CEDECA Ceará.

O primeiro ponto que gostaríamos de refletir nessa cena são as tatuagens e os seus significados. Enquanto nos contava sobre elas, o adolescente demonstrava orgulho por tê-las, pois elas lhe proporcionavam um maior respeito e consideração dentro da facção (PAIVA, 2019) que fazia parte. Inscrevendo na pele esses desenhos, ele tinha mostrado a sua fidelidade e coragem aos demais do grupo. Percebemos também como essas demonstrações são mais intensas para os mais jovens, pois é através delas que eles tentam conquistar espaços na hierarquia dos grupos e provar que agora são “homens de verdade”. Essas ações de matar e morrer põem em cheque uma disputa pela performance de “mostrar que é homem” e também pela sobrevivência cotidiana, uma vez que o crime acaba por colocar comida no prato além de mero reconhecimento. Ser reconhecido como aquele que é corajoso, destemido, forte e viril, e, de certa forma, temido, também tem implicações na sua sobrevivência diante das dinâmicas da violência urbana.

Dessa forma, disputas pelo poder de mando e a prática de homicídios de jovens na periferia, apontam para um cenário complexo de fatores e conflitos inseridos num jogo de rivalidades que anunciam vingança e sobrevivência ao mesmo tempo. O jovem que contava sobre o significado de suas tatuagens chama a atenção para os efeitos psicossociais dessa rivalidade, uma vez que afirma “ser um caminho sem volta”, tanto pelo código moral engendrado pelas facções de “batismo” e hierarquias, quanto pelas constantes memórias dos assassinatos. Os sentimentos de vergonha em oposição ao orgulho e reconhecimento dos outros, além de pesadelos e memórias de um acontecimento que se estende para além do momento, causando cansaço e desgaste emocional. Em diálogo, Racionais afirma que “o cheiro é de pólvora e eu prefiro rosas”, ao passo que o que se coloca é a difícil questão de “viver pouco como rei ou muito como um zé”, como já enunciado aqui, pois esse adolescente relatava os riscos de *entrar no jogo*, pois, se hoje ele vivia, amanhã ele poderia ser morto, mas teria vivido o mais próximo de um rei. Sendo assim, “considerado” por pares e por pessoas de seu território, galgando espaços para experimentar as realizações materiais e subjetivas que o crime pudesse trazer, ao mesmo tempo que reconhecia como a letalidade é uma realidade cotidiana. Viver muito como um zé, em contraposição, seria uma vida distante do crime e mais próxima de uma vida longa,

mas medíocre, precária e invisível, dadas as exclusões, as violações de direitos e oportunidades diminutas a juventudes periferizadas.

Famílias, cuidado e trabalho

Nesse contexto necrobiopolítico que investe na desumanização destas juventudes marginalizadas, percebemos as redes de afeto como formas de re-existência e singularização que criam possibilidades de vidas e relações que desafiam o projeto colonial (SILVA; FREITAS, 2018). Foi possível identificar, nesta perspectiva, algumas relações apontadas pelos jovens como produtoras de novos sentidos e caminhos para suas vidas. Durante os dois grupos desenvolvidos, contamos com a presença de adolescentes que eram pais e em nossos diálogos, era muito comum as falas sobre seus filhos e família como um aspecto essencial em suas vidas, trazendo-lhes alegrias e os motivando a ficar vivos. Presenciamos, por exemplo, um adolescente aconselhando outro participante do grupo ao dizer para ele tomar cuidado, pois nada pior do que passar o natal preso no centro socioeducativo e longe da família. Outro adolescente, ao falar das mudanças que pretendia para a sua vida, disse que tinha decidido *mudar* porque não queria fazer a mãe dele chorar novamente por sua causa. Cenas como estas borram o signo que associa o exercício da masculinidade destes jovens negros apenas à violência (HOOKS, 2019).

Outro ponto a ser destacado é o acompanhamento dos jovens nas idas semanais aos CREAS. Durante os anos dos Projetos, percebemos que dos jovens participantes que eram acompanhados, quase todos contavam com a presença de mães, irmãs ou namorada e apenas dois foram acompanhados por homens. Observamos, nas relações dos jovens com as mulheres acompanhantes, a similaridade da posição de passividade, zelo e suporte assumidas por elas. Já em um dos casos que tivemos uma presença masculina, por exemplo, presenciamos a participação ativa do acompanhante, que se posicionava como responsável do jovem, embora fosse apenas seu irmão, e trazia em seu discurso, de forma muito marcante, o valor moralizante do trabalho. Segundo ele, seria o trabalho o possibilitador de uma qualidade de vida para si e para a família, um agente de responsabilização e um discriminador social entre jovem e “vagabundo”, principalmente aos olhos da polícia.

Para além das discussões sobre abandono parental no Brasil, que poderiam nos auxiliar nesta reflexão, pontuamos aqui a manutenção das formas tradicionais de organização familiares, nas quais às mulheres guarda-se o lugar do cuidado mais afetivo, próximo, e aos homens cabe o lugar do prover, distante. Embora este modelo familiar nem sempre condiz com a realidade, como aponta Nogueira e Miranda (2017), à figura simbólica do pai, reserva-se a provisão econômica e moral, além da mediação com o mundo externo. Pensando, então, paternidades negras, compreende-se que estas carregam traumas, dificuldades e inquietações reflexos dos contextos racistas, machistas e sexistas nos quais homens negros estão inscritos, comprometendo diariamente a saúde mental e física dos sujeitos envolvidos na relação (PEREIRA *et al*, 2019). Assim, ainda segundo os autores, estas relações paternas, muitas vezes, são guiadas por estratégias de sobrevivência e zelo para a prole na luta não só pela vida, mas pela qualidade de vida em uma sociedade colonial.

Considerações finais

A união dos projetos Histórias Desmedidas e Traficando Saberes em “Traficando Histórias” segue por uma perspectiva de fortalecimento das ações de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, com o objetivo de contribuir para a construção de um sistema socioeducativo guiado por um viés educativo e humanizante. Por isso, investimos em um exercício teórico-metodológico transdisciplinar que busque dialogar, refletir, compartilhar experiências e elaborar formas de existir alternativas às sociabilidades e papéis pré-determinados às juventudes, especialmente negras e periféricas. A construção desse espaço co-habitado pela Psicologia e pelas Ciências Sociais permite a dissolução de fronteiras entre sociedade e sujeito, privado e social, pedagógico e psicológico, nos permitindo complexificar as relações entre juventudes, infração e responsabilização.

Assim, através dessas ações transdisciplinares, questionamos a reprodução e os possíveis desvios das lógicas normativas do modelo hegemônico de masculinidade, nos apoiando em uma análise das dinâmicas de racismo e sexismo produzidas na modernidade, bem como dos efeitos destas na produção de subjetividades. Além disso, nosso trabalho busca incidir no campo das medidas socioeducativas,

refletindo sobre as práticas institucionais e buscando criar caminhos pedagógicos comprometidos com a liberdade.

Dedicamos este capítulo à memória de Wanderlan e Bruno, dois jovens criativos e carinhosos que caminharam com a gente e tiveram suas vidas ceifadas meses após o projeto. Wanderlan nos conheceu por acaso, foi ao CREAS acompanhado por sua mãe para participar de uma oficina de barbearia que seria ofertada no espaço e nos encontrou, ficou, com um sorriso no rosto. Bruno, tímido no início, acompanhou todo o projeto com seu irmão gêmeo e a presença constante de sua mãe, nos mostrou as belezas do reggae, da família e do ser jovem. Sua histórias desmedidas foram interrompidas. No Ceará, as juventudes lutam por vida, memória e desmonte dos caminhos de morte legitimados pelo Estado.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 19, s/n, p. 173-188, 1999.

ANDRÊO, C. *et al.* Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n.1, p. 46-67, 2016.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu** (53). 2018.

COSTA, A. C. G. **Socioeducação**: estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n.27, p. 19-52, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

FIALHO, L. M. F. **Assistência à criança e ao adolescente “infrator” no Brasil:** breve contextualização histórica. 2a ed. Fortaleza: EDUECE, 2016.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

HOOKS, b. **Olhares Negros:** Raça e Representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>.

LOBATO, F. N. F. *et al.* “O que a gente vai fazer próxima quinta?": oficinas de direitos humanos com jovens em cumprimento de medida socioeducativa. In: VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Facções, Crimes e Segurança Pública, 2021, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: LEV, 2021. p. 755-762.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

NOGUEIRA, C. G. M.; MIRANDA, M. H. G. A (re)produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos humanos. **Interitórios:** Revista de Educação Universidade Federal do Pernambuco, Caruaru, BRASIL, v. 3, ed. 5, p. 120-140, 2017.

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PEREIRA, A. O. *et al.* Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: Exercícios de autorreflexão emancipatórios. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l.], ano 2020, v. 5, ed. 2, p. 79-102, 2019.

RIZZINI, I. Caminhos para além das grades de ferro. In: ZAMORA, Maria H. (Org.) **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. **Tensões Mundiais**, [s. l.], v. 14, ed. 26, p. 129-155, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/887/775/>.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

CISHETEROTERRITORIALIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL DOS SUJEITOS LGBT+ NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Laleska Costa de Freitas

*Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF,
lalesskacf@gmail.com ;*

Resumo

No que chame de sociedade segurança, Haesbaert (2014) percebe que a mobilidade e seu controle se tornaram elementos fundamentais na construção do território, ou seja, na sua territorialização. De forma simplificada, o mesmo autor identifica cinco grandes objetivos da territorialização, que um deles sendo “a identificação de grupos sociais (fortalecendo seu poder simbólico) através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras)”(HAESBAERT, 2014: 68). Neste artigo buscamos desenvolver o conceito de cisheteroterritorialização, definido como a territorialização da ideologia cisheteropatriarcal pertencente ao sistema-mundo vigente, ou seja, a construção do território de matriz heterossexual a partir da cisheteronormatividade que ocorre em conjunção com a precarização territorial dos sujeitos LGBT+. O conceito surge do contexto da cidade do Rio de Janeiro, onde episódios lgbtfóbicos por parte do representante público do município evidenciam suas contradições. Por isto objetivamos compreender como a cisheteroterritorialização ocorre nos espaços públicos do Rio de Janeiro, o que previamente tem sido analisado a partir das respostas aos inquéritos feitos em três Paradas LGBT+ do subúrbio da cidade, territórios abjetados pela cisheteronormatividade, e por ações de ordem pública que intervêm na corporalidade LGBT+. Este trabalho se justifica pela necessidade do evidenciar das normas espaciais, o

que poderá contribuir para a criação de estratégias de combate mais efetivas.

Palavras-chave: Cisheteroterritorialização, Precarização Territorial, Sujeitos LGBT+, Rio de Janeiro, Espaço Público.

Introdução

Quem performa livremente no espaço público? A resposta desta questão expõe o sujeito universal que expressará o ideal normativo de uma sociedade, orientando a ética hegemônica e, portanto, os comportamentos performativos que são permitidos em público. O poder que o estar e ser no espaço público tem justifica ser esse um território em contínua disputa, expressando tanto as normatividades atuais como as sociedades virtuais que buscam atualizar-se através da resistência.

Quem performa livremente no espaço público suburbano carioca? Objetivamos responder essa questão na nossa dissertação. O contexto carioca, ou seja, da cidade do Rio de Janeiro, é o que Haesbaert (2014), com base nos teóricos da diferença com Michel Foucault e Gilles Deleuze, chama de Sociedade de (In)Segurança, mais sutil na aplicação de suas estratégias espaciais de controle e agindo onde a sociedade disciplinar falhou, que ainda existe na atualidade. A chave deste controle pode ser resumida na mobilidade, em que o grau de movimentação dos sujeitos interfere em seus modos de vida/morte. Localizemos o nosso recorte espacial: subúrbio do Rio de Janeiro, metrópole brasileira, situada na América do Sul, parte do Sistema-mundo Moderno-Colonial Cisheteropatriarcal¹.

O conceito que aqui defendemos, a cisheteroterritorialização, surge nos trabalhos de campo de 2019 feitos nas três Paradas LGBT+ mais antigas do subúrbio carioca – Madureira, Sepetiba e Vila do João, na Maré. E é neste contexto que estudamos as Paradas LGBT+ do subúrbio carioca e observamos um fenômeno que nos inspirou a criar o conceito de cisheteroterritorialização que ocorre no espaço público, que é a construção de um território em que há a imposição da ideologia cisheteropatriarcal, estruturando-se assim a partir de uma cisheteronormatividade e com uma estrutura também patriarcal, ou seja, com dominação masculina. Para pesquisas futuras, contudo, buscaremos

1 Atualização do Sistema-mundo moderno-colonial que propusemos em nossa dissertação. Indo além do sistema-mundo moderno-colonial de gênero, esta conceituação de sistema-mundo destacamos que a divisão axial de trabalho também se orienta por aquilo que Butler (2018) chama de matriz heterossexual, ou seja, pelo sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

entender que masculinidade é esta que se faz hegemônica, pois a masculinidade não se faz singular e sim plural, assim como se aprofundar sobre a imposição cisgênera que ocorre no espaço público. O objetivo desta construção conceitual é evidenciar ainda mais a dimensão espacial da LGBTfobia, possibilitando assim a construção de soluções para esta injustiça que observem a geografia destas questões. Transformar a sociedade não é desvinculado da transformação espacial, pois os sujeitos são corporificados e territorializados, exercendo sua autonomia dependente temporal e espacialmente. O horizonte, portanto, é a justiça territorial.

Os referenciais teóricos que nos orientam são: o livro de Haesbaert (2014), que nos conscientizou da precarização territorial que é consequente da cisheteroterritorialização; Butler (2018), com o conceito de matriz heterossexual que nos conduziu a construir anteriormente o conceito de Ideologia Cisheteropatriarcal; Zizek (2018), principal referência para a compreensão do conceito de Ideologia; Santos (2014), que constrói um dos conceitos base desta pesquisa, o espaço geográfico; Lima (2020), que nos provoca a pensar no sujeito corporificado e territorializado; Alvares e Barbosa (2019), Delgado (2011), Joseph (1999) e Sennett (2014), autores que auxiliaram a chegarmos a concepção de espaço público que aqui utilizamos; Wallerstein (1991) com o conceito de sistema-mundo e Lugones (2008;2019) que buscou atualizá-lo ao propor o sistema-mundo moderno-colonial de gênero; Sedgwick (2007), que com a epistemologia do armário também nos deixou sensível ao fenômeno da cisheteroterritorialização; Guasch (2000), que ao apontar a crise da heterossexualidade também nos conscientizou da cisheteropatriarcalidade presente no espaço e no sistema-mundo vigente; Leal (2020), referencial sugerido durante o congresso, que nos situa de como ocorre a vivência transgênera do espaço.

Metodologia

Concordando com Santos (2014), entendemos o espaço geográfico como composto por um sistema de objetos – coisas com intenção – em constante relação dialética com um sistema de ações – atos com propósito –, numa escala híbrida em que o local é uma expressão do global e o global está em constante modificação por intervenção local. Por estudarmos o espaço público enquanto um território, que são as relações de poder mediadas pelo/no espaço geográfico, foi

preciso desenvolver uma metodologia que expusesse as estratégias utilizadas para alterar a dinâmica de poder que ocorre no espaço público, ou seja, que ilustrasse o sistema de ações e de objetos.

Para compreender as estratégias dos organizadores ali existente, buscamos entrevista-los, identificando a partir desta entrevista o perfil dos organizadores (idade, gênero, sexualidade, racialidade, local de moradia, local de trabalho, profissão), sua trajetória de vida, a trajetória da Parada LGBTQ+ até então e quais eram os planos para o futuro da Parada LGBTQ+ e do espaço público que ela disputa. Os participantes e suas virtualidades, que também influenciam nas dinâmicas territoriais do espaço público, foram captados através de inquéritos aplicados no momento da Parada LGBTQ+, inquéritos estes que buscavam entender o perfil daqueles sujeitos nos mesmos quesitos indagados aos organizadores, assim como também entender a frequência dos participantes nas Paradas LGBTQ+, motivação para ir à Parada e o que esperava dela. No caso dos inquiridos que eram sujeitos LGBTQ+ também buscou-se entender se ele se colocava no armário em espaços públicos, se sim em quais ele se sentia mais livre. As estratégias hegemônicas embutidas naquele espaço público foram compreendidas a partir da pesquisa bibliográfica da história e geografia dos espaços públicos cariocas, numa revisão sintética da trajetória urbana, assim como a partir da análise de algumas ações de ordem pública. Quanto ao sistema de objetos, buscou-se analisar algumas das coisas inseridas no espaço para assim entender a intenção imposta nelas, tornando-as, portanto, objetos. O banheiro é um exemplo de objeto espacial analisado devido a sua ambiguidade para sujeitos LGBTQ+.

Resultados e discussão

Pausemos o plural de modéstia para melhor apresentarmos os resultados da pesquisa: foi em meio a Parada LGBTQ+ de Sepetiba, que eu escolhi metodologicamente ser a primeira vez que eu ia assim como a primeira Parada LGBTQ+ que eu participava na vida, que eu percebi os meus armários internos, limitações que se desfizeram quando rodeada de um público que acolhia os sujeitos LGBTQ+, algo que percebi quando me senti confortável, o desconforto em outros momentos sendo tão velado que eu não o percebia. O que ocorria na minha própria corporalidade era um dos conflitos presentes no espaço público, pois a vivência da minha bissexualidade, especialmente da homoafetividade

que a compõe, mostrou-se comprometida quando não estava naquele território efêmero LGBTQ+. Eu sentia o que em outro trabalho meu com outros autores foi nomeado de heteroterritorialização, que é o processo de criar um território em que haja o domínio heterossexual através da heteronormatividade.

O caráter patriarcal dessa hegemonia mostra-se para além dos inquéritos, quando a vivência de mulheres é distinta dos homens por riscos de violência distintos. No caso dos inquéritos se fez presente pelo temor de mulheres homoafetivas de demonstrarem afeto em público. Em uma das respostas ao inquérito as inquiridas responderam que o espaço público em que se sentiam mais confortáveis para demonstrar afeto era próximo de casa, pois havia a possibilidade de fugirem para casa ao sinal de algum risco. Esta resposta se alinha ao padrão de relações homoafetivas entre mulheres se limitarem mais aos espaços privados que entre homens, distinção que ocorre pela intersecção entre gênero e sexualidade. É preciso aprofundar-se ainda mais neste aspecto do sistema-mundo, pois é preciso entender que masculinidades são hegemônicas e por isto exercem um domínio sobre outros gêneros, assim como que feminilidades também se colocam como hegemônicas, já que a interseccionalidade faz com que algumas mulheres possam performar mais livremente nos espaços públicos.

Até aqui apontamos dois tipos de territorializar/desterritorializar que constroem a cisheteropatriarcalidade do sistema-mundo vigente: a territorialização da heterossexualidade e desterritorialização daquilo que não a compõe, nos moldes do que Guasch (2000) defende, acrescentando aos oito pontos levantados a normatização da alossexualidade e da monossexualidade; a territorialização da masculinidade hegemônica, a ser melhor definida em pesquisa futura, e desterritorialização de outras identidades de gênero. O terceiro tipo de construção territorial que percebemos é a cisnormativa, e para melhor explicá-la precisamos também nos basear nos escritos de Leal (2020) para melhor compreender as respostas aos inquéritos e entrevistas.

Escala e régua é o que Leal (2020) entende orientar a modalidade de opressão que ocorre com os sujeitos transgêneros, que é uma medida espacial de diferenciação performativa das transgeneridades com relação aos seus conteúdos identitários de masculinidades e/ou mulheresidades. Correlato ao colorismo, que ocorre com os corpos negros, esta medida determina quem é mais trans do que quem, tendo a transexualidade entendida como o grau mais “alto”. A

cisnormatividade espacial mostra-se assim ainda mais complexa do que previamente estabelecemos, pois não só oprime os sujeitos com corpos que performam algo que foge da cisgeneridade, como também esta opressão é proporcional à como estes corpos se localizam na medida espacial que diferencia a performatividade das transgeneridades. Leal (2020) identifica três formas de colocação espacial das transgeneridades de modo a se proteger das condições cisnormativas hegemônicas de leitura de gênero: a passabilidade, a reclusão e o cisplay. Nas entrevistas feitas às organizadoras das Paradas de Madureira e de Sepetiba identificamos do que as transgeneridades se protegerem: a violência cisnormativa. Ambas as organizadoras sofreram violência nos espaços públicos ao performarem nestes espaços suas transgeneridades em momentos cotidianos – uma ia ao trabalho, enquanto outra ia comprar algo para si. É neste momento que a cisgeneridade se territorializa, desterritorializando as transgeneridades – ou ao menos tentando, já que ambas as vítimas da violência organizaram Paradas LGBTQ+ e alteraram com isto e outras ações a dinâmica dos espaços públicos.

O que chamamos até agora de desterritorialização também poderia ser comparado com um processo de abjeção. Apesar de haver crítica a este termo, o resgatamos por expressar conceitualmente como ocorre esse desterritorializar. O sentido que usamos se inspira no utilizado por Dornelles e Pocahy (2010) utilizam em seu artigo, resgatando o que Judith Butler defende com base nas ideias de Julia Kristeva: abjeção como um expelir do corpo, tornando-o outro e assim definindo os limites deste corpo que fez a abjeção. Assim sendo, a desterritorialização dos sujeitos LGBTQ+ enquanto um processo de abjeção é necessária para que a cisheteronormatividade defina seus limites espaciais, constituindo assim seu próprio território. E, tal como expelir, esse processo é violento, agressivo, e muitas vezes súbito. Ao contrário, a resistência a esta cisheteropatriarcalidade busca abjetar as injustiças, retira-las do espaço público para que todos os sujeitos possam performar livremente sem serem avaliados por alguma escala ou régua.

Considerações finais

Assim se constrói o conceito de cisheteroterritorialização: a constituição do território cisheteropatriarcal enquanto dimensão espacial da ideologia homônima (FREITAS E LIMA, 2019), o que ocorre através

da abjeção dos sujeitos com performance que não se encaixam no performar da(s?) masculinidade(s?) hegemônica(s?) e na cisheter-normatividade, abjeção que obriga estes sujeitos se territorializarem em outros espaços, podendo ser públicos ou privados. Considerando o território como as relações de poder mediadas pelo espaço, este território é constituído de sistemas de objetos e ações que buscam influenciar os sujeitos que nele estiverem a se conformarem com a ideologia cisheteropatriarcal, reproduzindo assim a matriz heterossexual – ou seja, alinhamento entre o sexo, gênero e orientação sexual –, assim como se conformando a dominação por parte da(s?) masculinidade(s?) hegemônica(s?).

O objetivo deste conceito é deixar ainda mais evidente a dimensão espacial da injustiça vivida tanto pelos sujeitos LGBTQ+, quanto por outros sujeitos que fogem do padrão de masculinidade e da cishe-teronormatividade. Aprofundando-se ainda mais nesta conceituação poderemos perceber como os sistemas de ações e de objetos agem para gerar uma dinâmica espacial que proporciona violências LGBTQfóbicas e machistas, obrigando aos sujeitos territorialmente abjetados a resistirem como podem, seja se protegendo em outros espaços, seja transformando a dinâmica do espaço público onde foram violentamente abjetados. Queremos, desta forma, tornar a ciência geográfica uma aliada ainda mais forte no combate a esta injustiça, idealmente a todos os tipos de injustiça, pois o caráter colonial do espaço público, ou seja, racista, dentre outras opressões presentes em todos os espaços não podem ser ignoradas.

Para que o conceito torna-se ainda mais próximo da realidade algumas atualizações e aprofundamentos precisarão ser feitos, dentre eles um maior estudo sobre as masculinidades para entender qual ou quais masculinidades se constituem enquanto hegemônicas, uma maior aproximação da ciência produzida por quem é transgênero para entender a partir da empatia como a cisnormatividade se constitui no espaço, e, com o mesmo método, entender como se constitui a normatividade alossexual, já que a assexualidade ainda é pouco reconhecida.

Agradecimentos

Faz-se necessário agradecer em primeiro lugar aos Deuses e guias que possibilitaram a minha existência e me orientam para que a cada

dia eu me torne alguém melhor e, por conseguinte, o mundo. Mas também devo agradecer a todos que me possibilitaram desenvolver a pesquisa que gerou a minha dissertação, desde quem construiu os espaços que precisei estar para construir a dissertação, seja material ou imaterialmente, assim como quem no presente me apoiou e contribuiu de algum modo – uma lista tão extensa que aqui não caberia, por isto cito alguns sujeitos que se destacam por terem uma presença mais frequente, como o meu orientador Ivaldo Lima, meus amigos e familiares. No que tange ao evento, gostaria tanto de agradecer a ABEH quanto especialmente aos coordenadores an Habib e Thiago Soliva presentes no simpósio temático onde apresentei meu trabalho – ST 19: Territorialidades e cartografia de memórias LGBTQIA+ –, agradecendo a eles pelas ricas contribuições que fizeram ao artigo.

Referências

ALVARES, L.; BARBOSA, J. Uma proposta multidimensional para analisar as políticas dos a política nos Espaços Públicos Urbanos. In: Alvares, L; Barbosa, J (Orgs.). **Espaços Públicos Urbanos**: das políticas planejadas à política cotidiana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. P.19-52.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. P. 549-559.

BOBBIO, N. Política. In: Bobbio, N.; Mateucci, N.; Pasquino, G. (Orgs). **Dicionário de política** – volume 1. Brasília: UnB, 1998. P.954-962.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, C. **O sujeito no feminismo**: revisitando os debates. Cadernos Pagu, São Paulo, n.19, p.59-90, 2002.

DELGADO, M. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

DORNELLES, Priscila Gomes; POCAHY, Fernando. **Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

FREITAS, Laleska; LIMA, Ivaldo. **Ideologia cisheteropatriarcal, contenção (cishetero) territorial e o videoclipe “flutua”**. Desfazendo Gênero, 2019.

GUASCH, Óscar. **La crisis de la heterossexualidad**. Barcelona: LAERTES, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320 p.

JOSEPH, Isaac. **Retomar la ciudad: el espacio público como lugar de la acción**. Medellín: Postgrado de Estética - Universidad Nacional de Colombia, 1999.

LEAL, Dodi Tavares Borges. **Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira**. Urdimento, Florianópolis, v. 2, n. 38, ago./set. 2020.

LIMA, I. A condição geopolítica dos corpos sensíveis. **Paisagens Híbridas**. Rio de Janeiro, 25 de março de 2020a. Disponível em: <<https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geo-politica-dos-corpos-sensiveis/>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

_____. Em favor da Justiça Territorial: o encontro entre a geografia e ética. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, vol. 7, no 2, maio a agosto de 2020b, p.125- 148. Disponível em: <www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Em-favor-da-Justica-Territorial-o-encontro-entre-geografia-e-etica-.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

LUGONES, M. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Julho-dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>> Acesso em 17 de junho de 2019.

_____. Rumo ao Feminismo Decolonial. In: Hollanda, H. (Org). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P.356-377.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2014

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 28, janeiro-junho de 2007. Pag 19-54.

SENNETT, R. Introdução. In: Sennett, R. **L'Espace Public**: um sistema aberto, um processo inacabado. Barcelona: Arcadia, 2014.

WALLERSTEIN, I. World System versus World-Systems: A Critique. **World System versus World-Systems**: A Critique, Volume 11, no 2, 1991. P. 189-194.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

RESPONSABILIZAÇÃO DO CUIDADO: VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA EM MOSSORÓ/RN

Maria Glória da Silva Costa

Assistente Social formada pela UERN, mariaglorisc@gmail.com.

Tibério Lima Oliveira

Professor orientador: Doutorando em Política Social, professor substituto da Faculdade de Serviço Social UERN, tiberio_berin@hotmail.com.

Resumo

A epidemia da microcefalia ocasionada pelo Zika vírus a partir do ano de 2015, de forma repentina, no Brasil, trouxe inúmeras consequências para as crianças acometidas e suas famílias, resultando em um cenário desconhecido e repleto de incertezas. Cabe destacar a importância de estar debatendo a temática das novas doenças que resultam das novas expressões da questão social na realidade brasileira. O referido estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e exploratória e possui como objetivo central: analisar os desafios de mães de filhos com microcefalia decorrente do Zika Vírus em relação aos cuidados maternos no contexto de divisão sexual do trabalho. Foram entrevistadas 05 mães participantes do Núcleo de Atenção Materno Infantil (NAMI), na cidade de Mossoró/RN. A pesquisa seguiu os princípios éticos, preservando a identidade das mães. O instrumento de coleta de dados, no formato de entrevista semiestruturada, proporcionou um espaço para relatassem suas vivências. Os resultados obtidos foram divididos nas seguintes categorias: Zika Vírus, Microcefalia, Maternidade, Cuidado, Divisão Sexual do Trabalho. Nas falas é marcante a presença de aspectos que envolvem a divisão sexual do trabalho e o modelo de família monogâmica social e patriarcal que afeta a vida das mulheres, fazendo com que elas percorram jornadas que tornam sua rotina

desgastante. Por fim, ainda é perceptível elementos que abrangem o afastamento social dessas mães.

Palavras-chave: Zika Vírus; Microcefalia; Cuidado; Maternidade. Divisão sexual do trabalho.

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a responsabilização do cuidado materno imposta socialmente às mulheres, em especial as que são mães de crianças com microcefalia decorrente do Zika Virus (ZIKV). O interesse por esse estudo desenvolveu-se ao observar as ações e atendimentos de crianças com microcefalia decorrente do ZIKV, no Núcleo de Atenção Materno Infantil (NAMI), na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no município de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Desta forma, pretende-se realizar uma breve análise sobre a contextualização da realidade estudada e os impactos causados, a fim de problematizar a temática enquanto uma expressão contemporânea da questão social, rebatendo nas relações sociais, familiares e na divisão sexual do trabalho, no qual há o afastamento massivo de mulheres dos seus espaços de trabalho, configurando-se, um problema de saúde pública, além da responsabilização do cuidado colocado para essas.

As entrevistas foram realizadas individualmente no próprio NAMI, nos intervalos dos atendimentos, em ambiente isolado para a garantia do sigilo. Ainda, para fins éticos, bem como preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, as mesmas não serão identificadas por seus nomes pessoais, e sim apresentadas por nomes das Crystal Gems: Ametista, Pérola, Rubi, Safira e Quartzo Rosa, as quais simbolizam beleza e delicadeza em meio à força, à coragem e à determinação.

Será apresentado neste documento a diferença e particularidades da maternidade e da maternagem e como os sujeitos estudados se encontram dentro dessas categorias. Propõe-se realizar uma análise sobre as relações de cuidado serem voltadas apenas ao sexo feminino, responsabilizando a mulher por todas as atividades do lar e no que se refere à família, paralela discussão sobre as vivências das mães participantes do NAMI, através dos seus relatos contidos nas entrevistas semiestruturadas realizadas no processo da pesquisa.

Pretende-se instigar o debate acerca da questão de divisão sexual do trabalho e de que forma a sociedade e o modelo de família heteropatriarcal-monogâmico influência na vida das mulheres, submetendo-as a várias jornadas exaustivas, ou seja, são vistas apenas como trabalhadoras do lar ou cuidadoras da família, debruçando assim sobre a historicidade dos papéis desenvolvidos, no qual os

mesmos contribuem para a manutenção e funcionamento do sistema capitalista.

Por fim, expressar-se-á os resultados finais relativos às análises da pesquisa realizada, bem como os desafios encontrados e as formas de enfrentamento aos mesmos.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, e trará como procedimento inicial uma revisão bibliográfica exploratória a partir de sites, portais científicos que versam sobre o assunto em tela. O estudo parte de uma análise descritiva que foi realizada no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, e tem como objeto de estudo o grupo de mães das crianças participantes do Núcleo de Atenção Materno Infantil (NAMI), suas vivências no cuidado de seus filhos, e de que forma a divisão sexual do trabalho impacta na vida dessas mães. Também foi utilizado como instrumento técnico a abordagem de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente para preservação de dados das entrevistadas.

Referencial teórico

Verifica-se que os primeiros relatos do ZIKV ocorreram na Uganda, na África, mais especificamente na Floresta Zika, a qual origina o nome do vírus. Seu primeiro registro foi identificado em um macaco que participava de um estudo enfatizado para a febre amarela, no ano de 1947. Foram constatadas infecções do ZIKV em humanos na década seguinte, mais especificamente em 1954, em um residente nigeriano. McNeil (2016) afirma que haviam “muitos casos de pesquisadores que aplicaram testes em si mesmos” na busca de respostas para a nova patologia. Os casos foram sendo confirmados ao decorrer, espalhando rapidamente a doença para os continentes africano e asiático (McNEIL 2016).

Inicialmente tinha-se conhecimento apenas que transmissão do ZIKV se dava através da picada do mosquito *aedes*¹ que esteja infec-

1 Há duas espécies principais de mosquitos do gênero *Aedes* capazes de transmitir, além da dengue, outras arboviroses como chikungunya, Zika e febre amarela: *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

tado por tal (DINIZ, 2016), todavia, no ano de 2016, identificou-se um novo meio de transmissão do vírus, a transmissão sexual.

A infecção pelo ZIKV ainda hoje é de difícil identificação, pois os sintomas se assemelham com os de outras arboviroses². Pode-se destacar como mais frequentes: febre, dores musculares e nas articulações. Logo, os pacientes acometidos não apresentavam grave evolução e óbito em decorrência da infecção. Tal fato, também, descartou, a priori, o risco de contágio (SILVA, 2018).

No Brasil, o primeiro surto de epidemia do ZIKV ocorreu em meados do primeiro semestre de 2015, tendo seu foco principal no Nordeste brasileiro, região líder de casos confirmados. Por tratar-se de uma infecção silenciosa, seus primeiros casos eram em sua maioria assintomáticos, sem hospitalização, ou possuíam sintomas que não sinalizavam cuidados da rede de atenção à saúde em uma nova epidemia que acarretaria em graves sequelas, isso fez com que muitos infectados não procurassem cuidados de saúde (BRASIL, 2018).

A inserção do ZIKV no Brasil ainda é permeada por diversas incógnitas. A pesquisadora Débora Diniz apresenta em sua obra *Zika: do sertão nordestino à ameaça global* (2016), fatos cronológicos do início da epidemia no Brasil, perpassando por manchetes de jornais, primeiros sintomas, diagnósticos, até os seus momentos de efervescência. Logo, de acordo com a autora, tal inserção deu-se no ano de 2014 durante a Copa do Mundo FIFA que foi sediada pelo Brasil. Tal evento foi considerado como uma das principais portas de entrada do vírus no país devido o considerável o fluxo de estrangeiros em eventos desse porte. Do mesmo modo, a autora traz ainda outro evento de caráter semelhante, a Jornada Mundial da Juventude, evento de cunho católico que reuniu vários jovens de diversos países, sediado no ano de 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

Dialogando com a cronologia de Diniz, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), aponta em 2018, um estudo de um novo meio de acesso do vírus ao Brasil. O Haiti é um país bastante acometido pelas arboviroses do *aegypti*, com isso, as análises feitas em brasileiros contaminados pelo ZIKV destaca a presença do vírus oriundo do Haiti, enfatizando

2 São as doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela. A classificação “arbovírus” engloba todos aqueles transmitidos por artrópodes, ou seja, insetos e aracnídeos (como aranhas e carrapatos).

a amplitude de acesso ao vírus pudesse ter sido através de processos ilegais de imigração, bem como soldados que realizaram missão de paz no país.

Um complexo fator que corroborou com o agravamento da epidemia do vírus no Brasil e na América Latina deu-se em virtude do efeito geográfico comum no litoral equatorial, o *El Niño*. Tal fenômeno geográfico afeta as chuvas desta região fazendo com que superem as médias acarretando em inundações, além das esperadas, o que facilita a proliferação dos mosquitos transmissores das arboviroses (COSTA, 2019).

Logo, ao chegar ao Brasil, o ZIKV se espalhou rapidamente, principalmente em ambientes insalubres, que não possuem saneamento básico. Além do ZIKV, houve ainda disseminação da dengue e *chikungunya*, tendo em vista que essas doenças possuem o mesmo mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*, que se prolifera em locais de água parada, agravando mais a vida da população que estão nesses territórios desprovidos de serviços essenciais (TERRA, 2017).

Diante disso, a Lei Orgânica da Saúde (LOS) nº 8.080/90, em seu artigo 3º, traz alguns condicionantes de saúde relacionados ao saneamento básico, pois, a saúde dos moradores pode ser afetada em virtude da precarização ou inexistência desse serviço (BRASIL, 1988). Tal fato é evidenciado quando observados os boletins epidemiológicos, em que se registrou, no período de 2015 a 2017, a região Nordeste como a mais acometida pela microcefalia, contabilizando 114.870 dos 269.790 casos registrados no Brasil. Com esse número, pode-se refletir sobre o motivo pelo qual ocorreu um maior número de casos nessa região, apontando o racismo ambiental como um dos principais elementos da questão social na discussão presente.

Resultados e discussões

A vivência da maternidade inicia desde o pré-natal – acompanhamento fundamental para a promoção de uma gestação saudável e para a detecção precoce de alterações congênitas, como a microcefalia. Sobre isso, a pesquisa expõe uma falha nessa assistência, uma vez que nenhuma das mães entrevistadas relatou ter sido informada sobre a possível ocorrência da microcefalia até estarem frente a frente com a situação (COSTA 2019).

Do mesmo modo, o discurso abaixo corrobora com a importância desse acompanhamento, pois demonstra que o pré-natal oportuniza um melhor preparo e aceitação da malformação congênita.

Como eu tive uma gestação de risco, o importante era ele nascer né, não importava como. Então foi bem tranquilo, eu soube na gestação, quando ainda tava na barriga. Foi mais fácil pra mim aceitar depois que ele nasceu. (Pérola)

Consequente a descoberta do diagnóstico, Ivânia Welter (2008) ressalta que a família passa a enfrentar dificuldades relacionadas à aceitação e ao cuidado da criança, tendo em vista que uma criança com deficiência requer um cuidado ainda maior nas quais as representações negativas aumentam devido à falta de conhecimento diante a situação da saúde das crianças, exposto isso as mães buscam respostas para estas condições. A partir das entrevistas realizadas com as mães, percebemos que assim como relata Santos (2010), elas se sentem culpadas até pela própria deficiência do filho, o que gera resistência na aceitação.

Minha reação foi revolta, sabe? Assim, eu fiz tudo direitinho, todos os exames, tudo direitinho, tudo. (Ametista)

Eu não aceitei quando eu descobri que ela vinha com microcefalia eu pedi pra Deus que tirasse de mim, se fosse da vontade dele. Se fosse pra eu sofrer, ele tirasse de mim. (Rubi)

A culpabilização dos pais, como afirma Santos (2010), manifesta-se por consequência da idealização da perfeição personificada em seus futuros filhos, e quando a criança nasce fora dos padrões determinados por eles e junto ao desconhecimento sobre a deficiência, pode acontecer até mesmo de forma inconsciente a rejeição da criança, abalando assim seu núcleo familiar, como apresentado no discurso abaixo:

O pai dele meio que não aceitava, veio aceitar depois de um ano. Ele se perguntava muito “porque comigo, não com o vizinho?”, ele não aceitava de jeito nenhum. Ele não estacionava em vaga preferencial, assim, preferencial assim pra deficiente. Nada que tinha a ver

com deficiente ele não aceitava. Não queria ir atrás, não queria de jeito nenhum. (Pérola)

A figura paterna, especificamente, deposita o sentimento de culpa às suas companheiras. Tal fato ocorre em virtude da capacidade materna de gerar o feto, responsabilizando a mãe por eventuais alterações que decorram do curso gestacional, tendo em vista a simbiose existente entre mãe e filho. Logo, por não possuir um elo biológico com o filho durante a gestação, a negação, por muitas vezes, é ainda maior, pois não se dá somente à recusa do filho, mas, também, no afastamento e, até mesmo, no abandono das relações familiares, transferindo toda a responsabilização dos cuidados e sobrevivência na mãe da criança (SANTOS 2010).

Entretanto, quando se fala em cuidado e no ambiente em que essa criança está inserida, é imensurável que haja a presença de um núcleo familiar estruturado e estável, haja vista que o referido núcleo influencia de forma direta sobre o desenvolvimento infantil, uma vez que é considerado um dos espaços mais importantes de relação com as crianças (BUTTLER). Desse modo, a nova rotina de cuidados domiciliares e clínicos requer adaptação de todo núcleo familiar às condições da criança, como demonstrado na fala seguinte: “O pai apoiou, deu força... na medida do possível”. (Ametista)

Contrapondo a fala apresentada, Santos (2010) denota que a falta de preparo nas responsabilidades paternas, assim como a participação indireta nos cuidados com o filho são consequências da construção social do homem como figura responsável pelas condições de subsistência da família. As entrevistadas expressam em suas falas o termo “ajudar” quando se referem na relação existente entre pai-filho. A utilização do referido termo demonstra que a responsabilização do cuidado como atividade única e exclusiva das mulheres, estabelecendo ao pai somente um ser de apoio, está enraizada até na cultura do pensamento feminino.

Ajuda, digamos assim, 20 minutinhos só a criança, aí a criança começa a chorar e quer a mãe. Aí ele não sabe... se tiver uma convulsão, por exemplo, ele não sabe como agir, ele fica nervoso parece que paralisa ele (Pérola)

Só ajuda a dar um banho, brincar um pedacinho, dar uma voltinha com ele, mas não leva pros atendimentos, nem pros médicos. Tudo sou eu. (Ametista)

Ele dá um banho, ajuda, segura ela pra eu arrumar a casa, mas não vai para consultas. (Rubi)

Sobre isso, Badinter (1980) ressalta a diferença entre maternidade e maternagem. A maternidade consiste no ato biológico de gerar e dar à luz a um bebê. Já a maternagem pode ser exercida por qualquer pessoa, sendo compreendida como uma construção social, executada no ato de cuidar, educar, adaptar suas necessidades à da criança.

A categoria maternagem é uma das principais características que acompanham a vivência das mães e familiar-cuidador de crianças com a microcefalia, pessoas estas que se dedicam exclusivamente, além das várias jornadas subordinadas à esfera doméstica, mudando completamente suas rotinas em cuidado das crianças, principalmente quando estas necessitam de uma maior atenção no cuidado (BADINTER, 1980). Na fala de uma das entrevistadas, torna-se evidente o desenvolvimento da maternagem: “Como a mãe dele morreu, quem cuida dele sou eu (tia) e a avó dele. Eu ajudo ela e assim vai. Devido ela trabalhar, quem passa a maior parte do tempo com ele sou eu”. (Safira)

É possível observar, no discurso acima, que mesmo sendo a maternagem possível de ser desenvolvida por qualquer membro do núcleo familiar, essa, quando realizada, na maior parte das vezes, é exercida por mulheres.

Parafraseando Helena Hirata (2012), o trabalho do cuidar está enraizado nas tradições diretamente às mulheres, devendo estar dispostas à total atenção ao outro, sejam ao lar, aos filhos, aos familiares. Ter um filho com condições neurológicas acarreta dependência que gera uma série de dificuldades e superações, porém as cuidadoras se sobressaem diante os desafios, abarcando a relação do cuidado com amor e afeto; “Qualquer pessoa no nosso lugar faria o mesmo por um filho nosso, a não ser que essa pessoa não tenha coração”. (Quartzo rosa)

Dessa forma, Aquino e Menezes (1998) afirmam que devido à dificuldades ao conceituar o termo “cuidado”, preferem seguir com as determinações de senso comum. Sendo assim, ressalta que a categoria cuidado existem diversas expressões, e que na sua forma mais vasta carrega também o conceito do trabalho do cuidar voltado às pessoas.

O estado emocional do cuidado produz uma grande sobrecarga às cuidadoras, e que não pode ser superada na dinâmica familiar. Estudos

têm demonstrado que repetidas consultas a médicos, tratamentos, clínicas são fatores que causam o esgotamento físico e mental à estas mulheres (AZEVEDO 2001).

Ao falar sobre o cuidar, no ambiente familiar, privado, as mulheres são tradicionalmente responsáveis pela sua realização. Silva (1998) destacou que as mulheres apenas redefinem os papéis que a sociedade lhes atribui. Esse papel é construído social e culturalmente, portanto, está inserido em uma relação social mais ampla, não apenas a relação ambiental entre homens e mulheres no campo familiar. Jaggat & Bordo (1997) declaram que ao determinar as divisões de trabalho pelo sexo, os homens tenham “cuidado com”, já mulheres “cuidem de”.

A trajetória histórica das mulheres, a todo o momento, está interligada à família e ao lar, o que ocasiona um pensamento equivocado ao pensar que o “dom” do cuidado é apenas dela. O cuidado tido como natural atribuído à mulher não é biológico, mas sim construído socialmente. Essas discussões do cuidado são dimensões do trabalho desvalorizado.

Também não se pode deixar de analisar que, no discurso de que os companheiros “ajudam” nos cuidados relatados pelas entrevistadas, reforça-se ainda o fato de o patriarcado enraizado estar reproduzido durante as falas dessas mulheres, enriquecendo cada vez mais esse sistema e evidenciando que a reprodução do patriarcado não é necessariamente exercida por um homem.

Eu nunca tive ajuda pra cuidar dele, de ninguém, só mesmo do meu esposo que passa o dia trabalhando e à noite ele estuda, então ele só me ajudava geralmente final de semana com os meninos. (Quartzo rosa)

Essas situações permitem pensar na divisão sexual do trabalho, na qual considera as relações sociais de sexo como ponto pilar para essa desigualdade, pensar, também, na fragilidade do compartilhamento de tarefas, não somente em atenção aos filhos, mas também nos afazeres domésticos.

Sobre o “trabalho do cuidado”, Danièle Kergoat (2016) expõe uma reorientação da concepção da categoria trabalho através de uma perspectiva de análise materialista, na qual se reconfigura ganhando um novo perfil e valorizado pelos interesses alusivos a várias áreas da

divisão social e sexual do trabalho, como o próprio trabalho do cuidado, o familiar, ou doméstico, de saúde. A autora afirma que, à vista disso, “o trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de ‘produção do viver em sociedade’” (KERGOAT, 2016, p. 18).

É preciso compreender que as relações postas as mulheres em relação ao cuidado trata-se de um dispositivo histórico de dominação, hierarquização e manutenção de poder sobre esses corpos. A divisão sexual do trabalho impõe para essas mulheres mecanismos de assujeitamento em virtude de processos sociais construídos historicamente a partir do imbricamento da sociedade capitalista com o modelo patriarcal de dominação.

Desse modo, a maioria das atividades laborais femininas limita-se ao âmbito doméstico, o que ajuda a estabelecer parâmetros culturais, elegendo-as (provisoriamente) como cuidadores (AZEVEDO, 2001).

É a partir dessa construção sócio histórica, alicerçada em um sistema patriarcal, capitalista e racista que a sociedade toma como senso comum que a mulher possui dons e habilidades natas para atividades do lar e no que se refere à família, especialmente quando se refere ao cuidado de crianças e pessoas idosas com o chamado trabalho do care. Sobre isso, Cisne afirma que “são construídos historicamente os papéis, as qualidades e as características, ou, ainda, as atividades ditas femininas ou masculinas, e não determinadas fisiológica ou naturalmente” (2015 p.59).

Ao refletir sobre a discussão de Cisne e Santos (2018), compreende-se que as relações familiares estão fundidas na exploração, em particular às mulheres, seguindo a lógica de dominação do sistema patriarcal, na qual propaga privilégios aos homens e apaga a luz das mulheres.

Também não se pode deixar de analisar que, no discurso de que os companheiros “ajudam” nos cuidados relatados pelas entrevistadas, reforça-se ainda o fato de o patriarcado enraizado está reproduzido durante as falas dessas mulheres, enriquecendo cada vez mais esse sistema e evidenciando que a reprodução do patriarcado não é necessariamente exercida por um homem.

Eu nunca tive ajuda pra cuidar dele, de ninguém, só mesmo do meu esposo que passa o dia trabalhando e à noite ele zestuda, então ele só me ajudava

geralmente final de semana com os meninos. (Quartzo rosa)

Essas situações permitem pensar na divisão sexual do trabalho, na qual considera as relações sociais de sexo como ponto pilar para essa desigualdade, pensar, também, na fragilidade do compartilhamento de tarefas, não somente em atenção aos filhos, mas também nos afazeres domésticos. Os discursos abaixo tornam evidente a necessidade em virtude da escassez desse compartilhamento:

É um trabalho que a gente não para. Porque se a gente for trabalhar enrola a noite, porque nunca falta o que fazer numa casa. (Ametista)

Ele sabe fazer tudo dentro de casa, mas só faz se eu tiver doente. Caso contrário, não. (Pérola)

Pode-se entender que, a partir disso, as mulheres são sobrecarregadas cada vez mais, pois acabam realizando as responsabilidades intensas de diversos setores, já que o campo da reprodução familiar como educação e outros cuidados ainda é amplamente controlado pelas mulheres (SOUSA, GUEDES 2016).

As pessoas falam que eu sou uma sofredora, que eu sou uma guerreira, essas coisinhas que taxam a gente, que é mãe atípica né. Somos heroínas, não, não somos heroínas, tenho costume de dizer que nós somos humanas, precisamos de um olhar também. (Quartzo rosa)

Além disso, fica evidenciado no discurso abaixo que, diferentemente da situação trazida anteriormente, as mães que optam por abdicarem da sua carreira profissional dedicando-se, exclusivamente, ao cuidado doméstico e dos filhos, sofrem questionamentos da sociedade em virtude da sua escolha.

Até onde eu saiba eu nunca sofri não nenhum tipo de preconceito, só que já teve pessoas que chegou pra mim e falou que eu parei a minha vida, parei de viver por causa dele (Safira)

Independente da escolha da mulher ser a inserção no mercado de trabalho coincidindo com as atividades do lar, ou a dedicação exclusiva à família, ela está sempre buscando forças para superar os

desafios e buscar o bem estar dos filhos. Mas a sociedade é sexista, não importa a escolha que fizerem, o julgamento será inevitável.

Para tanto, Bieler (2003) identifica que as mães podem por um lado encarar de frente essas questões, ou, por outro lado, seguir no caminho do isolamento devido às inseguranças relacionadas à deficiência do filho. Logo, esse distanciamento, em virtude da vida doméstica, causa uma invisibilização social, excluindo essas mães de diversos seguimentos coletivos, desencantamento profissional, e até mesmo o relaxamento do cuidado consigo mesmas.

Nesse sentido, ocorre a negligência dos direitos das mesmas, e por estarem invisíveis, a discriminação é recorrente aos seus filhos. Sob essas circunstâncias, reprises desses momentos são comuns na vida dessas mulheres e dos filhos, durante todo o período de crescimento de crianças, até mesmo em sua fase adulta, e são as mães que estão ao lado durante essa caminhada.

Observa-se que nesse estudo o trabalho do cuidado colocado para as mulheres em relação à responsabilização com os filhos com microcefalia é parte de uma estrutura social dominante. É mister ressaltar que essas relações se intensificam em um território marcado por desigualdades sociais, como é o caso da cidade de Mossoró/RN, local esse cujo os valores patriarcais ainda se fazem presente de modo mais aviltante dada a formação social desse território. Portanto, o que se identifica é que, historicamente, as mulheres são as responsáveis por esse cuidado, e, num contexto de crise, a precarização posta a referir essas mulheres se intensificam ainda mais.

Considerações finais

As crianças nas condições de microcefalia necessitam de atenção singular. Nesse sentido, os argumentos das participantes dessa pesquisa são aprofundados na sobrecarga das atividades realizadas em virtude das responsabilizações serem voltadas apenas para elas, e quando compartilhada, é para com mulheres de parentesco próximo. Elas são isoladas para uma rotina exaustiva de sobrecarga de cuidados.

Foram encontradas na pesquisa as seguintes características: mulheres com até 44 anos de idade, em sua maioria, casadas, trabalhadoras do lar, sem renda pessoal.

Essa restrita dedicação delas ao cuidado é proveniente do sistema patriarcal, baseado na exploração e dominação dos homens às mulheres. Ele caracteriza o modelo de família patriarcal monogâmica, na qual mulheres são hierarquicamente subordinadas ao homem.

Com base na discussão realizada nesse artigo, compreende-se que a determinação das “atividades femininas” é favorável à divisão sexual do trabalho e para o trabalho não remunerado e remunerado, tanto no setor público, quanto no privado. Indicando assim, as ocupações produtivas determinadas aos homens nos espaços públicos, e as reprodutivas e privadas às mulheres.

É exposto ainda que, de forma direta ou indireta, as mães se isolam socialmente por consequência dos preconceitos apontados à elas e aos seus filhos, ilhando também suas crianças, dificultando assim o convívio social, até mesmo dentro da própria família.

Referências

AQUINO, E.; MENEZES, G. Para pensar no exercício da paternidade: contribuições a 689 partir de um estudo sobre trabalho e saúde de mulheres. In: SILVEIRA, P. (Org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 131-141.

AZEVEDO, G. R. de. **Cuida-dor (d)eficiente**: as representações sociais de familiares acerca do processo de cuidar. 2001. 106p. Dissertação de Mestrado - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIELER, R. B. Entrevista com Rosângela Berman Bieler. **Revista Sentidos**. out./nov. 2014. p.10- 12, 2004.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico nº 08**. Vol 50. 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/2019-001.pdf>

BRASIL. **Boletim Epidemiológico nº 13**. Vol 50. 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/>

abril/30/2019-013-Monitoratototomento-dos-casos-de-arboviro-
ses-urbanas-transmitidas-pelo-Aedes-publicacao.pdf

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA, Hosana Mirelle Goes e Silva. **Rede de Atenção às Crianças diagnosticadas com Microcefalia Decorrente do Zika Vírus**: Perspectivas Maternas. Mossoró. 2019.

DINIZ, Débora. **Zika**: do sertão nordestino à ameaça global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HIRATA, Helena. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care.- São Paulo: Atlas, 2012.

MC NEIL, Donald. **Zika**: a epidemia emergente. Planeta, 2016. 224 p.

JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Título original: Gender, Body, Knowledge.

KERGOAT, Danièle. "O cuidado e as imbricações das relações sociais". In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

SANTOS, Lígia Pereira dos. **Maternidade, paternidade, deficiências**: poder e deslocamentos não compartilhados? Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

SILVA Dino, T., et al. (2018). ZIKA: O SURTO DE ESPECULAÇÕES. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, 4(2). Retrieved from

<http://www.reinpec.org/reinpec/index.php/reinpec/article/view/216>.
Acesso dia 23 de setembro de 2020.

WELTER, Ivânia. et al. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade - **REVISTA TEXTOS & CONTEXTOS**. PORTO ALEGRE V. 7 N. 1 P. 98-119. JAN./JUN. 2008

AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA ESCOLA QUERIDA!

Hercules Guimarães Honorato

Mestre em Educação – Pesquisador do NI-Instituto Naval de Pós-graduação - RJ, hghhhma@gmail.com

Resumo

A Escola Naval (EN) recebeu, em 2014, a primeira turma de Aspirantes mulheres em seu curso de graduação. As *pioneiras*, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina. O objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras Aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento como mulheres e militares no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativo, tendo como metodologia principal um questionário com perguntas abertas e fechadas para as doze discentes. As instituições de formação superior militar desejam que as suas Cadetes/Aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, apreendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Apesar de toda a dificuldade que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as *pioneiras* têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e que valores como companheirismo, cordialidade e lealdade sempre serão cultuados. Ao final, o que ficou evidenciado foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão com certeza um espaço maior no meio militar.

Palavras-chave: Escola Naval brasileira, Ensino superior militar, Inclusão de gênero, Política Pública.

Introdução

“Adeus, minha Escola querida
Adeus, vou à Pátria servir;
Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus,
Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]”
(Letra e música do Asp. Luiz F. de Magalhães)

A Marinha do Brasil (MB) foi a pioneira na admissão de mulheres em seus quadros em 1980, cujo objetivo principal era a necessidade de liberar o militar operativo para as “atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do Poder Naval” (MENDES, 2010, p.1). Ao longo dos anos, acompanhamos uma evolução com cessão de novas oportunidades no quadro do Corpo Feminino nas Forças Armadas brasileiras, que, seguindo a experiência positiva da Marinha, incorporam mulheres em suas fileiras: a Aeronáutica em 1982 e o Exército em 1992. Cada uma das Forças Armadas foi ampliando o percentual feminino efetivo conforme suas necessidades e experiências com o trabalho durante esses mais de 30 anos.

Seguindo na vanguarda, a MB abrilhantou o contexto histórico da inclusão de gênero quando, em 2012, promoveu a Dr^a. Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-Almirante, sendo a primeira mulher a atingir o cargo de Oficial-General. Nesse caminhar, podemos salientar que a construção da identidade do militar sempre esteve associada à figura do homem, seja na Marinha, no Exército ou na Força Aérea, o que se tornou, antropológica e socialmente, uma construção histórica de conquistas vitoriosas e recuos sentidos, tendo um grande desafio, que era a entrada das mulheres em um mundo até então exclusivamente masculino.

Em 2014, a Escola Naval (EN) recebeu a primeira turma de Aspirantes do sexo feminino em seu curso de graduação. Futuramente, atuariam na área de apoio como Oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). As “pioneiras”, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina, e que, a partir daquele ano, estaria lado a lado nas ordens-unidas, nas formaturas, nas salas de aula, nas atividades esportivas, em síntese, no dia

a dia da caserna, na parte alta da histórica Ilha de Villegagnon, local do desenvolvimento por exemplo das atividades de ensino, administração, refeitório, dormitório (regime de internato) e lazer de todos os discentes.

Em novembro de 2017, a EN possuía Aspirantes mulheres em todos os quatro anos da graduação, em um total de 46, sendo 12 no último ano, o foco de nosso estudo, 10 no terceiro, 11 no segundo e 13 no primeiro. Podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes as atividades de educação física, mas continuam com o sonho de saírem Oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em “Ciências Navais”.

Assim exposto, o objetivo deste estudo é identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras Aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento no decorrer dos quatro anos vividos na instituição. Almeja-se que esta pesquisa seja relevante para a construção de pontes sólidas no trato das futuras jovens que farão a opção de se tornarem oficiais da Marinha, por intermédio do aquartelamento e da vida na caserna durante a sua graduação. Para tal, a seguinte questão que norteou este estudo foi: como se desenvolveram como militares e mulheres durante a graduação na EN em um espaço predominantemente masculino?

Metodologia

A abordagem metodológica de investigação adotada foi qualitativa, que segundo Alves-Mazzoti e Gewandsnajer (1999, p.163) é “caracteristicamente multimetodológica, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”. A metodologia principal foi um questionário auto-aplicado com perguntas abertas e fechadas para as doze Aspirantes, que segundo Gil (2009, p.121), tem o propósito de “obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”.

A pesquisa, em relação ao seu aspecto de desenvolvimento no tempo, é longitudinal prospectiva, tendo seu início em 2014 quando as discentes começaram o seu curso de graduação, culminando em dezembro de 2017, quando elas completaram o seu ciclo acadêmico, ou seja, se formaram.

Resultados e discussão

O trabalho feminino teve o seu ponto de ruptura, no que tange ao reconhecimento da sociedade como força de trabalho, durante a Revolução Industrial. Os novos fatores introduzidos pela industrialização afetaram a força de trabalho de ambos os sexos. “A mulher, antes considerada mais fraca para o trabalho braçal, poderia contar com instrumentos que fariam a produção depender menos de força física.” (SOUTO MAIOR, 2008 apud TREVISÓ, 2008, p.23). A busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho é alvo de discussões desde a inserção da mulher na esfera trabalhista, principalmente no que tange a assuntos em que sua colocação irá lhe exigir maiores condições físicas, como é o caso da carreira militar.

Toda essa evolução e os movimentos para equalização de oportunidades entre homens e mulheres não poderiam deixar o trabalho nas Forças Armadas fora deste processo, pois enquanto as mulheres forem excluídas deste círculo restrito, a instituição não desenvolverá em todo o seu potencial. Em um estudo realizado pelo Instituto Igarapé¹, alguns mitos sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas do Brasil são quebrados, como aquele que afirma que a presença de mulheres afeta a moral e a coesão das tropas, ao contrário, estudos demonstram que a integração melhora a moral e o profissionalismo dos combatentes.

Como Força Armada brasileira, a Marinha destacou-se como pioneira ao admitir mulheres em seu quadro no ano de 1980, como já comentado. O quadro 1 apresenta a evolução da incorporação de mulheres militares explicitando as principais formas de ingresso do Corpo Feminino, que representaram marcos históricos e legais, e seus respectivos anos de admissão, bem como os quadros e corpos que foram constituindo ao longo de suas carreiras militares.

1 Situado na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. Disponível em: <https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/>. Acesso em: 06 out. 2019.

Quadro 1 – Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

FORÇA	MARINHA	FORÇA AÉREA	EXÉRCITO
ANO DE ADMISSÃO	1980	1982	1992
QUADRO / CORPO	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva	Corpo Feminino da Reserva	Quadro Complementar de Oficiais
MARCO LEGAL	Lei nº 6.807, de 1980	Lei nº 6.924, de 1981	Lei nº 7.831, de 1989
ANO DE ADMISSÃO	2014	1995	2017
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Intendência	Cadetes da Academia da Força Aérea Intendência	Cadetes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército
MARCO LEGAL	Lei nº 12.704, de 2012	Aviso ministerial nº.006/GM3/024, de 1995	Lei nº 12.705, de 2012
ANO DE ADMISSÃO	2019	2003	2018
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Armada e Fuzileiros Navais	Cadetes da Academia da Força Aérea Pilotos	Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras
MARCO LEGAL	Memorando ET-2017/03- 01142 de 10/04/17	Portaria nº 556T/GC3, de 2002	Lei nº 12.705, de 2012

Fonte: Ministério da Defesa².

Atualmente, as mulheres em formação superior militar participam das academias militares congêneres. A Aeronáutica foi a pioneira na inserção de mulheres nas suas fileiras da

Academia da Força Aérea (AFA), admitindo, em 1995, para o Quadro de Intendentes, e oito anos depois, em 2003, também foi aberto a elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. A Marinha foi a força sucessora, que incorporou em 2014 ao seu Corpo de Intendentes da Marinha da EN 12 mulheres. Por fim, quarenta jovens se apresentaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ESPCEx), em Campinas/SP, e estarão formando fileiras na Academia Militar das

2 Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historico-juridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_\(1\).](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historico-juridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_(1).) Acesso em: 20 set. 2019.

Agulhas Negras (AMAN), em 2018, podendo se incorporar ao quadro de Material Bélico ou ao serviço de Intendentes.

O ingresso da mulher na carreira militar, portanto, simboliza um grande avanço na busca pela igualdade de gênero, sendo então um “marco nacional, com importantes repercussões e reflexos, não apenas no âmbito das Forças Armadas, mas na sociedade brasileira de modo geral” (ANDRADA; PERES, 2012, p.54), abrindo desta maneira novas expectativas profissionais para a esfera militar e evidenciando a grande importância da integração entre homens e mulheres.

Com o advento da entrada das primeiras doze Aspirantes mulheres em 2014, a EN passou a contar com a presença de três Oficiais que foram nomeadas e designadas para enfrentarem esse novo desafio. A primeira a integrar essa equipe foi uma pedagoga e, posteriormente, uma intendente da Marinha e uma psicóloga. O que também se tornou um fato precursor foram as presenças dessas mulheres militares compondo o quadro de Oficiais do Setor do Comandante do Corpo de Aspirantes (ComCA). Vale ressaltar ainda que essa quebra de paradigma foi importante para que se começasse a imbuir uma nova conduta aos Oficiais e Aspirantes que já pertenciam à Escola, fazendo com que todos, corpo docente e discente, se familiarizassem com a presença de companheiras femininas a partir daquele momento.

Foi no dia 12 de janeiro de 2014 que as pioneiras chegaram à Ilha de Villegagnon, para se apresentarem e iniciarem o período de adaptação, momento em que, pela primeira vez, haveria o contato entre homens e mulheres que estavam ali com o mesmo propósito, tornarem-se Aspirantes. O período em questão, é o momento em que ocorre a transição da vida civil para a vida militar, é a fase em que aprendem sobre as regras e os atributos basilares da formação militar-naval, a hierarquia e a disciplina. No Estágio de Adaptação, segundo Honorato e Rabello (2014, p.11), “os novatos não têm tempo nem para pensar, com todos os momentos ocupados por algumas atividades, desde físicas, militares e até burocráticas”. Durante esse período, passaram por grandes incitações e mudanças relevantes para que pudessem construir sua nova identidade, a de mulher militar em formação.

Ao passarem por essas semanas de árduo treinamento e aprendizado, puderam conquistar suas platinas e galgar ao posto de Aspirantes da Marinha. Porém, ainda era o começo de uma grande derrota com muito óbices a serem vencidos. A integração entre os gêneros dentro da turma fora iniciada na adaptação; no entanto, ainda

seria algo fomentado dentro do Corpo de Aspirantes por mais quatro anos. As Aspirantes participam ativamente de vários setores da EN. No esporte, destacam-se por estarem frequentemente no pódio nas competições; no acadêmico, algumas compõem o quadro de monitoras de disciplinas; no setor sociocultural, fazem parte de alguns cargos da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN) e estão sempre envolvidas na elaboração dos eventos; entre outras atividades. Ademais, é importante informar que 5 (cinco) delas participaram como adaptadoras, seja como auxiliares ou encarregadas, nos diversos setores da adaptação, em 2016 e 2017, onde conseguiram demonstrar tamanha liderança que possuem, transformando homens e mulheres civis em militares.

A Capitão de Corveta (IM) Geórgia Rita Macieira Ramos Nizer, uma das primeiras Oficiais que chegaram à EN para auxiliar na integração e desenvolvimento das Aspirantes, relatou que: *“As 12 aspirantes, conseguiram durante esses anos angariar lugares que não imaginávamos, elas sem dúvidas ultrapassaram as expectativas que as depositamos. Mas, cabe a mim também salientar que ainda há inúmeros espaços na Escola Naval que próximas Aspirantes das turmas subsequentes podem conquistar, e mostrar cada vez mais a capacidade que a Mulher Militar tem de exercer as mesmas funções que os homens”*.

Análise do instrumento de coleta de dados

Esta pesquisa teve como principal instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas às 12 Aspirantes pioneiras, com o objetivo de compreender da melhor maneira como foi o processo de integração entre os gêneros. Como foi preciso cumprir com o número de páginas designadas para o presente estudo, optou-se por elucidar somente algumas questões que focam diretamente no problema de estudo. A fim de preservar a identidade das respondentes quando suas respostas forem mencionadas, elas foram denominadas pelo código alfanumérico “Asp.1” a “Asp.12”, escolhidas aleatoriamente, sem levar em consideração sua classificação na turma.

Na pergunta que tratava de conhecer qual a grande dificuldade enfrentada durante os quatro anos de EN em relação à integração com os Aspirantes de gênero masculino da sua própria turma, a resposta foi unânime - a diferença imposta pela própria organização. As seguintes

respostas podem ratificar: *“normas diferentes impostas, como não poder circular nos corredores dos camarotes e diferença nos serviços por sermos mulheres”* (Asp.12); *“das diferenças, principalmente nos primeiros anos, quando cursamos disciplinas distintas dos demais, ou pelo fato de termos deixado de cursar certos assuntos”* (Asp.4). Além disso, acrescentando a essa questão, a Asp.8 contribuiu com outro ponto de vista: *“A desconfiança quanto à nossa competência e capacidade de cumprir todas as atividades necessárias aqui. Quebrar essa situação inicial demandou certo tempo e nos manteve ‘distantes’ da turma por um tempo”*.

Como as novas Aspirantes representam um ineditismo na formação superior militar da MB, a presença delas no início incomodava sobremaneira os homens, pois acreditavam que elas possuíam privilégios: *“o fato de ‘levarmos vantagens’ se torna uma desculpa constante quando conquistamos algo por mérito e esforço próprio”* (Asp.4); *“ainda existem alguns que acham que somos muito privilegiadas”* (Asp.9).

Um ponto relevante levantado no desvelar da questão 2 foi o fato de que todas acreditam que esses inconvenientes ao longo do curso, apesar de não terem sido extintos, foram atenuados. A Asp.12 assevera que *“aos poucos conseguimos quebrar as barreiras iniciais e fazê-los entender que não queremos ser tratadas de forma diferente, mas nos misturar a eles”*, o que foi ratificado pela Asp.10, *“essa dificuldade persistiu, mas aos poucos foi diminuindo, devido ao tempo de convívio que fortaleceu os laços de fraternidade”*.

Uma pergunta avaliou como está sendo, hoje, a relação delas com o universo masculino, tanto com os Aspirantes quanto com os Oficiais na caserna, depois de quase quatro anos de relacionamento. Um revelaram estar tranquila, outras de muito profissionalismo, ou mesmo normal; *“a convivência se dá com muita fluidez se comparado ao início, vejo que somos mais, de certa forma, ‘aceitas’ e estamos melhor inseridas”* (Asp.1). O que chamou a atenção, porém, foi a observação exposta no que se refere ao relacionamento com os Oficiais: *“alguns Oficiais recém-embarcados na EN possuem uma dificuldade em lidar com a presença das Aspirantes femininas”* (Asp. 4). Assim sendo, observa-se que apresentam uma melhor relação com os que já estão em contato com elas durante um longo período, e acredita a Asp.9 que essa resistência ocorre devido à diferença de geração.

Por serem minoria, diversas vezes ficam em situação de destaque, sendo a todo instante vigiadas, fato este que levou a indagá-las sobre a possível existência da diferença no tratamento entre elas e

os Aspirantes masculinos. A Asp.6 diz que *“é perceptível que o Oficial masculino muda de certa forma seu comportamento quando está falando com Aspirante do sexo feminino”*, já a Asp.7 revela que já ocorreram casos pontuais de discrepâncias no tratamento, mas que em geral é de modo análogo.

Após os quase quatro anos de ciclo escolar, essas guerreiras estão vivenciando seus últimos momentos na Ilha de Villegagnon, como Aspirantes, pois estarão se formando no dia 9 de dezembro de 2017. Então, surgiu uma inquietação em conhecer como elas pretendem lidar com o ambiente masculino das unidades militares para a qual forem designadas. Para isso, foram analisadas as respostas da pergunta que tratava sobre esse assunto e chegou-se à conclusão de que elas pretendem encarar com seriedade, profissionalismo e respeito, ou seja, da mesma forma que se comportam na Escola Naval. Além disso, querem mostrar que possuem competência de realizar todas as atividades militares que antes eram designadas somente aos homens.

A última questão que será retratada nesta análise tem o intuito de saber quais serão os maiores desafios das futuras Tenentes Intendentes após sua graduação. A maioria posiciona a conciliação entre a família e o trabalho, mas houve também duas respostas que foram interessantes – a primeira é da Asp.6: *“manter o respeito pelo meu trabalho e profissão não por ser mulher, mas por dar o meu melhor e fazer tudo de forma correta”*; a segunda, da Asp.11, expõe que o maior desafio será *“lidar com os mais modernos, tendo em vista que a cultura do país ainda não se adaptou ao fato de ver mulher em posição de liderança”*.

Considerações finais

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. A mudança estrutural nas relações entre gêneros evoluiu consideravelmente nos últimos anos e, como somos frutos de uma construção social histórica, uma vez abertas as oportunidades, as mulheres estão demonstrando seu valor e sua capacidade de decisão e liderança.

A história das mulheres nas academias militares começou com a AFA, em 1996, e agora termina o ciclo de conquistas com a entrada de quarenta jovens brasileiras na graduação do Exército. A mulher, independentemente do seu ambiente de trabalho, é um ser à procura

de deixar de ser apenas o Outro, procurando ser realmente o Sujeito, ativo e igual em todos os aspectos e atividades de nossa vida em sociedade.

As instituições de formação superior militar desejam que as suas Cadetes/Aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, apreendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, aspira-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca, em suas cores e ações, respaldo para um país forte e desenvolvido.

Tudo o que foi exposto em curtas pinceladas mostra a derrota pela qual as pioneiras conseguiram estabelecer no Corpo de Aspirantes, evidenciando que é possível fazer com êxito as mesmas atividades, antes executadas exclusivamente pelos Aspirantes masculinos. Enfatizamos que, apesar de toda a dificuldade e da luta que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as Aspirantes pioneiras têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e à hierarquia, e em que valores como companheirismo, cordialidade, lealdade, amor à Pátria e aos Símbolos Nacionais serão sempre cultuados.

Ao final, o que ficou evidenciado nas respostas ao instrumento de coleta de dados foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão cada vez mais um espaço maior no meio militar.

Ao chegarmos em dezembro 2017, ano de formatura da Turma “Alte Gastão Motta”, onde são integrantes participativas, quando doze pioneiras estarão recebendo suas espadas, símbolo maior do Oficial, podemos afirmar que este é o reconhecimento da Marinha do Brasil por quatro anos dedicados a construção do ser marinheiro, independente do seu gênero. Assim, como bem escrito no hino da epígrafe introdutória, poderão cantar a plenos pulmões e com lágrimas nos olhos: *“Adeus, minha Escola querida, Adeus, vou à Pátria servir, Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus, Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]”*

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneiras, 1999.

ANDRADA, S. A. de; PERES, H. M. **Mulheres a Bordo**: 30 Anos de Mulher Militar na Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Hmperes & Associados, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HONORATO, H. G.; RABELLO, D. de A. As Primeiras Aspirantes da Escola Naval: Inclusão, Trajetórias Iniciais e Boas-vindas às Novas “Sentinelas dos Mares”. **Revista de Villegagnon**, ano IX, n.9, p.6-15, 2014.

MENDES, L. C. K. B. **Subsídios sobre a presença da mulher na MB**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.

TREVISIO, M. A. M. A discriminação de gênero e a proteção à mulher. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho**, 3ª Região, Belo Horizonte, v.47, n.77, p.21-30, jan./jun. 2008.

SEXO, RAÇA E CLASSE: RELAÇÕES SOCIAIS ESTRUTURAIS NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM MOSSORÓ-RN

Iury Natasha Vieira de Oliveira

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - RN, iury.natasha@gmail.com;

Mirla Cisne Álvaro

Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Serviço Social (FASSO) - RN, mirlacisne@gmail.com.

Resumo

O presente artigo busca apresentar uma investigação acerca do modo como se articulam as dimensões de sexo, “raça”/etnia e classe social na vida de mulheres em situação de rua. A pesquisa se dá a partir da categoria *relações sociais de sexo* relacionando as análises empreendidas em diálogo com as feministas materialistas francófonas à teoria social crítica. O método de análise utilizado é o materialismo histórico dialético. A pesquisa é de natureza bibliográfica, com visitas de campo e entrevistas. No trabalho, analiso os fundamentos da formação sócio histórica brasileira, através de conceitos como colonialismo, patriarcado e racismo. Desenvolvo uma discussão acerca da transição do trabalho escravizado para o trabalho “livre” assalariado no Brasil, assim como sobre o processo de urbanização brasileira e, particularmente, na cidade de Mossoró-RN, lócus de realização da pesquisa. No debate sobre a população em situação de rua, articulo uma análise crítica da constituição desse fenômeno com enfoque na categoria ‘trabalho’. Como resultado das investigações empreendidas, identifiquei uma histórica invisibilidade em torno dos trabalhos junto às mulheres em situação

de rua, assim como particularidades que perpassam as vivências dessas mulheres relacionadas às suas pertencas étnico-raciais, às opressões de sexo vinculadas à uma estrutura de sociedade patriarcal e às condições de explorações de classe que vivem em uma sociedade capitalista neoliberal.

Palavras-chave: Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe; População em situação de rua; Feminismo materialista.

Introdução

A pesquisa intitulada **“Sexo, Raça e Classe: relações sociais estruturais na vida de mulheres em situação de rua em Mossoró-RN”** tem por objetivo investigar como se articulam as dimensões de raça, sexo e classe social na vida de mulheres que vivem em situação de rua no município de Mossoró-RN. Aproximei-me das mulheres sujeitas¹ da pesquisa e com elas estabeleci uma relação que me permitiu conhecer um pouco mais de suas realidades, com enfoque no modo como se dão as relações de trabalho e seus desdobramentos em suas vidas, a partir da experiência de estar nas ruas.

Estudar o fenômeno população em situação de rua (PSR) constitui tarefa desafiadora e necessária, pois é um dos fenômenos que mais amplamente conjuga uma complexidade de expressões da questão social e revela um processo de profunda pauperização da humanidade. Nesse segmento populacional, temos que a situação de miserabilidade aparece em sua máxima forma, expressão de uma realidade social em que as necessidades básicas para a subsistência e dignidade humana não são garantidas: moradia, alimentação, higiene pessoal, acesso a serviços de saúde, trabalho/emprego, segurança, etc.

Sobre essa população, Silva (2006) diz o seguinte:

[...] **o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista** e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, **constitui uma expressão radical da questão social**, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas.

1 O uso dessa e de outras expressões na forma do gênero flexionado para o feminino, mesmo quando a gramática formal da língua portuguesa não admite, foi uma escolha teórico-política para todo o trabalho, por considerarmos a língua portuguesa, assim como a linguagem na sua dimensão mais ampla, um instrumento que, para além da comunicação, reproduz uma estrutura racista e patriarcal.

Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p. 95, grifos nossos).

Buscando estar na contramão da lógica perversa do sistema do capital, que invisibiliza as existências dessas/es sujeitas/os, quando não as/os considera unicamente sob o viés da criminalização - “naturalizando” essa expressão da barbárie capitalista - proponho esta pesquisa como contribuição aos estudos críticos na área. Para tanto, faço uma opção teórico-política que direciona metodologicamente as investigações deste trabalho, o olhar sobre essa realidade e as análises aqui feitas.

Aliado, portanto, às *sujeitas* da pesquisa, utilizarei algumas categorias de análise que subsidiarão a sua análise. A partir da categoria *relações sociais de sexo* (RSS), a pesquisa em questão centrará sua investigação no modo como se dão as relações de trabalho para as mulheres em situação de rua entrevistadas. Como se organiza o trabalho dentro do segmento *população em situação de rua* (PSR) e os rebatimentos desse modo de organização na vida das mulheres que vivem na e das ruas serão objeto de análise específica.

Sobre a categoria relações sociais de sexo (RSS), trago o entendimento pelo qual passa essa elaboração teórico-política:

Com base no conceito de *rapports sociaux*, uma das principais características da corrente feminista materialista francófona é afirmar que as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida por *rapports* sociais de sexo, historicamente e geograficamente variáveis, centralmente organizados em torno da apropriação individual e coletiva da classe de mulheres pela classe dos homens, por meio do que Colette Guillaumin (1978, 1992) denominou *sexage* (sexagem). Esses *rapports* são solidamente apoiados no que ela chamou de ideologia da Natureza – na qual estão subjacentes também as *rapports* sociais de “raça” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15)².

2 Cf. CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 07-26.

Uma das razões da escolha pela utilização da referida categoria analítica se assenta na análise crítica que ela propõe ao processo de biologização do sexo a partir do sistema de análise sexo-gênero (biológico-social). Nesse sentido, coaduno com a crítica de Cisne e Santos (2018):

A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo “relações sociais de sexo” e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador (CISNE; SANTOS, 2018, p. 50).

Diante disso e considerando as relações sociais de sexo, de “raça”/etnia³ e de classe como estruturantes do modo de produção e reprodução da vida social no sistema capitalista, identificamos que as **mulheres em situação de rua** são um dos segmentos mais pauperizados e mais explorados dentro desse sistema, sofrendo diversas formas de opressão. São as mulheres em situação de rua, as múltiplas determinações que as conformam nessa sociedade e as particularidades de suas condições de vida e de sociabilidade que pretendemos pesquisar nesse trabalho.

A última (e única) pesquisa⁴ sobre o perfil da *população em situação de rua* (PSR) no Brasil, em nível nacional, foi realizada pelo Instituto META de Pesquisa de Opinião, por solicitação do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e publicada em abril de 2008. Ou seja, já se passaram mais de 12 (doze) anos dessa

3 **Raça** é um conceito que, do ponto de vista biológico, refere-se aos animais humanos como uma espécie única no mundo, sem distinção por cor ou qualquer outro fenótipo que, na aparência, se revela. Do ponto de vista sociológico, contudo, “raça” carrega consigo uma série de sentidos, marcadores de diferenças e de semelhanças que, no terreno da vida socialmente construída e vivida assume diversos significados e implica em elaboração de papéis e lugares sociais ocupados de formas distintas pelas/os sujeitas/os. É nesse segundo sentido que o utilizaremos neste trabalho e, por essa razão, será escrito entre aspas.

4 BRASIL. Sumário Executivo de Abril de 2008. **Rua Aprendendo a Contar**: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

primeira tentativa do poder público em conhecer, pesquisar e, com isso, subsidiar a formulação de políticas públicas para este segmento populacional historicamente negligenciado na garantia de direitos por parte do Estado.

A pesquisa nacional acima mencionada, não foi realizada de modo a privilegiar a coleta de dados mais específicos acerca da condição de vida das mulheres em situação de rua, o que dificulta a análise do fenômeno, mas sinalizou alguns dados que apontam na direção da necessidade de mais pesquisas que deem conta dessas particularidades e necessidades, como podemos verificar na análise de Quiroga & Novo (2009):

Um dado interessante e que demonstra a diferença de oportunidades entre homens e mulheres em situação de rua é a frequência com que ambos afirmaram já terem trabalhado alguma vez com carteira assinada. Enquanto para os homens este percentual chega a 52,2%, para as mulheres entrevistadas este percentual é de 26,4% apenas. Estes números são especialmente significativos se considerarmos que [...] **tanto homens quanto mulheres em situação de rua encontram-se em idade produtiva, havendo inclusive maior prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos e, portanto, com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho** (QUIROGA & NOVO, 2009, p. 164, grifos nossos).

A reflexão acima assinala a necessidade de que mais pesquisas possam se debruçar sobre essa realidade social, ampliando suas possibilidades e análises. É o que pretendemos ao optar como categoria-chave de análise neste trabalho, além das *relações sociais de sexo*, *“raça”/etnia e classe*, a categoria *trabalho*.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar como se dão as relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe para as mulheres em situação de rua em Mossoró. Como objetivos específicos, temos: identificar o perfil socioeconômico das mulheres em situação de rua entrevistadas que têm como local de referência a praça da catedral de Mossoró; identificar as principais determinações que incidiram sobre a ida dessas mulheres para as ruas do município mossoroense; investigar como se configuram as relações de trabalho na vida das mulheres em situação de rua entrevistadas; identificar como as relações sociais

de sexo, raça e classe aparecem no cotidiano das mulheres em situação de rua sujeitas da pesquisa.

Metodologia

Baseamos nossa crítica fundamentada no método em Marx, o materialismo histórico dialético, considerando o ‘trabalho’ como condição ontológica ineliminável da práxis primária do ser humano instituindo a realidade/totalidade social e de onde surgem as demais práxis/atividades da vida em sociedade. Esta pesquisa não está deslocada da compreensão de que é no bojo dessa estrutura de produção da vida material desenvolvidas no modo de produção capitalista que as análises devem ser assentadas. Parte-se, portanto, da compreensão da totalidade da vida social para buscar entender a constituição do fenômeno PSR, realizando o caminho de “ida e de volta” sem o qual, não é possível sequer uma aproximação na busca pela apreensão da realidade da vida social em sua totalidade. Imbricada a essa perspectiva teórico-metodológica está a compreensão das relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe como estruturantes da sociabilidade capitalista.

O papel da/o pesquisador/a é investigar a essência do objeto, não de forma determinista, mas admitindo que esse objeto está imerso em uma realidade social historicamente situada e, portanto, é integrante de uma processualidade que não admite que ele seja tomado por imutável ou estático.

[...] o *ser social* – e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* – é um *processo, movimento* que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas *contradições* impulsionam a outras superações (NETTO, 2011, p. 31).

No processo de investigação de um objeto, a/o pesquisador/a tem papel ativo no desvendamento de suas determinações e não age de maneira passiva, uma vez que não existe neutralidade no processo de pesquisa. Para que transponha a aparência do objeto,

[...] o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura

e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p. 25).

O Método em Marx não pode ser apreendido de maneira simplista e necessita de uma análise cuidadosa de seus elementos. Categorias como ‘contradição’, ‘mediação’, e ‘totalidade’ constituem conceitos importantes desse método, e como tal contribuem para a análise do real na sistematização do materialismo histórico dialético (MHD).

A escolha pela utilização desse método para a realização da pesquisa proposta se dá pela compreensão de que o método em Marx é o que melhor instrumentaliza e dá condições de uma investigação analítica, crítica, profunda, atenta às contradições e ao “movimento do real”. Nesse ponto, é salutar chamar atenção para a particularidade do conceito de **crítica** para Marx: para ele, não se trata de uma posição subjetiva do sujeito ou da sujeita diante do real, mas **é a própria exposição das contradições do real**, onde reside o sentido da crítica em Marx.

Com esse método, intenta-se a investigação da origem da exploração da classe trabalhadora para adentrar no entendimento da constituição do fenômeno *população em situação de rua* (PSR) e, em seus elementos constituintes, identificar as particularidades que se operam nas vidas das “mulheres que vivem na e das ruas”.

Com relação ao tipo de pesquisa, esta se caracteriza por ser de natureza **exploratória** e sobre ela, temos que “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63, *apud* GIL, 2002, p. 41).

O presente trabalho é de natureza bibliográfica e documental (dados tanto de pesquisas nacionais como de documentos municipais). Sobre esses tipos de pesquisa, nos diz Gil (2002):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente de contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto, **a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser**

reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa
(GIL, 2002, p. 45, grifos nossos).

Dessa forma, estão sendo utilizados dados já existentes sobre o perfil da população em situação de rua no município de Mossoró, dados estes provenientes de levantamento elaborado pela assistente social que integrava a equipe multiprofissional do Consultório na Rua⁵. A referida profissional foi que estabeleceu a minha interlocução com as sujeitas da pesquisa, mediando a minha inserção no campo.

Foi realizado **estudo de campo** em espaços de concentração da população em situação de rua no município de Mossoró, principalmente em praças localizadas no centro da cidade. Sobre o estudo de campo, Gil (2002) o caracteriza:

[...] o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa (GIL, 2002, p. 53).

Assim, esse tipo de estudo dará condições de uma análise mais adequada às demandas do objeto em questão. Para apresentar sinteticamente como se organiza o estudo de campo, recorreremos mais uma vez à Gil (2002):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes

5 O Consultório na Rua (CnaR) é uma estratégia da política de saúde pública brasileira, instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, no ano de 2011. Tem por objetivo facilitar o acesso da *população em situação de rua* (PSR) aos serviços de saúde pública existentes, com o intuito de garantir atenção integral para essa população no próprio espaço da rua, ampliando o seu acesso aos referidos serviços. É composto por equipes multiprofissionais que realizam suas atividades de forma itinerante e, a partir das demandas identificadas nos territórios, articulam-se em ações conjuntas com as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) correspondentes (BRASIL, 2020).

para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

A pesquisa é de caráter qualitativo, considerando os dados, as pesquisas em números e estatísticas disponíveis, mas não se limitando a dimensão “mensurável” (quantificável) do fenômeno. Sobre a **pesquisa qualitativa** nos diz Minayo:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Além disso, foram realizadas **entrevistas semiestruturadas**, cujo formato de organização contempla tanto questões “fechadas”/objetivas - com o intuito de fazer o levantamento de informações básicas para subsidiar a construção dos dados necessários à elaboração do perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas - ao mesmo tempo em que possui questões “abertas”/subjetivas, que possibilitaram a colocação de outras questões que contemplaram, por sua vez, dimensões mais abrangentes da vida das mulheres entrevistadas.

Resultados e discussão

Voltando a atenção para a análise da situação das mulheres em situação de rua na cidade de Mossoró, apresento a seguir o perfil das mulheres entrevistadas para essa pesquisa, analisando alguns elementos em torno do que apareceu. A maior parcela dentre as mulheres em situação de rua identificadas nas pesquisas nacional, assim como nas entrevistas realizadas na pesquisa para este trabalho são negras. Cumpre destacar, que tanto as informações relacionadas ao pertencimento étnico/“racial”, como as que envolvem marcadores de sexualidades foram obtidas por meio de **autodeclaração** das mulheres entrevistadas, assim como todas as demais informações solicitadas. Segundo levantamento feito no ano de 2017, existem cerca de 157

peessoas em situação de rua na cidade do oeste potiguar. Desta população, mais de 80% é composta por homens, seguindo a tendência nacional.

PERFIL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA ENTREVISTADAS

NOME	SABIÁ	CACTO	JITIRANA	CARNAÚBA	JUREMA
IDADE	37 anos	28 anos	49 anos	58 anos	51 anos
COR/ "RAÇA"	Morena	Preta/negra	Morena clara ("cor de canela")	Morena	Branca
TEMPO NA RUA	16 anos	1 ano e meio (aproximadamente)	37 anos	27 anos	Mais de 20 anos
MOTIVO DE IDA PARA RUA	Morte da mãe e desavenças familiares	Violência doméstica (saiu de casa e foi pra rua após separação turbulenta, não tinha para onde ir nem como custear uma moradia)	Expulsa de casa pela mãe após ter lhe contado que foi estuprada pelo padrasto	Conflitos familiares (saiu de casa "porque quis" após discussão com o pai e foi direto para Mossoró)	Depressão após a morte de sua companheira
ORIENT. SEXUAL	Lésbica	Hétero	Lésbica	Hétero	Lésbica
GRAU ESCOLAR	6º ano (E. F. II inc.)	6º ano (E. F. II inc.)	5ª série (E. F. II inc.)	6ª série (E. F. II inc.)	5ª série (E. F. II inc.)

Ao adentrar o campo de investigação, o elemento mais forte que se apresentou através do relato das mulheres moradoras de rua que entrevistei foi a dimensão – também contida nas análises das relações sociais de sexo – da **apropriação** de seus corpos: das 05 (cinco) mulheres em situação de rua entrevistadas, TODAS relataram alguma situação de abuso/violência sexual. Cinco mulheres. Cinco perfis diversos. Cinco experiências singulares atravessadas por condições distintas (origem, idade, acesso à educação, sexualidades e etc.). Todas elas, em meio às entrevistas, me contaram histórias que envolviam a apropriação, o “uso” não autorizado de seus corpos, como se coisa fossem. E coisa “sem dono”.

As vivências dessas mulheres, sem dúvida, implicam no modo que elas habitam o mundo, o ocupam, por onde andam, o que fazem,

com quem falam e com quem deixam de falar. Quais acessos são para elas interditados? Quais experiências são impedidas de vivenciar a partir das trajetórias minadas pelas atitudes de outrem, em geral, um homem? Mais ainda: como resistir a essas e outras implicações que sitiam as suas trajetórias, sobretudo quando compreendemos que esse processo não é isolado, tampouco parte de uma cultura facilmente “contornável” a partir de uma educação não-sexista, por exemplo, mas que fazem parte de uma complexa e profunda estrutura de sociedade cujas bases materiais não apenas negligenciam tais práticas como as acolhe e produz? São questões para provocar reflexões que nos desestabilizem de lugares-comuns de um entendimento e, mais ainda, que nos instiguem a uma práxis verdadeiramente efetiva.

No cerne dessa questão, no centro da opressão da mulher enquanto grupo social pelo grupo social dos homens, está uma **base material** concreta sem a qual não faria tanto sentido como faz a perpetuação dessas opressões no sistema capitalista: essas relações desiguais e patriarcais são extremamente funcionais e necessárias a reprodução desse sistema. As mulheres estão na base social da reprodução do mundo e contribuem direta e enormemente para manter o âmbito da produção funcionando plenamente. Essa base material é o trabalho.

Essas condições de desigualdades podem ser percebidas no mercado de trabalho. Historicamente, mulheres e homens são desigualmente remunerados em postos de trabalho semelhantes, chegando essa diferença a atingir cerca de 30%: mulheres recebem um salário aproximadamente 30% menor do que homens para exercerem a mesma função. Em algumas dessas situações, inclusive, a mulher possui até mesmo grau de escolaridade formal/capacitação profissional superior à do homem. Esse é um exemplo explícito da base material que conforma essa estrutura de sociedade funcional ao capital. Isso porque uma mão-de-obra desvalorizada significa maior acúmulo por parte da burguesia que emprega a classe trabalhadora de forma intensamente precarizada.

Quando comparamos as condições de trabalho por meio de uma análise racializada, identificamos que diante de uma série de aspectos – condições de acesso, empregabilidade, postos de trabalho, salários, dentre outros – a população negra encontra-se em condição de ainda mais desvantagem diante da população branca no campo do trabalho. Sobre essa relação de desigualdade racial no Brasil, é interessante

buscar os escritos de Sueli Carneiro em sua obra “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil”.

Nessa esteira de diálogo, coaduno com o pensamento de Cisne (2020) quanto à “ortodoxia no método [materialista histórico dialético] e teoria em movimento”: [...] é importante entender a teoria em movimento, assim como a história e o real. Teoria, portanto, não é um dogma mecânico e a-histórico que fixa os resultados como verdades absolutas e torna-os incontestáveis, de forma que impede a reflexão e a necessidade da crítica” (CISNE, 2020, p. 52).

Nesse sentido, pensar as condições de trabalho também passa pela análise das condições concretas de formação, de acesso à educação. Sobre isso, destaco a seguinte fala a respeito dos motivos que faziam com que Sabiá, mesmo trabalhando, permanecia em situação de rua, uma vez que já tinha referido as dificuldades de estar nessa condição. Ela diz o seguinte:

A falta de um emprego bom, né? A falta de um emprego bom, da sociedade abrir as portas, dá uma chance. Não é porque a pessoa mora na rua que não vai prestar, que não possa trabalhar, né? É a falta de uma oportunidade pra mim trabalhar, alugar um canto e sair da rua. Porque esse auxílio não é pra sempre e o valor do Bolsa Família não dá pra alugar uma casa, é 89 reais, não dá. Dá pra alugar nem um vão de barro (SABIÁ, 37 anos).

Alguns aspectos se destacam na fala de Sabiá. Desde a referência a um bom emprego, não a um emprego “qualquer”, isso passa por condições dignas, que implicam necessidades conflitantes com a lógica capitalista contemporânea, onde o que se verifica é um aprofundamento da precarização das condições de trabalho e de vida, um aumento exponencial do desemprego, agravamento das condições de miséria, da fome do Brasil, que nos últimos anos voltou ao “mapa da fome” no mundo, dentre uma série de outros prejuízos à garantia de condições dignas para a vida humana.

Com relação ao pertencimento étnico-“racial”, destaco a análise a seguir presente na publicação “Rua: aprendendo a contar” (BRASIL, 2009):

No que tange à distribuição por raça/cor, destaca-se que de todos os entrevistados, 39,1% se declararam pardos, uma proporção semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). **O contraste**

com a população brasileira, em geral, é maior para aqueles que se declararam brancos, 29,5% (53,7% na população em geral) ou pretos, 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Desta forma, tem-se que, entre as pessoas em situação de rua entrevistadas, **a proporção de negros** (pardos somados a pretos, conforme classificação proposta pelo IBGE) **é substancialmente maior (67%), comparado aos níveis encontrados na população em geral (44,6%)** (BRASIL, 2009, p. 86-87, grifos meus)⁶.

Dentre as mulheres em situação de rua entrevistadas, 04 (quatro) delas identificaram-se por meio de nomenclaturas que as localizam étnico/“racialmente” no campo da negritude, sendo essa identidade autodeclarada e assim informada: 02 (duas) delas afirmaram-se “morena”, 01 (uma) delas declarou-se “morena clara”/“cor de canela” e 01 (uma) delas afirmou-se preta e negra. A partir da citação anterior, é possível afirmar que a população em situação de rua no Brasil é racializada e apresenta-se majoritariamente negra, o que nos leva a articular à nossa formação sócio-histórica e os seus processos de escravização no país, cujos impedimentos – falta de acesso ao ensino formal; não empregabilidade assegurada desde a falácia da abolição enquanto processo de “libertação” para o povo negro; apropriação dos corpos das mulheres negras (hiperssexualização, estupros, imposição à função de maternagem dos filhos de mulheres brancas em detrimento do impedimento à maternagem de seus próprios filhos), dentre outras muitas violências – têm rebatimentos sobre essa população na contemporaneidade, população essa que aqui foi por séculos institucionalmente e formalmente explorada.

6 Na publicação “Rua: aprendendo a contar” (BRASIL, 2009), é explicado que o contraste apresentado nos dados presentes na citação, foi feito em relação ao último Censo Demográfico que havia sido realizado no Brasil antes da publicação em questão, o Censo de 2000. Após este, foi realizado um em 2010, que – à revelia da reivindicação dos movimentos da população em situação de rua e das entidades que trabalham com esse público, reivindicarem a necessidade de incluir esse segmento populacional nos censos brasileiros – ainda não incorporou a população em situação de rua no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerações finais

Falar em raça, sexo e classe no Brasil sempre foi uma urgência, vide o nosso histórico de formação social, as nossas experiências e os processos profundamente desiguais que verificamos cotidianamente. Não é uma novidade. Não é recente.

A pesquisa ora empreendida, longe de pretender indicar respostas ou fechar reflexões em torno de experiências singulares com as quais nos defrontamos nestas linhas, se propõe muito mais a contribuir para a abertura de caminhos. Para o espaço do diálogo, do questionamento, das inquietações e das suposições que podem — ora nos apontar similitudes com as narrativas e estudos já desenvolvidos no campo do feminismo materialista, ora podem sinalizar para lacunas dentro desses debates e sobre as quais é importante que nos aprofundemos e investiguemos.

Enquanto exercício de narrativa, busquei realizar uma discussão acerca de nossa formação brasileira colonial, patriarcal e racista, apontando elementos que estiveram presentes desde o cotidiano da vida doméstica, ao espaço da rua e suas relações mais amplas. Nesse sentido, é fundamental perceber como o processo de urbanização imprimiu esses valores a partir do desenvolvimento de um capitalismo dependente, desigual e combinado, remetendo às relações de subordinação, de subserviência, fosse no campo da política internacional, fosse nos ambientes domésticos desse país absurdamente misógino.

A transição do trabalho escravizado para o trabalho “livre” assalariado nos faz perceber como o processo de “abolição” da escravização foi um instrumento formal muito mais conveniente ao desenvolvimento do capitalismo neste país, do que de fato uma ruptura concreta, profunda e efetivamente substantiva com os valores racistas de uma sociedade escravista.

Tomando como elemento central de análise a categoria trabalho e a categoria relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe, identifiquei que todas as relações de trabalho apresentadas pelas mulheres entrevistadas se dão de forma absolutamente precarizada, sem nenhum vínculo formal de trabalho, nem condições dignas de subsistência por meio de suas atividades. Outro elemento fortemente presente é a relação da violência sexual (abuso e exploração), assim como a prática da prostituição, que foi relatada por 03 (três) das 05 (cinco) mulheres

entrevistadas. A dimensão de apropriação dos corpos, sendo tomados como corpos públicos, disponíveis, quase de forma literal.

Referências

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (orgs.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006.

ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: REBATIMENTOS NAS FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Kamila de Sena Rodrigues

Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Legislação Social e Políticas Públicas pela Faculdade Ratio. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). kamilasena@gmail.com;

Mirla Cisne Álvaro

Mirla Cisne Álvaro. Doutora. Faculdade de Serviço Social-UERN, mirlacisne@gmail.com.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir teoricamente o Estado em seu contexto de crise capitalista e seus rebatimentos nas políticas públicas e suas consequências para as famílias. As reflexões apresentadas buscam aproximações teóricas com alguns conceitos e categorias, tais como: modo de produção capitalista, Estado e políticas públicas. As reflexões feitas ancoram-se na tradição marxista de compreensão da realidade social, alicerçando suas análises tendo como método o materialismo histórico dialético. Propõe articular os conceitos e categorias apresentadas para uma reflexão sobre as determinações iminentes da dinâmica do capitalismo contemporâneo, no âmbito das políticas públicas no contexto brasileiro de crise capitalista. Como resultado encontramos que a ideologia neoliberal convoca as famílias a se responsabilizarem pelos encargos com as políticas públicas, quais serão os indivíduos mais afetados e não é difícil perceber que essa sobrecarga recai majoritariamente sobre as mulheres, que em uma sociedade patriarcal como a brasileira são vistas como as principais, se não únicas, responsáveis pelos encargos com os membros válidos e inválidos do grupo familiar.

Palavras-chave: Estado, crise capitalista, políticas públicas, família.

Introdução

A crise estrutural do capitalismo nesse momento histórico traz consequências devastadoras para a população. As respostas impulsionadas pelo capital com o objetivo de restaurar seu padrão de acumulação promovem o aprofundamento das desigualdades sociais, exploração do trabalho e concentração de riquezas.

Esse artigo tem o intuito de problematizar a crise estrutural contemporânea do capitalismo, decifrando o papel do Estado e as repercussões para as políticas sociais no contexto brasileiro, enfatizando os rebatimentos nas famílias. Entende-se que é na base da estrutura de produção da vida material que as análises devem ser realizadas, utilizaremos para tanto o método materialista histórico dialético em uma perspectiva de totalidade da vida social.

Dessa forma, esperamos contribuir, mesmo que de forma inicial, para o aprofundamento teórico dessa temática tão importante e atual no nosso cotidiano profissional, sem perder de vista que toda conclusão é provisória.

É importante frisar que os aspectos abordados neste artigo estão imbricados, assim tentaremos articulá-las dialeticamente, desvelando as contradições presentes. Ressaltamos que as discussões e análises postas, estão em constante transformação, necessitando por isso de contínuos debates, que estejam sempre atentos ao movimento do real.

Metodologia

Para a realização deste artigo empregamos o materialismo histórico dialético como método de análise e investigação da realidade, uma vez que esse propõe uma análise substantiva do real, partindo da aparência do objeto a ser investigado, mas não se limitando a essa e com base em análises e abstrações chegar à essência. Kosik (1976) afirma que a realidade se mostra em um movimento de “claro-escuro” “verdade e engano” onde a essência se manifesta de modo inadequado, parcial, apenas sob alguns aspectos e que para compreender “a coisa em si” é preciso atingir a essência, sendo esse o objetivo do método para a compreensão da realidade.

Destacamos que o trabalho possui uma perspectiva feminista crítica em proximidade com as feministas materialistas e marxistas

que compartilham do pensamento que a opressão, exploração e dominação sobre as mulheres possuem bases concretas e materiais, distanciando-se de questões meramente culturalistas e subjetivas.

A utilização desse método foi feita pela compreensão de que o método em Marx é o que melhor instrumentaliza e dá condições de uma investigação crítica, atenta às contradições e ao processo histórico em sua totalidade.

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica, sendo feita uma revisão de literatura das categorias e conceitos centrais para aproximação com a temática.

Referencial teórico

Na teoria crítica o Estado é visto como um elemento central para a compreensão da dinâmica da sociedade burguesa. Com variações conceituais dentro da própria teoria marxista, em síntese é uma organização que expressa e defende os interesses das classes dominantes, determinada em última instância pelas relações de produção e permeadas das contradições estimuladas pela correlação de forças existentes na luta de classes. Em seus estudos sobre o Estado, Poulantzas (1980) analisa como essa relação de forças entre classes se apresenta:

Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. [...] Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As condições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p.152).

Mandel (1982) em sua análise sobre o capitalismo tardio, explica que as principais funções do Estado são criar as condições gerais de produção, controlar as ameaças das classes dominadas, utilizando para isso seu braço repressivo; e ainda deve integrar as classes dominadas por meio da difusão da ideologia da classe dominante para o

conjunto da sociedade. O autor informa que quanto maior for o uso da ideologia em sua função integradora, menor será a necessidade do uso da coerção.

Em sua fase monopolista, iniciada com o imperialismo clássico no final do século XIX tendo continuidade na fase tardia ou madura do capitalismo, como denomina Behring (2018), o capital exige a ampliação das funções do Estado que possibilitem a maximização dos lucros. Há uma “incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às ‘condições gerais de produção’ que financia” (MANDEL, 1982, p.339).

Na Europa a ascensão do capitalismo monopolista coincidiu com o aumento da influência política do movimento operário, exigindo o aumento do papel integrador do Estado o que garantiu o crescimento da legislação social, mediante à crescente luta de classes (MANDEL, 1882).

Embora exista um esforço ideológico por parte da burguesia em imprimir o discurso do Estado como um “juiz” neutro entre as diferentes classes sociais, Mandel (1982) afirma que nos momentos de crise esse organismo deixa transparecer que serve para manter a dominação política de uma classe sobre outra, no caso a burguesa sobre a trabalhadora.

As características supracitadas demonstram que a ideologia neoliberal de Estado mínimo é falaciosa, haja vista o papel imprescindível que o Estado desempenha ao capital para manter o mercado se comportando de acordo com as necessidades burguesas.

O Estado também tem o papel de evitar ou administrar as crises que surgem no capitalismo utilizando, para isso, esforços econômicos e sociais, Mandel (1982) afirma que quanto maior a necessidade de intervenção do Estado no sistema econômico capitalista mais explícito fica que esse sistema “sofre de uma doença incurável” (p.341).

A crise ocorrida após o período conhecido como “anos dourados”¹ produziu as bases para estruturar o que chamamos de período neoliberal. Sobre o papel do Estado nesse período Behring (2018) aponta:

1 Fase expansiva do capitalismo maduro, pós segunda Guerra Mundial (pós 1945) período fordista-keneyiano-onde a produção era realizada em larga escala, combinada com o consumo em massa- também conhecido como Estado de Bem Estar social, momento que possibilitou implementação do pleno emprego e de políticas sociais de desenho social-democrata (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois esse permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países, pelo contrário. Tudo indica que a diminuição do “peso” do Estado vinculou-se mais às privatizações e à diminuição da tributação sobre os ricos, mas sem diminuir a carga tributária, ou seja, sustentando-a cada vez mais sobre o trabalho necessário (p.50).

A partir da segunda metade da década de sessenta, as taxas de lucro dos países de capitalismo central começaram a cair, e os índices de crescimento econômico não conseguiram se manter. Assim, o capital se vê às voltas com uma nova crise e precisa se reestruturar na busca da manutenção e aumento das taxas de lucro.

O capitalismo na contemporaneidade, situado historicamente entre as décadas finais do século XX e início do século XXI, se estabelece a partir de processo que chamamos de mundialização da economia, combinado com o processo de financeirização.

A característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário, isto é, está, de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (mutual investments funds) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo). O poder, se não a própria existência, deste capital-dinheiro é sustentado pelas instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, e pelos Estados mais poderosos do planeta a qualquer que seja o custo. (ALVES, 1999, p.54)

A reestruturação produtiva é marca dessa fase do capital. São algumas características desse processo: um modelo de produção flexível baseado no modelo japonês/toyotismo (mais flexível, enxuto, de menor investimento e risco), que se utiliza de alta tecnologia, automatizando parte da produção em detrimento de mão-de-obra e a produção é conduzida pela demanda, gerando um estoque mínimo (BEHRING, 2008). Como consequência, há uma flexibilização dos contratos de trabalho, redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário, trabalho subcontratado, sem direitos

trabalhistas assegurados. Esse cenário traz como uma de suas implicações a dificuldade de organização política da classe trabalhadora, haja vista sua heterogeneidade.

Outra característica presente nessa conjuntura é a acumulação flexível que se refere a “alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro” (BEHRING, 2008, p. 40).

Uma particularidade do modelo flexível é a desterritorialização da produção: as unidades produtivas são levadas para novos espaços, principalmente para regiões subdesenvolvidas, onde a exploração da força de trabalho pode ser intensificada, já que nesses lugares, geralmente, a mão de obra é mais barata e existe uma legislação protetora do trabalho menos articulada. Nesse modelo também assistimos uma descentralização da produção através da terceirização e subcontratação de pequenas e médias empresas.

Conforme Montanão e Duriguetto (2011), a crise no modelo fordista-keneynsiano obrigou o capital e o Estado a operarem na reestruturação de processos e instituições existentes, ou seja, aquele regime vigente deveria ser substituído por uma nova estratégia que anulasse as conquistas trabalhistas, permitindo uma superexploração do trabalho, criando um novo regime de acumulação, denominado de ofensiva neoliberal. Essa estratégia se sustenta em três pilares fundamentais e articulados: a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado.

Dessa forma, o neoliberalismo rompe com o Estado de Bem Estar Social, sendo este “o máximo de reforma social possível no mundo do capital, ou máxima combinação entre acumulação capitalista, democracia e igualdade de direitos” (BEHRING, 2018, p.45) para dar continuidade à acumulação ampliada do capital. Ele rompe com o que, dentro da lógica liberal e neoliberal, é considerado “acessório” (o modelo de desenvolvimento), para manter o que para a burguesia é fundamental: a acumulação capitalista através da exploração da força de trabalho.

No cenário de contrarreforma orientado por parâmetros neoliberais, os Estados operam na redução de gastos com políticas e serviços sociais, impactando profundamente nas políticas públicas sociais, sendo estas substituídas por programas de combate à pobreza, perdendo o seu caráter universal e dando lugar a ações focalizadas

voltadas aos comprovadamente pobres, restringindo ainda mais o acesso a esses serviços.

[...] as políticas sociais vêm sendo pensadas para compensar a intensificação da exploração, que implica em processos de pauperização absoluta e relativa na maioria das vezes combinados, a depender da luta de classes nos espaços nacionais, e considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse sentido, no ambiente do neoliberalismo, crescem as dimensões assistenciais das políticas sociais e a própria assistência social como política pública (BEHRING, 2018, p.49).

Nesse sentido, duas ações são fomentadas pelo Estado: a privatização dos serviços sociais, seja pela contratação de serviços privados ou pela precarização do serviço público, fazendo com que a população recorra aos serviços no setor privado, quando e se tiver condições para tal; parcerias dos governos com organizações não governamentais e filantrópicas para prestação de serviços, como também mobilização para as ações voluntárias e de solidariedade dos indivíduos para aquelas e aqueles que não gozam das condições exigidas para a primeira opção. Os efeitos são devastadores para a classe trabalhadora, há aumento do desemprego, perda dos direitos trabalhistas conquistados, precarização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Sob esta órbita de mundialização do capital e das políticas neoliberais, “as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de ‘combate à pobreza’ e à exclusão social” (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Iamamoto (2001) explica que antes mesmo do padrão neoliberal as medidas de atendimento aos desempregados eram descontínuas e focalizadas. Contudo, no cenário contemporâneo ganham forças as medidas assistenciais para tratar das questões relacionadas ao desemprego, por exemplo, com a criação dos programas de transferência de renda e de capacitação para mercado focado na lógica da flexibilização, incentivando a informalidade, perdendo força as políticas para o desenvolvimento e criação de postos de trabalho formais.

Isso ocorre não somente no que diz respeito ao desemprego, pois as mais diversas expressões da questão social são tratadas sob essa ótica de gerenciamento da pobreza em detrimento da garantia de direitos sociais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1998. Sobre esse cenário, resume Iamamoto:

(...), as múltiplas manifestações da questão social sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo, expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvos de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2007, p.155)

É nesse contexto de redução dos gastos públicos com as políticas sociais que surge o pluralismo de bem-estar uma alternativa neoliberal que retira a primazia do Estado na gerência das políticas sociais, sobrecarregando a sociedade com responsabilidades públicas, aumentando a possibilidade de privatização.

Assim, mesmo ser ter claro “quem” na sociedade deveria assumir responsabilidades antes pertencentes ao Estado, “quem” e “com que meios” financiaria a provisão social, e “que formas” de articulação seriam estabelecidas entre Estado e sociedade no processo de satisfação das necessidades sociais, foram concebidas fórmulas que exigiam da sociedade e da família considerável comprometimento (PEREIRA, 2010, p.31).

Como pontua Souza (2018), no contexto de centralidade das famílias nas políticas sociais brasileiras a família se encontra no papel de principal responsável, tendo a obrigação moral de garantir o cuidado e o bem-estar dos indivíduos que a constitui, enquanto o Estado minimiza a sua intervenção nas políticas que atenderiam as necessidades da população.

Resultados e discussão

Nesta conjuntura apresentada é fundamental fazer o questionamento sobre as possibilidades reais das famílias exercerem a função de proteção pela qual estão sendo demandadas, uma vez que estas se encontram cada vez mais sobrecarregadas e desprotegidas, tendo pouco ou nenhum acesso as políticas públicas.

Assim, o que foi nomeado de políticas sociais familistas – concepção de que as “unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros” (MIOTO, CAMPOS; LIMA 2006, p.170), responsabilidades estas que outrora eram atribuídas ao Estado – se voltam para as famílias sem que haja o fornecimento das condições para que isso ocorra. Sobre o contexto brasileiro as autoras consideram em suas análises que:

[...] as definições legais e operacionais das políticas brasileiras, indica a centralidade da família na produção do bem-estar e demonstra que, tanto nos dispositivos legais como na operação de programas sociais, é clara no Brasil a dependência do reconhecimento do direito individual às condições da família, (...) revelando que a família brasileira longe de ter sido esvaziada nas suas funções, sempre esteve sobrecarregada (MIOTO, CAMPOS; LIMA 2006, p.171).

Nesse estudo as autoras acima citadas afirmam ainda que a família sempre exerceu um papel de amortecedora das crises, situação que só foi agravada no contexto de recrudescimento das expressões da questão social com a crise capitalista. Ou seja, é exigido a maior participação familiar num momento de maior pauperização e dificuldades dessas famílias, inclusive responsabilizando-as por obrigações que deveriam ser cumpridas e condições sociais que deveriam ser garantidas pelo Estado.

É imprescindível destacar nessa situação, na qual a ideologia neoliberal convoca as famílias a se responsabilizarem pelos encargos com as políticas públicas, quais serão os indivíduos mais afetados e não é difícil perceber que essa sobrecarga recai predominantemente sobre as mulheres, uma vez que o sistema familiar patriarcal é baseado na divisão sexual do trabalho e na desvalorização do trabalho feminino, mesmo este possuindo importância fundamental na reprodução do

sistema capitalista. Na divisão sexual do trabalho são as mulheres as principais, se não únicas, responsáveis pelos encargos com os membros válidos e inválidos do grupo familiar.

Em sua tese, Ferreira (2017) faz uma análise sobre a apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e destaca:

concluimos que sem a apropriação deste tempo das mulheres, a política social do Estado monopolista periférico e, em particular, neoliberal, não se sustentaria. Esta captura do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social doméstica não um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje (FERREIRA, 2017, p.188).

Dessa forma, fica explícito que a orientação familista das políticas públicas sobre a égide neoliberal não possui apenas um viés ideológico, como também existe e se perpetua em uma sólida base material, sendo o tempo social das mulheres uma mediação imprescindível em todo o arcabouço político da vida social (FERREIRA, 2017).

Considerações finais

Embora tenhamos a compreensão de que a superação dessa sociedade não se dará por meio das políticas sociais, posto que estas atuam na perspectiva de atendimentos das necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capital e da força de trabalho, tambémé preciso ressaltar a natureza contraditória presente nas políticas sociais que atendem as necessidades concretas da classe trabalhadora, razão pela qual deve permanecer alvo de disputa na luta de classes.

Assim, dentro dos limites impostos pelas políticas públicas, é preciso assegurar a centralidade do Estado na garantia de direitos e institucionalizar e profissionalizar as políticas de proteção social. É necessário que o objetivo da política social em relação a família não seja o de pressionar as mulheres para que elas assumam mais responsabilidade, impraticáveis de realizar tendo em vista as condições

materiais de reprodução, o Estado deve oferecer alternativas viáveis para a participação.

Ainda é necessário avançar em análises que, em uma perspectiva de totalidade, possam abordar tal problemática a partir dos determinantes históricos, sociais e econômicos que estruturam a ação do Estado capitalista, racista e patriarcal. Contudo, é tarefa urgente e decisiva na superação dessas opressões e no vislumbre da emancipação humana, articular-se politicamente no sentido da superação da ordem social estabelecida.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). Marxismo, política social e direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2).

FERREIRA, Verônica M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis - ABEPSS, Brasília, Ano II nº. 3, p. 09-32, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. In: Os Economistas, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MIOTO, R.C.T., CAMPOS, Martha Silva, e LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **“Quem cobre as insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de Bem- Estar Social”**, in Revista de Políticas Públicas. v10. n.1, janeiro/junho 2006, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p.165-185.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro de e LEAL, Maria Cristina(organizadores) In: Política Social, família e juventude: uma questão de direitos – 6ªed. São Paulo. Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal,1980.

SOUZA, Ilka de Lima. **Centralidade da família nas políticas sociais e diversidade familiar**. in Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22108/14616> Acesso em: 15 de maio de 2021.

DISTINÇÃO E VISIBILIDADE: REFLEXÕES SOBRE SAÚDE DAS MULHERES LÉSBICAS EM PUBLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Margareth Cristina de Almeida Gomes

*Doutora em Saúde Coletiva (IMS/Uerj), professora adjunta na
Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ, margareth.gomes27@
gmail.com*

Resumo

O advento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída em 2011, contribuiu para a tematização de mulheres lésbicas nas iniciativas do Ministério da Saúde (MS). No entanto, persistem a baixa visibilidade pública e a incipiente abordagem deste segmento populacional nos materiais publicados pelo setor saúde. Isso se deve, em larga medida, às dinâmicas de continuidade e ruptura dos governos eleitos desde 2015, com suas distintas agendas morais e prioridades políticas. Assim, o presente artigo propõe reflexões acerca das publicações do Ministério da Saúde relacionadas à saúde das mulheres lésbicas. Tais reflexões foram subsidiadas por análise de materiais elaborados pelo referido Ministério, envolvendo publicações de cunho normativo e publicações de cunho formativo. Partindo da noção de visibilidade à luz da literatura socioantropológica de gênero, os resultados apontaram a tematização deste segmento no contexto das iniciativas de Saúde Mental e de Humanização da Saúde. Destacaram-se dois elementos fundamentais para sustentação de uma agenda voltada para as mulheres lésbicas: a realização de acolhimento nos serviços de saúde e a necessidade de orientação sobre suas particularidades em saúde. Apesar dos esforços na institucionalização da saúde das mulheres lésbicas, permanece importante lacuna na oferta de materiais que considerem

as demandas e vivências das lesbianidades, por meio do envolvimento participativo das mulheres lésbicas no planejamento de ações em saúde.

Palavras-chave: mulheres lésbicas; lesbianidades; saúde coletiva.

Introdução

“Leave signs of struggle.

Leave signs of triumph”.

Cheryl Clarke

Na lógica das diretrizes expressas no Plano Brasil sem Homofobia, a formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) representou avanço importante na luta pela demarcação de uma agenda de políticas públicas voltadas ao segmento populacional LGBT tomados em conjunto (BRASIL, 2004; BRASIL, 2013). Somada aos esforços que constituíram políticas de prevenção no campo epidemiológico desde a década de 1980 e que abarcavam a população LGBT de forma difusa, a PNSILGBT configurou o triunfo de um compromisso do Estado Brasileiro em buscar convergências e reunir forças em prol da formulação de políticas de saúde pública que considerassem a diversidade sexual e de gênero como parte dos determinantes sociais de saúde. Por este motivo, a referida Política foi considerada como uma conquista da população LGBT, por terem nela reconhecidos seu processo de “vulnerabilização” e suas demandas por ofertas na Rede de Atenção à Saúde (RAS), em diálogo com a luta dos movimentos feminista e LGBT em defesa de direitos sexuais e da pluralidade das identidades de gênero.

É importante explicitar que toma-se aqui a noção operativa de Determinantes Sociais de Saúde (DSS) como “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS & FILHO, 2007, p.78). Vale reconhecer que a expressão “fatores de risco” não alcança o sentido de vulnerabilidade ou “vulnerabilização” aqui adotado e, por isso, constantemente objeto de debate técnico-científico que busca sua problematização, de modo a evitar a essencialização e culpabilização de sujeitos por seus processos de saúde-doença. Os marcos conceituais de Ayres *et al* (1999) dialogam com o sentido de vulnerabilidade mais apropriados à discussão aqui proposta, por não enfatizarem apenas a dimensão individual que leva ao adoecimento, mas questões de ordem social e programática que podem proteger ou acentuar a susceptibilidade das pessoas ao adoecimento.

No que concerne à saúde das mulheres, levando em consideração a diversidade sexual e de gênero como DSS, se faz importante igualmente reconhecer o valor da PNSILGBT e observar, a partir dela, quais as publicações que constituem iniciativas do Estado voltadas à estas mulheres. Neste sentido, o presente artigo propõe reflexões acerca de publicações do Ministério da Saúde (MS) relacionadas à saúde das mulheres lésbicas. Tais reflexões foram subsidiadas por análise de materiais elaborados pelo referido Ministério, envolvendo publicações de cunho normativo e publicações de cunho formativo.

As publicações de cunho normativo são publicações de portarias, decretos e/ou resoluções elaboradas pelo Ministério da Saúde, tais como a própria PNSILGBT. As publicações de cunho formativo, são aquelas que podem conter ou não atos normativos e que abordam questões úteis e em formato didático para o desenvolvimento de processos de Educação Permanente em Saúde (EPS).

Metodologia

A fim de empreender as análises de publicações de cunho formativo e de cunho normativo do MS, na busca por formular um entendimento sobre quais iniciativas foram voltadas para a saúde das mulheres lésbicas, foi realizado um levantamento dos documentos disponibilizados no sítio da própria instituição. Se faz importante realizar este destaque, já que há um conjunto relativamente conhecido de produções sobre o assunto no campo técnico-científico, por parte de pesquisadores e organizações, muitas delas que inclusive foram utilizadas como subsídio para realização das análises aqui propostas. No entanto, essas produções não constituem ofertas provenientes do governo federal, aspecto central para os interesses de pesquisa.

Como forma de estabelecer um itinerário de pesquisa que pudesse alinhar teoria e prática de produção de conhecimento, traduzindo a implicação da própria pesquisadora com o objeto de pesquisa e sujeitos privilegiados na pesquisa, foi realizada uma “etnografia de documentos” (FERREIRA & LOWENKRON, 2020; FREIRE, 2020). Este é um caminho teórico-metodológico cuja proposta centra “a tarefa de lidar com registros, tecnologias e peças documentais” (FERREIRA & LOWENKRON, 2020, p.6) na prática etnográfica de produção de conhecimento legítimo do campo da Antropologia Social.

Com base em interações prévias junto aos técnicos do MS e na diversidade empírica de cenários de circulação em instituições em Brasília-DF, esta etnografia de documentos foi orientada pelo olhar carregado de aspectos que importam nas organizações estatais, aprendidos no performar das relações cotidianas de trabalho. Neste sentido, mais do que uma simples descrição de documentos encontrados na *web*, a presente pesquisa se fundamentou em explorar o potencial heurístico dos encontros etnográficos entre pesquisador, documentos, processos e estruturas institucionais, elementos que em conjunto formaram o universo de análise registrado neste artigo.

A pesquisa enfocou os documentos disponibilizados pelo MS, em seu sítio institucional oficial, sob o entendimento de que todas as informações que importam à instituição constam publicizadas para cumprimento do princípio legal da transparência, em atendimento à Lei nº 12.527/2011.

Referencial teórico

O ponto de partida das análises aqui empreendidas consistiu na ideia de que políticas de saúde constituem espaço de visibilidade para mulheres lésbicas, na esteira das discussões de Almeida (2009), Barbosa & Facchini (2006), Mora (2009), Carvalho *et al* (2013) e Gomes (2013; 2017).

A noção de visibilidade como produtiva para pensar aspectos políticos na sociedade ocidental moderna segue a lógica das proposições de Sedgwick (2009). Neste sentido, as políticas de saúde representariam uma forma de expressão de assuntos de interesse público, baseados em sujeitos que “se assumem”, ou seja, identificam sua orientação sexual e/ou identidade de gênero ao acessarem o sistema de saúde. Há uma aposta positiva na produção de políticas de saúde voltadas aos segmentos populacionais vulnerabilizados, mesmo considerando que os processos de nomeação de sujeitos conforme suas identidades sexuais podem produzir limitações em seus modos de subjetivação, relacionados à pluralidade das vivências de suas sexualidades.

Considerar que a diversidade sexual e de gênero constitui parte dos DSS e que as políticas de saúde constituem espaços de visibilidade para as mulheres lésbicas, torna possível pensar estas políticas como meios para produção de estratégias de enfrentamento das

vulnerabilidades programáticas das quais sofrem estas mulheres (ALMEIDA, 2009; BARBOSA & FACCHINI, 2006; GOMES, 2013). Contudo, não se pode negar as lacunas de dados e informações em saúde para fomento às ofertas voltadas às mulheres lésbicas (BARBOSA & FACCHINI, 2006; GOMES, 2013; 2017), a despeito de todas as iniciativas de reconhecido valor relacionadas à inclusão do dado sobre violência homofóbica nas fichas de notificação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a consideração de violência homofóbica como agravo da Lista de Notificação Compulsória.

O exercício de análise aqui proposto sugere considerar políticas específicas, tal como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, como dispositivos de institucionalização e “biolegitimidade” (MALUF, 2018). Isso significa, em termos práticos, que o Estado se coloca como cenário para vocalização de demandas da população LGBT, com efeitos sobre os modos de tradução e incorporação destes segmentos populacionais vulnerabilizados nas políticas públicas brasileiras.

Resultados e discussão

Esta pesquisa foi realizada com base em três etapas: a) escrutínio de publicações do MS; a) consolidação dos achados em busca pela *web*; c) elaboração de relatório final de análise. O escrutínio ora mencionado foi orientado por busca no sítio oficial primordial da instituição (www.saude.gov.br), por meio do descritor “mulheres lésbicas”, alternativo ao descritor “minorias sexuais e de gênero” proposto pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) constantes da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para análise inicial, foram consideradas as publicações de cunho formativo e normativo do MS. De modo a garantir análises voltadas para materiais que demonstram a prioridade de temas nas agendas estatais e que cumprem com a finalidade de qualificar as ofertas de EPS no SUS, foram priorizadas as publicações de cunho formativo em um segundo momento.

A consolidação dos achados em busca em sítio do MS foi registrada em tabela simples, orientada para o conhecimento sobre tópicos aos quais o descritor estava relacionado, conforme consta em Tabela 1. A ideia de incluir na tabela os tópicos relacionados se justifica pela necessidade de estabelecer compreensão sobre noções às quais estavam relacionadas as mulheres lésbicas em documentos oficiais. Esta

foi uma estratégia para analisar os sentidos de abordagem conferidos pelas menções contidas nos documentos do MS.

Tabela 1 – Consolidação de achados em busca em sítio *web* do Ministério da Saúde (MS).

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	TÓPICOS RELACIONADOS
Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais	2014	- Contexto das Políticas e Ações Voltadas à Saúde de Lésbicas no Brasil; - Panorama da saúde das mulheres lésbicas e bissexuais: mulheres lésbicas e bissexuais no país: apresentação de dados existentes e indicadores da saúde; - Mulheres lésbicas e bissexuais: Determinantes de vulnerabilidades na assistência à saúde; - Focalizar especificidades para garantir a integralidade na atenção à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais; - Elementos necessários em uma proposta de diretriz de atenção à saúde de lésbicas e bissexuais, dirigida aos profissionais de saúde.
Políticas de Promoção da Equidade em Saúde	2013	- Política Nacional de Saúde Integral LGBT; - Comitê Técnico de Saúde Integral de LGBT.
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres	2004	- Necessidade de articular com outras áreas técnicas e da proposição de novas ações voltadas para atenção às mulheres lésbicas; - Entendimento de lésbicas como também mulheres, para sua contemplação nas ações em Saúde da Mulher; - Entendimento comum por parte de mulheres lésbicas de que câncer de colo de útero só afeta mulheres heterossexuais; - Vulnerabilidades das mulheres lésbicas profissionais do sexo; - Especificidades das mulheres lésbicas que sofrem violências; - Violência intrafamiliar contra mulheres lésbicas; - Acesso à inseminação assistida na rede do SUS para mulheres lésbicas que desejam exercer o direito à maternidade voluntária.
Política Nacional de Saúde Integral LGBT	2013	- Discriminação contra LGBT; - Movimento LGBT e invisibilidade política de lésbicas e mulheres bissexuais; - Lésbicas como população não contemplada inicialmente nas ações de prevenção da aids; - Lésbicas e mulheres bissexuais como parte de movimentos de luta por demandas específicas;

		- O estabelecimento de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas e travestis; - Realização da I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2008; - Orientação sexual e identidade de gênero na determinação social de saúde de LGBT; - Dados do Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade (2006), publicado pela Rede Feminista de Saúde; - Constatada redução de cobertura de exame preventivo de câncer cérvico uterino realizado em lésbicas e mulheres bissexuais; - Violência à população LGBT; - Promoção à saúde LGBT por ações educativas e de EPS nos serviços do SUS; - Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; - Desigualdade de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais; - Necessidade de prevenção de novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico uterino e de mamas) entre lésbicas e mulheres bissexuais; - Cobertura de planos privados de saúde para LGBT; - Necessidade de redução de problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio; - Respeito aos direitos humanos de LGBT; - Definição de estratégias para LGBT em situação carcerária; - Definição de estratégias para acesso de LGBT aos serviços do SUS; - Identificar as necessidades de saúde de LGBT e utilizá-las como critério de planejamento e definição de prioridades.
Protocolos da Atenção Básica – Saúde das Mulheres	2016	- Respeito à diversidade e autonomia das mulheres lésbicas; - Mulheres lésbicas e bissexuais que tem direito ao planejamento reprodutivo; - Mulheres lésbicas como parte de segmentos populacionais específicos que necessitam realizar rastreamento de câncer de colo do útero; - Especificidades de mulheres lésbicas, transexuais e transgêneras nas situações de violência doméstica e sexual.

Fontes: Elaborado pela autora a partir de BRASIL 2004; 2013a; 2013b; 2014; 2016.

Ao analisar a reunião de publicações e tópicos incluídos acima, observa-se que as mulheres lésbicas constam mencionadas em

documentos gerais sobre Saúde das Mulheres e em documentos específicos voltados à Saúde LGBT, Políticas de Promoção da Equidade e Saúde das Mulheres Lésbicas. É possível afirmar que há um esforço crescente nas menções de mulheres lésbicas como parte das populações vulnerabilizadas a serem alcançadas pelas políticas públicas de saúde.

As menções gradativamente maiores nos documentos do MS sugerem uma aproximação da instituição do MS em relação às produções científicas e aos movimentos sociais organizados. No mote da gestão participativa, entende-se que essa aproximação se deva à abertura do Estado ao diálogo junto ao movimento LGBT (COSTA & LIONÇO, 2006), o que pode refletir em uma tradução mais fidedigna pelo poder público das necessidades das mulheres lésbicas. Entende-se que instâncias participativas podem aproximar a sociedade civil e o Estado, diversificando o plano de proposição de políticas públicas, garantindo escuta e visibilidade aos movimentos de mulheres lésbicas.

Também é possível observar um desatrelamento das mulheres lésbicas em relação às mulheres bissexuais, o que demarca a singularização das necessidades de saúde de cada uma destas populações e a busca por atendimento de recomendações registradas na 13ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2008). A produção de políticas orientadas às generalidades e às particularidades de cada população vulnerabilizada pode funcionar como estratégia para fomentar debates e estimular o acesso destas populações ao sistema de saúde, já que se afetam de maneira distinta pelos DSS (GOMES, 2017).

Precisamente ao que se refere às recomendações registradas na 13ª CNS, vale lembrar das duas principais recomendações no tocante às mulheres lésbicas: o estabelecimento de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas, travestis e transgêneros, e a implementação do protocolo de atenção contra a violência, considerando os marcadores sociais de identidade de gênero e a orientação sexual.

Em relação aos tópicos abordados nas menções sobre mulheres lésbicas, observa-se uma tematização deste segmento no contexto das iniciativas relacionadas ao enfrentamento da violência e do sofrimento psíquico derivado de experiências de discriminação. Neste sentido, há abordagens voltadas à Saúde Mental e Humanização dos atendimentos no setor saúde, em prol de acolhimentos humanísticos e escutas ativas das usuárias. Mais do que buscar interpretar de

maneira presuntiva as necessidades trazidas pelas usuárias nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), espera-se um envolvimento dos trabalhadores de saúde no estabelecimento de um diálogo em que as mulheres se sintam menos silenciadas, e mais escutadas em suas demandas por um cuidado integral (FERNANDES *et al*, 2018).

Considerações finais

Com base nas análises realizadas, destacaram-se dois elementos fundamentais para sustentação de uma agenda voltada para as mulheres lésbicas: a realização de acolhimento nos serviços de saúde e a necessidade de orientação sobre suas particularidades em saúde. O estabelecimento de diálogo entre trabalhadores de saúde e mulheres lésbicas é fundamental frente ao silenciamento destas mulheres.

Houve, portanto, a constatação de esforços de tematização da saúde das mulheres lésbicas no plano institucional do MS que são tanto mais pronunciados quando abarcam publicações de cunho normativo associadas à temas de prioridade transversal para o Estado.

Neste sentido, um exemplo pode ser considerado no caso da agenda sobre violência contra LGBT. Quando houve priorização desta agenda no MS, talvez motivada por pleitos registrados em espaços de participação social como a 13ª CNS, dentre outros motivos, tal fato refluíu em maior volume de menções e publicações dedicadas ao tema.

Na busca pelo equilíbrio no enfrentamento das vulnerabilidades em suas diferentes dimensões, se faz importante destacar que os contornos de uma possível agenda de políticas públicas voltada à saúde das mulheres lésbicas deve levar em consideração a produção científica em torno de doenças e agravos em saúde que podem acometer essa população, para buscar hiatos de ordem individual e social a vulnerabilizar as mulheres lésbicas.

Tematizações consolidam agendas de políticas públicas, conferindo visibilidade às populações vulnerabilizadas. As iniciativas estatais podem reduzir vulnerabilidades de ordem programática, a exemplo das ofertas voltadas ao enfrentamento da violência contra LGBT. A fim de potencializar estas iniciativas, o envolvimento de mulheres lésbicas na proposição e planejamento de ações em saúde pode favorecer a compreensão de suas distinções e particularidades,

reduzindo a vulnerabilidade programática que ainda afeta este segmento populacional.

Apesar dos esforços na institucionalização da saúde das mulheres lésbicas, permanece importante lacuna na oferta de materiais que considerem as demandas e vivências das lesbianidades. É possível relacionar esta lacuna ao processo de biolegitimidade em curso no Brasil (MALUF, 2018), processo no qual o Estado se coloca como ente a vocalizar demandas sociais, com efeitos sobre os modos de incorporação destas formas de legitimação por parte dos segmentos populacionais vulnerabilizados. Assim, entende-se que o envolvimento participativo das mulheres lésbicas no planejamento de ações em saúde constitui parte do processo de biolegitimidade e pode implicar no reconhecimento pelo Estado das demandas destes sujeitos medida em que seu envolvimento pressupõe seu autorreconhecimento como portadores de problemas específicos que devam ser objeto de políticas de saúde.

A produção de distinções nas políticas de saúde pode ser considerada estratégia da luta de sujeitos políticos para triunfar na produção de visibilidade a partir da lógica de afirmação para visibilização. As distinções tem como efeitos diferentes ganhos e também contingências trazidas por sua limitação aos eixos explicativos da vulnerabilidade a gênero e/ou sexualidade (FACCHINI, 2009), o que pode apontar para o valor de estimularmos olhares voltados para o enfrentamento de “vulnerabilidades contextualizadas” (FACCHINI, 2009, p.154), olhares orientados aos contextos produtores de iniquidades em saúde.

Referências

ALMEIDA, G. **Da invisibilidade à vulnerabilidade:** percursos do ‘corpo lésbico’ na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Medicina Social, 2005. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?co_dArquivo=7607 Acesso em: 15 de abril de 2021.

AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G.; SALLETTI, H. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: Barbosa R, Parker R. (orgs). **Sexualidade pelo avesso:** direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1999. p. 50-71.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, C. S.; CALDERARO, F.; SOUZA, S. J. O dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Rev. psi-col. polít.**, São Paulo, v.13, n.26, p.111-127, abr. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2013000100008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 20 de abril de 2021.

CLARKE, C. **Living as a lesbian**. Ithaca, New York: Firebrand Books, 1986, 94p.

COSTA, A. M.; LIONÇO, T. Democracia e gestão participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? **Revista Saude e Sociedade**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 47-55, Ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de abril de 2021.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**. n. 04, 2009, p. 131-158. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2021.

FACCHINI, R., & BARBOSA, R.M. **Dossiê:** Saúde das Mulheres Lésbicas promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FERNANDES, M.; SOLER, L.D.; LEITE, M.C.B.P. Saúde das mulheres lésbicas e atenção à saúde: nem integralidade, nem equidade diante das invisibilidades. **Revista BIS**, vol. 19, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016485/bis-v19n2-diversidade-37-46.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2021.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. **Etnografia de Documentos:** pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: Editora e-Papers, 2020.

FREIRE, L.M. Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia. *In:* **Cientistas sociais e o Coronavírus.** Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol (organizadores). – 1. ed. – São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

GOMES, M.C.A. Tambores e corpos sáficos: uma etnografia sobre corporalidades de mulheres com experiências afetivo-sexuais com mulheres da cidade de Fortaleza. 137 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Corpos que “contam”:** uma etnografia sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2017. 247 f. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/4785>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

MALUF, S.W. Biolegitimidade, direitos e políticas sociais: novos regimes biopolíticos no campo da saúde mental no Brasil. *In:* **Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde:** etnografias comparadas. Sônia Weidner Maluf; Érica Quinaglia Silva (Orgs.). Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

MORA, C.M. (2009). **Vulnerabilidad al VIH/Sida:** sociabilidad y trayectorias de mujeres jóvenes con prácticas homoeróticas en Rio de Janeiro.

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências na área de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SEDGWICK, E.K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, janeiro-junho de 2007:19-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf> . Acesso em: 15 de abril de 2021.

(IN) VISIBILIDADES, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES LÉSBICAS NA HISTÓRIA

Isadora Lima de Souza

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo a pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. isadoralima694@gmail.com;

Lidiany de Lima Cavalcante

Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, profa.lidiany@gmail.com (orientadora);

Marjory Batista da Rocha

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, marjory.rocha.97@gmail.com Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas

Resumo

A identidade feminina foi inferiorizada e historicamente invisibilizada, sendo controlada por mecanismos padronizantes da conjuntura social e cultural como o patriarcado. É nítido que a inclusão do debate sobre a sexualidade é algo complexo, por ainda dispor de memórias e significados causadores de batalhas, ódios e incompreensões, a lesbofobia exemplifica bem as consequências da questão. Para abrir a caixa de pandora das expressões da sexualidade lésbica, sobre os padrões heteronormativos, culturas e historicidade social, formas de vivências das sexualidades, orientações sexuais, identidades de gênero, além dos aportes sobre patriarcalismos e traços de misoginia, a fim de tecer parâmetros efetivos, concernentes ao processo de construção e desconstrução das identidades lésbicas na história. Dessa forma, este estudo se apresenta como uma reflexão teórica

com base sobre os processos de visibilidades e resistências de mulheres lésbicas no bojo do processo histórico, com informações pautadas em análises bibliográficas e historiográfica. Os resultados apontaram que grande parte dessas mulheres, historicamente, só puderam viver sua orientação sexual, a partir da travestilidade masculina frente a um mutismo absoluto. Outras que arriscaram se expor, foram silenciadas pelo “pecado” de nascerem mulheres.

Palavras-chave: Lesbianidade, História, Mulheres e Resistências.

Introdução

Ser mulher lésbica é um desafio, além de sofrer pelo fato de ser mulher, existem grandes obstáculos causados pelo preconceito que está enraizado na sociedade. Considerando que nossa sociedade é heterocompulsória, todos são heterossexuais mesmo que se prove o contrário, pois o padrão heteronormativo é imposto desde o momento que nascemos. Nesse cenário as mulheres lésbicas acabam tendo suas relações invalidadas. Foi a partir dos movimentos sociais que surgiram no final dos anos de 1960, que o debate da sexualidade assume visibilidade ao ser pensado além da sua dimensão estritamente biológica, trouxeram para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais (SANTOS, 2009).

A mulher lésbica precisa reafirmar sua sexualidade a todo o momento, sair do armário repetidas vezes, por isso a necessidade de lutar contra o sentimento de vergonha, de insegurança e buscar o empoderamento através da resistência. Sendo assim, é essencial trazer visibilidade à história de mulheres que foram consideradas transgressoras por estarem a margem de padrões já predeterminados, cada uma com sua peculiaridade e identidade, em diferentes contextos históricos.

Segundo Rich (2010) não se tinha acesso a conhecimento da existência de mulheres lésbicas na história, essa negação é uma forma ideológica de acabar com qualquer vestígio da existência dessas mulheres. “É fato que a homossexualidade sempre existiu no processo histórico da humanidade, mas ainda é muito forte o preconceito contra a orientação homossexual.” (CARVALHO, CAVALCANTE, 2012, p. 5). Nesse sentido, é de suma importância destacar mulheres que estiveram presentes durante esse processo, revolucionando o que é ser mulher, indo além de questões de gênero e sexualidade.

Sendo assim, será discutido aqui como é construída a identidade do sujeito feminino na sociedade, considerando diferentes momentos históricos e sociais. Tendo em vista a relevância da construção da identidade da mulher lésbica e sua presença na história para evidenciar a existência e a resistência. Realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental em livros, periódicos e artigos científicos. Ao final, será apresentada o resultado da pesquisa que foi realizada, entrelaçando os dados obtidos na pesquisa documental com os referenciais bibliográficos.

Metodologia

O presente estudo objetivou refletir sobre a construção histórica, social e cultura acerca das identidades de mulheres lésbicas.

O método de abordagem utilizado neste projeto foi o dialético, uma vez que ele nos permitirá abordar a realidade em uma relação permanente entre o particular e o geral, e que nos possibilita apreender aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que envolvem o objeto a ser estudado. (SEVERINO, 2007)

A pesquisa teve natureza qualitativa, tendo em vista a necessidade de buscar aportes na História Social, a qual segundo Darnton (1990) permite o resgate da historiografia, não no sentido de fomentar um passado único, mas por utilizar-se das várias interpretações para compor um estudo, principalmente de temas que se retratam em lacunas na perspectiva social e cultural.

Nesse âmbito, a primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico e documental em livros, periódicos e artigos científicos que subsidiarão todo o processo investigativo, bem como a estruturação preliminar que será utilizada como base para a construção do trabalho. A posteriori, selecionou-se trabalhos e notícias de época, caracterizados pelos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, no que se refere a dissertações, teses e material audiovisual como filmes e documentários sobre o contexto de inserção de mulheres lésbicas no âmbito histórico.

Por fim, os dados foram apresentados de forma qualitativa, tendo o seu conteúdo analisado com base no referencial teórico e documental, buscando o desvelar da realidade a ser explorada, verificando possibilidades de mudanças e construção de novas perspectivas acerca do objeto de estudo, o que permitiu tecer análises relevantes sobre a temática em discussão.

Resultados e discussão

Mulheres na História

É muito importante estarmos em alerta para a facilidade quanto ao apagamento de mulheres da história, afinal até pouco tempo atrás a história era escrita e contada pela visão dos homens. A sociedade

em si é construída a partir das estruturas do sistema patriarcal e, entre os pilares que o sustentam temos a primícia da dominação masculina, por exemplo na ciência: Pierre Curie é um nome de referência nos estudos sobre radioatividade e que foi indicado para receber o prêmio Nobel de Física em 1903, casado com a também cientista, Marie Curie. A história desse casal é o reflexo de uma sociedade extremamente machista, pois ao ser indicado ao Prêmio Nobel de Física em 1903, Pierre Curie questionou a omissão ao nome de sua esposa na premiação, afinal a mesma havia colaborado para o sucesso de seus estudos e experimentos.

Marie Curie integra a pequena lista de cientistas que conquistou o prêmio Nobel, uma das condecorações hoje consideradas das mais louváveis na comunidade científica, e ainda com a façanha de tê-lo recebido por duas vezes. Além disso, é a única que recebeu o prêmio em categorias diferentes: o primeiro em Física, em 1903, dividido com Pierre Curie e com Henri Becquerel; e o segundo, sozinha, em Química, no ano de 1911. (PUGLIESE, 2009, p. 17)

A dedicação de Marie Curie à ciência durou até os últimos dias de sua vida, devido a longa exposição à radiação, morreu de leucemia em 4 de julho de 1934.

As pesquisas sobre a radioatividade enunciadas por Marie Curie, não só criaram outra possibilidade para a física e para a química, como também para outros homens e mulheres na ciência. Mudanças ocorreram na medicina, com a radioatividade aplicada resultando, entre outras coisas, na possibilidade da cura do câncer, o que afetou até mesmo a economia pelo fato de o rádio passar a ser o elemento químico mais caro do mundo. (PUGLIESE, 2009, p. 17).

Isso porque a mulher até o início do século XX precisava pedir autorização do marido para determinadas atividades que fosse realizar, como viajar por exemplo. A mulher era vista como propriedade do homem. A heterossexualidade compulsória se mostra um conceito útil para pensar como, as relações hierárquicas de poder são estabelecidas, mantidas e atualizadas (RICH, 2010)

Além de ser inferiorizada ao longo da história da humanidade, o sujeito feminino é tido como a referência de pecado, no discurso

religioso Eva é responsabilizada pelo ato de Adão, ao trazer o pecado ao mundo, e por isso a mulher teria que aguentar como punição, a dor do parto e, ao se casar, a dominação de seu marido. Mais adiante na bíblia é estabelecido o lugar da mulher em sociedade, de sujeição, assim como a igreja é sujeita a Deus (ARMSTRONG, 2011).

Para a mitologia grega a mulher é a origem do caos, há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher (BEAUVOIR, 2016). No discurso mitológico temos Pandora que é a primeira mulher criada por Zeus, é considerada a ruína do homem. Através de Pandora, é criado o mal, um tipo de mal específico, o mal do engano, que é atraente, que parece ser algo bom, mas que esconde coisas terríveis por dentro (LAURIOLA, 2005). Historicamente quase todas as civilizações e suas religiões condenavam a figura feminina a ser inferior, a ser o mal que há na terra e que para estar sob controle precisa do homem.

A mulher tem sua sexualidade negada, desejos e prazeres negligenciados, pois se acredita a partir da visão do patriarcado que a mulher foi feita apenas para reprodução, o que é sustentando ainda pela Bíblia, pois a mulher estaria condenada a sentir dor no parto e a ser dominada pelo homem. A sexualidade e a independência da mulher eram motivo de punição em períodos históricos como o da Inquisição, onde a figura feminina é acusada de bruxaria ao fugir do que se determina como padrão, a mulher pura e submissa como era pregado pela igreja católica. Encontramos registros dessas afirmações no *Malleus Maleficarum* de 1468 escrito por padres inquisidores, um manual de caça às bruxas. A caça às bruxas durou aproximadamente três séculos, começando aproximadamente em 1450 e terminando em 1750 com a ascensão do Iluminismo.

Sexualidade à Luz da Identidade Feminina

Por muito tempo os debates que envolviam a sexualidade foram estigmatizados, tratava-se de um assunto privado que não devia ser discutido, apenas ignorado. Segundo Louro (2000), deveria ser falado apenas com alguém muito íntimo e, de preferência, de forma reservada. Da mesma forma, Foucault (1998) afirma que o sexo, só devia ser discutido entre quatro paredes, por um casal heterossexual, de preferência casados, tudo isso por se tratar na verdade de um dispositivo de controle.

Apesar disso, a sexualidade não era relacionada aos determinantes sociais, segundo Louro (2000),

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. (LOURO, 2000, p.6).

Entretanto essa não é uma realidade universal, e é quase irracional acreditar que todos nós vivemos nossos desejos e prazeres da mesma forma. “A sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais.” (LOURO, 2000, p.7).

A repressão, alinhada perfeitamente ao discurso dominante, aparece nas falas contemporâneas, sustentando de forma sistemática o segredo. A repressão sexual em certo sentido cria uma série de medos, códigos e normas situadas em tempos diversos e com artefatos culturais que reafirmam a dominação do sexo. (FOUCAULT, 1998)

Trançando um histórico para a manutenção da repressão sexual a partir das considerações de Foucault, inicialmente as expressões da sexualidade eram condenadas como pecado a partir dos dogmas perpetuados pela igreja desde a idade média, que utilizava o dispositivo de confissão para controle da população. Já no séc. XVIII e XIX, as práticas consideradas indecentes eram condenadas como crime, para esse fato temos como exemplo Enriqueta Favez, condenada pela corte da Santa Inquisição por se passar por homem e se casar com outra mulher com as bênçãos da igreja católica.

Pero, además, que se atreviera a violar los designios de la Iglesia para tener una relación condenada como antinatural, hicieron del juicio de Enriqueta una representación fiel de un tribunal de la Santa Inquisición, al llamarla monstruo, criatura infeliz y descargar sobre ella todo tipo de improperios (PAGÉS, 2012, p.16)

No Arquivo Nacional de Cuba (ANC) pode-se encontrar a *Causa criminal contra Doña Enriqueta Favez por suponerse varón y en traje*

de tal haber enganado a Doña Juana de León con quien contrajo legítimas núpcias. É imprescindível trazer à baila que o sujeito feminino historicamente sofre com a opressão do patriarcado e seus mecanismos heteronormativos, que por consequência, determinam as razões para que a heterossexualidade seja considerada a orientação sexual aceita socialmente. Logo a orientação sexual se determina pelos sentimentos, sendo assim qualquer sentimento afetivo-sexual entre duas mulheres é condenado por fugir a norma dos padrões heterossexuais.

O Lugar das Mulheres Lésbicas na História

Na Grécia Antiga o sentimento dessas mulheres já era invalidado, segundo Souza e Cavalcante (2018) a verdade é que até mesmo os atenienses, consideravam as mulheres seres inferiores, excluídas do direito de sentir, como se pelo simples fato de serem mulheres não possuísem sentimentos. Como afirma Navarro-Swain (2004, p.18) “Para os atenienses, as mulheres eram seres inferiores que não podiam ascender ao nobre sentimento do amor; seus amores eram, portanto, insignificantes. A História, em seu silêncio sobre elas, corrobora essa visão”.

Se a história não fala das relações entre mulheres, não significa que elas não tenham existido, afinal “*que seria do mundo patriarcal se as mulheres dispensassem os homens de suas camas e de seu afeto, se recusassem a ‘incontornável’ parceria masculina e a reprodução como definidoras de suas identidades*” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 13). Quando observamos a história da humanidade, encontramos diversas culturas e civilizações, onde o sexo feminino não se conjugava da mesma forma que hoje, onde as mulheres sem medo, amavam umas as outras.

Na Grécia Antiga, temos como referência Safo de Lesbos, poetisa que compunha versos sobre o amor homoerótico entre mulheres, “sua poesia foi um dos mais valiosos registros acerca das relações afetivas e sexuais entre mulheres e a realidade que as cercava” (COSTA, 2011, p. 17).

De acordo com Diego e Moreno (2014), outra referência é Juana Inés de la Cruz, freira considerada a primeira feminista da América Latina. Desde a infância demonstrou interesse pelo conhecimento, aprendeu a ler e escrever e de forma autodidata, educou-se com os livros da biblioteca de seu avô em diversas áreas do conhecimento. Ela ingressou na corte vice-real e depois foi forçada a se tornar freira,

mas durante toda sua vida ela sofre duros ataques de religiosos e por causa da inquisição é obrigada a abandonar seus estudos e leituras. A trajetória dessa mulher é marcada pelo poder de sua escrita que desafia e questiona as imposições e limites da sociedade sobre o real lugar da mulher. Na juventude Juana Inés tentou se “vestir como homem” para que pudesse ter acesso à universidade e na história ela não é a única mulher a ter tal ideia (MORENO e MORENO, 2014).

Pagés (2012) em sua obra *Por andar vestida de hombre*, conta a história de Enriqueta Favez, uma mulher que se passando por homem pode ter sido a primeira e também a primeira mulher a se casar com outra mulher sob a bênção da igreja católica, um caso polêmico considerando que ainda no século XXI assumir uma identidade lésbica traz um enorme peso, um fardo maior ainda por ser mulher.

La historia de Enriqueta Favez ocurrió hace más de 200 años. Los campos de tensión en los que desde su nacimiento se movió, ya fuera en Suiza, en la Universidad de la Sorbona en París, en el Ejército Napoleónico y, finalmente, en el oriente de Cuba, así como las condiciones sociales que como un duro corsé se ceñían a su alrededor, apenas se pueden comparar con el contexto actual. No obstante, merece la pena resaltar algunos aspectos de su historia y buscar paralelismos con la vida de las emigradas modernas y otras transgresoras. (PAGÉS, 2012, p.12).

Na história, existem diversos indícios da figura feminina que são ocultados ou simplesmente ignorados, a existência de mulheres guerreiras é considerada absurda, afinal, como seria possível que mulheres tivessem a capacidade para embainhar uma espada, atirar com destreza usando arco e flecha ou se defender usando escudos. No Brasil, as mulheres conhecidas como tríbadés, em algumas comunidades indígenas desenvolviam as atividades masculinas e eram “casadas” com mulheres, pouco se fala dessas mulheres que espantavam e afugentavam os portugueses e eram consideradas mais perigosas que os homens. Essas mulheres têm suas representações levadas ao imaginário (CAVALCANTE, 2015).

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a

homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez.

Alguns Apontamentos sobre Visibilidade

Com a pesquisa evidenciou como o silêncio foi imposto às lésbicas e também uma consequência de todo processo de invisibilidade, consequência dos traços culturais e histórico do patriarcado. O poder exercido pelo sujeito masculino não apenas invisibilizou essas mulheres em seus momentos históricos, mas tentou apagar a sua existência da história.

Foi possível refletir sobre todo o contexto histórico e social vivenciado pelas mulheres lésbicas na sociedade, caracterizando o patriarcado e também a heteronormatividade, enraizada na sociedade até a medula, compõe um aporte entre os vários desafios para mulheres, sejam lésbicas ou de outras orientações sexuais. Pondera-se que superar os obstáculos impostos pelo patriarcado pode ter sido vislumbrado como utopia diante do processo histórico, porém todas as mulheres citadas no presente trabalho, provaram estar além de suas épocas e do que se conheceu como 'padrão' de feminilidade que era exigido. Tal contexto sociocultural fomentou a invisibilidade de mulheres lésbicas na história.

Notou-se que apenas através do uso de roupas masculinas que as mulheres encontraram lugar, que pela cultura machista e misógina não pertencia a elas. Porém é importante ressaltar que o uso das roupas estigmatizou mulheres lésbico, uma vez que ficou caracterizado pelo uso de roupas masculinas ou do suposto desejo em "ser homem". É necessário compreender que essa era a única forma de se colocar em qualquer lugar que fosse na sociedade, e para além disso, era a chance que tinham pra vivenciar suas relações afetivo-sexuais, frente a uma sociedade que negava o direito às diferenças no campo das sexualidades.

Considerações finais

Com a pesquisa ficou evidenciado o lugar e o não lugar da mulher lésbica na história da humanidade, como o silêncio foi imposto e também uma consequência de todo processo de invisibilização e também construção do patriarcado. O poder exercido pelo sujeito masculino

não apenas invisibilizou essas mulheres em seus momentos históricos, mas apagou a sua existência da história em muitos contextos históricos. A trajetória histórica do sujeito feminino vem sendo marcado por diversos momentos de lutas e dificuldades que cada vez nos reforçam que ser mulher na sociedade em que vivemos já é um ato de bravura e sobrevivência. As mulheres em todos os lados estão passando e sofrendo por um comportamento oriundo dos traços patriarcalistas, assim como o patrimonialismo e a heteronormatividade.

No Brasil, o não lugar da mulher lésbica ficou muito claro na obra de NavarroSwain, onde é detalhado todo contexto da lesbianidade partindo desde as mulheres indígenas no período colonial que como dito são levadas ao imaginário, pois o padrão heteronormativo não permite a existência de mulheres que se relacionem com outras, tão pouco de forma afetiva. Na obra de Oliveira sobre a vida de Lota de Macedo podemos visualizar o lugar da mulher lésbica no cenário nacional, seria na verdade o não lugar, afinal Lota sequer é citada na história da arquitetura nacional mesmo com toda relevância e talento que possuía, o único rotulo que lhe caberia seria o de “mulher macho”, por que usava calças, dirigia seu carro, tomava suas próprias decisões e era independente e talvez seja essa característica que os homens e a própria sociedade mais temem em uma mulher. Esse ostracismo fez com que muitas mulheres se travestissem de forma masculina, na busca de alcançar lugares de destaque ou mesmo de reconhecimento no âmbito da sociedade conservadora e tradicional.

Apesar de todo o avanço humano, a cada dia que passa parece inevitável conter o avanço da onda ultra conservadora que assola o Brasil. O machismo e a misoginia se fortalecem com o discurso de ódio que é disseminado, tornando difícil a criação e execução de políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, nesse cenário, a mulher lésbica encontra-se novamente subalternizada, esquecida e invisibilizada. A misoginia não está para uma mulher, está para todas, independente de configuração ou expressão de sexualidade. Consequências do patriarcado, do machismo, do capitalismo e de tudo aquilo que incentiva as desigualdades de gênero e propaga esse pensamento.

Faz-se necessária a busca efetiva por reconhecimento, como aponta-se nas palavras de Honneth (2003), em que urge o reconhecer do sujeito pelas vias da identidade individual, coletiva e por toda uma sociedade contemporânea.

Referências

ARMSTRONG, Karen. **Em Defesa de Deus: o que a religião realmente significa.** Companhia das Letras. Ed. 1, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e mitos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. 3, 2016.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Sob o véu da homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus.** 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

CARVALHO, Ária Maria Mendes; CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Rompendo Tabus: o reconhecimento social das famílias homoafetivas na Amazônia.** Anais do VI Seminário Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. EUFBA: Salvador, 2012.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo. Cortez. 2018.

COSTA, Zora Yonora Torres. **Safo, Foucault e Butler: a constituição do corpo político lésbico.** 2011. Fl.148. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Lisboa, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** V.1; A vontade de saber. Graal ed. Rio de Janeiro, 1998.

LAURIOLA, Rosanna. **Pandora, o mal em forma de beleza: o nascimento do Mal no mundo grego antigo.** Revista Espaço Acadêmico. n 52. Set 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** ed.2 Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

MORENO, Carlos Diego ; MORENO, Lourdes Jimenez . **SÓROR JUANA: A FÊNIX MEXICANA.** Cordis. Mulheres na história, São Paulo, n. 2, p. 31-56, jun. 2014.

NAVARRO – SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAGÉS, Julio César González. **Por Andar Vestida de Hombre**. Havana: Editorial de la Mujer, 2012.

PUGLIESE, Gabriel. **Sobre o “Caso Marie Curie” A Radioatividade e a Subversão do Gênero**, 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lés-bica**. Revista Bagoas, Natal, v. 4 n. 5, pag. 17-44, 2010. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/188347855/88392921-Adrienne-Rich-Heterossexualidade-Compulsoria-e-Existencia-Lesbica>>.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direito, desigualdades e diversidade. In: **Política Social no Capitalismo: tendências Contemporâneas** 2º edição. São Paulo: Cortez, 2009.

O CORPO LÉSBICO

Lucelia Lima

Fabio (*Orientador*)

Resumo

O nome LÉSBICO, utilizado por mulheres homossexuais, tem uma origem europeia que remonta a crença de que uma determinada poetisa, SAFO, em função dos versos que escreveu, seria uma mulher, amante de outras mulheres. A poetisa viveu há mais de 600 anos a. C. em uma ilha, a ilha de Lesbos. É exatamente o nome dessa ilha que dá origem ao termo LÉSBICO, também utilizado como gentílico pelos moradores da ilha até os dias atuais. Esse artigo pretende percorrer essa trajetória em busca desse mito de origem e observar como até hoje a terminologia, referência às homossexuais, é apropriada.

Palavras-chave: Safo, literatura lésbica, homossexualidade, lesbianidades

De Safo, a poetisa da ilha de Lesbos, no Egeu, nascida provavelmente entre 630 a.C. e 604 a. C, restaram alguns fragmentos. Entre esses está um que, segundo um de seus tradutores para a Língua Portuguesa, Manuel Pulquério (2001), é o poema mais conhecido de Safo:

Só hoje sei o que é ser deus... Quem é esse homem que está sentado na tua frente enquanto tu falas descuidada e ris de maneira encantadora? O meu coração bate-me descontroladamente no peito e eu pergunto-me, tentando sondar este mistério:

Que se passa comigo, se, de repente, me vejo a habitar um mundo deserto, se os meus ouvidos parecem feitos de zumbidos e os meus olhos já não servem para ver, se a própria boca indomável das palavras emudeceu?

Como entender este tremor louco sem febre, este gelo que me inteiriza os membros a par deste fogo que pega na caruma interior das minhas veias, este ficar mais verde do que a erva, esta proximidade constante de morrer?

Dizem que tudo se deve suportar. Mas para quê?
PULQUÉRIO (2001).

No fragmento se percebem os rastros de uma voz, em finais do século VII a.C., em que é possível constatar, segundo os comentários de PULQUÉRIO (2001), um movimento em que “A linguagem é directa; os sentimentos materializam-se sem o recurso a metáforas ou a comparações”. PULQUÉRIO (2001).

Segundo MENESES (2013), *Ciúme* se tornou um importantíssimo poema atribuído à Safo em função da maneira como menciona o corpo que, por meio dos sentidos, concretiza o sentimento de ciúme:

A emoção é percebida no nível corporal: o coração bate com pavor, a cor muda, os sentidos comparecem na sua quase totalidade. Com efeito, 4 dos 5 sentidos são violentamente convocados e atingidos, como que desatinando o sentido do gosto (a língua se parte), o sentido do tato (o fogo sutil sob a pele; o frio suor), a visão (os olhos não veem) e a audição (os ouvidos zumbem). O único sentido que não aparece explicitamente é o olfato. E, finalmente, o corpo na sua totalidade é atingido: “um frêmito se apodera do

corpo todo”, vem a palidez (verde como as ervas) e o símile é a morte. MENESES (2013)

Trata-se, de fato, de um belo exemplo de como o corpo produz sentimentos. Sentimento é corpo que se move por meio de suas partes: coração, peito, ouvidos, olhos, boca, membros, veias. E, ao fazer referência às partes do corpo, o poema materializa emoções: “Como entender este tremor louco sem febre, este gelo que me/inteiriça os membros a par deste fogo”. Percebe-se, pois, uma abordagem elaborada de tal forma que o sentimento de ciúme vai emergindo das partes do corpo. O ciúme é o coração, o peito, os ouvidos, os olhos, a boca, os membros, as veias.

Em *Não desmaia*, Eduarda, de Natália Borges Polesso, o segundo conto da obra *Amora*, a temática é também o ciúme. A narradora é Eduarda: uma professora. O ambiente é a escola e a casa (da família). O enredo é simples: Eduarda cai de uma escada - queda motivada pelo ciúme (“uma daquelas coisas que acontecem”) que sente de Laura, ao vê-la conversando com Mauro, professor de Direito Penal: “A Laura passando a mão no braço de Mauro, ele rindo”. Laura que mesmo tendo terminado com Eduarda a uma semana já estava “de conversinha” com o colega de trabalho.

São cenas diferentes: Em Safo, o corpo é o ciúme; em Polesso, o corpo se desarticula, cai, machuca-se para lidar com despeito:

Desci as escadas xingando a Laura mentalmente, porque ela era biscate mesmo. Tinha terminado comigo na semana passada e agora já estava de conversinha com o Mauro, professor de direito penal. Eu tinha me preocupado em ajudá-la, fiz resumo, troquei hora de trabalho para estudar com a sem-vergonha, pra quê? Pra ela me dar um pé na bunda e ir direto ao assunto, um pé duro e certo bem no meio da minha bunda, trouxa.

E

Estiquei a perna para dar mais um passo e aconteceu. Joelho retesado, sola do pé pronta para encontrar a firmeza do chão mas não estava. Então aquele segundo que antecede um desastre, aquele em que eu penso que não deveria ter feito alguma coisa que fiz. E a queda. (POLESSO, 2016)

Há um sentimento de culpa, de medo de perder, na voz da personagem. Muito diferente de ciúme em Safo em que o corpo aparece pleno, sem arrependimentos. No conto de POLESSO (2016) bem ao final, Laura chega na casa de sua avó onde estava passando o fim de semana. Não sabe se são seus pensamentos ou de fato está acontecendo: Laura desfaz o equívoco e tenta voltar, mas Eduarda se recusa. O domingo chega ao fim e Eduarda continua sua vida ora com as pernas bem firmes, mas logo em seguida com as pernas voando por cima da cabeça”. É que a vida como afirmara no início ocorre como no ônibus em movimento: em solavancos.

Manuel Pulquério (2001) nomeia os fragmentos por ele traduzidos de Safo: *A Alma e o Corpo em Fragmentos de Safo*.

Mas poder-se-ia falar de alma cindida do corpo há cerca de 600 anos antes de Cristo? Lembremos que a *Teoria da Alma* será elaborada por Platão a mais de 300 anos depois desse período. Há, contudo, no fragmento uma abertura já para o desenvolvimento do conhecer sobre as emoções que se localizam no corpo, nas veias, na carne. Não há ainda uma emoção despregada do corpo nesse período, o que se lê, no entanto, é um caminho para a construção deste duo que será expresso pelos termos alma e corpo.

Todavia, esse título dado pelo tradutor/adaptador (*A Alma e o Corpo em Fragmentos de Safo*) nos remete a uma visão só de fato construída pela razão clássica do século XVII que buscará nos gregos os fundamentos dessa percepção. Trata-se dessa visão dualista do corpo: o material e o imaterial. A maneira como as partes do corpo aparece no fragmento parece ser a mesma como as vemos hoje. No entanto, há uma diferença de séculos, há uma diferença de cultura, há uma diferença de língua e dos usos que se fazem desta, portanto uma diferença de olhar. O que significa dizer que um corpo, embora seja referendado na matéria a que chamamos carne, não se restringe a ela. As tecnologias - dirá Foucault (2020) mais tarde - como a cultura, a linguagem, vão produzir uma imagem, uma produção de sentido que se faz dessa carne.

Assim, o que Safo escreve ao referir-se às partes do corpo está muito longe do que hoje lemos: é que a nossa visão, na condição de perspectiva, enquadramento, percepção, é construída socialmente, culturalmente: há um conjunto cultural que age sobre o nosso olhar que forma a nossa visão. A cultura grego-romana é uma delas, outra

é a cultura judaico-cristã: ambas determinantes para nossa noção de corpo na condição de imagem que se faz da carne, da matéria.

3. Mas os fragmentos atribuídos à Safo abrem uma outra possibilidade. Trata-se do fato de o nome da ilha onde Safo teria nascido ser tomado como radical para referir-se às mulheres que amam mulheres.

Inicialmente, é importante considerar quem teria sido Safo. Segundo Silva e Vilela (2011), Safo teria nascido em Mitilene (ilha de Lesbos) e vivido no século VII a.C. Era “esposa de Kerkolos (Kerkilos?), um homem rico, da ilha de Andros (Cíclade), tendo uma filha chamada Cleis.” (SILVA & VILELA, p. 69, 2011). Já NOGUEIRA (2016) afirma que Safo nasceu em Éresos, uma das cinco cidades da Ilha de Lesbos, entre 630 e 609 a.C. Safo, em função disso, seria uma lesbiense, *lés-bia* (*lesbiás*, ou *lesbís*), adjetivos que serviam para fazer referência às mulheres nascidas na ilha.

A historiadora Rosa de Diego (2007) dirá que Safo foi uma poetisa grega que viveu há mais de 2.500 anos a. C. na ilha de Lesbos:

Nació hacia el año 620 a.C., y murió en torno al 570. Su figura está rodeada de misterio e incertidumbre, a medio camino entre la realidad y la leyenda. Parece ser que Safo procedía de una familia noble y adinerada. Su padre era un próspero comerciante de vinos llamado Skamandar, y era la mayor de cuatro hermanos. Además de su actividad literaria y artística, Safo participó asiduamente en las luchas políticas que tuvieron lugar en Lesbos, y cargó muy duramente contra el tirano Pítaco. Se sabe que pasó un periodo de unos seis años de exilio en Siracusa, en Sicilia. (DIEGO, 2007, P. 81)

Rosa de Diego (2007) afirma que Safo teria fundado na ilha de Lesbos uma escola de arte, o que significava na época a produção de várias habilidades como a de tocar um instrumento musical, cantar, fazer versos e preparar-se para o casamento. Ao fazê-lo, compunha para as alunas versos e é por meio do que sobrou, das ruínas dos chamados posteriormente de cânticos sáficos, é que se deduz de Safo uma homossexualidade feminina:

A través de estos poemas puede deducirse que Safo se enamoraba de sus discípulas y mantenía probablemente relaciones con muchas de ellas, algo que en la época se consideraba por otra parte tolerable. En sus

versos cantó abiertamente su amor hacia las mujeres y por ello se convertiría en épocas venideras en un referente de la homosexualidad femenina. (DIEGO, 2007, P. 81)

Lesbos deu origem à palavra lésbica que com o passar dos anos dá origem ao substantivo lésbica para se referir às mulheres que amam mulheres: lésbica vem do latim *lesbius* que por sua vez refere-se ao grego *lesbios*: “Como es bien sabido el nombre de Safo dio origen al término sáfico, mientras que el lugar de su nacimiento, Lesbos, es la raíz del término lesbiana”. (DIEGO, 2007, P. 81)

Mas não se pode afirmar que Safo era lésbica a não ser no sentido gentílico. Trata-se, como afirma Diego (2007), de uma dedução pela escrita, pelo direcionamento de seus versos. É que, de acordo com a professora Rachel Gazolla (2020) o fato de Safo ter uma escola de formação de jovens os seus escritos poderiam simplesmente referir-se a um momento na iniciação de uma jovem ao sexo em preparação para o casamento. A poesia seria parte do processo de ensino que não se restringia a mostrar como se procede uma relação sexual, mas em produzir, realizar uma relação, praticá-la. Afirmar Rachel Gazolla (2020) que o que acontecia aos rapazes nos ginásios - uma formação em artes, matemática, filosofia, iniciação sexual - responsável pela educação dos jovens gregos também ocorreria às mulheres. SILVA & VILELA (2011) nos informam que a relação de Safo com suas alunas tanto tinha como objetivo a formação para as festas das divindades - em que um coro (corpo de bailado) era formado por vozes femininas envolvendo mulheres casadas e solteiras - como podia se tratar da tradicional forma de ilha de Lesbos educar suas jovens, com várias escolas de música e poesia. Nesse sentido, “A relação de Safo com suas alunas mais moças parece ser baseada nos princípios da pederastia” (SILVA & VILELA, p. 70, 2011) em que mulheres mais velhas ensinam às mais jovens a manter relação sexual, tal qual acontecia aos homens das ilhas gregas. “Deve ser por isso que, algumas vezes, quando suas alunas se preparavam para deixar sua mestra e se casarem, Safo lhes dedicava versos de amor.” (SILVA & VILELA, p. 70, 2011). De acordo com NOGUEIRA (2016), os termos lesbiás e lesbís não se referem atualmente na Grécia à homossexualidade feminina como o é em português:

Mesmo que forçosamente possa se falar, nesse contexto, de um cidadão lésbico ou de uma poesia lésbica, isso seria simplesmente falar, respectivamente, de um nativo da Ilha de Lesbos e de uma arte poética que se desenvolveu nesta região, que foi o centro da cultura Eólica. (NOGUEIRA 2016, P. 68)

Contudo, houve uma produção que não só tomou Safo por homossexual como também construiu a terminologia que hoje se usa para referir-se ao amor de uma mulher por outra.

Recentemente, – de acordo com a BBC de Londres em Abril de 2008 - os gregos da ilha de Lesbos moveram uma ação para proibir que se utilize o nome ‘lésbica’ para se referir às mulheres homossexuais. Trata-se da ação de três habitantes da ilha que defendem que a palavra seja usada apenas como adjetivo gentílico para os habitantes originários da ilha no noroeste do Mar Egeu. Os processados foram os membros da Comunidade Homossexual e Lésbica Grega (OLKE). Os autores da ação justificam-na pelo fato de a utilização do termo distorcer o significado histórico da palavra. Segundo eles a palavra Lésbica está associada a Safo que teria tido relações sexuais com suas alunas, mas que essa informação estaria equivocada já que pesquisas recentes demonstram que Safo tinha família e cometeu suicídio pelo amor de outro homem. Por outro lado, ao usar a palavra lésbica para se referir a homossexuais, está-se causando problemas para 250 mil habitantes da ilha de Lesbos segundo os impetrantes da ação.

Em Junho de 2008, os impetrantes da ação a perdem sob a justificativa de que a palavra “lésbica” não define a identidade dos nativos da ilha do Mar Egeu, já que os gregos costumam se referir à ilha onde Safo teria nascido como Mitilene - nome de sua capital.

Esse fato nos dá uma dimensão da construção do nome de Safo e da relação deste com a designação das homossexuais. O nome lésbica para se referir à homossexualidade feminina de acordo com NOGUEIRA (2016) tem uma de suas primeiras ocorrências em 1890, em uma obra médica denominada Billing’s Medical Dictionary.

Rosa de Diego (2007) faz um longo percurso em *El Mito de Safo en el relato Decadente* para mostrar um sem número de produções que no final do século XIX - época em que a Europa se nutrirá de mitos da antiguidade, provocando uma busca por temas relacionados a esse momento – referem-se à Safo. A poetisa irrompe no imaginário de fim de século por meio de traduções que vão formando uma

voz da poetisa relacionada à noção de homossexualismo feminino. “Helenistas, filósofos, historiadores, moralistas, escritores y pintores van creando, manipulando y contaminando los rasgos de este mito que se impone finalmente como síntoma de tentación homosexual femenina.” (DIEGO, 2007). O mito poético vai-se confundindo com o mito sexual.

Leticia Batista Rodrigues Leite (2017), em análise a uma pesquisa, feita entre os meses de junho e setembro de 2016, sobre a terminologia LÉSBICA no Brasil com o propósito de averiguar se havia uma identificação de Safo por parte das mulheres “como uma figura importante para a construção de narrativas que visam conferir à representatividade lésbica uma profundidade histórica” LEITE (2017), chega à conclusão de que somente 9,1% jamais teriam ouvido falar sobre Safo, mesmo assim duas dessas consideram importante fazer uso dos termos lesbianidades para se referir à homossexualidade feminina. 90,9% afirmaram ter ouvido falar ou ler sobre Safo e a Ilha de Lesbos. Trata-se de uma pequeníssima amostragem, mas configura uma espécie de uso do passado como forma de identificação por um grupo de brasileiras hoje, o que contribui para o processo de autoaceitação. LEITE (2017) conta-nos uma emocionante narrativa de uma das entrevistadas:

Uma das respondentes, por sua vez, ao justificar o porquê ela considera Safo como uma figura histórica relevante, apresenta um breve e significativo relato pessoal: “Tive uma pequena citação de SAFO no meu ensino médio, não lembro o motivo pelo qual o professor citou. Naquele momento me senti incluída, pois pensava que ser lésbica era algo novo, quando vi soube da história da ilha e das mulheres que ali viviam, me senti normal.” (LEITE, 2017)

O que a depoente de LEITE (2017) talvez ignore é que a noção de um não lugar para mulheres que amam mulheres provém de uma tradição que insiste não em ignorar-lhe a existência, mas em construir-lhe uma posição marcada pelo estigma. O mito construído em torno de Safo é uma forma de percebê-lo: há um resgate do passado como forma de dar a ele as circunstâncias do presente.

4. Na *História da Sexualidade*, no tomo *Cuidado de si*, Michael Foucault (2020) toma um manual de onirocrisia (interpretação dos sonhos) e o lê, para pensar a própria constituição discursiva da

subjetividade moderna. Escolheu, para fazê-lo, observar como, em uma determinada época, (século II d. C.) se dão alguns esquemas de apreciação em relação aos atos práticos da vida geralmente aceitos pela maioria.

A *chave dos sonhos*, de Artemidoro, de acordo com Foucault (2020), por se tratar de um manual voltado à vida cotidiana, para ajudar aqueles que procuram o oráculo (Delfos), torna-se um guia prático cujo propósito é conduzir o indivíduo a um destino.

Exercícios, meditação, memorização do passado, exame de consciência e as representações conferidas ao espírito de acordo com Foucault (2020) realizam a *epiméleia heautou*, na linha socrática do conhece-te a ti mesmo.

Foucault (2020) analisa a obra de Artemidoro e seleciona, entre os vários tipos de sonhos, os alegóricos, e entre as várias formas de alegorias as que dizem respeito aos sonhos sexuais. De acordo com Foucault (2020), há três tipos de sonhos nessa ordem: há aqueles que ocorrem de acordo com a lei, há os que contrariam a lei e finalmente os antinaturais.

Entre os sonhos que ocorrem de acordo com a lei, as mulheres são, nos sonhos, as imagens que cabem a um sonhador. Veja que a perspectiva de Artemidoro desenvolvida por Foucault (2020) é a de que o sonhador seja um homem hétero. Assim, é positivo que este sonhador sonhe com uma mulher, seja ela prostituta, uma mulher casada, não importa, todas essas qualidades do ser com quem se sonha continuam positivas. O que importa é o *status* desse ser com quem se sonha:

É preciso entender essa condição no sentido amplo: trata-se do status social do 'outro'; é o fato de ele ser ou não casado, livre ou escravo, é o fato de ele ser jovem ou velho, rico ou pobre; é a sua profissão; é o lugar onde é encontrado; é a posição que ele ocupa em relação ao sonhador (esposa, amante, escravo, jovem protegido etc.). A partir daí pode-se compreender, sob a sua desordem aparente a maneira pela qual o texto se desenrola: ele segue a ordem dos parceiros possíveis segundo seu status, seu vínculo com o sonhador, o lugar onde este os encontra. (Foucault, 2020, p. 24)

Pode o sonhador em sonho cometer adultério, visitar prostitutas, escravos da casa, ou sonhar masturbando um serviçal. Foucault

(2020) alerta que “é preciso compreender que o que determina para Artemidoro o sentido prognóstico do sonho e, portanto, de uma certa maneira o valor moral do ato sonhado é a condição do ou da parceira e não a própria forma do ato” (Foucault, 2020, p. 24). Os sonhos que estão de acordo com a lei privilegiam o *status* social do “outro” (do ser com quem se sonha). Se se sonha mantendo relações sexuais com um serviçal isso em si não é um problema, desde que a posição seja sobre o serviçal e não sob. O mesmo ocorre com a prostituta ou com uma mulher casada. Se o homem sonha mantendo relação sexual com outro homem é o *status* deste que conta. Não implica dizer que as relações entre homens sejam contrárias à lei, mas a depender da posição durante o ato sexual e a riqueza dos envolvidos. Quem sonha terá a ganhar se o faz com alguém em posição superior: por cima e na condição de quem penetra. Não importa também se um homem sonha tendo relações com uma mulher vinculada a outro casamento, mas se na relação está sob esta mulher e não abaixo dela; se depende dinheiro com ela ou qualquer tipo de riqueza, ou se essa riqueza é-lhe subtraída. O sonho será favorável desde que favoreça à penetração masculina e ao ganho de bens.

Os sonhos contrários à lei são aqueles em que quem sonha está praticando incesto: um pai mantendo relação com a filha é um sonho contrário à lei que pode ser interpretado como negativo; mas se a mãe mantém relação com o filho pode ser positivo, desde que o filho controle a riqueza.

E, finalmente, quanto aos sonhos contrários à natureza são aqueles em que se mantém relação sexual com os deuses, com os animais, com os cadáveres, consigo mesmo. Mas lembre-se que quando um homem sonha masturbando-se isso nem sempre significa um ato negativo. Pode ser visto como positivo. Mas há nessa categoria um tipo de sonho completamente contra a natureza: trata-se de sonhar que duas mulheres mantêm relação entre si. É esse tipo de sonho comparável ao que seria sonhar mantendo relação sexual com um cadáver tal o nível de degradação e falta de sorte a que se chega:

Quanto à relação entre mulheres poder-se-ia perguntar por que elas aparecem na categoria dos “atos fora da natureza” ao passo que as relações entre os homens se distribuem nas outras rubricas (e essencialmente naquela dos atos conforme à lei). A razão disso está, sem dúvida, vinculada à forma de relação

que Artemidoro privilegia, a da penetração: por meio de um artifício qualquer, uma mulher usurpa o papel do homem, toma abusivamente sua posição e possui a outra mulher. (FOUCAULT, 2020, p. 32)

Michel Foucault, ao analisar um manual de sonhos do século II d. C, está em busca de registros que demonstrem o uso de técnicas, de meios responsáveis por configurar o que resultou no sujeito da modernidade. A configuração dos corpos modernos é, pois, pensada como resultado dessas técnicas empregadas no sentido de produzir uma imagem do corpo e ao mesmo tempo produzir um lugar para os corpos: para construir o corpo hétero é preciso construir-lhe o “outro” desse corpo: é no lugar desse “outro” que é colocada a subjetividade dos homossexuais.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **Dispositivo**. In: **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2009

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **Confissões / tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammì**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Trad. Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Revisão técnica: Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1998

BBC. **Gregos de Lesbos perdem causa para proibir termo ‘lés-bica’**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2008/07/080722_lesbosprotest. Acessado em: jan. 21

BIRMAN, Joel. **Apresentação in: Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

BUTLER, J. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Revisão Técnica: Carla Rodrigues 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CAMARGO, Fábio Figueiredo; GARCIA, Paulo César. **Homocultura e Linguagens**. Salvador: EDUNEB, 2016.

_____. PAGANINI, Luís Antônio, PASSOS, Vinícius Lopes (org.) **Inventário do corpo: recortes e rasuras**. 1. ed. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2011

CORTÁZAR, Júlio. **Alguns Aspectos do conto**. In: **Valise de cronópio**. Trad. de David Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COULANGES, Fustel de. **A família**. In: **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007

DIEGO, Rosa de. **El mito de Safo em el relato decadente**. Anales de Filología Francesa, n. 15, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234784622.pdf>. Acesso em: jan. 19.

DUMONT, Adilson; PRETO, Édison Luis de Oliveira. **A visão filosófica do corpo**. Escritos educ., Ibirité, v. 4, n. 2, p. 7-11, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: out. 20.

FRASER, N. **Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy**. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991. p. 109-142 [Repensando

la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. Revista Ecuador Debate, n. 46, s/n, 1999]

FOUCAULT, Michel. **Prefácio à transgressão. In: Ditos e Escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Org. MOTTA, Manoel Barros da. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: paz e terra, 2020

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: paz e terra, 2020.

FIGUEIREDO, Ivanilda **Visibilidade sapatão nas redes [livro eletrônico]: entre violência e solidariedade / Ivanilda Figueiredo, Joana Varon.** 2. ed. São Paulo: Coding Rights, 2020. Disponível em: https://codingrights.org/docs/visibilidade_sapatao.pdf. Acesso em: jan. 2021

GALVÃO, Walnice Nogueira. **“Cinco Teses Sobre o Conto”.** In: **PROENÇA FILHO, Domicílio (org.). O Livro do Seminário.** São Paulo: L. R. Editores Ltda., 1983, pp. 165-172

LEITE, Letticia Batista Rodrigues. **Safo de lesbos: ícone lésbico?.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503236042_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_letticiabrl.pdf. Acesso em: jan. 2021.

LE GOFF, Jacques & TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, Graça Videira. **A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses.** 2. ed. Lisboa, Estampa, 1998, p. 277.

MENESES, Adélia Bezerra de. **Mito e paixão: o ciúme. Safo, Lupicínio, Caetano.**, v. 35, n. 55, p. 219-233. São Paulo: jan. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000100018&lng=pt&nrm=iso. Acessos: 28 fev. 2021.

NOGUEIRA, Ricardo de Souza. **As Expressões do Páthos no Fragmento 31 (Page), De Safo.** TO EΛΛΗΝΙΚΟ ΒΑΕΜΜΑ. O OLHAR GREGO. n.1. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

PIGLIA, Ricardo. **Formas breves.** Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

POLESSO, Natália Borges. **Amora.** Porto Alegre: Não Editora, 8. Ed. 2020

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual.** Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, n.1, 2017.

PULQUÉRIO, Manuel de Oliveira. **A alma e o corpo em fragmentos de Safo: traduções e adaptações.** Máthesis. n. 10. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mat10/mathesis10_155.pdf. Acesso em: janeiro de 2021.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu editora, 2017

SILVA, Fábio Mario da & VILELA, Ana Luísa. **Homo(lesbo)erotismo e literatura, no Ocidente e em Portugal: Safo e Judith Teixeira.** Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62446113.pdf>. Acesso em: 11 de nov. de 2020

SAPATÃO-IMAGEM, SAPATÃO-POEMA: RETRATOS E ESCRITAS DE SI

Mariana Pacor

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Abordagens Teóricas, Históricas, e Culturais da Arte, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - SP, marianapacor@gmail.com;

Resumo

A 'lésbica' como outro nomeado pela *scientia sexualis* da patologização de um corpo a partir de uma prática sexual, essa que por oposição determina a norma heterossexual, como explica Foucault; vítima da mesma ciência que racializando os corpos determina os que são humanos e não humanos, os subalternos, os loucos, os outros, não é a que tratamos aqui. Buscamos tratar das corporalidades que se constroem lésbicas através da edificação de uma cultura, da resistência, da descolonização de seu corpo, de uma *ars erotica* que busca a auto-nomeação, a autor-representação, o autorretrato e a autonomia. A lesbianidade que buscamos pode ser historicizada a partir de si mesma, e se espalha em diversos nomes: tortillera, sapatão, fufa, gouine, dyke. A sapatão ressignifica a outridade negativada construindo uma alteridade poderosa, que não busca a igualdade, não busca ser assimilada pelas regras do sistema sexo/gênero colonial, hetero, branco, cis. Para a sapatão: a marginalidade da contracultura é seu campo de poder, onde se articula em micro-poderes e micro-resistências diárias, construídas coletivamente. É a sapatonidade da oralidade, dos coletivos, da arte e da poesia autônomas que buscamos aqui. A memória, sempre reinventada, a memória para que possamos olhar a história com olhos sapatões, em primeiro, e não, tão somente, olhar as sapatões com olhos históricos. O pensamento se constrói epistemologicamente a partir d'outro mundo possível: as teorias lésbicas feministas e queer. Para tal, analisamos os trabalhos visuais de J Lo Borges e Joan E Biran; e os poemas de Cheryl Clarke e Audre Lorde.

Palavras-chave: Sexualidade. Lesbianidades. Cultura. Arte. Poesia.

Introdução

S*cientia sexualis* versus *ars erotica*. Foucault informa que o sexo, ou melhor, a verdade do sexo é no Ocidente um discurso apropriado pela ciência médica que se empenha no escrutínio total das suas práticas e funções. O saudável do sexo está em jogo, o sexo passa a representar um perigo iminente quando é estabelecido como causa de um sem número de doenças. Assim, as práticas sexuais passam por um regime confessional que se dá, depois da igreja, no gabinete médico. O médico extrai do paciente a narração de seus prazeres, para devolvê-los a ele em forma de sintoma ou causa patológica. No confessional, seria devolvido em forma de pecado e penitência. “A verdade não está unicamente no sujeito, que a revelaria pronta e acabada ao confessá-la. Ela se constitui em uma dupla tarefa: presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele que fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe” (FOUCAULT, M., p.75, 2020).

O discurso de verdade sobre o sexo vai sendo construído e transformado pela religião, na confissão dos pecados e na cura pela penitência; depois, pela ciência-médica, na confissão de práticas transformadas em saudáveis ou não saudáveis. Todo o aparelho discursivo religioso-científico se organiza para ocultar do sexo um segredo: o prazer. Forja-se, em companhia da verdade moral do sexo, a verdade biológica do sexo. O sexo é a máquina reprodutiva que mantém um corpo social vigoroso e saudável, da família para o Estado e só. Oculta-se, então, do sexo os seus prazeres, é “contruído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento” (FOUCAULT, M., p.63, 2020).

Já no Oriente, o sexo é *ars erotica*, passada de geração em geração como segredo. De discípulo em discípulo, a verdade é extraída do prazer, sua matéria formativa, então há tantas verdades e discursos quanto existem prazeres. Tudo é recolhido da experiência e não das proibições e permissões da lei. O prazer não tem utilidade mais do que ser em relação a si mesmo, experimentado ao máximo, buscado nas reverberações do corpo e da alma. O prazer é passado como um segredo não por ser considerado obsceno ou infame, mas por ser sua

forma mais eficaz de aplicar-se a si mesmo. O prazer é segredo porque o segredo é prazer.

Entre *scientia sexualis* e *ars erotica*, no Ocidente, criamos novos prazeres que irrompem da vontade de saber sobre o sexo, de saber sobre o prazer, e de produzir verdade sobre ele. Aqui se inscreve a disputa sapatão.

O fazer histórico é a ruptura da fixidade nas oposições binárias que aparentam ser inerentes e permanentes. Há Ocidente no Oriente e Oriente no Ocidente. Masculino é a supressão total do feminino, e seu contrário, mas as noções de feminilidade e masculinidade subscritas nesses termos podem ser localizadas num espaço/tempo específico e estão sempre em transformação. As palavras, os fatos e os conceitos não se estabelecem discursivamente, ou historicamente, sem conflito. Gênero, para Joan Scott, é uma categoria de análise das relações sociais e do poder inscrito na disputa de significação do masculino/feminino e na manutenção naturalizada do binômio que nega outras possibilidades de identificação. Nunca é sem conflito que uma hegemonia se estabelece, ao contrário, a violência necessária para que se estabeleça demonstra a existência de grande resistência. Inquisição, patologização, encarceramento, assassinatos, estupros e confissões fazem o papel repressivo dos gêneros e das sexualidades, mantendo a significação do binômio feminino/masculino subscrita aos ideais hegemônicos de feminilidade/masculinidade, ao mesmo tempo em que impedem as possíveis transgressões dessa binaridade que se organiza reprodutivamente pela heterossexualidade.

Para Monique Wittig, a lésbica não é uma mulher, desfaz o mito da mulher única e se identifica aquém e além do feminino/masculino hegemônico, rompendo o contrato heterossexual de complementariedade¹. A sapatão sacode as performances esperadas da mulher tanto sexualmente como socialmente. Notada a distância, a representação caminhar dá pinta: perturba a binaridade do sistema sexo/gênero e a suposta naturalidade heterossexual. É patologizada por isto, mas assim também coloca em xeque, através de suas contínuas resistências, o discurso religioso-científico de verdade sobre o sexo.

1 “A recusa em se tornar (ou continuar) heterossexual sempre significou recusar a se tornar um homem ou uma mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica isso vai mais além do que a recusa do papel de “mulher”. É a recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem.” (Wittig, M., p.84, 2019)

Adrienne Rich fala de um *continuum*-lésbico que atravessa os tempos e espaços, na produção cultural que exalta o desejo entre mulheres. Essa apresentação é um recorte desse *continuum*².

Metodologia

Pela metodologia comparativa, pretendemos explorar a relação entre as obras visuais “Tríbadés”, de J Lo Borges, e “Eye to Eye: Portraits of Lesbians”, de Joan E Biren; e os poemas “Intimidade não é luxo”, de Cheryl Clarke, e “Encontro”, de Audre Lorde.

A descrição das quatro obras acompanha a marginalidade e a resistência lésbica na disputa do discurso de verdade dos gêneros e da sexualidade ocidental, através de uma *ars erotica* que transmite nas suas entre-linhas, geração à geração, o segredo dos prazeres lésbicos.

Resultados e discussão

Os laços entre o poema “Intimidade não é luxo”, de Cheryl Clarke, e a obra “Tríbadés”, de J Lo Borges, amarram uma continuidade codificada que esconde e desnuda a experiência. Essa é a máquina da *ars erotica* sapatão, pela qual, atravessando espaços-tempos, lésbicas fazem imagens e escritas de si:

Intimidade não é luxo aqui.
Telefones não podem ser tirados do gancho
ou linhas muito tempo ocupadas
ou conversas censuradas.
Sem tempo para contemplar nossas mãos
com medo de estendê-las
ou, depois de dá-las
temer soltar.
Estamos aqui.
Após anos de separação
mulheres aproveitam seu tempo,
dispensam velhas animosidades.

2 “A existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa existência. Proponho que o termo *continuum* lésbico inclua uma gama – ao longo da vida de cada mulher e ao longo da história – de experiências identificadas com mulheres, não simplesmente o fato de que uma mulher teve ou conscientemente desejou ter uma experiência sexual genital com outra mulher.” (RICH, A., p.65, 2019)

Tribadismo é uma panaceia ancestral e vale a pena
uma panaceia ancestral e vale a pena.³
(Clarke, C. apud Zabotto, T., p.1, 2016)

Cheryl Clarke é poeta, professora, e lésbica-feminista negra norte-americana. J Lo Borges é grafiteira, pesquisadora autônoma, e lésbica-feminista negra carioca. Em sua obra, J Lo espalha tinta em seu sexo e pratica o tribadismo com a tela. No verso final de seu poema, Cheryl Clarke afirma a histórica ancestralidade sapa na qual a panaceia se impõe curando feridas das portas de armário fechadas e de todas as outras.

No trabalho de J Lo, a lesbianidade está presente enquanto não é cientificamente detectada; imanentes, as Tríades não passaram pelo escrutínio medical. A imagem não é inerente ou permanente, não deriva de nada, a imagem é movimento e transformação. O tribadismo é a tecnologia. A *ars erotica* mostra sem mostrar; as cores quentes e as formas abstratas que foram uma vez o sexo dizem o indizível, transmitem o segredo inter-geracional do ser sapatão. Poema e quadro são um ponto de encontro, de reconhecimento para aquela que os vê, ao passo que também são imagem e discurso que constroem essa que se reconhece. São maneiras secretas de dizer da lesbianidade e suas práticas.

Mesmo que trate da prática sexual, o que importa nos trabalhos é a fricção discursiva entre lésbicas. Fricção que disputa a significação dos gêneros e das sexualidades engessadas no binômio estático feminino/masculino, e coloca em xeque a produção de verdade da *scientia*

3 Intimacy no luxury
Intimacy no luxury here.
Telephones cannot be left off the hook
or lines too long engaged
or conversations censored any longer.
No time to stare at our hands
afraid to extend them
or once held
afraid to let go.
We are here.
After years of separation
women take their time
dispose of old animosities.
Tribadism is an ancient panacea and cost efficient
an ancient panacea and cost efficient.

sexualis. O tribadismo irrompe como um novo signo sexual que rompe a oposição binária entre o dentro e o fora. Produz significação, produz história, e se inscreve nos discursos do sexo dando sentido a uma experiência lésbica de ser no/com o mundo. O poema-tribadismo e o quadro-tríbade resistem descolonizando-se da linguagem sexual hétero e cis-normativa: lésbicas buscando autonomia na escrita de si através da autorrepresentação, auto-nomeação, e do autorretrato.

Não mais outras, nem outras das outras. Lésbicas: sujeito significando e criando a partir da tomada de posição frente ao poder subscrito na suposta neutralidade do discurso medical androcêntrico reprodutivo sobre sexo, gênero e sexualidade.

As tríades pensam por si.

Panaceia significa aquilo que cura todos os males e doenças. A poeta prescreve, contra a patologização das sexualidades, sua prática livre. O termo “tríbade” faz referência às mulheres indígenas que se relacionavam sexualmente. Por isso, este ato sexual ficou conhecido como “tribadismo” – friccionamento dos sexos para o prazer. O termo é ainda utilizado para designar o clitóris aumentado e denota a vontade colonial de patologização biológico-social de costumes indígenas, logo, parece mais que necessária sua despatologização, descolonização e ressignificação tríbade-quadro, tribadismo-poema.

Joan E. Biren é fotógrafa, diretora e lésbica-feminista branca estadunidense. JEB, acrônimo e nome artístico, publica o livro *Eye to eye: portraits of lesbians* (Olho no olho: retratos de lésbicas) em 1979. Ao longo do último mês de março, 42 anos depois, em ocasião da reedição do livro, JEB compôs uma série de conversas entre lésbicas artistas em sua conta do *Instagram*. O livro, um dos primeiros a retratar uma vasta comunidade sapatona, registrava atividades cotidianas de namoradas e amigas. JEB diz ali que o que a levou a ser fotógrafa foi primeiro ser lésbica. Queria falar de si, preencher as lacunas que faziam com que ela não se enxergasse nas imagens da arte. O registro de modos-de-ser lésbicos é seu tema, uma cultura lésbica, uma imagem lésbica. O desejo de comunidade continua, virtualmente, em *lives* de *instagram* no caótico pandêmico do início do século XXI. JEB explode as significações patológicas que os outros hétero-médicos inculcam à lesbianidade. Para tal, suas fotografias instauram a ordem simbólica de uma linguagem que dá sentido a outro mundo possível: um mundo lésbico-feminista e *queer*.

Neste mundo: encontros nus na sala de estar, abraços no parque, passeatas, momentos solitários de escrita, o reparo do motor de um carro, sorrisos, bebidas, sobretudo, jaquetas de couro, motocicletas e outros cotidianos lésbicos enquadrados pelos olhos sapatão de JEB.

O *continuum*-lésbico e o encontro poético-imagético-teórico é o que se celebra no livro de JEB, nesse breve artigo, e no poema “Encontro”, de Audre Lorde, preta, lésbica, mãe, guerreira e poeta, nas palavras da própria. Destaco aqui, início e fim:

Mulher, quando nos conhecemos no solstício
no meio do caminho entre seu mundo e o meu
margeadas entre a lua cheia e sem mais desculpas
seu cabelo ruivo queimou meus dedos e eu te abri
até a doçura

...

Venha para a curva do bojudo estômago do leão
deite sobre uma estação da chuva que julga
nos acoplamos, tivemos filhotes
temos mais do que tempo para trabalhar e outro
encontro
mulheres trocando sangue
nos quartos mais íntimos do momento
temos de provar da nossa fruta
pelo menos uma vez
antes de sermos mortas.⁴
(LORDE, A. apud Zabotto, T., p.2, 2016)

4 Woman when we met on the solstice
high over halfway between your world and mine
rimmed with full moon and no more excuses
your red hair burned my fingers as I spread you
tasting your ruff down to sweetness

...

Come in the curve of the Lion's bulging stomach
lie for a season out of the judging rain
we have mated we have cubbed
we have high time for work and another meeting
women exchanging blood
in the innermost rooms of moment
we must taste of each other's fruit
at least once
before we shall both be slain.

Considerações finais

As obras aqui apresentadas são uma pequena amostra de artistas que compõem minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação de Artes da UNESP, nessa pesquisa procuro possibilidades de um arquivo de artes lésbicas. Penso nas infinitas relações que poderiam ser traçadas se tivéssemos reunida a produção imagética lésbica. Faço uma historiografia que procura artistas, dos fins do séc. XIX à contemporaneidade, pelo nexo da lesbianidade e de suas comunidades. Em contrapelo à história geral ocidental da arte, e subvertendo os discursos hegemônicos inscritos nessas imagens, uma linha contínua de existências sapatonas desejando significar-se se apresenta.

Audre Lorde e JEB eram amigas, a primeira foi mesmo fotografada em seu escritório pela última, fotografia esta presente no livro do qual falamos. J Lo Borges conhece a escrita de Cheryl Clarke, e mesmo que a mão dupla não se estabeleça, assim também é a continuidade mestre-discípulo de um *continuum*-lésbico feito em *ars erotica*. Relações que se multiplicam em encontros físicos ou metafísicos.

Achamos um tipo de constante, as lésbicas preferem se organizar de maneira autônoma. Em redes de apoio e criatividade espalham-se travando batalhas pela significação do mundo. O sapatão está por todos os lados, ora discretas ora afirmativas, ora indecifráveis ora declaradíssimos, ora no masculino ora no feminino, e então atravessam a história da arte de maneira fundamental a revoluções do campo. Suas representações perturbam a aparente permanência das oposições binárias nas imagens homem/mulher, sujeito/objeto, artista/musa, eu/outro. Sapatão-múltiplo. Assim é fundamental para a historicização dos discursos do sexo partir de olhos e línguas sapatãs, para caminhar em direção aos prazeres múltiplos que se escodem embaixo das pretensas verdades únicas.

Agradecimentos

Agradeço Audre Lorde, Cheryl Clarke, J Lo Borges, Joan E. Biren e tantas outras que enquanto estudo me permitem continuamente olhar para trás, para frente e para mim.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Scientia Sexualis**. In: **História da sexualidade: 1. A vontade de saber**. Editora Paz&Terra, São Paulo, 2020.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Editora A Bolha, Rio de Janeiro, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Org. BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Editora Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: Org. BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Editora Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 2019.

ZABOTTO, Thamires. O sexo e o amor à mulher na poesia de Audre Lorde e Cheryl Clarke. In: **Germina - revista de literatura & Arte**. Disponível online. São Paulo, 2016.

MAPEANDO A PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE LESBOFOBIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Taise Fernanda Feiten

*Pós-Graduanda do Programa de Mestrado em Política Social da
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, taisefernandafeiten@
live.com;*

Bruna Andrade Irineu

*Orientadora: Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente
Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-
graduação em Política Social – UFMT, brunairineu@gmail.com.*

Resumo

Falar sobre gênero e sexualidade ainda é um desafio no Brasil. São temas que se desdobram em diversos posicionamentos e debates. Existir para além da heterossexualidade compulsória é assumir aquilo que não se espera de uma construção binária do que é ser homem ou ser mulher. As lésbicas são atravessadas por violências referentes ao gênero e a sexualidade, uma vez em que rompem com a expectativa de um determinismo biológico que atribuem às mulheres papéis sociais dentro de uma lógica heteronormativa, sendo necessário um olhar que dê conta dessas especificidades. Neste sentido, a pesquisa objetiva, através de uma revisão integrativa, analisar como a literatura brasileira vem discutindo sobre a lesbofobia, ou seja, violências sofridas por lésbicas por serem lésbicas. Conceitos propostos por Butler (2003), Rich (2010), Swain (2009), juntamente com os dados coletados, apontam para propostas de mais estudos relacionados à este tema.

Palavras-chave: Lésbicas, Lesbianidades, Lesbofobias.

Introdução

Cotidianamente, as pessoas são atravessadas por certezas em relação às suas identidades. Diferente de uma identidade construída através de afetos, desejos, erotismos, de relação com o outro e consigo mesmo, o que se apresenta é um modelo reducionista que divide a sociedade entre homens e mulheres heterossexuais.

O mesmo modelo define papéis sociais que cada qual deve desenvolver, como devem se relacionar, se comportar e em quais espaços podem circular. Percebe-se que essa divisão tenta se manter através de discursos sobre natureza humana. Ou seja, que homens e mulheres se comportam de determinadas maneiras por existir uma essência masculina e uma essência feminina, mas é necessário ressaltar que “a posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível” (SCOTT, 1995. p. 87).

Este pensamento, como aponta Scott (1995), deve ser questionado, pois trata-se de uma construção histórica e social para legitimar as desigualdades de gênero, uma vez em que se espera da mulher aspectos que dificultam seu acesso aos espaços públicos e impõem relações heterossexuais, cuidados domésticos, o matrimônio e a maternidade como destino. “O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76).

No entanto, embora algumas estudiosas e alguns estudiosos tenham contribuído para os estudos sobre as desigualdades de gênero, continuaram debruçando sobre uma sociedade marcada pela heterossexualidade. Swain (2009) diz que não é suficiente analisar gênero dentro dessa construção binária, pois desta forma, as reproduções do masculino e feminino continuará a se desenvolver e o masculino estará ocupando lugar de dominação.

É preciso incluir nas discussões os impactos da heteronormatividade. Visto que, não basta que a pessoa responda em uma representatividade de gênero imposta e associada ao sexo biológico, é cobrado também que se interesse e tenha relacionamentos amorosos e eróticos heterossexuais.

Butler (2003), destaca que os corpos estão submetidos a toda uma estrutura discursiva, cultural, dentro de relações sociais e de

poder. Sendo assim, podem abrigar representações múltiplas, independentemente do sexo biológico. É insustentável pensar que o sexo define o gênero ou o gênero define o sexo.

Por consequência, qualquer expressão que fuja desta heteronormatividade é estigmatizada e está exposta à violações de direitos. Conforme Goffman (1988), uma pessoa estigmatizada não é considerada humana. Não considerar pessoas como humanas abrem espaços para os mais diversos tipos de violências, muitas delas cometidas com naturalidade entre as pessoas como forma de ofendê-las. É o que percebemos rotineiramente em relação à homossexualidade.

[...] bastaria prestar atenção à profusão e tranqüilidade com que expressões de humilhação, ofensa e xingamento referidas as supostas transgressões da heterossexualidade são ditas em qualquer situação social, nos estádios de futebol, na sala de aula, nos programas humorísticos de televisão, nas reuniões de trabalho ou no botequim (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 25).

Considerando que a identidade, conforme Ciampa (2006), é uma construção a partir do olhar da sociedade, quando uma pessoa entra em contato com uma orientação sexual ou identidade de gênero que se difere da heteronormatividade, é comum que tenha medo e dificuldades de se autodeclarar não heterossexual, já que isso a empurra para um espaço de preconceitos.

Porém, se autodeclarar com uma identidade de gênero ou sexual que não seja dentro da binaridade imposta pela heterossexualidade, é uma forma de enfrentar as intolerâncias cotidianas, como meio de dar visibilidade as diferenças que não cabem e não podem ser justificadas através de discursos essencialistas.

Dizer 'eu sou gay', ou 'eu sou lésbica', ou 'eu sou bissexual' pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 33).

Britzman (1996), diz que outro fator que sustenta a heteronormatividade é colocar a sexualidade como algo privado, ou seja, como se esta não tivesse nenhuma ligação com as relações sociais. Essa idéia reforça o discurso de que os afetos, desejos, erotismo homossexuais

não podem ser expressados nos espaços públicos, com a justificativa de que se trata de coisas privadas, no entanto, as expressões de afeto, desejo, erotismo heterossexuais são aceitáveis com naturalidade.

Frente ao exposto, compreendemos que as intolerâncias em relação às pessoas homossexuais são caracterizadas como homofobia. Segundo Borrillo (2010), dentro dessa concepção de homofobia, é preciso destacar que as lésbicas sofrem de um tipo de homofobia específica, que além de sofrer as violências contra o gênero, também sofrem as consequências das discriminações contra a sexualidade, o que vamos chamar de lesbofobia.

Assumir-se lésbica é também assumir um campo de rechaço. Adrienne Rich (2010) discute sobre como a heterossexualidade compulsória atribui aos homens poderes sob as mulheres. A lésbica passa a ser considerada a mulher amargurada, incapaz de ser amada por um homem ao tempo em que é uma ameaça a heterossexualidade compulsória, já que rompe com os papéis sociais esperados das mulheres.

Há toda uma manutenção que se apresenta em diversas tipologias de violências sofridas de forma direta ou indireta por lésbicas, que, conforme a noção de identidade social pensada por Heilbon (1996), um conjunto de atributos que classificam o sujeito dentro de um campo de significações sociais com valores determinados, modelando a existência de uma pessoa ou grupo na sociedade, criou-se sob as lesbianidades, invisibilidades de suas existências.

Deixar as lesbianidades em um campo de invisibilidade é como uma proteção a heteronormatividade que tem como manutenção isolar grupos que não correspondem a heterossexualidade cisgênera para que as pessoas continuem acreditando que a heterossexualidade é o único caminho e o correto.

Conforme o Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017, em 2017 o número de mortes de lésbicas no Brasil cresceu 237% comparado ao ano de 2014, registrando 54 casos de lesbocídios no país. No entanto, esses dados não são apresentados e nem discutidos, criando uma idéia de que não há violências em relação à essa população.

O dossiê ainda destaca que em 2017, 17 lésbicas cometeram suicídio, “representando 32% dos suicídios de toda a comunidade LGBTQ+ no Brasil, no ano (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 62)”.

Considerando a invisibilidade que cerca as lesbianidades faz parte de uma manutenção da heteronormatividade e contribui para a

reprodução de lesbofobias, o que se tem discutido sobre lesbofobias e lesbocídios nas produções acadêmicas brasileiras?

O mapeamento de produções brasileiras referentes à este tema possibilita identificar possíveis lacunas a fim de apontar para propostas de mais estudos aprofundados sobre o tema.

Para tanto, foi utilizado como metodologia uma revisão integrativa, com a busca no Portal de Periódicos da CAPES, no mês de março de 2021. Após fazer o levantamento da arte, realizará uma amostra de como as lesbofobias e lesbocídios estão sendo discutidos nesses estudos.

Método

Para responder essa problemática, usou-se seis passos do método de revisão integrativa propostos pelos autores Botelho; Cunha e Macedo (2011). Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; Definição dos critérios de inclusão e exclusão; Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; Categorização dos estudos selecionados; Análise e interpretação dos resultados; Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

A busca foi realizada utilizando como descritores as palavras “lesbianidade and lesbofobia”, “lesbianidades and lesbofobia”, “lésbicas and lesbofobia”, “sapatão and lesbofobia”, “lesbofobia” e “lesbocídio” no Portal de Periódicos da CAPES. A coleta de dados ocorreu durante o mês de março de 2021.

Nos resultados aplicou-se como critério de exclusão os trabalhos que não estavam no idioma português, não completos, repetidos e que não tratavam dos assuntos aqui pesquisados.

Resultados

Com a combinação de descritores “lesbianidade and lesbofobia”, foram encontrados 4 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 1 artigo. Critério de repetição: não excluiu. Critério de não disponível: não excluiu. Não discutia sobre o assunto proposto: 1 artigo excluído. 2 trabalhos foram selecionados.

Com a combinação de descritores “lésbica and lesbofobia”, foram encontrados 21 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 13 artigos. Critério de repetição: 2 artigos excluídos. Critério de não

disponível: 2 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 3 excluídos. 1 trabalho foi selecionado.

Com a combinação de descritores “sapatão and lesbofobia”, foram encontrados 9 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 0 artigos. Critério de repetição: 7 artigos excluídos. Critério de não disponível: 0 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 2 excluídos. 1 trabalho foi selecionado.

Utilizando como descritor a palavra “lesbofobia”, foram encontrados 93 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 51 artigos. Critério de repetição: 11 artigos excluídos. Critério de não disponível: 0 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 29 excluídos. 2 trabalhos foram selecionados.

Utilizando como descritor a palavra “lesbocídio”, foram encontrados 6 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 0 artigos. Critério de repetição: 1 artigo excluído. Critério de não disponível: 1 artigo excluído. Não discutia sobre o assunto proposto: 2 excluídos. 3 trabalhos foram selecionados.

Segue abaixo o quadro 1 com os resultados da pesquisa.

QUADRO 1. Código, autoras e autores, título e ano de publicação dos trabalhos selecionados, 2021.

Código	Autoras e autores	Título	Ano
A1	Jéssyka K. A. Ribeiro Jussara C. Costa Idalina M. F. L. Santiago	UM JEITO DIFERENTE E “NOVO” DE SER FEMINISTA: EM CENA, O RIOT GRRRL	2012
A2	Henrique Luiz Caproni Neto Renata Bicalho	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, LESBOFOBIA E TRABALHO: UM ESTUDO EM JUIZ DE FORA	2017
A3	Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth Pamela Canciani	ENTRE IDENTIDADES E MICRORRESISTÊNCIAS: ONDE ESTÃO AS LÉSBICAS?	2018
A4	Dalvan Antonio de Campos Rodrigo Otávio Moretti-Pires	Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016	2016
A5	Silvia Aguião	Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo	2018
A6	Luciana Fogaça Monteiro Paula Sandrine Machado Henrique Caetano Nardi	Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo.	2011

Código	Autoras e autores	Título	Ano
A7	Daiani C. S. R. Brum	A atuação de mulheres como palhaças: resistência e subversão	2018
A8	Hugo Oliveira Lorena de Oliveira Eliane Gonçalves	AS MULHERES JOVENS NA LUTA PELA CIDADE: UMA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS	2020
A9	Camila Rocha Firmino	Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil	2018

Fonte: Própria

Discussão

O que é ser lésbica não se sustenta dentro de uma categorização universal, é um desafio conceituar as lesbianidades visto as vastas existências e maneiras de estar no mundo, de se relacionar, de ocupar lugares.

É necessário pensar que, devido a uma sociedade enraizada em representações de masculino e feminino, as lesbianidades se tornam uma categoria que difere da binaridade homem-mulher. A falta de representatividade reforça no imaginário social a heteronormatividade e patologiza, discrimina, oprime, empurra para as margens as diversidades.

A heterossexualidade compulsória, como proposta por Rich (2010), e o heterogênero proposto por Swain (2009), são formas de manter o homem cisgênero que atende aos papéis sociais impostos ao que é considerado masculino, no poder.

O trabalho A1 discute sobre o movimento feminista Riot Grrrl, que usa da música e as expressões nos palcos, nas letras, vestimentas, para questionar a centralidade do masculino em determinadas manifestações culturais.

Vemos que elas não se vestem com roupas tidas como femininas, pois consideram ditaduras de moda, preferem o estilo “faça você mesma”, pintando camisetas com nomes de bandas ou algum escrito de caráter político, denunciando a opressão, o sexismo, o racismo e a lesbofobia (COSTA; RIBEIRO; SANTIAGO, 2012. p. 234).

O trabalho A2 trouxe como proposta, analisar as violências simbólicas nas vivências de lésbicas no ambiente de trabalho. Os autores trouxeram através de narrativas de lésbicas, como estas lidam com

suas sexualidades no trabalho. Através do estudo, notou-se que as entrevistadas “preferem” não falar sobre serem lésbicas nestes espaços, pelo receio de serem oprimidas. Neto e Bicalho (2017) ao citar Gomide (2017, p. 407)

A escolha por assumir socialmente uma identidade lesbiana, tida como estigmatizadora, raramente se efetiva, cabendo às lésbicas conciliar uma vida pública heterossexual e uma vida privada homossexual. Sendo que “no mundo heterossexual, necessitam ‘passar por héteros’ ou pelo menos ‘desenvolver uma representação que as defina como fêmeas’”, tendo em vista que “em uma sociedade heterocentrista, qualquer atitude que afaste um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher é vigiada e cobrada (GOMIDE, 2007. p. 407 apud NETO; BICALHO, 2017. p. 252)

No trabalho A3, as autoras discutem como o sistema majoritário heterossexual-patriarcal contribui com a invisibilidade e a anulação de direitos das mulheres lésbicas. As autoras discorrem sobre as identidades lésbicas como um meio de resistência para direitos, mas que ainda está no campo dos estigmas por serem uma ameaça a heterossexualidade compulsória.

Ainda fazem uma ressalva dizendo que uma pesquisa acadêmica jamais daria conta de uma identidade que fale sobre todas as mulheres. “Carece, então, investigar o que antes foi dito sobre a identidade em si e, em seguida, atrelar conceitos – e significados – à realidade do corpo político das lésbicas” (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1363).

O trabalho A4, através de uma pesquisa em Florianópolis/SC, analisou como as relações de gênero atravessam as trajetórias de gays e lésbicas moradores de rua. Os autores discorrem sobre o espaço público ser o espaço privado de pessoas que se encontram em situação de rua e como as violências acontecem de formas diferentes entre gays e lésbicas.

Ao entrevistar uma lésbica, esta relata os casos de estupros sofridos por familiares e posterior nas ruas.

[...] decidi conversar com os pais sobre sua sexualidade e deparou-se com uma intolerância que não esperava. Como resultado, foi estuprada por seu pai e tio, dias após a conversa, com o discurso de que

aprenderia a gostar de homens. Mediante a situação, fugiu de casa e da cidade para tentar uma vida nova em Porto Alegre (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 9).

Em outro trecho destacou não dormir por estar em vigia pelo medo.

Nas ruas, ela passou a usar drogas, principalmente para se manter acordada durante as noites, com medo da violência, para ‘amortecer seus sentimentos’, e muitas vezes fez uso de grandes quantidades para ‘apagar’ e conseguir dormir. Referiu ter dormido só e acordado acompanhada várias vezes, principalmente no início de sua vida na rua. Além disso, sofre assédio constante dos homens moradores de rua, todavia, com o tempo, foi conhecendo os colegas de rua e os lugares seguros para dormir. (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 9-10).

O trabalho A6 discute como mulheres que procuraram pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Rompa o Silêncio (CRDH Rompa o Silêncio), voltado ao combate e prevenção à homofobia, sediado, realizado e concebido pela ONG Nuances (Porto Alegre, RS) de 2006, enfrentaram e/ou contestaram estigmas em relação a sua identidade sexual.

Através das entrevistas, os autores destacam como as participantes da pesquisa “[...] compreendem que suas sexualidades marcadas pelo desejo por outras mulheres as estigmatizam, colocando-as em posição de desvantagem nas hierarquias sociais” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011. p. 119). Desta forma, acabam não vivenciando suas sexualidades em todos os espaços pelo medo de sofrerem lesbofobia. “Estar “aparente”, ou “dar bandeira” é também compreendido, por parte das participantes da pesquisa, como algo que as exporia à discriminação e ao preconceito” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011.p. 122).

Mediante aos trabalhos expostos, as identidades lésbicas, lesbianidades, produzem questionamentos profundos na estrutura heterormativa, sendo alvo dos mais diversos tipos de ataques, sendo um deles a própria invisibilidade e ilegitimidade do amor entre mulheres.

Lesbofobia é um termo utilizado para caracterizar violências sofridas por lésbicas por serem lésbicas. Este termo foi criado por considerar que a homofobia não é capaz de atender todas as especificidades deste grupo, que além de serem atravessadas por questões da sexualidade, lidam também com as violências em relação ao gênero.

Marcadas por uma sociedade binária, as lésbicas tem suas existências atacadas por não serem consideradas mulheres de verdade, ao tempo em que, são lidas como pessoas que querem disputar os mesmos espaços dos homens, mas não podem, pois “nasceram” com o sexo biológico dito feminino. Como conceituado pelo trabalho A3: “A necessidade de uma palavra que defina o tipo de violência emerge exatamente dessas circunstâncias da opressão de gênero + preconceito: a lesbofobia é o casamento da homofobia com a misoginia e o sexismo (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1371).

Não reconhecer essa violência de forma específica acarreta em consequências graves na vida de lésbicas, do não registro de lesbofobias, de privação da sexualidade, dos fetiches pornográficos, estupro corretivos, suicídios, agressões físicas e psicológicas, assassinatos (lesbocídio), não reconhecimento de suas existências. O termo lesbocídio ainda é um conceito recente no Brasil. No texto A9¹, a autora coloca que a lesbofobia está atrelada a uma desvalorização da vida das lésbicas. Destaca que “[...] a pesquisa sobre o lesbocídio no Brasil demonstrou a ausência de informações sobre violência letal contra lésbicas. Tal ausência de dados não é senão expressão da invisibilidade lésbica enquanto mecanismo estruturante do heteropatriarcado” (FIRMINO, 2018, p. 3).

No que tange à violência letal contra as mulheres, a principal fonte de informações do Poder Executivo Federal é o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. No entanto, não existe um recorte por orientação sexual nem por identidade de gênero no registro desses óbitos. Os dados provenientes de serviços de denúncias como o Disque 180 (violência contra a mulher) e o Disque 100 (violação de direitos humanos) também podem ser fontes de informações; entretanto, enquanto o SIM abarca a totalidade de mortes atestadas, os dados do Disque

1 O texto A9 é uma resenha a cerca do Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017. Autoras: Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Marques, 2018.

180 e do Disque 100 referem-se às denúncias realizadas nesses canais. As informações relativas à violência letal extraídas dessas duas últimas bases não abarcam, portanto, todos os casos ocorridos no território nacional. (FIRMINO, 2018, p. 3).

Outro ponto de destaque levantado no texto A3 são as carências de campanhas que elucidem também as relações sexuais entre mulheres, as “lésbicas são levadas a acreditar serem imunes de doenças sexualmente transmissíveis, já que não há campanhas de educação ou políticas de aconselhamento que reforcem o contrário” (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1372).

Há uma invisibilidade posta como forma de criar um pensamento de que lésbicas são mais aceitas do que outras identidades sexuais, já que os dados de violências são escassos. É o que mostra o trabalho A5, onde a autora analisa alguns dos processos sociais e políticos que tornam possível a construção da população designada, no momento, LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Mesmo em eventos LGBTQ+ as lésbicas encontram dificuldades em terem suas pautas reconhecidas. Para além, a invisibilidade impede a representatividade de lésbicas ocupando espaços e dificulta ter expressões no imaginário social das possibilidades de ser lésbica. Texto A 3:

As consequências práticas dessa visão distorcida e segmentária da sociedade em relação às lésbicas não são, infelizmente, difíceis de se observar. Não há acessibilidade da mulher lésbica aos órgãos policiais e jurídicos justamente por se desconhecer o tipo específico de violência que elas sofrem e pela falta de dispositivos jurídicos de proteção. (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1372).

Percebe-se também que a lesbofobia atrelada a outros tipos de violências resultam em maior vulnerabilidade às lésbicas. Questões raciais, de classe, deficiências, escolaridade, são marcadores sociais que precisam de recortes para entender as lesbofobias no campo das interseccionalidades. No texto A4, referindo-se aos conflitos familiares como estopim para a ida para as ruas de gays e lésbicas coloca “que as violências, experiências e possibilidades apresentam-se de forma singular em cada uma das trajetórias, o que convida a um cuidado com discursos generalizantes sobre a temática” (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 13).

Lésbicas que performam expressões consideradas femininas tendem a serem vítimas de uma violência mais velada. Os textos selecionados demonstraram como muitas lésbicas, por atenderem uma estética “feminina” circulam os espaços como heterossexuais. Acabam mantendo em segredo seus relacionamentos e evitando uma “exposição” que as prejudiquem no trabalho.

No texto A6 as entrevistadas se utilizam do silenciamento e por vezes solicitam de suas parceiras também, como meio de proteção. Não andar de mãos dadas e não demonstrar nenhum tipo de afetividade homossexual. Porém, todo esse gerenciamento de avaliar em quais locais a sexualidade pode ser vivida de forma espontânea, demanda muito esforço e energia psíquica.

A depender do espaço onde circula, a mesma expressão que impende uma lesbofobia mais direta, é a que resulta em violência sexual, para exemplificar, segue um trecho do trabalho A4:

No contexto da rua, a cobiça dos corpos femininos apresentou uma relação diferente, quando comparadas as *performances* masculinizada e feminizada. A primeira apresentase enquanto proteção para os assédios, seja pelo receio da agressão proveniente da mulher, seja por não chamar atenção dos homens. Já a segunda apresenta-se enquanto risco para assédios e incitação de violência sexual, atribuídos suposta fragilidade e racionalidade de dominação masculina desses corpos. (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 12).

As lesbofobias enfrentadas pelas lésbicas determinam onde seus corpos podem ocupar lugares e posições. A vergonha, a opressão, o medo, a culpa, diante de tantos outros tipos de violências demonstram que é preciso construir caminhos consistentes onde as pautas das lesbianidades possam ser abordadas. No tópico a seguir descreveremos, com a oportunidade do olhar dessas pesquisadoras e pesquisadores, apontamentos para o enfrentamento das lesbofobias e lesbocídios.

Os textos selecionados trazem para o enfrentamento contra a lesbofobia algumas contribuições. Caminhos que muitas lésbicas percorreram em busca de direitos e que são possibilidades de resistências.

No trabalho A6 coloca como a coletividade é importante para uma caminhada menos solitária. Através da militância, criar e estender laços com outras lésbicas. Uma forma de sair da invisibilidade e

demonstrar as lesbianidades em todos os espaços. “A vida militante, para essas mulheres, seja de forma organizada ou como um estilo de vida, parece fornecer mais força para o enfrentamento cotidiano do preconceito, pois o vínculo a uma ideia coletiva produz menos solidão nessa caminhada” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011. p. 132).

Construir junto à arte representações que quebrem com os paradigmas de ser homem e ser mulher tem sido um meio de comunicação entre lesbianidades e sociedade. No texto A7 a autora que se apresenta enquanto mulher, palhaça, periférica, pesquisadora e lésbica, se utiliza da atuação palhacesca para demonstrar as diversas expressões do amor. “A cena apropria-se da estrutura do casamento, porém, transgredir sua lógica heteronormativa, propondo a encenação de uma união entre duas mulheres (a palhaça e uma convidada da plateia) e dois homens (dois convidados da plateia)” (BRUM, 2018. p. 162).

A própria vestimenta da personagem é uma atuação que não se encaixa no feminino e nem no masculino, causando estranheza diante das certezas impostas pela heteronormatividade.

No mesmo sentido, movimentos feministas protagonizam as lutas das jovens por direitos, é o caso da Riot Grrrl, demonstrando como a arte presente na cultura é capaz de mudar comportamentos. A denúncia das violências através das músicas e a ressignificação de palavras utilizadas para agredir em palavras de luta, que é o caso da expressão “sapatão”.

Os significantes da homossexualidade ainda são muito marginalizados, em alguns casos, tão sem representatividade que acabam se construindo em normas opressivas. E o interesse está em se constituir fora dessas estruturas de aprisionamento.

Todos os caminhos percorrem, sobretudo, no reconhecimento das violências para, a partir disso, ser possível construir políticas para a promoção de direitos humanos com a participação das lésbicas.

Considerações finais

Não há como definir uma identidade lésbica, embora seja urgente a constituição de uma unidade de identidades lésbicas. Inicialmente as buscas no Portal de Periódicos da CAPES trouxeram inúmeros resultados, no entanto, ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, percebeu-se a escassez de pesquisas que tratem da lesbofobia e do lesbocídio de forma específica.

Os textos encontrados, em sua maioria, relacionavam a palavra lésbica à discussões que abarcava de forma ampla pessoas LGBTQ+. Quando a palavra era sapatão, o trabalho trazia apenas uma citação de ofensa, o que não deixa de ser lesbofobia, no entanto, o referido não tinha como objetivo tratar dessa temática. Com a palavra lesbocídio foram encontrados três resultados que citavam os dados do Dossiê já mencionado.

Essa pesquisa não pretendeu esgotar todos os estudos a respeito desses temas, o recorte na base de dados a princípio foi um norte para pesquisas mais estendidas futuras. Porém, o mapeamento apontou sobre a escassez na literatura sobre a temática no que tange pensar sobre educação, saúde, trabalho, políticas, dentre outros. As lesbofobias através da delimitação deste estudo está sendo discutida trazendo a questão da heterossexualidade compulsória como uma estrutura que estigmatiza as existências lésbicas.

Referências bibliográficas

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BORRILLO, Daniel. 2010. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica. 142 p.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade* · Belo Horizonte · vol 5 · nº 11 · p. 121-136. Disponível em: *Gestão e Sociedade*.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Renato Aguiar.

GOFFMAN, Erving. (1988) **Estigma: notas sobre a Manipulação da identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

HEILBORN, Maria Luiza. (1996) **Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social**. Em: Parker, Richard; Barbosa, Regina

M. (Orgs.) Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS-UERJ, (p. 136-145).

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; MARQUES, Maria Clara. (2018). **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 114 p.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. de Carlos Guilherme do Valle. Revista Bagoas, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

Simões JA, Facchini R. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2009.

SWAIN, Tânia Navarro. (2009). **Heterogênero: Uma categoria de análise**. Educar, Curitiba, n. 35p. 26-36, 2009. Editora UFPR. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16687>>. Último acesso em 15 de abril de 2021.

LÉSBICAS E A QUESTÃO ESPACIAL: ANÁLISES A PARTIR DA PRODUÇÃO DAS GEÓGRAFAS GILL VALENTINE E KATHERINE BROWNE

Thais Domingos dos Santos Rodrigues

*Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo -
USP, thaidsr@usp.br.*

Resumo

Este artigo tem por objetivo iluminar o debate feito dentro da geografia sobre a relação das mulheres lésbicas e a questão espacial a partir da produção teórica das geógrafas anglófonas Gil Valentine e Kath Browne. Embora existam importantes contribuições nacionais de geógrafas, como Joseli Maria Silva, ainda são poucos os estudos que tentam fazer a aproximação entre espaço e lesbianidade. Como pontua Susana Veleda da Silva e Diana Lan, em um estudo comparativo entre a produção científica da geografia no Brasil e na Argentina, embora outras disciplinas como a sociologia, a história e a antropologia tenham sido impactadas pelo fortalecimento do movimento feminista na América Latina, a geografia se aproxima timidamente desse processo. No entanto, em outros países, principalmente os de língua inglesa, esse debate está posto desde os anos de 1980. Desta forma, com o presente texto esperamos contribuir com: i- a aproximação dos estudos de gênero e lesbianidade à geografia brasileira; ii- trazer o debate sobre o uso e produção do espaço pelas mulheres lésbicas; iii – pensar em aproximações e distanciamentos em ser lésbica em países do centro do capital e no Brasil.

Palavras-chave: Lésbicas, Geografia, Espaço.

Introdução

Este artigo tem por objetivo debater elementos das obras das teóricas anglo-saxãs Gill Valentine e Kath Browne com foco nos estudos das lesbianidades e a produção do espaço. O meu encontro e interesse por essas autoras se deu porque ao pesquisar os termos: “geografia” e “lésbica” - em português, inglês e espanhol no google acadêmico, são essas as autoras que mais se destacam. Enquanto uma mulher lésbica que deseja estudar lesbianidade a partir da problemática espacial, me deparar com esse conteúdo causou alguns sentimentos diversos.

O primeiro foi o espanto pela enorme produção sobre sexualidade, em particular, sobre as lésbicas, dessas autoras enquanto em português poucos são os trabalhos divulgados. Nunca durante os meus 5 anos cursando geografia na Universidade Federal de São Carlos, *campus* de Sorocaba, eu havia sequer sido introduzida a algum artigo de dentro da própria geografia que debatesse questões feministas e de gênero, muito menos voltados a pauta das mulheres lésbicas. Encontrar essas autoras de alguma forma foi como encontrar um tesouro escondido, uma sensação de pertencimento a partir da prova de que era possível ser lésbica e pesquisar sobre lésbicas dentro da ciência geográfica.

Os outros sentimentos não são tão positivos. O primeiro foi a frustração de não ter tido a possibilidade de encontrar com esse debate antes. Se eu tivesse lido essas autoras antes talvez houvesse uma aproximação maior com a ciência em que me formei. Um debate que só fui encontrar em outras áreas, por exemplo, quando cursei o mestrado em Educação na linha de movimentos sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma universidade. Quem sabe desde o início teria me dedicado a esta temática. Não há arrependimentos e as trajetórias são como são, mas o apagamento dessas escritoras se soma a tantos outros apagamentos lésbicos de nossa história e isso deve ser posto em debate.

É importante ressaltar que existe produção na geografia brasileira que se dedica as questões feministas e de gênero. Destaco a obra da professora Susana Maria Veleza da Silva e da professora Joseli Maria Silva. O que ocorreu é que, embora exista produção nessa temática desde a redemocratização do país, eu não entrei em contato com

essa literatura na graduação, o que colabora com as ideias defendidas no artigo *Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina*, no qual Suzana Silva e Diana Lan (2020) expõem que embora a temática de gênero tenha ganhado bastante espaço em áreas como a psicologia e as ciências sociais, a geografia permanece reticente – a despeito deste cenário estar lentamente mudando segundo as autoras.

Por fim, o sentimento de inquietação que nos leva a perguntas como: por que se faz pesquisa de dentro da Geografia sobre lésbicas nos países anglo-saxões mas tão pouco no Brasil? Seria mais fácil ser sapatão da Geografia no Reino Unido ou nos Estados Unidos? Quais diferenças existem entre o patriarcado de lá e o de cá? Como essa literatura aproxima o debate sobre as sexualidades e a produção do espaço?

Foi com esse mix de sentimentos que me sentei para ler os artigos que estão nas referências bibliográficas deste artigo. Neste ponto é importante deixar claro as minhas não intenções com esse trabalho: não pretendo nem usar a produção dessas autoras de maneira cega para transpô-las a um contexto que é completamente outro, e também pouco quero jogar fora ou apenas criticar uma produção porque em muitos aspectos ela se apresenta como hegemônica de países do centro do capital. Essas duas visões dicotômicas e reducionistas não permitiriam que eu me conectasse com a produção dessas autoras geógrafas e lésbicas que escrevem sobre lésbicas entendendo meu lugar enquanto mulher não branca e brasileira. É com um olhar crítico, buscando aproximações e distanciamentos que tento conduzir esta pesquisa.

Metodologia

A partir da revisão bibliográfica da produção sobre lésbicas das autoras Gill Valentine e Katherine Browne esperamos contribuir com: i- a aproximação dos estudos de gênero e lesbianidade à geografia brasileira; ii- trazer o debate sobre o uso e produção do espaço pelas mulheres lésbicas; iii – pensar em aproximações e distanciamentos em ser lésbica em países do centro do capital e no Brasil.

Resultados e discussão

As autoras Kath Browne e Gill Valentine possuem algumas questões em comum, ambas são mulheres brancas que realizam suas

pesquisas a partir do Norte Global e já produziram uma centena de artigos que vão desde a temática que interessa neste artigo, as mulheres lésbicas, até questões de metodologia de pesquisa em ciências humanas. São nomes importantes dentro da geografia anglófona e, portanto, escrevem em inglês. Embora já exista alguns trabalhos da Kath Browne publicados em português como os artigos “*Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades e de gêneros*”(BROWNE, 2011) e o “*Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem): os lugares e olhares de corporalização “feminina”*” (BROWNE, 2016), ambos de livros publicados pela editora Toda Palavra e organizados, dentre outros, pela professora Joseli Maria Silva.

Essas autoras se juntam a outras pesquisadoras e pesquisadores anglofonos dentro dos estudos da geografia da sexualidade e por isso, uma certa supremacia da produção anglo-americana já foi questionada, inclusive pela própria Browne (2011) que numa imersão do reconhecimento dos próprios privilégios aponta como a regionalização mundial afeta nos trabalhos acadêmicos, inclusive com uma certa criação utópica de uma dicotomia no qual teria um mundo desenvolvido e urbano onde as práticas sexuais não heteronormativas poderiam ser vividas em detrimento de um mundo rural e repressor de países em desenvolvimento. A autora, se posiciona:

Aqui meus privilégios (pelo menos os que eu posso citar, reconhecendo que há muitos outros que eu nem mesmo percebo) pertencem à minha posição como branca, mulher cis, professora/pesquisadora com emprego permanente no norte global, com acesso total à maioria dos periódicos da minha área. (BROWNE, 2011, p.144)

É importante essa marcação para deixar claro a sua não universalidade enquanto sujeito. Como pontua a filósofa Linda Alcoff (2016) é preciso entender como determinadas epistemologias são criadas e ganham legitimação em detrimento de outras. No entanto, o interesse na produção dessas autoras do norte global se faz presente e legítima quando temos a proposta audaciosa de uma construção de geografias lésbicas, como faz Browne:

“**Lesbian geographies** is about where, and how, individuals who identify as, claim the term, or might be seen as, ‘lesbians’ (and queer women) **live, work and**

play. It is about how these **people find each other in certain places and also how they negotiate places where they are not welcome**, subject to abuse and where they feel unsafe. It is also about **how the possibilities for finding and creating spaces** have changed as a result of social, political and legal changes, especially since the post war period in the 1950s. [...] Lesbian geographies provides an important critique of the intersections of patriarchy, sexism, homophobia and heterosexism, as well as ensuring that lesbians and queer women's **spatialities are made visible.**" (BROWNE, K.; FERREIRA, 2015, p. 1, grifo nosso)

Se no Brasil mal temos produção da geografia que estude mulheres lésbicas, Browne e Ferreira (2015) inovam ao aparecer com uma proposta de construção de uma nova aditivação, esta, que por sua vez, não é uma novidade na geografia, afinal, a grade de qualquer graduação na área é composta por uma dezena dessas geografias: geografia agrária, geografia das indústrias, geografia do comércio, geografia da população, etc. Ao dar nome à produção de conhecimento baseada nos sujeitos das mulheres lésbicas, as autoras colocam no centro do debate os corpos sexuados das mulheres que historicamente são apagadas como possibilidade de existência (RICH, 2012).

Ao nomear uma geografia lésbica, as autoras esperavam tanto fazer uma crítica ao funcionamento da sociedade numa análise que intersecciona o patriarcado, o sexismo e a homofobia ao tornar visível as espacialidades das mulheres lésbicas e *queer*. Assim como as feministas negras criticavam que o feminismo passava sempre a ideia de uma mulher universal que sempre era branca, Browne e Ferreira (2015) argumentam que a geografia feminista sempre presume uma mulher heterossexual e a geografia da sexualidade foca majoritariamente no homem gay.

As professoras Susana Veleda da Silva e Diana Lan (2007, p.5) quando analisam a produção dos estudos de gênero no Brasil e na Argentina argumentam em um sentido diferente da proposta de Browne e Ferreira (2015), para elas, seria essencial incluir gênero como uma categoria de análise que passasse por todas as áreas da geografia ao invés de construir uma área com foco separado. No livro *A condição espacial*, Carlos (2018, p.19) também vê com ceticismo essa pulverização da geografia em "*n* geografias", afinal, isso realmente ajudaria na

compreensão sobre o mundo ou apenas acompanha a fragmentação e especialização do conhecimento marcado pelo mundo das profissões?

Esse debate está posto e entra na esfera da construção de epistemologias dos sujeitos subalternizados – usando o termo de Spivak (2010). Uma forma de se fazer ouvir não seria justamente reivindicando um nome junto a produção do conhecimento? Não há conclusão correta, no entanto, foi o título do livro *“Lesbian Geographies: gender, place and power”* que me chamou atenção e permitiu com que eu tivesse mais interesse na obra da autora.

Esse reconhecimento a partir da identificação enquanto sujeita lésbica se deu também na leitura das obras de Gill Valentine. Em seu artigo *(Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces* (1993b), a anglofona através da metodologia de entrevistas semiestruturadas traz a narrativa de mulheres lésbicas nos mais diferentes espaços cotidianos: em casa, no trabalho, nos restaurantes, nos hotéis, etc. E embora sejam experiência de outro espaço/tempo, as falas ditas pelas mulheres entrevistadas poderiam ter sido ditas por mim ou por companheiras próximas: “There’s nothing like a Saturday morning in the town centre to make you feel unconventional (Lesbian, middle class, 20s).” (VALENTINE, 1993b, p. 395).

Neste artigo, Valentine (1993b) começa o resumo de forma decisiva “heterossexualidade é a sexualidade dominante na sociedade ocidental” e isso não tem só a ver com a forma como as pessoas se relacionam sexualmente, mas também com os arranjos de poder que opera todos os dias em todos os espaços acontecem. A heterossexualidade que atravessa o cotidiano expulsa as lésbicas de certos espaços, seja pela estrutura que espera uma heterossexualidade, seja pela violência. O gênero, como outros marcadores de diferenciação sociais, impacta a forma como os indivíduos percebem os espaços. Em suas palavras:

“It is argued that, in particular, differences between the sexes stem from inequalities of power between men and women which are reflected in the way space is designed, occupied, and controlled. But, as the quote above suggests, the ability to appropriate and dominate places and hence influence the use of space by other groups is not only the product of gender; heterosexuality is also powerfully expressed in space.”(VALENTINE, 1993b. p. 397)

A geógrafa argumenta que as diferenças entre os sexos resultam de desigualdades de poder entre homens e mulheres que são refletidos na maneira como o espaço é projetado, ocupado e controlado. Mas, como a citação acima sugere, a capacidade de se apropriar e dominar lugares e, portanto, influenciar o uso do espaço por outros grupos não é apenas produto do gênero; a heterossexualidade também se expressa poderosamente no espaço.

A falsa divisão dicotômica entre público e privado ajudaria a esconder a falácia do argumento “não me importo que sejam gays, desde que fique no privado.” Enquanto casamentos heterossexuais são públicos, aparecem nas televisões, e relações heterossexuais são usadas como propaganda de campanha política etc., Valentine (2000, p.4) argumenta, com base no conceito de performance de Judith Butler, que a produção do espaço é marcada pela sua heterossexualização através de performances que naturalizam a heterossexualidade através da regulação e da repetição.

Portanto, a heterossexualização dos espaços se dá pela repetição e regulação das performances heterossexuais. Esta repetição toma a forma de casais heterossexuais se beijando e segurando as mãos nas ruas, as propagandas que constantemente trazem a imagem da família nuclear feliz – o que no Brasil chamamos da “família do comercial de margarina”. São, assim, atos que normalizam o comportamento heterossexual dando liberdade para que heterossexuais continuem performando a sua sexualidade nas ruas uma vez que se encaixam no comportamento esperado desses indivíduos.

No texto de introdução *From Nowhere to Everywhere: Lesbian Geographies*, Valentine (2000) aponta como as mulheres lésbicas também podem construir os seus espaços, algo marcado pelo slogan das lésbicas ativistas “nós estamos em todos os lugares”. Nesta parte, a autora relata as diferenças dos espaços gays e lésbicos, enquanto os primeiros focariam mais na criação de bares e discotecas, as lésbicas:

[...] do create spatially concentrated communities but that these neighbourhoods are often composed of clusters of lesbian households and sometimes counter-cultural institutions such as alternative bookstores or co-operative stores rather than commercial bars and institutions. As a result these lesbian neighbourhoods often have a quasi-underground character which makes them less visible than the gay men's

scene bars to those not in the know. (VALENTINE, 2000, p.3)

As lésbicas poderiam tanto produzir os seus espaços próprios ou usar os espaços heterossexuais de maneira contrahegemonicas, a partir de suas performances, com o uso de determinadas roupas, da linguagem e ou mesmo através das músicas:

“The taken-for-granted way in which asymmetrical couples and families take up public space serves to alienate lesbians who are rarely able to procure space in the same way.[...] when lesbian, gay, and bisexual communities are mobilised and make their presence visible they can appropriate public space. By turning the tables on heterosexuals in this way, Gay Pride demonstrates that space is sexualised, and, more specifically, that it is ‘usually’ heterosexual.” (VALENTINE, 1993b, p. 407)

Desta forma, as mulheres lésbicas negociam suas vivências nos espaços, inclusive, as vezes permanecendo no armário ou performando feminilidade para garantir a permanência em um determinado emprego. Nestas situações de violência, a simples presença das lésbicas representam um risco na estrutura de poder que separa homens e mulheres.

Lésbicas que moram sozinhas relataram muitas vezes preferir apenas ficar em casa onde se sentem seguras:

For some lesbians, the private space of their own ‘home’ is the only place Where they feel safe and able to express their sexual identity without fear of exposure or violence, because they can control access to it and the behaviour of others and the expression of sexuality within it. Hence ‘home’ can be a haven where they can forget the habit of self-concealment and be themselves. (VALENTINE, 1993b, p.399)

Essa falta de pertencimento e sentimento de insegurança afeta as mulheres de modo geral, mas de uma maneira particular as mulheres lésbicas, gerando sensações de tristeza e isolamento, algo que também é analisado no artigo *Desperately seeking Susan: a geography of lesbian friendships* (1993a), no qual Valentine analisa as narrativas de mulheres para encontrar amizades, uma vez que um convívio com

heteressexuais pode se manifestar desconfortável pela ausência de interesses em comuns.

A vida das mulheres lésbicas e dos homens gays passam por diversas negociações de sobrevivência e existência, um determinante que marca esse processo é a saída do armário. Como pontua Sedgwick (2007), devido a heteronormatividade ser regra presente a todo momento se faz necessário uma nova saída do armário, como uma boneca russa, saio de um armário para logo me ver dentro de outro. Mesmo as pessoas mais “assumidas” passam por esse constante processo de revelação da identidade homossexual.

No artigo *Coming out and outcomes: negotiating lesbian and gay identities with, and in, the family*, Valentine (2003) traz a questão da saída do armário dentro família não como um processo individual, mas que exige um diálogo intergeracional – e nisso chama atenção da geografia para estudos que levem em consideração a questão familiar. Para a autora a saída do armário não tem um ritual tradicional, não tem receita e nem script. Tanto para quem sai, quanto para quem recebe a notícia. Portanto, não existiria apenas as duas visões dicotômicas da saída do armário no ambiente familiar, onde de um lado existiria uma aceitação positiva e romantizada da família e do outro uma rejeição completa. As relações são mais complexas que isso.

Por fim, como essas autoras, Gill Valentine e Kath Browne, enxergam esse sujeito que se autodenomina lésbica? Ambas as autoras tomam os devidos cuidados para não essencialização de uma identidade. Valentine reconhece a sexualidade como fluidez: “However, I recognise thai sexual identities can be fluid; and that there are multiple sexual identities within and outside the dominant heterosexual homosexual discourses.” (1993b. p.397). Já Browne e Ferreira (2015) articulam como não há uma única definição desse termo que apenas na história contemporânea vem sendo reinventado enquanto identidade (nem sempre na história amar e ter relações com outras mulheres foi denominada enquanto uma prática lésbica). O debate sobre o que seria uma lésbica estaria associado a discussão sobre o que seria uma mulher, e o conceito de performatividade é novamente chamado para pensar o gênero enquanto repetição e regulação. Neste ponto o espaço entra como categoria fundamental para explicar a realidade uma vez que é no espaço que as performances acontecem.

Se o próprio termo mulher e por consequência o do termo “lésbica” está cada vez mais fluído por que as autoras reclamam o seu uso? Elas pontuam três argumentos para a validade da identidade lésbica:

Firstly, it operates as recognition of the ways in which heterosexual and patriarchal power relations (heteropatriarchies) continue to need to be contested.[...] Secondly, the term lesbian continues to be a salient way in which people identify. This category remains important for many and lesbians continue to collectively gather under the sign lesbian/dyke.[...] Thirdly recognising that ‘lesbian’ is not a coherent or homogenous category and that labelling is fluid across space and time, lesbian geographies have the potential to further contest the very nature of geography and how we do geography. (BROWNE; FERREIRA, 2015, p. 5-6)

Ou seja, para Browne e Ferreira, o termo “lésbicas” – e “geografia lésbicas” – se mantém válido uma vez que as pessoas continuam a se identificar enquanto lésbicas e a se projetar politicamente enquanto lésbicas. É ainda uma forma de reconhecimento da contestação das relações heteronormativas e do patriarcado, e por último, quanto mais estudos sobre lesbianidades maior variedade do que é ser lésbica é apresentada.

Considerações finais

Realizar este trabalho envolveu uma imersão nos escritos das autoras Kath Browne e Gill Valentine, duas autoras anglófonas que produziram pesquisa sobre geografia e lésbica. Como pontua Kathe Browne (2011, p.136), nos países anglo-americanos/saxões as chamadas geografias das sexualidades já têm mais de quarenta anos de estudos. Isso não significa que os caminhos foram ou mesmo que são tranquilos, a tentativa de deslegitimação desses estudos através de argumentos como possíveis desvirtuamento de uma geografia pura é ainda tema de debate. Nesta linha, Gill Valentine em um artigo escrito em parceria com Jon Binnie (1999) no qual debatem a temática da sexualidade, aponta que embora tenha ocorrido um progresso considerável nos estudos de sexualidade, a homofobia dentro dos espaços acadêmicos permanecia, inclusive com ataques pessoais às

pesquisadoras. Os desafios das próprias autoras são aproximações da contenda das geógrafas brasileiras que tentam fazer estudos de gênero de dentro da geografia.

Outras aproximações possíveis são os métodos utilizados. O modelo de entrevista semiestruturada permitiu com que, mesmo que as pesquisas tenham sido feitas em espaço e tempos diferentes, houvesse uma identificação com as entrevistadas. Ao trazer a análise das narrativas das mulheres lésbicas as autoras permitiram um encontro de sujeitas lésbicas que ultrapassa fronteiras e nos conecta de múltiplas formas enquanto comunidade.

A produção do espaço por mulheres lésbicas é permeada pelo desafio das performances marcadas como desviantes de uma estrutura que espera o modelo heterossexual. Um beijo entre duas pessoas do mesmo sexo muda o espaço antes normativo, ou pelo menos o desafia. Não à toa, os “beijaços” ocorrem como forma de protesto e resistência seja no norte global ou no Brasil. O evento do dia 19 de agosto de 1983 no Ferro’s Bar, que ficou posteriormente conhecido como o “Stonewall brasileiro” (PEREIRA, 2019) e que serviu de pontapé para a reivindicação do dia nacional do orgulho lésbico, foi uma dessas manifestações de rompimento normativo da paisagem através do uso dos corpos.

É claro, no entanto, que há diferenças entre o ser lésbica de “lá” e o de “cá”. A formação territorial dos países e dos movimentos de mulheres e de mulheres lésbicas são diferentes. Quando Valentine (2000) cita que a rainha Vitória no século 18 quando questionada sobre a formulação de leis contra relações sexuais entre mulheres haveria dito que “lésbicas não existiam” e, por consequência, estas ficaram de fora das leis contra a homossexualidade, ela narra uma especificidade histórica da formação de seu país. No Brasil, por exemplo, os processos de inquisição para os homossexuais teriam outras características daquelas que ocorreram na Europa (REZZUTTI, 2018).

Por fim, o que as autoras brevemente estudadas neste artigo mostram é a possibilidade de existir e de produzir epistemologia enquanto uma sujeita lésbica. E, no que mais me interessa, a partir e de dentro da geografia.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality – a review of progress. **Progress in Human Geography**, 23,2, p. 175–187, 1999.

BROWNE, Katherine. Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades de gêneros. IN: SILVA, M.; SILVA, J. (org), **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

BROWNE, Kath; FERREIRA, Eduarda. Introduction to Lesbian Geographies. In: BROWNE, K.; FERREIRA, E (org). **Lesbian Geographies, Gender, Place and Power**. Ashgate, 2015.

BROWNE, Katherine. “Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem)”¹: os lugares e olhares de corporalização “feminina”. IN: SILVA, J. et. al. (org). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Joseane. Levante ao Ferro’s Bar: o Stonewall brasileiro. **Aventuras na história**. 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/levante-ao-ferros-bar-o-stonewall-brasileiro.phtml>>. Acesso em 17 abr. 2021.

REZZUTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n28, p. 19-41, 2007.

SILVA, Susana M. Veleza da; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. **Belgeo**, n. 3, p. 371-382, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALENTINE, Gill. Desperately seeking Susan: a geography of lesbian friendships. **Area**, Oxford, Vol. 25, No. 2 p. 109-116, Jun.1993a.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. Environment and Planning D: **Society and Space**, vol. 11, p. 395-413, 1993b.

VALENTINE, Gill. Introduction: From Nowhere to Everywhere: Lesbian Geographies. **Journal of Lesbian Studies**, 4:1, 1-9, 2000.

VALENTINE, Gil. Coming out and outcomes: negotiating lesbian and gay identities with, and in, the family. Environment and Planning D: **Society and Space**, volume 21, p. 479 – 499, 2003.

CARTOGRAFIAS DE GÊNERO: LÉSBICAS, MÃES E “BOFES”, SUBVERSÕES DO FEMININO

Rosangela de Araujo Lima

Doutora em Sociologia (UFPB); Mestre em Educação (UFPB); Especialista em Sexualidade Humana (UFPB); Psicóloga (UFPB); Professora Adjunta Aposentada UNINASSAU; Doutoranda em Psicologia Clínica (UNICAP) – PE/PB, psirosa@gmail.com;

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Professor orientadora: Doutora - UNIVERSIDAD DE DEUSTO (1999). Professora adjunto IV da Graduação em Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco- PE, crisamaz@gmail.com.

Resumo

Apresenta-se no escopo desse trabalho uma análise dos constructos de gênero sob a perspectiva do feminismo pós-estruturalista e da Teoria Queer. Parte-se da desconstrução de uma possível essência feminina que à priori seria incompatível com uma vivência lésbica, materna e sexualmente ativa. O objetivo geral é o de analisar os constructos performáticos de mulheres lésbicas a partir de suas variadas sociabilidades. Advoga-se que mulheres que tiveram uma vivência heteronormativa e romperam com a mesma, abrigam em si diversas identidades, tais como: De Mãe, Lésbica, Bofe. A metodologia escolhida é Autobiografia. Apoiar-se teoricamente nos pressupostos de Foucault (1993), Butler (2017; 2019) Preciado (2017), dentre outros autorxs. Esse texto dará visibilidade a outras e variadas formas de vivência lésbica. Conclui-se que no que se chama lesbianismo existe uma gama multifacetada de performances existenciais que vão além de concepções reducionistas de ordem biologizante.

Palavras-chave: Teoria Queer, Lesbianismo, Autobiografia, Gênero.

INTRODUÇÃO

Esse artigo versa e tem como proposta central desconstruir a luz do pensamento pós-estruturalista e da Teoria Queer uma possível essência feminina que à priori seria incompatível com uma vivência lésbica, materna e sexualmente ativa. A partir da compreensão que o sujeito pós-estruturalista apresenta em si muitas e inúmeras identidades, umas que podem, aparentemente, ser antagônicas a outras, tais como as que cito inicialmente.

Falar da sexualidade humana é mergulhar nas verdades construídas pela racionalidade instrumental da modernidade a qual concebe o indivíduo como possuidor de um núcleo adquirido ao nascer, e que permanece ao longo de sua existência, essencialmente o mesmo, o qual se constitui das capacidades da razão. Este é um indivíduo unificado interiormente e ao núcleo racional, permanente e estável, denomina-se identidade. Cada indivíduo apresenta-a de forma constante, estável e fixa por toda a sua vida. É soberano no seu pensamento, consciente e situa-se no centro do conhecimento, o que conduz à máxima de René Descartes: “Penso, logo existo”, apud Stuart Hall (2002, p.27). Daí ser chamado de sujeito cartesiano.

Michel Foucault (1993) questiona não só a existência desse sujeito, como também denuncia os mecanismos e práticas discursivas que o constituem, assim como a tipologia psicológica construída pela medicalização da sexualidade humana. Ao inverso de muitos estudiosos¹ (que advogam o estabelecimento de uma moral sexual repressiva, a partir do final do século XVIII, consolidando-se no século XIX), Foucault (1993) desconstrói a hipótese repressiva e (re) elabora uma leitura do período vitoriano, em que a sexualidade foi não só criada a partir de práticas bem articuladas de poder/saber/prazer, como também o discurso sobre sexo nesse período foi prolixo e objetivou constituí-lo como um problema.

A ciência sexual ocidental, incentiva o falar, o dizer, o perscrutar, pois há a concepção de que, ao verbalizar seus mais secretos desejos,

1 Wilhelm Reich em “Psicologia das massas do fascismo” (1988) e Herbert Marcuse em “Eros e a Civilização” (1981).

pensamentos e sensações, será descoberto algo alheio, muitas vezes, ao próprio indivíduo, pois:

O sexo é dotado de um poder inesgotável e polimorfo. O acontecimento mais discreto na conduta sexual – acidente ou desvio, déficit ou excesso – é supostamente capaz de provocar as consequências mais variadas (...) Sim, porque o funcionamento do sexo é obscuro (...) porque seu poder causal é, em parte, clandestino” (FOUCAULT, 1993, p. 64-65).

Nos anos 1970, críticas feministas, a exemplo de Gayle Rubin em seu emblemático texto *O Tráfico de Mulheres* (1975), dão um salto qualitativo na discussão da assimetria sexual entre homens e mulheres ao denunciar a não essencialidade dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, concebidos como essencialmente biológicos, tanto por feministas de corrente teórica liberal e radical.

Rubin (1975) denuncia a heterossexualidade obrigatória e compulsória, apoiando-se na análise do antropólogo Lévi-Strauss sobre a organização social dos sexos e advoga, então, que o gênero é uma divisão de sexos imposta socialmente; sua construção se dá pela supressão das semelhanças naturais, tendo como consequência imediata, a divisão sexual do trabalho de forma a garantir a simetria da dependência de um sexo por outro.

De modo que identidades que aparentemente são contraditórias, podem e são acolhidas e compreendidas a partir de uma desconstrução da política identitária.

Na minha vivência como mulher, como mãe, como lésbica, como psicóloga, como docente, encontro outras mulheres, que tais como eu, que quebram os estereótipos de gênero e de essencialidade feminina e elaboram outras cartografias e performances existenciais, não apenas em relação à sexualidade, como a outras esferas da vida, tais como econômicas, profissionais, afetivas.

Também identifico que tais mulheres são por vezes mal compreendidas por outras lésbicas e também profissionais da Psicologia, que as procuram “enformar” em novos modelos essencialistas. É a partir dessas inquietações e indagações, que me motivo a cursar um segundo doutorado para mergulhar nessa temática.

Desse modo percebo a importância de responder a seguinte problematização: Quais constructos performáticos mulheres lésbicas vivenciam a partir de suas variadas sociabilidades? Advogo, pois, que

mulheres que tiveram uma vivência heteronormativa e romperam com a mesma, abrigam em si diversas identidades, tais como: De Mãe, Lésbica, Bofe², sendo que essa última característica possa advir da vivência no casamento heteronormativo e sua assimetria de gênero.

Opto por uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, é relevante destacar que a etnografia é uma estratégia que informa o trabalho de pesquisa, rica para o estudo dos processos e interações sociais, das práticas e das representações. Possibilita por todas as suas características, acessar a complexidade, a singularidade, a “arte de fazer,” como diz Certeau (1994), que constituem as atividades diárias das pessoas.

Para obter as respostas e atender aos objetivos formulados, apresento os seguintes passos metodológicos Realizar uma Autobiografia, posto que o autorrelato pode ser tomado como um locus privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária. Os métodos biográficos nas ciências sociais, na psicologia social contemporânea e na psicanálise, por exemplo, operam neste interjogo entre a privacidade de um sujeito e o espaço sócio histórico de sua existência, seja ampliando a compreensão dos fenômenos sociais e grupais, seja fazendo emergir um sujeito capaz de recontar a narrativa sobre si mesmo, na clínica (CARVALHO, 2003).

Objetivos

- GERAL: Analisar os constructos performáticos de mulheres lésbicas a partir de suas variadas sociabilidades.

Específicos:

- Apresentar a construção histórica do conceito de Sexualidade Humana e Gênero;

2 Bofe- No linguajar lésbico, diz-se da mulher que é sexualmente ativa na relação homoerótica, daquela que tem características masculinas, lésbica ativa, “Mulher de Pegada”.

- Contar a autobiografia da pesquisadora enquanto mulher de vivência lésbica.
- Relatar a luta histórica de mulheres de vivência lésbica por visibilidade social.

Metodologia

Investigar a realidade social descortina-se como uma gama de opções em que se agrupam várias formas de construir o conhecimento. Todavia, quaisquer que sejam as opções investigativas, assentam-se a partir da cultura em que se insere o/a pesquisador (a), na qual a linguagem ocupa lugar preponderante na construção epistemológica. Meu objeto de estudo é o comportamento social e sexual de mulheres que tiveram uma vivência heteronormativa e romperam com a mesma, experienciando, então, uma “identidade” lésbica. O norte deste trabalho é compreender como está constituído e construído o cotidiano dessas mulheres.

Opto por uma escrita autobiográfica, posto todas as dificuldades e processos excludentes que me deparei não apenas por ter assumido uma vivência lésbica e rompido com a heteronorma, mas por ser mãe e muitas vezes ter sido questionada quanto a minha capacidade em exercer minha “maternidade”, como também por não corresponder aos constructos *Butch Femme*.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos e da problematização: Quais constructos performáticos mulheres lésbicas vivenciam a partir de suas variadas sociabilidades? Pois advogo que mulheres que tiveram uma vivência heteronormativa e romperam com a mesma, abrigam em si diversas identidades, tais como: De Mãe, Lésbica, Bofe.

Referencial teórico

O conceito de gênero foi/é elaborado na esteira do movimento feminista contemporâneo; tratar daquele implica, necessariamente, tratar deste. A invisibilidade feminina na história, suas poucas oportunidades nos espaços públicos, econômicos, sociais e políticos instigaram as críticas feministas à elaboração deste conceito, o qual se apresenta pouco coeso, múltiplo, como o próprio movimento feminista que lhe deu origem. De acordo com Joan Scott (1990), as abordagens utilizadas pelas feministas na análise de gênero situam-se em torno

de uma teoria do patriarcado, por uma leitura/interpretação marxista e através de algumas escolas psicanalistas norte-americanas ou francesas (essas últimas ligadas a Jacques Lacan). Todavia Scott (1990) vai além das supracitadas abordagens e advoga que o gênero implica em quatro prerrogativas: os símbolos disponíveis, os conceitos normativos, a noção de política e a identidade subjetiva.

Para a mulher de vivência lésbica os símbolos disponíveis a encerra e conforma em compreensões e proposituras reducionistas e míopes. Quanto ao segundo ponto, os conceitos normativos, adquiridos através do simbólico, cristalizam-se em oposições binárias, estabelecem muito claramente, a partir dos constructos do par binário Masculino e Feminino, e finda por assinalar comportamentos e condutas de homens e mulheres, respectivamente, como também de mulheres de prática Heteroerótica e homoerótica, de modo a estabelecer, mesmo fora da Norma Heterocêntrica, o que compete e não compete a uma “lésbica”.

O terceiro ponto levantado articula sobre o uso de gênero para legitimar o obscurecimento da participação feminina em movimentos históricos os mais diversos, apagando quaisquer formas de participação política feminina, ou no mínimo, reduzindo-as significativamente. O quarto ponto e sua argumentação, a questão da identidade subjetiva trata das muitas variáveis como raça/etnia, orientação sexual, religião. Sandra Harding (1993), ao problematizar o sistema sexo/gênero, denuncia a instabilidade, fragilidade e fluidez das diversas identidades com a presença de indivíduos que frequentemente cruzam as bem montadas fronteiras do discurso moderno sobre o assunto, o qual concebe uma linearidade entre identidade de gênero e identidade sexual.

A Psicologia é desafiada a formar profissionais que aprendam essa fluidez, desapeguem-se de antigos preconceitos e exerçam um fazer e cuidar psicológico inclusivo e distante de propostas essencialistas; a compreensão que somos expressões culturais, que a construção social é de importância ímpar no comportamento dos indivíduos é uma necessidade premente para profissionais da Psicologia. Sobretudo no que se refere às performances e vivências sexuais, as quais a medicina oitocentista denominou de Sexualidade Humana. Foucault (1993) adverte:

A sexualidade foi defendida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções

terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos (...) a história da sexualidade – isto é, aquilo que funcionou no século XIX como domínio da verdade específica – deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos (FOUCAULT, 1993, p.67).

Sob essa perspectiva, então, e é a que defendo neste projeto, a sexualidade humana é uma construção linguística discursiva de um determinado momento histórico e cultural da sociedade ocidental. A grande questão é que as verdades erigidas, sobre este construto, continuam intocadas em muitos dos seus aspectos mais significativos.

Muito embora se tenha caminhado significativamente na apreensão dessa concepção sobre a sexualidade humana, é possível identificar que no constructo do que é uma mulher lésbica, vêm entendimentos que outras identidades não lhe são possíveis e ou cabíveis. De certo modo, há um engessamento dessa vivência, inclusive por outras mulheres lésbicas e demais sujeitos do segmento LGBTQIA+³. O estereótipo criado da lésbica que usa roupas andróginas, cabelo curtinho e é sexualmente “ativa” na relação erótica contraposto à lésbica “feminina”, que tem uma visual que marca a invisibilidade lésbica, posto não ser identificada como aquela e ouve de pessoas, não só homens que:” Nossa, você tão bonita, nem parece lésbica” e é relacionada a uma certa passividade sexual, nada mais que uma transposição da compreensão dos papéis de Gênero da Norma Central: A heteronormatividade conjugal e monogâmica.

Acadêmicas anglo-saxãs, radicalizando o feminismo pós-estruturalista com base nos teorizações de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, produzem na área dos Estudos gays e lésbicos uma série de postulados a que denominam Teoria Queer. O termo Queer (usado pejorativamente para referir-se às pessoas de prática homoerótica) pode também ser traduzido por estranho, diferente. Pensar estranho, diferente, ousar ir além da bem comportada moral sexual que usualmente permeia a compreensão das relações homoeróticas é desconstruir o conhecimento produzido sobre o assunto a partir do

3 LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras possíveis vivências da sexualidade.

século XIX, em um sentido derredeano, ou seja, é desconstruir esse discurso como posição política no sentido de apresentar abertura para o outro, ou como traduz Francisco Ortega (2000, p. 55): “A desconstrução seria uma certa experiência do impossível”. Para Derrida (2001), o impossível seria a urgência do instante, causando não imobilismo utópico, mas que possibilita a criticidade, oferece resistência a verdades da ordem do positivo, prontas, acabadas, tautologicamente defendidas assim porque da natureza humana e porque naturais.

Desconstrução, portanto, é um conceito central na teorização Queer, principalmente em se tratando da concepção de sujeito sob a ótica moderna; desconstrói-se, dessa forma, o sujeito cartesiano, já aludido neste texto, o qual encerra, em si, a racionalidade, a fixidez e a consciência norteando-lhe as ações, tornando-o soberano de sua existência.

De acordo com Stuart Hall (2002, p. 36), o marxismo e a psicanálise freudiana produziram descentramentos nesse sujeito. Com Karl Marx vem a constatação de que o ser humano faz história a partir das condições que lhe são dadas, pois é dependente do contexto histórico em que se insere. Na perspectiva psicanalítica tem-se a descoberta do inconsciente que, grosso modo, determina a estrutura do desejo sexual, funcionando com uma lógica muito diferente da razão: “arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – o penso, ‘logo existo’, do sujeito de Descartes” (Stuart Hall, 2002, p. 37).

Neste contexto, surge o sujeito sociológico, que tanto recebe influência dos grupos sociais a que pertence; como, também influencia na organização desses grupos. Seria uma relação interativa, sujeito x meio social. Nesta perspectiva, embora haja o reconhecimento das influências exteriores na conformação do eu, o indivíduo ainda retém um certo núcleo consciente, racional, que dialoga com o social.

Neste trabalho adoto a concepção de pós-modernidade por concordar com os argumentos de autores como Lyotard (1979) Stuart Hall (2001), David Lyon (1998), Perry Andersom (1999) Linda Hutcheon (1991), dentre outros/as; que defendem este conceito, principalmente em relação à concepção de sujeito pós-moderno, o qual se define como produzido na discursividade; nômade em suas identidades, esse sujeito “não é o centro da ação social”, afiança Tomaz Tadeu da Silva (2002, p. 113), “ele não pensa, fala e produz: ele é pensado, falado e

produzido”, arremata. É a partir dessa concepção de sujeito que os postulados Queer se estruturam.

O objetivo da teoria Queer é o de problematizar e complicar a temática da identidade sexual, pois, até então, os estudos e reivindicações do movimento gay/lésbico pretendiam buscar aceitação social de suas práticas sexuais, sem questionar o núcleo central: a política de identidades que sustenta o binarismo heterossexualidade x homossexualidade. Ao contrário de questionar a heteronormatividade compulsória, o movimento LGBTQIA+ assume o discurso moderno sobre a existência de sexualidades desviantes ou periféricas. A teoria Queer propõe o caminho inverso: Denuncia a artificialidade dessa divisão, postula que não há um núcleo central, essencial, definidor de uma identidade estática, cristalizada, mas sim possibilidades identificatórias, extremamente fluidas, de ordem contingencial (Deborah Britzman, 1996; Judith Butler, 1987, 1998, 1999a, 1999b, 2003; Jeffrey Weeks, 1999; Sandra Harding, 1993; Tomás Tadeu da Silva, 2002, 2010; Guacira Lopes Louro 1995, 1999, 2001a, 2001b, 2001c).

Judith Butler (1999, p. 167) diz que “na teoria do ato da fala, um ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que nomeia”; no entanto, esta autora postula que a mesma eficácia que garante atos performativos possibilita a interrupção da repetição de identidades hegemônicas pela ruptura, questionamento e contestação, o que geram outras performances e o cruzamento constante de fronteiras. Chris Beasley (1999) afiança que:

Butler recommend, in common with Foucault, a desegregation of sexual categories and their heterosexist binary organization on the basis that the sexed body cannot be located outside of discursive framework: The body's sexuality and the direction of its desires are constructions within the frameworks (CHRIS BEASLEY, 1999, p.96)⁴.

Essa desconstrução deve ir além das relações de gênero usuais (Homem x Mulher) e estender-se às mulheres de vivência lésbica e toda a cartografia que existe em seu entorno.

4 Butler aconselha, em comum com Foucault, uma desagregação de categorias sexuais e sua organização binária heterossexista, com base no fato de que o corpo sexualizado não pode ser estabelecido fora das estruturas discursivas: a sexualidade do corpo e a direção dos seus desejos são construções dentro destas estruturas (Tradução livre).

Resultados e discussão

Ao optar por uma autobiografia compreendo que enveredo por uma forma nova e situada de produzir conhecimento científico, todavia como afiança AndreaAlliaud (2006):

La autobiografía como instrumento y la perspectiva biográfico-narrativa como método y enfoque de abordaje, resultaron herramientas compatibles con nuestra preocupación acerca del carácter constructivo-creativo con el que nos interesaba abordar los recuerdos escolares de los maestros. (...) Las autobiografías expresan algo más que hechos, acontecimientos o descripciones de la vida. Otorgan sentido. Constituyen formas de expresión y creación de sujetos, social e históricamente situados (ANDREAALLIAUD, 2006, p.10).

Certamente que um dos questionamentos que inicialmente vêm à tona é: É possível haver objetividade e cientificidade num relato autobiográfico? Ao se falar em objetividade e cientificidade refere-se a alguém que atua e escreve independentemente de seus sentimentos ou opiniões próprias; tal maneira de pensar ciência advém do paradigma positivista, esclareço então, que esse trabalho ampara-se paradigmaticamente no pensamento da Complexidade o qual compreende que o ser humano, a sociedade constituem-se de sistemas abertos de trocas e as fronteiras entre “exterior” e “interior” são pouco nítidas. De modo que sob uma perspectiva epistemológica do Pós-Estruturalismo há uma recusa em aceitar o cogito cartesiano uma existência axiológica e advoga-se uma compreensão da realidade enquanto construção sócio-cultural.

Isso posto, vejo que eu ao romper com um modelo de vida heteronormativo, e sair de um casamento “adequado e estável” com um médico pequeno-burguês e assumir uma vivência lésbica, rompi com estruturas sociais bastante rígidas e vivenciei situações de exclusão social e discriminação que longe de fazer desse relato, algo piégas, corroborou para me imiscuir numa vivência de prática de liberdade foucaultianamente falando.

Ser mãe (agora avó também), ter uma aparência muito feminina e estabelecer relacionamentos homoafetivos em que os papéis de

*Butch*⁵ e *Femme*⁶ não correspondiam exatamente à minha constituição corporal fez-me ser questionada mesmo em meio ao mundo LGBT. É relevante destacar que a narrativa de si pode representar uma oportunidade crítica-reflexiva sobre de como nos constituímos sujeitos.

Contudo, como afiança Judith Butler (2017, p. 214): “Significativamente, tanto o corpo sexuado como ‘fundo’ quanto a identidade *Butch* ou *Femme* como ‘figura’ podem deslocar-se, inverter-se e criar uma confusão erótica de vários tipos”, de modo que muitas vezes o horizonte LGBTQIA+ deixa-se guiar pelas visões da heteronormatividade em que as performances coporais ditam e “encaixam” pessoas no jogo dos significantes do que é ser “masculino” e “feminino”, fato que até certo ponto é compreensível posto que a heteronormatividade enquanto dispositivo de poder disciplinar encontra-se arraigada nos constructos de vida desses sujeitos.

Romper não apenas com um casamento heteronormativo, mas desconstruir essa possível “essência de feminilidade” teve um investimento social e pessoal significativo, mas que resultou numa estética da existência satisfatória e libertária.

Considerações finais

Constata-se, pois, que a desconstrução de uma compreensão de identidade sexual e de gênero enquanto processos da ordem do biológico é necessária e que a vivência lésbica abriga em si muitas e diversas possibilidades que vão além do binarismo Masculino X Feminino, apresentando outras e variadas possibilidades performativas no tocante aos constructos de gênero e vivência sexual. Aparências de Butch e Femme em nada determina as vivências sexuais que essas pessoas se envolvem, fugindo à norma heterossexual e seus constructos performáticos.

5 Termo reservado à lésbica supostamente ativa e quem tem um visual mais andrógino e/ou masculinizado.

6 Diz-se da lésbica de aparência mais “feminina” e que supostamente tem uma performance sexual mais “passiva”.

Referências

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEASLEY, Chris (1999). What is feminism? In: _____. **Na introduction to feminist theory**. London, Thousand Oaks, New Delhi. SAGE Publication.

ANDREA ALLIAUD. EXPERIENCIA, NARRACIONY FORMACION DOCENTE IN: **Educação e Realidade**, 31 (1): 7-22, Jan/jun., 2006.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**. 21 (1): jan./jun, p. 71-76, 1996.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero – Beauvoir, Witting e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; DRUCILLA, Cornell (orgs.). **Feminismo como crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**. N. 11, p. 11-42, 1998.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. De las categorias del feminismo. In: CARBONELL, Neus; TORRAS, Meri (orgs.). **Feminismos literários**. Madrid: Arco Íris, p. 25-75, 1999.

_____. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Biografia, identidade e narrativa**: elementos para uma análise hermenêutica. Horizontes Antropológicos. vol.9 no.19 Porto Alegre July 2003, disponível IN: <http://www.scielo>.

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100012 ,
Acessado em 28 de dezembro de 2019, as 10:10h.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de Fazer. 12ª Ed.
Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. In BOSI, E.
Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia
das Letras, 1987.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Jvonna. **O Planejamento da Pesquisa
Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. 11.
ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de
Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria
feminista. **Estudos Feministas**. Vol. 1 (1), p. 7-31, 1993.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, fic-
ção. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa
Buarque de. (org.) **Tendências e Impasses** – o Feminismo como crítico
da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos.
In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.) **Crítica Pós-Estruturalista e Educação**.
Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____ (org.) Pedagogias da sexualidade. In: _____ (org.). **O corpo
educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica,
1999.

_____. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Teoria Queer** – uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas. vol. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. **Gênero: questões para a educação**. Seminário Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo: ITU, abril, 2001.

LYON, David. **Pós-Modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1998.

MARCUSE, Herbert. **Eros e a Civilização**. 8. ed. São Paulo: LTC, 1981.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política de amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

REICH, Wilhelm. **Psicologia das massas do fascismo**. 2ª ED brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres**. 1975, Disponível IN: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20%286%29.pdf, Acessado em 17 de dezembro de 2019, às 09h40min.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul. Dez, 1990.

SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES: UMA BREVE ANÁLISE DO CURSO DE EXTENSÃO DA UFBA¹

Raíssa Lé Vilasboas Alves

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bolsista CAPES. E-mail: raissalvalves@gmail.com

Bárbara Elcimar dos Reis Alves

Pesquisadora do Grupo Enlace, da Universidade do Estado da Bahia, e do GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação da Universidade Federal da Bahia. E-mail: alves.barbaraadm@gmail.com

Felipe Bruno Martins Fernandes

Doutor, Professor do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD) da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orientador. E-mail: fernandes.felipebruno@gmail.com

Resumo

O curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades aconteceu durante o Semestre Letivo Suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e se apresentou na modalidade de Educação à Distância (EAD) tornando-se compatível com o contexto pandêmico que o Brasil está passando, devido à COVID-19. A proposta foi de oferecer um curso introdutório sobre as teorias feministas e lésbicas considerando suas intersecções e buscando sensibilizar diversos atores sociais para as questões lésbicas e os direitos humanos. Durante o desenvolvimento da atividade de extensão foi contemplada discussões sobre raça, classe,

1 Esse artigo é resultado do projeto de extensão “Teorias Feministas e Lesbianidades”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

território, corpo, além de ampliar o debate e a compreensão acerca das lesbianidades. A relevância desse trabalho se encontra na fronteira entre academia e comunidade, estabelecendo diálogos e tecendo redes: de apoio e conhecimento. Foi proporcionada reflexões, transformações e acesso a leituras, autoras e referências que não são facilmente encontradas dentro da academia, seja por desconhecimento ou escolhas epistêmicas. Assim, o curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades colaborou para a visibilidade lésbica e para a disseminação do pensamento lésbico.

Palavras-chave: Teorias Feministas e Lesbianidades, Curso de Extensão, Pensamento Lésbico.

Introdução

O curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades aconteceu durante o semestre suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com carga horária de 68 horas/aula, oferecido para as comunidades interna e externa da universidade (discentes de graduação e pós, ativistas dos movimentos sociais, comunidades populares, gestores de políticas públicas e interessados no tema), ministrado pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes. A proposta foi de oferecer um curso de extensão introdutório sobre as teorias feministas e lésbicas considerando suas intersecções, e buscando sensibilizar diversos atores sociais para a questão lésbica e os direitos humanos.

Pretendeu-se como público-alvo pesquisadoras, ativistas e analistas de políticas públicas propondo um curso de extensão interdisciplinar em constante diálogo com as mais diversas áreas: Direito, Jornalismo, Psicologia, Antropologia, Letras, História, Sociologia, etc. Além disso, o curso foi construído com a participação virtual de professoras de referência nacional nos Estudos de Gênero e no campo das Políticas Públicas e Ativismo Lésbico, mais especificamente nas discussões sobre os feminismos e as lesbianidades.

O curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades se apresentou na modalidade de Educação à Distância (EAD), através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle da UFBA. Composto de 18 semanas/aula teve seu encerramento em 06 de dezembro de 2020, com um total de 70 cursistas inscritas. O curso contou com atividades multimídia (videoaulas, *podcasts* e webnários), leitura de textos e exercícios de escrita interativa, visando a interação com as/os demais cursistas como foco da dinâmica pedagógica, enriquecida pela troca de conhecimento, experiências e múltiplos saberes. Foi disponibilizada a tradução em Libras das videoaulas, facilitada por Alón Maurício (DIVERSILIBRAS) e equipe do NAPE/UFBA, tornando-o mais acessível.

Como encerramento do curso foi organizado um webnário com a professora Suely Messeder explanando sobre o tema “Mulheres Masculinizadas em Salvador”, com transmissão para o *Youtube* e *Facebook* (sempre prezando pelas políticas de prevenção à COVID-19). Como produto final, está em processo de construção um *e-book*

contendo os trabalhos de conclusão das/dos cursistas em formato de biografia, elaborando um memorial de existências lésbicas no Brasil, sob o título provisório “Lésbicas do Brasil”.

As aulas ministradas pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes possuíram suporte da mestrandia do PPGNEIM, Raíssa Lé, que pesquisa teorias lésbicas na América Latina. Na organização do projeto com ações de monitoria das aulas e auxílio das/dos cursistas esteve a bolsista Daiane Oliveira, contemplada com o auxílio estudantil. Além da presença de Bárbara Alves, também voluntária, que participa da coordenação trazendo ainda a teoria da experiência, tendo em vista que co-coordenou as duas edições do Pensamento Lésbico Contemporâneo. Além disso, contou também com a participação das professoras convidadas para as videoaulas ou webnários que aconteceram paralelamente ao curso como atividade extraclasse.

Metodologia

Esse artigo é parte de uma pesquisa de dissertação que pretende compreender o modo como as teorias lésbicas adentram as universidades a partir do curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades, o qual se torna seu campo de análise. Como hipótese preliminar essa inserção se dá através da entrada de lésbicas nas universidades, de publicações sobre lesbianidades em revistas e periódicos científicos e através de cursos de extensão, o foco deste trabalho é discutir como este último possibilita o pensamento lésbico chegar nos espaços acadêmicos.

Para construção desse trabalho foi utilizado como método a etnografia de tela que permite uma longa imersão no campo juntamente com a observação sistemática (TORRES; FERNANDES, 2019) que, nesse trabalho, contou com a entrada da pesquisadora como observadora-participante, compondo a equipe de coordenação do curso e interagindo nos fóruns de atividades, bem como construindo diários de campo para análise de dados. Por fim, apresentamos com este trabalho algumas breves análises preliminares dos fóruns de discussão do curso.

Resultados e discussão

O fórum intitulado “Vamos nos conhecer? Apresente-se aqui!”, foi aberto ainda antes do início oficial do curso como parte da primeira atividade e teve como intuito a interação entre cursistas e, também, com a equipe de coordenação. Nele havia uma dinâmica denominada “Dinâmica do Bazar” que consistia em escolher uma imagem de objetos dispostas na tela, a cursista precisava escolher a imagem que melhor representasse uma característica sobre sua vida ou sobre sua personalidade e falar o que lhe motivou a fazer essa escolha, enquanto se apresentava para a turma. Nessa apresentação, deu-se início a uma ambientação para quem chegava no curso e foi observado que naturalmente as/os cursistas começaram a interagir umas com as outras.

Seguindo o cronograma, a primeira videoaula, disponibilizada em 03 de agosto, foi com a professora Miriam Grossi intitulada com o mesmo nome do curso: “Teorias Feministas e Lesbianidades”, mencionando a Simone de Beauvoir e a Virginia Wolf como precursoras do pensamento lésbico. Como complemento foi disponibilizado uma videoaula da professora Juliana Oliva explicando as obras das autoras mencionadas acima. Como resumo das discussões foi possível ver algumas cursistas considerando Beauvoir uma autora essencialista. As discussões interseccionais também estiveram fortemente presentes sendo levantado, principalmente, por cursistas declaradas negras e foi notório que as epistemologias negras marcaram presença nas discussões. Nesse momento foi possível perceber que algumas cursistas chegavam para um primeiro contato com as teorias lésbicas enquanto outras já demonstravam uma trajetória de pesquisa e estudos nessa área há algum tempo. Sendo assim, inicialmente, foi possível notar muitas discordâncias de opiniões e perspectivas o que também gerava uma expectativa de um curso movimentado.

A segunda videoaula foi com a professora Fátima Lima debatendo “Epistemologias Negras e Lésbicas” e a atividade proposta rememorava a morte da Mãe Stella de Oxóssi e o caso judicial em torno disso, convidando as/os cursistas a um olhar interseccional, considerando marcadores de gênero, raça, sexualidade, etário e religioso. A discussão rendeu aprendizados e indignações acerca do caso, como traz uma cursista:

Vejo o racismo e a lesbofobia presentes também na invisibilidade de sua trajetória, uma mulher com tantos feitos, artigos, honras, premiações e méritos não ser referência nacional, não ser um símbolo nacional, não ter um dia para ser homenageada nacionalmente como muitos santos, padres e freiras o são [...]. (A.D.S.D.)

Nesse momento, em homenagem ao Dia do Orgulho Lésbico (19/08) e Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29/08), a coordenação do curso Teorias Feministas e Lesbianidades organizou o início de uma série de webinários trazendo algumas discussões relacionadas às lesbianidades mas em um outro espaço para além do curso, transmitidos através das plataformas *Facebook* e/ou *Youtube*, o primeiro pela página do GIRA-Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação e o segundo pelo canal Fábrica de Ideias Escola de Estudos Avançados. Assim, foi construído e mantido diálogos com docentes e discentes de outras instituições e até mesmo egressas do curso Pensamento Lésbico Contemporâneo, compartilhando suas pesquisas. O primeiro webinário aconteceu no dia 11 de agosto e contou com a presença da professora Daniela Auad, docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e de sua mestrandia Luisa Bitencourt.

A terceira aula foi nomeada de “Feminismos Descoloniais”, sob explanação da professora Caroline Betemps. Além da videoaula as/os cursistas contaram com dois textos auxiliares da Doroteia Grijalva “Meu Corpo é um Território Político” e da Lélia Gonzales “A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade”, que foram frequentemente comentados no fórum juntamente com relatos de dificuldade de compreensão dos conceitos expostos na aula. É válido ressaltar que devido à instabilidade da internet o áudio da videoaula ficou comprometido, gerando incompreensões em alguns trechos, ainda que com a presença da legenda no vídeo. Além disso, como algumas cursistas afirmaram, este foi um primeiro contato com o feminismo decolonial para muitas delas, como podemos ver nas seguintes falas:

[sobre o artigo da Caroline Betemps] Achei um pouco denso, pois foi o meu primeiro contato com o estudo sobre colonialidade e decolonialidade. Contudo, ao mesmo tempo, muito rico para entender questões

que já havia pensado, mas ainda não tinha nome e materialidade. (N.R.)

Eu estou tendo algumas dificuldades pra entender, pois a decolonialidade é um assunto que ainda estou começando a estudar. (E.B.S.)

Na quarta semana de curso contamos com a videoaula da professora Anahi Guedes falando sobre “Deficiências e Lesbianidades”. Novamente, foi observado relatos de um primeiro contato com o tema, pelo menos no espaço acadêmico e através de uma interseção com sexualidade, como a própria Anahí nos aponta em sua fala e em seu texto, denunciando a escassez de pesquisas e publicações acerca do tema. Uma das cursistas comentou:

Foi de grande aprendizado para mim assistir a aula de Anahí e ter tido acesso aos textos propostos. Isso porque a lesbianidade já é, por si só, dificilmente trabalhada em espaços acadêmicos de maneira central, mas falar sobre sexualidade e deficiência é, sem dúvidas, um tabu ainda maior. Então achei mais do que necessário trabalharmos com esse recorte! (P.O.).

Durante a semana também aconteceu o segundo webinar, no dia 26 de agosto, com o tema “Sexualidade, Gênero e Raça no Espaço Político”, contando a participação de candidatas vereadora como Erica Capinan e Jandira Mawusi, mediação de Daiane Oliveira e tendo Bárbara Alves como debatedora. Apesar do card de divulgação constar o nome da professora Salete Maria, esta não pode participar devido a questões pessoais que a impossibilitaram de estar presente.

Para a quinta aula o curso teve a presença do professor Luiz Mott falando sobre seu livro “O Lesbianismo no Brasil”, reivindicado como primeiro livro sobre lésbicas publicado no país. Este foi um dos fóruns com mais engajamento, seja em concordância ou discordância, recebendo bastante críticas e promovendo o debate sobre: quem pode escrever ou falar sobre lésbicas? Os termos “lugar de fala”, “escrita lésbica” e, principalmente, o nome de Cassandra Rios foi mencionado. Foi a partir desses debates que a equipe se propôs a organizar um webinar discutindo as obras e vida da autora, que aconteceu no mês de outubro.

“Penso que um dos maiores problemas das considerações de Mott é que ele foi incapaz de fazer uma análise de gênero, deixando de problematizar

os mecanismos sociais que produzem o que é ser mulher, e por extensão, o que é ser uma lésbica. Pelo contrário, o próprio reforça a oposição entre o “sexo forte”, viril e sexual, e o “sexo frágil”, sensível e dessexualizado. Apesar do autor trazer as considerações acerca da lesbianidade produzida por vários coletivos e grupos de mulheres lésbicas, e se colocar em posição de irmandade com “as filhas de Eva” por serem vítimas do machismo da sociedade, ele não incorpora a crítica feminista presente nessas formulações no bojo da sua análise.” (L.B.)

Na semana seguinte contamos com a aula de Paula Évelyn falando sobre a “Imprensa Lésbica no Brasil”. O fórum teve bastante movimentação e discussão em torno da representação lésbica nas mídias, onde foi comentado sobre filmes, novelas e programas de televisão. Também foram levantadas críticas em torno dos enredos, dos corpos escolhidos para representar lésbicas, dos finais que as novelas e filmes davam a casais de mulheres. Uma das atividades proposta para o fórum era de compartilhar periódicos lésbicos (nacionais e internacionais) o que possibilitou diversas indicações de revistas, blogs e bibliotecas lésbicas ou com acervo de leituras lésbicas. Essa atividade foi importante pois possibilitou um conhecimento de páginas e canais que discutem lesbianidades, fomentando a criação de redes.

A sétima aula teve como título “Direitos Humanos e Mulheres Lésbicas” ministrado pela professora Salete Maria. A atividade da semana propôs uma análise de quatro casos de lesbofobia acontecidos no Estado da Bahia, com base nos textos e na aula apontando onde houve violação dos Direitos Humanos e as ações do Estado em cada uma das situações. Nesse debate foi pontuado a invisibilidade lésbica por parte da família e do Estado, e a necessidade de criação de leis, de políticas públicas e do engajamento da Educação como potenciais instrumentos de visibilidade lésbica.

“[...]também acredito que falte formação sobre lesbianidade para profissionais de diversas áreas, da educação, saúde e segurança, eu compreendo que retirando as pautas lésbicas da invisibilidade a gente consiga debater de forma mais justa nossos direitos básicos.” (A.D.S.D.)

A semana seguinte contou com a aula da professora Ana Amorim falando sobre “Maternidades Lésbicas”. Nesse fórum, foi interessante

observar como as/os cursistas trouxeram relatos sobre suas vidas amorosas e familiares correlacionando com a aula e os textos disponibilizados, mas de forma aberta, o que sugere uma criação de vínculo e confiança entre a turma. Entre relatos pessoais e debates dos materiais oferecidos a maioria dialogou na perspectiva de almejar a constituição de família com suas parceiras tendo ou não filhos. Também foi discutido sobre maternidades genéticas, tecnologias de reprodução e reconhecimento de diversas configurações familiares.

Sempre penso na maternidade como um caminho muito certo para mim, mas não tenho desejo de gerar a criança [...] Acho muito importante falar sobre as tecnologias e meios de gerar uma criança, mas também precisamos pensar no acesso dos casais a essas técnicas; para além disso, a gestação não é a única forma de ter filhos, e acredito que outras formas como a adoção também cabem na discussão. Fico pensando no desafio que é tornar a maternidade lésbica acessível a todas as mulheres quando existem entraves não somente financeiros, mas de falta de informações, oportunidade, o preconceito, entre outros. (L.M.)

Durante a semana, no dia 25 de setembro, aconteceu o webinar intitulado “Literatura: Cassandra Rios e o protagonismo excêntrico na literatura brasileira”, compondo a mesa tivemos Juliana Moreira, mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Ana Gabriela, doutora em Literatura e Cultura pela UFBA, ambas escolheram pesquisar a vida e literatura de Cassandra Rios em suas dissertações e teses. A mediação contou com Bárbara Alves juntamente com Daiane Oliveira debatendo o tema com as convidadas.

A nona aula do curso foi com a professora Bruna Irineu que pautou “A Crítica Lesbofálica e o Conselho Popular LGBT”, trazendo um panorama das lutas LGBT’s no legislativo, bem como a criação e o desmonte do Rio Sem Homofobia e a criação do Conselho Popular LGBT enquanto enfrentamento à onda fascista no país. A proposta do conceito “crítica lesbofálica” apontada pela professora gerou reflexões e algumas dúvidas das/dos cursistas, mas rendeu discussões acerca das políticas públicas.

Creio que a crítica lesbofálica vem no sentido de mostrar justamente o papel das lésbicas não apenas nessa conjuntura, mas de maneira geral, fala sobre

a importância de disputar espaços de poder para avançar coletivamente, inclusive em relação a políticas públicas. Ou seja, as lésbicas precisam dominar o poder para desorganizar as imposições existentes. (A.M.S.)

A décima aula contou com a presença de Babi Borges. Nessa aula a convidada pautou “As Lésbicas na Luta Anticapitalista” e gerou engajamento das/dos cursistas no debate. Muito foi comentado sobre a necessidade de uma ação não somente anti-lesbofóbica mas também anticapitalista e antirracista.

Acredito que a relação entre o movimento lésbico, outros movimentos e a luta anticapitalista é a união de todas as lutas [...] e que tenham por objetivo a criação (e já existem outras alternativas) de outro tipo de organização que enfraqueça o capitalismo e seja pautado no respeito, na cooperação, na não violência, entre outras coisas. (E.B.S)

Nesse espaço foi aberto também, antecipadamente, um espaço com orientações sobre o trabalho final do curso. Para isso, foi pedido a construção de um ensaio biográfico de uma lésbica do estado de residência da discente que tenha contribuição relevante em qualquer campo de atuação seguindo as orientações disponibilizadas na plataforma do curso e ressaltando que deveria ser feito de forma remota respeitando as políticas de prevenção à COVID-19.

Na semana seguinte foi apresentada a aula da professora Juliana Perucchi com o tema “Violência intrafamiliar contra lésbicas” o que favoreceu o compartilhamento de relatos pessoais e íntimos no fórum. O tema gerou mobilização e participação das/dos cursistas discutindo sobre a “tolerância” à lesbianidade e percepções acerca disso.

Considero que não é fácil para ninguém, nem para gays nem para lésbicas, nem para meninos trans ou meninas trans. Cada pessoa que passa pela homofobia, sente em maior ou menor grau a dor da exclusão em sua dose múltipla. (G.L.)

Para a décima segunda aula tivemos a presença da convidada Ana Carla Lemos que apresentou para o curso sua dissertação sobre “Movimentos Lésbicos no Nordeste”. Como proposta de atividade foi pedido que as/os cursistas compartilhassem manifestos lésbicos

nacionais ou internacionais e explicar a sua escolha. Além disso, a partir desse momento iniciou-se uma atividade paralela aos fóruns para a criação de um manifesto lésbico do curso Teorias Feministas e Lesbianidades. Alguns comentários versavam sobre a dificuldade de encontrar outros manifestos além dos mencionados, fazendo um esforço para trazer novas produções.

Confesso que quando fui pesquisar no google, tive um pouco de dificuldade de encontrar manifesto lésbicos que não foram citados aqui. Então eu acabei escolhendo o Manifesto Ekifancha/ EcoLesbofeminista veganas unidas na defesa do planeta. (L.S.B.)

Durante a semana, no dia 30 de outubro, foi realizado o webinar intitulado “Outras Narrativas: lesbianidades e violência” contando com a presença da professora Ligia Bellini, professora do Programa de Pós-Graduação em História na UFBA, escritora do livro “A Coisa Obscura”, além da pesquisadora Sônia Soares, bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade pela UFBA e escritora do livro “Assassinatos de Pessoas LGBTQs na Bahia: Dinâmicas de Gênero, Raça e Classe”. O webinar foi pensado em resposta para ampliar o debate sobre o fórum com a videoaula do professor Luiz Mott, trazendo novas perspectivas e análises dos dados recolhidos por ele quando escreveu seu livro.

A décima terceira aula ficou a cargo da professora Ana Cristina sobre “Lésbicas no Movimento LGBTQ”. Nesse fórum as discussões giraram em torno da pergunta: Qual o futuro dos movimentos LGBTQI+? Em resposta, foram levantados pontos interessantes: buscar diálogos, alianças, aproximações com a arte, diálogo entre movimentos sociais e academia, olhar sobre a juventude como geração com potencial de transformação, e imbricação com outras lutas, como por exemplo, a luta anticolonialista.

A profa. Ana Cristina fala que o movimento está mais dentro do meio acadêmico do que fora e é verdade. Tentar trazer o que é trabalhado na academia para que todas as pessoas possam entender e aderir é uma coisa que venho pensando faz um tempinho. [...] São várias lutas dentro de uma luta e não devemos esquecer disso; há mais coisas que nos unem do que o que nos separa. (B.A.C.)

Na décima quarta aula o tema abordado foi “O Movimento Lésbico na Bahia”, com a presença da professora Zuleide Paiva falando sobre sua tese de mestrado intitulada “Sapatão Não É Bagunça: o estudo das organizações lésbicas na Bahia”. A discussão girou em torno da geopolítica do conhecimento e como este se dá no pensamento lésbico.

Entendo a geopolítica do conhecimento atrelada a colonialidade territorial, esta compreendida como um aparato discursivo e um conjunto de práticas que determinam e impõem como os territórios devem ser construídos, entendidos, vividos. [...] Então, quando penso na construção e afirmação de um pensamento lésbico, penso enquanto um movimento de insubmissão que potencializa caminhos outros dentro da produção de conhecimento, que borra os limites impostos pela produção científica cisheteronormativa, que põe em questão o projeto eurocêntrico de cientifização dos saberes, e que também denuncia a discriminação presente nas bases epistêmicas ocidentalizadas. (A.C.)

Na semana seguinte o tema discutido foi “O Feminismo Lésbico – Questões Teóricas” sob a responsabilidade da professora Patrícia Lessa. Nesse momento, a atividade proposta era de que cada discente apresentasse a lésbica que seria biografada para seu trabalho de conclusão de curso, utilizando as sugestões e referências mencionadas pela professora na videoaula. As apresentações foram diversas com nomes de personalidades nem sempre conhecidas na história dos movimentos lésbicos brasileiros, ressaltando a importância desse trabalho.

[...] Também acho bem importante o resgate da história no processo de edificação das memórias lésbicas, isso tem implicações em como construímos o que se entende por lésbica, lesbianismo, lesbianidades, e afins. (A.C.)

As aulas 16 e 17 com as professoras Bárbara Arisi, antropóloga e pesquisadora na Universidade Livre de Amsterdã e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Caterine Rea, professora da UNILAB respectivamente, tiveram um modelo diferente. Pensadas para acontecer em formato de webinar possibilitaram que houvesse interação das/dos discentes ao vivo com as professoras, estreitando

o diálogo e oferecendo duas aulas síncronas em um semestre letivo remoto.

A equipe do curso sugeriu que fossem convidadas além das docentes, cursistas para representação discente, dessa forma poderiam tirar dúvidas e comentar a exposição das aulas das professoras. Assim, a aula sobre “Questões Indígenas e Lesbianidades” ministrada por Bárbara Arisi aconteceu no dia 23 de novembro e contou com a participação de Letícia Ambrósio. Enquanto isso, na aula sobre “O Queer de Cor e as Lésbicas”, realizada em 30 de novembro e ministrada por Catherine Rea contou com a participação discente de Elaine Borges.

As aulas síncronas também tiveram fóruns com duração de uma semana para realização das atividades propostas. Para a primeira aula foi pedido uma discussão interseccional entre etnia e sexualidade, além da indicação de algum coletivo ou pessoa indígena da América Latina.

Toda vez que o curso me pede para trazer uma pessoa ou um exemplo é um momento de grande reflexão para mim, pois lembro da nossa discussão sobre mídias e lésbicas e aqui ainda temos a população indígena. Tenho percebido que a mídia de redes sociais tem nos ajudado muito neste processo! (J.F.)

Já na aula com a professora Catherine Rea, foi feita uma atividade de avaliação do percurso ao longo do curso. Foi pedido que revisitassem os fóruns e os comentários e refletissem sobre eles, e, por fim, o que aprendeu ao longo desse processo. Esse foi um momento com demonstrações de afeto, elogios e agradecimentos, até mesmo a música de abertura foi mencionada como memória do curso.

Foi incrível poder ter acesso às leituras e debates sobre a pluralidade que compõe o que a gente nomina como lesbianidade, bem como me questionar sobre posicionamentos teóricos que as videoaulas e a troca nos fóruns provocou, pontos sobre os quais refleti muito a partir da discussão sobre as experiências lésbicas de PCDs, do feminismo negro, das lésbicas indígenas, bem como o debate sobre decolonialidade. (A.C.)

Gostaria de agradecer também todas as colegas, principalmente as mulheres lésbicas/sapatão negras presentes nesse curso, acredito que o meu maior

aprendizado foi com elas. Foram 17 aulas incríveis! Confesso que até a música tema do curso - Debout - Ariane Moffatt mexeu muito comigo. O curso para mim desde o início foi muito intenso, tanto teoricamente, como na experiência vivida nas aulas, a escrita, as trocas, etc... Acredito que para todas nós. Foi um ano difícil, com várias dificuldades; penso que para nenhuma de nós foi fácil, conciliar o momento histórico que estamos vivendo, em meio de uma pandemia, onde todos os problemas familiares devem ter se intensificado. (J.A.R.)

Para a conclusão do curso Teorias Feministas e Lesbianidades foi organizado uma conferência de encerramento com o tema “Mulheres Masculinizadas em Salvador”, com a presença de Suely Messeder, professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), doutora em Antropologia e coordenadora do grupo Enalce, e convidando para a mesa as discentes Jeane Rique e Ana Dorotéia para participarem do debate. Nesse momento foi reunida também a equipe do curso em sua totalidade para uma cerimônia de encerramento. A exposição de Suely Messeder gerou engajamento no chat por onde cursistas e público em geral interagem com perguntas, comentários e colocações.

Foi também nesse momento que o produto final da atividade de criação de um manifesto intitulado “Manifesta Lesbico-Feminista”² foi apresentado à sociedade com intuito de ser compartilhado para alcançar o maior número de pessoas. Dessa forma, o curso chegou ao fim, concluindo os debates e videoaulas e aguardando o envio dos trabalhos finais das/dos cursistas. Com um gostinho de saudade, mas a sensação de contemplação, o curso foi concluído com a esperança de ter plantado novas sementes que germinarão em um futuro próximo, ou, ao menos, é a expectativa de cada pessoa integrante desse grupo que não chega ao fim, mas dá-se continuidade através de redes de afetos e de conhecimento.

[...] esse curso foi essencial para eu ter contato com uma pluralidade de existências, sou absolutamente grata ao Professor Felipe Fernandes e aos monitores

2 A Manifesta Lésbico-Feminista atualmente se apresenta em forma de capítulo do *e-book* “Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero: temas emergentes. Organizado por Bruna Irineu e publicado pela editora Devires. Para acesso ao material: <https://editoradevires.com.br/book/diversidade-sexual-etnico-racial-e-de-genero-temas-emergentes/>

do curso, o semestre online me promoveu grandes desafios quanto a saúde mental, a paciência e aceitação, porém esse curso não me trouxe más sensações, foi sempre um momento de apreciação! (A.D.S.D.)

Agradeço, assim, a todo carinho dispensado a nós, desde o texto de introdução da disciplina, a escolha da música, a cada interação durante as aulas. Gostaria de ter comentado a cada colega, mas perdas que tive (perdi duas familiares), preocupações com a minha saúde e com a pandemia em si obstaram esse intento. Mesmo assim, senti, aqui, um espaço de acolhida e de resistência que me propiciou forças para enfrentar 2020. (G.A.B.)

Considerações finais

O curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades cumpriu com os objetivos propostos e realizou as atividades almejadas, proporcionando videoaulas sobre os mais diversos temas interseccionados com as lesbianidades, além de atividades extras como os webinários. A presença de discussões sobre raça, classe, território, corpo, ampliou o debate e acerca das lesbianidades, compreendendo, assim, que não se trata de uma categoria homogênea, mas de experiências e vivências distintas e particulares. No entanto, as videoaulas e textos disponibilizados indicam que as opressões, violências e invisibilidade das instituições conferem uma semelhança que perpassa as mais diversas histórias de vida e de luta, das sujeitas e dos movimentos, ou seja, da existência lésbica.

Como últimas considerações, vale ressaltar também que a metodologia aderida pelo curso e pelas/os discentes proporcionou um projeto de extensão na modalidade virtual compatível com o contexto pandêmico que o Brasil está passando, devido à COVID-19. A relevância do curso se encontra nessa fronteira, borrando os limites entre academia e comunidade, estabelecendo diálogos e tecendo redes. Como bem foi apontado pelas/os discentes, o curso proporcionou reflexões, transformações e acesso a leituras, autoras e referências que não são facilmente encontradas dentro da academia, seja por desconhecimento ou escolhas epistêmicas. Assim, o curso colabora para a visibilidade lésbica e para a disseminação do pensamento lésbico.

O projeto Teorias Feministas e Lesbianidade atendeu à sua proposta com uma pedagogia inclusiva, dinâmica, baseada em conhecimento teórico unido a experiências de vidas, o projeto auxilia na busca do conhecimento como prática de libertação, como forma de instrumentalizar pensamentos que podem combater opressões sociais.

Agradecimentos

Agradecemos a toda a equipe do curso Teorias Feministas e Lesbianidades que tornou possível o desenvolvimento do curso, incluo aqui as/os professoras/es, pesquisadoras/es, discentes, convidadas/os que compartilharam conosco suas pesquisas e seus conhecimentos. Um agradecimento especial à todas/os as/os cursistas que acreditaram na proposta e permaneceram até o final, sendo desafiadas por um curso integralmente online e acontecendo em um momento desfavorável de pandemia. Todos os resultados e produtos oriundos do curso só foram possíveis por conta da contribuição de todas/os.

Referências

LACERDA, Ana; RAMALHO, Laís. **Guia de Pesquisa na quarentena: obstáculos e possibilidades para as ciências humanas e sociais em isolamento social**. Laboratório de Humanidades Digitais (dhlab) da PUC-Rio e Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI)/PUC-Rio (digital), 2020.

TORRES, Igor L. Santana; FERNANDES, Felipe B. M. “É Reconfortante Ler Minha Dor Escrita Por Outras Mãos”: uma etnografia de tela do fórum virtual de Glória Anzaldúa na primeira edição do curso EAD Pensamento Lésbico Contemporâneo”. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Mato Grosso, v.2, n.4, p.190-202, 2019.

TURMA 2020 DO CURSO TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES (Salvador) (org.). Manifesta Lésbico-Feminista. In: IRINEU, Bruna Andrade et al (org.). **Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero: temas emergentes**. Mato Grosso: Devires, 2020. Cap. 19. p. 262-Disponível em: <https://editoradevires.com.br/book/diversidade-sexual-etnico-racial-e-de-genero-temas-emergentes/>. Acessado em 16 de abril de 2021.

PATRÍCIA CORDEIRO: UMA VOZ INSUBMISSA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Ana Doroteia Santos Dias

*Mestranda do Curso de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres,
Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia- UFPA. E-mail:
anadoroteiadyaz@gmail.com*

Resumo

Este ensaio biográfico enfoca na trajetória da educadora Patrícia Maria da Silva Cordeiro, mulher cis, negra, lésbica, gorda, paraense, a partir de uma entrevista realizada no ano de 2020 cujo o enfoque é sua trajetória pessoal, atuação profissional e perspectivas para o presente e futuro. O presente ensaio etnográfico baseia-se na metodologia discutida por Hélió Silva (2009) e no conceito de experiência de Angela Figueredo (2020), demonstrando que “o pessoal é político” como afirma Patricia Hill Collins (2000), pois a experiência constrói o elo entre o pessoal, o individual e o coletivo. Assim, o ensaio segue o relato das experiências de Cordeiro entendendo que ao compartilhar sua experiência ela contribui para a produção de uma epistemologia insubmissa de mulheres negras.

Palavras-chave: lesbianidade; voz insubmissa; mulher negra.

Introdução

Segundo Hélio Silva (2009) a etnografia é forjada por três etapas: situar-se, observar e descrever, em seu texto ele destaca cada fase e a importância de sincronizar o andar, ver e escrever. No presente ensaio biográfico duas etapas etnográficas foram mais exploradas, ver e escrever, a partir da entrevista, transcrição e narração do que foi dito. Silva (2009) afirma que o ato de ouvir, ver e escrever nunca é neutro, a relação na interlocução é permeada pela autopercepção: “O significado pleno solar, social pode até ser prismático e múltiplo, mas será sempre constituído pelas tensões entre autopercepção e alterpercepção” (SILVA, 2009, p. 181). Nesse sentido, as perguntas feitas à entrevistada e a narrativa que consolida a redação dessa biografia não são imparciais, pois a etnografia, enquanto texto, nunca deixa de ser um olhar revisto.

Nesse contexto, escolher contar a história de Patrícia Cordeiro é uma forma de dar visibilidade para a narrativa de uma mulher amazônica, situada no Norte do Brasil, entendendo que essa história contribui na construção de uma epistemologia feminista negra, lésbica e decolonial. Como afirma Angela Figueiredo (2020):

O que destacamos agora é que não somente o gênero, a raça, a classe, e também a sexualidade, são elementos determinantes na configuração desses novos sujeitos ou novas sujeitas na produção do conhecimento. Destaquei a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio (FIGUEIREDO, 2020, p. 8).

Assim, a experiência de Patrícia lhe torna uma voz insubmissa na educação social e na produção de conhecimento. Sua história de vida se entrelaça com sua atuação profissional e como resultado ela corrobora para o surgimento de outras vozes insurgentes. A experiência pessoal, vivida e compartilhada é uma evidência muito importante, ela é a base da reflexão e teorização aqui forjadas. Essa proposta pensada a partir do feminismo negro decolonial inaugura um diálogo horizontal, tendo a empatia e a etnografia como métodos prioritários,

pois compreende a experiência como elo entre o pessoal, individual e o coletivo. Essa proposta desafia as perspectivas da ciência conservadora, se compromete com as transformações sociais e promove um diálogo dentro e fora da academia (FIGUEIREDO, 2020).

Patrícia Cordeiro

Patrícia Maria da Silva Cordeiro é uma mulher de 49 anos, cis, preta, lésbica, gorda e paraense, hoje faz questão de destacar seus marcadores sociais, seu lugar de origem e as características que a compõem. Nascida na periferia da cidade de Belém, no bairro da Sacramenta, é filha de mãe viúva, seu pai morreu antes do seu nascimento, têm três irmãs e dois irmãos, advinda de família com poucos recursos, sempre contou com ajuda dos avós. Ao longo de sua infância sua mãe casou-se novamente, o padrasto era um homem ausente, porém proporcionava ajuda financeira. Sua mãe sofria com o relacionamento conturbado, por essa razão aos 13 anos de idade Patrícia decidiu trabalhar como empregada doméstica na casa de sua tia, ela tinha o sonho de ver sua mãe livre daquele casamento.

Inserção no mundo do trabalho

O trabalho começou a ser presente na sua vida desde a adolescência. Na casa da tia, atuando como empregada doméstica, em uma dinâmica de subalternidade, onde percebeu as primeiras desigualdades sociais nesse ambiente que poderia ser visto como familiar, mas que foi constituído por relações hierárquicas de poder. Além disso, passou a conviver com outros padrões comportamentais, começou a ouvir comentários sobre seu corpo gordo e seu cabelo cacheado. Sua prima com quem convivia estava sempre na luta contra o peso corporal e possuía alguns distúrbios alimentares. Patrícia faz parte de uma família com histórico de obesidade, relacionava a comida a um prazer curador de ausências, ainda relata a lembrança de vários episódios nos quais estava triste e lhe davam comida para que ficasse alegre.

Nessa imersão adolescente cujo seu referencial se transformava, tinha sua tia e prima como modelos a seguir. Assim, passou a fomentar o ódio a seu próprio corpo, juntava dinheiro para comprar remédios de emagrecimento, comia menos, seguia outro comportamento para conseguir se encaixar, mas começou a sofrer com desmaios,

fraquezas. Destaca que conseguiu emagrecer, porém se sentia muito mal. Ela afirma “nos momentos em que estive mais magra, mais perto do padrão, foram as vezes que menos estive feliz”, pois não se reconhecia naquele corpo. Tendo sua tia e prima como referências, queria parecer com elas, e lhe diziam para alisar o cabelo, para emagrecer, reproduziam o racismo e a gordofobia de formas silenciosas, mas lhe afetavam efetivamente.

Patrícia não tinha identidade de mulher negra, foi algo que lhe aconteceu nos últimos 10 anos, antes disso, sempre esteve inserida na lógica da cultura branca ocidental: “ninguém nunca falava sobre ser preta, na família ninguém nunca abordou o assunto, é igual a história do armário, não é só quando você não assume que é lésbica, mas também quando você silencia, quando se esconde de determinado recorte da sua identidade, é como estar em algum compartimento do armário”. Ao reconhecer sua identidade racial, Patrícia começou a situar-se dos marcadores e opressões sociais que atravessam seu corpo, a chamada perspectiva interseccional.

O conceito de interseccionalidade, tal como formulado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), trata da “[...] forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (FIGUEIREDO, 2020, p. 12).

A biografada narra que tinha dentro de si um sentimento de justiça, percebia a diferença de classes, achava anormal essa realidade desigual, na transição da adolescência para juventude ela tinha vontade de participar de algo. Então participou de um grupo católico chamado “Os vicentinos”, mas não se encontrava ali, os rituais e as regras não lhe agradavam, porém conviver com a juventude lhe encantava.

Diante disso, é possível perceber que Patrícia em alguma medida vivenciou a experiência de *outsider within*¹, conceito formulado por Patricia Hill Collins (2016), no qual a autora utiliza-se do exemplo

1 O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optou-se por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro” (COLLINS, 2016, p. 99).

das empregadas domésticas, que na condição de outro racializado e inferiorizado, convivem e compreendem os códigos e condutas das famílias de classe financeiramente superior, sem fazer parte dela.

Essa condição permitiu e permite que as trabalhadoras domésticas possam ver a elite branca a partir de outra perspectiva, não acessível a mulheres e homens brancos, nem a homens negros. A posição de outsider within ocupada pelas trabalhadoras domésticas reflete, por um lado, a configuração de uma subjetividade feminina negra marcada pela negação, quer seja da infância, do afeto, da convivência familiar e dos direitos de cidadania assegurados pelo Estado e, por outro, indica uma permanente luta por resistir e (re)existir, no sentido de reinventar a si mesma. Essa posição subalternizada se configura como um espaço importante para observar a realidade (FIGUEIREDO, 2020, p. 13-14).

Seu primeiro trabalho fora do ambiente doméstico foi na Organização não Governamental Movimento República de Emaús, seu primeiro lugar de militância. Ela foi para uma ação anual chamada “Grande Coleta” cujo objetivo é angariar fundos para a instituição, depois passou a ir aos fins de semana para participar de atividades com a comunidade, no bairro do Jurunas, área periférica de Belém. Em um desses eventos a coordenação gostou de sua oratória e o coordenador da atividade lhe incentivou a participar de um treinamento para ingressar na ONG, ela fez uma entrevista e passou, em abril de 1992. Sendo este seu primeiro emprego como educadora social, Patrícia lembrou no meio da entrevista que em 2022 fará 30 anos atuando nessa área e ficou feliz por colocar em perspectiva seu percurso profissional.

No Emaús, aos 21 anos de idade ela passou a desenvolver ainda mais a comunicação, ali ela conseguia sentir-se pertencente. Hoje ela avalia que sempre teve o espírito de educadora, permaneceu por 9 anos na instituição, trabalhou em vários setores sempre envolvida com crianças e adolescentes. Entrou em 1992 e saiu em 2001, em um momento no qual o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estava sendo aprovado, trabalhou com a instauração do estatuto nas comunidades, diretamente com as famílias, desconfigurando a lógica estabelecida de que este era um instrumento para proteção de infratores, ela relembra ter sido uma grande experiência.

Nesse período Patrícia não possuía graduação, queria ser psicóloga e quando saiu da casa da tia com 19 anos tentou fazer cursinho

pré-vestibular, mas a situação financeira sempre fora apertada, mesmo com a ajuda de seu avô ainda era difícil conciliar estudos e trabalho. Quando não passou no vestibular resolveu se dedicar exclusivamente ao trabalho, ao longo dos nove anos de Emaús ela foi o sustento principal de sua família, era a única renda fixa da casa, dava 70% de seu salário para a mãe. Nessa configuração, demorou muito para usufruir individualmente de seu próprio dinheiro.

Depois do movimento de Emaús, foi assessora parlamentar de um vereador. Nesse momento, embora tenha trabalhado com comunidades, e tendo sido bem remunerada, foi um trabalho desgastante profissionalmente. No final de 2002 resolveu fazer faculdade de pedagogia, nesse período houve a instauração da Lei que regulamentava professores e professoras magistrados, cursou a Faculdade Vale do Acaraú, em uma formação para professores com experiência na docência e pela sua trajetória, se enquadrava nesse perfil. A graduação teve duração de dois anos.

A partir disso, teve a experiência de trabalhar no nordeste do Pará como diretora pedagógica, e posteriormente na Secretaria de Educação. Porém, retornou à Belém pois sentia que sua área de atuação era entrelaçada aos movimentos sociais. Fez seleções, participou de um projeto com agricultores familiares, depois participou de um projeto com crianças e adolescentes da comunidade do Panorama XXI e no bairro da Cabanagem, no centro social Santa Edwirges durante um ano.

Após essa experiência foi trabalhar com egressos do sistema penal na Fábrica Esperança, criada em 2006 com o intuito de reinserir na sociedade os ex-detentos, proporcionando capacitação na produção de serigrafia, confecção, serviços gerais e panificação. Devido ao contexto de recém liberdade, era necessário que eles recebessem motivação externa para concluir a formação e alcançar a reinserção social, e Patrícia cumpria essa missão, coordenava e influenciava positivamente os funcionários. Nesse emprego ela reencontrou adultos alguns dos meninos que havia trabalhado no Emaús quando eram crianças e adolescentes.

Em 2011, foi fazer uma prestação de serviço no Instituto Universidade Popular – UNIPOP, trabalhou com jovens cumpridores de medidas socioeducativas. Ela promovia rodas de conversa sobre ética e direitos humanos, foi seu primeiro contato mais extenso com jovens, pois ao longo de sua trajetória como educadora seu público

era formado por crianças e adolescentes. Hoje ela é a Coordenadora do Instituto UNIPOP, sua motivação ao trabalhar com os jovens lhe levou a se inserir cada vez mais na instituição. Afirma ser seu espaço de maior gozo profissional, não por ser o trabalho com maior retorno financeiro, mas por estar envolvida com jovens em um estágio de maturação pessoal muito satisfatório. Na UNIPOP trabalha-se com empoderamento, formação sócio-política, retirando diversas vivências da invisibilidade. Em 2012-2013, quando Patrícia ingressou efetivamente na UNIPOP, os debates centrais proporcionados eram questões raciais, abordando racismo, feminismo negro e genocídio da população negra.

A instituição incidia diretamente contra o extermínio/genocídio da população negra nas comunidades de Belém, era uma demanda urgente pois os assassinatos de jovens negros eram muito frequentes nas periferias da cidade, a violência policial causava comoção internacional. Muitos jovens que passaram por esse processo de formação hoje formam outros jovens, criaram marcas e grupos, ascenderam socialmente, tornaram-se acadêmicos, empreendedores, ativistas. A UNIPOP sempre presou pelo fortalecimento da democracia e dos movimentos sociais.

A partir de 2015 a UNIPOP, diante da coordenação de Patrícia, insere novas demandas de debates e incidências, surgindo a necessidade de discutir a violência contra a mulher, o feminicídio, a violência intrafamiliar, o público da instituição se renova e inserem-se novos integrantes LGBTQIA+ trazendo demandas cujas pautas perpassam a sexualidade e o gênero. Esse público em conjunto a atuação de Patrícia promoveu uma repaginação da instituição, hoje a UNIPOP é formada por educandos transgêneros, cis gêneros, agêneros, nas suas mais diversas expressões de sexualidade e diversidade. A prática da instituição modificou-se, surgiram novas parcerias, a reestruturação física do ambiente como a inserção dos banheiros sem demarcação de gênero, a formação dos funcionários para abranger a necessidade dos educandos, tornando o ambiente mais diverso, receptivo e inclusivo.

Lesbianidade como identidade

A primeira vez que Patrícia ouviu que era bonita foi quando tinha 21 anos, pela sua primeira namorada. Ao receber elogios, Patrícia buscava justificativas para aquele olhar admirado. Sentia que a namorada

estava querendo agradar, mas foi a partir desse marco que começou a se questionar de fato “Será que sou bonita mesmo?” “Por que não poderia ser bonita enfim?” passou a se enxergar como uma mulher que podia despertar desejos, esse movimento lhe deu perspectivas “ah eu existo, alguém me vê como mulher”.

Seu primeiro relacionamento lésbico durou cerca de nove anos, tinha uma configuração do que hoje se conhece como “relacionamento aberto”, ou seja, viveu outras relações concomitantes a essa. Ser lésbica durante muitos anos não era algo que lhe compunha, era uma condição existente, não via sua sexualidade como parte de sua identidade. Hoje ela não é apenas mulher, é uma mulher “mãe, negra, gorda, lésbica e nortista”, se entende como um conjunto de marcadores sociais e sente-se completa, na época era somente Patrícia. Com a demora pela sua autodefinição, ela reconhecia uma lacuna nos movimentos sociais, lutava para que seus interlocutores vivessem a existência de forma plena, mas esse olhar tinha limitações quando se tratava de si.

Patrícia destaca que esse silenciamento foi uma lacuna na sua formação enquanto educadora, não havia alguém para cuidar do educador. Nos primeiros anos de seu relacionamento ela chegou a esconder da instituição na qual trabalhava, mas depois que “assumiu” o namoro ninguém falava sobre, ninguém perguntava sobre, havia um silêncio ao redor disso, ela também se colocava nessa posição. Hoje reafirma a existência de sua companheira sempre e em todos os espaços. Ao percorrer sua trajetória percebe alguns pontos que poderiam ser modificados. Enquanto educadora ela vê que sua afirmação também se torna referência, não é algo banal, pode ampliar espaços, é representatividade.

Não é somente sobre falar, é sobre mergulhar, viver, como superar essa barreira? Como mergulhar nisso e entender a sexualidade como parte integrante de mim? Em que medida os espaços de militância por mais inclusivos que se disponham tornam o ambiente ideal pro funcionário, para que se afirme a sexualidade, seu corpo gordo, sua cor? Como que não se enxerga isso? Não basta só não ter um comportamento agressivo, violento, os silêncios, as expressões faciais também são agressões. Imagina você existir sem falar de quem você é, das suas dores, dos seus

amores, são formas de silenciamento (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

Patrícia se vê como catalisadora desse processo de formação, enquanto coordenadora de um projeto se preocupa com as nuances de cada vivência, tenta incidir do micro ao macro. Ela acredita que sempre declarar ser mulher, lésbica, gorda, afirmar sua família formada de duas mulheres e uma filha registrada com o nome de duas mães, propõe um encontro mais abrangente e horizontal em relação aos alunos. Faz questão de conhecer os educandos, se apresentar, tornar-se referência, ser para além de coordenadora, uma pessoa disposta a ajudar, a ouvir e abraçar quem precise. Ela faz questão de reiterar pautas LGBTQIA+, por entender que essa luta derruba muros, inaugura novas perspectivas sociais.

Audre Lorde (1977) propõe a ruptura desse silêncio com uma proposição objetiva, dolorosa, no entanto motivadora “o silêncio não vai te proteger”, falando ou silenciando, você ainda vai ser submetida as amarguras da vida, mas o silêncio pode tornar tudo mais doloroso.

No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de mais nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras (LORDE, 1977, p.23).

Hoje Patrícia sente o reconhecimento de sua trajetória e tem a convicção de que já salvou muitas vidas. Tem uma companheira de trabalho que é jovem e facilita a relação com os educandos em áreas que ela não alcança por conta da diferença geracional. Nesse intento, ela não trabalha somente formando, mas ouvindo sobre a fome das pessoas, das dores, das relações familiares, sobre as violências cotidianas, tenta ser um curativo nessas feridas, se sente muito amada,

muito querida, sendo referência para muitos jovens, sente que teve uma trajetória bonita e se vê em seu melhor momento.

Trabalhar com formação popular é também entender que as pessoas têm fome de comida, fome de justiça, de amor, eu sinto Paulo Freyre dentro de mim, sinto que ele habita em mim, nas minhas atitudes, eu não alfabetizo para aprender a ler e escrever, eu alfabetizo pro mundo, pra leitura de sociedade, pras relações sociais, e isso mais do que ajudar o outro, ajuda a mim, é uma relação de saldo mútuo. Tenho uma crença plena no ser humano, nas juventudes, na potência das juventudes (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

A melhor fase desse trabalho vem do percurso, da experiência, do que aprendeu com as juventudes. Não se trata do status que alcançou, e sim das mudanças pessoais que acompanharam esse processo. “Eu consegui ser coordenadora de uma instituição, me formar como pedagoga, mesmo sendo pobre, negra, gorda e lésbica, se eu consegui isso tu vais conseguir ser tudo” afirma para seus educandos. Se tornar referência para esses jovens é um presente que os quase 30 anos de trabalho como educadora social lhe proporcionam.

Ser lésbica hoje é um orgulho, não abre mão dessa identidade, ouvir “Sapatão” é uma poesia em seus ouvidos, reconhece as mudanças que o termo sofreu, mas acredita ser hoje um elo entre sua sexualidade/identidade e a linguagem de sua comunidade. Ela gosta de cerveja, de barulho, riso alto, essa composição da periferia e da sapatão periférica lhe satisfaz, “se nascesse dez vezes, nas dez, queria nascer sapatão”. Ela reflete que desejaria pular algumas etapas, enfrentar menos conflitos, não romantiza as violências que permeiam a vivência lésbica, observa que sua independência financeira desde a adolescência lhe protegeu de diversas violências diante da sexualidade. Nunca pôde se permitir errar demais, ir pra muitas festas, pois a obstinação por fazer sua mãe menos infeliz era a prioridade, assim, ela estava ali “garantindo meia porta aberta do armário”. A afirmação como sapatão é um posicionamento político consciente, um escolha também libertadora diante do sistema opressor que produz violências para os corpos lésbicos, como afirma Dorotea Gómez Grijalva:

Parafraseando Norma Mogrovejo (2000), me assumo lésbica política porque rejeito de maneira consciente o patriarcado e os papéis tradicionais designados às

mulheres e porque me rebelo contra as limitações impostas a nós, mulheres, com relação ao controle de nossa própria vida. Prefiro viver meu lesbianismo em vez de negá-lo e submeter meu corpo à lógica heterossexual. Em especial porque assumo que o fato de repensar como quero tocar a vida com meu corpo implica, necessariamente, respeitar o que me dá prazer sexual, espiritual e emocional (GRIJALVA, 2012, p.32).

Dorotea Grijalva, assim como Patrícia, entende seu corpo como território político, e isso lhe dá o direito de escolhas, ter domínio sobre sua existência foi um direito negado pelo colonialismo e lhe é caro por estar situada no Sul Global. Fazer de sua sexualidade e de seu corpo um território político rompe com a lógica normativa, e inaugura uma outra perspectiva sobre si.

Sua primeira namorada era lida como amiga pela família, seu segundo relacionamento mais longo também não havia afirmação explícita da sexualidade, mas hoje seu relacionamento é explicitado, destacado, divulgado, enaltecido “minha companheira”, “minha noiva” e “minha futura esposa”. Hoje estão noivas e ela está muito realizada, se vê sapatão em um mundo de cores, sua filha é educada para falar disso com orgulho, entender sapatão como elogio, falar disso com leveza e ser feliz, que suas infelicidades sejam por outras razões. Ser mãe foi a maior realização de sua vida, ela achava que era apenas um desejo, mas afirma que esse foi o maior encontro pessoal já vivido.

Hoje, aos 49 anos, reflete sobre a divergência geracional com os jovens, se questiona se vai conseguir acompanhar todas as mudanças instantâneas que perpassam a juventude, se questiona se é coerente, por outro lado ela percebe que ainda é muito essencial nesse trabalho. Se define uma mulher feliz, fez tudo que queria, não do jeito que queria, mas fez. Sente que muito ainda está por vir.

“Eu acho que ser ponte pra juventude nesse momento de tantos anseios, tantos desejos, é muito do caralho, se existir céu, eu acho que vou pro céu” (PATRÍCIA CORDEIRO, 2020).

Considerações finais

A entrevista com Patrícia Cordeiro suscitou questões essenciais que perpassam as lesbianidades, a vivência de mulheres negras e a

experiência de ser uma mulher amazônida e nortista. Democratizar sua história de vida, seus anseios e expectativas torna visível sua contribuição para a formação das juventudes, promove um movimento pensando por bell hooks, a perspectiva de ir da margem ao centro, adentrando os espaços de formação, se inserindo e modificando realidades marginalizadas pela classe, raça, gênero, geração ou sexualidade.

Patrícia nos convida a entender a complexidade dos armários impostos sobre os mais diversos grupos, na sua experiência ela saiu do armário de seu corpo gordo, negro e lésbico. Que outros armários invisíveis nos aprisionam? Ao demonstrar êxito em sua trajetória de luta, a educadora nos convida à liberdade, ao auto-conhecimento, a entender nossas identidades e torna-se referência para que mais vozes insubmissas floresçam no concreto das epistemologias hegemônicas, rompam com a lógica patriarcal e prosperem numa produção feminista negra e decolonial.

Agradecimentos

Agradeço ao Curso de Extensão “Teorias Feministas e Lesbianidades” promovido pelo grupo GIRA atrelado ao Núcleo de Estudos sobre as Mulheres – NEIM/UFBA, o qual proporcionou como proposta de trabalho final a oportunidade de escrever sobre uma mulher lésbica com grande impacto social na vida individual ou pública das cursistas.

Agradeço à Patrícia Cordeiro pela entrevista e por permitir que eu torne pública sua trajetória. Por ter rompido silenciamentos e abraçado de corpo e alma tantas vidas, inclusive a minha. Obrigada por ser minha referência e minha inspiração.

Referências bibliográficas

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Estado e Sociedade**. Vol. 31, Nº. 1 Janeiro/Abril 2016.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, [S.L.], v. 12, n. 29, p.01-24, maio 2020.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. **Meu corpo um território político**. Tradução: Sandra Bonomini. Zazie Edições. 2012.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: **Associação de Línguas Modernas, painel Lésbicas e literatura**, 1977. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>> acesso em: 11 dez. 2020.

SILVA. Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. vol.15 n.32 Porto Alegre: Jul/Dec. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008>. Acesso em: 11 dez. 2020.

TRANSFEMINISMO AFROINDÍGENA, ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS, DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, POLÍTICAS DO CORPO

Ana Karina Barbosa Sampaio

Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São - SP, anakarina@ifpi.edu.br;

Joicyara Bernardes de Lima Ferreira

Especialista em Direito Penal e Processual pelo IERSA – Instituto de Educação Superior Raimundo Sá -PI, joicyara@hotmail.com;

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

Historiador (FUNESO); especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE) e em História do Brasil, com formação complementar em Direitos Humanos e Cidadania (UFPI); Mestre e Doutor em Serviço Social (PPGSS-UFPE), com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Africanos na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo – Moçambique (financiamento pela CAPES/AULP). Professor nos cursos de Serviço Social, Direito, Jornalismo e Pedagogia da Faculdade R. Sá (IERSA). E-mail: pmafrjr@hotmail.com.

Resumo

O verbo “aquendar”, etimologicamente nascido do Bajubá ou Pajubá, expressão gestada no útero da resistência cognitiva das travestis, entre as décadas de 60 e 70, frente às opressões e violências perpetradas pelos policiais e Estado brasileiro na gana pela apropriação e regulação da exploração dos trabalhos sexuais e reprodutivos dos corpos trans. Dessa forma, este estudo trata de uma apresentação das trajetórias de aproximações, delimitação e da transa à três capítulos da tese “Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas: análises críticas às políticas do corpo

a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique”, buscando descrever o processo de assimilação das teorias e experiências de campo de pesquisa que compõe este trabalho, tendo como objetivo metodológico central as Análises críticas dos discursos coloniais aos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas, pautadas na cosmovisão afroindígena, mostra-se útil para identificar outras visibilidades junto aos imaginários locais e ecologias dos saberes pluriversais, tais como abordagens metodológicas decoloniais que são exercidas às margens das centralidades dos universalismos e hierarquias verticalizadas associadas ao direito e propriedade intelectual privada que (des)estruturam os Direitos Humanos e empreendido pelas políticas do corpo de sistema moderno das colonialidades de gênero. Resta, pois, evidenciar a denuncia da pretensão essencialista do imaginário monogâmico da reprodução binária segundo a hermenêutica cristã e suas economias morais da produção do corpo individualizado e fabricado, também, pelo complexo médico-farmacêutico ocidental. Este resumo deverá ser utilizado no formulário de submissão do trabalho no ato da submissão.

Palavras-chave: Transfeminismo Afroindígena, Estratégias Decoloniais, Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva, Políticas do corpo.

Introdução: aquendendo¹ as estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas²

Tomando como referência os aspectos genealógicos dos saberes mitológicos e conhecimentos lendários como propriedades coletivas dos saberes afroindígenas, este corpo transtextual³ filia-se às cosmovisões ancestrais, tal como crítica ao movimento do universalismo feminista das mulheres de cor e das pessoas trans afroindígenas contemporâneas ao sistema-mundo do sul global que insurgindo ao individualismo e à modernidade organizada ontologicamente sob categorias homogêneas, atômicas e separáveis, manifestam que a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade (re)existe muito além das categorias do moderno sistema-mundo ocidental (QUIJANO, 2002; WALLERSTEIN, 1992). Desta filiação, optamos pela visibilidade dos corpos em transgressões coletivas, associações cosmológicas, comunicações ecológicas, coalizões econômico-espirituais não-modernas, rejeitando o estigma das comunidades primitivas,

- 1 Flexão do verbo “aquendar”, etimologicamente nascido do Bajubá ou Pajubá, é uma expressão gestada no útero da resistência cognitiva das travestis, entre as décadas de 60 e 70, frente às opressões e violências perpetradas pelos policiais e Estado brasileiro na gana pela apropriação e regulação da exploração dos trabalhos sexuais e reprodutivos dos corpos trans. Nas últimas décadas o Pajubá toma força, visibilidade e centralidade desde a militância trans nas ‘ilhas’, pelos trânsitos territorial e cultural entre o continente africano, latino-americano e através das artes corporais e atos políticos nas ruas e ciberespaço, desde os espaços das reproduções acadêmicas nas escolas, faculdades e universidades aos espaços de cooperação política e econômica engendrados pelo pensamento decolonial no Sul global.
- 2 Texto baseado nos cadernos de campo/sonhos entre os anos de 2004 a 2018, entre fronteiras de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Natal, Ceará, Brasília, Rio de Janeiro, Valparaíso e Santiago do Chile, Barranquilha e Cartagena das Índias, Maputo, Swazilandia, Johannesburg, Capetown, Paris.
- 3 “Inclui tudo o que coloca (um texto/imagem) em relação, manifesta ou secreta, com outros textos imagéticos, este caso salientamos a colaboração contra-hierárquicas entre textos escritos e imagens, a fim de desfazer a idéia da gênese entre desenho e escrita, tempo não/linear, possibilitando a relação com vários pontos de partidas para as leituras, tais como imagens e links com outros discursos que se interrelacionam na resistência aos discursos hegemônicos (GENETTE, 1982, p.135)tais como blogs, sites e redes sociais no ciberespaço.

sociedades tradicionais e ou organizações ditas, equivocadamente, pré-modernas (LUGONES, 2014; APARICIO & BLASER, 2008).

Em oposição à lógica dicotômica da gênese e historiografias ocidentais, hierárquica e categorial das colonialidades e modernidades capitalista, este artigo faz um recorte da tese Estratégias Decoloniais dos Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva das Pessoas Trans Afroindígenas: análise críticas às políticas dos corpos a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique que se alinha às cosmovisões das resistências das pessoas afros e indígenas forjadas por memórias coletivas que evidenciam a perspectiva espiritual das corporalidades ancestrais, seja no movimento entre espécies no trânsito entre vida e morte dos corpos humanos e não-humanos, dos espíritos dos mortos e dos vivos que(des)fazem os gêneros e sexos no corpo coletivo⁴. Assim, reproduzimos as resistências dos corpos que escapam à normatividade hierárquica dos binarismos e às categorias atômicas, tal como constituição das estratégias de sobrevivências das pessoas que vivem no trânsito “entre corpos”, “entre-lugares”, na transgressão dos posicionamentos entre costumes e direitos, nos “entre-tempos” dos saberes nômades que não se enquadram no pensamento ocidental, sobretudo por se constituírem no não-linear e entre planos (não)racionalis.

Contrariando à doxa da monogenia num tempo universal que explique uma única gênese do mundo humano sobre o não-humano, da evolução e adaptação genética entre as espécies, ou da história do nascimento e desenvolvimento das mutações ‘patológicas’ ou “desvios sexuais” que categorizam pessoas em classificações internacionais das doenças tidas como ‘disforias transexuais’ e/ou ‘disfunção transgêneras’⁵ no sistema mundo ocidental tal qual darwinismo social. Este

4 Nas cosmovisões indígenas os espíritos humanos ou não, transitam entre animais e vegetais, entre cosmos celestes e elementares terrestres, num movimento descontínuo em espiral e trajetórias cíclicas, entre trocas e mudas de roupas corporais, entre vidas e mortes infindáveis. Um tigre, uma serpente ou passarinho podem se vestir de humanos ou vegetais e vice-versa. A caça e os jogos das sobrevivências cosmológicas os tornam iguais, mesmos sob as diferenças das roupagens corporais.

5 Categorias elaboradas pelas epistemologias ocidentais que subscrevem doença no CID 10 (CID 10-F6). Transtornos da identidade sexual; CID 10 - F64.0 Transexualismo; CID 10 - F64.1 Travestismo bivalente; CID 10 - F64.2; Transtorno de identidade sexual na infância; CID 10 - F64.8 Outros transtornos da identidade sexual; CID 10 - F64.9 Transtorno não especificado da identidade sexual)Ver: http://www.medicinanet.com.br/cid10/1554/f64_transtornos_da_identidade_sexual.htm

trabalho denuncia a pretensão essencialista do imaginário monogâmico da reprodução binária segundo a hermenêutica cristã e suas economias morais da produção do corpo individualizado e fabricado, também, pelo complexo médico-farmacêutico ocidental.

Portando, reivindicamos a luminosidade sobre a pluriversidade nas leituras genealógicas que reproduzem visibilidades acerca da multiplicidade dos mitos tribais e interrelacionam os saberes poligênicos das sociedades orais e robustecem a poligamia como tecnologia indígena da reprodução dos direitos à saúde sexual e reprodutivas das corporalidades entre direitos coletivos ao corpo e costumes comuns da economia e política cosmológica das intercomunicações étnico-raciais.

Para tanto, valemo-nos do turno ou giro decolonial (GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2008, p. 33) que, numa outra noção ou perspectiva de tempo, desenha as relações ecológicas entre epistemologias não-ocidentais por meio das costura entre vivências coletivas e experimentações corporais, tal como saberes e técnicas ritualísticas da reprodução sexual das comunidades tribais. Assim, ressaltamos a importância reflexiva, crítico-analítica acerca das estratégias de instrumentalização, transformação, transcrição do corpo coletivo como movimento comunal e decoloniais que transgridem, estrategicamente, os direitos privados e individuais. Reivindicamos o (re)conhecimento dos direitos indígenas à reprodução dos corpos nos ritos de fertilização da terra aos da fabricação coletiva do corpo desde as práticas da iniciação sexual às inscrições ritualísticas nas pinturas corporais, utilização das máscaras e tatuagens comuns; validação das mutilações e sacrifícios do corpo sagrado às práticas de transformações das genitálias como direitos étnico-raciais que constituem os saberes políticos do corpo e economia dos conhecimentos locais, considerando-se que a cosmovisão da resistência não-modernas de mulheres negras à tais práticas não se limitam às normatizações ocidentalizadas, comumente enunciadas como “bárbaras” ou “menos evoluídas”.

A problemática da transgressão corporal do “natural” vai além dos limites da normalidade e razão dicotômica natureza/culturas do pensamento ocidental e seus enquadramentos econômicos do moralismo ontológico, perspectivas historiográficas da ‘evolução humana’ e “desenvolvimento” político do corpo social. A partir das estratégias decoloniais dos corpos transgressivos junto aos Direitos Humanos e Movimento transnacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais

e Transexuais – LGBT⁶, projetamos borrar os traços autoritários que demarcam, separam e estigmatizam o “subdesenvolvido” em relação ao “desenvolvido”, rejeitamos a linearidade do “ponto de partida” ao “ponto de chegada” da “democracia e Estado ocidentalizante”, a fim de questionar e consequentemente evidenciar a visibilidade do imaginário tribal, as cosmogonias afroindígenas e a pluridiversidade das aldeias e comunidades em redes a partir do reconhecimento das políticas dos corpos tribalistas que suturam o imaginário do sistema sul global.

Por isso, salientamos a importância do pensamento decolonial crítico-analítico acerca do imaginário mitológico que transgridem noções de territórios e populações determinados pelo pensamento ocidental. A partir do turno decolonial é possível reconhecer outras perspectivas junto ao direito originário ao imaginário ancestral, potencialmente fertilizador das imagens dos sonhos compartilhados entre corpos coletivos, tal como sinalizou Frantz Fanon (1961, p. 6) acerca dos “sueños musculares dos indígenas”, a fim de significar as subjetividades das estratégias de fugas ou táticas das lutas ativas do romper fronteiras racionais, instabilizando o estigma e categorização dos indígenas como seres ‘infantis, inocentes ou pensamentos irreais’ (CAMPBELL, 2001). Diferentemente das leituras dos sonhos ocidentais, que tratam sempre das relações de poder entre corpos atomizados e hierarquizados, daqueles que estão ‘por cima’ ou ‘por baixo’, no ‘controle’ ou ‘sob controle’ do mestre e/ou escravo, do velho ou novo, dos corpos ativos ou docilizados (FOUCAULT, 1985) sejam entre corpos classificados entre machos e/ou fêmeas, pois o sonho do colonizador aparecem em esquemas binários, sejam por meio das escalas do cinza, da relação entre o preto e o branco, o escuro e o iluminado (VIVEIROS DE CASTRO, 1969; 2004).

6 Optou-se pela sigla LGBT ao invés de LGBTI e LGBTIQA+, a fim de problematizar a mesma sigla utilizada pela LAMBDA/Moçambique, assim como evitar o tratamento das diferenças sexuais como significado indispensável ao antagonismos entre povos, visto que a colonização dos corpos dar-se-á pelas classificações das sexualidades em infinitos carceres que representariam alguma diferença, reflexões que fugiriam aos objetivos desta tese

Metodologia

Com vistas ao alcance dos objetivos delineados, optamos por realizar abordagens metodológicas decoloniais a partir das categorias estabelecidas por (CALDERÓN, 2017) e a tradução cultural das imagens fotográficas e publicitárias baseadas em (PENN. IN. BAUER & GASKELL, 2002; BANDEIRA, 2016), tendo como ferramenta o conjunto de instrumentais conceituais para uma abordagem sistemática dos sistemas de signos, a fim de caracterizar os tipos e da produção dos sentidos não-modernos com a lente teórica decolonial. Assim, como campo de pesquisa resta definido o “lócus-fraturado” (LUGONES, 2014) das imagens que atravessam o sistema moderno da colonialidade de gênero constituído pela língua e linguagens padrões das corporalidades ocidentalizadas. Nesse caso, a fratura do binarismo de gênero que atravessa o imaginário que constituem a Língua Portuguesa (língua do colonizador) caracteriza-se como um demarcador da transgressão não moderno do qual emergem o pensar dos signos, dos significados e dos posicionamentos dos corpos afroindígenas, proporcionando a visibilidade das linguagens imagéticas das corporalidades trans afroindígenas que atravessam os “entre-lugares” que constituem o corpus da pesquisa.

Referencial teórico: crítica a universalidade dos direitos humanos

Ao valemo-nos do verbo⁷ fraturado “aquendar” para evidenciar o efeito transgressivo das estratégias decoloniais que fraturam a razão dualista e instabilizam a centralidade das línguas padrões ou ‘oficiais’ que, sistemicamente, estruturam e reproduzem a injustiça cognitiva global do sistema mundo ocidental⁸ pela determinação autoritária

7 Jean-Paul Sartre (1961, In.: FANON, Frantz. 1968), destaca como o verbo emprestado aos colonizados é tomando como base da colonização moderna, a reprodução do mesmo entre os colonos reproduz a colonialidade. Fraturá-lo ou transgredir o verbo significa os sentidos da descolonização.

8 Santos (2007) destaca seis línguas padrões estruturantes que sustentam o pensamento abissal, a injustiça global e sistema-mundo ocidental: inglês, francês, espanhol, português, alemão/holandês, italiano. Tais línguas reproduzem o latim e grego como a

das leituras padrões e significados impostos aos signos oficiais que silenciam e invisibilizam saberes subalternizados ou colonizados. A fratura do verbo, assim como a fratura do signo que o representa, é também a fratura dos seus significados. Assim, vê-se a imagem da desobediência epistemológica (MIGNOLO, 2008) reproduzida nas linguagens e estratégias decoloniais dos saberes locais e corporalidades das travestis, ou trans afroindígenas que transgridem as fronteiras linguísticas oficiais no Brasil, a partir das décadas de 60 e 70.

As travestis, tal como um dos possíveis “tipos” das pessoas afroindígenas no Brasil e sistema do sul global, são reconhecidas como as mães do Pajubá, sobretudo por sua reprodução de visibilidades das linguagens corporais da resistência trans, seja em meio ao trabalho sexual nos espaços das prostituições noturnas nas ruas e espaços públicos, ou seja nas sociabilidades em espaços privados. Justamente porque o Pajubá, como linguagem que se constitui a partir do signo fraturado das linguagens oficiais, junto às linguagens tribais, transgridem as linguagens oficiais opressoras no mercado do trabalho sexual e na reprodução dos corpos dissidentes, resistentes e ativos frente às colonialidades modernas de gênero. A visibilidade da militância Trans que atravessa a cis-normatividade das políticas do corpo LGBT, reproduzem, assim, signos e significados dos espaços públicos fraturados por linguagens étnico-raciais. O lócus-fraturado reproduzido pelo Pajubá demarca o trânsito, a troca entre as línguas, assim como salienta-se o potencial decolonial do Criolo em Guiné Bissau ou da língua Changana nas ruas de Maputo, Moçambique. O Pajubá e seu imaginário trans afroindígena parte das linguagens e socioletos que (con)fundem o Inglês, Francês, Português, ou Espanhol ao Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Nagô, Egbá, Ewe, Fon, Bantu e Yorubá entre outras dos reinos africanos. Tais línguas são oriundas dos imaginários tribais e locais, em diálogo contínuo, com outros saberes étnico-raciais locais.

Além de fraturar os significados das línguas oficiais com imagens ou leituras ‘outras’, o linguajar e leitura da lente decolonial sinalizam a resistência do imaginário mítico e corporativismo das linguagens

única base civilizacional para todos os povos e direitos universais. Outros autores também destacam a dominação linguística, tais como: QUIJANO (1992); MIGNOLO (2007); HOOKS (2008); LUGONES (2014), assim como destacam a importância de ‘fraturar’ o estruturalismo dessas línguas opressoras.

corporais que reproduzem a imagem do corpo mítico sagrado e não-moderno das cosmovisões afroindígenas⁹. Com o verbo fraturado é possível dar visibilidade e centralidade aos entre-lugares, ao ser/estar/sendo do corpo mítico e imaginário ancestral dos “povos de Santos” e dos saberes e conhecimentos locais dos cultos aos Orixás e aos Voduns, enquanto exemplos de resistência e preservação do imaginário reprodutivo das cosmologias tribais, dos ritualismos nas aldeias, das tradições orais nas nações e impérios étnicos, das raízes religiosas politeístas e da base familiar poligâmica que sustentam a saúde sexual e reprodutiva enquanto tecnologias de sobrevivências dos entendidos¹⁰ nos terreiros de Candomblé (RIOS, 2004), da Umbanda, da Quimbanda, do Catimbó, do Tambo de Minas, do Xangô, do Jê-jes, do Nagô, do Quêtu, do Vudu, do Catimbó, entre outras ilhas africanas, no território brasileiro, que borram as fronteiras oficiais dos territórios nacionais.

É válido lembrar que os signos e significados do imaginário espiritual trans afroindígena constituem-se enquanto resistência das linguagens corporais transgressivas segundo línguas e imaginários padrões dos sistemas binários de gênero, da divisão e hierarquização dos corpos por meio das categorias homem/natureza, masculino/feminino, sexo/gênero, colonizador/colonizado, entre outros, porque as línguas vernaculares e corporalidades míticas dos afroindígenas reproduzem noções de tempo não-linerares, corpos não individualizados, sexos e gêneros não-atomizados, sendo pois percebido nas muitas expressões cotidianas do trabalho sexual e religioso que

9 Travestis mais velhas reproduzem noções de maternidade ao acolher travestis mais novas que foram marginalizadas e limitadas a exploração dos trabalhos sexuais nas ruas, assim como na militância das travestis, as filhas mais jovens na militância chamam de mãe, a travesti mais velha que lhe acolheu no movimento. O mesmo pode ser visto entre as hijiras na Índia, comunidades de hijiras representam espaços sagrados onde as hijiras mais novas recorrem em busca de proteção e orientações de sobrevivências. Entre elas se reproduzem as linguagens e cosmovisões próprias às resistências das pessoas trans afroindígenas.

10 Apenas nas religiões de matrizes africanas e indígenas é possível verificar nas comunidades as práticas e parcerias homossexuais marcadas pelas limitações de classe, geração, raça e status social. Para tanto utilizo o estudo de Luiz Felipe Rios (2004), em *O Feitiço de Exu*, para compreender tais questões na comunidade de “entendidos” ou homossexuais na comunidade candomblesista do Rio de Janeiro e em algumas referências de outros dos seus estudos nas comunidades de Pernambuco

mantêm vivas as cosmologias poli-tópicas, não-binárias e pluriversais nas expressões dos seus sentidos.

O imaginário dos tempos/espacos afroindígenas são cíclicos, em espirais, e não projetam um domínio do movimento universal que se aplique a todos os corpos, todos os povos, todos os mundos, tal como o sistema mundo ocidental se projeta enquanto única via de salvação, de cura ou libertação, como é reproduzida e vendida a crença e ideias eurocêtricas. É assim que palavras como “Makueiro” ou “Makueso”, na língua changana, muito falada em Maputo-Moçambique, pode significar tanto a imagem do “irmão”, quanto da “irmã”; assim como o signo “Muloi” pode ser desenhado pela imagem do feiticeiro ou feiticeira; “Nyanga”: como imagem do curandeiro ou curandeira; “Waplalissa”: representada por aquele/a que pode ter filhos/as; “Guenza Ngowa”: solteiro, solteira e/ou pessoa estéril; “Dzxile ou Dixile”: saudação utilizada quando chega e/ou quando vai embora, seja no amanhecer ou no anoitecer. O mesmo sentido da não-linearidade e não-binarismo das expressões linguísticas afroindígenas aplica-se aos signos das corporalidades míticas e das “transgressões” ancestrais acerca da divisão binária e cis-normatividade do sistema moderno de colonialidade de gênero/sexo vistos no discurso imagéticos dos corpos animalistas de humanos ou não, que significam os movimentos, os fluxos e trânsitos nas distribuições dos sexos e gêneros nos corpos (não)humanos reproduzidos pelas linguagens corporais das tribos, das aldeias e dos ritualismos acerca dos direitos étnico-raciais e propriedade coletiva acerca da saúde sexual e reprodutivas dos corpos humanos ou não-humanos. As cosmovisões dos corpos míticos das pessoas trans afroindígenas reproduzem o discurso imagético acerca da ecologia dos saberes locais, dos conhecimentos cosmológicos partilhados entre plantas, peixes, caranguejos, homens, pássaros, serpentes evocando as tecnologias tribais da fertilidade a pluridiversidade dos corpos, da justiça cognitiva e economia política da da saúde sexual e reprodutiva que constituem a base da independência étnico-racial.

Resultados e discussão

Assim como na categórica da palavra pessoa, expressão que transgride o binarismo homem/mulher, descrita no perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2004), assim como da categoria lócus fraturado, em Rumo ao feminismo descolonial de Lugones (2014), em

que se transgride o moderno por meio da categoria do não moderno, valemos da lente decolonial acerca das imagens do corpo mítico que tomamos como exemplo abaixo da metodologia crítico-analítica acerca do discurso imagético reproduzidos nas imagens s fotográficas abaixo:

Figura 1. Corpo afroindígena, pessoa-peixe. América Central (700 a.C)



Figura 1. Escultura em ouro: Corpo afroindígena, pessoa-peixe, América Central (700 a.C)

Foto: Mafra de Souza, Museo del Oro Zenu, Cartagena das Índias/Colombia 02/2017

Na mitologia asteca, Chalchiutlicue é a deusa dos lagos e das correntes d'água. É a patrona dos nascimentos e desempenha um papel importante nos batismo dos astecas; deusa de Teotihuacán, representa literalmente a deusa da água em comunicação com a terra. O corpo metade peixe e metade humano remete-nos ao corpo mítico das sereias que, no imaginário afroindígena poderia ser denominada como Oxum, das águas doces, e lemanjá, das águas salgadas. Ambas gestaram ou cuidaram de Oxumaré desde que o mesmo foi entregue ao rio por Nanã Buruquê, Mãe representada pela Lama ancestral. Nas religiões de matrizes afroindígena, a pessoa-peixe apresenta qualidades do amor materno, da economia e saberes das águas, da política dos corpos que transitam entre a água e a terra.

Figura 2. Corpo dissidente, pessoa-pássaro, América Central



Figura 2. Escultura em madeira e tecido: Corpo afroindígena, pessoa-pássaro, América Central.

Foto: Mafra de Souza, Musée du Louvre, Paris/França 01/2018

Para os Astecas, Quetzalcoatl representa a serpente emplumada, responsável pela comunicação entre o céu e a terra. Na mitologia Maia, conhecido como Kukulkan, é o Pai ancestral que veio do céu e semeou o mundo. A pessoa-pássaro segundo matriz e política dos corpos afroindígena representa o ser ancestral responsável pela comunicação entre o céu e a terra, a pessoa e economia responsável pela semeadura e transporte da semente. No imaginário do Candomblé seria representado por Oxalá, o Pai ancestral que semeou a Mãe Terra, Nanã Buruquê. Na mitologia egípcia pode ser representado pelo Deus Rá, o Pai-Ave de rapina ancestral, o Falcão que traz o sol sobre a cabeça, responsável pela criação do mundo, pelo ciclo da vida, da morte e da ressurreição.

Tais imagens ilustram as corporalidades afroindígenas nas pessoas que transitam entre espécies e corpos e por isso não são generificadas pelo binarismos de gênero. Expressam o imaginário não-moderno que transgridem a dicotomia ontológica homem/natureza sinalizando a resistência dos corpos míticos, mestiços entre espécies, revestidos por máscaras, véus ou pinturas sobrepostas, a dissidências entre os falos não atomizados entre o masculino/feminino. Valendo-se da lente decolonial, mostra-se enquanto estratégia crítica da leitura ocidentalizante das imagens, que partindo do olhar que remete às perspectivas estéticas e ética filosófica afroindígena, seleciona os traços da cultura visual enquanto marcas da transgressão da dicotomia modernizante que hierarquiza as espécies, corpos racializados, generificados e sexualizado.

Considerações finais

O olhar decolonial parte das expressões da resistência corporal aos sistemas modernos da colonialidade do poder, aqui vistas como estratégias étnico-raciais de resistência do corpo coletivo às normatividades do gênero que individualizam os corpos a partir da categorização e classificação dos corpos a partir do sexo. Após seleção das imagens dos corpos coletivos afroindígenas que remetem aos traços culturais do corpo mítico e ancestral afroindígena, procura-se identificar as estratégias de movimentos e transe das linguagens corporais que sinalizam o lócus-fraturado que transgridem a naturalidade e normatividade dos corpos resistentes às modernidade nas políticas dos corpos nos espaços e saberes locais frente ao universalismo do sistema mundo ocidental. Os corpos afroindígenas problematizam os espaços citadinos a partir da transgressão das marcas do individualismo, do direito privado e que reafirmam o direito coletivo, a saúde comunal, o associativismo contra-hegemônico que remetem os corpos afroindígena ao imaginário da propriedade coletiva e economia política dos saberes locais e conhecimentos étnico-raciais.

Referências

APARICIO, Juan Ricardo; BLASER, Mario. **“The ‘Lettered City’ and the Insurrection of Subjugated Knowledges in Latin America”**. *Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, 2008. p. 59-94.

BANDEIRA, Isa. O Protagonismo feminino na fotografia de Ricardo Rangel: O Pão Nosso de Cada Noite. IN.: NASCIMENTO, Washington Santos; FONSECA, Danilo Ferreira da; MORENO, Helena Wakim; FONSECA, Mariana Bracks (Orgs.). *Áfricas: política, sociedade e cultura*. X Semana de História Política. Simpósio Temático 12. **Áfricas: política, literatura e identidades**. 19 e 23 de Outubro de 2015. Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, 2016.

CAMPBELL, Joseph (org.). **Mitos, sonhos e religião**: nas artes, na filosofia e na vida contemporânea. Tradução de Angela Lobo de Andrade e Bali Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CALDERÓN, Patrícia Asunción Loaiza. Abordagens Metodológicas em Estudos Decoloniais: Possíveis diálogos entre a Análise Crítica do Discurso e as Epistemologias do Sul. XX SEMEAD: **Seminários em Administração**. Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO: novembro de 2017

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. Fecha de publicación noviembre de 1961.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si, tradução de Maria Thereza Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Grall, 1985.

GROSFOGUEL; Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre/lesco-Pensar, 2007.

HOOKS. Bell. **Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens**. Tradução: Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. Date: 27/08/2014. in: Educação, Mulher Negra, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-Racionalidad**. Perú Indígena, Lima, v. 13, n. 29, 1991.

_____. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos Rumos, São Paulo, ano 17, n. 37, 2002.

_____. WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World-System**. ISSAI, n. 134, p. 547-549, 1992.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARANHÃO FILHO. E. M. de A. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de dentidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

PENN. Gemma. Análise Semiótica de Imagens Paradas. In.: Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: Um Manual Prático. 3ª Ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RIOS, Luiz Felipe. **O Feitiço de Exu**: Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candoble-sistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro. Tese Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva. 2004.

SOUZA JUNIOR, Paulo Fernando Mafra de. **Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas**: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da Associação LAMBDA/Moçambique. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E.B.; MATTA, Roberto & SEEGER, Antony. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. Boletim do Museu Nacional - UERJ. **Antropologia**/maio, nº 32, Rio de Janeiro: Editora Fon-fon e Seleta, 1979. (p. 2-4)

NOME SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Jessyka da Silva Rodrigues

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Assistente social. Assistente de pesquisa Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-PI). É vinculada ao Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais (GPTRANS), ao Grupo Acolhe Trans, e ao Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Coordenadora do grupo de Gênero e sexualidade do NÚCLEO De pesquisa de Gênero, Raça, Classe e Trabalho (NEGRACT) na UFDPAR. Autora do livro “Sem Rótulos, Por Favor!”. jessykameiga@hotmail.com.br;

Elaine Ferreira do Nascimento

Assistente Social. Dra em Ciências pelo IFF/FIOCRUZ. Pesquisadora em saúde pública. Coordenadora Adjunta da Fiocruz Piauí. Docente permanente do Programa de Políticas Públicas da UFPI. Líder do Diretório de Pesquisa Saúde, Interseccionalidade e Direitos Humanos. Coordenadora do grupo de estudos Afro Ibero Latino Americano de Feminicídio - AILAF, negraelaine@gmail.com

Sua lei me tornou ilegal
Me chamaram de suja, louca e sem moral
Vão ter que me engolir por bem ou por mal
Agora que eu atingi escala mundial (urias- diaba)

Resumo

O presente artigo traz em seu escopo a proposta de dialogar acerca da importância de políticas públicas direcionadas para a população travesti e transexual no ambiente escolar. Observa-se que os avanços legais quanto ao uso do nome social nas instituições educacionais devem ser acompanhados por ações que visem desburocratizar o acesso a este direito, bem como promover o combate ao preconceito e discriminação, respeitando o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans nesses espaços. Este trabalho toma por base uma experiência

de estágio supervisionado em Serviço Social no período de agosto de 2017 a novembro de 2018, por meio do qual foi possível vivenciar o cotidiano de uma instituição educacional, o Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba. Durante o primeiro semestre foi realizada observação do cotidiano institucional e atendimento à demanda de uma estudante transexual pelo uso do nome social, a partir do qual o Serviço Social buscou contato com a família e viabilização de condições institucionais para o atendimento a este direito. Em virtude do surgimento desta demanda, foi desenvolvida uma ação educativa supervisionada nas salas de aula das turmas de ensino médio integrado a cursos técnicos, com o objetivo de dialogar com a(o)s estudantes acerca da temática gênero e diversidade sexual, alterando a dinâmica institucional, tornando-a mais inclusiva.

Palavras-chave: Educação, vivências, identidade de gênero.

Introdução

“Todas as pessoas trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura a dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente” (Preciado, 2014). O respeito ao nome social de travestis e transexuais é profanamente sagrado (Nascimento, 2020) e reconhecido por movimentos sociais como uma conquista em termos de garantir o acolhimento de identidades marginalizadas no espaço escolar, como forma de enfrentamento à expulsão. Entende-se que o constrangimento causado pelo desrespeito ao nome social é um dos fatores que expulsa essa população do sistema educacional. Por isso, a temática é bandeira de luta e demanda para a viabilização de direitos no âmbito da política educacional.

A garantia do acesso à escola não é o suficiente tratando-se do público que sofre transfobia. São necessárias também políticas que visem à permanência das pessoas trans nas escolas, através de projetos políticos pedagógicos inclusivos e medidas de reconhecimento do nome social, por exemplo. Além disso, assegurar o uso do banheiro de acordo com o gênero ao qual os (as) estudantes se identificam também é uma questão transversal a esta problemática.

Diante disso, questiona-se se as instituições de ensino estão verdadeiramente preparadas para acolher esse público de forma inclusiva. Nesse sentido, enfatiza-se, neste artigo, o uso do nome social no âmbito da política educacional, tomando como universo o Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, no qual se está desenvolvendo uma experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, a partir do qual se tem problematizado acerca das desigualdades de gênero e diversidade sexual no ambiente institucional.

Metodologia

O trabalho consiste em um relato de experiência, que, conforme Daltro e Faria (2019) explicam, consiste em uma descrição detalhada de uma ou mais ações de cunho experimental e científico. Essa modalidade permite não apenas a materialização de uma linha teórica, como também influencia na construção e aperfeiçoamento das ciências e da sociedade.

A partir dessa experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, foi possível vivenciar o cotidiano de uma instituição educacional, o já citado Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba. A vivência de estágio foi do período de agosto de 2017 a novembro de 2018. Durante o primeiro semestre foi realizada observação do cotidiano institucional e atendimento à demanda de uma estudante transexual pelo uso do nome social, a partir do qual o Serviço Social buscou contato com a família e viabilização de condições institucionais para o atendimento a este direito. Em virtude do surgimento desta demanda, foi desenvolvida uma ação educativa supervisionada nas salas de aula das turmas de ensino médio integrado a cursos técnicos, com o objetivo de dialogar com os estudantes acerca da temática gênero e diversidade sexual.

Referencial teórico

A escola não se restringe somente a um espaço de aprendizagem de conteúdos teóricos, mas também se apresenta como um ambiente de socialização que contribui para a formação da identidade dos sujeitos. Diante disso é necessário se voltar ao interior da escola para compreender as relações de poder estabelecidas que são muitas vezes marcadas por discriminação e preconceitos baseados em estereótipos (SILVA JÚNIOR, 2002).

Bento (2011) aponta a dificuldade da escola em lidar com as diferenças, configurando-se como um espaço de reprodução de valores hegemônicos, excluindo e invisibilizando o que se distancia desses valores. A autora destaca a hostilidade do ambiente escolar em relação aos corpos trans como o fator que culmina na expulsão de pessoas transexuais e travestis das escolas.

O uso do nome social é uma política que tem como premissa a inclusão para a população trans ter acesso a educação e condições de permanência. O tema foi tratado pela Portaria nº. 1.612, de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação, ao assegurar às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do MEC. A mesma Portaria estabelece que a regulamentação da matéria cabe às autarquias vinculadas ao Ministério da Educação dentro de sua esfera de competência (Art. 1º, § 2º), o que indica a necessidade das instituições de ensino regulamentarem os procedimentos para viabilização do

uso do nome social no âmbito da instituição, assim como o fizeram, por exemplo, a Universidade Estadual do Piauí, através da Resolução Nº. 056/2014, de 26 de agosto de 2014, e a Universidade Federal do Piauí, através da Resolução Nº. 003/2015, de 31 de março de 2015, embora a ausência de regulamentação interna não represente prejuízo para a estudante em seu requerimento embasado no Decreto Nº. 8.727/2016.

Além disso, por meio do Decreto Nº. 8.727, de 28 de abril de 2016, nas autarquias federais é assegurado aos estudantes travestis e transexuais o uso do nome social (designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida) nos registros acadêmicos (diário de classe, boletim, histórico acadêmico, cadastros em sistema de informação, programas e serviços internos, declarações, certidões, atestados, prontuários e congêneres).

O nome social é pensado aqui por um lado como um dispositivo de identificação de gênero, uma vez que ele produz outras formas de pensar a inteligibilidade dos gêneros (ALVES; MOREIRA, 2015). Partimos do exposto analítico desenvolvido por Michel Foucault (2010), a partir do qual compreendemos o conceito de dispositivo como um regime de enunciação, isto é, por uma incitação do discurso operando por meio do controle dos corpos e dos prazeres. Assim, o dispositivo “[...] é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOUCAULT, 1996, p. 224). Nesse sentido, podemos entender dispositivo como uma rede em que se pode estabelecer esses elementos discursivos, ou não, desvelando um jogo paradoxal estabelecido entre sujeitos e normas, revelando as sedimentações e as fissuras constituintes. Isso reflete um conjunto de saberes operando a partir de práticas de poder sobre os corpos, o sexo e a sexualidade.

Ampliando a discussão entendemos que:

Partindo do princípio da autodeclaração do gênero, quando um indivíduo escolhe um nome social ele está dizendo ao outro como quer ser identificado e reconhecido socialmente. A autodeclaração, a exemplo da discussão do étnico-racial no Brasil, outorga ao sujeito, e a mais ninguém, a definição de sua identidade gênero, ao mesmo tempo que torna pública sua escolha e orienta o outro sobre como esse sujeito

deve ser tratado socialmente. A identidade de gênero é atravessada pela escolha nominal. O sexo perde seu status determinista de gênero, cedendo lugar para a narrativa pessoal (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 61).

Para além da normatização como mecanismo de garantia de direitos, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas que fomentem o respeito à diversidade no ambiente escolar. Dentre os diversos fatores que comprometem o processo educacional, estão as dificuldades nas relações interpessoais que envolvem e prejudicam o sentimento de pertencimento das/os estudantes ao ambiente educacional, o que favorece processos de exclusão e expulsão. Uma pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais revelou que 60,2% dos estudantes LGBT se sentem inseguros nas instituições educacionais por causa de sua orientação sexual (ABGLT, 2016).

Um dos motivos para essa insegurança sentida no ambiente educacional deve-se aos constrangimentos vivenciados a partir de comentários preconceituosos em relação à identidade de gênero, expressão ou orientação sexual das/os estudantes. Segundo a mesma pesquisa, 27,2% dos entrevistados disseram que a maioria dos estudantes faz esse tipo de comentário negativo e 24,3% ouviram quase sempre ou frequentemente esse tipo de comentário feito por professores ou funcionários (ABGLT, 2016). Mais da metade dos comentários preconceituosos, 54,7%, foi direcionado às pessoas transexuais e travestis (ABGLT, 2016). Além disso, 72,6% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente e 26,6% já foram agredidos fisicamente por causa de sua orientação sexual (ABGLT, 2016).

Em pesquisa nacional sobre atitudes discriminatórias nas escolas, o Ministério da Educação constatou que a área temática que apresentou maior índice de atitudes discriminatórias foi a que exprime a discriminação em relação a gênero, 38,2% (MEC, 2009). Esta realidade de insegurança e violência enfrentada por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas instituições educacionais deve ser combatida de forma educativa, sensibilizando estudantes, professores e funcionários ao respeito às diferenças, na perspectiva dos direitos humanos.

No Brasil, desde 2008, inúmeras legislações municipais, estaduais e nacionais têm pautado o uso do nome social por estudantes travestis e transexuais em instituições de educação, contemplando

desde as modalidades da Educação Básica até o Ensino Superior (ALVES; MOREIRA, 2015). No dia 12 de março de 2015, foi registrado e publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 3, a Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a qual objetiva garantir as condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino.

O artigo 1º da resolução explicita que devem ser garantidos pelas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades o reconhecimento e adoção do nome social, isto é, cuja identificação civil não reflita de uma forma adequada a sua identidade de gênero. No dia 26 de agosto de 2014, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Piauí (CEPEX/UESPI) aprovou a resolução que assegura o uso do nome social a estudantes travestis e transexuais em registros, documentos como diário de classe, históricos escolares, certidões, atestados, portarias e declarações, acompanhadas do nome civil (SOUSA, 2014, on-line).

Vale aqui ressaltar que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) aprovou dia 31 de março de 2015 a Resolução quen. 003/2015, na qual foram aprovadas a utilização e a inclusão do nome social para travestis e transexuais nos registros acadêmicos. A referida resolução entende por nome social o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, tendo em vista que o nome civil não reflete sua identidade de gênero.

Resultados e discussão

Seguindo tais dispositivos normativos acerca do uso do nome social, o Serviço Social do Instituto Federal do Campus Parnaíba buscou viabilizar tal demanda a uma estudante transexual e cobrar dos órgãos competentes uma regulamentação interna que orientasse operacionalmente a questão. A partir disso, surgiu também a necessidade de realizar um trabalho educativo voltado para o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, ou seja, “da dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação

necessária com o sexo atribuído no nascimento” (BRASIL, 2016). E, assim, foram desenvolvidas rodas de conversa sobre a temática em sala de aula, com estudantes do ensino médio integrado a cursos técnicos, visando à desconstrução de estereótipos e ao combate ao preconceito e discriminação, a fim de construir um ambiente saudável e respeitoso para pessoas de diferentes identidades de gênero e orientação sexual. Esta atividade foi proposta como um projeto desenvolvido por estagiária (acadêmica de serviço social) e supervisora (assistente social).

Para Foucault (1988), onde há poder há resistência, assim as linhas de subjetivação permitem fluxos tanto de poderes normatizadores como de possibilidades inventivas e criativas de si, de outros modos de viver e educar. Novas formas de viver e educar podem proporcionar um ambiente escolar menos nocivo e mais receptível às diferentes formas de existência que fogem às normas e padrões estabelecidos.

Tal experiência foi marcante para a vivência pessoal enquanto estagiária, uma vez que esta é uma travesti negra e oriunda da periferia que enfrentou em toda a sua trajetória escolar e acadêmica situações de violências simbólicas e institucionais, que compreendem constrangimentos quanto ao uso do nome social e do banheiro, dentre outros. Participar de uma intervenção junto ao reconhecimento do direito de uma estudante trans ao uso do nome social no Campus Parnaíba do IFPI e realizar um trabalho educativo com os demais estudantes com essa abordagem, portanto, foi uma experiência bastante significativa em termos pessoais e profissionais, posto que uma oportunidade de viabilização de direitos como essa, de certa forma, vai ao encontro de uma lacuna vivenciada durante toda a trajetória escolar e acadêmica percorrida com muita persistência e vontade de lutar por uma educação inclusiva.

A partir da demanda do uso do nome social, o Presidente do Conselho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto desse instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 001, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, considerando o memorando 02 de setembro de 2009, nº 090/2018/ PROEN/IFPI, promoveu a liberação, em reunião ordinária no dia 25 de abril de 2018, no ART. 1º, da normatização do uso do nome social e o acesso às dependências internas da escola, como banheiro e vestiários, a partir do reconhecimento

da identidade de gênero de estudantes e servidores/as no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Essa manifestação foi possível a partir da ocupação de corpos travestis nesses espaços socio ocupacionais.

Dialogando com Vitória (2019, on-line), “a decisão do STF sobre a retificação do prenome e sexo de pessoas trans por vias administrativas é um marco muito maior do que aparenta”. É notório que esse movimento, ainda que não seja uma lei, corrobora com o reconhecimento da identidade de pessoas travestis e transexuais. Contudo, esse provimento não se amplia para pessoas travestis e transexuais menores de idade, o que nos remete a enfatizar a importância da política do nome social para jovens travestis e transexuais na educação.

Considerações finais

Os mecanismos legais em termos de reconhecimento de direitos são existentes, o que impele à efetivação dos mesmos. Contudo, o acesso a esses direitos são desafios ainda mais complexos, uma vez que persiste a demanda por ações pedagógicas na perspectiva da construção de um ambiente escolar inclusivo, que garanta dignidade e respeito aos direitos humanos, sem discriminação por identidade de gênero ou por orientação sexual. Com base na vivência de estágio, sobretudo, se percebe o potencial que o ambiente escolar possui para a proposição de estratégias de enfrentamento da discriminação e preconceito, que, se levados por uma equipe comprometida, pode culminar no desenvolvimento de experiências exitosas, com impactos sobre a permanência de travestis e transexuais no sistema educacional.

O contexto político no Brasil expressa uma ameaça a essas conquistas que vislumbram a inclusão de pessoas historicamente marginalizadas. Ademais, leis e resoluções não bastam para o enfrentamento da transfobia, mas a sensibilidade aliada com o compromisso ético e político são extremamente importantes na efetivação de ações que visem um sistema educacional acolhedor para pessoas travestis e transexuais.

Referências

ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays,

bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ALVES, C. E. R; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia** /2015, v. 17, n. 3, p. 59-56, 2015.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº. 8.727**, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Dispõe%20sobre%20o%20uso%20do,-federal%20dire%20ta%2C%20autárquica%20e%20fundacional. Acesso em: nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS -

CNCD/LGBT. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. 12 mar. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3/pdfView>. Acesso em: 16 abr. 2021.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Edições Graal, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 032/2018, 25 de abril de 2018**. Teresina-PI, 25 abr. 2018. Disponível em: Resolução%2032%20ESTAB.NORMAS%20E%20PROCEDIMENTOS%20DO%20USO%20DO%20NOME%20SOCIAL%20NO%20IFPI.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021.

MEC. **Pesquisa sobre discriminação e preconceito no ambiente escolar**. São Paulo: FIPE, 2009.

MEC. **Portaria Nº. 1.612**, de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação. Diário Oficial da União Nº. 222, de 21 de novembro de 2011, Seção 1, p. 67.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. A sereia das águas-doce-barro-mar-pedra-sal. In: RODRIGUES, Jessyka. **Sem rótulos, por favor!:** gênero e sexualidade em ambientes educacionais. 1. ed. Porto Alegre, RS: Nova Práxis, 2020.

PRECIADO, Beatriz. Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista. **Revista Fórum**, 23 jun. 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/beatriz-preciado-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualista/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas:** entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SOUSA, Adenice. **UESPI aprova o uso do nome social para estudantes travestis e transexuais**. 27 ago. 2014. Disponível em: <https://www.uespi.br/site/?p=60529#:~:text=UESPI%20aprova%20uso%20do%20nome%20social%20para%20estudantes%20travestis%20e%20transsexuais&text=O%20direito%20ao%20uso%20do,de%20Ensino%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%2D%20PREG>. Acesso em: 12 abr. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. **Resolução CEPEX Nº 056/2014, 26 de agosto de 2014.** Teresina-PI, 26 set. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/77158132/doepi-24-09-2014-pg-2>. Acesso em: 16 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. Conselho Universitário. **Resolução Nº 003/2015, 30 de março de 2015.** Teresina-PI, 31 mar. 2015. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolucao_03.15_CONSUN_Nome_Social.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

VITÓRIA, Yuna. **Marco Legal:** o reconhecimento da identidade de gênero. [S. l.], 16 ago. 2019. Disponível em: <https://transfeminismo.com/marco-legal-o-reconhecimento-da-identidade-de-genero/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

“SARITA DA SETE” TEM NOME E TEM VOZ: A REPRESENTAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE NA MÍDIA PORTOVELHENSE

Edson Rodrigues Cavalcante

*Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.
E-mail de contato: eds_caval@yahoo.com.br;*

Nilsângela Cardoso Lima

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014) - UNISINOS. E-mail: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br;

Juliana Fernandes Teixeira

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior - UBI Covilhã/Portugal. E-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com;

Monalisa Pontes Xavier

Professora Orientadora: *Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014) - UNISINOS. E-mail: monalisapx@yahoo.com.br.*

Resumo

Este artigo visa analisar a cobertura midiática efetuada em dois momentos específicos da vida de “Sarita da Sete” - nascida com o nome de Wellison Oliveira de Sá, transexual muito popular no centro de Porto Velho, capital do estado de Rondônia - que deu alguma projeção e visibilidade a sua trajetória pessoal: no primeiro momento, a sua conversão religiosa para a “cura” da transexualidade; e, posteriormente, nos eventos que culminaram com a sua morte trágica à beira do rio Madeira. Parte-se do pressuposto de que, apesar das conquistas de direitos das

pessoas transexuais, transgêneros, travestis e demais identidades, a representação midiática em torno da personagem “Sarita da Sete” foi reflexo de preconceitos e estereótipos por parte da imprensa local. Como estratégia metodológica, optou-se comparar alguns discursos promovidos pela imprensa portovelhense em cinco sites de notícias, no período de 2019-2020, com o objetivo de apontar algumas estratégias discursivas que foram utilizadas para inviabilizar e invisibilizar o seu gênero. O que se pode concluir é que, apesar da retórica solidária em alguns momentos, os jornalistas estão pouco preparados para construir narrativas sobre pessoas LGBTQIA+, uma vez que apenas pautam a hegemonia do gênero normatizado e socialmente aceito, assim como a falta de uma deontologia jornalística que contemple as subjetividades.

Palavras-chave: Mídia. Transexualidade. Transfobia. Discriminação. Análise do Discurso.

1 introdução

No dia seis de março de 2020, ao final da tarde, “Sarita da Sete” ou “Sarita da 7”, 26 anos, cujo nome de batismo era Wellison Oliveira Sá, divertia-se sozinha e distraída sobre um flutuante às margens do rio Madeira, nas proximidades do Cai N’Água¹, na região portuária e central de Porto Velho. Trajava uma minissaia simples de camadas em tecido rosa desbotado, combinado com um top superior que delineava um par imaginário de seios púberes.

Dez anos antes, ela era conhecida como Sara Paraíso, uma moradora em situação de rua que surgiu a princípio “discreta”, mas que incorporou seu gênero a sua vivência. Segundo o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019), “moradores de rua” ou “pessoas em situação de rua” são indivíduos que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite os espaços públicos ou privados que não são utilizados em sua maioria a noite ou que tem baixa circulação de pessoas. Também são consideradas componentes dessa população, aquelas pessoas que ainda dormem em albergues e abrigos, de forma prioritária ou esporádica, alterando o local de descanso noturno entre esses pontos de acolhimento e os locais de rua. Durante o dia, Sara Paraíso era sempre vista cuidando de veículos nas imediações da via principal e caótica de Porto Velho, a avenida Sete de Setembro, uma ladeira íngreme de subida em uma única mão e circunvalada de lojas comerciais. Devido à proximidade com aquela passagem, alguém passou chamá-la de “Sarita da Sete” e o nome pegou².

Naquele dia e àquela hora, o Cai N’Água era um dos locais favoritos de Sarita. No calor modorrento da Amazônia Ocidental, inúmeros viajantes, turistas, moradores locais e até mesmo desocupados aglomeravam-se nos bares e restaurantes à beira do cais para beber

1 Terminal hidroviário Porto Cai N’Água, localizado na margem direita do Rio Madeira, região central de Porto Velho.

2 Segundo o documento de monitoramento do Ministério da Cidadania, são os motivos principais para viver na rua: problemas com álcool/drogas (36%); desemprego (30%) e desavenças com a família (29%) [...] 82% das pessoas em situação de rua eram homens; mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos; 67% das pessoas se declararam pardas ou negras - proporção bem maior do que na população brasileira em 2008 (45%); 52% possuíam algum parente que morava na mesma cidade em que estavam vivendo (BRASIL, 2019, p. 10).

qualquer coisa que fosse suficientemente gelada para espantar o mormaço. Olhavam, com misto de incredulidade e deleite mundano, uma *fake* ruiva esmaecida de “cabelão” encaracolado, suja, maltrapilha, visivelmente embriagada (segurava um garrote de pinga), que transitava pela área abordando os transeuntes e pedindo dinheiro. Alguns riam e faziam troça, uma parte passava indiferente.

No entanto, muitos a conheciam pelos noticiários da TV, jornais e redes sociais de Porto Velho, o que causou um certo espanto, já que meses antes, quase que diariamente, ela aparecia nos canais de notícias locais vestida com roupas masculinas, sóbria, segurando uma Bíblia, como um exemplo de transformação. Foi por meio de apoio de um velho amigo, também “ex-travesti”, que ela foi conduzida para uma igreja evangélica. No templo, já não era mais Sarita, mas sim Wellinson Oliveira de Sá, uma “ex-travesti” que teve uma “grande chance de mudar de vida” e “uma oportunidade de redenção”, assim eram constituídas as chamadas nos diversos meios de comunicação *online* (EUIDEAL, 2019).

Considerando-se que, na sociedade do espetáculo, conforme explica Debord (1997), a imagem é uma abstração do real e o seu predomínio está na reificação de corpos para produção de sentidos, aqueles seus últimos momentos foram registrados por um anônimo, que iria fazer a divulgação nas redes sociais (*Whatsapp* e *youtube*, dentre outras) no formato de um *memé* irreverente de Sarita, o primeiro depois de um longo período de abstinência dedicada à religião e na obrigatoriedade de se enquadrar no parâmetro da masculinidade. No entanto, aconteceu uma fatalidade, que seria fonte de apreensão dos portovelhenses até a manhã do dia seguinte, acompanhado por todos os canais de mídia locais: o desaparecimento de Sarita. Esse vídeo foi o seu último registro em vida, feito minutos antes dela cair nas águas turbulentas do rio Madeira, mostrava-a em pé, perigosamente balançante em cima de uma voadeira e segurando uma garrafa com bebida alcoólica (RONDÔNIA AO VIVO, 2020).

Perante o exposto, este artigo tem como estratégia metodológica comparar e realizar a análise de discurso e de conteúdo, no período de 2019-2020, em cinco *sites* de notícias: DIÁRIO DO AMAZONAS, RONDÔNIA DINÂMICA, EUIDEAL, RONDÔNIA AO VIVO e O OBSERVADOR. O objetivo é apontar algumas estratégias discursivas que foram utilizadas para inviabilizar e invisibilizar o seu gênero, dentre elas associar o seu roteiro de vida pessoal, marcado por dificuldades

de toda ordem, ao estigma público-midiático sobre as pessoas trans - ainda pertencente a uma determinada categoria de homossexual - que somente encontra o seu local de enunciação no noticiário sensacionalista e policial, vítima de violência homofóbica ou escândalo. A tese assumida neste trabalho é de que ainda existem dificuldades proeminentes em construir narrativas humanizadas sobre transexuais, travestis, transgêneros e demais identidades LGBTQIA+, o que reflete preconceitos e estereótipos ainda enraizados na imprensa. Destarte, a negligência na criação de narrativas de esclarecimento gera uma onda de obscuridade que cresce paulatinamente à medida que legitima os canais de desinformação, que não tem compromisso em criar uma agenda que elucide a situação da transexualidade.

2 Referencial Teórico

2.1 Um olhar sobre a sexualidade na seleção da notícia no discurso jornalístico

Para Foucault (2007), todo discurso obedece a critérios e estratégias que buscam educar o olhar do receptor sob a perspectiva do narrador. Para Motta (2002), a decisão de comunicar

alguma coisa cumpre a função, ao mesmo tempo, de não comunicar (e não elucidar) no processo para gerar a notícia. Um processo que é buscado, avaliado e direcionado por meio da seleção do discurso - que é um bem finito, limitado, desejável e útil - com regras de manifestação que também evidencia, além de suas aplicações práticas, a sua mais profunda e imbricada forma interior (com grades complexas e adaptáveis): o poder. Um bem (o poder) que é, por natureza, o objeto de uma arena política, que também possui regras e técnicas para que se evidenciem com muitas restrições no âmbito do discurso:

“[...] que não se pode dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 9).

Para o autor, há regiões em que essas grades são mais cerradas, regiões aglomeradas de “buracos negros”, lugares em que se busca o banimento de qualquer liberdade expressiva e espontânea que venha

a colocar em risco o *establishment* do que deve ser dito. Dois campos por excelência se destacam: os campos da sexualidade e o da política:

[...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade de se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde as exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2007, p. 10).

Quando se mistura o desejo com o poder, assumindo outra forma - além dos sistemas de dominação e muito além daquilo pelo que se luta - o poder pelo qual temos desejo de nos apropriar. Desta maneira, quando se fala de sexualidade, segundo Foucault (2007), no campo da construção discursiva do jornalismo, há uma ressonância contrária aos seus ecos libertários. A mídia se posiciona alinhada ao poder disciplinador, que historicamente sempre buscou recrutar e controlar a organização dessa tríade de saberes: o saber sobre o sexo, o saber sobre o gênero e o saber sobre a sexualidade.

Considerando-se a imprensa como lugar privilegiado para circulação e apropriação desses conteúdos e suas respectivas narrativas, Charaudeau (2006) menciona que, no subterrâneo do mito da isenção jornalística (na dupla finalidade de aferir credibilidade e captação), é que são construídos os quadros performativos de restrições nos quais se desdobram também o silêncio e a invisibilidade. Para o autor, é nesses espaços que acontecem os atos de comunicação, que consistem em transformar os “acontecimentos brutos” (mas já interpretados) para o mundo midiático construído, ou seja a notícia filtrada para o público, que interpretará a notícia de acordo com o seu local de cultura. Esse duplo processo se inscreve em uma conversão que determina as condições de encenação da informação dentro do recorte da audiência.

2.2 Vidas infames e o discurso da mídia

Em 2020, três pessoas transexuais foram assassinadas em Rondônia, segundo o relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA (GENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Ao todo, conforme o relatório, 175 transexuais foram mortas no país no ano passado, o que equivale a uma morte a cada dois dias (OLIVEIRA, 2021). O Brasil é o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo

e não se consegue reconhecer o alcance dessa realidade (GEPP, 2019), a discriminação contra a população LGBTQIA+ é um problema que se agrava com a produção discursiva com que a mídia aborda o assunto em seus noticiários, em sua maioria vinculada a velhas associações: homossexualidade, patologia e criminalidade. Esse foco da mídia se assenta em uma moral construída sobre os lugares que o masculino e o feminino devem ser marcados hegemonicamente no espaço do noticiário, que, para Rocha e Woitowicz (2013), servem para reforçar os estereótipos de gêneros na produção de imagens e sentidos que os diferenciam:

“[...] assim, se as diferenças de gênero são constituídas a partir de representações sociais, os discursos da mídia tornam-se espaços privilegiados para a constituição de valores e para a reprodução de consensos” (*Ibid.*, 2013, p. 77).

Segundo Veras e Guasch (2015), a representação de pessoas transexuais, travestis, transgêneros e demais identidades LGBTQIA+ é enunciada pela imprensa dentro de uma perspectiva difusa, uma vez que vem acompanhada dos estigmas históricos que construíram esses sujeitos. Quando se fala em estigma, para os autores, traduz-se como o elemento constitutivo da representação público-midiático no processo histórico de construção do(s) sujeito(s) a partir da dissociação entre o masculino e o feminino. Fora desses dois padrões “aceitos” pela sociedade, transitam os sujeitos estigmatizados pelo discurso midiático, o que podem ser designados como seres abjetos.

Para Butler (2020), o abjeto surge dentro dos domínios da Psicanálise e designa aquelas áreas inóspitas e intratáveis da vida social, que possui uma densidade acentuada de pessoas que não gozam do *status* de sujeito, mas cuja necessidade de habitar ainda sob o signo do inabitável é necessário para que se limite o domínio do sujeito. A abjeção pode ser não saber diferenciar as particularidades e diferenças que constituem os grupos LGBTQIA+ e colocá-los dentro de um mesmo rótulo no intuito de inferiorização e subalternização. Para Miskolci (2020), o abjeto é algo pelo que se nutre horror ou repulsa, isso ajuda a entender de onde brota a violência de um xingamento ou uma injúria, quando se chama alguém de “travesti”, “sapatão” ou “bicha”, muito além de um nome que desperta nojo e repulsa, também alguém que se deseja distância de contágio.

Segundo Bento (2017), quando ocorre a quebra do sistema binário (homens e mulheres), rompe-se a estabilidade negociada entre as interpretações veiculadas pela mídia sobre o corpo sexuado (o que é o corpo masculino e o que é o corpo feminino?), em consequência, diante da experiência transexual, o leitor/telespectador/consumidor só terá como referência os olhares acostumados ao mundo dividido entre vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculinos, o que gera confusão para assimilação:

[...] ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência. Na condição de “doente”, o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los (BENTO, 2017, p. 22).

De acordo com Salih (2016), na mídia, a negação do “Outro” (transsexuais, travestis, transgêneros e demais identidades LGBTQIA+) – que não se conformam à matriz heterossexual - pelo “Eu” (no caso o Eu coletivo) ainda encontra respaldo no discurso social-político-religioso, o que é explicada pela forma com que os corpos são discursivamente construídos dentro de uma sociedade organizada “como um *locus* de interpretações culturais, o corpo é uma realidade material que já foi situada e definida em um contexto social” (BUTLER, 2003 *apud* SALIH, 2016, p. 69). Quando se olha em retrospecto, isso remonta ao séc. XIX, o corpo sempre esteve sujeito a uma certa performatividade vinculada ao sexo, ao gênero, à genitália, que criou essas divisões do que é masculino e do que é feminino, colateralmente, essas separações passaram a conter a verdade última sobre os sujeitos (FOUCAULT, 1985).

Outro aspecto importante sobre a identificação de noticiários sobre a população LGBTQIA+ é a associação à patologização. Para Bento (2017), quando se indaga onde estão os sujeitos que transitam entre os gêneros e reivindicam por vias legais essa passagem entre gêneros, esses sujeitos desaparecem da via pública para encontrar respaldo na medicina e nos espaços confessionais das clínicas:

[...] que a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição se confronta com a aceita pela

medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (*Ibid*, 2017, p. 9).

3 resultados e discussão

3.1 Sarita da Sete

Se alguém, em algum momento, explicasse para Sarita sobre o que é transexualidade e também sobre cirurgia de redesignação sexual - dentre outras questões que compõe o corolário metafísico sobre o estudo de gênero - ela lançaria primeiramente um olhar de estranhamento, talvez entendesse que o assunto estivesse conectado a sua condição de ter nascido em um corpo masculino – um corpo continuamente questionado e combatido – em contraposição a sua identidade feminina (e sua necessidade constante de se inscrever naquele mundo), motivo constante de chacota no tribunal inquisitório e as ameaças que ela era exposta diariamente.

Em 2018, alguns canais de notícias locais começaram a relatar eventos de violência contra Sarita, desde tentativa de linchamento por populares até atentados na madrugada feitos por homofóbicos. Na condição de moradora de rua, os seus espaços de circulação envolviam o centro de Porto Velho e as proximidades do Cai N'Água, locais que a noite eram tomados pela prostituição e por assaltos. Conforme elucida Carrara e Vianna (2006), nos grandes centros urbanos, os sujeitos, cuja identidade é não heterossexual, são proporcionalmente mais atingidos por diferentes tipos de violência e discriminação. Sarita sofria o triplo preconceito: de ser moradora de rua, usuária de drogas e álcool e por último a sua condição de trans. Esse conjunto de fatores, juntamente com a clássica instabilidade provocada por sua performance de gênero (e que é constantemente associada aos estereótipos negativos sobre homossexuais), a tornava vítima preferencial de violência homofóbica.

Em 2019, Sarita tinha “recomeçado a vida” com ajuda de amigos, assim noticiavam alguns sites de notícias *online* e até alguns jornais

e telejornais conservadores, citavam-na com estardalhaço como uma “ex-travesti”, dentre outros termos, que foi recuperada e salva do mundo das drogas. É possível que nesse momento, devido ao alto grau de risco de exposição nas ruas, ela tenha procurado guarita junto pessoas que se sentiam inclinadas a ajudá-la. Uma profusão de notícias começaram a ser veiculadas na imprensa, colocando-a com nítido reforço entre duas divisões temporais: o antes, como o ser abjeto; e o depois, com condições favoráveis de ser “recuperada” e enquadrada pela sociedade heteronormativa. Os amigos tinham se juntado em uma corrente uníssona para tirá-la das ruas, livrá-la da humilhação (e da violência física) e principalmente para a cura da transgeneridade por meio da fé. Essas notícias utilizavam alguns termos doutrinários do tipo redenção, recuperação, renascimento, resgate físico e espiritual. Havia neles um clamor estilizado de persuasão religiosa.

Em 2020, a narrativa da morte de Sarita, às margens do rio Madeira, monopolizou por dois dias os principais canais de informação da cidade. Importante salientar que, apesar dela não ter sido diretamente vítima de um ato de violência, a forma espetacularizada, com que foi veiculada a notícia “devorada por candirus³”, ganhou contornos dramáticos no imaginário local por estar associada a um tipo de morte terrível e abjeta. Nos últimos anos, diversos vídeos sensacionalistas ganharam espaço no *youtube*, onde se mostra o resgate dos restos mortais de pessoas devoradas pela espécie. A produção das imagens segue um roteiro valorativo da atividade executada pelo bombeiro mergulhador - profissão nobre, essencial e “aceita” pela sociedade - em contraponto à crueza das carcaças evisceradas das vítimas resgatadas das profundezas do rio, como se ali houvesse a punição por uma vida desregrada. Com a morte de Sarita, a narrativa não foi diferente, espetacularizando-na, justificando a sua condição única de ser vivente à subjetivação imposta pela religião e pelos padrões heteronormativo que ela não quis mais seguir. O que ela fez foi uma ruptura, uma mudança, uma volta ao estágio anterior, pois patologizaram a sua sexualidade como causa única de todos os seus males, o que não era verdade.

3 Candiru é um peixe hematófago que habita os rios da Amazônia, que é temido por todos os banhistas da região e fonte de lendas aterrorizantes, que causam igual medo e espanto. Uma vez que ele entra no canal da uretra ou reto, durante o ato de urinar ou defecar na água, pode causar obstrução, necrose e posterior morte (COSTA, 2021).

Observando-se detidamente a construção de conteúdo desse material noticioso (nos sites DIÁRIO DO AMAZONAS, RONDÔNIA DINÂMICA, EUIDEAL, RONDÔNIA AO VIVO e O OBSERVADOR), é possível agrupar alguns léxicos que se repetem com mais frequência: ex-travesti, travesti, drogada, dentre outros. Para Van Dijk (1990 *apud* Simón, 2011), a escolha terminológica é frequentemente controlada pela opinião, em consequência, o uso de um léxico ou outro não se trata apenas de uma questão semântica, mas indiretamente uma expressão de valores sociais e culturais implícitos incorporados nos significados das palavras que são incorporados pela imprensa. Os léxicos travesti e “ex-travesti” aparecem com mais frequências nas matérias jornalísticas, o que cria uma ponte simbólica sobre a representação público-midiática sobre a travestilidade e os estigmas que ela carrega: vão associar as travestis às práticas de prostituição co-existent com a desordem da cidade, brigas, assassinatos, roubos, etc. (VERAS; GUASCH, 2015).

Van Dijk (1990) e Pêcheux (1999), ao mencionarem sobre o uso dos estilos léxicos na moldagem de conteúdos de notícias jornalísticas, argumentam que essas escolhas lexicais se originam no contexto dos espaços sociais de origem da notícia e que elas também se apropriam de estereótipos históricos de valores implícitos que estão incorporados diuturnamente nos significados das palavras. No período de 2019-2020, as narrativas sobre a vida e a morte de “Sarita da Sete” ou Wellison, dependendo do veículo midiático, que incorporava o nome feminino ou o nome masculino, não sabia distinguir se ela era transexual ou travesti. Destarte, isso evidenciava como o jornalismo em Porto Velho se articulava na produção de informação, incorporando estruturas e ideologias heteronormativa hegemônicas na circulação de notícias, que funcionava, por extensão, como um instrumento de reverberação do poder social local ou transregional (VAN DIJK, 1990).

Para Simón (2011), as pessoas transgêneros há anos se articulam no debate sobre quais termos devem ser designado para descrevê-los, contudo impera o senso comum de que transexualidade é igual a travestismo ou *drags*, o que não é verdade. “As travestis mantêm uma identidade subjacente que é consistente com sua anatomia sexual e simplesmente se vestem como o sexo oposto por fantasia, estimulação erótica ou relaxamento” (*Ibid.*, p. 189). Stoller (1924-1991) situa o travesti e a *drag* no campo de um sentimento prazeroso (fetichista) enquanto o transexual está necessariamente vinculado a um corpo

que precisa ser corrigido, através de tratamento hormonal, cirurgia etc. (COSSI, 2018).

3 Considerações finais

Quando se fala da imprensa portovelhense não se pode esquecer que ela espelha o aparato da imprensa nacional, um *longa manus* dos preconceitos e dos estereótipos que existem ainda enraizados no jornalismo brasileiro, essa lógica biopolítica ainda não está equilibrada entre a visibilidade que as transexuais almejam com aquilo que se busca noticiar. Há muitos anos, a transexualidade tinha como espaço o noticiário jornalístico policial, era comum a confusão de terminologias TRAVESTI com TRANSEXUAL, o que causava o conflito discursivo, mas que, no geral, tinham características carregadas de ambiguidades que dificultava e ainda dificulta o entendimento.

Green (2000, p. 404 *apud* Veras; Guasch, 2015) lembra que até um passado recente no Brasil, as palavras travesti e trans significavam um homem “vestido com roupa de mulher” sem a conotação de ser profissional do sexo. Interessante observar, que, nos meados da década de 80, ocorre uma mudança radical de percepção dos brasileiros a partir da capa de uma tradicional revista masculina. Em 1984, a revista Playboy estampou a foto da trans Roberta Close e a sua repercussão nos meios de comunicação, cheia de ambiguidades e indeterminações, foi pioneira em produzir um discurso que afastava as marcas constitutivas do estigma e da abjeção para o campo do fascínio. Para a aceitação heteronormativa, criou-se uma nova terminologia “o terceiro sexo”, que trafegava além do modelo clássico “bicha/bofe” e que extrapolava o binarismo masculino/feminino. A partir desse momento, o entendimento caiu na clandestinidade e passou-se a considerar as travestis “excessivas” até mesmo para os nascentes movimentos homossexuais brasileiros, muito próximos dos modelos norte-americanos e europeus, porém distantes da bicha, da trans, do efeminado, da travesti extravagante brasileira (VERA; GUASCH, 2015).

Rolnik (2018) explica que o sujeito colonial moderno é um zumbi que utiliza a maior parte da energia pulsional para produzir sua identidade normativa, o que gera estresse, angústia, violência, dissociação, opacidade, repetição, dentre outros movimentos cíclicos que não representam ruptura e o desfazimento do vínculo com os modelos de subjetividades impostoras. A imprensa portovelhense importou esses

modelos e o usa sem dar muita importância ao mal-estar causado às minorias subrepresentadas, à dinâmica da sociedade e o próprio entendimento dos avanços científicos. Certamente, deve-se considerar que os estigmas estão enraizados e naturalizados na mesma proporção que nos demais estados da nação brasileira, o que significa a impossibilidade de novas abordagens e maior esclarecimento sobre o tema.

Dessa forma, a investigação do fato social deveria fazer parte da produção jornalística e constituir uma vertente com muitas possibilidades no plano discursivo, no entanto existe a necessidade de se aprimorar o diálogo do jornalista com o Outro (ou seja, o mundo e suas diversas facetas). Decerto existe uma deontologia jornalística que busca adequar a multiplicidade de códigos existente no meio social (e se apropriar corretamente desses códigos) com a necessidade de criar um jornalismo com isenção e racionalidade, que almeja informar e não apenas reproduzir os estereótipos enraizados. Espera-se que um dia isso seja possível para os campos de estudos da sexualidade.

Referências

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **População em situação de rua no Brasil:** o que os dados revelam? Brasília: Departamento de Monitoramento, 2019. (Coleção Monitoramento SAGI: Série Relatos de Casos). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2020.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “ Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 16, 2, p. 233-249, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312006000200006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 maio 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COSSI, Rafael Kalaf. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante laciano. **Estudos de Psicanálise**: Belo Horizonte, n. 49, p. 31-44, jul./2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n49/n49a03.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

COSTA, William. Candiru: conheça as verdades por trás do peixe mais temido da Amazônia. **Portal Amazonia**, Manaus, 12 maio 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/candiru-conheca-as-verdades-por-tras-do-peixe-mais-temido-da-amazonia>. Acesso em: 20 maio 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

EUIDEAL. **Ex-travesti “Sarita da Sete” surpreende internautas e aparece em foto na igreja com bíblia na mão**. 2019. Disponível em: <https://www.euideal.com/noticia/4066/Facebook.com/euideal>. Acesso em: 15 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE,

2021. p. 33-34. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

GEPP, Luciana. Brasil, o país da diversidade que mais mata LGBTQIA+: mudar a realidade significa reconhecer um país diverso. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 jul. 2019. Tendências debates, [online]. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/brasil-o-pais-da-diversidade-que-mais-mata-lgbtqia.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: _____ (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 125-150.

OLIVEIRA, Luciana de. Associação aponta que 175 pessoas transexuais foram mortas no Brasil em 2020 e denuncia subnotificação. **G1 Online**, jan., 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/associacao-aponta-que-175-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-em-2020-e-denuncia-subnotificacao.gh.html>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1999.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013, Florianópolis - Santa Catarina. Proceedings, Florianópolis: Editora UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.www2013.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386779939_ARQUIV_O_PaulaMelaniRocha.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

ROLNIK, Suely. O inconsciente colonial capitalístico. In: _____. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetizada. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018. 14-27. *E-book*.

RONDÔNIA AO VIVO. **Rio Madeira**: vídeo mostra “Sarita da 7” dentro de embarcação minutos antes de sumir. 2020. Disponível em: <https://rondoniao vivo.com/policia/noticia/2020/03/06/rio-madeira-video-mostra-sarita-da-7-dentro-de-embarcacao-minutos-antes-de-sumir.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria *queer***. Tradução de Guacira Lopes Louro. 3. reimp. São Paulo: Autêntica, 2016.

SIMÓN, Adolfo Carratalá. ¿ *Smail o Cristina?: Desigualdad e identidad transexual en el discurso periodístico*. 2011. **Zer**, 16-31 (2011), pp. 183-201, 2011. Disponível em: <https://addi.ehu.es/handle/10810/41064>. Acesso em: 13 jan. 2021.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Tradução de Guillermo Gal. Barcelona: Paidós, 1990.

VERAS, Elias Ferreira; GUASCH, Òscar. A invenção do estigma do travesti no Brasil (1970-1980). **História, histórias**, 2015, vol. 1, num. 5, p. 39-51, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10829/9509>. Acesso em: 22 maio 2021.

Anexo I

Sites consultados

DIÁRIO DO AMAZONAS. **‘Sarita da Sete’ desaparece após cair no rio Madeira na Capital**. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/sarita-da-sete-desaparece-apos-cair-no-rio-madeira-na-capital/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

EUIDEAL. **Conhece a história de Welinson Oliveira, ex-travesti “Sarita da Sete”**. 2019. Disponível em: <https://www.euideal.com/noticia/4008/>

conhece-a-historia-de-welinson-oliveira-ex-travesti-ldquo-sarita-da-sete-rdquo.html. Acesso em: 21 jan. 2021.

EUIDEAL. **Wellison Oliveira, ex 'Sarita', se batiza e quer escrever uma nova história para sua vida.** 2019. Disponível em: <https://www.euideal.com/noticia/4066/Facebook.com/euideal>. Acesso em: 21 jan. 2021.

EUIDEAL. **Ex-travesti "Sarita da Sete" surpreende internautas e aparece em foto na igreja com bíblia na mão.** 2019. Disponível em: <https://www.euideal.com/noticia/4066/Facebook.com/euideal>. Acesso em: 15 maio 2021.

EUIDEAL. **Morre travesti 'Sarita da 7' após cair no rio Madeira; corpo foi devorado por peixes.** 2020 Disponível em: <https://www.euideal.com/noticia/6104/morre-travesti-sarita-da-7-apos-cair-no-rio-madeira-corpo-foi-devorado-por-peixes.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

O OBSERVADOR. **Corpo de Bombeiros iniciam buscas no rio Madeira por corpo de Sarita da Sete neste sábado.** 2020. Disponível em: <https://www.oobservador.com.br/noticias/corpo-de-bombeiros-iniciam-buscas-no-rio-madeira-por-corpo-de-sarita-da-sete-neste-sabado,41701.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

O OBSERVADOR. **Sarita da 7 deixa as ruas e as drogas e tenta recomeçar a vida com a ajuda de amigos.** 2019. Disponível em: <https://www.oobservador.com.br/noticias/sarita-da-7-deixa-as-ruas-e-as-drogas-e-tenta-recomecar-a-vida-com-a-ajuda-de-amigos,28473.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2021.

RONDÔNIA AO VIVO. **LUTO: 'Sarita da 7' buscou recuperação em igreja evangélica.** 2020. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/policia/noticia/2020/03/07/luto-sarita-da-7-buscou-recuperacao-em-igreja-antes-de-tragica-morte-no-rio-madeira.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

RONDÔNIA AO VIVO. **Rio Madeira:** vídeo mostra "Sarita da 7" dentro de embarcação minutos antes de sumir. 2020. Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/policia/noticia/2020/03/06/>

rio-madeira-video-mostra-sarita-da-7-dentro-de-embarcacao-minutos-antes-de-sumir.html. Acesso em: 15 jan. 2021.

RONDÔNIA DINÂMICA. **Corpo de 'Sarita da 7' é resgatado do rio Madeira pelo corpo de bombeiros.** 2020. Disponível em: <https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2020/03/corpo-de-sarita-da-7-e-resgatado-do-rio-madeira-pelo-corpo-de-bombeiros-69080.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2021.

RONDÔNIA DINÂMICA. **Morador de rua 'Sarita da 7' desaparece ao cair no rio Madeira.** 2020. Disponível em: <https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2020/03/-morador-de-rua-sarita-da-7-desaparece-ao-cair-no-rio-madeira-69039.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS DE INCLUSÃO DO TRABALHADOR LGBT+: ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

Rafael Paulino Juliani

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos - SP, rjuliani@gmail.com;*

Rosemeire Aparecida Scopinho

*Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade
Federal de São Carlos - SP, scopinho.rose@gmail.com;*

Resumo

Diante da exclusão/inclusão precária de pessoas LGBT+ no mercado de trabalho brasileiro, principalmente de pessoas transgênero, e da crescente busca por estes trabalhadores para comporem os quadros funcionais de grandes organizações auto-declaradas diversas e inclusivas, realiza-se um estudo de caso em uma destas empresas para melhor compreender como os valores do sistema de gestão presentes no discurso empresarial expressam-se nas práticas organizacionais. Baseadas em levantamento documental e em entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores da área de pessoas e trabalhadores LGBT+, as análises parciais demonstram a ausência de políticas específicas para estes trabalhadores e que a diversidade da força de trabalho ocorre apenas na medida em que não gere conflitos internos que possam prejudicar o sistema de gestão, bem como acarretar resultados negativos para os negócios. Ter que lidar com as diferenças aparenta ser uma tarefa imposta pela matriz norte-americana por meio da extensão das políticas de inclusão já desenvolvidas em outros países. Esta é uma tendência encontrada entre gestores que formulam e implantam políticas empresariais de diversidade no Brasil, os quais tratam as diferenças como insumos a serem geridos, estratégica e racionalmente,

para gerar vantagens competitivas nem sempre considerando as particularidades socioculturais dos trabalhadores.

Palavras-chave: Diversidade e Inclusão, Políticas Organizacionais, Gestão da Diversidade LGBTQ+, Trabalho.

Introdução

Este trabalho, que deriva das análises parciais de uma tese de doutorado¹, avalia como os valores do sistema de gestão presentes no discurso empresarial expressam-se nas práticas organizacionais de inclusão e respeito às trabalhadoras TTs (travestis e transgêneros) de uma empresa brasileira que, declaradamente, posiciona-se como promotora dos direitos LGBT+ ao trabalho.

Em um contexto econômico-social, no qual se percebe a influência das propostas neoliberais, principalmente nos moldes do que tem sido chamado de *uberização do trabalho* (ABÍLIO, 2017; FONTES, 2017), não apenas no interior do mercado do trabalho, mas também na própria dinâmica social excludente, reproduzida por um Estado ultraconservador e meritocrático, encontram-se em situações de grande exclusão aqueles trabalhadores que mais visivelmente fogem dos padrões heteronormativos postos pela sociedade (JULIANI, 2017). Exemplo disso é a presença compulsória de 90% da população TT brasileira em atividades de prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), bem como o fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo (TRANSGENDER EUROPE, 2019).

Nos últimos anos, porém, em direção contrária às práticas de exclusão psicossocial, observa-se uma busca ativa por trabalhadores LGBTs por parte de algumas empresas da iniciativa privada. Ainda assim, como indica Irigaray (2010), mesmo as empresas que informam possuir amplas políticas de diversidade e respeito às diferenças, posicionam-se contrárias à entrada de pessoas TTs nos contextos de trabalho, o que indica que o discurso empresarial, em muito, permanece ainda afastado da prática.

Teoricamente, o *trabalho* é compreendido aqui como um dispositivo central de integração social, acrescido de relevante valor simbólico e moral (JODELET, 2005), com significativos impactos na manutenção da vida e na construção da subjetividade (LOPES, 2009) e da identidade do sujeito trabalhador, além de ser um importante fator que orienta a dinâmica das sociedades capitalistas devido às

1 Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

complexas relações presentes no encontro ou desencontro do sujeito com o trabalho.

A *diversidade*, fenômeno construído socialmente e permeado pelas relações de poder (HANASHIRO; GODOY; CARVALHO, 2004), que se impôs ao sistema capitalista, por meio de pressões sociais que demandavam maior igualdade no acesso ao mercado de trabalho formal, na década de 1980 (FLEURY, 2000), tem sido utilizada pelos sistemas de *gestão da diversidade* como um insumo a ser gerido e explorado para dele extrair elementos de competitividade para os negócios (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004). Assim, os gestores das empresas privadas têm discutido, cada vez mais, agendas de inclusão e diversificação da força de trabalho, quer seja por exigências legais (cotas) ou mesmo com intuito de criarem imagens de responsabilidade social para as organizações (HELOANI; SILVA, 2015). Além disso, as empresas têm promovido agendas de diversidade, pois trabalhadores discriminados toram-se menos produtivos à medida que precisam se defender psicológica e socialmente dos preconceitos experimentados nos contextos de trabalho (JESUS, 2020), pois a heterogeneização da força de trabalho acentua conflitos entre grupos de maioria e minoria social no interior organizacional.

Costa e Ferreira (2006) apontam que a questão da diversidade social nas organizações, nos estudos brasileiros da área de administração, vem sendo discutida no contexto acadêmico com destaque para: a presença dos negros, das pessoas com deficiências, das mulheres e, de modo menos expressivo, das pessoas com diferentes orientações sexuais. Irigaray (2008) afirma ainda que quando se trata de políticas de diversidade, a sociedade tende a aceitar melhor as diferenças étnicas/raciais, sociais e de gênero (cisgênero) do que as diferenças relacionadas às orientações sexuais não heterossexuais e identidades transgêneros. Deste modo, percebe-se pouco empenho acadêmico voltado à questão da inserção e permanência do trabalhador sexualmente diverso no contexto organizacional (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; ECCEL; FLORES-PEREIRA, 2008; SARAIVA; IRIGARAY, 2009) e há maior carência de estudos quanto a presença de travestis e pessoas transgêneros nos contextos de trabalho (NETO; SARAIVA; BICALHO, 2014).

Mesmo dispondo de parca literatura de apoio, a temática das desigualdades raciais e sexuais tem sido objeto de discussões no Brasil, principalmente, devido aos movimentos sociais negros, feministas e

LGBTs (FLEURY, 2000). Como, por exemplo, a iniciativa da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), pró-inclusão de travestis e transexuais nos contextos de trabalho, por meio do projeto Transempregos, que atua tanto no recebimento de currículos de pessoas TTs e disponibilização destes para empresas, bem como na capacitação de gestores (que já trabalham ou que querem iniciar os trabalhos na área de diversidade LGBT) para o acolhimento destes trabalhadores e construção de ambientes de trabalho inclusivos e respeitosos (TRANSEMPREGOS, 2020).

Na prática, entretanto, o que se percebe é um processo de exclusão-inclusão precária destes trabalhadores que, nas poucas vezes em que transpõem as barreiras do mercado de trabalho, passam por situações de constrangimentos, preconceitos e violações (como quanto ao uso e respeito do nome social), são alocados em funções subalternas ou em ramos específicos da economia – entretenimento, beleza, enfermagem (NETO; SARAIVA; BICALHO, 2014) - ou ainda em postos de trabalho invisíveis, tais como operadoras de *telemarketing* ou camareiras (GARCIA, 2007).

Góis, Duarte e Teixeira (2017) ressaltam que os programas de gestão da diversidade voltados à diversidade LGBT+ concentram-se em grandes empresas, que variam entre quinhentas a mil e quinhentas organizações. Porém, estas organizações não são as maiores empregadoras no país, cujo posto cabe ao conjunto de médias e pequenas empresas. Deste modo, a inclusão e a gestão de pessoas LGBTs nas organizações demonstra ser um fenômeno de ainda pouca abrangência. Adicionalmente, os autores afirmam que há ausência de ações afirmativas por parte do Estado brasileiro, bem como de pressões sociais por parte de movimentos sindicais e sociais.

Em suma, conforme Sales (2015), a valorização da diversidade está na mira da imprensa especializada em negócios, das consultorias, dos institutos de responsabilidade social e dos manuais de boas práticas organizacionais. No entanto, o que se vê é a preferência dos recrutadores por candidatos altamente capacitados que, eventualmente, possam preencher requisitos mínimos de diversidade em sintonia com as práticas organizacionais, ao invés de ações de inclusão e capacitação da diversidade por uma real compreensão da necessidade de garantir oportunidades de acesso e permanência deste grupo social no mercado de trabalho.

Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou do método de estudo de caso explanatório como estratégia de pesquisa e seguiu as indicações de Becker (1993) e Bauer e Gaskell (2003). Assim, tendo em vista o cotidiano organizacional (modo como determinados valores concretizam-se em práticas de gestão e expressam-se na cultura organizacional), realizou-se, junto à organização estudada: a) o levantamento de documentos oficiais que faziam menção ao compromisso para com o público LGBTQ+ (políticas organizacionais estabelecidas, materiais de divulgação interna e externa, notícias em *sites*, etc.); b) a observação direta do cotidiano organizacional, preferencialmente, das reuniões do grupo interno de afinidade LGBTQ que debatia sobre a temática; c) oito entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados junto a representantes dos gestores das áreas de pessoas, dos funcionários LGBTQs e dos demais funcionários.

No processo de entrevistas foram atendidas as normativas da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, quanto à assinatura prévia de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como, foi assinada pela organização participante uma Carta de Aceite concordando em participar da pesquisa. Um diário de campo também foi rigorosamente preenchido, pelo pesquisador, com anotações sobre as observações feitas durante as cinco visitas à organização, entre agosto de 2019 e fevereiro de 2020.

A organização e análise das informações levantadas foram realizadas de acordo com as sugestões de Minayo (1999), com base na Análise Temática de Conteúdo e, neste processo, a estratégia metodológica adotada visou, principalmente, o confronto do discurso empresarial (representado pelas entrevistas e documentos oficiais) com a observação direta das práticas organizacionais cotidianas, em um processo de análise que visou o questionamento do universo simbólico da organização.

Ressalta-se que a escolha da empresa para realização do estudo foi orientada por sua declaração explícita e pública de inclusão de pessoas travestis e transgêneros em seus quadros funcionais.

A empresa estudada e o que dizia sobre a diversidade LGBT+

Trata-se de uma empresa multinacional norte-americana que atua no ramo químico, criada no início do século XX. A unidade na qual se desenvolveu o estudo de caso localizava-se no Estado de São Paulo, na sede brasileira da empresa. Os números absolutos do negócio no Brasil, apresentados em seu último relatório de sustentabilidade (exercício 2017/2018), informam que ela possuía 3,4 mil funcionários; R\$ 4 bilhões de faturamento em 2018; 4 mil fornecedores ativos; 104 produtos lançados no período de 2017/2018; possuía um Comitê de Governança Corporativa sobre Diversidade e Inclusão; e fazia menção à diversidade do quadro funcional como uma das metas de sustentabilidade até o ano de 2025.

Em seu *site*, a seção “Diversidade e Inclusão” trazia algumas informações sobre como a empresa, oficialmente, compreendia a diversidade. Ao longo do texto era informado que, para a empresa “diversidade é a diferença”, que a diversidade é “essencial para a inovação”, que as diferentes aptidões de seus trabalhadores “impulsionam a empresa e a mantém relevante e competitiva” e que a empresa procura e valoriza as diferenças pessoais (de experiências, pensamentos, etnia, idade, gênero, religião, estilo, personalidade e outras. A questão da diversidade LGBT não era, explicitamente, citada neste trecho do texto). Informava ainda que seu objetivo era ter um ambiente inclusivo, onde os trabalhadores “sintam-se seguros, engajados e livres para criar, inovar e trazer egos renovados para trabalhar”.

Quanto ao recrutamento e seleção, o *site* trazia informações sobre a não discriminação de quaisquer candidatos a emprego com base em raça, cor, idade, religião, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade ou deficiências. Neste sentido, identificou-se também que a empresa estabeleceu parceria com a plataforma Transempregos, em outubro de 2019, para veicular as chamadas de contratação para *trainee* e estagiários. Todavia, somente em setembro de 2020, verificou-se a efetiva veiculação do material (e confirmação da parceria), na rede social *Instagram* da Transempregos. No *site* da empresa e em suas redes sociais não havia menção alguma sobre esta parceria ou convocação explícita da diversidade TT para as vagas abertas.

De modo geral, o código de conduta da empresa e a seção específica sobre diversidade da página oficial, deixam bastante claro que a diversidade é compreendida como fator de competitividade e meio para garantir o sucesso do negócio. Características que se esperava encontrar na empresa, tendo em vista que se tratava da filial brasileira de uma empresa norte-americana que já adotava práticas de diversidade e inclusão em sua matriz. Deste modo, como apontado pela literatura (FLEURY, 2000; ALVES, GALEÃO-SILVA, 2004; ECCEL; FLORES-PEREIRA, 2008; MATTE; SANTOS, 2017), é prática de negócios que estas políticas sejam estendidas para as filiais, especialmente em empresas multinacionais dos Estados Unidos, país no qual surgiram as práticas de inclusão e diversidade baseadas em ações afirmativas, porém não para cumprir possíveis exigências legais, mas como uma forma racionalizada/instrumentalizada de gestão do “capital humano”, para garantir o controle das relações de trabalho e gerar competitividade. O que Cardoso *et al.* (2007, p.10) traduziriam como: “A diversidade entre as pessoas é um insumo que, se explorado de maneira correta, leva a resultados surpreendentes de criação e de solução de problemas.”.

Finalmente, o uso de palavras como “inovação” e “egos renovados” (leia-se motivação dos trabalhadores), ainda que indiquem a intenção de usar as políticas de diversidade como meio de elevar a competitividade, restringe-se à inclusão por meio da seleção de estagiários e *trainees*, o que indica a posição marginal e de teste dos trabalhadores LGBTs na empresa.

As trabalhadoras transgêneros da empresa

Ainda que as gestoras de pessoas entrevistadas (Flávia e Naiara) não soubessem exatamente quantas pessoas LGBTs compunham a empresa, havia apenas três pessoas transgêneros na organização: duas mulheres trans e um rapaz trans (a partir de agora, denominado Pedro). Ambas as funcionárias trans trabalhavam fora da sede, em outras unidades da empresa². Uma delas passava ainda pelo processo

2 Razão pela qual não se pode entrevistar essas trabalhadoras.

de transição, enquanto a outra já havia transicionado quando foi contratada. Segundo a gestora de pessoas Flávia³:

Essas duas funcionárias que a gente tem e agora o [Pedro] foram coisas que foram surgindo. A pessoa que está em [uma das unidades] era um funcionário homem e aí saiu de férias e voltou se identificando como uma mulher, então passou pela transição na [empresa]. O que é maravilhoso, a gente tenta apoiar da melhor maneira possível. Já de [outra unidade] foi uma mulher contratada que já tinha passado pela transição, mas que é uma pessoa transpassante, que, se você não ficar cavoucando, você entende que é uma mulher (Flávia – Gerente de recrutamento, seleção e desenvolvimento).

Também segundo a entrevistada:

Eu estou aqui [área de talento e aquisição] há 11 meses e nunca peguei um currículo de uma pessoa que tivesse aplicado para uma posição em que chegasse e de repente a gente percebesse. Nunca. Tenho certeza que a gente não discriminaria. Eu acho que por um lado essas pessoas não se aplicam à [empresa] ainda. Eles ainda não veem a gente como um lugar que super apoia e super está disponível. Eu acho que a gente vai precisar fazer um movimento mais proativo, de começar a ser este lugar, porque as pessoas que a gente tem foram naturalmente apareceram dentro da organização [...] começar a treinar os gestores para isso, porque é um mundo todo diferente, e eu acho que a gente vai precisar ajudar os gestores a saberem lidar com todo este mundo que vem junto quando você contrata uma pessoa trans (Flávia – Gerente de recrutamento, seleção e desenvolvimento).

Ainda que os representantes da empresa informassem não rejeitar a contratação de pessoas TTs, prática observada no mercado de trabalho por Irigaray (2010), havia nítido receio da organização em contratar pessoas TTs que não tivessem uma maior passabilidade, pois isto implicaria, para além de um esforço nos treinamentos dos

3 Todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

funcionários, a manutenção de um clima organizacional, de fato, respeitoso. Uma representante da gestão de pessoas, por exemplo, durante um encontro do grupo interno de apoio LGBT da empresa (GIA LGBT), gabou-se por contratar um aprendiz de cabelos coloridos e sabia que isso havia gerado comentários entre os funcionários. Os demais participantes concordaram que o aprendiz havia sido notado por toda a organização e causava certo espanto nos demais funcionários. Situação que seria muito mais complicada e geraria um maior esforço da organização caso a contratação fosse de uma pessoa TT não passável.

A contratação de Pedro, por exemplo, ocorreu logo após um evento interno, voltado à temática da diversidade LGBT, para o qual foi convidado a dar um relato de vida e trajetória de trabalho. Porém, tratava-se de um rapaz que havia acabado de completar dezoito anos e suas experiências de trabalho eram todas com trabalhos fotográficos autônomos. Deste modo, sua contratação soou muito mais como uma jogada publicitária do que uma aquisição de um “talento”. Ao que a entrevistada indicou, a contratação de Pedro deveu-se também à sua passabilidade.

Mas a gente nunca contratou, nunca apresentou para um gestor, uma pessoa que não fosse igual o [Pedro]. É um menino! Totalmente passável. Eu acho que nesse sentido, tranquilo. Agora, a gente nunca apresentou uma trans, uma pessoa que está no meio do caminho, uma pessoa *queer* sabe? (Flávia – Gerente de recrutamento, seleção e desenvolvimento).

A gerente de aquisição não tinha conhecimento exato das funções que Pedro desempenhava, porém informou que ele havia sido direcionado à área de compras, como menor aprendiz (o que, inclusive, não lhe permitia participar do GIA LGBT). Segundo a entrevistada, pessoas TTs melhor se enquadram em funções mais básicas onde podem ser acompanhadas de perto pela gestão, o que justificaria a contratação de Pedro nesta modalidade:

A gente imagina que um bom começo é a gente conseguir um estagiário que venha da Transempregos, por exemplo. Porque é o início, é aquele primeiro contato, é em um nível que a pessoa está se desenvolvendo. Então dá para a gente trabalhar e dá para a gente dar um suporte maior, porque um estagiário

ainda tem um contato muito grande com RH, um trainee a mesma coisa. Agora, funcionário você contratou e você nunca mais vê o cara. Então eu acho que, se vier, é o que a gente está fazendo com o [Pedro]. A Naiara, que coordenadora do programa de estágio, ela faz o acompanhamento com ele para saber como é que está. Ela faz essa mentoria. Então, todo mês, ela conversa “Tem alguma coisa acontecendo?”, “Como você está se sentindo?”.

Ela dá esse suporte porque é a primeira pessoa trans que a gente tem no administrativo, as outras estão na fábrica. Como ele é a primeira pessoa que a gente tem e ele é ótimo por isso, por mais que ele passe por um menino tranquilamente, ele diz “Sou um menino trans”. Isso ajuda muito porque ele educa as pessoas. Por onde ele vai, ele vai explicando as coisas. Então a gente precisa de mais [Pedros] (Flávia – Gerente de recrutamento, seleção e desenvolvimento).

Em outro momento, ela também afirmou que:

Quando você, por exemplo, vai no Transempregos, é difícil a gente achar níveis mais altos que a gente possa colocar, por exemplo, em uma posição gerencial, porque há toda uma população que também muito cedo sai do colégio, tem toda uma exposição, um nível de risco gigante, então é difícil a gente ter as representatividades nestes níveis. Eu acho que as empresas brigam bastante por estes que já estão prontos para estes níveis. Porque todo mundo quer ter. Pessoas falando sobre isso. Então está bem no começo a parceria com a Transempregos. A gente tem muita vontade de trazer, de começar a falar sobre isso abertamente, mas a gente tem medo, sabe? Porque não dá para trazer, colocar no holofote, você não pode pegar e expor a pessoa, transformar a pessoa em uma atração (Flávia – Gerente de recrutamento, seleção e desenvolvimento).

Os trechos da fala de Flávia são reveladores das contradições existentes na política de diversidade da empresa. Primeiramente, a gestora parte da premissa de que não há trabalhadores TTs capacitados para o mercado de trabalho e fetichiza aqueles trabalhadores de melhor formação, como se fossem adornos organizacionais/*cases* de sucesso. Postura que vai ao encontro do que apontam Alves e

Galeão-Silva (2004) e Fleury (2000), segundo os quais os processos de recrutamento e seleção das empresas ditas inclusivas escancaram a contradição das ações de diversidade com a lógica de mercado, tendo em vista que é mais custoso recrutar pessoas socialmente discriminadas do que, simplesmente, buscar os trabalhadores melhor capacitados e disponíveis no mercado.

Os trechos de fala apresentados também vão ao encontro de Garcia (2007) e Neto, Saraiva e Bicalho (2014) que indicam uma limitação da possibilidade de contratação de pessoas TTs a funções específicas e, neste caso, de baixos níveis (com menores salários, consequentemente), bem como uma limitação de abertura apenas para pessoas TTs que, de fato, se pareçam com homens e mulheres “de verdade”, já que trabalhadores TTs que possuem corpos e comportamentos não passáveis são os que mais incomodam os sujeitos “normais” (JULIANI, 2017).

Além disso, as falas demonstram que a empresa delegava ao único funcionário transmasculino o papel de educar toda a organização, ainda que, contraditoriamente, expressasse uma preocupação quanto à exposição do funcionário, o que confirma os apontamentos de Neto, Saraiva e Bicalho (2014) quanto à divulgação constrangedora dos trabalhadores TTs que raramente transpõem as barreiras do mercado de trabalho formal.

Considerações finais

A empresa estudada demonstrou não possuir, efetivamente, políticas organizacionais de inclusão e respeito aos trabalhadores LGBT+, ainda que declarasse publicamente seu compromisso com estes trabalhadores. Pelo contrário, seus gestores/recrutadores, demonstraram possuir restrições, principalmente, quanto à contratação de pessoas trans para composição dos quadros funcionais. E, caso fossem contratadas, deveriam possuir passabilidade e serem alocadas em cargos de menor importância para o negócio, para que assim não causassem estranhamentos e pudessem ser acompanhadas/controladas diretamente pela área de gestão de pessoas. Ou seja, a diversidade da força de trabalho da empresa ocorria apenas na medida em que não gerasse conflitos internos que prejudicassem o sistema de gestão, bem como acarretassem resultados negativos para os negócios. Ter que lidar com as diferenças aparentava ser uma custosa tarefa imposta pela

matriz norte-americana por meio da extensão das práticas de inclusão já desenvolvidas em outros países. Esta é uma tendência encontrada entre gestores que formulam e implantam políticas empresariais de diversidade no Brasil, os quais tratam as diferenças como insumos a serem geridos, estratégica e racionalmente, para gerar vantagens competitivas nem sempre considerando as particularidades socioculturais dos trabalhadores.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavras, Campinas**, 2017.

ALVES, Mario Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.

BAUER, Martin, W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. **São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE**, 2020.

CARDOSO, Joao Antonio da Silva et al. Gestão da diversidade: uma gestão necessária para estimular a inovação e aumentar a competitividade das empresas de contabilidade e auditoria. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 36, 2007.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Rosa Camillo. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2014.

COSTA, Silvia; FERREIRA, Carolina. Diversidade e minorias nos estudos organizacionais brasileiros: presença e lacunas na última década. **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, v. 4, 2006.

ECCEL, Cláudia S.; FLORES-PEREIRA, Maria Tereza. A inserção da “diversidade” homossexual em uma livraria de shopping Center: um estudo crítico. **ENANPAD**, 32. **Trabalhos apresentados**, 2008.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GÓIS, João Bosco Hora et al. Experiências de Gestão da Diversidade Sexual no Ambiente de Trabalho no Brasil: das experiências pontuais à formação de um Fórum Empresarial LGBT. **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**, p. 48, 2017.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; GODOY, Arilda Schmidt; CARVALHO, Sueli Galego de. Estudos em diversidade: reflexões teóricas e evidências práticas. **ENEO. Anais... Atibaia**, 2004.

HELOANI, Roberto; SILVA, Eduardo P. Diversidade no trabalho. BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES, Jairo E. **Dicionário de psicologia do trabalho e organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 303-309, 2015.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. **A Diversidade nas Organizações Brasileiras**: Estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – FGV-EAESP, São Paulo, 2008.

_____. Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção de travestis e transexuais no mundo do trabalho sob a ótica queer. **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VI**, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes. Gestão da Diversidade no Brasil: Notas Críticas. In: Bruna Andrade Irineu; Márcio Alessandro Neman do Nascimento; Jaqueline Gomes de Jesus; e cols.. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: temas emergentes. 1ed.Salvador: Editora Devires, 2020, v. 1, p. 81-97.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JULIANI, Rafael Paulino. **LGBTTrabalhadores**: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 91-113, 2009.

MATTE, Cristina; DOS SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanardo. Diversidade nas organizações a partir da análise de artigos brasileiros (2003-2016). **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 6, n. 2, p. 163-184, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NETO, Henrique Luiz Caproni; SARAIVA, Luiz Alex Silva; DE ALMEIDA BICALHO, Renata. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. **Revista pensamento contemporâneo em administração**, v. 8, n. 1, p. 86-103, 2014.

PEREIRA, Jamille Barbosa Cavalcante; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. A Gestão da Diversidade: uma Questão de Valorização ou de Dissolução das Diferenças. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2007.

SALES, Ricardo Gonçalves de. Diversidade no trabalho: valores organizacionais e adesão às normas em organizações participantes do Fórum Empresas e Direitos LGBT. In: **Anais do V Congresso Internacional Comunicação e Consumo: São Paulo**. 2015.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; IRIGARAY, Hédio Arthur dos Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 337-348, 2009.

TRANSEMPREGOS. Disponível em: <<https://www.transempregos.org/>>. Acesso em: 02 ago, 2020.

TRANSGENDER EUROPE (Alemanha). **Trans Murder Monitoring (TMM) project. 2019**. Disponível em: < <https://tgeu.org/tmm-update-tdor-2019/> >. Acesso em: 11 mai. 2021.

MENINOS BONS DE BOLA: GÊNERO, TRANSMASCULINIDADES E DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS NO CAMPO FUTEBOLÍSTICO

Maurício Rodrigues Pinto

*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
da Universidade de São Paulo – SP, maorodrigues@usp.br;*

Raphael Henrique Martins

*Homem trans, jogador de futsal amador e fundador do Meninos Bons
de Bola – SP, raphaelmartinslm@gmail.com;*

Heloisa Buarque de Almeida

*Professora doutora, docente do Departamento de Antropologia, da
Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) - SP, orientador@email.com.*

Resumo

O presente trabalho trata da trajetória do Meninos Bons de Bola (MBB), considerado o primeiro time de futebol do Brasil formado exclusivamente por homens trans* e pessoas transmasculinas. Esta história será guiada por descrições etnográficas realizadas por Maurício Rodrigues Pinto e o relato de história de vida de Raphael Henrique Martins, fundador do time e hoje um dos coordenadores do MBB. O time é criado em 2016, a partir da percepção de Raphael, à época orientador socioeducativo do Centro de Referência da Diversidade da cidade de São Paulo, da importância da constituição de espaços seguros para o encontro e a troca de vivências entre homens trans moradores da Grande São Paulo. Além de representar um momento de sociabilidade, lazer e de prática regular de uma atividade esportiva, neste trabalho conjunto buscamos refletir, dentre outras coisas, como o pertencimento a um time de futebol participa dos processos de autoafirmação identitária transmasculina e como as expressões

de (trans)masculinidades performadas por jogadores do MBB tensionam atributos de masculinidade – tais como o machismo, a competitividade viril e a LGBTfobia – que são reiterados no esporte, em especial em ambientes ligados à prática do futebol.

Palavras-chave: Transmasculinidades, Futebol, Gênero, Transfobia.

Introdução

Eu acho que [jogar bola] significava tudo para mim, porque é uma coisa, assim, que me deixava sempre bem, era um rolê que, tipo, tirava todo meu estresse, não deixava eu ficar pensando besteira e era um momento que eu me sentia mais livre, né? Eu me sentia muito preso e quando eu jogava futebol, eu sentia aquele vento batendo no meu rosto, eu suando. Correndo eu sentia uma sensação de liberdade, sabe. Então, pra mim, isso significava muito e eu comecei a descobrir que quando eu jogava, eu não ficava chateado, estressado, essas coisas, eu tava sempre feliz. Toda vez que eu sentia que ia ficar triste, ia jogar bola, nem que fosse lá no orfanato, nem que fosse correr, treinar sozinho, mas, eu jogava, sabe, porque era uma coisa que me deixava bem. Então, eu acho que mais ou menos desse jeito, foi que eu fui descobrindo essa minha paixão pelo futebol. (MARTINS, 2021a)

O presente artigo irá tratar da história do Meninos Bons de Bola (MBB), equipe de futsal amadora da cidade de São Paulo. O MBB é considerado o primeiro time de futebol formado exclusivamente por homens trans* e pessoas transmasculinas do Brasil.

Este trabalho se origina da convivência de quase quatro anos entre Maurício – homem cisgênero, heterossexual, negro de pele clara, historiador, atualmente doutorando em Antropologia Social na USP e que tem se dedicado a estudar dinâmicas de gênero e de masculinidades no contexto esportivo – e Raphael, homem trans, heterossexual, preto, educador social e fundador do Meninos Bons de Bola. Esta relação foi construída a partir de interações e diálogos durante treinos e jogos do MBB, assim como em encontros, debates ligados à defesa da diversidade sexual e de gênero no esporte.

Além de compartilharem a paixão pelo futebol – ainda que com algumas diferenças marcantes, dentre elas o fato de Maurício ser corinthiano e ter grande dificuldade de controlar a bola com os pés, e Rapha ser são paulino, bom de bola, daqueles que dificilmente recusam convites pra jogar uma bola –, outros vínculos entre ambos foram sendo construídos e a relação também ganhando outros sentidos, afetos, extrapolando uma mera relação “pesquisador – interlocutor”.

Para a realização deste trabalho, buscamos nos alinhar às premissas políticas e teóricas do transfeminismo (JESUS, 2013), em especial a crítica “ao imaginário social ligado à noção de uma separação morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero”, que se constitui em fator de opressão e abjetificação/objetificação das pessoas trans (p. 10) e o reconhecimento “do histórico de lutas e das experiências pessoais e coletivas da população transgênero” (p. 12).

Uma das inspirações deste trabalho em co-autoria é o artigo realizado por Alexandre Peixe dos Santos e Fábio Morelli (2018), sobre o histórico do movimento de homens trans no Brasil na perspectiva de Xande Peixe, um dos mais importantes ativistas transmasculinos do país. Este trabalho se propõe a ser um resultado de trocas e compartilhamento de saberes, pela combinação de descrições e análises etnográficas realizadas por Maurício ao longo de três anos acompanhando o MBB, com as memórias e reflexões de Raphael Henrique, acerca de sua história de vida, a sua relação com o futebol e a trajetória do MBB.

É importante levar em consideração que o futebol é a prática esportiva de maior visibilidade no país e que por muito tempo foi reconhecido como um traço importante da identidade nacional. Historicamente os futebolis, formulação proposta por Damo (2008), tanto em sua matriz espetacularizada como em expressões mais lúdicas e bricoladas, têm-se caracterizado como redutos da masculinidade cisheteronormativa. Os reiterados discursos e expressões de masculinidade, baseados em noções de virilidade, competitividade e agressividade, são, muitas vezes, atravessados pelo machismo e a LGBTfobia, o que coloca desigualdades e barreiras no acesso à prática desta modalidade por mulheres e pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, o surgimento do MBB pode ser considerado um marco ao propor um alargamento dos sentidos deste esporte pela reivindicação política de sujeitos transmasculinos serem reconhecidos como futebolistas e atores deste campo.

Metodologia

O ano de 2020, para Maurício, seria dedicado para a realização de uma etnografia dos treinos semanais do MBB, que aconteciam nos domingos à tarde, no Centro da cidade de São Paulo. Neste momento, já tinha direcionado as atenções da sua pesquisa para pensar nos

sentidos da prática esportiva por pessoas trans e, mais especificamente as articulações de grupos de homens trans para a constituição de times de futebol amadores. Tal decisão em parte se deveu à crescente discussão pública acerca de projetos de lei apresentados em assembleias legislativas do Brasil, que visam regular a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais¹, o que também traria repercussões nas vivências e atividades de pessoas trans que militam no esporte amador. No entanto, o decreto de estado de quarentena em São Paulo, a partir do final do mês de março, em decorrência da pandemia de Covid-19, interrompeu entre outras coisas a realização dos treinos semanais, impedindo também a realização do trabalho de campo presencial.

Já Raphael, além do trabalho rotineiro como educador social de crianças e adolescentes, vivia a expectativa de um ano cheio com o MBB, marcado pela expectativa de participação de jogos, campeonatos e eventos políticos, em meio a um processo de reformulações que passava o MBB, com integrantes mais antigos tendo deixado o time e novos jogadores ingressando no coletivo. Rapha, além de fundador do time, é um dos poucos remanescentes da formação original do MBB, por essa razão a sua perspectiva constitui-se central para uma compreensão da trajetória histórica do Meninos Bons de Bola e da importância que o time tem para jovens transmasculinos como ele, provenientes de diferentes partes da Grande São Paulo.

A interrupção dos treinos e das reuniões presenciais intensificaram as comunicações online, em especial no grupo fechado do time no WhatsApp. Com a autorização de Rapha e a concordância dos demais integrantes da equipe, Maurício pode ter acesso a participar

1 Em 02 de abril de 2019, era protocolado o PL-346/2019 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O projeto é de autoria do deputado estadual Altair Moraes (Republicanos/SP) e visa estabelecer o “sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado”, regulando, assim, o direito de pessoas transexuais de participarem de competições oficiais realizadas no estado de São Paulo. Inspirados no PL-346, outros projetos de lei foram protocolados em assembleias legislativas estaduais – como Rio de Janeiro, Amazonas e o Distrito Federal – e também no Congresso Federal, onde foram protocolados três projetos de lei (PLs 2200/19, 2596/19 e 2639/19). O argumento de estabelecer o “sexo biológico” como critério definidor do gênero no esporte, na verdade acabaria por impedir que atletas trans pudessem competir dentro das categorias de gênero nas quais se autoidentificam, mesmo seguindo os parâmetros estabelecidos por organismos esportivos internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional (COI).

deste grupo. As conversas entre ambos também se intensificaram e dessas trocas, surgiu o convite feito por Rapha para que Maurício se tornasse um dos moderadores da página do MBB no Instagram, rede social em que o time mantém uma página e divulga as suas ações.

Uma das ideias que surgiram dessas trocas foi a proposta de um exercício conjunto de construção de perfis de integrantes atuais do MBB para divulgação na página do time na rede social Instagram. Por meio de algumas perguntas-base propostas por Maurício, integrantes do time narraram suas relações com o futebol, como conheceram o MBB e se aproximaram do time, qual a importância do time em suas vidas e o que representava fazer parte de um coletivo e espaço de sociabilidade dirigido para homens trans. Além de uma possibilidade de dar sequência ao trabalho de campo e produzir conteúdos postados na página do MBB, este foi um exercício inicial de elaboração de narrativas biográficas de integrantes do MBB.

Diante da incerteza de quando seria seguro retomar as atividades presenciais, em 2021 Maurício fez a Rapha a proposta de realização de uma entrevista mais extensa, para que ele pudesse rememorar e trazer a sua visão sobre a história do Meninos Bons de Bola. A opção metodológica pela realização de entrevista de história oral de vida, deve-se justamente por esta privilegiar a subjetividade, os pontos de vista e sentimentos da pessoa narradora, do que a mera obtenção de dados objetivos (TONINI, 2016, p. 196). A proposta dessa entrevista era a de ter um registro das reflexões de Raphael sobre suas relações com o esporte, e mais especificamente com o futebol, os tensionamentos enfrentados durante vivências esportivas (de gênero, sexualidade, mas também de classe, raça e outros marcadores sociais da diferença) e por meio de que estratégias foi possível reelaborar as suas vivências com o jogo. Ademais, buscava-se também compreender o significado de fazer uma equipe de futebol com pessoas que partilham de uma mesma identidade e que lidam com questões semelhantes.

Outro ponto importante nesta opção metodológica pela história oral é a possibilidade de construção de conhecimento a partir de um trabalho de “colaboração”, “ação de trabalhar junto”, conforme proposto por Meihy (2005), que envolve a pessoa entrevistadora (Maurício) e a pessoa entrevistada (Raphael). Para Tonini (2016, p. 223), fazendo menção às reflexões de Meihy (2005) e Meihy e Ribeiro (2011): “A colaboração pressupõe o ‘diálogo’ entre pesquisador e narrador, o estabelecimento de ‘uma relação de compromisso entre as

partes', "a existência de uma relação pessoal e subjetiva", a partir da qual se produzirá "um trabalho de pesquisa de fundo social".

Seguindo uma linha de diluição das fronteiras que separam pesquisador e interlocutores de pesquisa, é importante a reflexão proposta por Cornejo (2015) sobre como "o encontro etnográfico [construído] em termos de amizade pode contrariar o impulso de fazer as teorias dos etnógrafos sempre prevalecerem sobre aquelas do informante" (p. 140). É deste vínculo, das trocas de saberes e dos diálogos mantidos antes, durante e depois da entrevista que surge a ideia da escrita em co-autoria deste artigo e da participação conjunta neste congresso.

A entrevista de Raphael concedida a Maurício foi feita em dois momentos (MARTINS, 2021a; 2021b), ambas de forma remota: a primeira parte, no dia 29 de janeiro, foi mais focada na sua história de vida e na relação com o futebol antes da constituição do MBB. Raphael nasceu em São Paulo e passou boa parte da infância e adolescência em um orfanato, após a sua mãe biológica, que tinha problemas de dependência química, ter perdido a guarda de Raphael e de seu irmão mais novo. No orfanato descobriu o gosto pelo futebol, que foi crescendo à medida que tinha a possibilidade de jogar bola em outros espaços, como na escola. Na adolescência, Rapha foi adotado por uma família que residia na Zona Leste de São Paulo, teve a oportunidade de jogar em categorias de base de times femininos. Nessa experiência começou a se deparar com tensionamentos de raça, classe, gênero e sexualidade, que o fizeram se sentir "desgostoso" e se distanciar da prática do futebol.

A partir daí eu fui, como que eu posso dizer, saindo aos poucos do armário, conhecendo de fato o mundo. Porque eu não sabia pegar metrô, não sabia pegar o ônibus, não sabia ir de um bairro para outro, assim, sabe, às vezes eu não sabia andar nem no meu bairro... Comecei a expandir meus conhecimentos e aí conheci outras pessoas, né, lésbicas, gays, travestis... Comecei a entender melhor sobre todas as questões e aí me assumir como lésbica. Só que aí eu sentia que ainda faltava alguma coisa, né? E aí eu fui ver novamente os vídeos de um menino trans que era lá do Estados Unidos, que falava sobre a transição. E aí eu comecei a acompanhar mais de perto ele e fui me identificando... Então, eu saí do futebol justamente por causa disso, porque na época não podia cortar o cabelo, elas

não aceitavam esse rolê de corte de cabelo, porque a gente tinha que ter o cabelo grande e quando eu cheguei com o cabelo curto foi o maior alvoroço lá. A partir daí, eu saí, acabei saindo fora, porque eu falei que eu não ia conseguir ficar no espaço que não me aceita da forma que eu era. Foi a partir daí que eu saí do Juventus e acho que fiquei um pouco mais desgostoso com o futebol. (MARTINS, 2021a)

Já a segunda parte da entrevista foi realizada em 17 de março de 2021, e nela Rapha reconstituiu suas lembranças do trabalho no Centro de Referência da Diversidade (CRD) da cidade de São Paulo, experiência importante na sua autoidentificação como homem trans. Foi durante o trabalho no CRD, que Rapha teve a ideia de organizar um encontro entre homens trans como ele, tendo como o mote o futebol. Os encontros aos domingos se repetiram e assim, surgiu o Meninos Bons de Bola, o que fez com que Raphael redescobrisse a paixão pelo futebol.

Neste segundo encontro, Rapha também lembrou a trajetória do MBB, refletiu sobre as dificuldades que a equipe e seus integrantes enfrentaram ao demarcar a sua presença no campo futebolístico, em especial as tensões encontradas dentro do circuito do “futebol LGBT” e ambos trocamos impressões sobre momentos marcantes que vivenciamos da história do time.

A partir da narrativa de história de vida Raphael, a seguir analisaremos mais detidamente alguns dos pontos que foram debatidos acerca da trajetória do MBB, dos significados da construção de um espaço de sociabilidade e autodeterminação de homens trans e das disputas políticas que envolvem a existência de um time de futsal amador formado por homens trans e pessoas transmasculinas em um espaço ainda caracterizado pela reiteração de expressões de masculinidade hegemônica e pela cisnormatividade.

Resultados e discussão

A partir do momento que eu me reconheci como homem trans, veio essa necessidade de conhecer outras pessoas iguais a mim. Eu comecei a pesquisar grupos no Facebook, WhatsApp, tal, essas coisas. E acabei entrando nesses grupos, e aí eu fui perguntando: “Ô, cê gosta de fazer o quê? O que vocês fazem

e tal?”. Então, tipo, além de perguntar de hormônio, cirurgia, eu perguntava sobre o que eles mais gostavam de fazer. E aí a partir do que eles traziam, eu conversava muito com a psicóloga da época [que trabalhava no CRD], e falava pra ela: “Mano, o pessoal gosta disso aqui, o pessoal gosta daquilo ali. E o que a gente pode tá fazendo?” E aí, em um dos grupos do WhatsApp que eu estava, o pessoal tava pensando em fazer um piquenique e jogar bola. E aí, eu falei: “Mano, eu sempre joguei futebol, eu tô com maior saudade de jogar futebol, cês topam, tipo, jogar um futebol e a gente fazer uma roda de conversa?”. E aí a maioria disse que sim. Eu conversei com essa psicóloga, perguntei se ela poderia estar presente no dia. E aí foi quando a gente viu com eles qual seria o melhor dia e eles falaram que era no domingo, né? E aí foi quando a gente marcou esse futebol, com a roda de conversa, e compareceu bastante homens trans, com seus familiares, namoradas... E a partir daí, mano, a gente percebeu a necessidade, do quanto era importante ter um espaço só nosso, sabe, por mais que a gente pense que não é legal a gente ficar numa bolha só nossa. Mas que naquele momento era muito necessário isso, porque eles tavam pedindo, precisavam desse espaço pra poderem ser eles mesmos. Durante a semana, a gente foi conversando pelo grupo do Whats, os moleques falavam o quanto que era importante a gente continuar esse trabalho, porque pra eles tinha sido o melhor domingo. E aí, eu perguntei: “Mano, mas vocês querem o quê? Cês querem jogar futebol, vôlei, handebol?” Eles falaram: “Não, mano. A gente quer jogar futebol”. E aí casou muito com o meu sonho, que era jogar num time que me aceitasse. Então, eu falei: “Mano, por que não montar um time só de homens trans?” E foi daí que começou essa relação do futebol com o mundo trans. “Vamos jogar?” “Vamos, vamos”. E a gente começou os treinos. A partir daí surgiu o Meninos Bons de Bola (MARTINS, 2021b).

Foi dessa forma que Rapha lembrou e reconstituiu o encontro ocorrido no dia 26 de agosto de 2016, uma manhã de domingo, em uma das quadras de futsal do Parque da Juventude (situado no bairro do Carandiru, na Zona Norte de São Paulo) e que reuniu cerca de quinze homens trans. Foi a partir deste encontro, articulado por

Rapha com o apoio de uma psicóloga com quem trabalhava à época no CRD, e dos contatos que foram mantidos posteriormente entre os participantes daquela reunião, que surgiu o Meninos Bons de Bola, com a proposta de ser um time de futebol formado exclusivamente por homens trans.

É possível pensar a constituição do MBB, a partir da reflexão de Patricia Hill Collins (2019) acerca dos espaços seguros de autoafirmação, gestados por mulheres negras e afroamericanas estadunidenses, que se constituíram em “locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro” (HILL COLLINS, 2019, p. 240). Além da autoafirmação política, que protege e fortalece diante imagens de controle que os discursos da cisgeneridade tentam impor às vivências trans e gênero-diversas, o pertencimento a um time, um coletivo formado exclusivamente por homens trans e pessoas transmasculinas, e a sociabilidade construída em torno do futebol possibilita a construção de laços de amizade que ampliam possibilidades sociais e afetivas desses sujeitos (CORNEJO, 2015).

Pisani (2018), em sua etnografia com mulheres jogadoras de futebol na cidade de São Paulo, destaca a importância do pertencimento a um time de futebol para suas interlocutoras, sobretudo em se tratando de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade e, muitas vezes, expostas a situações de violências de gênero, sexualidade, raça e classe:

Apesar de a violência contra mulher ser evidente e cada vez mais presente em nossa sociedade, é preciso que se compreenda o fenômeno a partir de uma perspectiva mais geral e que se aponte estratégias de sobrevivência e de superação – das violências físicas e simbólicas – elaboradas por mulheres – sejam elas negras ou brancas; crianças, jovens ou adultas; lésbicas ou heterossexuais; moradoras da periferia ou do centro da cidade; das classes mais baixas ou mais altas da sociedade brasileira. Foi a partir de conversas com as atletas que compõem essa etnografia que pude vislumbrar o quão significativo é pertencer a uma equipe de futebol. Estar inserida em uma rede de apoio auxilia na superação das dificuldades da vida e ajuda a ressignificar o lugar delas no mundo. (PISANI, 2018, p. 188, grifos meus)

Ao comentar sobre os sentimentos experimentados naquele primeiro encontro com outros homens trans, Raphael se recorda dos motivos que o levaram a desistir do sonho de ser um jogador de futebol, mas também fala de como a experiência com aquele grupo, para além de possibilitar a retomada de uma paixão, era também importante no sentido de incorporar novas referências de transmasculinidades e de construção de uma visibilidade política para homens trans:

Eu acho que pra mim foi um momento muito mágico, de muito êxtase, sabe? Porque, tipo, eu não tava conseguindo acreditar que existiam pessoas iguais a mim. A partir do momento que eu comecei a olhar aquele monte de moleques chegando pro encontro, e com diversas fases da transição, fiquei só pensando: “Será que eu vou chegar até ali? Será que eu vou conseguir? Será que é isso mesmo?” E quando eu joguei futebol com esses moleques, eu olhei assim e falei: “Mano, é isso! Porque eu parei de jogar bola, sendo que eu tenho vários companheiros que podem seguir nessa trajetória junto comigo, né?” De vivenciar um sonho que foi barrado ali pra gente. Então, acho que aquele dia foi o melhor dia da minha vida, porque eu pude conhecer histórias, compartilhar a minha história e conhecer pessoas, né? E assim, são pessoas que compartilhavam os mesmos medos, as mesmas ansiedades, os mesmos sonhos, praticamente, que eu, sabe? Pra mim, aquele momento foi de muita importância, que eu agradeço bastante ao universo, porque eu acho que era um momento que tinha que acontecer, que tava precisando acontecer, pra gente se mostrar um pouco mais pra sociedade. Eu creio que a partir daí também, acho que não só com o futebol, mas com várias outras representações de homens trans, até mesmo pelo João Nery, os homens trans foram reconhecidos. Hoje ainda tá um pouco devagar, as pessoas esquecem um pouquinho da gente, mas ainda somos lembrados de alguma forma, né? Então esse momento pra mim foi muito importante mesmo. (MARTINS, 2021b)

Ao longo dos seus quase cinco de anos de existência, não foram poucas as vezes que o MBB lidou com dificuldades e resistências para poder seguir treinando e jogando. Uma das primeiras dificuldades encontradas pelo grupo inicial foi a de ter que negociar a presença e

uso da quadra pública onde se reuniam para jogar com outros usuários das quadras do parques, em sua maioria homens cisgênero. Mesmo tendo que lidar com diversas situações de transfobia e de desrespeito às suas identidades de gênero, Rapha acredita que esses primeiros momentos no Parque da Juventude foram importantes para a autoafirmação de muitos integrantes do time à época e fortalecimento do coletivo:

Quando o MBB foi fundado, a maioria dos moleques que estava no time não tinha ainda passado pela transição. Alguns tavam começando, outros ainda nem tinham começado. E era um momento totalmente diferente, né? Então, as pessoas que nos viam jogando, falavam: “Ó lá, um monte de sapatão jogando bola”. Sendo que pra nós era totalmente diferente. E quando a gente começou a ocupar a quadra ali do Carandiru e começou, mano, a se autoafirmar como homem, veio muita incomodação, assim, da parte de alguns usuários, que começaram meio que querer apertar a gente, pra gente sair fora. E aí foi quando a gente começou a bater o pé e falar: “Mano, daqui a gente não vai sair, porque é um espaço público e a gente tem o mesmo direito que todo mundo”. E foi quando a gente começou a perceber o quanto seria difícil a gente começar essa luta, né? Porque as pessoas iam vir pra cima e aí ia caber a gente, se a gente ia seguir em frente ou desistir, porque o mais provável pra gente era desistir, né? O tempo todo as pessoas fazem várias coisas pra gente...

Acabam convencendo a gente a desistir de qualquer outra coisa. E esse momento foi muito importante, porque a gente deu as mãos, a gente estava unido por um sonho só, que era ser jogador de futebol e fazer parte de um time. A partir daí, a gente começou a lutar pelo nosso direito. A gente foi ganhando espaço nesses lugares. Tinha meninas que acabaram vindo nos domingos pra jogar, treinar com a gente. Homens hétero também. E isso pra gente foi bem gratificante, porque a gente começou a perceber que a nossa luta tava fazendo jus, sabe? (MARTINS, 2021b)

Parte desse processo de conquista de espaços se deu graças à visibilidade que o time teve, a partir da presença de matérias que davam destaque ao fato do MBB ser o primeiro time no Brasil formado exclusivamente por homens trans. Tal visibilidade possibilitou

ao time parcerias que possibilitaram, em um primeiro momento, a cessão de uma quadra para uso exclusivo do MBB e a realização dos treinos semanais e, posteriormente, um apoio financeiro que permitiu a locação de uma quadra de futsal, no bairro da Luz (centro de São Paulo), que se tornou a última base dos encontros dominicais de integrantes do MBB até a pandemia.

Além disso, o time passou a ser convidado para participar de torneios de futebol que reuniam “times LGBT”. Em sua maioria, os times participantes eram formados por homens cisgêneros gays. O primeiro torneio que o MBB participou foi o Jogos da Diversidade, em 2017, realizado no Complexo Esportivo do Ibirapuera. Este evento integrou a programação da Parada LGBT de São Paulo do mesmo ano, tendo sido realizado na véspera da parada.

Para Maurício, aquele evento foi muito significativo, pois era a primeira vez que assistia o MBB jogando – à época, nem pensava em desenvolver uma pesquisa que tratasse das relações entre pessoas trans e esportes. Já para Rapha, aquele evento acabou sendo marcante por diferentes fatores. Dias antes do torneio, havia realizado a mastectomia e por essa razão não pode atuar junto com os seus colegas de time, desempenhando na ocasião as funções de técnico. A memória deste evento para Raphael é atravessada por sentimentos conflitantes, desencadeadas, principalmente pela transfobia que ele e seus colegas vivenciaram ao longo dos jogos. Foi neste momento em que Rapha sentiu na pele a dificuldade de aceitação de homens trans e pessoas transmasculinas mesmo em ambientes que se apresentam como inclusivos e propagandeiam a “diversidade”:

Por um lado eu estava feliz, porque eu tinha realizado o meu sonho, que era de fazer a mastectomia. Mas, por outro lado, eu tava triste em não poder colaborar com o time e estar colaborando ali só na organização, fazendo parte da equipe técnica. Pra mim foi bem difícil, assim, porque em vários momentos eu queria estar jogando, eu queria tá lá dentro. Tipo, quando eu via outro time chamando: “Ah, marca a menina. Vamos ganhar delas”. Essas coisas me subiram bastante. Pra mim, assim, acho que foi um dos piores momentos do MBB, de você estar ali e não poder fazer nada, sabe? E foi quando, tipo, eu percebi que a gente tinha que ir além do futebol, que não era só a gente ir lá, treinar, jogar futebol e participar de campeonato. Que a

gente teria que levar o conhecimento pra essas pessoas, porque se elas entendessem logo de primeira o quanto machuca o preconceito delas para com a nossa pessoa, principalmente vindo da comunidade LGBT, elas jamais iriam fazer isso, né? Pra mim, foi um momento de alegria por ter conseguido chegar até ali, por participar de um campeonato, por a gente ter sido um time, mas por outro lado foi um momento de desgosto, sabe? De falar: “Porra, mano, a minha vontade mesmo era entrar na quadra e sair socando todo mundo, sabe? Mano, por que cê tá fazendo isso? Porque tá sendo idiota, tá ligado? Não é campeonato masculino, por que então cê fica chamando o cara de menina, tá ligado?” Mas aí eu me segurei bastante, eu acho que até mesmo pros moleques olharem assim e ver que, mano, independente da gente estar ganhando, perdendo ou de estar sofrendo transfobia ou não, a gente tá aqui, sabe? Eu tenho certeza que se um fosse pra cima de alguém, os outros também iriam. E não foi pra isso que eu criei o time, sabe? A gente naquele dia reivindicou, falou o que a gente sofreu e ganhou o terceiro lugar, mas assim... No momento da comemoração, a gente até que ficou um pouquinho feliz, mas na hora de ir embora a gente veio falando muito sobre isso, de como a comunidade LGBT não tava preparada pra receber o nosso público. Que a gente ia ter que ser muito forte, porque ia sofrer mesmo, tá ligado? Hoje mesmo eu tava olhando ali as medalhas que a gente já ganhou e toda vez que eu olho pra essa medalha da Copa da Diversidade, eu sinto muita raiva, porque a gente ganhou o bagulho não porque a gente jogou bem, não porque a gente chegou às quartas-de-final, mas porque a gente teve que denunciar uma transfobia. Então, eu meio que falo que é a medalha da resistência, porque nas outras vezes, a gente conquistou num jogo limpo, num jogo gostoso e saudável. (MARTINS, 2021b)

Tais situações de transfobia e desrespeito às identidades de gênero dos jogadores do MBB foram vividas em outros jogos e eventos com a participação de times gays. Em outra passagem da entrevista, Raphael explica o porquê do incômodo com a transfobia proveniente de pessoas da comunidade LGBTQI+ e justifica a resistência que hoje existe por parte do MBB em jogar contra tais times – à exceção de jogos e eventos que contem com a participação de times considerados

aliados, dentre eles algumas equipes formadas por mulheres, times mistos (formados por homens e mulheres, cis e trans, de diferentes orientações sexuais) e times gays inclusivos para pessoas trans. Nessa fala fica também evidente que mesmo neste “futebol LGBT” são emulados certos padrões e expressões masculinidade comumente performatizadas no contexto futebolístico, alinhadas com o cissexismo e “a crença de que identidades e expressões cisgêneras são mais valorizadas [legítimas] que as trans” (VERGUEIRO, 2016, p. 263).

Eu acho que é por isso que a gente não participa mais de campeonato, sabe? Porque a gente fugiu de um padrão de futebol pra tentar ir pra outro lugar possível de futebol e a gente acaba encontrando a mesma coisa que acha no padrão. Então, o melhor é a gente jogar entre nós mesmo, porque a gente sabe que a gente não vai se machucar, que a gente não vai se ofender, que às vezes pode ter ali o calor do futebol, “Ah, vá tomar no cu...”, mas depois a gente vai estar conversando de boa, sabe? É diferente dos campeonatos, porque toda vez tem um que joga piada, toda vez tem um que quer chutar canela, quer bater. “Ah, cê não quer ser homem? Não quer jogar bola? Então, aguenta a pressão”. Vem com aqueles jogos de corpo bem agressivos, sem necessidade... É um rolê que, mano, eu fico pensando muito. É algo que eu acho que eu vou precisar entender melhor, estudar mais, porque pra mim, assim, ainda é muito constrangedor esse espaço do futebol. (MARTINS, 2021b)

Considerações finais

Para concluir este trabalho, é importante destacar o papel que o futebol e o fazer parte de um time, um coletivo exclusivo para homens trans, tem para a formação de Raphael e para o seu entendimento como homem trans. Retoma-se aqui novamente Patricia Hill Collins (2019) quando ela se refere à importância de espaços seguros para que mulheres negras se expressem livremente e assim construam suas estratégias de resistência: “Ao promover o empoderamento das mulheres negras por meio da autodefinição, esses espaços seguros as ajudam a resistir à ideologia dominante” (COLLINS, 2019, p. 241).

Face os muitos tensionamentos e enfrentamentos de normas de gênero, sexualidade, raça e classe, com os quais teve de se deparar ao

longo de sua história de vida e na trajetória com o MBB, Raphael, um homem trans que “só queria jogar bola com pessoas que se identificavam igual a ele”, reconhece o quanto essas experiências, somado ao fato de formar uma nova família, um coletivo com os seus – a “família MBB – o transformaram politicamente e como pessoa.

Concluímos este artigo, com a fala de Raphael sobre a importância de levar a história do MBB para além das quatro linhas, para que ela alcance um universo mais amplo de pessoas:

Eu só queria jogar bola. Eu só queria jogar bola e jogar bola com outras pessoas que se identificavam igual a mim. Só que através do futebol, a gente foi percebendo todas essas problemáticas. A gente foi percebendo o quanto era necessário falar, discutir sobre todas essas questões e aí foi quando a gente começou a ir para além do futebol, né? Tipo, discutir mais sobre identidade de gênero, falar pras pessoas o que seria uma pessoa trans, de reivindicar os espaços que as pessoas estavam negando pra gente. Eu acho que o futebol trouxe uma visão totalmente mais ampla do que real acontece, porque, pra mim, antes era tudo um arco-íris, tudo bonito, maravilhoso. E depois que eu comecei nos Meninos Bons de Bola, eu percebi que não era nada disso, era um rolê totalmente, um espaço totalmente transfóbico, homofóbico, sabe? A gente não tem por onde escapar, a não ser tentar sensibilizar essas pessoas. E foi a partir daí que eu comecei a falar um pouco mais, perder esse meu medo de falar, porque eu sou uma pessoa que não gosto de falar em público. Toda vez que eu tenho que falar, tenho que ensaiar muito, porque eu fico nervoso. Eu não gosto de estar na mídia, essas coisas. Mas a partir daí eu comecei a perceber a importância, que eu tinha de falar. E quando eu comecei a falar sobre os Meninos Bons de Bola, dar entrevista, fui percebendo o quanto tinha pessoas que apoiavam o time e tinha esse lance de admiração, de apoio... E aí foi onde eu comecei a ver que fazia sentido a gente não só jogar futebol, mas também falar para além do futebol. A gente não precisava estar só no mundo do futebol. A gente precisava levar um pouquinho da nossa história, do conhecimento, pra essas pessoas. (MARTINS, 2021b)

Referências

CORNEJO, Giancarlo. “Por uma pedagogia queer da amizade”. In *Áskesis*, v. 4 n. 1 pp. 130-142, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de.

MARTINS, Raphael Henrique. Entrevistas concedidas a Maurício Rodrigues Pinto em: 29 de janeiro de 2021 (a); e 17 de março de 2021 (b).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

PEIXE, Alexandre; MORELLI, Fábio. “Homens do Futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James N et al. (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

PISANI, Mariane da Silva. “Sou feita de chuva, sol e barro”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TONINI, Marcel Diego. *Dentro e fora de outros gramados: histórias orais de vida de futebolistas brasileiros negros no continente europeu*.

Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L. (orgs). Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>>.

NA QUEBRADA DA PISTA: PRECARIEDADE DA VIDA E TRABALHO SEXUAL NA CIDADE DE JUIZ DE FORA.

Dandara Felícia Silva Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Pesquisadora do GEDIS/CNPq e Colaboradora do CeR-LGBTQI+ da UFJF, dandaradoxum@gmail.com;

Marco José de Oliveira Duarte

Professor Orientador: Pós-Doutor, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do CNPq, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) e Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ - CeR-LGBTQI+ da UFJF, marco.duarte@ufffj.br

Resumo

Trata-se de comunicação oral acerca de uma pesquisa em andamento sobre transvestigeneridades, trabalho e prostituição. A investigação busca problematizar os conceitos de transvestigêneres e de precariedade da vida, tendo como campo e sujeitas, as trabalhadoras sexuais transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora-MG. A partir de uma frente de trabalho do Centro de Referência LGBTQI+ da UFJF, após o início da pandemia da COVID-19, criou-se um grupo das trabalhadoras sexuais transvestigêneres, que demandava ajuda no enfrentamento da pandemia. Assim, metodologicamente, parte das contribuições teórico-conceituais de Judith Butler e Lélia Gonzalez, analisando, a partir da perspectiva da interseccionalidade, os marcadores de diferença e de opressão, como gênero, raça,

classe, sexualidade e território com o sentido da prostituição como trabalho inserido nas relações sociais. Toma-se a revisão integrativa de literatura para o trato das transvestigêneres e a prostituição, bem como o trabalho de campo, com observação e entrevistas semi-estruturadas com transvestigêneres trabalhadoras de sexo. Essas, a partir da análise do discurso, pretende-se entender a precariedade de vida dessas sujeitas e suas corpos no trabalho da pista, bem como analisar o reconhecimento de sua profissão na rua enquanto trabalho. Toma-se uma produção da escrita e dos dados inseridas na escrevivência, assim como pautada por Conceição Evaristo, abarcando a implicação da pesquisadora na escrita de si.

Palavras-chave: travestilidades, transvestigêneres, trabalho sexual, precariedade da vida, interseccionalidade.

Introdução

A pesquisa qualitativa tem como escopo principal a precariedade da vida, tomando como referência o conceito de Judith Butler e o conceito de lixo falante de Lélia Gonzalez, a fim de determinar o nível de acesso e de garantia de acesso à vida garantido pela sociedade às transvestigêneres trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora. Busca-se analisar também o nível de entendimento e de organização do trabalho dessas pessoas com o intuito de fomentar dados e possibilidades criadoras de organização para a defesa de direitos e do trabalho na prostituição dessas sujeitas além de facilitar a construção de políticas públicas voltadas a essa população.

Por ser tratar de um projeto de pesquisa em andamento, a princípio, nossa produção de dados, dar-se-á através de entrevistas semiestruturadas, tomando como universo o conjunto de 10 (dez) transvestigêneres que já estão organizadas em um grupo de *WhatsApp* que teve sua criação orientada pelo Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ da Universidade Federal de Juiz de Fora (CeR-LGBTQI+/UFJF), com o intuito de garantir recursos mínimos para a sobrevivência de quase quarenta trabalhadoras sexuais durante a pandemia da COVID-19, distribuindo cestas básicas e materiais de higiene e limpeza.

Assim, como método de análise de dados, tomar-se-á a análise de discurso, a partir das narrativas dessas informantes trabalhadoras sexuais da cidade, tomando a experiência, impressões e realidades dessas transvestigêneres.

Nossa hipótese principal é que o nível e precariedade da vida, caracterizado pelo tratamento “lixado” no conceito de Lélia Gonzalez é extremamente alto. No caso da organização do trabalho pensamos que essas trabalhadoras entendem a prostituição como trabalho organizado.

O projeto de pesquisa está em fase de solicitação para aprovação junto ao comitê de ética em pesquisa da universidade e, por enquanto, a pesquisa encontra-se na fase da revisão da bibliografia, fundamentando as bases teóricas dos conceitos, a partir da revisão da literatura.

Metodologia

Através de uma revisão teórico bibliográfica buscamos identificar, coletar e analisar as principais contribuições sobre o tema travesti/transgênero, a fim de registrar e organizar os dados encontrados, como elaborar uma narrativa que possa sintetizar os termos estudados, mas, principalmente, o termo tranvestigêneres que utilizaremos na pesquisa.

Assim, para conseguirmos melhor aprofundamento no referencial teórico-conceitual que estrutura o objeto de pesquisa, analisamos a obra de Judith Butler, sobre o conceito de vidas precárias, visto que o mesmo foi cunhado para problematizar as decisões políticas no atual contexto neoliberal. A escolha da metodologia se dá por ser o termo bastante específico e com a necessidade de teorizar a respeito com as principais obras primárias da autora.

Cabe resgistar que estamos também operando uma revisão de literatura de cunho teórico-conceitual tomando a produção intelectual das autoras feministas negras nacionais e internacionais que problematizam o conceito de interseccionalidade, que é o modo como as questões opressoras de gênero, raça, classe e sexualidade interagem e precarizam ainda mais a vida de pessoas transvestigêneres.

Desta forma, para analisar a organização das trabalhadoras sexuais no Brasil, mas em particular das travestis, estamos, nesse momento, realizando uma revisão de literatura integrativa-narrativa (DUARTE, 2020) da produção científica a partir da base de dados de publicação de periódicos das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, com avaliação pelo Qualis Periódicos da CAPES entre A1 e B2, além de livros, teses e dissertações nos últimos 10 anos.

Com essa etapa da pesquisa em andamento, estamos construindo o instrumento de coleta e produção de dados, para o trabalho de campo, que tomará os discursos das transvestigêneres trabalhadoras sexuais, através de entrevistas semi-estruturadas, já que a entrevista é indicada quando a natureza da informação é fenômeno difícil de ser observado. Portanto, a entrevista será utilizada para buscar informações sobre opinião, concepções, ou sobre narrativas e histórias de vida (MANZINI, 2003).

Neste sentido, optamos em construir o referido roteiro contemplando três eixos, são esses, a saber: a) identificação e perfil: Nome,

idade, identidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia etc; b) condições do trabalho sexual: Quanto tempo exerce a profissão?, Como começou?, Por que começou? O que pensa sobre o trabalho sexual?, Vê o trabalho sexual como trabalho?, O que acha que pode ser feito para melhorar as condições organizativas do trabalho sexual na cidade?, Onde exerce?, Quais os lugares que já exerceu? Etc; e c) condições da vida social: É inscrita no CadÚnico?, Recebe algum tipo de benefício social dos governos federal, estadual e municipal?, Qual a condição de moradia? Qual o relacionamento com a família? Desde quando sabe que é travesti?, Sofreu alguma perda por conta de ter assumido essa identidade? Já sofreu algum tipo de agressão: violência física, verbal ou psicológica/emocional?, Como foi na escola? Acredita que por ser travesti está mais sujeita a vulnerabilidade social? Pensa em se aposentar? Qual o círculo mais próximo de afeto e auxílio?

O campo propriamente dito será constituído de 10 mulheres transvestigêneres trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora, que foram selecionadas a partir de critérios de idade, raça e tempo de “pista”¹, que formam um grupo criado pelo Centro de Referência LGBTQI+ da UFJF, através do apelo das próprias sujeitas, com o intuito de organizar e conhecer essas mulheres e ajudá-las, a partir de uma rede informal de solidariedade, durante o contexto da pandemia da COVID-19. Neste contexto emerge a campanha TranSolidariedade com o intuito de recolher e distribuir materiais de higiene e limpeza, cestas básicas e contribuições em dinheiro.

Para analisar as narrativas utilizaremos a técnica de análise do discurso. A análise de discurso para além de metodologia, pode ser caracterizada como disciplina com diferentes perspectivas com pontos em comum. Segundo Gill (2002, p. 244) “o que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

A autora trata da existência de quatro temas principais, a saber: a focalização do discurso em si, a linguagem considerada como construtiva, o discurso como uma forma de ação e a preocupação com a

1 Termo usado pelas trabalhadoras sexuais para designar o território onde realizam seu trabalho na rua.

organização retórica do mesmo. Para Carneiro (2011) o entendimento parte do princípio de que a linguagem é uma prática social não só utilizada, mas também um lugar de atuação dos indivíduos e para isso a análise do discurso facilita a possibilidade da interpretação da linguagem.

Na pesquisa em questão essa técnica é fundamental visto que existe uma linguagem característica que está ligada às transvestigêneres, seja pela tentativa de criação de linguagem segura para ação na sociedade, seja pela questão da própria organização do trabalho sexual. Assim, primeiro transcreveremos as entrevistas e a partir da transcrição, após o descarte dos elementos de repetição, as entrevistas serão analisadas com a técnica da análise do discurso para melhor compreensão e entendimento das narrativas dessas mulheres e sua percepção do nível de precariedade da vida e organização do trabalho sexual.

Para a escrita da narrativa utilizaremos a metodologia das escrevivências. As escrevivências, segundo Evaristo (2020), tem a genealogia do termo no mestrado em Literatura, em 1994, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), que através de um jogo entre as palavras “escrever” e “viver” e “se ver”, a criação de um termo histórico como o escrevivências se dá. Para a autora, o procedimento metodológico das narrativas das escrevivências está baseado num caminho que borra e subverte a imagem da negra contadora de histórias para a casa grande.

Na construção da escrevivência o caminho já está trilhado e este é de autoria negra. Subverte-se o lugar de contadora de estórias ao lugar daquela que escreve a história sua e de outras que estão ou que tem caminhos marcados pelas mesmas opressões. Segundo Soares e Machado (2017), a escrevivência carrega uma dimensão ética ao enunciar um lugar de um eu coletivo, como “de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um “nós” compartilhado” (SOARES; MACHADO, 2017, p. 207).

Assim, aproprio-me da metodologia notadamente caracterizada pela escrita de mulheres negras, por me inserir na sociedade enquanto mulher negra, mas também enquanto travesti, pesquisando, ouvindo, analisando e narrando a vida e a vivência do trabalho sexual de travestis, trabalho esse que em algum momento da vida já foi também o garantidor do sustento desta pesquisadora. Faço isso porque, segundo a própria Evaristo (2020), o fato de a metodologia estar baseada na

escrita de mulheres negras “não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência” (EVARISTO, 2020, s/p.).

Por fim com o intuito de satisfazer obrigações legais e institucionais a respeito da questão da ética em pesquisa, o projeto de pesquisa estará sendo protocolado na plataforma Brasil para submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFJF (CEP-UFJF).

Referencial teórico

Das vidas lixadas ou da precariedade da vida

Vidas precárias é o conceito trabalhado por Judith Butler para caracterizar a vida em si, mas, também, para desenvolver o conceito de enquadramento que define quais vidas são enlutáveis ou vidas que merecem ser choradas e, conseqüentemente, aquelas que não merecem. Segundo Butler (2019b, p. 59) “a precariedade como condição generalizada é baseada na concepção do corpo como alguma coisa fundamentalmente dependente, que precisa ser sustentado para que consiga se tornar uma vida vivível”.

Nesse sentido e partindo desse pressuposto de que todas as vidas são generalizadamente precárias, podemos discorrer sobre quais vidas são mais precárias, que merecem ser vividas, que merecem ser enlutadas e quais são matáveis, partindo e pensando também sobre como o olhar sobre essas vidas coloca cada uma delas em uma categoria. Em outras palavras, “de como o enquadramento pode dizer qual vida merece ser vivida e qual vida pode morrer sem ser chorada” (BUTLER, 2019b, p. 64).

É a partir da precariedade generalizada que se começa a construir quem são esses rostos. Na generalização, sabemos que o “corpo está articulado social e politicamente e tem exigências de sociabilidade como o trabalho e a linguagem que tornam sua subsistência possível” (BUTLER, 2019b, p. 16). Nesse sentido, tornamo-nos todos precários desde o nascimento, na medida em que este é por definição precário, ou seja, o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, mas a sobrevivência depende da “rede social de ajuda” (BUTLER, 2019b, p. 32).

Essa precariedade se dá, portanto, a partir da afirmação de que existem vidas que podem ser negligenciadas e, a partir dessa afirmação, podemos perceber não só a finitude da vida, mas também a sua precariedade. Segundo Butler (2019b, p. 31), “é a partir da construção de que algumas vidas podem ser negligenciadas que se percebe que a vida requer várias condições sociais e econômicas que precisam ser mantidas para que a vida seja mantida”.

Neste sentido, podemos nos questionar e nos preocupar sobre “quais vidas serão passíveis de serem mantidas e quais esforços serão feitos para que essas vidas sejam mantidas e quais outras não serão consideradas como humanas para que possam ser passíveis de luto (BUTLER, 2019a, p. 28). Sem essa condição de ser enlutada não existe vida, ou melhor, “existe algo vivo, mas que não é uma vida, uma vida que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho e não terá a possibilidade de ser enlutada quando acabar (BUTLER, 2019b, p. 33).

Para Butler (2019b):

A distribuição diferencial da condição de precariedade é ao mesmo tempo uma questão material e perceptual, porque apenas as vidas que não são consideradas lamentáveis e valiosas são obrigadas a suportar a carga de fome, subemprego, da privação de direitos e da exposição à violência e à morte (BUTLER, 2019b, p. 46-47).

Esse esquema interpretativo que é realizado através do enquadramento social faz a distinção entre as vidas que são dignas de consideração através dos sentidos. É através do enquadramento da vítima que o sentido pode ser aguçado para que aquela seja uma “vida enlutável ou não” (BUTLER, 2019b, p. 83). Assim, os enquadramentos normativos estabelecem “quais as vidas podem ser vividas e quais não” (BUTLER, 2019b, p. 85).

Desta maneira não é só uma dicotomia entre humanos e desumanizados, é antes a desumanização que produz a humanização do outro, é a civilização ocidental com todas as suas “regras”, contra o resto que por definição é ilegítimo (BUTLER, 2019a, p. 80). Esses enquadramentos não só definem quem pode viver, ou, segundo Butler (2019b, p. 17), “produzem a vida num continuum, mas também constroem ontologias de sujeitos específicos (BUTLER, 2019b, p. 17). Assim, podemos apreender que, em um nível mais geral, a mídia se torna responsável

em atribuir valor a uma vida para que ela seja perceptível como vida. Nesse sentido, a comoção depende de apoios sociais para o sentir. Contudo, “nós só conseguimos sentir e reivindicar a comoção social depois que já estamos inscritos nela (BUTLER, 2015b, p. 82).

Segundo Butler (2019a, p. 37-38), na dicotomia “precário/menos precário”, certas vidas serão “altamente protegidas e outras não encontrarão um suporte tão rápido de proteção”. Nesse sentido, se a violência da não proteção é cometida contra aqueles que são irreais, então, nessa perspectiva, não ocorre violência. E enquanto essas “vidas resistirem em estar animadas, serão negadas novamente e novamente”.

Portanto, parece ser necessário que de alguma maneira precisemos desafiar a mídia dominante, mas não exclusivamente, mas outros meios de comunicação, inclusive os ditos alternativos e existem, com o intuito de que essas vidas possam se tornar visíveis ou reconhecíveis em sua precariedade. Assim, é Lélia Gonzalez (1984) que nos convoca a assumir o lugar de fala com as suas implicações, o ato de falar que desafia a mídia e o poder dominantes, que assume a própria fala, ou seja, a precariedade vai falar, “o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225).

A concordância entre as filósofas, apesar de conceitos diferentes, vidas precárias e vidas lixadas, ambas estão tratando de sujeitos concretos da pirâmide social capitalista, na perspectiva de suas singularidades, particularidades e generalidades. Assim, é necessário compreender que a política precisa perceber a precariedade como condição compartilhada e que a condição precária, politicamente induzida, fato que parece ocorrer com mais radicalidade nesse momento, expõe, de maneira diferente, os sujeitos não enlutáveis, marcados por gênero, raça, classe e sexualidade.

Resultados e discussão

É uma pesquisa em andamento que no momento desenha seu instrumento de coleta e produção de dados, junto as transvestigêneras trabalhadoras sexuais na pista, posteriormente ao processo de apreensão, estudo e análise do seu referencial teórico. Apesar do contato com as informantes, por ocasião da entrega das cestas e kits de higiene pessoal e de limpeza no âmbito da campanha

TranSolidariedade, ainda não se configura o trabalho de campo propriamente dito, pois por conta da pandemia da COVID-19, esse tem se dado de forma pontual.

Contudo, no âmbito da referida campanha no contexto da pandemia, temos acompanhado e monitorado o referido grupo, através do aplicativo *WhatsApp* utilizado para ajuda logística e de contato da referida. O grupo se constitui por quase trinta transvestigêneres trabalhadoras sexuais da cidade de Juiz de Fora com idade entre 18 a 65 anos, sendo a maioria de travestis negras e extrema precariedade de vida, desconhecedoras de seus direitos enquanto trabalhadoras e enquanto cidadãs.

Assim, embora as meninas, como comumente são identificadas, entendam o trabalho sexual como profissão, mensagens e áudios, observadas de forma sistemática no grupo de *WhatsApp* durante algumas discussões sobre a pandemia e assuntos em geral, ainda revelam as dificuldades e limites em entender que esse trabalho pode ser regularizado. Além de outros temas, como os debates inusitados sobre o lockdown, uso de máscaras, importância de prevenção e cuidados contra a COVID-19.

Considerações finais

Embora a pesquisa ainda esteja em estágio embrionário, estamos aprofundando o debate sobre transvestigêneres, trabalho sexual e precariedade da vida a partir das produções bibliográficas de cunho teórico e literário. Nosso intuito com a pesquisa é problematizar, compreender e demonstrar o nível de precariedade da vida de transvestigêneres trabalhadoras sexuais na cidade de Juiz de Fora, como acontece a organização do trabalho dessas pessoas.

Desta forma, acreditamos que a pesquisa nos auxiliará a trazer respostas mais contundentes para esse segmento da comunidade LGBTQI+, no sentido de seu reconhecimento enquanto sujeitas e corpos, pela ampliação de políticas públicas e referenciais de atendimento para as instituições públicas e sociais no município, no sentido de melhor conduzir o acesso, acolhimento, atendimento e garantia de direitos dessas trabalhadoras sexuais.

Agradecimentos

Agradecemos a organização do X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero, de 2021, primeiramente por nos permitir participar apresentando nosso trabalho de pesquisa realizado junto ao PPGSS da UFJF inserido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos – GEDIS/CNPq da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Também agradeço a ABEH, através das suas presidentas Bruna Irineu e a recém eleita Jaqueline Gomes de Jesus por nos permitir participar deste congresso como co-coordenadora do ST16 – Ofensiva Antigênero, Bolsonarismo e COVID-19. É para nós, enquanto acadêmica travesti preta, um imenso orgulho compor esse congresso. Agradeço também a partilha do Prof. Dr. Marco José Duarte que muito além de orientador, cumpre com excelência as funções de pai, amigo e mentor político. Muito obrigada.

Referências

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência [tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues]. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. 138 p.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? [tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica Carla Rodrigues]. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019. 288 p.

CARNEIRO, Virgínia Conceição Vasconcelos. A Análise do discurso como instrumento de pesquisa para os estudos em sustentabilidade. In: **Anais do III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Anais eletrônicos. Maringá: ANPAD, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ81.pdf>>. Acesso em: 07 maio. 2021.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **A revisão integrativa**: o que é e como fazer?: Oficina de recuperação da informação científica em bases de dados científicas, 2-30 de out. de 2020. 24 f. Notas de Aula.

EVARISTO, Conceição. **A escrivência serve também para as pessoas pensarem.** [Entrevista concedida a] Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. Site da Fundação Itaú Social, Polo de Desenvolvimento Educacional, s/p., novembro, 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem>>. Acesso em: 07 maio. 2021.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2021.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 203-219. mai./ago. 2017.

O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR: REFLEXÕES SOBRE COLONIALIDADE PODER, SABER E GÊNERO, A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA CATEGORIA.

Renata de Souza Silva

*Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro - RJ, renatass@aluno.puc-rio.br;*

Jaqueline Melo de Barros

*Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro - RJ, profa.jaqueline.barros@gmail.com.*

Resumo

O presente trabalho é fruto das inquietações sobre a atuação do Serviço Social na composição das equipes multidisciplinares do processo transexualizador, e a partir de qual olhar este profissional produz conhecimento. Para construção dessas reflexões foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como recorte temporal os anos de 2018 a 2020, para mapear produções científicas da categoria quanto a sua atuação no processo transexualizador, tendo como ponto de partida a RESOLUÇÃO do CFESS Nº 845/2018, que oficializa e orienta a atuação profissional da/o assistente social em relação ao processo transexualizador. Além disso, desejamos propor a partir de uma análise crítica do material levantado, tendo como referencial teórico a discussão dos estudos decoloniais, como a colonialidade de poder, saber e gênero, se perpetuam até os dias atuais, como uma forma de controle social dos corpos, que se encontram fora dos padrões heteronormativos eurocêntricos hegemônicos, por meio das construções dos saberes profissionais dos assistentes sociais. Nesse sentido, desejamos vislumbrar trabalhos desenvolvidos por assistentes sociais que

tenham um olhar para com a sua inserção neste campo, identificando seus limites e possibilidades e sua contribuição na viabilização de direitos, além da produção de um conhecimento científico pautado em pensamento de fronteira, a partir do olhar dos subalternizados nas relações de poder, dentro do sistema mundo capitalista.

Palavras-chave: Transexualizador, Serviço Social, Decolonial, Colonialidade de Poder, Gênero.

Introdução

O Serviço Social enquanto categoria profissional têm durante anos se debruçada sobre temáticas que emergem das requisições de seu cotidiano de trabalho, entendendo que este fazer profissional produz conhecimento teórico e prático, com intuito de romper com as opressões advindas da perpetuação do processo colonialidade de poder do mundo capitalista, sobre as quais é edificada a sociedade brasileira.

Concernente a isto, ao se pensar na atuação dos (as) assistentes sociais nas equipes multidisciplinares que atendem as pessoas que procuram o processo transexualizador, desejamos compreender como estes profissionais por meio de suas atuações produzem conhecimento, tendo como base o olhar das pessoas que procuram estes serviços, que tanto são invisibilizadas pelo sistema e no sistema, e tem o apagamento de suas vidas, vinculado aos processos de colonialidade de poder, gênero, saber e ser, muito mencionado por autores como Quijano (2005; 2007), Escobar (2005) Grosfoguel (2008), Lugones (2008; 2014), Walsh (2009), Gonzalez (2020), etc., que se encontram extremamente presente na constituição das sociedades pós-período colonial, determinando o padrão hegemônico de ver as pessoas, bem como de polos de produção de conhecimento.

Colonialidade esta que pode ser vista como face mais obscura da modernidade, por conter em seu concerne à continuidade da matriz colonial de poder, que entende que a expansão de um sistema mundo capitalista depende ***“quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (MIGNOLO, 2017, p.5)***, que incidiram diretamente sobre as hierarquizações racializadas e classistas advindas dos processos de colonização das Américas, mesmo sem a presença de uma gerência colonial europeia.

E que por meio deste processo são calcados às dicotomias entre os sujeitos, hierarquizando e classificando, onde os colonizados são vistos como criaturas bestiais, sempre ligadas ao prazer animalesco e os colonizadores, são os que possuem a missão salvífica da sociedade mundo global, impondo assim a todos um padrão universal de gênero, ser e saber. (DIMENSTEIN et al, 2020).

Por isso ao adotarmos uma visão advinda das análises decoloniais, que emergem de forma de ver o processo de colonização como um modo de organização social mundial, e a colonialidade como a perpetuação da perspectiva colonizadora sobre os colonizados, que devido à episteme dos pensamentos, práticas e estruturas sociais estariam aprisionadas no interior do ocidente “civilizado”, e permanecem reproduzindo no seio dos pensamentos e práticas, uma colonialidade de poder/saber.

Compreendemos que esta possibilitaria, conforme afirma Mignolo (2017, p.6):

“(...) superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (...)”.

Por isso, a partir dos estudos decoloniais pretendemos vislumbrar que uma perspectiva advinda da subalternidade, do pensamento fronteiriço possui contribuição relevante para se entender como os saberes são construídos e como algumas práticas profissionais ainda são permeadas por visões eurocêntricas sexistas, racistas, machista e heteronormativas.

Travestilidade, transexualidade e saúde.

Versar sobre travestilidade e transexualidade e sua correlação com direito a saúde, é eminente antes de qualquer coisa explicitar, o que se entende sobre identidade de gênero, como um conjunto de convicções e construtos pelos quais determinadas pessoas se identificam como homem ou mulher. (JESUS, 2012).

Além disso, entender que transexualidade e travestilidade não sinônimos, pelo contrário comportam dois polos de identidade de gênero, onde o primeiro se refere à pessoa que se reconhece dentro de uma identidade de gênero distinta daquela que lhe foi imputada no nascimento, desejando assim em alguns casos alcançar o corpo e identidade civil atrelada a este reconhecimento. Enquanto que a travestilidade são pessoas cujo gênero e identidade social, são contestados ao seu sexo biológico, e que convivem diariamente como indivíduos de seu gênero de escolha, por isso alguns autores afirmam

que as travestis em suas experiências de papéis de gênero feminino, não se colocam em nenhum dos polos dicotômicos de gênero (homem/mulher), ao contrário estão em transito constante entre os dois. (JESUS, 2012)

Por isso ao se entender a saúde como direito humano, e como conquista social, e visto como algo indispensável para o usufruto de uma vida digna percebe-se que esta parcela da população não possui a garantia desse direito, pelo simples fato de existir e estar atrelada a uma perspectiva dissidente de identidade de gênero, ou seja, apartada de padrões eurocêtricos heteronormativos que atribuídos um caráter dicotômico de gênero entre os seres. (BRASIL, 2015)

Pensar na travestilidade e transexualidade e seu acesso à saúde requer compreender que a concretização do acesso destas pessoas se faz por meio de uma prática social, que em muitos momentos podem ser de acolhimento, mas em boa parte dos casos, se resumem em falta de acesso, descaso, discriminação, rechaço e violência institucional.

Segundo Tagliamento (2015), estas discriminações acontecem principalmente nos serviços de saúde, por falta de compreensão do que vem a ser travesti e transexual, e também por estas serem vistas como abjetas, e fora dos padrões sexuais e de identidade de gênero construído e baseados no processo de colonização a qual o Brasil e outros países da América Latina passaram durante a expansão colonizadora-exploradora.

A transexualidade e a travestilidade, por serem fenômenos que desafiam as convenções sociais, pautadas em ideais heteronormativos, tornam-se temas bastante complexos, envolvendo corpo, identidade e gênero. Sua complexidade atinge ainda as polêmicas e as controvérsias acerca do seu campo político, em participações nos movimentos sociais; do conceitual, em binarismos, sexualidade, imagem corporal e identificação (BRASIL, 2015.p.83)

Por carregarem identidade de gênero, não correlacionadas aos padrões cisheteronormativos, as travestis e transexuais, carregam ao longo de suas vidas imensa carga de preconceitos e discriminações, o que impede que se direito humano, a saúde, seja respeitado e assegurado, tendo em vista que muitas das vezes ao entrarem no Sistema Único de Saúde, sua permanência não lhes assegurada para além das mudanças corporais que estas desejam ou não realizar em seus corpos

sociais, ou seja, há de se ter um olhar transcendente sobre estas populações a fim de se compreender que o não acesso invisibiliza e faz as pessoas morrerem.

Neste concerne, é inviável ver a saúde hoje sem levar em conta as mais diversas questões que afligem a vida dos cidadãos. Principalmente aquelas que compõem populações atreladas a identidades de gênero dissidentes dos padrões coloniais, para as quais o direito humano de acesso digno à saúde é negado a todo o momento durante a trajetória de sua existência humana.

Portanto, assegurar o acesso equânime e igualitário, requer do SUS, pensar nas populações subalternizadas no sistema mundo capitalista, devido os processo de colonialidade de gênero e poder, neste caso travestis e transexuais, e perceber os obstáculos que estas encaram habitualmente para alcançar os serviços de saúde, com respeito as suas especificidades e valorização de suas mais variadas expressões de identidade.

Invisibilidade trans e colonialidade de gênero, poder, saber e ser.

A Invisibilidade trans no Brasil, esta no DNA do país, nas construções sociais da sociedade, tendo em vista que as violências cometidas contra estas pessoas em todo território nacional é fruto do passado de colonização, que tinha nas populações adversas das europeias, a projeção de que estes não possuíam alma ou até mesmo, qualquer tipo de direito, ou até mesmo eram vistos como não humanos. (LUGONES, 2014; 2008)

A partir do entendimento que travestilidade e transexualidade são vivências de identidade de gênero, e que estas são permeadas por questões de colonialidade de poder, ou seja, dentro das relações sociais de construções de gênero, estas por comportarem em suas construções divergentes dos modelos eurocêtricos, que normatizam até hoje os corpos sociais.

Na tradição europeia colonial, corpo é concebido como algo que necessita estar dentro de padrões normativos dicotômicos de gênero e sexualidade. Isto concebendo a corporeidade a partir de uma habitação em dois polos (Homem x Mulher) socialmente construídos, do que vem a ser masculino e feminino nas sociedades capitalistas coloniais. (LUGONES, 2014; 2008)

Lugones (2014) ainda completa que a busca por distinções sexuais, advindas da modernidade colonial, provenientes da observação das ações que cada sexo executa na organização social, de sociedades colonizadas, resultou em um dimorfismo sexual, que se torna eixo estruturante do sistema de gênero no ponto de vista da colonialidade do poder, tendo em vista que determina um padrão heteronormativo para homens e mulheres, e aparta outras expressões de identidade de gênero e sexualidade que não estejam de acordo com tal norma, classificando estes como bestiais, bizarros, anômalos, que sempre devem ser julgados, lhes negando assim o estatuto humano.

Ainda nesta perspectiva a autora fala do esvaziamento que possui a mulher colonizada, tendo em vista que como os homens não eram vistos como homens, e nem como humanos, estas não poderiam receber o atributo de mulheres, ou seja, “*nenhuma fêmea colonizada é mulher.*” (Lugones, 2014. pg.939), colocando assim tudo ligado ao feminino colonizado à categorização do não ser, de não pertencimento, o que trazendo para os dias atuais impõe as pessoas que vivem a travestilidade e transexualidade, devido as suas identidades de gênero dissidentes e resistentes aos processos coloniais, a lugares abjetos sociais, subalternizados, permeados de humilhação e violência, chegando até mesmo à morte.

Portanto, o que se procura discutir é como a colonialidade de gênero, com seus fios invisíveis, perpetua a missão civilizatória cristã opressiva até os dias de hoje, sobre as identidades de gênero dissidentes/resistentes no modelo colonial capitalista, e de que forma um pensamento que visa romper com estas questões paradigmáticas, possibilitaria pensar mudanças nos padrões coloniais de ser, poder, gênero e saber.

O processo transexualizador no SUS

Faz-se necessário enfatizar que o processo transexualizador não se limita aos aspectos cirúrgicos, pois embora tenham sido autorizadas no país a partir de 1997 pelo Conselho Federal de Medicina ainda apoiavam-se na patologização dos sujeitos, mas anterior a isso, temos registros da primeira cirurgia vulgarmente chamada de “mudança de sexo” datada de 1971, realizada em São Paulo, fazendo com que o médico cirurgião plástico Roberto Farina, respondesse judicialmente sob crime de lesão corporal. (BENTO, 2008).

O Ministério da Saúde regulamentou os procedimentos transgenitalizadores ao Sistema Único de Saúde por meio da Portaria 1707/2008, ampliando seu processo, contemplando as pessoas travestis, homens transexuais, além de incluir os serviços de hormonoterapia e cirurgias como mastectomia, histerectomia, plástica mamária, tireoplastia, além de acompanhamentos clínico, psicológico e social (BRASIL, 2013).

O que por sua reforça a discussão trazida por (BENTO, 2008, p. 185), onde o processo transexualizador consiste num “conjunto de alterações corporais e sociais que possibilitam a passagem do gênero atribuído para o identificado. A cirurgia de transgenitalização não é a única etapa desse processo”.

Muitos foram os percalços sofridos pela população travesti e transexual devido à lógica cisgeneronormativa, que se utiliza de argumentos patologizantes e biológicos para reproduzir a ordem social vigente. Por isso a necessidade de incorporar o lugar do SUS como positivo, e lutar por uma lógica despatologizante, priorizando a autonomia da pessoa trans sobre seu corpo e sua vida.

Neste sentido, a atenção básica exerce papel fundamental, pois é considerada porta de entrada para população em geral, o que inclui as travestis e pessoas trans, pois ainda que seja garantido legalmente o acolhimento de qualidade, o acesso aos serviços de saúde com respeito ao nome social, acesso desde a hormonioterapia até a cirurgia de adequação do corpo à identidade de gênero, e o atendimento integral. (BRASIL, 2013) sabemos que esse segmento da população enfrenta inúmeras violações para que seus direitos sejam respeitados.

O que faz com que Lionço (2009) considere a inclusão do processo transexualizador no SUS como uma conquista parcial, pois embora seja visto como avanço sua regulamentação, ainda assim esbarra com inúmeros entraves vinculados ao próprio reconhecimento enquanto política pública, o que não exige de uma fila de espera para ingressar no processo, o convívio com o desrespeito a construção de identidades e a luta contra a transfobia.

Se por um lado avançamos com a instituição de um viés governamental a partir do Programa Brasil sem homofobia em 2004, com a vinculação do Partido dos Trabalhadores, o que permitiu a interlocução com grupos ativistas LGBTQI+, por outro lado o cenário atual depara-se com um governo genocida, LGBTQIfóbico, ultraconversador,

o que requer a luta constante pelo reconhecimento das identidades e a reafirmação do processo transexualizador enquanto política pública.

Metodologia

Propomos como forma de ilustrar essa breve discussão acerca da atuação do Serviço Social na composição das equipes multidisciplinares do processo transexualizador e sua íntima relação com os conceitos de colonialidade de poder, saber, ser e gênero, advindo do processo de colonização, para tanto um percurso metodológico baseado em um levantamento de dados de produções científicas relacionadas ao processo transexualizador, com recorte temporal entre os anos 2018 a 2020, principalmente em eventos nos quais a categoria profissional demonstra seus trabalhos baseados nas vivências profissionais. Isto tendo por base a RESOLUÇÃO do CFESS Nº 845/2018, bem como a discussão dos estudos decoloniais latino-americanos para analisar tais produções e assim possibilitar o entendimento de como os (as) assistentes sociais, produzem seu conhecimento a partir da práxis, com vistas a romper com paradigmas eurocêntricos de produção de saber.

Resultados e discussão

A pesquisa aqui apresentada tem como ponto de partida a atuação do Serviço Social tendo como marco temporal a regulamentação da Resolução CFESS nº 845/2018, a qual destaca a/o assistente social como parte integrante das equipes multidisciplinares que compõem o processo transexualizador e por essa razão priorizamos a produção científica da categoria que versasse sobre a temática.

Elencamos o Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS) de 2018 e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em 2019 devido à resolução datar de 2018, além de considerar tais encontros como lócus privilegiados de debate e socialização de pesquisas, totalizando um universo de nove trabalhos.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sediou o ENPESS realizado em 2018, sob o tema central: Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social apresentando cinco trabalhos que discutisse sobre transexualidade, dentre eles quatro como ênfase no processo transexualizador.

Tabela 1- Trabalho apresentados no ENPESS 2018:

Titulo	Palavras Chaves
Produção de conhecimento na estruturação do processo transexualizador em hospitais públicos	Processo Transexualizador; Processo Transexualizador no SUS; Transgenitalização.
Serviço Social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro	Transexualidade; Requalificação Civil; Serviço Social.
O processo transexualizador no Rio de Janeiro: dilemas de uma política personificada	Processo Transexualizador; Rio de Janeiro; Política Pública.
Reflexões sobre o acesso de homens transexuais a direitos sociais e civis	Homens transexuais; Transexualidade; Transfobia; Acesso a direitos e Violações de direitos.

Já o CBAS realizado em Brasília em 2019, considerado um marco para categoria por simbolizar “40 anos da Virada do Serviço Social”¹ obteve dez trabalhos que abordasse transexualidade, sendo cinco deles com destaque no processo transexualizador.

Tabela 2- Trabalho apresentados no CBAS 2019:

Titulo	Palavras Chaves
Trabalho profissional de uma equipe de assistentes sociais no âmbito do processo transexualizador	Assistente social, formação profissional, transexualidade.
Diversidade de gênero e acesso à saúde: desafios para o Atendimento de pessoas transexuais no SUS	Processo Transexualizador, Sistema. Único de Saúde, Poder Médico, Assistência à Saúde, Transexualidade.
Reflexões sobre a importância do assistente social no processo transexualizador	Corpo; Gênero; Transexualidade; Saúde; Serviço Social.
Violências e violações de direitos a pessoas transexuais: Considerações a partir da experiência de estágio em serviço social realizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto	Violência; transexualidade; Serviço Social.
A dificuldade de acesso de usuários (as) do processo transexualizador aos serviços de hormonioterapia	Processo Transexualizador; Transexualidade; Hormonioterapia; Acesso a hormonioterapia.

1 O Chamado “Congresso da Virada”, aconteceu em 1979 em São Paulo num contexto marcado pela ditadura militar e ao contrário de reproduzir a lógica dominante a categoria se coloca em defesa democracia, sendo visto como um marco histórico e sobretudo político, o qual traz novas diretrizes a categoria.

Com intuito de analisar o processo transexualizador sob a óptica do Serviço Social nos debruçamos sobre a produção da categoria e observamos que todos os trabalhos têm como foco a discussão do processo no âmbito público, enquanto parte integrante da política pública, instituído pelo SUS.

Podemos perceber que tais trabalhos podem ser analisados sob três eixos de análise: sistematização da produção teórica, violação de direitos e atuação do Serviço Social.

A presença da sistematização da produção teórica é constada em três trabalhos: PEREIRA e ZUCCO (2018), PRESTES et al (2018) e DUARTE e ROCON (2019). Os autores traçam o estado da arte do processo transexualizador nos hospitais públicos, incluindo as questões jurídicas, a estrutura de atendimento público necessário ao atendimento médico às pessoas trans e também focamos na organização e mobilização de organizações para o alcance da prestação desses serviços.

Ao que tange a violação de direitos é visível o enfoque presente SOUZA, SANTOS, ALMEIDA (2018); ALMEIDA et al. (2019); MOURA (2019). Sendo esse último fruto da inserção do estágio obrigatório realizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) compondo a equipe de Serviço Social da Urologia.

DUARTE e ROCON (2019); SANTOS et al. (2019) enfatizam a atuação do Serviço Social, seus limites, suas possibilidades e a sistematização do trabalho de uma equipe de assistentes sociais em unidades de atenção especializada no processo transexualizador, enquanto TENENBLAT (2018) enfatiza a atuação do Serviço Social na Defensoria Pública do Rio de Janeiro como integrante da equipe multidisciplinar do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivo (Nudiversis) e suas atribuições mediante as ações de requalificação civil.

De acordo com a Portaria nº 2.736/2014 apenas Hospital de Clínicas de Porto Alegre/Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Porto Alegre (RS), Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina/ FMUSP Fundação - Faculdade de Medicina/MECMPAS - São Paulo (SP), Hospital das Clínicas - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás/Goiânia (GO) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro - HUPE Hospital Universitário Pedro Ernesto/Rio de Janeiro (RJ) encontram-se habilitados em Unidade de Atenção Especializada

no Processo Transexualizador, sendo o HUPE sinalizado em três dos trabalhos analisados.

Ao analisar os trabalhos entendemos que permanecem os diversos desafios para a implementação, fortalecimento e permanência dos serviços prestados e que são necessários, mesmos nestes tempos tão tenebrosos a concentração de esforços articulados entre os três entes federados, a fim de assegurar por meio do direito a saúde, o acesso ao processo transexualizador no âmbito SUS, bem como os demais suportes a população trans e travestis em suas solicitações em saúde.

Considerações finais

Ao analisarmos os trabalhos apresentados nos eventos representativos da categoria, observamos pontos convergentes como o resgate da trajetória de luta do movimento LGBTQB na regulamentação do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Outro aspecto relevante consiste em sinalizar o papel dos Estados e Municípios e a habilitação de Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

No que tange ao Serviço Social, foi possível percorrer os avanços a partir da Campanha nacional “O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito” e seus desdobramentos como e a Resolução CFESS nº 489/2006, a qual veda condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, a inserção da discussão sobre no XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 2013, tendo pela primeira vez uma registrada em mesas simultâneas e posteriormente a realização em 2015 em São Paulo do “1º Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e diversidade de gênero”.

Diante do exposto, retomamos a necessidade de priorizar a discussão da temática no interior da profissão, considerando as lacunas existentes desde a formação acadêmica, o que exige o desenvolvimento habilidade e competências para atuar junto às inúmeras demandas objetivas e subjetivas do segmento LGBTQI+, e porque não dizer decorrentes do processo transexualizador.

Referências

ALMEIDA, Fayllane Araújo, SANTOS, Camilla Moura; DINIZ, Aline Maia; AGUIAR, Jaqueline dos Santos, PEREIRA, Yanka Martins. A dificuldade de acesso de usuários (as) do processo transexualizador aos serviços de hormonioterapia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. v. 16 n. 1 (2019).

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília: MS; 2015.

_____. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União* 2013; 20 nov.

_____. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT Brasília: MS; 2011.

_____. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde/ Ministério da Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 9 p. (Série E. Legislação de Saúde).

BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DIMENSTEIN, Magda et al. Gênero na perspectiva decolonial. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020.

DUARTE, Marco José de Oliveira; ROCON, Pablo Cardozo. Reflexões sobre a importância do assistente social no processo transexualizador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. v. 16 n. 1 (2019).

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 133-168, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, 2012.

LARRAT, Symmy; BRASIL. Transexualidade e travestilidade na saúde. **BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, p. 159-163, 2015.

LIONÇO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* 19 (2009): 43-6.3

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianópolis. Set Dez.2014.

MIGNOLO, Walter D .. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Rev. bras. Ci. Soc.** , São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Coloniality. Subaltern Knowledges, and*, 2000.

MOURA, Isabele Barboza. Violências e violações de direitos a pessoas transexuais: Considerações a partir da experiência de estágio em serviço social realizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. v. 16 n. 1 (2019).

PEREIRA, Rodrigo Faria, ZUCCO, LUCIANA PATRICIA. Produção de conhecimento na estruturação do processo transexualizador em hospitais públicos. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1 (2018)

PRESTES, Elisa Teruszkin; BAPTISTA, Beatriz Jacyra Gomes, GEBRATH, Zélia Lima; SOUZA, Marcela Virgílio Vendramini de, SILVA, Camila Garcino da. O processo transexualizador no Rio de Janeiro: dilemas de uma política personificada. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1 (2018)

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder clasificaci n social". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.); GROSGUÉL, Ramón (ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad e i émica m all del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Central - IESCO / Universidad Javeriana – Instituto Pensar / Siglo del Hombre, 2007.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 3, p. 523-533, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 2, p. 260-269, 2016.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil; PRESTES, Elisa Teruszkin; GEBRATH, Zélia Lima; SOUZA, Marcela Virgílio Vendramini de; BAPTISTA, Beatriz Jacyra Gomes; SILVA, Camilla Garcino da; ALMEIDA, Fayllane Araújo; SANTOS, Camilla Moura; JAYME, Luana El-Amme; PEREIRA, Lorena da Conceição; Trabalho profissional de uma equipe de assistentes sociais no âmbito do processo transexualizador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. v. 16 n. 1 (2019).

SANTOS, Márcia Cristina Brasil; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Diversidade de gênero e acesso a saúde: desafios para o Atendimento de pessoas transexuais no SUS. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. v. 16 n. 1 (2019).

SOUZA, Bianca Martins de; SANTOS, Márcia Cristina Brasil; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Reflexões sobre o acesso de homens transexuais a direitos sociais e civis. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1 (2018)

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. **Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília: Ministério da Saúde**, p. 65-79, 2015.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. Serviço Social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1 (2018)

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro**, v. 7, p. 12-43, 2009.

ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIAS POLÍTICAS DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS E ÀS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS. ACEITA QUE DÓI MENOS!

Gilmara Silva de Oliveira

Mestranda do Curso de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - da Universidade Federal da Bahia - UFBA, silva86gil@gmail.com ;

Valéria dos Santos Noronha

Orientadora. Professora Associado II do Curso de Serviço Social e Docente Permanente do PPGSS e NEIM da Universidade Federal da Bahia - UFBA, valeria.noronha@ufba.br.

Resumo

Aqui é uma relação com as minhas narrativas e experiências ativista-intelectual, enquanto pesquisadora negra cisgênera e utilizo o que chamo de Palavras-Navalhas-Doçuras para cortar, com coerência teórico-metodológica e doçura poética as estruturas racistas-transfóbicas que invisibilizam a potência política de travestis negras em Salvador -Ba. O pensamento social das feministas negras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento e a perspectiva transfeminista de Thiffany Odara são as bases metodológicas e políticas que sustentam o tecer dessas linhas. Em diálogo com movimentos sociais, individuais e coletivos trans e travesti e acompanhamento de suas redes sociais, entendidas aqui como ferramentas de enfrentamento às violências, o estudo incomoda e desperta “o lugar comum” da pesquisa, habitualmente marcado por análises que desconsideram a intersecção de gênero, raça e classe social. A técnica de pesquisa

de narrativas das experiências do vivido permite compreender as entrevistadas como co-autoras deste processo de reflexão e tensionamento das estruturas opressoras. Trata-se de uma contribuição relevante para a descolonização do saber e do conhecimento no Serviço Social - o meu lugar de fala -, e para além desta área, e se insere no bojo das disputas de narrativas, visto promover o avanço científico e participa do movimento que faz emergir vozes e vivências historicamente silenciadas pela academia. Reconheço o caráter político e pedagógico dos movimentos sociais protagonizados por travestis, autodeclaradas negras, demonstro as limitações do Estado mínimo de direitos e tenciono a importância da formulação e execução de políticas públicas efetivas no enfrentamento da transfobia racista que mata essas e outras mulheres, física e simbolicamente.

Palavras-chave: Travesti Negra, Movimentos Sociais, Cisgeneridade, Direitos Sociais, Palavras-Navalhas-Doçuras.

Introdução

Para início de conversa: FORA, BOLSONARO!!!

Enquanto mulher negra cisgênera peço licença às minhas mais velhas e mais novas, aos meus mais velhos e mais novos, às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneras e especialmente às travestis negras brasileiras para tecer algumas linhas, a partir de um lugar social dissidente, atravessado pelas dores e delícias da minha existência no espaço universitário, visto que neste lugar há supostos “pares” que ainda estranham mulheres negras com a língua afiada, que ao falar e escrever, pinta com negra tinta a cidade cinza que tanto negou¹ a nossa capacidade intelectual e não mede esforços para desautorizar referenciais teóricos-metodológicos e de vivências para além dos cânones eurocêntricos epistemicidas².

Por isso mesmo, lembrando Conceição Evaristo, citada por Thiffany Odara (2020), declaro-me vinculada, proveniente, pertencente a este grupo social subalternizado pelo olhar branco, cisheteropatriarcal, e escrevo como uma espécie de vingança para defender nossos interesses nas disputas de poder e narrativas, estando aqui para cumprir uma missão de não ser o papagaio de pirata que repete as formas hegemônicas de construir e produzir o pensamento.

A história de mulheres negras como eu, marcada pela subestimação e morte simbólica epistêmica não me permite escrever para agradar ouvidos eurocêntricos, e sim, me encoraja a continuar o movimento de deseducar e ressignificar o modelo imposto de educação excludente, na perspectiva de possibilitar o protagonismo de vidas marginalizadas e vozes subalternizadas (Odara, 2020)

Nesta direção, converso com intelectuais babadeiras, que ao longo da sua trajetória ativista e acadêmica, demarcam que não cabe em espaço opressor como a universidade, preto e preta com mansidão, lembrando também a socióloga Vilma Reis. A ideia é Amefricanizar o pensamento a partir das Quilombolas intelectuais Lélia Gonzalez e

1 Lembrando aqui as cantoras Bia Ferreira e Carú Bonifácio com a música “Negra Tinta”.

2 Para elucidar sobre epistemicídio sugiro ler Sueli Carneiro (2005). Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em 15-05-2021.

Beatriz Nascimento, travestilizado do olhar analítico e de vivências da pedagoga Thiffany Odara.

Para a nossa conversa também chamei a Viviane Vergueiro (2015), dado o seu olhar analítico e auto etnográfico sobre a cisgeneridade enquanto norma. Fui provocada pelo reconhecimento de todas as implicações desta identidade de gênero frente à imposição de ser a única possibilidade de expressar a feminilidade, cujo critério é limitado pela vagina entre as pernas.

A partir do momento que conheci o termo cisgeneridade³ e da sugestão da banca examinadora, à época em sede de Trabalho de Conclusão de Curso, entendi a importância de utilizar os espaços socialmente construídos como privilegiados, no caso a universidade, para demarcar pautas relacionadas aos direitos e potências políticas de travestis, autodeclaradas negras, no âmbito da produção de conhecimento, dada a realidade que as instituições de ensino, básico e superior, ainda representam espaços que excluem grupos que não se encaixam na lógica do dito “padrão normal” (ODARA, 2020).

O espaço educacional apresenta dificuldade em lidar com as diferenças, camufla o processo de evasão involuntária, condiciona o confinamento e esconde o seu próprio fracasso ao não admitir que precisa avançar frente às diversas formas de expressar e viver os gêneros (ANDRADE, 2013).

Portanto, trata-se de uma conversa com intencionalidade política, cis aliada, propositiva e estratégica, dado o contexto político e ideológico brasileiro atual⁴. É uma construção de conhecimento regada de compromisso e responsabilidade ética e profissional, que visa colaborar para a valorização das diversas experiências do vivido, cuja perspectiva se alinha com o não distanciamento de quem pesquisa com quem dedica tempo e confiança para compartilhar dores e delícias de ser quem é. Aqui não há a neutralidade exigida, principalmente, no campo das ciências sociais (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Você está lendo o estrato de uma dissertação/pesquisa⁵ em andamento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Serviço Social,

3 Na época que cursava Graduação em Serviço Social na UFBA (concluída em 2018).

4 Contexto atravessado por governo opressor.

5 Financiada pela FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia.

do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia e se trata de uma escrita para evidenciar marcadores sociais positivos quando a conversa é com corpos políticos predominantemente lembrados a partir das vulnerabilidades, perdas, violações, mortes físicas e simbólicas ou em datas pontuais como o dia 29 de janeiro - Dia da Visibilidade Trans.

Com isso não estou desconsiderando a importância dessa data, porque assim também poderia dizer do dia 20 de novembro, pelo meu lugar de mulher negra ativista. Não dá para não pautar a realidade de práticas transfóbicas e racistas no Brasil. No entanto, aqui priorizo destacar as potencialidades, valorizar as linguagens, em sua diversidade, enquanto possibilidades de sociabilização nos diversos espaços e a sua atuação política, principalmente a partir do próprio corpo-território.

Para o entendimento do corpo enquanto território, a psicóloga Ariane Senna, lembrando Joffily (2010), nos lembra os processos de resistências das pessoas transexuais e travestis frente à ditadura militar no Brasil entre os períodos de 1964 e 1985 - retomada de

forma não oficial!⁶, explicando esses corpos como campo de batalha que trazem histórias de vida e um sexo que possui valor histórico, social e cultural, qual estabelece uma relação com objetos, com os outros e consigo, diretamente ligados aos significados e sentidos que refletem os desejos, a inteligência e as experiências de vida necessárias para a apropriação das próprias vivências (pág. 1246).

Nesta perspectiva, parto da hipótese que dolorosa e saborosamente, esses corpos que denunciam dores, humilhações, múltiplas violências causadas pelo Estado brasileiro, as marcas da transfobia deixadas nas relações institucionais e interpessoais, são os mesmos que subvertem frente às estruturas opressoras e exterminadoras de suas vidas, são corpos que promovem questionamentos das hierarquias, enunciam a contranarrativa de oposição ao discurso hegemônico e valorizam as diversas formas de estar e viver no mundo, conforme refletiu Cláudia Pons Cardoso ao prefaciar o livro da especialista em gênero, raça e sexualidade, Thiffany Odara (2020).

6 Basta acessar os diversos noticiários jornalísticos, redes sociais e outros veículos de informação.

Daí não poderiam faltar o conceito de Amefricanidade como ferramenta metodológica para compreender a realidade social e a potência política de travestis negras em diálogo com a perspectiva de Quilombo inaugurado no século XX com os anseios de liberdade enquanto instrumento ideológico e símbolo de resistência contra as formas de opressões vivenciadas por elas, conforme nos ensinou a nordestina como eu, a Maria Beatriz Nascimento, em articulação com a pedagogia transfeminista das experiências de travestis como processo pedagógico e político de aprendizagem abordada por Thiffany Odara.

Então, estas principais ferramentas teórico-metodológicas alinhadas com outras referências importantes representam a disputa de narrativas que contraria a lógica hegemônica de produzir conhecimento sem me deixar envolver com a realidade que pesquiso. Não gosto da ideia de suposta objetividade, neutralidade como determinantes para conferir confiabilidade e autoridade à pesquisa (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Concordando com estas autoras e o autor acima, penso que os trabalhos científicos ganham mais sentido e significado quando quem escreve pode ser também co-autora das narrativas. É uma das possibilidades de romper com o que se constrói no espaço da academia, atravessada pela lógica racista de que pessoas negras são corpos sem mentes (HOOKS, 1995) e as narrativas do vivido como restritas experiências ou pautas exclusivamente identitárias e emocionais.

Trago esse ponto, lembrando aqui Alex Ratts (2006) para dizer que meu processo de escrita por vezes é um ressurgimento da recusa e refutada por ditos “pares” acadêmicos que até o final da década de 1990 questionava Beatriz Nascimento e outros/as intelectuais negros/as, pelo seu envolvimento e olhar “contaminado” sobre a realidade social pesquisada.

Não escrevo para agradar a casa grande, e sim por uma liberdade individual e coletiva, inclusive liberdade para escrever o que quero, como já dizia Steve Biko (1990)! Não é atoa que eu...

“Racializei o pensamento com NEGRAS referências para girar na roda de práticas incapazes de sabotar SONHOS / DESobedeci pedagogias tradicionais para cortar com Palavras-Navalhas-Doçuras as interdições de ampliação dos saberes e desautorizações de pensamentos INSURGENTES / Escrevo o que penso

para não ferir a mim mesma com a crença imposta de que sou incapaz de tocar alguém com as minhas EscreVIVÊNCIAS / Não há certo nem errado no que escrevo / O que há são pontos de vista vistos de vistas diferentes / Tinta NEGRA na escrita que representa fôlego de vida para quem, por muito tempo viveu às margens condicionada pelo racismo / O natural, portanto, é ENEGRECER o escrever / Para enxergar POSSIBILIDADES para além das migalhas oferecidas pelos cânones eurocêtricos / A escrita que ALIMENTA foi OFERENDADA desde a TRAVESSIA DO ATLÂNTICO". (OLIVEIRA, 2020)

Metodologia

Em se tratando de conhecer e valorizar as narrativas das co-autoras, além do processo de escuta das mesmas, percorro os seguintes caminhos metodológicos enquanto parte da minha trajetória pessoal, ativista, acadêmica e profissional: estabelecimento de diálogo com movimentos sociais LGBTQIA+, principalmente protagonizados por homens e mulheres transexuais e travesti atuantes em Salvador e Lauro de Freitas (região metropolitana), participação em encontros presenciais, anterior à pandemia pelo covid-19 e na modalidade virtual através de lives, filmes, documentários e webnários proferidos por travestis e pessoas transexuais, leituras de textos (artigos e dissertações) do pensamento social negro, brasileiro e internacional, e o pensamento social transfeminista disponibilizados por intelectuais trans, notícias jornalísticas, dossiês, legislações relacionadas às travestis, Antologia Negra de própria autoria e de outras referências, acompanhamento das redes sociais de pessoas e organizações populares trans, local e nacional⁷, por entender estes espaços digitais como ferramenta de luta por direitos na contemporaneidade (CASTELLS, 2013).

7 Acompanhe também: <https://www.instagram.com/antra.oficial/>; https://www.instagram.com/aurora_casalgbt/; <https://www.instagram.com/bruno.santana27/>; <https://www.instagram.com/thiffanyodara/>; Ariane Senna (ao buscar o link do seu perfil no instagram e facebook, vi que havia sido removido, o que me preocupa, uma vez a mesma é uma pessoa pública e atravessada pela transfobia).

Referencial teórico

A estrutura da dissertação está alinhada com minha caminhada no contexto do movimento negro e ativismo-intelectual no âmbito da universidade em diálogo com movimentos sociais protagonizados principalmente por representações transexuais e travestis de Salvador e Lauro de Freitas.

No capítulo **Pensamento Negro TRANSfeminista: Lutas e Resistências de Travesti na perspectiva interseccional**, peço licença para falar para numa boa, problematizando a cisgeneridade como identidade de gênero construída como privilegiada, pela importância da reflexão política, acadêmica e existencial sobre as diversidades de corpos e de identidades de gênero, que atribui poderes institucionais e não institucionais cisnormativos e exercem colonialidades sobre as diversas formas de expressar o que é ser mulher para além da genitália (VERGUEIRO, 2015).

Aqui predomina a ORientAção dos saberes e fazeres políticos-simbólicos transfeministas de Ariane Senna, Bruno Santana, Cássio Perez Fernandes, Yuna Vitória Santana da Silva, Theo Brandon Pitanga Gonçalves, Apolo Vincent Silva de Oliveira e Viviane Vergueiro.

Ainda neste capítulo troco ideias com as referências centrais: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Thiffany Odara, em uma articulação interseccional (AKOTIRENTE, 2018), teórico-prática e de vivências, como uma ciranda de Aquilombamento, avanço, produção e reprodução de um momento de paz, sapiência, sabedoria, continuidade da vida, ato revolucionário e de resistência. É um momento importante de possibilidade em tempos de histórica destruição epistêmica, parafraseando aqui a poetisa e historiadora Beatriz Nascimento.

O capítulo **A DOR existe, mas falar de SABOR também é preciso: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e a potência política de travestis negras em Salvador/Bahia: Aceita que dói menos!**, registro os enfrentamento e desafios políticos e às várias (IM)possibilidades de efetivação dos seus direitos (JORGE; MENDES; PILECO, 2019; NOGUEIRA, 2018; DIBAI, 2018); RICARDO, 2020; MISKOLCI; PEREIRA, 2019) em paralelo às potencialidades dos movimentos sociais no enfrentamento às violências direcionadas às travestis que vivem ou transitam em Salvador. No âmbito dos movimentos sociais converso com Manuel Castells e Adilson Cabral para compreensão das redes

sociais a utilizadas pelas comunidades LGBTQIA+ enquanto espaços de luta e enfrentamento às violências e negação de direitos.

Para esse aquilombamento epistemológico, não pode faltar o que eu defino de Palavras-Navalhas-Doçuras que libertam: Sofia Favero com “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”; Maria Léo Araruna organizadora de “Nós, trans: escritivências de resistência/ Grupo Transcritas Coletivas”; Maitê Freitas, organizadora da Antologia “Escritas Femininas em Primeira Pessoa”.

Guilherme Durval Toledo Prado, Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes, Maria Emília Caixeta de Castro Lima contribuem nos aspectos metodológicos, instrumentais, técnicos e para análise da pesquisa ao apresentarem o inventário como uma estratégia de organizar os conteúdos e dados, principalmente levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

O inventário da pesquisa me possibilita discutir e desnaturalizar alguns aspectos importantes no contexto de organização dos materiais e das narrativas que pretendo ouvir em diálogo direto com as travestis negras, uma vez que diz também sobre como compreendemos e produzimos conhecimento e a necessidade de atentar para “o modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real”, o que Morin (1990) citado pelas autoras, denominam de cegueira (pág. 143).

Há questionamentos colocados nesta contribuição teórica que permito-me deslocar para a nossa conversa: “Como não permitir que um pensamento mutilador nos leve a ações mutiladoras? Como não mutilar um acervo, que mais que dados, constitui nossa própria experiência? Como identificar o que seria ou não relevante em uma pesquisa? A partir de quais critérios deveríamos separar, classificar, hierarquizar e nomear por significativo ou irrelevante certos dados ou acontecimentos de uma investigação? A favor de quem ou do que estaríamos ao fazer esta ou aquela escolha?”. E uma outra pergunta que considero ainda mais relevante e que dialoga com inquietações já levantadas por mim no decorrer deste mestrado: “Qual o grau de participação dos sujeitos de nossas investigações na definição dos materiais a serem inventariados e, consequentemente, comporem o corpus dos dados de nossa pesquisa?” (pág. 144).

Neste sentido, construir um quadro teórico para viabilizar a organização do pensamento e direcionar os referenciais a partir

dos grandes eixos: Transfeminismo Interseccional, Cisgeneridade, Movimentos Sociais, Travestis Negras, Potência Política, Ativismo Digital, Palavras-Navalhas-Doçuras Libertam.

Tais escolhas metodológicas estão articuladas com o pretendido diálogo a ser estabelecido com travestis autodeclaradas negras, comumente consideradas “objeto de pesquisa”, aqui respeitadas como co-autoras deste trabalho, conforme acolhi o olhar da Thifanny Odara.

Resultados e discussão

Esta conversa é sobre atravessamentos situados na primeira capital do Brasil, que desde a colonização orchestra opressões contra pessoas negras e pobres⁸, infelizmente com a convivência popular da senzala com a casa grande se considerarmos que a mesma é reconhecida⁹ como a cidade majoritariamente habitada pela população negra (IBGE; SDI - UE/BA, 2019), contudo viabiliza o seu gerenciamento pela elite historicamente privilegiada, com ideologias cisheteropatriarcais, brancas e dominantes, que se utiliza da linguagem e símbolos da cultura afro-brasileira como mecanismos favoráveis em disputas políticas.

Nesse aspecto é importante lembrar que ainda vivemos em um país que permanece interrompendo sonhos e a vida de pessoas LGBTQIA+, de um modo geral, e pessoas transexuais e travestis, exponencialmente, limitando este alcance em 35 anos de vida. É o território à frente do México e Estados Unidos representativo no ranking da insegurança e desproteção pela constante ameaça e/ou inexistência do direito de ser quem é, sem questionamentos e com acesso aos bens e serviços. É a nação a qual, a partir dos altos índices de violências contra essa população, evidencia a necessidade de formular e executar políticas públicas efetivas no enfrentamento da transfobia e redução de homicídios intencionais (ANTRA, 2020).

8 Aqui você pode conferir reflexões atuais sobre o assunto, proferidas pelas Professoras Doutoras Antônia Garcia e Mestra Marcia Clemente (2020): <<https://www.facebook.com/109674167540102/videos/180625407074168>>. Cirandas virtuais promovidas pelo PPGNEIM e PPGSS/UFBA, disciplina: Políticas Públicas em debate: perspectivas interseccionais. Acesso em 27 de novembro de 2020.

9 Disponível aqui: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/populacao-lgbtqi-e-covid-19-a-ampliacao-do-abismo-das-desigualdades/>>. Acesso em 06/02/2021.

Outro aspecto relevante que infelizmente endossa a importância de não deixar de falar sobre violências é a própria recusa de 15 estados e Distrito Federal brasileiros em contabilizar violência contra LGBTs, inviabilizando a elaboração do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁰, mesmo sendo o Brasil o país onde as práticas policiais e judiciais caracterizam-se pela falta de rigor na notificação, investigação, identificação e prisão dos suspeitos¹¹ (ANTRA, 2020).

Frente a essas realidades, quero te dizer que sou mobilizada a escrever pelo entendimento de que “mulher preta transforma o mundo é com a caneta¹²”, através da Palavra, seja ela escrita, cantada, declamada, pela expressividade do corpo e da fala. E escrever com potência política de travestis negras é reconhecer que mesmo atravessadas pela negação de direitos e as múltiplas violências, estas mulheres resistem, TRANSformam e revolucionam em tempos e espaços diversos com o que chamo de Palavras-Navalhas-Doçuras, principalmente na medida em que se afirmam travesti enquanto identidade de gênero também carregada da delícia de ser quem é, apesar das dores.

Nessa perspectiva, é relevante considerar os diversos usos da linguagem no processo da minha escrita e escuta dessas mulheres. Por isso mesmo, enquanto escritora e poetisa que sou, registro que você encontra por aqui um trabalho que ganha o nome formal de dissertação de mestrado, no entanto, confronta formas dominantes de escrita, apreciando sem moderação a Antologia Negra, autoral e de outras representações, fragmentos de canções de cunho político, produzidas e cantadas por mulheres negras, por entender que as nossas diversas formas de expressar a Palavra está alinhada com o movimento de afirmação da negritude e identidade de gêneros, a tomada de consciência da realidade social imposta, a preocupação com a singularidade e particularidade das nossas (R) existências (FILHO, 2004). Escrever potência política é um ato de amor como prática de liberdade (HOOKS, 2006).

10 Veja a matéria na íntegra em <<https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contralgbts/>>. Acesso em 30/01/2021.

11 Veja aqui a matéria na íntegra: <<https://antrabrazil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021

12 Canção “Mulher Preta! Mudo o mundo com caneta” da Rapper Feminista Drik Barbosa.

Lélia Gonzalez (1935-1994), já assegurou a importância de confrontar o paradigma dominante e recorrer a uma linguagem considerada fora do modelo determinado para a produção textual acadêmica, desobediente às exigências e às regras da gramática normativa, em favor do legado linguístico de culturas escravizadas, denominado “pretoguês”, como estratégia de recuperação de resistências e lutas de mulheres negras e indígenas, para registro do seu protagonismo como sujeitas históricas (CARDOSO, 2014).

Por isso mesmo, gosto da ideia de que nenhuma das narrativas poderão ser podadas ou passíveis de sabatina hegemônica acadêmica. Aqui, ocupo o lugar de ouvinte-aprendiz, para que mulheres que estão dentro e fora desse espaço possam ecoar suas vozes, sem o risco de aflorar qualquer sentimento de objetificadas ou exóticas e trago referências teóricas no intuito de endossar e fortalecer as minhas e as suas narrativas das experiências do vivido.

Neste sentido, entender as travestis negras como coautoras e não “objeto de pesquisa”, justifica priorizar o recurso das narrativas, que vem sendo usada também na pesquisa há mais de duas décadas como método de investigação, visto a insatisfação com produções no campo da educação que se caracterizaram por falar sobre em vez de falar com e a partir de quem prioriza pesquisar (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Considerações finais

Baseada no movimento orgânico que tenho feito, a discussão reitera a importância da pesquisa para a sociedade brasileira, especialmente para o público priorizado, dada a necessidade de continuar o movimento em favor das vidas dissidentes. Afinal, o governo bolsonarista não está para brincadeira em termos de opressão, retrocessos das políticas públicas e tantas outras atrocidades abertamente impostas.

A partir do contato com as co-autoras, a princípio por vias teóricas e outras formas já citadas anteriormente, é possível reafirmar que as travestis negras são articuladoras e resilientes, mesmo frente às intersecções de diferentes e simultâneas opressões, por conta das determinações Transfóbicas-Racistas entrelaçadas na formação da sociedade brasileira. São corpos-territórios que empreendem (R)existências às múltiplas violências e incidem politicamente no âmbito das

políticas públicas e nas suas relações interpessoais pelo reconhecimento e garantia do seu direito de viver.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Ceará, 2012.

ANTRA. **Dossiê sobre assassinatos e violência contra pessoas trans em 2019**. Disponível em <<https://antrabrazil.org/2020/01/29/lançado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG: Letramento, 2018.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. Atica, 1990.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amrefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. Dossier: El pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado y un horizonte. **Lasa Fórum**. Disponível em <<https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/Dossier-Lelia-Gonzalez-2.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

ESCRITAS FEMINISTAS EM PRIMEIRA PESSOA: Coletânea de Contos / Maitê Freitas (org.). 1. ed. -- São Paulo: Oralituras, 2020.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estud. av. vol. 18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017>. Acesso em 31/01/2021.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley; LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. O trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.31, n.01, p.17-44, Janeiro-Março, 2015.

GONZALEZ, Lélia, 1935-1994. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.../Lélia Gonzalez**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição. HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras. Estudos Feministas**. Ano 3, 1995. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó. 2019. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf>. Acesso em 11/02/2021.

LUNA, Luedji. **Asas**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kmLCDekyhbs&list=PLT-fW-H8FAAwwkSHIVkO3oLcWDnlg086Y>>. Acesso em 30/11/2020.

_____. **O amor como prática de liberdade**. Harper. 1999

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Inventário - Organizando os achados de uma pesquisa. **EntreVer**, Florianópolis, v. 01, n.01, p.137-154, 2011.

NASCIMENTO, Maria Beatriz, 1942-1995. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 páginas, 1ª Edição.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação**. Salvador, Ed. Devires, 2020.

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. **Escreve, Negra!**. Salvador, 2019

_____. **Escrita Insurgente**. Salvador, 2020.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **INSTITUTO KUANZA**. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

SENNA, Ariane Moreira de. A invisibilidade das mulheres trans nas produções acadêmicas sobre feminismo e a luta das mulheres. **Congresso Abenh**. ISBN: 978-85-61702-57-1.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador, 2016.

VASCONCELOS, Caê. 15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência contra LGBTs. **Ponte**. Disponível em <<https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/>>. Acesso em 31/01/2021.

MANIFESTO POR UMA NOVA AGENDA SEXUAL E REPRODUTIVA: HOMENS TRANS, BOYCETAS E NÃO-BINÁRIES EM CENA

Guilherme Calixto Vicente

Bacharel em Administração Pública pela FGV-EAESP e mestrando em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, guilherme.calixto587@gmail.com.

Resumo

Historicamente, os direitos sexuais e reprodutivos são matéria -prima das análises sociais e ações políticas do campo feminista e de gênero. Entretanto, quando falamos em pessoas trans, *c sistematicamente* convencionou-se não tocar em assuntos referentes à corporalidade, sendo que algumas pessoas chegam até mesmo a antagonizar pautas trans e demandas sexuais e reprodutivas de mulheres cisgêneras. Por outro lado, o transfeminismo, que é protagonizado por mulheres trans e travestis, pouco tem tocado no assunto. Pensando nisso e na importância de apontar qual o lugar de corpos transmasculinos e não-binários no transfeminismo, optou-se por uma metodologia transfeminista de análise em diálogo com a teoria de reconhecimento e redistribuição de Nancy Fraser. Os principais resultados dessa investigação implicam não só em uma busca por novas epistemes e caminhos para se construir o debate de sexualidade e reprodução, como também o alargamento do imaginário das lutas sobre redistribuição e reconhecimento.

Palavras-chave: direitos sexuais; direitos reprodutivos; transgeneridade; transmasculinidades; transfeminismo.

Introdução

Desde a aparição de corpos transmasculinos na arena política e ativista brasileira observamos timidamente diversas situações e debates sobre a existência e as vivências desses corpos em solo nacional, sobretudo no que diz respeito às transmasculinidades negras, periféricas e não heterossexuais. Pouco foi feito, entretanto, no que diz respeito ao exercício da sexualidade e do trabalho reprodutivo para esses grupos, assuntos que vêm sendo cada vez mais discutidos.

Pensando nisso, esse artigo se debruça sobre os direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não bináries designadas mulheres ao nascer (afab) e como esse debate pode expandir não só o horizonte dos próprios direitos sexuais e reprodutivos como também o horizonte de análise de múltiplas dinâmicas de redistribuição e reconhecimento. Assim, esse artigo tem como principal objetivo propor uma nova agenda política em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, considerando sobretudo as novas perspectivas de análise que homens trans, boycetas e não-bináries provocam nesse debate. Como objetivos específicos pretende-se delimitar conceitualmente a definição de direitos sexuais e direitos reprodutivos e também revisitar essas discussões tensionando-as sob a perspectiva do debate feito por Nancy Fraser sobre dilemas de redistribuição e reconhecimento.

Metodologia

Este artigo condensa e avança em parte de um debate iniciado em um trabalho de conclusão de curso de graduação realizado pelo mesmo autor. Como método empregou-se a revisão da literatura, sobretudo de feministas nacionais, para a apreensão de diversas definições dadas aos direitos sexuais (DS) e reprodutivos (DR). Feito isso, é tecido um diálogo com o transfeminismo, que:

(...) pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre

quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à noema binária homem/pênis e mulher/vagina. (...) O transfeminismo está em construção, é uma literatura de fronteira. - JESUS (2015, p. 19)

A autora e atualmente também presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, Jaqueline Gomes de Jesus, através de um trabalho arqueológico, encontra as principais bases políticas para a resistência e consciência política de pessoas trans nas noções postuladas pelo feminismo negro, sobretudo as de não-hierarquização de opressões e interseccionalidade, assumindo também que existem “vários matizes do transfeminismo” (JESUS, 2015, p.21). Nesse sentido, Liliana Rodrigues, Nuno Santos Carneiro e Conceição Nogueira (2015) apontam que “a agenda feminista trans inclui também nas suas reivindicações direitos sexuais e reprodutivos para todos e todas [e todes] - uma proposta mais emancipadora é o alargamento dos direitos sexuais e reprodutivos para homens trans” (RODRIGUES, CARNEIRO, NOGUEIRA, 2015, p.155), ainda que, de acordo com André Lucas Guerreiro Oliveira (2015) a literatura sobre homens trans - e eu diria que sobre as transmasculinidades e não-binariedades afab em geral - seja menos favorecida do que a voltada para o universo das mulheres trans - que, da mesma forma, considero como das transfeminilidades e travestilidades como um todo.

A partir do debate sobre DR e DS, parte dos resultados da pesquisa é um exercício teórico em busca de uma possível definição unificada de o que são esses direitos no território brasileiro, quiçá latino-americano. Essa definição então é tensionada a partir desses corpos que tiveram seu destino traçado a partir/para as mulheridades, mas que fogem desse roteiro, buscando pensar sobre as barreiras que esses direitos encontram quando observados sob a perspectiva de corpos transmasculinos e não-binários. Utiliza-se, também, a teoria de justiça proposta por Nancy Fraser, com o intuito de desenhar alianças políticas como propõe Angela Davis (2018, p. 131) “não tanto [n]a interseccionalidade das identidades, mas [n]a interseccionalidade das lutas”.

Referencial teórico

Ainda que a trajetória dos termos ‘direitos sexuais’ e ‘direitos reprodutivos’ dialoguem entre si, a definição exata sobre seus

significados é incerta (PEGORER, ALVES, 2012). Para Margarita Díaz, Francisco Cabral e Leandro Santos (2004), é impossível separar um do outro, já que ambos garantem o livre exercício da sexualidade e a autonomia de decisão nas esferas sexual e reprodutiva.

Já Maria Betânia Ávila (2003) é a favor de que estes conceitos sejam tratados separadamente, já que é importante 'assegurar a autonomia dessas duas esferas da vida', permitindo que sejam feitas relações entre elas e também com outros aspectos da vida social. Neste sentido estão também Mayra Alice Souza Pegorer e Pedro Gonzaga Alves (2012), que dizem que apesar de serem ideias interligadas, não devem ser vistas como dependentes visto que o sexo não pressupõe a reprodução e vice-versa. Acrescentam, também, que os direitos sexuais e reprodutivos pertencem tanto aos direitos de primeira quanto de segunda dimensão, já que em alguns momentos demandam liberdade individual e ausência de interferência estatal e em outros requerem ações do Estado que assegurem o seu livre, seguro e pleno exercício.

Além disso, a origem dos termos é diferente: enquanto os direitos reprodutivos surgem a partir de lutas feministas, tendo como foco principal a luta pelo aborto seguro, legal e gratuito e também o direito ao uso de anticoncepcionais, os direitos sexuais relacionam-se mais com os movimentos de gays e lésbicas (DÍAZ, CABRAL, SANTOS, 2004; ÁVILA, 2003). Para Díaz, Cabral e Santos (2004, p. 9) 'direitos sexuais são direitos a uma vida sexual com prazer e livre de discriminação'. Neste caminho, Correio (2015, p. 190) expõe os direitos sexuais como 'aqueles direitos que se configuram como a liberdade e capacidade para desfrutar a sexualidade a partir da ética pessoal, sem ter presente a culpa e outros fatores que venham a enfraquecer as relações sexuais'.

Carrara (2010, p. 135), por sua vez, diz que eles envolvem 'as prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais', enquanto Pegorer e Alves (2012, p. 8) compreendem que os direitos sexuais incluem também 'a diversidade e livre escolha da sexualidade, sem discriminação, coerção ou violência, e não ganharam tanta repercussão como os direitos reprodutivos'. Ao encontro desta ideia, Carmen Hein de Campos (2009, p. 52) relaciona direitos sexuais como o direito: (i) de 'viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações, independentemente de sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social religioso,

deficiência mental ou física', (ii) de acessar uma educação sexual 'ampla e sem preconceito', (iii) de praticar sexo sem que isso tenha relação com reprodução e também ao direito de (iv) praticar sexo seguro e protegido, incluindo a opção de não praticá-lo.

No que tange aos direitos reprodutivos, Ávila (1993) explica que em 1985 o termo envolvia a contracepção, esterilização, aborto, concepção e assistência à saúde. Pegorer e Alves (2012, p. 8) o definem como algo que abrange a 'liberdade de escolha individual e vedação de intervenção estatal nesta autonomia, como de controle coercitivo de natalidade, e configura-se como um conjunto de outros direitos civis e sociais'. Já Díaz, Cabral e Santos (2004) apresentam duas noções do que são esses direitos, sendo que a primeira entende que os direitos reprodutivos já são reconhecidos em leis sobre direitos humanos e outros documentos formados a partir de consenso. Para as autoras, ele se baseia no direito de todo indivíduo e casal escolher responsável e livremente sobre a quantidade, o espaçamento e a oportunidade de ter descendentes, contando também com o direito ao exercício de um alto padrão de saúde sexual e reprodutiva.

A segunda definição abrange: (i) o direito individual de homens e mulheres escolherem se querem ou não ter filhas/os, assim como quantas/os e em qual momento da vida querem ter; (ii) o direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, violência ou coerção; (iii) a igual participação de mulheres e homens na criação da prole; (iv) o direito ao acesso a serviços de saúde pública de qualidade durante toda a vida e; (v) ao direito à adoção e tratamento para a infertilidade. Campos (2009) fornece uma conceptualização mais sistematizada do que são direitos reprodutivos, separando-os em dois aspectos: o direito à saúde reprodutiva e à autodeterminação reprodutiva. O primeiro tem a ver com o conceito de saúde reprodutiva adotado no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento na Conferência de Cairo de 1994, que define-se como:

A saúde reprodutiva é um estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença, ou enfermidades, em todas as matérias relacionadas com o sistema reprodutivo, suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, portanto, que as pessoas estejam aptas a ter uma vida sexual satisfatória e segura, que tenham a capacidade de reproduzir-se

e a liberdade de decidir fazê-lo se, quando e quantas vezes desejarem. Implícito nessa última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso a métodos de planejamento familiar que sejam seguros, eficazes e acessíveis. Pressupõe-se também que eles tenham acesso a outros métodos de regulação da fecundidade, que sejam de suas escolhas e que não sejam contra a lei, assim como o direito ao acesso a serviços de saúde adequados e que ofereçam aos casais as melhores chances de terem um filho saudável. - CAMPOS (2009, p. 49)

Com isso entendemos que uma das esferas dos direitos reprodutivos, segundo a autora, é o pleno exercício da saúde reprodutiva. Aqui, fica frisado o direito a planejar a própria família, a tomar decisões reprodutivas livres de interferência e o direito de ser livre de quaisquer violências, discriminações e coerções que afetem a saúde sexual e reprodutiva 'da mulher' - o que é conhecido como autodeterminação reprodutiva.

Todos esses debates em torno da construção de o que são direitos sexuais e reprodutivos e quais as formas de garanti-los tiveram o protagonismo dos feminismos, sobretudo o feminismo negro e lésbico, e dos movimentos LGBTI+s - ou seja, o motor dessas discussões tem sido as demandas desses movimentos sociais. Acontece que a aparição das transmasculinidades como sujeitos políticos em solo nacional é algo relativamente novo; enquanto 'travesti' se tornou uma categoria identitária no decorrer das décadas de 70 e 80 e foi institucionalizada pelo movimento LGBTI+ durante os anos 90, a presença de homens trans no ativismo transgênero brasileiro remete ao começo dos anos 2000, sendo que mais recentemente, na década de 2010, tem surgido organizações ativistas de atuação nacional (BRAZ, 2016). Dentre os matizes das transmasculinidades, nos últimos anos cada vez mais pessoas vêm se reivindicando como 'boyceetas', categoria que, ao mesmo tempo em que nega o lugar de homem, reivindica uma masculinidade viada que parte da vulva, órgão *cistematicamente* denominado como feminino. Não devemos esquecer, no entanto, que nem toda pessoa trans designada mulher ao nascer deve ter alguma relação identitária com o masculino, já que algumas não-binariidades evidenciam justamente a negação dos polos feminino/masculino - como é o caso de pessoas de gênero neutro ou agênero.

Fato é que esses sujeitos provocam uma quebra de paradigmas na forma como tecnologias e agenciamentos políticos em torno da sexualidade e reprodução vêm sendo realizados. No que tange à reprodução, por exemplo, suscita-se uma desconstrução da gravidez como algo exclusivo das mulheres e essencial à feminilidade. De acordo com Anne Alencar Monteiro (2017, p. 08) “o fato é que há corpos que gestam, mas esses corpos não devem ser naturalizados enquanto corpos femininos. Engravidar também faz parte do que é ser homem”. Avançando um pouco no debate, Mônica Angonese (2016, 2017) explora a dinâmica parental para pessoas trans e, concluindo que essa população é violentada também neste aspecto, lança mão do conceito de esterilidade simbólica, que diz sobre o impedimento de escolher pela reprodução e/ou desempenhar a parentalidade (adotiva, biológica ou como função de cuidado) devido ao lugar de abjeção em que se encontram os corpos trans na sociedade.

No que diz respeito à sexualidade, esses corpos compartilham de alguns lugares comuns com mulheres cis bissexuais e lésbicas, sendo um deles a ausência de métodos funcionais de prevenção à ISTs em relações sexuais entre pessoas com vulva. Trata-se de uma séria barreira ao gozo (e) dos direitos sexuais destes grupos. Soma-se a isso o fato de que a neofaoplastia e metoidoplastia ainda são de caráter experimental (BRAZ; SOUZA, 2016), o que não acontece com a cirurgia de redesignação sexual para mulheres trans e impacta de forma negativa a vida de quem almeja passar por essas modificações corporais, com especial atenção para a questão sexual.

Para nos ajudar a pensar sobre essas questões, proponho um diálogo com Nancy Fraser (2002, 2006), importante feminista marxista que, dentre outros temas, discute teoria da justiça. Ela agrupa as injustiças em dois tipos: as culturais/simbólicas e as de ordem econômica. Se por um lado as primeiras abrangem aspectos como dominação cultural, invisibilidade e desrespeito, as primeiras dizem respeito a dinâmicas de exploração, marginalização econômica e privação ao acesso a uma vida material plenamente satisfatória.

Assim, ações que enfrentam a injustiça econômica implicam em medidas de reestruturação político-econômica, e as relacionadas às injustiças simbólicas, pertencem à esfera do reconhecimento. Dentro dessas tipologias existe mais um nível de análise: Fraser separa os ‘remédios’ em transformativos e afirmativos - os ‘remédios’ afirmativos são ‘remédios voltados para corrigir efeitos desiguais’, os

transformativos o fazem ‘por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente’, ou seja, modificando a ordem que produz a injustiça e não apenas agindo sob seus resultados (FRASER, 2002, p. 237). A filósofa diz ainda sobre ‘comunidades bivalentes’, grupos que sofrem com ambas as formas de injustiças e, portanto, precisam de remédios de ambas as ordens, como por exemplo as coletividades referentes à raça e gênero. Para fazer possível a abordagem para esses grupos, Fraser se vale da ideia de ‘concepção bidimensional de justiça’ ou ‘justiça bifocal’, em que as duas dimensões de injustiça são enfrentadas conjuntamente, sem sobreposições (FRASER, 2002).

Resultados e discussão

Na busca por traçar uma definição minuciosa sobre o que são os DR e DS a partir dos debates apresentados, arrisco algumas palavras. Proponho que os direitos sexuais sejam compreendidos como o direito a viver e expressar livremente sua sexualidade sem preconceitos, discriminações e violências de qualquer ordem, com olhar atento para o combate à mutilação genital clitoriana e intersexo e ao estupro e estupro corretivo. Abrange também o direito a não sentir culpa, vergonha ou medo e também de não fazer sexo (sendo importante a despatologização social das assexualidades). Inclui o direito à escolha de parcerias sexuais e a viver a sexualidade independentemente dos marcadores sociais da diferença que nos atravessam. Também abrange o direito à educação sexual, acesso a meios de realizar sexo seguro e de receber acolhimento social, sobretudo em serviços de saúde, sem quaisquer violências. Além disso, devemos considerar como direito sexual os direitos trabalhistas que são negados, pelo menos em território nacional, a quem, independente dos motivos, trabalha com sexo, considerando as múltiplas formas de fazê-lo.

No âmbito reprodutivo, fica demarcado o direito à contracepção, incluindo a esterilização voluntária de pessoas maiores de idade, o aborto e o acesso a meios contraceptivos, e concepção, processo no qual é ressaltado o planejamento familiar, que inclui a decisão de quantes/as/os descendentes deseja-se ter, através de qual via, levando em conta também a adoção, com quem se deseja compartilhar o cuidado e tutela da criança e qual arranjo familiar a ser adotado, considerando válidas não só configurações parentais nucleares, mas também solos e não-nucleares. Além disso, podemos acrescentar aqui o direito à licença

paternidade e maternidade de igual tempo, tendo no horizonte não só a busca por uma paridade de gênero na criação da prole, mas também considerando que paternidades gestam. Inclui o direito de não perder o trabalho ou oportunidade de trabalho por conta de ter ou querer ter descendentes, assim como o direito ao suporte estatal para garantir a vida da criança e de sua rede de apoio, como por exemplo direito à vaga em creche e escolas públicas de qualidade, direito a auxílio alimentação infantil para populações mais pobres, ao pré-natal gratuito e universal e também o direito à vacinação necessária ao longo da vida da criança. Também consiste no direito à informação e ao acesso a métodos de se reproduzir ou não, considerando o aborto seguro, legal e gratuito para todes, e ao exercício de sua escolha reprodutiva sem violências (com especial atenção para o combate às violências obstétricas) e independentemente dos marcadores sociais da diferença que nos atravessam. Acrescento neste tópico o direito à dignidade menstrual a todas as pessoas que menstruam, sendo elas mulheres ou não.

É necessário pensar a reprodução e a sexualidade em todas as suas etapas e possibilidades. No que diz respeito ao trabalho reprodutivo, devemos levar em consideração, por exemplo, aspectos relacionados à concepção (inseminação artificial ou caseira, fertilização *in vitro*, congelamento de gametas, coito, etc), pré-natal, gestação, plano de parto e parto (humanizado, doulagem, cesárea, etc), amamentação e aleitamento, o direito à entrega legal e voluntária da criança para adoção, e como essas pessoas gestantes serão recebidas por profissionais e sistemas de saúde e assistência social, no caso da entrega para adoção, assim como da sociedade de modo geral. No que tange à escolha reprodutiva de pessoas trans, é necessário que, antes de começar o processo de hormonização, a pessoa tenha a possibilidade de congelar seus gametas para uso futuro, caso deseje. É de igual importância tornar possível a escolha de não se reproduzir, fazendo do aborto uma pauta que, assim como a gravidez, não é exclusiva das mulheres.

Precisamos que a sociedade, e, sobretudo, sistemas e profissionais de saúde, tenham a capacidade técnica e humana de acolher corpos não cisgêneros - mas também não heterossexuais, não brancos, não magros, não monogâmicos, soropositivos, imigrantes, em situação de rua, em privação de liberdade, pessoas usuárias de drogas, com deficiência e/ou que exerçam o trabalho sexual - que queiram realizar algum procedimento de esterilização, começar ou interromper uma gravidez ou ainda realizar a entrega do criança para a adoção, sendo

importante compreender as violências que atravessam esses processos para que então possamos pensar em como combatê-las.

Isso também vale para questões relativas à sexualidade. É urgente que sejam desenvolvidos métodos funcionais de garantia da prevenção de ISTs em relações sexuais entre vulvas (o que é precedido pelo reconhecimento que este tipo de contato sexual transmite ISTs, negando o senso comum que por vezes é re/produzido por agentes de saúde) e também meios para que os acolhimentos em serviços de saúde, sobretudo da área vulvovaginal e uterina - especificamente no que diz respeito ao acesso ao exame preventivo, transvaginal, consultas simples e testes de gravidez na rede pública, por exemplo - sejam realizados de uma forma que não violentem ainda mais corpos trans-masculinos e não-binários, sobretudo os racializados, mas também outras corporeidades não hegemônicas como as já citadas.

Uma leitura atenciosa das definições aqui propostas percebeu que DR e DS envolvem também questões educacionais, de assistência social e, principalmente, trabalhistas e, portanto, da ordem econômica. Isso vem de uma tentativa de diálogo com as análises de Nancy Fraser. Se a autora entende que existem comunidades bivalentes, que necessitam de uma abordagem de justiça bifocal, entendo que - se não tudo - grande parte do que diz respeito à condição simbólica diz respeito também à condição econômica - e vice-versa. Para endossar esse pensamento proponho que a injustiça econômica seja repensada como não só à má distribuição de recursos financeiros, mas também de recursos que não são de natureza financeira, uma injustiça de acesso a recursos tecnológicos necessários à vida - dentre eles, o dinheiro. Como diz Fábio Henrique Lopes (2015, p. 181) em referência à Judith Butler: “não podemos esquecer que tecnologias são diferencialmente distribuídas para salvar algumas vidas e condenar outras”.

Assim, podemos compreender a saúde sexual e reprodutiva como um recurso que é sócio-técnicamente produzido e desigualmente distribuído em função de marcadores sociais da diferença e suas intersecções - assim como o dinheiro. Isso nos ajuda a deixar para trás o falso dilema de identidade *versus* classe e passarmos a entender que a abordagem de justiça bifocal é a mais apropriada, não só porque não há hierarquia na opressão (LORDE, 2019), mas porque dinâmicas de exclusão baseadas no acesso à recursos financeiros e não-financeiros são atravessadas por dinâmicas de segregação baseadas em

identidade de gênero, gênero, sexualidade, raça, dentre outros marcadores sociais.

Considerações finais

Frente a tudo isso, conclui-se que precisamos avançar muito no debate e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e pessoas não-binárias afab. Entende-se, também, que a saúde, nesse caso específico a sexual e a reprodutiva, é um recurso socialmente produzido em função de algumas estruturas de poder, como a cisgenderidade, e distribuído desigualmente devido a múltiplos fatores e marcadores sociais, sendo um deles a identidade de gênero. Assim, um tipo de injustiça de reconhecimento (produzida pelo cissexismo) gera uma injustiça de distribuição de recursos (falta de acesso aos DR e DS) - o que nos permite ampliar este raciocínio para outras minorias, situações e intersecções.

Isso implica em (re)pensar como a saúde de modo geral é produzida, tendo em mente uma mudança no paradigma de quais corpos são reconhecidos e como são reconhecidos pelas estruturas, instituições e pessoas que produzem e distribuem saúde no país. Dessa forma, abre-se caminho para uma produção e distribuição de saúde pública que se baseie no reconhecimento das necessidades de todas as pessoas, em uma busca pela equidade a partir da diferença, e não pela negação dela ou criação de nichos de atendimento. Além disso, ao englobar recursos não- econômicos na categoria de distributiva, fica posta a relação intrínseca entre redistribuição e reconhecimento e supera-se o falso dilema de que o enfrentamento à má distribuição é oposto ao enfrentamento às injustiças de reconhecimento.

Por fim, pensar nos direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não- binárias afab é urgente não só pelas mudanças de paradigmas e epistemes provocadas, mas pela necessidade de acesso a esses direitos humanos, debate que produz novas tensões para o e a partir do transfeminismo.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ANGONESE, Mônica et al. Um pai trans, uma mãe trans: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais. 2016.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, v. 26, p. 256-270, 2017.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, p. S465-S469, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 2, p. 382, 1993.

BRAZ, Camilo; SOUZA, Érica. A emergência de homens trans como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo—demandas, avanços e retrocessos. Encontro Anual da ANPOCS. ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de et al. Saúde reprodutiva das mulheres: direito, políticas públicas e desafios. 2009.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

CORRÊA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. *Bagoas-Estudos gays:gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 04, 2009.

CORREIO, Rosângela Angelin. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 1, n. 2, p. 182-198, 2015.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Boitempo Editorial, 2018.

DÍAZ, Margarita; CABRAL, Francisco; SANTOS, Leandro. Os direitos sexuais e reprodutivos. *Afinal, que paz queremos*, p. 45-70, 2004.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 07-20, 2002.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento. Dilemas da justiça na era pós-socialista, 2001.

HERZER, André Mara; SUPLICY, Eduardo Matarazzo. A queda para o alto. Vozes, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: Transfeminismo: teorias e práticas. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al] 2. ed. - Rio de Janeiro; Metanoia, 2015.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al]: organização Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MONTEIRO, Anne Alencar. CAVALOS-MARINHOS: GESTAÇÃO E MASCULINIDADES TRANS. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização das identidades (trans). In: Transfeminismo: teorias e práticas. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al] 2ºed - Rio de Janeiro; Metanoia, 2015.

PEGORER, Mayara Alice Souza; ALVES, Pedro Gonzaga. O reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher como direitos fundamentais frente aos novos paradigmas sociais: reafirmando a democracia. XXI Encontro Nacional do CONPEDI. 2012.

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno Santos; NOGUEIRA, Conceição. Transexualidade: olhares críticos sobre corpos em crise. In: Transfeminismo: teorias e práticas. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al] 2ºed - Rio de Janeiro; Metanoia, 2015.

CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES DOS JOVENS NEGROS E GAYS NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA, NA PERIFERIA DE EMBU DAS ARTES – SP

Nilton de Souza Bispo

*Mestrando do Curso de Educação da Universidade Ibirapuera – SP;
bispo.nilton@gmail.com:*

Neide Cristina da Silva

*Professora orientadora: Doutora em educação, Universidade Ibirapuera
– SP; neidesilva87@hotmail.com*

Resumo

Enquanto os gays brancos lutam por matrimônio e igualdade, a realidade para a maioria dos negros gays é lutar pela sobrevivência. Situação vivenciada nas escolas brasileiras, que não estão preparadas para a diversidade, contribuindo para invisibilidade ou escárnio das bichas pretas. Partindo dessa problemática, a presente pesquisa tem como objetivo estudar as masculinidades negras gays, a partir da história de vida dos jovens do ensino médio, na periferia da cidade de Embu das Artes – SP. Para tanto, fará uso de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como instrumento de coleta de dados, a história oral, visando analisar as potencialidades das experiências dos jovens negros gays e como vivenciam a dupla exclusão: homofobia e racismo. O referencial teórico discutirá masculinidades hegemônica com Connel (2013); Masculinidades Negras, a partir de Rastier (2019); Bichas pretas na escola, Meeg Oliveira (2017) e, Pedagogias da sexualidade, Louro (2000). Por tratar-se de uma pesquisa de mestrado na área de educação que se encontra no seu primeiro estágio, não é possível apresentar os resultados, contudo, neste momento da pesquisa, propõe-se uma discussão teórica e o debate, trazendo para o centro essa

parcela da população que é marginalizada, invisibilizada e que o estado e sociedade querem, mas não conseguirão apagar.

Palavras-chave: Homofobia, Juventude Negra gay, Racismo, Subjetividades.

Introdução

No Brasil é impossível negar o duplo preconceito a que negros(as) LBTTQIA+ são submetidos(as), lutando todos os dias para sobreviver frente ao racismo e preconceito, devido sua orientação sexual. De modo que, enquanto os jovens gays brancos lutam por matrimônio e igualdade, a realidade para a imensa maioria dos negros gays é lutar para continuar a viver.

O presente artigo parte de algumas questões iniciais da pesquisa de mestrado: quais as raízes da dupla exclusão dos jovens negros gays? Quais as experiências na escola para a construção de suas masculinidades e a subjetividade na escola da periferia? De que maneira os jovens gays negros encaram o duplo preconceito?

Depois de séculos de luta do movimento negro organizado, que desde o Zumbi dos Palmares reivindicam acesso a verdadeira democracia, atualmente existe um número razoável de dados para buscar analisar o racismo no âmbito público, contudo, quando a questão é gênero e sexualidade, existem várias dificuldades para a obtenção de números sobre preconceito e violência contra à população LBTTQIA+, pois as estatísticas são realizadas por ONGs e não por governos, que continuam invisibilizando essa população. Realizar um estudo referentemente a intersecção entre sexualidade e racismo é ainda mais difícil, uma vez que a maior parte dos dados são extraídos do Disque100 e, estes são subnotificados.

O que é possível observar é que “o racismo potencializa a homofobia, da mesma forma que a homofobia turbinava o racismo”. E os jovens negros gays das periferias precisam ser ouvidos e terem espaço de fala para promoverem uma tomada de consciência de que esse grupo existe, resiste e tem direito a educação, trabalho e uma vida digna.

A violência, a evasão escolar e as dificuldades no mercado de trabalho são elementos desafiadores para construção da identidade juvenil negra gays, que encontra uma carga de estigma dura e pesada, pois recaem sobre essa juventude os estereótipos comuns ao segmento jovem, somado ao preconceito por morarem em uma área “vulnerável” socialmente. Os jovens se socializam nesse cenário, encontram nesse contexto barreiras para seu reconhecimento efetivo como sujeitos de direitos pelas instituições que os cercam. Vistos

como “problema”, carregam nas suas trajetórias de vida o peso da intervenção coercitiva dos adultos nas suas perspectivas e decisões.

Embu das Artes faz parte de um dos 39 municípios pertencentes a região metropolitana de São Paulo. A Região Metropolitana de São Paulo - RMSP possui um dos principais polos de indústrias do Brasil, constituído principalmente ao longo da segunda metade do século XX, a metrópole paulistana estruturou um largo território urbano marcado pela precariedade, pobreza, e segregação sócio espaciais convivendo lado a lado com uma pujança produtiva que alavancou o desenvolvimentismo desigual durante o chamado período do milagre brasileiro, no final da década de 1960 e início de 1970. A cidade de Embu das Artes sofre a pressão social de Taboão da Serra a noroeste, de Cotia a norte, noroeste, oeste e sudoeste, Itapecerica da Serra a sul e dos distritos paulistanos de Campo Limpo e Capão Redondo a leste. Esses distritos localizados na periferia sul de São Paulo expandiu-se intensamente de modo precário e violento, impactando diretamente alguns bairros do município.

Embu das Artes tem como divisor geográfico a Rodovia Regis Bittencourt (BR116), onde 20% da população encontram-se próximo ao centro histórico e os outros 80% “do outro lado da BR” como chamamos para falar da periferia, possui cerca de 60% de seu território dentro da área de proteção de mananciais. Nesta divisão encontram-se os grandes bairros mais populosos em que as realidades sociais são cruéis e poucas as opções de acesso, lazer e cultura para a população. A cidade é um berço do turismo, da ecologia, das artes e do artesanato, nos fins de semana recebe por volta de 40 mil turistas, sendo assim um polo de serviços voltados a gastronomia, ao lazer e a cultura. De acordo com o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE (2010) a população é 240.230 e a estimada em (2017) 267.054 habitantes.

Apesar da melhora dos indicadores sociais no decorrer das últimas décadas, a cidade de Embu das Artes, segue apresentando gritantes desigualdades socioterritoriais, fruto de um padrão de desenvolvimento urbano excludente, orientado pela lógica do mercado, e não pelo bem comum.

Segundo David Harvey (2006, p. 32):

o direito à cidade não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por

assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.

Refletir sobre a realidade dos jovens negros e gays da Cidade de Embu das Artes é um desafio, em uma cidade marcada por desigualdades, violências, o desemprego, a falta de acesso a esporte e cultura, a precariedade do ensino público, moradia, trabalho, saúde que afeta toda a população e de modo especial os jovens.

Jovens negros gays, masculinidades e escola

A pesquisa vem trazer para um campo de estudo essa parcela da população que é marginalizada pela sociedade, buscando suas imbricações identitárias a partir do seu lugar e do seu pertencimento racial. Compreende-se que anunciar uma identidade negra gay é entender essa identidade num movimento de mudança, sendo impactada por múltiplas variáveis, e pensada a partir do seu lugar social. As identidades negras, ou seja, o uso do termo no plural representa melhor a dinâmica desse processo, na medida em que se torna uma construção individual com uma interlocução com a dimensão coletiva.

O contexto social que abriga a maioria dos jovens negros no Brasil são as periferias urbanas. Para Kowarick (2002), em seus estudos sobre periferias urbanas, persiste na sociedade brasileira um imaginário social negativo aos grupos sociais residentes dessas localidades. Esse imaginário social é reforçado por um discurso que traz, como características marcantes, uma mistura de sexos e idades, uma desorganização familiar, moralidade duvidosa, hábitos perniciosos, o que resulta numa representação a partir de uma característica de degenerescência e vadiagem, impondo um determinismo rumo à criminalidade. Para Rivera (2010), em seus estudos sobre religião e desigualdades sociais, em um contexto geral “periferia urbana” se caracteriza pelo quadro de pobreza, como destituição dos meios de sobrevivência física e a insuficiência de renda e de trabalho, a inexistência de infraestrutura física adequada nos locais de moradia. Esse contexto social é a realidade de grande parte da população negra no Brasil, que sobrevive e constrói suas identidades a partir desse contexto. Para os jovens negros inseridos nessa realidade estigmatizada

é atribuída a eles um reconhecimento pautado na negatividade, colocando sobre esse jovem o peso de um estigma social negativo.

A pobreza no Brasil, infelizmente, tem a cor negra, e como endereço, as periferias e favelas. Podemos então concluir que nem todos os pobres do Brasil são negros, mas é fato que a grande maioria dos negros no país é pobre. A juventude negra inserida nessa realidade tem na sua trajetória de vida as marcas da discriminação, preconceito e da exclusão social. O jovem negro se apresenta como grupo frágil nesse contexto, pois carrega os estereótipos de ser negro, jovem e pobre numa localidade que sofre o peso da segregação.

Para Connel (2000; 1997), masculinidades são processos de configurações da prática que não devem ser vistas como equivalentes de homem, pois masculinidades são processos e não grupos de pessoas. Masculinidades são também lugares de privilégio que fazem com que a maioria dos homens recebam dividendos patriarcais com base em uma dita subordinação geral das mulheres. Para ela, existe um regime de gênero no qual existem masculinidades hegemônicas (onde ser branco, heterossexual, rico e ocidental são suas marcas mais visíveis) que estão sobrepostas a masculinidades marginalizadas ou subordinadas (aquelas masculinidades identificáveis entre negros, gays, pobres, não-brancos, transgêneros). Neste modelo, Connel assinala que as masculinidades não são identidades fixas, mas configurações da prática de gênero que devem ser lidas como constructos políticos complexos localizados hierarquicamente em um regime de gênero.

Entretanto, no que tange às masculinidades negras, é possível identificar neste modelo uma insuficiência. Quando percebe as masculinidades negras a partir da masculinidade hegemônica como símbolo do poder patriarcal racial, este modelo pode nos levar a reduzir as leituras sobre: a) as complexidades das subjetividades vividas por homens negros percebidas sobre si mesmos e, b) as múltiplas práticas sociais por eles experienciadas ao suposto status subordinado no interior da estrutura racial dominante e do regime de gênero. Além disto, este modelo negligencia o status real que é conferido à homens negros em um conjunto de outras relações vividas em práticas cotidianas, em espaços de lazer, na interação com familiares, com a comunidade de origem ou mesmo em contextos que valorizem estes sujeitos como indivíduos autônomos (HOOKS, 2004)

No Brasil, não dá para negar o duplo preconceito a que negros LGBTTQIA+ são submetidos, quais seriam, estruturalmente, as razões

que levaram, ou levam, a essa situação? E o que tem sido feito, em termos de mobilização social, para alterar esse quadro? É sobre isso que pretendemos lançar luz.

De que maneira os jovens gays e negros encaram o duplo preconceito. O racismo e a homofobia impactam a trajetória destes sujeitos de que maneira.

Homens negros são vistos como incapazes para articular totalmente e reconhecer a dor das suas vidas. Eles não têm um discurso público nem audiência na sociedade racista que lhes permitam dar voz a sua dor. Infelizmente, os homens negros muitas vezes evocam uma retórica racista que identifica o homem negro como um animal, falando de si mesmos como 'espécies em vias de extinção', como 'primitivos', em sua tentativa de obter o reconhecimento do seu sofrimento [...] Quando os jovens negros adquirem uma poderosa voz e presença pública via produção cultural, como já aconteceu com a explosão da música rap, isso não significa que tenham um veículo que lhes permita articular essa dor (hooks, 1992, p. 35).

Para entendermos como homens negros de diferentes orientações sexuais, de diferentes classe sociais, de distintas orientações políticas, são racializados e masculinizados no contexto brasileiro, precisamos decifrar o que temos chamado de masculinidades negras fora de uma leitura dicotômica entre, por um lado, a oposição mente e corpo que retira sofrimentos, sensibilidades, emocionalidades, interesses, intencionalidades e direcionamentos utilitaristas, contradições e paradoxos e, por outro lado, as vivências reais destes diferentes homens negros, deixando de conceber o que é geral no particular, evitando particularizar o que é geral.

A política gay contrapõe o poder do macho, mas não contrapõe o poder político e econômico brancos. Mesmo no meio acadêmico, onde proliferam estudos sobre cultura negra e relações raciais, em que eminentes autores, em obras fundamentais, reconhecem a desigualdade racial e a situação de inferiorização do negro, este é sobretudo um "objeto" emudecido ou reconhecido nos termos previsíveis desde o senso comum. Em sentido semelhante, Osmundo Pinho (2005) aponta a necessidade de se reconhecer a dimensão racial como estrutural e combiná-la com outras dimensões como gênero e classe e, assim, pluralizar a "experiência homossexual" nas trajetórias afrodescendentes

individuais e coletivas. O autor critica as representações do corpo negro feminino e masculino e, no caso do homem negro gay, enuncia um processo de subalternização. Na ordem racial-sexual naturalizada os destinos das mulheres negras são traçados também pelos estereótipos que acomodam a contradição incorporada em seus corpos e os inscreve no regime nacional de subordinação. O homem negro, entretanto, seria um homem “deficitário” por que vis-à-vis outros homens se emasculam pela subordinação racial a que está submetido. Assim também as próprias masculinidades e posições de sujeito masculinas são racializadas, de modo que não há apenas um homem, mas um homem negro ou branco ou um homem gay ou subsumido pela heterossexualidade compulsória. Homens e mulheres negros(as) construídos(as) pelos discursos de sexo e raça interagem articuladamente às regras do jogo e em um contexto no qual mais poder significa mais masculinidade e sua ausência feminilização, na medida em que masculinidade é uma metáfora para o poder e vice-versa.

As diferenças no acesso e permanência na escola têm contribuído para que negros e negras se mantenham em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas, quer seja no mercado de trabalho ou nos demais direitos básicos como saúde, habitação, saneamento, segurança, alimentação, lazer, etc. Dessa maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente.

Uma escola pouco sensível ao diferente segrega, nas suas relações cotidianas, os jovens que não se enquadram ao seu modelo idealizado. Estigmatizados, esses(as) alunos(as) são classificados como desinteressados(as), indisciplinados(as) e violentos(as); são aglutinados nas últimas turmas da escola, como mecanismo para não contaminar os outros(as) estudantes. É atribuída ao próprio jovem uma incapacidade de aprender e de atingir as metas estabelecidas, não sendo reconhecido o conhecimento que esse(a) aluno(a) traz dos espaços extraescolares, sendo marcado, em sua trajetória, pela incompetência e incapacidade de gerir o conhecimento formal. É imputada ao estudante uma representação negativa, como oriundo de uma família desestruturada, de extrema pobreza e de um convívio com um quadro de violência. O próprio espaço escolar omite que muitos desses meninos e meninas são frutos do fracasso da escola, em sua incapacidade de instrumentalizar e ressignificar suas metodologias, num processo de abertura para o novo, pautada no sujeito concreto. A escola é,

portanto um reflexo da sociedade, reproduzindo e construindo, em suas relações cotidianas, esse quadro de desigualdade.

Podemos apontar que o jovem negro na sociedade brasileira ocupa uma posição delicada, pois é enquadrado em um imaginário estereotipado, de potencial para transgressão e de problema social.

Homem, negro, com idade entre 15 e 29 anos, esta é a descrição das principais vítimas de violência no Brasil. Esse fenômeno é consequência como já foi dito, de diversos fatores, desde uma estrutura social racista que não reconhece o negro como cidadão ativo, em função de uma trajetória histórica, pautada na desigualdade racial, que o elevou à condição de “coisa” e, por consequência, à sua destituição como pessoa humana, buscando em pareceres científicos, uma justificativa para essa desigualdade. Por outro lado, a persistência, na sociedade brasileira, de um imaginário a partir da “democracia racial”, colocando-a como uma sociedade miscigenada, oculta a existência do racismo. Na prática cotidiana é explícita a condição de tratamento e reconhecimento diferenciado à população e aos jovens negros na sociedade brasileira, pautada pela discriminação, preconceito e racismo.

Metodologia

Considerando que os objetivos desta pesquisa se destinam à estudar as masculinidades negras gays a partir da história de vida dos jovens da periferia da cidade de Embu das Artes, analisando suas trajetórias e a construção das identidades, tem-se como abordagem a perspectiva qualitativa.

Justamente por se tratar de uma pesquisa social, chegou-se a esta escolha metodológica, considerando-a como aquela mais adequada à questão de pesquisa e, portanto, como uma das possibilidades de abrangência da prática social. É importante destacar que, ao optar pelos pontos de vista qualitativos, refere-se a ação social dos jovens estudantes, entendendo-a como “a capacidade dos atores de construir o sentido da ação no interior das redes de relações que permitem partilhar a produção de significados.” (MELUCCI, 2005, p. 40)

O trabalho segue orientação metodológica, pautada pelas técnicas de observação participante, grupos de discussão e entrevistas dialogais e individuais, todas registradas em caderno de campo e gravação eletrônica, respectivamente. Também se fará uso de recursos

fotográficos e filmagens como forma de capturar os sentidos desses processos.

Referencial teórico

Os estudos feitos no Brasil sobre masculinidades negras, corporalidade, estereótipos sexuais, sexualidade e a “produção de subjetividades de jovens homens negros” determinadas pela violência (PINHO, 2004), masculinidades negras, exacerbação sexual e potência corporal, acesso e não-acesso ao poder patriarcal e estereótipos raciais (FAUSTINO, 2014), hip-hop, afirmação identitária, auto-defesa política, violência policial racial, pobreza econômica no espaço urbano e emasculação (ROSA, 2006; SILVA, 2012) ajudam a delinear um campo de pesquisas crescente, constituindo caminhos conceituais e/ou temáticos significativos e produtivos para a elaboração de estudos e pesquisas sobre o tema homens e masculinidades negras.

Porém, esta crítica sobre masculinidades e homens negros povoa outros olhares quando inflexionam este quadro de discussão a partir do “sobre si mesmo” em experiências relacionais que (re)produzem elementos políticos envolvidos na constituição dessas masculinidades.

Ao lado desse referencial, também far-se-á usos das pesquisas de Marília Pinto de Carvalho (2003), que por meio de pesquisa qualitativa e observações diretas de práticas escolares cotidianas, identificaram processos relacionais e práticas sociais que ajudam a entender porque homens negros têm ocupado as piores índices de desempenho escolar.

Resultados e discussão

Segundo Ratts (2006) nos estudos lésbicos e gays, a racialização dos relacionamentos afetivo-sexuais entre pessoas negras e/ou brancas é pouco focalizada, algo como um tabu dentro de um tabu. Porém, esse e outros discursos permeiam as vidas e não estão prontos, são falas, silêncios, gestos, desejos, práticas que pesquisadoras/es e ativistas constroem como representações.

Segundo Pinho (2004) antes de tudo, o homem negro é representado como um corpo negro, o seu próprio corpo. Paradoxalmente, esse corpo é configurado de forma alienada, como se fosse separado da autoconsciência do negro. O corpo negro é outro corpo, lógica e

historicamente deslocado de seu centro. Como suporte ativo para a identidade, é o lugar de uma batalha pela reapropriação de si do negro como uma reinvenção do *self* negro e de seu lugar na história. Uma reapropriação do corpo como plataforma ou base política revolucionária. Ora, essa base é contraditória porque tem sido definida pelas discursividades racializantes ou puramente racistas que justamente aprisionam o negro na “geografia da pele e da cor”. Ser negro é ser o corpo negro, que emergiu simbolicamente na história como o corpo para o outro, o branco dominante. Assim, o corpo negro masculino é fundamentalmente corpo-para-o-trabalho e corpo sexuado. Está, desse modo, decomposto ou fragmentado em partes: a pele; as marcas corporais da raça (cabelo, feições, odores); os músculos ou força física; o sexo, genitalizado dimorficamente como o pênis, símbolo falocrático do plus de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco.

Considerações

Como citado anteriormente, compreende-se que anunciar uma identidade negra gay é entender essa identidade num movimento de mudança, sendo impactada por múltiplas variáveis, e pensada a partir do seu lugar social. As identidades negras, ou seja, o uso do termo no plural representa melhor a dinâmica desse processo, na medida em que se torna uma construção individual com uma interlocução com a dimensão coletiva.

Ainda paira sobre opinião pública que o racismo, prática discriminatória que tem como objetivo colocar grupos e/ou indivíduos em situações de desigualdade, se manifeste individualmente, acontecendo apenas nas dimensões interpessoais. A realidade histórica brasileira demonstra não se trata de uma questão restrita à dimensão individual. Historicamente, o povo negro ocupa uma condição de vida muito desigual em relação às pessoas brancas. Mesmo quando essa realidade é de brancos e pobres, em geral, as/os negras/os e pobres se encontram em situação de desvantagem. Os motivos da desigualdade social no Brasil não dizem respeito apenas a questões socioeconômicas, mas passam por elementos das dimensões socioculturais e étnico-raciais.

Para enfrentar o problema do racismo é preciso que o Estado e a sociedade brasileira reconheçam as estruturas e relações sociais que o produzem, especialmente na sua forma institucionalizada. As alarmantes taxas de mortalidade da juventude negra são resultado de uma série de outras violências sofridas por esse segmento, provocadas principalmente pelo Estado, que não é capaz de oferecer acesso igualitário, entre negras/os e brancas/os, às políticas e aos serviços sociais.

Diante desse contexto de desigualdade social e racismo os jovens negros das periferias urbanas constroem suas identidades e precisam ser vistos em suas diferenças, com direito a liberdade de exercerem suas sexualidades, sem viverem o medo constante de não voltar pra casa em virtude da violência estrutural do país, com um estado e sociedade que invisibilizam a população negra e gay.

Referências

CARVALHO Marília .P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1p.185-193, jan./jun. 2003.

FAUSTINO, Deivison. F. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva. A. (org.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75-104, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006a (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano**. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.63,Jul. 2002.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Ed. Da Unisinos, 2004.

OLIVEIRA. Megg .R.G. **O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro? **Revista Democracia Viva**. n. 22, p. 64-69, jun /jul 2004.

RATTS, Alex. Uma escrita negra, masculina, gay e espacialmente situada: a obra de James Baldwin. Comunicação apresentada na **III Reunião da Associação Brasileira de Estudos Homoeróticos**, realizada em Belo Horizonte, na UFMG, de 5 a 7 de julho de 2006, 14p. (mimeo).

RESTIER. Henrique.: SOUZA Rolf .M. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Continuo, 2019.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. **Religião e Desigualdades Sociais no município de São Bernardo do Campo: Estudo comparativo de grupos evangélicos em dois bairros de condições sociais e econômicas opostas**. In: RIVERA, D.P. Barrera. (org). *Evangélicos e periferias urbanas em São Paulo e Rio de Janeiro: Estudos de Sociologia e Antropologia Urbana*. 1.ed. – Curitiba, PR:CRV, 2012. P.17-64.

ROSA, Waldemir. Observando uma masculinidade subalterna: homens negros em uma democracia racial. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceitos, 2006, Florianópolis. **Anais Fazendo Gênero VII**. Florianópolis: Mulheres, v. 1. p. 1-7, 2006.

SILVA JUNIOR, Paulo.M.; BRITO, Leandro.T. Masculinidades performativas no contexto escolar: entre regulações, tensões e regulações. **Askesis**, São Carlos, v.7, n 1, p. 26-38, 2012.

O AMBULATÓRIO TRANS DO DF SOB UMA PERSPECTIVA TRANSMASCULINA

Jorge Gaia dos Santos Ferreira

*Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília –
UnB. E-mail: h.gaiasantos@gmail.com;*

Bernardo Mota Lopes

*Mestrando do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília - UnB.
E-mail: obernardomota@gmail.com;*

Resumo

Em agosto de 2017, foi inaugurado na capital federal do Brasil o ambulatório de atendimento especializado a pessoas trans e travestis no Distrito Federal. Localizado na asa direita do plano piloto de Brasília, o serviço ambulatorial integrante da atenção secundária do Sistema Único de Saúde (SUS), desde seu primeiro ano teve como resposta uma alta demanda de mais de quatrocentas pessoas atendidas, muitas delas que há anos lutavam e aguardavam por sua inauguração. O serviço foi construído, debatido e formado por muitas mãos, sobretudo com o direto protagonismo de movimentos de travestis, homens e mulheres trans da cidade, por ativistas trans independentes e pos cis-aliades comprometidos com a causa. A partir desse breve panorama, este artigo tem por objetivo refletir sobre a articulação de coletivos organizados de pessoas trans/travestis no processo de implementação do ambulatório especializado em atendimento à população trans e travestis do Distrito Federal e do Entorno, sob a perspectiva de dois homens trans pesquisadores da Universidade de Brasília e usuários do serviço. ancorados na tomada da palavra, como afirma Jaqueline Gomes de Jesus e com uma ótica de problematização da patologização em torno das transidentidades, de acordo com Tatiana Lionço. Entre os principais resultados discutidos estão a centralidade dos movimentos sociais, incluindo IBRAT, com sua atuação de base na

construção e fortalecimento das identidades trans e travestis no DF, bem como a importância das parcerias com os aparelhos do Estado e pessoas cis alidas às demandas da população trans.

Palavras-chave: Ambulatório trans; Saúde trans; Movimentos Sociais; Homens trans; Transmasculinidades;

Introdução

- Antes do ambulatório trans: como era o acesso à saúde da população trans?;
- CREAS enquanto espaço de vivência e convivência;
- Participação da Defensoria Pública nos processos de judicialização do processo de retificação de nome junto ao CREAS;
- Inauguração do Ambulatório Trans: como se deu, perfil dos primeiros atendidos, sucateamento e resistência.

Metodologia

- Entrevistas semiestruturadas com participantes que no período estiveram presentes no movimento de luta e consolidação do ambulatório no DF, bem como nossas próprias memórias enquanto usuários dos serviços voltados à população trans na época.

Referencial teórico

- Partindo da tomada da palavra, como afirma Jaqueline Gomes de Jesus;
- A ótica de problematização da patologização em torno das transidentidades, de acordo com Tatiana Lionço.

Resultados e discussão

- CREAS da Diversidade: a importância na atuação da formação da população trans e consequentemente na implementação do ambulatório trans;
- A importância das parcerias com os aparelhos do judiciário (Defensoria Pública e Ministério Público);
- A centralidade dos movimentos sociais, incluindo IBRAT, com sua atuação de base na construção e fortalecimento das identidades trans e travestis no DF, bem como sua atuação no GT técnico para implementação do ambulatório;

Considerações finais

- Reafirmação do lugar de protagonismo dos movimentos sociais para conquista e garantia de direitos;
- A importância da continuidade na participação popular no que tange a manutenção e melhoria dos serviços públicos voltados ao público LGBT;
- Recomendação de outros CREAS da Diversidade em outros estados e municípios;
- Destaque das alianças com instituições e pessoas cis aliadas politicamente às demandas de pessoas trans e travestis;
- O reconhecimento social enquanto uma ferramenta de aprendizado e valorização da participação social.

Referências

ALMEIDA, Guilherme S. 2012. **“Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades?”**. Revista Estudos Feministas, 20(2): 513-523, maio-agosto/2012

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, SC, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. pp.295-316.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra. Revista de Docência e Cybercultura**. Rio de Janeiro v. 3 n.1 p. 250 Jan/Abr. 2019.

LIONÇO, Tatiana. **A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade**. Revista EPOS; Rio de Janeiro - RJ, Vol.7, nº 2.; ISSN 2178-700X; pág. 147-156. jul-de z de 2016.

MCCRACKEN, Grant. **The Long Interview**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1988.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**/ Djamila Ribeiro. - Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

NECROPOLÍTICA, PANDEMIA E POPULAÇÃO NEGRA: NOTAS SOBRE RESISTÊNCIAS E LUTAS ANTIRRACISTAS

Evelyn Melo da Silva

Doutoranda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, torquato.evelyn@gmail.com;

Leonardo Patrício de Barros

Mestrando do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, leonardopbarros@hotmail.com;

Marco José de Oliveira Duarte

Professor orientador: Pós-Doutor, Professor da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufffj.br.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo tratar das lutas antirracistas protagonizadas pela população negra em territórios periféricos. Em tempos de necropolítica, em contexto ultraneoliberal do Brasil contemporâneo, nossa análise aborda o racismo exercido pelo Estado brasileiro, social e historicamente. Com ênfase na condição estrutural das relações sociais capitalistas, problematizamos os efeitos dos retrocessos das políticas sociais para a população negra, destacando a radicalidade das desigualdades sócio raciais. Identificamos a violência executada pelo Estado, como resposta as formas de resistência da população negra e evidenciamos que em tempos de pandemia do novo coronavírus, as políticas sociais realizadas pelo governo Bolsonaro, em específico o auxílio emergencial, são parcas e não e não oferecem meios para lidar com os sofrimentos psíquicos, econômicos e sociais que atingem a população negra, aglutinados

ao cenário de emergência sanitária. A metodologia empregada nessa produção consiste em pesquisa qualitativa de delineamento bibliográfico e documental, com levantamento de dados em fontes secundárias. Observamos que os negros foram aqueles que, nesse período pandêmico, sofreram maiores impactos socioeconômicos. Seja pela histórica falta de acesso ao trabalho formal ou pela dificuldade de acesso aos tratamentos de saúde, essa população, no contexto brasileiro, foi a que mais morreu em decorrência da COVID 19, e, considerando as determinações sociais da saúde, entendemos que as desigualdades sociais historicamente estruturadas pelo racismo é o fator determinante para que essa população seja a mais afetada por aquela que se apresenta como a maior tragédia sanitária do século XXI em contexto mundial.

Palavras-chave: Lutas antirracistas, Racismo, Necropolítica, Pandemia, População Negra.

Introdução

Em contexto de decadência da racionalidade a passos largos, de processos desumanizadores alastrados e naturalizados, em que o mercado lucra com a morte e cemitérios aumentam seu quadro de agentes funerários, buscamos refletir sobre os efeitos desse processo decadente sobre a população negra. Por via de regra, sabemos que as pessoas negras são as que mais morrem desde o processo de escravização, no cenário em questão não seria diferente. As tragédias, as chacinas, e a tudo que é atribuído morte em massa, tem, majoritariamente uma cor, que é preta, e afeta, sobremaneira – e, em escalas desiguais – a população negra.

Compactuamos as nossas reflexões acerca da necropolítica e, de acordo com as problematizações acerca do genocídio da população negra, consideramos as especificidades do contexto pandêmico, e o impacto negativo no cotidiano dessas pessoas a partir dos retrocessos das políticas sociais brasileiras.

Observamos atentamente o curso da realidade e é possível notar que, no último ano (trânsito de 2020 para 2021), a desigualdade, a fome, o desemprego, a violência, as questões que envolvem cuidados com a saúde mental, o sofrimento e a morte, aumentaram em grande escala. Refletimos com criticidade sobre a dinâmica da realidade, consideramos que afeta de forma desigual negros e brancos, e que tal processo contribui para o projeto de extermínio da população negra registrado na história do Brasil desde sua gênese.

Todo esse processo genocida vem sendo tensionado pelas múltiplas estratégias que negros e negras vem, ao longo da história, construindo e reconstruindo para a manutenção da própria vida, desde a vida concreta, ou seja, o corpo físico, até as composições mais complexas e subjetivas do que é viver. É inegável que o corpo negro por si só político, e o seu movimento e o espaço que ocupa no cotidiano, expressa suas múltiplas e facetadas resistências e *reexistências*.

Entendemos resistência negra como movimento contestador político que luta para cessar seu extermínio em massa. Com isso, a *reexistência* negra, vai pelo mesmo viés de manutenção das vidas, mas considerando que no período de manutenção foram criadas estratégias, outras formas de viver nas fissuras, nos rasgos, nas negociações, e que possibilitam-nos assumir e sustentar funções que recriam

alternativas. Todavia, com alargamento das desigualdades sociais engendradas pela lógica ultraneoliberal, e aprofundadas pelos desdobramentos da pandemia do novo coronavírus, os desafios cresceram em proporções terríveis.

O ultraneoliberalismo é um terreno que nos possibilita compreender os desdobramentos da história até aqui. Considerando que este estágio é a face exacerbada do neoliberalismo, temos um sistema econômico e político que, desde os anos de 1970, se reinventa e se adapta a realidade, recriando múltiplas formas de exploração.

Tal sistema tem alcançado êxito ideológico, que se consolida pela crença de que não há alternativas mediante a barbárie. E a parcela mais explorada da classe trabalhadora, inserida nesse processo de exploração da mão de obra, que tem como horizonte a expropriação da riqueza máxima para o capital e mínima para o trabalho, – e para a classe que vive da venda da força de trabalho –, que se encontra mais vulnerável economicamente, ocupando os piores cargos, recebendo os piores salários, e sujeitados a condições de vida e trabalho desumanas, são os trabalhadores negros. Não é apenas resquício da escravidão, mas sobretudo uma reelaboração do sistema capitalista.

Todavia, como fazedores da história e por ela feitos, dialogamos com sujeitos sociais organizados ou “desorganizados” em frentes de lutas coletivas, ou não, na elaboração de formas de existir para além do passado traumático, reexistindo na resistência, que é resultado de mais de quatrocentos anos de luta no Brasil.

O aporte teórico que subsidiou nossa discussão tem a contribuição de Marx (2014), que nos evidencia a relação reificada entre sujeitos e coisas no contexto da sociedade capitalista. O autor nos permite interpretar os elementos determinantes para as relações sociais de produção e seus impactos na geração de desigualdades sociais.

Para afirmar que o processo de resistência da população negra no Brasil tem sua gênese desde o período colonial até os dias atuais, nos debruçamos em Moura (2014) e em (GOMES; MUNANGA, 2004).

Quanto a abordagem da interpretação das Políticas Sociais, tivemos por base as contribuições de Behring e Boschetti (2011). Para justificar o uso do termo ultraneoliberalismo, nos apropriamos do debate realizado por Bravo; Pelaez; Pinheiro (2018) e Cislighi (2020).

Achille Mbembe (2016) nos norteia, a partir dos seus estudos foucaultianos, no debate de necropolítica e nas reflexões sobre o poder e

a soberania do Estado em administrar a morte como gestão da vida e da morte em suas múltiplas dimensões.

Metodologia

No que tange à metodologia empregada para elaboração deste trabalho, é importante ressaltar que foi realizada pesquisa qualitativa, de delineamento bibliográfico e documental, com levantamento de dados em fontes secundárias.

Subsidiando nossa argumentação, os percentuais apresentados nas pesquisas realizadas pela DATA FAVELA sobre os impactos da pandemia do novo coronavírus em um universo de 239 favelas de todos os estados brasileiros, sendo realizadas 3.321 entrevistas com moradores dessas regiões. Além desta pesquisa, deu robustez empírica a nossa reflexão e debate a nota técnica do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-RIO (CTC/PUC-Rio), que utilizou dados fornecidos pelo Ministério da Saúde até o dia 18/05/2020, sobre os casos de síndrome respiratória aguda grave por covid-19.

Os critérios de elegibilidade utilizados para observação e apreensão dos dados na referida pesquisa e da nota técnica, estiveram ligados à mortalidade dos negros com menor nível de escolaridade por ocasião da pandemia da covid-19 em comparação com brancos com maior nível de escolaridade.

A forma de vínculo empregatício dos residentes em favelas, ou a perda da renda familiar no período pandêmico e a negativa do auxílio emergencial por razões burocráticas, se convertem em falta de recursos para custear a alimentação no cenário da crise sanitária.

É importante ressaltar que ao utilizar o termo negro, tanto as fontes que utilizamos quanto a nossa análise do cenário em questão nos leva ao entendimento de que este grupo é constituído por pretos e pardos.

Quanto a perspectiva de análise da realidade concreta, nos orientamos pela teoria sociocrítica, concordando que o movimento dialético na problematização da sociedade, um caminho que possibilita compreender a ontologia do ser social.

Resultados e discussão

Nossa análise parte do concreto pensado, ou seja, da realidade e da ótica crítica sobre ela. Tecemos reflexões a fim de compreender seus desdobramentos e impactos sociais, considerando que o conhecimento é um meio de superação, uma vez que, antes de subverter ou transformar algo é necessário desvendá-lo, esmiúça-lo, para então criar alternativas coletivas de enfrentamento aos desafios postos a realidade social, ao gênero humano e suas diversidades.

Nossa argumentação consiste em salientar que a resistência negra no Brasil tem seus primórdios desde o processo de escravização do negro africano, conforme nos indica Moura (2014, p. 397). Sendo o decurso da abolição da escravidão, resultado, em especial, da dinâmica das resistências negras, pois “(...) as lutas dos escravos, ao invés de consolidar, enfraqueceram aquele regime de trabalho, fato que, aliado a outros fatores, levou o mesmo a ser substituído pelo trabalho livre”.

Isso significa dizer que, desde o período colonial no Brasil até a implementação do trabalho livre, as insurgências negras ocuparam lugar fundamental no enfrentamento a dominação exercida pelas elites brancas. No entanto, porém, se faz importante ressaltar que não é com a efetivação de uma sociedade baseada no sistema de produção tipicamente capitalista, ou seja, com trabalho livre, que as lutas antirracistas findaram. No concreto, o que se observa é que “essa é uma luta que continua até hoje, com outros contornos”. (GOMES; MUNANGA, p. 107, 2004).

É preciso ressaltar que na atualidade, o racismo que é estruturante e estrutural na formação social brasileira, ao ser apropriado pela lógica capitalista, especialmente em contexto ultraneoliberal, nos termos de Bravo (2018), subsidia o acirramento das desigualdades sociais. Partindo desse pressuposto, podemos verificar que aos negros se torna urgente dar respostas e realizar enfrentamentos para que não sucumbam as atrocidades resultantes da barbárie, fruto da lógica do capital.

Em estudo realizado em junho de 2020 e apresentado na segunda edição do Fórum Data Favela, em webnário idealizado pelo Instituto Locomotiva, pela Central Única de Favelas e UNESCO Brasil, podemos observar que 17% dos moradores das favelas pesquisadas tinham

emprego de carteira assinada, enquanto 7% possuíam emprego sem vínculo formal e 25% se declararam autônomos. Dados ainda apontam que 80% das famílias desses trabalhadores estão vivendo com menos da metade da renda que possuíam antes da pandemia da covid-19, sendo que desse total 35% das famílias perderam toda a renda.

Considerando que pelo menos 32% desses trabalhadores exercem atividades sem vínculo formal – e isso significa que não necessariamente há um salário fixo – entendemos que a tendência de queda na renda indica que a pandemia afetou diretamente os rendimentos dessa parcela da população. Seguindo a dramática realidade financeira ocasionada pelos impactos da emergência sanitária atual, 76% dos moradores de favela afirmaram que, em pelo menos um dia, faltou dinheiro para comprar alimentação durante a pandemia. Um outro dado revela que dentre as famílias que solicitaram o auxílio emergencial (68%), 41% não conseguiram recebê-lo. Embora não apareça na pesquisa consultada, precisamos evidenciar que trabalhadores contratados também sofreram redução de seus salários por meio da Lei nº. 14.2020/2020, que possibilita a diminuição de salários e jornadas de trabalho com objetivo de manutenção do vínculo.

Observamos que os moradores de favelas, em sua maioria negros, sofreram de maneira exacerbada os impactos sociais e financeiros gerados pela pandemia do novo coronavírus, o que acirrou as desigualdades sociais pré-existentes. Tendo em vista que na sociedade do capital os trabalhadores são aqueles que possuem unicamente a sua força de trabalho para vender, e assim conseguirem os meios à sua subsistência, perder o emprego ou ser impedido de vender sua força de trabalho significa condenar esse trabalhador as condições mais cruéis da existência humana.

O Estado brasileiro por meio do Decreto nº. 10.316/2020 implementou o auxílio emergencial, que, em linhas gerais, pode ser entendido como política socioeconômica que busca amenizar os impactos da crise ocasionada pela pandemia. Entretanto, os valores do auxílio e aqueles que tinham direito a ele, foram pontos de divergência entre os governantes, no que tange a definição da política, tendo sempre como principal preocupação o limite do gasto social do Estado.

Considerando a contribuição de Marx (2014), que evidencia que no capitalismo passamos por um processo de reificação, no qual as coisas se tornam deuses e as pessoas se tornam coisas, não seria

estranho na democracia burguesa, que a preocupação com os gastos sociais fossem norteados não pela partilha da riqueza socialmente produzida, mas que essa riqueza, apropriada pelo Estado e transformada em fundo público, fosse subordinada a não ultrapassar de maneira famigerada o teto imposto pelo crivo neoliberal. No contexto neoliberal não se pode ter gastos sociais onerando o pagamento da dívida pública.

Conforme a pesquisa supracitada, percebemos que dentre os moradores de favela que solicitaram o referido auxílio, o montante de 41% dos solicitantes não recebeu. Um número importante e que não deve ser desconsiderado. Variados podem ter sido os motivos da negativa, desde as dificuldades impostas pela tecnologia aos que tentaram realizar a solicitação, já que o acesso ao benefício estava ligado ao cadastro virtual, ou mesmo a incompatibilidade dos solicitantes com as regras de concessão. Mas o que se pretende analisar aqui, de fato, é o planejamento da política com uma forte tendência de focalização no mais pobre.

Conforme nos salienta Behring e Boschetti (2011), nos seus primórdios a política social no Brasil tinha caráter filantrópico e pós-1988 acaba por ser focalizada nas camadas mais miseráveis, assumindo um caráter de favor ofertado pelo Estado do que de direito social.

É nesse sentido que tecemos nossa crítica, observando que as políticas sociais no governo Bolsonaro (que identificamos como ultraneoliberal), sofrem constantes ataques e quando há pressão para que sejam criadas, assumem como crivo os mais miseráveis, e, sorrateiramente são implementadas às custas de desmonte de direitos, como se verifica na nova rodada do auxílio emergencial regulamentado pelo Decreto nº. 10.661/2021. Neste, ocorre que, além de ser reduzido em valores, no público-alvo e no período de abrangência, o recebimento do auxílio está condicionado ao congelamento de salários de servidores públicos por 15 anos. A barganha realizada é característica dos processos implementados por esse desgoverno na escalada da redução do Estado quanto as políticas sociais e na garantia dos direitos conquistados no Brasil ao longo dos anos.

Considerando os negros o grupo racial mais exposto as expressões da questão social¹, é possível afirmar que os impactos socioeconômicos da pandemia atingem sobremaneira esses sujeitos. Um estudo realizado no ano de 2020, pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde e liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-RIO, identifica que aproximadamente 55% dos óbitos por covid-19 no período do estudo, eram de pretos e pardos enquanto 38% dos óbitos foram de brancos. A pesquisa evidencia que em pacientes pretos e pardos analfabetos o risco de morte pela doença é 3,8 vezes maior que em brancos com nível superior.

Evidente que a interseccionalidade entre raça e classe, exacerba as desigualdades sociais e em fase ultraneoliberal do capital, tendo como cenário uma crise sanitária global, o resultado é uma catástrofe sem precedentes na história moderna. O número de mortes ocasionado pelo vírus sofre uma escalada assombrosa e que, até meados do mês de maio do ano corrente, contava com mais de 400 mil vidas perdidas, apenas no Brasil, segundo a imprensa oficial, fora as subnotificações.

Como revelam os estudos apontados em nossa produção, a tendência é que a maior parte dessas vidas sejam de negros pobres e sem acesso a saneamento básico, que um elemento fundamental para o enfretamento do vírus, pois dentre as recomendações sanitárias das autoridades de saúde se incluem higienização das mãos e ambientes, distanciamento social e uso de máscaras, além de vacinação em massa. Entretanto, sem acesso a água e esgoto nas comunidades e a necessidade de uso de transporte público para se deslocar para o trabalho, que produzem intensa aglomeração, como é possível seguir tais protocolos?

Esta reflexão nos leva a pensar a centralidade do debate sobre a construção de um SUS (Sistema Único de Saúde) indiscutivelmente antirracista, considerando que 74% dos negros utilizam o SUS, e a luta contra o racismo nesse âmbito não se restringe apenas ao acesso, mas

1 Entendemos como questão social os desdobramentos sociopolíticos da relação capital versus trabalho que traduz a compreensão das contradições produzidas no capitalismo, onde o crescimento da pobreza está diretamente ligado ao crescimento da capacidade social de produzir riquezas. Com isso, a questão social também é resistência ao levar para o cenário político tensões e interesses antagônicos entre as classes sociais. Ver mais em Iamamoto (2014) e Netto (2013).

também a qualidade da prestação do serviço que esbarra no racismo estrutural, sistêmico e institucional, e coloca em ação a necropolítica, todas as vezes que nega anestesia a uma mulher negra, e todas as outras vezes que, por um discurso racista, coloca o negro como mais forte, mais robusto e mais resistente a dor e ao desespero.

Por fornecer sentido, lógica e tecnologia para a produção e a manutenção das desigualdades e violências na contemporaneidade, compreendemos o racismo como estrutural (ALMEIDA, 2020). E conforme Mbembe, a necropolítica se funda também no discurso de um grupo inimigo e na necessidade de uma relação de inimizade. Neste caso, é necessário criar a existência de um inimigo para justificar o extermínio, e na realidade brasileira o estado estabeleceu como inimigo primeiro, os negros, sendo o recorte prioritário, a juventude negra.

Além desse cenário de morte pelo novo coronavírus, o massacre policial nas favelas não cessou, pelo contrário, a cidade do Rio de Janeiro ultrapassa a marca de quinhentas (500) operações policiais em período de pandemia, em que 44 delas viraram inquéritos por contrariar as decisões do Supremo Tribunal de Justiça a despeito das regras para tais atentados nas favelas cariocas em contexto pandêmico².

Considerando que a cidade do Rio de Janeiro tem a polícia militar que mais mata do Brasil e que essa alta letalidade está ligada às “operações policiais de incursão armada em favelas” (MONTEIRO, FAGUNDES e GUERRA, 2020), podemos afirmar que a relação do número de mortes nesses territórios está diretamente ligada ao número de operações policiais registradas, todavia, não há dados oficiais sobre essa realidade. E, segundo a Rede de Desenvolvimento da Maré, do total das mortes decorrentes de operações policiais nas favelas do complexo, 93,3% das vítimas são negras. As pesquisas ainda ressaltam que, quanto menos operações policiais mais dias de escola aberta, mais aulas, mais dias com as estratégias de saúde da família ativas, mais vida, menos corpos negros mortos, massacrados ou feridos. Contudo, a política nesses territórios vistos pelo Estado como zonas de morte, tem como mecanismo de “segurança” matar algumas

2 Ver mais em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/11/policia-do-rj-jacomunicou-ao-mp-mais-de-500-operacoes-desde-decisao-do-stf.ghtml

vidas em detrimento da conservação de outras. Assim como a pandemia tem cor, as vidas e as mortes para a polícia também têm.

Com isso, vemos o racismo como determinante social de saúde, uma vez que sua cor/raça determina que atendimento e qual a qualidade do atendimento o indivíduo vai receber. Vemos também a execução da necropolítica (ditar quem pode viver e quem deve morrer) associada a outros movimentos que a impulsionam, que a alimentam, como é no estágio sistêmico capitalista ultraneoliberal em que há um processo desumano de flexibilização e precarização do trabalho, intensificando a exploração da força de trabalho e aumentando a produção do desemprego, o tornando cada vez mais estrutural. Todo esse movimento contribui para o desmonte e retrocesso das políticas sociais que atingem de forma desigual negros e brancos, acirrando ainda mais as desigualdades sócio raciais na contemporaneidade.

Considerações finais

Observando com criticidade a realidade, podemos destacar que nessa nova etapa do neoliberalismo, ao fazermos o recorte de raça, identificamos que a população negra brasileira segue em desvantagens econômicas, sociais e sanitárias. Com esse novo exercício da morte, não velada e em grande escala, vemos, de forma ainda mais naturalizada, um sepultamento coletivo. Como de costume, o primeiro lugar nessa pirâmide da morte é da população negra. Os negros continuam sendo os que mais morrem, e, contraditoriamente, continuam sendo a maior parte da população brasileira. Esse fenômeno ocorre, primeiro pelo povoamento massivo da população africana nas Américas em períodos de tráfico negreiro; e, segundo, pela resistência desse povo no Brasil, enfrentando múltiplos projetos genocidas como a colonização, a escravização, as ideologias de branqueamento, o movimento eugenista, o mito da democracia racial, ditaduras, e agora, o bolsonarismo, que ao escancarar e legitimar as opressões, autoriza o racismo e seus métodos operacionais.

A população negra se encontra mais vulnerável, não apenas pela predisposição às comorbidades, como diabetes e hipertensão, mas principalmente pelos fatores sociais. Tendo menos acesso ao saneamento básico, invertem a lógica das regras sanitárias; vivendo majoritariamente de forma concentrada, com altos índices de desemprego, trabalho informal e precário, invertem a lógica do isolamento

social. Tal inversão nada tem a ver com negar a realidade, o que percebemos são modos de vidas incompatíveis que criminalizam, mais uma vez a população negra, e que contemplam o projeto genocida liberando o livre exercício da necropolítica em territórios negros. Restringir o acesso a quem pode pagar, é necropolítica. Subverter essa lógica é uma luta antirracista e fortalece a resistência e a reexistência negra. A meta coletiva é a defesa intransigente dos direitos humanos e a construção de uma sociedade antirracista; e a meta de toda pessoa negra, é ficar viva.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, L. P. A subalternização do negro brasileiro: reflexões gerais acerca das políticas do Estado brasileiro na República Velha (1889 – 1930) e no Estado Novo (1937 – 1946). Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, [S.l.], v. 12, n. esp., p. 666-693, ago. 2020.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei nº. 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm>. Acesso: 03 de abr. de 2021.

BRASIL. Decreto nº. 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais

de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm>. Acesso em: 03 de abr. de 2021.

BRASIL. Emenda constitucional nº. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 12 de mar. de 2021.

BRASIL. Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a consolidação das leis trabalhistas (clt), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 9.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 17 de ma. de 2021.

BRASIL. Lei nº. 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº. 6019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

BRASIL. Emenda constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

BRAVO, M.I.S.; PELAEZ, E.J.; PINHEIRO, W.N. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Brasília: Ipea, 2017. (Textos para Discussão, n. 2267).

DATA FAVELA. Pandemia na favela: a realidade de 14 milhões de favelados no combate ao novo coronavírus. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/estudos>>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública: 2019.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relações-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discussão.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 8ª Ed. 2014.

MARX, K. O capital. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MONTEIRO, Joana; FAGUNDES, Eduardo; GUERRA, Julia. Letalidade policial e criminalidade violenta. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, nov./dez. 2020.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. Acesso em 10 de fev. de 2021. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/03/03-Kabengele-Munanga-e-Nilma-Lino-Gomes-O-negro-no-Brasil-de-hoje.pdf>>.

NETTO, José Paulo. “Questão social”: elementos para uma concepção crítica. Samba, cultura e sociedade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de covid-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. Acesso em: 13 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>>.

ROSANVALLON, P. A nova questão social: Repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ESCUTAS SENSÍVEIS COM JOVENS LGBTQIA+: O DISPOSITIVO-GRUPO COMO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO E RESISTÊNCIA

Antônio Gabriel Miranda da Silva

*Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, gabrielm@alu.ufc.br;*

Carla Jéssica de Araújo Gomes

*Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, carlajessicagomes@alu.ufc.br;*

Lucas Araújo da Silva

*Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará -
UFC, lucasarjslv@gmail.com;*

Larissa Ferreira Nunes

*Doutoranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará
- UFC, larissafnpsico@gmail.com;*

João Paulo Pereira Barros

*Professor orientador: doutor, Universidade Federal do Ceará - UFC,
joaopaulobarros@ufc.br.*

Resumo

Em um cenário frequentemente atualizado da naturalização de violências a sujeitos historicamente periferizados, os corpos dissidentes da norma cis-hétero-patriarcal-branca vigente têm sido alvos de ferramentas bionecropolíticas que os enquadram em corpos abjetificados e, por consequência, matáveis. Nessas circunstâncias, o presente trabalho objetiva delinear o processo de criação de uma frente de extensão do projeto Histórias Desmedidas, vinculado ao VIESES-UFC e ao Departamento de

Psicologia da UFC. Essa frente irá funcionar a partir de escutas sensíveis acerca do cotidiano de jovens LGBTQIA+ em um grupo virtual semanal. Apesar de não se tratar de um grupo terapêutico, essa ação é pensada a partir da articulação entre psicologia e demais epistemologias que versam sobre gênero e sexualidade. Com isso, pretende-se discutir a relevância da composição dessa ação diante do atual cenário de lgbtfobia no Ceará, sustentado pela racionalidade necroliberal, que atualiza colonialidades de gênero que tem perpetuado lógicas de aprisionamentos que incidem nas formas de subjetivação dos sujeitos LGBTQIA+, resultando em processos de exclusão, silenciamento, apagamento e de sofrimento psíquico. Assim, reflete-se sobre o dispositivo-grupo, com foco na dimensão política e psicossocial da memória, como uma ferramenta possível de contribuição à re-existência diária desse público, discutindo suas potencialidades de agenciamento de novos territórios existenciais, em que, ao revisitar a própria história das pessoas dissidentes, é possível construir uma rede de significações e de produção de subjetividades singulares e plurais, além de atuar na quebra de silenciamentos históricos ao público, funcionando como espaços de acolhimento e resistência a esse cenário.

Palavras-chave: Gênero, LGBTQIA+, Psicologia, Teoria queer, Subjetivação.

Introdução

Constituído em 2016, o “Histórias Desmedidas” é um projeto de extensão vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação da Universidade Federal do Ceará (VIESES-UFC), ao Departamento de Psicologia da UFC e à Pró-Reitoria de Extensão da UFC (PREX-UFC) que atua com pessoas histórica e culturalmente periféricas, focalizando seus processos de resistência. Até 2019, o público-alvo das ações eram adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Em 2020, o escopo teórico-prático do projeto foi ampliado, sendo formatada, dentre outras, uma frente de extensão que pudesse atuar com corpos cuja norma cisheteropatriarcalbranca não os contempla.

A frente de extensão destinada à escuta e ao acolhimento psicossocial e produção de cuidado compartilhado ao público LGBTQIA+ surge em um contexto brasileiro cuja violência a esses corpos se insere em uma lógica naturalizante em constante manutenção e atualização. A ausência de dados oficiais robustos acerca de violências aos sujeitos dissonantes do regime cisheteronormativo vigente (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021; CERQUEIRA *et al.*, 2020; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020) é um dos elementos sobressalentes de um projeto necropolítico em consolidação (MBEMBE, 2018), sendo uma violência institucional que aponta a descartabilidade de vidas de pessoas LGBTQIA+, cujas aniquilações físicas e simbólicas de seus corpos, nessa estrutura social, não são relevantes o suficiente para se tornarem números, impedindo que seja visto enquanto um problema que necessita de políticas públicas destinadas à questão.

Conta-se, assim, com organizações da sociedade civil no levantamento de dados acerca destas violências, de modo que sejam desnaturalizadas. Assim, baseado em matérias jornalísticas veiculadas em variados meios de comunicação, foi apurado que, em 2019, 329 pessoas da comunidade LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil, sendo 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%), ocorrendo a morte destes sujeitos a cada 26 horas no país. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2020).

A violência é ainda mais explícita em corpos dissidentes da norma cisgênera, resultando no Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo (TRANSGENDER EUROPE, 2020). Em plena

pandemia do COVID-19 em 2020, em que se esperou que algumas violências fossem diminuídas frente ao isolamento social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), um relatório produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), levantou, também pelo método de análise de notícias midiáticas, que pelo menos 175 pessoas trans foram assassinadas, sendo todas travestis e mulheres transexuais, não sendo encontradas informações referentes a assassinato de homens trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Além disso, houve 23 casos de suicídio, em que 7 se referem a homens trans/transmaculinos e 16 travestis/mulheres trans. A maioria das vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, negras, pobres e que reivindicam ou expressam o gênero feminino. Grande parte delas, também, têm como fonte de renda a prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

De um lado, esses elementos integram um projeto biopolítico cujo controle dos corpos se pautam em códigos normalizantes baseados em discursos sobre o sexo (PRECIADO, 2011) que refletem e dão subsídios à uma cisheteronormatividade compulsória diluída por diversas instituições (DUARTE, 2020), atuando, ainda, no silenciamento de sujeitos LGBTQIA+ a partir do medo da morte (MEDEIROS, 2019). Por outro lado, integram um projeto necropolítico de Estado que relega os sujeitos dissidentes do regime cis, hétero, patriarcal e branco a territórios existenciais desumanizados, sendo autorizadas, por um estado de exceção permanente, as mais diversas formas de violência. (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019).

Essa combinação de ferramentas bio e necropolíticas se pauta na hierarquização populacional cujos sujeitos brancos, héterossexuais e cisgêneros ocupam o topo da normalidade, de modo que todas as outras existências são entendidas como anormais, cujas vidas são descartáveis e passíveis de morte, sendo esta a composição de objetivos coloniais (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019). Nesse sentido, um conjunto de dispositivos políticos e culturais são criados, dentro das mais diversas instituições, com vistas a incitar e permitir a ceifação da vida de pessoas LGBTQIA+, autorizando as mais diversas formas de violência, silenciando os corpos ainda em vida ou a partir de suas mortes (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018; DUARTE, 2020; MEDEIROS, 2019).

A criação da frente de extensão de escuta, acolhimento psicossocial e cuidado compartilhado destinado à pessoas LGBTQIA+, que compõe o História Desmedidas, surge como um contraponto ao cenário em que se encontra o Brasil, funcionando como um dispositivo que possibilite a ressonância de vozes LGBTQIA+ em contraposição a projetos necropolíticos típicos do país que tentam silenciá-las, entendendo suas vidas e suas narrativas como elementos de resistência à essa estrutura social. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva delinear o processo de criação dessa frente a partir da explanação dos elementos que compõem o planejamento do projeto, cuja previsão de início está para Maio de 2021, explicitando as ferramentas e esboços metodológicos pensados, focalizando o dispositivo-grupo como instrumento central. Assim, com base em ferramentas teóricas das Teorias *Queer* e de autores e autoras da área da Psicologia, serão traçadas reflexões acerca da potencialidade de articulação de grupos no atual cenário, bem como serão estabelecidas projeções e reflexões acerca da relevância teórico-metodológica de projetos de extensão no campo da Psicologia.

Metodologia

Compreendendo uma frente de extensão fundamentada a partir dos tensionamentos corpo-políticos que subscrevem as questões de dissidência sexual e cisão estrutural de gênero e seus atravessamentos espectrais com as pluralidades das discussões decoloniais, como racismo, necropolítica e práticas de violências, faz-se necessário a estruturação de um delineamento metodológico de potência política e criativa que abarque as multiplicidades das vicissitudes do processo proposto. Para isso, a composição do projeto se orienta a partir da perspectiva da elaboração de dispositivos grupais.

O caráter instrumental da nova frente de extensão envolve a elaboração de um grupo-dispositivo arranjado em dois momentos, que se configura como um espaço de apoio e cuidado que desnaturalize estigmas, estratos de silenciamento e que potencialize invenções de práticas de resistência e (re)existências (BARROS; SILVA; GOMES, 2020) dissidentes de uma normativa cis-hetero-patriarcal-branca, junto a sujeitos LGBTQIA+ inseridos no cenário das territorialidades do Ceará. As inscrições foram orientadas por meio do preenchimento de um formulário virtual, com disponibilização de 12 vagas, sendo

dessas 5 vagas prioritárias para pessoas auto identificadas negras e 2 vagas prioritárias para pessoas trans e travestis, além do resguardo de 10 vagas por meio da organização de uma lista de espera para o caso de desistências.

Amaral et al (2018) apontam os grupos como um potente instrumento produtor de sentidos que, a partir de ferramentas inventivas e sensíveis, põe em questão normativas de opressão instituídas. Dada a pluralidade das conexões entre os processos de subjetivação de indivíduos LGBTQIA+ e as questões psicossociais adjacentes aos modos de existência em contextos periféricos urbanos, o primeiro momento do grupo-dispositivo proposto se sistematiza em um espaço virtual semanal, de caráter autogerido, de acolhimento e discussão de temas pertinentes para o coletivo, por meio da plataforma *Google Meet*, com duração de 2 horas por encontro e estimativa de 8 encontros no total. O caráter autogerido, no qual os fluxos do grupo ocorrem a partir das conexões e decisões irrompidas pelo próprio conjunto, como temáticas e dinâmicas, surge a partir da proposição de uma metodologia indisciplinada, a qual, segundo Mombaça (2016 apud KATZ e GREINER, 2004), é fundamental ao se tratar das contextualidades das ações com o corpo. Katz e Greiner (2004) apontam o conflito de se realizar uma abordagem com corpos múltiplos e plurais,- corpos em mutação, em trânsito, na plasticidade do presente, a partir de metodologias tradicionais pautadas na disciplinação e controle de discursos, estratificadas a partir de regras e métodos rígidos, evidenciando, assim, a primordialidade e urgência da abolição de uma moldura disciplinar em benefício de estratégias metodológicas contextuais e transitórias, sem perder um viés científico.

A facilitação do grupo, então, delineia-se em três arranjos: 1. A exposição de um dispositivo de sensibilização para a elaboração subjetiva, partilha e escuta, relacionado à temática proposta para o encontro, a partir da demanda espontânea de fala dos integrantes ou por meio de perguntas, dinâmicas ou recursos midiáticos, como imagens, vídeos, músicas ou notícias; 2. Um momento de circulação livre de falas e trocas entre participantes, tonificando o ethos de acolhimento e cuidado a partir da articulação de vínculos e tecnologias técnicas de escuta, como referido na proposta de autogestão do dispositivo; 3. Encerramento substanciado em um momento de exposição das reverberações produzidas no encontro.

É inequívoco o caráter de estigmatização presente no cotidiano de sujeitos LGBTQIA+ e suas reverberações no usufruto pleno de direitos sociais nos diversos âmbitos da vida, facultando em sofrimento psicossocial intenso que tem visualizado uma acentuação devido as atualizações das expressões biopolíticas normatizantes nos últimos anos (DUARTE, 2011; PESSOA et al., 2020). Portanto, em soma, foi-se orientado um segundo momento estruturado como um grupo de escutas, apoio psicossocial e cuidado compartilhado de curta duração (6 encontros), a partir da demanda espontânea dos participantes da ação, para a atenção a vivências específicas e com encaminhamento de casos graves para equipamentos públicos.

Resultados e discussão

A partir de leituras foucaultianas, de acordo com Deleuze (1992; 2005 apud AMARAL et al., 2018), vivemos em uma sociedade regulada a partir de dispositivos de controle e confinamento, que se adaptam e se sofisticam para a promoção de um exercício de poder cada vez mais efetivo e discreto, normatizando corpos e expressões da subjetividade. No entanto, esses dispositivos podem ser tensionados e reinventados, a partir de linhas de fuga, para promover a proliferação de outros modos de subjetivação, a partir da articulação de espaços de potencialidade que possibilitem novas maneiras de se relacionar consigo e com o outro, recompondo territórios existenciais conhecidos. Assim, os dispositivos-grupais se apresentam como um significativo artifício semiótico indutor de devires-invenções e de radicalização da realidade, articulando singularidades e intensidades e desarranjando molaridades (AMARAL et al., 2018).

No trabalho com o dispositivo-grupo, realiza-se um trabalho cartográfico de desembaraçamento das linhas que o compõem (BARROS, 1997). A partir da leitura deleuzeana sobre a noção de dispositivo de Foucault, Regina Benevides Barros (1997) propõe entendermos o dispositivo-grupo como um conjunto multilinear, semelhante a um novelo, composto por quatro tipos linhas: de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação.

Considerando as linhas de visibilidade e enunciação, Barros (1997, p. 185) nos indica que os dispositivos-grupo são “máquinas que fazem ver e falar”. Essas duas primeiras linhas estão intimamente relacionadas ao contexto sócio-histórico em que estão inseridas (BARROS,

1997). Para anunciarmos formas de visibilidade e dizibilidade que estão “fora” das linhas de visibilidade e enunciação de cada estrato (ou época), é preciso extrair deste as variações que não cessam de passar (BARROS, 1997). Para isso, o grupo, tomado pelo emaranhado de linhas das histórias e trajetórias que nele se cruzam, instalar-se-á sobre as linhas que o atravessam e o compõem seguindo suas múltiplas direções, rachando as palavras, e o próprio grupo, para extrair as coisas por onde elas crescem, pelo meio (BARROS, 1997).

Em relação às linhas de força, a autora (BARROS, 1997) destaca que estas passam por todos os pontos do dispositivo e estão mais intimamente relacionadas à dimensão do poder-saber. Para ela, torna-se importante mapear no dispositivo-grupo as forças em jogo na manutenção e o desmanchamento das instituições, na naturalização e desnaturalização dos modos de sentir e viver, bem como acompanhar os fluxos que deslocam e produzem modificações nos territórios existenciais (BARROS, 1997). As linhas de força nos colocam no meio o tempo todo, no entre, local onde não há mais identidades que se sustentam, e impõem uma outra lógica, uma lógica que se põe aberta às bifurcações divergentes (BARROS, 1997).

Por último, as linhas de subjetivação são aquelas que concernem à invenção de modos de existir (BARROS, 1997). Esse processo de invenção pode ocorrer tanto pelo endossamento como pela desterritorialização dos modos de subjetivação hegemônicos (BARROS, 1997). Na experiência grupal, há o encontro não apenas de pessoas diferentes, mas de modos de *existencialização* diferentes, o que possibilita um campo de confronto e de interrogações que criam fossos onde antes estava cimentado (BARROS, 1997). Desse modo, falas e afetos antes cristalizados em territórios fechados, quando acionados pelo dispositivo-grupo, são levados à adjacência de uma inquietação que, caso seja intensificada, pode produzir deslocamentos do lugar naturalizado a que estavam presos (BARROS, 1997).

A escolha pela formação de grupos nesse eixo do projeto de extensão Histórias Medidas se fundamenta na concepção de que estes podem se constituir como dispositivos que agenciam modos de subjetivação (BARROS, 1997) que borrem e subvertam as lógicas de exclusão e extermínio de certos corpos, corpes e corpos. Desse modo, por meio do dispositivo-grupo com pessoas LGBTQIA+, objetiva-se potencializar a produção de modos de subjetivação que rompam com as lógicas coloniais a partir da desterritorialização dos modos de

subjetivação hegemônicos e da invenção conjunta de novos modos de existir, ser e estar no mundo (BARROS, 1997; BARROS; SILVA; GOMES, 2020).

O dispositivo-grupo se caracteriza pela sua capacidade de irrupção daquilo que estava bloqueado de criar e o seu teor de liberdade frente aos códigos que buscam dar a tudo o mesmo sentido (BARROS, 1997). O dispositivo movimenta, tensiona, desloca, inventa linhas de fuga, produzindo novos agenciamentos (BARROS, 1997). Por isso, outra aposta que possuíamos ao utilizarmos o dispositivo-grupo é na sua potencialidade de desindividualização de sofrimentos psicossociais a partir da análise coletivas do plano de forças atuante na produção e legitimação de violências e sofrimentos contra esse público (BARROS; SILVA; GOMES, 2020; RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). A partir do compartilhamento e troca de experiências durante os encontros do grupo, pretende-se refletir sobre os pontos comuns que atravessam as trajetórias e os sofrimentos des/as/os jovens que compõem o grupo, coletivizando as implicações das violências produzidas pela estrutura social cis-hetero-patriarcal-branca-cristã em seus cotidianos (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Desse modo, pretendemos tanto desindividualizar essas dores, que na verdade são políticas, como deslocar as lógicas que operam processos de culpabilização, segregação e silenciamento, três funções da economia subjetiva capitalística apontadas por Guattari e Rolnik (2005), que sustentam e intensificam a produção de exclusões e sofrimentos direcionados a estes indivíduos (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021).

Para além disso, a composição da frente de extensão parte, sobretudo, de posturas balizadas pelas reflexões teórico-práticas que norteiam o conjunto de ações políticas que formatam algumas Teorias *Queer*. Partindo das discussões de performatividade de Butler (1999), que reflete a produção e materialização de sujeitos e corpos a partir de práticas discursivas de poder que delineam e normalizam o sexo, pensar essa frente de extensão em um curso de Psicologia, um dos dispositivos históricos de produção de discursos sobre corpos normais e anormais (FOUCAULT, 1997), é um esforço de intervenção em dispositivos biotecnológicos (PRECIADO, 2011). Apesar de se utilizar estrategicamente da sigla LGBTQIA+ para se acessar corpos, corpes e corpos historicamente lidos como abjetos (BUTLER, 1999), é intuito do projeto deslocar e reapropriar os discursos que produzem os corpos desviantes, em uma perspectiva de

resistência às “formas de subjetivação sexopolíticas” (PRECIADO, 2011, p. 16). Nesse movimento, a criação do grupo atua na formulação de pesquisas transgressoras de uma única forma de conhecer as sexualidades (LOURO, 2001), buscando fugir da manutenção de teorias que racionalizam ou busquem a verdade sobre o sexo e classem sexualidades desviantes, típicos de uma *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2019).

Com vistas à fuga dessa lógica, não pretende-se focalizar apenas em discursos sobre sexualidades, mas nas narrativas de vida das pessoas que participarão. Nesse sentido, os encontros-grupais serão focalizados nas narrativas das/des/dos participantes, nas suas histórias de vida, na produção de sentidos sobre as suas corpos, corpes e corpos, sendo um dispositivo que facilite a fala das pessoas participantes do grupo, tantas vezes caladas por um terrorismo cultural que impõe a heterossexualidade compulsória a partir do medo (MISKOLCI, 2012). Essa “tomada da palavra pelas minorias queer” (PRECIADO, 2011, p. 17) funciona como um movimento que questiona, recusa, borra e transgride a norma aprisionadora de corpos, lógica típica dos Movimentos *Queer* (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2012). Com isso, a proposta de autogerência grupal pretende formatar um movimento de instabilidade de metodologias e temáticas, focalizando nos desejos emergidos pelo grupo, com base na própria instabilidade das identidades e dos corpos, corpas e corpes, atuando na produção de conhecimentos transgressores (LOURO, 2001).

Por último, ao acionarmos o dispositivo-grupo, temos o intuito também de proporcionar, através do acolhimento e apoio mútuo entre participantes e membros extensionistas, um espaço seguro para o compartilhamento dos sofrimentos, angústias e dores cotidianas (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Através da troca de vivências e experiências, pretende-se potencializar a criação de um movimento de autonomia e fortalecimento coletivo, o qual possibilite o compartilhamento de estratégias de cuidados individuais e coletivos e um lugar de acolhimento, troca de afetos e apoio psicossocial a todes, todas e todos (JORGE, 2018; RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021). Partimos dessa premissa por entendermos o cuidado e a própria ação de manter-se vivo/a como modos de resistência às maquinarias necropolíticas que buscam ceifar essas existências (RODRIGUES; ASSIS; LEONARDO, 2021).

Considerações finais

Factualmente, a partir de maquinários de regime de coerção social, a sexualidade é (re)construída como um dispositivo de normatização e gerenciamento de modos de existência, de expressões, de produção de corpos e de modos de subjetivação,- dispositivo, esse, que se expande em rede, abarcando instituições, regulamentarização, enunciados científicos, ideários de moral e instrumentos discursivos (FOUCAULT, 1979 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Essa perversão dispositiva produz formas de manutenção de estratos de poder dando vazão para a preservação de estratégias hegemônicas que regulamentam a não legitimidade de experimentações e vivências de identidades e de sexualidades por meio da dominação e autoridade discursiva, em prol de, não somente exterminá-las, mas conservar relações de poder dominantes (FOUCAULT, 1988 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012; ESPÓSITO, 2018). A partir dessa perspectiva, tanto a Psicologia como a universidade pública, a partir da aplicação de invenções metodológicas reforçadoras de um compromisso ético, estético e político, emergem como potentes ferramentas de intervenção micropolítica na deslocação de dimensões molares instituídas, dando acesso à visibilidade a gritos historicamente não -autorizados, escape para a produção de conhecimentos disciplinares insurgentes e práticas-devires para fora dos muros academicistas.

A ação universitária exclama o seu potencial a partir de experiências de extensão, proporcionadas por componentes da universidade pública, na qual se pode articular dispositivos que fomentem possibilidades de uma prática em psicologia de resistência às noções de aprisionamentos articuladas a partir de lógicas de biopolítica normatizantes de corpos (CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Para isso, a práxis psicológica deve não somente irromper a teorização, mas somar à aplicação de dispositivos interventivos que seguem, como identificadas por Deleuze e Guattari, as tarefas esquizoanalistas de desconstrução e desterritorialização de estruturas coercitivas instituídas do desejo, tanto no âmbito psíquico como na esfera social, que provocam sofrimento mental (BAREMBLITT, 2014; DELEUZE; GUATTARI, 1976 apud HUR; VIANA, 2016), afirmando multiplicidades e agenciamentos de pertencimento. A sublevação científica deve somar como ferramenta nômade de produção de cuidado e insurgência

do que é posto por Franz Fanon e Lélia Gonzalez como devir-grito: micropolítica de agenciamento de potência de desterritorialização e enfraquecimento de estruturas hegemônicas, uma potência de guerra de sujeitos dissidentes que estabelece resistências e produz cartografias de imanência (FANON, 2008; GONZALEZ, 1984; apud SILVA, 2019).

Logo, é primordial a atenção para a não neutralidade do fazer-prático psicológico e os efeitos do alicerçamento político que a ciência movimenta, tanto com o reforçamento de metodologias disciplinares pautadas em regramentos rígidos e segmentares, como o fortalecimento de produção de saídas para processos de singularização, se atentando para além das fronteiras instituídas (GUATTARI; ROLNIK, 2008 apud CASSAL; GONZALES; BICALHO, 2012). Assim, é reafirmado o compromisso da ação em produzir um espaço que possibilite o respiro por meio da viabilidade de resistir coletivamente “sobretudo em tempos marcados pelas letalizações das diferenças e dilatação das forças reacionárias de viés fascistas e ultraneoliberalizadoras”, como posto por Sarah Gonçalves Júnior et al. (2019).

Referências

AMARAL, A. L. M.; GENTINI, A. G. M.; AMARAL, R. A. Grupo como dispositivo: a microintervenção ecosófica nos processos de formação em educação ambiental. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 44, p. e170967, 2018.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B. ; GOMES, C. J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. In: LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; BICALHO, P. P. G.; et al. (Orgs.). **Pesquisar com as psicologias: artesanias e artifícios**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 10, p. 205-226.

BARROS, R. G. B. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, A. E. et al. (Org.). **SaúdeLoucura 6**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 183-191.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em:

<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARAVACA-MORERA, J.A.; PADILHA, M. I. Necropolítica Trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018.

CASSAL, L. C. B.; GONZALEZ, A. M. G.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, v. 42, n. 4, 28 fev. 2012.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 83-115, dezembro de 2011.

DUARTE, M. Vidas Precárias e LGBTQIfobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. **Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF**, 18 mai 2020. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. 2020.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 1997. São Paulo, Perspectiva.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019. 175 p.

GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; SILVA, Gabriela da; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Transrebeliões políticas: problematizações, tensões e saberes em rede. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 01-12, jun. 2019.

GREINER, C.; KATZ, H. Por uma teoria do Corpomídia. In: GREINER, Christine. **O Corpo**. São Paulo: Anna Blume, 2004.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HUR, D. U.; VIANA, D. A. Práticas grupais na esquizoanálise: cartografia, oficina e esquizodrama. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 111-125, abr. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 maio 2021.

JORGE, M. A. S. O grupo como estratégia potente de intervenção e formação. In: FRANÇOZO, O. M. (Org.). **Clínica Política: a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari**. 1ed. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2018, p. 93-104.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 287-300, abr.-jun. 2019. Disponível

em: <<https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MISKOLCI, R. Origens históricas da Teoria Queer. In: MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora UFOP, 2012. p. 21-34.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>> Acesso em 01 maio. 2021.

PESSOA, B. G. F. et al. A mão do carrasco: o impacto na saúde mental da população LGBT+ após o período eleitoral de 2018 no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, p. 1-27, 2020.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20 jan./abr. 2011.

RODRIGUES, J. S.; ASSIS, P. M.; LEONARDO, C. S. O dispositivo grupal como estratégia de apoio psicossocial e resistências: inter(in)venções com mulheres e mães de jovens assassinados ou encarcerados. In: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENICIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, Desigualdades e (Re)existências: Cartografias Psicossociais**. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021, p. 361-379.

SILVA, M. R. Devir selvagem: a arte do grito (ou do grito na arte). **Revista Docência e Ciberultura**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 51-72, jun. 2019.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring Update Trans Day of Remembrance 2020**. Alemanha: Transgender Europe (TGEU), 2020. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

A MISTERIOSA ALEXINA E SUAS INVENÇÕES HETEROTÓPICAS

Izabel Rizzi Mação

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), lebazi.r@hotmail.com

Davis Moreira Alvim

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, davis.alvim@ifes.edu.br

Resumo

Em 1966, Michel Foucault cunhou o conceito de heterotopia para aludir aos contraespaços sociais. São lugares absolutamente outros nos quais se justapõem funções que são, ou deveriam ser, incompatíveis. São exemplos de heterotopias os conventos, as casas de tolerância e os internatos, mas, igualmente, a cama dos pais, o jardim da casa e as viagens de núpcias – espaços que são um tipo de lugar algum. Neste ensaio, propomos uma análise do filme *Mystère Alexina* a partir das heterotopias. Lançado em 1985 e dirigido por René Féret, o filme é inspirado pela autobiografia *Minhas Memórias*, escrita por Herculine Barbin (1838-1868). Herculine foi uma professora francesa que, aos 21 anos, teve seu status civil retificado após ser diagnosticada como “hermafrodita masculino”. Sua autobiografia foi publicada por Foucault no livro *Herculine Barbin dite Alexina B*. Inspirado por essa vida singular, Féret criou Alexina: uma professora recém-chegada ao internado feminino de uma pequena cidade do interior. Rapidamente, ela se apaixona por Sara, a filha da proprietária, e esse amor é correspondido. No desenrolar do romance com Sara, percebemos que Alexina, essa jovem intersexo, habita e inventa heterotopias, produzindo contraespaços por meio da afirmação

da diferença e da produção de contradispositivos. Realçaremos essas heterotopias, provisórias e subversivas, seguindo por suas potencialidades para desarticular as normatizações sexuais e para evidenciar as diversas disputas sobre os corpos sexuados.

Palavras-chave: heterotopia, contraespaço, intersexualidade.

Uma professora chegou ao internato. Seu nome é Alexina Barbin. Quem é ela? Uma personagem verídica e inventada: sua história foi inspirada em *fatós reais*, conforme alerta a abertura do filme *Mystère Alexina*. Lançado em 1985, na França, a película é uma adaptação da autobiografia de Herculine Barbin (1838-1868), uma jovem francesa diagnosticada como “hermafrodita [...] com evidente predominância do sexo masculino” (RELATÓRIOS, 1983, p. 118) aos 21 anos de idade. A vida de Herculine se tornou mais conhecida e comentada a partir da obra *Herculine Barbin dite Alexina B.*, dossiê organizado por Michel Foucault e publicado na França, em 1978. Nele, Foucault reuniu uma série de documentos, incluindo o manuscrito *Minhas Memórias*, onde Herculine narrou as alegrias, as dores, os prazeres e as dualidades de sua experiência como pessoa hermafrodita do século 19.

Alexina não é Herculine. A perspectiva adotada por René Féret, diretor e roteirista de *Mystère Alexina*, muda as coisas. Alexina não deixa, contudo, de ser afetada pelas linhas de resistência desenhadas na narrativa de Herculine. Féret seguiu uma delas em particular: o romance entre Alexina e Sara, filha mais jovem da diretora do internato e colega de trabalho de Alexina. Em *Mystère Alexina* tudo se passa em torno das descobertas amorosas dessas duas personagens e das perturbações que elas desencadeiam no funcionamento do internato.

Neste ensaio, acompanharemos essa inconveniência produzida pelo amor entre Sara e Alexina, seguindo, ainda, por seu potencial para forjar *heterotopias do amor e da diferença*. O objetivo é nos colarmos a essas experimentações criativas e fazer emergir algumas de suas possibilidades para desarticular o ordenamento normativo da divisão sexual. Recorremos às proposições de Foucault acerca das *heterotopias*, pois compreendemos que essas insurgências de amor ocorrem em lugares de questionamento e de afirmação da ordem, privilegiados para as resistências, mas, igualmente, para a continuidade de certas relações de poder. Alexina e Sara habitam, portanto, espaços paradoxais e antagônicos, profundamente ligados às relações de poder e, ao mesmo tempo, repletos de brechas e aberturas utilizadas pelas jovens amantes para criar *contraespaços* disruptivos onde a *diferença* assume novos contornos.

No livro *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, Foucault nos convida a transitar por campos de desordem onde faíscam vestígios de inúmeras dimensões. São zonas onde as coisas estão colocadas, deitadas, dispostas em lugares tão diferentes uns dos outros que é

impossível encontrar para elas um *lugar comum*. Assim funcionam as heterotopias: sobrepondo múltiplas dimensões incompatíveis em seus espaços, sem lei nem geometria. Ao contrário das utopias – onde a imaginação desliza por um espaço liso e de fácil acesso –, as heterotopias não prometem nada, não assumem compromissos e não se entra nem se sai delas com facilidade. As utopias consolam, encantam e pressagiam. As heterotopias vão em uma direção diferente: elas servem para afastar as intenções utópicas, para deslocar nossos ideais de libertação e os nossos sonhos de transgressão (JOHNSON, 2006).

As utopias só existem na imaginação dos animais humanos; as heterotopias, por sua vez, são reais. Isso não significa que elas não sejam invenções e fabricações. Elas são espaços reais e imaginários, compostas por aberturas e fechamentos, fluidos e sólidos, linhas retas e linhas oblíquas. Tal qual as utopias, elas também funcionam segundo um conjunto de regras que lhes são particulares. Nas conferências “As heterotopias”, de 1966, e “De espaços outros”, de 1967, Foucault atribuiu seis princípios às heterotopias. O primeiro deles é o seu aspecto genérico: todas as sociedades constroem heterotopias. O segundo indica que as suas formas e funções mudam com o passar do tempo e são diferentes de acordo com a cultura ou com a temporalidade levada em consideração. Por isso, é comum que, no curso de sua história, uma sociedade faça desaparecer certas heterotopias e organize outras que não existiam ainda (FOUCAULT, 2014). Já o terceiro aspecto das heterotopias é a sua aptidão para sobrepor lugares aparentemente incompatíveis em uma única alocação, como no cinema, essa sala retangular no fundo da qual um espaço de três dimensões se projeta sobre uma tela de duas dimensões (FOUCAULT, 2013).

As heterotopias também estão associadas a recortes no tempo. Elas distorcem a nossa experiência convencional com a temporalidade (KNIGHT, 2016). Há heterotopias nas quais o tempo se acumula indefinidamente – como nos museus e nas bibliotecas –, e outras, nas quais ele assume um aspecto ligeiro e irregular – como nas festas e feiras. A quinta característica são seus sistemas de abertura e fechamento, que as isolam do entorno enquanto as tornam amplamente penetráveis (FOUCAULT, 2013). Mas não se entra ou se sai de uma heterotopia sem restrições. Seu espaço quadriculado geralmente funciona com curiosas exclusões. Por exemplo, os quartos para viajantes que existiam nas grandes fazendas do Brasil colonial. A porta desse quartinho era voltada para o lado de fora da casa, impedindo o

contato entre o estrangeiro que estava de passagem e o espaço familiar. Nele, uma pessoa qualquer podia encontrar abrigo sem nunca adentrar a casa da família, sendo mantida em *outro lugar*, que não era nem o lado de fora e nem o interior (FOUCAULT, 2013).

Por fim, as heterotopias exercem uma função em relação ao espaço que as circunda e, portanto, elas diferem segundo o papel que exercem. Mas, em geral, a heterotopia é um lugar que atua contestando os outros lugares (FOUCAULT, 2014). Ela pode, por exemplo, criar uma ilusão de perfeição, inventar um espaço tão meticulosamente organizado que salienta o quanto o mundo ao redor é caótico e desorganizado. Trata-se, nesses casos, de heterotopias da ilusão. Outro tipo de heterotopia são as do desvio, alocações permanentes, habitadas por populações estáveis e nas quais a anormalidade é encerrada – como as prisões, esses espaços reservados à correção social, construídos do lado de fora das cidades e onde a vida social comum entra em suspensão. Saturadas com uma população anormal e reguladas por regras diferentes daquelas do cotidiano, essas heterotopias funcionam realçando como o dia a dia da cidade é, por oposição a elas, normal e sadio (CENZATTI, 2008).

Segundo Marco Cenzatti (2008), heterotopias são locais amplamente impregnados pelas assimetrias das relações de poder, zonas de exclusão, *lugares outros*, onde a anormalidade e o desvio são contidos, mas elas também abrigam forças da mudança e da transformação colocadas em movimento por aqueles que vivem na heterotopia. As heterotopias podem, desta maneira, ser transfiguradas em *contraespaços* de onde se insurgem movimentos de luta e de resistência. Elas são, como explica Peter Johnson (2006), alocações contraditórias, nas quais as relações de poder são obrigadas a entrar em choque com a sua própria realidade inconsistente. Nelas, linhas de fuga e rupturas se tornam mais evidentes, grupos heterogêneos de forças entram em disputa e, no limite, são produzidos violentos deslocamentos, capazes de nos arrancar de nós mesmos.

Em uma dessas realidades heterotópicas, atravessadas por todo tipo de incongruência, está Alexina. Contratada como professora do internato feminino de uma cidade do interior, ela transita por esse espaço de disciplina, descrição, confinamento e, também, de convívio íntimo e troca de afetos. O internato é o que podemos chamar de uma heterotopia da ilusão, ou seja, um desses lugares minuciosamente organizados, regido pelas sinetas e pelas palmas, sinais sonoros

utilizados para ditar o horário das refeições, dos intervalos, da hora de dormir, enfim, de todo o cotidiano das alunas e professoras. Ali, as jovens aprendiam gramática, matemática, teologia e, também, sobre os seus deveres como futuras mães e esposas. Já as professoras se desdobravam entre funções oscilantes: educadoras, mães provisórias para as meninas menores e, de certa forma, diretoras de consciência¹.

As exigências da ocupação de Alexina são ressaltadas em sua primeira conversa com o padre da cidade, ocasião em que ele tenta instruir Alexina acerca da seriedade exigida pelo seu cargo e sobre a importância do trabalho exercido com as jovens mentes confiadas a ela.

Você não deve apenas ensinar a elas, como também fazer delas boas cristãs, boas esposas, mães devotas. Você não conseguirá fazer isso apenas com palavras ou sermões. Você deve ser um exemplo de vida casta, meditativa, fiel às obrigações religiosas (MYSTÈRE, 1985, 07m32s, *tradução livre*).

Esse sermão é interrompido pelas risadas, parcialmente contidas, das novas colegas de Alexina, que ecoavam pelo silêncio da igreja. Nesse momento, instala-se ali uma contradição, um esboço de outros tantos paradoxos que se encontravam impregnados por todo o internato. Naquele ambiente, destinado à educação e ao confinamento, havia gargalhadas, meninas que colavam, que não faziam as tarefas, eram fofoqueiras ou que tinham raiva das professoras. Esses diferentes modos de vivenciar a realidade daquele espaço contrastava amplamente com os ideais de futuras esposas bondosas e mães devotas ansiados pelo padre.

Além disso, entre as mulheres e meninas havia uma espécie de proximidade sufocante, um convívio ininterrupto, dando espaço para o surgimento de sentimentos capazes de arrepiar até os últimos cabelos do pobre padre. As professoras e alunas do internato dormiam, comiam e viviam juntas. As camas das alunas eram alinhadas lado a lado em um quarto cujas divisões, feitas por simples tecidos, eram permitidas apenas para as professoras. Nesse quarto, dormiam

1 Para uma abordagem mais direta sobre os conceitos de *discrição* e *direção de consciência*, bem como sobre suas relações com os internatos do século 19 europeu, consultar: HAKODA, Tetz. Bodies and pleasures in the happy limbo of a non-identity: Foucault against Butler on Herculine Barbin. *Zinbun*, n. 45, p. 91-108, 2014.

as alunas, amontoadas em suas camas conjugadas, e as professoras, parcialmente protegidas por suas paredes translúcidas. Embora o objetivo fosse o de manter as meninas sob a vigilância das professoras, essa distribuição dos corpos produzia uma proximidade que incitava a construção de intensas relações afetivas e cumplicidades.

Nessas brechas, comuns às relações de poder de todos os tipos, Sara e Alexina iniciam um romance o qual, elas sabiam bem, acabaria por arruiná-las. Sara nota, desde o início, que Alexina é diferente das outras garotas: ela nunca teve regras, seu corpo é desengonçado e pouco gracioso, suas mãos não são pequenas nem delicadas e sua voz alterna entre o tom doce de uma professora recitando a lição e um som grave, rouco, um pouco assustador. Ela, porém, apaixona-se por Alexina em toda sua diferença e estrangeirismo.

(Sara) – Que mãos fortes você tem!

(Alexina) – Elas são horríveis!

(Sara, beijando as mãos de Alexina) – Não, elas não são.

(MYSTÈRE, 1985, 20m31s, *tradução livre*).

O mais interessante aqui não é, obviamente, o fato de Alexina ser intersexo – ou uma pessoa hermafrodita, segundo a terminologia do final do século 19 europeu. Também não se trata do nascimento de um amor proibido entre duas mulheres ou entre um homem, que ainda não conhecia sua “verdadeira identidade”, e uma mulher, que teria sido a primeira a notá-la. Trata-se da invenção de um mundo de delícias que existe, que só pôde existir, em um interstício onde a identidade de Alexina parecia ter pouca importância (FOUCAULT, 1983). O que irrompe entre Sara e Alexina é uma *heterotopia da diferença*, que veio para arruinar delírios utópicos como aqueles do padre, com suas presunções sobre o papel esperado das professoras do internato, ou mesmo um dos maiores delírios coletivos da sociedade europeia do século 19: a presunção de que cada um de nós deve ser dotado de um único e verdadeiro sexo.

Sara e Alexina se envolvem em uma experimentação amorosa que, como nas utopias, talvez só pudesse existir no campo da imaginação. Aquilo que se insinua entre elas é um jogo de provocações e, em certo sentido, de provações. Cativadas por esse jogo, Sara e Alexina são arrastadas para outras dimensões, espaços que estão no interior do internato e, ao mesmo tempo, deslocam-se para muito

além dele. Ao contrário do que aconteceria em uma utopia, os lugares inventados pelas personagens são tão reais quanto imaginários, uma heterotopia que nasce na cama de Alexina. Ao abrigo especular das frágeis paredes de tecido, aproveitando-se daquela intimidade forçada e desejada, nossas personagens criam o seu próprio *contraespaço*, um lugar onde havia diversão e prazer, mas, igualmente, medo e relutância.

Na cama de Alexina, as jovens amantes confeccionam seu próprio tapete mágico, que flutua sobre o espaço real do internato, sem nunca ter deixado de estar contido nele.

(Sara) – Eu quero me deitar ao seu lado e conversar. Você está sonolenta? Então eu posso? (...) Você já teve algum amigo ou amiga verdadeiro?

(Alexina) – Eu tenho um velho amigo, o Sr. Saint-Marc, empregador da minha mãe.

(Sara) – E... alguma garota?

(Alexina) – Talvez a neta dele... Eu só a conheci por três meses.

(Sara) – E ela era mais bonita que eu?

(Alexina) – Não, ela era nojenta. Ela me tratava como a sua melhor amiga ou como a mais baixa das servas. Eu precisava ajudá-la a se vestir. Ela não tinha qualquer vergonha na minha frente e agia como se eu não existisse. (Sara) – O que você quer dizer?

(Alexina) – Por exemplo, ela andava nua, fazendo poses.

(Sara) – E então?

(Alexina) – Um dia...

(Sara) – Sim?

(Alexina) – Eu a beijei. Na boca.

(MYSTÈRE, 1985, 22m39s, tradução livre).

Em *Mystère Alexina* a cama de Alexina é um desses *contraespaços* que foram criados de dentro desse *lugar outro* do internato. Contando histórias, trocando carícias, fazendo amor e se deixando arrastar pelas linhas de feitiçaria de um romance que ultrapassava os limites do admissível, Sara e Alexina inventam um ambiente cuja emergência desestabiliza e, por fim, destrói o lugar de seu nascimento. Essa heterotopia vai ser um espaço no qual as duas moças entram e saem

indefinidamente, onde elas nunca deixam de estar sem, no entanto, jamais alcançá-lo de todo. Uma hora, elas estão na cama fazendo confidências e juras de amor. Outra hora, Sara é cortejada pelo médico da aldeia e Alexina é forçada a beijar Armand, o único homem que trabalhava no internato. Elas estão, portanto, ao mesmo tempo e paradoxalmente, dentro da heterotopia do internato – com suas regras e modos particulares de gerenciar os sexos – e fora dela, na medida em que habitam uma heterotopia própria, na qual a diferença vai assumir um aspecto plástico e criativo, tornando-se positiva e elevada.

Trata-se de uma heterotopia onde a diferença funciona de forma distinta do modelo moderno da diferença sexual. Na Europa do século 19 os sexos eram pensados como se comportassem diferenças irreduzíveis entre si. O “sexo feminino” estaria, então, sempre e de todo modo, exibindo sua distinção em relação ao seu par (ou seu oposto), o “sexo masculino”, e vice-versa (LAQUEUR, 2001). No entanto, quando examinamos os termos nos quais essa diferença era apreendida e vivida, notamos que o modelo dimórfico da distinção sexual atuava, prioritariamente, com *diferenças de grau*. Para Dianne Currier (2003), as formações identitárias agenciadas pelo dimorfismo sexual operam somente com diferenças já estabelecidas, de modo reativo, em relação a uma outra identidade. Quer dizer, um homem é um homem devido a sua impossibilidade de ser outra coisa qualquer ou, ainda, é um homem porque *não é* uma mulher. Embora os termos da equação (homem e mulher) sejam diferentes e componham uma espécie de múltiplo, esse só pode se manifestar em relação a um centro formado, reativamente, no cerne do sujeito: a sua identidade. É por isso que para Judith Butler (2019) o sujeito não antecede as demarcações de sexo e de gênero, pois o próprio sujeito só pode emergir a partir de certos atos performativos capazes de estabelecer e, igualmente, de confiná-lo a sua identidade sexual.

O que se passa entre Alexina e Sara é outra coisa e remete a outro tipo de diferença. Na cama compartilhada por nossas personagens se insinuam *diferenças de natureza*. Ao contrário das diferenças de grau, as diferenças de natureza não estão articuladas em relação a uma unidade prioritária, uma identidade ou um centro. “Elas são diferenças *em si* mesmas ao invés de serem diferentes *de*” alguma outra coisa (CURRIER, 2003, p. 330, *tradução livre*). Elas pertencem ao campo das multiplicidades, a essa zona onde as diferenças afirmam a si mesmas como diferença e permanecem, continuamente,

metamorphoseando-se, ligando-se a outras dimensões, fazendo agenciamentos sem nunca abdicar de suas singularidades.

Ora, quando Alexina e Sara unem-se uma à outra na cama-tapete-voador, ocorre um tipo de conexão, de trama intensiva entre dois (ou mais) conjuntos de multiplicidades irredutíveis à fórmula binária *um homem + uma mulher*. Trata-se, antes, de um encontro entre corpos, espaços e dimensões que não cessam de se entrelaçar e se agenciar uma à outra sem nunca formar um todo; de um movimento de deslocamento que arranca Sara e Alexina delas mesmas e as atira em novas direções. Alexina é abnegada, devota e dedicada ao trabalho, mas, quando ela se liga a Sara, deixa de ser *a mulher, a amiga, a professora, a fiel Alexina*. Ela se torna *uma outra coisa* qualquer, tão diferente da Alexina de antes que merecia ter um novo nome. “Eu te darei outro nome: Camille. Camille, meu menino, eu amo você” (MYSTÉRE, 1985, 35m01s, *tradução livre*).

Na heterotopia da diferença, inventada por Sara e Alexina, prevalece certo sentimento de distância em relação ao entorno, um tipo de alegria que elas encontravam em se verem como diferentes das outras. Tal sentimento é acompanhado de uma *ação*, ou seja, de um movimento no qual essas personagens se arrogam ao direito de nomear as coisas de uma outra maneira. “Camille, meu menino” (MYSTÉRE, 1985, 35m01s, *tradução livre*), diz Sara e, com isso, faz de Alexina algo que ela não era ou não podia ser. Mais do que um romance, aquilo que ocorre entre Sara e Alexina é da ordem de um *contradispositivo* criado, precisamente, em meio a essa tentativa de conduzir a si próprio em outros termos, de invencionar novas formas de amar e de viver uma vida distintas do assujeitamento subjetivo produzido pelas relações de poder que se espalhavam pelo internato.

As relações de poder anseiam por conduzir as condutas e, poderíamos acrescentar, colmatar as subjetividades, nos ligando ao nosso próprio sexo e a nossa “verdadeira” identidade. Essas formas de assujeitamento travam, todavia, uma batalha constante contra as linhas de resistência e as formas de *contraconduta* que ambicionam conduzir a si mesmas por meio de outros procedimentos e em nome de outros objetivos. São duas linhas – poder e resistências – que circulam juntas pelos dispositivos e que neles se embaraçam, mas elas são independentes uma da outra, possuindo diferenças de natureza.

As resistências não são um complemento negativo do poder, ao contrário, constituem um vetor próprio do dispositivo, um traço do qual ele não consegue livrar-se, com o qual ele entra em combate; elas são as linhas que ele persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaçam, o enfrentam e o recusam. Poder e resistência não são linhas equivalentes, para distingui-las precisaríamos dizer, recorrendo apressadamente a Nietzsche, que uma delas pende para a ação, a outra para a reação: *afirmar é resistir* (ALVIM, 2012, p. 82-83).

As operações dos dispositivos de poder são frequentemente ameaçadas por essas linhas de resistência que, sob certas condições, podem se aglutinar, entrar em um devir comum e desenvolver contradispositivos (ALVIM, 2012). As dinâmicas entre as heterotopias são, nesse sentido preciso, semelhantes àquelas entre dispositivo e contradispositivo, entre poder e resistências. Apesar da distância que Sara e Alexina afirmavam em relação ao entorno, sua heterotopia da diferença não existiria para sempre e não estava descolada dos outros espaços que a cercavam. O contraespaço desenhado por elas estava, por um lado, diante da impossibilidade de escapar por completo das relações de poder impregnadas no internato e, por outro, ele compunha uma realidade disruptiva que marca o seu distanciamento das convenções e a recusa em participar por completo do funcionamento regular daquela sociedade. Ao invés de se inserirem inteiramente na heterotopia do internato – ou na moderna utopia do dimorfismo sexual –, Sara e Alexina optam por perverter e rejeitar os termos desses dispositivos, afirmando e gozando de sua própria diferença e, nesse movimento, criando uma heterotopia onde a identidade já quase não contava mais.

Eventualmente, no entanto, elas serão reconduzidas para a sociedade do verdadeiro sexo. Absorvidas pelas delícias de seu contraespaço e desatentas quanto àquilo que se passava no internato, Sara e Alexina não percebiam que o mundo ao redor ruía e pareciam ignorar o fato de que seu romance era protegido por uma singela parede feita de tecido, permeável aos olhos e ouvidos atentos das alunas e dos funcionários. Armand, movido pelo rancor de ter sido rejeitado por Alexina, é o primeiro a quebrar o silêncio incômodo que pairava por ali, alertando que as idas e vindas de Sara e Alexina, as escorregadas de uma para cama da outra, já estavam sendo comentadas por todos.

Isso inaugura uma situação de constrangimento que vai se tornar cada vez mais evidente e insustentável.

Mas Alexina tinha um plano e ele envolveria uma segunda transmutação de si mesma. Temendo que o destino e a moral pudessem atuar juntos para separá-la de sua amada, ela decide se transformar em um homem para adquirir o direito de se casar com Sara. “Eu me tornarei um homem. Nós nos casaremos apropriadamente. Então, nós iremos embora” (MYSTÈRE, 1985, 42m22s, *tradução livre*). Apesar da relutância de Sara, Alexina procura o padre da cidade para confessar sobre suas relações com ela, afirmando o desejo de ocupar um outro lugar na ordem das coisas.

(Alexina) – Me perdoe, padre, pois eu pequei. Eu consinto em contar a Deus, porque sei que é um teste para me aproximar dele. Ele colocou uma pessoa inocente em meu caminho e que me deu o seu amor generoso e puro. Minha amizade por ela se transformou em amor. Embora eu fosse uma mulher... eu me tornei um homem... para ela.

(Padre) – Que história é essa? Que obscenidade é essa?

(Alexina) – Sara, a quem amei como mulher, eu agora amo como um homem. Eu quero ser seu marido diante de Deus.

(Padre) – Fora! Fora, vadia! Puta desgraçada! Vá embora daqui e leve os seus truques imundos para outro lugar!

(MYSTÈRE, 1985, 42m45s, *tradução livre*).

Expulsa da casa de Deus, Alexina também será dispensada do internato. Sua confissão desencadeia uma série de eventos que acabam por transformar inteiramente a sua vida. O padre chama o inspetor da cidade para averiguar o caso e ele acaba proibindo Alexina de lecionar nos próximos anos. Era preciso entender que as suas jovens pupilas corriam enormes riscos na sua presença.

A expulsão de Alexina, a exclusão de sua figura contraditória é feita em nome da manutenção da regularidade monossexual do internato e interrompeu a heterotopia cultivada por ela e Sara no calor dos dormitórios. Esse evento também foi responsável por arremessá-la para longe daquela família, dessa espécie de comunidade, a única que ela conhecia. Alexina passou a vida em espaços prioritariamente

femininos: primeiro, morou em um orfanato; depois, viveu no convento das Ursulinas, até se tornar aluna de uma renomada escola normal; e, finalmente, professora naquele internato para moças. Quando ela é expulsa do internato, e daquele “mundo feminino” no geral, há o rompimento violento de todos os seus laços de afeto. Essa suspensão do direito de pertencer àquela comunidade é encarada por ela com uma coragem sobrenatural, alimentada pelo amor por Sara e por seus próprios sonhos utópicos.

Minha querida Sara, deixar-te me machucou menos que a você. Eu sabia que voltaria por você algum dia. No entanto, precisei agir rápido. Confessei tudo para minha mãe. No dia seguinte, contei ao bispo de La Rochelle tudo sobre minha vida desprezível. Hoje, serei examinada pelo médico do bispo. Eu sei que você ainda me ama, mas eu preciso passar por essa mudança (MYSTÈRE, 1985, 51m38s, *tradução livre*).

Após examinar minuciosamente o corpo de Alexina, o dr. Chesnet, médico do bispo, convoca uma reunião da qual participam outros médicos, o inspetor da cidade e o próprio bispo. Segue-se um debate e, enfim, o diagnóstico: Alexina não era nem homem e nem mulher, mas sim um hermafrodita. Alguns dos homens presentes defendiam que ela era um hermafrodita do tipo masculino, enquanto outros acreditavam se tratar de um hermafrodita feminino. Como chegar a um consenso? Seu desejo pelas mulheres e a vontade de se casar com Sara deveriam ser levados em consideração. Essas características seriam fundamentais para determinar qual dos dois sexos prevalecia naquele corpo. A decisão oficial será alterar “o status de Alexina Barbin, de forma definitiva e irrevogável. Doravante, ele se chamará Camille Barbin e será do sexo masculino” (MYSTÈRE, 1985, 1h2m28s, *tradução livre*).

Alexina se metamorfoseia em Camille duas vezes: a primeira delas, na cama com Sara, quando sua amada toma a liberdade de desviá-la dela mesma; a segunda, quando ela encontra os meios necessários para deixar de ser Alexina. Com esse segundo deslocamento, a heroína de *Mystère Alexina* procura forjar seus próprios mecanismos e formas de acesso a um mundo que ela temia e desejava. Ela se vê, contudo, diante de uma realidade tão dúbia e controversa quanto sua experiência com o mundo das mulheres. Seu corpo, frágil e desengonçado, absolutamente diferente dos corpos de suas companheiras,

também não se adequava àquilo que era esperado de um homem. De fato, ela só vai conseguir manter algum rendimento devido à peculiaridade de sua história.

(Gerente do Grand Hotel) – Você é um caso tão interessante e tão patético que vamos ajudá-lo. Excepcionalmente, nós o aceitaremos como empregado. (Alexina/Camille) – Obrigado, senhor. Obrigado, madame.

(Gerente do Grand Hotel) – Claro, devido a sua falta de força, você só poderá fazer o trabalho das mulheres. E é desta forma que você será pago. (MYSTÈRE, 1985, 1h10m17s, *tradução livre*).

Apesar da retificação de seu estatuto civil, da mudança de nome e roupas, o corpo de Alexina permanece marcado como eterno habitante da fronteira, inadequado e estrangeiro em todos os mundos. Isso não abala em nada seu desejo de construir uma vida com Sara. Como um fantasma, como o produto de um erro inadmissível, ela volta para assombrar o ambiente do internato, causando mais constrangimento e escândalo. Era necessário, portanto, afastar aquele demônio de sexo incerto, romper todas as suas possibilidades de estabelecer conexões, exorcizá-lo de uma vez só e por completo. Afinal, aquele romance não apenas desestabilizaria como também aniquilaria o lugar de seu nascimento, desencadeando uma onda de devastação capaz de arrastar consigo a tudo e a todos.

(Inspetor) – Sara e a mãe dela me pediram para falar com você. Você sabe que agora ela é casada?

(Alexina) – Isso é verdade?

(Inspetor) – A aldeia se voltou contra ela e a escola foi fechada. Os pais retiraram suas filhas. Você não sabia? O médico se casou com Sara e agora ele está perdendo os seus pacientes para outro médico que atende a 30 milhas de distância! (MYSTÈRE, 1985, 1h13m40s, *tradução livre*).

Desiludida tanto pelo inspetor quanto por Sara, que aparece no Grand Hotel apenas para minar os últimos sonhos de Alexina, ela decide pôr fim a própria vida. A última cena de *Mystère Alexina* nos informa que ela “cometeu suicídio por asfixia no quarto das empregadas do Grand Hotel” (MYSTÈRE, 1985, 1h21m50s, *tradução livre*). No seu caso, como no de Herculine Barbin, o contexto do século 19

européu parece ter garantido a sua breve passagem pelo mundo. O peso daquela nova identidade masculina, a impossibilidade de retorno aos laços do passado, de voltar para aquele mundo de tapetes voadores e camas mornas, encerram as suas experimentações heterotópicas. Transformada em um *corpo sem lugar*, Alexina é exorcizada dos ambientes femininos, marcada como uma *queer outlaw* e obrigada a se afastar. Não havia lugar para ela por ali, mas também não havia espaço que a acolhesse no mundo dos homens. Isso a condena a viver continuamente nessa fronteira destinada a segregar o masculino do feminino. Mas é justamente por isso que sua história, realçada como a utopia do século 19 europeu de uma sociedade perfeitamente dividida entre dois sexos exclusivos e irreconciliáveis, não constituiu uma realidade homogênea. O modelo dimórfico da distinção sexual precisou, frequentemente, lidar com suas inconsistências, incoerências e seus paradoxos – como Alexina. Ou seja, mesmo nos lugares altamente regulados, nas heterotopias da ilusão, como a dos internatos, os sexos eram feitos e desfeitos na mesma intensidade, amores contraditórios apareciam e mulheres muito diferentes das outras circulavam sem serem notadas.

Referências

ALVIM, Davis Moreira. O que é um contradispositivo? *Cadernos de subjetividade*, n. 14, p. 78-85, 2012.

CENZATTI, Marco. Heterotopias of difference. In: DEHAENE, Michiel; DE CAUTER, Lieven (orgs.). *Heterotopia and the City: urban theory and the transformations of public space*. Routledge: New York, 2008. p. 75-85.

CURRIER, Dianne. Feminist technological futures: Deleuze and body/technology assemblages. *Feminist Theory*, v. 4, n. 3, p. 321-338, 2003.

FOUCAULT, Michel. As heterotopias. In: FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013. p. 19-30.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2014.

FOUCAULT, Michel (org.). O verdadeiro sexo. In: FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

JOHNSON, Peter. Unravelling Foucault's "different spaces". *History of the Human Science*, v. 19, n. 4, p. 75-90, 2006.

KNIGHT, Kelvin T. Placeless places: resolving the paradox of Foucault's heterotopia. *Textual practice*, v. 1., n. 31, p. 1-18, 2016.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MYSTÈRE Alexina. Direção: René Féret. Produção: René Féret; Marc Thiébault. Roteiro: Herculine Barbin; Réne Féret; Jean Gruault. Paris: F. Distribution Associée, 1985. 1 DVD (84 min). Baseado no manuscrito "Minhas Memórias", de Herculine Barbin.

RELATÓRIOS. In: FOUCAULT, Michel (org.). *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 111-130.

MARIE BONAPARTE E A INTERSEXUALIDADE.

Sarug Dagir Ribeiro

Doutora em Psicologia pela UFMG. Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins- UFT, sarug.dagir@mail.uft.edu.br

Resumo

O biologismo de Marie Bonaparte possui fontes diversas. Ela é herdeira tanto da antropologia biologizante de Le Bon quanto do lamarckismo encontrado na obra freudiana. Contudo, será a noção de intersexualidade notadamente desenvolvida a partir do século XIX que alicerçará o pensamento da autora em torno da sexualidade da mulher e que a fará defender a ideia de que na espécie humana existem mais indivíduos intersexo do tipo feminino. Nosso referencial teórico-metodológico permitirá demonstrar de que modo o conceito de intersexualidade opera como um fundamento epistemológico na obra bonaparteana. Desse modo, nosso objetivo é identificar as influências que a autora recebeu das pesquisas biológicas sobre a intersexualidade e que a influenciaram na elaboração dos seus principais postulados em torno da sexualidade feminina, quer sejam: a tese da causa anatômica da frigidez, a cirurgia Halban-Narjani, sua classificação das mulheres em teleclitorídias, mesoclitorídias e paraclitorídias e finalmente seus estudos sobre cliteridectomia. Nossos resultados apontam que a psicanálise bonaparteana aproxima-se do tema da intersexualidade muito mais do que qualquer um dos seus colegas psicanalistas. E concluímos afirmando que as pesquisas sobre a intersexualidade ofereceu a sua proposta teórica um aspecto original peculiar, o que a diferencia de todos os psicanalistas já existentes, mesmo daqueles que como ela tentaram misturar psicanálise e biologia. .

Palavras-chave: cirurgia; intersexualidade; Marie Bonaparte; mulher; psicanálise.

Introdução

A principal pergunta que norteia este ensaio foi inspirada na colocação afirmativa de Roudinesco (1983/2009) sobre Marie Bonaparte na ocasião de uma entrevista concedida a Philippe Soller no ano de 1983.

Sabemos quem ela é, mas ignoramos o que fez e o que escreveu. [...] Preferi fazer dela um personagem de romance, uma vez que sua vida é um romance e que seu encontro com Freud parece um conto de fadas. [...] Na realidade, seus textos teóricos não são obra de uma teórica no sentido de que a teoria, para ser verdadeira, deve ser distinta dos afetos do autor. As teorias de Marie Bonaparte sobre a sexualidade feminina são simples tradução de um vivido pessoal dramático. Daí a pobreza de sua obra em comparação com a importância de seu personagem. É provavelmente em virtude desse imbróglio, em que se acham misturados sexo, cirurgia e psicanálise, que a leitura dos textos de Marie Bonaparte remete a alguma coisa da ordem de um horror dificilmente contornável. Digo horror porque a tragédia de uma mulher que se mutila, quando não foi criada numa sociedade em que a marcação do corpo faz parte de um ritual ancestral, tem alguma coisa de insuportável que confina com a loucura. (ROUDINESCO, 1983/2009, p. 143, 144 e 146).

Escolho colocar essa última afirmação de Roudinesco em forma de pergunta, e substituir a palavra transexualidade por intersexualidade, assim, indaguemos: em nossos dias, Marie Bonaparte teria sido uma especialista em matéria de intersexualidade? O tema da intersexualidade não é evidente nas teorias de Bonaparte sobre a sexualidade, (BONAPARTE, 1949/1967; 1924; 1952a; 1952f) e inserir esse tema no *corpus* teórico-clínico bonaparteano requer um esforço em descobrir as influências que ela recebeu dos seus principais mentores, e que por ventura, a tenha sensibilizado para esse tema. Fato é, que Bonaparte não escreveu nenhum texto sobre o tema da intersexualidade, no entanto, não podemos desprezar que tal matiz da natureza humana de maneira indireta esteja presente na sua teorização sobre a sexualidade da mulher (BONAPARTE, 1949/1967).

Para responder a essa questão, faz-se necessário identificar e apresentar alguns dos principais mentores de Bonaparte, principalmente aqueles cujas pesquisas estavam relacionadas diretamente ao estudo da biologia e dos estados intersexos, hermafroditismo e a tese da bissexualidade universal.

Metodologia

Os mentores de Bonaparte

O biologismo de Marie Bonaparte teve muitos mentores, dentre eles, o próprio Sigmund Freud, considerado por muitos como o biólogo da alma (SULLOWAY, 1979) e mesmo Jones (1961/1989) consagra um capítulo à biologia no terceiro volume de sua biografia sobre S. Freud. De fato, as descobertas freudianas faziam parte da continuação das questões dos biólogos do final do século XIX. Laplanche (2008) elucida o biologismo freudiano recorrendo à metáfora da “revolução copernicana inacabada” (p. III). Em poucas palavras podemos resumi-lá da seguinte maneira: a revolução copernicana remete à proclamação, por Copérnico, de que não era o Sol que se movimentava em torno da Terra, mas o contrário, era a Terra que se movimentava em torno do Sol. Como resultado, a antiga teoria astronômica de Ptolomeu (geocentrismo) foi abalada de forma contínua e constante até sua completa superação. Então, com a expressão “revolução copernicana inacabada” (LAPLANCHE, 2008, p. III) o autor propõe um método de leitura dos textos do pai da psicanálise em que o movimento ptolomaico e o movimento copernicano coexistem como duas posturas. O movimento ptolomaico é caracterizado como desvio biologizante e é representado por aqueles instantes em que Freud explica o funcionamento do aparelho psíquico com base nas causas biológicas. E o movimento copernicano remete à descoberta revolucionária freudiana: o primado do sexual (do outro/do inconsciente) na constituição psíquica. Afinal, o Eu não é senhor pleno em sua própria casa, há sempre algo que lhe escapa à consciência.

Contudo, serão as convicções biologizantes de Freud que Bonaparte tomará de empréstimo em suas teorias. A princesa fará uma síntese do conhecimento psicobiológico de seu grande mestre, tendo sempre o cuidado de apontar: “Freud me disse... [...] ...eu estou feliz por ver Freud aprovar meu ponto de vista central...” (BONAPARTE

citada por AMOUROUX, 2012, p. 169). Isso mostra que ela foi profundamente influenciada pelo criador da psicanálise, além da amizade que ela tinha com a família Freud. Deve-se a ela a fuga de Freud juntamente com parte de sua família da Austria nazista (BERTIN, 1982). A tese da bissexualidade psíquica de Freud (1905/1980a), retirada dos estudos da lei biogenética de Haeckel, teve forte influência nos trabalhos de Bonaparte sobre a sexualidade feminina (BONAPARTE, 1949/1967). Para a autora a bissexualidade universal comum aos dois sexos seria muito mais marcada na mulher:

Os atributos da bissexualidade se encontram menos frequentes e menos patentes, menos evidentes no homem do que na mulher cuja observação biológica e a observação psicanalítica provam. Não é sem importância que se encontra na espécie humana mais intersexo do tipo feminino (BONAPARTE, 1951, p. 102, tradução minha).

Antes de Freud, a princesa Marie teve como seu primeiro mentor o Dr. Gustavo Le Bon. Encontramos em seus escritos, mesmos os tardios, ainda traços dessa influência, inclusive sobre a discussão em torno da noção de inconsciente: “acredito que, além disso, exista um tipo muito mais profundo de inconsciente, o inconsciente orgânico, que meu velho amigo Gustave Le Bon, em *Les Opinions et les Croyances*, postulou com grande mérito” (BONAPARTE, 1952e p.164, tradução minha). As reflexões de Le Bon (1875) exerceram um papel primordial nos postulados bonaparteanos em torno da sexualidade feminina, sobretudo sobre seus estudos em torno do clitóris (LEMEL, 2010). Bonaparte deu ao clitóris uma importância e um *status* no decorrer de toda sua obra psicanalítica que nenhum outro psicanalista jamais ousou realizar. “O clitóris em Marie Bonaparte marca uma floresta de interpretações, de reflexões clínicas e teóricas que denotam sua pertinência” (BOURGERON, 1997, p. 58, tradução minha). Esse interesse a levaram a preterir a notável tese da causa anatômica da frigidez (BONAPARTE sob o pseudônimo de NARJANI, 1924; BONAPARTE, 1952b; BONAPARTE, 1952c). Em nossos dias, essa tese

ainda gera muitos debates dissonantes fora e dentro do meio psicanalítico¹ e veremos com mais detalhes logo adiante.

As pesquisas de Le Bon (1875) também auxiliaram Bonaparte a interpretar certos fenômenos psíquicos com base em dados biológicos, por exemplo, segundo ela, a virilidade encontra sua origem nas células especializadas do movimento, enquanto a feminilidade está intrinsecamente ligada à reserva de nutrientes. Nesse sentido, a autora toma como exemplo dessa poupança alimentícia a gema do ovo que constitui uma reserva energética utilizada pelo embrião durante o desenvolvimento embrionário e que será nos mamíferos substituído pela placenta. Nessa direção, segundo Bonaparte “o psiquismo inteiro da mulher está todo impregnado de vitalismo” (1949/1967, p. 60, tradução minha), seja por ser a mãe que dá de mamar ao bebê, ou que ainda será a ela atribuído a responsabilidade de preparar a comida para toda a família. Lembremos que na época de Bonaparte, época vitoriana, a mulher se ocupava muito mais dessas funções de cuidado do lar e da família do que nos dias de hoje (SEIXAS, 1998). De fato, a autora liga o psiquismo humano a certas reações biológicas das células primitivas, numa espécie de antropomorfismo celular. Contudo, não se trata de um biologicismo forçado, mas uma síntese integral entre biologia e psicanálise. Fato este que de acordo com Amouroux (2012) parece uma espécie de “paleo-psicanálise” (p. 226, tradução minha).

O tema do biologicismo na obra bonaparteana é algo extremamente multifacetado e copioso, afinal, “ela jamais renunciou em biologisar a psicanálise” (LEBOVICI 1983, p. 1081, tradução minha). Marie Bonaparte não adere ao chamado giro lingüístico das décadas de 1950 e 1960, movimento que contaminou as ciências humanas e sociais com a adoção da fala e da linguagem como campo de estudo e pesquisas dos fenômenos sociais (IÑIGUEZ, 2003/2005). Cabe lembrar que Lacan (1966/1998) foi o psicanalista francês que mais trabalhou pela aproximação da psicanálise do campo da fala e da linguagem. E nessa esteira se concentra grande parte da crítica que muitos

1 Para uma discussão mais aprofundada da influência da tese da causa anatômica da frigidez defendida pela princesa Marie nas ciências médicas contemporâneas, sugerimos a leitura de: CAVALCANTI, CAVALCANTI, 2012; MARTIN, 2016 ; WALLEN, LLOYD, 2008; 2011; LLOYD, 2005; GARCIA, LLOYD, WALLEN, FISHER, 2014; PAVLIËV, WAGNER, 2016). (O'CONNELL, 1998).

psicanalistas farão ao desvio biologizante em psicanálise (DEJOURS, 1980/1988; LAPLANCHE, 1999). O desvio biologizante, como dito em trecho anterior, significa a tentativa de explicar o funcionamento psíquico atrelando-o às causas biológicas e não à história libidinal do sujeito, esse último caminho preservaria a descoberta freudiana revolucionária, quer seja, a do primado do sexual (do inconsciente). Na contramão disso tudo, para Bonaparte a psicanálise é um braço da biologia (BONAPARTE, 1949/1967) e nessa direção os lampejos da psicanálise são misturados sem cessar às luzes da biologia, ou ainda, os lampejos da biologia se misturarão forçosamente às luzes psicológicas. Portanto, não faz sentido atribuir ao seu trabalho um suposto desvio, uma vez que, era esse o seu caminho.

Bonaparte também se interessa particularmente pela noção de intersexualidade, concepção desenvolvida por Marañón (1931) (no homem) e Goldschmidt (1932) (no animal), cujos trabalhos a princesa Marie fez muitas referências. Ela chega a compreender que a condição intersexo é um tipo de raça biológica derivada do fenômeno da bissexualidade psíquica universal (BONAPARTE, 1949/1967). Segundo Goldschmidt (1932) “um(a) intersexo é um indivíduo que começa seu desenvolvimento com seu sexo genotípico e termina sua evolução corporal com o sexo oposto” (p. 49, tradução minha). Então, o nível da intersexualidade em cada ser humano dependerá do momento em que ele se encontra nessa escala evolutiva, chamado pelo autor de “ponto de virada” (p. 49, tradução minha) da sua evolução corpórea. No entanto, será Marañón (1931), considerado um dos grandes especialista em endocrinologia de sua época, quem popularizará a noção de intersexualidade,. Para o autor o sexo não é um atributo individual que tem um valor imutável, mas ele tem um valor mutável e evolutivo. Ou seja, existe um contínuo entre o sexo feminino e o sexo masculino. O desenvolvimento sempre se efetua no sentido: do sexo feminino que evolui para o sexo masculino; e a mulher está numa etapa inacabada do desenvolvimento orgânico humano, tal como o modelo aristotélico universal da disposição do corpo humano (ARISTÓTELES, 2014). Essas ideias influenciaram tanto à cultura popular quanto à cultura literária que no imaginário popular vê o personagem Don Juan como um tipo de encarnação da virilidade, no entanto, é incapaz de se fixar a uma única mulher e por isso é também signo de uma virilidade indecisa (MARañÓN, 1931). Então, a nossa capacidade de se fixar a

um único objeto de amor (monogamia) será adquirida progressivamente na escala evolutiva.

Não devemos nos esquecer que Bonaparte também teve interesse pelos trabalhos de Abraham (1931) que nos anos de 1920 se debruça sobre a cirurgia de redesignação sexual em homens travestis. Tal fato influenciou o interesse pessoal de Bonaparte em aproximar cada vez mais a biologia da psicanálise. Veremos na seção seguinte como a tese da bissexualidade universal irá propiciar com que a princesa aprofunde suas preocupações em torno da sexualidade da mulher.

Resultados e discussão

Bonaparte (1952a) traça a gênese do clitoridismo na mulher e o define a frigidez por: “chamamos por frigidez a insensibilidade da mulher ao coito normal” (p. 13, tradução minha). A frigidez pode ser de dois tipos: a frigidez total, causada por “uma inibição de natureza histérica imposta ao longo da infância ou juventude por um meio moral educador” (p. 15, tradução minha) e a frigidez parcial que pode ser localizada no clitóris ou na vagina. A tese da causa anatômica da frigidez será defendida numa pesquisa que foi realizada com 200 (duzentas) mulheres tomadas aleatoriamente na população de Paris e submetidas a um exame ginecológico minucioso (BONAPARTE sob o pseudônimo NARJANI, 1924). Constatou-se uma grande variação na distância entre o clitóris e a abertura do orifício urinário que variava de 1 cm a 4 cm. Assim, a hipótese clínica tirada dessa variação anatômica é que quanto maior a distancia, maior seria a probabilidade da mulher ser frígida por causas anatômicas. A solução para o problema estaria numa cirurgia de aproximação, tal procedimento fora custeado pela própria princesa Marie e o procedimento foi assumido pelo cirurgião austríaco Dr. Halban, assim, a cirurgia ficará popularmente conhecida como sendo a operação de frigidez Halban-Narjani. Desde esse época muitas controvérsias surgiram, mas tal cirurgia não prosperou como procedimento terapêutico. Contudo, a tese da causa anatômica da anorgasmia é reconhecida no meio científico contemporâneo (MARTIN, 2016; PAVLIËEV, WAGNER, 2016).

Na terminologia bonapateana a cirurgia funcionaria como uma “adaptação autoplástica” (BONAPARTE, 1949/1967, p. 241, tradução minha) na anatomia genital das mulheres. Por outro lado, as causas psíquicas da frigidez seriam aquelas provenientes de uma educação

moral muito rígida e repressora a qual às mulheres estão sujeitas, principalmente as mulheres da época vitoriana, e também pelo medo (fantasia) provocado pela ideia violenta do coito (FREUD, 1919/1980b) que na concepção bonapateana envolveria um risco vital que é expresso na postulação do complexo de perfuração (BONAPARTE, 1952b; 1952c; 1952d; 1952e; 1952f; RIBEIRO & BELO, 2019). A frigidez psíquica pode ser tratada por psicoterapia ou psicanálise e consiste numa adaptação também autoplástica, tal como a cirurgia Halban-Narjani. Ambos procedimentos autoplásticos se diferem da “adaptação aloplástica” (BONAPARTE, 1949/1967, p. 237, tradução minha) cuja solução para a inadaptação sexual está na mulher ser como um “homem em espelho” (p. 237, tradução minha), portanto, são mulheres viris que preferem os jogos sexuais com o clitóris ao invés da penetração vaginal.

Na evolução da sexualidade feminina o pai tem um papel decisivo, principalmente pela qualidade do amor que ele dispensa a sua pequena filha. Sobre o papel do homem na frigidez da mulher Bonaparte afirma: “O papel do homem, na frigidez da mulher, não é certo para todas, (...) mas ele conta contudo” (1952a, p. 17, tradução minha). Por conseguinte, para a autora a psicosexualidade humana se edifica sobre três grandes extratos: o constitucional, a herança (reliquia edipiana) e a formação pré-púbere (os acontecimentos pré-formadores da primeira infância). E é nesse terceiro extrato que para a menina o pai, o irmão ou o deflorador desempenham, cada um a sua maneira, o papel de formadores da constituição da sua identidade sexual. Segundo Bonaparte (1949/1967) se o pai ama suficientemente sua filha, ele próprio servirá como o primeiro modelo de amor, e isso é ensaiado nas brincadeiras e nas trocas de carícias costumeiras e banais entre pai e filha. Quanto ao papel do irmão, Bonaparte (1949/1967) traz no seu texto uma discussão muito interessante sobre o incesto entre irmãos, que pode ser benéfico e não necessariamente maléfico. Evidentemente, será na ocasião das brincadeiras infantis que surgirão os jogos eróticos experimentados entre irmãos, em que as sanções morais nem sempre impedem que ocorra o incesto. E todos esses acontecimentos constituirão traços que serão incorporados à sexualidade adulta na mulher. Finalmente há o deflorador, que seria uma espécie de último escultor da sexualidade feminina, geralmente é um namorado ou um amigo próximo. De fato, esse último pode ser o primeiro iniciador da vida sexual da mulher. Sua importância será

decisiva justamente porque ele pode agravar ou corrigir as carências que datam da infância da mulher à qual ele deflora. Então, o pai, o irmão e o deflorador contribuirão cada um ao seu modo e a seu tempo para a formação psicosssexual da mulher. Na sessão seguinte veremos como as pesquisas bonaparteanas em torno da sexualidade feminina pode na nossa interpretação aproximar a autora das questões relativas à transexualidade na atualidade.

Tipologia feminina, falo passivo e intersexualidade

Freud (1931/1976a; 1932/1976b) frente às diferentes maneiras das meninas reagirem ao complexo de castração e a inveja do pênis (FREUD, 1924/1974) as classificou em três tipos: as reivindicadoras (*revendicatrizes*) são aquelas que possuem um complexo de virilidade poderoso, uma bissexualidade muito acentuada e uma sensibilidade erótica falicamente localizada no clitóris; as aceitadoras (*acceptatrices*) corresponderiam àquelas que no percurso do seu desenvolvimento psicosssexual se submetem à involução sexual do clitóris e tomam um maior investimento erótico da vagina; por fim, as do tipo renunciadoras (*renonciatrizes*) que correspondem as meninas que na comparação com o pênis do menino percebem a desvantagem e renunciam a todo tipo de satisfação sexual, permanecendo frígidas totais. De modo original Bonaparte (sob o pseudônimo NARJANI, 1924) também propôs uma tipologia feminina, porém levou em conta a tese da causa anatômica da frigidez em que a variação da distância da glândula do clitóris ao meato urinário possibilita que as mulheres sejam classificadas em três grupos: as teleclitorídias (> 2,5 cm); as mesoclitorídias (em torno de 2,5 cm); e finalmente as paraclitorídias (< 2,5 cm). Entende-se que as primeiras seriam anorgásticas e necessitavam de tratamento cirúrgico para aproximar a glândula do clitóris do meato urinário, enquanto que as segundas tinham orgasmos eventuais, podendo aumentar a frequência deles com certas posições facilitadoras, e finalmente as paraclitorídias que seriam as únicas mulheres que obteriam o orgasmo com maior frequência e facilidade (RIBEIRO & BELO, 2017).

Bonaparte (1949/1967; 1952b; 1952c) juntamente com Loewenstein (1935) cunham o conceito de falo passivo e as diferentes maneiras com que a passividade fálica se manifesta tanto em mulheres como em homens. Cabe dizer que entende-se por falo o órgão anatômico, pênis ou clitóris, portanto, é uma concepção bem

diferente do falo lacaniano nas suas dimensões imaginária, simbólica e real (LACAN, 1966/1998).

Por conseguinte, para prosseguirmos cabe uma melhor definição do termo na abordagem bonaparteana:

A noção de falo passivo nos ajudará a compreender alguns fenômenos aparentemente contraditórios: a ejaculação precoce sem ereção, e todas as variedades de masoquistas, em particular os flagelantes de diversas sortes. [...] Mas talvez seja conveniente aqui, antes de prosseguir, definir o que entendemos por falo passivo. Certos analistas, de fato, nos têm objetado que o falo é sempre ativo, desde que ele esteja em ereção, e sobre qualquer modo que ele assim esteja. Então nós entendemos por falo ativo aquele que espontaneamente, por excitação nervosa central, à vista ou desta maneira considerado, por exemplo, diante do objeto amado, é capaz de entrar em ereção e de desejar penetrar. O falo passivo, ao contrário, tem necessidade de excitação periférica localizada, pode, em certos casos extremos, chegar ao orgasmo sem ereção (BONAPARTE, 1949/1967, 72 e 79, tradução minha).

Para Bonaparte (1949/1967) será a vivência da passividade fálica que indicará os caminhos de saída para a suposta inveja do pênis nas mulheres. A fase fálica ativa da menina estaria entre duas fases fálicas passivas. Uma primeira logo ao nascimento que acompanha os cuidados de amamentação e de higiene corporal do bebê, contemporânea da fase oral e anal (pré-genitais), e uma segunda que sucede ao complexo de castração. Ou seja, a primeira fase fálica passiva será sucedida por uma fase fálica ativa (fase edípica), e em seguida ocorrerá uma regressão, biológica e normal, para a mulher, culminando com a segunda fase fálica passiva. A passividade fálica se refere à fase pré-genital sob o reino dos cuidados maternos ou parentais, o reino das sedução eróticas praticadas pela mãe ou pelo primeiro cuidador, muitas vezes de maneira involuntária, nas primeiras carícias e nos primeiros cuidados com a higiene corporal do bebê, seja, em ser lavado, trocado as fraldas, nas brincadeiras, no banho, etc. Essa concepção é um exemplo notável de como numa interpretação laplancheana da psicanálise de Bonaparte nos possibilita vislumbrar a alteridade no âmbito de sua abordagem da sexualidade biologizada (RIBEIRO,

2019). Sua acepção do falo passivo aponta para o primado do outro no psiquismo, tal como entendido por Laplanche (1992; 2008; 2015). Pois, o desamparo originário do recém-nascido frente ao adulto, situação antropológica fundamental, coloca o outro no centro da vida psíquica. A primeira fase da evolução chama-se de eclosão fálica passiva que, em seguida, será seguida no complexo de Édipo pela fase fálica ativa, momento que corresponde as masturbações e os fantasmas de automutilação do falo. Então, as primeiras carícias maternas e de sedução da mãe ou do cuidador coincidem com a fase da sexualidade cloacal-fálica passiva da criança.

Dito isto, de que modo a compreensão do conceito de falo passivo elucida a relação entre a obra científica de Bonaparte e o tema da intersexualidade? Assim, para enlaçarmos a teoria do falo passivo com esse tema temos que partir do pênis ou clitóris na dinâmica psíquica pulsional de cada sujeito intersexo. Nesse sentido, indivíduos intersexo que não optarem pela cirurgia muitas vezes experimentam sensações de orgasmo sem a ereção, outro(a)s experimentam o sentimento de aversão aos genitais (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2013/2014), esses últimos permanecerão frígidos totais. Para os primeiros podemos pensar que as excitações periféricas “desenham na superfície do corpo uma geografia de excitação que desconsidera qualquer primado do genital” (ANDRÉ, 1995/1996, p. 116), nesse sentido, o falo passivo compreendido para além da genitalidade reflete, ao nosso ver, justa relevância. Pois, afinal, a psicanálise nos ensina que a anatomia é impregnada de elementos fantasmáticos e é sustentada pela circulação pulsional. Como existem diferentes tipos de intersexo, para fins metodológicos é preciso examinar cada caso particular, mas isso demandaria prolongarmos em demasia nosso debate, então, preferimos levantar uma hipótese de pesquisa que evidentemente precisa ser mais apurada, quer seja: o conceito de falo passivo proporciona uma compreensão possível do orgasmo sem ereção em alguns indivíduos intersexo. Desse modo, o órgão (clitóris/ pênis) nessa situação apresentará uma função psicosexual na dinâmica pulsional do sujeito. O ponto crucial é sairmos do órgão anatômico para o órgão pulsional. Acreditamos que o falo passivo proporciona uma vivência mais apaziguadora e prazerosa com o órgão genital nas identidades intersexo. Proferir sobre o falo passivo só faz sentido se levarmos em conta que “toda a superfície do corpo,

todos os órgãos, são zonas erógenas e que é esta erogeneidade que está em jogo na formação do Eu” (CECCARELLI, 2013, p. 157).

Desse modo, o interesse pelas questões psíquicas suscitadas pelo falo passivo tem despertado cada vez mais interesse científico na atualidade (RIBEIRO & BELO, 2018; 2019). E será através desse conceito que podemos relacionar o pensamento de Bonaparte à temática do(a) intersexo e retirar-lhes um entendimento coincidente com pesquisas mais recentes sobre o tema, em que o(a)s intersexos não são irreais ou hipotético(a)s, mas são pautas de cuidado em saúde (MERHI, 2021; PORCHAT, 2014). Contudo, nada nos garante que, em nossos dias, Marie Bonaparte teria sido uma especialista em matéria de intersexualidade como nos faz crer a senhora Roudinesco (1983/2009).

Considerações finais

Bonaparte (1949/1967) explica o prazer que as mulheres sentem em carícias difusas e sublinha a harmônica colaboração do clitóris e da vagina no prazer sexual feminino. Propõe uma subversão biológica inteiramente diferente da teoria freudiana da feminilidade por meio da sua tipologia feminina (as teleclitorídias, as mesoclitorídiase e as paraclitorídias). Sabemos que a princesa Marie fez sua análise pessoal com Freud e discutia com ele seus textos. Ela também trabalhou como psicanalista ouvindo outras mulheres e tinha o sentimento de que nesse campo sabia mais que seu grande mestre Freud (BERTIN, 1982). Se analisarmos toda a obra psicanalítica de Marie Bonaparte sobre a sexualidade da mulher encontramos questões ainda hoje atuais, como por exemplo, o orgasmo feminino e sua antítese a frigidez.

Ao tratarmos com bom senso a afirmação lançada por Roudinesco (1983/2009), colocada como batuta no início deste artigo, podemos afirmar que a aproximação das formulações bonaparteanas com o tema da intersexualidade não é nada trivial e nem tácito. E nesse caminho apostamos no trabalho teórico-clínico de Bonaparte (1949/1967) sobre o falo passivo para balizar essa aproximação. Tal achado demonstra a riqueza de possibilidades que seu pensamento produz e é por isso que a leitura das obras bonaparteanas não deveriam ser negligenciadas pelos psicanalistas de hoje.

Afiançamos depois do que foi argumentado que o entendimento sobre a passividade fálica aprofunda o entendimento do(a) intersexo e sua sexualidade em que o falo passivo alude à possibilidade de

inauguração de estruturas inéditas no psiquismo. Agora, feita todas essas colocações, afirmar que em nossos dias, Marie Bonaparte teria sido uma especialista em matéria de intersexualidade, parece-nos um exagero. Somos nós, leitores do século XXI, que fazemos uso e interpretação dos seus conceitos e teorias. Concluimos afirmando que a característica do pensamento bonaparteano mais marcante é a sua crença de que suas ideias psicanalíticas tivessem uma aplicação aos fatos da sociedade. Suas preocupações pessoais concernentes à sexualidade dão a sua proposta teórica um aspecto original particular, o que a diferencia de todos os psicanalistas já existentes outrora, hoje e futuramente.

Referências

ABRAHAM, F. Z. *Genitalumwandlung an zwei männlichen Transvestiten*. Sexualwiss, n. 18, 1931, p. 223-226.

ANDRÉ, Jacques. *As origens femininas da sexualidade*. Trad. de Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. (Trabalho original de 1995).

AMOUROUX, Rémy. *Marie Bonaparte: entre biologie et freudisme*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

ARISTÓTELES. *História dos animais*. Trad. de Maria de Fátima S. e Silva. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. (Coleção obras completas de Aristóteles).

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5*. Trad. Maria I. C. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014. (Trabalho original de 2013).

BERTIN, Célia. *Marie Bonaparte*. Paris: Plon, 1982.

BONAPARTE, Marie. (sob o pseudônimo de NARJANI). *Considérations sur les causes anatomiques de la frigidity chez la femme*. *Bruxelles-Médical*, n. 42, 1924, p. 768-778.

BONAPARTE, Marie. Les deux frigidités de la femme. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952a, p. 12-19.

BONAPARTE, Marie. De l'angoisse devant la sexualité. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952b, p. 20-25.

BONAPARTE, Marie. Passivité, masochisme et féminité. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952c, p. 26-33.

BONAPARTE, Marie. Vues paléobiologiques et biopsychiques. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952d, p. 34-41.

BONAPARTE, Marie. Psyché dans la nature. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952e, p. 159-167.

BONAPARTE, Marie. Notes sur l'excision. In: _____. *Psychanalyse et Biologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952f, p. 107-123.

BONAPARTE, Marie. *La sexualité de la femme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

BONAPARTE, Marie. *Introduction a la théorie des instincts*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

BOURGERON, Jean-Pierre. *Marie Bonaparte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. 128 p.

CAVALCANTI, Ricardo; CAVALCANTI, Mabel. *Tratamento clínico das inadequações sexuais*. São Paulo: Roca, 2012.

CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transexualidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. 207 p.

DEJOURS, Christophe. *O corpo entre a biologia e a psicanálise*. Tradução de Dóris Vasconcellos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. (Obra original publicada em 1980)

FREUD, Sigmund. Sexualidade feminina (1931). In: _____. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. p. 254-279. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

FREUD, Sigmund. Feminilidade (1932). In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. p. 139-165. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria e três ensaios sobre sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1980a. p. 129-238. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 07).

FREUD, Sigmund. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1924). In: _____. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 303-320. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).

GARCIA, J. R., LLOYD, E. A., WALLEN, K., FISHER, H. E. Variation in Orgasm Occurrence by Sexual orientation in a Sample of U.S. Singles. *J. Sex Med*, n. 11, 2014, p. 2645-2652.

GOLDSCHMIDT, R. *Le déterminisme du sexe et de l'intersexualité*. Paris: Alcan, 1932. 302 p.

IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). Capítulo 2: A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: _____. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 50-104. (Trabalho original publicado em 2003)

JONES, Ernest. *A vida e obra de Sigmund Freud*. Vol. 3. Trad. J. C. Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1989. (Obra original publicada em 1961).

LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. (Trabalho original de 1966).

LAPLANCHE, Jean. *La sexualité humaine, biologisme et biologie*. Le Plessis-Robinson, Institut Synthélabo, 1999.

LAPLANCHE, Jean. Ponctuation: La révolution copernicienne inachevée. In: _____. *La révolution copernicienne inachevée*. (Travaux 1967-1992). Paris: Quadrige/PUF, 2008, p. III-XXXV.

LAPLANCHE, Jean. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000-2006)*. Tradução de Vanise Dresch e Marcelo Marques. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

LAPLANCHE, Jean. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEBOVICI, Serge. À propos de l'oeuvre scientifique de Marie Bonaparte. *Revue Française de Psychanalyse*, vol. 47, n° 4, 1983. p. 1081-1093.

LE BON, G. (1875) *Physiologie de la génération de l'homme et des principaux êtres vivants*. Paris: Alfred Duquesne Éditeur.

LEMEL, A. *Les deux cents clitoris de Marie Bonaparte*. Paris: Éditions Mille et une nuits, 2010.

LLOYD, E. A. The case of female orgasm: Bias in the Science of Evolution. *Twin Research and Human Genetics*, vol. 9, n. 1, 2005, p. 181-184.

LOEWENSTEIN, Rudolph. De la passivité phallique chez l'homme. *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, v. 8, n. 1, 1935, p. 36-43.

MARAÑÓN, G. *L'évolution de la sexualité et les états intersexuels*. Paris: Gallimard, 1931.

MARTIN, R. D. Intimately Connected : Research sheds new light on the biological origins of women's sexuality. *Psychology Today*, 2016.

MERHI, Tâmara Elias Tamer Cunha. Transexualidade na atenção primária de saúde: um relato de experiência em uma unidade de uma cidade em Goiás. *Brazilian Journal of Development* , vol. 7, n. 1, 2021, p. 7074-7082.

O'CONNELL, H. E., HUTSON, J.M., ANDERSON, C. R., & PLENTER, R.J. Anatomical relationship between urethra and clitoris. *Journal of Urology*, 1998, vol. 156, p. 1892-1897.

PAVLIĚEV, M. WAGNER, G. The evolutionary origin of female orgasm. *J. Exp. Zool. (Mol. Dev. Evol.)*, vol. 00B, 2016, p. 1-12.

PORCHAT, Patrícia. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá Ed., 2014.

RIBEIRO, Sarug Dagir. *Com Laplanche, ler Marie Bonaparte*. Belo Horizonte / Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2019.

RIBEIRO, Sarug Dagir; BELO, Fábio R. Rodrigues. O que é falo passivo? *Reverso*, vol. 78, 2019, p. 55-62.

RIBEIRO, Sarug Dagir; BELO, Fábio R. Rodrigues. Falo passivo e sedução originária. *Memorandum*, vol. 35, 2018, p. 205-223.

RIBEIRO, Sarug Dagir.; BELO, Fábio R. Rodrigues Os 201 clitóris de Marie Bonaparte. *Reverso*, vol. 74 n. 39, 2017, p. 61-67.

RIBEIRO, Sarug Dagir.; BELO, Fábio R. Rodrigues. Complexo de perfuração: uma interpretação a partir da teoria da sedução generalizada, *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, vol. 23, n. 3, 2019, p. 584- 605

RIBEIRO, Sarug Dagir. Sobre o papel formador do homem para a identidade sexual da mulher. In BELO, F. R.R. (Coordenação). *Anais do V Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura: leituras interdisciplinares sobre violências de gênero – o remorso de Baltazar Serapião*. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2016, p. 201-211.

ROUDINESCO, Élisabeth. Entrevista a Philippe Sollers: sobre a História da psicanálise na França. In ROUDINESCO, Elisabeth. *Em defesa da psicanálise: ensaios e entrevistas*. Apresentação de Marco Antônio Coutinho Jorge. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 137-154. (Obra original publicada em 1983).

ROUDINESCO, Élisabeth. *Histoires de la psychanalyse en France*, 1. Paris: Fayard, 1994.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. *Sexualidade feminina: história, cultura, família*. São Paulo: Editora SENAC, 1998. p. 70-75.

SULLOWAY, Frank. *Freud, Biologist of the Mind*. New York: Basic Books, 1979.

A DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM ENCONTRO NA SALA DE AULA

Fábia Geisa Amaral Silva

*Mestranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual do
Ceará – UECE, fabia.geisa2009@gmail.com;*

Francisca Alynne Ribeiro Rolim

*Mestranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual do
Ceará – UECE, alynnnerolim@hotmail.com.*

Resumo

O presente estudo pretende contextualizar a promoção da igualdade de gênero no âmbito escolar, aprofundando e analisando conceitos e ações de promoção à igualdade que são desenvolvidas entre o corpo escolar. Adota-se a metodologia de pesquisa de cunho bibliográfica, baseada em teóricos sobre o tema. Como resultados, apresenta-se quais os impactos das políticas educacionais existentes no campo de promoção à igualdade de gênero. Compreende-se, portanto, que o sistema educacional possui um poder de transitividade, porém, existem políticas públicas que são produzidas para o enfrentamento das desigualdades na escola, principalmente diante da homofobia. Espera-se com a respectiva pesquisa que a escola, como o local em que se pode reverter preconceitos, promova diálogos e debates, elabore projetos para que todos reflitam sobre sentimentos e emoções diante dos conflitos que surgem no cotidiano da sala de aula, para assim, desconstruir esses preconceitos de gênero para formar uma sociedade reflexiva e crítica.

Palavras-chave: Diversidade, Educação, Sala de Aula.

Introdução

A igualdade de gênero no âmbito escolar, é construída de forma que não ocorra discriminação, no entanto, é relevante e necessário o debate desde a primeira infância escolar, a inclusão de temas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, enfim, um debate que se inicie já no começo da vida escolar dos alunos.

Ao professor, cabe dentro desse espaço de sala de aula, um esforço que não gere e não reforce a discriminação, pois a escola é espaço também, da multiplicação da violência seja verbal, física ou psicológica.

Não é um trabalho fácil, porém, é um diálogo aberto e esclarecedor que irão combater tais tipos de violências existentes. O espaço escolar é, portanto, envolvido de um diálogo que pode contribuir, de forma positiva e significativa, para o tema da igualdade de gênero combatendo assim, as discriminações existentes no âmbito escolar.

O problema do referido artigo, apresenta, como se deve combater as discriminações existentes no que se refere a igualdade de gênero, focando na hipótese de que essa discriminação pode ocorrer e pode ser combatida através do diálogo e do conhecimento, através também de projetos inovadores envolvendo todos os alunos e membros da escola como um todo.

A metodologia utilizada é a de apresentar conceitos baseados em estudiosos do tema, dentre os principais destacam-se, Almeida (1996), Casagrande et al. (2016), OAB (2021), OIT (2021), ONU (2021), Silva (2007), dentre outros, apresentando, portanto, uma metodologia de cunho bibliográfica.

O objetivo geral é analisar a igualdade de gênero e apresentar os impactos das políticas públicas desenvolvidas e de apoio as instituições escolares para o combate ao preconceito, observando as ações que visam construir a igualdade de gênero nesse ambiente amplo que é a escola.

Diante do exposto, apresentam-se conceitos importantes que enriquecem o debate do referido artigo, onde a análise do papel da escola diante do tema atual e relevante para a cultura da diversidade, está inserido num ambiente que é propício para a discussão e a construção do conhecimento nos alunos, visando sempre uma sociedade

igualitária sem ódio e sem violência, onde somente através de ações e projetos, essas experiências poderão acontecer.

Metodologia

A metodologia apresentada é de cunho bibliográfica, pois o referido aporte teórico fornece análise dentro do tema da igualdade de gênero, baseada em autores como (1996), Casagrande et al. (2016), OAB (2021), OIT (2021), ONU (2021), Silva (2007), apresentando portanto, conceitos possíveis de entendimento e de embasamento crítico.

Referencial teórico

A sociedade brasileira de forma geral, avança em rápidos passos, diante da temática sobre a igualdade de gênero. Apesar de que ainda está pautada no conservadorismo e machismo que produz as desigualdades existentes, gerando violência.

A integração da perspectiva de gênero na educação é crucial, pois todos os anos milhões de crianças, adolescentes e adultos brasileiros são excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa de desigualdades. As discriminações e violências presentes em nossa sociedade são refletidas por toda via no ambiente escolar. O contexto violento, aliado à pobreza e à má qualidade da educação em cidades desfavoráveis, resulta na evasão e reprodução das desigualdades.

Uma sociedade mais justa, igual e democrática em referência a professores e professoras, alunos e alunas, diretores e diretoras, por fim todos os profissionais da educação. Se a promoção da igualdade for realizada, será possível formar cidadãos e cidadãs que visem o respeito às diversidades, sejam elas culturais, raciais e étnicas, de crenças e valores, inclusive as sexualidades.

Ao refletir sobre as questões de gênero no ambiente proposto à investigação, vemos que na escola se encontram as mais variadas experiências de vida e realidades sociais. Torna-se fundamental compreender e saber lidar com essas diversidades, zerando o preconceito, o estigma e a discriminação, tornando a sociedade mais justa e igualitária.

A enorme desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes dos direitos humanos em nosso tempo (ONU, 2014). Propor

diálogo e desenvolver projetos que promovam a igualdade entre os gêneros na escola é remover barreiras sociais e culturais, barreiras estas que por muitas vezes impedem a sociedade de elevar-se cultural e potencialmente. É essencial que nós, como educadores, possamos ajudar essa nova geração a modelar uma nova sociedade, livre do ódio, do ópio das desigualdades, justa e igualitária.

Fazendo observações sobre a violência de gênero no ambiente escolar, o impacto é negativo, afirma as pesquisas na educação de milhões de crianças em todo o mundo (UNESCO, 2015). Por esse motivo, promover a reflexão e o debate do presente tema em ambiente escolar necessário, essa é uma das formas de construir uma nova sociedade, livre de preconceitos, reflexiva, crítica e igual. É pela educação que o mundo pode ser transformado.

Conforme expõe relatos da ONU pela Educação das Meninas:

Apesar dos avanços nos últimos 20 anos, a violência de gênero na sala de aula e no ambiente escolar permanece invisível. Para lidar com esse problema, os governos e a sociedade civil devem se envolver mais para proteger as crianças e buscar, por meio da educação, a mudança necessária. A violência de gênero relacionada ao ambiente escolar inclui assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física, além do bullying, que afeta cerca de 246 milhões de meninos e meninas todos os anos (ONU, 2021).

A violência de gênero pode gerar aumento da evasão, fraco desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão. Todos esses elementos têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes (UNESCO, 2015).

As escolas devem ser um refúgio para as crianças, especialmente para aquelas que vivem em cidades e bairros marginalizados, afetados pelas desigualdades sociais. É vital que a comunidade acadêmica realize pesquisas para compreender a escala e o alcance da desigualdade de gênero relacionada ao ambiente escolar, bem como para desenvolver políticas e propostas pedagógicas para eliminá-la (UNESCO, 2015).

Para Silva (2007), todas as pessoas, desde sua infância, devem ter direito a uma vida digna, justa, saudável e sem violência. É importante que as crianças e adolescentes desenvolvam plenamente sua autonomia e sua capacidade de reflexão crítica e ação construtiva no

mundo. Sabemos que nenhuma criança nasce com preconceitos; esses sentimentos podem ser transformados em atos violentos no futuro e são construídos ao longo de sua vida.

O gênero define-se em papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma sociedade em determinado momento, considerando os papéis apropriados para homens e mulheres: os atributos sociais e oportunidades associados ao ser homem ou mulher e às relações entre mulheres e homens.

Esses atributos, oportunidades e relações são socialmente construídos e aprendidos por meio de processos de socialização. São específicos de um contexto e um tempo, e são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem.

Conforme Silva (2007), os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais, de poder entre homens e mulheres, são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana; no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (SILVA, 2007, p. 39).

O que realmente importa no estudo das relações de gênero é a discussão dos processos de construção histórica e social instituídas na formação de homens e mulheres, meninos e meninas. Esta pesquisa está preocupada com as relações de poder entre mulheres e homens no ambiente escolar; a relevância se dá a partir da demonstração de que a escola ainda pode ser reprodutora de padrões estabelecidos na sociedade, que infelizmente existem até hoje.

Entretanto, encontrar escolas que propõem a mudança de paradigmas, novas formas de agir e atuar diante da sociedade que a envolve se tornará evidência.

Conforme mencionado em Brasil (2017, p. 76):

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de

gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.

O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (SILVA, p. 71).

Pesquisadores concordam que o gênero é uma construção social, realizada por meio das relações interpessoais e enfatizada nas interações das pessoas com o contexto em que estão inseridas, que faz estabelecer relações de poder entre os sujeitos do mesmo gênero ou distintos. Pensar o gênero também como construção social permite ver a diversidade de formas de manifestar a feminilidade e a masculinidade. Faz perceber que podemos transitar entre os estereótipos do masculino e do feminino em momentos nos quais somos mais sensíveis (CASAGRANDE; TORTATO, 2016, p. 27).

Resultados e discussão

São os impactos das políticas públicas, a nível de Brasil, um esforço para produzir políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, do racismo e da homofobia. Porém, infelizmente, no contexto em que vivemos, a combinação histórica entre pobreza, desinformação, patriarcado e as diversas formas de homofobia, sexismo e violência marcam o cotidiano de mulheres e homens das diversas regiões de nosso país.

Esse contexto constrói e estrutura diversos campos da vida social, inclusive as instituições sociais, dentre as quais encontra-se a escola. Se é possível construir os fatores negativos dessas desigualdades, encontramos um sinal de que também é possível reverter essa situação; construir uma nova sociedade reflexiva, crítica, igual e empoderar as mulheres seria fator decisivo para a melhoria.

O Brasil foi protagonista em diversas conferências mundiais, sendo elas peças chave para a mudança e a inclusão políticas públicas para a igualdade e mudanças na educação. A primeira conferência a

ter o Brasil como um dos protagonistas foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) em 1994; foi o maior evento mundial sobre temas populacionais (ALMEIDA, 1996).

Na formulação de políticas e programas sociais, os países atuantes chegaram ao consenso de que era preciso deixar de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e assim passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que “a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero” (ALMEIDA, 1996, p. 103).

Em 1995 ocorreu a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, propondo, dentre as medidas para a eliminação das discriminações de gênero, a formação do corpo docente para uma prática não discriminatória e a adoção de material que não reproduza os estereótipos de gênero.

Todas essas preocupações estão refletidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, além de ser matéria característica de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entretanto, embora vivamos em um cenário diferente em relação aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, ainda há em todos os campos da vida social muita opressão, discriminação e preconceito.

Uma pesquisa elaborada pelo Fórum Econômico Mundial relatou que seriam necessários 95 anos para que mulheres e homens atinxissem a igualdade no Brasil; nesse mesmo sentido, o Relatório de Desigualdade Global de Gênero constata que a paridade econômica entre os sexos pode levar 170 anos, em escala mundial.

Por trás desse declínio está um número de fatores. Um deles é o salário, com mulheres ao redor do mundo ganhando, em média, pouco mais da metade que os homens ganham, apesar de trabalharem, em média, mais horas, levando em consideração trabalho remunerado e não remunerado.

Outro desafio persistente é a participação na força de trabalho estagnada, com uma média global de 54% para mulheres, comparada com 81% para homens. Em 2015, as projeções baseadas nos dados do Relatório de Desigualdade de Gênero sugerem que a lacuna econômica

pode ser fechada dentro de 118 anos, ou em 2133. No entanto, o progresso foi revertido desde então, tendo atingido seu pico em 2013. Além da economia, a disparidade educacional de gênero fechou 1% em relação ao ano passado, chegando a 95%, fazendo dessa uma das duas áreas em que mais progresso tem sido feito até o momento. Saúde e Sobrevivência, o outro pilar que fechou 96% da sua lacuna, deteriorou-se minimamente (UNESCO, 2015).

O pilar em que a desigualdade de gênero permanece grande, o Empoderamento Político, também o que apresenta a maior quantidade de progresso desde que o Fórum Econômico Mundial começou a medir a disparidade de gênero em 2006. Esse pilar está agora em 23%, 1% maior que em 2015 e quase 10% mais elevado que em 2006 (WEFORUM, 2016, p. 11).

É necessário reconhecer alguns esforços do governo brasileiro na elaboração de algumas leis que visam à proteção e à igualdade entre os gêneros; porém, mesmo com tais formulações, ainda está longe de o problema ser suprimido; para obter resultados positivos é necessário deixarmos de lado todo preconceito construído pelo patriarcado e pelas tradições. Nós, como educadores, temos a função de melhorar o mundo, pois é pela educação e as políticas públicas que esses fatores serão revertidos.

Além dos citados no ano de 2014, a Organização dos Advogados do Brasil, através da Comissão Especial de Diversidade Sexual, elaborou o Estatuto da Diversidade Sexual e Emendas Constitucionais; nada mais honroso, que trata a 10ª Parte – Direito à Educação, tratando-se dos Art. 59 a 65. Eles delimitam as ações das instituições de ensino, escolas, corpo docente e demais funcionários do ambiente escolar, de como se deve tratar a questão da diversidade de gênero na escola (UNESCO, 2015).

Enfim, pode-se dizer que esse foi um dos passos principais no combate à discriminação de gênero, à homofobia, à intolerância por orientação ou identidade de gênero, criminalizando homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, garantindo a defesa da igualdade, dos direitos individuais e coletivos da sociedade. A escola e a educação brasileira, jamais, poderão ser palco para discriminação seja de que natureza for. É na educação que as vidas dos nossos alunos são reconhecidas na sua totalidade e eles levam conceitos para a vida inteira. Um país sem Educação de qualidade e com equidade, é apenas um projeto. A prática educacional deve ser transformadora e contínua, tem que ter interseccionalidade, seja onde for!

Considerações finais

Promover a igualdade de gênero no ambiente escolar não é apenas uma proposta ousada, mas oportuna e totalmente necessária. A escola é o espaço onde a consciência sobre a questão de igualdade deve ser primordialmente trabalhada, para que, se possível, a democracia de nosso país possa deixar de ser um mito e passe a ser realidade.

Tendo em vista o anseio de conscientizar os estudantes acerca da importância de gerar respeito, aceitação e melhor interação entre eles e suas convivências, percebemos a necessidade de construir no projeto político-pedagógico um trabalho com diversidade e igualdade, pois, em virtude do mundo multicultural em que vivemos e que apresenta reflexos dessa diversidade no âmbito social, que pode ser vista na comunidade escolar, torna-se imprescindível a construção de um Projeto Político Pedagógico nas escolas, que desperte a valorização e o respeito com princípios de igualdade, tolerância e cidadania.

Sendo assim, trabalhar a igualdade na escola é dar voz às meninas, liberdade, autonomia e emancipação, mostrar que elas podem alcançar lugares maiores e que elas devem tomar esses lugares. Se donas de si, construir uma nova sociedade, uma sociedade justa, igualitária pois a educação não é somente um direito humano, ela é a maneira mais eficaz de atingir o crescimento de uma nação, seja ele econômico ou cultural. Vamos focar em criar escolas saudáveis eliminando as desigualdades, vamos acreditar e lutar para que todas as crianças tenham o direito à educação e que ela empodere a todos nós.

De toda análise desta pesquisa, é possível realizar uma pequena pergunta: o que significa agir como uma menina ou como um homem? É por essa pergunta que refazemos a base fundamental de tudo que foi pesquisado, pois se faz necessário denunciar e mudar as linguagens preconceituosas – nossas e de nossos alunos também. Dessa forma, fazer com que as pessoas que utilizam esse tipo de linguagem reflitam a esse respeito, pois essa linguagem pode reforçar ainda mais os estereótipos de gênero.

Portanto, para se construir uma sociedade igualitária, vamos mudar nosso linguajar, em seguida vamos combater os repressores; quando falamos em repressão, nos referimos também ao espaço digital: constantemente notamos notícias sobre jovens que se suicidam

após ataques de cyberbullying; vamos denunciar essa prática. Assim contribuiremos para a transformação da internet em um espaço seguro a todos.

E, por fim, a frase principal é “ensine um professor” a empoderar os educadores para que seja criado um ambiente de igualdade em sala de aula e na própria escola. Um ambiente acolhedor, que respeite os direitos humanos, que inclua todas as questões relacionadas à igualdade de gênero, seja na formação ou na prática docente. Assim estaremos construindo um campo de oportunidades iguais para as crianças.

Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Tipos de pesquisa**. Belém: Cejup, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informação e Informática do SUS (Datasus)**. Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação/Ministério da Justiça/Unesco, 2007.

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. **Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para educação**. Curitiba: UTFPR, 2016.

GESTOS. **Soropositividade, Comunicação e Gênero**. Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <http://brasilnaagenda2030.org>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KÖCHE, José Carlos. **Tipos de pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LUTTRELL, Cecilia, et al. **Understanding and operationalising empowerment.** London: ODI Working Papers, 2009.

OAB. **Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&-disposition=inline> Acesso em: 20 fev. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho:** avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

ONU. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.** Cairo, 1994.

_____. **Transformando nosso mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

_____. **UN Women, OSAGI Gender Mainstreaming:** Concepts and Definitions. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. **Por um planeta 50-50 em 2030:** um passo decisivo pela igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Superando as desigualdades de gênero:** o papel da escola. Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói, v. 8, nº. 1, 2007.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

http://www3.weforum.org/docs/Media/GGGR16/GGGR16_PTBR.pdf

VIA QUEER NA DESCONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

José Amaro da Costa

*Doutorando em educação na Universidad Nacional de Rosario-
Argentina e pesquisador do NuQueer - Núcleo de estudos queer e
decoloniais da UFRPE, joseamar@globo.com*

Resumo

A proposta consiste em apresentar e ao mesmo tempo refletirmos acerca da emergência de aspectos violentos e da inclusão da Pedagogias Queer na Educação Universitária. O primeiro ponto é que certamente ela nos inquietará para atuarmos na desconstrução permanente dos discursos e práticas institucionalizadas que rejeitam as diferenças por orientação sexual e identidade de gênero. O segundo ponto é que com isso, promovem-se potencialidades para uma cultura da não violência nos espaços universitários. A base de análise são testemunhos de estudantes de graduação violentados em universidades do Recife/PE, onde se analisam os impactos e as sequelas no processo de formação. Isso se conecta ao cenário atual do Brasil e se configura como um grito/alarme diante de um governo federal negacionista da ciência e sem compromisso com a proteção das vidas, muito menos com as vidas queer. Sendo assim, este tema reivindica algo transgressor, subversivo e transformador nas práticas dos professores, formação dos estudantes e no modelo pedagógico adotado. Para dar conta desse estudo, estão sendo utilizadas referências de autoras que discutem as pedagogias queer como Mercedes Sánchez-Sainz, Guacira Lopes Louro, Valéria Flores entre outros, por protagonizarem uma crítica a educação reprodutora de relações e práticas normalizadoras e que favorece as violências. A problemática apresentada integra a tese de doutorado em andamento do autor.

Palavras-chave: pedagogias queer, violências, testemunhos

Introdução

Estabelecer diálogo na Educação através da via queer na desconstrução de violências abordando a temática da orientação sexual e identidade de gênero causa silêncio, desconforto; é sensível e indiscutivelmente polêmico.

O queer entendido como insulto, xingamento, estranho, o abjeto, mas acima de tudo como fronteiroço e como uma “falha representacional”.

Deste modo, encontramos uma perturbação, uma vibração no campo da visibilidade, como se existisse algo de indiscernível no outro, que nos obrigasse a marcá-lo de forma violenta mediante a injúria, tornando-o discernível como sujeito abjeto, como sujeitado a violência do outro. Esse sujeito abjeto também é rechaçado, principalmente, do espaço social e do espaço público (LEOPOLDO, 2020, p.26).

E, se trago para a Educação Universitária, recai numa perspectiva de pensar o espaço da universidade para todos que estão fora da “normalidade. Trata-se dos descartáveis, subalternos, refugiado, da bixa¹, da travesti ou seja dos estigmatizados, do refugio humano na obra Vidas desperdiçadas (Bauman) e dos de existência “precária”(Butler) em sua obra Vidas Precárias” (LEOPOLDO, 2020, P.25).

Evidentemente, que estou mirando uma educação que destoa do projeto moderno e absolutizado pelo classicismo europeu, que vai muito além da escolarização, e que assume uma dimensão transversal, esse deslocamento entre escolarização e educação se distancia de questões imediatistas como preparo profissional e resultados de avaliação de aprendizagem. É que a escolarização, em grande parte se dedica a aspectos que privilegia o cognitivo, intelectual, racional em um processo mecanicista de um indivíduo fragmentado. E o que me interessa são as bases de uma educação que vai além da transmissão de conteúdo, que considera afetos, modos de imaginar, pensar, sentir, desejar, que têm uma prática sociocultural e se configura como uma problemática de vida na existência humana (TEMPORETTI, 2018).

1 Bixa – escrito x

Desse modo, o tema transversal da violência de gênero e sexualidade, mais as lacunas nos atuais parâmetros curriculares universitários do Brasil nesse campo, me impulsionam para lutar por avanços na educação, romper fronteiras, atualizar linguagens e tornar as chamadas “minorias”, “estranhas”, uma população respeitada e não vulnerável ao deboche ou às violências nos ambientes educativos.

É desse entrelaçamento de questões, portanto surge essa pesquisa de doutorado que fará um diagnóstico das diferentes faces da violência na universidade e aportar para uma virada pelo viés da Pedagogia Queer cujo objetivo geral é **identificar violências por orientação sexual, identidade de gênero com os seus impactos e sequelas na formação universitária dos implicados nesse processo nas universidades do Recife**²

A força desse estudo está na aproximação das questões que envolve violências de gênero e sexualidade vividas na universidade, uma vez que praticamente a totalidade do que se conhece nessa temática na educação está dedicada com os alunos das séries iniciais até o ensino médio. Na prática é uma interpretação que na universidade a violência sistêmica e estrutural por tais questões são pouco representativas.

Para entender a violência estrutural ou sistêmica se necessita ir além dos postulados assertivos que limitam nossa compreensão do modo em que funciona a violência[...]Pareceria que deveria ser fácil se opor a violência e dessa maneira resumir a posição diante do tema. Porém quando se debate publicamente vemos que a violência tem distintas apropriações e significados. (BUTLER, 2020, p.14-15 – tradução livre)

Metodologia

O marco metodológico, chamado **Denunciando as violências: Testemunhos devidos orientação sexual não convencional e identidade de gênero na universidade**, caracteriza através de testemunhos as experiências vividas na graduação com impactos e sequelas na

2 **Recife** - Metrópole brasileira e um dos primeiros polos de Educação do Brasil, que concentra uma diversidade cultural, artística, religiosa, sexual, mas que também integra o mapa da violência no país com várias ocorrências envolvendo sexualidade e identidade de gênero inclusive nas universidades.

formação em virtude dos dispositivos de sexualidade com alunos dissidentes e que se afirmem categorizados (LGBTQIA+), e também relatando por universidades pesquisadas, os extratos que se voltem para performatividades, abjeções, precariedades e vulnerabilidades dos alunos implicados nesse contexto.

Minha denúncia está ancorada nas vidas silenciosas e nas vidas que não se submeteram a um cogito de normalidade, por isso todas elas são denominadas “de sexualidades dissidentes”. Estas vidas cada vez mais se posicionam e apesar dos riscos de serem violentadas estão fazendo a virada e fazendo emergir suas vozes, aqui tomadas na forma de testemunhos onde a partir de agora dedicarei de forma mista (teoria e prática) a apresentar um aprofundamento conceitual com os seus aspectos relevantes filosóficos, históricos enquanto procedimento metodológico ilustrados com exemplos do objeto dessa pesquisa.

“Testemunho” é um termo que se refere a muitos tipos de discursos, dentre eles, o da história oral e popular que procura dar voz aos “sem voz”. Seligmann-Silva (2003;2005) apresenta que testemunho vem sendo utilizado em diversos campos, os quais menciona o da Teologia, dos estudos jurídicos, da Psicologia, da Etnologia, da História e Historiografia, da Filosofia e Estudos Literários. Dessa forma, algo comum que se registra nestes campos é o crescente interesse pelo testemunho ao longo do último século. Ao utilizar e fazer essa aproximação com a Educação Universitária percebo os desafios expostos nas páginas seguintes, a necessidade dessa discussão e das interpretações sugeridas nos capítulos da primeira parte, sem nenhuma intenção de moldar a visão nem o mundo de quem efetue a leitura, mas de introduzir um pensamento reflexivo e conectado da não violência com as sexualidades dissidentes.

Os testemunhos obtidos nas entrevistas realizadas ao largo do trabalho de campo, constituíram a principal fonte sobre o que foi produzido nesta investigação. Foram coletados e analisados 12 testemunhos com indivíduos maiores de 18 anos, que se afirmam LGBTQIA+, alunos/egressos da UFPE; UFRPE, essas duas, instituições públicas; UNICAP instituição privada não laica e UNINASSAU, instituição privada laica, todas com sede na cidade do Recife.

Entrevistados violentados ao entrarem em contato com suas histórias acadêmicas para relatarem, estavam sempre dispostos a contribuir com essa Tese. Algumas vezes o sentimento de dor apareceu e

chorar integrava parte desse momento, a partir das lembranças ativas nas memórias da universidade antecedidas da escola. Experiências que eram difíceis, porém muito mais difícil era não poder compartilhar em casa, por vergonha da sexualidade ou medo de revelá-la, lhes restando conviver com as rejeições e as violências instauradas na rua e na própria família. Esta última então, de forma geral pelos testemunhos, não apresentava nenhuma disposição para romper com a lógica organizadora social e religiosa enquanto instituição moldada em um modelo tradicional. Toda essa situação requeria do entrevistador na coleta do testemunho, empatia para o relato, necessidade de interrupção diante da fragilidade apresentada com acolhimento necessário que permitisse nos momentos seguintes prosseguir com a entrevista.

Projeto de Pesquisa aprovado no Comitê de Ética da Fundação Joaquim Nabuco-PE com **PARECER CONSUBSTANCIADO** publicado na Plataforma Brasil

CAAE:20566219.7.0000.5619

Número do Parecer: 3.807.376

Referencial teórico

O marco teórico chamada **Semeando não violências: Diálogos Disruptivos na Educação Universitária com as Sexualidades Dissidentes**, faço uma apropriação inspirado na obra “A força da não violência” de Judith Butler. Estão sendo utilizados referências de autoras que discutem as pedagogias queer como Mercedes Sánchez-Sainz, Guacira Lopes Louro, Valéria Flores e na mesma linha, sigo contemplando pensamento de bell hooks, Paulo Freire, Jean-Marie Muller por uma educação transformadora, que vai alterar poderosamente e interromper as práticas existentes de violências com as sexualidades não convencionais na universidade, em outras palavras, **tratam-se de ruptura epistêmica e ruptura social**. Em seguida, tento explicitar o direito à educação que independe de orientação sexual e identidade de gênero e mais os rastros da sexualidade vivida em vários ciclos históricos do Brasil. Por fim, a afetividade como pilar de atitudes como autenticidade, empatia, consideração positiva como indultos da não violência

Os avanços que busco me inclinam para a formação de indivíduos com desenvolvimento integral, perspectivas da não violência e da

Pedagogia *Queer*³ na educação universitária. E isso é possível, através da exposição de como as teorias pós-identitárias⁴ em geral e a teoria queer tem proposições ao “entendê-la como desestabilizadora de certezas e provocadoras de novas percepções” (LOURO, 2004, p.24). Porque tudo pode ser *queer*. E tudo pode deixar de sê-lo. Sem um devir muito quadrado e nem redondo demais. É tudo uma questão de jeito. Um passo certo demais atrapalha. Mas um passo falso também. Em questão de *queer*, todo cuidado é pouco”, sugere Louro (2018).

Prossegue a mesma autora mencionando que “A Moral não é queer. Nem a Lei. Nem o Direito. O governo nunca é *queer*. Mas dizer ‘nunca’ não é nada *queer*”. Em se tratando do governo, vou logo me permitir a concordar com Louro (2018) e que o contexto político atual vigente no Brasil nem chega perto do *queer*. Pode-se dizer então que reflete um conservadorismo⁵, o qual denomino hostil, onde como

3 **Pedagogia *Queer*** - em inglês, queer significa estranho, esquisito, além de ser uma forma preconceituosa e violenta de abordar indivíduos homossexuais. Entretanto, no interior das universidades anglo-saxãs, teóricas do gênero e da sexualidade se reapropriaram do vocábulo e produziram uma “epistemologia”, ou um conjunto de articulações intelectuais, questionando o aprisionamento da concepção de corpo no sistema heteronormativo de sexo-gênero-desejo (SPARGO, 2007).

Logo, uma pedagogia e um currículo queer ‘falam’ a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência (LOURO, 2001).

4 Por **teorias pós identitárias**, pode-se compreender a busca, por meio de uma produção artística, cultural e política, em problematizar esses valores e normas (esses quais?), apresentando e celebrando outras formas de vida e outras maneiras de se expressar no que diz respeito às “identidades de gênero”, visando borrar as fronteiras classificatórias e constituindo atravessamentos entre estas normas e identidades fixas ou mesmo tentando implodir estes binarismos. Tais ações evidenciam que estas normas são fluidas, transitórias, históricas, sociais, culturais, e, portanto, passíveis de modificação; essas ações podem e têm promovido intensos debates gerando muitas polêmicas (Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Anais Eletrônicos-, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X)

5 **Conservadorismo** é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos. Todavia, o termo tornou-se comum nos debates públicos brasileiro e mundial contemporâneos, sendo constantemente acionados nos noticiários de televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais digitais com uma profusão de sentidos razoavelmente elásticos; por vezes, é identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião. Parafraseando Geertz, quando escreveu que no mundo contemporâneo “há coisas demais a que se quer dar o nome de ‘religiosas’” (Geertz 2001, p.151), muitas coisas são chamadas de

educador me perturba silenciar diante das violências com os implicados por orientação sexual e identidade de gênero nas universidades.

Na **Educação**, estabelecerei diálogo com Henry Wallon, Jerome Bruner, Paulo Freire, bell hooks e outros defensores da mesma ideia de uma educação integral/ humanista. E os estudos sobre **sexualidade**, com Michel Foucault e Judith Butler.

Outro olhar, dessa vez considerando a realidade social me remete a obra do educador brasileiro Paulo Freire, onde concebeu e desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político, cuja sala de aula deveria viabilizar a criticidade dos seus alunos na escola, e de ensinar a ler o mundo para poder transformá-lo, como explicitado nesse pensamento: **“se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”**.

Já para dialogar com a Sexualidade, meu debate se respaldará na obra de Michel Foucault, um crítico da instituição escolar, esse espaço escolhido para durante um período longo disciplinar comportamentos, formatar aquilo que pensam e atuar na docilização dos corpos. Foucault centra o foco nas práticas por meio das quais os seres humanos exercem a dominação e a subjetivação e que o poder não era originário do Estado ou das classes dominantes, mas exercido em várias direções e discursos, cotidianamente, em escala múltipla das relações.

Mas é com Butler que essa discussão se acentuará numa crítica sobre o processo de construção dos indivíduos. Ela interrogará as formas familiares angustiantes, as práticas reguladoras das identidades, as performatividades, tudo numa perspectiva crítica ao patriarcado e ao binarismo sexo-gênero e dos instrumentos de dominação

Resultados e discussão

Um dos testemunhos vai ganhando vigor e se aproximando de outras questões que lhe trazem mais impactos, dessa vez em virtude de sua orientação sexual interseccionada pelo racismo sistêmico por ele vivenciado. E essa percepção atenta desse jovem estudante sobre a sua realidade numa combinação multifatorial, interseccional não

conservadoras ou arroladas enquanto tais em um mesmo grande movimento. Zé, acho que tem muitas notas. Estou sentindo que está dificultando a leitura.

desperta estranhamento porque sua vida desde a infância foi sempre marcada por luta e superação, por isso ativa um potencial para subverter essa lógica estrutural instalada e utiliza sua força e o seu potencial objetivando movimentar-se socialmente através da educação. Algo muito forte no processo de formação apareceu que é o reconhecimento das lacunas tanto nos aspectos teóricos quanto de práticas laboratoriais. Reconhece ser um aluno dedicado e talvez por isso esteja também sendo muito rigoroso consigo, mas deixa claro que não deu conta de suprir e atender todas as exigências com aquisição de materiais e bibliografias essenciais. O peso das limitações financeiras o coloca em condições desfavoráveis para a largada profissional.

“É claro que percebo o preconceito comigo, que não sei muitas vezes a que estão vinculados se é por eu ser gay não incubado, de origem afro-indígena, negro, pobre ou sei lá mais o que..., por isso procuro usar a minha energia pra focar em algo bom e me esforçando sempre para ser muito bom no que estou cursando, que eu elegi e para que eu venha a desempenhar bem minha profissão após a conclusão do curso, que está próximo, mas reconheço que tenho muitos gaps da formação de teorias e de práticas”.

Ao mencionar sua origem afro-indígena o estudante já acumula sequelas e conhece outras dificuldades inerentes de sua origem racial e que são explicitadas no pouco convívio nos cursos de saúde com outros alunos negros e indígenas, efetivamente ainda são uma parcela muito pequena, ou seja, mais um golpe nas relações sociais de dimensão psicossocial pela falta de paridade na identificação com similares, o mesmo que se passa com bell hooks:

Quando entrei no contexto universitário pela primeira vez, me senti uma estranha nesse novo ambiente. Como a maioria dos meus colegas e professores, a princípio acreditei que esse sentimento se devia à diferença de origens raciais e culturais. Entretanto, à medida que o tempo passava, cada vez mais se evidenciava que esse estranhamento refletia, em parte, as diferenças de classe social.

[...] Pouco se discute – se é que se discute – o modo com que as atitudes e os valores das classes materialmente privilegiadas são impostos a todos por meio de estratégias pedagógicas tendenciosas.

[...] Até os professores universitários que adotam os princípios da pedagogia crítica (e muitos desses professores são brancos e do sexo masculino) conduzem suas aulas de maneira a reforçar os modelos de decoro burgueses. (bell hooks, pp.238-240, 2017)

Considerações finais

O estudo está em fase bastante evoluída e vem confirmando que o espaço universitário diferentemente do se imagina está repleto de conflitos vividos por alunos de sexualidades dissidentes durante a graduação nos mais variados centros tanto nas instituições públicas quanto privadas, laicas ou não.

Não atuo nessa pesquisa objetivando unicamente o título de um processo de doutoramento nem para compor repositório bibliotecário desintegrada dos vínculos da sociabilidade e dos equívocos nas políticas relacionais e educativas, mas a construirei como instrumento ativista para repensar a educação universitária para as sexualidades dissidentes. A tese terá alma e usa um método que observa e argumenta com uma universidade humanitária.

Como exemplo dessa escolha estou instigado a partir do aforismo, dos elementos mencionados anteriormente, e da Pedagogia do Engajamento (expressão de bell hooks) ao promover descrições de denúncias por enunciados observacionais quanto as violências na universidade por orientação sexual e identidade de gênero, recortada a partir de 03 grandes universidades da cidade do Recife. É claro que essa é uma operação em que **todos somos sabedores, que continua acontecendo e fingimos que não está.**

Aqui vale um esclarecimento que essa pesquisa não analisa documentos nem relatos dos participantes, ainda que existentes, fora da entrevista realizada pelo pesquisador, em virtude do alcance dos objetivos que está em verificar impactos e sequelas na graduação a partir das violências por orientação sexual e identidade de gênero

Logo, a **história oral na forma de testemunhos** se coaduna bem como os objetivos dessa Tese, e é o referencial metodológico dentro da abordagem qualitativa, que se apresenta como a melhor proposta de realização, por fazer ecoar vozes a uma população violentada e subalternizada no que se refere a orientação sexual e identidade de gênero.

É inegável a aproximação do testemunho com as proposições filosóficas da fenomenologia de Husserl, o que nos isenta de comparar relatos e experiências apresentados, por serem únicos. A situação que ilustra bem essa condição está nos discursos coletados que foram apresentados por alunos e egressos, além de se constituir uma narrativa livre, dialética, proporcionou certo alívio, até porque não existe discurso que apague a experiência, como por exemplo, no caso das sequelas registradas na educação, onde muitas vezes foram iniciadas com o bullying nas séries iniciais da escola e que não cessaram nem mesmo na universidade. Dessa forma, ao compartilhar e expressar tensões acumuladas em anos para esses indivíduos de sexualidades dissidentes, serem ouvidos se torna importante porque valoriza ser quem de fato são. Nesse caso, dar voz aos que a sociedade discrimina.

Referências

BUTLER, Judith. **La fuerza de la no violencia** – 1ª ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires : Paidós, 2020

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade trad. Renato Aguiar .16.ed. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2018.

HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade/bell hooks. tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LEOPOLDO, Rafael – **Cartografia do pensamento queer**. 1ª ed./ Salvador -BA. Editora Devires, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**, 3ª rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

LOURO, Guacira Lopes . **O corpo Educado**: pedagogias da sexualidade, trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed., segunda.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3ªed.rev.ampl. -Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2017

SÁINZ, Mercedes Sánchez. **Pedagogias Queer? nos arriesgamos a hacer otra Educación?** 2. ed. Madrid: Catarata, 2020

LIVROS DIDÁTICOS E SUAS PEQUENAS REDES: COPRODUÇÕES DE SABERES E RESISTÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO EM BIOLOGIA MENOR

Sandro Prado Santos

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – MG, sandro.santos@ufu.br

Matheus Moura Martins

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – MG, matheus.moura@ufu.br

Resumo

O presente texto insurge de uma investigação de Iniciação Científica, financiada pelo CNPq, que se propõe cartografar linhas que impulsionam um regime de visibilidade outro com gêneros e sexualidades nos livros didáticos (LD) de Biologia. Esse movimento nos aproximou das filosofias da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 2011) e dos campos de estudos filosófico-educacionais com as noções de educação *maior* e *menor* (GALLO, 2016). Com isso, compreendemos que há regulações, normatizações, repetições, controles, significantes e interdições nos LD de biologia o que temos denominado de uma *Educação em Biologia Maior*, mas defendemos que tudo isso é atravessado por linhas, mesmo pequenas, que os enredam com outros planos, outros regimes de signos, outras experimentações, ou seja, a constituição de uma *educação em biologia menor*. Nesse sentido, objetivamos aqui apresentar reflexões das potencialidades dos LD na coprodução de saberes e resistências aos usos *maiores* de gêneros e sexualidades. O agenciamento entre LD; gêneros e sexualidades; a *educação em biologia menor* e suas *pequenas redes* produziu um emaranhado de afetos que foram se coproduzindo, provocando e forçando o LD entrar num *devir*,

potencializando-o mobilizações em: livro-devir; livro-rizoma; livro-acontecimento; livro-máquina de guerra; livro-experimentação; livro-criação; livro-menor; livro-desterritorialização; livro-coletivo; livro-político; livro-minorização; livro-agenciamento; livro-militante; livro-heterotopia; e... e... e...

Palavras-chave: Educação em Biologia menor, Livros didáticos de Biologia, Gêneros, Sexualidades.

Compreendendo os delineamentos de pesquisa com livros didáticos de Biologia

Esse texto insurgiu de uma proposta de Iniciação Científica (IC) aprovada pelo edital DIRPE n.4/2020 – PIBIC/CNPq/UFU, agosto de 2020 e julho de 2021, que cartografou linhas dos regimes de visibilidades com gêneros e sexualidades em livros didáticos (LD) de Biologia – PNLD¹/2018 adotados pelas escolas da rede pública estadual do município de Ituiutaba/MG (SANTOS; SILVA e MARTINS, 2021).

Esse movimento foi gestado a partir da núpcia com as filosofias da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 2011) e de seus agenciamentos filosófico-educacionais em território brasileiro, dos conceitos de Educação *menor* e *maior* por Sílvia Gallo (2016). Sendo assim, propomos que os LD, em composição com gêneros e sexualidades, apresentam um conjunto de linhas de diferentes naturezas, ritmos e direções na constituição de superfícies territoriais que operam entre planos emaranhados e entrecruzados com usos *maiores* e *menores* (SANTOS; MARTINS, 2020), ou seja, eles funcionam *ora* como superfícies de regulação, estratificação e normalizações; *ora* como resistências, aberturas, fugas, conexões e rizomatizações na coexistência/coprodução de gêneros e sexualidades com a Educação em Biologia.

Na leitura de “*Kafka: por uma literatura menor*” de Deleuze e Guattari (2015), o filósofo brasileiro, Sílvia Gallo (2016), agenciou os conceitos de educação *menor* e *maior*. A *educação maior* é aquela presente nos planos, diretrizes, currículos, normas e regras escolares que regulam e controlam o ensino em processos de produção mecânica de formas/fôrmas de subjetivação. Nessa mesma linha, co(re)existe a *educação menor*, minoritária, indisciplinada, teimosa aos instrumentos de controle, irreduzível ao disciplinamento, revoltosa ao instituído, afeita as travessuras da singularização, da militância, operando sempre como uma máquina de resistência (GALLO, 2016). Desse modo, temos insistido e apostado, em nossas investidas de pesquisa, no

1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos/as alunos/as e professores/as das escolas públicas de educação básica do país.

conceito de educação *maior* e *menor* nos agenciamentos territoriais da Educação em Biologia, o que temos chamado de *educação em biologia maior e menor* (SANTOS; MARTINS, 2020; SANTOS; SILVA e MARTINS, 2021).

O exercício com o LD foi atravessado pelos usos da *educação em biologia maior*, redes complexas de con-formações arborescentes, exclusões, silenciamentos e interpelações aos/com corpos, gêneros e sexualidades. No entremeio a tais redes aparecem possibilidades de fluxos de acontecimentos, velocidades, resistências, saberes outros, re-invenções, singularidades, elementos minoritários e rizomáticos (DELEUZE; GUATTARI, 2011), uma *educação em biologia menor* tecida com/por *pequenas redes* (SANTOS; SILVA; MARTINS, 2021).

Nesse texto, a pergunta que motivou e agenciou essa escrita, foi, o que pode um LD nesse encontro com uma *educação em biologia menor*? Nesse sentido, objetivamos aqui apresentar as reflexões das potencialidades dos LD a partir dos exercícios de agenciamentos entre a *educação em biologia maior e menor*.

O que pode o LD com uma educação em biologia menor?

Aqui, nossa ideia é explorar as potencialidades insurgidas em nossos movimentos de pesquisa entre LD; gêneros e sexualidades; a *educação em biologia menor* e suas *pequenas redes*. Um emaranhado de afetos que foram se coproduzindo, provocando e forçando o LD entrar num *devir-menor* “[...] não como novo modelo a ser instituído [...] menor como experimentação, invenção de linhas de fuga [...] menor como prática de resistência, [...] apostando na possibilidade de suscitar acontecimentos. Proliferação de experiências outras [...] (GALLO, 2015, p. 86).

Os LD de Biologia nos apresentaram linhas molares das discussões de gêneros e sexualidades já bem conhecidas e instituídas nos territórios da Educação em Biologia (SANTOS; SILVA; MARTINS, 2021). No entanto, também foi possível identificar linhas de criação que rizomatizaram para/com outros espaços reais e de passagem que nos transportaram, lançaram e fizeram insurgir muitos outros lugares para além de cartografias anátomo-fisiológicas.

Quando nos atrevemos a pensar um LD em *devir-menor*, assumimos que ele cria espaços heterotópicos (FOUCAULT, 2009), abrindo possibilidades de multiplicação de outros espaços, para além da

organização e do controle instituídos na escola, fazendo insurgir muitos outros lugares, na criação de caminhos outros nos territórios da educação em biologia, potencializando [...] relações pedagógicas diferenciadas. E que suscitem acontecimentos (GALLO, 2015, p. 85).

Esse investimento tem nos permitido ampliar a conjugação do LD com as possibilidades de acontecimentos que implicam [...] a afirmação da conexão de heterogêneos [...] a surpresa dos devires [...] um movimento de um aprendizado de implicadas variações” (ORLANDI, 2016, p. 11), que nos propõe visibilizar o LD, também, implicado num processo de desterritorialização, que força a diferença, abertura a novos lugares que permitam outros encontros nos territórios da Educação em Biologia.

Nesse sentido, apostamos que um LD devém acontecimentos com criações de outras cartografias, caminhos, mapas, entradas e saídas que navegam como “barcos” ora pelas rotas recorrentemente instituídas e traçadas nos mapeamentos de uma *Educação em Biologia Maior*; ora içando velas em busca de novos territórios que se aventuram em processos de ensinagens e aprendizagens. Os barcos, segundo Foucault (2009), são “heterotopias por excelência” [...] um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar [...] a maior reserva de imaginação [...]” (p. 421-422). Reforçamos que um LD agenciado nesse movimento suscita uma prática pedagógica de acontecimentos, que abre caminhos para experimentações, desterritorializações e criações de linhas de fuga.

Se Foucault (2013) afirmou que as hetero-topias são territórios (*topos*) espaço-temporais, interpenetrados, com ressonâncias, por outros espaços que eles contestam, num movimento polifônico de vida em des-continuidades e rupturas, podemos pensar nas possibilidades de o LD funcionar com princípios de um rizomorfismo (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Sendo assim,

Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora. Assim, sendo o próprio

livro uma pequena máquina, que relação, por sua vez mensurável, esta máquina literária entretém com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária etc. — e com uma *máquina abstrata* que as arrasta (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p.18-19).

Nessa perspectiva, o conceito de rizoma nos parece potente para pensar o LD como uma multiplicidade de conexões e alianças com diferentes ações, práticas e usos com os/as docentes, estudantes, gestores/as, instituições, famílias, diretrizes educacionais, políticas públicas, movimentos sociais, dentre outros, conferindo a ele uma co-existência com processos em que encontramos permanências, re-edição de certezas, verdades, sentidos já postos, bem como busca por mudanças que carregam descontinuidades. Com isso, foi possível entender que o LD:

[...] é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. [...] Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, extratos, territorialidades, mas também linha de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constituem um agenciamento. Um livro é um tal agenciamento [...]. É uma multiplicidade [...]. (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 18).

Nesse sentido, o LD de Biologia ao levar ao limite as possibilidades de emergência de modos outros de pensar sexualidades, gêneros e a proliferação de vetores das diferenças, torna-se possível metamorfoseá-lo numa máquina que produz buracos, fissuras e perde durezas, redes-máquinas que exprimem *usos menores* e colocam em jogo um funcionamento experimental de conteúdos e expressões que distancia da preocupação de uma aplicabilidade “que fazer?” e/ou “que ensinar?” (RANNIERY; LEMOS, 2018) e aproxima da possibilidade de agenciamentos criadores, políticos, coletivos e de desterritorialização. Tal funcionamento não implica rejeitar o LD ou negá-lo, desvalorizá-lo, mas, potencializá-lo para além de um manual circunscrito com conhecimentos e saberes científicos como meros objetos ensináveis

e sim reconfigurá-lo para um campo afetivo, experimental e acontecimental que mobilizam processos políticos, minoritários e coletivos.

Sendo assim, são tecidas nos LD redes de práticas políticas² nos currículos da biologia escolar, em movimentos de experimentação com elementos que re-organizam, provocam ruídos e re-pensam as escolhas, a linguagem da pedagogia (RANNIERY, 2017) e as disputas curriculares no que se refere aos recursos didáticos, as formas de expressões, conteúdos, mostrando que há elementos nos LD de Biologia que podemos nos conectar com ramificações que deslocam as narrativas da *Educação em Biologia Maior*. Tais ramificações constituem o LD em espaços-tempos de – acontecimentos – encontros, irrupção e desdobramentos das diferenças e de elementos heterogêneos que fazem constantemente insurgirem desfigurações, desterritorializações outras com uma *educação em biologia menor*.

Nesse exercício de resistência e de revolta ao controle instituído, as segmentaridades e normatizações presentes nas pautas curriculares podem ressoar com a prática do/a professor/a que pode perpetuá-las pacificamente ou propor um exercício de experimentação com o “como um cão que cava seu buraco, um rato que cava sua toca” (GALLO, 2016, p.59). Essa possibilidade de escolha de resistir - ou não - é o papel político do/a professor/a militante “[...] que cava seu buraco e age micropoliticamente produzindo *educação menor* no contexto do grande domínio da *educação maior*” (OLIVEIRA, 2019, p. 10, destaques nossos).

Nesse sentido, o/a professor/a militante pode possibilitar a passagem de um devir-menor, e assim o fazendo, efetiva sua prática política, que se ocupa com experimentações de práticas pedagógicas diferentes daquelas instituídas. Ele/a a partir “[...] de seu próprio deserto, de seu próprio terceiro mundo opera ações de transformação, por mínimas que sejam” (GALLO, 2016, p. 60), e, imerso nas situações cotidianas “[...] produz a possibilidade do novo” e “[...] procura viver a miséria do mundo, a miséria de seus alunos, seja ela qual for” (GALLO, 2016, p. 62), o/a militante “[...] procura viver as situações e dentro dessas situações vividas *produzir a possibilidade do novo* [e]

2 “Uma boa política [...] é aquela que multiplica os possíveis, que aumenta o número de possibilidades abertas à espécie, e só. Uma política cujo objetivo é reduzir as possibilidades, as alternativas, circunscrever formas possíveis de criação e expressão, é uma política que descarto de saída” (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, p. 256).

de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente” (p. 61, destaques do original). A ramificação política dos LD de biologia, potencializa a visibilidade de outras riquezas, novos agenciamentos, minorizados e invisibilizados nos territórios, o menor que vai sendo produzido às margens do instituído, potencializando modos outros de expressões emergentes e movimentos de enunciação coletiva que possibilitam uma heterogeneidade e multiplicidade de vozes; bem como visibilidades, encontros com desejos, orientações, subjetividades tidas como minoritários.

Essa possibilidade de construção coletiva nos mostra que o LD agrega um *valor coletivo* e em suas páginas, abre múltiplas saídas, um (im)possível parece brotar, portas se abrem aos milhares, toda uma coletividade parece ser exposta. Agenciamentos singulares confundem-se coletivamente, um ou muitos livros? O um multiplica-se, transborda em agenciamentos coletivos. Nossa aposta nas coproduções coletivas do LD de Biologia, assim como aposta de Gallo (2016) na educação menor:

[...] é uma aposta nas multiplicidades, que rizomaticamente se conectam e interconectam, gerando novas multiplicidades. Assim, todo ato singular se coletiviza e todo ato coletivo se singulariza. Num rizoma, as *singularidades* desenvolvem *devires* que implicam *hecceidades*. Não há sujeitos, não há objetos, não há ações centradas em um ou outro; há projetos, acontecimentos, individuações sem sujeito. Todo projeto é coletivo. Todo valor é coletivo. Todo fracasso também (p. 84).

Os LD de Biologia deixam explícitos uma heterogeneidade e multiplicidade de vozes que os ocupam, alianças marginais, encontros minoritários e escutas de autores/as-e-minorias, formando um coletivo *menor*. Elas não intencionam cartografar receitas, fórmulas aos territórios da Educação em Biologia ou chaves para abrir grandes portões territoriais, mas sim, investir, coletivamente, em pistas e sussurros de possibilidades de travessias e de fugas (MOMBAÇA, 2020) aos territórios de uma *Educação em Biologia Maior* que coloniza as intensidades do LD. Esse coletivo de multiplicidade de vozes, passa a compor coletivamente agenciamentos nas margens.

Diante desse contexto, podemos dizer que um LD não fala por si mesmo, mas se coloca num exercício de feitura de multiplicidades

envolvidas em um projeto que é coletivo, sendo assim, a potencialidade do livro de operar com o menor, não está exatamente ligada a uma essência do material em si ou, até mesmo, na qualidade e quantidade de seus conteúdos de expressão e sim, em sua capacidade de coprodução de agenciamentos coletivos.

Nesse sentido, os nossos interesses, apostas, buscas, investimentos ainda são pela transvaloração da imagem do LD como receituário ou normalização pedagógica, e sua coprodução em enunciações políticas, coletivas e desterritorializadas.

Produzindo algumas considerações sobre as potencialidades do LD...

Com tais enredamentos, entendemos que os LD em exercício de uma *educação em biologia menor*, assumem a dimensão da desterritorialização, da política e do coletivo, fazendo insurgir múltiplos agenciamentos-acontecimentos nos espaços da Educação em Biologia, reverberando outros territórios existenciais e a criação de versões *menores* e potencializando novos modos de subjetivação emergentes, movimentos coletivos de enunciação, outros modos de educações, currículos, ensinagens e aprendizagens em biologia com os gêneros e as sexualidades.

Resistir e criar são as possibilidades que nos abrem os LD de biologia, quando escolhemos agir com exercícios de uma *educação em biologia menor* (afirmação da potência das *pequenas redes* frente aos *usos maiores da educação em biologia*), pois, permitem traçar linhas de fuga criadoras, fissurar o que está instituído, escapar às organizações ou aos *usos maiores* da Biologia e experimentar com acontecimentos que traçam desterritorializações dentro do que está instituído nos LD. Desse modo, o exercício de uma *educação em biologia menor* nos força a pensar na potência da multiplicidade e da diferença presentes nos LD de Biologia, que emergem e que se afirmam como espaços de resistências, experiências e criações.

Como vimos, ao longo do texto, consideramos e estamos entendendo que o LD de Biologia é constituído por *pequenas redes* que cartografam espaços outros, cujas linhas de fuga, de criações e de experimentações podem ser potencializadas quando pensadas em coproduções com *educação em biologia menor*. Diante disso, fica o desafio de compor e agenciar com o LD mobilizando-o enquanto uma

potencialidade: livro-devir; livro-rizoma; livro-acontecimento; livro-máquina de guerra; livro-experimentação; livro-criação; livro-menor; livro-desterritorialização; livro-coletivo; livro-político; livro-minorização; livro-agenciamento; livro-militante; livro-heterotopia; e... e... e...

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, v.1. Tradução de A. L. O, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34. 2011, p. 17-50.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Tradução Cíntia Vieira da Silva. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GALLO, Silvio. Educação menor: produção de heterotopias no espaço escolar. In: Grupo Transversal. **Educação menor**: conceitos e experimentações. 2.ed. Curitiba: Appris, 2015, p. 75-88.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização e seleção de textos: Manoel de Barros da Motta; tradução: Inês Antran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico** – as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**: carta às que vivem e vibram apesar do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. **A prática Espinosana de uma Educação Menor**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.44, n.2, e81521, 2019, p. 1-14.

ORLANDI, Luiz B. L. Prefácio: elogio ao pensamento necessário. In: ZOURABICHVILI, François. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 9-22.

RANNIERY, Thiago. “Sexualidade na escola”: é possível ir além da máquina de diferentes? In: MACEDO, Elizabete.; RANNIERY, Thiago. (Orgs.). **Currículo, sexualidade e ação docente**. Petrópolis: DP Et ali, 2017, p. 213-238

RANNIERY, T.; LEMOS, P. C. de. Gênero pode ser uma categoria útil para o ensino de Biologia? In: VILELA, M. L. *et al.* (Orgs.). **Aqui também tem currículo!** Saberes em diálogo no ensino de biologia. Curitiba: Editora Prismas. ISBN: 978-85- 537- 0044-8. 2018, p. 65-86.

SANTOS, Sandro Prado; MARTINS, Matheus Moura. Entre encontros e ensino de biologia e gêneros e sexualidades: sopros e insurgências de uma biologia menor. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 13, n. 1, p. 141-152, 2020. DOI: 10.46667/renbio.v13i1.314. Disponível em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/314>. Acesso em: 03 de mai.2021

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Fabricio Aparecido Gomes da; MARTINS, Matheus Moura. Sexualidades e gêneros e educação em biologia menor e cartografias de suas pequenas redes em livros didáticos – PNLD/2018. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, RS, v. 9, n. Especial, p. 552–575, 2021. DOI: 10.14295/de.v9iEspecial.12626. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12626>>. Acesso em: 30 maio. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Encontros**. São Paulo: Azougue, 2008.

GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO INICIAL DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOS ANOS INICIAIS: O QUE NOS MOSTRA O ESTADO DO CONHECIMENTO?¹

Roseclair Site

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Baixada Fluminense (UERJ/FEBF). Membro do Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades (NuDES). E-mail: roseclairsite@gmail.com

Ivan Amaro

Professor Orientador. Procientista FAPERJ/UERJ. Professor Adjunto da UERJ, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Duque de Caxias – RJ. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: ivanamaro.uerj@gmail.com

Resumo

Gênero e sexualidades dispositivos de construção histórico, social e cultural são alvo de censuras, apagamentos, (in)visibilizações transformando-os em tabus para serem abordados nas escolas e na formação inicial de professoras. Partimos desta premissa e seus desdobramentos na Educação, para com este levantamento bibliográfico compor o Estado do Conhecimento.

1 Este artigo é um recorte da pesquisa de Mestrado em Educação no PPGECC (Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)/FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense).

Teoricamente este trabalho traz nas categorias gênero e sexualidade, Foucault; Louro para gênero e sexualidade na escola; André & Brzezinski para formação docente. Temporariamente, identificamos o silenciamento destas temáticas na formação. Professoras que demonstram interesse em obter este conhecimento para desenvolverem suas práticas. A inserção destas temáticas para repensar a formação urge; para uma educação que supere e transponha violências.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidades, Formação Inicial, Estado do Conhecimento.

Este trabalho é um recorte de minha pesquisa de Mestrado que ainda está em andamento, mas em vias de conclusão; esta, se concentra na perspectiva pós-estruturalista/pós-crítica por romper com as perspectivas deterministas/binárias com a premissa de que *educamos e pesquisamos* (grifo da autora) em um tempo diferente [...] em que temos mudanças significativas na educação, nos movimentos sociais e nas desigualdades (PARAÍSO, 2014). Sendo o gênero e as sexualidade(s) dispositivos de construção histórico, social e cultural que são alvos de apagamentos, (in)visibilizações e silenciamentos outros e, transformados em tabus para serem abordados nos cursos de formação inicial de professoras, quiçá nas escolas. É a partir desta premissa e seus desdobramentos que surgem as inquietações que impulsionam minha pesquisa ao propor a investigação dos sentidos que são produzidos pelos discursos sobre gênero e sexualidade(s) na produção acadêmica na área da educação nos anos 2000-2020, especificamente nos cursos de pedagogia mediante o levantamento bibliográfico na base do Banco de Teses e Dissertações no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para compor o Estado do Conhecimento (ROMANOWISKI & ENS, 2006).

De acordo com Romanowski & Ens (2006) os estudos do tipo Estado do Conhecimento são delimitados ao levantamento das produções de teses e dissertações nas bases do Banco de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), estes possibilitarão sua organização e sistematização a fim de analisar e identificar as contribuições destas para a sociedade, seus pontos de concordância assim como suas contendas, brechas e lacunas que devem ser elucidadas, as relações entre teoria e prática inovadoras que possam equacionar problemas relacionados a esta bem como favorecer a relação pesquisador e a sua práxis nas pesquisas em educação.

A intencionalidade deste levantamento é perceber como as pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado, no campo da Educação têm problematizado as questões de gênero e sexualidade(s), que referenciais teóricos têm sido utilizados, os principais achados e desafios colocados para a formação docente (AMARO & SITE, 2019). Temos reflexões outras sobre a formação de professoras, especificamente nos cursos de pedagogia e suas implicações nas práticas pedagógicas docentes acerca das temáticas de gênero e sexualidade(es) para estas sejam igualitárias, emancipatórias e fundadas na igualdade e no respeito.

Trago algumas indagações preliminares na construção da pesquisa:

- a) os cursos de formação de professoras contribuem para que as temáticas de gênero e sexualidade(s) sejam desenvolvidas na escola?
- b) como as professoras lidam com as temáticas de gênero e sexualidade(s) na escola?
- c) que discursos sobre as concepções de gênero e sexualidade(s) são produzidos, emergem, circulam na organização do trabalho pedagógico?
- d) qual a natureza destes discursos?
- e) qual o alcance destas práticas de modo a contribuir para o combate aos preconceitos e discriminações e, defesa da diversidade de gênero na escola?

Teoricamente esta pesquisa traz ANDRÉ & BRZEZINSKI (2006, 2014) para embasar a formação de professoras, identidade, profissionalização/proletarização da profissão docente; BENTO (2011) colabora com suas reflexões acerca das tecnologias que impõem padrões de heteronormatividade hegemônicos; BUTLER (2003) complementa as discussões sobre sexualidade, suas possibilidades e limites; na categoria de sexualidade, sua discursividade e controle dos corpos, FOUCAULT (2006); LOURO (2008) dialogar sobre as relações de gênero e sexualidade na escola e na educação; SCOTT (1995), para conceituar gênero enquanto uma categoria útil para análise histórica e, VIANNA (2012) & UNBEHAUM (2006) para as temáticas de gênero e sexualidade, plano nacional de educação e diretrizes curriculares nacionais.

Trajetórias metodológicas

Como recorte para este trabalho trago a descrição breve do processo de levantamento realizado em 2020/2021 nas bases de dados do Banco de Teses e Dissertações a partir de três grupos de descritores e recorte temporal 2000-2020. Nesta etapa que já configura como terceira, foram utilizados os seguintes termos, entre aspas e separados por ponto e vírgula, como descritores:

1. formação docente; gênero; sexualidade

2. formação inicial de professores; gênero; sexualidade
3. curso de pedagogia; gênero; sexualidade

Os achados foram organizados nos quadros a seguir para melhor compreensão e visualização.

Quadro 1 – Levantamento BDTD/IBICT

Nº	Descritores	Docto./Quantidade	Recorte temporal	Total
01	"formação docente"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/12 Dissertação/33	2000-2020	45
02	"formação inicial de professores"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/5 Dissertação/16	2000-2020	21
03	"curso de pedagogia"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/0 Dissertação/9	2000-2020	9

Fonte: A autora, 2020

Neste levantamento com um total de 75 trabalhos localizados nem todos eles nos interessam, para selecionar/refinar aqueles que mais se aproximam e conversam de maneira mais efetiva com nossa pesquisa procedemos com a leitura dos resumos, análise dos títulos desta maneira chegamos a 13 trabalhos aproveitados com descarte de 62 trabalhos. A leitura dos resumos nos permite observar quais as metodologias que mais se aproximavam, identificar aquela(s) que surge(m) como diferencial por sua originalidade e, assim esmiuçar detalhadamente os trabalhos que de fato dialogam com nossa pesquisa.

Quadro 2 – Trabalhos Aproveitados/Descartados

Nº	Descritores	Docto./ Quantidade	Total	Aproveitados	Descartados
01	"formação docente"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/12 Dissertação/33	45	4 (1 T/3 D)	41
02	"formação inicial de professores"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/5 Dissertação/16	21	8 (3 T/5 D)	13
03	"curso de pedagogia"; "gênero"; "sexualidade"	Tese/0 Dissertação/9	9	1(1D)	8
TOTAL			75	13	62

Fonte: A autora, 2020

No quadro seguinte temos os trabalhos aproveitados com as devidas informações como título, autoria, instituição, unidade de federação, região, tipo de trabalho, ano de defesa.

Quadro 3 – Teses e Dissertações

Nº	Tipo	Ano	IES	UF	Região	Título	Autoria
01	T	2007	UFSC	SC	Sul	“A gente não pensava nisso...” : educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS	Hampel, Alissandra
02	D	2007	UFSC	SC	Sul	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia	Koerich, Maria Cecília Takayama
03	D	2009	UNESP	SP	Sudeste	As concepções de sexualidade de um grupo de alunas do curso de pedagogia: uma análise a partir do recorte de gênero	Costa, Ana Paula
04	D	2011	UFJF	MG	Sudeste	Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as	Silva, Kelly da
05	D	2012	UFMA	MA	Nordeste	GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís	Martins, Walkiria de Jesus França
06	D	2014	UFJF	MG	Sudeste	Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidades e formação em pedagogia	Castro, Roney Polato de
07	T	2016	UFC	CE	Nordeste	Gênero no percurso de vida de estudantes do Curso de Pedagogia da UF	Lima, Francisca Josélia Inocêncio de
08	T	2016	UFPA	PA	Norte	Entre deuses e humanos: entre -lugares da diferença na trama curricular	SOUZA, Camila Claide Oliveira de
09	D	2016	UFPE	PE	Nordeste	As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica	Santos, Maria do Carmo Gonçalves

10	D	2016	UFPE	PE	Nordeste	Games e gênero: as contribuições dos jogos eletrônicos na formação dos pedagogos	MALTA, Aline Rodrigues
11	T	2018	USP	SP	Sudeste	A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais	Soares, Alexandre Gomes
12	D	2019	UFPE	PE	Nordeste	Formação inicial docente e sexualidades: os discursos dos/as estudantes de Pedagogia construídos acerca das homossexualidades	SILVA, Denner Edyzio da
13	D	2020	UNESP	SP	Sudeste	Infância, gênero e educação infantil: percepções e ações na e para a formação inicial do pedagogo	Crociari, Ariane

Fonte: A autora, 2020

O que encontramos até o momento?

Até o momento temos como resultado parcial, em construção, da pesquisa que em um total de 75 trabalhos encontrados que conversam com nossa pesquisa apenas 13 destes trazem apresentam maior aproximação no que tange gênero e sexualidades na formação inicial. A concentração destes trabalhos se dá em 3 regiões a saber: sudeste, sul e nordeste. Destes 13 trabalhos apenas 4 são teses, sendo 2 na região nordeste, o que nos mostra que ainda há pouco interesse no aprofundamento destes estudos a nível de doutorado. O protagonismo destes trabalhos elencados é majoritariamente feminino com 10 autoras e, este mesmo protagonismo se repete nas orientações com 8 orientadoras. Considerando estes trabalhos, é apenas no final da primeira década dos anos 2000, precisamente em 2007 que temos uma tese e uma dissertação; há um interstício de dois anos para o trabalho seguinte em 2009, sendo 1 tese; há um novo interstício de mais dois anos e, apenas um novo trabalho (dissertação) em 2011; em 2012 temos uma dissertação; após novo interstício de mais dois anos temos em 2014 uma dissertação; a partir de 2014 temos mais um interstício de dois anos e em 2016 surgem quatro novos trabalhos, sendo duas teses, este é o ano com maior volume de produção acadêmica na região nordeste; no ano de 2017 não produção acadêmica e nos anos

seguintes (2018, 2019, 2020) temos produções anuais. A UFPE é a instituição que mais se destaca na produção acadêmica neste período de 2000 a 2020, com três dissertações em 2016 e uma em 2019.

Quanto ao título dos trabalhos apenas três mencionam o curso de Pedagogia, um deles traz o Estado do Conhecimento e, o outro trata da inserção de disciplinas de gênero nos cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação em Minas Gerais. Um menciona a formação inicial docente; formação em pedagogia e do pedagogo com um de cada; formação inicial do pedagogo; uma para currículo de pedagogia todos dissertações; trama curricular e estudantes do curso de pedagogia com uma tese para cada; contribuição do currículo para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica sendo uma dissertação; formação docente com uma tese e currículo e formação de professores/as com uma dissertação. Para melhor compreensão segue o quadro para visualização:

Quadro 4 – Títulos

Nº	Menções	Tipo	Quantitativo
01	Curso de Pedagogia	T/D	3 (1 T/2D)
02	Formação inicial docente	D	1
03	Formação em Pedagogia	D	1
04	Formação de Pedagogia	D	1
05	Formação inicial do pedagogo	D	1
06	Currículo de Pedagogia	D	1
07	Trama curricular	T	1
08	Estudantes do curso de pedagogia	T	1
09	Contribuição do currículo para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica	D	1
10	Formação docente	T	1
11	Currículo e formação de professores/as	D	1

Fonte: A autora, 2020

Com o refinamento dos trabalhos que por conversarem imbricadamente com nossa pesquisa selecionamos apenas quatro mediante a leitura dos resumos de todos os trabalhos dentre os treze pré-selecionados:

- “A gente não pensava nisso...”: educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campana/RS (Tese/2007);

- História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia (Dissertação/2007);
- Gênero e Sexualidade na Formação Docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA – São Luís (Dissertação/2012);
- As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica (Tese/2016).

No quadro a seguir para melhor visualização destes trabalhos temos as palavras-chave, autoria e referencial teórico:

Quadro 5 – Trabalhos selecionados

Nº	T/D	Ano	IES	Título	Palavras-chave	Referencial teórico	Autoria
01	T	2007	UFSC	“A gente não pensava nisso...”: educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS	Educação para Sexualidade, Gênero, Formação docente, Currículo	Estudos Culturais e Estudos de Gênero Perspectiva pós-estruturalista	Hampel, Alissandra
02	D	2007	UFSC	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em currículos de pedagogia	Formação de educadores, Relações de Gênero, Currículo	Análise do discurso (Foucault)	Koerich, Maria Cecília Takayama
03	D	2012	UFMA	Gênero e Sexualidade na Formação Docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA – São Luís	Gênero, Sexualidade, Educação, Formação, Currículo		Walkiria de Jesus Martins
04	T	2016	UFPE	As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica	Currículo, Gênero, Sexualidade, Prática Pedagógica		Maria do Carmo Gonçalves Santos

Fonte: A autora, 2020

Considerações finais que não finalizam

Importante ressaltar que estas considerações por si só não finalizam nossa pesquisa e estudo. Por aqui temos como mote para a relevância de nossa pesquisa tanto para a academia, quanto para a sociedade ao vislumbrarmos que a formação inicial das professoras, sim professoras por sermos em percentual superior a 80% de acordo com dados do último censo do IBGE, é fundante e determinante para pautar práticas pedagógicas que assegurem uma educação em uma perspectiva mais humanizada que propicie o fortalecimento individual e coletivo e, isto só se torna possível com uma formação inicial que seja capaz de romper com quaisquer tipos de obstacularização que impossibilitem a inclusão de alunas/alunos/alunos que estão em processo de construção do conhecimento e processo de socialização que requer ferramentas para o enfrentamento dos desafios da sociedade contemporânea que reverberam na escola para que esta seja igualitária, emancipatória e fundada na igualdade, na equidade e no respeito.

Dito isto acima, é de suma importância que haja investimento nas temáticas de gênero e sexualidades, bem como de suas interseções de raça e classe nos cursos de formação inicial de professoras, especificamente nos cursos de Pedagogia. Distarte será possível em um futuro muito próximo termos a escola como fonte de conhecimento capaz de salvar vidas, seja pela informação, pela inclusão, pelo acolhimento humanizado das demandas contemporâneas.

Referências

AMARO, Ivan. **Gêneros, sexualidades e formação de professorxs no século XXI: entre apagamentos, práticas e enfrentamentos. 2019.** In: XII Seminário Nacional de Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE. 2019.

AMARO, Ivan. SITE, Roseclair. **Formação inicial e continuada de professorxs: a (in)visibilização das temáticas de gênero e sexualidades nos currículos.** In: 4º Seminário Educacional desfazendo Gênero – Realize Eventos e Editora, 2019. – 11/2019 – Recife, PE.

Anais (online). Recife: Realize eventos e Editora, 2019. Disponível em https://editorarealize.com.br/revistas/desfazendo_gnero/anaisanteriores.php

ANDRÉ, Marli (Org.). **Formação de Professores no Brasil (1980-1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2006.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Formação de Profissionais de educação (1997-2002)**. Brasília: Ministério da Educação/INEP, 2006.

_____. **Formação de profissionais de educação (2003- 2010)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. 17ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Currículo, Gênero e Sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”**. In: **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PARAÍSO, Marlucey Alves. **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. 2ªed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

ROMANOWISKI, J. ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006.

UNBEHAUM, Sandra. CAVASIN, Sylvia. GAVA, Thais. **Gênero e sexualidades nos currículos de Pedagogia**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

VIANNA, Claudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica.** In: Pro-Proposições, Campinas, v. 23, n. 2 (680, p. 127-143, maio/ago. 2012).

VIANNA, Claudia. UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na educação básica: Quem se importa? Uma análise de docuemntos de políticas públicas no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.

SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA EM SERRA-ES

Thiago Fernandes Madeira

Doutorando em Ciências Sociais – Universidade Federal do Espírito Santo – ES – thiago_fm@hotmail.com;

Maria Alayde Alcântara Salim

Professora orientadora – Doutora em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo – ES – maria.salim@ufes.br.

Resumo

A sexualidade constitui uma questão polêmica no ambiente escolar e familiar, sendo que cada uma dessas instituições sociais têm a responsabilidade de formar, informar e orientar crianças e adolescentes sobre as descobertas e mudanças que ocorrem. Existem vários discursos acerca de sexualidade envolvendo a adolescência, contudo poucos são encontrados a partir da percepção dos próprios sujeitos, pretendeu-se, portanto, trazer à tona os sentimentos que são alimentados por estes, enquanto alunos e como essa vivência se processa. O arcabouço teórico teve como principal fonte de informações a teoria da sexualidade proposta por Sigmund Freud (1905) e Foucault (2014), analisada por outros teóricos, com o objetivo de identificar a percepção de alunos adolescentes do ensino médio sobre sexualidade no ambiente escolar, na família e religião. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, com abordagem qualitativa, partindo da análise de descrição de dados de 12 alunos matriculados no ensino médio de uma escola da rede estadual no município de Serra, Espírito Santo. Os dados foram coletados a partir de encontros realizados em grupos focais para analisar o grau de conhecimento dos alunos sobre a temática e

definir os temas a serem desenvolvidos e discutidos nos grupos focais realizados com os sujeitos da pesquisa. A partir dos temas definidos nos grupos focais, a maioria dos adolescentes mostrou saber sobre a importância de discutir as questões sobre sexualidade na escola e na família, com opiniões firmes, claras e objetivas de que o assunto não é tratado de modo adequado nesses dois espaços.

Palavras-chave: Adolescência; Sexualidade; Percepção; Escola.

Introdução

O acelerado processo de transformações humanas e com as possibilidades mais amplas de acesso à informação, a expressiva mudança comportamental trouxe à tona a necessidade de discutir um assunto em evidência na atualidade e que a cada dia ganha maior relevância, a questão de sexualidade. O debate acerca da sexualidade e adolescência vem se tornando objeto constante na mídia, no meio acadêmico e no contexto escolar, mas ainda é abordado com limites, superficialidades e senso comum em função da resistência política e religiosa. No aspecto educacional, observa-se que a retirada dos termos sexualidade e identidade de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) merecem uma discussão aprofundada. É importante destacar a consideração de Nunes e Silva (2006, p. 73) afirmando que “a sexualidade transcende à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas”.

Trazer para o cotidiano das escolas a discussão sobre sexualidade permite dar visibilidade ao tema, propor novas discussões sobre tabus¹ e normas condicionantes, frequentemente, naturalizadas pela sociedade patriarcal e heteronormativa. A literatura que discute a sexualidade nas ações da escola vem recebendo novas contribuições que indicam o crescente interesse acadêmico sobre o tema. Parte expressiva destes trabalhos, pautando-se nas obras de Freud (1905, 1977 e 2006), Nunes e Silva (2006); Rodrigues, Wechsler (2014); Silva e Brígida (2016) e Zornig (2008) demonstram que a perspectiva dos estudantes sobre o assunto é essencial para analisar as implicações e desdobramentos nas práticas pedagógicas e como essas produzem experiências que impactam diretamente a vida dos adolescentes.

A importância das estratégias e práticas pedagógicas é fundamental para problematizar o assunto, pois podem determinar a medida com que os estudantes aprendem de modo mais pleno suas ideias e questões, e na forma com que dialogam com seu dia a dia. Uma das

1 Os tabus, divergem em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, ‘sagrado’, ‘consagrado’, e, por outro, ‘misterioso’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’ (FREUD, 1976).

características da sociedade brasileira é a desigualdade (IBGE, 2010) particularmente nos processos de escolarização de grupos determinados e diferenciados não só pela classe social, mas pelas assimetrias de sexualidade.

Brougère (1995), por exemplo, entende que a partir do nascimento somos ensinados a sermos meninos ou meninas, conforme as cores das roupas, os brinquedos e as brincadeiras, constituindo modos de pensar e de agir ditos apropriados e inapropriados. Tal processo termina por ser reproduzido e reforçado em lócus de reprodução pelas práticas pedagógicas, no uso no cotidiano escolar de atividades e adjetivos distintos para homens e mulheres, fragmentam os papéis sociais de gênero, isso influencia enormemente a forma como lidamos com nossa sexualidade. A adolescência é uma etapa do desenvolvimento e peculiar do ser humano, processo de maturação biopsicossocial do indivíduo, um elo entre a fase infantil e a fase adulta. Os aspectos psicológicos, biológicos, sociais e culturais do adolescente constituem um conjunto de características que proporcionam unidade ao fenômeno da adolescência. Na adolescência, com base nos 'Três Ensaio sobre a Sexualidade', de Freud (1905) não é possível determinar uma absoluta correspondência entre as eventualidades fisiológicas, psicológicas e sociais, haja vista que ocorrem em ritmos diferenciados.

Sexo e sexualidade são assuntos importantes na vida dos adolescentes, indivíduos em fase de transformação física e psicológica, constituindo assim, uma das questões primordiais nesta faixa etária. Como a literatura discute a questão da sexualidade na escola? Qual a relação efetiva entre teoria e prática pedagógica no que tange a abordagem da sexualidade no cotidiano da sala de aula? A forma como o professor trabalha a sexualidade na aprendizagem corresponde à percepção dos alunos? Essas questões levaram a problematizar as narrativas dos adolescentes da rede pública de ensino de Serra, Espírito Santo, matriculados no Ensino Médio, sobre a sexualidade e adolescência na escola?

Analisar as narrativas de adolescentes acerca de sexualidade na escola é um dos caminhos para ouvir a voz desses sujeitos, haja vista que as práticas pedagógicas transversais de educação sexual para adolescentes sofrem influência da interação de fatores biológicos, políticos, econômicos, psicológicos, éticos, histórico-cultural, entre outros.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a percepção de estudantes do Ensino Médio sobre sexualidade e adolescência, em escola pública do estado do Espírito Santo. Contemplar esses objetivos indicou a necessidade de explorar as principais concepções teóricas sobre os aspectos históricos do conceito de sexualidade e como a cultura concebe essa questão no universo contemporâneo e no ambiente escolar.

A abordagem da sexualidade ainda é um assunto mesclado de tabu para a família e para os professores. Observou-se ao longo da pesquisa que isto pode ser um aspecto confuso para adolescentes que estão em fase de transição física e intelectual e acabam buscando informações, na maioria das vezes, em redes sociais na internet, sites ou trocando experiências com amigos próximos.

Dentre as abordagens teóricas tivemos como base teórica os Três Ensaio de Freud (1905), Aberrações sexuais, Sexualidade infantil e Transformações da Puberdade. Com a contribuição teórica de Foucault (2014), Louro (2007), Butler (2003) foi possível compreender como a relação sexualidade e adolescência se estabelece, os pontos polêmicos e as contraposições e/ou pensamentos complementares tratam as mesmas questões.

Foucault (2014, p. 244) afirma que a “sexualidade é um dispositivo histórico, uma rede através de alguns discursos/decisões que se concretizam saberes/verdades”. Mas a discussão sexualidade na escola é uma abordagem que para Louro (2007) é construída pelos indivíduos e perpassada por experiências sociais emocionais e pela singularidade de cada um ao passar por esses processos. Indo por outra linha de análise, mas que integra o debate da sexualidade, Butler (2003, p. 4) trabalha a questão do gênero, cujo conceito considera ter sido “[...] forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na biologia como um destino: o sujeito”.

Buscou-se ainda mostrar como que a temática sexualidade é abordada por Diehl e Vieira (2013), Freud (1976), Berni e Roso (2014), Ozella, (2013), entre outros, com ênfase em como suas concepções e estudos entrelaçam ideias e pensamentos sobre a sexualidade. As diferentes concepções teóricas, em alguns pontos são complementares, como por exemplo, a adolescência ser a faixa etária mais conflituosa e que sexo e sexualidade devem ser temas tratados de forma aberta no seio familiar e no ambiente escolar. Para Berni e Roso (2014, p. 5), “a duração da adolescência é de dez anos ou mais, e todo o tipo de

desenvolvimento é rápido e constante. Previamente à adolescência existe a pré-adolescência, que cobre as idades de oito a 12 anos”.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos aplicados consistiram em pesquisa bibliográfica, no sentido de buscar informações sobre sexualidade e escola de modo a desenvolver uma reflexão a partir de diferentes concepções teóricas e pesquisa de campo no sentido de identificar a percepção dos sujeitos de pesquisa sobre adolescência e sexualidade. Articulada a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida uma pesquisa de campo envolvendo 12 participantes com idade entre 15 e 18 anos, matriculados na EEEFM “Serra”.

O contato com os alunos foi mantido durante quatro semanas consecutivas, no laboratório de ciências da escola, por um período de 50 a 55 minutos, no qual foram debatidos os assuntos levantados nos grupos focais, sempre por uma questão disparadora e após algumas respostas, outras questões eram levantadas e debatidas pelos participantes, com pouca interferência do pesquisador. A delimitação partiu dos objetivos definidos, e entendendo que a pesquisa não poderia ter apenas um aluno do ensino médio, na definição de Gatti (2005, p. 11), o Grupo Focal:

Permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais e práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma questão, relevantes para ao estudo do problema visado.

Foram realizados quatro encontros de grupos focais na instituição de ensino, nos meses de junho e julho de 2019, com o objetivo de aprofundar e analisar as discussões. Com a proposta de preservar a identidade, os alunos foram identificados como E1, E2, E3 e assim por diante, a escola foi nomeada ficticiamente com nome de “EEEFM Serra”. Para otimizar a realização, a forma preferencial de disponibilização dos alunos em sala de aula foi em U ou em círculo, de maneira bem despojada conforme figura:

Figura 1: Registro de Grupo Focal.



Fonte: Acervo do Pesquisador (2019).

Resultados e discussão

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica ressaltam a necessidade de trabalhar o tema sexualidade transversalmente à base comum curricular, ou seja, aquilo que emana do interior cultural desses jovens, que é próprio de seu tempo e espaço. Nesse sentido, antes da apresentação dos resultados e discussão das informações coletadas, é importante destacar que na perspectiva do Ministério da Educação e Cultura (2013, p. 32).

A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar. Perpassa todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso escola. É organizada em temas gerais, em forma de áreas do conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, selecionados pelos sistemas educativos e pela unidade escolar, colegiadamente, para serem desenvolvidos de forma transversal.

A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para

cada uma dessas partes. A pesquisa de campo enfatizou os temas inseridos no aspecto cultural dos estudantes e que estivessem contemplados e refletido em sala de aula. Na busca de conciliação dessas duas condições, o tema emergente foi a questão da sexualidade. Ademais, vivemos sob um advento da diversidade em que as reflexões contemporâneas apontam para o cenário do debate. Tais reflexões emanam de diferentes segmentos, sobretudo, o educacional que, quando assim age, materializa a problematização e a fuga das ações irrefletidas.

A maioria dos adolescentes que participou do grupo focal mostrou diversas informações acerca da sexualidade, tendo como base a facilidade de acesso à informação, a comunicação com os colegas e as contribuições mídia e da internet, contudo o pouco diálogo em família e/ou discussões no ambiente escolar, levam os mesmos a tratar a temática com base em suas experiências e no senso comum. Assim, considera-se importante para compor a percepção dos adolescentes pesquisados, apresentar como esses alunos concebem a adolescência.

Para motivar a discussão foi desenvolvido um diálogo sobre a sexualidade, uma abordagem generalizada do assunto, mas que à medida que foi se desenvolvendo a discussão, os problemas que muitos adolescentes enfrentam no dia-a-dia de sua rotina fora e dentro da escola ganhou força. E para acirrar a participação e obter respostas, deixamos a questão aberta destacando que a sexualidade tem sido tema pouco recorrente de pesquisas acadêmicas, que independente da estrutura e condição social da família e da organização da escola são assuntos que não fazem parte do cotidiano escolar. Finalizei perguntando: qual família e /ou escola não tem em seu núcleo adolescentes problemas, indivíduos com conflitos em relação a sexualidade e/ou homossexualidade.

Em seguida, foram questionados sobre a questão de ser adolescentes e percebe-se nas falas a distinção de entendimento. Para E4, por exemplo, a vantagem de ser adolescente reside no fato de não ter muita responsabilidade:

E4: É que você ainda não precisa ter tanta responsabilidade, a sociedade não vai te cobrar ser uma pessoa responsável porque é vista como adolescente, como criança ainda. A desvantagem é que você não pode fazer nada; tanto pela parte de alguns adolescentes

serem imprudentes vocês acabam sendo, mesmo que não seja tão imprudente, acaba sofrendo as consequências porque visto como criança. Então você não tem voz, você não pode resolver nada, uma coisa que as vezes poderia ser simples você vai precisar de autorização, essas coisas que acabam visando na vida. Como o adolescente é visto pela sociedade? Como criança, como invalido. Eu já escutei isso várias vezes.

Para o aluno E4 o bom de ser adolescente é ser menos cobrado pela sociedade, não ter muita responsabilidade pois apesar da idade são considerados crianças. Por outro lado, esse tratamento age como instrumento que tolhe a liberdade e os concebem imprudentes. É como destaca Schindhelm (2011), os adolescentes assim como as crianças ainda são vistos como puras e inocentes em algumas famílias e no âmbito social. Expondo um ponto de vista diferente, mas que remete à falta de confiança dos adultos nos adolescentes, o E6 enfatiza “é uma merda, eu quero resolver as minhas coisas, ter as minhas responsabilidades. Odeio depender dos outros e eu não consigo, quero marcar uma consulta no médico e ouço: quantos anos você tem?”. Por ser uma das etapas de vida mais complicada, há quem associe a desvantagem de ser adolescente à impossibilidade de satisfazer alguns desejos e vontades, como explica o E7:

Não é que bebe... por parte da minha mãe eu sou mais o santinho. Aí quando eu vou pra casa da minha tia lá em Vitória, já são outros quinhentos. Tipo assim: já sou adolescente, me considero bem responsável em algumas coisas, por exemplo, estudo, trabalho, bebida... eu sei a hora de parar... O adolescente visto pela sociedade como uma pessoa muito imatura, não sabe o que é pagar conta, não o que é cuidar de filho, cuidar das coisas. Eu acho que é assim são vistos pela sociedade.

Para E11, ser adolescente implica em não ter preocupações “como uma pessoa que mora de aluguel, você ainda não trabalha, é criança e sua mãe se preocupa com isso. Em caso de urgência, não pode fazer nada, você ainda é de menor [...]”. Nessa faixa etária, as percepções dos alunos sobre a adolescência, tema do Grupo Focal, são divergentes. Para melhor expressarem suas opiniões, nesta discussão foi pedido que destacassem por desenho, como concebiam a

questão da adolescência, obtivemos como resultado diversas ilustrações interessantes para serem analisados. O desenho de uma aluna mostra como pode ser observado na Figura 3 a interpretação dela acerca das cobranças feitas pela família e sociedade, enquanto sexo feminino na adolescência.

Figura 2 - Representação da estudante sobre o que é para ela a Adolescência.



Fonte: Aluna do ensino médio – arquivo do pesquisador (2019).

A aluna demonstra na Figura 2 que na adolescência há mais cobrança de deveres do que direitos: preocupação com estar namorando, responsabilidade, permanecer em casa, ou sem diversão e mais dedicação aos estudos. E descreve nos balões de pensamento: Você tem que estudar! Já arrumou uma namorada? Seja mais responsável! Menina não tem que ficar saindo! De forma mais explícita e aberta, E2 define ser adolescente:

[...] é o meio que tem que ser adolescente e também adulto. É a parte que você se desenvolve, começa a ter o seu aprendizado, seu verdadeiro aprendizado. Quando você tem mais experiências que você vai usar isso, essas experiências para construir o seu futuro e o seu preparo que é como você vai definir a sua personalidade, sua maneira de pensar, todas as suas coisas. Pra mim, necessariamente não tem uma idade

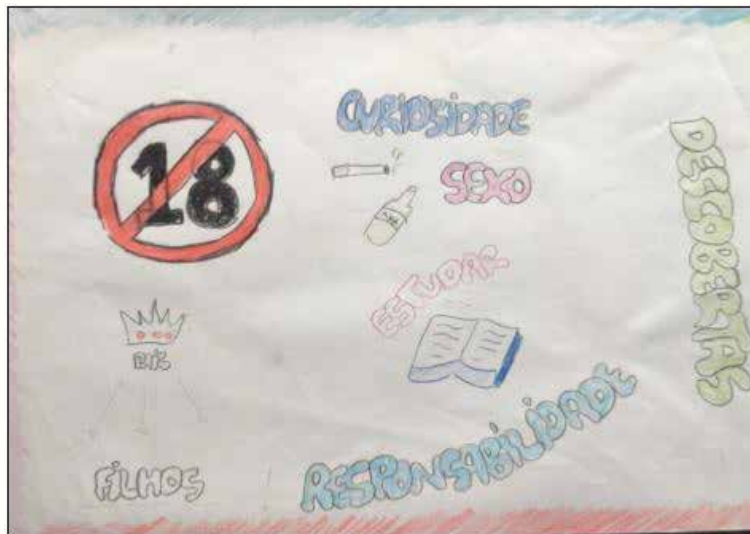
especifica pra você ser adulto. Uma idade ou uma fase de [...] (palavras não compreendidas). Eu acho que se a pessoa tiver passado por esses três pontos, já deixa de ser adolescente e passa a ser adulto. Se ela tiver vivenciando isso, já é adolescente.

O entendimento do aluno se encaixa com a literatura de Freud (1905) quando destaca que a adolescência é a fase intermediária, a passagem para a vida adulta. Sendo assim, é comum o indivíduo viver como afirma E2 metade adolescente, metade adulto.

Com o advento da puberdade, introduzem-se as mudanças que levarão a vida sexual infantil à sua configuração definitiva normal. O instinto sexual, que era predominantemente autoerótico, encontra agora um objeto sexual. Ele operava a partir de diferentes instintos e zonas erógenas, que buscavam, cada qual de forma independente, determinado prazer como única meta sexual. (FREUD, 1905 p. 121).

Nas falas dos alunos percebe-se consonância com o que diz a literatura de Bock (2004) sobre a adolescência ser a etapa de vida mais complicada, na qual o indivíduo questiona, tem dúvidas. Os adolescentes se mostram confusos, indecisos, frente as mudanças que se iniciam nessa fase da vida. É quando despertam os conflitos, questionamentos e comportamento rebelde. Observou-se que lidar com as descobertas é um ponto que se faz presente, o que pode ser observado nas representações expressas no desenho de um aluno, ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Representação do estudante sobre o que é para ele a Adolescência.



Fonte: Aluno do ensino médio – arquivo do pesquisador (2019).

A mensagem repassada no desenho do aluno corrobora a literatura de Pfromm Netto (1976) por corresponder a uma fase assinalada por grandes transformações físicas e psicossociais, que acarretam responsabilidades para com várias questões. Também condiz com o pensamento de Santos (1996) que enfatiza o adolescente sente a vida como uma totalidade e o tempo como um conjunto unitário e contínuo. Segundo Preuschoff (2003, p. 93) “durante a adolescência, os pais devem estar disponíveis, mantendo sempre o diálogo. Essas conversas, entretanto, raramente podem ser ‘com hora marcada’”. No ambiente do lar, os pais figuram como modelo, transformam-se em espelhos para os filhos.

O entendimento sobre sexualidade e a formação do pensamento de liberdade de escolha do indivíduo nem sempre é consoante com as determinações e imposições sociais e comportamentais impostos, também pela família. A seção seguinte discute como os alunos percebem as mudanças que ocorrem em seus corpos e órgãos genitais, o que possibilita analisar o entendimento acerca da sexualidade.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa buscou-se investigar as narrativas de estudantes do Ensino Médio sobre sexualidade e adolescência, em escola pública do estado do Espírito Santo, para isso 12 alunos do ensino médio, expuseram suas percepções em grupos focais, debatendo acerca de sexualidade, a partir de diferentes eixos temáticos: adolescência, transformações corporais e nos órgãos genitais, homossexualidade, sexo e sociedade e sexualidade na escola. Com essas discussões em diálogo com as teorias apresentadas, tais como a psicanálise, sociologia e filosofia, buscou-se interpretar as percepções dos adolescentes estudantes como um reflexo da vida em sociedade, uma vez que a cultura em que vivemos não nos transporta a questionar padrões e imposições produzidas pelo sistema social que interferem nas relações e na convivência de seus membros, ou seja, dos cidadãos. Por isso, é papel fundamental para a escola problematizar, tais questões em sala de aula e em todos os espaços educativos do ambiente escolar.

A partir das narrativas dos alunos foram identificados discursos que complementem ou corroboram práticas de discriminação e preconceito na sociedade, muitos discursos são repetidos reproduções da vida em sociedade, uma vez que ainda estão em construção de uma consciência individual e coletiva. Durante a discussão dos temas apontados nos grupos focais, não demonstraram ser capazes de eleger significados para o que realmente os torna sujeitos. Essa indefinição pode ser explicada pela perspectiva de Freud (1905), que ao destacar que a repressão da sexualidade na infância, adolescência e a vida adulta torna os indivíduos neuróticos e reprimidos, dificultando a liberdade de suas sexualidades.

O estudo evidenciou que os alunos do ensino médio possuem conhecimento e informações abrangentes sobre os temas discutidos, argumentam e defendem, com firmeza seus pontos de vista, apontando exemplos, contrapondo opiniões, divergindo e/ou concordando com a opinião de outros colegas de sala de aula e dos professores.

Contudo, a fundamentação ainda é baseada no senso comum e relatos de experiência individuais. As insituições de ensino precisam se preparar melhor para lidar com a sexualidade no espaço escolar, haja vista que ainda abordam essa questão de uma forma superficial e

não utilizam a interdisciplinaridade, o que poderia ampliar ainda mais a visão dos alunos. É através da sexualidade que se busca a realização pessoal e sexual, e esta realização deve ser completa, sem tabus e preconceitos, deve ser encarada naturalmente como parte que integra a vida.

Quanto a discussão da sexualidade no espaço escolar, essa questão não foi bem respondida pelos alunos, os resultados não evidenciaram claramente se os mesmos percebem a escola como espaço de debate sobre sexualidade, não foi possível descrever o entendimento deles de como se processa e/ou deveria se trabalhar a sexualidade na escola.

As opiniões mostram que os adolescentes se sentem pressionados a participar de atividades escolares, estar matriculados e apontam para o desrespeito a alguns direitos dos cidadãos, questões sociais, entre outras, entendemos assim que há grande complexidade em compreender a interação dos participantes com sua própria sexualidade no contexto social em que vivem.

Enfim, concluiu-se que a construção das narrativas dos estudantes implicados nesta pesquisa pautou-se também na história da sexualidade humana, em que a escola, família, religião, isto é, os aparelhos ideológicos sociais, agem continua e sistematicamente no comportamento dos sujeitos com a finalidade de, tornar os sujeitos reprimidos nas suas relações sociais, interpessoais e sexuais.

No entanto para Foucault (2014), não é possível estar “fora do poder”. É necessário permear as relações de poder para criar resistências, neste sentido, para tornarmos a escola um local que impulse esses sujeitos. Nós, enquanto professores, devemos ser os primeiros a nos colocar no fronte da resistência, educando e ensinando de maneira a tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BENTO, B **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Guaramond, 2006.

BERNI, V. L.; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**.

BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural orientação sexual, v. 10. Secretaria de Educação Fundamental, 2. Edição, Brasília, Editora, DP & D, Ministério da educação, 2000.

CALLIGARIS, C. A adolescência. **Coleção Folha Explica.** São Paulo: PUBLIFOLHA, 2000.

DAGNESE, N. **Cidadania no Armário – uma abordagem sócio-jurídica acerca da homossexualidade.** São Paulo: LTr, 2000.

DIEHL A; VIERA, D.L. **Sexualidade:** do prazer ao sofrer. São Paulo: Roca Ltda, 2013.

FREUD, S. **Três Ensaios sobre a Sexualidade.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (v. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1905.

_. **Totem e Tabu.** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago 1976.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, A.C. Como **elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M.CS (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

OZELLA, S. **Adolescência**: uma perspectiva crítica. 2013.

RODRIGUES, P. C.; WECHSLER, M. A. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, Bebedouro -SP, 1 (1): 89-104, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br>>. Acesso em ago. 2019.

SILVA E SILVA, M. O. da. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. IN: BRANDÃO, C.R. STRECK, D.R. **Pesquisa participante**: o saber da participação. Aparecida, SP: Ideias Et Letras, 2006.

ZORNIG, S. Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. Rio de Janeiro, 2008.

PROTAGONISMO ESTUDANTIL: O LUGAR DE FALA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA SOBRE AS TEMÁTICAS EDUCAÇÃO SEXUAL, GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Iana Marassi dos Santos

Mestre em Ensino de Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/ ProFBio). Professora de Educação Básica do quadro permanente da Secretária Estadual de Educação do Estado de MT (SEDUC), ianasantosmarassi@gmail.com

Resumo

É salutar que a escola resista a “cultura do silêncio” e abra espaços de diálogo. Consideramos a escola o espaço oportuno para que as temáticas de Educação Sexual, gênero e sexualidade sejam abordadas. O presente trabalho foi gestado em uma perspectiva que compreende a aprendizagem em um contexto de engajamento e envolvimento do estudante na construção do próprio conhecimento. Seguindo esta concepção, para que os objetivos fossem alcançados, estratégias foram traçadas considerando a atuação dos estudantes em todas as etapas do trabalho. A pesquisa é de caracterizada como qualitativa com abordagem investigativa, alicerçada na aprendizagem colaborativa e no uso das TDIC. Foi realizada em uma escola Pública da rede Estadual de Ensino do município de Várzea Grande em MT, unidade escolar na qual a pesquisadora ministra no cargo de efetiva docência o componente curricular: Biologia. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionários, observações in loco e diário de bordo. Foram utilizadas as estratégias da roda de conversa e tempestade de idéias. Os apontamentos dos estudantes evidenciaram questões que perpassam o contexto real em que vivem e o quão é importante que a escola esteja aberta ao diálogo a fim de corresponder de forma efetiva aos anseios dos estudantes na contemporaneidade.

Palavras-chave: Engajamento, Educação sexual, estudante, sexualidade, escola.

Introdução

Segundo Drake (2009), quando os estudantes têm, em geral, algum poder de escolha em relação ao projeto de seu grupo e aos métodos a serem usados para desenvolvê-lo, eles tendem a ter uma motivação muito maior para trabalhar de forma diligente na solução de problemas. O presente trabalho é o recorte de uma dissertação de mestrado desenvolvida pela autora em uma perspectiva que concebe a aprendizagem em um contexto de engajamento e envolvimento do estudante na construção do próprio conhecimento. O Protagonismo estudantil está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) orientando as escolas a seguirem por um caminho que provoque a autonomia e a participação ativa de seus estudantes. Um dos autores a fomentar o ensino nessa perspectiva é o professor José Pacheco (PACHECO, 2013) que trouxe ao país a experiência realizada na Escola da Ponte, cuja abordagem fomenta o protagonismo estudantil, dando voz ativa a eles. Seguindo esta concepção, para que os objetivos fossem alcançados, estratégias foram traçadas considerando a atuação dos estudantes em todas as etapas do trabalho, considerando o apontamento da problemática a ser investigada a possibilidade da criação de artefatos. Compreendemos que o ato de educar consiste fundamentalmente em traçar caminhos para que o sujeito se auto potencialize, abrindo horizontes e estimulando nos sujeitos a habilidade de compreender os contextos em que estão inseridos, bem como, qualificá-los e “instrumentalizá-los” para a ação. É importante frisarmos que o protagonismo estudantil não isenta o docente de sua função como mediador e parceiro do processo educacional, na verdade a sua tutoria é parte fundamental para a consolidação da aprendizagem. O uso das estratégias da roda de conversa e tempestade de ideias incentivou – os a estabelecer diálogos, promovendo a interação entre aluno – aluno e aluno – professor.

Os estudantes foram provocados a expressar quais questões os sensibilizavam no contexto escolar e os relatos direcionaram a escolha da problemática norteadora deste estudo, a Educação sexual na escola. Dentre os argumentos apresentados constavam os casos de garotas grávidas na escola e a migração de várias garotas para o período noturno que, segundo os mesmos, deixam de estudar durante o período diurno por constrangimento e pela dificuldade dos cuidados

com bebê. Outro ponto levantado foi um caso de homofobia, situação que envolveu uma das estudantes (da turma participante) que ao se revelar homoafetiva (lésbica) teria enfrentado a rejeição de um de seus colegas mais próximos, que abertamente relatou durante uma aula que não a considerava como padrão aceitável na sociedade, o que gerou polêmica em sala. Também relataram que as reais dúvidas sobre sexualidade não são abordadas na escola, restringindo-os a discutirem estritamente o que consta nos livros didáticos, cujos temas abordados referem-se às doenças, métodos contraceptivos e a anatomia dos sistemas reprodutores.

Nessa perspectiva apresentamos a nossa concepção de Educação Sexual que se atrela ao que aponta Bonfim (2010), uma práxis que não envolve apenas a Biologia como ciência pura e racional, mas está entrelaçada com a sociedade, a afetividade e a ética.

A Educação Sexual está na disposição em oferecer espaços de diálogos e reflexão, possibilitando aos adolescentes que vivenciem a sexualidade com qualidade, equilíbrio, assumindo uma postura responsável consigo mesmo e com o outro. Ao iniciarmos a pesquisa, durante a roda de conversa e a tempestade de ideias, situações que vinham ocorrendo na escola vieram à tona e possivelmente foram os gatilhos para a escolha da problemática.

Metodologia

O estudo foi caracterizado como uma pesquisa qualitativa, com abordagem investigativa, fundamentada na ABProj - Aprendizagem Baseada em Projetos, alicerçada na aprendizagem colaborativa e no uso das TDIC. A coleta de dados A se deu por meio da aplicação de questionários e observações *in loco*. Os dados obtidos no pré - teste e pós - teste foram submetidos a um tratamento estatístico, o test T pareado, para a verificação da eficiência de aprendizagem. O estudo foi organizado em seis etapas:

1. Interação discursiva (roda de conversa) - Observação, reflexão e apontamento da problemática
2. Elaboração da hipótese - Tempestade de ideias
3. Reuniões com foco investigativo - Levantamento de questões e busca de soluções
4. Escolha do ambiente de divulgação

5. Produção do material educativo (páginas do Instagram e aplicativo)
6. Validação do produto.

Resultados e discussão

Ao iniciarmos a pesquisa, durante a roda de conversa e a tempestade de ideias, situações que vinham ocorrendo na escola vieram à tona e possivelmente foram os gatilhos para a escolha da problemática. Os estudantes relataram os principais pontos que os direcionaram a escolha da problemática e dentre eles estavam os casos de garotas grávidas na escola e a migração de várias garotas para o período noturno que, segundo os mesmos, deixam de estudar durante o período diurno por constrangimento e pela dificuldade dos cuidados com bebê. Outro ponto levantado foi um caso de homofobia, situação que envolveu uma das estudantes (da turma participante) que ao se revelar homoafetiva (lésbica) teria enfrentado a rejeição de um de seus colegas mais próximos, que abertamente relatou durante uma aula que não a considerava como padrão aceitável na sociedade, o que gerou polêmica em sala. Também relataram que as reais dúvidas sobre sexualidade não são abordadas na escola, restringindo-os a discutirem estritamente o que consta nos livros didáticos, cujos temas abordados referem-se às doenças, métodos contraceptivos e a anatomia dos sistemas reprodutores.

Durante a execução das etapas estabelecidas não houve resistência por parte dos participantes. Acreditamos que a disposição dos jovens está relacionada com a interação entre os colegas, o que foi positivo para o resultado. O que nos conduz à concepção sócio-interacionista adotada neste estudo e reforçada pelo que afirma Vygostky (1998), quando diz que a interação entre “sujeito” e “objeto” e entre indivíduos e seus distintos saberes geram zonas de desenvolvimento proximal que conduzem à aprendizagem; os estudantes demonstraram durante a elaboração dos produtos, diferentes habilidades e deram vazão às suas potencialidades conectando cada saber para o alcance de um objetivo comum o que resultou na produção das páginas e de um aplicativo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BONFIM, CLÁUDIA. **Educação sexual e formação de professores: da educação sexual que temos à educação sexual que queremos.** João Pessoa: Editora Universidade da UFPB, 2010.

DRAKE.K; LONG, D.Rebecca's in the dark: **a comparative study of problem-based learning and direct instruction/ experiential learning in two 4th grade classrooms.** *Journal of Elementary Science Education, Amsterdam*, v.21, n.1,p.1-16,2009.

PACHECO, J.; PACHECO, M. F. (orgs.). A Escola da Ponte sob múltiplos olhares. Porto Alegre: Penso, 2013.

VYGOTSKY LS. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6a ed. São Paulo: Martins Fontes; 1998.

DESAPRENDIZAGENS, PENSAMENTO FRONTEIRIÇO-QUEER E A SALA DE AULA

Bruno Pacheco

*Mestrando do curso de Letras: Linguagens e Representações pela
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC- pacheco.letras@gmail.
com*

Celio Silva Meia

*Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social- UCSal-
celiomeira2014@gmail.com*

(Adrian) Henrique Ferreira Barboza

*Graduado pelo Curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia – UESB-adrianhenrique1920@gmail.com*

Resumo

Nas últimas décadas, a proliferação no campo dos estudos de gêneros, sexualidades e interseccionalidade, sob uma ótica queer e decolonial ganhou significativas contribuições teórico-analíticas bastante pertinentes. Tal prosclênio tem nos acolitados a reverberar acerca da necessidade, cada vez maior, de pesquisadores enxergarem sentidos múltiplos e, por vezes, conflitantes das diversas manifestações articuladas interseccionalmente nos diferentes marcadores sociais. Nessa seara, a proposta de texto, aqui apresentada, objetiva discutir os processos de desaprendizagens dos pensamentos de fronteiras e como estas novas propostas de estudos se materializam no fazer pedagógico diário em sala de aula, pois, entendemos a sala de aula como um campo favorável para tecer as dicotomias modernas, principalmente para aprendermos com a diferença e a vê-la não como desigual, mas como riqueza de viver na diversidade, tendo em vista a conveniência do reconhecimento de uma igualdade que abrace as diferenças e não de uma diferença que produza, alimente ou reproduza as desigualdades. Esta

comunicação objetiva compreender, provocar e discutir acerca da Teoria Queer e como esta poderá se fazer presente na nossa prática pedagógica. Por tratar-se de uma abordagem eminentemente teórica, não houve a necessidade de um campo empírico. A metodologia consistiu-se em fontes bibliográficas acerca do tema em estudo.

Palavras-chave: Desaprendizagens; Decolonialidade; Teoria-Queer; Sala de Aula.

Introdução

“Os ventos do norte não movem moinhos”

Para nos iluminarmos e nos inspirarmos, na incumbência da escrita deste texto, começamos com um dos versos da canção *“Sangue latino”*, escrita por João Ricardo e Paulinho Mendonça, lançada no primeiro álbum do grupo musical Secos & Molhados, em 1973, a qual ficou nacionalmente conhecida na voz do intérprete Ney Matogrosso. A letra dessa música nos serve como metáfora para o que vamos discutir, um necessário e urgente giro decolonial.

O professor Djalma Thürler (2019), nos alerta para a urgência de um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade e, portanto, de rompimento com projetos globais euronortecêntricos e a implementação de processos de refundação, afinal, “quebrar a lança” (10º verso) da supracitada canção, significa romper com a coroa portuguesa e com tudo o que ela representa: a dominação, a colonização, a cultura escravocrata. E a retomar a consciência de que a cultura euronortecêntrica não move mais os moinhos latino americanos.

Ao fazer aqui uma rápida menção a uma produção publicada por Stuart Hall (2003), quando este se pergunta sobre “quando foi o pós-colonial”, perguntamo-nos quando foi o decolonial? Este enxerga o pós-colonial como uma abordagem crítica que se propõe a superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade de antigas teorias e categorias de explicar o mundo, afirmando:

O “pós” do pós-colonial não significa que os efeitos do domínio colonial foram suspensos no momento em que concluiu o domínio territorial sob uma colônia. Ao contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas chamadas nações pós-coloniais. Diante disso, na resposta de Hall, o que será distintivo no pós-colonialismo será a capacidade de fazer uma releitura da colonização, bem como o tempo presente a partir de uma escrita descentrada, da diáspora; ou ainda global, das grandes narrativas imperiais do passado, que estiveram centradas na nação (Hall, 2003: 109).

Quando falamos em decolonialidade, abre-nos uma porta para reverberar sobre desaprendizagens (THÜRLER, 2018a) e lançar o desafio de pensar e repensar a dinâmica das relações culturais na contemporaneidade e propor um debate que nos leva a refletir sobre a refundação de uma sociedade possível na perspectiva de um pensamento fronteiro-queer, um debate produtivo para entender os efeitos da colonialidade do saber e os caminhos possíveis traçados por muitos/as pesquisadores/as no diálogo com saberes outros, de mundos e conhecimentos de outro modo (ESCOBAR, 2003), na construção mesmo de novos saberes.

Quando o professor Djalma Thurler, nos apresenta essa discussão sobre essa pedagogia da desaprendizagem, significa trazer a voz dos subalternizados para o primeiro plano, reconhecer a existência de diversos projetos decoloniais, que são silenciados ou produzidos como inexistentes pela narrativa hegemônica da nação. Permite-nos colocar “a narrativa dos excluídos no centro das coisas” (SAID, 2003, p.41). Com isso, na nossa história, tanto *o que fala* quanto *quem fala* estiveram nitidamente definidos. Alinhando nossas reflexões com o pensamento de Joaze Bernardino-Costa (2015) quando este nos diz que essa delimitação do conteúdo da fala e dos atores autorizados a produzir discurso explica a constituição de uma narrativa hegemônica sobre a nacionalidade brasileira que a pensa como harmônica, democrática e flexível. No contexto da produção colonial, o subalterno não tem história e não pode falar, o subalterno, como a exemplo das minorias de gêneros, sexualidades, raças etc. tem estado mais profundamente na sobra. O autor define temporalmente o conceito de colonialidade: “[...] padrão hierárquico constituído durante a formação do mundo moderno, iniciado em 1492.” (COSTA, 2015, p.27), sendo que este padrão não se desfez com o fim das administrações coloniais, o que nos permite perceber a sobrevivência em plena modernidade das hierarquias coloniais.

Assim, as populações nacionais possuem localizações diferenciadas de acordo com seu posicionamento na hierarquia de poder de raça, gênero, sexo, classe, conhecimento, espiritualidade etc. logo, segundo Costa (2015), o conhecimento não é produzido de uma posição universal, mas sim a partir de diferentes posicionamentos dos atores nesse padrão hierárquico de poder.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi levado em consideração a leitura de diferentes autores cujos temas subsidiaram a nossa escrita. Desse modo, o levantamento bibliográfico tornou-se o pilar para a edificação deste texto. Foram realizadas leituras críticas, discussões e embates sobre as teorias destes, a fim de compreender como se processa o pensamento fonteiriço-queer e a sala de aula, e, consequentemente, a desaprendizagem.

Referencial teórico

Ao se pensar em desaprendizagem, pensamentos fonteiriço-queer e a sala de aula, logo nos vem à mente os estudos de decolonização proposto por diversos autores latino-americanos. Assim, autores como o professor Djalma Thürler (2018) nos serve de base teórica para refletir sobre a decolonização do eurocentrismo mundial. Pensar no período pós colonialismo é necessário para nos entendermos enquanto indivíduos longe dos padrões europeus. Contudo, Hall (2003) nos mostra que refletir no pós-colonilismos é realizar re-leituras a partir das histórias contadas por homens, brancos, cristãos, europeus e heteronormativos.

No espaço escolar, Lima & Borba (2014), assim como Louro (1997; 2000) apresentam a necessidade de um pensamento de desaprendizagem daquilo ensinado pelos padres católicos no processo de catequização. Dito de outra forma, se faz necessário romper com os padrões prescritos pelos s(c)istema legitimado pela matriz heterossexual.

Resultados e discussão

Discutindo o conceito de desaprendizagens e o pensamento fonteiriço-queer

Desde o nascimento, somos enquadrados aos padrões cisheteronormativo imposto pela sociedade patriarcal. Nomes, cores, brinquedos, modelos de roupas e até mesmo a religião estabelecem princípios normativos legitimados pela cisheteronormatividade que,

aos olhos nus, não parecem haver nenhum problema. Contudo, ao lermos nas entrelinhas, logo de cara é possível notar a imensa quantidade de questões coloniais, judaico-cristão, eurocêntrica e patriarcal tratadas com normalidade e aceitação. Nesse contexto, quando começamos a nos desviar, ou melhor, praticar a desaprendizagem sobre tudo que foi e é legitimado pela heteronormatividade, os nossos corpos ocupam o lugar da abjeção e da monstruosidade.

Mas, a final, o que é desaprendizagem? Nas palavras de Lima & Borba (2014, p. 04) “[...] A desaprendizagem não é isso ou aquilo, certo ou errado. Muito pelo contrário. Desaprender – perder-se no descaminho e repensar o que podemos nos tornar – requer deixar-se ser capturado pelo “e”: deste modo e daquele modo [...]” Dito de outra forma, é repensar a existência longe dos padrões coloniais trazidos pelos europeus a partir de 1.500. Assim, a desaprendizagem torna-se uma importante atividade enquanto corpos travestis, lésbicos, gays não-binários e latino-americanos.

Muito se engana quem acha que os estudos sobre gênero e sexualidade surgiram agora no século XXI. Desde a década de 1980, os estudos ligados ao movimento LGBT – majoritariamente sobre as identidades gays e lésbicas – já se proliferavam pelas vielas, ruas e avenidas dos Estados Unidos daquela época. Contudo, estes estudos não levavam em consideração uma maior pluralidade de identidades, surge na década de 1990 o movimento *queer*, que é um termo considerado como algo ruim, estranho, abjeto, o que não é visível. E justamente por ser algo que é “estranho”, que o termo foi elencado para que desse “voz” àquilo que não se encaixa às normas, como Richard Miskolci em *A Teoria Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização, postula:

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido. (MILKOSCI, 2009, p.152)

Não podemos esquecermo-nos de mencionar a importância que as obras de Michel Foucault e Jacques Derrida tiveram (e têm) aos estudos queer, pois antes mesmo do seu início em 1990, os autores já postulavam noções que foram extremamente importantes para esta teoria.

Miskolci (2009) explica que Foucault (1976) na sua célebre obra *História da Sexualidade I: a vontade do Saber* reflete que a sexualidade é constituída por meio de discursos, tendo a sua proliferação a partir do século XIX, enquanto Jacques Derrida em *Gramatologia* (1976) traz noções de desconstrução e suplementaridade:

“A contribuição de Jacques Derrida para a Teoria Queer pode ser resumida a seu conceito de suplementaridade e à perspectiva metodológica da desconstrução. A suplementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay.⁷ Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a suplementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hetero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação [...]” (MILKOSCI, 2009, p.153-154)

A partir das indagações desses autores, surgem outros teóricos(as) que irão dar o pontapé inicial para a Teoria Queer: Sedgwick com “*Epistemologia do Armário*” e a Judith Butler com “*Problemas de Gênero*”. Esta última se tornou um marco para os estudos Queer em todo o mundo, sendo, também, um das principais referências aos estudos de gênero e sexualidade. No Brasil, vários autores também se destacam quanto aos estudos destes temas, a citar um deles: a pesquisadora Guacira Lopes Louro.

Escritora de diversas obras sobre gênero, sexualidade e educação, a autora nos presenteia com seu rico conhecimento e nos faz questionarmos sobre os “tabus” que ainda persistem em existir na

sala de aula. A coletânea *O corpo Educado*, organizada pela autora com ensaios de outros seis autores, nos provoca a (re)pensar como questões que envolvam gêneros e sexualidades são construídas em uma sociedade onde o padrão cisheteronormativo impõe a como os corpos/corpas devem se comportar para serem “aceitos”.

E a sala de aula?

A sociedade moderna, marcada como nos aponta Santos (1997) por uma fragmentação cultural, política e identitária que leva a um multiculturalismo, busca uma homogeneidade social, uma linearidade do pensamento ocidental que tenta impor a cada indivíduo, a cada grupo social, a cada cultura os seus padrões. Entretanto, para romper este processo precisamos perceber “as conexões existentes entre os múltiplos elementos que formam um real social [...]. [...], superando-as pela noção de multiplicidade, dando abertura para a complexidade, para tecer junto” (ALMEIDA, CESTARI, 2015, p. 383).

Nesse sentido, entendemos que a sala de aula é um campo favorável para tecer as dicotomias modernas, principalmente para aprendermos com a diferença, ou seja, a ver o diferente, não como desigual, mas como riqueza de viver na diversidade, pois, “faz-se necessário o reconhecimento de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (HASS, 2017, p. 28). Assim, devemos “compreender a individualidade como diferenciação e constituição de subjetividades, ou seja, como modos de ser do sujeito” (MEIRA, AMORIM, 2020, p. 197). E uma das ferramentas para alcançar na sala de aula esta discussão são os estudos queer.

No contexto escolar, vemos isso em todos os lugares, sejam nas cores atribuídos aos corpos (azul – menino; rosa-menina), até mesmo nas próprias interações daqueles sujeitos na sala de aula.

Louro (2000), nos provoca fazendo o seguinte questionamento:

O que está em jogo nesses recorrentes debates sobre a moralidade e o comportamento sexual? Está presente, claramente, uma série de preocupações diferentes, mas relacionadas: as relações entre homens e mulheres; o problema do desvio sexual; a questão da família e de outros relacionamentos; as relações entre adultos e crianças; a questão da diferença, seja

de classe, gênero ou raça. Cada uma dessas tem uma longa história, mas nos últimos duzentos anos elas se tornaram preocupações centrais, freqüentemente se centrando ao redor de questões sexuais. Elas ilustram o poder da crença de que os debates sobre a sexualidade são debates sobre a natureza da sociedade: tal sexo, tal sociedade. (LOURO, 2000, p.18)

A escola é um local que, a princípio, é tida como instituição que promove a diversidade. Mas, esse pensamento não é visto na prática, já que a escola faz o reverso; ela separa, segrega, exclui e não permite que os sujeitos – com suas múltiplas identidades – ocupem aquele espaço. Retornando aos pensamentos da Guacira Lopes Louro em *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva estruturalista*, cita que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 1997,p.58)

A instituição escola como ela se encontra estruturada desde o seu surgimento tem o papel de “enquadrar” todo aquele ou aquela que estiver fora das normas sociais vigentes, ela existe enquanto um campo disciplinador, onde ideias são inculcadas nas cabeças dos futuros cidadãos que consequentemente gerenciarão a nossa sociedade. Afinal, a escola seve, segundo seus princípios morais e éticos, para formar pessoas de bem, nunca para transgressão ou para a contestação.

Portanto, precisamos desconstruir e “queerizar” os moldes como a escola atua na sociedade, dando importância às múltiplas identidades que nela existem, e que também estão em todos os espaços. E onde está o *queer* nisso tudo? Ou melhor, o *queer* não está em tudo?

Considerações finais

Para Bourdieu (1998) a escola não apenas transmite e constrói conhecimentos, mas, também, reproduz padrões sociais, deturpando valores e “fabricando sujeitos”. A escola, como se encontra estruturada, foi feita para o binarismo, começar, como dito antes, neste estudo, pela sua arquitetura, banheiros para meninas e banheiros para meninos, em alguns casos mais remotos, filas de meninos e filas de meninas. Nunca nos seus espaços nem físicos nem pedagógicos existem lugar para um outro ou para uma outra que não se encaixe em uma das situações descritas acima.

Buscando caminhos para todas essas indagações, aqui reverberadas, é que Furlani (2009) vê possibilidades de instigar discursões acerca de posturas e encaminhamentos pedagógicos, tendo o referencial queer como um ponto de partida que seja capaz de tornar o ato pedagógico da sala de aula infundavelmente provocativo e instigante. Em que, a teoria queer seja para “[...] educadores e educadoras[...] o caminho de ampliar o sentido da supracitada teoria, para além da conotação sexual e de gênero e voltar-se para um jeito queer de pensar a educação, o conhecimento, o poder e a construção das identidades” (LOURO, 2000, p.211).

Práticas pedagógicas que não consideram o afeto, a representatividade, o corpo e a experiência são práticas potencializadoras das exclusões de minorias políticas, sobretudo em relação ao cruzamento das identidades de gêneros, classe, raça e sexuais. Precisamos pensar numa pedagogia embasada na práxis libertadora que venha transgredir normatizações, subverter as opressões e produzir conhecimentos e sujeitos emancipados. Precisamos descolonizar nossas práticas enquanto professores, diretores, servidores, etc. Precisamos sair da zona de conforto, permitir outras visões, outras experiências subjetivas e corporais. Precisamos descolonizar nossas leituras, precisamos conhecer outros modos de pensar a educação. Thiffany Odara (2020) nos questiona que a academia precisa ser um espaço pensado também para acolher corpos pretos dissidentes. “[...] uma vez que nossos corpos estão marcados para morrer diante do preconceito e discriminação que impactam diariamente em todo tempo de vida.” (ODARA, 2020, p15). E, é neste diapasão de subversão e disputa que precisamos reconhecer a potência política de algumas ações e estudos, tais como:

decolonialidade, pensamento de fronteira, desaprendizagem, a fim de enfrentar, em especial, a nova era fascista-cisheteronormativa-machista-racista que estamos a viver.

Referências

ALMEIDA, Larissa Monique de Souza; CESTARI, Luiz Artur dos Santos. **A constituição da diferença na individualidade e na formação humana: uma cartografia da concepção do ciclo de formação humana no Ensino Fundamental.** In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 11., 2015. **Anais [...]** Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2015. ISSN: 2175-5493.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Joaze Bernardino. **Saberes subalternos e decolonialidade:** os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo:** el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano. Tabula Rasa, n. 1, 2003, p. 58-86.

FURLANI, Jimena. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial?** Pensando no limite. In: Hall, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais, p. 101-131. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASS, Ingrid Freire. Os direitos humanos e os desafios da diversidade cultural: a (in)tolerância diante do diferente. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v.12, n.26, p. 15-30, jan/abr. 2017.

LIMA, F.; BORBA, R. (no prelo). **Sobre (des)aprendizagem e multidões queer**: Rizomas, multiplicidades e a política menor. In.: Alves, D. (org.), *Gênero e Diversidade na Escola*. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39192790/LIMA_BORBA_2015.pdf?1444876510>. Acesso em 22 mar 2021.

LOURO, Guacira Lopes; LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOGROSSO, Ney. **Vira-lata de raça**. Pesquisa, interlocução e organização: Ramon Nunes Mello. São Paulo: Tordesilhas, 2018.

MEIRA, Celio Silva; AMORIM, Celeste Dias. A teoria queer e a sala de aula: aprender com o diferente. In: CHICAVA, Augusto Kessai Agostinho; SCHUTZ, Jenerton Arlan (Orgs). **Educação e Pesquisa**: dialogando com a pluralidade. São Carlos:1ª edição,p.197-208, Pedro & João Editores, 2020

MILKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias Dossiê, Porto Alegre, n. 21, p.150-182, jan./jun. 2009.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. 1ª edição. Salvador-BA. Editora Devires, 2020.

SAID, Edwar. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Faculdade de Economia de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.48, p.11-32, jun.1997.

THÜRLER, Djalma. **“Sabedoria é desaprender”** – notas para a construção de uma política cultural das margens. In: SILVA, Gimima; PUGA, Lucia; RIOS Otavio (orgs). Alfabetização política, relações de poder e

cidadania: perspectivas interdisciplinares. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018a.

_____. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

ADOLESCÊNCIAS, GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE¹

Pérola Lozano T. de Carvalho

Mestranda do Curso de Educação na Unicamp, perola.lozano@gmail.com

Ana Archangelo

Orientadora: Professora Doutora do Curso de Educação na Unicamp, ana.archangelo@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem a intenção de investigar as concepções dos adolescentes (entre 14 a 17 anos) a respeito dos aspectos de gênero e sexualidade vivenciados na escola, tendo a psicanálise como aporte teórico-metodológico. Considera-se as aproximações possíveis entre o campo da Educação e a Psicanálise, a partir do questionamento de qual modelo de escola defendemos e da percepção de uma escola acolhedora e aberta para as diferenças como fundamental para promover a cidadania e a formação crítica. A importância deste estudo se justifica pela necessidade de pensar as abordagens com jovens no campo da sexualidade e gênero, que podem acolher ou limitar as formas de aprendizagem, as experiências de vida e o processo de construção de desejos e expressões. Trata-se de uma investigação qualitativa e a metodologia consiste na realização de entrevistas individuais com os adolescentes. A partir do relato destes, será feita uma interlocução com a bibliografia no campo da Psicanálise, sexualidade e gênero. Considerando a relevância da Psicanálise em contribuir com os estudos que trabalhem com

¹ O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

a tensão entre o corpo biológico e corpo simbólico, espera-se assim avançar nas reflexões no tema e as possíveis associações que se dão na área de Educação.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade, Adolescência, Educação, Psicanálise

Introdução

Este texto considera as aproximações possíveis entre o campo da Educação e a Psicanálise, parte do questionamento de qual modelo de escola defendemos e da percepção de uma escola acolhedora e aberta para as diferenças como fundamental para promover a cidadania e a formação crítica.

Ao se relacionar com as diferenças, com a alteridade, o conflito é algo inerente, sendo fundamental este ser reconhecido e nomeado. A Psicanálise tem importante contribuição para compreensão da ‘diferença’ como consequência da ‘singularidade’ – dos encontros de singulares.

É necessário refletir sobre as (im)possibilidades que a cultura coloca para o desenvolvimento das singularidades, pois cada pessoa tem uma pluralidade de marcadores sociais (gênero, orientação sexual, raça, geração, classe social etc) que influenciam a realidade para cada um e também podem se relacionar com uma perspectiva psíquica.

Este trabalho propõe fazer um recorte em relação as diferenças relacionadas a sexualidade e gênero, considerando também a intersecção dos distintos marcadores sociais que se atravessam. Assim, esta pesquisa tem a intenção de investigar as concepções dos adolescentes a respeito dos aspectos de gênero e sexualidade vivenciados na escola. A partir dos relatos colhidos, será feita uma interlocução com a bibliografia no campo da Psicanálise, sexualidade e gênero.

O presente estudo se justifica pela necessidade da sociedade refletir e se questionar sobre as diferentes abordagens dos jovens no campo da sexualidade e gênero, que podem acolher ou limitar suas formas de aprendizagem, suas experiências de vida e seu o processo de construção de desejos e expressões.

Certas expectativas na sociedade estão associadas a ideias e estereótipos de gênero, ou seja, as características e comportamentos que são esperados de meninos e meninas e das relações que estabelecem entre si, são exigências de padrões que se mostram nas instituições, nas normas, nos discursos e nas práticas que circulam na sociedade.

A escolha pelo diálogo da Psicanálise com a Educação se justifica por: (1) importância do papel das instituições escolares no desenvolvimento psíquico e emocional dos alunos; (2) pela grande relevância do

conhecimento psicanalítico para pensar as singularidades em relação a sexualidade e gênero e; (3) pela necessidade de ampliação dos estudos da área de Educação com associações da Psicanálise.

Diferenças e diversidades na escola

Em relação às diversas maneiras das instituições escolares acolherem, ou não, as particularidades cada criança ou adolescente, as escolas tendem a funcionar de diferentes formas. Archangelo (2012) denomina como: escola negligente; escola homogeneizadora; escola ingênua e escola acolhedora. É importante ressaltar que elas não se encontram rigidamente em um perfil, mas oscilam entre cada, com uma tendência a funcionar predominantemente segundo a dinâmica de uma das descrições (ARCHANGELO, 2012).

Archangelo (2012, p. 306) define a escola negligente: “é aquela que se isenta da responsabilidade sobre os alunos. Diferença, igualdade, inclusão, desigualdade são temáticas e/ou aspectos da realidade que ela desconsidera”. Já a escola homogeneizadora mistura a intenção de uma educação para todos com a pretensão de ser igual para todos, ou seja, considera pouco as necessidades e singularidades dos alunos e os concebe de uma forma abstrata de acordo com uma média (ARCHANGELO, 2012).

Uma outra forma de enfrentar a questão da diferença está na escola ingênua que também tende a silenciar e não dar espaço para as diferenças. É aquela que “acredita que um determinado modelo ou discurso construído externamente pode dar conta da totalidade das experiências dos alunos” (ARCHANGELO, 2012, p. 308). Ou seja, não entra em contato com o outro e fica protegida por modelos explicativos hegemônicos (ARCHANGELO, 2012).

Por fim, a escola acolhedora é a que mais se aproxima de abordar a diferença como “ponto de inflexão que inaugura o conflito e com ele coincide” (ARCHANGELO, 2012, p. 312), mobilizando a atividade de pensar, a criatividade na busca de respostas e a atitude de aprender com a experiência (ARCHANGELO, 2012).

Para a autora, a igualdade se dá na experiência de ligação com o outro, ou seja, na vivência da diferença, por meio da identificação profunda entre a mente de um sujeito e a de outro. A diferença está assim na origem e em toda possibilidade de relação (ARCHANGELO,

2012), mobilizando a atividade de pensar, a criatividade na busca de respostas e a atitude de aprender com a experiência.

A autora afirma que alguns sentimentos no aluno são presumíveis a partir da constituição da escola significativa, considerando que podem variar no tempo e não são uniformes, sendo: o sentimento de acolhimento, ao ter a certeza íntima de estar sobre os cuidados da escola e possibilitar um espaço mental nos estudantes para viverem de forma mais ampla; o sentimento de reconhecimento relacionado a capacidade de identificação com o outro e suas necessidades e o sentimento de pertencimento, o qual aprofunda a percepção do aluno de que grande parte das suas oportunidades estão naquele ambiente (ARCHANGELO, A., 2014).

A escola significativa é assim um ambiente em que os adolescentes têm a possibilidade de se sentir aceitos e acolhidos como são. É necessário a defesa de uma análise crítica e criativa na construção de relações que integrem e valorizem todas as diferenças e as diversidades, tendo a escola um papel central com este compromisso.

Torna-se um desafio fundamental o papel da escola na construção das subjetividades dos adolescentes. Eles podem encontrar um espaço na escola que contribua para a expansão e o crescimento de forma mais autêntica, favorecendo uma relação com as alteridades ou ao contrário, podem encontrar um ambiente limitador, homogeneizante que prescreve como cada um deve aprender, se expressar e ser.

Ressalta-se que o trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa.

Metodologia

A metodologia consiste na realização de entrevistas semi-estruturadas com os adolescentes, e busca contemplar os aspectos individuais e sociais da apreensão do adolescente acerca da participação do contexto escolar em suas vivências relacionadas a sexualidade e gênero.

A escuta da pesquisadora neste trabalho considera o sujeito inconsciente no qual se supõe saber de si e revela-se pelo não dito, nos atos falhos, no que escapa. Ressalta-se a postura da pesquisadora diante dos entrevistados, ao estar atenta aos aspectos transferenciais e ao considerar que as próprias reações da pesquisadora podem influenciar o material a ser pesquisado (ARCHANGELO, 2008).

É de fundamental importância a pesquisadora estar disponível e inteira emocionalmente no momento das entrevistas para que uma comunicação significativa aconteça. Considera-se a interpretação da transferência estabelecida no processo de entrevista, o que possibilita um vínculo diferenciado entre pesquisadora e pesquisado, com a melhor delimitação do objeto de pesquisa, um refinamento da escuta e maior compreensão da dinâmica social a ser investigada (ARCHANGELO, 2008).

A autora (ARCHANGELO, 2008) aponta que a transferência a ser interpretada nas entrevistas é estritamente aquela relacionada à parcela emocional que se associa diretamente ao objeto de pesquisa, tendo em vista que ao propor um problema de pesquisa ao entrevistado, seu inconsciente se manifesta em estreita relação com a proposta feita.

A metodologia desta pesquisa faz referência a alguns dos princípios de Clarke (2001 apud ARCHANGELO, 2008), como:

- o mínimo de intervenção da pesquisadora;
- o sujeito da pesquisa ser capaz de fazer uso da ‘livre-associação’, considerando que o uso da associação permite que ideias inconscientes e motivações aflorem, ao invés de seguir um roteiro lógico de entrevista.

Referencial teórico

Adolescência

Nasio (2011) pensa a adolescência como uma das fases mais fecundas da existência humana, sendo a época em que se compreende “o quanto precisamos dos outros para sermos nós” (NASIO, 2011, p. 16).

O autor afirma (NASIO, p. 16):

O adolescente conquista o espaço intelectual com a descoberta de novos interesses culturais; conquista o espaço afetivo com a descoberta de novas formas de viver emoções que já conhecia, mas que nunca sentira dessa maneira – o amor, o sonho, o ciúme, a admiração, o sentimento do dever, a solidão, a sensação de ser rejeitado por seus semelhantes ou, ainda, a raiva. E, finalmente, conquista o espaço social ao descobrir, fora do círculo familiar e da escola, o universo dos outros seres humanos em toda a sua diversidade.

Nasio (2011) reflete que “a adolescência é uma passagem obrigatória, a passagem delicada, atormentada mas igualmente criativa, que vai do fim da infância ao limiar da maturidade” (p. 13).

O adolescente é, em primeiro lugar, um doente do supereu. O supereu do adolescente é seu inimigo interior, que o assombra com autocríticas e o sabota (NASIO, 2011). Nasio (2011, p. 84) explica: “O supereu somos nós, é cada um de nós quando falamos mal de nós mesmos, sou eu mesmo quando me critico severamente”.

Pais e mãe contribuem com um melhor desenvolvimento dos seus filhos ao humanizarem as ferozes formações do superego associadas aos impulsos e fantasias infantis (WINNICOTT, 1983). É possível relacionar aqui o humanizar com a importância em dar como exemplo para criança, a partir do que cada um é, não um melhor do que gostaria que fosse, conforme nos ensina Winnicott (1983).

A adolescência é caracterizada como uma busca de descoberta pessoal que precisa ser vivida, mais do que entendida ou curada, pois os adolescentes não querem ser entendidos. A única cura real para a adolescência é o amadurecimento (WINNICOTT, 1987, p. 151).

O psicanalista inglês critica a busca por uma cura, ao considerar a adolescência essencialmente sadia e mais especificamente ao defender a imaturidade como uma parte ‘preciosa’ deste momento e que “a sociedade precisa ser abalada pelas aspirações daqueles que não são responsáveis” (WINNICOTT, 1971, p. 198).

Psicanálises, Gêneros e Sexualidades

Tendo localizado brevemente o conceito de adolescência desta pesquisa, avançamos na busca da compreensão dos aspectos de gênero e sexualidade nesta etapa da vida, com contribuições da Psicanálise. Observamos uma mudança e evolução dos conceitos freudianos neste tema no decorrer da sua obra. A frase “a anatomia é um destino” (FREUD, 1924, p. 197) para variar um dito de Napoleão, demonstra ter sido abandonada pelo próprio Freud posteriormente e não responde as questões atuais, como da transitoriedade entre os sexos.

Destaca-se a atualidade do pensamento freudiano nos pressupostos de que a excitação sexual não está só nas chamadas partes sexuais, mas por todos os órgãos do corpo (Freud, 1905). O pulsional para Freud é uma “libido única, possui objetivos, ou seja, modalidades de satisfação tanto ativos quanto passivos” (FREUD, 1931, p.248).

Uma leitura possível de Freud (1905) em relação a bissexualidade é a existência de um período que não haveria sexo (nem masculino e feminino de forma única). Assim, tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade se mostram como destinos pulsionais ligados a resoluções edípicas. O fundador da Psicanálise discorre sobre uma predisposição bissexual e aborda que a alternativa inato e aprendido é incompleta para explicar o que chama de inversão, a homossexualidade.

Freud (1933, p. 116) trata como um “erro de suposição” a ligação necessariamente ativa com o masculino e passiva com o feminino, sendo a mãe ativa para com o filho em todos os sentidos, como na amamentação. Pode-se considerar como característica psicológica da feminilidade dar preferência para fins passivos, o que não é o mesmo que passividade pois pode ser necessário uma grande quantidade de atividade para chegar a um fim passivo (FREUD, 1933). O autor afirma que “o que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia” (FREUD, 1933, p.115).

Torna-se necessário discutir a compreensão da condição que o gênero ocupa na psicanálise, uma vez que a própria categoria conceitual de gênero é posterior a Freud. Gênero, no latim, “genus”, envolve definições gerais como: tipo, espécie, nascimento, característica, categoria. Um aspecto introdutório é situar o termo gênero como um grande ‘guarda-chuva’ que engloba perspectivas psicológicas, sociais, históricas e culturais, associados à feminilidade e à masculinidade.

Se por um lado, há abordagens essencialistas e biológicas que reduzem à sexualidade a uma suposta natureza; por outro, há as abordagens dos chamados estudos de gênero, as quais têm ênfase em uma construção social. A Psicanálise, ao abordar as noções de gênero e sexualidade, aponta para uma terceira vertente.

Porchat (2014) analisa que as teorias essencialistas sustentam que as diferenças de gênero são concebidas como naturais, já as teorias de construção social fizeram um grande debate em torno da distinção entre “sexo” e gênero”.

A diferenciação entre gênero e sexo tornou-se uma ferramenta analítica e política para questionar um determinismo biológico e enfatizar o caráter destes conceitos fundamentalmente sociais. O gênero passa a ser compreendido como constituinte da identidade dos sujeitos, algo que transcende o mero desempenho de papéis, faz parte do

sujeito e o constitui. É importante ressaltar que esta distinção ocorreu a partir dos estudos feministas (LOURO, 2014).

Para a Psicanálise, o termo gênero foi introduzido pela primeira vez pelo psiquiatra e psicanalista americano Robert Stoller em 1964, a partir da clínica de pacientes intersexo (que tem características biológicas de ambos os sexos) e transgêneros. Stoller definiu gênero em uma espécie de independência radical do sexo. Sexo para Stoller seria um efeito da biologia, do soma, que determinaria o que faz um indivíduo ser macho ou fêmea. Gênero por sua vez, seria um efeito das construções culturais, portanto, considerado como efeito da linguagem e atravessado por aquilo que a cultura define como masculino e feminino (STOLLER, 1984).

Stoller (1993, p. 28) define masculinidade e feminilidade como uma “convicção” ao afirmar:

Além do fundamento biológico, a pessoa obtém estas convicções a partir das atitudes dos pais, especialmente na infância, sento esta atitudes mais ou menos semelhantes àquelas mantidas pela sociedade como um todo, filtradas pelas personalidades idiossincráticas dos pais. Portanto, tais convicções não são verdades eternas: elas se modificam quando as sociedades se modificam (STOLLER, 1993, p. 28).

Assim, a concepção de Stoller (1993) sobre a identidade de gênero inclui um sentimento psíquico de ser homem ou ser mulher. Stoller (1993) propõe ainda um núcleo da identidade de gênero corresponde a esse sentimento de ser menino ou ser menina. A concepção de núcleo de identidade de gênero será amplamente criticada por Butler (2010).

Foi com a filósofa feminista norte-americana Judith Butler (2010) que se tornou possível um aprofundamento dos estudos que rompem com as abordagens tradicionais dos gêneros masculino e feminino. A autora passa a ser uma das principais interlocutoras da psicanálise para as questões de gênero.

A diferenciação entre sexo e gênero teve sua importância histórica e está presente até atualmente, porém estas noções foram subvertidas pelos estudos de gênero com Judith Butler (2010). A autora recusa a diferenciação entre sexo e gênero, entre natureza e cultura, aponta para uma análise dos efeitos de uma prática de poder que regula as identidades sexuais e busca eliminar a dicotomia entre masculino e feminino.

Porchat (2014, p. 29) analisa: “ A compreensão de que o sexo como categoria unitária algo estabelecido através das práticas discursivas ocidentais implica que não se pode afirmar que o conceito ocidental de sexo seja subjacente às construções de gênero em todo o mundo”.

Assim, Butler (2010) critica que tanto as teorias essencialistas, como as teorias construtivistas, buscam estabelecer linhas causais de ligação, seja entre o sexo biológico, seja entre o gênero construído culturalmente, em relação a expressão de ambos através do desejo e da prática sexual (PORCHAT, 2014, p. 29). Desta forma, em um complexo percurso, Butler (2010) propõe com originalidade uma nova perspectiva para os estudos de gênero e aborda os gêneros não inteligíveis / não coerentes.

Para concluir, Porchat (2014, p. 52) analisa que “não existe um consenso sobre gênero” e propõe uma importante reflexão diante do conceito de gênero como um operador conceitual. O termo gênero torna-se um operador para interrogar os termos ‘mulher’ e ‘homem’, um instrumento para a análise das sexualidades e das identidades e uma categoria de análise das relações que envolvem diferentes fatores, incluindo as dimensões de poder, entre homens e mulheres (PORCHAT, 2014).

O gênero como operador conceitual implica ir além das definições teóricas e de manuais pois gênero é uma dimensão que necessariamente atravessa cada um de nós. Este olhar pode contribuir para uma escuta psicanalítica e para uma Psicanálise que necessariamente não reproduza exclusões e práticas normativas. É preciso estar atento às dimensões de gênero e sexualidade que tanto podem, por um lado, provocar idealizações e curiosidades ou, por outro lado, um suposto horror baseado em crenças estigmatizantes, que podem estar presentes nos profissionais ao escutarem e lidarem com os adolescentes.

Resultados e discussão

A escola pode acolher ou limitar as formas de expressão em relação ao gênero e a sexualidade. Espera-se evidenciar as relações entre o contexto escolar que envolve a postura dos colegas e profissionais da escola com a percepção dos estudantes sobre o acolhimento ou não de suas singularidades.

A pesquisa está em andamento. Destaca-se que este estudo pode contribuir para avanços na produção do conhecimento na área da educação e em ampliar as reflexões para aqueles que atuam com o público adolescente, ao pensar nos aspectos de gênero e sexualidade no contexto escolar.

O desenvolvimento desta pesquisa deverá assim produzir conhecimento que permitirá à escola, ao conhecer como o aluno percebe sua intervenção, se aproprie mais profundamente dos efeitos de suas ações e/ou omissões e se organize mais consistentemente em função do que julga ser sua função pedagógica.

Espera-se assim contribuir para diálogos que contribuam com a prevenção e intervenção de práticas educativas que questionem e não ocasionem possíveis sofrimentos sociais nos adolescentes, em relação aos aspectos de gênero e sexualidade no contexto escolar.

Considerações finais

Há diferentes formas de ser menino e de ser menina, as pessoas tem diferentes desejos, identidades, vontades e comportamentos, com uma pluralidade de formas de expressão.

Situações que reproduzam as desigualdades e violências de gênero podem ser comuns no espaço escolar, sendo fundamental quebrar o silêncio, evidenciar e nomear estas questões se ocorrem, principalmente pelo ponto de vista de quem vive o cotidiano destas experiências, como os adolescentes. Nomear implica reconhecer, se perceber e perceber o outro, com uma ampliação do pensamento e por vezes, abrindo caminho para possíveis transformações.

Referências

ARCHANGELO, A. O lugar da interpretação na metodologia de pesquisa social. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 51-63, 2008. ARCHANGELO, A, Villela, F. **Fundamentos da escola significativa**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**/ Judith Butler: tradução, Renato Aguiar – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREUD, S. Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 1905.

FREUD, S. A dissolução do Complexo de Édipo. **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, 1924.

FREUD, S. Sexualidade Feminina. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1931.

FREUD, S. Feminilidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1933.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Nasio, Juan-David, 1942. **Como agir com um adolescente difícil?: um livro para pais e profissionais** / J.-D. Nasio; tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PORCHAT, P. **Psicanálise e Transexualismo - Desconstruindo Gêneros e Patologias com Judith Butler**. Biblioteca Juruá de Práxis Psicanalítica, 2014.

STOLLER, R. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity** [1968]. London: Karnak Books, 1984.

STOLLER, R. **Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero**, Porto Alegre, Artes Médica, 1993.

WINNICOTT, D. **O Ambiente e Os Processos de Maturação: Estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional**. Trad. Por Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. **Privação e delinquência**, ed Martins Fontes, São Paulo, 1ª ed brasileira: 1987.

WINNICOTT, D. W. (2001). **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTI+ NO ENSINO SUPERIOR: VIOLÊNCIAS COMO MARCAS DA CIS- HETERONORMATIVIDADE

Roney Polato de Castro

Doutor em Educação (UFJF), Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG_Brasil). Membro do GESED – grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade. E-mail: roneypolato@gmail.com.

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar parte dos dados de uma pesquisa com estudantes LGBTI+ no Ensino Superior, vinculadas/os a uma universidade pública federal do interior de Minas Gerais. Os dados selecionados foram produzidos a partir de um formulário on-line, divulgado em redes sociais nos anos de 2019 e 2020, obtendo um total de 169 respostas em suas duas fases. Do cômputo mais amplo, serão analisados aqueles referentes às situações de preconceito, discriminação e/ou violências presenciadas ou sofridas no âmbito da universidade. O referencial teórico-metodológico pauta-se nas perspectivas pós-estruturalistas e nos estudos foucaultianos, pensando a constituição das subjetividades das/os estudantes pela linguagem, pela cultura, pelas relações de saber-poder, produtoras de experiências de si. A universidade, a despeito de ser percebida como espaço de maior 'liberdade' para que estudantes LGBTI+ expressem suas existências, mantém práticas discriminatórias e violências, na forma de comentários desqualificadores, insultos, chacotas entre outras. A constituição da experiência de si dessas/es estudantes, podendo ser entendida na sua especificidade em relação ao ensino superior, se dá, portanto, na continuidade com os mecanismos pedagógicos da cis-heteronormatividade,

que tomam discriminações e violências como formas de marcar a ininteligibilidade de gênero e sexualidade, operando para vigiar, controlar e punir as expressões das dissidências.

Palavras-chave: Estudantes LGBTI+, Ensino Superior, Violências, Experiência de si, Subjetivação.

Introdução

Como argumenta Didier Eribon (2008), um sujeito é produto de certa ordem social, a qual organiza as experiências vividas em um dado momento da história, a partir da subordinação às regras, normas, leis próprias dessa ordem. Nesse sentido, as pessoas LGBTI+ parecem ocupar um lugar ‘inferiorizado’. Embora as experiências culturais sejam múltiplas e heterogêneas, quando se trata das sexualidades subalternizadas tipos particulares de violências simbólicas, fundadas em perspectivas androcêntricas e cis-heteronormativas de mundo, têm sido comumente vividas nas sociedades ocidentais. Eribon (2008) atribui lugar importante à injúria, a qual atravessa a constituição de gays e lésbicas, e que podemos estender a outras identidades e expressões das sexualidades e gêneros dissidentes das normas vigentes. Há que se atribuir, portanto, um papel definidor à linguagem e aos chamados ‘atos de nomeação’: eles têm efeitos que estão para além da representação, da descrição. As agressões verbais, ao se inscreverem na memória e no corpo, moldam “a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo” (p. 27). A injúria faz com o que o sujeito saiba que é alguém distinto dos outros: “o insulto é um veredito” (p. 28). Além disso, se trata de uma operação de poder: ocupar o lugar de quem atribui ao outro uma identidade marca relações de subordinação.

Ampliando a argumentação, Daniel Borrillo (2010) aciona uma série de componentes reunidos no termo ‘homofobia’ – que podemos hoje denominar de LGBTI+fobia – para dizer dos modos como os desejos e as relações entre pessoas de mesmo gênero vêm sendo qualificados ao longo do tempo. A LGBTI+fobia teria como princípio a designação do ‘outro’ como ‘contrário’, ‘inferior’, ‘anormal’, posicionando-o fora do ‘universo comum’ dos humanos. Portanto, trata-se de uma estratégia desumanizadora de manutenção das hierarquias sexuais e de gênero, qualificando a experiência cis-heterossexual como modelo social de referência. Tem a ver tanto com uma dimensão pessoal de rejeição, de natureza afetiva, quanto uma dimensão cultural, de natureza cognitiva. As sexualidades vistas como dissidentes, discursivamente produzidas como algo negativo e contrário à natureza cis-heterossexual, se tornam alvo tanto da inferiorização direta, traduzida pelas inúmeras violências, quanto da inferiorização

sutil, que por vezes expressa sentidos de ‘tolerância’, responsável pela ideia, por exemplo, de que pessoas LGBTI+ podem até existir, mas não podem usufruir dos mesmos direitos reconhecidos às pessoas cis-heterossexuais. Portanto, retomando o argumento de Eribon (2007), a injúria se coloca como uma forma de expressão da LGBTI+fobia naturalizada, sutil, por vezes ‘cordial’ ou ‘tolerante’, presente “nos insultos, nas piadas, nas representações caricaturais, assim como na linguagem corrente” (BORRILLO, 2010, p. 24).

Os argumentos aqui construídos nos ajudam a pensar nas experiências de discriminações e violências vividas por estudantes no ensino superior, em uma universidade pública do interior de Minas Gerais. As narrativas foram produzidas no contexto de uma pesquisa intitulada ‘Experiências de gêneros e sexualidades de estudantes no ensino superior: processos de (de)subjetivação, narrativas e experiência de si’. A pesquisa buscou analisar os elementos que constituem uma experiência de estudantes de LGBTI+ no ensino superior, articulando processos constitutivos que antecedem a chegada à universidade (experiências familiares, escolares, religiosas etc.) e aqueles que são próprios do ensino superior (disciplinas, eventos, atividades de pesquisa, de extensão, participação em coletivos, movimentos estudantis etc.). Assim, intentamos pensar na constituição de subjetividades de estudantes LGBTI+ no ensino superior: experiências de si forjadas com as experiências históricas de preconceito, discriminação e violências em diferentes espaços e situações.

Tais proposições disparadoras do processo investigativo partem da interação com estudantes no cotidiano da universidade. Portanto, o motivo principal que nos leva a realizar a referida pesquisa é a necessidade de uma investigação mais qualificada sobre as experiências vividas por estudantes no contexto do ensino superior em relação às suas expressões e identidades de gênero e sexualidade, a fim de conhecê-las e, a partir delas, produzir questionamentos sobre os modos como os currículos e as dinâmicas institucionais atravessam essas experiências. O referencial teórico-metodológico que nos orienta são as perspectivas dos estudos pós-estruturalistas e dos estudos foucaultianos de gênero, sexualidade e educação. Tais referenciais se orientam sob uma ótica construcionista, assumindo que gênero e sexualidade não seriam dados da natureza, a-históricos e transculturais, que nascem com os sujeitos e se desenvolvem progressivamente até determinado patamar. A apropriação desses referenciais incorpora

perspectivas que se centram em análises sobre os modos como os sujeitos se constituem a partir dos discursos culturais e sociais, das linguagens, dos artefatos culturais, enfim, de processos que constroem nossas visões de mundo, nossos posicionamentos sociais, os sentidos que damos às nossas experiências de gênero e sexualidade, como nos relacionamos com nossos corpos e com os dos outros.

A pesquisa foi composta por uma metodologia que buscou criar contextos de construção narrativa pelos sujeitos. As estratégias de investigação utilizadas foram: (1) um questionário *online* (Google Forms), direcionado a estudantes LGBTI+ da universidade; (2) a realização de quatro grupos focais com um mesmo grupo de estudantes, em que foram discutidas questões relacionadas ao objetivo da pesquisa, buscando ouvir o que as/os participantes nas suas experiências e saberes. Neste trabalho apresentaremos apenas parte dos dados construídos com o questionário *online*, com foco especialmente nas experiências de discriminação e violências vividas no contexto da universidade, a partir de um diálogo com os referenciais teóricos sobre violência contra pessoas LGBTI+ nas produções acadêmicas que têm como foco as experiências dessas pessoas no ensino superior.

Experiências de estudantes LGBTI+ no ensino superior

O campo da educação vem abarcando, nas últimas três décadas, um número expressivo de estudos e pesquisas centrados nos modos como as relações de gênero e as sexualidades atravessam os processos educativos¹, com ênfase naqueles experienciados nas instituições de Educação Básica. Essa produção compõe um campo consolidado, que se expressa em publicações, dissertações e teses, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, ações de extensão universitária entre tantos outros componentes. O campo de estudos e pesquisas de Gênero, Sexualidade e Educação vem se dedicando a pensar os modos como as escolas lidam com as sexualidades e gêneros, como elas produzem os sentidos sobre 'centro' e 'margem' no que se refere às experiências das sexualidades e das relações de

1 É significativa a produtividade do campo. Tomando como referência o grupo de trabalho 23 da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação), veja o artigo de Cláudia Ribeiro e Constantina Xavier Filha (2014) acerca dos dez anos de produção do GT.

gênero. Dentre esses estudos, destacam-se aqueles que se preocupam em analisar as dinâmicas de exclusão, violência e discriminação pelas quais passam sujeitos LGBTI+ nas instituições escolares, seus currículos e práticas pedagógicas.

Em relação ao Ensino Superior, encontramos uma produção menos expressiva e, no seu âmbito, são mais comuns trabalhos que dizem das violências vividas por pessoas LGBTI+ neste segmento educacional. Sem realizar uma revisão sistemática, mas fazendo aproximações à produção disponível *online*², podemos encontrar alguns caminhos pelos quais tem sido discutidas as relações entre universidade/ensino superior e experiências LGBTI+.

De modo geral, identificamos trabalhos que pretendem analisar as experiências de coletivos LGBT no interior das universidades, como o artigo de Julião Gomes do Amaral (2013), que buscou compreender a dinâmica de atuação política de três coletivos universitários de diversidade sexual em Minas Gerais, destacando a produção de uma militância acadêmica que aposta na produção de conhecimento científico engajada na transformação da sociedade. Na mesma direção, Marco Aurélio Prado, Daniel Martins e Leonardo Rocha (2009) tecem análises sobre a homofobia institucional a partir da atuação de coletivos universitários na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na luta contra o silenciamento da homofobia pela instituição, naturalizando os preconceitos e reificando a norma heterossexual. Partindo da constatação de um número expressivo de planos e programas do governo brasileiro voltados à diversidade sexual, o trabalho de Izaque Ribeiro e Jorge Cunha (2015) questiona os desdobramentos disso no projeto pedagógico do curso de graduação em Psicologia de uma universidade do interior do Rio Grande do Sul, tomando como referência os efeitos produzidos pela existência de um coletivo formado por estudantes e docentes (Coletivo Transex).

Além dos coletivos, outras experiências se destacam. Roberto Reis, Jacson Dias e Gael Benitez (2016) analisam a trajetória de um projeto de extensão intitulado “Una-se contra a LGBTfobia”, realizado em um centro universitário de Belo Horizonte (MG). O projeto promove ações em prol de uma cultura de respeito à diversidade sexual e de

2 Utilizou-se o recurso ao Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), buscando termos em conjunto (universidade, LGBT, violência).

gênero no ambiente universitário. Em outro trabalho, Tatiana Lionço, Larissa Tavira, Felipe de Baére e Raquel Portela (2016) apresentam e discutem a atuação do “Escuta Diversa”, serviço de acolhimento cujo objetivo é articular e fortalecer uma rede proteção à comunidade LGBT da Universidade de Brasília (UnB), envolvendo ações de prevenção à violência na instituição, em diálogo com diversas instâncias da universidade, incluindo coletivos de militância.

Há ainda trabalhos que investem em um olhar mais ficado nas experiências curriculares, como a dissertação de Rodrigo Moretti-Pires (2017), que teve como objetivo investigar, sob o viés das relações de gênero, como o estatuto da Medicina constrói futuros/as médicos/as. O autor analisou que o curso de Medicina da instituição investigada apresenta um currículo que aposta em um ideário médico conservador, masculinista e heteronormativo, contando com a invisibilidade das pessoas LGBTI+, tanto em termos curriculares, como nas relações sociais.

Ao tratarmos especificamente da trajetória de estudantes LGBT na universidade a partir das suas experiências de preconceito, discriminação e violência, encontramos outros trabalhos. Em sua dissertação de mestrado, Marcelo Vieira (2015) buscou identificar quais são e como se manifestam as experiências de violência simbólica entre estudantes universitários LGBT. Foi constatado nas narrativas produzidas com a pesquisa que a violência parte do cotidiano dos sujeitos LGBT, em diferentes ambientes e instituições, destacando, especialmente, a família e a escola. Com essa pesquisa, podemos pensar que as violências vividas na universidade expressam sentidos de continuidade, tendo em vista que pessoas LGBTI+ constituem suas subjetividades em contextos socioculturais cis-heterossexualmente organizados, sendo a violência um elemento normatizador empregado na demarcação da subalternidade dos sujeitos, especialmente quando se trata da relação com instituições sociais como a escola e a família.

Em sua tese, Francisco Duarte (2015) analisou representações sociais de estudantes universitários/as LGBT sobre seus processos de escolarização (ensino fundamental, médio e superior) e as implicações desse percurso em seus projetos de vida, sendo a homofobia um dos componentes centrais para pensar as existências desses sujeitos. As/os participantes da pesquisa destacam, entre os elementos ligados ao preconceito que organiza o ensino superior, ‘olhares de indiferença e desaprovação’. Porém, em suas narrativas, elas e eles destacam outros

sentidos que se contrapõem a ideia da experiência de violência como significativa no ensino superior, mencionando terem tido maior liberdade, terem encontrado interlocução com outras/os estudantes, com docentes e com coletivos e terem se 'fortalecido' enquanto pessoas LGBTI+.

Jailson Batista (2017) discute em seu artigo sobre os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade, tomando como foco um curso de Pedagogia de uma universidade na Paraíba. No trabalho, a orientação sexual é considerada uma variável relevante para pensar a permanência de estudantes na universidade, sendo relacionada a desafios, mas também a superação, especialmente a partir da identificação com o curso de graduação. Uma porcentagem das/os participantes da pesquisa de Batista (2017) já haviam se sentido excluídos/as, rejeitados/as, constrangidos/as ou inseguros/as em algumas situações na universidade em função de sua orientação sexual. Cerca de 78% dos/as estudantes já havia presenciado ou sabido de algum ato de discriminação contra estudantes LGBTI+ dentro da universidade.

Elder Silva (2017) discute em sua dissertação de mestrado a trajetória formativa, os processos de afiliação acadêmica e a permanência no ensino superior de estudantes LGBT em uma universidade do interior baiano. De acordo com o autor, foram encontradas narrativas sobre dificuldades e resistências, tomando a universidade, ao mesmo tempo, um espaço propício à saída do armário e às vivências diversas das expressões de sexualidades e gêneros, mas também como um espaço marcado por práticas de silenciamento e invisibilização dessas expressões. O trabalho destaca que o acesso à universidade simboliza a entrada em 'um novo mundo' de relações e experiências de gênero e sexualidade, portanto, marcadamente diferente de outros espaços, especialmente de casa e da cidade de origem. Ao mesmo tempo em que a universidade foi o espaço-tempo de 'saída do armário' para várias/os das/os participantes, representando aceitação e liberdade, também havia problemas, especialmente no que o autor chamou de 'espaços formais de aprendizagem', na relação com docentes e outros/as discentes. Um dos participantes relata um descrédito de suas capacidades intelectuais em função de suas performances de masculinidade não corresponderem ao que socialmente é lido como masculino.

Como dito anteriormente, a intenção não foi realizar um levantamento sistemático, mas as produções encontradas apontam elementos significativos para dialogar com os dados da pesquisa que construímos. Ao que parece, a universidade figura como um espaço-tempo em que se mesclam, de um lado, experiências de afirmação, aceitação e liberdade, e de outro experiências de continuidade da abjeção vividas antes da chegada ao ensino superior, embora a percepção da violência possa variar, especialmente no que tange às discriminações naturalizadas, que implicam em injúrias, constrangimentos, inseguranças e desqualificações incorporadas ao cotidiano das instituições. Os processos de democratização do ensino superior, ao possibilitar que uma pluralidade de estudantes tenha acesso à universidade, não foram, em geral, acompanhados de políticas de permanência qualificada desses sujeitos no que tange às expressões de gêneros e sexualidades (e outras expressões como classe social, raça, etnia). Assim, as instituições de ensino superior podem ser pensadas como espaços de conflitos, tensões e negociações, já que parecem se organizar pelas lógicas cis-heteronormativas que produzem, reiteram e atualizam discursos e práticas que excluem e violentam sujeitos dissidentes dessas normas. Para além de reproduzir lógicas sociais históricas, as instituições de ensino superior produzem suas próprias lógicas, fazem funcionar processos de subjetivação a partir dos quais estudantes com expressões de gênero e sexualidade divergentes das normas constroem experiências de si, moldam suas subjetividades.

Narrativas de estudantes LGBTI+ sobre violências vividas na universidade

O formulário *online* de nossa pesquisa, em sua primeira versão, foi divulgado nas redes sociais em 2019, passando por modificações e sendo novamente divulgado em 2020, obtendo um total de 169 respostas (82 e 87 respectivamente). O público da pesquisa era de estudantes LGBTI+ de uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Do formulário, nos deteremos em três questões. Primeiro, questionamos: *'Você já observou/presenciou, dentro da instituição de ensino superior (em atividades acadêmicas, como aulas e eventos, ou no convívio social em geral dentro da instituição), situação em que uma pessoa LGBTI+ (exceto você mesmo/a) sofreu algum tipo de discriminação e/ou violências?'* Das pessoas respondentes, 79 (46,7%) afirmaram que sim, 78

(46,2%) não e 12 (7,1%) não tinham certeza. A segunda questão solicitava às pessoas participantes que nos dissessem o seguinte: *‘Você já vivenciou, já foi alvo/vítima, dentro da instituição de ensino superior (em atividades acadêmicas, como aulas e eventos, ou no convívio social em geral dentro da instituição), de algum tipo de discriminação ou violência sendo uma pessoa LGBTI+?’*. Nesse caso, 30 participantes afirmaram que sim (17,7%) e 139 responderam negativamente (82,3%). No segundo formulário incluímos uma questão mais específica, ainda pensando no preconceito, nas discriminações e nas violências que atravessam as experiências das/os participantes: *‘Você sente que o espaço físico (salas de aula, banheiros etc.), os espaços culturais, de sociabilidade e os eventos (acadêmicos, culturais, esportivos etc.) da universidade, são seguros para pessoas LGBTI+ expressarem afetos (por exemplo, andar de mãos dadas, abraçar, beijar etc.)?’*. Das pessoas respondentes, 38 (43,7%) afirmaram que se sentem seguras para expressar afetos, 19 (21,8%) responderam que não e 30 (34,5%) pessoas não tinham certeza.

Ao comentarem sobre as questões respondidas, relatos das experiências com o preconceito, as discriminações e as violências foram produzidos e nos ajudaram a ampliar o aspecto quantitativo das respostas, dando a elas os contornos do vivido:

“Na época, eu era presidente do Diretório Acadêmico de Ciências Exatas. Um professor da química gerou uma série de comentários ofensivos ou passivos agressivos em que, o aluno, que é trans (não vem ao caso o nome), pediu para que se abrisse um inquérito contra tal professor. Mas, mesmo com a direção do ICE em vigor, o docente saiu ileso.”

“[...] professores ridicularizando vivências lgbt, fazendo comentários lgbtfobicos e instigando os alunos a interpretar como livre expressão e/ou piadas colegas (alguns até gays) esteriotipando e ridicularizando outro colega gay, com base em seu jeito de se mexer, atacando a orientação sexual nas frases mulheres bissexuais sendo delegitimadas por lésbicas homens e mulheres bissexuais deslegitimando outras pessoas com outras orientações colega gay insultando outros colegas lgbs por não se mobilizarem politicamente da mesma forma que ele, em meio a isso dizendo coisas que questionavam o ser lgbt dessas pessoas e estabelecendo comparações misóginas mulheres sapabi sendo assediadas/violentadas em festas.”

“Estávamos saindo do RU quando um ex-colega comenta sobre “um homem de saia” fazendo piada e rindo. Tivemos uma discussão, aonde tentei argumentar com culturas em que homens usam roupas semelhantes a saias. A simplesmente ignorou e ainda se disse no direito de julgar, pois, nas palavras dela, “a gente não deve julgar aquilo que não vê, o que vemos podemos julgar sim”.”

“Eu sofri muito quando me assumi bissexual para toda a engenharia. Amigos que eu achava que tinha, viraram as costas pra mim e muitos boatos sobre mim foram criados a partir de então. Foram meses terríveis em que todo mundo me olhava.”

As narrativas das/os participantes nos mostram que o ambiente universitário produz e reitera discriminações, violências e exclusões, dando continuidade a processos vividos em outros âmbitos da sociedade e produzindo relações específicas nesse ambiente. Pelas respostas, há discriminações e violências tanto observadas quanto vividas no interior da universidade, envolvendo, especialmente, a interação com colegas discentes e com docentes. ‘Comentários ofensivos’, ridicularização das experiências LGBTI+, piadas, estereótipos associados às expressões corporais, insultos, boatos, exclusões e assédios em diferentes contextos do ambiente universitário (sala de aula, restaurante universitário, coordenação do curso etc.) aparecem nos relatos das/os estudantes. Estudos como os de Amaral (2013), Nardi et alli (2013) e Silva (2017) apontam para a universidade como espaço onde não apenas são reproduzidas as desigualdades e hierarquias relativas aos marcadores sociais de diferenças, mas nela também se atualizam e se estabilizam as lógicas que dão sustentação a elas. Nesse sentido, o ambiente universitário expressa os conflitos e tensões que compõem os processos de formação dos sujeitos, por vezes, naturalizando as hierarquias sexuais e de gêneros, contribuindo para a inferiorização e hostilização de pessoas LGBTI+ (BORRILLO, 2010), omitindo-se no debate acadêmico acerca das narrativas e experiências dessas pessoas, apesar de seu potencial para o que Nardi et alli (2013) chamam de politização das opressões no espaço público e consequente emergência de lutas sociais. A democratização da universidade exige, portanto, uma análise fundamentada e crítica das dinâmicas que instituem as normas e valores que funcionam em seu interior e como

elas afetam os sujeitos. Além disso, exige que nos organizemos para enfrentar as discriminações, violências e exclusões.

As violências verbais (injúrias, ofensas, comentários) e simbólicas (olhares, deslegitimação, estereótipos, fetichização) expressam essas dinâmicas de hierarquização das sexualidades e dos gêneros. Mais do que isso, elas funcionam como elementos subjetivadores, constituindo uma experiência de si marcada pela dissidência à cis-heteronorma. Como nos lembra Eribon (2008), tais violências tem papel definidor, funcionando para atribuir lugares subalternos aos sujeitos, inscrevendo-se nas subjetividades. Embora tenhamos ouvido narrativas nos grupos focais de que, muitas vezes, as/os estudantes LGBTI+ se sentem mais seguras/os no *campus* em relação ao ambiente externo à universidade (fato que também foi encontrado em outras pesquisas), observamos que elas/es não estão livres de situações de constrangimentos e/ou violências, o que nos possibilita reafirmar a universidade como espaço que tem a cis-heteronormatividade como organizadora dos seus rituais, das suas dinâmicas, atravessando as relações entre os sujeitos e destes consigo mesmos. Trata-se, portanto, de pensar nas dinâmicas institucionais de poder que hierarquizam, cerceiam e limitam as possibilidades de ser LGBTI+ no ensino superior, embora devamos considerar também que tais dinâmicas são produtoras de estratégias de resistências e de sobrevivência, inventadas pelos sujeitos para permanecer na universidade, para fazer frente às discriminações e violências. Há, portanto, modos de ressignificar essa experiência, imaginando que a reiteração da cis-heteronormatividade também produz modos de escapar e de construir outras dinâmicas institucionais. Precisamos apostar nisso para construir os sentidos de democracia, inclusão e equidade que fazem parte dos princípios e das políticas institucionais.

Considerações finais

Com o artigo nos propusemos a contribuir para o debate sobre as experiências e processos de constituição de estudantes LGBTI+ no ensino superior, com vistas à garantia de uma educação laica, pública, equitativa e inclusiva, e à pluralização das experiências das sexualidades e dos gêneros, fomentando discussões acerca das relações estabelecidas nas faculdades e institutos. Pretende-se, nesse sentido contribuir com o debate sobre os modos como os sujeitos

com expressões de gêneros e sexualidades discordantes da cis-heteronormatividade se constituem no/com o ensino superior; sobre os modos de funcionamento da LGBTI+fobia no ensino superior, com vistas ao estabelecimento de práticas de proteção dos sujeitos e combate aos preconceitos, ao lado de estratégias de transformação pela formação crítica, diminuindo a incidência de práticas discriminatórias e violências; sobre os currículos de formação no ensino superior na relação com saberes e experiências de sujeitos e grupos culturais não-hegemônicos; sobre a relação do ensino superior, especialmente da universidade, com o fomento ao debate sobre as pluralidades sexuais e de gêneros no âmbito social mais amplo.

Pensando no currículo como resultado de processos em que são selecionados, de um universo mais amplo, os conhecimentos e saberes válidos que irão constituir-lo, e que selecionar é uma operação de poder, há que se considerar as disputas que envolvem as abordagens ligadas às relações de gênero e sexualidades. Se temos hoje nas universidades linhas de pesquisa consolidadas na pós-graduação, docentes dedicadas/os a investigações nos mais diversos campos de conhecimento e, conseqüentemente, atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas com os temas tratados neste trabalho, é porque tem havido um movimento de transformações sociais e culturais, que implicam tomar gênero e sexualidade como construtos históricos em constante mudança. Nesse sentido, a pesquisa mostra sua relevância e sua atualidade, considerando um contexto de intensa disputa entre narrativas críticas e conservadoras, que elegem essas categorias como elementos centrais para o debate público contemporâneo, na definição de direitos fundamentais e de políticas para sujeitos LGBTI+.

Ao tomarmos como foco o ensino superior e a universidade, questionamentos vão surgindo, nos impulsionando à investigação com as/os estudantes e às continuidades em outros processos de pesquisa. Que sujeitos e que profissionais temos formado? Que formação a universidade vem chancelando? De que modos essa formação pode contribuir para a produção de transformações nas relações sociais? E nas relações com as diferenças? De que modos a formação no ensino superior se relaciona com as sexualidades e as relações de gêneros? Como sujeitos LGBTI+ experienciam o ensino superior, a partir de suas identidades e expressões de gênero e sexualidade? Como os sujeitos pensam a si próprios, suas identidades, suas experiências, nesses processos? Apostamos na ideia de que são múltiplos os processos

formativos colocados em exercício nas redes de saber e poder que constituem as universidades; são múltiplas as configurações formativas arquitetadas, nos diferentes cursos, unidades acadêmicas, a partir de variadas atividades – aulas, projetos de extensão, iniciação científica, eventos científico-acadêmicos, artísticos, políticos, participação em coletivos e grupos, entre tantas outras.

Referências

AMARAL, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, edição 21.2, p. 229-262, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/view/90/73>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad.: Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUARTE, Francisco E. B. **As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. Tese (Doutorado – Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8380/1/Tese_RepresentacoesSociaisUniversitarios.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad.: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LIONÇO, Tatiana; TAVIRA, Larissa Vasques; BAÉRE, Felipe de; PORTELA, Raquel de Souza Portela. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da UNB. **Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade**, Vitória, n/p, 2016. Disponível em: <http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467426591_ARQUIVO_escuta_diversa_resumoexpandido_final_2016.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. **Domesticando corpos, construindo médicos**: das relações de gênero a uma sociologia da profissão. Dissertação (Mestrado – Sociologia Política). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/176795/345868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; MACHADO, Frederico Viana; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria & Sociedade**, n. 21.2, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.teoria-esociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87/71>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PRADO, Marco A. M.; MARTINS, Daniel A.; ROCHA, Leonardo T. L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 04, p. 209-232, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304/1737>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

REIS, Roberto Alves; DIAS, Jacson; BENITEZ, Gael. A experiência do projeto de extensão Una-se contra a LGBTfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. **e-Hum** - revista científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 74-82, ago./dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/1961>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

RIBEIRO, Cláudia M.; XAVIER FILHA, Constantina. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-19, nov. 2014-abr. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12886/9199>>. Acesso em 27 jan. 2021.

RIBEIRO, Izaque Machado; CUNHA, Jorge. Processos formativos no ensino superior e políticas públicas de diversidade sexual: relatos de algumas experimentações no campo da Psicologia. **Licencia&acturas**,

Ivati, v. 3, n. 1, p. 17-26, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/69/65>>. Acesso em 27 jan. 2021.

SANTOS, Jailson Batista dos. A condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. **Anais do 4º Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior**, João Pessoa, n/p, 2017. Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/anais>>. Acesso: 27 jan. 2021.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTs na UFRB**: a transformação do estigma em orgulho. Dissertação (Mestrado – Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/22676/1/Dep%C3%B3sito_DISSERTA%C3%87%C3%83O_ElderLuan_PPGEISU.pdf>. Acesso: 27 jan. 2021.

VIEIRA, Marcelo. **“Quero poder existir”**: contornos da violência simbólica contra orientações sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado – Saúde Coletiva). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160738/337721.pdf?sequence=1&isAllowed=>>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE EM GÊNERO E SEXUALIDADES PARA O FOMENTO DE PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS LGBTIFOBIAS NA ESCOLA

Rubem Viana de Carvalho

Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA), psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/DeVry) e pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail: rubem.viana@ufpe.br

Resumo

Esse trabalho articula as categorias de formação docente as discussões de gênero e sexualidades na escola, entendendo esses espaços da educação enquanto espaços políticos importantes que historicamente estiveram à disposição do saber hegemônico, mas que hoje, têm sido questionados pelos saberes Outros, como os dos sujeitos LGBTI+ que estiveram excluídos ou silenciados nesses espaços. Assim, temos como objetivo geral: Analisar a partir dos/as estudantes em exercício docente do curso de pedagogia da UFPE/CAA as contribuições da formação docente para o fomento de práticas de enfrentamento às LGBTIfobias na escola. Nesse sentido, a pesquisa reflete sobre a importância de uma formação docente em pedagogia que tenha a força política e educativa crítica de enfrentar as LGBTIfobias existentes na escola, dentro das possibilidades que cabem aos/as professores/as. Enquanto metodologia, utilizamos a abordagem de pesquisa qualitativa e o instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Enquanto Método utilizamos o Método do Caso Alargado de Boaventura de Sousa Santos (1983). Para a análise dos dados, dispomos da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). Os resultados apontam para o fato de que o curso de pedagogia da UFPE/CAA

tem contribuído significativamente para a formação docente de profissionais que têm o conhecimento crítico de abordar as discussões de gênero e sexualidades na escola e enfrentar também as LGBTIfobias que diariamente assolam estudantes LGBTI+.

Palavras-chave: Formação Docente, Práticas docentes, Coeducação. Gênero e Sexualidades, LGBTIfobias.

Introdução

A escola é historicamente marcada pelas desigualdades de gênero e sexualidades, desigualdades essas que ainda segregam e excluem sujeitos que são considerados diferentes ou desviantes da norma padrão como a mulher, os povos tradicionais, as pessoas negras e os/as LGBTI+¹. No entanto, alguns esforços têm sido tomados para diminuir as desigualdades sexuais e de gênero na escola a partir de olhares e discursos que vêm problematizando as práticas pedagógicas, a formação docente e os sentidos do ensino e da aprendizagem.

Esses novos olhares para as políticas escolares, para a formação de professores/as para os currículos e para as práticas pedagógicas voltados para as relações de sexo e gênero surgem com os Movimentos sociais no século XIX, entre eles o Movimento feminista, através da reivindicação das mulheres ao sufrágio, assim como também, por igualdade educacional para meninos e meninas por meio da coeducação, uma educação indiferenciada para homens e mulheres.

Nesse percurso histórico da discussão de gênero e sexualidades, desde os anos de 1960, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, provocado pelos movimentos da diferença entre eles o feminista, o negro e o LGBTI+ (LOURO 2001).

Para Giroux e McLaren (2008), muitos dos problemas associados à formação de professores/as indicam a falta de ênfase, no currículo dessa formação, na análise da questão do poder e de sua distribuição hierárquica, bem como no estudo da teoria social crítica associada às diferenças culturais. Na nossa compreensão a teoria social crítica para a partir dos estudos das diferenças como a teoria *Queer* pode ajudar

1 Adotamos a sigla LGBTI+ quando nos referirmos à comunidade, pois entendemos que essa sigla melhor abarca a diversidade sexual e de gênero existente ou que poderão vir a existir, assim como também utilizamos a sigla correspondente “LGBTIFobia” ao nos referirmos às violências sofridas por essa comunidade como está indicado no “Manual de Comunicação LGBTI+”, instrumento criado para a comunicação e informação que traz as terminologias mais recentes discutidas pelos Movimentos nacionais como: Aliança Nacional LGBTI, ABGLT, o Grupo Dignidade, entre outros. Neste sentido, o enunciado “homofobia” aparecerá aqui apenas nos extratos de citações diretas dos textos originais dos/as autores/as citados/as, para não incorrerem no anacronismo teórico.

a problematizar o pensamento convencional sobre a escolarização e sua condição de discurso objetivo e cientificamente fundamentado.

Nessa direção temo como objeto nesse trabalho analisar a partir dos/as estudantes em exercício docente do curso de pedagogia da UFPE/CAA as contribuições da formação docente para o fomento de práticas de enfrentamento às LGBTIfobias na escola. Visto que parece ser consenso entre os/as autores/as e pesquisadores/as de educação o fato de que a universidade e a escola precisam ser repensadas. Nessa perspectiva, repensamos a formação docente aqui, pelos princípios democráticos, em articulação com os objetivos socioculturais.

Nosso estudo está delimitado enquanto campo ao curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) campus do Agreste. A universidade localiza-se no município da cidade de Caruaru, interior de Pernambuco.

São fontes de informação 4 estudantes em exercício docente, essas são quatro mulheres, estas estudantes do nono período do curso de pedagogia da UFPE/CAA. As participantes são nomeadas na pesquisa com os nomes de: Simone, que tem 22 anos de idade, 4 de exercício docente, Angela que tem 40 anos de idade, 3 anos e 2 meses de exercício docente, Frida que tem 21 anos de idade e 1 ano de exercício docente e Juana² 24 anos de idade, 8 de exercício docente.

Das participantes, três atuam em escolas urbanas particulares e uma em uma escola do campo multiseriada pública, todas atuam nas fases iniciais da educação básica. Os vínculos com as instituições escolares são de estágio de duas participantes, que atuam como professoras auxiliares e de professora titular contratadas das duas outras. As escolas situam-se nos municípios de Caruaru, Pannels e São Caetano na região do Agreste pernambucano.

2 Esses nomes são fictícios são uma homenagem a Simone de Beauvoir, Angela Davis, Frida Kahlo e Juana Azurduy. A primeira é um dos maiores nomes acadêmicos do feminismo mundial. A segunda, uma militante negra e feminista, também acadêmica, integrante do Partido Comunista Panteras Negras. A terceira uma das maiores artistas Latino-Americanas que além de feminista era lésbica e a última uma das mais importantes militantes Latino-Americanas, de origem indígena participou do primeiro grito libertário da América Latina. Essas grandes militantes e intelectuais nos mostram que lugar de mulher não é só o da maternagem e do cuidado, mas também da luta política, da academia, das epistemologias, das artes, ou seja, é o lugar que elas quiserem construir.

A fim de atender a demanda e objetivos de nossa pesquisa, utilizaremos o Método do Caso Alargado de Boaventura de Sousa Santos (1983), esse método consiste em alargar a compreensão da realidade através de um caso particular estudado e estendendo as conclusões desse estudo a casos mais amplos. Trata-se de encontrar singularidades e elementos estruturais em comum que unam o caso conhecido aos não-conhecidos. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada que tem como finalidade coletar de forma aprofunda as questões investigadas.

Na fase de tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo, baseada na perspectiva de Bardin (1977). A partir da AC tivemos a finalidade de analisar todo o material e categorizar as experiências mais proeminentes a fim de responder nossos objetivos. Desta forma, essa técnica, possibilitou a categorização do material coletado por meio de inferência sobre os dados via observação, entrevistas semiestruturadas.

LGBTIfobia e formação docente uma articulação necessária

A LGBTIfobia é a atitude de hostilidade contra os homossexuais, transexuais e identidades sexuais e de gênero dissidentes. Borrillo (2009) a entende enquanto forma particular de sexismo, pois nega direitos a todos/as aqueles/as que não se enquadram no seu sexo biológico ou gênero designado. Muitas vezes aceita na esfera privada, a homossexualidade ou transexualidade torna-se insuportável quando reivindica publicamente direitos tidos pelos/as heterossexuais como próprios deles/as, como o casamento e a adoção ou criação de filhos. Neste sentido, as LGBTIfobia são também o medo que esses direitos sejam reconhecidos e que a homossexualidade/transexualidade e outras identidades venham equivaler à heterossexualidade, enquanto norma, medo que a fronteira hierárquica venha desaparecer. O autor ainda explica que:

A palavra “homofobia” designa dois aspectos de uma mesma realidade: uma dimensão pessoal de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição aos homossexuais, e uma dimensão cultural de natureza cognitiva, na qual o objeto da rejeição não é

o indivíduo homossexual, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (BORRILLO, 2009, p. 19).

Segundo Borrillo (2009), essa diferenciação possibilita compreender porque algumas pessoas toleram ou até tem alguma aproximação com a comunidade LGBTI+, no entanto, consideram inadmissível qualquer política que possa vir a beneficiá-los/as. A primeira forma de violência contra lésbicas, gays e transexuais entre outras identidades é caracterizada pelo medo, aversão e repulsa, uma manifestação puramente emotiva, comparada aos medos de lugares fechados (claustrofobia) e ao medo de animais (zoofobia). Então se as LGBTIfobia afetiva (psicológica) se caracteriza pela condenação da homossexualidade e das identidades de gênero, as LGBTIfobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero. A violência em estado puro que representa as LGBTIfobia psicológica nada mais é do que a internacionalização de uma atitude antiLGBTI+ que atravessa a história das sociedades.

Nesse sentido, em estudo realizado sobre as LGBTIfobias, Prado e Junqueira (2011), complementa essa discussão, ao afirmarem que:

O termo homofobia tem sido comumente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação aos “homossexuais”. No entanto, entendê-lo assim implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu enfrentamento somente com base em medidas voltadas para minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de “indivíduos” ou de “grupos homofóbicos”. As instituições sociais pouco ou nada teriam algo a ver com isso. (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 56).

Nessa discussão, fenômeno social e ao mesmo tempo cognitivo e normativo, a heteronormatividade implica na criação da dicotomia entre os grupos homo/trans e hétero, tratando o último de forma diferenciada tendo privilégios políticos. A categorização se apresenta como uma forma de poder que gera desigualdades, seja de raça, de classe, de gênero ou de sexualidade, tendo então por objetivos organizar as divergências, naturalizando-as. É para além de um fenômeno cognitivo, psicológico e social é importante considerar as LGBTIfobias enquanto fenômenos sociais também institucionalizados.

Cada vez mais, as LGBTIfobias são percebidas como grave problema social e a escola passa a ter fator primordial no enfrentamento a essa violência, podendo contribuir na construção de uma consciência crítica de respeito aos Direitos Humanos. Assim, hoje a escola consolida-se, não apenas como um espaço que constrói e transmite conhecimentos, mas o faz de forma que pode perpetuar percepções e valores, fabricando sujeitos a partir de seus currículos e práticas.

Repensar a formação inicial e continuada na atualidade corresponde a uma das demandas mais importantes à qual os pesquisadores do campo educacional têm sido convocados a realizar, tendo em vista as novas exigências com as quais o/a professor/a precisa lidar atualmente. Nesse sentido de formação docente, entende-se atualmente que as teorias Reconceptualista/Reprodutivistas dos anos de 1970, que colaboraram para explicar o fracasso escolar, mostrando sua relação de reprodução das desigualdades sociais, não são mais suficientes para apontar as mediações e negociações possíveis e necessárias nas práticas pedagógicas e docentes para o enfrentamento às desigualdades sociais, entre elas as LGBTIfobias (PIMENTA, 1999).

Nesse contexto Pimenta (1999), entende o curso de formação inicial de professores/as para além da habilitação legal do exercício profissional, desta forma, para a autora, espera-se de um curso de formação que forme o/a professor/a ou que colabore para o exercício da atividade docente. Deste modo, a autora ressalta que o sentido de ser professor/a, enquanto profissional, não está a serviço de uma atividade burocrática, a partir de habilidades técnicas. O sentido de professor/a está inscrito no processo de ensinar, contribuindo para o processo de humanização dos/as alunos/as. Assim, espera-se da formação docente:

que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhe possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazer docentes, num

processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 1999, p. 18).

Para além do que é destaca do pro Pimenta (1999) a partir das considerações de Giroux e McLaren (2008), entendemos que os cursos de formação de professores/as necessitam ser preconcebidos como esferas contra-públicas. Compreendendo as escolas como “esferas públicas” locais em que a cultura esteja em permanente contestação, resistência e adesões, portanto em disputa e negociações de significados e sentidos. Para que seja possível viabilizar uma formação de professores/as com consciência crítica sobre seu saber-fazer e sensibilidade social. Nessa perspectiva, é, então, importante considerar a relevância de desenvolver programas que eduquem os/as futuros/as professores/as como intelectuais críticos/as capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia da diversidade e de respeito às diferenças entre elas as de gênero e sexualidades.

A categoria de coeducação discutida por Daniela Auad (2006), compreendida enquanto de gênero e sexualidades é profundamente relevante neste campo da formação dos/as professores/as, no que se refere, a formação de práticas para o enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidade na escola. Desta forma, essa categoria se configura para autora como política educacional democrática, que prevê medidas de inter-relações entre gêneros em diversos espaços educativos incluindo a escola:

Há um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aulas e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (AUAD, 2006, p. 79).

Auad (2006) faz também uma diferenciação entre escolas mistas e coeducação, pois para a autora, além dos meninos e meninas estarem “misturados”, realizando as mesmas atividades de forma que as diferenças sejam respeitadas, é necessário que as oposições históricas sobre o lugar da mulher e do feminino e do homem e do masculino na sociedade, e as relações de gênero que também compreendem relações de poder, sejam questionados na escola, e que as práticas

pedagógicas tenham seu sentido pensado para o enfrentamento às desigualdades de gênero.

Indo além dessa discussão entendemos que não só as relações de gênero e sexualidades precisam ser questionadas, mas também, é importante nessa discussão, questionar os binarismos de gênero e sexualidades a partir do entendimento da multiplicidade de vivências dos sujeitos LGBTI+ para além das experiências das masculinidades e feminilidades assim como as violências que assolam a comunidade LGBTI+ como às LGBTIfobias.

Seguindo na trilha da teorização feminista sobre gênero, a teoria *queer* estende a hipótese da construção social para o domínio da sexualidade. Desta forma, não são apenas nossas identidades de gênero que são socialmente construídas, mas também as formas pelas quais vivemos nossa sexualidade. Neste sentido, assim como a identidade de gênero, a identidade sexual não é definida simplesmente pela biologia, ela muito menos é fixa e estável e definitiva. A identidade sexual é também dependente dos sentidos sociais que são dados a ela, essa, é assim como a identidade de gênero, uma construção social e cultural (SILVA, 2007).

Louro (2001), a partir da teorização de Butler entende que as normas sociais regulatórias do sexo, são, portanto, performativas, isto é, são continuamente construídas a partir da repetição que produz aquilo que nomeia, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros a partir da ótica heterossexual. De acordo com os teóricos e teóricas *queer* é urgente construir uma mudança epistemológica a partir da desconstrução que efetivamente possa romper com a lógica binária e com suas consequências: a hierarquia, a classificação e a exclusão.

A partir desse contexto de desconstrução dos binarismos e da ordem historicamente estabelecida a escola os currículos, as educadoras e educadores mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais precisam ter respostas seguras e estáveis. Na atualidade não existem certezas e os modelos são questionáveis e passíveis de mudança. Deste modo, não há como ignorar os “novos” sujeitos e suas contestações. Diante desse contexto, a educação com sua vocação normaliza-te vê-se ameaçada e levanta perguntas como: que fazer? (LOURO, 2001).

A teoria e o currículo *queer* abrem a possibilidade para a discussão do que consideramos ser fixo, imutável. Não apenas em relação aos

currículos escolares, mas também sobre as relações que se imbricam nos cotidianos escolares, que nos possibilitam perceber os outros diferentes de nós. Para Silva (2007, p.109), um currículo *queer* é entendido como “um currículo que força os limites das epistemes dominantes: um currículo que não se limita a questionar o conhecimento como socialmente construído, mas que se aventura a explorar aquilo que ainda não foi construído”.

A importância da formação docente coeducativa para a criação de práticas de enfrentamento as violências de gênero e sexualidades na escola

Discorreremos aqui a cerca dos principais sentidos contidos nas falas das estudantes em exercício docente sobre as relações e contribuições da formação do curso de pedagogia da UFPE/CAA para o fomento de práticas de enfrentamento às LGBTIfobias; os principais sentidos e manifestações LGBTIfóbicas percebidas pelas estudantes nas escolas em que atuam e as principais ações pedagógicas e docentes ou práticas coeducativas em gênero e sexualidades realizadas por parte das professoras em seus exercícios docentes seja enquanto professora auxiliar ou titular de turma.

Sobre as relações e contribuições da formação e do currículo do curso de pedagogia da UFPE/CAA para as práticas de enfrentamento às LGBTIfobias, as estudantes em exercício docente trazem em suas falas como principais temáticas as seguintes: Discutimos além das disciplinas; conseguimos identificar práticas LGBTIfóbicas; Identificação dos comportamentos; Possibilidade de intervenção; Mente aberta para as diferenças; Desconstruir para construir. Trazemos as percepções de Simone como exemplo dos principais sentidos percebidos:

eu entrei na universidade com um olhar para várias questões, inclusive para essas. Então a gente vai discutindo além das disciplinas com as pessoas, com os conteúdos, com as leituras. Apesar que eu não consigo definir muitos conceitos, mas a gente consegue identificar as práticas, né? (Entrevista com Simone, 18/09/2020).

A estudante destaca a sua mudança pessoal em relação às concepções que tinha sobre várias questões, assim como as questões que envolvem gênero e sexualidades, apontando que consegue articular

as discussões da universidade com as pessoas, conteúdos e leituras, mesmo que tenha dificuldade para definir alguns conceitos importantes na discussão que a possibilitaria atuar melhor nesse contexto.

Não obstante, ela ressalta que consegue identificar as práticas LGBTIfóbicas na escola e desta forma pode contribuir, de algum modo, para o enfrentamento a essas violências. A perspectiva da aluna se aproxima bastante do sentido de ser professor/a pensado por Pimenta (1999), onde para ela no processo de ensinar os/as professores/as contribuem para o processo de humanização dos/as alunos/as para além de uma dimensão de aquisição de habilidades técnicas..

Na fala da estudante ainda percebemos a relação estabelecida entre a formação docente do curso de pedagogia para a formação da identidade docente coeducativa, quando ela ressalta que a universidade a possibilitou articular as discussões de gênero e sexualidades com a vida e assim mudar o olhar sobre essas discussões. Frida destaca, mais diretamente essa relação entre a formação do curso com a possibilidade de poder identificar as práticas LGBTIfóbicas e intervir sobre elas:

depois que a gente vivencia o curso, a gente fica com a mente mais aberta para diversas questões. Não só para as questões de LGBTfobias, mas abre a nossa mente para outras. Então quando a gente se depara com algumas situações LGBTfóbicas, a gente já sabe “eita esse não é o caminho a gente já sabe, essa não é a atitude correta”, e tenta dialogar com as pessoas. E o que a gente aprende no curso ajuda nessa discussão, a gente precisa desconstruir para poder construir o novo conhecimento na outra pessoa (Entrevista com Frida, 21/09/2020).

Na fala da estudante em exercício docente percebemos claramente a relação estabelecida por ela entre a formação do curso de pedagogia da UFPE/CAA com suas vivências em sala de aula ao se deparar com situações de LGBTIfobias. A aluna ainda aponta que ao se deparar com situações de violência ela tenta intervir e que é preciso desconstruir pensamentos e comportamentos conservadores que contribuem com as violências para depois construir novos pensamentos.

Entendemos a partir dessas informações que a formação é auto-formação a partir da perspectiva reflexiva na qual o professor e a professora ao estabelecer relações entre os saberes, as vivências

pessoais, o currículo a teoria e a prática, podem reelaborar seus saberes constantemente em confronto com suas vivências e práticas. Pimenta (1999), aponta a importância da reflexão, durante a ação, sobre a ação e sobre a própria reflexão, enquanto processo importante para os/as professores/as autônomos/as, pois ensinar na sociedade multimídia e multicultural na contemporaneidade requer permanente ressignificação identitária desses/as profissionais.

Para as estudantes, as LGBTIfobias manifestam-se no cotidiano da escola a partir de: Xingamentos esdrúxulos; Reações corporais; Expressões e falas; Gracinhas; Chacotas; Brincadeiras sexistas; Olhares de não aceitação; Nas mínimas coisas que fogem do padrão de atitude masculina e atitude feminina socialmente aceita enquanto norma. Percebemos, a partir dos sentidos das temáticas elencadas, a sensibilidade das estudantes que exercem a docência, para perceber às LGBTIfobias em vários detalhes no cotidiano da escola. Os sentidos mais repetidos foram os de olhares de reprovação, reações corporais, falas, gracinhas e brincadeiras. Entendemos, então, que as LGBTIfobias são percebidas pelas professoras em formação principalmente no campo dos discursos, dos comportamentos visuais e corporais, nas atitudes e atividades psicomotoras, como as brincadeiras, como podemos perceber:

Acontece em falas, em gestos de quem tem esse olhar de não aceitação do outro como o outro é. Geralmente fala-se: não fale assim, sabe; não se sente assim. Às vezes é com gestos mesmo, a postura e o rosto do docente ou da cuidadora reagem, o corpo reage. No momento em que a criança, porque não tem como dizer se a criança é gay ou lésbica, ela está se formando, mas porque aquela criança, aquele menino, geralmente, é mais os meninos. Mas tem as meninas também, que tem aquele jeito de andar, que tem preferência por estar no grupo dos meninos, que tem preferência por jogar futebol. E aí, tanto se reage com o corpo, com aquela expressão “meu Deus!”, como se estivesse vendo a coisa mais absurda do mundo. E também com falas: “olhe, ajeitar esse cabelo, menina não joga futebol”. Então são situações que eu percebo e já vi, tanto com meninas quanto com meninos (Entrevista com Angela, 21/09/2020).

Angela é professora auxiliar estagiária na escola em que atua, sua fala demonstra a percepção de uma professora que, por não atuar de forma mais efetivamente em sala, pode observar as práticas da professora titular. Além disso, enquanto estudante, Angela pode associar as práticas observadas com as teorias que recebe na universidade diretamente.

A estudante destaca, em sua fala, que há lugares e comportamentos, de feminilidade e masculinidade, que são cobrados das crianças na escola. Assim, as violências estariam presentes nesses casos, percebidos nos gestos dos/as profissionais desses estabelecimentos em relação às crianças diferentes, possivelmente LGBTI+, que são vistas como inadequadas e desviantes à norma. A própria fala de Angela carrega esse marcador social, quando diz: “tem as meninas, também que tem aquele jeito de andar” o jeito considerado socialmente diferente, fora da regra.

No que se refere as ações e ou práticas pedagógicas e docentes identificamos práticas coeducativas em gênero e sexualidades por parte das estudantes em exercício docente. De uma forma geral, as professoras em formação utilizam-se da conversa, do questionamento, da informação e de atividades de não divisão das brincadeiras, como podemos perceber na reflexão de Simone:

a gente tenta conversar com as crianças, perguntar porquê está xingando o outro, porque você está chamando ele assim e o que tem de ruim nisso? Eles desconversam, mas a gente tenta dizer que é normal, não tem nada de errado em ser ou não ser gay. O problema é que você está falando como um xingamento. Se você está falando como um xingamento, você está errado. Então você vai pedir desculpas a seu coleguinha, para entender que isso não é xingamento. Apesar que, no outro dia, eles chegam com as mesmas falas, por exemplo, como se fosse algo muito natural na cabeça deles, apesar que é, né? Eu vejo, na minha família aqui, às vezes, essas práticas, então a gente tenta conversar com eles, mas, para surtir efeito, isso é insuficiente. A gente vai tentando trazer informação para a criança de uma maneira muito sutil, porque se você fala de uma maneira muito forte, você pode ser até questionado, e os pais podem vir lá tirar satisfação. “Ah... então você está dizendo que ele é realmente gay?” (Entrevista com Simone, 18/09/2020).

O questionamento é uma prática recorrente nas falas das estudantes em exercício docente. Esse questionamento é importante porque as ações ou atitudes LGBTIfóbicas não são naturalizadas e silenciadas, mas questionadas e problematizadas. O questionamento faz parte das práticas coeducativas e queer pensadas por SILVA (2007) e Auad (2006) ele dá a possibilidade ao aluno e à aluna de pensar sobre suas atitudes preconceituosas e mudar de atitude.

No entanto, como aponta a fala da professora, o questionamento não é suficiente. Para além do questionamento e da informação é preciso ações e práticas que envolvam os alunos e as alunas em reflexões profundas sobre as sexualidades, sobre gênero e sobre as vivências LGBTI+. Atividades como grupos de estudo, pesquisas, teatros educativos, apresentações e projetos educativos interdisciplinares, que envolvam, não só a sala de aula, mas toda a comunidade escolar. É preciso ir além do questionamento e aproximar os/as alunos/as da realidade de violência para que possam sensibilizarem-se e praticar a empatia, pois como podemos perceber na fala da estudante as práticas de violências LGBTIfóbicas são normas naturalizadas socialmente a serviço do poder heteronormativo.

Assim, para Borrillo (2009), a consciência da gravidade do fenômeno LGBTIfóbico é um despertar necessário a qualquer ação que vise ser democrática, pois não há democracia plena quando vários sujeitos são excluídos ou estão morrendo em seus países apenas por desejar o mesmo sexo, ou por ter um corpo diferente do padrão heterossexual. Assim, as violências e as discriminações para com homossexuais e transexuais ocorrem diante de uma população indiferente e insensível ao problema.

Outra prática destacada na fala de Simone é a não divisão das brincadeiras por gênero, conforme aponta a estudante em exercício docente em suas aulas:

Nas minhas salas não tem divisão de nada: brincadeiras todo mundo junto, futebol todo mundo junto, boneca todo mundo junto. Apesar de que as meninas nem gostam de brincar de boneca, então é uma brincadeira que quase não usamos. Mas se é para brincar de construção, é todo mundo junto. Se é para correr, é todo mundo junto, não tem divisão não (Entrevista com Simone, 18/09/2020).

Para Auad (2006), além dos meninos e meninas estarem “misturados”, realizando as mesmas atividades de forma que as diferenças sejam respeitadas, é necessário que as oposições históricas sobre o lugar da mulher e do feminino e do homem e do masculino na sociedade, assim como as relações de gênero, que também compreendem relações de poder, sejam questionados na escola e que as práticas pedagógicas e docentes tenham um sentido definido também para a educação em gênero e sexualidades.

O professor e a professora, nas práticas docentes e pedagógicas de mistura e separação, precisam estar atentos aos sentidos e significados que são construídos na sala de aula e na escola como um todo. A esse respeito, Louro (1997, p.59) contribui apontando que: “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar”.

Entendemos ainda, a partir das reflexões de Auad (2006), que para que a escola possa mudar a forma como trata as questões de gênero e sexualidades é preciso que várias transformações aconteçam, como: mudanças na legislação, nos currículos de formação de professores e escolares, nos sistemas educacionais, na relação professor/a aluno/a, nas relações dos agentes da escola e nos livros didáticos, para que não reproduzam desigualdades. E mesmo que essas ações não se desenvolvam, pois levam tempo e dependem de ações coletivas e políticas públicas, os professores e as professoras podem, e devem assumir práticas coeducativas em gênero e sexualidades para o enfrentamento às LGBTIfobias no cotidiano da escola e da sala de aula.

Considerações finais

Com base no Método do Caso Alargado conforme Boaventura de Sousa Santos (1983), entendemos que a riqueza do caso não está no que nele se generaliza, mas na amplitude das incidências qualitativas que nele se expressam. Trazemos aqui algumas de nossas principais conclusões em relação as temáticas que surgem, ressaltando os significados e sentidos das percepções e das ações pedagógicas empreendidas pelas participantes da pesquisa, tendo em vista em alargar o caso estudado.

Sobre as relações e contribuições da formação do curso de pedagogia da UFPE/CAA para as práticas de enfrentamento às LGBTIfobias, as estudantes em exercício docente destacam as suas mudanças

pessoais formativa em relação às concepções que tinham sobre as questões que envolvem gênero e sexualidades antes de adentrarem no curso, apontando que conseguem hoje articular as discussões da universidade com as pessoas, conteúdos e leituras, possibilitando -as atuar melhor nesse contexto, conseguindo identificar as práticas LGBTIfóbicas e desta forma poder contribuir para o enfrentamento a essas violências. Entendemos, desta forma, que a formação parece extrapolar o âmbito da formação profissional contribuindo para a formação de agentes sociais coeducativos.

No que se refere a ações pedagógicas e docentes ou práticas coeducativas em gênero e sexualidades, por parte das estudantes em exercício docente, de uma forma geral, as professoras utilizam-se da conversa, do questionamento, da informação e de atividades de não divisão das brincadeiras. Consideramos que esse questionamento é importante porque as ações ou atitudes LGBTIfóbicas não são naturalizadas e silenciadas, mas questionadas e problematizadas.

Assim, percebemos ao refletir sobre esses resultados que as estudantes em exercício docente articulam as temáticas discutidas aqui, tanto em suas percepções e formações pessoais, quanto quando relacionam a formação com as ações desenvolvidas na escola, articulações importantes que dialogam com a formação e com o currículo do curso, o que nos possibilita vislumbrar a efetivação formação da identidade docente coeducativa.

Não obstante, concordamos com Louro (2001), o combate às LGBTIfobias precisa avançar no contexto educacional. Desta forma, para uma pedagogia e um currículo *queer* efetivos não é suficiente denunciar as violências sofridas pela população LGBTI+ na escola, mas é imprescindível desconstruir o processo em que alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados.

Concluimos, a partir do caso observado, que a formação docente do curso de pedagogia da UFPE/CAA tem contribuído significativamente para a formação docente de profissionais que têm o conhecimento crítico de abordar as discussões de gênero e sexualidades na escola e enfrentar também as LGBTIfobias que diariamente assolam as crianças e jovens LGBTI+ na escola. Desta forma, as estudantes do curso de pedagogia da UFPE/CAA que já exercem a docência fazem articulações diretas, mesmo com seus limites entre a formação e o currículo em gênero e sexualidades apontados nos seus discursos, a partir de suas percepções e práticas realizadas em sala de aula nas escolas em que atuam.

Referências

AUAD, D. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2016.

BORRILLO, D. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. 2009.

GIROUX, H. A; MCLAREN, P. L. Por uma Pedagogia Crítica da Representação. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Orgs.). **Territórios Contestados**. O currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/ UNESCO. v. 32, p. 13-52, 2009.

LOURO, G. L. Teoria *queer*-uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidades e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. Cortez, 1999.

SANTOS, B. S. **Os conflitos urbanos no Recife**: o caso do "Skylab". Revista crítica de Ciências Sociais, nº 11, maio, pág. 9-59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1983

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo, 2ª. Ed., Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

PRADO, M. A. M; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G; BOKANY, Vi. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71.

ENTRE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: AS PRÁTICAS DOCENTES COEDUCATIVAS EM GÊNERO E SEXUALIDADES NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

Rubem Viana de Carvalho

Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA), psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/DeVry) e pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail: rubem.viana@ufpe.br

Resumo

A presente pesquisa lança-se na discussão da coeducação de gênero e sexualidades na sala de aula, analisada a partir das práticas docentes cotidianas dos/as professores/as do quinto ano do ensino fundamental I de uma escola pública municipal. Acreditando que a educação é um dispositivo importante no enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidades entendemos que de forma direta os professores e as professoras exercem papel indispensável na educação em gênero e sexualidades podendo contribuir tanto para o silenciamento quanto para o enfrentamento a essa questão na escola. Desta forma, para compreendermos como é tratada as questões de gênero e sexualidades na educação básica nos propomos aqui a: Analisar as relações de gênero e sexualidades nas práticas docentes do Ensino Fundamental I e suas aproximações e distanciamentos de práticas coeducativas. Quanto ao método de pesquisa, optamos pela pesquisa qualitativa do tipo etnográfico e para análise dos dados, nos embasamos na Análise de Conteúdo na proposta Bardin (2016). Os resultados apontam para a inexistência da coeducação de gênero e sexualidades como práticas docentes consolidadas e ainda de práticas estereotipadas, no entanto, identificamos a existência de práticas coeducativas isoladas ou momentos coeducativos não totalmente politizados nas relações professor/a-aluno/a.

Palavras-Chave: Escola. Práticas docentes. Coeducação. Gênero. Sexualidades

Introdução

A escola enquanto instituição social é historicamente marcada pelas desigualdades sexuais e de gênero, que ainda estão presentes em muitas práticas pedagógicas e docentes dos espaços escolares contemporâneos, desigualdades que segregam e excluem sujeitos, considerados diferentes ou desviantes da norma padrão, a mulher, o/a negro/a, o/a homossexual, o/a transexual entre outros/as.

Assim, por muito tempo, meninas não puderam frequentar o espaço escolar, ou tiveram uma educação diferente da destinada aos meninos, pensada para a esfera privada da vida social, por serem consideradas o “segundo sexo”, o sexo que devia ser educado para a família, que deveria assegurar através do casamento filhos a sociedade. O exercício do pensamento crítico e o ensino para a profissionalização era destinado aos meninos (ALMEIDA, 2007a, 2007b).

No entanto, alguns esforços têm sido tomados para diminuir as desigualdades sexuais e de gênero na escola, a partir de olhares que vêm problematizando as práticas docentes, quando realizadas por professores e professoras e pedagógicas quando realizadas pela comunidade escolar, como é o caso da coeducação. Esses novos olhares para as políticas escolares e para as práticas docentes e pedagógicas surgiram com o movimento feminista do final século XIX, através de reivindicações das mulheres ao sufrágio e por igualdade educacional para meninos e meninas por meio de uma educação indiferenciada para ambos os sexos, dando surgimento as escolas mistas e coeducativas.

No entanto, a escola mista que hoje temos no Brasil, se revela falha, no que se refere a educação crítica para a equidade de gênero, pois a simples mistura entre meninos e meninas não é suficiente para diminuir as desigualdades sexuais e de gênero, já que, essas, continuam sendo ensinadas e reproduzidas, pois são fruto de uma estrutura social disciplinar complexa, histórica e estrutural, que influencia as relações e práticas educativas.

É diante deste contexto que aponta para a necessidade de novas práticas emancipadoras e democráticas que lançamos o seguinte propósito: Analisar as relações de gênero e sexualidades nas práticas docentes do Ensino Fundamental I e suas aproximações e distanciamentos de práticas coeducativas. Para podermos refletir sobre como

é tratada as relações de gênero e sexualidades na educação básica a partir das práticas docentes.

O estudo está delimitado enquanto campo a uma escola pública municipal da cidade de Caruaru no Agreste Pernambucano. Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa são dois professores que dividem as disciplinas do quinto ano do ensino fundamental na escola em questão. Um professor que daremos o nome de P1, e uma professora, que daremos o nome de P2, por motivos éticos a fim de preservar suas identidades na apresentação dos resultados. A turma de quinto ano onde a pesquisa foi realizada possuía 40 alunos, sendo 17 meninas e 23 meninos.

No que tange ao método epistemológico, nossa pesquisa é do tipo etnográfico e foi realizada em um período de quatro meses. Esse tipo de pesquisa nos possibilita “tentar entender como operam no seu dia a dia os mecanismos de dominação e resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crença, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo” (ANDRÉ, 2011, p. 41).

Na fase de tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo, baseada na perspectiva de Bardin (1977). A partir da AC tivemos a finalidade de analisar todo o material e categorizar as experiências mais proeminentes a fim de responder nossos objetivos. Desta forma, essa técnica, possibilitou a categorização do material coletado por meio de inferência sobre os dados via observação e entrevistas semiestruturadas.

A coeducação de gênero e sexualidades enquanto prática de enfrentamento as desigualdades de gênero e sexualidades na escola

A partir da “segunda onda” do movimento feminista, em meados de 1960, surge a teorização da problemática do conceito gênero no movimento, que agora, se volta para o campo acadêmico, para além da militância política, propondo, então, agora a teorização das questões relativas ao sujeito mulher em relação com os homens na sociedade (LOURO, 1997). As estudiosas feministas denunciam o ocultamento da mulher na esfera pública e entre os espaços da arena política a escola e a academia.

Estes estudos questionam principalmente o determinismo biológico que sustentava a tese de que por serem sexualmente diferentes homens e mulheres teriam posições sociais diferentes, utilizada por séculos para justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. Assim, os estudos vêm demonstrar que não são as características sexuais, mas o que se fala ou se pensa sobre elas, que vai construir o que é masculino ou feminino em uma sociedade e em um tempo histórico. O debate vai se construir sobre uma nova análise onde gênero passa a ser o conceito central da discussão, conceito esse que passa a incluir também as questões do homem, e das masculinidades (LOURO, 1997).

Butler (1990), destaca o gênero como a inscrição primeira, inauguradora do processo de subjetivação, dentre as múltiplas marcas que a cultura impõe sobre os corpos, para a autora:

No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser preconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (BUTLER, 1990, p. 197).

Nesse sentido, a identidade de gênero se forma pelo aprendizado cultural de significados performativos de modelos fornecidos pela cultura. Sendo assim, a biologia não define o humano, nem mesmo o sexo pois este se mostra necessariamente plástico e consequentemente múltiplo (BUTLER, 1990). É preciso observar também que estas relações, que são sociais e históricas, constituem e são constitutivas dos gêneros e implicam em relações de poder. Assim, Louro (1997, p.41) afirma que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”. É no interior das redes de poder que são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades.

O movimento feminista Americano e Europeu trouxeram inúmeras contribuições a nossa sociedade quando reivindicaram e subverteram o lugar da mulher na sociedade patriarcal. No âmbito da educação não foi diferente, excluídas por séculos da escolaridade, por serem impedidas de frequentar a escola, que era destinada aos homens, as mulheres desse movimento, engajaram-se na luta por direitos educacionais e equidade de gênero. As feministas consideravam que a melhor forma

de se obter equidade entre os sexos era através da educação indiferenciada para ambos, que seria concretizada na escola mista através da coeducação das relações de gênero (ALMEIDA, 2007a, 2007b).

Almeida (2007a, p.64), conceitua a coeducação da seguinte forma “na terminologia pedagógica, coeducar se refere ao ato educativo no qual ambos os sexos aprendem na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos”. E ainda para a autora a coeducação acontece de fato quando é colocada a exigência de cooperação entre os sexos em todas as atividades escolares sob a necessidade de respeito à individualidade pessoal e sexual de cada educando, dentro de uma compreensão em que as diferenças sexuais são entendidas enquanto diferenças de gênero construídas socialmente, ou seja não corresponde apenas ao sexo biológico.

No entanto, as escolas mistas se proliferaram no Brasil, muito mais pelas condições socioeconômicas em que o país se encontrava, já que custavam menos aos cofres público, do que, por uma ideologia de equidade educacional (ALMEIDA, 2007a, 2007b). Auad (2006), ressalta sobre essa discussão que o projeto inicial de coeducação no Brasil falhou, pois o que de fato foi implantado no país, foi um modelo de escolas mistas, o projeto de coeducação feminista de equidade de gênero foi suprimido pelo sistema.

Para Auad (2006), a coeducação ganha um aspecto mais amplo configurando-se para autora como política educacional democrática, que prevê medidas de inter-relações entre gênero em diversos espaços educativos incluindo a escola:

A um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aulas e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (AUAD, 2006, p. 79).

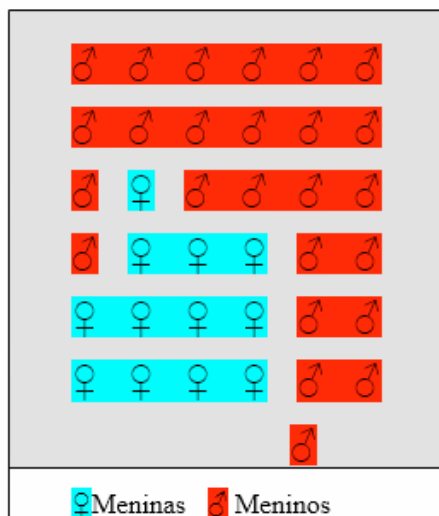
A autora citada faz também uma diferenciação entre escolas mistas e coeducação pois para a autora, além dos meninos e meninas, estarem “misturados” realizando as mesmas atividades de forma que as diferenças sejam respeitadas, na coeducação é necessário que as oposições históricas sobre o lugar da mulher e do feminino e do homem e do masculino na sociedade, e as relações de gênero que também compreendem, relações de poder, sejam questionados.

Entendemos que além de se estabelecer o princípio de igualdade na diferença, não havendo diferenciação de qualquer natureza entre meninos e meninas. A coeducação em gênero e sexualidades pode ser um importante instrumento de enfrentamento as desigualdades de gênero e sexualidades na escola a partir do questionamento e da proposição de práticas reflexivas sobre a ordem estabelecida heemonicamente para os gêneros e as sexualidades.

Entre aproximações e distanciamos coeducativos as práticas docentes de mistura e separação

Acreditamos que a escola é hoje um dos espaços mais estratégicos no enfrentamento as desigualdades sexuais, de gênero e ético raciais e que cresce no país experiências importantes nessa direção. A fim de compreendermos como se dão as relações de gênero nas práticas docentes dos/as docentes P1 e P2 e suas aproximações com as práticas coeducativas, faz-se necessário compreendermos as principais características comportamentais e relacionais da turma do quinto ano na qual realizamos a pesquisa. O quadro a baixo, nos dá a possibilidade de visualizarmos como os alunos e alunas se distribuem em sala de aula:

Quadro 1 - Disposição dos alunos/as na sala



Fonte: Produzido pelo autor

E claramente visível a partir da disposição dos/as alunos/as no quadro 1 a divisão entre meninos e meninas que existe na turma que possui 40 alunos onde 16 são meninas e 24 meninos. Nesse dia, haviam 37 presentes, onde as meninas são minoria e se sentam sempre do lado esquerdo, já os meninos, sempre estão em maioria e sentam nas carteiras da frente, e no canto direito da sala. A partir do extrato do diário de campo a seguir é possível compreendermos melhor como funciona a turma no que se refere as relações estabelecidas em sala.

Pôde ser observado também que durante atividades em que é solicitado a interação dos/as alunos/as, há pouca ou nenhuma interação entre meninos e meninas, as interações se dão quase sempre por afinidade menino/menino, menina/menina, assim como em momentos de distração, ou em momentos em que o professor sai de sala. Foi observado que os meninos solicitam mais a atenção do professor os meninos da frente ao questionar atividades, solicitar correção de atividades e ao participarem das aulas, e os do fundo através da indisciplina (DIÁRIO DE CAMPO II, 26 de outubro de 2016).

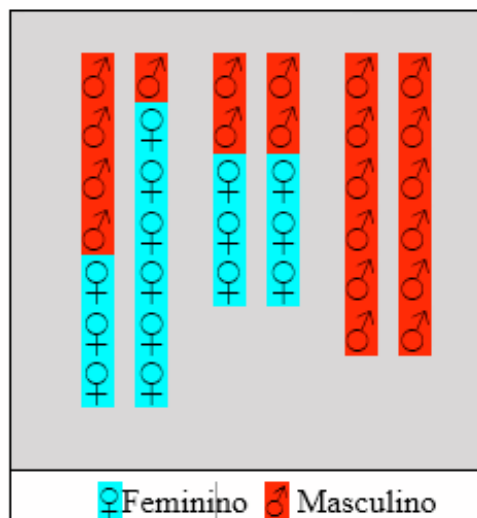
A esse respeito Louro (1997), nos alerta para a finalidade naturalizante das relações que são constituídas no espaço escolar, assim como, a forma como esse espaço é utilizado de maneira diferenciada por meninas e meninos, não só o espaço físico, mas também o espaço sonoro. Pois, “por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parece penetrar nos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 61). Produzindo o que a autora chama de identidade, ou corpo educado.

Na nossa observação verificamos que o uso dos gêneros nas práticas de mistura e separação são feitos tanto pelo professor P1, quanto pela professora P2, no entanto, essas práticas são feitas na maioria das vezes ou para facilitar a atividade ou na intenção de conter a indisciplina e não como uma prática coeducativa de problematização das diferenças, são práticas que ao contrário podem reforçar divisões e desigualdades.

Na nossa observação em campo ocorreram várias situações onde os/as professores solicitam que os alunos/as formem duplas ou grupos para facilitar a atividade proposta. Como esses grupos são formados para facilitar a aula, ou as duplas e grupos são formados por

proximidade, ou os próprios alunos formam suas duplas ou grupos juntando-se a colegas que têm mais afinidade, geralmente do mesmo sexo, como pode ser visto no quadro 2 onde P1 solicita que os/as aluno/as formem duplas afim de viabilizar a atividade proposta:

Quadro 2 - Disposição dos alunos na sala após a solicitação da formação de duplas



Fonte: Produzido pelo autor

As duplas formadas nessa atividade como mostra o quadro 2 não viabiliza a mistura de gênero, tendo em vista que são feitas pelo critério afinidade ou proximidade, por isso, há apenas 3 duplas mistas, em um total de 15 duplas, essa atividade foi feita na aula do professor P1, mas também aconteceu isso algumas vezes na aula da professora P2. Na entrevista com P2 sobre essa questão podemos perceber que ela deixa os alunos e alunas fazerem suas duplas por afinidade ou proximidade e que ela não escolhe os gêneros na formação das duplas ou grupos, o que seria uma prática docente importante se a turma não fosse tão dividida:

[...] não acho que tem que ter isso de menino com menino e menina com menina não. Até porque, assim, quando eu faço duplas na sala eu nem olho quem tá do lado do outro, eu vou juntando quem está próximo, se for menino vai com menino ou menina. Eu

deixo eles ficarem juntos, portanto que eles façam o trabalho (Entrevista com P2, 7 de novembro de 2016).

Na fala dela, assim como nas falas de P1 é possível perceber que eles de alguma forma compreendem que de alguma forma as separações de gênero podem corresponder a concepções arcaicas de sujeitos, no entanto, na prática deles isso não se personifica enquanto atividades de mistura coeducativa, fica apenas no campo teórico, a professora P1 tenta tratar os meninos e meninas de forma igual ao formar duplas, mas a não observação da divisão radical de gênero que existe na turma acaba por distanciar a possibilidade de diálogo entre duplas mistas.

Com relação as práticas de mistura que é condição indispensável para que exista a coeducação Auad (2006), vem nos alertar para o fato de que se essas práticas não tiverem uma função pedagógica pensada para integração e respeito as diferenças, essas não corresponderão a práticas coeducativas, pois a mistura entre meninos e meninas sem uma reflexão que vise uma igual valorização de gênero e de sexualidades pode cristalizar o aprendizado da separação reproduzindo hierarquias.

Outra prática que acreditamos que pode produzir e reproduzir desigualdades é o constante enfileiramento dos alunos e alunas que é presente em praticamente todas as atividades como pode ser visto no quadro 2 e 3 a esse respeito P1 e P2 nos relataram que eles tentaram mudar essa realidade dentro da sala de aula ao fazer círculos ou outras disposições, mas a direção/coordenação da escola inviabilizam isso, como podemos ver em suas falas:

Eu trabalho nesta escola há cinco anos, no primeiro e no segundo ano eu tinha a dinâmica de sempre ir trocando as disposições das bancas, eu fazia círculo, fazia semicírculo, eu fazia uns quadrados, um grupo para um lado e grupo para o outro, mas eu sempre encontrei resistência e bronca por parte do pessoal da escola, e o pessoal da limpeza quando vinham limpar “porque está desse jeito era para estar enfileirada?”. E eu confesso, que fui ficando chateado e irritado, e me faltou paciência, eu disse, eu vou deixar como está. Raramente hoje, vez ou outra, eu faço uma atividade para mudar as bancas do lugar (Entrevista com P1, 7 de novembro de 2016).

É possível perceber a dificuldade e o cansaço do professor diante das práticas normativas da escola vencido pela norma. Não obstante, foram observados enfileiramentos também nas práticas docentes possivelmente em comum acordo com as práticas pedagógicas da escola. Para além do enfileiramento das carteiras é hábito comum dentro das salas, filas feitas antes dos/as alunos/as entrarem na sala, antes e depois deles e delas irem ao intervalo, no meio da aula, e no final da aula, antes da saída dos alunos e alunas. Essas filas muitas vezes são feitas por escolha de gênero, por exemplo, muitas vezes são feitas filas mistas quando são trocados alunos/as de lugar aleatoriamente na fila para que não dialogue com aos/as colegas a sua volta.

Deste modo essa realidade confirma o pensamento de Louro (1997), pois a forma com que a escola está organizada continua a fomentar as desigualdades de gênero entre meninos e meninas na escola, a simples possibilidade de mudar a disposição das cadeiras na sala de aula poderia mudar toda uma estrutura verticalizada que separa meninos de meninas, mas isso não acontece para não mudar a ordem vigente.

Não obstante, foi verificada práticas docentes que se forem aperfeiçoadas e feitas de forma consciente, enquanto seus objetivos e finalidades podem ser utilizadas a fim de enfrentar as desigualdades de gênero na escola, ancoramos essas observações e pontuações na compreensão de Auad (2006) e Almeida (2007a, 2007b), sobre coeducação, ressaltando que não são práticas completas de coeducação, são práticas que na nossa compreensão tem em alguns momentos características coeducativas isoladas, ou características importantes para a implantação da coeducação para além das misturas na prática pedagógica.

A prática docente identificada apresentou-se na aula do professor P1, esse professor tem a prática de ouvir o que os/as alunos/as têm a falar sobre o assunto proposto ou sobre qualquer outro. Ele não chega a fazer uma grande problematização ou a demarcar e pontuar situações de desigualdade de gênero, no entanto, o ato de escuta e a intervenção do professor, mesmo que em alguns casos observados carregadas de estereótipos, pode ser importante para horizontalizar a relação professor-aluno/a como nos coloca Louro (1997), vejamos a partir do diário de campo, uma situação onde isso ocorre:

[...] o professor P1 solicita que os alunos formem duplas com o colega do lado afim de fazer as atividades, é possível observar que alguns meninos resistiram fazer duplas com meninas, houve uma situação em que um menino disse que preferia ficar sozinho a dupla que ele estava formando era com uma menina, o professor questionou que ninguém vive sozinho, perguntou se ele morava sozinho e se um dia não pretenderia casar, o professor para a aula para discutir um pouco o ocorrido com o aluno (DIÁRIO DE CAMPO 1, 27 de outubro de 2016).

A pesar do professor demarca a situação como um problema de gênero o faz de certa forma estereotipada, quando ele traz como exemplo uma relação heterossexual como uma possível necessidade de relação futura com uma mulher para o aluno. Não obstante consideramos que a prática de problematização do professor é importante, pois aproxima-se de forma parcial as concepções coeducativas propostas por Auad (2006), no entanto, para que sejam efetiva precisaria estar presentes em toda prática docente e aliadas a outras práticas emancipatórias não estereotipadas de escuta e de consideração dos alunos e das alunas enquanto sujeitos de opinião para efetivar o combate às desigualdades de gênero no espaço escolar.

Não obstante, para que a escola possa mudar a forma como trata das questões de gênero e sexualidades é preciso que além das transformações na relação professor/a aluno/a e nas práticas docentes e pedagógicas, sejam pensadas políticas públicas para os currículos escolares, para os sistemas educacionais, livros didáticos para que também não reproduzam desigualdades. No entanto, mesmo que essas ações não se desenvolvam, pois levam tempo e dependem em sua grande maioria de ações políticas e legislativas, os professores e professoras podem e devem assumir práticas coeducativas, no dia a dia, da sala de aula (AUAD, 2006).

Considerações finais

As práticas dos/as professores relativos as questões de gênero e sexualidade apontam para um certo ocultamento da responsabilidade de suas práticas revestidas por vezes de estereótipos e de posicionamentos próprios do senso comum, isso pode dificultar a possibilidade de criação de práticas que de fato tenham um compromisso

coeducativo, assim como podem agravar ainda mais as desigualdades de gênero existentes na escola.

A partir de nossa análise verificamos o uso dos grupos e duplas a partir da separação e da mistura dos gêneros, no entanto, esse eram feitos, na maioria das vezes, com a intenção de facilitar a atividade ou para conter a indisciplina dos alunos/as. Desta forma, não verificamos práticas completas de coeducação, mas identificamos algumas práticas mistas.

Não obstante, ao analisar um panorama geral, mesmo em meio a tantas práticas já obsoletas em relação ao uso de gênero e de sexualidades em sala de aula, encontramos ao menos uma contribuição significativa, mesmo que permeada de estereótipos, rumo a problematização das desigualdades de gênero. Isso tem acontecido pelo aumento da problematização da temática de gênero e sexualidades que pesquisadores/as e professores/as ousado/as têm levantado nos cursos de licenciatura, visto que os/as docentes informaram que tiveram contato com a temática. No entanto, sabemos a partir da realidade de desigualdade, na qual, a escola ainda está emersa que o que tem sido feito precisa ser ampliado, precisa estar nos currículos de formação docente, e nos currículos escolares, assim como também precisam se tornar políticas públicas.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas. São Paulo. Editora Patirus. 18^a edição. 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo–1870-1930)**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 86, n. 213/214, 2007a. Disponível em:< <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/836>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. **A co-educação dos sexos**: apontamentos para uma interpretação histórica. Revista História da Educação, v. 11, n. 22, p. 61-86, 2007b. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29288/pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 1977.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

O POSICIONAMENTO CONSERVADOR DE UMA PARCELA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DIANTE DA TEMÁTICA DA LGBTFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR, CAMPO GRANDE, MS

Roselaine Dias da Silva

Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Unidade Universitária de Campo Grande da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação Cultura e Diversidade, UEMS/CNPq (disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0416559581832830>. Acesso em: 21 mar. 2020). Articuladora da Rede de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais do Brasil. Integrante do Conselho Nacional Popular LGBTI. E-mail: roselainediasdasilva5707@gmail.com

Léia Teixeira Lacerda

Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Unidade Universitária de Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa: Educação Cultura e Diversidade, UEMS/CNPq (disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0416559581832830>. Acesso em: 21 mar. 2020). Pesquisadora Associada do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e identidade. E-mail: leiatlacerda@gmail.com; leia@uems.br.

Resumo

Este trabalho visa apresentar os resultados da pesquisa empírica que constitui a Dissertação de Mestrado, *Vozes de Estudantes do Ensino Médio sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS*, produzida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação na Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul, em 2019. O estudo foi realizado em duas etapas na primeira – analisou as percepções de 140 jovens do Ensino Médio sobre a temática LGBT por meio de atividades de sensibilização desenvolvidas com o uso de imagens em sala de aula, posteriormente, a partir de um roteiro de entrevista, produzimos as narrativas desses estudantes, dentro desse grande grupo, que vivenciam a lesbianidades, a bissexualidades, a homossexualidade e a pansexualidade no contexto escolar. O registro proposto neste texto refere-se aos ataques vivenciado por uma das pesquisadoras, com cunho ideológico conservador por parte de um grupo de estudantes durante o período de realização da pesquisa, em meados de 2018. Nessa ocasião, iniciava a campanha eleitoral para a presidência da República no Brasil. Esses ataques ocorreram nos corredores da escola e também foram registradas na produção das atividades abordadas em aula. O posicionamento moral e conservador de alguns desses jovens são apresentados em suas narrativas, verbalizadas e/ ou escritas. A reflexão sobre essa experiência feita a partir da análise foucaultiana e dos recentes trabalhos no campo da ideologia de gênero no país, evidencia as atitudes reativas de alguns jovens, vinculadas à pauta da LGBTfobia em ambiente escolar na região Centro-Oeste do país.

Palavras-Chave: LGBTfobia. Educação. Política. Ideologia. Conservadorismo.

Introdução

O presente trabalho foi debatido no Congresso Internacional da Associação Brasileira dos Estudos da Homocultura a partir da experiência vivenciada na realização da pesquisa empírica desenvolvida em uma Escola Estadual de Ensino Médio, em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, em 2018. Os dados da pesquisa constituem a Dissertação de Mestrado, defendida, no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Unidade Universitária de Campo Grande da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, intitulada *Vozes de Estudantes do Ensino Médio sobre a LGBTfobia em uma Escola Estadual em Campo Grande, MS*, em 2019.

Este estudo foi organizado metodologicamente em duas etapas por meio da pesquisa qualitativa em educação (BOGDAN; BIKLEN, 1994). A reação ideológica manifestada nas narrativas desses estudantes será analisada em uma perspectiva crítica do currículo (MOREIRA; SILVA, 1994). Neste artigo, por meio da fenomenologia no campo da pesquisa em educação, considerando que o fenômeno é estudado no lugar em que foi investigado (MAIA; ROCHA, 2017).

O construto teórico que se coloca para o entendimento deste posicionamento conservador no campo das sexualidades, destacado para este texto, referencia-se a partir da *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1988); *A Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1998). Considerando-se também os/as construcionistas sociais que a vislumbram como um processo histórico da constituição dos sujeitos (VANCE, 1995), além de ser embasada nos estudos de gênero, gays e lésbicos (BRITIZMANN, 1996).

As percepções das análises aplicadas neste texto partiram dos primeiros momentos vivenciados na pesquisa de campo, que foi realizada em 2018, após a aprovação dos preceitos éticos exigidos pela Plataforma Brasil (SILVA, 2019). Neste período do estudo, encontra-se o desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa que foi realizada junto a 140 jovens matriculados/as no 1º ano do ensino médio da escola pesquisada, no turno matutino, divididos em quatro turmas da escola.

As vivências deste processo ocorreram entre as atividades desenvolvidas em sala de aula, que buscavam sensibilizar por meio do uso de imagens retiradas de sites e mídias no Brasil (SILVA, 2019, p. 54-57

e 60-61). A proposição das imagens mobilizou o diálogo sobre a desconstrução das representações sociais estabelecidas de “[...] gênero/sexo/sexualidade” (LOURO, 2010, p. 147).

A ideia do uso dessas imagens em uma perspectiva pós-estruturalista (BUTLER, 2003) provocou nos sujeitos a discussão sobre não necessariamente a correspondência das representações de gênero e sexo estabelecidas na sociedade ocidental e auxiliou na busca da reflexão dos/das estudantes sobre a temática da LGBTfobia no espaço escolar (SILVA, 2019).

2. Registro de Campo

Os trabalhos de campo seguiram a organização dada pela coordenação pedagógica. Assim ingressamos sem acompanhamento de professor/a ou de monitor/a nas turmas selecionadas para o trabalho, entre o segundo período (tempo) e o último. Da mesma forma, circulávamos em meio aos corredores da escola nos horários de intervalo entre um período e outro, ou o tempo das horas/aulas como é chamado em Campo Grande, MS.

A Escola dividia o prédio de acordo com o nível da modalidade, neste caso, uma das pesquisadoras se movimentava somente no espaço das turmas em que estava realizando sua intervenção. Foram nestes momentos que algumas reações de cunho ideológico com referencial político-partidário foram manifestadas por alguns dos estudantes no espaço da escola dirigidos a pesquisadora.

Além do registro identificado junto aos trabalhos resultantes das reflexões realizadas em grupos, em uma das salas de aula, em um dos dias em que o datashow não funcionou. Nesta situação, usamos as imagens do material pedagógico do Projeto *Transviados Somos, Iguais, Diversos e Plurais* (2012) produzido pela ONG-SOMOS, Comunicação e Sexualidade de Porto Alegre, RS, que apresenta as fotos e as narrativas de jovens que participaram do projeto sobre a LGBTfobia para instigar a discussão em grupo sobre essa temática.

Ao separar os materiais que foram entregues para a leitura da escrita sobre a temática investigada, naquele dia, como fazia diariamente, após a saída da escola, a pesquisadora encontrou um registro durante a pesquisa de campo inserido entre as folhas entregues, com discursos reacionários políticos-ideológicos-partidários que vinham sendo divulgados nas mídias e nas retóricas locais: #BOLSONARO2018;

#LULAPRESO; #DITADURA2018; #MILITARESNOCOMANDO. A descrição deste registro está exposta em anexo, ao final do texto, a fim de contextualizá-las.

O outro relato que gerou a apresentação neste Congresso gira em torno da manifestação verbal de estudantes que em meio às trocas de períodos, ou nas saídas para o intervalo do turno ou recreio gritavam quando passavam pela pesquisadora: *“Lula preso! Lula na cadeia! Bolsonaro presidente!”*.

É fundamental lembrarmos que durante a pesquisa se iniciava o processo eleitoral no Brasil, com as definições das candidaturas à Presidência do Brasil. As falas, os registros identificaram este período e demarcaram um pensamento conservador que norteiam as ações LGBTfóbicas que circundam aquela região do país.

Também vale registrar que Mato Grosso do Sul consta no Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil (BRASIL, 2012) como o quinto Estado em ações homofóbicas no território brasileiro. Estes dados se evidenciam no que se refere à questão de gênero. Esse aspecto foi analisado no Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil (PERES; SOARES; DIAS, 2018), em que foi levantado o assassinato de *Thays Gierdry Borges dos Santos* que foi degolada, em 2016, em uma Praça na Avenida Afonso Pena, a principal Avenida de Campo Grande, MS - localizada a duas quadras da escola pesquisada, tendo em vista que citamos estes dados, porque foram uns dos motivos que nos mobilizaram para a realização desta pesquisa. Este contexto simboliza a pauta das questões conservadoras e os preconceitos que cercam essa região do país.

As vozes destes estudantes ecoam na memória de uma das pesquisadoras até hoje. Silva (2019) destaca o cenário das suas lembranças – lembro-me do dia, da luz no corredor, do rosto de um deles que sempre gritava, da forma como se vestia, dos cabelos, da expressão corporal em movimento; enquanto gritavam traziam um sorriso sarcástico no rosto. A reverberação das palavras de ordem dos jovens ecoava pelos corredores da escola, pois expressavam uma idéia de felicidade pela prisão do ex-presidente Lula, que estava detido na Unidade da Polícia Federal do Estado do Paraná desde março de 2018.

Além disso, senti-me incomodada com aquelas afrontas, sozinha, sem respaldo pedagógico para a vivência presenciada. Esta condição pode ser evidenciada pelo fato da pesquisa e da pesquisadora co-existirem na mesma trama das categorias investigadas. De acordo com

Maia e Rocha (2017), ao descreverem os aspectos da fenomenologia no campo da pesquisa em educação, indicam que esse movimento ocorre quando há um entrelaçamento, como o relato em tela, entre a pesquisadora e o objeto de pesquisa no campo dos estudos das sexualidades e de gênero na produção do conhecimento em educação.

Maia e Rocha (2017, p. 221), afirmam que:

Na área de educação quando tratamos da abordagem qualitativa entendemos aquelas práticas de pesquisas que fazem referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. [...] Por concebermos que esta abordagem é a que melhor retrata o fenômeno educacional ou a educação como fenômeno, contrapomos-nos aos fundamentos das pesquisas em ciências naturais, e destacamos mais as experiências vivenciais, a experiência consciente de sujeito, apreendendo o sentido do objeto [...].

Estes estudiosos da metodologia qualitativa em educação defendem a tese de que neste caso acontece a “*pesquisa implicada* [em que o processo investigativo envolve a participação da pesquisadora no lugar em que o estudo se desenvolve] também é um mecanismo de denúncia dos afrontamentos aos direitos individuais e coletivos [usado pelo/ a próprio/a] pesquisador/a implicado/a” (MAIA; ROCHA, 2017, p. 231).

3. A LGBTfobia como Campo Ideológico

A LGBTfobia, a partir do estado do conhecimento (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004), fez-se a partir do levantamento dos estudos sobre a temática. Foi examinado no mapeamento teórico realizado na Plataforma CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – entre os anos de 2013 e 2018, em que se registra o surgimento da Plataforma Sucupira que passou a cruzar os descritores para delimitar o plágio entre as produções acadêmicas no Brasil (SILVA, 2019).

Esta busca dos estudos no campo da produção de conhecimento na Plataforma CAPES indicou um único estudo realizado em 2016 por Marcio da Silva Lima com o descritor LGBTfobia, intitulado *Políticas de Educação que Tratam de Gênero e Sexualidades na América Latina: um*

estudo sobre Brasil e Uruguai. Diante desta escassez nesta Plataforma, optou-se por buscar as pesquisas com o conceito *homofobia*, por ser mais divulgado poderia ter mais trabalhos nesta Plataforma.

De acordo com este levantamento, encontramos 336 estudos sobre o descritor citado. Para a qualificação do termo e da epistemologia no campo da educação, elencamos as pesquisas com área de concentração, conhecimento e avaliação nesta abrangência que contivesse no título – homofobia. Nesta investigação foi possível acessar seis pesquisas com os critérios definidos em Programas de Pós-graduação em Educação que articulavam as categorias, estudantes e juventudes e educação em suas análises (SILVA, 2019).

Para o estado da questão (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004) sobre a homofobia, foi necessário reportar-nos a Borrillo (2010, p. 35) que a compreende como uma “articulação de crenças, preconceitos, convicções, fantasmas [que se expressam] em torno das emoções e condutas (atos, práticas, procedimentos, leis...) e de um dispositivo ideológico (teorias, mitos, doutrinas, argumentos de autoridade...)”.

Ao acompanhar este preceito conceitual foi possível evidenciar a LGBTfobia como fenômeno social que segundo Lima (2016), tem a homofobia como componente. De acordo com o que afirmou Borrillo (2010), o entendimento da ação feita por aqueles jovens em ambiente escolar revela alguns pontos que caracterizam também este fenômeno, pois ao serem questionados em seus pressupostos morais no campo das sexualidades os jovens se sentiram aviltados em seus valores frente à contrariedade exposta na temática da pesquisa que descortinou o “dispositivo ideológico” (BORRILLO, 2010, p. 35), mobilizando-os para reagirem com ações discursivas com viés conservador e reacionário no espaço da escola.

Estas atitudes nos mostraram que a proposição do diálogo sobre as sexualidades contrariavam suas crenças e também os desacomodou no âmbito político. Aspecto que se evidenciou nos discursos reverberados em meio ao corredor que marcavam seus posicionamentos políticos-partidários como já explicitamos neste texto.

Diante destas vertentes no campo ideológico na educação em que o sujeito não está imune em sua atuação, seja ela intelectual, cultural e social (MOREIRA; SILVA, 1994), também foi possível conferir que os estudantes que gritavam cada vez que uma das pesquisadoras passava entre os discentes sabiam como atingi-la, pois buscavam

referências político-partidárias e ideológicas as quais sabiamente relacionaram a sua presença naquele espaço.

Além disso, as verbalizações feitas pelos estudantes traduziram o que Moreira e Silva (1994) advogaram quando investigaram as correntes do currículo na educação brasileira, de que há um engendramento entre a educação e o poder que pode ser desencadeado pela ideologia dominante, tendo em vista que conduz para dentro do ambiente escolar a manutenção e a propagação dos padrões no campo da educação. Sob esta óptica, em que notoriamente há uma imposição dos corpos masculinos, a priori, heterossexuais, no ambiente educacional pesquisado, Moreira e Silva (1994) asseguraram ao evidenciar em sua obra, as pedagogias feministas, que nesta relação de poder há um marco de domínio masculino.

Os construtos foucaultianos analisam a sexualidade como um dos dispositivos utilizados pelo estado para manter o condicionamento ideológico da estrutura estatal (FOUCAULT, 1988). Assim, a escola em que a pesquisa foi realizada é considerada uma das maiores instituições do estado do Mato Grosso do Sul, portanto, referência para as ações no campo da educação na região Centro-Oeste. De acordo com Foucault (1988), a sexualidade como dispositivo de poder se constitui como marco ideológico no campo da educação.

Desta forma, compreendemos que os gritos, as manifestações corporais daqueles jovens carregavam perspectivas ideológicas que possivelmente nem eles mesmos tinham consciência e das quais já foram forjados; mas as propagaram veementemente por suas ações sejam elas verbais ou físicas e das quais têm permissão sócio-cultural para se manifestar em quaisquer espaços ou locais sem a interpelação de quem quer que seja, nem mesmo na escola, pois, seus corpos são educados para este posicionamento.

Essa evidência foi possível ser constatada por Silva (2019) ao relembrar de que nenhum/a professor/a se manifestou sobre as verbalizações feitas, nem no momento em que ocorreram, nem tampouco em momentos de intervenção da pesquisadora nas salas de aula. Os/as professores/as obrigatoriamente passavam por aquele corredor passagem obrigatória para a sala da Coordenação Pedagógica, que se localiza naquele corredor do prédio, a fim de conferirem suas turmas de atendimento no dia ou transitavam por ali ao se deslocarem às salas de aula entre os intervalos.

A escola como afirmam Moreira e Silva (1994), privilegia esta epistemologia dominante. Assim, seguindo o construto de Foucault (1998), o poder se reporta ao uso do discurso que elege a sexualidade como manutenção do padrão moral estabelecido pelo estado. Esses aspectos são analisados a partir do registro das ações dos jovens na escola e também retratam que não há uma “epistemologia não neutra” (SILVA, 2005 p. 94) no campo da educação. Na experiência citada, constata-se uma dinâmica institucional bem articulada e engendradora que atua sobre a vida de jovens em processo de formação no Ensino Médio no Centro-Oeste do país.

Outro aspecto importante identificado neste relato foi de que as meninas circulavam muito menos do que os meninos nos corredores. Essa constatação pode ser analisada a partir das contribuições que traz à tona o pensamento de Louro (1997, p. 61), no que se refere às “identidades escolarizadas”. A autora destaca que há um processo de obediência dos corpos que apreendem a se posicionar da maneira como a escola lhes ordena.

Diante desta constatação, identificamos a escola como espaço da domesticação dos corpos-estudantis, dentre eles, o gênero feminino no espaço da escola. Nessa perspectiva, podemos compreender o silêncio ou a omissão sobre o que ocorria com outro sujeito na mesma condição não causou reação, individual, coletiva das estudantes presentes na instituição.

Pelas análises da pesquisa implicada (MAIA; ROCHA, 2017, p.), é possível afirmar que nem mesmo como pesquisadora, identificada com o gênero feminino, militante lésbica e com filiação de esquerda houve reação às atitudes dos estudantes. O que pode ser compreendido pela vertente feminista crítica dos currículos que destaca a hegemonia masculina nesta instituição escolar (SILVA, 2005).

Cabe referir que como pesquisadoras, diante dessa lógica discursiva, houve dúvidas sobre qual postura adotar. Mas, ao considerarmos a *pesquisa implicada* (MAIA; ROCHA, 2017), no que se refere à posição de uma das pesquisadoras: caberia alguma resposta aos estudantes? Deveríamos ter respondido às implicações político-partidárias? Ou como pensamos em nossa condição de pesquisadoras, não nos cabia a atuação fora da proposta metodológica da pesquisa?

Diante desses questionamentos é possível perceber uma encruzilhada nesta implicação, porque a orientação metodológica conduz a uma suposta neutralidade que não se materializa ao entrar em um

campo de pesquisa que se constitui a partir da trajetória de vida e formação do sujeito que investiga. Neste sentido, tomamos como premissa o exercício silencioso de resistência em meio aos tensionamentos provocados nessa ordem discursiva (FOUCAULT, 1988).

Essas questões também podem ser analisadas diante da ausência de posicionamento dos/as professores/as. Esses aspectos nos mobilizam a pensar que esses/as professores/as entenderam que aquelas questões não lhes eram pertinentes ou ainda avaliaram que de fato não deveriam intervir, evidenciando a dimensão ideológica na educação, principalmente no espaço da escola: quando e de que forma o/a professor/a deve intervir? Sobre quais questões os/as professores/as respondem?

Essas problematizações levantadas ratificam uma das discussões feitas por Furlani (2005) de que as sexualidades não entram no currículo; pois esta temática “[...] incomoda, perturba, aborrece” (FURLANI, 2005, p. 67). Louro (2010), também salienta que a educação perpetua a norma e a disciplina que regula as sexualidades, nomeando a heterossexualidade como regra. Por esse prisma, professores/as não se manifestaram porque não havia implicação didática alinhada ao tema em debate, notadamente, à compreensão do fenômeno da LGBTfobia que ainda é desconsiderada como pauta em âmbito educacional.

Considerações Finais

As considerações possíveis diante das manifestações discursivas dos estudantes nos corredores da escola são da configuração do domínio de uma cultura masculina heterossexualizada dominante que demarca publicamente um posicionamento sóciopolítico partidário que reverberava naquele período no país. Como constatamos repercutiu de forma concreta nas atitudes de jovens de uma escola pública no Centro-Oeste do país.

Não obstante, ao tensionamento que causavam propositadamente ao se defrontarem com uma das pesquisadoras, os estudantes demarcaram posicionamentos ideológicos políticos por meio do debate das sexualidades, retratando mesmo em tão pouca idade exatamente os princípios da sociedade ocidental conservadora.

Também nos leva a considerar que os estudantes deslocaram o olhar da pauta das sexualidades e o colocaram sobre a agenda político-partidária em pleno período eleitoral. Esta articulação é uma

estratégica materializada por meio da postura conservadora evidenciando a possibilidade da existência da LGBTfobia em ambiente escolar.

Os atos reproduzidos tanto pelas expressões corporais, verbais e escritos demonstraram como esses jovens estavam influenciados e se constituíram em agentes influenciáveis de acordo com o ambiente em que se organizavam. As narrativas registradas no corredor dessa escola pública demonstram como a heterossexualidade se manifesta como marco referencial ideológico no espaço escolar.

Referências

BRASIL. Ministério Especial dos Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: <://www.gov.br/relatoriosobreviolenciahomofobica2011.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor, identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Faculdade de Educação/ UFRGS, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan. /jun. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view-File/71644/40637>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BUTLER, J. R. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão das identidades. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPES. Catálogo Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 15 mai. 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade. Vol. 1 - A vontade do saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Disponível em: <http://www.academia.edu/6772895/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____, M. **A Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Tradução: Marcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. 1998. Disponível em: <https://www.sabotagem.cjb.net>. Acesso em: 11 ago. 2017.

FURLANI, J. **O Bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. 2005, p. 272. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

LIMA, M. S. **Políticas de Educação que tratam de Gênero e Sexualidades na América Latina: um estudo sobre Brasil e Uruguai**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma Perspectiva Pós-estruturalista**. Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.

LOURO, G.L. Sexualidade Minoritária e Educação: novas políticas? In: **Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo: corpo e prazer**. Fernando Pocahy (organizador). Porto Alegre: NUANCES, 143- 150, 2010.

MAIA, M.; ROCHA, D. A Pesquisa Implicada de Inspiração Fenomenológica para Estudos In Situ De/Com Sujeitos Sociais da Diversidade Sexual e de Gênero. **RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades– Cidadania, Diversidade e Bem Estar**. Ano 1, Vol I, Número 1, jul -dez, 220-237, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/4740/3846>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓBREGA-THERRIEN, S.; THERRIEN, J. Trabalho Científicos e o Estado Da Questão: reflexões teórico- metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, jul.-dez./2004

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil:** de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PENALVO, C.; FERREIRA, G.G. **Transviados: deslocamentos em saúde na perspectiva da arte.** Porto Alegre: Somos, Comunicação, Saúde e Sexualidade, 2012.

SILVA, R. D. **Vozes de estudantes do Ensino Médio sobre a LGBTfobia em uma escola estadual em Campo Grande, MS.** 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

SILVA, T. T. **Documento de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed. 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, Revista de Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 07-31, 1995.

Anexo

#BOLSONARO 2018

#LULA PRESO

#DITADURA 2018
#MILITARES NO COMANDO

“A GENTE NÃO É RACISTA NÃO, TIA”: PENSANDO OS ATRAVESSAMENTOS DA BRANQUITUDE EM OFICINAS SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA COM CRIANÇAS

Gabriela de Oliveira Moura e Silva

Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Contato: gabriela.omouraesilva@gmail.com;

Dandara da Silva Dutra

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Contato: dandaras01@gmail.com;

Isabela Jessula Delgado

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Contato: jessula.isabela@gmail.com;

Júlia Leite Cavalcante

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Contato: jlc.cavalcantee@gmail.com;

Amana Rocha Mattos

Orientadora - Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Contato: amanamattos@gmail.com.

Resumo

Neste trabalho, analisamos o material de campo produzido em um projeto de pesquisa e extensão em uma escola pública no Rio de Janeiro. As oficinas foram conduzidas pelas autoras do trabalho e demais componentes da equipe, e realizadas em sala de aula com estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da escola parceira. Com cinco encontros semanais com cada

turma, as atividades visavam abarcar temáticas relacionadas à violência na escola. Na análise dos relatórios de campo, as discussões voltaram-se para as diversas cenas que nos apontavam a compreensão de que o espaço escolar colabora para construção de subjetividades e interpretações sobre o contexto, relações de poder e valores presentes na sociedade. Observamos a presença de discussões sobre relações raciais a partir dos/as próprios/as alunos/as, por meio de diferentes disparadores como desenhos, debates e dinâmicas em oficinas que se propõe a discutir violência na escola. É importante considerarmos que uma característica dessa instituição é ser uma escola pública com perfil racial de estudantes, docentes e funcionários concursados majoritariamente branco. Tais fatores compõem nossa análise e discussão sobre os registros da branquitude nesse espaço e nos processos de subjetivação. A análise dos relatórios de campo foi feita a partir de referencial teórico feminista interseccional e dos estudos críticos da branquitude.

Palavras-chave: Educação, Branquitude, Escola, Psicologia Social, Relações raciais.

Introdução

O presente trabalho trata da experiência do projeto de pesquisa “Violência e conflitos no contexto escolar”. A investigação se debruça sobre relatórios da realização de oficinas com atividades variadas. Contamos como as/os estudantes trouxeram reflexões, provocações e afetações com temática racial da primeira oficina de apresentação aos demais encontros, que envolveram desenhos, leitura e brincadeiras. Tratamos do espaço escolar como crucial na construção de saberes e subjetividades com referenciais raciais. Considerando isso, é importante que possamos pesquisar e construir maneiras de abordar a problemática racial na educação, assumindo suas complexidades, principalmente em um país com uma situação tão específica acerca do racismo como o Brasil.

As oficinas se utilizam da produção de desenhos, leitura em conjunto, brincadeiras e dinâmicas diversas em sala de aula com turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da escola parceira. Foi realizada leitura e análise dos relatórios de campo produzidos a partir das oficinas conduzidas em sala de aula sob o viés dos estudos críticos da branquitude e do Feminismo interseccional. A discussão dessas oficinas foi feita em supervisões semanais, a partir dos relatórios escritos por diferentes membros da equipe de estágio.

Visto que a temática inicial das oficinas era a violência nas escolas, principalmente pensando gênero e sexualidade, pudemos perceber a importância dos atravessamentos raciais nessa discussão. Isso aconteceu na medida em que o termo violência, sendo usado como disparador de debate no trabalho com as turmas, teve como efeitos provocações vindas dos/as alunos/as sobre racismo e outras opressões. Foi possível observar que situações e ideias sobre racismo se articularam com outras opressões que estão em discussão no âmbito dos movimentos sociais como sexismo, classismo, entre outras, apontando o caráter interseccional entre categorias de gênero, sexualidade, raça e classe. Considerar a categoria de brancos/as como racializados/as se mostrou um caminho profícuo, pois vem de um deslocamento epistemológico no estudo da raça e do racismo na medida em que coloca esses sujeitos da branquitude em um local de objeto de estudo e atenção, retirando-os do lugar neutro, normal ou universal de raça e humanidade. Traremos autoras que trabalham como a

raça branca também constrói subjetividade e alguns aspectos dessa subjetivação.

A discussão vai ser incrementada com o relato de uma oficina chamada “Desenho de um corpo”. Neste trecho, um aluno, perguntado sobre a razão sobre as cores usadas no desenho, e dada a justificativa estética para essa escolha, disse a frase que compõe o título: “A gente não é racista, não, tia”, ensejando a presente reflexão. Houve outros momentos importantes em que a raça foi mencionada por parte dos/as estudantes sem que tocássemos diretamente no tema. Compreendemos que a escola é um espaço imerso na sociedade e, por isso, os valores, preconceitos e violências presentes no cotidiano fora da escola também se fazem presentes no cotidiano escolar.

O presente trabalho aponta direções acerca de inovação de metodologias para discutir questões étnico-raciais na área da educação. Entendemos que colocar o branco e a branquitude como objeto de estudo e interesse tem tido importância na história dos estudos étnico-raciais e da Psicologia. Afirmamos, assim, a importância de outros estudos que busquem traçar estratégias para a discussão de racismo e outras desigualdades na educação básica.

Metodologia

Buscando compreender como a branquitude aparece no contexto escolar, analisamos relatórios de campo referentes à realização, no segundo semestre de 2019, de uma série de oficinas em turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública parceira, localizada no estado do Rio de Janeiro. As oficinas eram mediadas por grupos compostos por três estagiários, os quais eram responsáveis por fazerem encontros semanais em cada turma, ocorridos em ciclos de seis semanas. Ao longo do ano de 2019 foram realizadas seis oficinas em seis encontros semanais cada, com cinco turmas de 4º ano e duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, contabilizando um total de 175 estudantes participantes, contando com sete professores/as que abraçaram a proposta das atividades em suas turmas, além da produção de sete relatórios de campo por turma.

Compostas por dinâmicas em grupo, leituras coletivas, debates e confecção de desenhos, as atividades propostas foram pensadas de acordo com a faixa etária das turmas e com os relatos de professores e professoras da escola parceira sobre as questões aí presentes. Dessa

maneira, construímos um cardápio de atividades que está em constante adaptação e confecção, para melhor abordar cada grupo com que trabalhamos.

Após a execução de cada atividade, pedíamos que a turma fizesse uma roda e disparávamos perguntas para fomentar o debate. Nessas rodas, discutíamos a temática da violência que, em muitos casos, alcançava as questões raciais nesses termos. Por mais que as oficinas sejam para pensar relações de poder e de consentimento e abordem fatores como raça, classe, gênero e sexualidade. A partir de suas falas, e de um viés feminista interseccional e dos estudos críticos da branquitude, abríamos para discussões para fazê-las elaborarem seus próprios entendimentos disparados pela brincadeira. Assim, ao final, as crianças também nos traziam reflexões, dentre elas, a que iremos abordar neste trabalho.

Diante disso, observamos que os temas mencionados já estavam presentes nas escolas e que nossa escuta tem uma responsabilidade ética de trazê-los à tona respeitando o processo singular de assimilação de cada criança e promovendo a troca entre seus pares. Reparamos, além disso, que o atravessamento racial aparece, com frequência, atrelado às violências que pessoas negras sofrem. Enquanto isso, a visão crítica sobre a branquitude e o reconhecimento de seus privilégios frente ao negro apareceram poucas vezes nas falas dos/das alunos/as, o que nos aponta mais uma vez para a invisibilidade da identidade racial branca. Realizamos um trabalho que busca aprimorar metodologia para discussão de temas sensíveis em sala de aula, tais como violência e opressões estruturais. Como já foi explicitado, isso é feito a partir de materiais e dinâmicas que visam disparar problemáticas nas turmas, sem que precisemos citar diretamente os temas de raça, classe, sexualidade, gênero. Contudo, o embasamento teórico nos serve para pensar as dinâmicas, os materiais que abordaremos em sala, as intervenções da equipe nas discussões, o manejo das atividades, a maneira como olhamos e escutamos tudo que se passa em sala e que levamos posteriormente para nossas supervisões em equipe.

A noção de que racismo e sexismo se articulam de maneira específica na sociedade brasileira e a racialização dos sujeitos brancos são abordagens epistemológicas que têm norteado nosso olhar e escuta em sala de aula. Essas noções compõem o manejo e as formas como decidimos intervir durante as atividades que fazemos em sala de aula.

Pensadoras como Lélia Gonzalez, Lia Vainer Schucman se destacam nesta reflexão.

Schucman (2020) conceitua a branquitude como “uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.” (p. 60). A escola é um lugar importante nesse processo por ter o papel de formação de subjetividade, socialização e de construção de sujeitos.

A posição de privilégio da branquitude é reafirmada com a ideia de invisibilidade da brancura, esta como algo natural e neutro, já que a construção da ideia de ser humano e de civilização é a partir do homem branco europeu. Com isso, podemos perceber em pessoas brancas a falta de consciência de si como um ser racializado. Os estudos críticos da branquitude apontam para esse lugar de privilégio que os indivíduos de cor branca ocupam; contudo, o que mantém a estrutura do racismo funcionando e protegendo a posição privilegiada dessas pessoas? E quais seriam os mecanismos que atuam na sociedade e que permitem sua manutenção?

Gondar (2017) e Gonzalez (1984) colocam que, na conjuntura brasileira, o racismo é um trauma da cultura – assim como o genocídio da população indígena durante a colonização – decorrido do período da escravidão e que se reatualiza em nossas relações sociais. Isso se dá tanto nas macropolíticas, quando a população negra carece de igualdade jurídica e econômica em relação aos brancos, quanto nas micropolíticas, através de práticas cotidianas que estabelecem uma diferença de tratamento entre brancos e negros.

Lélia Gonzalez (1984) se refere ao problema do racismo no Brasil como “neurose cultural brasileira”. Em seu texto “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” ela constrói, a partir da psicanálise, a ponte entre conceitos utilizados para pensar a neurose e o problema do racismo especificamente como se dá na sociedade brasileira. Segundo a autora, é preciso pensar em “consciência” e “memória”, sendo o recalcque o mecanismo (estruturante da neurose) que permite que a história de escravidão e genocídio do negro sejam afastadas da consciência através de um processo de esquecimento. O que evita que o conteúdo recalcado venha à tona para a consciência é a resistência, e um de seus principais recursos na neurose é de-negação.

É a partir do entendimento da miscigenação como tecnologia de branqueamento e do estabelecimento do mito da democracia racial no Brasil que Lélia Gonzalez (1988/2020) desenvolve a noção de racismo por denegação. Ela tratou de falar sobre como o racismo no Brasil se vale especialmente do recurso da negação, conceito colocado por Freud (1925).

Já para Gondar (2017), existem outros elementos para além dos que são recalcados no racismo brasileiro. A autora associa a negação de forma semelhante ao mecanismo de clivagem da perversão, isto é, seria um modo de defesa no qual se conciliam duas ideias opostas sem que elas entrem em conflito. Sendo assim, “Tudo se passa como se, por um lado, todos soubessem, silenciosamente, que existe racismo no Brasil, mas pudéssemos, ao mesmo tempo, crer que ele não existe” (GONDAR, 2017, p. 52). Diante disso, pode-se dizer que o mito da democracia racial, assim como a ideia de mestiçagem, reforçam esse mecanismo, compreendendo a mestiçagem como o que “surge justamente para que a raça não seja mencionada, nem a branca e nem a negra” (GONDAR, 2017, p. 53), e a democracia racial como uma suposta relação harmoniosa entre brancos, negros e índios.

Seguindo a perspectiva de Gondar, o racismo brasileiro seria, portanto, silencioso e perverso - no senso comum do termo -, já que todos sabem de sua existência mas, ao mesmo tempo, o negam. É a partir dessa lógica paradoxal, ancorada no mito da democracia racial e na ideia da mestiçagem, que o sofrimento do grupo racial negro é desmentido, enquanto a valorização do branco permanece como ideal a ser alcançado, às sombras, visto que a norma ideológica ultrapassa o sujeito, ou seja, escapa de sua deliberação consciente.

Referencial teórico

Realizamos um trabalho que busca aprimorar metodologia para discussão de temas sensíveis em sala de aula, tais como violência e opressões estruturais. Como já foi explicitado, isso é feito a partir de materiais e dinâmicas que visam disparar problemáticas nas turmas, sem que precisemos citar diretamente os temas de raça, classe, sexualidade, gênero. Contudo, o embasamento teórico nos serve para pensar as dinâmicas, os materiais que abordaremos em sala, as intervenções da equipe nas discussões, o manejo das atividades, a maneira

como olhamos e escutamos tudo que se passa em sala e que levamos posteriormente para nossas supervisões em equipe.

A noção de que racismo e sexismo se articulam de maneira específica na sociedade brasileira e a racialização dos sujeitos brancos são abordagens epistemológicas que têm norteado nosso olhar e escuta em sala de aula. Essas noções compõem o manejo e as formas como decidimos intervir durante as atividades que fazemos em sala de aula. Pensadoras como Lélia Gonzalez, Lia Vainer Schucman se destacam nesta reflexão.

Schucman (2020) conceitua a branquitude como “uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.” (p. 60). A escola é um lugar importante nesse processo por ter o papel de formação de subjetividade, socialização e de construção de sujeitos.

A posição de privilégio da branquitude é reafirmada com a ideia de invisibilidade da brancura, esta como algo natural e neutro, já que a construção da ideia de ser humano e de civilização é a partir do homem branco europeu. Com isso, podemos perceber em pessoas brancas a falta de consciência de si como um ser racializado. Os estudos críticos da branquitude apontam para esse lugar de privilégio que os indivíduos de cor branca ocupam; contudo, o que mantém a estrutura do racismo funcionando e protegendo a posição privilegiada dessas pessoas? E quais seriam os mecanismos que atuam na sociedade e que permitem sua manutenção?

Gondar (2017) e Gonzalez (1984) colocam que, na conjuntura brasileira, o racismo é um trauma da cultura – assim como o genocídio da população indígena durante a colonização – decorrido do período da escravidão e que se reatualiza em nossas relações sociais. Isso se dá tanto nas macropolíticas, quando a população negra carece de igualdade jurídica e econômica em relação aos brancos, quanto nas micropolíticas, através de práticas cotidianas que estabelecem uma diferença de tratamento entre brancos e negros.

Lélia Gonzalez (1984) se refere ao problema do racismo no Brasil como “neurose cultural brasileira”. Em seu texto “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” ela constrói, a partir da psicanálise, a ponte entre conceitos utilizados para pensar a neurose e o problema do racismo especificamente como se dá na sociedade brasileira. Segundo

a autora, é preciso pensar em “consciência” e “memória”, sendo o recalque o mecanismo (estruturante da neurose) que permite que a história de escravidão e genocídio do negro sejam afastadas da consciência através de um processo de esquecimento. O que evita que o conteúdo recalcado venha à tona para a consciência é a resistência, e um de seus principais recursos na neurose é de-negação.

É a partir do entendimento da miscigenação como tecnologia de branqueamento e do estabelecimento do mito da democracia racial no Brasil que Lélia Gonzalez (1988/2020) desenvolve a noção de racismo por denegação. Ela tratou de falar sobre como o racismo no Brasil se vale especialmente do recurso da negação, conceito colocado por Freud (1925).

Já para Gondar (2017), existem outros elementos para além dos que são recalcados no racismo brasileiro. A autora associa a negação de forma semelhante ao mecanismo de clivagem da perversão, isto é, seria um modo de defesa no qual se conciliam duas ideias opostas sem que elas entrem em conflito. Sendo assim, “Tudo se passa como se, por um lado, todos soubessem, silenciosamente, que existe racismo no Brasil, mas pudéssemos, ao mesmo tempo, crer que ele não existe” (GONDAR, 2017, p. 52). Diante disso, pode-se dizer que o mito da democracia racial, assim como a ideia de mestiçagem, reforçam esse mecanismo, compreendendo a mestiçagem como o que “surge justamente para que a raça não seja mencionada, nem a branca e nem a negra” (GONDAR, 2017, p. 53), e a democracia racial como uma suposta relação harmoniosa entre brancos, negros e índios.

Seguindo a perspectiva de Gondar, o racismo brasileiro seria, portanto, silencioso e perverso - no senso comum do termo -, já que todos sabem de sua existência mas, ao mesmo tempo, o negam. É a partir dessa lógica paradoxal, ancorada no mito da democracia racial e na ideia da mestiçagem, que o sofrimento do grupo racial negro é desmentido, enquanto a valorização do branco permanece como ideal a ser alcançado, às sombras, visto que a norma ideológica ultrapassa o sujeito, ou seja, escapa de sua deliberação consciente.

Resultados e discussão

É importante que possamos compreender o papel exercido pela neutralidade e normalidade do lugar que pessoas brancas ocupam. Por conta disso a pessoa branca é, frequentemente lida como alguém

que não tem raça, pois está no grupo hegemônico, enquanto que, no caso das pessoas negras, a cor marca de maneira imediata e muitas vezes vem antes de outras leituras. Então entendemos que pensar em pessoas brancas como sujeitos que tem raça (a branca) causa estranhamento, os benefícios direcionados a elas são mais fáceis de serem mantidos, já que são naturalizados. Portanto, o silêncio a respeito da ocupação de pessoas brancas na situação de desigualdades raciais protege os interesses desse grupo (Bento, 2014). Dessa forma, neste trabalho propomo-nos a sair da suposta neutralidade, visto que essa não é isenta de posicionamento, mas sim apenas o posicionamento hegemônico.

Os estudos críticos da branquitude nos permitem perceber as relações de poder presentes nas relações raciais e os efeitos delas na construção da subjetividade, bem como seu caráter estrutural. A escola, enquanto espaço em que ocorre o processo de subjetivação, é um campo rico para essas análises. Como uma instituição inserida na sociedade, é inevitável que professores/as, estudantes e equipe sejam atravessados/as por normas, valores e práticas produtoras de subjetividade e de violências.

Em campo, pudemos observar esse aspecto em alguns momentos. Um deles foi em uma atividade que chamamos de Entrevista com Personagens, em que a turma se separa em grupos de três a quatro estudantes e distribuímos aleatoriamente um marcador (aspecto que é lido socialmente de maneira a encaixar um sujeito em um grupo, como a cor da pele para a raça branca, por exemplo) para cada grupo, dentre os marcadores “Sou homem”, “Sou mulher”, “Sou branco/a”, “Sou religioso/a”, “Sou estudante”, “Sou morador/a de favela”. A partir do marcador recebido, o grupo constrói um personagem, uma história para o personagem e, ao final, um dos integrantes encena o personagem em uma entrevista. Nesse dia, a tarjeta com o marcador “Sou branco/a” ficou com um grupo de três meninos brancos. Após o tempo dado para a construção do personagem, partimos para o momento de apresentar a criação para a turma, em que o grupo apresentou o um personagem de jogo que é um ser humanoide, da cor branca e se assemelha a um homem, sem rosto. Distribuíamos uma ficha com alguns disparadores para montarem o personagem, como nome, idade, o que gostava de fazer, sobre a história do personagem. Nas características do personagem, o grupo preencheu que o que ele gostava de fazer era “levar as crianças para a floresta e traumatizá-las”.

Pela discussão feita com o grupo, depreendemos que o termo “branco” nessa atividade foi compreendido pelas crianças como a cor branca, e não necessariamente como raça branca. Essa interpretação nos instigou, fazendo-nos refletir e discutir novamente a ideia da invisibilidade da identidade racial branca na medida em que, ao receber a tarjeta “Sou branco/a”, o personagem que o grupo acessou não foi um personagem identificado racialmente como branco, e sim um ser não necessariamente identificado como pessoa, e sem identificação alguma, de cor branca.

Também podemos refletir sobre o lugar da neutralidade que a branquitude ocupa. No ensino escolar e nas discussões, podemos perceber o silêncio sobre o branco nas relações raciais, enquanto pessoas negras e indígenas se tornam objetos de estudo ou casos específicos, que fogem da suposta normalidade.

É importante ressaltar que essa escola parceira, onde facilitamos as oficinas, é composta por um perfil racial majoritariamente branco. Apesar de o ingresso para a escola ser por sorteio, a maioria dos estudantes é branca, assim como os/as educadores/as. Essas posições ocupadas por pessoas brancas, nos lugares considerados de saber, conhecimento, com salários melhores, em contraste com as posições ocupadas por pessoas negras, em cargos terceirizados, com uniformes, também colabora para a construção, mesmo que inconsciente, das relações de poder entre pessoas brancas e pessoas negras na formação e processo de subjetivação das crianças.

Em uma de nossas oficinas nomeada “Desenho de um corpo” um aluno, perguntado da razão sobre as cores usadas no desenho e dada a justificativa estética para essa escolha disse a frase que compõe o título, ensejando a presente reflexão.

Nesse dia uma das estagiárias iniciou dando as orientações e o nome da atividade. Explicou que a proposta era que os colegas em grupo desenhasssem um corpo de uma pessoa da sua idade. Para isso usariam material para desenhar e colorir na cartolina que estava sendo distribuída para os grupos. No grupo do desenho “Jubileu” eu e Felipe nos aproximamos para conversar e perguntar como estava sendo a construção do desenho, quais as cores que estavam sendo escolhidas, se era inspirado em alguém conhecido, entre outras perguntas buscando instigar uma discussão sobre o trabalho do grupo.

Justificaram a escolha das cores dizendo que era porque as achavam bonitas. Então outra estagiária que também estava em sala

perguntou “bonitas como?” ao que foi respondido “a gente não é racista não, tia” (o grupo era composto por 4 meninos brancos e 1 negro). Antes dessa situação, eles estavam discutindo sobre qual seria a cor do olho do Jubileu e o grupo discutia num sentido de “azul porque é bonito”, “ah, azul não, verde!”, “verde água”, “não, verde piscina que é mais bonito”.

Segundo Hordge-Freeman (2018), “o controle da representação ou da aparência do “outro” é um elemento vital na construção de branquitude e beleza, pois o branco só pode ser belo ao tornar o negro feio” (p. 100) e, com isso, a partir da reflexão proposta pela autora, podemos refletir também que a marca do colonizador está historicamente também marcando a constituição do sujeito branco. Entendemos assim que a colonização é um processo de dominação daqueles lidos sob a raça não branca, e que isso se dá também por via da estética.

“Um olhar inquisitivo é o suficiente para o processo de internalização de cada indivíduo desses moldes ao ponto de torná-lo o próprio capataz” (FOUCAULT apud HORDGE-FREEMAN, 2018, p. 101)

É importante mencionar que na condução pelas estagiárias para a realização da atividade está a instrução de que as crianças devem desenhar uma pessoa de sua idade. Essa orientação pode ser entendida como um recurso para provocar uma identificação. Quando, no desenho, uma pessoa de sua idade, ou seja, que tem algo em comum com eles/as, retrata uma pessoa branca, isso não é confundido por nós como uma aleatoriedade ou como neutralidade. A maneira como respondem à pergunta-intervenção da estagiária denota a presença de 1) uma posição defensiva diante da pergunta 2) a presença de um debate sobre racismo nesse grupo e ocasião específicos anterior à nossa chegada.

Ocasões em que pessoas brancas são confrontadas com a possibilidade de serem racistas frequentemente desencadeiam dessas pessoas respostas defensivas que buscam negar essa alcunha. Lélia Gonzales (1988) apontou como isso faz parte do mecanismo de negação típico da neurose e no caso do racismo no Brasil da neurose cultural brasileira. Segundo a autora, frente à memória da escravidão, do genocídio, enfim, do fato de uma estrutura racista cruel, existe um automatismo da defesa dessa história através da negação. Entendemos que seria possível traçar uma ponte entre o que a autora

expõe em sua obra e o que é possível ouvir nas esquinas, na TV, nas salas de aula de escolas e universidades quando um/a branco/a diz “não sou racista”.

A busca por um horizonte embranquecido é compreensível, seja na estética, seja em outros atravessamentos. Isso se dá porque, como coloca Hordge-Freeman (2018), traços brancos oferecem certos privilégios estruturais que justificam a aspiração pelo mesmo. Essa abordagem complexifica o debate de maneira que entendemos como proveitosa, inclusive para que possamos sustentar uma posição que não moraliza, mas analisa e problematiza diversas expressões estruturalmente racistas que vão nessa direção.

É essa noção que compartilhamos na construção de nosso trabalho que guiou a intervenção da estagiária ao notar, no desenho do aluno, um corpo branco e perguntar a respeito da escolha de cores. A consciência de que a hegemonia estética está reservada aos padrões brancos de beleza - sempre em negociação de diferentes níveis com o modelo capitalista - permite que façamos uma articulação crítica e ao mesmo tempo cuidadosa, pois também entendemos que o campo de discussão é delicado e repleto de afetações. Sendo assim, ainda segundo Hordge-Freeman (2018):

“Cada vez mais os pesquisadores têm estudado a branquitude não como uma categoria racial, mas em termos de como ela funciona relacionalmente como uma fonte de poder e de capital. Numa sociedade onde a branquitude fora certa vez um bilhete para a humanidade, a branquitude não tinha preço - exceto quando tinha”

Essa oficina foi escolhida como eixo de nosso trabalho por ilustrar como no Brasil o racismo ocorre de forma velada, não sendo reconhecida a participação individual de cada sujeito em sua reprodução. Ao negar o racismo como uma das causas da desigualdade social, o lugar da branquitude se mantém intacto e a consciência das pessoas brancas livre de culpa, não havendo, assim, responsabilização coletiva para uma mudança concreta.

Considerações finais

Analisamos relatórios de oficinas em que o assunto do racismo surgiu. Para contribuir com a investigação fizemos um levantamento

do que Lélia Gonzales e Jô Gondar desenvolveram acerca do racismo em análises psicanalíticas, articulando com trechos de relatos de campo. As autoras demonstraram diferentes considerações de como o sujeito no Brasil se articula frente ao problema do racismo e da raça. Articular essas pensadoras à experiência no campo da escola nos permitiu levantar possibilidades sobre o que acontece quando o branco é considerado racializado e, dessa maneira, tirado de um local de neutralidade. Pudemos refletir sobre a existência de uma possível resistência para compreender o branco como racializado e também de como, quando a categoria branco finalmente é tomada como racial, isso pode colocar o problema do racismo e abre possibilidades para problematizar questões a respeito. Entendemos que a sala de aula é um espaço potente para construção de trabalhos que visam debater temas que estão na ordem do dia no contexto brasileiro e entendemos que o racismo está entre as prioridades do que é preciso refletir sobre atualmente.

Referências

CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. Tradução Victor Hugo Kebbe. São Paulo: EdUScar, 2018.

GONDAR, J. Um racismo desmentido. In: ARREGUY, M. et al. Niterói: Eduff, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REGULAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

André Luiz dos Santos Barbosa

Doutorando do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, andrelsbarbosa@gmail.com ;

Angela Maria Venturini

Doutoranda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, angelamaria.venturini@gmail.com ;

Allana Glauco da Silva

Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, glaucoallana@gmail.com ;

José Guilherme de Oliveira Freitas

Doutor pelo curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, jguilherm18@gmail.com .

Resumo

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNICEF, 1990) retoma o Direito Humano (ONU, 1948): “Toda pessoa tem direito à educação”. Entendemos esse direito não só como o direito que toda pessoa deveria ter de ser educada, mas também como o direito que toda pessoa deveria ter de refletir sobre e promover a educação em todos os seus níveis. Assim, estranhamos a majoritária presença de mulheres cis nos cursos de formação de professores para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em especial no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro; e abraçamos a ideia de que existem regulações sobre quem pode educar, sobretudo regulações de gênero, nesse processo formador. Sob a perspectiva analítica Omnilética, consideramos as culturas, políticas e práticas em suas relações complexas e dialéticas presentes nessa flagrante regulação de gênero, para

a tensionarmos, promovendo a emersão de questões como estas: homens cis podem atuar na Educação Infantil? Homens trans podem atuar na Educação Infantil? Mulheres trans podem atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Apostamos na multiplicidade, ainda que resistente, de pessoas que investem em suas formações para atuarem em todas as modalidades de ensino da Educação Básica.

Palavras-chave: Gênero, Formação de professores, Omnilética.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNICEF, 1990) retoma o Direito Humano (1948): “Toda pessoa tem direito à educação”. Entendemos esse direito não só como o direito que toda pessoa deveria ter de ser educada, mas também como o direito que toda pessoa deveria ter de refletir sobre e promover a educação em todos os seus níveis.

Assim, estranhamos a majoritária presença de mulheres cis nos cursos de formação de professores para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em especial no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro; e abraçamos a ideia de que existem regulações sobre quem pode educar, sobretudo regulações de gênero, nesse processo formador.

Sob a perspectiva analítica Omnilética, consideramos as culturas, políticas e práticas em suas relações complexas e dialéticas presentes nessa flagrante regulação de gênero, para a tensionarmos.

Neste artigo, iniciamos esse tensionamento, articulando a prática da professora travesti, negra e gorda Nascimento (2020) com os conceitos de colonialidade, interseccionalidade e currículo. Este trabalho é, então, uma pesquisa qualitativa a partir de revisão bibliográfica sobre estes conceitos e sobre aquela prática.

Isso já nos proporciona a emersão de questões como estas: homens cis podem atuar na Educação Infantil? Homens trans podem atuar na Educação Infantil? Mulheres trans podem atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Apostamos na multiplicidade, ainda que resistente, de pessoas que investem em suas formações para atuarem em todas as modalidades de ensino.

A partir de revisão bibliográfica sobre os conceitos de colonialidade, interseccionalidade e currículo e da consideração das provocações relatadas pela Professora Travesti, Negra e Gorda Nascimento (2020), desenvolvemos uma pesquisa qualitativa que contribui com a reflexão e o tensionamento da regulação de gênero presentes no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Nessa revisão bibliográfica, utilizamos livros ou artigos de Mignolo (2017), Santos (2013), Nascimento (2020), Akotirene (2021), Macedo (2006), Butler (2015) e Lopes e Borges. (2015).

O conceito de colonialidade nos ajuda a identificar as regulamentações normativas na organização da sociedade; a interseccionalidade nos convida a pensar sobre as diferentes formas de se configurarem dinâmicas inclusões-exclusões a partir dos atravessamentos de

diferentes marcadores identitários em diferentes contextos sociais (e o perigo das generalizações na produção de conhecimentos a respeito dessas dinâmicas); a concepção de currículo narrado potencializa o currículo como um espaço-tempo híbrido de culturas postas em jogo em sua constituição.

Articulando esses três conceitos, reconhecemos a origem colonial das regulações de Gênero e confirmamos a necessidade de desvelá-las no currículo do curso de Pedagogia, entendendo que, assim como essas regulações compõem esse currículo, as resistências a essas regulações também o compõem, o que revela a complexidade e o caráter dialético das relações entre as políticas, as culturas e as práticas que o constituem. Como resultado, temos a emergência de questões que possam proporcionar uma produção de conhecimento que tensione essas regulações de Gênero no currículo desse curso.

Para legitimar a produção de questões que ajudem a compreender as relações dialéticas e complexas (entre as e) das culturas, políticas e práticas que constituem o currículo do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação, valemo-nos da ideia de dinâmicas inclusões-exclusões que Santos (2013) desenvolve junto ao Laboratório de Pesquisas, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Santos (2013) considera as inclusões como uma luta social de tentativa de combate às exclusões num processo infindo, dialético e complexo, que, para ser compreendido e tensionado, devem-se considerar as culturas, as políticas e as práticas envolvidas nesse processo em suas relações complexas e dialéticas. Desse entendimento, Santos vem desenvolvendo uma perspectiva analítica: a Omnilética.

Para a Omnilética, as dinâmicas inclusões-exclusões estão em constante movimento, o que faz com que, aqui, busquemos produzir questões a partir do seu potencial de compreensão da assimetria de forças que constitui o currículo, dentre essas forças aquelas que caracterizam as regulações de gênero (e que resultam em exclusão e inclusão nesse currículo) não como um jogo dado, mas sim como uma disputa em que os atores (múltiplos) estão em constante transformação, o que coloca também suas relações em constante movimento.

Butler (2015) em seu livro “Problemas de Gênero” desconstrói expectativas normativas com que a categoria Gênero vem se apresentando nas sociedades ocidentais: Butler desnaturaliza o Gênero,

explicitando sua multiplicidade (em oposição a binaridade cisnormativa masculino X feminino), sua instabilidade (em oposição a uma pretensa estabilidade atrelada ao constructo social corpo sexuado-gênero), desenvolvendo o conceito de performatividades de gênero, contribuindo assim com o desvelo de táticas regulatórias cisheteronormativas.

As regulações de gênero que estão expressas pela majoritária presença feminina no corpo discente do curso de Pedagogia podem estar articuladas às dinâmicas de exclusões-inclusões de performatividades de gênero no campo da Educação. Uma outra evidência dessas regulações seria a também majoritária presença feminina atuando nas creches, pré-escolas e nos anos iniciais do Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro.

Recorrendo aos princípios da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNICEF, 1990), que retoma o Direito Humano: “Toda pessoa tem direito à educação” (ONU, 1948), entendemos esse direito não só como o direito que toda pessoa tem de ser educada, mas também como o direito que toda pessoa tem de refletir sobre e promover a educação em todos os seus níveis.

Embora haja diferentes interpretações para o que seja “educação”, parece ser consensual que todos tenham direito a ser educado, no entanto, a majoritária presença feminina no curso de Pedagogia suscita a ideia de que existem regulações sobre quem pode educar. Essas regulações parecem estar atravessadas por questões de gênero (entre e junto a outras) e materializarem-se no próprio currículo do curso de Pedagogia.

Nas sociedades ocidentais, o gênero tem se configurado como um marcador identitário binário masculino/feminino, por isso promotor de hierarquias que resultam em dinâmicas inclusões-exclusões, seja pela desqualificação de um dos polos desse binário, seja através da invisibilidade de toda performatividade que há entre os polos e/ou para além deles, como as pessoas trans.

Entendemos essa configuração como parte de um conjunto de regulações normativas (de gênero) que tentam demarcar a ocupação do espaço público e que estão articuladas com um projeto maior de ordenação de poderes, o que nos aproxima das ideias que Mignolo (2017) a respeito do conceito de colonialidade.

De acordo com Mignolo (2017), “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental

desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada.”(MIGNOLO, 2017, p. 2). Dentre os nós histórico-estruturais relacionados por Mignolo (2017) para o tensionamento de uma ideia de colonialidade universal estão:

(...) 5. Uma hierarquia racial/étnica global que privilegiava pessoas europeias em detrimento de pessoas não europeias (Quijano, 1993, 2000). (...) 6. Uma hierarquia de gênero/sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais (Garza Carvajal, 2003; Trexler, 1995; Sigal, 2000; Enloe, 2001; Tlostanova, 2010b; Oyesumi, 1997). Um sistema que impôs o conceito de “mulher” para reorganizar as relações de gênero/sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações “normais” entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre o “homem” e a “mulher” (Lugones, 2008, 2010; Tlostanova, 2008; Suárez Navaz e Hernández, 2008). 7. Consequentemente, o sistema colonial inventou também as categorias “homossexual” e “heterossexual” (por exemplo, a expressão famosa e/ou infame de Bartolomeu de las Casas: “el pecado nefando”), assim como inventou as categorias “homem” e “mulher”. (MIGNOLO, 2017, p.11)

Podemos perceber aí o desvelo da invenção de marcadores identitários binários (europeu x não europeu, homem x mulher, heterossexual x homossexual...). Esses binários hierarquizados se atravessam e resultam em uma assimetria de forças que implica em regulações (também de Gênero) na produção e na transmissão do conhecimento nos processos de colonização (Todos podem educar? Quem pode educar?). Esta assimetria de forças e aqueles atravessamentos passam a ser melhor mapeados a partir do conceito de Interseccionalidade.

Akotirene (2021), opondo-se às suas titulações acadêmicas (mestra e doutoranda), propõe uma descolonização epistêmica que promova o rompimento do isolamento do marcador de raça, reconheça sua integração ao que chamou de outras tecnologias de opressão, situando a origem do conceito de interseccionalidade na militância

negra e resgatando o afrocentrismo desse conceito. Para a autora, a interseccionalidade

é uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar **a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado**, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.”(AKOTIRENE, 2021)

A professora travesti negra e gorda Nascimento (2020) estende esse conceito, entendendo que

A mesma ciência do norte global, que demarcou, a partir de século XVIII, a etnia negra como inferior e que fez da cisheterossexualidade compulsória a única vivência sadia de gênero e sexualidade, é também a “ciência” que produz o estigma sobre o corpo gordo, classificando-o como monstruoso numa perspectiva patológica e moral e também como próprio da natureza orgânica do corpo. (NASCIMENTO, 2020, p.17)

É nessa esteira que Nascimento (2020) rompe com os disciplinamentos acadêmicos para apresentar-nos os efeitos das normas regulatórias sobre suas vivências, expandindo o conceito de interseccionalidade (situando-se em uma encruzilhada de opressões). Em um desafio aos ideais de igualdade preconizados pelos “araútos dos Direitos Humanos”, ainda Nascimento (2020) atenta para as assimetrias sociais inerentes à construção colonial do Brasil, entendendo sua vida como um ato de resistência ao que chamou de cis/hetero/branco/normatividade, uma vez que se entende como travesti negra e gorda, sobretudo em tempos de pandemia de COVID-19. “Não somos iguais, somos diferentes e, na teia de lugares sociais que ocupamos, temos acessos completamente distintos aos direitos humanos.” (NASCIMENTO, 2020, p.3)

Dentre os efeitos dos reguladores normativos, aquele que mais nos chama a atenção é o medo de morrer. Nascimento (2020) recorre à pesquisa de Pedro Antunes para salientar que a expectativa de vida de travestis e transexuais femininas é de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral é de 74,9 anos.

Essa diferença de expectativa de vida, segundo Nascimento (2020) enquadra-se no que Achille Mbembe (2018) reconhece como um regime de necropolítica: “um modo pelo qual o Estado legitima

a execução de corpos considerados descartáveis e indesejáveis para as estruturas sociais cis/hetero/branco/magro/normativas” (NASCIMENTO, 2020, p.14)

O conceito de Interseccionalidade assim expandido por Nascimento (2020) reafirma as nossas preocupações iniciais: verificar se um Direito Humano (ONU, 1948) - Toda pessoa tem direito à Educação - tem sido garantido a todos. Como esse direito tem sido interpretado? Aqui nos perguntamos: um estado que legitima a execução de corpos considerados descartáveis e indesejáveis apostaria na potencialidade educadora desses corpos? Nascimento é professora. Isso nos convida a reconhecer que os currículos formadores de professores são muito mais do que as intencionalidades expressas em suas políticas, estão muito além dos valores e dos conhecimentos que os constituem (culturas) e há muito a ser desvelado em suas práticas.

É pensando nas relações complexas e dialéticas entre as políticas, as culturas e as práticas que compõem performativamente o currículo no qual identificamos regulações normativas de gênero que resultam nas dinâmicas inclusões-exclusões, que nos alinhamos com a concepção de currículo espaço-tempo proposta por Macedo (2006), para quem o currículo é um espaço-tempo de fronteira no qual interagem diferentes tradições culturais e em que se pode viver de múltiplas formas. (p. 289)

Parto do princípio de que o currículo é um espaço-tempo em que sujeitos diferentes interagem, tendo por referência seus diversos pertencimentos, e que essa interação é um processo cultural que ocorre num lugar-tempo cujas especificidades me interessam estudar. (...) Assumo, ao contrário, que a produção dos currículos formais e a vivência do currículo são processos cotidianos de produção cultural, que envolvem relações de poder tanto em nível macro quanto micro. Em ambos são negociadas diferenças. De ambos participam sujeitos culturais com seus múltiplos pertencimentos. MACEDO, 2006, p.289)

Assim, apostamos ser possível o tensionamento da configuração em que um currículo se encontra, no caso o currículo do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, permitindo a emersão de suas tentativas de regulação, em um esforço

para potencializar quem tenha sua presença em vulnerabilidade nessa configuração.

Trazemos uma metáfora que pode favorecer uma aproximação a essa ideia. Há quem tente se orientar frente ao abismo da falta de fundamentos buscando construir um fundo aparentemente sólido no qual se apoiar. Essa solidez, porém, é decorrente de sedimentos superpostos em um meio aquoso no qual submergimos tentando em vão buscar um ponto que nossos pés alcancem. Sugerimos que paremos de buscar o chão e comecemos a nadar, revolvendo esses sedimentos, turvando a água, mas ao mesmo tempo desestabilizando o que se apresenta estável e incontestável...” (LOPES, BORGES, 2015)

Lopes e Borges (2015) reforçam nossa aposta, sugerindo a desestabilização do que parece estável. Essa é a melhor tradução para o objetivo de nossas questões: desestabilizar regulações de Gênero que parecem estáveis, mas que não são. E para evidenciar a instabilidade dessas regulações, propomos questões que possam contribuir com a emergência de tantas possibilidades de ser educado e de ser educador. Eis algumas questões:

- homens cis podem atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Há homens cis no curso de Pedagogia? Em que percentual?
- Homens trans podem atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Há homens trans no curso de Pedagogia? Em que percentual?
- Mulheres trans podem atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Há mulheres trans no curso de Pedagogia? Em que percentual?
- Que dificuldades performatividades de gênero que não sejam mulheres cis encontram para ingressar e permanecer nos cursos de Pedagogia?
- Que facilidades performatividades de gênero que não sejam mulheres cis encontram para ingressar e permanecer nos cursos de Pedagogia?

Assim, pensamos estar contribuindo com a produção de um conhecimento potente que fortaleça a multiplicidade de pessoas que investem em suas formações para atuarem em todas as modalidades de ensino da Educação Básica.

Referências

AKOTIRENE, C. **Entrevista com Carla Akotirene**. Disponível em <https://geledes.org.br> Acesso em 27/03/2021.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOPES, A.C.; BORGES, V. Formação docente, um projeto impossível. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015, v. 45, nº 157 (486-507).

MACEDO, E. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 2006, v. 11, nº 32 (285-296).

MIGNOLO, W.D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2017, v. 32, nº 94 (1-18).

NASCIMENTO, L.C.P. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Revista Inter-Legere**. Natal: Periódicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2020, v. 3, nº 28.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 20/05/2021.

SANTOS, M. P. dos. **Dialogando sobre Inclusão em Educação**: contando casos (e descasos). Curitiba: CRV, 2013.

UNITED NATIONS INTERNACIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND/ FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, 1990. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>> Acessado em 20/05/2021.

A FABRICAÇÃO DE CORPOS ATRAVÉS DA IMPOSIÇÃO DA CULTURA HETERONORMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Terezinha Richartz

*Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão,
Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor).
terezinha@unincor.edu.br*

Resumo

O espaço escolar deveria ser um local de acolhimento, respeito e enfrentamento dos impactos causados pelas interseccionalidades, especialmente, quando de sexualidade, e de gênero. Porém, constata-se uma reafirmação quanto à heteronormatividade, através dos diversos artefatos culturais existentes nos centros de ensino. Nesse sentido, objetiva-se discutir os efeitos do Plano Municipal de Educação (PME) de uma cidade sulista do Estado de Minas Gerais, que proibiu a discussão da ideologia de gênero nas escolas municipais até o ano de 2024. Para tanto, o estudo seguirá com embasamento teórico de Butler, a exemplo, por postular que a identidade de gênero nem sempre delineia-se em expressões de gênero, sendo, então, performativamente constituída, quando o corpo que se deseja no que se refere a gênero, seja diferente do que nascera biologicamente, e essa mesma performatividade circunscreve o gênero e não, o oposto. A discussão do presente estudo será tratada a partir de gravações disponibilizadas no Youtube, referentes à audiência pública e à sessão da Câmara dos Vereadores do Município, visto que, o PME terá duração de uma década e nesse patamar, o discurso heteronormativo acarreta consequências nefastas para a discussão da diversidade, pois professores estão proibidos de discutir a ideologia de gênero no ambiente escolar.

Palavras-chave: cultura heterossexual, Ideologia de gênero, Plano Municipal de Educação, Educação básica.

Introdução

A inserção e solidificação da mulher no mercado de trabalho, acarreta uma nova configuração social e até familiar, quando requer que seus filhos passem a frequentar o ambiente escolar cada vez mais cedo, o que exige que instituições assumam uma importância ainda maior, não só em relação à transmissão de conteúdos formais, mas quanto à quantidade e qualidade de tempo capaz de contribuir com o processo de integração social e com a disseminação dos valores éticos.

Nessa perspectiva, a escola pode ser um espaço de transformação, manutenção ou mesmo de retrocessos; em linhas gerais, como valores são de competência prevista na BNCC a ser desenvolvida na escola para o discente, poder enfrentar às demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo laborativo; e no que tange à ética, deve ser trabalhada como tema transversal nos centros de ensino como proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O Plano Municipal de Educação traça objetivos, diretrizes, metas e estratégias a serem implementadas nas escolas e sempre em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), que abrange o Brasil todo, sendo fundamental que em seu processo de elaboração, revisão e monitoramento, contemple a pluralidade de vozes e olhares sobre a educação, com participação de gestores, especialistas na educação, professores, estudantes, pais e responsáveis. Questiona-se, pois, no presente, possíveis efeitos do Plano Municipal de Educação (PME) de uma cidade sulista do Estado de Minas Gerais, que proibiu a discussão da ideologia de gênero nas escolas municipais até o ano de 2024.

Metodologia

Em termos metodológicos, as falas dos sujeitos envolvidos no debate sobre a ideologia de gênero, estão disseminadas no decorrer do texto. Para tanto, no tópico identificado como “Resultados e Discussão”, observa-se que o resultado em si, está atrelado ao embasamento teórico e legal.

O entendimento sobre o processo de discussão, até a aprovação do PME, evidencia a necessidade de análise de dois eventos,

especificamente, - a audiência pública e a sessão na Câmara dos Vereadores – já que um seja a consequência do outro. Já os efeitos do Plano Municipal de Educação, objetivo dessa pesquisa, são decorrentes de todo o pavor gerado pelo medo da ideologia, que remete a esses dois eventos.

Nesse seguimento, para complementar o estudo, estavam disponibilizadas pela plataforma Youtube¹ gravações orais referentes à audiência pública e de sessões na Câmara dos Vereadores que debateram e aprovaram o Plano Municipal de Educação². O material colhido para análise diz respeito à audiência pública³ do dia 10 de junho de 2015 e à sessão na Câmara dos Vereadores, mencionada acima, ocorrida em 22 de junho de 2015.

Referencial teórico

A filósofa americana Judith Butler é uma das principais expoentes na discussão sobre identidade de gênero na atualidade, e o seu foco está na subjetividade do indivíduo, já que defende que a percepção que algumas pessoas têm de si mesmas, podem diferir da atribuição imposta pela sociedade, onde o sujeito é formado dentro de estruturas sexuadas e generificadas de poder. Mas alguns indivíduos sofrem profundamente, já que essa arbitrariedade os impede de ser o que são, ou o que desejam ser. (BUTLER, 2003)

O desejo é considerado por Butler (2003), como fundamental na expressão de gênero, porque a identidade não é dada por ocasião do nascimento, sendo performativamente constituída e dependendo da performance do sujeito em sociedade, pois é para onde o seu desejo está direcionado. A teoria da performatividade indica que a repetição de normas impostas de forma ritualizada pela sociedade, cria sujeitos que são frutos dessas repetições, mas que não necessariamente vão se identificar com o que lhes fora imposto. Assim, a identidade de gênero quase sempre é produzida a partir do que aparenta ser na

1 Quando usar as falas dos atores, será colocado na citação a hora e os minutos das sessões disponibilizadas no Youtube.

2 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F6pXx0oWxsY>> Acesso em: 20 fev. 2021.

3 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

superfície dos corpos e por meios discursivos, reiterando-se de geração em geração.

A concepção binária atrapalha o entendimento de que a identidade de gênero é plural e mutável, visto que, as diferentes formas de expressões afetivo-sexuais, também fazem parte da construção de sujeitos na contemporaneidade. De certo, a sexualidade é vital na constituição do sujeito, mas é uma parte do corpo profundamente influenciada pelas normas sociais; longe do discurso que a identifica como parte da natureza e por isso, não sendo ideológica. Sabe-se, entretanto, que as formas de expressão estão revestidas de rituais e símbolos que dão coesão às práticas sociais e, em outras palavras, a sexualidade é crivada de elementos políticos, que determinam como o indivíduo deve expressar seu desejo. (RICHARTZ, 2017; GONÇALVES; RICHARTZ; SANTANA, 2020).

Para Butler (2011), o gênero deveria ser visto como um fluído variável, que se desloca e se transforma em diferentes contextos e períodos históricos, sendo que o gênero e o desejo são flexíveis, e que o confinamento em qualquer identidade pode potencialmente ser reinventada pelo sujeito, já que é historicamente constituída.

Ainda para a autora (2018, p. 3), “o gênero não é de modo algum uma identidade estável, nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade construída de forma tênue no tempo”. Há, dessa forma, uma performatividade na chamada identidade de gênero que, por sua vez, também é acompanhada por sanções e tabus, o que reforça a necessidade de cumprimento desses papéis.

Desse modo, a construção do corpo é de livre-arbítrio e não, de determinação biológica, já que a identidade de gênero é performativamente constituída. O sujeito pode ter um corpo fisiológico, mas optar por um outro gênero, remetendo à uma identidade moldada e construída. Logo, a subjetividade do indivíduo não é mais fixa e determinada por questões exteriores, ela é fruto de escolhas individuais.

Resultados e discussão

Ainda que modesta e ao mesmo tempo inclusiva, a legislação vigente à época da discussão e aprovação do Plano Municipal de Educação, já previa tal discussão e inclusão da diversidade.

No ano de 2007, o Ministério da Educação cria “Os Cadernos Secad” para documentar as políticas públicas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. O conteúdo trabalhado é essencialmente informativo e formativo com temas que compreendem as questões da diversidade, como, por exemplo, a diversidade de gênero e a diversidade sexual. (BRASIL, 2007). A preocupação em torno da sexualidade, homossexualidade, identidade e expressões de gênero, começa a ser discutida nos centros de ensino pelo país somente a partir da segunda metade dos anos de 1980. Até então, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam delimitados às áreas de Ciências ou, eventualmente, à Educação Moral e Cívica.” (BRASIL, 2007, p. 12)

Em 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica propõem a necessidade de ações por parte das instituições de ensino para que incluam e norteiem a “Educação em Direitos Humanos”, precisando, então, fomentar processos que garantam o direito à igualdade e o respeito às diferenças individuais, inclusive quanto a gêneros e orientações sexuais. (BRASIL, 2017) E dessa forma, o país avança em relação ao respeito e à diversidade.

A ação educativa desempenhada pela escola é determinada pelo fator social e pelas normativas estatais. Antes da elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) foram elaborados o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) de Minas Gerais. No entanto, o PME não deve divergir no PNE e o PEE, já que são legislações federais e estaduais que “orientam” as municipais. (RICHARTZ, 2017).

O Estado é uma instituição social responsável por planejar e executar Políticas Educacionais e por esse motivo, cria os Planos de Educação que são documentos com força de lei, estabelecendo metas para que a garantia do direito à educação de qualidade avance em municípios, estados e país no período de uma década. Trata-se, portanto, do principal instrumento da política pública educacional, e nesse patamar, em relação à diversidade sexual, o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação são omissos, porém não censuram.

Nesse segmento, no Plano Nacional de Educação, a Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014, em seu Art. 2º preconiza: “A superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (BRASIL, 2014, p.01). Observando-se, pois, que o Plano Estadual segue o PNE,

e apesar de genérico, ao prever a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação, traz um entendimento sobre o respeito à diversidade.

Enquanto espaço de socialização importante, a escola pode contribuir para combater a época de normatividade com a história, desde que os professores utilizem de todos os artefatos culturais existentes para trabalhar com a igualdade de gênero.

Pelo fato de o Plano Municipal de Educação contemplar toda uma pluralidade de vozes e olhares, diversos setores são ouvidos numa audiência pública que antecede à votação na Câmara dos Vereadores do município de Varginha, notando-se, porém, uma certa resistência de alguns, mais preocupados em manter o status de heteronormatividade compulsória. Na discussão sobre o que entraria no Plano Municipal do município, a palavra diversidade aparece como perigosa porque é perceptível às mudanças sociais, especialmente o amparo legal em outras normativas, já citadas, que garantem a diversidade. Assim, o amparo jurídico fortalece uma discussão mais aberta sobre a temática, o que gera medo e pavor nos setores mais conservadores.

Neste contexto, afirma a representante de uma escola: “Estamos numa era muito perigosa. As palavras são ambíguas, porque a lei depois de aprovada, qualquer pessoa mal-intencionada vai usar desta lei contra a família. Não somos contra a inclusão dos deficientes”. Mas somos contra a ideologia de gênero⁴.

Em continuidade, uma mãe tomou a palavra e afirmou que “a ideologia de gênero é o esvaziamento do conceito jurídico de homem e mulher. Ele vai destruir as bases do direito” [...].⁵ E reforça: “a ideologia de gênero é uma ameaça porque vem comendo pelas beiradas. [...]. Essas aberturas podem trazer consequências dramáticas”.⁶

Para Junqueira (2018, p. 451-452), as investidas morais contra a ideologia de gênero aparecem nas estruturas eclesiais, especialmente, na Igreja Católica, em organizações e movimentos religiosos, além de grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas.

4 (53min06s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>>. 20 fev. 2021.

5 (1h35min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

6 (27min13s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

Nesse sentido, a temática aponta que o sintagma emerge como resposta do Vaticano⁷ aos movimentos gerados pela Conferência Internacional sobre a População⁸, de 1994, e a Conferência de Pequim⁹ de 1995 que assumem compromissos com a luta pelos direitos da mulher como fazendo parte dos direitos humanos e se comprometem a criar ações específicas para garantir o respeito a esses direitos.

Da mesma forma que igreja esteve no início do debate sobre a ideologia de gênero, em Varginha, a reação maior partiu também dos setores religiosos. A Pastoral da Família, movimento da Igreja Católica, recomendou que “não passasse alguma palavra que desse abertura para este tipo de ofensa à família e à nossa crença cristã”.¹⁰ Em paralelo a isso, ainda procurou sensibilizar os vereadores, já que o plano nacional recusou a ideologia de gênero; essa última e a orientação sexual se se opõem a argumentos, que dentro dos princípios familiares e cristãos se “diferem”, pois, “coloca em risco muita coisa para esta geração que vai receber a orientação dentro das escolas”¹¹

A Associação dos Pastores de Varginha afirma que as brechas da lei reportam à uma total legalidade e por esse motivo, os vereadores devem tomar cuidado com a terminologia¹² para que traga clareza e objetividade em seu teor, visto que, possam existir diversas interpretações. Ainda nesse contexto, a mesma associação reforça sobre a preocupação com a moral e o caráter das crianças, afinal, a diversidade¹³ sexual é imoral, conforme transcrição da fala:

7 O combate a ideologia de gênero teve a adesões de diversas denominações religiosas, mas não foram protagonistas de primeira hora na gênese do sintagma “ideologia de gênero”. (JUNQUEIRA, 2018).

8 Confira em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>.

9 Para saber mais leia a íntegra da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf

10 (28min27s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

11 (7min10s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

12 (36min01s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>>. 20 fev. 2021.

13 (36min30s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>>. 20 fev. 2021.

Os educadores contribuem também para a formação moral das crianças. É franqueado aos educadores um tempo muito proveitoso no crescimento, na formação do caráter das nossas crianças. Estamos preocupados com as brechas da lei que possam violar conquistas da cidadania e da sociedade. A diversidade parece ser uma brecha na lei. Como a militância federal, estadual e municipal quer se aproveitar das brechas para colocar suas ideologias e diversas interpretações, solicito que retire o termo diversidade.¹⁴

Após a audiência pública, os vereadores alteraram a redação da lei para garantir que o texto não permitisse interpretações diferentes daquela almejada pelo grupo. A redação original da proposição previa: “Art. 2º São diretrizes do PME: [...] III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas [grifo nosso] as formas de discriminação”. A redação aprovada reza: “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania”.

A justificativa da emenda supressiva que adequou o texto do PME, destaca que “a erradicação de todas as formas de discriminação no nosso entendimento possa estar estimulando a implantação da ideologia de gênero no âmbito do município”.¹⁵

A redação original da proposição estabelece: “X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à **diversidade** [grifo nosso] e à sustentabilidade socioambiental”. A redação do texto aprovado, por sua vez, determina: “X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental”.

Para que não pairasse nenhuma dúvida sobre o texto, foi acrescentado à lei um parágrafo único: “**Não será permitida direta ou indiretamente implantar, lecionar e aplicar a ideologia de gênero no âmbito do município de Varginha** [grifo nosso]”¹⁶

A justificativa da emenda complementa:

14 (35min43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021.

15 (1h41min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mjo0DKgln4w>> Acesso em: 20 fev. 2021..

16 Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/543-2015/14965-lei-no-6042-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 fev. 2021.

[...] suprimiram a palavra diversidade, considerando que está em jogo a preservação da família, célula-mãe da sociedade, proibindo de vez tais palavras e as supostas ideologias, evitando interpretações dúbias, ambíguas e confusas, conforme recomenda a melhor técnica legislativa. Ademais visa o presente parágrafo a paz social, esclarecendo que, no sistema educacional de Varginha, não será aplicada a ideologia de gênero.¹⁷

Com a vigência do Plano Municipal de Educação, os desdobramentos começam a aparecer, deixando rastros de marginalização, como, a exemplo, um aluno trans, estudante de pedagogia, teve o indeferimento do seu pedido de estágio obrigatório em escolas públicas municipais e escolas particulares, por conta de sua opção de gênero. (RICHARTZ, 2019). Esse episódio acarretou atraso em sua atividade acadêmica, já que precisou optar pela escola pública estadual a fim de cumprir o seu estágio. Esse tipo de proibição acarreta consequências para a vida do estudante e, sobretudo, para a escola, a qual impede o debate profícuo sobre a importância do respeito à diversidade

Em agosto de 2018, o vereador e Pastor Fausto da Silva Franca, apresentou o Projeto de Lei Nº 57/2018, que prevê que a escola só pode cooperar com a formação moral do aluno depois de apresentar o material pedagógico para ser aprovado pelos pais, punindo o servidor público, neste caso, o professor, com multa de 5% dos seus vencimentos por ato ilícito praticado. (VARGINHA, 2018).

O artigo 6º prevê que a violação ao disposto, implica na imposição de multa de 15 % (quinze por cento) do valor do contrato ou patrocínio, e, no caso de servidor público municipal faltoso, em multa no valor de 5 % (cinco por cento) do valor de sua remuneração ao tempo do cometimento da infração, por cada ato ilícito, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal. Também permitindo aos pais, no artigo 7º, processar o professor, se considerarem violação ao disposto nesta lei. (VARGINHA, 2018).

¹⁷ 2h18min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F6pXx0oWxsY>>
Acesso em: 20 fev. 2021.

No debate realizado na Câmara municipal de Varginha, o então vereador defende que os pais são responsáveis pelo ensinamento moral, religioso e sexual da criança.¹⁸

No dia 31 de outubro de 2018 aconteceu a votação do projeto. Neste dia, professores e sindicatos compareceram à Câmara para acompanhar a sessão e pressionar os vereadores. Depois de muita discussão e de posicionamentos contrários por parte de alguns vereadores defensores da autonomia do professor e da importância da escola como referência na educação sexual, o projeto é retirado da pauta para fazer reajustes, não se sabendo ainda, com qual redação retornará ao plenário.

Ao invés de terem liberdade de expressão, professores se sentem coagidos, inclusive com ameaças de punição expressas quanto à temática no âmbito escolar.

Segundo Luís Felipe Miguel, os adversários das propostas de restrição da liberdade de expressão dos professores, a “leis da mordaca” procura criminalizar a docência, já que faz parte da atividade acadêmica desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de reflexão autônoma. (MIGUEL, 2016). Afinal, o que vai ser entendido como ideologia de gênero? Como não há consenso em torno do tema, ele pode ser usado para punir os professores, já que o conceito está longe de ser unânime.

A ideologia de gênero, sempre esteve presente na escola, tanto nos livros didáticos, livros de literatura, como nas relações e orientações que predominam desde a mais tenra infância escolar. A própria formação dos docentes é gendrada; a Educação Infantil e a Fundamental I são dominadas pelas mulheres, enquanto no Ensino Superior, a predominância masculina. As disparidades sociais entre homens e mulheres, não são problematizados, portanto, apesar do surgimento da expressão ideologia de gênero ser datado, ela sempre esteve presente, mantendo o status de uma sociedade patriarcal, heteronormativa e sexista e trazendo consequências, inclusive sobre a aprendizagem.

Em última instância, a ideologia de gênero dá espaço ao nascimento das novas subjetividades; sem a necessidade de seguir a

18 7min58s. Disponível em: <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10209968358364449&id=1799833980>. Acesso em: 01 jan. 2021.

norma o indivíduo, pode dar vasão ao desejo. Entretanto, o desejo desta perspectiva não é necessariamente uma construção biológica e social, mas o fruto das escolhas individuais e em verdade, essas performances desviantes são duramente criticadas pelos adeptos da heterossexualidade compulsória.

Segundo entendimento de Terezinha Richartz (2017), o âmbito pedagógico define as ações educativas necessárias para cumprir as intenções estabelecidas, o compromisso no âmbito político é de intencionalidade e é definido coletivamente, porque, além da ação intencional do projeto sempre se destinar diretamente à sociedade, ele estabelece um compromisso para a formação do cidadão que nela se insere. Tentar impor legalmente, dentro das salas de aula, que nenhum conteúdo que verse sobre gênero seja ministrado, revela nitidamente o lugar onde se busca chegar: à invisibilidade. Não permitir que sejam discutidos temas tão importantes de cunho sexual ligados diretamente à formação de um indivíduo, é impor a aceitação da heteronormatividade como única opção socialmente aceitável e foram esses discursos reafirmados em debates desses diversos agentes sociais, que levaram à proibição da incorporação da ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação de Varginha.

Considerações finais

Apesar de o Plano Municipal de Educação ser inconstitucional por ferir legislações de âmbito federal e estadual, está em vigência no município de Varginha, trazendo consequências nefastas para a educação. Disputas políticas e sociais envolveram a formulação do Plano Municipal de educação da cidade, importando destacar os significados atribuídos e omitidos da palavra “diversidade”, bem como, a maneira explícita e violenta gerada a partir da “suposta” ideologia de gênero, que fora proibida por dado documento. O Projeto de Lei 57/2018, embora ainda não aprovado, condiciona a intervenção docente, em relação à temática, à aprovação das famílias, coagindo, ainda, esses mesmos profissionais, inclusive com a inserção de multa, o que aponta para um cenário com nova configuração, o que pode acarretar desajustes psicossociais, devido à própria proibição da ideologia de gênero.

Desse modo, o discurso heteronormativo acarreta consequências para com a discussão da diversidade, pois professores estão

proibidos de debater sobre a ideologia de gênero no ambiente escolar e estudantes transsexuais impedidos de realizar o estágio obrigatório, porque colocam sob suspeita a heteronormatividade compulsória. Todo essa imposição da cultura heteronormativa na educação básica contribui para a fabricação de corpos dilacerados; como o desejo é negado no binarismo biológico, muitos indivíduos anulam a sua performance, fazendo com que esses sujeitos tenham a construção de identidade tolhidas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade na Escola:** reconhecer diferenças e superar diferenças. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2007. p. 11- 26.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano nacional de educação 2014-2024.** Brasília: Câmara dos Deputados. 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance.** Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Cadernos de Leitura**, [S. l.], n. 78, 2018.

GONÇALVES, Júlia Eugênia; RICHARTZ, Terezinha; SANTANA, Zionel . Interface entre gênero e educação: dilemas da gestão no plano municipal de educação em um município do Sul de Minas. SOARES, Angela Mathylde et al (Org.). **Neurociências e saúde educacional: vencendo limites**. Rio de JANEIRO: Wak, 2020. (Vol. 2) 325 p. p. 233-246

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, [S.L.], v. 18. n. 43. p. 449-502 set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso em: 15 dez. 2019

MIGUEL, Luis Felipe. “Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RICHARTZ, Terezinha. É Possível Uma Escola Neutra? Os Paradoxos Discursivos da Ideologia de Gênero no Plano Municipal de Educação. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2017.

RICHARTZ, Terezinha. O discurso proibitivo da diversidade e o indeferimento de pedido de estágio obrigatório para alunxs transexuais em escolas públicas e privadas. In: ANDRADE, Luma Nogueira. **Diversidade sexual, gêneros e raça: diálogos Brasil-África**. Campina Grande-PB: Realize Editora. 2019.

VARGINHA. **Lei nº 6.042 aprova o plano municipal de educação – PME e dá outras providências**. 2015. Disponível em:<<http://varginha.mg.gov.br/legislacaomunicipal/leis/543-2015/14965-lei-no-6042-aprova-o-plano-municipal-de-educacaopme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 06 setembro. 2020.

VARGINHA. Câmara dos Vereadores. **Projeto de Lei Nº 57/2018**. Varginha: Câmara dos Vereadores, 2018.

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR ACIONADAS POR MULHERES NEGRAS COTISTAS NO IFRJ- CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Larissa Fernandes Pereira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), larissafpereira24@gmail.com;

Orientadora Giovanna Marafon

Professora orientadora: Pós- doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- Rio, Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), giovannamarafon@gmail.com.

Resumo

A reserva de vagas no ensino superior para negros/as no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- *campus* Duque de Caxias) foi garantida pela lei federal nº 12.711/2012. Contudo, a democratização do ensino superior ainda não ocorre, pois há grande evasão dos alunos/as negros/as. Deve ser considerado também que cursos de licenciatura possuem alta taxa de evasão. Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar estratégias de permanência elaboradas por mulheres negras que ingressaram por meio de cotas raciais, estudaram em escola pública no ensino médio, cursaram pré-vestibular social, residem na Baixada Fluminense e que estavam matriculadas no ano de 2019 no curso de licenciatura em Química do IFRJ- *campus* Duque de Caxias. O referencial teórico é preferencialmente de autores/as negros/as que versem sobre racismo, permanência e evasão no ensino superior, cotas raciais e feminismo negro. Foram feitas seis entrevistas semiestruturadas. As análises valeram-se da

interseccionalidade como uma *sensibilidade analítica* por conta dos cruzamentos dos marcadores de opressão: raça, gênero, classe e território na vida das entrevistadas. Algumas estratégias de permanência citadas foram: participação em projetos de pesquisa, recebimento de bolsa, as aulas no geral, proximidade do *campus* à residência, relação próxima entre professor/a(s) e aluna, disciplinas no início do curso que promovem contato com a sala de aula, incentivo da família e o próprio *campus* do instituto pela proposta do curso. Compreender essas estratégias é importante para que políticas públicas de permanência possam ser implementadas de forma eficaz.

Palavras-chave: Mulheres negras, Cotas raciais, Permanência, Ensino Superior, Interseccionalidade.

Introdução

As políticas de ação afirmativa são iniciativas públicas ou privadas que têm o objetivo de “oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, 2001, p. 31). A implementação das ações afirmativas no Brasil é uma luta do Movimento Negro que reivindica igualdade racial nos diversos espaços e setores sociais, como universidades públicas, saúde, mercado de trabalho e mídia (GOMES, 2011). A política de cotas raciais no ensino superior é um exemplo de ação afirmativa voltada para a reserva de vagas para pessoas negras.

As cotas no ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foram garantidas pela lei federal nº 12.711/2012, que dispõe a reserva de 50% das vagas para alunas/os provenientes de escolas públicas. Dessas vagas reservadas, 50% devem ser reservadas para estudantes com renda familiar menor que 1,5 salário mínimo por pessoa e os outros 50% de cotas são para estudantes que tenham renda maior que 1,5 salário mínimo por pessoa. Cada instituição federal de ensino superior deve reservar vagas - nas duas modalidades de divisão por renda - para pessoas autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os e indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção de pessoas declaradas nessas categorias pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

Nesse trabalho considero mulheres negras as autodeclaradas negras e pardas segundo a divisão do IBGE. Raça, classe e gênero são marcadores de desigualdade, opressão e diferença e não é somente o sexo que determina “a natureza da identidade, do status e da circunstância de qualquer mulher, o grau em que ela será ou não dominada, o quanto ela terá ou não poder para dominar” (hooks, 2019, p. 63). Na verdade, Kilomba (2019) aponta a inseparabilidade entre raça e gênero e como os discursos não contemplam a realidade das mulheres negras:

Mulheres *negras* têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o *sujeito*

é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. (KILOMBA, 2019, p. 97, grifo da autora)

Portanto, esse trabalho dá visibilidade às narrativas de mulheres negras como forma de combate a racismo, sexismo e classismo no ensino superior. Além disso, as histórias de resistência delas na academia têm muito a nos ensinar e contribuir para uma educação antirracista na universidade e para a elaboração de políticas públicas pensadas para mulheres negras.

Com o advento das cotas raciais, mulheres negras conseguiram acessar mais as universidades. Todavia, podemos falar em democratização do ensino superior? Será que as mulheres negras estão conseguindo permanecer na universidade e obter um diploma de graduação?

Os dados do IBGE nos mostram que permanecer no ensino superior tem sido um desafio para mulheres negras. No ano de 2019, a taxa ajustada de frequência líquida no ensino superior de mulheres negras entre 18 e 24 anos era de 22,3%, menor que a taxa de homens brancos (30,5%) e aproximadamente 50% menor que a taxa de mulheres brancas (40,9%) (IBGE, 2021). Contudo, se observamos os dados da população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, 10,4% de mulheres negras concluíram o ensino superior, percentagem menor que a de homens brancos (20,7%) e aproximadamente duas vezes menor que a de mulheres brancas (23,5%) (IBGE, 2018).

Essas considerações me fazem chegar à emergência do problema de pesquisa e ao objetivo desse trabalho. O escopo do trabalho em tela é analisar as estratégias de permanência acionadas por seis mulheres negras cotistas, moradoras da Baixada Fluminense, que estudaram em escolas públicas no ensino médio, cursaram pré-vestibular social e estavam cursando licenciatura em Química no IFRJ- *campus* Duque de Caxias no ano de 2019. Esse trabalho é um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em Licenciatura em Química do IFRJ- *campus* Duque de Caxias, defendido no ano de 2019, revisto e com discussão ampliada no âmbito do mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas em que as análises valeram-se da interseccionalidade como

sensibilidade analítica por conta do cruzamento dos marcadores de opressão, desigualdade e diferença- raça, classe, gênero e território. Akotirene (2019) aponta para a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Como é um trabalho sobre relações raciais que utiliza a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, é importante apresentar minha localização social e o pertencimento racial. hooks (2019) propõe uma ética de nossas ações ao pesquisar grupos aos quais não pertencemos, para evitarmos reforçar a dominação dos grupos subalternizados com o nosso trabalho. Toda/o pesquisadora/o possui uma perspectiva, um “ponto de vista e compartilha conhecimentos parciais e localizados” (HILL COLLINS, 2020, p. 431).

Por isso, é necessário localizar os marcadores sociais que atravessam meu corpo e são pertinentes a essa pesquisa: sou uma mulher branca crítica da branquitude, ex-aluna cotista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, formada em Licenciatura em Química pelo IFRJ-campus Duque de Caxias e moradora da periferia do município do Rio de Janeiro. A localização desses marcadores permite identificar as similaridades que possuo com as entrevistadas: fui aluna cotista, fui estudante da mesma instituição na mesma época das entrevistas e sou moradora da periferia.

Contudo, considerando o pertencimento racial, esse é um estudo realizado com ciência da assimetria racial. Schucman *et al.*, (2012) afirmam que os estudos realizados com assimetria e simetria racial produzem recursos possíveis e necessários nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil, cada uma das perspectivas com suas contribuições singulares. Reconheço que meu trabalho tem uma perspectiva diferente daquela de uma mulher negra, entretanto, o estudo do racismo e das relações raciais não deve ser responsabilidade só de pessoas negras. A luta antirracista é uma luta de todas/os para dismantlar o racismo.

Metodologia

A metodologia adotada nesse trabalho tem um cunho qualitativo, com aporte teórico, sobretudo, de autoras/es negras/os como uma forma de enfrentamento e combate ao epistemicídio na academia.

Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* define epistemicídio:

(...) o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

A definição de Sueli Carneiro mostra que o epistemicídio vai além da desqualificação do conhecimento produzido por povos subalternizados: desqualificam-se as pessoas dominadas individualmente e coletivamente o que impede que seus conhecimentos sejam legitimados. Kilomba (2019) afirma que a academia é um lugar de pessoas brancas, uma vez que as pessoas negras não tem voz nesses espaços e são “descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Como forma de não propagar essa desqualificação das pessoas negras na academia, esse trabalho utiliza a epistemologia feminista negra, dando visibilidade aos trabalhos de mulheres negras.

As análises valeram-se da interseccionalidade - ferramenta teórico- metodológica cunhada pelo feminismo negro para reconhecer que as mulheres negras estão “mais vezes posicionadas em avenidas identitárias” em que raça, classe, gênero e outros marcadores sociais se cruzam e sobrepõem (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Akotirene (2019) afirma ainda que a “interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instancias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE,

2019, p. 62). Para as análises desse trabalho são considerados como marcadores de desigualdade, diferença e opressão: raça, classe, gênero e território.

Como instrumento de coleta de dados foram feitas seis entrevistas semiestruturadas com mulheres negras cotistas a respeito de suas trajetórias escolares, sobre o pré-vestibular social em que estudaram, qual era a primeira opção de curso, participação em projetos, sugestões de mudanças no IFRJ- *campus* Duque de Caxias, se cursaria faculdade em outro lugar do estado do Rio de Janeiro ou em outro estado do Brasil, o impacto do IFRJ- *campus* Duque de Caxias na vida delas etc.

As entrevistadas receberam nomes fictícios - dados em momento posterior à defesa do TCC - inspirados em intelectuais negras brasileiras: Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento e Conceição Evaristo. Doravante, no texto, quando me referir a essas mulheres, utilizarei apenas o primeiro nome delas. As informações sobre as entrevistadas quando ao sexo, etnia, município de residência, período de ingresso e período estimado para conclusão são apresentadas no Quadro 1. Todas as mulheres participantes da pesquisa no ano de 2019 estavam na faixa etária de 19 a 25 anos. Cabe ressaltar que o período estimado para conclusão foi informado no primeiro semestre de 2019, época em que aconteceram as entrevistas.

Na apresentação desse trabalho no X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (X CINABEH) na sessão temática 08 a mediadora do debate, a pesquisadora Megg Rayara, me indagou se eu problematizava a categoria mulher em meu trabalho. Portanto, a partir desse questionamento e convite à reflexão, reconheço que é necessário indicar a identidade de gênero dessas mulheres: todas são mulheres cisgêneras.

Quadro 1- Descrição das entrevistadas quanto a sexo, etnia, município de residência, período de ingresso e período estimado para conclusão (na época da entrevista, em 2019).

Nome da entrevistada	Sexo	Etnia	Município em que reside	Período de ingresso	Período estimado para conclusão
Lélia	Feminino	Negra	Magé	2015.2	2019.2
Djamila	Feminino	Negra	Duque de Caxias	2016.2	2020.2

Luiza	Feminino	Parda	Duque de Caxias	2015.2	2020.1
Nilma	Feminino	Parda	Duque de Caxias	2014.2	2020.2
Conceição	Feminino	Parda	Itaguaí	2018.2	2022.2
Beatriz	Feminino	Parda	São João de Meriti	2016.1	2020.1

Resultados e discussão

No decorrer das entrevistas, algumas estratégias de permanência acionadas pelas entrevistadas puderam ser identificadas nas narrativas delas, mesmo que não houvesse nenhuma pergunta direta sobre isso no roteiro prévio. Ressalto que minha pesquisa mostrou ausência de mulheres negras dissidentes da norma cisgênera na universidade. Reconheço que essas mulheres enfrentam dificuldades a mais que as mulheres negras cisgêneras e, por isso, é importante investigar o acesso e permanência delas na universidade em trabalhos futuros.

O decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que amplia as condições de permanência de estudantes no ensino superior. No IFRJ esse auxílio é denominado Programa de Auxílio Permanência (PAE) e concede quatro tipos de auxílios diferentes: transporte, moradia, didático e alimentação. Esses auxílios devem ser solicitados pela/o estudante cotista a cada semestre e nem sempre as/os estudantes recebem o que foi solicitado, uma vez que o PAE depende da verba destinada à instituição anualmente. A entrevistada Conceição expõe suas opiniões sobre a relação entre os recursos disponibilizados para alunas/os e a desistência no decorrer da graduação:

Eu acho que a instituição em si deveria dar mais recurso para os alunos porque a gente tem essa dificuldade porque o governo faz essa coisa de não trabalhar, melhorar a instituição para os alunos, em questão da bolsa, em questão da estrutura, que poderia melhorar muito mais. A desistência das pessoas deveria trabalhar isso porque eu acho que são questões muito mais externas que internas. Dificuldade de vim, trabalho, a gente é pobre vai ficar quatro anos na faculdade? E as bolsas não conseguem suprir nossas necessidades. (CONCEIÇÃO)

O auxílio ainda não é uma política pública suficientemente eficaz porque a cada semestre o valor recebido pode mudar; estudantes não sabem se serão contempladas/os com todos os auxílios solicitados.

A questão da proximidade do IFRJ à residência foi levantada com frequência pelas participantes da pesquisa. O território em que o Instituto está inserido - Baixada Fluminense, Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro - carece de universidades públicas. Gonzalez (2020) afirma que desde a época da colonização há uma divisão racial do espaço físico em área de dominados e área de dominantes. O território da Baixada Fluminense é uma área de dominados. O acesso a essa região é dificultado por diversas razões: há escassez de transporte público, os horários dos ônibus e trens possuem intervalos irregulares, as passagens são caras e a distância é grande. A entrevistada Nilma é direta quando perguntada sobre a importância do IFRJ ser localizado na Baixada Fluminense: “pelo *campus* ser próximo, aqui em Caxias, é algo que me ajudou a continuar porque se fosse longe eu já teria largado”.

Essas dificuldades citadas podem ser fatores para que muitas mulheres negras moradoras da Baixada Fluminense não consigam acessar o ensino superior e quando acessam, não conseguem permanecer, como ocorreu com a entrevistada Conceição em outra instituição. Ela passou para a Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em Niterói, município do estado do Rio de Janeiro, fez a matrícula, mas teve que sair por causa da distância.

A participação em projetos de pesquisa e programas como Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) foi um fator elencado pelas mulheres não só no auxílio na permanência, mas como incentivo a ser professora. Duas entrevistadas - Beatriz e Nilma - destacaram a importância do programa Residência Pedagógica que promove a imersão de licenciandas/os que podem cursar metade da graduação com atividades em uma escola de educação básica. De acordo com a entrevistada Nilma, depois que entrou para a residência pedagógica, ela teve um incentivo maior para continuar na graduação.

Todas as entrevistadas relataram a influência positiva da família no incentivo a fazer um curso superior. A entrevistada Djamila apontou como a mãe a incentivou também a permanecer no curso superior:

(...) minha mãe ela sempre incentivou a mim e minha irmã a estudar: “quer trabalhar, tudo bem, mas estuda”. Claro que normalmente você tem mais aquela visão da ascensão social, financeira, mas ela sempre se admirou muito com o fato de eu e minha irmã gostarmos muito de estudar, e até de certa forma mais eu, então não me influenciou a escolher, mas esse incentivo contribui para eu querer estar no ensino superior e permanecer. (DJAMILA, grifo nosso)

Essa mesma participante da pesquisa discorreu sobre a importância de encontrar no Instituto pessoas negras e com condições financeiras similares à dela:

(...) só de eu chegar aqui, não querendo, enfim, repetir muito, os discursos, mas só de chegar aqui e não vê tipo, a maioria das pessoas só branca, a maioria das pessoas só com condição totalmente diferente da minha, eu acho que já me faz sentir muito mais incluída. (DJAMILA, grifo nosso)

Como exposto pela entrevistada, o pertencimento racial e a presença de outras pessoas negras e com condições financeiras similares é importante para que ela se sentisse incluída na universidade. Gomes (2011) afirma o quanto as ações afirmativas são importantes na identificação das pessoas negras com a negritude:

(...) as ações afirmativas reeducam os negros, as negras e a sociedade brasileira na sua relação com o corpo. Ao se posicionar politicamente favorável a essa política ou ao participar de um processo de seleção baseado no critério de cotas raciais ou ao se identificar como negro no Brasil, o sujeito participa de um processo de mudança de lógica corporal. Uma mudança corpórea é visível na vida e na postura de vários estudantes negros cotistas e oriundos de outras modalidades de ações afirmativas nas universidades públicas. Eles passam a valorizar a corporeidade negra por meio de uma postura mais confiante e afirmativa no universo acadêmico e vários deles passam a adotar símbolos étnicos (penteados, cores, roupas, adornos, símbolos) e a frequentar espaços políticos, culturais e recreativos com maior incidência da população negra. (GOMES, 2011, p. 150)

As cotas raciais auxiliam no acesso ao ensino superior, contudo a presença de pessoas negras na universidade - estudantes e docentes - é um fator que pode permitir que muitas mulheres negras consigam permanecer no nível superior. Além disso, como discorre Gomes (2011), essas mulheres negras podem afirmar suas identidades, que lhes foram negadas em decorrência do racismo, incluindo o racismo presente na universidade. Gomes (2003) aponta o quanto é difícil a construção de uma identidade negra positiva em um país em que as pessoas negras são ensinadas desde cedo que para serem aceitas devem negar-se a si mesmas. Por isso a importância de uma educação antirracista nas universidades para dirimir o racismo institucional e o epistemicídio.

Algumas estratégias acionadas pelas entrevistadas têm relação com o próprio IFRJ-*campus* Duque de Caxias. A participante da pesquisa Djamilia aponta que a proximidade entre professor/a-aluna no Instituto é um fator que ajudou em sua permanência. Outro ponto levantado pela maioria das entrevistadas foram as aulas do IFRJ, sobretudo as disciplinas pedagógicas:

Acho que foi mais as aulas aqui, a aprendizagem que a gente teve, os professores, o conteúdo passado em sala de aula, a gente tem outra formação não aquele conteúdo alienado como se o professor não fizesse parte, como se não pudesse transformar nossas vidas com aquela aula. Foi mais a faculdade mesmo. (CONCEIÇÃO)

O fato de ter disciplinas pedagógicas desde o primeiro período do curso e a inserção de licenciandas/os em sala de aula desde os primeiros períodos também foram fatores elencados que são vistos como estratégias de permanência e como incentivo a ser professora. A entrevistada Beatriz externa o quanto o curso a conquistou: “Eu entrei na licenciatura com o intuito de mudar de curso, mas aí a licenciatura me ganhou e eu me apaixonei”.

O curso de Licenciatura em Química no IFRJ- *campus* Duque de Caxias possibilita desde o início que como futuras/os professoras/es entendamos o nosso papel social. Destaco um excerto da entrevista da participante Beatriz em que fala o quanto foi importante que no primeiro período ela tenha ido a uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) para realizar uma atividade

obrigatória de uma disciplina com os adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas:

(...) a gente fez uma atividade lá e eu fiquei com o tema de reciclagem e aí teve um menino que falou: “nossa, se eu soubesse que reciclagem dava renda eu não teria roubado”. E aquilo ali ficou muito na minha cabeça e a gente vê que com o ensino a gente consegue mudar alguns futuros. (BEATRIZ)

Compreender as estratégias elaboradas pelas mulheres negras para permanecer no IFRJ-*campus* Duque de Caxias é importante para se pensar políticas públicas em uma perspectiva interseccional, pois raça, classe, gênero e território se entrecruzam na vida das mulheres negras e faz com que elas não consigam permanecer no ensino superior.

Considerações finais

A política de cotas raciais no acesso ao ensino superior proporcionou o acesso de mulheres negras ao ensino superior. Todavia ainda não podemos falar em democratização desse nível de ensino, visto que as mulheres negras enfrentam desafios para conseguir permanecer na graduação.

A pesquisa feita no IFRJ - *campus* Duque de Caxias com seis mulheres negras moradoras da Baixada Fluminense, todas cotistas, aponta algumas estratégias de permanência elaboradas por essas mulheres: proximidade do Instituto à residência, recebimento de bolsa/auxílio institucional (PAE), participação em projetos, relação próxima professor/a - aluna, as aulas em si - sobretudo as de ciências humanas -, pertencimento racial, disciplinas no início do curso que promoveram o contato de estudantes com a sala de aula, incentivo da família e o próprio IFRJ- *campus* Duque de Caxias pela sua proposta de curso.

É importante ressaltar que políticas eficazes de permanência no ensino superior com uma perspectiva interseccional, ou seja, que considere os cruzamentos dos marcadores de desigualdade, opressão e diferença na vida das mulheres negras periféricas, devem ser elaboradas para que essas mulheres alcancem o êxito acadêmico.

Ademais, pensar em uma educação antirracista na universidade também é uma forma de garantir a permanência de mulheres negras, pois na maior parte dos cursos de graduação as mulheres negras não

constituem as referências bibliográficas das disciplinas e não há a representatividade de mulheres negras como docentes.

Como denuncia Kilomba (2019, p. 51): “(...) a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a”. Portanto, como pesquisadoras/es temos que nos engajar na luta antirracista para que as universidades não continuem sendo espaços de violência para as pessoas negras e para que se tenha uma sociedade igualitária em que o conhecimento produzido por todas/os seja validado.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* (Coleção Feminismos Plurais - Coord. Djamila Ribeiro). 2ª ed. Belo Horizonte: Pólen Livros, 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Ago. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência Estudantil- PNAES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 de jul. 2010.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e sociedade*, n. 18, v. 10, p. 133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, n. 29, v. 1, p. 167-182, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HILL COLLINS, Patricia. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2021.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, n. 2, v.4, p. 31-43, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Eliane Silvia ; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out. 2012.

CORPO E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: O PAPEL DO PROFESSOR NA (DES)CONSTRUÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

Kleitton da Silva Rodrigues

Mestrando do Curso de Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde - MG, kleitondasilvarodrigues@gmail.com;

Terezinha Richartz

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR) - MG, terezinha@unincor.edu.br;

Resumo

Diferentemente das escolas de tempo parcial, a escola integral foca suas ações e metodologias no objetivo de desenvolver nos educandos suas habilidades e competências socioemocionais, para isso, fundamenta seus princípios na chamada pedagogia da presença, que consiste na ideia de educar por meio do exemplo de boas práticas. Sendo assim, por mais que a escola seja entendida como um espaço inclusivo e de respeito a diversidade, nem sempre essa ideia se aplica ao pensarmos nos indivíduos que destoam do padrão binário e heteronormativo. Infelizmente, é comum ouvirmos relatos de alunos que destoam desse padrão descreverem o sofrimento por não serem respeitados e compreendidos em suas subjetividades, sendo, muitas das vezes, rotulados e excluídos no espaço escolar. Desse forma, cabe a seguinte questão, a escola de tempo integral visa desenvolver as habilidades socioemocionais com o auxílio da ampliação do tempo, ou sua ampliação do tempo consiste em dar mais tempo para corrigir o que não encaixa nos padrões sociais? O

objetivo do trabalho em questão é justamente observar como esses professores têm contribuído na desconstrução/construção dos padrões heteronormativos no espaço escolar, buscando compreender como as práticas e metodologias desses profissionais tem contribuído na autoaceitação dos alunos que destoam desses padrões. Para isso, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, por meios de textos, livros, artigos e periódicos; considerando também as atribuições de diversos autores, especialmente Michael Foucault. Os dados apontam que grande parte dos professores mantêm uma perspectiva heteronormativa voltada para o desenvolvimento de uma pedagogia corretiva desses alunos divergentes.

Palavras-chave: Docente, identidade de gênero, corpo, socioemocional.

Introdução

Enquanto uma temática a tempos requerida nos mais diversos documentos que regulamentam a educação em nosso país, os conteúdos sobre gênero e sexualidade quase nunca tem sido abordados e discutidos de forma respeitosa e científica da maneira que merecem, seja no âmbito político ou no próprio contexto escolar e social. Ainda tem sido frequentes os discursos do senso comum que limitam as discussões dessas temáticas ao âmbito privado das relações sociais, todavia, é urgente que essas discussões se aprofundem e se tornem comuns nas escolas brasileiras, pois, dessa forma, seria possível dar visibilidade, respeito e dignidade a todos os cidadãos independente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

É importante que se entenda que a subjetividade de quem somos é um direito de existência, que cada corpo que ocupa um espaço, principalmente no âmbito das instituições de ensino básico, também precisam ser respeitados. Desconstruir a heteronormatividade nessas instituições é de fundamental importância, pois pensar em uma formação integral do indivíduo requer uma nova postura frente a diversidade que caracteriza, não só a sociedade, mas também o espaço escolar, afinal de contas, transformar o espaço escolar é uma consequência das mudanças que temos vivido em âmbito social. (ABED, 2014).

Para tanto, é essencial que todos os educadores estejam envolvidos nesse processo, cada um precisa repensar sua prática pedagógica no sentido de construir uma nova percepção acerca das múltiplas identidades de gênero que permeiam a sociedade e os estabelecimentos de ensino. Dessa forma, seria possível que os alunos que destoam do padrão binário de gênero possam permanecer na escola sem serem vítimas de violências que os negligenciam e os excluem do processo de aprendizagem.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar de que forma esses “corpos destoantes” são percebidos e entendidos pelos educadores na escola de tempo integral e como essa percepção tem interferido na (des)construção da heteronormatividade nesse espaço. Para Abed (2014), o professor precisa ter sensibilidade em relação as individualidades de cada aluno, bem como não assimilar sua responsabilidade nesse processo como um fardo em suas atividades pedagógicos. Dessa forma, é importante refletirmos acerca do como

os educadores tem contribuído nessa (des)construção da heteronormatividade a partir da prática ou não de pedagogias corretivas.

Com o intuito de provocar reflexões e debates sobre as questões que norteiam tal artigo, foi realizado um estudo bibliográfico de autores que tratam das temáticas de gênero e sexualidade como, por exemplo, Joan Scott e a categorização do gênero como uma construção histórica fundamentada na distinção entre os sexos; Judith Butler e a performatividade na identidade de gênero; Michel Foucault e a afirmação da sexualidade e do gênero como constructos históricos a partir de uma determinada necessidade social baseada nas relações de poder; Guacira Louro que reafirma as concepções de Foucault sobre gênero e sexualidade fazendo um paralelo com as práticas pedagógicas no espaço escolar como meios de controle e manutenção dos corpos.

Metodologia

Para elaboração deste trabalho, foi realizado uma revisão de literatura com o intuito de verificar como a temática em questão vem sendo analisada e interpretada por diferentes pesquisadores, bem como fundamentar a construção de novas percepções. Para Rampazzo (2002, p.64) a pesquisa bibliográfica merece tratamento destacado, porque estará presente em qualquer processo de pesquisa. Com efeito, a respeito de quase tudo que se deseje pesquisar, algo já foi pesquisado de forma mais básica, ou idêntica ou correlata.

Em cada uma das etapas houveram processos individuais que contribuíram para uma melhor análise e interpretação das informações coletadas. Na 1ª etapa, foi utilizado como base para a elaboração do tema uma questão norteadora: como a ação pedagógica dos professores na escola de tempo integral tem contribuído para a construção ou para a desconstrução dos padrões heteronormativos no espaço escolar?. Na 2ª etapa, foram levantadas bibliografias, por meio eletrônico e digital, que tratavam sobre teorias e análise de dados relacionados aos conceitos básicos e centrais para este trabalho. Autores como Abed (O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da Educação Básica); Butler (Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista); Louro (Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões

teórico-metodológicas; Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade); Scott (Gênero: uma categoria útil de análise histórica); Foucault (Vigiar e punir: história das violências nas prisões), dentre outros descritos no referencial que muito contribuíram para uma melhor interpretação.

Nas 3ª e 4ª etapas, foram utilizados como referência estatística para fundamentação quantitativa, uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo intitulado “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?”, que nos forneceu dados para a construção dos resultados desta pesquisa. Para tanto, os dados foram organizados, analisados e interpretados para a utilização do mesmo neste trabalho.

Na 5ª e última etapa, após as leituras e análise dos dados, prosseguiu-se com a construção dissertativa deste artigo, que buscou promover uma discussão teórica acerca da questão problema utilizando conceitos e teorias que permitiram interpretar o papel do professor em relação a construção ou desconstrução da heteronormatividade na escola.

Referencial teórico

Atualmente as temáticas envolvendo gênero e sexualidade no espaço escolar tem ganhado cada vez mais força, não só pelo processo de conscientização fruto das lutas dos movimentos sociais, mas também como forma de garantir direitos básicos ligados ao ser humano. Desde a redemocratização do país, as ideias ligadas a Educação Sexual foram avançando cada vez mais. Com a Constituição de 1988, as questões relacionadas a cidadania e direitos começaram a ser incorporados nos mais diversos discursos políticos que fizeram com que as questões de gênero e sexualidade passassem a ter destaque. Todavia, grupos conservadores tem propagado discursos que atacam à igualdade de gênero e reforçam a homofobia, tão característicos da realidade brasileira. Esses discursos acabam dificultando que se desenvolvam políticas públicas que proporcionem a construção de ações afirmativas de combate a tais práticas.

Segundo Ribeiro e Monteiro (2020), com o crescimento do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e da repressão, os ataques as ações pró-questões de gênero e sexualidade tem dificultado os debates em prol da luta pela democracia e da garantia de direitos que

visem a igualdade entre os indivíduos, levando a uma onda de ignorância que tem se espalhado pelo país. A escola, por sua vez, também tem sido alvo dessa ignorância pelo fato de sofrer forte influência política e ideológica da sociedade.

Para Nunes (1987), “[...] a Sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto que envolve-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos” (apud MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 03). Por causa dessa polêmica, que muitos pais e professores acabam preferindo não falar sobre sexo, gênero e sexualidade no espaço escolar.

Outro ponto importante, refere-se as concepções de gênero e sexualidade que ainda são mal compreendidas por grande parte da população. Para muitos, há um fundamento biológico que justifica certas ações e formas de pensar como sendo específicas de homens e mulheres. Conforme Louro (2007), na sexualidade há um determinismo biológico muito mais enraizado em relação a ideia de gênero. A grande maioria das teorias ainda se prendem a fatores biológicos quando se pensa a questão sexual. Todavia, apesar da diversidade em relação as teorias sobre sexualidade, a maioria dos estudiosos entende que a sexualidade se sobrepõe a questão do corpo, ela envolve fantasias, valores, linguagens, rituais e comportamentos ligados a expressão dessa sexualidade.

Faz-se necessário uma nova interpretação que sobreponha o fundamento biológico em detrimento de um contexto sócio histórico. Segundo Foucault (1988 apud LOURO, 2007), tanto a sexualidade quanto o gênero são constructos históricos, ou seja, são construções idealizadas a partir da necessidade de se suprir uma determinada urgência em termos sociais. Essa relação estabelecida entre o gênero e a sexualidade como processos históricos, também os relaciona as questões de poder, pois ambos os conceitos, se apresentam como espaços de manifestação de certos tipos de poder. Assim, podemos destacar um viés político nessas questões que também interferem diretamente no espaço escolar.

Com isso observa-se que ao pensar as relações desiguais entre homens e mulheres há uma construção social fundada na desigualdade sexual. Assim, o termo gênero além de referir-se a construções culturais ligados aos papéis adequados a homens e mulheres, também

representa uma forma de se referir às origens sociais das identidades subjetivas de cada um. (SCOTT, 1995).

Em seu artigo “Gênero: uma categoria de análise histórica”, Scott (1995) contribui de forma significativa ao conceituar o gênero como uma construção histórica fundamentada na distinção entre os sexos, tornando esse conceito muito importante na definição de um sentido para essa diferença biológica. Nas palavras da autora, “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Percebe-se com isso que, de fato, há um entendimento comum de construção sócio histórica em relação ao gênero desnaturalizando a concepção, empiricamente comum, de que os papéis de gênero são inerentes as diferenças biológicas. Para Butler (2018, p. 3), “o gênero não é de modo algum um identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade construída de forma tênue no tempo”. Há, dessa forma, uma performatividade na chamada identidade de gênero que, por sua vez, também é acompanhada por sanções e tabus, o que reforça a necessidade de cumprimento desses papéis.

Desse modo, emerge novos paradigmas embalados por essa divisão entre masculino/feminino e reforçado pelo segunda onda do movimento feminista. Em destaque temos a análise do gênero agora não mais somente ligado a uma questão de lugares (feminino e masculino), mas sim entre pessoas, coisas, discursos e as mais diversas situações vividas. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2020).

Em relação a sexualidade, também há um caráter sócio cultural que o constrói. Segundo Ribeiro, em função da racionalidade e outras características mentais relacionadas ao pensamento e a imaginação, os seres humanos podem manifestar sua sexualidade para além dos seus fundamentos biológicos. Diferentemente do sexo, no sentido do ato sexual propriamente dito, a sexualidade “refere-se a um saber sexual, decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e escrita” (RIBEIRO, 2005, p. 18).

Apesar da sua essência biológica, a concepção e as percepções existentes sobre o sexo, são construída historicamente a partir das transformações socioculturais ao longo do tempo. “Reconhecer uma matriz biológica na sexualidade não implica reduzi-la ao biológico.”

(RIBEIRO; MONTEIRO, 2020). No entanto, socialmente, o que se observa é a crença persistente de que o biológico determina as expressões da sexualidade, ou seja, a ideia de reprodução ligada ao caráter biológico da sexualidade é entendido como determinante natural para um comportamento heterossexual.

Para a construção de uma nova mentalidade sobre as questões que envolvem o gênero e a sexualidade é de fundamental importância incluir nessa discussão o papel que as escolas possuem nesse processo, principalmente aqueles voltados para a formação integral dos educandos por meio da chamada educação em período integral. De acordo com Pereira e Bahia (2011), a escola é parte fundamental no processo de emancipação da sociedade em relação as perspectivas preconceituosas que sustentam argumentos machistas, misóginos e homofóbicos.

Através da educação integral, por exemplo, pressupõe-se que há uma construção de possibilidades através de um processo interativo, que envolve o ser humano como um todo, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social e afetivo. Sendo assim, o espaço destinado a esta modalidade de educação deve valorizar a experimentação, a pesquisa e as interações entre os educandos e deste com o corpo docente, oferecendo oportunidades de acesso à diversidade de conhecimentos, proporcionando prazer e promovendo um ensino de qualidade, pois, a “educação em tempo integral deve apresentar novos horizontes e perceptivas educacionais para não evidenciar a tendências de fazer em mais tempo aquilo que se faz hoje”. (PARO, 1988, p. 13).

Abed (2018, p. 05) ressalta que durante o período final do século XX e o século XXI “vêm sendo marcados por um processo cada vez mais acelerado de mudanças na sociedade, nas relações do trabalho, no cotidiano das pessoas, na infância de nossas crianças”. Com isso, torna-se necessário pensar em uma educação integral capaz de fornecer o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, por meio de uma educação baseada no contexto contemporâneo, buscando uma formação integral dos alunos, fornecendo-lhes uma real capacidade para que se desenvolvam de forma equilibrada entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, de forma, que estes alunos saibam se comunicar de maneira eficaz, que sejam capazes de solucionar problemas, estando apto a nova experiências.

Dessa forma, a escola em período integral tem sido um importante espaço para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos educandos envolvidos. Entende-se como habilidades socioemocionais “um conjunto de comportamentos emitidos em um contexto interpessoal que expressam sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de modo adequado à situação, respeitando esses comportamentos nos demais.” (PALANKOF; SOUZA, 2018, p. 03). Essas habilidades permitirão um melhor desenvolvimento do educando não só em termos cognitivos, mas também no sentido humano. Conforme destaca Gavras (2018, p. 02), “o ideal seria que as crianças pudessem desenvolver essas habilidades desde as primeiras séries, mas o impacto desse trabalho é visível mesmo nos nossos alunos de Ensino Médio”, de forma que tais ações os tornam mais sociáveis, críticos e tolerantes.”

Todavia, ao pensarmos nas etapas e processos ligados a essa construção junto aos educandos, precisamos ter em mente que o professor é peça fundamental. Segundo Abed (2016, p. 25) “é o professor que estrutura e configura a cena pedagógica. Cabe a ele construir as melhores condições possíveis para seus alunos se desenvolverem em todas as suas habilidades”. Assim sendo, é de grande importância que todo professor seja também um pesquisador, não só no sentido do desenvolvimento técnico e teórico, mas também a partir de uma perspectiva que o leve a autoavaliação da prática, pois, dessa forma, é possível que se crie a autopercepção de que o seu papel vai além das aulas ministradas, que de fato ser professor é ser mediador do processo ensino aprendizagem por meio de ações e situações significativas que perpassam pela concepção do aluno enquanto sujeitos ativos nesse processo.

Outro ponto importante na construção das habilidades socioemocionais, está na forma como cada professor entenderá o desenvolvimento dessas habilidades. Não se pode pensa-las como mais uma tarefa pedagógica, é necessário que tal atitude seja entendida pelo professor como mais um passo na melhora das relações no ambiente escolar. Infelizmente, a sobrecarga de trabalho acaba sendo um aspecto que contribui de forma negativa na construção dessa entendimento.

Diante do exposto, vale a pena refletirmos sobre a seguinte situação problema: como tem sido a ação docente nas escolas de tempo integral em relação a construção dessas competências

socioemocionais junto aos alunos que possuem uma identidade de gênero divergente do padrão binário e heteronormativo amplamente assimilado pela maioria dos indivíduos na sociedade? Infelizmente o que ainda percebemos é um grande despreparo de muitos professores que continuam negligenciando a existência desses indivíduos no espaço escolar. Segundo Louro (2018), muitos professores ainda tem reproduzido um discurso do senso comum de que falar sobre outras sexualidades e identidades de gênero divergentes do padrão heteronormativo podem levar os alunos a “mudarem sua opção sexual e a forma como devem ser”.

De acordo com o estudo desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo intitulado “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?”, observa-se que 60% dos professores reconhecem que não tem base para lidar com a diversidade sexual. Além do mais, grande parte dos professores se quer conseguem estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de identidade de gênero e sexualidade. Para muitos, inclusive, sexualidade está ligada apenas a práticas sexuais e, portanto, caberia ao professor apenas orientar e tirar dúvidas sobre prevenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e prevenção a gravidez na adolescência.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada em 2016, em relação ao público participante da pesquisa, cerca de 56,9% nunca haviam ouvido sobre questões LGBTQI+ em sala de aula e 16,7% afirmaram que as questões envolvendo tais temáticas que chagavam a ser abordadas possuíam conotação negativa, ou seja, a grande maioria dos professores não se sentem a vontade em trabalhar essas questões em sala de aula. Outro ponto importante, diz respeito a sensação de segurança no espaço escola. Infelizmente, cerca de 60% dos participantes sentem-se inseguros na escola em função da sua orientação sexual e 43% inseguras em relação a sua identidade de gênero. Percebemos com isso que a escola ainda não é vista ou percebida como um lugar seguro e de respeito a essa diversidade, ou seja, tal postura reafirma a evasão compulsória que cerca a população LGBTQ+. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2016).

A ausência desse entendimento, bem como a falta de uma compreensão holística da diversidade existente na escola, leva muitos professores a reforçarem a concepção de que esse espaço é voltado

para construção de uma formação escolar e científica, portanto, caberia a ele auxiliar nesse processo disciplinar de recondução dos indivíduos aos padrões e modelos de comportamento e formas de pensar socialmente aceitos. (FOUCAULT, 1999).

Para Foucault (1999), em toda e qualquer sociedade o corpo sempre estará preso a imposição de limitações e proibições baseadas nos poderes dominantes dessa sociedade. Dessa forma, por mais que o modelo de ensino integral se proponha a despertar em seus educandos suas competências socioemocionais, esse desenvolvimento perpassa pelos limitadores sociais relacionados ao gênero e a sexualidade, justamente pelo fato de muitos educadores ignorarem a subjetividade das identidades de gênero e sexualidades, e reduzirem essas questões a opção do indivíduo que, por sua vez, é retratado como alguém que precisa ser reconduzido aos padrões sociais corretos, ou seja, vemos um reforço da chamada pedagogia corretiva. (Louro, 2020).

Resultados e discussão

Por meio deste estudo, identificou-se que há um desconhecimento por parte da grande maioria dos educadores em relação as questões que envolvem os estudos sobre gênero e sexualidade, bem como uma interpretação errônea acerca do papel do estudo dessas questões no espaço escolar. Para muitos, os padrões de comportamento condizentes ao padrão binário de gênero socialmente construído, é a maneira natural de encarar e definir as questões de gênero na escola, ou seja, ser homem e ser mulher são processos naturais ligados a condições biológicas de cada gênero.

Segundo Louro (2007, p.68) “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são construídos por essas distinções, e ao mesmo tempo, seus produtores”. Dessa forma, podemos observar que os professores continuam reforçando padrões e modelos heteronormativos, justamente por estarem rodeados de modelos e ferramentas que legitimam este processo, pois, se não há um entendimento crítico acerca dos conceitos e teorias básicas sobre a necessidade da desconstrução da heteronormatividade, a reprodução desse padrão torna-se inevitável.

Outro ponto importante que corrobora para a reafirmação do professor como agente na construção e manutenção da heteronormatividade no espaço escolar, consiste na padronização e na disciplina, tão presentes na realidade escolar. Para Foucault (1999), tanto a disciplina como a padronização, seja dos uniformes ou do próprio espaço escolar, por exemplo, fabricam indivíduos como objetos direcionados a manutenção do status quo. Dessa forma, há a necessidade de que todos se encaixem e sejam encaixados aos modelos e padrões socialmente construídos e definidos como corretos a serem seguidos. Por isso que a pedagogia “corretiva” é tão presente nessa realidade, pois, “aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes”. (LOURO, 2020, p.80).

Dessa forma, a “vigilância” e a padronização dos corpos ainda são uma realidade em diferentes escolas do nosso país. Seja pela falta de formações mais constantes, ou pela própria necessidade de se reconstruir todo um modelo escolar, esses indivíduos destoantes continuam sendo vítimas da discriminação e do preconceitos nesses espaços que, infelizmente, são reforçados de forma implícita ou explícita por muitos professores que reproduzem a binaridade de gênero como única padrão a ser seguindo e fundamentando seus discursos em “biologismos” que em nada determinam a construção social dos corpos em nossa sociedade.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, podemos observar que falta uma maior capacitação dos educadores da educação básica em relação a diversidade existente no espaço escolar, bem como de um melhor entendimento acerca dessas “diferenças”, não como algo que precisa ser corrigido, mas sim respeitado em suas particularidades. É urgente que se compreenda que a identidade de gênero, assim como a orientação sexual de cada um que frequenta o espaço escolar, não é determinado biologicamente e que, portanto, cabe a cada um respeitar essas subjetividades.

Infelizmente, faltam não apenas formações para esses educadores, mas também um melhor entendimento acerca do que se

compreende por empatia, pois, a mesma, não se aplica apenas aos iguais, mas também as “diferenças” existentes na escola e na sociedade como um todo. Não é possível falar em uma formação acadêmica, se não houver um comprometimento humano acerca do direito a existência dos alunos que destoam do padrão binário e heteronormativo na escola. Visto que, não se pode pensar em uma formação não heteronormativa se não começarmos pela aceitação desses indivíduos como são.

A escola, por sua vez, precisa ser repensada, reenstruturada, de maneira que pais, alunos e educadores construam um novo entendimento do papel dessa instituição para a sociedade. É importante que surjam mais pesquisas acerca da temática gênero e sexualidade no espaço escola, em especial na escola de tempo integral, que tem se expandido cada vez mais na sociedade brasileira e, que tem como foco central, o desenvolvimento socioemocional dos alunos como um todo, todavia, sob qual perspectiva tem se fundamentada esse modelo?. Não podemos esquecer que ao ampliarmos o tempo de permanência de um aluno em uma escola, temos que ter em mente que mais influências se farão presentes na vida desse aluno, principalmente por parte professor, com quem passará um tempo significativo da sua adolescência.

Portanto, é importante que tenhamos mais pesquisas nessa área, não só voltadas para o entendimento das práticas pedagógicas, mas também do impacto que tais práticas tem sobre os alunos que destoam do padrão binário e heteronormativo, pois assim como em outras modalidades de ensino, esses alunos se fazem presentes. Dessa forma, é primordial que novos estudos sejam feitos, de maneira que possam resultar em uma melhor compreensão, por parte dos educadores, acerca dessa realidade tão plural e tão marcante nas escolas da educação básica brasileira.

Referências

ABED, Anita Lilian Zuppo. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da Educação Básica**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ABGLT, ABGLT (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Cadernos de Leitura**, [S. l.], n. 78, 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?**. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencas-sexuais/>. Acesso em: 01 abr.2021.

GAVRAS, Douglas. Competências socioemocionais de A a Z: glossário para usar na sala de aula. **Nova Escola**, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12178/competencias-socioemocionais-de-a-a-z>. Acesso em: 10 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 25 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 3 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2020.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, v. 1, p. e202011, p. 1 – 24, 1 maio 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PALANKOF, Kelly Simone de Melo Silva; SOUZA, Dayse Arianne. **Desenvolvimento das habilidades socioemocionais tem potencial para modificar o cenário da saúde e educação no Brasil**. 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA1_8_ID6812_06082018010520.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

PARO, Vítor Henrique. et al. (Org.). **Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1988.

PERERIA, G.R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, jan./abr., 2011.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p. 17-32.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, ano 20, n. 02, p. 71-99, jul. 1995.

SILVA, Carlos Daniel da. Educação Brasileira: as contradições deste processo histórico da Colonização à República. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba, **Anais ...** Curitiba: PUCPR, 2015. p. 14285-14301. Disponível: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS E SEUS ENCONTROS: SABERES POPULARES- TRADICIONAIS, FEMINILIDADES E CIÊNCIAS

Bruna Jamila de Castro

*Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Londrina.
Professora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Câmpus
Ourinhos, bruna.jamila@unesp.br*

Antonio Aparecido Vital Junior

*Licenciando em Química da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Câmpus Londrina, davimatias@alunos.utfpr.edu.br*

Davi Oliveira Matia

*Licenciando em Química da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Câmpus Londrina, antonio.2015@alunos.utfpr.edu.br*

Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori

*Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Londrina.
Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR,
Câmpus Londrina, crezzadori@utfpr.edu.br*

Alexandre Luiz Polizel

*Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela
Universidade Estadual de Londrina. Professor da Universidade Estadual
de Londrina, alexandre_polizel@hotmail.com*

Resumo

O presente texto tem por objetivo identificar as percepções de licenciandos em química acerca de saberes populares e tradicionais. Foram sujeitos desta pesquisa nove licenciandos em química, matriculados na disciplina de Educação Especial e Inclusão para o Ensino de Química da UTFPR-CM, divididos

em quatro agrupamentos. Os dados foram produzidos em uma dinâmica formativa em que os estudantes buscaram identificar saberes populares e tradicionais no município de Campo Mourão-PR, por meio de um diálogo não estruturado, com o intuito de identificar intersecções entre tais saberes com as diversidades e as ciências. Cada grupo entrevistou uma pessoa por conveniência, sintetizando o diálogo em uma narrativa entregue ao docente responsável pela disciplina. Tais narrativas foram analisadas sob a óptica da análise de conteúdo. Os resultados foram organizados em três eixos analíticos: a) saberes populares e tradicionais na discussão das ciências – temáticas possíveis; b) feminilidades que guardam saberes, em que se evidencia a re-memoração e re-contação dos saberes populares e tradicionais por mulheres; e c) inspirações para pensar a formação docente para educadores em ciências. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para pensar os ensinamentos de ciências e as sensibilidades na formação de professores.

Palavras-chave: Narrativas, Sensibilidades, Ensino de ciências, Formação de professores.

Introdução

Este trabalho vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Narrativas, Culturas e Ciências (GEPENC), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Londrina, que tem como interesse pensar as formações e pedagogias que atravessam as educações pelos eixos das narrativas, culturas e ciências, e, em tal aspecto, coloca-se a pensar estas educações.

Assumimos, neste sentido, a narrativa como cerne da pesquisa. Argumentamos que na narrativa os modos de conhecer, aprender, ensinar e constituir conhecimento e suas críticas são colocadas em cena (SANTOS, 2016). E que as múltiplas éticas, os modos de construir, analisar e julgar valores em sua processualidade preocupada com si, com o Outro e com o nós são trazidas ao pensar (BUTLER, 2015). Estas sensibilidades, criações, perceptos e percepções em cena trazem aquilo que escapa dos projetos de racionalização nas formações docentes, aspectos que consideramos essenciais para uma formação (docente) humana, crítica, reflexiva e desejante.

É neste reconhecimento de possibilidades analíticas, construtivas e pedagógicas que vemos nas narrativas que os dados investigados neste escrito emergem de uma atividade realizada na disciplina de Educação Especial e Inclusão para o Ensino de Química, produzida por licenciandos de Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Campo Mourão, que tinha como intuito fazer com que estes identificassem saberes populares-tradicionais¹ no município em que estudam de modo a analisarem os cruzamentos destes saberes com as diversidades e as ciências. Para tal, os alunos organizados em grupos foram convidados a entrevistar um morador da cidade para conversar sobre esta temática e, a partir deste movimento, produzir uma narrativa sobre os aprendizados e experiências advindas da conversa.

Compreendemos os saberes populares como “os muitos conhecimentos produzidos solidariamente e, às vezes, com muita empiria”

1 Empregamos aqui o hífen entre as palavras de maneira proposital, tendo em vista que apontamos os saberes populares e tradicionais para a circulação e não para a imobilidade de qualquer uma dessas áreas.

(CHASSOT, 2003, p. 205), e estão associados às práticas cotidianas. De acordo com Xavier e Flôr (2015, p. 310),

os saberes populares, manifestados como chás medicinais, artesanatos, mandingas, culinária, entre outros, fazem parte da prática cultural de determinado local e grupo coletivo. São conhecimentos obtidos empiricamente, a partir do “fazer”, que são transmitidos e validados de geração em geração, principalmente por meio da linguagem oral, de gestos e atitudes.

Estes saberes – construídos por pequenos grupos com base em experiências, crenças ou superstições e transmitidos de geração em geração – tornam as comunidades que os produzem únicas, com características próprias. Defendemos que estes saberes são construídos porque

só existe saber na invenção, reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. As práticas sociais cotidianas, a necessidade de desenvolver mecanismos de luta pela sobrevivência, os processos de resistência constituem um conjunto de práticas formadoras de diferentes saberes (KÜSTER; RIBEIRO; ROBAINA, 2019, p. 220).

Logo, conhecer e valorizar estes saberes por meio da construção de narrativas torna-se um processo pedagógico interessante, interessado e urgente para pensar as formações de professores e de seus usos nos espaços educativos. Dizemos isso porque o ensino de química vivencia, atualmente, (re)evoluções constantes no que diz respeito a uma educação construída sob os pilares da ciência difusa no âmbito social, rompendo, assim, a barreira que a distancia à medida que a ciência e os saberes populares são tratados como opostos e incongruentes, (MATOS et al., 2017).

O ato de abordar as ciências e, em especial, as químicas em contextos educativos, partindo dos saberes populares-tradicionais não apenas possibilita uma alfabetização científica aos licenciandos, mas ajuda a costurar estes saberes com as respectivas realidades e vivências dos licenciandos, (re)construindo múltiplos saberes e preservando a hibridização destes. Nesta prática de narrativa-pedagogia são estimuladas as diagnoses, interpretações, manutenções dos espaços e seus ensinamentos. É a isso que Eliane Nogueira e Guilherme Prado

(2010) taram com a narrativa enquanto possibilidade de revirar quintais, de buscar vestígios de nossas formações em localidades em que não a encontraríamos se não sensibilizássemos o olhar.

Com base no exposto, buscamos com o presente estudo identificar, nas narrativas produzidas pelos licenciandos em química, as percepções destes acerca de saberes populares-tradicionais. Assim, colocamo-nos a olhar para as narrativas produzidas por estes sujeitos e do seu narrar emergiram três eixos analíticos que norteiam este manuscrito: a) saberes populares e tradicionais na discussão das ciências – temáticas possíveis; b) feminilidades que guardam saberes, em que se evidencia a re-memoração e re-contação dos saberes populares e tradicionais por mulheres; e c) inspirações para pensar a formação docente para educadores em ciências.

Metodologia

A fala de cada sujeito carrega uma representativa bagagem de conhecimento e, ao olharmos para as narrativas produzidas pelos licenciandos – que advém de outras falas –, buscamos o “reconhecimento da subjetividade, do simbólico, e das intersubjetividades nas relações” (MINAYO, 2017, p.16).

Optamos por olhar para estas narrativas pela ótica da pesquisa qualitativa porque, ao contrário da pesquisa quantitativa - que tem como preceitos metodológicos a necessidade de uma extensa base de dados, o foco na objetividade, e a utilização de diferentes técnicas estatísticas para quantificar informações coletadas -, a pesquisa qualitativa faz “mais apropriada à compreensão de alguns fenômenos de natureza mais subjetiva” (ANDRADE; THEOBALD, 2020, p.128). Dadas estas características, a pesquisa qualitativa pode ser considerada uma abordagem investigativa orientada para a análise de casos contingentes, considerando sua temporalidade e localização, e que levam em consideração os significados e expressões que os sujeitos dão as suas experiências e vivências (MINAYO, 2017).

Podemos dizer também que este tipo de pesquisa se caracteriza como exploratória, uma vez que busca conhecer a questão de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto em que ela se insere (QUEIRÓZ, 1992). Seu objetivo é levantar novas hipóteses, enfatizar a geração de novas teorias que especifiquem os fenômenos

estudados e as condições que se manifestam e trazer novas teorias sobre a ação, o processo e a interação estudada (GASQUE, 2007).

Os dados desta investigação foram produzidos a partir de uma atividade desenvolvida na disciplina de Educação Especial e Inclusão, do curso de Licenciatura em Química, da UTFPR - Campo Mourão. Entendemos que as trocas de experiências, diálogos e planejamento coletivo são importantes para a formação inicial de professores. Por isso, o professor regente da turma propôs aos licenciandos que se organizassem em 4 grupos e cada um destes escolhesse por conveniência um sujeito do município de Campo Mourão para realizar uma entrevista não-estruturada a fim de identificar saberes populares e tradicionais.

Após a realização da entrevista os licenciandos produziram uma narrativa de forma a descrever e sintetizar as informações coletadas e refletir acerca da intersecção dos saberes populares e tradicionais no Ensino de Ciência/Química. Foram estas narrativas que tomamos como objeto de estudo, buscando identificar as percepções dos licenciandos acerca da temática.

As narrativas nos permitem explorar as marcas deixadas neste processo de ensino-aprendizagem. Assim como defende Margareth Rago (2013), tomamos as narrativas de si e do Outro como esta possibilidade de tornar a operacionalização curricular evidenciada, mostrada na constituição dos espaços, seus trânsitos e seus efeitos de subjetivação – do tornar-sujeitos a partir de entendimento do mundo, das coisas, da vida.

Para a análise das narrativas utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), um método que se vale de um conjunto de técnicas de análise para produzir indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos as mensagens analisadas. A análise de conteúdo divide-se em 3 etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na primeira etapa realizamos uma leitura flutuante das narrativas para termos uma noção geral do corpus da pesquisa, isto é, do “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2011, p.127). Com isso, realizamos uma organização inicial dos dados. Na segunda etapa efetuamos a codificação do material, ou seja, após uma leitura mais aprofundada das narrativas, buscamos identificar como os licenciandos foram afetados por essas marcas deixadas em suas memórias durante este

percurso formativo, decompondo os aspectos privilegiados, atribuindo códigos aos grupos (G1, G2, G3, G4) e marcando com cores iguais trechos que representavam unidades de significação semelhantes. Na terceira e última etapa, por sua vez, buscamos classificar estas unidades em categorias, assumindo-as posteriormente como eixos analíticos. O desfecho deste processo foi a produção de um metatexto resultado da análise.

Resultados e discussão

A partir do desenvolvimento da análise de conteúdo três categorias/eixos analíticos emergiram e representam aquilo que consideramos ser as percepções dos licenciandos em química acerca dos saberes populares-tradicionais e suas relações com o Ensino de Ciências/Química: 1) saberes populares-tradicionais na discussão das ciências; 2) feminilidades que guardam saberes e 3) inspirações para pensar a formação docente. Tais eixos permitiram a inferência de sentidos, que dialogam e constroem intersubjetividades entre os sujeitos da pesquisa e a própria pesquisa.

Saberes populares-tradicionais na discussão das ciências

Esta categoria revela os saberes tradicionais e populares que são percebidos pelos licenciandos como saberes organizados e estruturados. Estes configuram-se na descoberta de que há “técnicas científicas” para a preparação de remédios/tratamentos como chás, pomadas, banhos de assento e/ou receitas culinárias. Ou seja, estes saberes se baseiam em uma longa trajetória de observações, hipóteses, experimentos, análises e outros constructos culturais que foram transmitidos de geração para geração. Estes procedimentos são próximos ao que hoje a academia considera ser as etapas do método científico. Encontramos estas evidências em falas como

“Na época da dona Jaracy não havia fácil acesso a remédiosouriundos de famácias, muitas vezes as próprias famílias fabricavam seus próprios medicamentos[...].Para fazer o álcool com rubim é necessário um pote de vidro, vários maços de rubim limpos, pode ser raízes e sementes, e álcool de cereal, mistura-se

todos os ingredientes e deixa na efusão por tempo indeterminado (G1).

“O processo é simples: 5 colheres de trigo, 3 colheres de açúcar, 1 colher de sal e meio litro de água basta misturar todos os ingredientes e deixar por 7 dias tapado. Mas tem uma coisa que ela chama de ‘semente’, que é uma quantidade de fermento já pronta. A princípio ela obteve a semente com uma prima, ao perguntar o que seria essa semente a resposta foi a seguinte: ‘a semente é o fermento já pronto, que você precisa colocar junto do novo, se não colocar não vai dar certo’. Quando faz um fermento novo ela chama de “reformatar”, é quando separa uma quantidade de fermento pronto (um copo ela disse, aproximadamente 200 mL), e faz um novo fermento como foi descrito acima” (G3).

“[...] utilização da erva “mastruz” com álcool para a cicatrização de feridas e deixar de agredir a pele quando picada por algum mosquito” (G2).

Os licenciandos perceberam que estes saberes são obtidos empiricamente, a partir do “fazer” e que, embora algumas dessas práticas sejam realizadas sem um entendimento do “por quê” dos procedimentos, muitas delas também são constituídas por explicações mais elaboradas. Como defendem Xavier e Flôr (2015, p.310), não se trata da supervalorização dos saberes populares-tradicionais, mas sim de

reconhecer o conhecimento existente nas práticas cotidianas de uma parcela da população que, muitas vezes, não é vista como detentora de saber. Trata de desconstruir o paradigma de uma única forma de educação, baseada somente no conhecimento científico, e explorar novas possibilidades.

Vê-se neste sentido que há nos saberes populares-tradicionais um uso vascularizado na teia social, possuindo estes usos de medidas a partir de utensílios domésticos-comuns e investimentos voltados a identificação e resolução de problemas do cotidiano. Tais aspectos apresentam a possibilidade de trazer para os ensinamentos de ciências aspectos cotidianos de um saber que se conecta com os saberes científico-escolares; e para além disso, empresta os ensinamentos de ciências a possibilidade de pensar estratégias de difusão no imaginário coletivo: pensar metodologias-técnicas a partir de utensílios de fácil acesso (XAVIER; FLÔR, 2015).

Evidencia-se assim que os saberes populares-tradicionais possuem seus modos de produção e reiteração próprios – o compartilhamento geracional, narrado, sem medições calibradas e com linguagem coloquial –, sendo este uma possibilidade de dialogar com os saberes, apresentar diferenciações do modo de produção discursiva das ciências e dos processos de alfabetização científica (CHASSOT, 2003). Há, assim, a possibilidade de traçar diálogos, trocas, compartilhamentos e identificar diferenciações nos modos de produção de saberes populares-tradicionais e científicos, sem assim partir da ideia de mútua exclusão destes (FREIRE, 2005). É um caminho profícuo para a diferenciação, ao invés de operar pelas conversões colonizadoras.

Feminilidades que guardam saberes

Esta categoria evidenciou que são as mulheres que (re)memoravam e (re)contavam os saberes populares-tradicionais, inclusive citando também outras mulheres nos seus relatos

“[...] fiz uma entrevista com a minha avó” (G3).

“[...]esse é um conhecimento popular, passado de mãe para filha, o qual ajudou muitas pessoas” (G1).

“[...]Dona Jaracy conclui que esse conhecimento foi muito importante para tratar pequenos machucados e torções em seus filhos e netos” (G1).

A circulação destes saberes populares-tradicionais tem fortes relações com o feminino. Eles estão associados ao corpo feminino e carregam consigo ricas histórias e vivências que demarcam uma cultura e zelam pela continuidade de uma sociedade. Tal aspecto confere a ao menos três aspectos narrativos históricos: i) a delegação de saberes tradicionais-populares, o contato com os sujeitos e com as terras atreladas a figuras femininas (na figura das bruxas, curandeiras, parteira, benzedeadas, mães de santos...); ii) a manutenção da história viva, contação de histórias a crianças e os processos educativos que tocam a exposição, diálogo e apropriação de saberes a figura das mulheres (nas figuras das mães, cuidadoras, amas, babás, educadoras e professoras); iii) a apropriação de modos de produção de saberes em meio a dinâmicas culturais que negavam, impediam ou expulsavam as mulheres dos conhecimentos ditos oficiais-legítimos (posições teológicas, filosóficas e das ciências), levando-as a criação, produção e

socialização de saberes populares-tradicionais como um espaço outro de produção de conhecimento (FREDERIC, 2017; RAGO, 2013).

Evidencia-se que a identificação desta relação dos saberes populares-tradicionais com as feminilidades e o devir-mulher encontra-se ligado a outras possibilidades de pensar os currículos e curriculardades – trazê-las para dar outros formatos. Vê-se neste sentido que quando inseridas no currículo, essa manutenção social e cultural proporcionada pelas mulheres pode resultar, entre outras coisas, na sensação de pertencimento ao estudante quando se darem conta de práticas associadas as suas próprias vivências (SANTOMÉ, 1995).

De forma análoga, a narrativa dos licenciandos também é um ato de resistência do mundo feminino, pois ao narrar esses saberes que estas mulheres dispuseram a guardar, ecoam vozes que combatem o silenciamento desse grupo e promovem rachaduras nas estruturas falocêntricas da sociedade (RAGO, 2013).

Como nos adverte Boaventura de Souza Santos (2008), é importante trazer para a luz as ausências, em especial, quando se pensa o currículo dos cursos de formação de professores uma vez que as lacunas existentes também podem contribuir para a ampliação do campo das experiências dos licenciandos, de pensar em uma escola outra e um currículo outro que assuma um compromissoético com as diferenças, com a possibilidade de dar voz e visibilidade para que estes sujeitos possam falar desuas histórias de vida, vivências e sensibilidades para além dos ofícios escolares.

Tal jogo de (in)visibilidades, bem como das relações entre os saberes populares-tradicionais e as feminilidades nos emprestam as potencialidades de colocar em discussão nos ensinamentos de ciências: os diálogos entre os campos de saberes, a produção histórica dos saberes científicos e as relações de gênero-sexualidade nas produções das ciências-técnicas-tecnologias (FREDERIC, 2017). A escuta ativa dos estudantes para tais histórias-narrativas nos empresta como um caminho para tal o desenvolvimento da habilidade da escuta, e da competência da reflexão acerca das demarcações científicas e sua historicidade.

Inspirações para pensar a formação docente

Outra marca relevante presente nas narrativas dos licenciandos refere-se à percepção de que possível dialogar com os saberes

populares-tradicionais com as ciências, que em vez de “superá-los”, pode-se compor com eles:

“Ao perguntar como fazia [vinho branco artesanal] ela não soube descrever os processos, então eu perguntei se havia outra coisa que ela poderia me dizer, e acabei descobrindo como fazer fermento caseiro. [...] Foi uma receita aprendida com familiares, e que pode ser discutido química, pois o preparo do fermento caseiro envolve fermentação, onde fungos e bactérias transformam a matéria orgânica em outros produtos e energia.”(G3).

“[...] disseram que tem que pôr sal pra cozinhar mais rápido. Foi a partir disto que se pode ver a química envolvida a este saber popular onde poderia discutir a ação em que o sal exerce no preparo dos alimentos, mostrar também a forma em que o sal tem sido utilizado sempre para uma melhor conservação da carne entre outros alimentos para serem armazenados e transportados” (G4).

“Os antigos usavam o álcool com rubim para passar em pequenos cortes e picadas de insetos e bichos. O álcool utilizado é o de cereal. O rubim possui várias substâncias benéficas como os flavenoides que tem ação anti-inflamatória e os taninos que tem ações cicatrizantes e antioxidantes. [...] É possível discutir química nesse conhecimento popular, pois o álcool é um composto orgânico, assim como os taninos e os compostos fenólicos” (G1).

Podemos argumentar, tal como salienta Rosito (2010) que as narrativas estimulam o olhar ao real, imaginário, simbólico edesejante. Nesta prática de narrativa-pedagogia são estimuladas as diagnoses, interpretações, manutenções dos espaços e seus ensinoss, bem como é possívelcompreender elementos que poderiam passar despercebidos.

As narrativas inspiram a pensar as educações, refletir acerca destes campos híbridos compreendidos em suas processualidades e curricularidades como produções da cultura que analisam, separam, refletem, organizam e legitimam os saberes compreendidos como formativosou não. As narrativas de si e do outro tornam essa operacionalização curricular evidenciada, ou seja, o narrar envolve o pensar a respeito dos efeitos sócio-históricos eespaço-temporários na constituição dos conhecimentos legitimados.

Este processo do olhar o Eu, sua formação e o Outro dá subsídios para pensar de outros modos a formação de professores e seus usos nos espaços educativos. Serge Lapointe (2010) pontua que as narrativas e suas marcas formativas colocadas em evidência nos auxiliam a pensar projetos como um olhar no passado, presente e futuro que dão sentidos e guiam o pensar a vida, as formações e o que se busca construir, criar e mobilizar enquanto obra de arte. Para o autor, a possibilidade de criar outros modos de existência, de educar, de organizar campos de experiência são projetos e projetualidades.

Vê-se, também, que a prática de escuta destas narrativas e das relações que propiciam a produção de tais saberes é um campo que coloca os estudantes a: i) desenvolver a faculdade de escuta, colaboração e compreensão dos processos de elaboração de saberes (SANTOMÉ, 1995); ii) o reconhecimento das identidades, diferenças, diversidades e singularidades nos processos de elaboração de sentidos e compartilhamento de saberes-técnicas, ao passo que os saberes populares-tradicionais contados encontravam-se intrinsecamente ligado as vidas dos sujeitos que as contavam e da sensibilidade no entorno destes (FREIRE, 2005); iii) a compreensão da demanda de inserir as formações de professores enquanto projetos-caminhos vividos, e pensar sobre quais experiências-escutas serão propiciadas aos estudantes para além do currículo oficial; iv) refletir os encontros de si dos licenciandos, para com os Outros que narram suas histórias e seus saberes, no processo formativo, buscando uma formação para a Outridade, para a alteridade.

Considerações finais

No caminho que traçamos neste manuscrito, buscamos identificar percepções de licenciandos em química acerca de saberes populares-tradicionais a partir dos encontros destes para com narrativas de um Outro. Evidenciamos que as narrativas trazidas pelos mesmos nos proporcionaram o relacionar os saberes populares-tradicionais com: a) saberes populares e tradicionais na discussão das ciências – temáticas possíveis, em que vimos a possibilidade de discutir nos ensinamentos de ciências os processos fermentativos para a produção de vinhos, garrafadas, remédios, que nos permitem a partir destes temas emergentes refletir diferentes saberes, o estatuto e a produção do saber científico e, a historização das trocas e das produções dos corpos de

conhecimentos e de seus usos sociais; b) feminilidades que guardam saberes, em que nos deparamos com as feminilidades enquanto modos de guardar, contar, educar e elaborar saberes, bem como o uso dos espaços abertos dos saberes populares- tradicionais como um campo (res)guardado e pulsionado pelas feminilidades; e c) inspirações para pensar a formação docente para educadores em ciências, voltando-nos a refletir sobre as possibilidades de um ensino de ciências que formem sujeitos de histórias, experiencialidades, narrativas e sensibilidades para com os Outros – uma formação que transcenda a frieza do saber único, e pense-os enquanto saberes das vivencialidades.

Referências

ANDRADE, S. M. O.; THEOBALD, M. R. O Desenho - Natureza da pesquisa: quantitativo, qualitativo e tipologias da pesquisa. In: ANDRADE, S. M. O.; PEGOLO, G. E. **A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2020. p. 128-145.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 7ª edição. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2003.

FEITOSA, P. W. G. et al. Experiências do Observatório Caririense de práticas em saúde popular: estudos sobre parteiras e benzedeadas. **Extensão**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 182-189, ago. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefant, 2017

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília-DF: Thesaurus, 2007. p. 83-118.

KÜSTER, J.; RIBEIRO, M. E. M.; ROBAINA, J. V. L. Saberes populares e concepções escolares. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society**, v.12, n.2, p.220-226, Abr.-Jun. 2019.

LAPOINTE, S. Encontro de si em história de vida: o aporte das histórias de vida na formação em “sentidos e o projeto de vida”. In: VICENTINI, P. P.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs). **Sentidos, potencialidades e usos da (auto)biografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 145-168

LEME, E. S.; COSTA, V. A.. Educação, Inclusão e Direitos Humanos: como esse estuário desaguou na escola. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 667, 7 nov. 2016.

MATOS, G. M. et al. Saberes populares e progresso: reflexões sobre comunidades tradicionais. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 22, n. 1, p. 161-168, jan. 2017.

MINAYO, M. C. S. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 16-17, jan. 2017.

MINAYO, M. C. S.; DINIZ, D.; GOMES, R. O artigo qualitativo em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2326-2326, ago. 2016.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012.

NASCIBEM, Fábio Gabriel; VIVEIRO, Alessandra Aparecida. Para além do conhecimento científico: a importância dos saberes populares para o ensino de ciências. **Interacções**, Santarém, v. 11, n. 39, p. 285-295, mar. 2016. Número Especial - XV Encontro Nacional de Educação em Ciências.

NUNES NETO, F. A.. Descolonizar a Educação: os mestres dos saberes populares e tradicionais no contexto da formação cultural. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 4, n. 3, p. 31-42, jun. 2016.

QUEIRÓZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A. B. S. G.(Org)**Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. p.13-29

RAGO, M. **A aventura de contar-se**: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSITO, M. M. B. Pedagogia imaginal: uma narrativa formativa autobiográfica entre lugares da saúde e da educação. In: SILVA, Vera Luca Gaspar da; CUNHA, Jorge Luiz da (Orgs). **Prática de formação, memória e pesquisa (auto)biográfica**. São Paulo: Cultuar Acadêmica, 2010, p. 19-36

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SKLIAR, C. Incluir as diferenças? Sobre um problema mal formulado e a realidade insuportável. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 13-28, 2015.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, F. L.; MARTINS, P. Ciência e Tecnologia na Escola: desenvolvendo cidadania por meio do projeto biogás - energia renovável para o futuro. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 19-24, fev. 2011.

VILLELA, W. V. Feminilidades: corpos e sexualidades em debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 647-648, fev. 2016.

XAVIER, P. M. A; FLÔR, C. C. C. Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.17, n. 2, p. 308-328, ago. 2015.

CONCEITOS PARA PENSAR AS EDUCAÇÕES PARA DIVERSIDADES SOB A ÓPTICA DE LICENCIANDOS

Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori

*Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Londrina.
Professora no Departamento de Química da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, Câmpus Londrina - UTFPR-LD, crezzadori@utfpr.
edu.br.*

Bruno Rodrigues Feitosa

*Graduando do Curso de Licenciatura em Química da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Londrina - UTFPR-LD,
brunofeitosa@alunos.utfpr.edu.br*

Fabiana Yamamoto

*Graduanda pelo Curso de Educação Básica do Instituto Politécnico da
Guarda - IPG, fabianayamamoto@alunos.utfpr.edu.br;*

Alexandre Luiz Polizel

*Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela
Universidade Estadual de Londrina. Professor no Departamento de
Educação da Universidade Estadual de Londrina - UEL alexandre_
polizel@hotmail.com;*

Bruna Jamila de Castro

*Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Londrina.
Professora no Departamento de Geografia da Universidade Estadual
Paulista, Câmpus Ourinhos - UNESP, bruna.jamila@unesp.br;*

Resumo

O presente manuscrito emerge das bases epistemológicas das
Educações Especiais, Inclusão e Direitos Humanos em Educação,
tendo por objetivo identificar palavras-conceitos relaciona-
dos a educação inclusiva a partir da óptica de licenciandos em

química da Universidade Federal do estado do Paraná, que possam contribuir para pensar a formação de professores. Foram sujeitos desta pesquisa três licenciandos em química matriculados na disciplina de Educação Especial e Inclusão para o Ensino de Química. Os dados foram produzidos em uma dinâmica formativa de emergência de palavras-chave (conceitos a serem trabalhados) no primeiro dia de aula da disciplina, guiada por quatro movimento de conceituação sobre a concepção destes acerca das chaves estruturantes que representariam as Educações Especiais e Inclusivas e poderiam guiar as discussões da disciplina – apresentadas por uma palavra, dez palavras, uma frase e um parágrafo sintético. Cada movimento de pensar foi registrado por escrito em papel e entregues. Para cada movimento não poderiam ser repetidas as palavras utilizadas anteriormente, com o intuito de garantir reflexão processual e evocação mais diversas de palavras-conceitos. Os dados foram analisados sob a óptica da Análise de Conteúdo, sendo interpretadas e organizadas em três categorias emergentes: a) O olhar para as bases teóricas da inclusão, como a compreensão da “hegemonia”, “diversidade”, “diversificação” e “dignidade”; b) Saberes práticos da educação especial, a exemplo as práticas de “socialização”, “transformação”, “ferramentas” e os atos de “relacionar”; e c) Considerar os Valores Intrínsecos da prática formativa para educação especial e inclusão, como “inclusão”, “respeito”, “abordagem” e “sensível”.

Palavras-chave: Diversidade, Inclusão, Educação Especial, Flexibilização de Currículo, Formação de Professores.

Introdução

Este trabalho vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Narrativas, Culturas e Ciências (GEPENC), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Londrina, que tem como interesse pensar as formações e curricularidades que atravessam as educações pelos eixos das narrativas, culturas e ciências, e, em tal aspecto, coloca-se a pensar estas educações. Para tal, este ancora-se nas bases epistemológicas das Educações Especiais, Inclusão e Direitos Humanos em Educação, a partir das narrativas de licenciandos em química de uma Universidade Federal do estado do Paraná para refletir sobre a educação para a diversidade e inclusão.

Vemos que discutir as demandas formativas dos cursos de licenciatura e de políticas públicas voltadas à educação são importantes para a (re)formulação de currículos das licenciaturas e magistério. Segundo Bernadete Gatti (2015), a sociedade nunca foi tão plural, densa, diversificada e complexa. Por isso, é necessário adequar as demandas formativas a essa devir-sociedade.

Neste sentido, é necessário investigar, problematizar e examinar criticamente os Projetos Pedagógicos, currículos e resoluções propostas pelas instancias governamentais, pois estes reverberam nos modos de ser docentes e seus efeitos sociais. A exemplo, pontuamos que um dos problemas acerca das demandas formativas nos cursos de licenciatura é o modelo teórico-tecnista que busca uma homogeneidade do fazer técnico que não se sustenta frente às diversidades. Segundo Moacir Gadotti (2000), essa nova geração de estudantes, balizados pelas noções de diferença e singularidade, necessita de uma educação pluralizada, que perceba o outro como ser distinto, com culturas, modo de ser e de pensar distintos ao seu. Vemos que este não preparo para lidar com as diferenças é frequentemente encontrado pelos docentes na sala de aula.

Evidenciamos no presente a ausência de formação que toca as discussões acerca das aulas inclusivas como uma constante indagação de professores em formação (inicial e continuada). Estes pontuam ter dificuldades para lidar com as diversidades. Tal aspecto é sintoma histórico, visto que por muitos anos a educação inclusiva foi caracterizada no Brasil como um “atendimento especializado” em que substitui o ensino nas escolas (SALVINI *et al.*, 2019) e a partir

disso, criaram-se escolas especializadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) como: Instituto Benjamin Constant (IBC), Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e entre outros.

Apenas em 1990 que esse cenário muda com a Declaração Mundial da Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (1994) em que reforça a educação e o acolhimento de todos os estudantes, colocando em centralidade os debates acerca de currículos e práticas pedagógicas inclusivas e/ou excludentes (SALVINI *et al.*, 2019).

A partir disso, podemos observar mudanças nas escolas com o Censo Escolar (2018), pois revelou que 1,2 milhões de matrículas de alunos com algum tipo de deficiência foram realizadas em ensino regular ou em classes especiais, um aumento de 33,2% em relação a 2014. Com base nesse dado, é necessário pensar na formação que permita os docentes refletirem práticas inclusivas para que esses alunos matriculados não fiquem defasados, desmotivados ou excluídos – para garantir permanência com qualidade, dignidade e participação (SAVIANI *et al.*, 2019).

Por isso, é importante (re)pensar a inclusão dentro da escola, que, por muita das vezes, é o primeiro contato das crianças e adolescentes com a pessoa com deficiência. Segundo Hugo Otto Beyer (2006), a inclusão nas salas de aula é desafiadora, pois confronta o modelo de ‘sala de aula homogênea’ em que implica em uma heterogeneidade espontânea que mostra que todos os alunos têm processos de aprendizagem diferentes.

Para que haja uma formação inclusiva de futuros professores é importante debater e flexibilizar os modos de aprender que vão além dos currículos, pois se opera tanto no contexto organizacional da escola quanto profissional. Assim, é necessário pensar dispositivos de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, de permanência e de arcabouço pedagógico para garantir diversidade formativa – não deixando de considerar as complexidades dos processos educativos, cognitivos e socioculturais (PALMEIRÃO; ALVES, 2017).

Desse modo, segundo Esther Lopes (2008), o processo de flexibilização do currículo não é apenas uma modificação ou acréscimo de atividades complementares. Mas sim, uma mudança na estrutura do currículo em acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para torná-lo acessível a todos os alunos de acordo com as suas necessidades de aprendizagem.

Assim, buscando traçar reflexões acerca dos currículos (d)e formação de professores acerca do trabalho para com as diversidades, diferenças e inclusões, este manuscrito tem por objetivo identificar palavras-conceitos relacionados a educação inclusiva a partir da óptica de licenciandos em química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que possam contribuir para pensar os currículos (d)e formação de professores.

Metodologia

Nosso caminho investigativo guiou-se pela óptica da pesquisa qualitativa porque, ao contrário da pesquisa quantitativa, esta busca a valorização de um processo investigativo, interpretativo e que caracteriza as qualidades-características do fenômeno observado, sem com isso findar as reflexões e possibilidades acerca destes. Nosso olhar é voltado às subjetividades presentes enquanto fios que constituem os professores em formação que se colocam a narrar sobre suas percepções acerca das Educações Especiais e Inclusões (ANDRADE; THEOBALD, 2020).

Neste tocante, voltamos nosso olhar às contingências dos acontecimentos, aos espaço-tempos de produção dos enunciados, expressões, sentidos e significados que nos permitem compreender sobre a experiência vivida e a compreensão desta (MINAYO, 2017).

No que confere a natureza desta pesquisa em relação a seu objetivo, esta ancora-se em um olhar exploratório, haja vista que busca conhecer, elaborar e traçar considerações acerca da questão estudada para, então, oferecer significados a partir do contexto em que se insere e é analisada (QUEIRÓZ, 1992). Portanto, buscamos traçar reflexões, levantar hipóteses, elaborar caminhos possíveis para novas teorizações, análises e discursividades – saberes-fazeres outros, possivelmente ancorados em nossas reflexões aqui traçadas (GASQUE, 2007).

Desta localidade do olhar, o movimento investigativo ocorreu em uma turma do curso de licenciatura em química de uma Universidade Federal do estado do Paraná, com três alunos do referido curso matriculados na disciplina de Educação Especial e Inclusão para o Ensino da Química. O movimento de produção dos dados foi realizado na primeira aula desta disciplina. Com o intuito de discutir um processo diagnóstico a respeito das concepções prévias destes alunos

e elaborar fios guias para guiar a organização da disciplina, elaboramos uma dinâmica formativa de emergência de palavras-conceito que guiaram as próximas discussões da disciplina. Neste movimento formativo, estes alunos deveriam conceitualizar a educação especial e inclusão em quatro definições diferentes a partir de seus conhecimentos prévios.

Assim, estruturamos quatro movimentos de conceitualização sobre o tema em que estes alunos deveriam descrever “*o que é a educação especial em uma palavra?*”, “*o que é a educação especial em dez palavras?*”, “*o que é a educação especial em uma frase?*” e “*o que é a educação especial em um parágrafo sintético?*”. Para cada movimento de escrita das concepções acerca do tema, os alunos não poderiam repetir as palavras que foram utilizadas anteriormente com o propósito de garantir o surgimento de palavras-conceito que definiriam a educação especial. Assim, a evocação de palavras garante a diversidade de conceitos que serão investigados. Estes estudantes pensaram e registraram suas representações (pré)conceituais manuscritas em papel e entregaram aos pesquisadores.

A partir deste material, os dados foram observados, tratados e organizados sob a óptica de Análise de Conteúdo de acordo com os eixos analíticos da pesquisa qualitativa, segundo Laurence Bardin (1977). A análise seguiu as seguintes etapas: a) Pré-análise ; b) Exploração do material e; c) Tratamentos de dados

Por meio desse processo, digitalizamos a escrita deste papel manuscrito a fim de facilitar o tratamento de dados; iniciamos a manipulação dos dados e a leitura flutuante do material no qual contribuiu para a construção organizacional dos dados. Em seguida, marcamos palavras-conceito que emergiram dos materiais que caracterizam a (pré)concepção dos significativos do tema sob a óptica de licenciandos em Química no qual denominamos de unidades de registro e codificamos. Com marca texto digital utilizando cores diferentes demarcamos unidades de registro que assemelham-se entre si.

Por fim, do tratamento destes dados surgiram três categorias emergentes organizadas de acordo ao processo analítico dos investigadores. Assim, organizamos os dados em três eixos: a) O olhar para as bases teóricas da inclusão; b) Saberes práticos da educação especial e c) Valores intrínsecos da prática formativa.

Resultados e discussão

Ao longo da história da educação, as ramificações de filosofias políticas criam ordens e fundamentos sobre o que ensinar e como ensinar por meio do currículo, buscando a formação de pessoas de acordo seus interesse, ou seja, formar humanos para si sob o poder – fábrica de corpos, nas palavras de Michel Foucault (1987). Deste modo, no processo de formação de pessoas, as discussões relacionadas à educação especial surgem após grandes avanços na história da relação de compreensão das necessidades específicas e a desmistificação da deficiência quando são relacionadas à religião e a formas de “normalizar” os comportamentos do sujeito.

Após a Declaração Mundial dos Direitos Humanos, a educação se torna direito fundamental do ser humano e necessidade básica. Consequentemente, no Brasil, após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) de 1996, a imersão de pessoas com deficiência nos meios regulares de ensino tornou-se sinônimo de inclusão e adaptação das flexibilidades do currículo (SALVINI *et al.*, 2019). Porém, a formação de professores é fundamental nas discussões de como formalizar a integridade e formação dos sujeitos de forma adaptativa, inclusiva e pluralista, visto que a profissão docente não está apenas relacionada ao cumprimento curricular, mas sobretudo a constituição humana do sujeito e os valores de humanização (DUARTE, 2013; FREIRE, 2000).

Ao depararmos com a formação de professores de Química em uma Universidade Federal do estado do Paraná, analisamos o que os licenciandos compreendem quando podemos discutir Educação Especial e Inclusão. Isto porque o curso de licenciatura em química torna o conhecimento dos processos inclusivos como facultativos e submersos no currículo e as potencialidades de formação docente para a inclusão são disseminadas nas práticas docentes como “apêndice”. Ou seja, compreender a docência, conceitos, especialidades e práticas “apesar” da inclusão e educação especial.

Neste sentido, conceitualizamos a óptica dos licenciandos em química ao encontro de conceitos que sejam especializados e praticados na educação especial abordando valores fundamentais para a construção de práticas e concretização do *ser* no processo de humanização (FREIRE, 1969, p. 127). Por fim, identificamos a educação especial sob

os aspectos de teoria, *práxis* e valores que moldam e constroem as políticas de currículo de forma a concretizar as delegações de inclusão.

Evidenciamos que três fios conduziam as guias da compreensão dos licenciandos em química para pensar uma educação mais diversa e inclusiva: a) O olhar para as bases teóricas da inclusão, em que os alunos reconheçam a existência de uma base teórica imprescindível ao professor que irá se encontrar em sala com as diversidades; b) Saberes práticos da educação especial, considerando que há processos de instrumentação prática para o agir pedagógico, ou seja, saberes-fazer; e c) Valores intrínsecos da prática formativa, apontando a necessidade de aspectos éticos para pensar a formação de professores inclusivos.

O olhar para as bases teóricas da inclusão

A educação básica no Brasil carece de um sistema educacional no qual a aliança das compreensões tecnológicas, social e científica em que a investigação dos reais problemas da sociedade necessita ser vinculada com as aspirações do letramento científico (SAVIANI, 2008). Deste modo, ao encontro das necessidades básicas da execução do cumprimento curricular, destacamos as linhas que costuram a concepção prévia de estudantes de química quando seu olhar volta-se à compreensão de como consolidar uma educação especial e de qualidade para com a inclusão.

No movimento de escrita sobre “o que é educação especial?” estes licenciandos destacaram palavras como: “Conteúdo”, “Introduzir”, “Estudar”, “Aprender”, “Abordagens” e “Hegemonia”. Visualizamos uma linha tênue na observação de diversidades de palavras e observamos que esses conceitos não se tornam sinônimos entre si e, sim, um conjunto de definições disseminadas nas produções subversivas do currículo em que constitui a formação docente para o profissionalismo.

Vemos que tais palavras refletem a uma necessidade de conceituação destas, aspectos teóricos aos quais os licenciandos em formação precisam elaborar seus saberes e compreensões para ser possível atuar para as educações especiais e inclusões. Paulo Freire (1969) destaca em seus escritos voltados à humanização da educação, a necessidade de compreender aspectos teóricos para o agir. É preciso saber, para ser possível um saber, uma *práxis* inclusiva. Saber conteúdos, compreender as diversidades que nos circundam e os discursos

hegemonicos que as colocaram na marginalidade, nas periferias e na desumanização.

Percebemos que para tais estudantes, a prática inclusiva consiste em um ato de “[...] *compreender e ampliar as formas de aplicar o conhecimento [...]*”. Em tal perspecto, é imprescindível compreender e ampliar as formas de conhecer para a partir destas ser possível atuar voltado a inclusão. Neste sentido, o espaço de uma disciplina de Educação Especial e Inclusão é voltado a um campo potente para a ampliação de arcabouço teórico que oriente as práticas. Tal compreensão dá-se no plano do entendimento sociocultural das diversidades e das possibilidades de mediar processos formativos que compreendam estas (MESQUITA, 2018).

Estes conhecimentos permitem a produção de um espaço aberto, disponível e disposto a colocar a diversidade em reflexão, as diferenças, desigualdades e exclusões sob um olhar crítico e o esforço docente para compreender os processos que impedem e proporcionam a prática inclusiva em jogo (SALVINI, 2019). Este espaço, contudo, precisa ser elaborado, criado, instituído, a partir de um jogo prático que demanda formação. A produção de uma educação inclusiva prescinde conteúdos cordiais e essenciais para pensar, planejar e vislumbrar estas (MESQUITA, 2018).

Deste modo, entendemos que os licenciandos de química percebem a importância de aspectos teóricos e conceituais para ser possível diagnosticar processos e elaborações excludentes, homogêneas e hegemônicas para lhes permitir pensar práticas para as diversidades, diferenças e inclusões.

Saberes práticos da educação especial

Evidenciamos ao pensar sobre “o que é educação especial?”, a emergência de palavras como: “Metodologia”, “Ferramentas”, “Ensinar”, “Educar”, “Aplicar em sala”, “Meios de educar”. Tais conceitos remetem ao formar-se no encontro com saberes práticos, voltados a atuação em sala, a instrumentos passíveis de uso, ao saber-fazer.

Segundo a autora Bernardete Gatti (2015), a formação docente carece de grande contexto educacional que fundamenta, teoriza e pratica as ações didático-pedagógicas que tornam a formação de professores um processo de qualidade e preparação para o desenvolvimento educacional de estudantes da educação básica. Neste

sentido, há de se pensar nos processos formativos em possibilidades práticas, e saberes-fazeres aos quais os estudantes tenham instrumentos para o atuar, o agir. Vemos que, na óptica dos estudantes, a educação especial e inclusiva prescinde de tais saberes práticos para ser operacionalizada.

Tal formação de saberes-fazeres envolve um processo de ver-se enquanto cidadãos, atuantes e produtores de efeitos no âmbito escolar e na sociedade enquanto um coletivo (DUARTE, 2013). Assim, na demanda dos estudantes por “metodologias” específicas para pensar a atuação dos professores para uma prática inclusiva, há o reconhecimento da necessidade de diversificar os saberes práticos – aqueles norteados para as práticas em sala – de modo a ter esta pluralidade de técnicas para propiciar equidade em sala.

Como ensinar medição de pH por meio de corantes para alunos com dificuldades visuais? Como fazer uso de balança de precisão por estudantes cegos? Como gerar sensação de pertencimento em estudantes indígenas ao falar de extração de substâncias de plantas medicinais? Poderíamos citar vários outros questionamentos que nos levariam ao refletir uma necessidade de reflexão sobre os ‘*comos*’, sobre o saber-fazer.

Os estudantes reconhecem esta demanda, esta necessidade de ser colocado de *front* a possibilidade de saber-fazer ou ter instrumentos para criar técnicas outras para tal. Paulo Freire (1969) pontua que as técnicas não podem ser separadas dos saberes, o saber-fazer requer, então, o conhecer e o operacionalizar na prática docente. Não obstante, as pedagogias freirianas são pedagogias das ações desde a escuta até sua efetuação. Os estudantes reconhecem isso enquanto aspectos que deveriam estar constituídos em um currículo para a formação de professores inclusivos: “Metodologia”, “Ferramentas”, “Ensinar”, “Educar”, “Aplicar em sala”, “Meios de educar”, demandam tais saberes-fazeres.

Tais saberes-fazeres são pensados em termos de uma ação, de uma ação pedagógica (voltada aos processos formativos, educativos, de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento). Dermeval Saviani (2008) contextualiza a ação pedagógica não apenas como uma moldura da teoria que fundamenta um conceito, mas sim a inter-relação com a prática e a teoria, pois ambas são estabelecidas como uma relação conjunta e constante.

Assim, o autor destaca a presença da *práxis*, ou seja, uma relação que se dá entre teoria e prática que forma conceitos e conecta o desenvolvimento ideológico. Paulo Freire (1969) destaca que “o homem é *práxis*”, definindo o ser humano não apenas como um observador da realidade (teoria), mas sim como um praticante da mesma (prática). Desta modo, nos posicionamos frente a formação de professores relacionada aos saberes práticos de ações que desenvolvam a inclusão e torne-a análogo na educação, ou seja, nos questionamos se as ações curriculares do curso de licenciatura em química proporcionam saberes práticos que construam a formação de docentes como parte da profissionalização e ação pedagógica.

Ao costuramos esta ideia à prática de professores de química no ensino médio - visto a diversidade social existente neste espaço educativo -, vislumbramos a viabilização de práticas que tornem a formação social, cidadã, científica e cultural no contexto da sala de aula necessária. Ou seja, é importante olhar para um abranger da integridade realista do contexto, assim como um estudante destaca “*Todos [...]*” ao mencionar a capacidades dos indivíduos, ressaltando o conceito inclusivo da sala de aula. Evidenciamos, assim, que há, inclusive, uma expansão na noção de saber-fazer de um modo a instrumentar a *práxis* docente e permitir uma formação que instrumente uma *práxis* para todos – a ação pedagógica permita que o outro torne-se sujeito das ações.

Valores intrínsecos da prática formativa

Para tal feixe de reflexões, vemos colo palavras-conceitos centrais: “Sensível”, “Acolhimento”, Comunidade”, “Respeito”, “Gentileza”, “Ousadia”, “Críticidade”, “Aceitar”, “Igualizar”. Tais palavras-conceitos refletem que no interior da formação de professores - que irão trabalhar com as diversidades e inclusões - encontra-se uma formação de cunho ético, uma relação com os valores que atribui-se a educação, a sociedade e aos modos de ser.

Neste sentido, ao discutirmos as bases que moldam o trabalho docente e ressaltam valores da educação, Nei Filho e Virgínia Salles (2015) definem valores como uma concepção individual ou coletiva instituída pela vivências sociais que dirigem meios, formas e fins existentes da ação, ou seja, a peculiaridade da moral nas concepções de indivíduos sobre si. Tais valores podem ser implícitos, não visíveis ou

pouco perceptíveis, mas são catalizadores das práticas e dos modos de se relacionar, ser e estar no mundo – bem como, do agir pedagógico.

Assim, é possível observar que os estudantes de licenciatura em química abordam a necessidade de valores na construção da ação pedagógica, em que essas concepções e naturezas fundamentais que desmistificam um ensino mecanicista e tecnicista em detrimento da abordagem didática-pedagógica. De certo modo, dentre as aspirações feitas pelos estudantes, a exemplo, destacamos as palavras como *“Inclusão”, “Respeito”, “Abordagem”, “Sensível”, “Comunidade”, “Sociedade” e “Dignidade Intrínseca”*.

À vista disso, observamos que esses estudantes buscam uma formação que oriente a formação para a Educação Especial e Inclusiva não apenas como uma teoria e prática, mas como um processo de humanização (FREIRE, 1969). As definições das palavras emergentes conceitualizam a educação especial, segundo estes estudantes, porém é necessário observar que a construção e a prática das perspectivas de currículo ou ações políticas ditadas pelas escolas e instituições, necessitam da abordagem de valores para a formação cidadã dos sujeitos. A formação de professores afeta essa formação cidadã dos sujeitos tanto na licenciatura, quanto na prática pedagógica destes para com os estudantes da educação básica.

Segundo Nei Filho e Virgínia Salles (2015), uma grande problemática da realidade escolar é a não imersão de práticas dos valores humanos que consolidam a prática pedagógica. Assim, é necessário pensar as formações de professores de modo a permitir, tocar e refletir tais valores enquanto motes de sua formação-atuação, enquanto força propulsora se sua prática docente e enquanto imprescindível para pensarmos as educações inclusivas e que tocam as diversidades de modo equitativo.

Considerações finais

Balizamos neste manuscrito reflexões que nos permitissem pensar os currículos (d)e formação de professores acerca do trabalho para com as diversidades, diferenças e inclusões. Para tal, nos pautamos em palavras-conceitos enunciadas por licenciandos em química de uma Universidade Federal do estado do Paraná em que os mesmos associavam o arcabouço formativo e as práticas da Educação Especial e Inclusiva a três fios condutores da formação docente: a) O olhar

para as bases teóricas da inclusão, em que reconheçam a existência de uma base teórica imprescindível ao professor que irá se encontrar em sala com as diversidades; b) Saberes práticos da educação especial, considerando que há processos de instrumentação prática para o agir pedagógico, ou seja, saberes-fazer; e c) Valores intrínsecos da prática formativa, apontando a necessidade de aspectos éticos para pensar a formação de professores inclusivos.

Neste sentido, propomos tais eixos como caminhos para pensarmos as formações de professores, organizações curriculares, ações pedagógicas e políticas públicas que permitam pensar uma *praxis* inclusiva e ética em tais processos formativos.

Referências

ANDRADE, S. M. O.; THEOBALD, M. R. O Desenho - Natureza da pesquisa: quantitativo, qualitativo e tipologias da pesquisa. In: ANDRADE, S. M. O.; PEGOLO, G. E. **A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2020. p. 128-145.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p

BEYER, Hugo Otto. Educação Inclusiva ou Integração? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas pragmáticas. **Ensaio Pedagógico**: Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 277- 80.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. **Por que ser professor?: uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. O Papel da Educação na Humanização. Revista Paz e Terra, Ano IV, nº 9, Outubro, 1969, p. 123-132.

_____. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITA, Ana Lúcia Souza de. Carta Sobre Cartas Pedagógicas: Compartilhando Experiências Sobre A Formação De Professores/As E De Gestores/As. In: **Anais Do Ii Congresso Internacional Paulo Freire: O Legado Global**, Belo Horizonte, 2018

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.** Brasília-DF: Thesaurus, 2007. p. 83-118.

GATTI, Bernadete A.. Formação de Professores: licenciaturas, currículos e política. **Movimento: Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-18, ago. 2015.

MELO JÚNIOR, Ebenezer da Silva; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira. A Humanização Do Ser Humano Em Paulo Freire: a busca do “ser mais”. **Revista Formação@Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 1-14, dez. 2011

MINAYO, M. C. S. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 16-17, jan. 2017.

PALMEIRÃO, Cristina; ALVES, José Matias. **Construir a Autonomia e a Flexibilização Curricular: os desafios das escolas e dos professores.** Porto: Universidade Católica Editora, 2017. 218 p.

QUEIRÓZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A. B. S. G. (Org) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. p.13-29

SALVINI, Roberta Rodrigues *et al.* **Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos**

Alunos da Educação Especial. 3. ed. São Paulo: Estudos Econômicos, 2019. 30 p.

SAVIANI, Dermeval. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação:** debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SKLIAR, C. Incluir as diferenças? Sobre um problema mal formulado e a realidade insuportável. **Revista Artes de Educar**, v.1, n.1,p. 13-28, 2015.

TEIXEIRA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **Censo Escolar 2018 revela crescimento de 18% nas matrículas em tempo integral no ensino médio.** 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206. Acesso em: 5 maio 2021.

O QUE DESTRAVAM ESSAS TRAVAS? UMA CARTOGRAFIA DE DOCENTES TRANS* E SUAS MEMÓRIAS SOBRE SEUS FAZERES PROFISSIONAIS NUM BRASIL PANDÊMICO¹

Homero Dantas Ragnane

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
homeroragnane@gmail.com*

Heloísa de Matos Lins

*Profa. Dra do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
hmlins@unicamp.br*

Resumo

Vivemos um momento de proliferação discursiva sobre gênero e sexualidade muito impulsionado pela vil atenção dispensada a esse assunto por parte de setores da extrema direita que ascenderam ao poder na arena política brasileira. Coadunada a esse momento, deflagrou-se uma pandemia que instaurou um período atípico de isolamento e restrições. Marcado (inclusive de maneira metodológica) por este contexto é que este trabalho busca refletir sobre os processos de docências trans* tendo em vista não só os mecanismos impeditivos construídos via transfobia institucional, mas também as potências subversivas que orbitam o fazer docente destes corpos dissidentes. A hipótese sustentada aqui é que é digno de atenção por parte da academia o exercício de estratégias subversivas de negociação com

1 Este *paper* é resultado de uma pesquisa de mestrado em andamento financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

os mecanismos impeditivos acionados pela comunidade escolar com vistas a entendermos os limites e alcances do nosso sistema educacional. Mais do que isso, a reflexão dessas pessoas sobre seu fazer docente também deve ser encarada como potente e valiosa produção de conhecimento. Para tanto, lançamos mão de táticas cartográficas como método de pesquisa mais adequado às condições pandêmicas ao analisarmos *lives* de professoras/es trans* sobre sua inserção no contexto escolar, além de entrevistas semiestruturadas. Quanto às bases teóricas, neste trabalho dialogamos com um referencial oriundo dos estudos de memórias (auto)biográficas docentes, estudos *queer*, filosofia da diferença e os pós-estruturalismos.

Palavras-chave: docências trans*, cartografia, estudos queer, narrativas (auto)biográficas

Introdução

Em 2016 o filósofo italiano Emanuele Coccia alcançou considerável projeção com seu ensaio *La vie des plantes* e agora, mais recentemente, em 2020 publica outra obra bem recebida, o livro *Métamorphoses*. Nele, Coccia argumenta que existe uma unidade entre todos os seres vivos presentes, passados e futuros e toda a matéria do mundo que se daria mediante contínuos processos de metamorfoses. Assim, existiria um vínculo indelével, uma continuidade poder-se-ia dizer, entre as espécies que, pensadas como modos de existências, estão presentes no mundo.

Em entrevista² Coccia comenta a pandemia à luz de suas análises filosóficas e pontua o caráter fronteiriço do vírus. Ele diz: “um vírus é uma forma de vida que habita o limiar entre a vida ‘química’ que caracteriza a matéria e a vida biológica, sem pertencer a uma mais que à outra”. O vírus ocuparia, então, um lugar paradoxal de uma vida -não-propriadamente-vida que acoplada à nossa corporalidade impõe modulações aos nossos modos sociais e culturais de existência.

Começo falando sobre o estatuto filosófico das considerações sobre o vírus para argumentar que esta investigação também foi contaminada pelo Sars-CoV-2 e, assim como Coccia nos aponta considerando as implicações para a sociedade, também está em processo de metamorfose ocasionado pelo vírus. A adesão à cartografia enquanto via de produção de conhecimento só se mostrou enquanto possibilidade mediante a impossibilidade do deslocamento físico imposto pela pandemia e que, justamente por isso, ocasionou uma busca por formas outras de deslocamento e movimento. Desta maneira, este trabalho está não só marcado, mas, em certa medida, modulado pelo coronavírus.

Metodologia

Dessa maneira, ainda nas analogias biológicas, assumir a cartografia enquanto princípio de trabalho e via metodológica de produção

2 Entrevista concedida originalmente ao *L'Echo* em 29/05/2020 e traduzida por Davi de Conti e Marcelo Jungmann Pinto. Disponível em: <https://www.glacedicoes.com/post/nenhum-distanciamento-social-pode-nos-proteger-emanuele-coccia> Acesso em: 13/04/2021

de conhecimento implica no entendimento de que esse trabalho objetiva a construção de um objeto de pesquisa que é fundamentalmente rizomático. Este emaranhado de fios (auto)biográficos meus e de outras subjetividades é enredado pelos nós (em todos os sentidos) produzidos pelos encontros ensejados no trânsito próprio pela vida.

A partir disso, a reflexão aqui constituída surge da materialidade das relações estabelecidas entre o pesquisador-cartógrafo e aquilo a que se chama de campo. Em outras palavras, “[...] não há coleta de dados, mas, desde o início, uma *produção de dados*. [Não] se trata da representação das formas de objetos, mas se faz através da *detecção de signos e forças circulantes* [...], de pontas do processo em curso.” (KASTRUP 2009, p.33, grifos meus).

Portanto, o que se pretende ressaltar também é a historicidade das posições de sujeito e objeto no curso de uma pesquisa de maneira a complexificar a relação entre esses territórios discursivos borrando suas fronteiras. Sobre tudo se pensarmos a trajetória histórica da inserção de pessoas trans* em trabalhos acadêmicos que são marcados por um *falar sobre* em vez de um *falar com* (SALES 2018).

É partindo deste contexto que localizamos metodologicamente nossa atenção sobre as *lives* e as entrevistas semiestruturadas que, em verdade, são muito mais conversas guiadas por um eixo de temas. No entanto, é preciso dizer que por se tratar de uma pesquisa de mestrado em andamento o tratamento analítico dispensado às *lives* e às conversas ainda está em fase de maturação, por assim dizer. Portanto, o que se apresenta nessa breve reflexão deve ser pensado muito mais a partir de uma ideia de pistas teórico-metodológicas que são, de certa forma, provisórias e vacilantes.

Referencial teórico

O aporte teórico para a discussão aqui pretendida se serve dos debates dos estudos *queer* e suas relações com a filosofia da diferença e os pós estruturalismos. Partindo do entendimento de que os estudos *queer* são algo como uma postura de investigação genealógica dos processos de normatização de subjetividades. No âmbito mais específico dessa pesquisa, utilizamos essas discussões como propositoras de questionamentos acerca dos processos de exclusão das docências trans* dos espaços escolares. Aqui dialogamos com Judith Butler

(2003, 2020), Michel Foucault (1988), Paul Preciado (2014), Gilles Deleuze (2017), Viviane Vergueiro (2015), entre outros.

A pesquisa também articula uma discussão sobre os processos educacionais e as transexualidades. Nela, ficam patentes os inúmeros mecanismos de invisibilização e marginalização acionados tanto nos registros institucionais como no bojo das relações cotidianas entre sujeitos escolares que culminam na tentativa de exclusão de corpos trans* dos espaços escolares. As referências aqui são Adriana Sales (2018), Luma Nogueira de Andrade (2012), Sara York (2020), entre outros. Importante acenar para um campo emergente de produções trans* nas ciências humanas, sobretudo na educação, que adquire tração à medida em que se consolida a ideia de que é imprescindível o diálogo com o conhecimento produzido por esses/as sujeitos/as.

Considero importante esse aceno porque a contribuição epistemológica trans* ao debate desloca os termos da própria discussão que, por vezes, ficava excessivamente focada no destrinchamento e na evocação do sofrimento enquanto traço recorrente e mais marcante quando se fala das experiências trans*. Transversa em todos os trabalhos supracitados um componente, na minha visão, muito importante que é a qualificação das potências das experiências trans* derivadas de suas posicionalidades singulares. Com isso, não busco evidentemente negar ou diminuir os processos de exclusão e marginalização sofridos por corpos trans*, mas evidenciar a criatividade, tenacidade e perspicácia com que esses/as sujeitos/as negociam esses limites e fronteiras.

Ao pensarmos as *lives* e as conversas tidas com professoras trans* os referenciais são os estudos (auto)biográficos com Ivor Goodson (2019), Inês Bragança (2018) e as reflexões sobre narrativas a partir da acepção do conceito a partir de Walter Benjamin (1985; 1987) Jeanne Marie Gagnebin (1999); Entendemos os processos narrativos das memórias das professoras como a inauguração de um processo narrativo que é uma prática de relação entre sujeitos que instaura outro registro de sensibilidade no qual a palavra, em dissidência do enquadramento discursivo técnico do capitalismo, se encontra aberta em uma constituição coletiva que está calcada na experiência vivida no estar com outros. A memória aqui é acionada numa acepção que a entende como sendo um processo de rememoração do passado com base no presente.

Resultados e discussão

Como já apontado anteriormente, esta discussão é um recorte de uma pesquisa de mestrado que ainda está em curso, isto é, os resultados aqui apresentados são provisórios, de certa forma, podendo se mostrar mais ou menos potentes a partir dos desdobramentos da pesquisa. No entanto, algumas considerações primeiras, não mais do que pistas de caminhos a serem seguidos, são possíveis.

A primeira delas é considerar a inescapabilidade da materialidade do corpo trans* no espaço escolar. Porém, para além dos sofrimentos que decorrem dessa dinâmica, é possível vislumbrar algumas potências na medida em que recorre o relato de que os/as estudantes se sentem mais convidadas/os a abordarem questionamentos e discussões sobre gênero e sexualidade com docentes trans*. Em outras palavras, a atuação das docências trans* é, em parte, também modulada pela materialidade dos corpos, ensejando relações que desestabilizem os processos normativos de gênero e sexualidade propiciando brechas nas quais outros modos de existência podem encontrar substrato.

Sobre isso, Viviane Vergueiro (2015) aponta dois desdobramentos muito perspicazes. O primeiro deles é a necessidade de nos atentarmos às armadilhas e expectativas criadas também sobre corpos trans*, seguindo a desconfiança típica dos estudos *queer* em relação a possíveis processos normativos criados no bojo da luta contra justamente formações discursivas normativas. Não é porque uma professora é travesti que ela deve abordar apenas assuntos sobre gênero e sexualidade. Somos, enquanto gente, múltiplos e incapturáveis; com uma gama enorme de interesses e inclinações. No entanto, quando o fazem sua atuação é marcada por um local de fala singular que potencializa suas práticas docentes no âmbito desta pesquisa, mas também dos debates sobre gênero e sexualidade como um todo³.

O segundo desses pontos é a poderosa observação sobre a possibilidade de uma subjetivação via educação. Vergueiro (*ibidem*), analisando a constituição discursiva da categoria cisgeneridade, observa que a transexualidade mobilizada enquanto gesto de identidade tem sua

3 Um exemplo disso são os esforços teórico-analíticos de pessoas trans*, lembrados por Vergueiro (2015) na conceituação da categoria de *cisgeneridade* que talvez não tivessem acontecido caso dependesse somente da atuação de intelectuais cis.

origem nos saberes médicos e permanece dialogando com esses saberes e suas normatividades até hoje seja para as próprias pessoas trans*, seja no esteriótipo que se cristaliza no senso comum. A presença e atuação de pessoas trans* na educação oferece a possibilidade de construir outros sentidos possíveis para as transexualidades para pessoas trans*, mas também para pessoas cis (sobretudo o alunado, no caso presente desta pesquisa) que não o das medicalizações.

Uma fala recorrente entre as interlocutoras desta pesquisa é a de que os atos violentos que buscam reafirmar os processos de exclusão de seus corpos inconformes dos espaços escolares, isto é, os braços da transfobia educacional, raramente partem dos alunes⁴, sendo mais frequentemente vindos da equipe gestora e de outros docentes. Daí é possível depreender a hipótese de que as docências trans* podem servir como via para recolocar as bases sobre as quais se cristalizam o senso comum sobre as transexualidades e, sobretudo, as travestilidades oferecendo uma outra narrativa possível para esses corpos, narrativas essas que desmontam a imagem estereotipada que aciona a abjeção e marginalização como atribuições mais recorrentes feitas às transexualidades.

Esse aspecto se evidencia e se potencializa à medida que gênero e sexualidade tomam um lugar central no debate público no qual os sentidos dessas categorias são disputados por diversos agentes políticos. Sob o governo fascista de extrema-direita de Jair Bolsonaro essa centralidade das pautas sobre gênero e sexualidade se afirma desde a campanha para a eleição presidencial. Ao contrário do que algumas análises políticas apregoam, pautas como o *kit gay* e as reivindicações de organizações como o Escola Sem Partido estão em alta estima pelo núcleo mais duro de apoio a Bolsonaro; núcleo esse composto por (mas não só) setores neopentecostais conservadores que mobilizam discursos moralizantes sobre gênero e sexualidade. Assim, essas pautas não são “cortina de fumaça”, mas um enorme eixo articulador das forças apoiadoras de Bolsonaro.

É preciso entender o embate causado entre essas dimensões discursivas do bolsonarismo, o legado da história de inserção desses temas

4 Um exemplo disso está nessa entrevista realizada pela Revista Trip: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/professores-transgeneros-falam-sobre-processo-de-aceitacao-na-sala-de-aula> Acessado em 10/05/2021

e discussões aos documentos curriculares⁵ e a atuação das docências trans* no “chão da escola” mobilizando estratégias contingenciais, cotidianas e situadas numa dimensão micro de agenciamento discursivo. A aposta aqui mobilizada pelas interlocutoras de pesquisa é a de que o exercício das docências trans* passa necessariamente pela materialidade do corpo dos sujeitos por conta da inescapabilidade dos corpos trans* - que, como disse uma professora, são corpos-paisagem porque “sempre alguém vai estar olhando” – que atuariam então como “corpos-bandeira” (GOMES, 2018) no agenciamento simultâneo tanto de um conjunto de pautas e reivindicações políticas quanto a desestabilização da concretude da suposta verdade de discursos conservadores e moralistas sobre as transexualidades. Engendrando, dessa maneira, um processo de potencialização da humanidade desses corpos via exercício da docência.

Outra pista para análise que reaparece nas lembranças narrativas das professoras é uma espécie de cálculo sobre o melhor momento para iniciar o processo de transição levando em consideração que, a depender das circunstâncias de trabalho, isso pode significar sanções por parte da escola, reações das famílias dos estudantes e até demissão⁶. Entendendo que outros marcadores atravessam esse cálculo também. Segundo as discussões empreendidas por intelectuais feministas negras cis e trans* é possível entrever que a constituição dos processos de marginalização e exclusão se dá de uma maneira interseccional na qual diferentes marcadores sociais da diferença se articulam na conformação de uma posicionalidade para os corpos dos sujeitos na sociedade.

Um dado impossível de se contornar é a diferença nas experiências e nas vivências de professoras travestis brancas e negras. Segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans*⁷ em 2020 organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, existe um aprofundamento da violência sofrida por corpos trans* negros causado pela intersecção entre esses marcadores:

5 Parâmetros Curriculares Nacionais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como outros documentos curriculares estaduais, por exemplo.

6 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/21/professora-trans-demitida-de-colegio-abre-empresa.html> Acessado em: 09/04/2021

7 Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> Acessado em 10/05/2021

A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior faz esta média cair muito. Corpos trans não são apenas trans [...]. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato. (ANTRA 2021, p. 49).

Neste excerto também aparece a articulação interseccional de gênero com outros marcadores sociais da diferença como classe, lugar de moradia e região. Por conta da pandemia, esta pesquisa se serviu da internet como principal ferramenta de busca e contato com docentes trans*; o que possibilitou uma interlocução com pessoas de distintos lugares e regiões do país. Dessa maneira, um dos próximos desdobramentos desta investigação é tensionar essas diferenças expressas pela singularidade da posicionalidade de cada docente entendidas na especificidade do contexto do qual advêm.

Outro aspecto que modula a experiência docente para pessoas trans* é o fato de trabalharem na rede pública ou na rede privada. A solidez da estabilidade oriunda do concurso público influencia não só no cálculo ao qual me referi anteriormente acerca da transição, mas também na própria liberdade do trabalho docente. Pensando ainda na ação interseccional dos marcadores sociais da diferença na trajetória de docentes trans* possível ver, sobretudo nessa discussão em específico, as formas pelas quais os pertencimentos de classe (articulados à raça, dado o contexto histórico brasileiro) facilitam ou dificultam a inserção de docentes trans* no circuito de escolas da rede privada.

Uma hipótese de trabalho no que tange essa questão é a de que pessoas que passaram durante sua trajetória estudantil escolar por instituições privadas de ensino básico têm mais chances de encontrar vias de inserção à esses circuitos; o que cria mais um mecanismo de filtragem para o acesso destes corpos trans* à espaços escolares num exercício de docência. No entanto, como já dito, a estabilidade inerente ao funcionalismo público⁸ ainda constitui importante atrativo

8 Em que pesem os ataques duros e vis aos direitos dos trabalhadores por parte dos setores representados do neoliberalismo na Reforma Trabalhista de 2017 e ao funcionalismo público por parte do governo de Jair Bolsonaro.

para docentes trans* por conta da certeza de que a exoneração é uma possibilidade um tanto mais remota do que a demissão numa escola privada, embora ainda existam obstáculos e braços da transfobia institucionalizados no funcionalismo público educacional.

Por fim, outra pista interessante é considerar os sentidos a partir dos quais as professoras constroem sua visão sobre a docência. Uma professora travesti durante conversa informal, quando perguntada sobre as razões que a levaram ao magistério, começa sua resposta apontando que todas as mulheres de sua família são professoras. O que nos leva a considerar que, a depender do contexto, o exercício da docência pode operar também como um marcador de gênero e sexualidade à medida que fabrica novos sentidos de feminilidade, por exemplo. Considerando a associação historicamente constituída da docência às feminilidades também.

Evidentemente, este é um sentido possível para a docência dentre tantos outros. Por um movimento histórico de inserção de pessoas trans* nas áreas de educação e humanidades (IAZZETI 2021) outros sentidos são atribuídos ao exercício da docência à medida em que a população trans* é diversa, heterogênea e de origens e trajetórias múltiplas. Por exemplo, há docentes que afirmam terem chegado à educação porque essa era uma possibilidade mais concreta de negociação e luta contra os processos de marginalização que, é sabido, grassam as pessoas trans*; contrariando, dessa maneira, uma narrativa que, por vezes, se ouve em tom sensacionalista do exercício da docência enquanto a realização de um sonho gestado desde a infância. Às vezes a docência pode figurar enquanto tão somente um instrumento para a construção de uma possibilidade de vida em termos materiais, *livelihood*.

Mantendo sempre em vista que esta é uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, estas são algumas questões que surgiram após contatos preliminares com o campo, bem como os esforços cartográficos para a construção deste emaranhado de encontros que entretecem os fios (auto)biográficos das trajetórias tanto do pesquisador quanto das/dos interlocutores desta investigação. É bem provável que algumas dessas hipóteses sejam confirmadas pelos desdobramentos dessa investigação e outras se comprovem como inadequadas ou menos potentes para a discussão.

Considerações finais

Para concluir de uma maneira aberta e, paradoxalmente, inconclusa é necessário pontuar a necessidade da presença de corpos trans* docentes na Educação do Brasil. Contrariamente ao que se pode pensar no senso comum a ocupação dos espaços escolares e educacionais por corpos trans* não configura como um *problema de gênero*, parafraseando Judith Butler, mas uma via de entrada para movimentações que podem oferecer indícios de solução a problemas históricos da Educação. É preciso arejar a sisudez técnica e falsamente moralista da Educação.

Também é preciso considerarmos a prática docente como o exercício de uma intelectualidade pública, usando os termos de Antonio Gramsci, e, nessa medida, podemos situar a atuação das docências trans* num quadro mais amplo de insurgência e emergência de outras epistemologias vindas de fora do centro que, ao nosso ver, podem engatilhar o desejo da ousadia em sonhar um outro futuro, melhorando assim o presente.

Assim, a prática de docentes trans* deve também ser localizada neste registro mais abrangente de inovação epistêmica que, feito a custa de muita luta, pode oxigenar a sociedade como um todo. Retomando as analogias biológicas feitas a partir das reflexões de Emanuele Cocchia que inauguram as discussões empreendidas por esse texto, é preciso que a Educação seja contaminada pelas ações e deslocamentos paradigmáticos ocasionados pelas docências trans* de forma que a transfobia institucional se veja em estado febril.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: **Obras escolhidas II. Rua de Mão Única** S.P.: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Obras escolhidas I. **Magia e técnica, arte e política**. SP, Brasiliense, 1985.

BRAGANÇA, Inês. *Pesquisa formação narrativa (auto)biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas*. In: ABRAHÃO, M. H.; CUNHA, J.; VILLAS BÔAS, L. **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo**. São Paulo: Ed. N-1, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: editora 34, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

GOMES, Carla. Corpo e emoção no protesto feminista. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 25, 2017, pp.231-255, 2018.

GOODSON, Ivor. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. 1ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

IAZZETTI, Brume Dezembro. Existe 'Universidade' em pajubá?: transições e Interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2021 (no prelo).

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: ed. sulina, 2009

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: Ed. n-1, 2014.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

YORK, Sara. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a) fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020

GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÓS-IDENTITÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO: PRÁTICAS DE LETRAMENTOS *QUEER* NAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO DE LITERATURA NO ENSINO MÉDIO

José Paulo Alexandre de Barros Júnior

Especialista em Gênero e Sexualidade pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, josépauloj08@gmail.com;

Thaynã Emanoela Guedes Carneiro

Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, thayguedesc@gmail.com;

Resumo

Considerando que os letramentos atuam agentes formadores do homem e a literatura como um caminho para a humanização e liberdade do indivíduo, a presente pesquisa possui como objetivo geral, analisar as contribuições do Letramento *Queer* para a formação crítica e humana do leitor literário no Ensino Médio, a partir de seu contato com obras literárias escritas por/ sobre minorias sexuais. Buscou-se, portanto, problematizar os processos de subjetivação, performances e (des)construção de identidades desencadeados a partir dessa relação ou da ausência de tal proposição no currículo que norteia a prática docente. Para fundamentar a pesquisa, utilizaram-se as discussões de teóricos como: LOURO (2000, 2001, 2018), FOUCAULT (1988), BUTLER (1997) MOITA LOPES (2002), COSSON (2014, 2017), SOARES (2004), STREET (1984), KLEIMAN (2002), CÂNDIDO (1995), entre outros a partir de um estudo de natureza bibliográfica. Apoiando-se nos resultados da pesquisa, pode-se concluir

que ao negar a importância da representatividade, a escola se firma como uma das instituições responsáveis pela condição de precariedade de muitos indivíduos. Compreendendo que a linguagem possui um papel fundamental na construção desses discursos opressores, é urgente práticas de letramentos os subvertam, é preciso tornar *queer* as práticas de letramento na escola. Isso é possibilitado a partir da diversidade e da contraposição a visões monolíticas e uniformizantes de mundo e sociedade durante um efetivo processo de didatização da leitura literária.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Educação. Teoria *Queer*. Leitura Literária.

1 Introdução

Desde que a sexualidade tornou-se um dispositivo de controle e regulação social (FOUCAULT, 1988), ou uma “questão” (LOURO, 2018), ela vem sendo manipulada a partir de discursos institucionalizados que conferem ou não a sua legitimidade. Hoje, além do estado, da igreja e da família, a escola também se constitui como uma das principais instituições reguladoras do processo construtivo e formador das identidades sociais.

É por meio dessa relação discursiva estabelecida por esses poderes institucionais, que se garantem a ordem e os padrões tradicionais relacionados a cultura, ao corpo e comportamentos. Desta forma, a escola também é responsável pela manutenção do discurso que também difunde padrões de gênero e sexualidade. Esses discursos são veiculados por meio de toda estrutura arquitetônica, intelectual e ideológica dos espaços escolares e chegam aos estudantes por meio do currículo de ensino e do próprio livro didático que trazem insuficientes representações da diversidade social humana, forçadas a partir de um ideal heteronormativo¹.

Consequente a isso, o debate sobre gênero e/ou sexualidade tem sido alvo de numerosas interferências, e a escola vem ausentando-se dessa discussão, silenciando sujeitos que possuem performances² e identidades que subvertem esse ideal (MOITA LOPES, 2002). Considerando que o indivíduo compreende a si mesmo no processo da compreensão do outro, a falta de representatividade e as desigualdades produzidas nesse processo de exclusão, comprometem profundamente as relações humanas. Assim, a homofobia, o sexismo e outras violências encontram nesse silenciamento um espaço fértil para disseminarem-se. Torna-se necessário então revisar epistemologias, concepções tradicionais e verdades que a norma postulou como verdade absoluta. É preciso questionar, desnaturalizar e sugerir estratégias férteis e criativas para pensar em todas as performances de

1 Compreende-se por heteronormatividade a construção de ideais culturais pensados a partir de uma norma compulsória à heterossexualidade. (LOURO, 2009, p. 90)

2 Performance é o conceito utilizado por Butler (2019), para descrever o caráter socialmente construtivo das identidades de gênero.

existências identitárias dentro do próprio currículo escolar. É preciso torna-lo *Queer*³,

A linguagem e a experiência literária possibilitam o intercâmbio de saberes e valores culturais que são importantes para edificar posicionamentos na vida como ser político e social. Esse intercâmbio é efetivado na escola com o ensino da literatura e das outras artes, concretizando o direito do(a) aluno(a), conforme prescreve a LDB (9.394/96), em seu Art. 35, inciso III, a fim de que haja o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996). Quando esse direito não é efetivado na escola, implica na formação humana do(a) aluno(a). Logo, incorporar a epistemologia *Queer* nas práticas de letramento, é sobretudo, considerar o ato de leitura uma prática social que compreende o texto literário como um espaço dialógico com diversas vozes ali representadas.

Considerando, pois, tal importância, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições do Letramento *Queer* para a formação crítica e humana do leitor literário no Ensino Médio, a partir de seu contato com obras literárias escritas por/sobre minorias sexuais, problematizando assim, os processos de subjetivação, performances e (des)construção de identidades desencadeados a partir dessa relação.

Levando em conta os questionamentos e impasses apontados, levanta-se como inquietude motivadora desse estudo a seguinte problemática: Quais as contribuições do letramento *Queer* para a formação crítica e humana do leitor literário e quais são as implicações e transgressões produzidas por meio de sua implementação nas aulas de literatura do Ensino Médio?

A fim de responder à questão central desta proposta de estudo, alguns objetivos específicos foram levantados para norteá-la, a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica: 1) Analisar as práticas de letramento adotadas pela escola, compreendendo como tais práticas implicam na construção discursiva e identitária dos alunos, especificamente nas

3 Ser *queer* é sobretudo “um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias (...), que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível”. Ao pretender tornar o currículo *Queer* ou “estranhar o currículo”, busca-se, na verdade, desconfiar dele (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual, desconcertá-lo ou transtorná-lo. (LOURO, 2004, págs. 7-8)

relações de gênero e sexualidade; 2) Compreender se a leitura literária a partir Letramento Crítico *Queer* contribui na representação e no imaginário da identidade, do gênero e da sexualidade e, se sim, quais são suas implicações na formação humana do leitor literário.

Justifica-se a relevância desse trabalho, pois além da urgência de problematizar questões que constituem a escola como um ambiente heteronormativo, repleta de silenciamentos e de falta de representatividades, o Brasil hoje testemunha ataques reacionários a educação a partir de projetos políticos que visam proibir a promoção do debate sobre igualdade de gênero e sexualidade na escola. Além disso, existe uma lacuna que deve ser considerada: nota-se a escassez de pesquisas que mostrem ações e propostas metodológicas na área de educação que, sob a perspectiva do Letramento Crítico *Queer*, enfatizem discussões que problematizem práticas curriculares no ensino de literatura capazes de provocar reflexões sobre as relações de gênero e sexualidade no Ensino Médio. Trabalhos encontrados na plataforma da *Capes* como os de Carvalho (2013), Rocha (2013), Silva (2015) Souza (2020), dentre outros, trazem discussões e resultados acerca da implementação dos Letramentos *Queer* apenas no ensino de língua estrangeira ou em outras etapas de ensino da educação básica. Considerando e os letramentos como agentes formadores do homem e a literatura como um caminho para a humanização e liberdade do indivíduo (CÂNDIDO, 1995), os futuros resultados obtidos nessa pesquisa serão de significativa contribuição para a literatura acadêmica.

A partir dos resultados que serão alcançados, espera-se também contribuir para o ensino de literatura, e assim ressignificar a prática de leitura literária na escola, privilegiando aquela que promova o letramento crítico, ou literário. Dessa forma, pretende-se instrumentalizar profissionais de educação a compreenderem a urgência relevância da representatividade, da visibilidade e de práticas inclusivas capazes de questionar concepções tradicionais que criam abjeções dentro do contexto escolar.

2 Desenvolvimento

2.1 Letramento Literário e Ensino de Literatura

O termo letramento é inserido no contexto educacional brasileiro em meados da década de 1980 (SOARES, 1998) para distinguir

as pesquisas acerca dos efeitos sociais da escrita das pesquisas sobre a alfabetização. O letramento, surge então, na necessidade de estabelecer as profundas diferenças entre ser alfabetizado e ser letrado. Assim, as práticas de alfabetização passaram a ser a ser delimitadas como o domínio dos sinais gráficos da língua e das suas peculiaridades fonológicas e ortográficas para as práticas de ler e escrever (KLEIMAN, 2002), enquanto o letramento envolveria práticas sociais mais complexas entre a leitura e a escrita (SOARES, 2004).

Conforme afirma Kleiman (2002, p.19), pode-se definir letramento como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos”. Tal prática pressupõe o uso cultural e ideológico da linguagem, mais precisamente sua apropriação e uso nos mais diversos contextos situacionais da língua, inclusive contextos escolares. As práticas de letramento devem levar em conta as múltiplas possibilidades de leitura de um texto a partir do manejo dos diversos gêneros textuais, inclusive o literário (SOUZA; COSSON, 2013).

O letramento literário demanda uma metodologia pedagógica complexa para a compreensão global, estética e social do texto literário. Como um distinto uso social da língua escrita, o letramento literário possui uma diferente ligação com a escrita/leitura, pois a literatura possui um caráter único na sua relação com a linguagem, já que “a literatura tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada” (COSSON, 2014, p. 17). Assim, a escola é o espaço único e ideal para que o letramento literário efetive-se a partir de metodologias eficientes de manejo do texto literário, que uma simples leitura não supriria:

O letramento literário, conforme o concebemos, possui uma configuração especial. Pela própria condição de existência da escrita literária, [...] o processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio. Daí sua importância na escola, ou melhor, sua importância em qualquer processo de letramento, seja aquele oferecido pela escola, seja aquele que se encontra difuso na sociedade. (COSSON, 2014, p. 12)

Partindo dessa concepção, compreende-se o letramento literário também como “o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 67). Assim, processo de apropriação crítica estabelecida pela relação entre leitor e texto literário envolve uma experiência imagética na produção de sentidos de compreensão do mundo e de si próprio. Tal afirmação se justifica pois, Segundo Cosson (2014), a linguagem e a leitura literária possibilitam uma experiência estética do mundo por meio da linguagem e por consequência, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos relacionados a história, crítica e teoria literária.

A fim de que os fundamentos do letramento literário se concretizem a partir prática pedagógica, Cosson (2014) estabelece três etapas fundamentais no processo de leitura: a pré-leitura, leitura concreta do texto pelo método interpretativo e o saber literário.

Para um efetivo letramento literário a partir dessas etapas, Cosson (2014, p.47) também introduz alguns pressupostos. O primeiro afirma que o texto literário não deve ser usado como pretexto para ensino, e que a partir dele deve-se viver a “experiência do literário”, incentivando práticas de entendimento global do texto literário. O segundo deles refere-se ao que o autor chama de “princípio da diversidade”, no qual a escolha dos textos devem ser feita de forma plural, respeitando “as várias manifestações literárias”, não apenas elegendo o cânone literário como a única possibilidade. E por fim, o terceiro pressuposto chama atenção para a importância da criação de uma comunidade leitora pois, a partir desta, as pessoas envolvidas “interagem entre si e se identificam em seus interesses e objetivos em torno da leitura” e intercambiam experiências culturais e sociais (COSSON, 2017, p. 138).

Contudo, a escola, “a mais importante das agências de letramento”, ainda mantém um modelo de abordagem ineficiente, parcial e equivocada (KLEIMAN, 1995, p. 20). Em muitos os casos, pressupõe-se um único tipo de letramento a ser desenvolvido, baseado na ideia autônoma da escrita como um processo acabado, que não necessita de produção de sentidos e contextos para sua global compreensão (STREET, 1984). Desta forma, ao entrar em contato com o leitura literária, os alunos não a compreendem como “uma leitura que demanda respostas do leitor, que o convida a penetrar na obra de diferentes maneiras, a explorá-la sob os mais variados aspectos” (COSSON, 2012, p. 29).

Assim, consequente a esse modelo autônomo, há o agravante do fracasso escolar, que implica diretamente na formação social e

humana do leitor, em uma sociedade que não questiona o modelo de letramento adotado pela escola (JUNG, 2003). Tal consequência se justifica pelo fato dos sujeitos impostos a esse processo fazerem parte de um sistema hierárquico, que privilegia um modelo etnocêntrico e ideológico de letramento, voltado para atender as estruturas políticas e hegemônicas da sociedade, já que a escrita, em sua maior amplitude, é domínio apenas de camadas sociais que detém o poder. O letramento, assim, é concebido de forma descontextualizada a não promover o pensamento crítico, produzindo desigualdades e contribuindo para a marginalização de sujeitos.

2.2 Literatura e Representatividade

Considerar que todas as práticas de letramento são ideológicas, é compreender que tais práticas “[...] são aspectos não apenas da cultura mas também das estruturas de poder numa sociedade” (KLEIMAN, 1995, p. 38). Já que a prática de letramento autônomo impulsiona exclusões que negam a efetiva participação de todos na sociedade, é necessário que a escola enquanto instituição busque métodos que contraponham essas desigualdades.

Para refutar essa visão, Street (1984), propõe um modelo ideológico de letramento associado aos aspectos culturais e sociais que devem estar inerentes a significação da escrita nas mais diversas situacionalidades. Assim, o modelo ideológico de Street nos direciona a proposta dos multiletramentos, visto que as práticas de letramentos variam a partir dos diversos contextos de leitura e escrita, bem como seus usos que são atrelados também a concepções de identidade e modo de ser.

Para Street (1995), os discursos transparecem aspectos singulares das subjetividades por meio da linguagem presente nos textos e que algumas identidades podem sentirem-se ou não pertencidas aos processos dos letramentos. Por isso, se tratando da escola, é essencial contextualizar as práticas de letramento a fim de criar saberes que legitimem essas identidades e impulsionem o senso de pertencimento a esse contexto.

Um efetivo letramento literário é essencial para esse processo de legitimação, já que a literatura possibilita ao leitor desenvolver sua própria humanidade, conhecendo a diversidade da sociedade que o cerca, para compreender a si próprio: “a literatura corresponde a uma

necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos” (CANDIDO, 1995, p. 256).

Portanto, se faz necessário que a escola rompa com as noções de letramento tradicionais, problematize os saberes que impõe e o próprio currículo, pois assim como as práticas de letramento são ideológicas, há implicações políticas e sociais na própria escolha institucional dos textos literários. Percebe-se a escolha de um cânone que idealiza o “homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a referência” (LOURO, 2000, p.9), e assim esse ideal exclui e segrega outras possibilidades e performances e identidade nos discursos construídos durante os processos de letramentos.

Entretanto, “A vocação normalizadora da educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado” (LOURO, 2018, p. 27). A escola e as práticas de letramentos estabelecidas por essa instituição não podem “ignorar as novas práticas, os novos sujeitos, suas contestações ao estabelecido” (LOURO, 2001, p. 542). O maior desafio da escola não é apenas reconhecer a possibilidade da existência desses sujeitos, que suas práticas e performances sexuais e de identidade de gênero se multiplicaram. É necessário romper esse silenciamento, quebrar esquemas binários e construções tradicionais implícitas no currículo e nas prática de letramentos. É necessário representatividade.

2.3 A teoria *Queer* e o Letramento crítico *Queer*.

A teoria *Queer* é uma corrente de estudos pós-estruturalista⁴, que surge a partir do confronto com a corrente de estudos culturais norte-americanos, mais precisamente estudos sobre poder, corpo, discurso e sexualidade. A teoria inicia seu marco epistemológico a partir de questionamentos a discursos institucionais que regulam, impõem papéis sociais e comportamentais para disciplinarização de sujeitos. Desta maneira, os estudos *Queer* utilizam de seus conceitos

4 O pós-estruturalismo pode ser compreendido como um conjunto de teorias que surgem na necessidade de repensar a estática perspectiva estruturalista. Os questionamentos sobre a maneira de como a sociedade está estruturada e as concepções de como as identidades não são estáticas constituem alguns de seus pressupostos (HALL, 1998)

epistemológicos⁵ para desnaturalizar noções primitivas de gênero e sexualidade, apontar incertezas sobre aquilo que a hegemonia heteronormativa postula como essência do ser⁶ e, assim, questionar esses ideais de verdades que ignoram outras formas de identidade nas práticas sociais, nas decisões políticas institucionais e nas crenças do imaginário social.

Enquanto crítica pós identitária⁷, a Teoria *Queer* é incorporada na educação a partir do anseio de teóricos buscarem novas estratégias de ensino, para (re)pensar metodologias não-normativas no que se refere a gênero, sexualidade e relações sociais na escola. Assim, busca-se a partir de seus pressupostos, contrapor os princípios que sustentam a heterossexualidade compulsória⁸, no propósito de minimizar silenciamentos e marcas de abjeção no espaço escolar e, consequentemente, na sociedade:

“Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/mulher e masculino/feminino. (LOURO, 2018, Págs. 39-40)

Entretanto, a teoria *Queer* não pretende criar um modelo *Queer* de mundo ou de inserir conteúdos num currículo que já é “superpovoado”. Seus discursos questionadores “falam’ a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito,

5 Para a teoria *Queer*, entende-se o gênero como um ato performativo, intencional e regulado que depende das experiências vividas pelo corpo para produzir significados (BUTLER, 2019); como um dispositivo histórico que se constitui a partir de múltiplos discursos (FOUCAULT, 1988) e também, como uma categoria histórica, forjada nos arranjos sociais e constituinte da identidade das pessoas (LOURO, 1997).

6 Essências do que é ser masculino, essências do que é ser feminino.

7 A teoria *Queer* é uma política pós-identitária, pois seus pressupostos transcendem questões de identidade para que através dela, articule-se cultura, estruturas linguísticas e discursivas.

8 A heterossexualidade compulsória é a heterossexualidade imposta, responsável por regular o gênero em uma relação binária: homem/mulher, criando imposições e papéis sociais de gênero (RICH, 2000)

isto é, como sujeitos *queer*⁹. Trata-se de dialogar com as diferenças, e com aqueles que através dos seus privilégios as tornam abjeções, para que assim cada sujeito seja capaz de “dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam” (LOURO, 2018, p. 49).

Interseccionando os estudos *Queer* para o campo da educação, mais precisamente para o campo de ensino e estudos da literatura e da linguagem no Ensino Médio, procura-se questionar inclusive a lacuna existente sobre essa discussão nas próprias *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (BRASIL, 2006), assim como problematizar as noções de letramento, linguagem e currículo adotadas no atual sistema de ensino.

Para Butler (1997), somos seres linguísticos pois a materialização dos nossos corpos e a construção das nossas subjetividades são feitas por meio da linguagem. Assim como ocorre com essa construção discursiva, o poder também se exerce por meio da linguagem e opera sobre vulnerabilidades. Nesse sentido, ser vulnerável, é uma consequência de sujeição daqueles que não dominam a linguagem e se tornam dominados por ela, a partir de discursos operados por instituições hegemônicas, que regulam o acesso desses saberes e criam exclusões. Desta maneira, margens sociais são criadas e nelas habitam os sujeitos que são “impensáveis”, pois “não se enquadram numa lógica, ou num quadro admissível” (LOURO, 2018, p. 70) às normas da cultura. Esses sujeitos são excluídos do discurso social e a eles é negada qualquer forma de representação.

3 conclusão

Ao negar a importância da representatividade, a escola se firma como uma das instituições responsáveis pela condição de precariedade de muitos indivíduos, pois desde seu princípio sempre atuou na produção de desigualdades, na separação de sujeitos e na manutenção de ideologias dominantes através de “múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização” (LOURO, 2003, p.57).

9 “*Queer* é o sujeito da sexualidade desviante. Anteriormente à teoria, a expressão foi utilizada de maneira pejorativa para se referir a homens e mulheres homossexuais.” (LOURO, 2004, p. 38).

Esses mecanismos são instituídos inclusive por meio do currículo, quando a escola elege durante os processos de letramento que deve ou não trabalhar, de forma respaldar interesses da sociedade hegemônica e heteronormativa. Compreendendo que a linguagem possui um papel fundamental na construção desses discursos opressores, é urgente praticar de letramentos os subvertam, é preciso tornar *queer* as práticas de letramento na escola.

Portanto, práticas de Letramento *Queer* seriam definidas como práticas subversivas que “têm de extrapolar a capacidade de ler, tem de desafiar convenções de leitura e exigir novas possibilidades de leitura” (LOURO, 2018, p. 61) do mundo, do outro e de si mesmo. Sobretudo, são práticas que, ao se alinharem as questões abordadas pela visão dos multiletramentos (COSSON, 2012) e do letramento ideológico de Street (1984), direcionam visões para as estreitas relações entre os usos da língua e as esferas das representações sociais humanas. Se tratando da leitura literária, trata-se de habitar um espaço em que discursos legitimadores entram em disputa.

Para atingir esses propósitos, a diversidade e a contraposição a visões monolíticas e uniformizantes de mundo e sociedade precisam ser atitudes adotadas pelo docente durante o processo de didatização da leitura literária. Assim, além do próprio cânone literário, é necessário considerar aquilo que homossexuais, lésbicas e outras minorias sociais produziram, principalmente ao falar de si durante o processo para um efetivo letramento crítico *Queer*.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam*. Sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismos e subversão da identidade. 17ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. in: **Vários Escritos**. 3. ed. rev, e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. pp. 235 – 263.

CARVALHO, Alvaro Monteiro. **Práticas de letramento queer na sala de I/LA**. Discursos e performances identitárias em fricção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/dissert/2013-alvarocarvalho.pdf>. Último acesso em 29 ago. 2020.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

COSSON, Rildo. **Círculos de Leitura e Letramento Literário**. 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

FOUCAULT, Michael. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 1998.

JUNG, N. M. **Identidades sociais na escola**: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue. 2003. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

KLEIMAN, A. B. Introdução: o que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

KLEIMAN, ANGELA B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social a escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

LEWIN, K. **Action research and minority problems**. Journal of Social Issues, n. 2, p. Journal of Social Issues 34-36, 1946.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação**. Revista de Estudos Feministas. Ano 9(2), 2001. Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/ UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. da. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PAULINO, G.; COSSON, R. **Letramento literário**: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: RÖSING, T. M. K; ZILBERMAN, R. (Orgs.). Escola e leitura: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

RICH, A. 2000. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In: KOLMAR, W. e BARTKOWSKI, F. **Feminist theory**: a reader. Mountain View, CA: Mayfield Publishing Company.

ROCHA, Luciana Lins. **Teoria Queer e a sala de aula de inglês na escola pública**: performatividade, indexicalidade e estilização / Luciana Lins Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/linguisticaaplicada/site/teses/2013-lucianarocha.pdf>. Último acesso em 29 ago. 2020.

SILVA, Diva Souza. **A constituição docente em matemática à distância**: entre saberes, experiências e narrativas. UFMG/FaE, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS8DXFZX/1/tese_vers_o_9_final_2010_11_10.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

SILVA, Luciana Leitão. **Letramentos queer e trajetórias de socialização na “sala de aula de inglês” no Ensino Fundamental I**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2561782. Acesso em: 29 ago. 2020

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004. 287 p.

SOUZA, R. J.; COSSON, R. **Letramento literário**: uma proposta para a sala de aula. São Paulo: UNESP/UNIVESP, 2013.

SOUZA, Gustavo Tozzetti Martins. **A língua fora do armário**: Uma abordagem transviada no ensino de Línguas Estrangeiras. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38914/1/2020_GustavoTozzettiMartinsdeSouza.pdf. Último acesso em 29 ago. 2020.

STREET. B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. Social Literacies. **Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education**. Harow: Pearson, 1995.

RACISMO E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM NEGATIVA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Luana Lima Bittencourt Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, luanna.llb@gmail.com;

Maria Salete de Souza Nery

Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, saletenery@ufr.edu.br.

Resumo

Tendo em vista a importância da abordagem da temática étnico-racial na atualidade e a necessidade de sua inserção nos espaços de formação social, este artigo busca discutir origens e continuidades de memórias sociais negativas sobre o negro no Brasil e a educação formal como espaço propício ao ensino e aprendizagem antirracistas. Adota-se como metodologia a análise e discussão teórica acerca do tema, baseada nos estudos de Paul Ricoeur sobre memória, além de autores importantes no debate de questões étnicas, racismo e educação, como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Grada Kilomba e outros. Como resultados compreendeu-se que, apesar das lutas que exigiram e fomentaram implementação de leis e aumentaram a visibilidade sobre a desconstrução do racismo em âmbito social e educacional, as memórias de negatividade sobre os negros na sociedade brasileira foram construídas e muito bem

engendradas mediante diversas formas de manipulação que legitimaram narrativas dominantes, tendo como consequência a perpetuação velada ou explícita do racismo pela imagem estereotipada sobre o negro e ideologias de inferioridade. Entende-se, ainda assim, que a escola como lugar de formação de agentes sociais pode e precisa interferir nas práticas racistas através do estímulo à reflexão sobre os acontecimentos históricos e questões das relações de desigualdade na sociedade. Infere-se, ainda, que quando o ser passa por um processo educacional formal esclarecedor, tende a desenvolver consciência crítica e a enxergar mais facilmente as manipulações postas nos discursos em meio à coletividade, refletindo sobre o que deve apreender e o que deve combater.

Palavras-chave: Educação, Memória, Racismo.

Introdução

As relações étnico-raciais têm sido discutidas com maior intensidade nos últimos anos dando destaque à temática em âmbito mundial a fim de desmitificar preconceitos e tentar coibir a perpetuação da discriminação, da violência e do racismo. A partir da luta por igualdade racial, desencadeada por grupos e movimentos organizados, percebe-se um avanço considerável no que tange à abertura de espaços sociais para debate e aquisição de direitos através de legislações específicas, tanto no âmbito civil quanto penal. Porém, principalmente, para a população negra, ainda se percebe um longo caminho a ser percorrido em busca de transformação do pensamento social de desvalorização gerado pela trajetória que lhe foi imposta de forma arbitrária, escravizando e subjugando-a a condições de extremo desfavorecimento social.

As memórias construídas sobre os negros passaram por diversos processos oriundos do desejo de perpetuação de dominação sobre estes. Através de múltiplos atos de violência e desumanização buscou-se construir memórias pessoais e sociais que os tirassem do lugar de direito à liberdade, cidadania e igualdade. Ao passo que os dominadores construíram essas memórias, procuraram também apagar aquelas que se referissem às trajetórias, histórias, tradições e culturas dos africanos e afrodescendentes.

No princípio da construção da sociedade atual, muitas das ideias pregadas pelos tidos como vencedores das batalhas da humanidade atravessaram continentes e onde quer que se instauraram fizeram crescer egos, ódios, misérias, maldades e deturpações sobre o que e como seria uma sociedade desenvolvida e plena. Padrões ideológicos, morais, comportamentais e estéticos se estabeleceram sendo repassados e postos como memórias vivas do passado a serem re-presentadas no presente de forma a exaltar ou inferiorizar os sujeitos. Em maior ou menor intensidade, nas diversas civilizações e gerações, esses padrões foram sendo remodelados para de alguma forma subsistirem às mudanças nos sistemas políticos, sociais e econômicos e continuaram fazendo parte da experiência da vida humana, seja como fonte de dominação do opressor ou como sofrimento do oprimido. No Brasil, devido, até mesmo, à sua origem política e econômica, as artimanhas para exclusão e omissão das memórias de positividade sobre

os negros foram intensas, contínuas e renovaram-se a cada época, perdurando nos tempos de muitas gerações e ainda sobrevivendo na atualidade.

Tendo em vista a importância da abordagem da temática étnico-racial na atualidade e a necessidade de sua inserção nos espaços de formação social, este artigo busca discutir origens e continuidades de memórias sociais negativas sobre o negro no Brasil e a educação formal como espaço propício ao ensino e aprendizagem antirracistas. Assim, tomando como base os estudos do filósofo Paul Ricoeur, considerar-se-á a memória como um processo de cognição do ser humano, o qual pode se dar de maneira espontânea ou através de um esforço do indivíduo para trazer à luz algo do passado (RICOEUR, 2007). Logo, a memória será percebida como parte integrante e primordial do ser humano no que tange ao aprendizado e à conexão deste com o mundo, dotando-o de significado através das experiências passadas e presentes, quer sejam elas em âmbito pessoal ou coletivo, de forma objetivamente experimental ou através da apreensão de discursos sociais.

Partindo, também, da premissa de que as ações das pessoas são resultados de um aprendizado internalizado que é construído na coletividade, entende-se que é necessário discutir o que foi ensinado, o que foi aprendido nos espaços formais e informais, bem como o modo como esse processo se dá dentro da sociedade, muitas vezes, sendo ditado por padrões originados em classes privilegiadas que um dia tomaram para si o direito de se sentirem e se dizerem melhores, exaltando suas memórias e histórias oficializadas em detrimento daquelas que são consideradas minorias em quesito de igualdade. Mas, apesar disto, entende-se a necessidade de discutir como a educação formal, como espaço de formação social, detém possibilidades diversas de contribuir de forma efetiva para o combate ao racismo através do fomento à reflexão sobre as estruturas e construções racistas que se fizeram, a fim de desmistificar conceitos e ressignificar representações de negatividade sobre os negros. Sendo assim, adotar-se à estudos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Grada Kilomba como aportes teóricos.

Metodologia

Este artigo trata-se de uma discussão teórica oriunda de um fragmento estrutural do estudo em andamento para tese de doutoramento

que visa compreender de que forma a utilização de imagens e discursos sobre os negros influencia nas campanhas publicitárias para consumo no Brasil e verificar se e como a obtenção de maior nível de formação acadêmica modifica a forma de analisar os discursos das marcas em suas ações de marketing.

Para este estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica e escolhidos como fontes principais os estudos e discussões propostas por Ricoeur (2007), Munanga (1996;2003), Kilomba (2010) e Gomes (2003; 2013; 2018). Sinaliza-se, ainda, que outros estudos sobre a temática são utilizados como fontes auxiliares e complementares.

Resultados e discussão

Origens e continuidades das memórias sociais sobre a população negra no Brasil

O crescimento econômico e social em diferentes áreas do planeta foi realizado em meio às guerras físicas e ideológicas entre os povos. Venciam aqueles com maior força bélica, mais fontes econômicas, maior número de aliados ou mesmo maior conhecimento técnico e científico capaz de convencer de que estavam certos e deveriam ser seguidos. Nos dias atuais, não causando menor estrago, uns tentam prevalecer sobre outros por se acharem mais inteligentes, mais espertos, mais dotados de poder, mais 'especiais' ou mais desenvolvidos. Em muitos casos, algumas pessoas nem precisam fazer esforços específicos para se sobressair, pois a construção coletiva em torno do grupo do qual faz parte já se encarregou de os elevar, ao mesmo tempo que desvaloriza outros. Assim novas gerações acabam, de forma intencional ou não, por perpetuar desigualdades a partir de aprendizados incorporados que resguardam valores preconceituosos e se dão através de diversos esquemas operacionais diluídos nos campos sociais, por vezes disfarçados, em prol da manutenção de um sistema de dominação e exploração.

A escravidão dos povos negros, tanto por sua duração quanto por sua extensão territorial, pode ser observada como um grande marco social, que apesar de ter deixado de fazer parte do sistema socioeconômico na sua forma original é vista como um dos pontos fortes para manutenção da ideia de superioridade de raças, sendo fonte para muitos dos olhares estigmatizados sobre os negros, bem como parte

do imaginário atual de muitos sobre o lugar que estes devem ocupar, vistos como escórias da sociedade. Assim, infere-se que a classificação racial baseada nessas ideologias ainda interfere nas relações sociais, sendo mantida por uma série de memórias sociais que passam de geração em geração apoiadas em preconceitos que acabam sendo reforçados por agentes sociais em áreas como educação, política, mercado de trabalho, mídia e outros.

Ao longo do tempo, soma-se que mais de 4,5 milhões africanos foram trazidos ao Brasil (MARQUESE, 2006) para serem utilizados nos mais diversos trabalhos em todo o país. Cita-se ainda que o território brasileiro foi o maior importador de africanos escravizados da América (ALENCASTRO, 2018), recebendo negros traficados por mais de três séculos. Esses acontecimentos podem ser vistos também como fonte para a formação de uma nação tão dual, a qual mesmo sendo composta por uma maioria populacional negra, tem uma sociedade totalmente permeada pelo racismo implícito e explícito, como resultado da manutenção de memórias passadas que inferiorizam o negro ao invés daquelas que demonstram a força e a beleza de sua ancestralidade, sua luta por resistência, sua força na construção desse país e os diversos protagonistas negros que deveriam ser orgulho, mas foram empurrados ao esquecimento.

Sabendo que numa construção social com base em uma narrativa seletiva, na qual as mais influentes têm mais ênfase, percebe-se que estas são daqueles que tomaram para si a legitimidade dos discursos e perpetuação destes, os quais através de seus postos de poder e domínio, puderam construir e narrar, encontrando validade no meio social e continuidade no mesmo. Entende-se, assim, que os colonizadores buscaram legitimar a escravidão através de pontos como exaltação de suas identidades, costumes, culturas e de suas conquistas como dominadores contando ser, então, parte de um povo mais forte e capaz ao distorcer a realidade de sua crueldade.

A violência com que foi formada a nação brasileira já deu bases para o estabelecimento de memórias que favoreceram seus colonizadores. Assim, processo de disseminação coletiva das memórias dos exploradores foi facilitado, gerando consequências profundas e o prezar pela repetição de tais memórias tendeu a fugir da criticidade daquilo que estava sendo rememorado (RICOEUR, 2007), incidindo de geração em geração uma falsa sensação de certeza sobre o que deveria ser guardado e cultuado como padrões de comportamento

e tratamento aos negros. Na complementaridade entre a memória e o esquecimento ergueu-se uma fortaleza que segregou os negros em todos os ambientes, por muito tempo. Não deveria haver quaisquer questionamentos sobre a condição de vida e tratamento dado aos negros e aos poucos a história contada virou 'verdade' e memória, ao passo que sempre que lembrava-se os negros imputava-se a eles todos os quesitos de inferioridade e merecimento da situação em que se encontravam como um construto da ideologia dominante. Sua terra, seu povo, sua cultura, sua origem e sua trajetória foram retratados de forma deturpada e a realidade foi moldada e fantasiada com substancial negatividade visando impossibilitar o aparecimento das narrativas dos reais protagonistas dessas histórias.

Os escravizados eram vistos como violentos e perigosos à integridade física da população e as fugas e revoltas que fizeram parte do processo de resistência dos negros à barbárie da escravidão foram utilizados como reforçadores dessa imagem. Desde a chegada destes no Brasil, divulgou-se que tinham instintos e comportamentos selvagens e ofereciam risco aos demais. Os negros foram sendo pintados como aqueles que queriam roubar dos dominadores os direitos que lhes cabiam, os bens que lhes pertenciam e a vida que tinham (KILOMBA, 2010).

No Brasil, estima-se que 338 anos se passaram desde a vinda dos primeiros africanos a serem escravizados até a abolição da escravidão. Nesses mais de três séculos muitas foram as formas de resistência dos negros contra esse sistema de exploração, mas muitas também foram as mazelas deixadas e as vidas perdidas no período de escravidão em virtude dos castigos, maus tratos e também de suicídios (LEITE, 2017). Após a Lei Áurea, apesar de libertos, os negros não se viram livres no verdadeiro sentido da palavra. Assim, entendendo que aprendizados ocorrem através da experiência do eu no mundo e nas relações estabelecidas nele e com ele (RICOEUR, 2007), infere-se que a todo momento tentou-se ensinar aos negros que a sociedade livre não era para eles. Mesmo com a lei escrita dizendo que poderiam fazer parte dela, a realidade relacional deles com o mundo e com as demais pessoas dizia sempre o contrário.

Aos poucos normalizou-se a experiência à qual o negro foi posto e ao pensar sobre este, automaticamente, agia-se conforme o que havia sido internalizado dessa ideologia de inferioridade. O homem como agente capaz de utilizar-se da lembrança com reflexividade

para promoção de suas ações passou a usá-la nesse quesito específico como o que pode ser comparado a um hábito, algo que se tornou espontâneo tanto por ter sido apreendido de forma efetiva, quanto por se tornar parte do cotidiano. Assim, é possível fazer uma alusão sobre essa inserção da imagem do negro ao que Ricoeur (2007) identifica como memória-hábito, a qual para o autor, se dá por intermédio da reutilização comum de um aprendizado internalizado nas reações à determinada situação, que por se dar constantemente no presente não fica nitidamente perceptível como oriunda do passado. Assim, o tratamento a ser despendido ao negro aparecia sem nem precisar de esforço para o trabalho de busca na memória sobre o que se passou, estando tão presente nas pessoas quanto o próprio ato de falar, comer e andar.

Este processo pode ser analisado, pertinentemente, através da inferência de que a manipulação da memória pode se formar em virtude do confronto firmado quando o outro é percebido como uma ameaça ao espaço identitário que o dominante possui (RICOEUR, 2007). Buscando tanto manter seus espaços sociais, quanto suas histórias e vitórias, a classe exploradora não poderia suportar o adentrar de outros povos onde imaginavam caber só a eles mesmos, por isso percebe-se que pouco a pouco introduziam-se mais argumentos que reforçavam os estereótipos já existentes ou criavam novos olhares negativos sobre os negros no meio social.

Memórias estruturadas na aprendizagem formal e informal e a educação antirracista

A educação pode ser observada como um processo conjunto que engloba os aprendizados oriundos dos espaços formais, do seio familiar e comunitário e, ainda, dos meios de comunicação que refletem e propagam a cultura social. Entende-se, assim, que o aprendizado pode se dar de forma mais autônoma ou instruída e que processos educativos ocorrem a todo momento, mesmo que não percebidos como tal, tendo em vista a capacidade do ser humano de retenção de suas experiências e vivências.

A aprendizagem informal é tida como aquela baseada principalmente no viés cultural, na sociabilização e nas práticas cotidianas. Este tipo de apreensão se dá por meio dos processos de interação entre o indivíduo e o contexto no qual está e tem base na experimentação

e nas relações (FLACH e ANTONELLO, 2010). Desta forma, observa-se que o ser humano está rodeado de oportunidades de aprender e de absorver conhecimentos que serão retidos na memória para uso cotidiano ou específico, os quais interferem diretamente na forma de enxergar e compreender o mundo. Então, o processo de internalização é, justamente, a base da relação do ser com o mundo no que tange à influência do contexto sobre o sujeito, inferindo aqui a ligação entre a memória interna que está, constantemente, sendo permeada pela exterioridade.

Conforme Daniels (2011), o ser humano tende a absorver os discursos sociais e coletivos em um processo de interação com sua subjetividade e, muitas vezes, introjeta esses discursos em falas para si. Nisto, confere-se que é devido ao sujeito realizar uma análise do que está aprendendo, mas nem sempre é possível, tendo em vista a existência de diversas forças estruturantes que buscam engendr-lo nas configurações postas pelas potências dominantes na sociedade. Os processos de ensino informais e sociais tendem a ser intencionais, mesmo que não percebidos desta forma por muitos daqueles que repassam ou inspiram os aprendizados absorvidos pelas pessoas (REATTO, 2014). Justamente pelo contato constante com determinada verdade, seja pela observação, pela instrução ou pela experimentação, dá-se nos seres humanos o hábito de reprodução, caso essa absorção de aprendizado, oriunda do contexto, seja fixada na memória sem a devida análise e policiamento sobre as ações a partir dela. Partindo da premissa de que a memória é exercida por um ser capaz (RICOEUR, 2007), leva-se em conta que este possui escolhas racionais através do exercício de sua subjetividade, mas para isso precisa de conhecimentos que ponham em questionamento o que vem do meio externo.

Inserindo essa discussão no quesito étnico-racial, percebe-se que as inferências postas ao negro na sociedade trabalham para a internalização individual e social de sua inferioridade e sua negatividade. Tomando as mídias como fontes de educação informal, por exemplo, percebe-se uma atuação contrária a uma educação antirracista dos agentes sociais (PRUDENTE, 1989) e acabam reforçando direta ou indiretamente a manutenção dos estigmas postos sobre os negros. E, assim como as mídias, há muitos espaços sociais que realizam o mesmo exercício de reprodução.

Sem dúvidas, os africanos e seus descendentes foram os grandes construtores do Brasil (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006), mas, apesar de

sua contribuição para a formação da sociedade brasileira ser inegável, tanto no que tange ao seu povo quanto ao que tange à sua riqueza, cultura e religiosidade (ARAÚJO, 2004; MATTOS, 2005), os negros, por muito tempo, foram vistos como escórias sociais e foram deixados de lado nas histórias e memórias do protagonismo e o reconhecimento disto não foi dado e nem contado como deveria tanto nos espaços sociais informais, quanto na educação formal. Assim, memórias sobre os negros no Brasil remetiam apenas à escravidão (ZUBARAN e MACHADO, 2014) e as representações sobre eles, na maioria das vezes, recaíam sobre a ideia do escravo explorado e acomodado à situação, sem capacidade de reação (PEREIRA, 2015) demonstrando mais uma vez como as histórias oficiais tendem a privilegiar a classe dominante.

Conforme Ricoeur (2007), as histórias oficiais são difíceis de ser questionadas, justamente, porque prega-se o ensinamento e o repasse destas sem o filtro da dúvida, para legitimar determinada realidade construída. Assim, as potências superiores acabam tomando espaço por meio de narrativas que podem ser tanto intimidadoras quanto sedutoras. Nisto, observa-se que por muito, e em parte ainda hoje, as histórias autorizadas e impostas excluíram ou mostraram o negro apenas pelo viés negativo da visão do explorador, tornando-se um perigo para as relações sociais e as construções identitárias pessoais e grupais na sociedade.

No campo educacional formal, por exemplo, por muito tempo observou-se uma omissão ao tema racismo e o cultivo da cultura eurocêntrica que acabavam por diminuir ainda mais o negro (NASCIMENTO, 2016; MUNANGA, 1996; SOUZA 2017). Assim a omissão ou retratação estereotipada do negro comprometeu a formação antirracista tanto dos negros quanto dos brancos, reforçando uma hierarquização racial (CASTILHO, 2004) e ainda vem fazendo isto, em muitos casos, pois é perceptível, a partir de diversos estudos, que o racismo não desapareceu dos espaços escolares.

Nas instituições de educação formal são encontrados espaços propícios a uma construção identitária fundamentada, mas nem sempre estes têm sido utilizados como tal. Até mesmo por ser um local de constante interação, a escola tende a ser um dos locais onde muitas das experiências de racismo ocorrem (GOMES, 2003), achando oportunidade nas situações mais corriqueiras que abrem horizontes para apelar, humilhar, excluir e discriminar. Isso ocorre, até mesmo, pela

longa existência do racismo que permeia as relações sociais sendo aceito com naturalidade, quando em formatos tidos como brincadeiras ou de forma velada. Nisto, Almeida (2005, p. 4) cita vivências de negros sobre as humilhações através de apelidos pejorativos tais como “orelhudos, macacada, crioulinho, bicho da orelha redonda”, demonstrando a violência simbólica que pode se dar diversos nos espaços sociais, bem como no ambiente escolar e informando sobre os traumas que estes acontecimentos tendem a gerar na interioridade da vítima.

Cita-se, ainda, que o silenciamento da vítima e dos que estão na situação pode influenciar na manutenção dos atos racistas e demonstrar a ela falta de perspectiva em modificar a realidade experimentada, interferindo nos processos identitários (MARTINS e GERALDO, 2013) e fazendo da negação ou da introspecção válvulas de escape para o sofrimento interno. Assim, como no espaço escolar ocorrem situações de cunho racista, mesmo que se deem em menor ou maior intensidade, faz-se necessário a interferência educacional consciente, de forma antecessora, instantânea e sucessora aos acontecimentos tidos como racistas.

Assim, ao contrário do viés cultural de inferiorização do negro, a educação antirracista pode direcionar a sociedade para um futuro mais igualitário e baseado na equidade e inclusão no viés racial (MUNANGA, 2003) desenvolvendo trabalhos que valorizem as memórias, histórias, culturas e estéticas da população negra. Deste modo, torna-se essencial modificar a forma como a história dos negros é contada dentro das salas de aula, tirando do imaginário da população a inferioridade que é trazida, desmistificando a demonização de sua religiosidade e cultura e modificando a visão que mostra o negro como ameaça e ruindade. Conforme Queiróz (2016, p. 166),

É preciso apresentar a verdadeira história dos afrodescendentes. Suas lutas, sua colaboração e influência na culinária, dança, religiosidade e costumes para a nossa brasilidade. Desmitificar a imagem do “negro no tronco”, sempre subserviente, dominado e sem valor se faz necessário. E é principalmente na escola que essa desmitificação deve acontecer. Instituição onde as cores se misturam e se relacionam.

A educação que preza pelo enfrentamento do racismo precisa valorizar a cultura negra e esclarecer os fatos e resultados históricos

em busca de reestruturação, por isso a grande luta dos movimentos negros e educacionais pela mudança nos currículos escolares para que desde a Educação Básica possam ser trabalhados conteúdos que insiram o debate étnico-racial como fonte de reflexão do alunado que vive em um contexto social ainda muito permeado pelo racismo e que pode se tornar agente de combate à essa prática.

Para Ricoeur (2007, p. 455), “lembranças encobridas, esquecimentos, atos falhos assumem na escala da memória coletiva, proporções gigantescas que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” e é este trabalho que os movimentos negros têm buscado fazer na sociedade brasileira a fim de mudar a visão deturpada que intencionalmente foi criada, divulgada e absorvida. Através da educação formal e informal, muitos negros e não-negros têm agido de forma conjunta para desmistificar os conhecimentos construídos em torno dos africanos e seus descendentes. Apesar de não ser um trabalho fácil e rápido, as conquistas são importantes e têm expandido a discussão sobre a questão étnico-racial no país de forma bastante positiva.

Sem dúvidas, a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares do Brasil, por exemplo, foi uma grande conquista pública do movimento negro contra o racismo pelo viés educacional. Cita-se então a instituição da Lei 10.639/2003, que insere o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica como obrigatoriedade, funcionando como uma política fomentadora da afirmação da diversidade étnica e cultural pautada na construção da Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares do Brasil (GOMES E JESUS, 2013) e é um aporte para o combate ao racismo dentro e fora do ambiente escolar através da conscientização dos educandos. Apesar de nem sempre as escolas conseguirem desenvolver um trabalho efetivo situado na Lei 10.639/2003, essa obrigatoriedade de alguma forma abriu os olhos dos educadores sobre a necessidade de compor atividades que tenham como foco essa discussão sobre o racismo e a mudança de visão sobre os negros nas escolas e isto já se faz como um avanço educacional de grande valia.

É necessário entender a importância da educação antirracista no espaço escolar formal como essencial para contribuição da formação integral do ser, bem como para o auxílio da quebra de desigualdades raciais. É considerável frisar, porém, que ainda há falhas na formação e continuidade formativa do corpo docente, e que não são trabalhadas

as questões pertinentes para o combate ao racismo e o debate sobre os fatos históricos (GOMES e JESUS, 2013). Assim, os cursos de nível superior de todas as áreas de licenciatura precisam se atentar para esse debate tendo em vista o foco na formação dos que serão os formadores das novas gerações e, indo mais além, reforça-se aqui a necessidade de que todos os cursos de nível superior entendam a importância do debate histórico-sociológico para prezar pela formação de profissionais conscientes, responsáveis e críticos de suas ações na sociedade, as quais podem ajudar a corrigir a visão sobre os negros.

A elevação do nível de escolaridade tem sido vista como porta para ascensão social e econômica da população negra, mas nem sempre é possível garantir que isso aconteça tendo em vista o racismo estrutural ainda forte na sociedade e no mercado de trabalho que demarca onde o negro deve estar (MADEIRA e GOMES, 2018). Isto sem contar com os diversos discursos contrários a esta política prezando pelo viés meritocrático, esquecendo-se das desigualdades formadas pelo processo histórico vivenciado pela forma como se construiu a sociedade brasileira e a constante negação de oportunidades aos negros devido aos estigmas raciais.

Não é possível dizer que a forma como se estabelecem as cotas raciais no ensino superior, hoje também nos concursos públicos, seja a melhor forma de resolver a desigualdade étnico-racial no país, mas é uma das formas encontradas para inserir o negro em espaços que antes, pelas desigualdades vivenciadas em sua trajetória, não lhe seriam ofertados, dando oportunidades e mostrando à sociedade que os negros são capazes de desenvolver quaisquer trabalho que desejarem, coisa que antes era privilégio de uma grande maioria branca que sempre estava à frente dos negros pela distinção de barreiras sociais que lhes eram apresentadas.

Cita-se que o maior grau de escolaridade é percebido como porta para formação crítica expandida do ser humano, no qual, teoricamente, a existência de pensamentos discriminadores poderia ser quebrada, porém é possível encontrar na sociedade muitos indivíduos que destoam dessa premissa, ao passo que mesmo com nível de escolaridade superior usam suas posições sociais e simbólicas para cultivar, ensinar e manter estereótipos ao invés de serem agentes ativos contrários a isto. Esta constatação demonstra, por um lado, que o senso comum dominante ainda muito forte na formação individual e que, por outro lado, a educação formal, em alguns casos, pode estar faltando em seu

papel de espaço para a reflexão social, prezando apenas pela profissionalização sem debate sobre as relações e problemas sociais.

Assim, torna-se, importante a percepção dos gargalos ainda existentes tanto na educação informal quanto na educação formal, que, por sua vez, ainda não tem conseguido oferecer ensinamentos mais fortes que os ideais pregados pelo racismo e já contrapostos por todos os campos de estudo reapresentando as memórias e histórias e desmentindo qualquer fonte de superioridade e inferioridade de raças. Por fim, entende-se que ainda há muito o que trabalhar para modificar a realidade dos que foram e são feridos pela sua pertença racial pela exclusão e estereotipagem, ao mesmo tempo em que reforça-se que há espaço para construção de novas vertentes neste âmbito através de processos educacionais e comunicacionais mais dispostos e comprometidos a analisar e refletir, bem como auxiliar a ressignificação da negritude na sociedade.

Considerações finais

A imagem social do negro foi carregada de negatividade por diversos processos ao longo de sua trajetória. Conforme discutido, num jogo de poder e pulsões ideológicas criou-se uma verdadeira redoma para isolamento dos africanos e seus descendentes no Brasil ao usar a complementaridade entre experiências, histórias, mitos e teorias raciais. A estigmatização dos negros, então, pode ser dada como uma realidade construída no passado e ainda marcante no presente. Ao ser representado como escória da sociedade continuaram sendo vistos com menosprezo perpetuando memórias sociais de exclusão e desprezo ao passo que as memórias sociais sobre estes foram transmitidas geracionalmente pelo viés da narrativa dominante e sendo absorvidas nos processos de aprendizagem pelos quais o ser humano passa ao longo de sua vida nos espaços formais e informais.

Entendendo que a escola, por ser um lugar de integração social, constitui-se como fonte de experimentação das relações que interferem na construção da imagem e identidade, tanto no quesito coletivo quanto pessoal, pode e precisa interferir nas práticas racistas através do fomento à reflexão sobre os acontecimentos históricos e as questões das relações de desigualdade na sociedade. Infere-se, ainda, que quando o ser passa por um processo educacional formal esclarecedor, tende a desenvolver consciência crítica e a enxergar mais facilmente

as manipulações postas nos discursos em meio à coletividade, refletindo sobre o que deve absorver e o que deve combater.

De forma antecessora aos atos racistas, entende-se a necessidade de escolas que trabalhem uma educação voltada para a apresentação de memórias positivas sobre os negros, tentando corrigir os abusos de memória e esquecimento utilizados pelos dominadores tanto na propagação pelo senso comum, quanto pelo viés da história oficial. Para isto infere-se que é essencial uma formação substancial dos educadores e profissionais da educação envolvidos no processo educativo formal e informal no meio escolar, discussão intensa sobre as consequências do racismo para a vítima e para o opressor nas relações sociais e abordagem de conhecimentos que levem o alunado e os profissionais a refletirem sobre seus discursos e ações, que podem estar subjetivamente permeados pelo racismo mesmo que de forma singela e silenciosa sem percepção de como ajudam a perpetuá-lo. No que tange à interferência instantânea é importante que os profissionais e os alunos educados para essa reflexão antirracista não deixem as situações racistas passarem como naturais ou normais, devendo intervir de forma incisiva pelo viés de esclarecimento e conscientização da vítima e do agressor. E por fim, no tempo que sucede ao racismo deve-se refletir sobre as lacunas que o deixaram aparecer no ambiente e quais as melhores formas de trabalhar pedagogicamente o problema em busca de soluções.

Apesar de não serem os únicos espaços formativos na sociedade, as escolas e as universidades ainda são os locais com maior possibilidade de realizar de forma efetiva o trabalho de desconstrução das ideologias racistas que se mantiveram firmes e remodelaram-se ao longo do tempo no Brasil. A ressignificação das memórias sociais sobre a população negra necessária para construir uma sociedade mais igualitária e justa para os cidadãos que dela fazem parte e o trabalho educacional é um dos caminhos que podem abrir os horizontes para tal. Assim, ratifica-se a essencialidade de que as educação esteja comprometida com a questão étnico-racial, prezando pela formação consciente de seus discentes.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Fundação Cultural Palmares, Salvador, 2006.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **África, números do tráfico atlântico**. In: Dicionário da escravidão e liberdade - organizadores Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes; Companhia das letras - 2018.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência**: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes. Anais do I Colóquio do Lahes, Juiz de Fora, junho de 2005. Disponível em: < <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a54.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021

ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estudos avançados**, nº 18, 2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100021>. Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro 2003**, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em janeiro de 2021

CASTILHO, Suely Dulce de. A representação do negro na literatura brasileira: novas perspectivas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, nº 7, p. 103-113, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/684/507>>. Acesso em dezembro de 2020

DANIELS, Harry. **Vygotsky e a Pesquisa**. Tradução de Edson Bini. 2011, São Paulo: Loyola.

FLACH, Leonardo; ANTONELLO, Cláudia Simone. A Teoria sobre Aprendizagem Informal e suas implicações nas organizações. **Revista Gestão.Org** – 8 (2):193-208 – Mai/Ago 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/viewFile/21626/18318>>. Acesso em dezembro de 2020

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação**

e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1>>. Acesso em dezembro de 2020.

_____, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**, nº 21, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>>. Acesso em outubro de 2020

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, núm. 47, enero-marzo, 2013,

19-33. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155025722003.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021
KILOMBA, Grada. A máscara. Cadernos de literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180, 2010. Disponível em: < https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/grada_kilomba_-_a_m%C3%A1scara.pdf>. Acesso em dezembro de 2020

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** Ano X, NºXIX, agosto/2017. Disponível em: <www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/137196/132982>. Acesso em novembro de 2020

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0463.pdf>>. Acesso em dezembro de 2020

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos**, março de 2006, p. 107. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007>. Acesso em novembro de 2020

MARTINS, EDNA; GERALDO, Aparecida das Graças. A Influência da Família no Processo de Escolarização e Superação do Preconceito Racial: um estudo com universitários negros. **Revista Psicologia Política**, ISSN-e 1519-549X, Vol. 13, Nº. 26, 2013, págs. 55-73. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7431638>>. Acesso em novembro de 2020

MATTOS, Hebe Maria. Memórias do cativeiro: narrativas e etnotexto. **História Oral**, v. 8, p. 43-60, jan-jun, 2005. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/115>>. Acesso em novembro de 2020

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017. Comunicação e Sociedade.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, EDUSP, 1996.

_____, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, N 5, p. 15- 34, 2003. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em novembro de 2020

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. Editora Perspectivas, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Neuton Damásio. **A trajetória histórica dos negros brasileiros**: da escravidão a aplicação da lei 10639 no espaço escolar. TCC apresentado ao curso de pós-graduação em educação das relações étnico-raciais da Universidade Federal do Pará. Curitiba, 2015 Disponível em:< <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52792>>. Acesso em dezembro de 2020

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. **Cadernos Espinosanos** (E-jornal), São Paulo, novembro de 1989. Disponível em:< <https://core.ac.uk/reader/268355836>>. Acesso em novembro de 2020

QUEIRÓZ, Meiridiana de Oliveira. Resignificação da imagem do negro a partir dos textos verbais e não verbais inseridos no livro de português. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/viewFile/3409/2728>>. Acesso em novembro de 2020.

REATTO, Diogo. **Os processos de aprendizagem informal no local de trabalho**: um estudo com técnicos-administrativos numa faculdade pública estadual. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. Disponível em:< <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/628/1/Diogo%20Reatto.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007

SOUZA, Elaine Chagas de. **O desafio da beleza negra no mundo da moda**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017 ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. Que memórias e histórias negras se ensinam nos museus? Do esquecimento ao reconhecimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 19. n.30 jan./jun. 2014. Disponível em:< <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/download/8708/pdf>>. Acesso em novembro de 2020

NOVOS/AS/ES SUJEITOS/AS/ES, NOVAS PEDAGOGIAS: INTERSECCIONALIDADE, EDUCAÇÃO E TEMPOS NEOFACISTAS

Fernando Guimarães Oliveira da Silva

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). fernando.ufms@hotmail.com

Resumo

Travestis, bichas pretas, gordos/as, indígenas, quilombolas, lésbicas, pessoas em situação de rua... Somas, cruzamentos, desejos em avenidas identitárias sinuosas que enredam gênero, raça e etnia, e instigam desafetos. Para poetizar a passagem dessas pessoas no ambiente escolar, elege-se a pesquisa bibliográfica sob enfoque decolonial para se pensar educação, interseccionalidade e tempos neofacistas. No cotidiano de uma educação para a liberdade, há o anúncio de que novos/as/es sujeitos/as/es demandam novas pedagogias. Trata-se de um preceito para engajar uma pedagogia em que o ensino e a aprendizagem elejam como princípios pedagógicos: a) quem aprende; b) o cotidiano do lugar vivido na dinâmica das relações de poder, das políticas de ódio e da decisão de morte. Diferentemente do que se propõe à tormenta neofacista que assombra a escola, professores/as têm a tarefa de construir possibilidades de acesso ao conhecimento de uma forma mais humana, equitativa e libertária para que, a partir disso, os/as/es alunos/as/es tenham autonomia para pensar, revolucionar valores e transgredir. Reconhecer que nossos/as/es alunos/as/es expressam diferenças é um passo para se pensar as solicitações que eles/as trazem. Afinal, a transposição dos conteúdos escolares à realidade vivida pelo/a/e aluno/a/e pode conduzir aprendizagens mais potentes. Urge pensar a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica capaz de proporcionar uma ação

docente responsabilizada ético-politicamente com a preservação de vidas diferentes nos itinerários formativos e existenciais de cada aluno/a/e.

Palavras-chave: Novos sujeitos. Novas pedagogias. Decolonial. Interseccionalidade.

Introdução

O obscurantismo nas escolas é um evento iminente na atualidade na qual se entrecruzam elementos objetivos e subjetivos, tornando-se um assunto complexo para ser associado à prática docente. Temáticas da vida social que não podem ser tratadas; grave terror imposto ao trabalho docente, incluindo-se a perda da autonomia; relações verticais anunciam o seu retorno nas relações profissionais na instituição escolar; ataque aos concursos públicos, incluindo-se a redução de salários dos/das professores/as contratados/as; silenciamento docente em vistas das condições estruturais de opressão das diferenças; intensificação do fenômeno do ódio ao/a professor/a, colocando-o/a como doutrinador/a; afirmação da neutralidade docente diante de demandas apresentadas pelos/as estudantes; ataque à qualidade do trabalho exercido pelas escolas públicas democráticas, etc., são apenas alguns dos elementos listados para discutirmos.

Não conseguiria dar conta de destacar neste texto toda a conflituosa disputa em torno da autonomia e da liberdade de ensinar existente nas micro relações geridas em diferentes redes públicas de ensino na atual realidade brasileira. Assumindo a responsabilidade de indicar possibilidades para evitar uma ação docente obscurantista, reclamarei como um recurso pedagógico a interseccionalidade e os estudos das diferenças, defendendo poética e politicamente o argumento de que a prática de ensino com esse viés propõe a formação de um pensamento crítico, coeso e real.

A valorização da ação docente responsável em preservar práticas de ensino eticamente engajadas com demandas apresentadas pelos/as alunos/as pode representar uma forma de enfrentamento à pedagogia da hegemonia pró-capitalista que objetiva esvaziar de sentido o trabalho pedagógico. Esse texto surge como uma crítica à ação docente que se desqualifica em prol de um projeto societário dominante que evita o pensamento crítico, permitindo o controle e a alienação de pessoas. Um compromisso que eclode do projeto de pesquisa **Contribuições da interseccionalidade com as diferenças para se problematizar o saber-fazer docente (2019-2021)**, junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Espero que as palavras introdutórias causem provocação ao/a leitor/a para que junto a mim sintam-se convidados/as a qualificar, por meio do pensamento científico educacional, estratégias de utilizar da prática pedagógica para enfrentar o cenário ultrarreacionário que se avizinha. A organização deste material foi pensada da seguinte forma: 1) apresentar aspectos do projeto ultrarreacionário no contexto da educação; 2) abordar os estudos da interseccionalidade e das diferenças; 3) concluir por meio de uma exposição breve sobre as possibilidades do uso da interseccionalidade e das diferenças como recursos de ensino e aprendizagem ultrarreferenciada na condição da existência de nossos/as/es alunos/as/es.

Método

A abordagem desse estudo embrenha-se no canavial das abordagens decoloniais das pesquisas em educação. Pretende-se abordar a questão da interseccionalidade como um movimento político-pedagógico necessário à crítica colonial e epistêmica da produção de conhecimento que confronta nossos sistemas de sentidos. O principal, nesse caso, é o de repensar os conhecimentos elitizados, amplamente difundidos no âmbito dos currículos, dos processos de ensino e de aprendizagens. Repensar o porquê esses espaços institucionais das escolas causam epistemicídio de certas existências sociais não representadas e não ditas.

Catherine Walsh (2009, p. 24) destaca que a pedagogia decolonial considera as vivências dos/das/des subalternos/as/es no âmbito dos sistemas educativos formais e das educações: “Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos”. No bojo dessa abordagem, a concepção de interseccionalidade eclode dos movimentos feministas negros como uma ferramenta política para interagir diferentes marcadores sociais da diferença que atingem as mulheridades negras.

Como recurso de revisão de literatura, utiliza-se a pesquisa bibliográfica. Telma de Lima e Regina Mioto (2007, p. 38) dizem que a pesquisa bibliográfica parte de situações-problema que apreciam um quadro de proposições: “implica em um conjunto ordenado de

procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

O projeto ultrarreacionário nas pesquisas em educação

Em outubro de 2019, a página Carta Capital publicou um posicionamento político-educacional contrário ao obscurantismo que tem assombrado as escolas públicas brasileiras. Intitulado **Contra o obscurantismo, 4,5 milhões se unem para salvar a educação** declara que a mobilização política envolve centenas de campanhas distribuídas nas cinco regiões brasileiras. A termo de análise do impacto inicial que conduz a curiosidade do/da leitor/a, é interessante dar enfoque ao uso literal das palavras: unir e salvar, tensões causadas no campo dos enunciados que possuem grandeza para a análise de práticas pedagógicas na instituição escolar pública e democrática tal como se apresenta hoje.

De início, a página faz menção ao conceito de obscurantismo a partir do dicionário Michaelis: “[...] estado do que se encontra na escuridão; estado de completa ignorância; oposição política ou religiosa a todo o progresso intelectual ou material entre as massas” (CARTA CAPITAL, 2019, s/p.). Já no início do primeiro parágrafo da referida publicação, o/a leitor/a consegue identificar o porquê do uso dos termos unir e salvar. Mas ao se ater à interlocução conceitual de obscurantismo, com o título é notório despertar um questionamento: Por que ter medo do obscurantismo? Há relação desse medo com a educação escolar? Há relação com a liberdade de ensinar? Sem dúvida alguma, pesquisar sobre o primeiro questionamento nos levará a possíveis desdobramentos no entorno da educação escolar.

Isso pode motivar o porquê do uso dos termos que remetem a se unir como alternativa para salvar a educação. O estado de obscurantismo prevê afirmações sem sentido que causam pânico moral e produzem conflitos nas microrrelações sociais, fazendo com que as pessoas descredibilizem explicações científicas, a saber – os/as adeptos/as do terraplanismo; à ideologia de gênero; à neutralidade docente; à doutrinação ideológica docente, entre outras. Um cenário que fortalece o ataque às universidades e às instituições de pesquisa, favorecendo o uso de ignorância e de preconceito para lidar com a informação e com a fonte de conhecimento da realidade social. Trata-se, por outro lado, de uma disputa ideológica partidária que

desresponsabiliza o compromisso sociopolítico dos/das governantes diante das demandas que as instituições de ensino brasileiras apresentam.

Na concepção de Newton Duarte (2019), o obscurantismo, enquanto uma visão de sociedade, de cultura, de política e de educação, não é uma prática adotada como se é de costume pensar apenas por pessoas adeptas do que vem sendo denominado de bolsonarismo. Observa-se que há também pessoas adeptas a ideias que percebem uma visão de mundo irracionalista. Diferentes grupos sociais que adeptos/as ou não ao bolsonarismo compartilham de visões de mundo anticientíficas, negacionistas e contrárias aos direitos humanos.

Duarte (2019) cita três elementos para se pensar na ideologia obscurantista neoliberal: 1) a crença de que não há alternativa social viável ao capitalismo; 2) aceitação da competição como modo de funcionamento da sociedade e princípio de vida; 3) a utilização do conhecimento em prol da economia capitalista. Esses elementos nos permitem reconhecer que o pensamento neoliberal obscurantista desqualifica a visão de cientistas que atuam na perspectiva de mobilizar a população a encontrar respostas que podem ser um problema aos interesses econômicos imediatistas. A despeito de exemplo, Duarte (2019, p. 32) cita a questão do aquecimento global como um desinteresse ao capitalismo, uma vez que o único aquecimento considerado necessário é o da economia e para a direita obscurantista: “[...] a questão do aquecimento global é doutrinação esquerdista, politização indevida do debate científico.

Como se vê, Duarte (2019, p. 32) nos provoca a pensar o neoliberalismo como uma cultura religiosa, onde o mercado ocupa o lugar de Deus e o empreendedorismo passa a ser visto como um valor ou uma virtude moral. Um bom cientista, então, é aquele que não busca respostas filosóficas para as suas premissas “[...] é aquele que se limita a fazer pesquisas sobre questões práticas de interesse da produção capitalista e que nunca faz questionamentos sobre os rumos que a sociedade toma em consequência da maneira como funciona a economia”.

O fato de as escolas públicas terem um formato democrático de ensino e aprendizagem é um perigo à lógica obscurantista neoliberal. Especialmente, porque o/a professor/a que possui liberdade de ensinar pode representar um perigo iminente ao estado hipnótico e à doutrinação neoliberal vivida pelos/as seus/suas alunos/as (DUARTE,

2019). Como um/a suspeito/a de doutrinação esquerdista, o/a professor/a que tem uma visão de ensino mais pluralista, libertária e emancipadora é alvo dos ataques que incitam o pânico moral nos responsáveis familiares para que passem a perseguir professores/as, mas é um assunto que vai além do rótulo de esquerdopatia como um movimento insalubre que atinge professores/as:

Professores estão sendo ameaçados não porque sejam doutrinadores políticos esquerdistas, mas por tentarem, a despeito de tantas condições adversas, socializar o ensino da Ciência, da Arte e da Filosofia. O educador está sendo acusado do crime de tentar educar ao ensinar os conhecimentos cuja produção e preservação tem custado tantos esforços à humanidade (DUARTE, 2019, p. 35).

Duarte (2019) confirma que os/as grandes defensores/as do ESP se escondem na falsa ideia de neutralidade ideológica enquanto compartilham de um projeto protofascista, antidemocrático e autoritário de educação que associam a instituição escolar aos princípios econômicos neoliberais.

No que pese aos efeitos do obscurantismo sobre o conhecimento legitimado como de natureza escolar no engodo de pautas legislativas e midiáticas, Duarte (2018) afirma que estamos diante de um contexto histórico de manifestações intensamente beligerantes e o currículo tem sido um lugar onde as batalhas são travadas. O avanço de políticas neoconservadoras é um fenômeno global que se manifesta por meio de um obscurantismo beligerante: “Trata-se da difusão de uma atitude de ataque ao conhecimento e à razão, de cultivo de atitudes fortemente agressivas contra tudo aquilo que possa ser considerado ameaçador para posições ideológicas conservadoras e preconceituosas” (DUARTE, 2018, p.139).

Diferentemente de 1964, Duarte (2018) considera que o obscurantismo beligerante se apresenta de forma peculiar com características de nosso tempo, tendo como terreno favorável aos ataques caluniosos e violentos a *internet* e o mundo virtual. Na sociedade contemporânea, os fenômenos de inverdade, como é o caso das chamadas “*Fake News*”, submetem os espaços de decisão e da coisa pública em locais de graves reacionarismos e de irracionalidades, permitindo a difusão de um pensamento acrítico e envolto de negacionismos.

Uma armadilha obscurantista na leitura de Duarte (2018) é o uso do currículo, como: 1) um lugar de queda de braços sobre temas que devem ou não ser eliminados da instituição escolar; 2) configurado para atender demandas mercadológicas, como é o caso das BNCCs. Diante disso, o autor pontua que o objetivo do currículo escolar é a democratização do acesso aos conhecimentos e suas pluralidades, o que está distante da censura reacionária obscurantista. Se entendermos o currículo como a possibilidade de cada estudante desenvolver suas potencialidades e enriquecer suas necessidades tal como destaca Duarte (2018), podemos observar que temos, enquanto professores/as da educação básica, responsabilidades que nos levam a evitar a redução do conhecimento difundido na escola aos ditames capitalísticos da sociedade contemporânea.

Evidentemente a escola não deve fechar os olhos nem voltar as costas às necessidades da vida cotidiana, mas a educação não pode se tornar refém do imediatismo e do pragmatismo da cotidianidade, especialmente no caso da sociedade capitalista contemporânea, em que o cotidiano é um terreno muito fértil para a disseminação das mais alienantes formas de consumismo, de atitudes fetichistas perante as forças sociais e de manipulação ideológica das consciências. Os currículos escolares têm sido muito influenciados, nas últimas décadas, por essa visão que não consegue colocar em perspectiva a cotidianidade alienada (DUARTE, 2018, p. 141).

Para além do imediatismo e do pragmatismo, a superficialidade do conhecimento também compõe o enredo desse projeto reacionário de educação. A autonomia do/da professor/a sempre foi alvo fácil, afinal, a existência de interferências externas no trabalho pedagógico não é algo de hoje, mas, vem se construindo diuturnamente no contexto brasileiro. Na concepção de Luiz Antonio Cunha (2016, p. 2), o projeto reacionário tem interferências mercadológica e ideológica e mira o currículo escolar da educação básica pública. Sinteticamente, o autor resume que a premissa desse projeto reacionário é o de se contrapor às mudanças sociais em curso e se esforçar para restabelecer situações ultrapassadas, sendo o “[...] currículo da Educação Básica, particularmente das escolas públicas, é objeto de ação modeladora que visa frear os processos de secularização da cultura e de laicidade

do Estado, mediante dois movimentos, um de contenção, outro de imposição”.

Ao acolher os conceitos de secularização da cultura e de laicidade do Estado para compreender as questões das mudanças sociais do presente, Cunha (2016) enfatiza que a pluralidade conceitual do termo cultura impõe entender que há relação de hierarquização entre uma cultura dominante e de culturas dominadas. Dimensionadas no espaço e no tempo, a secularização da cultura e da laicidade do Estado são temas que sofrem inúmeras interferências em diferentes lugares no mundo, sendo que a primeira não conseguiu se eximir do desenvolvimento global, e a segunda, ainda, é um grave problema para o país se desvencilhar.

Cunha (2016, p. 4) ressalta que a secularização da cultura significa abertura a mudanças e às transformações sociais “[...] portanto, enseja tanto adesões quanto reações. Mudança anuncia o desconhecido, que desperta entusiasmo em alguns e receio em outros. As que mexem com a identidade de indivíduos e grupos são as que mais suscitam reações. É o caso da família”. Por mais que o autor utilize a entidade sagrada da família para entender aspectos da relação entre secularização da cultura e da laicidade do Estado, nota-se, em alguns momentos, que essa relação nem sempre é dessincronizada. Em momentos de crise, ambas se juntam na defesa de um projeto societário em comum.

Após a Constituição Federal de 1988, assiste-se à descontinuidade da relação entre a laicização do Estado e da secularização da cultura, ora o Estado firma a parceria com a Igreja Católica, ora não. Cunha (2016) aponta três questões específicas do processo de secularização da cultura: A) descriminalização do aborto; B) desconstrução de estigmas de sexo e de gênero; C) “Profanação de imagens católicas”. Trata-se de um assunto que intensifica a conversa da polarização política instalada no nosso país, porém, Cunha (2016, p. 61) considera que uma coisa é certa: “[...] contendas não faltarão no campo educacional, no cruzamento com os campos político e religioso”. O autor finaliza que há grupos e movimentos sociais em luta para que a ideologia reacionária não seja um destino inexorável da educação brasileira.

É necessário entender também em que peso as medidas de secularização da cultura e de laicização do estado são pensadas no contexto da economia para uma chave de interpretação desse assunto. Luiz

Carlos de Freitas (2018) diz que é um assunto que se vincula ao projeto político e ideológico da extrema direita no nosso país.

A fim de entender os aspectos inerentes à reforma empresarial da educação a partir da assunção da nova direita no Brasil, Luiz Carlos de Freitas (2018, p. 28) define que nesse modelo não há “[...] nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social [...]” agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador. Na concepção de Freitas (2018), ocorre uma questão além do mercado, a ideológica. Neste caso, os reformadores querem garantir a defesa da apropriação privada e sua acumulação contínua, pensando que a escola pública, enquanto uma instituição ineficaz tal como tem propagado, precisa dar espaço para escolas com alto padrão de qualidade.

A interseccionalidade, a diferença e o currículo: para abrir outras tensões...

Este trabalho propõe um desafio epistêmico de ruptura com a colonização eurocêntrica no campo da didática e das práticas de ensino. A ideia é a de pensar a didática e as práticas de ensino a partir de demandas pertencentes ao território brasileiro e toda a hibridização sociocultural desse espaço. Poetizar o pensamento com demandas educacionais que se materializam nas necessidades de travestis, bichas pretas, candomblecistas, gordos/as, indígenas, quilombolas, lésbicas, pessoas em situação de rua... Somas, cruzamentos, desejos em avenidas identitárias sinuosas que enredam gênero, raça e etnia e instigam desafetos.

Pensar em estratégias de intervenção didático-pedagógicas que considerem reverter a lógica de dominação ocidental que tanto padronizou/za a formação de subjetividades, prevendo acolher as diferenças e pensá-las possíveis nas educações. Decolonialmente, chega um momento que não conseguimos lidar com a contenção que os rumos reflexivos de nossas leituras alcançam em nossos pensamentos. Queremos – e muito – registrar em nossas pesquisas aquilo que politicamente nos tornamos, mesmo em meio ao receio de a pesquisa perder a sua suposta imparcialidade, rigorosidade e legitimidade. O receio de colocar nossas contribuições de pensamento no armário beira o sofrimento da ansiedade. Enquanto agente público mais que a identidade docente construída em minha existência, creio que

seria egoísta de minha parte não registrar tais pensamentos na orla epistemológica das pesquisas em educação para/com/pela/na diversidade. O primeiro problema que epistemologicamente me enraivece é o de pensar a escola em suas dimensões institucional e pedagógica aberta às diferenças presentes na condição existencial dos/das/des estudantes.

Sempre esperancei na educação uma forma de libertação e emancipação de toda situação de precariedade de renda, homossexualidade, localização espacial de viver na cidade que me constituiu sujeito. Confesso que ainda não consegui romper com todos os processos colonialmente desiguais que me afetam totalmente. O momento impede que nós, professores/as, tenhamos boas condições para um viver seguro. Caminho no campo das pesquisas em educação com as histórias de vida escolar de pessoas *gays* e transfemininas interioranas do Oeste Paulista e do Leste Sul-mato-grossense. Sei que não consigo representar tais vivências tal como as protagonistas delas, mas tento buscar um projeto político-educativo institucional e pedagógico preocupado com um senso ético, estético e sensível ao existir diferente e as linhas do universo da diferença que compõe as identidades possíveis de ocuparem esse espaço.

Ao pensar a diferença, elevo os termos freireanos e de Tomaz Tadeu para entendê-los como parte da formação da subjetividade. De posse de Freire (1967), aciono as primeiras palavras que aprendi sobre ser professor, que é a premissa de educar para a libertação e, por outro lado, aciono Tomaz Tadeu da Silva (2000) para abrilhantar a diferença como um processo que o espaço escolar e a ação docente não estão isentos. Esses dois conceitos somados me fazem pensar muito em práticas de ensino e aprendizagem que estejam proporcionais às existências dos/das/des estudantes. Imaginem só! Você está em um ambiente que narra uma história única, impõe um modelo bidimensional de sexo, alinha o gênero ao sistema biológico e lhe força a incorporar padrões de branquitude? Trata-se de evento que deslegitima nosso existir, se preocupa com o apagamento e com formas de não preservar o seu direito à diferença. Não dá mais para pensar uma escola que ritualiza práticas e tendencia adestramento de corpos. Como utilizar de recursos plurais para o ensino e aprendizagem, visando estabelecer conexões do conhecimento cotidiano com a proposta curricular das disciplinas e/ou áreas de saberes que

cada professor/a ensina (Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática...)?

Antes de adentrar nos aspectos teóricos, penso ser interessante acionar uma memória para transpor a ideia inicial, a lembrar: a de entender o porquê é preciso uma escola e uma ação docente atenta ao existir diferente dos/das/des alunos/as/es. Quero, para isso, retratar um momento significativo e que, para mim, foi relevante para entender a conjugação dessas duas questões que eu resolvi trazer para entender a interseccionalidade como uma proposta de ensino e aprendizagem capilarizada ao território vivido das escolas e do existir dos/das alunos/as para evitar a tão secularmente culturalizada alienação.

Na aprendizagem de minha formação inicial docente¹, a poética de Ana Lúcia² está presente em mim. Me emociona consolidar-se pesquisador na atualidade movido politicamente por uma concepção de escola tal como foi pensada por Ana Lúcia. Em frases póstumas do *Facebook*, notava-se a beleza da docência de Ana Lúcia, muitas frases que enunciavam a dor da perda de uma professora. O amor, a fé, a sensibilidade se entrelaçavam à dimensão estética, ética e política da docência de Ana Lúcia. Não havia entre alunos/as/es e Ana Lúcia uma relação tradicionalizada de professora para seus/suas alunos/as/es. A beleza radiante de sua ação docente tinha uma preocupação com a nossa formação/existência social.

Ana Lúcia projetava as nossas linhas de subjetividade no conteúdo das disciplinas de sua área junto ao Curso, a de Fundamentos da educação – Sociologia da educação. Ela nos motivava a desconstruir nossos padrões de sentido e a buscar uma docência preocupada com uma pedagogia da resistência. A turma via suas experiências de sexualidade, raça, gênero, etnia serem questionadas por meio de uma pedagogia problematizadora, os conteúdos de formação inicial de professores/as em sua área. Aquilo nos fascinava e nos mostrava que era possível ensinar e aprender conectados com a formação política do que sou e do que posso me tornar.

Diante dessa memória trazida, neste evento, faço uma costura com o pensar o ensino e aprendizagem a partir de uma leitura da

1 Entre 2008 e 2011, cursei Licenciatura em Pedagogia na UFMS do Campus de Três Lagoas/MS.

2 *In memoriam* de Ana Lúcia Espíndola, Professora do curso de Pedagogia da UFMS/CPTL.

interseccionalidade pensada como uma ferramenta para entender a condição existencial de nosso alunado/a/e. Reproduzi-la, então, como um recurso e uma ferramenta teórico-metodológica para ensinar, educar para a diversidade.

Estamos diante de tempos que debatem mais que nós, professores/as, sobre o nosso trabalho, mas, requer que tomemos a condução das críticas negacionistas e antiescola que afetam o compromisso e a responsabilidade social do trabalho docente. É o momento de aliar as muitas histórias e narrativas de opressão de nossos/as/es alunos/as/es com os conteúdos escolares. Isso é uma tarefa de uma prática de ensino interseccional que desconstrua a noção universalizante do/da/de sujeito/a/e, destransicionando desse lugar colonizador.

Trata-se de um lugar que ainda permanece no ambiente das instituições educacionais de todo o país, criando políticas de inimizade; necropolítica das vidas diferentes; precarização existencial; decisão de morte e do bem-viver. Destacam esses assuntos para apontar os motivos pelos quais precisamos abordar a interseccionalidade como uma alternativa de ensino e de aprendizagem no contexto das abordagens decoloniais das pesquisas em educação.

Carlos Henning (2015) realizou um panorama da produção científica sobre a interseccionalidade. Segundo o autor, os acontecimentos caminharam para a urgência do debate interseccional mesmo diante de um contexto histórico que não usava o termo. Henning (2015) faz menção aos estudos de Avtar Brah e Ann Phoenix para trazer a história de Sojourner Truth, mulher negra afro-americana que fez um discurso, em 1851, em Akron, durante a Convenção dos direitos das mulheres. Truth questionou a sua existência para se entender como mulher.

Conforme propõe pensar Henning (2015), o debate interseccional surgia na década de 70, no seio dos movimentos sociais de lésbicas negras. Os estudos interseccionais amparam-se na problematização e investigação das desigualdades sociais resultantes da interação de diferentes demarcadores sociais da diferença. O panorama de Henning (2015) enfatiza que a interação raça, classe e gênero subsidiou os estudos de Angela Davis e bell hooks (anos 80); a articulação de gênero e sexualidade em Judith Butler (anos 90); ou de vários eixos da diferença, como também pode, por vezes, considerar um eixo e outro ou a simultaneidade dessa interação.

Carla Akotirene (2019, p. 19) entende que o conceito de interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à

inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado cujo o desafio político é: “[...] rejeitar quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escrita complexa na terceira pessoas e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora”. O espaço escolar não está isento de ser um ambiente onde as primeiras letras do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo são ensinadas.

Na seara cotidiano de currículos beligerantes e criadores de quadros de guerra contrários aos direitos humanos e às diferenças, faz-se urgente a adoção de práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem que produzam rupturas com a episteme dessa lógica colonial de poder-saber. Em todas as áreas dos saberes escolares, nota-se a possibilidade de uso da interseccionalidade como um recurso para uma educação que rompa com quadros de opressão específicos da epistemologia do mundo moderno.

Decidir abalar a estrutura dominante da perspectiva de ensino e aprendizagem que paira no universo educacional brasileiro decididamente expõe a carreira de pesquisador. Isso é fato! Afinal, não é fácil reconhecer que a constituição de nossa subjetividade enquanto sujeito social, primeiramente, e professor, em segundo plano, se consolidou no contexto de um projeto colonizador. Ao discutir sobre a pluralidade de sujeitos, culturas, territórios vividos, corpos diferentes e outras questões plurais que constituem identidades sociais, notamos que a escola é um local de pluralidades. Requer, então, que currículos e práticas sejam propostos de acordo com as requisições dos sujeitos que ocupam esse espaço.

Inês de Oliveira (2012) diz que a construção da proposta curricular pressupõe uma criação cotidiana por meio de diálogo permanentes entre os conhecimentos lineares e os provisórios. Na concepção da autora, os currículos tornam-se inéditos, únicos e irrepetíveis se considerar as diferentes e múltiplas identidades sociais e construções de subjetividades constituintes dos enredos das histórias de vidas que estão nas cenas do cotidiano escolar. Evidentemente que se trata de reconhecer que o plano do currículo é uma forma de assegurar a desobediência epistêmica da sua concepção dominante de prescrição e previsão eternamente reproduzida. Para Oliveira (2012), não há uma indissociabilidade entre teoria e prática e reflexão e ação. De posse dessa concepção, é prudente construir currículos escolares que se

baseiam nas vivências, nos acontecimentos cotidianos, nas articulações de história do passado e do presente. Isso significa que a autora sugere que a proposta curricular seja circular e não hierárquica, provocando a desobediência epistêmica da concepção hegemônica de currículo.

A interseccionalidade compõe essa rede de saberes que denuncia as avenidas onde se articulam as opressões sociais, históricas e culturais secularizadas na condição de mulheres negras. O uso dos saberes interseccionais visa alcançar vivências subalternizadas, precarizadas e inferiorizadas que não são invisíveis e sequer ditas no currículo hegemônico. É preciso dar protagonismo às existências no campo da diversidade no currículo e na cultura escolar a fim de tornar a escola uma instituição mais equânime, humana e libertária.

Criar possibilidades para um currículo baseado nos sujeitos e suas vivências permite validar e legitimar uma educação contra-hegemônica aos processos de colonização. Pode compor o arsenal de conhecimentos que tornam explícitas as linhas de opressão de certos agrupamentos sociais subalternizados. Realizar uma ação docente não-obscurantista requer a adoção de didáticas e práticas de ensino antirracistas e verdadeiramente democráticas, oferecendo aos/as/es alunos/as/es condições de se apropriarem de conhecimentos que ampliem a sua ação e relação com o mundo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polen, 2019.

CARTA CAPITAL. **Contra o obscurantismo, 4,5 milhões se unem para salvar a educação**. Carta Capital, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/change-org/contra-o-obscurantismo-45-milhoes-se-unem-para-salvar-a-educacao/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CUNHA, Luiz A. **O projeto ultrarreacionário de educação**. Rio de Janeiro: Autor, 2016.

DUARTE, N. O Currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 02, p. 139-145, 2018.

DUARTE, Newton. Resistência ativa de professores à doutrinação obscurantista neoliberal. In: FACCI, Marilda G. D.; URT, Sonia da C. **Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação**. Campo Grande: UFMS, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

FREITAS, Luiz C. **Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

HENNING, Carlos E. interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais das diferenças. **Mediações**, Londrina, v. 20, n., 2, jul./dez. 2015. p. 97-128.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, Florianópolis, v.10, n. esp. p. 37-45. 2007.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensados praticados. **Revista e-curriculum**, Campinas, v.8, n.2, ago, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T; HALL, Stuart; WOODWAR, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

WALSH, Catharine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera M. **Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 letras. p. 22-42.

APRENDERES AFETADOS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS OUTRAS DE NARRATIVIDADE DESDE UM DEVIR-TRAVA

Leandro Leal

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos - PPGE/USFCar, leandroleal@live.com; Trabalho realizado com apoio da CAPES – código de financiamento 001.

Neilton dos Reis

Doutorando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, neilton.dreis@gmail.com.

Tatiane Cosentino Rodrigues

Professora orientadora: Doutora em Educação e Mestre em Ciências Sociais na UFSCar, Professora Adjunta do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCar, tatiane.cosentino@gmail.com.

Resumo

Este trabalho se desdobra de percursos de pesquisa de doutoramento em Educação que se constroem nos e pelos encontros com as afetações provocadas pela existência do corpo-território de Linn da Quebrada. Assumindo o corpo como território existencial em expansão, nos entregamos a produzir e acompanhar mapas que vão sendo construídos nas cartografias intensivas e afetivas, desde os efeitos desses atravessamentos nos corpos das pessoas pesquisadoras, até pistas que esse processo formativo vai oferecendo às pesquisas científicas na área da Educação. Como re-inventar uma (outra) educação da sensibilidade e operar com o saber-do-corpo, tendo como intercessora principal a existência pulsante de uma corpa byxa travesti / transvestigê-nere? Como fazer da escrita uma máquina produtiva de fuga

que cria e inventa e fabula e produz outros mundos possíveis, outras formas de habitar os territórios existenciais, incluindo a Academia e as pesquisas com/em/na Educação? Apostamos, assim, num aprender afetado, na produção de grafias existenciais poéticas e criativas, estabelecendo-se uma política outra de narratividade: devir-trava.

Palavras-chave: Percursos de pesquisa, Cartografias, Aprender afetado, Grafias existenciais.

<><><><><>|...|<><><><><>|...|<><><><><>

Escrever para produzir perguntas, não respostas!
Escrever sobre o que não se sabe!
Ensaiair linhas de fuga!
Re-Viver!

<><><><><>|...|<><><><><>|...|<><><><><>

1

Introdução

Este trabalho se desdobra de percursos de pesquisa de doutoramento em Educação que se construiu nos e pelos encontros com as afetações provocadas pela existência do corpo-território (MIRANDA, 2020) de Linn da Quebrada. Nesse aprender-afetado, nos propusemos a pensar sobre alguns problemas de pesquisa, dos quais destacamos: a) que aprenderes e como fomos produzindo-os no percurso da pesquisa a partir e nos/pelos encontros com a Linn (intercessora, provocadora, disparadora de afetos)?; b) quais efeitos dos atravessamentos dessas forças intensivas puderam ser sentidos no corpo de quem pesquisa? (corpo como um território existencial em expansão).

Implicados num processo cartográfico (ROLNIK, 2016; DELEUZE, 2011) e sensíveis às forças que atravessam e afetam, nos detivemos a pensar sobre mapas que iam sendo construídos a partir e com esses encontros com a subjetividade rizoma Linn. Nos interessam, nesse processo de experimentação, os mapas que dizem sobre Educação e produção de saber científico, sobretudo quanto às escritas, na medida em que ensaiam um modo outro de aprender no e pelo corpo.

Uma dobra desses problemas, que tem sido nosso foco de experimentação (como no caso deste texto), é o pensar sobre: quais mundos possíveis são criados/fabulados a partir dessa experimentação cartográfica? Como re-inventar, também para nós na Academia, uma outra educação da sensibilidade e operar com o saber-do-corpo?

1 Esses e alguns outros elementos destacados no texto foram produzidos por um dos autores do texto, Leandro Leal, e compõem a tese de doutorado *cartas d'eus: cartografias afetivas com Linn da Quebrada*. Disponível para acesso no repositório da UFSCar, através do endereço eletrônico: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13526?fbclid=IwAR-1ZCibi4popxQkUSMexpOPaGe_G8_J0dHGBSPd8zC1ry9T6Qo2xPvqslg. (p. 57).

Algumas possibilidades: aprender afetado, pedagogias travestis/
das travestilidades, devir-trava...

Metodologia

Desde a experimentação cartográfica (de pesquisa e de escrita), decorreram alguns questionamentos que ainda tem nos colocado a pensar, nessa e em outras escritas, que aqui acabam tomando a atenção mais até que a descrição das ferramentas metodológicas efetuadas nessa pesquisa:

- r) Como narrar esses efeitos intensivos de maneira cartográfica? Como tornar o texto, ele também, criação e narração de um processo? Possibilidades: *crazy-patchwork*, cartografia afetiva, cartografia de si...;
- m) Como fazer dessas escritas uma máquina produtiva de fuga que cria/inventa/fabula/produz outros mundos possíveis, outras formas de habitar os territórios existenciais - inclusive a academia?
- a) Uma vez que determinada escrita pode, também, ser aprisionadora e diminuidora de potência de vida, como escapar dos bloqueios e da reatividade, e afirmar vida na e pela experimentação de uma escrita que possa (ou pelo menos pretende-se) validada academicamente?

Alguns verbos tomaram poderes de efetuação nessa experimentação cartográfica, consoantes às filosofias da diferença: *acompanhar e cartografar e narrar e expressar e inventar* (e menos representar, explicar, analisar...).

Ensaio.

Pelo meio.

Escrita em modo de povoamento.

Que se faz enquanto se escreve.

Que não conclui, se faz fluxo.

Caótica.

Que expressa, ao invés de citar e explicar.

Que se mostra implicada, afetada.

Outra política de narratividade.²

² Compõe a tese de doutorado mencionada anteriormente (p. 46).

Resultados e discussão

O processo mesmo da pesquisa-e-escrita (interconectadas, quase inseparáveis, uma implicada à outra...) foi se tornando de/sobre/com: invenção de outra política de narratividade que acionasse/produzisse outros aprenderes (sem a qual não seria possível sequer mesmo apresentar um texto acadêmico, como o exigido para a defesa de doutorado). Efetua-se, assim, pela e na criação, a produção de outro modo de aprender, que afetado pelos encontros com a Linn e demais intercessoras, ia se abrindo para a diferença, para possíveis não explorados, iam ativando o saber-do-corpo, que se apresentava sensível ao encontro com signos que afetam e obrigam a pensar...

Essas experimentações vão indicando a efetivação de um *estilo de escrita* com algumas características que soam estranhas aos olhos treinados pelos textos do circuito acadêmico hegemônico. Como exemplo, destacamos: a escolha por, em determinados lugares, acentuar a conexão entre os termos com a repetição dos “e... e... e...”, ao invés de utilizar a vírgula; a quebra de frases em vários pedaços, às vezes com vírgulas colocadas em lugares estrategicamente pensados para demarcar outros sentidos, enfatizar essa ou aquela expressão e ideia; o uso de parênteses e colchetes e chaves de maneira constante, com sentidos que vão sendo compreendidos na medida dos usos desses sinais...

E por que e para quem estou escrevendo isso?

Escrita em modo de povoamento, lembro.

Escrevo essas linhas para quem me acompanha.

Quem me provoca, me atravessa, me faz pensar.

[e, por pensar e não escrever, que produz e esquece]

Escrita caótica e esburacada.

Que está COM, mas não mostra QUEM.

Que esquece com quem.

Que perde a referência.

Que se faz no caos e na bagunça das civilizações pesteadas.

Que é encontro e rede.

Palavras povoadas e que povoam.³

³ Compõe a tese de doutorado mencionada anteriormente (p. 60).

Considerações finais

Produzimos ainda mais perguntas que, nesses processos que continuam nos envolvendo nas/pelas pesquisas-e-escritas-e-vidas, tem nos movimentado a pensar sobre esses aprenderes afetados e a produção de políticas outras de narratividade, que sejam desde o que chamamos de devir-trava.

Possibilidades: devir-trava, aprender afetado, pedagogias travestis - grafias existenciais, poéticas e criativas, que produzem novas políticas de narratividade, outros possíveis que aumentem a potência de vida.

Ainda sobre possibilidades:

- devir-trava: impossibilidade de capturar a vida em variação / sentido de potência da travestilidade.
- escrita que tem relação com a ideia de devir-trava: o texto, nessa perspectiva, tem que criar disparadores, não apenas respostas; efetuar potência de matilha, criar saídas múltiplas; experimentações também textuais, considerando as subjetividades rizomas implicadas >> afirmação de vida, re-invenção de outra política de narratividade.

Nos provocando a pensar, reativamos alguns sentipensares narrados nos *pensamentinhos*⁴:

1. Cartas-ensaios de eus para não sei quem: pluralidade de vozes e dimensões afetivas em várias intensidades, que se revezam e se criam e se potencializam e...: AO DIZER, inventar outra política da narratividade em que os modos de dizer sejam compatíveis com as problemáticas de e com e para quem se diz.
2. Transgredir desde a forma, o estilo de confecção do texto, dos retalhos, dos fragmentos.
3. A pesquisa é sempre um enfrentamento, é sempre uma tentativa de decifração daquilo que violenta.
4. Sub-versão (versão minoritária).

4 Pedaco que compõe a tese já citada neste texto.

5. Aprendizagem = invenção.
6. Quais saídas podemos inventar? O quê e até onde podemos profanar a “santidade acadêmica”?
7. É preciso uma desaprendizagem das normas!
8. Ser trans e falar só de trans, de transfobia. Preta e falar só de racismo. O que essas pessoas fazem quando não estão falando (“só”) disso?
9. Escrever é sempre no presente, mesmo quando diz de passados e/ou futuros.
10. Incômodo de usar apenas fontes já consolidadas e não ter tanto espaço pra conhecimento da rua, do mundo... tem que ser tudo apenas livro, texto, coisa publicada no circuito acadêmico?
11. Devir-trans / devir-trava / devir-traveco: experimentações...
12. Cartografia é criação de mundos. Cartografar é, de algum modo, fazer arte.
13. IMPOSSÍVEL capturar vida em variação: devir-trava.
14. Estar sensível ou produzir encontros nos obriga a criar novo corpo, novos modos de ser, de fazer, se sentir, de aprender: novos eus <eus larvares, como diz Orlandi?>.
15. Como continuar se tudo que se encontra é o que não se procurava? Como desestabilizar essa mente racional produzida na e pela ciência régia? Como desaprender a aprendizagem?
16. Lugar de riscos / inventar outras perguntas / eu preciso criar aquilo que não encontro, preciso dizer sobre os eus (sem essencializar).
17. Fricção / Fabulação >> recordar um futuro? (inventar).
18. Lembrar sempre, sempre mesmo, que desejar é produzir.
19. Linn é multiplicidade em movimento, em constante devir.
20. Cartografia >> afetação >> fluxos e agenciamentos >> construção/invenção.
21. O que vai acontecendo no meu corpo enquanto vou tentando provar a insurgência política e pedagógica das gentes como a Linn e Liniker e Jup e e e e e e e e e e?
22. Aprender – diferenciar-se de si mesmo >> abertura a encontros que aumentam a potência de viver.
23. Escolha: confundir formas, modelos, estruturas.
24. Subjetividade *crazy-patchwork* >> movente >> rizomas.

25. O que quero encontrar e o que vai acontecendo no meu corpo nesse percurso?
26. Aprender >> processo de diferenciação >> abertura aos encontros >> aumento intensivo de potência.
27. Como Linn quer que eu me insurja? O que ela espera de mim? O que ela quer que eu seja?
28. Linn e eus: potência em variação >> o eu não é uma forma de identidade, mas uma potência de acontecer que guarda algo de inesgotável (ainda bem!).
29. Mosaico monstruoso, transfuturos inventados por uma escrita byxa-travesty.
30. Escrita-corpo! >> invenção de uma 'poética de si'.
31. Escrita se faz pelo devir >> transformação de si >> diferenciar-se de si mesmo.
32. Seriam essas algumas 'cartografias de si'?
33. Linn: subjetividade que não quer nada a não ser viver em intensidade, promovendo seus próprios fluxos.
34. Pesquisa que se pensa a si própria <perder-se>.
35. Maria dos Remédios: fazer rizoma de si / escrita é um modo de dilaceramento de si mesmo / escrita-devir que se faz pelo meio, não aceita totalidades.
36. Pensar enquanto escreve, escrever enquanto pensa = escrever faz pensar... e pensar, faz escrever?
37. Devir-escrita afetada pela Linn...
38. Educação: modo de criar a si e ao mundo (Tarcísio).
39. eus >> tudo, menos identidade / n-1 / eu com n rostos que caibam.
40. É produção, não produto / experimentação, não experiência.
41. Dizer o que precisa ser dito da maneira como é possível.
42. Ana Godoy: escrever é dizer da vida >> começar pelo que impressiona, deixar o corpo contemplar o que se passa, experimentar >> abertura de caminho para aquilo que se precisa dizer.
43. Linn marca meu corpo. Mas como? Como expressar, se é mais 'sentir' que 'entender'?
44. Há coisas ditas/sentidas pelo corpo que a linguagem não dá conta de traduzir!
45. Pesquisa-escrita como modo de potencializar o agir, a potência do corpo.

46. Inventar outra coisa, desviar, derivar, escapar: afirmação da vida.

47. ...

Agradecimentos

Ser ou não ser: essa não deveria ser a questão.

Ser trans pra mim é libertar-se. É não ser ator nem atriz: é ser atroz. É ir atrás. Estar à frente. É enfrentar. É atuar sobre si mesma. É assumir riscos. É ter a dádiva de duvidar da vida. Ser Trans é ter peito. E também é não ter. Ser Trans é genial, não genital. Não é do caralho, nem de xoxota. É de corpo inteiro. É reinventar-se e criar sobre a própria existência. Ser Trans é confuso, é borrar os limites, é rascunho. Ser Trans é poesia. É assumir-se corpo. Ir além. Ser criação e criadora. A médica e a monstra. Ser Trans é divino. É obra de d'eus. De todos os eus que me constituem. Não é obra das trevas. É obra das travas. Ser trans é um ato de coragem. É um campo de batalha. Ser trans é entregar-se. É não abrir mão de si. O que pode ser, algumas vezes, solitário. Mas tenho me encontrado em outras solidões. E tenho percebido que não estou sozinha. Não estamos. Eu soul Trans. E celebro minha existência. Celebro as nossas vidas, nossas conquistas. Se eu não fosse Trans, gostaria de ser.

Linn da Quebrada⁵

Pela Linn. Por tudo que aprendemos com ela, por ela, através dela. Por esse devir-trava, por essa necessidade que ela nos impôs de continuarmos lutando – mesmo sem ela saber, nos fez re-criar o sentido de viver. Em rede, com afetividade, com carinho, com alguma esperança. Ela foi a grande porta pra mundos possíveis, a mais efetiva intercessora, a maior provocadora de aprenderes [...]. Pelo que, através dela, atravessa e ecoa: atraveca.

⁵ Descrição de um vídeo com apresentação ao vivo de “Mulher”, postada em 29 de janeiro de 2017 no canal da Linn, no Youtube. Disponível em: <http://you.tube/-50hUUG1Ppo>

Referências

ASPIS, Renata Pereira ima. **Percursos de uma pesquisa**. Fazer filosofia com o corpo na rua: experimentações em resistência. [Livro em processo de editoração, a ser publicado em 2020 – a autora gentilmente permitiu acesso a algumas partes do livro].

BIXA TRAVESTY. Direção: Claudia Priscilla e Kiko Goifman. Roteiro: Claudia Priscilla, Kiko Goifman e Linn da Quebrada. Produção: Evelyn Mab e Kiko Goifman. Fotografia: Karla Meneghetti. Trilha Sonora: Linn da Quebrada. Estúdio: Paleotv, Válvula Produções. Montadora: Olivia Brenga. Distribuidora: Arteplex Filmes. 2018.

CADERNOS DE SUBJETIVIDADE. Vários autores. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo: o Núcleo. Vários anos, várias edições.

DE BRITO, Maria dos Remédios de. Cartografia... uma política de escrita... **Rev. Polis e Psique**, Belém, PA, Brasil, v. 7, n. 00, p. 167-180, 2017.

DE BRITO, Maria dos Remédios; COSTA, Dhemersson Warly Santos. Atos de criação: o corpo e a escrita. Seminário Conexões, 8., Campinas, SP, 2019. **Caderno de anais [do] VIII Seminário Conexões [recurso eletrônico]**. Sílvio Gallo, Marcelo Vicentin, Mirele Corrêa (orgs.). Campinas, SP: UNICAMP/FE, 2019. 361 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. Vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011 (2ª Edição – 2011 / 2ª Reimpressão - 2017). 128p. (Coleção TRANS).

DOS PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogia das travestilidades**. Trabalho de Conclusão de Curso – Pedagogia. PUC-SP. São Paulo, 2020.

LINN DA QUEBRADA. **Página da artista no Facebook / Perfil do Instagram / Página Comercial.** Disponível em: <https://www.facebook.com/mclinndaquebrada/>; <https://www.instagram.com/linndaquebrada/>; <https://www.linndaquebrada.com/>.

MENDES, Tarcísio Moreira. **Uma Educação esquizita.** Uma Formação bricoleur – processo ético e estético e político e econômico. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2015.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial:** proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

RIBETTO, Anelice. **Experimentar a pesquisa em educação e ensaiar a sua escrita.** UFF Niterói, 2009 . Disponível em: http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/TESE%20ANELICE%20RIBETTO.pdf.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2016.

A ESCOLA FAZENDO CORPO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS CONTEÚDOS DA BIOLOGIA

Iaci da Costa Jara

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Unicamp. Contato: iaci.jara@gmail.com*

Vera Alves Cepêda

Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

Resumo

Os conteúdos da biologia, no contexto escolar, tornam cognoscível a massa orgânica que nos compõe. Entre variados conteúdos sobre órgãos e sistemas, há aqueles que nos apresentam nosso sistema genital e informam sobre a atividade sexual humana. O presente trabalho propõe uma análise sociológica dos enunciados biológicos sobre a sexualidade humana contidos em livros didáticos de Ciências, compreendendo-os como uma tecnologia de produção corporal. Adotamos como perspectiva analítica a genealogia do poder de Michel Foucault, buscando investigar as práticas que objetivam/subjetivam os sujeitos através da formação de saberes. O “sexo natural” descrito nos materiais analisados circunscreve a função reprodutiva como o signo central da sexualidade humana. Essa narrativa afasta da condição de normalidade práticas diversas como a sexualidade da pessoa idosa, relações entre pessoas do mesmo sexo, o exercício da sexualidade com fins recreativos, entre outros. No entanto, nesse processo reconhece na figura do macho humano a excitação, o prazer e o gozo enquanto às fêmeas atribui exclusivamente a função reprodutiva, silenciando sobre as glândulas de lubrificação vaginal, o clitóris e a ejaculação feminina, por exemplo. Discute-se como a divisão sexual é operada em conjunto com uma economia dos corpos que faz do sexo uma experiência de

gênero e como as noções do que é considerado natural formam a fronteira do que se considera abjeto.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Corporalidades; Gênero; Abjeção.

Introdução

O trabalho aqui apresentado é um desdobramento da pesquisa de mestrado em Sociologia realizada por Iaci Jara na Universidade Federal de São Carlos e orientada pela prof^a dr^a Vera Cepêda. A realização desta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Naquela ocasião buscamos compreender como os saberes das ciências naturais fundam certas noções de sexo e de sujeito sexual ao nomear, classificar, valorizar ou suprimir determinadas estruturas anatômicas. Em especial, intentamos identificar os discursos e as representações sobre o órgão do clitóris em diferentes âmbitos sociais, analisando desde tratados da medicina até piadas do cotidiano, passando por materiais didáticos da educação formal e produções artísticas da cultura pop brasileira.

A leitura dos livros didáticos, de modo particular, extrapolou os objetivos iniciais daquela investigação e revelou que havia ali um campo abrangente de análise da produção de corporalidades e sexualidades. Assim, este artigo é um esforço de expansão das reflexões que dali surgiram e que agora apontam para diálogos com outros campos de discussão, em especial a Biologia ou a disciplina escolar denominada de Ciências. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma análise sociológica dos enunciados biológicos sobre a sexualidade humana contidos em livros didáticos de Ciências.

Adotamos como perspectiva analítica a genealogia do poder de Michel Foucault, pois ela nos ajuda a compreender como um conjunto de técnicas, conhecimentos e enunciados científicos formam um arcabouço de saberes objetivos sobre os sujeitos e, de certo modo, fundam o próprio sujeito enquanto tal. Em outras palavras, nos interessa desnaturalizar a forma como as categorias enunciativas próprias da biologia assumem o caráter de mera infraestrutura orgânica sobre a qual se inscrevem processos culturais. Ao contrário, discutiremos como as noções do que é “a natureza” formam a fronteira que a separa do antinatural, do desvio, e como esses enunciados criam uma economia dos corpos e dos prazeres onde sexo e gênero são coproduzidos.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram analisados os livros didáticos de Ciências que integraram o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no triênio 2017-2019. O PNLD é um programa de Estado consolidado pelo Decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010 que trata da seleção, compra e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas de todo o país. Buscou-se, nestes materiais, os conteúdos que tratam dos sistemas genitais masculino e feminino e da dimensão sexual humana, ou seja, como são nomeadas, classificadas, representadas e o que dizem estes materiais sobre as estruturas e processos relativos à ideia de um corpo sexuado. O conteúdo em questão está situado no ensino fundamental maior e sua distribuição nas 13 coleções que compunham o edital apresentam-no entre o 7º e o 9º ano. Isto significa dizer que o conteúdo analisado é direcionado para jovens de 12 a 14 anos, se considerada a idade escolar regular.

A leitura dos materiais é feita tendo como ferramenta teórico-analítica os princípios da análise do discurso do filósofo francês Michel Foucault, buscando identificar a unidade elementar do discurso que sustenta a inteligibilidade de suas afirmativas ao relacionar-se com os significantes socioculturais, denominadas pelo autor de enunciados (FOUCAULT, 2008). Tal procedimento coloca em evidência os “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979; 2006) estabelecidos por esses discursos ou, em outras palavras, os modos de subjetivação dos sujeitos dados pela objetivação dos saberes sobre o corpo.

Em linhas gerais, Foucault tematiza o exercício de um poder que se exerce pela formação de saberes sobre o corpo e os sujeitos, o poder de dizer *o que é* o sujeito e, pelo imperativo da ideia de verdade, fazer o sujeito *saber-se*. O exercício deste poder, que o autor chamou de poder disciplinar, é essencialmente positivo, na medida em que produz individualidade, subjetividade, produz sujeitos. De tal modo, a ideia de um poder disciplinar assume um duplo sentido, pois ele se liga à formação das *disciplinas* modernas e produz modos de *disciplinamento* dos corpos. Veremos a seguir quais os regimes de verdade estabelecidos pela materialidade dos enunciados sobre o corpo e o sexo na disciplina escolar de Ciências.

Resultados e discussão

O olhar para a instituição escolar, seu currículo, materiais didáticos, organização, arquitetura e práticas nos auxilia a refletir sobre a forma como uma sociedade pensa a si mesma em termos de sua formação histórica e seu projeto de cidadania. Isto porque a seleção, organização e disposição dos conteúdos é sempre uma escolha arbitrária diante da gama de saberes socialmente produzidos e historicamente acumulados pelas sociedades. Assim, a eleição daquilo que orientará as nossas gerações sobre a percepção e autopercepção dos corpos tem uma abrangência e importância singulares para análises como esta.

Vistos de maneira ampla, os conteúdos sobre o sistema genital e a sexualidade humana instituem como signo central dos corpos a função reprodutiva. No entanto, demarcam a participação de homens e mulheres nesse processo de modo sensivelmente distinto. Meninos e meninas aprendem, pela narrativa científica, que os machos humanos têm excitação, ereção, orgasmo e ejaculação enquanto as fêmeas têm menstruação, cólica, gravidez e parto e, como resultado da união desses processos, se dá a reprodução da espécie humana.

Mas o que o olhar sobre estes conteúdos, já tão conhecidos por todos nós, pode nos dizer sobre nossas crenças culturais? Para responder à esta questão, primeiramente, interpelamos estes enunciados dentro de sua própria área de conhecimento. Assim, coloca-se a leitura de seus conteúdos em contraste com outras produções da Biologia, além de estudos culturais e estudos feministas que nos apresentam outras perspectivas das e para as Ciências Naturais. Objetivamos, com isso, implicar a produção de saberes sobre o corpo com o estatuto político das ciências, possibilitando a destituição do seu caráter de verdade (FOUCAULT, 1979). Desse modo, tais conteúdos podem ser tomados como práticas discursivas e vistos a partir dos efeitos de poder que circulam entre seus enunciados.

Os genitais humanos são um ponto paradigmático das culturas ocidentalizadas, pois a partir deles a espécie humana é dividida em dois grupos. Em outras palavras, a genitália de uma pessoa posiciona-a dentro de um certo modo de ver o mundo, compreender o corpo e se relacionar com os outros a partir deste dado. Contudo, é importante frisar que esse modelo, baseado na ideia do dimorfismo sexual,

é um produto histórico da passagem do século XVIII para o século XIX (LAQUEUR, 2001) e não deve ser tomado como um dado da natureza. Interessa-nos aqui olhar para esse corpo não como o que supostamente *é*, mas para aquilo que *produz* ao nomear, classificar, valorizar ou suprimir determinadas estruturas orgânicas.

Desse modo, o primeiro ponto para o qual queremos chamar a atenção é o modo como as representações do pênis e da vagina reiteram o imaginário social da binaridade ativo/passivo. A genitália feminina é representada tendo como ponto central a vagina, órgão descrito como um canal aberto e inerte por onde passam, eventualmente, pênis e bebês. Por sua vez, o sistema genital masculino tem como centro de sua representação o pênis, órgão visto em posição ativa dentro dos processos anatomofisiológicos que o envolvem.

De um lado, os materiais nos informam sobre os diversos processos fisiológicos do qual o pênis participa com detalhadas explicações e ilustrações sobre a vasodilatação que resulta na ereção; seu desenvolvimento ao longo do tempo; e até processos culturais sobre ele, como a prática da circuncisão. De outro lado, nenhuma atividade própria da vagina é mencionada, ela figura apenas como um receptáculo e ou uma passagem. Essa descrição está em desacordo com outros estudos da biologia, segundo os quais a vagina é uma estrutura com notável atividade mediante diferentes estímulos.

Exames, como os realizados por Master e Johnson (1976), atestam que a vagina, quando em repouso, apresenta o comprimento de 7 a 10 cm e seu diâmetro é reduzido a quase zero, haja vista que suas paredes em relaxamento se tocam umas às outras. Com o incitamento da libido, o canal dilata e se expande em largura e profundidade, com a elevação do colo do útero, chegando a alcançar uma média de 10 a 15 cm de comprimento. Nesse processo, essa musculatura recebe um grande aporte de sangue que é filtrado por suas paredes, possibilitando que apenas o plasma atravesse para o seu interior, alterando o PH e aumentando a lubrificação interna da vagina.

Nos materiais didáticos avaliados, a primazia de informações sobre a atividade do pênis em contraste com a supressão de informações sobre a atividade da vagina fortalece o imaginário de que o sexo - que nestes conteúdos resume-se ao coito - é uma ação do corpo do macho sobre o corpo da fêmea. Essa desigualdade nas representações, que restituem a oposição ativo/passivo se estendem também a outras estruturas e processos, incluindo aqueles análogos em ambos os

organismos, a exemplo das glândulas de lubrificação. Na unidade que trata do sistema genital masculino lê-se sobre as glândulas bulbouretrais, vesícula seminal e glândula prostática na condição de estruturas essenciais à formação de secreções que lubrificam e regulam o PH, além de fornecer açúcares, sais e hormônios que vão compor o sêmen junto aos espermatozoides.

O organismo feminino também possui glândulas de lubrificação interligadas ao sistema genital, são as glândulas de Bartholin e glândulas de Skene, as primeiras localizadas na porção externa do canal vaginal e as últimas próximas à abertura do canal da uretra. Ativadas pela excitação, estas estruturas lubrificam a vulva, suavizando o atrito com esta e com a porção externa do clitóris. Entretanto, de modo distinto de suas correspondentes masculinas, as glândulas de Bartholin e Skene não são contempladas nos livros didáticos de Ciências aqui investigados. Nenhum texto ou representação iconográfica é dedicada a este conteúdo, é como se estas estruturas simplesmente não existissem (BALTAZAR e BARROS, 2014).

No que concerne à representação sobre o órgão do clitóris, este é retratado como sendo exclusivamente um componente da vulva, parte externa do sistema genital feminino. Essa ilustração distorce o fato de que a maior porção do clitóris é interna e está interligada às demais estruturas do sistema genital. As descrições deste órgão, nos livros didáticos, são bastante imprecisas, a maioria delas se resume à enunciados que se limitam a nomeá-lo e citar que seu corpo é repleto de terminações nervosas sem, no entanto, descrever seu funcionamento. Chama a atenção a frequência no uso das expressões “pequeno” ou “pequenino” para dele tratar, isto se considerarmos que a dimensão completa do órgão do clitóris é próxima às dimensões do pênis em comprimento e superior a este em largura e, no entanto, o pênis não é descrito como uma “pequena estrutura”. Seguindo as descrições do clitóris como “pequenino”, as ilustrações da vulva retratam-no numa escala menor que o real, tendo seu tamanho equiparado à abertura da uretra ou, em alguns casos, menor que esta – o que é anatomicamente impróprio.

Um dos materiais analisados se mostrou especialmente problemático acerca deste conteúdo, nele toda a informação que consta sobre o clitóris é uma única frase que diz: “clitóris - é um pequeno órgão cuja parte externa sensível tem o tamanho de um grão de feijão” (CANTO, 2015). Quer dizer, tudo o que este material tem a

oferecer como informação para as alunas e os alunos sobre um órgão do corpo é que ele se parece com um grão de feijão e nada faz? Para além deste exemplo pedagogicamente intolerável, os demais materiais também falham em apresentar informações sobre suas dimensões, morfologia, disposição, função e conexões com as estruturas circunvizinhas, em contraste com o tratamento dado a outros órgãos nos mesmos livros.

Para evidenciar a distorção dos conteúdos sobre o clitóris nestes materiais didáticos, apresento a seguir duas imagens onde este órgão pode ser observado em toda a sua dimensão e também em referência ao sistema genital como um todo. Na primeira imagem vê-se o clitóris capturado por ressonância magnética; a segunda é uma ilustração com fins didáticos que coloca este órgão em relação com as demais estruturas do sistema genital feminino.

Figura 1: Clitóris capturado por ressonância magnética. Fonte: O'CONNELL, SANJEEVAN, HUTSON, 2005.

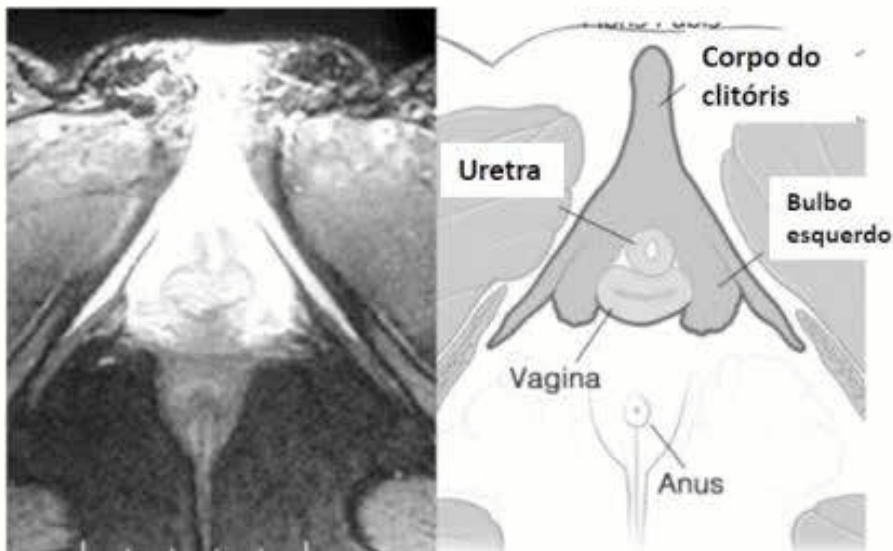
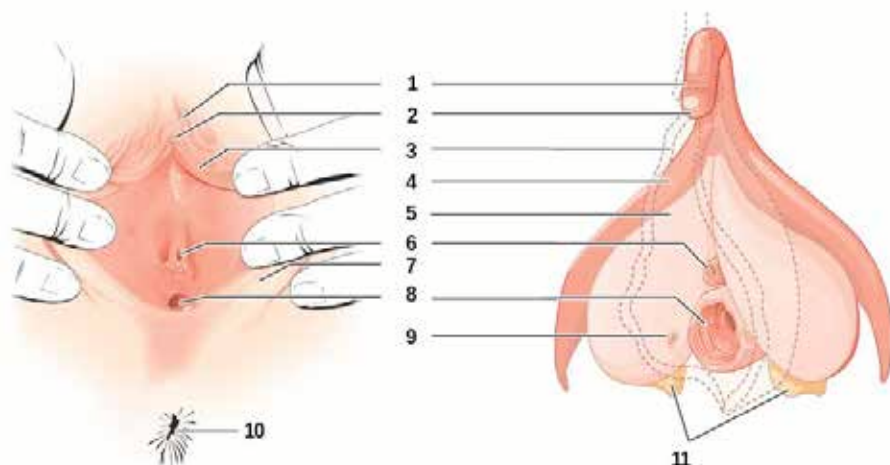


Figura 2: Desenho do clitóris. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figure_28_02_02.jpg



As estruturas referentes à figura 2 são: 1) Prepúcio; 2) Glândula do clitóris; 3) Lábios menores; 4) Corpos cavernosos; 5) Bulbo do vestíbulo; 6) Abertura da uretra; 7) Lábios maiores; 8) Abertura do canal vaginal; 9) Abertura da glândula de Bartholin; 10) Ânus; 11) Glândulas de Bartholin. Com esta ilustração, é possível notar que o clitóris se comunica com todo o assoalho pélvico, tendo sua maior porção na parte interna do sistema genital. Assim, tratar dele como um órgão externo e “pequenino”, como fazem os livros didáticos de Ciências, é uma distorção considerável. Ademais, muito embora estes materiais se limitem a retratar a porção externa deste órgão, nem mesmo suas estruturas visíveis - glândula e prepúcio - são nomeadas.

Formado por tecido erétil (corpos cavernosos), o clitóris realiza o fenômeno orgânico da ereção de modo idêntico ao processo de ereção do pênis. Assim, causa estranhamento o fato de que estruturas e processos análogos no corpo de homens e mulheres recebam tratamentos tão distintos. O ponto central desta distinção parece ser o prazer, o que se torna evidente quando observamos o conjunto destes conteúdos como uma cena. Para que possamos vislumbrar o sujeito sexual que emerge dos enunciados em questão, convido a pessoa leitora a juntar todos os elementos que nos são apresentados em nomes de órgãos, glândulas, processos e sistemas para formar um quadro vivo, uma imagem completa perante variados fragmentos supostamente dispersos.

A cena formada por esta série de fragmentos representa o corpo masculino como o sujeito da atividade sexual, cabendo ao corpo feminino a condição de ser penetrado e fertilizado. De acordo com estes conteúdos, apenas os machos humanos têm excitação e processos próprios decorrentes da libido. Mas se a excitação, lubrificação, ereção do clitóris e ejaculação feminina são também fenômenos orgânicos, por que eles não ganham espaço nos conteúdos das Ciências Biológicas? O que os torna distintos da digestão, evacuação, respiração e mesmo da reprodução? Principalmente, o que os torna distintos da excitação mesculina? Afinal, se está ensinando sobre o sistema genital ou sobre um modo particular de manifestação do sexo?

Assim, o argumento que aqui desenvolvo não trata da tematização das práticas sexuais ou de oferecer às crianças um glossário delas – nem creio que seja possível que se reúnam todas as possibilidades de manifestação da sexualidade humana, pois ela pode ser tão plural e inventiva que tão logo sua catalogação fosse concluída já estaria defasada. O ponto do argumento é dar à dimensão do prazer o tratamento das Ciências Biológicas, entendendo que o prazer não é apenas biológico, mas que este é um de seus aspectos.

A distribuição desigual dos signos da reprodução e do prazer produzem o sexo como uma experiência de gênero. Em outras palavras, sexo e gênero são produzidos em relação um ao outro, pois a representação que se forma a partir de certa noção de corpo sexual ordena posições de sujeito. Mais do que uma questão de desigualdade das possibilidades de fruição do prazer, avalio que o apagamento dos fenômenos da excitação feminina endossa fundamentos de violência sexual contra as mulheres por sustentar um imaginário no qual o corpo feminino é o lócus da penetração, mas seu prazer e sua atividade são irrelevantes ou inexistentes.

Esse caráter se torna ainda mais dramático pela representação gráfica da vagina como um canal aberto, o que, como vimos, é um equívoco. Pensar a vagina como um canal penetrável *a priori* sustenta o fundamento lógico de que corpos com vagina não precisam de uma condição específica para o coito, diferente dos corpos com pênis para os quais são reconhecidas adaptações fisiológicas típicas. Sendo assim, o pressuposto da legitimidade da atividade genital-penetrativa se resume à ideia de consentimento como uma ação puramente racional e cognitiva, descolada do corpo, da excitação, do erotismo. As adaptações fisiológicas da vagina e a atividade das glândulas de

lubrificação, das quais tratamos anteriormente, não dependem de um “sim”, mas da experiência do excitamento.

A atividade orgânica das fêmeas é reconhecida apenas a partir dos processos relativos reprodução, mas nem por isso ela se torna sujeito destas ações. A menstruação, gestação, trabalho de parto, menopausa não são reconhecidos como processos que seus corpos *fazem*, mas que os *acomete*, algo pelo que elas *passam* (MARTIN, 2006). Uma boa ilustração de como o caráter de gênero está imiscuído em todos os níveis destes conteúdos são as narrativas acerca das células sexuais e do processo de fecundação. A fertilização é descrita como a ação do espermatozoide sobre o ovócito. Este último é retratado como uma célula passiva e incompleta. Ele é “lançado” pelas tubas uterinas, “captado” pelas fímbrias, “penetrado” pelo espermatozoide, ou seja, ele apenas sofre as ações nas quais está envolvido. Por sua vez, o espermatozoide “entra”, “penetra”, “degrada” as “camadas protetoras do ovócito”.

Segundo os livros didáticos, o ovócito é uma célula “imatura” que só completa seu desenvolvimento quando fecundado pelo espermatozoide, momento a partir do qual recebe o nome de óvulo. Do ponto de vista dos saberes técnicos sobre a fecundação humana, o entendimento de que o espermatozoide penetra o ovócito fazendo força contra sua membrana até perfurá-la foi alterado no campo da biologia desde a década de 1980 (KELLER, 2006). Este fenômeno é melhor compreendido como a união de duas células em um processo colaborativo. Espermatozoides e ovócitos possuem substâncias adesivas em sua superfície, que aderem uma à outra. Além disso, as moléculas de proteínas que realizam esta ligação são fisicamente côncavas nos espermatozoides e protuberantes nos ovócitos. Em outras palavras, é possível dizer que a célula sexual masculina é penetrada pela célula sexual feminina (MARTIN, 1991).

Acerca da suposta “imaturidade” ou “incompletude” do ovócito, convém dizer que as células reprodutivas humanas são células haplóides. Em termos gerais, a espécie humana possui 46 cromossomos e suas células reprodutivas possuem 23 cromossomos cada. Com a fecundação, a união de duas células haplóides dá origem a uma célula diplóide, na qual se reúnem 46 cromossomos possibilitando a formação de um novo ser. Apesar de esta ser uma característica das células sexuais tanto femininas quanto masculinas, o espermatozoide não é descrito como incompleto ou imaturo em nenhum momento. Como

fica evidente, ainda que o organismo da fêmea humana se torne inteligível pelos processos ligados à reprodução, nem por isso ele torna-se sujeito. A passividade, a incompletude e a precariedade são inscritas no corpo da fêmea humana até no nível de suas células.

A passividade como um axioma do regime de verdade imposto sobre o corpo feminino também esvazia os sentidos lógicos de um órgão que tenha função de prazer. Isto é, a passividade feminina na atividade sexual e o seu sentido construído a partir da ideia de complementaridade ao corpo masculino faz com que a realização deste corpo se faça sempre em relação ao outro, seja um homem, seja um filho. Contrariamente, um órgão que tem função exclusiva de prazer aponta para uma realização em si mesmo e não pela alteridade. Portanto, a passividade é um enunciado conflitante em relação à enunciação do clitóris.

Em outra escala do problema, podemos questionar como estes conteúdos normalizam uma certa noção de sexo que torna cognoscível apenas a atividade heterossexual, genital-penetrativa e reprodutiva. Uma vez que o prazer não figura como um processo *sui generis* da atividade sexual humana – mas exclusivamente masculina –, práticas diversas que têm como único objetivo a fruição do prazer são excluídas da inteligibilidade deste “corpo natural”. Não estando dentro da *gramática da natureza*, vivências como a atividade sexual da pessoa idosa, relações entre pessoas do mesmo sexo, a masturbação ou qualquer outra atividade que não envolva apenas um pênis e uma vagina passam a figurar como *antinaturais*. Isto é, o suposto caráter de neutralidade que as ciências médicas e biológicas advogam para si, sustenta a ilusão de uma condição natural do sexo.

Os processos de inclusão e exclusão dos discursos circunscrevem a fronteira entre a verdade e o erro, o normal e o anormal, o humano e o abjeto (FOUCAULT, 2012). Esse saber, portanto, determina os pressupostos que são tomados como base do ato de conhecer de cada época, ritualizando a ocorrência do que pode ser dito. Assim, os saberes sobre o corpo, que integram os conteúdos escolares a partir dos quais as mais novas gerações passam a saber de si, são *incorporados* à linguagem a partir da qual enunciamos a experiência de ter um corpo ou de ser um ser sexuado.

O corpo humano é atravessado pela cultura porque não há nenhum dado natural que possa ser acessado sem mediação. No ato de nomear, representar, valorizar ou suprimir determinada evidência

anatômica, as ciências médicas e biológicas estabelecem um regime de verdade sobre o corpo sexuado que forja desejos, cria zonas erógenas, modos de vivência da sexualidade e os assinala como fruto da natureza. É nesse sentido que podemos observar os discursos à nossa volta como práticas analisando-os não por aquilo que supostamente dizem, mas pelo que produzem ao dizê-lo. No limite entre aquilo sobre o que se joga luz e aquilo que fica na sombra do objeto iluminado, há um eclipse que interessa à pesquisa genealógica. Ou seja, entre os enunciados há lacunas de silêncio que lhes são intrínsecas porque dito e não dito são partes da mesma tecnologia.

A ligação dos enunciados com os signos culturais que lhes conferem sentido, nos revela os efeitos de poder que circulam entre os discursos e nos permite questionar o caráter pretensamente neutro que tomam os conteúdos sobre o corpo. Esta crítica pode nos fazer avançar no sentido do reconhecimento destes saberes como produções culturais e convoca professores da área das Ciências Biológicas - e o corpo pedagógico da escola como um todo -, a confrontar a seleção, organização e representações culturais de nossas disciplinas com o projeto de sociedade que queremos.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida pretende somar-se ao denso campo de investigação que busca identificar e problematizar a produção de corporalidades, sexualidade, gênero e diferenças nos espaços de educação formal. Ao lançar um olhar das Ciências Sociais sobre a Biologia, intentamos colaborar com o desvelamento dos efeitos de poder subjacentes à produção da verdade sobre o sexo. Como principais resultados dessa empreitada, destacamos a leitura crítica dos modos de normatização e disciplinamento das corporalidades que criam norma e abjeção, determinam sujeitos e práticas sexuais inteligíveis e criam o sexo como uma experiência de gênero ao distribuir desigualmente suas possibilidades de realização.

Refinar as análises daquilo que nos parece natural – porque naturalizado – significa negar um corpo a-histórico e reafirmá-lo como construção, como invenção, não para esvaziá-lo de sentido ou dizer que o corpo não é nada. A problemática da “política do verdadeiro”, que nos inspira Michel Foucault, advém da constatação de que aquilo que se aceita como verdade não se restringe a problemas lógicos

ou linguísticos, a ideia de “verdade” perpassa a história e atravessa os sujeitos. Na medida em que o sujeito sabe de si a partir daquilo que sabe sobre o mundo, a objetivação dos saberes é fundadora de subjetividades.

Assim, destacar as múltiplas práticas e os jogos de poder que as integram serve para nos mostrar que o presente é contingente e permitir que seus sentidos sejam disputados. Nessa direção, a crítica aqui desenvolvida tece redes de diálogo com diversos campos de investigação e setores da sociedade. De modo mais imediato, buscamos contribuir com a prática pedagógica não apenas da área das Ciências naturais, mas dos profissionais da educação em geral, considerando que a sexualidade é um conteúdo transversal do currículo brasileiro. Ainda no que concerne à educação formal, fazemos um apelo direto às autoras e autores de livros didáticos de Ciências para que observem os conteúdos de suas disciplinas como parte da produção cultural humana e, diante disso, possam assumir o compromisso ético de erradicar a perpetuação de sexismo, homofobia, transfobia, etarismo ou quaisquer formas de desigualdade.

Com efeito mais amplo, fazemos a opção política de atribuir um caráter inacabado a este ensaio, como uma aposta de diálogo aberto que se propõe a afetar na mesma medida em que pode ser afetado por diversos campos de estudo. As linhas aqui desenvolvidas fornecem elementos de discussão para os estudos sobre masculinidades e feminilidades; fazem uma provocação analítica à noção de consentimento como um elemento formal; e, de maneira ainda mais abrangente, buscam contribuir para que cada uma e cada um de nós possa buscar formas mais éticas e igualitárias de compreender, inventar e reinventar o corpo e o sexo.

Referências

BALTAZAR, Pedro e BARROS, Fortunato A. O. S. F.. Anatomia sexual feminina. In: BARROS, Fortunato Antônio de Oliveira Salazar Ferreira, FIGUEIREDO, Ana Rute Curro. Manual de Medicina Sexual - visão multidisciplinar. Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia. Portugal; A. Mearini, 2014.

CANTO, Eduardo Leite do. Ciências naturais - aprendendo com o cotidiano. 5 ed. São Paulo: Moderna, 2015.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. ed. 22. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 7, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. Cadernos Pagu. 2006, n.27, pp.13-34.

LAQUEUR, Thomas W. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MARTIN, Emily. The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles. Chicago Journals: The University of Chicago Press. Vol. 16, No. 3, Spring, 1991. pp. 485-501.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

MASTER, William H.; JOHNSON, Virginia E. A conduta sexual humana. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Portuguesa, 1976.

O'CONNELL, H., SANJEEVAN, K.V., HUTSON, J.M. Anatomy of the Clitoris. Journal of Urology, v. 174, 2005. pp. 1189-1195.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PPGED/UFS NO PERÍODO DE 2015 A 2019

Raul Felipe Silva Rodrigues

*Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe
– UFS, rauldolago1@gmail.com;*

Maria Helena Santana Cruz

*Professora orientadora: Doutora pelo Curso de Educação da
Universidade Federal da Bahia – UFBA; Pós-doutora pelo Curso de
Sociologia da Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS,
helenacruz@uol.com.br;*

Ana Paula Leite Nascimento

*Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe –
UFS; Pós-doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal
de Sergipe – UFS, paulajcbrasil@yahoo.com.br.*

Resumo

O trabalho sistematizou alguns resultados do Projeto de Pesquisa “Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional”. Consideramos o intervalo de 2015 a 2019, e, nessa direção, abordamos as produções científicas com os temas de gênero e sexualidade no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A pesquisa classificou-se como qualitativa, documental e bibliográfica. Acessamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e verificamos 239 publicações do PPGED/UFS. A amostragem referenciada foi constituída por 15 (quinze) pesquisas com gênero e sexualidade nos títulos dos trabalhos, sendo que apenas 13 (treze) retrataram gênero e sexualidade como categorias de análise, as quais foram selecionadas para a exposição dos

dados. No processo de levantamento da produção científica, averiguamos que o Programa investigado possui uma Linha de Pesquisa “Educação e Diversidade”, que concentra as publicações de gênero e sexualidade. Avaliamos que a existência da linha específica vem estimulando os estudos e as publicações a respeito dos temas analisados e, consequentemente, contribuindo para as políticas públicas que abarcam diversidade, gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação, Produção científica.

Introdução

No processo de investigação durante o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa *“Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional”* (CRUZ et al, 2020) aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acessamos pesquisas, concepções e resultados que retratam temáticas e pautas atinentes às desigualdades e às diversidades no contexto da educação superior no Brasil, priorizando nesse exercício investigativo e analítico o pressuposto da interseccionalidade.

Nesse trabalho, o objetivo esteve direcionado à centralidade da sistematização de resultados do mapeamento das produções científicas relacionadas aos temas de gênero e sexualidade, no período de 2015 a 2019, na particularidade do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Concordamos com Louro (1997, p. 21, supressão nossa) quando essa autora afirma que o conceito de gênero “serve [...] como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”. Partimos da premissa que o gênero não é sinônimo de sexo e nem tem a obrigatoriedade de se assemelhar ou de se construir a partir das características sexuais. Logo, referendamos a assertiva de que “não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino”. (LOURO, 1997, p. 21).

A perspectiva que adotamos vai além das expressões que restringem às possibilidades binárias de existências homem e mulher. O amparo teórico-analítico que nos apropriamos fundamenta-se nos estudos da autora Butler (2003, p. 24-25, grifos originais, supressão nossa) ao apontar que a

[...] hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que

homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.

Legitimamos o debate da sexualidade considerando as múltiplas manifestações das sexualidades. Portanto, endossamos o exposto pelo autor Caetano (2014, p. 40, supressão nossa) que conceitua as sexualidades como “[...] uma potência que desestabiliza a norma das identidades, zomba dos limites dos ‘sexos antagônicos’ e reelabora as expectativas de gênero”.

Concebemos as diversidades nas concepções e expressões que perpassam as identidades de gênero, assim como as diversidades das identidades sexuais. Esse entendimento se baliza na contribuição da autora Louro (1997, p. 27, grifo original, supressão nossa) ao ponderar que

[...] identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento.

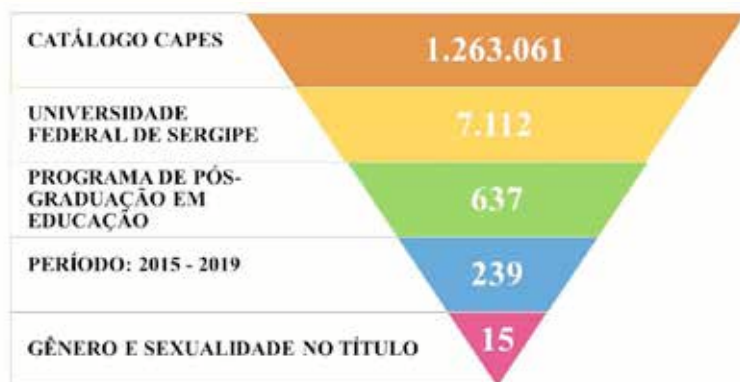
Consideramos que esboçar a produção acadêmica por pesquisadoras/es da área de Educação vinculadas/os ao PPGED/UFS contribuirá para a apreensão do conhecimento e o aprofundamento das concepções acerca dos debates de gênero e sexualidade.

Metodologia

O trabalho resulta de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Desse modo, estruturou-se em levantamento documental das dissertações e teses, e levantamento bibliográfico dos estudos de autoras e autores que abordam os conceitos de gênero e sexualidade e contribuem com análises teóricas e empíricas.

Para chegarmos à amostragem analisada, acessamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No entanto, não utilizamos nenhuma palavra-chave na busca, apenas aplicamos filtros, consoante o detalhamento no infográfico 1 a seguir:

Infográfico 1 – Etapas para seleção da amostragem



Fonte: Elaborado pelas autoras e pelo autor em 2021 a partir do Catálogo da Capes.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES localizamos o total de 1.263.061 trabalhos. Pelo primeiro filtro com a descrição “*Universidade Federal de Sergipe*” foram identificadas 7.112 pesquisas. O filtro “*Programa de Pós-Graduação em Educação*” contabilizou 637 estudos. Ao selecionar o filtro do “*período 2015-2019*” encontramos 239 publicações do PPGED/UFS. A partir deste universo, organizamos os dados por autoria, ano, objeto/temática, intersecções e orientação.

Com isto, observamos 15 (quinze) pesquisas desenvolvidas que apresentavam “*gênero e sexualidade nos títulos*”, constituindo-se mais um filtro para referenciar o mapeamento dos trabalhos nesse estudo. Contudo, duas dessas publicações tratavam de gêneros textuais e gênero biográfico, não sendo consideradas na amostragem para a análise e a elaboração do artigo.

Assim, somente selecionamos e analisamos as 13 (treze) produções acadêmicas do PPGED/UFS que versavam acerca das temáticas gênero e sexualidade, enquanto categorias de análise. Para fins de registro sumarizado, listaremos também, no tópico subsequente, na relação do levantamento geral os dois trabalhos e as suas respectivas temáticas e autorias, tendo em vista que nos seus títulos constavam

as categorias usadas no filtro que computou os 15 (quinze) trabalhos científicos, apesar de não se constituírem objeto de apreciação no que se refere ao eixo analítico para o qual focalizamos o estudo.

Resultados e discussão

O cenário em análise reflete o quadro da produção acadêmica no campo da educação na especificidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, no íterim de 2015 a 2019, a respeito das categorias gênero e sexualidade nos títulos das dissertações e teses. Na leitura dos trabalhos, buscamos levantar as contribuições decorrentes dos estudos desenvolvidos, destacando as autorias, os anos da publicação, os tipos de produção, os títulos dos trabalhos científicos, as respectivas propostas de pesquisas e alguns resultados, como veremos melhor na exposição dos dados adiante.

A autora Carla Rezende Gomes, em 2015, na sua tese *“Relações de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular em Sergipe”*, analisou, sob a perspectiva de gênero, o trabalho e a formação dos instrutores de direção veicular dos Centros de Formação de Condutores em Aracaju. De acordo com a autora, “o gênero ainda é um critério de discriminação, pois várias instrutoras relataram formas de dominação masculina sobre as mulheres”. (GOMES, 2015, p. 175).

No ano de 2016, a autora Helma de Melo Cardoso na sua dissertação intitulada *“O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro: a abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju”*, analisou as concepções sobre corpo, gênero e sexualidades dos estudantes do último ano das licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe. Segundo a pesquisadora “o importante é que a escola possa se tornar um veículo social de desconstrução de desigualdades e injustiças [...] como caminho de mudança social”. (CARDOSO, 2016, p. 123, supressão nossa).

Na dissertação de Anselmo Lima de Oliveira *“Discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe”*, publicada em 2016, o autor observa como “temáticas gênero, corpo e sexualidade não são problematizadas nem discutidas de forma amplificada nessa instituição e que esporádicos debates sobre esses temas ocorrem a partir das necessidades individuais e autônomas d@s docentes, bem como pela ‘vontade de saber’ d@s discentes”. (OLIVEIRA, A., 2016, p. 115).

O autor Cristiano Jose de Oliveira, em 2016, na sua dissertação *“Escola religiosa e produções de subjetividades: relações de gênero e sexualidade em um currículo escolar”*, notou nas narrativas investigadas no Colégio Nossa Senhora que “através da regulação dos/as alunos/as, existe uma busca para que os/as mesmos/as vivam suas sexualidades e os gêneros pautados pelo discurso religioso”. (OLIVEIRA, C., 2016, p. 120).

No ano de 2016, o autor Luciano Rodrigues dos Santos na sua tese com o título *“Gênero, educação em sexualidade e formação docente: descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe”*, diz que

[...] os (as) professores (as) do curso de Licenciatura em Educação Física da UFS estão realmente abordando de maneira superficial e aligeirada as temáticas gênero e sexualidade no curso. Ademais, ainda trazem consigo as abordagens de gênero e sexualidade, de cunho sexista, segregacionista e moralista, que foram internalizadas e naturalizadas em seus corpos desde o nascimento, mediante o contexto sociopolítico, econômico e cultural da sociedade brasileira. (SANTOS, 2016, p. 230, supressão nossa).

Na dissertação de Adenilde de Souza Dantas *“Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)”*, cuja publicação foi em 2017, a autora aponta que

[...] o SINTESE é constituído e dirigido por uma maioria de mulheres. Contudo, ao não promover a incorporação da temática de gênero no sindicato, como uma de suas políticas de luta, a instituição não conseguirá cumprir, na íntegra, um de seus maiores objetivos o de uma sociedade interacional nova, na qual a emancipação humana alcance ter a luta pela afirmação da mulher, da liberdade sindical, respeitadas as diferenças e etnias. (DANTAS, 2017, p. 154, supressão nossa).

O autor Danilo Araujo de Oliveira, em 2017, na sua dissertação *“Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE)”*, fala que a

[...] heteronormatividade atua seguindo a ideia sexo-gênero-sexualidade, os corpos que desobedecem a essa sequência provocam um embaralhamento nas concepções de gênero e sexualidade. [...] Todos os corpos são insistentemente investidos e regulados para se tornarem inteligíveis, ou seja, corresponder a essas prescrições. (OLIVEIRA, 2017, p. 81, supressões nossas).

No ano de 2017, a autora Mariana Dorea Figueiredo Pinto na sua tese intitulada *“Desvelando a construção das diferenças de gênero nas experiências de contadores/as e de auditores independentes em Sergipe”* ressalta que o estudo

[...] demonstrou que a inserção da mulher na contabilidade é semelhante à do homem, no entanto, [...] as mulheres possuem barreiras invisíveis, subestimação feminina um elemento construído que não elimina, mas reforça e que, de certa forma, reproduz a concepção de teto de vidro como barreiras à ascensão, para se inserir e permanecer na Auditoria, muito por conta das desiguais responsabilidades familiares em relação aos homens. (PINTO, 2017, p. 200, supressões nossas).

Na dissertação de Monara Santos Silva *“As questões de gênero sob as lentes do cinema: uma análise a partir do filme ‘Hoje eu quero voltar sozinho’*”, publicada em 2017, a autora reforça

[...] a atratividade do cinema como um valioso recurso para fomentar o debate em torno das relações de gênero, bem como para suscitar questionamentos, estranhamentos, debates, reflexões e novas aprendizagens. Ao lado do questionamento, o cinema, mobiliza não só cognição, mas também a sensibilidade, o que termina por motivar aprendizados. (SILVA, 2017, p. 85, supressão nossa).

A autora Roxane de Alencar Irineu, em 2018, na sua tese *“A metodologia ativa e a mediação de gênero na formação superior em saúde: perspectivas de docentes do Brasil e de Portugal”*, pondera que a

[...] Metodologia Ativa favorece a inserção de novos conteúdos às aulas e a leitura crítica de fatores mediadores de gênero por suas características

ligadas à flexibilidade, reflexão, criticidade e vinculação com o social. Não obstante, essa perspectiva é considerada professor-dependente, visto que depende do professor e não do método, no entendimento de que o docente carrega consigo não apenas seu conhecimento técnico-científico, mas também sua sexualidade, seus preconceitos, seu habitus e sua visão de mundo, ou seja, seus múltiplos saberes. (IRINEU, 2018, p. 175-176, supressão nossa).

No ano de 2018, a autora Adriana Lohanna dos Santos na sua dissertação com o título *“Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico”*, analisou “as vivências das pessoas transexuais na universidade, podendo então refletir sobre as trajetórias de vida universitárias dos sujeitos envolvidos, percebendo as estratégias utilizadas pel@s mesm@s para permanecer no ensino superior”. (SANTOS, A., 2018, p. 70).

Na tese de Luiz Fernando Cajueiro dos Santos *“O gênero biográfico no ensino das artes visuais: a vida e a pintura de José de Dome (1955 – 1981)”*, cuja publicação ocorreu em 2018, o autor analisa o gênero biográfico no ensino das artes visuais. (SANTOS, L., 2018). Nesse trabalho, a abordagem de gênero não se insere no foco da análise, mas trouxemos aqui o seu registro.

O autor Carlos Andre Araujo Menezes, em 2019, na sua dissertação *“Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar”* analisou

[...] como a expressão corporal de estudantes gays e lésbicas no espaço escolar contribuiu para ampliação do debate sobre diversidade de gênero e sexual na escola. [...] e, identificou como a existência de estudantes gays e lésbicas na educação básica tem provocado mudanças curriculares e modos de se fazer gênero na escola. (MENEZES, 2019, p. 78, supressões nossas).

No ano de 2019, a autora Ana Paula Leite Nascimento na sua tese intitulada *“Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re) produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências”*, ao analisar

[...] o movimento de (re)produção de silenciamentos, invisibilidades e regulações de gênero; e de (re) produção de visibilidades, subversões e resistências das juventudes no cotidiano escolar do IFS, não [buscou] somar as determinações do objeto nem exaurir o conhecimento do objeto em questão, mas [procurou] captar algumas determinações e o movimento da realidade, considerando a relação dialética entre escola e juventudes particularizada no contexto do IFS. (NASCIMENTO, 2019, p. 287, supressão nossa, acréscimos nossos).

Na dissertação de Janio Nunes dos Santos “*O trabalho com gêneros textuais na feitura de si e do outro: memórias de professores alfabetizadores egressos do PNAIC*”, publicada em 2019, o autor estuda o trabalho com gêneros textuais na feitura de si e do outro. (SANTOS, 2019). A categoria gênero que aparece na pesquisa difere do eixo de análise que elegemos para esse artigo, porém sua citação aconteceu para computar o levantamento dos trabalhos.

Considerações finais

Além das contribuições teóricas, na análise das publicações percebemos que a partir de 2018 o Catálogo da CAPES deixou de identificar nas buscas os indexadores de Área de Concentração e de Linha de Pesquisa.

Das pesquisas analisadas (treze investigações), as autorias de pesquisadoras foram majoritárias, totalizando oito trabalhos, distribuídos proporcionalmente nos tipos de produção científica: quatro dissertações e quatro teses. O total de pesquisadores foi cinco, com quatro dissertações e uma tese. A preponderância da publicação teve seu marco nos anos de 2016 e 2017, somando quatro produções acadêmicas em cada ano.

No levantamento da produção científica, constatou-se que o Programa investigado possui uma Linha de Pesquisa “Educação e Diversidade”, que concentra as publicações de gênero e sexualidade. Nessa direção, consideramos que a existência da linha específica vem estimulando os estudos e as publicações a respeito dos temas analisados e, conseqüentemente, contribuindo para as políticas públicas que abarcam diversidade, gênero e sexualidade.

O estudo perquirido nos possibilitou maior aproximação ao debate e a análise dos trabalhos nos legou o conhecimento de novos contributos teóricos e empíricos, processos que incidem na apropriação das categorias gênero e sexualidades, na nossa formação continuada, nas transformações que podem provocar em nossas práticas e por meio delas como pesquisadoras/es, profissionais e militantes, enquanto práticas que se intercalam no cotidiano.

Reconhecemos os limites da análise aqui sistematizada, e nos comprometemos a aprofundar a investigação na continuidade das atividades e das publicações ao longo da execução do Projeto de Pesquisa que estamos desenvolvendo, com vistas a abarcar dados e reflexões sobre a produção científica no Brasil e na particularidade em Sergipe.

Agradecimentos

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) pela aprovação e pelo financiamento do Projeto de Pesquisa *“Repensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional”*.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Márcio. “Não se nasce mulher” – ela é performatizada: sexo, política e movimentos curriculares. In: FERRARI, Anderson; RIBEIRO, Cláudia Maria; CASTRO, Roney Polato de.; BARBOSA, Vanserlei. (Orgs.). **Corpo, gênero, sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

CARDOSO, Helma de Melo. **“O que é normal pra mim pode não ser normal pro outro”**: a abordagem de corpo, gênero e sexualidades nas licenciaturas do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju. 2016. 141 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

CRUZ, Maria Helena Santana (coord.); RODRIGUES, Raul Felipe Silva; BORGES, Josefa Lusitânia de J.; NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **(Re) Pensando questões sobre desigualdades e diversidades na educação superior em uma perspectiva interseccional.** Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE).** 2017. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

GOMES, Carla Rezende. **Relações de gênero no trabalho e formação de instrutores (as) de direção veicular em Sergipe.** 2015. 233 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

IRINEU, Roxane de Alencar. **A metodologia ativa e a mediação de gênero na formação superior em saúde: perspectivas de docentes do Brasil e de Portugal.** 2018. 205 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1997.

MENEZES, Carlos Andre Araujo. **Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar.** 2019. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Juventudes em cena no cotidiano escolar: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências.** 2019. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

OLIVEIRA, Anselmo Lima de. **Discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.** 2016. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

OLIVEIRA, Cristiano Jose de. **Escola religiosa e produções de subjetividades:** relações de gênero e sexualidade em um currículo escolar. 2016. 141 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de. **Normas de gênero e heteronormatividade em uma escola de educação básica em Aracaju (SE).** 2017. 95 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

PINTO, Mariana Dorea Figueiredo. **Desvelando a construção das diferenças de gênero nas experiências de contadores/as e de auditores independentes em Sergipe.** 2017. 216 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe:** enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2018. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Janio Nunes dos. **O trabalho com gêneros textuais na feitura de si e do outro:** memórias de professores alfabetizadores egressos do PNAIC. 2019. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Luciano Rodrigues dos. **Gênero, educação em sexualidade e formação docente:** descortinando o curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. 2016. 255 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Luiz Fernando Cajueiro dos. **O gênero biográfico no ensino das artes visuais:** a vida e a pintura de José de Dome (1955 – 1981). 2018. 174 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, Monara Santos. **As questões de gênero sob as lentes do cinema:** uma análise a partir do filme “Hoje eu quero voltar sozinho”. 2017. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

O BRINCAR NA OCUPAÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS: RESSIGNIFICAÇÕES EM UMA OCUPAÇÃO URBANA

Ana Paula Andrade

*Professora da FaE UEMG, orientadora: Doutora em Educação pela UFRI;
Mestre em Educação pela UERJ, ana.andrade@uemg.br;*

Késsia Campos Procópio

*Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, camposkessia6@
gmail.com;*

Nayana Priscilla da Silveira Assis de Souza

*Graduanda no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, nayana.0284592@
discente.uemg.br.*

Resumo

O presente trabalho aborda resultados de pesquisa sobre o brincar na Ocupação Carolina Maria de Jesus (OCMJ), em Belo Horizonte, Minas Gerais, que buscou identificar e interpretar como crianças que residem na Ocupação ressignificam o espaço para o brincar e o lazer. Para pensarmos as ressignificações feitas pelas crianças e como cada uma delas se apropria do espaço da Ocupação, dialogamos com autores do campo do brincar e do campo dos movimentos sociais. Nomeamos duas categorias de análise, são elas: ressignificações de luta e resistência; e ressignificações do lazer. A pesquisa buscou estudar o brincar fora de ambiente escolar, considerando o mesmo em outros territórios. A partir da experiência de campo na Ocupação Carolina Maria de Jesus que envolveu oficinas de brincadeiras, colagem e desenho, entendemos como a criança se apropria desse espaço de luta e resistência. Pensar o brincar como a forma pela qual

a criança se comunica é a sua linguagem para dialogar com o mundo ao seu redor e se apropriar do mesmo.

Palavras-chave: Resignificar, Brincar, Ocupação urbana, Ocupação Carolina Maria de Jesus.

Introdução

O presente trabalho aborda resultados de pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais sobre o brincar na Ocupação Carolina Maria de Jesus (OCMJ), em Belo Horizonte, Minas Gerais, que buscou identificar e interpretar como crianças que residem na Ocupação ressignificam o espaço para o brincar e o lazer.

Para pensarmos as ressignificações feitas pelas crianças e como cada uma delas se apropria do espaço da Ocupação, dialogamos com autores do campo do brincar e do campo dos movimentos sociais.

O objetivo da pesquisa realizada foi identificar e interpretar como as crianças que residem na Ocupação Carolina Maria de Jesus localizada em Belo Horizonte ressignificam seu espaço de moradia para brincar. Para realizar este objetivo geral, determinamos os seguintes objetivos específicos: compreender o sentido de infância para estas crianças; entender o que é o brincar para estas crianças; mapear as brincadeiras realizadas pelas crianças na Ocupação Carolina Maria de Jesus; compreender a influência do território no brincar: suas possibilidades e limitações.

Conhecer a Ocupação que leva o nome de Carolina Maria de Jesus nos levou a fazer o percurso de compreender quem foi esta importante mulher negra que se inscreveu na literatura nacional. Sua história, seus escritos, sua luta e sua importância para a literatura brasileira, vêm sendo reconhecida, homenageada e estudada por muitos que tentam de certa forma, reconhecer, valorizar e disseminar todo o conhecimento e vivência que Carolina deixou em seu legado. Sendo ela uma mulher, negra, favelada, catadora de papel e escritora, Carolina é símbolo de luta e resistência.

Assim como Carolina foi símbolo de luta e resistência em seu cotidiano diário, existem também as ocupações urbanas que são como símbolo da luta pelo direito à moradia, em que a resistência se faz essencial para operar na garantia deste direito.

Fruto das lutas por direito à moradia, as ocupações urbanas apropriam-se da cidade e reconstroem o seu espaço de vida no território para além do espaço geográfico, ressignificando-o a partir de sua identidade. Partindo desse pressuposto, buscamos conhecer

como as crianças que residem na Ocupação Carolina Maria de Jesus se apropriam desses territórios, especificamente, como brincam e ressignificam os espaços do brincar e o próprio sentido de infância.

A escolha pela Ocupação Carolina Maria de Jesus se deu por dois principais motivos: possuir o nome de uma importante escritora negra brasileira, como já mencionamos; e o fato das crianças desta ocupação estarem sempre na garagem brincando de bola ou de correr, fato que chamou a nossa atenção ainda à época da Avenida Afonso Pena, local onde era o antigo endereço da ocupação, que se mudou para a rua Rio de Janeiro.

O brincar é uma prática importante para o desenvolvimento das crianças, pois está relacionado à aquisição de habilidades, bem como a sua inserção cultural. Diante disto, nos interessamos em compreender como essa prática é garantida e construída pelas crianças fora do espaço escolar, no âmbito do território, no seu espaço de moradia.

As questões que nortearam a pesquisa foram: Como é compreendida a infância nas ocupações urbanas? O que é o brincar neste espaço? Quais são as brincadeiras realizadas pelas crianças das ocupações? Quais as limitações e possibilidades encontradas por elas ao realizarem tais brincadeiras? Como elas ressignificam os espaços do brincar?

A metodologia utilizada foi a partir da pesquisa do tipo etnográfica em educação que nos permitiu entender o funcionamento da Ocupação e o brincar com as crianças que lá moram. Também elaboramos e construímos oficinas com as crianças, que nos permitiu entender como essa linguagem é expressa por elas na Ocupação.

Nomeamos duas categorias de análise, são elas: ressignificações de luta e resistência; e ressignificações do lazer. A partir da experiência de campo na Ocupação Carolina Maria de Jesus que envolveu oficinas de brincadeiras, colagem e desenho, entendemos como a criança se apropria desse espaço de luta e resistência. Pensar o brincar como a forma pela qual a criança se comunica é a sua linguagem para dialogar com o mundo ao seu redor e se apropriar do mesmo.

Metodologia

A metodologia usada foi a pesquisa do tipo etnográfica em educação, que, segundo André (2012), é uma adaptação da pesquisa etnográfica antropológica, uma vez que não precisa cumprir todos

os requisitos desta metodologia, possibilitando ser utilizada na educação. Dessa forma, as características desse tipo de metodologia abordadas pelas autoras na pesquisa foram a observação participante na Ocupação; interação entre as pesquisadoras e as/os moradoras/es da Ocupação; ênfase no processo; busca da compreensão dos significados.

O trabalho de campo dentro de uma pesquisa do tipo etnográfica exige de quem pesquisa a inserção no local a ser pesquisado. Dessa forma, realizamos visitas a Ocupação e oficinas participativas diretamente com as crianças da mesma. Após cada momento de ida à Ocupação, cada integrante desta monografia fazia o seu relato individualmente; depois reuníamos, e fazíamos a descrição coletiva de cada visita.

Utilizar desenhos e colagens como recurso metodológico relaciona-se à possibilidade de compreender como as crianças veem o espaço do brincar na Ocupação, para, posteriormente, provocá-las a dizer o que é o brincar, partindo de sua perspectiva, fazendo com que a criança observe e reflita sobre o seu espaço, como, por exemplo, quantos cômodos existem destinados ao brincar na ocupação, áreas internas e externas, onde se brinca e onde não se brinca.

Para análise dos dados, adotamos o procedimento de interpretação das colagens, dos desenhos, bem como das falas das crianças sobre o brincar durante as oficinas, associando-as às teorias construídas sobre o brincar. Este tipo de associação teórico-prática faz-se necessária, visando dar corpo teórico aos dados obtidos em campo, seja para confrontá-los ou apoiá-los.

Referencial teórico

Neste tópico, discorreremos sobre o brincar, ocupação e movimentos sociais de forma teórica e que possibilitou diálogos e, posteriormente, nossa análise. O brincar é apresentado aqui de forma histórica para o entendimento de que, para além de brincadeiras, também tem o caráter formativo e cultural. Paula e Silva Filho (2012, p. 188) apontam que “ao brincarem as crianças imprimem suas marcas culturais, compõem novas territorialidades a partir de seu pertencimento espacial e constroem histórias singulares dentro de uma complexa pluralidade.”.

Ao longo dos séculos, brinquedos e brincadeiras foram se resignificando. No período da Idade Média, não havia brinquedos ou

brincadeiras específicas para as crianças, já que também eram consideradas como pequenos adultos. Até o século XVIII, ainda não havia uma produção especializada em brinquedos para crianças. Com o Iluminismo, a partir do século XVIII, a razão impera e é necessário justificar cada objeto, assim como os brinquedos. É neste momento que começam a criar brinquedos específicos para a criança, pois assim sempre há de haver um motivo específico para aquele determinado brinquedo.

A partir do momento em que o brinquedo ganha maiores dimensões, com a revolução industrial, põe-se a caminho e vai cada vez mais saindo do controle da família e pertencendo mais a criança; ou seja, no entendimento de que se percebeu que, a criança é diferente do adulto, o brinquedo e as roupas começaram a ser feitos para criança que não é mais um pequeno adulto.

Ao relacionar com o mundo a sua volta, a criança constrói sua própria identidade. A brincadeira então tem o papel de construção nas relações de uma criança, inclusive, a relação consigo.

É através da linguagem do brincar em que ela ressignifica os espaços e objetos para a brincadeira em questão. Tal prática ocorre de forma natural, como um tapume que vira parede ou uma cadeira que vira porta. O espaço que a criança se encontra, como é o caso de uma ocupação urbana, que é o ambiente em que pesquisamos, é o lugar de luta por moradia e de grande resistência. Ao mesmo tempo, também é o lugar onde as crianças circulam e se encontram para brincar. Galera e Freitas (2019 p.1) completam dizendo que a “[...] experiência das Ocupações Urbanas, que dentro de um contexto de extrema exclusão e precariedade se dispõe a lutar pela moradia, pelo direito à cidade, pelo direito de rir e ser feliz na cidade.”.

Embora o ambiente da ocupação promova uma luta constante de todos aqueles que ali estão inseridos, esse espaço é ressignificado em busca de garantir direitos de convivência no lazer das pessoas que ali estão, como também no brincar das crianças. Da mesma forma:

Vale-nos retomar a resistência que é expressa das práticas e territórios de lazer dentro das ocupações urbanas. É visível que imerso a tanta adversidade e negação de direitos fundamentais, o jogo, o riso e a festa são formas se subverter a lógica perversa de exclusão social e produzir outros territórios,

proclamando de forma radical o “Direito à cidade”.
(GALERA; FREITAS, 2019, p. 19-20).

Entendendo, portanto, que o brincar é a linguagem da criança, o meio pelo qual ela se comunica com o mundo ao seu redor. E a ocupação, sendo o lugar aquele, em que se transforma a todo momento, a criança dialoga e cria uma relação mais próxima com esse espaço por meio do brincar. Ressignifica, assim, na prática de dar sentido às relações existentes que na ocupação giram, na maioria das vezes, pela luta à moradia, que tem como parceiros os movimentos sociais.

Até este ponto do texto percebemos quem foi Carolina M. de Jesus, entendemos o conceito de brincar ao longo da história, que está ligado diretamente com a concepção de criança/ infância de cada época. A seguir compreendemos como as questões de luta e resistência perpassam os movimentos sociais e as ocupações. Assim, no tópico seguinte, vemos como se deu a relação do brincar em um espaço de luta e resistência.

Os movimentos sociais cumprem um papel importante na sociedade contemporânea, uma vez que por meio de suas ações demandam do poder público garantias de direitos básicos da população em prol de melhores condições de vida. Gohn (2011, p. 335) define estes movimentos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

Ao fazer um panorama dos movimentos sociais, Gohn (2011) apresenta a existência de doze eixos temáticos de luta na contemporaneidade. No caso da Ocupação Carolina Maria de Jesus, ela se adequa ao eixo 1: “Movimentos sociais em torno da questão urbana pela inclusão social e por condições de habitabilidade nas cidades”, descrito por Gohn (2011), por estar inserida nos movimentos de luta acerca da questão de moradia e habitabilidade nas cidades.

Gohn (2011), Afonso (2001) e Wille (2005) nomeiam de formas distintas mas com conceituações semelhantes educação formal, não formal, informal (GOHN, 2011; WILLE (2005), ou processos educativos escolares e não escolares (AFONSO, 2001). O entendimento dessas formas nos mostram que os processos educativos na Ocupação contém a educação tanto das famílias quanto das ações e práticas coletivas organizadas dentro do mesmo.

Antes de mostrarmos o brincar na Ocupação, trazemos aqui como as ocupações se estruturam, especificamente, no Brasil. A privação

de acesso à moradia é um dos problemas habitacionais no país. Segundo Lourenço (2014), no país, existe uma negligência histórica. O problema habitacional envolve diversos fatores que fazem com que muitas famílias tenham seus direitos negados, como acesso à moradia. Dessa forma, essas famílias se juntam a movimentos sociais, ou até mesmo a ações isoladas, em busca de espaços, lugares ou propriedades improdutivas como possíveis habitações.

Apesar do acesso à moradia ser um direito constitucional, a população, principalmente, as que estão nas camadas mais pobres, ficam aquém e buscam a ocupação como alternativa de busca por habitação.

Silva (2017) nos diz que ocupação é diferente de invasão. Ao ocupar, um lugar que está livre, ocioso, abandonado, muitas vezes com impostos atrasados, ou em situação de irregularidade, sem nenhuma função social. Já a invasão, a pessoa invade um local que tem sua situação regularizada, tem dono ou proprietário, que utiliza aquele local ou espaço, o que tornaria o ato de invadir um ato criminoso.

Distinguir estes dois termos, ocupar e invadir faz-se necessário para contradizer o que ainda hoje está tão impregnado no imaginário social. Ocupar seria, então, apropriar-se de um local ou espaço vago que possivelmente possa estar em desrespeito com a lei, dando ao espaço uma função social, e assim fazendo valer o direito à moradia.

Trazemos aqui um recorte, a história das ocupações em Belo Horizonte e região metropolitana. Esse recorte se dá pelo fato de que a Ocupação Carolina Maria de Jesus, se situa em Belo Horizonte.

No final do século XIX, o engenheiro Aarão Reis fez uma projeção que atendia somente a demandas particulares e não uma demanda social coletiva, atendendo apenas o funcionalismo público estadual, na área central da cidade delimitada pela Avenida do Contorno, que à época era a Avenida 7 de Dezembro. Naquela época, já começaram a surgir as primeiras ocupações, pois a cidade antes mesmo de ser inaugurada, já não alocava os trabalhadores pobres que estavam construindo a cidade. (LOURENÇO, 2014).

A partir de 1964, houve o crescimento de favelas e ocupações no entorno de Belo Horizonte devido ao acúmulo de capital e tornava-se cara as terras urbanas centrais. Somente em 1996, a insatisfação com o estado, que não trouxe soluções habitacionais para a população, fez com que alguns grupos se organizassem. Essa mobilização deu origem à ocupação Corumbiara, em um terreno particular no Vale do Jatobá, região do Barreiro.

Depois dessa ocupação, as ocupações urbanas cessaram em Belo Horizonte durante dez anos, coincidindo com o período que a política habitacional da prefeitura foi institucionalizada, levando alguns grupos de pessoas que não tinham casa a terem esperança de ter casa própria através da prefeitura.

Após esse período, a partir de 2006, novas ocupações se formaram na região metropolitana de Belo Horizonte, como a Caracol, João de Barro I, II e III, Camilo Torres, Dandara, Rosa Leão, Vitória e Esperança. (LOURENÇO, 2014). Assim, as ocupações urbanas tornaram-se também “um ato político de contestação e reivindicação” (DIAS *apud* DIAS; DECAT, 2018, p. 1164) de direitos civis e sociais.

Os movimentos que se constituíram e se unem para a luta e pelo direito à moradia são as Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e o Movimento Sem Terra (MST). (GONÇALVES et. al., 2020).

Com base nas discussões de Lourenço (2017) e dos dados de Gonçalves et. al. (2020) percebemos como os movimentos de luta e resistência buscam através das ocupações urbanas o acesso à moradia digna para si e suas famílias.

Resultados e discussão

Na pesquisa desenvolvida, temos dois tipos de resultado: desenhos e colagens das crianças; e as categorias de análise. Os desenhos e colagens foram realizados durante encontros, autorizados anteriormente com a Ocupação. Percebemos que seria necessário construir vínculo com as crianças, o que foi feito a partir de brincadeira.

No primeiro dia, iniciamos fazendo uma roda, onde todas as pessoas que ali estavam se apresentaram. Após as apresentações, fizemos uma brincadeira de roda, chamada “Lá vai a bola” e começamos uma conversa sobre o que se brinca ali, naquele espaço, dentro da Ocupação.

Nos relatos das crianças, apareceram várias brincadeiras: polícia e ladrão, pique esconde, futebol, casinha, videogame. As brincadeiras relatadas estavam relacionadas com brincadeiras que eles faziam também na escola não se limitando ao espaço da Ocupação.

Depois, pedimos que as crianças desenhassem o que gostam de brincar ou onde gostam de brincar. Nestes desenhos apareceram,

brincar de casinha, brincar de futebol, esconde-esconde, polícia e ladrão, e verdade ou desafio.

No segundo dia, a nossa proposta era que nesse dia nós brincássemos com elas, levando algumas brincadeiras já estabelecidas por nós. São elas: “Batatinha-quente”, “Boi” e, por último, “Viuvinha”.

Após as nossas propostas, às crianças que já tinham feito um combinado com o monitor de brincarem de casinha, nos convidaram para brincar com elas. No espaço da creche, esse o qual estávamos, há disponíveis alguns tapetes de EVA que durante a brincadeira se transformaram em paredes. Tudo que havia disponível começava, então, a ser ressignificado pelas crianças para compor as casinhas construídas por elas. A cortina se transformou em telhado e as cadeiras se transformavam em divisórias de ambientes. As crianças compartilharam entre si, nessa brincadeira, a casa, a comida e o dia a dia, em um jogo de imaginação e recriação, tudo ganhava novos significados atribuídos por elas.

Dentro do grupo infantil, as crianças aprendem a obediência espontânea às regras estabelecidas, externas ou elaboradas pelas próprias crianças, com passagens da cultura adulta para a cultura infantil, com suas modificações. Como exemplo, temos as brincadeiras de casinha, de fazer comidinha. Elas trazem motivos da vida adulta, representam papéis sociais, de modo genérico, dentro do folguedo da cultura do grupo, colocando-a, de modo simbólico, em contato com atitudes, comportamentos, valores e instituições que caracterizam o indivíduo como pertencendo a certa comunidade, contribuindo para preservar, perpetuar e atualizar modelos de sentir, pensar ou de agir tradicionais deste patrimônio cultural. (CRUZ, 2005, p.80).

Percebemos que brincar de casinha é comum entre as crianças que residem na Ocupação, sendo essa a brincadeira que mais ocorre no espaço da creche. Portanto, a brincadeira mais escolhida pelas crianças.

No terceiro dia, fizemos a proposta da colagem e que foi aceita pelas crianças. Foi dada a orientação para que cada uma delas recorresse das revistas imagens que lembrassem o espaço da ocupação e também o que é o brincar para elas.

Ao analisar as revistas levadas por nós, uma das crianças questionou a falta de representatividade. Mencionou não haver pessoas negras

nas imagens. Observamos que as crianças trouxeram das revistas as imagens relacionadas ao seu cotidiano, no entanto, resignificando cada uma das imagens recortadas, uma vez que a representatividade realmente não se faz presente nas revistas, como mencionado pela criança acima. Ao término da colagem, coletamos as informações do que elas representavam. Esse momento foi feito individualmente, pois as crianças foram acabando a atividade em momentos diferentes.

O resignificar do brincar com as crianças da Ocupação mostra como um lugar de luta, resistência e pressão pode ser um lugar de brincar, isto é, as crianças conseguem dar sentido para o brincar, mesmo em um ambiente tenso. Duas categorias de análise foram, então, nomeadas: “ressignificações de resistência e lutas”, e “ressignificações do lazer”.

Ressignificações de resistência e luta são apresentadas nas atividades realizadas pelas crianças a partir das relações e conflitos existentes ali. As crianças vivenciam a luta pela garantia de moradia, por água em todos os andares do prédio, pelo elevador que funcione, entre várias outras demandas da Ocupação.

Ao falarmos das Ocupações, a perspectiva aqui defendida é da produção cotidiana do espaço a partir de seu uso, do local, sem, contudo, diminuir a importância dos conflitos existentes em suas mais variadas escalas. E, sobretudo sem esquecer que este território é produzido a partir também de muita carência, sofrimento, humilhação que reforçam a subalternidade de grande parte do povo brasileiro. (GALERA; FREITAS, 2019, p. 14).

As crianças percebem o que Galera e Freitas (2019) descrevem ao escolherem imagens para a colagem que retratam ou simbolizam moradores de rua, pessoas com cara de dor de cabeça e conflitos.

A criança 2 recortou uma imagem em preto e branco que se refere a pessoas morando na rua. Ela sinalizou que se não estivessem lutando estariam morando na rua, mostrando consciência do que vivem.

A criança 3 recortou a imagem em que aparece uma manifestação e remeteu à ocupação. Recortou também homens sinalizando que eles eram o governador e o dono do imóvel onde estão ocupando. Do outro lado, colocou pessoas com cara de dor. Sinalizou que as pessoas com dor estavam bravas e com dor de cabeça, porque o governador

e o proprietário do imóvel não colaboram. Colou também uma porta sinalizando que ela representava que todo mundo deveria ter uma casa. Podemos perceber que a criança 3 entende o direito à moradia e que esta não depende exclusivamente das pessoas da ocupação.

Da mesma forma que as crianças 2 e 3, a criança 4 também recorreu a imagem de pessoas nas ruas que representa uma das ações de luta da Ocupação, porque segundo ela remete ao dia em que ocuparam a prefeitura de Belo Horizonte para reivindicar a construção das moradias no terreno que a prefeitura diz ser para os moradores da Ocupação.

Além disso, a principal luta das pessoas da ocupação é pela moradia. Esse direito está presente o tempo todo na vida das crianças seja no dia a dia, nos momentos de lazer e nas brincadeiras. Presenciamos que a construção de casinhas, como está escrito no primeiro e segundo dias em que lá estivemos, permite se apropriarem do discurso de ter e de lutar por uma moradia. Nos desenhos aparecem casas, ilustrando de forma simbólica o que a moradia representa, conforme Cruz (2005) explica que a criança faz relação com a vida adulta e representações de papéis sociais.

Resistência e luta aparecem nas falas, nos desenhos e nas colagens das crianças expressando e reproduzindo o que elas vivenciam junto às suas famílias na Ocupação. Para Gohn (2011), os movimentos sociais são fontes e agências de produção do saber. Em seus desenhos, colagens e relatos nos mostram o quão envolvidos com a luta por moradia essas crianças estão. Ao expressarem em qual situação estariam se não estivessem lutando por moradia, ao citarem governadores e donos dos imóveis como detentores do poder e por não se verem representadas nas figuras coletadas nas revistas.

Percebemos que o lazer é ressignificado de diversas maneiras, à medida que o foi ficando presente na fala de cada criança ao descrever a sua colagem. A ressignificação do lazer pelas crianças que residem na Ocupação Carolina Maria de Jesus está presente dentro do prédio e também extrapola aquele espaço. O espaço de lazer também é visto quando se ocupa outros lugares da cidade. Percebemos isso por meio das descrições em que localizamos o lazer inserido na fala das crianças; por exemplo, a criança 4, no relato de sua colagem, recortou a imagem do homem aranha e falou que lembrou do dia em que foi ao shopping com sua família.

Percebemos o lazer extrapolando o espaço da Ocupação e estando presente nos espaços da cidade, que entendemos como o direito à cidade, o qual é reivindicação também de uma ocupação urbana.

Já a criança 5 recortou imagens de pessoas reunidas e falou que essa imagem o fez lembrar a saída com amigos. Quando perguntado para onde vai com os amigos, falou que vai às festas na Praça da Estação, sendo que o último evento que participou foi um show. De acordo com Galera e Freitas (2019), o riso e a festa são formas de subverter a lógica perversa de exclusão social e produzir outros territórios. Ou seja, ir ao shopping, ou ir em festas na rua, são formas de ocupar a cidade.

No relato da criança 6, a imagem escolhida por ela foi de um grupo de meninas. Ela nos contou que ficam muito presas no espaço da ocupação e que deveriam sair mais, levando-se em consideração o espaço da ocupação ser um prédio. Os espaços da cidade são significados pelas crianças como lugares para o lazer. Como afirma Galera e Freitas (2019), a produção de outros territórios proclamam de forma radical o “direito à cidade”.

No entanto, o monitor da creche e as crianças ressignificam o espaço da ocupação em busca do lazer e de brincadeiras, como no relato da criança 7 que colocou imagens que remetem ao Halloween, lembrando do momento semelhante a este que o monitor fez com as crianças.

Galera e Freitas (2019, p. 20) falam da “potência revolucionária” nos espaços criados de forma espontânea. Percebemos que isto aparece na Ocupação no brincar das crianças. O ambiente da Ocupação cria e recria o lazer a partir de seu cotidiano em busca de resistir. É a partir disso que todas as brincadeiras se ressignificam. Ocupar os espaços públicos da cidade, como forma de encontrar o lazer, torna-se também um ato de resistir.

Considerações finais

A pesquisa empreendida sobre o brincar na Ocupação Carolina Maria de Jesus, em Belo Horizonte, buscou apresentar e compreender como as crianças que lá residem ressignificam seu espaço de moradia para brincar. Entendemos o brincar como a linguagem da criança, que é o meio pelo qual ela se comunica ao seu redor. Compreendemos que os movimentos sociais são movimentos de luta que se organizam

em prol de demandas sociais para garantir direitos básicos para a população.

Ressaltamos que as ocupações são estratégias de luta por moradia para aqueles que são negligenciados pelo estado, tendo um dos seus direitos básicos negado e através da resistência ocupam espaços que não tem nenhuma função social.

Na OCMJ, quando em nossas visitas, observamos que as crianças reproduzem em suas brincadeiras, ações que remetem ao que os adultos falam e se apropriam das falas e termos usados em reuniões, assembleias, manifestações e etc., que são feitas em prol de melhoria para as famílias.

Percebemos que, na categoria “ressignificações de resistência e luta”, as crianças expressam suas aprendizagens no brincar, nos mostrando e comprovando o que os autores dizem de que os movimentos sociais e as ocupações são espaços de práticas educativas.

Já na categoria “ressignificação do lazer”, compreendemos as ressignificações do espaço para o lazer a partir de como as crianças utilizam o espaço da Ocupação para brincar, adaptando o que há nesse lugar. Brincam de casinha, polícia e ladrão, esconde esconde, e outras brincadeiras, como forma não só de ressignificar o espaço, mas também de ter e experienciar o lazer num local de pertencimento e não pertencimento que é a ocupação urbana, luta pelo direito à moradia.

Na busca de uma compreensão sobre a infância e o seu brincar dentro da Ocupação Urbana Carolina Maria de Jesus, as oficinas elaboradas nos mostraram que mesmo dentro de um ambiente de resistência e luta constante, o espaço da ocupação pode ser ressignificado para o brincar e o lazer. Nesse processo, as crianças que residem na ocupação se envolvem com o meio em que vivem e se apropriam dessas vivências e em suas brincadeiras reproduzem a prática dos adultos.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da educação IN Educação não-formal: cenários da criação. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, Margareth Brandini Park e Renata Sidero Fernandes. (orgs.) Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001. (p.29-38).

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18.ed. São Paulo: Editora Papirus, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002

CRUZ, Maria Cristina Meirelles Toledo. **Para uma educação da sensibilidade**: a experiencia da Casa Redonda Centro de Estudos. São Paulo: Editora, 2005.

DIAS, Maria Tereza Fonsceca; Decat, Thiago Lopes. **Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte**: redistribuição como reconhecimento na luta pelo exercício do direito à moradia adequada. Belo Horizonte, Revista de direito da cidade, volume 10nº2 2018.

GALERA, Izabella; FREITAS, Tankilino Tulio Queiroz. Lazer, festa e cidade: o caráter revolucionário do brincar no contexto das ocupações urbanas. **Anais XVIII ENANPUR**, Natal, 2019, 27 a 31 de maio, p. 1-22. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso: 17 de agosto de 2020.

GONÇALVES, Bella; RAMOS, Bernardo; REIS, Gilson; FÉLIX, Maninho; PATRUS, Pedro. **Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia**. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo no terceiro setor. 5. ed., v. 26. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Ocupações urbanas em belo horizonte**: conceitos e evidências das origens de um movimento social

urbano. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 182-216, 2017.

PAULA, Elaine de; SILVA FILHO, João Josué da. As brincadeiras das crianças de um quilombo catarinense: imaginação, criatividade e corporalidade. In: ARROYO; SILVA. **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. p.184-211.

SILVA, Carmem. Ocupação: saiba o que é, com Carmen Silva/ Prazer, eu sou!. (entrevista cedida a Regina Volpato). Canal Regina Volpato, 19 de julho de 2017. 1 vídeo (18min e 43s). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J64s0pQQIUw>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

WILLE, Regiana Blank. Educação formal, não formal e informal; um estudo sobre processos de ensino aprendizagem musical de adolescentes, [em linha]- **Revista da Abem**, n. 13, p. 38-48, 2005. Disponível em: www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/323/253. Acesso em: 18/09/2020.

ANÁLISE DE DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO TRANS NO ACESSO À SAÚDE

Dominique da Silva Reis

*Mestranda do curso de Pós- Graduação em Saúde Coletiva da
Universidade Federal de Mato Grosso, dominiquesilvar@gmail.com.*

Kallen Dettmann Wandekoken

*Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo,
Professora do Departamento de Enfermagem da UFES, kallendw@
gmail.com.*

Pablo Cardozo Rocon

*Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito, Professor
do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso,
pablocardoz@gmail.com.*

Resumo

Apesar dos avanços nos últimos anos, ainda há inúmeros desafios enfrentados no cotidiano do acesso à saúde pela população trans no Brasil. Assim, o objetivo desse estudo foi realizar uma revisão integrativa dos anos de 2008 a 2018 sobre os desafios enfrentados pela população trans no acesso à saúde, com foco na ausência de reconhecimento identitário e na homogeneização discursiva. Foram utilizadas as bases de dados MEDLINE, LILACS e SciELO, a partir dos descritores: transexualidade, transexualismo, travestismo, transgênero e travesti, sendo selecionados 27 artigos. Em relação à ausência de reconhecimento identitário, são abordados artigos sobre a deslegitimação da identidade trans, que pode se manifestar de diversas formas, destacam-se o desrespeito ao nome social, às políticas públicas baseadas no modelo de binarismo de gênero e, ainda, a falta de inclusão das variáveis de identidade de gênero na Lei Maria da Penha. Já em relação à homogeneização discursiva,

são abordadas as tentativas discursivas a fim de homogeneizar as vivências trans, neles são enfatizados desafios acerca da necessidade do enquadramento no diagnóstico de 'transexual verdadeiro' para que seja efetivado o acesso à saúde. Esta prerrogativa com foco em padrões normativos e patológicos, além de ser repleta de preconceitos/violências. Muitas lacunas ainda são encontradas na abordagem prática dos direitos das pessoas trans, seja pela falta de capacitação de profissionais em sua formação, pelo preconceito e/ou pelo engessamento de políticas e documentos criados.

Palavras-chave: Acesso. Saúde. Processo Transexualizador. Transexualidade.

Introdução

A transexualidade é um fenômeno conhecido desde o século XIX, mas as discussões acerca do assunto só começaram a partir da possibilidade de intervenções médicas. Nota-se que o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero é moldado baseando-se num modelo do sistema normativo de sexo e gênero e em conceito binário heterossexual que é vigente em nossa sociedade (ARÁN, MURTA E LIONÇO, 2009).

O estudo sobre a população trans ganha grande relevância para área da saúde já que o Brasil se encontra em primeiro lugar com o título de país com maior número de crimes contra minorias sexuais. Entre essas minorias, a população trans representa a categoria com maior vulnerabilidade a mortes violentas (GGB, 2019).

A Constituição Federal de 1988 assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo que esse acesso seja universal e igualitário, ainda assim muitos grupos sociais enfrentam desafios na prática do seu acesso. Dentre esses grupos encontram-se as minorias sexuais e de gênero, como por exemplo: transexuais, travestis e transgêneros.

Em 1997 foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) através da Resolução no 1.482 a realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais no Brasil, a título experimental. A resolução foi revogada em 2002 e em 2010 pela Resolução nº 1.955 (CFM, 2010).

No ano de 2008 foi instaurado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde a partir da Portaria no 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria no 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008. Essas portarias abordavam sobre a habilitação de serviços em hospitais universitários e na realização de procedimentos hospitalares, através de um conjunto de estratégias de atenção à saúde no processo de transformação dos caracteres sexuais de pessoas transexuais (BRASIL, 2008). Para critério de entrada no processo, a pessoa deve ser classificada como “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio”. Além disso, deve ser maior de 21 anos e se submeter a um acompanhamento com equipe multiprofissional por no mínimo 2 anos (CFM, 2010). Em 2013, o Processo Transexualizador

do SUS foi redefinido e ampliado revendo os conceitos de cuidado, com o intuito de tornar mais integral à atenção à saúde das pessoas trans (BRASIL, 2013).

Apesar da criação de políticas voltadas para essas minorias sexuais e de gênero, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT (BRASIL, 2011) e o já abordado Processo Transexualizador do SUS, muitos desafios ainda vêm sendo enfrentados por esta população como: a discriminação nos serviços e equipamentos de saúde; patologização da transexualidade; acolhimento inadequado; exigência de cirurgia para troca de nome e sexo em documentos; falta de qualificação dos profissionais; ausência de política de atenção básica; escassez de recursos; ausência de reconhecimento identitário; entraves nas relações entre governos estaduais, municipais e federal; ausência de atenção multiprofissional; homogeneização discursiva; foco na tecnologia dura e leve-dura e falta de acesso à hormonização (ROCON et.al, 2019)

Para tanto, neste artigo, foi realizada uma revisão integrativa sobre os desafios do acesso à saúde enfrentados pela população trans brasileira, com foco na ausência de reconhecimento identitário e na homogeneização discursiva.

Metodologia

Foi realizada uma revisão integrativa a partir de pesquisa eletrônica, com início em julho de 2019, utilizando as bases de dados MEDLINE, LILACS e SciELO, empregando-se os seguintes descritores: transexualidade, transexualismo, travestismo, travesti e transgênero. Para Paula, Padoin e Galvão (2016), a partir da revisão integrativa se torna possível a avaliação crítica do tema em análise, de forma a encontrar lacunas que ainda versam sobre a temática.

Os critérios de inclusão foram artigos completos que abordavam o tema acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira, publicados entre janeiro de 2008 – ano em que foi criado o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2008), e dezembro de 2018, nas línguas espanhola, inglesa e portuguesa. Foram excluídos estudos que não investigassem o tema proposto, artigos de revisão, e que não atendessem os critérios de inclusão requeridos.

Primeiramente foram identificados, por dois avaliadores, os trabalhos que abordassem o tema em questão e analisado se os mesmos

preenchiem os critérios descritos acima, sendo selecionados 195 artigos a partir da leitura de títulos e resumos. Posteriormente, foi feita a leitura na íntegra destes 195 artigos utilizando os critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de 27 artigos. Caso houvesse divergência sobre os critérios analisados entre os avaliadores, era realizada discussão específica sobre o artigo em questão confrontando ideias com base nos critérios adotados para a revisão.

Resultados e discussão

Os resultados são apresentados considerando as principais categorias apontadas nos artigos analisados durante a revisão integrativa. Para extração dos dados, foi utilizado um instrumento de coleta com os seguintes itens: 1. Ano; 2. Autores; 3. Periódico; 4. Objetivo; 5. Enfoque metodológico; 6. Técnica/Instrumento; e 7. Desafios no acesso à saúde da população trans.

Dos 27 artigos selecionados, 02 foram publicados em 2008 (LIONÇO, 2008; ROMANO, 2008); 06 entre 2009 e 2012 (ARÁN, MURTA, LIONÇO, 2009; LIONÇO, 2009; ARÁN, MURTA, 2009; MELLO et al., 2011; SAMPAIO, 2012; BENTO, 2012); 14 entre 2013 e 2017 (ALMEIDA, MURTA, 2013; FREIRE et al., 2013; BORBA, 2014; SOUZA, 2014; SOUZA, PEREIRA, 2015; SOUZA, 2015; ROCON et al., 2016; LIMA, CRUZ, 2016; FERREIRA et al., 2017; SILVA, MELLO, 2017; PINTO et al., 2017; POPADIUK, OLIVEIRA E SIGNORELLI, 2017; SEHNEM et al., 2017; SPIZZIRI, ANKIER E ABDO, 2017) e 5 foram publicados em 2018 (OLIVEIRA et al., 2018; TEIXEIRA et al. 2018; ROCON et al., 2018; SOUSA, IRIART, 2018; GOMES et al. 2018).

Durante a pesquisa percebeu-se que os estudos publicados acerca da temática trans no Brasil eram pouco significativos nos anos que antecederam a criação do Processo Transexualizador do SUS - único programa específico para atenção à saúde de transexuais. Após a implantação do programa em 2008 e, principalmente, depois da criação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT em 2011 (BRASIL, 2011) e também a ampliação do Processo Transexualizador do SUS em 2013 (BRASIL, 2013), foi observado um aumento nesse número de pesquisas publicadas. Levando a hipótese de que tais iniciativas podem ter despertado o interesse de pesquisadores a respeito das necessidades em saúde da população trans no Brasil. Além disso, notou-se que há pouca variação entre os autores dos artigos

publicados, havendo repetições ao longo de um mesmo ano e também ao decorrer dos anos pesquisados. Isso indica que os estudos sobre a temática encontram-se concentrados entre os mesmos pesquisadores, tendo a maior variação nos anos de 2017 e 2018.

Pode-se perceber a pouca variação em relação aos periódicos, visto que 22 artigos foram publicados em revistas da área de Saúde Coletiva. Excetuando-se disso, 03 artigos publicados em revista da área de Enfermagem (SOUZA E PEREIRA, 2015; SEHNEM et.al, 2017; PINTO et al, 2017), 01 em revista da área médica (SPIZZIRI, ANKIER E ABDO, 2017) e 01 em revista da área de Psicologia (OLIVEIRA et al., 2018).

Verifica-se, também, que dentre os 27 artigos selecionados, encontram-se: 07 artigos teóricos (LIONÇO, 2008; ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; LIONÇO, 2009; ARÁN; MURTA, 2009; ALMEIDA; MURTA, 2013; FREIRE et al., 2013; SPIZZIRI; ANKIER E ABDO, 2017); 02 relatos de experiência (ROMANO, 2008; TEIXEIRA et al., 2018); 01 pesquisa com 10 enfermeiros (SEHNEM et al., 2017); 01 pesquisa com 09 psicólogos (SILVA; MELLO, 2017); 02 pesquisas de campo com abordagem qualitativa em que realizou-se entrevistas com gestores, sendo que Mello et al. (2011) também incluiu da sociedade civil (MELLO et al., 2011; GOMES et al. 2018); 01 pesquisa documental com método quantitativo e qualitativo (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017); 08 pesquisas de campo com até 15 pessoas trans - transexuais e travestis (SAMPAIO; COELHO, 2012; BENTO, 2012; BORBA, 2014; ROCON et al., 2016; LIMA; CRUZ, 2016; FERREIRA et al., 2017; ROCON et al., 2018; SOUSA; IRIART, 2018); 03 pesquisas de campo realizadas com 49 travestis, a partir de entrevistas em profundidade e observação participante – que parecem se tratar de recortes de uma mesma pesquisa empírica (SOUZA et al., 2014; SOUZA; PEREIRA, 2015; SOUZA et al., 2015); 01 pesquisa realizada com 40 mulheres transexuais cadastradas no Processo Transexualizador de um município do Rio de Janeiro (PINTO et al., 2017) e 01 pesquisa de campo com abordagem qualitativa em que realizou-se entrevistas com travestis inseridas no sistema prisional (OLIVEIRA et al., 2018).

Para tanto, no artigo em questão, foram reanalisados os 22 artigos, somando ainda 5 artigos do ano de 2018, em que serão discutidas outras 2 categorias mencionadas em grande parte dos artigos selecionados, que são: Ausência de reconhecimento identitário e

Homogeneização discursiva. As descrições das duas categorias estão apresentadas abaixo:

Quadro 1- Descrição das duas categorias analisadas sobre desafios no acesso à saúde da população trans no Brasil

Item	Categorias	N	Autores/ Ano
01	Ausência de reconhecimento identitário	17	Lionço (2008); Arán, Murta (2009); Lionço (2009); Mello et al (2011); Bento (2012); Lima, Cruz (2016); Rocon et al. (2016); Sampaio, Coelho (2012); Souza et al. (2014); Souza et al. (2015); Ferreira et al. (2017); Popadiuk, Oliveira, Signorelli (2017); Sehnem et al. (2017); Oliveira et al. (2018); Teixeira et al. (2018); Rocon et al.(2018); Sousa, Iriart (2018);
02	Homogeneização discursiva	14	Arán, Murta (2009); Arán, Murta, Lionço (2009); Lionço (2009); Bento (2012); Almeida e Murta (2013); (Borba (2014); Lima, Cruz (2016); Rocon et al. (2016); Pinto et al. (2017); Gomes et al. (2018); Oliveira et al. (2018); Rocon et al. (2018); Sousa, Iriart (2018); Teixeira et al. (2018)

Fonte: Sistematização dos autores, com base na categorização de Rocon et al. (2019).

Discussão

1. Ausência de reconhecimento identitário

A categoria ‘Ausência de reconhecimento identitário’ trata-se de dezessete artigos que abordam sobre a deslegitimação da identidade trans que pode se apresentar de diversas formas, tornando-se um dos desafios ao acesso à saúde enfrentados pela população trans no Brasil.

Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) se propuseram a realizar uma análise sobre como o Ministério da Saúde vem implementando o Processo Transexualizador no SUS. Durante essa análise, os autores levantaram a questão do nome social, previsto como direito de transsexuais e travestis a partir da ‘Carta dos Direitos do Usuário da Saúde’ (BRASIL, 2006). O documento trata de uma das estratégias que buscam promover o reconhecimento da diversidade e da garantia acesso aos serviços de saúde. Assim, os autores evidenciam que há ainda uma grande preocupação por parte do CTSLGBT (Comitê Técnico de Saúde LGBT) com o compromisso dos profissionais de saúde para com esse direito, já que apesar dos esforços voltados a divulgação do respeito ao nome social, os serviços nem sempre cumprem essa prerrogativa

(SOUZA et.al, 2014). Além disso, vários trabalhos vêm denunciando esse desrespeito, como evidenciado abaixo.

Em Souza et. al (2014) o relato de uma travesti evidencia esse descumprimento, já que mesmo após solicitar que os profissionais colocassem seu nome de mulher no atendimento, sua vontade foi ignorada e a fez passar por um grande constrangimento diante de outros pacientes ao ser chamada por seu nome de registro.

Na pesquisa de Mello et. al (2011), foram realizadas entrevistas com gestores e indivíduos da sociedade civil organizada, tendo o seguinte relato de uma ativista entrevistada “...não tem nas fichas espaço para isso, pra se colocar o nome social e aí há toda uma resistência dos profissionais, que já tem muito trabalho pra fazer, a lidar com uma coisa que não está no papel dizendo que tem que fazer e que tem campo específico para isso nas fichas”.

Mesmo que, desde 2013, o Sistema de Cadastramento de Usuários do Sistema Único de Saúde (CADSUS) proporcione a impressão do Cartão Nacional de Saúde somente com o nome social, muitos estados e municípios permanecem com dúvidas em relação ao seu preenchimento. A fim de solucionar essas dúvidas, o Departamento de Informática do SUS publicou uma nota técnica nº18 no ano de 2014 com as orientações sobre a realização do preenchimento e impressão do Cartão SUS apenas com o nome social.

Outro modo de manifestação da falta de reconhecimento identitário se refere à falta de políticas de cuidados específicos para a população trans em serviços de saúde. Arán, Murta (2009) apresentam em sua pesquisa o número de mulheres transexuais e homens transexuais que integraram o Processo Transexualizador do SUS até o início de 2008. No entanto, segundo os autores essa quantificação é aproximada, visto que além de outros fatores, a falta de não existir uma política de atenção básica para essa população se tornava uma barreira de acesso na busca por esse tratamento. Mesmo que no ano de 2013 tenha sido criada uma portaria redefinindo e ampliando o Processo Transexualizador no SUS, com foco na integração com as ações e serviços, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde (BRASIL, 2013), pesquisas posteriores a isso vêm mostrando uma realidade ainda falha em relação à efetivação dessa portaria.

Lionço (2009) apresenta em seu trabalho críticas sobre os avanços, impasses e desafios do Processo Transexualizador do SUS. Em sua pesquisa, a autora aborda sobre as vivências parecidas entre

transexuais e travestis em relação ao desejo de mudança permanente e irreversível dos caracteres sexuais secundários e que, apesar disso, tais usuárias/os encontram uma separação diante as possibilidades. A resolução do Conselho Federal de Medicina regula a realização dos procedimentos médicos de alteração dos caracteres sexuais, tanto a transgenitalização quanto a hormonioterapia, a pessoas com diagnóstico de 'transexualismo'. Como afirmam Benedetti (2005) e Pelúcio (2005) as travestis, conseqüentemente, são excluídas da atenção à saúde por não se encaixarem nesse diagnóstico e são condicionadas a situações de automedicação ou à ação das 'bombadeiras', que são travestis que fazem aplicação de silicone industrial para a modelagem de corpos de outras travestis. A análise sustentada por Lionço (2009) é a de que a regulamentação da realização desses procedimentos sobre os caracteres sexuais é limitada a casos diagnosticados como 'transexualismo', pois através da reparação cirúrgica existe a possibilidade da restituição de certa normalidade.

Em Rocon et.al (2018), estudo realizado com 15 pessoas trans, uma das entrevistadas sugere que exista um dia específico para o atendimento dos pessoas trans. Em sua fala, fica evidente a necessidade de um atendimento com profissionais que se atentem as especificidades dessa população, além da construção de uma organização que promova e oferte um cuidado integral.

Sampaio e Coelho (2012) realizaram em sua pesquisa entrevistas com quatro transexuais que já haviam realizado a cirurgia de transgenitalização ou estavam em vias de realizá-la. Os autores citam Brasil (2010), a partir da Resolução do CFM no 1.955/2010 para o tratamento no caso de transexualismo que autoriza as "cirurgias de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e neofaloplastia, e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários", afirmando que a neofaloplastia possui caráter experimental, devido à apresentação de algumas dificuldades técnicas.

Ainda nesse ponto, Bento (2012) faz uma crítica à invisibilidade de políticas públicas para homens transexuais. Afirma que muitos homens transexuais encontram-se na fila de hospitais na espera de cirurgias de mastectomia e histerectomia sem poder realizá-las devido a sua exclusão das Portarias nº1707/ GM e Portaria nº457/SAS que normatizam as cirurgias de transgenitalização pelo SUS. Para o autor, este fato evidencia a falta de justificativa de homens transexuais serem restringidos do acesso a cirurgias de mastectomia

e histerectomia, já que há décadas esses procedimentos vêm sendo realizados em mulheres cisgênero. Lima e Cruz (2016) os autores também abordam sobre a invisibilização do homem transexual tanto nas resoluções do CFM em 2002 e 2008, quanto na criação do Processo Transexualizador do SUS em 2008.

2. Homogeneização discursiva

A categoria 'homogeneização discursiva' trata de quatorze artigos que abordam tentativas discursivas a fim de tornar homogênea as vivências trans – questões estas que se tornam potenciais desafios para o acesso à saúde desta população.

Rocon et. al (2016) realizou uma pesquisa por meio de entrevista com 15 pessoas trans na Região Metropolitana da Grande Vitória/ ES a fim de investigar as dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Citando Bento (2006, 2008, 2012) menciona sobre o diagnóstico necessário para a população trans ter acesso ao Processo Transexualizador, já que este é baseado no modelo binário e em estereótipos de masculinidade e feminilidade, produzindo a ideia de que o gênero é reflexo da genitália e da genética. Neste contexto, o autor destaca Arán e Murta (2008) que explicam que para o acesso ao serviço se faz necessário que as pessoas se enquadrem como 'transexuais verdadeiros' sendo estas pessoas que seguem uma ideia universalizante e homogênea dos estereótipos de masculinidade e feminilidade, previstos em homens e mulheres cisgênero, além disso, esses pacientes precisam apresentar o desejo expresso de auto-extermínio ou automutilação, segundo o CFM.

Reforçando a importância da revisão do termo 'transexual verdadeiro' Aran e Murta (2009) defendem a diversidade e singularidade das experiências trans e a ideia de que nem todas as pessoas trans precisam ou desejam os mesmos tipos de cuidados. O diagnóstico exigido acaba por criar um comportamento rígido e fixo entre os pacientes.

Oliveira et. al (2018) em sua pesquisa com travestis no sistema prisional, apresenta nas falas das entrevistadas o sentimento de opressão e repressão vivido em relação aos discursos de gênero em meio a sociedade que levam em consideração o modelo biologizante, reforçando a visão de que seus corpos não são femininos, ou mesmo que sejam, não correspondem as expectativas de normalidade. Esse tipo de discurso impede a manifestação da forma natural

das travestis, colocando-as em uma posição de exclusão e violência. Tanto o corpo, quanto a linguagem determinam uma norma do que pertence ao universo feminino e ao masculino, não permitindo que haja convergências e fluidez para aqueles que não se encaixam na norma cisgênera (SILVA, 2014). Citando Bento (2017), os autores corroboram com o posicionamento da autora quando afirmam que é preciso “rever as teorias universalizantes em benefício de uma visão relativa, que parta de uma ótica plural e diversa em relação a transexualidade e travestilidade”.

Pinto et. al (2017) citam Carvalho (2011) e Bento (2012) e em conjunto problematizam a questão da necessidade das pessoas transexuais se encaixarem em padronizações para o diagnóstico de transexualidade a fim garantirem o acesso a serviços conquistados no Sistema Único de Saúde, fato este que se torna um obstáculo as pessoas trans que não desejam realizar todas as intervenções ofertadas no processo transexualizador.

Reiterando estas reflexões, Lionço (2009) aborda sobre como o poder médico estabelece uma série de regras e obstáculos para o acesso aos procedimentos realizados a fim de transformações corporais de caracteres sexuais, agindo de forma reguladora no acesso a bens e avanços tecnológicos.

Em Almeida e Murta (2013) os autores também abordam sobre o discurso homogeneizante entre as próprias pessoas transexuais, que se baseiam no essencialismo biológico. A partir das falas observa-se a ideia de incompletude de um/uma homem/mulher até que seja realizada a cirurgia de transgenitalização, mesmo que essas pessoas se reconheçam e vivam a transexualidade de outras maneiras com várias outras características anteriores à cirurgia. Alguns tipos de discursos são apresentados, como no trecho a seguir da fala de uma mulher trans sobre a outra “ela ainda não é mulher porque não fez a cirurgia”.

Somada a estas discussões, Teixeira et. al (2018) mencionam sobre o impacto da homogeneização discursiva na adesão das travestis às ofertas de cuidado em saúde com foco na AIDS, já que há desafios vivenciados nestas ações que não consideram a individualidade de cada pessoa, como exemplo em relação aos seus medos, saberes e, ainda, sobre as variedades de discursos que circulam entre elas.

Considerações finais

Apesar da criação do processo transexualizador no SUS, em 2008, e de sua redefinição e ampliação, em 2013, ainda há inúmeros desafios enfrentados no cotidiano do acesso à saúde pela população trans no Brasil – conforme apontam as pesquisas analisadas. Em relação à ausência de reconhecimento identitário, destaca-se o desrespeito ao nome social, a produção dos corpos sem acesso aos serviços de saúde, as políticas públicas baseadas no modelo de binarismo de gênero. Já em relação à homogeneização discursiva, são enfatizados desafios acerca da necessidade do enquadramento no diagnóstico de ‘transexual verdadeiro’ para que seja efetivado o acesso à saúde. Esta prerrogativa com foco em padrões normativos e patológicos, além de ser repleta de preconceitos/ violências, impacta ainda nas possibilidades de viver e construir-se nos gêneros, desrespeitando a autonomia da população trans.

Referências

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despato-logização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Rev. Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 14, p. 380-407, 2013.

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. ARÁN, M.; Zaidhaft, S. ; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol Soc**, v.20, n.1, p. 70-79, 2008.

ARÁN, M. ; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

BENEDETTI, M.R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense; 2008.

BENTO, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. In: ____ **Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 147-168.

BORBA, R. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Rev. Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.17, p.66-97, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM (Brasil). Resolução CFM no 1955, de 12 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 set. 2010. Seção 1, p. 109- 110. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: out. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Record, 2016.

CARVALHO, M.F. A (im) possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n.8, p.36-62, 2011.

FERREIRA, B.O. et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, 2017.

GOMES, S.M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, v.27, n.4, p.1120-1133, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBT morta no Brasil. Relatório 2018**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos feministas**, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n.2, p. 11-21, 2008.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transsexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n.1, p. 43-63, 2009.

LIMA, F.; CRUZ K.T. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 23, p. 162-186, 2016.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 9, p. 7-28, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS nº1.707**. Diário Oficial da União. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde orienta sobre o preenchimento do nome social no cartão do SUS**. 2014. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/570-perguntas-e-respostas/34540-ministerio-da-saude-orienta-sobre-o-preenchimento-do-nome-social-no-cartao-sus.html>>. Acesso em: jul. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS nº2.836**. Diário Oficial da União. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS nº 2.803**. Diário Oficial da União. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MOSCHETA, M.; et al. Da (im)possibilidade do diálogo: conversações públicas e os direitos LGBTs. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 516-525, 2016.

OLIVEIRA, J.W.; et.al. “Sabe a minha identidade? Nada a ver com genital”: Vivências travestis no cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.2, p. 159-174, 2018. PELÚCIO, L. Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de Gênero entre travestis paulistas, **Campos – Revista de Antropologia Social**, v. 6, n. 1 e 2, 2005. PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011.

PINTO J. J.; et al. A medicalização e patologização na perspectiva das mulheres transexuais: acessibilidade ou exclusão social. **Revista de Enfermagem UERJ**, n. 25, p. 1-6, 2017. POPADIUK, G.S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 2017.

ROCON, P.C.; et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016.

ROCON, P.C.; et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v.22, n.64, p. 43-53, 2018.

ROCON, P.C.; et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**. v.23, 2019.

SAMPAIO, L.L. P.; COELHO, M. T. A. D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 42, p. 637-49, 2012.

SEHNEM, G.D.; et al. Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 11, n.4, p. 1676-84, 2017.

SILVA, Antônio P. S. et. al.. O conceito de “corpo” nos estudos de gênero, feministas, gays, lésbicas e queers. In: _____. **Artimanhas do desejo: Ensaio de literatura, psicologia, linguagens**. São Paulo: Scortecci, 2014. p. 141-161.

SOUZA, D.; IRIART, J. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v.34, n.10, 2018.

SOUZA, M.H. T.; et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 7, p. 2277-2286, 2014.

SOUZA, M.H. T.; et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n.4, p. 767-776, 2015. TEIXEIRA, F.B. et.al. Entre o segredo e as possibilidades do cuidado: re(pensando) os silêncios em torno das narrativas das travestis sobre HIV/AIDS. **Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana**, n. 29, p.373-388, 2018.

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos?: de que direitos estamos falando? In: _____. **Bioética, reprodução e gênero na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: ABEP; Brasília, DF: Letras Livres, 2005. p. 115-138.

PROTAGONISMO MARGINAL E RESISTÊNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA MILITAR DO BRASIL

Lorena de Oliveira

*Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás
– UFG - Integrante do Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade
(UFBA/CNPq) e Dialogus – Gênero, Trabalho e Cultura (UFCAT/CNPq);
oliveiralorena@discente.ufg.br*

Resumo

O trabalho investigou como se dava a resistência de mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, evidenciando como questões de gênero se faziam presentes tanto na própria luta pela derrocada do regime, quanto dentro da organização do movimento e nas relações entre os militantes. Para tanto, utilizou como metodologia revisão bibliográfica referente aos movimentos de resistência à Ditadura Militar brasileira, bem como a análise de narrativas de mulheres que denunciaram como o gênero interferia em sua atuação enquanto militante. Dentre os resultados encontrados, o trabalho destaca que o fato de ser mulher modificava a atuação das militantes nos grupos de resistência, desde a definição de tarefas básicas até a distribuição de armamentos para os combates. Assim, foi possível evidenciar que ao mesmo tempo em que o gênero era visto como um fator limitador às mulheres, também lhes proporcionava ferramentas únicas de atuação, já que eram consideradas menos perigosas e suspeitas para obterem informações, acarretando-lhes consequentemente um protagonismo marginal nas operações de resistência. O trabalho pode contribuir na perspectiva de formas criativas de resistência, destacando que, apesar da dor e dificuldades vividas, aquilo que num primeiro momento é visto como limitação, pode ser (re) lido como potência para luta.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Feminismo, Resistência.

Introdução e Referencial Teórico

Este trabalho é parte de um estudo maior que investiga se (e como) a linguagem de direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil foi usada pelas militantes feministas¹. Durante a investigação, foi possível notar que os papéis de gênero se relacionavam e se impunham como ferramentas de luta das feministas, podendo ser, ao mesmo tempo, um fator limitador e ampliador de sua potência. Por este motivo, essa questão passou a ser especificamente investigada, partindo dos referenciais teóricos sobre a luta pela anistia, principalmente de Heloísa GRECO e relacionando-os com estudos que se referiam à memória e aos relatos de quem não só viveu, mas também resistiu durante o regime ditatorial. Nestas leituras destacamos os trabalhos de Tatiana MERLINO e Igor ORZEDA, Albertina COSTA e Denise ROLLEMBERG, dentre outros. Essa análise também necessitou de relações diretas com obras já bastante debatidas no feminismo, como o conceito de gênero proposto por Joan SCOTT, e de outras diretamente relacionadas com a Ditadura Militar brasileira, entre as quais se destacam a visão sobre a luta de mulheres neste período de Maria Amélia TELES e Joana PEDRO.

Assim, trata-se de um estudo que busca compreender como os papéis de gênero foram sentidos e reconstruídos pelas militantes na luta contra o regime ditatorial, evidenciando que o processo de resistência esteve pautado em um protagonismo marginal de mulheres, as quais não alcançavam postos de liderança, mas ocupavam papéis essenciais na obtenção de informações cruciais à luta pela anistia.

Metodologia

Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica, traçando um contraponto entre as obras apontadas anteriormente e observando suas vias de intersecção. Dentre as obras trabalhadas, destacam-se as que se remetem às narrativas, da qual se extrai a memória das militantes e as incorpora à teoria feminista para compor o objeto de estudo.

1 Trabalho realizado como avaliação em disciplina “Democracia e Direitos Humanos: Ditadura e Justiça de Transição no Brasil”, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás.

As narrativas se mostram como ferramenta essencial de análise, pois introduz ao trabalho a visão e experiência, as quais enriquecem o debate teórico ao trazer elementos específicos das vivências. Trabalhar com a análise de narrativas também se mostra um desafio intimamente ligado com o direito à memória e no compromisso de fazer jus ao que foi relatado, preservando a verdade denunciada ao relacioná-la com pontos teóricos não diretamente explícitos.

Este ponto, particularmente, mostrou-se algo desafiador, pois muitas das mulheres que contribuíram com os relatos não se identificavam como feministas na época. Assim, a revisão bibliográfica foi utilizada como possível compreensão para esse fenômeno, evidenciando que havia certo preconceito com o feminismo liberal e branco predominante na época. Ainda, a luta pela anistia se mostra primordial sobre quaisquer outras lutas, as quais foram alocadas em segundo plano para garantir o bem maior em busca da democracia.

Assim, as narrativas e análise de bibliografia foram as ferramentas empregadas para se depreender o objeto de estudo proposto, mostrando como os papéis de gênero limitavam as mulheres dentro do próprio ambiente de luta, mas também lhes proporcionaram ferramentas únicas de resistência, ponto que será desencadeado a seguir.

Resultados e Discussão

Do trabalho original do qual este se derivou, foi possível perceber que houve um ponto de encontro entre o movimento feminista e a linguagem de direitos humanos na ditadura militar brasileira, qual seja: a anistia. Porém, destaca-se que esse encontro é algo nebuloso, pois ocorre em pontos de intersecções indiretas entre ambos os movimentos. Ou seja: o encontro ocorria quando o feminismo se afastava das reivindicações principais relacionadas às pautas próprias das mulheres brasileiras, para juntar-se à luta pela anistia e pelo fim da ditadura militar, a qual se alinhava à luta pelos direitos humanos, também centrado no fim da estrutura repressiva.

Deste modo, têm-se dois movimentos de luta, cada qual com suas próprias reivindicações e características, mas que se interseccionaram quando o objetivo de luta, na realidade brasileira e da América Latina, passou a ser a anistia e o fim do regime ditatorial.

Observa-se também que a luta feminista estava ainda mais permeada de peculiaridades, as quais vão além de sua localidade.

Neste sentido, tornou-se bastante evidente que as feministas, além de se alinharem aos propósitos da anistia e fim da ditadura, lidavam também com a opressão de gênero, principalmente aquelas que participavam dos movimentos de resistência e da luta armada, acarretando em mudança de estratégia e comportamento dos militantes. Essa mudança no posicionamento e na forma de luta durante o regime ditatorial resultou na preponderância de atitudes de reivindicação e maiores exigências por parte dos militantes no contexto ditatorial. Com isso, os confrontos armados e grupos de resistência ganharam destaque na luta contra a Ditadura Militar no Brasil.

Já há um tempo bibliografias sobre o tema têm apontado o protagonismo de mulheres nos movimentos de resistência, seja na luta armada, ações políticas ou nos setores populares (TELES, 2014). Entre as várias características evidenciadas da análise das militantes, destacam-se os papéis de gênero presentes no próprio movimento de luta e o que pode ser entendido como protagonismo marginal das mulheres. Fala-se em “marginal”, pois a presença de mulheres nos movimentos de resistência esteve sempre permeada a papéis de gênero, mesmo entre os próprios militantes. Desta forma, é possível compreender que ser mulher, mesmo no espaço político de luta por direitos humanos e pelo fim da ditadura militar, trazia consigo as marcas da dominação masculina.

Neste sentido, há vários relatos em que as militantes descrevem como os papéis de gênero eram usados nas lutas armadas e operações, por exemplo, o fato de as mulheres conseguirem ingressar em órgãos facilmente por não serem vistas como potenciais líderes dos grupos de resistência e, ainda, por

oferecer o seu próprio corpo, muitas vezes insuspeito porque feminino, para levar bilhetes de presos e seus familiares ou recados das organizações, para seduzir perpetradores de seus entes queridos e arrancar benefícios (ROVAL, 2013, p. 122).

Desta forma, as militantes “investiram-se do papel tradicional, respaldadas no imaginário coletivo, de cuidadoras, defensoras das famílias e preservadoras da memória como sua atribuição social” (ROVAL, 2013, p. 124). Ou seja, os próprios papéis de gênero que eram delas esperados foram usados como artimanhas no processo de resistência e luta contra a ditadura militar brasileira.

Com isso, compreende-se que o reforço de papéis de gênero desencadeou às mulheres, concomitantemente, ferramentas de luta particulares à sua condição de ser mulher. No entanto, concomitantemente, gerou a necessidade de haver uma resistência feminista dentro dos próprios movimentos e entre seus companheiros de luta. Assim, havia também uma luta interna, fundamentada na oposição às opressões machistas percebidas nas organizações de resistência. Deste modo, verificava-se um “descompasso entre o ideal feminista e a concepção política da esquerda brasileira” (ROVAI, 2013, p. 115). Tal fato trouxe também consequências para os relatos e imaginários do contexto da luta contra a ditadura militar, uma vez que

o imaginário sobre a guerrilha é, muitas vezes, masculinizado e viril, reforçado por inúmeros trabalhos que pouco tratam da presença feminina nos quadros dos grupos clandestinos que se opuseram à ditadura militar (ROVAI, 2013, p. 112)

Partindo destas considerações, foram analisadas narrativas de mulheres que participaram dos movimentos de resistência, com o intuito de conceituar e evidenciar como esse protagonismo marginal pôde ser percebido, o que será demonstrado a seguir.

Primeiramente, destaca-se o relato de Vera Sílvia de Araújo Magalhães, guerrilheira que ficou conhecida por comandar o sequestro do embaixador norte-americano Burke Elbrick em 1969 (TELES, 2014), dentre outros feitos. Ao relatar sua experiência, Vera Sílvia foi clara ao afirmar que somente foi escolhida para liderar porque ser mulher fazia dela menos suspeita que os integrantes homens, “tendo em conta os preconceitos que existem na sociedade a respeito da mulher, a quem dificilmente se associa com uma revolução armada” (TELES; LEITE, 2013, p. 14). No entanto, Vera Sílvia foi uma das guerrilheiras que se destacaram no movimento armado e tornou-se um referencial para as/os demais militantes. Assim, vê-se que apesar de o reconhecimento pela atuação no movimento de resistência ter sido pautado também no destaque que Vera Sílvia teve na luta armada, o fator preponderante para sua liderança foram as peculiaridades que o fato de ser mulher lhe propiciavam. Isso porque, ela detinha a facilidade de despistar suspeitas, já que a sociedade, de forma geral, espera das mulheres comportamentos delicados e gentis, os quais se contrapõem às características intrínsecas de um movimento armado.

Ainda, a partir do trabalho de Marcelo Siqueira RIDENTI (1990), tem-se outro relato de Vera Sílvia, no qual ela discorre sobre como os papéis de gênero foram cruciais para o andamento das operações, inclusive do sequestro do embaixador norte-americano, o qual esteve à frente, relatando que

Eu fui sozinha fazer o levantamento do sequestro do americano. Fui de mini-saia, vestida de empregada doméstica, conquistei o Chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraadinha, me deu todas as informações. [...] Em todas as ações eu tive um papel bem feminino, que evidentemente facilitava a ação, por isso eu aceitava. Mas eu discutia isso no organismo, queria no mínimo uma cobertura, ir sozinha era um tremendo risco. (RIDENTI, 1999, p. 116)

Esse uso dos papéis de gênero e as formas com que o machismo e sexismo era percebido nos movimentos também foi relatado por Vera Sílvia:

Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía. Por exemplo, eu seduzia o gerente do banco para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia de pagamento, etc. Eu que me virasse, se não quisesse dar o desfecho àquela conversa inicial, o que evidentemente não iria querer. O interesse era só pelas informações. Mas vivi situações bastante complicadas, sozinha. A função feminina eu cumpria exatamente como precisava. Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim, cabia o pior revólver. Até que, no final, eu ganhei uma metralhadora, uma metralhadora, uma grande conquista individual. (RIDENTI, 1999, p. 115)

O trecho acima relata como o protagonismo das militantes se dava de uma maneira marginalizada e também como o machismo era vivenciado pelas militantes dentro dos próprios movimentos. Ao discorrer sobre o “papel da mulher que a sociedade me atribuía”, compreende-se que Vera Sílvia se refere aos papéis de gêneros decorrentes da construção social, ou seja, a “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, as relações de poder são fundamentais para a

construção do imaginário social referente às identidades e comportamentos esperados de homens e mulheres, de modo que tais representações foram utilizadas como ferramenta de camuflagem pelas militantes. Deste modo, foi possível evitar suspeitas durante as operações do movimento de resistência ao regime ditatorial.

Porém, essa mesma relação repercutia no próprio movimento, ao passo em que as militantes eram preteridas, por exemplo, na distribuição dos armamentos, conforme narrado. Essa desigualdade pode ser entendida como um dos reflexos da relação de poder existente entre homens e mulheres, decorrentes do machismo e sexismo, os quais estão estruturalmente postos na sociedade da época e atual. Assim, a dominação masculina presente no ambiente social era refletida entre os homens e mulheres dos movimentos de resistência, gerando desigualdades pautadas em gênero entre os militantes. Logo, cabia às militantes usarem seus corpos e se sujeitarem ao risco de violações sexuais em prol da obtenção de informações que pudessem contribuir para as operações, já que tais artimanhas não seriam eficazes se empregadas pelos militantes homens.

O machismo nos grupos de resistência também pôde ser percebido de outras formas. O relato de Zuleika Alambert, militante marxista brasileira, também o evidencia, ao discorrer sobre as acusações que sofreu e da forma como sua imagem foi construída pela imprensa da época:

Eles não publicavam coisas que eu tivesse feito ou que me fossem atribuídas, publicavam só minha foto e com o letreiro: “Bela do Terror”. Você vê que é toda aquela trama feita em cima da mulher. Teve um outro caso que saía assim: “a loura da metralhadora”, “loura dos assaltos”. Essas pelo menos localizavam em ações definidas, eu nunca, nunca fui acusada de ter feito nada. O meu caso foi fundamentalmente ter sido uma das primeiras mulheres e ser descoberta. No momento do primeiro golpe na esquerda armada em 1969 havia poucas mulheres, pelo menos conhecidas. Eu lia todos os jornais para ver se transparecia um pouco do que eles sabiam, e cheguei à conclusão de que a acusação contra mim era ser mulher” (COSTA *et al*, 1980, p. 208).

Esse trecho também ressalta o protagonismo marginal das militantes, pois, apesar de estarem encabeçadas e ativas nos grupos

armados de resistência, o destaque dado a elas era pelo fato de ser mulher e não por seus feitos enquanto militantes. Desta forma, a imprensa construía uma imagem de militante que se afastava do imaginário social acerca do feminino, o que é percebido ao denominá-la como “loura da metralhadora” ou “loura dos assaltos”. Como bem dito por Zuleika Alambert, não havia uma acusação direta sobre possíveis crimes por ela cometidos; ela era destacada por ser uma mulher militante; uma mulher fora do papel de gênero esperado pela sociedade. Mais uma vez, essa construção da imagem da militante a isentava de acusações, o que era visto como um benefício para o movimento de resistência, sendo, portanto, uma artimanha obtida pelo fato de ser mulher, ou seja: decorrente dos papéis de gênero.

Ademais, destaca-se que o protagonismo das mulheres também poderia ser percebido além dos grupos armados de resistência e mesmo entre aquelas que não se denominavam militantes; tampouco feministas. Foram as mães, irmãs, esposas e jovens universitárias que se articulavam no repasse de informações, oferecendo abrigos, ou fingindo animosidade com militares para afastarem possíveis suspeitas de seus lares. Houve movimentos emblemáticos neste sentido que reuniram numerosa quantidade de indivíduos, sobretudo de mulheres, como a União das Mães contra a Violência. Esses movimentos foram identificados pela bibliografia como “femininos” e não feministas, destacando que seu propósito maior não era articular uma radical resistência à ditadura brasileira, mas sim de lutar por pautas específicas, por exemplo, contra a repressão suportada pelos seus familiares (RIDENTI, 1990).

Desta forma, entende-se que o protagonismo das militantes no contexto da ditadura militar se deu de variadas formas, já que estavam inseridas em grupos armados, em movimentos específicos, ou se articulavam nos espaços comuns de vivência, oferecendo um auxílio indireto. Porém, em todos estes eixos é possível compreender que os papéis de gênero estiveram presentes, ora se apresentando como ferramenta útil ao movimento, ora criando a necessidade de se impor dentro do próprio movimento de resistência, ora limitando mulheres às ações indiretas do espaço comum de vivência. Com isso, sem dúvidas, pode-se compreender que as mulheres representaram uma força única no contexto de luta contra a ditadura militar brasileira.

Por mais que o protagonismo das militantes e das mulheres, em geral, não seja percebido em números ou na ampla ocupação das

posições de destaque nos movimentos, a sua presença às margens do movimento permitiu articulações, obtenção de informações e auxílios essenciais para a derrocada. É por este motivo que se fala em um protagonismo marginalizado. Ao ingressarem em movimentos de extrema esquerda, ou desconstruindo o cotidiano de dona de casa, as mulheres tentaram romper o cotidiano da violência de gênero presente na sociedade e passaram a lutar contra ela e contra o regime. Ainda, lutaram contra ambos de forma sobreposta, ao se depararem com o machismo dentro do próprio movimento. Desta forma, “a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino” (RIDENTI, 1990, p. 114), contribuindo à sua maneira para a construção do movimento feminista que iria emergir logo em seguida no Brasil, fortificado pela experiência na luta contra a ditadura militar.

Considerações Finais

Partindo de ponto específico da luta contra o regime ditatorial, foi evidenciado como o próprio movimento de resistência se mostrou um ambiente machista. Mesmo arriscando suas vidas nos movimentos de resistência, as mulheres ainda lidavam com a luta diária por sua igualdade de condições e de forças. Assim, os papéis de gênero femininos esperados serviram também como verdadeira artimanha para que desempenhasse um protagonismo marginal pela derrocada da ditadura militar no Brasil. Logo, vê-se que sem a participação das mulheres, mesmo que de forma estereotipada, missões essenciais jamais teriam sido realizadas, sendo necessária reconhecer a importância da dupla luta feminina neste período, ou seja: dentro e fora do movimento de resistência e entre seus companheiros de luta.

Referências

COSTA, Albertina de O; et all (org.). *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GRECO, Heloísa, *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2003.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor, orgs: *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. Tatiana Merlino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 jan. 2021.

_____. Narrativa do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 115-137.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social, [S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i2.84806. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em 31 out. 2020.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 1999.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*; tradução Guacira Lopes Louro. Paris: Editions Tierce, 1988.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2014. Disponível em <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em 31 out. 2020.

DEBATE SOBRE A SAÚDE MENTAL LGBTQIA+ A PARTIR DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Matheus Andrade de Moraes

Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mmoraes12@gmail.com;

Vânia Carvalho Santos

Professora orientadora: doutora, Universidade Federal de Sergipe - UFS, vrtlcarvalho@hotmail.com;

Resumo

A comunicação oral partiu da experiência junto à organização não-governamental (ONG) da CasAmor LGBTQIA+, a qual é localizada na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe. Para tanto a produção deste trabalho observou tensões entre a formação sócio histórica cultural do Brasil, os números estatísticos sobre as violências contra pessoas LGBTQIA+ e o adoecimento mental desta população. A pesquisa foi de cunho explicativa, tendo como procedimentos técnicos utilizados fontes bibliográficas e documentais. A natureza desta foi baseada em quanti-qualitativa. Para chegar aos resultados foram utilizadas “Fichas de Cadastro” que continham dados dos/as/es usuários/as/es da instituição. Durante a pesquisa foram verificadas 30 (trinta) fichas, recolhidas entre os meses de fevereiro a julho de 2019. O olhar do método foi o materialismo histórico-dialético o qual busca aproximar-se da totalidade, tendo também a influência da epistemologia feminista latino-americana sob a ótica da interseccionalidade. Durante os acolhimentos a violência mais presenciada foi a psicológica sendo citada por 25 pessoas do universo de 30, ou seja, 84% de LGBTQIA+. Este dado foi seguido em ordem pelas violências: verbal, familiar e patrimonial. Como consequências a estes fatores todas as pessoas (100% da amostra) relataram possuírem sintomas de ansiedade e/ou

apresentaram outras questões de cunho psicológico, as quais foram identificadas pelas psicólogas voluntárias da CasAmor LGBTQIA+. Além disto, fatores como tristeza profunda, ideação suicida, automutilação, tentativa de suicídio e depressão estavam presentes nos documentos.

Palavras-chave: Saúde Mental, LGBTQIA+, Violações, Direitos.

Introdução

As questões de saúde mental e Direitos Humanos são interligadas uma vez que as violações de direitos tendem a afetar a vida psicológica das pessoas, bem como aprofundar-se a partir de suas condições de classe, gênero, sexualidade, raça, religiosidade e/ou ser pessoa com deficiência.

A pesquisa em questão é oriunda de uma experiência de militância na organização não-governamental (ONG) da CasAmor LGBTQIA+, a qual está localizada na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe – Brasil. Para tanto a produção deste trabalho originou-se a partir de tensões observadas entre a formação sócio histórica cultural pre-conceituosa, do Brasil, os dados estatísticos sobre violência contra LGBTQIA+ e o adoecimento mental desta população.

O objetivo principal foi analisar a relação entre as violações de direitos contra pessoas LGBTQIA+ e a saúde mental destas. Como objetivos específicos: identificar as demandas das pessoas atendidas na CasAmor; correlacionar com as questões de saúde mental; descrever as influências da heterocisnormatividade em suas vidas; identificar as estratégias de resistências utilizadas por essa população.

A pesquisa foi realizada porque existiam escassos materiais sobre os temas envolvendo saúde mental e recortes de minorias sociais, principalmente a população LGBTQIA+ a qual sofre violências diárias. Além disso, dados segundo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2018, o suicídio ocasionado por homotransfobia foi a segunda maior causa mortis dessas pessoas.

A metodologia da pesquisa foi baseada no método materialismo histórico dialético, a partir de dados quanti-qualitativos sob fontes bibliográficas e documentais. Esta última foi liberada e entregue pela própria instituição via documentação.

Os resultados da pesquisa confirmam as hipóteses de que existe uma ligação entre os preconceitos e violações de direitos contra pessoas LGBTQIA+ e o adoecimento mental desta população. A comprovação foi observada nos altos índices de pessoas que possuem ansiedade, tristeza profunda, depressão, ideação suicida, automutilação e que já tentaram retirar a própria vida.

Com isso a pesquisa serviu de base material para continuar o percurso por políticas públicas de qualidade para LGBTQIA+ onde

espaços humanizados sirvam de conforto e luta. Além de levantar resistências através dos modos terapêuticos que a militância, o atendimento psicológico e as artes podem desenvolver nessas/es sujeitas/os/es.

Metodologia

A pesquisa foi de cunho explicativa, os procedimentos técnicos utilizados foram o bibliográfico e o documental. A natureza foi quantitativa. Utilizou-se as “Fichas de Cadastro” as quais contém resumo do acolhimento e relatos das pessoas LGBTQI+ acolhidas na CasAmor (fichas previamente liberadas pela instituição), foram analisadas 30 (trinta) fichas de cadastro, preenchidos entre os meses de fevereiro a julho de 2019. O método de análise foi o materialista histórico-dialético o qual busca aproximar-se da totalidade mais a influência da epistemologia feminista latino-americana.

Neste âmbito entende-se que as visões dos feminismos provocam novos debates, principalmente pela particularidade brasileira que possui uma sociedade interseccional. Esta é marcada por diferentes opressões enraizadas na formação social do Brasil junto aos antigos movimentos históricos e estruturais de uma sociedade racista, patriarcal, LGBTfóbica, capacitista, os quais aprofundam-se com as desigualdades sociais de classe.

Referencial teórico

O material teórico utilizado deu prioridade a autores/as que fazem parte da população LGBTQI+, além de referencial produzido por entidades que representam o foco desta produção, para complementar foram utilizadas fontes mais clássicas para tratar das questões da formação social.

Para tanto foi baseada em produções da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA (2020), Grupo Gay da Bahia – GGB (2020), Ministério da Saúde (2013). Além dos/as autores/as: Foucault (1999), Prado Junior (1972), Lorde (1981), Gonçalves Júnior (2018), Moraes (2019), Silva (2019), entre outros/as/es.

A construção de processos exclusivos está intimamente ligada a formação social do país. Esta por sua vez está imbricada no machismo, racismo, colonialismo, coronelismo, capacitismo e na LGBTQIfobia.

Traços de uma nação que reincide essas violações de direitos nos seus dados estatísticos de violências direcionadas por conta desses fatores.

As questões de saúde mental estão interligadas com violações de direitos uma vez que tendem a afetar a vida psicológica das pessoas, bem como aprofundar-se a partir de suas condições de classe, gênero, sexualidade, raça, religiosidade e/ou ser pessoa com deficiência.

A saúde mental no Brasil foi pautada em um contexto de construção e hospitalização em manicômios, sendo reflexo de uma sociedade excludente, não somente para Pessoas com Transtorno Mental (PTM), como também para corpos/as indesejados/as na sociabilidade.

A construção histórica da luta antimanicomial se deu na contramão do poder hegemônico que assola a sociedade até a contemporaneidade. A sua trajetória é carregada de críticas ao modelo antigo de institucionalização e medicamentação capazes de controlar as subjetividades das pessoas e alienar ainda mais frente ao processo neoliberal.

Porém, antes de chegar aos anos recentes é necessário demonstrar um pouco da história da luta por direitos de PTM. Em 1978, ao passo que o feminismo avançava na sociedade, nasceu o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) que se tornou ator estratégico para a Reforma Psiquiátrica; foi capaz de formar a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental dando início ao processo de desinstitucionalização (MEDEIROS; ZANELLO, 2018).

Este primeiro passo para desconstrução dos hospitais psiquiátricos ainda estava incorporado ao modelo psiquiátrico biologizante, uma vez que seu foco ainda era a realização de diagnósticos, categorização e medicamentação, servindo de espaço para a indústria farmacêutica (MEDEIROS; ZANELLO, 2018).

Com os avanços nas lutas por uma saúde mental humanizada foi instituída em 2001 a Política Nacional de Saúde Mental. Esta foi oriunda com o amadurecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com estratégias políticas de levar as comunidades e famílias a necessidade de cuidado e inserção das Pessoas com Transtorno Mental junto aos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A Política Nacional de Saúde Mental preconiza várias tipificações de CAPS: CAPS I, II e III; CAPS infantil; CAPS álcool e outras drogas (ad) e CAPS ad III. Esses centros ofertam diversos tipos de atividades

terapêuticas intermediadas por uma equipe multiprofissional responsável por psicoterapia individual ou em grupo, acolhimento, oficinas terapêuticas, atividades comunitárias, atividades artísticas, orientação e acompanhamento do uso de medicação, atendimento domiciliar e aos familiares. (CAMPOS; RAMALHO; ZANELLO, 2017, p. 69)

É a partir das implementações dos CAPS que o serviço público se aproximou à perspectiva de emancipação de seus/as usuários/as/es com a escuta qualificada, equipes com focos em outras áreas (como psicologia, nutrição, enfermagem) e produções artísticas. Além destes fatores o foco passou a ser as famílias e seus territórios.

Com o avanço do neoliberalismo e aproximação política do país com a direita e extrema direita o desmonte desta política refletiu em um sucateamento do macro para o micro, ou seja, da questão de financiamento que afeta diretamente o funcionamento dos CAPS. Profissionais com alta carga de trabalho e adoecimento, o que diminui os impactos da escuta qualificada e tende a retornar o modelo de medicamentação.

Faz-se mister entender esses processos, uma vez que os equipamentos de saúde mental do país se aproximaram fisicamente das PTM, porém não fez o trabalho relativo aos cuidados com o marcador social de gênero. Através de pesquisas notou-se que os padrões de Transtornos Mentais Comuns (TMC's) para as mulheres, como: ansiedade, depressão, ou associação em ambos, enquanto para homens a esquizofrenia (CAMPOS; ZANELLO, 2016).

A partir de então questiona-se até que ponto homens podem não apresentar os mesmos sintomas de mulheres. O não diagnóstico de TMC's para o gênero masculino pode partir do simples fator de que suas procuras aos serviços só são realizadas quando se aproximam de transtornos médios ou severos.

Para as mulheres os transtornos são oriundos de uma rotina exaustiva de duplas e/ou triplas jornadas de trabalho, algumas inclusive atreladas ao cuidado de terceiros. Pela perspectiva das masculinidades este cuidado com o outro é raro, mas não significa dizer que não apresentem TMC's, ainda que por outros fatores, isso reflète-se a escassez de autocuidado.

Outro dado a ser debatido é a escassez de debates relativos ao adoecimento de pessoas LGBTQIA+, as quais passam por

marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, etnia e/ou pessoas com deficiência.

As questões relativas as violências refletem também nos cotidianos das mulheres e nas pessoas LGBTQIA+ e são capazes de afetar suas vivências e consequentemente dispararem gatilhos em suas subjetividades.

[...] há uma invisibilidade em relação ao adoecimento psíquico como decorrente da violência sofrida. O que se observa é que a relação entre violência e saúde mental é incipiente, pois ainda se pensa a violência com ações de âmbito político-social (tais como grupos de enfrentamento e prioridade ao receber benefício financeiro do governo) e a saúde mental continua inserida, acriticamente, no âmbito biológico da saúde sexual e reprodutiva. (MEDEIROS; ZANELLO, 2018, p. 393)

A estratégia mercadológica e desumanizadora do capitalismo adentra as instituições de trabalho e invisibilizar a luta contra esse adoecimento decorrente de violências. O combate à essa lógica nasceu junto aos movimentos sociais, comprovando posicionamentos opostos à política neoliberal.

Portanto, a necessidade de fortalecimento e articulação dos movimentos de base para provocar os enfrentamentos do micro para o macro, com uma aproximação aos equipamentos e pressionamentos ao poder público. Ainda que algumas Organizações não-governamentais (ONG) tenham papéis importante nesta trajetória, não se deve perder de vista que a responsabilidade de cuidar e tratar os TMC's é do Estado.

O adoecimento mental de pessoas LGBTQIA+ e de mulheres, sendo ou não nesta população, provoca mortes diretamente, seja por assassinato ou suicídio, bem como por vias indiretas, uma vez que tantas suas vivências como a heterocisnormatividade provocam mortes (MORAES, 2019).

Segundo conclusões levantadas por Campos e Zanello:

[...]. Obviamente, essa é uma discussão complexa, no entanto, ao que parece, o CAPS como estratégia potencializadora da Reforma Psiquiátrica em curso no Brasil, permanece em uma lógica medicalizante, sendo que a Política Nacional de Saúde Mental ao

invés de assumir o enfrentamento dessa, especificamente as violências de gênero dentro dos CAPS, inviabiliza e fragmenta as intervenções, pois claramente temos, de um lado, a pressuposição biomédica e, do outro, ações desinstitucionalizadoras (grupos terapêuticos, geração de trabalho e renda, etc.). (2018, p. 114-115)

Enquanto os próprios espaços de lutas e resistências não adentrarem em debates atrelados às interseccionalidades as dificuldades permanecerão. Porém, essa saída a longo prazo não surtirá efeito enquanto a coletividade entre os/as/es profissionais e os movimentos sociais estiverem afastadas.

Logo, as estratégias perpassam pelas feridas criadas pela formação sócio-histórica e cultural do país, o qual continua precarizando os/as/es profissionais dos CAPS. A ofensiva também deve ser contrária ao machismo, racismo, LGBTQIfobia e capacitismo, ir de contra o avanço da necropolítica é ser politicamente a favor de ações afirmativas de direitos oriundos dos Feminismos e das existências LGBTQIA+.

Resultados e discussão

Sobre o perfil das/os/es usuárias/os/es (o uso do artigo “es” marca a abrangência com outros gêneros fora da corrente do binarismo) o maior percentual de gênero foi o feminino com 19 mulheres, sejam elas cisgêneras, mulheres trans ou travestis, totalizando 66% de usuárias. Já 11 (34%) se auto identificaram do gênero masculino entre homens cisgêneros ou transgêneros.

Nas “Fichas de Cadastros” a identificação de sexualidade foi de 53% heterossexual, 17% gays, 17% lésbicas, 10% pansexual e 3% bissexual. Quanto a raça 43% parda, 37% negra, 10% branca, 7% indígena e 3% amarela.

A principal demanda levantada pelas pessoas foi a necessidade de terapia, 77% buscaram este auxílio e/ou foram encaminhadas para acompanhamento terapêutico junto as psicólogas da instituição. Em seguida surgiram a necessidade do “Ambulatório Trans” da Universidade Federal de Sergipe campus Saúde na cidade de Lagarto, alimentação, empregabilidade, moradia e retificação de nome e gênero.

Durante os acolhimentos a violência mais notada foi a psicológica com 84% de LGBTQIA+. Foram citadas também as violências verbal (77%), familiar (74%) e patrimonial (14%), foram acrescidas dificuldades de renda para sobrevivência e de estabelecer relações com outras pessoas, esses achados coincidem com a literatura (MORAES; BORGES; SANTOS, 2020).

Como consequências a estes fatores 100% relatou apresentarem ansiedade e/ou apresentaram e/ou sintomas, os quais foram identificados pelas psicólogas da CasAmor LGBTQIA+ como transtornos mentais comuns. Além disto, fatores como tristeza profunda, ideiação suicida, automutilação, tentativa de suicídio e depressão estavam presentes nos documentos analisados.

Verificou-se o sofrimento psíquico estão relacionados aos fatores de violências e preconceitos os quais sofrem ao longo de suas vidas. “Já sofri tanta violência por parte de meu irmão. Ele já pegou um facão me expulsando de casa, pelo que eu sou. Já pensei muito em morrer. Penso nisso constantemente” (Usuária da CasAmor), nota-se neste relato o quão ameaças constantes provocam sentimento de não pertencimento com potencial suicida.

Além disto, o perfil da população da pesquisa também revelou as diferentes oportunidades que algumas pessoas possuem, desde que dentro de padrões aceitáveis como: empregabilidade formal, renda, raça branca, estar dentro da heterocisnormatividade e/ou passabilidade de corpos/as. Porém, para quem não possui tais características sofre mais formas de opressão, o que comprova a necessidade do olhar interseccional. A necessidade deste olhar captou a pluralidade de identidades e fatores socioculturais que são oriundas entre os diversos gêneros, sexualidades, religiões, raças e etnias.

Destarte, a análise da exploração da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. (CISNE, 2018, p. 224)

A partir da assertiva acima nota-se que um dos exemplos de desigualdades para além dos termos do capitalismo é a desigualdade

de gênero. Uma classe trabalhadora que é formada e sustentada por mulheres, estas com duplas ou triplas jornadas de trabalho, mas a exploração não finaliza nestes termos, a exemplo das mulheres negras que são exploradas em diversas maneiras na sociedade brasileira.

Estabelecidos estes termos e como foram encontrados os resultados, a primeira categoria a ser analisada foi a depressão. Essa doença foi apresentada como uma das consequências que afetam a saúde mental das/os/es usuárias/os/es da CasAmor. O dado quantitativo, em percentual, foi de 37%, é válido reforçar que este diagnóstico foi obtido a partir de consultas que essas pessoas realizaram antes de adentrarem na ONG.

“Durante minha adolescência eu fui ensinada a me comportar de uma maneira que a sociedade desejou, que minha família desejou, passei por momentos de tristeza e desenvolvi depressão por conta das regras que me foram impostas. Hoje precisei passar a amar mais o meu corpo e me ver como alguém normal” (Usuária da CasAmor)

A citação acima reflete o qual as regras sociais que são impostas podem afetar a saúde mental de quem é da população LGBTQIA+. Os/as corpos/as são atravessados ao longo de suas vidas e tentam se adequar ao estado de “normalidade” o qual é imperativo socialmente enquanto aceito, para o combate deste fator acaba restando a autoaceitação individual de cada pessoa.

A depressão é um transtorno mental determinado pela diminuição e alteração de humor e da atividade e energia do indivíduo em realizar atividades comuns no seu cotidiano, diferenciando-se da tristeza relativa. Seus sintomas mais comuns são a tristeza profunda e recorrente, diminuição da capacidade de concentração, da autoestima e da autoconfiança, fadiga, culpa, perda de libido, pessimismo e desespero. (SILVA, 2016, p. 59)

Nos termos do autor supracitado a depressão é comprovada a partir de um conjunto de sintomas. As pessoas que citaram essa doença relataram a dificuldade de algumas pessoas do seu convívio de entenderem suas dores e tratarem a patologia como uma questão cultural e social.

A variável de suicídio foi dividida em duas sessões, sobre tentativas e ideação, pois algumas pessoas relataram as tentativas de suicídio e que até o momento do atendimento na ONG tinha ideação para nova tentativa.

Do universo total 50% relataram ao menos uma tentativa de suicídio durante a vida. Este dado poderia ser subtraído da pesquisa se não fosse a sua classificação. As histórias que circulam essas tentativas são das diversas e preocuparam uma vez que é uma questão de saúde pública.

“Passei por um quadro depressivo muito grande e tentei suicídio, por conta também do preconceito familiar. Eu frequentava a missa, mas antes pensava que o que sentia era errado e pecaminoso, me sentia mal. O que a igreja prega é a condenação de quem não segue seu padrão. Hoje eu penso completamente diferente, às vezes chego a me irritar com tanto de preconceito. Eu me afastei justamente pela forma como as religiões cristãs condenam as pessoas. Já cheguei a me cortar por essas coisas” (Usuária da CasAmor)

Notou-se também o entrelaçamento entre quadros sintomáticos de depressão com quem já tentou suicídio. Esse Nesse sentido cada usuária tinha suas justificativas, como foi visto no caso acima a influência da religiosidade que aprofunda os preconceitos no lugar de ser um local de afetividade e conforto.

O suicídio é a 4ª principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, segundo recente pesquisa do Ministério da Saúde e de acordo com a revista científica *Pediatrics*, gays, lésbicas e bissexuais, devido à homofobia, têm 6 vezes mais chance de tirar a própria vida, em relação a heterossexuais, com risco 20% maior de suicídio quando convivendo em ambientes hostis à sua orientação sexual ou identidade de gênero. (GGB, 2018, p.10)

O Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma das escassas fontes de dados sobre mortes de jovens LGBTQIA+ no Brasil. Sob o dado anterior foi possível extrair e complementar que existe maiores riscos para a população cometer suicídio. Já sobre a causa mortis de vítimas, levando em consideração todas as idades, o número sobre e o suicídio fica na segunda colocação (GGB, 2020).

Quanto à ideação suicida o percentual foi de 74% de pessoas que relataram na época continuar com pensamentos constantes. Um número mais expressivo ainda e que se revela como denúncia uma vez que as violações de direitos dessas pessoas atingem diretamente a integridade subjetivas de seus/as corpos/as os empurrando à margem de cometerem auto violência.

Outro dado encontrado foi o de afastamento social representado por 54% de pessoas acolhidas na instituição. O debate acerca desta variável diz respeito aos isolamentos provocados pelos preconceitos e invisibilidades que essa população sofre ao longo de sua vida.

“Eu já sofri muita violência e sempre que busquei ajuda fui tratada como uma escrava por conta de quem eu sou e de minha cor. Acabei ficando com vergonha de me relacionar. E medo também” (Usuária da CasAmor). Nessa citação existem questões de cunho de gênero por se tratar de uma mulher trans, bem como racial sendo ela preta, além de classe uma vez que ela era de periferia.

Os atravessamentos em sua vida foram notados nesta frase citada em um dos documentos da instituição e revelam a profundidade de um país machista, racista e transfóbico mergulhado em sua própria exclusão social. A dificuldade de relacionamento de uma pessoa é pautada por suas particularidades e atravessamentos sociais.

[...] se eu falho em reconhecer a lésbica que escolhe não ter filhos, a mulher que permanece no armário porque a comunidade homofóbica onde ela vive é seu único suporte de vida, a mulher que escolhe o silêncio no lugar de mais uma morte, a mulher que morre de medo que a minha raiva acione a explosão dela; se eu falho em reconhecê-las enquanto outras faces de mim, então eu estou não apenas contribuindo com a opressão delas, mas com a minha própria opressão, e a raiva que permanece entre nós deve então ser usada para esclarecimento e empoderamento mútuo, não para evasão por culpa ou futura separação. Eu não sou livre enquanto outras mulheres são prisioneiras, mesmo quando as amarras delas são diferentes das minhas. E eu não sou livre enquanto outra pessoa de Cor permanece acorrentada. Nem nenhuma de vocês é. (LORDE, 1981, p. 132).

Esse reconhecimento citado por Lorde parte um princípio básico da empatia por outras mulheres, sendo essa uma das bases de um

feminismo sólido e consistente, pois nenhuma mulher deve ficar para trás, e ainda sofrer mais consequências psicológicas.

O dado da automutilação surgiu com 57% de pessoas LGBTQIA+. Sendo esse um outro problema de saúde coletiva que cada vez mais é debatido dentro do campo da saúde mental, pois é um dos meios para “liberação da dor” segundo usuárias/os/es da CasAmor. Essa dor que por vezes também é internalizada a partir de dores e/ou preconceitos de outros familiares.

“Não vou mentir, tenho muita dificuldade de se abrir com alguém entende? Já confiei em tantas pessoas, falei sobre minha vida toda, acabei levando ‘pauletada’ pelas costas. Já fui expulsa várias vezes de casa e hoje quando corto minha pele eu me sinto melhor, pelo menos por um momento, aqui dói menos. Só agora tenho pensamentos positivos porque irei me transicionar.” (Usuária da CasAmor)

Esses depoimentos, oriundos das subjetividades, provocam aprofundamentos na vida objetivas das pessoas e causa violações marcadas nos/as próprios/as corpos/as. Para essa pessoa transgênera, que também citou as mudanças corporais que estavam prestes a começar, as suas dores diminuem os impactos quando comete automutilação.

Por fim, a tristeza profunda representou 84% dos documentos que foram analisados, sendo esta o maior percentual de pessoas que estavam com sintomas de adoecimento mental. “Eu moro com minha namorada, ela tem emprego e eu faço alguns bicos, tenho comida na mesa, queremos um dia ter filhos, mas basta sair na rua que todo medo começa. São tantos casos de mortes que eu prefiro ficar em casa, sem falar que sou negra.” (Usuária da CasAmor).

“Encontrei em mim os meus sagrados masculinos e femininos, não que eles tenham haver com posições de gênero, mas sim como fontes de energia entre a razão e a emoção. Hoje eu adoro a Deus, mas também as Deusas que são meu suporte espiritual” (Usuária da CasAmor). Questões que abarcam os marcadores sociais não poderiam serem deixadas de lado uma vez que todo receio e tristeza profunda também abarcam o desejo de realizar os objetivos dia após dia.

As batalhas diárias de quem faz parte da população LGBTQIA+ devem ser levadas em consideração como uma forma de abarcar também a esperança de uma política propositiva e construída do particular para o coletivo, abrangendo o máximo de totalidade entre

as questões. Ter um olhar da realidade possibilitou entender que a militância não se faz somente de falas, mas também de uma escuta qualificada que promova autocuidado e saúde coletiva.

Considerações finais

As violações de direitos criam possibilidades de afetar a saúde mental das pessoas LGBTQIA+ bem como os/as seus/as corpos/as. Para tanto a importância da pesquisa e da militância para em conjunto com as instituições implementar educação permanente para uma transformação societária baseada em Direitos Humanos.

Por fim, observou-se a luta pela sobrevivência das pessoas e a necessidade de políticas públicas que vão além das ONGs, agregando respeito, oportunidade, diversidade e acompanhamento para enfrentar as vivências que matam LGBTQIA+ no país.

Cita-se a necessidade de aprofundamento do tema tanto pela pesquisa acadêmica, quanto pela militância LGBTQIA+, bem como nos serviços de atendimento, principalmente o público visto as questões de escassez de empregabilidade.

Essa pesquisa serve para aprofundar as discussões e elaborações de programas e projetos com vistas a trabalhar a relação entre sofrimento psíquico e violência LGBTQIA+. Logo, os debates acerca dos temas levantados transcendem a pesquisa para transforma-se em intervenção e superação das violências.

Agradecimentos

Os agradecimentos principais se dedicam às pessoas que existem e resistem nos movimentos importantes de combater essas violências, as/os/es sujeitas/os/es que contaram suas histórias nos atendimentos em busca de alimentos, moradia, terapia, mas principalmente um acolhimento que busca reduzir ao máximo os impactos dos preconceitos.

Aqui também se registra a potência que a CasAmor tem enquanto instituição que deve cobrar do poder público encaminhamentos e atendimentos especializados para esta população. À ONG o muito obrigado pelo serviço prestado para a população, inclusive buscando sempre evitar a revitimização das pessoas.

Por fim, destaca-se a importância da ONG modificar seu nome durante este ano de 2021. Durante a pandemia de COVID-19 uma das

forças voluntárias mais engajadas deixou seu legado, o qual sempre destacou ser mulher, negra, bissexual, mãe de filho LGBTQIA+ e uma mãe para muitas outras pessoas da instituição. Com seu sorriso fácil, com amigas poderosas e que deixou sua marca de militância agora gravada na CasAmor Neide Silva.

Referências

CAMPOS, O. de I; ZANELLO, V. Saúde Mental e Gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. **Vivência Revista de Antropologia**, n. 48, 2016, p. 105-118, Natal.

CAMPOS, O. de I; RAMALHO, W. M; ZANELLO, V. Saúde Mental e Gênero: o perfil sociodemográfico de pacientes em um centro de atenção psicossocial. **Estudos de Psicologia**, 22(1), jan. à mar. de 2017, p. 68-77, Campinas.

CISNE, M. Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos e políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018, São Paulo.

Grupo Gay da Bahia – GGB. **População LGBT morta no Brasil**. Relatório GGB 2018. [Bahia: BA]. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

LORDE, A. **Os usos da raiva**: mulheres respondendo ao racismo. Sister Outsider: Essays & Speeches by Audre Lorde (Berkeley: Crossing Press, 2007), 124-133. 1981.

MEDEIROS, M. P de; ZANELLO, V. Relação entre a Violência e a Saúde Mental das Mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 384-403, jan. a abr. de 2018, Rio de Janeiro.

MORAES, M. A. de; BORGES, J. L. de J.; SANTOS, J. E. da S. **Sinal Vermelho:** saúde mental da população LGBTQIA+ e suas urgências. In: *EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE*, v. 14, n. 05, p. 1-16, São Cristóvão, 2020. Disponível em: https://anais.educonse.com.br/2020/sinal_vermelho_sa%C3%BAdede_mental_da_popula%C3%A7%C3%A3o_lgbtqia_e_suas_urg%C3%AAncias.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

SILVA, G. W. dos S. **Existências dissidentes e apagamentos:** Fatores Associados à Ideação Suicida em Pessoas Transgênero. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22608/1/GlauberWederDosSantosSilva_DISSERT.pdf. Acesso em: 09 mai. 2019.

IMPASSES NA COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR E OS DESAFIOS LOCAIS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO E CAPILARIZAÇÃO NO BRASIL

Marcia Cristina Brasil Santos

Doutora em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Assistente Social e Coordenadora Ambulatorial do Processo Transexualizador do HUPE. Contato: mcristinabrasil@hotmail.com

Mariana Camargo Tumonis Oliveira

Assistente social do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ, especialista em Serviço Social e Saúde - HUPE/UERJ. Contato: marictoliveira@gmail.com

Guilherme Silva de Almeida

Doutor em Saúde Coletiva – Ensp/Fiocruz – RJ. Professor da Escola de Serviço Social da UFER. Contato: gsdealmeida@gmail.com

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir os impasses relacionados a implementação e capilarização do Processo Transexualizador nos estados e municípios do Brasil, tendo sua oferta e gestão ainda fortemente concentrada no âmbito do Ministério da saúde. Esse programa é regulado pela Portaria 2803/13, que ancorada nos princípios e diretrizes do SUS elenca uma série de ações que irão demandar o comprometimento das três instâncias de gestão na saúde (MS, Estados e Municípios). Sabe-se que para a coordenação nacional do processo transexualizador há uma necessidade de empenho político e financeiro para o estímulo aos estados e municípios na sua organização local em relação a oferta dessa assistência. O que se percebeu durante a pesquisa

que investigou esse tema, da qual esse artigo é um dos frutos, é que tem havido um expressivo crescimento de ambulatórios de atendimento às pessoas travestis e transexuais em todo o país, no entanto, esse crescimento tem se dado, notadamente, por iniciativas de universidades, ONG's, movimentos sociais, órgãos de defesa dos direitos humanos, tendo como características a precarização e a desarticulação em relação a rede assistencial de saúde local/estadual, expressando tanto a ausência de coordenação nacional como o desinteresse das gestões subnacionais com essa assistência.

Palavras-chave: Processo Transexualizador, Coordenação Nacional, Rede Assistencial, Gestão em Saúde, Saúde Trans.

Introdução/Marco teórico:

O presente artigo, fundamentado no referencial teórico metodológico crítico dialético vinculado à tradição marxista, tem como tema central a reflexão sobre os impasses envolvidos na implementação e capilarização do Processo Transsexualizador nos estados e municípios do Brasil. Aborda a organização pelo alto, de cima para baixo, via protagonismo do MS (e por determinação judicial), sem o efetivo envolvimento de estados, municípios e movimentos sociais nas instancias subnacionais no que tange a estruturação do programa.

Sabe-se do histórico descompromisso com as políticas sociais que tem sido a marca dos sucessivos governos no contexto da ofensiva capitalista e um dos desdobramentos desse processo tem sido o desfinanciamento das políticas de seguridade social. Com isso, as conquistas sociais que se consolidaram como patrimônios públicos, como é o SUS, tem cada vez mais se esvaziado de sentido e se tornado um invólucro de um sonho chamado Reforma Sanitária.

Nesta direção, sabe-se que o perfil dos gastos em saúde não atende as necessidades e anseios almejados pelo projeto da Reforma Sanitária em função, sobretudo, da tendência de estagnação ou queda da participação do governo federal nos gastos com saúde que além de ter sido mantida ao longos dos últimos governos se acentuou no ano de 2016 para cá¹, com os sucessivos cortes e contingenciamentos nas verbas destinadas ao setor da saúde.

O desdobramento concreto desse processo é o esfacelamento das condições de saúde da população, sobretudo porque o desfinanciamento federal do SUS prejudica fundamentalmente a sustentação das ações desenvolvidas pela rede de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse sentido, as questões envolvendo o descomprometimento das gestões governamentais com a implementação de políticas públicas, notadamente para LGBTQI+, que já eram recorrentes e históricas, acentuaram-se ainda mais.

1 O subfinanciamento do SUS foi intensificado a partir de 2016 com a alteração da base de cálculo de aplicação de recursos do governo federal na saúde para um índice menor do que o percentual alcançado em 2015, correspondendo à uma perda R\$ 9,2 bilhões para o orçamento do MS já neste ano, o que configura um processo de desfinanciamento. Cf.: Mendes & Carnut, 2020.

Mello (2013) ao analisar os programas e ações do governo federal voltados para as necessidades específicas dessa população, já apontava que estes se deram de forma marcadamente problemática, sobretudo pela baixa previsão orçamentária para a sustentação dos mesmos seguida da falta de integração entre as esferas do governo e o baixo envolvimento dos demais entes federativos (MELLO, 2013).

Nesta direção, há um agravamento das dificuldades coordenação nacional e na organização das redes locais e isso não é uma particularidade de nenhum dos cinco estados onde há o programa. O próprio MS através do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DERAC)², que tinha a competência de regular e coordenar a capilarização do programa para os estados e municípios, declinou, no ano de 2017, de sua responsabilidade de coordenar nacionalmente a regulação do acesso ao programa, conforme previsto no artigo Art. 12 da Portaria n. 2803/13:

O acesso aos procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria será regulado por meio da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), quando houver ausência ou insuficiência do recurso assistencial no Estado de origem, cabendo ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS/MS) adotar as providências cabíveis para sua operacionalização (Portaria n. 2803/13).

Ao longo do ano de 2016, a CNRAC/SAS/MS iniciou um ciclo de visitas aos estados com vistas a implementar a regulação nacional do acesso às cirurgias, o que poderia dar maior transparência e celeridade a este processo e permitir que as pessoas pudessem ser assistidas em outros estados, sobretudo porque existe uma grande desigualdade regional na distribuição dos serviços. Durante as visitas aos hospitais habilitados se constatou grande precariedade na rede assistencial e na regulação local, a interrupção na realização das cirurgias e do acesso a novos/as usuários/as, longas filas cirúrgicas

2 O DERAC integra a estrutura da Secretaria de Atenção à Saúde/SAS, sendo responsável pelo desenvolvimento e sistematização das ações de regulação da atenção em saúde em nível nacional, programação das ações e serviços de saúde, gestão e controle de sistemas de informação, e avaliação dos serviços de saúde, além da gestão dos repasses de recursos de Média e Alta Complexidade (MAC/FAEC) e o custeio de Centrais de Regulação.

e extenso tempo de espera para a realização dos procedimentos, omissão dos estados na organização do programa, ou seja, os hospitais habilitados não tinham como dar conta da própria fila e muito menos ofertar vagas para serem disponibilizadas nacionalmente. Não havia o que e nem como regular, dado o nível das dificuldades encontradas.

Na verdade, o MS se deparou com uma situação muito caótica, o que não poderia ser diferente, dado que após a publicação da Portaria, não houve alterações que pudessem impactar positivamente o funcionamento dos quatro serviços. Além disso, de acordo com as diretrizes do programa, caberia ao MS por meio do DERAC prestar apoio, sobretudo financeiro, aos estados e municípios nesse processo de organização e regulação do acesso.

Ao se deparar com essa problemática, o DERAC no lugar de investir no suporte aos serviços e cobrar comprometimento e responsabilidades aos estados na organização e oferta da assistência, preferiu desistir de implementar a regulação nacional do acesso e delegar aos estados a competência de organizarem sozinhos a oferta dos serviços. Assim, as providências cabíveis tomadas pelo DERAC/SAS/MS diante da difícil situação constatada foi publicar a Portaria n. 807 de 21 de março de 2017 se desresponsabilizando completamente dessa competência, que até então lhe cabia:

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º – O art. 12 da Portaria nº 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 21 de novembro de 2013, Seção 1, página 25, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 – O acesso aos procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria, quando houver ausência ou insuficiência do recurso assistencial no Estado de origem, deve ser objeto de pactuação entre os estados solicitantes e executantes, submetidos à regulação de seus respectivos gestores de saúde”. (NR)

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI (BRASIL: PORTARIA 807/2017).

Ou seja, por aquele ato, além de não contar mais com a possibilidade de regulação nacional, perdeu-se também a possibilidade de se ter uma coordenação nacional de um processo que sempre foi muito difícil. Se os estados já não faziam nenhum esforço para habilitar e organizar a política antes dessa Portaria, o receio dos sujeitos que atuam nesse campo é que com essa delegação do MS, os estados se sintam mais autorizados a nada fazerem, pois se esvai uma possibilidade de pressão política.

Dessa forma, não é exagero sustentar que a Portaria n. 2803/18 não representou ganhos significativos para os quatro primeiros hospitais habilitados. Os dilemas por eles enfrentados permaneceram e até se adensaram porque a publicação das novas diretrizes redundou numa maior expectativa de acesso a novos procedimentos pelo/as usuários/a (tais como as próteses mamárias, a hormonização, a mamoplastia, a histerectomia...). Como não houve estruturação da rede assistencial na maioria dos estados, estas instituições que já se encontravam com uma grande demanda reprimida e com uma baixa resolutividade, se depararam com um nível maior de pressão.

Houve, de fato, a partir de 2013, uma busca maior por parte de estados e municípios por habilitações de serviços ambulatoriais, o que significou uma ampliação dessa modalidade assistencial. Como só houve o acréscimo de uma nova unidade hospitalar, que foi o Hospital de Clínicas da UFPE, o escoamento das demandas cirúrgicas não aconteceu, provocando o seu represamento e uma maior pressão sobre os hospitais, que já tinham dificuldades para dar resolutividades as suas demandas originárias.

Além disso, o aumento das habilitações de unidades ambulatoriais, apesar de se constituir medida importante e necessária, não significou a implementação da integralidade do cuidado e a superação da perspectiva da centralidade médico cirúrgica do cuidado³.

A tendência de aumento no quantitativo de ambulatorios específicos para as demandas de saúde das travestis e transexuais no país após a publicação da Portaria n. 2083/13, significou a expansão de possibilidades assistenciais que não mais se limitavam meta cirúrgica

3 Cabe lembrar que não é meu objetivo nesta tese fazer uma análise minuciosa da assistência ambulatorial no âmbito do processo transexualizador, embora reconheça que haja necessidade de pesquisas nesse tema. Meu objetivo aqui é tão somente apontar um desdobramento importante da Portaria n. 2803/13.

e criou alternativas de acesso a cuidados para além das cinco unidades especializadas. Nelas o foco maior sempre foram as cirurgias, no entanto, a organização e divulgação dessas informações por parte do MS ainda se dá de forma muito descontínua e incipiente.

Metodologia

Esse artigo é fruto de uma dupla experiência de pesquisa. Talvez pudéssemos qualificá-lo como fruto de uma experiência de pesquisa-ação envolvendo 10 anos de trabalho em equipe no processo transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro e, atravessando essa experiência de trabalho, também se deu a realização do doutoramento da coordenadora da equipe de assistentes sociais do programa.

Assim, a pesquisa de campo de onde se originou essas reflexões são oriundas tanto do trabalho interventivo realizado em conjunto com residentes, estagiários de serviço social e profissionais de diversas outras áreas e instâncias, inclusive da gestão, como também advém do campo de pesquisa para a produção da tese de doutorado da coordenadora ambulatorial do programa. É essa hibridéz que justifica que a escrita desse estudo tenha sido feita em coautoria com outros profissionais que participam dessas reflexões.

Considerando esses apontamentos, para a consecução dessas reflexões partiu-se tanto das observações e intervenções junto aos gestores da política em âmbito nacional em função do trabalho realizado dentro do programa, quanto de um caminho mais sistematizado de pesquisa de campo em função das exigências da tese.

No que tange a realização da pesquisa de campo mais sistematizada em função da tese de doutorado, foi realizado de um amplo levantamento bibliográfico acerca do marco regulatório e teórico do processo transexualizador e também foram realizadas leituras relacionadas ao campo da saúde coletiva e das ciências sociais, que se detiveram sobre os processos de reforma sanitária, contrarreforma do Estado, neoliberalismo, formação social brasileira, gestão em saúde, federalismo, gênero e diversidade de gênero.

Tal levantamento se deu por meio de pesquisa bibliográfica de livros, artigos em periódicos, monografias de conclusão de curso, dissertações e teses tendo ocorrido por meio da busca em bibliotecas

e também por acesso eletrônico, sobretudo nas bases bibliográficas SCIELO e CAPES Periódicos.

A pesquisa empírica da tese foi realizada em cinco estados onde há unidades de atenção especializada do processo Transsexualizador, além de Brasília, em função da visita ao Ministério da Saúde. A aproximação se inspirou na abordagem etnográfica⁴ e foi realizada através de visitas a esses serviços, realização de entrevistas semiestruturadas exploratórias, observação e registro em diário de campo, bem como de pesquisa documental e de registros de dados sobre a trajetória desses serviços. Na condução desses procedimentos, tomei por base as orientações de GIL (2008) e TOBAR & YALOUR (2001).

A sistematização e análise de todo o material coletado foi orientada pela preocupação em dialogar com autores/as das ciências sociais, saúde coletiva e serviço social que tem incidência crítica nas áreas de estudos de gênero, direitos sexuais e política de saúde. Após a coleta de dados, as informações foram avaliadas e sistematizadas de acordo com os objetivos do estudo, as categorias empíricas e as peculiaridades trazidas pela experiência constituída com os/as participantes à luz do referencial teórico já reivindicado.

Foi realizada pesquisa documental, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo (observação/entrevista) envolvendo o MS e os cinco estados onde há unidades hospitalares/ambulatoriais habilitadas no processo transexualizador entre 2008/2014.

Resultados e discussão

Constatou-se que tem havido um expressivo crescimento de ambulatorios de atendimento às pessoas travestis e transexuais em todo o país, no entanto, esse crescimento tem se dado, notadamente, por iniciativas de universidades, ONG's, movimentos sociais, órgãos de defesa dos direitos humanos, tendo como características a precarização e a desarticulação em relação a rede assistencial de saúde local/estadual, expressando tanto a ausência de coordenação nacional como o desinteresse das gestões subnacionais com essa assistência. Apesar dos esforços empreendidos por alguns departamentos do MS, notadamente o SGEP/DAGEP na condução da estruturação do

4 Cf.: Carmem Lúcia Guimarães de Mattos, 2011.

programa, não houve medidas efetivas e sistemáticas envolvendo a coordenação nacional do Programa e menos ainda, às relacionadas ao financiamento e à adesão das gestões estaduais e municipais na organização da assistência.

É preciso lembrar que o processo transexualizador não está fora do SUS, e, portanto, é alvo das mesmas ações de desestruturação, desfinanciamento e deslegitimação porque passa a política de saúde desde as suas origens, sendo a expressão da crise estrutural capitalista, que desde os anos 70/80 vem orientando as respostas do Estado em sua busca por pavimentar as formas e estratégias de extração de mais valor em favor do capital. Assim, a afirmação do processo transexualizador a partir do empenho para a sua implementação, incluindo aí a viabilização financeira e política para o seu espraiamento nos estados e municípios, não era algo que se pudesse esperar no contexto em que essa institucionalização se deu.

Tem sido esse contexto que ajuda a compreensão acerca do porquê o Estado negou por tanto tempo a oferta de assistência às pessoas trans e porque, quando o fez, essa efetivação se deu de maneira precária e acentuadamente voltada ao atendimento de uma determinação judicial, não sendo acompanhada por um processo efetivo da estruturação da assistência, desconsiderando a própria arquitetura do SUS, que à essa época, já havia sofrido intensos processos de negação de seus princípios e diretrizes.

A luta pela ampliação da assistência no âmbito do processo transexualizador será inócua se não for acompanhada por estratégias e ações concretas de revitalização e fortalecimento do SUS, numa perspectiva anticapitalista, antirracista, antiLGBTfóbica e emancipatória⁵.

Pode-se dizer que os desafios do processo transexualizador são os desafios do SUS, sobretudo na perspectiva do reconhecimento de que o conjunto de normativas, princípios e diretrizes, apesar de importantes, não são suficientes para a efetivação dessa política, havendo

5 O que parece utopia, tem se materializado em experiências concretas nas mais variadas regiões do país, onde se encontra pólos de resistência organizados em torno de coletivos, de fóruns em defesa da saúde, numa perspectiva anticapitalista, que tem tido ações concretas em defesa do SUS, bem como são crescentes as organizações de grupos LGBTs anticapitalistas, que tem tencionado a constituição da política. A onda conservadora que atravessa a realidade atual pode ser uma resposta a sinalizar o potencial que esses grupos anticapitalistas têm.

necessidade de construção coletiva de espaços de luta em defesa do SUS, para além das normativas.

Considerações finais

Assim, a aposta no envolvimento dos/as gestores/as, do movimento social e de profissionais que prestam a assistência, inclusive na atenção primária, pode ser uma possibilidade de deslocamento desse poder incrustado nas unidades de atenção especializada em direção a uma outra possibilidade de assistência e aí, será imprescindível lutar pelo fortalecimento e revitalização do SUS como um todo e por seu enraizamento por dentro das instâncias de controle social local, tendo em vista que o envolvimento da atenção primária na assistência, que até então, só estava garantido nas normativas, precisa ser pensado politicamente e sob perspectivas diversas.

Dessa forma, além da necessidade da criação de estratégias políticas locais para garantir o atendimento digno e qualificado na atenção primária, será necessário pensar qual a melhor forma de fazer isso. Durante a pesquisa de campo foi possível perceber o organização de diferentes formas de atendimento nesse nível hierárquico da assistência, desde a estruturação de ambulatorios especificamente voltados para as pessoas trans, até a disponibilização de uma linha de cuidados exclusiva às pessoas trans dentro das unidades básicas de saúde destinadas à população em geral.

No primeiro caso, constatou-se o aumento progressivo de ambulatorios específicos organizados, em geral por pressão do movimento social com a adesão de universidades, das secretarias de direitos humanos, das secretarias municipais e estaduais de saúde, alguns deles constituídos de maneira precária e isolada, desarticulados da rede de saúde. Outros deles, foram mais bem estruturados e habilitados pelo MS, tendo suas consultas e procedimentos ambulatoriais ressarcidos pelo SUS.

No caso dos ambulatorios específicos, persistem algumas preocupações. A primeira delas diz respeito ao receio de que essas unidades se tornem uma espécie de “gueto assistencial”, embora, se reconheça que elas constituem uma alternativa de atendimento mais respeitosa e acolhedora. Todas as iniciativas que têm sido vislumbradas em busca da estruturação da assistência às pessoas trans na atenção primária, compreendida como a porta de entrada no SUS, colidem com

os desafios impostos pelo movimento da acumulação do capital e seus rebatimentos na forma como o Estado media as tensões entre as necessidades de acumulação e as demandas por maior presença do poder público, no atendimento às necessidades daqueles que produzem coletivamente a riqueza.

O desafio nesse caso é então: como enfrentar o processo do desfinanciamento, sobretudo a partir do contingenciamento dos gastos com as políticas públicas, o denominado “teto dos gastos” imposto pelo governo Temer em 2016, com fins de redirecionar o fundo público, patrimônio dos/as trabalhadores/as, para o pagamento da dívida pública e acumulação capitalista? Aquela medida acentuou as já severas e conhecidas restrições na oferta dos serviços de saúde, notadamente a partir da revisão da forma de financiamento do SUS e as consequentes alterações na PNAB, instituída também no governo Temer. São desafios muito potentes que a sociedade precisará encontrar formas de respostas, inclusive para que seja possível enfrentar os óbices à oferta de procedimentos cirúrgicos.

Na medida em que a oferta de assistência na atenção primária, mesmo que de maneira precarizada, aumente, aumentará concomitantemente a pressão por realização de cirurgias, o que demandará respostas da alta complexidade. Esse é um outro desafio que precisará ser enfrentado.

Tendo em vista a ausência de coordenação nacional em relação a qualquer política de saúde promovida pelo atual Governo Federal, caberá aos estados mediante pressão política dos movimentos sociais e demais sujeitos implicados com a questão, buscar solução para o baixo número de realização de cirurgias, a diminuta oferta de unidades especializadas na modalidade cirúrgica e as intermináveis filas de espera pelos procedimentos de alta complexidade.

Referências

ALMEIDA, G. S.; SANTOS, M. C. B. **De baixo para cima: questões e perspectivas sobre a expansão do processo transexualizador no Brasil.** 3ª RAS: saúde, movimentos sociais e direitos. No Prelo.

BRASIL. LEI ORGÂNICA DA SAÚDE n.8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA N.2.836 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 2011. Seção 1 n.231, p.37. Institui, no âmbito do SUS (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013**. Redefine e amplia o processo transexualizador no SUS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

CAMPOS Gastão W.S. Modelos Assistenciais e Unidades Básicas de Saúde: Elementos para Debate. In: Campos GWS. **Planejamento sem normas**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC; 1994. p. 53-60.

FERTONANI, Hosana. P.; Pires, Denise. E. P. de.; Biff, Daiana.; Scherer, Magda. D. dos A. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. Temas Livres. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(6):1869-1878, 2015.

MATTOS, Carmem L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

MENDES, A.; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER SOCIAL – ESTADO, DEMOCRACIA E SAÚDE. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260/25136

SANTOS, Marcia. C. B; ALMEIDA, Guilherme. S; GEBRATH, Zélia. L; PRESTES, Elisa. T. Processo Transexualizador no SUS: um campo político e de práticas em construção. In: UZIEL, Ana Paula; GUILHON, Flávio (org). In: Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2017.

PRIORIDADES E VULNERABILIDADES: NOTAS ETNOGRÁFICAS PARA UM DEBATE SOBRE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

Margareth Cristina de Almeida Gomes

Professora adjunta: doutora em Saúde Coletiva, UFRJ-RJ, margareth.gomes27@gmail.com

Resumo

A noção de equidade foi estabelecida como um dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS) e ganhou relativa visibilidade institucional no âmbito das chamadas Políticas de Promoção da Equidade em Saúde. A despeito de sua institucionalização, a equidade enquanto categoria-chave nas políticas sociais sofreu um gradual esvaziamento nos últimos cinco anos, devido às diferentes guinadas políticas e agendas ético-morais dos contrastantes governos. Neste contexto, o presente artigo propõe reflexões em torno das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde implementadas pelo Ministério da Saúde e voltadas para segmentos populacionais vulneráveis. Foram identificados dois aspectos fundamentais para a continuidade destas políticas no setor saúde: a gestão participativa e a transversalidade. Tais reflexões foram subsidiadas por diversas fontes documentais, quais sejam, registros etnográficos de pesquisa acadêmica, materiais de mídias virtuais e normativos do Ministério da Saúde. À luz de referencial socioantropológico, os resultados sinalizaram um processo de “desidratação” destas políticas, motivado pela desmobilização da participação social e crise econômica do país. Ademais, este processo expôs tensões entre os sentidos formal e material do princípio de igualdade, tensões estas que acentuam fricções entre a operacionalização da igualdade e da equidade. Por fim, é possível compreender os grandes desafios impostos às Políticas de Promoção da Equidade

em Saúde, no que diz respeito à efetivação dos direitos à saúde das populações vulneráveis.

Palavras-chave: equidade; populações vulneráveis; saúde coletiva.

Introdução

Com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado e a saúde tornou-se um direito dos cidadãos e um dever do Estado brasileiro. Nas bases normativas do SUS, foram estabelecidos princípios organizativos e doutrinários, que dialogam com o campo dos direitos sociais e que buscam fundamentar as orientações para a implementação das ações em saúde. No conjunto de princípios doutrinários, ou seja, aqueles que representam os valores e as concepções do Sistema, figura a equidade.

Comumente conhecida como o exercício de “tratar ‘os diferentes’ de forma diferente”, a noção de equidade coteja os “diferentes” e a “diferença”, tudo aquilo que pode ser considerado distinto em relação ao conjunto populacional mais amplo. Consistiria em diferenças que são “inaceitáveis e injustas¹” (STARFIELD, 2001, p. 546). Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a equidade em saúde corresponderia às formas de “minimizar disparidades evitáveis em saúde e seus determinantes²” (OMS, 1998, p.2). No plano conceitual, a equidade pode ser definida como “a ausência de diferenças sistemáticas em um ou mais aspectos do estado de saúde em populações socialmente, demograficamente ou geograficamente definidas ou subgrupos populacionais³” (STARFIELD, 2001, p.546).

A operacionalização deste conceito demanda, de certa forma, que pensemos em meios de se colocar a equidade “em movimento”, meios para implementar a ideia na prática. Neste sentido, a promoção da equidade dependeria mais dos atores sociais e seus poderes do que dos horizontes conceituais (CAMPOS, 2006).

Sob a perspectiva de diferentes atores presentes, à época no Ministério da Saúde (MS), destacaram-se as “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” com o objetivo de “reduzir as desigualdades

1 Tradução livre do inglês “*unfair and unjust*”.

2 Tradução livre do inglês “*minimizing avoidable disparities in health and its determinants*”.

3 Tradução livre do inglês “*equity in health is the absence of systematic differences in one or more aspects of health status across socially, demographically, or geographically defined populations or population subgroups*”.

sociais” (BRASIL, 2013, p.6). Foram consideradas um desafio para a gestão e propostas para

diminuir as vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão mais expostos, e que resultam de determinantes sociais da saúde como os níveis de escolaridade e de renda, as condições de habitação, acesso à água e saneamento, à segurança alimentar e nutricional, a participação da política local, os conflitos interculturais e preconceitos como racismo, as homofobias e o machismo, entre outros (BRASIL, 2013, p.6, grifo da autora)

As referidas políticas focalizam na redução, conforme o trecho em destaque, das *“vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão mais expostos e que resultam de determinantes sociais da saúde”* (Idem, *ibidem*). Ainda que os alargados – talvez ousados – objetivos destas Políticas fossem propostos no setor saúde e intencionassem alcançar determinantes sociais que dependem de atuação intersectorial, correspondiam aos anseios dos agentes sociais presentes no MS e ganhavam gradativamente visibilidade institucional.

A despeito de sua institucionalização, a equidade enquanto categoria-chave nas políticas sociais sofreu um gradual esvaziamento nos últimos cinco anos, devido às diferentes guinadas políticas e agendas ético-morais dos contrastantes governos, argumento que se reforça quando evocamos o sentido discricionário de “aplicação de normas sociais, morais ou científicas” (CAMPOS, 2006, p.25) dos atores sociais que operacionalizam a equidade por meio das políticas públicas.

Neste contexto, o presente artigo propõe reflexões em torno das “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” implementadas pelo MS e voltadas para segmentos populacionais vulneráveis, a partir de diversas fontes documentais detalhadas a seguir.

Metodologia

Para empreender a presente análise foram utilizadas as seguintes fontes documentais: registros etnográficos oriundos de pesquisa acadêmica, materiais de mídias virtuais e normativos do MS. A ideia de refletir sobre documentos aconteceu atrelada à análise de registros anteriormente obtidos por observação participante durante interações

de trabalho, que compuseram um retrato mais amplo denominado “etnografia consultora” (GOMES, 2017).

A aposta nos documentos como meios de compreensão de uma iniciativa política fundamentou-se nas proposições de Freire (2020), que afirma o caráter dos documentos não como retratos que descrevem uma realidade, mas como dispositivos que ativam situações com o poder de conferir-lhes um estatuto de verdade. Além de um modo de valorização epistemológica, essa aposta poderia funcionar como um exercício de restauração da visibilidade destes documentos e uma estratégia para apreensão sobre as formas pelas quais documentos “constituem, hierarquizam, separam e relacionam pessoas” (FERREIRA & LOWENKRON, 2020, p.22).

Foi analisado o documento relacionado às denominadas “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”, publicação realizada pelo até então denominado Departamento de Apoio Gestão Participativa (DAGEP) da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) em 2013 (BRASIL, 2013). Também foram analisados os principais documentos normativos do MS relacionados às Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (BRASIL, 2004; 2009a; 2009b, 2011a; 2011b; 2011c; 2011d; 2011e; 2012). Outros materiais de mídias virtuais analisados consistiram em publicações disponibilizadas no sítio oficial das Políticas de Promoção da Equidade⁴ entre os anos de 2016 e 2020, de modo a observar possíveis diferenças na forma de tratar a “equidade” como “categoria-chave” em políticas sociais por parte do governo brasileiro. Neste sentido, foi utilizado o descritor “equidade” presente no rol de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)⁵, como forma de facilitar o escrutínio de documentos e compreender os usos desta categoria nas políticas formuladas pelo MS, em diálogo com os horizontes conceituais expostos em periódicos indexados em bases de dados legitimadas no campo da

Saúde. Ainda que o objetivo central fosse alcançar os sentidos da equidade “em movimento”, os horizontes conceituais trouxeram fundamentação para as análises empreendidas, possibilitando identificar as transformações semânticas e refletir sobre políticas de equidade.

4 O sítio oficial pode ser acessado em: <https://aps.saude.gov.br/ape/equidade>.

5 O sítio para efetuar buscas no DeCS é: <https://decs.bvsalud.org/>

Referencial teórico

Os referenciais teóricos adotados para amparar as análises realizadas nesta pesquisa pertencem ao campo da Saúde e da Antropologia Social. Foram utilizados durante todo o curso de leitura dos documentos, de modo a informar o olhar da pesquisadora sobre os temas da equidade, políticas públicas de saúde e segmentos populacionais vulneráveis.

A partir da noção de equidade como categoria-chave útil para análise de políticas sociais que tematizem as diferenças, inspiradas pelas proposições de Starfield (2001) e Campos (2006) previamente mencionadas, as reflexões aqui realizadas foram orientadas para a observação de diferentes usos desta noção, considerando como pano de fundo as discussões sobre os dilemas da universalização e da focalização, e sobre os riscos de fragmentação que a oposição entre universalidade e particularidade ocasiona (COHN, 2005).

Observar os diferentes usos implicou em reparar as mudanças de temas na agenda decisória do Estado, sob a compreensão proposta por Mattos & Baptista (2015), de que o Estado funcionaria como um mediador dos interesses sociais e, ao mesmo tempo, cenário de modificações conforme horizontes políticos que vigoram em determinada época.

O referencial teórico-metodológico a embasar esta pesquisa, explorado na seção sobre “Metodologia”, foram as reflexões de Gomes (2017), Freire (2020), Ferreira & Lowerkron (2020) e Vianna (2014), e sustentaram o desenvolvimento de uma “etnografia consultora” e uma etnografia de documentos. Os documentos funcionaram como dispositivo de registro de aspectos relevantes, de tudo aquilo que importou, para a implantação das “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”.

A fundamentação das análises sobre os achados de pesquisa após leitura dos documentos residiu nas proposições de “Estado como promotor de iniquidades” de Almeida Filho (2020); de “políticas de cidadania” como estratégia política para lançar mão da equação de cuidado e cidadania na tematização da equidade, de Gomes (2017); de “gestão participativa” como dispositivo estratégico para o desenvolvimento da equidade em saúde de Costa & Lionço (2006); e da transversalidade como estratégia do trabalho em rede, de Siqueira *et al* (2017).

Resultados e discussão

Na seara dos debates sobre equidade, é frequente a evocação de termos como igualdade, diferença e universalidade. Em Saúde Coletiva, tais termos acompanham a história de constituição de respostas programáticas pelo Estado em relação às especificidades de saúde de certas populações (FAUSTINO, 2017). Embora não seja possível, tampouco seja o objetivo deste artigo, retomar o rico histórico de consolidação de cada uma das populações englobadas no conjunto da equidade na agenda pública do SUS, vale mencionar que a instituição política e programática dos campos de pesquisa sobre a saúde das populações compreendidas nas “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”, derivou de distintos processos de participação social, bem anteriores ao ano em que essas políticas foram publicadas. Essa menção se faz importante à medida que assume haver um amplo *background* histórico no qual culminaram mudanças de temas e reconfigurações na agenda decisória do Estado (MATTOS & BAPTISTA, 2015).

Para levantar documentos significativos para a compreensão de possíveis mudanças nos sentidos de equidade e encontrar convergências entre a estrutura do Estado e a proposição das “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”, o *website* do MS figurou como um cenário de relevante observação. Segundo informações disponibilizadas em sítio oficial, entre 2016 e 2020, houve a inclusão de cinco populações no conjunto destas políticas, como esboça a tabela a seguir:

Tabela 1 – Populações incluídas nas Políticas de Promoção da Equidade do Ministério da Saúde, nos últimos cinco anos.

PERÍODO	POPULAÇÕES ABARCADAS
2016	População negra, população do campo e da floresta, população LGBT, população em situação de rua, população cigana.
2020	População negra, população do campo, da floresta e das águas, população LGBT, população em situação de rua, povo cigano/romani, população imigrante, refugiada e apátrido, população privada de liberdade, povos indígenas, pessoas com albinismo, adolescentes em conflito com a lei em regime de internação e internação provisória.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Brasil (2020).

A constatação de um maior número de populações nas “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” em tempos recentes, por um lado, denota uma ampliação do escopo das políticas voltadas para a superação das vulnerabilidades de determinados segmentos populacionais. Em termos práticos, materializaria “o esforço realizado pelo governo federal para assegurar os direitos humanos e universalizar o acesso a bens e serviços aos grupos vulneráveis” (SIQUEIRA *et al*, 2017, p.1398). Isso pode ser atribuído ao fortalecimento da transversalidade como uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas (*Idem, ibidem*).

A transversalidade pode ser compreendida como uma “forma de organização da política pública que se contraponha à divisão burocrática departamental em ministérios e secretarias” (SIQUEIRA *et al*, 2017, p.1402). Muitas vezes entendida por seu implícito potencial de articulação de ações desenvolvidas, lançar mão da transversalidade implica em considerar que tanto mais bem sucedida será uma política quanto mais integrada entre diferentes instituições for. A implementação de uma política envolvendo diferentes órgãos como parceiros poderia aumentar as possibilidades de sucesso neste processo de implementação.

Por seu sentido de integração, é inegável a carga semântica contida na noção de transversalidade. Entretanto, o estabelecimento de prioridades transversais nas agendas do Ministério da Saúde relacionadas às particularidades em saúde de populações vulnerabilizadas depende de estruturas na instituição que nomeiem essas populações como alvo de políticas para que a transversalidade funcione como estratégia de trabalho em rede. E, para isso, se faz necessária a existência dos mesmos “ministérios e secretarias” ora tidos como “burocráticos”.

Mesmo sem obedecer em sua denominação à lógica de focalização de uma única população, a existência de estruturas institucionais representativas de um modo de gestão participativa possibilitou a concepção e a projeção de iniciativas baseadas em forte participação social (COSTA & LIONÇO, 2006), relacionadas com as populações do campo e floresta, população negra, população cigana, população LGBT e população em situação de rua (BRASIL, 2013). É possível afirmar que a formação de comitês sustentados por estruturas institucionais no MS responsáveis pela equidade em saúde, permitiu a expansão dos compromissos do setor saúde com ofertas voltadas aos segmentos

populacionais vulneráveis. Neste contexto, a gestão participativa operaria como estratégia para desenvolver a democracia participativa (COSTA & LIONÇO, 2006), justamente por estabelecer espaços formais de diálogo entre Estado e Sociedade Civil, dando passagem à transversalidade porém sem abrir mão das responsabilidades do setor.

A existência de uma estrutura voltada à gestão participativa fomentou, em larga medida, o estabelecimento de estratégias de articulação para efetivação de “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”, ainda que essa estrutura não fosse diretamente responsável pela execução de cada uma das políticas englobadas no conjunto da equidade. Um exemplo disso eram as ações voltadas para a população em situação de rua: embora essa população estivesse englobada no conjunto da equidade, capitaneado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), o Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) concentrava parte importante dos esforços de implementação das ofertas em saúde, como o Consultório na Rua, instituído pela Política Nacional de Atenção Básica em 2011 (BRASIL, 2012), estando a coordenação da Política Nacional para a População em Situação de Rua a cargo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A forma mais comum de organização das articulações realizadas em prol de segmentos populacionais vulneráveis se deu pela instituição de comitês, como os Comitês Técnicos de Promoção da Equidade (COSTA & LIONÇO, 2006). Essas instâncias funcionavam como estruturas consultivas do MS, o que permitiu “um processo de *transversalidade* quanto aos modos de promover respostas sob forma de ações e estratégias para os estados e municípios” (*Idem, ibidem*, p.53, grifo da autora). Além de guardar relação com o diálogo entre Estado e Sociedade Civil, as estruturas de Comitês guardavam relação também com diretrizes do PPA, o que permite observar tais estruturas como reafirmação das prioridades técnicas e orçamentárias do setor saúde.

Aos Comitês, pode ser atribuído o potencial de serem espaços para a performatização de biolegitimidades (FASSIN *apud* MALUF, 2018), à medida em que funcionariam como um “dispositivo de produção de direitos e de acesso às políticas públicas que se articula com um contexto mais amplo de deslocamento do político, com ênfase nos processos de patologização, medicalização ou biologização das experiências sociais” (MALUF, 2018, p.9). Os Comitês não seriam,

portanto, apenas espaços de diálogo mas espaços de legitimação de novos sujeitos a serem contemplados pelas políticas públicas de saúde, de reconhecimento de certas experiências sociais como cerne de adoecimento.

Em função das diferentes guinadas políticas e agendas ético-morais dos contrastantes governos, os Comitês Técnicos e a SGEP findaram reformulados ou extintos a partir da publicação de atos normativos editados pelo Poder Executivo, culminando na desmobilização dos espaços de diálogo para a pactuação de interesses e responsabilidades no processo de Alusão ao Decreto nº 9795, de 17 de maio de 2019, e ao Decreto nº 9759, de 11 de abril de 2019.

É construção de políticas de saúde. Ao poder de fazer e desfazer políticas que representam a concretização do direito à saúde pode-se usar as metáforas da “hidratação e desidratação” das políticas. O metáfora implica na ideia de uma estrutura de Estado como malha de produção de “políticas de cidadania” (GOMES, 2017), ou seja, voltadas para o cuidado e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da cidadania.

Considerando a dissolução ou reconfiguração de estruturas que operam a transversalidade no MS, o fato aparentemente paradoxal de aumento de populações englobadas pelas “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” em tempos recentes, pode ser explicado pelo contorno de “exotização” que também atravessa os sentidos de equidade. Essas políticas passariam, então, a reconhecer não apenas populações vulnerabilizadas pelo Estado, mas que também contêm o potencial de mobilizar o senso ético-moral público, por apelos que remetam à ideia de serem “populações deixadas para trás” por sua condição *a priori* desigual (BRASIL, 2020).

As desigualdades econômicas e sociais podem ampliar as tensões entre os sentidos formal e material da igualdade, sentidos estes que permeiam a equidade enquanto princípio para a prática política. Tal assertiva abre precedentes para refletir sobre o Estado como promotor e implementador de desigualdades, conforme proposições de Almeida Filho (2020). Neste sentido, a estrutura de Estado atuaria como “agente social de transformação das inequidades em iniquidades” (ALMEIDA FILHO, 2020, p.7), operaria um ciclo incessante de fomento às iniquidades.

Considerações finais

À luz de referencial socioantropológico, este artigo propôs reflexões em torno das “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” (BRASIL, 2013) e voltadas para segmentos populacionais vulneráveis. Os resultados da pesquisa materializada neste artigo sinalizaram um processo de “desidratação” destas Políticas, motivado pela desmobilização da participação social e crise econômica do país a despeito do aumento do número de populações como segmentos englobados pelas chamadas “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” do MS.

Ademais, este processo expôs tensões entre os sentidos formal e material do princípio de igualdade, tensões estas que acentuam fricções entre a operacionalização da igualdade e da equidade. Por fim, é possível compreender os grandes desafios impostos às “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”, no que diz respeito à efetivação dos direitos à saúde das populações vulneráveis.

Em contextos de guinadas políticas disruptivas, as “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde” propostas no setor saúde sofreram efeitos marcantes em detrimento das paulatinas mudanças de governo acontecidas nos últimos cinco anos no Brasil. Isso se deveu, não apenas ao enfraquecimento da equidade como dispositivo de biolegitimidade (FASSIN *apud* MALUF, 2018), mas em função das reformulações da estrutura estatal que, até então, faziam refletir na agenda sobre equidade um espaço potente de participação social. Frente à “exotização” ou “desidratação” das políticas promotoras de equidade, é preciso considerar urgente mobilização política para reafirmar o Estado como dispositivo democrático comprometido com a proteção social (ALMEIDA FILHO, 2020), a fim de reaproximar Sociedade Civil e Estado e garantir o direito à saúde de todas as populações.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. Qualidade-equidade em saúde: novos desafios em um estado de mal-estar social. **Interface (Botucatu)**. 2020; 24: e200171. <https://doi.org/10.1590/Interface.200171>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vídeo “Saúde investe mais de R\$ 7 milhões para ampliar cuidados às pessoas com albinismo”, 2020. Página das Políticas de Promoção da Equidade. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/equidade> . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Políticas de promoção da equidade em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013

_____. Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (a). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/.../2009/Decreto/D7053.htm> . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), 2020. Página das Políticas de Promoção da Equidade. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/equidade> Acesso em: 01 de maio de 2021.

_____. Portaria n. 940, de 28 de abril de 2011 (a). Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/docs/portaria_940_cartao-SUS.pdf . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 992, de 13 de maio de 2009 (b). Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 1.678, de 13 de agosto de 2004. Cria Comitê Técnico para subsidiar o avanço da equidade na Atenção à Saúde da População Negra, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt1678_13_08_2004.html Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria nº 3071 de 27 de dezembro de 2012. Redefine a composição e as atribuições do Grupo da Terra no âmbito do Ministério

da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3071_27_12_2012.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (b). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 2.837, de 1º de dezembro de 2011 (c). Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2837_01_12_2011.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 2.866, de 2 de dezembro de 2011 (d). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Portaria n. 2.979 de 15 de abril de 2011 (e). Dispõe sobre a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para a qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para implementação e fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS), com foco na promoção da equidade em saúde, e para a implementação e fortalecimento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) e do Sistema de Planejamento do SUS. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2979_15_12_2011.html . Acesso em: 15 de abril de 2021.

COHN A. **O SUS e o Direito à Saúde:** universalização e focalização nas políticas de saúde. In: Lima NT, Gershman S, Edler FC, Suárez JM, (orgs). Saúde e Democracia: História e perspectivas do Sistema Único de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2005. p. 385-405.

COSTA, A.M.; LIONÇO, T. Democracia e Gestão Participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? **Saúde e Sociedade**. v.15, n.2, p.47-55, maio-ago 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 de abril de 2021.

FAUSTINO, D. M. A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3831-3840, Dec. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25292017>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. **Etnografia de Documentos**: pesquisas antropológicas entre papeis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: Editora e-Papers, 2020.

FREIRE, L. Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia. In: Cientistas sociais e o Coronavírus. GROSSI, M.P. & TONIOL, R. (orgs). 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

GOMES, M.C.A. **Corpos que “contam”**: uma etnografia sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2017. 247 f.

MALUF, S.W. Antropologias e políticas em contextos de crise: saudades do futuro. In: **Antropologias, saúde e contextos de crise**. Rosana Castro, Cíntia Engel, Raysa Martins (Orgs.). Brasília: Sobrescrita, 2018.198 p.

MATTOS, R; BAPTISTA, T.W.F (orgs). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

SIQUEIRA, S.A.V.; HOLLANDA, E.; J.I.J. MOTTA. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. Rev. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5):1397-1406, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n5/1397-1397/pt>. Acesso em: 15 de abril de 2021. VIANNA, A. Etnografando

documentos: uma etnógrafa em meio a processos judiciais. *In*: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE: O BINARISMO DE GÊNERO NA CONTEMPLAÇÃO DA DIVERSIDADE

Rodrigo Broilo

Mestrando do Curso de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, rbroilo@gmail.com;

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Professora orientadora: Pós-Doutora em Ciências Sociais, Centro de Educação e Humanidades - UERJ, helianaconde@uol.com.br.

Resumo

Nas últimas décadas o conceito de saúde expandiu-se para além da simples ausência de doenças, tornando-se uma relação equilibrada entre aspectos biológicos, psicológicos, sociais, de trabalho e renda, entre outros. Ampliou-se também a atenção à saúde, passando-se da simples assistência aos doentes, para abranger a prevenção de doenças e a promoção da saúde. Isso tudo na esteira do surgimento do conceito de Integralidade, que defende que o ser humano deve ser atendido em sua totalidade, respeitando suas características e necessidades, e que resultou em Políticas Nacionais de Saúde com foco integral para algumas populações específicas, entre elas aquelas caracterizadas por gêneros. Mas saúde tem gênero? E que gêneros são esses? Quem está contemplado nesses documentos? Na pesquisa de mestrado ao qual essa comunicação oral se refere, através de uma análise crítica do conteúdo documental de três políticas de Atenção Integral à Saúde que possuem recortes de gênero em seu escopo (a saber, de Mulheres, Homens e LGBTIs), com embasamento em estudos de gênero e da teoria *queer*, associada

a pesquisas bibliográficas já existentes sobre os temas, busca-se investigar como a multiplicidade de formas de se vivenciar os gêneros se relaciona com o direito à integralidade da saúde e os diferentes conceitos evocados pela temática de “políticas públicas de saúde”. Nesta comunicação oral, objetiva-se apresentar os primeiros resultados dessa pesquisa, em especial o histórico de construção de cada política, e as possibilidades de articulação com conceitos de biopoder e identidade que se seguirão na pesquisa.

Palavras-chave: Gênero, Políticas Públicas de Saúde, Integralidade, Teoria *Queer*.

Introdução

A comunicação oral ao qual este artigo se refere é parte da pesquisa que realizo desde 2020 no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esta pesquisa vem continuar o que eu já vinha efetuando desde minha entrada na graduação em Psicologia, onde meu foco eram especificamente as políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBTI¹. Neste novo momento da pesquisa amplio o olhar para focar em como o gênero aparece nas Políticas Nacionais de Saúde Integral que são definidas para populações específicas, especialmente aquelas marcadas por gênero, ou seja, no caso brasileiro, para mulheres, homens e LGBTIs. Parto do entendimento de políticas públicas como definido por Souza (2003, p. 13), como um instrumento no “qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (p. 13) e que serão revisitadas e controladas socialmente através dos conselhos e de conferências, e do conceito de saúde, não apenas como a ausência de doenças, mas como uma noção ampliada de bem-estar biopsicossocial, conforme preconizada na Constituição Federal (BRASIL, 1988). São, portanto, três as políticas objeto deste estudo.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) surge em 2004 (BRASIL, 2004), mas possui um histórico anterior ao próprio Sistema Único de Saúde (SUS), com seu antecessor, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), surgindo em 1984 (BRASIL, 1984). Anterior ao PAISM, a preocupação em saúde não era para com a mulher, mas para sua capacidade de gravidez e o êxito desta. Com o PAISM a saúde dessa mulher, ainda uma mulher para a maternidade, passa a ser o alvo. Vinte anos depois, com

1 Opto pelo uso da sigla LGBTI, apesar da sigla oficial brasileira ser LGBT, por ser a utilizada tanto pela *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA), como pela Organização dos Estados Americanos (OEA), mas também como forma de dar visibilidade também a população Intersexo, que tem suas demandas específicas em relação a gênero, sexualidade e direito ao próprio corpo, e que ainda é pouco visibilizada (FAUSTO-STERLING, 2002).

o PNAISM, temas como contracepção e violência também passam a ter maior visibilidade no documento (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009).

Em seguida, no ano de 2008, surge a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (BRASIL, 2008). Diferentemente da PNAISM, esta política não teve um programa ou política antecessora. Ela também não surge de demandas da população de homens, como ocorrera historicamente com as políticas para mulheres, mas de demandas das sociedades médicas, especialmente da Urologia. Após o fenômeno do Viagra na década de 90, começa-se a medicalização da saúde dos homens, culminando rapidamente na década seguinte no surgimento da PNAISH que busca abarcar tanto as questões da potencia e virilidade, quanto os reais e graves problemas da saúde de homens, como a falta de atenção com a saúde, a violência e os acidentes (HEMMI; BAPTISTA; REZENDE, 2020). A PNAISH surge em 2008 como “a primeira política de saúde da América Latina direcionada ao gênero masculino” (PEREIRA; KLEIN; MEYER, 2019, p. 133).

Já a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) surge em 2011 (BRASIL, 2013), na esteira da luta dos movimentos sociais pela integralidade da atenção de LGBTIs, que antes se viam limitados às políticas de prevenção, controle e tratamento de ISTs. No ano de 2004, surge o Programa Brasil sem Homofobia do governo federal, e com isso vão surgindo programas e planos para a criação da PNSILGBT (LAURENTINO, 2015).

Em 2017 é lançada a Portaria de Consolidação nº 2 (BRASIL, 2017) que consolida as políticas nacionais de saúde. As políticas objeto desse trabalho passam a integrar essa Portaria: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM (conforme original, em sua totalidade) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH (em formato de anexo da portaria), ambas na Seção III, de “Políticas voltadas à Saúde de segmentos populacionais”; e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – PNSILGBT (também em formato de anexo da portaria) na Seção IV, de “Políticas de Promoção da Equidade em Saúde”.

Neste sentido, minha pesquisa se orienta por algumas questões, desde as quais: saúde tem gênero? E que gêneros são esses? Quem está contemplado nesses documentos? Com o aporte de autores como Foucault (1999a, 1999b, 1999c, 2005, 2008a, 2008b, 2008c) associados a diferentes autores da teoria *queer* e das discussões sobre

identidade, busco elucidar como gênero, saúde e políticas públicas se conectam para a contemplação (ou não) da diversidade humana.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizo o conceito de Cartografia como definido por Félix Guattari e Giles Deleuze na obra “Mil Platôs”, de 1980, e que visa apresentar mais uma atitude (*ethos*) de pesquisa do que uma metodologia (*metá-hódos*). A metodologia consiste em um caminho (*hodos*) que é previamente determinado por objetivos (*metas*). Na cartografia o que se propõe é uma experimentação ou inversão onde é mais importante a atitude frente à pesquisa, mantendo sua precisão e seu rigor: “A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p. 11). À essa cartografia se une outro conceito de Deleuze e

Guattari, o rizoma, que tomado de empréstimo da botânica, se relaciona com as longas raízes e caules subterrâneos que se manifestam sem uma ordem definida ou prioritária, essencialmente polimórfica, se espalhando indistintamente. Assim também é a cartografia, se “espraiando” sobre o campo de pesquisa de forma a abranger o máximo possível, sem, contudo, hierarquizar ou preconizar nenhum ponto:

Neste mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem uma mesma entrada. São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de “o mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto, o rizoma não tem centro (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p. 10).

Para a realização dessa cartografia serão utilizadas diferentes ferramentas de análise a fim de intentar responder às perguntas, destacando entre elas a revisão bibliográfica, a análise documental e a análise crítica do discurso.

Resultados e discussão

A análise das políticas públicas que são alvo dessa pesquisa, passa por entender que quando associamos os termos Política Pública, Saúde e Gênero, são evocados muitos e variados conceitos e domínios que se articulam e produzem diferentes resultados.

Inicialmente, as discussões de Políticas Públicas fazem emergir conceitos de Estado, de Governo, mas também de biopoder, de biopolítica e de governamentalidade (FOUCAULT, 1999a, 2008b). O Estado não é um Outro-entidade, mas é uma relação não-monolítica de forças que se correlacionam e se entrecruzam, e resultam, entre suas consequências, que: “a sociedade política, além da sociedade civil, também se torna lugar da disputa por hegemonia” e “o funcionamento do Estado visa conservar o poder da classe dominante, mas também incorpora representantes da classe dominada” (LIMA, 2019, p. 147).

Surge aí também, referente às políticas públicas, conforme Muller e Birman (2016), o conceito foucaultiano de governamentalidade. Foucault vai definir a governamentalidade dentro de um processo histórico, que vai desde o surgimento de um poder pastoral na cristandade até o moderno poder de polícia. Nesse conceito há uma ideia de governo, condução e controle de determinadas pessoas, determinados corpos. Define-se que eles precisam ser conduzidos (ou orientados nessa condução) por um outrem que sabe o que é melhor para esse ou aquele indivíduo (FOUCAULT, 2008).

Uma política pública não é algo natural e universal, mas que se constrói em uma arena de disputa de poderes e saberes, de influências e demandas, sendo, no caso da saúde, atravessadas ainda por múltiplas concepções de saúde e dos sujeitos aos quais se destinam, que irá se expressar em um texto e um discurso (HEMMI; BAPTISTA; REZENDE, 2020). Sobre isso acrescenta-se que:

a construção política e a subjetivação são processos contínuos e indissociáveis, de modo que toda política ressoa e produz, ao mesmo tempo, processos de subjetivação e constituição de sujeitos, forjando e fomentando a expressão de modos específicos de vida. (MARTINS; MALAMUT, 2013, p. 435).

Assim que a Saúde vai evocar os conceitos de Integralidade, um dos pilares do Sistema Único de Saúde, além de noções de Atenção,

Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. A integralidade considera a pessoa em suas múltiplas necessidades, visando promover a saúde, prevenir doenças, tratar e reabilitar as já existentes, o que demanda a construção de uma rede dentro dessa saúde pública, envolvendo “os/as usuários/as, os/as profissionais, os/as gestores/as, as instituições, as leis, as doenças, os prédios, os objetos, as práticas, as pesquisas, que são atravessados por essa palavra (integral/integralidade)” (MEDEIROS; GUARESCHI, 2009, p. 32). Dessa forma, a saúde do indivíduo é percebida como uma totalidade, cuja dinâmica depende de diversos fatores e não apenas a ausência de doenças.

Ao associarmos as Políticas Públicas com a Saúde nos deparamos com a emergência do que Foucault chamou de uma biopolítica, que faz viver as populações (1999b, 2008a). As políticas vão definir quais são as condições e comportamentos que devem ser seguidos a fim de garantir a saúde de todos. É na dimensão da sexualidade, sobre o corpo, lugar privilegiado de controle e disciplinarização, que se darão essas políticas:

de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (e os famosos controles, por exemplo, da masturbação que foram exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, no meio escolar, etc., representam exatamente esse lado de controle disciplinar da sexualidade); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação (FOUCAULT, 2005, p. 300).

Nesse contexto, é fácil aproximar as políticas de saúde desses aparelhos do estado para disciplinar os corpos em sua saúde e o conduzir para determinados objetivos de comportamento (MULLER, BIRMAN, 2016). Sobre isso pode-se acrescentar que:

políticas públicas devem ser analisadas, também, como estratégias de regulação do corpo, da saúde, da sexualidade, da conjugalidade e do gênero, em meio a tantos outros artefatos culturais que se propõem a educar no interior da cultura contemporânea (PEREIRA; KLEIN; MEYER, 2019, p. 135).

Assim, cria-se uma norma, um jeito de ser homem, mulher ou LGBTI, que vai modulando verticalmente como esses devem se manter saudáveis, reforçando papéis de centralidade e empurrando para as bordas aqueles que resistem a medicalização e disciplinarização (MULLER, BIRMAN, 2016). E é dessa forma que o gênero, mesmo sendo um conceito de polissemico, fará parte desse rizoma de conceitos, pois colocará em pauta estereótipos, expectativas e padrões do que é esperado em termos de masculinidade e feminilidade, operando o binarismo de gênero já no discurso da política.

“O gênero é uma construção social sobreposta a um corpo sexuado. É uma forma primeira de significação de poder” (BRASIL, 2004, p. 12). Gênero sobreposto a um corpo, corpo esse sexuado. Assim é uma das formas como a PNAISM aborda o que é gênero. Está inscrito socialmente, tem relação com “atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser homem ou ser mulher” (BRASIL, 2004, p. 12), geram desigualdades, mas estão relacionadas a um corpo e a um sexo. Há nas políticas tanto para homens quanto para mulheres uma relação cisheteronormativa entre um sexo (notadamente uma genitália) presente num corpo interpretado como de determinado gênero e que exerce sua sexualidade de forma reprodutiva, a despeito de qualquer discussão de gênero como construção social, e isso inviabiliza que pessoas *trans* e travestis sejam incluídas, seja como homens ou mulheres nessas políticas, já que o que importa são os caracteres biológicos a serviço da reprodução.

Além disso, a perpetuação da visão de mulher como aquela destinada a maternidade e que, por isso, cuida melhor de si e dos outros, enquanto o homem, o ser bruto e invulnerável, dedica-se ao trabalho e ao sustento do lar, não tendo, portanto, tempo para a atenção com sua saúde, exceto em caso de emergência, não só é evidenciada na PNAISM e na PNAISH, como é reitada. Tornam-se a norma sob a qual se deve orientar a atenção a essas pessoas.

E os LGBTIs? Esses são os outros, empurrados às margens, a quem as políticas não apenas ainda patologizam como também excluem,

uma vez que, na divisão das políticas na Portaria de Consolidação n. 2 (BRASIL, 2017), não chegam a ser identificados como segmentos populacionais tal como mulheres e homens. Não são nem gente direito. Apesar dos avanços significativos nas políticas para LGBTIs, “o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 425). Isso porque, entre a intencionalidade de uma atenção integral das políticas e uma efetividade de atendimento, há uma série de pontuações e necessidades de melhorias. Lionço (2008) já apontava para a necessidade de um atendimento integral antes mesmo do lançamento da Política Nacional de

Saúde Integral LGBT, porém não apenas nesta política, mas em todo o sistema, visto que o mesmo está atravessado por preconceitos institucionais. Ainda assim, a população LGBTI continua atrelada, prioritariamente, ao processo transexualizador e ao combate e tratamento de ISTs e HIV/AIDS. Além disso, as políticas são baseadas em um modelo de identidades que não são suficientes (LIONÇO, 2008) e que geram novas zonas de exclusão, uma vez que alguém sempre fica de fora das classificações existentes⁴. Muito se discute sobre como pensar uma política que contemple toda a diversidade da população LGBT sem esbarrar nos binarismos, especialmente os referentes à hegemonia de homens sobre mulheres, *cis* sobre *trans* e heterossexuais sobre homo e bissexuais (BROILO; AKERMAN, 2015).

Considerações finais

Há diversas outras considerações que a pesquisa, ainda em curso, tem identificado nos documentos e na literatura referente. Entre elas, podemos citar a violência, que não foi abordada neste trabalho em específico. Reitero que não tenho a intenção nesta pesquisa de esgotar o assunto, mas incorporar ao referencial teórico dessas políticas, com vistas ao advento de novas formas de garantia e atenção a uma saúde integral sem binarismos e sem uma norma cisheterossexual.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BRASIL. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases de ação programática. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984. (Série B – Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2020.

Além disso, há o constante surgimento de novas formas de identificação e performatividade das orientações sexuais e do gênero, especialmente entre os movimentos sociais e nas redes, e que ficam invisibilizadas nas políticas até que sejam reconhecidas como identidades e incluídas. Um exemplo disso é a constante mudança e a variedade de formas como a sigla para LGBTIs pode ser usada (com ou sem menção para identidades QA+).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 26 de novembro de 2020.

_____. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 82 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2020.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: 2008, pp. 40. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de

Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp., 2013, pp. 36. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2020.

_____. **PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**: Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 16 de novembro de 2020.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. Políticas Públicas de Saúde para a População LGBT no Brasil: Identidades sexuais e novas zonas de exclusão. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, UFBA, 2015, volume 1, n.º 1, p. 232 – 250. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13571/11004>. Acesso em 28 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13571>.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu**, 2001/02: (17/18), p. 9- Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1999a, 5ª edição.

_____. **História da Sexualidade I: Vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1999b, 13ª edição.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999c, 20ª edição.

_____. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 1ª edição, 4ª tiragem.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, 1ª edição.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b, 1ª edição.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c, 7ª edição, 3ª reimpressão.

HEMMI, Ana Paula Azevedo; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria; REZENDE, Mônica de. O processo de construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. v. 30, n. 03, e300321. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300321>>. Acesso em 11 de janeiro 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300321>.

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas públicas de saúde para população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.– Rio de Janeiro, 2015. 92 f. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12194>. Acesso em 23 de janeiro de 2021.

LIMA, Junior Cesar França (org.). **Dicionário de Empresas, Grupos Econômicos e Financeirização na Saúde.** São Paulo: Hucitec, 2019, 2ª edição.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. Junho 2008. Vol. 17, nº 2, p. 11-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso>. 28 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>.

MARTINS, Alberto Mesaque; MALAMUT, Bernardo Salles. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p.429-440, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2013.v22n2/429-440/pt>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

MEDEIROS, Patricia Flores de; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 31-48, Apr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100003>.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, Dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>.

MULLER, Rita Flores; BIRMAN, Joel. Negociando saberes e poderes: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e a Sociedade Brasileira de Urologia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 703-717, Sept. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000300703&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000300703>.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da; (org.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PEREIRA, Jamile; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann. PNAISH: uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero. **Saude soc.**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 132-146, June 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de janeiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019170836>.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador. Vol. 16, nº 39, p. 11-24. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

INTERDIÇÕES ÀS MULHERES IRANIANAS NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL: DE *OFFSIDE* A *BLUE GIRL*

Francielle Pereira Santos

Mestra em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - MG, franpereiras@email.com;

Mariana Cristina Borges Novais

Doutoranda em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - MG, maribnovais@hotmail.com;

Juliana de Andrade Vitral

Graduanda em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - MG, juliana.vitral@gmail.com;

Ludmila Mourão

Professora Orientadora Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho - RJ, mouraoln@gmail.com

Resumo

Por todo o mundo ao longo da história, estão presentes proibições inculcadas às mulheres, seja de forma legal ou apenas discursiva, no que tange à sua liberdade de acesso e ocupação de determinados espaços. No Irã, as mulheres foram impedidas de assistirem a partidas de futebol nos estádio por cerca de 40 anos, porém, não significa que não o fizessem mediante estratégias de resistência tomadas por elas, mesmo diante dos riscos, como o famoso caso da ativista conhecida como *Blue Girl*. O filme *Offside* relata o cenário exposto e possibilita análises profícuas sobre as relações de poder estabelecidas no terreno esportivo, sobretudo no futebol. O estudo tem por objetivo

discutir sobre as interdições e os modos de (não) participação das mulheres iranianas em estádios de futebol. Os materiais de análise foram o filme *Offside* aliado a fontes documentais, como notícias e produções acadêmicas, tratados sob os preceitos da Análise de Conteúdo. Os resultados elucidam os modos de resistências das mulheres diante das proibições e apontam um crescente fortalecimento de movimentos feministas que vêm possibilitando a gradativa subversão da matriz cisheteronormativa dentro do esporte que, enquanto fenômeno sociocultural, reverbera nos mais diversos âmbitos em que se transcorrem as relações sociais e de gênero.

Palavras-chave: Mulheres, Torcer, Futebol, Feminismo, Gênero.

Introdução

A pandemia de COVID-19 tem desvelado as desigualdades latentes (ESTRELA et al, 2020) que se instauram na sociedade de modo interseccional: se manifestam e perpassam marcadores culturais e sociais de diferenças - como classe, gênero, sexualidade e raça - de forma articulada (DORNELLES; POCAHY, 2014). Dados da ONU Mulheres (2020) apontam efeitos devastadores para mulheres e meninas indicando a possibilidade de regressão nas conquistas envolvendo direitos das mulheres e equidade de gênero (BARBOSA et al, 2020). O aumento significativo nos índices de violência contra mulheres e meninas neste período explicita a necessidade de atenção para as problemáticas que envolvem as questões de gêneros nos mais variados processos. Isso inclui reconhecer as várias formas de opressão feminina e suas vulnerabilidades agregadas através de uma lente ampliada e historicizada, para então empreender análises como as propostas no presente trabalho, que se fundamentam em pressupostos feministas e pós-estruturalistas (BENTO, 2011; AGUILAR, GONÇALVES, 2017).

Problemas como o da violência, dos direitos civis, reprodutivos e, portanto, sobre o próprio corpo são ainda presentes na vida da maioria das mulheres. Escrita há algumas décadas, mas carregada de atualidade, a passagem abaixo nos provoca a pensarmos sobre isso:

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. (HOOKS, 2020, p.15)

É isso, em essência, que o movimento feminista almeja: “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2020, p.13). Entretanto, nossos corpos se encontram ainda engendrados em relações sociais de poder, que os formam e conformam, tornando-os inteligíveis culturalmente a partir de processos de subjetivação sutis, contínuos e fluidos. Discursos de gênero operam performativamente por meio de normas e padrões que naturalizam determinados comportamentos e expressões de feminilidades e masculinidades

“adequadas” e “permitidas” culturalmente (BUTLER, 2000), como o que vestir, o que dizer e como o fazer, onde ir, qual esporte praticar e/ou como se divertir.

Frequentar os estádios de futebol enquanto torcedoras¹, por exemplo, é uma possibilidade de divertimento cada vez mais comum entre as mulheres (COSTA, 2007). Segundo a mesma autora, “A mulher como-ser-que-torce vem se configurando em um perfil feminino cada vez mais comum, perfil que se manifesta por diferentes meios que vão desde as arquibancadas até os espaços virtuais da Internet” (COSTA, 2007, p. 1). Porém, é possível identificar uma gama de obstáculos colocados à inserção e principalmente à legitimação das mulheres em um espaço considerado como homosocial (KNIJNIK, 2010) e onde o que se preconiza no ato de torcer são os “atributos masculinos de potência, virilidade” (TOLEDO, 1996, p. 55) através dos gestos, rituais e vocabulário.

Essa temática foi pauta de um filme dirigido pelo iraniano Jafar Panahi. *Offside* (traduzido para o português como “Fora do Jogo”) trata da proibição imputada às mulheres do Irã de acompanhar partidas de futebol in loco desde a assinatura de um decreto no ano de 1981 (MARRA, 2017). Por meio da história de um grupo de mulheres detido ao tentar entrar no estádio em que ocorria jogo decisivo entre Irã e Bahrain, pelas eliminatórias da Copa do Mundo 2006, o filme ilustra a ação do fundamentalismo religioso que é legitimizado pela legislação iraniana (HOODFAR; SADR, 2019). Não obstante, a produção revela também que à época elas já empreendiam estratégias de resistência na medida em se disfarçavam de homens² para conseguir o acesso aos estádios de futebol mesmo diante dos riscos conhecidos, como um julgamento criminal e a possibilidade de prisão, a exemplo do que ocorreu com a ativista Sahar Khodayari, que ficou mundialmente

1 O termo teve origem no início do século XX quando mulheres já frequentavam estádios no Brasil e levavam lenços para saudar os jogadores. Ao longo da partida, mediante as aflições provocadas pela mesma, elas acabavam torcendo esses lenços como forma de manifestarem suas emoções sem proferir gritos e xingamentos. (HOLLANDA, 2008)

2 Embora possa parecer uma afirmação estereotipada, o fato é que no Irã as mulheres não podem circular em espaços públicos vestindo roupas que mostrem suas curvas e são obrigadas a cobrir os cabelos. Então, uma vez vestidas com trajes tidos na cultura em questão como próprio do gênero masculino e despidas de hijab (o tradicional “véu”) configura-se a condição de “disfarce” mencionada.

conhecida como *Blue Girl* por vestir azul, cor do Esteghlal F.C., time pelo qual torcia e um dos mais populares do país.

Em março de 2019, após quase 40 anos de proibição, *Blue Girl* foi detida por autoridades ao tentar entrar no estádio Azadi para assistir a uma partida e acabou presa; diante da possibilidade de condenação à prisão por um período de seis a 24 meses mesmo após pagamento de fiança, Sahar ateou fogo a seu corpo e faleceu aos 29 anos (OBSERVATÓRIO, 2019). O suicídio da jovem teve repercussão internacional, e frente a forte atuação de ativistas, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) pressionou o Irã para que permitisse o acesso de mulheres aos estádios e, com ameaça de suspensão da seleção masculina do Irã da Copa do Mundo (O TEMPO, 2019), conseguiram o fim da proibição.

Diante do exposto, temos por objetivo discutir sobre as interdições e os modos de (não) participação das mulheres iranianas em estádios de futebol.

Métodos

O estudo é de natureza qualitativa, que consiste na adoção de estratégias de investigação que valorizam os pormenores descritivos em relação a pessoas, locais e conversas, com atenção aos fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (TRIVIÑOS, 1987).

Os materiais de análise foram o filme *Offside* e fontes documentais, como notícias e produções acadêmicas, tratados sob os preceitos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e da descrição da experiência estética das imagens (GUMBRECHT, 2006).

Resultados e discussão

Pensemos sobre a assertiva que evoca algumas das ideias imputadas ao “modo adequado de ser mulher” no Brasil conservador de meados do século XIX, principalmente pelo discurso médico da época, os cerceamentos à ampla participação delas “em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, uma vez que eram criadas para serem esposas e mães” (GOELLNER, 2005, p. 88). Nessa esteira, operando como signifiante das corporalidades das mulheres emerge também o

discurso³ religioso, de forma ainda mais explícita em territórios como o iraniano (MÜLLER; SILVA, 2018).

É possível que identifiquemos na contemporaneidade diversas trajetórias e narrativas de mulheres com satisfatório grau de agência (ORTNER, 2006) e que são também produtoras de resistências em diversos âmbitos, incluindo o futebol, extrapolando o terreno da prática do desporto e ocupando posições antes inacessíveis como treinadoras, árbitras e gestoras ainda que de modo não equânime quando comparadas aos homens (NOVAIS et al., 2021). A ocupação das arquibancadas, na posição de torcedoras é também uma realidade que desvela resistências empreendidas por elas e apontam para o que Costa (2007, p. 1) chamou de “um sensível desgaste na idéia de que ‘futebol é coisa de homem’, pois é muito difícil repetir essa sentença sem vê-la contestada pelo razoável número de mulheres que atuam como profissionais, ou que fazem do futebol um lazer para os seus momentos de folga”.

Entretanto, analisar as conquistas em solo brasileiro não equivale em determinados aspectos às análises pertinentes ao solo iraniano. O Irã passou por uma revolução em 1979, que almejou projetá-lo enquanto um novo poder desafiante, independente e não alinhado, no cenário internacional. Esta foi uma revolução de independência e de defesa da identidade nacional frente ao processo globalizador promovido pelas grandes potências (SANTO; BALDASSO, 2017).

Um dos símbolos identitários da nação iraniana é a religião oficial do país que desde o século XVI é o Islã. A República Islâmica é constituída por uma coalizão de líderes religiosos fundamentalistas que ascenderam ao poder e recusam tanto a democracia, quanto a premissa de igualdade entre homens e mulheres, ambas consideradas contrárias à sua leitura da escritura divina (HOODFAR; SADR, 2019). Na prática a doutrina religiosa foi incorporada a um Estado historicamente poderoso, centralizado e autoritário, para assegurar uma visão conservadora da ‘boa sociedade muçulmana’ que conserva autoridade moral especialmente em relação às questões ‘privadas’ da família, do casamento e dos papéis ‘apropriados’ para as muçulmanas. Dentre as medidas imputadas, encontra-se a obrigação por usar determinadas

3 Demarcamos nesse ponto que as análises aqui empreendidas são perpassadas pelo conceito Foucaultiano de discurso (FOUCAULT, 1985).

vestimentas e o controle de sua circulação em dado espaço público. Oriundo dessas premissas, em 1981 foi assinado um decreto que proibia as mulheres de assistirem jogos de futebol nos estádios, e é sobre as interdições e os modos de (não) participação delas nesse tipo de espaço que focalizamos nossas lentes.

O filme *Offside*, trata da tentativa de entrada de mulheres em um estádio mesmo com a referida proibição em vigor e essa produção fílmica foi tomada nesse estudo como um símbolo das interdições imputadas às iranianas durante anos e também como um dispositivo que evoca questões a serem analisadas sobre os modos de (não) participação delas nos estádios de futebol. Quando o pai de uma das jovens protagonistas descobre que sua filha foi ao estádio, se diz preocupado com sua segurança e sai à sua procura; a filha e suas amigas se vestiram com roupas restritas aos homens no Irã e assim conseguiram entrar no estádio para assistirem ao jogo. Diante de um breve relato acerca de *Offside*, e partindo do pressuposto de que “as imagens apresentam-se como potentes dispositivos de subjetivação, sendo, portanto, um meio pelo qual são instaurados processos em que os sujeitos se constituem e constituem formas de pensar, agir e sentir” (MOURÃO et al, 2019) se tornam eminentes os questionamentos: que discursos ainda sustentavam a ideia de proibição?; por que o tipo de vestimenta possibilitou a entrada dela no estádio?; por que há preocupação com a segurança da mulher nesse tipo de espaço?.

À luz de uma epistemologia feminista (RAGO, 1998) e dos estudos culturais e de gênero, tentamos responder às questões considerando como principal fator desencadeador o sistema dotado de um conjunto de regras que se articulam em prol da manutenção da cishetero-normatividade. Esse termo designa o emaranhado de discursos que perpassam e interpelam as noções de gênero e sexualidade, sempre buscando estabelecer “como natural certa coerência entre sexo (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa)” (SEFFNER, 2013, p. 150).

A escolha por trabalhar o gênero enquanto categoria analítica baseia-se no entendimento de que o esporte é uma construção cultural à qual se agregam discursos, valores e práticas que acabam marcando representações de feminilidades e masculinidades que definem, também, posições sociais conforme acontece no Irã (GOELLNER; KESSLER, 2018). As representações de feminilidade rígidas sustentadas no

conceito heteronormativo e os discursos sobre o que é ou não “papel de mulher” nessa sociedade estão imbricados nas oportunidades de acesso das mulheres a determinados ambientes como os estádios de futebol.

Acerca da atmosfera a que está envolto um jogo de futebol, e que no filme é justificativa para tentar manter as mulheres afastadas de lá “para sua própria segurança”, evocamos as ideias de Damo (2006, p. 1) que buscou “mostrar [...] a maneira como o jogo se presta para dramatizar determinados códigos éticos e estéticos associados ao masculino e ao feminino” e constatou que o o futebol pode ser considerado um jogo culturalmente definido como masculino e masculinizante, na maior parte dos territórios. Na dimensão simbólica desse jogo não se valoriza somente a habilidade, mas também a coragem e a virilidade. Muitas vezes, notamos que esses atributos são confundidos com agressividade, xingamentos, proferimento de palavras ofensivas e violência; ou seja, oposto ao que se discursa em relação a atributos de uma feminilidade aceita socialmente.

Sadeghi (2010) afirma que três discursos de gênero competem no Irã pós-revolucionário, com resultados e prescrições diferentes para as mulheres iranianas. O primeiro se trata do discurso fundamentalista, que rege a república islâmica e opera de forma a legitimizar e perpetuar suas políticas discriminatórias. Outros dois discursos antagônicos ao fundamentalismo, sofrem uma crise de representação: um deles é o que Sadeghi (2010) chama de revisionismo/intelectualismo religioso, representativo das demandas de mulheres religiosas de classe média, que busca, dentro da esfera legislativa, brechas que permitam desafiar as leituras ortodoxas e conservadoras da Sharia (leis islâmicas); o outro, de caráter reformista, entretanto, aponta que os impedimentos para a igualdade de gênero são fortemente relacionados à natureza das relações políticas de poder, que, por sua vez, se baseiam na instrumentalização da Sharia para perpetuar a desigualdade em todos os níveis.

Assim, os discursos que atravessam as mulheres (no caso específico deste trabalho, as mulheres iranianas) e seus corpos realizaram e realizam concepções que gestam sentidos dos mais diversos assujeitando-as a identidades estanques. Contudo, é preciso desnudar o binarismo que, concebido por tais discursos (seja o do colonizador europeu ou do fundamentalista

religioso) como “natural”, identifica o feminino como aquilo que está para ser conduzido, dominado e protegido, invariavelmente a serviço de um poder que busca subjugar e dominar. Tal desvelamento do binarismo evidencia que, na verdade, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1985, p. 91) e os corpos designados como femininos são também agenciadores de poder e produtores de resistências. (MÜLLER; SILVA, 2018, p. 71)

Desse modo, algumas mulheres buscavam espaços políticos pra desafiar não somente discriminação de gênero, mas outras formas de opressão baseadas em etnia e classe. Isso se apresentou na forma de um movimento reformista que levou a um tipo de marginalização do revisionismo religioso. Com o declínio dos discursos islâmico e reformista, feministas seculares tentaram desafiar os contextos discriminatórios, obtendo inicialmente relativo sucesso em suas campanhas, porém, o feminismo secular se tornou cada vez mais um feminismo liberal das classes altas, não sendo atrativo para a maioria das mulheres iranianas, que não o consideram adequado em suas formas de ação. Tendo em vista que as mesmas são falhas na cooptação das demandas da maioria das mulheres iranianas, estas resistem, então, na escala individual ou se aproveitam de oportunidades políticas que permitam que se rebelem coletivamente contra situações discriminatórias.

O filme aponta para um tipo de estratégia de resistência frente a uma dessas situações, que é a de, ao menos, se fazerem presentes no ambiente então proibido e assistirem ao jogo. A produção fílmica data de 2006, mas a manobra adotada pelas garotas perdurou enquanto se fez vigente a proibição no país e entre o início de 2018 e Outubro de 2019, pelo menos 40 mulheres foram presas e algumas delas, processadas, por tentarem entrar em estádios de futebol (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019).

Tal situação ganhou destaque internacional em setembro de 2019, devido ao incidente envolvendo Sahar Khodayari, conhecida como *Blue Girl*. Em março de 2019, desafiando a proibição de acesso de mulheres a estádios de futebol, Khodayari, então com 29 anos, se vestiu com trajes tipicamente masculinos na tentativa de assistir uma partida que seu time, Esteghlal, disputava pela Copa da Ásia. Ao ser descoberta pela guarda do estádio, foi detida e levada para a prisão

Shahr-e Rey⁴, antes de ser liberada sob pagamento de fiança dois dias depois (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019). *Blue Girl* foi levada a julgamento pelo Tribunal Revolucionário Islâmico de Teerã em 2 setembro de 2019 por sua tentativa de burlar a proibição de presença feminina nos estádios e acusada por insulto às autoridades e ato pecaminoso ao não utilizar o hijab. Ao descobrir que poderia ser condenada a seis meses de prisão, despejou gasolina sobre seu próprio corpo e se autoimolou. Internada com queimaduras em 90% do corpo, veio a óbito uma semana depois, período durante o qual foi anunciada sua condenação (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019).

Sabemos que o discurso religioso na região ocupa papel de destaque, embora alheia ao território Ocidental, sob o qual Michel Foucault concentrou suas análises sobre governamentalidade e biopoder (FOUCAULT, 2008), cabe analisarmos o suicídio da jovem à luz desses conceitos. A governamentalidade diz sobre a linha de força que visa o governo sobre os demais, buscando a manutenção de uma suposta soberania através do disciplinamento requerendo, portanto, o desenvolvimento de uma gama de aparelhos específicos (onde podemos encaixar a religião) e também ao desenvolvimento de saberes (tal qual os significados e representações de gênero) (CASTELO BRANCO, 2015). Nessa seara, desnuda-se pois, a contradição também alertada pelo filósofo acerca dos objetivos e razão de ser do Estado se o mesmo passou a eliminar sua própria população:

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, e possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? (FOUCAULT, 1999)

4 A prisão Shahr-e Rey opera nas localidades de uma antiga fazenda de criação de galinhas e comporta centenas de mulheres condenadas por crimes violentos em condições de superlotação e anti-higiênicas.

Após a morte de *Blue Girl*, a FIFA reiterou seu posicionamento quanto à necessidade de mulheres poderem frequentar jogos de futebol livremente, com a quantidade de ingressos destinada a mulheres sendo definida por demanda, e não por cota preestabelecida (FIFA, 2019). Entretanto, as autoridades iranianas limitaram os ingressos destinados ao público feminino a menos de 5% da capacidade total do estádio (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). Ainda que a liberação seja um avanço, é uma porcentagem mínima que claramente visa cumprir uma imposição do órgão supremo dentro do âmbito futebolístico a fim de que haja controle sobre o número de mulheres nos estádios e consequentemente não prejudiquem a frequência dos homens. Caso a liberação não acontecesse, a seleção de futebol masculino poderia ser punida pela FIFA e esse fato parece ter tido maior impacto em favor do fim da proibição do que a morte de uma jovem iraniana amante do esporte em questão.

Entretanto, as estratégias das mulheres iranianas durante esse tempo não se reduziram a essa destacada no filme e tomada para análises até então. Desde o final do século XIX que o modo de vida das mulheres norte-americanas e francesas passou a influenciar mulheres do Egito, Turquia e Irã no que tange a “uma nova consciência sobre o reconhecimento dos movimentos dos direitos da mulher” e, consequentemente, na busca pelo fim de qualquer dominação sexista ou misógina (GIL, 2019, p. 5).

De maneira complexa, o feminismo sempre foi um movimento polêmico e por vezes bastante segregado, questionando a política e a não participação feminina, e os diversos problemas enfrentados pelas mulheres em sociedades referenciadas na construção masculina de comportamento. No Irã há linhas divergentes em relação aos processos que tratam das questões feministas e da emancipação feminina. De um lado estão as mulheres que buscam no Corão uma interpretação que sustente suas mudanças, mas ainda submetidas às proposições das escrituras sagradas. Do outro estão as que partem de premissas legais para alcançarem a equidade de gênero, se opondo ao governo em relação às diretrizes dos direitos humanos, ao invés do uso teológico de argumentação (GIL, 2019). Por fim, há aquelas que não se sentem contempladas pelos discursos de reformismo religioso e pelo feminismo secular, e se posicionam de maneira independente, seja ela individual ou coletiva (SADEGHI, 2010).

Levando em consideração que a proibição findou-se com ressalvas e somente no final do ano de 2019, ainda não é possível tecer análises sobre como se dará efetivamente a participação das mulheres nos estádios de futebol, uma vez que o ano de 2020 não dispôs de jogos abertos ao público em função da pandemia de COVID-19. Registramos enquanto sugestão para estudos futuros que seja analisada essa fase pós liberação no sentido de compreender seus desdobramentos frente à busca por equidade/igualdade entre homens e mulheres nesse espaço e nesse território. Não obstante, é já notória até aqui a importância dos processos políticos e movimentos sociais para qualquer forma de emancipação, inclusive a emancipação feminina, em contextos autoritários e antidemocráticos.

Considerações finais

Os resultados elucidam os modos de resistências das mulheres diante das proibições e apontam um crescente fortalecimento de movimentos feministas que vêm possibilitando a gradativa subversão da matriz cisheteronormativa e também de discursos religiosos. Reforçam também que as lutas dentro do âmbito esportivo, grande fenômeno sociocultural, reverberam nas mais diversas instâncias em que se transcorrem as relações sociais e de gênero.

Referências

AGUILAR, M. A. B.; GONÇALVES, J. P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 36-44, jan./jun. 2017.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Iran: Shocking death of football fan who set herself on fire exposes impact of contempt for women's rights*. **Amnesty International**, Set. 2019. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/09/iran-shocking-death-of-football-fan-who-set-herself-on-fire-exposes-impact-of-contempt-for-womens-rights/>>. Acesso em: 13 Abril 2021.

BARBOSA, J. P. M.; et al. (2020). Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia

pela covid-19. **SciELO em Perspectiva**. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.328>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BENTO, B. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, p. 79-110, 2011.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-198, 2000.

CASTELO BRANCO, G. Michel foucault: Filosofia e Biopolítica. Belo Horizonte: **Autêntica Editora**. Coleção Estudos Foucaultianos, 2015.

COSTA, L. M. O que é uma torcedora? notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 2, n. 4, 2007.

DAMO, Arlei Sander. As dramatizações do gênero numa configuração futebolística. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO: Práticas corporais e esportivas, 7, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, p. 1-7, 2006.

DORNELLES, P. G.; POCAHY, F. A. "Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 1, p. 117-133, 2014 .

ESTRELA, F. M. et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 25, n. 9 [Acessado 31 Março 2021] , p. 3431-3436. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>.

FIFA. *Statement on the visit of a FIFA delegation to Iran*. **FIFA.com**, Set. 2019. Disponível em: <<https://www.fifa.com/who-we-are/news/>>

statement-on-the-visit-of-a-fifa-delegation-to-iran >. Acesso em: 13 Abril 2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1985.

FOUCAULT, M. **Território, segurança, população**. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, Rafaela Herrmann. Movimentos feministas e seu protagonismo no Irã antes e após a Revolução Islâmica. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. **Revista USP**, n. 117, p. 31-38, abr./jun. 2018.

GUMBRECHT, H. U. **Pequenas crises: experiência estética nos mundos cotidianos**. In.: GUIMARÃES, Cesar; LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos (Orgs.). Comunicação e Experiência estética. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HOLLANDA, B. B. DE. O clube como vontade e representação [recurso eletrônico] : o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988). Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História, 2008.

HOODFAR, H.; SADR, S. Irã: Políticas Islâmicas e mulheres em busca de igualdade. **Mandrágora**, v. 25, n. 1, p. 157-176, 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução Bhuvi Libanio. 13ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 176 p, 2020.

KNIJNIK, J. (org) **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MARRA, P. S. Impedidas: o som e a experiência da interdição em *Offside* de Jafar Panahi. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

MOURÃO, L., et al. Educação Física, gênero e cinema: contribuições para a formação docente. **Pensar a Prática**, v. 22, 2019.

MÜLLER, L.; SILVA, A. R. A resignificação dos corpos na história recente das mulheres iranianas: poder e resistência. Dossiê Temático Estéticas e Políticas do Corpo. In: Contemporânea. **Revista de Comunicação e Cultura**, v. 16, n. 01, p. 70-89, jan-abr 2018.

NOVAIS, M. C. B. et al. Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. e27023, abr. 2021.

OBSERVATÓRIO. Torcedora de futebol que ateou fogo no próprio corpo morre no Irã. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/torcedora-de-futebol-que-ateou-fogo-no-proprio-corpo-morre-no-ira/>. Acesso em 11 de março de 2021.

ONU MULHERES. Coloque mulheres e meninas no centro dos esforços para se recuperar do COVID-19 -Declaração do Secretário-Geral da ONU, António Guterres. 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/statement-sg-put-women-and-girls-at-the-centre-of-efforts-to-recover-from-covid19>>. Acesso em: 29/03/2021.

ORTNER, S. Poder e Projetos: Reflexões sobre a agência. In: **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, jun. 2006.

O TEMPO. Momento Histórico: Depois de 38 anos, mulheres são liberadas para ir em estádio no Irã. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/depois-de-38-anos-mulheres-sao-liberadas-para-ir-em-estadio-no-ira-1.2247584>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 21-42, 1998.

SADEGHI, F. *Bypassing Islamism and Feminism: Women's Resistance and Rebellion in Post-revolutionary Iran*. **Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée**, v. 128, p. 209-228, Dezembro 2010.

SANTO, M. M. do E.; BALDASSO, T. O. A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã. **Perspectiva**, v. 10, n. 18, 2017.

SANTOS, R. Por detrás do véu da mulher iraniana. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v. 6, n. 6, 2007.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

TOLEDO, L. H. de. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Anpocs, 1996.

EXPERIÊNCIA ACESSO À SAÚDE POR MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA: APONTAMENTOS PARA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE VOLTADA AO ACOLHIMENTO DAS DEMANDAS TRANS

Náila Neves de Jesus

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória: linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
naila.neves@yahoo.com.br*

Rita Maria Radl-Philipp

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Titular Catedrática Plena da Universidade de Santiago de Compostela (USC). ritam.radl@usc.es.

Resumo

Sabe-se que a população trans dentre as ditas dissidências sexuais e de gênero são as que mais sofrem marginalização e exclusão social, marcado pela dificuldade do exercício de sua cidadania, inclusive no acesso à saúde. Diante dessa problemática, este trabalho teve como objetivo compreender a experiência de mulheres trans no acesso a serviços de saúde, em um município do interior baiano, com o foco em suas percepções acerca do atendimento dos profissionais da saúde às suas demandas. Trata-se do recorte de um estudo qualitativo realizado através de um roteiro de entrevista semiestruturada com 04 mulheres trans e travestis contatadas através das redes sociais ou por indicações de seus pares. As narrativas foram submetidas a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Laurence Bardin após a transcrição das entrevistas. A partir

dos relatos coletados emergiram duas categorias relacionadas à saúde: (1) modificações corporais e (2) experiência de acesso aos serviços de saúde, nas quais pode-se observar os dilemas que as mulheres trans e travestis enfrentam quando buscam serviços de saúde ambulatoriais e especializados, nos quais sofrem constantemente discriminação em vista da sua identidade de gênero, desrespeito ao nome social, além da fragilidade do conhecimento dos profissionais no cuidado dessas pessoas. Por fim, o estudo demonstrou a necessidade de se investir numa formação curricular mais qualificada para os profissionais de saúde voltadas para as questões de gênero e sexualidade, bem como sobre as demandas peculiares do público trans para um acolhimento humanizado e eficiente.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero, Acesso aos serviços de saúde, Atenção à Saúde, Transfobia, Capacitação de Recursos Humanos em Saúde.

Introdução

A transgeneridade é um termo guarda-chuva que engloba a experiência de pessoas cuja as identidades de gênero não se enquadram no padrão sexo biológico atribuído ao nascimento, ou seja, esses sujeitos conforme Berenice Bento (2008, p.20) assevera “desfazem a relação simplista vagina-feminino e pênis-masculino”. Por borrarem as barreiras identitárias do sexo-gênero pautadas na cisheteronormatividade, as pessoas trans ainda sofrem processos de invisibilização e estigmatização que culminam muitas vezes em sua morte social e física (RIGOLON *et al.*, 2020).

Não obstante, a hostilidade sofrida por essas pessoas se reflete na efetivação dos seus direitos constitucionais ao acesso à saúde, educação, emprego e moradia, além dos altos índices de violência e discriminação sofridos que levam a uma baixa expectativa de vida nessa população (OLIVEIRA; ROMANINI, 2020). No Brasil, além da Constituição Federal de 1988 garantir o direito ao acesso à saúde a todos os cidadãos brasileiros, a população travestis e transexuais tem como marco legal a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), através da Portaria 2.836/2011 e o direito ao Processo Transexualizador (PrTr) no Sistema Único de Saúde (SUS) pela Portaria 2.803/2013.

Apesar dessas grandes conquistas no âmbito da saúde, as travestis e transexuais ainda enfrentam muitas barreiras para a efetivação dessas políticas públicas de modo integral e equânime sendo a discriminação, transfobia e falta de preparo dos profissionais das instituições e serviços e consequentemente o alijamento desses sujeitos do cuidado a saúde (ROCON *et al.*, 2020). O desconhecimento dos profissionais de saúde em acolher e suprir as demandas dessas pessoas aliado ao preconceito orientado pela norma heterossexual, tradicional e cisgênera revela a fragilidade do conhecimento da equipe multiprofissional desde a sua formação e que perpetua provocando para o agravamento dos desfechos em saúde dessas pessoas, que na maioria das vezes só buscarão assistência em casos de agravamento da sua situação (SAFER *et al.*, 2016).

Nesse sentido, esse trabalho teve como objetivo compreender a experiência das mulheres trans e travestis no acesso aos serviços de saúde e suas percepções sobre o acolhimento e atendimento

realizado pelos profissionais dessas instituições localizadas em uma cidade do interior da Bahia e suas possíveis consequências no processo saúde-doença.

Metodologia

Foi adotada abordagem qualitativa através de coleta com entrevistas semiestruturadas com 04 mulheres trans e travestis contatadas através das redes sociais ou por indicações de seus pares. O grupo de entrevistadas foram compostas por mulheres trans e travestis, segundo autodefinição das entrevistadas, identificadas da seguinte forma: Esmeralda (46 anos), Ametista (51 anos), Jade (46 anos) e Rubi (30 anos). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

A interpretação dos resultados transcritos foi feita a partir da técnica de análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 2016). Neste processo encontramos 06 núcleos de sentido e baseado neles emergiram duas categorias relacionadas à saúde: (1) modificações corporais e (2) experiência de acesso aos serviços de saúde, conforme apresentado na tabela 01.

Tabela 1. Núcleos de sentidos e categorias elencadas.

NÚCLEOS DE SENTIDO	CATEGORIAS
Tecnologias utilizadas nas modificações corporais	(I) Modificações Corporais
Dificuldades de acesso as modificações corporais	
Passabilidade e assujeitamento as normas de gênero	
Discriminação e violência institucional nos serviços de saúde	(II) Experiência de Acesso aos Serviços de Saúde.
Desrespeito ao nome social	
Despreparo dos profissionais de saúde no acolhimento e atendimento	

Fonte: dados da pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (parecer nº 3.821.210).

Resultados e discussão

I- Modificações corporais

As modificações corporais realizadas ou pretendidas pela pessoas trans se constituem em um determinante social em saúde para essa população, visto que a busca pelo corpo coerente as suas expectativas de gênero e perpassa por uma série de intervenções e usos de tecnologias médicas, farmacológicas e estéticas. Além do mais, o acesso ou não a essas modificações condicionam a satisfação e a produção de quadros de adoecimento nessas pessoas (ROCON *et al.*, 2019; ROCON *et al.*, 2018).

Nesse sentido, as falas da entrevistadas marcam elementos que permeiam a busca pelo corpo que lhes deixam confortáveis com a sua imagem e expressão de gênero e assinalam a dificuldade de acessar essas tecnologias através do Sistema Único de Saúde (SUS) embora a Portaria 2.803/2013 institucionaliza o processo transexualizador no âmbito do SUS. Assim, quando não conseguem realizar as modificações dessa forma, recorrem ao uso de hormônios orientadas por travestis mais experientes, o uso de silicone industrial ou realizando a hormonização e cirurgias no setor privado.

Em um estudo analisando a caracterísitica de uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais de Brasília, Krüger *et al.* (2019) atestou que a maioria de suas entrevistas adquiriam os medicamentos sem prescrição médica, tampouco com orientação segura. Ainda a pesquisa ressalta que mulheres trans e travestis se automedicam pela deficiência no acesso a serviços de saúde oriunda da assistência precária ofertada a essa população.

Ademais, adotar traços mais femininos, por muitas vezes, está associado a uma maior aceitação social e com isso a possibilidade de transitar nos espaços sem interdições e violências, o que pode ser chamado de “passabilidade” ou “passing transgender” que se refere “a uma capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer” (ALMEIDA,

2012, p.519). O assujeitamento¹ dos corpos trans a ordem normativa de gênero se reflete nessa incenssante busca por adequação aos padrões de identidade impostos, mas, segundo parece, por elas também incorporadas os seus conceitos identitários de gênero, a partir de “técnicas de disciplina corporal” que “criam não apenas corpos padronizados, mas também subjetividades controladas” com o intuito de garantir a aceitação social (MISKOLCI, 2006).

Quando a gente queria, é, começar, começava a se envolver com as travestis [...] nessas idas, eu comecei a ter contato, a conhecer, né, algumas e algumas falavam: bixa, mas você é uma menininha. Você só precisa tomar hormônio. Ai, mas, onde que eu acho hormônio? Como é que é isso? Ai, eu não sabia nem como comprar. E um dia uma me deu uma cartela: você vai tomar. Você vai virar uma mocinha. (Ametista)

Às vezes, a pessoa não tá nem imaginando nada, mas você vê, porque você não tem uma feminização facial, porque você não tem um peito, você não tem um corpo, assim, padronizado como de algumas mulheres.[...] E por passar despercebida, eu acho que isso evitaria até a homofobia porque, tipo assim, eu tenho uma feminização, um corpo feminino, tudo feminino eu acho que alguns poderia até catar que eu sou uma Trans, mas outros não. (Esmeralda)

Tudo que eu tenho de cirurgia no meu corpo é a mudança de sexo, ou seja, a minha vagina e meus seios, o resto não mudei nada Já, usei um hormônio italiano que é fortíssimo, usava muito bem, mas, não cheguei a usar por muito tempo porque me dá distúrbio e eu engordo muito, entendeu? Ai, não cheguei a usar muito tempo. Agora, o resto, sinceramente, veio naturalmente mesmo

1 Segundo a pesquisadora Luma Nogueira de Andrade (p.17) “o assujeitamento é a adequação do sujeito à estratégia sem o esboço de reação contrária, ou seja, tática.” Nesse sentido, é importante ressaltar que todos os indivíduos, cis ou trans, se assujeitam a práticas disciplinadoras e normalizadoras do corpo para se adequarem a padrões impostos socialmente. Entretanto, entende-se que essas práticas se dão de forma mais explícita e impositiva a pessoas que são entendidas dentro da sociedade como dissidências sexuais e de gênero, numa tentativa mais punjente das tecnologias de gênero de controlar essas subjetividades.

[Entrevistadora]: Sua transformação corporal você fez toda particular, não foi?

- Foi. (Jade)

Pois é né? Eu fui saber muito tempo depois [sobre o processo transexualizador]. Que eu já tava tomando hormônios por conta própria. Mas aí depois eu comecei, a fila tava grande demais eu desisti, porque entrou com... na época foi TFD [Tratamento Fora do Domicílio], tratamento fora do Como não tinha em Salvador, eles queriam me mandar pra São Paulo, só que a fila de São Paulo é enorme, né?: É gigante. Cidade grande, né? E aí acabei que eu desisti. Ficou inviável financeiramente pra mim. (Rubi).

A dificuldade do acesso ao Processo Transexualizador através do SUS se reflete em diversos desafios, a começar pela distribuição geográfica dos serviços transexualizadores no Brasil. Como a localização das instituições que realizam o PrTr são em centros urbanos maiores (capitais), a logística se torna financeiramente complexa para as travestis e mulheres trans que residem em municípios do interior e que muitas vezes não conseguem o auxílio do município para tratamento fora do domicílio, ficando a cargo delas arcar com os custos para moradia, alimentação durante o deslocamento as capitais para realizar os procedimentos (ROCON *et al.*, 2019).

Em meio a tantos obstáculos, que parecem impostos, na para conseguir realizar o PrTr via SUS, muitas mulheres trans e travestis decidem realizar suas modificações em clínicas privadas e na impossibilidade de pagar por essas transformações, se submetem a procedimentos arriscados, como o uso de silicone industrial, o uso irracional de hormônios que provocam uma série de efeitos adversos, devido ao desejo, bem como a necessidade, de feminilizar-se o mais rápido possível (ROMANO, 2008; AMARAL; TONELI, 2018). Quando não conseguem realizar as modificações de forma segura e tampouco desejam se arriscar com a aplicação do silicone ou doses elevadas de hormônios, a única saída é esperar, desistir ou “suportar” o corpo como expressam as entrevistadas:

[Sobre o processo transexualizador] Nada, nenhuma resposta eu tive. Então, é uma coisa muito complicada, né? Então, assim, muitas chegam no meio do caminho e desiste, mas só aquelas que insiste mesmo são aquelas que tem uma vontade. (Esmeralda).

E tem esse processo cirúrgico que eu nem sei se... se eu vou ter condições de fazer, né? São muito caros, né? E aí é isso, né? Vou ter que suportar. (Rubi)

Destarte, Rocon *et al.* (2019) elenca outros obstáculos referente ao acesso ao processo transexualizador como a necessidade do diagnóstico de disforia de gênero para o acesso as modificações corporais e a discriminação e transfobia nos serviços de saúde, conforme o próximo tópico apresenta.

II – Experiência de acesso aos serviços de saúde

Apesar das conquistas elencadas que asseguram o cuidado integral da população trans, a operacionalização das políticas em todos os níveis de atenção se esbarra em entraves da ordem de financiamento, resistência dos agentes de decisão e políticos em implementar fluxos de atendimentos no contexto municipal, estadual e federal, além da cultura heteronormativa e crenças religiosas fortemente baseadas em um determinismo biológico (PRADO; SOUSA, 2017).

As instituições médicas são um dos espaços que reiteram e se subordinam segundo cis- heteronormatividade como a única possibilidade da vivência do gênero e da sexualidade (BUTLER, 2019). Esse modelo heteronormativo cisgênero em sentido biológico tradicional imbricado na cultura, na linguagem e nas práticas sociais repercute nos modos de produção do cuidado à saúde ofertado pelos profissionais com problemas para atender outras formas, ainda também dentro do modelo cisgênero, nos quais a escuta é desqualificada, há um profundo desconhecimento das demandas e particularidades das pessoas transgênero, aliado ao desinteresse e práticas de violência institucional, como aponta as narrativas das entrevistadas (RIGOLON *et al.*, 2020).

O medo de estar no lugar e dar uma ficha e vai chamar pelo nome. Eu levantava correndo lá no banco, cansei de fazer isso. Pelo amor de Deus, não chama o nome da identidade não que era esse nome aqui. Por conta do constrangimento. (Ametista)

Me via toda arrumada, toda maquiada, mas preferiam me chamar, eu entendia que era uma espécie de recalque mesmo pra, tipo assim, me enquadrar: “Você não é mulher, você é homem, então, vou lhe

chamar pra você se enquadrar”, tipo assim, querendo me ofender de todas as formas. (Esmeralda)

Mas mesmo os endocrinologistas, não tinha conhecimento pra poder me...Me informar. Eles me jogavam. “Ah você vai ter que ir pro Rio de Janeiro, pra São Paulo, pra Salvador, porque aqui não têm”. (Rubi)

Então às vezes só quando os quadros tão mais avançados, eu vou, né? Já evito constrangimento tipo, por exemplo, eu tenho plano de saúde, mas mesmo plano de saúde eu já evito, né? Ir pra aquele ambiente médico, todo mundo vai me olhar daquela forma, né? (Rubi).

Nos relatos das participantes da pesquisa fica evidente que o desrespeito ao nome social nos serviços de saúde é algo comum. É importante salientar que a atribuição de um novo nome acompanha os processos de transformações corporais das pessoas trans. A construção da identidade de gênero também se dá pela linguagem e o nome escolhido por travestis e mulheres transexuais faz parte do processo de readequação de gênero (SILVA *et al.*, 2017; ROCON *et al.*, 2016).

Assegurar o respeito e o uso do nome social no SUS é preconizado pela Portaria nº1.820/2009 e pela Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2011). Entretanto, essas normas não foram de fato incorporadas nos processos de trabalho impedindo a efetivação dos direitos à saúde usuários trans. O desrespeito ao nome social é uma das nuances sutis da violência institucional e da transfobia operada nos serviços de saúde que aliada a outras práticas de violência, tem por consequência a resistência dessas pessoas em buscar cuidado, o agravamento de seus quadros clínicos e o abandono de tratamentos (ROCON *et al.*, 2019).

A fragilidade do conhecimento a respeito das disparidades em saúde, das demandas específicas da população trans pelos profissionais é também um dos fatores presentes nas narrativas das entrevistadas. Essa deficiência provem de currículos de formação cisheterocentrados que não abordam a temática de gênero e sexualidade para além da determinação biológica (RIGOLON *et al.*, 2020). Muitas pessoas trans relatam ter recebido atendimento inadequado ou um acolhimento inapropriado por parte dos profissionais de saúde. Tais comportamentos promovem uma atenção ineficaz e baixa resolubilidade das queixas

do usuário que buscou assistência, além de denunciar ‘discriminação, atendimentos não humanizados, omissão e negligência no cuidado’ (JESUS, 2020).

Apesar do eixo 03 da PNSI-LGBT preconizar a formação e educação dos profissionais de saúde voltados para a sensibilização da temática da saúde LGBTI+, as cenas de discriminação, desrespeito e desprezo na assistência se repetem, tornando as instituições de saúde espaços (re)produtores de violência simbólica (JESUS, 2020). Portanto, se faz mister provocar modificações desde as bases curriculares dos cursos de graduação em saúde para que o profissional seja formado em um processo de mudança e quebra de paradigmas e percepções sobre a temática (FAKHOURY; DAVELUY, 2019).

Além do conhecimento técnico a respeito dos esquemas de hormonização, vulnerabilidades em saúde relacionadas a essa população, os processos formativos dos trabalhadores da saúde devem abordar aspectos culturais, psicológicos e sociais imbricados na construção das identidades de gênero, no atendimento e linguagem adequada a se utilizar e informações de como produzir espaços em saúde inclusivos e respeitosos (MARGOLIES; BROWN, 2019). O profissional deve estar ciente que é o seu dever prestar assistência integral, não transmitir julgamentos e juízos de valor, visto que essas percepções impactam no cuidado das pessoas trans e repercute nos desfechos positivos e negativos de sua saúde.

Considerações finais

A partir do exposto através das narrativas das participantes, pode-se inferir que embora os avanços nas legislações sejam consideradas grandes vitórias, ainda há uma grande dificuldade da efetivação das políticas de saúde voltadas para o público LGBTI+, sobretudo para as pessoas trans, que dentre essa populações sofrem ainda mais com os processos de invisibilização e exclusão social.

Com base das falas das entrevistadas é possível elencar alguns entraves relacionados ao acesso as modificações corporais pelo SUS e o acesso a serviços de saúde como: deficiência na operacionalização e implementação da política em municípios do interior, bem como a dificuldade imposta pelos órgãos responsáveis pelo tratamento fora domicílio em financiar a ida dessas pessoas para cidades onde se tem a estrutura para realizar o processo transexualizador; desrespeito ao

nome social, experiências de discriminação e despreparo dos profissionais em atender a população travesti e trans.

Um dos caminhos que pode ser apontado para superar esses desafios na oferta do cuidado integral, humanizado e equânime é provocar mudanças profundas nas bases curriculares que formam os profissionais de saúde, ainda fundadas em saberes biomédicos, biologicistas e unicamente heteronormativos que acusam uma falta de formação em questões de saúde na problemática específica de identidades de gênero e sexualidades diferentes. No quesito da efetivação de políticas públicas, a seara de obstáculos reside ainda em quem ocupa as estruturas de poder e o quão inclinados estes agentes de decisão estão para promover mudanças efetivas na assistência à saúde da população, o que convoca um trabalho constante dos movimentos sociais, das pessoas aliadas a reivindicação dos direitos básicos para todas as pessoas.

Referências

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades. **Revistas de Estudos Feministas**, v.20, n.2, p.513-523, 2012.

AMARAL, M.S; TONELI, M.J.F. Essa boneca tem manual: práticas de si, discursos e legimitidades entre travestis iniciantes. **Estudos de Psicologia**, v.23, n.4, p.437-438, 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2015. Tese de Doutorado.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 2008. 222p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). 2013b.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988,

com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2016. 498p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2019, 287 p.

FAKHOURY, J. W; DAVELUY, S. Medical School Factors Associated with Changes in Implicit and Explicit Bias Against Gay and Lesbian People among 3492 Graduating Medical Students. **American Journal of Pharmaceutical Education**, v. 16, n. 11, p. 1193–1201, 1 abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/10872981.2018.1510703>

JESUS, N.N. A política nacional de Saúde integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) e os desafios para a formação de profissionais de saúde LGBTI+ inclusivas. **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: saúde, corpos e poder na América Latina**, p.3503-3516, 2020.

KRÜGER, A. et al. Characteristics of hormone use by travestis and transgender women of the Brazilian federal district. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, n. Supl 1, p. 1–13, 2019.

MARGOLIES, L; BROWN, C.G. Increasing cultural competence with LGBTQ patients. **Nursing**, v.49, n.6, p.34-40, 2019.

MISKOLCI, R. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da vivência. **Estudos Feministas**, v.14, n.3, p.681-693, 2006.

OLIVEIRA, I; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde Soc**, v.29, n.1, p.1-14, 2020.

PRADO, E. A. J.; SOUSA, M. F. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus, actas saúde colet**, v. 11. n. 1, p. 69-80, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18569/tempus.v11i1.189>.

RIGOLON, M et al. “A saúde não discute corpos trans”: História oral de transexuais e travestis. **Rev Bras Enferm**, v.73, n.6, p.1-8, 2020.

ROCON, P.C et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro**, v.18, n.1, p.1-18, 2020.

ROCON, P.C et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde. **Interface (Botucatu)**, v.23, e180633, p.1-14, 2019.

ROCON, P. C et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface**, v.22, n. 64, p.43-53, 2018.

ROCON, P.C et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.8, p.2517-2525, 2016.

ROMANO, V.F. As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 211-219, 2008.

SAFER, J.D *et al.* Barriers to healthcare for transgender individuals. **Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes**, v.23, n.2, p.168-171, 2016.

SILVA, L. K. M. et al. Uso do nome social no Sistema Único: De Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**, v. 27, n. 3, p. 835–846, 2017.

DISPOSITIVO DE CONFISSÃO E OS CUIDADOS EM SAÚDE PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Juliana Vieira Sampaio

*Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco -
UFPE, julianavsampaio@hotmail.com*

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar como o dispositivo de confissão se articula com os cuidados em saúde para travestis e transexuais. O processo de regulamentação dos cuidados voltados para travestis e transexuais no Brasil é bastante recente e resultado de muita luta dos movimentos sociais, porém percebemos que o padrão dicotômico de sexo/gênero e a heteronormatividade ainda são categorias balizadoras nos cuidados em saúde desta população. Tendo como enfoque teórico-metodológico os estudos foucaultianos e feministas esta pesquisa de campo foi realizada em um ambulatório especializado em sexualidade, localizado em uma capital do Nordeste, com a duração de um ano de imersão e com a participação travestis, transexuais e profissionais da saúde que faziam parte deste serviço. Identificamos que a partir do dispositivo de confissão os profissionais da saúde buscavam desvelar o “verdadeiro eu” dos usuários, a partir de normas binárias de gênero. As categorias nosológicas eram utilizadas para guiar os atendimentos e diagnosticar os usuários como “transexuais verdadeiros”, ou não. Concluímos que o dispositivo de confissão funciona como base para patologizar os modos de existência travesti e transexual, além de contribuir para que os profissionais da saúde tutelem estes sujeitos.

Palavras-chave: Saúde, Transexualidade, Travesti, Ambulatório, Heteronormatividade.

Introdução

A saúde foi institucionalizada no Brasil, a partir da Lei 8.080, como dever do Estado e direito fundamental da população brasileira desde 1990 com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar de ser um direito universal, algumas pesquisas assinalam o processo de exclusão da população de travestis e transexuais dos serviços de saúde (GONZÁLEZ; LINCONA, 2006; ROMANO, 2007; CAMPO-ARIAS; HERAZO, 2008).

O processo de regulamentação dos cuidados voltados para travestis e transexuais é bastante recente e resultado de muita luta. As Portarias publicadas pelo Ministério da Saúde e a divulgação destes tratamentos por parte da mídia, influenciaram no crescimento da demanda para o acesso a diversos procedimentos, por outro lado, essa não foi acompanhada pelo aumento de hospitais habilitados pelo Ministério da Saúde (ARÁN, MURTA, LIONÇO, 2009).

Os equipamentos de saúde que realizam atendimento voltado para essa população se restringem a cinco hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde, para atender a demanda de todo território brasileiro. Os Hospitais autorizados a realizar o “Processo Transexualizador” até o presente momento são: Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Porto Alegre/RS; Hospital Universitário Pedro Ernesto – Rio de Janeiro/RJ; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – São Paulo/SP; Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – Goiânia/GO; Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE.

Na capital do Nordeste onde ocorreu esta pesquisa não existe nenhum hospital autorizado pelo Ministério da Saúde para realizar o “Processo Transexualizador”, mas há em um hospital estadual, especializado em saúde mental, um ambulatório referência no atendimento de “Transtornos da Sexualidade Humana”. O serviço ainda é pouco conhecido e divulgado para a população, devido a limitação na capacidade de atender uma demanda maior. A população atendida nesta instituição relata que soube da sua existência por sites na internet ou foi encaminhada para o equipamento por outro serviço público de saúde, mas não por ser travesti ou transexual, e sim por ter depressão, bipolaridade, isto é, algum transtorno psiquiátrico.

Tendo em vista esse panorama de dificuldade de acesso de travestis e transexuais aos serviços de saúde na cidade, esta pesquisa tem o objetivo de analisar o atendimento oferecido para travestis e transexuais em um Hospital Estadual de uma capital do Nordeste.

Metodologia

Essa é uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório realizada durante um ano com a inserção da pesquisadora no cotidiano de um Hospital Psiquiátrico. Foram acompanhadas quinzenalmente as atividades desenvolvidas no Ambulatório voltado ao cuidado de pessoas com algum “transtornos da sexualidade” a partir da nosografia descrita no DSM -V como: disfunções sexuais, disforia de gênero e transtornos parafilicos etc. Esse ambulatório funciona em um Hospital Psiquiátrico de uma capital do Nordeste do Brasil e realiza o atendimento de travestis e transexuais com a participação de uma equipe multidisciplinar formada por duas ginecologistas, um endocrinologista, um psiquiatra, residentes segundo ano de psiquiatria, uma psicóloga e dois estagiários de psicologia.

Durante a inserção no serviço, a pesquisadora participou das reuniões em que haviam discussões dos casos clínicos pela equipe multidisciplinar, com a sistematização das informações em um diário de campo. Foram realizadas ainda entrevistas com homens e mulheres transexuais e travestis que eram acompanhados pelo serviço, além da interação na sala de espera, tendo como orientação a conversa no cotidiano (MENEGON, 2004).

Os dados foram analisados a partir dos estudos de Foucault e Butler sobre a sexualidade e os modos de subjetivação. Nosso posicionamento metodológico e ético nesta pesquisa busca questionar as categorias diagnósticas por considera-las restritivas, com isto, desejamos produzir, modos de vida mais inventivos, que desviem da rota pré-estabelecida, experimentando caminhos incertos e inesperados, que transgridam as normas.

Referencial teórico

Foucault (2009), que define a confissão como “um ritual que se desdobra em uma relação de poder (...) em que a verdade se autentica (...) e produz em quem o articula modificações intrínsecas.” (p.82).

A confissão é uma tecnologia, por ser uma prática sistemática que envolve saber, poder e ética, apresentando uma racionalidade e uma regularidade que organiza o que os homens fazem, além de envolver meios (táticas) e fins (estratégias). O dispositivo de confissão transforma os indivíduos em sujeitos em dois sentidos: sujeitos à lei e sujeitados à sua própria identidade. Confessar promove formas de identidade que dependem de como o sujeito se observa, se diz e se julga a si mesmo sob a direção e o controle de seu confessor (FOUCAULT, 2009).

Para compreendermos melhor o ritual de confissão de travestis e transexuais com os médicos e psicólogos no ambulatório de sexualidade, é importante compreender como essa população se tornar objeto para os saberes biomédico e psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise). Tal relação envolve não só a captura desta forma de existir por determinados saberes, como também uma constante negociação para obtenção de cuidado e assistência. Esses enlaces e encontros permitiram a patologização desses modos de vida, como também um processo de tutela dos profissionais da saúde com estes sujeitos.

Existiram e existem diferentes categorias utilizadas para classificar e nomear as pessoas que procuram se construir a partir de um sexo diferente daquele designado no nascimento. Mesmo antes do saber biomédico nomear e classificar tais experiências como transexualismo, já havia pessoas que não se orientavam pelo modelo binário (homem/mulher) para a compreensão da sua existência. A construção das categorias nosológicas travesti e transexual se articula com a emergência da sexualidade como objeto central na busca de definições da subjetividade e identidade, tanto para os cientistas como para os próprios sujeitos (FOUCAULT, 2009).

O termo travesti é utilizado pela primeira vez no início do século XX, pelo médico alemão de origem judaica, Magnus Hirshfeld, para nomear as pessoas que não reproduziam padrões de gênero associados ao sexo ao qual haviam sido assignadas ao nascerem. Ele foi responsável por uma das primeiras “cirurgias de mudança de sexo” reportadas no mundo e, embora este procedimento não tivesse obtido sucesso, culminando na morte da paciente, sua cirurgia abriu um campo de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias mais eficientes. Desse modo, na Europa, durante o século XX, houve uma série de mudanças na compreensão da sexualidade, o que possibilitou

inclusive a produção de novas tecnologias para “mudança de sexo” (MEYEROWITZ, 2002).

As compreensões sobre as condições trans não eram homogêneas, enquanto alguns autores, como o próprio Hirshfeld, entendiam que o “travestismo” era uma variação normal dentro de um leque de possibilidades sexuais, outros estudiosos, como o médico alemão, Krafft Ebing, classificaram os homossexuais e travestis como portadores de uma estrutura psicopatológica e criminosa (LEITE JR., 2008).

A primeira cirurgia bem-sucedida de transgenitalização aconteceu em 1921, realizada por Félix Abraham que ajudou “Rodolfo” a tornar-se “Dora”, nove anos antes, em 1912, já havia acontecido a primeira mastectomia, de uma jovem que ameaçava se suicidar se não retirasse os seios (CASTEL, 2001). A síntese do estradiol, em 1936, possibilitou que travestis e transexuais administrassem tais substâncias antes mesmo de se normatizar as prescrições, em 1950, em alguns países da Europa.

Joanne Meyerowitz (2002) pontua que somente depois da Segunda Guerra os médicos começaram, de fato, a se interessar e pesquisar questões relacionadas à “mudança de sexo”. Assim, o termo “transexual” é utilizado pela primeira vez em 1949, pelo psiquiatra inglês David Oliver Cauldwell, para fazer referência às pessoas que desejavam a cirurgia de mudança de sexo. Em 1953 o soldado americano George W. Jorgensen se torna a primeira transexual a ter sua transformação acompanhada pela mídia (PRECIADO, 2008). A primeira faloplastia (construção de um pênis a partir de um enxerto da pele e dos músculos do braço.) acontece poucos anos depois, em 1958, na Rússia, como parte do processo de mudança de sexo de mulher para homem.

É nesse cenário que o endocrinologista Harry Benjamin sistematizou pela primeira vez, na década de 1950, as características dos sujeitos transexuais e passou a apoiar e incentivar, publicamente, o tratamento hormonal e cirúrgico de quem o procurava (BENTO, PELÚCIO, 2012). Tal acontecimento provocou uma mudança radical na exposição midiática da cirurgia de mudança de sexo.

Harry Benjamin era de uma linha de endocrinologistas advindos da Alemanha que também acreditavam na construção comportamental do sexo. Para ele, a diferença básica entre travestis e transexuais era o desejo pela cirurgia de transgenitalização, pois, estes últimos, não se sentem confortáveis como o pênis, já que são mulheres em

um corpo errado. São essas características, formuladas por Harry Benjamin, que orientaram o processo de patologização da transexualidade nos atuais códigos médicos. Em 1973 a homossexualidade é retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM) como doença mental, mas em 1983, a transexualidade (disforia de gênero) é incluída no manual como doença mental, e três anos antes já tinha sido incluída no Código Internacional de Doenças (CID), pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

É importante ressaltar que o processo de patologização da transexualidade, nesse período, tinha como uma das suas propostas, fazer com que as cirurgias de transgenitalização deixassem o campo da ilegalidade em alguns países e, com isso, promover a assistência dos sujeitos transexuais pelos serviços de saúde, tanto público, como privado.

No início do século XX a cirurgia de transgenitalização era considerada mutilação pela lei, foi a articulação entre psiquiatria, endocrinologia e genética que promoveu uma série de mudanças nesse campo. Dessa forma, a descriminalização das intervenções cirúrgicas e farmacológicas foi acontecendo gradualmente pelo mundo, 1935 na Dinamarca; 1967 na Grã-Bretanha e 1969 na república Federal Alemã. O custo do tratamento passa a ser coberto pela Seguridade Social neerlandesa em 1972, quando a Associação Americana recomenda o procedimento cirúrgico como tratamento para transexualidade (PRECIADO, 2008).

No Brasil, um dos casos que ganhou destaque na mídia foi o do médico Roberto Farina e sua paciente, que foram presos, ainda na década de 1970, após o que foi considerada, a primeira cirurgia de transgenitalização do país (LEITE JR., 2008). Farina foi acusado de crime de lesão corporal e falsidade ideológica, além de infringir o Código de Ética Médica, que proibia a realização de ato médico ilegal. O Supremo Tribunal, na época, acabou inocentando o médico utilizando os argumentos de que a cirurgia foi realizada a partir do diagnóstico de transexualismo, proposto pelo endocrinologista Harry Benjamin e que, com isso, promoveu a melhoria da saúde da paciente (LEITE JR., 2008).

A descriminalização da cirurgia de readequação sexual e dos procedimentos afins relacionados à transexualidade foi resultado de um longo processo de debate na área da saúde e justiça no Brasil. Tais embates eram sempre relacionados ao Código de Ética Médica e ao

Código Penal, pois se colocava em questão a legitimidade penal e ética do procedimento de transgenitalização, já que esta era considerada “mutilação grave” e “ofensa à integridade corporal”. Ademais, o crime de atribuição de falsa identidade, conforme Artigo 307 do Código Penal era utilizado como argumentação contra a redesignação sexual devido as suas implicações jurídicas.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) só passou a regulamentar e autorizar a cirurgia de transgenitalização em 1997, por meio da resolução nº. 1.482, enquanto o Ministério da Saúde (MS) formalizou as diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) mais de dez anos depois das orientações do CFM, por meio da Portaria GM nº. 1.707, em 18 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008). Tais regulamentações tanto do CFM como do MS foram revogadas e outras forma colocadas em vigor no seu lugar, CFM nº 2.265/2019 e a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, respectivamente.

Resultados e discussão

A dinâmica de atendimento no ambulatório acontece da seguinte forma, as consultas são realizadas pelos residentes de psiquiatria que, depois de obterem todas as informações consideradas relevantes sobre os pacientes, se dirigem para a sala de grupo com a finalidade de discutir o caso com os outros profissionais, estes orientam como conduzir o atendimento, quais exames passar, a medicação, a dosagem etc. Para serem atendidos no ambulatório do Hospital os pacientes passam pelo processo de diagnóstico e enquadramento em categorias nosológicas pelos psiquiatras. Mesmo que busquem apenas o atendimento com o endocrinologista, precisam ser considerados transtornados ou disfóricos, pois a hormonioterapia só é iniciada e tem como base o diagnóstico. Os cuidados em saúde para travestis e transexuais estão condicionados ao desvelamento da sua sexualidade.

Durante uma das discussões de caso apresentadas pelos residentes de psiquiatria no ambulatório, um deles fala: “a paciente confessou que ...”. Um dos profissionais interpela “confessou?!” e todos riem. Apesar do termo confissão pelo residente neste caso ser motivo de riso, observamos que a dinâmica envolvida no atendimento do ambulatório é a mesma descrita por Foucault (2009) ao falar sobre as técnicas de confissão. A verdade de cada paciente é construída na

medida em que este revela a sua sexualidade durante os atendimentos. A ginecologista alerta os residentes que “não podemos fazer o diagnóstico de transexualismo só com o fato do paciente dizer que é transexual, temos que investigar a sua história”. Nesse jogo, a sexualidade torna-se um lugar desconhecido para o sujeito e, ao mesmo tempo, no plano social, há uma hiperprodução de conhecimento teórico e científico a respeito do sexo (FOUCAULT, 2010).

Essa produção de conhecimento teórico e científico é o que permite à equipe de saúde questionar se a paciente é travesti ou uma transexual “de verdade”. “Qual seria a principal característica para definir um transexual?”, pergunta uma das profissionais mais antigas do ambulatório, ao que uma ginecologista responde prontamente: “é a rejeição precoce ao corpo biológico”. O transexualismo é compreendido como um transtorno no qual a pessoa tem um corpo (sexo/genitália) que não corresponde à sua interioridade, ao gênero. A afirmação da ginecologista é atravessada pela cisão entre a noção de corpo biológico, onde estaria localizado o sexo, e uma interioridade psíquica, que seria o gênero.

Essa separação entre sexo e gênero tem sido utilizada como justificativa para realizar o diagnóstico de transexualismo e para a crescente indicação das cirurgias de transgenitalização. Não foi apenas uma melhoria tecnológica que influenciou o aparecimento de tais cirurgias, mas a criação de um “eu interno” masculino ou feminino “independente” das marcas corporais. Para identificar se o eu interno dos pacientes é masculino ou feminino, a médica do ambulatório orienta: “é importante montar a história desses pacientes desde a infância, pois é perigoso transexualizar travestis”. Para não cometer esse erro de diagnóstico, é necessário fazer os pacientes falarem, assim, por meio da confissão, esse sujeito pode descobrir o seu eu verdadeiro. Essas relações de poder-saber sobre a sexualidade permitem a produção de um sujeito com interioridade, identidade e subjetividade.

Esse ser psicológico interior construído pela nossa sociedade a partir da modernidade, apesar do seu aspecto “ficcional”, possui uma eficácia discursiva e poder de materialização (SPINK, 2011). Podemos perceber o seu efeito nos documentos de identidade, laudos psicológicos, diagnósticos, livros biográficos, direitos constitucionais etc. A construção de uma interioridade, identidade, essência, personalidade, de comportamentos e desejos coerentes ao longo do tempo possibilita

o governo dos indivíduos e, conseqüentemente, da população. É exigido que travestis e transexuais obedeçam a essa expectativa de um “eu” linear e constante ao longo da vida. A estabilidade proporcionada pelo recurso da “memória” do que se é permite uma inteligibilidade desse sujeito. Esse autoconhecimento destina os corpos a determinados modos de existência.

Porém, a memória biográfica não é um conjunto de fatos “guardados” na cabeça, mas um ritual de contar história que é apoiado em artefatos como fotografias, vídeos, documentos, diários etc. (SPINK, 2011). Os pacientes, ao contarem suas histórias, precisam buscar na infância a explicação de que sempre foram assim, que seu “eu” é feminino ou masculino, pois gostavam de brincar de boneca com as meninas, não gostavam de futebol e vestiam escondidas as roupas das mães e das irmãs ou o contrário disto (BENTO, 2006; PELÚCIO, 2007).

Essa é uma tentativa de organizar o “eu”, uma busca por coerência. Uma das pacientes atendidas no ambulatório relata brevemente como decidiu iniciar o seu processo de transformação corporal e como sempre foi muito feminina, oferecendo uma linearidade entre o “gay-zinho” do passado e a “travesti”, como se reconhece atualmente:

[E.1] Essa minha auto afirmação começou quando eu tinha 18 anos, eu era menininho ainda, mas era muito, muito afeminado, e sempre diziam que eu era trans. Mas eu não tinha a oportunidade dessa mudança, dessa transformação. Tinha o preconceito, essas questões todas... E fazia essa avaliação, será que vale a pena abrir mão de tudo para me auto afirmar travesti? Aí vinha alguns estigmas muito fortes, essa da prostituição que é algo muito difícil. Tinha esse pensamento muito forte. Meu Deus, como é que vai ser? Nessa época eu já não morava com a minha mãe, eu morava só. Aí eu ficava faço ou não faço... Chegou um dia que estava cansado mesmo. Sempre tive cabelo grande... Me olhei no espelho “Não sou mais eu!”. Joguei tudo no lixo, fiquei com uma calça jeans e três blusinhas. Foi aí que comecei, comecei com hormônio (...).

Ela relata que, apesar de ter sido um menininho antes de mudar a roupas e utilizar hormônio, sempre teve cabelo grande e enfatiza que era muito “afeminado”. Esse passado de menino “afeminado” faz conexão com a cena do espelho no qual ela não se reconhece - o

reflexo da sua aparência externa era incoerente com seu “eu” interno. Quando os profissionais “psi” registram tais histórias, a sua função não é de descrever a interioridade de determinado indivíduo, mas de construir esses sujeitos como dotados de desejos, de uma vida psicológica interior e portadores de um transtorno psíquico.

O “eu” produzido nessa rede funciona como um ideal regulatório, que controla e dociliza os corpos (ROSE, 2001). Esse jogo relacional permite a emergência do “eu” feminino ou masculino, que não é uma entidade interna do ser humano ou puramente social, mas produto destas forças. Podemos compreender o “eu” como algo fluido e mutante, não como uma entidade interna caracterizada por uma essência. A “descoberta” ou a “confirmação” de uma interioridade transexual ou travesti é construída, geralmente, quando elas encontram psicólogos, psiquiatras e psicanalistas. Não é incomum, os pacientes do ambulatório contarem que antes achavam que eram homossexuais, mas isso mudou ao serem consultados por um psicólogo ou psiquiatra que explicava que, na verdade, eles eram mulheres ou homens transexuais.

O saber “psi” produz uma série de efeitos no modo como os pacientes passam a se subjetivar. É na sessão de psicoterapia que uma paciente “descobre” o seu verdadeiro “eu” e isto possibilita, inclusive, uma série de mudanças na forma como ela se relaciona com o próprio corpo:

[E.2] Eu fiquei sabendo [que era transexual] porque eu fui a uma psicóloga para conversar com ela como eu me sentia. Como é que eu me sentia por dentro, o que eu pensava, como eu agia, tudo! E aí ela atestou você é transexual, uma transexual. Aí ela foi explicar o que é que era, e eu fui atrás de saber o que é que era e posteriormente eu comecei a tomar hormônio. Depois que ela atestou eu comecei a tomar hormônio. Com dois meses tomando hormônio meus seios cresceram muito e aí eu me assumi 24 horas. Eu venho de uma família toda evangélica, ou seja, não é fácil. Assumir ser transex não é fácil. Dizer eu nasci assim, mas eu sou assim, mas a sociedade não está preparada para isso. E quando eu digo que a sociedade não tá preparada não é no sentido de aceitação, pois a gente não precisa ser aceita, porque não é produto. Eu digo de não ter conhecimento sobre o assunto. Porque todo mundo pensa que só porque nasceu com o sexo biológico masculino e tem uma identidade de

gênero feminino é travesti e aí liga isso a prostituição, a tudo que é de ruim. E não é assim. É como ser heterossexual, existem heterossexuais que são ruins e existem heterossexuais que são bons, isso vai depender de cada pessoa. Assim como existem transexuais, gays e lésbicas que são bons e são ruins. Mas a gente é taxada de ruim. Enquanto a sociedade diz que nós somos doentes, enquanto as pessoas dizem que nós somos pessoas doentes a gente vai ser tratada como doentes.

Foi confessando tudo à psicóloga que ela recebeu o seu diagnóstico e começou a modificar o seu corpo com o uso de hormônios. Ao falar de si, confessar os seus desejos, a paciente do ambulatório constrói um discurso sobre a sua sexualidade e passa a se constituir como sujeito, sujeito de desejo, sujeito sexual. A confissão à psicóloga permite que ela conheça os seus segredos mais íntimos e, ao mesmo tempo, possibilita que ela passe a se vigiar constantemente, ficando atenta aos próprios comportamentos e pensamentos, pois os seus desejos e a sua sexualidade devem ser coerentes com seu verdadeiro “eu”. É preciso forjar uma identidade feminina, que se materializa no modo como ela fala suavemente, nas formas arredondadas que seu corpo apresenta após o uso de hormônios, nas roupas decotadas etc. É preciso controlar o seu corpo e o seu sexo. Verdade e subjetividade tornam-se efeitos da confissão e das técnicas de verdade.

Outra paciente do ambulatório diz que o seu diagnóstico foi realizado há muitos anos. “Nessa época, ainda não sabiam direito diferenciar gay de travesti, de transexual, não existia isso”, mas foi nesta avaliação que ela se descobriu: “sou 95% mulher, esses 5% que faltaram é porque eu sou alfa, gosto de mandar e dominar, meus namorados sofrem. Mas todas as mulheres da minha família são desse jeito, elas que sustentam a casa, trabalham, fazem tudo”. O diagnóstico está associado a um regime normativo que determina um padrão único de feminilidade e masculinidade, no qual mulheres são submissas e frágeis, gostam de realizar atividades domésticas, desejam casar e sentem atração sexual por homens, e homens são fortes, trabalham para sustentar a família e sentem atração por mulheres. Não há questionamento sobre como as características físicas e morais atribuídas aos sexos variam nas mais diversas sociedades e períodos históricos. Esses atributos são apenas naturalizados compulsoriamente quando determinamos que isto é coisa de menino e aquilo é de menina.

Inúmeras práticas discursivas e não discursivas contribuem para que tais normas identitárias sejam reiteradas, como a divisão dos banheiros, o modo como nos vestimos, testes psicológicos todos esses dispositivos produzem a noção de continuidade e coerência. O sexo se transforma na inteligibilidade do sujeito, na sua identidade, sua história. Desse modo, a sexualidade permite o poder sobre a vida, não apenas interditando os corpos, mas construindo técnicas de si. Essas técnicas permitem que os próprios sujeitos intervenham em seus corpos, em seus desejos, sua alma, seus pensamentos e condutas a fim de produzir mudanças até que se atinja um estado de perfeição e, conseqüentemente, de felicidade (FOUCAULT, 2010).

A felicidade, para alguns pacientes estava associada à cirurgia de transgenitalização. Esse procedimento é imaginado como um modo de obter inteligibilidade, de ser reconhecido socialmente como homem ou mulher, conseguir um emprego, ser respeitado na família. “Minha mãe disse que mesmo usando hormônio, me vestindo e parecendo uma mulher, sou apenas uma travesti, pois ainda não fiz a cirurgia”, relata uma paciente. A cirurgia de redesignação sexual só é realizada após dois anos de acompanhamento psicoterapêutico e um laudo. O laudo, mais que a terapia, é algo muito procurado pelos pacientes do ambulatório. Duas pacientes relatam que iniciaram o processo de psicoterapia em outro serviço, mas abandonaram quando descobriam que a psicóloga não fazia laudo. Nesse processo para conseguir um laudo e realizar a cirurgia, os pacientes negociam com os profissionais “psi” quais discursos podem ser ditos ou não e qual o padrão de feminilidade e masculinidade utilizado como referência.

A patologização da transexualidade não garante o acesso aos cuidados de saúde, mas reiteram e impõe um modelo único de sexualidade. O transexualismo transforma os sujeitos em transtornados, incapazes de decidir sobre as mudanças que desejam realizar sobre o próprio corpo, e que necessitam dos saberes biomédicos e psi para orientar e autorizar as suas escolhas (BENTO, PELÚCIO, 2012). Mesmo no campo da patologia, observamos que os pacientes não são passivos nessa dinâmica, pois eles negociam incessantemente com os saberes psi e biomédico. Muitos já conhecem os protocolos da transexualidade, se informam com amigos e pela internet sobre o que podem ou não falar na frente da equipe de saúde, que é bem diferente daquilo que circula na sala de espera do ambulatório.

Eles buscam atendimento psicológico, mas faltam com frequência ou mesmo abandonam o atendimento quando percebem que não irão receber o laudo que desejam. Vão as consultas com psiquiatras e psicólogos, mas falam apenas superficialmente sobre as suas vidas, pontuando de modo enfático somente os aspectos envolvidos para o diagnóstico de transexualidade. Mesmo após a sujeição desses corpos a uma série de técnicas para a sua regulação, eles não são passivos, eles se reinventam.

Considerações finais

Há uma negociação constantemente entre a equipe de saúde e travestis e transexuais que buscam estes serviços para realizar as mudanças que desejam em seus corpos. Travestis e transexuais desvelam em suas interações como agir e o que pode ou não ser dito nas consultas com os profissionais da saúde. Entendemos que o “eu” é uma categoria fluida e instável, produto de uma rede de elementos discursivos e não discursivos, apesar da tentativa de captura e cristalização construídos pelo dispositivo da confissão. Os modos de subjetivação homens e mulheres cis, trans, travesti são uma ficção socialmente construída, mas que nem por isso deixa de produzir efeitos. “Não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das relações de poder” (TADEU, 2009, p. 10).

Podemos compreender que as categorias identitárias não são uma manifestação do “eu” interior, mas um produto do poder, um elemento político. Isso faz com que nos reconheçamos como possuidores de uma interioridade que determina o modo como devemos agir. O uso de determinada categoria para classificar os sujeitos produz diferentes modos de vida, pois os discursos têm efeito de poder, podendo controlar e instituir quais são as formas possíveis de existência. No caso de travestis e transexuais este modo de existência é determinado pela confissão de sua sexualidade, patologização e tutela pelos profissionais da saúde.

Referências

ARÁN, M; MURTA, D; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1141- 1149, 2009.

BENTO, B PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/agosto, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM n. 1.707*, 18 de agosto 2008. Processo Transsexualizador. 2008.

CAMPO-ARIAS, A HERAZO, E. Homofobia en estudiantes de medicina: una revisión de los diez últimos años. *MedUNAB*, 11, p. 120-123, 2008.

CASTEL, P. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, 2002. FOUCAULT, M. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fonseca, 2001.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GONZÁLEZ, M; LINCONA, N. Normalización del discurso homofóbico. Aspecto bioético. *Acta Bioethica*, v.12, n.2, 2006.

IZQUIERDO, M. “Uso y abuso del concepto de género”. In: VILANOVA, M (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu. *Educação & Realidade*, v. 26, n. 1, p. 33-57, 2001.

LEITE JÚNIOR, J. “*Nossos Corpos Também Mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2008. (Tese de Doutorado).

MÉLLO, R; SAMPAIO, J. Corpos intersex borrando as fronteiras do discurso médico. *Revista NUFEN*, v. 4, n. 1, p. 04-19, jan-jun, 2012.

MEYEROWITZ, Joanne. *How sex changed*. Cambridge, Massachusetts, Harvard Universit press, 2002.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madri: Espanha Calpe, 2008.

ROMANO, V. Inclusão não homofóbica: um diálogo entre estudantes de medicina e . *Revista Brasileira de Med. Fam. e Com*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, jul-set, 2007.

SPINK, M. Pessoa, Indivíduo e Sujeito: Notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. *In: SPINK, M; FIGUEIREDO, P; BRASILINO, J. Psicologia social e pessoalidade*. Rio de Janeiro: Centro Eudelstein de Pesquisas Sociais, 2011

TADEU, T. Nós, ciborgue: o corpo elétrico e a dissolução do humano. *In: TADEU, T. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humanos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TRANSFOBIA E FALTA DE ATENDIMENTOS: ENTRAVE NOS ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE HOMENS TRANSGÊNEROS NA BAIXADA CUIABANA

Rayssa Karla Dourado Porto

Psicóloga, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), psi.rayssa@gmail.com.

Lucas Luís Moreira França

Enfermeiro, mestrando do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), enflucasmoreira@gmail.com.

Marcos Aurélio da Silva

Doutor em Antropologia, professor adjunto do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), marcoarelios@hotmail.com.

Resumo

Ao analisar os itinerários terapêuticos que os homens transgêneros percorrem ao decidirem ingressar no processo transexualizador, desvelou-se que o percurso dos sujeitos entrevistados é composto por dificuldades e entraves relacionados ao acesso dos serviços de saúde, como situações transfóbicas, desde a recusa em atendê-los, perpassando a deslegitimação da identidade trans. O atendimento clínico é marcado pela falta de capacitação na formação desses profissionais da saúde e as relações de poder instituídas nesse processo histórico da biomedicina são descritas pelos entrevistados. O objetivo foi compreender os caminhos de cuidado que os homens transgêneros percorrem ao decidirem assumir sua identidade de gênero na região da Baixada Cuiabana (MT). A pesquisa foi desenvolvida na área das ciências sociais e humanas em saúde e

buscou-se verificar como os sujeitos da pesquisa se representam nas nar-rativas, compreendendo essa como uma possibilidade de resignificação e subjetivação. No processo de análise dos itinerários terapêuticos dos participantes, decidiu-se trabalhar com as fases da crise, privilegiando um olhar etnográfico sobre as narrativas. Evidenciou-se a necessidade dos serviços se reorganizarem para incorporar nos sistemas o nome social, gênero e as especificidades do corpo fora da norma binária. Foi apontado ainda a importância da construção do ambulatório voltado para o cuidado das pessoas trans.

Palavras-chave: Homens Transgêneros, Itinerário Terapêutico, Transfobia.

Introdução

Quando lança a portaria 1.707 de 18 de agosto de 2008, o Ministério da Saúde objetivava instituir, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador (PT-SUS), com atenção integral aos sujeitos que dele necessitassem, atendendo a resolução 1.652/2002 expedida pelo Conselho Federal de Medicina. Com a portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013, o Ministério revoga a anterior e o PT-SUS amplia o atendimento para homens trans e travestis, pretendendo garantir a integralidade, destacando o atendimento na atenção básica e na atenção especializada, instituindo a modalidade ambulatorial e hospitalar.

Já a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, instituída pela portaria 2.836, de 1º de dezembro de 2011, foi um grande marco para a população e sociedade civil organizada na garantia de seus direitos sociais. A Política Nacional de Saúde LGBT, além de apresentar diretrizes e objetivos para a construção de planos, projetos e ações em saúde, traz como destaque que processos como a discriminação e as LGBTfobias são consideradas determinantes sociais de saúde para esta população, ou seja, interferem diretamente em sua qualidade de vida e saúde (BRASIL, 2013).

Em contraponto, a implementação desta política pública tem enfrentado seus obstáculos, não sendo uma prioridade para muitas instituições públicas. Guimarães et al. (2020) pontuam a falta de conhecimento de profissionais enfermeiros em relação a temática, muitas vezes limitando-se apenas à abordagem da saúde sexual e reprodutiva, especialmente em relação à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST). Reis et al. (2021) descrevem a ausência de educação permanente entre os profissionais, uma vez que a formação predominantemente biomédica não alcança os aspectos biológicos da transexualidade e travestilidade, quicá os aspectos socioculturais e políticos, inviabilizando a instrumentalização para o atendimento às demandas concretas da população LGBT.

Em Mato Grosso, o contexto não é tão diferente do cenário brasileiro, embora os avanços nos últimos anos sejam significativos, especialmente no fortalecimento de instituições públicas na garantia dos direitos sociais, cidadania e acesso à saúde. Mas se percebe

também uma resistência do Estado na construção e implementação de políticas públicas para LGBTs, considerando a intensificação de movimentos conservadores e neoliberais (LOPES, 2020).

Destarte, é relevante pontuar que as conquistas no âmbito das políticas públicas em saúde para populações LGBT possuem suas limitações e contradições. As políticas sociais vão sendo construídas e pautadas considerando a intensa correlação de forças, e as necessidades urgentes de determinadas demandas, tal como a garantia dos procedimentos de transgenitalização financiado pelo SUS. O Processo Transexualizador no SUS inscreve sua ambivalência no âmbito das políticas públicas para LGBT, uma vez que se dá em um contexto de saúde, em disputa, onde a pensamento hegemônico biomédico considera transexualidade e travestilidade como patologias. Nesse sentido, Lionço (2009) pontua a problemática em considerar aspectos psicobiológicos (médico-psiquiátricos) das identidades transexuais e travestis, em detrimento dos aspectos sociais, históricos e culturais.

Embora seja inegável considerar o Processo Transexualizador uma conquista para a população LGBT, sobretudo para transexuais e travestis, Lionço (2009, p. 59) destaca que “a busca pela democratização dos direitos sexuais deve levar em consideração que a heteronormatividade e a manutenção dos estereótipos de gênero são contrárias à afirmação da diversidade sexual como valor social”. A política torna-se insuficiente no rompimento concreto das barreiras do acesso à saúde e na garantia de direitos sociais para população LGBT, sendo, portanto, indispensável a construção de políticas públicas que considerem a superação de heteronormatividade e demais estruturas que oprimem e violentam sujeitos LGBTs.

Mesmo existindo instrumentos para operacionalizar a política de saúde LGBT disponíveis nas redes de atenção à saúde, há uma intensa obstaculização velada, por detrás dos discursos de desconhecimento ou ainda da desnecessidade de uma abordagem diferenciada, considerando os conceitos de universalidade e equidades, já previstos no SUS. Esses discursos são mais presentes nas experiências de transexuais e travestis no acesso à saúde, uma vez que seus corpos e vivências são deslegitimados (REIS et al., 2021; SOUSA e IRIART, 2018).

Quando nos deparamos com as situações, percebemos a relevância de estudar e fornecer contribuições específicas sobre essa

população para endossar políticas e serviços voltados para transgêneros, transexuais e travestis. O preconceito e a falha no atendimento desses sujeitos pelos profissionais de saúde são questões que nos despertam para a importância de compreendermos o contexto social em que vivem. Especialmente, por desafiarem a sociedade heteronormativa, eles ficam à mercê da violência e do adoecimento mental. Desse modo, analisar o itinerário terapêutico que os homens transgêneros percorrem ao decidirem ingressar no processo transexualizador tornou-se o objetivo central desta pesquisa.

Sete homens e um sistema: a dificuldade de acesso aos serviços

O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado denominada “Da identificação da crise ao recomeço: Itinerário terapêutico de homens transgêneros da Baixada Cuiabana (MT)”, uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na área das ciências sociais e humanas em saúde. Os dados foram produzidos a partir de sete narrativas de homens transgêneros, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em um dos municípios da Baixada Cuiabana ou com itinerários terapêuticos que atravessam a região.

Os participantes foram selecionados pela metodologia bola de neve, na qual a partir da identificação de um primeiro sujeito, haveria a indicação de outros. Para a realização da presente pesquisa, utilizamos como técnica de coleta entrevistas individuais semiestruturadas com um roteiro para guiar a conversa. As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelos participantes. Foi solicitada a gravação da conversa em aparelho gravador de áudio digital com o consentimento de todos. A pesquisa seguiu os princípios éticos recomendados nas resoluções 466/2012 e 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde e está registrada sob número CAAE 05071318.3.0000.8124. Os sujeitos consentiram em participar a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

De acordo com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988). Quando

perguntamos como a população trans sente-se em relação ao modo como são atendidos na arena profissional de saúde, evidenciamos que o princípio da Universalidade não foi efetivado no cuidado (ou não cuidado) prestado aos entrevistados.

Os trabalhadores de saúde, de serviços públicos e privados, ainda não incorporaram em seu cotidiano a ideia da atenção integral e da saúde para todos e todas. Suas práticas em saúde permanecem focadas na cisheteronormatividade instituída em nossa sociedade e, em alguns casos, o que foge à essa “regra” é discriminado. Dentre os entrevistados, apenas um deles, Se-vero José, relatou usar os serviços do SUS como acesso principal de cuidado. Relata que custeia as ultrassonografias, pois essas não estão disponíveis no SUS, e também a hormonioterapia. Os demais entrevistados utilizam-se de serviços particulares e/ou plano de saúde.

Ao analisarmos os dados, verificamos que dentre os sete sujeitos, apenas um entrevistado conseguiu realizar acompanhamento com profissionais da rede pública de saúde. É importante situarmos o contexto familiar de Severo José, pois sua mãe é assistente social da área da saúde no município em que residem e isso facilitou a marcação de consulta com psicóloga, endocrinologista e psiquiatra no SUS.

A questão de apenas um indivíduo conseguir atendimentos na rede pública demonstra que há um gargalo do sistema de saúde no itinerário desses homens. A portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde estabelece o laudo médico e psicológico como requisito fundamental para realização de cirurgias e hormonioterapia. Ao nos depararmos com a realidade descrita pelos participantes da pesquisa, nos parece intangível, ao menos para a maioria, a realização de cirurgias por meio dos serviços públicos. Isto é, como os sujeitos adentram os serviços especializados credenciados para realizações de intervenções cirúrgicas, se não conseguem nem mesmo uma consulta com psicólogo, psiquiatra e endocrinologista?

Percebemos que há disparidade no acesso da população transsexual e não podemos responsabilizar somente a falta de um ambulatório na região, pois vemos que a inacessibilidade é presente desde a atenção primária. Lima e Cruz (2016, p. 165) destacam que “neste contexto, o cuidado em saúde, que deveria ter como princípio organizador a universalidade, a equidade e a integralidade, vê-se fragmentado e, muitas vezes, ausente”.

Severo José narrou que já passou por três endocrinologistas da rede pública de saúde. Conta que os dois primeiros recusaram atendimento, mas pontua que isso não lhe pareceu trans-fobia:

Era tipo: 'Não vou te atender porque eu não sei como atender. Então, procurem quem sabe'. Isso não é trans-fobia, isso é mal exercício da profissão! Isso é uma coisa que o Conselho de Medicina que tem que mudar, não sou eu... é o Conselho de Medicina que tem que falar aqui 'Olha, vocês têm que atender, querendo ou não!'. (Severo José, setembro de 2019)

A fala de Severo José sobre a recusa dos profissionais da saúde em atendê-lo está relacionada ao fato da categoria médica respaldar-se na “objeção de consciência”, que tem sua base na Constituição Federal e também na autonomia do profissional, respaldado por meio do Código de Ética Médico. Podemos supor que por vezes a justificativa da falta de conhecimento serve para encobrir questões religiosas e morais, como apontado por André:

Acompanhamento mesmo aqui é difícil. Quando a gente consegue acompanhamento, com o endocrinologista especificamente, poucos profissionais conhecem. Eles conhecem pouquíssimo sobre fazer terapia hormonal em pessoas trans. Essa primeira endocrinologista foi horrível, além dela querer me dizer que eu não era trans porque eu vivia como André há muito tempo, e não tinha tido a demanda de hormonizar até então, isso indicava dúvida. (...) Ela foi a que mais sabia, aí para minha surpresa ela usou isso para justificar que ela não ia me atender porque eu não era trans. Na verdade depois eu entendi, na hora que eu levantei e eu vi uma bíblia gigante atrás dela, aí tudo fez sentido (...) mas ela ficou naquela de poder, mas não querer negar atendimento, acho que ela ficou com medo de eu denunciar. Enfim, aí rolou esse episódio e eu fiquei muito chateado. (André, julho de 2019)

De acordo com Foucault (1999), as práticas médicas normalizam a vida do indivíduo e a sua identidade. E como apontado por Severo José e André, tais práticas incluem escolher quem atender ou não. “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos

regulamentadores” (FOUCAULT, 1999, p. 302). Dessa forma, através da regulamentação e controle dos corpos, o Estado exerce o biopoder sobre os indivíduos e, conseqüentemente, da população. Acácio e Léo também comentaram sobre a recusa de atendimento por parte dos endocrinologistas em serviços particulares e planos de saúde, corroborando com a ideia de que há um poder circunscrito na medicina que faz com que a recusa de atendimento não se restrinja a exceções.

Acácio relata que mesmo não existindo ainda um ambulatório, o Hospital Universitário Júlio Müller é considerado uma referência pelos profissionais de saúde e deveria ser o local onde a população trans pudesse ser atendida:

Mesmo no particular, mesmo com o plano é difícil! São vários médicos falando 'não quero lidar com isso'. 'Não quero!'. Eles deixam bem claro e mandam ir procurar o Júlio Muller, só que o Júlio Muller não tem estrutura, não tem uma equipe especializada nisso. É complicado. E não é só aqui... É no Brasil inteiro! (Acácio, agosto de 2019)

César relata que se sente acolhido nos atendimentos de saúde realizados no âmbito particular: “Até porque eu nunca frequentei o público. Nunca tive nenhum problema em relação a isso, o pessoal sempre foi bem receptivo, sempre educado, sempre perguntando como escreve o nome”. André, por sua vez, pondera sobre a qualidade do atendimento e possíveis diferenças em relação a realidade na rede pública de saúde, conforme descrito no fragmento de sua entre-vista:

Me sinto acolhido. A gente exige esse acolhimento, na verdade ele não vem. Mas eu acho que seria muito diferente se eu usasse a rede pública de saúde, com certeza! Por parte das equipes, nos lugares que eu procuro atendimento, na maioria das vezes eu sou muito bem recebido. Eu sou acolhido, mas aí eu faço esses recortes assim: eu sou branco, tenho plano de saúde, a forma como eu já chego também, eu sou muito simpático acho que já facilita esse primeiro contato assim, acho que seria muito diferente se fosse [de] outra [forma]. (André, julho de 2019)

Dentre todos os entrevistados, André é o que participa mais ativamente como militante pelas causas trans. Posto isso, percebemos sua demarcação ao exigir qualidade e acolhimento no âmbito da saúde,

pois há um reconhecimento dos direitos conquistados. Ter acesso à informação e conhecimento de leis e portarias possibilitou a ele uma postura proativa, com a exigência de um bom atendimento.

O recorte que André faz com o fato de ser branco e ter acesso ao sistema formal via plano de saúde aponta as desigualdades sociais existentes no país e as disparidades na atenção saúde. Nesse contexto, existe ainda outro elemento a ser agregado – o gênero –, que pode gerar mais exclusão nos serviços de saúde. No entanto, não pensamos esses elementos de forma fragmentada, como categorias fixas. Eles são históricos, interdependentes e ocorrem em relações e práticas sociais dinâmicas, que estão em constantes mudanças e renegociações (KER-GOAT, 2010). Esse enfoque interseccional possibilita maior compreensão sobre as dominações e as múltiplas formas de opressão que ocorrem em nosso sistema de saúde e na sociedade brasileira, que perpetuam as desigualdades sociais.

Rocon et al. (2016) analisam que é fundamental atentar-se aos aspectos de pobreza, homo/trans/travestifobia, marginalização social, violência, evasão escolar, desemprego, perda de laços familiares e demais espectros que compõe a vida das pessoas trans. Para os autores, essas nuances colocam em evidência as dificuldades que as travestis, os homens e as mulheres trans enfrentam para alcançarem os recursos para modificações de seus corpos.

Léo contou que a única vez que tentou se consultar via serviço público de saúde foi com uma endocrinologista de um hospital público, recomendada por vários colegas. No entanto, devido a um episódio em que teve receitas roubadas e sua assinatura falsificada por um paciente, ela parou com os atendimentos. Quando Léo chegou para se consultar a médica disse que não o atenderia devido ao fato ocorrido, generalizando uma conduta particular:

Só que o jeito que ela falou foi assim: ‘quando eu comecei ninguém queria trabalhar com vocês’ – aí já começa o processo de exclusão – ‘eles tinham me falado sobre vocês’ – como se a gente fosse um ser extraterrestre, sabe? – ‘já tinham me avisado que vocês eram assim’. Como se a gente fosse mau caráter. E aí ela parou de atender a gente com essa justificativa. Falando que ela não queria se arriscar e arriscar a reputação dela em nome da comunidade sendo que ela tinha sido apunhalada e tal, usando desculpas. (Léo, julho de 2019)

De acordo com o relato de Léo, a recusa da médica em atendê-lo, assim como aos demais pacientes, caracterizou-se como exclusão devido a um juízo de valor. Houve a generalização de que “todos são assim”. Léo conta que ainda tentou contra-argumentar: “Por que você vai deixar de atender a comunidade porque alguém fez algo errado? Assim, ela não deixa de atender um homem cis porque um homem cis falsificou a receita de um remédio. Porque isso acontece em todas as comunidades”. Nos remete novamente as justificativas que os médicos utilizam para aceitar ou recusar um paciente, pois a interrupção do tratamento de vários homens, porque um agiu de má fé demonstra o preconceito contra a comunidade inteira.

A maioria dos sujeitos entrevistados na presente pesquisa utiliza serviços particulares e planos de saúde. Contudo, o fato de acessar um profissional de saúde particular não garante a qualidade no atendimento prestado. Léo relata uma situação em que ele agendou uma consulta com um ginecologista e, ao chegar no local, este recusou a atendê-lo. Descreveu tal atitude como transfóbica, segue um pequeno extrato de sua entrevista:

Léo: eu fui a um médico que eu marquei. Eu fui lá para ser consultado e ele se negou a me consultar. Eu marquei a consulta pra mim e quando eu cheguei lá ele não me atendeu. Eu saí de [cidade onde reside] para vir, então eu acabei perdendo a viagem. Por conta disso gastei dia de trabalho e tal, e não fui atendido. Rayssa: Ele não quis te atender?

Léo: Ele não me atendeu. Então, assim, eu vejo que essas situações – minha mãe ficou horrorizada. É horrível você querer cuidar da sua saúde e as pessoas se negarem a cuidar de você. (Léo, julho de 2019)

Léo reitera que tal situação aconteceu no âmbito de um consultório particular e não envolvia planos de saúde. “Era no particular. Eu não tô falando do SUS”. Foram duas situações que ele considerou como transfóbicas, a da endocrinologista e do ginecologista, mas na segunda ocasião o fato de pagar pela consulta médica parece ter gerado maior impacto, principalmente por achar que isso lhe garantiria acesso ao atendimento. De um lado, percebemos o desrespeito por parte dos profissionais de saúde frente às pessoas transexuais, por outro, pesos diferentes entre os serviços públicos e privados, como se a atitude de uma das médicas fosse aceitável, uma vez que havia uma

justificativa e por ser um atendimento no serviço público, onde muitas vezes as pessoas estão sujeitas a não serem atendidas.

Na situação com o ginecologista, Léo demonstra insatisfação. É como se ferisse o direito do consumidor, visto que estava pagando. Apesar de Léo ser funcionário público, parece não relacionar o SUS como um serviço pago por meio dos tributos e impostos computados em mer-cadorias ou deduzidos de seu salário mensalmente. Assim como vivenciado por Léo, Braz (2019, p. 12) pontua que recursos financeiros não garantem o acesso a procedimentos cirúrgi-cos, nem ao acompanhamento em clínicas particulares. Para o autor, a dificuldade de encontrar assistência e acolhimento médico especializado estende-se por todo o sistema de saúde brasi-leiro, perpassando as consultas particulares:

Possuir recursos para atendimento particular ou acesso a um plano de saúde privado poderia indicar que tais dificuldades estariam sanadas, isso não ocorre quando se lida com um universo de médicos/as que parecem estar despreparados/as para o aten-di-mento à população transexual. (BRAZ, 2019. p. 12)

Sobre as expectativas dos usuários do SUS, Iriart (2003, p. 9) re-itera que “torna-se im-portante conhecer com mais profundidade as experiências e concepções da população com re-lação ao processo saúde-doença e suas expectativas sobre os serviços de saúde”. O autor destaca a participação dos usuários como um princípio fundamental para o fortalecimento do SUS e melhoria da qualidade da atenção prestada. Desta forma, quando nos deparamos com relatos onde as pessoas preferem usar formas alternativas de cuidado, fica clara a necessidade constante de qualificação da gestão e dos trabalhadores em saúde no que diz respeito às identidades de gêneros e, sobre-tudo, à integralidade do atendimento à pessoa trans. Precisamos assim iden-tificar quais direitos são garantidos a essa população, visto que as barreiras identificadas no acesso à saúde formal tornam-se um abismo para o cuidado.

De acordo com João, ele já sofreu transfobia por uma profissional da saúde:

Já sofri... pela ginecologista! Tipo assim, é aquela coisa, eu tento explicar que eu sou trans, mas eu entendo. É que ela é velha, né? Terceira idade, mas eu fui explicar para ela: “é que eu sou homem trans, que eu sou isso,

sou aquilo". Aí ela: "então você é lésbica?" Aí ela começou, tipo assim, me dar um sermãozinho, sabe: "Ah, essa Juventude está mudada, né?" Aí eu falo "cara...", abstraio e finjo demência. Mas nunca mais fui também. (João, entrevista julho de 2019)

Após esse episódio, João conta que ainda não conseguiu se consultar com outro profissional, quando percebemos insurgir resistências em acessar a arena profissional de saúde. Importante citar ainda a falta de atualização e capacitação dos profissionais de saúde. Costa et al. (2018) relatam que, em muitos cursos, na área da saúde no Brasil, ainda ensinam sexualidade e gênero em uma visão estritamente reprodutiva. Desta forma, precisamos repensar não somente sobre a capacitação dos profissionais que estão atuando, mas sobretudo pensarmos na formação acadêmica desses profissionais, pois como pontuam esses autores, não abordar adequadamente gênero e diversidade sexual pode ser um dos fatores para a insensibilidade e o preconceito sobre as identidades trans.

As narrativas demonstram que as recusas de atendimento e transfobia não se restringem aos profissionais da medicina. Gerson relata que passou por consulta com uma psicóloga e essa lhe tratou com transfobia: "A primeira psicóloga que eu fui, (...)ela fodeu com a minha cabeça, entendeu? Ela falou que eu ia mutilar, que eu não podia fazer isso, que ela não ia me atender, que é um absurdo, que... foi uma filha da puta!" Assim como relatado por Gerson, a demanda por atendimento psicológico nem sempre é acolhida por profissionais que deveriam ter conhecimentos científicos adequados para o manejo terapêutico e postura ética. O Conselho Federal de Psicologia por meio da Resolução 01, de 29 de janeiro de 2018, estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Em seu artigo 2º descreve: "As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Quando perguntado sobre como se sente ao buscar profissionais de saúde com intuito de dar prosseguimento à sua transição de gênero, Gerson afirma:

Tô pagando, né? Então assim, estou pagando pelo serviço, eles não têm que querer, apesar de alguns profissionais serem extremamente ignorantes, entendeu?

Eles são! A única forma que eu não me sinto acolhido é pela medicina em si, entendeu? Porque a medicina, ela não faz questão de estudar e aprimorar o tratamento, então eu me sinto largado pela medicina, sabe? Agora pelos profissionais, eles têm que fazer o trabalho deles, né? (Gerson, agosto de 2019)

Este trecho, relatado por Gerson, é mais uma denúncia que os profissionais não estão preparados para atender a população transmasculina. Quando começamos a revisão bibliográfica, nos deparamos com a carência de estudos e pesquisas na biomedicina acerca da transexualidade masculina. Contudo, quando nos debruçamos acerca da literatura voltada às mulheres trans e travestis, evidenciamos uma quantidade vasta de material. Essa realidade inclusive é emblemática no Processo Transsexualizador do SUS, que mesmo sendo criado em 2008, só passa a contemplar os homens trans em 2013.

Percebemos que cinco entrevistados sofreram algum tipo de preconceito durante a busca por cuidado em saúde ou no processo transsexualizador. As narrativas demonstram que não há relação profissional-usuário, além de não haver integralidade na atenção dispensada para esse grupo, tampouco é garantido a universalidade nos atendimentos. O que pudemos verificar di-ante do exposto é que a biomedicina de fato exerce relações de poder acerca dos corpos trans e investe em pesquisas científicas para elaboração de novas técnicas e hormônios sintéticos eficientes. Mas todo esse investimento não traz a devida repercussão para a vida da pessoa trans. O atendimento clínico desvela a falta de capacitação na formação desses profissionais da saúde e as relações de poder instituídas nesse processo histórico da biomedicina, como descrito por diversos entrevistados.

Considerações finais

Este texto se propôs a refletir e compreender os caminhos de cuidados percorridos por homens transgêneros ao decidirem assumir sua identidade de gênero na região da Baixada Cui-abana, no estado de Mato Grosso. As percepções aqui descritas não se restringem aos serviços de saúde da rede pública, mas também os da rede privada, uma vez que ambos são atravessados pela estrutura de matriz cisgênera e heterossexual.

No âmbito do SUS, foi possível identificar que os critérios de universalidade e integralidade não são aplicados em todos os atendimentos, uma vez descrita a dificuldade ou o não acesso à saúde, ou o não acesso às questões relacionadas a transexualidade, como o Processo Transexualizador. O fato do estado de Mato Grosso não contar com um serviço especializado no processo transexualizador ou na saúde integral à população LGBT, não isenta da responsabilidade das demais unidades da rede de atenção em saúde atenderem as demandas desta população, sejam específicas ou não.

A assistência em saúde, médica ou dos demais profissionais, reproduz a transfobia, por meio dos discursos e práticas que são atravessadas pelas estruturas e relações de poder e incidem nas vivências de homens trans. Tal prática é legitimada pelas instituições e pelo próprio saber médico. As instituições de saúde, sobretudo as que constituem o SUS, possuem os recursos necessários para que seja garantido o acesso à saúde de homens trans, porém os discursos biomédicos que deslegitimam os corpos e narrativas destes, (re) produzindo a transfobia, se-guem gerando barreiras. É necessário, portanto, construir estratégias que busquem superar a cisheteronormatividade nos espaços de saúde, bem como as demais estruturas opressoras, que continuam negando acesso às saúde de homens trans e outras pessoas LGBTs.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRAZ, C. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018**: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. **Diário Oficial União**, 30 jan. 2018; Seção 1, Página 136.

COSTA, A. B.; ROSA FILHO, H. T.; PASE, P. F., FONTANARI, A. M.V.; CATELAN, R. F.; MUELLER, A. et al. Healthcare Needs of and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People. **Journal of Immigrant and Minority Health**, 20, p. 115-123, 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARAES, N. P. et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região sudeste do Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 372-385, 2020.

IRIART, J. A. B. **Concepções e representações da saúde e da doença: contribuições da antropologia da saúde para a saúde coletiva**. Texto didático. Salvador/BA: ISC-UFBA, 2003.12 p.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Ce-brap**, n. 86, p. 93-103. 2010.

LIMA F., CRUZ K. T. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 23, p. 162-86, 2016

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, v. 1, p. 43-63, 2009.

LOPES, M. A construção da cidadania e das políticas públicas para LGBTs no centro-oeste do Brasil. In: IRINEU, B. et al. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: temas emergentes/Editora Devires. Salvador, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial União**. 20 nov. 2013; Seção 1.

REIS, P. S. P. et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. *Journal of Research: Fundamental Care Online*, n. 13, p. 80-85, 2021.

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J.; PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-25, 2016

SOUSA, D.; IRIART, J.; Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 10, 2018.

AS INTERVENÇÕES CORPORAIS EM PESSOAS TRANS: ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT NA REGIÃO DE JEQUIÉ, BAHIA¹

Marcus Vinícius Alves Menezes

Graduando em Letras na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), marcusvamenezes@gmail.com;

Adriano Maia dos Santos

Coordenador geral do projeto de pesquisa financiado pelo convênio CNPq/MS-DIAHV edital nº 11/2018. Graduado em Odontologia e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana e doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e professor adjunto na Universidade Federal da Bahia, adriano22maia@gmail.com;

Marcos Lopes de Souza

Professor orientador: Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, professor titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UESB, markuslopessouza@gmail.com.

Resumo

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) visa diminuir

1 Esta pesquisa é financiada pelo convênio CNPq/MS-DIAHV edital nº 11/2018 e a bolsa de Iniciação Científica é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB);

a discriminação e o preconceito referentes às pessoas LGBTs nos ambientes de saúde e garantir a prestação de serviços para esse grupo nesses espaços. Dois dos objetivos específicos desta política estão atrelados à redução de riscos ao uso prolongado de hormônios e a garantia do processo transexualizador na rede do SUS. Tendo como base a implementação dessa política específica para a comunidade LGBT, este trabalho se configura como um recorte da pesquisa intitulada *Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) na região de Jequié, Bahia* e tem como um dos objetivos discutir a prática das modificações corporais pelas travestis e pessoas trans. O *corpus* de pesquisa foi composto por 5 entrevistas realizadas com mulheres trans da região de Jequié, Bahia, e que foram analisadas com base nos estudos sobre travestilidades, transgeneridades e saúde. A pesquisa constatou que, geralmente, ocorre o uso de hormônios e a aplicação de silicone líquido industrial (SLI) por intermédio das relações sociais e das redes de apoio das travestis e trans, sem acompanhamento médico. A transfobia e o pensamento cisheteronormativo evidenciado na área da saúde, e repercutido entre os(as) profissionais da área, produz uma negligência dos serviços especializados, inviabilizando que a PNSI-LGBT tenha êxito. Concluimos, portanto, que é ainda um desafio para a PNSI-LGBT amenizar as consequências da marginalidade social sob os corpos da população travesti e trans.

Palavras-chave: Política pública, Processo Transexualizador, Saúde LGBT.

Introdução

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) na região de Jequié, Bahia*, financiada, atualmente, pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)*. Em vista de contribuir para a eliminação da discriminação e do preconceito contra a comunidade LGBT nos espaços de saúde, a pesquisa teve como objetivos: 1) discutir a natureza dos obstáculos que se apresentam nos serviços de saúde para atenção integral e humanizada para a população LGBT e 2) analisar as experiências vivenciadas pelos(as) LGBTs, especialmente pessoas trans, ou seja, travestis e mulheres e homens trans no acesso aos serviços de saúde.

Como considerações iniciais, faz-se necessário abordar a PNSI-LGBT. A Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT foi instituída pela Portaria GM/MS nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 com o objetivo de promover integralmente a saúde da população LGBT, constituindo-se como uma política pública que visa diminuir a discriminação e preconceito nos ambientes de saúde e contribuir para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema universal, integral e equitativo, ou seja, possibilitar o acesso adequado ao SUS para o público-alvo. Em cinco capítulos, o documento exhibe uma discussão sobre a temática, uma apresentação com fundamentação legal, objetivos, estratégias e ações.

Por estar vinculada ao SUS, a PNSI-LGBT propõe ações universais, em outras palavras, visa alcançar a população LGBT, concebendo o acesso a todos/as. A noção de integralidade está no fato da política ser elaborada em distintos níveis (federal, estadual, municipal) e propor que as ações sejam realizadas tanto em atenção básica quanto na especializada. Por último, o princípio de equidade encontra-se na atenção dada as demandas específicas de uma parte da população, no caso, a LGBT (MELLO, 2011).

Vale salientar que a política surgiu a partir de alguns avanços conquistados na relação dos movimentos sociopolíticos com o Estado. Por exemplo, o *Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção a Cidadania Homossexual* (BRASIL, 2004) é um marco importante para as políticas

públicas referentes à população LGBT, pois foi uma das primeiras propostas para a garantia das pautas sociais deste público. O programa tinha como uma das ações a formulação de um Comitê Técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais”, no Ministério da Saúde, para a elaboração de uma Política Nacional de Saúde LGBT.

Outra conquista importante para as políticas públicas LGBTs foi a *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*, da Portaria nº 675, de 30 de março de 2006, em que o direito ao nome social foi contemplado. Aprovou-se, portanto, o uso do nome preferencial da/o usuária/o tanto em fichas e formulários quanto durante o atendimento e o tratamento. Apesar de ser uma inclusão que promove o reconhecimento da identificação de gênero, pesquisas como Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2016) e Rocon, Silva e Sondré (2018) indicam preocupação pelo desrespeito das/os trabalhadoras/es de saúde acerca do nome social.

A PNSI-LGBT tem como objetivo geral “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2013, p. 20). Uma das mais importantes considerações da política é a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais da saúde, junto com idade, etnia e classe social. Em outras palavras, o reconhecimento permite entender como a discriminação e o preconceito podem atuar de forma negativa no processo *saúde-doença* da população.

A política pública garante ainda, a partir das portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, o chamado Processo Transexualizador (PrTr) do SUS que assegura a integralidade no atendimento às pessoas trans nos serviços de saúde, competindo o uso de nome social, acesso à hormonioterapia e cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero social. Contudo, Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2016) e Rocon, Silva e Sondré (2018) revelam que o PrTr não é universal, pois são poucos os hospitais e ambulatórios habilitados no Brasil para realizarem os procedimentos.

Considerando que a PNSI-LGBT visa a redução dos riscos à saúde relacionados aos procedimentos informais, apresentamos nesse recorte de pesquisa uma análise sobre as intervenções corporais em/

entre pessoas trans na região de Jequié, Bahia. Justifica-se a importância de pesquisar as experiências de uma pessoa trans por sua marginalização social que transforma, violenta, patologiza e exclui seu corpo. Entre os/as LGBTs, as pessoas transgêneras constituem o grupo mais vulnerável aos diversos tipos de violências. Jesus (2013) caracteriza os assassinatos de travestis e de mulheres e homens trans em nível micro como crimes de ódio e, em nível macro, como uma tentativa de genocídio de tal população.

Metodologia

A pesquisa principal, ou seja, *Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) na região de Jequié, Bahia*, está ancorada em uma abordagem qualitativa, pois conforme autores como Denzin e Lincoln (2006) e Flick (2009) trata-se de um trabalho que: a) estuda um fenômeno em particular e suas especificidades não ocorrendo da mesma forma em outros espaços, mesmo compartilhando ideias similares; b) estabelece uma relação mais interativa entre o pesquisador e as pesquisadas e c) preocupa-se em apresentar e interpretar os significados dados pelas participantes a temática em questão, no caso, os desafios da implementação da PNSI-LGBT na região de Jequié-BA.

O trabalho de campo iniciou-se acessando as pessoas trans residentes na cidade de Jequié e municípios circunvizinhos. Para identificação das participantes foi utilizada a técnica da “bola de neve” – *snowball sampling* – por meio do *chain referral sampling techniques* (PENROD *et al.*, 2003). O orientador deste trabalho tinha contato com algumas lideranças da comunidade LGBT da cidade de Jequié que foram indicando algumas travestis e mulheres trans que poderiam participar do trabalho e essas, por sua vez, foram sugerindo outras pessoas que estariam possivelmente acessíveis para o trabalho.

As cinco mulheres trans entrevistadas foram esclarecidas sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Os seus nomes foram alterados a fim de garantir o anonimato delas. No quadro 1 há uma breve descrição delas.

Quadro 1 – Caracterização das mulheres trans entrevistadas na pesquisa.

Codinome	Idade	Escolaridade	Raça/cor	Cidade	Data da entrevista
Renata	36	Superior incompleto	Indígena	Jequié	16/09/2019
Natália	24	Médio completo	Preta	Jequié	16/09/2019
Beatriz	23	Fundamental incompleto	Preta	Maracás	25/09/2019
Luanda	38	Fundamental incompleto	Branca	Maracás	25/09/2019
Marcela	25	Fundamental completo	Branca	Jequié	19/12/2019

As participantes da cidade de Jequié são Renata, Natália e Marcela e, da cidade de Maracás, Beatriz e Luanda. As entrevistas foram gravadas em áudio com base em um formulário de dados pessoais e por meio de um roteiro com 21 perguntas. Com essas entrevistas, obtivemos os itinerários terapêuticos com a finalidade de analisarmos suas vivências no Sistema Único de Saúde, avaliando a PNSI-LGBT.

Os resultados da pesquisa principal foram sistematizados em 3 categorias: 1) Acesso aos serviços de saúde e o atendimento em hospitais e UBS; 2) Intervenções hormonal e estética/cirúrgica e as redes de apoio e 3) Análise de algumas demandas específicas nos serviços de saúde. Apresentamos, portanto, neste trabalho a segunda categoria da pesquisa. Sendo um trabalho de caráter qualitativo, interpretamos os dados com base em algumas pesquisas que tratam sobre saúde, PNSI-LGBT, travestilidade e transgeneridade.

Resultados e discussão

Transexualidade e travestilidade não são conceitos homogêneos entre as pessoas trans, visto que as construções dos sujeitos são múltiplas dependendo de suas vivências. Essas vivências, portanto, são entendidas, além da produção da subjetividade de cada sujeito, com base aos processos históricos e políticos. Em comum, as duas categorias não se identificam com o gênero atribuído na nascença e, na construção da subjetividade, utilizam recursos para adequação do corpo à identidade de gênero que se reconhecem. Estes recursos são: aplicações, hormônios, silicone líquido industrial (SLI), cirurgias plásticas e entre outros.

É preciso ter em vista que a população trans sofre um contínuo processo de marginalização social por fugir das normas de gênero da hegemonia. Dessa forma, pobreza, desemprego e evasão escolar são aspectos sociais que constituem suas vidas. Portanto, tendo

em consideração as dificuldades ao acesso dos serviços do PrTr e os aspectos sociais, a população trans recorre aos procedimentos informais ou formais de fácil acesso.

Na PNSI-LGBT, o capítulo *Orientação sexual e identidade de gênero na determinação social de saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)* admite que a orientação sexual e a identidade de gênero determinam o processo saúde-doença de pessoas LGBTs. Ademais, admite a rua e a prostituição como espaços em que as travestis exercem suas feminilidades e constroem relações sociais. Por intermédio dessas relações, as travestis têm contato com hormônio, silicone industrial e outros procedimentos (BRASIL, 2013, p. 15). Nos diálogos com as mulheres trans identificamos esses diferentes usos e não usos.

Tomava umas vinte [doses dos hormônios] em tempo de morrer. Aí depois mais tarde que eu fui, sabe? Descobrindo o grupo, descobrindo coisa, descobrindo travesti de fora, descobrindo alguém. (Renata, 36, Jequié-BA, 16/09/2019).

Já usei. Hoje não uso mais. **Por fatores até estéticos mesmo e até por influência também de outras.** Então, é isso mesmo. Eu tomei a um certo tempo por influência das outras. Aí tive uma distorção mesmo no corpo. Comecei a ter espinha no rosto. Aí parei. (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

Pelo fato da questão hormonal. **Tipo, a bicha compra hormônio voluntariamente sem prescrição médica,** que o hormônio, independente que ele seja, acho que só o masculino que hoje em dia tem prescrição médica. Para nós trans, a maioria é sem prescrição médica. Aí, tipo, precisa de alguém que aplica. Aí elas 'procura' um postinho de saúde local do bairro e elas não querem aplicar. Aí volta "ah, é uma amiga". **Querendo aprender na raça, aplicar uma na outra, né? Que é isso que acontece, porque elas não 'quer' aplicar. Pra aplicar precisa de uma receita médica.** (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

No começo, eu fiz, assim, próprio. Mesmo assim, eu ia na farmácia e comprava. Hoje eu faço acompanhamento. Não sabia como fazia acompanhamento. Aí as 'menina' tomava e me dizia, me indicava "você toma isso que isso aqui é bom". (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

A pesquisa identificou que as entrevistadas, geralmente, iniciam o uso ou utilizam hormônios por intermédio das relações sociais, sem acompanhamento médico. A fala de Natália *Esponaneamente. Foi espontâneo. Uma falou e foi fazendo. Como aconteceu com todas, eu acho. Daqui da cidade poucas têm silicone.* (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019) corresponde com a realidade das outras participantes da pesquisa. Renata, Marcela e Beatriz também fizeram o uso de hormônios, inicialmente, por meio de indicações de outras pessoas. Enquanto, Luanda não fez. Consoante com a pesquisa de Rocon *et al.* (2016, p. 2521):

As dificuldades para obter um efetivo amparo pelo Sistema Único de Saúde às variadas motivações e necessidades de transformação do corpo, atravessadas por diversos determinantes sociais, levaram muitas entrevistadas a correrem risco de adoecimento e morte por recorrerem ao uso de hormônios sem acompanhamento de profissionais de saúde e às aplicações de silicone industrial. Desejo, sonho, necessidade e sobrevivência se misturam na empreitada de modelar o corpo sob riscos.

Conforme a política, o uso informal de hormônio pode trazer alguns problemas graves, como: acidente vascular cerebral, flebites, infarto do miocárdio e outros problemas que podem ocasionar morte ou sequela. Dessa forma, o sétimo objetivo específico visa “promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais” (BRASIL, 2013, p. 15). Sobre reação aos hormônios, Marcela afirma *Tive problema. Tive muito enjoo. Não, só tive enjoo. Muito enjoo. Nem levantava da cabeça, de mal estar. Não comia nada. Quando eu comecei a ficar assim, eu parei.* (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019). Em Rocon *et al.* (2016), uma participante da pesquisa afirmou ter tido abscessos no corpo pelo uso informal de hormônios e outra afirmou ter várias amigas que tiveram câncer pelo uso de hormônio sem acompanhamento de um/a profissional de saúde.

Ademais, as entrevistadas justificaram o uso irregular, sem prescrição médica, por dois motivos: 1 - por falta de entendimento da problemática e 2 - pela não aceitação dos postos de saúde ou farmacêuticos para aplicação do medicamento. Esses fatores são alguns que fundamentam a aplicação irregular de hormônio entre as outras

peças trans, além das dificuldades financeiras e dos desafios no atendimento pelo SUS.

Uma pesquisa de Pinto *et al.* (2017) objetivou estimar a prevalência do uso de SLI entre pessoas travestis e mulheres transexuais no estado de São Paulo e identificar os fatores relacionados ao procedimento. O estudo, com total de 576 pessoas, resultou que 95% das participantes já realizaram algum procedimento para modificar o corpo e 96% utilizavam ou já haviam usado hormônio durante a vida. Assim sendo, observa-se que, em São Paulo, há um número significativo referente às modificações corporais. Em nossa pesquisa, já no interior da Bahia, destacamos que duas entrevistadas utilizaram o SLI, conforme os depoimentos delas:

Isso aí já foi, já, de um conhecimento de uma amiga que fui perguntei, ela já tinha colocado. Eu perguntei quem foi que colocou. **Ela foi me indicando, entendeu? Até eu chegar na pessoa que colocava.** (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Horrível. Uma dor. Até hoje eu sinto a dor. Mas horrível, porque dói. **É um silicone que dá vários problemas no futuro.** Às vezes, minha perna incha. Para colocar, é horrível. Dói muito, incomoda. Seu repouso é horrível. Tudo horrível. Silicone pra colocar é horrível. (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Pelo silicone eu já fui, assim, umas 5 vezes já [no serviço de saúde]. A perna inchada, porque minha perna incha, porque meu silicone desceu pra a canela. Aí ficou na canela um pouco. E no lugar, como eu ando, eu fico em pé, às vezes, e aí inflama. Aí inflama, porque ele tá no músculo e aí dá problema. Até hoje. (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Cirurgia não. Já fiz muitas aplicações. Clandestinas e tudo. Já tomei muitas bombas mesmo, entendeu? Meu corpo ficou bonito e tudo certo período, mas depois desceu tudo. **Deu um tipo de aplicação que a pessoa deu errado na hora tava no telefone brincando com a pessoa e foi dando em mim e desce tudinho.** (Renata, 36, Jequié-BA, 16/09/2019)

Agora eu quero fazer prótese mamária. Já procurei. Agora só falta fazer exame. **Tô procurando o SUS, mas se eu não consegui. Vou ter que pagar, né? Mas tá**

demorando. Tem a possibilidade, tem, mas demora muito. (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Assim como o uso de hormônio, as aplicações de silicone e anabolizante ocorrem, em alguns casos, entre as pessoas trans e/ou a partir de indicação delas. O procedimento feito sem acompanhamento médico, como demonstram os recortes, resulta em problemas de saúde. Aqui podemos problematizar o olhar que os(as) profissionais de saúde têm em relação às travestis e mulheres trans, pois como entendem a travestilidade e transgeneridade como desvios ou até patologias, discordam da aplicação de silicone, entendida como não natural. Por outro lado, no caso das mulheres cis que desejam aumentar os seios ou para aquelas que tiveram câncer de mama e necessitam reconstruí-los, em geral, o implante de silicone tem outra conotação, sendo apoiado inclusive por profissionais da área da saúde. Como já vimos no subtópico anterior, alguns/algumas profissionais de saúde agiram com negligência em situação de procedimentos estéticos.

Na tentativa de solucionar a negligência, o terceiro eixo do plano operativo (PO) da política apresenta a proposta de *Educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT* e abarca os itens: “Inserção das temáticas referentes à saúde LGBT nos processos de educação permanente dos(as) gestores(as) e profissionais de saúde do SUS” (BRASIL, 2013, p. 29) e “Inserção da temática LGBT no Módulo de Educação a Distância (EAD), para cursos de formação voltados para profissionais de saúde e UnaSUS” (BRASIL, 2013, p. 29).

A verdade é que a maioria que eu percebi não sabe nem o que fazer. **Eles ‘pega’ e nega porque não sabe o que fazer.** Se aplica ou não, entendeu? Pelo fato de ser trans. Se outra pessoa chegar lá, um hétero, eu acho, eles aplicariam normalmente (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

Não existe, porque falta de tudo. Pra pagar uma coisa particular, é caro. Não existe um específico para pessoas trans, não existe. **A gente vai no endócrino, eles não ‘vai’ saber, porque, infelizmente, tem que ser um especialista para saber o negócio hormonal de cada pessoa.** Cada pessoa é uma pessoa. (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

As afirmações de Natália evidenciam a necessidade da educação permanente dos(as) profissionais de saúde para tratarem suas

particularidades. Os trabalhos de Gomes *et al.* (2016) e Negreiros *et al.* (2019) apresentam o desconhecimento dos(as) gestores(as) de saúde e a falta da temática LGBT na formação acadêmica, especialmente, de médicos(as). Portanto, a falta de preparação das(os) profissionais de saúde concebe a possibilidade de discriminação e tratamento não adequado, ou melhor, tratamento sem considerar as questões sociais que permeiam a população LGBT.

Entre os princípios que orientam o SUS, está o de que a assistência à saúde deve ser universal, integral e igual. Tal igualdade implica que não haja preconceitos; ou seja, que todos, independentemente de cor, classe social e de orientação e identidade sexuais, sejam tratados de forma igualitária. Uma das dificuldades para que esse princípio seja efetivamente respeitado envolve a falta de capacitação dos profissionais de saúde na área da sexualidade. Nesse sentido, cabe indagar como esses profissionais poderão exercer seu ofício sem preconceitos se, durante sua formação, não houver uma aproximação com a diversidade dos gêneros e identidades sexuais? (MULLER; KNAUTH, 2008, p. 2).

Como já apontamos, em uma alternativa para as transformações corporais devido às dificuldades socioeconômicas, as pessoas trans indicam e realizam entre si os procedimentos estéticos. Portanto, manifestaram-se em nossa pesquisa as redes de apoio da população trans:

Tem tantos relatos de bichas velhas, velhas, antigas, rodadas de falar que não ‘aconselha’ [fazer procedimento estético]. Elas têm grupo hoje em dia que elas não ‘aconselha’ a ninguém que eu vejo assim as bichas novinhas começando hoje na fase de transição querendo bombar, chama as bombadeiras, as bichas que injetam hoje em dia. Querendo bombar, querendo indicação de bombadeiras, as melhores que ‘faz’ o corpo mais bonito. Elas são as primeiras a relatam pra não injetar isso no corpo. Procura uma academia, procura malhar, procurar fazer uma dieta, não faça isso. Elas são as primeiras a relatar isso, entendeu? Então, não tem porquê. **É falta de conhecimento mesmo. De procurar saber, é um bem-estar seu, próprio** (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

Eu tô em dois grupos. Das travestis e tô no grupo “Trans e seus hormônios” que relata trans independente da sexualidade, da orientação sexual, entendeu? (Natália, 24, Jequié-BA, 16/09/2019).

E a gente também tem o grupo hoje em dia no Facebook que chama... A gente criou um grupo. Brasil todo. É *Hormônios Mulheres Trans*. [...]. Você tá começando agora. Como que é você tá sendo seu tratamento? Cê tá entendendo? Aí vai botar você, até o começo, até você ficar do jeito que você quer. Aí vai falando também de quem quer trocar que pergunta assim “esse hormônio tá ruim pra mim”. A outra fala assim “esse daqui é bom. Não sei o quê”. A gente criou um grupo do Facebook “Hormônios e Terapia”. Depois tu entra pra tu ver. Aí tem cirurgia plástica também. Tudo. Todos os procedimentos da gente. A gente tem o grupo no Face onde a gente conversa, marca médico, cirurgião plástico, pergunta quem tem o número, quem não tem. **A gente tudo, porque se depender de outras pessoas a gente não consegue.** (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Aqui dentro de Jequié tem uma associação, né? É ela que a gente procura, às vezes, quando precisa de alguma coisa (Marcela, 35, Jequié-BA, 19/12/2019).

Em um estudo de Denise Longaray e Paula Ribeiro, intitulado *Travestis e transexuais corpos (trans)formados e produção da feminilidade* (2016), foi discutido a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, problematizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação. Uma participante da pesquisa, Luciana Guerra, afirmou que obtinha informações sobre tratamento hormonal com outras transexuais na internet. Conforme as autoras: “É interessante considerar que Luciana Guerra conhecia pela Internet histórias de pessoas que já investiram nesse processo de transformação corporal e, com isso, obteve maiores informações sobre o mesmo, bem como uma forma de construção de si a partir da narrativa do/a outro/a.” (LONGARAY; RIBEIRO, 2016, p. 223).

Encontramos essa construção de si a partir do outro em algumas redes de apoio que auxiliam as travestis, as mulheres trans e os homens trans em suas intenções sociais e estéticas e também servem de troca de experiência. Em Jequié, por exemplo, Marcela cita a Associação LGBTTIS de Jequié como grupo que pode apoiar suas

necessidades. Ademais, há grupos em redes sociais onde as pessoas trans conseguem compartilhar experiências e informações adequadas. A tendência, virtual ou não, é o aconselhamento da não realização de procedimentos corporais informais. Essas redes de apoio, então, servem para acolhimento, ajuda e informação e tentam, de certa forma, amenizar as deficiências ao acesso aos procedimentos no sistema público de saúde.

Considerações finais

Levando em consideração as condições sócio-históricas da população trans, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Processo Transexualizador são conquistas dos movimentos sociais. Em nossa pesquisa, constatou-se o uso de hormônio e a aplicação de silicone de modo informal. Concluímos que as consequências de tais intervenções corporais informais estão ligadas ao desconhecimento dos riscos à saúde, falta de acompanhamentos médico e psicológico e aos aspectos de exclusão social. Portanto, ainda é um desafio para a PNSI-LGBT amenizar as consequências da marginalidade social sob os corpos da população travesti e trans. Contudo, há redes de apoio que acolhem e informam a população trans reduzindo os impactos de um sistema público de saúde estruturalmente transfóbico.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Sávio Marcelino *et al.* O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde soc.:** São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401120&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, p. 101-123, 2013.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300761&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MELLO, Luiz *et al.* Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integridade e equidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2021.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de *et al.* Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 23-31, Mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022019000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2021

PENROD, Janice; PRESTON Deborah Bray; CAIN Richard E., STARKS, Michael T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural Nursing**, v. 14, n. 2, p. 100-7, 2003.

PINTO, Thiago Pestana *et al.* Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro v. 33, n. 7, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000705002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501509&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2021.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2016 v. 21, n. 8, p. 2517-2526. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802517&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 jun. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; SILVA, Adriana da Silva; SODRÉ, Francis. Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transsexualizador. **SER Social**, Brasília, 2018, v. 20, n. 43, p. 432-448.

REFLEXÕES SOBRE O ACESSO E ASSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO LGBT NA ATENÇÃO BÁSICA

Jamille Kássia da Silva Cardoso

*Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco -
PE, jamille.ccardoso@gmail.com;*

Luísa Marianna Vieira da Cruz

*Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - PE,
lucruzst@gmail.com;*

Resumo

Para que se alcance um cuidado humanizado em saúde destinado a população LGBT, em termos de promoção, proteção e prevenção, a Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT prega como sendo fundamental um atendimento livre de discriminação e preconceito, que promova a inclusão social e a efetivação da equidade no Sistema Único de Saúde. Este artigo tem por objetivo refletir sobre o acesso e assistência da população LGBT à Atenção Básica. É fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados como marcadores: heteronormatividade, saúde da população LGBT, Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT. Dos trabalhos encontrados, foram selecionados os que mais se aproximaram do objetivo desta pesquisa. Os resultados demonstraram dificuldade por parte dos profissionais em efetivar o princípio da equidade, ao adotar a ideia de igualdade entre as demandas da população LGBT e as demais populações, as especificidades desta foram invisibilizadas. Foi identificado ainda a discursos que colam a população LGBT a promiscuidade e a presença de infecções sexualmente transmissíveis, percepções morais que direciona a um atendimento reducionista/biologicista. Por fim, concluímos que é necessário que haja a desconstrução das barreiras

impostas ao acesso e permanência da população LGBT nos serviços de saúde, fortalecendo debates referentes as situações de exclusão e violação de direitos da população LGBT. O que se torna essencial para que os princípios da equidade e integralidade possam vir a se efetivar, possibilitando que as ações em saúde considerarem as especificidades desse público.

Palavras-chave: Heteronormatividade, saúde da população LGBT, assistência em saúde, Atenção Básica.

Introdução

Pensar na saúde da população LGBT envolve pensar na realização de práticas que foquem no combate a opressão e desigualdade de direitos; e na criação de uma política que venha dar sustentação e efetividade a essas práticas.

A construção de uma política de saúde voltada à população LGBT, Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT, objetiva a efetivação da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política dá enfoque ao processo de discriminação e exclusão como indicador de saúde/doença da população LGBT e pretende a implementação de mudanças que venham reduzir desigualdades a que esse grupo esteja sujeito (BRASIL, 2013).

Em uma sociedade de organização heteronormativa, em que a heterossexualidade é tida como modelo ideal em detrimento das outras formas de vivências sexuais, a população LGBT se torna vulnerável (BUTLER, 2008). A prevalência do modelo heteronormativo no meio social gera processos de exclusão e invisibilidade da população LGBT e acabam criando uma fenda entre profissionais e esse público (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico com o intuito de investigar o acesso e assistência da população LGBT aos serviços de Atenção Básica. Visando com isso, fomentar reflexões sobre concepções dos profissionais de saúde acerca dessa população e suas repercussões no cuidado em saúde de usuários LGBT. Para tanto, utilizando como fonte de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e selecionamos os trabalhos que atendiam aos objetivos desta pesquisa.

Os resultados demonstram que o preconceito decorrente de uma fundamentação religiosa, moral e heteronormativa acaba gerando discriminação e se faz barreira entre os profissionais de saúde e a população LGBT dificultando o acesso aos serviços de saúde. No quesito assistência, as ações formuladas acabam por pensar na população como um todo e não abordam as especificidades dos usuários LGBT negligenciando suas vulnerabilidades.

Dessa forma, é perceptível que ainda existe uma dificuldade por parte dos serviços de Atenção Básica em efetivar os princípios do SUS de integralidade, equidade e universalidade no tocante ao cuidado em

saúde da população LGBT. Assim, reflexão e debate se fazem necessários para que possamos mudar essa realidade e construir um serviço livre de discriminação e preconceito.

Metodologia

Este artigo é fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados como marcadores: heteronormatividade, saúde da população LGBT, Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT. Dos trabalhos encontrados, foram selecionados os que mais se aproximaram do nosso objetivo. Desse modo, foram selecionados cinco trabalhos entre os anos de 2015 e 2018, sendo três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, das mais variadas regiões do Brasil. A coleta de dados se deu entre os meses de janeiro e março de 2021.

Referencial teórico

A heteronormatividade consiste em um conjunto de normas, explícitas e implícitas, que não se detém unicamente a escolha do par amoroso, mas, englobam também as instituições, a compreensão e orientação das práticas que tomam a heterossexualidade como referência. Dessa forma, estabelece uma relação linear entre corpo-sexo-gênero-sexualidade constituindo normas regulamentadoras para o pertencimento social de homens e mulheres (BUTLER, 2008). Assim, encontrar-se fora desse padrão normativo é fazer-se alvo discriminatório.

A discriminação da população LGBT repercute na determinação social de saúde (PEREIRA, 2015) que compreende além do campo físico, o psicológico, econômico, social, político e ideológico. Nessa perspectiva, refletir sobre saúde e doença engloba considerar as contradições que provocam desigualdades econômicas, políticas, sociais e ideológicas, as quais são refletidas em suas concepções e práticas (MINAYO, 1997). A heteronormatividade e a homofobia presentes na sociedade geram processos de exclusão e invisibilidade se constituindo em fontes de sofrimento.

Ao se pensar no cuidado em saúde, ele deve referir-se ao acolhimento do sujeito em sua individualidade, respeitando-se a sua

história de vida e a noção de saúde como direito de ser quem se é. A integralidade do cuidado possibilita aos indivíduos identificar quais são suas necessidades de saúde ao inserir no âmbito da saúde a ideia de bem-estar (SOUZA, 2018).

Sendo a saúde um direito de todos e dever do Estado como regulamentado pela Constituição Federal do Brasil e a Lei nº 8080/1990 entre outras resoluções, o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores políticas públicas do País e sua legislação norteia o modo como a assistência deve ser direcionada aos seus usuários. Diante disso, cabe destacar alguns princípios do SUS:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; (...) (BRASIL, 1990, s/p).

Dessa forma, destaca-se a compreensão de uma oferta de cuidados e de assistência em saúde que considere as especificidades da população assistida, assim como a necessidade de dirimir as desigualdades provenientes das condições de vida dos sujeitos, quanto aos cuidados em saúde. Parte-se da lógica de compreensão da saúde de modo ampliado, que leve em consideração as condições de acesso ou não a educação, moradia, saneamento, entre outros fatores; assim, como compreender as especificidades diante das diferenças de gênero, classe, raça, sexualidade. Não se busca um olhar privilegiado acerca das “demandas de sexualidade”, mas a compreensão de que as práticas de sexualidade repercutem e dialogam com os modos de saúde.

A política de saúde voltada à população LGBT é um marco na garantia dessa equidade. Tal política vem considerar as repercussões da exclusão e discriminação nos processos de saúde-doença da população LGBT, reafirmando a necessidade de mudança na determinação social da saúde, visando reduzir as desigualdades as quais essa população está sujeita (BRASIL, 2013).

Assim, essa política busca dar enfoque a intervenção com os trabalhadores e nas estruturas de serviços de saúde, com intuito de alcançar maior acesso dessa população a serviços integrais e qualificados do SUS. Desse modo, o acesso se constitui como o seu maior enfoque (LIMA, 2017).

Em razão de uma cultura fortemente marcada pelo preconceito sustentado por aspectos religiosos, científicos e até midiáticos, a Política Nacional de Saúde Integral da população LGBT dá enfoque a necessidade de reformulação curricular, para que tais questões sejam abordadas ainda no período da formação profissional, e visa a realização de campanhas e estabelecimento de educação permanente para profissionais de saúde. Visa, assim, reformular os preconceitos rígidos que atravessam esses profissionais por toda uma vida (GUIMARÃES, 2018).

No que se refere ao campo da sexualidade, as políticas públicas tomam como referências as particularidades deste, mas de fato a sua implementação e formulação esta atrelada a mudanças de crenças, valores e tradições (SOUZA, 2018). Trata-se da adoção de um posicionamento crítico frente aos padrões socialmente instituídos e compartilhados. É uma prática que envolve uma autocritica sempre presente, o que é imprescindível para o reconhecimento da discriminação para com a população LGBT (SILVA, 2017).

Para que se alcance um cuidado humanizado em saúde destinado a população LGBT, em termos de promoção, proteção e prevenção, a política voltada a esse público prega como sendo fundamental um atendimento livre de discriminação e preconceito, que promova a inclusão social (BRASIL, 2013).

Enquanto não forem desenvolvidas ações que promovam o debate em torno dessas situações de exclusão e violação de direitos humanos o princípio da equidade no atendimento em saúde das sexualidades não normativas não vai conseguir se instalar (LIONÇO, 2008). E, como consequência, permanecerão de pé as barreiras simbólicas, morais e estéticas que se colocam frente ao acesso da população LGBT a um serviço de saúde, que considere suas especificidades e se apresente livre de preconceito e discriminação (MELLO *et al.*, 2011).

Resultados e discussão

Os resultados demonstram que ainda existe dificuldade por parte dos profissionais em efetivar os princípios do SUS na abordagem a

usuários LGBT, em especial a equidade, universalidade e integralidade. Ao adotar a ideia de igualdade entre as demandas da população LGBT e as demais populações, os profissionais subvertem o princípio da equidade e acabam por invisibilizar as especificidades desse público.

Esse posicionamento se sustenta na ideia equivocada de universalidade, que é abordada a partir da generalização das ações realizadas e da lógica de um atendimento universal, sem a formulação de ações específicas que considerem a vulnerabilidade desse público (PEREIRA, 2015). Lógica que desconsidera o papel da política, dos programas e ações que visam a equidade como indispensável a uma igualdade real de assistência. É possível perceber ainda nessa postura uma forma compensatória de velar o preconceito e a discriminação (GUIMARÃES, 2018). Para Lima (2017), essa postura resulta no Mito da Igualdade, através do qual os determinantes sociais da população LGBT são desconsiderados.

No tocante aos problemas relativos à integralidade da assistência, foi analisado através da maioria dos relatos dos profissionais que ainda há uma colagem entre a saúde da população LGBT e práticas sexuais. Foi identificado a presença de discursos que colam a população LGBT a promiscuidade e a presença de infecções sexualmente transmissíveis, percepções morais que direciona a um atendimento reducionista/biologicista (GUIMARÃES, 2018). Assim, há uma vinculação entre ser LGBT e o aumento do risco para IST, em especial HIV- AIDS (SILVA, 2017). Esse posicionamento demonstra uma tendência a patologizar as sexualidades não normativas e gera um desinteresse quanto ao real motivo da consulta, que passa a ser vista como engodo para solicitação de sorologias para IST, seja devido ao autorreconhecimento do usuário LGBT como potencial portador de ITS, seja através do reconhecimento do médico (GUIMARÃES, 2018).

Assim, há uma tendência a perceber no usuário LGBT sempre alguma anormalidade (PEREIRA, 2015), como também não se faz exceção a associação entre esse usuário, o crime, o uso de drogas e o alcoolismo. Esse processo associativo acaba por se instituir como formador de um estigma, em que o traço da sexualidade não heterossexual e seus problemas secundários acabam por identificar o sujeito (GUIMARÃES, 2018).

Além desses fatores, a população LGBT ainda encontra dificuldade quanto ao acesso aos serviços de saúde devido o preconceito,

discriminação, despreparo dos profissionais de saúde e até mesmo falta de informação (SOUZA, 2018). Segundo Silva (2017), a população LGBT é julgada a partir de uma moral religiosa, heterossexual e cisgênera, incorrendo em erro não se encontrar dentro desses marcadores. Vista de uma perspectiva antinatural resultante de uma escolha pessoal.

Desse modo, Lima (2017), vem expor o Mito da figura caricatural que organiza a percepção dos profissionais sobre os usuários LGBT através de um modelo caricaturado, estreito e estereotipado. Assim, os LGBT's são tidos como pessoas extrovertidas que apresentam características afeminadas ou masculinizadas (SILVA, 2017). Como se o usuário LGBT pudesse ser reconhecido sem a necessidade de dizer. Esse posicionamento acaba invisibilizando a população LGBT que chega até os serviços de saúde.

Alguns dos profissionais entrevistados demonstram dificuldade em abordar questões referentes a sexualidade de usuários, chegando a transferir tal responsabilidade para os agentes comunitários. No que se refere ao preenchimento do E-SUS, a indicação de heterossexualidade era marcada, sem questionamento ao usuário, demonstrando um despreparo do profissional. Ação que gera ainda mais invisibilidade, preconceito e violência na dimensão simbólica para com a população LGBT nos lugares que deveriam ser de cuidado e acolhimento (GUIMARÃES, 2018).

Outro fator que acaba por dificultar o acesso de usuários LGBT aos serviços da Atenção Básica é o que Lima (2017) chama de Mito da Neutralidade. Na concepção dos profissionais entrevistados, eles são receptores dos usuários que chegam até os serviços. Se essa população não acessa o serviço, essa responsabilidade recai sobre ela, não sendo essa ausência fator problematizador para reflexão da equipe que entende não haver nenhuma barreira de acesso (PEREIRA, 2015).

A presença de um viés machista também se fez presente na fala de alguns profissionais. Os homens gays são vistos como sendo a totalidade do universo LGBT, sendo as mulheres lésbicas, transsexuais e as travestis pouco nomeadas. Em contraposição aos homens trans que sequer foram mencionados.

Nas poucas referências feitas as mulheres lésbicas, estas são associadas a atitudes agressivas, ou seja, resquícios de um traço de masculinidade. O reconhecimento da usuária lésbica, se dá por meio do campo da Saúde mental relacionando a lésbica a desequilíbrios,

ansiedades e instabilidade emocional, ocupando o lugar da transtornada. Mas, foi identificado que em outros discursos a compreensão dos transtornos mentais surge atrelada a própria condição homossexual (GUIMARÃES, 2018).

Quanto a população travesti e transsexual, a maioria das pesquisas apontou que não procuram o posto de saúde. Já os homens trans aparecem atrelados ao não-reconhecimento. As mulheres trans e as travestis, não são vistas fora da condição de prostituição (GUIMARÃES, 2018). O que reforça a pouca visibilidade da população trans e travesti também registrada por Silva (2017). Que aponta ainda que alguns consultórios não gozam de privacidade e que existem problemas referentes a inclusão do nome social no sistema de agendamento e prontuários como sendo fatores dificultadores do acesso da população LGBT à Atenção Básica.

O último mito com relação ao acesso apontado por Lima (2017), se refere ao Mito da Formação Específica que traz como discurso a necessidade de formação específica que venha dar subsídio ao combate a discriminação, mas que acaba por não levar em consideração a necessidade de reflexão pessoal de sua prática. Os profissionais acabam por dividir em dois vieses a questão da formação um em que se responsabilizam pelo despreparo profissional devido questões subjetivas e outro em que responsabiliza o sistema de saúde pela sua capacitação em lidar com a atenção à saúde LGBT (GUIMARÃES, 2018).

Mediante a isso, Silva (2017) aponta os principais problemas éticos que se fazem barreira ao atendimento em saúde da população LGBT. Entre eles pontua a intolerância por trás de um discurso de aceitação, o preconceito, o constrangimento, a LGBTfobia, e outros já citados aqui.

Contudo, apesar do cenário desfavorável, em um dos trabalhos analisados, foram identificadas algumas brechas ainda que de forma sutil e pontual que podem vir a facilitar esse acesso, como a compreensão das pessoas LGBT proporcionada pelo convívio e aproximação e até refletir sobre a possibilidade de um trabalho pessoal de desconstrução.

Mesmo que limitadas e ainda pouco valorizadas, discriminações positivas quanto ao reconhecimento do uso do nome social e atendimento a demanda específica do público LGBT apareceram nos relatos. O sofrimento exposto pelos usuários trouxe também o exercício da

empatia o que acaba por facilitar a criação do vínculo entre usuário e trabalhador (SILVA, 2017).

Considerações finais

Apesar dos avanços quanto a formulação de uma política que vise o cuidado em saúde da população LGBT, a efetivação dessa política no dia a dia dos serviços de Atenção Básica ainda se mostram insuficientes quanto ao acesso e assistência.

A oferta de serviços de saúde da Atenção Básica à população LGBT ainda carece de reflexão e debate, pois em alguns aspectos vem ferindo os princípios básicos do SUS de integralidade, equidade e universalidade.

Contudo, mesmo diante desse cenário de dificuldades, precisamos ressaltar que ainda existe uma demanda por formação específica para oferta de um cuidado em saúde mais efetivo para a população LGBT por parte dos profissionais. Isso pode ser um indício de que existe uma abertura para desconstrução dos padrões instituídos, o que seria o primeiro passo para a oferta de um cuidado em saúde livre de discriminação e preconceito.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. Reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT. 2018. 148 f., il. **Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LIMA, Cristiano Viana de. Sentidos de profissionais da psicologia sobre o acesso da população LGBT na atenção básica em saúde de Maringá - PR: quatro mitos perniciosos. 2017. 188 f. **Dissertação (mestrado em Psicologia)** - Universidade Estadual de Maringá, 2017, Maringá, PR.

LIONCO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, junho 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

MELLO, Luiz et al Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro n. 9, p. 7-28, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de janeiro de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Saúde e doença como expressão cultural in AMÂNCIO FILHO, A., and MOREIRA, MCGB., orgs. **Saúde, trabalho e formação profissional** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 138 p. ISBN 85-85471-04-2. Disponível em <<http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/amancio-9788575412787.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2021.

PEREIRA, Edson Oliveira. Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro. 2015. 77 f., il. **Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Ana Luísa Remor da. Atenção básica à saúde da população LGBT: uma análise bioética a partir das representações sociais de trabalhadores da saúde. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal

de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2017.

SOUZA, Andréia Carvalho Jambeiro de. Análise sobre acesso e qualidade da atenção integral saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na Atenção Básica de Saúde na Cidade do Recife, Brasil. 2018. 200f. **Tese (Doutorado em Saúde Pública)** - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

CARTOGRAFIAS DO CUIDADO NOS ITINERÁRIOS TRAVESTIS: NOTAS INICIAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE CIDADANIA LGBT DE NATAL-RN¹

Davi Silveira Guerra

Graduando em Medicina pela Universidade Iguaçu – UNIG, davigue@gmail.com.

Ribamar José de Oliveira Junior

Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ribamar@ufrj.br.

Annderson Oliveira

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, annderson@ufrn.edu.br.

Oswaldo Gomes Correa Negrão

Professor orientador: Doutor em Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Coletiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, oswaldonegrao@gmail.com.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo principal apresentar notas iniciais sobre o projeto de extensão que visa mapear os itinerários travestis através da rede de atenção à população LGBTQIA+ no Centro Municipal de Cidadania LGBT da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Desse modo, pretendemos identificar e avaliar o acolhimento no serviço institucional através das nuances

1 Pesquisa desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

entre as violências, a saúde e a assistência, sobretudo, pelas práticas da humanização e pelos sentidos do cuidado no atendimento. Para tanto, procuramos apresentar os percursos das travestis por meio do referencial metodológico da cartografia, no sentido de percebermos a produção subjetiva do cuidado a partir das construções e dos contextos das corporalidades, dos gêneros e das sexualidades no acolhimento da saúde. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção visa mapear os itinerários por meio do que pode ser visto como cartografia do cuidado diante dos diálogos, das interações e dos acontecimentos na vivência e no atendimento. Com os resultados, esperamos analisar os processos e as estratégias situacionais da rede de atenção, no sentido tanto de contribuirmos criticamente para o debate diante da patologização das identidades abjetadas socialmente, como de destacarmos ações sociais de intervenção capazes de potencializar a formação continuada profissional da instituição municipal de combate à violência sexual e de gênero. Além disso, visamos promover habilidades na formação dos profissionais da rede de saúde do município de Natal, a fim de impulsionar o interesse e de habilitar o cuidado específico a esse público nas redes de atenção.

Palavras-chave: Saúde, Gênero e Sexualidade, Corpo, Travesti, Cartografia.

“Não se nasce mulher, torna-se traveca”
(LUSTOSA, 2016, p. 395)

Introdução

Este trabalho apresenta os percursos iniciais do projeto de extensão que iniciou a partir de questões do Grupo Temático (GT) “Saúde da Mulher” do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e, em seguida, se desdobrou através de uma pesquisa premiada no 14º Congresso Internacional da Rede Unida, cuja proposta traçou perspectivas interprofissionais no cuidado diante da saúde das mulheres a partir do alargamento da própria categoria de mulher pelas intersecções das mulheres trans e travestis no atendimento equitativo. Assim, o X Prêmio Mário Chaves considerou que a pesquisa contribuiu para as experiências e os estudos sobre mudanças na formação de trabalhadores, como vetor de aproximação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Na concepção das Competências para a Prática Colaborativa Interprofissional (CPCI), consideramos necessário pensar uma possível criação de um Grupo Temático dentro do PET para discutir a saúde LGBTQIA+. Nesse sentido, o projeto de extensão dialoga com a proposta da pesquisa mencionada e visa como atividade de extensão cartografar a produção do cuidado nos itinerários travestis do Centro Municipal de Cidadania LGBT, instituição pública inaugurada pela Prefeitura do Natal no dia 30 de setembro de 2020.

Desse modo, visamos identificar e avaliar o acolhimento no serviço institucional através das nuances entre as violências, a saúde e a assistência, sobretudo, pelas práticas da humanização e pelos sentidos do cuidado no atendimento pelo percurso das próprias travestis. Ao considerar a relação entre as Ciências Sociais e Humanas no campo da Saúde Coletiva, destacamos as mudanças sociais diante das questões de gênero e sexualidade, com ênfase no contexto das transexualidades e das travestilidades nas políticas de saúde pública no Brasil. Diante disso, de acordo com o “Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras em 2020”, divulgado no dia 29 de janeiro de 2021 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), foram mapeados 175 assassinatos de pessoas LGBTQIA+. São Paulo aparece como estado que mais matou a população trans em 2020, seguido do Ceará, da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que apresentaram aumento no número de casos em relação a 2019. A

região do Nordeste foi a que mais contabilizou assassinatos com 43% dos casos. No Rio Grande do Norte, a situação segue em 8º lugar do ranking de assassinatos por estado, contabilizando 7.

No caso da cartografia do cuidado nos itinerários travestis do Centro Municipal de Cidadania LGBT, apresentamos uma possibilidade de pesquisa ao lado dos cursos da área de Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo em vista a forma como é possível de relacionar a participação social discente e docente com os serviços públicos de assistência e de acolhimento no combate à violência sexual e de gênero. De tal modo, ressaltamos, de acordo com Pinto et al. (2020), o quanto serviços de saúde são importantes para o acolhimento da população LGBT, não somente pelo modelo de atenção à saúde ser capaz de reconhecer e atender por meio de suas políticas públicas, mas sim pelo fato de que o conhecimento e a capacitação da equipe de saúde podem prover uma rede de apoio diretamente efetiva no cuidado no RN. Logo, a porção educativa e formativa do projeto visa intensificar e impulsionar estes interesses no meio dos profissionais da saúde do município de Natal. O ponto chave da pesquisa está em compreender como o cuidado aparece nos processos subjetivos das travestis e como essas políticas de subjetivação podem modelar ferramentas e habilidades para a transformação do acolhimento do centro.

Metodologia

No bojo qualitativo, o referencial metodológico do projeto de extensão articulado na pesquisa visa desenvolver uma cartografia do cuidado a partir dos itinerários travestis no Centro Municipal de Cidadania LGBT da capital potiguar. Por isso, retomamos a produção subjetiva do cuidado por meio das travestis diante do que Ferigato e Carvalho (2011) trazem entre cartografia e saúde, pela forma como cartografar os processos na Saúde Coletiva pode ser investigar o que dá expressão e o que transforma os modos de produção do cuidado. Assim, o que as autoras abordam reflete no nosso trabalho por meio da proposta de “pesquisar processos, que serão produzidos e, ao mesmo tempo, transformados pelo próprio ato de pesquisar em agenciamento com as linhas de força e de subjetivação do campo problemático” (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668). É importante destacarmos o quanto a proposta da cartografia como um método de

pesquisa segue influências teórico-práticas na Saúde Coletiva brasileira, mostrando crescimento e apontando modos de intervenção na complexidade do SUS e na ação das pessoas e dos coletivos.

Como ferramentas cartográficas da pesquisa, diante do próprio desafio da prática na cartografia, visamos alinhar visibilidades e dizibilidades do individual ao coletivo na produção do cuidado e da vida. Para tanto, utilizaremos como aportes na primeira etapa do projeto de extensão as entrevistas semiestruturadas para o acompanhamento da produção subjetiva e dos processos de subjetivação, com base na cartografia do cuidado em Silva et al. (2012) que auxilia no mapeamento dos itinerários travestis de atenção à saúde da população LGBTQIA+, no sentido de percebermos e sinalizarmos a produção da realidade social e a definição da modelagem dos serviços de saúde. “É necessário que os profissionais saibam ouvir, sobretudo, porque a usuária quer relatar suas experiências baseadas na sua visão de mundo” (SILVA et al., 2012, p. 641). Por isso, ressaltamos a necessidade do diálogo como parte significativa da equipe entre a equipe profissional de saúde, as travestis acolhidas e o grupo de pesquisa envolvido.

De acordo com Pigozi (2018), as ações de saúde, para serem efetivas, devem considerar as subjetividades e as singularidades que garantem um cuidado com respeito às diferenças. “O exercício de cartografar exige um deixar afetar-se. De modo que, nesse plano coletivo de forças, pesquisador não se isola do processo ou posiciona-se como mero expectador” (PIGOZI, 2018, p. 4). Desse modo, a entrevista não visa apenas alcançar a experiência, mas chegar até a expressão pelos signos sensíveis que produzem cuidado pela vivência das travestis. Ao levarmos em consideração o que Favero (2020) aponta sobre os modos como pesquisar a dor dos outros, visamos repensar estratégias metodológicas por meio da cartografia nos efeitos do campo, pois não basta apenas declaramos o nosso lugar de fala, devemos perceber como e quando produzimos efeitos. “Uma escrita situada, consequentemente, é uma escrita que se dá nos intervalos. No espaço artificial do ‘entre’ é que se torna possível emergir uma política que reconhece os efeitos dos atores e atrizes em cena” (FAVERO, 2020, p. 14).

Referencial teórico

Ao lado do pensamento de Pelúcio e Miskolci (2009), retomamos a forma como a saúde pública pode ser atravessada pelos discursos

contra hegemônicos que foram historicamente silenciados e ignorados através das noções de risco e de desejo na visão dominante sobre a sexualidade. Quando propomos pensar o cuidado e a travestilidade, retomamos o que Jesus (2012) destaca sobre o percurso das travestis em seu próprio esboço subjetivo do afeto e da vida no contraponto da estimatização do termo “travesti”, pois acreditamos no aprendizado por meio da vivência delas nas possibilidades de compreender o cuidado no que diz respeito às estratégias de “envivecimento”, nos termos de Leal (2020). “Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade” (JESUS, 2012, p. 11). Pelo fato de dialogar com as questões de gênero e sexualidade em contextos específicos, a exemplo das relações sociais mediadas pelo cuidado e pela humanização do atendimento, o projeto de extensão apresentado na pesquisa visa desenvolver uma abordagem *queer* nas políticas públicas através do que Motta (2016) situa pelo o que está por trás do contexto discursivo da política de atenção à saúde e a concomitante Política Nacional de Humanização (PNH) que traz a perspectiva do cuidado.

Como afirma Santos Filho, Barros e Gomes (2009), a própria PNH traz as diretrizes do acolhimento da pessoa usuária e da clínica ampliada, sendo uma prática interdisciplinar com a proposta de entender o significado do adoecimento e tratar a doença no contexto de vida, na forma como a qualificação do modo de fazer saúde ocorre (BRASIL, 2006). Assim, o trabalho opera pelas estratégias de qualificação do cuidado, na medida em que permitem o protagonismo dos sujeitos que buscam o cuidado e valorizam o diálogo para além da busca de sinais e sintomas no fechamento do diagnóstico clínico simplificado. Entretanto, para serem implementadas essas estratégias se faz preciso treinamentos contínuos, inseridos em uma política de educação permanente para as equipes responsáveis pela atenção da população. É necessário também que existam estratégias da fixação de profissionais que compõem as equipes, principalmente, para fortalecer o estabelecimento do vínculo e para proporcionar ações continuamente acompanhadas. De certa forma, visamos pensar o atendimento na mira do “traveco-terrorismo” no campo da saúde, como traz Lustosa (2016).

“Enquanto o *queer* desfaz gênero na teoria, a travesti desfaz gênero na prática. O traveco-terrorismo é capaz de ir despedaçando,

progressivamente, os estereótipos homem/mulher, homo/hétero, natural/artificial” (LUSTOSA, 2016, p. 395). Nesse sentido, o estabelecimento da cogestão do cuidado também se apresenta como outra diretriz da PNH que amplia a possibilidade de resposta às demandas da comunidade na medida em que procura estabelecer a horizontalidade da relação, no sentido de trazer a responsabilidade de cada um dos pontos das redes de atenção na busca pela integralidade do cuidado. A cogestão permite que exista o debate e as reflexões necessárias na busca do cuidado, pactuando com os procedimentos, as atividades e a busca da solução de demandas individuais ou advindas das grupais e dos coletivos. Por fim, vale ressaltar que a PNH também tem o compromisso com a valorização dos trabalhadores e com os processos de trabalho, cujo objetivo aparece no reforço das demandas por educação permanente das equipes e na valorização das ações de trabalhos interprofissionais em rede. Através do coletivo, podemos potencializar as capacidades de resposta para as demandas que extrapolam as próprias linhas do cuidado da saúde, ampliando o próprio conceito do que pode ser tido como saúde.

Assim, consideramos as contribuições de Bento (2017) sobre os estudos transviados diante da despatologização do gênero a partir dos direitos humanos e da cidadania pelo direito à saúde, na medida em que procuramos enfrentar argumentos que utilizem da possível estratégia discursiva da diferença natural dos corpos como origem das identidades. “Portanto, discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser, desde sempre, cultura” (BENTO, 2017, 89). Afinal, quando Pereira (2018) aborda a forma como os corpos travestis são reconstruídos pela agência e mediação, vale mencionar o contexto em que a corporalidade aparece construída no rebate à violência, nas tramas das próprias localizadas dissidências sexuais e de gênero, como menciona Colling (2017). No entanto, diante da produção do cuidado, visamos trazer a forma como as travestis potiguares refletem o cuidado na construção da sua própria travestilidade, na medida que trazem o que são por meio singularidades que carregam nos percursos tracejados. “Estes componentes influenciam direta ou indiretamente na estética corporal e comportamental das travestis, sendo impossível determinar uma definição que possa contemplar todas as experiências travestis ou travestilidades” (ANDRADE, 2012, p. 96).

Diante do que Mbembe (2018) traz como necropolítica, pensamos a potência do Sistema Único de Saúde (SUS) pelas vulnerabilidades e pelos marcadores sociais que demarcam a violência motivada por conta das dissidências sexuais e de gênero da travestilidade. No reconhecimento que as travestis enfrentam pela discriminação da sua identidade de gênero no SUS, como apontam Ferreira et al. (2017), refletimos sobre as vivências a partir da necessidade de mais integração entre os segmentos sociais e os serviços de saúde que perpassam fragilidades no atendimento diante da especialização no cuidado. Pelo o que trazem Rocon, Duarte e Sodré (2018), destacamos a importância dos elementos essenciais no processo de acolhimento profissional, a exemplo da mudança de nome e das expressões da questão social vivida pelas trans e travestis, principalmente, a partir das demandas acolhidas. “Especificamente no processo transexualizador, aqui apontamos para o desenvolvimento do trabalho junto às famílias, redes socioassistenciais e a construção de uma consciência sanitária como profícuo campo de intervenção” (ROCON; DUARTE; SODRÉ, 2018, p. 528).

Como mencionam Muller e Khauth (2008) sobre as desigualdades no SUS, a necessidade de qualificar os profissionais de saúde visa repensar um atendimento capaz de fissurar a propagação do estigma e da marginalização das travestis, ambos aspectos que acentuam as consequências da saúde pública. É o que Jesus (2016) menciona no processo de reconhecimento de cidadania das pessoas trans no campo da saúde. “Mesmo percorrendo a partir de diferentes estratégias de inclusão, no âmago do debate se identifica a pauta da despatologização das identidades trans (incluídas as travestis) como imprescindível para que a referida população seja tratada com o mínimo de humanidade” (JESUS, 2016, p. 198). Por isso, a necessidade de cartografar os itinerários pela produção subjetiva do cuidado dialogam com o que Monteiro e Brigeiro (2019) destacam pelas experiências de acesso de mulheres trans e travestis aos serviços de saúde, quando mencionam que as narrativas sobre a mudança corporal e a transição de gênero aparecem na tensão entre as tecnologias oferecidas no serviço.

Portanto, o que Rocon et al. (2019) apontam pela produção de sofrimento ao desrespeito do nome social e a transfobia e travestifobia institucionalizadas, trazemos como horizonte de reversão do quadro analítico por meio do projeto esboçado na pesquisa, pois compreendemos como uma violação ética diante das existências trans e travestis

qualquer tipo de não reconhecimento das construções corporais da população por parte do Centro Municipal de Referência LGBT, tendo em mente a “necessidade de investimentos em processos formativos com trabalhadores da saúde orientados por uma perspectiva ética, de produção de afecções em direção à produção de sensibilidades implicadas com o reconhecimento e a expansão e proteção das vidas trans” (ROCON et al., 2019, p. 10). Pela leitura da população LGBTQIA+ na pandemia da Covid-19 no Brasil, destacamos o que Oliveira, Carvalho e Jesus (2020) trazem pelos elementos sociopolíticos que contribuem para a discussão do âmbito da dinâmica que afetam essas pessoas. Assim, procuraremos perceber como as travestis têm enfrentado a pandemia em Natal e como a instituição municipal pode acolher as situações em seus contextos específicos.

Sem dúvidas, o pensamento de Oliveira e Duarte (2020) sobre os marcadores sociais entre a vulnerabilidade, a precariedade e a subalternidade, contribui para a reflexão sobre a forma como a instituição municipal entende a cidadania LGBT através da vivência das trans e travestis. Por isso, os corpos transvestigêneres trazem perspectivas importantes para repensar inclusive o que se entende por cidadania, sobretudo, por meio de como a sociabilidades foram sistematicamente precarizadas em seus modos de existência. “Portanto, a morte e o aniquilamento do outro pelo cisheterossexismo-terrorista não se limita, exclusivamente, ao corpo, mas se manifesta na impossibilidade de se viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas” (OLIVEIRA; DUARTE, 2020, p. 321).

Resultados e discussão

Nesse momento, não iremos nos ater aos resultados por conta da discussão a partir da cartografia dos itinerários travestis ainda não ter iniciado, tendo em vista que o Centro Municipal de Cidadania LGBT foi inaugurado, durante o período de pandemia, em Natal em apenas 7 meses. Assim, realizamos uma primeira reunião no dia 26 de março de 2021 com a equipe da instituição e a equipe de pesquisa envolvidas no projeto de extensão, no sentido de apresentamos a iniciativa e os objetos principais da ação universitária. No encontro, via *Google Meet*, contamos com a presença de parte da equipe do centro, nos nomes de Luana Soares e Laniara Araújo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

No entanto, foi realizado um primeiro encontro da equipe com o professor Oswaldo Negrão do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN, no dia 9 de novembro de 2020, após a Presidente Luana ter demonstrado interesse em desenvolver parcerias ao ficar sabendo da disciplina de “Saúde e Violências” ministrada no Departamento de Enfermagem em parceria com o Departamento de Saúde Coletiva da UFRN pelo professor mencionado, pela professora Paula Brandão e pelo estagiário docente voluntário Ribamar Oliveira. Na ocasião, o professor Oswaldo trouxe o percurso universitário por meio da trajetória inicial do centro de trabalhar por duas vias, tendo em vista o trabalho no Ambulatório Estadual de Saúde Integral de Transexuais e Travestis no Rio Grande do Norte, inaugurado no dia 31 de janeiro de 2020, no Hospital Giselda Trigueiro, zona Oeste da cidade, diante da assistência no processo inicial de hormonioterapia e acompanhamento clínico pré-operatório, e do serviço socioassistencial de garantia de direitos, cuja principal demanda era a retificação do nome social, justamente pelo descaso e pela violência interpessoal que os serviços públicos, a exemplo das delegacias e das unidades de saúde não reconhecerem o direito assegurado pelo Decreto 8727/16, de 28 de abril de 2016, ocasionando erros na própria documentação.

A partir disso, de volta ao encontro com a equipe de pesquisa, foi traçada uma estratégia de atuação diante do objetivo do centro de organizar o “Observatório da Violência LGBT de Natal”, no sentido de traçar o perfil epidemiológico e sociodemográfico de mobilidade e mortalidade diante do percurso no mapeamento das instituições onde a comunidade está transitando para resolver as demandas inerentes à sociabilidade. Por isso, foi sugerida a parceria com o “Observatório da Violência” (Obvio) pelo Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa da UFRN, no qual o professor Oswaldo segue como coordenador. No caso, de antemão, o centro trouxe o referencial de que a maioria das pessoas que procuraram a instituição são trans. Naquele período, o centro estava dando abertura ao mapeamento de modo remoto sobre a população transexual, travesti e transgênero com o objetivo de coletar informações iniciais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas a serem articuladas pelo centro.

Assim, as ações de saúde montadas a partir desse projeto apresentado na pesquisa buscarão utilizar essas dissidências do cenário trans e travesti em Natal para moldar a educação profissional e os debates às suas principais necessidades, de modo que os recortes

adequados sejam feitos na hora de promover a equidade e longitudinalidade adequadas ao que é demandado por esta população. Com os resultados em seus caminhos, esperamos analisar os processos e as estratégias situacionais da rede de atenção, no sentido tanto de contribuir criticamente para o debate diante da patologização das identidades abjetadas socialmente, como de destacar ações sociais de intervenção capazes de potencializar a formação continuada profissional da instituição municipal de combate à violência sexual e de gênero. Além disso, visamos promover habilidades na formação dos profissionais da rede de saúde do município de Natal no ano de 2021, a fim de impulsionar o interesse e de habilitar o cuidado específico a esse público nas redes de atenção.

No dia 30 de abril foi realizada uma segunda reunião com o centro, na qual foi articulado a possibilidade de envio do relatório de dados do “Observatório da Violência LGBT de Natal” do ano de 2020, a necessidade de continuar o mapeamento pela baixa adesão do público devido pandemia e os percursos iniciais da cartografia a ser traçada. Assim, pensamos que o relatório pode auxiliar na construção de atividades formativas para a equipe profissional da instituição, nos pressupostos iniciais da pesquisa, sobretudo, pelo indicador de que a maior população que buscou a unidade até agora foi de trans, mais especificadamente, mulheres trans. Apesar do horário reduzido e especial e da limitação do agendamento pela pandemia, acreditamos que a partir do percentual de demandas do arquivo por parte da população já acolhida traz um horizonte de diálogo interessante para pensarmos na entrada da cartografia. Desse modo, foi ressaltado a necessidade de pensar em questões que o centro trouxe entre os temas da violência LGBTQIA+fóbica, da saúde integral, tendo muitas demandas de saúde bucal, e do trabalho na prostituição. No sentido do trabalho de Souza et al. (2014), buscamos acompanhar as trajetórias das travestis em busca do cuidado em saúde, sobretudo, nas múltiplas formas do cuidado.

Diante disso, a equipe de pesquisa fará um planejamento no mês de maio para apresentação à instituição municipal em junho, no sentido de organizarmos as atividades a serem desenvolvidas com a equipe profissional e o início da pesquisa cartográfica. A partir da previsão da entrada na cartografia para o segundo semestre do ano de 2021, devido a possibilidade de melhoria do quadro da pandemia no município de Natal e no país, articularemos previamente a possibilidade de

acompanharmos o fluxo no Ambulatório TT a partir de algumas semanas, tendo em vista a afetação com o campo de pesquisa por meio da produção de subjetividade em torno de cuidado na vivência das interlocutoras. Para isso, o centro solicitou um breve esboço da proposta de pesquisa para apresentar à equipe do ambulatório, sobretudo, pelo fato das pessoas envolvidas na pesquisa transitarem no cotidiano dos atendimentos e na abordagem com as trans e travestis acolhidas.

Apesar da necessidade de termos bons indicadores e de registro do banco de dados, consideramos mais importante ainda pensar na parte qualitativa da pesquisa em seus detalhes a partir do período histórico do centro e das vivências dissidentes sexuais e de gênero. Até então, temos trabalhado com a ficha de acolhimento e o formulário de mapeamento, tendo em vista os percursos iniciais no desenvolvimento desta ação que procura trazer a capacitação e a educação permanente na qualidade da atenção à população LGBTQIA+, principalmente, pelo suporte de uma equipe instrumentalizada, capacitada e atualizada em formação continuada entre o projeto de extensão e a instituição municipal.

Considerações finais

Assim, vislumbrar uma mudança no SUS significa não só olhar com outros olhos quem devemos acolher, mas assegurar a existência de uma vida possível de ser vivida dentro dos princípios desse sistema, pois a universalidade, a equidade e a integralidade nos serviços em saúde são os pontos em que lançamos mão nesta pesquisa que procura compor repertórios subjetivos das interlocutoras, dando sentido a uma iniciativa possível. Nesse viés, enxergar a subjetividade das travestis pode nos possibilitar mudanças significativas na forma de pensar revendo a criação de um arcabouço de evidências para a viabilização de conhecimento, ampliando a significância do sistema de saúde.

Por isso, a cartografia dos itinerários travestis pode nos fazer enxergar com outros olhos como o cuidado em saúde pode chegar a essa população de forma equitativa e integral, conhecendo os caminhos para um acolhimento mais humanizado e mais eficiente para as atividades do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal. De certa forma, a pesquisa que visa permear uma intercomunicação para acompanhamentos continuados a partir do processo descentralizador do

SUS, adentrando as comunidades através também da Atenção Básica. Nesse caminho, se faz necessário o preparo de toda a estrutura teórica e prática para um atendimento humanizado capaz de questionar quem pode ter direito à cidadania diante das dissidências sexuais e de gênero. Afinal, entendemos também os riscos da noção de cidadania institucionalizada e o quanto ela pode ser fissurada por outros modos possíveis nos termos da travestilidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores Pablo Rocon e Marco Oliveira e a professora Jaqueline Gomes de Jesus por demonstrarem disposição em contribuir para o desenvolvimento do projeto de extensão por meio dos comentários realizados na apresentação da comunicação oral deste trabalho no ST (9), Saúde, Equidade e Direito à Diferença, no X CINABEH. Agradecemos ao Centro Municipal de Cidadania LGBT pela parceria com o projeto de extensão da UFRN.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2015. Tese de Doutorado. PPGED. UFC.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Edufba, 2017.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020.

FERIGATO, Sabrina Helena; CARVALHO, Sérgio Resende. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, p. 663-676, 2011.

FERREIRA, Breno de Oliveira et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1023-1038, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Medicina: uma ciência maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 195-204, 2016.

LEAL, Abigail Campos. **Me curo y me armo**, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete e trans. São Paulo: N-1 edições, 2020.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto traveco-terrorista. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 384-409, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

MOTTA, Jose Inacio Jardim. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 73-86, 2016.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. **Cadernos Ebape.br**, v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008.

OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva; DUARTE, Marco José de Oliveira. Trabalho e tra(ns)vesti(gêneros)lidades: elementos para uma análise. In: PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cláudia. (Org.). **Quando LGBTQs invadem a escola e o mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. UNIRIO, 2020. p. 298-325.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTQ+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids ea repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 125-157, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler e a Pomba Gira. **cadernos pagu**, n. 53, p. 1-14, 2018.

PIGOZI, Pamela Lamarca. A produção subjetiva do cuidado: uma cartografia de bullying escolar. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, p. 280-312, 2018.

PINTO, Isabella Vitral et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200006. SUPL. 1, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 3, p. 523-533, 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180633, 2019.

SANTOS FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; GOMES, Rafael da Silveira. A Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 13, n. 1, p. 603-613, 2009.

SILVA, Raimunda Magalhães da et al. Cartografia do cuidado na saúde da gestante. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 17, p. 635-642, 2012.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 2277-2286, 2014.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS.

Edson José de Oliveira

*Psicólogo Especialista em Avaliação Psicológica pelo IPOG
(edsonpsicologia2014.eo@gmail.com)*

Diody Nogueira de Deus

*Professor Orientador do Instituto de Graduação e Pós – graduação
IPOG (diodynogueira@gmail.com)*

Resumo

Com esse trabalho, analisou-se, utilizando de pesquisa bibliográfica a atuação de psicólogos que atuam no judiciário e que estão envolvidos com o processo de adoção por casais homoafetivos. Tendo como pergunta/hipótese norteadora: o psicólogo (a) que trabalha com adoção por casais homoafetivos está preparado para atender essa demanda?. Constatou-se que os psicólogos ainda tem receio de receber um casal homoafetivo, pois falta informação e preparação para tal ato, sendo necessário formações complementares de atualização para melhor desempenho de suas práticas profissionais. Há também a questão de preconceito velado, a ideia culturalmente enraizada de que a família heteronormativa é única opção de relação familiar levando em consideração a procriação. Há questionamentos a respeito das funções parentais e se de fato essa criança ou adolescente terá um convívio familiar saudável para seu crescimento. Acrescenta-se também a negação dessa família por conta de influências religiosas. Os psicólogos conhecem o processo de avaliação psicológica (técnicas e instrumentos que serão utilizados), no entanto, ainda ficam “perdidos” quando se trata de atender um casal do mesmo sexo que vai ao judiciário para dar entrada no processo de adoção. Observa-se, portanto, que além do olhar longe de estereótipos e preconceitos que é primordial

para a concretização da adoção é necessário um investimento em capacitação que envolva atualização constantes referentes às leis e direitos que envolve a adoção por casais do mesmo sexo.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. Adoção. Casal Homoafetivo. Psicologia.

1. Introdução

Esse trabalho versa sobre a Avaliação Psicológica no contexto da Adoção por casais homoafetivos, tem como objetivo geral compreender de que modo vem sendo realizada as práticas profissionais dos Psicólogos que atuam no judiciário no campo da adoção e como objetivos específicos: perceber se os psicólogos estão preparados para atender essa demanda de adoção por casais do mesmo sexo; Verificar se há algum tipo de preconceito por parte desses profissionais; entender o processo de avaliação psicológica, meios e possíveis instrumentos utilizados; identificar possíveis entraves para a realização da Avaliação Psicológica nos postulantes a adoção. O artigo será constituído por uma revisão de literatura que aborda a temática da adoção e atuação dos psicólogos nesse campo. Estudos demonstram que muitas pessoas ainda questionam a capacidade dos homoafetivos em proporcionar para a criança um ambiente sadio e favorável ao seu desenvolvimento. Costa (2001, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p.30) relata que existem vários argumentos contra a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, dentre eles, o perigo da criança sofrer violência sexual e de, também, se tornar homossexual por influências dos pais. Diante dessa realidade, pergunta-se: o psicólogo (a) que trabalha com adoção por casais homoafetivos está preparado para atender essa demanda? Dentro da atual conjuntura e levando em consideração as mudanças na organização familiar é extremamente importante entendermos como vem sendo desenvolvido o papel do psicólogo que trabalha com adoção por casais homoafetivos dentro do judiciário, até para que os postulantes a adoção sintam-se mais seguros e acolhidos ao procurar o judiciário para dar entrada no processo de adoção. As questões do direito à parentalidade homossexual, principalmente as relacionadas a adoção ainda é um tema que levanta muitas discussões e esse é um dos motivos que impulsionou-me a desenvolver esse trabalho.

Para Pereira e Azambuja (2015, apud COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 17) a adoção pode ser conceituada como um meio de integrar às crianças que não tiveram como serem criadas por suas famílias que a geraram para serem cuidadas por outras famílias que não tem uma ligação genética, mas optam pelo acolhimento e proporcionam condições de vida mais digna a essas crianças. Araújo (2008, apud

ALMEIDA, 2012, p. 33), família “pode ser definida a partir de diferentes perspectivas; é preciso compreendê-la como uma instituição historicamente determinada, que expressa às mutações das formas históricas de organização social”. Entende-se que ela se faz presente de diversas maneiras e em diferentes momentos suprimindo as demandas socioeconômicas, culturais e afetivas atuais. O casamento homoafetivo já é possível desde a resolução nº 175, de 14 de Maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desse modo, a adoção também. Antes do código civil de 1916 para ser considerado filho era necessário ter origem no casamento, caso contrário era considerado ilegível. Com o advento do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente- o adotado é considerado filho e os vínculos se estendem para a família do adotante como filho biológico. Em 03 de Agosto de 2009 com a promulgação da Lei 12.010 (nova lei da adoção), houve a revogação do artigo 1.622 do código civil em que ficava claro que “ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou se viverem em união estável”. Surge aí novas possibilidade de adoção por casais homoafetivos, apesar da lei não deixar explícito.

Rios (2001, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011), relata que impedir um processo adotivo por conta da orientação sexual dos adotantes não é aceitável e vai de encontro com os preceitos da Constituição Federal que veda preconceitos e outras formas de discriminação.

É dentro desse movimento que esse trabalho se debruça, e procura entender a atuação do psicólogo perante a demanda de adoção por casais homoafetivos. O interesse pela temática surgiu do contato com pais que já adotaram e estão em processo de adoção bem como psicólogos que atuam na área e que relatam dificuldades no processo de avaliação psicológica a casais homoafetivos postulantes a adoção. É importante validar entende-se avaliação psicológica, o processo que vai desde o momento da entrevista até o relatório final em que é definido se a família está apta ou não pra adotar.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2013), Avaliação Psicológica é um processo cujo objetivo é coletar e interpretar informações pertinentes à psicologia segundo uma série de estratégias e técnicas. Paveltchuk e Carvalho (2019, p. 381-382) dizem que:

A definição de avaliação psicológica ressalta especialmente os elementos de processo e a diversidade de estratégias de investigação. Isto significa que a avaliação psicológica deve considerar aspectos

socioculturais daqueles que estão submetidos ao processo. Portanto, pressupõem-se que o psicólogo deve organizar o número de sessões destinadas ao processo e seu formato (que técnicas e ferramentas utilizar) de acordo com os seguintes elementos: 1. Contexto no qual a avaliação psicológica se aplica; Propósitos da avaliação psicológica; 3. Constructos psicológicos a serem investigados; 4. Adequação das características dos instrumentos/técnicas aos indivíduos e grupos avaliados; 5. Condições técnicas, metodológicas e operacionais do instrumento de avaliação.

Nesse sentido, cabe ao psicólogo que faz a avaliação psicológica no contexto da adoção, verificar a melhor maneira de realizar esse processo com instrumentos adequados e acima de tudo compreendendo o contexto sociocultural daquele casal evitando uma postura heteronormativa no decorrer da avaliação. É importante ressaltar também que dentre as categorias profissionais envolvidas diretamente nessa dinâmica, encontra-se a equipe multidisciplinar formada por psicólogos e assistentes sociais, um corpo técnico de assessoramento e perícia, bem como promotores e representantes do Ministério Público.

Baranoski (2016, p.160) coloca que “a equipe interprofissional é fundamental para as garantias dos direitos da criança e adolescente que estão em situação de acolhimento e na preparação para a colocação em família”. Almeida (2012, p. 163) coloca que “quando casais homoafetivos chegam ao judiciário para solicitar o cadastro da adoção, há um medo de que a equipe de profissionais esteja despreparada para atender essa demanda livre de preconceitos e discriminação”.

Esperamos que esse trabalho possa abrir mais espaço para a discussão acerca da adoção por casais homoafetivos, contribuindo para uma atuação mais segura e menos estigmatizada do profissional da psicologia que atua nesse âmbito, priorizando a construção de vínculos de filiação confiáveis e saudáveis, independente da condição sexual desses casais e levando sempre em consideração o melhor interesse da criança.

2. Desenvolvimento

Para Silvia (2008, apud XIMENES e COMIN, 2018, p. 65), apesar dos avanços nas discussões sobre a temática, no Brasil, a realidade mostra que é necessário um investimento maior no campo da Psicologia

Jurídica, pois esse campo do saber é de grande relevância nos casos como os de adoção e é necessário que o psicólogo empregue seus conhecimentos, quer seja mediando, avaliando, diagnosticando ou oferecendo uma escuta ativa/qualificada que possa contribuir para a efetivação dos direitos de cada indivíduo. Quando os pais pretendentes a adoção procuram o judiciário pra dar entrada no processo de adoção passam por uma longa avaliação que visa entender o motivo que os levaram a adotar, além de verificar os aspectos emocionais e socioeconômicos para viabilizar tal ato. (COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 193). Dentre as demandas do psicólogo destaca-se o acompanhamento num curso preparatório onde serão esclarecidos os aspectos legais da adoção, os processos culturais e emocionais que envolvem a constituição de uma nova família a partir da chegada de um novo membro. Percebam a importância do psicólogo nesse processo, cabe a esse profissional amparar essa família e esclarecer sobre esse novo exercício da parentalidade.

Levinzon(2006, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p.35) entende que a participação efetiva do psicólogo é de extrema relevância para prevenir problemas de equilíbrio emocional e de relação entre adotantes e adotados. Os pais precisam ter claro que o processo de filiação será construído no decorrer das relações, das vivências, respeitando a singularidade daquela criança ou adolescente. Alvarenga e Bittencourt (2013, p. 43) acrescentam que “uma preparação deficiente da criança, tanto quanto candidatos mal informados e mal preparados, dificultam o processo de construção de filiação, gerando profundo sentimento de fracasso nos envolvidos.” Dentro deste panorama, parte-se do pressuposto de que caberia aos profissionais que lidam com essa demanda não se limitarem a uma perícia de seleção de pretendentes , mas promoverem um trabalho de escuta e esclarecimento quanto ao trâmite processual, ao perfil da criança desejada e o tipo de relação a ser construída com ela, ao amadurecimento emocional e à elaboração do projeto adotivo (Comin e Cecilio, 2018, p. 498). Diante deste cenário, é explicada a importância e necessidade de preparação para se ter uma criança:

Raras são as pessoas que se preparam para ter um filho, seja biológico ou adotivo, e isso refere-se a uma reflexão sobre as próprias motivações , riscos, expectativas desejos, medos entre outros. Significa tomar consciência dos limites e possibilidades de si

mesmo, dos outros e do mundo. Preparar-se não quer dizer que: somente o momento que antecede “ter um filho”, é a consciência que esta preparação deve ser contínua, que as coisas e pessoas estão interagindo dinamicamente e , portanto, sempre estão sujeitas as mudanças. Ferreira e Chalhub (2011, apud CAMPOS; COSTA, 2004, p.3)

Entende-se, portanto, que o papel do psicólogo vai além de uma avaliação psicológica baseada na utilização apenas de instrumentos, é necessário um envolvimento de acolhimento, esclarecimento e direcionamento dos pais que estão almejando a chegada daquela criança tão desejada e esperada. Esse entrosamento durante a avaliação pode gerar uma maior confiança entre as partes, abrindo possibilidades para realização de intervenções prévias, ampliando as chances da adoção ser bem sucedida. No entanto, vale ressaltar que a prática do profissional da psicologia dentro do contexto judiciário esta condicionada a uma hierarquia de promotores e juízes que as vezes são a favor, contra e em alguns casos autorizam a adoção sem avaliação dos pretendentes. Essas ações levam uma adequação do fazer psicológico às vontades do juiz e/ou promotor, fazendo com que deixem de lado a sua avaliação e o entendimento do que seria melhor para os pretendentes e para a criança (OLIVEIRA, 2014, p. 72). Há nesse aspecto uma frustração do psicólogo que precisa lidar também com esse sentimento de desvalorização do seu trabalho. Outra dificuldade encontrada é a questão do tempo reservado para a avaliação , que é definido pelo juiz em função da legislação, não levando em consideração a real necessidade de avaliação dos dados subjetivos envolvidos em cada caso. Em seus estudos Oliveira (2014, p. 74) acrescenta também, que as vezes não há uma mínima infraestrutura adequada para fazer a avaliação dos pretendentes , o espaço não oferece o sigilo, provocando interferências no processo de avaliação, gerando desgaste emocional, desrespeitando o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Alinhado a todas essas questões acima, existe também a preocupação dos profissionais em relação a seu papel nas avaliações para adoção, pois apesar de utilizarem de técnicas que são cientificamente confiáveis , são consideradas por eles muito subjetivas. Além da pressão que sentem por ter que decidir o destino tanto das crianças quanto dos requerentes a adoção. (COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 229). Uziel (2007, apud COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 229) acrescenta

ainda que o profissional precisa ter cuidado para não fundamentar um parecer desfavorável em seus próprios preconceitos, sejam eles de qualquer espécie. Costa (2004, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 41) a Psicologia também teve sua parcela de contribuição em relação ao preconceito contra os homoafetivos, pois já na época de Freud era considerado como um desvio, uma patologia. Até hoje a adoção por casais homoafetivos é rodeada de muitos preconceitos advindos da falta de informação, da ausência de discussão desses casos nos fóruns de formação. Para Comin, Pereira e Nunes (2015, p. 230) “esses discursos sociais atravessam, obviamente, a construção de práticas profissionais nesse campo”.

Nesse contexto, quando surge o convite para avaliar um casal homoafetivo que está iniciando o processo de adoção, o próprio psicólogo sente-se inseguro, precisando rever suas práticas de atuação, isso é fruto de uma sociedade que ainda é preconceituosa e muitas vezes intolerante com esse novo modelo de família. É importante que o Judiciário esteja preparado para receber esses casais. O que se vê ainda, segundo Lago e Bandeira (2010, apud COMIN e XIMENES, 2018, p. 78) é que muitos profissionais buscam a família considerada tradicional e heterossexual, fortalecendo um preconceito velado que não dialoga com os novas configurações de família e nem acompanham as mudanças sociais e culturais observadas na contemporaneidade. Fazendo uma relação com o conceito de Avaliação Psicológica trazida por Andrade e Sales no início desse artigo esses psicólogos estariam indo de encontro com o que preza o Código de Ética da Profissional da Psicologia. Cabe ao Psicólogo realizar o seu trabalho, independentemente de suas crenças, preconceitos, receios ou dúvidas em relação a parentalidade adotiva.

Os critérios para avaliar os pretendentes a adoção inicia desde a entrada do pedido de habilitação para adoção. De acordo com Rodrigues, Couto e Hungria (2005, apud FERREIRA et al, 2017, p.10), para que tudo flua bem é necessário o comprometimento de todos que compõe a equipe interdisciplinar, pois a decisão do juiz será norteada pelo trabalho do psicólogo, do assistente social e peritos. Os mesmos autores afirmam que:

Ao enfocarmos a atuação da equipe multiprofissional no casos de adoção, fazemos referência a um extenso trabalho que inclui: entrevistas com os candidatos e pais adotivos, entrevistas de acompanhamento

a crianças e/ou adolescente com perspectivas de serem colocados em lares substitutos, acompanhamento dos genitores que vislumbram a alternativa de entregar o (os) filho (os) para a adoção ou que estão em vias de serem destituídos do pátrio poder, aproximação gradual dos pretendentes habilitados à adoção com crianças e ou/adolescentes, assessoria à recém-formada família durante o estágio de convivência e acompanhamento das famílias adotivas com dificuldades.

Colin, Pereira e Nunes (2015, p. 234), colocam que é necessário uma agenda de formação regular para essa equipe multiprofissional afim de atualizar a equipe acerca dos procedimentos jurídicos , bem como construir uma cultura de que o trabalho de cada profissional possui suas particularidades mas que devem atuar em conjunto. O diálogo deve ser constante, compartilhando saberes , dúvidas, ansiedades e apoio em alguns casos. O mais importante ao final não é a avaliação isolada de um profissional, mas de que modo a equipe pode entender cada caso, buscando sempre o melhor desfecho ou encaminhamento. Entende-se portanto, que mais do que traçar um perfil dessas famílias é importante ouvi-los , para dessa forma entender seus principais anseios e desejos, compreender a dinâmica das relações , a estrutura do casal, as dificuldades e potencialidades para chegada de uma criança.

Borsa (2019, p. 382), coloca que enquanto o processo de testagem psicológica tem um caráter padronizado , a Resolução nº 007/2003 (CFP, 2003) afirma que a prática de avaliação psicológica dos indivíduos avaliados, deve considerar os efeitos dos condicionantes históricos e sociais na subjetividade humana: por isso defende-se que o processo de avaliação seja dinâmico e integrador. É nesse campo, que permeia a avaliação para o processo de adoção por casais homoafetivos, precisa estabelecer esse laço de confiança e interação com o casal, usando termos adequados por exemplo, homossexualidade ao invés de homossexualismo, que foi descartado por remeter à patologização de identidades não heterossexuais. Por isso a importância de sempre estar se atualizando até como forma de usar uma linguagem que não seja julgadora e que estabeleça uma relação mais proximal com os pretendentes a adoção. Uziel (2007, apud XIMENES e COMIN, 2018, p. 78) corrobora que o processo de adoção ainda é permeado

por pressões e inseguranças, pois decidem os destinos, tanto de crianças, quanto dos requerentes a adoção.

A legitimação do papel do psicólogo como perito se encontra no Decreto-lei 53.664, de 21 de janeiro de 1964, que regulamenta a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, sobre a profissão do psicólogo. Afirma-se, nesse decreto, que caberia ao psicólogo, entre outras atribuições, realizar perícias e emitir pareceres sobre matéria de psicologia.

O processo de Avaliação Psicológica é composto por algumas etapas que são fundamentais, independente da queixa do avaliado, do contexto do processo ou duração. São elas: 1) Contato inicial com a demanda do avaliado; 2) caracterização do avaliado; 3) análise da demanda e levantamento de hipóteses a respeito do caso; 4) definição do objeto do processo de avaliação; 5) definição do tipo de avaliação a ser realizada; 6) elaboração de recursos e ferramentas a serem utilizadas no processo de avaliação; 7) estabelecimento de contrato de trabalho com o avaliado; 8) aplicação do processo estabelecido no contrato; 9) levantamento e interpretação dos dados coletados; 10) integração dos resultados dos instrumentos, como testes, e de técnicas, como entrevistas; 11) elaboração de associações teóricas com os resultados analisados; 12) elaboração de um documento de devolutiva; 13) seleção de formato de devolutiva; 14) devolutiva dos resultados. Siqueira e Oliveira (2011, apud BORSA, 2019, p. 382). Desse forma, também no âmbito do judiciário, a avaliação psicológica precisa ser cuidadosa, planejada e relacionado ao contexto do indivíduo avaliado, e no caso em específico desse trabalho, do casal avaliado.

Comin, Pereira e Nunes (2015, p. 185) colocam que a Psicologia Jurídica tem atraído os psicólogos de uma forma em geral por sua visibilidade na mídia e até em seu mercado de trabalho. A própria formação do psicólogo que atua nessa área exige um conhecimento técnico mais apurado, afim de que os processos que dependem de avaliação desse profissional possam atingir seus objetivos, sejam eles de prevenção a violência, mediação de conflitos ou nos casos de adoção, no que tange a preparação dos futuros pais e mães, da criança ou adolescente, além de toda a avaliação dessa família para a chegada de um novo membro, visando sempre o bem-estar do adotando. Quando os pais procuram o judiciário para oficializar o pedido de adoção inicia aí uma extensa avaliação que pretende entender o desejo

desses pais de constituir uma família, perceber se eles de fato estão preparados emocionalmente e socioeconomicamente para tal ato. Os pais precisam passar por cursos preparatórios onde serão convidados a pensar sobre o adoção, entender os principais medos e receios, clarificar suas potencialidades e recursos para o exercício da parentalidade. Esses cursos podem ser realizados por meio de oficinas, cursos realizados ao longo de algumas semanas em grupo ou individualmente com os casais.

O papel do psicólogo nesse processo é de extrema importância, visto que a decisão judicial para ser tomada leva em consideração a perícia psicológica. Nos casos de adoção essa perícia é feita com os adotantes para avaliar suas condições psíquicas, emocionais, cognitivas e de personalidade, bem como colhimento de informações sobre as condições financeiras e ambientais. Serafim (2014, p. 95) relata que:

O papel do psicólogo na adoção é fornecer subsídios por escrito (laudos) ou verbalmente (audiências), quando atuar como perito judicial diagnosticando as situações que envolvem a criança ou o adolescente e sua família, com os encaminhamentos pertinentes ao caso, ou quando realiza orientações, acompanhamentos com o objetivo de propiciar mudanças. É interessante notar que a intervenção do psicólogo pode ser direcionada tanto aos adotantes como para a criança que está sendo adotada. A avaliação da criança pode ocorrer antes do processo de adoção começar (na destituição de poder familiar, por exemplo) como durante o estágio de convivência¹ ou mesmo sendo realizado um acompanhamento posterior a adoção.

Ter o apoio psicológico nessas situações de forte mobilização emocional pode contribuir para que as pessoas atendidas compreendam

1 Assim que a criança é encontrada, o pretendente será comunicado sobre todo seu histórico e caso queira conhecê-la e recebê-la será iniciado o Estágio de Convivência no prazo estipulado pelo juiz. O estágio de convivência consistirá na visita e passeios com a criança, com um meio de criar vínculos. Tudo correndo bem, a criança pode passar a conviver com o pretendente, nesse momento, o candidato deterá a guarda e responsabilidade daquela criança ou adolescente.

não somente os tramites legais do processo , mas as repercussões desse ato no desenvolvimento de cada um, na família e nos filhos.

Dessa forma a Avaliação Psicológica forense no contexto da adoção é realizada por um psicólogo perito da Vara da Infância e da Juventude que emite um parecer favorável ou desfavorável ao processo. Este parecer é um subsídio a sentença do juiz (a) , pois está respaldado cientificamente em teorias e técnicas psicológicas. No entanto é necessário relatar aqui que esse parecer á algo complementar não determinante ao processo de adoção.

(...) recorre-se à prova pericial quando os argumentos ou demais provas de que se dispõe não são suficientes para o convencimento do juiz em seu poder decisório, portanto, esta tem como finalidade última auxiliar o juiz em sua decisão acerca dos fatos que estão sendo julgados. A perícia psicológica é considerada um meio de prova no âmbito forense e sua materialização se dá através da elaboração do chamado laudo pericial. O laudo pericial, que será apreciado pelo agente jurídico que o solicitou, deve ser redigido em linguagem clara e objetiva para que possa efetivamente fornecer elementos que auxiliem a decisão judicial, devendo responder aos quesitos (perguntas) solicitados, quando presentes. Segundo a autora, embora o Direito exija respostas imediatas e definitivas, o laudo psicológico poderá somente apontar tendências e indícios. Ferreira et al (2017, SILVA 2003 e JUNG 2014, p. 2).

Nesse sentido, a avaliação psicológica tornar-se complementar ao processo de adoção. No primeiro momento é realizado uma entrevista inicial ou anamnese com o objetivo de entender um pouco melhor os pretendentes , conhecer a história, os motivos que os levaram a adoção, o perfil da criança desejada, as crenças, a constituição daquela família (OLIVEIRA, 2014). Além desse acolhimento inicial cabe ao psicólogo nos passos posteriores verificar se é pertinente a utilização de instrumentos como testes psicológicos por exemplo. Recursos esses que podem contribuir na investigação, execução e interpretação de dados obtidos, no intuito de fornecer maiores evidências das condições psicológicas dos pretendentes a adoção.

Jung (2014, p.3) coloca que na perícia psicológica, normalmente se faz uso de testes projetivos ou psicométricos que podem auxiliar

e permitir uma melhor análise da personalidade, emoções tanto dos adotantes como nos adotados durante o processo de adoção. As informações a serem coletadas começam desde a entrevista inicial até o resultados dos testes aplicados. Terminando a avaliação será elaborado o laudo pericial, que de acordo com Serafim et al (2017, p. 76) é necessário constar: 1. O estudo das partes do processo; 2. Estabelecimento de honorários e agendamento da perícia; 3. Contrato, entrevista psicológica, entrevista de anamnese; 4. Avaliação cognitiva e avaliação da personalidade; 5. Análise dos quadros apurados; 6. Elaboração do laudo.

Percebe-se que o Psicólogo desempenha um papel atuante nesse contexto, o que reafirma a necessidade do domínio nesse campo do fazer. Está sempre atualizado e antenado com as novas demandas que vão surgindo, especialmente, nesse caso em especial da adoção por casais homoafetivos. O profissional precisa está despido de preconceitos e estereótipos que o levem a tomar decisões baseadas em suas crenças pessoais. Cresce o número de casais homoafetivos que estão na fila esperando adotar uma criança ou adolescente e todos eles irão passar por esse processo citado acima. Nessa perspectiva, o psicólogo precisa estar atento as mudanças de lei que envolve a população LGBT e consequentemente entender sobre os processos de adoção voltados a casais do mesmo sexo. A resolução nº 175, de 14 de Maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diz no seu Art. 1º que “é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo”. Dessa forma entende-se que se há uma lei que autoriza a união de pessoas do mesmo sexo, a adoção também seria possível, no entanto, um dos maiores problemas em relação à união homoafetiva ainda é o silêncio constitucional, a falta de elaboração legislativa e o conservadorismo judicial. Por não possuir plena aceitação social, o relacionamento homoafetivo passa por omissão legal (Spengler, 2008, apud MOTA, 2011, p. 13).

As crenças a respeito da homossexualidade são culturalmente enraizadas, gerando representações sociais diversas a respeito da adoção, dos homossexuais e também do exercício da parentalidade por casais do mesmo sexo (Araújo et al, 2007). Ainda em relação a esse processo, a literatura também observa a existência da crença de que pais homossexuais incentivariam a orientação sexual dos filhos ou que os sujeitariam a viver em ambientes imorais, em uma clara

confusão entre sexualidade e função parental. Zambrano (2015, apud XIMENES e COMIN, 2018). O que deve ser colocado em questão é se aquela família tem ou não condições psíquicas e econômicas de adotar, é preciso analisar se aquela família será boa para o adotado, levando em consideração sempre o melhor interesse da criança, analisar, por exemplo, se aquele ambiente será favorável ao seu crescimento.

Com a nova Lei da Adoção 12.010, a possibilidade de adoção por casais homoafetivos foi ampliada e essa demanda tem chegado com mais frequência para os psicólogos jurídicos (COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 196). Nesse sentido, se faz mister destacar que o Código de Ética dos Profissionais de Psicologia apresenta como princípios fundamentais o respeito e a promoção de igualdade e da liberdade do ser humano. Seu trabalho deve promover qualidade de vida e contribuir para eliminar quaisquer formas de discriminação e opressão. De acordo com o artigo 2º, ao psicólogo é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer ato de discriminação e induzir convicções políticas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Compreender a formação desses profissionais e seu preparo para a avaliação e intervenção em situações como o de adoção por casais do mesmo sexo é uma necessidade (Logo e Bandeira, 2009). Não cabe ao psicólogo promover juízo de valor a respeito da orientação sexual ou mesmo da possibilidade de adoção ou não por casais do mesmo sexo. No entanto, de acordo com Ximenes (2018) “pairam dúvidas importantes sobre a adoção por casais do mesmo sexo, sendo que muitas das práticas desenvolvidas voltam-se ao interesse pela vida privada e íntima dos postulantes.” Há nesse sentido uma entrevista que busque a confirmação da orientação sexual dos pais, o que nesse processo torna-se desnecessário. Percebe-se que ao mesmo tempo que esses casais tem se permitido entrar oficialmente com um pedido de adoção de crianças e adolescentes, observa-se que os profissionais do judiciário envolvidos nos processos de adoção nem sempre tem uma formação adequada e informações atualizadas a cerca dessa temática, o que pode dificultar na hora do acolhimento, comprometer a correta avaliação desses casais que se inscrevem no Cadastro

Nacional de Adoção- CNV². Entre esses profissionais, destacamos a atuação da Psicologia como campo fundamental no processo de avaliação dos pretendentes a adoção. (Bandeira, 2009, apud COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p.225).

Pode-se trazer pra essa discussão uma fala de Uziel (2007, apud Ximenes e Comin, 2018, p. 75) em que ele relata que a homossexualidade remete a ideia de negação da natureza e da paternidade em função de uma escolha de parcerias do mesmo sexo, impossibilitando a procriação, o que justifica o estranhamento em relação à parentalidade gay. São considerados opções excludentes como se, ao assumirem sua homossexualidade, também assumissem sua infertilidade. Pensamentos culturalmente enraizados e que os psicólogos que trabalham com essa demanda precisa estar abertos a entender e promover o andamento do processo levando em consideração o bem estar da criança e deixando suas crenças cristalizadas de lado.

Nessa perspectiva, Comin, Pereira e Nunes (2015, p. 197) colocam que o sistema judiciário está sujeito a interpretações de seus autores e, portanto, a questão da homoparentalidade ainda necessita de maior embasamento teórico e prático. A partir de uma prática psicológica embasada em técnicas coerentes, possibilita novos caminhos de mudanças de paradigma no tocante a essa questão, viabilizando um olhar menos diferenciado e de maior aceitação. O profissional da psicologia precisa dialogar com essas mudanças, estar aberto para o novo e promover espaços de discussão nesse contexto. Futino e Martins (2006, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 42), a orientação sexual dos candidatos a adoção não se enquadra como requisito investigado nas avaliações psicológicas e não deve constituir em vantagem ou desvantagem para se alcançar a mesma. A adoção psicológica para os casos de adoção envolve várias técnicas, dentre elas: entrevistas, testes psicométricos, projetivos (como por exemplo, HTP -Casa, árvore, pessoa; TAT – Teste de Apercepção temática; CAT- Teste de

2 Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ferramenta digital de apoio aos juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos processos de adoção em todo o país, foi lançado em 2008 pela Corregedoria Nacional de Justiça. No momento em que um juiz insere os dados de uma criança no sistema, ele é informado automaticamente se há pretendentes na fila de adoção compatíveis com aquele perfil. O mesmo acontece se o magistrado cadastra um pretendente e há crianças que atendem àquelas características desejadas.

Apercepção Infantil; IFP (Inventário Fatorial de Personalidade), hora do jogo e instrumentos lúdicos. As autoras reiteram que ao longo do processo o que mais importa é o desejo e a necessidade do estabelecimento de novos laços pela criança, laços de afeto, amor, carinho e de uma nova perspectiva de vida perante essa nova família.

Para Araújo (2008, apud ALMEIDA, 2012, p. 33), família “pode ser definida a partir de diferentes perspectivas; é preciso compreendê-la como uma instituição historicamente determinada, que expressa às mutações das formas históricas de organização social.” Entende-se que ela se faz presente de diversas maneiras e em diferentes momentos suprimindo as demandas socioeconômicas, culturais e afetivas atuais. O psicólogo precisa estar atento a essas mudanças para desenvolver um trabalho o mais próximo possível da realidade dessas famílias.

A busca pela constituição de uma família considerada tradicional e heterossexual atravessa, desse modo, a atuação de alguns profissionais da Psicologia no judiciário, operando-se não apenas a discriminação de postulantes à adoção que fujam desse perfil como também a sedimentação de uma prática que não dialoga com os novos arranjos familiares e com as mudanças sociais e culturais observadas na contemporaneidade. Fortalecer a necessidade de diálogo constante acerca desses aspectos é um dos elementos que podem nortear mudanças na formação em Psicologia, especificamente na área da Psicologia Jurídica, assim como mencionado em outras investigações Santos & Costa (2010 apud COMIN e XIMENES, 2018, p. 78).

As famílias homoafetivas acabam trazendo à tona diferentes questionamentos para a equipe que compõe o processo de avaliação. Segundo Iziel (2007 apud XIMENES e COMIN, 2018) para os cientistas sociais a discussão é sobre o parentesco; para os juristas é sobre as famílias de filiação e, para os psicólogos, o desenvolvimento de crianças em famílias diferentes das consideradas tradicionais. Acrescenta ainda que não se pode levar em consideração a orientação sexual do adotante como fator positivo ou negativo no processo de adoção, visto que o vínculo paterno e afetivo não está ligado à homossexualidade dos pais. Nesse sentido trago aqui o resultado de uma pesquisa realizada por Gonzales (2005) e Tarnovski (2002) apud FERREIRA e CHALBUB (2011) com crianças criadas por casais homoafetivos, em

que os resultados obtidos mostram semelhanças em nível de desenvolvimento social e cognitivo esperado por crianças criadas por casais heteros. Os autores acrescentam também a importância da rede social e de apoio como facilitadores na criação e adequação dessas crianças à sociedade.

Apesar de serem encontrados estudos apontando o sucesso na criação de crianças por famílias homoafetivas e constatarem que isso em nada prejudica o desenvolvimento destas, muitas pessoas ainda questionam a capacidade dos homoafetivos em disponibilizar para a criança um ambiente sadio, favorável ao seu desenvolvimento; a orientação sexual dos pais não determinará o tipo da qualidade de parentalidade exercida por estes. Quanto mais se discrimina esse grupo e se procrastina a conquista de seus direitos, mais as crianças que continuam “institucionalizadas” serão prejudicadas. (FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 44).

Nessa perspectiva vale ressaltar que o psicólogo que trabalha nessa área precisa entender desse cenário e acolher essas demandas não se limitando apenas a uma perícia de seleção de pretendentes, ele deve promover um trabalho de escuta e esclarecimento quanto ao trâmite processual, o perfil da criança (disponível x esperada), o tipo de relação a ser construída com ela, ao amadurecimento emocional e a elaboração em relação ao projeto adotivo, que deve ser basear em um relacionamento calcado no afeto (CECILIO e COMIN, 2018, p. 498). A coleta de informações durante a avaliação poderá dizer não apenas dos pretendentes e de sua dinâmica familiar, mas da relação de confiança que ali será estabelecida com a equipe, abrindo-se possibilidades para a realização de intervenções prévias, a fim de minimizar situações de risco, aumentando as chances da adoção ser bem – sucedida. Costa e Campos (2004, apud CECILIO e COMIN, 2018, p. 498).

Comim e Ximenes (2018, p. 75) colocam também em pauta a “preocupação” de psicólogos que ainda se apegam a idealização das funções parentais. Quem vai exercer o papel de pai e de mãe? Buscam identificar no casal aquele que vai exercer uma função mais relacionada ao cuidado e quem terá o papel mais ligado a educação e imposição de limites, e como será a questão da multiplicação, procriação da família, trazendo uma comparação com o modelo normativo, biológico. De acordo com Levy (2011, apud ALMEIDA, 2012, p. 69),

nas famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, os parceiros exercem as funções de ser materno acolhedor, cuidador e, ao mesmo tempo, mais rígido quando necessário.

A adoção por casais homossexuais ainda é permeada por muitos preconceitos advindos da falta de informação, da ausência de discussão desses casos nos fóruns de formação, e mesmo das imagens sociais veiculadas historicamente em nossa cultura. Esses discursos sociais atravessam, obviamente, a construção de práticas profissionais nesse campo. Atualmente, vivenciamos um momento social de desconstrução de certos preceitos e a imagem de “perversidade” que antes era atribuída aos homossexuais, tanto masculinos como femininos, apesar de ter uma representação social associada a sexualidade, vem sendo também associada a construção de famílias. Por meio da constituição de casais, os homossexuais, além de se disvincularem dessas representações sociais pejorativas, também reivindicam o direito de constituírem famílias, inclusive a partir da maternidade/paternidade. Mello (2015, apud COMIN, PEREIRA e NUNES, 2019, p. 230).

Alinhado a todas essas questões os profissionais da psicologia também são envolvidos pelas ideias de cunho religioso que exercem grande influência no seu fazer diário o que pode “prejudicar” o processo de avaliação. A união homoafetiva rompe com tradições sociais e vai de encontro ao que prega o catolicismo, a igreja defende a ideia de que é primordial a presença do sexo oposto para a configuração de união, uma vez que o casamento é para constituir família e gerar descendentes. Na sociedade contemporânea a condenação da homossexualidade por conta da igreja influencia em várias áreas do saber, inclusive na área do Direito, o que dificulta na elaboração e aprovação de leis voltadas aos casais homoafetivos. Zambrano (2006 apud SANTOS, 2014, p. 299). Uziel (2009, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 31) colocam que essa visão conservadora e preconceituosa influencia as decisões judiciais, visto que a moral da sociedade é direcionada por valores religiosos e a religião, por sua vez, é contra a união de casais homoafetivos e, por conseguinte também contrária a adoção.

Mello (2005, apud COMIN, PEREIRA e NUNES, 2015, p. 230) fizeram uma pesquisa com psicólogos do judiciário e o resultado reforça essa questão da influência da religião. Alguns setores sociais, influenciados principalmente por ideologias religiosas, tem prejudicado as famílias compostas por casais do mesmo sexo de manifestarem seus direitos, demonstrando resistência em aceitar os discursos da

comunidade LGBT que buscam legítimar a vivência de sua sexualidade e constituição de famílias. Mello acrescenta que infelizmente, a homossexualidade ainda é vista como um misto de pecado, doença e crime, o que faz que sejam constatemente atingidos por discursos de ódio, intilância e atos discriminatórios.

Reconhecer as atitudes construídas acerca desses casais postulantes a adoção, que destacam também as atitudes em relação à família e aos homossexuais é um processo essencial para atuação desses profissionais no judiciário. Discutir esses aspectos na formação, supervisão, avaliação e acompanhamento desses profissionais é algo que deve ser empreendido. Destaca-se aqui, portanto, o investimento que o judiciário precisa fazer na formação complementar desses psicólogos, pois quanto mais esclarecido, mais possibilidade de uma avaliação eficaz (Ximenes e Comin, 2018, p. 80).

O Conselho Federal de Psicologia (2003) afirma que a prática da avaliação psicológica, ao utilizar diferentes recursos investigativos dos processos psicológicos dos indivíduos avaliados deve considerar os afeitos das variantes históricas e sociais na subjetividade humana: por isso defende-se que o processo de avaliação seja dinâmico e integrador. Sobre esse aspecto, destaca-se uma forte corrente para que os profissionais envolvidos nas etapas do processo de habilitação de pretendentes se preparem para acolher essa demanda, devendo-se priorizar o melhor interesse da criança e realizando um trabalho que seja imparcial às crenças morais pautadas em preconceitos. Ferreira e Chalhub (2014, apud CECILIO e COMIN, 2018, p. 507).

Comin, Pereira e Nunes, 2018, p. 231 mostram que o convite para avaliar um casal homossexual postulante à adoção pode despertar no psicólogo insegurança ou mesmo a necessidade de rever suas práticas, técnicas e forma de atuação. Acrescenta ainda que se ele nunca atendeu um casal homoafetivo a tensão aumenta ainda mais. Resumindo, o judiciário precisa estar preparado para receber esses casais, independente das convicções filosóficas, religiosas e culturais de quem está envolvido no processo. Cabe ao psicólogo em parceria com sua equipe de referência, acolher a demanda e encaminhá-la dentro de um processo transparente e que respeite sempre os postulantes, qualquer que seja sua orientação sexual, bem como das crianças ou adolescentes envolvidos. Esse diálogo multiprofissional deve permear como possibilidade de estabelecer uma agenda que promova, por exemplo, encontros e formações regulares a fim de atualizar a equipe acerca

dos procedimentos jurídicos, das novas leis que envolvem os direitos da população LGBT, bem como construir uma cultura de que o trabalho de cada profissional possui suas particularidades mas que podem estar a serviço de uma atuação conjunta para melhor atender os casais homoafetivos postulantes a adoção de forma transparente e ética.

3. Considerações finais

Diante do que foi contextualizado a partir da fala dos autores presente neste artigo, podemos perceber que o campo de atuação dos psicólogos que trabalham com o processo de adoção por casais homoafetivos ainda é permeado por dúvidas e incertezas. Há a utilização de instrumentos e testes, é feita a entrevista com os postulantes a adoção, no entanto, nas entrelinhas desse processo ainda se percebe desinformação, falta de preparação e preconceito velado por parte de alguns profissionais. Nota-se que há influências religiosas e muitos questionamentos a respeito do desenvolvimento dessa criança ou adolescente que irá para um lar de casais homoafetivos.

Dentro desse contexto, Comin, Pereira e Nunes (2015, p. 235) relatam que a diversidade em qualquer âmbito de nossas vidas, a diversidade não se restringe a casais homoafetivos. Há diversidade nos casais heterossexuais, nos juristas, nos profissionais da psicologia, em cada história dos postulantes a adoção, em cada criança em acolhimento institucional, em cada família adotiva existente antes, durante e após a adoção. O que é necessário levar em consideração são as vidas de crianças e adolescentes que podem ser mudadas através da adoção.

Apesar da Nova lei da adoção não deixar claro a possibilidade da adoção por casais homoafetivos a partir da legalização do casamento essa condição também passou a ser possível, cabe ao juiz decidir pela sentença. Nesse meio está a figura do psicólogo que recebe essa demanda e precisa emitir um parecer favorável ou não a adoção.

Uma vez entendido que a criança e o adolescente abrigados estão excluídos da sua condição de cidadão por terem seus direitos fundamentais de convivência familiar e comunitário violados, soluções devem ser encontradas para o resgate desta cidadania. A adoção é uma delas. (BARANOSKI, 2016, p. 131).

Nesse sentido, a postura empática do profissional da psicologia é considerada uma das condições essenciais para o bom andamento do processo de adoção e para a potencialização de recursos necessários ao exercício da parentalidade. O olhar humano longe de estereótipos e preconceitos é primordial para a efetiva concretização da adoção e a transição para a parentalidade. Observa-se também, que a complexidade que envolve essa temática vai além da consideração dos direitos dos casais do mesmo sexo e a necessidade de revisão a cerca das leis que regulamentam a adoção, abrange uma mudança maior que, atinge, inclusive a formação de profissionais para atuar nesse contexto de transformação.

É possível perceber a partir das discussões neste artigo que não há diferenciação entre o desenvolvimento de uma criança adotada por casais homoafetivos ou heteronormativo, não existe um modelo de perfeição de família para adotar, o que deve ser ponderado é o grau de motivação em criar, oferecer amor, atenção, ambiente saudável, um lar e tudo que for necessário a uma criança ou adolescente que muitas vezes foi negligenciada e abandonada.

Por fim, que esse estudo incentive mais pesquisadores na realização de novas pesquisas e que possa trazer uma reflexão aos profissionais da psicologia sobre a sua forma de atuação no campo da adoção por casais homoafetivos. Que cada vez mais esse profissional esteja preparado pra essa demanda e que não tenha receio de atender um casal do mesmo sexo que deseja constituir uma família. Que o psicólogo seja uma agente de transformação e de mudanças nesse contexto.

Referências

ALMEIDA, M.R. de. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo**: um estudo de caso. 2012. (223f.) Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVARENGA, Lídia Levy; BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. **A dedicada construção de um vínculo de filiação**: o papel do psicólogo em processo de adoção. Pensando famílias. vol.17 no.1, 41-53, Porto Alegre jul. 2013

ARAÚJO, L. F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007). **Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia.** Psicologia & Sociedade, 19(2), 95- 102.

BARANOSKI, Maria Cristina Rouch. **Adoção em relações homoafetivas.** 2ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BORSA, Juliane Callegaro. **Avaliação Psicológica aplicada a contextos de vulnerabilidade psicossocial.** São Paulo: Vetor, 2019.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO. **Passo-a-passo da adoção.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>

CECÍLIO, Mariana Silva. COMIN, Fábio Scorsolini. **Avaliação de Candidatos Pretendentes no Processo de habilitação para adoção: revisão de literatura.** Psico- UFS, Bragança Paulista, v.23, n. 3, p. 497-511, jul/set.2018. 15

COMIN, Fábio Scorsolini. PEREIRA, Andrea Kotzian. NUNES, Maria Lúcia Tiellet. **Adoção Legislação, cenários e práticas.** 1. Ed. São Paulo: Vetor Editora. 2015

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Adoção: um direito de todos e todas.** Brasília. 2008. 52p. Disponível em:< [http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/ cartilha_adocao.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/cartilha_adocao.pdf)>

FERREIRA, Alana Azevedo Coutinho et al. **Avaliação Psicológica forense no contexto da adoção nacional, internacional e em pares.** Psicologia.pt ISSN 1646-6977. Publicado em 2017.

FERREIRA, Kátia Catrin G. CHALBUB, Anderson. **Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos:** uma revisão de literatura. Revista eletrônica do Curso de Psicologia da UNIJORGE. Ano 2 | v. 2 | nº. 1 | Jan - Jun 2011.

JUNG, F. H. **Avaliação Psicológica Pericial: Áreas e instrumentos**. Goiás: 2014.

LAGO, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). **A Psicologia e as demandas atuais do Direito de família**. Psicologia: Ciência e Profissão, 29(2), 290-305.

Lei N. 12.010. De 03 de Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 30 de maio de 2017.

MOTA, Missilene M. **Estudo do processo de adoção em famílias homoafetivas**. 2011. 76 f. Dissertação Mestrado. Programa de pós – graduação em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

OLIVEIRA, Rosilene Ribeiro de. **Os critérios e estratégias utilizados por assistentes técnicos judiciários psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção**. Dissertação (Mestrado de Pós – graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2014.

OLIVEIRA, R. R. **Os critérios e estratégias utilizados por Assistentes Técnicos Judiciários Psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção**. (TESE). SP, 2014.

SANTOS, Dayse A. dos. **Família para uma criança: considerações sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. 18 REDOR. 24 a 27 de novembro de 2014.

SERAFIM, A. De P. et al. **Avaliação Neuropsicológica Forense**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

XIMENES, Flávia. COMIN, Fábio Scorsolini. **Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v.9, n. 1, p. 65-85, abr.2018.

CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE EM CASO DE INSTITUIDOR PESSOA TRANSEXUAL: UM ESTUDO DE CASO

Gleisson Roger de Paula Coêlho

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Integrante do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPLus/UFMT), gleissoncoelho@hotmail.com.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a possibilidade de concessão de pensão por morte quando o instituidor do benefício tiver passado por transição de gênero, de masculino para o feminino, durante o vínculo matrimonial. Como fio condutor para a discussão, será estudado um caso apreciado pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Inicialmente se abordará questões relacionadas a gênero e transexualidade, posteriormente serão realizadas algumas considerações sobre o benefício pensão por morte e, por fim, as particularidades do caso em análise. Concluiu-se que o fato de ter havido a mudança do nome do cônjuge, não interferiu no estado civil dos envolvidos. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, descritiva, documental e bibliográfica, tendo como base a leitura e análise de artigos, livros e jurisprudência, a partir do método dedutivo de abordagem, o qual se inicia pela acepção de conceitos genéricos até sua particularização.

Palavras-chave: Transexualidade, Dignidade Humana, Identidade de Gênero, Direitos Humanos, Pensão por Morte.

Introdução

Antes mesmo de nascerem, as pessoas são “classificadas” levando em consideração o sexo morfológico, o órgão genital, como se a presença de pênis ou vagina pudesse determinar o gênero do indivíduo, afinal, ser macho ou fêmea se refere a biologia, enquanto gênero masculino ou feminino trata-se de uma construção social.

Dessa maneira, algumas pessoas podem não se identificar com o sexo de nascença e mesmo possuindo o órgão masculino, por exemplo, se identificarem como mulher (ou com ambos os gêneros, no caso de pessoas não binárias, mas essas não são objeto deste trabalho), fato que pode gerar além de sofrimento, incompreensão de quem o cerca e a necessidade de enfrentar situações em que seus direitos a igualdade e a não discriminação são desrespeitados.

O indivíduo que se identifica com o gênero de nascença é considerado cisgênero, enquanto aquele que não se identifica transgênero, pois a pessoa “transita” entre os dois gêneros. No entanto o fato da pessoa ser “cis” ou “trans” não interfere em sua orientação sexual, afinal ser heterossexual, homossexual, bissexual, assexual se refere a existência ou não de atração afetivo sexual.

Por não se enquadrarem no binarismo sexual as pessoas “trans” enfrentam diariamente desafios em assuntos aparentemente simples como estudar, ter acesso aos cuidados de saúde básica, usar banheiro público, ingressar no mercado de trabalho e se manter no emprego e de ser reconhecido pelo gênero pelo qual se identifica.

Mesmo diante das eventuais dificuldades que possam enfrentar, as pessoas trans, como qualquer outra pessoa, buscam ser respeitadas, protegidas, amadas e reconhecidas por serem quem são.

O presente trabalho tem por objetivo estudar o caso da esposa de uma “mulher trans” (que passou pelo processo de transição no decurso do casamento) que após pleitear a pensão por morte teve o benefício negado junto a Autarquia Previdenciária sob a justificativa de não comprovação de ajuda financeira, mesmo a dependência financeira sendo presumida em relação aos cônjuges (art. 16, § 4º da Lei n. 8.213/1991).

Para a melhor compreensão do tema, inicialmente serão abordados questões relacionadas a gênero, transexualidade, posteriormente algumas considerações sobre o benefício pensão por morte e por fim

se analisar o caso dos Autos nº 5100278-85.2019.4.02.5101, apreciado pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Como metodologia, foi utilizada a pesquisa exploratória, além da descritiva, documental e bibliográfica, tendo como fundamento a leitura e análise de artigos, livros e jurisprudência, fazendo uso do método dedutivo de abordagem, que realiza a acepção de conceitos genéricos até sua particularização.

Gênero

A palavra “gênero” pode ser compreendida de várias maneiras, dependendo da época e do contexto. Ausente das principais abordagens da teoria social formuladas do século XVIII até o começo do século XIX, o termo se constituía como oposição masculino/feminino, formulação de identidade sexual subjetiva, mas ainda não como sistemas de relações sociais e sexuais:

O termo “gênero” faz parte da tentativa compreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTH, 1995, p. 85).

Para Scoth (1995) a definição de gênero apresenta duas partes e vários subconjuntos que se associam, mas que devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo de sua definição pousa em uma conexão integral de duas proposições: “(1) gênero é um elemento constituído de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTH, 1996, p. 86).

Dessa maneira, assim como as pesquisas feitas por historiadores precisaram ir além da representação binária de gênero, as pesquisas antropológicas não devem se limitar ao uso do gênero ao sistema de parentesco. Sobretudo, deve-se observar as questões relacionadas ao mercado de trabalho, a educação, ao sistema político.

De outro modo, dependendo da nacionalidade, a palavra *gênero* pode ser distinta da palavra *sexo* (EUA) bem como a mesma palavra pode ter o mesmo significado, como é o caso na Alemanha. Haraway (2004) sugere que tais diferenciações demonstram que o que estava acontecendo com o termo *sexo* e *gênero* em inglês não era o mesmo

que no alemão (HARAWAY, 2004). Ademais, a autora explica que tais diferenças estão relacionadas as histórias específicas do movimento de mulheres em cada região do globo terrestre e que tais linguagens relacionam-se as políticas vivenciadas em cada local.

Para essa autora, o problema central que considera inerente aos conceitos de gênero refere-se ao fato de se remeterem a uma distinção com o sexo, na qual, nem o sexo e, muito menos as raízes epistemológicas, ao serem analisadas implicariam na distinção, portanto tais conceitos seriam historicizados e relativizados.

Para Butler (2017) não faz sentido definir gênero como interpretação cultural de sexo, pois o próprio sexo seria uma categoria com gênero, e também não se limita a inscrição cultural de significado num sexo pré-determinado, afinal ainda designa o próprio aparato de produção pela qual se estabelecem os próprios sexos.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p. 22).

O estudo das relações de gênero, por sua vez, inclui temas considerados tipicamente feministas, mas não se limitam a eles: como a situação das mulheres e a análise da dominação masculina, esperando se alcançar um distanciamento crítico em relação aos arranjos de gênero existentes. As teorias feministas constituem discursos pós-modernos que revelam os efeitos dos arranjos de gênero que se escondem atrás da neutralidade e universalidade. Também as feministas observam que as afirmações refletem e reificam a experiência de poucas pessoas, predominantemente homens brancos ocidentais (FLAX, 1992).

Rubin (2017, p. 11) ao debater a causa da opressão da mulher define o sistema sexo-gênero como “consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

Para explicar a subordinação da mulher na sociedade, que não tem nada de natural, uma das primeiras categorias de análise é o patriarcado. No entanto o conceito de patriarcado colocou sérios problemas no que se refere a apreensão da historicidade da condição feminina, mas foi importante ao apontar forças específicas na manutenção do sexismo (PISCITELLI, 2002).

O termo patriarcado foi introduzido para distinguir as forças que mantem o sexismo de outras forças sociais, tais como o capitalismo. Mas o uso do termo patriarcado obscurece outras distinções. É como usar o termo capitalismo para se referir a todos os modos de produção, enquanto a utilidade do termo reside precisamente no fato de ele estabelecer uma distinção entre os diferentes sistemas pelos quais as sociedade se organizam e dão conta de suas necessidades (RUBIN, 2017, p. 19).

A desconstruir a “universalidade” o movimento feminista que visa desnaturalizar a subordinação da mulher, passou a observar outras realidades de maneira mais pontual, como a das mulheres negras, as do “terceiro mundo”, as lésbicas, entre outras, ficando evidentes as especificidades em cada caso.

O gênero não se confunde com sexualidade, afinal as práticas sexuais ou a maneira como alguém se relaciona sexualmente com outra pessoa e o desejo individual não serve como critério para definir o gênero de alguém.

Na sociedade brasileira, as sexualidades não hegemônicas (homossexualidade, bissexualidade, assexualidade) e as vivências transgênero (transsexualidade e travestilidade) são historicamente estigmatizados, isto é, os seus atributos são vistos como profundamente depreciativos, dentro das categorizações sociais, o que leva a desqualificação das pessoas e dos grupos associados a elas, prejudicando o seu pleno convívio social (JESUS, 2015, p. 42).

Ao falar sobre gênero e orientação sexual Jesus (2015, p. 48) lembra que: “são dimensões que não dependem uma da outra, apesar de dialogarem intensamente. Não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual, por exemplo”.

No entanto para se compreender as relações de gênero outras categorias analíticas como raça e/ou classe social devem ser observadas em conjunto, pois apenas dessa maneira poderá se observar o contexto social.

Transexualidade

O indivíduo será considerado cisgênero quando o gênero pelo qual se identifica é o mesmo que o designado em seu nascimento ou transgênero quando a pessoa “transita” entre os dois gêneros (de forma “definitiva” no caso de pessoas transgênero e de maneira fluída pelas pessoas não binárias).

O termo cisgênero surgiu com a finalidade de indicar pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado no seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo (OLIVEIRA, 2017, p. 187).

A origem da transexualidade para alguns teóricos poder ser explicada a partir de um referente psicanalítico (Stolleriano) ou de uma estrutura biológica (Benjaminiano). E embora sejam questionáveis tais bases teóricas, as divergências não impedem de que tais saberes sejam parte estruturante do dispositivo da transexualidade (BENTO, 2004).

O que compreendemos hoje como transexualidade é justamente o conflito entre a mente e o corpo da pessoa (no caso, entre o gênero e o sexo), sem nenhuma causa reconhecível de origem biofisiológica. Esse é o elemento central para se diferenciar a transexualidade de qualquer forma de pseudo-hermafroditismo ou distúrbio de diferenciação de sexo (DDS), tanto para a Classificação Internacional de Doença (CID) editada pela Organização Mundial da Saúde, para o Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM), da Associação Psiquiátrica Americana, quando para os *Standards of Care* da atual World Professional Association for Transgender Health (LEITE JÚNIOR, 2014, p. 42).

Na versão da Classificação Internacional de Doenças (CID11) de 18 de junho de 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da relação de transtornos mentais e a incluiu em condições relacionadas a saúde sexual a classificando como incongruência de gênero.

“A incongruência de gênero pode ser descrita como um sentimento de angústia vivenciado quando a identidade de uma pessoa entra em conflito com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

De outro modo, a partir da Classificação Internacional de Doenças os países realizam pesquisas e elaboraram indicadores que servirão como fundamento para criar políticas públicas para determinada parcela da população.

Maluf (2002) lembra que a experiência transgênero tem possibilitado novas reflexões dos conceitos, dos estudos feministas e de gênero, pois ela tem revelado aspectos de gênero que durante muito tempo ficaram postergadas ou a perspectiva comparativa com outras culturas ou a sua construção teórica.

Por sua vez Bento (2009, p.103) destaca que o “dispositivo da transexualidade tenta regular as microinterações que se efetivam nesse espaço, além de tentar interferir, em níveis variados, na organização de suas subjetividades”. A autora destaca que a concepção de que a cirurgia de transgenitalização não se resume ao desejo das pessoas transexuais pela satisfação sexual, mas em ser aceito pela sociedade.

O que a experiência transexual revela são traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades. Nessa experiência, o que nos constitui é revelado com tons dramáticos que são analisados pelos protocolos médicos como enfermidades (BENTO, 2009, p.111).

O reconhecimento do direito à autodeterminação de gênero no Brasil embora sem respaldo do Poder Legislativo tem nas decisões do Poder Judiciário o suprimento dessa lacuna. Nesse sentido o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275 e do tema 761¹ da repercussão

1 STF. Tema 761: Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de resignação de sexo.

geral analisando o Recurso Extraordinário (RE) nº 670422/RS que possibilitou à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros.

Pensão por morte

A pensão por morte é um benefício devido ao conjunto dos dependentes (cônjuge, companheiro, filhos menores de 21 anos não emancipados ou inválidos; pais; irmãos menores de 21 anos não emancipados ou inválidos) do segurado que falecer aposentado ou não, conforme estabelecido pela no art. 74 e segs. da Lei 8.213/91.

Para Castro e Lazzari (2020, p. 1.185): “é o benefício pago aos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer, aposentado ou não, conforme previsão expressa do art. 201, V, da Constituição Federal. Trata-se de prestação de pagamento continuado, substitutiva da remuneração do segurado falecido”.

A qualidade de segurado é a condição atribuída ao cidadão inscrito/filiado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que efetua as contribuições mensais a Previdência Social e tenha cumprido a carência ou esteja no período de graça.

A princípio o valor mensal da pensão por morte será de 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria ou do benefício a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, e será devida desde a data do óbito quando requerida em até 180 (cento e oitenta dias) quando pleiteada por filhos menores de 16 (dezesesseis) anos e até 90 (noventa) dias para os demais dependentes (arts. 74, I e 75 da Lei 8.213/91).

A Emenda Constitucional nº 103/2019 em seu art. 23 dispõe que o valor do benefício em questão será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na datado óbito, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

No caso de concessão de pensão por morte a(o) cônjuge ou companheiro(a) a dependência econômica é presumida, não havendo necessidade de demonstrar ajuda financeira, mas de comprovar o

relacionamento afetivo na época do óbito com o *de cujus*, o instituidor do benefício.

A duração do benefício irá variar conforme a idade e o tipo de beneficiário. Se for cônjuge ou companheiro será de 04 (quatro) meses se o óbito tiver ocorrido antes de 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou união estável com o(a) falecido(a) tiver menos de 02 (dois) anos.

Já nos casos em que houver mais de 18 (dezoito) contribuições mensais e comprovação de pelo menos 02 (dois) anos da relação afetiva ou, ainda, em casos de acidente de qualquer natureza, independentemente da quantidade de contribuições e tempo de casamento ou união estável, levando em consideração a idade do dependente da data do óbito será:

- 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
- 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- 5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
- 6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade (art. 77, § 2º, “c” da Lei 8.213/91 incluído pela Lei nº 13.135/2015).

Por fim vale lembrar que a Portaria MPS nº 513/2010² garantiu o direito à pensão por morte a companheira ou companheiro do mesmo sexo, para óbitos ocorridos a partir de 05 de abril de 1991, quando atendidas as condições exigidas para o reconhecimento do direito a esse benefício.

2 Estabelece que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, os dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que tratam de dependentes para fins previdenciários devem ser interpretados de forma a abranger a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em:< <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=71&data=10/12/2010>>.

Análise dos autos nº 5100278-85.2019.4.02.5101/RJ

Para analisar o caso dos Autos nº 5100278-85.2019.4.02.5101 que tramitou na Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro faz-se necessário um breve resumo sobre os fatos que motivaram o processo judicial.

Com o falecimento de sua esposa em 30 de agosto de 2015 a autora requereu junto a Autarquia Previdenciária o benefício pensão por morte, porém, o requerimento foi negado sob a legação de “não comprovação de ajuda financeira”.

A petição inicial foi instruída dentre outros documentos com a Certidão de Óbito da Instituidora (informando que era casada com a Requerente e tiveram 03 (três) filhos), Certidão de Casamento emitida em 09 de maio de 2005 (informando o casamento em 29 de janeiro de 1988), Certidão de Casamento emitida em 08 de abril de 2015 (constando averbação de 11 de março de 2015 da mudança do nome do “marido”), contas e correspondências da Instituidora informando o mesmo endereço da requerente, Declaração da RIOPREVIDÊNCIA sobre a concessão de pensão por morte referente ao “ex-servidor”.

A autora do processo se casou com a instituidora da pensão quando ela se “identificava” como do gênero masculino, ocorrendo a transição da falecida Patrícia, nome pelo qual passou a ser chamada, no transcurso do vínculo conjugal com a Sra. Lea. Importante lembrar que a averbação realizada na Certidão de Casamento apenas alterou o nome do “marido”, sendo mantido o gênero masculino.

O fato de uma pessoa ser transgênera em nada interfere a sua orientação sexual, que está ligada ao desejo, a atração de uma pessoa por outra, podendo ser: heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexuado, entre outros. E como destaca Coêlho e Barros (2019, p. 105):

Os direitos sexuais são os direitos humanos universais baseados na liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos, portando a saúde sexual é um direito fundamental dos seres humanos. Para assegurar que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável os direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos em todos os Estados.

De outro modo, a transição do gênero masculino para o feminino como no caso em análise, ou vice-versa, não determina o fim de um relacionamento afetivo. E como bem lembrado pelo Juízo na Sentença prolatada em 02 de outubro de 2020 nos Autos em apreço:

Não se trata, aqui, de definir o que é “certo” ou “errado”, de acordo com padrões religiosos ou morais, mas de reconhecer proteção a uma realidade: indivíduos adultos livres e dignos, que optam pela manutenção do vínculo conjugal, fundado em relações de afeto, companheirismo, ajuda e dependência mútuas - independente do fato de um deles ter feito a transição de gênero ou meramente ter retificado o seu nome para adequá-lo à sua percepção de gênero.

Por fim, embora o art. 16, inciso I, da Lei n.º 8.213/1991 não faça referência a cônjuge ou companheiro transgênero, é evidente a necessidade de tratamento igualitário, independentemente de as pessoas envolvidas na relação afetiva serem cisgêneras ou não.

Considerações finais

O fato de a pessoa nascer biologicamente do sexo feminino ou masculino não determina a sua identidade e o seu comportamento. No caso das mulheres trans, a identidade de gênero com a qual se identifica é o feminino e parece lógico que o modo de agir siga os padrões sociais e culturais para o gênero em questão.

Desse modo o gênero supera o sexo, e a definição de ser macho ou fêmea não se limita aos cromossomos ou a conformação com a genitália, mas a forma como a pessoa se expressa socialmente, se autocompreende.

Porém, apesar de previsto em lei que todas as pessoas são livres para expressarem seus sentimentos, seu gênero, desejos e amar aquele que escolheu, observa-se um controle sobre os corpos dos indivíduos que os classificam, hierarquizam a partir de padrões, valores e ideais da cultura.

Dessa forma, o fato da transição de gênero realizada pela falecida Patrícia no transcorrer do vínculo matrimonial não pode servir para a Autarquia Previdenciária negar a pensão por morte a sua esposa sob a presunção de que com a mudança de gênero a relação afetiva, ou conjugal, deixou de existir.

Portanto o Juízo ao analisar os Autos julgou nos parâmetros determinados pela Carta Constitucional ao conceder a pensão por morte a esposa da *de cujus* afinal a dependência econômica é presumida em relação aos cônjuges (art. 16, § 4º da Lei n. 8.213/1991).

É importante lembrar de que a liberdade é um direito fundamental de todo ser humano, e o respeito à sua identidade de gênero e à sua orientação sexual são aspectos relacionados a dignidade humana, não se admitindo que preconceitos restrinjam direitos, sob pena de ofensa aos princípios da igualdade e da dignidade humana.

Referências

BENTO, Berenice. *Da transexualidade oficial às transexualidades*. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 143-172.

_____. *A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade*. In: Revista Bagoas, n. 4, 2009: p. 95-112.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 19 mar. 2021.

_____. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Leis/L8213cons.htm>. Acesso: 20 mar. 2021.

_____. Tribunal Regional Federal (2ª Região). Procedimento Comum nº 5100278-85.2019.4.02.5101 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Julgado em: 02/10/2020. Disponível em: <[https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/decisao-jfrj-determina-esposa-receba\(1\).pdf](https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/decisao-jfrj-determina-esposa-receba(1).pdf)>. Acesso: 20 mar. 2021.

BUTLER, Judite. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COELHO, Gleisson Roger de Paula; BARROS, Elizete da Rocha Vieira de. *O Direito a Busca a Felicidade da Pessoa Transexual face ao reconhecimento da Identidade de Gênero*. In: Anais do XXVIII Encontro Nacional CONPEDI Goiânia/GO. Gênero, sexualidade e direito I [Recurso eletrônico on-line]. TAVARES, Silvana Beline; SANTOS, Jorge Luiz Oliveira dos (Coords.). Florianópolis/SC: CONPEDI, 2009, p. 94 – 111.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 23. ed. São Paulo: Forense, 2020.

FLAX, Jane. *Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. pp. 217-250.

GREGORI, M. F. *Limites da sexualidade. Violência, gênero e erotismo*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 51 nº 2, 2008, p. 575-606.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. In: Cadernos Pagu (22), 2004, p. 201-246.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Homofobia: identificar e prevenir*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *A interiorização do “verdadeiro” sexo e a busca pelo verdadeiro gênero*. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (orgs.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 41-51.

MALUF, S. W. *Corporalidade e desejo. Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem*. Estudos Feministas, Florianópolis, 10(1), 2002, p. 143-153.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. *TRANS TORNANDO O CAMPO DO DIREITO: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos*. Tese de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, 357 p.

OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **Nações Unidas Brasil.** Brasília/DF: 06 de junho de 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais>>. Acessado em: 02 de jun. de 2021.

PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a categoria mulher?* In: ALGRANTI, L. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos.* Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, vol. 48, pp. 7-42.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo.* São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* In: *Educação & Realidade*, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

HOMOPARENTALIDADE MASCULINA E O DIREITO HUMANO A CONSTRUIR UMA FAMÍLIA

Gleisson Roger de Paula Coêlho

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Integrante do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPLus/UFMT), gleissoncoelho@hotmail.com.

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar os aspectos relacionados a homoparentalidade masculina e o direito humano de se constituir uma família. A homoparentalidade que consiste na circunstância em que um indivíduo homossexual, solteiro ou em conjugalidade, ter um filho, poderá ser realizada por intermédio da utilização de técnicas de reprodução assistida, da adoção ou mesmo de relações heterossexuais anteriores. No que se relaciona a reprodução assistida à falta de uma legislação é o aspecto que mais chama a atenção, enquanto na adoção e nos casos dos filhos de relações heterossexuais o preconceito e a falta de informação são os maiores obstáculos. No entanto a orientação sexual constitui um direito personalíssimo e não deve ser considerado um obstáculo para que o indivíduo homoafetivo ou em conjugalidade possa exercer seu direito em ser pai/mãe. A metodologia utilizada é a pesquisa exploratória, descritiva, documental e bibliográfica, tendo como base a leitura e análise de artigos e obras, a partir do método dedutivo de abordagem.

Palavras-chave: Homoparentalidade, Homoconjugalidade, Masculinidade, Adoção, Reprodução Assistida.

Introdução

A prática sexual entre pessoas do mesmo sexo não é algo recente na História da Humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, com um viés pedagógico, funcionava como iniciação sexual para os jovens.

A homossexualidade pode ser definida como a atração afetivo-sexual por uma pessoa do mesmo sexo, atualmente reconhecida como orientação sexual, deixou de ser classificada como doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 1990.

Mas embora exista a Resolução nº 01 de 22 de março de 1999 do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a orientação sexual e veda a chamada “cura gay”, não é difícil de se encontrar profissionais oferecendo tratamento para homossexualidade¹.

Ainda que no Brasil a homossexualidade não seja considerada crime existem países como a Arábia Saudita, Iêmen, Irã, entre outros, que a relação entre pessoas do mesmo sexo, considerada imoral e indecente, pode levar a condenação a castigo corporal, prisão e até mesmo execução.

Embora na sociedade brasileira a homossexualidade seja historicamente estigmatizada, deixada à margem, aos poucos referida parcela da população veem conquistando direitos por intermédio do Judiciário como nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo e criminalizou a homofobia.

Com o reconhecimento de novos arranjos familiares, entre eles da família homoparental, situações até então sem muita visibilidade passam a receber e merecer atenção, entre elas a filiação de indivíduos homossexuais.

A homoparentalidade consiste na circunstância em que um indivíduo homossexual, solteiro ou em conjugalidade, tem um filho, que poderá ser concretizada por intermédio da utilização de técnicas de

1 *Clinica de hipnose no DF promete ‘cura gay’ em até seis meses; prática é proibida. G1.* Brasília/DF: 08 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/08/clinica-de-hipnose-no-df-garante-cura-gay-em-ate-seis-meses-pratica-e-proibida.ghtml>>. Acessado em: 02 de jun. de 2021.

reprodução assistida, da adoção ou mesmo de relacionamentos afetivos heterossexuais anteriores.

Partindo da análise da técnica da reprodução assistida e posteriormente do instituto da adoção e por fim considerações sobre filhos de relacionamentos anteriores, o objetivo deste trabalho é apresentar aspectos relacionados a homoparentalidade masculina e o direito humano de se constituir uma família.

A metodologia utilizada é a pesquisa exploratória, descritiva, documental e bibliográfica, tendo como base a leitura e análise de artigos e obras, a partir do método dedutivo de abordagem, o qual se inicia pela acepção de conceitos genéricos até sua particularização.

Reprodução assistida

Há muito tempo a procriação deixou de ser o objetivo principal de uma união, e em algumas situações quer seja devido a esterilidade ou por qualquer outra razão física ou psíquica o indivíduo ou o casal terá que se utilizar de meios menos convencionais para realizar o sonho de ter um filho.

“As pessoas que se submetem ou gostariam de realizar um dos procedimentos de Reprodução Humana Assistida buscam a realização de um sonho, de um desejo, individual ou do casal, mas mais do que isso um direito em construir uma família com filhos” (ZANARDO; OLTRAMARI, 2018, p. 403).

Dependendo da composição familiar a possibilidade de conseguir o sonho da paternidade/maternidade não é tão simples, e poderá depender de um terceiro para sua efetiva realização.

Embora no Brasil sejam utilizados todos os métodos proporcionados pela ciência biomédica internacional no que tange ao tratamento da infertilidade e da reprodução assistida, não existe uma Legislação específica sobre o assunto.

“A reprodução assistida é um conjunto de técnicas de laboratório que tem como finalidade a partir da manipulação de gametas a fecundação humana, compreendendo a inseminação artificial e o procedimento de fertilização de proveta ou *in vitro*” (COELHO, 2019, p. 05).

São várias as técnicas – relação programada, inseminação artificial intrauterina, inseminação artificial, fertilização *in vitro* clássica, fertilização por meio de

injeção introplasmática de espermatozoide, transferência embrionária ou fivete – e cada uma delas está relacionada ao problema apresentado pelas mulheres e homens que enfrentam uma possível inviabilidade de realização do desejo de filhos, de concretização do projeto parental e de ver seu direito fundamental realizado (ZANARDO; OLTRAMARI, 2018, p. 404-405).

Nesse sentido Madaleno (2018, p. 555) afirma que “a abordagem acerca da reprodução assistida no Código Civil é superficial, só sendo referida por decorrência da filiação conjugal presumida, e a normatização da matéria deve ser estabelecida por leis especiais”.

Contudo, diferente do Brasil, a Argentina tratou da filiação mediante técnicas de reprodução humana assistida em seu vigente Código Civil (Ley 26.994/2014), quando estabelece no artigo 55, que a filiação pode ter lugar pela natureza, mediante técnicas de reprodução humana assistida, ou pela adoção, regulando nos artigos 560 a 564, as regras gerais relativas à filiação através da intervenção médica (MADALENO, 2018, p. 555).

O tema tratado superficialmente pelo Código Civil (arts. 1.596 a 1.606), tem como alicerce além da Constituição Federal, a Resolução nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina, Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça, Portaria nº 426/GM de 22 de março de 2015.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.168/2017 que revoga a Resolução CFM nº 2.121/2015 trouxe a possibilidade do uso das técnicas de reprodução assistida para pessoas solteiras e casais homoafetivos, respeitando o direito de objeção por parte do médico.

Por fim nos casos da união homoafetiva feminina é permitido à gestação compartilhada, situação em que o embrião obtido a partir da fecundação do óvulo de uma das parceiras é transferido para o útero da outra, e no caso masculino será necessária a utilização da “barriga de aluguel”.

Adoção por indivíduo ou casal homossexual

O instituto da adoção que consiste na colocação de criança ou adolescente em família substituta ao longo dos anos deixou de ter

um cunho assistencialista e passou a levar em consideração o melhor interesse da criança e/ou adolescente.

Para Madaleno (2018, p. 653) a “adoção é sem qualquer dúvida o exemplo mais pungente da filiação socioafetiva, psicológico e espiritual, porque sustentada, eminentemente, nos vínculos estreitos e únicos de um profundo sentimento de afeição”.

Pelo processo de adoção se estabelece um vínculo de parentesco mediante decisão judicial, sem qualquer distinção ao filho biológico, gozando o adotado dos mesmos direitos e obrigações dos filhos consanguíneos.

A adoção visa tutelar uma relação socioafetiva, atribuindo a condição de filho a alguém por sentença judicial e tem como principal fundamento oportunizar a criança e ao adolescente uma vida em família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 42 dispõe que podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, desde que tenham mais de 16 (dezesesseis) anos que o adotando, sendo vedada a adoção pelos ascendentes e os irmãos do adotando.

Vê-se que não há menção a nenhum impedimento face à orientação sexual. Todavia, existe certa polêmica em torno da adoção quando pleiteada por indivíduos homoafetivos, ante ao preconceito sofrido, o qual foi construído a partir de uma ótica patriarcal da organização familiar.

Desse modo, a adoção homoafetiva atende ao direito do adotando de ter uma família, e surge como mais uma possibilidade de amparo ao infante. De outra maneira, é preciso deixar claro que amar, criar, cuidar e propiciar uma vida digna a uma criança ou um adolescente não está ligada à orientação sexual, mas sim à vontade de ser pai ou mãe.

Ressalta-se que o Supremo Tribunal Federal ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) nº 846.102/PR relatado pela Ministra Cármen Lúcia, além de corroborar com a possibilidade da adoção por indivíduos homossexuais destacou que não cabe qualquer forma de limitação sobre a idade e sexo da criança a ser adotada que seja diferente as aplicadas as pessoas heterossexuais.

Desse modo como lembra Chaves (2015, p.337) ao tratar sobre a orientação sexual do(s) adotante(s): “o fato de ser homo ou

heterossexual não torna um indivíduo mais ou menos capacitado para exercer o papel de pai ou mãe”.

A autora lembra que deve se levar em consideração o melhor interesse do infante “que em nada se conecta com a orientação sexual daquele ou daqueles que se propõem a adotá-la, mas sim com a capacidade dos mesmos de exercer a função parental” (CHAVES, 2015, p.337).

Por fim, o medo, o preconceito e a falta de respeito quanto às diferenças não deve impedir aquele que deseja ser adotado de ter uma vida digna, um lar verdadeiro, de poder ser amado e poder amar.

Filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores

Alguns filhos de pais homossexuais podem ter sua origem “relações heterossexuais anteriores à “descoberta” ou antes de “assumir” a homossexualidade” (GROSSI, 2003, p.269); vínculos esses constituídos muitas vezes para atender as convenções sociais.

O casamento heterossexual em estudo realizado por Saraiva (2007) com homens que se assumiram homossexuais representou uma resposta para a demanda social, uma tentativa de afirmação e demonstração de normalidade, como também, “uma das estratégias para tentar conter fantasias ou desejos que, antes de serem assumidos, em vividos como “estranhos”, perturbadores” (SARAIVA, 2007, p. 72).

Para alguns, a paternidade foi a consequência de uma vida marital cujas motivações não se limitavam ao desejo de ter filhos. Se o casamento foi o fruto de um encontro afetivo, ele também foi a ocasião para eles de afirmar publicamente uma imagem de respeitabilidade e de conformidade às convenções sociais. Mas a pressão para agir nesse sentido podia estar mais relacionada com uma percepção subjetiva do que com uma pressão concreta exercida pelo meio (TARNOVSKI, 2017, p. 163).

Portanto o “casamento foi resultado de uma combinação de fatores: social (todos casam), sexual (desempenho com ela), também associado a uma afirmação de “normalidade” pelo casamento” (SARAIVA, 2007, p. 72).

O fato do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo, não muda o comportamento conservador e discriminatório de uma grande parcela da sociedade.

“Para muitos, a possibilidade de aceitação social do casal e da família homossexuais ainda é vista com um pavor fóbico, fundada em preconceitos e resistências fantasmáticas e uma suposta homossexualização da sociedade” (MELLO, 2005, p. 44).

Moris e Paranhos (2017) lembram que embora a paternidade homossexual venha crescendo com a ajuda do instituto da adoção e da técnica da reprodução assistida, ainda representam um número pequeno das famílias entre pessoas do mesmo sexo com filhos.

Os autores citam um estudo realizado em 2013 por Gary Gates da Universidade da Califórnia, que com base no senso realizado nos Estados Unidos em 2010 e após análise de múltiplas fontes “estimou que 3 milhões de norte-americanos identificados como LGBTIs tiveram filhos e pelo menos 165 mil famílias homoafetivas criaram cerca de 220 mil crianças com menos de 18 anos” (MORIS; PARANHOS, 2017, p. 11).

É importante lembrar que mesmo com o término da relação conjugal, os filhos continuam ser responsabilidade dos pais, que devem amá-los e sempre levar em consideração o que for melhor para eles.

Homoparentalidade masculina e direitos humanos

A Constituição Federal dispõe em seu art. 3º, IV que um dos objetivos fundamentais da nação brasileira é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”.

Questões relacionadas a orientação sexual estão ligadas a dignidade humana e como destaca Vecchiatti (2019, p. 534):

é o pilar do ordenamento constitucional brasileiro, sendo o elemento fundante dos direitos fundamentais, seja de forma direta ou indireta. O Constituinte os considera fundamentais porque configuram diferentes exteriorizações da dignidade humana, no sentido de que uma pessoa natural só poderá ter uma vida digna e feliz se tiver respeitados os direitos fundamentais.

Portanto a orientação sexual, seja ela qual for, não pode ser usada como obstáculo para a construção da parentalidade, de poder ter um filho, de ser pai, de construir uma família como qualquer outra pessoa.

De outro modo o art. 24 dos Princípios de Yogyakarta em que o Brasil é signatário dispõe que: “Toda pessoa tem o direito de constituir uma família, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero”.

É possível apontar que a discriminação por orientação sexual configura uma hipótese de diferenciação baseada no sexo do indivíduo para quem endereça seu afeto, uma vez que a caracterização de uma ou outra orientação sexual é resultado da combinação dos sexos daqueles envolvidos no relacionamento (CHAVES, 2015, p. 89).

O direito à maternidade e à paternidade diz respeito à formação da identidade de cada ser humano, de sua intimidade e realização pessoal, devendo ser analisado em consonância com o princípio da dignidade humana; não podendo o planejamento familiar sofrer qualquer interferência ou controle por parte do Estado (COELHO, 2019, p. 10).

Assim, cabe ao Estado assegurar a qualquer pessoa o direito de se constituir uma família, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, com base nos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade humana.

Considerações finais

Não há como negar a existência de relações de pessoas do mesmo sexo, com o intuito de constituírem uma família, porém mesmo após o Supremo Tribunal Federal ter assegurado a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, questões relacionadas ao direito a paternidade.

A construção da homoparentalidade masculina poderá ser realizada por intermédio da técnica de reprodução assistida, com a ajuda de uma “barrida de aluguel”, do instituto da adoção ou mesmo de filhos gerados em relações heterossexuais anteriores.

Vale lembrar que a orientação sexual constitui um direito pessoalíssimo e não deve ser considerada um empecilho para que o indivíduo homossexual solteiro ou em conjugalidade possa exercer seu direito em ser pai.

Como resultado do estudo, verifica-se que a orientação sexual constitui um direito personalíssimo, e não constitui impedimento para indivíduos homossexuais solteiros ou em relações conjugais exercerem seu direito a paternidade.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 mar. 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 846.102 (722). Relatora Ministra Cármen Lúcia. Diário de Justiça, 05 de março de 2015. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4657667>> Acesso em: 27 de mar. 2021.

CHAVES, Marianna. *Homoafetividade e Direito: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

COELHO, Gleisson Roger de Paula. *A construção da Homoparentalidade por intermédio da Reprodução Assistida*. In: XVI Congresso Internacional de Direitos Humanos, Diversidade e Direitos Humanos. Campo Grande/MS: 2019.

GROSSI, Miriam Pillar. *Gênero e Parentesco: Famílias Gays e Lésbicas no Brasil*. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas, v. 21, 2003, p. 261-280.

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 8. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MELLO, Luiz. *Novas Famílias: Conjugalidade homossexual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MORIS, Vera; PARANHOS, Fábio. *Coragem de ser: relatos de homens, pais, pais e homossexuais*. São Paulo, GLS, 2017.

SARAIVA, Eduardo. *Encontros amorosos, desejos ressignificados: sobre a experiência do assumir-se gay na vida de homens casados e pais de família*. In: GROSSI, Mirian Pilar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). *Conjugualidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 69-88.

SARTORI, Gina Liza Zanardo; OLTRAMARI, Vitor Hugo. *Reprodução assistida post mortem: um direito/dever ou um desejo?*. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues e (Org.). *Famílias, Psicologia e Direito*. Brasília/DF: Zakarewicz Editora, 2018, p. 401-413.

TARNOVSKI, Flavio Luiz. *Prazer, desejo e verdade: narrativas de pais gays que tiveram eus filhos em uniões heterossexuais*. In: BRAZ, C. A.; HENNING, C.E. (Org). *Gênero, sexualidade e curso da vida: diálogos latino-americanos*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2017.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *Manual da homossexualidade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos*. 3. ed. rev. e atual. Bauru/SP: Spessotto, 2019.

POR UM DIREITO DECOLONIAL: ENSAIO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA HERMENÊUTICA JURÍDICA NEGRA

Leonardo do Prado Gama

*Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso
(PPGD/UFMT), leonardopradowgama@gmail.com;*

Resumo

O presente trabalho busca analisar de que forma a construção colonial interferiu na construção do saber brasileiro, sobretudo, no que diz respeito ao saber jurídico, e como isso reflete nas funções decisivas que o direito incorpora. Inclusive, buscando compreender, ou ao menos pontuar, como a interpretação da hermenêutica jurídica possui relação direta com a dificuldade da emancipação de grupos raciais. Desse modo, parte-se de algumas indagações: Qual a construção do saber jurídico brasileiro? Para quem e pensando em que, a ciência jurídica alicerçada? Tal pensamento é neutro e objetivo? Pretende-se apresentar um estudo, mesmo que prematuro, sobre a necessidade de perceber a influência sócio-histórica da qual a hermenêutica jurídica brasileira foi construída. A pesquisa será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada a tecer breves comentários sobre como se deu a construção do saber em âmbito brasileiro, bem como da ciência jurídica. Em segundo plano, pretende-se estudar a influência e a importância da interpretação jurídica no tocante as minorias, daí a necessidade de uma hermenêutica jurídica negra, teoria adotada por Adilson José Moreira. Em terceiro conclusão, será examinado um caso paradigma, em que considera-se estar presente a problemática envolvendo a interpretação do direito no tocante aos grupos minoritários raciais, no momento em que o direito assume seu papel decisivo nas estruturas de poder. Este estudo irá se pautar em pesquisa bibliográfica, servindo do método dedutivo e da análise de documentos.

Palavras-chave: Hermenêutica Jurídica, Saberes, Minoria Racial, Emancipação.

1 - introdução

Em âmbito brasileiro os processos judiciais adquirem para si o caráter de “caminho” ao acesso à determinados direitos fundamentais, sobretudo, no tocante aos grupos minoritários, os quais para alcançar sua emancipação historicamente negada, necessitam de auxílio dos poderes do estado democrático de Direito, aqui em evidência o Poder Judiciário. Isso implica compreender a força transformadora que os processos judiciais possuem, ao tomarem para si esse papel emancipatório em face de tais grupos.

E aqui, ao mencionar grupos minoritários busca-se evidenciar não grupos minoritários em quantidade na sociedade, ou seja, referente a números, e sim aqueles que possuem pouca ou quase nenhuma representação político-social, além do mínimo acesso à direitos básicos, dentre outras condições.

Pensar o papel decisório que o Poder Judiciário adquire através de ações judiciais, nos leva a pensar através de uma análise crítica, como o poder age durante tais funções decisivas, substancialmente no que tange os grupos raciais, isso porque, são, em sua maioria, grupos que carregam consigo estigmas e preconceitos sociais.

Desta feita, o cerne do pensamento é entender qual a construção que há por detrás da interpretação jurídica e como ela vem a influenciar a busca e efetivação de direitos, ou seja, qual a construção da hermenêutica jurídica e de quem a interpreta.

Para tanto, parte-se das seguintes indagações: Qual a construção do saber jurídico que há por detrás das interpretações? Para quem e pensando em quem a ciência jurídica brasileira foi alicerçada? Como essa construção pode interferir de maneira incisiva na vida de grupos minoritários?

Fato é que, os saberes e as produções de conhecimentos em sociedade, partem de um ponto específico, isto significa, historicamente sempre houve um povo/saber dominante em detrimento de outro, sendo assim, seria utópico acreditar que um ponto de partida único daria conta de todos os saberes possíveis.

Ao destacar a ciência jurídica em âmbito brasileiro percebe-se que não foi diferente, tal conhecimento se forma a partir de uma única perspectiva, qual seja, a colonial. Isso porque, por conta do longo período em que o Brasil se consolidou enquanto colônia de Portugal, as

nuances desse período influenciaram e ainda influenciam fielmente a ciência jurídica.

O colonialismo se estrutura na exploração e dominação de um povo em detrimento de outro, tendo enquanto vetor principal a exploração da mão de obra e economia, contudo, a dominação extrapola tais quesitos e acaba por adentrar no saber, na cultura e até mesmo na religião.

Em perspectiva brasileira, a referida dominação se deu em face das populações que aqui já habitavam, sendo em sua maioria povos indígenas, e também consequentemente em detrimento da população Africana trazida pelo regime escravocrata.

O tema proposto estará sendo elucidado, a partir dessa perspectiva da construção do saber jurídico, entendendo as influências da exploração colonial nos conhecimentos e saberes jurídicos em âmbito brasileiro, e como isso desagua nas ações do Poder Judiciário e de quem interpreta as funções decisórias da referida instituição.

Apontando que, não há como falar as implicações que envolve a construção do saber, sem pautar o quanto tais saberes se conectam com as relações de poderes, em âmbito brasileiro.

Ao fim, pretende-se demonstrar o impacto que tal dominação teve frente a construção do saber jurídico, da própria instituição e de seus atores, enfatizando a interferência sob a interpretação da hermenêutica jurídica e decisões que envolvem a população negra brasileira.

Para visualizar o resultado de toda essa construção, será trazido ao fim do estudo, um caso paradigmático enquanto exemplificação de toda a construção realizada, sendo uma Sentença Judicial proferida pela magistrada responsável pela 1ª Vara Criminal de Curitiba – Paraná.

Diante da dimensão complexa e ampla no tocante a presente discussão, não pretende-se com o estudo em testilha findar o assunto, posto que inviável, mas sim contribuir, ao mínimo que seja, para a necessidade dessa visão de que o passado explica certas nuances atuais.

Portanto, o trabalho se subdivide em dois tópicos. O primeiro apresenta as dinâmicas envolvendo a construção do saber jurídico, apontando enfatizando a influência que o colonialismo teve e tem.

Enquanto o segundo se aproxima da discussão sobre como tal construção do saber jurídico se manifesta na característica decisória

que o poder judiciário toma para si, enfatizando as suas consequências na emancipação de grupos minoritários.

E por fim, nas considerações finais, irá se valer da análise documental de uma sentença criminal, a qual demonstra nitidamente a influência que tal percepção colonial em face do saber jurídica, tem quando os atores do poder judiciário proferem suas decisões.

Afirmando, ao final, a necessidade de uma hermenêutica jurídica negra enquanto um caminho para se repensar toda essa posição engessada da instituição judiciária, conceito defendido por Adilson José Moreira, utilizado enquanto marco teórico adotado no presente estudo.

Para tanto, a pesquisa será bibliográfica, servindo do método dedutivo e da análise de documentos.

1.1 - Breve síntese da construção saber jurídico brasileiro e suas nuances

O conceito de epistemologia, em que pese seja complexo, de forma prematura pode ser compreendido enquanto a área de conhecimento que se propõe a entender e discutir o próprio conhecimento, é a reflexão sobre a teoria do conhecimento.

Para Gelson João Tesser epistemologia se define como:

Epistemologia é a ciência da Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisa todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. (TESSER, 1995, p. 198).

Desse modo, ao propor um estudo crítico do conhecimento científico, é necessário entender as nuances que perpassam e constituem o saber jurídico brasileiro, percebendo os princípios e pontos de partidas que influenciam esse saber.

Pois bem, é fato que todas as questões que atravessam um povo, sejam elas culturais, históricas, geográficas, de vivências, de viés sócio-político, contribuem diretamente ou indiretamente para a construção do conhecimento.

Em tese, o conhecimento deveria exercer de uma certa forma a decodificação dos diversos saberes possíveis que compõe a sociedade, entretanto, não é o que acontece, e infelizmente certas situações possuem latentes consequências quando visualizadas em face de determinados grupos sociais.

É o que, inclusive, Boaventura de Souza, afirma:

O mundo é um complexo mosaico multicultural. Todavia, ao longo da modernidade, a produção do conhecimento científico foi configurada por um único modelo epistemológico, como se o mundo fosse monocultural, que descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma. (SOUZA, MENESES, 2009, pg. 183)

Isso é, em que pese o pluralismo de povos, culturas e demandas sociais que compõe a sociedade, quando frente ao conhecimento e o saber, não se encontra uma fonte epistemológica hábil a se alinhar com toda essa pluralidade, pelo contrário encontra-se uma posição engessada, a qual aponta uma falsa neutralidade. É o que acontece com o saber jurídico brasileiro.

Ao se discutir fenômenos no âmbito brasileiro, seja ele em qual perspectiva for, não há como não pontuar que, nos primórdios, o Brasil foi por muito tempo colônia portuguesa, o que ensejou total submissão das terras brasileiras a coroa portuguesa.

Fato é que, a mencionada submissão foi para além viés econômico, atravessou o social, cultural e até mesmo o jurídico. Isso quer dizer que, toda a construção de costumes, saberes, posicionamentos socioculturais foram se moldando a espelho e semelhança do que se visualizava em Portugal.

É fato que a principal função da legislação brasileira em época, era de beneficiar e favorecer a Metrópole, se consolidando enquanto um instrumento de controle e dominação colonial.

De acordo com Adilson Moreira

O raciocínio jurídico está amplamente construído por premissas que representam as relações de poder existentes em uma determinada época. Eles são, portanto, produto do consenso cultural presente em uma sociedade, consenso que assume a forma de normas jurídicas em função da influência da força dos grupos

que controlam o processo político. (MOREIRA, 2019, pg. 121)

A experiência político-jurídica colonial reforçou uma realidade que se repetiria constantemente na história do Brasil: a dissociação entre a lei governante e a imensa massa da população (WOLKMER, 2003, pg. 45).

O modelo jurídico hegemônico durante os primeiro dois séculos de colonização foi, por consequência, marcado pelos princípios e pelas diretrizes do Direito alienígena – segregador e discricionário com relação à própria população nativa, revelando, mais do que nunca as intenções e o comprometimento da estrutura elitista de poder. (WOLKMER, 2003, pg. 45).

Mesmo com o enfraquecimento do regime colonial, bem como daqueles que o sucederam, até o advento e consolidação do regime republicano, o direito brasileiro e suas práticas já encontravam-se solidificadas.

Em verdade, o direito e suas instituições não fugiram à regra, já que toda a sociedade brasileira foi sendo moldada com as influências da chamada antiga metrópole, por óbvio, que tais instituições não destoariam.

A questão é: em que pese, haja normas jurídicas no Brasil que positivam a emancipação, igualdade e acesso às oportunidades, assegurando direitos básicos para grupos minoritários, aqui em evidência os raciais, a construção do saber jurídico brasileiro, e consequentemente a atuação das instituições dificultam ou até negam a efetivação desses direitos.

Isso aponta para uma problemática maior ainda, o cerne da questão não está propriamente na positivação ou não positivação de normas, mas sim na importância da hermenêutica jurídica, ou seja, a relevância da interpretação de tais normas, bem como no papel de quem irá interpretar essas normas.

Só há a possibilidade de um ato de interpretação quando os sujeitos que interpretam o Direito são homogêneos, o que implica a consideração deles como sujeitos metafísicos. (MOREIRA, 2019, pg. 121).

Ou seja, haveria uma necessidade de sobreposição desse dito sujeito metafísico em face do sujeito individual, em prol da neutralidade jurídica, o que não é a realidade da sistemática jurídica brasileira, e que resulta em diversas consequências.

Por fim, percebe-se que o saber jurídico, a interpretação da hermenêutica e a função das instituições, em verdade, não é pilarizada pela perspectiva de proteção, emancipação e positivação de direitos das minorias, sobretudo, as raciais.

Desse modo, torna-se necessária a visão crítica do que entende-se pela interpretação das normas, bem como na função das instituições de poder, isso porque caso a perspectiva venha a continuar partindo somente de um viés eurocêntrico e branco, a emancipação de grupos raciais será cada vez mais dificultoso.

1.2 - Indícios da necessidade e importância de uma hermenêutica jurídica negra

Elucidada a construção que há por detrás do saber jurídico, bem como a importância da função que as instituições judiciárias possuem, mesmo que de forma breve, se faz necessário demonstrar a importância do olhar crítico sobre o saber e as instituições, e ainda os caminhos que possam vir a serem trilhados.

Referente a essa importância, Adilson José Moreira aponta

O jurista que pensa como um negro está preocupado com a possibilidade de na interpretação constitucional realizar os ideais de justiça social a partir de ações estatais positivas. Ele está ciente de que o processo de interpretação adquire sentido dentro do momento histórico no qual ele se encontra, motivo pelo qual os ideais de liberdade e de igualdade adquirem sentido dentro das lutas sociais presentes. (MOREIRA, 2019, pg. 137).

Pensar as interpretações da norma jurídica e as ações das instituições de poder como um negro, é colocar a frente a importância da possível reforma social por meio do Poder Judiciário, sendo o instante em que o direito e as instituições absorvem para si a função mais genuína, aquela que busca criar microrupturas na discriminação racial de forma estrutural.

Em outras palavras, é quando efetivamente as instituições e os interpretes das normas, colocam em primeiro lugar a promoção e efetivação dos direitos fundamentais, especialmente no tocante a população negra.

A relevância da raça e da discussão racial deve permear todos os poderes e instituição que compõe o Estado Democrático de Direito, isso porque, nada mais ético e necessário do que a busca pela reparação das distorções históricas que aconteceram em face da população negra brasileira.

A discussão aqui trazida, trata-se de uma problemática além de estrutural, cognitiva, isso quer dizer que, se relaciona com o pensamento, raciocínio e memória, portanto, urge a necessidade de uma virada epistêmica, para se alcançar a igualdade e promover a emancipação de grupos raciais.

Isso quer dizer que, um dos maiores e incontestáveis problemas que atravessam a hermenêutica jurídica tradicional, sem sombra de dúvidas, consiste na dificuldade de se perceber as relações de poder que permeiam a sociedade e os grupos raciais, bem como o ponto de partida do interprete.

Metodologia

O presente trata-se de estudo qualitativo, de cunho bibliográfico, realizado através de pesquisa em artigos e livros sobre o tema, bem como em sentenças judiciais para ilustrar a discussão central, tendo se servido dos métodos dedutivo e de análise de documentos.

Resultados e discussão

Para que se possa ilustrar a importância da discussão atravessada ao decorrer do estudo, necessário se faz apontar um exemplo palpável de caso, em que percebe-se a interpretação jurídica e o poder decisório da instituição judiciária atuando de forma discriminatória, na perspectiva racial.

Para exemplificar, é trazido um caso notório e de visibilidade nacional, referente a uma sentença criminal, proferida no bojo da Ação Penal nº 0017441-07.2018.8.16.0196, que tramita perante a 1ª Vara Criminal de Curitiba.

Um dos trechos da referida sentença dispõe o seguinte

Quanto aos antecedentes criminais (mov. 669.1), o réu é primário. Sobre sua conduta social nada se sabe. **Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça**, agia de forma extremamente

discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente. (grifo nosso)¹

A afirmação destacada foi mencionada 3 (três) vezes durante a construção da sentença, em resumo, a magistrada responsável pela interpretação fática e do direito que envolvia aquela caso, entendeu que, em que pese o réu não possua antecedentes criminais, motivo pelo qual configura-se réu primário, ele seguramente integrava grupo criminoso em razão tão somente da sua raça (sic).

É literalmente elucidado que a raça do réu é motivo para sua qualificação enquanto integrante de grupo criminoso, ou que por outro lado, o réu agia de forma extremamente discreta, cometendo delitos, em razão da sua raça.

Em outro momento da decisão, a Juíza afirma que possível grupo criminoso buscava “parecer” e se “identificar” como pessoas comum da população, sendo o réu um homem negro, acabava por destoar dessa qualificação de aparência comum da população:

[...] Eros usava óculos e parecia mais intelectual, tentando parecer um professor, e algumas mulheres que se vestiam bem; **Fugindo desse padrão, estava Natan, que era magro e negro**, e de fácil identificação, e por isso acredita que ele possuía o encargo de despistar, estando sempre na cobertura;²

Seja de qualquer perspectiva, as afirmações são totalmente violentas e discriminatórias, não há como normalizar um intérprete da norma jurídica condicionar as situações que envolvam o caso e condenar o réu, a partir de sua raça.

Inclusive, interpretar a norma jurídica desta forma, atribui um caráter desumanizador não só para o réu em questão, e sim para toda a população negra brasileira, já que ao sentenciar a Juíza não está a falar somente de um indivíduo específico, e sim a sua percepção da população negra toda.

1 Consulta processual. Processo 0017441-07.2018.8.16.0196. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/negro-razao-raca-integra-grupo.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

2 Ibidem.

Daí, a necessidade de mudança da perspectiva que envolve o saber jurídico e seus intérpretes, pautando a ótica jurídica do “pensar como um negro”, já que pensar como um negro significa possuir uma consciência múltipla, uma consciência capaz de construir empatia com todos aqueles que vivem em uma situação de subordinação (MOREIRA, 2019, pg. 287).

Um dos resultados enquanto caminho para a erradicação dessa problemática toda, é pensar a hermenêutica jurídica em contramão a construção epistemológica colonial, e buscar o pensar como um negro, para que vigore o viés humanizador por intermédio do direito e suas instituições.

Considerações finais

O ordenamento jurídico brasileiro e a hermenêutica jurídica foram fadados a uma construção de viés epistêmico único, isso por conta de acontecimentos que fizeram com que a perspectiva eurocêntrica predominasse.

Ter um ponto de partida, não significa que esse, por si só, irá abarcar todos os saberes e grupos sociais, ainda mais quando colocado em evidência a relação de poder que há no saber e suas interpretações.

Pelo contrario, acreditar da falsa ideia que há um saber “mestre” para o entedimento jurídico, além ingênuo, é totalmente desonesto, ainda mais por conta das diversas consequências que esse saber jurídico assume através de seu papel decisório e transformador.

Ao analisar, através de uma perspectiva crítica, percebe-se que a construção do saber jurídico brasileiro, bem como a atuação dos intérpretes da norma, não estão dispostos a atuarem a partir de um viés antidiscriminatório, e sobretudo, efetivador de direitos fundamentais.

A título de exemplo, quando nos deparamos com diversas sentenças judiciais discriminatórias temos a maior evidência que a construção do saber jurídico falhou, e conseqüentemente, os seus intérpretes também, isso porque, eles são guiados por toda essa construção da norma, e por óbvio, não destoariam daquilo que é posto.

É a partir disso que, evidencia-se a necessidade que há do pensamento jurídico a partir de uma perspectiva da hermenêutica negra, na busca de que, realmente, se tenha um direito e suas instituições pautando e buscando a efetivação dos direitos fundamentais e a emancipação para a população negra brasileira.

Não há como em um Estado Democrático de Direito, que possui enquanto normas baasilares a igualdade, ter uma engranagem jurídica que só esteja a disposição de grupos que se encontram no alto da hierarquia social.

Para tanto, é essencial a perspectiva trazida pelo professor Adilson José Moreira, já citada no presente estudo, no sentido de se pensar a hermeneutica juridica a partir de posição de um jurista negro, abarcando todas as intersecção necessárias para se interpretar e aplicar uma norma juridica.

Por fim, se faz mais que necessário a superação da construção colonial, que impera até os dias autais na interpretação da norma jurídica, tal superação se inicia com movimentações de toda comunidade jurídica, sobretudo, a acadêmica para se pensar novos marcos civiliza-tórios e jurídicos que englobem a população negra brasileira.

Urge cada vez mais a necessidade de solificar essa mudança perspectiva, já que essa mudança se põe enquanto um dos maiores desafios da ciência do direito atualmente, ao passo que, na mesma intensidade, se consolida enquanto a problemática mais necessária a ser enfrentada, já que busca nada mais que o enfoque humanitário para lógica interpretativa que abarque por inteiro a população negra brasileira.

Referências

ALCOFF, Linda Martin. Artigo: Uma epistemologia para a próxima revo-lução. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 - Janeiro/Abril 2016.

MOREIRA, Adilson Joé. Pensando como um negro: ensaio de herme-nêutica jurídica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). Epistemologias do Sul. Revista Lusófona de Educação. Coimbra.

TESSER, Gerson João. Principais linhas epistemológicas. Educar. 1995. Editora da UFPR. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/er/n10/n10a12.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. Processo 0017441-07.2018.8.16.0196. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/negro-razao-raca-integra-grupo.pdf>. > Acesso em 04 de abril de 2021.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil – Rio de Janeiro: Forense, 2003.

LGBTFOBIA E RACISMO: ATÉ QUANDO IREMOS SUPORTAR?

André Luiz dos Santos Barbosa

Doutorando do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, andrelsbarbosa@gmail.com;

Angela Maria Venturini

Doutoranda do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, angelamaria.venturini@gmail.com;

Allana Glauco da Silva

Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, glaucoallana@gmail.com;

José Guilherme de Oliveira Freitas

Doutor pelo curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, jguilherm18@gmail.com.

Resumo

LGBTfobia, racismo, exclusão, corpo, agressividade. Essas palavras vão permear este trabalho, ainda em desenvolvimento, que procura refletir sobre preconceitos estruturais, a partir da consideração de que a Homofobia pode ser um componente da cisnormatividade, que também traz em sua estrutura a regulação da ocupação do espaço público, restringindo sua ocupação à população cisgênera, e excluindo de modo violento ou sutil a presença e/ou manifestação de pessoas que subvertem essa norma. O racismo estrutural também será abordado, pois em alguns casos, culmina em agressividade física e moral. Para tanto, destacamos manchetes que nos possibilitam trazer à tona estes altos índices de violência e debater sobre esses temas. O Brasil é o país que mais mata a população LGBT+? Os índices foram menores em comparação aos anos 2017 e 2018 devido à criminalização da homofobia? Como conviver com essa

realidade, com essa dor, uma morte a cada vinte e seis horas? E não estamos falando de pandemia. Em seguida, apresentamos o resultado de uma pesquisa qualitativa, realizada em nosso Núcleo de Estudos sobre Sexualidades, Identidades, Diferenças e Inclusão (NESEI) que faz parte do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), em formato de Grupo Focal, que desde o final do ano 2019 vem discutindo sobre a LGBT+fobia Estrutural, baseada nos conceitos do Racismo Estrutural. E, por último, analisamos o resultado dessa pesquisa a partir dos estudos de Inclusão e sob a ótica da perspectiva Omnilética.

Palavras-chave: LGBTfobia, Racismo Estrutural, Inclusão.

LGBTfobia, racismo, machismo, preconceito, exclusão, corpo, agressividade. Essas palavras vão permear este artigo que procura refletir sobre a homofobia, a partir da consideração da possibilidade de essa ser um componente da cisheteronormatividade, que traz em sua estrutura a regulação da ocupação do espaço público, restringindo-a à população cisgênera, e excluindo de modo violento ou sutil a presença e/ou manifestação de pessoas que subvertem essa norma, seja por expressarem orientação sexual diversa da heterossexualidade, seja por não se enquadrarem no binarismo de gênero.

Outras faces do preconceito também aparecerem, como o racismo e o machismo que culminam em formas de agressividade física e moral. Sendo assim, primeiramente, destacaremos manchetes que nos possibilitam trazer à tona esses altos índices de violência e debater sobre esses temas. Em seguida, apresentaremos o resultado de uma pesquisa, realizada em nosso Núcleo de Estudos sobre Sexualidades, Identidades, Diferenças e Inclusão (NESEI) que faz parte do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), em formato de roda de conversa, que, desde o final do ano passado, vem discutindo sobre a LGBTQI+fobia estrutural, baseada nos conceitos de Racismo Estrutural.

Mas, afinal, o que é Racismo Estrutural e Homofobia ou LGBTfobia estrutural? Segundo Almeida (2018),

O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida. (ALMEIDA, 2018)

O racismo, como podemos perceber na atualidade, em que as denúncias desse crime vem à tona com mais frequência, faz parte da própria estrutura social, ou seja, do modo naturalizado com que se estabelecem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.

Analogamente, a homofobia estrutural aparece nas conversas, opiniões, e atitudes do dia a dia. Muitas vezes, a pessoa não tem consciência de que está sendo homofóbica — embora isso não diminua em nada o fato de estar causando sofrimento naqueles que não têm a orientação sexual hegemônica. Desse fato, poderíamos sugerir a seguinte questão:

Por que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo?

Infelizmente, a partir de estudos que controlam e denunciam a violência contra a população LGBTQIA+ fica evidente que o Brasil encontra-se entre os países mais violentos contra a população em análise.

Como exemplos, evidenciamos três tristes manchetes durante o ano de 2019.

Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBTQIA+ em 2019, uma a cada 26 horas.

A partir do relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia, fomos informados que 329 LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, em 2019. Foram apurados 297 homicídios e 32 suicídios. Essa inadmissível notícia equivale a uma morte a cada 26 horas. Embora o Grupo Gay da Bahia, nesta pesquisa de 2019, aponte uma redução de 26% (vinte e seis por cento) dessas mortes, se comparado com os anos anteriores (em 2017 foram 445 mortes e em 2018, 420 mortes), mesmo assim continua em escala inconcebível por estarmos falando de vidas de seres humanos que deveriam ter o seu direito de viver assegurado.

Essa redução teria algum vínculo com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de criminalizar a homofobia, ao equipará-la ao crime de racismo? Para Domingos Marcelo Oliveira, “há ainda a hipótese de que a criminalização da homofobia, equiparada ao racismo, teria inibido potenciais assassinos.”

O que se espera é que, independente dos motivos, a violência contra a população LGBTQIA+ seja reduzida, pois o direito à vida deve ser preservado.

Outra manchete destacada foi a de um homem de 33 anos que foi agredido e baleado após trocar carinhos e beijar a boca de outro homem, num bar da cidade de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, em 20/06/2019.

Homem leva 4 tiros após beijo em outro rapaz dentro de bar; suspeito perguntou se ele não tinha vergonha, diz delegada.

Segundo relatos, um grupo de homens que estava no bar é suspeito do ataque, fugiram do local do crime, e não foram localizados. A vítima, que foi identificada e socorrida, foi baleada quatro vezes. A delegada responsável pelo caso disse que um dos tiros atingiu um dos braços da vítima e outros três, o abdômen. O rapaz foi levado para o Hospital Geral de Camaçari (HGC), socorrido a tempo e foi salvo, felizmente. Segundo ela, a vítima estava com um 'ficante' no bar, trocando carícias normais de casais, e chegou a ter um beijo, um "selinho". A partir daí, um grupo aproximou-se e começou a agredi-lo. A delegada enfatiza que "É um absurdo a gente estar convivendo num país com crimes desse tipo".

UNAIDS e MPact manifestam preocupação com relatos de abuso contra pessoas LGBTI durante o surto de COVID-19.

Essa foi mais uma manchete selecionada, tendo em vista a realidade mundial de enfrentamento a uma pandemia. Segundo a matéria cujo título é a manchete destacada, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e a iniciativa global para a saúde e os direitos de homens gays MPact estão dedicando uma especial atenção à saúde e aos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTQIA+) porque essa população está sendo apontada e culpabilizada, abusada, encarcerada e estigmatizada como vetor de doenças durante a pandemia de COVID-19.

Estas instituições, o UNAIDS e a Mpact (2019) também estão profundamente preocupadas com o fato de que essa ação discriminatória está agravando os desafios que as pessoas LGBTQIA+ já enfrentam no acesso a seus direitos, incluindo serviços de saúde seguros e de qualidade.

George Ayala (2019), diretor executivo da MPact, denuncia:

"Estamos recebendo relatos de que líderes governamentais e religiosos em alguns países estão fazendo alegações falsas e divulgando informações erradas sobre a COVID-19, o que incentivou a violência e a discriminação contra pessoas LGBTI",

"Organizações e casas estão sendo invadidas, pessoas LGBTI estão sendo espancadas, e houve um aumento nas prisões e ameaça de deportação a pessoas LGBTI requerentes de asilo".

“Também existe uma preocupação crescente com a privacidade e a confidencialidade por conta da maneira como os governos estão usando tecnologias e smartphones para monitorar os movimentos das pessoas durante bloqueios ou toques de recolher”

“Homens gays e pessoas com incongruência de gênero são frequentemente os primeiros alvos e os mais impactados pelo aumento dos esforços de policiamento e vigilância.” (????????????????)

Diante dessa denúncia nos resta refletir sobre até que ponto o isolamento social, defendido pela ciência, e que deve ser cumprido, pode agravar as condições pré-existentes de saúde mental, comuns entre as pessoas LGBTQIA+, incluindo solidão, depressão, ansiedade e ideação suicida. O que poderia ser feito a respeito?

Para o UNAIDS e a Mpact (2019), os países devem, dentre outras ações:

Denunciar desinformação usada como bode expiatório, calúnia ou que culpe pessoas LGBTI pela disseminação da COVID-19. Parar com os ataques a organizações, abrigos e espaços liderados por grupos LGBTI e desistam de prender pessoas com base em sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. Garantir que todas as medidas para proteger a saúde pública sejam proporcionais, informadas por evidências e respeitem os direitos humanos. Impedir o uso de vigilância estatal nas tecnologias de comunicação pessoal das pessoas LGBTI. Investir na resposta da COVID-19, porém resguardando fundos e programas de saúde sexual e de HIV inclusivos e sensíveis às necessidades das pessoas LGBTI. Proteger o acesso contínuo ao suporte médico que salva vidas, incluindo redução de danos, preservativos e lubrificantes, profilaxia pré-exposição, terapia antirretroviral, terapias de reposição hormonal e serviços de saúde mental para pessoas LGBTI. (UNAIDS, 2019)

Passaremos agora para o resultado da pesquisa, realizada no NESEI/LaPEADE em formato de roda de conversa, que desde o final de 2019 vem discutindo sobre a LGBTQI+fobia estrutural, baseada no conceito de Racismo Estrutural.

Em virtude da pandemia, a reunião em que foram coletados os dados aqui apresentados ocorreu virtualmente através da plataforma Zoom, tendo em vista a necessidade do isolamento social nos tempos presentes e teve como norteadoras três questões:

- Você se dá conta de que vive num mundo que está imerso em preconceitos estruturais?
- Você considera que vive ou já viveu alguma situação de racismo estrutural, lgbtfobia estrutural, ou algum tipo de exclusão oriunda de algum preconceito do tipo estrutural?
- Quais são suas ações no dia a dia a fim de os combater?

Quando perguntamos “Você se dá conta de que vive num mundo que está imerso em preconceitos estruturais?” obtivemos as seguintes respostas dos três participantes que tiveram suas respostas selecionadas.

1. Quando eu era criança, tinha enorme dificuldade em nominar coisas por conta da pouca idade. Mas não era imune às dores. Não imaginava que aquelas ofensas doloridas vinda de membros da minha família, dentro da minha casa e na escola, já tinha nome e vastos estudos específicos que as definiam, que as explicavam. Era o preconceito estrutural. Ser uma criança com afetos exclusivos não heterossexuais me diferenciava de minhas irmãs e de minhas colegas da escola e da igreja que eu e minha família frequentava. Isso era o suficiente para noites de choros escondidos e disfarçados de dores de cabeça. O mundo ao meu redor não estava moldado para a minha existência.
2. Nascemos em meio a uma sociedade completamente excludente, racista, misógina, homofóbica, etc. Quando criança eu não me dava conta disso. Lembro até que tinha um vizinho que era homossexual e que toda vez que ele passava na frente de casa, “rebolando” como diziam, a galerinha de adolescentes que se reunia para brincar, papear sempre cantavam um trecho da música “Calúnias” de Ney Matogrosso “Telma eu não sou gay” e eu e as demais crianças acabávamos repetindo aquilo sem nos dar conta do que estávamos falando e fazendo. Foi na escola que

fui ter essa “noção” de preconceito. Mas foi só na universidade que conheci as terminologias como “misoginia, homofobia, preconceitos estruturais”. E sem dúvida nenhuma são práticas profundamente ainda enraizadas em nossa sociedade, em nossa cultura.

3. Penso ser impossível não ser dar conta de vivermos num mundo onde o preconceito estrutural, vem “embutido” num código de conduta social com flexibilidade relativamente pequena. O meio social ou as circunstâncias podem flexibilizar a punição ao infringir este “código”. Para uma parcela grande da sociedade, esta estrutura de conduta e valores morais, é fundamental para a vida em sociedade, portanto ao se infringir limites, sofre-se preconceitos. Ou seja, há um sofrimento, uma dor. Ainda que por muitas vezes estes preconceitos não sejam fundamentados, a grande maioria prefere contorná-los.

Ao serem questionados(as) se já haviam vivido alguma situação de racismo estrutural, lgbtfobia estrutural, ou algum tipo de exclusão oriunda de algum preconceito do tipo estrutural, responderam o seguinte:

1- Sim, ainda vivo até os dias de hoje, com a diferença que aprendi a me defender e a me valorizar. Os últimos 10 anos, a minha família (irmãs e irmãos) não me convida para a ceia de natal e para nenhuma data comemorativa. A família é uma estrutura que, em muitas questões que envolvem a temática da sexualidade, chega ao cúmulo da crueldade.

2- Já passei por situações de exclusão e preconceitos sim. Sou nortista, cabocla da Amazônia, filha da escola pública e de origem pobre. Particularmente falando, senti na pele certo preconceito estrutural quando vim para o Rio de Janeiro estudar, primeiramente por ser do norte do Brasil. As pessoas sempre se admiravam quando eu dizia minha cidade de origem. Uma vez certa pessoa até pediu para tirar uma foto comigo, pois nunca havia conhecido alguém do meu Estado, e que lá não tem só índios. Além disso, fui questionada algumas vezes por ter a pele clara, cabelos cacheados e por não ter características indígenas. Enfim, inúmeras são as situações vividas que envolvem questões

de preconceito estruturais. Se não tivermos a postura de combate, de desconstruirmos essas práticas, o mundo nos engole mesmo.

3- Ao se ter a nítida percepção do preconceito o sujeito fica ao mesmo tempo exposto a um dissabor, a uma repulsa, contudo, fica mais fácil de lidar com este fator excludente ou desconfortável. Alguns exemplos clássicos podem ser relatados como um grupo de homens heterossexuais falando dos atributos físicos e sensuais de uma ou várias mulheres. Do desejo que despertam nestes homens. Este exemplo é muito clássico tanto para homens e mulheres heterossexuais em um grupo onde gays são minorias. Mas, os preconceitos estão presentes nas questões de faixa etária, social, cultural, econômica, religiosa, racial e tantas outras. Entretanto não podemos deixar de frisar que várias destas características podem se mesclar numa mesma pessoa. Ser negro, gay, idoso, etc. O preconceito pode ser gradual, e se manifestar num olhar de reprovação ou mesmo num homicídio.

E por fim, os respondentes deram seu depoimento dizendo quais são suas ações no dia a dia a fim de combater as diversas formas de preconceitos estruturais.

1- Sou professora do ensino fundamental em Escola Pública. Estou no último ano de carreira no magistério e não lembro de nenhum ano que eu não tenha, de alguma forma, trabalhado a temática das sexualidades nas escolas por onde passei. Na escola em que atuo hoje não tem sido diferente. Já dei cursos de formação para as/os profissionais da educação na semana pedagógica, promovi debates com alunas e alunos nessa temática, e geralmente sou convidada para dar palestras nas faculdade locais, debates em programas de rádio, rodas de conversa e sou militante há mais de 20 anos no movimento LGBTI+ . Torço para que existam projetos de Lei de combate a LGBTfobia, bem como projetos na área da saúde e da educação desse grupo.

2- Minha prática de combate ao machismo, à misoginia, lgbtfobia e todas as outras manifestações de preconceitos estruturais que costumo ter é através do diálogo. Costumo sempre manifestar minha visão, meu conhecimento a respeito e orientações para a

desconstrução dessas práticas. Ultimamente tenho feito muito isso dentro da minha própria família, uma vez que estamos mais próximos e com convívio diário bem intenso em decorrência da pandemia. Minha luta pela desconstrução disso tem sido diária, e nas mais sutis manifestações. Muitas pessoas não conseguem reconhecer isso, dizem que é “mimimi” de feminista ou coisa parecida. Mas eu persisto e já consegui perceber mudanças com a vida meio que volta membro da família nessa nova fase das nossas vidas, sendo estabelecida, uma vez que precisam ser divididas, e até mesmo minha sobrinha de 08 anos já reconhecendo atitudes preconceituosas e machistas no nosso dia a dia. Mas essas mudanças só são possíveis com muito diálogo, exemplos claros e abertura do outro para o reconhecimento de atitudes preconceituosas e consequentemente a mudança dessas práticas.

3- A tentativa permanente de dirimir tensões causadas por preconceitos, penso estar diretamente ligada a informação contida em diferentes formas de comunicação: na literatura, mas artes plásticas, na dramaturgia, mas ciências sociais, na amalgama disto tudo e na construção permanente de novos paradigmas baseados na vivência de cada um, superando ou administrando situações de maior ou menor incômodo.

Para pensarmos a violência vivenciada pela população LGBTQIA+, temos utilizado uma perspectiva analítica que vem sendo desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), sob a coordenação da professora doutora Mônica Pereira dos Santos, na Faculdade de Educação da UFRJ.

Essa perspectiva recebeu o nome de Omnilética e, segundo Santos (2013), considera as culturas, políticas e práticas em suas relações complexas e dialéticas, ajudando-nos a pensar e a tensionar as dinâmicas inclusões-exclusões de todo e qualquer indivíduo que possa estar ou vir a estar em vulnerabilidade.

Como podemos perceber tanto nas matérias destacadas, quanto nos relatos do grupo focal, a violência se manifesta em instituições sociais (família, escola, trabalho...), o que nos faz atentar para o caráter estrutural e de exclusão dessa violência.

Para a Omnilética, as exclusões podem (e devem) ser tensionadas num processo infindo, dialético e complexo, que envolve luta social em direção a uma sociedade mais igualitária: as inclusões.

Nesse sentido, também podemos encontrar nas falas dos participantes do grupo focal e nos noticiários destacados táticas de tensionamento de uma estrutura que se revela LGBTfóbica. Essas táticas se expressam através da divulgação dos crimes sofridos pela população LGBTQIA+, das propostas de diálogos, de aproximações com as artes e do fortalecimento de ações dos movimentos sociais e das organizações governamentais ou não.

O delineamento assumido neste texto foi no sentido de expor que o sofrimento em relação àqueles(as) com orientação sexual diversa da heterossexualidade merece atenção nos diversos segmentos de nossa sociedade.

As reflexões aqui apresentadas têm por intenção desvelar e dar ênfase aos fatos causadores de humilhação e subjugação por que passam tantos integrantes da população LGBTQIA+, na tentativa de evidenciar a necessidade da inclusão desta discussão seja na formação docente, ou nos núcleos familiares, enfim, nos diversos lugares onde possam ter eco, na tentativa de minimizar as causas de tantos sofrimentos.

Reconhecer as expressões de gênero e sexualidade invisibilizadas no tocante às boas projeções, visto que na maioria das vezes são desprezadas, é urgente e necessário, para tentar desconstruir a fúria existente em direção à população LGBTQIA+ vítima da violência e do ódio.

Referências

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SANTOS, M. P. dos. **Dialogando sobre Inclusão em Educação:** contando casos (e descasos). Curitiba: CRV, 2013.

Sem autor. **Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBTQIA+ em 2019, uma a cada 26 horas.** UOL. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019> Acesso em 13/03/2020.

Sem autor. **Homem leva 4 tiros após beijo em outro rapaz dentro de bar; suspeito perguntou se ele não tinha vergonha, diz delegada.** G1. Disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/10/22/homem-e-agredido-e-baleado-apos-beijar-outro-em-bar-na-bahia.ghml>. Acesso em 13/03/2020.

Sem autor. **UNAIDS e MPact manifestam preocupação com relatos de abuso contra pessoas LGBTI durante o surto de COVID-19.** UNAIDS. Disponível em <https://unaid.org.br/2020/04/unaid-e-mpact-manifestam-preocupacao-com-relatos-de-abuso-contra-pessoas-lgbti-durante-o-surto-de-covid-19/> Acesso em 13/03/2020.

FLUXOS E TENDÊNCIAS NOS PERCURSOS DOS DIREITOS SEXUAIS LGBTI NO BRASIL

Brendhon Andrade Oliveira

Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso - PPGD/UFMT. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Organização da Mulher e Relações de Gênero – NUEPOM/UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1460155426305927>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8204-651X>. E-mail: andradebrendhon@gmail.com.

Bruna Andrade Irineu

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Organização da Mulher e as Relações de Gênero–NUEPOM/UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8676883646497204>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>. E-mail: brunairineu@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a trajetória dos direitos sexuais voltados à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (LGBTI) no contexto brasileiro. Diversos estudos sobre o movimento LGBTI, assim como o substrato da pesquisa, identificam que as demandas por direitos e políticas relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero estão em disputa na arena da política institucional desde a redemocratização com a Constituinte de 1987, conseguindo maiores visibilidades a partir de 1995 com a submissão de dois projetos de leis específicos. Desde então, a democracia brasileira tem sido marcada por disputas, tensões e negociações entre o ativismo LGBTI e o fundamentalismo religioso institucional que se expressa por meio de uma cruzada antigênero,

impedido aprovação de direitos sexuais e reprodutivos na política majoritária. Nesse sentido, as demandas jurídicas como direito de família, identidade de gênero e criminalização da homofobia – enquanto primeiras demandas do movimento – foram conquistadas, em última instância, através de judicialização direcionada ao Poder Judiciário. Assim, o trabalho busca apresentar as complexidades envoltas ao debate dos direitos sexuais a partir dessas disputas entre movimento LGBTI e ofensiva antigênero, seus impactos nos três poderes democráticos e os resultados da cidadania produzida nesse cenário. A pesquisa é qualitativa, utiliza-se do método hipotético-dedutivo e de análise documental enquanto procedimento técnico de coleta de dados.

Palavras-chave: Direitos LGBTI, Cruzada Antigênero, Judicialização, Poderes Políticos, Políticas Públicas.

Introdução

O presente trabalho advém da pesquisa intitulada “Participação social e políticas públicas LGBTI: mapeamento crítico feminista das experiências no Brasil, Argentina, Colômbia e Uruguai” vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e as Relações de Gênero (NUEPOM/UFMT) e tem por finalidade de abordar a trajetória de luta por reconhecimento social e jurídico da comunidade LGBT, bem como caracterizar a posição social reservada a esta população no que diz respeito ao exercício da cidadania no contexto brasileiro. Historicamente os movimentos de minorias sexuais e de gênero demandam igualdade no ordenamento jurídico, e entre as principais demandas aparecem o direito à identidade de gênero, matrimônio igualitário e o direito à não-discriminação, que entre as formas de instrumentalização, a mais demandada é a criminalização da homofobia (ou LGBTIfobia).

Os direitos de populações subjugadas existem em função da organização política e social que demandam seus devidos reconhecimentos jurídicos e também sociais. No Brasil, a militância LGBTI organizada aparece ainda na ditadura militar em fins da década de 1970. Naquele período os homossexuais são considerados como subversivos, ameaçadores da ordem, da moral e dos bons costumes (QUINALHA, 2018). Desde esse momento, portanto, o movimento homossexual – como ficou conhecido à época – se insere na arena política para disputar a política e o direito.

Em 1980, com a epidemia HIV/Aids, o movimento viu-se frente a um paradoxo cujo estigma recai sobretudo em gays, mas que acompanha certa visibilidade política (MELLO, 2005). Com as tentativas de incluir expressa proibição de discriminação por “opção sexual” no processo Constituinte e a chegada dos anos 1990, a militância homossexual se insere na arena política mais incisivamente na vindicação de direitos.

Em meados da década de 1990, dois pioneiros projetos foram submetidos ao Congresso Nacional, quais sejam, o PL nº 1.151 de 1995¹ – que buscava disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo

1 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 1.151, de 1995. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. 1995.

sexo – e o PL 70 de 1995² – que dispunha sobre a alteração do prenome mediante autorização judicial nos casos em que havia intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo.

Considerando a luta histórica por reconhecimento na qual os direitos à identidade de gênero, à família e à criminalização da homofobia assumem posições centrais no ativismo LGBT, o estudo, portanto, questiona: de que forma se constituiu os percursos desses direitos sexuais para população LGBT no Brasil?

A pesquisa é qualitativa e utiliza-se do método hipotético-dedutivo, no qual as hipóteses assumem a forma de partida que serão verificadas (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2009). Nesse sentido, consideram-se hipóteses: I) dadas as moralidades e resistências no âmbito da política majoritária (legislativo e executivo), restou à comunidade e ativismo LGBT recorrer à judicialização como última estratégia de conquista e reconhecimento de direitos; e II) a LGBTIfobia como produto de violência estrutural e histórica se manifesta por meio de uma cidadania precarizada ou de 2ª classe.

Enquanto procedimentos técnicos, o estudo emprega-se a análise documental como técnica de coleta de dados e selecionou os documentos que serão apresentados e discutidos no decorrer do estudo. Entre eles encontram-se projetos de lei que disciplinam o reconhecimento – ou que o proíbe – de direitos LGBT em matéria civil (família e personalidade) e criminal com efeito na também na seara trabalhista. Há ainda documentos jurídicos como as Ações Diretas de Inconstitucionalidades e recursos que versam sobre os temas supracitados. Esses documentos serão apresentados no próximo tópico.

As concepções teóricas que foram utilizadas decorrem das Teorias Feministas, Estudos Gays e Lésbicos, Estudos Queer e os Estudos Decoloniais. Do ponto de vista dos estudos jurídicos, dialoga com àqueles progressistas, do pós-positivismo e alinhados à uma concepção de direito como justiça social. Nesse sentido, o tópico a seguir buscará apresentar os percursos do direito ao casamento/união estável, identidade de gênero e criminalização da homofobia, que, como apresentando, foram as primeiras demandas do movimento

2 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 70, de 1995. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências. 1995.

homossexual na arena política, para em seguida debater a constituição da cidadania da população LGBTI a partir desse contexto posto.

Resultados e discussão

Em acordo com a proposta do presente trabalho, este tópico se subdividirá em três subitens, dedicados à apresentação e discussão dos dados obtidos na análise documental que levantou os fluxos e percursos dos direitos sexuais LGBTI ao matrimônio, à identidade de gênero e à criminalização da homofobia.

1.1. O direito ao matrimônio igualitário

O primeiro projeto submetido à Câmara Legislativa nacional acerca do direito à família – sob o nº 1.151 de 1995 – buscava disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em relação à união civil, esta trata-se de “nova” categoria jurídica para afastar qualquer semelhança com os direitos de família como casamento, união estável e entidade familiar (MELLO, 2005). No substitutivo, o termo foi substituído por parceria civil registrada e ganhou dispositivo específico para vedar a possibilidade de parentalidade – adoção, tutela ou guarda de crianças/adolescentes ainda que filhos³.

Na esteira do direito ao casamento e união estável, outros projetos foram submetidos ao Congresso Nacional. Na Câmara de Deputados, tem-se a) PL 580/2007⁴, de autoria de Clodovil Hernandes – PTC, que

3 Apesar de não ser o foco de análise no tópico, a adoção e parentalidade são tangenciadas quando se fala em casamento ou união estável (e todos integrando o grande leque do direito à família). Tais temas estão presentes nas discussões sobre união estável, casamento e direito à família desde 1995 e em grande medida são utilizados é utilizada como argumento contrário às famílias LGBT visto que os discursos de religiosos fundamentalistas indicam que é prejudicial ao desenvolvimento da criança/adolescente, apesar dos estudos psicológicos não confirmarem essa tese. O Conselho Federal de Psicologia, inclusive, editou algumas resoluções proibindo práticas de reversão sexual – resolução 01/99 – e orientando seus profissionais quanto aos arranjos familiares não-heterossexuais – cartilha “adoção um direito de todos” de 2009. A adoção também é um direito LGBT reconhecido em sede de judicialização, primeiramente ao STJ no ano de 2010, e por fim, foi votada também pelo STF em 2015. No Congresso Nacional o cenário se repete, projetos favoráveis e contrários sem sucesso.

4 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 580, de 2007. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. 2007.

tinha por objetivo alteração do Código Civil para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva; b) PL 4914/2009⁵, de Jose Genuíno – PT, altera o Código Civil para aplicação dos dispositivos da união estável à união entre pessoas do mesmo sexo; c) PL 5167/2009⁶, de Capitão Assumção – PSB, altera Código Civil para garantir que relações entre pessoas do mesmo sexo não sejam equiparadas ao casamento e união estável, advogando pela “família tradicional”; d) PL 5120/2013⁷, de Jean Wyllys – PSOL, altera o Código Civil para reconhecer o casamento civil e união estável entre pessoas do mesmo sexo. No Senado Federal há o PL 612/2011⁸, de Marta Suplicy – PT, com objetivo de alterar o Código Civil para reconhecer união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Desde 1995 a família tem sido alvo de disputas por progressistas e conservadores na política institucional do país. No ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277⁹ altera o cenário em favor da comunidade LGBT, reconhecendo, portanto, a união estável entre pessoas do mesmo sexo (objeto da ação) entendendo-a como entidade família com todos efeitos para aquelas previstas aos casais heterossexuais.

Conforme se extrai do acórdão publicado, a discussão perpassa argumentos como a não discriminação, o direito fundamental para dispor da própria sexualidade, o direito à felicidade e a autonomia de vontade, não possuindo significado ortodoxo e reducionista a família consagrada no texto magno. No mês de outubro do mesmo ano, julgando o Recurso Especial 1.183.378/RS¹⁰, o STJ na esteira do recém

5 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 4.914, de 2009. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. 2009.

6 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 5.167, de 2009. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. 2009.

7 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 5.120, de 2013. Altera os arts. 551, 1.514, 1.517, 1.535, 1.541, 565, 1.567, 1.598, 1.642, 1.723 e 1.727 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, para reconhecer o casamento civil e a união estável entre pessoas do mesmo sexo. 2013.

8 SENADO FEDERAL. Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011 – (Casamento homoafetivo). Altera os art. 723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. 2011.

9 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal. 2011.

10 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial Nº 889.852 – RS (2006/0209137-4).

reconhecimento da união estável para casais gays-lésbicos, admitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Com os direitos de família reconhecidos via judicialização, houve reações conservadoras também no Congresso Nacional disputando com os tribunais superiores (STF, STJ) quem teria a competência para “criar” direitos. Mesmo com declaração de constitucionalidade do Supremo, em 2013, fora proposto no âmbito da Câmara de Deputados o PL 6583¹¹ que dispunha sobre o Estatuto da Família. Tal projeto, como expressão do poder religioso hegemônico, tinha uma única finalidade, qual seja, retroagir à concepção de entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, conforme encontra-se destacado no inteiro teor do PL.

1.2.O direito à identidade de gênero

Em relação à identidade de gênero, o pioneiro projeto de lei – sob o nº 70 de 1995 – tratava sobre alteração do prenome mediante autorização judicial nos casos em que havia intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo. Todavia, na arena política institucional, enquanto reação conservadora ao projeto, no ano de 2005, fora proposto o PL 5.872¹² em contraposição ao PL 70, e tinha como único objetivo a proibição da alteração do prenome em casos de “transexualismo”, como consta no inteiro teor do projeto. O direito à identidade de gênero, apesar de ter sido por muitos anos a principal pauta do segmento de travestis e transexuais, não possui uma trajetória de visibilidade como a pauta de família.

Após os projetos que inauguram as demandas trans na política majoritária, a identidade de gênero volta à cena em 2013 com a com a propositura do PL 5002¹³, a Lei de Identidade de Gênero, apelidada de Lei João W. Nery e que fora inspirada na legislação aprovada na Argentina. Esse PL buscava reconhecer o direito à identidade de

11 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 6.583, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. 2013.

12 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 5.872, de 2005. Proíbe a mudança de prenome em casos de transexualismo. 2005.

13 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 5.002, de 2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. 2013.

gênero, ao livre desenvolvimento conforme essa identidade, e de ser tratada em acordo à sua identidade de gênero especialmente em instrumentos de registro de identidade pessoal que constam prenome, imagem e sexo.

A proposta avança em relação ao pioneiro projeto da década de 1990 tendo em vista que trazia uma perspectiva despatologizante, enfatizando que não seriam requisitos para o direito as intervenções cirúrgicas, terapias hormonais ou quaisquer diagnósticos médico ou psi, tampouco exigia autorização judicial, privilegiando a autonomia de vontade e liberdade pessoal de determinar sua auto identificação.

Como nenhum projeto de lei acerca de tal direito logrou êxito, restou ao ativismo trans requerer uso do nome social aos órgãos públicos da administração pública nos três níveis (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, mecanismos resolutivos internos começaram a aparecer possibilitando as pessoas trans o tratamento conforme auto percepção naquele espaço.

Isso culminou na 3ª Conferência Nacional LGBT, ainda realizada pouco antes do impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, onde esta através do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016¹⁴, reconhece a utilização do nome social para pessoas Trans no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.

No ano de 2018, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 – DF¹⁵ obtém o “tardio” julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Através da judicialização do direito à identidade de gênero, o STF reconhece o direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade, pontuando a inexigibilidade de cirurgia de transgenitalização ou realização de tratamentos hormonais ou patologizantes.

Apontam ainda que o direito à igualdade sem discriminações abrange à identificação auto atribuída, dado que é uma manifestação da personalidade humana, cabendo ao Estado apenas reconhecê-la considerando-a como um direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e gênero no registro civil e ao livre desenvolvimento da personalidade.

14 BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. 2016.

15 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 Distrito Federal. 2018.

1.3.A criminalização da homofobia

A criminalização da homofobia remonta a discussão sobre proibição expressa de discriminação por “opção sexual” (termo utilizado à época) no processo constituinte de 1986/87. Após as tentativas infrutíferas naquele período histórico, a necessidade de instrumentalizar a anti-discriminação contra pessoas LGBT retorna a cena da política institucional em 2006.

O Projeto de Lei da Câmara nº 122¹⁶ ganha destaque nas mídias, sobretudo as automeadas “gospel”, tendo em vista que o projeto visava criminalizar a homofobia. O PLC 122 resulta da proposta inicial do PL nº 5.003, de 2001, que objetiva fixar sanções administrativas contra pessoa jurídica que pratique atos discriminatórios em virtude da orientação sexual.

No ano de 2005, o substitutivo para o projeto original propôs a alteração da Lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito por raça ou cor, dá nova redação ao art. 140, § 3º, do Código Penal e art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O substitutivo elenca diversas situações em que a homofobia pode ser caracterizada como dispensa de empregados em decorrência da orientação sexual ou gênero; acrescenta ao Código Penal a utilização de elementos como orientação sexual e identidade de gênero para crime de injúria, etc.

A versão substitutiva fora aprovada no Plenário e fora remetido ao Senado Federal onde passou a ser denominado como Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006. O projeto tramitou por duas comissões onde parou em 2012. O texto fora modificado para não se aplicar as manifestações em cultos religiosos como tentativa de negociar com os grupos religiosos, todavia, ao final da legislatura de 2014 o projeto fora arquivado e assim o permanece.

Após os infrutíferos projetos de lei e repetindo o movimento dos outros direitos sexuais LGBT, a criminalização da homofobia chega,

16 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei da Câmara nº 122, de 2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. 2006.

por meio de judicialização, ao Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 – DF¹⁷. O objetivo da ação é alcançar a criminalização específica de todas formas de homofobia e transfobia, enfatizando as ofensas, homicídios, agressões e discriminações motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero. O Supremo, por sua vez, reconheceu parcialmente a ADO, julgando-a procedente, com eficácia geral e efeito vinculante.

A decisão do Supremo aponta a mora inconstitucional do Congresso Nacional em cumprir com a prestação legislativa para proteção penal às pessoas LGBT e declara a omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União. A decisão do STF enquadra a homofobia e transfobia nos diversos tipos penais previstos na Lei nº 7.716/89 (Lei que define crimes raciais), até que sobrevenha legislação autônoma.

Nesse sentido, as práticas homotransfóbicas serão qualificadas como espécies do gênero racismo, na dimensão de racismo social consagrada no Caso Ellwanger¹⁸ pelo STF. Assim, as condutas homofóbicas e transfóbicas serão ajustadas aos preceitos de incriminação racial da Lei referida, constituindo também as hipóteses de homicídio doloso, circunstância que o qualifica por motivo torpe.

Além disso, no Congresso Nacional, logo após a publicação do acordo do Supremo, foi proposto o PL 4075¹⁹, de 2019, com objetivos a vedar a tipificação de conduta ou a criação de tipo penal, por decisão na ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e na ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), sendo que em tese e constitucionalmente, essa vedação já existe.

17 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Nº 26. 2019.

18 Refere-se ao julgamento do Habeas Corpus nº 82.424, no ano de 2004, no qual o Supremo Tribunal Federal chamou a construção da definição jurídico-constitucional do termo racismo entende a necessidade de conjugação de fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram a sua formação e aplicação.

19 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 4.075, de 2019. Veda a tipificação de conduta ou a criação de tipo penal, por decisão na ação direta de inconstitucionalidade, na ação declaratória de constitucionalidade, e na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 2019.

Considerações finais

A atuação do poder religioso fundamentalista tem barrado o reconhecimento jurídico de direitos sexuais e reprodutivos no Congresso Nacional. A consequência da moralização conservadora congressional repercute no Poder Judiciário, no qual os movimentos LGBT e feministas tem recorrido a judicialização para satisfação de direitos. Ambos contextos se aproximam na medida em que um culmina em outro, renegando os direitos de grupos vulneráveis à própria sorte e a morosidade do poder público nacional, mesmo que o Supremo atualmente conte com uma configuração que tem caminhado favoravelmente às pautas de direitos sexuais e reprodutivos (IRINEU, OLIVEIRA e LACERDA, 2020).

Tais direitos foram reconhecidos pelo Poder Judiciário, como os direitos à família (união estável, casamento e adoção/parentesco), à identidade de gênero e a criminalização da homofobia. Todavia, houve um enquadramento dessa população, que para ser juridicamente reconhecida precisou-se “normalizar” aos padrões hegemônicos, desconstituindo-se enquanto “ameaça” às instituições que estruturam a vida em sociedade, como a família (OLIVEIRA, 2020). E que, apesar desse enquadramento, prevalecem as relações sociais de hierarquia e subjugação, dado que a precariedade e vulnerabilidade de LGBT é potencializada pela violência estrutural que perpassa todas as frentes da vida dessas pessoas.

Tais movimentos tem constituído uma cidadania precária, que nos termos de Bento (2014, p. 167) “representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas”, que se assentam (também) nos marcadores sociais aqui reclamados (raça, gênero e sexualidade), influenciando o “exercício pleno das liberdades individuais, além de demonstrar as fragilidades na garantia do acesso à justiça por parte daquelas pessoas mais vulneráveis”.

O conceito de precariedade corrobora com a análise dos processos legislativos. Ambas pioneiras investidas no processo legislativo, na segunda parte da década de 1990, denotam uma cidadania de 2º classe, dado que a identidade de gênero – se fosse aprovada – submetia a/o destinatária/o à cirurgia de redesignação sexual e a parceria

civil registrada não seria considerada como entidade familiar nos termos da Constituição Federal de 1988.

Outro momento que denota precarização do acesso aos direitos e justiça ocorre após os julgamentos acerca do direito à união estável e casamento, no qual mesmo com tribunais superiores (STF e STF) ampliando seus efeitos aos casais gays-lésbicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve que editar resolução vedando autoridades competentes de recorrer habilitação, celebração de casamento ou de conversão em união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, considerando as denúncias de que cartórios estariam se recusando a realizar os devidos registros – ainda que o efeito vinculante seja um dos efeitos previstos para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (OLIVEIRA, 2020).

Além da militância LGBT requerer o direito à família formalmente na arena política desde 1995 e mesmo as maiores autoridades do Poder Judiciário brasileiro apontando “tardamente” a existência e efeitos do direito à família, casais gays-lésbicos tiveram que mais uma vez recorrer ao CNJ para fazer valer seus “novos” direitos. Em ambos contextos delineados tem-se a categorização de diferentes humanos que constitui um contexto de assimetrias de poder em que se hierarquiza a diversidade contida nos marcadores sociais da diferença apontando para práticas, expressões e representações legítimas ou ilegítimas.

As pessoas travestis e transexuais sofrem da invisibilidade na invisibilidade, dado que dentro da comunidade LGBT, o homem, gay, branco, cisgênero e com acesso a condições econômicas melhores ocupam o ápice da pirâmide hierárquica. Isso pode ser observado considerando que apesar de ser uma demanda que inicia sua trajetória ao lado do direito ao casamento, o direito à identidade de gênero não obteve o mesmo destaque midiático além de ser renegada a um papel coadjuvante no Congresso Nacional.

Interessante observar ainda que a ADI 4.275 (identidade de gênero) e 4.277 (união estável) foram propostas no mesmo ano (2009), todavia, o lapso temporal de julgamento de uma para a outra conta cerca de sete anos. É uma forma de potencializar a já evidente vulnerabilidade desse segmento populacional (LEAL e OLIVEIRA, 2020). Além disso, privilegiar pautas que favorecem homens gays, como o casamento, e com destaque para utilização do termo “homoafetividade”,

demonstra que a condição de ser reconhecido nessa sociabilidade é o enquadramento na norma (OLIVEIRA, 2020).

A família é um dos pilares discursivos do conservadorismo, o que em alguma “coopta” casais gays-lésbicos. E no caso posto, as identidades trans ocupam a base da pirâmide dado que dentro da sigla LGBT exatamente por se situarem completamente fora das fronteiras rígidas do gênero, e na cultura ocidental transitar no gênero incomoda mais que o exercício das homossexualidades.

Interessante, nesse contexto, resgatar a criminalização da homofobia. Na decisão do Supremo Tribunal Federal, há que se mencionar que a repressão penal da homotransfobia não alcança, restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou violência contra pessoas por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Essa questão é interessante para se pensar as negociações e conciliações, típicas da política majoritária pós CF/88, além de deixar um evidente tensionamento e disputa de poder entre as expressões do fundamentalismo religioso que têm maiores inserções nos poderes políticos e o poder judiciário.

Portanto, reitera-se os diversos estudos sobre o movimento LGBTI (PRADO e CORRÊA, 2019; IRINEU, 2019; IRINEU, OLIVEIRA e LACERDA, 2020; IRINEU e OLIVEIRA, 2020; IRINEU et al, 2020) que, assim como o substrato da pesquisa, identificam que as demandas por direitos e políticas relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero estão em disputa na arena da política institucional desde a redemocratização com a Constituinte de 1987, conseguindo maiores visibilidades a partir de 1995 com a submissão de dois projetos de leis específicos e, posteriormente, com a ascensão dos governos petistas que implementaram algumas ações de políticas públicas a partir de 2004 com o Brasil Sem Homofobia

Desde então, a democracia brasileira tem sido marcada por disputas, tensões e negociações entre o ativismo LGBTI e o fundamentalismo religioso institucional que se expressa por meio de uma cruzada antigênero, impedido aprovação de direitos sexuais e reprodutivos na política majoritária. Nesse sentido, as demandas jurídicas como direito de família, identidade de gênero e criminalização da homofobia – enquanto primeiras demandas do movimento – foram conquistadas, em última instância através de judicialização (controle

de constitucionalidade difuso e concentrado) direcionada ao Poder Judiciário.

Referências

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

IRINEU, Bruna Andrade et al. (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**, Salvador: Editora Devires, 2020. DOI: 10.31560/2595-3206.2020.12.12116

IRINEU, Bruna Andrade et al. “O samba começou e fez convite ao tango para parceiro”? A arena LGBTI em tempos de ofensiva neoliberal e “cruzada antigênero” no Brasil e na Argentina. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 255-270. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1802>. Acesso em: 7 maio. 2021.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política pública LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015)**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 8, n. 16, p. 40-55, 2020.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. In: IRINEU, B. A. et al. (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 98-115.

LEAL, Carla Reita Faria; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. O direito à identidade de gênero e políticas públicas de trabalho: pela garantia do mínimo existencial para a população trans no Brasil. **Revista BEJ**, v. 15, n. 1 – Quadrimestral – Montes Claros, MG – jan./abr. 2020.

Disponível em: <<https://direito.fasa.edu.br/?/revista-bej/#7>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Brendhon Andrade. A cultura conjugal, familismo jurídico e judicialização de direitos LGBTI no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 07- 34, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11117>. Acesso em: 7 maio. 2021. DOI: 10.31560/2595-3206.2020.10.11117

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez. 2018. Disponibilidade em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 jun. 2020.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. IN: **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, p. 17-35, 2018.

JUSTIÇA E RECONHECIMENTO: DILEMAS E POSSÍVEIS INTERSECÇÕES ENTRE TEORIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E EPISTEMES FEMINISTAS

Bianca Silva Oliveira

*Mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia,
biancaoliveiradv@gmail.com;*

Leandro Reinaldo da Cunha

*Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia,
Pós-Doutor (PUC-SP), leandroreinaldodacunha@gmail.com.*

Resumo

As lutas identitárias estão cada vez mais visíveis e buscar referências que traduzam a pluralidade das injustiças que permeiam as relações sociais é crucial para que não tenhamos tanta disparidade entre fundamento e pragmática. A presente pesquisa parte, portanto, da análise de como as teorias dos direitos fundamentais, entre fundacionalistas e antifundacionalistas, devem ter as suas interpretações vinculadas às epistemes feministas que passam a figurar um importante arcabouço sobre as desigualdades estruturais existentes em nossa sociedade. Em uma abordagem centrada no debate de importantes teóricos como Nancy Fraser, Norberto Bobbio e Robert Alexy, esta produção foi orientada pelo objetivo de correlacionar duas problemáticas diretamente associadas, pois as demandas de nossa era não serão contempladas se não tivermos um horizonte conceitual que incorpore as temáticas de direitos com pautas generificadas. Para tanto, recorreu-se à metodologia de pesquisa bibliográfica e admitiu-se uma forma de resistência à pretensa neutralidade jurídica que tem promovido apagamentos e impedido o aprofundamento de direitos.

Palavras-chave: direitos fundamentais; epistemes feministas; neutralidade; pragmática.

Introdução

Desenvolvido a partir de uma densa revisão bibliográfica, o trabalho presente fundou-se na importância de problematização do fato de que as pesquisas de teoria constitucional na contemporaneidade não podem ser justificadas tão somente em categorias dogmáticas como a oposição existente entre normas regras e normas princípios ou de validade, eficácia e vigência. Os usos das formas jurídicas devem estar de acordo com a promoção de direitos e garantias fundamentais de grupos historicamente marginalizados e que se encontram abarcados por uma diversidade de estruturas de desigualdades (simbólicas, culturais, sociais, econômica, raciais, de gênero). Não dialogar as teorias de direitos fundamentais com as epistemes feministas é, também, uma forma de perpetuar a realidade de desigualdades existentes. De uma forma geral, teoria do reconhecimento e teoria dos direitos fundamentais são discutidas neste artigo em uma perspectiva de complementariedade porque a compreensão do constitucionalismo em sociedades plurais e democráticas requer esse tipo de diálogo.

Inicialmente, foi feita uma exposição dos principais elementos da teoria dos direitos fundamentais desde conceituação, estrutura, terminologia e características para então ressaltar a importância de dialogarmos reconhecimento e redistribuição, a partir de Nancy Fraser, com esses pressupostos teóricos constitucionais.

Metodologia

Alicerçada metodologicamente por uma pesquisa de caráter bibliográfico, este artigo teve a sua escrita baseada no levantamento de material bibliográfico já publicado (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita), com o intuito de permitir o contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, ofertando recursos para viabilizar a definição e a resolução de problemas já conhecidos ou desconhecidos, mas também a exploração de novos campos do conhecimento, nos quais os problemas ainda não se tornaram suficientemente cristalizados. Desta forma, o trabalho se materializou sob a égide de uma revisão bibliográfica com o escopo de promover o aprofundamento teórico sobre os principais conceitos relacionados

com os direitos fundamentais e com as epistemes feministas que estão situadas em um lócus epistêmico incomum aos percursos da pesquisa jurídica. Recorreu-se também à metodologia descritivo-reflexiva que viabiliza a elaboração de justificativas e fundamentos imanentes ao objeto de estudo a partir da descrição de referências da literatura.

Nesse ínterim, foram instrumentalizados para fins de pesquisa, artigos científicos, livros, dissertações e teses, além das principais fontes literárias responsáveis pela difusão dos estudos de direitos fundamentais, de epistemes feministas e pós-feministas no Brasil a partir dos anos 2000. Estas produções tem um grande mérito na abordagem dos temas que estão na estrutura do objetivo específico que orienta esta parte do trabalho, qual seja o estabelecimento de conexões entre direitos fundamentais e a tese do reconhecimento abordada por Nancy Fraser. O objetivo geral que fundamentou a elaboração da pesquisa proposta consistiu na análise de como o reconhecimento de desigualdades materiais, simbólicas e históricas podem impedir a realização plena dos direitos fundamentais.

Referencial teórico

Embora longa a noção de regras e princípios, grande é a indeterminação quanto à natureza dessa distinção que sempre desempenhou um papel no contexto dos direitos fundamentais. Não é raro, ver afirmações em relação ao caráter principiológico dos direitos fundamentais, bem como a abordagem desses direitos como regras ao considerar a importância de leva-los a sério. Eis que Alexy apresenta uma teoria dos direitos fundamentais que se assenta em uma perspectiva normativo-moral acerca dos direitos fundamentais que tem nessa distinção a sua base estrutural, como ele mesmo ressalta:

A distinção entre regras e princípios constitui, além disso, a estrutura de uma teoria normativo-material dos direitos fundamentais e, com isso, um ponto de partida para a resposta à pergunta acerca da possibilidade e dos limites da racionalidade no âmbito dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a distinção entre regras e princípios é uma das colunas-mestras do edifício da teoria dos direitos fundamentais. (ALEXY, 2008, p.86).

É importante considerar, desde já, que seja como regra ou princípio, a distinção de direitos fundamentais se dá numa abordagem que, independentemente, da classificação, os considera como normas. Portanto, uma norma de direito fundamental pode ser uma norma regra, uma norma princípio, ou ainda, como Alexy (2008) analisa, pode ter um caráter duplo. Os elementos de diferenciação podem ter como critérios norteadores, o aspecto qualitativo, a generalidade e o grau, por exemplo. Mas a tese do autor em questão entende que essa distinção é, essencialmente, qualitativa.

Em geral, o ponto crucial de distinção entre regras e princípios é que os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas existentes. Os princípios são, desse modo, mandamentos de otimização que se caracterizam pela possibilidade de serem materializados em graus diversos e tendo em vista essa dupla estrutura de viabilidade que considera o aspecto fático e o aspecto jurídico. As regras, no entanto, são normas que são satisfeitas ou não satisfeitas. Isto é, as regras constituem-se como mandamentos definitivos e cujas determinações são concretizadas, ou não, no âmbito das possibilidades fáticas e jurídicas. Considerando, portanto, esta classificação, sedimenta-se a ideia de que a distinção de regras e princípios se dá no plano qualitativo.

Não obstante, quando da ocorrência de colisões entre regras e princípios, entende-se que a solução deve vir considerando essas distinções qualitativas. Regras conflituosas colocam em questão a validade que requer, inclusive, a retirada da regra inválida do ordenamento jurídico. Por outro lado, o conflito entre princípios se dá no âmbito do peso e a solução consiste no estabelecimento de uma precedência condicionada com base nas circunstâncias do caso concreto. Uma regra supera a outra em caso de conflito, enquanto aos princípios pode ser cedido um peso maior de acordo com a materialidade do caso a ser julgado. Princípios são razões *prima-facie* e regras são razões definitivas.

Para sintetizar a questão das normas princípios, é importante salientar que a ideia de peso traz consigo o necessário sopesamento e, por conseguinte, a máxima da proporcionalidade. Falar de princípios é entender a sua conexão com a máxima da proporcionalidade que, na teoria neokantiana do Robert Alexy, se procede através de três máximas parciais que é a adequação, a necessidade (entendida como

o mandamento menos gravoso) e a proporcionalidade em sentido restrito (que é o mandamento do sopesamento propriamente dito). A adequação e a necessidade têm nas possibilidades fáticas as suas referências, enquanto para a proporcionalidade em sentido restrito são levadas em consideração as possibilidades jurídicas .

Em tese, uma norma de direito fundamental é estatuída como norma-regra ou norma-princípio, no entanto, é possível que compartilhem de um caráter duplo. Assim se perfazem muitos direitos fundamentais, a exemplo do direito fundamental à saúde, um direito cuja estrutura fundamental agrega esses dois níveis de normas, considerando que, constituído de forma tal que se permite a realização por graus e enseja situações em que funciona como uma regra e, caso descumprido, deflagra uma situação de ilegalidade .

A despeito da narrativa estrutural que tem sido apresentada até aqui, a realidade é que a distinção normativa de regras e princípios vai além de uma mera classificação de direitos, ela reflete uma leitura que entende a justificação normativa das decisões como um corolário do Estado Democrático de Direito. Os atos do poder público não podem se sustentar pela mera representação de uma vontade, por isso devem consubstanciar os princípios normativos procedentes da Constituição estrutural e procedimental do Estado. Aliás, a normativa jurídica tem o seu sentido comprometido com a efetivação de direitos justificados, sedimentados no ordenamento e livre de qualquer névoa de arbítrio.

Ainda sobre o caráter duplo de muitos direitos fundamentais é preciso ressaltar que essa duplicidade também se delineia quanto à fundamentalidade que é material ou substancial e formal de acordo com o regime jurídico privilegiado que lhes foi outorgado pela Constituição Federal de 1988. A fundamentalidade formal das normas de direitos fundamentais provém de sua posição no ápice da estrutura escalonada do ordenamento jurídico, como um direito que vincula diretamente os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A fundamentalidade formal do direito corrente se apresenta, portanto, como decorrência do direito positivo e se desenvolve com três nuances fundamentais, quais sejam, como parte integrante da Constituição escrita, ocupando o ápice do ordenamento jurídico e assumindo uma hierarquia axiológica superior; como norma fundamental submetida a limites formais (que requer procedimento agravado para modificação de preceitos constitucionais) e a limites materiais (uma vez que

demarcada como cláusulas pétreas); e, conforme o § 1º do artigo 5º da CF, como normas com aplicabilidade direta e imediata por parte dos entes estatais e dos particulares (ALEXY, 2008).

À fundamentalidade formal, soma-se a fundamentalidade material. Esta última associa-se à importância do bem jurídico tutelado pela norma constitucional e que, neste caso, associa-se de forma incondicional com a vida, com a dignidade e é condição essencial para a fruição de outros direitos, inclusive para o livre desenvolvimento da pessoa e de sua personalidade seja ela cis, trans, homossexual, jovem ou idosa, enfim, seja quem for. Dito isto, reitera-se a importância de que uma Constituição tenha elementos procedimentais e substanciais, pois fazem com que se tenha num mesmo ordenamento conteúdos possíveis e conteúdos que partilhem de uma anatomia que transcendem a possibilidade e são impossíveis ou necessários e toda essa complexidade material contribui para compor o núcleo essencial da fundamentalidade desses direitos que são centrais num sistema jurídico que leva os direitos a sério.

Os direitos fundamentais existem, também, em um contexto de dupla solidariedade (objetiva e subjetiva), e, esta concepção traz dois grandes impactos para o pensamento constitucional: a inserção do constitucionalismo global por meio de cartas constitucionais supranacionais e cria um novo paradigma na compreensão da Organização do Estado Constitucional, tanto na questão externa (princípio da cooperação, interdependência, interconstitucionalidade, interculturalidade, democracia inclusiva e cidadania supranacional), quanto interna (pluralismo, felicidade, multiculturalismo, tolerância, cidadania multidimensional, democracia negativa) (OLIVEIRA, 2015).

Essas concepções advêm das próprias características dos direitos fundamentais em sua concepção geral, conforme classificação apresentada por Rothenburg, quais sejam: a fundamentabilidade, a universalidade, a inalienabilidade, a indivisibilidade, a historicidade, a constitucionalidade, a interdependência, a inexauribilidade, a dimensão transindividual, a aplicabilidade imediata.

O primeiro caractere revela-se pelo conteúdo do direito e faz referência aos valores supremos do ser humano relacionados com a promoção da dignidade da pessoa humana e com a posição normativa do direito, como norma da Constituição. Ambos os critérios, material e formal, concorrem para definir a fundamentalidade de um direito.

Consagrada pela Declaração de Viena, durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993, juntamente com as características da indivisibilidade, da interdependência e da inter-relação, a universalidade se perfaz pelo fato de ser imanente à condição humana, independentemente de faixa etária, de condição social, de orientação sexual, de identidade de gênero, dentre outras distinções. Peculiaridades locais ou ocasionais não teriam a capacidade de afastar o dever de respeito e promoção dos direitos fundamentais. Esta característica, no entanto, precisa ser devidamente compreendida, para que a fundamentalidade não seja confundida com o fundamentalismo advindo da incompreensão de fatores culturais e existenciais imanentes ao momento histórico de uma comunidade (ROTHENBURG, 2009).

Em síntese, seja de acordo com a estrutura axiológica do direito fundamental, seja pela normatividade imposta pela Constituição Federal, os direitos se configuram como direito de todos e de cada um e a dimensão da redistribuição (igualdade) não prescinde de uma relação necessária de reconhecimento. Universalidade e inclusão são paradigmas de igualdade bivalentes e quando se fala em direitos fundamentais de populações vulneráveis, é basilar reconhecer esta conjuntura faz o reconhecimento de diferenciação de programas atinjam, simultaneamente, uma redistribuição (FRASER, 1995).

A inalienabilidade refere-se à impossibilidade de o indivíduo desinvestir-se de seus direitos fundamentais, pois embora possa deixar de atuá-los na prática, aplica-se aqui a distinção entre capacidade de gozo (irrenunciável) e capacidade de exercício (disponível). Ainda por força da inalienabilidade, tem-se que os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, sendo imprescritíveis, inclusive quanto a seu exercício (ROTHENBURG, 2009).

A indivisibilidade dos direitos fundamentais relaciona-se com a necessidade de respeito e desenvolvimento de todas as categorias de direitos fundamentais, reforçando a interdependência destes. A historicidade, por sua vez, emana uma completa aversão à transcendência ou à fundamentação absolutista e exclusivamente metafísica dos direitos fundamentais, e o reconhecimento desses com base na experiência social. É importante salientar que esse dado conjuntural não traduz a hipótese de reconhecimento de direitos comuns na história das diversas sociedades, nem a concepção de uma teoria evolucionista, em que direitos clássicos vão sendo aperfeiçoados e direitos

novos vão sendo firmados, mas a preponderância da cultura e da história na determinação do que é fundamental e do que desta forma não se constitui. O clamor social pela universalização dos direitos fundamentais também se dá pelas necessidades de um mundo histórico permeado pelo trabalho e por uma busca gradativa pela consecução de valores não utópicos (TORRES, 2009).

Os direitos fundamentais fazem parte da pré-compreensão (inclusive emocional e afetiva) que a comunidade tem da ideia de Direito que a rege (HESSE, 2009). Assim sendo, eles são anteriores à positivação e por ela não podem ser esgotados. No entanto, a revelação dos direitos fundamentais faz-se, por questão de representatividade democrática, de racionalidade e de segurança, através da positivação histórica em dado ordenamento jurídico - Declarações, e, posteriormente estatutos específicos e internalizados na Constituição de cada país como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexual regulamentada pela Portaria 2836/2011.

Do ponto de vista formal, os direitos fundamentais acabam cercados de um regime jurídico qualificado, que, para ilustrar com a Constituição brasileira de 1988, confere-lhes, por exemplo, um procedimento dificultado de reforma (rigidez constitucional), e toma-os como parâmetros para fins de controle de constitucionalidade (OLIVEIRA JUNIOR, 2011).

A interdependência dos direitos fundamentais indica que eles interagem, influenciando-se reciprocamente e devendo ser ponderados por ocasião de concorrência ou colisão entre si. Há mútua dependência entre os direitos fundamentais porque o conteúdo de alguns deles vincula-se ao de outros, complementando-se os diversos direitos fundamentais e uns mostrando-se desdobramentos de outros.

A transindividualidade é concernente à titularidade grupal ou coletiva da concepção social dos direitos fundamentais, esta titularidade está vinculada a uma concepção moderna de direitos fundamentais baseada no princípio da solidariedade. São situações jurídicas que podem ser vislumbradas, inclusive, sob o ângulo subjetivo (direitos subjetivos), porém articuladas por sujeitos de representatividade metaindividual (como o cidadão em nome da coletividade, as associações, os entes públicos), e cujas consequências atingem todos, com repercussão temporal que ultrapassa a existência de uma geração. A ciência processual cunhou, a propósito, a noção de direitos

difusos levando em consideração à titularidade transindividual de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento - o que inclui a saúde, o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, o direito à paz. A necessidade de uma política estatal específica para os transexuais é uma necessidade transindividual que perpassa toda a sociedade.

A inexauribilidade dos direitos fundamentais traduz o fato de eles serem dotados de abertura, no sentido de que têm possibilidade de expandir-se (expansibilidade dos direitos fundamentais). A interpretação dos direitos fundamentais deve ser ampliativa, buscando a leitura mais favorável que deles se possa fazer; essa propriedade também é chamada de eficácia irradiante dos direitos fundamentais, e é um dos fatores que condiciona a proibição de retrocesso.

Para superar a discussão a respeito da possibilidade de incidência das normas de direitos fundamentais às situações de fato ocorridas, em função da completude ou não dessa previsão normativa, sustenta-se, sempre que viável, a aplicabilidade imediata ou direta dos direitos fundamentais, para afirmar-se que, sob o aspecto jurídico-normativo, eles são completos, aptos a incidir imediatamente. A Constituição brasileira de 1988 dispõe expressamente no art. 5º, parágrafo 1º: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (BRASIL, 1988, p.5).

Consequência desta característica é a necessidade de previsão, conforme Rothenburg (2009, p. 7) de mecanismos de garantia dos direitos fundamentais, do que decorre:

(i) que a própria Constituição deve, além de apontar os direitos, fornecer-lhes meios assecuratórios adequados; (ii) que também os meios assecuratórios devem ser dotados de aplicabilidade direta ou imediata; (iii) que os meios assecuratórios nunca podem, a pretexto de regular o direito constitucional, restringi-lo; (iv) que, na ausência da previsão de meios específicos, pode-se utilizar os meios ordinariamente previstos (por exemplo, o procedimento judicial comum); (v) que os direitos fundamentais devem valer mesmo que não estejam acompanhados de garantias jurisdicionais (não correlação necessária).

Consideradas as características dos direitos fundamentais, é necessário considerar que vivemos em uma sociedade perpetrada

por desigualdades e que a universalização propostas no âmbito da posituação não se configura no mundo da realidade social. Por isso, não basta distinguir entre normas e princípios, precisamos de olhares generificados, racializados, interseccionais e plurais para a consolidação de uma ordem democrática e igualitária. A verdade é que todos nós somos marcados social e politicamente, a questão é se os nossos lugares de fala e vivências nos situam em eixos de hegemonia ou em eixos de desempoderamento. Pensando, portanto, em quem ocupa os locais mais marginalizados e invisíveis é que este trabalho fundamentou os seus problemas, hipóteses e possíveis respostas. Não consigo vislumbrar roteiros sem o devido reconhecimento das pautas identitárias

Precisamos consolidar a ideia de que os paradigmas de justiça vigentes, embora indispensáveis, precisam ser repensados. Especialmente, pelo fato de que, até então, as questões de ordem material têm sido consideradas como fontes únicas da conjuntura de desigualdade que emana exclusão seja no universo dos direitos fundamentais, seja quando se fala em direitos humanos. As desigualdades são também de ordem simbólica e cultural, desta forma, não basta que a distribuição de recursos financeiros tenha relevância.

Ao elaborar o projeto de teoria crítica do reconhecimento, a Nancy Fraser propõe a concepção de uma política cultural que não exclui as políticas sociais da igualdade, mas as entende como insuficientes. Em linhas gerais, a autora apresenta uma proposição de complementariedade entre as dimensões de políticas culturais da diferença com políticas sociais baseadas na promoção de igualdade de recursos, afinal é com redistribuição e reconhecimento que iremos alcançar justiça nos tempos atuais. Não há uma incompatibilidade entre essa abordagem e as questões entre princípios e regras, mas não podemos problematizar apenas categorias dogmáticas, enquanto as pautas dos grupos sociais historicamente marginalizados padecem de reconhecimento em termos de direitos fundamentais seja do Estado, seja por parte de particulares. Reside nesta perspectiva a necessidade de dialogar direitos fundamentais e epistemes feministas no contexto de uma sociedade pluralista e que deve estar, cada vez mais aberta, aos diversos intérpretes da Constituição.

Resultados e discussão

Afinal, para quem são os direitos fundamentais? Ao desbravar sobre a estrutura dos direitos fundamentais, foi inevitável vislumbrar a característica da universalidade que é consagrada como um verdadeiro paradigma de consolidação das demandas estabelecidas pela Constituição e por tratados internacionais. A questão é que a precarização de direitos atinge o seu nível máximo quando a mera abstração é substituída pela contextualização de “seres em situação”. Entre desigualdades materiais e simbólicas não há concorrência, mas complementariedades. Precisamos, enfim, correlacionar as teses meramente dogmáticas com olhares racializados, generificados e que conectem constitucionalismo com pluralismo e democracia.

Considerações finais

Com uma pesquisa que teve como base estrutural a correlação entre teoria dos direitos fundamentais e episteme feminista a partir de Nancy Fraser, foi possível traçar os principais aspectos imanentes à axiologia e à formalidade que compõem os direitos fundamentais e apresentar uma crítica à contextualização meramente dogmática desse arcabouço teórico.

Este trabalho trouxe consigo o objetivo de consolidar a ideia de que os paradigmas de justiça vigentes, embora indispensáveis, precisam ser repensados. Especialmente, pelo fato de que, até então, as questões de ordem material têm sido consideradas como fontes únicas da conjuntura de desigualdade que emana exclusão seja no universo dos direitos fundamentais, seja quando se fala em direitos humanos. As desigualdades são também de ordem simbólica e cultural, desta forma, não basta que a distribuição de recursos financeiros tenha relevância. O alcance de um paradigma de justiça que vislumbre no reconhecimento uma forma de consolidação da justiça social. Ao elaborar o projeto de teoria crítica do reconhecimento, a Nancy Fraser propõe a concepção de uma política cultural que não exclui as políticas sociais da igualdade, mas as entende como insuficientes.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no estado constitucional democrático. In: HECK, Luís Afonso (Org.). **Constitucionalismo discursivo**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**.

Brasília: Senado Federal, 2019.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? “Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”. In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (Org.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001, p. 285-293.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

OLIVEIRA JUNIOR, Valdir F. Políticas públicas concretizadoras dos direitos fundamentais: controle judicial do dever de progresso e da proibição de retrocesso. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, ano 7, n. 7, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1930>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos Fundamentais e suas características. **Revista dos Tribunais- Cadernos de Direito Tributário e finanças públicas**, n. 29, out./dez. 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MEMÓRIA E DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Rebeca Vieira Cerqueira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), beca.cerqueira@hotmail.com.

José Alves Dias

Professor titular no Departamento de História e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), jose.dias@uesb.edu.br.

Resumo

O presente estudo analisa as memórias dos (as) defensores (as) públicos (as) estaduais da 2ª Regional de Vitória da Conquista sobre o acesso aos direitos pelos indivíduos economicamente hipossuficientes, representados pelas minorias étnicas, sexuais e/ou sociais. Busca-se encontrar nas memórias individuais dos (as) defensores (as) as referências coletivas de sua atuação profissional, a fim de compreender a existência da Defensoria Pública como um mecanismo do Estado para minimizar as imensas desigualdades sociais. O texto faz um recorte para dar destaque ao “Mutirão de adequação de nome e gênero”, projeto em desenvolvimento pela Defensoria Pública do Estado da Bahia voltado para as pessoas transexuais e que garante a este público o direito que têm de alterar o nome e o gênero no registro civil. Como metodologia, a pesquisa será desenvolvida com revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Para tanto, será utilizado o método qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas remotamente com os defensores (as) públicos atuantes ou que atuaram na 2ª Regional de Vitória da Conquista. Assim, o método permite distinguir o impacto

do sistema normativo nessa categoria social e econômica e a memória se apresenta como forma de entender de que maneira as narrativas dos defensores podem ou não confirmar essa hipótese. Com a realização desta pesquisa será possível refletir o papel da Defensoria Pública numa sociedade desigual e injusta e qual sua contribuição na efetivação de direitos humanos para as minorias étnicas, sexuais e/ou sociais.

Palavras-chave: Memória. Direitos. Defensoria Pública. Nome. Gênero

Introdução

O presente estudo pretende analisar as memórias dos (as) defensores (as) públicos (as) estaduais da 2ª Regional de Vitória da Conquista sobre o acesso aos direitos pelos indivíduos economicamente hipossuficientes, representados por grupos étnicos, sexuais e/ou sociais. Ao identificar indivíduos hipossuficientes assistidos pela 2ª Regional de Vitória da Conquista, a pesquisa demonstra onde a Instituição mais atua no oferecimento dessa assistência judiciária gratuita. Por outro lado o objeto de estudo se destaca ao aplicar a teoria da memória, uma vez que busca nas memórias individuais dos (as) defensores (as) públicos (as) as referências coletivas da atuação profissional, ao longo dos anos, com o propósito de compreender como a Defensoria Pública Estadual, como um órgão dentro da estrutura do Estado, pode ser mobilizada para minimizar a imensas desigualdades sociais e promover acesso à justiça.

Em vista disso, o objetivo geral é analisar o acesso ao direito por grupos étnicos, sexuais e/ou sociais, economicamente hipossuficientes, na memória dos (as) defensores públicos, no âmbito da Defensoria Pública Estadual, na comarca de Vitória da Conquista. Para tanto, busca-se esclarecer qual a sua origem social, de qual região geográfica provêm, bem como identificar quais as demandas mais recorrentes desses indivíduos.

Em seguida, a pesquisa busca descobrir, em qual fragilidade social a Defensoria Pública mais atua, quais as limitações da instituição na assistência aos direitos e, consequentemente, em que áreas os (as) defensores (as) se viram impossibilitados de atuar. Embora a pesquisa seja mais abrangente esse texto faz um recorte para dar destaque ao “Mutirão de adequação de nome e gênero”, projeto em desenvolvimento pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, voltado para as pessoas transexuais e que garante a este público o direito que têm de alterar o nome e o gênero no registro civil.

Em suma, será demonstrado como as contribuições provenientes do diálogo entre Estado, Memória, e Ideologia podem ser relevantes no estudo sobre o acesso à justiça de indivíduos economicamente hipossuficientes representados pelas minorias étnicas, sexuais e/ou sociais, a partir da perspectiva dos (as) defensores (as) públicos da 2ª Regional de Vitória da Conquista/BA.

Metodologia

Como metodologia, a pesquisa será desenvolvida com revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. No primeiro momento, a análise de documentos e textos será o grande foco deste paradigma através da pesquisa da legislação e revisão bibliográfica. A abordagem dos conceitos de memória e direito direcionará o estudo para o problema a ser discutido e avaliado ao longo da pesquisa. Para o estudo se valerá dos trabalhos dos autores como Maurice Halbwachs, Evgeni Pachukanis, Hannah Arendt, Jessé Souza, Mauro Cappelletti e Bryan Garth, Enzo Traverso, Paul Thompson, entre outros. Posteriormente, com entrevistas semiestruturadas realizadas por meio remoto com os defensores (as) públicos (as) atuantes ou que atuaram na 2ª Regional de Vitória da Conquista, serão utilizadas as técnicas da história oral através da observância de depoimentos, vivências, narrações e histórias de vida.

Referencial teórico

A garantia de acesso à justiça ganhou importância no cenário brasileiro a partir da Constituição de 1988, que em seu artigo 5º, inciso XXXV, alçou-o como direito fundamental. A partir de então, garantiu-se a defesa de todo e qualquer direito pela via judiciária.

Passou-se, então, a buscar o julgamento de ações que atendam, efetivamente, a necessidade das partes, entregando a estes uma decisão que realmente encerre a lide, em consonância tanto com a legislação vigente quanto com as expectativas dos litigantes em relação aos direitos por eles pleiteados. Desse modo, o exercício do acesso à justiça permitirá não apenas o fim do litígio perante o Poder Judiciário, mas também evitará os sentimentos de intranquilidade e frustração, com o consequente retorno da mesma demanda para nova apreciação pelo Estado.

Nesse contexto de vigência constitucional, ainda é relevante, ainda que não seja isento de críticas, o uso do conceito de eficiência como algo que deve nortear os preceitos que tratam do acesso à justiça, de modo que o processo judicial possa garantir à parte o direito pleiteado, atentando-se às especificidades territoriais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas e jurídicas dos indivíduos que

o compõem. É imprescindível, portanto, a superação do formalismo do processo, para que este seja compreendido como instrumento de efetivação de direitos.

Seguindo essa linha de pensamento, Mauro Cappelletti e Bryant Garth escreveram a obra *Acesso à Justiça*, publicada no Brasil em 1988, que trata dos três enfoques de acesso à justiça, nomeados de “ondas”. A primeira onda de acesso à justiça foi a assistência judiciária para os pobres, no Brasil instrumentalizada pela Lei 1.060/50 que prevê a isenção das custas processuais para aqueles não tem condições de arcar com estar sem comprometer o próprio sustento, já a segunda onda trata da representação dos interesses difusos e coletivos. A terceira onda de acesso à justiça, que busca a representação em juízo pautada na preocupação com o “aprimoramento das instituições e dos mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas” (CAPPELLETTI, 1988, p. 68).

Os autores relacionaram a concretização dos direitos individuais e sociais à adequação das normas processuais aos conflitos submetidos à apreciação do Estado, ou seja, a adaptação do processo civil ao tipo de litígio apresentado. Dessa forma, as diversas barreiras ao acesso à justiça presentes nos casos concretos teriam soluções mais diligentes e a prestação jurisdicional, por consequência, entregaria às partes litigantes decisões mais democráticas e condizentes com suas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

A partir da evolução histórica da família na sociedade brasileira traça-se toda uma ordem cronológica e hierárquica da legislação pátria que traz o conceito e o objetivo da família enquanto instituição social. Identificadas as famílias que compõem a sociedade brasileira atual, passa-se a conceituar a família hipossuficiente frente à lei 1.060/1950 e a assistência judiciária gratuita concedida à essas, a fim de se efetivar os direitos e as garantias constitucionais supramencionados. Salienta a revogação tácita da 1.060/1950 com o advento Código de Processo Civil de 2015 e suas repercussões nos casos concretos

Então, aborda-se o surgimento e o papel da Defensoria Pública do Estado da Bahia, enquanto instituição que garante aos seus assistidos a representação perante a Justiça, por meio dos defensores públicos, desde que estes comprovem não terem condições de pagar as despesas do processo.

Nessa perspectiva destaca-se o papel de uma instituição pública estadual que oferece assistência judiciária gratuita como resultado de uma pressão social histórica que rompeu com os paradigmas conservadores, ressaltando que cabe à própria sociedade pressionar as instituições para acessá-los na medida em que o Estado não promove igualdade e justiça social. Numa interlocução entre Pachukanis (1924) e as entrevistas obtidas pretende-se analisar que a pobreza é socialmente construída para manter um sistema e a memória se apresenta como forma de entender de que maneira as narrativas dos defensores podem ou não confirmar essa hipótese.

Passa-se, então, a abordar a memória dos (as) defensores públicos, no espaço limitado da comarca de Vitória da Conquista, acerca do alcance do seu público alvo aos direitos viabilizados pela instituição Defensoria Pública Estadual, numa busca pela análise da atuação da Defensoria Pública e da luta por direitos na memória dos (as) defensores (as) públicos (as). Nesse ponto, abordar-se-á Maurice Halbwachs que em uma de suas principais obras *“Les Cadres Sociaux de la Mémoire”* (1925) - primeira obra sistemática realizada com vistas a teorizar a memória dentro de um contexto sociológico - defende que as nossas lembranças não existem fora das conjunturas sociais em que se produzem sendo os “quadros”, portanto, tudo o que antecede a memória, é dizer, o conjunto de pessoas, grupos, lugares e datas que construíram nossa memória.

Para Halbwachs a memória deriva de um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo. Isso porque a lembrança é reconhecimento e reconstrução, e tanto o reconhecimento quanto a reconstrução dependem de marcos de referência, inclusive de ordem grupal, pois, retoma relações sociais, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados, construídos a partir de informações e noções compartilhadas.

A memória coletiva, portanto, é racionalizada e materializada na sociedade, e constitui-se neste trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais”, nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.

Para Halbwachs a reconstituição de nossa memória é sempre reforçada a partir dos testemunhos com os quais convivemos ou recordamos a partir determinados espaços e condições. Dessa forma, aquilo que foi vivido e testemunhado acaba sendo recomposto no seu tempo.

Nessa passagem, a atualidade das lembranças e a incorporação dos quadros se juntam para trazer a tese fundamental de Halbwachs, objeto da sua obra póstuma “A memória Coletiva” (1950): jamais nos lembramos sozinhos. Afinal, os quadros sociais incorporados são categorias de entendimento sem as quais a percepção do presente, do passado e do futuro não seria possível e, por outro lado, no presente, a percepção é atualizada pelas preocupações de indivíduos envolvido em suas relações sociais

Assim, é através do atendimento direto e diário com os indivíduos hipossuficientes, e do contato com suas necessidades e vulnerabilidades, além da vivência e diálogo com os demais colegas de atuação que o (a) defensor (a) desenvolve e aprimora o serviço prestado, pois, em grupo compartilha as ideias e rememora os testemunhos que sozinhos, se perderiam em processos individualizados, porém com demandas coletivas e repetidas. Logo, o espaço, o tempo e a linguagem próprios da atuação profissional destes defensores (as) públicos (as) são moldadores das experiências vividas que acabam formando a memória coletiva da Defensoria Pública.

Por fim, na busca de analisar quais as necessidades e vulnerabilidades mais recorrentes e urgentes desses indivíduos hipossuficientes, destaca-se o “Mutirão de adequação de nome e gênero”, sua origem, sua relevância social e seu impacto na vida das pessoas transsexuais.

Resultados e discussão

O público alvo da Defensoria Pública Estadual é formado por indivíduos economicamente hipossuficientes, representados pelas minorias étnicas, sexuais e/ou sociais. Nesse grupo encontram-se as pessoas trans que buscam adequar seu nome ao seu gênero no registro civil.

Nesse sentido, após inúmeras e repetidas demandas judicializadas pela Defensoria Pública a fim de amparar o direito das pessoas trans de se identificarem por seu nome civil e gênero, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em 2018, o Provimento de nº 73 que autorizou a alteração extrajudicial a ser realizada no Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais sem a necessidade de se submeter a cirurgia de mudança de sexo ou de autorização judicial para maiores de 18 anos.

Em virtude do Provimento nº 73/2018, do CNJ, a Defensoria Pública do Estado da Bahia criou o projeto “Mutirão de adequação de nome e gênero”, com o objetivo de dar visibilidade ao direito das pessoas trans viabilizando seu acesso a alteração do nome e do gênero. O atendimento prestado pela Defensoria Pública é de orientação ao público acerca do procedimento extrajudicial para alteração de nome e gênero, prestando esclarecimentos e analisando os documentos necessários e, por fim, realizando o encaminhamento para cartório competente completar o processo do novo documento.

Dessa forma, observou-se que entre as pessoas vulneráveis do grupo atendido pela Defensoria Pública existem aquelas que encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que além da hipossuficiência financeira buscam a efetivação de garantias constitucionais primárias como o direito de identificação do nome ao gênero.

Assim, observa-se que a instituição Defensoria Pública representa uma fração dentro do Estado que tensiona com outros interesses e garante igualdade de acesso aos direitos. Atua, portanto, como um mecanismo para minimizar as imensas desigualdades sociais, criada por um e em um Estado que é pressionado pela sua sociedade a conceder direitos. Esses direitos, por sua vez, são viabilizados e acessados na medida em que grupos étnicos, sexuais e/ou sociais e de extrema vulnerabilidade social, a exemplo das pessoas trans, compartilham quadros sociais comuns que antecedem, determinam e servem como referência para a formação de uma memória coletiva dos (as) defensores (as) públicos (as) a partir da experiência vivenciada na sua atuação profissional de atendimento e acolhimento institucional de seus direitos.

Considerações finais

Da observância do trabalho desenvolvido pela instituição Defensoria Pública é possível depreender que através de uma atuação humanizada e na busca de se garantir princípios éticos, intitucionais e pessoais, o papel do defensor público ganha destaque. Isso porque embora cada defensor público tenha sua atuação individual e sua própria vivência e experiência, é partir da memória coletiva do seu grupo e do contato com os indivíduos hipossuficientes – das suas necessidades e vulnerabilidades - que se aperfeiçoam os projetos e ações que viabilizam o efetivo acesso aos direitos.

Depreende-se a existência de uma memória coletiva dos defensores (as) públicos (as) que, em sua atuação profissional diária e individual, encontra fragilidades e vulnerabilidades sociais comuns em seu público alvo na busca por acesso aos direitos e conclui-se acerca da importância de preservar as memórias da Defensoria Pública, sobre a convicção de que existe uma tensão social referida na literatura que se apresenta como hipótese para a criação de ações destinadas as pessoas trans.

O “Mutirão de adequação de nome e gênero” representa para as pessoas trans a efetivação de acesso aos direitos através da Defensoria Pública, instituição que, numa sociedade desigual e injusta, é fundamental para tutelar e garantir os direitos humanos dos indivíduos economicamente hipossuficientes representados pelas minorias étnicas, sexuais e/ou sociais.

Referências

ALVIM, Zukeika. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. In. História da vida privada no Brasil. NOVAES, A. et ali. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. — São Paulo: Companhia das letras, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>Acesso: 12 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.060, de 5 de Fevereiro de 1950**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>Acesso: 12 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso: 12 maio 2021.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução e revisão: Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil, volume 6: Famílias**. 5.ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952;

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Entre Memórias Silenciadas**. Maputo: Alcance, 2013

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira : quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

PACHUKANIS, Evgeni B. [1924] **A teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Renovar, 1989.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa, Edições UNIPOP, 2012

TRANSEXUALIDADE: O PERCURSO JURÍDICO-BUROCRÁTICO PARA A CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO AMBULATORIAL EXCLUSIVO EM CUIABÁ-MT

Kamila Michiko Teischmann

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso – UFMT, kamilamichiko@gmail.com;

Bruna Andrade Irineu

Professora Orientadora: Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de PósGraduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGPS/UFMT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Organização da Mulher e Relações de Gênero – Nuepom/UFMT, brunairineu@email.com.

Resumo

O trabalho em tela é fruto da pesquisa de dissertação de Mestrado, em andamento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Através do presente trabalho se pretende analisar a juridização da saúde quanto à assistência prestada às pessoas transexuais em processo de transição de gênero em na Cidade de Cuiabá-MT, especialmente quanto à implementação do serviço ambulatorial exclusivo para o atendimento desse público por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa tem cunho bibliográfico e documental, notadamente a análise do procedimento extrajudicial (Inquérito Civil n. 7- 002/2018) em trâmite no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, referente à implementação do ambulatório trans em Cuiabá-MT. Em uma análise preliminar, é possível enunciar que a instauração

do procedimento decorre da tensão exercida por movimentos sociais locais e esbarra em entraves burocráticos e volitivos, conforme a temperatura da arena política.

Palavras-chave: Sistema de Justiça; Processo transexualizador; Direitos LGBTI; Transexualidade.

Introdução

O presente trabalho tem por análise central o percurso de discussões ao nível local da Cidade de Cuiabá-MT quanto à implementação do ambulatório para atendimento das pessoas transexuais, evidenciando seus meandros burocráticos-jurídicos e detectar qual o seu estágio atual.

A pesquisa tem por metodologia a abordagem de cunho bibliográfico e documental, e o objeto para este estudo se constituiu primordialmente no Inquérito Civil Público instaurado em 18.02.2018 pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT) de n. 7-002-2018, após a realização do 1º Encontro Estadual do Ministério Público e Movimentos Sociais, ocorrido em 30.11.2017 na Cidade de Cuiabá, como resposta às demandas apresentadas pelos coletivos locais naquela ocasião.

As entidades relacionadas ao Poder Judiciário têm desempenhado papel relevante na união de esforços para a garantir a existência e o exercício de direitos pela população LGBTI.

Conquanto o advento da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Carta Cidadã, tenha avançado no reconhecimento de direitos e expressamente previstos como norte e farol da sociedade democrática brasileira a valorização da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), tendo por objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, I e IV), é certo que a mera previsão de direitos não os faz existir no mundo real, mas apenas no formal (BRASIL, 1988).

Sobre esse assunto, inclusive, Marilena Chauí (2019), em brilhante exposição oral em um seminário internacional consignou:

Há uma contradição posta para a sociedade a partir do momento em que os direitos são declarados e considerados universais. [...].

A mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais. De igual forma com relação à liberdade.

Nesse sentido, a população LGBTI tem percorrido ao longo das últimas décadas um árduo caminho no afã de exercer direitos mínimos atinentes à cidadania e que lhes proporcionem uma vida digna.

Para isso, tem contado com a mobilização dos movimentos sociais através de intervenções junto às entidades públicas para que se dê cumprimento ao documento legislativo maior do Estado brasileiro, que é a Constituição Federal.

De forma especial, a população transexual, que, a partir do amadurecimento no campo teórico-social que reconhece essa identidade de gênero, passa a postular providências institucionais de diversas naturezas, notadamente na área da saúde, à qual está intimamente ligada, havendo no início dos anos 90 uma aproximação maior com o meio acadêmico da área médica, viabilizando a alteração de resoluções no âmbito do Conselho Federal de Medicina, como a de n. 1482/97, que passa a não mais considerar como crime de mutilação a transgenitalização e admite a cirurgia em caráter experimental (CARVALHO, 2011).

Aliás, a medicalização e envolvimento da saúde com as pessoas LGBTI de maneira geral, e mais incisivamente a pessoa transexual, como forma de patologização, é questão que merece ser mencionada. Não é recente a adoção de um discurso jurídico-discursivo a respeito da sexualidade e das dinâmicas de gênero, que remontam à idade média, associando a tudo quando fosse destoante dessa concepção como divergente e, ao contrário do que se supõe, não se pode afirmar que houve ou há a repressão da sexualidade, mas sim a sua captação e controle para assegurar as investidas visando a disciplinação *anátomo-política do corpo humano*, garantindo o exercício do biopoder (FOUCAULT, 2020).

A homossexualidade abandonou a tipificação enquanto doença no Brasil em Fevereiro de 1985, através de Resolução do Conselho Federal de Medicina que passou a não mais considerar como patologia essa orientação sexual, após intensa campanha do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), antecipando até mesmo a Organização Mundial da Saúde (OMS) que só viria a fazê-lo em 1990 (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018). De outro lado, ainda persiste a patologização da pessoa transexual, que é prevista no rol da Classificação Internacional de Doenças (CID) de n. 11. Contudo, é importante consignar que muito recentemente, no ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afastou a concepção da transexualidade como transtorno mental, passando a considerá-la dentro da categoria “condições relacionadas à saúde sexual”, ou seja, ainda patologizada, mas por outro motivo (CFP, 2019).

Apesar de, ou em razão de, haver a aludida previsão da transexualidade enquanto patologia, é que é possível a realização de processos transexualizadores visando garantir a saúde da pessoa transexual, conforme se vê na Portaria n. 2836/2011 do Ministério da Saúde em que é disposta a Política Nacional de Saúde Integral LGBTI, bem como na Portaria n. 2803/2013 também do Ministério da Saúde, que consistem em fundamento do objeto do Inquérito Civil analisado neste trabalho.

A dinâmica jurídica, social e política no âmbito do Inquérito Civil Público N. 000007-002/2018 do MPE-MT

O ponto de partida do referido Inquérito Civil é o tensionamento realizado pelos movimentos sociais após o primeiro encontro promovido entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e àqueles. O ponto de chegada ainda não existe.

No meio do caminho, há uma infinidade de ocorrências que revelam a dependência de um aparato jurídico, ainda capenga para a população LGBTI, e a necessidade de vontade política, que esquentar e esfria, ao sabores do termômetro social.

O mencionado encontro com os movimentos sociais ocorreu em 30.11.2017 e o inquérito foi instaurado em 18.01.2018 com o objetivo mencionado, resumidamente, de:

Inquérito Civil instaurado para apurar as razões da inexistência de ambulatório de assistência especializada à população transexual em Mato Grosso, para oferta de serviços de diagnóstico, acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormonioterapia, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador, adotando as medidas necessárias para sua implantação pela rede pública de saúde. (BRASIL, 2018).

Figuram como representados, ou seja, como possíveis responsáveis/responsabilizados, a Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá-MT, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Cuiabá-MT, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso (SEJUDH) e a Secretaria de Estado e Saúde do Estado de Mato Grosso. Portanto, 02 (duas) entidades Municipais e 02 (duas) entidades Estaduais, totalizando 04 (quatro) representantes do Estado, assim considerado como

o ente sujeito capaz e legitimado a ordenar ou proibir, responsável pela adoção de medidas visando a regulamentação ou exercício de determinados direitos, como nos ensina Norberto Bobbio (1993).

Apesar de ter sido rapidamente instaurado, considerando a data do encontro com os movimentos sociais e a portaria inicial do inquérito, seu desenvolvimento é recheado de ausências, na mais literal expressão da palavra, como se vê do não comparecimento do Secretário Municipal de Saúde e de representantes em 02 (duas) reuniões iniciais realizadas, motivando o envio de notificação pessoal por parte do Promotor de Justiça titular do inquérito exigindo o comparecimento do aludido secretário para prestar esclarecimentos, com a advertência de que o não comparecimento poderia resultar em sua condução coercitiva.

No universo jurídico e para o mundo prático, a condução coercitiva significa o que o nome faz crer: a condução forçada, podendo utilizar-se, inclusive, de força policial.

Após tal notificação, a Secretaria Municipal de Saúde passa então a comparecer nas reuniões designadas e a prestar informações por escrito. Foram realizadas o total de 03 (três) reuniões.

Da análise do teor das informações e esclarecimentos prestados por escrito pelos demandados, observa-se a clássica conduta de impingir responsabilidade ao outro órgão. A SEJUDH formulou resposta datada de 16.02.2018, por meio de parecer técnico, indicando que a responsabilidade e competência para a implantação do ambulatório trans em Cuiabá é da Secretaria Municipal de Saúde. Nesse mesmo documento a SEJUDH aponta que no ano de 2016 houve 37 (trinta e sete) pedidos para adesão ao processo de transgenitalização, mas que não teria avançado e nem sido adotadas providências em razão da ausência de políticas públicas no âmbito do Município.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Saúde, ainda no ano de 2018, após notificação pessoal do secretário e das informações da SEJUDH, comparece no processo através de ofício com esclarecimentos apresentando um “Projeto de implantação da Política Municipal da Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Cuiabá”, em que apresenta um percurso histórico, exhibe dados, mas que em seus objetivos gerais e específicos nada consta a respeito da implementação do ambulatório trans. Ou seja, diz muito sem dizer nada sobre o assunto que realmente importa.

Na mesma oportunidade apresentou também um formulário com um plano para a capacitação de servidores visando o acolhimento e atendimento da população LGBTI. Não se tem notícia se de fato essa capacitação ocorreu.

No ano de 2019, em maio, o Promotor de Justiça oficia o Ministério da Saúde, naquela ocasião liderado pelo médico Luiz Henrique Mandeta, indagando sobre a existência de recursos financeiros disponíveis para repasse ao Estado de Mato Grosso ou ao Município de Cuiabá para a instalação do ambulatório trans.

De maneira rápida, mas sem teor resolutivo ou prático, no mesmo mês, a Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde informa que encaminhou à área técnica competente para análise e retorno, e tão logo fosse analisado, retornaria à Promotoria de Justiça. Essa resposta foi enviada e recebida através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Governo Federal.

A partir daí a comunicação com o Ministério da Saúde se torna caricata. É que não se teve mais notícia nenhuma a respeito da solicitação, o que fez com que a Promotoria de Justiça, em 2021, 02 (dois) anos depois, diligenciasse via ligação telefônica ao setor responsável buscando esclarecimentos, sendo informada que houve resposta por e-mail. Contudo, o servidor do Ministério Público relatou nada ter recebido no e-mail, razão pela qual fez a solicitação para que se reenquiasse a resposta enviada por e-mail, o que alegadamente teria sido feito, mas novamente sem sucesso em receber o mencionado e-mail de resposta do Ministério da Saúde.

O departamento de informática do Ministério Público foi acionado para averiguar se havia algum problema nos e-mails. Após checagem, constou-se que não havia nenhum e-mail remetido pelo Ministério da Saúde. Logo, o fato põe em xeque a veracidade da resposta enviada pelo Ministério da Saúde, vez que as comunicações não costumam ser estabelecidas por e-mail, mas sim pelo sistema SEI, como na primeira tratativa. Isso pode ser produto também da alteração do cenário político desde a posse do Presidente Jair Bolsonaro, em 2018, que, como nos alerta diversos pesquisadores e pesquisadoras (IRINEU et. ali, 2020), tem servido como laboratório para ofensiva antigênero no contexto latino-americano.

A primeira resposta do Ministério da Saúde ocorreu sob a titularidade do Ministro Mandetta. Quando do último contato estabelecido no início de Março de 2021 outro Ministro, Nelson Teich, já havia

ocupado e saído do cargo, que se encontrava sob a direção do militar Eduardo Pazuello, que não é médico. Na data da elaboração deste trabalho o Ministério da Saúde já conta com outro ministro, o médico Marcelo Queiroga, que assumiu no final do mês de Março de 2021.

E é nesse estágio e ponto que se encontra o inquérito civil objeto do estudo, aguardando a (e sabe-se lá se de fato enviada) resposta do Ministério da Saúde.

Por fim, como é de conhecimento geral, as reiteradas declarações públicas do presidente da república e seus ministros revelam o compromisso em não fazer avançar qualquer projeto que vise prestigiar as pessoas LGBTI.

Denota-se uma imbricada relação de força política e social atual que se beneficia da morosidade na tramitação jurídica de questões relacionadas a direito de grupos vulneráveis.

Considerações finais

Lamentavelmente o estágio atual do trâmite do inquérito civil e também da movimentação política para a implementar o ambulatório exclusivo para atendimento às pessoas trans em Cuiabá-MT é praticamente nulo. Nada há de concreto. Muito embora os movimentos sociais continuem, como sempre fizeram, tensionando por respostas e ações concretas.

Revela-se um atuar, ou melhor, um não atuar, no caso do atual governo federal, proposital, operando uma governamentalidade nociva às pessoas transexuais, regulando seus corpos, agindo mais incisivamente sobre a população sem que disso ela se dê conta, exercendo um controle até mesmo através dessa omissão (FOUCAULT, 2019).

A recusa em não implementar o acesso a um serviço de saúde que visa garantir uma vida digna e plena para determinadas pessoas é verdadeiramente fazer uma escolha acerca de quais vidas importam e quais não importam. E esse cenário é compatível com o projeto neoliberal, que atua com a seletividade dos corpos que tem ou não relevância, segundo sua ótica (BUTLER, 2018).

Mas para cada resistência há um ponto ou movimento de inflexão. Neste caso, pode-se considerar que o movimento LGBTI, de maneira geral, tem se mostrado coeso e encontrado guarida em algumas entidades públicas, como no Ministério Público, e no poder judiciário,

embora com muita tensão, e nisto reside a expectativa de que os avanços até hoje conquistados permaneçam incólumes, mesmo que pouco ou nada se avance, até que a tormenta política atual se desloque para um horizonte distante.

Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 08 mai. 2021.

BRASIL. ESTADO DE MATO GROSSO. **Inquérito Civil n. 000007-002/2018**. Assunto: social, gênero, hospitais e outras unidades de saúde, assistência social. 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania. Cuiabá. p. 2, 2018).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política. Vol. I**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e apolítica das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alessandro. **Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT**. CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. **A morte da clínica: o movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990)**. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf>, acesso em 14 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializada OMS**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficial>>

liza-oms/#~:text=Pela%20nova%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20CID,como%20%E2%80%9Cincongru%C3%Aancia%20de-%20g%C3%AAnero%E2%80%9D>. Acesso em 05 mai. 2021.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação de mestrado no âmbito do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Breve história da democracia**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5DOLQ&t=4s>>. Acesso em 05 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1. A vontade de saber**. ed. 10. Editora Paz & Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e terra, 10 ed., 2019.

IRINEU, Bruna Andrade, et. ali. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Editora Devires: Salvador. 1. ed., 2020.

EXTENSÃO DA LICENÇA PATERNIDADE PARA CASAIS GAYS ADOTANTES: OMISSÃO LEGISLATIVA E ATIVISMO JUDICIAL

Dyanne Gomes Teles de Almeida

Doutoranda do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, advogada, bolsista da CAPES, dybertoldo@gmail.com;

João Diógenes Ferreira dos Santos

Doutor em Ciências Sociais, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, jdfsantos@uefs.br.

Resumo

Diante da omissão legislativa brasileira em regulamentar a licença adotante para os casais gays, garantindo a equiparação das suas licenças à dos casais heterossexuais, torna-se necessário destacar o papel do Poder Judiciário para atuar de maneira que garanta tais direitos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar os princípios constitucionais como ferramenta para concretização dos direitos dos trabalhadores gays adotantes de terem a possibilidade de estarem mais tempo ao lado de filho e/ou filha adotado/adotada. Negar, portanto, a equiparação desse direito seria ferir os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Para realizar esta pesquisa, buscou-se fazer uma revisão da literatura teórica alicerçada na legislação, doutrina e jurisprudência pátrias que abordam o tema, com base no método histórico e tendo como parâmetro a análise qualitativa dos dados. A presente pesquisa possibilitou as seguintes conclusões: é necessário que o legislativo brasileiro, por meio da criação de uma Lei, garanta aos casais gays

o direito à licença adotante, equiparada à licença maternidade que é de até 180 dias para acompanhar seus/suas filhos/filhas nos primeiros meses de adoção. Tal medida irá retirar da decisão judicial a subjetividade de garantir ou não tal extensão da licença adotante para os casais gays, constituindo, assim, um direito. A negação desse direito pelo/pela empregador/empregadora, sendo agente privado ou público, é uma das expressões de preconceito enfrentadas, cotidianamente, por esse segmento social.

Palavras-chave: Direito, Adoção, Família, Paternidade.

Introdução

O conceito de família, hoje em dia, foi alargado pelas inúmeras possibilidades de constituição de uma entidade familiar, ou seja, não se compreende família apenas aquela constituída por casais heterossexuais. Conforme assevera Pereira (2002, p. 226-227), podemos compreender a extensão do conceito de família “a partir do momento em que a família deixou de ser o núcleo econômico e de reprodução para ser espaço do afeto e do amor, [assim] surgiram novas e várias representações sociais para ela”. Logo, a entidade familiar passou a ser formada por um pluralismo em que não se considera a questão de gênero um fator determinante. No entanto, apesar das mudanças sociais que culminaram com a compreensão ampliada sobre o conceito de entidade familiar, os direitos advindos destas relações foram e vêm sendo, ao longo dos anos, negligenciados por não terem o devido amparo legal.

O STF reconheceu, na Ação Declaratória de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132 e na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4.277, a plena igualdade em direitos e deveres aos casais heteroafetivos e aos casais homoafetivos, atribuindo interpretação extensiva ao artigo 226 da CF, e interpretação conforme a Constituição Federal ao art. 1.723 do Código Civil. Desta feita, a família constituída de união homoafetiva deve ter os mesmos direitos e as mesmas obrigações que aquela formada por união heteroafetiva, em especial aos filhos havidos dessa união.

No mesmo sentido, Gagliano e Pamplona (2020, p. 1414) assim destacam:

Em que pese a ausência de previsão legal específica, o que no nosso entendimento, seria o recomendável, o casamento homoafetivo tem sido aceito por força da atuação dos Tribunais, superando a tradicional exigência da diversidade de sexos como pressuposto de existência, o que ganhou especial reforço com a edição da Resolução 175/2013 do CNJ, que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Fruto, portanto, do ativismo judicial, verifica-se que o reconhecimento da relações afetivas de pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, foi resguardado.

Dentre vários direitos negligenciados voltados às relações homoafetivas, este trabalho pauta-se em analisar a licença adotante para casais gays que tem um período de concessão menor se comparado com os casais heterossexuais. Afinal, a licença adotante que os casais gays gozam compreende apenas o direito da licença à paternidade, que é de 05 (cinco) dias, em total discrepância com o prazo de 120 (cento e vinte) dias, que pode até ser estendido, obedecidos alguns criterios legais que abordaremos posteriormente, concedido ao casal heterossexual a título de licença maternidade.

Esta desigualdade no prazo da concessão de direitos fere os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, refletindo-se inclusive nos direitos da criança ou adolescente que tem cerceado o seu direito de convivência com seus pais, ora adotantes, por mais tempo, ou seja, em confronto também com os preceitos do Estatuto da Criança e do adolescente (BRASIL, 2006).

Dessa forma, tem-se como objetivo geral deste estudo analisar os princípios constitucionais como ferramenta para a concretização dos direitos dos trabalhadores gays adotantes de terem a possibilidade de estarem mais tempo ao lado do filho/filha adotado/adotada. Os objetivos específicos são analisar como o Judiciário, por meio do ativismo judicial, tem contemplado estes direitos.

Este tema revela-se de suma importância na medida em que a equiparação da licença paternidade à licença maternidade para casais gays adotantes fundamenta-se na necessidade de garantir à criança a sua proteção integral¹. A equiparação, por sua vez, fundamenta-se na necessidade de contemplação do princípio da isonomia entre o homem e a mulher materializada no texto constitucional e, assim, resguardar a dignidade destes pais.

1 Compreende-se pela doutrina da proteção integral adotada pelo ECA, segundo Ishida (2016, p. 23), “baseada no reconhecimento de direitos especiais e específicos de todas as crianças e adolescentes”.

Metodologia

A pesquisa se desenvolverá por meio de revisão da literatura teórica alicerçada na legislação, doutrina e jurisprudência pátrias que abordam o tema, tendo em vista que as contribuições históricas são fundamentais para compreensão da formação das entidades familiares gays e os direitos à licença maternidade daí decorrentes em virtude do processo de adoção. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, revela-se a escolha pelo método histórico, tendo como parâmetro a análise qualitativa de dados que se desdobram em cunho jurídico e sociológico, para que seja possível, por meio das legislações, doutrina e jurisprudências pátrias atreladas aos fatores sociais, compreender a necessidade de equiparação dos direitos concedidos aos casais gays de usufruírem de uma licença maternidade elastecida e em equiparação com a licença concedida a casais heterossexuais Dessa forma, com base no método histórico-jurídico e sociológico apresentado, a pesquisa será desenvolvida e permitirá apresentar seus resultados e discussões.

Referencial teórico

Com a regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça do casamento civil entre homossexuais, vários foram os pleitos deste público referentes aos direitos derivados dessa relação. No âmbito do direito à maternidade/paternidade, trataremos dos casais gays, ou seja, entidade familiar composta por dois homens que, ao constituírem sua convivência baseada no afeto e amor, começaram a reivindicar a possibilidade de juntos adotarem crianças e, em virtude disso, serem contemplados com a licença paternidade equiparada à maternidade. Eis que é discrepante a diferença na legislação em vigor.

As hipóteses de licenças maternidade e paternidade estão previstas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2021), no capítulo que disciplina os direitos sociais, em seu artigo 7º, incisos XVIII e XIX, que assim preceituam:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
[...]

Por interpretação sistemática da Constituição à luz da dignidade da pessoa humana, da igualdade entre filhos biológicos e adotados, compreende-se que a licença maternidade abrange tanto a licença à gestante quanto a licença à/ao adotante.

Cumprе salientar, por sua vez, que a Lei que deveria regulamentar o prazo das licenças paternidades ainda não foi criada, logo a regulamentação do prazo de 05 (cinco) dias encontra-se na parte final da constituição, ou seja, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Frise-se ainda que, com o advento da Lei n. 11.770/2008, no caso das relações trabalhistas privadas, houve regulamentação da possibilidade de extensão da licença maternidade e paternidade mediante concessão de incentivo fiscal para as empresas que aderissem ao Programa Empresa Cidadã (BRASIL, 2008). Logo, caso ocorra a adesão pelas empresas aos critérios estabelecidos na referida Lei, o prazo da licença maternidade passará de 120 dias para 180 dias e a licença paterna ampliará de 05 dias para 20 dias.

A questão em que se pauta este artigo está voltada ao fato de que para a adoção constituída por casais gays, ou seja, por dois homens que estiverem em regime formal de trabalho, o tempo de concessão da licença é de apenas 05 dias, quiçá 20 dias. Trata-se de um período muito curto para atender as necessidade da criança nessa fase de adaptação à nova família.

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como objetivo fundamental da República do Brasil a promoção do bem a todos, já esclarece que não são permitidas as discriminações entre as pessoas advindas do sexo, cor, dentre outras. Dessa forma, observa-se a necessidade de se respeitar o direito à diferença, prestigiando que a preferência sexual cabe à autonomia da vontade de cada um e os direitos daí decorrentes devem ser amparados, sob pena de, se assim não for, graves injustiças ocorrerem (BRASIL, 2021).

Em virtude da inexistência de Lei que autorize a imediata concessão da licença maternidade aos casais gays adotantes equiparadas aos casais heterossexuais, várias foram as demandas judiciais ajuizadas

por casais gays, que ao adotarem não usufruíam na prática da possibilidade de gozo do prazo e benefícios da licença maternidade a pelo menos um dos cônjuges, assim, tiveram que acionar a Justiça para solicitarem uma extensão da licença paternidade, como, por exemplo, o emblemático caso Rogério Koscheck e Weykman Padinho²: após a adoção de quatro crianças, o primeiro teve direito a 90 dias de licença, concedidos pela Justiça.

As decisões judiciais, por sua vez, se alicerçam no princípio constitucional da igualdade e da dignidade da pessoa humana, que primam por estabelecer uma isonomia entre as pessoas que têm suas peculiaridades, para que estas gozem de uma vida digna, uma vez que vivemos em um estado democrático de direitos.

A inexistência de tutela legal específica para estas hipóteses somente poderia ser reparada pelo pleito judicial, daí é que surge o ativismo judicial, conforme retrata o ministro do STF, Barroso (2009, p. 6):

Já o ativismo judicial é uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance. Normalmente ele se instala em situações de retração do Poder Legislativo, de um certo descolamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva.

Dessa forma, por conta das inúmeras ações judiciais, em 2013 foi sancionada a Lei n. 12.873, de 24 de outubro de 2013 e em 2017 a Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017, o que permitiu modificar o artigo 392-A da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), trazendo significativas alterações quanto à licença à/ao adotante (BRASIL, 2013).

De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, assim podemos verificar:

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

[...]

² Disponível em: <http://Casal gay ganha na Justiça direito a licença do trabalho após adotar quatro crianças - Jornal O Globo>. Acesso em: 01 mar 2021.

Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392 desta Lei. (Redação dada pela LEI Nº 13.509 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017)

§ 1º - Revogado pela Lei nº 12.010/2009

§ 2º - Revogado pela Lei nº 12.010/2009

§ 3º - Revogado pela Lei nº 12.010/2009

§ 4º - A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

§ 5º A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada. (Redação dada pela Lei nº 12.873/2013).

O texto dos artigos da Consolidação das Leis trabalhistas disciplinam o prazo da licença maternidade e licença à adoção como similares, logo, neste ponto não há o que se questionar. Reconhecendo portanto a igualdade entre filhos biológicos e adotivos.

Nesse sentido, em relação à seara trabalhista, hoje em dia, depende-se, pela interpretação dos artigos, que os casais gays têm a possibilidade de fruição da licença paternidade equiparada à maternidade, em seu prazo e forma de pagamento previdenciário, o que revela ter ocorrido um grande avanço na legislação, que, em consonância com os mandamentos constitucionais, passou a tutelar direitos aos casais gays, revelando o fortalecimento nessa forma de entidade familiar.

De acordo com Fariello (2015), os casais gays, após adotarem,

Deve[m] requerer o salário-maternidade diretamente no INSS, independentemente da sua relação de trabalho (empregado, autônomo, empregado doméstico, entre outros). O benefício será pago, durante 120 dias, a qualquer um dos adotantes, sem ordem de preferência, inclusive nas relações homoafetivas. No entanto, será concedido apenas um salário-maternidade para cada adoção, ainda que ambos se afastem do trabalho para cuidar da criança.

O que temos, hoje, na legislação trabalhista, portanto, é a possibilidade por interpretação legal de extensão da licença maternidade,

mas não temos propriamente dita uma lei clara e objetiva resguardando estes direitos. No entanto, já é praxe a concessão dessa extensão na prática.

Já no serviço público “órgãos e entidades concedem a licença-maternidade estendida, ou seja, de 180 dias para as servidoras públicas que têm filhos” (CAVALCANTE, 2016). Em relação à licença-paternidade, a Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, destaca em seu art. 208: “Art. 208 - Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos” (BRASIL, 1990).

A Lei 8.112/90 ainda traz como agravante o fato de que prevê tratamento diferenciado entre licença maternidade e licença para os casos de adoção. Isto gerou julgamento em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, constante no Informativo n. 817, acerca da inconstitucionalidade deste dispositivo ao proibir tratamento diferenciado entre a licença maternidade e a licença adotante. Conforme o julgamento do STF: “Os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores ao prazo da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença-adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada” (CAVALCANTI, 2016).

Neste particular, os casais gays servidores públicos, além de terem que pleitear pela equiparação entre licença paternidade e maternidade, ainda se deparavam com a situação de que a própria licença adotante em casos de maternidade era insuficiente.

Com esse julgamento pelo Supremo, resolveu-se a questão da equiparação da licença maternidade à licença adotante, mas ainda permanece a celeuma em relação à extensão da licença paternidade à licença maternidade em casos de adoção por casais gays adotantes. E, aqui, nenhuma legislação existe até a presente data. O que se revela no preconceito social enfrentado pelos gays na sociedade, que dia a dia se deparam com seus direitos cerceados e precisam voltar-se ao Poder Judiciário, na tentativa de resguardarem seus pleitos.

Resultados e discussão

Diante do alargamento do conceito de família, não se pode estabelecer diferenças entre o casamento heterossexual e homossexual.

Logo, em decorrência disso, os direitos daí advindos devem guardar igual similitude, sob pena de se gerar grandes injustiças.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, reguarda que todos são iguais perante a Lei não devendo ter nenhuma discriminação em virtude de crença, sexo, cor, dentre outras. No entanto, esta igualdade jurídica, ou seja, igualdade perante a Lei não se vislumbra na prática, quando direcionada à extensão dos direitos da licença paternidade para casais gays adotantes.

O princípio da igualdade deve ser vislumbrado na prática através da igualdade material entre casais heterossexuais adotantes e casais gays e não apenas da falácia jurídica de igualdade de direitos apenas prescrita na Legislação pátria, mas no momento de usufruírem do direito são cerceados.

Em breve síntese sobre as funções dos poderes, podemos mencionar que a função típica do Poder Legislativo é legislar e, assim, garantir a todos, de forma geral e de maneira igualitária, aqueles direitos por meio de uma Lei. Já a função típica do Poder Judiciário é julgar os casos concretos que chegam para a sua esfera com base nos direitos ali pleiteados. Portanto, cabe ao Poder Legislativo disciplinar as relações decorrentes dos direitos relativos às relações homoafetivas e mais especificamente dos prazos das licenças paternidade/maternidade e suas peculiaridades. A omissão estatal, por sua vez, em legislar nesse sentido, revela o cenário político-ideológico vivenciado pelo Brasil a partir do ano de 2019 pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro, que não tem dado atenção aos pleitos deste público, deixando-o sem o devido amparo, num movimento, na realidade, de incentivo à desconstrução dos parques direitos desse público.

Dessa forma, a falta de legislação específica sobre o tema significa a possibilidade de, com isso, se gerar graves injustiças, já que a concessão está sob o crivo da apreciação do Poder Judiciário, logo, vai depender do entendimento do julgador, recaiando, portanto, no âmbito da subjetividade.

Atualmente, ainda temos uma formação de ministros no Supremo Tribunal Federal que entendem e se manifestam em suas decisões a favor da isonomia dos direitos advindos das relações entre casais heterossexuais e homossexuais, no entanto, a mudança de entendimento pode ocorrer e toda essa “garantia” de entendimento judicial de extensão da licença paternidade para casais gays adotantes não existir mais.

Portanto, o fato do Estado não resguardar esses direitos básicos aos casais gays de extensão da licença paternidade por meio da criação de leis próprias já vem gerando e tende a agravar com o surgimento de formas particulares de violência fazendo emergir novos conflitos na sociedade.

Considerações finais

À guisa de considerações finais, acreditamos que o modelo legal existente não contempla os direitos dos casais gays no que tange à possibilidade de extensão da licença paternidade nos mesmos parâmetros da licença maternidade.

Ora, cada vez mais, com foco na solução desta situação, muitos casais tiveram que pleitear seus direitos por meio de ações individuais na Justiça; hoje, já existe uma flexibilização relacionada aos trabalhadores sob regime da CLT por interpretação análoga a seus dispositivos, em conformidade com a Constituição Federal, mas, se este casal gay for servidor público, somente consegue usufruir desse direito por meio de tutela judicial.

O ativismo judicial tem se mostrado uma possível saída para a inexistência de disciplinamento legal acerca da extensão da licença paternidade à licença maternidade para casais gays. Por todas estas razões, pode-se dizer que a Justiça, por meio de suas decisões, tem desempenhado um importante papel no resgate da cidadania dos casais gays que querem adotar. No entanto, o subjetivismo que envolve as decisões judiciais deixa estes casais ao crivo do julgador, que pode ser a favor ou contra o seu pleito. Esta situação revela um cenário extremamente desfavorável para estes casais, sendo submetidos à insegurança jurídica de suas demandas.

Dessa forma, a legislação pátria tem muito a avançar, visando garantir o direito à extensão da licença paternidade aos casais gays adotantes, pois a negação de tais direitos pelos empregadores/empregadoras, sendo agente privado ou público, é uma das expressões de preconceito enfrentadas cotidianamente por este segmento social.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 71-91, jan./mar. 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Legislação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Legislação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. União Homoafetiva como entidade familiar. **Jurisprudência**. 2011 Disponível em: <https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalJurisprudencia&idConteudo=193683#:~:text=Uni%C3%A3o%20homoafetiva%20como%20entidade%20familiar&text=A%20norma%20constante%20do%20art.&text=1.723%20do%20C%C3%B3digo%20Civil%20para,-como%20sin%C3%B4nimo%20perfeito%20de%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.873, de 24 de outubro de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12873.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAVALCANTE, Marcio André Lopes. **Informativo 817-STF.** 2016. Disponível em: https://www.dizerodireito.com.br/2016/04/informativo-esquematizado-817-stf_5.html#:~:text=J%C3%A1%20est%C3%A1%20dispon%C3%ADvel%20o%20INFORMATIVO,Confira%20abaixo%20o%20C%C3%ADdice.&text=Proibi%C3%A7%C3%A3o%20de%20tratamento%20diferenciado%20entre,maternidade%20e%20a%20licen%C3%A7a%20dado%20tante.&text=Inconstitucionalidade%20de%20lei%20estadual%20que,ensino%20dos%20pa%C3%ADses%20do%20MERCOSUL. Acesso em: 01 mar. 2021.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. Casais homoafetivos conseguem licença maternidade na adoção de crianças. **Jusbrasil.** 2015. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/223616238/casais-homoafetivos-conseguem-licenca-maternidade-na-adocao-de-criancas#:~:text=O%20benef%C3%ADcio%20ser%C3%A1%20pago%2C%20durante,trabalho%20para%20cuidar%20da%20crian%C3%A7a>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito Civil.** Volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias e o Novo Código Civil.** Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da Criança e do adolescente:** doutrina e jurisprudência. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

DIREITO ENTRE A HETERONORMATIVIDADE E O *QUEER*: FISSURAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO-MENOR

Leandro Franklin Gorsdorf

Professor Adjunto do Curso de Direito da UFPR

Contatos: *leandroufpr2011@gmail.com*

Resumo

O presente artigo apresenta como os padrões de heteronormatividade assentados no binarismo de gênero e suas técnicas de governamentalidade operam a partir do Direito, em especial quando diante de casos jurídicos que apontam para uma resistência *queer* e transfeminista. Para situar o processo da biopolítica de controle dos corpos não alinhados aos padrões heteronormativo, se utilizará de Judith Butler, Dean Spade e Sam Bourcier. Quanto aos casos, foi escolhido três casos-limite que produziram um curto-circuito no ordenamento jurídico brasileiro: Prisão da ativista Indianara Alvez Siqueira; da morte de Lourival Bezerra de Sá e pedido de retificação de gênero de Aoi Berriel. A partir dos questionamentos e demandas trazidas ao sistema jurídico por meio destes casos, aponta-se que apesar dos dispositivos de regulação dos corpos dissidentes traduzidos por codificações e sobrecodificações do Direito, existem possibilidades de linhas de fuga do aparato jurídico do Estado. As fissuras provocadas na ordem jurídica apontam para um devir-resistência que trazem contornos para um possível direito-menor. Este direito-menor permite uma prática jurídica assentada na criação de direitos, como exposto pelas reflexões de Laurent de Sutter a partir da idéia de Direito de Deleuze.

Palavras-chave: Biopolítica, Heteronormatividade, *Queer*, Direito-menor.

1. Ponto de partida e trajetórias

Num contexto de retrocessos em temáticas de direitos humanos, onde temos desestruturação de políticas públicas, a permanente estagnação ou omissão do Legislativo, o campo jurídico tem sido arena, do possível, para discussões sobre direitos das pessoas trans, não-binárias, travestis e transvestigêrene¹, seja por meio de ações no Supremo Tribunal mas principalmente no cotidiano de tribunais, cartórios e delegacias, instituições públicas que operam com o ordenamento jurídico. Algumas são as vitórias quanto a garantia de direitos, porém deve-se avaliar se o fundamento da heteronormatividade no qual se assenta os direitos e o Direito em nosso país são rompidos, ou se existe apenas uma passagem de corpos abjetos (BUTLER, 2015) para corpos dóceis.

A pesquisa tem como objetivo identificar como se processo estes dispositivos de normalização dos corpos atravessam o Direito e enquadram os corpos das pessoas trans, não-binárias, travestis e transvestigêrene nas concepções binárias de gênero e sexualidade. Mas o olhar não será para ações que são capturadas pelo aparato do Estado por meio da norma jurídica, mas para aquelas que fogem, conflitam ou ainda que dentro do ordenamento jurídico, irrompem criando novas configurações, novas subjetividades jurídicas.

Da ordem teórica, será utilizado os contornos sobre a heteronormatividade e seus mecanismos de controle a partir do trabalho de Michel Foucault e Judith Butler e para apontar os limites deste direito para pensar o *queer* e transfeminismo temos Sam Bourcier e Dean Spade.

A nossa perspectiva do Direito busca no pensamento de Gilles Deleuze e nos seus interpretes como Laurent de Sutter e Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos a possibilidade de uma ação criadora, e não meramente regulatória. Porém para amparar estas reflexões teóricas parte-se da vida e expressões das pessoas trans, não-binárias, travestis e transvestigêrene, entendendo que uma Crítica Jurídica

1 Termo utilizado pela ativista Indianare Siqueira para tentar compor com as discussões sobre terminologias, entre travesti e transgênero.

Queer somente é possível ser estiver imanentemente encarnado nos corpos e situado na complexidade da realidade.

2. Vidas cruzadas: heteronormatividade, linhas de fuga e direito menor

A heteronormatividade vem sendo construída discursivamente e estabelecendo relações de poder de uns sobre outros, primeiramente por meio de interditos e proibições se utilizando de ações repressivas, ora por meio de intervenções médicas, ora pelo poder técnico-jurídico. Num segundo momento através da administração dos corpos, da vida dos “anormais”.

Assenta-se numa lógica binária – já que se limita sempre a dois termos, sendo que ao assumir-se um exclui-se o outro (homem ou mulher, heterossexual ou homossexual) – a heterossexualidade, quando vivida compulsoriamente, conta com uma circunstância atributiva, no sentido de que a cada um desses polos são atribuídas determinadas características, geralmente complementares e opostas, as quais fixam o “um” ou o “outro” do par numa posição hierárquica. (FOSTER, 2001, p.19) A heteronormatividade, entendida como o “normal”, exige a linearidade entre sexo e gênero. Cria-se um processo de hierarquização no campo jurídico de parâmetros de classificação baseados na dualidade hetero/homo e homem/mulher, em que partir destas categorias se estabelece a administração do acesso aos direitos. (SPADE, 2015, p.77)

As instituições jurídicas, da Delegacia aos Tribunais são atravessados por operações que tratam de normalizar e disciplinar a partir dos agenciamentos binários da heteronormatividade. Internalizam e se expressam em suas ações normas e códigos que prescrevem aos corpos trans pensamentos e comportamentos. Para que a heteronormatividade se opere no ordenamento jurídico temos um Direito que se apoia na sua forma *logos*, isto é, um direito como se fosse um espaço estriado, com paredes, cercos, estradas, gabinetes demarcados por categorias fixas e genéricas, enquadrados que não possuem espaço de manobra para as operações jurídicas, não permitindo que os excessos venham a tona. Um direito pautado pela ideia identitária e representativa, que corrobora com as hierarquizações construídos pela heteronormatividade: homem e mulher, heterossexual e homossexual.

As normas e códigos constitutivos da heteronormatividade são incorporados a norma jurídica, no qual realiza uma captura dos modos de vida, conformando-os as sobrecodificações do Estado, a partir de suas práticas instituídas por seus agentes na aplicação da lei. Este Direito como *logos* domina as intensidades das condutas que estejam em desacordo com as medidas da norma, achatando as virtualidades para prever todas as possibilidades da vida. Pretende-se condensar nas normas jurídicas as formas de vida que a governam, as visíveis e as invisíveis. Sem dúvida, a lei proporciona avenidas facilmente disponíveis de pensamento e ação ela vincula expectativas sobre como se mover, e desta forma vincula o pensamento e o comportamento em corredores estreitos e cegos.

A potência da existência política de das pessoas trans, não-binárias, travestis e transvestigêrene, reconfigura as relações de poder que insistem no controle da vida e da morte, invertendo e realizando rupturas nos parâmetros da heteronormatividade. Implicando o Direito seja na sua destituição ou na sua refundação. Para exemplificar as variadas formas que estes agenciamentos se manifestam e instam um Direito que não possui uma resposta simples a qual recorre repetidamente “já-dito-desde-sempre”, (PATTON, 2012, p.19) apresentamos três situações em que temos o encontro do direito heteronormativo e as multiplicidades da vida.

No primeiro caso, temos a prisão da ativista Indianara Siqueira, que se transformou numa estratégia de denúncia deste direito heteronormativo e de seu potencial repressivo dos corpos abjetos. A partir da narração da própria ativista sobre o ocorrido na Marcha das Vadias em 2011:

“fui puxando a marcha e passo a ser perseguida novamente, já era perseguida e isso aumenta muito. E aí tudo aumenta... Em determinados bares em Copacabana, aonde as travestis eram proibidas de entrar e tinham homens sem camisa eu tentei entrar sem camisa e isso resultou em uma detenção minha, eu fui presa, meus advogados vieram e aí começou toda a discussão de que eu não podia ser presa nem detida pois legalmente eu era homem, e fui a julgamento. E aí eu disse justamente isso: se me condenassem, estariam reconhecendo que meus documentos não eram válidos, porque mesmo registrada como homem, e sem mudar os documentos,

eu não era reconhecida como homem legalmente.
“(NAIDIN, 2018,p. 141-142)

Após esta primeira prisão, se lança o protesto “Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito”, no qual aponta diretamente para as instituições que operam o direito, de que existe em si uma contradição do sistema jurídico, um curto-circuito que implode o binarismo de gênero, homem e mulher. Um direito penal que serve de mecanismo punição das transgressões dos anormais frente a sociedade não consegue estabelecer seu controle, pois a performance de gênero escapa a lógica heteronormativa. De um modo tático a ativista se serve da identidade de gênero, ora homem, ora mulher, para questionar estas mesmas identidades ditadas pelo Estado, por isso se torna uma linha de fuga frente aos padrões normativos.

Outra situação que também serve para exemplificar como a vida de pessoas trans, travestis, não binárias e tranvestigêneres podem trair as expectativas e a segurança do logos do Direito heteronormativo. Um dos espaços mais privilegiados de vigilância do binarismos homem e mulher é o registro de identidade, no qual o Estado estabelece a aparente “lógica” entre gênero e sexo.

Temos o caso de Lourival Bezerra de Sá que faleceu em 2018 e que somente conseguiu ser enterrado após mais de 160 dias, depois do Estado mesmo depois de morto tentar capturar a sua vida de 78 anos de modo a ressignificá-la pela ótica binária de homem e mulher. Descobriu-se no momento da morte que Lourival era mulher no sentido biológico mas sempre se apresentou como homem, porque assim se entendia. Tentando despojá-lo da memória construída por ele, o Estado tenta de todas as formas recriar uma vida inteira, muito insatisfeita por não ter sido eficiente no seu processo de normalização. Lourival atesta com isso as possibilidades de se fugir da malha normativas, de burocracias, testes, de comprovações que são criadas pela norma jurídica do Estado. Mais uma vez uma linha de fuga que escapou da tentativa do Estado em constitui-lo como sujeito.

Por fim e também envolto com as questões de registro, mas agora em vida, temos o caso recente de Aoi (novo prenome) Berriel, cientista social de 24 anos, que postulou a alteração do prenome e do gênero diante da justiça do Rio de Janeiro. Invertendo a lógica registral e eivada pela heteronormatividade na qual o Estado te permite tão somente o binômio homem e mulher, temos enfim o reconhecimento do não-binário e a possibilidade de não se especificar o gênero

no registro. A subjetividade passa aqui a ser constituída a partir da expressão do sujeito que não se sujeita ao mecanismo de regulação do Estado, ela se autoconstitui e não recai no logos do

direito, aquele espaço estriado do Direito que apenas reconhece aqueles comportamentos e subjetividades anteriormente pela norma jurídica e de seu aparato estatal.

3. Considerações finais

Essas linhas de fuga, fissuras devem ser potencializadas pois se movem e a animam um outro direito, um direito que aposta na sua outra face, em complementaridade do *logos*, o *nomos*, entendido como norma sem divisão em partes, dentro de um espaço sem fronteiras ou cercas, com a permissão da multiplicidade a partir das singularidades, que ocupam um espaço mas sem se deixar conter. (PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, 2012, pp. 98-99)

A criação de novas subjetividades jurídicas e direitos se relacionará com a lei, agora tendo que ser pensada de forma diversa da perspectiva dogmática e alimentada por essa prática jurídica. Temos então: duas formas uma forma *logos* e uma forma *nomos*. (SUTTER, 2009, p. 91). As práticas de resistência implicam em reconhecer um devir minoritário e por consequência um direito-menor.

A minoria trazida não designa mais um estado de fato, mas um devir no qual a pessoa se engaja. “Devir-minoritário é um objetivo, e um objetivo que diz respeito a todo mundo, visto que todo mundo entra nesse objetivo e nesse devir, já que cada um constrói sua variação em torno da unidade de medida despótica e escapa, de um modo ou de outro, do sistema de poder que fazia parte de uma maioria. [...] Um devir-minoritário universal. Minoria designa aqui a potência de um devir, enquanto maioria designa poder ou a importância de um estado, de uma situação.” (DELEUZE, 2010, p. 62-64)

4. Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Sobre teatro: Um manifesto de menos; O esgotado.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FOSTER. David W. **Consideraciones sobre el estudio de la hetero-normatividad em la literatura latinoamericana.** Letras: Literatura e Autoritarismo. Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001. p. 19.

NAIDIN, Julia. **Entrevista com Indianare Siqueira.** *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia* n. 3, Enero, 2018, p. 141-142. Disponível em <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Entrevista-com-Indianara-Siqueira.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

PATTON, Paul. **Deleuze y lo político.** Tradução de Margarita Costa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas. **Spatial Justice: body, lawscape, atmosphere.** London and New York: Taylor & Francis Group, 2015.

SPADE, Dean. **Normal life: administrative violence, critical transpolitics, and the limits of law.** London: Duke University Press, 2015.

O NOME QUE EU (NÃO) SOU: A REGULAMENTAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO PELO STF (ADI 4275)

Marina Silveira

Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais FCHS, Franca/SP; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca-FDF-Franca/SP, marinasilveira93@yahoo.com;

Patrícia Borba Marchetto

Professor orientador: Doutora em Direito pela Universidad de Barcelona. Professora do curso de Administração Pública da FCLAr, Unesp. Professora do programa de pós-graduação em Direito da FCHS, Unesp/SP, pmarchetto@fclar.unesp.br.

Resumo

A partir da imposição de uma ordem discursiva heteronormativa heterossexual compulsória, que situa aqueles que não se classificam na bipolaridade (homem/mulher) à margem da própria sociedade é que a abordagem de gênero merece destaque. A transexualidade pode ser caracterizada pela condição do indivíduo que não se identifica psíquica e socialmente com o sexo que lhe fora atribuído na certidão de nascimento, essa condição determina ao indivíduo um excessivo desconforto e uma sensação de inadequação social, de não pertencer ao contexto no qual é inserido. Nesse sentido o presente trabalho analisa a partir do referencial teórico de Alexy por meio de uma dogmática em três diferentes níveis (analítico, empírico e normativo), a resposta pelo Poder Judiciário em relação à demanda da população transexual, no que concerne a possibilidade de alteração registral de nome e sexo, através do julgamento da ADI 4275. Tal decisão reconheceu a identidade de gênero como direito fundamental, possibilitando a alteração de prenome e sexo pela via administrativa, independentemente da realização de procedimentos

cirúrgicos e hormonais. Nesse sentido, será analisado o referido julgamento e sua regulamentação pelo provimento 73 do CNJ, verificando sua eficácia e aplicação concreta, para constatar se representa ou não uma conquista para a efetivação das demandas de direitos da população transexual, como uma forma de sua inclusão no meio social.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Transexualidade, Regulamentação, Reconhecimento; Transgênero.

Introdução

Tendo em vista a estipulação de uma ordem discursiva cisheteronormativa¹ compulsória, implementada pela dicotomização dos gêneros e sexos, é determinado a coerência e continuidade entre sexo-gênero-sexualidade para sustentar a normatização da vida dos indivíduos, sendo que aqueles que não se classificam na bipolaridade (homem/mulher), ficam margem da própria sociedade. Diante desse cenário é que se ressalta a importância da abordagem de gênero (LOURO, 2016).

Válido ressaltar que essas mesmas normas socialmente impostas acabam dando espaço para a produção de corpos que não se ajustam a elas, são os indivíduos que fogem dos padrões pré-determinados, chamados de “sujeitos abjetos”, que não possuem o status de pessoa e sujeito de direitos (BUTLER, 2003). Diante desse cenário a Teoria Queer propõe o rompimento dos padrões hierárquicos, a partir de deslocamentos e processos desconstrutivos, para que se possa compreender que não existe natureza que determine o que seja o sujeito (SILVEIRA; MARCHETTO, 2019).

Nessa lógica ocorrem as performances subversivas de gênero, em que está incluída a experiência da transexualidade², que deve ser entendida em suas pluralidades. De forma simplista pode ser caracterizada pela condição da pessoa que não se identifica psíquica e socialmente com o sexo que lhe fora atribuído na certidão de nascimento (VIEIRA, 2003), consubstanciando, no indivíduo que possui uma identidade de gênero que não corresponde à maioria das pessoas e instituições com quem tem que se relacionar na sociedade.

1 O termo “cisheteronormatividade” é entendido como a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. Assim, uma sociedade cisnormativa impele todas as pessoas a serem cisgêneras. Nesse sentido, aqueles que não correspondem às expectativas sociais, acabam sendo descriminados (BENTO, 2008).

2 A transexualidade é considerada uma experiência identitária transgressora das normas de gênero (BENTO, 2006), vez que se apresenta na ambiguidade, desafiando as fronteiras impostas e desestabilizando algumas das certezas produzidas pelas redes de poder-saber-controle, em especial, naquilo que se refere à diferença sexual e à prática heterossexual naturalizada (SANTOS, 2017).

A identidade de gênero pode ser compreendida como a busca da real identificação da pessoa, com o objetivo de ser reconhecida como realmente é, se consubstanciando no direito de pertencer a si mesma. Na construção da identidade de gênero, via de regra as pessoas transexuais assumem um nome, o nome social, que substitui em suas relações sociais o nome de registro, proporcionando a afirmação de sua identidade.

Nesse sentido, no plano do direito, um dos principais anseios das pessoas trans se refere mudanças do nome no registro civil, sem as quais não se sentem aceitas e reconhecidas de acordo com sua identidade de gênero. Isso porque o prenome que lhes foi designado no momento do nascimento não mais corresponde a sua realidade fática, sendo necessária a alteração com o intuito de cumprir sua função de identificação e projeção da identidade de seu titular (GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, por meio de uma análise empírica será examinado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade 4275 que deliberou sobre a possibilidade de alteração registral de prenome e sexo das pessoas transexuais no registro civil de forma administrativa, independentemente de intervenções cirúrgicas e hormonais e o regulamento 73 do Conselho Nacional de Justiça que disciplina a decisão do STF no âmbito dos cartórios de registro civil.

Metodologia

A abordagem metodológica se baseia na proposição de Alexy (2015) por meio de uma dogmática em três diferentes níveis: analítico, empírico e normativo. A dimensão analítica se dá por meio do método dedutivo bibliográfico, consistente na revisão bibliográfica acerca da experiência da transexualidade. A dimensão empírica se justifica pela imprescindibilidade de não se ater, apenas, a mera cognição do direito positivo e aos preceitos teóricos construídos pelo levantamento bibliográfico, sendo que nesta dimensão é analisado como o Poder Judiciário agiu para solucionar as demandas de reconhecimento da população transexual, por fim, a dimensão normativa consisti em encontrar uma resposta adequada para o problema proposto realizando uma análise a respeito das soluções aplicada pelo Poder Judiciário, ou seja, a decisão dada pelo Supremo Tribunal

Federal na ADI 4275 e o regulamento 73 do Conselho Nacional de Justiça, verificando sua real eficácia para a efetivação dos direitos das pessoas transexuais.

Resultados e discussão

A identidade de gênero pode ser compreendida como o direito de cada pessoa à livre construção de sua personalidade, por meio da autopercepção que cada indivíduo tem de si, na sua expressão e identificação social, ou seja, é o direito de cada um ser reconhecido como realmente é, é o direito de pertencer a si mesmo. O direito à identidade de gênero pode ser relacionado com o direito à identidade pessoal que “é o direito que tem a pessoa de ser conhecida como aquela que é, e de não ser confundida com outrem” (FRANÇA, 1999, p. 1032), consubstanciando-se na projeção social da personalidade (LORENZETTI, 1998).

Ademais, é possível afirmar que a identidade de gênero é um direito da personalidade, tendo em vista que “são efetivamente a tradução fiel do que aqui se chama de “direito de pertencer a si mesmo”, pois, de fato, não há como se garantir a dignidade de alguém se o direito ou a sociedade o obsta de pertencer a si mesmo” (VEIGA JR., 2016, p. 188).

Nesse sentido, é que se destaca o reconhecimento jurídico do nome e sexo de acordo com a identidade de gênero autopercebida, permitindo a identificação da pessoa por aquilo que ela é, por meio do pleno desenvolvimento de sua personalidade, a equiparando à indivíduo merecedor dos mesmos direitos gozados pelos demais membros da comunidade.

O nome é elemento essencial para a vida em comunidade, já que identifica e individualiza as pessoas, as distinguindo das demais. No entanto, no caso da experiência da transexualidade o nome que deveria ser um elemento de identificação, acaba não cumprindo sua função identificadora, pois reflete um *lôcus* de não reconhecimento pelo fato daquele nome não se mostrar condizente com a pessoa que o possui (SOUSA, 2015).

Válido ressaltar que o indivíduo que apresenta dissonância entre seus documentos e sua realidade fática sofre inúmeros constrangimentos, tendo em vista que é identificado no meio social com dados que não correspondem à sua realidade, reafirmando a negação do

direito de pertencer a si mesmo. Até porque “condicionar o prenome de alguém que já possui uma identidade social diferente da que consta em seus documentos formais é uma forma de aprisioná-lo em uma identidade que não é sua” (VEIGA JR., 2016, p. 111).

Observa-se, assim, que atualmente, mais do que figurar o sinal identificativo exterior, o nome constitui elemento indispensável para o desenvolvimento da personalidade e que criar empecilhos ao uso do nome compatível com a identidade do seu titular fere diretamente a dignidade da pessoa humana, indo de encontro do objetivo principal dos direitos da personalidade (BAHIA; CANCELIER, 2017, p. 116).

Diante disso, percebe-se que a alteração registral de nome nos documentos civis para que fiquem condizentes com a identidade de gênero de seu titular é uma necessidade para a plena efetivação dos direitos da personalidade e, conseqüentemente da completa dignidade das pessoas transexuais (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2015, p. 500). Até porque a função dos assentos de registro civil é a de dar publicidade aos fatos relevantes da vida do indivíduo, devendo dar publicidade aos atos de acordo com a realidade fática dos indivíduos (VIEIRA, 2012).

Nesse interim, válido a análise do julgamento histórico pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, ajuizada em 2009 pela Procuradoria Geral da República, objetivando a interpretação conforme a Constituição do artigo 58 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), reconhecendo o direito das pessoas transexuais à alteração de prenome e sexo no registro civil mediante averbação no registro original, independentemente da cirurgia de transgenitalização, de acordo com o direito fundamental à identidade de gênero, inferido dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput), da vedação de discriminações odiosas (art. 3º, inciso IV) e da privacidade (art. 5º, inciso X).

A votação da ADI foi encerrada no Tribunal em 1º de março de 2018, sendo julgada procedente para dar interpretação ao artigo 58 da Lei 6.015/73 conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica, reconhecendo aos transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil por autodeclaração.

A decisão também resguardou a sigilosidade da alteração registral, determinando que as informações contidas no registro de nascimento antigo só poderão ser divulgadas mediante autorização da pessoa trans, sob pena de ometimento de ato ilícito.

Com essa decisão do STF, houve verdadeiro reconhecimento a cidadania trans. Isso porque, ao permitir a mudança de nome e sexo diretamente nos cartórios, independentemente de cirurgia de transgenitalização, laudos e/ou ações judiciais, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu à população trans sua mais perfeita dignidade, cidadania e liberdade. [...] Assim, percebe-se que o Estado não pode e nem deve intervir na esfera íntima de maneira a impor suas crenças ao cidadão, porque, como bem delineado, cada pessoa é um fim em si mesma e como tal deve ser tratada. Nesses termos, a autodeterminação e o auto reconhecimento foram fundamentalmente sedimentados pelo STF (CAMBI; NICOLAU, 2018, p. 450).

Outrossim, ao estudar os votos dos Ministros da Suprema Corte é percebida a importância do pressuposto da dignidade humana e da efetividade dos princípios da igualdade, liberdade, felicidade, auto percepção e sobretudo do direito à diferença para justificar a referida decisão.

De fato a decisão do STF evidencia um progresso na luta pelos direitos das pessoas transexuais. Contudo, não obstante a decisão do julgamento da ADI 4275, ainda pairava um limbo em relação aos cartórios de registro civil, vez que não havia nenhuma normativa regulamentando como tais alterações aconteceriam.

Apesar da clareza da decisão do STF, oficiais do registro civil resistiram e questionaram se ela teria efeito imediato e autoaplicação ou se demandaria regulamentação do Conselho Nacional de Justiça. Tais indagações residem unicamente na resistência em aceitar a referida decisão, e é uma repetição das dúvidas suscitadas em 1988, quando a Constituição proclamava direitos iguais entre homens e mulheres, e alguns juristas, mais apegados à formalidade do que à essência do Direito, achavam que era necessário haver regulamentação sobre a igualdade. Não precisamos repetir esse erro. E os registradores não precisam temer o seu ofício de registrar a vida como

ela é, até porque eles não tem responsabilidade sobre o conteúdo inverídico das declarações (PEREIRA, 2019).

Diante desse contexto, o Conselho Nacional de Justiça expediu o Provimento 73 que foi publicado em 28 de junho de 2018, trazendo regulamentações para a aplicação da decisão do STF retro. Essa regulamentação não era necessária, mas foi importante, pois Tribunais de Justiça diferentes estavam regulando o tema de forma diversa, o que estava gerando insegurança jurídica e outros estavam simplesmente esperando a regulamentação do CNJ, frustrando os direitos das pessoas trans (VECCHIATTI, 2019).

Logo em seu preâmbulo o referido provimento afirma que está de acordo com a legislação internacional de direitos humanos, em especial com o Pacto de São José da Costa Rica, que aborda o respeito ao nome, o reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade, a Convenção Internacional de Direitos Humanos, a Opinião Consultiva n. 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a respeito da identidade de gênero, igualdade e não discriminação, que definiu as obrigações dos Estados-Parte no que se refere à alteração do nome e da identidade de gênero, com o direito constitucional à dignidade, intimidade, à vida privada, à honra, à imagem, à igualdade, à identidade ou expressão de gênero sem discriminações e também com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI n. 4.275/DF que reconheceu o direito da pessoa transgênero, que desejar, independentemente de cirurgia de redesignação ou da realização de tratamento hormonais ou patologizantes, à substituição de prenome e gênero diretamente no ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais.

Em seus primeiros artigos informa que toda pessoa maior de 18 anos³ poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida, não podendo alterar nomes de família, apenas agnomes indicativos de gênero ou de descendência. O referido pedido deve ser requerido diretamente no ofício em que o assento foi lavrado, caso contrário o procedimento deverá ser encaminhado ao ofício competente às

3 Percebe-se que infelizmente o CNJ não se mostrou sensível ao drama das crianças e adolescentes trans, não permitindo a retificação de seu registro civil mesmo com o aval dos pais.

expensas do requerente, ou seja, as custas do cartório devem ser arcadas pela pessoa transexual, o que pode acabar sendo um limitador em relação a possibilidade de alteração.

Válido destacar que o RCPN apenas realiza a alteração nos assentos de nascimento e de casamento da pessoa transgênero, sendo necessário que o próprio requerente providencie a alteração nos demais registros que digam respeito a sua identificação e nos documentos pessoais. Ademais, a comunicação do ato de alteração registral aos órgãos expedidores do RG, ICN, CPF, passaporte e ao Tribunal Regional Eleitoral também ocorrerá às expensas do requerente. Deve ser destacado que a alteração deve ser sigilosa, e por esse motivo a informação a seu respeito não pode constar nas certidões dos assentos, a não ser que a pessoa requerente solicite ou por determinação judicial.

O provimento afirma que o procedimento será realizado com base na autonomia da pessoa requerente, independentemente de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como da apresentação de laudo médico ou psicológico. Destaca também que o requerente deve declarar a inexistência de processo judicial que tenha o objetivo da alteração do prenome e gênero, ou caso existisse, o comprovante de arquivamento do feito judicial.

No entanto, em análise ao Provimento n. 73 é possível constatar que esse está em descompasso com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal dado na ADI 4275, tendo em vista que em seu artigo 4º, §6º, 7º e 8º traz algumas exigências absurdas, comprometendo o fiel cumprimento do que fora decidido pela corte suprema, demonstrando uma incongruência com os valores constitucionais (PEREIRA, 2019).

Art. 4º O procedimento será realizado com base na autonomia da pessoa requerente, que deverá declarar, perante o registrador do RCPN, a vontade de proceder à adequação da identidade mediante a averbação do prenome, do gênero ou de ambos. [...]

§ 6º A pessoa requerente deverá apresentar ao ofício do RCPN, no ato do requerimento, os seguintes documentos:

I – certidão de nascimento atualizada;

- II – certidão de casamento atualizada, se for o caso;
 - III – cópia do registro geral de identidade (RG);
 - IV – cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso; V – cópia do passaporte brasileiro, se for o caso;
 - VI – cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda; VII – cópia do título de eleitor;
 - IX – cópia de carteira de identidade social, se for o caso; X – comprovante de endereço;
 - XI – certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);
 - XII – certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);
 - XIII – certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);
 - XIV – certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos;
 - XV – certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos; XVI – certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; XVII – certidão da Justiça Militar, se for o caso.
- § 7º Além dos documentos listados no parágrafo anterior, é facultado à pessoa requerente juntar ao requerimento, para instrução do procedimento previsto no presente provimento, os seguintes documentos:
- I – laudo médico que ateste a transexualidade/travestilidade;
 - II – parecer psicológico que ateste a transexualidade/travestilidade;
 - III – laudo médico que ateste a realização de cirurgia de redesignação de sexo.
- § 8º A falta de documento listado no § 6º impede a alteração indicada no requerimento apresentado ao órgão do RCPN.

Não foi essa a interpretação sistemática percebida com o julgamento da ADI 4275 pelo STF, que anuncia que a pessoa transgênera tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e gênero no registro civil diretamente pela via administrativa, bastando para isso nada além da sua manifestação da vontade (PEREIRA, 2019).

A realidade do julgado, pode ser facilmente percebida no informativo 892 do STF:

O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou a expressão de gênero. A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la. A pessoa não deve provar o que é, e o Estado não deve condicionar a expressão da identidade a qualquer tipo de modelo, ainda que meramente procedimental. Com base nessas assertivas, o Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/1973. Reconheceu aos transgêneros, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à alteração de prenome e gênero diretamente no registro civil. O Colegiado assentou seu entendimento nos princípios da dignidade da pessoa humana, da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, bem como no Pacto de São José da Costa Rica. Considerou desnecessário qualquer requisito atinente à maioridade, ou outros que limitem a adequada e integral proteção da identidade de gênero autopercebida. Além disso, independentemente da natureza dos procedimentos para a mudança de nome, asseverou que a exigência da via jurisdicional constitui limitante incompatível com essa proteção. Ressaltou que os pedidos podem estar baseados unicamente no consentimento livre e informado pelo solicitante, sem a obrigatoriedade de comprovar requisitos tais como certificações médicas ou psicológicas, ou outros que possam resultar irrazoáveis ou patologizantes. Pontuou que os pedidos devem ser confidenciais, e os documentos não podem fazer remissão a eventuais alterações. Os procedimentos devem ser céleres e, na medida do possível, gratuitos. Por fim, concluiu pela inexigibilidade da realização de qualquer tipo de operação ou intervenção cirúrgica ou hormonal.

Contudo, conforme demonstrado, o Provimento apresenta sérias divergências com o que havia sido acordado pelo STF, destacando-se

a apresentação pelo requerente, no ato do requerimento, de diversos documentos e certidões, o que burocratiza muito o pedido, sendo que dentre eles, mesmo que de forma facultativa, consta o laudo médico que ateste a transexualidade, essas exigências via ato normativo ferem a teleologia do julgado. Ainda a regulamentação pelo CNJ do processo de retificação também encontra falhas na desinformação de cartórios.

Infelizmente, nem todos os cartórios do Brasil estão seguindo as orientações do Provimento do CNJ [...] Alguns cartórios nem têm conhecimento sobre o provimento que atende as demandas das pessoas trans. Os cartórios só começam, de fato, a atuar quando uma pessoa trans chega até eles. Ontem mesmo uma amiga comentou que foi tentar retificar o gênero dela em seus documentos – uma vez que ela já havia retificado o nome via processo judicial, e ela foi orientada a entrar em contato com o cartório de origem do seu registro, para saber quais eram os documentos que precisavam ser apresentados [...] Alguns cartórios não sabem questões básicas que constam no próprio Provimento, e acabam difundindo informações erradas (JUSDH, 2018).

Outro ponto que deve ser destacado é que o provimento em seu artigo 6º abriu margem para que o oficial do registro no momento do requerimento de alteração registral realize uma análise para apurar se aquela pessoa que está requerendo o pedido realmente se enquadra na condição de transgênera. Sendo que no caso de suspeita de tal condição, que em tese seria justificada por tentativa de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade ou simulação, o registrador poderá se recusar a fazer a modificação, encaminhando o pedido ao juiz corregedor permanente (TIZIANI, 2019). Ou seja, o que deveria ser um ato de simples manifestação da vontade do requerente, de acordo com sua autodeterminação, cabendo apenas ao registrador agir de acordo com sua função pública de alterar o registro, passa pelo crivo desse serventário, que não tem competência para dizer se a pessoa é ou não o que alega, o que demonstra mais uma vez o descompasso com a decisão da ADI. Percebe-se então que o procedimento traz um cenário bastante negativo para as pessoas transexuais (PEREIRA, 2019).

Esta situação deixa a população trans em um verdadeiro limbo quanto ao seu direito identidade, elemento fundante do direito de personalidade, pois sabem da existência do Provimento 73/2018, mas infelizmente por razões de uma série de exigências previstas no ato normativo, criado pelo CNJ, torna inviável a efetividade da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, o que, diga-se de passagem, não condiz com o que está previsto no ato normativo. Deste modo, deve-se revogar as exigências previstas no respectivo artigo, como medida de inteira justiça (PEREIRA, 2019).

Percebe-se então que tal provimento não se apresenta como garantia de direito pleno que a comunidade trans brasileira quer e precisa, não trazendo ainda a total segurança e efetividade legal para a existência dos direitos da população transexual.

Considerações finais

O julgamento da ADI 4275 pelo Supremo Tribunal Federal foi considerado histórico para o reconhecimento da alteração registral de nome e sexo às pessoas trans, tendo em vista que reconheceu o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil por autodeclaração. Contudo a busca pela dignidade e pelo respeito para a população transgênera continua presente.

Contudo, para sua efetivação é necessário a regulamentação e esforços dos Estados para sua implementação, até porque a mera existência de direitos não garante às pessoas trans a proteção integral. Para isso, é preciso assegurar que os registros públicos de todo o país atuem em consonância com a previsão da Corte, para que assim acatem os pedidos de alteração de nome e gênero, sem exigir nenhum tipo de documento que ateste a condição de transexual do requerente, sob pena de grave violação de seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, foi elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça o Provimento 73, que trouxe regulamentação para a aplicação da ADI 4275, no entanto, é verificado que esse está em descompasso com a decisão do STF, vez que apresenta algumas exigências absurdas no ato de requerimento de alteração de registro, como a apresentação de diversos documentos e certidões.

O atual procedimento difundido pelo Provimento 73 do CNJ para alteração de nome e gênero diretamente pela via administrativa, demonstra-se confuso, pouco difundido, mal estruturado e abusadamente em descompasso com a decisão da Suprema Corte e ainda demasiadamente caro para a população transexual, que em sua maioria fazem parte da comunidade marginalizada (SOUZA, 2019).

Diante do o exposto, foi possível perceber que apesar da conquista de um direito adquirido por decisão judicial, via ADI 4275 pelo Supremo Tribunal Federal, esse fato não revela a total segurança e efetividade legal para a existência dos direitos da população transexual, continuando a ser necessária a luta por reconhecimento.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva da 5ª Edição Alemã Theorie der Grundrechte. 2 ed. São Paulo. Malheiros, 2015.

BAHIA, Carolina Medeiros; CANCELIER, Mikhail Vieira Lorenzi. NOME SOCIAL: Direito da personalidade de um grupo vulnerável ou arremedo de cidadania?. **Revista Húmus**, v. 7, p. 102-123, 2017. p. 116. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/7005/4411>. Acesso em 10 jul. 2019.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, Clam, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Provimento n. 73 de 28 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4275/DF**. Relator Ministro Marco Aurélio. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 10 ago 2019.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Informativo 892 - Transgêneros e direito a alteração no registro civil**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo/892.htm#Transg%C3%AAneros%20e%20direito%20a%20altera%C3%A7%C3%A3o%20no%20registro%20civil>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMBI, Eduardo; NICOLAU, Camila Christiane Rocha. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo (ADI 4275). **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**, v. 8, p. 437-454, 2018.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Instituições de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão**. 2012. Tese – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Dóí: 10.11606/T.2.2012.tde-04032013-105438. Acesso em: 10. maio 2019.

JUSDH, Articulação justiça e direitos humanos. Mesmo com regulamentação do CNJ, população trans ainda enfrenta problemas na retificação do registro civil em cartório. 16 jul. 2018. Relato de Melissa Massayury – presidente da União Libertária de Travestis e Mulheres Transsexuais (ULTRA). Disponível em: <http://www.jusdh.org.br/2018/07/16/mesmo-com-regulamentacao-do-cnj-populacao-trans-ainda-enfrenta-problemas-na-retificacao-do-registro-civil-em-cartorio/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos de Direito Privado**. Tradução de Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica. 2. ed.; 3. reimp. 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Para além do binarismo: transexualidades, homoafetividades e intersexualidades. Revista Direito UNIFACS, n. 224, 2019.

RIBEIRO, Douglas Costa; TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Não é apenas um nome: a luta por reconhecimento no universo de trans. In: Carlos José Cordeiro; Josiane Araújo Gomes. (Org.). **Temas Contemporâneos de Direito das Famílias**. 1ed. São Paulo: Editora Pillares, 2015, v. 2, p. 499-524.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 630-651, Sept. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742015000300630&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2017.

SILVEIRA, M.; MARCHETTO, P. B. (Des)aprendendo a Ser: A Pa(ma)ternidade de Transhomens. In: Tereza Rodrigues Vieira. (Org.). **TRANSGÊNEROS**. 1 ed. Brasília: Zakarewicz Editora, 2019, v. 1, p. 259-270.

SOUSA, Tuanny Soeiro. Justiça?! O nome, o sexo e a liberdade trans. In: **Teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica** [Recurso eletrônico on-line] CONPEDI/UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (org.); GONÇALVES, B.; FERNANDES, A.; COSTA, I. G.; SARTORI, V. B. (coords.). Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SOUZA, Aedan Dougan Marques de. O corpo transgênero e o direito brasileiro - uma breve análise do sistema jurídico brasileiro a respeito do não binário. **Revista Docência e Cibercultura**. 3. 2019. 253-270. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40521>. Acesso em: 18. Ago. 2019.

TIZIANI, Marcelo G. Análise Básica do Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. In: VIEIRA,

Tereza Rodrigues. **Transgêneros** - Tereza Rodrigues Vieira (org.) – 1. Ed. – Brasília, DF: Zakarewicz Editora, 2019. p. 370.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. STF e o Registro Civil das Pessoas Transgêneros. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Transgêneros** - Tereza Rodrigues Vieira (org.) – 1. Ed. – Brasília, DF: Zakarewicz Editora, 2019.

VEIGA JR., Hélio. **O direito de pertencer a si mesmo**: a despatologização do transexualismo e sua regulamentação jurídica como um direito fundamental ao gênero. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2016.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e direito**. 2 ed. São Paulo. Editora Jurídica Brasileira, 2003.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Nome e sexo**: mudanças no registro civil.. São Paulo: Atlas, 2012.

MULHERES LGBTQIA+ PRIVADAS DE LIBERDADE E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

Leticia Lucia Silva Santos

Assistente Social e graduanda em Direito pela UNIPAC **Contato:**
leticialuciassantos@gmail.com

Resumo

Este projeto de pesquisa visa desvelar como o conceito de Direitos Humanos e cidadania foram incorporados tanto pelas legislações que norteiam o trabalho profissional como na prática cotidiana dos/as assistentes sociais do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+, com ênfase no Código de Ética dos Assistentes Sociais. Para tanto, pretende-se analisar a relação entre o contexto de trabalho das assistentes sociais do sistema prisional e a instrumentalidade como estratégia para legitimar os direitos dos indivíduos privados de liberdade; apreender as principais demandas e dificuldades da atuação profissional do(a) assistente social do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+ e compreender de que modo a atuação profissional do assistente social com as Mulheres LGBTQIA+ contribui para garantir a consolidação da cidadania e da dignidade humana destes sujeito. O presente projeto objetiva uma proposta de estudo que será realizada a partir da perspectiva materialista dialética, compreendendo a sociedade capitalista contemporânea como uma totalidade concreta que se configura a partir de totalidades menos complexas que se inter-relacionam. Para abordar tal problema e atingir os objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será realizada Pesquisa Exploratória de Metodologia Qualitativa e para a coleta de dados será realizada revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Mulheres LGBTQIA+; Serviço Social.

Introdução

Este projeto de pesquisa visa desvelar como o conceito de Direitos Humanos e cidadania foram incorporados tanto pelas legislações que norteiam o trabalho profissional como na prática cotidiana dos/as assistentes sociais do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+, com ênfase no Código de Ética dos Assistentes Sociais.

Para tanto, pretende-se analisar a relação entre o contexto de trabalho das assistentes sociais do sistema prisional e a instrumentalidade como estratégia para legitimar os direitos dos indivíduos privados de liberdade; apreender as principais demandas e dificuldades da atuação profissional do(a) assistente social do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+ e compreender de que modo a atuação profissional do assistente social com as Mulheres LGBTQIA+ contribui para garantir a consolidação da cidadania e da dignidade humana destes sujeito.

Metodologia

Para abordar tal problema e atingir os objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será realizada Pesquisa Exploratória de Metodologia Qualitativa e para a coleta de dados será realizada revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Resultados e discussão

Nota-se que a violação de direitos é estruturante no sistema prisional, sendo objeto de debate por vários segmentos. Porém, este objeto de pesquisa objetiva pautar a busca pela garantia de direitos à identidade de gênero e à orientação sexual Mulheres LGBTQIA+, que são sujeitos ainda mais invisibilizadas e oprimidas por este sistema.

Diante de tal vulnerabilidade destes sujeitos em tela, o sistema prisional segrega as Mulheres LGBTQIA+, independente de sua vontade, em pavilhões à parte, definidos como “seguro” para que as violências possam ser evitadas. De acordo com a Organização Internacional de Direitos Humanos, “os presos LGBTQI estão entre os mais vulneráveis da população prisional em que 67% dos presos LGBTQI foram agredidos enquanto estavam presos”. (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

Porém, o que é preciso problematizar é que “apartar” as Mulheres LGBTQIA+ em celas diferentes não findam as violências, pelo contrário, as diversificam, pois, os mesmos se tornam mais invisíveis, sofrem violências institucionais e de outros detentos agravando o seu processo de encarceramento.

Neste cenário, o assistente social se coloca buscando romper com tais processos de opressão, violência e segregação e, para além disso, fundamenta-se no seu compromisso com o Projeto Ético-Político profissional buscando a garantia dos direitos aos sujeitos privados de liberdade e a construção de um novo olhar sobre o sistema prisional.

Destarte esta pesquisa pautará a temática por meio de uma análise não apenas do sistema carcerário, como também do cotidiano profissional do assistente social. Cabe ressaltar que o serviço social se coloca neste cenário buscando a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação de liberdade e seus familiares bem como atender às demandas do Estado que cada vez mais busca objetificar e invisibilizar este espaço.

É importante ressaltar que, assim como o debate sobre identidade de gênero e diversidade sexual tem sido recente para o serviço social, tendo se fortalecido a partir dos anos 2000, a inserção do assistente social no sistema penitenciário também é algo recente ao se considerar que o aprisionamento como forma de “punição e correção” existe desde a Idade Média e, o profissional apenas passa a integrar a equipe técnica nas Unidades Prisionais em 1951, por meio da Lei 1651 de 8 de Dezembro.

As Mulheres LGBTQIA+ além de todo o processo de opressão e violência que convivem em seu cotidiano, ainda ficam segregados dos demais, como um “recurso de segurança”, mas, que na concretude do dia-a-dia, os afasta dos atendimentos, os invisibiliza e os vulnerabiliza ainda mais.

Baratta (2007) aborda as implicações deste segregacionismo:

Um dos elementos mais negativos das instituições carcerárias, de fato, é o isolamento microcosmo prisional do macrocosmo social, simbolizado pelos muros e grades. Até que não sejam derrubados, pelo menos simbolicamente, as chances de “ressocialização” do sentenciado continuarão diminutas. Não se pode segregar pessoas e, ao mesmo tempo, pretender sua reintegração. Todavia, a questão é mais

ampla e se relaciona com a concepção de “reintegração social, conceito que decididamente preferimos aos de “ressocialização” e “tratamento”. “Tratamento” e “ressocialização” pressupõem uma postura passiva do detento e ativa das instituições: são heranças anacrônicas da velha criminologia positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade, considerando acriticamente esta como “boa” e aquele como “mau”. (BARATTA, 2007, p. 3)

Os assistentes sociais que atuam no meio sociojurídico possuem um compromisso com as Mulheres LGBTQIA+ uma vez que, dependendo de sua conduta profissional, podem influenciar diretamente nos sujeitos empoderando-os e buscando fortalecê-los para romper com a lógica de opressão, ou os tornando mais vulneráveis por meio de um pensamento conservador que aumenta a desigualdade de acesso à justiça e aos direitos humanos dessa população.

Neste íterim, é inviável aceitar a relativização das violências dos sujeitos em conflito com a lei e/ou privados de liberdade. “Ao mesmo tempo em que lutamos para garantir e reconhecer que as pessoas tem direito a exercerem suas diversas sexualidades (consensualmente) e identidades de gênero é preciso que aprendamos a identificar relacionamentos abusivos e situações de subjugação erótica”. (FERREIRA, 2018, p. 134).

Considerações finais

Com a produção do material científico, esta pesquisa pretende debater junto ao Serviço Social e sensibilizar os profissionais que atuam neste espaço sócio-ocupacional para qualificarem o acesso dos indivíduos privados de liberdade aos atendimentos, visando a busca pela garantia dos seus direitos.

Será possível provocar o sistema prisional sobre tal temática, suscitando maiores debates tanto neste lócus de trabalho, como na política de segurança pública e nas Universidades, fazendo com que, mesmo de maneira inicial, seja possível tornar os sujeitos que se encontram privados de liberdade menos invisíveis, qualificando-os, verdadeiramente, como sujeitos de direitos.

Por fim, os resultados obtidos pela pesquisa deverão ser repassados aos sujeitos pesquisados, ao Sistema Prisional para que possam

ter um acesso à pesquisa, podendo ter o conhecimento sobre os benefícios proporcionados pelo trabalho do Serviço Social a fim de que se empoderem e possam lutar para que sejam reconhecidos os Direitos Humanos e a cidadania das Mulheres LGBTQIA+ privadas de liberdade.

Referências bibliográficas

BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social:** uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, S.d., 2007.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e de gênero e o Serviço Social no sociojurídico.** São Paulo: Cortez, 2018.

NASCIMENTO, A. **Os desafios da classe LGBTQI no sistema penitenciário brasileiro.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62014/duplamente-presos>. 2017. Acesso em: 23/02/2021.

TORRES, A. A. **Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro:** desafio ético e político do serviço social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 67, p. 77, 2001.

A DECOLONIZAÇÃO DOS CORPOS PELO OLHAR DE NAYARA JINKNSS

Maria Cristina Simões Viviani

*Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal do Pará – UFPA.
maria.viviani@ifch.ufpa.br.*

Danielle Parfentieff de Noronha

*Doutora em Mídia, Comunicação e Cultura pela Universitat Autònoma
de Barcelona – UAB. danielledenoronha@gmail.com.*

Resumo

O trabalho da artista paraense Nayara Jinknss serve aqui como ponto de partida para elaborar possíveis narrativas imagéticas para a decolonização dos corpos marcados pelo colonialismo que ainda se estende atualmente. Jinknss, através das imagens captadas pelo celular, começou a fotografar os corpos que via e se identificava no famoso mercado a céu aberto de Belém do Pará, o Ver-O-Peso. Muitas de suas imagens foram institucionalizadas artisticamente por exposições pelo Brasil. Assim, a artista transforma não só o olhar dado a esses corpos marginalizados, como também a forma de registrá-los. Além disso, questiona o modelo e o método consagrados nas artes visuais dominados por homens brancos, e com equipamentos inacessíveis à maioria da população. Ao observar a sua obra – pensando forma e conteúdo – pretendemos, em diálogo com o paradigma da decolonialidade, especialmente a partir dos conceitos de colonialidade do poder e do gênero, analisar a contribuição artística e social das imagens produzidas por Nayara Jinknss.

Palavras-chave: Corpos, Decolonialidade, Gênero, Imagens, Mulheres.

Introdução

Este trabalho se desenvolve a partir da premissa que vivemos numa sociedade na qual as imagens são parte fundamental das relações, responsáveis por atuar tanto na construção de imaginários quanto nas vivências práticas das pessoas e seus grupos. Entretanto, grande parte das imagens que consumimos faz parte de um campo hegemônico de produção cultural, que (re)produz determinados padrões e hierarquias típicos da colonialidade (QUIJANO, 2005), como em relação aos marcadores sociais da diferença, além de naturalizar diversos estereótipos e atuar na manutenção de relações de poder.

Por um lado, por ser uma prática que requer certos conhecimentos técnicos e estéticos, além da necessidade de acesso aos equipamentos, a produção de imagens passou grande parte de sua história sendo realizada quase que exclusivamente por homens brancos de classes média e alta que, no caso do Brasil, estavam principalmente localizados no eixo Rio-São Paulo. Por outro lado, nos últimos anos, sobretudo a partir do advento do digital, que alterou os processos tanto da produção quanto da exibição de imagens – estáticas e em movimento –, passamos a ter uma tensão maior em termos de representação, em que diferentes pessoas, que antes eram invisibilizadas ou representadas de forma homogênea na produção cultural comercial, sempre sendo retratadas como a “outra”, começaram a produzir seus próprios olhares sobre si e sobre o seu entorno, ampliando as disputas dos discursos e possibilitando a (re)produção de imagens mais plurais, tanto em termos de forma como de conteúdo.

O trabalho da fotógrafa paraense Nayara Jinknss pode ser compreendido dentro desse contexto. Educadora Social, ativista LGBTQ+ e documentarista, Jinknss pesquisa e produz imagens com foco em negritude amazônica e narrativas decoloniais. Em suas palavras, acredita que a fotografia é uma ferramenta de quebra de estereótipos e que possibilita o resgate identitário. Nesse sentido, sua prática como fotógrafa é duplamente transgressora por, de um lado, ela ocupar o lugar atrás da câmera, que não é pensando socialmente como um espaço para ser ocupado por mulheres, e, de outro, por ela propor novas imagens, representações e práticas no fazer fotográfico. Nesse sentido, nesta pesquisa, ainda em desenvolvimento, propomos refletir

como o trabalho de Jinknss constrói práticas e conteúdos decoloniais a partir das imagens que registra pelas ruas de Belém do Pará, refletindo sobre os corpos e saberes que são visibilizados em suas fotografias em diálogo com o paradigma decolonial.

Metodologia

Partimos do pressuposto que a maior parte dos padrões que encontramos no mundo ocidental hoje, que são reproduzidos na maioria das imagens que consumimos, começou a se desenvolver a partir do encontro e construção da outra/outro como inferior, processo iniciado com a invasão da América pelos europeus em 1492, que inventou a hierarquização das raças e impôs histórias, lógicas, visualidades e determinadas formas de compreender o mundo como verdades absolutas, racionais, universais. Desse modo, acreditamos que a matriz da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) foi o que geriu e continua a gerir até hoje algumas das lógicas que criaram as diferenças e os fatores que justificam a opressão, as desigualdades e a dominação, a partir de classificações baseadas em marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, trabalho, classe, nacionalidade, etc., o que atua no desenvolvimento de nossas percepções sobre quem somos: nós e elas/eles (DE NORONHA, 2019).

Assim, as relações coloniais de dominação foram construídas (e naturalizadas) de forma hierarquizada entre europeus e não-europeus, ou seja, entre seres, racionais e civilizados, e não-seres (FANON, 1968), irracionais e inferiores. Essa classificação social baseada em hierarquias binárias se expandiu a nível mundial, com o desenvolvimento de um “sistema-mundo” (WALLERSTEIN E QUIJANO, 1992) – moderno, colonial, capitalista, racista e patriarcal –, que ainda hoje, mesmo após o término formal do colonialismo, se mantém através das colonialidades do poder, do ser, do saber, do ver e, também, do gênero (CASTRO-GOMEZ, 2005; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2013; LUGONES, 2014; CUSICANQUI, 2015), que não ocorre apenas entre nações, mas a partir das próprias hierarquias internas.

Entretanto, desde o início da colonização, podemos identificar diversas formas de resistência (LUGONES, 2014). No caso específico desta pesquisa, interessada nas imagens e representação dos corpos marcados pela colonialidade, encontramos nas imagens amarronzadas de Jinknss uma dessas práticas que resistem. Como mulher

afro-indígena, periférica e lésbica, Jinknss poderia ser identificada como uma fissura nesse sistema colonizador da branquitude, no qual as imagens de pessoas negras e indígenas que chegam a nível institucional e comercial são frequentemente produzidas por brancos. Jinknss, ao conseguir ocupar o espaço de (re)produção de imagens, e logo de conhecimento, traz outras possibilidades de leitura desses corpos que, neste caso, circulam pelas ruas de Belém, no Norte do país, tensionando com os padrões e representações hegemônicas.

Para compreendermos essa possibilidade de decolonização dos corpos através das lentes de Jinknss, realizamos, primeiro, uma pesquisa bibliográfica para, em seguida, propor uma análise da prática fotográfica de Nayara Jinknss. Nesse sentido, propomos articular nesta pesquisa alguns conceitos construídos desde a perspectiva decolonial com imagens que foram publicadas na rede social Instagram da fotógrafa, além de levar em consideração falas que foram realizadas por ela em eventos ou na própria rede social. Em diálogo com a Antropologia Visual, entendemos as fotografias como artefatos culturais complexos, que influenciam ao mesmo tempo que são influenciadas pelo social, e, dessa forma, buscamos articular o necessário diálogo entre teoria e prática.

Resultados e discussão

Na perspectiva binária europeia (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.), o “corpo” se encontra como externo ao espírito. Assim, na racionalidade eurocêntrica, o “corpo” foi fixado como um “objeto” de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão”. Segundo o pesquisador peruano Aníbal Quijano (2005), foi a partir dessa objetivização do corpo como natureza que foi possível a teorização “científica” do problema da raça, a qual se torna objeto de estudo. Da perspectiva eurocêntrica, as raças não-brancas estariam mais próximas da natureza e mais distante da civilização, enquanto as raças brancas estariam na categorização oposta, representando a civilidade e distantes da natureza, do selvagem.

Desse modo, a raça converteu-se em critério fundamental da distribuição da população definindo os lugares e papéis que deveriam ser ocupados por cada pessoa na estrutura etnocêntrica do sistema-mundo moderno/colonial criada pelos colonizadores. As relações

entre raça e divisão de trabalho foram estruturalmente associadas e reforçadas mutuamente, gerando uma sistemática divisão racial do trabalho. Com isso, uma nova tecnologia de dominação e exploração constituída pela relação de raça e trabalho articulou-se de maneira que fosse naturalmente associada (QUIJANO, 2005), como podemos também encontrar nas reflexões da pesquisadora brasileira Lélia Gonzalez (2019) ainda na década de 1980. Como exemplo, a vinculação da branquitude com cargos considerados de maior prestígio ainda faz parte do imaginário e da prática social na atualidade.

Dessa forma, o capitalismo mundial foi, desde seu início, colonial, moderno, racista e eurocentrado. Suas raízes ainda são percebidas ao caminharmos pelo mercado do Ver-O-Peso em Belém do Pará, localização de grande parte das fotografias registradas por Nayara Jinknss. Aqueles corpos racializados pela invasão europeia ainda são vistos em posições de trabalho menos valorizadas socialmente, que são relacionadas desde então às pessoas não-brancas. Jinknss, com sua sensibilidade, os retrata para além da condição imposta pela estrutura colonial/capitalista, mostrando a humanidade que, mesmo o sistema tentando negá-la, ainda é percebida pelo seu olhar.



“E no fundo dos seus olhos não consigo ver maldade”, 2019. Postada na rede social Instagram da artista no dia 31/10/2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

O “sistema-mundo” construído pela Europa determinava, além das vivências possíveis aos corpos, as novas identidades geoculturais das colonizadas e colonizados, o que os forçou a passar por um processo de reidentificação histórica. Com isso, a modernidade – e sua cara oculta, a colonialidade (MIGNOLO, 2013) – impôs e expandiu seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, não apenas no que diz respeito a relações políticas e econômicas, mas também relativas às subjetividades. Quijano (2005) pontua que:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 121).

Além da invenção e hierarquização das raças, Quijano (2005) explica que isso foi possível através de três ações principais dos colonizadores sobre as colonizadas e colonizados: expropriação de seus descobrimentos culturais, repressão das formas de produção de conhecimento e ensinamento da cultura dos dominadores para a reprodução da dominação. Esse processo, segundo o autor, implicou em longo prazo uma “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p. 121).

A partir desse processo, houve uma hierarquização das culturas e saberes, sendo aqueles relacionadas ao domínio europeu consideradas mais valoradas em relação às demais. Essa vinculação do que seria uma cultura relevante com a branquitude ainda se percebe atualmente. As artes, particularmente, seguem elitizadas em seu acesso e formato. As

perspectivas artísticas decoloniais encontram-se em um dilema em que a sua produção, mesmo que questione o sistema vigente colonial, para que seja reconhecida e institucionalizada, deve ingressar em um sistema da arte elitizado e reproduzidor da colonialidade. Jinknss, com sua fotografia, questiona essa cultura tanto pelo conteúdo de seu trabalho quanto pela forma que o produz. Além da fotografia de Jinknss expor a cultura periférica como bela e digna de apreciação, ela também, através de seu equipamento de registro sendo majoritariamente seu telefone celular e a divulgação por meio das redes sociais, deixa o trabalho artístico acessível. A artista democratiza a sua produção que seria voltada para a elite, dando acesso e retorno para aqueles que são fotografados ou se interessam pelo seu trabalho.

As relações construídas no novo padrão de poder mundial geraram nos povos ameríndios, e nos demais que vieram a partir do processo de colonização, mudanças em suas subjetividades. Essas transformações “levam à constituição de uma nova subjetividade, não só individual, mas coletiva, de uma nova intersubjetividade” (QUIJANO, 2005, p. 124). Porém, como podemos perceber nas imagens de Jinknss, há diversas manifestações das resistências desses grupos contra as culturas hegemônicas que se impõem por meio da grande mídia. Circulando pela feira do Ver-o-Peso é possível identificar diversas formas de culturas de resistência não valoradas pela branquitude se manifestando com prestígio de seus pares.



“Fátima”, 2017. Postada na rede social Instagram da artista no dia 14/07/2017.
Disponível em: <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

Pode-se dizer que Jinknss, ao tomar a fotografia como prática decolonial, faz da arma do inimigo sua defesa. A fotografia que tanto foi usada para a colonização e documentação daqueles vistos como “exóticos” pelo colonizador, inclusive pela própria antropologia em seu início como disciplina, em que as pessoas representadas não possuíam nem nome, nem crédito, agora, pelo olhar de Jinknss, recebem identidade e retorno por deixá-la retratá-los. Na fotografia, o simples gesto de pedir permissão para a foto, mesmo que mínimo, já se mostra uma prática decolonial, em que por muito as fotografias eram tiradas sem permissão e de maneira invasiva, desumanizando aqueles que eram retratados.

Quijano (2005) explana que o discurso do colonizador atuava em dois pontos principais para justificar a construção da outra/outro como inferior. Primeiramente, por construírem uma versão da história da civilização humana como trajetória única, a qual parte de um estado de natureza pura até a civilização europeia, pensamento característico do evolucionismo cultural defendido por tantos antropólogos da época colonial. E, em segundo lugar, por creditarem as diferenças entre os povos europeus e não-europeus como distinções da natureza e não como consequentes da história das relações de poder. Essas operações são interdependentes e não teriam terreno fértil para serem cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder.

A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio na maior parte da América Latina. A ideia construída de raça no período colonial, ainda que desmentida pela antropologia e tantas outras disciplinas posteriormente, continua demonstrando suas raízes no imaginário popular, produzindo ações discriminatórias. Quijano (2005) aponta, contudo, que um dos grandes problemas latino-americanos é a adoção da perspectiva eurocêntrica pelos grupos dominantes, os quais impõem o modelo e padrões europeus para estruturas de poder organizadas em torno das antigas e ainda frequentes relações coloniais. Para se desfazer desses pressupostos coloniais, segundo o autor, é necessário não só um processo de decolonização, mas também uma redistribuição radical do poder.

Ailton Krenak (2019, p. 11), em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, que reúne diversas falas do pensador indígena, converge com o argumento de Quijano:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história.

Para Antônio Bispo dos Santos (2019, n.p.) colonizar é “subjugar, humilhar, destruir ou escravizar trajetórias de um povo que tem uma matriz cultural, uma matriz original diferente da sua”. Contra esse processo, o autor sugere um movimento de contracolônização, reeditando as trajetórias a partir das matrizes quilombolas e indígenas através do pensamento orgânico. O pensador defende: “A nossa relação com as imagens de mundo dá-se na lógica da emancipação dos povos e das comunidades tradicionais através da contracolônização”. Jinkns procura produzir imagens de mundo que contracolônizam, descontroem imaginários sobre aqueles corpos marcados pelo processo colonial e que subvertem as expectativas da branquitude sobre suas vivências. Os corpos ali se mostram além da vulnerabilidade imposta pela estrutura capitalista colonial. Jinkns procura retratar esses corpos, antes de tudo, como corpos sensíveis e com vivências complexas, questionando o simplismo com que a colonialidade lê aquela realidade periférica, apesar de estarem no centro da cidade.

Além disso, sua prática traz ainda importantes reflexões quando trazemos a intersecção com gênero para análise. A partir das imagens que produz, a fotógrafa enfatiza como representatividades como a dela são importantes em espaços institucionalizados de arte, porém, de como ainda são raros. Jinkns pontua o seu trabalho como distinto das práticas conservadoras de fotografos brancos que ficaram famosos fazendo imagens de pessoas periféricas e não-brancas. Assim, o recorte de gênero decolonial se inicia antes mesmo do “click” da foto, mas no posicionamento e no discurso da fotógrafa sobre a responsabilidade de produzir uma imagem e divulgá-la.



“A Última Ceia, movimento de despedida de Belém”, 2020. Postada na rede social Instagram da artista no dia 02/09/2020. Disponível em <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

Para a socióloga argentina María Lugones (2014) a análise da opressão de gênero racializada capitalista é denominada “colonialidade de gênero”, enquanto a possibilidade de esta ser superada é chamada de “feminismo decolonial”. Ampliando a discussão trazida por Quijano, a autora argumenta ser impossível haver decolonialidade sem haver decolonialidade de gênero, compreendendo que este também foi um marcador fundamental na construção da lógica moderna/colonial. A colonização reduziu as pessoas colonizadas a seres primitivos, classificados enquanto machos ou fêmeas, e trouxe também as lógicas patriarcais e diferenciações relacionadas ao gênero que já eram operadas nas sociedades europeias. Nesse sentido, Lugones responde a famosa pergunta feita pela abolicionista Sojourner Truth, “não sou eu uma mulher?”, afirmando que não. Para ela, nenhuma mulher colonizada é, pois nenhuma “fêmea” colonizada é classificada enquanto mulher. Além disso, a pesquisadora Rita Segato (2012, p. 125-126) nos lembra que o mundo moderno é mundo do Um, e “todas as formas de alteridade com relação ao padrão universal representado

por este Um constituem um problema”. O gênero, por sua vez, obrigatoriamente heterossexual na perspectiva ocidentalizada, requer políticas públicas para a proteção a favor da liberdade homoafetiva e contra violências homofóbicas que a própria modernidade alimenta.



“Mulheres amazônidas”, 2019. Postada na rede social Instagram da artista no dia 25/02/2019. Disponível em <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

Para além de pensar a opressão de gênero histórica na América Latina, é preciso lembrar a resistência daquelas que a sofreram. Lugones (2014, p. 940) entende a resistência como o resultado da tensão entre a sujeitificação (formação e informação do sujeito) e a subjetividade ativa. Tal relação, segundo a autora, produz o agenciamento necessário para que a relação entre a opressão e resistência seja uma relação ativa. A análise dessa relação permitiria compreender aquela que resiste como oprimida pela “construção colonizadora do lócus fraturado”.



“As erveiras e sua contribuição para a memória do conhecimento tradicional”, 2019. Postada no Instagram da artista no dia 21/09/2019. Disponível em <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

Uma política de resistência, por sua vez, se faz por meio da infrapolítica com potencial à libertação. Por meio de construção de significados que recusam a organização social estruturada pelo poder. Lugones (2014, p. 940) diz “em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica”. A autora (2014, p. 949) ainda aponta que o movimento dos corpos que resistem à colonialidade de gênero é constante, entre a paralização da desumanização e a atividade criativa, gerando modos produtivos de reflexão, comportamento e relacionamento que são antiéticos à lógica do capital. Priorizam a “afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente”. Esses modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade.

Os corpos fotografados por Jinknss demonstram esse movimento criativo, em que dançam, brincam, rezam e demonstram esperança mesmo oprimidos pelas estruturas sociais vigentes. O pensamento de fronteira feminista de Lugones se encontra com a prática de fronteira de Jinknss e dos corpos que ela registra. A produção de vídeos de Jinknss, em que é possível assistir pares dançando o gênero musical

“brega” na beira do rio Guamá ao lado do mercado e rodeados de urubus, mostra a beleza e a esperança em meio a um ambiente que resiste ao abandono do Estado.



“Lua de Prata”, 2020. Postado na rede social Instagram da artista no dia 28/12/2020. Disponível em <https://www.instagram.com/nayjinknss/>

Lugones (2014) alega, em favor de uma lógica da coalização, uma perspectiva desafiadora das lógicas dicotômicas, mantendo as multiplicidades das diferenças. Ou, como reforça Segato (2012, p. 128), vivências a serem respeitadas em suas multiplicidades, porque fora da lógica binária, o outro não representa um problema ser resolvido, “o imperativo da equiparação desaparece”. Lugones (2014, p. 950) finaliza seu texto “Rumo a um feminismo descolonial” abrindo uma série de perguntas sobre a metodologia decolonial. Ela pergunta: “como aprendemos umas das outras?”; “Como nos entrecruzamos sem assumir o controle?”; “Com quem fazemos esse trabalho?”. Acreditamos que o trabalho e a prática na fotografia de Nayara Jinknss apontam para caminhos possíveis para tentarmos responder a essas perguntas. Aprendemos na partilha e na escuta; damos espaço e renunciamos ao controle total das relações e situações; fazemos esse trabalho com aquelas que queremos ao nosso lado para caminharmos juntas. Lugones (2014, p. 950) aponta: “o teórico aqui é imediatamente prático”.

Considerações finais

Jinknss deixa evidente a sua militância em seu discurso e em suas fotografias. Deixa claro que as pessoas que aparecem nas fotos não são apenas um corpo no registro, mas que faz questão de conhecê-las e criar vínculos antes de pedir permissão para fotografá-las. Essa relação de troca estabelecida no trabalho da paraense frequentemente se mostra incomum a muitos fotógrafos que sacam as fotos sem que aqueles que estão sendo retratados percebam, ou que apenas conversam rapidamente em busca de uma autorização. De qualquer forma, geralmente as práticas de fotografia urbana excluem o vínculo e o retorno das imagens a essas pessoas, fazendo com que elas sejam apenas um meio para o ganho de prestígio do fotógrafo. Este, se caracteriza por decisões e lucros individuais de uma fotografia que não é posse apenas de quem retrata, mas também do retratado. O que Jinknss, e outras tantas fotógrafas e fotógrafos com práticas decoloniais, propõem é reconhecer a fotografia enquanto prática coletiva não só na imagem final, mas também em seu processo.

Dessa forma, o olhar decolonial de Jinknss está em possibilitar outras representações para pessoas que nunca tiveram espaço nos campos hegemônicos de (re)produção de imagens, como também em sua prática com as pessoas retratadas. Não as atravessa, mas também não se coloca como paralela, posiciona-se em seu espaço com respeito, conversando e perguntando com interesse, sem pressa pelo produto final de sua fotografia. Em sua fala no Museu de Arte da Universidade Federal do Pará¹, Jinknss fez questão de pontuar seus marcadores sociais, mulher, negra, afro-indígena e lésbica, e da raridade de representatividades como a dela fazem falta em espaços de poder como museus de arte. E também, de como as mulheres fotógrafas ainda são minoria.

As mulheres na arte, historicamente reservadas aos espaços privados, apenas tinham a vida íntima como inspiração de suas obras. Quando muito, a vista de sua janela. Com o avanço de pautas feministas o reconhecimento da atuação dessas mulheres em espaços públicos custa a ser percebido. No período colonial, aquelas que

1 Evento com os artistas participantes da exposição em 06/04/2019.

estavam no ambiente doméstico eram anuladas, e as que estavam agindo no ambiente público ignoradas. Quando a perspectiva feminina e feminista tem o poder do retrato da outra/outro se transforma em uma ferramenta poderosa para questionar a hegemonia do homem branco que por muito tempo foi o único a deter este poder, registrando o mundo somente através de sua própria perspectiva.

Assim, Jinkns decoloniza o poder (e o gênero) através de sua câmera. Em uma relação mais igual com a retratada, o reconhecimento de sua relação de poder quando se apresenta enquanto fotógrafa suaviza o que antes era gritante na fotografia de povos amazônicos. Abandonando o olhar antropológico colonial do “exótico”, Jinkns propõe retratar àquelas pessoas que para ela merecem um retrato para contar as suas próprias histórias, e não para serem contadas pela narrativa do Outro.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2005.

CUSICANQUI, Silvia R. **Sociología de la imagen: ensayo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DE NORONHA, Danielle P. “A importância social da imagem”. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, julho, 2019, p. 255-278.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GONZALES, Lélia. “A categoria política-cultural da Amefricanidade”. In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamentos feministas – Conceitos fundamentais**. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. SP: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. “Rumo a um Feminismo Descolonial”. **Estudos Feministas**, 22, 3, 2014.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.), **La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciências sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, Clacso, 2005, p. 201-246.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. “La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial”. **Rics**, 44(4), 1992, p. 583-91.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos da terra**. Disponível em: <<https://piseagrama.org/somos-da-terra>>.

SEGATO, Rita. “Gênero e Colonialidade”. **E-cadernos CES**, n. 18, 2012.

DA “ABERTURA POLÍTICA” AO MERCADO: REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES E POLÍTICAS DE VISIBILIDADES NOS EDITORIAIS DA IMPRENSA LGBTQ+ BRASILEIRA

Ricardo Augusto de Sabóia Feitosa

Jornalista, Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Universidade Federal da Bahia), Doutor em Sociologia (Universidade Federal do Ceará) e Pós-Doutor em Comunicação (Universidad Rey Juan Carlos). Professor-Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA, ricardo.saboia@ufpe.br.

Roberta Manuela Barros de Andrade

Jornalista, Mestre e Doutora em Sociologia (Universidade Federal do Ceará). Pós-Doutora em Sociologia (Universidade Federal do Ceará). Professora-Associada II da Universidade Estadual do Ceará - UECE, manubarrosster@gmail.com.

Resumo

O artigo propõe, a partir de uma análise discursiva de editoriais publicados em veículos da imprensa LGBTQ+ brasileira, revisitar as relações entre pautas e demandas das homossexualidades no Brasil e a atuação desta imprensa como instância privilegiada de elaboração de representações e políticas de visibilidades. A pesquisa elegeu como paradigmáticos os editoriais de estreia de *Lampião da Esquina* (1978-1981), *Sui Generis* (1995- 2000) e *Junior* (2007-2015), publicados em distintas fases ou “ondas” das vivências homossexuais do país nas últimas décadas. Neste contexto, explora-se questões como a construção das identidades homossexual e gay e suas relações com outros referenciais identitários, o “assumir-se” ou a saída do armário como estratégia pessoal e coletiva e a integração ou a resistência à normalização como grupo social. As estratégias e possibilidades de atuação

entre o ativismo e o consumo também são investigadas nesses posicionamentos discursivos. Interroga-se, portanto, como estes discursos, diversos e ao mesmo tempo historicamente conectados, expressam expectativas, anseios, conquistas e decepções que atravessam o exercício do jornalismo LGBTQ+ brasileiro e seu papel nas lutas pela visibilidade e reconhecimento social das homossexualidades. Constatamos, nessa dinâmica, relações caracterizadas por convergências e similitudes, mas também por tensões, contradições e conflitos.

Palavras-chave: Imprensa LGBTQ+, Homossexualidades, Visibilidades, Discursos, Comunicação.

Introdução

O período que engloba do final da década de 1970 à primeira década dos anos 2000 é caracterizado por diversas mudanças no cenário de vivências das homossexualidades em nosso país, como atestam em diversas pesquisas (SIMÕES e FACCHINI, 2009; GREEN et al, 2018, entre outros). Mais recentemente, o debate ganha olhares retrospectivos a partir da efeméride de 40 anos de “movimento LGBT” no Brasil, celebrados em 2018.

Nosso recorte busca analisar essas transformações a partir da atuação singular da imprensa LGBT+. De saída, faz-se necessário situar o que apresentamos como esta imprensa ou, para sermos mais preciso, qual segmento desta vamos analisar. É uma tarefa mais complexa do que aparenta à primeira vista, pois uma imprensa definida como “gay” ou “LGBT+”, em nossa realidade editorial, sempre encontrou dificuldades acerca da sistematização dos periódicos que a representariam, da sua abrangência em escala nacional, da diversidade de formatos e das linhas editoriais, podendo assim incluir, historicamente, deste fanzines e jornais artesanais a boletins de associações e ONGS e sofisticadas revistas.

Uma genealogia desta imprensa, tarefa que escapa aos objetivos deste artigo, revelaria que o próprio campo da “imprensa LGBT+” (ou “imprensa gay”/“entendida”/“homossexual”, como foi designada em décadas anteriores) é algo marcado fundamentalmente por uma batalha de reconhecimento e lutas por legitimação, algo que envolve divergências e convergências, aproximações e distanciamentos ao jornalismo como atividade social e profissional e ao campo da imprensa em sua igual diversidade de títulos e de público leitor. Do mesmo modo, é possível interrogar em que medida tal imprensa consegue englobar uma pluralidade de identidades sexuais e de gênero ou o quanto reproduz as desigualdades e assimetrias em relação a estas no interior do próprio universo LGBT+.

Para fins investigativos, restringimos nossa análise às publicações que buscam se posicionar como eminentemente jornalísticas, com circulação nacional por meio de venda em bancas de revistas ou assinaturas, no formato impresso. Ainda que em termos editoriais, em graus distintos, assumam-se como periódicos voltados majoritariamente a “homossexuais” ou a “gays e lésbicas” ou da “diversidade

sexual”, um olhar sobre seus exemplares e uma investigação mais sistemática sobre suas rotinas produtivas e suas linhas editoriais (da equipe profissional ao endereçamento a um público prioritário) revelam que os títulos selecionados privilegiam nitidamente o leitor situado como homossexual ou gay masculino.¹

Este trabalho consiste numa análise discursiva dos editoriais de estreia de três periódicos da imprensa LGBTQ+ no Brasil: *Lampião da Esquina* (1978-1981), *Sui Generis* (1995-2000) e *Junior* (2007-2015). Interrogam-se os modos como as vivências, temáticas e demandas políticas, culturais e sociais relativas às homossexualidades eram representadas e visibilizadas naquele espaço. Em conjunto, podemos pensar a existência desses veículos e da própria imprensa gay/LGBT+ como uma “tecnologia de gênero”, no sentido proposto por de Lauretis (1987), um dispositivo de construção (e desconstrução) do gênero, este como representação com implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas” na vida individual e coletiva. Investiga-se, assim, como estes jornais e revistas elaboram discursivamente noções e políticas como “identidade”, “comunidade”, “assumir-se”, militância/ativismo, consumo, relações com outros grupos sociais/sociedade etc.

Metodologia

A estratégia teórico-metodológica adotada consiste na análise discursiva de três editoriais: “Saindo do Gueto”, publicado na edição zero de *Lampião da Esquina* em abril de 1978; o editorial sem título veiculado na primeira edição de *Sui Generis* (janeiro de 1995); e “Chegou a hora”, da primeira edição de *Junior* (setembro de 2007). Entende-se, como ponto de partida, que estes se configuram em *discursos*, no sentido proposto por Verón (1980, p. 217), “um lugar de mediação entre um universo de operações e um universo de representações”. Compreender as mediações entre os dois universos, a partir de sua materialização nos textos selecionados, permite interrogar tanto a posição ativa da imprensa LGBTQ+ como as transformações testemunhadas e, ao mesmo tempo, reivindicadas politicamente pelos jornais e revistas, tomados aqui como dispositivos que tanto

1 Para uma análise das tensões entre uma linha editorial majoritariamente gay e a relação com pautas e outras audiências, principalmente posicionada como lésbica, a partir de uma análise da revista *Sui Generis*, cf. Feitosa (2018).

concentram como dispersam, no espaço público, as representações acerca das homossexualidades.

Para Jorgensen e Philips (2002, p. 02), a análise discursiva assume uma perspectiva de investigar o discurso como “um modo particular de se falar sobre e compreender o mundo (ou um aspecto do mundo)”, aplicando-se à “análise de diversos mundos sociais distintos, incluindo organizações e instituições”, a partir de “métodos e teorias frutíferos para pesquisar a comunicação, a cultura e a sociedade”.

A escolha pelo editorial, por sua vez, incide em sua natureza privilegiada como gênero jornalístico. Além de apresentar os conteúdos de cada edição, também é o espaço por excelência para o veículo externar ao público-leitor suas visões sobre temas sociais, culturais e políticos. Marques de Melo (2003) o entende como “gênero jornalístico que expressa a opinião da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”, mas cuja função como “porta-voz” envolve uma teia de articulações políticas, expressando a opinião de forças e interesses que mantém o veículo e os interesses de uma coletividade.

Em nosso caso, os editoriais de primeira edição selecionados também permitem analisar como estes se pensavam como mídia, como avaliavam o próprio campo da imprensa gay/LGBT+ e, não menos importante, como lançavam olhares sobre o passado e o presente e projetavam anseios e desejos de transformação ou intervenção, por meio de políticas discursivas e de visibilidade, acerca do reconhecimento público das homossexualidades, dos sujeitos homossexuais e gays, de posições identitárias e noções de coletividade ou “comunidade” etc.

Assim, uma vez definido os critérios editoriais que justificam a escolha de *Lampião*, *Sui Generis* e *Junior* como representantes exemplares da imprensa LGBT+ em períodos distintos da realidade brasileira, e do editorial como gênero privilegiado para os objetivos propostos, a análise discursiva dos textos dá-se em consonância com a leitura de uma bibliografia específica sobre as vivências culturais, políticas e sociais das homossexualidades, que nos permite articular as relações entre estes discursos e suas épocas sob uma perspectiva crítica, bem como da construção sócio-discursiva das representações como estratégia de visibilidade.

Referencial teórico

Hall (2016) nos lembra que a representação é, sobretudo, um processo de produção de significados, mas que estes estão constantemente em disputa. Padrões e jogos de poder permanecem, mas também é possível testemunhar a emergência de novos padrões, assim como de “contraestratégias” na recepção e reapropriação dos discursos. Quando se trata de grupos tradicionalmente marginalizados ou não-hegemônicos, convém atentar para a dinâmica entre reformas e “desvios” nas representações, e a persistência de estruturas de representação. A história da imprensa LGBTQ+ está relacionada a essas tensões entre reproduzir representações normativas e desafiar-las ou deslocá-las.

Acerca das homossexualidades, Green et al (2018) lembra que, desde o final dos anos 1960 e início da década de 1970, paralelo à repressão aos “desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo” por um regime militar que intensificava seu papel de saneador moral e defesa da família nuclear e heterossexual, “verificava-se também uma outra tendência [...] Bares, boates, espaços de pegação e sociabilidade entre homossexuais masculinos, lésbicas e pessoas trans cresciam e conviviam com a repressão do Estado nos lugares públicos” (GREEN et al, 2018, p.10). Não obstante, a expansão das metrópoles e da classe média no período, lembram os autores, “permitiu novas vivências e perspectivas para homossexuais que já estavam cansados do armário” e, ainda que fartamente documentada a existência de grupos, jornais artesanais e modos de associação de homossexuais no Brasil em anos anteriores, é “sob este contexto ambíguo de regulação complexa do sistema sexo-gênero [...] que se deram as condições do surgimento do grupo Somos (SP) e do Lâmpião da Esquina, que são, em certa medida, mitos fundacionais da luta LGBTQ no país”, pelo menos em forma de “movimento social em sentido técnico” (GREEN et al, 2018, p. 11).

Como destaca o pesquisador da imprensa LGBTQ+ Rodrigues (2018, p. 242), em particular ênfase ao surgimento do *Lâmpião*, se tomarmos o contexto de afirmação dos movimentos sociais da década de 1960, com destaque para a “luta pela afirmação das diferentes identidades” que vai reverberar amplamente no Brasil de fins da década seguinte, “os jornais e revistas dirigidas para esse público [grupos oprimidos] são muito mais que apenas palavras e imagens”, configurando

“representações simbólicas de desejos e sonhos que um dia pretendem tornar-se realidade”.

Simões e Facchini (2009) revisitam a trajetória que vai “do movimento homossexual ao LGBT” a partir de uma síntese em três ondas: a primeira, “período que corresponde ao final do regime militar, a chamada ‘abertura política’, de 1978 em diante, quando floresceram os primeiros grupos articulando homens e mulheres homossexuais”; a segunda, abrangendo “a redemocratização dos anos 1980 e a mobilização em torno da Assembleia Constituinte, que coincidem com a eclosão da epidemia do HIV-Aids”; e uma terceira, “a partir de meados dos anos 1990, em que “se consolida e dá impulso à multiplicação de grupos ativistas, promovendo a diversificação dos vários sujeitos do movimento na atual designação LGBT”, em paralelo à “consagração das Paradas de Orgulho LGBT”, à atuação conjunta com o Estado e “ao crescimento do mercado segmentado voltado à homossexualidade” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p.14).

Nesse cenário, a emergência de *Sui Generis* e outros periódicos endereçados a gays e lésbicas nos anos 1990 não só ilustra e dá amplo espaço a estas políticas e mercado como reitera o papel dessa mídia segmentada como agente ativo de construção de novos espaços e vivências públicas das homossexualidades, principalmente centradas na valorização da política do “assumir-se” ou da “saída do armário”². Parker (2002, p. 337) sintetiza a existência desta revista “como uma das as mais sofisticadas e visíveis dessa nova onda de revistas e jornais gays que começaram a florescer em meados da década de 1990”, um cenário em que o leque crescente de empreendimentos culturais e comerciais construídos em torno de concepções de homoerotismo, homossexualidade e, cada vez mais, identidade gay”, permitia que se comesse a falar, “nos noticiários e nos circuitos e redes gays, [na emergência do] que estava sendo descrito como um “mercado gay” (PARKER, 2003, p. 128).

Os anos 2000 testemunham o surgimento de novos periódicos estabelecidos na proposta de um jornalismo de cobertura de comportamento e notícias com viés gay/LGBT+. Se a passagem do século XX para o XXI marca o encerramento das atividades de *Sui Generis*, após

2 Uma reflexão mais extensa sobre o armário como dispositivo crucial na estruturação das homossexualidades (e das heterossexualidades) pode ser lida em Sedgwick (1990).

pouco mais de cinco anos de existência, títulos como *Aimé*, *Dom* e, principalmente, *Junior*, buscam oferecer aos leitores um modelo de revista sofisticado, impressas em papel de alta qualidade e design elaborado. Como nota Rodrigues (2018, p. 250), tais revistas, “sem perder o ponto de vista sua importância política, tratavam sem dúvida de um grupo numérico e economicamente expressivo que sempre transitou entre o mundo hétero e o homo”. O pesquisador enfatiza que, “na medida em que o mercado se torna a crucial instância de legitimação e da autorização dos trânsitos sociais, o universo gay, embora representado, apenas, pelos economicamente favorecidos, consome à luz do dia”. Desse modo, sintetiza, “usufruem como nunca a legitimidade, a visibilidade de seu acontecimento social dentro de uma ótica totalmente heteronormativa” (RODRIGUES, 2018, p.250).

Resultados e discussão

O editorial de estreia de *Lampião da Esquina* traz um questionamento direto sobre o papel de um “jornal homossexual” no Brasil do fim dos anos 1970: “Mas um jornal homossexual, para quê?”. Notadamente, o jornal assume como uma de suas missões “destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual”. O termo destruir já sinaliza que o jornal se projetava como um veículo de atuação combativa, alinhado ao jornalismo da imprensa alternativa que, no Brasil de então, teve importante papel tanto para a organização política/ativista de grupos minoritários e dos movimentos sociais como de espaço público de crítica à ditadura cívico-militar.

Qual imagem seria essa associada tradicionalmente aos homossexuais? Como atuar para modificá-la? Emerge no editorial a defesa de que, “saindo do gueto” (este, inclusive, é o título do texto), começava-se a criar condições para dissociar a homossexualidade da segregação e da estigmatização sociais. Buscava-se o reconhecimento do homossexual como membro de uma “minorias social” situada ao lado de outros grupos “oprimidos”. Ao mesmo tempo, revela-se o desejo de reconhecimento e integração “da experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana”. Individualmente, romper com a imagem do homossexual em que este “não é um eleito, nem um maldito”. Coletivamente, ressalta que “[...] uma minoria [oprimida], é elementar nos dias de hoje, precisa de voz” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p.02)..

Convém lembrar que, se a noção de “gueto” emerge como termo-chave para reforçar a ideia de minoria social estigmatizada/segregada, o fenômeno remete a uma mudança na paisagem da vivência pública das homossexualidades, com relativa expansão de locais de lazer e sociabilidade, como bares, cinemas e saunas, e da própria imprensa homossexual como lugar de afirmação. É paradigmático, nesse contexto, o texto de MacRae (1983), que sai “Em defesa do gueto” por entender que havia um novo circuito: “embora não se possa falar em uma revolução na forma como é desempenhado o papel do homossexual nas grandes metrópoles brasileiras, mudanças há” (MACRAE, 1983, p. 54). Para ele, o “gueto” representaria um lugar privilegiado ao permitir aos homossexuais a possibilidade de “afastar” sentimentos ligados a culpa e pecado e, fundamentalmente, permitir a construção de uma própria “identidade homossexual”, sendo “um lugar onde (...) o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social” (MACRAE, 1983, P.54).

Trazemos este exemplo não apenas para reforçar que muitas das estratégias acerca do reconhecimento, individual e como coletividade, do “homossexual” e das homossexualidades em sua vivência pública, não eram necessariamente consensuais, mas que estas estavam se construindo a partir de debates, num cenário de relevantes transformações. Não por acaso, o editorial abre oferecendo ao leitor a visão do jornal sobre a realidade de então: “Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional”.

Desse modo, “em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia” e, não menos importante, “uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma ‘abertura’ do discurso brasileiro” (LAMPÃO DA ESQUISA, 1978, p.02)..

Se a vivência em “gueto” era importante como experiência que permitia, nas palavras do jornal, este “reivindicar”, em nome da minoria homossexual, “**se assumir**” e “**ser aceito**” (os termos aparecem originalmente em negrito), *Lampião*, na sua estreia, conclamava que se fosse mais além destas ações: que a homossexualidade, como “preferência sexual”, fosse “vista dentro do contexto psicossocial da humanidade”, afirmando que iria “orientar a sua luta” em “desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor”, a saber, de que a homossexualidade “possa interferir negativamente em nossa atuação

dentro do mundo em que vivemos” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 2). Também é oferecendo a seus leitores uma síntese de sua época que *Sui Generis* se apresenta ao leitor. Quase quatorze anos após o fim do *Lampião*, chega às bancas de revista em 1995, celebrando “em clima de verão e de recomeço [...] novos tempos que os anos 90 tão bem anunciaram” (FEITOSA, 1995, p.04). O tom do texto é amplamente otimista, referenciando artistas pop destacados em entrevistas e reportagens daquela edição, que sintetizariam a “cara desta época”.

O referente *gay*, que se mostraria amplamente utilizado pela linha editorial naquela edição e ao longo de toda a história da revista, coaduna com a proposta de se apresentar endereçada a “gays e lésbicas”. Seu uso está correlacionado a uma política de valorar o “assumir-se” publicamente, na mídia e nos espaços sociais de lazer, trabalho etc. Reaparece também a noção de gueto, mas aqui como “palavra antiga [...] de segregação que nada mais tem a ver com a modernidade” (FEITOSA, 1995, p. 04).

Também sinaliza algo que vai se concretizar ao longo de toda a existência da revista, o investimento positivo numa “identidade” e “comunidade” gay, partilhada por gays e lésbicas, recortadas nas classes médias e altas urbanas do Brasil de então. O modo como enxerga seu papel editorial sinaliza o que entende como função de uma revista gay: “E muito mais sobre cultura gay, moda, comportamento, diversão. Assim é *Sui Generis*, a primeira revista brasileira a trazer discernimentos sérios e futilidades chics dirigidas para homens e mulheres gays” (FEITOSA, 1995, p.04).

Fundamentalmente, *Sui Generis* investe numa dinâmica simultânea de reconhecimento de gays e lésbicas como grupo social particular, mas plenamente integrados à sociedade: “Nossas semelhanças são maiores do que nossas diferenças [...] Porque a gente é gay e igual a todo mundo”. Isso aliado a um alinhado a um ideal de “jornalismo de qualidade”, dentro de uma proposta editorial de “levar a cultura gay de forma vibrante, inteligente, alegre, para fora dos guetos”. Na visão de Rodrigues (2018, p. 247), a revista “apostou numa postura militante sem o ranço do ativismo dos anos 1970”, mantendo “uma atitude do ‘assumir-se’, mas também promoveu o desejo homoerótico e a autoestima”. Em resumo, “procurou desde o início encontrar um caminho para a expressão de uma identidade gay que, de certa forma, refletisse o comportamento daquela comunidade dos anos 1990”.

Junior é lançada em setembro de 2007, quando o desfecho da primeira década do novo século testemunhava uma retomada de revistas gays/LGBT+ brasileiras, sendo esta o título de maior visibilidade e de vida mais longa, durando até 2015. A vinculação com sua época enfatiza este aspecto: após um hiato de publicações jornalísticas gays de circulação nacional, o título de seu primeiro editorial sugere justamente uma ideia de retomada. “Chegou a hora”, reivindicando alinhar-se à “efervescência do mercado editorial gay no exterior” (FISCHER, 2007, p.11)..

De saída, o primeiro parágrafo delinea sua linha editorial: a revista “seria assumida sem ser militante, sensual sem ser erótica, cheia de homens lindos, com informação para pensar e entreter” (FISCHER, 2007, p.11). Destaca-se, assim, o contraponto em construir uma imagem que se distancie tanto de um ativismo “militante” como das revistas eróticas que estigmatizariam a imprensa gay. *Ativismo* e *erotismo* são termos situados negativamente, imagens a serem dissociadas da revista, ao menos como polos principais de referência aos leitores.

Nas entrelinhas, a existência de identidades como “homossexual” ou “gay” não estavam mais em primeiro plano, mas incorporadas e mesmo atestadas por um mercado gay, atravessado por ideais de beleza e juventude, como sugere o próprio nome da revista. Este mercado é incorporado como domínio de vivência das homossexualidades, de sua visibilidade pública: “[...] Acabamos evidenciando nossa existência pelo vigor do nosso mercado, que existe e se comporta como tal” (FISCHER, 2007, p.11).

O endereçamento editorial é assumidamente masculino, uma característica que atravessou, na prática, a maioria das publicações da imprensa LGBT+ ao longo de sua história. Opera-se, porém, uma relativização ou abertura a outros leitores não abarcados diretamente por um endereçamento centrado na “orientação sexual”: “Há tempos esperávamos o momento certo para dar forma a essa revista masculina direcionada ao gay brasileiro, onde mulheres e homens de corações e mentes abertos, independente da orientação sexual, também se sentissem contemplados” (FISHER, 2007, p.11). Ao fazer um balanço das transformações acerca das homossexualidades, projeta-se como uma aposta editorial e modelo de negócio: “Apesar da enorme visibilidade conquistada na última década, o segmento conseguiu se organizar mais efetivamente em torno de nichos específicos na internet, noite

e sexo”. Ao mesmo tempo, alerta que “outras áreas como turismo e moda já descobriram que não vivem sem nós”. Se este *nós*, endereçado ao leitor, pode ser lido como o [homem] “gay brasileiro”, também nos faz lembrar que este mesmo gay é concebido e valorizado, naquelas linhas, principalmente como um sujeito consumidor.

Considerações finais

Mais do que refletir aspectos e mudanças sociais de cada época, e das homossexualidades em particular, a imprensa LGBT+ é um agente relevante de produção, reprodução e deslocamento das relações e políticas que também a atravessam: elabora modelos de identidades e modos de vida, reivindica legitimidade e visibilidade sociais, posiciona-se, muitas vezes contraditoriamente, não somente em relação ao campo mais geral da imprensa e dos meios de comunicação, mas em sua intersecção com outras dimensões da vida pública, como é o caso do ativismo, da política institucionalizada, do mercado de bens de lazer e consumo.

Pudemos identificar, a partir de três editoriais de estreia de periódicos relevantes em distintas fases da imprensa LGBT+ no Brasil, como algumas dessas relações e elaborações discursivas moldaram, em parte, a vivência individual e coletiva das homossexualidades no Brasil das últimas décadas, forjando ou dando maior visibilidade a categorias e noções sociais/discursivas como homossexual, gay, homossexualismo/homossexualidade, minoria(s), orientação sexual etc. *Homossexuais, gays, lésbicas, simpatizantes* transitam, naqueles discursos, entre as posições de ativistas, engajados, cidadãos em busca de legitimidade social e consumidores. Políticas como (auto) aceitação, “assumir-se” e consumir ganham espaço e ao mesmo tempo redefinem a gramática do que estes jornais e revistas entendem como “homossexualidades”.

Não menos importante, o jornalismo LGBT+ expõe e é atravessado, como enfatizamos, por complexas interações entre ativismo e consumo, política e mercado, estratégias e negociações entre individual e coletivo, privado e público etc. Tais relações, ao longo das décadas, são marcadas por convergências e similitudes, mas também por tensões, contradições e disputas, reveladas tanto no interior de uma mesma edição ou veículo, ao longo das afirmações ou mudanças em suas linhas editoriais específicas, como na imprensa LGBT+ numa

perspectiva historicamente comparada, cristalizadas discursivamente aqui nos editoriais analisados.

Referências

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**: essays on theory, film and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

FEITOSA, Nélon. [Sem título]. **Sui Generis**, ano 1, n.1, 1995, p. 4.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. Um jornalismo “sui generis”? Visibilidades, identidades e práticas jornalísticas numa revista gay brasileira dos anos 1990. **Brazilian Journalism Research**: journalism theory, research and criticism – Journalism and gender studies. V.14, n. 1, p. 78-107, abr 2018

FISCHER, André. **Chegou a hora**. Editorial, São Paulo, ano 1, n. 1, set 2007, p. 11.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, Editora PUC-Rio, 2016.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method**. Londres: Sage, 2002.

LAMPIÃO DA ESQUINA, **Abaixo o gueto**, Rio de Janeiro, ano 1, edição experimental - número zero, abr. 1978, p. 2.

MACRAE, Edward. Em defesa do guero. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, 1, p.53-60, abr 1983.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

VÉRON, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

“TODO ANO EU ASSOPRO AS VELAS E FAÇO O MESMO PEDIDO. EU GOSTARIA DE SER UM MENINO”: A TRANSMASCULINIDADE REPRESENTADA PELO AUDIOVISUAL

Shay de los Santos Rodriguez

*Arqueólogo e Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU), pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
shayleninrodriguez@gmail.com.*

Resumo

A escrita do texto se trata de uma crítica sobre as representações e representatividades de homens trans e pessoas transmasculinas nas produções audiovisuais. Na qual se tem por objetivo discutir e problematizar através de breves análises críticas, como que as transmasculinidades estão sendo mostradas, seja no cinema, TV e nas mídias. Ainda hoje é notável a invisibilização de corpos transmasculinos em vários espaços sociais, existem poucas referências transmasculinas no audiovisual, tanto na frente das câmeras como atrás delas. A representatividade de transmasculinidades para além dos ideais heteronormativos se faz urgente e necessária.

Palavras-chave: Transmasculinidade; audiovisual; estereótipos; representatividade.

Para começar: porque escrevo sobre esse tema?

Primейiramente, devo me apresentar. Meu nome é Shay, sou homem trans. Para você que não me conhece, provavelmente pensou que pelo fato de eu me colocar enquanto sendo um homem, eu siga todas as etiquetas e protocolos da heteronormatividade – heterossexualidade como norma e única forma de expressar a sexualidade – cis-masculina – ser cis (abreviação de cisgênero) corresponde as pessoas que estão em concordância com o gênero que lhe foi imposto no nascimento segundo um viés genitalista, logo para ser um homem cis, é preciso nascer com um pênis e para caminhar na heteronormatividade, é preciso seguir essa lógica: pênis-homem-masculino-heterossexual. Bom, eu não sou um homem heteronormativo, e se você me encontrar na rua, pensará que sou uma mulher cis, pois tenho um cabelo azul comprido, uso roupas que me dê na telha (acredito que roupas não deva ter gênero), não sou hormonizado (até pensei e ainda penso sobre, porém não busco ter todos os atributos e características que a testosterona iria me fornecer), não sou cirurgiado (penso em fazer a mamoplastia, a cirurgia da retirada total das mamas, porém, não tenho nenhum desconforto enquanto não a realizo, pois homens também podem ter peitos), e sou pansexual (me atraio por pessoas independente do sexo e do gênero). Desde 2016 eu veio produzindo conteúdos audiovisuais sobre a minha vivência transmasculina, e percebi que muitos homens trans e pessoas transmasculinas – foram designados enquanto mulheres no nascimento, porém ao longo da vida se identificaram como homens ou com expressões masculinas – se identificaram com a minha existência e do meu ser masculino, e que sentiam muita falta de representatividades diversas sobre corpos, estéticas e identidades das transmasculinidades.

Para continuar: as transmasculinidades no audiovisual

A transmasculinidade abarca o maior número possível de identidades e expressões masculinas, é também atribuída a outras identidades que fogem da estrutura binária e normativa cis-masculina de gênero. É na cultura e também na história que se constituem as identidades sociais, sendo elas de: gênero, sexualidades, raça, classe, nacionalidade, etc. Segundo Louro (1997, p. 141) admitir que todes

(linguagem com flexão de gênero com a letra “E” para abarcar todos os gêneros para além do binário) somos constituídos socialmente e que a diferença é também uma construção de um dado momento, no tempo e no espaço, não é nada fácil, mas não é impossível, e para que suceda uma transformação é preciso escutar aquelas pessoas que foram colocadas como “outras” ao longo da história.

E vale indicar que não é só as instituições escolares que ensinam sobre as nossas culturas, histórias e identidades, todo lugar é um espaço de aprendizado. Guacira Lopes Louro abordou em suas escritas o conceito de pedagogias culturais, na qual não é só a escola que educa, mas uma série de instâncias que exercem pedagogias. Aprendemos em vários lugares na qual circulamos e habitamos sobre modos de ser, viver e estar no mundo. E um dos espaços que mais ensinam nos dias de hoje juntamente com a mídia é o cinema. O cinema exerce historicamente pedagogias que nos são ensinadas através do olhar e ao escutar. Segundo Louro (2008, p. 82) incontáveis instâncias culturais, sociais, políticas, econômicas vem, desde algum tempo atrás, possibilitando a diversidade de discursos sobre a sexualidade – assim como de gênero, raça, classe etc. -, produzindo a visibilidade de muitos modos de ser, de amar e de viver, embora que permaneçam, de forma renovada, divisões, hierarquias, distinções. E o cinema atua também nesses processos.

Segundo Penafria (2009, p. 1) analisar um filme é sinônimo de decompor, analisar implica em duas etapas importantes: 1) decompor, ou seja, descrever e 2) estabelecer e compreender as relações entre esses elementos decompostos, ou seja, interpretar. Desse modo, o objectivo da análise é, então, o de explicar o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação. Já a crítica, para Penafria (2009, p. 2) tem como objectivo avaliar, ou seja, atribuir um juízo de valor a um determinado filme, trata-se de determinar o valor de um filme em relação a um determinado fim, e nesse caso, o fim é a representação transmasculina. Então vamos para as críticas dos filmes.

O filme Meninos não choram (título original: Boys Don't Cry, ano: 1999, país: EUA, direção: Kimberly Peirce) conta a história verídica de Brandon Teena (interpretado pela atriz Hilary Swank) que reivindicou uma identidade masculina (na época o termo homem trans não era mencionado) numa cidade rural de Falls City, Nebraska. Hoje entendemos que o filme trata de identidade de gênero, porém na época

foi tratado como de ordem sexual, de uma mulher se passando por homem. Uma das cenas finais, quando descobrem que Brandon não nasceu biologicamente “homem”, ele é estuprado, com intuito de “se endireitar e virar mulher”. Apesar do filme ser dos anos 90, - e sabemos que nesse tempo questões trans eram pouco discutidas e ser trans era como portar uma doença – ainda hoje se mostra muito atual, pelo conservadorismo e repulsa de uma sociedade transfóbica, no final do filme Brandon é assassinado por John, o mesmo que construiu uma amizade com ele, porém ao saber que na sua visão, Brandon era “uma mulher cis”, o espancou, o estuprou e por fim o matou. Mesmo o filme sendo um transfake (Hilary Swank ganhou o Oscar de melhor atriz pelo papel), eternizou a história de Brandon, e sem dúvidas fez parte de muitas transições de gênero de pessoas transmasculinas, fornecendo o debate sobre gênero e transfobia, em épocas que nem se comentava ou nem se imaginava que pessoas trans existiam e que mereciam viver.

O filme *Tomboy* (ano: 2011, país: França, direção: Céline Sciamma) é sobre uma criança de 10 anos, chamada Laure, que se muda de cidade com a sua família, e nessa nova cidade, ela se apresenta como Mickäel, um menino. Primeiramente, coloco a questão que logo me chamou a atenção: o nome. Em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) compreendeu e autorizou a mudança de nome e gênero em registro civil sem a realização de cirurgia, sem laudos médicos e psicológicos, para pessoas trans. A decisão do STF foi fundamental para o reconhecimento da cidadania trans, pois segundo Nery (2018, p. 403) uma pessoa que não possa ser reconhecida nem pelo seu nome, não existe. No decorrer, vemos que Mickäel tem um desejo de existir e de ser reconhecido como menino dentro do novo grupo de amigos. Quando joga futebol com os outros meninos, simboliza que é um menino tirando a camisa, e cuspidando no chão. Quando vai tomar banho no lago, coloca uma massinha de modelar de baixo da sunga (que se trata de um maiô cortado), para simbolizar o que lhe falta, um pênis. O filme trata sobre descobertas da infância, e vemos que o silêncio fala muito. Acredito que o filme deixa uma nostalgia sobre uma questão que muitas pessoas transmasculinas já se perguntaram em algum momento na infância: “como seria ser um menino por um dia?”.

O filme *Meu nome é Ray* (título original: *3 Generations*, ano: 2015, país: EUA, direção: Gaby Dellal) ao contrário que todos pensam, não é

focado em um homem trans, mas sim sobre sua família, pois quando pessoas trans têm famílias que as aceitam e apoiam, a transição também passa por elas. Na trama é focada a história de Ray (interpretado por Elle Fanning), um menino trans de 16 anos e toda sua luta para conseguir a receita para a hormonização e como as pessoas ao seu redor lidam com isso. Nesse filme está assentada uma narrativa que se espera de filmes com a temática trans, tudo em torno do corpo e sua insatisfação, “não posso começar uma nova escola com esse corpo”. O título desse texto “Todo o ano eu assopro as velas e faço o pedido. Eu gostaria de ser um menino”, é uma das frases de Ray em relação ao seu corpo e sua identidade de gênero. Outro ponto deturpado, é sobre Ray passar por sua transição de gênero sem outras pessoas trans, pois afinal o filme é recente, e hoje pessoas trans são uma comunidade e se ajudam umas as outras, como por exemplo os grupos e páginas na internet nas redes sociais. Ray se coloca sempre como sendo incompreendido pelas pessoas, e se isola pois ninguém o entende. Se o filme fosse dos anos 90 e começos dos 2000, eu até entenderia toda essa incompreensão, mas no hoje, não faz sentido essa narrativa.

Prosseguimos com uma novela brasileira, *A Força do Querer* (ano: 2017, escrita por Glória Peres, emissora Rede Globo), que entre os temas, abordou a transmasculinidade de Ivan (interpretado por Carol Duarte). Sabemos que o intuito da novela era de dar mais visibilidade as pessoas transmasculinas, pois de fato papéis de homens trans não existiam até então. Mas, contudo, a novela reforçou estereótipos que se espera de um homem trans: odiar seu corpo. “Esse é o meu corpo, mas não sou eu”, é uma das falas de Ivan sobre estar no corpo errado. E esse sentimento se mostra também na cena de olhar no espelho e bater nos seios. Mas por outro lado, Ivan é um homem gay e engravida na trama, com isso é quebrado a ideia de heteronormatividade e de que homens podem engravidar (ponto positivo). O desfecho de Ivan na novela, mostra a cena dele na praia sem camisa (depois da cirurgia da retirada das mamas: mamoplastia), que deixa nítido a sensação de libertação, e que é algo almejado por muitas pessoas transmasculinas.

Carvalho (2021) diz que estereótipos transfóbicos influencia a percepção de todas as pessoas, até das pessoas trans/travestis sobre si mesmas e/ou sua comunidade. No audiovisual, as pessoas trans, através do olhar de pessoas cis passaram a ser vistas através de uma

narrativa que foi inventada em cima de estereótipos, muitas vezes pejorativos, sobre elas e em detrimento da forma com que elas próprias se reconhecem. Segundo Carvalho (2021, p. 103) estereótipos seriam as impressões, opiniões ou imagens preconcebidas, generalizadas e simplificadas que se estabelecem como referencial, sem conhecimento comprometido ou profundo sobre algo, alguém ou um grupo de pessoas. Segundo Carvalho (2021, p. 108) o transfake é o processo em que um ator não-trans (cisgênero) interpreta um personagem trans. Não se trata apenas de afirmar que apenas pessoas trans possam representar essa população, mas sim de reivindicar que oportunidades sejam criadas para pessoas trans, artistas, dentro da arte. Assim, na crítica transfake, a luta não é contra os atores e atrizes cis que interpretam pessoas trans, é contra uma estrutura de privilégios. Quantos homens trans e pessoas transmasculinas você viu em séries, filmes, novelas e nas mídias? O que você entende por ser homem trans e pessoa transmasculina segundo as representações audiovisuais?

Dicas de representatividade transmasculina no audiovisual: O ator trans Elliot Fletcher participou de três séries interpretando um homem trans: *Faking It* (2014-2016), MTV, tema adolescente; *Shameless* (versão estadunidense) 2011-2021 – sobre conflitos familiares e *The Fosters* (2013) – série dos EUA, sobre uma família adotiva e as complicações e dificuldades que passam; Tom Phelan, ator trans apareceu pela primeira vez na tela em 2014 como Cole, também personagem trans em “*The Fosters*”; Ian Alexander, ator trans que interpretou o personagem também trans Buck Vu na série estadunidense *The OA* (2016-2019) que foi transmitida pela Netflix; Brian Michael Smith interpretando o papel de Toine Wilkins, na série estadunidense *Queen Sugar* (2016), o papel de Smith, na série produzida por Oprah, alcançou visibilidade e trouxe luz aos homens trans que continuam sua luta por maior visibilidade.. Alex Blue Davis como interno Casey Parker na 14ª temporada de *Greys Anatomy* (em 2017), a ideia de abordar o assunto surgiu depois de o presidente Donald Trump ter proibido pessoas trans de servirem nas Forças Armadas, e como resposta, a roteirista e diretora Krista Vernoff colocou um ator trans na série; Yance Ford, primeiro diretor trans a ser indicado ao Oscar em 2018 de melhor documentário por *Strong Island*.

No Brasil temos representatividade na atuação como: *Liberdade de gênero* (2016-2017) – Programa de TV brasileiro do canal GNT, sob direção de João Jardim e o *Curta-metragem do Ceará, Aqueles dois*

(2018, direção de Êmerson Maranhão), que conta as histórias de Caio José de 25 anos e é enfermeiro, e de Kaio Lemos de 38 e é pesquisador acadêmico. O primeiro mora em Quixeramobim, uma pequena cidade no Sertão Central do Ceará. O segundo, na capital do Estado, Fortaleza. Eles têm boa formação intelectual, amigos, família e em nada se diferenciariam dos tantos rapazes que vivem realidades similares não fosse pelo fato de serem homens transgêneros.

As representatividades brasileiras em direções de produções audiovisuais, como: Cali dos anjos – pessoa transmasculina – dirigiu o filme Tailor, 2017, é sobre um cartunista transgênero que compartilha em sua página na internet experiências de outras pessoas trans e seus desafios dentro da sociedade; Cássio kelm – é trans não binário (ele/elu), diretor dos documentários: Mães do Derick, doc, 2020 e Meia Lua Falciforme, 2020; Rosa caldeira – homem trans, diretor e fotógrafo no filme perifericú (curta-metragem de 2019, vencedor de 25 prêmios), é integrante da produtora maloka filmes; Cauê Monteiro – transmasculino – na direção e fotografia em: “Benção” – curta, 2017; “A Outra Metade do Dia” – curta, 2016; “Fuga” – curta, 2016; “055769” – curta, 2016; “Saturno” – curta, 2016; “Por Todas Elas” – curta, 2016; XisGenera: Produtora audiovisual/fotografia de transmasculines. Responsáveis são os trnasmasculinos: Bernoch, Rafael Tayslan e Vitor Monteiro e Ariel Nobre, homem trans – idealizador do Projeto Preciso Dizer que Te Amo - campanha de valorização da vida de homens trans desde 2015. Em 2018, realizou o curta-metragem de mesmo nome que ganhou em 2019 o Prêmio de Melhor Filme no Goiânia Mostra Curtas e foi indicado ao Grande Prêmio do Cinema Brasileiro.

Para concluir: representatividades transmasculinas importam

A análise das produções audiovisuais me possibilitou encontrar os seguintes discursos: as narrativas audiovisuais sobre pessoas trans, priorizam questões relacionadas ao corpo, indicando que toda pessoa trans sente a necessidade de mudá-lo a qualquer custo. Porém, não é bem assim, nem toda pessoa trans quer realizar mudanças corporais, e as mudanças em relação ao gênero nem sempre é sobre mudar o corpo. Assim como já disse Preciado (2020, p. 34) que uma transição de gênero é uma viagem marcada por múltiplas fronteiras, e ele

nunca viajou tanto quanto nos meses da parte mais abrupta de sua transição e do processo de busca por um nome.

Homens trans e pessoas transmasculinas não nasceram em corpos errados, é a categorização social da caixinha binária de gênero, que está errada. Não se pode dizer que existem corpos errados porque simplesmente não existem corpos certos (LANZ, 2014, p. 161). O corpo trans é um corpo abjeto. E não importa o quanto modificamos o nosso corpo, ele sempre vai estar errado para o corpo social hegemônico. As relações de gênero são corporificadas, homens trans e pessoas transmasculinas não nascem em corpos errados, a sociedade é que está errada. O corpo social hegemônico é que precisa ser ajustado e modificado, pois os corpos já nascem certos sendo do jeito que eles são, sejam eles do jeito que forem (LANZ, 2014, p. 382).

O audiovisual, além de outros vieses artísticos nos permitem que as nossas subjetividades contem histórias. Nossos corpos são artes, políticas, e existem e resistem. Arte e produções audiovisuais nossas como resistências contra todas as tecnologias de poder do sistema binário e normativo vigente. Como já disse a artista trans Renata Carvalho (2020: 108): “Porque a arte, sim, pode tudo; mas os artistas, definitivamente, não”.

Referências

CARVALHO, Renata. **A transfobia recreativa e o corpo risível**. In: ANTRA/IBTE. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. 2ª edição. Curitiba: Movimento Transgente, 2017. 456p.

LOURO, Guacira. **Cinema & Sexualidade. Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 81-98, jan./jul. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NERY, João W. **Transmasculinidades: invisibilidade e luta.** João W. Nery. In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1. Ed. – São Paulo: Alameda, 2018. 536 p.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s).** VI Congresso SOPCOM, Abril de 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 23 Fev. 2021.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

REPRESENTAÇÃO CULTURAL E RECONHECIMENTO DA BISSEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DO FILME MINHA MÃE É UMA PEÇA 2

Fernanda Santos Rossi

*Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, oinandarossi@gmail.com; Bolsista Capes.
Orientador: Prof. Dr. Ercio Sena.*

Resumo

Este trabalho analisa significados culturais da bissexualidade na representação do filme *Minha Mãe É Uma Peça 2* e constrói relações críticas com a luta por reconhecimento deste grupo. Destacamos a autora Shiri Eisner (2013) com seus conceitos ao redor do tema da bissexualidade e os autores Stuart Hall (2016) e Axel Honneth (2009) para compreender os conceitos de representação e reconhecimento, respectivamente. Abordamos a representação como propositiva e circuladora de significados que auxiliam na formação dos conceitos acerca da bissexualidade e, por consequência, no tratamento que recebe no cotidiano. Estes significados culturais da bissexualidade — muitas vezes moldados pelos estereótipos — podem contribuir para a marginalização e o apagamento deste grupo. Analisamos o filme *Minha Mãe É Uma Peça 2* (2016) através das cenas que mencionam a bissexualidade da personagem Juliano (Rodrigo Pandolfo) e da fortuna crítica do produto audiovisual. Observamos em *Minha Mãe É Uma Peça 2* a ausência de relações com a luta por reconhecimento da bissexualidade e o uso de estereótipos e tentativas de apagamento bissexual como um dos principais artifícios cômicos do filme. Consideramos a presença destacada de exigências por representações midiáticas na luta por reconhecimento da bissexualidade, mas também

trazemos as críticas que apontam os limites da luta por reconhecimento como um todo, propondo um horizonte radical em suas políticas.

Palavras-chave: Representação, Estereótipo, Bissexualidade, Luta por reconhecimento, Minha Mãe É Uma Peça 2.

Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, que teve como resultado uma dissertação defendida em 2020. Parte da pesquisa foi uma análise dos significados culturais da bissexualidade na representação do filme *Minha Mãe É Uma Peça 2* e em sua fortuna crítica, articulando-a criticamente ao debate com a luta por reconhecimento da bissexualidade. Interpretamos que *Minha Mãe É Uma Peça 2* não se articula à luta por reconhecimento da bissexualidade e oferece o uso de estereótipos e tentativas de apagamento bissexual como um dos principais artifícios cômicos do filme.

Minha Mãe É Uma Peça 2 é uma comédia brasileira de 2016, uma autoria de Paulo Gustavo e dirigido por César Rodrigues. É o segundo filme de uma trilogia e a segunda maior arrecadação de bilheteria do cinema brasileiro, perdendo somente para *Minha Mãe É Uma Peça 3*, lançado em 2019. O filme é a continuação da história de Dona Hermínia e sua família, cuja história do primeiro filme é resultado de uma peça de teatro inspirada na mãe do autor e ator principal, Paulo Gustavo. No segundo filme, o enredo principal nos apresenta essa mãe preocupada com o momento da saída dos filhos de casa. Parte relevante da história é, também, a sexualidade de Juliano (Rodrigo Pandolfo).

No início do filme, Juliano está à mesa com sua mãe e sua irmã. A irmã expõe a sexualidade do irmão na conversa e ele se declara bissexual. No primeiro filme, a homossexualidade era a declaração de Juliano. Agora, Dona Hermínia se surpreende com a fala de seu filho e o responde com deboche e repressão. É uma cena de humor, inaugurando uma série de cenas cômicas, como esquetes, que representam as mudanças na sexualidade de Juliano e o consequente desespero de Hermínia. No terceiro filme, Juliano declara que irá se casar com o seu namorado do primeiro filme e não há menções à bissexualidade ou à forma que Juliano foi tratado no longa anterior, sendo representado como homossexual assim como no primeiro filme.

Há oito cenas com o tema da sexualidade de Juliano no filme, que tem uma hora de vinte e oito minutos de duração. Em sete delas, Dona Hermínia demonstra revolta ou tentativa de eliminação da bissexualidade do filho. Shiri Eisner (2013) explica que a bissexualidade é a atração afetiva-sexual para além de um gênero, e, juntamente a Kenji

Yoshino (2000), compreendemos que pessoas bissexuais compõem um grupo subalternizado que escapa de uma lógica heteronormativa e binária e que, dentre outras opressões, sofre dinâmicas específicas de apagamento e estereotipagem.

Portanto, ao ser representada midiaticamente, a bissexualidade também pode ser caracterizada de formas mais ou menos abrangentes e mais ou menos próximas às visões discriminatórias e hegemônicas socialmente. Trabalhamos a comunicação por um estudo de teorias da representação, compreendendo as construções de significados culturais e midiáticos e sua função nas relações sociais com o diferente. Tratamos das representações da diferença, com foco no debate dos estereótipos através de Stuart Hall (2013) e Richard Dyer (1999), principalmente.

Estudamos a teoria da luta por reconhecimento (Axel Honneth, 2003) como o processo pelo qual os sujeitos, articulados com os movimentos sociais, tentam recuperar seus reconhecimentos subjetivos negados. Debates os limites da luta por reconhecimento através de autores como Vladimir Safatle (2015) e Nancy Fraser (2006), críticos da luta por reconhecimento em sua vulnerabilidade à apropriação e neutralização pelas políticas neoliberais, tornando o reconhecimento como luta de caráter individual e afirmativo, distante de objetivos coletivos e transformativos, característicos de uma luta por redistribuição.

Metodologia

Escolhemos a análise de conteúdo dos campos midiáticos propositivos e debatedores da representação como metodologia, justificando tal escolha na possibilidade de sua aplicação em objetos de naturezas distintas, como é aqui o caso. Dentro da análise de conteúdo, selecionamos a técnica da análise categorial feita a partir de uma seleção temática, como sugerido por Laurence Bardin (2016). Construímos uma análise qualitativa, relacionando as representações aos significados da bissexualidade como uma primeira categoria e à luta por reconhecimento como segunda, com apoio nas fortunas críticas do objeto audiovisual. Recolhemos e analisamos todas as cenas que mencionavam a palavra bissexualidade ou suas variações. Recolhemos e analisamos toda a fortuna crítica em torno do filme, selecionando também aquelas que mencionavam a palavra

bissexualidade ou suas variações. Como foi apontado, fizemos uma articulação entre texto audiovisual, textos críticos e nosso referencial teórico, analisando esse conjunto em relação à representação em si, mas também em suas relações com suas dimensões sociais. Assim, podemos responder à nossa pergunta: como esses campos midiáticos recorrem aos significados da bissexualidade em suas narrativas, propondo formas de representação deste grupo e se relacionando com questões contemporâneas de reconhecimento?

Resultados e discussão

Em *Minha Mãe é Uma Peça 2*, logo após a primeira discussão em torno da bissexualidade de Juliano, os dois irmãos saem da mesa e Hermínia, sozinha, reclama que ele está perdido: “‘Tá’ perdido, isso sim! Uma hora quer homem, outra hora quer mulher, cada hora quer uma coisa, confundindo a gente! Arrumar um emprego mesmo é que não quer! Vagabundo! ‘Tô fora!”. Hermínia, em uma cena em um programa de televisão que apresenta, recebe uma convidada para conversar sobre a pauta “Meu filho vive correndo atrás da empregada”. Contudo, a personagem muda a pauta para “Meu filho cismou que é bissexual e minha filha inventou que é atriz”. Após o programa, Hermínia comenta com uma funcionária do estúdio que suas crianças estão todas perdidas.

Em outro momento, Hermínia comenta com sua tia que Juliano está perdido pois “cismou que é bi”. Sua tia exclama “liiiiih!” e as duas comentam sobre o pai intervir. Em mais uma cena, na qual Juliano é reprimido por estar com uma mulher, o rapaz sai do ambiente reclamando e chorando. Neste momento, se inicia uma trilha cômica e Hermínia diz que ele está “todo confuso”. Em uma das cenas finais, Hermínia está em um avião e diz ao homem ao seu lado (que é o marido de Paulo Gustavo, Thales Bretas, interpretando a si mesmo), que adoraria ver seu filho com um rapaz como ele, mas que ele “cismou que quer ser hétero agora”. Ela conclui dizendo que se Juliano o vir, ela acredita que ele “volta atrás na hora”.

Em texto do portal G1 em parceria com o Cineweb, com o título: “‘Minha mãe é uma peça 2’ limita-se a repetir a fórmula do primeiro filme”, de autoria de Alysson Oliveira, vemos que Hermínia tenta pautar em seu programa os “problemas” dos filhos. No caso de Juliano, o fato que se assumiu gay mas “agora tem dúvidas sobre sua sexualidade e

cogita ser bissexual”. O texto também cita os problemas de sua irmã Marcelina (Mariana Xavier), que “está sem rumo na vida e não para de comer”. Já o texto do blog Cinéfilos, por Jornalismo Júnior, com o título “Risos e papos sérios em ‘Minha Mãe É Uma Peça 2’” declara que “[...] as piadas com a sexualidade de Juliano são um tanto quanto problemáticas”. A crítica aponta que Hermínia possui dificuldade de aceitação do relacionamento de Juliano com mulheres, não compreendendo a bissexualidade em si e “tratando a como indecisão.”

Em referência a esse grupo de cenas e narrativas, podemos classificá-lo relacionando-o ao significado social da bissexualidade que denominamos “confusão temporária”, em referência ao estereótipo trabalhado por Eisner (2013), que consiste na crença e propagação da bissexualidade como indecisão e fase. As reações das pessoas ao redor de Juliano demonstram uma incredulidade em sua autodefinição e em suas práticas, ou seja, sua identificação é equivocada e condescendentemente é necessário alertá-lo deste problema.

Antes dos primeiros quinze minutos do filme, Juliano afirma ser bissexual e não demonstra confusão nas cenas seguintes, ainda que bem-vinda e legítima como parte da experiência bissexual ou de qualquer outra experiência sexual. A confusão, afirmada com frequência, aparece nas palavras de Hermínia e se firma narrativamente como a principal questão de Juliano no filme, uma vez que sua perspectiva sobre si mesmo não pode ser comparada ao número de declarações sobre a visão de sua mãe sobre seu filho.

Assim, sendo a personagem principal a controladora da narrativa e da vida dos filhos, Juliano aparece, através de sua mãe, confuso com sua bissexualidade declarada. Hermínia, central e ainda interpretada pelo autor de sua própria história, torna-se elemento, mesmo interno à narrativa, que compartilha dos domínios de poder dos discursos daquele universo, delimitando em sua visão de mundo uma representação privilegiada (Hall, 2013) do filme em relação aos seus acontecimentos e personagens.

No terceiro e último filme da franquia, Juliano não menciona sua bissexualidade ou tece qualquer comentário sobre se atrair ou se relacionar com outros gêneros. Não há resolução de todo o embate cômico das oito cenas do segundo filme. Não apresentar tais comentários no terceiro filme e ignorar a bissexualidade de Juliano que surge no segundo filme não é uma “não mensagem”, não é um apagamento sem significado. Esse apagamento carrega em si o significado

da confirmação da confusão superada de Juliano, da fase engraçada e perdida pela qual ele passou e que, enfim, se encerra com um retorno ao namorado do primeiro filme e a celebração de um casamento (ainda que indigno da afronta de um beijo).

Em outra cena, Dona Hermínia declara que seu filho, por se declarar bissexual, “não tem modos, não tem nada! Não tem limite!”. Em outra cena, Juliano está com sua mãe em uma boate, observando Marcelina que beija um rapaz que Hermínia havia apresentado a ela. Juliano reclama que sua mãe não o apresenta a ninguém ali, ao que ela responde: “Ué, Juliano, você cada hora fala que quer uma coisa. Vou sair gritando na boate quem é bi?”. Aqui relacionamos à representação da bissexualidade ao significado social de uma sexualidade moralmente perigosa, explicado por Eisner (2013) como uma promiscuidade, infidelidade e necessidade de se relacionar com várias pessoas ao mesmo tempo como característica colada à bissexualidade.

Então, para além da compreensão incorreta de que pessoas bissexuais se relacionam somente entre si ou que em cada momento da vida podem escolher somente um gênero para seus relacionamentos, Hermínia também relaciona a sexualidade de Juliano a um excesso, a uma sexualidade sem modos, segundo seu compasso moral. Não está errada em identificar a bissexualidade ou a atração para além de um gênero como uma expressão que atravessa os limites do permitido na expressão da sexualidade humana, porém, para Hermínia e o sentido hegemônico social (Eisner, 2013), a ultrapassagem desses limites é perigosa e é necessária sua contenção. No filme, Hermínia declara estar incomodada com o fato de que estava acostumada à homossexualidade de seu filho, algo que enxerga como uma superação ou hercúlea jornada, e que agora não tem disposição para começar mais uma. O que esse e outros diálogos representam, contudo, é que sua principal preocupação é com a perda de Juliano com uma sexualidade que, descontrolada em sua natureza, desequilibrará a vida de seu filho por completo.

Em mais uma cena de *Minha Mãe é Uma Peça 2*, Juliano chega em casa com uma mulher. Eles se beijam intensamente na cozinha, derrubam objetos e Dona Hermínia acorda e os reprime de imediato. Em declaração transfóbica e segurando uma colher de pau, Hermínia o questiona sobre a mulher: “O que é isso? É homem?”, ao que Juliano responde ser uma mulher e que ele a contratou. Sua mãe diz que certamente ele a contratou porque uma mulher não se relacionaria

com ele. Hermínia afirma que ele é gay. Juliano reprime a fala da mãe: “Mãe! Shiu!”, e a mulher responde “Ihh, sabia!”. Hermínia pede à mulher para falar a verdade a Juliano – que ele é gay, ao que ela responde que não é paga para falar verdade. Então, ela diz que é mentira, que “eles gostam” sim.

O portal Divirta-se Mais explica que Hermínia “[...] surta com a alegada bissexualidade do filho”. A construção “alegada bissexualidade” indica uma possível falsidade da bissexualidade de Juliano, ainda que de forma sutil. Na cena do filme, Juliano tem sua experiência com aquela mulher vista como absurda, deslocada e ilógica, mesmo tendo se declarado bissexual anteriormente. Sua mãe não legitima sua fala e, menos ainda, suas atitudes, impondo ao filho o que ela crê ser a realidade. Hermínia grita a verdade da sexualidade de Juliano para ele e, como seu filho não a escuta, convida a mulher com a qual ele estava se relacionando na cena para contar-lhe a verdade, junto a ela.

É preciso comunicar a Juliano sua confusão, seu desvio de uma narrativa que sua mãe aceitava, como se dois “desvios” com os quais ela tem que lidar, em sequência, não fossem permitidos em sua casa. Parece ser fundamental que Juliano seja gay, já que Hermínia parece não poder ter dois trabalhos de aceitação seguidos um do outro, seu esforço não pode ser em vão e Juliano não pode surpreendê-la tanto assim, pois ela já se encontra exaurida. Juliano não insiste na defesa de sua sexualidade nesta cena, nem é convidado à fala.

Na narrativa do filme, esta cena parece representar uma confirmação suficiente da confusão de Juliano, seu silêncio e constrangimento se apresentam como provas de que Hermínia está correta e ele está sim, perdido e confuso. Acreditamos ser insuficiente o silêncio como resolução de um debate delicado como esse, pois, sendo a confusão legítima e também parte da experiência bissexual – não parece haver vantagens na negação completa desse estereótipo (Eisner, 2013) –, o silêncio de Juliano, possível confirmador de uma confusão, não suscita a ideia de uma confusão legítima e comum entre sexualidades também legítimas, mas sim como uma confirmação da regra da ilegitimidade e inexistência da bissexualidade. Ali, é forte o significado de falsidade que a bissexualidade representa.

Identificamos a prática dos estereótipos abordados por Eisner (2000) de que a pessoa bissexual é verdadeiramente homo ou heterossexual ou pode escolher entre um e outro. Assim, a bissexualidade surge como uma fase transitória, fora de hora e lugar, inconveniente

e não são apresentados legitimações e acolhimentos da possibilidade de existência de instabilidade e fluidez na sexualidade.

Seguindo com as cenas de Minha Mãe é Uma Peça 2, trazemos novamente a exposição da sexualidade de Juliano feita por sua irmã Marcelina e que, em seguida, ele se declara bissexual. Marcelina diz que tem uma novidade de Juliano, que pede para que ela não fale nada. Marcelina diz que ele “mudou de time”, “passou para o outro lado” e “agora é hétero”. Juliano abaixa a cabeça, solta as mãos sobre a mesa e suspira “meu deus”. Hermínia pergunta “que história é essa de hétero”, se isso é “coisa do pai dele” (como influência) e “desde quando ele é hétero”. Juliano responde que seu pai não tem nada com isso, aumenta o tom e diz que não é hétero. Em outro momento, Hermínia também diz ao filho para “não inventar esse negócio de hétero”, que ela “dá na sua cara”.

Com uma trilha sonora cômica, Juliano aparece em um restaurante com seu pai e sua mãe. Hermínia pergunta se o pai acha certo Juliano levar mulher para dentro de casa, ao que ele retorna a pergunta, dizendo se ela gostaria que ele levasse homem para a casa. Hermínia responde positivamente pois já está acostumada a isso e agora precisa se habituar a uma nova realidade. O pai de Juliano diz que é um exagero dela e pede que ela o deixe experimentar, pois “vai que ele gosta”. Hermínia responde que isso não tem futuro. Em meio ao diálogo, Juliano não diz nada e somente demonstra desconforto. A conversa muda de assunto e adota um tom dramático (uma trilha dramática se inicia) quando o pai de Juliano anuncia que o filho irá morar em São Paulo, onde a irmã foi morar recentemente, deixando a mãe sozinha. O assunto da bissexualidade não retorna.

Nas críticas ao filme, encontramos algumas versões diferentes na referência à bissexualidade de Juliano. Em algumas sinopses, como no site Papo de Cinema, a construção a seguinte: “Para piorar ainda mais, Marcelina decide ser atriz e Juliano assume ser bissexual.” Aqui, após listar os novos problemas de Hermínia, incluem a nova carreira de Marcelina e a bissexualidade de Juliano como mais dois deles. O site Cinematecando faz construção semelhante. Dizem que Hermínia quer cuidar de seus filhos, “[...] que só lhe dão trabalho: Marcelina (Mariana Xavier), que decide ser atriz, e Juliano (Rodrigo Pandolfo), que se descobre bissexual. A partir dessas informações, sua vida vira de cabeça para baixo [...]”. Já o Jornal Metro escreve que “[...] a protagonista fica ainda mais preocupada com os problemas dos filhos

Marcelina (Mariana Xavier), que decide ser atriz, e Juliano (Rodrigo Pandolfo), que se descobre bissexual.”

Em outras sinopses, porém, a bissexualidade de Juliano é tratada como problema, mas também como uma escolha, como nos portais Gazeta Online e Contigo, por exemplo, e no site Observatório do Cinema, em que o trecho é o seguinte: “Dona Hermínia (Paulo Gustavo) continua hilária, irreverente e muito preocupada com os problemas da família: Marcelina (Mariana Xavier) decide ser atriz e Juliano (Rodrigo Pandolfo) bissexual”. E completam a lista de problemas com outras tramas do enredo. Em geral, as sinopses ora dizem que Juliano decide ser bissexual, em sua escrita literal, ora optam pela supressão de qualquer outro verbo na mesma frase, o que sugere que assim como Marcelina decide ser atriz, Juliano decide ser bissexual. O portal Metrôpoles, por sua vez, descreve de mais uma maneira a questão: “O longa traz poucas inovações. Juliano, o filho mais velho, não é mais gay. Virou bissexual”.

A bissexualidade de Juliano, declarada com esses termos por ele, é considerada heterossexualidade por seus familiares. “Mudar de time” significa escolher outra coisa, o outro lado, e pode se referenciar às pessoas bissexuais em todas as vezes que se declararem como tal ou que se relacionarem com pessoas de gêneros diferentes do que se relacionou anteriormente. “Mudar de time”, contudo, ainda que faça referência à bissexualidade não significa bissexualidade, significa abandonar um lado do binário da orientação sexual (ou de gênero, em referência que também é feita às pessoas trans) e se deslocar para outro. Esperam de Juliano um comportamento novo em sua sexualidade, em sua linguagem, em seu modo de vida, pois esperam um abandono de sua expressão anterior para a chegada de outro Juliano que seus familiares não conhecem – o heterossexual, com todas as formas de expressão normativas da heterossexualidade.

Consideramos que essas cenas compartilham o significado da bissexualidade que chamamos aqui de possibilidades de escolha, em relação ao estereótipo trabalhado por Eisner (2013) que traduz a tentativa de enxergar as sexualidades como imutáveis e constituídas ao nascimento, como uma estratégia política frequente. Se não é uma escolha, devemos nos “conformar”, mas, no caso da bissexualidade, a escolha está marcadamente ligada a ela, visto que de algo inexistente e inconsistente, devemos sair o quanto antes, escolhendo uma dentre nossas possibilidades de atração. Juliano não se declara heterossexual

nem diz estar em dúvidas entre ser homo ou heterossexual. Existindo somente duas opções (ainda que levada em consideração para poder ocupar o lugar da abjeção, no caso da homossexualidade), é certo que Juliano está em transição para a heterossexualidade, por influência ou confusão, e que sua missão se tornará falha, visto que é verdadeiramente homossexual. Contudo, sua escolha desagradável pode ser facilmente retornada para a outra escolha, a anterior, como uma questão já superada, uma característica já tolerada pela sua família que não parece estar disposta ao esforço da aceitação novamente.

O contexto geral da representação da bissexualidade em Juliano expõe a prática do apagamento bissexual em suas mais diversas manifestações: percebemos o apagamento na esfera pública e cultural (Eisner, 2000) por uma representação conturbadamente presente no segundo filme, mas abandonada e descartada no terceiro. Também associamos dada representação à categoria do apagamento bissexual na esfera privada (Eisner, 2000), que dialoga com o apagamento individual conceituado por Yoshino (2000), pois o que dizem de Juliano sobrepõe o que ele diz de si mesmo. Essa prática funciona pela presunção constante de uma heterossexualidade ou na suspeita de uma homossexualidade, vindas de familiares e pessoas próximas.

Na representação proposta pelo filme *Minha Mãe É Uma Peça 2*, a personagem Dona Hermínia se irrita com a declaração de que seu filho Juliano seria agora bissexual, alegando que estava acostumada à sua homossexualidade. Identificamos, também, as práticas de apagamento categórico, individual e deslegitimação nos conceitos de Yoshino (2000). O apagamento é categórico uma vez que no universo do filme, a categoria bissexual não possui existência material para suas personagens. Por fim, a deslegitimação surge como prática de colagem de significados negativos à bissexualidade em si, rechaçada em absoluto nas cenas do filme.

Também percebemos o uso dos estereótipos na trama. Trabalhamos o estereótipo como algo diretamente relacionado a questões sociais e culturais. Hermínia aciona diversos estereótipos para combater a bissexualidade de seu filho e demonstrar seu incômodo. Esses usos dos estereótipos não consistem em sua problematização, apropriação ou subversão, como Eisner (2013) sugere como posturas estrategicamente melhores para uma articulação política da bissexualidade. Apegada e controladora em relação à sua família, a personagem parece somente enxergar Juliano como estrangeiro,

como caráter fundamental daquele que é estereotipado (Lippman, 1922; Dyer, 1999). Ou seja, a personagem, que se encontrava na familiarização da homossexualidade do filho, no caminho da aceitação completa de algo estrangeiro, se vê posicionada no início do caminho novamente com a declaração da bissexualidade de Juliano. Mais uma vez, Hermínia se depara com o outro, o distante, aquele que não compreende e conhece somente através dos estereótipos, que tanto os replica em sua defesa, na tentativa de manutenção da sua família como já conhece.

Também identificamos o debate da luta por reconhecimento da bissexualidade como ausente dentro e fora da tela. Embora reconheçamos dinâmicas do reconhecimento, através de sua ausência, dentro da narrativa de *Minha Mãe é Uma Peça 2*, não encontramos presença relevante do debate da luta por reconhecimento da bissexualidade nos textos críticos ao filme. Encontramos, por sua vez, um debate do terceiro filme, com cobranças de uma representação mais adequada de Juliano e seu marido (namorado no primeiro filme e ausente no segundo), na perspectiva da luta por reconhecimento nos termos da homossexualidade.

A bissexualidade, por sua vez, não alcança sequer o lugar do debate, visto que os textos críticos em sua maioria não problematizam a representação da bissexualidade no segundo filme, mesmo com sua forte presença na trama e nem o autor cita a questão. Não há menção aos acontecimentos turbulentos do filme anterior e nem qualquer menção à bissexualidade no terceiro filme. Nos sentidos possíveis que a representação transmite em sua circulação, a ausência de problematizações da representação da bissexualidade nos filmes da franquia nos indica um sucesso da provável intenção representativa predileta (Hall, 2016) da bissexualidade proposta por Paulo Gustavo: a comicidade sem qualquer intuito ou preocupação de envolvimento com a luta por reconhecimento deste grupo. Já no que tange a homossexualidade, sua preocupação é declarada, mas tão insuficientemente politizada que não almeja desafiar, nem mesmo com tentativas de remédios afirmativos (Fraser, 2006), os incômodos de uma audiência conservadora que, em suas roupagens liberais, tolera uma cerimônia de casamento entre dois homens – mas jamais um beijo ou um desvio do tamanho da bissexualidade.

Considerações finais

Consideramos que é possível propor representações da bissexualidade que não tenham o uso dos estereótipos e consigam construir representações mais complexas, no limite possível que suas estruturas permitem ficcionalizar, trazendo em si um pouco daquilo que se é ou se pode ser: fluidez, não-binariedade, confusão, liberdade, lugares outros e não-lugares. Margens a serem afastadas e alargadas. Mesmo assim, parece haver mais facilidade no uso simples e acrítico dos estereótipos, em uma ficcionalização o mais distante possível daquilo que o grupo das pessoas bissexuais exige e almeja, como em *Minha Mãe é Uma Peça 2*. O debate da representação é relevante porque constitui quem somos e como nos relacionamos com o mundo. Assim, a exigência por representações consideradas mais adequadas não precisa ter uma dimensão única e não precisa ser um objetivo único ao pensarmos em comunicação e bissexualidade. Se a comunicação é um problema sensível a este grupo, como vimos sobretudo pelo seu apagamento sistemático, pensamos que a comunicação pode significar, além de crítica e exigências, contraposições, apropriações, modificações dos significados culturais da bissexualidade para além daqueles propostos por aqueles que produzem e distribuem com mais frequência. A representação, com seus estereótipos e significados sociais podem ser o ponto de partida de uma reflexão que, a partir da comunicação, faz entender a posição da bissexualidade na sociedade, compreendendo-a de forma crítica e tentando estratégias para sua transformação.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. “**Minha mãe é uma peça 3**” já é o filme brasileiro com a maior bilheteria da série histórica. 2020. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/minha-mae-uma-pe-3-j-o-filme-brasileiro-com-maior-bilheteria-da-serie-hist>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições, 70, 2016.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CINEWEB. Crítica: **Minha mãe é uma peça 2**. 12 dez 2016. Disponível em: http://cineweb.com.br/filmes/filme.php?id_filme=5584 Acesso em: 23 mai. 2020.

DAEHN, Ricardo. Paulo Gustavo estreia com 'Minha mãe é uma peça 2'. **Divirta-se mais**. 23 dez 2016. Disponível em: http://df.divirtasemais.com.br/app/noticia/cinema/2016/12/23/noticia_cinema,158046/paulo-gustavo-estreia-com-minha-mae-e-uma-peca-2.shtml. Acesso em: 25 mai. 2020.

DYER, R. The Role of Stereotypes. In MARRIS, P.; THORNHAM, S. **Media Studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DEMEROV, Barbara. Crítica: Minha Mãe é uma Peça 2. Cinematecando. 13 dez. 2016. Disponível em: <http://cinematecando.com.br/critica-minha-mae-e-uma-peca-2/> Acesso em: 25 mai. 2020.

EISNER, Shiri. **Bi: notes for a bisexual revolution**. Califórnia: Seal Press, 2013.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition**. New York: Verso, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIPPMANN, Walter. Estereótipos. Parte 3. In: **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 1993. **MINHA mãe é uma peça 2**. Direção de César Rodrigues. Brasil: Migdal Filme, 2016. DVD (88 min.).

SAFATLE, V. **Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento.** São Paulo: Lua Nova, 2015, n. 94, p. 79-116.

SERELLE, Marcio; SENA, Ercio. **Crítica e reconhecimento:** lutas identitárias na cultura midiática. In: Encontro Anual da Compós, 27., 2018, Belo Horizonte, MG. SILVERSTONE, R. ***Complicity and Collusion in the mediation of everyday life.*** New Literary History, 2002, 33. p. 761-780.

YOSHINO, K. ***Epistemic contract of bisexual erasure.*** Stanford: Stanford Law School, 2000.

A SIGNIFICÂNCIA DO CASAMENTO PARA A MULHER EM “A HISTÓRIA DE UMA HORA”

Giovane Alves de Souza

Mestre em literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Conceito CAPES 4. Graduado em Letras com habilitação em Língua Inglesa pela mesma instituição. E-mail: giovane.official@hotmail.com.

José Vilian Mangueira

Possui graduação em Letras - habilitação em Língua Inglesa - pela Universidade Federal da Paraíba (2004), graduação em Letras - habilitação em Língua Portuguesa - pela Universidade Federal da Paraíba (1999). Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2003) e Doutorado em letras também pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Foi professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E atualmente trabalha como Professor Titular na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: vilian_mangueira@yahoo.com.

Resumo

Este trabalho investiga a posição do sujeito feminino no casamento em “A história de uma hora”, conto de Kate Chopin, uma vez que a narrativa reflete os significados apresentados na realidade da instituição do casamento para as mulheres americanas do século XIX, expondo uma representação do funcionamento da sociedade em questão, de acordo com o que se esperava da mulher. Inicialmente, propomos uma análise da delimitação das funções dos sexos elencadas pela sociedade greco-romana à luz de Foucault, e as sua influência na sociedade ocidental contemporânea, indo até os pensamentos de Virginia Woolf sobre a mulher e literatura, e, em diante, atentaremos, também, para as contribuições teóricas de Judith Butler. Com isso, objetivamos realçar os sentimentos da protagonista da história no decorrer

da narrativa, desde o momento em que ela recebe a notícia da morte de seu marido, até quando lhe é explicitado que ele, na verdade, não chegou a falecer. Ademais, atentaremos para os sentimentos expressados pela protagonista da história quando ela se vê fora da relação marital, uma vez que tal fator traz a sua carga de influência para os acontecimentos do conto. Por fim, buscaremos compreender as configurações do relacionamento entre marido e mulher na trama, e a significância deste relacionamento para ambos, principalmente para a mulher, bem como trazer possíveis interpretações sobre os acontecimentos que permeiam a história em questão de acordo com os sentimentos expressados pela protagonista. Nosso referencial teórico-metodológico será Foucault (2007), Woolf (2014) e Butler (2016).

Palavras-chave: Mulher, Casamento, Kate Chopin.

Introdução

Ao longo da história, estabeleceram-se preceitos referentes ao posicionamento do sujeito na sociedade, que constituíram o lugar de pertencimento dos indivíduos de ambos os sexos. Tais preceitos abrangem as funções destes indivíduos no espaço público e privado, como no casamento, por exemplo, instituição na qual se refletem questões como quem deve cuidar da casa, quem deve sair para trabalhar, e a quem é instituída a educação e os cuidados sobre os filhos.

Para Butler (2016), a noiva tem a função de relacionar os mais diversos grupos de homens, posto que ela não possui uma identidade própria, mas sim, *reflete* a identidade do sujeito masculino (Cf. BUTLER, 2016, p. 77). Posteriormente, como esposas, elas não somente asseguram a reprodução dos nomes, como também permitem o intercuro entre estes “clãs de homens” (Cf. BUTLER, 2016, p. 77). Deste modo, fica evidente o funcionamento da instituição do casamento para homens e mulheres, no que compete aos seus respectivos papéis.

Esta constante não somente se apresenta na sociedade, como também na literatura, posto que a arte consegue, por vezes, representar a realidade em que vivemos, explorando os relacionamentos humanos e a maneira como nos comportamos em sociedade ao decorrer da história, de modo que se evidencia a moral, os costumes e preceitos dos indivíduos em diferentes épocas. Sobre esse papel da literatura, em *Literatura e sociedade*, Antonio Candido chama atenção para o fato de a obra de arte possuir uma forte ligação com o contexto social, cultural e histórico em que ela foi produzida. Para que a obra seja melhor entendida, numa leitura que busca relacionar os fatores externos com os fatores internos, é necessário, segundo o estudioso, se fazer uma “interpretação dialeticamente íntegra” (Candido, 2000, p. 4), fundindo texto e contexto. Ainda sobre esse aspecto da construção literária, Ruth Silviano Brandão assim se posiciona:

Há um diálogo de textos e leituras que nos permitem considerar a literatura como uma produção simbólica, cultural, que não existe só no registro imaginário do autor. Ela pode-se conceber como um grande corpo estruturado, dentro e fora de uma mesma sociedade ou nacionalidade. Aqui o conceito de autoria é

pensado de diversa maneira, pois não se conta apenas o discurso exclusivo do autor. Este se insere em outro lugar e dialoga sem cessar com outros discursos, mesmo que isso se faça de forma inconsciente (2006, p. 29).

Posto isso, objetivamos analisar o posicionamento do sujeito feminino no casamento em “A história de uma hora”, conto da escritora Kate Chopin, de modo que nos seja viável analisar o relacionamento entre marido e esposa e possíveis interpretações acerca dos acontecimentos da trama, levando em consideração, ainda, o período em que a obra foi lançada e a significância da instituição do casamento para a personagem feminina. Para tal, iniciamos o nosso trabalho tratando do lugar de pertencimento da mulher na sociedade ocidental ao longo da história; e, posteriormente, partimos para a análise do conto em questão.

A mulher e o seu lugar de pertencimento: referencial teórico

Em *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*, Foucault atenta para o funcionamento do relacionamento entre homem e mulher no casamento na Grécia Antiga e a sua influência na sociedade ocidental contemporânea. O estudioso evidencia a posição de cada um dos indivíduos nesta instituição, de modo que o homem se torna responsável por trabalhar e manter a ordem familiar, e a mulher preocupa-se em preservar o equilíbrio da casa.

As configurações do casamento na cultura greco-romana na Antiguidade foram moldadas de acordo com a cultura operante da época, ou seja, preceitos e crenças que fomentaram os pilares daquela sociedade. Com isso, Foucault evidencia que, para que cada qual pudesse exercer a sua função com excelência, homens e mulheres deveriam trabalhar em conjunto, unindo as habilidades dadas a eles pelos deuses. Dos homens, por exemplo, exaltavam-se os traços físicos, tais como a força, a habilidade de suportar o frio, calor, longas caminhadas, atentando para a sua facilidade em lidar com o “ar livre” (Cf. FOUCAULT, 2007, p. 142); já as mulheres, resignadas a trabalhar “abrigadas”, preocupavam-se em reear os gastos e a lidar com as provisões do lar (Cf. FOUCAULT, 2007, p. 142). Nas palavras do estudioso:

Em suma, a “divindade adaptou, desde o início, a natureza da mulher aos trabalhos e aos cuidados do interior, e a do homem àqueles do exterior”. Mas ela os armou também de qualidades comuns: posto que tanto o homem como a mulher, cada um no seu papel, têm “a dar e receber”, posto que, em sua atividade como responsáveis pela casa eles têm, ao mesmo tempo, que recolher e distribuir, receberam igualmente a memória e a atenção (FOUCAULT, 2007, p. 142).

Com isso, o teórico chama atenção para a maneira como as funções do sexo no casamento foram institucionalizadas, delimitando, deste modo, a função de cada um dos indivíduos de acordo com o seu sexo, no espaço do lar. Deste modo, o teórico evidencia que “cada um dos dois cônjugues têm uma natureza, uma forma de atividade” (FOUCAULT, 2007, p. 142), de modo que o uso de seus dons, atuando de forma concomitante, colaborariam para a edificação de um casamento equilibrado e para a manutenção do lar.

A influência de tais preceitos, contudo, colaborou para a perpetuação de uma vivência dissemelhante entre os sexos. Butler (2016), em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, afirma que algumas das explicações advindas dos estudos psicanalíticos argumentam que a feminilidade é baseada na exclusão do que seria o masculino, posto que o masculino é uma “parte” da composição psíquica bissexual dos indivíduos (Cf. BUTLER, 2016, p. 101). Posto isso, a teórica realça que

[...] a coexistência desse binário, e então intercedem o recalçamento e a exclusão, para fabricar, a partir dele, identidades de gênero distintas, com o resultado de que a identidade é sempre já inerente a uma disposição bissexual que, por meio do recalçamento, é separada em suas partes componentes (BUTLER, 2016, p. 101-102).

Assim, fica explicitado que tal ideia delimita a identidade do indivíduo feminino de acordo com uma suporta coexistência deste para com o indivíduo masculino, limitando a sua identidade e colocando-a em disposição de uma identidade já existente, que a destina a um espaço reservado à sua identidade.

Com isso, no decorrer da História, as oportunidades para homens e mulheres se deram de formas diferentes, uma vez que aquele dispunha

de mais liberdade para pôr em prática as suas vontades do que esta. Para exemplificar essa afirmativa, Virginia Woolf, em seu ensaio *Um teto todo seu* (1929), criou uma personagem chamada Judith, uma fictícia irmã de Shakespeare. Com ela, a escritora procurou demonstrar o que aconteceria com uma mulher tão talentosa quanto Shakespeare em uma sociedade patriarcal como a elisabetana:

O próprio Shakespeare frequentou, é provável – sua mãe era uma herdeira –, a escola, onde aprendeu latim, – Ovídio, Virgílio e Horácio – e os elementos da gramática e da lógica [...] Logo passou a trabalhar no teatro, tornando-se um ator de sucesso, e a viver no centro do universo, encontrando todo mundo, conhecendo todo mundo, praticando sua arte nos cartazes, exercitando as suas habilidades nas ruas, ganhando até mesmo acesso ao palácio da rainha. Enquanto isso, sua talentosa e extraordinária irmã, é de se supor, ficava em casa. Ela era tão aventureira, tão imaginativa, tão impaciente para conhecer o mundo quanto ele. Mas ela não frequentou a escola. Não teve a oportunidade de aprender a lógica e a gramática, que dirá de ler Horácio e Virgílio (WOOLF, 2014, p.70-71).

Woolf (2014) explica ainda que, mesmo pegando um livro ou outro (sendo eles de posse do seu irmão), logo ela seria interrompida pelos pais, e ela seria ordenada a coser ou fazer um guisado, de modo que ela tivesse que deixar de lado os livros e papéis (WOOLF, 2014, p. 71), não podendo, deste modo, explorar as suas habilidades artísticas. Tornando-se, por fim, uma mulher frustrada, Judith terminaria seus dias desonrada pela família, e morta em uma encruzilhada qualquer (*Ibidem*, p. 71). Segundo Virginia Woolf, esse seria o destino de uma mulher que resolvesse abandonar a vida pacata do interior para viajar para Londres, a fim de investir na escrita, como Shakespeare fez.

Deste modo, fica evidente que a vivência de homens e mulheres difere em diversos aspectos, tais como os apresentados acima, uma vez que são reservados espaços diferentes para ambos os sexos no cosmos social e no do lar. Posto isso, adiantamos que o casamento apresentado em “A história de uma hora” chama atenção para a delimitação destes espaços e, em vista disso, o casamento tem a sua diferente significância para a mulher, questão essa a que será analisada na seção a seguir.

A significância do casamento para o feminino em *A história de uma hora*: resultados e discussão

Embora os contos de Kate Chopin pareçam não tratar com grande destaque da mulher que busca se emancipar, ela aparece com toda sua força no romance *O Despertar*. Mas não se pode negar, todavia, que certos contos da escritora, mesmo aqueles de seu primeiro livro, trazem a temática da mulher à procura de uma independência. Essa emancipação é, comumente, identificada na tentativa da mulher deixar seu papel de submissão para iniciar uma nova vida longe da figura do marido. São exemplos dessa faceta feminista em Chopin os contos “A história de uma hora”, “Madame Célestin’s divorce”, “Athénaïse” e “In Sabine”, além do emblemático romance *O Despertar*. Os textos de Chopin que focalizam a mulher apontam para a vontade do feminino de autorrealização em áreas que se tencionaram com aspectos institucionalizados pelo patriarcado, como, por exemplo, no espaço criado pela instituição do casamento.

Dentre as obras da escritora que focalizam o tema casamento, é possível identificar dois tipos de mulheres. Uma que se vê perfeitamente inserida na instituição casamento, como o caso da personagem Adèle Ratignolle, do romance *O Despertar*; e outra que se sente descontextualizada dentro desta instituição, como exemplo máximo desta temos a protagonista do mesmo romance, Edna Pontellier. Ora, em se tratando do conto em análise, temos uma mulher inserida no casamento, vivendo uma existência dentro da normalidade, mas que, tendo a chance de se ver livre dele, demonstra não estar satisfeita com o que a instituição lhe oferece.

O conto, como bem afirmam os críticos da obra da escritora, é construído sob ironia. Isso se dá desde seu título – que mostra a vida da personagem resumida em uma hora de felicidade – até o diagnóstico do médico, na última linha da narrativa – que vê a morte de Louise como fruto da alegria de rever o marido, quando, na verdade, a morte parece ser causada por um sentimento oposto, fruto do curto período em que a protagonista pensava sobre a vida.

Diante do reconhecimento de que a morte do marido lhe traria uma nova existência, Louise Mallard pode enxergar para si uma vida que pertencia a si própria. Sabendo que ela vislumbra novidades positivas para sua viuvez, é possível afirmar, em um jogo de opostos,

que seu estado anterior, o de casada, se resumia a uma existência de entrega e abandono. Além disso, o casamento ainda é para esta mulher uma instituição que é regida pela figura masculina, fazendo com que a mulher nada mais fosse do que um reflexo daquele. Isso fica óbvio nas seguintes passagens: “Não haveria ninguém para viver por ela” e “Não haveria uma vontade poderosa dobrando a sua [vontade]” (CHOPIN, 1993, p. 353).

Esta parte da narrativa é responsável por trazer para o leitor uma definição do que vinha a ser a instituição do casamento segundo a visão da protagonista: “a persistência cega com a qual homens e mulheres acreditam ter o direito de impor uma vontade particular sobre o outro companheiro” (CHOPIN, 1993, p. 353). Embora o pensamento da personagem mostre que tanto o homem quanto a mulher impõem sobre o outro as suas vontades, temos que levar em conta o fato de que o texto foi escrito em um momento histórico-cultural totalmente regido pela ordem patriarcal, o que confere à mulher uma posição inferior diante das vontades do homem. No processo de reconhecimento da instituição do casamento, a personagem vai, aos poucos, assumindo uma nova personalidade, que se distancia da mulher passiva e submissa que ela mostrava ser anteriormente. A narrativa aponta essa mudança quando a protagonista deixa de ser chamada pelo sobrenome do marido, Mrs. Mallard, e passa a ser referida pelo seu verdadeiro nome, Louise. É como se, no processo de reconhecimento da liberdade, a personagem assumisse sua identidade primeira e anterior ao estado de casada.

Tal fator se dá através da noção de que, dentro da instituição do casamento, a mulher não tem espaço para reproduzir uma identidade própria, uma vez que cabe a ela reforçar a identidade do seu marido. Segundo Butler (2016), quando esposas, as mulheres não somente asseguram a reprodução do nome dos seus respectivos maridos, como também viabilizam o que seria um intercuro “simbólico” entre os clãs de homens (Cf. BUTLER, 2016, p. 77), o que resulta numa exclusão de sua própria identidade, a fim de arcar com a manutenção da identidade dos seus maridos. Assim, durante a narrativa, Mrs. Mallard se encontra em um momento de autodescobrimento com a notícia da morte de seu marido, e é possível presenciar a mudança na maneira como o narrador passa a tratá-la: ao invés de chamá-la de Mrs. Mallard, ela agora atende pelo seu primeiro nome, ou seja, não cabe mais a ela

reproduzir a identidade de seu marido, uma vez que ele morreu, mas sim, fazer, finalmente, uso da sua própria.

Assim, a personagem entra em contato consigo mesma, e tudo à sua volta parece refletir o lado bom de sua nova vida. Por esse motivo, ela passa a notar o mundo ao seu redor, e passa a enxergar as coisas em um aspecto positivo, como a relação desse processo com “a renovação da primavera” (CHOPIN, 2011, p. 80), estação do ano caracterizada pelo nascimento das flores, como se Louise estivesse, finalmente, “renascendo” para o mundo que lhe espera. Além disso, ela expressa sensações referentes aos sentidos do corpo humano, como o “cheiro gostoso da chuva” (CHOPIN, 2011, p. 80), que remete ao olfato; assim como a pessoa que expelia “notas distantes” (CHOPIN, 2011, p. 80) de uma canção, referindo-se à audição, ou até mesmo os “pedaços do céu azul aparecendo aqui e ali” (CHOPIN, 2011, p. 80), que remetem à visão. Com isso, é como se a personagem finalmente se compreende como ser vivo, e passasse a explorar todos os sentidos do seu corpo, que antes não havia tido a oportunidade de usar.

Louise passa, então, a beber do “próprio elixir da vida” (CHOPIN, 2011, p. 81), de modo que ela passa ganhar uma nova perspectiva sobre a vida e o tempo que ela ainda tem para aproveitar, uma vez que ela não precisará mais viver para ninguém além de si mesma. E esse processo influenciou até no seu próprio jeito de andar, como se a mesma fosse uma “deusa da Vitória” (CHOPIN, 2011, p. 81), como é dito no texto, simbolizando, assim, a conquista que seria para ela finalmente viver uma vida plena na qual apenas as suas próprias vontades importariam.

Voltando à maneira como a instituição casamento é analisada, o narrador focaliza o sentimento que Louise nutria pelo esposo: “e ainda ela o tinha amado – algumas vezes. Na maioria das vezes não o tinha” (CHOPIN, 1993, p. 353). Em uma atitude antirromântica, atitude típica do momento literário em que escrevia Chopin, a personagem reconhece que, maior do que o sentimento ou maior do que ele significa, lhe é superior a liberdade e a vida própria que ela está prestes a experimentar.

Levando em conta o contexto em que escrevia Kate Chopin, para uma mulher ter condições de viver livremente sem a companhia de um homem e ainda manter uma postura digna de respeito, o estado de viuvez parece ser a forma mais apropriada – assim a mulher tomaria o controle de sua vida. É por isso que Louise Mallard parece sentir-se

tão bem depois de saber que o marido morreu. Em uma de suas últimas falas, antes de abrir a porta para a irmã, ela demonstra que perder o marido significa ganhar uma liberdade completa: “Livre! Corpo e alma livres” (CHOPIN, 1993, p. 354).

Mas a alegria de Mrs Mallard dura pouco. Ela é fulminada pela presença do marido, que, como parece ter acontecido até agora, mata o seu desejo de viver. Se antes a morte era simbólica, uma vez que a personagens diz não viver completamente devido ao poder que a figura do marido exerce sobre ela, agora a presença dele vem para acabar de vez com todos os sonhos que ela criou para si. Da leitura do conto fica a certeza de que a figura da mulher é apagada dentro da instituição casamento, graças à presença do homem.

Considerações finais

Após a análise de “A história de uma hora”, é possível afirmar, perante o recorte temporal do conto, que a narrativa traz à tona algumas das configurações do casamento e o que significa viver nesta instituição para o sujeito feminino. Além de observar questões referentes ao casamento, foi possível entender o funcionamento desta instituição no século XIX, uma vez que, na época em questão, a vivência da mulher era ainda mais dificultada pelo domínio do patriarcado sobre aquela sociedade.

Posto isso, acreditamos que as contribuições teóricas de Butler, Woolf e Foucault nos foram de grande valia no processo de interpretação dos aspectos textuais dessa produção de Kate Chopin, de modo que nos foi possível compreender aspectos culturais da sociedade ocidental durante o decorrer dos séculos, bem como a sua influência na arte, principalmente na literatura. E, deste modo, foi possível que nós pudéssemos estudar os espaços destinados ao sujeito feminino na sociedade, principalmente no casamento.

Assim, acreditamos que a literatura seja uma ferramenta de grande importância no processo de entendimento da sociedade em que vivemos, bem como o seu funcionamento em determinados períodos da história, posto que ela consegue retratar as mais diversas características do comportamento humano, nos permitindo estudá-los, compreendê-los, e fazer críticas a estes comportamentos, arcando, deste modo, com um maior entendimento não somente da arte, como também de nós mesmos.

Referências

BRANDÃO, Ruth Silviano. **Mulher ao pé da letra**: a personagem feminina na literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

CHOPIN, Kate. “A história de uma hora”. In: VIÉGAS-FARIA, Beatriz; CARDOSO, Betina Mariante; BROSE, Elizabeth (Org.). **Kate Chopin**: contos traduzidos e comentados – estudos literários e humanidades médicas. Porto Alegre: Casa Editorial Luminara, 2011, p. 79 – 82.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Souza. 1 ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

A (RE)PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES NA ANIMAÇÃO STEVEN UNIVERSO: ROMPENDO FRONTEIRAS E O INVESTIMENTO COM OUTRAS POSSIBILIDADES

Iuli do Carmo Melo

Doutoranda em Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Mestra em Educação e Especialista em relações de gênero e sexualidades pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Membro dos grupos de estudos e pesquisa: Gênero e interdisciplinaridades (GENI-UFJF) e Diferenças e subjetividades na Educação: Estudos surdos, das questões raciais, de gênero e infância. (DiS – UNICAMP) iulimelo22@gmail.com.

José Rodolfo Lopes da Silva

Mestre em Educação e Especialista em relações de gênero e sexualidades pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e membro do grupo de estudos e pesquisa em gênero, sexualidade, educação e diversidade(GESED-UFJF). Jrodolfoledes@hotmail.com

Resumo

Steven Universo, uma série de animação estadunidense, produzida por Rebecca Sugar, conta a história de um menino metade humano, metade *gem*. A representação de um herói em formação aprendendo a utilizar seus poderes mágicos. Nessa trama é possível, no aporte das masculinidades em estudos de gênero, uma análise reflexiva das personagens que rompem com padrões heteronormativos. Nesse sentido, é possível perceber a animação como investimento em outras possibilidades de masculinidades, dada a massiva representação de heróis que se apresentam de forma cristalizada em noções binárias de gênero, naquilo que se convém ver como homem “de verdade”. Desse modo, pensamos a produção como artefato cultural, capaz de

ensinar, educar contra a uma cultura do estupro, onde se naturaliza a formação de masculinidades agressivas e a violência por elas (re)produzida.

Palavras-chave: Masculinidades, Cultura do Estupro, Artefatos Culturais.

Introdução

O conceito de masculinidades hegemônicas caracteriza os modos de ser homem que remetem a masculinidades que expressam de forma dura e violenta. Comumente os meninos aprendem condutas e sentimentos que os afastam dos comportamentos supostamente femininos. Dessa forma, a construção social de uma hegemonia masculina, branca, heterossexual, cristã e neoliberal se apóia na hierarquização da diferença daqueles que não seguem esses atributos naturalizados culturalmente (CONNEL, 1995).

De acordo com Raewyn Connell (1995), as masculinidades são (re) produzidas de diferentes maneiras no mesmo contexto social e que, desse modo, por mais que haja uma forma hegemônica de masculinidade outras possibilidades se encontram agrupadas ao seu redor. A pesquisadora ainda diz que “qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria complexa e até mesmo contraditória.” (CONNELL, 1995, p. 189), uma vez que é possível encontrar atributos “femininos” em homens e vice-versa.

Desenhos - e outras produções - comumente retratavam - alguns ainda retratam - seus personagens seguindo um padrão que valoriza determinados sujeitos. Como não nos lembrar das produções do estúdio de animação *Disney* com suas princesas à espera de um príncipe encantado que pudesse salvá-las? Ainda podemos nos remeter as sagas de *Cavaleiros do Zodíaco*, e a série *Drago Ball*, produções japonesas onde há muitas batalhas travadas entre homens.

Artefatos culturais que agem pedagogicamente sobre suas/ seus espectadoras/es. Ensinam modos de ser homem e mulher em nossa sociedade, muitas vezes de formas limitadas, onde mulheres são habitualmente retratadas como delicadas e indefesas e homens são destemidos, lutadores, dentre outros. As obras também investem na (re)construção de padrões de beleza relacionados a corpos, cor da pele e cabelos estabelecendo uma relação de beleza ideal, comumente associado a um status social.

Nesse sentido, colocamos a produção como uma possibilidade educativa de masculinidades em meio a cultura do estupro. A cultura do estupro é engendrada num investimento a natureza do homem como biologicamente predador. Em mitos que geram a culpabilização da mulher pela violência justificada geralmente no tipo de roupa, lugar

que frequenta afastando homens e meninos de qualquer aspecto dito feminino. Reforçando a ideia de que homens de verdade são aqueles que se sequer expressam emoção, que prejudicial tanto a pessoas que se indentificam com sexo feminino quanto ao masculino.

Para esse ensaio analisaremos dois episódios da série *Steven Universo*, uma produção que se contrapõe a lógica binária de gênero. O primeiro, intitulado “*Juntos e Sozinhos*” - 37º episódio da primeira temporada - mostra Steven tentando aprender a arte da fusão. O segundo episódio que exploraremos é nomeado “*A canção da Sadie*” - 16º episódio da segunda temporada. Orientada/o pela perspectiva teórica pós estruturalista o objetivo do trabalho é refletir acerca das possibilidades de des/re/construção das masculinidades hegemônicas através da análise da construção da masculinidade da personagem Steven. De que modos a personagem se coloca à margem da masculinidade hegemônica? Quais relações sociais possibilitam essa condição? Que dispositivos de feminilidades e masculinidades são expressos na série?

Assim, procuramos chamar a atenção para a mídia como espaço de produção de verdades, saberes e, por conseguinte, sua função enquanto ferramenta pedagógica. As representações de gênero e sexualidade na publicidade “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser, fabricam identidades e representações; constituem certas relações de poder.” (FISCHER, 2001, p. 9)

Apresentação do artefato

Steven Universo é uma produção do canal a cabo *Cartoon Network* lançada em 2013 nos Estados Unidos e em 2014 no Brasil. A animação - criada por Rebecca Sugar - conta a história de Steven, um menino que mora com três *Crystal Gems*, guardiãs com poderes mágicos que protegem a terra. Seu pai é humano e sua mãe - que morreu para que ele pudesse nascer - era uma *Crystal Gem*, fazendo com que ele também tenha alguns poderes. A princípio o desenho parece tratar das aventuras protagonizadas pelo grupo, mas ele vai além disso.

“Juntos e Sozinhos”

O episódio tem duração de 11m30s e seu título original é “*Alone Together*”. As *Crystal Gems* tem como prática a fusão, que possibilita

a união de duas ou mais *Gems* em um único indivíduo. O episódio inicia com Steven e Ametista treinando para realizar sua fusão sob a orientação de Pérola. Como não conseguem alcançá-la, Pérola decide demonstrar a maneira correta com Garnet. Após outras tentativas não bem sucedidas Pérola passa a desconfiar que o motivo pelo qual Steven não consegue se fundir a nenhuma delas é o fato dele ser metade humano e metade *Gem*. Steven se encontra com Connie - sua melhor amiga - na praia para lhe dizer o que aconteceu. Nesse momento os dois começam a compartilhar seus sentimentos e segredos. Steven diz que não sabe se conseguirá realizar a fusão e explica que a ação envolve uma dança. Connie então diz que nunca conseguiria, pois nunca dançou na frente de ninguém. Steven a convida para dançar e a interação é tão intensa que os dois conseguem se fundir e assim surge Stevonnie.

“Canções para Sandie”

No início do episódio Steven se surpreende ao descobrir que sua amiga Sadie consegue cantar muito bem e a incentiva a participar do Praia-Palooza, festival de música que ocorrerá em *Beach City* - a cidade onde moram. A mãe de Sadie é controladora e pressiona a filha a perfeição com o apoio ingênuo de Steven que acompanha toda a construção da apresentação. Ao perceber o desconforto de Sadie, que desiste da apresentação, Steven veste o figurino composto por um vestido e sapatos de salto e se apresenta com a canção que ensaiou com Sadie em homenagem a amiga. Tinha que ser coisa do Steven.

Steven e possibilidades de se (re)construir enquanto menino

A (re)constituição de nossas identidades ocorre das mais diversas e complexas maneiras. Podemos pensar na escola, família e religiões como ferramentas pedagógicas uma vez que (re)produzem saberes. Conhecimentos que estão ligados a modos de ser, pensar, estar e se relacionar com a vida, sujeitos, nos educando e tendo participação ativa na nossa constituição enquanto sujeitos e de nossas subjetividades (FISCHER, 2002). Pensando além da instituição escolar, a pesquisadora Ruth Sabbath (2001) chama a atenção para a mídia como espaço de (re)produção de saberes e, por conseguinte, ferramenta

pedagógica. As representações de gênero e sexualidade na publicidade “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; fabricam identidades e representações; constituem certas relações de poder.” (*Ibdem*, p. 9).

Pensando que em uma cultura do estupro na qual as relações se dão pela banalização da violência via a naturalização do comportamento agressivo masculino e a culpabilização da vítima é possível perceber em Steven e o universo, formas de desconstrução dessa masculinidade cristalizada na qual a violência contra as mulheres ou jogo de força com os personagens não são foco de trajetória, nem limita a sua constituição como homem ou menino. Sendo nenhum aspecto comumente dito feminino constringedor ou ofensivo a Steven ao invés de reforço a masculinidade hegemônica a desconstrução dela.

A cultura do estupro se manifesta de vários modos, tratando-se de uma série de ações e discursos que, aliados a mecanismos culturais dentro das relações de poder, privilegiam o homem de forma que a imagem da mulher e, posteriormente, do que se constitui como feminino, tenha possibilidade de ser desumanizada pela violação do corpo. Dessa forma, a cultura do estupro se manifesta em um cotidiano que coage, constrange e violenta pessoas, sendo em sua grande maioria mulheres. (MELO, 2019, p. 160)

A produção foge a regra porém, não se limitam à publicidade e suas propagandas. Filmes, novelas, seriados, jornais, revistas, sites da internet e desenhos também funcionam como mecanismos de representação, instituindo assim formas de ver e compreender o mundo em que vivemos da forma mais “natural” possível. Através de um cuidadoso e inacabado processo somos seduzidos por essas instâncias que investem em nossos corpos marcas e normas a serem seguidas.

[...] como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? E, ainda, como escapar das câmeras e monitores e vídeo e das inúmeras máquinas que nos vigiam e nos atendem nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? Vivemos mergulhados

em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. (*Ibdem*, p. 18)

A animação rompe com essas normativas e explora outras concepção de família, uma vez que Steven mora com três “mulheres” - Pérola, Ametista e Garnet - e não com o seu pai, mesmo ele sendo muito presente em sua criação. Solidão, morte, adolescência e relacionamentos são outros temas tratados com naturalidade. Steven é uma criança reconhecida como sujeito que produz cultura, é participativo e exerce autonomia, é incentivado a dançar e não é repreendido por demonstrar emoções.

Toda ação que o olhar do “normal” condenaria, no universo de Steven, não é encarado com estranhamento. O diferente é a cara do Steven, uma vez que se trata de um humano em um mundo alienígena. O diálogo entre as personagens nos mostra que há outras possibilidades para os meninos. Não há uma substância ou essência que faça com que meninos sejam violentos por serem simplesmente meninos. Na fusão que gera Stevonnie, a aparência da personagem traz os traços físicos dos dois personagens e não é questionada sua identidade de gênero ou orientação sexual. Em canções para Sandie ao se apresentar com roupas “femininas” a reação da plateia foi entusiasmo e uma das personagens chega a mencionar que “*Isso é a cara do Steven.*”.

O menino transita com facilidade entre o feminino e o masculino e vai constituindo e vai (re)constituindo outras possibilidades de ser menino. Que chora, dança, canta, usa batom e protege seu planeta ao lado de suas tutoras, com sensibilidade para as injustiças e soluções criativas. Buscamos inspiração em Guacira Lopes Louro (2007, 2008), uma vez que ela assume o caráter de pluralidade dos gênero, assim como a sua mutabilidade e contraditórios. Dessa forma, o gênero assume um caráter fluído e é parte constituinte das identidades dos sujeitos como categorias como, por exemplo, raça, etnia, classe social, geração, nacionalidade, etc. Ainda podemos afirmar que essas categorias foram/são/serão construídas através de relações de poder e processos sociais, culturais e históricos.

A história de Steven, se passa em universo paralelo, que não é regido pela heteronormatividade. As práticas que (re)produzem as masculinidades e feminilidades são comumente concebidas na suposta inferioridade da mulher e/ou aquilo que aprendemos a ver como o feminino. As relações de poder são fundamentais no reconhecimento

da diferença não hierarquizadas. *Steven Universo* retrata a subversão aos olhos de quem está inserido em um sistema patriarcal e racista, no qual masculinidades que se expressam semelhante a de Steven seja por grupos de homossexuais, pessoas trans, bissexuais e até mesmo heterossexuais - são reprimidos, violentados, colocados/os à margem da sociedade, tendo outros lugares construídos. Além de representatividade a animação incita e reconhece possibilidades de (re)existência.

Considerações finais

A produção *Steven Universo* vem sendo construída como algo que possibilita o questionamento do que está posto não só para as questões de masculinidades. O desenho também traz momentos potentes que investem na desconstrução do racismo, LGBTTI fobia, e logo de uma cultura do estupro. Isso nos leva a refletir acerca da força social, política e estética dos artefatos culturais. Elisabeth Ellsworth (2001) defende que as produções possuem um modo de endereçamentos, elas investem de forma consciente - ou inconsciente - sobre um sujeito. Artefatos culturais que buscam representar a diversidade que se encontra no mundo são importantes, eles são necessários, para assim talvez conseguirmos desconstruir as questões problemáticas já mencionadas e construir novos sujeitos e subjetividades.

Referências

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Educação & Realidade. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoe-realidade/article/view/71725/40671>>. Acesso em: 14/04/2021.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, T. T. da (Org.). Nunca fomos humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade.

2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 7-34.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-
Posições(Unicamp). Campinas, SP, v. 19 (2), p. 17-23, 2008.

MELO, Iuli do Carmo. Educar sobre o estupro, Educar sobre a diferença: A redefinição do estupro e a reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito cultura do estupro. Dissertação (mestrado academico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação, 2019.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, SC, v. 09, n. 01, p. 09-21, 2001.

A BISSEXUALIDADE POR UMA PERSPECTIVA NÃO BINÁRIA A PARTIR DO CONTO CINCO MIL EXPLICAÇÕES

Danieli Klidzio

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - Bolsista CAPES, danieli.klidzio@gmail.com.

Monalisa Dias de Siqueira

Orientadora – Doutora em Antropologia Social pela Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSM, monalisadias@gmail.com.

Resumo

Buscando refletir sobre a bissexualidade por uma perspectiva não binária do gênero: homem e mulher; e da sexualidade: hétero e homossexual; partimos de discussões apresentadas no conto do jovem escritor Nick Nagari, que é também produtor de conteúdo sobre bissexualidade e transgeneridade na rede social Instagram. Aproximando-se de um manifesto político-ficcional que mescla-se com uma escrita leve sobre as *cinco mil explicações* possíveis do que pode ser o amor, o conto tem 39 páginas e encontra-se disponível em formato *e-book* no site da Amazon. É narrado em primeira pessoa na voz de Eloá, mulher cisgênera, negra e bissexual do Rio de Janeiro e a partir das experiências desta, nos leva ao que identificamos como um diálogo entre literatura, academia e ativismo. Com a observação participante e a análise de conteúdo como técnicas, abordamos a arte literária enquanto campo de produção de representatividades, disseminadas através das mídias digitais, nas quais é possível visualizarmos a potência da escrita e da leitura não apenas dissidentes da cisheteronormatividade, mas também da monossexualidade como norma. Pensamos em construções de visibilidades bissexuais como formas de afirmação e resistência,

considerando que histórias bissexuais são escassas na tradição literária brasileira e pensando no papel político da arte literária onde ficção e realidade se fundem. Além disso, atentamos para a produção emergente de narrativas por sujeitos bissexuais a partir de si como um aspecto político da bissexualidade e da literatura.

Palavras-chave: Arte literária, Literatura LGBTQIAP+, Bissexualidade, Monodissidência.

Introdução

Partindo da arte literária enquanto campo de produção de saberes, representações e visibilidades, neste trabalho¹ refletimos sobre a bissexualidade a partir do conto *Cinco mil explicações*², de autoria de Nick Nagari. Nick é um jovem escritor do Rio de Janeiro - Brasil, e também produtor de conteúdo sobre bissexualidade e transgeneridade na plataforma de rede social Instagram. Esta é sua primeira produção literária, foi publicada no ano de 2020, tem 39 páginas e foi lançado em formato *e-book*³ na página da empresa Amazon. Enquanto pessoa trans não-binária e bissexual, além de inspirar-se em suas experiências pessoais, o autor emprestou sua vivência como criador de conteúdo e produtor crítico sobre as questões de gênero e sexualidade para a personagem principal, Eloá, que é uma mulher cisgênera, negra e bissexual.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre criação de referências e visibilidades LGBTQIAP+⁴ na literatura, dando atenção à bissexualidade e suas múltiplas possibilidades de vivências, incluindo experiências de bifobia. Para isso, destacamos a importância da construção de referências de múltiplas possibilidades de ser bissexual, movimento para o qual a literatura independente e as mídias digitais têm contribuído. Nos orientamos pela abordagem da literatura enquanto espaço e produção de resistências na medida em

1 Embora já tenhamos pesquisas sobre bissexualidade, neste trabalho apresentamos nossas aproximações com a arte literária enquanto tema na medida em que relacionamos estas reflexões com a construção da dissertação de mestrado da primeira autora deste trabalho, que orientada pela segunda autora, tem como tema ativismos bissexuais a partir das mídias digitais. Destacamos que nos orientamos de maneira ainda exploratória acerca da literatura e que a pretensão é que futuramente as reflexões aqui apontadas sejam aprofundadas pensando o campo da produção de literatura bissexual e relacionando com as discussões emergentes sobre bissexualidade.

2 O título é inspirado na música *Fala lá pra ela* da banda contemporânea mineira do gênero indie-pop chamada *Rosa Neon*.

3 Abreviação de *electronic book* ou livro eletrônico, ou seja, designa um livro em formato digital.

4 Dentre as diversas configurações da sigla que vêm sendo utilizadas, ao longo deste trabalho optamos por esta por considerá-la mais inclusiva, ela refere-se respectivamente a: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possíveis identidades ou identificações.

que sujeitos constroem histórias e memórias bissexuais, impactando outras pessoas que não apenas leem, mas que vivem o que leem e que tendem a se sentir reconhecidas socialmente enquanto sujeitos e comunidade.

Utilizamos a etnografia enquanto método, com a análise de conteúdo do conto e a observação participante como técnicas para percorrer o perfil do autor na plataforma Instagram,⁵ no qual ele tem falado sobre o conto, dentre outras questões. Além disso, construímos este trabalho a partir de breves conversas com o autor via e-mail, as quais embora não apareçam explicitamente ao longo deste texto, tiveram papel relevante no delineamento das reflexões.

O artigo está dividido em quatro seções: metodologia - com os enfoques teórico-metodológicos e os percursos para construir a análise; referencial teórico - com os principais conceitos que embasam nossa discussão sobre literatura e bissexualidade; resultados e discussões - com as questões que nos permitem pensar sobre bissexualidade a partir do conto, entendendo esta literatura produzida a partir de narrativas de si enquanto campo que borra fronteiras entre ficção e realidade; e por fim, considerações finais - com encaminhamentos de uma visão sobre a arte literária e a bissexualidade enquanto campos políticos, bem como outras possibilidades de análise.

Metodologia

Conforme as antropólogas Débora K. Leitão e Laura G. Gomes (2017) a etnografia compreende também o meio digital enquanto ambientes. A metodologia proposta pelas autoras se desenvolve com base na antropologia e por atitudes que podem ser de perambulações, acompanhamentos e imersões nos diferentes espaços da internet que, por sua vez, são construídos pelos usos e dinâmicas específicas, como se fossem modos de vida. Nos inspiramos nessa metodologia, juntamente com a análise de conteúdo, buscando elementos de ligação e análise sobre bissexualidade a partir do conto em questão.

A etnografia desenvolvida compreendeu a observação participante do perfil no Instagram do autor Nick Nagari, incluindo conversas por mensagem direta no Instagram, e principalmente via e-mail. No

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/nicknagari/> Acesso em: 15 maio 2021.

Instagram, Nick tem falado sobre de onde veio a ideia e como foi a escrita do conto. Essas são informações que auxiliaram na construção do trabalho e foram acessadas especificamente a partir de dois vídeos publicados em seu perfil, os quais visualizados por meio do perfil de pesquisadora da primeira autora deste trabalho⁶. O primeiro vídeo é intitulado *você sabia que eu já escrevi um livro?*⁷ e foi publicado em 23 de abril de 2021, dia em que comemora-se o Dia Mundial do Livro. Este vídeo tem duração de cerca de seis minutos e 30 segundos. O segundo vídeo se chama *10 motivos pra ler o Cinco mil explicações*⁸, foi publicado um dia após o primeiro, dia 24 de abril de 2021 e tem cerca de três minutos e cinquenta segundos de duração. Ambos permitem uma aproximação com as motivações e os principais focos do autor para a escrita do conto.

Além da observação participante, utilizamos a análise de conteúdo que compreendeu uma fase de aproximação por uma pré-análise ou uma “leitura flutuante” do conto (GIL, 2008, p. 152). Essa leitura foi seguida por uma atitude de exploração do material com uma sistematização em possíveis categorias de interesse a partir de pontos que consideramos centrais na narrativa. Após essa preparação do material para a análise, desenvolvemos interpretações sobre alguns recortes escolhidos (GIL, 2008) a fim sistematizar nossa interpretação neste trabalho. Estas categorias, de maneira geral, dialogam com os seguintes eixos: produção crítica sobre a bissexualidade a partir dos diálogos e da perspectiva de mundo da personagem principal - Eloá; contribuição de diferentes vivências bissexuais em um conto com protagonismo bissexual, pensando na produção de referências a partir da arte sobre esta sexualidade e por uma perspectiva não binária enquanto questão política de valorização de existências e facilitação na identificação de violências.

6 O perfil foi criado especificamente para acesso e visualização de dados para fins de pesquisa acadêmica e encontra-se disponível em: <https://www.instagram.com/danieli.klidzio>

7 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COBvNbQJGW/> Acesso em: 15 maio 2021.

8 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COEh-d3J6m8/> Acesso em: 15 maio 2021.

Referencial teórico

Conforme tensiona Eliane V. Soares (2014), muitas vezes, há um entendimento da literatura em relação à realidade social que a afasta de uma concepção de realidade ou de produção de conhecimento que diz respeito ao social, ao *concreto*. Em contraposição a isso, pensamos na literatura enquanto conhecimento sobre a sociedade e em seu caráter epistemológico (SOARES, 2014) na medida em que contribui para a criação de referências bissexuais a partir da arte com as narrativas de si, mesmo pela ficção. Nesse sentido, as representações produzidas na literatura não buscam uma verificabilidade na realidade social, tampouco buscam representar uma verdade sobre a bissexualidade, mas ainda assim são fruto de uma linguagem que parte de percepções e vivências da realidade de um determinado contexto social e de um corpo no mundo. Assim, a literatura comunica para além de si na medida em que constrói uma narrativa e elucida fatos ficcionais que geram identificações em experiências coletivas.

Antonio Candido (2006), referência clássica como sociólogo e pesquisador dos estudos literários no Brasil, ao falar sobre as aproximações históricas da sociologia com o campo das artes literárias enquanto objeto de estudo, caracterizou essa relação como um tanto instável metodologicamente. Para o autor, é importante para a sociologia (e hoje podemos dizer para as ciências sociais como um todo) um entendimento de interdisciplinaridade como ponto de partida e uma atitude de humildade para que não pretenda, sozinha, explicar a arte enquanto fenômeno social. Ao invés disso, a proposta do autor é analisar, por exemplo, qual a influência do meio social sobre a arte? Ou ainda, invertendo a pergunta, qual a influência da arte no meio social? (CANDIDO, 2006, p. 27). Pensando nisso, recorremos ao que argumenta Maria José Canelo (2018, p. 218) sobre como a arte literária é historicamente ideológica e política, sendo campo discursivo do poder. E a literatura, assim como a cultura e enquanto parte da cultura, atua como regulação ou emancipação. Assim, atentamos para formas de afirmação e resistência pensando um movimento de emancipação. Consideramos que, a partir da literatura é possível forjar solidariedades e sociabilidades, partindo de relações de identificação e aprendizado com a aproximação com um personagem.

Rodrigo E. de Almeida (2010, 2016) ao tratar sobre a realidade da ficção ou a ficção da realidade, argumenta sobre como ambas se fundem na medida em que aspectos políticos e sociais de uma obra nos permitem pensar no que as relações sociais produzem (ALMEIDA, 2010). Segundo o autor, uma obra tem a capacidade de, conforme “[...] as pistas deixadas na realidade criada em um enredo, por meio da ação social de um sujeito em seu espaço e tempo” produzir mais do que uma ficção ou um retrato de uma época e suas respectivas configurações. Para o autor, essas pistas são “como motes para se pensar as múltiplas e infinitas possibilidades que as relações inter-humanas podem produzir.” (ALMEIDA, 2010, p. 14).

Desse modo, a literatura enquanto produção artística e cultural é uma linguagem de representações simbólicas e, portanto, apesar dos contos bissexuais da atualidade, a exemplo do analisado neste trabalho, serem categorizados como literatura ficcional, dialogam diretamente com os contextos culturais de enfrentamento a bifobia, com as vivências de bissexuais e monodissidentes, e também integram uma narrativa histórica. Ou seja, dizem respeito à construção de referências e de epistemologias cotidianas bissexuais onde narrativa histórica e literária se complementam em uma “teia de comunicações” (SENA JUNIOR, 2010) para compreender sujeitos e contextos sociais. Nesse sentido, não cabe uma competição entre história e literatura, tampouco a busca de validação da ficção na realidade, mas o entendimento de um emaranhado cultural que se relaciona enquanto sistema simbólico.

A arte literária tem sido para bissexuais um espaço de escrita e leitura de representatividades que são não apenas dissidentes da heteronormatividade (COHEN e ALMEIDA, 2019) ou da cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2016), mas também das concepções monossexuais de sexualidade. Nesse sentido, o conceito de monodissidência tem sido utilizado pelo ativismo e na produção acadêmica enquanto uma categoria de análise em relação ao lugar social da bissexualidade. Este conceito nos auxilia ao voltar-se especificamente para o que a bissexualidade (e outras identidades monodissidentes como a pansexualidade) têm de diferente em relação tanto à heterossexualidade como à homossexualidade. Estas, por sua vez, são chamadas de monossexualidades por conta de o desejo afetivo e/ou sexual se orientar com tendência para apenas um gênero. Assim,

a bissexualidade encontra-se dissidente deste ideal de apenas um gênero e tem sido caracterizada como monodissidente (MONACO, 2020).

Nesse contexto da bissexualidade enquanto sexualidade dissidente em diferentes contextos, autoras como Maria Leão (2018), Melissa Bittencourt Jaeger (2018) e especialmente Elizabeth Sara Lewis (2012), discutem que há uma marginalização identitária e performativo-discursiva da bissexualidade tanto em movimentos sociais LGBTQIAP+ quanto nos estudos sobre gênero e sexualidade, como por exemplo, nos Estudos Queer (LEWIS, 2018). De modo geral, à bissexualidade cabe um lugar de poucas referências discursivas e entendendo a literatura como um discurso e como produção cultural e de memória social, a literatura bissexual independente é um campo de produção ativa sobre si e sobre/para seus pares. Portanto, em um ideal de comunidade bissexual a literatura é um eixo de produção de diferentes visibilidades a partir da produção artística em um movimento contra essa marginalização e situações de invisibilidade (CAVALCANTI, 2007) e apagamento (LEWIS, 2017) bissexual, pensando na dificuldade de reconhecimento da bissexualidade no cotidiano e de construções de sujeitos da bissexualidade.

Resultados e discussão

Cinco mil explicações é um conto que é categorizado como ficcional, pois diferente de que tradicionalmente se espera, por exemplo, de um texto acadêmico, não tem como objetivo falar de uma realidade verificável empiricamente. No entanto, como argumentamos anteriormente, ficção e realidade se fundem através da arte e aqui especificamente, da linguagem da literatura há apropriações e recriações de elementos da realidade. Isso se refere tanto às vivências da bissexualidade, como às questões cotidianas que no conto aparecem como referências a lugares e personagens da vida do autor, e até a ele mesmo, mencionado como um personagem secundário em determinados momentos do conto. Mas, além disso, o conto investe na crítica bissexual com todas as palavras, ou seja, de maneira explícita e para além das entrelinhas. Portanto, entendemos este conto como uma obra que se desenvolve como um manifesto político-ficcional, ou seja, constrói sua narrativa ficcional e tende a uma escrita cotidiana e leve, mas também atenta para a bifobia, intrínseca a cotidianidade.

Com ênfase na parte inicial do conto, a bifobia é trazida em uma escrita que se coloca em atitude de repúdio e de desabafo, tendo uma linguagem didática, que explica muitos porquês e indaga outros, considerando a reprodução social desse preconceito. Eloá, a personagem principal, inicia demonstrando raiva e uma sensação de falta de paz por conta da bifobia, e aponta um aspecto chave deste preconceito: a concepção de que uma pessoa que se identifica como bissexual só sofre se relacionando com pessoas do mesmo gênero. Conforme vamos conhecendo Eloá, nos aproximamos de diversas vivências bissexuais que não se conformam com a visão binária da bissexualidade trazida com definição equivocada de atração afetiva e/ou sexual por apenas dois gêneros: homem e mulher. Além disso, como destaca o autor em seus vídeos mencionados anteriormente, um dos principais referenciais propostos na história é justamente a composição de um casal entre uma mulher bissexual e um homem bissexual, que aparece no conto na figura do personagem Thiago (amigo e paquera de Eloá). Conforme Nick relata mais precisamente no vídeo intitulado *você sabia que eu já escrevi um livro?*, sua decisão para construir a história foi influenciada pelo fato de que o que ele mais via enquanto leitor, era o protagonismo bissexual com casais de duas mulheres ou dois homens. Assim, como também comenta o autor, esta é uma representação importante. No entanto, considerando que toda representação é parcial, a visibilidade bissexual depende de diferentes enfoques sobre a bissexualidade para que cada vez mais pessoas bissexuais que se relacionam com pessoas de gêneros diferentes que o seu, ou que não mantém relacionamentos públicos com outras pessoas, sejam vistas como parte da comunidade LGBTQIAP+.

Isso denota a necessidade identificada por Nick no referido vídeo e nas falas de Eloá no conto, de expandirmos a compreensão sobre a bissexualidade para que possamos falar sobre bifobia sem que pessoas bissexuais sejam vistas como parte da comunidade LGBTQIAP+ somente quando estiverem em determinadas configurações de relacionamentos. Com a personagem Eloá mergulhamos em um universo bissexual que perpassa diferentes experiências bissexuais, sejam negativas ou positivas, que nos mostram as especificidades da bissexualidade enquanto diferente da heterossexualidade e da homossexualidade, mas que também não caracteriza-se como uma simples soma das duas. As vivências de Eloá constroem, principalmente com as menções a Flora (pessoa não binária e ex-namorada

de Eloá), referências do desejo afetivo e/ou sexual que a bissexualidade compreende, como indo além do binário composto pelo gênero masculino e pelo gênero feminino. Ao fazer referência a Flora, a protagonista do conto comenta:

[...] me acrescentou muito ter contato com essa perspectiva da bissexualidade a partir de uma pessoa que não está dentro do binário de gênero; assim como tudo, a nossa sexualidade ainda é vista por nós mesmos de forma bem binária. Identidade de gênero e orientação sexual, muitas vezes, estão mais conectados do que a gente imagina. (NAGARI, 2021, p. 11-12).

De maneira semelhante ao movimento das pesquisas acadêmicas sobre bissexualidade na atualidade, consideramos que o conto chama a atenção para a importância de nomearmos sexualidades ainda apagadas historicamente como a bissexualidade, bem como preconceitos como a bifobia que ainda são nomeados erroneamente como sendo supostamente apenas um tipo de homofobia. Nesse sentido, o conto mostra semelhanças de pautas entre literatura, academia e ativismo, considerando que há consensos nas perspectivas críticas trazidas nos diferentes formatos, e tendo como foco a produção de sujeitos bissexuais falando sobre/a partir de si e para seus pares.

Assim, chama atenção a capacidade do conto literário contemporâneo em questão, escrito por um jovem a partir de suas vivências, de conjugar a crítica através da linguagem literária da arte para falar sobre bissexualidade, estranhar uma normatização de sexualidade e de gênero. Ao contribuir para criar referências discursivas sobre a bissexualidade, principalmente considerando enquanto tema que as artes, as mídias tradicionais, bem como os estudos acadêmicos consolidados sobre gênero e sexualidade ainda ignoram, fica nítida sua produção em oposição a marginalização da bissexualidade na medida em que borra as fronteiras entre ficção e realidade, pela ótica do protagonismo bissexual.

Ao colocar-se em posição de crítica, o conto trata de vivências e pessoas bissexuais esbanjando do uso dessas nomeações. Com isso, recorremos ao que destaca Talitta Cancio (2021) em seu trabalho de conclusão de curso sobre representação bissexual nas novelas da Rede Globo. Ao tratar do caráter pedagógico das representações, a autora investe em um tensionamento para analisarmos quando este caráter é seguido sem reforçar estereótipos acerca da bissexualidade

ou das possibilidades de ser bissexual. Em meio a isso, destaca a importância da palavra bissexual ser dita na construção de um personagem (o que não identificou como tendência no caso das novelas da Globo). Desse modo, nos apoiamos na ideia de que “a palavra por si só não é garantia de uma representação pedagógica ou sem reprodução de estereótipos, mas considerando o contexto monossexista em que vivemos, faz com que a bissexualidade seja ao menos uma possibilidade.” (CANCIO, 2021, 64).

Na medida em que ficção e realidade se fundem (ALMEIDA, 2016) a produção emergente de narrativas escritas por sujeitos bissexuais a partir de si para outros sujeitos bissexuais (embora não só), elucida um aspecto político da bissexualidade presente nesta produção ativa de narrativas e de rompimento com o não-dito ou com a marginalização das representações, onde sujeitos colocam-se a escrever o que gostariam de ler e não encontraram, seja pela invisibilidade ou pela homogeneização da bissexualidade por conta dos estereótipos. Em outras palavras, escrevem o que não encontraram na literatura hegemônica e que contribui para a criação de pressupostos de existência de uma sexualidade fluida e diversa em seu próprio espectro, como é o caso da bissexualidade. Assim, diferentes possibilidades de vivência e experimentação do desejo e do afeto, e que, portanto, não cabem em uma única imagem ou história, nos levam a ver o conto aqui analisado como parte de uma produção literária vinda da comunidade LGBTQIAP+, e especialmente de bissexuais, levando em consideração uma ampla caracterização e afirmação de sujeitos e grupos a partir da literatura compartilhada nas mídias digitais.

Como também coloca o autor do conto no primeiro vídeo que citamos neste trabalho, uma das características que diferencia um conto literário de um livro é que o conto apresenta uma história curta, necessitando de menos tempo para ser lido. Isso, somado ao modo de disponibilização dos contos literários no mercado independente, que são veiculados em outras páginas digitais de maneira gratuita ou então por um custo extremamente baixo, tornam-se fatores influentes que expandem a circulação dessas obras literárias tendo as mídias digitais como centrais⁹.

9 No entanto, ao mesmo tempo em que há essa facilitação para que a obra chegue a mais pessoas leitoras, quem escreve e publica geralmente tem pouco retorno financeiro de seu trabalho.

As narrativas do senso comum de que a bissexualidade é uma soma de “hétero” e “homossexual” ou uma sexualidade que se configura pela atração afetiva e/ou sexual pela soma “homem” e “mulher”, tem impedindo discussões que elucidam aspectos da bissexualidade enquanto sexualidade específica e completa em si mesma. Em meio a isso, não buscamos trazer a narrativa do conto enquanto uma prova de que a bissexualidade não é binária, mas pautamos a sua capacidade de representação e representatividade com a produção de referências sobre esta sexualidade, em um entendimento da bissexualidade que não se pauta pelo binarismo de gênero. Ao contrário das monossexualidades, a bissexualidade não tem como fator principal a atração afetiva e/ou sexual por gêneros enquanto elemento definidor, embora possa haver preferências por algum gênero. Assim, no universo heterogêneo da bissexualidade enquanto sexualidade fluida, a não binariedade do gênero relaciona-se com a bissexualidade na medida em que esta é uma sexualidade que vai para além do desejo binário homem e mulher. A bissexualidade enquanto orientação sexual independe do gênero de outra pessoa com quem a pessoa bissexual se relaciona e configura-se para além da concepção binária da sexualidade que considera as orientações sexuais hétero e homossexual como as únicas possibilidades.

O protagonismo bissexual no conto e a produção de múltiplas representações bissexuais dessa sexualidade mostra a criação de um campo de fuga de narrativas hegemônicas que quando não apagam a bissexualidade a tratam de maneira estereotipada. Em meio a isso, vemos a necessidade de falar em termos de identidade e comunidade bissexual para construir afirmações.

Com o conto temos representatividade bissexual na medida em que as narrativas se distanciam das expectativas monossexuais sobre a bissexualidade, como a lógica monogâmica de um casal de duas mulheres ou de um casal de dois homens; ou como a percepção de que alguém só é bissexual quando está em um relacionamento com outra pessoa; ou ainda, que só parte da comunidade LGBTQIAP+ quando se relaciona com alguém do mesmo gênero. Inclusive, essa última perspectiva desconsidera a existência de pessoas não binárias, ou seja, que não são nem homem e nem mulher. E a percepção também derivada desta perspectiva da bissexualidade como binária, como uma soma de desejo heterossexual e desejo homossexual, uma forma de bifobia enquanto violência que questiona e invisibiliza,

tendo impactos o processo de *saída do armário* e os próprios relacionamentos. É comum que bissexuais não se assumam para muitas pessoas próximas, ou então, que deem muitas voltas até conhecerem a bissexualidade como possibilidade, sendo este um processo muito mais cansativo do que poderia ser. Este conto nos mostra a produção de bissexuais e a capacidade da literatura de tratar da bifobia de maneira crítica e ao mesmo tempo lúdica em uma linguagem de comunicação e arte como resistência.

Considerações finais

O conto nos guia por um caminho de experiências que desde as primeiras páginas coloca-se em um tom reflexivo e crítico tendo como centro a bissexualidade. Identificamos que dialoga com construções de visibilidades bissexuais, considerando que histórias bissexuais são escassas na tradição literária brasileira, têm encontrado um lugar na produção e publicação literária independente através das mídias digitais e nos mostram a necessidade pulsante de narrativas bissexuais, inclusive em meio à literatura LGBTQIAP+ nacional. Histórias como a de Eloá precisam de um lugar específico considerando que a bissexualidade não é a soma de outras sexualidades e sim é válida em si mesma. A escritora contemporânea de Minas Gerais, Maria Freitas em nota para sua coletânea de contos com protagonismo bissexual, destacou que “todos esses contos existem por uma razão. Existem porque precisamos dessas histórias. Vamos continuar mostrando pro mundo quem nós somos!” (FREITAS, 2021, p. 2).

Identificamos que a literatura bissexual independente tem integrado um campo mais amplo de produção de visibilidades bissexuais que podem ser caracterizadas como ativismos enquanto mobilizações a partir de suas vivências. Nesse cenário, a arte literária configura-se como um discurso social compartilhado por quem escreve e por quem lê, e assim como outras produções como o cinema e a música, movimenta vivências e emoções para além do ato de ler e para além do que está escrito. A literatura é uma linguagem aberta a interpretações e, assim, um conto conversa com a intimidade da pessoa leitora. No entanto, em muitos casos, um compartilhamento de identificações dessa intimidade é buscado, se aproximando de um ideal de comunidade, de rede e de sociabilidade, cujo elo são as

personagens, as narrativas e os cenários de um livro¹⁰. Nesse ínterim, a literatura bissexual também tem se configurado como um produto cultural e um discurso social relacionando-se com a intimidade, mas também com o âmbito público e coletivo em termos de resistência e representatividade.

Agradecimentos

Agradecemos à Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) pela realização da edição on-line do X Congresso internacional de diversidade sexual, étnico-racial e de gênero (CINABEH). O Congresso teve como tema “Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências” e, neste ano de 2021, em meio às consequências da pandemia de Covid-19 e principalmente da negligência governamental em nosso país, nos proporcionou momentos de discussão e de vitalidade. Agradecemos também às pessoas coordenadoras do Simpósio Temático “Arte, Literatura e Comunicação: representações e resistências”: Rubra Araújo (UFT), Rafael Noleto (UFPel), Tamires Côelho (UFMT) e Diego Paleólogo Assunção (UERJ), em especial ao professor Rafael Noleto pelas considerações acerca de nosso trabalho; bem como as pessoas que trouxeram discussões em cada seção do Simpósio Temático, alimentando um espaço científico de trocas e de acolhimento. Por fim, agradecemos ao Nick Nagari pelas conversas e incentivo a este trabalho, e principalmente, por ter escrito o conto “Cinco mil explicações”. Obrigada, Nick, por tudo o que você tem feito pela comunidade bi. E obrigada a todas as pessoas escritoras de literatura com protagonismo bissexual no Brasil.

¹⁰ Esse aspecto pode ser mais visualizado se nos dedicarmos, por exemplo, à análise de comentários deixados por pessoas leitoras no site da Amazon, que tem sido um dos canais de socialização sobre as obras que são ali comercializadas ou disponibilizadas gratuitamente pela pessoa autora. Esta análise não foi feita para este trabalho, mas a destacamos como uma intenção futura. No momento em que este artigo estava sendo escrito o conto *Cinco mil explicações* atingiu 300 avaliações no site. Além disso, Nick criou um perfil no Instagram para a personagem Eloá, o que mostra uma nova possibilidade de configuração do contato entre pessoa autora e leitora, bem como de interação com um conto ou livro enquanto produto.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. **A ficção da realidade**: sociologia de O Guarani de José de Alencar. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/19581> Acesso em: 13 maio 2021.

ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. **A realidade da ficção**: ambiguidades literárias e sociais em O Mulato de Aluísio Azevedo. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3249> Acesso em: 15 maio 2021.

CANCIO, Talitta Santos. **Sim, elas são bissexuais**: representação de personagens bissexuais femininas nas telenovelas da Globo. 2021. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2021. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11508> Acesso em: 15 maio 2021.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2016.

CANELO, Maria José. Literatura e cultura. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número especial, p. 217–236, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7862> Acesso em: 15 maio 2021.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis**: Práticas e identidade bissexual. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf Acesso em: 15 maio 2021.

COHEN, Cathy; ALMEIDA, Valeria Lima de. Punks, sapatonas e welfare queens - potencial radical da política queer? **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 21-58, dez. 2019. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/46807> Acesso em: 15 maio 2021.

FREITAS, Maria. **Clichês em rosa, roxo e azul**. E-book Kindle, 2021. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Clich%C3%AAs-rosa-roxo-azul-completa-ebook/dp/B0928CKK5D> Acesso em: 15 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. Questionário. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAEGER, Melissa Bittencourt. **Experiência de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205732> Acesso em: 15 maio 2021.

SENA JUNIOR, Gilberto Ferreira. **Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história**. VI Simpósio Nacional Estado e poder: cultura, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf> Acesso em: 15 maio 2021.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**. 2018. 119 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 15 maio 2021.

LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, 1 sem. 2017, p. 41-65. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12043> Acesso em: 15 maio 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. Do “léxico gay” à Linguística Queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias Queer. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 47, n. 3, p. 675–690, 2018. Disponível

em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2049>
Acesso em: 15 maio 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”**: Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1> Acesso em: 15 maio 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: resistências em narrativas de ativistas bissexuais. **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-12, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31496>
Acesso em: 15 maio 2021.

MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. 150 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216098> Acesso em: 15 maio 2021.

NAGARI, NICK. **CincoMilExplicações**. E-book Kindle, 2020. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Cinco-mil-explica%C3%A7%C3%B5es-Nick-Nagari-ebook/dp/B08NW5FBFS> Acesso em: 15 maio 2021.

SOARES, Eliane Veras. **“Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia”** Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 1, p. 81–92, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892014000100006&script=sci_arttext Acesso em: 15 maio 2021.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero . p. 249-270, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messenger-9788523218669-14.pdf> Acesso em: 15 maio 2021.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERFIL DAS VÍTIMAS E DOS AGRESSORES NOS CASOS NOTIFICADOS AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BAHIA

Isabela Alves Mattos

Doutoranda do Programa Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E mail: isabelaamattos@yahoo.com.br;

Elton Moreira Quadros

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (UESB). Professor do quadro permanente Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E mail: elton.quadros@uesb.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo identificar o perfil das vítimas e dos agressores de abuso e exploração sexual, a partir dos casos registrados no Conselho Tutelar do Município de Itapetinga-Bahia, nos anos de 2018 e 2019. O abuso e a exploração sexual consistem em formas de violência sexual que violam a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes. O abuso sexual estará caracterizado nas relações de natureza pessoal, enquanto a exploração sexual tem-se uma prática de natureza mercantil. De acordo com Estatuto da criança e do adolescente, cabe ao Conselho Tutelar zelar pelas garantias da população infanto-juvenil, sendo um importante órgão responsável pelo recebimento das denúncias nas hipóteses de suspeita

ou violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sob o aspecto metodológico foi realizado um estudo qualitativo mediante a revisão de literatura e do levantamento de dados já tabulados pelo Conselho Tutelar. Os resultados revelaram que as vítimas são do sexo feminino em 79,17% das ocorrências, ao passo que os agressores em 95,83% são do sexo masculino. Os dados demonstram que o fato das vítimas mais frequentes da violência sexual ser meninas encontra a sua origem na organização social de gênero.

Palavras-chave: Abuso sexual, Criança e adolescente, Conselho Tutelar.

Introdução

Dentre as inovações previstas com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve a previsão da criação dos Conselhos Tutelares. A sua instituição teve a finalidade de posicionar a sociedade ao lado da família no tocante à salvaguarda dos direitos da população infanto-juvenil.

Caberá ao Conselho Tutelar atuar quando notificado sobre a ameaça ou violação aos direitos que são assegurados para as crianças e adolescentes. Em meio as diversas situações que demandam uma efetiva ação, destacamos as ocorrências de abuso e de exploração sexual, espécies do gênero violência sexual, que consistem em um sério problema de saúde pública (NASCIMENTO, 2016).

Dados do Disque Denúncia Nacional (disque 100) apontam que o grupo vulnerável com o maior número de denúncias registradas no ano de 2019 são as crianças e os adolescentes, atingindo um total de 86.837 mil ocorrências, o que representa 55% do total das violações de Direitos Humanos notificados ao serviço, que atende a todo país.

Ainda de acordo com as informações divulgadas pelo Disque 100, no ano de 2019, as ocorrências de violência sexual foram a quarta violação mais incidente, somando 11% dos casos. Apesar dos dados sinalizarem para a gravidade do problema, precisamos destacar que se estima que apenas 10% dos casos de violência sexual são notificados para as autoridades competentes (CHILDHOOD, 2019).

O presente artigo, teve por objetivo identificar o perfil das vítimas e dos agressores de abuso e exploração sexual, a partir dos casos registrados no Conselho Tutelar do Município de Itapetinga-Bahia, nos anos de 2018 e 2019. Para tanto, foi utilizado um estudo qualitativo mediante a revisão de literatura e do levantamento de dados dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar, que já se encontravam tabulados.

Os dados encontrados na pesquisa estão em consonância com as informações divulgadas pelo serviço nacional de denúncia e demais trabalhos da área, que apontam as crianças e adolescentes do sexo feminino como as principais vítimas do abuso e exploração sexual, ao passo que os agressores são majoritariamente do sexo masculino.

As características presentes na violência sexual contra crianças e adolescentes demonstram que para além do desejo sexual do agressor,

estas consistem em práticas que envolvem as relações de poder e dominação exercida pelo masculino sobre o feminino.

Metodologia

Sob o aspecto metodológico foi realizado um estudo qualitativo com revisão de literatura, revisão legislativa e levantamento *on-line* de artigos da base de dados do Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online). Foram ainda coletados os dados das ocorrências de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que já se encontravam tabulados pelo

Conselho Tutelar do Município de Itapetinga, Bahia, não tendo a pesquisadora nenhuma aproximação com os usuários do serviço ou acesso aos prontuários de atendimento.

Referencial teórico

Com o advento da Lei 8.069/90, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve a previsão da criação dos Conselhos Tutelares. A sua instituição teve a finalidade de posicionar a sociedade ao lado da família, conferindo a este um importante papel na salvaguarda dos direitos da população infanto-juvenil. De acordo com a previsão da Lei, o Conselho Tutelar é um órgão público Municipal, integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Tutelar tem por missão representar a sociedade no tocante a proteção e concessão de garantias dos direitos da criança e do adolescente. Assim sendo, em cada Município deve existir ao menos um Conselho Tutelar, que será composto por cinco membros, que são escolhidos pela comunidade, por eleição, para um mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução.

Caberá ao Poder Executivo Municipal o dever de conceder condições adequadas para o funcionamento do Conselho Tutelar, assegurando dotação de orçamento suficiente para seja disponibilizado uma estrutura física apropriada, além do suporte técnico e administrativo para favorecer a sua devida atuação.

Conforme as características previstas pela Lei, o Conselho Tutelar é um órgão permanente, de natureza administrativa e autônomo, mostrando-se livre para decidir nos diversos casos concretos sobre como

melhor proteger as crianças e adolescentes, bem como, promover a execução das suas decisões. Caberá também ao Conselho Tutelar promover ações que busquem impedir situações de risco para a população infanto-juvenil, tal como as ocorrências de violência sexual.

A violência sexual, configura-se pela prática de atos com caráter sexual, que acarretam lesões de ordem física e emocional nas suas vítimas. Dentre os diversos grupos que podem ser atingidos por essa forma de violência, destacamos as crianças e os adolescentes, que são indivíduos que se encontram em uma peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, e em grande situação de vulnerabilidade com relação ao seu agressor.

A violência sexual consiste em um gênero, que abarca duas grandes espécies: a exploração sexual e o abuso sexual, que são conceitos que não se confundem (FALEIROS; RADICCHI, 2010, CRUZ et. al., 2021). Há entre as duas modalidades muitos elementos em comum “sobre-tudo a questão do abuso de poder de um adulto sobre uma criança e/ou adolescente” (Morais, et., al. 2007, p.264), mas cada uma delas possui as suas particularidades. No abuso sexual tem-se uma relação de natureza pessoal, íntima com caráter sexual, enquanto a exploração sexual é configurada por uma relação com natureza mercantil.

O abuso sexual consiste em uma espécie de violência sexual na qual as pessoas envolvidas estão em diferentes estágios de desenvolvimento psicosssexual. Nesta relação, a vítima é utilizada pelo agressor para obter a sua gratificação sexual (AMAZARRAY; KOLLER, 1998), por meio da força ou confiança. Diversos atos podem configurar a prática do abuso sexual, sendo eles a manipulação da genitália, carícias, voyeurismo, exibicionismo, além do próprio ato sexual com ou sem penetração (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005)

O abuso sexual poderá ocorrer tanto no ambiente familiar, como fora deste. Por abuso sexual extrafamiliar entende-se as práticas de atos de natureza sexual que ocorrem fora do ambiente familiar, envolvendo na maioria das vezes pessoas desconhecidas das vítimas. Enquanto o abuso sexual intrafamiliar, é uma violência que ocorre no seio da própria família, praticada por pessoas que possuem um grau de parentesco ou afinidade com a criança ou adolescente (SANTOS; DELL’AGLIO, 2008).

Ao passo que a exploração sexual é configurada pela relação mercantil, mediada pelo comércio do sexo. Ela se configura de quatro formas: pornografia, turismo sexual, prostituição e tráfico sexual

(FLORENTINO, 2015; LIBÓRIO, 2004). A exploração de crianças e adolescentes poderá ocorrer de maneira formal ou informal. “No mercado formal, crianças e adolescentes são explorados/agenciados diretamente por uma terceira pessoa, que não o cliente final do serviço sexual” (Moraes, et., al. 2007, p. 264), que terá direito aos lucros gerados. Já no mercado informal, há uma exploração indireta por algumas pessoas, que poderão obter ganhos eventuais com os serviços sexuais ofertados (MORAIS, 2007).

Assim como acontece com as ocorrências de abuso sexual, os casos de exploração sexual são de difícil quantificação, pelo fato de a atividade ser ilegal e estar ligada a rede de crimes. A literatura especializada aponta para elevados índices de subnotificação das ocorrências de violência sexual, estimando a Childhood que somente 10% dos casos sejam notificadas às autoridades competentes, tais como ao Conselho Tutelar.

Resultados e discussão

A partir do levantamento realizado no Conselho Tutelar do Município de Itapetinga – Bahia, foram coletados os dados referentes à prática de violência sexual contra crianças e adolescentes, que são tabulados conjuntamente, havendo a discriminação das ocorrências entre abuso e exploração sexual, o que demonstra uma atenção do Conselho para a dissociação entre os insitutos que se aproximam, mas que possuem suas notas distintivas.

Com a coleta dos dados, foi possível observar que nos anos de 2018 e 2019 restaram contabilizadas 24 (vinte e quatro) notificações de violência sexual, destas, 22 (vinte e dois) casos foram de abuso, e 2 (dois) de exploração sexual. Os dados indicam que 45,83% das vítimas são crianças e 54,17% são adolescentes.

Assim como apontado pela literatura especializada, as principais vítimas de abuso e exploração sexual identificadas pelo levantamento de dados são do sexo feminino. As ocorrências mostram um percentual de 79,17%, ao passo que em 20,83% das denúncias, as vítimas são do sexo masculino.

Em sentido convergente, Martins e Jorge (2010) em uma pesquisa realizada no Município de Londrina-PR, a partir dos casos registrados nos Conselhos Tutelares e programas de atendimento, identificaram que em 74,2% das ocorrências as vítimas foram do sexo feminino.

No tocante aos agressores, os dados demonstram que das 24 ocorrências notificadas, 23 tiveram como agressores pessoas do sexo masculino. Destas, o padrasto aparece como principal agressor, em 7 casos notificados. Nota-se ainda a predominância de agressores que possuem grau de aproximação com as vítimas (pai, avô, primo, tio e padrasto) em 62,49% dos casos.

De acordo com as informações divulgadas pelo Disque 100, no ano de 2019, do total das ocorrências de violência sexual notificadas, 82% das vítimas são do sexo feminino e em 87% das ocorrências o suspeito é do sexo masculino. De acordo com os registros, a violência sexual ocorre na casa da própria vítima ou suspeito em 73% dos casos.

Em sentido convergente, pesquisa realizada por Soares, et. al., em um Serviço de Assistência à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVVIS), localizado em Teresina, Piauí, realizada no período entre 2004 e 2014 por análise estatística de 700 prontuários, no qual 27,3% dos agressores são o pai e o padrasto, 23,4% o vizinho e 9% tio.

Ao observarmos no levantamento realizado a preponderância do sexo feminino para vítimas e do masculino para os agressores, bem como, uma conformidade entre achado e os dados nacionais, nos questionamos sobre as questões de gênero que envolve a modalidade violência sexual contra crianças e adolescentes.

A violência de gênero é uma categoria mais ampla, abarcando vítimas mulheres, crianças e adolescentes de qualquer sexo (SAFFIOTI, 2001). Destaca Saffiotti que o 'gênero' é maneira de significar as relações de poder, não sendo possível estar fora delas, estando esta ainda articulada com outras categorias, como a de classe, raça/etnia. "Na escala social do exercício da dominação-exploração por legitimação do poder ou imposição através da violência, o homem adulto, branco e rico tem predominância sobre as mulheres, crianças, pobres e negros" (ARAÚJO, 2002, p. 5).

Conforme Saffiotti (1999), o conceito de violência de gênero categoriza uma modalidade específica de violência que visa à manutenção da organização social de gênero, lastreada na desigualdade dos lugares sociais sexuais, que privilegia o masculino. Deste modo, a violência de gênero é gerada nas relações de poder, objetivando o controle daquele que detém a menor parcela deste, ao mesmo tempo em que revela a impotência daquele que a comete, uma vez que exerce uma relação de exploração-dominação, em razão do não consentimento daquele que sofre a violência.

Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Assim, não seria somente o desejo sexual o fator preponderante para a “motivação dos agressores sexuais, mas também o gênero, pois crianças e adolescentes fazem parte da categoria dominada e sujeita ao poder exercido pelo mais velho sobre o mais novo e do masculino sobre o feminino” (RIBEIRO, et. al., 2004, p. 460).

Considerações finais

O Conselho Tutelar é um importante órgão de proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo cabível a sua atuação todas as vezes que houver ameaça ou violação das garantias asseguradas para a população infanto-juvenil.

O abuso e a exploração sexual de crianças de adolescentes são espécies de violência de raízes complexas e multifacetadas, cuja prática, em grande parte dos casos, é velada. O grau de aproximação entre a vítima e o agressor nos casos de abuso somada à ilicitude dos atos, que também se faz presente das ocorrências de exploração sexual demandam uma efetiva atuação dos órgãos de proteção visando o rompimento da violência.

Os dados levantados no Conselho Tutelar do Município de Itapetinga-Bahia vão ao encontro dos achados nacionais. Nota-se a preponderância das vítimas do sexo feminino, ao passo que os principais agressores são pessoas do sexo masculino. O perfil das ocorrências reforçou em nós o pensamento sobre as questões de gênero que envolvem a modalidade violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nas ocorrências de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, se faz presente uma relação de dominação-exploração por parte do agressor, lastreada na hierarquia e no poder do mais velho sobre o mais novo e na desigualdade dos lugares sociais sexuais, onde prepondera o masculino sobre o feminino.

Por fim, destacamos sobre a necessidade de constantes debates sobre o tema por parte dos mais diversos setores voltados para a preservação dos Direitos da criança e do adolescente.

Referências

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 559-578, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque Direitos Humanos. Relatório 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/Relatorio_Disque_100_2019_.pdf

CRUZ, Moniky Araújo da et al. . Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 26, n. 4, p. 1369-1380, abr. 2021 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232021000401369-&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 abr. 2021. Epub 19-Abr-2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>.

FALEIROS, E. T.; RADICCHI, L. C. Pedofilia, adoecimento e crime. **Revista Jurídica Consulex**, a. XIV, n. 315, p. 36-37, fev. 2010.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérغامo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 2, p. 139-144, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>.

LIBÓRIO, Maria Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (organizadoras). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246-255, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 07 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005>.

MORAIS, Normanda Araujo de et al. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 263-271, Sept. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300004>.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; DESLANDES, Suely Ferreira. A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1171-1191, out. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401171&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312016000400006>.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 81, n. 5, supl. p. s197-s204, Nov. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700010&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Apr. 2021.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, Apr. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Apr. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth.I.B. (1997). No Fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. Em F.R. Madeira (Org.), *Quem*

Mandou Nascer Mulher? (pp. 134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 4, p. 82-91, Dec. 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0102-88391999000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Apr. 2021.

SAFIOTTI, Heleieth.I.B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. (16), 115-136.

Soares EMR, Silva NLL, Matos MAS, Araújo ETH, Silva LSR, Lago EC. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Rev Interdiscip*. [Periódico na Internet]. 2016 [acessado 2018 Dec 9];9(1). Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754/pdf_28

CRIANÇAS COM DISFORIA DE GÊNERO E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O DESPREPARO DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA.

Willian Silva de Lira

Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, lirapsicologiauft@gmail.com;

Ítila Cristina Ferreira da Silva

Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, itilacferreira@gmail.com;

Tamires Bonfim da Silva

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, tamires.bonfim@mail.uft.edu.br;

Sarug Dagir Ribeiro (Orientadora do Trabalho)

Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Professora Adjunta no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, sarug.dagir@mail.uft.edu.br;

Resumo

Segundo o DSM-5 o transtorno do espectro autista (TEA) é mais preponderante em crianças com disforia de gênero (DG) encaminhadas para atendimento clínico do que na população em geral. Estudos recentes preveem uma incidência de 7,8% de TEA em amostras de crianças com DG. Contudo, essas crianças são negligenciadas por muitos psicólogos(a)s, fato que acaba alicerçando práticas de violência e de invisibilidade dessas crianças. A perplexidade e o negacionismo por parte do(a) psicólogo(a) nesse tipo de situação passa tanto pelo desconhecimento das políticas públicas voltadas para à saúde mental dos indivíduos com autismo e transexuais como pela racionalidade diagnóstica

subjacente às suas práticas. Essa racionalidade diagnóstica postula que os processos de subjetivação mesmo em uma criança autista deva ser baseada na correspondência entre o par de opostos mulher/homem, dentro da lógica binária sexo/gênero que tornam os indivíduos inteligíveis no sistema heteronormativo. Nosso referencial teórico-metodológico se baseia na crítica a essa racionalidade diagnóstica que comumente leva o profissional ao sentimento de estranheza quando uma criança autista desafia a matriz binária de inteligibilidade heteronormativa. Nosso objetivo é identificar e entender quais são as fragilidades no cuidado dessa população. Nossos resultados preveem a influência da exclusão social contra a população LGBTQ+ se somar ao preconceito contra o autismo. A condição transexual desumaniza mais a criança autista, levando a negação do reconhecimento de sua condição humana. Contudo, sabemos que não é somente um déficit na teoria psicológica que está na raiz dessas disposições de preconceito e segregação.

Palavras-chave: disforia de gênero; criança; transtorno do espectro autista; violência.

Introdução

O termo Transtorno de Identidade de gênero (TIG) descrito no Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-IV foi substituído por Disforia de gênero (DG) no DSM-5 (Associação Americana de Psiquiatria, 2014). Essa mudança na terminologia se deve à compreensão de que essa população sofre preconceito. Então, reconheceu-se que a palavra Transtorno atribuída a essa situação atribuiria um sentido mais negativo, evocando assim mais preconceitos e discriminação. De acordo com o DSM-5, a disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a ausência de concordância entre o gênero que foi designado no nascimento e o gênero experimentado/expresso. Utilizaremos ao longo desse trabalho o termo gênero para denotar o papel público desempenhado e juridicamente reconhecido por uma pessoa (reconhecimento obtido a partir da lei Provimento de número 73 que garante a pessoa transgênero o direito de mudança de nome e alteração de sexo no registro civil). Embora não se fale muito na comorbidade entre disforia de gênero e transtorno do espectro autista em crianças, existem estudos nacionais e internacionais que sinalizam para essa condição comórbida (Costa, 2019; De Vries, Noens, Cohen-Kettenis, Van Berckelaer-Nones & Doreleijers, 2010; Tateno, Tateno, & Saito, 2008; Kraemer, Delsignore, Gundelfinger, Schnyder & Hepp, 2005; Perera, Gadambanathan & Weerasiri, 2003; Mukaddes, 2002; Landen & Rasmussen, 1997; Williams, Allard & Sears, 1996). Contudo, em todas essas pesquisas é unânime a preocupação e a dificuldade no estabelecimento de ambos diagnósticos, de TEA e de disforia de gênero. Sabemos que os diagnósticos de ambos os transtornos são basicamente clínicos e os testes psicológicos apenas auxiliam nessa tarefa (Del Nero, 2016).

A heteronormatividade é compreendida como um processo de regulação sexual, desencadeando a conduta da heterossexualidade como padrão, referência e norma, situando as outras formas de expressões sexuais como “desviantes” (p.606) ou até mesmo “patológicas” (p.606) (Sales & Paraíso, 2013). De acordo com Scopel & Gomez (2006), as pessoas que não fazem parte dessa normatividade estabelecida na sociedade, acabam sujeitas a um olhar de estranhamento e desprestígio, e muitas vezes são negadas o direito de viver a própria identidade. Apesar da sociedade brasileira ser reconhecida

pela sua diversidade étnica e cultural, ainda trata de forma hostil os sujeitos com comportamentos que fogem do modelo estabelecido socialmente - modelo heterossexual. O psicólogo deve ter uma escuta qualificada, se atentando aos sinais apresentados para contribuir com um diagnóstico mais preciso das queixas apresentadas pela população LGBTQ+. Sua conduta como profissional deve se basear na ética do psicólogo, buscando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, sem desconsiderar ou realizar negligências no diagnóstico que ocasione um sofrimento psíquico ainda maior para o paciente. Em suas técnicas aplicadas se veda “Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 9). Para explicar essas condutas, tomamos como metodologia neste artigo uma vinheta clínica. Nela abordado o caso de uma criança com DG e TEA. Há na vinheta a postura do profissional de psicologia que não cogita no seu diagnóstico a comorbidade desses transtornos. Essa postura é um reflexo do despreparo dos profissionais da psicologia quando o tema é disforia de gênero e transtorno do espectro autista. Seria esse despertar reflexo de uma lógica diagnóstica heteronormativa?

Metodologia

É pertinente a apresentação de uma vinheta clínica que melhor caracterize nosso problema de pesquisa, trata-se de uma vinheta de caso fictício:

A Sra. Silva tem 38 anos de idade e é uma jornalista, casada com o sr. Silva, um técnico em enfermagem que trabalha em um hospital particular da cidade. Os dois possuem dois filhos, Luisa de 3 e Isaque com 4 anos de idade. Assim que Isaque fez 3 anos, a Sra. Silva passou a ficar menos tempo em casa, às vezes passava dias em viagem de trabalho e na mesma época o filho foi diagnosticado com TEA (Transtorno do Espectro Autista) pelo pediatra e neurologista da família. Eles descrevem suas rotinas com os filhos e o trabalho como extremamente cansativos, até convidaram a avó das crianças para morarem juntos e ajudá-los no dia a dia. Principalmente por causa do filho mais velho que passou a fazer uma série de acompanhamentos para desenvolver habilidades no seu desenvolvimento biopsicossocial.

O pai diz que mesmo antes do diagnóstico percebeu que seu filho era diferente, pois nunca gostou de interação social, se irritava muito fácil com barulhos, apresentava pouco contato visual e nunca sorria como outras crianças geralmente fazem. Além disso, nos dois últimos anos o menino vem exibindo uma série de comportamentos que ele acredita serem típicos das meninas. Por exemplo, Isaque demonstra interesse em objetos mais femininos tais como boneca, maquiagem, etc. No dia a dia se veste com muita relutância as roupas que lhe são compradas e nunca se atenta quando é chamado pelo nome. A avó de Isaque relata que já o pegou tentando usar os vestidos da irmã e que calça os sapatos da mãe, e sempre que o mesmo é repreendido por tais comportamentos começa a chorar e repetir consigo mesmo frases que seus pais geralmente dizem: “Você não pode brincar.....brincar....brincar”, “são brinquedos de menina”, “você não é uma menina” “você, você, você”... numa ecolalia tão rápida que atropela as palavras que sai da sua boca. A família diz que percebeu esses comportamentos pela primeira vez poucos meses depois que Isaque fez 3 anos, pensaram que diminuiria a frequência com o tempo, mas só aumentaram desde então. O Sr. Silva disse que não sabe como lidar com esses comportamentos, acredita que Isaque sabe que tem um pênis e que ele é menino. Disse também, que o filho frequentemente durante o banho gosta de esconder o pênis entre as pernas e perguntar se agora ele pode ser uma menina, pois não possui mais um pênis. O pai confessou que odeia a ideia de Isaque ser feminino. E assume que faz comentários de desaprovação a Isaque quando ele se veste de menina.

A Sra. Silva acredita que ela própria contribuiu um pouco para a confusão de gênero de Isaque. Até recentemente, ela lia para ele contos de fadas como a Cinderela, com personagens femininas com as quais Isaque parecia realmente se conectar. No início, ela tentou ignorar as tendências do gênero oposto e não fez nenhum comentário. No entanto, ela disse que tirou os contos de fadas e os substituiu por quadrinhos com personagens masculinos. Isaque prestou alguma atenção aos itens recém-introduzidos, mas logo perdeu o interesse. Quando questionada por que achava que Isaque exibia esses comportamentos de gênero oposto, a Sra. Silva citou muitas explicações comportamentais. Relatou que provavelmente está relacionado ao apego dele a ela. A Sra. Silva disse que quando Isaque tinha 3 anos precisou se afastar do lar por causa do seu trabalho e ele costuma ter ataques de raiva na

ausência da mãe. Ela acreditava que estando longe de casa poderia se manter neutra com relação ao comportamento de gênero de Isaque.

O psicólogo procurou trabalhar as questões de identidade de gênero com Isaque para que ele pudesse perceber a diferença sexual e entendesse qual a categoria da divisão dos sexos ele se encaixava. O psicólogo passou algumas orientações para retirar esse desejo compulsivo de pertencer ao gênero oposto que Isaque apresentava. Disse aos pais para não se preocuparem, pois é comum em pessoas autistas ter fixação compulsiva em algo (DSM-5), e esse era o caso do Isaque, mas que poderia ser amenizado e até revertido com a terapia. Foi recomendado pelo psicólogo que Isaque fosse estimulado a diferenciar práticas masculinas e femininas: no vestir, nas cores, nas brincadeiras e até mesmo nas profissões. Justificou que o comportamento dele era possivelmente para chamar a atenção da mãe que está passando menos tempo em casa, mas que poderia ser revertido. Por fim, ao serem expostos os fatos, a família recebeu as informações de como funcionaria o cronograma das terapias. E que eles deveriam levar Isaque 3 vezes na semana ao consultório para se trabalhar as questões de gênero com ele.

Resultados e discussão

Na vinheta clínica acima podemos observar três aspectos importantes: o comportamento da criança, a atitude dos pais e o procedimento do psicólogo.

Sobre a descrição do comportamento de Isaque percebemos a concomitância da sintomatologia da DG e do TEA seja pelo déficit na reciprocidade social, déficits de comunicação, interação social e linguagem, comportamentos repetitivos e interesses restritos. Quanto a esse último, o foco do interesse é o gênero. Isaque tem 4 anos de idade, sabemos da rigidez nas crenças relacionadas ao gênero em crianças pequenas (Ruble, Taylor, Cyphers, Greulich, Lurye & Shrout, 2007; Ruble, Martin & Berenbaum, 2006). E esses traços ocorrem frequentemente em crianças com disforia de gênero. Alguns dos critérios diagnósticos para diagnosticar a disforia de gênero em criança está relacionado ao desejo pertinente de permanecer ao gênero oposto, nos meninos há um forte desejo de se travestir de mulher usando roupas e acessórios femininos, há também uma forte prevalência por brincar com crianças do sexo oposto, forte desgosto pela genitália

e entre vários outros critérios (DSM-5), com isso fica evidente que a rigidez nas crenças relacionadas ao gênero algo que é bem mais frequente em crianças com disforia de gênero do que nas que não possuem tal diagnóstico já que para ser diagnosticada com DG a criança necessariamente precisa ter tais critérios acima citados.

Sobre a atitude dos pais, observamos fatores de risco familiares para o desenvolvimento da psicopatologia, pois com base em evidências de pesquisas podemos aferir como possível causa da DG a ansiedade de separação severa da mãe que precedeu a expressão do comportamento feminino no menino (Isaque). Os sintomas da DG surgiram para restaurar o vínculo físico com a mãe ausente (Coates & Person, 1985). Dessa maneira, ao imitar mamãe Isaque confunde 'ser mamãe' com 'ter mamãe' e "o comportamento do gênero oposto parece acalmar, em parte, a ansiedade gerada pela perda da mãe" (p. 708, tradução nossa). Por outro lado, a cognição social baseada em gênero fornece uma janela de como as crianças com disforia de gênero constroem um senso subjetivo de si mesmo como um menino ou como uma menina. É claro que poderia ser argumentado que a cognição social do gênero é meramente um epifenômeno de um processo de desenvolvimento mais fundamental relativo à identidade de gênero, isto é, simplesmente uma maneira que as crianças tentam explicar para si mesmas sua identidade de gênero (Coates & Person, 1985). Por outro lado, pode-se argumentar que a compreensão limitada das crianças pequenas da cognição social de gênero exige cautela ao assumir o quão fixa é sua identidade de gênero e que, com o desenvolvimento, algumas crianças desenvolvem uma compreensão mais flexível de que existem maneiras diferentes de se ser menino ou menina.

De acordo com Zucker, Bradley, Kuksis, Pecore, Birkenfeld-Adams & Doering (1999), crianças com DG parecem ter um atraso de desenvolvimento na aquisição da constância de gênero do que crianças com desenvolvimento típico. Contudo, de um modo geral, a literatura científica aponta que as crianças pequenas, mesmo aquelas com desenvolvimento típico, não têm um entendimento completo da constância de gênero. A constância de gênero se refere ao entendimento cognitivo da criança de que o gênero é uma parte invariável de si mesma. Portanto, a capacidade de se auto-rotular como menino ou menina ou de compreender a constância de gênero ao longo do tempo é uma capacidade que só vai se desenvolver plenamente após

o período do pensamento operacional concreto, depois 5 e 7 anos de idade, ou seja, essas crianças frequentemente combinam identidade de gênero com expressões superficiais de comportamentos de gênero (Kohlberg, 1966; Ruble, Martin, & Berenbaum, 2006). Daí a dificuldade no estabelecimento do diagnóstico comórbido de DG e TEA numa criança tão nova como Isaque, pois, além de ser uma criança de apenas 4 anos de idade, o mesmo ainda possui o diagnóstico de TEA. Com isso, as dificuldades para diagnosticar a DG só aumentam pois sabemos que crianças autistas podem apresentar um forte padrão repetitivo que pode ser designado há um interesse, comportamento ou atividade (DSM-5) e que se tal interesse for mantido no gênero há uma grande chance de o profissional não saber diferenciar se é algo do TEA ou se é um outro diagnóstico, como por exemplo o da disforia de gênero que também apresenta como característica o interesse e foco no gênero. No caso do pequeno Isaque o psicólogo acreditava somente ser uma característica do TEA e por não estar suficientemente preparado para diferenciar tais diagnósticos o mesmo não concluiu que poderia sim se tratar do diagnóstico de Disforia de Gênero.

Sobre o procedimento do psicólogo podemos perceber o despreparo e a falta de perícia do profissional e uma grande fragilidade no reconhecimento da responsabilidade pelo cuidado da DG e do TEA. De acordo com Bento (2006), para compreender as experiências transexuais, deve-se entender que há um deslocamento entre corpo e sexualidade e deve-se negar a ideia comumente difundida de que a origem das identidades sexuais se dá por suas diferenças sexuais anatômicas. Pela atuação do psicólogo, percebe-se a lógica binária de gênero expresso em corpos-homens e corpos-mulheres. Caberia ao psicólogo reformular sua racionalidade diagnóstica para contemplar o diagnóstico comórbido de DG e TEA em Isaque. Do nosso ponto de vista, há falhas no estabelecimento do diagnóstico e na direção do tratamento nesse caso. Dessa maneira, é imprescindível continuar o compromisso de teorizar a partir de pressupostos que estejam em consonância com as rupturas de pensamento que se fizerem necessárias para compreendermos melhor o mundo em que vivemos para alcançarmos de uma maneira mais inteligível o sofrimento das crianças como Isaque.

Segundo pesquisas, na Zona Sul da cidade de São Paulo, no CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infância-Juvenil), 46,7% dos pacientes

atendidos foram diagnosticados com transtorno global do desenvolvimento (Toledo, 2004). Através desse estudo, Silva (2016) pôde perceber que as crianças com TEA são o grupo que mais utiliza os serviços dos CAPSIs da grande Cidade. Nesse mesmo estudo, a partir de dados epidemiológicos, também é mostrado que em países desenvolvidos as crianças com TEA frequentam nove vezes mais os serviços de saúde do que outras crianças diagnosticadas com distintas patologias e até três vezes mais que crianças com Deficiência Intelectual.

Percebe-se nessas pesquisas a simultaneidade entre o diagnóstico do Transtorno do espectro autista e outras comorbidades. Os profissionais da área de saúde mental precisam de capacitação [...] por conta da grande demanda nesses casos, pesquisas de cunho bibliográfico e documental embasadas em publicações do Ministério da saúde mostram a grande necessidade dessas especializações (Silva; Oliveira; Kamimura, 2014). Enquanto na formação do psicólogo é demonstrado demasiadamente uma falta de preparo para atender estes públicos. Esse reflexo se dá tanto nos atendimentos de clínicas particulares, quanto nos atendimentos da rede pública. Manifestando uma incapacidade para realizar o diagnóstico preciso sobre essas comorbidades, por falta de conhecimento/técnicas para proceder com a demanda apresentada.

Hilse-Gorman (2019), após realizar um estudo que analisou 292.572 crianças que tinham idade entre 2 e 18 anos, sendo destas 48.762 com transtorno do Espectro Autista e o restante era considerado o subgrupo “controles saudáveis” (p. 7), comprovou que crianças que apresentavam TEA têm uma probabilidade quatro vezes maior de serem diagnosticadas com DG se comparando com outro subgrupo de crianças (grupo controle). Com isso, fica evidente que há uma correlação entre esses diagnósticos. Costa (2019) analisando esse estudo e de vários outros que foram realizados por diversas regiões como na Austrália e Suécia, a autora mais uma vez confirma o diagnóstico de comorbidade que há entre o TEA e DG, afirmando que tal diagnóstico é mais comum do que se ouve falar. O que a autora conclui em seu estudo é que esse diagnóstico precisa ser feito de forma minuciosa para que não ocorra erros e que é preciso ter um tratamento adequado para essas crianças já que as mesmas apresentam alguns distúrbios internalizantes como a depressão e ansiedade com mais frequência do que quando a coocorrência de DG e TEA são apresentados de formas separadas.

Dovgan e Mazurek (2019) através de um estudo de caso realizado com 3.055 crianças buscou-se analisar condições comórbidas em crianças com TEA, dentre elas TDAH, depressão e ansiedade. Os autores concluíram que a prevalência de comorbidade psiquiátrica que há nessas crianças pode variar entre 27% e 95% dos casos, ou seja, na grande parte dos números de crianças que possuem TEA carregam consigo algum outro diagnóstico. Outro estudo realizado com crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista concluiu que dentre as comorbidades presentes nesse grupo, a ansiedade foi a que mais esteve presente, chegando a atingir 80% dos casos em que foram pesquisados (Neuhaus; Webb e Bernier, 2019). Já nos adultos a comorbidade psiquiátrica que mais foi observada nos estudos de caso foi a depressão maior (Dovgan e Mazurek; 2019).

Uma das características presentes no quadro do TEA é a dificuldade na interação social e déficits emocionais, tal quadro pode levar indivíduos que possuem esse diagnóstico à ansiedade e por haver uma grande correlação entre o diagnóstico de ansiedade e o suicídio, pessoas com TEA que têm comorbidade com a ansiedade estão mais suscetíveis ao ato de cometer suicídio (Quinn, Stark, Hunter, Evans, Hennessey; 2019) e juntando tais diagnósticos (TEA e ansiedade) com a Disforia de Gênero que é socialmente estigmatizada e julgada, a probabilidade de suicídio fica ainda mais evidente pois além de ter de lidar com as dificuldades presentes no TEA, o indivíduo ainda sofrerá preconceitos e estigmas na sociedade em que está inserido.

Analisando pesquisas realizadas recentemente, Turban (2018) chegou a conclusão que o número de jovens e crianças que se identificam como transgênero é muito maior do que o tido anteriormente, cerca de 1% a 2% dos adolescentes atualmente se identificam como transgêneros. O autor relata que esses jovens transgêneros sofrem taxas exacerbadamente altas de ansiedade e depressão e que tais fatores tendem a aumentarem conforme esses jovens saem da fase da infância para a adolescência. O autor conclui seu estudo com um resultado que mostra que cerca de 10% dos jovens na idade de 13,5 anos de idade já tentaram suicídio em algum momento de suas vidas e que essa porcentagem só tende a aumentar conforme chega na fase adulta (cerca de 40% dos adultos transgêneros já tentaram suicídio). Portanto, o que percebemos e concluímos é que em muitos dos casos, além de possuírem um diagnóstico de TEA e DG, muitos desses indivíduos carregam consigo vários outros distúrbios internalizantes que

podem causar mais agravamento aos seus casos, levando assim para um sofrimento psíquico maior para tais crianças e jovens.

Portanto, será que futuros psicólogos estão sendo bem preparados em suas formações acadêmicas para lidar com tais situações? Existe a dúvida se universitários de psicologia em sua formação estão recebendo devido ensinamento sobre como trabalhar com diagnósticos. Paula, Filho e Teixeira (2016), em seu trabalho vem falar sobre a importância que tem o papel do psicólogo nas equipes multidisciplinares que tratam do TEA. O psicólogo precisa estar capacitado para a escuta dos pais que levam seus filhos para as consultas psicológicas para assim conseguir detectar sinais que possam indicar um futuro diagnóstico de TEA, para isso os autores ressaltam que é preciso uma boa formação desses profissionais que se inicia logo na graduação. Esses mesmos autores em uma pesquisa realizada com 85 alunos de psicologia que se encontravam no 9º e 10º período do curso e, através de um questionário aplicado onde esses alunos deveriam responder de acordo com seus conhecimentos sobre o diagnóstico do TEA, constataram que a maioria dos universitários (62,4%) classificou seu conhecimento em TEA como insuficiente e apenas 5,9% classificou como Bom. Ou seja, os próprios universitários estão considerando que em suas formação não está havendo preparação suficiente para lidar com tal diagnóstico, onde os mesmos não estão sendo preparados de maneira correta para futuramente darem um diagnóstico de TEA.

Sabemos também que não somente psicólogos trabalham com a questão do diagnóstico infantil, mas médicos e psiquiatras também estão envolvidos nesse campo. Ter um diagnóstico precoce é de grande importância para a criança pois quanto mais cedo a mesma é tratada e trabalhada com estimulação correta, melhor será o seu futuro desenvolvimento, mas para que isso ocorra é necessário identificar essas crianças e encaminhá-las o quanto antes possível para devidos serviços especializados. Diante disso, Figueiras, Puccitini, Silva e Pedromônico (2003), após um estudo nos dados do Programa de Estimulação Precoce da UNidade de Referência Especializada Materno-Infantil-Adolescentes(URE-MIA), localizado na cidade de Belém, no Pará, observaram que as crianças atendidas no programa estavam em sua maior parte sendo encaminhadas tardiamente para tratamento especializado. Diante disso, os autores levantaram a hipótese de que tal fato estava ocorrendo pois estava havendo um despreparo por parte dos profissionais que atendiam essas crianças.

Para realizar a pesquisa acima citada foram avaliados 80 médicos e 80 enfermeiros que trabalhavam nas unidades de saúde distribuídas por toda a cidade de Belém e também 320 mães que faziam acompanhamentos com seus filhos nas unidades. Para os trabalhadores da área de saúde foi aplicado o Teste de Desenvolvimento da Criança (TCD) que avaliaria o conhecimento desses profissionais na área relacionada ao desenvolvimento infantil, além de algumas outras perguntas que haviam sido elaboradas pelos autores. Para as mães foram aplicadas algumas perguntas que buscavam conhecer sobre como era o atendimento de seus filhos pelos médicos, os resultados obtidos a partir do teste TCD mostra um conhecimento falho por partes desses profissionais em questões relacionadas a área do desenvolvimento infantil, além do mais, foi constatado que nenhum dos médicos ou enfermeiros participantes da pesquisa possuem em seu currículo curso ou qualquer outra especialização relacionada ao desenvolvimento infantil. Algo que nos chamou bastante atenção da pesquisa e que vale destacar é a pergunta número um que foi aplicada para os médicos e para as mães que consistia em investigar a importância que o profissional dá em relação às opiniões da mãe sobre o desenvolvimento de seus filhos. Nessa pergunta 64,8% dos profissionais responderam que fazem perguntas para as mães sobre as opiniões que as mesmas têm em relação ao desenvolvimento das crianças, concomitante, apenas 21,8% dessas mães afirmaram que em algum momento já foram questionadas sobre o desenvolvimento de seus filhos, ou seja, há uma falta de preocupação desses médicos para com as opiniões dessas mães que convivem e vivem com essas crianças e que são as pessoas que mais observam-os. Essa foi uma das justificativas tidas pelos autores para que os diagnósticos estivessem sendo feitos de formas tão tardias.

Portanto, concluímos que há um despreparo não só por parte de psicólogos, mas de médicos, enfermeiros e outros profissionais que trabalham com a área da saúde mental e desenvolvimento infantil. Levando em consideração o tema abordado pelo presente trabalho: comorbidade TEA e DG, podemos concluir que profissionais que não tiveram uma boa formação ou um bom preparo em suas graduações provavelmente terão dificuldades em identificar essas comorbidades. Como o diagnóstico precoce é de fundamental importância para um melhor desenvolvimento da criança, seria necessário uma longa preparação por parte desses profissionais para poderem enfrentar de

forma correta tais situações, podendo identificar sinais o mais cedo possível que indicam algum dado diagnóstico.

Considerações finais

No Brasil já existem ações específicas de assistência na saúde para a infância e adolescência integradas pelas políticas de saúde mental. Como principais ações podemos citar a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) pelo SUS e a construção de estratégias para a articulação intersetorial da saúde mental com a saúde geral, educação, assistência social, justiça e direitos. Mas pouco se vê sobre a qualificação de profissionais sobre sexo, gênero e sexualidade para as populações LGBTQIA+. É preciso, portanto, formular políticas e empreender ações concretas para o reconhecimento da diversidade sexual, consolidando políticas nacionais de formação de profissionais da educação e estudantes acerca das temáticas de gênero, identidade de gênero e da diversidade de orientação afetivo-sexual. O caso clínico fictício apresentado foi utilizado como recurso metodológico para ilustrar nossa problemática hipotetizada para profissionais da psicologia que ainda trabalham com uma visão diagnóstica preconceituosa e heteronormativa, a qual terão maior dificuldade de auferir o diagnóstico de disforia de gênero a uma criança autista.

Em suma, a comorbidade entre DG e TEA em crianças deve ser investigada de maneira mais aprofundada em cada caso. E ao se fazer o diagnóstico deve-se entender quais são as fragilidades dessas crianças. A desigualdade de gênero se estende para além das diferenças de identidade e nisso a DG é revestida de inúmeros preconceitos, os quais invariavelmente afetam e interferem negativamente na vida das crianças (Dovgan e Mazurek (2019)). É fundamental promover o acolhimento integral desses pacientes e seus familiares. Vale ressaltar que a criança está em fase de desenvolvimento, portanto, é importante que o profissional de psicologia também dialogue minimamente com pediatras e psiquiatras infantis produzindo um trabalho multidisciplinar.

Além disso, reconhecemos que essas crianças são particularmente vulneráveis à estigmatização e ao desenvolvimento de problemas relacionados aos déficits sociais causados pelo TEA e também o estigma social que está relacionado à Disforia de Gênero. Compreende-se também que muitos profissionais de saúde mental como psicólogos estão

despreparados para lidar com essas crianças já que o assunto é pouco falado e a bibliografia sobre o tema é escassa. E como destaca Costa (2019) a falta de testes que abranjam os dois diagnósticos tornam ainda maior a dificuldade para lidar com a comorbidade. Com isso, percebe-se que há a necessidade de se desenvolver novos métodos de diagnósticos mais padronizados e com maior vigor que possam diagnosticar com maior acuidade a prevalência da comorbidade dos diagnósticos.

Concluimos, que diante a escassez de profissionais que abarcam essas comorbidades, é preciso pensar em práticas de mudanças na parte clínica e diagnóstica, ademais, há poucas pesquisas que testam modelos de capacitação em saúde com crianças no qual seu diagnóstico são DG e TEA na mesma preponderância. Foi possível observar que o descrédito relacionado a Disforia de Gênero sobressai para um possível despertar em novas técnicas de implementação quanto a capacitação dos profissionais, quanto o acolhimento dentro da clínica particular e também no atendimento recebido pelo o SUS. Outra análise que também passa despercebida aos olhos dos psicólogos é o manejo com a família da criança. Casos como o de Isaque desconfigura a dinâmica familiar, por vezes essa dinâmica e cultura no qual a criança se encontra é um dos fatores de angústia que leva a incompreensão do sofrimento expresso.

Referências

Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *DSM-5, Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. (Maria I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre: Artmed. Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

Brasil. Portaria GM nº. 962, de 22 de maio de 2013. Institui o Comitê Nacional de Assessoramento para Qualificação da Atenção à Saúde das Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo no âmbito do Ministério da Saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. (2011). Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Seção 1, p. 35.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo, Brasília: CFP. Recuperado em 11 de maio de 2021, de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf

Coates, S., & Person, E. S. (1985). Extreme boyhood femininity: Isolated behavior or pervasive disorder? *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 24, 702–709.

Costa, A. A. (2019). Variabilidade/ disforia de gênero e perturbação do espectro autismo. (Dissertação de mestrado integrado de medicina). Dissertação ao grau em mestre submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto. Maio de 2019. (pp 1-32).

De Vries, A. L. C., Noens, I. L., Cohen-Kettenis, P. T., van Berckelaer-Nones, I. A., & Doreleijers, T. A. H. (2010). Autism spectrum disorders in gender dysphoric children and adolescents. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 40, 930–936. Recuperado em 04 de janeiro de 2021, de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2904453/pdf/10803_2010_Article_935.pdf>.

Del Nero, A. C. (2016). Elaboração de um protocolo de avaliação psicológica para crianças transgêneras. (Trabalho de conclusão de curso – Especialização). Instituto de Psiquiatria, do HCFMUSP, São Paulo, Brasil.

Dovgan, K., & Mazurek, M. O. (2019). Impact of multiple co-occurring emotional and behavioural conditions on children with autism and their families. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*.

Gomes, S. M.; Sousa, L. M. P. de; Vasconcelos, T. M.; Nagashima, A. M. S. (2018). O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. *Saúde e Sociedade*, (27) 4, 1120-1133.

Scopel, D. T; Gomez, M. S. (2006) O Papel da Escola na Superação do Preconceito na Sociedade Brasileira. Ano 2, n.1- abril/set - Revista

educação e tecnologia. Recuperado em 10 de março de 2021 de: http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf

Hisle-Gorman, E., Landis, C. A., Susi, A., Schvey, N. A., Gorman, G. H., Nylund, C. M., & Klein, D. A. (2019). Gender Dysphoria in Children with Autism Spectrum Disorder. *LGBT health*, 6(3), 95–100. Recuperado em 15 de abril de 2021 de: <https://doi.org/10.1089/lgbt.2018.0252>

Kohlberg, L. (1966). A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes. In E. E. Maccoby (Ed.), *The development of sex differences* (pp. 82–173). Stanford, CA: Stanford University Press.

Kraemer, B., Delsignore, A., Gundelfinger, R., Schnyder, U., & Hepp, U. (2005). Comorbidity of Asperger syndrome and gender identity disorder. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 14(5), 292–296.

Krug, J. S., & Wagner, F. (2016). Cuidados no estabelecimento do diagnóstico psicológico na infância e adolescência In Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., & Krug, J. S. (Orgs.) *Psicodiagnóstico* (pp.230-237). Porto Alegre: Artmed.

Landen, M., & Rasmussen, P. (1997). Gender identity disorder in a girl with autism—a case report. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 6(3), 170–173.

Lobato, M. I. R., Saadeh, A., Cordeiro, D. M., Gagliotti, D. A. M., Brandelli, Â. C., Schawarz, K., Schneider, M. A., Brambila, M. I., Giardin, A., Monteiro, L. M., Soli, B. M. B., & Real, A. G. (2017). Gender incongruence of childhood diagnosis and its impact on Brazilian healthcare access. *Arch Sex Behav*, 46, 2511.

Lodi, A. V., & Kotlinski, K. (2017). Transexualidade e infância. *Revista OABRJ*. Recuperado em 26 de agosto de 2020 de: <http://revistaeletronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Transexualidade-e-infancia.pdf>

Mukaddes, N. M. (2002). Gender identity problems in autistic children. *Child: Care, Health and Development*, 28(6), 529–532.

Paula, C. S., Belisário Filho, J. F., & Teixeira, M. C. T. V. (2016). Estudantes de psicologia concluem a graduação com uma boa formação em autismo?. *Psicologia: teoria e prática*, 18(1), 206-221. Recuperado em 28 de abril de 2021, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100016&lng=pt&tlng=pt.

Perera, H., Gadambanathan, T., & Weerasiri, S. (2003). Gender identity disorder presenting in a girl with Asperger's disorder and obsessive compulsive disorder. *Ceylon Medical Journal*, 48(2), 57–58.

Quinn B. P., Stark M. D., Hunter A. K., Evans A., Hennessey K. A. (2018). Purpose in adolescents diagnosed with an autism spectrum disorder. *J Adolesc*, 53-62.

Ruble, D. N., Taylor, L. J., Cyphers, L., Greulich, F. K., Lurye, L. E., & Shrout, P. E. (2007). The role of gender constancy in early gender development. *Child Development*, 78(4), 1121–1136.

Ruble, D. N., Martin, C. L., & Berenbaum, S. A. (2006). Gender development. In W. Damon & R. M. Lerner (Series eds.) and N. Eisenberg (Vol. ed.), *Handbook of child psychology* (6th ed.). Vol. 3: Social, emotional, and personality development (pp. 858–932). New York, NY: Wiley.

Saadeh, A., Cordeiro, D. M., & Caetano, L. O. (2015). Atendimento a transexuais e a travestis: crianças, adolescentes e adultos. In: Ministério da Saúde. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

SALES, S. R. & Paraíso, M. A. (2013). O Jovem Macho e a Jovem Difícil: governo da sexualidade no currículo. *Revista Educação & Realidade*, 38(2), 603-625

Silva, L. C. (2016). Elaboração e implementação de um modelo de capacitação para profissionais da CAPSI na assistência a crianças com transtornos do espectro autista. *Dissertação de mestrado em Distúrbio*

do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. (pp. 1-68).

Silva, S. P., Oliveira, A. L., & Kamimura, Q. P. (2014). Capacitação em Saúde Mental: Entre a Realidade e as Ofertas do Ministério da Saúde. *Sistemas & Gestão*, 9(3), 406-416. <https://doi.org/10.7177/sg.2014.V9.N3.A16>.

Tateno, M., Tateno, Y., & Saito, T. (2008). Comorbid childhood gender identity disorder in a boy with Asperger syndrome. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 62(2), 238.

Toledo, Rose Pompeu de. (2004). O ambiente terapêutico, o grupo e a equipe num CAPSi. *Vínculo*, 1(1), 52-57. Recuperado em 16 de abril de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902004000100009&lng=pt&tlng=.

Williams, P. G., Allard, A. M., & Sears, L. (1996). Case study: Cross-gender preoccupations with two male children with autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 26(6), 635– 642.

Zucker, K. J., Bradley, S. J., Kuksis, M., Pecore, K., Birkenfeld-Adams, A., Doering, R. W., et al. (1999). Gender constancy judgments in children with gender identity disorder: Evidence for a developmental lag. *Archives of Sexual Behavior*, 28, 475–502.

OS DESEJOS ESPIRALADOS NA LITERATURA BRASILEIRA

Micaela Sá da Silveira

Doutora em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba, micaela.lettras@gmail.com.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apontar a figura geométrica da espiral como metáfora para os relacionamentos e os afetos entre personagens na literatura brasileira, na produção canônica ou não, que tematizam relações entre personagens LGBTQIA+. Nesse sentido, para comprovar a figuratização proposta, analisamos as relações que fogem ao escopo monogâmicos em obras pertencentes ao cânone literário, como *O bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, assim como no conto do livro *Amora* (2015), de Natália Borges Polesso, inserido na produção contemporânea. Teoricamente, a discussão é sustentada pelos postulados acerca do cânone literário discutidos por Abreu (2006) e Compagnon (2003), além de contribuições de Sedgwick (2007); Silva (2011); Fernandes (2014), no que se refere às referências teóricas que subsidiam a leitura da produção literária que tematiza relações LGBTQIA+; por fim, visualizamos em Albuquerque Júnior (2014) a base para abordagem do desejo. Diante da leitura proposta, pudemos verificar que, visualmente, as espirais são figuras geométricas que metaforizam as relações de desejo representadas na literatura de ficção.

Palavras-chave: Desejos, Afetos, Geometria, Espiral, Literatura brasileira.

Introdução

Faz décadas que discussões em torno da construção do chamado cânone literário brasileiro tem ganhado espaço. Vários são os estudos que se propõem a questionar a formação desse modelo de produção, tendo em vista que a estruturação do cânone obedeceu a parâmetros de ordem social, cultural e econômica, elegendo critérios que, no decorrer do tempo, se mostraram questionáveis. No entanto, não podemos negar que, historicamente, há uma mudança no olhar lançado às obras que estão inseridas no cânone literário. Há um movimento crítico que problematiza as presenças e as ausência de textos, autores, temáticas.

É preciso deixar claro que, durante muito tempo, a escolha desses textos para compor o cânone era única e exclusivamente da crítica, que autorizava quais os textos que poderiam ou não entrar no rol sagrado. Pensar a crítica, nesse aspecto, é muito pertinente para compreender os limites entre o que é aceito/válido e o que não pode pertencer a esse espaço. Nesse sentido, faz-se salutar trazer à baila o posicionamento de Compagnon (2003), ao manifestar questionamentos acerca do papel destinado aos críticos, para pensar e apontar as obras que devem ser lidas:

O público espera dos profissionais da literatura que lhe digam quais são os bons livros e quais são os maus: que os julguem, separem o trigo do joio, fixem o cânone. [...] A crítica deveria ser uma avaliação argumentada. Mas as avaliações literárias, tanto a dos especialistas quanto a dos amadores, têm, ou poderiam ter, um fundamento objetivo? Ou mesmo sensato? Ou elas nunca são senão julgamentos subjetivos e arbitrários, do tipo “eu gosto, eu não gosto?”, aliás, admitir que a apreciação crítica é inexoravelmente subjetiva nos condena fatalmente a um ceticismo total e a um solipsismo trágico? (COMPAGNON, 2003, p. 224).

Observemos que o autor problematiza o lugar ocupado pela crítica, bem como o lugar do leitor que, em muitos casos, espera um parecer que direcione a sua leitura. É claro que essa questão é muito particular, tendo em vista que, ao observarmos as listas dos livros mais lidos ou vendidos anualmente, muitas vezes, são textos que não

estão sendo indicados pelo grupo seletivo de pessoas que apontam o que devemos ler. Esse duplo movimento está relacionado com a subjetividade, enquanto característica do texto literário que possibilita a uma mesma produção ganhar adesão ou não do público e/ou da crítica.

Desse modo, pode-se dizer que os elementos que fazem de um texto qualquer uma obra literária são internos a ele e não deveriam estar relacionados aos aspectos de validação de outrem. Entretanto, é perceptível que o estatuto de ser um “bom texto literário” em alguns casos não estão, de fato, relacionados aos critérios literários, tendo em vista que estes não existem por si, mas são construções culturais para reproduzir um modelo ideológico hegemônico do cânone literário, configurando assim um projeto de imposição cultural, como acontece em outras áreas sociais (ABREU, 2006).

Na esteira desse pensamento, Fernandes (2014, p. 202), ao problematizar a presença de narrativas homoeróticas no cânone e, conseqüentemente, pensar o modo de constituição do mesmo, afirma que as formas utilizadas pelos estudiosos para que o cânone seja “descrito, caracterizado, conceituado alicerçam-se em ideias que nos soam como se ele fosse invisível, impalpável. Essa discussão parece, muitas vezes, recair em uma manifestação do poder, embora detentora do controle sobre o *corpus* oficial da literatura brasileira”. Esse *status* atribuído a determinadas obras tem sido reiterado por autores que também são vistos como críticos canônicos, ou seja, há um ciclo que promove a manutenção de um tipo de literatura que deve ser lida e um tipo de crítica que também é autorizada.

Nesse sentido, é possível inferir que em toda a tradição da literatura brasileira, indígenas, mulheres, negros, ex-colonizados, LGBTQIA+ e tantas outras minorias foram, durante muito tempo, esquecidos da seleção canônica. Essas minorias têm lutado, em todos os segmentos sociais em que estão inseridas, apropriando-se dos lugares que não lhes deveriam ter sido ocultados. No que se refere especificamente ao cânone literário, é possível afirmar que este se estabelece como uma forma da crítica demonstrar seu poder e experimentar seu imperialismo sobre as minorias.

Nessa conjuntura, os autores que colocaram em tela tais questões tiveram seus textos excluídos ao logo da história da literatura. Não podemos afirmar que tais autores foram excluídos do cânone, mas que algumas das textualidades produzidas por eles cumprem os

critérios para fazer parte do cânone literário e outras textualidades não. Desse modo, entendemos que um ponto importante a se considerar é a abordagem destas temáticas para a compreensão do que se mostra/esconde na produção literária brasileira, o que está dentro e fora desta literatura e quem determina os espaços que essas podem ocupar.

Nesse jogo de ocultar e revelar produções, diante de fatores externos ao texto literário, encontramos a temática do triângulo amoroso, que tem sido ocultado do cânone. Entretanto, algumas obras foram invisibilizadas por apresentarem relações que revelam em sua estrutura a presença de personagens LGBTQIA+, constituindo triângulações – e demais tipos de relações –, isto é, com uma base diferente das relações observadas nos textos canônicos. Percebemos que há uma oscilação no que refere ao movimento de revelar e ocultar as relações e as práticas dos sujeitos LGBTQIA+.

Historicamente, essa oscilação passou pelo espaço do “sair do armário”. Segundo Sedgwick (2007, p. 21), a epistemologia do armário “não é um tema datado nem um regime superado de conhecimento”, muito embora tal contexto tenha possibilitado “o sentimento de potência, magnetismo e promessa da autorevelação gay”. O armário, como metáfora para as relações entre iguais, marca um lugar de poder e de controle sobre os corpos e as subjetividades dos indivíduos que não se adequam ao padrão.

No que se refere à produção brasileira de uma literatura marcada pela presença dos sujeitos LGBTQIA+, de um modo geral, vamos encontrar uma discussão que problematiza quais aspectos devem ser considerados ao nomear uma produção de “literatura gay”¹, tal como uma gama de pesquisas que se propõem a inventariar essa literatura que ficou ocultada, para ponderar sobre a construção de um cânone formado por textos marcados por esta minoria. Nessa perspectiva, é inegável que durante muito tempo as relações afetivas e amorosas LGBTQIA+ foram sequestradas das produções literárias. Precisamos destacar que, por mais que se apresente um discurso de que os sujeitos são livres para as práticas e vivências diversas, o contexto histórico e social é que de fato determina como devemos nos portar em sociedade. Concomitantemente, quaisquer experiências que não

1 Expressão discutida por Silva (2008).

estejam inseridas no padrão social passam por um julgamento, seja no contexto real ou no contexto representativo/artístico.

Nesse sentido, para pensar as relações interpessoais entre as personagens na literatura brasileira, utilizamos a categoria do desejo como modo de visualizar metaforicamente as relações e desenhar através de figuras geométricas os envolvimento apresentados por esses sujeitos ficcionais. Assim, entendemos o desejo a partir da perspectiva de Albuquerque Júnior (2014), considerando subjetividades, movimentos e trânsito, não engessando a categoria de análise. Para ele,

[...] o desejo parece agora ter novos corpos para habitar, ele passa a ter pelo menos mais duas maneiras de ser, ele passa a ter mais duas máscaras para conformar o seu rosto, mas continua sendo esse que só se diz com o nome do outro, o desejo passa a se dizer no masculino e no feminino, como se dizia no macho e na fêmea, como fora nomeado de heterossexual, homossexual, bissexual ou transexual, normal ou anormal, perverso, sádico, masoquista, etc.

Sim, talvez seja de todas as palavras citadas anteriormente a que melhor fale de sua materialidade: a palavra *et coetera*, que significa “e as demais coisas”, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 16).

A ideia do “etc” é bastante representativa para as análises literárias, uma vez que a expressão dá continuidade *ad infinitum* a uma enumeração e, ao mesmo tempo, abrange uma ideia de singularidade. Evidentemente que o infinito ou ilimitado está mais para o âmbito da fantasia, mas a possibilidade de ser e estar desejoso, esse estado aberto de desejar e entender o sentir de modos diversos nos interessa para as análises literárias.

Diante disso, este trabalho objetiva apresentar a figura geométrica da espiral como metáfora para expor as relações de desejo e a construção da subjetividade dos sujeitos ficcionais em obras da literatura brasileira, a partir das relações que não se adequam à monogamia, possibilitando a visualização de relacionamentos espiralados. Para tanto, selecionamos dois textos literários, a saber: *O bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, assim como contos do livro *Amora* (2015), de Natália Borges Polezzo, especificamente o texto “Primeiras vezes” para visualizarmos as relações afetivas entre as personagens.

Compreendemos que os envolvimento entre sujeitos sempre existiram e que o desejo e construção das subjetividades são aspectos que mobilizam as personagens de ficção proporcionando uma visualização de relações que se movem de tal modo que nos possibilita pensar em figuras geométricas para figurativizar estes envolvimento.

Resultados e discussão

Ao analisarmos as produções literárias do século XIX, percebemos como a influência do contexto histórico está materializada nas obras que passam a ser publicadas naquele momento. É neste período que, por intermédio da imprensa, as produções começam a circular. Ressaltemos que nem toda a escrita daquela época era publicável, por não atender aos critérios impostos pelo próprio contexto social.

Além disso, outro aspecto bastante frequente nos textos publicados na época é a tendência ao anonimato e o uso recorrente de pseudônimo. A ausência explícita da marca autoral tornou-se um problema de ordem biográfica, uma vez que muitos autores ficaram esquecidos diante desse anonimato. Segundo Barbosa (2007, p. 33), os escritores, famosos ou desconhecidos, utilizaram essa estratégia, por várias razões, “a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento” (BARBOSA, 2007, p. 33).

Escrever literatura, nesse sentido, poderia ser perigoso, pela possibilidade de expor pessoas, situações e instituições. Além do mais, nem tudo o que era produzido era bem aceito por aqueles que tinham o poder de validar as obras como sendo boas ou, em outras situações, os escritos publicáveis corriam o risco do julgamento dos leitores, podendo afastá-los ou não dessa literatura.

No que tange às produções que tematizam o triângulo amoroso entre iguais, o texto *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha, publicado em 1895, causou escândalo e, permeado pelo pensamento do naturalismo, apresentou a relação homoerótica como doentia, impactando os críticos, além de atrapalhar a recepção do livro. Atualmente, a obra de Caminha é, comumente, referenciada como sendo uma das primeiras obras abordando a temática homo, sendo considerada um marco nas produções literárias brasileiras. Nesta obra encontramos também

a triáde amorosa, mas, antes de anunciar os vértices, se faz necessário conhecer o enredo.

Ambientado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, *O bom crioulo* (1895) é dividido em 12 capítulos e tem como tema principal as intempéries do amor entre dois homens: o escravo fugido, Amaro, também chamado de Bom-Crioulo, e o grumete Aleixo. Eles se conhecem em uma corveta da Marinha e passam a ter um relacionamento, chegando a viver juntos em um quarto alugado no sobrado no Rio de Janeiro. Após Amaro passar a servir em outro navio, rareando suas visitas em casa, Aleixo se envolve com D. Carolina, a dona do sobrado em que viviam. Ao descobrir o relacionamento entre Aleixo e D. Carolina e, tomado por ciúmes, assassina o companheiro.

Segundo Trevisan (2011), o romance foi, durante décadas, proibido em bibliotecas e escolas públicas. Além disso, muitos oficiais da Marinha leram a obra e ficaram enfurecidos, pois os protagonistas faziam parte da Armada. Essas reações de censura e enfurecimento estão relacionadas à temática que põe em tela duas minorias: negros e homossexuais, com todos os estereótipos que tais categorias podiam receber à época.

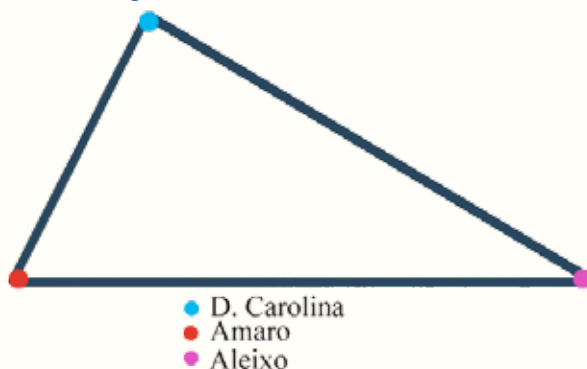
A descrição que se faz de Amaro, no início do livro, é a seguinte: “um latagão de negro, muito alto e corpulento, figura colossais de cafre, desafiando, com um formidável sistema de músculos, a morbidez patológica de toda uma geração decadente e enervada” (CAMINHA, s/d, p. 06) já Aleixo: “um belo *marinheirito* de olhos azuis, muito querido por todos *e de quem diziam-se ‘coisas’*” (CAMINHA, s/d, p. 07).

Após estabelecerem o que Caminha nomeia como amizade, ao chegarem ao Rio de Janeiro, Bom-Crioulo aluga um quarto de um sobrado de D. Carolina, portuguesa que ele salvara de um assalto no passado. É nesse espaço que as relações carnavais são vivenciadas entre os dois, ressaltando a caracterização de Aleixo como uma mulher e, mais uma vez, a animalização do Bom-Crioulo, reiterando o relacionamento com marcas binárias e estereotipadas, comuns ao momento e ao estilo literário.

Após o período de um ano, Amaro passou a servir em outro navio, o que fez com que ele fosse ao sobrado muito raramente, como mencionado. Com tal separação, é curioso o sentimento do grumete ainda no primeiro dia de ausência do amante: “o negro não lhe fazia muita falta: estimava-o, é verdade, mas aquilo não era sangria desatada que não acabasse nunca...” (CAMINHA, s/d, p. 33). Em seu discurso, Aleixo

já demarcava que não tinha tanto afeto assim por Amaro e é neste cenário que adentra D. Carolina, passando a desejar o garoto, decidida a tentar conquistá-lo, auferindo êxito quanto ao seu objetivo traçado, desenhando a relação triangular que podemos visualizar abaixo:

Figura 01 – Triângulo amoroso no romance *O bom crioulo* (1895)



Fonte: Arquivo da autora (2018).

Este triângulo amoroso, como característico da estética naturalista, é marcado pela presença das relações sexuais: tanto entre Aleixo e Amaro quanto em Aleixo e D. Carolina. No entanto, destacamos que há um envolvimento, há nitidamente a presença do afeto, pois Amaro quer morar com Aleixo, quer ele e faz de tudo para conseguir estar perto de seu amado. Ao analisar o triângulo amoroso da obra de Caminha, Thomé (2009) afirma:

A essa altura, a trama, para o leitor, já está clara: um inusitado triângulo amoroso, no qual o vértice é ocupado por Aleixo, tendo o negro em uma das faces, e a portuguesa na outra. Mais do que uma disputa amorosa, são duas forças poderosas que se enfrentam: o desejo consentido, de um lado, o desejo desviante, de outro; o *establishment* versus o marginal.

Assim, a despeito da presença de uma mulher, não é a ela que se disputa nesse triângulo amoroso, mas ao rapaz, objeto do desejo tanto dela quanto do negro. Nesse sentido, pode-se dizer que, contraditoriamente, Bom-crioulo e d. Carolina estão num mesmo plano, de um mesmo lado, em oposição àquele ocupado por Aleixo (THOMÉ, 2009, p. 88-89).

Nessa conjuntura, a leitura manifestada por Thomé (2009) é bastante pertinente para o objetivo da nossa análise que é visibilizar os triângulos desautorizados e o texto de Caminha, claramente, cumpre essa função. No entanto, através da verticalização do triângulo feita na citação acima, percebemos que o autor revela um modo distinto de desenhar esta figura, podendo ser uma outra possibilidade de leitura igualmente válida, sobretudo pela justificativa evidenciada pelo autor.

Diante da relação percebida na obra de Caminha, já vislumbramos um triângulo que se apresenta fora de um esquema fechado de relacionamento. Teríamos aqui uma relação que quebra alguns paradigmas, podendo ser lido como mais democrático e aberto às possibilidades de construção das afetividades. Entendamos: Temos um casal constituído por dois homens, um casal homossexual, que tem sua base afetiva desestabilizada pela presença de uma personagem heterossexual, apresentando, assim, uma mudança nas vivências de Aleixo, que transita para outra base, a base oposta, a base da relação heterossexual, não como uma tentativa de cura, como em outros textos, mas como um sentimento/desejo despertado pela mulher com quem ele convivia. Essa abertura para as variedades de relações é o que nos encaminha para a figura espiralada, uma vez que a base triangular comporta a quebra da norma de casal, mas limita a três sujeitos e, em certa medida engessa e fixa relações que não deveriam estar restritas.

Entendemos que essa abertura está relacionada à construção da subjetividade. Por mais que a personagem aponte para o envolvimento com a mulher, sabemos que o contexto social e a repressão para com as relações fogem ao escopo do padrão monogâmico. Nesse sentido, podemos entender esse “retorno” a uma heteronormatividade como modo de reprimir desejo que outrora fora despertado. Outra leitura possível para essa relação entre D. Carolina e Aleixo é a conveniência: ora a personagem estava sendo bancada financeiramente, estava sendo bem servida, não seria, então, vantajoso para ele manter essa nova relação? É uma possibilidade de leitura para a relação estabelecida.

Dessa forma, podemos perceber que há perspectivas de leituras e desenhos para as relações entre personagens que extrapolam os limites da heterossexualidade e dos padrões monogâmicos. Assim, entende-se que tais variantes estão diretamente ligadas às

possibilidades múltiplas de relações entre iguais, que estão além dos limites triangulares, podendo ser enxergado por meio da espiral – figura geométrica que visualmente nos possibilita notar as relações entre os sujeitos ficcionais.

Para pensar os desenhos provenientes das relações entre as personagens nas obras contemporâneas, optamos por analisar alguns contos da obra *Amora*, de Natália Borges Polezzo (2015). O livro como um todo traz narrativas que envolvem mulheres lésbicas e protagonistas em todas as histórias, apresentando diversos estágios e momentos vivenciados por tais mulheres, discutindo abertamente sobre lesbianidades.

Para o recorte analítico deste trabalho, observemos o conto intitulado “Primeiras vezes”. O enredo dessa narrativa apresenta as primeiras experiências sexuais da narradora protagonista do texto com homem e com mulher. O texto inicia com o relato da narradora no qual ela cria um discurso de como fora sua primeira relação sexual, que até então não ocorrera. Em seguida, a narradora conta, de modo entrecruzado, como aconteceu o envolvimento dela com Letícia e com Luís Augusto Marcelo Dias Prado. Antes de começar a namorar Luís Augusto Marcelo Dias Prado, a narradora tem um encontro com Letícia, oito sextas-feiras antes de conhecer seu futuro namorado. Nesse encontro, as duas, meio bêbadas, falaram sobre diversos assuntos, desde os colegas de sala do terceiro ano, até os desejos que tinham:

[...] e depois sobre como ela tinha vontade de beijar a boca vermelha de Letícia; e depois sobre como Letícia gostaria que aquilo acontecesse desde que o Vitor estivesse junto; e depois sobre como precisava estudar um pouco mais para a prova de física. Aquilo tinha se enraizado intensamente nas suas sensações diárias. A boca vermelha de Letícia (POLESSO, 2015, p. 16).

Notemos que, no trecho retirado do conto fica evidenciado como os desejos estavam presentes no discurso das duas e como ele é demonstrado a partir do estímulo alcoólico. Consideremos que as duas são adolescentes que cursam o final do Ensino Médio, fase em que os indivíduos estão mais predispostos às descobertas e às ações proibidas, como fugir da aula e ir a um bar, ou beijar outra igual, ou propor um beijo triplo.

Quando nos referimos às ações proibidas, estamos levando em consideração os acordos sociais que definem o que pode ou não ser realizado. No entanto, é confirmado no decorrer do texto que esse desejo era pungente e que estava no plano dos pensamentos da protagonista:

Os pensamentos há anos presos num lugar escuro da cabeça, agora soltos em palavras. Palavras que foram parar na cabeça de Letícia. Nunca tinha confessado aquelas coisas a ninguém, e, durante todas as sextas-feiras que se seguiram até o dia em que foi para a casa de Luís Augusto Marcelo Dias Prado, parecia que jamais as tivesse confessado (POLESSO, 2015, p. 17).

Ao refletir sobre o que dissera à Letícia, ao confessar os desejos que outrora ainda nos planos das ideias, a narradora afirma como este desejo habitava seu ser há tempos, como necessitava libertá-lo, mas naquele momento não houve nenhuma concretização, foram palavras que expunha os sentires. O desejo, do plano das ideias particulares, materializa-se em discurso, mas, não sendo realizado, é suprimido.

Com isso, a protagonista, seguindo o fluxo das emoções e sentimentos, envolve-se com Luís e perde a estimada virgindade no entanto, o momento não fora tão bom quanto às expectativas que ela criara, “Concluiu que todo o antes tinha sido melhor do que o durante” (POLESSO, 2015, p. 17).

Após a quebra de expectativas, com esse sexo ruim, a narradora se afasta de Luís e relata à Letícia o que e como ocorreu:

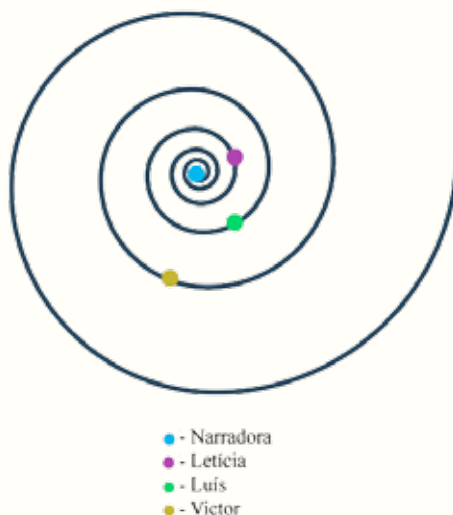
No sábado, depois da sexta que tinha ido à casa dele, ligou para Letícia. Contou sobre o dia anterior e sobre como tinha mentido em relação à sua primeira vez e sobre como queria que as lésbicas não tivessem explodido no shopping e sobre como tinha sonhos esquisitos com a Linda Perry e sobre como naquele dia no sofá queria tê-la beijado em sua boca vermelha. Letícia, por sua vez, disse-lhe que primeiras vezes eram sempre daquele jeito e que talvez ele não tivesse feito direito e que talvez ela estivesse nervosa e que deveria tentar novamente. Não disse nada sobre lésbicas, novela, Linda Perry, nem sobre beijos em bocas vermelhas (POLESSO, 2015, p. 17-18).

A ausência de resposta de Letícia sobre os desejos, mais uma vez demarcada via discurso, é vista como uma resposta. Ela não fala

sobre os temas que podem, de certo modo, trazer uma esperança para narradora: nada sobre o universo lésbico é respondido, negando às investidas para com ela. Com o passar do tempo, no encontro das duas, eis que Letícia demonstra que a ausência de respostas e aquela negação inicial eram mais uma repressão do desejo do que falta do mesmo e, com a pressa do encontro de corpos desejantes, elas se permitem vivenciar aquele momento, “Nenhuma das duas teve tempo de tirar o sutiã. Foi tudo desajeitado, como são geralmente as primeiras vezes. Cheias de dentes que batem e movimentos de desencaixe” (POLESSO, 2015, p. 19).

No desfecho do conto, a narradora afirma que “Letícia seguiu namorando o Vitor até o fim do ano.” (POLESSO, 2015, p. 19). Desse modo, podemos dizer que as vivências das garotas deram asas à irrupção de uma subjetividade desconhecida, mas querida, desejada e, agora, materializada no corpo da outra, conforme abaixo:

Figura 02 – Representações da espiral do conto “Primeiras vezes” (2015)



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Essa espiral tem como ponto central a Narradora, que não nega os desejos que sente por Letícia, ainda que essa confissão venha inicialmente em um momento de alteração alcoólica. Incluímos Vitor na espiral, uma vez que ele seria um elo entre a narradora e Letícia,

assim, entendemos que ele é uma possibilidade nos movimentos espiralados representados graficamente. Por fim, Luís também é parte dessa geometria desejosa, uma vez que é com ele que ela tem sua primeira relação sexual.

Confirmamos, assim, que as três personagens são extremamente importantes e responsáveis pelas primeiras vezes da narradora, justificando o título do conto. Observemos também como a personagem permite o fruir dos desejos, por mais que em um primeiro momento esteja oculto, ela consegue materializar nas voltas da sua espiral, marcada pela iniciação da vida afetiva e sexual.

Considerações finais

Analisar as relações afetivas e sexuais entre personagens de ficção ao longo da história da literatura brasileira e, a partir disso, desenhar figuras geométricas para ilustrá-las revela uma série de aspectos que reunimos, aqui, na tentativa de concluir o trabalho realizado, mesmo sabendo que o esforço para encerrar é, na verdade, uma abertura para novas discussões. Sendo assim, as considerações finais são, neste momento, parciais ou abertas, ou ainda possíveis de ampliação, ou etc – conforme o desejo e as relações espiraladas.

A constatação a que chegamos, por meio da análise de produções literárias de períodos e autorias distintas, é que as relações afetivas e sexuais que são nomeadas como triangulação amorosa estão pautadas no desequilíbrio causado pela presença de uma terceira personagem. Essa retomada se faz necessária, pois, muitas vezes, ao se analisar as relações a três, pondera-se apenas a quantidade de personagens envolvidas, no entanto, no processo de análise foi evidenciado que a triangulação surge desse desequilíbrio proporcionado por uma terceira pessoa que desarmoniza uma relação criando uma relação nova.

Desse modo, comprovamos que, nesses envolvimento há uma abertura para pensar outros caminhos, outras imagens, outros desejos, etc. Logo, é de fundamental importância ressaltar que a leitura das obras nos direcionou para um embasamento teórico mais amplo, a fim de ter o suporte necessário para conseguir deixar claro o modo como as espirais de desejo estava sendo visualizadas na literatura. Para isso, fez-se necessário a busca dessas concepções – espirais e desejos – em um espaço amostral mais abrangente, para não correremos o risco

de uma superficialidade teórica e, conseqüentemente, incoerências ao longo das análises.

Diante do exposto, afirmamos é necessário ampliar o modo como a crítica está sendo feita. Obviamente, ao olharmos as obras produzidas nos séculos passados com o olhar atual, precisamos deixar claro o distanciamento e também ser coerente com o contexto de produção para não correremos o risco de sermos anacrônicos em nosso modo de ler, mas estamos chamando atenção para um olhar atento ao texto literário que, muitas vezes, pulsa por uma leitura que não traga uma manutenção de ideias ultrapassadas. Nesse sentido, perceber os desenhos espiralados das relações configura-se como mais uma forma de ler as relações estabelecidas entre personagens LGBTQIA+ seja em obras canônicas ou em textos que não foram inseridos nesse escopo.

Referências

ABREU, M. **Cultura Letrada**: Literatura e leitura. São Paulo: UNESP, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Algaravias do Desejo ou de como se tenta atracar um navegante e etc. *In*: SILVA, Antônio de Pádua Dias da.; MORAIS, Raffaella Medeiros e.; SILVA, Taciano Valério Alves da. (orgs.). **Interfaces**: gênero, discursos, linguagens. São Paulo: Scortecci, 2014, p. 15-34.

BARBOSA, S. de F. P. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CAMINHA, A. **Bom Crioulo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CHAUÍ, M. Laços do desejo. *In*: NOVAES, Adauto. (org.). **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 19-66.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barros Mourão; Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. A narrativa homoerótica no cânone: omissão e censura. *In*: SILVA, Antônio de Pádua Dias da.;

MORAIS, Raffaella Medeiros e.; SILVA, Taciano Valério Alves da. (orgs.). **Interfaces**: gênero, discursos, linguagens. São Paulo: Scortecci, 2014, p. 15-34.

POLESSO, N. B. **Amora**. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n. 28, 2007, p. 19-54.

SILVA, A. de P. D. da. A história da literatura brasileira e a literatura gay: aspectos estéticos e políticos. **Leitura** (UFAL), v. 1, p. 83-108, 2012.

SPINOZA, B. de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

THOMÉ, R. **Eros proibido**: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NEGRA INFANTO-JUVENIL PARA AS CRIANÇAS AFRO-BRASILEIRAS

Alessandra Ferreira dos Santos

*Graduado do Curso de Pedagogia da Faculdade La Salle -MT, alessandra.
atacado@gmail.com;*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como a literatura negra infanto-juvenil pode ser benéfica no protagonismo das crianças afro-brasileiras. O intuito é refletir sobre tais apresentações, a fim de descobrir como as crianças negras têm desconstruído os estereótipos estabelecidos e excludentes acerca da raça negra, tais como: o do negro sem cultura, feio, selvagem, relacionados às depreciações religiosas e toda e qualquer forma de preconceito. A literatura exerce um lugar fundamental para a formação da consciência nacional, e assim, nosso interesse tem sido observar o surgimento de uma nova ideia de nação a partir da veiculação de novos discursos em torno da identidade negra. Será utilizada a Lei nº10639/03 na qual permeia as discussões em torno da história e preservação da cultura negra. A revisão bibliográfica será a metodologia de pesquisa utilizada neste artigo, com as bases de dados Google Acadêmico e Scielo (Scientific Eletronic Library Online), além de livros, teses e dissertações, entre os anos 2010 a 2020. Sendo assim, pode-se dizer que para as crianças, a descoberta de sua origem africana, o identifica como parte de pessoas afrodescendentes, e pode ser motivo de orgulho de seus ancestrais e de suas histórias e culturas.

Palavras-chave: Literatura Negra Infanto-Juvenil, Crianças Afro-Brasileiras, Lei 10.639/03.

Introdução

A Lei 10.639/03 promulgada em 2003 obriga a inclusão de conteúdos de Histórias e Culturas africanas e afro-brasileiras em todo o currículo escolar. Em seus 18 anos de efetividade, temos um período de tempo suficiente para avaliar alguns dos seus desdobramentos (PEREIRA, 2016). Essa lei tornou obrigatório nos currículos das instituições de ensino, públicas e particulares, da educação básica de todo o país, a edição e a distribuição de livros literários e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto no Art. 26A da Lei de Diretrizes e Bases. Esses livros e materiais devem abordar a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, no sentido de retificar vários equívocos que estiveram presentes na maioria das obras que circularam desde sempre no país (SILVA e FREITAS, 2016).

A temática da literatura africana e afro-brasileira no, âmbito escolar, se situa em um contexto histórico-social mais abrangente de movimentos de afirmação identitária no Brasil. A complexidade e o dinamismo das novas identidades culturais da contemporaneidade desafiam a elaboração de políticas para a diversidade cultural que levem em consideração a variedade e os problemas trazidos pelos movimentos sociais. A construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados, principalmente as histórias infantis (MARIOSA e REIS, Ano).

Para as crianças, a descoberta de sua origem africana, o identifica como parte de pessoas afrodescendentes, e poderia ser motivo de orgulho de seus ancestrais e de suas histórias e culturas, mas ainda hoje, isso está ainda distante da realidade. A lei 10.639/03 inseriu a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, mas não colocou um ponto final na questão racial. Sendo assim, esse estudo busca responder o seguinte questionamento: Como estão representados os personagens negros (as) na Literatura Infanto-juvenil, e como os livros os representam?

Desta forma, trabalhamos com a hipótese que o lugar do negro tem relação com o surgimento de novas narrativas sobre a história brasileira. Essas narrativas estão sendo coordenadas por, pelo menos, duas gerações de escritores negros ou ligados ao debate racial e multicultural sobre as relações étnico raciais no Brasil e as relações históricas

e culturais entre África e Brasil (PEREIRA, 2016). Atualmente é nítida a globalização e estruturação espaços e militancias entre outros que participam na produção de uma nova discursividade sobre o negro no Brasil, no intuito de analisar e refletir sobre os conteúdos atrelados a essa literatura promover a produção de um novo discurso centrado numa nova concepção de nação e de cultura na qual “África”, “cultura negra” e “diversidade racial” e “cultural” assumem um lugar principal.

Diante do exposto, esse artigo tem como objetivo analisar como a literatura negra infanto-juvenil pode ser benéfica no protagonismo das crianças afro-brasileiras. O intuito é refletir sobre tais apresentações, a fim de descobrir como as crianças negras têm desconstruído os estereótipos estabelecidos e excludentes acerca da raça negra, tais como: o do negro sem cultura, feio, selvagem, relacionados às depreciações religiosas e toda e qualquer forma de preconceito.

A literatura exerce um lugar fundamental para a formação da consciência nacional, e assim, nosso interesse tem sido observar o surgimento de uma nova ideia de nação a partir da veiculação de novos discursos em torno da identidade negra. Sendo assim, se faz necessário construir uma discussão na tentativa de estabelecer a relevância desse estudo, no que diz respeito à representação do negro na literatura afro-brasileira infanto-juvenil após a promulgação da Lei 10.639/03.

De acordo com Kabengele Munanga (2005, p.11), “Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem de conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua história”. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. De acordo com Kabengele Munanga (2005, p.11), “Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem de conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua história”. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. Portanto, torna-se relevante o estudo da literatura infanto-juvenil negra, no sentido de resgatar suas origens, sua cultura e pluralidade.

O surgimento de novos discursos que produzem novas formas de construir a identidade nacional brasileira são considerados modelos mais plurais de representação (PEREIRA, 2016). Sendo assim, é

importante avaliar o possível desenvolvimento, dentro do chamado campo da literatura afro-brasileira, de uma “literatura infanto-juvenil negra”, ou “afro-brasileira”, que permita a formação de um público leitor, não necessariamente “afro-brasileiro”, porém mais sensível às temáticas das relações inter-raciais, da diversidade e da inclusividade. (SOUZA; LIMA, 2006; PEREIRA, 2016).

Metodologia

Nesse estudo a metodologia utilizada foi O Levantamento Bibliográfico, ou Revisão Bibliográfica, na qual tem por finalidade levantar todas as referências encontradas sobre um determinado tema (CERVO; BERVIAN, 2002). Essas referências podem estar em qualquer formato, ou seja, livros, sites, revistas, vídeo, enfim, tudo que possa contribuir para um primeiro contato com o objeto de estudo investigado. (FRANÇA; MATTA; ALVES, 2012). Essa metodologia possui dois propósitos (ALVES-MAZZOTTI, 2002): a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa. Portanto, nesse tipo de produção, o material coletado pelo levantamento bibliográfico é organizado por procedência, ou seja, fontes científicas (artigos, teses, dissertações) e fontes de divulgação de ideias (revistas, sites, vídeos etc.), e, a partir de sua análise, permite ao pesquisador a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida. “Nesse tipo de estudo, são analisadas as produções bibliográficas em “determinada área” fornecendo o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 191.).

Referencial teórico

1.1 A literatura negra infanto juvenil

Ao mesclar a literatura afro-brasileira ao público infanto-juvenil percebe-se a valorização da história dos Africanos e Afro-brasileiros, e também a possibilidade de romper com o racismo e outras práticas

discriminatórias. Mais do que isso, traz para o campo literário uma literatura afro-brasileira sólida e disposta a resistir ao imposto pela literatura canônica.

A partir da década de 1980, as produções de escritores que assumiram seu pertencimento enquanto sujeitos ligados a uma etnicidade afrodescendente aumentam em volume e começa a ocupação de um espaço na cena cultural, e ao mesmo tempo em que as demandas do movimento negro ampliam e adquirem uma visibilidade institucional. Desde então cresce, não na mesma intensidade, a reflexão acadêmica direcionada para esses escritos, que ao longo do século XX, foram objetos praticamente exclusivos de pesquisadores estrangeiros tais como Bastide, Sayers, Rabassa e Brookshaw, e outros (DUARTE, 2014).

Na literatura e na história do Brasil, ocorre a inferiorização do negro diante da superioridade europeia. Mas, se essa conscientização trouxe a perplexidade, por outro lado, aguçou o desejo de ver revertida tal situação. Isso só se tornou possível quando se depara com a produção literária dos meados do século XX, notadamente, na década de 1980, quando ocorreu um “boom” de uma literatura verdadeiramente interessada em mobilizar o senso não só estético, mas também reflexivo das crianças e jovens leitores para questões da realidade brasileira, como o são as relações raciais. Eis que surgem no meio de tantos brilhantes autores, as escritoras como Georgina Martins e Teresa Silva Telles e também ilustradores do porte de Maurício Negro e Maria Eugênia, que hoje revolucionam, de fato, o panorama da literatura infanto-juvenil brasileira, criando um público-leitor crítico, sensível às diferenças que, se antes eram motivo de discriminação, tornam-se, agora, elos de uma corrente que colore o nosso país, um Brasil pluriétnico (SILVA et al, 2011).

Com o objetivo de ajudar a incluir o negro e sua trajetória traumática no imaginário da formação da cultura brasileira, após 2004 ocorre um aumento nas publicações que abarcam a temática de discussão deste estudo, em que o impulso editorial teve seu ápice nos anos de 2007 e 2011, com uma média de quase 50 livros por ano. De 2012 em diante, essa taxa começa a cair. Em 2014 e 2015, não foi apurado mais de 18 livros por ano. Ao fim, se conclui que as possibilidades são diversas, e para isso é necessário romper, apagar ou agir para enfrentar a classe dominante/discurso hegemônico. Não se pode apenas reagir, sem contestar e resistir às formas veladas e explícitas

que a sociedade dita ao corpo negro, tanto na literatura quanto em outros campos onde se pode acessar entrar e ocupar (ADÃO, 2020).

Portanto, contribuiu grandemente o trabalho seminal de poetas e de prosadores de organizações como o Quilombo hoje de São Paulo, que se somaram a grupos de escritores de Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e entre outras capitais. A partir de intensa busca pelo aumento do horizonte recepcional, a literatura afro-brasileira ganha legitimidade crescente, em cursos de graduação e pós-graduação e em listas dos vestibulares de universidades tanto públicas como privadas, quanto no meio editorial. A série Cadernos Negros passou mais de três décadas de publicação ininterrupta (ANTÔNIO, 2005). É um romance direcionado para o resgate da história não oficial de escravizados e suas ações de resistência, como “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves (2006), que foi publicado por uma editora de grande porte e em seguida, consagrado vencedor do Prêmio Casa de las Américas (DUARTE, 2010).

É de extrema importância a ocupação de negros e seus descendentes em espaços literários infanto-juvenis e de outros espaços igualmente importantes a níveis culturais até então timidamente frequentados. O caminho vem sendo percorrido. Alguns resultados têm aflorado. O que importa é prosseguir na busca de uma plena e irrefutável representatividade até que, ao fim, se torne inteiramente dispensável a presença como marca de uma diferença redutora. Afinal, literatura não tem cor (PROENÇA FILHO, 2004).

1.2 Cultura afro-brasileira no contexto escolar

A publicação da Lei nº 10.639/2003 se dá num contexto educacional abrangente, determinado por conta de transformações oriundas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, a qual afirma modificações educacionais importantes, como flexibilidade curricular, conscientização e valor da inclusão e diversidade na educação, afirmando também a autonomia do docente. O resultado dessa junção resulta na criação de vários programas municipais e regionais que se destacam a temática das relações étnico-raciais nas escolas e em conteúdos ministrados nas políticas públicas educacionais e acadêmica. A promulgação da Lei resultado de intenso debate social ampliado através da mídia, em que se expressa o impacto inicial da implantação do programa de ações afirmativas em diversas universidades brasileiras.

As diretrizes apresentam dimensões normativas relativamente flexíveis, em que se sugerem conteúdos, valores e referências na prática docente, de acordo com o pressuposto da formação e da educação para a valorização da diversidade cultural (KRAUSS et al, 2010).

De acordo com Bakhtin (1992) as narrativas funcionam como estratégia para formar consciência, conceder a oportunidade de se deparar com situações vividas pelas personagens que provocam sensações, reflexões e formas de identificação que acrescentam valores na consciência do leitor ao se identificar com os personagens, gerando assim, um conhecimento ético e estético.

Tem-se consciência que um longo caminho ainda deve ser percorrido a fim de que a escola seja um instrumento de afirmação em relação a uma identidade pluricultural. O ensino de história, priorizando a construção da identidade nacional, tem sido um tanto omissivo em relação à valorização das culturas de minorias étnicas. Foi constatado também, que a falta do conhecimento das peculiaridades e especificidades regionais, em um país de proporções continentais, assim como dos elementos referenciais das culturas silenciadas de índios, de negros e de imigrantes em currículos escolares têm somado fatores para a formação de preconceitos e de estereótipos por parte dos próprios brasileiros. Isso não contribui em nada para a construção de uma sociedade democrática em que todos almejam lugar onde as diferenças raciais e culturais não se constituam no motivo de discriminação social, mas sim no instrumento possibilitador da construção de uma nova identidade nacional, baseada no pluralismo cultural (FERNANDES, 2005).

Ao apresentar para as crianças negras histórias protagonizadas por negros, colaboramos com uma identificação próxima aos seus corpos. Apresentamos ainda uma literatura vasta e eclética, não apenas histórias de príncipes e princesa que se passa em outra realidade, contexto e cultura, mas algo que aproximem de suas vidas, algo que possa contribuir com a construção de uma identidade coerente com sua narrativa (MARCOS E MALAFAIA, 2018).

Considerações finais

O presente artigo possibilitou entender a importância do ensino da literatura afrobrasileira, principalmente a criança negra. É preciso ampliar melhor a temática a partir de outras disciplinas como prevê

a lei 10.639/03. A escola precisa de estratégias eficazes para anular toda a forma de preconceito no que diz respeito ao povo africano, preservando assim, a identidade da criança negra. Nesse sentido, a literatura infanto-juvenil é uma ferramenta importante para discutir e refletir sobre o tema afro brasileiro em sala de aula.

Além disso, este artigo também teve como objetivo apresentar de forma breve a importância da literatura negra infanto-juvenil. Entendemos que o contato com essa literatura é de suma importância para a criança negra, pois ela entende o contexto em qual esta inserida e absolve isso de maneira coletiva e compreende que suas raízes são parte de um processo histórico e cultural. Atualmente ainda percebemos a violência do processo histórico racial e como este interfere na autopercepção do sujeito negro e, ainda, afeta diretamente a autoestima de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros.

Com a literatura infanto-juvenil negra, buscamos apresentar novas narrativas e oportunizar uma sensação de bem-estar em relação a preconceitos ideológicos além de apontar possíveis representatividades negras.

Referências

ADÃO, A. B. Literatura Afro-brasileira Infanto-juvenil: Panorama e Discussão. **Revista Porto das Letras**. Porto Nacional. Vol. 6, Nº 2. 2020.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44.

ANTÔNIO, CARLINDO FAUSTO. Cadernos Negros: esboço de análise / Carlindo Fausto Antônio. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005. Orientadora: Maria Betânia Amoroso. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

BAKTHIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. A ARTE DE SISTO, Celso. **A arte de contar histórias e sua importância no desenvolvimento infantil**.

BRASIL. Lei nº 10.639 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 Jan 2003. D.O. DE 10/01/2003, P. 1

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro. **Revista Terceira Margem**. Rio de Janeiro. Número 23, p. 113-138. 2010.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. CEDES**. Campinas. v. 25, n. 67, p. 378-388. 2005.

FRANÇA, C. L.,; MATTA, K. W.; ALVES, E. D. Psicologia e educação a distância: uma revisão bibliográfica. **Psicologia: Ciência & Profissão**., v. 32, n. 1, p. 4-15., 2012.

KRAUSS, J. S., ROSA, J. C. A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. **Revista Antíteses**. Londrina. vol. 3, n. 6, pp. 857-878. 2010.

MARCOS, D. S.; MALAFAIA, E. D. S. Discussão sobre racismo a partir da contação de história infanto- juvenil negra. COPENE, Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Uberlândia/ MG, Outubro, 2018.

MUNANGA, K. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. **Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. 2005.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. **Revisões de literatura**. In: CAMPELLO, B. S.V. C.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, C. A. E. **Literatura infantil afro-brasileira e identidades das crianças negras em uma escola pública**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

PEREIRA, L. N. N. Literatura Negra Infanto-Juvenil: Discursos afro-brasileiros em construção. **Revista Interseções**. Rio de Janeiro. v. 18 n. 2, p. 431-457. 2016.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das Coleções Brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, n. 26, 56-89. 1988.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estud. av.** São Paulo. v. 18, n. 50, p. 161-193. 2004.

QUERINO, M. C. P. O. **Representações de personagens meninas na literatura infantil negra**. Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Natal. 2019.

SILVA, L. C. L., SILVA, K. G. O negro na literatura infantojuvenil brasileira. **Revista Thema**. Pelotas. Volume 8, Número Especial. 2011.

SILVA, S. A., FREITAS, D. A. S. Representações dos negros na literatura infantil e juvenil. **Rev. educ. PUC**. Campinas. 21(3):311-322. 2016.

APESAR DAS ACONTECÊNCIAS DO BANZO: O PACTO DE NÃO MORRER NA ESCRIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Diego Carvalho de Oliveira Soares

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, diego18maio@yahoo.com.br

Laura Cristina de Toledo Quadros

Professora orientadora: Professora Adjunta do Instituto de Psicologia, Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, lauractq@gmail.com

Amana Rocha Mattos

Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, amanamattos@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende percorrer a obra da escritora Conceição Evaristo para compreender de que maneira as escritas ficcionais de autoria negra podem assumir o compromisso de reconstrução de uma territorialidade existencial negra. No conto “A gente combinamos de não morrer”, presente em Olhos D’água (2016), a autora fala sobre o acordo de não morte entre meninos negros e de mistura de sangues entre meninas negras. Há a afirmação de que a escrita seria uma maneira de sangrar. Por esse motivo, banzo surge como conceito importante para reflexão sobre uma dor racializada, compartilhada entre descendentes de povos africanos em diáspora. A nostalgia mortal causada pela separação da pessoa escravizada de sua terra natal, se reatualiza em

solo brasileiro pelas interdições racistas e desterritorializações, desde a Lei de Terras, de 1850 até o contexto de violência urbana na atualidade. O termo banzo possui origem Bantu, com uma de suas derivações do nome da capital do antigo reino do Kongo – Mbanza Kongo – lugar fundamentalmente sagrado na tradição Kongo/Bantu. A percepção da escrevivência de Conceição Evaristo como pacto existencial negro se sustenta ainda através do contraste com o que Maria Aparecida Bento chama de pacto narcísico da branquitude pelo silenciamento diante do racismo. A literatura como reterritorialização não corresponde apenas ao exercício de um memorialismo inventivo, mas também à busca de cura pela narração. As contribuições de estudiosas feministas interseccionais como Grada Kilomba, bell hooks, bem como a enunciação de dororidade, proposta por Vilma Piedade, nos auxiliam na construção desse estudo.

Palavras-chave: Banzo, Raça, Gênero, Literatura, Escrita.

Introdução

Este artigo pretende discutir o estabelecimento de pactos entre pessoas negras no conto “A gente combinamos de não morrer” (2017) de Conceição Evaristo para investigar as maneiras pelas quais as construções de solidariedades horizontais reconstituem as subjetividades negras pretendidas fragmentadas através das interações racistas que sustentam ainda o projeto colonial em curso.

O texto dialoga com o estranhamento emocional entendido como *banzo*, que surge como verbo – banzar – no primeiro dicionário de língua portuguesa de meados do século XVIII como ação de passar com pena, tornado oficialmente substantivo na segunda metade do século XIX, nos dicionários de Eduardo Faria (1859) e de frei Domingos Vieira (1871), significando nostalgia mortal em escravizados africanos trazidos à força ao Brasil (ODA, 2007). Todavia, o termo parece guardar origens no Bantu falado por mais de 500 etnias distintas da África Central, tendo chegado no Brasil pelo Tradicionalismo do reino do Kongo e dos Bakongo e Ovimbundo, influenciando a religiosidade do candomblé de Angola e da umbanda, bem como, e principalmente, o português falado por aqui, descrito por Gonzales (1980) como *pretuguês*. Banzo então pode ter raízes no quimbundo (do grupo etnolinguístico Bantu, falado nas regiões acima do rio Cuanza e principalmente ao redor de Luanda, ambos em Angola) *mbonzo*, que significa *saudade, paixão, mágoa*; *mbanza*, referenciando a capital do reino do Kongo, Mbanza Kongo, assumindo sentido de *aldeia*; e ainda *mbanzu* significando *pensamento, lembrança*, da língua quicongo (Bantu das regiões do Congo, Cabinda e norte de Angola/Bacongo), com sentido de pensamento, lembrança (LOPES, 2012).

Banzo é resgatado dos estudos antropológicos do início da colonização brasileira, para poder trazer novos sentidos a constituições de subjetividades negras. A multiplicidade de seus significados aponta para uma compreensão ético-filosófica de encruzilhada, onde a virada na trilha promove a abertura de novas compreensões possíveis. Apostamos nesse caminho para investigar os pactos realizados entre as personagens do conto de Conceição Evaristo, entendido como produtor de conhecimento tanto quanto qualquer outro referencial teórico exposto ao longo da escrita. O estabelecimento de acordos de solidariedade se contrapõe à lógica do sistema de dominação branca

– branquitude – inaugurado pela colonialidade que segue também estabelecendo seus pactos de manutenção de poder – tal o pacto narcísico da branquitude, que, como postula Bento (2014), diz respeito à omissão de pessoas brancas diante das desigualdades raciais. Através da perspectiva interseccional de sobrevivência e agência sobre a preservação das vivências negras de Conceição, em que banzo surge como característica potencializadora, em comparação aos arranjos da branquitude, o artigo almeja acompanhar os empreendimentos de Dorvi, Idago e Bica constituindo subjetividades que escapem à lógica colonial.

Como referencial teórico, além da obra de Conceição Evaristo e Maria Aparecida Bento, utilizo abordagem interseccional junto de autoras que seguem nessa linha pelo entrecruzamento de categorias de gênero, raça, classe e sexualidade, como Grada Kilomba, Lélia Gonzales, bell hooks e Vilma Piedade, com a importante conceituação de dororidade. Donna Haraway avança ainda com o conceito de remembramento. Nei Lopes auxilia nos estudos acerca das influências dos tradicionalismos africano de origem Bantu, referenciada às etnias de África Central, na língua portuguesa brasileira, e Muniz Sodré na elaboração sobre repatrimonialização do território simbólico negro no país.

Metodologia

A metodologia do estudo consiste no acompanhamento das personagens da narrativa ficcional de Conceição Evaristo que constroem suas subjetividades dentro de um tempo esgarçado, em que a sabedoria dos tradicionalismos ancestrais africanos fora perseguida e destruída, de modo que figurasse, no imaginário nacional, apenas os horrores da escravização. Grada Kilomba (2018) aponta o duplo movimento irracional do racismo a partir do ato de se estranheirar o corpo negro, atribuindo-o o lugar marginal de Outro/a e das projeções dos tabus da sociedade branca, como agressividade e sexualidade, na pessoa negra – Outridade – criando-se os estigmas e estereótipos associados à negritude. Esse duplo movimento desenraizador funciona no cotidiano reatualizando a cena colonial, onde a branquitude não é exposta enquanto estrutura que marca também uma racialidade.

A aposta em trazer a literatura não como ilustração da discussão fundamenta um campo a partir de e com as escritas estudadas, na

apreensão do que se acompanha, em que as mesmas nos auxiliam tanto em ideia quanto forma, indicando os caminhos para as reflexões e os modos de fazê-las. Essa abertura fundamental tem duas grandes inspirações: a cineasta vietnamita Trinh T Minh-Há e a artista plástica negra Rosana Paulino.

Parto do que a cineasta vietnamita Trinh T. Minh-Há chama de “*falar ao lado*”¹ em sua obra *Reassemblage – from the firelight to the screen* (1982). Nele, a escritora documenta áreas rurais de Senegal dos anos de 1977 a 1981 (SORANZ, 2013). Minh-Há, ao contrário da maioria de documentaristas etnográficos/as, não descreve o que vê. Na verdade, intercala as imagens de seu filme a um discurso auto reflexivo sobre o trabalho como cineasta. Uma possível tradução do título do filme pode ser *remontagem*, e aposto nesse exercício de remontar histórias de autorias negras que não são lineares, nem cronológicas, onde o trauma colonial parece figurar como ponto-cruz para algumas narrativas.

Também tomo inspiração metodológica do trabalho da artista visual Rosana Paulino, que em sua instalação *Assentamento* (2014), presente na exposição *Costura da memória* (2019), no MAR (RJ), faz uma releitura das imagens de mulheres negras em fotos de corpo nu da época da colonização brasileira, que eram objetos de estudos científicos. Ela imprime as fotos em tecido e em seguida rasga, parte, recorta, e finalmente costura, com linha vermelha. A costura é não acertada, restando mal acabada – a imagem é reconstituída torta. Paulino explica que é impossível remonta-las sem a presença do trauma. Portanto, acreditamos em uma metodologia capaz de circular pelo campo permitindo respiro nas zonas fronteiriças, para que a posterior construção do trabalho ressoe mais em sua forma que em seu conteúdo, admitindo ritmo na travessia. Essa remontagem pretende admitir ainda o conhecimento do tradicionalismo Kongo/Bantu preservado nos terreiros de umbanda e candomblé como parte do reagrupamento e reterritorialização simbólica negra no país. A autoria ficcional de Conceição Evaristo como esse lugar privilegiado para se perceber essas influências. Portanto, não pretendemos falar sobre essa autoria, mas *falar ao lado*, seguindo a proposição de Minh-Há.

1 O termo em inglês, língua falada no filme é “speak nearby”

Trata-se de estabelecer diálogo. Eis o compromisso ético – irrevogável e inseparável – que soa forte nesta abordagem metodológica.

Resultados e discussão

No conto “A gente combinamos de não morrer”, presente na obra Olhos d’água (2016) de Conceição Evaristo, a autora narra a história de três jovens negros em uma comunidade onde “a morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos” (EVARISTO, 2016, p. 99). São eles/as: Dorvi, Bica e Idago, dois meninos e uma menina. Dorvi é chefe do tráfico e amante de Bica, que espera um filho seu. A menina é irmã de Idago, e os dois são filhos de Dona Esterlina. Seus nomes parecem simbolizar os espaços que ocupam na vida social. Separaremos este item em três partes, onde relacionaremos a história de cada adolescente ao tema investigado, bem como os entendimentos possíveis de banzo.

Idago ou a indagação racista da branquitude

Idago feriu o código de honra do tráfico, falando o que não devia, e acabou morto pelo mesmo. Sua irmã, Bica, reflete retrospectivamente sobre o lugar que o menino ocupava no cotidiano de violência, relatando um episódio na escola em que estudavam. Havia o hábito, entre os adolescentes, de roubar a merenda armazenada na cantina. Pegavam os biscoitos, pois, como dizia Bica, desejavam “comer com antecedência, o que era nosso” (EVARISTO, 2016, p. 102). Aconteceu então uma briga entre Idago e um colega da turma, e o jovem acabou denunciando o esquema para a diretoria. Os meninos maiores jogaram um vidro de pimenta na boca de Idago, avisando sua mãe, Dona Esterlinda, que cuidasse de sua boca traidora. Ele tinha onze anos, Bica, doze. Agora, ele fora assassinado pela mesma feita. A mãe lembra enquanto assiste novela. O filho podia ser ator, como o moço negro que ela via na tela, mas fora se tornando irritadiço, calado, briguento na família. Dizia ter amolação e todos os lados: dela, da irmã, do inimigo e da polícia. Estava cercado de todos os lados. Sua resposta: traír o pacto feito entre os meninos do tráfico em busca de um outro com a polícia. Idago representa a interpelação racista que separa o sujeito negro de seu grupo, tal como no início da escravização. Seu banzo, o quimbundo *mbonzo*: a mágoa.

Maria Aparecida Bento discute branquitude como os traços da racialidade branca brasileira estabelecida e mantida a partir da escravização e branqueamento como os mecanismos dessa elite branca para lidar com o problema negro no Brasil (2014). Ela fala sobre um pacto criado entre brancos de não reconhecerem seu papel essencial nas desigualdades raciais do país. Chama de narcísico, na compreensão psicanalítica do termo, onde seu funcionamento ocorre na preservação de seus pares em brancura:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana (BENTO, 2014, p. 30).

A preservação de si enquanto objeto de amor convida à aversão ao que não é igual, ao estranho, nesse caso, ao não branco. O branqueamento está calcado no medo do outro, pois ameaça a perpetuação de si. Aqui, ela ressoa o entendimento de Outridade proposto por Grada Kilomba (2019), salientando que há no olhar branco que se quer europeu a projeção de seus tabus acerca da sexualidade e agressividade sobre o negro, identificado como problema a ser resolvido. Na construção da identidade nacional, muito se temeu que o/a brasileiro/a fosse majoritariamente negro/a, convocando no pós-abolição, a entrada maciça de mão-de-obra imigrante, com incentivos e terras. O Brasil trouxe cerca de quase quatro milhões de imigrantes europeus em trinta anos – o equivalente a quantidade de africanos/as vindos em três séculos (SODRÉ, 2019).

Com a abolição da escravatura, o processo de branqueamento se intensificou, pois não apenas a aparência física do território carecia de ar europeu, mas também sua composição populacional. Acentua-se então a segregação dos espaços, enquanto se tenta eliminar o sujeito escravizado da configuração nacional, pois este era identificado como um entrave para a ideologia moderna. Escravizado/a e negro/a se equivaliam na medida em que essa população carregava consigo resquícios de seus tradicionalismos pregressos. Sodré comenta a exclusão do homem negro do Pacto Social implicado no Movimento da Independência, ou seja, “da composição e classes que exerceria, através do Estado, o controle da Nação brasileira” (SODRÉ, 2019 [1988], p. 41). Na economia escravista, o/a escravizado/a era a propriedade mais

acessível à grande maioria dos brasileiros, tendo esse baixo custo, inclusive, servido de justificativa para o grande número de alforriados/as. Todavia, estes/as, para não serem reescravizados/as, retornando à lógica do sistema – serviços não ou irrisoriamente remunerados –, precisavam migrar para a posição de proprietário/a, consolidando, desta maneira, sua parcial liberdade (VELLOZO; ALMEIDA, 2019).

A liberal Constituição de 1824 estabeleceu, por exemplo, ampla garantia de direitos, como o do voto, excluindo claro, escravizados/as e mulheres livres. Contudo, permitia que ex-escravizados, a partir da comprovação de certa renda em propriedade, pudessem acessar esse direito. Curioso notar que, mesmo em busca dos avanços progressistas que a vinculasse à Europa, o país se criava dependente da lógica escravista para manutenção e suas estruturas. A Lei de Terras, de 1850, é um outro importante sinalizador. Ela impossibilitava a pessoa negra pobre de adquirir terras, que, ao contrário da propriedade escravizada, possuíam alto custo (SODRÉ, 2019). Na discussão sobre branquitude a noção de privilégio é essencial, pois o pertencimento social do sujeito negro sempre esteve em cheque. Sua exclusão depende do acordo tácito de não falar sobre racismo, logo, não assumir responsabilidades sobre o mesmo, na mesma medida em que se endereça sua resolução à pessoa negra para que resolva. Idago admitiu a incumbência, não de solucionar a irracionalidade do racismo, mas de tentar pertencer a uma realidade fora da violência. Todavia, o pacto narcísico se funda no medo projetivo da branquitude sobre o sujeito negro. A denúncia de Idago buscava outros corpos negros como o seu para perseguir e excluir, sob a fachada de guerra ao tráfico, como o colonialismo tem feito desde seu início. Ele desfaz o pacto de não morrer pelas mãos da branquitude sem nunca ter-lhe sido cumprido o acordo de acesso aos privilégios da mesma, ou seja, sem nunca ter pertencido a uma realidade para além da violência.

Dorvi quer ver outra coisa além de dor

Dorvi não sente medo. Ao contrário do amigo Idago, enfrenta a realidade de peito aberto e confunde a própria existência com a violência. Ele combinou com os outros meninos de não morrer e confia no pacto estabelecido. Seu filho com Bica acabou de nascer e ele está em fuga, perseguido por facções rivais, pela polícia, pelo destino que insiste em romper seu acordo de vida. Da morte, ele deseja a calmaria

nunca conhecida. Quer ir ao fundo do mar e lá, construir um castelo para seu filho e sua amada Bica: “Ela sabe que da ponta da escopeta também sai carinho” (EVARISTO, 2016, p. 104). Entre a dúvida e a dúvida, entre medo e desejo de paz, ele tem a arma como firmamento e alcance de algum pertencimento. Aos treze anos participou de seu primeiro enfrentamento à tiro. Antes havia realizada apenas serviço de vigia e entregador. No meio do tiroteio, Dorvi ejaculou. Gozou de dor e alegria, como quando arrancou um dente e cuspiu sangue, sendo chamado de homem. A masculinidade parecendo pender sobre o esteriótipo racista de gênero falocêntrico atribuído a homens negros, onde a violência é sinônimo de alguma independência.

Citando Frederick Douglass, homem negro da época da escravidão norte-americana, hooks (2019) fala da decepção dele ao perceber o não reconhecimento de sua hombridade pela assunção dos ideais civilizatórios e progresso intelectual. Identifica-se como homem quando luta fisicamente com um feitor de escravizados/as. As narrativas coloniais apontam para vontade do homem negro em assumir os valores patriarcais de cuidar de sua família barrada pelas interpelações racistas e excesso de trabalho sem reconhecimento. Ela tece comentário crítico acerca do marcador racista do sujeito negro como “vagabundo” e “preguiçoso” como forma de apagar a relevância social de seu trabalho. Isso também pode ser enxergado no Brasil, onde códigos penais punem a vadiagem ao mesmo tempo em que a associam ao sujeito negro, que no pós-abolição não teve vez na divisão dos territórios e foi constantemente expulso dos centros urbanos com seus empreendimentos arquitetônicos espelhados na Europa. O homem negro, forçado a habitar esse lugar fadado ao insucesso, transfere revolta a sua performance de gênero:

A extensão em que os homens negros absorveram as ideias de masculinidade da sociedade branca provavelmente determinou a dimensão de sua amargura e de seu desespero pelo fato de a supremacia branca bloquear continuamente seu acesso ao ideal patriarcal (HOOKS, 2019, p. 178).

Hooks (2019) observa que o progresso do capitalismo estadunidense desloca o tempo do ideário masculinista da família para o trabalho. O sucesso de seu papel dominador dentro do seio familiar agora dependia do sucesso econômico fora dele. Ela cita a obra *White Hero, Black Beast* (1979), de Paul Hosch, para sinalizar a transição de

um modelo patriarcal, onde o conceito de hombridade era central pela sustentação da família, para o modelo falocêntrico, onde a simples afirmação pelo ideal sexual restrito a distinção pênis-vagina garantia a lógica de dominação física e sexual das mulheres, permitindo alcance irrestrito ao status de homem. Essas representações evocavam as projeções racistas do homem negro como o novo ápice do triunfo da masculinidade falocêntrica. Constrói-se uma alternativa de saída do racismo pela própria identificação com as projeções racistas de primitivização, ou seja, daquele que está mais perto da natureza, exercendo uma performance de gênero biologizante, com predomínio do uso da força, na intersecção de gênero. Nesse movimento, a compreensão de masculinidade é monolítica e homogênea, existindo ainda uma reivindicação de exclusiva solidariedade das mulheres negras à causa racial, interpretando alianças feministas como nocivas.

A Dorvi não fora oferecida outra alternativa de existência, embora o nascimento de seu filho com Bica tenha lhe permitido o desejo de vislumbrar alegria separada da dor. Bica se pergunta: “Será que ainda há dor por vir?” (EVARISTO, 2016, p. 107). Dorvi já antevê o fundo de seu mar, onde o castelo para sua família é o que poderia ter sido, gerado logo como lembrança. Banzo, remetido ao quicongo *mbanzu* significa *saudade, lembrança*. O mar, lugar de paz e pertencimento sem a pretensa proteção da escopeta, é o cenário-guardião das lembranças, na abertura dos sentidos que não estiveram por vir, dissolvidos na projeção racista que solidificou em uma a vivência da masculinidade.

Da Bica que escorre sangue, o remembramento

Bica é espectadora da queda de seus/suas amigos/as, cujas vidas foram interrompidas no mesmo momento em que a dela seguia, agora através de uma extensão sua: seu filho. “Apalpo meu corpo, aqui estou eu” (EVARISTO, 2016, p. 107). Ela comenta sobre uma brincadeira entre as meninas, de misturarem o sangue da menstruação para selar sua irmandade. Compara ao acordo dos meninos de não morrer. O deles guardava um *entretanto*, pois um após outro, seguia sem se cumprir. A jovem escreve desde pequena. O ato funciona como uma incontrolável febre que arde ininterruptamente. A espera por Dorvi a faz tentar decifrar o trato de não morrer: “[...] não morrer, nem sempre, é viver” (ibidem, p. 109). Olhando a mãe, que acende velas para o irmão e assiste novelas, entende que ela separa violentamente os dois

mundos e costura a vida com linhas de ferro, almejando dar conta de seus traumas. Bica alimenta com leite seu filho e os das amigas que não podem amamentar. Buscando o resultado de vida nos pactos frouxamente assegurados, ouve saraivadas de bala. Pessoas negras devem estar esvaindo sangue enquanto seu bebê sacia sua fome. A jovem escreve e lembra um verso que leu um dia: “Escrever é uma maneira de sangrar” (ibidem). Uma pista é lançada.

Donna Haraway, em sua obra *When species meet* (2008), dedica um capítulo ao seu pai – Frank Outer Haraway – jornalista esportivo portador de uma deficiência nas pernas. Resgatando uma carta escrita de filha para pai, em 1981, Haraway constrói a hipótese de que histórias rememoram, no sentido do inglês *remember*, traduzido como lembrar. Ela narra a vida de seu pai e sua relação com ele, a partir do que compõe seu corpo, sempre por fazer e se fazendo, a partir dessas alianças como com os “sticks”, como seu pai chamava suas muletas apoiadoras. Agora que sua existência chegou ao fim, a autora destaca a relevância da história que conta para o remembramento dele, não apenas no âmbito da lembrança, mas da materialidade mesmo, de sua presentificação no texto. Ao reler a carta e a matéria escrita por ela mesma anos antes, Haraway consegue acessar o mesmo sentimento do momento de feitura. Ela diz: “Aprendi novamente que a linha entre ficção e fato nas histórias familiares passa pela sala de estar. As práticas documentais [...] podem partir o coração, mas não desfazem as histórias [...] Histórias re-membram” (HARAWAY, 2008, p. 178).

Acompanhando Haraway, evidencia-se a importância da literatura ficcional no resgate das memórias esgarçadas e fragmentadas pelo colonialismo racista. Banzo, ecoando *Mbanza Kongo* lá de longe, pode significar esse remembramento também enquanto o reagrupamento territorial realizado desde o início da colonização, em templos de candomblé e umbanda, em performances de calundu, jongo, capoeira, catimbó, congada, entre outras. Banzo – referenciado ao quimbundo *mbanza* – é então aldeia (LOPES, 2012).

Sodré (2019) admite que esses movimentos repactuam a solidariedade negra dentro de um referencial tradicional africano que chama de expansão patrimonial, onde o terreiro central, como símbolo. Entendemos a escrita também como imbuída desta possibilidade de reterritorialização. Vilma Piedade vai além, e institui o entendimento de dororidade derivado do conceito de sororidade, ou seja, irmandade entre mulheres. Reverenciando a matrilinearidade presente nas Nações

de Candomblé brasileiras, calcadas na tradição Nagô/lorubá, Piedade traz a orixá Oiá-lansã como força criadora que se apropria dos poderes masculinos para guerrear. Ela confia nela a potência de ação que leve mulheres pretas a abandonar o referencial europeu no feminismo, “aproveitando o que nessa teoria fortalece nossa luta, contudo, sem perder de vista as estratégias de luta [advindas do tradicionalismo lorubá] que podemos utilizar no nosso feminismo preto” (PIECADE, 2017, p. 34). O pertencimento decorrido do estabelecimento de vínculos afetivos em solidariedade constrói um território simbólico pactuado através do acolhimento de dores comuns.

Conceição Evaristo, no conto “A gente combinamos de não morrer” (2016), fala da escrita como pacto. Por consequência da leitura de como a estrutura social racista atinge distintamente homens e mulheres, distingue as maneiras de se estabelecer solidariedades entre pessoas negras. A violência policial faz mais vítimas entre meninos negros, como Dorvi e Idago, criando um pacto entre eles de tentar não morrer. Já Bica, a personagem feminina, comenta que, entre as meninas negras, a irmanação acontece com a mistura dos sangues da menstruação. Pela coincidência do sangue no entre-lugar morte-vida, Conceição situa a escrita de autoria negra como uma forma de sangrar – e muito. A escritora e Bica tomam para si, transpondo para o papel a destinação do que escorre, do que jorra, para que o sangue não derrame mais dos corpos e sim da tinta nas mãos. Evaristo fala -escreve-vive a partir de um lugar de dor que alcança e faz abraçar todas as outras dores derivadas do racismo.

Considerações finais

Banzo se revela como a andada dada desde o estranhamento do não-lugar marginal, pretendido somente traumático, imóvel, silencioso, em direção à criação de novos trânsitos, assentados em ancestralidade e aliados à coletividade. Já não pode ser lido separadamente como *mbanzo*, *mbanzu* ou *mbanza*. Habita justamente o entrecruzamento desses sentidos. Virando na trilha, encruza, percorrendo caminhos da margem ao centro.

Sublinhamos portanto, nesta escrita, que ler e contar histórias – em referência ao tradicionalismo oral africano – deve permitir a emergência dos pontos de encruzilhada, em ambas concepções, e assim abrir novos caminhos e curar as experiências feridas, como a

dororidade aponta. Esse trabalho existencial retira a autoria negra do lugar estático e monolítico de “outro/a”, do relato vindo da margem, do gueto, permitindo então multiplicidades. Histórias como as de Bica, Dorvi e Idago representam possibilidades de reorganização política e de banzeada travessia existencial, onde corpos-territórios negros resistem em expansiva celebração. Como Paulino (2019) aponta com sua obra *Assentamento*, a possibilidade que se abre através da arte é de torção do trauma colonial, buscando resgatar autoridade sobre o vivido, destacando que a cicatriz permanece e permanecerá, embora disposta como abertura primordial a invenções e interferências criativas numa aceção descolonizadora.

O artigo permanece aberto, como toda obra nessa interseção psicologia-arte-vida, esperando o seguimento de sua composição conforme convoque e provoque criativamente novas e novos leitores/as. Permanece fincado no compromisso ético-metodológico de promover torções na história colonial que produz traumas, interessando, acima de tudo, que o texto afete e aproxime outras vozes para o diálogo acompanhado, na afirmação da autoria negra protagonizando a vida. Vidas negras produzem vida: arte e ciência. Esse é um caminho sem volta, pois “apesar das acontecimentos do banzo/ há de nos restar a crença/ na precisão de viver/ e a sapiente leitura/ das entre-falhas da linha-vida” (EVARISTO, 2017, p. 119).

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Em: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil/ Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (org.). 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Em: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HARAWAY, Donna. **When Species meet**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2008.

LOPES, Nei. **Novo dicionário Banto do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MINH-HA, Trinh T.. **Reassemblage – from the firelight to the screen**. Estados Unidos, Women Makes Movies, 1982. 16 mm, 40 mins. Colorido. Sonoro.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 10, n. 2, jun. 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira; ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial**. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2137-2160, Set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000302137&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Mar. 2021. Epub Set 16, 2019. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40640>.

SUBVERSÃO E ABJEÇÃO: REPRESENTAÇÕES DE SEXUALIDADES DIVERGENTES NO GÓTICO *QUEER*¹

Andrio J. R. dos Santos

Doutor em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. Vinculado ao estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFSM, bolsa PNPd/CAPES, sob supervisão do prof. Dr. Anselmo Peres Alós, andriosantoscontato@hotmail.com.

Resumo

O gótico *queer*, um dos mais recentes desdobramentos da literatura gótica, se apresenta como um tipo de ficção em que corpo, gênero e sexualidade ocupam lugar central. Neste trabalho, pretendo analisar a representação de sexualidades *queer* em obras de gótico *queer*, fundamentando-me na teoria do abjeto, assim como em outras autoras que trabalham com ficção gótica e estudos *queer*, como Judith Butler (1990), William Hughes e Andrew L. Smith (2009) e Paulina Palmer (2016). Minha análise consiste em traçar um panorama crítico, relendo obras góticas como *The Monk* (1796), de Matthew Gregory Lewis, e *The Fall of the House of Usher* (1839), de Edgar Allan Poe, culminando em obras contemporâneas, como o romance *The Lazarus Heart* (1998), do autor trans Poppy Z. Brite. A partir disso, é possível considerar que, nas obras supracitadas, o desejo *queer* se articula às fantasmagorias de cinza sobrenatural ou psicológico, assumindo um caráter limiar que denuncia a fragmentação do sujeito *queer* frente à sociedade hegemônica. Além disso, a representação de sexualidades *queer* também apresenta potencialidades subversivas, ao passo que o discurso hegemônico impõe sobre elas o estigma da abjeção.

Palavras-chave: Gótico *queer*, Estudos de gênero, Estudos do gótico.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

O gótico *queer* apresenta-se como um desdobramento da ficção gótica em que questões relativas a identidades e sexualidades *queer* ocupam papel central na narrativa. Esse tipo de ficção emergiu na década de 1990 em meio aos estudos feministas, cujas provocações e críticas de interesse teórico e político impulsionaram uma revisão de textos góticos, examinando, por exemplo, o caráter homoafetivo em obras fundadoras, como *The Monk* (1796), de Matthew Gregory Lewis, ou de expressões posteriores, como em *The Picture of Dorian Gray* (1890), de Oscar Wilde. A sexualidade, assim como suas múltiplas representações e sua relação com aquilo que é tornado abjeto pela sociedade hegemônica, seria então um dos principais temas do gótico *queer* e, como Micheal Warner (2004) comenta, um dos principais objetos, se não o principal, dos estudos *queer*. Como a sexualidade está quase que incondicionalmente relacionada a questões sobre corpo e gênero, o gótico *queer* — ou uma abordagem *queer* do gótico — levaria em conta essas três questões.

Neste ensaio, pretendo tecer um panorama teórico-crítico sobre gótico *queer*. Em um primeiro momento, tendo a teoria de gênero e os estudos *queer* como aporte teórico, discuto questões relativas às características do tipo de ficção compreendida como gótico *queer*. Trabalho sobretudo a partir da teoria do abjeto inaugurada por Julia Kristeva (1985), uma vez que essa noção nos auxilia a discutir como certos corpos, desejos e identidades dissidentes ocupam uma posição dual nos limites do discurso hegemônico, sendo ao mesmo tempo desejadas e temidas. Em um segundo momento, traço um panorama crítico de obras góticas, partindo de textos do gótico nascente e culminando em obras contemporâneas, comentando sobre o caráter *queer* dessas obras e sobre a representação de sexualidades dissidentes.

Este ensaio possibilita que se realize uma revisão de literatura sobre os estudos do gótico, tendo como foco o gótico *queer*, revisitando e relendo obras exponenciais no intuito de discutir questões como autoria, representação de identidades e sexualidades divergentes, focando em suas potencialidades subversivas assim como no frequente estado de abjeção imposto a tais identidades. Para dar conta desse problema de pesquisa, trabalho a partir das concepções teóricas e obras que norteiam a teoria de gênero e os estudos *queer*, como Julia

Kristeva (1985), Eve Sedgwick (1985) e Judith Butler (1990); sobre ficção gótica, como Fred Botting (1995) e Glennis Byron e David Punter (2004); e sobre gótico *queer*, como George Haggerty (2006), William Hughes e Andrew L. Smith (2009) e Paulina Palmer (2016).

A emergência do gótico *queer*

Como um desdobramento recente da ficção gótica, o gótico *queer* emergiu ao final da década de 1980 e ganhou consistência durante os anos 1990, potencializado em grande parte devido ao desenvolvimento dos estudos feministas (HUGHES, 2013). Estudos expressivos relativos a corpo, gênero, sexualidade e identidade, como as obras de Eve Sedgwick (1985) e Judith Butler (1990), ofereceram um base teórica e crítica para a ascendência desse tipo de ficção, uma vez que os estudos feministas, suas provocações e críticas de cunho político e teórico, geraram um interesse pelo aspecto político da sexualidade, o que impulsionou uma revisão crítica de diversos textos góticos, tanto de expressões iniciais da tradição, como no caso das obras de Matthew Gregory Lewis, quanto por obras modernas. George Haggerty (2006) defende que, em certa instância, a ficção gótica antecipa determinadas discussões a respeito de sexualidade no século XIX, questionando-se se o gótico nascente não se provaria, de fato, como um tipo de narrativa proto-*queer*. Em *Queer Gothic*, Haggerty comenta que

the cult of gothic fiction reached its apex at the very moment when gender and sexuality were beginning to be codified for modern culture. In fact, gothic fiction offered a testing ground for many unauthorized genders and sexualities [...]. In this sense it offers a historical model of queer theory and politics: transgressive, sexually coded, and resistant to dominant ideology (2006, p. 2).

Eve Sedgwick, que se dedicou ao estudo das relações e dinâmicas homosociais, defende que a apreensão de qualquer aspecto da sociedade ocidental demanda uma compreensão crítica das relações e conceitos relativos à identidade de gênero, corpo e sexualidade. A produção intelectual da autora, sobretudo no tocante ao reconhecimento da pertinência do gênero como veículo de representação de identidades *queer*, assim como suas leituras de Henry James e Charles Dickens, ofereceu particular aporte teórico à aproximação dos estudos

do gótico e dos estudos *queer*. Em *Between men* (1985), a autora dedica um capítulo ao gótico e ressalta que

the Gothic was the first novelistic form in England to have close, relatively visible links to male homosexuality, at a time when styles of homosexuality, and even its visibility and distinctness, were markers of division and tension between classes as much as between genders (SEDGWICK, 2015, p. 91).

A ficção gótica apresenta certa obsessão por temas limiares frequentemente tornados abjetos pelo discurso hegemônico, sobretudo no que diz respeito a temas relacionados a sexualidades divergentes. A partir disso, desenvolve-se a noção de gótico *queer*, uma vertente da ficção gótica caracterizada pela centralidade que representações de sexualidades divergentes ocupam na narrativa. Essa questão se mostra alinhada ao questionamento traçado por Michael Warner na introdução de *Fear of a Queer Planet* (2004), uma vez que o autor se questiona se a sexualidade poderia ser considerada o principal objeto dos estudos *queer* assim como gênero se tornara o principal objeto do feminismo.

Paulina Palmer (2016) comenta que o gótico sempre possuiu um tipo de caráter *queer*, partindo de um escopo semelhante ao de Sedgwick. Em *Queering the Gothic* (2009), Hughes e Smith traçam uma breve concepção acerca do tipo de ficção compreendida como gótico *queer*. Para os autores, *queer* se refere a uma qualidade presente na narrativa gótica:

queerness [...] is a quality which may be said to inflect a sense of difference not confined simply to sexual behavior but which may equally inform a systematic stylistic deviance from perceived norms in personal style or artistic preference (HUGHES; SMITH, 2009, p. 5).

Para Hughes e Smith, *queer* se refere à representação de um indivíduo à margem ou excluído dos discursos hegemônicos de poder e de identidade. Além disso, o termo também implicaria um desvio estilístico, o que poderia ser posto em paralelo à teoria de gênero como performance proposta por Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2019), obra publicada em 1990. No entanto, por vezes, os autores parecem atribuir um sentido geral demais ao termo *queer*, no intuito de garantir abordagens amplas e distintas aos estudos do gótico. Claro

que, nessa perspectiva, corre-se o risco de afastar a noção de *queer* de seu escopo fundamental relativo não só a sexualidades divergentes, como também às questões sobre corpo, gênero e identidade de gênero. Ainda assim, o estudo dos autores se revela um esforço consistente de aproximação dos estudos do gótico e dos estudos *queer*, garantindo a ambas as áreas certo alcance e autonomia.

Seria interessante notar que, assim como Fincher (2007), Hughes menciona que o gótico poderia ser compreendido como um gênero narrativo caracterizado por um elemento formalmente *queer*, pois “it is balanced uneasily between a frequently superficial adherence to the literary orthodoxies of plot and characterization, and the almost invariably unpalatable nature of its subject matter” (2013, p. 207). Para o autor, essa característica formal, esse desvio das convenções narrativas, assentar-se-ia à predileção do gótico por temas não palatáveis e limiares, tais como o tabu do incesto ou a obsessão em perverter ícones ou espaços religiosos e/ou considerados sagrados.

Não pretendo adotar uma perspectiva tão abrangente, tendo o cuidado de manter o *queer* em seu escopo fundamental, relativo a corpos, sexualidades, gêneros e complicações do desejo, especialmente quando consideramos certos contextos históricos. Paulina Palmer (2016) comenta que a ficção gótica jamais se reportou exclusivamente a questões homossexuais e, por isso, o seu caráter *queer* teria mais a ver com a maneira com que o gótico representa, oculta ou simboliza identidades e orientações sexuais diante de uma cultura heteronormativa que se estrutura sobre a oposição e a exclusão de identidades divergentes. A autora também ressalta que o gótico *queer*, como abordagem temática, estrutural e analítica, daria respeito àqueles textos em que sexualidade e identidade de gênero ocupam lugares centrais, da mesma maneira que o processo de abjeção também ocupa – uma perspectiva que julgo adequada ao presente ensaio. O conceito de abjeção, cunhado por Julia Kristeva em *Powers of Horror* (1980), oferece aporte a abordagens *queer* do gótico; a obra da autora aparece como referência em textos fundamentais aos estudos do gótico, como *Gothic* (1996), de Fred Botting, e no primeiro volume de *The Literature of Terror* (1996), de David Punter.

A teoria de Kristeva contraria as noções da psicanálise convencional (contemporâneas publicação da obra), que compreende que a construção da identidade do sujeito estaria fundamentada em uma relação opositiva e constitutiva entre sujeito e objeto e em uma série

de pressuposições concernentes a padrões simbólicos nascentes, por vezes tidos como pré-discursivos — são exemplos disso a debatida oposição entre edipiano e pré-edipiano, a relação opositiva entre o sancionado e o tabu e a suposição de que o desejo é distinto do objeto de desejo. No entanto, para Kristeva, sujeito e objeto têm traços identitários inerentes, em si mesmos e a respeito de si mesmos. Essa reconfiguração das coisas ocasionou uma mudança na maneira como pensamos as fronteiras que demarcam as relações entre o eu e o outro. O conceito de abjeção questiona a garantia de integridade do eu da identidade, ao passo que a própria noção de abjeção, daquilo que é excluído, rejeitado, recusado, torna um tanto brumosa e porosa as fronteiras desse eu; em suma, a teoria de Kristeva propõe que o outro — e de fato que qualquer instância desse outro que é tabu, que é paradoxalmente desejado e repudiado — talvez já faça parte do eu. Assim, o eu possuiria qualidades definidoras, por vezes ocultas, capazes de, ora ou outra, irromper à superfície e denunciar a falsidade da aparente integridade do eu. Esse processo diria respeito àquilo que é simbolizado ou representado como abjeto. Além disso, Kristeva compreende que o corpo, suas excreções e secreções, denunciavam as qualidades materiais do que é tornado abjeto, uma vez que o corpo estaria constantemente engajado em processos de abjeção, que compreenderiam a rejeição de dadas substâncias, algo que em si já acusaria a ilusão de inteireza e constância atribuídas ao corpo e ao eu.

Não busco negociar a relação da ficção gótica com a sexualidade, e sim me ater a obras em que essa característica se mostre essencial e determinante. Acredito que seja mais pertinente questionar ou discutir de que maneira a sexualidade, enquanto objeto de análise, seja representada — ou ocultada — no texto, principalmente em relação a outros temas ou questões que não estão, ou não aparentam estar, diretamente relacionados à sexualidade. Trata-se de uma abordagem semelhante à de Artel Haefele-Thomas (2012) ao investigar as intersecções entre o gótico e as teorias sociais, culturais, de gênero e *queer*, considerando representações da sexualidade no gótico vitoriano. A partir disso, traço um panorama da ficção gótica, analisando questões relativas à representação de sexualidades divergentes sob a ótica da teoria do abjeto. Nessa lógica, o *queer* se torna, de certa maneira, um tipo de força insurgente calcada de ação de rever, reler, repensar e recontextualizar. Pois, como Warner (2004) comenta, não

se trata de encontrar o *queer* na teoria ou na crítica, mas de tornar *queer* a crítica e a teoria.

Tornando o gótico *queer*: um panorama

“I am the love that dare not speak its name”, afirma um dos belos jovens no último verso do poema “Two Loves” (1892), de lorde Alfred Douglas, amante de Oscar Wilde. Esse verso, de certa forma, serve como mote da análise proposta neste ensaio. “O amor que não ousa dizer o próprio nome” foi usado como evidência contra Wilde no julgamento sobre *The Picture of Dorian Gray* (1890). Michael Warner (2004) comenta que o termo “sodomia” já foi visto como um pecado inominado, como uma perversão sem nome, exatamente o que as acusações e o julgamento de Wilde exemplificam. Warner parte de textos clínicos e de relatos para discutir a obscuridade relacionada à “sodomia” e, nessa lógica, ao amor homossexual. Essa questão se relaciona a noção de abjeto de Kristeva, uma vez que a sociedade necessita de relações homosociais, mas também precisa tornar abjetos certos corpos, sujeitos e sexualidades a fim de garantir a manutenção do status quo.

No gótico *queer*, questões relativas a corpo, gênero e sexualidade mostram-se sempre em tensão. Representações de corpos divergentes, perfomances de gênero e identidade se revelam como objetos daquilo que o discurso hegemônico ao mesmo tempo deseja e transmuta em algo abjeto. É essa instância de perversão inaudita e inominada que eu procuro apresentar e discutir no presente ensaio. Três romances influentes do gótico nascente servem de exemplo a tais questões.

The Castle of Otranto (1764), de Otrance Walpole, é considerando o romance que inaugura a ficção gótica. Na obra, a representação de gêneros está fundamentada em uma noção hiperbólica, uma das características que alguns autores, como Hogle (2002) e Punter e Byron (2004), identificam na ficção gótica. A masculinidade exacerbada de Manfred pode ser lida como produto da homofobia, que por sua vez se mostra dependente tanto da presença da misoginia quanto de ansiedades relativas a gênero. O romance também associa o desejo proibido, ainda que não se trate necessariamente de um desejo *queer*, ao sobrenatural, investindo-o de dubiedade. Seria essa dubiedade, assomada ao caráter formal e tematicamente desviante do romance que possibilitaria encontrar na obra algo de *queer*. Além disso, vale considerar a provável homossexualidade de Walpole, por

vezes mencionado como “efeminado”, embora não haja consenso sobre o assunto. No entanto, a primazia de potências masculinas, ao lado a panóplia de segredos, fantasmas e pecados escondidos “no armário” – por vezes, literalmente – poderia nos sugerir o retorno de um desejo suprimido ou a sublimação de um desejo que seria, em última instância, *queer*.

Vathek (1786), de William Beckford, enfatiza a paranoia que relaciona o “efeminado” ao desviante e, por consequência, ao monstruoso, tornando-o abjeto a partir desse processo. No romance, o monstruoso e o demoníaco assumem o verniz decadente e podem ser lidos como *queer*, uma vez que são produzidos por um discurso condenatório e recorrente que se reporta ao “pecado sem nome”, a saber, a sodomia, e que transmuta o desejo homoafetivo em algo abjeto. O corpo tem papel central na obra, principalmente em relação ao personagem Vathek, assumindo por vezes possibilidades de representar sentidos conflitantes com as identidades de gênero hegemonicamente atribuídas. No que diz respeito à autoria, Beckford era um dândi amente das artes e notoriamente *queer*, ainda que não exista concordância quanto a se ele era gay ou bissexual, uma vez que Beckford manteve relações significativas tanto com homens quanto com mulheres. Em 1784, algumas de suas cartas a William Courtenay, futuro 9º Earl de Devon, foram interceptadas e divulgadas em jornais. Devido ao escândalo, Beckford deixou a Inglaterra.

The Monk (1796), de Matthew Gregory Lewis, está permeado por temas e elementos *queer*. As trocas de olhares entre os personagens dão o termômetro da tensão homoerótica ao mesmo tempo em que o uso de reticências oculta essa tensão, uma vez que as reticências se reportam, no texto, àquilo que foi suprimido ou não dito e, assim, a expressão de uma sexualidade divergente seria ocultada. Além disso, no capítulo 11 de *The Monk*, Agnes de Medina é posta numa situação literalmente abjeta. Expulsa do convento, ou seja, do corpo da igreja Católica, devido a suas experiências sexuais e consequente gravidez, ele é jogada num calabouço, na companhia de uma cabeça pútrida coroada por vermes, assim como do corpo decomposto de sua prole ilegítima. Como suas experiências são julgadas perigosas à integridade moral de seu contexto social, ela é confinada no intuito de proteger aqueles que podem vir a ser postos em perigo moral e espiritual devido às suas transgressões. Ou seja, ela se torna *queer* ao seu contexto eclesiástico devido aos seus “desvios” sexuais, que possuem

forte base política. No entanto, é interessante notar que Agnes não é apenas concebida como uma criatura pecadora e impura, ela é abjeta da própria vida, uma vez que foi enclausurada com os mortos. De certa forma, ela passa a ser uma excreção morta do corpo eclesiástico. Já a persona de Lewis apresenta uma ambiguidade semelhante a de Walpole; embora pudéssemos mencionar que havia algo de *queer* na figura do autor, no que se refere à sexualidade, dificilmente seríamos capazes de ir além da especulação.

Essas três obras do gótico nascente estão permeadas das tensões que frequentemente marcam as dinâmicas homoafetivas nesse tipo de ficção. É claro que a lista é longa e outras obras poderiam ser mencionadas. Por exemplo, Sedgewick examina as relações homoafetivas em *The Private Memoirs and Confessions of a Justified Sinner* (1824), de James Hogg, demonstrando como a relação entre as personagens está permeada por uma tensão produzida pelo conflito entre aversão e desejo homoerótico. Tendo isso por base, a autora destaca que “[t]he Gothic novel chrystallized for English audiences the terms of a dialectic between homosexuality and homophobia, in which homophobia appeared thematically in paranoid plots” (SEDGWICK, ANO, p. 92).

Gostaria agora de chamar atenção para uma questão particular referente à *The Fall of the House of Usher* (1839), de Edgar Allan Poe. No conto, somos apresentados a dois irmãos gêmeos, Roderick e Madeline, que vivem no solar decadente da família. A história é contada em primeira pessoa por um narrador inominado, um recurso que Poe utiliza para potencializar a dubiedade do texto. Ambos os irmãos são acometidos por enfermidades misteriosas, talvez pelo mal do século, considerando o caráter decadentista de certos textos de Poe. Roderick parece assaltado pela sinestesia, uma condição que produz entrecruzamentos, trocas e transferências de sentido no aparelho sensorial e, no texto de Poe, também na percepção estética da personagem. Madeline, por sua vez, sofre de algum malefício desconhecido. O narrador inominado menciona que ela tem hábitos estranhos, é reclusa, tem aparência mórbida e, em dado momento, ele afirma que Madeline é idêntica de Roderick, o que não apenas sugere a caracterização andrógina das personagens, como também a indefinição de gênero produzida por tal caracterização. Na crítica, frequentemente menciona-se o incesto como característica desviante ou empreende-se leituras sobre ansiedades sociais relativas à semelhança entre Roderick e Madeline. Todavia, ao que parece, foi fácil

perder um detalhe a respeito da representação dos irmãos: eles são idênticos. Lembremos que gêmeos só podem ser idênticos se forem monozigóticos, o que significa que eles teriam o mesmo sexo atribuído. Ou seja, Madeline seria uma mulher trans, de longe a face mais interessante do texto de Poe em relação ao gótico *queer* – voltarei a essa questão mais tarde.

Talvez seja indispensável comentar sobre Oscar Wilde. Ao discutir a historicidade carregada pelo termo *queer*, Max Fincher põe Wilde em lugar de destaque, quase como uma figura divisora de águas: “[t]he risk of the charge of anachronism in using queer is a risk anyone must confront who reads fiction queerly before the most widely recognized queer, Oscar Wilde” (FINCHER, 2007, p. 8). Hoje em dia, talvez a maior porção da fama de Wilde se dê justamente por isso: a contínua e extraordinária ressonância simbólica de sua personalidade, de sua vida e de seu trágico destino. *The Picture of Dorian Gray* (1890) é considerado uma obra prima do gótico (PUNTER; BYRON, 2004) e pode ser lido como *queer*. Wilde era parente distante de Charles Robert Maturin, autor de *Melmoth the Wanderer* (1820), um texto cuja aura decadente ressoa em *Dorian Gray*. Wilde chegou a adotar o nome de Melmoth em seu exílio em Paris, depois de ser liberado da prisão. O jovem Dorian Gray vendeu a alma por juventude através de um pacto mefistofélico e Lorde Henry parece traçar, em um de seus famosos aforismos, uma profecia e sentença a respeito da vida de Dorian: “[t]he only way to get rid of a temptation is to yield to it. Resist it, and your soul grows sick with longing for the things it has forbidden to itself, with desire for what its monstrous laws have made monstrous and unlawful” (WILDE, 2011, p. 74-75). Depois disso, Dorian passa a cometer todo tipo de pecado. Mas qual seria o pecado? Qual seria a tentação? Do que se tratam essas coisas proibidas tornadas monstruosas? Isso jamais nos é narrado, os pecados de Dorian não são mencionados, embora ele seja moral e socialmente julgado por eles. Vale lembrar, no entanto, que a sodomia era “pecado inominado”, o “crime inenarrável” e, nessa lógica, “o amor que não ousa dizer o próprio nome” mencionado no verso final do poema de Alfred Douglas, amante de Wilde. Esse argumento e outras passagens de *Dorian Gray* foram usados contra Wilde no julgamento que o condenou a dois anos de prisão.

A partir do século XX, particularmente a partir dos anos 1980, o gótico *queer* começa a ganhar consistência. Entre o abundante número de obras do tipo, é possível mencionar *The Folding Star*

(1994), de Alan Hollinghurst, romance que recebeu o James Tait Black Memorial Prize, um dos mais tradicionais prêmios literários da Grã-Bretanha. Embora Hollinghurst não seja especificamente um autor do gótico, esse romance em particular pode ser lido sob o escopo do gótico *queer* (PALMER, 2016). A obra se ocupa de narrar a relação homoafetiva entre Edward Manners e seu aluno, Luc, explorando principalmente a relação entre aquilo que é sancionado e aquilo que é tabu. No romance, o desejo *queer* aparece associado ao retorno das fantasmagorias do desejo, algo que metaforicamente assombra o desenvolvimento temático da obra e que denuncia o tipo de pressão e força que os discursos hegemônicos exercem sobre as personagens.

O autor trans Poppy Z. Brite escreveu *The Lazarus Heart* (1998), um romance ambientado no universo multimidiático do *comic The Crow* (1989), de James O'Barr. Brite apresenta os irmãos gêmeos Benny, que é gay, e Lucrece, que é trans, em meio a um mundo repleto de referências e reinterpretação da obra de Edgar Allan Poe. O romance subverte a lógica do universo ficcional de *The Crow*, cujo tropo central se estabelece como um homem que volta à vida para vingar a morte da amante assassinada. No romance, é Jared quem volta à vida para se vingar da morte de Benny, seu namorado, o que em si já torna o romance *queer*. Aqui, eu gostaria de retomar *The Fall of the House of Usher* (1839), assim como a possibilidade de Madeline ser uma mulher trans. Brite parece tecer um interessante paralelo entre Roderick e Madeline e Benny e Lucrece. Na conclusão do romance, Brite retira o protagonismo das mãos de Jared, alocando Lucrece no centro da trama. Ela foi morta e literalmente destruída, tendo o corpo desmembrado por um assassino em série. No entanto, ela retorna dos mortos em busca de vingança. O corpo de Lucrece fora retratado como algo desprezado, temido e, em certas instâncias, também vulnerável em relação à hegemonia. Mas Brite reestabelece o corpo da personagem em novo significado. Lucrece torna-se uma sujeita dotada e reconhecida por seus próprios desejos. Além disso, o renascimento de Lucrece opera como uma naturalização, uma vez que Lucrece volta dos mortos em seu estado “original”, e seu estado “original” é o de uma mulher trans. Em certa medida, a Lucrece ressuscitada também é Madeline ressuscitada e, dessa maneira, Brite redefine o corpo hegemonicamente taxado de horrendo como um corpo dotado de energia e vida.

Considerações finais

Neste ensaio, meu objetivo foi perpassar obras exponenciais marcadas pela centralidade de questões relativas à sexualidade, o que caracteriza o gótico *queer*. É evidente que precisei selecionar títulos e que algumas obras acabaram ficando fora do presente panorama. No fundo, um trabalho crítico é também um trabalho de delimitação do escopo. No entanto, as obras selecionadas permitiram a realização de uma interessante revisão de literatura a respeito dos estudos do gótico, tendo como foco o gótico *queer*, além de resgatar a questão da autoria, por vezes deixada de lado nos estudos literários.

É claro que existem certas dificuldades em discutir o caráter *queer* do gótico, problemas que autores como Hughes e Smith (2009) reconhecem e dos quais não se esquivam. Ao mesmo tempo em que o *queer* designa diferença, o termo nem sempre indica distinção em relação ao espectro do desejo e/ou práticas sexuais, por exemplo. *Queer* representa também uma noção de transgressão e, por isso, performatar uma identidade *queer* compreende um esforço no intuito de romper com tensões binárias e construções sociais, como as próprias noções hegemônicas que regulam identidades de gênero – como as representações de corpos e sexualidades que hegemonicamente determinam uma ideia de “homem” e “mulher”.

Reexaminar questões sobre autoria, representação de personagens e atualizações de tropos narrativos do gótico nos permite compreender que corpos e sexualidades dissidentes são ao mesmo tempo desejados e tornados abjetos, a partir de uma relação simbólica que opera por transferência. Nessa medida, o desejo *queer* se articula às fantasmagorias de cunho sobrenatural ou psicológico, assumindo um caráter limiar que denuncia a fragmentação do sujeito *queer* frente à sociedade hegemônica. Por outro lado, a representação de sexualidades *queer* também apresenta potencialidades subversivas, pois por vezes permite que um sujeito proscrito performe uma identidade dissidente à margem dos discursos hegemônicos.

Referências bibliográficas

BOTTING, Fred. *Gothic* (1996). London: Routledge, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FINCHER, Max. *Queering Gothic in the Romantic Age: The Penetrating Eye*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HAEFELE-THOMAS, Ardel. *Queer Others in Victorian Gothic – Transgressing Monstrosity*. Cardiff, Wales: University of Wales Press, 2012.

HAGGERTY, George E. *Queer Gothic*. Chicago: University of Illinois Press, 2006.

HOLLINGHURST, Alan. *The Folding Star*. New York: Vintage Books, 1995.

HUGHES, William. *Historical dictionary of gothic literature*. Plymouth, United Kingdom: Scarecrow Press, 2013.

HUGHES, William; SMITH, Andrew Lloyd. *Queering the Gothic*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: An Essay on Abjection* (1980). Trad: Leon Roudiez. New York: Columbia University Press, 1985.

LEWIS, Matthew G. *The Monk: A romance* (1796). Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/601/601-h/601-h.htm>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

PALMER, Paulina. *Queering Contemporary Gothic Narrative: 1970–2012*. London: Palgrave Gothic, 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Between Men: English Literature and Male Homosexual Desire* (1985). New York: Columbia University Press, 2015.

WARNER, Michael (Ed.). *Fear of a Queer Planet – Queer Politics and Social Theory* (1993). University of Minnesota Press: Minneapolis, 2004.

JUSTIÇA E RECONHECIMENTO: DILEMAS E POSSÍVEIS INTERSECÇÕES ENTRE TEORIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E EPISTEMES FEMINISTAS

Bianca Silva Oliveira

*Mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia,
biancaoliveiradv@gmail.com;*

Leandro Reinaldo da Cunha

*Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia,
Pós-Doutor (PUC-SP), leandroreinaldodacunha@gmail.com.*

Resumo

As lutas identitárias estão cada vez mais visíveis e buscar referenciais que traduzam a pluralidade das injustiças que permeiam as relações sociais é crucial para que não tenhamos tanta disparidade entre fundamento e pragmática. A presente pesquisa parte, portanto, da análise de como as teorias dos direitos fundamentais, entre fundacionalistas e antifundacionalistas, devem ter as suas interpretações vinculadas às epistemes feministas que passam a figurar um importante arcabouço sobre as desigualdades estruturais existentes em nossa sociedade. Em uma abordagem centrada no debate de importantes teóricos como Nancy Fraser, Norberto Bobbio e Robert Alexy, esta produção foi orientada pelo objetivo de correlacionar duas problemáticas diretamente associadas, pois as demandas de nossa era não serão contempladas se não tivermos um horizonte conceitual que incorpore as temáticas de direitos com pautas generificadas. Para tanto, recorreu-se à metodologia de pesquisa bibliográfica e admitiu-se uma forma de resistência à pretensa neutralidade jurídica que tem promovido apagamentos e impedido o aprofundamento de direitos.

Palavras-chave: direitos fundamentais; epistemes feministas; neutralidade; pragmática.

Introdução

Desenvolvido a partir de uma densa revisão bibliográfica, o trabalho presente fundou-se na importância de problematização do fato de que as pesquisas de teoria constitucional na contemporaneidade não podem ser justificadas tão somente em categorias dogmáticas como a oposição existente entre normas regras e normas princípios ou de validade, eficácia e vigência. Os usos das formas jurídicas devem estar de acordo com a promoção de direitos e garantias fundamentais de grupos historicamente marginalizados e que se encontram abarcados por uma diversidade de estruturas de desigualdades (simbólicas, culturais, sociais, econômica, raciais, de gênero). Não dialogar as teorias de direitos fundamentais com as epistemes feministas é, também, uma forma de perpetuar a realidade de desigualdades existentes. De uma forma geral, teoria do reconhecimento e teoria dos direitos fundamentais são discutidas neste artigo em uma perspectiva de complementariedade porque a compreensão do constitucionalismo em sociedades plurais e democráticas requer esse tipo de diálogo.

Inicialmente, foi feita uma exposição dos principais elementos da teoria dos direitos fundamentais desde conceituação, estrutura, terminologia e características para então ressaltar a importância de dialogarmos reconhecimento e redistribuição, a partir de Nancy Fraser, com esses pressupostos teóricos constitucionais.

Metodologia

Alicerçada metodologicamente por uma pesquisa de caráter bibliográfico, este artigo teve a sua escrita baseada no levantamento de material bibliográfico já publicado (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita), com o intuito de permitir o contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, ofertando recursos para viabilizar a definição e a resolução de problemas já conhecidos ou desconhecidos, mas também a exploração de novos campos do conhecimento, nos quais os problemas ainda não se tornaram suficientemente cristalizados. Desta forma, o trabalho se materializou sob a égide de uma revisão bibliográfica com o escopo de promover o aprofundamento teórico sobre os principais conceitos relacionados

com os direitos fundamentais e com as epistemes feministas que estão situadas em um lócus epistêmico incomum aos percursos da pesquisa jurídica. Recorreu-se também à metodologia descritivo-reflexiva que viabiliza a elaboração de justificativas e fundamentos imanentes ao objeto de estudo a partir da descrição de referências da literatura.

Nesse ínterim, foram instrumentalizados para fins de pesquisa, artigos científicos, livros, dissertações e teses, além das principais fontes literárias responsáveis pela difusão dos estudos de direitos fundamentais, de epistemes feministas e pós-feministas no Brasil a partir dos anos 2000. Estas produções tem um grande mérito na abordagem dos temas que estão na estrutura do objetivo específico que orienta esta parte do trabalho, qual seja o estabelecimento de conexões entre direitos fundamentais e a tese do reconhecimento abordada por Nancy Fraser. O objetivo geral que fundamentou a elaboração da pesquisa proposta consistiu na análise de como o reconhecimento de desigualdades materiais, simbólicas e históricas podem impedir a realização plena dos direitos fundamentais.

Referencial teórico

Embora longa a noção de regras e princípios, grande é a indeterminação quanto à natureza dessa distinção que sempre desempenhou um papel no contexto dos direitos fundamentais. Não é raro, ver afirmações em relação ao caráter principiológico dos direitos fundamentais, bem como a abordagem desses direitos como regras ao considerar a importância de leva-los a sério. Eis que Alexy apresenta uma teoria dos direitos fundamentais que se assenta em uma perspectiva normativo-moral acerca dos direitos fundamentais que tem nessa distinção a sua base estrutural, como ele mesmo ressalta:

A distinção entre regras e princípios constitui, além disso, a estrutura de uma teoria normativo-material dos direitos fundamentais e, com isso, um ponto de partida para a resposta à pergunta acerca da possibilidade e dos limites da racionalidade no âmbito dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a distinção entre regras e princípios é uma das colunas-mestras do edifício da teoria dos direitos fundamentais. (ALEXY, 2008, p.86).

É importante considerar, desde já, que seja como regra ou princípio, a distinção de direitos fundamentais se dá numa abordagem que, independentemente, da classificação, os considera como normas. Portanto, uma norma de direito fundamental pode ser uma norma regra, uma norma princípio, ou ainda, como Alexy (2008) analisa, pode ter um caráter duplo. Os elementos de diferenciação podem ter como critérios norteadores, o aspecto qualitativo, a generalidade e o grau, por exemplo. Mas a tese do autor em questão entende que essa distinção é, essencialmente, qualitativa.

Em geral, o ponto crucial de distinção entre regras e princípios é que os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas existentes. Os princípios são, desse modo, mandamentos de otimização que se caracterizam pela possibilidade de serem materializados em graus diversos e tendo em vista essa dupla estrutura de viabilidade que considera o aspecto fático e o aspecto jurídico. As regras, no entanto, são normas que são satisfeitas ou não satisfeitas. Isto é, as regras constituem-se como mandamentos definitivos e cujas determinações são concretizadas, ou não, no âmbito das possibilidades fáticas e jurídicas. Considerando, portanto, esta classificação, sedimenta-se a ideia de que a distinção de regras e princípios se dá no plano qualitativo.

Não obstante, quando da ocorrência de colisões entre regras e princípios, entende-se que a solução deve vir considerando essas distinções qualitativas. Regras conflituosas colocam em questão a validade que requer, inclusive, a retirada da regra inválida do ordenamento jurídico. Por outro lado, o conflito entre princípios se dá no âmbito do peso e a solução consiste no estabelecimento de uma precedência condicionada com base nas circunstâncias do caso concreto. Uma regra supera a outra em caso de conflito, enquanto aos princípios pode ser cedido um peso maior de acordo com a materialidade do caso a ser julgado. Princípios são razões *prima-facie* e regras são razões definitivas.

Para sintetizar a questão das normas princípios, é importante salientar que a ideia de peso traz consigo o necessário sopesamento e, por conseguinte, a máxima da proporcionalidade. Falar de princípios é entender a sua conexão com a máxima da proporcionalidade que, na teoria neokantiana do Robert Alexy, se procede através de três máximas parciais que é a adequação, a necessidade (entendida como

o mandamento menos gravoso) e a proporcionalidade em sentido restrito (que é o mandamento do sopesamento propriamente dito). A adequação e a necessidade têm nas possibilidades fáticas as suas referências, enquanto para a proporcionalidade em sentido restrito são levadas em consideração as possibilidades jurídicas .

Em tese, uma norma de direito fundamental é estatuída como norma-regra ou norma-princípio, no entanto, é possível que compartilhem de um caráter duplo. Assim se perfazem muitos direitos fundamentais, a exemplo do direito fundamental à saúde, um direito cuja estrutura fundamental agrega esses dois níveis de normas, considerando que, constituído de forma tal que se permite a realização por graus e enseja situações em que funciona como uma regra e, caso descumprido, deflagra uma situação de ilegalidade .

A despeito da narrativa estrutural que tem sido apresentada até aqui, a realidade é que a distinção normativa de regras e princípios vai além de uma mera classificação de direitos, ela reflete uma leitura que entende a justificação normativa das decisões como um corolário do Estado Democrático de Direito. Os atos do poder público não podem se sustentar pela mera representação de uma vontade, por isso devem consubstanciar os princípios normativos procedentes da Constituição estrutural e procedimental do Estado. Aliás, a normativa jurídica tem o seu sentido comprometido com a efetivação de direitos justificados, sedimentados no ordenamento e livre de qualquer névoa de arbítrio.

Ainda sobre o caráter duplo de muitos direitos fundamentais é preciso ressaltar que essa duplicidade também se delineia quanto à fundamentalidade que é material ou substancial e formal de acordo com o regime jurídico privilegiado que lhes foi outorgado pela Constituição Federal de 1988. A fundamentalidade formal das normas de direitos fundamentais provém de sua posição no ápice da estrutura escalonada do ordenamento jurídico, como um direito que vincula diretamente os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A fundamentalidade formal do direito corrente se apresenta, portanto, como decorrência do direito positivo e se desenvolve com três nuances fundamentais, quais sejam, como parte integrante da Constituição escrita, ocupando o ápice do ordenamento jurídico e assumindo uma hierarquia axiológica superior; como norma fundamental submetida a limites formais (que requer procedimento agravado para modificação de preceitos constitucionais) e a limites materiais (uma vez que

demarcada como cláusulas pétreas); e, conforme o § 1º do artigo 5º da CF, como normas com aplicabilidade direta e imediata por parte dos entes estatais e dos particulares (ALEXY, 2008).

À fundamentalidade formal, soma-se a fundamentalidade material. Esta última associa-se à importância do bem jurídico tutelado pela norma constitucional e que, neste caso, associa-se de forma incondicional com a vida, com a dignidade e é condição essencial para a fruição de outros direitos, inclusive para o livre desenvolvimento da pessoa e de sua personalidade seja ela cis, trans, homossexual, jovem ou idosa, enfim, seja quem for. Dito isto, reitera-se a importância de que uma Constituição tenha elementos procedimentais e substanciais, pois fazem com que se tenha num mesmo ordenamento conteúdos possíveis e conteúdos que partilhem de uma anatomia que transcendem a possibilidade e são impossíveis ou necessários e toda essa complexidade material contribui para compor o núcleo essencial da fundamentalidade desses direitos que são centrais num sistema jurídico que leva os direitos a sério.

Os direitos fundamentais existem, também, em um contexto de dupla solidariedade (objetiva e subjetiva), e, esta concepção traz dois grandes impactos para o pensamento constitucional: a inserção do constitucionalismo global por meio de cartas constitucionais supranacionais e cria um novo paradigma na compreensão da Organização do Estado Constitucional, tanto na questão externa (princípio da cooperação, interdependência, interconstitucionalidade, interculturalidade, democracia inclusiva e cidadania supranacional), quanto interna (pluralismo, felicidade, multiculturalismo, tolerância, cidadania multidimensional, democracia negativa) (OLIVEIRA, 2015).

Essas concepções advêm das próprias características dos direitos fundamentais em sua concepção geral, conforme classificação apresentada por Rothenburg, quais sejam: a fundamentabilidade, a universalidade, a inalienabilidade, a indivisibilidade, a historicidade, a constitucionalidade, a interdependência, a inexauribilidade, a dimensão transindividual, a aplicabilidade imediata.

O primeiro caractere revela-se pelo conteúdo do direito e faz referência aos valores supremos do ser humano relacionados com a promoção da dignidade da pessoa humana e com a posição normativa do direito, como norma da Constituição. Ambos os critérios, material e formal, concorrem para definir a fundamentalidade de um direito.

Consagrada pela Declaração de Viena, durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 1993, juntamente com as características da indivisibilidade, da interdependência e da inter-relação, a universalidade se perfaz pelo fato de ser imanente condição humana, independentemente de faixa etária, de condição social, de orientação sexual, de identidade de gênero, dentre outras distinções. Peculiaridades locais ou ocasionais não teriam a capacidade de afastar o dever de respeito e promoção dos direitos fundamentais. Esta característica, no entanto, precisa ser devidamente compreendida, para que a fundamentalidade não seja confundida com o fundamentalismo advindo da incompreensão de fatores culturais e existenciais imanentes ao momento histórico de uma comunidade (ROTHENBURG, 2009).

Em síntese, seja de acordo com a estrutura axiológica do direito fundamental, seja pela normatividade imposta pela Constituição Federal, os direitos se configuram como direito de todos e de cada um e a dimensão da redistribuição (igualdade) não prescinde de uma relação necessária de reconhecimento. Universalidade e inclusão são paradigmas de igualdade bivalentes e quando se fala em direitos fundamentais de populações vulneráveis, é basilar reconhecer esta conjuntura faz o reconhecimento de diferenciação de programas atinjam, simultaneamente, uma redistribuição (FRASER, 1995).

A inalienabilidade refere-se à impossibilidade de o indivíduo desinvestir-se de seus direitos fundamentais, pois embora possa deixar de atuá-los na prática, aplica-se aqui a distinção entre capacidade de gozo (irrenunciável) e capacidade de exercício (disponível). Ainda por força da inalienabilidade, tem-se que os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, sendo imprescritíveis, inclusive quanto a seu exercício (ROTHENBURG, 2009).

A indivisibilidade dos direitos fundamentais relaciona-se com a necessidade de respeito e desenvolvimento de todas as categorias de direitos fundamentais, reforçando a interdependência destes. A historicidade, por sua vez, emana uma completa aversão à transcendência ou à fundamentação absolutista e exclusivamente metafísica dos direitos fundamentais, e o reconhecimento desses com base na experiência social. É importante salientar que esse dado conjuntural não traduz a hipótese de reconhecimento de direitos comuns na história das diversas sociedades, nem a concepção de uma teoria evolucionista, em que direitos clássicos vão sendo aperfeiçoados e direitos

novos vão sendo firmados, mas a preponderância da cultura e da história na determinação do que é fundamental e do que desta forma não se constitui. O clamor social pela universalização dos direitos fundamentais também se dá pelas necessidades de um mundo histórico permeado pelo trabalho e por uma busca gradativa pela consecução de valores não utópicos (TORRES, 2009).

Os direitos fundamentais fazem parte da pré-compreensão (inclusive emocional e afetiva) que a comunidade tem da ideia de Direito que a rege (HESSE, 2009). Assim sendo, eles são anteriores à positividade e por ela não podem ser esgotados. No entanto, a revelação dos direitos fundamentais faz-se, por questão de representatividade democrática, de racionalidade e de segurança, através da positividade histórica em dado ordenamento jurídico - Declarações, e, posteriormente estatutos específicos e internalizados na Constituição de cada país como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexual regulamentada pela Portaria 2836/2011.

Do ponto de vista formal, os direitos fundamentais acabam cercados de um regime jurídico qualificado, que, para ilustrar com a Constituição brasileira de 1988, confere-lhes, por exemplo, um procedimento dificultado de reforma (rigidez constitucional), e toma-os como parâmetros para fins de controle de constitucionalidade (OLIVEIRA JUNIOR, 2011).

A interdependência dos direitos fundamentais indica que eles interagem, influenciando-se reciprocamente e devendo ser ponderados por ocasião de concorrência ou colisão entre si. Há mútua dependência entre os direitos fundamentais porque o conteúdo de alguns deles vincula-se ao de outros, complementando-se os diversos direitos fundamentais e uns mostrando-se desdobramentos de outros.

A transindividualidade é concernente à titularidade grupal ou coletiva da concepção social dos direitos fundamentais, esta titularidade está vinculada a uma concepção moderna de direitos fundamentais baseada no princípio da solidariedade. São situações jurídicas que podem ser vislumbradas, inclusive, sob o ângulo subjetivo (direitos subjetivos), porém articuladas por sujeitos de representatividade metaindividual (como o cidadão em nome da coletividade, as associações, os entes públicos), e cujas consequências atingem todos, com repercussão temporal que ultrapassa a existência de uma geração. A ciência processual cunhou, a propósito, a noção de direitos difusos

levando em consideração à titularidade transindividual de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento - o que inclui a saúde, o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, o direito à paz. A necessidade de uma política estatal específica para os transexuais é uma necessidade transindividual que perpassa toda a sociedade.

A inexauribilidade dos direitos fundamentais traduz o fato de eles serem dotados de abertura, no sentido de que têm possibilidade de expandir-se (expansibilidade dos direitos fundamentais). A interpretação dos direitos fundamentais deve ser ampliativa, buscando a leitura mais favorável que deles se possa fazer; essa propriedade também é chamada de eficácia irradiante dos direitos fundamentais, e é um dos fatores que condiciona a proibição de retrocesso.

Para superar a discussão a respeito da possibilidade de incidência das normas de direitos fundamentais às situações de fato ocorridas, em função da completude ou não dessa previsão normativa, sustenta-se, sempre que viável, a aplicabilidade imediata ou direta dos direitos fundamentais, para afirmar-se que, sob o aspecto jurídico-normativo, eles são completos, aptos a incidir imediatamente. A Constituição brasileira de 1988 dispõe expressamente no art. 5º, parágrafo 1º: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (BRASIL, 1988, p.5).

Consequência desta característica é a necessidade de previsão, conforme Rothenburg (2009, p. 7) de mecanismos de garantia dos direitos fundamentais, do que decorre:

- (i) que a própria Constituição deve, além de apontar os direitos, fornecer-lhes meios assecuratórios adequados; (ii) que também os meios assecuratórios devem ser dotados de aplicabilidade direta ou imediata; (iii) que os meios assecuratórios nunca podem, a pretexto de regular o direito constitucional, restringi-lo; (iv) que, na ausência da previsão de meios específicos, pode-se utilizar os meios ordinariamente previstos (por exemplo, o procedimento judicial comum); (v) que os direitos fundamentais devem valer mesmo que não estejam acompanhados de garantias jurisdicionais (não correlação necessária).

Consideradas as características dos direitos fundamentais, é necessário considerar que vivemos em uma sociedade perpetrada por desigualdades e que a universalização propostas no âmbito da

positivação não se configura no mundo da realidade social. Por isso, não basta distinguir entre normas e princípios, precisamos de olhares generificados, racializados, interseccionais e plurais para a consolidação de uma ordem democrática e igualitária. A verdade é que todos nós somos marcados social e politicamente, a questão é se os nossos lugares de fala e vivências nos situam em eixos de hegemonia ou em eixos de desempoderamento. Pensando, portanto, em quem ocupa os locais mais marginalizados e invisíveis é que este trabalho fundamentou os seus problemas, hipóteses e possíveis respostas. Não consigo vislumbrar roteiros sem o devido reconhecimento das pautas identitárias

Precisamos consolidar a ideia de que os paradigmas de justiça vigentes, embora indispensáveis, precisam ser repensados. Especialmente, pelo fato de que, até então, as questões de ordem material têm sido consideradas como fontes únicas da conjuntura de desigualdade que emana exclusão seja no universo dos direitos fundamentais, seja quando se fala em direitos humanos. As desigualdades são também de ordem simbólica e cultural, desta forma, não basta que a distribuição de recursos financeiros tenha relevância.

Ao elaborar o projeto de teoria crítica do reconhecimento, a Nancy Fraser propõe a concepção de uma política cultural que não exclui as políticas sociais da igualdade, mas as entende como insuficientes. Em linhas gerais, a autora apresenta uma proposição de complementariedade entre as dimensões de políticas culturais da diferença com políticas sociais baseadas na promoção de igualdade de recursos, afinal é com redistribuição e reconhecimento que iremos alcançar justiça nos tempos atuais. Não há uma incompatibilidade entre essa abordagem e as questões entre princípios e regras, mas não podemos problematizar apenas categorias dogmáticas, enquanto as pautas dos grupos sociais historicamente marginalizados padecem de reconhecimento em termos de direitos fundamentais seja do Estado, seja por parte de particulares. Reside nesta perspectiva a necessidade de dialogar direitos fundamentais e epistemes feministas no contexto de uma sociedade pluralista e que deve estar, cada vez mais aberta, aos diversos intérpretes da Constituição.

Resultados e discussão

Afinal, para quem são os direitos fundamentais? Ao desbravar sobre a estrutura dos direitos fundamentais, foi inevitável vislumbrar

a característica da universalidade que é consagrada como um verdadeiro paradigma de consolidação das demandas estabelecidas pela Constituição e por tratados internacionais. A questão é que a precarização de direitos atinge o seu nível máximo quando a mera abstração é substituída pela contextualização de “seres em situação”. Entre desigualdades materiais e simbólicas não há concorrência, mas complementariedades. Precisamos, enfim, correlacionar as teses meramente dogmáticas com olhares racializados, generificados e que conectem constitucionalismo com pluralismo e democracia.

Considerações finais

Com uma pesquisa que teve como base estrutural a correlação entre teoria dos direitos fundamentais e episteme feminista a partir de Nancy Fraser, foi possível traçar os principais aspectos imanentes à axiologia e à formalidade que compõem os direitos fundamentais e apresentar uma crítica à contextualização meramente dogmática desse arcabouço teórico.

Este trabalho trouxe consigo o objetivo de consolidar a ideia de que os paradigmas de justiça vigentes, embora indispensáveis, precisam ser repensados. Especialmente, pelo fato de que, até então, as questões de ordem material têm sido consideradas como fontes únicas da conjuntura de desigualdade que emana exclusão seja no universo dos direitos fundamentais, seja quando se fala em direitos humanos. As desigualdades são também de ordem simbólica e cultural, desta forma, não basta que a distribuição de recursos financeiros tenha relevância. O alcance de um paradigma de justiça que vislumbre no reconhecimento uma forma de consolidação da justiça social. Ao elaborar o projeto de teoria crítica do reconhecimento, a Nancy Fraser propõe a concepção de uma política cultural que não exclui as políticas sociais da igualdade, mas as entende como insuficientes.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais no estado constitucional democrático. In: HECK, Luís Afonso (Org.). **Constitucionalismo discursivo**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2019.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? “Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”. In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (Org.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001, p. 285-293.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

OLIVEIRA JUNIOR, Valdir F. Políticas públicas concretizadoras dos direitos fundamentais: controle judicial do dever de progresso e da proibição de retrocesso. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, ano 7, n. 7, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1930>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos Fundamentais e suas características. **Revista dos Tribunais- Cadernos de Direito Tributário e finanças públicas**, n. 29, out./dez. 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SE CHAMA *DIP* E NÃO *DEATH DROP*: *BALLROOM* EM PERFORMANCE(S)

Icaro Ribeiro da Silva

Mestrando em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás e integrante do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença- UFG, icaro.rsd@gmail.com;

Luciene de Oliveira Dias

Professora orientadora: Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, Mestra em Ciências do Ambiente, Especialista em Estudos Culturais e professora da Universidade Federal de Goiás vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença. luciene_dias@ufg.br.

Resumo

A Cultura *Ballroom* foi popularizada na década de 1980 com o lançamento do documentário *Paris is Burning* e atualmente é apresentada nos programas televisivos *Pose* e *Legendary*. A *Ballroom* foi elaborada e desenvolvida a partir de diálogos interseccionais e críticas de sujeitos e corpos que fogem da narrativa da cisgeneridade, heteronormatividade compulsória e da branquitude. Propomos um diálogo que entrelace os debates interdisciplinares das Performances Culturais e dos estudos *queer*, na tentativa de expor como tal manifestação artística, cultural e política surge e se consolida enquanto critica as normas e imposições vigentes na cultura e sociedade. De tal forma, além de apresentar sua gênese, serão feitas colocações acerca da atual constituição da Cena Goiana.

Palavras-chave: *Ballroom*; Performances Culturais; Gênero; negritude.

Introdução

Para amantes de competições televisivas, o termo “*death drop*” já deve ser conhecido, pois sua utilização é comum no popular *reality* apresentado por RuPaul, *Drag Race*. Trata-se de um movimento dramático onde quem performa leva a parte de trás do corpo ao chão, com uma de suas pernas levantadas, aterrissando em uma pose (SUSMAN, 2000). Entretanto, o nome oficial desse extravagante passo é *dip*, sendo um dos elementos do *voguing*.

Muitas vezes Madonna é associada ao *voguing* devido ao seu hit da década de 90. Entretanto, a origem dessa expressão corporal remonta da Cultura *Ballroom*. Um movimento cultural, oriundo do Harlem, produzido por corpos transgressores as regulações e normatizações impostas pelos sistemas de gênero e sexualidade. A demarcação racial também estava posta, pois os sujeitos fundadores dessa cultura eram os pretos e latine-americanes.

A importância social da *Ballroom* sendo fomentada por travestis, mulheres trans e homens gays deve ser exaltada e lembrada. Seu status enquanto cultura deve ser reafirmado, não somente pelos corpos envolvidos em sua formulação, mas pelas suas características singulares, especificidades e performances.

Performances compreendem uma praxis, um modo de transmissão de conhecimento, uma realização (TAYLOR, 2013). Encontram-se em execuções e interações entre os sujeitos tanto na vida comum, quanto nas composições mais complexas das manifestações culturais, cerimoniais, tradições e ritos. Pelas performances os sujeitos colocam os elementos de sua cultura em interação, assegurando sua perpetuação, e constituem a relação entre o público e performer.

Compreendendo enquanto práticas elaboradas e carregadas de signos e significados oriundos da cultura, discutiremos no presente texto alguns elementos que fomentaram a Cultura *Ballroom* em sua gênese e fazer um mapeamento acerca da constituição atual da Cena Goiana. E por Cena Goiana entendemos a forma como a Cultura se apresenta em sua regionalidade, na capital do estado, e representa a Cultura como um todo.

Metodologia

As Performances Culturais podem ser trabalhadas enquanto uma metodologia de análise focada em compreender os produtos culturais humanos em sua formação, disseminação, alteração e continuidade (CAMARGO, 2013). O entendimento de tais produtos possibilita a compreensão dos sistemas que constituem a cultura, a percepção de seus integrantes sobre esta e seu diálogo com outras culturas.

As Performances Culturais se estendem para além das performances da vida cotidiana, nos produtos mais elaborados de uma determinada cultura (BAUMAN, 2014). A estruturação da Cultura *Ballroom* enquanto Performances Culturais e as performances executadas através da apresentação das identidades, corpos, subjetividades de seus participantes serão analisadas, entendendo o seu contraste com a cultura hegemônica, branca, cisgênera e heteronormativa.

Buscando apresentar sua gênese, formação e elementos centrais, será construído o percurso inicial da *Ballroom*, através do diálogo com a bibliografia e análise crítica ao documentário *Paris is Burning*, de 1990, sendo este um dos primeiros documentos oficiais sobre a cena. Através da experiência com e na cena local será organizado de forma sistemática a Cena Goiana, caracterizando as especificidades, a regionalidade.

Referencial teórico

Os estudos teóricos acerca das performances serão influenciados pelos conceitos apresentados por Diana Taylor (2013). Os conceitos apresentados pela autora serão utilizados para o entendimento da *Ballroom* enquanto performances. As ações elaboradas pelos sujeitos através das práticas incorporadas que são construídas através da compreensão simbólica dos elementos da cultura e sua reprodução, serão postas em diálogo com o arquivo e o repertório. Este arquivo sendo um registro oficial documentado, e o repertório os mecanismo de perpetuação da cultura para além desse registro.

Pesavento (2004) apresenta a cultura enquanto um sistema de significações que o ser humano desenvolve para compreender o mundo. São fatores essenciais para uma abordagem que se propõe debruçar sobre a expressão da cultura. Isso ocorre, pois esse entendimento da

realidade e sua formação, influenciam nas práticas dos sujeitos, modificando e construindo a cultura.

As questões de gênero em *Paris is Burning* são abordadas por Butler (1993). A heterossexualidade compulsória, a binaridade do gênero, sua performance e as relações de poder constituídas através desses, fornecem um olhar crítico acerca das relações sociais que possibilitaram a produção da Cultura *Ballroom*. Complementando as questões de gênero, hooks (1992) provoca a pensar sobre como a cultura hegemônica branca é percebida e utilizada pelos participantes da *Ballroom*.

Assim, com tal arcabouço teórico, utilizaremos os resultados do trabalho etnográfico de Bailey (2009; 2009; 2011; 2013) sobre a Cultura *Ballroom*. Outras publicações e trabalhos produzidos também serão utilizados para organizar de forma mais sistemática sua gênese, seus elementos centrais e a percepção das participantes.

E como estamos trabalhando com corpos que fogem das normatizações binárias do gênero, desenvolveremos a maior parte discussão utilizando a linguagem não-binária. Conforme as proposições de Lau (2019) e Sanches (2019) que situam o neutro não enquanto uma possibilidade de reconstruir a língua portuguesa, mas como mecanismo de dar visibilidade a experiências deslegitimadas na vida em sociedade. Portanto, a linguagem não-binária não deve ser utilizada em todas as palavras da língua portuguesa, mas deve aparecer enquanto alternativa à sair da sistematização do padrão masculino e feminino quando abordamos pessoas e identidades.

Resultados e discussão

O longa de Jennie Livingston causou grande repercussão no seu lançamento, influenciou na promoção de debates, incomodou os grupos conservadores da sociedade e foi o primeiro grande registro da *Ballroom*. Segundo as análises de Hilderbrand (2013) o financiamento, as temáticas e o lançamento geraram controvérsias, inclusive entre grupos minoritários. A diretora, enquanto mulher branca, também teve seu posicionamento de privilégio questionado.

Paris is Burning pode ser considerado um registro documental importante e também pode ser debatido através do viés cinematográfico. Entretanto, não somente os privilégios da diretora devem ser submetidos à crítica. A forma como ela reproduziu alguns elementos

da Cultura é problematizada por muitos integrantes da Cultura e participantes diretos do documentário. A abordagem da diretora dá enfoque maior às opressões, e deixa em segundo plano as singularidades, alteridades e empoderamentos existentes na *Ballroom*.

A Cultura *Ballroom* é resultado de um processo histórico, social e cultural que perpassa tanto os *clubs*, os bailes de máscara das *drags*, os concursos de beleza e competições do que hoje se constitui comunidade LGBTQ+. Jackson (2002) aponta que formato que conhecemos a partir do filme de Jennie Livingston teve sua consolidação a partir da década de 1970.

Utilizando Lawrence (2011), o trabalho de Cintra (2018) identifica que os bailes de máscara destinados ao público LGBTQ+ começam a ocorrer no final do século XIX, acontecendo de forma mais intensa a partir do século XX, nos subúrbio de Nova York, especialmente no Harlem.

Na década de 1920, o Renascimento do Harlem acendia uma fagulha para o que posteriormente viria a ser a *Balroom*, com a realização desses bailes. A população branca participava apenas como expectadora da “exótica” experiência noturna do Harlem (D. ROWAN, *et al*, 2013).

Após a Primeira Guerra Mundial, com a emergência de um discurso moralizador, a realização desses bailes é impactada. Durante a década de 1940 voltam a acontecer com certa intensidade. Quem possuía maior valor aquisitivo conseguia organizar e/ou alugar ambientes para a sua realização. A comunidade negra do Harlem desenvolveu uma tática para realizar esses eventos: os homens e mulheres chegavam juntos, passando-se por um casal heterossexual como mecanismo de disfarce da polícia, e ao adentrar no salão ou ginásio, vestiam-se como o sexo oposto para aventurar-se na proposta da festa (WEEMS, 2008).

A partir das décadas de 1960 e 1970, a comunidade branca, que até então acompanhava essas cerimônias, se afasta desses bailes, que passam a ser mais orientados pela realidade de mulheres transsexuais e homens gays negres e latine-americanos (D. ROWAN, *et al*, 2013).

Existe alguma dificuldade em organizar de forma linear e sistematizada a formação da Cultura *Ballroom*, devido a falta de bibliografias e registros oficiais. Entretanto, podemos afirmar o Harlem como o local de sua gênese, associando a emergência de expressões culturais

produzidas por corpos desviantes às normas de gênero e sexualidade, e oprimidos pela discriminação racial.

Além de LGBT+, negra e latina, grande parte da comunidade *Ballroom* é pobre e trabalhadora. A interação e a construção das *balls* é um mecanismo de expressão e resistência, não somente das relações de poder e dominação, mas também das querelas da vida urbana. É a maneira de corpos e subjetividades oriundos de negres, latines e *queers* de saírem do rótulo de sujeitos não conformistas através da performance, reconstruindo os discursos dominantes, repensando as estruturas familiares desconstruindo as regulações e normatizações de gênero. A Cultura Balroom ocorre em vários lugares e com organizações diferentes, mas mantém a sua essência pela construção cultural das *balls* como um ambiente cultural e não necessariamente uma localização fixa (BAILEY, 2011; 2013).

A cidade de Nova York, segundo Bailey (2013), aparentemente, foi o palco inicial da *Ballroom* atingindo o seu formato apresentado por Paris is Burning na década de 70, mas ocorreu contemporaneamente em outras cidades e em algumas foi influenciada pelo impacto cultural do documentário. Há três elementos essenciais na cultura: as *houses*, as *balls* e o sistema de gênero.

Houses são famílias, formadas por vínculos afetivos, a Cultura se torna um espaço de acolhimento para corpos e subjetividades constantemente violentados pelas normas e regulações sociais. E nos espaços onde ocorrem as *balls* esses corpos celebram a si na passarela. Competindo nas categorias, apresentando corpo, rosto e *voguing*, performances. E em todos esses espaços o entendimento de gênero é elaborado de forma diferente da lógica binária hegemônica.

As *balls* são “uma combinação de show fashion, Olimpíadas, e festas e são altamente carregados com uma energia competitiva e criatividade artística”¹ (SUSMAN, 2000, p. 138).

Os espaços onde ocorriam esses eventos eram quadras, danceterias e salões. O formato do palco é feito em um modelo semelhante a um T, havendo um espaço centralizado para a passarela, o painel de jurades à frente, de forma horizontal e o público em volta.

1 “A combination of fashion show, Olympics, and party, and are highly charged with competitive energy and criative artistry” (tradução nossa)

O painel de jurades é o ponto de referência para os competidores que fazem sua apresentação. Iniciam sua performance do fundo e caminham em direção aos jurades, caso necessário estes precisam analisar de maneira mais detalhada, principalmente as categorias de corpo. O DJ fica acima do painel dos jurades, ao lado direito, ou esquerdo. Quem desenvolve o papel de *chanter*² fica posicionado pouco à frente das jurades. Tal estruturação é organizada para demonstrar a hierarquia dentro da comunidade, onde jurades, DJ e *chanter* tem maior influência devido a sua importância e seus feitos nas *balls* de determinada região (BAILEY, 2013). E pensando na questão da regionalidade, as colocações feitas pelo autor foram organizadas a partir da cena na qual ele estava inserido, portanto, a forma como as *balls* são organizadas pode variar.

As *balls* são organizados pelas *mothers* e *fathers* de *houses*. São responsáveis pela divulgação, preparação do ambiente e escolher a bancada de jurades e *chanter*. Contudo, a real função é demonstrar a importância das *balls* e manter a Cultura viva (BAILEY, 2011).

No decorrer do evento, quem estiver na posição *chanter* anuncia e conduz as categorias. A passarela é aberta para todos fazerem suas performances, onde recebem “10s” ou “*chop*”, sendo que estes últimos são cortes da categoria. Quem recebe os “10s” batalha pelo *Grand Prize*. As batalhas geralmente são organizadas a partir da ordem de apresentação nos “10s”. Integrantes de uma mesma *house* geralmente não batalham entre si. Caso haja três pessoas para uma batalha e duas forem da mesma *house*, a terceira deve “*Pick a bitch*”, escolher uma das duas para batalhar. E assim as batalhas são realizadas, onde uma pessoa vence e outra é eliminada. As batalhas acontecem até restar apenas duas, onde uma, ganhará o *Grand Prize*.

A descrição realizada foi elaborada através da participação e observação das *balls* em Goiânia. Tal modelo não segue o formato original da década de 70 e 80, pois a Cultura foi se atualizando a partir de sua expansão. A Cena Goiana segue conectada à Cultura *Ballroom* do Centro-Oeste, do Brasil e, conseqüentemente, à Cultura como um todo. O compartilhamento de símbolos, significados e memória influencia na construção e expansão da cultura.

2 O autor usa o termo comentador, optamos por usar *chanter* por ser o termo utilizado mais frequentemente nas *balls*.

As categorias das *balls* são voltadas para o desenvolvimento de performances estéticas e corporais. Uma base com seis pilares inspira a criação e o funcionamento das categorias: *runaway*, relacionada ao desfile e ao caminhar na passarela; *labels*, associadas a marcas e grifes famosas; *body*, valorizando a exaltação do corpo; *face*, sobre os traços e expressões faciais; *realness*, convencer, ser realista em alguma categoria externa à realidade da comunidade; e o *voguing* (JACKSON, 2002).

Paris Dupree, importante e histórica integrante da cena, estava jogando *shade* com outras *queens* negras. Paris tinha uma edição da revista Vogue em sua bolsa, pegou, abriu uma página e imitou a pose ao som da música que estava tocando. Ela foi virando as páginas e reproduzindo as poses, então outra *queen* fez o mesmo. O *posing* começa a partir daí, como uma maneira de jogar *shade*, sendo posteriormente inserida nas *balls* e passando a ser chamada de *voguing*, mesclando outros elementos, além das poses (CINTRA, 2018 *apud* LAWRENCE, 2011).

Voguing era um mecanismo de resolução de conflitos substituindo lutas (SUSMAN, 2000). Logo, caso alguma *queen* tenha problema com outra e necessite resolver, uma batalha de *voguing* seria a alternativa, mas a prática também faz parte do cotidiano da *ballroom*, como categoria. Susman (2000) e Jackson (2002) caracterizam os formatos de vogue: *old way*, lento, gradual, fazendo pose através de pose; *new way*, envolvendo maior movimento corporal e elementos de ginásticas, esticando o corpo; *femme vogue* ou *cunty vogue*, realizados de forma exageradamente afeminada.

O *femme vogue* é elaborado a partir da performance das mulheres trans e travestis. A fisicalidade e a expressão da feminilidade por esses corpos são singulares. A forma como elas performavam no *voguing* era tão única, que passou a ser compreendida enquanto uma nova possibilidade de se fazer *voguing*. Muitas *balls* abrem espaço somente para as *femme queens* competirem nessa categoria.

Como a cultura não segue o padrão binário para o entendimento de gênero, há designações próprias para categorizar a identidade desses corpos e subjetividades, sendo *femme queen* uma dessas nomenclaturas. A definição de gênero segue o seguinte esquema, considerando que na comunidade *Ballroom* essas definições são próprias e fluídas: *butch queens*, homens cis gays ou bissexuais; *femme queens*, mulheres transexuais e travestis; *butch queens up in drag*, gays que performam

como *drag*; *butches* homens transexuais ou lésbicas muito masculinas; *woman*, mulher cisgênero, independente da sexualidade; *men*, homem cisgênero, heterossexual (BAILEY, 2011).

A desconstrução do binarismo de gênero ocorre também através dos papéis exercidos pelas *mothers* nas *houses*. *Houses* são famílias alternativas que servem como lar e ambiente de construção de laços de irmandade, sendo também uma maneira de desconstrução das atribuições do papel social da maternidade e da paternidade. Homens e não-binários também podem ser matriarcas.

Segundo Butler (1993), a comunidade *Ballroom* e sua estrutura familiar baseada nas *houses*, *mothers* e *fathers* reconstróem e ressignificam os padrões de família oriundos da realidade social da qual esses sujeitos não se encaixavam. Mesmo ainda baseando-se em uma estrutura hierárquica e centralizada a partir das referências heteronormativas que produziram a exclusão da comunidade, *houses* encarregam-se de possibilitar a construção de novos núcleos familiares alternativos e que tenham como base as referências de ensino, aprendizagem e instrução, possibilitando a construção de um futuro alternativo.

Na década de 70 são fundadas as primeiras *houses*. Segundo Cintra (2018), acerca das considerações de Lawrence (2011), a primeira *house* a ser formada foi a *House of Labeija*, pois Crystal, uma *queen* negra de destaque, estava farta de participar de bailes e concursos organizados por pessoas brancas e com categorias excludentes. Em acordo com um grupo de amigos que também tinham as mesmas indagações, fundou a *House of Labeija*, sendo nomeada *mother* do grupo e começando a organizar *balls* para a comunidade negra, a partir de então começaram a surgir novas *houses* no Harlem e pela cidade de Nova York.

A designação dos papéis não segue as regulações convencionais de gênero (D. ROWAN, et al, 2013) e caso haja uma *mother* e um *father* em uma determinada *house* não é necessário a existência de uma relação romântica ou sexual. É estabelecida uma relação de cumplicidade para a continuidade da família e também assegurando a proteção, evolução e prestígio de suas *children* (SUSMAN, 2000, p. 118).

A Cultura esteve e está em constante expansão. No estado de Goiás, mais especificamente em Goiânia, a Cultura está sendo representada pelas Kiki House of A'Trois, Kiki House of Witch e a Casa Dionisi. A elaboração e fomento da Cultura nessa realidade local

ocorre através de sua própria experiência social, histórica e cultural e sem esquecer a importância dos corpos fundadores dessas performances culturais.

A pioneira em Goiânia, a Kiki House of A'Trois surge a partir da relação entre três artistas fortemente envolvidos em projetos culturais em Goiânia. Os laços afetivos construídos possibilitaram o entendimento do grupo enquanto uma *Kiki House*³. Assim, em 2017 elus começam a viajar pelo país para estudar e pesquisar a cultura e a estética da Cultura *Ballroom*. O trio funda a Kiki House of A'trois, sendo conhecidos na Cultura. Flavys A'Trois e Gleyde A'Trois, enquanto *mothers* e Lucas Syuga A'trois, enquanto *father*. O nome da casa surge dessa relação entre o trio, que segue fortalecendo e representando a Cultura.

Anteriormente a fundação da Kiki House of A'trois a matriarca Flavys A'Trois, mulher trans preta, conhece a cultura em 2015. Tendo sido participante do Fancy Crew, grupo de dança formado principalmente por gays que performavam danças urbanas, entre elas o voguing. Em uma viagem para apresentações em Brasília, Flavys tem contato com uma ball, começando a partir de então a estudar, pesquisar e envolver-se com a *Ballroom*. A atuação e participação na Cultura é entendida enquanto combustível na luta contra a transfobia em Goiás e no Brasil e como mecanismo para construção de um espaço seguro.

E claro, além de *mothers* e *father* as *house* possui *children*, filhos. Elus são: Xandy A' Trois; Sales A' Trois; Biel A' Trois; Amands A' Trois; Pietra A' Trois; Ítalo A' Trois; Chimittis A' Trois; Júlio A' Trois; Iago A' Trois; Cassie A' Trois; Fernanda A' Trois; Lucas filho A' Trois; Gislene A' Trois; Thalessa A' Trois; Léh A' Trois; Camille A' Trois; Eduardo A' Trois; e Mateus Sheila A' Trois.

Rodrag Witch, *mother* da Kiki House of Witch é professora, dançarina e se identifica enquanto não-binária. Em 2019 a Kiki House of Witch estreia e o nome é escolhido para ressaltar a magia e o poder da *kiki house*. Não obstante, também remete a Hécate, divindade

³ Atualmente o termo *House* ou *Haus* é utilizada para nomear as maiores houses na cena mainstream, que possuem expansão e integrantes internacionais. Já o termo *kiki house* é utilizado para nomear casas que se manifestam dentro de uma determinada realidade local, regional, ou nacional. Ambas se constituem conceitualmente enquanto *houses*.

conhecida como Rainha das Bruxas, senhora da magia e dos caminhos. Assim caminham as witches sendo senhoras de suas magias e libertas como bruxas. Além de Rodrag Witch a kiki house é composta por: Tanisha Laquanda Witch; Bisba Davida Witch; Le Choyces Witch; Maena Witch; Erick Witch; Sofia Witch; Felipe Witch; Marlan Witch; e André Witch.

A terceira representante da Cultura em Goiânia é a Casa Dioni. A Casa possui dois *fathers*: Carpa e Eros. Carpa foi integrante da Kiki House of A'trois e Eros era um 007⁴ conhecido na cultura local. Ambos reconhecidos pelo *old way*, um dos estilos de *voguing* e amigos de longa data. Em 2020 fundam a Casa Dionisi, utilizando para o nome o deus Dionísio a quais suas principais atribuições são o vinho, as festas e o teatro. A alteração no nome da divindade é uma forma de fugir da binaridade de gênero. Juntamente com Carpa e Eros Dionisi a casa é formada por: Musa Dionisi; Astra Dionisi; Nix Dionisi; Cassio Dionisi; e Ikarus Dionisi.

Certamente, além das *houses* há integrantes engajados e envolvidos com a existência e permanência da Cultura em Goiânia.

Considerações finais

Há uma expressão muito comum utilizada na atualidade: “Quem vê *close*, não vê corre”. A crítica posta em tal sentença expõe que há diversas situações onde um bom resultado final, a beleza e o glamour são mais percebidas do que os empecilhos e dificuldades que constituem o processo.

É sempre importante entender que para além dos prêmios, dos *looks* babadeiros e dos *dips* aéreos emocionantes, a *Ballroom* se constitui enquanto um ato de resistência. Um ato de celebração de corpos, identidades, subjetividades e performances que são tratadas enquanto desviantes através de sistemas disciplinatórios e violentadores.

A continuidade, expansão e modificações pelas quais a Cultura passa não demarcam unicamente um processo linear, temporal e progressista. Na realidade reafirmam o compromisso de manter viva a história e a memória das travestis, das bixas, dos neguinhos e das

4 Pessoas que estão na Cultura *Ballroom*, mas não fazem parte de nenhuma house.

neguinhas. Corpos que apesar das práticas de silenciamento construíram seus próprios palcos e narrativas.

A ocorrência da *Ballroom*, para além da memória, também sinaliza que muitos problemas sociais continuam mais presentes do que deveriam e em vários lugares do mundo, não somente nas ruas do Harlem. A importância da Cultura *Ballroom* se estende para além da arte e elabora performances que se consolidam enquanto crítica à cultura, à política e à ideologia supremacista, hegemônica e excludente.

Afinal, o *close* existe para que o corre não seja esquecido.

Agradecimentos

Entre idas e vindas na História, a Cultura *Ballroom* chega a Goiânia. Todos os corpos que representam a si, a Cultura e a memória. Fica o agradecimento à todes da comunidade, em especial às *mother* e *fathers* por trabalharem para manter o *close* vivo.

Referências

ARNOLD, Emily A.; BAILEY, Marlon M. Constructing home and family: How the Ballroom community supports African American GLBTQ youth in the face of HIV/AIDS. **Journal of gay & lesbian social services**, v. 21, n. 2-3, p. 171-188, 2009

BAILEY, Marlon M. Engendering space: Ballroom culture and the spatial practice of possibility in Detroit. **Gender, Place & Culture**, v. 21, n. 4, p. 489-507, 2013.

BAILEY, Marlon M. Gender/racial realness: Theorizing the gender system in Ballroom culture. **Feminist Studies**, v. 37, n. 2, 2011

BAILEY, Marlon M. Performance as intravention: Ballroom culture and the politics of HIV/AIDS in Detroit. **Souls**, v. 11, n. 3, p. 253-274, 2009

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004

CAMARGO, Robson Corrêa de. Milton Singer e as performances culturais: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise. **Revista Karpa**, v. 6, 2013.

HILDERBRAND, Lucas. Paris Is Burning: A Queer Film Classic (Queer Film Classics). New York: Arsenal Pulp Press, 2013.

HOOKS, bell. Black Looks: Race and Representation. New York: South End Press, 1992.

JACKSON, J. D. The Social World of Voguing. In: *Journal for the Anthropological Study of Human Movement*. **12.2**: 26–42.

LAU, Heliton Diego; SANCHES, Gabriel Jean. A linguagem não-binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory. *Revista X*, v. 14, n. 4, p. 87-106, 2019.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Campinas, SP: Papirus, 2005

ROWAN, Diana; *et al.* Identity and self-presentation in the House/Ball Culture: A primer for social workers. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, v. 25, n. 2, p. 178-196, 2013.

SANTOS, Henrique Cintra. A transnacionalização da cultura dos Ballrooms. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SUSMAN, Tara. The Vogue of Life: Fashion Culture, Identity, and the Dance of Survival in the Gay Balls. **disClosure: A Journal of Social Theory**, v. 9, n. 1, 2000, pp. 117 – 141.

TAYLOR, Diana. O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

WEEMS, Michael. The Fierce Tribe. University Press of Colorado, Utah State University Press, 2008.

CONTRA O APAGAMENTO DA HISTÓRIA: REESCREVENDO A HISTÓRIA NEGRA POR MEIO FICCIONAL EM TORTO ARADO DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

Maria Izabella Souza de Lima

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Teoria e História
Literária da UNICAMP- SP, m264286@dac.unicamp.br;*

Resumo

Este trabalho é um fazer científico, mas é também um longo tear de memória, de lutas e resistências contra os eternos apagamentos, sejam eles históricos, ou da subjetividade. Portanto, como exercício de repensar a centralidade de estudos e de ouvir aqueles que foram calados por tempo demais, tenho como objetivo refletir sobre a importância da narrativa feminina negra como forma de não apagamento histórico de pessoas pretas, uma verdadeira reescrita da história. E de como a sua inscrição, mesmo por meio da ficção, é uma afirmação política da (r)existência desses corpos. Uma tentativa de resgatar e reescrever uma estrutura social de opressão e segregação. Assim, proponho o diálogo dos conceitos de história e descolonização encontrados em Achille Mbembe (2014; 2018). E de palavra e escrita como forma de descolonização para a pessoa negra e como a memória é fundamental para a sua escrita em Grada Kilomba (2019). Para, então, compreender a narração como forma de reescrita da memória negra por meio das vozes-mulheres no romance Torto Arado (2019), de Itamar Vieira Junior.

Palavras-chave: História negra, Apagamentos, Descolonização, Reescrita, Literatura de resistência.

“Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade [...] tornamo-nos sujeito.” (KILOMBA, 2019, p. 238).

Introdução

Este artigo é um fazer científico, mas é também um longo de memória, de lutas e resistências contra os eternos apagamentos, sejam eles históricos, ou da subjetividade. É importante nestas primeiras linhas já posicionar as minhas escolhas textuais e críticas, pois a minha busca é de dar visibilidade às narrativas negras, e de propor um outro olhar aos testemunhos de pessoas não brancas, sobretudo por ser uma mulher negra.

Por muito tempo temos tido como centralidade de estudo o homem branco, posteriormente com o feminismo, a mulher branca. Formas binárias ocidentais que se retendem universais, mas que são apenas padronizações excludentes, incapazes de contemplar a pluralidade de sujeitos, corpos, raça e classe (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 93).

Por isso, como exercício de repensar a centralidade de estudos e de ouvir aqueles que foram calados por tempo demais, tenho como objetivo refletir sobre a importância da narrativa feminina negra como forma de não apagamento histórico de pessoas pretas, uma verdadeira reescrita da história. E de como a sua inscrição, mesmo por meio da ficção, é uma afirmação política da (r)existência desses corpos.

Uma tentativa de resgatar e reescrever uma estrutura social de opressão e segregação. Não obstante que no romance analisado, uma das protagonistas têm a língua decepada por uma faca – objeto de defesa e mutilação – e com isso, o silêncio lhe é imposto, obrigando que a sua irmã torne a sua voz única para as duas. Ao mesmo tempo que esse caráter de unicidade das vozes esbarra em questões identitárias e de suas individualidades. Nos mostrando os diversos olhares que uma mesma história pode ter, e que estes devem ser ouvidos.

Metodologia

Assim, proponho o diálogo dos conceitos de história e descolonização encontrados em Achille Mbembe Sair da Grande Noite: um ensaio sobre a África descolonizada (2014) e Crítica da Razão Negra (2018). E de palavra e escrita como forma de descolonização para

a pessoa negra e como a memória é fundamental para a sua escrita em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019) de Grada Kilomba. Para, então, compreender a narração como forma de reescrita da memória negra por meio das vozes-mulheres no romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior.

Resultados e discussão

Repensar a história: descolonização e reparação

Achille Mbembe possui uma preocupação, em diversas obras, com o campo da História, principalmente com questões desta área do conhecimento que tocam o continente africano, ao longo do século XX. Por isso, em *Sair da Grande Noite: um ensaio sobre a África descolonizada* (2014) possui como objetivo fazer um panorama de como está o continente africano, tanto físico, como emocional e psíquico. Analisando questões como a miscigenação, a memória, a história, a colonização e a descolonização.

Logo no começo, caracteriza o conceito de colonização, que é um dispositivo, uma trama de certezas que vencem sem ter razão. Responsável por um sistema econômico extrativo e predatório, aprisionando as pessoas numa condição de “indignidade, desprezo e humilhação” (MBEMBE, 2014, p. 19 a 23). É como uma grande noite escura para a história da humanidade. Durante todo o texto é notável o diálogo com outros autores como Aimé Césaire e Frantz Fanon, sobretudo para entendermos que por meio do Iluminismo, mascarado como movimento de razão e progresso, a Europa propagou uma ideia reducionista do que seria “humanista” e universal, enquanto escravizava e silenciava outros diversos seres humanos e lugares.

Mbembe deixa claro que a História é necessária para explicar o significado do passado e do presente, por meio da referência ao futuro (MBEMBE, 2001). Deste modo, aqui se retoma a agência e autonomia do historiador/a o compromisso ético com uma verdade histórica que deve olhar e compreender o passado e o presente, sempre dando sentido ao futuro. E superar a ideia “humanista” deturpada pelo Iluminismo, compreendendo a ideia de humanidade como algo em constante movimento.

Com isso, as sociedades pós-coloniais, devem adotar políticas de reparação para compensar os séculos de violência, não de vingança.

Afinal, a esses povos foi negado o direito de conhecer a sua história, de construir uma própria sem interferências. E sem registros ou acesso às suas ancestralidades, povos que foram colonizados e seus descendentes lidaram com instituições de ensino que normalizaram a obrigatoriedade do ensino das histórias europeias, que também serviram como parte das consolidações das colonizações mentais (MBEMBE, 2014, p. 38)

Por isto, a descolonização é um projeto político, um grande trabalho estético e epistemológico de reconstituição do sujeito, um conhecimento de si mesmo. Mbembe ainda diz que para retomar os primeiros sentidos da história é necessário “voltar as costas à Europa” (MBEMBE, 2014, p. 20), uma provincialização, que tal qual conceitua bem Chakrabarty (2007) é não tomar as as epistemologias europeias como modelo de todo.

Portanto, romper com a lógica de apagamento de sociedades e nações para além das fronteiras estabelecidas, como para o Oceano Atlântico, nos permitirá um olhar bem diferente a respeito da formação das sociedades humanas. Como também, a necessidade de destacar outros sujeitos históricos, que não sejam masculinos, brancos, de classes sociais, cisgêneros e cristãos (como já dito na introdução) produz um enriquecimento do olhar sobre a história também.

Discutindo políticas raciais e o conceito de “Negro”

Já o que vou chamar a atenção em *Crítica da razão Negra* (2018), é a respeito da elaboração do conceito de “Negro”, proposto por Mbembe, que é sobre a evolução do pensamento racial europeu que o origina e sobre o “devir-negro no mundo” e as estratégias de invisibilidade que são usadas para mascarar o assunto. Começa discutindo a urgência em abrir a problemática da política da raça, do racismo e do colonialismo ao pensamento crítico, e da necessidade de deixar para trás a ideia de verdade absoluta, já discutida brevemente no livro anterior, salientando que, Stuart Hall é um intelectual que chamará atenção para isso.

O intelectual reafirma a imprescindibilidade da descolonização mental europeia para combater o racismo vigente tecido pelo capitalismo selvagem, onde o conceito de ser “negro” se atualiza. Aponta também que, dentro do imaginário europeu “negro” e raça tem significado a mesma coisa. Assim como os conceitos de escravo e de

negro que se confundem e são um só, durante o texto o intelectual mostra como o “negro” passa de homem-mercadoria (tráfico negreiro) a homem metal (exploração mineira em África), posteriormente, a homem-moeda (produto do capitalismo) (MBEMBE, 2018, p. 12), sendo estas as diferentes manifestações do conceito de “negro”.

Por isso, quando Achille refere-se a um “devir-negro do mundo”, está relacionado a um alargamento do conceito de “negro”, em que toda a humanidade corre o risco de se tornar negra, devido ao aumento das desigualdades. Ainda mais, baseado na condição de que todos estamos sujeitos ao neoliberalismo, portanto os modelos de exploração se atualizam, leia-se o modelo violento do tráfico atlântico de escravizados e colonização dos séculos XIX e XX, e olhar para todos como negros está associado a uma ideia de submissão e subserviência. Não diferente da lógica que vivemos em que ainda ouvimos frases como “trabalho de negro/preto” em referência a trabalhos braçais ou mais pesados.

É sobre essa atualização do racismo que Mbembe discute, e como o impacto dele e da ideia de raça no contexto de subalternização da Europa podem ser explicados pela história. Visto que, as formas de trabalho desumanas às quais os escravizados foram expostos estão na base dinâmica da subalternização. Assim, não se estranha a relação problemática entre separar a subjugação do “negro” da exploração capitalista. O racismo é um legitimador do capitalismo, que para operar a opressão e exploração precisa de pressupostos raciais. Por isso, os conceitos de raça e racismo estão em constante atualização.

Ideia que é retomada no final da obra, é um processo através da justiça, restituição e reparação: “para construir este mundo que é o nosso, será necessário restituir, àqueles e àquelas que passaram por processos de abstracção e de coisificação na história, a parte de humanidade que lhes foi roubada” (MBEMBE, 2018, p. 313). Ele defende que, somente restituindo e reparando aqueles que possuem cicatrizes e marcas na história será cumprida a justiça.

Contra o apagamento das mulheres negras através da escrita

Continuando este caminho pela memória, e sobre a importância de uma reconstrução, trago os conceitos de escrita como forma de descolonização em Memórias da plantação: episódios de racismo

cotidiano (2019), que foi escrito pela intelectual negra, psicóloga, escritora e artista plástica Grada Kilomba.

No livro a autora discorre não só sobre situações de racismo cotidiano, como também de como por meio da palavra e da escrita a pessoa negra se descoloniza, e como a memória é fundamental para a construção da escrita. As palavras “plantação” e “memórias” mostram como o racismo não é apenas um passado colonial, mas também uma realidade traumática, sobretudo para mulheres negras.

Por isso, aqui o tempo da memória é o tempo do trauma, mas também o tempo de empoderamento e de construção de si. Assim, a escrita aqui é política, e se dá pela afirmação de ser como sujeito, e advém de um projeto de descolonização que caminha para além da negação do racismo, mas que busca resistência e oposição a ele.

[...]. Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/a escritora/escritor “validada/o” e “legitimado/a” e, a reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. [...] (KILOMBA, 2019, p. 28)

O conceito de memória vem a partir das experiências das entrevistadas que vão construindo as situações de racismo que viveram, mas também mostram situações de empoderamento, enfrentamento e reafirmação de si e de sua identidade. Por meio das entrevistas percebemos que o tempo da memória não é linear, e pode ou não, obedecer a uma ordem cronológica de explicação dos fatos. Pois é a temporalidade do trauma, do racismo, que o tempo todo remete do presente ao passado.

Por isso, a escrita em primeira pessoa é tão importante, visto que ela demarca a sua subjetividade, e é de alguma forma um incentivo para que outras pessoas pretas façam o mesmo. A escrita em primeira pessoa, é o primeiro ato de cura, pois ela diz: “sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como ato político. [...] enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade da minha própria história” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Por fim, a autora fala da necessidade do sujeito negro em se libertar dos aprisionamentos de ordem colonial, impondo limites,

afirmando a sua subjetividade como alguém independente da relação com o branco. Sendo a abertura para o branco negociada mediante abertura identificação positiva do sujeito negro com a sua negritude. Com isso, a descolonização se daria como processo de humanização.

Reescrevendo a história negra pela narração ficcional feminina negra

Após esse percurso teórico, partimos para apresentação da obra Torto Arado (2019) que se mostra um caminho para uma nova inscrição da história por meio da memória. E antes de começar a discussão sobre o texto trago a fotografia por trás da capa da edição brasileira, que demonstra o cerne da história e a força que ele carrega, o facão como fio de corte e proteção. O romance de Itamar Vieira Junior, narra a vida dos trabalhadores rurais - quase todos negros, descendentes dos escravizados libertos há poucas décadas - de Água Negra, uma fazenda na região da Chapada Diamantina, interior da Bahia. No livro, as irmãs Bibiana e Belonísia são as personagens principais do romance, e desvelam a vida por meio do entrelace de suas vozes. Inclusive, a maior parte das personagens que constituem o livro é feminina.

Eles não recebiam salário para arar a terra, apenas morada, ou melhor, o direito a construir casas de barro e telhado de junco (construções de alvenaria eram proibidas) e cultivar roças no quintal quando não estivessem plantando e colhendo cana-de-açúcar e arroz nas terras do patrão. Só conseguiam ganhar algum dinheiro quando vendiam na feira a abóbora, o feijão e a batata cultivadas no quintal ou por meio da aposentadoria rural (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 41/42 e 154)

O livro, dividido em três partes, cada um narrado por uma personagem, começa com uma cena impactante que é as irmãs Belonísia e Bibiana remexendo na mala de couro de caititu da avó Donana, encontrando uma faca afiada e um acidente que muda para sempre a dinâmica não só das irmãs, mas todo o desenrolar narrativo (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 15). O interessante é como outras vozes se entrelaçam, nesse contar da vida dos moradores da fazenda Água Negra.

[...]. Quando retomamos as brincadeiras, havíamos esquecido as disputas, agora uma teria que falar pela outra. Uma seria a voz da outra. Deveria se aprimorar a sensibilidade que cercaria aquela convivência a partir

de então. Ter a capacidade de ler com mais atenção os olhos e os gestos da irmã. Seríamos iguais. A que emprestaria a voz teria que percorrer com a visão os sinais do corpo da que emudeceu. A que emudeceu teria que ter a capacidade de transmitir com gestos largos e também vibrações mínimas as expressões que gostaria de comunicar. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 23/24)

Há uma complexa rede de relações costurada através de segredos compartilhados nas brincadeiras de jarê, cuja potência vai sendo descoberta conforme os acontecimentos do livro. O pai das irmãs, Zeca Chapéu Grande, é uma das figuras centrais do romance, em que as dores, os encostos, as aflições e doenças são curadas pela sua mãe devido um dom que este tem. Mas nas mãos de Salustiana, parteira da fazenda e região, que as vidas surgem. E traz ao mundo filhos/as dos trabalhadores marcados pelo destino de trabalhar na terra seca e arada (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 39 e 56).

Com relação ao jarê, e as crenças religiosas, que são um fator marcante na narrativa, há um constante sincretismo das religiões de matriz africana e o realismo mágico, experimentando como essa simbiose é da ordem do cotidiano, e trazendo um caráter mítico à história. Fica clara a necessidade de representar a religiosidade e práticas do povo que ali morava, de caráter representativo e respeitoso. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 62/63).

Havia beleza nos cantos que antecederiam a aparição da encantada, e muito mais encanto quando meu pai deixava o quarto dos santos para dançar ao som dos atabaques, no meio da sala. Era um homem negro, mais baixo que minha mãe, e com um tom de pele mais claro que o nosso. Não era jovem, e carregava no rosto os traços da sua idade. Sulcos profundos, vales na sua pele erodida pelo sol e pelo vento, que ainda enfrentava todos os dias para plantar e ter direito à morada de sua família na fazenda. [...]. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 64).

As irmãs crescem em meio ao fio de corte, já que uma delas perde parte da língua no incidente que abre o romance, resta a uma o silenciamento, e a outra a tradução dos gestos e grunhidos. Enquanto, na idade adulta, Belonisia mistura-se à terra arada, tortamente arada, e

assim torna-se uma vida da fazenda. Bibiana não se contém em assistir as injustiças daquela vida, e luta pela emancipação e direito à terra.

E é sobre essas vozes-mulheres que vamos nos atentar mais, afinal, apesar de serem por muito tempo voz uníssonas, nos capítulos destinados à narração de cada uma, é perceptível como já tinham diferentes formas de olhar as situações. Isso fica mais claro quando, com a chegada do interesse afetivo há uma ruptura do diálogo entre as irmãs, pois amavam a mesma pessoa, o primo Severo. O retorno só acontece após Bibiana se acidentar no rio e precisar do apoio da irmã. A situação de silenciamento mútuo que vivem por estarem brigadas mostra-nos a força não só da amizade de ambas, mas de como uma situação de violência pode ser capaz de impactar os corpos (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 52/53).

E assim, conforme a narração avança nesta primeira parte intitulada “Fio de Corte”, narrada por Bibiana, esta mostra já seu interesse pelos estudos e as letras, um desejo também de “experimentar a vida, para ver o que poderia nos acontecer” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 73). Tal qual, o sentimento por Severo que cresce, ainda mais com a seca que abate a fazenda e faz com que tenham que colher buriti para vender e poder comprar comida. O relacionamento deles avança, há a descoberta de uma gravidez e o planejamento de fuga para a cidade. Algo que se concretiza após Sutério levar parte do pouco de comida que conseguiram juntar. Mas partir era doloroso, pois significava levar uma parte da sua irmã consigo.

[...]. Dentre as coisas que levava, e talvez a que mais me machucava, era a minha língua. Era a língua ferida que havia expressado em sons durante os últimos anos as palavras que Belonísia evitava dizer por vergonha dos ruídos estranhos que haviam substituído sua voz. Era a língua que a havia retirado de certa forma do mutismo que se impôs com o medo da rejeição e da zombaria das outras crianças. E que por inúmeras vezes a havia libertado da prisão que pode ser o silêncio (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 87).

No trecho acima, fica clara a importância do falar, e mais do que isso, de se expressar, sobretudo em situações de opressão e zombaria, a linguagem é o centro do romance. Uma das formas de curar o trauma colonial e romper com expectativa que se tem sobre mulheres negras, como vimos em Kilomba (2019). Mesmo Belonísia tendo

vergonha dos sons que produzia, nunca se deixou subjugar, mesmo em silêncio se colocava ativa. A sua fuga era o cuidado com a terra, o que a aproximava cada vez mais de seu pai.

Através da terra do sonho começa a narração de Belonísia no capítulo intitulado “Torto arado”, ficando notável como ela se sentia deslocada em sala de aula, pois seus interesses se voltavam para o arado e comparava as ambições da irmã com as suas, concluindo que “por sermos diferentes naquele entendimento, tivéssemos certo equilíbrio em nossos vínculos” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 98). O que me remete a importância de levar em consideração outros olhares sobre a história como vimos em Mbembe (2014), compreender que as diferenças produzem equilíbrio e permitem a fuga de uma verdade única é o verdadeiro descolonizar de pensamento (MBEMBE, 2018).

Pelas palavras de Belonísia, acompanhamos como ficou a família após a partida da irmã, e da mágoa que sente por não ter tido a oportunidade de se despedir, pois sabia que ela esperava um bebê. Conta da escola que continua dando certo, e que a construção fica pronta, mas o seu interesse diminui cada vez mais. A seca ainda é persistente, e depois vem uma temporada de chuvas que destrói as plantações e casas.

Acompanhamos o seu desejo de ser mãe, e por isso, o seu interagir com Tobias, que vem a ser seu marido pouco depois, o que causa arrependimento, já que ele se mostra uma pessoa violento, alcoólatra, que constantemente a humilha pelo silêncio e a não submissão (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 115/116). Em sua voz conseguimos olhar como era a condição da mulher na história: “[...]. Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas. [...]” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 119).

Essa mesma condição que a faz confrontar o marido de Maria Cabocla após ele ter batido na mulher, e com a força da faca de sua avó - encontrada nas águas assim que vai morar com Tobias -, resolve ir a casa dos pais, pois algo dentro dela acorda e a faz ficar alerta com o comportamento do marido. Coincidentemente, marca também o retorno de sua irmã, agora com quatro filhos e mais madura. O que a lembra do acontecimento de anos atrás quando foi emudecida, usando a metáfora do torto arado para se referir a si como “infértil, destruída, dilacerada” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 127). Tempos depois,

ele é encontrado morto, e ela decide não só ficar na casa que tinham juntos como também “ Não pretendia me juntar de novo a alguém, não queria casar nunca mais. Conservaria a casa e o pedaço de terra que a cercava porque talvez fossem tudo que pudesse ter na vida” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 141).

Com a volta da irmã reacende em Belonísia o desejo pelas palavras e pela escrita, e como a sua vontade de ter um caderno para registrar as memórias vai ficando mais forte, principalmente em “[..]. Quando sento quieta para costurar uma roupa velha ou levanto a enxada para devolvê-la de novo ao chão, abrindo covas, arrancando as raízes das plantas, é que esse fio, que tem sido meu pensamento, vai se fazendo trama” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 170).

As páginas finais, são marcadas pela morte de Zeca Chapéu Grande, devido a idade e anos de trabalho pesado, e de Severo devido a sua atuação política com relação a regulamentação das moradias dos moradores de Água Negra e o “desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo que fazíamos” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 187). Com as mudanças burocráticas na terra, casas mais duradouras e melhores puderam ser construídas, e tempos de estiagem e boa colheita chegaram. As memórias relativas a como o povo chegou ali e construiu morada, tal como a história de Donana e de como Zeca se tornou o homem que era são contadas também, desta vez narradas por uma encantada, que viria a estar no corpo de Belonísia. E sente que “desde sempre o som do mundo havia sido a sua voz” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 248).

Por fim, é uma trama sobre desigualdade, visto que os donos da fazenda não pagam seus trabalhadores e não os permite construir casa, sendo assim, sempre há a sensação de não pertencimento. Da fome, quando a seca assola a fazenda e eles se vêem sem nada a comer por dias (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 70); da agressão familiar, por meio dos hematomas e pedido de ajuda que apresenta Maria Cabocla (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 118/119). Da perda, daqueles que em meio a luta são mortos, e pelos mais velhos que o tempo se encarrega de levar. E do medo e ancestralidade, do povo que veio de longe, apartados de sua terra e pela sobrevivência tem de obedecer aos seus algozes, mas que os da força para lutar e mudar as coisas. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 178).

Considerações finais

Depois de toda essa caminhada teórica, ficcional, e sobretudo, de compreender a importância do papel da história e da memória para e sobre corpos negros. É interessante recuperar um trecho de uma entrevista que Vieira Junior cedeu ao jornal *Época*, em uma das partes ele fala sobre escrever sobre aquilo que o incomoda, e cito:

Tenho uma fé imensa na literatura, porque ela permite uma mudança de papéis. Quando você abre um livro, estabelece um contrato com o autor e os personagens. Durante o tempo daquela leitura, você vai viver um pouco daquelas vidas, o que pode provocar repulsa ou empatia', explicou. 'Escrevo sobre os meus incômodos porque talvez esses incômodos incomodem outras pessoas, para que, nesse jogo de escrita e leitura, nós pensemos um mundo novo, mais humano e capaz de contemplar toda a nossa diversidade.

Assim como ele, em minha opinião a literatura é um dos caminhos possíveis para a mudança de muitas coisas, dentre elas a história. Ainda que muitas cumpram com seu papel ficcional, é pelo campo da esperança e do sonho que podemos resgatar a beleza daquilo que se perdeu com a colonização, o valor da história oral, da ancestralidade e dos mais velhos. Como sempre mostra em seus textos Conceição Evaristo.

Esse livro mostra que histórias devem e podem ser reescritas, através de narrações e testemunhos ficcionais. Mas também, através da valorização de um povo e de sua cultura. Por isso que, ao trazer teóricos como Mbembe e Kilomba, que em seus textos salientam a necessidade da descolonização e da saída do mundo do obscurantismo que os processos colonizadores nos deram.

Atentam, em muitas linhas, para uma reescrita de si mesmo através de um conjunto de críticas e revisões, que operam no campo historiográfico e no campo mental. Esses intelectuais nos revelam a busca por um conhecimento ancestral não ocidental, de olhar por outras simetrias e, assim, garantir um futuro mais justo e reparador. Nos impulsionam para a busca de uma história descolonizada e representativa que contemple todas as singularidades e diferenças existentes, não mais tendo uma verdade absoluta como modelo.

Termino esse texto agradecendo a todas as vozes-mulheres que vieram antes de mim, e que me proporcionaram o dom da escrita e da escuta. E com essa passagem do romance:

Selvagem, conhecia a terra como ninguém. Me uni ao seu corpo para vagar pela terra, para correr os marimbubus, atravessar cercas, pelos rios, por casas e árvores mortas. [...]. Seu nome era coragem. [...]. Foi cavalcando seu corpo que senti que o passado nunca nos abandona. [...]. Filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo, suportando a crueldade que lhes foi imposta. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 261)

Referências

ARENDT, Hannah. “Verdade e política”, in: H. Arendt, *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1982, pp. 282-325.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2007.

FANON, Frantz. *Condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras branca*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GABRIEL, Ruan de Sousa. A poética do sertão pelo bem sucedido “Torto Arado”: Disponível em: <<https://epoca.globo.com/cultura/a-poetica-do-sertao-pelo-bem-sucedido-torto-arado-2389445> > Acesso em: 28 de nov. de 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão negra*. Tradução Sebastião Nascimento, São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada, Angola: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho, 2019.

MBEMBE, Achille. “Formas africanas de auto-inscrição” In: Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 23. pp 171-209. 2001. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Mbembe-Formas%20africanas%20de%20auto-inscricao.pdf>> Acesso em: 28 de nov. de 2020.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio negro. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: Hollanda, Heloisa Buarque (org). Pensamento feminista - perspectivas decoloniais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in: Lander, E.; CASTRO-GOME, S. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. In: Revista Tempo e Argumento, vol. 2, núm. 1, Jan-Jun. Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2010. pp. 3-20. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130372002>. > Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto Arado, São Paulo: Todavia, 2020.

EXOTIZAÇÃO DO CORPO NEGRO, FEMININO E BRASILEIRO NO CONTO “ALEMÃES VÃO À GUERRA” DE MARCELINO FREIRE

Thaynã Emanoela Guedes Carneiro

Pós-graduanda do Curso de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa da Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, thayguedesc@gmail.com

José Paulo Alexandre de Barros Júnior

Pós-graduando do Curso de Gênero e Sexualidade da Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, josepauloj08@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os personagens do conto “Alemães vão à guerra” do livro Contos Negreiros (2006) do autor Marcelino Freire, por intermédio teórico da representação do corpo da mulher negra em contexto de terceiro mundo pelo olhar colonial. Buscamos para este estudo uma abordagem discursiva alicerçada nas questões epistemológicas teóricas da subalternidade e agência, estudos feministas de gênero e raça, bem como perspectivas pós-coloniais de maneira a observar as intenções em que se sustentam essas representações. Portanto, trabalharemos com os aspectos de autores como Bonnici (2000, 2007, 2009), Bhabha (1991, 1994), Spivak (1987, 2010), entre outros. A partir das investigações empreendidas, compreendeu-se que a mulher negra oriunda do sul global foi construída em cima de uma cosmovisão de objetificação sexual, que nutre a manutenção e conservação da dominação patriarcal. Além disso, a análise contribuiu para a desconstrução de estereótipos e enunciados racistas que se conservam presentes no imaginário.

Palavras-chave: Corpo negro feminino. Sexualização. Estudos pós-coloniais.

Introdução

A maneira como a sociedade foi ditada no momento da colonização fez com que se perpetuassem modelos de relações sociais pautadas em noções de superioridade/inferioridade. O discurso colonial como método de organização política, econômica, religiosa e social se baseia na intenção autoritária, racista e patriarcal. Todos os que se encontravam no outro lado do projeto imperialista, vivenciaram os silenciamentos impostos pelos mecanismos feitos para fabricar e hierarquizar diferenças. Por esse motivo, a mulher sempre ocupou lugares de opressões e falta de voz. A mulher negra, por seu turno, sofreu e sofre a experiência da opressão carregando a discriminação racial, sendo caracterizada, historicamente, através de discursos que a coisificam e menosprezam sua feminilidade e humanidade.

Essa conjuntura nos explica o quanto a mulher negra tem sido construída e representada com base em estereótipos e concepções que reduzem seu ego, principalmente nas produções culturais. Os debates provenientes dos estudos pós-coloniais e os estudos feministas apresentam um redirecionamento cultural, social e político, capaz de motivar a forma com que as mulheres negras de terceiro mundo podem/devem ser vistas. É com base nessas orientações que o discurso colonial, racista e patriarcal produzido por aqueles que fizeram parte desse projeto a fim de solidificar a imagem do outro como diferente pode ser contestado e relido (BONNICI, 2000).

Em vista disso, utilizando-se das discussões teóricas de alguns autores como Bonnici (2000, 2007, 2009), Bhabha (1991, 1994), Spivak (1987, 2010), entre outros, o presente artigo tem como principal objetivo analisar a exotização do corpo da mulher negra terceiro mundista a partir do conto *“Alemães vão à guerra”* do autor Marcelino Freire, destacando as formas pelo qual o discurso colonial molda sua condição de objeto na sociedade através de práticas de inferiorização, silenciamento e invisibilidade. Além disso, destacamos a importância do trabalho de Marcelino Freire que narra suas histórias baseadas na opressão do discurso colonial e denuncia temas que constituem a subalternização desses indivíduos, mostrando que a literatura pós-colonial pode nos incitar a (re)pensarmos a realidade que nos circunda.

Metodologia

O presente artigo é de natureza qualitativa e possui caráter bibliográfico, onde visa analisar as formas representacionais diminuidoras da mulher negra terceiro mundista exercidas pelo discurso dominante presente no conto *Alemães vão à guerra* da obra *Contos Negreiros* (2005) de Marcelino Freire. Baseia-se nos pressupostos teóricos de alguns autores como Bonnici (2000, 2007, 2009), Bhabha (1991, 1994), Spivak (1987, 2010), entre outros, para melhor explicar essas condições.

Referencial teórico

Há algumas décadas os estudos pós-coloniais surgiram em decorrência da necessidade de investigar os efeitos da colonização nas nações que perderam suas identidades e etnias em consequência do período de pós-guerra e descolonização do continente africano e asiático. As produções literárias oriundas dessas nações são analisadas por esses estudos a fim de indicar o controle ideológico, político, econômico e social que envolve as sociedades que foram colonizadas mostrando assim, os resquícios das “ideias da superioridade europeias e da missão civilizatória do império.” (ZOLIN, 2012, p. 53).

Os membros dessa associação – colonizador, colonizado, homem, mulher – estão sujeitos a ocupar posições pré-estabelecidas, onde o oprimido ocupa a posição de inferioridade. Diante disso, percebemos que a condição de ex-colonizado, a condição feminina e a condição racial andam de maneira intrínseca. Para Fanon (2005), o domínio colonial fez com que a existência cultural do povo subjulgado fosse desarticulada de maneira total e simplificadora, portanto, a invisibilidade, a subalternidade, o silenciamento e a exotização relegadas a mulher negra se determinaram como um efeito colateral desse domínio.

Dentre as mais variadas formas de opressão em que a mulher negra terceiro mundista está inserida, podemos citar a outremização colonial, a dicotomia sujeito-objeto, a posição centro/margem e a falta de voz decorrente desses sistemas. De acordo com Ashcroft et al. (1998), a outremização é um processo onde o discurso imperial fabrica o outro. Há também o sistema binarista de oposições, onde o

objetivo é posicionar-se de forma superior a colônia. Bhabha (1991) nos explica que o ‘Outro’ – colonizador – se situa no centro como Sujeito e relega o ‘outro’ – o colonizado – à margem como objeto. Dessa forma, a mulher foi colonizada duplamente, visto que os discursos colonialistas eram “impregnados pelo patriarcalismo e pela exclusividade sexista”. (BONNICI (2005, P. 263)

O sentimento das mulheres negras de Terceiro Mundo, na maioria dos casos, é de não alcançarem os meios de libertação e descolonização. Semelhante sentimento é vivenciado pela mulher brasileira negra que mora na favela, que é comercializada como um produto feito especialmente para a luxúria masculina, que são obrigadas a se prostituir e trabalhar em subempregos, que são discriminadas diariamente e condicionadas a não ter acesso a uma educação de qualidade e ao básico da saúde. Logo, nas palavras de Maria Rita Kehl (2003, p. 243) “nosso corpo nos pertence muito menos do que costumamos imaginar. Ele pertence ao universo simbólico que habitamos, pertence ao Outro; o corpo é formatado pela linguagem”.

Os estudos pós-coloniais têm sido efetivos para construir a autonomia da mulher negra na sociedade, juntamente com os estudos feministas. A respeito disso, Deepika Bahri (2013, p. 662) assinala que “a teoria feminista e a teoria pós-colonial se ocupam de temas semelhantes de representação, voz, marginalidade e da relação entre política e literatura”. Por isso, narrativas imbricadas nesses discursos são capazes de contestar o lugar de subalternidade em que a mulher negra terceiro mundista foi colocada e fazer com que, segundo Spivak (2010), ela seja sim, lida e ouvida.

A representação dessas alteridades executadas pela cultura patriarcal, colonial e racista no que tange a vivência da mulher negra de terceiro mundo é claramente observada nos contos de Marcelino Freire. No caso do conto escolhido para o corpus da pesquisa, ele explicita as experiências do corpo negro coisificado e hipersexualizado na ótica dos brancos estrangeiros que as tratam como um objeto, até mesmo desrespeitado por acreditarem que exercem um poder sobre elas. Nesse sentido, a escrita de Marcelino Freire se mostra importante por denunciar tais representações, desconstruindo ideologias até então, construídas pela cultura dominante (ZOLIN, 2009).

Resultados e discussão

O conto *Alemães vão à guerra*, mostra uma conversa entre um estrangeiro e seu amigo Johann, o convencendo a procurar mulheres negras no Brasil. Os personagens alemães obcecados pelos corpos negros das mulheres acabam por representar uma cosmovisão da mulher negra como um objeto. Para uma melhor proximidade com a realidade, o autor introduz na escrita um português cheio de erros, fazendo com que as características do personagem se aproximem da visão que temos de um estrangeiro: “Alô, Johann. [...] Prreparra a mala, Johann. [...] Barratas como as negras de Burrunti. [...] Como as negras do Nepal, tem. [...] A gente acaba dando educação a esse povo, Johann. E um pouco de esperrança. [...] O que serria dela sem mim, Johann, me diz. [...] Têm, sim, e estão nos esperrando. [...] O que não falta neste mundo, Johann, é amorr.” (FREIRE, 2005, p. 37-38).

O conto se inicia com o estrangeiro convidando seu amigo Johann aos possíveis países que possuem turismo sexual: “Prreparra a mala, Johann. Deixa a mala prronta. Alô, Johann. Johann. Como as negras do Nepal, tem. Das Ilhas Virrgens também. É só irr. Feito as moci-nhas da Guiana. Da prraia do Pina [...] À vista o Redentorr. O marr de Copacabana. [...] Pensa Johann. Salvadorr, Salvadorr.” (FREIRE, 2005, p. 37-38). Os países supracitados - Brasil, Guiana, Nepal – são estereotipados pelos estrangeiros e vistos com olhares depreciativos como sendo cenários de exploração sexual e que o turismo sexual nessas localidades são algo comum: “É só vestirr o calçãoo e a filmadora. Darr uma piscadela boa.” (p. 37).

A visão de países de Terceiro Mundo foi construída pelo ‘Outro’ com o objetivo de mostrar “o colonizado como população de tipo regenerado” (BHABHA, 1994, p. 184), e com isso, a visão da mulher de Terceiro Mundo também foi afetada sendo retratada como “repositório de uma sexualidade livre [...] como fantasia/tentação do desejo masculino” (ADELMAN, 2004, p. 33). Isso demonstra a noção do discurso colonial dito pelo estrangeiro de que as mulheres negras desses países não foram domesticadas pelo controle dominante e, portanto, são vistas como meros objetos de prazer.

É possível notar heranças coloniais nos trechos: “Nosso dinheirro salvaria, porr exemplo, as negrrinhas do Haiti. Barratas como as negras de Burrunti.” (p. 38). A fala do estrangeiro adota a estrutura do

discurso hegemônico de poder que tentava justificar suas práticas de dominação contra os povos colonizados. Ele cita a oportunidade oferecida a uma mulher negra vinda do Brasil: “Trouxe uma parra aqui, lembrra? Faz tempo que trouxe uma parra aqui. [...] Hoje, ela ganha ensinando o povarrêu de Berlim. Em Mönchengladbach, dança. Ganha a sorrte no samba.” (p. 37). Percebe-se a tentativa de justificar os atos de exploração sexual de mulheres negras mostrando os benefícios de seu dinheiro em suas vidas, visto que elas são encaradas como pessoas “sem roupa, sem religião, sem lar, sem tecnologia [...]” (BONNICI, 2009, p. 265): “A gente acaba dando educação a esse povo, Johann. E um pouco de esperrança. E herrança, Johann, como aquela que nosso amigo deixou para as crianças.” (p. 38). O personagem estrangeiro acaba por se firmar como Sujeito quando se impõe como o “poderoso, civilizado, culto, forte [...]” (BONNICI, 2005, p. 230): “O que seria dela sem mim, Johann, me diz” (p. 38), capaz de oferecer um auxílio a essas mulheres “vítimas da [...] falta de ‘civilização’” (ADELMAN, 2004, p. 33) pelo prazer do poder que isso atribui a sua posição dominante.

Decorrente do desejo nas mulheres negras expresso pelo personagem, ele mostra rejeição: “Eu é que não quis mais aquela infeliz.” (p. 38). Os corpos das mulheres negras do período colonial eram invadidos a fim de servir para procriação sendo, alega Whitlock (1992), os ventres do império, diante disso, resquícios da colonização permanecem quando o estrangeiro após explorar o corpo da mulher negra sexualmente, a descarta logo em seguida: “Pulei fora, como os pobrrres de Cuba. Abandonei o barrco. Nada mais de jet ski.” (p. 38). É notável a outremização nos olhares e tratamentos de exploração, invasão, rejeição e inferiorização conferidos a essas mulheres, retomando a noção da “dialética do Sujeito e do Outro, do dominador e do subalterno” (BONNICI, 2009, p. 14). Diante desse quadro, é possível entender como a visão do corpo da mulher negra de terceiro mundo como algo descartável e sem importância perpetua no imaginário dos personagens: “Você ri, Johann, você ri?” (p. 38).

Por fim, instigado pelo desejo sexual em mulheres negras o personagem é estimulado a ir a qualquer parte do mundo para saciá-lo: “Em todo canto tem. Júpiterr. Marrte. No burraco negrrro, em toda parrte. Ainda bem. O mundo é dos negros. [...] Nem sei se tem negrras na Conchinchina. [...] Alô, Johann. Se tiverr, eu vou.” (p. 38). Os trechos ligam a identidade da mulher negra dos países supracitados “ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa” (BADINTER, 1993, p. 99). A

exploração sexual das mulheres negras é retratada pelos estrangeiros do conto com normalidade, como práticas corriqueiras: “Têm, sim, e estão nos esperando.” (p. 38). O personagem continua a instigar seu amigo Johann a ir: “Vamos? O que não podemos é ficarr neste clima. Orra, é só passarr protetorr. É só irr, Johann. Alô, Johann. Johann, ir.” (p. 38) e o mesmo fala com sarcasmo: “O que não falta neste mundo, Johann, é amorr” (p. 38). A aceitação cultural dessas representações, diz muito sobre o modo como negra é encarada, afirma Hooks (1995). As mulheres negras retratadas no conto são reduzidas ao silenciamento devido ao seu gênero e cor, “não é ouvida, em sua voz não há autoridade, mas submissão” (BONNICI, 2000, p.14).

Nos trechos analisados do conto *Alemães vão à guerra* fica evidente o tratamento estereotipado e exploratório que a mulher negra recebe. Ao incitar sua busca aos países demarcados com o turismo sexual, os personagens acabam indo à guerra cujo seus alvos são essas mulheres. A colonização pelo discurso colonial, patriarcal e racista no conto mostra que é o “colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 2005, p. 26).

Considerações finais

Assim como a questão de gênero, a cor também é um fator determinante de valores e posições sociais nas sociedades que foram colonizadas. Os conceitos de poder que rodeiam questões de gênero e cor foram cultivados pela cultura da colonização e que podemos ver arraigada no pensamento dos indivíduos, colonizados ou não. Por intermédio da análise pudemos mergulhar no tema do turismo sexual, onde as mulheres negras do conto *Alemães vão guerra* não puderam obter uma voz e se firmarem como sujeito, pelo contrário, ficaram relegadas ao silêncio e as opressões que o discurso colonial utiliza para subjulgá-las.

O olhar do “estrangeiro” ultrapassa a fronteira e instaura-se nas diferenças entre as classes sociais no Brasil. Os estereótipos obtidos com colonialismo acabam perpetuando durante longas épocas porque estão intrínsecos no imaginário coletivo. É necessário, pois, refletir acerca dessa realidade. Desse modo é que as literaturas pós-coloniais buscam desconstruir e denunciar atos de subalternidade, invisibilidade, exotização, assim como Marcelino Freire, que “criam obras literárias que resistiram aos valores historicamente construídos

pelos colonizadores e fornecem uma visão diferente e alternativa do mundo” (BONNICI, 2005, p. 11).

Referências

ADELMAN, Miriam. **Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas**. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st22-3/4070-madelman-feminismo/file>>. Acesso em: 12/04/2021.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Keyconcept in post-colonial studies**. London: Routledge, 1998.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BHABHA, Homi. **A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. de (org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 177-203.

_____, Homi. **The Location of Culture**. London : Routledge, 1994.

BONNICI, Thomas. **O Pós-colonialismo e a literatura**. Maringá: Eduem, 2000.

_____, Thomas (Org.). **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.

_____, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

_____, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

DEEPIKA, Bahri. **“Feminismo e/no pós-colonialismo”** In: Revista Estudos Feministas. V. 21, nº 2, (2013). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018>. Acesso em 25/03/2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FREIRE, Marcelino. **Contos negreiros**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras. Estudos feministas**. Rio de Janeiro. IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n. 2. p-464-469, 1995.

KEHL, Maria Rita. As Máquinas Falantes. In: NOVAES, A. (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 243-259.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____, Gayatri Chakravorty. **In other words: Essays in Cultural Politics**. London, Methuen, 1987.

ZOLIN, L. O. **Crítica Feminista**. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.

_____, Lúcia Osana. **Pós-Colonialismo, Feminismo e Construção de Identidades na Ficção Brasileira Contemporânea Escrita por Mulheres**. In.: Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.21, p. 51-70, 2012.

WHITLOCK, Gillian. **Outlaws of the Text: Women's Bodies and the Organisation of Gender in Imperial Space**. Paper presented at the Australia/Canada: Postcolonialism and women's texts research seminar, Calgary Institute for the Humanities, February, 1992.

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE “NARRATIVAS PÓS-COQUETEL” NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA¹

Leandro Noronha da Fonseca

*Mestrando do Curso de Letras da Universidade Federal do Mato Grosso
do Sul - UFMS, lfonseca954@gmail.com.*

Resumo

O trabalho objetiva analisar algumas das produções literárias brasileiras sobre HIV/aids, partindo do conceito de “narrativas pós-coquetel”, formulado por Sousa (2016). O conceito postula que há transformações na representação do HIV/aids nas produções artísticas - principalmente norte-americanas - entre o período de surgimento da epidemia (era pré-coquetel) e a elaboração do tratamento antirretroviral (era pós-coquetel). Em suma, falava-se muito mais do “morrer de aids” e, atualmente, é o “viver com HIV” que orienta essas produções. Por meio de levantamento bibliográfico, foi possível observar que as produções literárias nas décadas de 1980 e 1990 tendiam a tratar muito mais de morte e medo. Já nas obras atuais, nossos objetos de pesquisa - os livros *Você não fez nada errado*, de Felipe Cruz (2018), e *Bug Chaser*, de Romário Rodrigues Lourenço (2020) - apontam que as narrativas contemporâneas dialogam com os tempos atuais do HIV/aids. Todavia, existem alguns limites no conceito, pois, na obra de Cruz (2018), o adoecimento e a dificuldade na adesão ao tratamento (portanto, a possibilidade da morte) são pautas latentes. De modo geral, o conceito de “narrativas pós-coquetel” é útil para observarmos as transformações na tratativa do HIV/aids nas artes, mas possui alguns limites e que, por isso, necessita de outras pesquisas.

Palavras-chave: Narrativas pós-coquetel, HIV/aids, Literatura brasileira contemporânea, Literatura da aids.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Introdução

Para além de suas dimensões biomédicas, o HIV/aids marca presença nas expressões artísticas. A questão ganha espaço nas artes, tendo sido tematizada em diversas obras literárias, cinematográficas, teatrais, entre outras. O surgimento da epidemia de HIV/aids possibilitou o surgimento da “literatura da aids”, como aponta Bessa (2002, p. 9). Entretanto, a expressão não caracteriza um gênero literário específico. O autor explica que essa literatura ganhou espaço nas livrarias aos poucos, orientando-se pela temática do HIV/aids e apropriando-se dos gêneros ensaísticos, romanescos, dramáticos, líricos e de outros que, inclusive, escapam de rotulações.

A produção literária brasileira sobre a temática é muito menor em termos quantitativos, em comparação com as obras norte-americanas, e enfrentou “[...] o silêncio e o preconceito - de público, de crítica e até de grande parte da classe artística” (BESSA, 2002, p. 10). Ficcionais ou não, os textos sobre a temática tinham dois objetivos: produzir um trabalho estético em torno de uma temática cercada de tabus - o HIV/aids - e elaborar outras imagens acerca da epidemia.

Bessa (1997; 2002) aponta que, além dos contornos biomédicos, a questão do HIV/aids também se insere no que chama de “epidemia discursiva”, ou seja, a produção massiva de discursos sobre a doença por parte da ciência, da imprensa e da literatura. O campo artístico contribuiu, ainda que de forma distinta, para a elaboração de discursos sobre o HIV/aids - discursos, por vezes, distanciados do olhar hegemônico sobre a doença.

A literatura se utiliza da linguagem para trazer ópticas distintas sobre a doença, de certa forma reivindicando a possibilidade de um discurso distante do que fora propagado por cientistas e jornalistas, por exemplo. A literatura, assim, é capaz de gerar outros significados para o HIV/aids e para outros elementos sociais que o cercam, permitindo a existência de novos olhares para a realidade dada (BESSA, 1997, p. 133)

A epidemia de HIV/aids, principalmente após as suas duas primeiras décadas, passou por transformações, principalmente com o surgimento de medicamentos. Se a descoberta de uma sorologia positiva para o HIV era sinônimo de morte, o tratamento gratuito possibilitou que as pessoas soropositivas tivessem uma melhor qualidade

e expectativa de vida. O novo cenário do HIV/aids é chamado de era pós-coquetel ou pós-HAART (*Highly Active Anti-Retroviral Therapy*, em inglês) (BASTOS, 2006).

O atual cenário da era pós-coquetel também é composto pela possibilidade de intransmissibilidade do vírus, por meio de boa adesão ao tratamento que torna a carga viral indetectável. As estratégias preventivas também passaram por ampliações. Para além do uso do preservativo, o Brasil possui, atualmente, em suas políticas de prevenção, as profilaxias pré e pós-exposição (denominadas de PrEP e PEP, respectivamente), que podem auxiliar no enfrentamento da disseminação do vírus antes ou depois de relações sexuais sem uso de preservativo.

Todavia, tais transformações tiveram impacto, também, na produção artística. Alexandre Nunes de Sousa (2016) aponta que a tematização do HIV/aids passou por mudanças nas artes (principalmente no cinema e na literatura) em decorrência da formulação de medicamentos antirretrovirais mais sofisticados. As produções artísticas e culturais acompanharam essa mudança. Se antes o morrer em decorrência da aids era a tonalidade que habitava boa parte das produções nas décadas de 1980 e 1990, na contemporaneidade o viver com HIV é que se torna presente. Este outro discurso é o que Sousa (2016) chama de *narrativa pós-coquetel*, conceito fundamental para a presente pesquisa. De modo mais específico, o autor pontua também a existência de uma literatura pós-coquetel (SOUSA, 2016). Entretanto, é possível observar, em sites de busca e em repositórios de pesquisas acadêmicas, poucas produções científicas que se debruçam sobre tais questões na contemporaneidade.

Os estudos de Bessa (1997; 2002) são referenciais em pesquisas sobre literatura brasileira e HIV/aids. As contribuições do autor, em nossa pesquisa, centram-se na discussão das principais características das obras literárias produzidas nas primeiras décadas da epidemia. Para refletir sobre o conceito de “literatura pós-coquetel”, trazendo a questão para os dias atuais, iremos nos orientar pelas pesquisas de Sousa (2016), Melo e Penna (2017) e Fonseca (2019). Serão utilizados dois objetos de pesquisa: a autobiografia *Você nunca fez nada errado*, de Felipe Cruz (2018), e o romance *Bug Chaser*, de Romário Rodrigues Lourenço (2020). Assim, buscaremos responder às seguintes questões: quais as características entre a produção literária brasileira no início da epidemia de HIV/aids e a da atualidade? O que se transformou (ou

não) durante o desenvolvimento da epidemia? Quais as potencialidades e limites da expressão “literatura pós-coquetel”?

Metodologia

De caráter qualitativo, a presente pesquisa utiliza-se de levantamento bibliográfico para coletar pesquisas acerca dos aspectos socioculturais do HIV/aids e da literatura brasileira contemporânea. A análise das obras *Você nunca fez nada errado* e *Bug Chaser* será orientada pelo conceito de “narrativas pós-coquetel”.

O conceito, elaborado por Sousa (2016) e trazido nas pesquisas de Melo e Penna (2017) e Fonseca (2019), presume a inserção de novas narrativas em trabalhos que tematizam o HIV/aids, principalmente após o fornecimento de tratamento antirretroviral mais potente, possibilitando o prolongamento da vida das pessoas soropositivas.

De modo geral, Sousa (2016) aponta que as produções artísticas da era pós-coquetel possuem três características: 1) Descentralização do tema da epidemia: a epidemia de HIV/aids nas décadas de 1980 e 1990 deixa de ser tematizada, total ou parcialmente; 2) Narrativas de memória: quando tematizada, a epidemia de HIV/aids é referenciada a partir de vivências dos períodos mais latentes da epidemia, apontando para o sentido de “naqueles tempos vivíamos assim”; 3) Relatos/narrativas de “cronificação”: com o *status* de “doença crônica” após o surgimento da terapia antirretroviral, são retratadas nas obras questões relacionadas à condição soropositiva, como a presença dos medicamentos, os relacionamentos sorodiferentes, a experiência individual com o vírus, a revelação ou ocultação da sorologia, etc. Tais pontos foram sistematizados por Fonseca (2019, p. 23). Assim, a investigação acerca dos objetos de pesquisa será guiada a partir das questões apontadas.

Resultados e discussão

A partir de Bessa (1997; 2002), observamos que a temática do HIV/aids se faz presente de forma latente nas obras dos escritores Caio Fernando Abreu e Bernardo Carvalho, e na de outros nomes menos conhecidos pelo público e/ou a crítica. Ela ocupa espaço privilegiado na ficção, em contos e romances, mas também em obras de cunho autobiográfico.

Entretanto, a elaboração estética do tema do HIV/aids não se dá de maneira homogênea nessas obras. Nem sempre a aids é apresentada de forma explícita. Recursos como elipse e metáfora são utilizados, a fim de trabalhar esteticamente o tema longe do carregado imaginário social que o cerca. Outra maneira de a questão ser abordada de forma subentendida é a descrição dos sintomas físicos da doença das personagens, sem a sua nomeação. São exemplos dessa abordagem Caio Fernando Abreu, Silviano Santiago e Bernardo Carvalho, entre outros escritores (BESSA 1997; 2002).

Em contraponto, autores como Herbert Daniel (no romance *Alegres e irresponsáveis abacaxis americanos*, de 1987), Mário Rudolf (no romance *De agosto a agosto com muito gosto*, de 1990) e Adelaide Carraro (no romance *Socorro! Estou morrendo de AIDS*, de 1987) exploram nominalmente a doença, escrevendo e reescrevendo as siglas “HIV” e “aids” (BESSA, 1997; 2002).

A partir das obras analisadas por Bessa (1997; 2002), podemos observar que o clima de pânico e medo acerca da nova doença se faz presente em obras publicadas nas primeiras décadas da epidemia. A novela *Pela noite*, de Abreu, publicada em 1983 no livro *Triângulo das águas*, “[...] tem o mérito de discutir muitos dos discursos paranoicos em que, no início, circulavam a epidemia e suas personagens, e que ainda lhes dão forma” (BESSA, 1997, p. 74, grifo do autor).

Outro exemplo de Abreu é o conto *Linda, uma história horrível*, publicado no livro *Os dragões não conhecem o paraíso*, de 1988. A obra tem o objeto amplo de “[...] discutir a solidão, a finitude da vida e a devastação provocada pelo tempo, não só através do protagonista que está com AIDS, mas também através da mãe dele e da cadela Linda” (BESSA, 1997, p. 102).

Assim, podemos observar que os fatores extraliterários relacionados à pauta do HIV/aids, principalmente a partir do surgimento da epidemia na década de 1980, reverberam nessas produções literárias, permeando a estruturação dessas obras. Em outras palavras, nota-se nesses trabalhos os ecos do medo, da desinformação, do pânico moral e do preconceito, questões que ainda cercam o HIV/aids, mas que possuíam maior latência nas primeiras décadas de sua origem.

De acordo com Sousa (2016), tais características podem ser localizadas em produções de outros gêneros artísticos, como, por

exemplo, no cinema². A elaboração de medicamentos antirretrovirais mais eficazes, a maior qualidade de vida das pessoas soropositivas na atualidade, as novas estratégias e ferramentas de prevenção, os avanços no campo da cidadania conquistados pelos movimentos sociais, e a formulação de políticas públicas, entre outros fatores, atuam no desenvolvimento de novos contornos acerca do HIV/aids, os quais também são desenvolvidos artisticamente na atualidade. Tal dinâmica é denominada pelo pesquisador de “narrativas pós-coquetel”. Em suma, “se antes o *morrer* de aids era o espírito que habitava boa parte das produções nas décadas de 1980 e 1990, na contemporaneidade o *viver* com HIV é que se torna presente” (FONSECA, 2019, p. 16, grifos do autor).

Tendo em vista tais transformações, partiremos da autobiografia *Você nunca fez nada errado*, do escritor paraense Felipe Cruz. Publicada em 2018 pela Monomito Editorial, a obra traz relatos da experiência do autor com o HIV, desde a descoberta da sorologia positiva até a revelação para familiares e amigos e o início do tratamento. O livro também reúne fotografias pessoais tiradas pelo autor após o seu diagnóstico, em 2012.

Em relação às características da “literatura pós-coquetel”, “as mudanças promovidas pelos fármacos transformaram também os modos de contar a epidemia no cinema e na literatura” (SOUZA, 2016, p. 6). Ainda segundo o autor, um dos sentidos que permeiam as produções contemporâneas a partir da vivência com o HIV no século XXI é a “cronificação” da doença, a presença do tratamento em narrativas fílmicas e literárias, principalmente norte-americanas.

Na obra de Cruz (2018), nota-se um relato de “cronificação” da doença, por meio de uma escrita que narra as experiências do autor com os medicamentos antirretrovirais. Todavia, seu tratamento é perpassado por algumas desistências que ocasionaram falhas na adesão. A questão do adoecimento em decorrência da aids ainda se faz presente na atualidade, tendo em vista que a autobiografia do escritor paraense revela os impactos dos avanços do adoecimento em seu corpo.

2 A pesquisa de Lara (2017) dedica certo espaço para a reflexão sobre as “narrativas pós-coquetel” em obras audiovisuais. O autor cita o filme *Boa sorte* (2014), as séries *How to get away with murder* (2014), *Looking* (2014) e a novela brasileira *Malhação* (2015) como exemplos de trabalhos que trabalham a temática do HIV/aids na atualidade.

Na época em que o meu livro foi publicado, meus pés, palmas das mãos e rosto estavam cobertos de manchas vermelhas e eu desconfiava que fosse sífilis, mas estava então passando pelo maior período de abandono do tratamento desde o seu início em 2012 - abandonei o tratamento três vezes, não por querer morrer, mas por cansaço, exaustão. Por um mês ou dois, conseguia esquecer o HIV, os antirretrovirais e as grandes reflexões sobre vida e morte, até ser lembrado por uma febre, uma ferida no calcanhar, ou pela frustração já familiar que sentia quando pensava em me envolver com alguém (CRUZ, 2018, p. 59).

Como é possível notar no trecho acima, há um conflito entre a vivência com o vírus e a aderência ao tratamento. A soropositividade relatada na obra aponta para uma complexidade dessa experiência, que vai muito além da simples ação medicamentosa. A rotina exaustiva do tratamento diário provoca no autor a desistência frequente, e os sintomas do adoecimento surgem para lembrá-lo de sua condição. Se Sousa (2016) observa a característica de “cronificação” nas obras norte-americanas, no Brasil, a autobiografia *Você não fez nada errado* aprofunda e problematiza o tratamento, caracterizando-o como processo individual e que não necessariamente segue as ordens biomédicas. Mesmo com as recomendações médicas, o tratamento não aderido pode ser resposta à própria não aceitação do vírus e aos preconceitos e estigmas que ainda cercam a questão: “não há, de modo algum, como prever a reação de uma pessoa, por mais próxima e amada que ela seja, quando tomar conhecimento daquilo que nos causa dor e medo - um medo que nos diminui” (CRUZ, 2018, p. 73).

A descrição dos sintomas do adoecimento é outro ponto trazido para reflexão. Como apontado por Bessa (1997; 2002), as obras literárias brasileiras que tematizaram o HIV/aids buscaram retratá-la de formas distintas, ora de maneira subentendida, ora explicitamente. A partir disso, refletimos que uma das estratégias de abordar implicitamente a questão é a descrição de sintomas do adoecimento. É um ponto bastante visível nas obras de Caio Fernando Abreu, como no conto *Linda, uma história horrível* (magreza, a queda de cabelo, as manchas púrpura sob a pele, indicando o sarcoma de Kaposi), e no romance *Onde andaré Dulce Veiga?* (febres, queda de cabelo e sinais no pescoço, nuca e virilhas).

Na obra de Cruz (2018), os sintomas também são evidenciados - manchas vermelhas nos pés, nas palmas das mãos e no rosto, a febre, a ferida no calcanhar -, mas não como estratégia para abordar a temática de maneira implícita. Pelo contrário: as siglas “HIV” e “aids” são trazidas nominalmente em diversos trechos do livro. Tal questão nos impulsiona, novamente, a tecer reflexões acerca do conceito de “narrativas pós-coquetel”. O adoecimento em decorrência da aids também é uma pauta trazida nas obras contemporâneas. Ainda que viver com HIV por meio de um tratamento regular dê a tonalidade das produções artísticas atuais, como defende Sousa (2016) e orientam-se Fonseca (2019) e Melo e Penna (2017), é preciso não perder de vista que a doença, e não apenas a vivência com o vírus, está presente em tempos em que o tratamento, pelo menos no Brasil, é ofertado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A obra *Bug Chaser*, escrita pelo paulista Romário Rodrigues de Lourenço, foi publicada originalmente em 2015 (na presente pesquisa, iremos utilizar a edição de 2020 da editora Chiado Books). O romance tem como protagonista um rapaz gay não identificado, que vive sua sexualidade fora dos âmbitos normativos, frequentando saunas e outros locais de “pegação” gay. O protagonista desenvolve como fetiche o desejo de ser infectado pelo HIV: “No começo, aliás, minha relação com o HIV era a mesma que a da maioria das pessoas. De medo. Mas o medo é um cristal muito fino que quando se quebra, não se conserta” (LOURENÇO, 2020, p. 20).

Repleto de referências do mundo pop, como as cantoras Madonna e Grace Jones, a série norte-americana *American Horror Story* e o programa televisivo *RuPaul’s Drag Race*, o romance é ambientado na cidade de São Paulo e acompanha as descobertas do protagonista em relação à sua homossexualidade, relatadas a um psiquiatra. O protagonista é, portanto, um *bug chaser* - expressão inglesa para designar pessoas que têm atração sexual pelo HIV -, exercendo deliberadamente práticas sexuais *bareback*, ou seja, sem o uso de preservativos.

No romance, há uma descentralização da epidemia de HIV/aids nas suas primeiras décadas, característica identificada por Sousa (2016) em outras produções artísticas. Durante uma conversa, o protagonista é questionado sobre a motivação de sua atração sexual pelo HIV. Em seguida, ele retoma memórias de sua escola durante uma aula de Ciências na sexta série. Uma professora expõe aos alunos uma

matéria publicada na revista *Veja* sobre o aumento de infecções na China.

Lembro-me de ter ouvido algo sobre *sarcoma de kaposi* e então um dos meninos no fundo da sala exclamou: “doença de bicha!”. A professora limitou-se a encará-lo e continuou com sua fala como se estivesse decorado um grande texto rápido demais e não pudesse perder o fio da meada. Talvez ela concordasse com ele (LOURENÇO, 2020, p. 121, grifos do autor).

A lembrança do protagonista se volta para os símbolos que mais foram trabalhados pela imprensa nas décadas de 1980 e 1990, como os sintomas físicos da síndrome. A relação feita entre aids e homossexualidade, por parte de um dos colegas de classe, é também uma das marcas dos períodos, onde o HIV/aids foi relacionado à comunidade homossexual, principalmente por meio da utilização da expressão “grupos de risco”, atualmente obsoleta.

Todavia, ainda que os cenários iniciais da epidemia tenham sido citados, e referenciados em outros momentos do livro, temos no romance uma visão bastante contemporânea sobre HIV/aids. Fala-se das ferramentas de prevenção como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e da indetectabilidade e intransmissibilidade do vírus por meio de tratamento antirretroviral regular, por exemplo. Podemos exemplificar isso por meio de um trecho em que o protagonismo, de forma bastante panorâmica, reflete sobre o período pré e pós-coquetel.

A marginalização da população gay perante a sociedade se intensificou ainda mais. Aí vieram as drogas, os remédios... As pessoas pararam de morrer. Surgiu a camisinha. Um instrumento que eu não consigo enxergar como parte de uma campanha de prevenção. Ao menos não de uma campanha bem sucedida. Nós, que somos gays, especificamente, vivemos na ditadura da borracha. [...] Você pode administrar os seus riscos. Hoje existem as profilaxias. Existem práticas cujo risco de contágio é menor. Uma pessoa soropositiva e indetectável possui uma chance ínfima de transmissão do vírus numa relação sem camisinha. E isso não é abertamente debatido! (LOURENÇO, 2020, p. 48).

Com isso, é possível notar que a ideia de “narrativa pós-coquetel” está marcada no romance aqui analisado, seja pela apresentação de uma visão atual da condição soropositiva, a “cronificação” - o tratamento avançado, as profilaxias para além do uso do preservativo -, seja pela “descentralização da epidemia”, que traz uma visão distanciada do HIV/aids nas suas décadas iniciais.

Adiante, refletimos sobre o profundo didatismo presente no romance. A partir do trecho acima, é possível notar, na estruturação da obra, a preocupação do autor em explicar expressões e conceitos, e trazer informações atuais sobre prevenção. Em diversos capítulos, há a presença de notas de rodapé para explicar noções de “heteronormatividade”, “bareback”, “bug chaser” e “indetectável”. O autor não dá margem para ampliar as interpretações acerca do HIV/aids e suas questões adjacentes, dando ao leitor respostas rápidas sobre possíveis dúvidas que possam surgir, principalmente, de pessoas distanciadas das culturas e práticas homossexuais. Há, inclusive, uma introdução que contextualiza a epidemia, desde o seu surgimento até os dias atuais, os preconceitos disseminados pela imprensa e o desenvolvimento de políticas públicas de tratamento. Tal introdução parece ter sido realizada para orientar o leitor das inúmeras questões que cercam o vírus e a doença.

Em relação a isso, Bessa (1997; 2002) aponta que algumas produções literárias deram um tom didático na tematização do HIV/aids. É o caso de *Alegres e irresponsáveis abacaxis americanos*, de Herbert Daniel. O trabalho literário do escritor foi voltado para a discussão sobre os discursos de intolerância que cercavam a epidemia. Sua escrita engajava-se na crítica ao enfrentamento governamental frente à epidemia e à estigmatização e marginalização sofridas pelas pessoas atingidas pela aids. No romance, é evidente o engajamento pedagógico de Daniel em transmitir informações sobre a aids e educar o leitor para uma visão mais humanizada sobre as pessoas soropositivas (BESSA, 1997, p. 79-80). Outro exemplo é o livro *Passagem pra vida*, de Overland Airton, publicado em 1992. Há também um aspecto informativo e didático na tratativa da doença. Essa é uma característica de diversas obras do período, marcado pelo desconhecimento e a desinformação. Assim, “[...] já que, na falta de informações básicas, muitos deles, no Brasil ou no exterior, tiveram de assumir também o lado didático e muitas vezes panfletário” (BESSA, 2002, p. 169).

Como visto, o surgimento de uma doença até então nova, o medo e a desinformação impulsionaram que algumas das obras das décadas de 1980 e 1990 trouxessem informações técnicas sobre a questão, no intuito de “educar” o leitor para uma visão humanizada acerca do HIV/aids. É possível que a tonalidade pedagógica em tratar o vírus e a doença se faça presente na atualidade, tendo em vista que o HIV/aids é uma questão cercada de tabus e sua discussão ampla na sociedade não se dá de maneira efetiva. Se algumas das obras publicadas nas primeiras décadas da epidemia se engajaram para trazer informações técnicas, preventivas e de cidadania ao seu público, na atualidade, um processo similar pode ser observado a partir do romance de Lourenço (2020): os conhecimentos sobre PrEP, PEP e *Indetectável = Intransmissível*, que avançaram há pouco mais de 10 anos no país, ainda encontram-se em momento de disseminação, principalmente por meio de ações de órgãos públicos de saúde e de movimentos e organizações sociais. O romance *Bug Chaser*, portanto, trilha caminhos semelhantes ao das obras de 1980 e 1990, mas em consonância com seu tempo, repleto de avanços de ordem biomédica, mas que não estão totalmente disseminados na sociedade.

Considerações finais

A epidemia de HIV/aids, como visto, também impactou o setor artístico, que tematizou a pauta em obras cinematográficas, literárias, teatrais, entre outras. Na literatura brasileira, os escritores buscaram dar um tratamento estético à doença, elaborando outros discursos para além dos que foram disseminados por diversos setores da sociedade, como a imprensa, por exemplo.

Por vezes excluída da crítica especializada, a “literatura da aids”, seguindo a expressão de Bessa (2002), trouxe a temática de formas diferentes, seja por meio de uma abordagem mais subentendida, seja por meio da explicitação. O medo de uma doença até então nova e o pânico geral que circulou na sociedade tiveram impacto em algumas dessas obras, que trouxeram em suas narrativas uma visão da epidemia centrada na realidade histórica do período em que os avanços sociais e biomédicos não existiam, ou eram pouco efetivos.

A elaboração de medicamentos antirretrovirais mais sofisticados possibilitou maior qualidade de vida para as pessoas vivendo com HIV/aids. Em um cenário contemporâneo, em que o vírus pode ser

controlado e não disseminado por meio de tratamento regular, as obras literárias também ecoam essas mudanças. É o que orienta o conceito de “narrativa pós-coquetel”, formulado por Sousa (2016): a ideia de que a morte e o medo eram muito mais latentes nas primeiras produções literárias sobre HIV/aids, e que os avanços biomédicos trouxeram outras reflexões para essas obras atuais, tais como a experiência de viver com o HIV, tratado atualmente como uma “doença crônica”, a relação por vezes conflituosa com a adesão ao tratamento, o dilema de revelar ou não o *status* sorológico positivo, entre outras questões.

Com base das três principais características das “narrativas pós-coquetel” de Sousa (2016) - a descentralização do tema da epidemia, as narrativas de memória e os relatos de “cronificação” -, nos debruçamos sobre os livros *Você nunca fez nada errado*, de Felipe Cruz (2018), e *Bug Chaser*, de Romário Rodrigues Lourenço (2020). Em relação à primeira obra, propomos uma problematização do conceito de “narrativas pós-coquetel”, que pressupõe uma vivência soropositiva cronificada, medicalizada e sem, portanto, a presença de doenças oportunistas. Na autobiografia de Cruz (2018), os relatos do escritor de surgimento de doenças oportunistas e sua desistência frequente ao tratamento antir-retroviral complexificam o conceito de Sousa (2016), nos apontando que viver com HIV não é tarefa fácil, ainda que, na atualidade, existam recursos biomédicos para a efetivação do tratamento. Portanto, o adoecimento é ainda presente na “literatura da aids” nacional.

Já o romance *Bug Chaser* está em profunda convergência com as características das “narrativas pós-coquetel”. A descentralização da epidemia em suas primeiras décadas e os relatos de “cronificação” estão presentes em toda a obra, que trazem, de forma quase pedagógica, informações atuais de prevenção e tratamento - característica, essa, presente também nas obras de 1980 e 1990. O engajamento de uma literatura informativa e politicamente correta foram maneiras de os escritores contraporem os discursos estigmatizantes e as desinformações que circulavam em torno do HIV/aids desde o seu surgimento. Problemáticas que ainda se fazem presentes.

O conceito de “narrativas pós-coquetel” contribui para que possamos refletir como a temática do HIV/aids se transformou nas produções artísticas em todas essas décadas, apontando para transformações que dialogam profundamente com a contemporaneidade. Todavia, o conceito necessita de análises mais profundas, e deve ser

utilizado com cautela a fim de apontamentos acerca das obras das eras pré e pós-coquetel. Ainda que as transformações existam, muitas questões presentes em contos, romances e autobiografias, a partir de 1980, ainda marcam presença em nossa literatura produzida após os anos 2000, como o impacto subjetivo do diagnóstico nos âmbitos individual e coletivo, e os fantasmas do preconceito que permanecem na sociedade.

Referências

BASTOS, Francisco Inácio. **Aids na Terceira Década**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BESSA, Marcelo Secron. **Histórias positivas**: a literatura (des)construindo a Aids. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos**: autobiografias & AIDS. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

CRUZ, Felipe. **Você nunca fez nada errado**. São Paulo: Monomito Editorial, 2018.

FONSECA, Leandro Noronha da. **HIV/Aids e narrativas pós-coquetel na poesia contemporânea brasileira**. 2019. 145 p. Monografia de Especialização (Mídia, Informação e Cultura) - CELACC/ECA/USP. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/blogs/hivaidns-narrativas-pos-coquetel-poesia-contemporanea-brasileira>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LARA, Matheuz Catrinck. **HIVídeos - A necroestética e outros horizontes**. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bits-tream/11422/8291/1/MCatrinck.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOURENÇO, Romário Rodrigues. **Bug Chaser**. São Paulo: Chiado Books, 2020.

MELO, Danilo Rodrigues; PENNA, João Camillo. **Literatura e HIV/Aids:** reflexões sobre a era pós-coquetel. Z Cultural - Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2017, ano XII. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/03/LITERATURA-E-HIV_AIDS_REFLEX%C3%95ES-SOBRE-A-ERA-P%C3%93S-COQUETEL-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

SOUSA, Alexandre Nunes de. **Da epidemia discursiva à era pós-coquetel:** Notas sobre a memória da Aids no cinema e na literatura. II Seminário Internacional em Memória Social, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://seminariosmemoriasocial.pro.br/wp-content/uploads/2016/03/B019-ALEXANDRE-NUNES-DE-SOUSA-normalizado.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

REPRESENTATIVIDADE E SOCIABILIDADE LGBTQIA+ NAS MÍDIAS DIGITAIS: O VIDEOCLÍPE COMO ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO E PODER

Ayrton Senna Seraphim do Amaral

Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente no curso de graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso e no curso de graduação em Publicidade e Propaganda do UNIVAG Centro Universitário. Membro do Grupo de Pesquisa MID – Mídias Interativas Digitais. E-mail: ayrtonsenna1994@gmail.com

Andréa Ferraz Fernandez

Doutora em Ergonomia da Informação. Professora do PPGCOM e ECCO, ambos programas de pós-graduação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Docente dos cursos de graduação em Cinema e Audiovisual e Radialismo, da mesma universidade. Líder do Grupo de Pesquisa MID – Mídias Interativas Digitais. Pertence ao banco de pesquisadores SICA – Sistema de Información Científico de Andalucía da Espanha. E-mail: andreafernandez@ufmt.br

Resumo

O trabalho tem como objetivo abordar a potencialidade do videoclipe nas mídias digitais como espaço de comunicação e poder. Esse espaço também é visualizado como um meio possível para a sociabilidade e representatividade LGBTQIA+ na atualidade. A pesquisa compreende que a mídiatização da sociabilidade LGBTQIA+ tem a cultura drag como forte aliada, as drag queens tem possibilitado nas mídias digitais e redes sociais uma expressiva interatividade entre as pessoas LGBTQIA+. Esse amplo cenário digital da internet se tornou fundamental para a interação mídiatizada da comunidade LGBTQIA+ e para as manifestações e expressões artísticas de drag queens ao redor do

mundo todo. É destacada a importância da representatividade desse grupo social visto que, além de dar voz, comunicação e poder, proporciona o reconhecimento do ativismo LGBTQIA+ na figura das drag queens que tomaram frente de movimentos históricos da comunidade. A representatividade nas mídias digitais também proporciona às drag queens que se tornem referências para inspirar o nascimento de novas drags em todo território nacional a partir das sociabilidades midiáticas, podendo contribuir com a luta do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Para isso, foi realizada uma análise midiática do videoclipe pós-MTV de uma drag queen cuiabana para compreender o videoclipe como esse referido espaço de comunicação e poder, fortalecedor da representatividade LGBTQIA+ nas mídias digitais. Interações nas plataformas digitais e de redes sociais foram resultados obtidos avaliados à luz da fundamentação teórica de sociabilidade, comunicação como poder e representatividade para, então, observar os *modi operandi* da comunidade LGBTQIA+ na vastidão da internet.

Palavras-chave: Comunicação, Representatividade, Sociabilidade, LGBTQIA+, Videoclipe.

Introdução

Os processos de evolução tecnológica dos meios de comunicação digitais têm gradativamente acelerado e já não se estranha viver em torno de meios de funções múltiplas convergidas e, por consequência não nos surpreendemos com as relações e interações sociais vinculadas aos *smartphones*. Aplicativos podem nos possibilitar conhecer novas pessoas de qualquer região do mundo e manter laços afetivos dispensando o contato físico. Talvez essas pessoas não existam, mas as relações e interações de sociabilidade são reais.

Sociabilidade é campo de estudo das relações sociais e segundo França (1995); não diz respeito às relações formais: aquelas estabelecidas no papel da vida social, mas sim com as relações espontâneas presentes em nosso cotidiano. Na análise proposta por este trabalho, queremos propor o videoclipe como um espaço de comunicação e poder em que se atravessam relações de representatividade e sociabilidade midiaticizada impulsionada pela cultura da convergência e agora também pela pandemia.

Assim, levaremos em conta a relação que existe entre um videoclipe postado no YouTube e a interação social entre indivíduos que, a priori, não se conhecem pessoalmente, mas que possuem interesses em comum ou opostos: uma relação de *hate*. A vinculação existente entre os usuários do YouTube e seus comentários na plataforma entram no campo do paradigma relacional e se configuram em uma forma de se fazer presente na sociedade midiaticizada.

Não existe unanimidade em torno da conceituação de sociabilidade, portanto faremos uso aqui do conceito teorizado por Georg Simmel. Para o sociólogo alemão, a sociabilidade é baseada na socialização da sociologia compreensiva e argumenta esse processo como a união de indivíduos que buscam atingir interesses em comum, em um processo de ajustamento através de formas de existência comum e solidária. O autor destaca a possibilidade de uma forma lúdica da socialização. Nesse caso a sociabilidade “(...) se torna o preenchimento de uma relação que nada quer ser além de uma relação, na qual também aquilo que de resto é apenas forma de interação torna-se seu conteúdo mais significativo” (SIMMEL, 2006, p. 76), na

qual é ausente a relação de fins práticos e os indivíduos se associam despretensiosamente.

Tendo em vista a midiatisação da sociabilidade, a midiatisação se situa como um complexificação das relações e organizações sociais atravessadas pela recorrente presença dos meios no cotidiano. A midiatisação analisa a sociedade contemporânea colocando os meios de comunicação como protagonistas que interferem nas tramas sociais e culturais do presente (MARTINO, 2015). E é neste processo que vamos observar o papel dos meios atravessando a arte das drag queens na atualidade.

A arte drag passa por um processo mundial de midiatisação desde a década de 70, quando as drag queens¹ têm suas primeiras presenças no rádio e na televisão (AMANAJÁS, 2014). Contudo, na atualidade, essa midiatisação ganhou uma nova força e proporção com a chegada do fenômeno da cultura pop “*RuPaul’s Drag Race*”, um reality show norte-americano no ar desde 2009. O efeito Drag Race tem sido um dos fatores nos estímulo ao aparecimento de diversas drag queens nas mídias digitais e redes sociais em todo o mundo, inclusive em Cuiabá, Mato Grosso, *lócus* do presente estudo.

O processo de midiatisação das drag queens em Cuiabá ocorre, em concomitância, com uma crescente ausência de espaços LGBTQIA+ para show drag, diversas casas noturnas importantes para a história da sociabilidade LGBTQIA+ cuiabana foram fechando na última década e, atualmente, existe somente uma casa noturna que abriga os shows e performances drag: a Queen Club. A situação se agravou para a cena drag e a sociabilidade em torno dela por causa da pandemia de covid-19 que estamos enfrentando desde 2020. O isolamento social contribuiu para a midiatisação mais intensa de nossas vidas, trouxe às drag queens o universo das *lives* nas redes sociais e acentuou a

1 A arte drag confronta com os padrões de gênero estruturados socialmente. O corpo drag trata-se de um corpo que é montado e está na fronteira entre os gêneros pré-estabelecidos. Esse corpo montado se dá por meio de escalas de variação, pois uma drag se monta diferente de outra, e uma mesma drag pode vir a construir seu corpo de forma diferente com o passar do tempo (VENCATO, 2002). O corpo drag é um corpo híbrido que transita entre o que se entende por masculino e feminino sem as pretensões de ser completamente um ou o outro. Diferentemente da transexualidade, a drag queen se monta para performar o gênero feminino em determinados momentos. É o fazer mulher e não ser mulher, a drag queen se conecta mais aproximadamente com a linguagem do teatro e do espetáculo (SANTOS, 2012).

necessidade de explorar mais profundamente os recursos do ciberespaço como uma possibilidade de resistir, existir e socializar.

As mídias digitais se tornaram terrenos possíveis para a sociabilidade, somos cercados por elas, que possibilitam novas dimensões de tempo-espço para vivermos e nos relacionarmos socialmente. Essas mídias potencializaram novas formas de habitar o mundo, formas essas que rompem com a lógica do poder vigente dominante e permitem outras atuações da comunicação como poder. O debate sobre representatividade nas mídias digitais atesta como essa midiaticização das sociabilidades em torno de causas sociais pode interferir nas normas sistêmicas e transformar a sociedade.

A comunicação como poder e representatividade nas mídias

A narração da história em uma única versão é campo da historiografia, mas aqui nos referimos, especificamente, ao termo – Perigo da história única – concebido pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie em referência à proposição de estereótipos de pessoas e/ou lugares, numa perspectiva de construção cultural e de distorção de identidades. Citado por ela, pela primeira vez, numa palestra para o evento *Technology, Entertainment and Design* (TED), a escritora chama a atenção para os necessários questionamentos, frequentemente negligenciados, tais como: – qual é o conceito de história única?, – como ela é construída? e – quem a difunde?

Em sua palestra Adichie exemplifica o conceito do perigo da história única com o relato da sua história pessoal afetada, perniciosidade, pela história única contada fora da África sobre os africanos e como ela, além de vítima, tornou-se também uma reprodutora dessa mesma história. Para a escritora, é provável que a construção de uma *single story* sobre um povo advém da repetição de um mesmo ponto de vista, aspecto ou questão, relacionado com essa população, reiteradamente, sem espaço para vozes dissidentes. Como explica Alves e Flores “tal repetição resultará na concepção das filiações de sentido simplificadoras, construindo, assim, uma representação - única, originada do ponto de vista narrativo da repetição” (2014, p. 8), constituindo uma narrativa homogênea.

O processo é obtido, explana Adichie, com a utilização de enunciações que reforçam uma determinada imagem, signo. Serão estes

elementos que passarão a ser representativos, capazes de constituir certas representações de realidade sobre aquele referente, produzindo visões rasas e reducionistas no receptor da informação. Para Alves e Flores, a repetição da história única, contínua, é um dos meios mais eficientes para a construção de percepções reducionistas e preconceituosas, impregnando ideologicamente, estes povos, grupos ou comunidades de sentidos pejorativos e manipuladores (2014, p. 8). Tais construções sociais e simbólicas são claramente propositas e assistem a interesses políticos e ao poder.

Neste sentido, a escritora nigeriana alerta para a necessidade de autovigilância uma vez que qualquer pessoa pode incidir no equívoco da reprodução de padrões estereotipados sobre etnias, povos, lugares, grupos sociais. As representações negativas, superficiais e simplistas achatam as experiências vividas pelos outros, dos diferentes. Reduzi-las a um modelo único, ideológico não corresponde às histórias que os formaram, sempre mais ricas, diversificadas e complexas, complementa Alves e Flores (2014, p. 14) ou, como diz Adichie: *“power is the ability not just to tell the story of another person, but to make it the definitive story of that person”*².

O problema com estereótipos não é que eles estejam errados, mas que sua característica exatamente essa: eles são necessariamente incompletos, superficializam a experiência e negligenciam todas as outras narrativas que formam um lugar ou uma pessoa, advertem Alves e Flores (2012, p. 6), além de serem capazes de criar objetos de caráter imagéticos (ALVES; FLORES, 2014, p. 12) capazes de fixar uma ideia, na forma de imagem, na mente das pessoas.

A representatividade nas mídias digitais pode contribuir para a ampliação das histórias que são contadas e conhecidas pelo público acerca daquilo que representam, auxiliando na desconstrução da única imagem. A questão da representatividade de um determinado grupo social, gênero ou etnia etc. seja nas instituições públicas, poderes políticos, postos de chefia, mídias sociais, ou em qualquer outro campo de poder delimitado, evidentemente, engloba muitos aspectos. Entre eles, a crise da representação é um dos objetos mais discutido,

2 “Poder é a capacidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de torná-la a história definitiva desta pessoa” (tradução nossa).

seja porque a representatividade em questão aparece distorcida, completamente equivocada ou simplesmente não existe.

Lattman-Weltman (2015, p. 30-32) usa as palavras inexistência, inautenticidade ou baixa qualidade para descrever uma relação de representatividade em crise; relação clássica entre duas partes que se estabelece entre o representado e o representante, sempre que alguém toma para si – ou é empossado no direito – de representar um outro, em tarefa de seu interesse. Segundo o autor há, pelo menos, quatro tipos de problemas na representação: (1) quando não há vínculos entre representados e representantes; (2) quando não há uma tradução fiel e/ou proporcional dos elementos a serem representados ou defendidos; (3) quando os representantes, após a ocupação dos cargos, situados em uma nova situação morais, institucionais, conjunturais ou estruturais, reproduz a voz do representado com grandes assimetrias de informação, alienando radicalmente os representantes de seus compromissos e/ou vínculos originais; (4) quando os interesses coletivos não logram afirmar-se e pressionar politicamente, com eficácia, por conta de processos societários que minam ou inviabilizam a produção dos necessários capitais sociais.

Neste debate sobre a crise da representatividade, as mídias digitais permitem um espaço mais acessível para que as vozes – individuais ou coletivas – falem por si mesmas, sem necessidade de representantes que podem criar uma *single story* dos sujeitos diversos. A representatividade significa justamente desconstruir a lógica de poder da história única e trazer uma nova forma de poder da comunicação através das vozes dos sujeitos, ela se torna uma aliada dos sujeitos não dominantes, localizados à margem da sociedade que fabrica os consensos. A representatividade nas mídias digitais traz visibilidade, pauta reflexões sociais e vislumbra a construção de um novo imaginário das diferenças, desconstruindo estereótipos e reconstruindo-os mediante o princípio ético e humano universal do respeito.

A midiaticização da sociabilidade LGBTQIA+ através da cultura drag destaca a importância da representatividade para esse grupo social pois, além de dar voz – poder da comunicação –, proporciona o reconhecimento do ativismo LGBTQIA+ na figura das drag queens que tomaram o fronte de movimentos históricos da comunidade como a Rebelião de Stonewall, em 1969. A representatividade nas mídias digitais também proporciona às drag queens que se tornem referências

para inspirar o nascimento de novas drags em todo território nacional ou internacional a partir das sociabilidades midiaticizadas.

Os videoclipes como um espaço possível de sociabilidade

Utilizamos no presente estudo a conceituação de videoclipe pós-MTV, concebida por Simone Pereira de Sá (2016). Esse formato de produção e distribuição de videoclipes possibilita o conteúdo ao qual nos atemos aqui. As especificidades desse videoclipe se dão pela facilidade de compartilhamento de materiais oficiais e materiais produzidos por fãs, tendo como principal meio de veiculação plataformas digitais, como o YouTube, e se espalham pelo ciberespaço. Segundo Pereira de Sá, o videoclipe pós-MTV

(...) abrange um conjunto de fragmentos áudio-visuais de origens heterogêneas que vão do vídeo do show postado por um fã, passando pela infinidade de paródias, tributos e homenagens e chegando até os vídeos “profissionais” que divulgam as novas músicas dos cantores com carreiras (mais ou menos) estabelecidas. (2016, p. 61).

O videoclipe da era televisiva possuía um número de exibições diárias limite, em um curto período, e dependia intrinsecamente de negociações entre gravadoras e emissora. A logística de produção e circulação excluía artistas amadores, iniciantes ou fora dos padrões heteronormativos como cantoras trans e drag queens, que presenciamos inseridas atualmente na indústria da música. Já os videoclipes pós-MTV podem ser gravados independentemente, circulam com maior liberdade e amplitude na internet via plataformas digitais e redes sociais (NERCOLINI; HOLZBACH, 2009), o que tem sido um meio de grande utilidade àqueles que administram a própria carreira musical sem gravadoras.

Com o videoclipe pós-MTV as/os artistas podem se projetar na internet para angariar fãs e talvez chamar atenção de produtores da indústria fonográfica. É dentro dessa perspectiva que encontramos as drag queens cantoras que se lançaram por conta própria no YouTube em direção a uma carreira profissional como as expoentes nacionais Pablio Vittar, Gloria Groove, Lia Clark, Aretuza Lovi, Sarah Mitch, Kaya Conky, entre outras.

A internet e o videoclipe pós-MTV também reconfiguraram a circulação e visualização dos clipes, já que não se mensura centralmente pelos métodos televisivos e se insere um sistema de cultura participativa (JENKINS, 2009) em que os fãs interagem e contribuem diretamente com o espalhamento e circulação do produto audiovisual. O consumidor do videoclipe pode compartilhar em diversas redes sociais a fim de corroborar a numeração de visualizações e outros mecanismos como *like*, *dislike* e comentários. Nesse processo de cultura participativa vão se traduzir os processos de sociação e sociabilidade conceituados por Simmel.

Para Georg Simmel, a sociação ocorre “(..) quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação.” (2006, p. 60). A partir da interação desenvolvida por fãs nas redes sociais a sociação pode se tornar uma relação de sociabilidade, mesmo se tratando de um ambiente virtual sem contato físico, pois os vídeos impulsionam um novo tipo de relação de sociabilidade circunscrita no ciberespaço. Permeando a princípio somente a socialização por se tratar de um processo da interação social por si só e posteriormente a sociabilidade, que deve garantir às partes envolvidas o máximo de valores sociáveis como alegria e vivacidade.

Ao romper com a logística da indústria fonográfica dominante, as estruturas do videoclipe pós-MTV rompem com a lógica publicitária de poder imposto que conta a história única dos artistas. Esse rompimento se dá através de sua reconfiguração estética e do processo de produção audiovisual do conteúdo que traz sujeitos localizados à margem dos interesses dos canais midiáticos (fabricados como o consenso de grande porte e alta qualidade). Ocorre a partir desse mecanismo autônomo um processo de comunicação e poder através das/dos artistas independentes que ganham voz e se utilizam desse espaço para se fazerem presentes no mundo por meio de performances dissidentes. Ao mesmo tempo, constroem a representatividade de si mesmos para seus semelhantes de diversos grupos sociais em todos os meios de comunicação, com destaque para as mídias digitais.

Drag queen mato-grossense e o enfrentamento da história única através do videoclipe como comunicação e poder

Natural de Cuiabá, Mato Grosso, a drag queen Sarah Mitch se destaca por sua contribuição para a cultura drag mato-grossense ao longo de seus 20 anos de carreira. Sarah já foi Melhor Drag do Brasil em 2008, no concurso nacional realizado na boate Blue Space, na cidade de São Paulo; fez participações em programas televisivos de renomadas emissoras de grande visibilidade como “Qual é o Seu Talento?”, do SBT, programa “Legendários”, da Rede Record, e integrou uma temporada completa do famoso “Amor & Sexo”, da Rede Globo.

Em 2018, Sarah Mitch gravou um videoclipe paródia chamado “Bolsonaro Não”³ baseado na música “*Bad Romance*”, da cantora pop Lady Gaga, e por meio dele se manifestou em prol do movimento político #EleNão convocando apoiadores da causa no estado de Mato Grosso a se unirem a ela em seu manifesto pop-político. O impacto do vídeo foi expressivamente notado na internet graças aos fãs da drag queen que participaram ativamente na difusão do videoclipe, a nível regional e nacional, conquistando a façanha de viralizar nos *smartphones* e computadores por meio mídias sociais como WhatsApp, Facebook, YouTube e Twitter.

Atualmente, o videoclipe possui mais de 109 mil visualizações no canal da drag cantora, no YouTube, e mais de 1200 comentários. Nele, Sarah Mitch denuncia através das letras da canção diversas das declarações do candidato (na época) à presidência da república de cunho racista, machista, fascista e homofóbico; sendo sempre seguidas dos versos: “Eu digo não”, “Bolsonaro eu digo não” e “Pra ele eu digo não”. A partir daí pudemos realizar extratos da ampla metodologia de análise midiática para vídeos proposta por Soares (2013).

No parte visual do videoclipe, a drag elabora performances coreográficas e figurinos inspirados no pop de Lady Gaga e conta com a presença especial de personalidades nacionais como o Coletivo Mães Pela Diversidade e *inserts* das artistas Giselle Itié e Alexia Twister.

3 Disponível em: <https://youtu.be/DuhLxr2Ba2c>. Acesso em: 06 jun. 2021.

No início do videoclipe vemos Sarah Mitch presa em uma cela que possui uma parede repleta de escritas de ofensas misóginas, sexistas e homofóbicas como: viadinho, mulherzinha, bixa/bixinha (*sic*), sapa-tão e traveco. Em uma cena ela tenta apagar desesperadamente isso da parede que a prende junto da cela em alusão a uma tentativa de apagar as declarações preconceituosas do candidato, que veio a ser eleito posteriormente.

No campo das imagens do videoclipe também se destacam as cenas em que Sarah se encontra com pessoas *queer*⁴ libertas de tabus sociais em um bar e juntos todos esses sujeitos queer saem ocupando as ruas do centro de Cuiabá, capital do Estado. A cantora nos apresenta uma metáfora em relação à invisibilidade que as pessoas LGBTQIA+ vivem e a busca coletiva desse movimento por visibilidade e reconhecimento na sociedade civil. Ao final do videoclipe a queen revela que por baixo de um de seus figurinos artísticos está uma camiseta com a seguinte mensagem na altura do peito: “Homofobia é crime”.

Por conta de seu conteúdo politicamente declarado o videoclipe levantou polêmica entre os usuários das redes sociais, que já estavam efervescidos pelo contexto de eleições presidenciais, e gerou diversos processos de sociação. As sociações ocorrem a partir dos comentários entre as pessoas que comentam o videoclipe, seja pelo YouTube ou grupos de Facebook ou WhatsApp, pois abraçam as relações por si só independente de vínculos e objetivos semelhantes. Contudo, como aponta Simmel, a sociabilidade se configura somente entre àqueles que sociam de maneira correspondente e, assim, conseguem trazer o bem-estar um para o outro.

Pessoas disseminam o *hate* (ódio) à produção da drag queen cantora Sarah Mitch, enquanto outros manifestam seu apoio ao videoclipe e ao #EleNão. No processo desenvolvido por essas sociações pessoas se identificam em seus posicionamentos a partir dos comentários postados, sejam eles favoráveis ou contrários, e passam, então, a estabelecer um vínculo de sociabilidade em qualquer mídia digital

4 Os sujeitos *queer* são aquelas/aqueles consideradxs anormais ou estranhos por deslocarem o gênero e que não se encaixam nos padrões normalizados de masculino e feminino (MISKOLCI, 2012). A palavra *queer* tem origem do inglês como um xingamento, que no português seria equivalente a anormal, estranho, esquisito, bicha, boiola, baitola e afins.

que o videoclipe estiver disponibilizado estimulando esses processos relacionais.

Por se tratar de um candidato que, como nas palavras de Sarah Mitch, “prefere um filho morto a tê-lo parecido a mim”: sujeito gay e drag queen, a midiaticização da sociabilidade LGBTQIA+ sinaliza a importância e seriedade da representatividade para o grupo social. Através do videoclipe e da arte drag Sarah quebra a estrutura da história única ao se projetar como porta-voz das pessoas de seu grupo, ela é quem conta a própria história e de sua comunidade. Além da própria voz projetada como poder na comunicação; como local de fala, fica consolidada imagetivamente nas mídias digitais a representatividade drag e LGBTQIA+ proporcionando a reconfiguração dos estereótipos fabricados em torno do que é ser LGBTQIA+ e/ou drag.

“Bolsonaro Não” é um videoclipe pós-MTV produzido colaborativamente por amigos da drag queen por meio de “(...) um esquema de “brodagem”, com câmeras amadoras, “mutirão” na edição e disponibilização na internet.” (SOARES, 2013, p. 268). Esses elementos, com ênfase na dinâmica de circulação do produto audiovisual direcionada em mídias digitais, se provaram capazes de acionar disputas e controvérsias nas redes que evocam o caráter político do pop à tona (SOARES, 2015). De acordo com Pereira de Sá (2016), pode-se averiguar esse processo através do exemplo da performance da cantora pop Beyoncé no *Halftime Show* do *Super Bowl 2016* que trouxe referências ao *Black Panther Party* e às lutas do Movimento Negro estadunidense no evento de maior audiência do mundo, o que ocasionou em um grande tensionamento entre defensores e boicotadores da cantora. Desse modo, podemos nos referir ao videoclipe de Sarah Mitch como uma performance audiovisual pop-política atravessada por tensionamentos sociopolíticos da atualidade.

Considerações finais

Questões como a escassez de ambientes presenciais para sociabilidade LGBTQIA+; a retirada da população LGBTQIA+ das diretrizes de Direitos Humanos no Governo Federal vigente; o contexto de isolamento social vivenciado no presente pela pandemia, são fatores que nos levam a observar como a cultura drag se reinventa de acordo com as necessidades da realidade contemporânea a respeito da cultura LGBTQIA+. O caminho estratégico possível para esse grupo social

foi realizar a ocupação de espaços de comunicação e mídias digitais por meio de *lives*, vídeos e performances midiaticizadas para existir e resistir; para ser e fazer. Essa realidade midiaticizada nos trouxe à luz o videoclipe como um espaço de comunicação e poder capaz de apresentar a importância do debate de representatividade na sociedade e estabelecer relações de sociabilidade entre os usuários das mídias digitais e sociais.

Estudos como este são importantes para que se possa ampliar a resistência ao discurso da história única sobre grupos sociais marginalizados e quebrar o monopólio dos consensos fabricados. Durante a pandemia esses consensos fabricados têm girado em torno da difusão massificada de *fake news* e informações de caráter neofascista que se refletem nas ações violentas de Governos como o brasileiro e o estadunidense. Essa situação nos faz pensar a respeito do emergente movimento #BlackLivesMatter, que teve como estopim o assassinato de George Floyd (homem negro de 46 anos) por conta da truculência da polícia militar supremacista dos Estados Unidos da América. Floyd foi sufocado pelo joelho do policial que o manteve pressionado sobre seu pescoço durante oito minutos e quarenta e seis segundos. Protestos foram organizados através de sociabilidade midiaticizada ao redor do mundo para denunciar e lutar contra a violência racial diariamente vivida pelo povo negro. Isso nos desperta a importância de abordar temáticas sob o viés do presente estudo a respeito de outras causas sociais que precisam de visibilidade e reconhecimento, assim como o movimento negro.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (Global 2009). Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br#t-77982>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ALVES, Iulo. A.; FLORES, Marília Seixas de O. As “Histórias Únicas” e Seus Impactos Políticos na Construção de Representações e de Identidades. **Revista Mulemba**. Rio de Janeiro, v.1, n. 11, p. 46- 59, jul./dez. 2014.

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes**, v. 6, n. 16, p. 1-24, set./dez. 2014.

FRANÇA, Vera. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio D.; BRAGA, José L. (Org.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. 428 p.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. **Compólitica**, v. 4, n. 2, p. 27-58, mar. 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 291 p.

MISKOLCI, R. Origens históricas da teoria queer. In: MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NERCOLINI, Marildo José; HOLZBACH, Ariane Diniz. Videoclipe em tempos de reconfigurações. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 39, p. 50-56, 2009.

PEREIRA DE SÁ, Simone. Somos Todos Fãs e Haters? Cultura Pop, afetos e performance de gosto nos sites de redes sociais. **Revista ECO-Pós**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 50-67, 2016.

SANTOS, J. F. Meu nome é “Híbrida”: Corpo, gênero e sexualidade na experiência drag queen. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. Córdoba, v. 4, n. 9, p. 65-74, ago./nov. 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 118 p.

SOARES, Thiago. **A estética do videoclipe**. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 308 p.

SOARES, Thiago. Percursos para estudos sobre música pop. In: PEREIRA DE SÁ, Simone;

CARNEIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério. **Cultura pop**. 1ª edição. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015. p. 19-33

VENCATO, Anna Paula. **Fervendo com as drags**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2002.

HOMOEROTISMOS E RELIGIOSIDADES EM DEREK JARMAN

Renato Trevizano dos Santos

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos
Audiovisuais da Universidade de São Paulo (PPGMPA – ECA – USP),
renato.trevizano.santos@usp.br.*

Resumo

O trabalho interroga a possível intimidade entre o sagrado e o sensual. Para tanto, miramos sua encarnação em três filmes de Derek Jarman: *Sebastiane* (1976), *The Angelic Conversation* (1985) e *The Garden* (1990), todos a fabular em torno da comunhão entre homoerotismo e religiosidades. *Sebastiane* reencena a narrativa de São Sebastião desde uma perspectiva queer. *The Angelic Conversation* opera igualmente um gesto “queerizante”, combinando com versos de Shakespeare imagens de rapazes a trocar afeto em paisagens míticas. Por fim, *The Garden* vai ao cerne do mito cristão ao adaptar passagens do próprio Evangelho, também com uma mirada queer. Nos três filmes, a tensão entre a relação romântica idealizada/dessexualizada e sua contraparte libidinosa, quando não violenta, sadomasoquista etc. pode dizer não só sobre o dualismo cristão, mas especialmente sobre as luzes e sombras dos arquétipos, em direção a uma possibilidade de abordagem não-binária do mundo, das relações e das religiões. Apoiamos nossas leituras em algumas obras escritas por Jarman e também sobre ele, por autores como Tony Peake, Rowland Wymer, Steven Dillon, Jim Ellis, Stephen Farthing, Ed Webb-Ingall e Cecília Mello. Além disso, buscamos um diálogo com a filosofia: para aproximações entre o sensual e o sagrado, vale-nos a noção de erotismo de Bataille; como atitude que questiona o mito e o reposiciona em um corpo vivo, a ideia de profanação, de Agamben, também é cara à análise. Circularemos esses e alguns outros conceitos, desejada a interlocução entre cinema e filosofia nos entrecruzamentos de sagrado e profano.

Palavras-chave: Derek Jarman, Cinema Queer, Erotismo, Profanação, Teologia Queer/Indecente.

Introdução

A partir da interrogação da possível intimidade entre o sensual e o sagrado, e como tal pode se manifestar em imagens fílmicas, analisaremos centralmente três filmes de Derek Jarman: *Sebastiane* (1976), *The Angelic Conversation* (1985) e *The Garden* (1990). Abordamos três momentos da vida e obra de Jarman: o início, com o primeiro longa-metragem; o período central, com grande vigor criativo e experimental em diversas frentes, antes do diagnóstico de HIV+; e sua fase final, nos anos de adoecimento e criação em face da aproximação da morte – cada uma dessas fases corresponde, respectivamente, a um dos filmes mencionados.

Outras obras se somam a esses três filmes centrais, como livros do próprio Jarman – é o caso de seu primeiro livro publicado, e único inteiramente dedicado a poemas (em uma compreensão mais estrita do termo literário, entendido como a organização do texto em versos), *A Finger in the Fishes Mouth* (1972). Esse livro parece iniciar uma trajetória mítica partindo das cavernas subaquáticas, com a evocação, desde o primeiro poema (“Poem II”, por ironia), do tropo da viagem por águas subterrâneas, acompanhado da fotografia de um barco que atravessa a abertura de uma caverna. Além dessa estreia literária, é importante destacar *Modern Nature* (1991), escrito em paralelo à realização de *The Garden* – incluindo um diário das filmagens (JARMAN, 2018, p. 200) – e concebido como diário e herbal, a documentar o processo de criação de seu jardim em Prospect Cottage, Dungeness. Nessa região desafiadora, pouco habitada e açoitada pelos ventos, uma usina nuclear desponta no horizonte, aparecendo em algumas imagens do filme como um oceano ameaçador.

Em busca de embasamento a respeito de dados biográficos sobre Jarman, utilizamos *Derek Jarman: A Biography*, de Tony Peake, maior e mais completa biografia dedicada ao artista, bem como análises de outros autores sobre a vida e a obra do cineasta, como *Derek Jarman*, de Rowland Wymer, que pontua o caráter arquetípico contido na produção jarmaniana, em diálogo franco com Carl Gustav Jung (WYMER, 2005, p. 27), por exemplo, além de autores alquimistas e herméticos, conhecimentos marginais ou esquecidos da Renascença (ELLIS, 2009, p. 180), como Giordano Bruno – em *Caravaggio* (1986) – e John Dee, que Jarman cita em seus textos e também traz como personagem

em *Jubilee* (1977). Nesse, que é considerado o primeiro filme punk da história, Jarman também traz figuras míticas e perturbações do tempo e da textura imagética, como é característico de seus experimentos estéticos, havendo a presença de Ariel, um espírito angélico, que transporta a Rainha Elizabeth I à Inglaterra de 1577. O elenco é composto por ícones da cena punk inglesa, como Jordan, Adam Ant, Toyah Willcox, Nell Campbell, Demoriane, Wayne County, conta com participações das Slits e de Siouxsie and the Banshees, e com trilha musical de Brian Eno. O personagem Ariel é inspirado na obra de Shakespeare, adaptada por Jarman pouco depois em *The Tempest* (1979), que conta com o espírito Ariel, o mago Próspero, sua filha Miranda e o híbrido de humano e monstro Caliban, filho da bruxa Sycorax. Figuras angelicais/santas/divinas/diabólicas/monstruosas/mágicas/sobrenaturais/fantásticas/míticas reaparecem em outros momentos da filmografia de Jarman, tais como: o anjo que relampeja em um dos videoclipes dirigidos para os Smiths, *The Queen is Dead* (1986); em *Sebastiane*, com a queerização da narrativa de São Sebastião; na evocação do título de *The Angelic Conversation*, que também queeriza Shakespeare, o grande mito da Renascença britânica; em *The Garden*, com várias figurações de Cristo e de personagens bíblicas; entre outros casos.

As referências de Jarman a outros autores renascentistas, localizados no despertar da modernidade ou mesmo pré-modernos, medievais, em especial de herbais – obras destinadas a orientar quanto ao cultivo de jardins domésticos, com informações sobre usos medicinais de plantas, suas histórias e mitos, quando não aspectos diretamente religiosos –, são destacadas na análise de *Modern Nature* que Jim Ellis apresenta em *Derek Jarman's Angelic Conversations*¹. Em *Derek Jarman and Lyric Film*, Steven Dillon traça uma linhagem do filme lírico (queer), situando Jarman próximo a Cocteau, Genet, Anger,

1 Cf. *Herball* (1597), de John Gerard; *The Gardener's Labyrinth* (1577), de Thomas Hill; *Herbarium* (século IV), de Apuleius Platonius; *The Book of Albartus Magnus, of the virtues of Herbes* (c. 1560); *The CountryHousewife's Garden* (1617), de William Lawson; *The English Physician* (1652), de Nicholas Culpeper; *The Art of Simpling* (1656) e *Adam in Eden, or The Paradise of Plants* (1657), de William Coles; e *Kalendarium Hortense* (1666), de John Evelyn.

Pasolini e Parajanov², entre outros, em uma esquina bastante específica da História do Cinema.

A dimensão homoerótica e ritualística dessa coleção de obras, que abordaremos nos termos de Benjamin, para quem a coleção implica de forma significativa a subjetividade do colecionador – abrindo a perspectiva, portanto, ao componente amoroso do agrupamento de obras –, poderá nos fazer pensar ainda nos ditames de uma família espiritual, que dá a ver a materialidade dos corpos queer em exploração profunda de sua dimensão espiritual, sagrada, religiosa, em gesto que questiona e desestabiliza os mitos de seus lugares seguros na história.

Em invocação de Agamben (2007), poderíamos pensar esse movimento de atualização do mito como uma profanação, que é a devolução a um corpo vivo daquilo que foi apartado pelo dogma religioso. O autor recorda que a etimologia da palavra religião, ao contrário do que apregoam muitas pessoas bem-intencionadas, não tem a ver com “religare” (religar), mas com “relegere” (relegar, separar). Assim, retomar o que foi separado consiste em um importante gesto político. No caso dos filmes de Jarman e em muitas obras da mencionada coleção de corpos queer míticos, a dimensão de apropriação e ressignificação ganha ainda mais uma camada de reivindicação histórica, por prover de sujeitos em geral invisibilizados pela historiografia geral – ou, mesmo quando retidos, ocultados em seu componente homoerótico³.

2 Cf. Jean Cocteau (*O Sangue de um Poeta*, *Orfeu*, *O Testamento de Orfeu*), Jean Genet (*Um Canto de Amor*, ao que eu acrescentaria livros do autor, como *Nossa Senhora das Flores*, *Diário de um Ladrão*, *Querelle*), Kenneth Anger (*Fireworks*; ao que adicionaria *Eaux d'artifice*; *The Inauguration of the Pleasure Dome*; *Invocation of my Demon Brother*; *Lucifer Rising*; e *Brush of Baphomet*), Pier Paolo Pasolini (*O Evangelho segundo São Mateus*, *Medeia*, *Édipo Rei*, *Salô*; mas também *Locações na Palestina para o Evangelho segundo São Mateus*; *Teorema*; *Pocilga*; *Notas sobre uma Oréstia Africana*; *Decameron*; *Os contos de Canterbury*; *As Mil e uma Noites*) e Sergei Parajanov (*A Cor da Romã*; e eu também consideraria *A Lenda da Fortaleza Suram* e *O Trovador Kerib*). De minha parte, mencionaria ainda John Waters (*Pink Flamingos*; *Mondo Trasho*; *Multiple Maniacs*) e, nas artes plásticas, Francis Bacon, Andy Warhol, Pierre et Gilles, David LaChapelle; no Brasil, Mário Peixoto, Lúcio Cardoso, João Silvério Trevisan e Darcy Penteado; para nos restringirmos aos casos incontornáveis.

3 A esse propósito, recorro uma aula, de 12 de março de 2021, com o professor Mário César Lugarinho, no curso de Literatura LGBTQIA+ realizado virtualmente pela FFLCH-USP, em que ele abordou a surpresa de ter constatado que o cânone literário, em várias partes do mundo, era queer, mas muitas vezes “no armário”. O professor relembra que, quando da fundação da ABEH, as discussões sobre o componente homossexual

Aqui, entenderemos o erotismo (e por extensão os homoerotismos, que escolhemos grafar no plural por não sermos capazes de reduzir todas as suas manifestações, incoerentes e contraditórias entre si, a um singular categórico) como sugere Bataille (2017): nos interstícios do sensual e do sagrado, como uma experiência de borramento de fronteiras, de arregaçamento das substâncias corpóreas e etéreas. O filósofo recorre, por exemplo, ao êxtase de Santa Teresa, com seus poemas de amor sensual destinados a Cristo, e também a poemas de São João da Cruz como manifestações, no Cristianismo remoto – o que igualmente identificamos em outros momentos da história, até o presente de que falamos –, desse princípio vivo de devoção e desejo.

O êxtase pensado de uma perspectiva queer, como sugere Tamsin Spargo (2017, p. 75), tem a capacidade de complexificar os limites entre o eu e o Outro, implicando o reconhecimento de que não somos sujeitos fechados, mas abertos à alteridade, que a experiência extática explicita. No transe xamânico, por exemplo, a desposseção de si para o compartilhamento do espírito animal é radicalmente expansiva e política. No ensaio que encerra a edição brasileira do livro de Spargo, Richard Miskolci (2017, p. 89) recupera Néstor Perlongher⁴ e Pedro Paulo Gomes Pereira⁵ para pensar referências latino-americanas sobre a experiência queer religiosa, em relação, respectivamente, ao êxtase no uso de ayahuasca e à presença de travestis em cultos afro-brasileiros.

Spargo, ao final de seu ensaio, aponta também para a presença de Marcella Althaus-Reid (2003) na gênese de uma teologia queer/ indecente na América Latina, com a proposição radical de tirar Deus do armário. A linguagem de Marcella Althaus-Reid, que aproxima o caráter sensual presente na fala popular dos conteúdos teológicos,

de autores como William Shakespeare, Oscar Wilde, Walt Whitman e até mesmo, no Brasil, de Guimarães Rosa, eram em geral relegadas às margens do debate. Nesse sentido, fez-se e faz-se importante o procedimento de “tirar do armário” (ou um modo de “queerizar”) também as análises desses textos, que então passam a responder àquela parcela da comunidade que talvez seja a que mais precisa deles – e que a sua precisão possa ser, justamente, a de viabilizar a criação de uma comunidade.

4 PERLONGHER, Néstor. “Antropologia do Êxtase”. *Ecopolítica*, n. 4, 2012.

5 PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Queer nos Trópicos”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, jul./dez. 2012.

é destacada por Ana Ester P. Freire e André S. Muszkopf⁶, principais estudiosos e divulgadores da teologia queer/indecente no Brasil, que ressaltam como Marcella convida a uma relação íntima com seu texto que tem a ver com a relação sexual, não com o distanciamento acadêmico. Ana Ester propõe, para além de sair dos armários, que estes sejam queimados (FREIRE, 2019).

Interessa-nos ainda, de Bataille (2016a), a abordagem da experiência interior, uma forma de aproximação radical dos objetos, que pode ser defendida metodologicamente como um salto à incorporação do transe extático ao procedimento racional da pesquisa. Além disso, permite um vislumbre do processo que conduz a outros textos de Bataille (2016b), que radicalmente une o religioso ao econômico, político, social e histórico, distinguindo como sagrado a crença “pré-histórica”, totêmica, de intimidade humano-animal.

Veremos como esse tipo de recurso à “pré-história” aparece em Derek Jarman (NOWELL-SMITH⁷ apud ELLIS, 2009, p. 33-34), que sugere temporalidades anteriores ao tempo linear histórico ou moderno, juntamente com a fantasia e a fabulação do mito que abrem à experiência interior. Os percursos tanto luminosos, caso daqueles pelo deserto de *Sebastiane*, quanto sombrios, como nos subterrâneos de *The Angelic Conversation*, direcionam para dentro do sujeito, são caminhos de individuação, sacrifício e iluminação. Para Bataille (2016b), somente o sacrifício é capaz de introduzir, nas sociedades capitalistas, um retorno à intimidade animal, à passagem de volta ao sagrado, pois é consumo sem finalidade, não é o utilitarismo destrutivo do consumismo capitalista. Esse mesmo vínculo entre política, religião e corpo (em sua dimensão racional, onírica, sensorial, animal etc.) encontraremos nos filmes de Jarman aqui abordados, que estão postos em diálogos amorosos com outros momentos da história do cinema e da arte queer, antes e depois.

6 O evento “69 de Marcella Althaus-Reid” foi realizado virtualmente em 11 de maio de 2021, com Ana Ester e André Muszkopf, em comemoração ao que seria o 69º aniversário de Marcella. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/COWBimTJwIh/?igshid=qtthphryx2q8i>>. Acesso em: 15 maio 2021.

7 NOWELL-SMITH, Geoffrey. “Pasolini’s Originality”. *Pier Paolo Pasolini*, 1977, p. 14.

Metodologia

Procedemos, de início, a uma aproximação dos filmes por meio de mais de um visionamento e daí à análise fílmica, a partir da seleção de sequências relevantes, sua decupagem e análise plano a plano, como proposto por Jacques Aumont e Michel Marie (2009). A análise de sequências e cenas dos três filmes centrais deste artigo (*Sebastiane*, *The Angelic Conversation* e *The Garden*) serão cotejadas com referências a outras obras, tanto de Jarman, audiovisuais ou escritas (JARMAN, 1997; 2010; 2018), quanto de outros autores, cineastas, escritores, filósofos etc.

Desse modo, buscaremos identificar um panorama amplo de obras, ordenadas em torno da ideia de uma coleção sobre corpos queer e diversos mitos – adaptados pela literatura e pelo cinema, figurados nas artes plásticas e na fotografia, manifestando-se até mesmo em músicas e videocliques. A coleção, como sugere Benjamin, tem em conta o aspecto subjetivo de sua constituição, ou seja, passa necessariamente pelo afeto do colecionador, que estabelece “uma relação muito misteriosa com a propriedade, [...] uma relação com as coisas que não põe em destaque o seu valor funcional ou utilitário, a sua serventia, mas que as estuda e as *ama* como o palco, como o cenário de seu destino.” (BENJAMIN, 2012, p. 228, *italico* nosso)

A coleção inclui ainda fotógrafos e pintores, como Francis Bacon, Andy Warhol, Paul Cadmus, Pierre et Gilles, David LaChapelle, Keith Haring e Ricardo Cinalli, além de músicas e videocliques, especialmente de artistas da cena brasileira recente, como Ventura Profana, Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Alice Guél, Leona Vingativa, Getúlio Abelha, Josyara, Urias, Bixarte etc. Devido aos limites deste texto, muitos desses representantes não podem ser devidamente abordados, empenho que deve se manifestar em próximas oportunidades, com proposições de expansão, relacionada aos devires contemporâneos. Segundo Benjamin (2007, p. 245), o colecionador opera uma “luta contra a dispersão”, a qual encampamos: destacando essas obras na esperança de retê-las em meio ao apocalipse imagético de nossos tempos.

Perguntando-nos sobre a razão de tantas obras queer a investigarem o campo do mito e do sonho, deparamos com a epistemologia do armário, segundo a qual a convivência das pessoas queer com o

segredo do armário, como o grande “segredo aberto” (MILLER⁸ apud SEDGWICK, 2007, p. 22), talvez possa abrir, no nosso ponto de vista, a perspectiva à lida com o mistério e uma particular apropriação dos mitos fundadores da contemporaneidade, presentes há muito no inconsciente das gerações. É justamente pela lida com o segredo (sentidos cifrados, hieroglifos, emblemas) e com a clausura que Jarman (1997, p. 60) aproxima sua obra de Pasolini, Cocteau, Genet e Anger (DILLON, 2004, p. 29).

A aproximação dos filmes, para além da esquematização mais racional proposta pela decupagem e análise plano a plano, nutre-se ainda da proposição de experiência interior (BATAILLE, 2016a), entendida como um vínculo visceral com o objeto, em que limites se confundem e o irracional também ganha espaço. Pensando que as obras dessa coleção são todas, ou grande parte delas, um convite ao sonho – ou ao pesadelo, em alguns casos –, entendemos que a ligação com elas não poderia se dar apenas em um plano superficial e distanciado.

Resultados e discussão

Vejamos como o primeiro longa-metragem de Derek Jarman, *Sebastiane*, abre caminho a uma exploração do corpo e do espírito no cinema queer de forma significativa. A adaptação de Jarman, que resalta o teor homoerótico do martírio de São Sebastião, segue uma tradição que, pelo menos desde meados do século XIX (KAYE⁹ apud WYMER, 2005, p. 38), já reconhece a apropriação homoerótica da narrativa do santo, em especial das pinturas que o representam com o corpo jovem seminu, em posições devocionais em que se confundem dor e prazer. No século XX, aprofunda-se sua associação com os ativismos gays e lésbicos, que posteriormente se tornariam o movimento LGBTQ – ou comunidade queer, como preferimos. Nesse contexto, a assunção de seu componente sadomasoquista ganha destaque. Na literatura, o representante mais significativo permanece sendo Yukio

8 MILLER, D.A. “Secret subjects, open secrets”. *The Novel and the Police*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

9 KAYE, Richard A. “Losing His Religion: Saint Sebastian as Contemporary Gay Martyr”. *Outlooks: Lesbian and Gay Sexualities and Visual Cultures*. Londres/Nova York: Routledge, 1996, p. 86-105 (p. 86).

Mishima, com *Confissões de uma Máscara* (1949), romance semiautobiográfico em que o narrador descreve a lembrança do primeiro orgasmo de sua vida, motivado por uma imagem de São Sebastião.

No cinema, *Sebastiane* é inaugural não somente em relação à representação do santo, como pela própria apresentação da homossexualidade a um grande público (JARMAN, 2010, p. 83). Até aquele momento, ainda que houvesse filmes a representar relações homossexuais – alguns que incluímos nesta coleção, como *Un chant d'amour* ou *Fireworks* –, eles ainda estavam restritos ao underground, circulando de forma alternativa e muitas vezes proibida. O filme de Jarman acompanha um momento de liberação, na esteira da chamada Revolução Sexual. Os movimentos liberacionistas gays e lésbicos, buscando representações “positivas” às relações homossexuais, em alguma medida encontram eco no gesto que move Jarman à realização de *Sebastiane*. No entanto, como ele nunca é um autor inteiramente assimilável, parte do conteúdo sadomasoquista do filme causava incômodo, desde o lançamento, na parcela mais conservadora da comunidade LGBTQ (ELLIS, 2009, p. 32-33).

Jarman assume o filme como uma tentativa de apresentar uma nova imagem da homossexualidade, pela primeira vez tratada com o grande público desde um ponto de vista interior, e não como uma ficcionalização externa do que seria a vida de uma pessoa queer, questionando a existência de muitos romances sobre homossexuais, por exemplo, mas poucas autobiografias, de modo a reivindicar um importante lugar histórico (ELLIS, 2009, p. 182). Vale destacar que Jarman não reconhecia pacificamente o rótulo de “cineasta gay” (aliás, como Pasolini), preferindo, à noção estabilizadora do “gay”, a proposição mais fluida e questionadora do “queer” (WYMER, 2005, p. 3).

A importância de *Sebastiane* na constituição de uma comunidade queer aos olhos do grande público, à luz plena (de um sol do deserto, a rebrilhar sobre corpos nus, dourados e desejantes), é inegável. Jarman recorda uma correspondência com um fã que revela ter visto *Sebastiane* na televisão aberta, em um volume muito baixo para não ser percebido pelos pais, e não ter entendido nada; e depois de vê-lo uma segunda vez, com o volume normal, e continuar sem entendê-lo, resolve escrever a Jarman pelo fato de ele ter feito um filme que, apesar de não compreender, mudou a sua vida (JARMAN, 2010, p. 84). Talvez se trate disso à espectadorialidade queer que Jarman mira: a compreensão está em um lugar qualquer do corpo que não

seja inteiramente explicável; ou discernível. *Sebastiane* preserva um mistério ao entendimento, não importa em que volume seja ouvido, porque assim se organiza a sua narrativa e a sua *mise-en-scène*, até a escolha do diálogo em latim e da trilha sonora ventosa, estranha, atemporal e circular de Brian Eno. Destacamos algumas sequências que tratam de pontos de vistas que contaminam a estética do filme com estados de consciência perturbados, seja pela turvidão do desejo sexual, seja pela alucinação resultante da tortura física.

No primeiro caso, dos olhares de desejo, estes partem do personagem Severus, capitão do destacamento de soldados de que Sebastião faz parte. Seu objeto de desejo é Sebastião, que, desde a primeira vez que observamos, por meio da câmera subjetiva que fornece o ponto de vista de Severus, aparece prontamente em outro tempo: a câmera-lenta trata de estabelecer essa distorção, contaminando a materialidade do filme com o estado desejante do observador; enquanto Sebastião se banha, o tempo corre normalmente, mas ao fim da cena, a água se deita lentamente sobre seu corpo. A sugestão sensorial, ressaltada em toda a filmografia de Jarman, sem dúvida deixa ecos no cinema queer contemporâneo, que possui como marca a dimensão háptica, que explora a materialidade dos corpos envolvidos na experiência cinematográfica – de atores, personagens, diretores, espectadores e o próprio corpo fílmico, por meio de estratégias como câmera-corpo, visualidade e escuta hápticas (VIEIRA JR., 2015).

Um outro momento do filme que destaca essa corporeidade queer também envolve o olhar de Severus, dessa vez sobre os amantes Anthony e Adrien, que primeiro trocam carícias entre as pedras, sob o sol escaldante, para depois se direcionarem a um corpo d'água, onde brincam. O líquido corre lento sobre seus corpos no outro tempo do desejo, como antes sobre Sebastião. Mais uma cena de banho, ou rito batismal: aqui, essa troca de afeto homossexual funciona efetivamente como um rito de passagem a toda uma comunidade no cinema, como já sugerimos. Jarman se refere especificamente a ela como um momento extático junto à espetatorialidade na sala comercial em que o filme estreou (JARMAN, 2010, p. 84).

Embora esse tipo de tratamento da homossexualidade também seja visto como idealizado ou dessexualizado demais por parte da comunidade queer, acreditamos que ele não é homogêneo ou transparente no filme, tampouco na obra artística geral de Jarman. Em

Sebastiane, as trocas afetivas entre os amantes convivem com a mais extrema violência – destinada a Sebastião, afinal.

A segunda modalidade de distorção da percepção da câmera no filme se dá, como dissemos, a partir do corpo de Sebastião submetido à tortura. Após recusar as investidas sexuais de Severus, bem como por negar-se a lutar com os companheiros em treinamento, Sebastião é submetido a experiências corpóreas extremas, como chicotadas e exposição extensa ao sol, amarrado a estacas sobre o solo desértico, o que lhe leva a um estado de transe místico; Sebastião tem visões com seu Deus Sol, Phoebus Apollus, e mesmo quando o soldado que o ama, Justin, oferece-se para ajudá-lo a se libertar, Sebastião o impede, desejando o contato íntimo com a divindade, em sobretons homoeróticos (DYER¹⁰ apud ELLIS, 2009, p. 38). Esta se apresenta visualmente no plano subjetivo de Sebastião, na forma de um rapaz vestido com pele de leopardo portando galhos secos. O quadro tem as bordas distorcidas, em uma manipulação formal que será retomada no último plano do filme, quando compartilhado novamente o ponto de vista de Sebastião, que mira seus atiradores. Pelo fato de estar varado de flechas, prestes a expiar, a visão do mártir se encontra afetada, o que contamina a câmera e a nós.

Essa alternância de pontos de vistas no filme (há um momento, ainda, particularmente interessante por borrar os limites entre os corpos e expandir a convenção que só dá aos seres humanos o privilégio da perspectiva, em que vemos desde a subjetiva de um porco, em vista baixa e trêmula, com uma câmera na mão que destoa dos outros planos, emulando a corrida do animal perseguido pelos soldados) lança uma indeterminabilidade sobre a perspectiva com a qual ele coaduna, se é a do sádico ou a do masoquista – uma polêmica nas análises (ELLIS, 2009, p. 42-43) que, ao meu ver, não procede: pois o filme sequer nos permite precisar de fato quem seria o dominador e quem o submisso na história, a despeito das camadas mais óbvias.

A complexificação dos papéis de dominador ou dominado é perceptível também em outros momentos da filmografia de Jarman. Em *The Angelic Conversation*, os dois rapazes se alternam no jogo de buscarem e perderem-se, não havendo uma voz dominante no filme da parte de nenhum deles. A escolha de Jarman pela narração de Judi

10 DYER, Richard. *Now You See It: Studies in Lesbian and Gay Film*, 2002, p. 169.

Dench tem a ver com essa não dominância de um dos personagens; com uma voz feminina a ler os sonetos de Shakespeare, não é possível identificar de qual deles ela provém a cada momento, confundindo-os nos papéis de poeta e musa, o que se perde e o que o busca.

Os percursos de seus corpos por espaços míticos, desde cavernas subterrâneas até paisagens pedregosas e corpos d'água, se dá em um ritmo altamente ralentado, por meio de um procedimento criado por Jarman para transformar três minutos de filmagem em quase vinte minutos na montagem final (ELLIS, 2009, p. 99): ele filmava em Super-8 em alta velocidade, depois projetava essas imagens e filmava tal projeção em vídeo a uma velocidade normal, com um processo de telecinagem caseira, posteriormente ampliando para 35mm e adicionando a trilha sonora (MELLO, 2014, p. 100). O resultado é a fragmentação da progressão da imagem, que avança aos saltos e pausas, como se houvesse microcortes a cada plano – o experimento resulta, de certa maneira, em um colapso da noção convencional de plano cinematográfico como uma continuidade das imagens em um intervalo entre dois cortes. Aqui, o procedimento de decupagem plano a plano entra em curto-circuito. Jarman consegue ainda, em uma mesma imagem, mobilizar o Super-8, formato de *home movies* que começava a cair em desuso nos anos 1980, juntamente com o vídeo, novo formato doméstico. O que ele tece, assim, é um comentário histórico sobre a passagem de mídias e a própria noção de lar, pensada a Inglaterra elizabetana como o lar da história inglesa moderna¹¹.

A relação amorosa entre os dois personagens, que também pode ser vista como dessexualizada (“angelical”, afinal), a meu ver também admite um subtexto violento. Os caminhos labirínticos dos rapazes conduzem a um rito de amor e de morte, diante de uma figura que parece encarnar justamente o Rei do Amor e da Morte. Esse terceiro na relação é o intermediador de uma catarse, quando os dois finalmente poderão se tocar, nos planos seguintes. É ele quem estabelece uma explicitação dos jogos de submissão e dominação – enquanto um dos rapazes permanece de pé empunhando velas, o outro se inclina e beija os pés do rei: batismo de fogo.

Antes de poderem se tocar, haviam se encontrado pelo olhar enquanto um deles se banhava – o tema do batismo pela água

¹¹ ELLIS, *op. cit.*, p. 109.

também aparece aqui (DILLON, 2004, p. 110). Pelo efeito ralentado da imagem no filme, a água ganha a feição de ouro em redor do corpo do rapaz, também pelo brilho e tonalidade que emite; e quem sabe a essa altura Jarman tenha operado, em sua obra mais austera, a descoberta da pedra filosofal perseguida pelos alquimistas a que ele se reporta.

A trajetória mítica dos amantes continua, em certa medida, em *The Garden*, mas dessa vez eles se relacionam diretamente com o mito cristão. Em meio a passagens bíblicas, o casal se manifesta como uma das formas de Cristo, também representado como um homem de manto, com cabelos e barbas longas, chagas nas mãos, em uma imagética mais convencional. Há ainda a figuração de Maria Madalena como uma drag queen em uma indumentária camp, de Judas enforcado com roupas de couro em um comercial de cartão de crédito, de Maria como “Madonna of the Camera Op” (Tilda Swinton, que recorda a tatilidade inerente aos filmes desde os *sketchbooks* de Jarman, cf. SWINTON, 2013, p. 18-19), a oferecer socos e pontapés aos “*pappa-razz*” que assediam o Menino Jesus. Jarman compõe um quadro nada domesticável das personagens bíblicas, atualizando o mito de forma radical.

Em *The Garden* também há, como em *Sebastiane* e *The Angelic Conversation*, uma cena de batismo, dessa vez localizada em uma banheira, envolvendo Jesus Cristo e João Batista, como no Evangelho, mas aqui descambiando para beijos entre os dois homens. A cena sugere a união do paraíso perdido da infância à realização amorosa da idade adulta, onde talvez a criança interior renasça. O jardim, que é tanto do Éden quanto do Getsêmani, isto é, antes da queda do homem e nos momentos finais da vida de Cristo, o princípio e o fim, é igualmente o jardim material de Jarman, que ele criou para si como a resistência da vida em face da aproximação da morte, mesmo ímpeto que move o filme e a documentação de todo o processo conjunto, o livro *Modern Nature*. Esse ímpeto poderia indicar também que a vida e a morte, afinal, talvez não sejam forças contrárias, mas coabitantes de uma mesma heterotopia.

Considerações finais

Poderíamos pensar os três filmes, em uma proposta de integração final, como três momentos de uma trajetória arquetípica rumo à individuação, que se inicia em *Sebastiane* com a individualidade narcísica

e solitária, que se realiza sem haver encontrado a complementaridade sexual; em *The Angelic Conversation* o caminho de individuação continuaria, em direção à duplicação e ao espelhamento, oferecendo uma realização ainda no campo do narcisismo, que rejeita à dupla a dimensão sombria ou violenta; por fim, em *The Garden*, outras porções seriam liberadas, incluindo mais figuras à composição final da realização interior, com a presença dos amantes, da criança, da mãe e do mestre em quadro. A identidade, antes fechada no sujeito, abre-se à alteridade. Trata-se de um movimento queer de expansão.

Identificamos tal movimento em outras obras, mencionadas de passagem neste artigo, na tentativa de compor uma coleção que dê dimensão da diversidade da produção dentro do campo de estudos, permitindo a ampliação em vários caminhos. A exploração do sensual e do sagrado na arte queer aparece em momentos expressivos no passado – na literatura, no cinema, nas artes plásticas, na pintura, na fotografia etc. – e permanece nos interrogando no presente, produzindo novas obras audiovisuais, teorias no campo da arte, da teologia, da filosofia, da história e de diversas outras disciplinas abertas à interlocução entre o sagrado e o erótico.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ALTHAUS-REID, Marcella. *The Queer God*. Londres: Routledge, 2003.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *A análise do filme*. Lisboa: Texto & Grafia, 2004.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. *A experiência interior*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016a.

_____. *Teoria da religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b.

BENJAMIN, Walter. “O colecionador”. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. “Desempacotando minha biblioteca”. *Obras escolhidas*, vol. II. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DILLON, Steven. *Derek Jarman and Lyric Film: The Mirror and the Sea*. Austin: Univ. Texas Press, 2004.

ELLIS, Jim. *Derek Jarman's Angelic Conversations*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

FREIRE, Ana Ester Pádua. *Armários queimados: igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade*. [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2019.

JARMAN, Derek. *Modern Nature*. Londres: Vintage Classics, 2018.

_____. *At your own risk: a saint's testament*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

_____. *Kicking the pricks*. Woodstock, NY: The Overlook Press, 1997.

MELLO, Cecília. “Os ensaios em Super-8 de Derek Jarman”. CASTAÑEDA, Alessandra; DIAS, Victor; FONSECA, Raphael. (Orgs.). *Derek Jarman: Cinema é liberdade*. Rio de Janeiro: Jurubeba, 2014. PEAKE, Tony. *Derek Jarman: a biography*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011. SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário”. *Caderno Pagu*. 2007, n. 28.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer – seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SWINTON, Tilda. “Foreword”. FARTHING, Stephen; WEBB-INGALL, Ed. (Orgs.). *Derek Jarman's Sketchbooks*. Londres: Thames & Hudson, 2013.

VIEIRA JR., Erly. “Por uma exploração sensorial e afetiva do real: esboços sobre a dimensão háptica do cinema contemporâneo”. MELLO, Cecília. (Org.). *Realismo Fantasmagórico*. São Paulo: CINUSP, 2015.

WYMER, Rowland. *Derek Jarman*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

O COMENTARIADO HOMOTRANSFÓBICO NO FACEBOOK: DISCURSO DE ÓDIO E RETÓRICAS LGBTFÓBICAS ONLINE

Leo Mozdzenski

Doutor em Comunicação (PPGCOM/UFPE), doutor em Letras (PPGL/UFPE) e, atualmente, pós-doutorando em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE), leo_moz@yahoo.com.br.

Resumo

No início de fevereiro de 2021, o vídeo intitulado *Casal gay é açoitado na Indonésia* viralizou na página do Facebook da ONG Ostras G Diversidade (RJ), recebendo mais de 2 mil comentários, majoritariamente impregnados de injúrias, difamações e observações LGBTfóbicas. O vídeo mostra um casal homoafetivo recebendo cerca de 80 chibatadas como punição por manterem relações sexuais, o que é considerado ilegal em Aceh, única província da Indonésia que obedece a *sharia* (lei islâmica). Em sua postagem no Facebook, a ONG fluminense – voltada para a defesa dos direitos humanos, de políticas públicas e da cidadania da população LGBT – expressou seu repúdio e indignação. No entanto, logo em seguida, foi bombardeada por pontos de vista moralistas, preconceituosos, fundamentalistas. Este trabalho propõe analisar esse episódio à luz dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) e da teoria *queer*, desvelando as estratégias retóricas usadas pelo discurso de ódio homotransfóbico proferido por internautas reacionários e intolerantes, evidenciando as indelévels opressões sofridas pelas dissidências sexogênicas em razão de uma sexualidade e/ou de uma identidade de gênero desviante daquilo que se impõe como “normal” na sociedade brasileira contemporânea. Os resultados da pesquisa identificam cinco categorias analíticas: a retórica cis-hetero-compulsória, a retórica religiosa, a retórica legalista, a retórica biologizante e a retórica derrisória.

Palavras-chave: LGBTfobia, Retóricas homotransfóbicas, Discurso de ódio, Facebook, Redes sociais digitais.

Introdução

No início de fevereiro de 2021, um vídeo postado pela ONG Ostras G Diversidade em sua página no Facebook viralizou, alcançando a marca de 515,4 mil visualizações nos dez primeiros dias e obtendo mais de 16 mil *emojis* de reação.¹ O vídeo intitula-se *Casal gay é açoitado na Indonésia* e mostra um casal homoafetivo recebendo cerca de 80 chibatadas como punição por manterem relações sexuais. A homossexualidade é considerada ilegal em Aceh, única província da Indonésia que obedece a *sharia* (lei islâmica). Em sua postagem no Facebook, a Organização Não Governamental fluminense – voltada para a defesa dos direitos humanos, de políticas públicas e da cidadania da população LGBT² – expressou seu repúdio e indignação.

Surpreendentemente, a página do Facebook da Ostras G Diversidade – seguida apenas por um pouco mais que 2.700 pessoas e sem muito engajamento em suas postagens regulares – passou a ser bombardeada com comentários homotransfóbicos. Até o momento, há o registro de 2.295 comentários, constituídos majoritariamente por injúrias, difamações e pontos de vistas preconceituosos contra os membros da comunidade sexodiversa. Diante desse cenário, a presente investigação objetiva analisar que estratégias retórico-discursivas são mais recorrentemente utilizadas no discurso de ódio LGBTfóbico

1 Disponível em: <<http://bit.ly/2N4Mlds>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

2 Sigla usada para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Atualmente, é possível observar o emprego de outras abreviações derivativas, como LGBTQ (com a letra Q indicando as pessoas *queer*, sendo mais presente nos movimentos sociais estadunidenses), LGBTI (com a letra I indicando pessoas intersexuais, usada com frequência por entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Anistia Internacional) ou, mais recentemente, LGBTQIA+ (com a letra A indicando os assexuais e o sinal + para representar outras identidades/sexualidades disruptivas não cobertas pelas letras anteriores). No presente trabalho, será utilizada a sigla LGBT, por ser o termo de maior uso corrente nas pesquisas nacionais, na mídia e em documentos oficiais. Em todo caso, o emprego da sigla aqui diz respeito a qualquer pessoa não heterossexual e/ou não cisgênera. Também serão adotadas doravante as seguintes convenções: a) na esteira de Lopes (2011), o adjetivo “gêndérico” (e suas variações) corresponde à locução adjetiva “de gênero” (cf. *gender*, ou seja, “gênero” em inglês); b) apesar de suas especificidades semânticas, os seguintes termos são considerados equivalentes: comunidade LGBT, população sexodiversa, público sexodissidente e dissidências sexogendéricas (e variações dessas expressões).

proferido por internautas reacionários e intolerantes, evidenciando as indelévels opressões sofridas pelas dissidências sexogendéricas em razão de uma sexualidade e/ou de uma identidade de gênero desviante daquilo que se impõe como “normal” na sociedade brasileira contemporânea.

Metodologia

O presente trabalho constitui-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que consiste na investigação de um estudo de caso. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados lançam mão das diretrizes preconizadas pelas abordagens dos Estudos Críticos do Discurso e da teoria *queer*, discutidas mais adiante. Isto é, são procedimentos operacionalizados para identificar, descrever e analisar criticamente como se dá a construção das proposições retóricas mais relevantes e recorrentes usadas por internautas LGBTfóbicos em face do vídeo *Casal gay é açoitado na Indonésia*.

Mais particularmente, do *corpus* expandido de 2.295 comentários, foram selecionados 150 enunciados para integrarem o *corpus* restrito, em que se revela patente o discurso de ódio homotransfóbico. Por fim, todos esses comentários serão categorizados a partir de suas “retóricas” mais usuais e produtivas, organizadas consoante as seguintes categorias analíticas: a retórica cis-heterocompulsória, a retórica religiosa, a retórica legalista, a retórica biologizante e a retórica derrisória.

Referencial teórico

Para a realização dessa empreitada, este trabalho fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Sob a égide dos ECD, firmou-se um projeto comum de estudo da fala, da escrita e de outros modos semióticos (imagem, som, música, design, gesto, linguagem corporal, etc.), que propõe descrever, interpretar e divulgar como as formas de poder, a dominação e a desigualdade social são (re)produzidas nas práticas discursivas, em seus contextos sociopolíticos e culturais de funcionamento (VAN DIJK, 2003, 2008; FAIRCLOUGH, 2016).

Na verdade, os ECD não constituem uma escola ou disciplina. Trata-se, antes, da adoção de uma postura assumidamente crítica e

politicizada de investigar, identificar e expor o que está implícito ou naturalizado nos textos orais, escritos e multissemióticos, e que, de alguma maneira, produz efeitos sobre a liberdade de pensamento e as possibilidades de ação individual dos sujeitos. De acordo com Van Dijk (2003), todo planejamento teórico mostra-se adequado sempre que permita examinar discursivamente problemas sociais relevantes, tais como o racismo, o sexismo, a xenofobia e outras formas de discriminação social.

Concomitantemente, também serão utilizados nas análises os conceitos e propostas dos estudos *queer*. Nascida no auge da mortal crise epidêmica da aids no final dos anos 1980 e no consequente retorno da patologização da homossexualidade, a teoria *queer* se autoneomeia com um termo ofensivo às dissidências sexogendéricas como um gesto político de ressemantização do insulto e empoderamento das sexualidades e gêneros disruptivos.

Inicialmente, é importante esclarecer que o termo *queer* não possui uma tradução adequada e inteligível em outras línguas. Em inglês, pode significar esquisito, ridículo, estranho, anormal, abjeto, excêntrico. No entanto, os seus sentidos são bem mais complexos. Empregada por muito tempo para ofender e insultar gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, a expressão *queer* foi reapropriada e ressignificada por esse grupo de forma radical, como estratégia de resistência e autoempoderamento. *Queer* é algo indefinível, inexplicável e instável, tal como descreve a teórica norte-americana Eve Kosofsky Sedgwick, uma das pioneiras dos estudos *queer*, com a sua obra *Epistemology of the closet* (1990).

De acordo com Sedgwick (1990), no início do século 20, passa a ser difundida uma acepção pejorativa e difamatória do termo *queer*, atribuído a homens “afeminados” que se vestiam ou gesticulavam como mulheres ou que mantinham relações sexuais com outros homens. Em decorrência do complexo cenário da década de 1980 resultante da epidemia de HIV/aids, testemunha-se o aparecimento de um fenômeno paradoxal no que se refere à homossexualidade. Por um lado, há um flagrante retrocesso homofóbico da sociedade como um todo, provocado pela doença então rotulada de “praga” ou “câncer” gay. Por outro, nos centros urbanos norte-americanos, as comunidades gays e lésbicas se firmam cada vez mais, constituindo uma sólida identidade pública institucional, social, política e cultural. Nesse sentido, significativos avanços foram alcançados com relação à participação política,

aos direitos civis e à representatividade nas esferas governamentais e midiáticas.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, a palavra *queer* começa a ter seu uso reclamado e ressignificado pelos próprios gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, especialmente por quem, num primeiro momento, possuía um engajamento mais ativista ou uma postura radical. Ao longo dos anos 1990, sobretudo devido ao bem-sucedido movimento da *Queer Nation* de reapropriação e renovação dos sentidos do vocábulo *queer*, o termo passou a ser amplamente usado pela militância LGBT ao redor do globo, pela academia e pelo mundo das artes. Atualmente, *queer* funciona como um termo guarda-chuva, abrindo todas as diversidades sexuais e gendéricas, isto é, todos os que não são heterossexuais e/ou cisgêneros. Mas visa principalmente abarcar e visibilizar os marginalizados e os desviantes, os que não se adequam ao padrão cis-heteronormativo.

No campo acadêmico, em particular, a noção de *queer* foi responsável por revolucionar as pesquisas sobre gênero, bem como os estudos gays e lésbicos. Em termos epistemológicos, a teoria *queer* tem como influência fundante o pós-estruturalismo francês, em particular os estudos dos filósofos Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari. Em linhas gerais, os estudos *queer* são compreendidos como uma teoria pós-identitária, que assume que a orientação sexual e a identidade gendérica dos sujeitos são o resultado de um construto sociocultural e discursivo, e que, portanto, não há gênero, sexo ou sexualidade essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana.

Em outras palavras, é refutada a ideia de que a maioria da população é “naturalmente” heterossexual. Ora, se a homossexualidade é uma construção sociocultural, então a heterossexualidade – e o próprio binarismo hétero-homo – também o é, argumentam os pensadores *queer*. A abordagem crítica promovida pelos estudos *queer* problematiza a ideia de identidades sexuais pré-definidas, essencializadas e afixadas, contrapondo-se à ordem sociocultural responsável por produzir discursos que categorizam essas identidades como sendo aceitáveis/normais X abjetas/patológicas (BUTLER, 1993; MISKOLCI, 2016).

Desse modo, o termo *queer* vem sendo utilizado como um marcador da instabilidade e da fluidez da noção de identidade. Ademais, como argui Gamson (2006, p. 347), “a teoria *queer* e os estudos *queer*

propõem um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução”. Nesse sentido, Silva (2010) ressalta que a guinada epistemológica encetada pelos estudos *queer* confunde e desarranja as tradicionais formas de pensar e conhecer. Além disso, a premência pela mudança e pelo devir o que confere potência ao pensamento *queer*, cujo enfoque se concentra em produzir uma compreensão mais acurada e problematizadora sobre as forças provenientes da cultura normativa.

Em suma, a pauta teórico-política assumida pelos pensadores *queer* se volta para dois pontos basilares: a) o questionamento acerca do caráter estável e preestabelecido das identidades sexuais; e b) a problemática da integração das pessoas homossexuais à cultura *mainstream* heterossexual, sobretudo no que tange à reivindicação do direito à adoção e ao casamento. Evidentemente, isso não implica negar esses direitos aos LGBTs, fazendo com que não consigam valer-se dos benefícios legais do casamento e da adoção, por exemplo. Antes, interessa à teoria *queer* tensionar e indagar os motivos da ausência de legitimidade e reconhecimento social pertinente a certos estilos de vida que não têm como meta a formação de uma família monogâmica e com filhos.

Partindo, pois, dos preceitos teórico-metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso e da teoria *queer*, o presente estudo propõe analisar comentários homotransfóbicos observados no Facebook como reação ao vídeo intitulado *Casal gay é açoitado na Indonésia*, postado pela ONG Ostras G Diversidade em fevereiro de 2021.

Resultados e discussão

Os achados obtidos a partir da análise preliminar³ de uma amostra do *corpus* podem ser dispostos nas seguintes categorias analíticas: a retórica cis-heterocompulsória, a retórica religiosa, a retórica legalista, a retórica biologizante e a retórica derrisória, tal como exposto esquematicamente a seguir (Quadro 1):⁴

3 Esta é a fase inicial da pesquisa que desenvolvo no pós-doutorado em Direitos Humanos da UFPE.

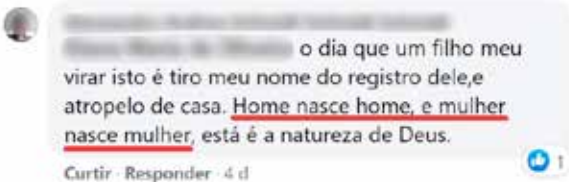
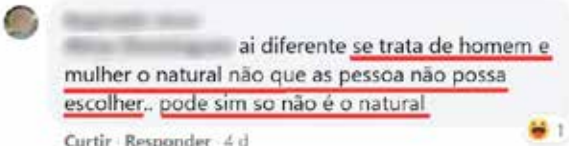
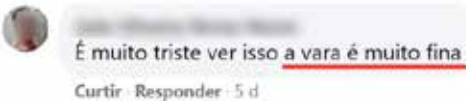
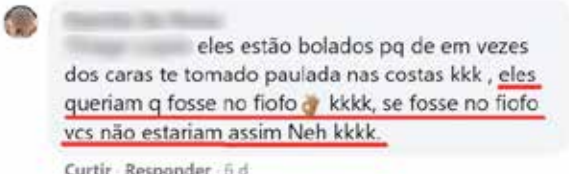
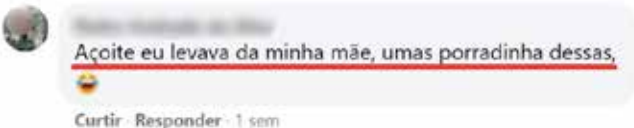
4 Todos os comentários podem ser lidos originalmente da página do Facebook ONG Ostras G Diversidade. Disponível em: <<http://bit.ly/2N4Mlds>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Quadro 1. Retóricas LGBTfóbicas postadas no Facebook

PROPOSIÇÃO RETÓRICA	OCORRÊNCIAS (EXEMPLOS)
Retórica cishete- rocompulsória	 Essa medida não está correta, mas os homens e mulheres tem que ser mais racional e <u>reconhecer que o homossexualismo é um desequilíbrio, da natureza do indivíduo e indivíduo deve reconhecer se policial, e não fica dando mau exemplo.</u> Curtir · Responder · 1 sem · Editado  SE AQUI NO BRASIL TIVESSE ESSA LEI,, <u>NOSSAS CRIANÇA,, NÃO IA PRESENCIAR TANTA IMORALIDADE E DESRESPEITO,,</u> Curtir · Responder · 1 sem · Editado 3  Tinha que ter essa lei no Brasil por que <u>do jeito que tá a população vai findar e homem acasalando com homem" e mulher com mulher o homem está em extinção como vao fazer minino pra dar continuidade do ciclo</u> Curtir · Responder · 19 h · Editado  Era bom se tivesse aqui também no Brasil <u>só assim os homem tinha vergonha na cara não ficava com outro ano e mulher também tinha vergonha na cara ficar com mulher minhas aleitamento Brasil as pessoas tomar vergonha na cara você conhece o Brasil eu era a favor</u> Curtir · Responder · 6 d 8
Retórica reli- giosa	 Nós evangélico devemos <u>encinar e mostrar na bíblia pra eles que Deus abomina o sexoalismo ele fez a mulher e o homem não devemos passar a mão na cabeça e achar que isso é o certo satanás que tá no corpo deles cegando a sua visão o que faz um homem e uma mulher se enteressar no mesmo sexo não é com violência mas sim mostrada na bíblia que Deus nos ama</u> Curtir · Responder · 1 sem  Essa ainda é a menor dor pra eles porque se eles não se converterem a Cristo e largarem essa prática que é <u>abominação ao Senhor eles serão lançados no inferno</u> ainda só tem choro e ranger de dentes Curtir · Responder · 1 sem

PROPOSIÇÃO RETÓRICA	OCORRÊNCIAS (EXEMPLOS)
Retórica religiosa	 eles apanharam por ter saído dos fudamento de <u>DEUS. JESUS veio para nos salvar os que deixou de agradar u diabo..Vc acha que isso agrada a DEUS. isso é sodoimismo. DEUS destruiu uma cidade por isso. Vai ler a BÍBLIA</u> procura saber mais..agora não é justo que eles seja chibatado. Só que temos que respeitar as leis..espero que vc não se ofenda comigo. Não estou ti criticando <u>mais procura saber mais sobre JESUS CRISTO ..primeiro Corinthio capítulo 6 v10 o efeminado nao perdão meu reino . Tá na BÍBLIA</u> Curtir · Responder · 3 d  Ninguém nasce gay , e ninguém escolher ser gay No que acredito , é que isso é obra maligna <u>Que desde muito cedo os espíritos imundo muda os sentimentos , os desejos da pessoa</u> <u>Para se libertar disso é querendo , com muito jejum e oração</u> Fazer igual Jesus disse , <u>negar a sim mesmo</u> tomar a cruz e segui-lo Por isso que a pessoa diz que não escolhe ser assim Mas essa é minha opnião , não me de 80 chibatadas por isso kkkk Curtir · Responder · 1 sem
Retórica legalista	 Acredito que todos nós estamos triste por vê as agressões, porém <u>a interpretação da lei local envolvida não permite tal ato.houve todo um processo até isso acontece nos dias atuais, eu penso que não estamos preparados pra julgar questões de outra pátria.</u> Curtir · Responder · 6 d  <u>crueldade? No caso lá só estão cumprindo a lei emposta no país ! Fizeram consciente que era proibido no local onde habitam.</u> Curtir · Responder · 1 sem

PROPOSIÇÃO RETÓRICA	OCORRÊNCIAS (EXEMPLOS)
Retórica legalista	 Realmente é uma punição absurda mas <u>todo o crime tem sua punição.</u> O assalto o roubo o furto tem suas punições isto vai depender de onde vive o indevido. Tem lugar que se tem a pena de morte, outros prisões perpétua, outro prisão com menos rigor. <u>Eu não tenho dó de infrator, seja pelo crime que seja quem comete o crime de livre e espontânea vontade que assuma suas consequências.</u> Curtir · Responder · 6 d  1  cada país faz suas próprias leis que que o Brasil tem a ver com isso <u>tem que dar um corretivo mesmo</u> Curtir · Responder · 1 sem    10
Retórica biologicizante	 doença com certeza não e isso e comportamento mas natural discordo uma vez q dois indivíduos do mesmo sexo não reproduz então não ha naturalidade nisso faz o teste coloque 100 pessoas do mesmo sexo em uma ilha ...obs:...com os maiores confortos e condições de vida possível.....e deixe eles la por 60 anos vc verá q a população não ira aumentar so diminuir pois isso não e natural agora coloque 10 casais heteros na mesma ilha e volta 10 anos depois de 20 pessoas poderá dobrar ou triplicar <u>isso e natural</u> em questões sociais nao tenho nada contra gays são pessoas incríveis mas na parte religiosa sou totalmente contra esse comportamento Curtir · Responder · 1 sem   3  primeiramente que se fosse proibido ser hétero no Brasil não existiria "Brasil" porque <u>2 homens não fazem filhos e nem 2 mulheres.</u>e no caso você está falando de algo fictício, e eu estou argumentando em algo que é verídico que trata-se de uma lei imposta na aquela localidade! Curtir · Responder · 1 sem    13

PROPOSIÇÃO RETÓRICA	OCORRÊNCIAS (EXEMPLOS)
Retórica biologi- zante	 
Retórica deris- sória	    

Fonte: o autor.

O modelo cis-heteronormativo de sexualidade e identidade de gênero estabelece como normais e socialmente aceitáveis os homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais. Como pode ser observar nos comentários acima, quaisquer outras situações que escapem a esse padrão hegemônico e estandardizado são marginalizadas, desprezadas ou mesmo estigmatizadas por práticas sociopolíticas, ideológicas, religiosas, etc. Rich (1980) denomina esse quadro de “heterossexualidade

compulsória”, sustentando que a heterossexualidade não é natural, e sim o resultado de um conjunto de práticas coletivas que a impõem como a maneira “correta” de os indivíduos se relacionarem sexual e afetivamente.

Nessa toada, também é possível compreender essa proposição retórica do ponto de vista do heterossexismo,

[...] que se define como a crença na hierarquia das sexualidades, que coloca a heterossexualidade em um nível superior. E o resto das formas de sexualidade aparece, no melhor dos casos, como incompletas, acidentais e perversas, e no pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORRILLO, 2011, p. 32).

Por seu turno, a noção de heteronormatividade, consoante Miskolci (2016), é concebida em 1991 pelo teórico social e crítico literário norte-americano Michael Warner, indicando uma “nova ordem social”, a qual impõe que todos estruturem as suas práticas sociais diárias em conformidade com o paradigma da heterossexualidade. De acordo com Colling e Nogueira (2015, p. 182):

Enquanto na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza as nossas vidas.

Além disso, Colling e Nogueira (2015) salientam ainda que, sob a ótica da cis-heteronormatividade, todos os indivíduos – independentemente da sua orientação sexual – podem ser considerados socialmente “coerentes” desde que mantenham a linearidade entre sexo e gênero. Ou seja, pessoas com genitália feminina, para serem aceitas na sociedade, devem agir como mulheres femininas, delicadas, meigas ou eventualmente com postura sexy, não podendo se identificar com nada que remeta à esfera do que se rotula usualmente como masculino – aliás, esse é fundamentalmente o mesmo argumento encontrado nas postagens de retórica biologizante.

A retórica religiosa também acompanha esse mesmo raciocínio heterossexista. De modo geral, as crenças religiosas em todo o mundo são normalmente vistas como poderosos indicadores de atitudes de uma determinada cultura no que diz respeito às dissidências sexuais e gendéricas – e, no caso particular do vídeo, à homossexualidade. A maioria das religiões hegemônicas tende a categorizar os comportamentos associados à homossexualidade como “não naturais”, “ímpios”, “impuros” e “pecaminosos” (YIP, 2005). Assim, em razão dessa retórica religiosa fundamentalista, atitudes anti-homossexuais são naturalizadas ou mesmo encorajadas não apenas no contexto da igreja e da comunidade de devotos, mas também se estendendo ao mundo secular. O medo do castigo divino frequentemente leva pessoas religiosas a encorajar outros indivíduos a adotarem posicionamentos homofóbicos e instituírem políticas de intolerância e discriminação (SCHEITL; ADAMCZYK, 2009).

Já a retórica legalista é fundamentada na ideia de que, para que exista e consiga se manter a ordem na sociedade, todos devem obedecer sem questionar a um conjunto de leis postas e estritas, bem como aos que detêm autoridade institucional (governantes, políticos, juízes, dirigentes do serviço público, etc.). O raciocínio legalista constrói, pois, um método de punição e recompensa por certos comportamentos: se os cidadãos seguem as regras que lhes são impostas pelo sistema legal, administrativo e jurídico, o Estado e sua autoridade seriam fortalecidos, conseqüentemente a sociedade como um todo ganharia. Em contrapartida, observa-se um tom flagrantemente persecutório contra todos os que desafiam as instituições, como ocorre com o casal homoafetivo do vídeo: justifica-se qualquer penalidade – ainda que infringindo os direitos humanos – sob o argumento tautológico de que “lei é lei”.

Por fim, a retórica derrisória apela para o humor preconceituoso com manifesta discriminação por orientação sexual – denominado ironicamente hoje em dia de “homofobia recreativa”. São discursos que tentam se valer de uma suposta salvaguarda de que são “só piadas”, mas que efetivamente constituem patentes violências simbólicas LGBTfóbicas. Como apontam Saraiva e Irigaray (2009), ao contrário dos negros, mulheres, deficientes e obesos – estigmatizados por suas características físicas e mentais –, os gays são alvo de riso pela percepção social de a homossexualidade é um desvio de conduta moral. Tem-se, enfim, que a homossexualidade – particularmente a

masculina –, na retórica derrisória e heterossexista, é associada à fragilidade, indecência, promiscuidade, futilidade e a valores e atitudes pouco ou nada apropriados socialmente, dignos e viris.

Considerações finais

Apesar de o presente trabalho ser a etapa inicial de uma pesquisa *in fieri*, desenvolvida no âmbito do estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, é possível concluir que, diante desses resultados, fica evidente a importância e a urgência de a academia voltar a sua atenção para a população *queer*, isto é, para todas as diversidades sexuais e de gênero, para todos os indivíduos que não são heterossexuais e/ou cisgêneros. É necessário abarcar e visibilizar especialmente aqueles sujeitos que foram historicamente marginalizados e vulnerabilizados, os desviantes, os que não se adequam nem à heteronormatividade nem à homonormatividade, e que enfrentam diariamente discriminação e preconceito, tornando-se os principais alvos do ódio destilado nos comentários homotransfóbicos nas redes sociais.

Referências

- BORRILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, 1993.
- COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S.R.S. (Orgs.). **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2015. p. 171-185.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2.ed. Brasília: Ed. UnB, 2016.
- GAMSON, J. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362.

LOPES, D. O entre-lugar das homoafetividades. **Ipotesi**, v. 5, n. 1, p. 37-48, 2011.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs**, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

SARAIVA, L.A.S.; IRIGARAY, H.A.R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 337-348, 2009.

SEDGWICK, E.K. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SCHEITL, C.; ADAMCZYK, A. It takes two: the interplay of individual and group theology on social embeddedness. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 48, n. 1, p. 16-29, 2009.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VAN DIJK, T.A. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H.E. (Eds.). **The handbook of discourse analysis**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 352-371.

VAN DIJK, T.A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

YIP, A. Queering religious texts: an exploration of British non-heterosexual Christians' and Muslims' strategy of constructing sexuality affirming hermeneutics. **Sociology**, v. 39, n. 1, p. 47-65, 2005.

O CORPO-BICHO: MAL-ESTAR E METAMORFOSE EM O FANTASMA E MAL DOS TRÓPICOS

Lucas Camargo de Barros

Realizador cinematográfico, especialista em Semiótica Psicanalítica (PUC-COGAE) e mestre em Estética e Estudos Artísticos pela Universidade Nova de Lisboa - FCSH (Portugal), lucas@fraturafilmes.com

Resumo

Na ânsia de investigar as representações disruptivas da homoafetividade contemporânea, analisamos duas das mais contundentes obras do cinema contemporâneo: *Mal dos Trópicos* (Apichatpong Weerasethakul, 2004) e *O Fantasma* (João Pedro Rodrigues, 2000). A questão central parte dos limites da carne explorado pelos realizadores para expandir a presença de um mesmo signo nas duas obras: o corpo-bicho. O que tal sintoma representa em cada uma das histórias? O corpo em crise que se metamorfoseia em frente das lentes dos realizadores é nossa principal matéria-prima para localizar os desdobramentos narrativos e de representação deste trabalho. A partir das ideias formuladas por S. Freud em *Mal-estar na cultura* (1929), especulando que a civilização seria a maior responsável pelo sofrimento humano, probetizaremos a escolha dos realizadores de trazer a forma animal como mecanismo para a representação da angústia de seus personagens. À luz das ideias de J. Lacan, Marie José Mondzain e E. Canetti, o corpo emerge como material sensível que imprime um possível lugar do sujeito homoafetivo contemporâneo.

Palavras-chave: Corpo, Metamorfose, Homoafetividade, Cinema Contemporâneo, Psicanálise.

Introdução

O presente trabalho é parte da pesquisa de conclusão de curso de especialização em Semiótica Psicanalítica na PUC - SP realizada pelo autor em 2016 com orientação do Prof. Dr. Oscar Cesarotto. A pesquisa estudou duas das mais contundentes obras cinematográficas contemporâneas: *Mal dos Trópicos* (Apichatpong Weerasethakul, 2004) e *O Fantasma* (João Pedro Rodrigues, 2000). Metodologicamente, o percurso deste artigo apoiou-se em uma leitura imagética através da Semiótica e escutá-las como um discurso na perspectiva da Psicanálise (Santaella, Hisgail, 2009), seguindo os mecanismos fundadores da Semiótica Psicanalítica. A Teoria de Cineastas (Aumont, 2006) nos auxilia ao abrir uma perspectiva teórica diante dos atos artísticos dos realizadores estudados.

Nosso problema parte dos limites da carne explorados pelos realizadores, tailandês e português, respectivamente, para expandir a presença de um mesmo signo nas duas obras: o corpo-bicho. O que tal sintoma representa em cada uma das histórias? Os corpos em crise que se metamorfoseiam em frente das lentes dos realizadores são nossas principais matérias-primas para localizar os desdobramentos narrativos e representativos. Para o presente artigo, propomos privilegiar a análise acerca dos elementos centrais da metamorfose e mal-estar. Iniciaremos nosso percurso a fim de estabelecer os caminhos trilhados pelos personagens (e, por conseguinte, por seus realizadores), partindo daquele que será nossa principal fonte de referência: *O Mal-estar na Cultura*, escrito por Sigmund Freud em 1929 e publicado em 1930.

A edição escolhida foi a de tradução direta do alemão, feita por Renato Zwick, e publicada em 2010. Essa escolha torna-se importante, pois, ao longo das mais diversas edições do ensaio, o termo em português mais recorrente para traduzir a palavra *kultur* foi civilização, o que, para nós, acaba por criar um complexo e perigoso juízo de valor dentro de nossa proposta de contraposição do Bicho e do Homem. No prefácio desta edição, o questionamento já surge. Márcio Seligmann-Silva afirma que “‘Civilização’, de certo modo marcava um deslocamento, um controle e quase uma ‘higienização’ das potentes teses que Freud apresenta.” (FREUD, 2010, p. 7). O importante para este artigo é refutar já de antemão, em sintonia com Freud, a noção

rousseauniana do culto ao “bom selvagem” e a tese da felicidade superior seja de mais fácil acesso dos “selvagens”.

O percurso de nossos personagens – da cidade à floresta (em *Mal dos Trópicos*) ou ao não-lugar do aterro sanitário (em *O Fantasma*) – não se dá por acreditarem que nesse outro espaço não urbanizado a felicidade poderá ser plena, mas talvez seja justamente o oposto, já que esse trajeto é sempre mediado por dor, sofrimento e, em última instância, solidão. O *fugere urbem* nos dois exemplos torna-se um imperativo (não uma opção) e, dificilmente, levará à felicidade plena.

No ensaio *O Mal-estar na Cultura* (1974), Freud inicia seu debruçamento sobre o paradoxo da cultura e seus descontentamentos, tratando do papel da religião na busca da felicidade da humanidade; no entanto, o próprio autor afirma que essa “investigação sobre a felicidade pouco nos ensinou até agora, que já não seja do conhecimento geral” (FREUD, 2010, p. 41).

A fim de encontrar elementos que nos ajudem a delimitar o significado do corpo-bicho nos filmes analisados, vamos nos ater à terceira das três fontes responsáveis pelo sofrimento humano: o conflito da regulação dos relacionamentos humanos na família, no Estado e na sociedade. Freud questiona, não sem antes demonstrar incerteza e espanto, se a civilização seria a maior responsável pelo sofrimento humano, e se seríamos mais felizes se voltássemos aos tempos primitivos. É, sem dúvida, a asserção que mais nos interessa em todo o ensaio. Freud prossegue:

[...] uma grande parte da culpa pela nossa miséria é de nossa chamada cultura; seríamos muito mais felizes se desistíssemos dela e retornássemos a condições primitivas. Eu a chamo de espantosa porque – seja como for que se defina o conceito de cultura – é certo de que tudo aquilo com que tentamos nos proteger da ameaça oriunda das fontes de sofrimento pertence justamente a essa mesma cultura. (FREUD, 2016, p. 51)

Ao tentar identificar os elementos que nos conduziram à tal “hostilidade à cultura”, o autor elenca algumas possibilidades que lhe parecem fundamentais para essa relação que acaba por gerar sofrimento, identificando que o gesto colonizador dos europeus trouxe por aniquilar uma experiência que estes julgavam superior, ou seja,

que a vida levada pelos colonizados era “atrasada” e que necessitava de intervenção (FREUD, 2010).

A última dessas causas elencadas pelo autor é a suposição de que o ser humano constitui-se como um sujeito neurótico por não sentir-se capacitado em lidar com as frustrações da sociedade (FREUD, 2010) e, portanto, ao suprimir ou reduzir ao menos parte dessas imposições civilizatórias, esse mesmo sujeito poderia retomar a possibilidade de ser feliz.

Nina Saroldi (2011), ao analisar os principais elementos presentes no texto de Freud, sublinha que “uma certa cota de sacrifício pulsional” acaba por gerar uma das mais profundas angústias do ser humano: a ausência da liberdade. Saroldi afirma que “a cultura impõe restrições à liberdade individual e a justiça exige que ninguém fuja a elas. O que é percebido como desejo de liberdade pode se tornar a base da hostilidade à civilização. (SAROLDI, 2011, p. 59). Talvez seja aí que resida o embate principal entre o convívio em comunidade, já que para coexistir em grupo, o indivíduo tem de deixar de lado suas próprias crenças e meios que acredita ter para se alcançar a tão sonhada felicidade.

Sociabilidades *queer*

O homoerotismo é elemento central dos dois filmes e torna-se fundamental para que nossa abordagem ganhe os contornos desejados na decodificação da metamorfose do corpo ao bicho em ambas narrativas.

Uma das formas identificadas por S. Freud para se proteger do sofrimento e alcançar a felicidade é “arte baseada no amor”. Ainda que o autor estabeleça uma forte contradição quanto a este mecanismo – já que o risco do desamparo com a ausência do objeto de desejo gera um sofrimento talvez mais potente e devastador do que aquele que se fugia –, é essencial compreender que esse caminho cria a mais intensa sensação de prazer.

Nesse sentido, nossos personagens percorrem seus percalços sempre nessa direção, para tentar aplacar o angustiante mal-estar que parece espreitá-los, já que em nossas narrativas não existem inclinações sublimatórias em suas ações ou científicas, tampouco outras produções culturais são abordadas de maneira clara (potenciais procedimentos apontados por Freud para atenuar essa mesma

angústia). Assim, estabelecido que Sérgio, Tong e Keng reagem ao conflito colocado por Freud por meio do afeto, é necessário sublinhar que esses encontros se dão no contexto urbano. É fato que os laços homoafetivos se estabeleceram, ao menos de maneira mais concreta e permanente, no contexto das grandes metrópoles a partir do século XIX com o ápice do desenvolvimento urbano. O jogo de visualidade que as cidades propõem é fundamental para que essa cultura e o relacionamento homoerótico possa acontecer. Mas o envolvimento homoerótico, ao contrário do heterossexual, carece em larga medida de mediações culturais institucionalizadas, ainda mais de populações à margem do sistema econômico como é o caso de *O Fantasma* e *Mal dos Trópicos*. É muito forte o dado de que os personagens de ambos os longas-metragens não consigam atingir um nível de intimidade tão valorizado pela sociedade heteronormativa (ou ao menos como é representada culturalmente).

Esse conflito entre os espaços de intimidade e os públicos são recorrentes em representações do universo gay, como exemplifica José Carlos Barcellos ao analisar o homoerotismo na literatura. O autor identifica a erotização desses espaços públicos (ruas, parques, banheiros públicos, cinemas etc.) como uma resposta dos homens que se relacionam com homens às estratégias de dominação heteropatriarcal, que interpreta que os vínculos homossociais não são permeados pela afetividade (Barcellos, 1998).

Parece-nos importante ressaltar a recorrência desses comportamentos nas duas obras que analisamos. Em *O Fantasma*, mais diretamente, já que toda narrativa é centrada nas “caçadas” de Sérgio pela cidade; e na obra de Rodrigues, onde esses espaços outrora sociais são transformados em lugares sexualizados (e porque não afetivos?): a boate e o terreno baldio onde os homens tentam encontrar parceiros em *Odete* (2005), o cinema pornô (em *Morrer como um homem* [2012]) e, claro, toda a cidade de Lisboa para Sérgio.

Já em *Mal dos Trópicos*, ainda que de maneira mais delicada, o comportamento se repete no gesto do realizador que impede seus personagens, apaixonados, ocupe os espaços privados de relacionamento. Ainda que a obra de Weerasethakul seja claramente mais permeada pelo afeto do que em Rodrigues, não existe sequer uma cena onde os dois “namorados” possam exercitar seu espaço de afeto; pelo contrário, existe o cinema, onde vemos os dois se tocarem pela primeira vez de maneira mais sexual, ou ainda uma Bangkok, que,

mesmo mais colorida e solar do que a Lisboa de Sérgio, emite um estranho sinal de não acolhimento aos dois apaixonados.

Rodrigues, em entrevista a Vasco Câmara, afirma que o terço final de seu filme trata-se da fuga de Sérgio desse espaço urbano, que não o aceita como sua última solução para continuar vivendo. Rodrigues chama o espaço do aterro sanitário como uma “outra dimensão”, onde talvez seu protagonista pudesse alcançar sua satisfação plena:

Há um momento em que a personagem está a beber água e para mim esse plano significa a sua transformação em luz. O mundo sempre foi cheio de perigos para ele, mas ele sempre conseguiu superá-los. A partir de certa altura, fica irremediavelmente só, o desejo torna-se impossível e ele passa a outra dimensão. No filme, o desejo passa sempre pela impotência. Por isso Sérgio abandona o objecto de desejo quando tem a hipótese de o possuir. Sabe que nunca se conseguirá satisfazer com os outros. Só se satisfaz quando se masturba, quando está sozinho.¹

Em última instância, parece-nos que a fuga que ocorre nos dois filmes para os espaços vazios e sombrios acaba por ser uma maneira de tentar concretizar (no caso do filme tailandês) e de extinguir completamente (no português) a possibilidade do amor. A floresta em *Mal dos Trópicos* e o aterro sanitário em *O Fantasma* tornam-se, assim, quase que uma sauna, um banheiro público, um cinema, uma boate, enfim, um espaço onde o sujeito homoafetivo pode, enfim, conviver consigo mesmo.

As duas metades de um mesmo sujeito

O humano e o bicho – tanto em *O Fantasma* como em *Mal dos Trópicos* – podem ser lidos como um mesmo sintoma de um só indivíduo; o cachorro, que toma por vezes as feições e afetos de Sérgio e o Tigre que encarna no corpo de Tong, é, para nós, a face de um desconforto profundo com a incompatibilidade afetiva que os cerca (na

1 “O triunfo do desejo” in Site Público: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/o-triunfo-do-desejo-148398>. Acessado em 18/10/2016.

paixão platônica pelo nadador em *O Fantasma* até o desaparecimento repentino de Tong em *Mal dos Trópicos*.

Benedito Nunes delimita um espaço interessante ao estabelecer que o animal representa, em certa medida, o oposto do homem:

Com o animal, as relações são, sobretudo, transversais, ou seja, o animal é considerado o oposto do homem mas ao mesmo tempo uma espécie de simbolização do próprio homem. Na acepção comum, simboliza o que o homem teria de mais baixo, de mais instintivo, de mais rústico ou rude na sua existência. Por isso mesmo o animal para nós é o grande outro da nossa cultura.(...) O animal habitava o homem e dentro dele rugia, porém como algo que lhe fosse estranho. (NUNES, 2011, p. 199)

O autor prossegue estabelecendo que “(...) para Descartes, o homem é o animal racional, tendo na sua razão ou na linguagem a diferença que o distingue da animalidade. (...) O animal é o que de mais estranho a nós se torna. É o grande Outro porque é um corpo sem alma, um simples mecanismo.” (NUNES, 2011, p. 200) O interessante para nossa análise é pensar que, ao passo que os personagens se aproximam do grande Outro (o animal dentro de si mesmo), eles se aproximam de uma pretensa libertação. Uma *outra* metade de si mesmo.

Em ambos os filmes, as narrativas são *cortadas*. Em *Mal dos trópicos*, o corte surge como um elemento formal quando, em mais da metade da duração, o filme se fecha em um preto e um novo título é anunciado: “O caminho do espírito” [*A spirit's path*]. O efeito divisório em Weerasethakul é bastante direto e claro para o rompimento da primeira parte, rumo à segunda, com o “renascimento” de um novo filme, com outro título (ricamente descrito no capítulo que dedicamos ao longa-metragem).

Em entrevista a James Quandt, o realizador fala sobre essa quebra: “*The break in the middle of the film is a mirror in the center that reflects both ways. [...] I wanted the first half to seem unrealistic, like a memory of something, so that when you leave the theatre you question what was real and what wasn't*”. (QUANDT, 2009, p. 130)

Já em *O Fantasma*, o corte acontece com o deslocamento final de Sérgio em meio à sua fuga. Em paralelo, o gesto de ruptura também se dá no campo do gênero cinematográfico, como se o gesto do

assassinato de homem desejado tivesse sido tão potente que o próprio corpo do filme tivesse sido contaminado. Em contraponto com a primeira parte extremamente realista e dura, segundo Rodrigues, o filme torna-se “[...] quase fantástico, parece ser um daqueles filmes de ficção científica dos anos 50, em que se está na lua. A certa altura parece que o filme está noutro planeta.”² É extremamente potente e significativo que o mesmo meio de transporte que transformava Sérgio em “civilizado” e que lhe inseria na cultura, o caminhão de lixo, é aquele que lhe transporta para o espaço que lhe absorverá.

É assim que tanto Weerasethakul como Rodrigues abandonam os ambiente urbanos (Bangkok, no primeiro, e Lisboa, no segundo) para lançarem seus personagens em espaços inabitados, sombrios e perigosos.

A metamorfose como sintoma

Entendemos que ambas as narrativas trazem o elemento da falta como força motriz aos personagens. Falta-lhes um espaço para realização plena do desejo (tido como da ordem do inalcançável, mas nem por isso menos desejado). Essa busca acaba por deslocar esses corpos para outros espaços geograficamente e, em última instância, para outra possibilidade de corpo na pele. Parece que essa negação do humano torna-se a rebeldia final dos personagens em uma tentativa última de alcançar o inalcançável. Não à toa, leva à fusão com o Tigre em Weerasethakul e à desmaterialização no espaço em Rodrigues. O sintoma é a “inscrição do “simbólico no real”, segundo J. Lacan (2005). Assim, o corpo torna-se o último e mais potente suporte para representar a angústia da falta e, depois de amores perdidos (ou reencontrados), o simbólico finalmente atinge o real, transformando-os para sempre.

Ainda que carreguem metáforas que possam ser aproximadas, o caráter como cada objeto de nosso estudo apresenta a metamorfose em seus personagens não poderia ser mais divergente. Se em *O Fantasma* a metamorfose se dá a partir de um trauma (o amor não

2 Entrevista para o site Portugal Gay. https://portugalgay.pt/entrevista/joao_pedro_rodrigues.asp. Acessado em 15/03/2016.

correspondido), a passagem de homem para bicho em *Mal dos Trópicos* se apresenta de uma maneira quase transcendental.

Segundo E. Canetti (2005), a capacidade do homem de se metamorfosear constitui um dos maiores enigmas da humanidade e, ainda segundo o antropólogo, é extremamente difícil investigar sua essência. Portanto, delimitaremos dois aspectos principais encontrados nos dois longas-metragens: a metamorfose pela fuga e a metamorfose através do coito.

Em *O Fantasma* e *Mal dos Trópicos*, os personagens acabam por se envolver em um complexo labirinto, guiado por seu desejo e, direta ou indiretamente, em um jogo de caça que, segundo Canetti, é encontrado em mitos e lendas por toda a história:

As metamorfoses de fuga, visando escapar de um inimigo, são comuns. Elas podem ser encontradas em mitos e lendas disseminados pelo mundo todo. [...] A forma linear é aquela bastante usual que se tem na caçada. Uma criatura persegue a outra; a distância entre ela se reduz e, no momento em que esta última está para ser capturada, ela se transforma em alguma outra coisa e escapa. A caçada prossegue, ou, mais propriamente, começa de novo. O perigo volta a intensificar-se. [...] As lendas adoram dar-lhes um longo desenrolar. Na maioria das vezes, tomam o partido do perseguido, terminando com a derreta ou o extermínio do perseguidor. (CANETTI, 2005, p. 242),

As relações entre Sérgio e João e entre Keng e Tong tornam-se mais uma dessas lendas cujo objeto do desejo é perseguido infinitamente, e a metamorfose se dá quando a conquista é iminente. Tong, ao mesmo tempo que se transforma na besta, acaba por metamorfosear também o próprio corpo do filme.

É interessante notar que o movimento de conquista é sempre baseado em algum modelo de frustração, principalmente no filme português, onde a metamorfose acontece quando o amor não correspondido de João lhe fere enquanto sujeito, sendo sua única solução fugir de si mesmo e transformar-se definitivamente em um bicho.

Marie-José Mondzain (2007), em uma análise sobre a perseguição no cinema, especialmente acerca de *Mal dos Trópicos*, trilha um caminho tortuoso para adentrar no complexo jogo de desejo em que os personagens estão envoltos. Inicialmente, parte das *Metamorfoses de Ovídio* (8 A.C.), obra máxima do poeta romano que elenca cerca de 250

narrativas de transfiguração, para esmiuçar a história de Tong e Keng. Ela afirma que a “aljava do Cupido contém duas flechas: uma delas, destinada ao perseguidor, dá-lhe a energia desejante de perseguir, e a outra, destinada ao perseguido, lhe fornece, por sua vez, a energia para fugir” (MONDZAIN, 2007, p. 178).

Aqui, marca-se todo o jogo da metamorfose pela fuga e instaurado pelo amor, quando o perseguido ganha estatuto de sujeito do desejo e perseguidor, daquele que ama. A metamorfose, ainda segundo a autora, “realiza simultaneamente os dois fins contraditórios da perseguição: escapar definitivamente da captura mantendo a separação e realizar a posse e a fusão, mudando assim de forma” (MONDZAIN, 2007, p. 178).

Mondzain então traça um paralelo sobre o uso do mito por Lacan em sua comparação à busca pela verdade:

Lacan já indicava que a cinegética, a arte da caça, nas Metamorfoses de Ovídio, opera como um paradigma da própria verdade. Pelos caminhos da sedução, da metamorfose e da reversibilidade das posições, o psicanalista enuncia a impossibilidade para o sujeito desejante de estar face a face com o objeto do seu desejo, pois o objeto do desejo caçador constitui-se da impossibilidade de apanhar sua presa. Entretanto, Weerasethakul faz o oposto do que pretende Lacan quando transforma o sujeito do desejo em sujeito cindido. O desaparecimento do sujeito é revelação de sua realização. A flecha e o alvo se tornam, assim, uma única coisa. (MONDZAIN, 2007, p. 188)

É justamente essa fusão dos dois amantes no final de *Mal dos Trópicos* que nos leva para a segunda forma de metamorfose brevemente analisada por Canetti (2005): a metamorfose pelo coito. “Considerando-se que toda criatura habitualmente mantém relações somente com o sexo oposto, é perfeitamente concebível que um desvio dessa norma seja percebido como uma metamorfose.” (CANETTI, 2005, p. 243) Ainda que não desenvolvida longamente por Canetti, nos interessa sua distinção ao delimitar que a metamorfose pelo coito se dá nos desvios heteronormativos. Sérgio transforma-se finalmente no sujeito sem rosto, uma espécie de herói de ficção científica (segundo o próprio João Pedro Rodrigues), após transar com um homem que não reconhecemos.

Já Keng transforma-se finalmente em parte da floresta quando a simbiose entre ele e o Tigre se consome. Weerasethakul afirmou em entrevista ao crítico James Quandt (2009) que a cena literal de sexo entre o Soldado (Keng) e o Tigre foi filmada, mas acabou não entrando na versão final do filme por conta “parecer demais” para o realizador. No entanto, a frase proferida por uma *voice over*, que diz “quando eu finalmente devorar sua alma, não seremos nem animal nem humano”, não nos deixa dúvidas.

Não em vão, as duas histórias de amor terminam com um plano vazio de corpos, somente tomado pelos ambientes que trazem os amantes. É justamente de maneira melancólica que nossas histórias de amor e metamorfoses terminam: com a transformação do que foi comido. O Soldado sendo tragado pelo Tigre e transformado em parte da floresta e Sérgio se desmaterializando, tornando-se parte do aterro sanitário renegado pelos homens. Uma canção *pop* feliz do encontro entre dois corpos apaixonados, em *Mal dos Trópicos*, e um lamento silencioso da solidão, em *O Fantasma*.

Considerações finais

Depois de um percurso tortuoso por conceitos, florestas e desertos, atingimos posições que procuram abarcar a complexidade da sexualidade, o lugar do sujeito homoerótico contemporâneo, da linguagem cinematográfica e, sobretudo, acerca da representação de possíveis histórias de amor em dois dos mais instigantes realizadores contemporâneos. Em última instância, assim como no negativo cinematográfico, o corpo torna-se suporte para imprimir possibilidades de outras representações.

O entendimento da cidade negada aos sujeitos homoeróticos é vital para compreendermos o signo da animalização de seus personagens como uma maneira de retorno ao primitivo que, em última instância, seguindo as ideias de S. Freud a que nos ativemos em *Mal-estar na Cultura*, é um espaço onde a satisfação do desejo pleno seria possível. Assim, ao cruzarmos o signo mais potente presente nas duas histórias de amor analisadas – aquele que chamamos de corpo-bicho –, encontramos um terreno fértil para tentar ler as narrativas sobre o sujeito contemporâneo e seu espaço de angústia, principalmente: o próprio corpo transformado em algo que um dia já foi, ou seja, um animal.

O material sensível desse cinema é, antes mesmo da própria película cinematográfica, o corpo de seus personagens. O suporte para a representação da angústia de nossos personagens torna-se o da pele em detrimento do espaço dramático que o cinema clássico sempre se pautou; existe, em algum lugar desse cinema, uma recusa a narrar e de construir uma organização clara.

O trabalho em ambos os filmes, com elipses, narrativas espelhadas e a porosidade da estrutura narrativa acaba por gerar uma suspensão temporal e, de alguma forma, uma sensação labiríntica para o espectador. A angústia dos personagens, perdidos no próprio tempo narrativo de suas histórias se revela no próprio corpo na forma da metamorfose. Assim, os artifícios formais encontrados pelos realizadores tornam-se matéria de revelação da angústia de seus personagens. Podemos ler o conjunto de signos encontrado nos dois filmes, o que chamamos aqui de corpo-bicho, como uma maneira de representar esse mesmo momento de suspensão, ou seja, um sintoma do simbólico que acaba transformando o que temos de mais real: o corpo.

Referências

- AUMONT, J. (2006). *As teorias dos cineastas*. Campinas: Papirus.
- BARCELLOS, J. (2006). *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts.
- BEZERRA, J. (2010). *O corpo como cogito: um cinema contemporâneo à luz de Merleau-Ponty*. E-compós, Brasília, v.13, n.1.
- CANETTI, E. (1995). *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FREUD, S. (2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- LACAN, J. (2005). *O seminário, livro XXIII: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MONDZAIN, M. (2010). "A perseguição no cinema: um ensaio sobre Mal dos Trópicos, de Apichatpong Weerasethakul". *Revista Devires, Cinema e Humanidades*. Belo Horizonte: V.7, n. 2, pp. 180/197.

NUNES, B. (2011). “O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura” in *Novos Cadernos NAEA*, v. 14, n. 1, p. 199-205. Belém: Periódicos UFPA.

RODRIGUES, J. P. (2001). *O Fantasma*. Portugal.

SANTAELLA, L., HISGAIL, F. (org.). (2009). *Semiótica Psicanalítica - Clínica da Cultura*. São Paulo: Iluminuras.

SAROLDI, N. (2011). *O mal-estar na civilização: as obrigações do desejo na era da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira.

QUANDT, James (org.). (2009). *Apichatpong Weerasethakul*. Viena: Filmmuseum Synema Publikationen.

WEERASETHAKUL, (2004). *A. Mal dos Trópicos (Sud Pralat)*. Tailândia/Alemanha/Itália.

CINESTESIA SAPATRANSBICHA

Bruno Reis Lima

Bruno Reis é artista-pesquisador das interlocuções entre dança, performance e cinema. É membro do grupo de pesquisa em crítica de dança Labcrítica(DAC/UFRJ) e colaborador no site homônimo. Faz parte do grupo de pesquisa MOTIM(PPGARTES/UERJ) e do grupo de estudos Héteras Trágicas. É mestre em Estudos Contemporâneos das Artes pela UFF(2016), e atualmente doutorande em Arte no PPGARTES/UERJ. E-mail: breislima@gmail.com.

Resumo

Este artigo procura tecer o conceito de cinestesia sapatransbicha como um tipo de experiência estética/social com o movimento do corpo que só pode ser exercitada enquanto prática coletiva, quer dizer, enquanto parte de uma comunidade de pessoas desobedientes das coreografias sociais da cis-heteronormatividade. Nesse sentido, tentamos aproximar a idéia de comunidade em *Ética Bixa*, de Paco de Vidarte (2019) com o termo queer kinesthesia, de Jonathan Bollen(2001), para tentar articular um ensaio sobre a performatividade de gênero enquanto movimento. Utilizo como referência minha vivência cinestésica enquanto corpo-bicha em festas sapatransbichas do Rio de Janeiro e minha experiência enquanto parte da cena voguing e a cultura ballroom carioca como agente 0007 desde o ano de 2017. Cinestesia, aqui, é entendida como uma performatividade do corpo que constrói identidade e comunidade através da experiência do mover juntos. A questão principal deste ensaio é pensar na relação entre identidade e comunidade e como esta última quase sempre se perde nas leituras e usos neoliberalizantes da identidade.

Palavras-chave: LGBT, gênero, dança, performatividade.

Introdução

“O sentir cinestésico - o movimento do corpo visto do interior - supõe um espaço topológico, não euclidiano onde as oposições não definem necessariamente distâncias. Como vimos, o pensamento não pode compreender os movimentos paradoxais do corpo sem que estes se tomem eles próprios movimentos do pensamento.” (GIL, 2001 p. 166)

“Decidí ocupar o máximo de espaços possíveis, me colocar na cidade para que eu possa me prender nela, agarrar o máximo possível nas estruturas.
como vírus me espalhar pela cidade para me alimentar.
comer o máximo possível, encher a barriga.
se conseguir, a marmita.
se manter fixo na estrutura que te oprime. me manter fixo na estrutura que me oprime.
corpo estranho. (PASSARELI, 2017)

Quando fecho meus olhos e danço, posso sentir as imagens do tempo se movendo em mim. A *boite* que está fechada¹, os meus amigos que estão distante, os ídolos que eu admiro. Tudo dança, tudo continua dançando, se eu deixar perceber, ouvir a música o suficiente para ouvir o meu corpo enquanto danço, parado ou não, conectado com tantas pistas do passado e do futuro de minhas irmãs saps, trans e bichas.

Existe algo mais estranho do que o movimento? Para o filósofo português José Gil (2001) o corpo que se move mistura o espaço de fora e de dentro do corpo, ativa múltiplos planos simultâneos sem os inverter, mas transformando as distâncias e o espaço ao seu redor. O mesmo filósofo também nos diz que parar é também movimento de dança: enquanto paramos o mundo se move em nós e pra permanecer em pé ou fixo em alguma posição, milhares de articulações internas, contrabalanços de peso, pequenas flutuações de osso e músculo se movem.

Por isso gostaria de pensar uma cinestesia de modo ampliado: uma que contemple minha amiga Matheusa Passareli(2017), que

1 Para o leitor do futuro, estamos há um ano e meio em uma pandemia do coronavírus e em uma situação de negligência profunda do governo federal com o tratamento e o investimento em vacinas.

tentava se manter fixa na estrutura opressora da cidade, mas cuja fixidez tinha pouquíssimo ou nada a ver com rigidez, pelo contrário: era pura flutuação sensível que favorecia à resistência. Artista visual e ativista, Matheusa teve sua vida encurtada por um ato de violência transfóbica, mas sua proposta de uma poética do corpo estranho continua presente em nós todes que estivemos em algum momento com ela. Para resistir e ocupar os espaços da cidade do Rio de Janeiro com seu corpo prete e dissidente de gênero, Matheusa produzia alianças com outros corpos pretos e sapatransbichas.

Sempre encontrei Matheusa em festas, inclusive em duas *balls* de voguing, mas não só. Frequentei duas das três edições que ela organizou junto com outras parceiras da f32ta e2tr4nh4. Sempre gratuita, acontecia em espaços públicos e era regada a performances e música eletrônica. Havia uma estranha sabedoria ali, coletiva, de que para “permanecer fixo” em uma cidade como Rio de Janeiro é preciso se mover, e se mover em conjunto. É nesse sentido que gostaria de pensar uma cinestesia sapatransbicha.

Mais um pouco antes disso: por que prefiro a expressão sapatransbicha ou os corpos estranhos de Matheusa a denominações como LGBTQIA+?

LGBTQIA+ é palavra que não arranha a garganta, desce pelo ouvido como se fosse sigla de banco, comercial de cosmético. Sapatransbicha é uma palavra que me dá um pouco de vergonha de falar na frente da minha mãe, e me dá prazer falar com uma certa vergonha: alguma coisa se move e me mobiliza quando eu uso essa palavra. Aprendi essa palavra com Paco Vidarte, filósofo espanhol que propõe em seu *Ética Bixa* que só é possível pensar em uma identidade dissidente de gênero e sexualidade se ela for pensada como uma pertença e uma luta coletiva, antes de tudo.

Contra a falácia liberal de que “o que cada um faz na sua cama não devia importar a ninguém,” Paco rebate dizendo que

Não posso deixar de sonhar com uma comunidade bixa na qual o que cada um faz com seu inclua e determine, sim, a forma como integra a sociedade. (...) Diante do sujeito liberal onipotente - cujo fracasso social ele atribui só a si mesmo (...) deve surgir outro sujeito, que não se concebe como sujeito senão a partir de um pertencimento prévio a uma comunidade: pertença, antes, a uma comunidade, a uma minoria;

depois, por pertencer a esta minoria de bixonas e transapas, posso ter acesso à posição de sujeito, que já será, de saída, um sujeito solidário, inscrito em uma comunidade que o constitui, uma comunidade que não é feita por ele, mas que o faz, que lhe dá vida, existência, carta de cidadania. (2019, p. 27-28)

Gosto de pensar em uma movência sapatransbicha como esse pertencimento mobilizado, quer dizer, não um pertencimento estanque, mas algo produzido coletivamente enquanto relação de transformação coletiva de si(nós) e do mundo. Falar de cinestesia sapatransbicha é uma outra forma de pensar a identidade que não apenas pelo discurso verbal e/ou escrito. A partir dessa perspectiva tenho investigado, nos últimos anos, a maneira como o voguing e a cena ballroom² transformam gestos corporais generificados em movimento cênico e em como esse jogo coletivo cinestésico é capaz de construir uma comunidade.

Comunidades cinestésicas: a cena ballroom carioca

Entre inúmeras formas de movência compartilhada de corpos LGBTQIA+, a cultura ballroom me parece um lugar privilegiado para pensar justamente as formas como o mover pode produzir vínculos entre sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Apesar de organizar-se como uma competição, as *balls* só são possíveis através de um amplo trabalho comunitário, o qual inclui desde as *houses* (ou casas) que organizam treinos coletivos e organizam as festas, até as participantes sem filiação, conhecidas como 007, além de um público que costuma frequentar as festas independentemente de competir ou não. É só na reunião de diversos indivíduos com dezenas de funções e experiências diferentes que é possível criar a festa/espetáculo que é uma *ball*.

Na cena *ballroom*, em suas inúmeras modalidades de competição, são exploradas as dicotomias entre feminino e masculino, entre outros tipos de marcações sociais, a partir da decodificação da gestão

2 A cultura ballroom, na qual o voguing é uma das modalidades de dança e competição, é um fenômeno cultural produzido por pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, criada inicialmente por pessoas afroamericanas e latinas na periferia de Nova York (final dos 70 e início 80) e hoje praticada pela juventude sapatransbicha de diversas cidades do mundo.

do peso e das gestualidades convencionalmente associadas a uma marca ou outra de gênero.

No *voguing femme* os gestos são mais arredondas, o quadril é constantemente mobilizada lateralmente acentuando as curvas do corpo. Além disso, as mãos se movimentam desmunhecando ao estender o braço à frente do tronco ou tocando partes do corpo em sinais de sensualidade e siquerência. Enquanto isso, no *old way*, modalidade tida como fundadora do *voguing* e originalmente conhecida como *pop dip spin*, o quadril fica preso, os braços e mãos formam apenas ângulos retos em relação ao corpo.

Um grupo de categorias que chama especial atenção na ballroom são aquelas que misturam esses dois estilos e muitos outros, em diversas combinações que são chamadas de *realness with twists*³, em que as competidoras iniciam a batalha utilizando um estilo marcado como masculino ou feminino e transitam para o do gênero “oposto”, quer dizer, começam com um tipo de desfile masculino e começar a dançar vogue femme, ou vice-versa.

Aqui há um jogo entre movimento e identidade e o que interessa, nessas categorias, é demonstrar igual destreza nas duas performatividades ou conseguir construir uma diferença marcante e surpreendente entre as duas coisas.

Muito antes de Judith Butler, a cena ballroom já mostrava, na periferia de Nova York que o gênero era construção e performatividade. Tais práticas permitem evidenciar performativamente as questões das identidades de gênero e orientação sexual e o modo como elas são constituídas não de maneira inata ou pré-discursiva, mas através de ações, gestos e movimentos corporais produzidos e reiterados coletivamente (BUTLER, 2013).

Segundo Marlon Bailey (2013), antropólogo afroamericano que produziu uma importante etnografia sobre a cena *ballroom* em Detroit no início dos anos 2000 - cena a qual ele frequentava e fazia parte - membros da cena precisam com frequência aprender técnicas para transitar entre diferentes leituras de performatividade generificada do movimento corporal por questões de sobrevivência. Ele explica: parecer mais “masculino” aos olhos de sujeitos homofóbicos para escapar da violência na rua, enquanto, em outras ocasiões, performar

3 A categoria pode ser chamada de *Realness with a twist*, *Vogue with a twist*, entre outras.

uma negritude, especificamente, menos masculina, mais feminilizada, uma forma de ser visto pela polícia de maneira menos “ameaçadora”, pensando que a polícia é instituição criada para perseguir a população negra e que têm o corpo do homem negro como seu alvo preferido de sadismo.

Meses antes de ler o trabalho do antropólogo americano já tinha escutado algo semelhante de um amigo carioca. Em vez de dizer que ele agia de forma mais masculina para escapar da polícia, ele disse que se portava de maneira mais “mano” quando tinha medo de ser assaltado e mais “bicha” quando passava diante da polícia. Aqui a afirmação de Bailey de que as balls são um espaço para treinar estratégias de sobrevivência faz total sentido, especialmente nas chamadas categorias de *realness* já mencionadas. “Tais práticas e estratégias são usadas por pessoas negras LGBTQs para negociar e sobreviver em terrenos muitas vezes perigosos e complexos; trabalho performativo comunal e *realness* são mecanismos culturais que possibilitam essa sobrevivência”(p. 76, 2013), afirma o teórico americano.

Tanto lá quanto aqui, saber oscilar entre diferentes tipos de legibilidades corporais é uma forma de sobreviver, mas também uma maneira de celebrar a própria existência. Apesar do aspecto do disfarce ou da fuga serem importantes, é importante ressaltar também na dimensão do sonho: é por eles que se escapa e aquilo que, até hoje, não foi possível proibir completamente (BONA, 2017).

Jonathan Bollen, em seu artigo *Queer Kinaesthesia*(2001), traz inúmeros *insights* para se pensar as relações entre identidade e movimento dançado. Neste trabalho, o pesquisador australiano produziu etnografia realizada na pista de dança de festas gays e lésbicas de Sidney, na Austrália, no final dos anos 1990. Bollen elabora uma concepção de cinestesia queer como alguma coisa que não apenas reflete uma identidade, mas é uma espécie de jogo coletivo que possibilita a experimentação conjunta de diversos tipos de modos de mover que deslocam e recombina normatividades coreográficas de gênero.

Neste artigo, fruto de sua pesquisa de doutorado, Bollen discorre longamente sobre as relações entre dança e disciplinamento do corpo. O autor acredita encontrar nas relações cinestésicas na pista de dança *queer* um jogo de aprendizado coletivo, uma relação intercambiável de experimentação entre diversas possibilidades expressão dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade. Guardada as diferenças de contexto social e dos sujeitos que provavelmente frequentavam

aquelas festas, acredito que alguma coisa muito semelhante acontece na cena ballroom carioca e brasileira de forma geral. As práticas de competição de voguing nos seus variados estilos, além do runway, entre outras modalidades, são técnicas e práticas que exercitam diferentes expressividades de gênero e sexualidade enquanto movimento.

Mais do que um estilo ou técnica de dança, podemos pensar o voguing e a cena *ballroom* como uma forma de produção de comunidade cinestésica aberta para a experimentação de gênero e para a celebração de corpos periféricos.

Performando a norma, subvertendo a disciplina

Em uma *ball*, as vogueiras e vogueiros são avaliados por uma banca de jurados que dão notas para as performances e escolhem os vencedores de cada categoria. Cada *ball* pode ter de quatro até mais de uma dúzia de categorias, entre elas as já citadas *vogue femme*, mas também suas subdivisões *dramatics* e *soft and cunt, old way, new way, runway* (desfile), *sex siren*, entre muitas outras, incluindo as carioquíssimas *batekoo x passinho*, quase sempre presente nas balls que venho frequentando entre 2019 e início de 2020.

Os performers devem atender as expectativas e regras de cada categoria para impressionar os juízes e ganharem as batalhas e chegarem a ganhar um *grand prize*, quer dizer, ser o grande vencedor daquela categoria em determinada noite. O que nos faz pensar novamente sobre a questão da normatividade e da performatividade/performance de gênero.

Aproximando-se do trabalho de Butler e Derrida, Bollen afirma que o fato da performatividade ser sempre citacional implica que há sempre diferentes níveis de aproximações e fracassos em relação à norma/objeto de referência. Me parece que é isso que dá espaço para uma certa movência e experimentação que são ativados em fenômenos como a cena ballroom.

Apesar de falar desse espaço entre fracasso e sucesso da performatividade, Butler não chegou a desenvolver de maneira tão direta a forma como é feita a contribuição do contexto social para essa produção de diferença dentro da norma. A partir de uma crítica a essa falta, Bollen recorre à filósofa Rosylin Diprose para reelaborar a teoria da performatividade em seu circunspecto social. Diprose reposiciona a teoria de Butler sobre a produção de morfologia do gênero para

um pensamento sobre o processo de ativação do gênero como uma estilização cinestésica. Ela recupera a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, segundo o qual só podemos chamar de nosso corpo algo que ocorre nas relações recíprocas com outros corpos.

Pensamos junto com Bollen e Diprose que o corpo individual é na verdade constituído pela invasão do corpo próprio pelo gesto de outros. O corpo vivo/vivido é sempre isso. A pista de dança, Bollen afirma, é um espaço de cinestesia compartilhada. Dançar no ritmo na batida é dançar no ritmo do outro. Dançar é sempre ser afetado pelo outro.

Quando se compete, como em uma batalha de *voguing*, isso é mais nítido ainda. Porém, nem tudo na cena *ballroom* é competição, e o que me interessa é justamente pensá-la de maneira ampliada. Se delimitarmos a cena apenas ao enquadramento da batalha, perdemos os meses de preparação até que alguém se sinta apto a batalhar, invisibilizamos aqueles que treinam, mas nunca chegam a batalhar, aqueles que apenas organizam os eventos, ou o momento antes e depois da competição, *ainda no espaço da ball*, em que as pessoas simplesmente brincam e improvisam uns com os outros sem propriamente batalharem. Tudo isso é agenciador de comunidade, e é também *cena ballroom*.

Considerações finais

Nos interessa tanto a noção de *queer kinesthesia*, a qual traduzimos e reprocessamos aqui enquanto cinestesia sapatransbicha, como uma tentativa de descrever como a regulação do gênero pode ser negociada através do movimento coletivo, através de uma “seleção de recursos cinestésicos que desarticulam formas de se mover da demanda por desempenho consistente de gênero”(BOLLEN, 2001, p. 298)⁴. Como a regulação de gênero e sexualidade são feitas de maneira mais ou menos simultânea, a cinestesia sapatransbicha pode ser entendida como uma crítica encenada ao modelo cis e heteronormativo do desejo que opera na lógica da diferença morfológica. Ainda segundo Bollen,

4 No original: “marshalling of kinesthetic resources that disarticulate ways of moving from the demand for consistently gendered performance”.

Na performance cinestésica queering de gênero, gays e lésbicas [e podemos ampliar isso para pessoas trans e travestis, protagonistas da cena ballroom] experimentam maneiras de se mover e maneiras de desejar que às vezes são ambivalentes, às vezes hiper-reflexivas, sobre as amarras morfológicas do gênero. Na verdade, a cinestesia queer convidaria a uma análise do desejo que se baseia não na lógica da diferença morfológica, mas em uma queereografia do envolvimento cinestésico. (BOLLEN, 2001, p. 298)⁵

Aqui, o foco é pensar o corpo não no sentido da forma, morfologia, seu contorno material, mas sim sua experiência de se mover, sua capacidade de ação, seu repertório coreográfico. A partir dessa noção de cinestesia *queer* convido todos nós a pensarmos uma cinestesia sapatransbicha junto com nossos corpos do Sul. A cena ballroom e o modo como ela vaza para a vida cotidiana me parece uma das experiências mais potentes do nosso tempo neste sentido. Podemos dizer que o voguing é uma tecnologia negra sapatransbicha que procura reverter a subalternização de corpos dissidentes de gênero e sexualidade produzindo potência nas brechas das condições de (im)possibilidade da cultura dominante. A *ballroom* permite que sujeitos subalternizados sonhem, e que performatizem esses sonhos que, ali na pista de dança, são realidade. E não só na pista de dança. É impossível acreditar que alguém que faça aquilo que voguers façam na pista de dança não sejam rainhas e reis 24h por dia. Aqueles que dançam, sabem disso sobre si. A ballroom é uma realidade, por mais que esteja subjugada à outra, de violência, que existe fora dela: o mundo homo/transfóbico e racista.

Referências

BAILEY, Marlon M. Gender/Racial Realness: Theorizing the Gender System in Ballroom Culture. In *Feminist Studies*. June 2011.

5 Idem: "In kinesthetically queering performance of gender, gay man and lesbians experience ways of moving and ways of desiring that are sometimes ambivalent, sometimes hyperreflexive, about the morphological moorings of gender. Indeed, queer kinesthesia would invite an analysis of desire that is predicated not on the logic of morphological difference but on a cheoregraphy of kinesthetic engagement"

BOLLEN, Jonathan. 'Queer kinaesthesia: Performativity on the dance floor' in *Dancing Desires: Choreographing Sexualities On and Off the Stage*, ed. Jane Desmond, Society for Dance History Scholars & University of Wisconsin Press, 2001.

BONA, Dénètem Touam. *A arte da fuga: dos escravos fugitivos as refugiados...* Tradução: Amilcar Packer. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/438170205/A-Arte-Da-Fuga-Denetem-Touam-Bona>. 2017.

BUTLER. *Cuerpos que importam. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo."* In: TAYLOR, Diana; FUENTES, Marcela. *Estudios Avanzados de Performance*. México: Fondo de Cultura Económica; New York: Hemispheric Institute Of Performance and Politics, 2011, pp. 51-89.

GIL, José – *Movimento total: o corpo e a dança*. Lisboa: Relógio d'água, 2001.

PASSARELI, Matheusa. *O Rio de Janeiro Continua Lindo e Opressor – Relatos da Disciplina de Gravura* – UERJ. 2017. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/matheusa-o-rio-de-janeiro-continua-lindo.pdf>. Acesso em 3 de junho de 2021.

VIDARTE, Paco. *Ética bixa. Proclamações libertárias para uma militância LGBTQ*. *Paco Vidarte*. n-1 edições. 2019

NARRATIVAS DE MATERNIDADES PRETAS NOS FILMES 2704KM E PUERPÉRIO

Luciana Oliveira Vieira

*Mestra em Cinema e Narrativas Sociais e Professora substituta do
curso de Publicidade e Propaganda – Universidade Federal de Sergipe.*

Email: luoliveira.vieira@gmail.com.

Resumo

Narrativas de afeto a partir de imagens de arquivo vêm chamando a atenção atualmente no cenário nacional do cinema negro brasileiro. Uma possibilidade de tornar visíveis histórias de amor de famílias pretas tão violentamente invisibilizadas em grande parte dos roteiros das novelas e filmes brasileiros ao longo das décadas. Este trabalho analisa dois filmes que se apoiam no recurso de imagens de arquivo para expor narrativas pretas sobre a maternidade e relações mães e filhas a partir do formato de filme-carta. Investigamos os curtas 2704km de Letícia Batista (PE) e Puérperio de Luciana Oliveira (SE) na intenção de refletir sobre essas relações a partir do método de análise fílmica.

Palavras-chave: maternidade preta, cinema negro, imagem de arquivo.

Introdução

Ao longo de suas vidas as mulheres negras enfrentam dores de solidão, sexualização de seus corpos e subalternização. Ao se tornarem mães o medo de que essas violências sejam reportadas às suas crianças é grande e tão mais aterrorizador para elas do que poderiam imaginar. A criação de crianças negras na diáspora é uma constante vigilância e questionamento de qual a melhor forma de criar filhos fortes, que possam se proteger ao longo dos anos das violências provocadas pelo racismo e a misoginia, que desde cedo se faz presente na vida de uma pessoa negra.

Audre Lorde (2020), em seu texto “O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista”, expressa esse sentimento comum às mulheres mães negras da diáspora africana. A escritora preta e lésbica, mãe de dois filhos, relata que “para sobreviver, crianças negras nos Estados Unidos têm de ser educadas para serem guerreiras. Para sobreviver, elas também têm de ser educadas para reconhecer as muitas faces do inimigo.” (LORDE, 2020, p. 94).

Essa carga que habita nas costas de mulheres negras atravessando mares de gerações, reflete séculos de opressões que lhes proibiram o ato de amar, de formar suas famílias, de gestar e maternar seus próprios filhos. Reflexo do período escravocrata que causaram tantos traumas ao povo preto. Como afirma bell hooks, 2010:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender, já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. (HOOKS, 2010)

Em sua reflexão sobre o ato de amar entre pessoas negras, hooks (2010) nos alerta sobre como esse período reverbera até hoje nas vidas das pessoas negras na diáspora e suas relações. O contexto de

escravidão não permitia a expressão de sentimentos, de emoção, e por tanto, as relações pretas foram sendo construídas ao longo dos anos com base na ação de reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência. Ser uma pessoa forte passou a ser reconhecida como característica positiva. Um sinal de personalidade forte. (HOOKS, 2010).

Ao longo do tempo esse papel de “mulher forte”, “guerreira”, que não se deixa abater para sobreviver foi e ainda é direcionado às mulheres negras, que em consequência das opressões que lhes cercam desejam preparar seus filhos para serem fortes também. Mas, só de guerra podem viver as mulheres negras? Mães? De conflitos internos provocados por suas dores e medos? Não merece a mulher negra a liberdade de amar? Para Audre Lorde (2020), as crianças negras precisam amar e resistir ao mesmo tempo para que possam sobreviver. E para tanto, elas precisam se desprender:

“Criar crianças negras – meninos e meninas – na boca de um dragão racista, machista e suicida é perigoso e arriscado. Se eles não puderem amar e resistir ao mesmo tempo, provavelmente não vão sobreviver. E, para que sobrevivam, precisam se desprender. É isto o que as mães ensinam – amor, sobrevivência -, ou seja, definição de si e desprendimento. Para cada uma dessas lições, a capacidade de sentir intensamente e de reconhecer esses sentimentos é central: como sentir amor, como não desconsiderar o medo nem ser dominado por ele, como experimentar a alegria de sentir profundamente.” (LORDE, 2020, p. 93).

Neste sentido, hooks e Lorde apresentam uma possibilidade de mulheres negras vivenciarem suas maternidades se permitindo ao amor, não é negar as opressões, mas saber amar, dar e receber amor. Amar a si mesmas, olhar para dentro e assim poder amar os seus filhos e ensiná-los também a entender que possuem direito ao amor.

O racismo e a misoginia privam as mulheres negras de seu “amor interior” aquele amor no qual, diferente do “amor próprio” que sempre está ligado a nossa relação com o outro. O “amor interior” precisa ser reconhecido pelas mulheres negras, elas devem reconhecer que o

seu emocional, a sua vida interior também importa (HOOKS, 2010)¹. Desenvolvendo em si o ato de amar é o caminho para uma cura na maternidade preta, poder amar plenamente a si próprias e aos seus filhos, é um direito à existência plena dessas mulheres, que deste modo, ensinarão aos seus filhos o poder de amar também.

A mulher negra deve se permitir sentir e não está no controle. Se permitir baixar a guarda e a armadura para acolher as dores das crianças negras que também são suas, chorar assim como elas, para que elas sintam-se também no direito de expor suas emoções e não reprimi-las, para que possam saber que o seu emocional importa. E ensiná-las a enfrentar essas situações, sem deixar de acreditar em si mesmas e no seu amor interior, como afirma bell hooks ao apresentar um exemplo através da relação da escritora Kesho Scott e sua mãe relatada em seu livro “O hábito da sobrevivência: Estratégias de vida das Mulheres Negras”:

“Voltando a falar da mãe de Keshno, é provável que a dor de sua filha tenha trazido recordações de suas próprias feridas, nunca reveladas. Será que assumiu aquela atitude crítica, dura, ou mesmo cruel, para não se expor, chorar, e deixar de ser “uma mulher negra forte”? Mas se tivesse chorado, sua filha saberia que ela se identificava com aquela dor, que seria possível falar sobre o assunto, que não precisaria guardar essa dor.” (HOOKS, 2010).

É chegado o momento de mulheres negras romperem com o passado de dor das maternidades pretas que não puderam maternar de forma plena, porque precisavam ser fortes, e porque tiveram que em muitos casos, maternar os filhos dos outros. Sendo essas mulheres negras da atual geração mulheres que estão em busca de se descolonizarem, elas devem encontrar o amor e perceber o passado de suas mais velhas não como um lugar apenas de dor, mas como uma possibilidade de cura dessas histórias, podendo elas hoje ter a oportunidade de maternar de um modo diferente das que vieram antes, honrando os seus passos e quebrando séculos de dor.

1 Vivendo de amor. In Geledes, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 10 de abril de 2021.

Os filmes analisados aqui neste artigo apresentam de formas semelhantes, porém por perspectivas diferentes, o ato de amar que as autoras nos convocam a refletir. “2704km” (2019) dirigido pela cineasta Letícia Batista é escrito e narrado por ela e Letícia Barros, um filme-carta observando como filha a história de sua mãe refletida na dela. E “Puerpério” (2021), dirigido pela autora deste artigo, também em formato de filme- carta para a sua filha, expressando o seu desejo de que sua filha possa alcançar a liberdade de ser quem ela quer ser.

Metodologia

Com o objetivo de investigar o tema de maternidades pretas abordados nos filmes Puerpério (2021) e 2704KM (2019), sob a perspectiva do pensamento do feminismo negro, a metodologia de análise fílmica aplicada foi a de análise de conteúdo. Este tipo de análise considera o filme como um relato e tem em conta o tema do filme. (PENAFRIA, 2009). Neste sentido, o que interessa na investigação destes filmes são as relações entre mães e filhas negras representadas por eles.

Após o levantamento de uma bibliografia que abordasse o tema das maternidades pretas, as reflexões das escritoras bell hooks e Audre Lorde foram utilizadas para observar as relações das personagens nos filmes em questão. Observou-se também a relação entre as duas narrativas, no que diz respeito a sua estética, por meio das imagens de arquivo e seu gênero de documentário em formato de filme-carta, um formato fílmico que apresenta a subjetividade e intimidade da direção/narração e que endereça a alguém a quem deseja que essas imagens cheguem. Como aborda Rúbia Mércia de Oliveira Medeiros,

“O que nos remete a filme-carta é justamente a elaboração dos processos criativos, que partem inicialmente da carta literária e de relatos em primeira pessoa para compor a obra dentro de um ponto de vista específico do autor com o seu entorno, suas questões e suas correspondências com o mundo.” (MEDEIROS, 2013).

Deste modo, relacionamos não só o formato que atravessam os filmes em questão, abrindo a intimidade das duas diretoras com suas mães e filhas, mas principalmente como se dão as suas relações de maternidade enquanto mulheres negras que filmam e que narram suas próprias histórias.

Neste sentido, analisamos o conteúdo dos filmes, ou seja, a partilha e o afeto que são apresentados nas relações maternas a partir de imagens de arquivo que fortalecem a memória das destinatárias desses filmes cartas, no passado e no futuro.

Resultados e discussões

Que você seja livre, para ser quem você é

Puerpério (2021) é um filme-carta onde busco, em primeira pessoa, expressar os seus medos maternos e meu desejo da liberdade de ser para minha filha. Utilizando de imagens de arquivo, entre fotografias estáticas e vídeos caseiros feitos em boa parte com celular que acompanham os primeiros três anos de vida de Malaika e de minha vida como mãe. Em pouco mais de 9 minutos, o filme nasce do possível, de uma forma de fazer cinema que se mostra simples em seu formato, e que foi produzido durante o isolamento social da pandemia da Covid-19.

Em um desabafo compartilho com minha filha sobre a solidão na maternidade e as crises de uma mulher mãe de primeira viagem que vivencia o puerpério² e o fato de nunca ter sido informada sobre o que realmente se tratava a maternidade e esse sentimento tão intenso que é o puerpério.

“E por falar nisso filha, eu preciso que você saiba sobre o puerpério. Puerpério, puerpério é dor, solidão, estranhamento, culpa e insegurança. É vontade de sair pelada correndo e sentar no asfalto e chorar, chorar, chorar. E ninguém me contou. Ninguém me contou o que era isso. Eu senti e vi quando nós nascemos. Quando eu pari você e você pariu uma mãe.” (PUERPÉRIO, 2021).

2 O período pós-parto, também conhecido como puerpério, refere-se a um momento de transição em que ocorrem intensas alterações fisiológicas e psicológicas nas mulheres, envolvendo tanto aspectos hormonais, como questões familiares e culturais. Ele começa após o nascimento do bebê, e seu fim não é bem delimitado, podendo abranger até 12 meses após o nascimento. Acesso: <https://meuparto.com/blog/maternidade/aspectos-emocionais-no-puterperio/>

Esse trecho narrado no filme busca refletir o silenciamento e o abandono da sociedade para com as mães puérperas. O momento em que mulheres mães necessitam de acolhimento, estão mentalmente e fisicamente abaladas com a nova vida, são as cobranças de uma maternidade perfeita, ainda representada de forma romantizada na sociedade, incluindo os julgamentos, que são reforçados.



Fonte: frame do curta-metragem **Puerpério**

Sendo uma mulher negra e mãe de uma menina negra, expõe também um medo atravessado pelo racismo e pelo machismo da sociedade em que vivemos:

“Eu descobri que eu tenho medo que os meus medos sejam seus um dia. Mas, eu preciso te contar que no futuro você será uma mulher preta, adolescente, depois adulta e o mundo para nós é cruel. Mas, eu quero que saiba que você tem o poder de dizer não. De impor limites aos outros. De ter seu espaço. Você tem o direito de ser livre.” (PUERPÉRIO, 2021).

Assim como vimos nas reflexões de Audre Lorde (2019), neste filme preparo minha filha para enfrentar uma realidade social difícil que é o racismo, e sendo ela uma menina, o medo também está interseccionado pelo gênero. Em uma sociedade que silencia e violenta mulheres e crianças negras, direciono a minha filha uma mensagem filme para prepara-la para dizer “não” a um mundo que poderá ser cruel também para ela.



Fonte: frame do curta-metragem **Puerpério**

A crise entre a individualidade e a maternidade impressa no filme, passa também pelo medo de perder-se, por parte desta mãe que filma. Perder-se de sua profissão e da vida social. Porém, ao expor esse medo, reforço a importância da individualidade em minha existência para a minha criança. Nos últimos minutos do filme, ao dizer a ela: “esse é o recado que eu queria deixar para você no futuro. Que você seja livre, para ser quem você é.” (PUERPÉRIO, 2021), essa afirmação corrobora com as colocações de Lorde (2020):

“A lição mais contundente que posso ensinar ao meu filho é a mesma que posso ensinar à minha filha: como ser exatamente quem ele deseja ser. E a melhor maneira de fazer isso é sendo quem eu sou e tendo esperança de que, com isso, ele aprenda não a ser como eu, o que não é possível, mas como ser quem ele é. E isso significa caminhar em direção a voz que vem de dentro, e não em direção às vozes estridentes, persuasivas ou ameaçadoras que vêm de fora, pressionando-o a ser o que o mundo quer que ele seja.” (LORDE, 2020, p. 96-97).

Alinho mais uma vez o pensamento da escritora ao filme carta. A preocupação de mulheres negras que desejam um futuro possível, de liberdade, para a existência de seus filhos. Um futuro em que eles possam estar prontos para enfrentar a dor e a delícia de ser negro na diáspora. Fortes e certos de seu eu interior, amando a si mesmos como são, e seguros de quem são, sem permitir que as ameaças externas, reflexos do racismo, possam podá-los e privá-los da liberdade de ser.

Diante disso, percebo o quanto ser uma mãe negra na diáspora é uma tensão para nós que lutamos diariamente pela existência sem dor de nossos filhos. Lutamos pela construção de sua força interior e os preparamos para um mundo injusto ainda. O que buscamos para nós e para nossos rebentos é o direito de sermos livres.

Oficialmente estamos na estrada juntas

2704km (2020) filme-carta da diretora Letícia Batista (PE), reúne imagens de arquivo de sua infância, em VHS, imagens que revelam ser o início dos anos 1990. São imagens felizes de confraternizações de uma família preta, imagens essas raras na história do cinema brasileiro, quando narrativas de famílias pretas existindo em sua plenitude, divertindo-se e celebrando suas vidas, foram invisíveis no cinema nacional.



Fonte: frame do curta-metragem 2704KM

Letícia busca a história de sua mãe, ao se debruçar em seu diário, é nesse movimento que a diretora tem a possibilidade de olhar para os sentimentos de Marizete Batista e o seu eu interno como importantes, essa mulher que também é a sua mãe. A diretora atravessa a individualidade de sua mãe ao ler o seu diário e encontrar seus relatos de amor.

A individualidade de uma mulher que se torna mãe é comprometida ao nascer da criança, como relata a pesquisadora e mãe negra Bárbara Maia Cerqueira Cazé (2020):

“Por experiência própria sabemos demarcar o início do processo de silenciamento da individualidade das mulheres que são mães, mas não sabemos quando termina. Começa nas consultas médicas durante o pré-natal, segue com o nascimento do filho no hospital e acompanha a mulher em ambientes de sociabilidade do filho, como a escola. Se uma mulher está acompanhada do filho, ela é “Mãe”, os demais papéis que ela desempenha em sua vida social e produtiva ficam em segundo plano.” (CAZÉ, p.57, 2020).

A cineasta inicia o filme com a narração do diário de sua mãe em primeira pessoa, ela nos apresenta Marizete Batista, uma mulher apaixonada que agora estava grávida e surpresa com a gravidez. Uma mulher negra que sonha com o amor e com a família que está prestes a construir, mas que no decorrer dos 11 minutos de filme percebemos uma ausência da figura paterna que só se faz presente nos primeiros minutos.



Fonte: frame do curta-metragem 2704KM

Ao ler o diário de sua mãe e recuperar as imagens de sua infância, Letícia compara o caminho de sua mãe com o seu. Duas mulheres negras que ainda na juventude se deslocam de seu lugar de origem para encontrar o seu lugar no mundo. Marizete deixa o interior de Minas Gerais muito jovem para construir vida em São Paulo, assim como Letícia deixa São Paulo muito jovem para fazer faculdade em Recife.

“Você saiu do interior de Minas para ir trabalhar em uma cidade desconhecida. Eu sair para fazer o tão sonhado ensino superior em cinema no Nordeste.

Quem diria! Apesar das coincidências das histórias, a minha só foi possível por causa da sua. No final, sabemos que ninguém abandonou ninguém. Nem você, quando me deixou sozinha para ir na festa quando tinha 7 anos, nem eu quando te deixei para vir para cá. Sempre estamos juntas, afinal. Em São Paulo, brigando. Em Minas, vendo você andar à cavalo ou em Recife. Oficialmente, estamos na estrada juntas.” (2740KM, 2018).

Talvez Marizete Batista, não tenha nenhuma proximidade com as reflexões sobre as maternidades que as feministas negras que evocamos aqui apresentam. Mas, podemos perceber que a filha que filma, teve em sua mãe um espelho para construção de sua existência, para a construção do seu ser, respeitando os seus sonhos, assim como a sua genitora. Mesmo contra a vontade de sua mãe, Marizete foi para São Paulo, assim como Letícia sentiu-se preparada e forte para buscar no Nordeste o sonho da graduação em cinema. A lição abordada por Audre Lorde (2020) é aqui também visualizada. Marizete foi quem ela era para que Letícia também pudesse ser, enfrentando também o mundo com todos os desafios que ele apresenta para mulheres negras.

Considerações finais

Visitar o passado e compreender o presente ou escrever no presente uma mensagem para o futuro. Os filmes 2740KM e Puerpério apresentam formas diferentes de maternidades pretas, mas que se cruzam pelos olhares de mulheres negras que filmam e escrevem para mãe e filha sobre o amor que sentem uma pela outra. Ambas as diretoras recorrem a imagens de arquivo familiar para eternizar uma mensagem filme sobre suas relações e suas existências.

Acompanhamos duas mães negras em tempos diferentes, mas com o mesmo dilema enfrentado por várias mães no mundo, o desejo de defender a sua individualidade e também o medo de como esse mundo receberá suas filhas. De um lado uma mãe que se prepara para ser uma referência feliz para sua filha, do outro uma filha que se vê na mãe, que lutou por sua independência e assim a tornou também independente. Podemos ver também narrativas de mulheres negras que possuem a oportunidade de matinar as suas filhas, sendo assim, um processo de cura com um passado que foi tão doloroso para suas ancestrais pretas, que não tiveram a mesma oportunidade, enquanto

mulheres em condições de escravidão e privadas, muitas vezes, de maternar suas crias.

Observar os filmes apresentados neste artigo relacionando-os as reflexões de bell hooks e Audre Lorde, reforça o quanto o ato de maternar crianças pretas permanece sendo um desafio em uma sociedade que ainda é dominada pelo racismo e que afeta nossas crianças na mais tenra idade. Olhar o passado e curar as feridas que a escravidão lançou sobre as relações pretas, através do ato de amar, é o melhor caminho para criar crianças negras. Esse caminho é também uma responsabilidade de uma comunidade inteira, não só da mãe, das mulheres negras, mas de toda uma sociedade que precisa está comprometida em desconstruir séculos de discriminação racial.

Referências bibliográficas

CAZÉ, Bárbara Maia Cerqueira. Eu vi Deus e Ela é uma mulher preta: Maternidades negras no curta-metragem Deus, de Vinicius Silva. In: Mulheres negras na tela do cinema/ Bárbara Maia Cerqueira Cazé [(org.)] – Vitória: Pedregulho. 2020.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas, V.3, nº 2, 1995, p. 454-478.____. Vivendo de amor. In: Geledes, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor>. Acesso: 02 de abril de 2021.

LORDE, Audre. O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista. In: Irmã outsider/ Audre Lorde; tradução Stephanie Borges. – 1. ed.; 1. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MEDEIROS, Rúbia Mércia de Oliveira. Filmes-carta: por uma (outra) estética do encontro. In: Filmes Carta: por uma estética do encontro. Curadoria: Rúbia Mércia de Oliveira Medeiros, Caixa Cultural, 2013.

PENAFRIA, Manoela. Análise de filmes – conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM. 2009.

Filmes

2704KM (2020)

Ficha técnica:

Direção, fotografia, montagem, correção de cor, texto, voz 2:

Letícia Batista

Voz 1: Letícia Barros

Puerpério (2021)

Ficha técnica:

Direção\roteiro\locução\imagens\montagem: Luciana Oliveira

Imagens adicionais: João Brazil

Mixagem de áudio e trilha sonora: Léo Airplane

Finalização: Lu Silva

Música: “Malaika” - Miriam Makeba executada por: Léo Airplane

Participação: Malaika Vieira Brazil e João Brazil

Realização: Rolimã Filmes

LUTANDO CONTRA O PRECONCEITO HOMOTRANSFÓBICO: O COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Albert de Albuquerque

Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), albert.seso@gmail.com.

Leo Mozdzenski

Doutor em Comunicação (PPGCOM/UFPE), doutor em Letras (PPGL/UFPE) e, atualmente, pós-doutorando em Direitos Humanos na Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE), leo_moz@yahoo.com.br.

Resumo

Em 29 de janeiro, celebra-se o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Em 2020, em atenção a essa importante data, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou em seu site a matéria especial “Sou assistente social trans... Somos resistência!”, salientando a luta incessante das/os assistentes sociais no combate à transfobia e na defesa dos direitos da população sexodiversa. O presente trabalho objetiva analisar de que modo o Conjunto CFESS-CRESS vem historicamente tratando da questão LGBT em suas pautas éticas e políticas, sobretudo em razão do relevante papel assumido pelas/os assistentes sociais no atendimento a pessoas que vivenciam o preconceito e a violência por orientação sexual e identidade de gênero. Nessa toada, esta pesquisa visa discutir e compreender como o Serviço Social promove a inserção e a valorização dos membros da comunidade LGBT, contrapondo-se às relações sociais de opressão, exploração, discriminação e intolerância recrudescidas com o avanço do neoconservadorismo na sociedade capitalista ultraliberal

contemporânea. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa crítico-analítica através do exame bibliográfico e documental alusivo aos instrumentos políticos e normativos do Conjunto CFESS-CRESS, com ênfase nas suas campanhas, informativos e ações co-municativo-pedagógicas.

Palavras-chave: Serviço Social, Conjunto CFESS-CRESS, Homotransfobia, LGBTfobia, Direitos LGBT.

Introdução

“O Dia da Visibilidade Trans para mim é o marco do reconhecimento da minha cidade-nia, enquanto cidadã de direitos. É o marco do empoderamento de direitos, numa sociedade cis-heteronormativa e patriarcal”, afirma assistente social Cássia Pereira de Azevedo sobre o dia 29 de janeiro – data em que se comemora a Visibilidade Trans no Brasil –, em uma matéria especial publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020a). Ao longo da reportagem, Cássia Azevedo – que se identifica como mulher trans, negra e periférica – relata os desafios que enfrenta diariamente ao atender a população LGBT¹ no Centro de Cidadania (CCLGBTI Édson Néris), na zona sul de São Paulo (SP) (Figura 1).

Figura 1. Matéria “Sou assistente social trans... Somos resistência!”, do CFESS (29/01/2020)



Fonte: CFESS (2020a).

1 Sigla usada para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Atualmente, é possível observar o emprego de outras abreviações derivativas, como LGBTQ (com a letra Q indicando as pessoas *queer*, sendo mais presente nos movimentos sociais estadunidenses), LGBTI (com a letra I indicando pessoas intersexuais, usada com frequência por entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Anistia Internacional) ou, mais recentemente, LGBTQIA+ (com a letra A indicando os assexuais e o sinal + para representar outras identidades/sexualidades disruptivas não cobertas pelas letras anteriores). No presente trabalho, será utilizada a sigla LGBT, por ser o termo de maior uso corrente nas pesquisas nacionais, na mídia e em documentos oficiais. Em todo caso, o emprego da sigla aqui diz respeito a qualquer pessoa não heterossexual e/ou não cisgênera. Também serão adotadas doravante as seguintes convenções: a) na esteira de Lopes (2011), o adjetivo “gendérico” (e suas variações) corresponde à locução adjetiva “de gênero” (cf. *gender*, ou seja, “gênero” em inglês); b) apesar de suas especificidades semânticas, os seguintes termos são considerados equivalentes: comunidade LGBT, população sexodiversa, público sexodissidente e dissidências sexogendéricas (e variações dessas expressões).

De acordo com a assistente social, as principais demandas da população trans e travesti dizem respeito violências físicas e psicológicas que essas pessoas sofrem no seu cotidiano, tais com constrangimentos vivenciados numa ida ao mercado, ao shopping, a banheiros públicos ou a consultas médicas. Outros obstáculos recorrentes experienciados pela comunidade T estão relacionados às dificuldades de atendimento em determinados órgãos e serviços públicos, ao desrespeito do uso do nome social, além da ausência de oportunidades no mercado de trabalho. Aliás, esse foi um dos principais motivos que levaram a própria Cássia Pereira de Azevedo a trabalhar no Centro de Referência:

O meu desafio maior foi me inserir no mercado de trabalho, uma vez que fujo da 'ordem natural' dos padrões de macho ou fêmea impostos pela sociedade. E as des-culpas foram diversas, como por exemplo: 'você não se encaixa no perfil da empresa', ou, 'retornaremos para você', costumam dizer. [...] Estas situações levam as pessoas trans e travestis a viverem cenas cotidianas de violência, que vão desde o desrespeito, à transfobia, diferentes formas de violência verbal, física, moral e, por vezes, o extermínio por meio de assassinatos cruéis. [...] Nos dias de hoje, com esse governo, acho que dobrou o número de violência contra o público LGBTI, em especial contra as pessoas trans e travestis, ainda mais porque nossa identidade de gênero está visível (CFESS, 2020a).

Essa matéria do Conselho Federal de Serviço Social a respeito do Dia da Visibilidade Trans no Brasil consiste, na verdade, em uma das suas várias iniciativas que, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), possuem como finalidade a ampliação das discussões sobre a temática na sociedade de maneira geral, corroborando para que assistentes sociais tenham mais informações sobre a pauta LGBT e, em especial, trans/travesti. É o que defende a assistente social Liliane Caetano, representante do CFESS entre 2015 e 2019 no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Em junho de 2019, o CNCD/LGBT foi extinto pelo atual governo.

Liliane Caetano avalia esse direcionamento conservador na política e na sociedade, e sua relação com o Serviço Social:

O conservadorismo impregnado na sociedade brasileira se expressa também no Serviço Social. Parte do discurso contrário à garantia desses direitos se embasa no fundamentalismo religioso, de tal modo que precisamos refletir sobre a laicidade da profissão. Os posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS já são uma maneira de enfrentamento à perspectiva conservadora. Mas, para além disso, acredito ser preciso manter a nossa convicção de que combatemos ideologias reacionárias e não pessoas. Digo isso devido à necessidade de diálogo de fato com quem pensa diferente, não em uma perspectiva 'catequizadora', sobretudo em épocas de polarizações de ideias (CFESS, 2020a).

É justamente devido à premência de combater e rechaçar o avanço do pensamento reacionário e moralista que parece dominar o país que o Conjunto CFESS-CRESS vem sistematicamente adotando ações de publicização e de valorização da população LGBT, salientado sobretudo os direitos das pessoas trans e travestis. Nessa toada, o presente trabalho visa discutir e compreender como o Serviço Social promove a inserção e o reconhecimento dos membros da comunidade sexodiversa, contrapondo-se às relações sociais de opressão, exploração, discriminação e intolerância recrudescidas com a emergência do neoconservadorismo, da intolerância moralista e do fundamentalismo na contemporaneidade.

Metodologia

Metodologicamente, o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa crítico-analítica através do exame bibliográfico e documental alusivo aos instrumentos políticos e normativos do Conjunto CFESS-CRESS. Em especial, são identificadas, descritas e analisadas as mais recentes iniciativas implementadas pelo Conselho objetivando conferir visibilidade e protagonismo às dissidências sexogênicas e suas pautas, por intermédio de campanhas, informativos e ações comunicativo-pedagógicas. O recorte cronológico dado aqui corresponde às atividades mais relevantes do CFESS realizadas nas duas últimas décadas.

Referencial teórico

De acordo com Silvestrin e Thiesen (2020), o Conjunto CFESS-CRESS desde 1990 vem implementando ações com o propósito de prestar orientação aos/às assistentes sociais no acolhimento da comunidade LGBT, atendendo suas demandas e assegurando seus direitos. Em 1993, foi aprovado o Código de Ética do/a Assistente Social, cujos princípios orientam a categoria para um atendimento sem qualquer tipo de discriminação e para uma atuação profissional que deve ser fundada na eliminação de todas as formas de preconceito, respeitando-se a diversidade: “exercer o Serviço Social sem sofrer discriminação nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (Lei Federal n.º 8.662/93).

Segundo Duarte (2014), o debate sobre as sexualidades no âmbito do Serviço Social – iniciado em 1986, durante a realização no Rio de Janeiro do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) – vem sendo um tópico presente em vários eventos da categoria profissional. Por sua vez, Almeida (2008) destaca três fatores cruciais para a ampliação da discussão nessa esfera profissional/acadêmica: a reforma da grade curricular do curso de graduação em Serviço Social nos anos 1990, que passou a incluir a ação do movimento LGBT entre os movimentos sociais estudados; a participação do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), demandando a inserção da temática a respeito da diversidade sexogendérica na formação profissional das/os assistentes sociais; e, por fim, a histórica e atuante presença dos próprios LGBTs nos cursos universitários de Serviço Social.

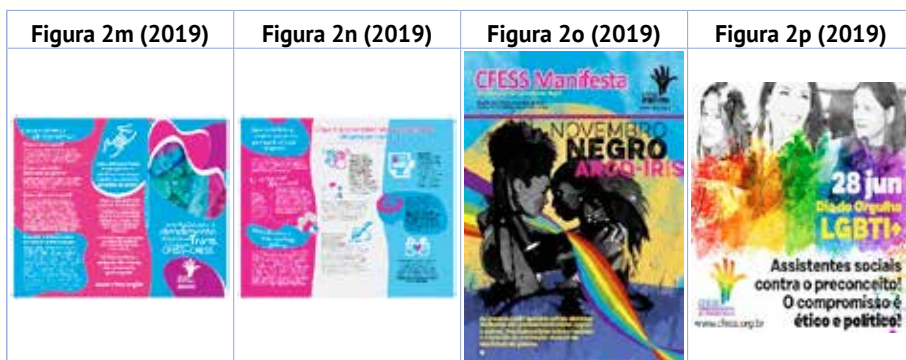
Outros pesquisadores asseveram ser esse um tema que ainda gera bastante controvérsia e produz enormes desafios entre a categoria (PRATA, 2007; MARCELINO, 2010; MENEZES; SILVA, 2017). Mas como veremos na próxima seção, o Conjunto CFESS-CRESS vem cada vez mais pautando essa temática em campanhas e informativos, sobretudo em razão da atuação da/o assistente social na luta pela livre orientação e expressão sexual e contra o preconceito e a discriminação homotransfóbica. Assim, os normativos e ações comunicativo-pedagógicas examinados a seguir revelam como o Conselho vem sendo bem-sucedido em suas iniciativas na defesa da ética, do respeito, da dignidade e dos direitos sociais da população LGBT.

Resultados e discussão

O *corpus* sob análise na presente pesquisa encontra-se disposto na Figura 2:

Figura 2. Principais ações, campanhas e informativos do CFESS com temática sexogendérica (2006-2020)

Figura 2a (2006)	Figura 2b (2008)	Figura 2c (2009)	Figura 2d (2014)
			
Figura 2e (2015)	Figura 2f (2015)	Figura 2g (2016)	Figura 2h (2017)
			
Figura 2i (2017)	Figura 2j (2018)	Figura 2k (2019)	Figura 2l (2019)
			



Fonte: Site do CFESS²

As ações comunicativo-pedagógicas do Conselho Federal de Serviço Social voltadas para a luta pela livre orientação e expressão sexual e contra a opressão homotransfóbica têm início em 2006, com a campanha nacional *O amor fala todas as línguas – Assistente Social na luta contra o preconceito* (Figura 2a, a seguir). Um dos resultados mais significativos dessa ação foi a aprovação da Resolução CFESS n.º 489/2006, “que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social”.

No material de divulgação da campanha, o CFESS (2006) destaca a dimensão do projeto ético político do Serviço Social, que sinaliza para a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos – diferenciando-a da abordagem capitalista ultraliberal –, devendo contribuir para a reflexão e o debate ético sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica que têm os indivíduos de decidir sobre a sua afetividade e sexualidade. Sob a ótica do Serviço Social, o capitalismo – enquanto sistema de exploração que reproduz desigualdade social, violência e desemprego – articula-se a um triplo sistema de opressão: patriarcado / racismo / hete-rossexualidade obrigatória, negando aos sujeitos direitos fundamentais, tais como a livre orientação e expressão sexual. Uma das missões do Conselho é, portanto, lutar e incentivar a luta contra toda forma de preconceito e discriminação LGBTfóbica.

² Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Dois anos depois, em junho de 2008, o informativo *CFESS Manifesta* discutiu o importância da realização da I Conferência Nacional GLBTT,³ ressaltando que, no âmbito da política sexodiversa, era a primeira vez no Brasil que ocorria um encontro para debater e deliberar políticas públicas para essa população (Figura 2b). A Conferência constitui um marco na história de luta contra o preconceito homotransfóbico e em prol do respeito, da dignidade, da empatia e da implementação dos direitos humanos LGBT junto ao poder público. O informativo também enumera uma série de compromissos assumidos pelo Conselho Federal de Serviço Social na defesa da livre orientação e expressão sexual, entre os quais (CFESS, 2008):

- crítica à sociabilidade do capital e sua apropriação mercantil de todas as dimensões da vida social e, em particular, das demandas no campo da diversidade sexual;
- luta permanente para que as políticas sociais – entre elas, as políticas de saúde, de assistência e previdência social, de educação, de trabalho, etc. – contemplem a perspectiva
- de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, em sintonia com a agenda política feminista e com as lutas históricas do Serviço Social;
- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e violência expressas na re-produção da homofobia/lesbofobia/transfobia, do racismo, do machismo e do sexismo;
- atendimento por assistente social à população LGBT sem qualquer discriminação, considerando o Código de Ética Profissional e a Resolução CFESS n.º 489/2006.

No ano seguinte, em 29 de agosto de 2009, o informativo *CFESS Manifesta* deu destaque ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, com a matéria *Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual* (Figura 2c). O documento sublinha a importância da data: entre 29 de agosto e 1º de setembro de 1996, no Rio de Janeiro, o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) e o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher realizaram o I SENAILE - Seminário Nacional de Lésbicas, tendo como tema central “Saúde, Visibilidade

3 A alteração da sigla GLBTT para LGBT foi aprovada durante essa Conferência de 2008, com o propósito de valorizar as lésbicas no contexto da diversidade sexual e também de aproximar o termo brasileiro com o termo predominante em várias outras culturas.

e Organização”. Por reunir, pela primeira vez no Brasil, cerca de 100 mulheres lésbicas, a data do evento foi escolhida para celebrar o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

O *CFESS Manifesta* salienta a relevância dos SENALES como espaços construídos por e para lésbicas objetivando dar visibilidade e consolidar a organização política, discutindo as-suntos de interesse, tais como sexualidade, saúde, gênero, combate à violência, diversidade, entre outros. No que tange às lutas para enfrentar o sexismo e o machismo – enquanto expres-sões do patriarcado –, o movimento feminista desempenhou uma função crucial percorrendo um caminho de superação de demandas/necessidades reprodutivas, abordadas no campo exclu-sivo da heterossexualidade, para a incorporação à sua agenda de lutas as questões referentes às particularidades das mulheres lésbicas (CFESS, 2009).

Em 29 de janeiro de 2014, data em que se celebra o Dia da Visibilidade Trans, o Conselho Federal de Serviço Social lançou a peça *Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito* (Figura 2d). A principal finalidade da campanha em defesa da visibilidade de travestis e pessoas trans foi reforçar o valor e a necessidade do uso do nome social (CFESS, 2014). Em especial, foi pontuada a importância da Resolução CFESS n.º 615/2011, que trata da inclusão e utilização do nome social de assistentes sociais travestis e transexuais na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e dos CRESS.

O ano de 2015 foi marcado pela execução de duas significativas ações comunicativo-pedagógicas: a manifestação do CFESS no Dia Mundial de Combate à Homofobia, em 17 de maio (Figura 2e), e a realização do Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans, com o lançamento da campanha *Sou Trans, quero dignidade e respeito* (Figura 2f). No primeiro caso, o *CFESS Manifesta* (2015a) reiterou as suas bandeiras de luta pró-diversidade por meio da matéria intitulada “Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT”. No artigo publicado no Dia Mundial de Combate à Homofobia, são reafirmados os compromissos do Conselho diante da agenda sexodiversa, especialmente do respeito à identidade trans, à despatologização da transexualidade, à retirada da transexualidade dos catálogos internacionais de doenças e à garantia da permanência do processo transexualizador pelo SUS.

Por sua vez, o Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans ocorreu nos dias 11 e 12 de junho de 2015 e representou um marco histórico da profissão no Brasil, a começar pela contratação de trabalhadoras/es trans para a equipe de apoio durante o evento e pela participação de representantes de movimentos organizados da comunidade transgênera na elaboração das mesas, discussões e programação do encontro. Uma das debatedoras foi Cristina Brites, assistente social e professora da Universidade Federal Fluminense, que frisou a missão do Serviço Social na participação da luta permanente pela emancipação humana, especialmente para pessoas trans e demais dissidências sexogendéricas vulnerabilizadas, com base nos valores e princípios ético-políticos historicamente construídos pela profissão no Brasil (CFESS, 2015b).

Em 2016, o Conjunto CFESS-CRESS lançou a série *Assistente social no combate ao preconceito* com cinco cadernos, dentre os quais um que trata especificamente da transfobia (Figura 2g). Trata-se de uma cartilha educativa que apresenta didaticamente noções relacionadas à temática da diversidade sexogendérica, como as próprias definições de gênero, binarismo de gênero, transexuais, travestis, *drag queens*, *crossdressers* e assim por diante (CFESS, 2016).

De acordo com a publicação, um dos grupos da população usuária do Serviço Social mais afetados pelo caráter opressivo do cis-heterossexismo é aquele composto por quem se autorreconhece como travesti, como mulher ou homem transexual ou como pessoa não binária. Esses sujeitos sofrem severas opressões por não corresponderem às normas sociais. Opressões essas que se manifestam de diferentes maneiras: o ostracismo, o pauperismo, a violência física e a morte, o abandono, a discriminação, a prisão, o encarceramento em hospitais psiquiátricos, a medicalização forçada e a supressão de direitos já conquistados pela população em geral. Ademais, a “memória da existência destas pessoas também foi cuidadosamente apagada (de forma parcial ou total), como parte das opressões que vivenciaram” (CFESS, 2016, p. 9).

A campanha *Assistente social contra toda forma de preconceito* (Figura 2h) foi divulgada originalmente em 17 de maio de 2017, no Dia Mundial de Combate à Homofobia, mas foi logo depois retomada em setembro de 2017, com a finalidade de contestar a decisão judicial que abria precedentes para terapias de reorientação sexual – um eufemismo para o tratamento psicoterapêutico popularmente chamado de

“cura gay” (CFESS, 2017b). Na ocasião, o Conselho Federal de Serviço Social divulgou em suas redes sociais digitais o vídeo *Para o Serviço Social Brasileiro, não existe “cura gay”* (Figura 2i)⁴ e expressou seu posicionamento quanto à polêmica:

No último dia 15/9, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, do Distrito Federal, concedeu uma liminar que torna legalmente possível que psicólogos possam oferecer terapia para curar a homossexualidade. Para o Serviço Social brasileiro, não existe “cura gay”! Nosso Código de Ética do/a Assistente Social diz que o exercício do Serviço Social deve ocorrer sem qualquer tipo de discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, e que a categoria deve se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade. Por isso, manifestamos nosso apoio ao Conselho Federal de Psicologia, que veda qualquer ação patologizante e discriminatória em relação às homossexualidades; repudiamos a liminar do juiz, que fere a autonomia dos Conselhos Profissionais; e reafirmamos nossa campanha de 2006: o Amor Fala Todas as Línguas! (CFESS, 2017a).

No final de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu, por decisão unânime, que pessoas travestis, transexuais e transgêneras podem alterar o seu nome no registro civil sem a necessidade de realização de cirurgia de mudança de sexo. Na mesma semana, o CFESS publicou a Resolução n.º 845/2018, que trata da atuação profissional de assistentes sociais em relação ao processo transexualizador (Figura 2j). O dispositivo normativo determina que as/os assistentes sociais devem contribuir, em sua esfera de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero.

4 Disponível em: <<http://bit.ly/2ktL4P6>> (Facebook) e <<http://bit.ly/2kTwnEW>> (YouTube). Acesso em: 11 abr. 2021. Em abril de 2019, a ministra do STF Carmen Lúcia atendeu ao pedido do Conselho Federal de Psicologia (CFP) contra decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, que havia autorizado psicólogos a realizarem em seus pacientes a terapia de “reversão da homossexualidade”. E em abril de 2020, finalmente a Segunda Turma do STF manteve em definitivo a suspensão desse tipo de terapia. Para uma discussão mais aprofundada sobre essa polêmica, ver Mozdzenski e Albuquerque (2020).

Além disso, o artigo 3º da Resolução n.º 845/2018 dispõe que, ao realizarem o atendimento, as/os assistentes sociais deverão “utilizar de seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero” (CFESS, 2018). Já o artigo 9º da Resolução veda o emprego de instrumentos e técnicas que criem, mantenham ou reforcem preconceitos à população trans.

A peça *Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito.* foi mais uma vez lembrada em 29 de janeiro de 2019, em atenção ao Dia Nacional da Visibilidade Trans (Figura 2k). Para essa nova edição da campanha, o CFESS entrevistou a bacharela em Serviço Social e coordenadora de enfrentamento à LGBTfobia da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Piauí, Joseane Borges. Ela argumenta que as travestis e pessoas transexuais ainda constituem um dos grupos sociais mais perseguidos na sociedade brasileira e no mundo, além de muitos desses indivíduos viverem em situação de vulnerabilidade social e exclusão. Segundo Joseane Borges:

Por isso, é tão significativo e inclusivo lembrar esta data, firmada no calendário de atividades da população trans e lembrada por toda a sociedade. Apesar de várias conquistas obtidas, ainda vemos a necessidade de campanhas educativas e de formação para a população de travestis e transexuais, bem como o desenvolvimento de políticas públicas federais (CFESS, 2019d).

No dia 28 de junho de 2019, o Conselho Federal de Serviço Social publicou a matéria especial *Defesa dos direitos de pessoas LGBTI também é assunto para assistente social* (Figura 2l), por ser a data em que se celebra o Dia Mundial do Orgulho LGBT. E naquele ano, a comemoração foi ainda mais significativa, por marcar os 50 anos da Revolta de Stonewall, quando a clientela sexodiversa do bar Stonewall Inn, em Nova York (EUA), finalmente decidiu revidar as constantes e virulentas batidas policiais, tornando-se um símbolo da luta do movimento LGBT. No Brasil, contudo, assiste-se atualmente ao desmonte da política de direitos da população sexodissidente, por exemplo, com a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTI (CNCD), que consistia em um local para formulação das políticas públicas voltadas a esse público, de monitoramento do investimento

realizado nessa área e na qualificação do atendimento às pessoas vítimas LGBTfobia (CFESS, 2019b).

Em contraposição, o Conselho lançou em setembro de 2019 o folder *Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS* (Figuras 2m e 2n). Trata-se de uma cartilha didática e explicativa, com uma linguagem direta e simplificada, que objetiva fornecer subsídios para um atendimento humanizado e de qualidade, reconhecendo e respeitando a expressão e identidade de gênero dos indivíduos trans, e assegurando seus direitos. “O folder tem também uma dimensão pedagógica, porque não só fala do reconhecimento e dos direitos de pessoas travestis e transexuais, mas também de que forma efetivá-los no dia a dia, por exemplo, pelo uso nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP)”, afirma Daniela Möller, coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CFESS, 2019a).

Ainda em 2019, o informativo *CFESS Manifesta* de 20 de novembro estampou em sua capa a elegante ilustração de duas mulheres negras abraçadas e trocando carícias, com um arco-íris atravessando-lhe os corpos (Figura 2o). Com a manchete *Novembro negro arco-íris*, esse número especial em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra propõe uma discussão interseccional ao trazer em sua chamada: “As pessoas LGBT que têm sofrido distintas violências são predominantemente negras e pobres. Precisamos falar sobre o racismo e a questão da orientação sexual e da identidade de gênero” (CFESS, 2019c).

Finalmente, em 28 de junho de 2020, foi publicada a matéria especial *CFESS: Serviço Social celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ com entrevistas*, tendo como mote “Assistentes sociais contra o preconceito! O compromisso é ético e político” (Figura 2p). De acordo com a reportagem, essa é uma ocasião também de orgulho para o próprio Conjunto CFESS-CRESS, já que, pela primeira vez, possui assistentes sociais trans compondo gestões de Regionais, como é o caso do CRESS-DF (Lucci Laporta), CRESS-PI (Joseane Borges) e CRESS-SE (Maria Eduarda Marques) (CRESPR, 2020).

As entrevistas com as três conselheiras são repletas de reflexões acerca da violência cotidiana a que ainda são submetidos os indivíduos LGBT – sobretudo as travestis e pessoas trans –, sofrendo preconceito na família, na escola, no trabalho e nos espaços públicos com a crescente “onda conservadora” na sociedade capitalista contemporânea.

Mas também são tes-temunhos das conquistas alcançadas, como a possibilidade do casamento civil entre casais ho-moafetivos, o uso do nome social por pessoas trans e travestis, a equiparação do crime de ra-cismo à LGBTfobia, bem como a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental pela OMS. As entrevistadas concluem corroborando o compromisso ético de toda a categoria trabalhar no exercício profissional para assegurar o acesso da população sexodiversa aos serviços, atuando com respeito à diversidade humana e na luta pelos direitos sociais LGBT.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foram apresentadas e discutidas as principais campanhas, ações comunicativo-pedagógicas, peças informativas – e seus respectivos normativos – que demons-tram como o Conjunto CFESS-CRESS vem historicamente tratando da questão LGBT em suas pautas éticas e políticas. Como foi possível observar na análise do *corpus*, constata-se o rele-vante papel assumido pelas/os assistentes sociais no atendimento a pessoas que vivenciam o pre-conceito, o estigma e a violência por orientação sexual e identidade de gênero.

Por meio dos materiais examinados, verificou-se como o Serviço Social promove a in-serção e a valorização dos membros da comunidade LGBT, contrapondo-se às relações sociais de opressão, exploração, discriminação e intolerância recrudescidas com o avanço do neocon-servadorismo na atual sociedade capitalista ultraliberal. Como propostas de ações complemen-tares, sobretudo em virtude da crise pandêmica do novo coronavírus, é possível recomendar a realização de seminários e cursos *online* para auxiliar as/os assistentes sociais na conscientiza-ção sobre essa problemática e no enfrentamento da homotransfobia na contemporaneidade.

Referências

ALMEIDA, G. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homo-fobia pelos/as Assistentes Sociais. **O So-cial em Questão**, v. 11, n. 20, p. 117-141, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente social no combate ao preconceito:** transfobia (Caderno 4). Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3mDfmKJ>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT. **CFESS Manifesta**, 17 maio 2015a. Disponível em: <<https://bit.ly/3t7mWja>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. CFESS lança documento com orientações para atendimento de pessoas trans e travestis. **CFESS**, 7 set. 2019a. Disponível em: <<http://bit.ly/2m4Bi6Q>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual. **CFESS Manifesta**, 5-8 jun. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3t7UnSV>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. CFESS publica resolução sobre o trabalho de assistentes sociais no processo transexualizador. **CFESS**, 2 mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3uJPhMK>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. CFESS questiona decisão judicial que abre precedentes para terapias de reorientação sexual. **YouTube – CFESS Vídeos**, 21 set. 2017a. Disponível em: <<http://bit.ly/2orFA95>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Defesa dos direitos de pessoas LGBTI também é assunto para assistente social. **CFESS**, 28 jun. 2019b. Disponível em: <<https://bit.ly/3g2Bpcn>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Em vídeo, CFESS contesta decisão judicial que abre precedentes para terapias de reorientação sexual.

CFESS, 27 set. 2017b. Disponível em: <<http://bit.ly/2oajJD9>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito. **CFESS**, 29 jan. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3t7y53G>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Novembro negro arco-íris. **CFESS Manifesta**, 20 nov. 2019c. Disponível em: <<https://bit.ly/3uHgUGt>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Resolução CFESS Nº 489/2006: um instrumento na luta contra a opressão sexual. **CFESS**, 3 jun. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3uGYRQQ>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Serviço Social está na luta pela visibilidade trans. **CFESS**, 29 jan. 2019d. Disponível em: <<https://bit.ly/3dWRCNR>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Sou assistente social trans... Somos resistência! **CFESS**, 28 jan. 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3mAEz8v>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

_____. Sou trans, quero dignidade e respeito. **CFESS**, 13 jun. 2015b. Disponível em: <<https://bit.ly/324am8t>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual. **CFESS Manifesta**, 29 ago. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3t4muCi>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 11ª REGIÃO (PR). CFESS: Serviço Social celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ com entrevistas. **CRESSPR**, 28 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3uHOOLm>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DUARTE, M.J.O. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

LOPES, D. O entre-lugar das homoafetividades. **Ipotesi**, v. 5, n. 1, p. 37-48, 2011.

MARCELINO, S.R.S. Questões contemporâneas: a homossexualidade e os novos sujeitos como desafios para o Serviço Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010.

MENEZES, M.S.; SILVA, J.P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Katál.**, v. 20, n. 1, p. 122-129, jan./abr. 2017.

MOZDZENSKI, L.; ALBUQUERQUE, A. Direitos LGBT são direitos humanos: o Serviço Social e o combate à retórica LGBTfóbica e patologizadora da “cura gay”. In: MOZDZENSKI, L. (Org.). **Direitos humanos, políticas públicas e mudança social**: diálogos e tensionamentos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 14-43.

PRATA, M.R. Serviço Social e homossexualidade. **Em Debate**, n. 5, p. 1-64, 2007.

SILVESTRIN, J.S.; THIESEN, M.D. As atribuições e competências do assistente social no combate a LGBTfo-bia: as atividades desenvolvidas pela ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade. **Riuni-Unisul**, 16 dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39XcyTu>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

A REPRESENTAÇÃO DAS TRANSVIOLÊNCIAS DE GÊNERO E A REVITIMIZAÇÃO MIDIÁTICA

Ana Paula de Castro Neves

Doutoranda em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. apcastro_1@hotmail.com;

Nathália M. C. Dardeau de Albuquerque

Doutoranda em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. nathaliadardeau@gmail.com;

Luciano Rodrigues de Castro

Doutorando em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. ro.luciano88@gmail.com;

Rakell Dhamarys Moreira

Doutoranda em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. adv.rakellldhamarys@gmail.com;

Dra. Angelita Pereira de Lima

Professora orientadora: Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos. Diretora da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, angelita_lima@ufg.br

Resumo

Este trabalho analisou os títulos das matérias jornalísticas digitais relacionadas à transviolência de gênero, no período de 2018 a 2021, veiculadas no portal G1, buscou-se responder como a violência, contra as sujeitas travestis e os transgêneros, foi representada no material analisado e se existe uma relação

dessa representação com a revitimização que seria produzida a partir de termos utilizados no cabeçalho da matéria e que reforçariam os estereótipos, preconceitos e a discriminação. Objetivo geral desse artigo foi definir se os termos empregados nos títulos poderão ou não reproduzirem a revitimização fomentando ainda mais a violência contra essas sujeitas ao invés de combatê-la. Utilizamos como referencial teórico as contribuições dos estudos de violência de gênero, do transfeminismo e da psicologia social. Como metodologia adotou-se a análise de conteúdo (de viés qualitativo) na qual iremos analisar e comparar os títulos levantados a partir de três palavras chave: transfeminicídio, travestis e transgênero. Ao final, apresentou como resultado interpretativo que a percepção de que a revitimização dessas sujeitas variará, à medida em que se muda o emprego terminológico: como “travesti” que é frequentemente empregado em textos sobre classes precarizadas, em representações degradantes ou fortemente associadas ao noticiamento sensacionalista, sendo comum na maioria das matérias e reproduzindo simbolicamente a travestilidade como sinônimo de abjeção; “transgênero” possui frequência média e é empregado em representações ligadas à celebridades, aos universitários e aos profissionais qualificados, com pouca associação a processos de violência física; “transfeminicídio” possui pouca frequência, apresentando-se como um conceito amorfo no léxico jornalístico analisado.

Palavras-chave: Transviolências de gênero, Transfeminicídio, Revitimização midiática, Jornalismo.

1. Introdução

Buscou-se nesse estudo questionar como as palavras e os termos utilizados nos títulos das matérias estereotipam negativamente as sujeitas travestis e transgêneros em portais digitais. O que pode contribuir para a manutenção do preconceito, da discriminação e, com isso, da revitimização e da violência de gênero.

Ao se abordar a temática, extraiu-se as seguintes unidades de registro (termos utilizados pelos títulos dos jornais) com base na análise de conteúdo: transfeminicídio, travestis e transgênero, nas quais foram realizadas uma leitura exploratória do cabeçalho dessas coberturas jornalísticas digitais.

Da leitura de tais unidades de análise, conforme ensina Bardin (2016), foram agrupados termos e palavras de maneira a se permitir uma leitura, dessa vez, crítica para, então, proceder-se à verificação do processo de revitimização midiática como interpretação do resultado final dessa análise.

Por meio desses elementos, evidenciou-se que existe uma relação que permeia a violência de gênero sofrida pelas sujeitas travestis e transgêneros nos títulos dos noticiários, com as transviolências de gênero contida nas próprias matérias cujos termos empregados pelo jornal digital reforçam estereótipos, preconceitos e discriminação os são, também, um processo, em si, violento, o qual contribui de forma específica no ciclo da violência a qual denominamos revitimização midiática.

2. Metodologia

Para realizar as análises das notícias utilizou-se da análise de conteúdo(AC) com abordagem qualitativa (BARDIN, 2016).

Assim, a AC é:

Um conjunto de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (...) Não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o contingente (BARDIN, 2016, p. 31 e 34).

A AC, segundo Bardin é composta de diferentes fases organizadas em três polos cronológicos: “pré-análise; exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. A pré-análise é feita a partir da escolha de documentos a serem submetidos à análise, da formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2016, p. 125).

A pré-análise foi desenvolvida definindo-se os pontos que seriam pesquisados, os que seriam excluídos, qual o webjornal se debruçaria a análise e o período. Dessa forma, selecionamos o portal G1, por ser o jornal vinculado a maior emissora do país, a rede Globo. Em relação ao período selecionado, optamos pelos três últimos anos os quais marcam o início do governo conservador de extrema direita no Brasil conhecido por seu discurso, muitas vezes, homofóbico e maxista, ou seja, no período de 2018 a 2021.

Assim, selecionamos na ferramenta de busca da página do webjornal, dentro do período informado, as matérias que utilizavam o termo transfeminicídio. A seguir, procuramos pelas matérias que, nos mês de sua ocorrência, resultavam da busca a partir dos termos chave “travestis” e “transgêneros”.

Encontramos cerca de 60 matérias com a palavra “travesti”, 21 sobre transgênero, no período de 2018 a 2021, além de 3 ocorrências de “transfeminicídios”: uma em março de 2018, uma em fevereiro de 2021 e uma em março de 2021. A seguir, passamos à análise dos títulos e das linhas-finas das matérias levantadas, tomando as palavras chaves “transfeminicídios”, “travestis” e “transgênero”, procurando contextualizá-las nas organizações frasais em que emergem.

Na coleta de dados, o procedimento seguido foi o documental. A pesquisa documental, para Marconi e Lakatos (2003), consiste na coleta dos dados nas fontes primárias, de documentos escritos e impressos, nos arquivos públicos dentro do período estudado.

Feito o levantamento, definimos as teorias sobre as transviolências, violência de gênero, estereótipos, bem como sobre a revitimização a partir dos dados catalogados, foram selecionadas as bibliografias que chefiam esse estudo.

Nesse caminhar, a abordagem eleita foi qualitativa. É qualitativa porque, segundo Mattar (2001), busca inferir significados dentro de um contexto, ou seja, dos termos e expressões contidos nos títulos sob análise.

Para a seleção do material foram coletados os de caráter “informativo, tais como nota, notícia e reportagens” e excluídos os “artigos de opinião” cuja natureza diverge dos primeiros, dado o seu “caráter opinativo” que poderia prejudicar a análise e comparação diante da opinião do jornalista sobre o fato (Gomes, 2017, p. 51).

3. Referencial teórico

3.1 A historicidade das experiências trans

Importa definir, inicialmente, as perspectivas teóricas e conceituais que embasam este trabalho. Acreditamos que as experiências trans possuem historicidade a ser destacada: elas são viabilizadas, enquanto tal, pelo sistema de sexo-gênero-desejo que emerge a partir do fim do século XVIII (BENTO, 2008). A ascensão de padrões discursivos que viabilizam a identidade a partir do sexo/sexualidade e procuram enquadrar as experiências (especialmente as desviantes) em/através de padrões médicos (FOUCAULT, 1988) são especialmente importantes na constituição de uma lógica de experimentação corporal dimórfica, na qual o trânsito entre gêneros é considerada inadmissível (BENTO, 2008). Neste contexto, e progressivamente nos séculos XIX e XX, as experiências trans se consagram como abjeção.

Importante destacar que perspectivamos as experiências trans no plural. Optamos por uma perspectiva acerca de transexualidade/transgeneridade que valorize sua pluralidade, contrastando com as tentativas de universalização destas experiências pelo viés medicalizador e valorizando seu potencial disruptivo de questionamento ao sistema de sexo-gênero-desejo ocidental. Segundo Berenice Bento:

Há uma pluralidade e diversidade entre as pessoas que vivem a experiência transexual, o que contrasta radicalmente com o transexual presente nos documentos oficiais. Nas últimas décadas, a formulação de um diagnóstico diferenciado para transexualidade terminou por produzir um sujeito transexual universal e homogêneo. Aquela/e que consegue se ajustar aos critérios e às definições estabelecidos para um transexual seria um/a “transexual verdadeiro” (BENTO, 2008, p. 58).

Neste contexto, importa demarcar que parece-nos importante estar atentos, sobremaneira, aos critérios de autodenominação e identificação, encarando os processos oficiais de enquadramento destas sujeitas de maneira crítica e questionadora.

3.2 Dos feminicídios aos transfeminicídios

Pensar as violências de gênero contra mulheres (cis e transgênero) exige um diálogo com a própria constituição do campo de estudos de violência. Estudos sobre o fenômeno e sua recorrência estiveram presente nos clássicos e contemporâneos das ciências sociais, sendo frequentemente teorizados por autores como Max Weber (data), Norbert Elias (data), George Simmel (data), Pierre Bourdieu (data) ou Pierre Clastres (data). Autores como Weber, Elias e Simmel produziram leituras fortemente afastadas das teorizações sobre sexo e gênero; Bourdieu, que teorizou a violência a partir de suas dinâmicas simbólicas, produziu leituras interessadas nestes temas e que, ainda hoje, são referências para a discussão na área.

A constituição de uma discussão frutífera sobre violências de gênero contra mulheres, contudo, esteve fortemente associada às leituras feministas que emergiram a partir dos anos 1970 no norte global. Neste contexto, a conceituação do “patriarcado” como regime político de dominação (MILLET, data; HARTMAN, data) teve grande importância. Seus efeitos foram não apenas intelectuais, mas também possuíram grande influência no desenrolar de políticas estatais e assecuração de direitos.

No contexto do sul global, foram (e continuam) sendo diversas as discussões sobre as violências de gênero contra mulheres. É nele, segundo Berenice Bento (2015), que o conceito de feminicídio começa a ser discutido, a partir das discussões relacionadas aos assassinatos de mulheres mexicanas. Do feminicídio ao transfeminicídio, em solo brasileiro, a obra de Bento continua sendo a principal referência para a definição do termo e sua conversão em ação política capaz de direcionar levantamento de dados, pesquisas e políticas públicas.

Acreditamos que as violências de gênero contra mulheres refletem a busca de afirmação de uma relação de poder entre homens e mulheres (TELES, 2002). Pensamos, ainda, que estes fenômenos denunciam relações estruturantes de nossa sociedade (BANDEIRA, 2017). Como Bento, acreditamos que os assassinatos de mulheres

transsexuais, transgênero e travestigêneres se relacionam ao âmbito das violências de gênero, sendo erroneamente contadas no âmbito das violências contra LGBTs (BENTO, 2015). Segundo a autora:

O transfeminício se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. (...) E no âmbito conceitual são consideradas como vítimas da homofobia. Acredito, ao contrário, que as mortes das mulheres trans é uma expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade. Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados (*Idem*, 2015, p.1).

A autora prossegue, explorando de maneira sugestiva a complexidade social dos transfeminicídios:

Sugiro que a principal função social deste tipo de violência é a espetacularização exemplar. Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de herói, os nãoexemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação (*Idem*, 2015, p.2).

Desta maneira, há grande relevância em compreender como o processo de noticiamento de sujeitas trans tem se dado no Brasil, uma vez que grande parte dos processos de espetacularização que se desenrolam, em nossos tempos, têm as mídias como suporte central.

4. Resultados e discussão

Realizamos, inicialmente, uma exploração no portal G1 *online*, utilizando-se os descritores: transfeminicídio, travestis e transgênero, tendo este momento sido voltado para o reconhecimento da proposição e das narrativas veiculadas nos jornais digitais dos portais G1 no período de 2018 a 2021, assim como para a escolha das categorias, unidades de registro e critérios de inclusão de fatores a serem analisados, delimitados conforme a seguir:

QUADRO NÚMERO 01

CATEGORIA	MANCHETES
TRANSFEMINICÍDIO	'É muito difícil um homicídio contra uma mulher não se configurar como feminicídio', diz promotora; BA tem 474 mortes em 2017. Travesti é morta a tiros em Aparecida de Goiânia. Travesti é presa suspeita de assassinato no centro de Brasília. Dupla é condenada por matar travesti a pedradas, em Goiânia. Anhanguera Notícias: Homem é suspeito de atirar em travesti, em Luziânia. Travesti é presa suspeita de participação na morte de homem em Brasília. Travesti é morta a tiros em calçada de Aparecida de Goiânia. Adolescente é apreendido suspeito do assassinato de travesti em Craíbas, AL. Polícia Civil prende segunda travesti suspeita de assassinato em Brasília.
TRAVESTI	Travesti se entrega e confessa crime no Setor Hoteleiro Sul. Justiça autoriza transferência de travesti de unidade masculina para feminina. Terceira travesti suspeita de matar cliente na madrugada de terça-feira (20) se entregou. Travesti é encontrada morta na zona rural de Craíbas, AL, diz GGAL. Vídeo mostra travesti sendo morta a tiros em ponto de ônibus de Luziânia, em Goiás. Polícia investiga morte de travesti em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio. Travesti de 17 anos é morta na BA; homem que mantinha relacionamento com vítima confessa crime e alega ciúmes. Homem condenado por morte de policial no MA e suspeito de assassinar mulher e travesti no DF é preso em MT.

CATEGORIA	MANCHETES
	Representantes de movimentos LGBT estão preocupados com a violência contra os homossexuais.
	Cinco travestis são mortas esse ano no Pará, quase o total registrado do ano passado.
	População carcerária LGBTI deve ter atendimento mais humanizado, pede conselho do DF.
	Assassinatos de LGBTs cresceram 50% em 2017 em Mato Grosso.
	Transexual morre baleada e outra fica ferida na Zona Oeste do Rio.
	De 5 casos de mulheres mortas de forma violenta em semana de 2017 na BA, nenhum foi julgado; 2 são feminicídios.
	Travestis são presas por matar cliente esfaqueado.
	UFSB cria cotas para transexuais, travestis e transgêneros.
	Transgêneros e travestis entram nas cotas de gênero nas eleições, decide TSE.
	Hospital no Recife recebe mutirão especializado para travestis e pessoas trans.
	Universidade na Bahia é pioneira na criação de cotas para transexuais e travestis na graduação: 'Emblemático'.
	Alunos travestis, transgêneros e transexuais já podem usar nome social.
TRANSGÊNERO	Suspeito por ataques a travestis é apresentado pela polícia em Salvador.
	Vietnamita vence concurso de beleza transgênero na Tailândia.
	Trump publica memorando que limita acesso de transgêneros ao serviço militar.
	STF decide que transexuais e transgêneros poderão mudar registro civil sem necessidade de cirurgia.
	Mutirão da Ufac para alterar nome de transgêneros espera atender mais de 100 pessoas em dois meses.
	São Carlos, SP, tem 15 mudanças de registro de trans após decisão do STF.
	Daniela Vega, a atriz trans que colocou Hollywood a seus pés.
	Oscar de 'Uma mulher fantástica' acelera trâmite de projeto trans no Chile
	MS registra 1ª mudança de nome de transexuais e transgêneros sem cirurgia no Brasil.

Fonte: G1. Elaboração dos autores.

QUADRO NÚMERO 02

CATEGORIA	MANCHETES
TRANSFEMINICÍDIO	Motoristas argentinos terão de fazer curso sobre igualdade de gênero para ter habilitação.
	Mais de 180 mulheres foram mortas na BA em 2020: 'É preciso entendimento social para mudar esses dados', diz pesquisadora

CATEGORIA	MANCHETES
TRAVESTI	Travesti e comparsas assaltam loja em Fortaleza.
	Polícia indícia travesti por suspeita de homicídio.
	Acusados de matar travesti em Londrina vão a júri popular.
	Polícia Civil indícia por latrocínio travesti suspeita de matar um homem em Belo Horizonte.
	Polícia investiga tentativa de homicídio contra travesti em Pereira Barreto.
	Polícia prende 2º suspeito de envolvimento em morte de travesti em Ponta Grossa.
	Mulher é presa suspeita de matar travesti a tiros em Santo Antônio de Jesus.
	Homem é preso por matar travesti a facadas após discordar do valor de programa na Bahia.
	As travestis e transformistas que frequentavam a cena alternativa de SP em plena ditadura militar.
	Ambulatório Trans no HGV atende pacientes travestis e transexuais.
	Travesti que é vereadora suplente morre ao tentar assalto.
	Em Barbalha, travesti morre atropelada ao tentar praticar assalto.
	Motorista que teria atropelado uma travesti se apresenta à polícia no Cariri.
	Travesti morta em Barbalha foi atropelada depois de tentar assaltar uma jovem.
	Travesti e vereadora suplente morre ao tentar assalto em Juazeiro do Norte.
	Travesti que vinha sofrendo ameaças é morta a tiros em Volta Redonda.
	Suspeito de envolvimento em morte de travesti é preso no interior da Bahia.
	Travesti é morta a tiros em Santo Antônio de Jesus; suspeita é presa.
	Polícia é chamada para atender suposta invasão de domicílio e acha travesti ferido com 3 tiros em MS.
	Barroso autoriza detentas trans e travestis a escolher entre presídio feminino e masculino.
TRANSGÊNERO	'Agora a farda não pesa', diz primeira mulher transgênero da Guarda Civil de Macapá.
	Primeira Guarda Civil Transgênero de Macapá, Beatrice Borges atua há 21 anos na corporação.
	Justiça condena humorista Léo Lins por dano moral contra mulher trans em Jacareí.
	Policial trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: 'Quero reconhecimento'.
	Gêmeas trans de 19 anos fazem cirurgia de readequação de sexo em SC.

CATEGORIA	MANCHETES
	GloboNews Internacional: Elliot Page é o primeiro homem transgênero na capa da "Time".
	Eliott Page, ator de 'Juno' e 'The umbrella academy', é 1º homem trans na capa da revista 'Time'
	Primeira militar transexual da Coreia do Sul é encontrada morta.
	8 de março: Mulheres trans falam sobre conquistas em SC e comemoram data; 'significa um dia de esperança para mim e para todas nós', diz sargento.
	'Livres de um passado que prendia a gente', diz trans após cirurgia de readequação sexual com gêmea.

Fonte: G1. Elaboração dos autores.

A análise trouxe como resultados a percepção de que a caracterização destas sujeitas varia, à medida que muda o emprego terminológico: "travesti" é frequentemente empregado em textos sobre classes precarizadas, em representações degradantes e fortemente associadas ao noticiamento sensacionalista de assassinatos, sendo utilizado na maioria das matérias e reproduzindo simbolicamente a travestilidade como sinônimo de abjeção.

Já no "transgênero" possui frequência média e é empregado em representações ligadas a celebridades, universitários e profissionais qualificados, com pouca associação a processos de violência física. Ainda, o "transfeminicídio" possui pouca frequência, apresentando-se como um conceito amorfo no léxico jornalístico analisado.

5. Considerações finais

Constatou-se, pela amostragem analisada, que, além das discriminações relacionadas as palavras utilizadas nos títulos dos noticiários, sob análise, também encontramos categorias de estereótipos, preconceitos e discriminação como liame que estabelece a relação entre a transviolência com a revitimização. Neste sentido, ao analisar o conteúdo dos títulos das manchetes, verificou-se que a representação das transviolências de gênero é um processo, em si, violento, configurando uma modalidade específica no ciclo da violência que denominamos revitimização midiática.

Ao final, pudemos inferir como resultado interpretativo que a percepção de que a revitimização dessas sujeitas variará à medida em que se muda o emprego terminológico: como "travesti" que é

frequentemente empregado em textos sobre classes precarizadas, em representações degradantes ou fortemente associadas ao noticiamento sensacionalista, sendo comum na maioria das matérias e reproduzindo simbolicamente a travestilidade como sinônimo de abjeção; “transgênero” possui frequência média e é empregado em representações ligadas à celebridades, aos universitários e aos profissionais qualificados, com pouca associação a processos de violência física; “transfeminicídio” possui pouca frequência, apresentando-se como um conceito amorfo no léxico jornalístico analisado.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

BANDEIRA, L. **Violência, Gênero e Poder: múltiplas faces**. In: STEVENS, C; Oliveira, S; Zanello, V; SILVA, E.; PORTELA, C. (Orgs). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Tecnopolitik, 2017, PP. 14-33.

TELES, M.; MELO, M. **O que é Violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BANDEIRA, Lourdes et al. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Rev. Estud. Fem.*, vol. 10, n. 1, Florianópolis, Jan. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0104-026X2002000100007. Acesso em: 21 nov. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa, Portugal: LDA, 2016.

BENTO, B. **Brasil: o país do transfeminicídio**. São Paulo: Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos, 2015. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/transfeminicidio_berenice_bento.pdf

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Estereótipos, preconceito e discriminação racial*. 2009. Disponível em <https://grupos.moodle.ufsc.br/>

pluginfile.php/1706/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade2_texto5.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Antropológicas da Mulher 4, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

GOMES, Luciano Silva; MIRANDA, Cynthia Mara. A mulher, o coturno e mídia: Experiências de um comando militar feminino. In: PÔRTO JR., Gilson; CASTRO, Darlene Teixeira; MELO, Gabriela Pereira; BARCELAR, Alessandra (Org.). **Comunicação e sociedade**: discussões sobre práticas e impactos da comunicação e do cotidiano. Porto Alegre, Rs: Editora Fi, 2017.

GUERRA, Paula B. de C. **Resenha: psicologia social dos estereótipos**. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712002000200013. Acesso em: 05 dez. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LANE, Silvia T. M. et al. **Psicologia social**: o homem movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LEITE JR., J. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. Tese (Doutorado). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3992>.

LIMA, Angelita P. **A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia**. Dissertação de Mestrado. UFG. Goiânia, 2001.

LIMA, Marcus E. O. **Estereótipos, preconceitos e discriminação**: perspectivas teóricas e metodológicas. EDUFBA, Salvador: 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRA, Margarida: **Acção do contexto nos estereótipos**: influência e limites. Tese de Mestrado em Psicologia. Universidade de Lisboa, 2010/2011. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4959/1/ulfpie039657_tm.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MOURA, Samantha N. C. **Estupro de mulheres como crime de guerra**: lições sobre direito, feminismo e vitimização. Campinas-SP: Servanda, 2017.

PEREIRA, E. M. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus De Foz Do Iguaçu, v. 10, n. 1. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>. Acesso em: 29 dez. 2019.

TRINDADE, Antonio et al. **Estereótipos, preconceito e discriminação**. São Paulo: IEI, 2017.

DIÁLOGO, AFETO E SILÊNCIO EM CAIO FERNANDO ABREU

Moisés Henrique de Mendonça Nunes

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural|
Departamento de Linguística, Literatura e Artes | Campus II –
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob orientação do Prof. Dr.
Paulo César García. E-mail: moises.h.mendonca@gmail.com*

Resumo

Através da obra de Caio Fernando Abreu, o “Biógrafo da emoção”, como a escritora brasileira Lygia Fagundes Teles o intitulou, encontramos enredos e personagens que fogem de uma escrita heteronormativa, mas sem deixar de refletir como as próprias implicações da cultura heterossexual acabam por reprimir os afetos a pessoas LGBTQIA+, tornando o sentimento como algo a ser silenciado. Caio Fernando Abreu publicou três contos que apresentam o encontro de personagens a terem sentimentos recíprocos, mas não sendo dito ou omitido por conta do medo. Tendo isso em vista, buscamos analisar como o afeto, especificamente a homoafetividade, implica no espaço do dito e não-dito, por meio dos contos: “Meio silêncio”, “Diálogo” e “Uma história confusa”, retirados, respectivamente, dos livros *Inventário do Ir-remediável* (1970), *Morangos Mofados* (1982) e *Ovelhas negras* (1995). Dentre o referencial teórico-metodológico, utilizamos de Bosi (2015) e Porto (2011) para abordar o contexto literário que Caio Fernando Abreu estava inserido, além de Louro (2020) e Sedgwick (2007) aos apontamentos sobre sexualidade e estudos queer.

Palavras-chave: Caio Fernando Abreu, LGBTQIA+, homoafetividades, crítica cultural.

Introdução

Caio Fernando Abreu foi um escritor brasileiro que ficou marcado por uma escrita autoficcional¹, além de textos com a temática da repressão e violência que dialogam com o momento histórico da ditadura no Brasil, e enredos no qual envolvem o existencial e personagens LGBTQIA+ a se reconhecerem no mundo. Tendo sete livros e dois romances publicados em vida, além de crônicas, peças de teatro e poemas, o escritor recebeu destaque no meio literário a partir das produções que tematizam os sentimentos e emoções: “De piedade. De amor... Caio Fernando Abreu assume a emoção. A emoção que é vertida para uma linguagem que em alguns momentos atinge a rara plenitude próxima de um estado de graça” (DIP, 2014, p. 89).

Contudo, a “linguagem da paixão” que percorre a escrita de Caio Fernando Abreu, possibilita uma proximidade, através dos personagens, de seres que representam sujeitos da sexualidade desviante (LOURO, 2020), abordando a homoafetividade entre os personagens, mas tendo os sentimentos silenciados ou reprimidos pelo medo causado da heteronormatividade. Nesse sentido, os personagens do escritor representam, de alguma forma, pessoas que “fogem” do modelo heteronormativo, em específico, de masculinidade e relações afetivas, mas não tendo como “escapar” das implicações que a hegemonia heterossexual impõe nos discursos, espaços e nos próprios corpos, sejam eles dissidentes ou não, como apresenta-se nos personagens homossexuais e bissexuais encontrados nos contos e romances de Caio Fernando Abreu.

Através disso que promovemos analisar algumas narrativas do escritor, o dito e não dito pela afetividade silenciada entre os personagens masculinos. A leitura parte do conto “Meio silêncio”, retirado do livro *Inventário do Ir-remediável* (1970), “Diálogo”, presente na obra *Morangos Mofados* (1982) e “Uma história confusa”, em *Ovelhas Negras*

1 Por mais que não seja o foco do artigo, salientamos como a autoficção é destaque na obra de Caio Fernando Abreu, por ele mesclar a experiência pessoal na construção de algumas narrativas, como “Saudade de Audrey Hepburn”, “Garopaba mon amour” e “Depois de Agosto”. Para melhor compreender essa característica nos textos do escritor, indicamos a leitura da tese de Nelson Barbosa Luis: *Infinitamente pessoal: a autoficção de Caio Fernando Abreu, o Biógrafo da emoção* (2019).

(1995). As narrativas trazem como enredo o encontro de homens e a tentativa de falarem sobre os sentimentos, no qual observamos como o afeto é trazido na linguagem, pelo que pode ser falado ou não, momento em que é silenciado, interrompido ou oprimido.

Para isso, utilizamos como referencial teórico Alfredo Bosi (2015) e Luana Porto (2011) ao que se refere a contextualização da produção literária de 1970, alinhado a Caio Fernando Abreu. Como os contos analisados são atribuídos ao tema do silêncio e a homoafetividade, considero argumentos em Guacira Lopes Louro (2020), Eve K. Sedgwick (2007) e em Monique Wittig (1980) para abordar as implicações dos sujeitos e sexualidades dissidentes, o armário e o discurso heterossexual. Além dos artigos de Camila F. da Costa (2018), Emerson Almeida e Francisco Simão (2016) por, também, dialogarem com a temática proposta nos contos de Caio Fernando Abreu e o trabalho de Eni P. Orlandi (2007) para complementar as reflexões sobre o sentido de silêncio. Notamos nos contos do escritor as implicações de uma cultura heterossexual atingindo os sujeitos e seus relacionamentos, além dos próprios personagens burlarem a norma heterossexual.

Metodologia

Como a presente pesquisa busca fazer uma análise em alguns contos de Caio Fernando Abreu, inicialmente, buscamos destacar a questão literária referente ao contexto histórico que o escritor produziu e publicou, apontando características gerais do momento literário em suas obras. Por isso, utilizamos o livro *A história concisa da literatura brasileira* (2015), de Alfredo Bosi, para explanar sobre o período das manifestações artísticas e literárias brasileira da geração de 1970, e a tese *Fragmentos e diálogos: História e intertextualidade no conto de Caio Fernando Abreu* (2011), de Luana Teixeira Porto, para discutir o atributo da sexualidade nos textos de Caio Fernando Abreu.

Como o escritor apresenta uma produção literária que destaca questões de identidade e subjetividade à comunidade LGBTQIA+, no qual concentramos ao tema da homoafetividade, buscou-se outros trabalhos que dialogam tanto ao tópico como ao escritor destacado, por isso utilizamos do livro *Um corpo estranho* (2020), de Guacira Lopes Louro e os artigos: “Epistemologia do Armário” (2007), de Eve K. Sedgwick, e “O pensamento hetero” (1980), de Monique Wittig para refletir sobre sexualidade e o domínio do discurso heterossexual.

Também se fez necessário a leitura do livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007), de Eni P. Orlandi, além dos trabalhos “Pode o gay falar? a representação da minoria em “Diálogo” e “Terça-feira gorda”, contos de Caio Fernando de Abreu (2018)”, de Camila Fernandes da Costa; “O silenciar do desejo – análise do conto “Aqueles dois” de Caio Fernando Abreu” (2016), de Emerson Almeida e Francisco Simão que conversam com as reflexões propostas sobre o sentido do silêncio e a temática homoafetiva nas narrativas do escritor.

Resultados e discussão

A geração de 1970 da literatura brasileira apresenta um conteúdo “brutalista”, jornalístico e documental, tendo em vista o impacto da ditadura militar no Brasil, nos meios políticos, sociais e culturais. Contudo, mesmo com o autoritarismo que promoveu a opressão e violência, como a censura, a ditadura não possibilitou um isolamento cultural no Brasil e a juventude intelectual procurou “os apelos da contracultura que reclamavam o lugar, ou os múltiplos lugares, do sujeito, as potências do desejo, a liberdade sem peias de imaginação” (BOSI, 2015, p. 464).

Nessa perspectiva dos anos de 1970, de uma literatura brasileira alinhada às questões históricas, políticas e culturais que apareceu Caio Fernando Abreu. A produção do escritor mostra-se dialogada com o momento histórico que foi produzido, com textos marcando a violência e opressão, além de apresentar o intimismo e subjetividade, abordando questões de gênero e sexualidade.

Luana Porto (2011) pontua como os contos do escritor destacam-se pelos enredos, intertextualidades, introspecção, dialogismos, interlocução com o leitor, entre outros sentidos que abarcam as narrativas. Contudo, compreendemos a presença de personagens LGBTQIA+ na obra de Caio Fernando Abreu, discutindo questões da subjetividade e identidade, algumas vezes, tratadas através de enredos sobre relacionamentos, sentimentos e afetos. Nesse sentido, Porto se apoia no trabalho de Bruno Leal e esclarece:

os sujeitos homoeróticos que marcam a produção do escritor tornam-se estranhos ao ambiente heterocentrado e, por isso, são marginalizados, advindo disso a dificuldade de construção de identidades fixas e

a presença de histórias que apontam uma reflexão sobre a existência e a relação do “eu” com o mundo e que se constituem através de uma estrutura fragmentada (PORTO, 2011, p. 17)

O “eu fragmentado” nos personagens de Caio Fernando Abreu dialoga-se naquilo que Guacira Lopes Louro (2020) coloca sobre a norma heterossexual que delimita o que é tido por gênero e sexualidade, mas que nem todas as pessoas integram e transgridam, sendo compelidos à norma ou marginalizados. Destarte aos contos analisados, observamos o afeto que tende a ser omitido, silenciado, interrompido ou mesmo vigiado, pelos próprios personagens, por conta da heteronormatividade.

Essa ponderação entre os personagens homossexuais de Caio Fernando Abreu levanta aquilo que Eve K. Sedgwick pontuou: “O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26). Isso porque há o medo de assumir-se ou ser descoberto, influenciado por uma heteronormatividade compulsória, fazendo-se violência na prisão e a vigilância do armário. Isso ocorre porque: “O processo de heteronormatividade sustenta e justifica instituições e sistemas educacionais, jurídicos, de saúde e tantos outros” (LOURO, 2020, p. 99).

Complementamos as considerações com as colocações de Monique Wittig, na perspectiva do discurso:

Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. [...] Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles. Tudo quanto os põe em questão é imediatamente posto a parte como elementar. A nossa recusa da interpretação totalizante da psicanálise faz com que os teóricos digam que estamos a negligenciar a dimensão simbólica. Estes discursos negam-nos toda a possibilidade de criar as nossas próprias categorias. Mas a sua ação mais feroz é a implacável tirania que exercem sobre os nossos seres físicos e mentais (WITTIG, 1980)

Através disso, ponderamos nas narrativas de Caio Fernando Abreu o dito e o não dito ligados ao medo de ser descoberto, o que se

refere ao armário, e as implicações da norma heterossexual na própria linguagem, principalmente, na constituição da masculinidade e a afetividade. Por isso, nos contos do escritor: “as personagens carregam desejos, emoções que não devem ser mensuradas” (COSTA, 2018, p. 3). Como bem coloca Emerson Almeida e Francisco Simão (2016), além de Camila F. da Costa (2018), ao analisar o silêncio como elemento estético na obra de Caio Fernando Abreu, observamos que o silêncio produz muitas interpretações, dentre elas como uma forma de mecanismo para manter a moral e os costumes de uma sociedade, esgotamento do sujeito com as pressões ou expressão da solidão.

Em continuidade, o silêncio não está para o esvaziamento ou falta de sentido, mas local que se fazem dizer o não permitido por conta de uma norma dominante: “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p. 13). No caso da homoafetividade nos contos do escritor:

Por se tratar de um romance mal visto para a sociedade, para a moral, os próprios seres que vivenciam o sentimento, não o exprimem por meio de palavras, somente por meio de gestos, pelas entrelinhas, pelo silêncio. Os próprios personagens se veem queimando pelo desejo, mas preferem silenciar, pois trata de algo obsceno, imoral (ALMEIDA et al, 2016)

Por isso, no que tange à homoafetividade, encontramos como as implicações da heteronormatividade está presente na linguagem e o expressar dos sentimentos são colocados no modo do dizer, como o silêncio, qual acaba por serem reprimidos e omitidos. Observamos isso através dos contos de Caio Fernando Abreu, com personagens a procura de serem correspondidos, a terem afeto, mas tendo que silenciar. Por outro lado, encontramos outras possibilidades na perspectiva da linguagem e a norma hegemônica, como Guacira Lopes Louro observa: “A normatividade dos gêneros está estreitamente articulada à manutenção da heterossexualidade” (LOURO, 2020, p. 90), mas que, como toda norma ou regime, possui brechas e incoerências que possibilitam subverter. São pontuações que observaremos nos três contos escolhidos.

No *Inventário do Irremediável*, publicado em 1970, mas tendo em 1995 uma pequena mudança para *Inventário do Ir-remediável*, no qual o próprio escritor esclareceu mudar por conta do tom “melancólico” que teria o título. Foi a primeira obra publicada por Caio Fernando

Abreu e que ganhou o prêmio *Fernando Chinaglia*. O livro reúne 25 contos, divididos em quatro capítulos: da morte, da solidão, do amor e do espanto. Esboçando algumas das características da escrita de Caio Fernando Abreu, com a influência da obra de Clarice Lispector atada ao intimismo, além dos aspectos biográficos e da sexualidade.

Nessa coletânea encontramos o conto “Meio silêncio”, fazendo parte do tópico “do amor”, sugerindo do que pode se tratar a narrativa. Temos como enredo o encontro de dois homens que pouco falam, mas que a narrativa disponibiliza os pensamentos de cada personagem, suas impressões e desejos. Pode-se colocar, enquanto uma narrativa polifônica, por conta da intercalação entre três vozes no texto: o narrador-observador e dois narradores-personagens, no caso, os dois homens que narram o encontro. O conto inicia com o narrador-observador colocando em contexto a presença desses dois homens:

Águas de vidro à luz doentia da madrugada. Um vidro verde e fino refletindo longe o tremor das luzes da cidade. Aproxima lento o próprio dedo da ponta acesa do cigarro até senti-lo retrair-se num afastamento involuntário. O rosto do outro também parece feito de vidro. Um vidro ainda mais frágil que o da madrugada. Tem a impressão que se sair caminhando o ar irá quebrar-se em ruídos e estilhaços. A lua está tão bonita que dói por dentro, fala. Depois retrai-se como o dedo não queimado. Sempre o medo de chegar perto demais, de não poder voltar atrás, pensa, e solta devagar a fumaça pelas narinas (ABREU, 2018, p. 75)

Destacamos, inicialmente, a ambientação do espaço narrativo a algo mórbido ou sombrio que se refere tanto as personagens, como seres frágeis e sombrios, como aos espaços onde os personagens se encontram, o bar e a praia. Por outro lado, o final da citação já assinala um determinado medo da aproximação entre os personagens, por serem dois homens.

Para diferenciar as vozes na narrativa, Caio Fernando Abreu emprega a distinção através do uso do itálico ou aspas para cada um dos narradores-personagem². Como já mencionado, os narradores-personagem

2 Levando em conta a escrita do autor, seguiremos o uso do itálico ao citar um dos narradores-personagem.

apresentam-se através das percepções de um sobre outro e já notamos que o pensamento pode ser colocado pelo silêncio e o não dizer. Sendo um encontro amoroso, se por um lado, pode-se comentar que o silêncio tende a emoção que não se faz em palavra, por outro, o afeto é silenciado pelo medo que o encontro pode causar, se exposto. Por isso, os personagens vão à praia.

Especificamente ao narrador-personagem que é identificado pelo itálico, coloca-se: *“Pensar que eu estava só, no bar, esperando nem sei quê, nem sei sequer se esperando: de repente os olhos me buscando no balcão em frente”* (ABREU, 2018, p. 75) e *“Mas era nos olhos, só nos olhos, que se fixava aquele mudo apelo, aquele grito. Nem sei. Aquela clara maldição. Sai, saiu. Não dissemos nada. Eu só tenho esperas”* (ABREU, 2018, p. 76). Nessas citações, encontramos, através do pensamento do personagem, o não-dito pelo encontro de ambos, que se reconhecem pelo olhar e a correspondência que, mesmo em silêncio, saem para se encontrarem, a afeição silenciada, buscada pelo olhar do outro.

Ao mesmo tempo a “espera” e “mudo apelo, aquele grito” menciona a procura de alguém, parecido consigo, homens a procura de homens, afetivamente, em um bar. Local esse que, ao mesmo tempo que reitera a heterossexualidade compulsória, também subverte como espaço que tem homens, sendo ou não para encontros homoafetivos. Esse duplo que ocorre com o bar, também se encontra na ambientação. Se a noite, a lua e a praia remetem a algo sombrio, também, remete ao romântico, tendo em vista como a lua carrega uma simbologia próxima das emoções e a praia como um local de desejo.

Destacamos que esse narrador-personagem ainda apresenta um medo através dos relacionamentos, como se não fossem duradouros: *“Fico pensando que nunca mais vai se repetir, é só uma vez, a única, e vai me magoar sempre”* ou *“Uma vontade que amanhã não venha nunca. Vai voltar a grande busca. As noites vazias. Amargura de estar esperando”* (ABREU, 2018, p. 76). Isso recai indiretamente a própria heteronormatividade que emprega as pessoas, como única forma de relacionamento aceito a heterossexualidade. Por isso os narradores apresentam colocações difusas como “esperar” ou mesmo de uma “maldição”, como se a homoafetividade rendesse breves relações. Isso também dialoga com a própria construção de masculinidade, no qual o afeto, o tempo em estar com outra pessoa que goste, é algo suprimido para o homem ao sexo e a violência, algo que pode ser enquadrado ao momento de

“gozo exteriorizado” e o afeto, enquanto construção de cumplicidade e intimidade, fosse renegado.

O narrador-personagem que é indicado por aspas ressalta as questões de experiência e a própria masculinidade. Esse tem momentos curtos no qual identifica o outro como “Um menino. Aquele ar espantado” ou “Um menino assustado querendo mascarar o medo com a agressividade” (ABREU, 2018, p. 76). Mesmo tendo poucas conversas entre eles, percebemos as ânsias e vontades do outro. Algo que o leitor pode confirmar, tendo em vista que visualiza os pensamentos dos personagens. Embora possibilite uma interpretação de experiência ou amadurecimento que o outro não tenha, principalmente, quando fala sobre a agressividade:

Então me olha sério, por um instante abalado, depois ri e diz: desista. Positivamente o cinismo não fica bem em você. E se com essa citação só quer mostrar que já leu Sartre, eu também já li. Por que feriu? Por que feriu? Por que estamos dizendo coisas que não sentimos nem queremos? (ABREU, 2018, p. 76)

O narrador-personagem pelo dizer ao outro permite exteriorizar aquilo que ambos reprimem, a vontade de conhecer um ao outro, mas presos ao medo. Tendemos também a construção das masculinidades ligado ao heteronormativo, patriarcal e machista, no qual, previamente já comentado, o afeto, o sentimento e emoção para homens é algo negado e reprimido, restando-lhes a violência e raiva.

Tendo o conto finalizado por aquilo que desejavam, o beijo, mas que expõe aquilo entre o dito e não-dito, a vontade e o medo, a palavra pensada e a palavra falada, destacamos como ambos personagens não eram tão diferentes, mas próximos, que vivem na margem, a procura de serem correspondido afetivamente:

A sua mão toca no meu ombro, sobe pelo pescoço, me alcança a face, brinca com a orelha, alcança os cabelos. O seu corpo cola-se ao meu. A sua boca vem baixando devagar, vencendo barreiras, colando-se à minha, de leve, tão leve que receio um movimento, um suspiro, um gesto, mesmo um pensamento. Estou em branco como a noite. Ele me abraça. Ele está perto.

Ergue o braço lentamente, afunda as mãos nos cabelos de outro. E de súbito um vento mais frio os faz escolherem-se juntos, unidos no mesmo abraço, na

mesma desfeita, no mesmo medo. Na mesma margem
(ABREU, 2018, p. 76)

Em *Morangos Mofados* (1982), sendo a coletânea mais emblemática da obra de Caio Fernando Abreu, possui 18 contos e são divididos em duas partes – O mofo e Os morangos. Especificamos a análise para o primeiro conto do livro, “Diálogo”, a narrativa tem como enredo a conversa entre dois anônimos sobre o questionamento de serem companheiros.

Se em “Meio silêncio” já se tem poucos dados sobre os personagens, em “Diálogo” existe o anonimato, pode-se dizer que o enredo do conto é também algo anônimo, tendo em vista que só se tem os personagens identificados como “A” e “B”. Encontramos no “Diálogo” o espaço do não-dito, principalmente ao pontuar a conversa de “A” e “B” com o questionamento de serem ou não companheiros:

A: Você é meu companheiro.

B: Hein?

A: Você é meu companheiro.

B: O quê?

A: Eu disse que você é meu companheiro.

B: O que é que você quer dizer com isso? (ABREU, 2018, p. 319)

Notamos que o conto possibilita ser uma espiral por não ter um desfecho esclarecido, já que termina com “ad infinitum”. Assim como inverte-se as colocações: “B” deixa de questionar ou não compreender o próprio diálogo, para afirmar a relação deles, enquanto que “A” passa a perguntar sobre essa relação.

A: Eu disse que eu quero que você seja meu
Companheiro.

B: Você disse?

A: Eu disse?

B: Não. Não foi assim: eu disse.

A: O quê?

B: Você é meu companheiro.

A: Hein?

(ad infinitum) (ABREU, 2018, p. 320)

O próprio sentido de diálogo presente na narrativa se desfaz quando a comunicação sofre uma interferência, um “ruído” existente na conversa de “A” e “B”. Esse *ruído* não somente aborda uma má compreensão, mas a dúvida sobre o relacionamento dos personagens,

como nas passagens que “B” diz: “Tem alguma coisa atrás, eu sinto” (ABREU, 2018, p. 319) e “Eu não sei. Por favor, não me confunda. No começo era claro. Tem alguma coisa atrás, você não vê?” (ABREU, 2018, p. 320). O *ruído* que interrompe a mensagem, também dialoga ao medo ou o receio em assumir um relacionamento entre companheiros, ou seja, entre homens.

Se encontramos em “Meio silêncio”, o medo de ser descoberto, como o próprio medo afetivo entre os personagens, em “Diálogo”, possivelmente, nota-se o medo de a personagem assumir um relacionamento. Duas pessoas que não somente se conhecem, mas que buscam firmarem a relação afetiva que tem, embora não sendo dita objetivamente, esclarecida em uma palavra: companheiro.

Para finalizar, em seu último livro, *Ovelhas Negras* (1995), Caio Fernando Abreu afirmava ser o “livro que se fez por si durante trinta e três anos. De 1962 até 1995, dos catorze aos quarenta e seis anos, da fronteira com a Argentina à Europa” (ABREU, 2018, p. 532). Neste último livro publicado em vida, encontramos alguns contos que foram divulgados separadamente em revistas, jornais e antologias ou textos inéditos: “uma espécie de autobiografia ficcional, uma seleta de textos que acabaram ficando fora de livros individuais. Alguns, proibidos pela censura militarista; outros, por mim mesmo, que os condenei obscenos, cruéis, jovens, herméticos etc” (ABREU, 2018, p. 532).

Com 24 contos, o livro é dividido em três partes (ch’ien, k’na e kên) e selecionamos o conto “Uma história confusa”, publicado em 1974 para a revista *Zero Hora*, mas reescrito para o *Ovelhas Negras*. Narrado em primeira pessoa, o conto gira em torno de dois homens que conversam sobre o caso de um deles ter quase dois meses recebendo cartas de um admirador secreto e como isso mexe emocionalmente. Assim como o título, o conto apresenta ao leitor uma confusão na narrativa: seria o narrador-personagem o admirador secreto?

Centrando-se ao afeto, observamos como algo reprimido a todos os personagens: seja o narrador, o remetente ou destinatário da carta. Na conversa entre os personagens sobre as cartas, o admirador coloca: “Juro que na saída tentei me aproximar. Mas tive medo. Sei que ainda vamos ser amigos” (ABREU, 2018, p. 651). Esse medo também se apresenta àquele que recebe as cartas quando diz escrever respostas, mas escondido, embora recaia que o personagem era casado com uma mulher, Marta, mas sendo algo sofrível:

E... o que você diz nessas cartas?

Eu peço socorro. Eu digo que o meu casamento é um horror, já três anos desse horror que não acaba (ABREU, 2018, p. 653)

Novamente retomamos o “Meio silêncio” que dialoga com “Uma história confusa” e uma esparsa consideração sobre masculinidade, tendo em vista esse personagem que “buscou” enquadrar-se à heterossexualidade, mas sofre ao manter uma relação e parabeniza o narrador por não ter feito o mesmo.

Por outro lado, não só o remetente e o destinatário são colocados com sentimentos a serem silenciados, também, o narrador reprime o que sente pelo amigo. Como já mencionado, o texto permite uma dubiedade de interpretação, uma vez que o narrador seria o próprio admirador, tendo em vista os momentos da história que coloca como a situação se trata de amor ou identificar o tipo de máquina que são datilografadas as cartas. Em contrapartida, não sendo o admirador, observamos como o narrador nutre um sentimento pelo personagem cortejado secretamente:

Eu continuava sem saber o que dizer. Cheguei a chegar mais perto para estender a mão e tocar nos seus cabelos desgrehados. E se ele não tivesse só vinte anos, esse rapaz, pensei em perguntar, você continuaria a gostar dele? Mas achei melhor não dizer nada. Parei minha mão no ar, depois puxei-a de volta para pegar outro cigarro. Mas continuei perto dele. Mais perto, bem perto (ABREU, 2018, p. 654 e 655)

Nesse trecho, não só se aborda uma repressão afetiva e emocional ou uma tentativa de saber se é correspondido, mas apresenta um outro questionamento, a idade e o os sentimentos, como se o tempo já tivesse passado e o amor fosse algo para os jovens. Essa colocação dos sentimentos e a idade é algo que também aparece em “Meio silêncio”, por mais que os personagens tenham correspondido afetivamente, pois um era jovem, sendo o agressivo, o menino e o outro mais velho, o que tinha experiência, ponto. Isso aparece em outros contos de Caio Fernando Abreu, como “Noções de Irene”³. Quando se trata de

3 “Noções de Irene”, conto do livro *O ovo apunhalado* (1975) também apresenta a questão afetiva alinhada à idade, em que aborda o encontro do ex-companheiro e atual de “Irene”, salientando suas diferenças.

dois homens mais velhos, como em “Uma história confusa”, o afeto não só se mostrou reprimido, como algo que não seria corresponde.

Considerações finais

Nos três contos analisados, pontua-se o afeto silenciado, oprimido ou omitido, por motivo do medo pela imposição da heteronormatividade. Sendo assim, as narrativas permitem questionar quem pode falar de afeto ou sentir-se desejado, tendo em vista que expressar algum sentimento ou o próprio toque, acaba por causar medo. Não tão diferente da violência que apresenta em “Terça-feira gorda”, outro conto do escritor, “Meio silêncio”, “Diálogo” e “Uma história confusa”, também, falam de uma violência simbólica, a partir do afeto, possibilitando observar um imaginário cultural que a homossexualidade é somente a única que deve ser correspondida.

Todavia, os contos analisados também possibilitaram trazer outros sentidos, como a masculinidade, no qual amplia a noção da repressão afetiva entre os homens, restando-lhe a violência, o ferir, como apresentamos no “Meio silêncio”. Por outro lado, se a homofetividade entre os personagens são silenciados por conta da norma heterossexual, são exploradas formas de subverter o sistema, a própria linguagem presente através dos contos e seus personagens reinventam, de alguma forma, a expressão de afeto, seja a busca pelo olhar ou a escrita de cartas.

Referências

ABREU, Caio Fernando Abreu. **Contos completos**. São Paulo. Companhia das Letras, 2018 ALMEIDA, Emerson Nunes De et al. O silenciar do desejo – análise do conto “aqueles dois” de caio fernando abreu. **Anais XII CONAGES**. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18602>>. Acesso em: 12/04/2021.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. – 50. ed. – São Paulo. Cultrix, 2015.

COSTA, Camila Fernandes Da. Pode o gay falar? a representação da minoria em “diálogo” e “terça-feira gorda”, contos de caio fernando

de abreu. **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48612>>. Acesso em: 12/04/2021.

DIP, Paula. **Para sempre teu, Caio F. – cartas, memórias, conversas de Caio Fernando Abreu**. – 4. ed. Rio de Janeiro. Record, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. – 3. ed. rev. amp.; 1. reimp. – Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas - São paulo. Editora da Unicamp, 2007.

PORTO, Luana Teixeira. **Fragmentos e diálogos: História e intertextualidade no conto de Caio Fernando Abreu**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero**. EUA: 1980b. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/266100494/Wittig-Monique-O-Pensamento-Hetero-pdf>, 1980.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO NO FILME ROMA DE ALFONSO CUARÓN

Everton Nazareth Rossete Junior

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Mestre, e estudante de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, evertonjr@gmail.com;

Maristela Carneiro

Professora, Doutora, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, maristelacarneiro86@gmail.com;

Mário Cézar Silva Leite

Professor orientador, Doutor, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, mcsl@terra.com.br,

Resumo

Este ensaio visa refletir sobre elementos do filme “ROMA”, de Alfonso Cuarón, acerca de relações pessoais, de gênero, sociais, etc. A obra nos apresenta a família de classe média composta por Sofia, seu marido, quatro filhos, sua mãe, e as empregadas Adela e Cleo. Através de Sofia e principalmente sob a perspectiva de Cleo, Roma traz duas chaves para entender a condição feminina pós-colonial: a maternidade e o trabalho doméstico. As experiências de Cleo são entrelaçadas com as da patroa, destacando nítidas desigualdades entre as duas mulheres de diferentes classes sociais e étnicas. A sociedade atual e a colonial se conectam mediante o trabalho doméstico generificado e racializado, que perpetua as relações de poder arquitetadas no colonialismo. Sobre a relação entre as duas, a narrativa percorre num fio que se apoia nas costuras entre suas diferenças, semelhanças, e suas materializações das condições femininas. Essa

dinâmica familiar ambígua, que ora aproxima afetuosamente, ora desumaniza, reflete as desigualdades de classe, etnia e gênero persistentes nas sociedades latino-americanas, e em outras culturas marcadas por hierarquias sociais delimitadas. A visão colonizadora sobre a colonizada parece ser assimilada por Cleo, que aparentemente não age sobre sua condição subalterna. Mesmo com altos e baixos, a narrativa evidencia um final: as coisas continuam iguais. Cleo é digna de empatia, mas não sairá daquela situação. É perceptível a manutenção da lógica colonial. Sem um desfecho, sem insinuação rumo a um final – feliz ou infeliz.

Palavras-chave: Roma, Gênero, Raça, Colonial.

O presente ensaio visa refletir e elaborar alguns comentários acerca de possíveis relações entre elementos da obra cinematográfica latino-americana “ROMA” (2018), filme mexicano do autor e diretor Alfonso Cuarón, no que diz respeito à representação de relações pessoais, de gênero, de poder, sociais, de aspectos que destacam e caracterizam pontos da colonialidade, patriarcado e decolonialidade na obra audiovisual.

O filme ROMA (2018) nos apresenta a casa da família de classe média composta por Sofia e seu marido Antonio, seus quatro filhos, sua mãe, e as empregadas domésticas Adela e Cleo, personagem cuja perspectiva predomina ao longo do filme. Sob o ponto de vista de Cleo, diversos aspectos da realidade temporal, econômica, política e social dos anos de 1970 na colônia Roma, cidade do México, e seu entorno se mostram presentes.

O colonialismo se conecta intimamente com o capitalismo, de modo que mesmo após o final do período colonial nos continentes americanos, ainda perduram formas de domínio e subjugação coloniais. Para apontar a persistência e atualização dos modos coloniais de dominação, é importante constatar que estes têm a divisão racial, bem como o poder patriarcal como alicerces, e, portanto, “deixam profundas marcas na experiência vivida pelas mulheres latino-americanas” (EBERSOL; PENKALA, 2020, p.4).

Através de Sofia e principalmente de Cleo, Roma traz duas chaves importantes para o entendimento da condição feminina pós-colonial: a maternidade e o trabalho doméstico (EBERSOL; PENKALA, 2020). Segundo as autoras,

Sob o ponto de vista destas análises, a exploração das mulheres desempenhou uma função central no desenvolvimento do capitalismo ao lhes atribuir, através do uso de seus corpos e condição reprodutiva, a reprodução do seu bem mais valioso - a força de trabalho - ao mesmo tempo em que a mistifica como um destino biológico e uma condição de ordem pessoal, não reconhecendo-a como fonte da acumulação de capital. Não só a reprodução humana calcada no trabalho não remunerado da maternidade foi central para o desenvolvimento do capitalismo, como a reprodução material da vida cotidiana, o trabalho doméstico, permitiu que o modo de vida capitalista se sustentasse. (EBERSOL; PENKALA, 2020 p.2)

A obra, que tem um teor autobiográfico do próprio Alfonso Cuarón, traz em si memórias do diretor sobre a situação política e social do país, ao mesmo tempo que atua como uma espécie de homenagem à Libória Gutiérrez, babá ameríndia de origem mixteca – como a personagem Cleo – que trabalhou para sua família em sua infância.

Ainda que à primeira vista seja evidente e presumível que a obra é sobre Cleo, sua vivência é constantemente encadeada com a vida familiar de seus empregadores. Como aponta Margarita Mantilla Chávez (2019), as experiências de Cleo são entrelaçadas com as da patroa, e nesse aspecto se destacam e se apontam as nítidas desigualdades entre as duas mulheres de diferentes classes sociais e étnicas. Mesmo que a opressão de gênero seja algo que aflige todas as mulheres, há diferenças entre a condição histórica da mulher, que se define em um agrupamento de ocasiões, qualidades e características primordiais que definem a mulher como ser cultural e social (LAGARDE, 2005) e a situação da mulher que diz respeito à existência material das mulheres partindo de sua condição real de vida. Enquanto mulheres trabalhadoras sofrem uma dupla opressão, as mulheres negras e indígenas sofrem, como pontam Ebersol e Penkala (2020), uma tripla opressão em conta da síntese de vários eixos de relações opressoras em contextos que são classistas, racistas e patriarcais.

Da mesma forma que a ideia de um homem universal é falsa – mais ainda quando a ideia é compreendida como sinônimo generalizado de humanidade – tem-se buscado visibilizar às “especificidades femininas e reescrever a história da cultura de maneira que a presença, a influência e a opressão das mulheres sejam reconhecidas” (BUTLER, 2019, p.219). Segundo a autora, ainda que haja um esforço para combater a invisibilidade da mulher, há o risco, por parte do feminismo, de visibilizar um perfil de mulher como universal, que provavelmente não representa a realidade material de todas as mulheres e suas especificidades, como etnia, identidade de gênero, classe, entre outros. Como afirma hooks (2015), o feminismo como movimento norte-americano surgiu de um grupo de mulheres que não eram as mais vitimadas por opressões e violências machistas, as que via de regra não têm condições para mudar sua condição de vida – sendo estas uma maioria silenciada. Conforme hooks (2015),

A famosa frase de Friedan¹, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere [...] à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (hooks, 2015, p.193-194).

É indispensável pensar, teorizar e agir interdisciplinarmente ao tratar das realidades das mulheres, suas condições, situações, realidades e perspectivas, de modo que os feminismos sejam includentes.

Como dito, há um padrão moderno, capitalista e colonial de poder que tem na ideia de raça um instrumento sólido de controle social. Para Quijano (2009), a maneira como os povos colonizados das américas foram sintetizados e hierarquizados através de seus fenótipos e suas diferenças em relação aos europeus difundiu a ideia de raça como categoria da modernidade. Esta criação de identidades, como negros, indígenas e mestiços, permitiu a legitimação e naturalização, por parte dos colonizadores, das relações de dominação de povos não-europeus, através de uma suposta inferioridade destes povos. As relações instituídas com base nessas classificações foram pautadas – além das diferenças físicas dos colonizados – na inferiorização de suas culturas, conhecimentos, de modo a legitimar a atribuição de

1 Betty Friedan, autora do livro “The feminine mystique”, publicado em 1963, considerado o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo.

papeis sociais e hierarquias particulares na estrutura global de poder. Como afirma Lugones (2011, p.106), concebe-se “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (tradução livre).

A sociedade atual e a colonial podem ser conectadas através do trabalho doméstico generificado e racializado, que dá continuidade às relações de poder arquitetadas no colonialismo. O filme Roma traz esta questão através de Cleo, pobre e indígena, que possibilita refletir sobre diversos aspectos das relações entre raça, classe e gênero no contexto latino-americano. É neste contexto que o trabalho doméstico remunerado é executado, principalmente por mulheres pobres e não brancas, e na maior parte dos casos sem garantias de direitos trabalhistas. No que diz respeito ao trabalho doméstico, tanto o remunerado quanto o não pago – ou não reconhecido – são exercidos por mulheres, e “ocupam uma grande parte da energia e força vital dessas mulheres, que têm o tempo para se dedicarem a outros aspectos de suas vidas drasticamente afetado, aumentando, assim, os efeitos da opressão patriarcal sobre sua existência” (EBERSOL, PENKALA, 2020, p.6).

Sobre a relação entre Sofia e Cleo, a narrativa da obra percorre através de um fio condutor que se apoia no movimento de costura entre as diferenças e semelhanças entre as duas personagens, e suas materializações das condições femininas. Para Ebersol e Penkala (2020, p.7):

A relação de Cleo com a família, em especial com a mãe/patroá, Sofia, e com as crianças, se complexifica para além do caráter laboral, pois inclui uma dimensão de afeto que mascara, por vezes, o lugar subalterno que Cleo ocupa naquela relação. Cleo é considerada praticamente da família, no entanto este “praticamente” é tão concreto quanto evidente em diversas cenas em que sua função social na família e o abismo de classe/raça fica visível. Na cena em que Cleo tem sua bolsa gestacional rompida e precisa ir às pressas para o hospital parir, ela está acompanhada apenas pela avó da família, Teresa. Ao mesmo tempo em que o filme retrata o cuidado que Teresa tem com Cleo durante o engarrafamento que enfrentam até o hospital – a cena transcorre durante o que ficou conhecido como Massacre de Corpus Christi – deixa também evidente que ela pouco sabe sobre a

mulher que trabalha na sua casa quando precisa preencher sua ficha de entrada no hospital, em que diz não saber seu segundo nome, nem sua idade, nem data de nascimento. (EBERSOL; PENKALA, 2020, p.7)

Estas relações de afeto também podem ser refletidas através do trabalho afetivo, aquele que envolve conectar-se com as pessoas para atingir seus objetivos e metas, como se dá, por exemplo, na educação de filhos, cuidado de idosos ou enfermos, no trabalho de pessoas que se dedicam ao ensino, entre outros.

Conforme apontado por Chávez (2019), não é o mesmo lavar uma roupa à mão, cantar uma canção de ninar ou dar um beijo de boa noite. A maneira especial como a empregada Cleo serve a comida a Pepe, em pedaços pequenos com limão e sal, dando pedaço a pedaço à boca, tranquilizando-se porque ele comeu toda a comida preparada por Adela, envolve um trabalho afetivo onde há amor, um trabalho motivado por razões além da remuneração financeira. Trata-se de um trabalho que envolve um sentimento de compromisso e afeto para com a pessoa cuidada, que recebe um tempo inestimável fornecido pela pessoa cuidadora.

Ainda que com nítidas diferenças entre seus papéis sociais, ambas abandonadas, a esposa com seus quatro filhos pequenos, e a empregada após seu namorado ter sido informado de sua gravidez, trocam momentos de cumplicidade. Suas vidas “são conectadas pela experiência da solidão feminina, do cotidiano doméstico e familiar, da maternidade e do abandono masculino, embora se distanciem profundamente pelo contraste social que demarca uma fronteira simbólica entre as duas” (EBERSOL; PENKALA, 2020, p.3).

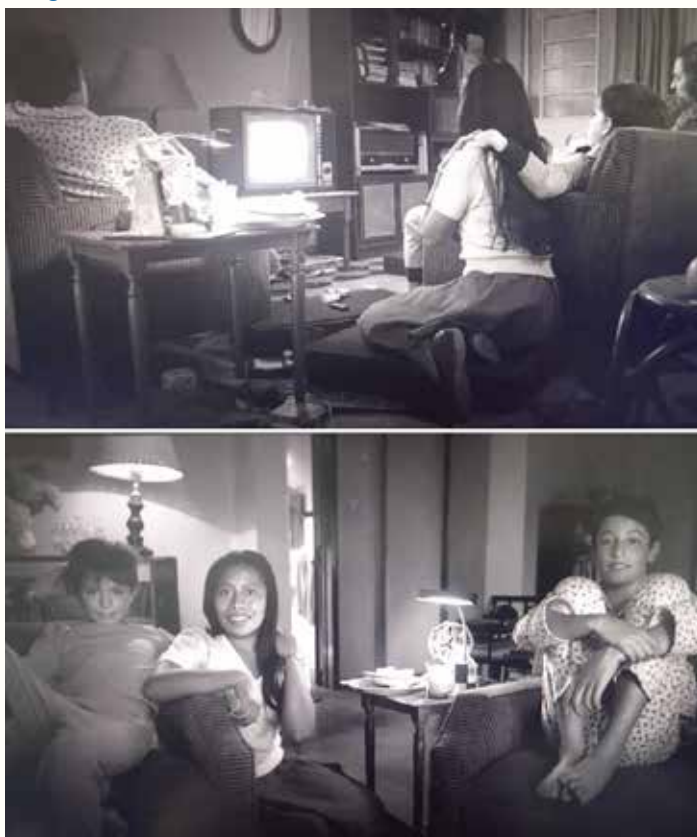
Essa dinâmica familiar ambígua, que hora aproxima, hora desumaniza, é reflexo das desigualdades de classe, etnia e gênero que são persistentes até a atualidade nas sociedades latino-americanas, bem como em outras culturas que são marcadas por hierarquias sociais bem delimitadas (SISON, 2019).

Através destas hierarquias, a visão colonizadora sobre a colonizada parece ser assimilada e correspondida por Cleo, que aparentemente não pensa ou age sobre sua condição subalterna. Sobre a individualidade desta mulher, indígena, em situação servil, muito pouco se sabe – mesmo sendo ela a protagonista na obra em questão, e esta focar basicamente sob seu ponto de vista. Ainda que apresentada sob uma ótica suavizada que vem da memória afetiva, sua concepção é

submetida a um ângulo que a coloca no seu devido lugar dentro da lógica capitalista e patriarcal.

Destaca-se a cena onde Cleo serve lanches para a família enquanto esta assiste televisão, e em seguida senta no chão ao lado do sofá. Assim que recebe o abraço de Pepe, sentada ao seu lugar no chão, a patroa pede que ela vá preparar um chá para o marido (Figura 1). Mais uma vez, reforça-se o posto de praticamente da família ocupado por Cleo, e a fronteira que demarca sua função social – por conta de sua etnia e classe – e seu lugar de servidão fica gritantemente visível.

Figura 1: Cleo com a família, assistindo televisão no chão.



Fonte: Fragmento do filme (2018).

As relações com o poderio do universo masculino e a frágil masculinidade também são apresentadas em diferentes aspectos da obra. Seja manifestada através da relação fálica não tão sutil da

demonstração de poder pela entrada majestosa, espetacular, assistida com deslumbre pela família, do grande Ford Galaxy do marido Antonio, que de centímetro em centímetro quase não cabe na garagem, seja no encontro de Cleo com seu então namorado Fermín em um quarto de hotel, onde após um provável encontro íntimo este apresenta em uma performance, completamente nu, seus precisos e preciosos movimentos de artes marciais.

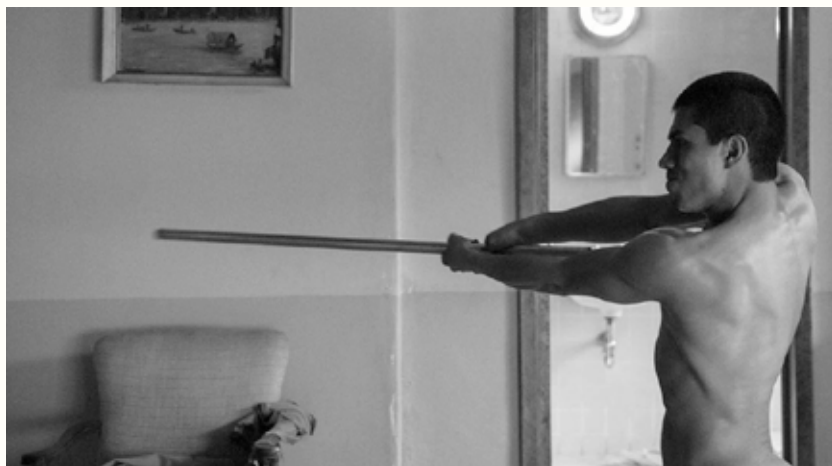
É possível compreender, através da ótica do gênero e das masculinidades, de que maneiras determinadas funções, estereótipos, papéis, discursos, crenças e práticas que confeccionam o ideal social de masculinidade podem se encadear e como estabelecem maneiras de relacionamento entre as pessoas. Assim, segundo Rodríguez (2019), é possível analisar se estes significados, encontrados na obra, permanecem na sociedade mexicana ou se sofreram modificações.

Raewyn Connell (2003 apud RODRÍGUES, 2019, p.11) afirma que a masculinidade pode ser definida como um lugar nas relações de gênero, nas práticas pelas quais homens e mulheres ocupam esse espaço no gênero, e nos efeitos dessas práticas sobre a experiência corporal, a personalidade e a cultura.

A masculinidade de Antonio, como aponta Edgar Vertty Rodríguez (2019), se dá através de uma paternidade exercida na ausência. O marido de Sofia, pai de família dedicado ao trabalho e a trazer o sustento material à família, volta tarde da noite e aparenta canalizar o estresse em conta do trabalho e de problemas conjugais através do tabaco e álcool. Suas poucas aparições na casa são para reivindicar sua autoridade: “Por que há latas de comida vazias na geladeira? Por que não limpam o cocô do cachorro que está no quintal?”, e para demandar o cumprimento dos serviços por parte das mulheres.

Fermín, por sua vez, ainda conforme Rodríguez (2019), é a representação de uma masculinidade tóxica. Sua identidade masculina é regida pela violência de outros homens, encarregados de demonstrar o que é ser um homem de verdade através da força, de golpes e da competência física, como reforçado pela exaltação das artes marciais que pratica (Figura 2). Uma construção permeada por experiências dolorosas que criam um caráter duro, apresentado pela repressão de emoções, negação de qualquer vulnerabilidade, manifestação limitada de afeto e outros impactos da masculinidade hegemônica.

Figura 2: Fermín.



Fonte: Fragmento do filme (2018).

Como aponta Muylaert (2019), Cuarón permeia os assuntos, misturando gravidez, política, machismo, a empregada inocente, o abondo da senhora da família, o cocô do cachorro, de maneira a encorpar o filme de modo sensível. E ainda que haja altos e baixos, nuances nos percursos, a narrativa deixa evidente um final: as coisas continuam iguais. O autor, homem, branco, cisgênero, que teve empregada e não foi filho de empregada, fez a denúncia social através do seu ponto de vista, do seu lócus de enunciação. Cleo é digna da nossa empatia, mas não sairá daquela situação, daquele lugar (MUYLAERT, 2019). Ainda que criticando os reflexos do colonialismo e da colonialidade que são inscritos na relação de serventia da protagonista, permeada por questões de classe, etnia e gênero, o status quo segue reafirmado.

Ao nos contar coisas sobre Cleo e a família dos patrões, a obra requer uma imersão no tempo, na cidade da época, em seu ambiente, no imaginário da classe média, através de imagens que parecem mais retratadas do que filmadas (CARDENAS, 2019). Quase ao final do filme, Cleo acompanha a família a uma viagem à praia de Tuxpán, mesmo após a experiência traumática de ter sua filha natimorta. Sofia pede que a acompanhe, mesmo estando Cleo de folga na ocasião, como se isso significasse a possibilidade de direto de escolha ou que Cleo de fato não fosse exercer suas funções servis durante o passeio. A viagem era, na verdade, um pretexto para que Antonio, após abandonar Sofia e os filhos, retirasse suas coisas da casa da família, e para revelar aos

filhos a nova situação familiar. Durante a viagem, Cleo, mesmo sem saber nadar e com medo da água, entra no mar para resgatar duas das crianças, e num gesto afetuosos é abraçada por toda a família. Este sacrifício reforça a condição do trabalho afetivo, comum às trabalhadoras domésticas, que vai muito além de suas atribuições trabalhistas.

No retorno ao mundo cerrado da casa, uma das crianças conta à avó sobre o ato heroico de Cleo, para em seguida pedir a Cleo – que imediatamente ao retornar já se encontrava inserida na sua função, recolhendo roupas sujas e a arrumando a casa – que lhe prepare uma vitamina.

Como pontuam Ebersol e Penkala (2020), independente da importância do papel que Cleo ocupa nesta família, ou do tanto de afeto compartilhado entre elas, Roma evidencia uma herança que segue imutável, e que propaga – não só na década de 1970, mas até o período atual – as relações de poder materializadas no trabalho doméstico, herança de um passado colonial, e que são parte da identidade desta sociedade racista, patriarcal, sexista, classista, camufladas em relações aparentemente afetuosas.

Na obra, é perceptível a manutenção da lógica colonial, como posta por Mignolo (2017) e Quijano (2009). A violência colonialista – e capitalista – apoia-se na classificação da população a partir do conceito de raça, e age como uma das ferramentas de dominação social mais eficientes e duradouras da colonialidade, atuando em conjunto com classificações de categorias sexuais e de gênero, pautadas em uma pretensa superioridade natural, biológica dos sujeitos dominadores sobre uma pretensa inferioridade dos sujeitos dominados (EBERSOL; PENKALA, 2020).

Mesmo após o final do período colonial nas Américas, estas maneiras de dominação seguem atuando. Uma leitura decolonial busca evidenciar e destacar a manutenção, bem como as atualizações e adaptações destas formas coloniais de dominação. No filme pode-se perceber a profundidade das marcas deixadas por esses dispositivos na experiência vivida por mulheres latino-americanas, principalmente descendente de povos originários, como é o caso da personagem Cleo.

Em Roma há um certo anseio, insinuação de fuga, de alteração, de reconhecimento e inclusão, de ruptura, mas que servem para guiar ao retorno à casa, à rotina, à mesmice, à demarcação das realidades pautadas em raça e gênero, à manutenção do status quo. Sem um desfecho da trama, sem insinuação rumo a um final – feliz ou infeliz.

Ainda que haja outras localidades, pequenos pontos de fuga, e contrapontos, a casa, cerrada em si, é o palco base para as ações e seus desdobramentos. Desdobramentos estes que prometem rotas de escape, desvios, mas que – fugindo do padrão do grande clímax da obra cinematográfica mainstream – reforçam o eterno retorno, à casa, a diferença, a repetição e a manutenção.

Referências

BUTLER, Judith. **Atos performativos e a formação dos gêneros**: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARDENAS, Tanius Karam. **Las conversaciones semióticas en “Roma” de Alfonso Cuarón**. In: BARROS, Laan Mendes de; CURBELO, Silvia Alvarez; CÁRDENAS, Tanius Karam. Dossiê “Comunicação e discurso”, Revista ALAIC, 2019. p.100-111.

CHÁVEZ, Margarita Mantilla. **La película Roma como medio para el análisis del trabajo socialmente necesario**. In: ORDORICA, María Antón (org.) ¿Por Qué la película “Roma” le interesa a las praxis terapéuticas? Diálogos críticos e interseccionales. Boletín - Asociación mexicana de terapia familiar. Número 51, abril 2019. p.3-6.

EBERSOL, Isadora; PENKALA, Ana Paula. **Um olhar sobre a condição feminina no filme Roma**. In: RELACulti - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V.06, ed. especial, mar., 2020, artigo nº1766. 22p.

hooks, bell. **Mulheres negras**: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

LAGARDE, Marcela y de los Rios. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Colección Posgrado, 4ª ed. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LUGONES, María. **Hacia un feminismo descolonial**. In: Revista La Manzana de la Discordia. 6 (2), 2011. p. 105-117.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: O lado mais escuro da modernidade. In: Revista Brasileira De Ciências Sociais, Vol. 32 n° 94 junho/2017, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbc-soc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2020.

MUYLAERT, Anna. **'Roma' é deslumbrante, mas reafirma o status quo**. In: EPOCA, 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/anna-muylaert-roma-deslumbrante-mas-reafirma-statu-quo-23469236>>. Acesso em 18 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. in: SANTOS, Boaventura. MENESES, Maria Paula (org). Epistemologias do Sul. Almedina, Coimbra, 2009, p. 73-117.

RODRÍGUEZ, Edgar Vertty. **Representación social de las masculinidades en México**: los hombres en la película "Roma". In: ORDORIK, María Antón (org.) ¿Por Qué la película "Roma" le interesa a las praxis terapéuticas? Diálogos críticos e interseccionales. Boletín - Asociación mexicana de terapia familiar. Número 51, abril 2019. p.11-15.

ROMA. Alfonso Cuarón. México: Netflix, 2018.

SISON, Antonio D. **Uma santa do cotidiano no filme 'Roma', de Alfonso Cuarón**. In: Dom Total, 2019. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1325509/2019/01/uma-santa-do-cotidiano-no-filme-roma-de-alfonso-cuaron/>>. Acesso em 17 nov. 2020.

IDENTIDADE NACIONAL E DIFERENÇA EM *TODOS NÓS ADORÁVAMOS CAUBÓIS* E *ENQUANTO OS DENTES*

Profa. Dra. Gisele Novaes Frighetto

Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos – SP, e-mail: giselefrighetto@gmail.com.br.

Beatriz Passos Trimer

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos – SP, e-mail: trimer.beatriz@gmail.com.

Resumo

Este trabalho estuda como a noção de identidade nacional, estabelecida a partir de seu caráter coletivo, homogeneizante e hierarquizante (ANDERSON, 2008; FIORIN, 2009) pode se modificar e se abrir à diferença, por meio da heterogeneidade representada na ficção brasileira contemporânea. A partir das relações existentes entre literatura e sociedade, compreendemos que essa ficção pode representar transformações significativas ocorridas nas identidades culturais, sejam aquelas trazidas pelos descentramentos e pela desterritorialização (HALL, 2011), sejam aquelas causadas pela afirmação de subjetividades estabelecidas pelos corpos não normatizados ou intitutados *queers* (BUTLER, 2017). Ao representarem indivíduos marginalizados, os romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon, e *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira, implicam em uma subversão aos padrões convencionados na produção literária (POLESSO, 2018; DALCASTAGNÈ, 2002) e compreendem, portanto, um campo de possibilidades sensíveis ao estabelecimento de dispositivos de afirmação aberta à diferença (FOUCAULT, 2019; DERRIDA, 2009). Nesse sentido, esses romances podem ampliar nossa compreensão do

que significa “ser brasileiro” e, por extensão, manifestar transmutações necessárias nos discursos de identidade nacional da contemporaneidade.

Palavras-chave: identidade nacional, diferença, literatura *queer*, romance brasileiro contemporâneo.

Introdução

Este artigo propõe¹ estudar como a noção de identidade nacional, estabelecida a partir de seu caráter coletivo, homogeneizante e hierarquizante, pode ser representada como modificada e aberta à diferença na ficção brasileira contemporânea. Consideramos que os romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon, e *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira, representam transformações ocorridas na sociedade e no campo literário brasileiro, trazidas, entre outros aspectos, pela afirmação de subjetividades estabelecidas pelos corpos não normatizados ou intitulados *queers* (BUTLER, 2017).

Consideramos como os nacionalismos e as identidades nacionais constituem-se como construtos ideológicos (ANDERSON, 2008) mutáveis que, entretanto, apresentam princípios de exclusão baseados em hierarquias e em aspectos não normalizados pelos grupos no poder, como aqueles de gênero, etnia, capacitismo, etc. Os romances mobilizam esses aspectos ao representarem o amor entre duas mulheres em trânsito, no romance de Carol Bensimon, e o retorno de um homem bissexual, negro e cadeirante, para a casa da família em *Enquanto os dentes*. Nesse sentido, destacamos o dispositivo “normalidade” como merecedor de especial atenção, pela sua exclusão simbólica (e física) pelos princípios homogeneizadores dominantes (FOUCAULT, 2019). Em contrapartida, obras literárias como as que analisamos podem difundir aspectos de afirmação, rompendo com uma centralidade estabelecida pela linguagem e pelas ideologias junto ao signo linguístico (DERRIDA, 2009).

Nesse sentido, esses romances podem ampliar nossa compreensão do que significa “ser brasileiro” e, por extensão, manifestar transmutações necessárias nos discursos de identidade nacional da contemporaneidade.

1 Este trabalho provém da pesquisa de mestrado *Os deslocamentos das identidades nacionais na literatura queer*, financiada com bolsa CNPq/CAPES.

1. Nacionalismo, identidade nacional e literatura no Brasil

De modo geral, podemos afirmar que as manifestações literárias intervieram historicamente para o surgimento, consolidação e estruturação dos nacionalismos nos Estados-nações europeus e nas recém-independentes nações americanas, entre os séculos XVIII e XIX (LEITE, 2017). Nesse período, alavancada pela difusão do jornal como meio de comunicação de massa e das línguas nacionais² por esses territórios, a literatura se mostrou uma das manifestações mais eficientes para afirmação e manutenção dos poderes das elites econômicas, políticas e intelectuais, com reflexo na consolidação do imaginário social que comandou a integração dos Estados nacionais modernos (ANDERSON, 2008).

Nesse sentido, compreendemos nacionalismo conforme a concepção de Benedict Anderson (2008), como uma construção ideológica com vistas à unificação dos povos, cujos membros se identificam enquanto “comunidades imaginadas”, o que possui caráter homogeneizante e implica no apagamento de plurais características e desavenças das populações. Em contexto brasileiro, o nacionalismo se afirmou sobretudo a partir da Independência³ e voltou-se, em um primeiro momento, à construção de uma identidade brasileira autônoma, para a qual concorreram intelectuais e escritores da época.

Assim, durante o século XIX, a cultura letrada teve papel central na construção de uma identidade nacional – embora restrita às elites econômicas – e foi responsável pela criação de um ideário nativista e exótico como sinônimos de brasilidade. Além disso, o imaginário partilhado pelos escritores românticos adaptou os padrões de referência europeus ao específico e ao singular, fixados na idealização

2 Além da afirmação e línguas e culturas, foram determinantes o crescimento da imprensa, das políticas de alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado. Junto disso, somam-se as atividades dos lexicógrafos, filólogos e literatos dos vernáculos nacionais. (ANDERSON, 2008).

3 É importante observar que os processos de formação de uma identidade nacional brasileira remontam ao Brasil Colônia, quando os processos de colonização portuguesa perpetraram um contexto social violento e opressor – sustentado pelo genocídio e pela escravidão de negros e indígenas – que perpassou e legitimou os objetivos econômicos de progresso e exploração. (BOSI, 1992).

do indígena e da natureza (RONCARI, 1995). O século seguinte implicou em concepções mais abertas à pluralidade étnica, quando o modernismo apresentou uma tendência de aceitação da pátria na sua diversidade e uma interpretação antropófaga da cultura nacional, num Brasil que se modernizava e que buscava suas próprias raízes no advento da ordem urbano-industrial (LEITE, 2017; SODRÉ, 1995).

A abordagem modernista urbana e popular tem sequência na investigação da realidade nacional realizada pelos escritores do “romance de 30”, que demonstraram as contradições de um Brasil que se modernizava em meio à miséria persistente e às distorções existentes entre sertão e cidade. Essa percepção culminou naquilo que Candido (2011) nomeia como “consciência catastrófica de atraso”, que se desdobraria na consciência da segregação racial⁴ e do subdesenvolvimento nos anos 1950 e 1960. Nesse momento, a disseminação da televisão – antecedida pelo rádio – demarca a emergência de uma sociedade de consumo à brasileira, integrada por uma Ditadura Militar, que empregou largamente o poder aglutinador das comunidades nacionalmente imaginadas, desta vez pautado no imaginário do “Brasil grande potência”, disseminado principalmente pelos meios de comunicação de massa.

Esse ideal, entretanto, esvaziou-se com a redemocratização nos anos 1980, quando a euforia do milagre econômico cedeu espaço a um país que ainda buscava se modernizar em termos urbanos (OLIVEN, 1984; PESAVENTO, 1998). Persistiram nesse trajeto as ações reacionárias e sem comprometimento com a equidade de direitos das populações marginalizadas, a despeito do reconhecimento da diversidade étnica-racial e das desigualdades no país. Pode-se afirmar que uma vocação autoritária atravessou historicamente uma identidade nacional brasileira, baseada nos pilares da exploração, da violência e da intolerância, sobre os quais se fundaram nacionalismos que a tentaram definir (SCHWARCZ, 2019).

Faz parte dos discursos conservadores ignorar e desautorizar demandas das minorias que lutam por

4 A partir da década de 50, iniciam-se as pesquisas que procuram dar uma resposta objetiva para a situação racial no Brasil, analisando o negro como parte da sociedade e a partir de sua situação inferior numa sociedade de classes, destacando-se, nesse sentido, os trabalhos de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes (LEITE, 2017).

mais direitos; direitos inalienáveis à sua condição de cidadãos. Dentre as estratégias políticas de governo populistas, como os que temos visto na nossa contemporaneidade, está o escárnio diante dos dados que mostram como vivemos em condições que dividiam e ainda dividem os brasileiros. A escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente (SCHWARCZ, 2019, p. 39 - 40).

Por outro lado, assiste-se às alterações de ordem social, política e econômica trazidas pela globalização, quando as novas relações e intensos deslocamentos em tempo e espaço implicaram na estruturação dos Estados como democracias pós-nacionais (RESINA, 2004). Resultado desse movimento dinâmico foi a negação das identidades nacionais enquanto manifestações de igualdade e a modificação de identidades, pessoais e coletivas, igualmente relacionada aos efeitos dos descentramentos identitários, que fragmentaram as paisagens culturais de classe, gênero e nacionalidade. (HALL, 2006). Além disso, em contexto recente, as identidades coletivas dissolvem-se em grupos “isolados em suas mídias digitais, separados por seus interesses e polarizados nas suas identidades; cada qual ficando prisioneiro cativo e afetivo da sua própria bolha” (SCHWARCZ, 2019, p. 174).

Portanto, se observamos no tempo presente permanências de um nacionalismo idealista e autoritário⁵, igualmente vemos emergir a possibilidade de uma gama multiforme de identidades em tensão com princípios de exclusão e com hierarquias que produzem preconceitos, discriminações e violências. Nesse contexto, as obras literárias evidenciam seu potencial subversivo ao expressarem essas rupturas, particularmente ao veicularem representações outras, destoantes dos discursos normalizadores, e ao conferirem legitimidade a sujeitos e

5 O modelo político de nação brasileira “inventou uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue” (SCHWARCZ, 2019, p. 44). Uma elite política e econômica detém os poderes públicos e consolida uma estrutura econômica que advém na continuidade da marginalização das massas. Nessa perspectiva, os preconceitos que permeiam a sociedade privada estão vinculados à perspectiva das elites – rurais e urbanas –, cuja mentalidade conservadora atravessa as estruturas e os discursos de poder.

corpos divergentes. Resguardados os universos particulares de cada obra, observa-se perspectivas para normalização das diferenças na literatura brasileira, convertida em um dispositivo de afirmação, pessoal ou coletiva, à procura do reconhecimento de identidades socialmente marginalizadas (DALCASTAGNÈ, 2002).

Consideramos que, ao abrigar um “outro”, a linguagem literária pode integrar uma episteme da diferença, que implica em um reequilíbrio, uma reorganização e uma reestrutura que abarque a conjectura de significados destoantes daquilo então conjecturado como correto (DERRIDA, 2017). Além de tematizarem o pertencimento e a exclusão àquilo que se entende como identidade nacional, os romances que analisamos trazem consigo as temáticas da homoafetividade e da deficiência físico-motora como significativos de identidades nacionais em transmutação.

2 A literatura *queer* e as conjunturas de poder na formação identitária

As culturas nacionais, como acabamos de demonstrar, constituíram durante muito tempo uma das principais fontes de identidade cultural. Ao mesmo tempo, observamos um movimento contrário nas últimas décadas, em direção às identidades singulares desvinculadas de tempos, histórias, tradições e lugares (HALL, 2000). Esse fenômeno vincula-se à perda do poder unificador das nações, que cederam espaço ao domínio e à consciência individual de cada sujeito, o que é sucedido pelas concepções a respeito do seu próprio corpo. Note-se que esse corpo é submetido às relações de poder provenientes do corpo social, no interior do qual não há lugar igualitário para os indivíduos. Ademais, para assegurar a dominação das classes, há uma associação entre a conjuntura do poder e os domínios que designam a superioridade aos sujeitos, o que implica em normatizações impressas nas manifestações individuais. (FOUCAULT, 2019).

Esses aspectos encontram fundamento nos padrões utilitários da sociedade de consumo e na heteronormatividade como um dos princípios fundantes da vida social, acompanhada dos pilares tradicionais sobre os quais se baseiam as identidades sancionadas. Esse princípio se sustenta pela negação de sua inscrição cultural e pelos discursos em que a “natureza sexuada” fundamentada pelo estabelecimento de um dispositivo de reprodução. Dentro da sociedade fundamentada

pelo liberalismo econômico, o gênero pode agir como um aparato cultural aparentemente neutro que, entretanto, classifica negativamente as relações homoafetivas (TREVISAN, 2018).

[...] a noção binária masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p. 22).

Nesse contexto, sujeitos *queer*⁶ continuam vivendo em um universo concentracionário, sob rígido controle moral dominante, concepção que tem unido setores conservadores sob o propósito de resguardar a “decência moral dos brasileiros”, em sua ilusória unidade. Vista disso encontra-se, a exemplo, no romance *Todos nós adorávamos caubóis*, de Carol Bensimon, quando as personagens Cora e Julia, que vivem entre Canadá e França, respectivamente, viajam e restabelecem um relacionamento amoroso pelo interior do Rio Grande do Sul. Durante sua trajetória pelos pampas gaúchos, as personagens são alvo de discursos, ações e comportamentos normalizadores, como a repreensão sofrida por Cora pelos seus sapatos considerados masculinos: “Essas tuas botas são de homem”, ele disse, apontando para dentro do carro, o dedo indo e voltando duas vezes. Pela sua expressão, minhas botas pareciam ter acabado com seu dia” (BENSIMON, 2013, p. 13).

A partir desse trecho, evidencia-se como concepções estanques de gênero convivem em tensão com a compreensão de que “[...] o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (BUTLER, 2017, p. 30). Ao compreender os preconceitos justapostos aos corpos não heteronormativos, compreende-se também as concepções limitantes em discursos dominantes, tais como aqueles que expressam a dominação patriarcal ou masculina. Isso é marcante em instituições conservadoras como as Forças Armadas, contra a qual se

6 Entendemos subjetividades *queer* como aquelas cujos corpos fogem da binaridade de gênero e seus padrões.

rebela o protagonista de *Enquanto os dentes*, de Carlos Eduardo Pereira. Rejeitado pelo núcleo familiar por distanciar-se da masculinidade agressiva representada pela figura paterna⁷, Antonio aproxima-se de uma subjetividade *queer* pelo relacionamento amoroso mantido com outro homem.

“Escuta aqui, dona Teresa, eu vou usar de toda a meiguice que Deus não me deu pra te falar umas coisas, e acho bom a senhora me ouvir porque senão vou praí agora e a gente tem essa conversa cara a cara. Eu e Tony estamos juntos há quase dois anos, dona Teresa, dois anos. A gente mora junto, entendeu? Eu sei que a senhora tá bem de saúde, não vai passar mal com a notícia. Quem tá mal é o Antônio, dona Teresa, e ele tá precisando de ajuda, vai precisar do apoio de todo mundo que ama ele. A ressonância acusou necrose na medula. Sei que o Tony vai brigar comigo quando souber dessa nossa conversa, ele diz que eu falo demais, depois eu me entendo com ele. Enfim, era isso, tenho um ótimo dia, e recordações ao Comandante” (PEREIRA, 2017, p. 83 – 84).

Dessa forma, esses romances são representativos de uma literatura que, ao inscrever a representatividade LGBTQIA+ no campo literário, contribui para a criação de redes de validação do ponto de vista ideológico e identitário. Além da temática *queer*, esses romances abordam outros temas pertinentes, como a desterritorialização e a inclusão do portador de deficiência físico-motora na sociedade brasileira. Em vista disso, constituem-se como objetos nos quais reconhece-se a representatividade de vozes alternativas àquelas de sujeitos masculinos, brancos e heteronormativos, condicionando perspectivas e identidades outras ao poder hegemônico, sobre o qual erigem-se as concepções de identidade nacional.

3. Identidades nacionais em transmutação

O romance *Todos nós adorávamos caubóis* narra o reencontro entre duas amigas de faculdade, Cora e Julia, que partem em uma

7 Neste artigo, não exploraremos a identidade negra do personagem que, embora seja fundamental para a composição da sua subjetividade, não é problematizada no próprio romance em questão.

viagem pelos pampas gaúchos. A narrativa tem como foco a relação homoafetiva que se estabelece entre essas duas mulheres, alternando passado e presente não apenas nas idas e vindas temporais do enredo, mas nas configurações da paisagem e das identidades que demarcam os espaços que essas mulheres atravessam. O foco narrativo em primeira pessoa revela os eventos pelo olhar da protagonista Cora, uma estudante de moda que vive em Paris e que, nos dez capítulos que estruturam o romance, conta o reencontro amoroso com a antiga amiga do curso de jornalismo.

Os conflitos dessa relação, no passado e no presente, movimentam esse enredo em trânsito. Enquanto Cora define-se como uma mulher bissexual, Julia ostenta um padrão de comportamento heterossexual, com exceção da relação que mantém secretamente com a amiga. A diferença de comportamento se relaciona com a distinção de origem e classe, já que Cora é filha da classe média alta, criada sem exigências conservadoras advindas dos pais, enquanto Julia provém da cidade interiorana de Soledade e é filha de família de classe média de ascendência italiana, conservadora e católica. Consequentemente, a personagem é apresentada como adaptada a estereótipos de feminilidade que marcaram sua formação identitária, representados pelo estilo delicado de suas vestimentas e pelo comportamento social.

Quanto a Julia, é claro que ela tinha mais chance de angariar simpatias. Em primeiro lugar, ela era menos estranha do que eu. Eu não ficaria nem um pouco surpresa se alguém de repente elogiasse seus brincos. Em segundo, porque estava sempre disposta a agradar, mesmo quando percebia certa hostilidade no outro. Isso já tinha me deixado irritada tantas vezes no passado. E, no entanto, havia também em Julia uma certa dose de inadequação, como se apenas uma série de acasos, uma longa cadeia deles, pudesse explicar sua presença naquele lugar (BENSIMON, 2013, p. 22).

A tema da viagem se relaciona no romance aos sentidos de uma busca, seja pelo resgate do amor entre as personagens, seja por uma descoberta de si, seja pela compreensão do peso das tradições que interditou essa relação no passado, figurado nos símbolos dos pampas gaúchos que demarcam o espaço. O croqui de Cora, depois de seu regresso a Paris, no qual a tradicional indumentária gaúcha

ganha abordagem contemporânea, ilustra a dialética entre tradição e contemporaneidade que atravessa o romance. Segundo Lopes Filho (2020), o romance é uma *road novel* em que as personagens principais são como estrangeiras no próprio território, comparado ao *western* pela analogia presente no título, em uma subversão a um gênero fixado no masculino hipercharacterizado, tais como se constroem as estátuas das figuras que comandaram a história e as identidades nesse espaço.

Em belas artes de metal: A PÁTRIA GAÚCHA AOS IRMÃOS BETUSSI. Eles chamavam Honeyde e Adelar, e o ápice do seu heroísmo, de acordo com uma linha do tempo ilustrada, tinha sido introduzir a bateria da música regional. Ambos usavam a indumentária típica gaúcha, botas, bombacha, camisa, lenço. O que parecia mais novo, tanto quanto se pode supor quando se comparam duas estátuas de bronze, tinha a gaita presa aos ombros e os dedos no teclado e nos botõeszinhos do lado oposto. Quanto ao mais velho, ele fora imortalizado em uma pose meio cômica, com uma das mãos na cintura (como se fosse de dor na região lombar) e a perna direita apoiada sobre sua gaita (não se trata de um certo desrespeito com o instrumento?) (BENSIMON, 2013, p. 42).

Além de situar suas personagens em espaços extensos e sem fronteira, a abordagem de *Todos nós adorávamos caubóis* questiona os ícones de identidade gaúcha pelo olhar de personagens *queer*. “Minha atração pelo sexo feminino era uma doce aventura e, ao mesmo tempo, uma condenação ao mais claustrofóbico dos universos” (BENSIMON, 2013, p. 46). O romance também expressa as tensões de duas personagens em conflito não apenas com os símbolos, mas com preconceitos e interdições da comunidade imaginada. A recusa de Júlia em beijar no espaço público de um hotel ou as perguntas indiscretas sobre a natureza da relação entre as duas demonstram o constrangimento dessas duas mulheres em travessia pelo interior do país. O tema da viagem é representativo de fluxos de negociações de sentidos e de reconstrução das identidades, nesse caso, de subjetividades femininas cuja acepção fixa e estável não se sustenta.

Por sua vez, os temas da travessia e da subalternização do diferente são igualmente relevantes no romance *Enquanto os dentes* (2017), cujo narrador em terceira pessoa conta a história de Antônio, um cadeirante que viaja da região central do Rio de Janeiro para a

casa da família em Niterói, onde voltaria a viver. Durante o trajeto de balsa, acompanhamos as dificuldades locomotoras do personagem e retornamos a entrecos de seu passado, ao sabor dos movimentos da memória. Sem divisão de capítulos ou partes, a trama resgata a infância opressiva e violenta; o ingresso na Marinha; o abandono das Forças Armadas; a saída definitiva do lar familiar; a vida universitária e, depois, artística, de que esse personagem eventualmente abre mão pela progressiva invalidez.

A relação turbulenta com a família conservadora - o pai branco, comandante da Marinha e aposentado, e a mãe negra, submissa ao marido, católica e dona de casa - atravessa a história dessa personagem. Assim como a casa de Antônio, o internato da Marinha é apresentado como autoritário, machista e homofóbico. Ambos repelem a diferença e, por isso, são abandonados pelo personagem. Nesse sentido, o conflito de Antônio contra o poder pátrio pode ser interpretado em sentido duplo, contra o pai militar e contra a instituição da marinha, associados pelo pátrio poder enquanto cerne de uma sociedade patriarcal e autoritária. A identidade *queer* do personagem é mostrada em tensão com instituições conservadoras, como a família, o exército e a igreja, que além de normatizarem normatizam discursos e comportamentos, conferem suporte a uma ideia tradicional de nação.

[...] Mas teve essa vez que Antônio inventou de comentar sobre o Piquet. Encheu a boca para repetir o que ouvia em casa: que o cara era um tremendo garanhão, não perdoava mulher boa que encontrasse pela frente, que ele comia tudo que era modelo, ou namorada, ou mesmo esposa de colega. O Piquet tinha desses direitos, era campeão do mundo, o mais antigo da categoria. E se algum infeliz resolvesse encrascar, ainda por cima apanhava. Como uma vez que ele encheu de pancada o Nigel Mansell, com capacete e tudo. Falou isso de um jeito que era – e ao mesmo tempo não era – o do Comandante (PEREIRA, 2017, p. 13 – 14).

O romance mostra como, em vez de sustentar os discursos nacionalistas e conservadores, a literatura brasileira contemporânea pode se movimentar no sentido de abrigar a heterogeneidade constitutiva de toda nação. A saúde fragilizada é outro ponto de destaque na identidade de Antônio que, após um acidente de automóvel, foi

“testado positivo para neuromielite óptica, uma doença degenerativa que lhe roubara os movimentos e a sensibilidade pouco a pouco, até ficar completamente cego e enterrado numa cama” (PEREIRA, 2017, p. 84). A doença evidencia o desencaixe existente entre o personagem e a sociedade em que vive, além de explicitar como o Estado falha em prover estruturas de bem-estar básicas para os cidadãos, o que se agudiza com relação aos portadores de deficiência físico-motora. “Com as limitações físicas, foi perdendo trabalhos, não entra mais na maioria dos lugares, não alcança determinadas alturas, não tem a mesma disposição de outros tempos. Passou a ver tudo por baixo” (PEREIRA, 2017, p. 59).

Como resistência a sua condição, Antônio buscou uma autonomia no mundo e sustentou a vida “enquanto os dentes da boca deram conta” (PEREIRA, 2017, p. 58). A sustentação dessa autonomia, por sua vez, materializa um dos sentidos da trajetória desse personagem, que como corpo destoante apenas pode viver em plenitude resistindo às forças normatizadoras que lhe negam dignidade de direitos e de existência. Essas forças, contudo, não são estanques e mostram-se em transmutação, graças a lutas políticas empreendidas historicamente, das quais a literatura participa via representação, registro, transformação.

Considerações finais

Como podemos perceber, aquilo que concebemos como identidades nacionais são construções humanas mutáveis no tempo e nas sociedades que, na contemporaneidade, configuram-se nas tensões entre permanência e mudança que caracterizam o tempo presente. De um lado, os descentramentos que multiplicam as possibilidades de existência, de pauta discursiva e política; de outro, a dominação homogeneizante que exclui e subalterniza o diferente. *Todos nós adorávamos caubóis* e *Enquanto os dentes* são, pois, romances que representam essas tensões e que integram uma literatura da diferença, que participa de transmutações não apenas da paisagem dos sistemas literários, mas da própria noção do que significa sentir-se pertencer a uma comunidade nacionalmente imaginada.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENSIMON, C. *Todos nós adorávamos caubóis*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

BOSI, A. Colônia, culto e cultura. In: BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 11 - 63.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e a subversão da identidade*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CANCLÍNI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para sair e entrar da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANDIDO, A. Literatura e Subdesenvolvimento. In: CANDIDO, A. *A educação pela noite*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-198.

DALCASTAGNÈ, R. Uma voz ao sol: Representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, v. 20, p. 33-87. DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FIORIN, J. L. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115 - 116, 1º sem. 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2019. HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LOPES FILHO, A. A. do C. "Tudo o que fizemos foi tomar a br-116...": a estrada *queer* de todos nós adorávamos caubóis. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 53 - 66, 2020.

OLIVEN, Ruben G. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: MICELI, S. (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 41-52.

PEREIRA, C. E. *Enquanto os dentes*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2017.

POLESSO, N. B. *Geografias lésbicas: literatura e gênero*. Criação & crítica, dossiê sáfico, n. 20, p. 3-19, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653>

RESINA, J. R. Pós-nacionalismo: a nova palavra da moda?. Argumento em defesa das nações na era dos mercados globais. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 174 - 195, mar. / mai. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13329/15147>

RONCARI, L. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*. 2.a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SODRÉ, N. W. *História da Literatura Brasileira*. 9.a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos do Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

DRAMAQUEER – DA PEDAGOGIA QUEER PARA A DRAMATURGIA TEATRAL

Márcie Vieira

*Pós-graduanda do Curso de Especialização em Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade da UniRitter - RS, mlvramos1984@gmail.com
(de nome civil Márcio Luís Vieira Ramos).*

Resumo

O presente artigo busca o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica de práticas metodológicas para o ensino-aprendizagem da linguagem teatral, focando na construção colaborativa de dramaturgia teatral, com base no pensamento da pedagogia *queer*, ao investigar possibilidades de valorizações das diferenças de identidades (gênero, orientação sexual, etnia e classe social), a ser desenvolvida com estudantes adolescentes e adultos, em instituições de ensino formal e livre. A pesquisa desenvolve uma relação entre o pensamento da teoria *queer*, estruturada pela filósofa Judith Butler (2020) e a pedagogia *queer*, proposta pela educadora Guacira Lopes Louro (2020), usando-as como base para o procedimento metodológico do *devised theatre*, segundo apontamentos da atriz Stefanie Liz Polidoro (2016). Assim, a pesquisa descreve o procedimento processual realizado em aula, a definição da temática da proposta da dramaturgia, a criação de debates, a pesquisa de referencial artístico, a criação de improvisações, o registro e seleção dos materiais criados, a definição dos personagens e as estruturações finais da dramaturgia. Durante a pesquisa, observou-se a escassez de material relacionando a pedagogia *queer* com a linguagem teatral, com foco na criação colaborativa de dramaturgias, sinalizando que sua importância reside na necessidade de tratarmos assuntos reais e contemporâneos, que façam parte da realidade e do cotidiano de muitos estudantes, despertando questionamentos sobre as diferenças na construção das identidades de cada sujeito, oportunizando a formação de cidadãos com um pensamento crítico a cerca da sociedade em que estão inseridos.

Palavras-chave: Teatro, Dramaturgia, Metodologia, Pedagogia *Queer*.

Introdução

Durante a observação de qualquer estrutura que construa a dramaturgia de uma peça teatral, é possível encontrar nela a força geradora de toda a ação. Tal força é marcada pela tensão de determinada ação, seja ela pelo encontro de forças ou pela oposição das mesmas, que geram determinado conflito. Ao investigarmos formas de construir esse conflito, passamos a buscar formas de compreender ambas as forças que entram em choque: sejam por diferentes idéias, diferentes culturas ou diferentes formas de ver e de agir em sociedade. Quando conseguimos compreender ambos os lados deste conflito, que criam o drama da dramaturgia teatral, estamos estimulando nossa capacidade de empatia para com aquilo ou aquele que é diferente da nossa vivência em sociedade.

Sendo assim, seria possível utilizar o ensino-aprendizagem de teatro, abordando a construção de dramaturgias colaborativas como ferramenta geradora de um espaço de igualdade e respeito em relação às diferenças de identidades no ambiente escolar? É possível olhar para os conflitos presentes no espaço de ensino, seja na estrutura individual de cada sujeito ou na estrutura cultural da sociedade, buscando formas de estimular o respeito às diferenças ali encontradas?

O presente artigo busca respostas para ambas questões acima, com o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica de práticas metodologias para o ensino-aprendizado da linguagem teatral, utilizando do pensamento da pedagogia *queer* para a construção de uma estrutura dramática teatral colaborativa, a ser desenvolvida com estudantes adolescentes e/ou adultos, em instituições de ensino formal e/ou livre.

A pedagogia *queer* surge como proposta de um olhar para uma didática de valorização das diferenças de identidades, sejam elas de gênero, de orientação sexual, de etnia e/ou classe social. Cada uma dessas identidades surge de forma múltipla e variada no espaço escolar, porém não são todas suas manifestações que serão acolhidas, fazendo com que o espaço escolar seja excludente, silenciando e discriminando estudantes que não se encaixem em uma estrutura limitante que preconiza apenas sujeitos brancos, heterossexuais, classe média/alta e cisgênero. O que acontece com as pessoas que aí não se enquadram? Como é o processo de ensino-aprendizagem para

estudante que apresentam identidades que não são valorizadas e respeitadas? O que é feito com tudo que é diferente, dentro do espaço escolar?

Buscando responder estas questões, deu-se a escolha de tema, pela observação do cenário sócio-cultural em que estamos inseridos enquanto sociedade no ano de 2021, em que é crescente a intolerância em relação às diferenças apresentadas na construção das identidades de cada sujeito. O diferente é refutado e marginalizado, seja por questões de gênero, orientação sexual, etnia ou classe social. Para a doutora em educação, Guacira Lopes Louro, a mesma apresenta que “uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, em que as diferenças (de gênero, sexuais e étnicas) são toleradas ou são apresentadas como curiosidades exóticas” (LOURO, 2020, p. 48).

É justamente esse afastamento de experiências que muitas vezes permitem que determinados temas sejam apenas tratado com uma curiosidade superficial, tornando-os exóticos, e sim a aproximação de uma investigação incessante, dando prioridade para o questionamento, buscando a construção sociocultural que torna determinado aspecto diferente, dentro de uma cultura específica, assim visando o conhecimento, um ambiente de respeito e a vivência cotidiana para com a diversidade, que tornam-se objetivo do estudo da pedagogia *queer* (LOURO, 2020).

Historicamente, a expressão *queer*, que no inglês significa “anormal”, “estranho”, “bicha” ou “veado” passou a ser apropriada pela comunidade gay, lésbica e feminista destes movimentos sociais nos Estados Unidos, no período pós-1960, que buscavam uma nova significação positiva e alternativa deste termo, muito utilizado de forma pejorativa. Assim, o termo *queer* também começou a ser pautado no universo acadêmico, como extensão para os estudos da sexualidade e de gênero. Por isso, ao pesquisar sobre a pedagogia *queer*, torna-se importante sua relação com os estudos *queer* e, consequentemente, com a teoria *queer*, desenvolvida pela filósofa norte-americana Judith Butler, onde a autora propõe:

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem a realidade. [...]. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um

núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. (BUTLER, 2020, p. 194-195)

Essa performatividade do gênero, um dos principais conceitos que permeiam a teoria *queer*, de Butler, se dá através de um conjunto de ações e gestos constantemente repetidos, dentro de um padrão de normas inscritas em nossa sociedade, para problematizar a questão da naturalização do gênero. Segundo Butler, o gênero não é algo natural e sim uma construção cultural e, sendo assim, pode-se dissolver a dicotomia entre sexo e gênero. Portanto, a teoria *queer* de Butler busca este espaço para a criação de um diálogo que permita às diversas construções de identidades, destacando as questões de gênero, encontrarem um lugar de visibilidade e proteção, para uma sociedade mais inclusiva e tolerante com os corpos diferentes, considerados *abjetos*.

A relação entre a teoria *queer*, de Butler, e a pedagogia *queer*, segundo apontamentos de Louro, estará justamente no olhar para com os corpos considerados *abjetos*. Como exemplifica o historiador Fernando José Benetti, ao dizer que “para Butler, a *abjeção* se relaciona com todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BENETTI, 2013, p. 22).

A partir dessa observação sobre a *abjeção* que alguns corpos sofrem em nossa sociedade, é importante ressaltar que a pedagogia *queer* ou um currículo *queer*, segundo Louro, colocam seus olhares para todos os sujeitos excluídos e marginalizados em nossa sociedade e não somente para aqueles que se reconhecem como sujeitos *queer*, assim incluindo qualquer segregação e discriminação que envolva gênero, orientação sexual, etnia e classe social. Para Louro “uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva” (LOURO, 2020, p. 52).

Ao pensarmos em como a dúvida e o questionamento possam permear a estrutura do ensino-aprendizagem do teatro, auxiliando na noção de pertencimento e esse olhar sobre as diferenças que constituem cada sujeito em um determinado grupo, representando uma

micro-sociedade, é necessário aproveitar todos os ruídos de comunicação que poderão se apresentar durante as aulas, desde situações cotidianas de intolerâncias e complicações pessoais entre: um estudante e outro, um estudante e o (a) professor (a) ou um estudante e o conteúdo ensinado, até mesmo a própria configuração da estrutura física da sala de aula. Permitindo, assim, que essas diferenças sejam evidenciadas e observadas pelo grupo, para que possamos exercitar a construção de sujeitos com um pensamento crítico e de respeito perante as diferenças.

Em pesquisa realizada envolvendo o ensino da arte sob a perspectiva da teoria *queer* para o campo da educação, Sandramor do Amaral Ferreira aponta que cada vez mais os estudantes, dentro da disciplina de arte, apresentam grande dificuldade de dialogar com qualquer elemento que seja codificado de forma diferente do culturalmente tradicional, afirmando que:

Desse modo, foi possível constatar que essa experiência indicou um problema na formação dos alunos que em sua maioria se sentem incapacitados e desmobilizados a trabalhar com os diferentes códigos culturais nas instituições de ensino, com isso percebemos que há uma tendência que reforça as estruturas de poder pautados em esquemas binários, através de padrões culturais estabelecidos pela sociedade, família, mídia, entre outros dispositivos sociais. (FERREIRA, 2017, p. 725-726)

Assim, tanto para Ferreira, quanto para a pedagogia *queer*, segundo Louro, torna-se necessário reflexionar esse lugar do ensino-aprendizagem como um potente espaço que privilegia a diversidade cultural. Para Ferreira, o “ensino de arte pode contribuir de maneira significativa para problematizar as questões que envolvem gênero, sexualidade, raça, etnia, classe e suas relações de poder” (FERREIRA, 2017, p. 725), evidenciados nos espaços voltados para o ensino.

Analisando as contribuições que a pedagogia *queer* oferece para o campo do ensino-aprendizagem do teatro, identifica-se formas de construir uma prática docente não normativa e binária em relação às identidades de gênero, orientação sexual, etnia e classe social. Para tal, é necessária essa investigação das formas de relacionar o pensamento da pedagogia *queer*, conforme propõe Louro, com a construção de uma dramaturgia teatral colaborativa, planejando um ambiente em

sala de aula onde situações de preconceito sejam observadas, questionadas e trabalhadas nas relações entre estudantes, professores e demais profissionais que compõem o ambiente escolar.

Propondo, assim, pesquisa bibliográfica de uma metodologia de ensino-aprendizagem dentro da disciplina de arte, na linguagem teatral, que valorize as diferenças presentes em cada estudante e corpo docente, permitindo que esses elementos estejam presentes na construção da dramaturgia teatral, potencializando o sentimento de pertencimento de todos os envolvidos no fazer teatral.

A aplicação do pensamento estruturado por Louro para a pedagogia *queer* na construção de uma dramaturgia teatral pode potencializar a materialização de cada aspecto trabalhado do decorrer das aulas, desde a escolha dos temas que serão abordados na peça teatral, a construção dos diferentes personagens e a escolha do elenco, desenvolvendo uma narrativa que evita poucos personagens protagonistas e, portanto, de poucos membros do elenco protagonizando o processo de criação. Priorizando, dessa forma, um pensamento de uma construção plural e horizontal de todo processo que envolve a construção de uma dramaturgia teatral. Dessa forma, permitindo que todos possam se sentir peça fundamental, indispensável e insubstituível dessa engrenagem teatral, refletindo a sociedade que buscamos construir.

Referencial teórico

Para entender como é possível desenvolver uma construção de dramaturgia teatral de forma colaborativa entre os estudantes da linguagem teatral, dentro do componente curricular arte, torna-se necessário a compreensão do que é uma dramaturgia teatral e quais são seus elementos.

Pensando em uma alfabetização da linguagem teatral, introduzindo seus elementos e signos, o projeto do Ministério da Educação intitulado *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, apresenta a seguinte citação no caderno sobre a arte no ciclo da alfabetização:

Para tanto, há uma regra básica da qual não podemos nos afastar: para que haja teatro é necessário que três elementos primordiais estejam presentes, seja na atividade artística teatral fora da escola ou mesmo dentro dela. São eles: o Ator, o Texto e o Público. (SILVA, 2015, p. 67).

Sobre esses três principais elementos constituintes do fazer teatral, observa-se a pluralidade de possibilidades de identificação sobre o texto, dentro do teatro. O texto será a estrutura onde encontraremos a ação de toda dramaturgia no teatro. Segundo Lílian Maria Fleury Teixeira Dória, no livro *Linguagem Teatral*, ao falarmos sobre teatro, podemos observar dois aspectos diferentes: a prática teatral, sinônimo do espetáculo enquanto produto; e o texto dramático. Sobre este segundo, Dória afirma:

O texto dramático se caracteriza por estar escrito em diálogos, mas sobretudo, por ser um texto para ser encenado: o diálogo existe para ser representado. A presença de um público como receptor da representação cria a necessidade de outros elementos – visuais, afetivos, psicológicos, expressivos – imprescindíveis para sua concretização como teatro. (DÓRIA, 2012, p. 104)

De acordo com Dória, no texto dramático contém: o texto espetacular, com as anotações do autor, também conhecidas como rubricas; e o texto literário, com os diálogos. Mas, para aumentarmos a compreensão do que pode ser identificado como dramaturgia, é justamente a observação sobre os elementos visuais e expressivos do teatro que nos permitem essa leitura mais ampla, assim, sendo lidos como elementos constituintes da dramaturgia teatral.

Corroborando com a leitura de que os elementos visuais e expressivos também se inscrevem na dramaturgia, o livro *Arte Por Toda Parte*, organizado por Solange dos Santos Utuari Ferrari, distribuído pelo Ministério da Educação, referente ao componente curricular de arte para o ensino médio, apresenta o seguinte conteúdo referente a dramaturgia:

Na linguagem teatral, independente do significado da palavra dita, é o conjunto de sua pronúncia, do volume e da entonação em determinado contexto que influenciará os significados dos diálogos. O corpo, por meio da exploração da voz e do gesto, é como a página de um livro (ambos como suportes), em que as palavras são escritas e reescritas pelos atores e espectadores, pelo sentido atribuído e pela expressão vivida. As palavras podem não existir oralmente, mas podem estar contidas nos gestos. (FERRARI, 2016, p. 241)

Ferrari auxilia com essa dilatação do significado do termo dramaturgia, onde a ação, o gesto e o silêncio também são compreendidos como seus pertencentes. Conforme aponta Silva no caderno 06 do *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, todo elemento presente na encenação pertence a dramaturgia: “o texto; a expressão corporal; o espaço cênico; o cenário; o figurino; os adereços; a maquiagem; a sonoplastia e a iluminação” (SILVA, 2015, p. 67), considerando-os signos da linguagem teatral. Todo signo carrega em si significados que precisam ser traduzidos pelo espectador, no momento da encenação.

Outro elemento importante para a construção de uma dramaturgia teatral é a presença da dialética. Para a atriz e professora norte-americana, Stella Adler, em seu livro *Técnica da Representação Teatral*, ela comenta:

O teatro moderno é um teatro de idéias, um teatro cuja proposta é fazer a platéia pensar e aprender sobre as questões mais vastas da vida. Se no palco duas pessoas simplesmente concordam, não há peça e nada mais a dizer. O teatro moderno está baseado na nossa habilidade de considerar dois pontos de vista. Em qualquer situação dramática, um personagem pode estar a favor de uma idéia sob discussão e um outro pode estar contra. (ADLER, 2016, p. 159)

O elemento dialético muitas vezes será responsável pela diferenciação entre o que é teatro e o que é a dança, duas linguagens artísticas que muitas vezes se aproximam e se misturam. A dialética ou a presença de conflito, num sentido bastante amplo, pode tornar-se o elemento que irá demarcar o território da linguagem teatral. Adler ainda especifica um vocabulário de ações, onde a mesma cataloga diversas ações, tais como: debater; argumentar; atacar; revelar; denunciar; desafiar; entre outras ações pertencentes ao trabalho do ator, diferenciando-as umas das outras, reforçando a necessidade desse olhar específico para o conflito, pertencente à dramaturgia teatral. Conflito, este, que nos faz retornar para a questão primordial desta pesquisa, que é a utilização dos conflitos já existentes no próprio ambiente escolar contemporâneo para a construção colaborativa de uma dramaturgia teatral.

É necessário repensar toda estrutura do ambiente escolar e todas as formas de poder e controle, nela contida, caso queiramos a construção de um ambiente acolhedor durante o processo de

ensino-aprendizagem para todos e todas, conforme aponta o historiador Benetti, ao falar que “a Teoria *Queer* tem como objetivo refletir sobre o sujeito abjeto, sobre [...] a desconstrução das naturalizações culturais, e a reflexão sobre xs silenciadxs pela história.” (BENETTI, 2013, p. 25).

Quando compreendemos a importância de reflexionarmos sobre o motivo de determinados grupos serem silenciados, durante o percurso da história da humanidade, compreendemos a importância de darmos voz para estes grupos, possibilitando que a linguagem teatral, dentro do componente curricular arte, vocalize-os, para construir um ambiente questionador sobre o motivo de estruturas hegemônicas ainda serem tão vigentes em nossa sociedade contemporânea.

Metodologia

A metodologia escolhida para a criação de uma dramaturgia colaborativa deu-se por essa relação entre a teoria *queer* de Butler (2020) e a pedagogia *queer* de Louro (2020), assim sendo possível a identificação de um forte diálogo com a metodologia do *devised theatre*. Na dissertação de mestrado da atriz Stefanie Liz Polidoro, ela constrói sua pesquisa dentro de um teatro feminista, buscando no *devised theatre* “desenvolver no trabalho uma metodologia para a criação de idéias, figurinos, cenário, trilha sonora, objetos de cena, sonoplastia e iluminação” (POLIDORO, 2016, p. 24), resultando na construção de uma dramaturgia autoral. Segundo Alisson Oddey (1994):

O *Devised Theatre* pode começar do nada, Ele é determinado e definido por um grupo de pessoas que estabelece um quadro inicial ou estrutura a ser explorada e experimentada com idéias, imagens, conceitos, temas ou estímulos específicos que podem incluir música, texto, objetos, quadros ou movimento. (Oddey, 1994, p. 01)

Sendo assim, o *devised theatre* permite essa horizontalidade no processo de criação, entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem teatral, na relação dos estudantes e dos professores, onde o processo passa a ser tão importante quanto o resultado da obra artística a ser construída. Conforme Polidoro:

O termo *devised theatre* não possui uma tradução exata, sendo utilizada a forma de denominar tal método como “teatro feito” ou “teatro colaborativo” – embora seja possível a formulação de materiais artísticos individuais com este método. Ainda segundo Mesquita (2012), esta forma de trabalho foi utilizada por grupos de teatro feministas, desde mais ou menos a década de 1970, que por escassez de textos que abordassem suas demandas de lutas e ativismos, começaram a pesquisar maneiras de criação cênica e escritas próprias. (POLIDORO, 2016, p. 24)

A relação do *devised theatre* com o movimento feminista, onde as artistas construíam suas dramaturgias, passa a ser uma relação semelhante que a pedagogia *queer* permite para com as identidades de gênero, orientação sexual, etnia e classe social de criarem suas próprias narrativas. No *devised theatre* o aspecto colaborativo ganha foco e passa a ser um dos norteadores dessa metodologia. O desafio que se faz presente, nesse caso, é como permitir que um trabalho colaborativo seja construído, em um ambiente tão heterogêneo como a sala de aula? A própria pedagogia *queer* não oferece uma metodologia de trabalho, apenas nos convoca a provocar e ampliar nossos limites e horizontes em relação às situações problemas em sala de aula.

Resultados e discussão

Assim, utilizando minha experiência como pedagoga licenciada, facilitadora em cursos livres de teatro, minha formação acadêmica, além de todo material pesquisado neste artigo, estruturei uma metodologia para a criação de uma dramaturgia colaborativa, utilizando o pensamento da pedagogia *queer*. A proposta inicial é criação de um plano de aula, mapeando cada atividade a ser realizada com os estudantes, servindo também como um cronograma. Como recursos necessários, recomenda-se: espaço de sala de aula ou sala de ensaio; aparelho de som para estimular as improvisações; celular com câmera fotográfica e de gravação para registro das improvisações; computador para apresentação de vídeos e imagens sobre as pesquisas de referenciais artísticos; em relação a possível cenário e figurino, isso ficará sujeito ao processo de criação e o material disponível entre estudantes e professor. Esse plano de aula prevê uma duração de 4

meses, com um 1 encontro semanal com duração de uma 1 hora, na seguinte sequência:

1. Apresentação do projeto e votação da temática;
2. Debates sobre diferentes perspectivas a cerca da temática escolhida;
3. Pesquisa de referenciais artísticos que trabalham com a temática;
4. Separação em grupos para exercícios de improvisações teatrais, relacionadas a temática;
5. Novas improvisações, para levantamento de materiais criativos e registro das improvisações;
6. Assistir os registros das improvisações, dialogando sobre as criações e selecionando cenas mais produtivas;
7. Criação de roteiro de ação de toda estrutura dramática a ser estruturada e ensaiada, definindo as personas\personagens;
8. Trabalho de composição e criação das personas\personagens;
9. Ensaio do roteiro de ação, com as personas\personagens selecionadas, definindo toda ação dramática;
10. Escrita de toda dramaturgia em um texto digitado para registro;
11. Dialogo sobre aspectos técnicos do teatro: figurino, cenário, iluminação, sonoplastia, e a definição da equipe técnica;
12. Ensaio e repetições da peça, para fluência do material;
13. Definições e confecções finais sobre aspectos técnicos;
14. Ensaio geral, como todos materiais definidos, com alguns convidados, para trabalhar questões de nervosismo e ansiedade;
15. Apresentação da peça e avaliações finais sobre todo processo do projeto.

Durante esse processo, poderá ser realizado uma separação de quais estudantes irão cuidar dos elementos da cenografia, do figurino, da trilha sonora, da iluminação e demais demandas que surgirem. Convocando os estudantes a contribuírem com estes elementos, passamos a valorizar não somente o estudante que se interessa pela parte da interpretação e atuação, mas também todas as funções que são necessárias no fazer teatral, compreendendo-as como pertencentes da dramaturgia, pois todos esses elementos narram alguma coisa para o espectador. Esse aspecto relaciona-se com as diversas potencialidades dos estudantes, conforme a Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner (1997), segundo Ana Maria Lakomy:

Interessado pelas relações entre inteligência, criatividade, talento e competência no campo da psicologia do desenvolvimento humano, Gardner (1997) realizou pesquisas sobre a inteligência as quais nos mostram que: até agora existem pelo menos oito inteligências: lingüística, lógico-matemática, musical, espacial, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal e naturalista. (LAKOMY, 2014, p.55)

Com isso, o estudante é estimulado de forma holística, desde a inteligência lingüística (debates, improvisações, criação do roteiro e registro em texto escrito), lógico-matemática (demandas de produção e cronograma), musical (criação da trilha sonora), espacial (criação do cenário e produção de palco), corporal-cinestésica (trabalho de atuação em cena), interpessoal (a temática das diferenças nas identidades estimula a empatia) e intrapessoal (a auto-reflexão durante o processo dilata essa inteligência) e naturalista (visando o valorização e conservação da natureza e do uso de materiais recicláveis e ecológicos durante o todo processo).

Por se tratar de um processo de criação colaborativo, isso pode dificultar o processo de avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes, por envolver muito o aspecto subjetivo da criação na arte. Porém, torna-se importante e necessário, principalmente se esse processo estiver sendo realizado em uma instituição de ensino formal. Como instrumentos de avaliação, podem ser utilizados as seguintes intervenções, segundo Ivo José Both:

Entre tantos instrumentos de favorecimento da aprendizagem, podem ser apontados os seguintes: seminário – exposição oral de tema previamente conhecido; trabalho em grupo – atividades de natureza diversa (escrita, oral, gráfica, corporal) realizadas em grupo(s); debate – em que os alunos expõem seus pontos de vista a respeito de assunto normalmente polêmico; relatório individual – relatório elaborado depois de atividades práticas ou projetos temáticos implementados; autoavaliação – análise oral ou por escrito, em formato livre, que o aluno faz do próprio processo de aprendizagem e observação – análise do desempenho do aluno em fatos do cotidiano escolar ou em situações planejadas. (BOTH, 2012, p. 170-172)

Utilizando esses instrumentos de aprendizagem durante a seleção do tema, os debates, os referenciais artísticos, seu envolvimento com os demais colegas e com as diferentes idéias que surgiriam durante as aulas, o estudante deixa de ser avaliado pela sua performance durante as improvisações ou até mesmo pela sua qualidade enquanto ator em cena, mas sim por todo seu envolvimento durante o processo de criação. Potencializando, nesta metodologia, a qualificação do processo de criação, pois ele será a âncora de todo esse ensino-aprendizado.

Considerações finais

Torna-se um desafio muito grande trabalhar com as idéias da pedagogia *queer*, segundo Louro (2020), principalmente pelo fato da mesma não nos oferecer uma metodologia estruturada sobre como olhar para os problemas que possam surgir durante o ensino-aprendizagem de qualquer disciplina. O fato de estar pesquisando dentro do universo da arte, estimula o professor a pensar e agir como um artista, em sala de aula, criando alternativas diferentes para a realização das aulas. Sua performance perante os estudantes não pode ser tradicional, por solicitar dele um domínio muito amplo de assuntos muito complexos.

Durante a realização desta pesquisa, observou-se a escassez de material didático que relacione a pedagogia *queer* com aspectos da criação colaborativa de dramaturgia teatral. No ensino-aprendizagem do teatro, torna-se muito comum a utilização de dramaturgias prontas para a realização de montagens com os estudantes e a rara estimulação da criação autoral, seja ela individual ou coletiva. Isso faz com que as apresentações dos estudantes sejam relacionadas com temáticas que autores de outras épocas ou localidades definiram e estruturaram, afastando a dramaturgia teatral do cenário social e cultural contemporâneo, pertencente ao estudante.

A busca por essa metodologia que utilize o pensamento da pedagogia *queer*, para a criação de dramaturgias teatrais colaborativas não reside na necessidade de criar algo autoral como forma de estimular a vaidade artística, mas sim na necessidade de tratarmos assuntos reais e contemporâneos, que fazem parte da realidade e do cotidiano de muitos estudantes, despertando questionamentos sobre as identidades de gênero, orientação sexual, etnia e de classe social.

Após a descrição das metodologia do processo de criação colaborativo da dramaturgia em um plano de aula (definição democrática do tema, debates, pesquisas de referencial artístico, criações e improvisações, seleção de material, definição de personagens e estruturas finais da dramaturgia) e por estarmos trabalhando com o pensamento da pedagogia *queer*, que estimula os questionamentos, surgem novas perguntas: o quanto os estudantes estarão envolvidos com o tema, dominando-o, compreendendo-o, apresentando pensamento crítico sobre o assunto? E ao retornar para a sociedade, estarão eles mais preparados para conviver de forma igualitária, respeitando as diferentes identidades?

Referências

ADLER, STELLA. **Técnica da representação teatral**. Tradução de Marcelo Mello. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BENETTI, FERNANDO JOSÉ. **A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1080-2013)**. 2013. 127f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de História, Centro de Ciências Humanas da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BOTH, IVO JOSÉ. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BUTLER, JUDITH. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DÓRIA, Lílian Maria Fleury Teixeira. **Linguagem do Teatro**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERRARI, SOLANGE DOS SANTOS UTUARI. **Arte por toda parte**. São Paulo: FTD, 2016.

FERREIRA, SANDRAMOR DO AMARAL. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 723-726, set. de 2017.

LAMONSKY, ANA MARIA. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LOURO, GUACIRA LOPES. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa – a arte no ciclo da alfabetização**, caderno 06. Brasília: MEC, SEB, 2015.

ODDEY, ALLISON. **Devising theatre: a practical and theoretical handbook**. London: Routledge, 1994.

POLIDORO, STEFANIE LIZ. **Pílula da visibilidade: Maria Scariot presente! O processo criativo e feminista de Due Latti della Campana**. 2016. 249f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Teatro, Florianópolis, 2016.

“VOCÊ É UMA EXPERIÊNCIA”: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO *QUEER* NA ANIMAÇÃO *STEVEN UNIVERSO* POR PARTE DE PESSOAS LGBTQIA+ FÃS E NÃO FÃS

Gustavo Henrique Alves Silva

Graduando do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), guns_look@live.com;

Ettore Stefani de Medeiros

Doutorando e mestre em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ettoremedeiros@gmail.com.

Resumo

A animação *Steven Universo* gira em torno da infância de Steven, um garoto de 11 anos que descobre poderes mágicos ao lado de sua família alienígena. Há questões de gêneros e sexualidades que atravessam a série, as quais compreendemos a partir da perspectiva *queer*, como a/o personagem Stevonnie, que subverte questões de binaridade ao provocar discussões sobre a construção dos gêneros. Dito isso, este trabalho tem como principal objetivo entender as diferentes percepções sobre a temática *queer* nessa animação, de modo que empreendemos uma comparação entre um grupo de fãs e outro de não fãs. Para realizar esta investigação, recorreremos inicialmente a uma discussão teórica sobre: a) gêneros e sexualidades por meio da teoria *queer* e b) animação, o papel de fãs e *double coding*. Tais conceitos serviram como operadores analítico-metodológicos. Posteriormente, optamos pelo grupo focal como método de pesquisa. Ambos os grupos são formados por pessoas brasileiras, de faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos e LGBTQIA+. Percebemos similaridades e divergências entre os grupos, que

são constituídas nas diferenças de experiências dos grupos com relação ao objeto empírico. Ser do *fandom* torna o grupo mais ativamente atento a sinais entregues pela animação, uma vez que existe uma maior abrangência de conhecimento da série para além do momento da apreciação.

Palavras-chave: Animação, Gêneros e sexualidades, *Queer*, *Fandom*, *Double coding*.

Introdução

Tendo como objeto empírico a animação *Steven Universo*, criada em 2013 pela animadora norte-americana Rebecca Sugar e veiculada inicialmente no canal televisivo *Cartoon Network*, a pesquisa objetiva compreender as formas de assimilação da temática *queer* na animação. *Steven Universo* conta com cinco temporadas, um filme e um *spin-off*. Já foi pauta de elogios por sua representatividade e inclusão no que diz respeito aos/às seus/suas personagens e conta com um *fandom* que é ativo mesmo após o fim da animação em 2017.

A animação gira em torno de Steven, um menino órfão de mãe e com onze anos, que vive com Garnet, Pérola e Ametista, suas tias da raça Gem. Os Gems são uma raça alienígena, vindas do chamado Planeta Natal, composta de pedras que conseguem projetar corpos luminosos humanoides, raça à qual sua mãe pertencia. Steven, no desenrolar da série, lida com seu crescimento e com o dos/as outros/as, descobre seus poderes alienígenas e tenta aprender como ser um humano melhor com a ajuda de suas tias e de seu pai, Greg Universo.

Há questões de gêneros e sexualidades que atravessam a série, as quais investigamos a partir da perspectiva *queer*, como a/o personagem Stevonnie, que é a fusão do menino Steven e da menina Connie, sendo uma pessoa que pode ser compreendida como tendo dois gêneros ou nenhum. A série aborda esses pontos a partir do ponto de vista de Steven. Levando em conta que animações podem ter um *double coding*, código duplo que permite uma abertura de possibilidades interpretativas por diferentes públicos, questionamos se há sentidos que alguns grupos percebem e outros, não. Dito isso, este trabalho tem como principal objetivo entender comparativamente as diferentes percepções de questões *queer* na animação *Steven Universo* entre grupos de fãs e não fãs da animação.

Para realizarmos esta investigação, recorreremos a uma discussão teórica sobre: 1) gêneros e sexualidades por meio da teoria *queer* e 2) animação, o papel de fãs e *double coding*. Tais conceitos servem como operadores analítico-metodológicos. Optamos pelo grupo focal como método de pesquisa, de modo que realizamos um encontro com um grupo de fãs de *Steven Universo* e outro, com não fãs. Ambos os grupos são formados por pessoas brasileiras de todas as regiões brasileiras, entre dezoito e vinte e quatro anos e LGBTQIA+.

Metodologia

Como um método de acesso a dados sociais, o grupo focal (GONDIM, 2003), técnica qualitativa de entrevistas, foi o escolhido. Esse método consiste na reunião e no diálogo de um pequeno grupo de pessoas previamente selecionadas, que têm uma discussão sobre determinado tema proposto. Havendo o direcionamento por meio de um(a) moderador(a), o tema proposto é destrinchado e instigado por parte dos e das participantes, que são incentivados/as a exporem seus comentários e opiniões acerca do tema. Partindo do ponto de que classicamente o grupo focal é pautado na experiência de interação sem a mediação tecnológica, neste estudo foi necessária uma adaptação, sendo que vivemos no contexto da pandemia do vírus COVID-19, de modo que trouxemos o grupo para uma experiência *on-line* (ABREU; BALDAZA; GONDIM, 2009).

Nos grupos focais, as falas e os gestos dos/as participantes devem ser analisados pelo/a pesquisador(a). Para tal, os/as entrevistados/as são previamente informados/as de que a reunião será gravada para decupagem posterior, sendo bastante relevante que participantes habilitem suas câmeras e seus microfones durante o tempo do grupo focal para que o debate seja registrado, o que fizemos por meio da plataforma OBS. Os dois grupos focais foram realizados por meio da plataforma de reuniões *on-line* chamada *Google Meet*, durante as tardes dos dias 27 de janeiro (grupo de não fãs formado por cinco pessoas) e 04 de fevereiro de 2021 (grupo de fãs formado por seis pessoas).

Dito o caráter de homogeneidade entre os grupos focais, apontamos uma característica diferenciadora entre eles: todos/as os/as membros/as de um grupo focal se identificam simultaneamente como participantes do fandom de Steven Universo, enquanto os/as membros/as do segundo tiveram contato prévio mínimo com a animação. Com isso, formados os grupos focais, analisamos as diferenças de percepção, seja direta ou indireta, da temática *queer* na animação.

Gêneros e sexualidades pela perspectiva *queer*

Para analisarmos como o binarismo de gênero e sexualidade é construído ficcionalmente, valemo-nos de intelectuais que se

aproximam da teoria *queer* (MISKOLCI, 2012). Em seu uso mais comum, o termo “gênero” significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia (CONNELL; PEARSE, 2015). Na sociedade em que vivemos, gêneros são entendidos como uma função social que exercemos. Esse processo engendrado segue uma ordem supostamente lógica, em que a genitália (pênis e vagina) dos sujeitos classifica-os de forma binária, sendo diretamente associada a uma identidade pertencente a um homem ou a uma mulher (identidade de gênero), bem como a um desejo sexual pelo gênero oposto, a heterossexualidade (LOURO, 2004). Seguindo essa perspectiva, estamos ficcional e inerentemente ligados a essas relações de poder (BUTLER, 2003).

Com essa associação inventada entre sexo biológico (macho ou fêmea), identidade de gênero (masculino ou feminino) e desejo (heterossexual ou homossexual) nos são atribuídas identidades sociais binárias, em que pluralidades potenciais são ocultadas. Baseando não apenas em processos de reprodução da espécie, os gêneros perpassam esse limite, adentrando, também, processos sociais (CONNELL; PEARSE, 2015). Esses processos, como interação social, nos classificam, reforçando, ainda mais, essa associação causal em forma de fábula (BUTLER, 2003). Isso acaba por aumentar as desigualdades entre identidades forjadas, como se elas fossem antagônicas. Em nível de gêneros, “[à]s vezes, as práticas sociais exageram a distinção entre mulheres e homens, negam a distinção, mitificam - nas e complicam-nas. Não podemos dizer, portanto, que os arranjos sociais simplesmente ‘expressam’ diferenças biológicas” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48).

Em outro ponto dessa linha supostamente lógica, há o desejo da pessoa: a sua sexualidade. Sendo outra característica de formação da identidade, vivemos em uma sociedade imperativamente heterossexual, em que se valoriza a ideia de associação obrigatória de desejo de acordo com a genitália com que se nasceu, coibindo e/ou limitando outras vivências como as assexualidades, homossexualidades, bissexualidades, panssexualidades, entre outras. Nesse sentido, as expectativas de gênero têm ligação direta com a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), que impõe a heterossexualidade “como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do seu sexo oposto” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Animação, *fandom* e *double coding*

A animação iniciou-se antes mesmo do cinema tradicional (SANTOS, 2014). Com o avanço da sociedade e das mídias, a animação foi sendo mais explorada e desenvolvida. Estúdios de animação como *Hanna-Barbera* e *Walt Disney* fizeram sucesso ao criar histórias e personagens icônicos que participaram da formação e consolidação desse campo (VENÂNCIO, 2011). *Mickey Mouse*, *Os Flintstones*, *O Gato Félix* são alguns dos nomes de personagens mundialmente famosos que marcaram eras da popularização e da comercialização das animações, que deixaram de ser um produto midiático para adultos, como *Betty Boop*, tornando-se entretenimento destinado ao público infantil. De maneira bastante rentável, a produção de animações tomou durante um tempo a indústria audiovisual, criando vários tipos de personagens e narrativas.

Um conceito interessante a ser tratado para refletirmos sobre animação é o *double coding*, trazido por Gomes e Santos (2007), que consiste em uma múltipla interpretação de códigos inseridos numa mídia. Enquanto assistimos a um filme, novela ou série animada, nós o/a interpretamos de acordo como o nosso repertório; ou seja, fazemos associação do que nos é apresentado com o que já tivemos contato ou experienciamos anteriormente.

São códigos que exigem do espectador uma “bagagem” maior de conhecimento, tornando-se um banquete privilegiado. Por exemplo, quando Robin Hood aparece em cena, a crítica travada sobre sua personagem está intrínseca e pode não ser tão percebida pelo leitor menos apurado (GOMES; SANTOS, 2007, p. 77).

Dessa forma, o processo de *double coding*, ou código duplo, usa das possibilidades de interpretação com o objeto, em que cada uma das audiências pode absorver o conteúdo de uma forma distinta. Sendo assim, em animações vistas por famílias com pessoas de diferentes faixas etárias, podem existir múltiplos significados a partir de uma mesma imagem.

Levando isso em conta, há aberturas criativas para que diferentes audiências (re)criem elementos de uma determinada trama: a animação é capaz de instigar uma identificação, mesmo que nem sempre

planeje que esta seja originada. Como produto midiático de fácil consumo e acesso a variados públicos, grandes admiradores/as de suas narrativas podem articular-se em torno de uma obra: as/os fãs.

Possuir a característica de fã em uma sociedade midiaticizada como a que vivemos é algo relativamente comum, sejam fãs de músicos/as, atrizes/atores, artistas ou de sagas, livros, séries e animações, visto que as mídias produzem materiais originais e com muitas variações de nicho. Tornar-se fã de algo envolve, primeiramente, interesse, relação sentimental, identificação e atração ao objeto e isso pode se dar em diferentes momentos na interação da/o potencial fã com o objeto (DUFFETT, 2013).

Configura-se como fã, atualmente, aquela/e que se dedica a uma obra ou objeto. Esse objeto é posto numa relação codependente, em que fã precisa de um objeto de adoração e, ao mesmo tempo, o objeto precisa de determinadas mídias para angariar mais fãs e possuir maior reconhecimento. Tais mídias são alimentadas por conteúdos produzidos por fãs (MESQUITA, 2016, p. 29), o que confere certo poder ao *fandom*. Logo, é interessante pensar nessa codependência ainda que de uma forma distanciada, sendo que os/as produtores/as do objeto de adoração ou o objeto de adoração em si possuem autonomia para alterar a obra, se fazendo presente então a relação de poder, em que o objeto de adoração e produtores/as se encontram no topo de uma hierarquia (DUFFETT, 2013).

Tendo como foco os *fandoms* de animação nesta pesquisa, observamos a interação entre fãs e a proporção do poder de produção em que o *fandom* se encontra. As ações do *fandom* de animação continuam no contexto da cultura participativa, produzindo conteúdo a partir da obra original, propagando o objeto e unindo-se como comunidade em torno da obra. Membros desse grupo podem também criar novas formas de contribuir para o *fandom* como, por exemplo, tornar-se um(a) fansubber: aquela/e que legenda mídias audiovisuais da obra para outros idiomas, visando maior acessibilidade a outros públicos potenciais (URBANO, 2013). Além desses pontos, há a ligação afetiva entre fã, a animação e o *fandom*, em que as obras participam de momentos importantes na construção da identidade da/o fã, o que ajuda a reforçar engajamento e relação com o objeto e o grupo de pertencimento.

Resultados e discussão

Após a análise das discussões realizadas nos grupos focais, pudemos dividir os dados coletados em seis grandes grupos que abordamos a seguir:

1. O impacto de Steven Universo quanto a identificações de gêneros, sexualidades ou transtornos mentais

Uma questão que se faz notar na animação *Steven Universo*, que foi dita nos dois grupos focais realizados, foi a leveza, a delicadeza, a humanidade e o carinho ao se abordar temas que até então nunca foram apresentados dessa forma, como gêneros e sexualidades:

O Steven dá uma baita mensagem que tudo dá pra resolver na conversa, no amor, toda essa mensagem e representatividade de sexualidade e de gênero (Beatriz¹, grupo de fãs, 23 anos, não binária/o, assexual, Santa Catarina).

Sendo bem aceita nos dois grupos e na faixa etária de 18 a 24 anos, a animação é reverenciada pela abordagem de assuntos psicológicos e sociais ou das questões de gêneros e sexualidades.

Acaba que todo mundo é meio fã de Steven Universo porque além de abordar a sexualidade, gênero, política, doenças psicológicas, ele toca cada pessoa com o ponto que a pessoa precisa escutar no momento. Eu assisti ele [a animação] inteiro umas duas, três vezes e cada uma das vezes que eu assistia cada um dos episódios eu tinha uma interpretação diferente de algo que eu precisava escutar na época (Manuela, grupo de fãs, 19 anos, não binária/o, pansexual, Rio Grande do Sul).

Comparativamente, o grupo de não fãs citou mais frequentemente como o desenho tocava em assuntos tidos como complexos de

1 Os nomes utilizados são ficcionais a fim de que a identidade de pessoas que colaboraram com a pesquisa seja mantida em anonimato.

maneira que não sejam tabus ou problemáticos, como nesse comentário a seguir:

Lá [na animação Steven Universo] é tudo natural, você é você e tá tudo bem com isso. Em outros episódios que eu já vi, cada pessoa é de um jeito, tem uma forma e tá tudo bem. Acho que a maioria dos outros desenhos, pegando os mais antigos e os que estamos acostumados, era todo mundo padronizado, o que é ser isso ou o que é ser aquilo. Mas aqui chega a galera, e tem pessoas que são fusão e outras que não são e assim, tudo bem e tudo ok (Carla, grupo de não fãs, 24 anos, mulher cis, lésbica, Minas Gerais).

Sobre isso, a principal diferença na fala dos grupos foi a identificação para entender o que eram enquanto sujeitos. O grupo de fãs se vê mais na animação e entende de modo mais íntimo e profundo sobre as discussões que a série propõe por desenvolver laços emocionais fortes com ela. Já o grupo de não fãs demonstra essa falta de identificação em animações desde o tempo da infância e expõe as problemáticas que a falta de identificação pode gerar.

2. O *double coding* na interpretação

No desenrolar da discussão, houve, nos dois grupos, vários apontamentos quanto à interpretação do que era apresentado nas animações. Nesse ponto, foram mencionadas metáforas sobre gêneros e sexualidades, bem como assuntos que deixavam certos questionamentos “no ar” e aberturas para significações. A presença do *double coding* na fala dos/as participantes ficou evidente para nós, como no momento em que Alice diz sobre a diferente interpretação do mesmo objeto por diferentes idades:

[O]tros filmes que eu gosto muito são os da Pixar. Eles são maravilhosos no que se propõem. Eles trazem aquela coisa da infantilidade, aquilo mais da criança mesmo, as cores e tudo. Mas tem as mensagens muito bem colocadas, muito bonitas, muito bem pontuadas, algumas mais subjetivas e outras ali estampadas na sua cara e se você tiver uma idade mais avançada, for adulto ou não for criança, com certeza você vai entender e aquilo com certeza vai se encaixar de alguma maneira na sua vida. E eu gosto muito dos

filmes da Pixar por causa disso (Alice, grupo de fãs, 22 anos, mulher cis, bissexual, Ceará).

Os/as participantes concluíram que usualmente, quando havia personagens não heterossexuais nas animações, eles/as raramente eram declaradamente não heterossexuais ou não cisgêneros. Contudo, o que era deixado em aberto como interpretação antigamente, nos dias de hoje tem passado por mudanças, já que se tem reclamado pela existência de indivíduos não heterossexuais nas animações. O “deixar em aberto” foi definido pela participante Carla no grupo de não fãs, em que ela comenta sobre o chamado *queer coding* presente no/a personagem Ele, de *As Meninas Super Poderosas*:

[E] ainda em *As Meninas Super Poderosas*, tem uma coisa que o pessoal chama de *queer coding*, que é quando você não diz explicitamente que é [não heterossexual], mas o personagem tem tudo para ser, que é o Ele (Carla, grupo de não fãs, 24 anos, mulher cis, lésbica, Minas Gerais).

3. A percepção infantil sobre sexualidades e gêneros na animação

Outra questão abordada nas discussões foi a percepção dos/as participantes dos grupos focais sobre as animações que assistiam na sua infância, levando em conta assuntos envolvendo sexualidades e/ou gêneros. Os dois grupos trouxeram exemplos de desenhos que regravam as possibilidades de vivências, como as limitações das liberdades femininas e a inferiorização de personagens lidos como não heterossexuais.

Também se comentou que, havendo a presença de personagens que supostamente eram não heterossexuais ou não cisgêneros, existia uma negatividade nessa representação, como no exemplo a seguir de Carla, do grupo de não fãs. Certos/as personagens antagonistas possuíam características lidas como não heterossexuais ou não cisgêneros, fazendo uma associação direta ao caráter de um(a) personagem e seu desejo/identidade de gênero, o que pode interferir na percepção infantil sobre corpos vistos como diferentes.

Eu sempre percebi isso desde criança. Como eu disse, eu não sabia que existiam certas possibilidades, mas eu já entendia mais ou menos que ele poderia ter, só

que eu acho que no caso do Ele [de As Meninas Super Poderosas], como em muitos outros desenhos, é para o lado ruim. Que ser desse jeito é ser o vilão e isso acontece em muitos outros. Tinha essa visão que isso era [algo] ruim. Eu tinha um tio na família também que era marginalizado pelas pessoas, digamos assim, e ele me lembrava do Ele e, quando as pessoas iam falar mal dele, eu já entendia que tinha algo a ver. Então aquilo era ser [uma pessoa] ruim (Carla, grupo de não fãs, 24 anos, mulher cis, lésbica, Minas Gerais).

A percepção infantil não deve ser menosprezada, já que não pode ser lida superficialmente como ingênua. Como no exemplo de Carla, a animação pode restringir laços e afetar interações sociais por negatização de um coletivo de pessoas. Nos grupos, a percepção infantil é forte e memorável, as lembranças boas e ruins se mantêm até a maioridade e, por isso, a criação de personagens que representam bem sujeitos LGBTQIA+² é necessária para o incentivo à pluralidade, às diferenças e, principalmente, à liberdade.

4. O entender dos gêneros e das sexualidades por uma lógica *queer*

Sobre o contexto *queer*, muitos pontos referenciam o tema, mesmo sem defini-lo. Em algumas falas, questões sobre categorização identitária, (in)definições de sexualidades/gêneros e ideias de liberdade e transição foram trazidas. Esses pontos foram associados tanto a momentos pessoais quanto com exemplos em animações. *Steven Universo* mostrou-se como base para os argumentos nos dois grupos, como no exemplo de Manuela, participante-fã que, falando sobre a fusão dos/as personagens, fez apontamentos *queer*:

Principalmente a questão de gênero, eles [Connie e Steven] sabem que são bons separados, mas eles gostam de estar juntos. Eles preferem e se sentem bem ao estar juntos e certas coisas acabam não incomodando eles, como o gênero. Eles não se importam, como o Steven não se importa de abrir mão da masculinidade e a Connie não se importa de abrir mão da

2 Grupo formado por pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, trans, transexuais, travestis, *queer*, intersexo, assexuais e/ou de outra dissidência de sexo, gênero e/ou sexualidade.

feminilidade. E esse gênero neutro que vai para além de uma definição foi mais importante, porque muitas pessoas não se encaixam nessas definições (Manuela, grupo de fãs, 19 anos, não binária/o, pansexual, Rio Grande do Sul).

Já no grupo de não fãs, dimensões *queer* surgiram numa discussão sobre as memórias da infância e as interações nessa etapa da vida. Alberto inicialmente fala de quando sentia desejo por um(a) personagem que, pelos moldes normativos, não deveria desejar. Essa identificação por atração é apontada como diferente de outra: o reconhecimento de si a partir de um(a) personagem. Sobre isso, Alberto conta que havia uma falta de identificação, pois não via a presença de uma figura que caracterizava a possibilidade do não binarismo. A pessoa não binária não adere à dicotomia de gêneros adotada pela sociedade, no qual um ser pode existir sendo homem ou mulher.

Nos dois grupos, abordaram-se discussões *queer*, ainda que os discursos e argumentações não tenham utilizado o termo. “Diferente”, “estranho” e “experiência” foram palavras usadas pelos/as participantes de ambos grupos na tentativa de explicar sobre a liberdade de expressões e a aversão à categorização obrigatória, o que se aproxima do que é tido como *queer* (MISKOLCI, 2012).

5. Uma nova perspectiva de identificação

Em ambos os grupos focais, perguntamos se existia identificação com algum(a) personagem de animação em qualquer nível. Apesar de pontos sobre personalidade ou aparência serem expostos, as/os interlocutoras/es de pesquisa relataram a falta de personagens que pudessem causar identificação numa perspectiva de sexualidades e/ou gêneros. Sobre isso, há convergência entre os grupos que expressaram que em sua infância havia poucos/as ou nenhum(a) personagens em que pudessem se ver, sentir identificação de forma positiva ou, até mesmo, negativa, como já expressei anteriormente. Como dito por Carla:

[E]u acho que eu sempre associei que certas coisas eram dos meninos então, tipo, pra eu gostar dessas coisas, na minha cabeça, eu teria de ser um menino. Max Stell era o que eu queria ser, queria ser o Max Steel, [...] eu acho que minha identificação era o

MaxStell mesmo. Por conta disso, a ideia que eu tinha que pra gostar daquelas coisas eu teria de ser ele, eu não poderia ser a Carla para gostar dessas coisas (Carla, grupo de não fãs, 24 anos, mulher cis, lésbica, Minas Gerais).

Esse é um acontecimento que nos permite perceber que as mudanças na sociedade afetam as animações, que refletem uma sociedade mais equânime, justa e com diferenças. Exemplos como esses evidenciam transformações em problemáticas relatadas por participantes, que não conseguiam se identificar com personagens em suas infâncias por não haver semelhanças, sejam elas de religiões, raças, gêneros, sexualidades ou corporais. A identificação apresentou-se como necessária pelos grupos, o que aos poucos se mostra cada vez mais real, como no que foi dito por Alice:

[E]u tenho uma visão completamente diferente dos desenhos de hoje em dia, inclusive algumas coisas muito simples que você acha que hoje em dia os desenhos são muito politizados e tem uma voz ativa em certos assuntos. Mas por exemplo, “A Mansão Foster Para Amigos Imaginários era um desenho que trazia PcD’s, pessoas com deficiência, e a gente nem percebia. Então realmente é a visão que você tem agora é a que tínhamos antes. Isso até ajuda a você aceitar e entender certos assuntos de outra maneira (Alice, grupo de fãs, 22 anos, mulher cis, bissexual, Ceará).

Esses novos processos de ressignificação e identificação de/com personagens animados/as têm dado maior visibilidade à existência de grupos outrora marginalizados.

6. Stevonnie, indefinição por (in)definição

Levando em conta que a composição dos grupos focais foi feita para que participassem somente pessoas LGBTQIA+, as discussões sobre a/o personagem Stevonnie resultaram em efervescentes questionamentos em ambos os grupos. As opiniões sobre a/o personagem, que é uma fusão composta de Steven e Connie, divergiram sobre suas sexualidades e seus gêneros. Novamente é percebido uma *dimensão* queer nos discursos dos/as participantes, ainda que no grupo de fãs essa percepção tenha se mostrado mais evidente. O alto engajamento

do *fandom* com a animação demonstra gerar mais entradas interpretativas quanto ao que há de *queer* em *Steven Universo*.

[E]u acabo não considerando a Stevonnie, apesar de usar o termo “a Stevonnie”, em um gênero específico até porque, [...] acredito que ela não tenha um gênero definido. Por mais que ela tenha uma aparência mais “feminina”, não sei o nome desse gênero, sendo um não gênero. [...] Mas a Stevonnie, que é a fusão, a pessoa diferente, eu não consigo encaixá-la também em nenhuma sexualidade porque ela não aparenta se interessar pelo menino ou por alguma outra menina (Alice, grupo de fãs, 22 anos, mulher cis, bissexual, Ceará).

As (in)definições continuam passando pelo que Stevonnie é quanto aos seus desejos. No grupo de não fãs, Stevonnie foi descrita como bissexual ou assexual. A bissexualidade é entendida como a atração sexual e afetiva pelos dois gêneros socialmente firmados, homem e mulher, e a assexualidade é tida como a pouca ou inexistente atração ou afeição ligada às práticas sexuais por qualquer gênero que seja.

Caracterizada como uma experiência durante o episódio exibido, Stevonnie recebeu muita admiração dos grupos. Ser aberta a interpretações é uma proposta da autora, Rebecca Sugar, o que é percebido por fãs e não fãs. Definida pela indefinição, a personagem desponta como um exemplo *queer*, já que suas características são variáveis, sua personalidade é mutável e é uma experiência que vive na transição.

Considerações finais

De forma geral, comparativamente, percebemos similaridades e divergências entre os grupos, que são constituídas nas diferenças de suas experiências com relação ao objeto empírico. Em ambos os grupos, houve relatos de experiências quanto ao consumo de animação, a dificuldade de identificação direta com personagens na infância e a sinalização de que isso tem mudado na contemporaneidade. Quanto à *Steven Universo*, tanto Stevonnie quanto outras/os personagens despertam opiniões positivas e favoráveis, com destaque à vivência de modos de ser não heterossexuais e não cisgêneros que a série dá a ver.

Ser do *fandom* tornou o grupo mais ativamente atento a sinais entregues pela animação, por existir uma maior abrangência de conhecimento da série para além do momento da apreciação. Logo,

para a pesquisa, pudemos perceber que os/as fãs estão abertos/as e animados/as para novas discussões e teorizações envolvendo o objeto. No contexto de interpretação da temática *queer* na animação, o grupo de *fandom* pode se aprofundou mais nas discussões, uma vez que existe maior ligação afetiva com o objeto.

Esta pesquisa, resultado de um trabalho de conclusão de curso, pretende colaborar para que outros estudos sobre as temáticas de gêneros e sexualidades sejam feitos, para que as liberdades de vivências sejam reforçadas e incentivadas, para que investigações sobre a intersecção entre animação e estudos *queer* sejam estimuladas.

Referências

ABREU, Nelsio Rodrigues de; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. 3ª ed. São Paulo: nVersos, 2015.

DUFFETT, Mark. *Understanding fandom: an introduction to the study of media fan culture*. New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2013.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GOMES, Luciana Andrade; SANTOS, Laura Torres. O double coding na animação: a construção do desenho animado contemporâneo para adultos e crianças. *Inovcom*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 74-81, jun./2007. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/inovcom/article/view/345>. Acesso em: 14 mai. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MESQUITA, Arthur Guedes. *"A Globo shippa muito Clanessa": A configuração do fandom Clanessa na dinâmica transmídia do BBB14*. Orientador: Carlos Frederico de Brito d'Andréa. 2016. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Horizonte, 2016). Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A9ZPBF#:~:text=Na%2014%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20programa,uma%20comunidade%20com%20caracter%C3%ADsticas%20pr%C3%B3prias>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3ª ed. [S.l.]: Autêntica, 2012.

SANTOS, Tiago Eugenio dos. *A animação estereoscópica: relações entre a tecnologia audiovisual e a percepção da profundidade*. Orientador: Leonardo Antônio de Andrade. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5618?show=full>. Acesso em: 26 ago. 2020.

URBANO, Krystal Cortez Luz. *Legendar e distribuir: o fandom de animes e as políticas de mediação fansubber nas redes digitais*. Orientador: Afonso de Albuquerque. 2013. 174 f. Dissertação (O Curso de PósGraduação em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13951>. Acesso em: 20 ago. 2020

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. *Fábrica de personagens: a escritura dos desenhos animados de Hanna-Barbera*. *Intercom*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-1, mai./2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0107-1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

CORPOS PORNOGRAFADOS: ESTÉTICAS DE CONSUMO, DILDOS E EDUCAÇÃO

Samilo Takara

Professor Adjunto do Departamento de Educação e na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola do Campus Rolim de Moura e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha Formação Docente no Campus José Ribeiro Filho-PVH da Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO). Pós-Doutor em Comunicação (UEL/PR). Doutor em Educação (UEM/PR), samilo@unir.br;

Resumo

A pornografia está presente nas diferentes plataformas da Internet. As diferentes imagens fotográficas e filmagens nos ensinam por meio de suas representações acerca das formas de interagir, se relacionar, produzir, participar e consumir o sexo por meio de modelos de sexualidades e das cenas sexuais. Diante das imagens e dos modos de representar os corpos de homens gays na pornografia, compreende-se que existem pedagogias culturais que são produzidas e constituem ensinamentos sobre desejo, sexo e corpos localizando uma forma de se relacionar com a sexualidade na contemporaneidade. A questão que orienta este trabalho é: de que modo a pornografia educa acerca das imagens de práticas sexuais por meio das representações e da distribuição de artefatos de consumo? Para tal discussão, este texto problematiza o consumo de imagens pornográficas que se inscrevem no exemplo do vídeo/propaganda “Teste de qualidade” da produtora pornográfica Meninos Online e está disponível em seu perfil no Twitter. Este vídeo de um minuto faz a publicidade desta empresa de comunicação e da prótese que é produzida com base nas dimensões do pênis do ator Diego Mineiro. O objetivo deste estudo é problematizar os processos pedagógicos presentes na propaganda/pornografia que estimula uma dimensão de consumo dos corpos e das representações constituídas sobre masculinidades na pornografia gay

contemporânea. A pesquisa é embasada pelos Estudos Culturais e por contribuições da teoria *queer* e utiliza dos métodos bibliográfico e documental para explorar os sentidos e significados que constituem as representações de sexo e sexualidade presentes nesse artefato midiático.

Palavras-chave: Educação, Mídias, Estudos Culturais, Pornografia, Publicidade.

Introdução

Este texto parte das discussões empreendidas acerca de como os artefatos midiáticos educam acerca das representações sobre gênero e sexualidade em diferentes instâncias e possíveis. Inscrito no projeto de pesquisa “Pedagogias Midiáticas na Educação Contemporânea: impactos sobre os corpos”, temos por questão orientadora: de que modo a pornografia educa acerca das imagens de práticas sexuais por meio das representações e da distribuição de artefatos de consumo?

Para tal discussão, este texto problematiza o consumo de imagens pornográficas que se inscrevem no exemplo do vídeo/propaganda “Teste de qualidade” da produtora pornográfica Meninos Online e está disponível em seu perfil no Twitter. Este vídeo de um minuto faz a publicidade desta empresa de comunicação e da prótese que é produzida com base nas dimensões do pênis do ator Diego Mineiro. O objetivo deste estudo é problematizar os processos pedagógicos presentes na propaganda/pornografia que estimula uma dimensão de consumo dos corpos e das representações constituídas sobre masculinidades na pornografia gay contemporânea.

A escolha desse objeto se dá por um atravessamento de artefatos pornográficos que são postos em deslocamento neste vídeo: a pornografia que é produzida para as redes e/no interior delas e, desse modo, expõe uma forma de produzir imagens e discursos acerca da sexualidade e pela publicidade da prótese peniana que é comercializada pelo ator Diego Mineiro. Este artefato é divulgado nas redes do ator e ele tem imagens e vídeos que caracterizam a prótese para expor as qualidades do produto.

A produtora de conteúdo pornográfico Meninos Online produz um vídeo/teaser que é publicado no Twitter da empresa que mostra uma ficcionalização do uso da prótese que é publicado em 15 de fevereiro de 2021. As cenas são protagonizadas por Jhon Jhon, Diego Mineiro e a prótese. O jogo pornográfico apresenta cenas intercaladas em que o primeiro aparece interagindo com a prótese e, em cenas que os atores interagem como se a prótese fosse a oportunidade de se relacionar diretamente com o ator.

É relevante marcar que a ideia de usos de artefatos eróticos/sexuais é uma prática possível e que os sentidos atribuídos a esses

produtos sexuais é parte de uma lógica que também é permeada por sentidos e significados que também são atravessados pela indústria pornográfica como esse vídeo em diálogo nos permite discutir.

Entretanto, também é necessário discutir a diferença entre o dildo e suas técnicas, tal como a dildotecnia pensada por Preciado (2014) como formas de descentralização das genitais e o desenvolvimento de outras relações com o corpo e as experiências sexuais não é similar a produção de uma prótese que mimetiza o pênis de um ator pornô e massifica o consumo de uma proposição da experiência sexual que está disponível nos links de acesso das pornografias contemporâneas.

Convém dialogar com a discussão proposta por Sontag (2015, p. 61) acerca da natureza da imaginação pornográfica como aquela que sustenta “[...] convenções acabadas de personagens, cenário e ação. A pornografia é um teatro de tipos, não de indivíduos”. Entretanto, sem o diálogo e a problematização dos aspectos educativos que perpassam a sexualidade, os produtos midiáticos são parte da educação sobre sexo e sexualidade na cultura contemporânea.

Desse modo, a imaginação é atravessada pelas imagens que educam sobre o que é desejável e consumível e como a educação acerca das subjetividades e dos corpos é atravessada por dimensões de gênero, sexualidade, raça, etnia, localização geográfica, dimensão geracional e uma lógica de produção que define uma lógica de consumo de imagens que produzem corpos para se tornarem imagens.

Baitello Junior (2007; 2019) oferece problematizações sobre a iconofagia como uma condição em que as imagens devoram os corpos devorados pelas imagens. Nessas análises, o autor oferece discussões sobre como as imagens midiáticas estão construindo uma dimensão da imagem que nos atravessa e produz modos de se relacionar com a imagens. Desse modo, é uma questão a ser pensada quando a imagem retoma corpo – plástico, fibra, produto impresso em 3D – para ser consumido como referência a um corpo que está nas imagens.

Metodologia

Para problematizar os efeitos desse artefato cultural na construção das representações e nos processos educativos que perpassam nossas formas de compreender a sexualidade e a educação que deriva desses produtos das mídias, embasamo-nos metodologicamente em um estudo qualitativo, de característica exploratória-descritiva e

utiliza-se os métodos bibliográfico e documental para o desenvolvimento desta discussão.

Nesta direção, utilizamos a pesquisa qualitativa como uma possibilidade de analisar as relações entre as pessoas que estão envolvidas em diferentes experiências e como são os efeitos dessas interações nas construções de identificações e representações. Assim, aproximamo-nos de um estudo que é exploratório-descritivo no intuito de conhecer sobre as pedagogias inscritas no artefato midiático e que expressam, por meio das imagens e das representações, modos de se relacionar e de significar a dimensão desses ensinamentos na construção das formas de interpretar o mundo (GIL, 2002; SEVERINO, 2008).

Utilizamos os métodos bibliográfico e documental para o processo de investigação deste estudo. Assim, o levantamento de material teórico por meio de livros, teses e artigos científicos, que são referências para auxiliar no desenvolvimento dos conceitos e na operação da análise teórica. O método documental contribui para a descrição e estruturação das cenas, para o diálogo com o objeto analisado e para problematizar os elementos que são acionados e que operam nessas representações (GIL, 2002; SEVERINO, 2008).

Referencial teórico

As relações com os artefatos midiáticos são parte dos modos como aprendemos sobre as interações com outras pessoas, consigo e com o mundo. Desse modo, diferentes modos de compreender como nos relacionamos é atravessado pelos discursos que mobilizam imagens e representações nas mídias contemporâneas. Elsaesser (2018, p. 86) explica que as interações com os artefatos midiáticos criam outras noções para “autor” e “obra”. Nessa direção, discute como esses produtos midiáticos – e, em sua análise, os filmes – “[...] fazem parte de uma cultura de ‘experiência’ e de uma economia do espetáculo, em que nem autores individuais nem filmes individuais ficam no centro”.

Em outra direção, Sibilia (2008, p. 31) explica que existem outras formas de entender essa relação com o espaço de produção da internet. Tratando sobre os usos “confessionais” da rede, existem ainda acionamentos que “[...] parecem se enquadrar nessa definição: seriam, portanto, manifestações renovadas dos velhos gêneros autobiográficos”. Assim, pensar sobre a produção midiática contemporânea é considerar esses deslocamentos que são apresentados pela análise.

O **eu** que fala e se mostra incansavelmente na web costuma ser tríplice: é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem. Além disso, porém, não deixa de ser uma ficção; pois, apesar de sua contundente auto-evidência, é sempre frágil o estatuto do **eu**. Embora se apresente como “o mais insubstituível dos seres” e “a mais real, em aparência, das realidades”, o **eu** de cada um de **nós** uma entidade complexa e vacilante. [...] A linguagem nos dá consistência e relevos próprios, pessoais, singulares, e a substância que resulta desse cruzamento de narrativas se (auto) denomina **eu** (SIBILIA, 2008, p. 31).

As experiências com as mídias geram sentidos diferentes em seus usos e possibilidades. Han (2018, p. 8) traz que essa visibilidade é uma forma de “exposição pornográfica da intimidade da esfera privada”. Assim, para o pensador, as redes contribuem para uma forma de exposição que inscreve as experiências que gera modos de se relacionar com os outros e conosco.

Silverstone (2005) e Teruya (2009) em suas análises sobre os impactos das mídias geram problematizações para deslocarmos os estudos sobre mídias. Para o autor, é inescapável problematizar as relações que inscrevem-se nas condições midiáticas de produções de sentidos e significados. Teruya (2009, p. 156) problematiza que “[o] conhecimento das potencialidades das mídias pode formar uma geração mais crítica em relação à mídia. A educação para a mídia pressupõe um envolvimento no processo de elaboração e produção do conhecimento na mídia digital”.

Desse modo, acompanhando a contribuição teórica que expõe as interações com as mídias, este estudo também dialoga com as interpretações dos impactos dos artefatos midiáticos e na possibilidade de problematizar esses artefatos como produtos da cultura e que são necessárias investigações que são pedagógicas para entender os impactos das mídias na construção de representações e na educação de subjetividades e corpos no contemporâneo.

Assim, embasamo-nos nos Estudos Culturais e nas teorizações queer para problematizar essas relações entre mídias e educação. Ao acionarmos esses referenciais teóricos, estamos interessados nos estudos das pedagogias culturais que se inscrevem nos artefatos culturais e que educam por meio dos modos de recepção, interação e produção desses artefatos. Desse modo, apontamos para as especificidades

dessas pedagogias culturais ao serem produzidas em artefatos destinados ao consumo, a emissão e a recepção de imagens e discursos que produzem nossas interações com as sexualidades.

O conceito de pedagogias culturais, amplamente acionado nos Estudos Culturais, apresenta-se como uma ferramenta teórica que corresponde a esse alargamento do que pode ser considerado pedagógico e quais lugares da cultura praticam pedagogias, ou seja, formas de regular os sujeitos, de conduzir a conduta de orientar modos de ser e viver no tempo presente (ANDRADE, 2016, p. 28).

Acompanhamos a contribuição da autora para dialogarmos sobre a compreensão das pedagogias culturais que são produtoras de sentidos e nos educam em diferentes contextos como ocorrem com as interações com as mídias. Desse modo, diante das complexidades das discussões que são empreendidas por Elsaesser (2018), Sibilia (2008, 2012), Silverstone (2005), Teruya (2009), pensamos na especificidade das pedagogias culturais que são acionadas pelos artefatos midiáticos.

Entre as produções midiáticas que podemos nos debruçar para problematizar as instâncias pedagógicas e seus modos de nos ensinar sobre o outro, sobre nós e sobre o mundo, são dispostos os artefatos midiáticos pornográficos que são os artefatos que nos debruçamos nesta discussão. Preciado (2020, p. 25) ao analisar a produção de espaços e a constituição da Pornotopia, indica uma noção de pornofia que “[...] não pretende emitir um juízo moral ou estético, mas simplesmente identificar novas práticas de consumo da imagem suscitadas por novas técnicas de produção e distribuição de subjetividade”.

Ainda para a compreensão da ideia de pornografia, faz-se necessária a retomada sobre a cisão dessa compreensão da ideia de erotismo. Gregori (2016, p. 31) afirma que a pornografia “[...] seria a contraparte empobrecida, degradada, ou melhor, diria respeito aos materiais (imagens, escritos, objetos) produzidos no âmbito do mercado, visando lucro imediato, envoltos numa aura de vulgaridade e desrespeito a direitos”. Uma cisão que a autora discute que se opõe a ideia do erotismo que estaria vinculado “[...] às indagações eruditas”, enquanto a pornografia seria produto de um mercado.

Londero (2016, p. 69) contribui para a discussão ao tratar sobre como essa relação com a pornografia está vinculada também nessas relações que caracterizam “[...] a delimitação da libido nos órgãos

genitais, socialmente necessária para a instrumentalização do corpo, é constantemente representada nas obras pornográficas, principalmente nos filmes”. Desse modo, entendemos como a pornografia está relacionada a um sistema de produção de representações e de sentidos que estabelecem uma lógica de consumo e produção de imagens.

A pornografia e os raios X são parte, durante os anos 1950, de um mesmo dispositivo de representação do corpo, um aparato de produção da interioridade como imagem, e do sexo como verdade do sujeito. Esse processo de exteriorização não deve ser entendido como uma simples revelação de algo que está oculto, mas como o próprio processo de produção da interioridade por meio de técnicas de representação visual. A retórica do *strip-tease* das reportagens fotográficas da *Playboy* serviu para inventar interior da jovem mulher estadunidense, mas também o interior da vida doméstica e, depois, o interior da Mansão Playboy (PRECIADO, 2020, p. 72).

Sibilia (2008, p. 50) contribui para pensarmos como essas tecnologias foram alteradas e produziram outras relações como “[...] a espetacularização da intimidade cotidiana tornou-se habitual, com todo um arsenal de técnicas de estilização das experiências de vida e da própria personalidade para ‘ficar bem na foto’”. Assim, entre os chamados “[...] novos gêneros que proliferam na internet” que a autora assinala como exposição dessa intimidade e que dialogam com essa técnica de visibilidade que é a representação visual discutida por Preciado (2020) temos os efeitos das fotografias e dos vídeos eróticos/sensuais/pornográficos.

A caracterização de Preciado (2020, p. 85) sobre a invenção da pornotopia como “[...] a produção de uma domesticidade orquestrada e coreografada com dispositivos técnicos de vigilância e de reprodução audiovisual” contribui para pensarmos as produções pornográficas contemporâneas que são disponibilizadas em perfis de redes sociais como Instagram, Twitter, Onlyfans, entre outras, que geram um engajamento em filmagens e fotografias que publicizam as práticas sexuais contemporâneas.

Assim, ainda que tenhamos uma cisão cada vez menos nítida entre público e privado, tal como corroboram para esta análise as leituras de Sibilia (2008, 2012) e Han (2018), compreendemos que outras formas de se produzir e consumir pornografia estão atravessando

os contextos inicialmente apontados por Gregori (2016) e Londero (2016). Desse modo, pensar as dimensões das produções de imagens e da popularização de acesso e de uso das mídias digitais móveis, também é um modo de compreender as mudanças na produção de conteúdos pornográficos disponibilizados nas redes.

Tratar sobre a produção midiática sexual e suas inscrições educativas que geram o que chamamos neste texto de pedagogias pornográficas é um caminho que se embasa pelas discussões apresentadas sobre mídia, pornografia e educação até aqui empreendidas para indicar uma possibilidade de análise de artefatos culturais. Nesse sentido, o embasamento que nos auxilia dialoga também com a busca por “[...] um saber mais indisciplinado, mais perguntas e menos respostas” (HALBERSTAM, 2020, p. 31).

Entendemos que seguir a inscrição que o autor nos oferece para pensar a **baixa teoria** como “[...] um modo de acessibilidade, mas também podemos pensar sobre ela como uma espécie de modelo teórico que voa fora do alcance do radar” e, nesse processo, buscamos “[...] a partir de textos e exemplos excêntricos e que se recusa a confirmar as hierarquias do saber que mantém o **alto** em alta teoria” (HALBERSTAM, 2020, p. 39), intentamos acompanhar as teorizações do autor que nos avisa que seus estudos seguem “[...] atrás de projetos pequenos, micropolíticas, palpites, caprichos, desejos” (HALBERSTAM, 2020, p. 45).

Assim, a análise dos artefatos midiáticos pornográficos e de suas pedagogias não tem por objetivo encerrar, definir ou mesmo fechar as ideias sobre como a sexualidade é educada também pelas produções culturais contemporâneas, mas é um modo de provocar o diálogo sobre a ideia de que a sexualidade é um dos campos que envolvem as discussões sobre educação.

É relevante neste processo reconhecer as difusões de imagens que produzem corpos, tal como analisa Baitello Junior (2007; 2019) e como essas produções inscrevem uma lógica sobre o corpo que é problematizada por Bourcier (2020) para entendermos os processos de consumo que são inscritas nas lógicas de reprodução das imagens e das pedagogias que estão inscritas nessas relações.

É preciso enfatizar que não é uma coincidência que o corpo, neste momento, se torne objeto de pesquisa, exploração e investigação intensa e sem precedentes. Cirurgiões “anatomistas” e outros filósofos dissecam

o corpo rapidamente para entender, finalmente, dizer como ele funciona. Como o corpo trabalha. Ou não. Como é apenas uma máquina que range, mas não sofre. Descartes empunhava muito o bisturi e estripava muitos coelhos vivos para reforçar sua tese de animais-máquina. [...] O cartesianismo é nosso cânone, um dos fundamentos do nosso racismo epistêmico, uma boa desculpa para nossas aventuras coloniais e imperialistas e um importante ponto de virada biopolítico (BOURCIER, 2020, p. 117-118).

É neste cenário que compreendemos uma lógica que está inserida no consumo sobre os corpos que são passíveis de comercialização, os modos como as imagens geram uma forma de monetização das práticas de relação e como a sexualidade é atravessada pelo mercado na construção de corpos-que-importam e que produzem, na mesma dinâmica, nos anticorpos, tal como analisa Zago (2013).

Resultados e discussão

A produtora pornográfica Meninos Online divulga em seu perfil oficial no Twitter¹ em 15 de fevereiro de 2021 o teaser/propaganda de um minuto que é denominado Teste de Qualidade: Aprovado – testado e arrombado que tem atuação de Jhon Jhon e de Diego Mineiro. O vídeo ficcionaliza que o primeiro ator está comprando a prótese-produto que é uma impressão 3D da imagem do pênis do ator que tem o tamanho de 23 centímetros de comprimento.

Em todo o vídeo há um jogo cênico em que a câmera passeia pelas cenas e que a prótese-produto e o ator que é molde para ela são intercalados nas cenas. Com o objetivo de inscrever uma lógica que a prótese-produto é a oportunidade de ter relações sexuais com o ator, o jogo da imagem produz uma narrativa ficcional em que encerra com o ator que comprou a prótese informando Diego Mineiro que o produto está aprovado.

É relevante marcar a diferença de prótese e dildo nesta discussão. Tendo em vista que ao fazer referência ao segundo termo, utilizo a definição de Preciado (2014, p. 199, grifos do original) em que o autor explica que “[...] **dildo** nas línguas latinas estaria etimologicamente

1 <https://twitter.com/i/status/1361368428888674307>.

justificada pela relação com o termo latim *dilectio*, amor, gozo, do qual derivam, entre outras, a palavra *dileção*, vontade honesta e amor reflexivo”. Assim, Preciado (2014) utiliza o significado de dildo como amor reflexivo.

Assim, diante das discussões empreendidas por Preciado (2014), não tratamos o dildo e a prótese-produto dos mesmos modos. Propomos que o termo prótese-produto como resultado de um processo tecnológico de imitação de uma parte do corpo e que inscreve a dimensão de corpo no sistema de produção. É relevante também diferenciar aqui a prótese que remete ao desenvolvimento de órgãos e membros tecnológicos que são produzidos no intuito a substituir parcial ou totalmente órgãos e membros anatômicos.

A imagem pornográfica que é parte das imaginações sobre o tema e que é difundida como produto/propagação oferece uma lógica de consumo e de ser consumido por essas lógicas. As cenas remetem a prótese-produto uma dimensão de relação direta com o ator, por meio do mimetismo que é (re)produzido nas cenas que constituem este artefato midiático. São imagens que consomem os corpos por meio de narrativas e de produtos, ao mesmo tempo, que geram uma lógica de consumo (BAITELLO JUNIOR, 2007; 2019; BOURCIER, 2020; PRECIADO, 2020).

Corpos-que-importam geram imagens que são (re)produzidas e que também ganham matéria (ZAGO, 2013). A produção de uma prótese-produto que faz diálogo direto com o consumo desse corpo pornografado oportuniza pensarmos sobre como a pornografia educa corpos e subjetividades que alinhavam suas formas de se relacionar a este sistema. Desse modo, ao propormos uma interpretação desta relação, compreendemos que existe um consumo que não é apenas relacionado à prótese-produto e aos vídeos que estão disponíveis nas redes.

As imagens pornográficas que esquadriham e organizam os corpos também os pornografam e constituem estéticas que alimentam um mercado das imagens. Consumíveis, os corpos que interagem com esses produtos midiáticos aprendem sobre sexualidade em uma lógica alimentada em uma perspectiva cis-heteronormativa que alimenta um imaginário sobre o corpo masculino e inscrevem outros corpos e possibilidades de agir e de ser diferentes dos modelos pornográficos como secundários. São os/as consumidores/as quem devem idolatrar as imagens.

Assim, a dildotecnia como possibilidade de criação, tal como ensina Preciado (2014) em seu manifesto contrassexual estão em outra direção. Fazer o corpo uma experimentação é diferente do consumo de produtos que povoam imaginários e cooptam sensações para um sistema de mercado. É relevante marcar que existem diferentes publicações que o ator faz de sua prótese-produto em que diferentes consumidores dizem da dificuldade de utilizar o brinquedo porque ele é grande demais.

Entendemos que essa lógica pornográfica é a mesma que está nas pessoas que entendem que precisam emagrecer ou alterar algo em seu corpo para caber nas roupas, ou, ainda, que a fome e a sede são sanadas por diferentes produtos que aparecem nas propagandas em diferentes mídias. Pensar as pedagogias pornográficas é também um modo de reconhecer como esse sistema de representações educa as subjetividades e os corpos para caber no consumo e não o contrário.

Diante das imagens que devoram os corpos, tal como assinala Baitello Junior (2007; 2019) também existe o empenho das pessoas que consomem as narrativas e discursos midiáticos em se transformar em imagens e, assim, o jogo com a prótese também convida a pessoa a interagir sexualmente com elas. Uma prótese-produto que alimenta uma lógica sexual que mantém o pênis de um corpo-que-importa – torneado, produzido por diferentes estratégias de consumo – como o ideal a ser cobiçado nas mídias contemporâneas.

As experiências que são possíveis na interação com os produtos – a imagem e a prótese – continuam a reverberar o entendimento da pornografia que agora não é mais apenas uma característica de grandes empresas midiáticas, mas que está disponível e é também produzida por diferentes pessoas que podem ou não participar das empresas de comunicação da área. O convite da câmera que está imbutida nos *smartphones*, os diferentes sites e redes sociais que oportunizam a divulgação e o consumo de imagens sexuais e que reiteram uma lógica que não corrobora para uma dildotecnia, mas que alimentam um consumo de imagens pornográficas que são idealizadas e representam corpos-que importam.

Desse modo, problematizar as mídias – e, neste foco, as produções pornográficas – é uma das maneiras de provocar o debate sobre as pedagogias que estão inscritas nestes artefatos e que nos ensinam sobre como devemos ser, estar ou agir no mundo. O consumo de um produto e/ou uma imagem não é apenas uma questão indireta, ou

relacionada a uma pessoa – o ator, por exemplo –, mas faz parte de uma lógica de consumo que estabelece sentidos e organiza nossas formas de nos relacionarmos com o outro, consigo e com o mundo.

Considerações finais

Consideramos a necessidade de analisar os artefatos midiáticos pornográficos e suas inscrições em imagens e corpos que geram formas de consumo como também uma dimensão pedagógica que educa as pessoas acerca das práticas sexuais e da sexualidade. Não problematizar os sentidos que estão inscritos na produção dessas imagens faz a manutenção de um sistema que elenca corpos como centrais, desejáveis e inscritos em uma lógica de consumo e, desse modo, organiza a dimensão sobre sexo e sexualidade.

Diante dessas análises, compreendemos a necessidade de provocar debates sobre os corpos pornografados, as estéticas que são alimentadas pelas imagens e o consumo que é gerado, produzido e que se inscreve nas relações sexuais. Assim, são necessárias análises e estudos que empreendam discussões sobre o consumo da pornografia, a educação sexual e as possibilidades de romper com esses sistemas de localização como a proposta de dildotecnia apresentada por Preciado (2014) em que o sexo e a sexualidade não são reduzidos a repetição das imagens de filmes e fotos pornográficas.

Esses questionamentos também precisam passar pelos corpos e subjetividades que são alvos dessas imagens e que são educados para uma centralização das genitálias – a ponto de consumirmos a mimese de uma – ao invés de criarmos outras formas de prazer e de relações que não dependam dessa lógica como a central nas possibilidades de ser, estar e agir no mundo. A educação da sexualidade perpassa também por questionar o que nos é ensinado por esses produtos midiáticos como sexo, como corpo e como prazer.

Referências

ANDRADE, Paula Deporte de. **Pedagogias culturais** – uma cartografia das (re)injeições do conceito. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS: Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143723>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. *In*: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 17-36.

BAITELLO JÚNIOR, Norval. Podem as imagens devorar os corpos? **Sala preta**. V. 7 USP: São Paulo, 2007. (77-82). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57322/60304>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BAITELLO JUNIOR, Norval. **Existências penduradas**: selfies, retratos e outros penduricalhos. Por uma ecologia das imagens. São Leopoldo/RS: Ed. UNISINOS, 2019.

BOURCIER, Sam. **Homo Inc.orporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. Trad. Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2020.

ELSAESSER, Thomas. **Cinema como arqueologia das mídias**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Sesc São Paulo, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4.ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: CEPE, 2020.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**. Notas sobre o digital. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

LONDERO, Rodolfo Rorato. **Pornografia e censura**: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário na década de 1970. Londrina/PR: Eduel, 2016.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual** – práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/RJ: Companhia das Letras, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia**: PLAYBOY e a invenção da sexualidade multimídia. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. 7 reimp. São Paulo: Cortez, 2008.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2. ed. Loyola: São Paulo, 2005.

SONTAG, Susan. A imaginação pornográfica. In: SONTAG, Susan. **Avontade radical**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (p. 44-83).

TERUYA, Teresa Kazuko. Sobre Mídia, Educação e Estudos Culturais. In: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; MORI, Nerli Nonato Ribeiro (orgs). **Pesquisa em Educação**: múltiplos olhares. Maringá: Eduem, 2009. (151-165).

ZAGO, Luis Felipe. **Os meninos**: corpo, gênero e sexualidade em e através de sites de relacionamento. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 2013.

CULTUAÇÃO AO CORPO FEMININO: DO NATURAL AO PLÁSTICO

Iluska Silva Santos

*Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade UNINASSAU - PI,
iluska2009@hotmail.com;*

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir sobre a comercialização do corpo, enfatizando a ajuda das mídias sociais para disseminar os padrões corporais injetados na cabeça das mulheres, com base nos valores da sociedade capitalista. Outro aspecto a ser analisado é como a pornografia também é outro meio de impor padrões corporais para as mulheres, fazendo-as reféns de estereótipos e modelos impostos. É destacado a problemática entre o corpo saudável e o corpo enfermo, sendo o primeiro considerado o corpo magro e o segundo o corpo com alguns quilos a mais, gordo, sendo essa definição totalmente superficial, já que os padrões exalados pela sociedade são padrões artificiais, moldados a base de dietas infalíveis que podem causar danos a próprio corpo. Outro ponto chave é o extremo em que as mulheres podem chegar para se adequar a um grupo, as cirurgias plásticas e o comércio em torno disso.

Palavras-chave: Padrões estéticos; Corpo; Pornografia; Cirurgias Plásticas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo falar sobre o padrão corporal imposto para as mulheres pela sociedade misógina. A busca por um corpo perfeito sempre foi o ideário feminino, independente da forma corporal que estava como padrão da época. O corpo que é belo, segundo os moldes sociais, é o que deve ser mostrado e adorado, um número a mais no manequim será tachado de feio e/ou desagradável, ou seja, a liberdade da nudez e o privilégio de se despir e não ser julgada, não é para todas.

A pornografia tem um significado cultural e moral, tudo que se relaciona à devassidão sexual, obscenidade, licenciosidade e indecência é fluido em um ambiente patriarcal feito por homens e para homens. O que é retratado e a forma que a mulher é colocada como objeto sexual se torna algo degradante e cria uma imagem distorcida do que é ser mulher. A pornografia, ou o pornô, comumente conhecido, vem como um adereço para mostrar para o público feminino o formato de corpos que os homens desejam e as mulheres invejam. Isso cria uma vulnerabilidade crescente nas meninas, principalmente adolescentes que precisam entrar naquele modelo para serem aceitas, até mesmo na indústria pornográfica.

Diariamente as mulheres são inundadas de informação, questionamento ou até mesmo imposição sobre o seu corpo, mas isso não é de agora. As revistas sempre foram um meio de se chegar em muitas mulheres e antigamente elas eram recheadas de atividades e conteúdos domésticos, mas o sexo feminino foi ocupando o espaço público e com isso as revistas foram se aprimorando e se adequando aos novos formatos de sociedade. As mulheres, estando fora do âmbito doméstico teriam que se mostrar apresentáveis e os meios de notícias foram mostrando como as mulheres deveriam ser, qual corpo ter, qual formato de rosto é o melhor, e a partir daí foram surgindo as cirurgias plásticas para reverter os “defeitos” da natureza.

O corpo nos padrões, “abre caminhos” para um bom emprego, para arranjar um bom partido e com certeza um casamento. Há um sistema de discriminação inconsciente engessado na sociedade, por mais que umas curvas pareçam ingênuas, elas podem salvar ou condenar a vida social de alguém, até que entrem nos “eixos” novamente.

Esse artigo, de uma forma geral, irá contribuir com a sociedade acadêmica ampliando as discussões sobre o corpo feminino e o quanto se é “encorajado” para que se entre na “boa forma” e faça parte da comunidade social, além de problematizar a busca constante por um corpo perfeito.

Metodologia

Esse artigo se desenvolve partindo de pesquisas bibliográficas. Segundo Pizzani, da Silva, Bello e Hayash (2012) “entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da internet entre outras fontes.

A revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento de um artigo, tese ou dissertação. Essa etapa não pode ser aleatória, por esse motivo ela implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções atentos ao objetivo de estudo (LIMA; MIOTO, 2007 *apud* PIZZANI; SILVA; BELLO; HAYASH, 2012).

Dado o exposto, esse método é tão importante quanto qualquer um, mesmo partindo de arquivos já existentes. Destacamos que nesse estudo visamos acrescentar pensamentos relevantes para o campo científico buscando por referências relacionadas com este tipo de pesquisa.

Referencial teórico

O lugar que sempre foi destinado para as mulheres foi o espaço privado, era mais cômodo para a sociedade patriarcal e machista que o desenvolvimento feminino fosse mínimo. A mulher precisava estar em casa quando o marido chegasse, com todos os afazeres feitos: crianças limpas e alimentadas, comida feita e quentinha.

Contudo, a mulher de classe média posto que abandonava seu papel de dona de casa – e consumidora de produtos para o lar – se envolvia com questões da esfera pública e aos poucos perdiam o interesse

pelas revistas femininas até então retratava a mulher ainda ligada às atividades domésticas. [...] Naquele momento, só restava o corpo. (DUARTE, 2009)

As mulheres começaram a conquistar o seu lugar no espaço público, mas cada vez foi ficando mais difícil permanecer nele, já que à medida que elas conseguiam adentrar, foi ficando um espaço estreito e as dificuldades foram aumentando. O corpo feminino agora é o olhar central da sociedade.

O culto ao corpo se apresenta contemporaneamente como uma forma de consumo à medida que atende à necessidade mercadológica consumista e, ao mesmo tempo, permite que o corpo seja um meio através do qual o indivíduo transmite um estilo construído, e mediado, principalmente pela mídia. [...] De tal modo, esse material se constitui como um objeto de análise, uma forma de se penetrar nas estruturas do imaginário coletivo feminino sobre a relevância que um corpo percebido como belo na contemporaneidade possui, inserindo e excluindo a mulher dos grupos sociais, gerando consequências comportamentais e emocionais. (DUARTE, 2009)

“Toda mulher, às vezes, não se surpreende pensando que não faz ideia da razão por que tem de ter uma ‘boa aparência’ e flexibilidade para conseguir qualquer emprego?” (SILVEIRA; FREITAS, 2007). O melhor cargo possivelmente vem para a funcionária mais bonita, isso é divulgado aos quatro cantos porque é preciso ter a forma perfeita para conseguir tudo na vida, apenas a inteligência não basta, é necessário ter o pacote completo para ser aceita com êxito. As mulheres de hoje em dia não mudaram seu pensamento com o corpo, pelo contrário, está cada vez mais imposto a elas.

Resultados e discussão

A sociedade tende a ser cruel com as mulheres. O capitalismo busca de todas as formas vender e gerar lucro, isso inclui a comercialização de um corpo perfeito. “Quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas” (WOLF, 1992). No mundo atual há várias soluções sendo vendidas,

chás emagrecedores, géis para queimar gorduras, até chegar nas cirurgias de redução de medida ou harmonização corporal.

A essência da estrutura mercantil, das condições sociais e econômicas do capitalismo moderno, é o fato de uma relação entre as pessoas assumir um caráter de “coisa”, uma objetividade ilusória, dotada de uma lógica própria, que esconde seu aspecto mais fundamental: seu aspecto de relação social. (SILVEIRA; FREITAS, 2007)

Essa mercantilização de uma vida melhor com um corpo melhor não foi criada agora, desde a inserção feminina na esfera pública tem se proliferado, pelos meios de informação e o capitalismo troca as matérias de produtos de limpeza para dietas infalíveis.

Em muitos países, as mulheres e homens são considerados iguais perante a lei, mas na realidade isso não se aplica, haja vista o comportamento e as atitudes machistas que se perpetuam em nossa sociedade, desde uma representação erotizada do corpo feminino em uma página de revista até o número absurdo de estupros e feminicídios que ocorrem todos os dias em países como Brasil, por exemplo. (OLIVEIRA, 2019)

O corpo feminino sempre foi erotizado e transformado em um objeto de prazer para os homens, independente da roupa ou do comportamento da mesma. A igualdade perante a lei entre homens e mulheres nunca passou do papel, já que a cultura machista ainda está muito presente na vida das pessoas.

Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 31)

O lugar que sempre foi destinado para as mulheres foi o espaço privado, era mais cômodo para a sociedade patriarcal e machista que o desenvolvimento feminino fosse mínimo. A mulher precisava estar

em casa quando o marido chegasse, com todos os afazeres feitos: crianças limpas e alimentadas, comida feita e quentinha.

Contudo, a mulher de classe média posto que abandonava seu papel de dona de casa – e consumidora de produtos para o lar – se envolvia com questões da esfera pública e aos poucos perdiam o interesse pelas revistas femininas até então retratava a mulher ainda ligada às atividades domésticas. [...] Naquele momento, só restava o corpo. (DUARTE, 2009)

As mulheres começaram a conquistar o seu lugar no espaço público, mas cada vez foi ficando mais difícil permanecer nele, já que à medida que elas conseguiam adentrar, foi ficando um espaço estreito e as dificuldades foram aumentando. O corpo feminino agora é o olhar central da sociedade.

O culto ao corpo se apresenta contemporaneamente como uma forma de consumo à medida que atende à necessidade mercadológica consumista e, ao mesmo tempo, permite que o corpo seja um meio através do qual o indivíduo transmite um estilo construído, e mediado, principalmente pela mídia. [...] De tal modo, esse material se constitui como um objeto de análise, uma forma de se penetrar nas estruturas do imaginário coletivo feminino sobre a relevância que um corpo percebido como belo na contemporaneidade possui, inserindo e excluindo a mulher dos grupos sociais, gerando consequências comportamentais e emocionais. (DUARTE, 2009)

“Toda mulher, às vezes, não se surpreende pensando que não faz ideia da razão por que tem de ter uma ‘boa aparência’ e flexibilidade para conseguir qualquer emprego?” (SILVEIRA; FREITAS, 2007). O melhor cargo possivelmente vem para a funcionária mais bonita, isso é divulgado aos quatro cantos porque é preciso ter a forma perfeita para conseguir tudo na vida, apenas a inteligência não basta, é necessário ter o pacote completo para ser aceita com êxito. As mulheres de hoje em dia não mudaram seu pensamento com o corpo, pelo contrário, está cada vez mais imposto a elas.

O meio de maior propagação desse padrão são as revistas. Elas buscam mostrar formas de atrair mulheres para seguir o padrão estético, é mais rentável fazer matérias sobre dietas “infalíveis” do que

conhecimento intelectual, visto que isso, desde sempre, é deixado para os homens.

Das capas ao conteúdo das matérias principais, as mulheres escolhidas são reconhecidas nacionalmente por trabalhos na mídia (atrizes, cantoras, e modelos) e são referências de mulheres que conseguiram chegar a um padrão de beleza corporal e que, portanto, devem revelar seus “segredos” estéticos, de forma que a leitora se sinta inspirada a caminhar na mesma direção. (DUARTE, 2009)

As revistas buscam formas para desenvolver conteúdos que possam agradar o público feminino, “todas essas mulheres de prestígio na mídia possuem seu corpo como principal capital, ou seja, uma de suas mais importantes riquezas”, tudo se torna plastificado quando se trata de usar o corpo como o “principal capital”, muitas escondem os procedimentos estéticos que se submeteram e anunciam que são corpos naturais (DUARTE, 2009).

O corpo feminino transformou-se em uma “arma” para a publicidade e mostrado, sempre que possível, com um mínimo de roupa. Beleza, sensualidade e erotismo são armas privilegiadas para prender a atenção do público. [...] A publicidade recorre ao fetichismo do ver. O corpo precisa estar sempre perfeito, em forma. (DUARTE, 2009)

O corpo mais alinhado é veiculado diariamente pela sociedade nas revistas femininas. Isso pode se tornar um processo alienante, já que muitas mulheres ficam reféns a esses padrões e acabam procurando meios mais extremos para se adequar à essa realidade imposta.

A mídia encontrou no “corpo perfeito” o discurso ideal para a difusão dos produtos e dos serviços de beleza, como os cosméticos, os moderadores de apetite, as cirurgias plásticas, as clínicas de estética e academias esportivas, entre outros. Ela adquiriu um imenso poder de influência sobre os indivíduos, massificou a paixão pela moda e tornou a aparência uma dimensão essencial na sociedade. (DUARTE, 2009)

A comercialização do corpo perfeito nunca esteve tão em alta como nos dias de hoje. O compartilhamento de discursos “motivacionais” para conseguir emagrecer em um mês 10kg, bastando apenas ter força de vontade, são fantasias irreais, essas formas muitas vezes não são por meio de mudança de hábitos saudáveis.

O padrão corporal feminino sofre mudanças com o tempo, por ora é inspirado em modelos mundialmente famosas, atrizes de filmes pornôs, musas da telenovela, entre outros exemplos. Sempre há alguém que inspire na mudança de uma parcela da sociedade, principalmente no universo feminino. Nesse contexto, o pornô surge como mais uma forma de padrão a ser contemplado, isso porque é retratada formas corporais exageradas e cheias de procedimentos estéticos, principalmente cirurgias plásticas.

Os psicólogos concluíram que o grupo de consumidores é formado por homens que utilizam a pornografia para obter prazer e discordam da ideia de que o pornô seja sinônimo de banalização do sexo ou seu consumo frequente, um vício. No grupo de não consumidores, majoritariamente formado por mulheres, a pornografia é considerada prejudicial ao desenvolvimento da sexualidade, por provocar isolamento e alienação sendo, que por este motivo, vista com pouca frequência. (GALVÃO-VIANA; VIEIRA, 2014)

A pornografia foi feita para satisfazer o público masculino, o corpo feminino mostrado nesses filmes é idealizado por homens e para homens. As atrizes geralmente são vistas pelas mulheres como um padrão corporal a ser seguido, porque os homens as desejam e a sociedade tem sua estrutura patriarcal e machista. Os vídeos são veiculados, se disseminam e se popularizam, consequentemente mais mulheres podem se espelhar nesses corpos e querer se encaixar nesses estereótipos.

A questão não é o sexo explícito. Poderíamos aceitar muito mais nesse sentido, se explícito significasse honesto e revelador. Se houvesse um amplo espectro de imagens eróticas de mulheres livres de verdade e de homens de verdade em contextos de confiança sexual, a pornografia da beleza teoricamente não faria mal a ninguém. (WOLF, 1992)

A pornografia exala atipicidade de movimentos, corpos e prazeres. Todo um conjunto lúdico para sair do mundo real, entretanto, é mais “interessante” dessa forma, segundo os criadores, do que a forma que realmente é na vida real. “A pornografia afirma que a beleza das mulheres é a nossa sexualidade, quando a verdade é exatamente o oposto” (WOLF, 1992).

Ter conquistado um local no espaço público não é fácil, mas foi conquistado pelas mulheres, “invadir” as estruturas de poder foi um dos maiores feitos das mulheres do passado, entretanto, veio um conjunto de “imposições” e problemas relacionados à estética.

Durante a última década, as mulheres abriram uma brecha na estrutura do poder. Enquanto isso, cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e a cirurgia plástica de natureza estética veio a se tornar uma das maiores especialidades médicas. Nos últimos cinco anos, as despesas com o consumo duplicaram, a pornografia se tornou o gênero de maior expressão, à frente dos discos e filmes convencionais somados, e trinta e três mil mulheres americanas afirmaram a pesquisadores que preferiam perder de cinco a sete quilos a alcançar qualquer outro objetivo. (WOLF, 1992).

O padrão estético está cada vez mais longe do natural, as formas estão cada vez mais artificiais, todo dia surge um novo procedimento para mudar algo, seja uma redução de quadril ou redução de orelhas. A insatisfação com um corpo é presente nas mulheres brasileiras, perder algumas medidas para o carnaval se tornou o sonho a ser alcançado.

O ideal já foi avançando nos anos, o estilo ‘Garota Ipanema’: estatura média, corpo roliço, muito busto, muito quadril, e cabelos pretos e lisos (Veja, 1969). Ou o padrão específico dos costureiros, do início da década de 70, da mulher alta, sadia, exuberante, pele sempre queimada, pernas longas, corpo flexível e dedos compridos (Veja 1969). Hoje o ideal a ser seguido é o do corpo (magro, malhado, mas sem músculos, barriga “seca”, coxas definidas e duras e seios firmes) apresentado e legitimado pela mídia. (SAMARÃO, 2007)

A estrutura corporal definida sempre foi almejada pelo público feminino. O formato perfeito já foi mais cheio, mais magro, mais definido, mais curvado. Esse padrão “não tem relação com as mulheres, mas com o poder institucional dos homens”, foi ordenado para as mulheres e colocado no inconsciente que para ela ser aceita precisava ter aquele corpo, que para ela ter um marido precisava emagrecer, que pra ela ter um bom emprego e ser bem sucedida precisava criar

curvas mais definidas. Em todas as épocas eram padrões extremos e impostos pela mídia. (DUARTE, 2009).

No Brasil, o corpo violão dá lugar a um corpo tábua. Nos anos de 1970, o corpo excessivamente magro das modelos ditava a moda feminina e passa a ser objeto de apreciação e de desejo. No Brasil, os corpos mais politizados, buscando expressar mais a liberdade do que propriamente a beleza saudável de quem vive em contato com a natureza. Em 1971, aparece Leila Diniz, como símbolo de liberdade e espontaneidade. Ao exibir sua barriga de grávida, de biquíni, na praia de Ipanema, escandalizou e lançou moda. Na década de 1980, aparece a super-mulher, poderosa, alta, com cabelos longos, arrumados e ombros recheados pelas ombreiras e pelos exercícios aeróbicos, praticados nas academias. Redefinir o corpo em músculos passa a ser o objetivo tanto dos homens quanto das mulheres, como reflexo na busca pela igualdade sexual. A sensualidade feminina fica garantida com as intervenções cirúrgicas, tratamentos estéticos e dietas milagrosas. (GARRINI, 2007)

O modelo da Super - Mulher ainda hoje é desejado pelas mulheres para se alcançar a perfeição. O corpo definido, malhado, sem barriga, mas ao mesmo tempo delicado e feminino é a busca pela maioria das brasileiras. Exigindo assim, um grande esforço das mulheres para conseguir chegar na “felicidade” que esse formato corporal pode proporcionar.

O padrão então é ser magra, loira, alta e lisa né, quando a gente fala de cabelo? Sim, quanto mais eurocentrado, mais padrão [...]. “Tá” até um pouco mais curvilínea do que Gisele Bündchen, hoje em dia o padrão, por culpa das Kardashian’s [...]. O padrão de beleza veio mudando por culpa das Kardashian’s, hoje em dia eu posso comprar o corpo né? Hoje em dia (com) o padrão de beleza Kardashian eu posso adquirir uma bunda, adquirir um peito e você vai se montando inteira com cirurgias plásticas e estéticas para estar dentro desse padrão estético [...]. Uma pessoa que não é branca, uma pessoa que não é magra, uma pessoa que não tem cabelo liso, uma pessoa que não é alta também, porque pessoas muito baixinhas

também sofrem, uma pessoa atende padrões de feminilidade [...] se a mulher não atende nada disso, todo mundo que não “tá” próximo disso “tá” longe do padrão [...]. Quanto mais próxima desse padrão eurocentrado e esse padrão de feminilidade, mais essa mulher é privilegiada, mais essa mulher consegue mais coisas, mais oportunidades de trabalho, de vida do que uma mulher que não está próxima disso, entende? (GURGEL, 2020)

O corpo “perfeito” sempre foi modificado durante a linha temporal, o que estava na moda em 1970 agora não é interessante para as revistas e até mesmo para as mulheres da atualidade. O corpo “tábua” colocado como padrão durante muito tempo hoje já não é mais exaltado pela mídia, o corpo “comprado” é o modelo do momento, porque gera renda para o capitalismo, além de enxugar a quantidade de mulheres que podem conseguir ter aquele corpo. As Kardashians compraram o corpo perfeito: bunda e seis fartos, barriga chapada, pernas grossas sem varizes ou celulites, fora o rosto totalmente harmonizado e cheio de botox, e com isso foi formado o padrão inquestionável de beleza.

A evolução do cosmético e da medicina estética possibilitam uma gama de opções para o consumidor, levando-o cada vez mais a investir em produtos que os ajudem a atingir os padrões de beleza impostos. É um mercado em ascensão que torna tudo muito atrativo ao consumidor, fazendo com que as exigências da beleza os levem a consumir cada dia mais. (GALLAS; SHMIDTT; OLIVEIRA, 2008)

Cada dia mais a medicina e o mercado de cosmético se expande em busca de aumentar o leque de infinidades de procedimentos e produtos para gerar mais receita para o campo da beleza. Os padrões se aprimoram e ninguém consegue atingir o ápice de procedimentos e isso frustra cada vez mais os desbravadores da beleza.

O Brasil encontra-se no primeiro lugar do ranking mundial de realizações de cirurgias plásticas. A insatisfação corporal e a influência sociocultural são os principais fatores que levam esses indivíduos a optarem pela realização do procedimento. (COELHO; CARVALHO; FORTES; PAES; FERREIRA, 2015)

As cirurgias plásticas são métodos estéticos que ganharam mais evidência no Século XXI, principalmente aqui no Brasil, “este fato pode ser atribuído ao clima tropical do país, onde os corpos encontram-se mais expostos” (COELHO; CARVALHO; FORTES; PAES; FERREIRA, 2015).

O corpo humano tem diferentes formas, mas a busca pela “uniformidade” corporal é tão maçante que acaba tornando todos da mesma forma. Esses procedimentos vão além de se sentir bem com o corpo, ele são uma forma de gerar renda ao país, por isso que é tão exalado pelas classes dominantes, mesmo assim, logo após fazer cirurgias corretivas as mulheres acabam se sentindo mais inseguras com o próprio corpo, como é mostrado na pesquisa abaixo:

Verificou-se que 30,43% (n = 7) das mulheres que já haviam realizado mais de um procedimento cirúrgico ainda se encontravam insatisfeitas com os seus corpos. Destaca-se que a cirurgia plástica, em alguns casos, citada como uma forma de combate ao descontentamento profundo com a própria aparência física, servindo como uma intervenção para elevar a autoestima. (COELHO; CARVALHO; FORTES; PAES; FERREIRA, 2015)

Segundo a pesquisa, as mulheres, mesmo tendo passado por procedimentos anteriormente, ainda não se sentem confiantes com o próprio corpo. A autoestima não se consegue após cirurgias de modelagem corporal, como é propagado pelas mídias, quanto mais cirurgias feitas, mais inseguranças são geradas.

A pressão externa, através das mídias e dos padrões de beleza acaba mobilizando o indivíduo em sua percepção de si e, concomitantemente, na sua autoestima. Atualmente, as relações entre as pessoas estão cada vez mais efêmeras, sendo a aparência, ou seja, a impressão física, um importante elemento de julgamento nas interações sociais. O comportamento se estrutura no que é considerado mais belo ou menos belo. Assim, a beleza passa a ser um valor social que pode garantir sucessos ou fracassos, tanto nas relações interpessoais quanto na vida profissional. (FERRAZ; SERRALTA, 2005)

Estar bem consigo mesmo significa algo mais superficial hoje em dia. A autoestima está cada vez mais ligada com a aparência física do que com o seu interior, isso mostra o quão artificial o ser humano se tornou. As cirurgias estão ganhando cada vez mais um sentido diferente do que antes era proposto, agora ela é procurada para “curar” problemas psíquicos do que apenas uma imperfeição corporal. A beleza está totalmente atrelada ao sucesso pessoal e até mesmo ao sucesso profissional, algo que não deveria ser, já que a capacidade intelectual está sendo deixada de lado por algo mais “belo”.

O assunto beleza, perfeição chegou a tal ponto tão prejudicial à saúde que as consequências em nome da aparência além de cirurgia plástica vem doenças como bulimia (exagero na ingestão de comida seguido de indução de vômito), anorexia nervosa (obsessão por um corpo com peso muito baixo do normal), vigorexia (obsessão em praticar exercício físico para aumentar a massa muscular) e ortorexia (mania de comer exclusivamente o que considera saudável, o que pode levar a quadros de grave restrição alimentar). (GALLAS; SHMIDTT; OLIVEIRA, 2008)

As dietas milagrosas expostas por meios de comunicação são uma das formas de se conseguir chegar ao peso desejado rapidamente, contudo, problemas de saúde vem acompanhado de corpos “perfeitos”. Até que ponto as mulheres podem chegar para ter o corpo dos sonhos? Essa resposta é simples, algumas procuram o seu limite. Desenvolver doenças é um dos “limites”, o corpo aceito socialmente não é algo natural ou saudável.

Às vezes as pessoas nem tem noção que elas induzem práticas anoréxicas e bulímicas. Aí você vai olhando pra trás e vai vendo: Caraca, então o que é saúde? Porque a saúde ela é vista pelo Brasil inteiro como um corpo magro, só que um corpo magro que, às vezes, ele não é saudável, mas só porque ele é magro, ele é saudável e o corpo gordo ele automaticamente é visto com um corpo que não é saudável. (GURGEL, 2020)

O saudável está com o conceito distorcido na sociedade, saúde agora é o corpo magro, mas até onde ele é benigno? Até onde quilos a mais no abdômen é enfermo? A distorção desses conceitos vai além

de saúde de fato, é uma questão estética mesmo, o que é agradável aos olhos é salutar e o “feio” é deletério.

O corpo passou a ser um valor cultural que integra um indivíduo a um grupo, e ao mesmo tempo o destaca dos demais. Ter um corpo “perfeito”, “bem delineado”, “em boa forma” consagra o homem e representa a vitória sobre a natureza, o domínio além do seu corpo, o controle do seu próprio destino. A gordura, a flacidez, o sedentarismo simbolizam a indisciplina, o descaso. As pessoas são culpadas pelo “fracasso” do próprio corpo. Nesta cultura, que classifica as pessoas a partir da forma física, a gordura passa a ser considerada uma doença, pois é preciso construir um corpo firme, bem trabalhado, ultramedido. Privilegia-se a aparência como um fator fundamental para reconhecimento social do indivíduo. (GARRINI, 2007)

A integração na sociedade está cada vez mais superficial para as mulheres, principalmente se elas precisam atingir um nível de beleza para que sejam aceitas em um determinado grupo. A gordura é um dos fatores determinantes para a exclusão social. E assim, a gordofobia se dissemina e impede muitas mulheres de amar seu próprio corpo, pois a imposição social se torna uma obediência feminina à sociedade que cultua a magreza.

Isso não é uma apologia à obesidade! Isso é uma apologia à liberdade! E é você conseguir compreender que a saúde ela tem uma imagem e que ela não precisa ter essas imagens, às vezes, não tem nada a ver com o que é considerado saudável de fato, por que é só o fato dela ser magra? De ela se exercitar? (GURGEL, 2020)

A imagem padronizada é exalada em todos os cantos e impulsiona as mulheres a se submeterem a todos os tipos de métodos para conseguir serem aceitas na sociedade misógina. As representações sociais de mulheres magras estimulam o culto à magreza e exclui outros corpos, outros padrões e incita a disputa entre o corpo magro x o corpo gordo numa “guerra” sem fim.

Se você vivesse numa bolha, será que você faria intervenções no seu corpo? Será que você teria vontade de mudar? Será que você teria vontade de se depilar, por exemplo? Será que você teria vontade de fazer

aquela plástica que você quer tanto fazer? Ou ficar usando cinta? Será que você teria vontade se ninguém te visse? (GURGEL, 2020)

A verdade é que os procedimentos existem para que as mulheres sejam aceitas na sociedade, se não existisse essa imposição social não haveria problemas de ter uns quilinhos a mais, nem um rosto mais redondo. A busca pela beleza é para que o outro defina se você é belo. E afinal, o que é ser bela?

Considerações finais

O capitalismo banaliza todos os sofrimentos que a excessiva mercantilização do corpo pode causar, “tudo bem que possa doer”, “o que importa é o resultado final”, essas frases são típicas nas falas das mulheres que tem como meta de vida ter o corpo ideal. O padrão ideal é misógino, por ser um corpo que os homens desejam ter para “consumo”, para seu usufruto.

A mídia é o principal meio de proliferação de dietas milagrosas, cosméticos, procedimentos estéticos e até mesmo cirurgias plásticas. A forma de passar essas informações é tão bem arquitetada que consegue alienar boa parte do público feminino que consome esse tipo de conteúdo.

A pornografia se insere nesse contexto por imprimir mais formas de padrões corporais, mesmo sendo feita para homens e por homens, ela consegue chegar nas mulheres como algo que deve ser seguido, também como um padrão determinante.

As cirurgias plásticas estão cada vez mais frequentes no Brasil. A pressão externa para ter o “corpo perfeito” é minimizado com as cirurgias plásticas, ou era pra ser, como foi exposto, as mulheres que já tinham feito procedimentos ainda desejavam fazer mais, por não ter atingido sua satisfação. A autoestima ainda continuou baixa, é entendido então que as cirurgias não conseguem satisfazer o interior, mesmo que inconscientemente seja esse o desejo.

As mulheres que têm alguns quilos a mais são deixadas de lado por alguns segmentos da sociedade, isso porque o “exagero” disforme. As dietas mirabolantes vêm para que esses quilos sejam removidos de uma forma mais rápida possível, mas isso pode gerar doenças que causam danos para o resto da vida. E a gordofobia se instala nesse

contexto proporcionando a exclusão de mulheres que não se encaixam no ideário masculino.

Levando-se em conta o que foi observado, esse artigo vem como uma forma de abranger ainda mais as discussões sobre os temas expostos aqui e instigar outros pesquisadores e pesquisadoras a continuar discutindo e podendo até tomar novos rumos e abordagens. Destarte, é de suma importância rever nossos conceitos de beleza e padrões impostos, assim como estereótipos definidos.

As pessoas são diferentes e devem ser valorizadas pela diferença, é isso que nos torna tão especiais e belas.

Referências

COELHO, F. D.; FORTES, L. S.; CARVALHO, P. H. B.; PAES, S. T.; FERREIRA, M. E. C. **Insatisfação Corporal e Influência da Mídia em Mulheres Submetidas à Cirurgia Plástica.** Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, v. 30, p. 567-573, 2015.

DUARTE, Bárbara Nascimento. **Em boa forma: a percepção do corpo feminino.** CSOnline (UFJF), v. 6, p. 11-32, 2010.

FERRAZ, Sabrina Borges; SERRALTA, Fernanda Barcellos. **O impacto da cirurgia plástica na auto-estima.** Trabalho de Conclusão de Curso, (Graduação em Psicologia) - Universidade Luterana do Brasil. Canoas, Rio Grande do Sul, 2005.

GALLAS, J. C.; SCHMIDTT, A.K; OLIVEIRA, C. **As cirurgias plásticas no mercado da beleza e suas consequências.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Cosmetologia e Estética) - Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, Santa Catarina, 2008.

GALVÃO-VIANA, L.; VEIRA, L. L. F. **Obscenidade refletida: noções e ressonâncias pornográficas.** Crítica Cultural, v. 9, p. 197, 2014.

GARRINI, Selma Peleias Felerico. **Do Corpo Desmedido ao Corpo Ultramedido. Reflexões sobre o corpo Feminino e suas Significações na Mídia Impressa.** Trabalho apresentado ao GT de História da Publicidade e Propaganda, do V Congresso Nacional de História de Mídia, Facasper e Clee, São Paulo, 2007.

GURGEL, Alexandra. **Gabriela Pugliesi: de memes gordofóbicos à festa na quarentena.** São Paulo, abril 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PRAmJMdOeo>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

GURGEL, Alexandra. **Como se amar na quarentena.** São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uGOlWslOnAc&t=36s>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

GURGEL, Alexandra. **O QUE É UMA MULHER PADRÃO?** São Paulo, agosto 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-cPX_2IAQ7os&t=31s, Acesso em: 15 de maio de 2020

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014

OLIVEIRA, P. P. **A quarta onda do feminismo na literatura norte-americana.** Palimpsesto, v. 18, p. 67-84, 2019.

SAMARÃO, Lilianny. **O espetáculo da publicidade: a representação do corpo feminino na mídia.** Contemporânea [Internet]. 2007 [citado 2011 Dez 01]; (8):45-57.

SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das mulheres crítica à sociedade de mercado.** São Paulo: SOF, 2007

WOLF, NAOMI. **O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MULHERES E A INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA: A SUBJETIVIDADE DAS PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA BRASILEIRA

Ana Beatriz Vitto

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, anavitto123@gmail.com

Gislayne Cristina Figueiredo

Professora Orientadora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, gislaynecf@hotmail.com

Resumo

A pornografia é um assunto que gera muita polêmica e debate, o que pode associado a esta ser uma forma de trabalho em que corpos são expostos. Apesar dos julgamentos e discursos morais que as profissionais vivenciam, a pornografia é uma construção sócio-histórica, presente em múltiplos espaços, de variadas formas ao longo do tempo. Tendo por base o referencial proporcionado pela psicologia social teórico-crítica, o presente trabalho propõe-se a discutir, a partir da fala de profissionais da indústria pornográfica brasileira, como a pornografia é vivenciada por elas, o impacto dessa vivência e as transformações na subjetivação decorrentes da inserção nessa indústria. Para tanto, utilizamos uma metodologia qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas via videoconferência com três mulheres que trabalham no ramo em diferentes funções. As entrevistas foram submetidas à Análise de Conteúdo, resultando em cinco categorias: Pornografia e Preconceito; Função Social da Pornografia; Pornografia e Capitalismo; Pornografia como Espaço de Liberdade; Pornografia e Questões de Gênero. A análise dos dados indica que há um regramento baseado em

costumes e moralismos de um espaço-tempo sobre a sexualidade das mulheres, e que apesar de se configurar como uma indústria cultural, a pornografia é um meio midiático pelo qual as mesmas conseguem exercer sua individualidade e desejo pessoal confrontando o enquadramento social. Assim, ao focar as mulheres que trabalham nesse campo, observa-se uma ressignificação das mesmas com o seu próprio corpo e sexualidade.

Palavras-chave: Pornografia, Questões de gênero, Psicologia Social, Sexualidade; Feminismo.

1. Introdução

Segundo Lapeiz e Moraes (1984), a palavra pornografia provém do grego *pornographos*, que significa literalmente “escritos sobre prostitutas”. Santana (2014, p. 26) em uma revisão histórica, aponta a sua presença ao longo da história da humanidade. Relata que na antiguidade,

as imagens de “representações sexuais eram uma forma de celebração da vida, de exaltação da fecundidade, de louvor aos deuses”; já na Idade Média, “o mais importante eram os personagens padres, freiras, monarcas, representados com intenção de crítica aos poderes políticos e religiosos vigentes”.

Como toda forma de expressão, o filme pornô é uma categoria que possui diferentes significados de acordo com o momento histórico. Certos tipos de formas explícitas de representação sexual, que chegam ao público em determinado contexto no tempo, podem dizer muito sobre a cultura daquele momento (KAMPF, 2008). Dessa maneira, a pornografia é um fenômeno mutável de acordo com o período histórico-social, o que o faz ser tão complexo devido à grande gama de fatores externos (sociais) e fatores internos (indivíduos) que os formam.

No caso da pornografia moderna, Kampf (2008, p. 8) retrata que a mesma se “originou com a invenção da fotografia e com a disseminação fácil e barata de fotografias da sexualidade explícita para as massas, com o objetivo de produzir excitação e prazer sexual”. A autora também revela que:

Algumas das mais importantes características da cultura moderna, vinculada ao livre pensamento e à heresia, à ciência e à filosofia natural e aos ataques à autoridade política absolutista, ressalta especialmente as diferenças de gênero que se desenvolviam na modernidade. (KAMPF, 2008, p. 14).

Uma crítica fortemente feita por mulheres desde os anos 70 até hoje, inclusive dentro do movimento feminista, é que a maior parte da publicidade em torno da pornografia é voltada para o consumidor masculino, para incitar o olhar e apetite sexual do macho. Com um pouco mais de curiosidade e investigação, percebemos que “também a produção é massivamente controlada por homens, tanto operando

as filmadoras e máquinas fotográficas quanto chefiando as editorias de publicações” (SANTANA, 2014, p. 32)

Consequentemente, essa crítica gerou discussões dentro do movimento feminista, que acabaram atingindo para além de movimentos sociais, tornaram-se importantes debates e produções científicas sobre o tema. Santana (2014) apresenta:

Tal debate, que ocorreu mais fortemente entre as décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, teve como participantes as mais ativas teóricas do feminismo lésbico, segmentadas em dois polos: as feministas pró-sexo (ou anticensura) e as feministas antipornografia. Chamada de *Feminist Sex Wars*, a discussão gerou em torno das formas de se alcançar a liberdade sexual da mulher e de como as práticas sexuais poderiam ser opressoras ou emancipadoras para as mulheres. (SANTANA, 2014, p. 32).

De acordo com a descrição de Santana (2014), as feministas ativas ao movimento antipornografia acreditam que a comercialização dos corpos das mulheres em imagens pornográficas é a afirmação da cultura de dominação sexual. Como no caso da ativista e escritora Andrea Dworkin, a qual acredita que a sexualidade masculina seria compulsiva por natureza, e haveria na mente masculina uma vinculação estreita entre sexualidade e violência (SANTANA, 2014). Segundo Santana (2014, p. 35) a autora afirma que “toda relação heterossexual seria um estupro, ainda que consentido, visto que a vontade da fêmea envolvida está sempre submetida à do macho da relação”. Essa feminista, ao afirmar que toda relação heterossexual seria um estupro, abre espaço para críticas porque não necessariamente a questão seria a pornografia, mas sim as formas de relações entre homens e mulheres, como por exemplo, o casamento.

Em contrapartida, há autoras feministas, como Carole Vance que ao falar sobre a liberdade sexual feminina retrata que:

Os possíveis perigos que a fruição livre da sexualidade feminina implica, no sentido em que estupro, abuso e espancamento são elementos possivelmente envolvidos no exercício da sexualidade, mas também está presente a promessa do prazer, da descoberta, do lúdico e de novas possibilidades eróticas, que implicariam, inclusive, na quebra da naturalização

da sexualidade, tomada apenas como exercício de reprodução (SANTANA; RUBIM, 2012, p. 643).

As autoras ainda citam que Vance aponta que parte da estratégia de dominação passa pelo silenciamento do desejo sexual feminino, através de um acordo tradicionalmente feito entre as partes: “Se as mulheres forem ‘boas’ (sexualmente reservadas) os homens iriam protegê-las; caso contrário os homens iriam puni-las” (VANCE, 1984, apud SANTANA, 2014, p. 37).

Importante assinalar que desde a solidificação do cristianismo e a instauração de determinadas relações de poder pela burguesia, a mulher sexualmente ativa tornou-se alvo de perseguição, pois era vista como uma ameaça à ordem social, posto que “subvertia o sentido de responsabilidade dos homens e sua capacidade de trabalho e de autocontrole”. Esse processo “destruiu as relações coletivas e de sistemas de conhecimentos que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista” (FEDERECI, 2019, p. 205)

Com isso, as políticas foram voltadas para redefinir a sexualidade feminina a favor da economia e do sistema patriarcal, e “seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERECI, 2019, p. 178) Com as mulheres perdendo espaços públicos de trabalho e força diante ao novo sistema econômico implementado, a autora destaca a transformação da imagem da mulher ao dizer que:

A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. (FEDERECI, 2019, p. 205).

De acordo com Federeci (2019) a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que este modelo de repressão fosse implantado no corpo das sociedades colonizadas e impostos a outros grupos sociais, como mecanismo de submissão e controle.

Assim, para além das discussões feministas que envolvem questões de gênero sobre a dominação masculina, é necessário pontuar a interseccionalidade entre raça e pornografia, que muitas vezes é

esquecida. Como afirmam Mayall e Russel (1993, p. 297) “as comunidades liberais, radicais e feministas devem reconhecer a gritante contradição ao se preocupar com os efeitos destrutivos do racismo e ao se indignar por todas as suas manifestações - exceto quando aparece na pornografia”.¹

No mesmo artigo, Mayall e Russel (1993, p. 289), demonstram a diferença presente ao se tratar mulheres negras e brancas no meio pornográfico, ao trazer uma frase da Alicia Walker, “onde as mulheres brancas são retratadas na pornografia como objetos: as mulheres negras são retratadas como animais. Onde as mulheres brancas são pelo menos retratadas como corpos humanos, se não seres, as mulheres negras são retratadas como merda (sic)”².

Díaz-Benítez (2009) ao estudar os bastidores das produções pornográficas brasileiras afirma que no Brasil, a indústria pornográfica não é tão rica quanto nos EUA, onde a produção alcança entre dez e onze mil filmes por ano, movimentando bilhões de dólares. Mas ainda assim, há uma proliferação de material pornográfico em vídeos, canais fechados de televisão, revistas e internet (DÍAZ-BENÍTEZ, 2009).

Portanto, a pornografia é um produto da indústria cultural, ela serve como entretenimento que visa a excitação do consumidor. Nesse sentido, a moralidade da elite juntamente ao capitalismo, segundo Coelho (1980, p. 17), “condena a indústria cultural sob a alegação de que ela é uma prática do entretenimento, da diversão, do prazer”. O autor também relata que:

Quando o negócio é com a cultura dita superior, tudo é permitido; da cultura inferior, da masscult, exige-se seriedade. Este é um índice claro da existência de um preconceito contra a cultura pop, contra o povo: “a massa é ignorante e, portanto, não pode perder tempo com prazer; temos, nós, de torná-la culta, através da seriedade”. Elitismo, paternalismo, confucionismo. (COELHO, 1980, p. 17).

1 “The liberal, radical, and feminist communities must recognize the glaring contradiction in being concerned about the destructive effects of racism and outraged by all manifestations of it - except when it appears in pornography.” (Tradução da autora)

2 “Where white women are depicted in pornography as objects: Black women are depicted as animals. Where white women are at least depicted as human bodies if not beings, Black women are depicted as shit.” (Tradução da autora).

Seguindo essa linha, a pornografia como parte da cultura inferior, ou seja, feita em série, industrialmente, para um elevado número de consumidores, passa a ser vista não como “um instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa” (COELHO, 1980, p. 6) Por tratar-se da lógica capitalista o autor salienta que:

Para essa sociedade, o padrão maior de avaliação tende a ser a coisa, o bem, o produto; tudo é julgado como coisa, portanto tudo se transforma em coisa – inclusive o homem. E esse homem reificado só pode ser um homem alienado: alienado de seu trabalho. (COELHO, 1980, p. 6)

De acordo com Moraes e Lapeiz (1984), é preciso construir novas propostas de interpretação da pornografia, as quais não significam uma discordância das questões assinaladas até agora. As autoras também afirmam que “a pornografia é misógina sim e tem grande alcance, e por isso mesmo é necessário aprofundar as reflexões sobre ela” (MORAEZ e LAPEIZ, 1984, p. 52) Ademais, ela é atravessada por julgamentos morais, os quais são definidos por Moraes e Lapeiz (1984, p. 45) como “uma imposição autoritária de rígidas formas de comportamento”. Nesse sentido, as autoras assinalam que a censura “fala em nome da moral e dos bons costumes, salvaguardando os interesses das camadas privilegiadas da sociedade, e contribuindo sempre para que a balança pese do lado do mais forte” (p. 45).

A indústria pornográfica, com todas as suas contradições, se configura como espaço de trabalho de muitas mulheres. Segundo a literatura, as mulheres trabalhadoras da indústria pornográfica passam por uma série de preconceitos e estereótipos, mas muitas vezes visualizam o mercado pornográfico brasileiro como uma opção melhor de trabalho, ao invés de submeter exploração de trabalhos subalternos (SOUSA, 2020). Ademais, essas profissionais acreditam na possibilidade de desmistificação da mulher submissa que não tem liberdade para/com o seu corpo, tanto no sentido de forma de trabalho, quanto no sentido sexual (SOUSA, 2020).

No campo da Psicologia essa é uma temática escassa quanto a discussões, pesquisas e problematizações. Com isso, se faz interessante destacar a pornografia como um campo de conhecimento

científico complexo e com presença de inúmeras questões que destacam a sexualidade. Logo, destaca-se que:

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos, mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. (HEILBORN, 1999, p. 1).

Assim, o autor assinala a importância da sexualidade e seu desenvolvimento como fator primordial para a discussão da temática, destacando a relevância de se olhar para a sexualidade feminina a fim de compreender o significado de ser uma mulher, trabalhadora e sexual no campo da indústria pornográfica.

Nessa direção, o presente estudo visou trazer para o cenário de discussão acadêmico a indústria pornográfica brasileira e o lugar ocupado pelas mulheres profissionais desse meio, buscando dessa forma analisar como a inserção nesse mercado de trabalho impacta os modos de subjetivação das mesmas, contribuindo assim com os estudos de gênero na área da psicologia.

Buscou compreender duas questões principais: a primeira diz respeito a como a pornografia vivenciada por elas e que tipo de impacto isso produz para a vida pessoal e profissional. Já a segunda, foi discutir a indústria pornográfica brasileira, para além do senso comum, como espaço de trabalho dessas mulheres, considerando ainda como as questões de gênero, raça e classe se fazem presente na pornografia. Vale ressaltar que não serão descartadas as discussões que destacam o sofrimento das mulheres nesse meio, pelo contrário, será analisado se o mesmo advém de questões presentes na sociedade patriarcal, racista, desigual e moralista brasileira.

2. Metodologia

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, realizou-se com coletas de dados em campo utilizando como instrumento a entrevista semi-estruturada via videoconferência pelo Skype e a metodologia adotada para a interpretação dos dados foi a Análise de Conteúdo, tendo como unidade de análise o tema. Considerando que o objetivo

da presente pesquisa foi conhecer como as mulheres se inserem na indústria pornográfica e o impacto dessa inserção na produção de modos de subjetivação, a amostra foi formada por três mulheres profissionais do meio pornográfico: uma atriz, uma diretora e uma produtora. As entrevistadas residem em São Paulo, são todas maiores de 18 anos, e expressaram seu consentimento mediante assinatura de um termo de Consentimento Livre Esclarecido (CLE). A pesquisa foi aprovada previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

As entrevistas tiveram uma média de duração de 40 minutos e foram gravadas com o consentimento das entrevistadas, a fim de que a análise fosse fidedigna de seu conteúdo. Para manter o anonimato das entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios para representá-las. Segue abaixo uma tabela informativa contendo os dados pessoais das profissionais:

Participantes	Idade	Profissão	Quanto tempo de carreira	Se ainda trabalha na área
Laura	32 anos	Produtora	15 anos	Sim
Cláudia	34 anos	Diretora e Radialista	9 anos	Não
Fernanda	24 anos	Atriz, CamGirl e Escritora	3 anos	Não

Após realizar a leitura flutuante e a análise dos dados foram estabelecidas cinco categorias: Pornografia e Preconceito; Função Social da Pornografia; Pornografia e Capitalismo; Pornografia como Espaço de Liberdade; Pornografia e Questões de Gênero.

3. Resultados e discussões

3.1 Pornografia e Capitalismo

É preciso enfatizar que a pornografia é uma forma de trabalho e as pessoas que estão inseridas nesse meio são trabalhadores que precisam ser assegurados por direitos e deveres, o que não ocorre por não existir uma legislação de amparo para esses profissionais. Como Fernanda relata: “a gente não tem direito perante a lei e é uma coisa que abre espaço para tanto abuso, porque se a gente tivesse direitos a gente poderia recorrer a processo ou qualquer coisa assim que nos protegesse”.

O ponto básico para compreender esse sistema de produção é que as mesmas condições de trabalho, de exploração e de superexploração a que estão submetidos os trabalhadores no sistema capitalista como um todo, atingem os trabalhadores ligados à indústria cultural, dentro da qual podemos incluir a indústria pornográfica. Faz-se assim necessários discutir os processos de fragilização dos vínculos de trabalho e de superexploração/uberização que também se fazem presentes na indústria pornográfica, e atingem mais duramente as mulheres.

Ao se falar em direitos no ramo da indústria pornográfica os pontos mais apresentados pelas entrevistadas são o controle sobre doenças sexualmente transmissíveis, a realização de exames médicos e o amparo legal em quebra de contrato. Com a uberização atores/atrizes, se por um lado este passam a ter espaço para criar seus próprios sites de filmes adultos e facilidade em garantir uma renda maior, por outro é um fator de preocupação, como exemplifica Cláudia:

Tal qual a uberização do motorista que trabalha doente e acaba negligenciando sua própria saúde, eu não sei como tá funcionando essa parte da uberização dos atores e atrizes, eu não sei se eles tem condições de fazer os exames e tudo mais, para produzir uma cena que talvez eles precisam fazer agora para conseguir ganhar o dinheiro do mês.

O ponto básico do sistema de produção, como nos remete a exemplificação de Coelho ao falar de capitalismo e indústria cultural, é através da lógica de que os filmes pornográficos são produtos trocáveis por dinheiro, ou seja, se o sujeito consome uma mercadoria gratuita consequentemente usufrui de um serviço que contém exploração de trabalho.

3.2 Função Social da Pornografia

Mesmo a pornografia sendo produzida com o intuito de excitação e diversão, ela pode criar uma cadeia de fatores que transformam a forma como o indivíduo enxerga seu corpo, sua sexualidade e outros corpos. Além de servir como um meio de identificação, é possível adquirir um repertório e compreender que existem inúmeras preferências e formas de prazer, como assinalam Santana e Rubim (2014) ao descreverem as teorias de Vance sobre a liberdade da sexualidade feminina e novas possibilidades eróticas.

A pluralidade da pornografia abre espaço para que essa identificação diminua sentimentos de frustração do sujeito com a sua sexualidade, como Laura descreve na entrevista: “esse campo diverso acho que faz com que alguém que se sinta adoecido, alguém que talvez ache que precisava ser punido por Deus, de repente vê que gosta de BDSM e que aquilo não é só ele, existe outras pessoas, ele não é doente por causa disso”. Vale ressaltar que esse processo

subjetivo, como Heilborn (1999) afirma ao afirmar que a sexualidade possui um nível de importância diferente para cada pessoa.

No entanto, a indústria pornográfica, com seu caráter contraditório, pode ao mesmo tempo se configurar como espaço de quebra de estereótipos e de visibilidade para práticas tidas como dissidentes, mas também como espaço de reprodução de estereótipos e de papéis sociais, contribuindo inclusive para a representação de papéis de gênero assimétricas e engessadas.

3.3 Pornografia e Preconceito

Como qualquer outro produto do entretenimento a pornografia não está isenta de preconceitos, ainda mais ao ser diretamente ligada a corpos expostos e fetiches, o que serve de argumento para críticos que são contra publicamente e usam de moralismo e elitismo para julgar esse meio e principalmente as profissionais. Moraes e Lapeiz (1984), assim como Coelho (1980), exemplificam como estes discursos distorcem a realidade da indústria pornográfica. Como exemplo, a existência de inúmeras instituições que são financiadas por igrejas que tem como fundamento maior “resgatar” esses profissionais deste lugar de “degradação”.

Cláudia, uma das entrevistadas, ao conceituar a pornografia cita que “a melhor resposta é a do Jorge Leite (sociólogo da UFSCAR), que ele diz que pornografia é o sexo dos pobres, é aquilo que todo mundo acha vulgar e ninguém assume que vê, mas todo mundo consome, senão não tinha há tantos anos no mercado”.

Também identifica-se na indústria pornográfica a reprodução dos preconceitos de raça com relação aos corpos negros, em especial das mulheres negras. Apesar da pornografia hoje apresentar diversos estilos de vida, há a ausência na diversidade de tipos de tons de pele, esse fato deve-se ao processo de desumanização que as mulheres negras estão submetidas. Para elas muito mais complexo optar

por um trabalho na indústria pornográfica, justamente por já estarem em uma posição de objeto diante da sociedade, como nos remete a Mayall e Russel (1993) ao diferirem a visibilidade das mulheres brancas e negras dentro do ramo da pornografia.

3.4 Pornografia e Questão de Gênero

Além da nítida presença de mais homens em posições de decisão, enfatiza-se a dificuldade enfrentada pela mulher nesse ramo, que por sua vez tem sua inteligência questionada, é julgada por estar a “serviço” do patriarcado, apontada como uma pessoa frágil que só escolheu esse ramo por passar necessidade e/ou não saber fazer outra coisa, sendo que em contrapartida, os homens são vistos como pessoas fortes e espertas por terem escolhido o ramo do sexo para trabalhar. Essa maneira de visualizar ambas as forças de trabalho, reafirma a tentativa de manter a mulher em uma posição degradante e submissa como Federeci (2019) relata em sua obra.

Essa desigualdade de tratamento é muito presente na fala das entrevistadas, as quais referem uma sensação de insegurança ao se inserirem em outros ambientes diferentes da pornografia, em especial no caso outras experiências profissionais e o impacto das suas produções pornográficas em como serão vistas nesses outros espaços. Consequentemente, ao se tratar de reinserção de trabalho homens possuem uma maior facilidade, pois não são constantemente lembrados e resumidos ao seu trabalho com o sexo.

A indústria pornográfica é mais uma entre outras do entretenimento que não está isenta de machismo, ela reproduz formas de preconceitos estruturais existentes e desmerecer o trabalho feminino nessa indústria reafirma discursos misóginos. Salienta-se que até hoje as discussões divergentes trazidas por Santana (2014) sobre a guerra dos sexos ocorrem na esfera da pornografia.

Assim, apesar das contradições, é preciso olhar para o aspecto transformador da inserção dessas mulheres nesse espaço, como nos diz Laura: “a parte mais realizadora é conseguir pensar com outras mulheres dentro de um mercado que é extremamente masculino, pensar em como criar um ambiente mais seguro e mais ético para gente, isso para mim sem dúvida é a parte mais importante”.

3.5 Pornografia como Espaço de Liberdade

Ao analisar as falas das entrevistadas percebe-se a desconstrução das mesmas desde o primeiro contato com a pornografia, como consumidora e depois como profissional. Essa ressignificação as aproxima de uma certa liberdade, como uma das entrevistadas afirmou ao dizer que a pornografia a deixou mais plural, menos preconceituosa.

As três entrevistadas relatam esse estranhamento ao entrar em contato pela primeira vez com a pornografia, o interessante é perceber a forma como elas reproduziam discursos citados nos tópicos acima e como hoje suas experiências contribuíram para a ressignificação de sua própria sexualidade e do meio em que trabalham. Há também a liberdade no sentido monetário, ou seja, as profissionais, ao terem sua própria renda, conseguem se manter, auxiliar a família, investir nelas e também em momentos de lazer. Esses casos nos remetem ao que Sousa (2020) afirma ser a desmitificação da trabalhadora sexual como submissa.

Outro ponto é como as profissionais, principalmente atrizes, passam a enxergar seus corpos ao trabalhar com a pornografia, como no caso da Fernanda que afirma o impacto positivo que isso trouxe para ela ao dizer que começou a gostar mais de si mesma, se sentir mais segura com a sua imagem. As pessoas precisam se sentir livres para exercerem sua sexualidade, e é importante tirar essas amarras sociais que forcem o sujeito a gostar de algo que não vem dele próprio. Laura cita que em Londres existe um grupo que realiza uma marcha com cachorros vestidos de látex, e afirma: “é divertido, isso faz com que você deixe sua própria vida mais leve, acho que essa é a importância que a gente fala da liberdade individual, da nossa individualidade e da nossa sexualidade, tá aí”.

4. Considerações finais

Uma sociedade com fundamentos religiosos e patriarcais enraizados moldou desde final o Período Medieval a forma em que o sujeito fala, pensa e faz com a sua sexualidade hoje. A indústria pornográfica é um espaço contraditório: apesar do julgamento moral e das pressões sociais, para aqueles que consomem é um ambiente onde ele pode exercer sua sexualidade de uma maneira mais livre do enquadramento social, e, para aqueles que trabalham, se configura

como um espaço de criação e de ressignificação do corpo e da sexualidade, ao mesmo tempo em que vivenciam uma pressão carregada de julgamentos.

Assim, para as mulheres trabalhadoras, a indústria pornográfica brasileira é um espaço conflitante: possui pontos evidentes de reprodução de uma superexploração de trabalho e de (re)colocação de preconceitos que as reduzem a mulheres submissas, sem conhecimento, frágeis e não merecedoras de seriedade, mas as mesmas também enxergam esse ramo como um espaço de potência, trazendo em suas falas a relevância que há em sua atuação. Finalizamos o presente trabalho assinalando a importância do desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem a discussão sobre a indústria pornográfica e o impacto sobre as mulheres nesse espaço, pesquisas estas que possam contribuir para a transformação das relações sociais e para a construção de uma forma de trabalho mais ética e respeitosa de trabalho nesses espaços.

Referências

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1980. DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. **Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro**. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional/PPGAS, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/MariaElviraDiazBenitez.pdf>>. Acesso em: 20, Jun de 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In HEILBORN, M. L. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 40 – 58, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ha/a/8PZBFm87gZ8JmPFkyr8n4HC/?lang=pt#>>. Acesso em: 17, Jun de 2020.

KÄMPF, Rachel. **Para uma estética na pornografia**. 2008. 77 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado)-Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008. Disponível em: <<https://riuni.unisul>

br/bitstream/handle/12345/4614/93879_Raquel.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 05, Julh de 2020.

MAYALL, Alice; RUSSELL, Diana EH. **Racism in pornography**. Feminism & Psychology, 3, n. 2, p. 275-281, 1993. Disponível em: <<https://docplayer.net/52252566-Racism-in-pornography.html/>>. Acesso em: 11, Jun de 2020.

MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra Maria. **O que é pornografia**. Editora Brasiliense, 1984.

SANTANA, Léa Menezes de. **“-Tem pornô para mulher?”: uma abordagem crítica da pornografia feminista**. Tese Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18873/1/Dissertacao%20de%20L%c3%a9a%20Menezes%20de%20Santana.pdf/>>. Acesso em: 1, Mar de 2020.

SANTANA, Léa Menezes; RUBIM, Lindinalva da Silva. **Feminismo e pornografia: distanciamentos e aproximações possíveis**. In RUBIM, L.S.O. (Org.). MIRADAS - Gênero, Cultura e Mídia. 1ed. Salvador: EDUFBA , v. 1, p. 636-648, 2014.

SOUSA, Santuzza Alves de. Instagram, 2020. **Live Pornografia e Prostituição**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CB1m3jUnKdl/>>. Acesso em: 24, Jun de 2020.

TE(N)SÕES NO PROJETO SEM CAPA: DEBATES SOBRE PORNOGRAFIA E PÓS-PORNOGRAFIA A PARTIR DAS INTERAÇÕES DOS ESPECTADORES

Maurício João Vieira Filho

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, mauriciovieiraf@gmail.com.

Bruno Souza Leal

Professor orientador, pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG, brunosleal@gmail.com.

Resumo

O projeto audiovisual *Sem Capa* reúne 24 vídeos com discussões sobre sexualidade, corpo e relacionamentos para homens gays sob a intenção de “vamos descomplicar o sexo”. Inicialmente um projeto desenvolvido para o site do seu criador, o Sa João, o *Sem Capa* está hoje disponível apenas na plataforma *Xvideos*, onde, mesmo tendo se encerrado em 2018, é um dos mais assistidos. Na *Xvideos*, o *Sem Capa* e seus 24 vídeos mobilizam até hoje mais de 500 comentários registrados na plataforma. Neste trabalho, a partir das diferenças, questões e posicionamentos manifestos nos comentários, busca-se refletir sobre a pornografia e “pós-pornografia”. A princípio, notam-se comentários que ratificam a postura pedagógica das produções e o propósito de “descomplicação”, elogiando e aderindo às informações; outros que demonstram excitação com o que é apresentado ali; há aqueles que criticam a qualidade dos argumentos que fundamentam as explicações; outros que encaminham ofensas ou assediam o produtor/apresentador. Em seu conjunto, porém, os comentários explicitam as tensões e contradições de um projeto

de informação para homens gays e seu diálogo com a pornografia audiovisual.

Palavras-chave: Projeto Sem Capa, Pornografias, Comentários, Plataforma Xvideos.

Introdução

Este trabalho é um gesto inicial para o desenvolvimento do projeto de dissertação “Entre a “descomplicação” e a pedagogização do sexo: análise textual e narrativa do projeto “Sem Capa” na plataforma Xvideos” apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG) em março de 2021. A pergunta norteadora da pesquisa de mestrado é “o que significa ‘descomplicar o sexo’ no projeto *Sem Capa*?” balizada por referenciais teóricos de sexualidade, corpo e teoria queer e seu percurso metodológico se filia às análises textuais e narrativas.

Cabe-nos, a princípio, definir brevemente esse produto audiovisual com vistas a entender os parâmetros norteadores usados na criação dos episódios e, assim, avançar para os comentários dos espectadores. O *Sem Capa* é uma iniciativa de 24 vídeos para discussão de assuntos relacionados, em geral, a relações sexuais entre homens, saúde, sexualidade e corpo.

Lançados em 2018, seu público-alvo foram homens gays e seus episódios eram conduzidos seguindo o propósito de “vamos descomplicar o sexo”, frase que resumia o objetivo almejado. As publicações aconteciam as quintas-feiras por Sa João, idealizador desse projeto junto a seu namorado Charlinhus, que, na maioria dos episódios, permanecia operando a câmera para gravação e era apenas citado ao final dos vídeos. Inicialmente, a divulgação dos conteúdos era realizada na plataforma *Pornhub* (https://pt.pornhub.com/model/sa_joao) — não estão todos os vídeos — e incorporados ao site *sajoao.com*, atualmente sem acesso na internet. Contudo, a publicação passou a ser realizada em outra plataforma, *Xvideos*, na qual segue disponível e ocupando a 17ª colocação em um ranqueamento de melhores canais de pornografia gay no Brasil e já ultrapassa mais de 4,2 milhões de visualizações e 500 comentários.

Sa João, como é conhecido, é o apelido de João Pedro Sa, bacharel em Cinema pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e performer em festas adultas. Ele criou outras produções que eram liberadas em seu site. Hoje, apesar de grande parte desse acervo ser inacessível, dois de seus projetos seguem publicados em plataformas distintas: *Sem Local*, na *YouTube*, e *Sem Capa*, na *Xvideos*. Este, marcado como

pornográfico em virtude das cenas de nudez e sexo; aquele, desdobramento do *Sem Capa*, mas que não concentra os debates apenas em Sa João e nem pela exibição de nudezas ou sexo, e sim em seis pessoas com diferentes modos de vivenciar suas sexualidades e corpos que contam suas experiências.

Apesar de a identificação do *Sem Capa* ser como pornográfico pela plataforma em que está hospedado, o projeto utiliza diferentes recursos para desenvolvimento das narrativas e, de certo modo, permite uma interlocução com os espectadores. Embora a interação aparente ser unilateral, uma vez que os idealizadores do projeto não responderam nenhum dos comentários, nesse espaço notamos potencialidades para discutir sobre a interação dos espectadores que apontam para várias direções de interesses, conflitos e perspectivas com o projeto.

O objetivo deste artigo é, a partir das diferenças, questões e posicionamentos manifestos nos comentários, refletir sobre aspectos constitutivos da pornografia e da “pós-pornografia”. Para avançar as discussões, primeiramente, apresentamos os operadores metodológicos adotados para coleta e tratamento do material; em seguida, as principais discussões teóricas são expostas para nos ancorar de modo que, enfim, tensionemos com os dados e observemos as contradições e apreensões entre o que os usuários dizem. Como resultados, percebemos que as interações explicitam um jogo que representa uma dissolução de limites entre o que é considerado pornografia e uma produção que não é.

Metodologia

Como procedimentos metodológicos, no dia 13 de março de 2021, procedeu-se a coleta manual de todos os comentários disponíveis em cada episódio e na aba do perfil de Sa João no *Xvideos*. Em seguida, organizamo-los em tabela dividida por nome de usuário, data, mensagem publicada, reações e respostas ao comentário, resultando em mais de 60 páginas de material. Importante destacar que todo o conteúdo recolhido está aberto para acesso em modo público na plataforma, ou seja, qualquer pessoa pode visualizá-lo e lê-lo.

Outro apontamento necessário é mencionar que os comentários continuaram sendo feitos desde o fim do projeto em 2018, o que coaduna com os ranqueamentos e posicionamentos ocupados na plataforma e demonstram o alcance do *Sem Capa* mesmo três anos

depois. Assim, até o momento de realização desta pesquisa, encontramos mais de 500 comentários, que foram lidos para entender os caminhos pelos quais os usuários transitavam.

Para alcançarmos o objetivo proposto, ancoramos em reflexões teóricas sobre as pornografias e seus elementos. Recortamos algumas discussões sobre visualidades e movimentos de insurgências no âmbito da pornografia e, com esse amparo de discussões, tornou-se possível perceber dimensões contraditórias e instáveis que estabelecem o *Sem Capa*, bem como interpretar o que sua audiência compreendeu sobre os conteúdos, criticou ou desejou saber e de quais formas o que foi dito pelos espectadores dialoga ou não com elementos mobilizados pela pornografia.

Referencial teórico

Conforme Paul B. Preciado (2020) estudou, a sexualidade ganhou uma forte difusão midiática após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o arquipélago de produtos desenvolvidos pela marca *Playboy*, que colocaram em evidência os corpos e os prazeres em suas revistas, mansões, clubes, apartamentos de solteiro, etc., instituindo mudanças culturais nos modos de vida. Esse movimento provocou transformações na concepção e compartilhamento de produções tidas como pornográficas. Antes, restritas a certos espaços, empresas e públicos, como era a *Playboy*, as mudanças com a circulação na e pela internet expandem o alcance e as formas de desenvolver os materiais. O filósofo aponta que a difusão desses conteúdos por meio do espaço virtual gerou uma nova ecologia que propicia o amplo alastramento da pornografia. Assim, grandes impérios como a *Playboy* foram se ruindo e perdendo abrangência. Um dos resultados desse processo de virtualização da pornografia é o destaque da seção amadora em grandes plataformas, como *Pornhub*, na qual qualquer usuário pode publicar suas produções caseiras sem a necessidade de ter conhecimentos técnicos ou uma empresa intermediando. Exemplificando, a palavra “amador” foi o termo mais procurado em 2019 neste site (PORNHUB INSIGHTS, 2019), o que indica como a expansão de trabalho próprios adquirem proeminência entre aqueles desenvolvidos por grandes corporações.

Sousa (2012) entende que, na produção amadora, a câmera adquire diferentes funções, sendo uma dela de mediação do olhar

voyeur do espectador — a câmera opera como se fosse o olho da pessoa na ação — e, para isso, a produção se vale da superexposição para confirmar realidade ao que é gravado. Baltar (2011) compartilha desse princípio da máxima visibilidade como um dos gestos cruciais da pornografia. Entendemos, portanto, que, para se construir uma narrativa verossimilhante com a realidade, os corpos em cena são posicionados de tal forma que seja possível captar suas performances e moldar as relações sexuais. Logo, quanto mais real parecer, mais o espectador será contagiado pela cena. No *Sem Capa*, a visibilidade dos homens transando durante o episódio é colocada em segundo plano, tendo em vista que a captura da câmera focaliza Sa João, que está em sua frente, e o fundo da imagem é embaçado, em que é possível ver apenas penumbras/imagens borradas dos movimentos e dos corpos. Chama atenção que a exposição e visibilidade que o projeto busca dar, de fato, sobressai em Sa João, que permanece em quase todos os episódios como centro dos debates e também por estar nu em cena, em destacar seu corpo em certos momentos, como quando deseja exemplificar sua fala em si, ou realçando seu pênis e bunda.

Outro tópico relevante para discutir o *Sem Capa* pode ser a partir da “pós-pornografia” ou “pós-pornô”. Segundo Sarmet (2014), essa proposta de conteúdo articula representações de corpos, gênero e sexualidade diferentes daquilo que é normatizado e aceitável culturalmente, quer dizer, há uma intenção de romper o que a pornografia tentou consolidar narrativa e esteticamente. Assim como afirma a pesquisadora, determinar com exatidão esse movimento é um desafio devido às imprecisões, trânsitos e multiplicidades. Dessa forma, parece-nos que o obstáculo em defini-lo conceitualmente seja um risco em engessar a pós-pornografia e circunscrevê-la em âmbitos limitados, o que oporia às próprias intenções que carregam suas produções.

“Nas obras e ações pós-pornográficas, os discursos sobre a ressignificação dos códigos de gênero vão ao encontro de reflexões acerca dos limites entre corpo e máquina, tecnologia e cotidiano, privado e público, indivíduo e sociedade, pertencimento e território” (SARMET, 2014, p. 7). Logo, esse caráter de desestabilizar os arranjos da indústria pornográfica, que se fundou, sobretudo, em uma delimitação de pedagogias para o sexo, se lança como uma proposta crítica. Pelo caminho teórico feito pela pesquisadora e seus apontamentos, entendemos que a pós-pornografia ao ser delineada precisamente

tornar-se-ia uma pedagogia restringida a normas e não evidenciaria sua pluralidade de modos de criação e difusão por diferentes espaços.

Quando pensamos no *Sem Capa* por essa ótica, percebemos que o objetivo do projeto e seus episódios trazem nuances que deslocam a tradição pornográfica cujo foco se dá, fundamentalmente, nas relações sexuais e na penetração dos corpos. Ao propor falar temas considerados ocultos de um debate social amplo diante da câmera, Sa João rompe as expectativas do que já é esperado na plataforma em que está hospedado. Em contrapartida, sua perspectiva de “descomplicação” esboça elementos normativos para uma plena vida sexual. Quando discursivamente marca a necessidade do que elenca em seu projeto tendo em vista que as construções heteronormativas impedem a visibilidade de questões ligadas à homossexualidade, Sa João tenta pautar reflexões que tragam os corpos desses homens, suas relações e desejos em primeiro plano, contudo, sua narrativa volta-se para gestos prescritivos em determinados momentos e, por vezes, fechados em sua experiência como homem gay.

Resultados e discussão¹

Deve-se destacar que, em nossa pesquisa, não tomamos a classificação “pornográfica” como dada pelo simples fato de estar na plataforma *Xvideos* que classifica o projeto como tal. Nem mesmo categorizamos como pós-pornográfico, visto que uma estrita delimitação traria riscos para o desenvolvimento da pesquisa. Por isso, tentamos, pelas chaves de reflexão propostas pelos estudos sobre pornografia e pós-pornografia, como também alguns dos elementos constitutivos dessas produções, entender as tensões expostas nos comentários do *Sem Capa*. Feito esse apontamento, seguimos para os resultados e discussões.

Cabe retomar o fato de o canal não responder diretamente nenhum dos comentários. Determinadas pessoas encaminham perguntas na expectativa de terem suas dúvidas solucionadas ou questionando como faz para entrar em contato e participar das gravações, mas em nenhum momento há retorno. As seguintes mensagens exemplificam

1 Todos os comentários apresentados nesta seção são reproduzidos exatamente da maneira como foram escritos, sem quaisquer adaptações das abreviaturas ou palavras grafadas de forma errada.

essas tentativas de diálogo: “E como eu falo ctg no direct pra participar dessa brincadeira la atras ?”; “gato, nao te encontro no instragram. Certeza que é @sajoao? bjos e parabéns pelo projeto.”; “Oi tudo bem? Antes de tudo quero dizer que pau lindo tu tens, rsrs. Segundo faria um video sobre ejaculação precoce? Tenho um certo problema com esse assunto e gostaria de ajuda! Abraços e espero que leia minha Msn !”. Essa consideração indica um afastamento do *Sem Capa* de sua audiência, que só será retomado no último vídeo, no qual são explicados os motivos que levaram ao término do projeto e Sa João cita indiretamente algumas mensagens recebidas de pessoas agradecendo e contando suas histórias. Em contrapartida, neste mesmo vídeo, que, por sinal, reúne o maior número de comentários dos usuários, Sa João relata que recebeu “nudes” – fotos de nudez – em seu *Instagram* e mensagens de assédio, fatores que influenciaram no término do *Sem Capa*. Nesse sentido, de um lado, a interação via comentários se torna unilateral e somente entre usuários, porém, mesmo que não evidencie respostas diretas nesse espaço, as falas dos usuários foram balizas importantes para o projeto. Por outro lado, constatamos que certos espectadores consideram a proposta como um arcabouço de informações pertinentes para eles, tanto que fizeram indagações diretamente no espaço dos comentários, o que, de certo modo, atesta credibilidade aos idealizadores.

A promessa de “descomplicar o sexo” do *Sem Capa* apresenta aspectos pedagógicos para ensinar como se relacionar com seu próprio corpo, seus desejos e com outro(s). Parte dos comentários apontam para a reiteração dessa proposta e atestam essa perspectiva educativa e informativa, como “Obrigado pelo vídeo !Super explicadinho ! Adorei o fundo também, bem criativo haha !! O Youtube devia permitir vídeos com teor de educação sexual, independente das imagens...”; “Eu nunca pensei que eu fosse ver esse tipo de vídeo nesta plataforma, eu tô meio não acreditando ainda.”; “Entre na intenção de bater uma e cá eu achando um canal com os melhores assuntos que precisam ser falados uma putaria educativa”; “Bem didático, adorei!”; “Gente, eu amei esse projeto. É tão descontraído que vc nem tem vergonha de assistir uma aula de sexologia”. No entanto, o projeto recebeu críticas sobre o que é falado, como se nota, fundamentalmente, no vídeo dedicado à discussão sobre HIV e aids. Isso não significa que os espectadores estejam corretos em seus argumentos sobre o vírus e a doença ou qualquer outro assunto, e nem mesmo o

Sem Capa é uma fonte sem erros para as informações trazidas, mas esses pareceres negativos indicam refutações ao que é apresentado. Como exemplos de contestação ao *Sem Capa*, evidenciamos “qual é o sentido de fazer uma palestra enquanto tem caras se comendo no plano de fundo???”; “Falou tudo, mas não falou nada!”; “kkkkkkkkkk tem um cara falando de machismo às avessas no mundo gay kkkkkk só rindo msm”; “A romantização do HIV chegou aqui no Xvideos MEU DEUS”.

Por determinados comentários, percebemos que as imagens registradas satisfazem os olhares voyeurs dos usuários ou os desejos masturbatórios. O enquadramento no corpo de Sa João, em sua bunda ou pênis ereto, por exemplo, ligam-se às estratégias de máxima visibilidade típicas da pornografia (BALTAR, 2011), como ainda os homens ao fundo do cenário fazendo sexo – mesmo que essa imagem seja desfocada – o que, conforme os usuários, é excitante e simboliza tesão para eles. No entanto, tais comentários apresentam-se como uma forma de assédio dirigido a Sa João e Charlinhus. Podemos citar as seguintes frases: “como sou louco por este cara!!”; “Quero transar contigo”; “meu deus, queria aprender a transar com você rs”; “parabens hein.. que delicia! me chama”.

Prevalece, ainda, grande quantidade de frases que frisam o pênis de Sa João, típicas de serem encontradas em outras produções pornôs daquela mesma plataforma. “Pau bonito..”; “Nossa Sa_Joao, você é bem dotado hein! Meus parabéns!!!” são alguns dos posicionamentos dos usuários. Há também aqueles que escrevem frases sem ligação ao que foi apresentado no vídeo, como pessoas interessadas em sexo e oferecendo contato para possíveis encontros, tal como se nota em “Quem quiser trocar nuds add ai”. Por fim, outra pontuação válida é destacar as reações aos comentários com “gostei” e “não gostei” que representam interações entre usuários, sendo que determinadas frases chamam atenção e, até mesmo, são respondidas por outros espectadores.

Nota-se, portanto, que os comentários explicitam um jogo marcado pela imprecisão entre pornográfico, pós-pornográfico ou não, quer dizer, isto indica a dissolução de limites entre o que é considerado pornografia e uma produção que não é. Esses comentários que transitam ora pela marcação do desejo, da vontade de participar e direcionados ao corpo de Sa João e ora operando na confirmação ou refutação da proposta de “descomplicação do sexo” empreendida pelo

projeto apontam a imprecisão de fronteiras e os trânsitos entre pornografias audiovisuais.

Por parte de alguns espectadores, há uma aceitação do *Sem Capa* como pornografia, fundamentalmente pelo fato de estar na plataforma *Xvideos*, mas que não se restringe apenas nessa categorização, frisando ainda as relações sexuais ao fundo do cenário de gravações. Outros reconhecem-no a partir de sua proposta pedagógica de debates sobre sexualidade direcionadas a homens gays e até mesmo refutando-a. As próprias mudanças nas lógicas de consumo e produção de pornografia, como notamos com Preciado (2020), Sousa (2012),

Baltar (2011) e Sarmet (2012), perpassam as interações dos espectadores que explicitam desejos sexuais, te(n)sões, afirmações e contradições com os vídeos que assistem. Cabe, ainda, indicar a exposição dos usuários sem qualquer temor ou vergonha, visto que o espaço virtual, tido como pornográfico, no qual estão interagindo, permite, de certa forma, visibilizar suas vontades, intimidades e prazeres.

Considerações finais

Neste trabalho, percebemos as dificuldades teóricas e suas aplicabilidades em produções audiovisuais que transitam em espaços pornográficos. Seja pela impossibilidade de definição ou pelo que é dito pelo próprio público espectador, notamos que a marcação de limites é imprecisa e desafiadora. Aqui, foram analisados mais de 500 comentários com diferentes perspectivas sobre o *Sem Capa*. Desde pessoas afirmando a necessidade de existência do projeto e atestando seu caráter pedagógico até aqueles que refutaram o que foi apresentado, criticaram as relações sexuais ao fundo da imagem ou o porquê das discussões concentrarem em Sa João. De fato, os trânsitos pelos comentários indicaram te(n)sões, dúvidas e elogios.

O *Sem Capa* apresenta aspectos do pornográfico, como os excessos de visibilidade, que são fundamentais para constituição de sua narrativa. Porém, também outros elementos audioverbovisuais são utilizados para atingir seu propósito. Os usuários também caminharam por esses componentes e expuseram em suas frases o que acharam.

Como este artigo é um primeiro movimento para a elaboração da dissertação de mestrado, convém ponderar que as considerações apresentadas ainda são introdutórias e configuram um gesto para ampliar as possibilidades de discussão. Para termos abrangência

melhor sobre os tensionamentos entre pornografias e o *Sem Capa*, teremos que perscrutar suas complexas dimensões audioverbovisuais. Por isso, nesse caminho inicial pelos comentários foi possível ter noções sobre os debates que deverão ser traçados sobre sexualidade e suas pedagogias. Contudo, de imediato, percebemos a necessidade de que novas pesquisas se debrucem sobre tais fenômenos, principalmente, no campo de estudos da Comunicação.

Referências

BALTAR, Mariana. Evidência invisível – BlowJob, vanguarda, documentário e pornografia. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 469-489, 2011.

PORNHUB INSIGHTS. *The 2019 Year in Review*. 2019. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2019-year-in-review>. Acesso em: 8 abr. 2021.

PRECIADO, Paul. *Pornotopia: PLAYBOY e a invenção da sexualidade multimídia*. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2020.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2014.

SOUSA, Emerson da Cunha. O corpo masculino para a câmera pornô. In: NUNES, Pedro. *Audiovisualidades, desejo e sexualidades*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 239-254.

XVIDEOS. *Sa Joao*. 2018. Disponível em: https://www.xvideos.com/amateur-channels/sa_joao. Acesso em: 6 abr. 2021.

VITRINES DO DESEJO: ESTRELAS PORNÔ NOS CINEMÕES CEARENSES

Juliana Frota da Justa Coelho

Psicóloga, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – SP, julianaffjusta@gmail.com.

Resumo

Este artigo parte da tese intitulada *Somos todxs estrelas pornô?: a produção de subjetividades-vitrine no Cine Majestick (Fortaleza/CE)*, defendida no doutorado em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 2018. Fundamentada por dois anos e meio de campo, quatorze entrevistas e pelo que problematizei como metodologia desejante, discuto os agenciamentos pornográficos nesse cinemão situando minha posição de pesquisadora mulher, cis, branca, nordestina e classe média, além de elaborar uma crítica, advinda do campo, sobre a colonização do corpo dxs pesquisadorxs das sexualidades - principalmente da pesquisadora -, que descarta os desejos como produção de conhecimento. A “vitrine” - perpassada pelas redes pornotópicas dos cinemões, as quais englobam variadas corporalidades, arquiteturas, moralidades, cheiros, fluidos, gradações de luz, sons, substâncias diversas e outros tipos de estimulantes - diz respeito à espetacularização das sexualidades em determinados espaços, como nos cinemas pornô de Fortaleza, produzindo estrelas-pornô que não se limitam a atrizes e atores das películas pornográficas. Não há a intenção de atrelar a pornografia à total subversão de valores sexuais moralmente aceitos (já que muitas vezes os ratifica), mas de interpelar que tipo de pornografia (historicamente associada ao gozo obsceno) é agenciada nesses espaços que se apresentam no centro da cidade de Fortaleza como “cinemões”, com ênfase no Cine Majestick.

Palavras-chave: Pornografia, Geopolítica dos desejos, Interseccionalidade.

Introdução

É comum escutar entre xs fortalezenses: “é possível encontrar tudo no Centro!”. Convém contextualizar essa famosa frase, quase um aforismo cearense. Conhecido por seu cotidiano frenético de comércio formal e informal, essa região – o centro de Fortaleza – também é povoada por cinemas pornô (até agosto de 2018, pude contar cerca de 15 em funcionamento), conhecidos por “cinemões”, espaços nos quais a exibição de filmes pornográficos é apenas uma de suas atrações. Com diferentes arquiteturas e públicos, pode-se dizer que há algo em comum que os une: a proposta de ser um espaço no qual práticas sexuais desobedientes de uma moral cisheteronormativa dos desejos possuem mais liberdade, apesar de que nem tudo o que acontece nesses estabelecimentos esteja relacionado a práticas sexuais.

Essa pornotopia (PRECIADO, 2010) de cinemões já chamava a minha atenção quando criança, ao frequentar o Centro, acompanhada de minha mãe e meu pai, para comprar roupas, calçados, beber caldo de cana e comer pastel – todos mais baratos que nos *shopping centers* de outras partes da cidade. Não conversávamos sobre esses estabelecimentos geralmente marginalizados, mas passar perto deles já era motivo para “apressar o passo”. Essa aura marginal dos cinemas pornô finalmente foi experienciada em 2007, quando entrei com três amigos em um deles ao fugir de uma briga de bar. Não sei bem quanto tempo passei no Eros, na Rua Assunção, onde era a única mulher cis, mas essa experiência provocou enorme desejo e curiosidade de aprofundar o conhecimento e a vivência nesses estabelecimentos.

Em 2011, conheci o Cine Majestick, que se diferencia de todos os outros por ter uma sala de cinema (os outros costumam ser casas adaptadas com pequenos televisores e cadeiras de plástico) e ser o único a permitir que travestis façam programa em seu espaço. Nessa época, também havia *shows* de sexo explícito (estes foram interrompidos em 2012 e voltaram em 2017), nos quais a plateia interagiu sexualmente com *as strippers*. Nele, também me sentia mais segura, por ser um espaço maior e um pouco mais iluminado que os outros, além de ter visto alguns casais (no entendimento desse cinemão, casal que dizer mulher e homem cis) o frequentarem, principalmente

em dia de *show*. Dentro do Majestick e demais cinemas pornô, eu observava práticas que não costumava ver no cotidiano do “fora”: homens (clientes e michês) se masturbando explicitamente, negociações de programas entre travestis e homens, geralmente casados (alianças reluzentes nas mãos), gemidos vindo de cabines, abordagens de paquera que muitas vezes prescindiam das palavras... As exibições na tela eram apenas mais um dos atrativos/agentes desse espaço, o que me fez questionar: é possível falar que existe uma estrela pornô nesse espaço e que esta se encontra nos filmes? Todos esses elementos contribuíram para que eu escolhesse como tema de pesquisa de doutorado o Cine Majestick e a produção de subjetividades a partir do que eu via como uma “vitrinização”, espetacularização das sexualidades e dos desejos considerados obscenos, estimulados por esses espaços.

Essa escolha provocou reações de espanto em alguns familiares, amigxs e conhecidxs. “Como você vai conseguir entrar em um espaço para homens gays?”, “Esses lugares são muito perigosos!”, “Duvido que te deixem entrar!”, “Não tem medo de ser confundida com puta?”, “Qual a importância de um trabalho sobre putaria?”, “Vai ser difícil conseguir emprego com esse título de doutora em putaria!” foram alguns dos questionamentos e afirmações que acompanharam todo o percurso da pesquisa de doutoramento, instigando-me a problematizar por que tanto pânico em relação a um campo que muitxs sequer conheciam.

Figura 1 – Meme da página de humor cearense “Suricate Seboso”.¹



Fonte: Página “Suricate Seboso” no Facebook.

Por outro lado, a experiência de diversos amigxs nos cinemões e minhas idas anteriores à entrada no doutorado foram essenciais para que aprendesse as melhores estratégias de frequentá-los. Não houve pânico de minha parte em nenhum momento dos mais de dois anos de campo para esta pesquisa, mas planejamentos - que, não raro,

1 Esse meme mostra, com humor e ironia, o pânico moral de parte da população fortalezense com os cinemas pornô do centro da cidade. A figura é uma paródia da propaganda do banco Caixa Econômica Federal, veiculada em 2013, na qual uma criança que está aprendendo a ler olha para as fachadas e placas desse banco e soletra CAI-XA, ao que sua irmã mais velha exclama para os pais: “Gente, o Dudu tá lendo!”. Na versão cearense, a criança soletra o nome de um cinemão, sua irmã mais velha fica feliz por ele estar “lenu”, mas a mãe dessa criança-suricate, que não aparece, mas está presente por sua evocação pela filha, possivelmente está horrorizada por suas crianças entrarem em contato com um cinemão, nem que seja apenas pela leitura soletrada de seu nome.

tomavam outros rumos -, engajamento em uma produção científica de tema bastante relevante, abertura e disposição para afetar e ser afetada pelas dinâmicas dos cinemões, com ênfase no Cine Majestick, gestão de risco e, friso, desejo. Esses e outros aspectos fizeram parte do que nomeei de metodologia desejante, enfatizando que o desejo da pesquisadora em um campo pornô fez e faz parte da produção de conhecimento científico e de vida. Por mais óbvio que seja que o desejo não pede passagem para entrar em cena, ainda é possível observar que, quando este está associado a pesquisas em campos hiperssexualizados e, principalmente, quando esta é realizada por uma mulher, os entraves ainda são grandes, perpetuando o imaginário de que envolver-se em práticas sexuais durante a pesquisa sujaria e invalidaria o ser pesquisadora ética e responsável, atributos necessários para todos os pesquisadores e para toda variedade de campos.

Enfatizo a relevância de uma pesquisa sobre pornografia e produção de subjetividades via espetacularização das sexualidades, pois estes temas, nas Ciências Sociais e no cotidiano político brasileiro, fazem parte das relações de poder que atravessam o país no qual vivemos, estudamos e analisamos. No campo da sexualidade, mas também em suas interseccionalidades com raça, classe, geração, geografia, podemos perceber como privilégios e subalternidades se materializam no cotidiano, como circulam e provocam conflitos que envolvem políticas de vida e de morte (AKOTIRENE, 2020; MBEMBE, 2016). O microcosmo de um cinemão no centro da capital do Ceará também reflete questões macrocósmicas do Brasil e além dele.

A onda de censuras a trabalhos acadêmicos que envolvem temas relacionados à sexualidade, a qual também atinge o campo das artes (teatro, exposições, performances), educação (a falácia da “ideologia de gênero”), saúde (falta de capacitação para atender populações TT) e diversos outros, materializa-se na conjuntura política brasileira em dados alarmantes, como a “medalha de ouro” em assassinatos de Transsexuais e Travestis no mundo, números recordes de feminicídios, encarceramento em massa da população negra, racismo estrutural e, como consequência inerente, porcentagens cada vez maiores de pessoas com depressão, medo e ansiedade, além do alargamento da desigualdade social com a falta de políticas públicas eficientes para as minorias. Portanto, uma tese/artigo sobre espetacularização das sexualidades, feita por uma pesquisadora mulher, cis, nordestina e brasileira, é de fundamental relevância para que se compreenda e se

elabore estratégias éticas para a produção do conhecimento acadêmico, mas também para as políticas de vida no país.

O objetivo desse artigo é discutir como as estrelas pornô são produzidas a partir de agenciamentos e embates com as vitrines dos desejos estimuladas pela proposta do Cine Majestick.

Espetacularização das sexualidades: vitrines e estrelas pornô

O que a espetacularização das sexualidades pela vitrine dos desejos ativa? Montagem de corpos-agentes desejantes e historicamente marcados por privilégios e tentativas de apagamento. Por que vitrine? Porque é um conceito que contempla, no contexto do Cine Majestick e demais cinemões fortalezenses, a espetacularização dos desejos pornográficos, sua exibição e consumo. A vitrine não apenas produz e estimula a circulação dos desejos que materializam o Cine Majestick, mas também frustra, pois nem todos os agentes conseguem sustentar o obscuro (que em sua etimologia quer dizer “fora de cena”) por conta das vulnerabilidades ao que está “fora da norma”². No entanto, cabe ressaltar que a excitação e a frustração não afetam os agentes da mesma forma, pois estes possuem particularidades interseccionais e geopolíticas. Portanto, problematizar produção das vitrines dos desejos também é debruçar-se em processos colonizadores e descolonizadores.

Ao tematizar as vitrines nos espaços, o sociólogo colombiano Armando Silva, em seu livro *Cenários Urbanos* (2006, p. 71), afirma que a vitrine excita a imaginação ao mesmo tempo em que gera frustração. Complementa dizendo que a vitrine é um espaço de desejos:

[...] Sua composição, seu desenho, constrói um cenário de possibilidades que ultrapassa o realmente viável. A vitrine, por princípio psicológico, mostra-nos

2 Aqui, atento para o perigo da armadilha de se considerar “dentro da norma”, em contrapartida, como algo seguro. Se a norma exige adequação violenta a pactos coloniais de extermínio (embranquecimento, cisheterocentrismo, etnocídio), o perigo de morte se encontra tanto dentro como fora da norma. Esse questionamento nos instiga a pensar em possibilidades que fogem ao binarismo norma-fora da norma.

mais do que nos pode dar, isto é, vemos mais do que podemos obter.³

As ideias de vitrine de Silva podem dialogar com o que Preciado (2010) nomeia de arquiteturas masturbatórias - que não dizem respeito somente ao espaço físico de um estabelecimento, mas também aos desejos e subjetividades -, que ocultam e desvelam, “redesenham” corpos, palavras, gestos, afetos e espaços a partir de um controle farmacopornográfico.

Longe de romantizar os agenciamentos, é necessário esclarecer que este conceito, tão caro à Filosofia e a outras Ciências Humanas, depara-se com fluxos diferenciados, com a criação, mas também com interdição via vulnerabilidades. Uma leitura universal da agência, comum em diversos estudos que se baseiam cegamente em cânones europeus como Gilles Deleuze e Félix Guattari, oblitera qualquer possibilidade de responsabilização e de posicionalidade, fundamentais para tensionar as diferentes materialidades de vidas “que importam” ou não. Este texto, até o momento, mostrou diferentes formas de montagens de corpos, de fruição da cidade (com foco no Centro de Fortaleza), de gestão de risco e (in)visibilidades. Travestis, michês, clientes, funcionários, a pesquisadora/autora desse artigo, de suas diferentes posições e lugares de fala (RIBEIRO, 2017), afetam e são afetadas por diferentes vitrines, que não são cristalizadas, mas também não estão imunes às violências e privilégios das tentativas de captura via normatizações.

A vitrine não possui um vidro, mas pode ser entendida pelos embates de redes de poder que buscam normatizar e/ou subverter práticas sexuais: suas formas de exercício, onde podem acontecer, com quais e quantos parceiros... Portanto, a vitrine dos desejos no Cine Majestick estimula, mas também controla. E é exatamente nessa dinâmica de excitação-frustração que binarismos podem ser fissurados. O trecho da entrevista de Dediane⁴, ao falar do público e do privado nesse cinema, é interessante para perceber as dinâmicas políticas das vitrines:

3 Do original: “[...] su composición, su diseño, construye um escenario de posibilidades que sobrepasalo realmente conseguible. La vitrina, por principio psicológico, nos muestra más de lo que puededarnos, es decir, vemos más de lo que podemos obtener”

4 Ativista travesti, à época estudante de graduação em Jornalismo, entrevistada em 12 de setembro de 2017, em uma sala de estudos de uma biblioteca pública do estado do Ceará.

Os desejos já são públicos. Porque não sei quem vai entrar no Majestick. Não tem a possibilidade de entrar e não ser visto por ninguém, então mais de uma pessoa vai me ver, seja alguém passando na rua, seja o bofe da guarita, que vai me dar o ingresso pra eu entrar, seja na cortina da primeira entrada, sejam os clientes que vão adentrar depois, seja o acesso ao fundo do cinema, seja a ida no banheiro, no bar ou na entrada da cabine. Ou passa pela discussão de achar que não existe a possibilidade de encontrar em outro espaço. Então, esse espaço, o Majestick também vai ser espaço de vivência da sexualidade do outro, do que não tem a sexualidade pública, mas naquele espaço pode tornar pública aquela identidade, seja o fetiche pela travesti, seja o desejo do gay enrustido que vai atrás de um michê. Quer dizer que existe algo ali também político. Adentrar aquele espaço é uma ação política.

A disposição de espaços e atrações nesse cinemão estimula o trânsito desses desejos a partir de outras sinalizações possíveis para seu exercício. A espetacularização das sexualidades materializa-se nesses outros usos dos espaços e nos agenciamentos com estes. Por exemplo, as poltronas da sala improvisada de cinema, primeiro espaço após passar a catraca e a cortina da entrada, são agentes das materializações do *ethos* pornográfico desse cinemão, pois não são somente “assentos para espectadorxs”, mas agentes-palcos que fazem parte das performances de clientes e trabalhadorxs do sexo travestis e michês. Sentar nas poltronas da frente, do meio ou nas últimas; na extremidade da fileira ou no meio; só ou acompanhadx são ações atravessadas por códigos-território (PERLONGHER, 1988) locais. É como se as poltronas tivessem uma atmosfera diferenciada de outros espaços, por mais que se conecte a eles. Nesses códigos-território das fileiras de poltronas, é possível ser *voyeur* ao assistir um boquete que acontece na fileira seguinte; ser conquistadorx ou conquistadx nos convites carnavais feitos por diferentes formas de olhar; coreografar usos do corpo tidos como incomuns pelas normas de sexualidade hegemônicas, como permanecer com a braguilha aberta e com as pernas abertas e encostadas uma em cada poltrona à espera da travesti ou michê contratadx para satisfazer seus desejos.

A maior ou menor penumbra da sala de cinema depende dos jogos de luz dos filmes exibidos na tela, os quais têm temática heterossexual e podem ser nacionais ou internacionais. Nesses *flashes* de

luminosidade, pode-se ver melhor quem está na sala e onde. Aliás, essa é apenas uma das formas de localizar alguém na penumbra da sala. O cheiro de mofo nesse espaço alinha-se momentaneamente com outros cheiros, como o de porra, camisinha e perfume, perfilando uma localização olfativa que pode guiar caminhos nos quais o ver pelo “olho orgânico” (HARAWAY, 1995) fica em segundo plano ou é torcido em outras formas de ver e cheirar: ver pelo cheiro, cheirar pelo olho. Essa confusão de fronteiras do que se costuma classificar como funcionamento normal do corpo humano, ou seja, ver pelos olhos, cheirar pelo nariz, diz dessa atmosfera do pornográfico no Cine Majestick, a partir do estímulo do exercício de desejos obscenos.

As arquiteturas dos cinemões não são feitas apenas de concreto, mas de efeitos das tentativas de (des)ordenação das sexualidades na capital cearense. Os códigos desses espaços são códigos da cidade, materializações de corpos e desejos que supostamente não deveriam acontecer fora deles, mas que, por esse mesmo motivo, podem furar essa “prescrição” por serem potencialidades políticas ao invés de meros “corpos dóceis”.

Nos momentos em que fiquei sentada nas poltronas ou circulei pelos ambientes do Cine Majestick, sendo tragada e tragando aquela atmosfera de cheiros, sons, texturas e convites carnais, percebi a circulação de diferentes estrelas pornô. Em 26 de outubro de 2017, numa quinta-feira, Rita Cadillac era a estrela de um filme nacional em exibição. Em diferentes posições e cenários, Rita transava com homens bem dotados e musculosos, numa sequência quase sem fim de gemidos. Ao mesmo tempo em que Rita e os atores coadjuvantes se esforçavam em suas coreografias sexuais, outras coreografias aconteciam na sala de cinema, estimuladas pelas vitrines dos desejos que atravessavam as espaço-temporalidades do Cine Majestick. Aproximações, exibições de peitos e paus, cochichos ao pé do ouvido para negociar programas, “desfiles” das travestis nos corredores laterais das fileiras de poltrona, michês parados em pontos específicos desses corredores e olhando fixamente para possíveis clientes, silenciosas “passadas de mão” nas minhas coxas e nas de meu amigo.

Naquele espaço, outras vitrines também circulavam. Não disputavam com o enredo da tela, mas agenciavam com este formas de estar e de agir no Cine Majestick. Sem o filme exibido na tela, provavelmente não haveria aquela disposição de poltronas, nem os pontos de passagem e ancoragem daquele espaço. Os agenciamentos

travestis-michês-clientes-tela-fimes-poltronas-cheiros-penumbra-corredores formam uma atmosfera pornográfica que faz os desejos circularem de formas singulares que podem fissurar caminhos previamente tidos como destinos finais.

Portanto, levando em consideração essas diversas vitrines e agentes na sala de cinema no Cine Majestick e em outros de seus espaços, é possível dizer que as estrelas pornô estão nos filmes exibidos na tela improvisada? Quem e como podemos compreender como *porn stars*/estrela pornô nesse cinemão?

Estrelas pornô ou *porn stars* são, *a priori*, celebridades da indústria pornográfica bilionária, ícones de beleza e de performances sexuais consideradas inesquecíveis por conta de suas habilidades sexuais, seja em filmes, *blogs*, *chats* e outras plataformas. Como exemplos, cito os europeus Rocco Siffredi, Silvia Saint e Nacho Vidal, e xs brasileirxs Bruna Surfistinha, Pamella Butt e Kid Bengala (este iniciou a carreira de ator pornô no final dos anos 80), que marcaram época na década de 90 e começo dos anos 2000. A indústria de filmes pornográficos sofreu um grande impacto com o advento da internet, câmeras fotográficas digitais e *smartphones* com os quais é possível fazer seu próprio filme pornô sem grandes gastos, mandar “nudes” e negociar encontros sexuais, pagos ou não, com bastante facilidade. Logo, do casal que gosta de filmar suas transas às pessoas que são treinadas para atuarem em filmes de produtoras especializadas no tema, não há uma imensa distância, apesar das diferenças de investimento financeiro na seleção de quem vai participar e da remuneração. Por conta da proliferação de informações audiovisuais consideradas pornográficas, houve um aumento de *sites* que veiculam desde filmes de produtoras a filmes amadores.

As reverberações dessa pulverização pornográfica também podem ser sentidas nos espaços de cinema pornô da capital cearense e de outras cidades do Brasil e do mundo. No contexto fortalezense (e brasileiro), os cinemões, ou seja, os espaços com propostas de espetacularização das sexualidades em seus diferentes ambientes, propõem uma pornografia que não se restringe ao filme exibido na tela (ou televisor) nem aos atorxs que nela performam cenas “libidinosas”. Ao proporcionar uma geopolítica da pornografia em estabelecimentos com arquiteturas e propostas diferentes que estimulam práticas sexuais do que, à primeira vista, considerar-se-ia plateia, torcem o jogo

de umx supostx espectadorx, que passa a ser umx potencial estrela pornô.

Mas em que sentido me refiro a alguém que frequenta ou trabalha em um cinemão como potencial estrela pornô? Parto do princípio de que pornografia remete a uma circulação de desejos geopolíticos que geralmente não encontra espaço dentro das tradicionais classificações de sexualidade saudável e coerente com uma etiqueta cisheterossexual de papéis bem definidos de práticas sexuais para homens e mulheres. Portanto, falar de pornografia também é falar da construção de esferas públicas e privadas nas quais os desejos considerados obscenos podem circular ou não. No entanto, não acredito ser possível engessar os desejos em simplesmente obscenos e não-obscenos, mas problematizar sua tensão em diferentes espaços. No espaço público do Majestick, práticas sexuais que pretensamente deveriam estar alocadas no âmbito privado e com determinadxs parceirxs são estimuladas a se tornarem públicas em outros espaços e com outrxs parceirxs, sejam humanos ou não. Logo, a espetacularização desses desejos engendrada pelos diferentes espaços (exs: sala de cinema, cabines, bar, fumódromo), substâncias (bebidas, cigarros e outros estimulantes), gradações de luz (penumbra, escuridão total), tecnologias audiovisuais (filmes), virtuais (*lanhouse* e aplicativos de celulares) agencia deslocamentos do holofote pornográfico para outros espaços, para outras montagens de corpo. Dessa forma, os desejos obscenos, ao “entrarem” em cena por meio de variados agenciamentos pornográficos, materializam clientes, trabalhadorxs do sexo, cabines, poltronas, bares, músicas como estrelas pornô, produzindo as subjetividades-vitrine.

Como exemplo, pode-se aguçar os sentidos para o bar do Majestick. Com algumas cadeiras e mesas de plástico, televisor de plasma – que se localiza acima do balcão - que exhibe programação de esportes, jornais, filmes (sem áudio), um pequeno televisor analógico situado no balcão que exhibe filmes pornôs e uma pequena *lanhouse* que conta com apenas dois computadores, é um espaço de trânsitos e de ancoragens estratégicas de clientes, travestis e michês. Oferecer uma bebida ou um trago de cigarro, sentar no colo de clientes, comunicar com o corpo ou em rápidas conversas o interesse em fazer uma “brincadeirinha”, combinar o encontro em uma cabine pelo aplicativo, entre outras, movimentam as possibilidades de usos e desejos dessa parte do cinemão, que se comunica mais ou menos com as outras

partes a depender do intuito. O exercício desses desejos também pode ser compreendido como exercícios de liberdades pornotópicas que podem, ou não, desvanecer-se ao sair do cinemão.

Considerações finais

Apesar de cinemas pornô serem ambientes bastante sexualizados, percebi que nem tudo se resume a práticas sexuais. Por exemplo, o cinemão pode servir de morada temporária para algumxs trabalhadores do sexo e moradores de rua, guarita enquanto se espera pelo horário dos primeiros ônibus da manhã (no caso dos cinemas pornô 24h), local para tomar banho (naqueles onde isso é possível) ou simplesmente um espaço para encontrar amigxs e dançar.

As tecnologias audiovisuais, arquitetônicas, de tempo, espaço, sons e substâncias são tecnologias de subjetivação que são capazes de transbordar as estrelas pornô das telas para a montagem do próprio espaço do Cine Majestick e dxs diversxs agentes que fazem circular os desejos considerados, por algumxs, dissidentes. Ao ricocheteiar os desejos via tecnologias de subjetivação, o espaço desse cinemão funciona como uma vitrine na qual precariedades, privilégios, moralidades e resistências tramam uma pornotopia de sotaque nordestino.

Na pornotopia fortalezense do Cine Majestick e demais cinemões fortalezenses, privilégios, precariedades e prazer atravessam-se. É preciso que haja cuidado para não romantizar esses espaços como oásis de prazer orgiásticos. A vitrine dos desejos e as estrelas pornô são intrinsecamente atravessadas pelas interseccionalidades e geopolíticas. A vitrine a qual afeto e sou afetada não é a mesma das travestis, dos michês, dxs clientes, dos funcionários. Montagens de corpos racializados, hiperssexualizados, privilegiados e subalternizados acessam e são interditados em seus fluxos nos cinemões e na cidade de Fortaleza, pois, por mais que seja possível adentrar outra lógica de exercício de desejos, os cinemões são microcosmos das desigualdades da capital cearense, das políticas de vida e de morte do Brasil.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

COELHO, Juliana Frota da Justa. **Somos todxs estrelas pornô?**: a produção de subjetividades-vitrine no Cine Majestick (Fortaleza/CE). 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 07-41, 1995

MBEMBE, Achile. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, nov. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopía**: Arquitectura y sexualidad en “Playboy” durante la guerra fría. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais)

SILVA, Armando. **Imaginarios urbanos**. 5ª edición corregida y ampliada. Bogotá: Arango Editores Ltda., 2006.

MÁSCARAS, TOALHAS E VAPOR: ESPAÇOS E SUBJETIVIDADES NA SAUNA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 EM FORTALEZA-CE¹

Walisson Angélico de Araújo

*Mestrando do Curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas pela
Universidade Federal da Bahia – UFBA, walissonangelico@gmail.com.*

Ribamar José de Oliveira Junior

*Doutorando do Curso de Comunicação e Cultura pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ribamar@ufrj.br.*

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências de pessoas LGBTQIA+² nos espaços de sauna na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Para tanto, utilizamos a perspectiva metodológica da netnografia a partir da coleta de dados extraídos e analisados pelas entrevistas *on-line* e pelo caderno de campo em ambientes virtuais, levando em consideração as experiências vivenciadas, entre os anos de 2017 a 2019, pelo primeiro pesquisador no auxílio da compreensão desta análise. Entre máscaras e toalhas, refletimos sobre a produção de subjetividades de três pessoas, dois homens cis homossexuais e uma mulher trans não-binária, que frequentam os ambientes das saunas há aproximadamente cinco anos, com foco na experiência durante os efeitos da pandemia, entre os meses de março de 2020 a março de 2021. Desse modo,

1 Trabalho produzido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2 LGBTQIA+ é a sigla utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais. O sinal + procura alcançar a reverberação das dissidências sexuais e de gênero nos contextos específicos.

percebemos que os espaços como a sauna, a boate, o bar, os banheiros, a *dark room* e os corredores, assim como, as relações dos corpos através das práticas dissidentes, articulam formas não só de subverter os usos espaciais, mas de transformar os sentidos do desejo pela dissidência. Ao levar em consideração o que seria uma crítica *fisting*, do ponto de vista do exercício erótico de uma análise explícita, articulamos a produção do risco em uma dimensão subjetiva de negociações do prazer em tempos de higienização dos corpos e de crise sanitária, na medida em que as experiências das pessoas interlocutoras revelam dinâmicas que escapam o desejo para além do *lockdown*.

Palavras-chave: Subjetividade, Comunicação, Gênero e Sexualidade, Desejo, Corpo.

De quando entrei na *dark room*

De fora, “aberto 24h!”. De dentro, trazemos o percurso pelo hotel-sauna desde a entrada, são três opções diferentes: armário, quarto e suíte, qual você escolheria? Logo após a entrada, você chega nos armários, onde você recebe uma toalha e um par de chinelas. Vamos a *tour*. Depois da entrada, o vestiário fica logo no início, onde estão os armários, em seguida, a boate, o bar e o espaço com mesas e cadeiras dispostas. Logo mais, seguindo em frente, banheiro com duchas compartilhadas, mictórios e uma luz mais tênue que já permite pensar em prazeres e fetiches, sendo uma mistura entre o cheiro de sexo e de desinfetante – que para Walisson, no primeiro momento houve uma profusão do medo ao desejo de viver aquelas experiências –, o espaço possui alguns outros banheiros distribuídos pelos dois andares. Em seguida, vêm as salas com poltronas para quem deseja assistir vídeos pornográficos, uma localizada no térreo e outra no primeiro piso. Ao subir as escadas, a mágica acontece. Duas saunas, uma a vapor e outra seca. Na seca, a diversão parece ser maior e a busca pelo prazer são vivenciados no escuro que permite apenas a percepção da sombra e dos corpos que almejam o gozo, do sexo entre duas pessoas, surubas, oral ou apenas masturbação: tudo pode acontecer.

Percorrendo entre locais com baixa iluminação, ao passar pelos corredores, gemidos e sonografias do prazer são emitidos pelos corpos que transam nos espaços – para quem não pagou pelo quarto individual ou pela suíte, existem cubículos de madeira com portas, ambientes com um base de madeira disponível, como uma cama, que não impede que experiências distintas possam ocorrer. No trajeto para o *dark room*, espaço de mistérios, corpos se deslocam de um lado para o outro, em um labirinto formado por bifurcações e caminhos que permitem percorrer as rotas do local – na primeira vez de Walisson, foi como estar perdido em uma Medina marroquina que nem *Google Maps* auxiliaria a se achar, sendo necessário andanças pelo espaço, configurando e delineando ambiências e percepções. Entre toques, olhares e corpos que sensualizam pelos corredores, ao final, o fumódromo. Assim acaba a nossa *tour*.

Quando se arrisca a negociação do prazer na sauna, é como se o local se mimetizasse em *playground*, você brinca e quer mais,

independente do medo. Walisson destaca que depois da primeira ida, para ele, o gozo parece ser o ápice que nos dá a percepção de quase morte e fuga do cotidiano, pois ao mesmo tempo que existe o receio de que algo possa acontecer, o prazer parece falar mais alto em um espaço de fricções entre os corpos. Entre vapores, toalhas, máscaras e preservativos, percebemos que impedimentos sociais não alcançam o fio do gozo. Dessa forma, as experiências vividas por Walisson Araújo, entre 2017 e 2019, foram o *start* condutor da pesquisa e, de certa forma, embasam o repertório de reflexões na imersão do campo entre as entrevistas com as pessoas interlocutoras, o que se aproxima das “observações livres” em Perlongher (1987).

Netnografias na trama do desejo

Diante da ferramenta metodológica da netnografia a partir do pensamento de Kozinets (2014), extraímos dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas que auxiliaram na reflexão sobre a produção de subjetividade das três pessoas interlocutoras, dois homens cis homossexuais e uma mulher trans não-binária que frequentam os ambientes das saunas há pelo menos cinco anos. No caso, as entrevistas foram aplicadas na plataforma *Google Meet* e na rede social *WhatsApp*, tendo em vista o isolamento social e as medidas de restrição da pandemia, cada encontro teve uma média de duração entre 10 e 30 minutos. Foi realizado um primeiro contato *on-line*, mediante as interações em *off-line* que o primeiro pesquisador já tinha pela vivência nesses espaços. Assim, como aponta Kozinets (2014), utilizamos os procedimentos de dados extraídos e de dados de notas de campo, nas quais a primeira consiste na coleta por meio do pesquisador que cria uma interação com os membros das comunidades através das entrevistas realizadas, enquanto a segunda consiste em trazer notas de campo experienciadas na pesquisa, sobretudo, no que diz respeito às práticas e o senso de afiliação ao grupo analisado.

Na análise de dados, transformamos o material coletado da participação e da observação netnográfica com a transcrição das entrevistas *on-line* em uma versão articulada da pesquisa para apresentação. Desse modo, seguimos o horizonte ético da netnografia, segundo Kozinets (2014), de nos identificarmos e informarmos os

aspectos relevantes da pesquisa, pedimos permissões³ para realização e apontamos a relevância do trabalho desenvolvido para as pessoas interlocutoras. Dessa forma, ao levarmos em consideração o que a autora Díaz-Benítez (2007) traz pela prática etnográfica, diante do que pode ser “dito” pelas pessoas interlocutoras, sobretudo, pelo próprio significado das palavras no contexto em que o primeiro pesquisador experienciou, buscamos refletir sobre o que dizem as pessoas interlocutoras.

Por isso, vale mencionarmos a perspectiva de Braz (2010) pela forma como os percursos dos interlocutores se materializam no texto, no sentido das áreas das práticas e do controle dos atos corporais pelos limiares do desejável e do indesejável. Nesse sentido, pelo fato do primeiro pesquisador já ter frequentado e ser reconhecido como homossexual pelos interlocutores, pela forma como ele se identifica, não houve uma produção incisiva dos marcadores que materializam a dúvida de quem de fato é o pesquisador interessado no campo de pesquisa, pois a própria posição de onde Walisson estava falando entrava em sintonia com que estava sendo dito, na facilidade do próprio diálogo.

Derivas, expressões e movimentos no dito

Através dos aportes teórico-metodológicos dos autores que traçam um percurso pelas reflexões sobre desejo, corpo e prazer, esboçamos a pesquisa de modo parcial no sentido de compreendermos o bojo teórico a partir dos dados metodológicos obtidos ao lado das pessoas interlocutoras. Nesse sentido, tomamos as reflexões de Perlongher (1987) a partir das interações e das trocas nos espaços, sobretudo, por meio do contexto organizacional do acaso e dos lugares de código que se atualizam a cada contato em seus movimentos de deriva. “O campo de circulações se urde em territórios mais ou menos circunscritos cujos focos são tanto bares, boates, cinemas e outras opções de lazer consumista (...)” (PERLONGHER, 1987, p. 24). Assim, o que aparece como circulação desejante por meio das transações

3 Diante disso, formalizamos um TCLE que foi assinado, as pessoas interlocutoras foram citadas de modo anônimo.

opera nas relações das saunas pelas redes de sinais, como um deslocamento dos sujeitos por um modo codificado.

No caso, o que Costa Neto (2005) aponta sobre os encontros sexuais pelo local, pelas posições e pelo ato da prática oferece um horizonte possível de reflexões sobre o *habitué* diante do sexo em público e dos espaços de encontro sexuais. “As práticas sexuais em ambientes públicos podem agregar pessoas sem ter as implicações de um contato demorado num certo período de tempo” (COSTA NETO, 2005, p. 17). Assim, pelo que dizem os interlocutores é possível articular a sauna a partir de um local de intimidades específicas, na medida que o ato sexual em si pode ser partilhado pelos demais. O que faz a sauna são os percursos dos *habitués* naquele espaço, a partir dos sentidos da “pegação” mobilizados pelo prazer. Diante do que Paiva (2007) reflete a partir dos processos subjetivos e da experimentação no olhar para a experiência pela intimidade, apontamos a questão das micropolíticas das vidas diante de uma ética da reserva do prazer. Assim, vale questionarmos sobre quais são as “experimentações, que devires, quais ‘novos’ modos de vida vão se configurando?” (PAIVA, 2007, p. 279), pois ao mencionarmos as modalidades relacionais das sauna, pensamos as transações erótico-afetivas nas espacialidades diversas do local.

“No *dark room*, os gestos que os indivíduos efetuam são essenciais para estruturar as relações; por meio deles se organizam formas particulares de negociação e distribuição dos papéis que permitem realizar o ritual satisfatoriamente” (DIÁZ-BENÍTEZ, 2007, p. 104). No que diz respeito aos encontros sexuais ocasionais, Díaz-Benítez (2007) pontua sobre o próprio ritmo dos espaços e do desejo pelas expressões e pelos movimentos do ritual no *dark room*, sendo a sauna um espaço tido como masculino. Como menciona a autora, “a paquera, quer se esteja dançando ou não, começa com os olhares, dificilmente com os toques ou sarrações. Olhar é o ponto-chave” (DIÁZ-BENÍTEZ, 2007, p. 102). Desse modo, mencionamos a forma como a *dark room* opera por uma intenção explícita, na medida que a densidade da escuridão não só faz parte da estrutura do ritual, mas é a própria estrutura que condiciona o ritual.

Assim, é interessante perceber se para a abordagem de Braz (2010) os clubes para sexo aparecem em espaços tidos como bares, as saunas aparecem nomeadas como hotéis. “Nesse sentido, a experiência corporal (porque, sobretudo, perceptiva) dos sujeitos estudados

e também do/a antropólogo/a pode ser alçada à categoria de método de pesquisa” (BRAZ, 2010, p. 145). De tal modo, a forma como as pessoas interlocutoras parecem negociar a visibilidade entra em sintonia com o que Miskolci (2014) traz pela agência e pelo desejo. Até porque, “o desejo não vem de dentro de um sujeito dado, tampouco é imposto por algum aparato externo a ele. O desejo é um eixo articulador entre o sujeito e a sociedade sendo moldado na interação social” (MISKOLCI, 2017, p. 19). Por isso, manter a vida afetivo-sexual na sauna em segredo, como articulamos entre as pessoas entrevistadas, não aparece como escolha individual, mas sim uma imposição coletiva incorporada muitas vezes individualmente, pela forma com que os indivíduos podem ser vistos e classificados socialmente. De tal modo, um regime de visibilidade é um regime de conhecimento, na medida que existem fronteiras entre o visto, o dito e o reconhecido. De certa forma, o que Santos e Pereira (2016) situam pela economia do desejo nas saunas aparece em diálogo com o que Miskolci (2017) aponta por economia moral na agência do sujeito desejante homossexual. “Afim, por que o desejo homossexual continua a ser sinônimo de segredo?” (MISKOLCI, 2017, p. 38).

No sentido do que discutem Santos e Pereira (2016) sobre as exposições e as posturas na nudez e no traje da toalha, apontamos os significados que atravessam as práticas por meio das interações. Assim, “um desses significados é o de que se está à busca de interação, de relacionamentos, de contato com algum rapaz e de prática de sexo. Tanto a toalha quanto o corpo nu demonstram disposição e prontidão para novas relações e interações” (SANTOS; PEREIRA, 2016, p. 135). Desse modo, os autores discutem que os homens vão às saunas para assistir a *shows*, conversarem, admirarem corpos e, acima de tudo, estabelecerem relações sexuais, cada signo transmitido permeia corporificações. Sem dúvidas, o debate de Oliveira (2016) em torno do circuito de trocas eróticas, afetivas e sexuais da pegação dialoga com o que Barreto (2017) aponta sobre os corredores da sauna. Por isso, tomamos a categoria *boy* como possibilidade de experimentação, a exemplo de como se referem as pessoas interlocutoras com os envolvidos ao lado dos homens na sauna. Assim como Barreto (2017) destaca no seu trabalho, diante da forma como pode ter sido lido no campo a partir do seu próprio desejo, da sua corporalidade, apontamos a posição similar dele com Walisson nesta pesquisa.

De fato, o espaço e a arquitetura parecem operar como tecnologias de gênero e sexualidade na pesquisa e operam em ressonância com o que Maia (2018) aponta sobre a produção dos prazeres e dos corpos. A sauna pode ser vista como um espaço de projeção clandestina de encontros dissidentes sexuais e como um ambiente de permissividade. No ponto que traz Valentim (2019) sobre o trabalho de Maia (2018) em uma leitura erótica de uma crítica *fisting*, visamos refletir sobre o explícito em tempos de pandemia. “Assim, a ideia de uma crítica *fisting*, de um exercício crítico eroticamente pensado e prazeroso, de uma análise aberta e explícita, sem rodeios” (VALENTIM, 2019, p. 456), dialoga com a proposta da análise das saunas, sobretudo, quando os espaços que produzem e engendram o desejo estão marcados até o dobro pela noção de risco pelos efeitos da pandemia da Covid-19. As saunas podem ser vistas “em um só lugar real [de] vários espaços, vários posicionamentos, que são em si mesmos incompatíveis” (MAIA, 2018, p. 134). E, em tempos de higienização e isolamento social, o tempo pode não ser medido pelo relógio, mas pela quantidade de gozos e de toques.

Toalhas, vapores e desejo

Ao levarmos em consideração o que as pessoas interlocutoras trouxeram a partir dos seus percursos pelos corredores da sauna, tomamos como horizonte o que chamamos de política do olhar nos espaços de desejo. No caso, a primeira ida ao ambiente é tida como estranha por conta do medo ao lado do desejo, como se um fosse sobreposto ao outro, na medida em que olhar encontra no movimento de deriva um ponto de afetação. Porém, o local também se torna outro depois do primeiro olhar, talvez fosse possível falar no que há de “imaculado” no olhar movido pelo desejo. O que começa do olhar também ganha corpo por meio do medo dos olhares fora da sauna, como foi possível perceber com o receio de quem frequenta ser visto ou ser descoberto pelo prazer no ato de ir à sauna, por conta da profissão e das outras questões afetivo-sexuais que atravessam a busca por parceiros. Vale ressaltar que duas das pessoas (Entrevistados 1 e 3) não nasceram em Fortaleza, mas já residem há alguns anos por lá, já a Entrevistada 2 mora em uma cidade do interior do estado que está a cerca de 8 horas de distância da capital cearense.

No começo, as práticas são iniciadas pela primeira etapa do olhar. Após o que assenta diretamente no corpo que olha, na medida que comporta o toque do outro corpo que deseja, acontece uma segunda etapa da excitação, quando as pessoas fazem da visão um movimento do tato. Na terceira etapa, o gozo se dá pelo que dá língua ao prazer, talvez pelo palatável do gosto do desejo, pelo contato com os fluidos corporais, como a saliva do beijo ou o sêmen do gozo. Mesmo que o intuito principal seja o sexo, existem outras formas de interações, como conversas que não acabam no ato em si, a exemplo das relações do fumódromo. Disputando espaços, os corpos procuram um lugar que tanto comporte como que vazze o desejo. O primeiro entrevistado frequentou por cerca de três anos o espaço e já não o utiliza desde o final de 2019; a segunda entrevistada começou a frequentar há cerca de oito meses, sendo que a sua primeira vez foi em setembro do ano de 2020; e o último frequentador possui uma experiência há cerca de três anos no espaço, tendo frequentado a sauna algumas vezes durante a pandemia.

Nesse sentido, o primeiro entrevistado começou a frequentar a sauna em 2016 quando cursava faculdade em Fortaleza, cidade em que morava desde 2010. Logo nos momentos iniciais da entrevista, ele destaca que as formalidades da profissão eram um impasse diante da exposição na sauna, já que na época frequentava quase todos os finais de semana. Há quase dois anos ele não frequenta mais e, ao iniciar a pandemia, parou completamente. A última vez que foi na sauna foi em 2019. No entanto, ele lembra que na pandemia o espaço funcionou abertamente, apenas nos períodos de *lockdown* completo que não abriu as portas. “Era natural, era só sexo, gozava e saía atrás de outro”⁴, explica quando perguntado sobre os primeiros contatos da sauna. Dos anos de 2016 a 2017, ele frequentava finais de semana intercalados, inclusive Walisson relembra dos encontros esporádicos com o Entrevistado 1 no local.

Após formado, ele conta que diminuiu a frequência na sauna, indo de dois em dois meses ou de três em três meses. Pelo fato de se reconhecer como gay e ser profissional de uma área que ainda carrega tabus em relação à sexualidade, ele conta que teve que silenciar

4 Entrevista concedida para Walisson Angélico de Araújo dia 15 de março de 2021 via Google Meet.

a forma como vivenciava o desejo por conta da estereotipagem em torno do preconceito com quem frequenta os espaços, uma vez que a redundância na promiscuidade e a discriminação das doenças sexualmente transmissíveis ainda revelam dinâmicas pela forma como ele pode ser visto profissionalmente. “É uma diversão, sexo fácil que eu estou a fim, vou e faço. É acessível para as pessoas, você acaba interagindo com pessoas que você talvez nunca teria contato”, diz diante das relações em torno do desejo na sauna. Inclusive, existem estratégias de invisibilidade do espaço para camuflar a identificação dos indivíduos, quando o registro da compra do *ticket* de entrada do espaço é registrado como empresa no setor de hotelaria, sendo reconhecido como hotel e sauna. Ele diz que os próprios frequentadores carregam tabus ao falarem sobre a sauna.

Segundo o Entrevistado 1, durante a pandemia o espaço ainda ficou 6 meses fechado, mas em boa parte do ano estava em funcionamento normal e quase no mesmo fluxo de sempre, após a reabertura gradual do comércio não teve nenhuma mudança. O *dark room* para ele é o local em que produz mais engajamento dentro do espaço da sauna, pois naquele momento após a chegada na sala escura ocorre somente a busca por prazer. “Não importa quem seja e por ser um local escuro, eu não vou estar julgando os estereótipos que são impostos pela sociedade”, diz ao mencionar apenas a busca pelo desejo no ponto cego do prazer. O Entrevistado 1 conta que assim que entra no local já segue diretamente para o *dark room*. Desse modo, cada espaço da sauna revela a partir das subjetivações modos de relações, pois alguns lugares são para muita conversa e pouco sexo enquanto outros lugares são para muito sexo e poucas palavras.

Como fuga do real, o Entrevistado 1 conta que utiliza a sauna como transgressão dos limites e das normas. Para ele, a ambiência da sauna aparece como um espaço de romper as imposições colocadas ao desejo, tendo em vista que no seu cotidiano a profissão e a vida pessoal são condicionadas por um modo de vida específico, enquanto na sauna a busca pelo prazer aparece no que escorre no fluxo do desejo, entre as negociações e os riscos do momento. “Pessoas que você já viu em outros lugares e fora não te deram bola e dentro do espaço aconteceu o contrário. O espaço te possibilita a ver o outro lado de uma pessoa que tu jamais darias oportunidade”, conta. Por isso, as formas de visibilidade nas relações da sauna revelam a suspensão do que socialmente pode ser convencionado ao gozo. “Lá é

realmente a ‘caverna do dragão’. Lá você entra e eu, pelo menos, entro e não estou nem aí para o que vai acontecer”.

Se o Entrevistado 1 por um lado já prefere o *darkroom*, ele não frequenta tanto o espaço mais social do fumódromo, visto como o maior local de interação, seja pelo contato da fala sobreposto ao olhar, quando alguém pede um isqueiro ou cigarro, ou pelas falas que circulam ali pela temporalidade própria daquele momento ritual. “Não participo muitas vezes, mas escuto bastante. Na pista [de dança], pela altura da música, não é tão possível esse papo, algumas vezes é possível ver as turminhas dos amigos que vão juntos”, expõe. A pior parte do circuito de desejo das saunas, de acordo com ele, é a saída, pela vergonha ou pela humilhação de alguém vê-lo deixando aquele local. “A saída do espaço é terrível, você fica com vergonha das pessoas vendo você sair, você fica com medo do Uber estar lhe julgando, mas isso são coisas que a nossa sociedade já convencionou a ter vergonha, mas fora isso, é só isso o receio”, completa.

Assim, a Entrevistada 2, que se reconhece como mulher trans não-binária, frequenta o espaço há cerca de oito meses e foi a primeira vez em setembro de 2020, no meio da pandemia. Para ela, a experiência foi de surpresa, pois tinha uma visão preconceituosa do espaço, onde pensava que iria se deparar com uma espécie de fiscalização de um padrão estético normativo dos gêneros, dos corpos e das sexualidades, mas acabou encontrando uma multiplicidade de vontades constituídas por corpos diversos desejantes. Ao chegar a primeira vez e receber a toalha, a Entrevistada 2 diz ter ficado com muita vergonha e não querer expor o corpo, tendo em vista que já tinha negociado a sua entrada pela flexibilidade como apresente o seu gênero. Assim, ela demorou a lidar com a nudez na toalha e conta que tentou tirar a roupa três vezes, mas ao vestir a peça de banho, acabou se sentindo constrangida e voltou a colocar as roupas. Ela explica que necessitou um tempo para se adaptar ao espaço para aproveitar as possibilidades, a começar pelo circuito do bar e da pista de dança. A partir dessas relações mais conversáveis e dançáveis, pôde vivenciar as experiências buscada naquele local. O espaço mais frequentado por ela é a pista de dança.

Pelo fato de residir a mais de 8 horas da cidade de Fortaleza, ela conta que não costuma muito frequentar as saunas. Diante dos contatos que teve, explica que a troca de olhares, os toques, os gestos e a fala são algumas formas de negociações que ocorrem, sendo a

“piscada” um gesto decisivo no flerte da paquera. “Geralmente, não tem essa forma muito abusiva, as pessoas que já estão lá se permitem a conhecerem outras pessoas e se envolverem”⁵, fala. Na pandemia, a Entrevistada 2 conta que as pessoas não se preocupam muito com a contaminação da Covid-19, apesar de chegarem de máscaras e utilizarem álcool em gel. Inclusive, algumas formas de contato mais preliminares como beijo antes do sexo seguiram em seu fluxo do desejo, por conta da própria exposição no local aglomerado e fechado. As pessoas usam as toalhas na cintura, mas não as máscaras no rosto. “Particularmente, dentro da sauna não mudou muita coisa, antes e com a pandemia, as pessoas acabam usufruindo das mesmas práticas que antes da Covid-19”, confessa ela.

Dessa forma, a Entrevistada 2 foi três vezes ao espaço durante a pandemia, nos meses de setembro, outubro e novembro. É interessante destacar no pensamento dela o fato paradoxal da suspensão do convencionalizado socialmente ter uma dupla bifurcação, da permissividade com a produção do risco e com a negociação do desejo. A Entrevistada 2 coloca a sauna como a “libertação dos corpos”. “Depois que eu comecei a frequentar, analisar, eu vi que não precisava ter toda essa estranheza. Para mim, a sauna é uma libertação dos corpos”, diz. Sobre esse tema, ela conta que quando procura o serviço de uma sauna, ela está procurando entretenimento e relacionamento com pessoas através do ponto de vista afetivo-sexual. “Então, quando eu falo a libertação dos corpos é porque quando você vai, você idealiza que lá só vai ter aquele homem normativo, padrão, e que são todos daquele padrão de beleza que a sociedade impõe hoje em dia, mas quando você chega lá você se depara com um outro cenário, é o cenário de diversidade, um cenário onde você encontra pessoas afeminadas, pessoas trans, pessoas altas baixas, gordas, magras, pretas, brancas e várias etnias, religiões, várias coisas”, ressalta ela.

No caso, a libertação dos corpos aparece para a Entrevistada 2 pela forma como corpos diversos transitam pelos corredores. “Sem nenhum pudor em relação aos seus corpos, eles andam de toalha, não têm vergonha dos seus corpos e conseguem ficar com pessoas lá, sem os tipos de preconceitos impostos”. Assim, ela destaca o fato

5 Entrevista concedida para Walisson Angélico de Araújo dia 16 de março de 2021 via WhatsApp.

de ter visto pessoas sadomasoquistas consentidas com as práticas, sendo exemplo da forma de como o corpo pode ser uma plataforma de prazer em cima do entretenimento da sauna, pelo o que ela conta. “É a desconstrução dos corpos e lá você não vai ser julgado por isso, lá é momentos, entretenimentos”, explica. Desse modo, a forma como a Entrevista 2 negocia a sua entrada na sauna enquanto ambiente para homens, a partir das nuances performativas do gênero no cerco da espacialidade, destacamos como as tecnologias de gênero engendradas pelo prazer produzem formas de subjetivação que ao mesmo tempo que reproduzem as lógicas binárias, afrouxam o binarismo em sua própria falha normativa. “É uma fuga da realidade sim, uma fuga de realidade da nossa vida”, finaliza.

Há três anos frequentando as saunas, o Entrevistado 3 conta que o seu primeiro momento no espaço foi de impacto, pois por ser de outro estado e de uma cidade pequena que não possuía lugares de consumo como a sauna, isso trouxe receio e/ou vergonha. Ele ficou de roupa pela primeira vez, apesar da curiosidade para entender como ocorriam as práticas ali. Apesar de frequentador, ele destaca que a sua presença na sauna depende muito das circunstâncias. De fato, conta que somente quando não encontra o que chama de “sexo rápido” pelos aplicativos de busca de parceiros *on-line*, a exemplo do *Grindr*, acaba frequentando a sauna. A última vez que frequentou o espaço foi em novembro de 2020, não há uma parte específica da sauna que mais frequente, “todas, eu fico andando e vou... Fico no bar, vou para a pista dançar, vou explorar outros espaços, o fumódromo, acho que um pouco de tudo”⁶. Sobre os contatos na sauna, para ele, ocorrem primeiramente pelo olhar, o que depende da aceitação da pessoa no toque. Apesar disso, muitas vezes os “boys” possuem duas abordagens, uma que já chega no toque e outra que já perguntam algo antes do toque, a exemplo do convite: “vamos curtir?”. Quando ele conta pelo fato de ter visto alguns gays fora do “padrão” se sentirem confortáveis apenas de toalha, pode ter a ver com a política do olhar na sauna.

Diante disso, algo é importante para o Entrevistado 3, ele precisa antes de tudo sentir atração ou “cai fora”. Pelo fato dele considerar o ambiente da sauna pesado, diferentemente da Entrevistada 2, ele

6 Entrevista concedida para Walisson Angélico de Araújo dia 18 de março de 2021 via *WhatsApp*.

explica que procura o serviço em estado alterado. “Eu vou bêbada ou chapada, pois eu acho um ambiente muito pesado, aí preciso disso para me sentir mais a vontade, com menos vergonha, menos peso na consciência”. A partir dessa sensação de que o ambiente é pesado, ele diz que a forma como aquele espaço coloca para fora o que ele traz por “lado animalesco” aparece no reflexo das que são vistas “para externar essa libido à flor da pele”. Da mesma forma que o primeiro entrevistado, o Entrevistado 3 explica o receio em ser julgado por estar ali. “As pessoas te julgam pelo fato de estar ali, por isso que torço para não encontrar ninguém conhecido, por isso talvez seja melhor viver no anonimato pelo fato de ser visto como ‘depreciativo’ aos olhos da família tradicional brasileira e a população conservadora em geral”. Assim, na pandemia ele fala que não teve nada diferente, tudo normal nos contatos, “tinham algumas pessoas com máscara, era uns 10% ou até 15% mesmo, umas 5 pessoas com máscara, o resto tudo era sem máscara como se nada tivesse acontecendo, no sexo nada mudou”, finaliza.

No escuro continuaremos

Portanto, refletimos sobre a produção do risco e a negociação do prazer em saunas em tempos de pandemia com o objetivo de pensar a dimensão subjetiva do desejo pela forma como o corpo aparece entre a higienização e o gozo. A partir do relato das pessoas interlocutoras, abordamos a dinâmica que escapa o desejo para além do restritivo do *lockdown*, pois os espaços e as subjetividades fazem da sauna uma fuga para o que não comporta o prazer. Durante o período de *lockdown* a sauna fecha, porém, na reabertura gradual do comércio, o espaço retoma às atividades e as pessoas que frequentam encontram na bifurcação da suspensão das convenções sociais uma forma de escapar o desejo. O cuidado do espaço aparece apenas com o uso do álcool em gel e das camisinhas que estão dispostas pelo local.

Sendo assim, em disputa, a sauna é uma forma de fugir do real, aproximando o corpo da virtualidade da “caverna do dragão”, como uma realidade paralela, coexistente, que depois da entrada não há ensaio, apenas o leque de experiências expande além do *script* do cotidiano. De acordo com a análise das entrevistas, percebemos que pelo fato das normas sociais serem colocadas em suspensão, o espaço borra os riscos e o medo da Covid-19 na trama do desejo, dando

destaque para as negociações afetivas em viver o prazer e o gozo mesmo que exista a higienização da pandemia. Em relação ao que foi dito sobre a libertação dos corpos, destacamos que existe uma tensão nos padrões ao percebermos a pluralidade dos corpos e das relações na sauna, ainda que possam existir preconceitos em torno dos estereótipos no encontro afetivo-sexual do local. Portanto, talvez ainda seja preciso não apenas o primeiro pesquisador, mas também o segundo pesquisador adentrarem a temporalidade da sauna para continuar a escrita no escuro, no desafio de escrever com outras palavras o que não se expressa por letras.

Agradecimentos

Agradecemos as pessoas interlocutoras que fizeram dos seus percursos nas saunas uma forma de diálogo com o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **Vamos fazer uma sacanagem gostosa?** Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niterói: Editora UFF, 2017.

BRAZ, Camilo. “Mas agora confessa...?”: notas sobre clubes de sexo masculinos. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, v. 4, p. 127-156, 2010.

COSTA NETO, Francisco Sales da. **Banheiros Públicos**: Os bastidores das práticas sexuais. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Dark Room aqui: um ritual de escuridão e silêncio. **Cadernos de Campo**, v. 16, n. 16, p. 93-112, 2007.

KOZINETTS, Robert. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MAIA, Helder Thiago. **Cine[mão]**: espaços e subjetividades darkroom. Salvador: Editora Devires, 2018.

MISKOLCI, Richard. Desejos digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas**, v. 8, n. 11, p. 51-78, 2014.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Um circuito chamado desejo: notas sobre os pontos de pegação em João Pessoa. **Política & Trabalho**, n. 44, p. 299-317, 2016.

PAIVA, Antonio Crístian S. **Reservados e invisíveis**: o *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. São Paulo: Pontes, 2007.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, Élcio Nogueira; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 133-154, 2016.

VALENTIM, Jorge Vicente. Cine[mão] e a crítica fisting de Helder Thiago Maia. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 11, p. 454-458, 2019.

IMAGEM, CIDADE, ARQUIVO: PRÁTICAS URBANAS EM FOTOGRAFIAS DE ARLETE SOARES (1960-1980)

Yago Bruno Santos de Souza

Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA e integrante do grupo de estudos Laboratório de Estudos em Imagem e Arquitetura (LEIA) e Urbanidades Liminares, yago.bruno@ufba.br;

Resumo

Num contexto geral, o projeto “Imagem, Cidade, Arquivo: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1960-1980)” propõe pesquisar arquivos fotográficos de salvador na segunda metade do século XX que registram práticas urbanas no ambiente da cidade, explorando assim formas de constituição do sujeito, nas décadas de 1960 e 1970, por meio de narrativas visuais. O conjunto de imagens escolhido como objeto de estudo são fotografias de Arlete Soares. No amplo espectro das narrativas visuais fotográficas produzidas por essa fotógrafa, procuraremos por aquelas imagens que desestabilizam uma determinada tradição de cidade dominante baseada em valores modernos, tanto no âmbito do urbanismo e de arquitetura, como no âmbito social, de raça e de gênero. Nossa hipótese é a de que essas imagens podem fazer emergir modos de compreensão e produção de cidade e de sua história, também numa dimensão artística e estética, muitas vezes desconhecidos porque recalcados por um discurso visual ou urbanístico modernos predominantes. Esses outros modos acessados pela produção fotográfica são igualmente constitutivos da malha da urbanidade, e, ao emergirem hoje segundo a natureza fantasmática que caracteriza o visível, podem promover reconfigurações no nosso modo de produção, experiência e apreensão da cidade. Aliado ao reconhecimento de quem é esta figura que fotografa, quais apagamentos atravessam o corpo da arlete soares enquanto mulher considerada

‘a frente de seu tempo’ que teve boa parte de suas produções invisibilizadas pelos agentes do patriarcado em sua manutenção de poder.

Palavras-chave: Cidade, Imagem, Arquivo, Fotografia, Memória.

Introdução

Num contexto geral, o projeto “Imagem, cidade, arquivo: práticas urbanas em fotografias soteropolitanas (1960-1980)” propõe pesquisar arquivos fotográficos de Salvador na segunda metade do século XX que registram práticas urbanas no ambiente da cidade, explorando assim formas de constituição do sujeito, nas décadas de 1960 à 1980, por meio de narrativas visuais.

O conjunto de imagens escolhido como objeto de estudo são fotografias de Arlete Soares. No amplo espectro das narrativas visuais fotográficas produzidas por essa fotógrafa, procuraremos por aquelas imagens que desestabilizam uma determinada tradição de cidade dominante baseada em valores modernos, tanto no âmbito do urbanismo e de arquitetura, como no âmbito social, de gênero e de raça. Nossa hipótese é a de que essas imagens podem fazer emergir modos de compreensão e produção de cidade e de sua história, também numa dimensão artística e estética, muitas vezes desconhecidos porque recalcados por um discurso visual ou urbanístico modernos predominantes. Esses outros modos acessados pela produção fotográfica são igualmente constitutivos da malha da urbanidade, e, ao emergirem hoje segundo a natureza fantasmática que caracteriza o visível, podem promover reconfigurações no nosso modo de produção, experiência e apreensão da cidade.

A Arlete Soares surge enquanto recorte desse objeto de pesquisa compreendido pelas imagens de Salvador por seu pioneirismo em ocupação de um espaço profissional majoritariamente visto como masculino e suas relações de amizade com ícones da cultura baiana do século XX, fotógrafos, cantores e artistas dos mais diversos. Vindo de um litoral interiorano, próximo ao recôncavo, compreendido pela cidade de Valença. Arlete passa a transitar, desde os anos 60, por diversas regiões do país e do mundo, trazendo uma outra perspectiva para um olhar fotográfico de fora que sempre incidia na comercialização das imagens da cultura local. Arlete se encontra nesse entremeio que configura as disputas pela visibilidade e enquadramentos possíveis da cultura local e a indústria do turismo que passa a crescer em fins do século XX.

Metodologia

Dentre as etapas executadas e diante dos encontros de nosso grupo de estudos (dividido em momentos coletivos com todos os integrantes e momentos designados à orientações às ICs) e das delimitações de consulta à acervos e arquivos com o surgimento e agravamento da pandemia de COVID-19, tem-se a realização de encontros remotos com bibliografia voltada para as questões referente à cidade, à fontes visuais, seus arquivos e possibilidade de correlação com as produções dessas/es fotógrafas/os.

Nestes encontros, há o debate dessas bibliografias, com inserção de questões encontradas por todos os integrantes que possibilitem uma contextualização dessa Salvador de 1960 à 1980 envolvendo o cruzamento dessas referências visuais;

Existe uma bolsista responsável pela produção dos documentos de ata durante as reuniões, os quais são retroalimentados por todos os demais nos fins dos encontros coletivos. Estas, ficam disponibilizadas no Google Drive criado com o surgimento do grupo de estudos e cujo intuito visa(va) o compartilhamento e armazenamento de referências, inserção das produções individuais dos respectivos planos e, obviamente, arquivos que necessitem ser compartilhados com o coletivo;

O levantamento da situação dos acervos das fotógrafas já foi feito, especificamente em se tratando do acervo da Arlete Soares, houve a descoberta de sua existência e situação de preservação ao conseguirmos estabelecer contato. Isto só foi possível graças à uma rede de relações próxima à uma das bolsistas. Além disso, encontrou-se um acervo virtual de fotografias da autora em uma rede social pessoal e cuja autenticidade foi atestada recentemente por ela em uma mesa promovida pelo grupo no Congresso Virtual da UFBA 2021. No que concerne a possibilidades de veiculação desses acervos, estamos em processo de diálogo com a Arlete e de aproximação de seu trabalho e, principalmente após termos tido contato, de sua subjetividade; O processo de mapeamento dessas fotografias e produções da Arlete Soares visou, em decorrência da pandemia, uma maior aproximação com referências virtuais. No entanto, a produção da autora enquanto subjetividade é relativamente inacessível, havendo uma maior quantidade de obras associada à sua trajetória com a editora Corrupio e o trabalho de Verger. Por fim, até o momento, foi possível ter acesso a

esse acervo virtual em seu Flickr, além de um de seus fotolivros retratando imagens da Bahia, o 'Bahia Tatuagens/Bahia Tattoos' (SOARES, 1997);

Parte das imagens físicas encontradas, do livro 'Bahia Tatuagens', foram scaneadas – principalmente às que se referem ao período de 1960-80. Porém, ainda se faz necessário uma visita e acesso ao acervo físico da fotógrafa, em processo de articulação para ser feito após o lockdown;

A organização desse arquivo iniciou-se no drive e Padlet¹. Sendo a segunda plataforma mais orgânica e interativa e possibilitando a inserção de diversos arquivos online, além de possibilidades de cartografias associadas ao maps. Já as fotografias que se encontram no drive compreendem um filtro realizado a partir do que está disponibilizado no padlet. Em ambos, os dados das fotos constam nos títulos;

Até o momento foram feitas 1 apresentação em seminário interno das ICs do grupo de estudos e um vídeo-poster coletivo falando do processo da pesquisa para o Congresso Virtual da UFBA 2021;

Resultados e discussão

Ao se debruçar nas fotografias e trajetória profissional de Arlete Soares – no período apreendido, principalmente, pelas décadas de 1960 à 1980 – tem-se vislumbres acerca de uma produção de uma Salvador registrada, majoritariamente, nos livros de forma escrita, malmente utilizando a visualidade de maneira descritiva e complementar ao discurso escrito; ou de uma visualidade de caráter estritamente turístico e, sob os regimes de enquadramento do olhar Carlista (BUENO, 2020; SCHEINOWITZ, 1998; SOARES, 2006). Por visualidade compreende-se os regimes envolvendo fontes e elementos visuais constituidores dos cotidianos citadinos entendendo que 'a História, como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só às fontes visuais, como à problemática básica da visualidade.' (ULPIANO, 2003, p. 20).

1 O padlet é uma plataforma online para compartilhamento de arquivos dos mais diversos (links, PDFs, imagens, vídeos, etc) dispostos em um layout semelhante à um mural. (Ver: padlet.com)

Ironicamente, vão existir regimes de apagamentos da atuação de uma mulher considerada à frente de seu tempo – apagamentos estes que são fortalecidos por sua trajetória de devoção à publicação da obra de Verger com a criação e gerenciamento de uma editora voltada a isso, a Corruptio (1979). Nascida na cidade de Valença, no litoral baiano à sul de Salvador, a intersecção das trajetórias de Arlete com a fotografia só vem ocorrer na França, com a concepção do grupo ZAAS, durante realização de seu doutorado (e exílio) como a mesma retrata em:

“Essas fotos que eu estou vendo aí, foi muito na época do grupo ZAAS que você se referiu, o ZAAS foi de 72 à 75 e era um polo de fotografia... por lá passavam [...], Pierre Verger, Mariozinho Cravo, então fizemos muitas exposições, a primeira exposição de Verger foi feita pelo grupo ZAAS, havia um clima assim, muito forte, os fotógrafos se uniam [...]” (SOARES, 2021)

Além dos nomes citados, a influência de Sebastião Salgado na trajetória profissional da fotógrafa se faz de vital importância no período em que Arlete considera-se fotógrafa amadora, nos fins de 1960 e início de 1970 (OS NEGATIVOS, 2007)

“eu fui pra Europa em 1968 e aí eu tive, fui morar na cidade universitária, tinha muitos amigos, e lá estava Sebastião Salgado, ele e a mulher dele, lelinha... e ele montou um ‘armengue’ no apartamento dele lá na Casa do Brasil (Maison du Brésil), na cidade universitária, um laboratório, e me chamava ‘vem ver como é...’ e eu fiquei fascinada, eu achei que aquilo era a coisa melhor que eu tinha pra fazer, não era pra fazer o doutorado... fui fazer o doutorado e acabei virando fotógrafa... então quando voltei de lá, 1972-74, eu só pensava em fotografia... hoje com 80 e poucos eu penso assim, minhas melhores fotos talvez sejam as que tão no início da minha história, quando eu era amadora... eu amava fotografia, que amador é isso, amador significa aquele que ama... com o tempo vem esse olhar profissional, o cliente passa a interferir, aí você vai conspirando contra seu próprio olhar[...]” (SOARES, 2021)

Interessante pensar no que foi a formação do grupo ZAAS para todas essas subjetividades fomentadoras e influenciadoras da cultura baiana no séc. XX e na Maison du Brésil compreendida pela materialização

na arquitetura de um projeto modernista le cobursiano que, apesar de seus defeitos, também contribuiu - especialmente - para que a Arlete se interessasse pela fotografia; conhecesse Sebastião Salgado, Jorge Amado, Verger, Caimmy, Mariozinho Cravo; fundasse a Editora Corrupio; publicasse obras de Verger e suas, além de retratar a cultura baiana envolvida por meio de suas amizades e relações pessoais.

Imagem 01: Sebastião Salgado – Arlete Soares (1969).



Imagem 02: O ex-governador da BA e ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) entre os anos 70 e 90.



Observando suas imagens, para além de figuras de um certo status e reconhecimento local e nacional, tem-se registros de realidades do contexto soteropolitano que não poderiam ser ignoradas pelo olhar da fotógrafa, apesar de haver um apagamento por parte da grande mídia, dessas realidades.

Imagem 03: Bloco Badauê – Salvador , Bahia (1979).



Como podemos notar na imagem 03, o bloco Badauê foi um dos primeiros blocos afros, após os blocos de 'índio', a saírem no carnaval de Salvador dos anos 70. Abrigando uma juventude negra das periferias localizadas no centro de Salvador na época, à exemplo de bairros como o Engenho Velho de Brotas, local de surgimento do bloco afro. Paralelo à essa renovação da folia baiana a partir do surgimento de diversos blocos de afoxé, após o Badauê, em diversos bairros periféricos da cidade (à exemplo do Ilê Aiyê, Malê Debalê, Olodum, Apaches do Tororó, etc). Tem-se a expansão da cidade de Salvador a partir da construção da Avenida Paralela e do conjunto de avenidas de vale do EUCS na região do centro da cidade até o CIA – ligando Salvador à sua região metropolitana e, conseqüentemente, ao polo industrial em consolidação em Camaçari. Uma expansão urbana que afeta toda a cidade de Salvador, como é possível notar em:

“Em março de 1967, o novo prefeito de Salvador tinha prometido uma revolução na gestão do município; cumpriu com a palavra, pois seu governo não foi

marcado por uma evolução ou mesmo por uma transformação rápida, mas sim por uma verdadeira quebra física e psicológica com o passado. [...]

As inaugurações sucedem-se: Avenida Cardeal da Silva, Avenida Antônio Carlos Magalhães, Avenida Mário Leal Ferreira, Avenida Presidente Castelo Branco, a Avenida hoje chamada Tancredo Neves, Avenida Reitor Miguel Calmon (no Vale do Canela), Avenida do Contorno, Avenida Magalhães Neto, Avenida Garibaldi (até Ondina), Estrada Centro Industrial de Aratu – Aeroporto, Avenida Suburbana, Viaduto São Raimundo – Politeama, Viaduto da Federação, Viaduto Marta Vasconcelos, Viaduto Marta Rocha, Viaduto Joana Angélica, Viaduto da Fonte das Pedras, Viaduto Praça Almeida Couto, Viaduto dos Engenheiros, Viaduto da Frederico Costa, Viaduto Mascarenhas de Moraes, Viaduto Nazaré – Barbalho, Viaduto Nossa Senhora Auxiliadora.” (SCHEINOWITZ, 1998, p. 25)

Imagem 04: Avenida Garibaldi recém-inaugurada em meados dos anos 70 (SCHEINOWITZ, 1998).



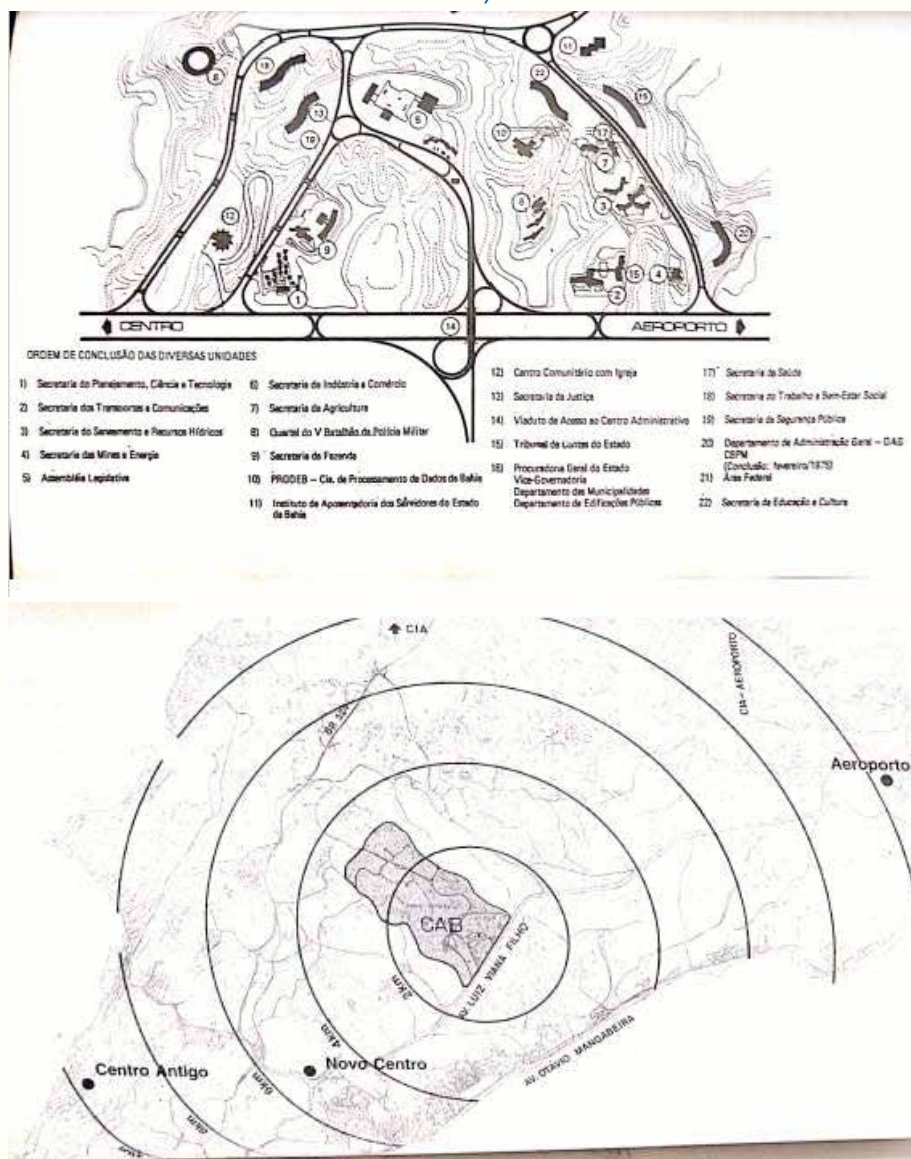
Imagem 05: encaixe das diversas avenidas de vale na região do Acesso Norte, conhecida popularmente como rótula do abacaxi.



Imagem 06: Avenida Luís Viana Filho/Avenida Paralela em construção, na época chamada de 'Avenida Pioneira' inaugurada em 1971 e ampliada em 1974.



Imagem 07: projeto do CAB, Centro Administrativo da Bahia (SCHEINOWITZ, 1998).



A partir desse conjunto de imagens, tem-se noção de que momento falamos, de uma Salvador em constante mudança, uma metamorfose ambulante que passa por obras de caráter viário até meados dos anos 80, visando uma expansão urbana que, de fato, ocorreu nesse período e que acaba por atrair moradores pobres do interior para trabalharem

na construção civil e em busca de oportunidades de vida nessa cidade que se modernizava. Essa quebra psicológica com o passado também deixa para trás o olhar diante da alteridade, do outro constituindo pelos processos hegemônicos de (i)legalização da cidade. Um olhar possível de ser resgatado, a partir de fragmentos constituintes pelas fotografias de uma mulher que não se inseria movida à grandes interesses em sua prática fotográfica.

Imagem 08: Centro Administrativo da Bahia, 1974 – Arlete Soares.



A Arlete acaba acompanhando parte desses processos, como a construção do CAB, enquadradas por seu olhar (imagem 04) e pelo olhar do Estado (imagem 03) onde podemos perceber a atenção aos detalhes envolvidos nessa expansão urbana dos anos 70-80. É interessante perceber que Arlete, ao ver essas imagens do CAB fala:

“Centro Administrativo.... eu acompanhei muito a construção do Centro Administrativo ... desde o começo, os tratores abrindo a avenida, as construções ... era amiga do Lelé, então eu tinha muita facilidade de me entrosar no grupo[...] Aquela área era uma maravilha, né... super arborizada, era quase uma floresta... aí levaram o Centro Administrativo, criaram o Centro Administrativo para desafogar o centro histórico... tudo bem, duas avenidas, canteiro central... agora, a construção do metrô é a coisa mais horrenda da minha vida... eu não sei como é que grupos poderosos, esses empreiteiros, sei lá senta e desenha um negócio daqueles... a destruição da cidade de Salvador... ao mesmo tempo em que se tentava

preservar, restaura câmara dos deputados, restaura interior da catedral, restaura o Pelourinho... mas aí, de 1936 eu acho... 1936... a demolição da Sé... aí eu venho de viagem e quando eu voltei, tinham demolido a mansão Windberg e tinham construído aquela coisa absurda!... que eu chamo do edifício macabro... que quebrou completamente a visão que você tinha de salvador chegando pelo mar ou voando... você vê aquele monstro da Ilha de Itaparica, do Monte Serrat, do Porto da Barra... eu não sei como que esses órgãos que diz preservar o patrimônio histórico deixa a coisa assim... no século passado, não tem muito tempo, queriam derrubar a igreja do Rio Vermelho pra, sempre o objetivo, é dar passagem para os carros, é sempre a ganância... (SOARES, Arlete; 2021)

Considerações finais

A fotógrafa trás não somente lembranças de processos de expansão urbana anterior à sua atuação como fotógrafa, como processos contemporâneos – à exemplo da Sé e igreja do Rio vermelho, no primeiro caso, e da mansão Windberg e do metrô, respectivamente. Isso nos mostra uma das potências envolvidas na exploração dessas imagens, que apesar de possuírem um significado bastante explícito – expansão urbana e modernização da cidade de Salvador – pelo contemplar dessas visualidades, também, trazem uma bagagem de memórias, relações, saudosismos em quem as fez, permitindo-nos afirmar a importância de confrontar essas imagens por diversas leituras possíveis envolvendo não somente as artes visuais, mas a história e também urbanismo, no entendimento de uma cidade que sempre afeta os corpos de seus ocupantes.

Também, é possível perceber o protagonismo que a memória associada a imagem passa a ter com essa exploração de arquivos associado à sua autora. Entendendo que a memória enquanto fonte possui diversos aspectos positivos uma vez que se possa atestar a veracidade dos fatos atestados, mas que, todavia, possui irregularidades advindas das falhas comuns da consciência humana com o tempo, o que não torna seus fatos irreais, mas que pode entender o surgimento deles numa cronologia que pode divergir a partir do acesso à pessoa portadora dessas memórias.

Referências

A HISTÓRIA do Afoxé Badauê. Salvador: Tve Bahia, 2019. (7 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ySk1-B_kD2s&ab_channel=TVEBahia. Acesso em: 28 mar. 2021.

BUENO, Winnie. Imagens de Controle: um conceito do pensamento de patricia hill collins. Porto Alegre: Zouk, 2020. 176 p.

CARNAVAL Brasil - anos 40. Direção de Pierre Verger. Roteiro: Arlete Soares. São Paulo: Manduri, 1984. Son., P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rWBckYiWNOE&ab_channel=joseantonio-barros-freire. Acesso em: 05 out. 2020.

CIDADE, imagem, arquivo: Salvador anos 1970 e 1980. Coordenação de Junia Mortimer. Intérpretes: Arlete Soares, Aristides Alves. Salvador: Tv Ufba, 2021. (57 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vo4mpOLcWAE&ab_channel=TVUFBA. Acesso em: 24 fev. 2021.

F.O.T.O.G.R.Á.F.I.C.A.S. Direção de Caroline Vieira e Hewelin Fernandes. Intérpretes: Agnes Cajaiba, Arlete Soares, Carla Galvão, Cristina Mascarenhas, Isabel Gouvea, Margarida Neide, Mariana David, Marina Silva, Maureen Bissilliat, Nair Benedicto, Rosa Bunchafft, Shirley Stolze, Sora Maia, Valéria Simões, Shai Andrade, Helen Salomão (Helenmozão Nome Artístico) e Rejane Carneiro.. Música: Voo Livre - Jana Vasconcellos. Salvador: Tve Bahia, 2017. (54 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gFLaEOG-sEXU&ab_channel=TVEBahia. Acesso em: 15 out. 2020.

HUBERMAN, Georges Didi. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo aby warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 506 p.

MENESES, U. B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

OS NEGATIVOS. Direção de Ángel Díez. Produção de Ángel Díez, Sofilmes, Tve Bahia, Fundação Padre Anchieta (Tv Cultura), Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec). S.L.: Tv Brasil, 2007. (50 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4USvwDG3gqY&t=1s&ab_channel=FelipeNaves. Acesso em: 05 out. 2020.

SCHEINOWITZ, A.S. O macroplanejamento da aglomeração de Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998. 314 p.

SOARES, Arlete. Arlete Soares: acervo. acervo. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/people/arletesoaresacervo/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____, Arlete. Arlete Soares Acervo. Salvador, fev. 2021. Instagram: @acervoarletesoares. Disponível em: <https://www.instagram.com/acervoarletesoares/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____, Arlete. Bahia Tatuagens. 3. ed. Salvador: Corrupio, 2006. 184 p.

PERFORMANCE ALGORÍTMICA E REGIMES DE (IN)VISIBILIDADE LGBTQIA+ NA PLATAFORMA NETFLIX

Anderson Gomes Paes Barretto

*Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, andersonpbarretto@
gmail.com;*

Carolina Dantas de Figueiredo

*Professora orientadora: doutora, Universidade Federal de Pernambuco
– UFPE, caroldanfig@gmail.com.*

Resumo

O trabalho proposto apresenta uma discussão em torno da aproximação entre as práticas e conceitos algorítmicos e os estudos de performance. Para isso, recorre à análise da relação entre a plataforma de streaming Netflix e sujeitos LGBTQIA+, em suas dinâmicas de consumo audiovisual. A pesquisa apontou a existência de regimes de visibilidade algorítmica que atuam por meio de bolhas performativas capazes de isolar e invisibilizar ainda mais essa população. Por fim, o artigo destaca a potência do conceito de “performances algorítmicas” como um importante operador analítico, conceitual e metodológico para estudos futuros.

Palavras-chave: Performance Algorítmica, Regimes de Visibilidade, LGBTQIA+, Netflix.

Introdução

O artigo aqui apresentado parte da noção da economia da visibilidade, apontada por Banet-Weiser (2015) para compreender um fenômeno comum no âmbito das plataformas algorítmicas digitais: os regimes de visibilidade e invisibilidade na representação de identidades na sociedade contemporânea. O nosso objetivo aqui é provocar uma reflexão acerca do mecanismo algorítmico (BRUNO, 2013) da plataforma Netflix, que é capaz de invisibilizar conteúdos de performatividade LGBTQIA+ em seu processo de recomendar conteúdos aos seus usuários. Além disso, é nosso objetivo também propor a noção de bolha performativa, condição que é fruto do isolamento performativo executado pela plataforma no sentido de invisibilizar conteúdos de representatividade LGBTQIA+.

Com base numa observação empírica, foi constatado o fato de que conteúdos, filmes e séries, cujas temáticas evidenciam a representatividade da população LGBTQIA+ são sujeitados a processos de invisibilização na plataforma Netflix, o que ocorre especialmente de duas maneiras: a categorização específica “LGBTQ” como redutora dessas performatividades (BUTLER, 2019) e a criação de filtros-bolha (PARISER, 2011) capazes de limitar as escolhas dos usuários, mediante a ação dos algoritmos da Netflix, que então isolam os usuários num universo limitado de recomendações baseado em seus históricos de consumo na plataforma.

Metodologia

A partir de uma observação empírica que constatou a presença de uma assimetria entre as representações das performatividades LGBTQIA+ e heterocentradas (PRECIADO, 2014) na Netflix, foram realizadas buscas no campo de pesquisa da plataforma. Para não enviesar os resultados, uma vez que as contas pessoais dos pesquisadores certamente já estão “contaminadas” com o consumo de conteúdos relacionados à representatividade LGBTQIA+, essas buscas foram realizadas na criação de um novo perfil. Desse modo, buscas temáticas foram realizadas inicialmente com base em termos categóricos relativos a gêneros cinematográficos genéricos como “comédia”, “romance” e “drama”, gêneros que mais comumente representam situações de

relacionamento amoroso. Diante da verificação de que os conteúdos de representatividade LGBTQIA+ não apareceram nos resultados, partimos para um segundo momento em que foram realizadas buscas mais específicas a partir de termos como “Comédia Gay”, “Comédia LGBTQ”, “Drama LGBTQ” e afins. Após um grande volume de resultados encontrados com a representatividade LGBTQIA+, foi verificado nesse segundo momento que é necessário buscar termos que mencionem a questão da sexualidade para que os resultados LGBTQs apareçam na plataforma. Foi verificado, portanto, que há sim a presença de um filtro-bolha capaz de invisibilizar conteúdos de representatividade LGBTQIA+ na Netflix.

Além disso, foram observadas a presença de categorias temáticas genéricas como “comédia”, “drama” e outras, que não apenas invisibilizam conteúdos de representatividade LGBTQIA+ como também reduzem essas performatividades a uma categoria específica “LGBTQ”. Esta categoria, ou especificação temática, somente é recomendada, acreditamos, a usuários que de algum modo já mantêm em seus históricos de uso da plataforma conteúdos relacionados a essa população.

Diante desses achados iniciais, buscas conceituais foram realizadas em bancos de artigos, capítulos de livros e anais de congressos acerca da performatividade algorítmica e da presença de filtros-bolha, tendo como enfoque principal as contribuições de Bruno (2013) acerca dos conceitos de algoritmo e performatividade algorítmica; Butler (2019) em seus estudos sobre as performatividades de gênero e processos de sujeição; Pariser (2011) acerca da noção de filtro-bolha em plataformas algorítmicas; e Banet-Weiser (2015) em suas contribuições sobre os regimes, políticas e economias da visibilidade. Diante desse aporte teórico, buscamos uma base para a proposição do conceito de bolha performativa.

Referencial teórico

O contexto midiático atual, marcado pela crescente platformização da vida, está diretamente relacionado à presença de dispositivos de visibilidade. Esses dispositivos, de acordo com Bruno (2013), estão submetidos às políticas do olhar e da atenção na sociedade contemporânea. Nesse mesmo sentido, as políticas do visível, entendidas por Banet-Weiser (2015, p. 55) como o “processo de tornar visível uma categoria política (como gênero ou raça) que tenha sido e permaneça

historicamente marginalizada na mídia, legislação, políticas etc”, se fazem presentes no cotidiano na forma de economias da visibilidade.

Nesse contexto, indivíduos são o tempo inteiro hipervisibilizados enquanto as políticas são deixadas para segundo plano. Desse modo, os indivíduos são identificados sobretudo a partir do status econômico. De fato, o fator econômico é priorizado dentro desses regimes em que o que é visível só o é pela própria condição de se fazer visível. É uma lógica que amplia a visibilidade do que já está visível e que, para Banet-Weiser (2015), visibiliza somente aquilo quem tem a capacidade de se tornar e permanecer visível, ou economicamente viável.

Sob essa perspectiva, para Foucault (2008), certos corpos políticos são mais visíveis do que outros, tudo isso, sob um regime econômico que obedece ao pensamento neoliberal, um mecanismo estrutural da sociedade contemporânea que considera a economia mais fundamental do que a própria política. De acordo com Bonorandi (2017), de fato há a priorização de um mundo consumível em detrimento das próprias liberdades individuais. E é justamente esse o caminho percorrido pelas plataformas digitais algorítmicas contemporâneas que, submetidas a essa economia da visibilidade, criam um mundo inventado, no qual a realidade visível é construída com base no que é economicamente rentável. Ou seja, trata-se de uma postura neoliberal posta em prática.

Os algoritmos são definidos como “uma série de instruções delegadas a uma máquina para resolver problemas pré-definidos” (MACHADO, 2018, p. 48). E mais, eles estão presentes em praticamente todas as funções executadas na internet, como mecanismos de busca em plataformas como Google e redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram, por exemplo, além dos sites de compras, serviços de e-mails e aplicativos de celular.

Machado (2018) acrescenta que os algoritmos vão além de sua função meramente organizacional de viabilização do uso das plataformas, pois possibilitam não apenas a coleta como também a análise massiva e automatizada de dados de seus usuários. Para Morozov (2018), o cenário atual do extrativismo de dados por plataformas digitais algorítmicas é fruto desse contexto neoliberal que converte tudo em formas de captar dados, antecipando os comportamentos dos indivíduos ao ponto de ofertar a todas as pessoas maneiras cada vez mais precisas de fazê-las consumir. É o que Bruno et al (2019) chamam de laboratório de plataforma, ou seja, a combinação da captura e da manutenção dos dados dos usuários pelas plataformas algorítmicas,

de modo que sejam aprimoradas as suas operações a partir da atividade constante dos usuários. E isso acaba por contribuir diretamente para o crescente aprendizado da máquina em sua inteligência artificial.

Diante disso, é possível entender todo esse processo como uma verdade criada, na qual plataformas algorítmicas não apenas reproduzem posturas governamentais como regem as próprias subjetivações dos indivíduos. Assim, essas plataformas acabam fazendo com que os indivíduos em sociedade estejam presos a um sistema cíclico de consumo retroalimentado por um mecanismo capaz tanto de limitar certas liberdades individuais quanto invisibilizar identidades já vulneráveis na sociedade. É o caso a representação da população LGBTQIA+ na plataforma Netflix, nosso objeto de estudo aqui nesse trabalho.

Netflix é um dos serviços mais promissores no rol das plataformas de transmissão contínua, ou *streaming*, de conteúdos audiovisuais, fazendo-se presente atualmente em mais de 190 países (NETFLIX, 2021). A Netflix funciona de modo a recomendar títulos de filmes e séries audiovisuais de acordo com as escolhas de cada usuário em seu histórico pessoal de uso. Sendo assim, a Netflix se enquadra na categoria de plataforma algorítmica de recomendação, isto é, um tipo de plataforma na qual seus algoritmos não só aprendem com o histórico do usuário como passam a recomendar conteúdos com base nesse aprendizado. Para Baldárrago (2012), o sistema de recomendação contribui até mesmo para a tomada de decisão, comprovando assim o poder algorítmico de conduzir as escolhas dos usuários. Logo, considerando que as decisões do usuário são tomadas com base naquilo que está visível para ele, trata-se de uma escolha limitada, reduzida, uma vez que é condicionada pelo algoritmo, que é invisível.

Nesse sentido, a Netflix, enquanto plataforma algorítmica de recomendação, promove regimes de visibilidades e invisibilidades, especialmente pelo fato de que cada usuário tem uma visão particular dos filmes e séries recomendados pela plataforma. Desse modo, um filme pode ser recomendado a um usuário cujas preferências se assemelham a outros usuários diferentes, mas com histórico similar. Nesse sentido, os bancos de dados podem ser considerados verdadeiros mecanismos individualizantes, já que etiquetam usuários a partir do cruzamento de dados afins. Entretanto, esses algoritmos, ao recomendarem conteúdos que foram consumidos por um número considerável de usuários, confirma o seu mecanismo de visibilização

centrado no que é mais rentável, no que já está no plano do mais potencialmente visível. (BRUNO, 2013)

A Netflix obedece a regras preestabelecidas para executar automaticamente uma tarefa que proporciona maior conforto ao usuário. Um bom desempenho da plataforma, portanto, equivale a uma boa performance algorítmica. Para Bruno (2013), o algoritmo é um mecanismo performativo por conta de sua proatividade ao recomendar conteúdos, especialmente por ser capaz de antecipar o futuro no presente, afinal, os algoritmos performam uma potencialidade. Para Bitencourt (2019), já que os algoritmos são tão sensíveis à experiência e capazes de evoluir a partir dela, podem sim ser considerados performativos.

O nível de precisão do algoritmo da Netflix é tão alto que chega a ser capaz de detectar até a “ansiedade” daquele usuário que costuma avançar cenas ou pular capítulos de uma série. O algoritmo tem o poder de detectar ainda a “indecisão” de alguém que tem como hábito iniciar vários conteúdos e não finalizar nenhum, por exemplo. Assim, o perfil de um usuário é utilizado como dado para uma elaboração de categorias de condutas, inclusive preconizando futuros comportamentos, interesses e até traços psicológicos. Para Bruno (2018), esse mecanismo obedece a uma verdadeira economia psíquica dos algoritmos.

E isso está diretamente relacionado ao contexto neoliberal, afinal, de acordo com Bonorandi (2017, p. 30), o neoliberalismo pode ser entendido também como “um modo de produção de subjetividades, onde os indivíduos e seus afetos em relação a si e os outros estão em jogo”. Assim, podemos afirmar que plataformas como a Netflix não só acumulam capital em grande escala como também influenciam subjetivações e impactam diretamente nos comportamentos dos usuários. Desse modo, partindo do princípio de que cada conteúdo, filme ou série, é capaz de representar identidades, a Netflix pode simplesmente dar visibilidade a uma representatividade ao mesmo tempo em que invisibiliza outra. Logo, é fato que as plataformas algorítmicas, sujeitas ao regime do visível/invisível, podem sim reforçar exclusões sociais.

De acordo com Carrera e Carvalho (2020), outras plataformas como bancos de imagens geralmente invisibilizam a representatividade das identidades negras quando são buscados termos como “família”, por exemplo. O algoritmo dessas plataformas privilegia em seus resultados imagens de famílias brancas, sendo necessário

buscar por “família negra” para que apareça algum resultado com essa representatividade. Trata-se de uma lógica muito semelhante à representatividade da população LGBTQIA+ no algoritmo de recomendação da Netflix, um mecanismo redutor e invisibilizante que, segundo Silva (2020), tem o hábito de reproduzir relações de poder e opressão já existentes na sociedade.

Banet-Weiser (2015) acrescenta que tanto as políticas quanto as economias da visibilidade compõem as chamadas políticas da representação, o que significa dizer que, de fato, as representatividades estão submetidas a disputas de poder, que ora sujeitam ora legitimam identidades. E isso também é percebido no fato de que a possibilidade da circulação de conteúdos de representatividade LGBTQ esteja limitada aos usuários que mantenham em seus históricos de uso o consumo de conteúdos categorizados como “LGBTQ”.

Pariser (2011) diz que o algoritmo, em plataformas como a Netflix, busca melhorar a experiência dos usuários, recomendando conteúdos cada vez mais próximos aos seus interesses, já que está a todo instante coletando e interpretando dados dos usuários e de seus semelhantes. Disso advém outro problema: a criação dos chamados filtros-bolha, ou seja, bolhas de conteúdos temáticos só acessíveis a quem já mantém em seu histórico alguma experiência prévia de consumo desse mesmo conteúdo temático. E desse modo, os algoritmos de recomendação se limitam a recomendar conteúdos dentro dessa bolha temática, filtrada pelo histórico na plataforma. O que praticamente acaba isolando o usuário e limitando as escolhas.

A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2011).

Nesse sentido, um filtro-bolha (PARISER, 2011) nada mais é do que uma assimetria algorítmica que isola o usuário no universo

limitado dos conteúdos que supostamente lhe interessam. Logo, há toda uma quantidade de outros conteúdos que deixam de ser visualizados pelo usuário, e que podem jamais ser consumidos por ele na plataforma – a não ser que se recorra a uma busca específica no campo de pesquisa. Sendo assim, o que chega ao usuário finalmente é aquilo que o algoritmo entende como potencialmente consumível e aprovável. Não é uma escolha do usuário, já que ele está sujeitado a um poder matemático (O'NEIL, 2020) controlador das instâncias anteriores à “decisão” que lhe é ofertada. Para Morozov (2018), essa regulação algorítmica não deixa de ser uma ferramenta contrária à democracia.

Resultados e discussão

Na Netflix, os títulos cujas temáticas evidenciam representatividades LGBTQIA+ aparecem de duas maneiras principais que serão destacadas a seguir: a) sob a generalização e consequente invisibilização dessas identidades em categorias temáticas de conteúdos na plataforma; e b) sob a limitação na recomendação de títulos de representatividade LGBTQIA+, que são recomendados sobretudo aos usuários que já possuem em seus históricos o consumo prévio de algum conteúdo relacionado.

É importante lembrar que a Netflix não apenas sugere conteúdos específicos, como lançamentos, títulos originais e listas de sugestões de gêneros cinematográficos do tipo “drama”, “suspense” ou “comédia”, por exemplo. A plataforma cria também listas personalizadas com recomendações para cada usuário, algumas bem específicas do tipo “Quem assistiu X, também gostou de Y”, além de listas de recomendações intituladas “Porque você gostou do filme X” e outras afins. Nesse sentido, conteúdos de representatividade LGBTQIA+ aparecem em categorias como “Filmes LGBT” ou “Séries LGBT”, por exemplo. Mas, obviamente, não são encontradas na plataforma listas de recomendação intituladas “Filmes Héteros” ou “Romances Heterossexuais”. Não que se deva, afinal, filmes e séries devem ser enquadrados nos gêneros cinematográficos a que pertencerem, independente do tipo de relação homossexual/heterossexual que venham a representar. Porém, no caso da Netflix, para se ter acesso a um romance ou comédia de representatividade homoafetiva é necessário buscar por termos mais específicos (ou redutores) no campo de pesquisa. Ou é preciso já

se ter no histórico de consumo algum conteúdo que esteja de algum modo relacionado a essa “categoria” temática “Gay” ou “LGBTQ”. Assim, quando um filme do gênero comédia com a representatividade LGBTQ é enquadrado como “Filme LGBTQ” e não como uma comédia, a plataforma acaba provocando uma assimetria em seu mecanismo de visibilização/invisibilização de conteúdos com representatividade LGBTQ, visto que comédias com relações normativas não necessitam dessa especificidade.

Essa assimetria nada mais é do que uma maneira de tornar visível o que já está no campo do visível e que, alinhado com a própria noção da economia da visibilidade (BANET-WEISER, 2015), se mostra mais potencialmente consumível, pois já está visível. Trata-se de uma matemática que acaba por reproduzir estratégias de invisibilização de uma representatividade já vulnerabilizada no meio social. Desse modo, fica claro o modo como, nesse ponto, a Netflix contribui para a postura neoliberal de priorizar a economia à representação dos corpos políticos, afinal, os conteúdos representativos da sexualidade heterossexual já estão no campo do visível e recomendável, logo, são conteúdos que trazem retorno maior financeiro à plataforma, que tem como objetivo básico manter os seus usuários o maior tempo possível nela, mesmo que para isso formule uma realidade contruída pelo trabalho de seus algoritmos regidos por essa economia da visibilidade.

É o algoritmo quem seleciona o visível dentro do catálogo geral, construindo os filtros necessários para dar visibilidade somente aos conteúdos que o próprio algoritmo julga como relevantes e que “merecem” chegar ao usuário. Portanto, esse filtro-bolha é o que nos apresenta “um certo mapa da rede onde os caminhos traçados são nossas supostas preferências projetadas por algoritmos que monitoram e mineram nossos cliques e navegações” (BRUNO, 2013, p. 171).

Portanto, propomos aqui a noção de bolha performativa para nos referir ao filtro-bolha invisibilizador das performatividades não normativas, como é o caso da população LGBTQIA+ e suas representatividades na plataforma algorítmica Netflix. Nessa plataforma, o algoritmo de recomendação trabalha no sentido de recomendar conteúdos de performatividades normativas, heterocentradas, no caso, de modo a privilegiar conteúdos que supostamente são mais “relevantes” ao público “em geral”. Sendo que essa generalização, por mais que aparentemente inofensiva, tem o poder de promover assimetrias que reduzem, segregam e inferiorizam as identidades LGBTQIA+. Assim, essa bolha performativa

é capaz de otimizar as buscas e as escolhas de usuários interessados em “conteúdos LGBTQ” na plataforma, entretanto, os usuários em cujos perfis os algoritmos nunca tiveram contato com conteúdos de performatividades LGBTQIA+ continuam consumindo apenas representatividades heterocentradas, fortalecendo a histórica manutenção da subjetividade LGBTQIA+ em guetos, no caso, filtros-bolhas excludentes que aqui passamos a chamar de bolhas performativas. A bolha performativa, portanto, funciona como mais um modo de promover assimetrias e isolamentos de performatividades não normativas, de segregar identidades não dominantes na sociedade e que, por isso mesmo, não se mostram rentáveis economicamente, pelo menos para o algoritmo desse tipo de plataforma. Criar bolhas performativas é algo que vai além do simples fato de apontar o que cada pessoa deve consumir. É limitar o visível a partir de filtros e categorias que têm o poder de promover invisibilizações na representação de performatividades não normativas. Não incluir ou não promover igualdade na escolha por parte dos usuários em relação aos conteúdos LGBTQIA+ é agir contra a diversidade, contra a liberdade de escolha e até mesmo contra a democracia.

Considerações finais

Sabemos que o algoritmo tem o poder sobre o usuário e não o contrário. Afinal, o algoritmo se alimenta dessa vulnerabilidade do usuário, oferecendo a ele um limitado mundo visível continuamente personalizado. Trata-se, portanto, de uma espécie de regime de visibilidade, uma maneira de distribuir o visível, um modo de regular “o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem” (RANCIÈRE, 2012, p. 96).

Para Rancière (2012, p. 96), os regimes de visibilidade são capazes de criar “certo senso de realidade, certo senso comum”, logo, quando relacionamos esse conceito à performance algorítmica da Netflix, entendemos como uma população pode ser representada por meio da visibilização de um conteúdo audiovisual de modo a tornar naturalizada a sua presença na plataforma. Porém, por meio da invisibilidade algorítmica, uma população historicamente já invisibilizada pode permanecer numa espécie de “limbo”, sendo então acessada e consumida apenas por seus pares. A performance algorítmica da Netflix não deixa de ser um modo de manutenção da heteronormatividade, historicamente pautada na ação de invisibilizar os corpos que destoam dela.

Os regimes de visibilidade reforçam as assimetrias, apontadas aqui no contexto das bolhas performativas dos algoritmos de recomendação de uma das mais presentes e potentes plataformas audiovisuais do mundo contemporâneo. Para Rancière (2012), toda imagem tem a sua potência política, logo, a presença de corpos políticos historicamente já invisibilizados urge por uma maior participação política, econômica, cultural e social. E essa postura mercadológica legitimada pelo poder neoliberal não apenas abala a democracia, como alarga as assimetrias que provocam reduções na emancipação de populações como a LGBTQIA+.

Referências

BALDÁRRAGO, Arturo Elias. **Abordagem de recomendação baseada em conteúdo utilizando ontologia fuzzy de domínio e ontologia crisp de preferência do usuário** (Dissertação de mestrado). São Carlos: UFSCar, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/502/4477.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 15/01/2020.

BANET-WEISER, Sarah. Keynote address: media, markets, gender: economies of visibility in a neoliberal moment. **The Communication Review**, Charlottesville, v. 18, n. 1, p. 53-70, 2015. BITENCOURT, Elias Cunha. **Smartbodies – corpo, tecnologias vestíveis e performatividade algorítmica**: um estudo exploratório dos modos heurísticos de corporar na plataforma Fitbit (tese de doutorado). Salvador: UFBA, 2019.

BONORANDI, Giuliano Djahjah. **Neoliberalismo, redes e afetos**: uma cartografia da experiência espanhola (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda. Visões maquínicas da cidade maravilhosa: do centro de operações do Rio vila autódromo. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M; GUILHON, L. MELGAÇO, L.(Org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. In: **FAMECOS**, v. 26, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. In: **Galaxia**, n. 43, jan-abr. 2020, p. 99-114.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACHADO, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. In: MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NETFLIX. **Onde a Netflix está disponível?**. Disponível em: <<https://help.netflix.com/pt/node/14164>>. Acesso em: 03/01/2021.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. Rio de Janeiro: Editora Rua do Sabão, 2020.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SILVA, Tarcísio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: micro-agressões e discriminação em código. In: **Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS**. Salvador, Bahia, Brasil. 2019.

IMPACTO DAS ASSESSORIAS E A REPRESENTAÇÃO LGBTQ+ FEITA PELO JORNALISMO DIGITAL DE CUIABÁ¹

Thays Luz Amorim

*Graduanda do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, thaysufmt@gmail.com;*

Tamires Ferreira Coêlho

*Professora orientadora. Doutora em Comunicação Social pela
Universidade Federal de Minas Gerais, Professora do Departamento de
Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
da UFMT, tamiresfcoelho@gmail.com.*

Resumo

Este trabalho busca compreender os impactos das assessorias de imprensa na cobertura de pautas relacionadas a pessoas LGBTQ+ feitas pelo jornalismo digital de Cuiabá-MT, mais especificamente pelos sites Olhar Direto e RD News, no período de março de 2019 a fevereiro de 2020. A metodologia escolhida foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) e, por meio dos mecanismos de coleta, foram reunidas 118 matérias que continham expressões de gênero e sexualidade englobadas na sigla LGBTQ+. A análise aponta um alto índice de aproveitamento dos materiais de assessorias do Poder Público, com a priorização de fontes oficiais em detrimento de pessoas LGBTQ+, prejudicando a representatividade e possibilidades de humanização dessas pessoas nos sites jornalísticos cuiabanos. Uma vez que as assessorias geralmente não produzem/distribuem conteúdos para além de texto escrito e fotografias, a multimídia (aspecto essencial à produção digital e à humanização jornalística) é prejudicada e impacta na falta de representação da população LGBTQ+, além

1 Artigo proveniente de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso.

de prejudicar as rotinas produtivas jornalísticas, já que a reprodução de conteúdo de assessoria toma o lugar de produções autorais comprometidas com a ética e a responsabilidade social, sobretudo em relação a orientações sexuais e identidades de gênero consideradas dissidentes.

Palavras-chave: LGBT+, Assessoria, Representação, Jornalismo Digital.

Introdução

O trabalho busca compreender, por meio da análise de conteúdo, de que forma se dá a construção noticiosa da população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Travestis e pessoas com outras orientações sexuais e/ou identidades de gênero)² em dois grandes sites de Cuiabá-MT, o Olhar Direto e o RD News. Foram analisadas 118 matérias entre março de 2019 e fevereiro de 2020 que tinham como pauta temas de gênero e sexualidade que englobam a população LGBT+ (59 matérias do Olhar Direto e 59 matérias do RD News). A partir dessas matérias coletas no período estabelecido, utilizou-se uma planilha, no formato XLSX, para obter dados sobre indícios de interferência de assessoria de imprensa no texto, editoriais, fontes, se o conteúdo era restrito a fontes oficiais, quantos personagens foram utilizados, além de elementos de multimídia e hipertextualidade.

A pesquisa utilizou o método de análise proposta por Bardin (2016) para a organização dos dados na planilha e uma pré-análise do corpus da pesquisa. A partir de Pitkin (2006) e Jodelet (1989), pensamos na representação das narrativas de pessoas LGBT+ no jornalismo feito a partir dos dois sites e em como ela é construída e repercutida socialmente. O conceito de representação é fundamental à pesquisa porque nos permite compreender de que modo pessoas LGBT+ e suas demandas são (ou não) visibilizadas.

Do total de 118 matérias coletadas no período estabelecido, 58 textos possuem indícios de assessoria – ou seja, são conteúdos parcial ou totalmente reproduzidos das assessorias, sem uma apuração própria do veículo. Por meio desses dados, buscou-se compreender de que modo as assessorias de imprensa, principalmente as que são vinculadas ao Poder Público e são entendidas como fontes oficiais,

2 Por uma questão de conforto de leitura, e para delimitarmos um campo específico, optamos por manter a sigla LGBT+ para mencionar esse grupo de pessoas. Entendemos que a linguagem, muitas vezes, é limitadora e reproduz opressões históricas. Delimitamos, portanto, a palavra LGBT+ com ressalvas, compreendendo suas limitações e restrições dentro da pesquisa. Ressaltamos que os estudos de gênero e sexualidade não se limitam apenas ao universo da sigla aqui adotada, e que existem outras possibilidades resultantes de debates e estudos.

impactam na representação jornalística de pessoas LGBTQ+, principalmente ao reproduzir violências sistemáticas e históricas.

Percurso metodológico

Durante a fase de pré-análise do conteúdo, a escolha dos veículos se deu a partir do método da leitura flutuante proposta por Bardin (2016), estabelecendo hipóteses a partir de um primeiro contato com as matérias que englobavam a população LGBTQ+. Buscava-se nesses veículos pré-estabelecidos indícios de autorialidade e conteúdo jornalístico que envolvessem a comunidade LGBTQ+, já que um dos objetivos da pesquisa é compreender de que modo se dá essa representação jornalística.

Para a seleção das matérias, foram utilizados os mecanismos de busca dentro dos sites para identificar e catalogar os materiais que continham, no título, alguma referência à comunidade mencionada. Além do próprio termo LGBTQ+, também foram pesquisadas, separadamente, as palavras dentro do espectro da sigla para ter uma amostragem completa. No total, foram 10 termos pesquisados e levados em consideração para a produção desta pesquisa: LGBTQ+, lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia.

Os veículos também foram selecionados devido à sua importância local, na condição de sites com conteúdo jornalístico. Ambos possuem uma história consolidada no estado e são entendidos como fontes confiáveis devido ao trabalho desempenhado. O Olhar Direto foi criado no começo do ano 2000, enquanto o RD teve início em 2006. Ademais, uma breve análise de tráfego e engajamento dos sites, em consulta ao aplicativo SimilarWeb³, mostra um número considerável de acessos no período de 6 meses. O Olhar Direto possui um total de 2,23 milhões de visitas entre os meses de outubro de 2020 e março de 2021, com 1.70 páginas visualizadas por visita. Em relação ao RD News, entre outubro de 2020 e março de 2021, o veículo obteve uma estimativa de 889,1 mil visitas, com 1.73 páginas por visita ao site.

3 Consulta realizada no dia 19 de março de 2021. O aplicativo possui uma tecnologia de coleta, síntese e modelagem de dados.

A partir da coleta realizada no período de um ano, é possível estabelecer uma série de fatores e pressupostos, a partir dos dados coletados sobre como o Olhar Direto e o RD News lidam com temas ligados a gênero e sexualidade dentro de suas respectivas redações. Em nível local, é fundamental pesquisarmos de que modo essas pessoas LGBTQ+ são vistas e ouvidas pelo jornalismo – ou não – e qual a representação midiática das questões de gênero e sexualidade no jornalismo cuiabano. Por estarmos localizados fora dos grandes centros e de um mercado jornalístico mais efervescente, é imprescindível que possamos compreender como operam os veículos locais e qual é a abordagem dessas pautas.

Representação LGBTQ+ e jornalismo

O conceito de representação, que trabalhamos na pesquisa para analisar as matérias coletadas, é entendido por Hanna Pitkin (1989) como um fenômeno cultural, político e, sobretudo, humano. Esse fenômeno, que também é social, nos mostra como partilhamos – ou divergimos – de ideias e ideais que nos cercam, que compõem o nosso cotidiano. Ancorada em ideologias, crenças, valores, costumes, imagens etc., a realidade é então construída e partilhada por diversos indivíduos, que constituem o coletivo.

Para Jodelet (1989, p.1), essas representações “nos guiam na maneira de nomear e definir em conjuntos os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la”. A representação se torna quem somos e nos mostra como estamos inseridos em determinados contextos sociais.

Essas definições comuns, estabelecidas e endossadas coletivamente, podem colocar certos corpos em uma condição de aceitação ou de repulsa, de desejo ou de negação, de beleza ou de deformidade, de vida e de morte. Constrói-se e determina-se um denominador comum de representação e de pertencimento social aos indivíduos. Onde e de que forma estamos inseridos? Esta questão, contudo, pode ser respondida e compreendida através do coletivo, por meio de contextos históricos e sociais.

Pensando nas questões de gênero e sexualidade, somente quem compõe o coletivo e obedece à norma cisgênera [quando a identidade de gênero corresponde ao sexo biológico atribuído ao nascimento] e

heterossexual [atração emocional e sexual pelo sexo/gênero oposto] desempenharia o papel de sujeito, de produzir significados a algo e engajar essa força discursiva. Quem obedece a esses parâmetros previamente estabelecidos possuiria, portanto, o poder discursivo sobre corpos LGBT+ devido à posição de privilégio que ocupam, uma vez que corpos cisgêneros e heterossexuais possuem inúmeros privilégios dentro da sociedade.

Além de a heterossexualidade e a cisgeneridade serem entendidas como normas sociais e coletivas, elas também são vistas como compulsórias, ou seja, estão inseridas dentro da normalidade e do que é esperado de um indivíduo, sem que sejam escolhas prévias (VERGUEIRO, 2015). A sociedade, como construção coletiva, denomina e perpetua papéis específicos vinculados a pessoas que nascem com o sexo biológico feminino e masculino e, portanto, especifica ações que são esperadas a essas pessoas.

Para discutirmos essa representação de gênero e sexualidade no jornalismo, é necessário levar em consideração a objetividade jornalística e o seu papel a partir de características sociais bem delimitadas. Moraes e Silva (2019) apontam que a objetividade é entendida a partir da neutralidade e está fundamentada em estruturas epistêmicas provindas do sistema capitalista, patriarcal, ocidental e moderno. Essas estruturas corroboram com a reprodução de ideologias socialmente violentas com corpos dissidentes, como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Partindo de um sujeito universal (o homem branco, heterossexual, ocidental), a objetividade jornalística permite a reprodução de violências históricas. Ao pensar no poder discursivo e no fato de que o jornalismo possui raça, gênero e uma sexualidade bem delimitada, essas condições de pensamento seguem relegando determinados corpos à marginalidade, em uma representação criminalizadora.

Entendemos que a reprodução das ideologias do machismo e do racismo nos conhecimentos produzidos pelo jornalismo vem sendo sustentada por uma racionalidade que historicamente delineia uma condição mais conservadora no encontro com alteridades, resultando na reprodução de estereótipos e preconceitos. Trazemos para a discussão alguns exemplos do quanto o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) que historicamente retirou a condição de humanidade e relegou às margens parcelas

gigantescas das populações, muito especialmente as mulheres, os negros, os indígenas – considerados o Outro do sujeito universal. (MORAES; SILVA, 2019, p. 3-4).

Neste contexto, podemos definir que o jornalismo opera uma força na disputa social de narrativas. É por meio da notícia que podemos solidificar estereótipos e contribuir com representações reducionistas de grupos minoritários. O enfoque da notícia passa por processos jornalísticos como escolha de fontes, fotos, determinadas palavras e contextos que podem contribuir para que certos símbolos negativos sejam atribuídos ao objeto. Essa representação no jornalismo, e que de forma isso será externalizado à sociedade, é fundamental para entender a hierarquização do poder e de determinadas narrativas.

É importante pontuar que a narrativa de pessoas LGBTQ+ possui diversas possibilidades no jornalismo digital, que muitas vezes não são exploradas pelo Olhar Direto e RD News. A pesquisa leva em consideração o conceito do jornalismo digital que engloba alguns aspectos como hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade (CANAVILHAS, 2014). É por meio do ciberespaço que esses fatores, atribuídos à produção jornalística, foram observados e são passíveis de serem explorados, incorporando novos aspectos às rotinas produtivas e à produção de textos humanizados.

Partimos de Salaverría (2014) para explicar a importância da hipertextualidade e multimidialidade no jornalismo, pelo seu papel transformador de narrativas. Ao combinarmos diferentes aspectos do meio digital (foto, vídeo, animações, áudios, gráficos, entre outros), é possível humanizar pautas sensíveis por meio dos múltiplos recursos e explorar um lado afetivo para trazer um contraponto ao público e gerar identificação. É no meio digital que os recursos do jornalismo ganham fôlego e permitem que as redações e repórteres possam construir narrativas complexas, que ofereçam diversas formas ao público.

Para além desse debate sobre a multimidialidade e suas possibilidades, é importante destacar o conceito do “jornalista sentado”, que não se dedica à coleta de informações direto com a fonte e teria um papel de formatação de outros textos, de uma informação que não foi coletada diretamente pelo profissional (NEVEU, 2001, p.7 apud PEREIRA, 2004, p.96). Apesar de se popularizar no jornalismo digital, em veículos convencionais esse tipo de jornalista já praticava

essa função, que não tem contato direto com as informações que são publicadas. Essa questão também envolve, diretamente, a dependência dos veículos em relação às assessorias de imprensa.

A internet não foi responsável pela introdução de um jornalismo estritamente 'sentado'. Basta lembrar que algumas funções dentro de redações convencionais já eram exercidas antes da produção noticiosa na Rede que apenas radicalizou esse tipo de produção ao centrar-se na publicação de informações provenientes, sobretudo, de fontes externas. Essa foi a maneira que as empresas jornalísticas encontraram para manter um sistema de alimentação on-line em fluxo contínuo com quadro profissional reduzido. (PEREIRA, 2004, p. 96).

Em alguns veículos, principalmente os que não são vinculados a grandes conglomerados, não existem recursos físicos e/ou financeiros para uma cobertura fora da redação, que permita uma apuração mais detalhada utilizando ferramentas, sobretudo, multimídia. Apesar de não pertencerem a conglomerados midiáticos, é possível constatar que esse não é o caso do Olhar Direto e do RD News, que utilizam essa apuração in loco, principalmente em matérias da editoria de Política. Apesar de ambos os jornais possuírem uma estrutura que pode ser considerada robusta, tendo em vista outros veículos que não são ligados a conglomerados midiáticos no estado, é possível identificar que pautas relacionadas a gênero e sexualidade não são prioridades para deslocamento de repórteres e recursos.

Resultados e discussão

A partir da coleta realizada, foi constatado um uso sistemático de fontes oficiais, que provêm, em grande parte, da priorização dos materiais de assessoria. No Olhar Direto, 35 matérias possuem indícios de uso de assessoria, enquanto 38 matérias se restringem às fontes oficiais. Do total de 59 matérias, apenas 23 não possuem indícios de assessoria, enquanto 20 não se restringem exclusivamente às fontes oficiais.

Em relação ao RD News, do total de 59 matérias coletadas, 20 possuem indícios de assessoria, enquanto 29 matérias se restringem às fontes oficiais. 30 matérias não são restritas exclusivamente às

fontes oficiais, o que demonstra um cenário diferente em relação ao Olhar Direto, ainda que a reprodução dos releases represente 1/3 das matérias do veículo. Uma matéria do total coletado não foi considerada para a análise, por ser reprodução completa do site Terra MT Digital.

É importante ressaltar que, ao falarmos sobre matérias com indícios de assessoria, estamos levando em conta textos das assessorias que foram parcialmente ou totalmente reproduzidos pelo site, que reproduzam falas advindas das assessorias e que não possuam qualquer tipo de apuração própria do veículo ou contraponto. Apesar de a assessoria funcionar como uma importante área de atuação do jornalista e contribuir com a função dos repórteres, ao se reproduzir o discurso feito pelas assessorias, prejudica-se a apuração independente.

Os releases (textos técnicos elaborados por assessorias para pautar repórteres), em sua maioria de órgãos governamentais, são construídos com um único discurso, embasados em fontes que priorizem a narrativa do sujeito assessorado. Na maioria das vezes, esses textos não passam por uma apuração e checagem própria do veículo, não se adiciona qualquer contraponto, e são publicados quase na íntegra, não fossem algumas alterações pontuais. Essa aderência das redações aos releases, além de outros fatores, se deve também às técnicas jornalísticas incorporadas nos textos (COELHO *et al*, 2020).

[...] O resultado dessa prática é a legitimação de discursos de instituições aparelhadas por assessoria e a ausência de apuração, investigação e contraponto por parte dos jornalistas, a consequência para o público é o consumo de conteúdo jornalístico de qualidade duvidosa [...]

A facilidade que a assessoria tem de interferir nas redações se explica pela apropriação das técnicas jornalísticas utilizadas na produção dos releases, enviando para os jornalistas materiais que respeitam padrões e critérios jornalísticos. Jorge Duarte (2010, p.311) explica que uma boa assessoria “embala” a informação “pronta para o uso ou, pelo menos, para facilitar o trabalho na redação”, de forma a conhecer a pressão dos prazos, da concorrência e os valores-notícia: “o assessor (sobretudo se passou por redações) passa a ter mais chances de interferir no processo, oferecendo pautas e informações adaptadas a cada um” (COELHO *et al*, 2020, p.7).

Ao se limitar apenas à publicação das matérias, sem que elas possuam uma checagem própria, independente de outros canais que oferecem as notícias prontas para serem publicadas (PEREIRA, 2004, p.97), o jornalista se restringe a fontes e informações que não foram devidamente checadas e/ou coletadas por terceiros. Isso abre margem para nos questionarmos a autoralidade dessas matérias, já que o jornalista parece atuar em uma espécie de curadoria de dados.

Por curadoria, estamos pensando em um conteúdo que é apresentado de forma organizada e para um fim específico, sob determinados critérios do curador (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 4-5). Nesse tipo de curadoria, existe uma estratégia e um público para a ação. Em uma análise de 21 veículos, incluindo o Olhar Direto e o RD News, Coêlho et al. (2020, p.10) pontuam que “não há tanta preocupação com a organização da informação, nem com a construção de conhecimento (apenas reprodução das versões de fontes específicas e bem aparelhadas)” na replicação das matérias, o que, em termos de curadoria, também gera um produto problemático.

Quando pensamos no recorte da comunidade LGBTQ+, esse discurso mediado pela assessoria prejudica a diversidade de fontes e personagens por restringir o potencial das redações. Ao falarmos de violência de gênero e sexualidade, é esperado que personagens vítimas de LGBTQfobia sejam priorizados e ouvidos em uma matéria. Entretanto, na maioria das vezes, as forças de segurança (que não sofrem a violência retratada) são as principais fontes reproduzidas através dos releases, o que prejudica a pluralidade e diversidade necessária à prática jornalística.

Nesse ponto, destacamos a matéria sobre homicídios motivados por homofobia, do Olhar Direto⁴, um texto reproduzido da assessoria do governo do estado. O texto traz dados compilados pelo Executivo mato-grossense e uma única fala do atual secretário estadual de Segurança Pública de Mato Grosso, Alexandre Bustamante, que detalha tecnicamente sobre a capacitação da pasta em relação ao combate aos crimes de homofobia. Entretanto, esse tipo de representação não é capaz de explorar a subjetividade e complexidade do tema, já que estamos partindo de uma visão estadista e de alguém dentro dos

4 Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=457867&noticia=em-tres-meses-mato-grosso-registrou-tres-homicidios-motivados-por-homofobia>> Dado coletado em: 15 mai. 2021.

padrões de gênero (cisgeneridade) e de sexualidade (hétero) para falar sobre esse tipo de violência.

Ao não ouvir pessoas LGBTQI+, o jornalismo corrobora com uma visão LGBTQIfóbica e endossa a visão do Estado, que não busca políticas públicas efetivas mesmo em meio a números alarmantes de violência. Se o jornalismo não traz outros lados e prioriza a reprodução de conteúdos de assessoria – ou seja, a versão produzida estrategicamente pelo Estado –, ele recai no erro e não cumpre o seu papel social, de humanização e diversificação.

Em relação a pessoas transexuais e travestis, em alguns casos, a própria assessoria não respeita o nome social de acordo com o gênero – um direito reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal –, divulgando o nome morto⁵. Devido à relação de dependência estabelecida, os veículos também reproduziram o erro da assessoria, sem qualquer edição por parte da redação a fim de preservar a identidade de gênero.

Essa questão também pode ser analisada a partir de uma matéria da editoria de polícia do RD News, em que uma mulher transexual é suspeita de ter aplicado golpes⁶. Apesar de sinalizar que a pessoa se identifica como transexual, o texto traz o nome morto e expõe a sua imagem, ainda que ela esteja em condição de suspeição. A matéria foi creditada à “Redação”, mas o texto com o nome morto foi produzido pela Polícia Judiciária Civil e foi publicado tanto pelo RD News, quanto pelo Olhar Direto⁷.

Reproduzir essas violências, como o desrespeito ao nome social, a veiculação de imagens de pessoas transexuais/travestis assassinadas, ou em condição de suspeição, ainda que a partir de boletins de ocorrência e de textos das assessorias, é, também, trazer toda essa carga de valores para dentro da notícia. Ao não construir uma apuração própria, que priorize a humanização a partir de um conteúdo autoral que explore possibilidades multimidiáticas, o jornalismo corrobora com

5 A pesquisa adotou o termo “nome morto” para se referir ao que, comumente, é conhecido como nome de registro – o nome antigo da pessoa, antes da transição, e que não está de acordo com a sua identidade de gênero

6 Disponível em: < <https://www.rdnnews.com.br/policia/conteudos/116723>> Dado coletado em: 15 mai. 2021.

7 Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=460150&noticia=transexual-e-namorado-sao-presos-por-torturar-e-roubar-homem-durante-programa&edicao=1>> Dado coletado em 15 mai. 2021

representações pejorativas, LGBTfóbicas e patriarcais, que contribuem para perpetuação de violências de gênero e sexualidade.

Essa dependência dos canais das assessorias e das fontes policiais, por meio dos boletins, nos ajuda a contextualizar o perfil do jornalista sentado, apresentado na sessão anterior. O jornalista, bem como o veículo, não se preocupa sobre esses parâmetros cis-heteronormativos reproduzidos – uma vez que as redações também são constituídas desse modo. O profissional, bem como o veículo, deixa de agir diretamente sobre aquilo que chama de notícia e acaba replicando essas representações pejorativas e que invisibilizam pessoas LGBTQ+. Ao deixar de ter uma ação contundente na apuração dos fatos, o jornalista relega isso a outros agentes (forças de segurança, assessorias), que irão reproduzir esses padrões observados.

Outra consequência observada da dependência dos releases é a limitação das possibilidades de multimedialidade e hipertextualidade, já que as assessorias ainda atuam no formato do jornalismo impresso. Ou seja, se as assessorias não fazem, isso não é reproduzido e incorporado nos jornais. Com relação às produções autorais, poucas reportagens são produzidas e pensadas exclusivamente para o meio digital – percebe-se que não existe uma preocupação para adotar esses elementos multimídia e hipertextuais na narrativa jornalística. A pesquisa relaciona esses pontos com a precarização das rotinas produtivas, que prioriza a quantidade de matérias em detrimento da qualidade.

Considerações finais

Para além de um retrato sobre a representação LGBTQ+ no jornalismo praticado pelos veículos, pontuamos que pessoas LGBTQ+ ainda não são ouvidas e a representação que se tem ainda é majoritariamente a partir de uma perspectiva normativa (dentro da cisgeneridade e heterossexualidade). A construção noticiosa dos sites não prioriza fontes LGBTQ+ e, na maioria das matérias, não se busca um contraponto à versão oficial. Apesar de a diversidade ser o elemento central das questões de gênero e sexualidade, isso ainda não ocorre no jornalismo, o que impacta diretamente em como essa população está sendo representada.

O alto índice de dependência das assessorias nos mostra um problema estrutural, em que os veículos não buscam uma apuração

independente dos releases e reproduzem representações violentas e opressoras, chanceladas pelo Poder Público. Ao republicar quase que na íntegra esses textos, o jornalismo não cumpre o seu papel social em oferecer um contraponto ao discurso hegemônico e humanizar pessoas LGBTQ+. Ainda que exista a possibilidade de ressignificar essas narrativas, os veículos atuam, na maioria das vezes, no sentido de endossar uma visão estadista que não escuta os mais interessados nessa discussão.

O jornalismo cuiabano perde uma grande oportunidade de experimentação de narrativas e de humanização ao ignorar as possibilidades do jornalismo digital e seguir em um modelo de séculos atrás, improvisado para a web. Ainda que existam recursos, levando em consideração que o Olhar Direto e o RD News são redações consolidadas e com uma equipe significativa, em meio a um cenário de precarização, as produções multimidiáticas são escassas e uma exceção na prática jornalística.

Durante a análise das matérias, após discutir a dependência dos canais das assessorias de imprensa e a pouca diversidade de fontes que impacta na representação LGBTQ+, constatamos que, apesar de Olhar Direto e RD News possuírem redações consolidadas e com uma estrutura relativamente robusta em Cuiabá, não se prioriza uma cobertura autoral da população LGBTQ+, a partir de um jornalismo que esteja interessado em escutar essas pessoas e dar visibilidade a essas vozes.

Ainda que a pesquisa se proponha a analisar matérias da população LGBTQ+ como um todo, diversas possibilidades podem ser exploradas pensando nessa relação de dependência das assessorias de imprensa. Os dados coletados apontam para um viés extremamente criminalizador em relação a pessoas transexuais e travestis, o que reforça representações violentas e estereótipos que relegam identidades de gênero dissidentes à marginalidade.

De um lado, é possível questionar se boa parte do material analisado, mesmo proveniente de veículos autodefinidos como jornalísticos, pode ser considerado noticioso de fato. A ausência de fontes que possibilitem diversificar perspectivas em torno de uma pauta, a escolha por sempre visibilizar a posição de fontes privilegiadas e por eventualmente se restringir a elas, definitivamente, não são posturas compatíveis com os pressupostos básicos da profissão jornalística e não contribuem para a construção de esferas públicas. Ao legitimar

fontes oficiais masculinas, brancas, heterossexuais, cisgêneras, é ainda possível pensar que valores estão construindo os parâmetros tidos como jornalísticos, a própria cultura jornalística, e de que forma o que se pratica e se define como “jornalismo” em Cuiabá pode mais atrapalhar o desenvolvimento de debates sociais importantes, do que efetivamente auxiliar na humanização e na superação de tabus e preconceitos.

É necessário que o jornalismo cuiabano, praticado a partir dos veículos analisados, repense a reprodução de representações criminosas e excludentes, que reestigmatiza pessoas que não pertencem à norma de gênero e sexualidade. Essa representação pejorativa, cancelada pelas assessorias e depois reproduzida pelos sites, contribui para que essas pessoas não tenham espaço dentro da sociedade e normaliza uma concepção patologizante, de repulsa e de ódio.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

COELHO, Tamires *et al.* Impacto das Assessorias na Produção Digital Independente em Mato Grosso. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, **Anais...** 2020, p. 1-17.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 189p., 2014.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. O algoritmo curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: XXI Encontro Anual da Compós, **Anais...** Juiz de Fora, 2012, p. 1-15.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989, p. 1-29.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia

descolonizadora. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, **Anais....** Porto Alegre, 2019, p.1-21 Disponível em: https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf. Acesso em: 04 mai. 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. O 'Jornalista Sentado' e a produção da notícia on-line no CorreioWEB. **Em Questão**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 95-108, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46029>. Acesso em 12 mai. 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova [online]**, São Paulo, n.67, p.15-47, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Labcom. Covilhã, Portugal: Livros Labcom, 2014. p. 25-52.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia. 2015.

GÊNERO, SEXUALIDADES E MÍDIAS: A “CULTURA DO CANCELAMENTO” E SUAS PEDAGOGIAS

Edimauro Matheus Carriel Ramos

*1Pós-graduando do curso de especialização “Educação para a sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos”.
Universidade Federal do Rio Grande – RS. Licenciatura em Pedagogia.
Faculdades Integradas de Itararé (Nova FAFIT) SP. edimauroramos@hotmail.com.*

Resumo

Na contemporaneidade, a internet tem sido mais do que apenas um meio de divulgação e consumo de notícias, pois tem se mostrado como palco de propagação em massa de fake news e de práticas de linchamento virtual. O termo “cultura do cancelamento” tem sido recorrentemente atribuído ao ato de não tolerar discursos que deslegitimem corpos, gêneros, etnias/raças, classes e demais essências da identidade e da diferença. No entanto, suas práticas nos sítios discursivos online têm revelado faces mais problemáticas: pedagogias do silêncio, linchamento, violência virtual, vigilância e poder. Os alvos do cancelamento têm sido artistas e figuras públicas que se posicionam ou não sobre determinadas condutas apontadas como erradas, os quais não têm possibilidade de dialogar ou refletir sobre suas atitudes posteriormente. Tendo como veículo as mídias sociais, a “cultura do cancelamento”, quando aproximada aos Estudos Culturais, pode ser percebida com uma pedagogia cultural, a qual busca educar o sujeito, legitimar e instalar ideias tidas como verdades. Sendo assim, em quais estratégias pedagógicas a “cultura do cancelamento” vem operando? O que ela (não) nos ensina? Quais os limites e (im)possibilidades para discutir sobre gênero e sexualidades nas mídias de formas menos nocivas, mas sim problematizadoras? Por meio da revisão bibliográfica, a presente pesquisa se propõe a refletir sobre

os regimes de verdade em que a “cultura do cancelamento” repousa, bem como se arriscará a compreender sobre como suas pedagogias mutam a voz do outro, impossibilitando a aprendizagem pelas (in)diferenças.

Palavras-chave: Cancelamento, Mídias, Gênero, Sexualidades, Pedagogias.

Introdução

A travessada pelas mídias sociais, sabe-se que as produções culturais são dinâmicas e vivas, modificando-se constantemente para atender necessidades cotidianas, bem como produzir saberes, verdades, inverdades e diferentes posições de sujeito. Em meio a essa dinâmica e suas produções, nos encontramos em um cenário contemporâneo fortemente marcado pelo linchamento virtual, isto é, por vastas tentativas de rejeição social através de comentários em série e julgamentos contra um indivíduo (BRASILEIRO; AZEVEDO, 2020), o qual viola um conjunto de ideias visto como moralmente certo, conhecido como a “cultura do cancelamento”.

O linchamento virtual que acontece na *web* é marcado por grandes desproporções entre os erros apontados pelos seus consumidores e as punições subsequentes que fazem alusão a surras, pancadas, agressões, ridicularizações e zombarias de maneira *online* (FREITAS, 2017). O linchamento virtual não é algo exclusivo da contemporaneidade, existindo na internet desde o seu surgimento, com o intuito demarcar espaços e promover disputas entre a quem pertence o lugar de inferioridade e de quem está em posição superior. Incitando discursos de ódio em defesa de uma ideologia ou hegemonia identitária socialmente aceitável, esses dispositivos fazem usos de discriminações e reiterações de vários aspectos da subjetividade humana.

O anonimato e a criação de perfis falsos nas redes sociais também são fatores que contribuem para a rápida difusão do linchamento virtual. Esse sigilo faz com que o sujeito atrás da tela se sinta na posição de poder para articular, falar e fazer aquilo que quiser, sem pensar em fatores ou sanções posteriores. Contudo, essas práticas de linchamento não fazem distinção entre assuntos mais intensos das deliberações e repulsas banais sobre determinados assuntos. Deste modo, os mecanismos de denúncia, de julgamento e de punição formam o tripé do linchamento virtual (FREITAS, 2017). Conforme Freitas (2017), a pessoa que sofre essa avalanche de comentários por meio do linchamento virtual tem ainda a possibilidade de “limpar” sua imagem, por mais que sofra severas sanções sociais e emocionais para resgata-la. Porém, a chance de recomeçar não é a mesma para os indivíduos que passam pelo cancelamento.

A “cultura do cancelamento” tem sido um termo cada vez mais usado e discutido nos mais diferentes espaços da internet com a finalidade de julgar comportamentos migratórios de determinados aspectos da prática que se transformam/regridem quando adentram a virtualidade (FREITAS, 2017). Muito comum em *exposeds* na rede social *Twitter*, através de relatos e notícias sobre misoginia, lgbt-qifobia, machismo, racismo e demais discriminações, “cultura do cancelamento” foi eleito termo do ano nas redes sociais em 2019, ano em que um grande número de personalidades foram canceladas na internet, perdendo seus seguidores, inscritos e *views* em seus conteúdos e plataformas, assim como tiveram também suas carreiras comprometidas fora das redes. A “cultura do cancelamento” pode ser caracterizada como um momento de acerto de contas público, bem como um pedido de ajustamento de condutas relacionada à alguma transgressão social que foi controlado adequadamente nos canais tradicionais (RODRIGUES, 2020).

Seu “*modus operandi*” se dá através de publicações sequentes de comentários vexatórios que reiteram, denunciam e julgam falas e modos, assim como invadem a privacidade e promovem a rejeição social em massa do sujeito cancelado. Mais do que apenas linchamento virtual, o cancelamento tem como essência boicotar os meios de capital profissional, além de promover comentários que excedem a problematização do fato em si, não apenas para fazer jus à um posicionamento ou senso de justiça, mas sim para fazer com que o cancelado sofra efeitos de proporções inimagináveis por isso. Não muito diferente da tortura física praticada na Antiguidade, a “cultura do cancelamento”, acompanhando as transformações sociais, também causa consequências que, na maioria das vezes, são irreparáveis (GUIMARÃES; BARBOSA, 2020).

Para Almeida (2020), a intitulada “cultura do cancelamento” seria uma cultura em que se triunfa a irresponsabilidade, ao mesmo tempo que nega a existência do outro, recusando a capacidade educativa e argumentativa do diálogo. Almeida ainda ilustra que em outras comunidades, um sujeito, quando enfrenta seus erros, é posto em uma roda de pessoas que apontam seus feitos positivos para que repare, reveja suas condutas e busque melhorá-las. Em nossa realidade, temos ao invés disso, juízes em meio a um tribunal social

(GUIMARÃES; BARBOSA, 2020), aonde vislumbramos os/as canceladores/as, o julgamento de suas infrações e a sentença que é (quase sempre) inquestionável.

Para discutir sobre a “cultura do cancelamento”, será acionada nessa discussão o conceito de pedagogias culturais, frutos dos Estudos Culturais, perspectiva esta que constitui um “campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contradisciplinar que atua na intenção entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura”. (GROSSBERG; TREICHLER 2013, p. 12). Arelada aos Estudos Culturais, essas pedagogias destacam que os processos educativos não são exclusivos apenas aos espaços escolares: são artefatos, práticas e costumes realizados na e por meio da cultura e das mídias, como destaca Baliscai (2019). Para Kellner (2001), a cultura da mídia propaga imagens e discursos que moldam e constroem identidades, sendo um campo de disputa entre diversos grupos sociais.

Sabe-se que nas mídias, muitas são as ofensas às sexualidades dissidentes e ofensivas antigênero, sendo o gênero “afetado, composto e lido pelo campo da linguagem [...] e as sexualidades são também ditas, nomeadas, interpretadas, inventadas e significadas na linguagem e no contexto cultural de cada grupo que fazemos parte” (CARVALHO, 2018, p. 5). No que se refere ao gênero, sexualidades e as identidades, essas pedagogias culturais constroem verdades por meio dessas relações (SILVA; SOUZA, 2021). Para Finco e Roveri (2021, p. 121) essas pedagogias podem ser compreendidas como “mecanismos de representação e constituidores de identidades. Os diversos artefatos presentes na sociedade em geral, como as mídias, as tecnologias, as publicidades, dentre outros, educam as crianças e expressam diferenças e dicotomias de gênero”.

Desta forma, grupos sociais que se identificam por suas afinidades identitárias, ao serem confrontados por falas ou atitudes que deslegitimem, ofendem e as reprimem por meio de posicionamentos ou condutas que partem de figuras com certa visibilidade nas mídias, acabam por “cancelar” qualquer oportunidade de diálogo ou de problematização que faça com que o sujeito a ser cancelado possa se justificar ou se retratar de maneira a reverter suas posturas. Esses episódios de cancelamento têm se alastrado de maneira que ninguém possa mais dialogar ou debater sobre seus erros e acertos

simultaneamente, como se não fosse digno de aprender com e por meio deles.

Vemos também que posicionamentos são sempre cobrados das figuras públicas, sendo atribuídas a elas a responsabilidade social de compreenderem sobre todas as dimensões sobre gênero e as sexualidades, ou seja, que todos sejam naturalmente “desconstruídos”. Entretanto, não tem sido dada a oportunidade a eles/as de reeducar e retratar suas falas e modos, nem a de aprender por meio da escuta e das experiências, visto que suas oportunidades ficam limitadas com o cancelamento. Com tal censura pautada em dicotomias, o discurso do cancelamento tem um caráter seletivo que facilita o cancelamento de pessoas que já temos “pré-disposição” em não concordar por conta de posicionamentos contrários, tais como sobre religião, política, sexualidades e etc.

Na ótica dos Estudos Culturais, essa pesquisa intuita refletir sobre as produções de saber em que a denominada “cultura do cancelamento” tem operado, bem como se arriscará a compreender sobre as possíveis pedagogias que rondam e endossam seus acionamentos e mutam vozes outras e impossibilitam a aprendizagem pelas (in) diferenças acerca das pautas de gênero e das sexualidades. Tendo as mídias como pano de fundo para essas provocações, o artigo almeja tensionar sobre como o silenciamento dos diálogos e discussões em torno dessas temáticas pode implicar em mais produções de poder/saber e de mais pedagogias de disciplinamento em detrimento de espaços midiáticos e sociais mais democratizados que problematizem esses temas de maneira menos nocivas e menos hegemônicas e que respeitem às liberdades e expressões de todos/as/es.

Metodologia

A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, a qual lida “com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral” (MELLO, 2006, p. 61). Para tanto, para composição do quadro teórico pertinente aos Estudos Culturais, gênero, sexualidade e mídias e sobre a “cultura do cancelamento”, as bases de dados pesquisadas foram portais de pesquisa CNPq, Scielo, Capes, livros, periódicos e bibliotecas de teses e dissertações.

Resultados e discussão

As pedagogias culturais são, portanto, meios que em que se divulgam e produzem modelos e modos de se portar no mundo, sendo produzidas pelas escolas, igrejas, cinema, televisão e as revistas e se voltam para funcionar como mecanismos para constituir corpos e identidades (FINCO; ROVERI, 2021). Ellsworth (2005) assente que a pedagogia destes artefatos provoca sensações e efeitos nos sujeitos, efeitos que fazem com que se fabriquem verdades e se forjem corpos, mentes e aprendizagens em relação a si e ao mundo. Enquanto pedagógicos, esses espaços facilitam em condições para que os sujeitos fabriquem aprendizados e forjem pedagogias em torno dos corpos e mentes dos outros, de si e do mundo (ELLSWORTH, 2005)

Quando designamos as mídias sociais como pedagógicas, ou seja, espaços educativos que compreendem diferentes esferas e aprendizagens sobre a sociedade e sobre os sujeitos, vemos que suas tensões buscam debater sobre os trânsitos que interpelam a estruturação das sociedades e das suas identidades (MARQUES; PRIMO; PEREIRA, 2021). Essas mídias não são apenas meros meios de difusão de notícias, mas sim espaços educativos que despertam a aversão no imaginário social para determinadas questões e indivíduos que subvertem a normalidade, bem como aqueles vão contra à unanimidade vista como politicamente correta, levando àqueles/àquelas que se desviam ao cancelamento virtual e social.

Se situarmos a “cultura do cancelamento” enquanto uma pedagogia nas linhas de poder discutidas por Michel Foucault, vislumbraremos que a atuação do poder se dá de maneira interligada entre os sujeitos, e não apenas no espaço em que deliberam, seja esse o espaço social ou o virtual como aqui discutido. Concorde-se com Veiga-Neto (2011) no que tange ao silenciamento produzido pelos processos de subjetivação, tal qual a “cultura do cancelamento”, que as teorizações foucaultianas podem ser potentes ferramentas de análise, pois, como diz o próprio Foucault (2003) o que mais lhe chama atenção em seus tensionamentos não é o poder em si, mas sim o sujeito que o constitui e faz o manuseio dele. Sendo assim, as estruturas de poder estão presentes nas redes de saberes, nas ações e discursos que devem se manter coesos a uma estrutura de pensamento (CASTRO, 2009), ou seja, o silenciamento e o silêncio são elementos que compõem

os discursos que estão envolvidos no disciplinamento dos sujeitos (FERRARI, 2011).

Ainda para Ferrari (2011, p. 22), os “discursos e silêncios [...] são atravessados por relações de saber e poder, uma vez que ambos não são transparentes, mas englobam possibilidades de sentidos e vozes, o que é dito e o que é silenciado”. O autor ainda expõe que, quando o silenciamento e o silêncio dialogam entre si, podemos pensar que esses dois mecanismos

ocorrem em diferentes dimensões: para calar os alunos diante da necessidade de uma explicação, para colocar em vigor um entendimento de disciplina e controle de turma, mas também para silenciar práticas, assuntos e comportamentos tidos como indesejáveis e não valorizados (FERRARI, 2011, p. 72).

Se as identidades são traduzidas pela diferença, as quais demarcam quem pertence e quem não pertence, sobre quem é incluído e quem é excluído (SILVA, 2014), essa assertiva nos leva a pensar sobre como a “cultura do cancelamento” pode ser sinônimo de um lugar de extremos, ou melhor, isto é, um lugar que recusa qualquer oportunidade em aprender pelo desconhecido ou pela diferença. Ao cancelarmos ou deslegitimarmos esses lugares de fala, sendo que cada um de nós partimos de um (RIBEIRO, 2017), impedimos a universalização do diálogo, limitando as possibilidades de suscitar debates e oportunidades de aprendizagem por meio da pluralidade de ideias e de pensamentos, independente de elas serem divergentes.

Assim sendo, conforme disserta Mattos (2012), nenhum sujeito é universal, pois somos sujeitos que nos tornamos sujeitos a partir de nossas imanências, sendo formados a partir de verdades datadas, através de atos discursivos que nos produzem a partir de veridicções e campos de saber que nos subjetivam incansavelmente. Como um espaço educativo, as mídias e a necessidade de seus usuários em cancelar acaba por refletir as facetas de uma sociedade incapaz de aceitar a heterogeneidade de ideias, ou seja, uma sociedade de homens, mulheres e sujeitos históricos e inacabados, como defendia Freire (2004).

Como a “cultura do cancelamento”, enquanto uma possível pedagogia, pode implicar nos debates sobre gênero e sexualidades nas mídias e na sociedade? Como ela despolitiza essas pautas nas redes e fora delas? Silva (2014) nos diz que, no que tange às produções

sociais da identidade por meio de pedagogias e currículos que extrapolam os limites escolares, elas são necessárias ferramentas que busquem questionar e explorar as possibilidades de transgressão e de subversão das identidades, e não homogeneizá-las, pois questionar esses sistemas de representação é questionar sobre as identidades e diferenças que as constroem, e não silencia-las. Assim:

O silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o “tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa. (ORLANDI, 2013, p. 24)

Promover linchamentos e cancelamentos de vozes e sujeitos que têm cristalizado essas dinâmicas de centro e imagem das sexualidades e do gênero, dos denominados diferentes e normais, tem sido mais estimada do que as possibilidades de argumentar, de lutar e de dialogar por meio das (in)diferenças. Com isto, práticas discriminatórias serão cada vez mais persistentes se não é dada ao outro a oportunidade de dialogar, de ouvir, de compreender e ser afetado por conhecimentos e vivências significativas que transformem seus discursos em alocações mais consistentes, menos impulsivas, menos nocivas e menos hegemônicas.

Considerações finais

Posta ao lado dos Estudos Culturais enquanto uma pedagogia, e das dinâmicas de poder acionadas por Michel Foucault, a “cultura do cancelamento” se demonstra como um dispositivo que silencia, visto que o falar e o calar fazem parte dos mesmos jogos de poder, se configurando como uma estratégia homogeneizadora de pensamentos que não abre espaço para pluralidades de ideias ou de retratação de falas que venham desmoralizar ou deslegitimar outros grupos e sujeitos.

Mesmo que a premissa do cancelamento se intitule como uma forma de responsabilizar os sujeitos por seus discursos e posturas sexistas, machistas, racistas, lgbtqfóbicos e atitudes que ferem ou deslegitimam outras comunidades e movimentos subalternos, seu uso e

sua perpetuação nos espaços virtuais são paradoxos, visto que o foco do cancelamento não está na retratação ou reflexão sobre o que foi proferido, mas sim no redirecionamento de toda a fúria a quem proferiu algo. O que aprendemos de fato com a “cultura do cancelamento” e com suas pedagogias é que não se pode errar, em hipótese alguma. Aprendemos a vigiar todas as falas e pessoas que não são recíprocas aos nossos pensamentos. Essa pode ser a pedagogia do cancelamento: educar para o silêncio, para a acriticidade, para a despolitização.

Por fim, este artigo não se limita a instituir como verdade a ideia de que existem pedagogias nas práticas da “cultura do cancelamento”, até porque esses enlaçamentos não foram encontrados na literatura. O intuito deste estudo é despertar e provocar verdades que têm sido subjetivadas por essa cultura que impede que vozes e atitudes nos inquietam sejam ouvidas por meio de um disciplinamento, impedindo a aprendizagem e o diálogo por meio das diferenças. Além disto, estas interlocuções realizadas buscam enfatizar que mais olhares e mais estudos aprofundados acerca dessa problemática sejam desenvolvidos para potencializar e provocar mais questionamentos em torno de seus usos em uma sociedade tão polarizada, mas que não deve se eximir e nem se distanciar da argumentação e da dialogicidade.

Referências

ALMEIDA, Silvio. A cultura do “cancelamento” é a antipolítica por excelência. **Portal Disparada**. 21 de fev. 2020. Disponível em: <https://portaldisparada.com.br/cultura-e-ideologia/cancelamento-antipolitica/>. Acesso em 13 fev. 2021.

BALISCEI, João Paulo. Macho como um touro: pedagogias culturais e endereçamentos de masculinidades ensinados em duas versões da história de Ferdinando, o touro. **Revista do centro de educação**. Santa Maria. v.4. 2019.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; DE AZEVEDO, Jade Vilar. Novas práticas de linchamento virtual: fachadas erradas e cancelamento de pessoas na cultura digital. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, n. 34, 2020. Acesso em: 12 fev. 2021. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1654>.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças: aproximações e distanciamentos. 227 f. Tese (Doutorado em Educação para as Ciências e a Matemática). Centro de Ciências Exatas (UEM). Maringá, 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Places of learning**: Media, architecture and pedagogy. New York: Routledge, 2005.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: FERREIRA, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). **Silêncios e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FINCO, Daniela; ROVERI, Fernanda. Questões de gênero na produção cultural para crianças. In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 118-135.

FOUCAULT, Michel. **Le pouvoir psychiatrique**. Cours au Collège de France, 1976. Paris: Seuil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004. 143 p.

FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. **Revista Antropolítica**, v. 42, p. 40-163, 2017. Acesso em: 12 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antopolitica/article/view/41893>.

GROSSBERG, Lawrence; TREICHER, Paula. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.7-38.

GUIMARÃES, Patrícia; BARBOSA, Otavio Luis. A Internet nunca esquece: Consequências da “cultura do cancelamento” no debate público. **Revista Pet Economia UFES**, v. 1, n. 2, p. 13-17, 2020. Acesso em: 13 fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/33803>.

KELLNER, D. A cultura da mídia: Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, EDUSC, 2001.

MARQUES, Bruna Augusta; PRIMO, Debora; PEREIRA, Emilly Anselmo. Double Trouble em She-Ra e as princesas do poder (2018): narrativas identitárias que desestabilizam os papéis binários de gênero. In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 25-49.

MATTOS, Zaine Simas. “Bárbara, não vá criar confusão”: silêncios e silenciamentos nas relações de gênero. In: MATTOS, Zaine Simas. **Diversidade sexual e de gênero na educação**. Juiz de Fora: Fapeb/ Editora UFJF, 2013, p. 97- 112.

MELLO, Ana Glaucia C. **Metodologia de Pesquisa**. Palhoça: Unisul, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

RODRIGUES, Cristiano. Pode o cancelado cancelar? Gama Revista, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, Bergo Sestito; SOUZA, Rosiane Cristina de. Videoclipes e escola: como abordar questões de gênero e identidade Eloiza Amália. In: In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (orgs.) **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?** Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 75-90.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

APONTAMENTOS ACERCA DA PRECARIEDADE: VIDA E MORTE SOCIAL DE PESSOAS TRANS

Thomas Victor Barreto Cardoso

Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. E-mail: thomascardoso@estudante.ufscar.br;

Kelen Christina Leite

Professor orientador: Doutora em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Humanas e Educação. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. E-mail: kelen@ufscar.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo realizar apontamentos acerca da precariedade e das condições precárias a que estão submetidas as pessoas trans no Brasil. A partir de uma revisão bibliográfica, tendo como ponto de partida o conceito de precariedade de Judith Butler e a Necropolítica de Achille Mbembe, pensa-se como os corpos dissidentes sofrem uma invisibilidade social tornando-se alvos de uma política de morte. Em diferentes esferas sociais contata-se a (des)humanização das pessoas trans pelo não reconhecimento de sua cidadania e negação de direitos básicos, contribuindo para a manutenção da marginalização e criminalização dessa população. Reconhece-se a urgência dessa reflexão diante do contexto social, político e cultural do Brasil país que, e que pese as dificuldades estatísticas, registra o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo nos últimos 10 anos.

Palavras-chave: Precariedade. Necropolítica. Trans e travesti. Biopoder.

Introdução

Vivencia-se, hoje, no Brasil, uma onda de (pseudo)nacionalismo, (neo)conservadorismo, reacionarismo que trazem consigo o discurso de ódio e a tentativa de persuadir a população por meio de *fake news*. Pensar a condição humana e a precariedade, nesses tempos, se faz uma tarefa urgente e necessária. Na Constituição Federal de 1988, Art. 5º são garantidos aos cidadãos brasileiros o direito igualitário, além da “(...) inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assim como no Art. 6º são assegurados os “(...) direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)” (BRASIL, 1988).

Apesar da garantia constitucional de igualdade e acesso a condições básicas para a subsistência dos indivíduos, a realidade se mostra distinta, uma vez que o país possui uma história marcada pela desigualdade sócio-econômica e pela pobreza persistente - ainda que na última década tais índices tenham começado a regredir. Hoje o país vê-se, novamente, às voltas com o aumento da desigualdade, da pobreza e da fome. A maior parte da população vive sob condições precárias, essa população é composta, principalmente, por pessoas negras e, também, por pessoas trans¹. Essas populações vulneráveis são atravessadas por violências diárias e necessitam criar estratégias para sobreviver à necropolítica (MBEMBE, 2018). O Estado, exercendo sua soberania, define os corpos que importam e aqueles que podem/dever ser descartados utilizando-se de diversos mecanismos. Com isso se declara a morte física e/ou simbólica do sujeito.

Segundo Judith Butler

A condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas

1 A utilização do termo *trans* se refere a todos os sujeitos que não se identificam pertencentes ao gênero atribuído ao nascimento (mulheres e homens trans, travestis, pessoas não binárias, agêneros, outros).

populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias (BUTLER, 2018, p.53).

Essas populações-alvo, esse artigo tratará mais precisamente da população trans, não conseguem usufruir nem mesmo dos direitos assegurados na Constituição de 1988 por não terem o devido reconhecimento de sua cidadania e, para além de serem consideradas uma ameaça à vida humana, são consideradas ameaças às normas morais e conservadoras. Essas vidas, não passíveis de luto, são afligidas por tentativas de exclusão e extermínio socioeconômico, um apolítica de morte organizada e liderada, muitas vezes, pelo próprio Estado que não se responsabiliza pelas condições precárias em se encontram essas populações. Segundo Caravaca-Moreira & Padilha (2018, p.4) “Isso é o necropoder trans, ou seja, a submissão da vida das pessoas que se identificam dentro do espectro trans ao poder da morte e invisibilização.”

Faz-se necessário pensar a precariedade e a condição precária a que são e estão submetidos esses sujeitos, sem poder exercer sua cidadania ou mesmo sem a possibilidade de serem enlutados diante de suas mortes, ainda que simbólicas. É preciso pensar a precariedade de corpos que fogem aos padrões cisgênero e heterossexuais. A análise sobre esses corpos e não somente a subjetividade se dá pelo entendimento do corpo como o alvo principal do biopoder.

Esse corpo, compreendido por Butler (2018) como um fenômeno social, além de ser exposto ao mundo também carrega marcas simbólicas e/ou físicas que determinarão seu reconhecimento, inclusão ou exclusão de espaços, possibilidade de usufruir de direitos, ou mesmo, ser considerado vivo (LOURO, 2018). Pessoas trans desafiam os mecanismos de representação social, cultural e de poder estabelecidos por reivindicarem uma identidade e uma performatividade que foge a cisheteronormatividade ao fazerem de seus corpos possíveis símbolos de resistência. Butler (2018, p.85) afirma que

(...) certos tipos de corpos parecerão mais precariamente que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou

endossam a ideia de vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. Esses enquadramentos normativos estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada.

Os enquadramentos normativos não contemplam a vida de corpos trans que, assim, tornam-se mais facilmente alvos de mecanismos eliminatórios, ao serem patologizados, criminalizados e invisibilizados. Por esse, e outros motivos, ainda que as estatísticas sejam precárias, o Brasil, pelo que é possível aferir, é o país com maior número de homicídios de pessoas trans nos últimos 10 anos (ANTRA, 2020). A condição à qual estão submetidos esses corpos precisa ser vista e compreendida, questionando o enquadramento perverso no qual são colocados, associados à degeneração, promiscuidade e criminalidade, impossibilitando a existência desses sujeitos em espaços de saúde, mercado de trabalho, educação e tantos outros espaços.

1. Precariedade sobre corpos trans

A precariedade é uma condição que atinge todos os corpos, de diferentes modos e intensidades, esse artigo, porém, tem como foco o corpo trans, constantemente alvo de diversos dispositivos que os insere na política de morte e invisibilidade sociopolítica.

Além de se defrontarem com violências advindas do machismo, racismo, classismo, capacitismo e sexismo, como as pessoas cisgêneras, as pessoas trans também são alvos do cissexismo. O cissexismo pode ser entendido como uma ideologia utilizada para deslegitimar identidades e vivências trans, através da tentativa de um apagamento social e civil produzindo o que Bento (2017) denominará de uma “cidadania precária”.

Butler (2018, p.16) sustenta que a uma concepção, em certa medida, existencial da precariedade está ligada à noção mais política de condição precária entendida como um ponto de repensar a ontologia corporal e as políticas progressistas. Assim, a autora traz à baila uma questão ontológica, ética e política, pois pensar a precariedade não é pensar um aspecto específico desta ou daquela vida, mas sim uma condição generalizada, “cuja generalidade só pode ser negada, negando-se a precariedade enquanto tal. E a obrigação de pensar a

precariedade em termos de igualdade surge precisamente da irrefutável capacidade de generalização dessa condição.

Tanto a precariedade quanto a condição precária são conceitos que se entrecruzam. Vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental, sua persistência não está, de modo algum, garantida. Em certo sentido, essa uma característica de todas as vidas, e não há como pensar a vida como não precária. A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violências sem proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para população expostas à violência arbitrária do Estado. (BUTLER, 2018, p.46)

Somente no ano de 2016, por exemplo, foi publicado o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, regulamentando o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e travestis. Uma vitória do movimento trans, que se amplia posteriormente para a educação (Resolução nº1, de 19 de janeiro de 2018); Instituições financeiras (Carta Curricular nº3.813, de 7 de abril de 2017); Título de eleitor (Portaria conjunta do Tribunal Superior Eleitoral, nº1, de 17 de abril de 2018) e Cartão Nacional de Saúde (Portaria nº1.820, de 13 de agosto de 2009).

O nome social apresenta-se como um avanço e, em certo sentido, um aporte de entrada para o reconhecimento da identidade de gênero, permite às pessoas trans o reconhecimento de suas existências. Mas apesar das regulamentações, muitas instituições públicas e privadas negligenciam esse direito, fazendo com que os usuários passem por situações de constrangimento e violências. A negação nome social e reconhecimento da identidade também são feitos *post mortem*, sendo comuns notícias, reportagens que expõe o nome de registro civil da vítima, realizando um apagamento social daquela identidade dissidente. Daqui a importância da ampliação de possibilidades de retificação do nome civil.

1.1 Precariedade na saúde

A partir da década de 1950 começam a surgir estudos sobre o até então chamado, ‘transexualismo’, termo utilizado para definir uma patologia de indivíduos que viviam/vivem em discordância com seus corpos e subjetividades. Esses estudos se desenvolveram, sobretudo, na área médica. A medicina e a psiquiatria, tiveram, assim, grande contribuição para o processo de patologização desses corpos trans.

Em 1953, Harry Benjamin, um endocrinologista alemão, aponta a cirurgia como a única alternativa para os transexuais. Outras teorias de tratamento surgiram, vertentes foram criadas, principalmente pela divergência entre a medicina e a psiquiatria, mas com um objetivo em comum, a cura do “transexualismo”.

Assim, o poder biomédico vem atuando sobre esses corpos buscando corrigir os desvios normativos, tanto subjetivos como físicos e performáticos. Aos poucos foi se criando o que Bento (2017) chama de “dispositivo da transexualidade”, tal denominação baseia-se no conceito de dispositivos de Foucault entendidos como “um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas que possuem uma função estratégica de dominação.

Logo, esses dispositivos buscam a construção do “verdadeiro transexual”, onde a única base utilizada por essas instituições são as convenções sociais hegemônicas para os gêneros, submetendo o sujeito a diversos procedimentos a fim de ser atestado com o “transtorno de identidade de gênero”, e só assim realizar qualquer procedimento “corretivo”. Esse corpo então só pode existir se aceitar a atuação dos dispositivos regulatórios cisnormativos sobre si, para uma higienização e adequação.

O diagnóstico da transexualidade é realizado através de uma série de avaliações,

(...) composto pelas exigências que os Programas de redesignação definem como obrigatórias para os/as ‘candidatos/as’. Os protocolos irão concretizar essas obrigatoriedades quanto ao tempo de terapia, à terapia hormonal, ao teste de vida real, aos testes de personalidade, além dos exames de rotina. (BENTO, 2017, p.44)

No Brasil, os procedimentos transgenitalizadores são autorizados desde 1997 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM),

incluindo, até recentemente, apenas mulheres trans. Mas o Processo Transexualizador só foi implementado no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, através da Portaria Nº 1.707, de 18 de Agosto de 2008, com serviços de hormonização, alongamento das cordas vocais e cirurgias de redesignação sexual, para mulheres trans. Tendo sido revisado e ampliado pela Portaria Nº 2.803, de 19 de Novembro de 2013, também contemplando transmasculinos e travestis, incluindo procedimentos como mastectomia, histerectomia e neofaloplastia.

Até o ano de 2019 a transexualidade era considerada um transtorno mental, categorizada como “transtorno de identidade de gênero” pela Classificação Internacional de Doenças (CID-que, após a pressão dos movimento trans e LGBTI+, removeu esse capítulo do documento em 25 de maio de 2019, adicionando uma nova classificação definida como “incongruência de gênero”. A Coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da OMS (Organização Mundial da Saúde), Lale Say, acredita que a reclassificação ajudará a reduzir o estigma sobre as pessoas trans e ainda garantir o “acesso às intervenções de saúde necessárias”².

Apesar dos avanços relacionados ao campo da saúde, esses corpos estão longe de garantirem esses direitos. Pessoas trans enfrentam a dificuldade de acessar o Processo Transexualizador do SUS, que apesar do seu caráter democrático, possui uma série de protocolos para a realização de procedimentos cirúrgicos, previstos na Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Ainda há muita dificuldade de acesso devido a distribuição geográfica, uma vez que são poucas as unidades hospitalares e ambulatoriais habilitadas, principalmente na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Em 13 de agosto de 2009, foi publicada a portaria nº 1820, nomeada Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. O documento definiu como direito do(a) usuário(a)s do SUS “o atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação”, garantindo o direito à autoidentificação e ao uso do nome social. Em 1º de dezembro 2011, a Portaria MS nº 2.836 instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

2 Uma grande vitória para os direitos dos transgêneros: agência de saúde da ONU descarta ‘transtorno de identidade de gênero’ como diagnóstico oficial. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2019/05/1039531>> acesso em 14 ago 2020.

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; que definiu como direito o “uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS” (ROCON et al, 2019, p. 5)

Uma das questões que contribuem para precariedade da vida de pessoas trans é ver/ter negado, pelas instituições de saúde, o uso do nome social ao qual as pessoas têm direito como já mencionado. Apesar de estabelecido pelo Decreto Presidencial Nº 8.727/2016 as instituições não internalizaram totalmente em seu sistema ou não capacitaram adequadamente seus funcionários sobre a utilização do nome social e o atendimento humanizado. Pessoas trans vão até os equipamentos de saúde, por exemplo, e ao pedirem a inclusão do nome social já se inicia uma cadeia de transfobias e cenas inaceitáveis como a não utilização do nome social chamando a pessoa trans, em uma sala cheia e mesmo diante de uma única pessoa, pelo seu nome de registro civil. Tais acontecimentos são recorrentes gerando constrangimento e dor às pessoas.

O desrespeito ao nome social ou uso inadequado dos pronomes de tratamento nos atendimentos produzem situações violentas e humilhação pública aos usuários, violando seus direitos e, no mais das vezes, os afastando da busca por tais serviços, deste modo a automedicação e autoacompanhamento são recorrentes dentre as pessoas trans, que pelas questões de violência verbais, morais, físicas, muitas vezes associada ainda a uma precária situação financeira faz com que optem por não buscar ajuda profissional, ainda que conscientes do perigo da automedicação.

Em seu texto *transfeminicídio: a insubordinação ao sistema de gênero*, a ativista trans Caia Coelho, faz uma reflexão sobre o extermínio de pessoas trans pela precariedade de acesso à saúde, dizendo que

(...) quando uma mulher transexual morre em decorrência de silicone industrial inflamado porque poucos hospitais públicos são capacitados para tratar o problema, isso é transfemigenocídio (...) Quando uma menina morre em decorrência de trombose causada por hormonização desacompanhada porque poucos hospitais atendem jovens trans menores de 18 anos no Brasil, isso é transfemigenocídio. Outrossim, é grosseiramente reducionista despolitizar e individualizar as alarmantes taxas de suicídio de pessoas

trans ao redor do mundo, que também podem ser entendidas como parte integrante de certo encadeamento social, sistemático, bio/tanato/ necropolítico (COELHO, 2019, p.72)

Portanto, pode-se perceber que a condição precária de pessoas trans é marcada pela existência e pela resistência em um sistema cisgênero que exerce sua soberania, aliado a uma política de morte sobre esses corpos. Corpos que são mortos em tentativas de adequação às normas cis-heterossexuais hegemônicas, à padrões de beleza eurocêntricos, que garantam seu reconhecimento enquanto humano, enquanto cidadão portador de direitos.

1.2 Precariedade no ensino e mercado de trabalho

O acesso a educação é um direito social de todos os cidadãos e deve ser garantido pelo Estado e família, como consta no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, por que as pessoas trans não estão nas escolas?

No Brasil há poucas informações e estatísticas sobre a população trans e travesti. Alguns dados são produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020) e indicam que, aproximadamente, cerca de 2,0% da população brasileira possa integrar a categoria trans. A inexistência, portanto, de um censo nacional que inclua a população trans dificulta o estabelecimento de relações entre o perfil da população trans e o da população em geral dificultando, por exemplo, proposição de políticas públicas mais assertivas para essa população.

Segundo os dados apresentados pela ANTRA estima-se que, para o ano de 2019, cerca de apenas 28% de mulheres trans e travestis tenham concluído o ensino médio, frente a uma taxa de conclusão do ensino médio para a população geral do país de 48%, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, a taxa de conclusão do ensino médio da população brasileira é baixa, menos da metade da população brasileira conclui o ensino médio, entre a população trans e travesti essa taxa mostra-se ainda mais desigual em que pese o fato de não se ter dados produzidos pelo IBGE que, no entanto, por demanda à solicitação oficial da ANTRA,

incluirá no próximo censo questões acerca da identidade de gênero dos entrevistados.

Geralmente, as pessoas que rompem com as expectativas de comportamento de gênero, terminam enfrentando processos de discriminação e exclusão em sua trajetória escolar que prejudicam seu desempenho, quando não inviabilizam seu direito à educação. A experiência educacional das pessoas trans, principalmente, adolescentes e jovens, é apresentada em suas narrativas atravessadas por diferentes formas de agressão física, *bullying*, discriminação, isolamento, assédio moral e negligência, formas de violência que são praticadas não apenas por outros estudantes, todavia, também por professores, diretores e corpo administrativo da escola (ANTRA, 2020, p 4).

Com a exclusão das questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero do PNE (Plano Nacional de Educação), dos PEE (Planos Estaduais de Educação) e dos PME (Planos Municipais de Educação) a discussão de diversidade ficou à mercê dos professores, particularmente, dos professores de ciência/biologia e, na maioria dos casos, acaba-se por perpetuar uma prática de abordagem biologizante quanto a sexualidade e gênero servindo para reforçar cis-heteronormatividade.

A escola, deste forma, funciona como uma ferramenta social de manutenção e reprodução da heterocisnormatividade, entendida como uma ideologia que normaliza a heterossexualidade e a cisgeneridade, assim a escola se mostra incapaz de lidar com a diversidade, apesar de ser tida como um espaço primário e fundamental para a construção de vínculos e socialização desde a infância (BENTO, 2011). São comuns os relatos de pessoas trans e travestis sobre a dificuldade de utilização do nome social na lista de presença, o uso do uniforme adequado ao gênero e a utilização dos banheiros (CIDADE & BICALHO, 2016).

As diferenciadas formas de *bullying* e agressões físicas e verbais que pessoas trans sofrem, revelam a necessidade de se entender as múltiplas opressões que produzem a evasão escolar. A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar em conteúdos transmitidos porque é “diferente” (BENTO, 2011, p.557-558).

Segundo Dinis e Pamplona (2017) “a teia que produz a transexualidade também incita pessoas transexuais a se evadirem dos

ambientes de ensino e as leva aos guetos de uma sociedade perversa e excludente”. Com isso muitos têm dificuldades em conseguir um emprego formal, levando a um índice alto de prostituição entre as mulheres trans e travestis. Segundo estimativas da ANTRA (2020, p.31) esse índice chegaria a 90%.

Essa expulsão escolar também ocorre pelo extermínio social que esses corpos sofrem por não serem considerados passíveis de viver, existir ou de ter direitos. O que seria função do Estado e da família não se aplica a esses indivíduos, uma vez que são rejeitados por essas instituições antes mesmo de vivenciarem a precariedade educacional. Isso leva a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e outras capacitações que exijam ensino básico, e também aumenta as chances desses corpos buscarem subsídios para sobrevivência na prostituição ou na criminalidade.

Ainda que haja ações sociais como cursinhos preparatórios ou capacitações especiais para pessoas trans, ou mesmo, políticas de ações afirmativas que estão sendo adotadas em algumas Universidades e empresas, buscando minimizar a falta de acesso desses indivíduos nesses espaços, a realidade ainda se mostra insatisfatória.

No Brasil, em diversos estados, projetos sociais ganham corpo e se voltam para a capacitação e acolhimento da população LGBTI+, principalmente em situação de rua, como a Casa 1 (SP), Casa Nem (RJ), Casa Florescer (SP), ONG Transvest (MG), Casa Chama (SP), Casa Aurora (BA), Instituto Transviver (PE), Casa Miga (AM), e tantas outras. E ainda há projetos voltados a capacitações e consultorias de empresas para inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal como o Transempregos e Transcendemos.

Com o apoio do movimento LGBTI+ e outros movimentos, as ações sociais estão aumentando, assim como a pressão sobre instituições para adotarem políticas de ações afirmativas. Tal processo poderia ser mais incisivo e eficaz se houvesse a possibilidade de avançar no âmbito das políticas públicas. Deveria haver uma ação mais efetiva e eficaz do Estado na promoção e garantia dos direitos dessa população.

Segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2019 (ANTRA, 2020), estima-se que cerca de 90% das mulheres trans e travestis possam ter utilizado da prostituição como fonte de renda, e apenas 10% da população trans e travesti se encontra no mercado de trabalho, sendo cerca de 4% em

empregos formais com a possibilidade de promoção e carreira e 6% em atividades informais.

Esses números, muito aproximativos devido a dificuldade de obtenção desses dados, refletem a precariedade da educação, onde a expulsão escolar impossibilita concorrer a vagas de nível operacional com pré requisitos de escolaridade básica. Mas até mesmo para aqueles indivíduos que possuem o ensino básico completo, a maioria não possui uma graduação ou especialização e isso já elimina grande parte das vagas com pré requisitos especializados.

Apesar de muitas empresas buscarem maior diversidade, uma conquista dos movimentos sociais, para inserção dos grupos subalternizados, elas realizam processos seletivos com exigências ainda não satisfeitas por esses sujeitos. Os requisitos, *dress code*, e até mesmo o próprio currículo eliminam grande parte da diversidade que vive uma série de precariedades de acesso a informações, capacitações e, até mesmo, deslocamento ao local da entrevista.

Para além da inserção é necessário, ainda: pensar a permanência desses sujeitos dentro da empresa ou instituição, revendo, por exemplo, a disposição dos banheiros, o uso do nome social no crachá; planos de saúde que sejam capazes de considerar as especificidades desses indivíduos; a postura dos demais funcionários e; a cultura da empresa para que possa respeitar e acolher a diversidade.

Na prostituição, o que parece ser a maior fatia de mercado de trabalho para as mulheres trans e travestis, elas vivem expostas a violência visto que 67% dos assassinatos de pessoas trans, em 2019, foram realizadas contra mulheres trans e travestis que eram profissionais do sexo (ANTRA, 2020, p.32).

Para Oliveira et al. (2018), pessoas trans são, assim, impedidas de vivenciar aspectos que são comuns para a maioria das pessoas cisgêneras, tais como: acesso à educação, vivências familiares, saúde, mercado de trabalho. O espaço doméstico se torna violento, obrigando a saída de muitas de suas famílias; a escola não consegue acolher suas demandas; o mercado de trabalho limita-se à estética, arte ou prostituição. As experiências travestis e transexuais são lançadas no campo da abjetificação, da monstruosidade, da marginalidade e do caos; o controle que lança sobre seus corpos exigências e lança normativas não permite a vivência em espaços que não aqueles predeterminados pelo sistema vigente (ANTRA, 2020, p.52).

2. Vidas não passíveis de luto

Utilizando-se da definição de Butler (2018, p.64) “Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida”, refletindo a condição (des)humana a qual são submetidas as pessoas trans. A perda da vida pode ser entendida de muitas formas, seja uma morte física ou simbólica, através da exclusão, silenciamento, estigmatização, negação de direitos, e outros.

Em que pese a falta de uniformidade e de notificações mais confiáveis, o Brasil, ainda assim, ocupa o 1º lugar no *ranking* de assassinatos de pessoas trans no mundo durante os últimos 10 anos, sendo contabilizados, em 2019, 124 assassinatos (ANTRA, 2020, p. 8). Vivendo sob o que Caravaca-Moreira & Padilha (2018, p.4) vão chamar de necropolítica trans, ou seja,

(...) uma tecnologia ininterrupta de violência sistêmica, estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, pois permeia a vida social - incluindo as diversas variáveis familiares, escolares e culturais - e, principalmente, a vida política, no seu jogo de opressão cisheterossexista.

Para Butler (2018, p.53) “consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objetos de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’”. E não apenas a vida, mas normas hegemônicas conservadoras.

Em fevereiro do ano de 2017 em Fortaleza (CE) foi assassinada Dandara dos Santos, uma travesti de 42 anos. Dandara foi torturada e assassinada publicamente a luz do dia, por um grupo de jovens que filmaram o crime. O crime ganhou repercussão nacional após ser compartilhado nas redes sociais, pelo teor violento e cruel, onde pode-se notar pessoas passando pela cena sem prestar ajuda.

O caso de Dandara ilustra o que acontece todos os dias com mulheres trans e travestis, casos que são subnotificados e esquecidos. Segundo dados do Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019 (ANTRA, 2020, p. 29), o maior número de assassinatos ocorre entre mulheres trans e travestis,

negras, na faixa etária de 15 a 45 anos, com altos requintes de crueldade. O Dossiê (ANTRA, 2020, p. 15) ainda aponta que:

São comuns os casos em que diversos canais [de comunicação] vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem “homens vestidos de mulher” ou, ainda, “homossexual assassinado com roupas femininas”. O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo “lésbicas” pelos jornais e meios de comunicação.

Essas questões aqui abordadas relacionam-se diretamente com a transnecropolítica argumentada por Caravaca-Moreira & Padilha (2018) e com o que Berenice Bento (2017, p.167) define como cidadania precária, sendo esta representada por uma “(...) dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas”. Por não serem considerados vidas e, conseqüentemente, cidadãos, os sujeitos que carregam historicamente essas marcas em seus corpos, são alvos da política de morte praticada pelo Estado e instituições, em nome do “bem maior”, da moral e dos valores.

A subnotificação dos casos de violência e assassinatos são mecanismos de regulação do luto público, como referido por Butler (2018, p.66) “ se estamos falando de luto público ou de indignação pública, estamos falando de respostas afetivas que são fortemente reguladas por regimes de força e, algumas vezes, sujeitas à censura explícita”. Corpos marginalizados em vida e morte, são excluídos do enquadramento social por representarem uma ruptura nas normas hegemônicas binárias e conservadoras.

Para Oliveira (2020, p.77), “trata-se de um extermínio que conta com a participação de agentes sociais importantes, como a família, a escola, a igreja, o mercado de trabalho, representantes de uma soberania instituída pela cisgeneridade heterossexual branca”.

Considerações finais

Ressalta-se, aqui, a importância de se atentar para a ação da transnecropolítica nas diversas esferas da vida social e ao enquadramento realizado pelo Estado para que essas vidas não sejam alvos de indignação e luto público, mantendo-as estigmatizadas, fetichizadas e criminalizadas. A manutenção da precarização dessas vidas perpetua

as desigualdades criadas pelo colonialismo, utilizando-se do racismo, transfobia, classismo, capacitismo e outros marcadores sociais para potencializar a ação do biopoder sobre esses corpos, decidindo sobre sua humanidade.

Analisando as condições as quais são/estão submetidos esses corpos em esferas como saúde, educação e trabalho, percebe-se o apagamento e a invisibilidade que sofrem ao longo de sua sobrevivência. Apagamento e invisibilidade que têm sido recorrentemente denunciados, principalmente, por transativistas que questionam este lugar subalternizado criticando a cisgeneridade e seus modos de opressão. Contribuir com esse debate é fundamental na luta contra a transfobia institucionalizada e a reivindicação por políticas públicas, ações afirmativas, e o reconhecimento da cidadania desses corpos para que possam ter condições básicas para viver com dignidade.

Referências

ANTRA | BENEVIDES, B. G; NOGUEIRA, S.N.B (orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, B. **Transviad@as: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador. EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n. 2, p. 549-559, Aug. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 13 Ago 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017. Brasília, DF: MEC/CNE, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 ago 2020

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018.

CIDADE, M.L.R. & BICALHO, P.P.G. O nome é a primeira coisa. In SEFFNER, F. & COELHO, C. Transfeminicídio: a insubordinação ao *cis*-sistema de gênero. In ANTRA, SP, 2019. DINIS, N. F; PAMPLONA, R.S. A transexualidade em questão: problematizações nos contextos educacionais. Itinerarius Reflectionis: **Revista eletrônica da Graduação/Pós Graduação em educação**, v13, n.2. 2017.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Processo Transsexualizador no SUS. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>> . Acesso em 04 Ago 2020.

ROCON, P. C. et al . Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transsexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface (Botucatu)**. Botucatu, v. 23, 2019.

A PERSISTÊNCIA DO PASSADO: FOTOGRAFIA E EROTISMO EM VON GLOEDEN E DUGDALE

Matheus Magalhães Simões

Mestrando em Linguagens Visuais na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, galuboiy@gmail.com

Resumo

Derrida conceituaria o autorretrato como um dispositivo que desvela uma concepção fenomenológica específica de um mundo em que a cegueira, quando substituída pelo olho protético da câmera, faz criar desdobramentos na História da Arte e na Filosofia. A partir desta aparente contradição de John Dugdale em operar cego através de uma das “artes do visível”, como a fotografia, se formula um testemunho poético de um dos poucos sobreviventes desta geração dizimada pelo HIV/Aids. Ao continuar produzindo até hoje, Dugdale leva sua arte ao limite de uma afirmação da vida ao produzir autorretratos em que recria códigos tanto do classicismo (ao utilizar elementos do memento mori) como de um homoerotismo que resgata na contemporaneidade referências aos primórdios da representação do corpo masculino na fotografia, como Von Gloeden ou Von Plushow.

Palavras-chave: John Dugdale, Wilhelm von Gloeden, Homoerotismo, HIV/Aids, Filosofia.

Abstract

Derrida would conceptualize the self-portrait as a device that unveils a specific phenomenological conception of a world in which blindness, when replaced by the prosthetic eye of the camera, creates developments in Art History and Philosophy. From this apparent contradiction by John Dugdale in operating blindly through one of the “arts of the visible”, as is photography,

a poetic testimony of one of the few survivors of this generation decimated by AIDS is formulated. By continuing to produce to this day, Dugdale takes his art to the limit of an affirmation of life by producing self-portraits in which he recreates codes both of classicism (using elements of memento mori) and of homoeroticism that rescues references to the beginnings of the representation of the male body in photography, such as Von Gloeden or Von Plushow.

Keywords: John Dugdale; Wilhelm Von Gloeden; Homoeroticism; HIV/AIDS; Philosophy

Introdução

O estatuto da visão (e de sua falta), assim como as artes do visível (a fotografia, o desenho, a pintura, o cinema e o teatro) formam um ponto de reflexão dentro do pensamento de Jacques Derrida que dá acesso a uma percepção fenomenológica do mundo. Primeiro, tanto o filósofo quanto o artista manifestariam o novo, pois desejam inventar o impossível. A criação, quer de um conceito ou de uma obra artística, só se torna realizável ao adentrar em uma zona desconhecida em que se partilha a experiência de um segredo. Ao colocar no mundo estas criações, ao dar à luz a obra, algo ainda resistiria em se revelar, mantendo-se oculto e inviolado à razão; “há aí, portanto, uma experiência do segredo, isto é, do que se mantém em retiro relativamente à visibilidade, relativamente às luzes, relativamente ao próprio espaço público” (2012, p. 88). Este tatear em um mundo escuro abrindo os caminhos é algo que aproxima o artista ao cego. Para tanto, Derrida investiga a noção de visibilidade nas ditas “artes visuais”, criando assim um problema filosófico a cada vez que o privilégio do aparelho óptico se sobressair na afirmação de um *logos*.

Deste modo, esta apresentação visa aproximar este discurso derridiano à produção de John Dugdale, um fotógrafo tornado cego durante a epidemia de HIV/Aids no início dos anos 1990. Deste modo, reflete sobre a formação de uma poética em que a cegueira se torna uma forma de explorar uma temática em que se retoma temas de fotógrafos pioneiros do homoerotismo, como Wilhelm Von Gloeden e Von Plushow.

Segredo e visibilidade

Interessa antes a Derrida aplicar seu conceito de desconstrução não apenas a palavras mas também a imagens e, para isso, incide sobre o que há de mais sensível neste tipo de obra, que é a diferença existente entre visibilidade e invisibilidade. Esta necessariamente se opõe à visão tanto quanto seu contrário não pode ser apenas o visível. A incapacidade de ver é inerente à obra e “assim, as artes visuais são também artes do cego” (2012, p.46). Mesmo sofrendo a ameaça de desaparecimento ao se revelar, o segredo não é da ordem da obscuridade, do silêncio ou do desaparecimento, mas antes de uma dinâmica

complexa entre luzes e sombras, dia e noite, visível e invisível; entre o revelar e o não se deixar-ver e entre o sensível e o inteligível que transitam também na indiscernibilidade destas oposições:

Esse engeguement não é uma enfermidade. É preciso *ver* no sentido corrente do termo para desdobrar essas potências de cegueira. Mas a experiência do traço em si mesma é uma experiência de cego: *ab-ocular* (etimologia de *aveugle*, [cego em francês]), sem olhos. [...] a visibilidade diferencial, a visibilidade do que é diferencial, do que marca a marca, do que deixa um rastro, não é simplesmente a coisa ou questão do olho. Não é simplesmente a diferença entre o dia e a noite. Há aí, portanto, uma experiência do segredo. (DERRIDA. 2012, pp.345 - 346)

À toda experiência do invisível, o segredo permanece como algo exilado, separado, irreduzível à visibilidade. Por não poder ser revelado, apenas se pode testemunhá-lo por algo que o excede e que ultrapassa os limites da sua própria incomunicabilidade que o distingue: um *traço*, uma marca, um rastro que resiste a todo esquecimento e a todo desaparecimento para voltar, como um sintoma ou como um espectro, apenas como para comunicar a perda da sua presença. Em via contrária, a todo fenômeno da aparição, da volta às luzes do dia ou do retorno ao espaço público, há também esta experiência do segredo como algo que resiste em ser revelado e que poderá se manifestar como linha, como traço, como *um fio que comunica*: “(...) então o que acabo de dizer do traço traçado-traçante, do rastro do traço, não pertence inteiramente ao espaço público, ao espaço das luzes nem tampouco, portanto, de certa maneira, ao espaço da razão”. (DERRIDA, 2012, p. 88). Isto se dá porque o segredo não é da ordem nem do dia nem da noite, da luz ou da escuridão, mas um movimento *entre*. Entre a definição e o ocultamento ou entre o verdadeiro e o falso que excede portanto o próprio logocentrismo filosófico. O filósofo pretende destituir a autoridade do olhar e da primazia do aparelho óptico substituindo-o por algo que não poderá ser controlado pela Filosofia, afirmando assim as artes visuais como “artes do cego”. E é neste ponto em que tornar-se cego ultrapassa a enfermidade e se torna a experiência própria da visão. O traço como elemento constituinte das formas artísticas se faz presente através de uma escrita, que pode se

manifestar em um determinado espaço através da literatura, do desenho mas também da fotografia, que é a escrita da luz.

É preciso voltar agora à própria história da fotografia. A câmara escura e a lente do olho humano se comportam a partir dos mesmos princípios das leis da física. Ao colocar um objeto luminoso em frente a uma câmara completamente vedada há uma propagação da luz que atravessa em feixes retilíneos o pequeno furo de sua parede. A partir da observação deste fenômeno óptico criou-se a tecnologia do dispositivo fotográfico. Da mesma maneira funciona o olho humano, onde a luz entra pela íris até encontrar a pupila, centro deste órgão, se prolongando em direção à retina onde a imagem formada, apresentando desta forma as mesmas características da câmara, ou seja, reproduz dentro de um espaço uma imagem exterior de forma invertida.

A câmara fotográfica, por definição, não é apenas um dispositivo de reprodução de imagens, mas funciona como um olho protético. A estas imagens são necessárias a conversão, reposicioná-las após chegarem ao fundo do olho ou ao filme fotográfico. É certo que pelas leis da física a luz não faz curva, mas paradoxalmente estas imagens invertidas, reais apesar de espelhadas, formam uma elipse ou um anacolo entre a apresentação e a representação ao serem recodificadas externamente pelo córtex cerebral — ou pelo laboratório fotográfico, no caso das fotografias. Estas imagens são criadas a partir de uma mediação de um traço no escuro na medida da sensibilidade à luz (fotossensibilidade) dos dispositivos ópticos. Logo, caso a luminosidade seja excessiva, nossa visão se torna turva, indistinta (assim como a química presente no filme se deteriora); nestes casos, a luz não é sinônimo de clareza e nem permite ver, mas a claridade cega: “há um ponto em que, entre o visível e o invisível, entre o engeguecimento e o ver ou a lucidez, não há mais oposição, em que o máximo de luz ou de visibilidade não se distingue mais da invisibilidade ou da escuridão” (DERRIDA. 2012, pp. 173-174).

Há uma relação na história da filosofia ocidental, que vem pelo menos desde Platão, entre a luz, a lucidez e o esclarecimento em composição com a razão e o *logos*, assim como a tudo o que representa o cálculo, a proporção, a conta e o sentido. Estes discursos da lei, da ordem e da verdade são objetos da operação de desconstrução que em Derrida tira o privilégio do visível ante as zonas sombrias da indeterminação e do que permanece invisível, devolvendo as possibilidades essenciais do visível como alguém que ao olhar diretamente ao sol

só poderá voltar a ver ao fechar completamente os olhos. O contrato entre a luz e a sombra é portanto feito através de uma contraversão e é mediada por um fio de luz que viabiliza (visibiliza) a gestação das imagens através de uma permissão minúscula de entrada, uma concessão das trevas à luz exterior que adentra o interior como um ladrão na noite: “nada é mais escuro do que a visibilidade da luz, nada mais claro do que essa noite sem sol (noite lunar, luz do luar: voltem à primeira fotografia, ao arquifotograma, a lua está lá, uma lua matricial)” (DERRIDA, 2012, p. 88).

O feixo luminoso penetrando a cavidade vazia portanto é outra analogia que remete ao papel da lua como um astro-órgão do visível, com sua luz fria do luar cortando o espaço vazio da câmara tal qual um fio de prata que atravessa a escuridão apenas para revelar a obscuridade absoluta da noite. Esta luz que resiste à toda subordinação e que contesta a autoridade das trevas é escritura sulcada na indiscernibilidade da sombra; o fio desfazendo assim as oposições, e que é o traço que inverte e que trai o próprio sentido de realidade externa trabalhando apenas com a ruptura na espessura dos sentidos: é este rastro o próprio gesto que possibilita a criação da arte.

Flores, anjos, estátuas

Nos anos 1980, John Dugdale era ainda um jovem estudante de artes que passava algum tempo no campo, em uma fazenda nos arredores de Nova Iorque (EUA). Neste espaço quase parnasiano, se aproximaria à uma temática classicista, a corpos nus, flores e uma atmosfera que o transporia a um dos seus períodos históricos favoritos, o séc. XIX. No começo dos anos 1990, Dugdale teria bastante sucesso com suas fotografias, em que explorava naturezas-mortas, anjos, estátuas e nus, como que atualizando o tema do *memento mori* que outros fotógrafos contemporâneos, como Mapplethorpe e Hujar, também exploravam. Em 1992, porém, receberia o diagnóstico positivo para HIV/Aids. Em uma época em que não estavam disponíveis as tecnologias antirretrovirais (ARVs) que conhecemos hoje, logo Dugdale sofrerá uma sequência de ataques de pneumonia, entre outras complicações causadas pelo vírus como um AVC em 1993 e uma retinite que comprometeria definitivamente sua capacidade de enxergar.

Aos 33 anos, sua visão desapareceria completamente do olho direito, restando um pequeno fecho de luz no olho esquerdo. A chegada dos ARVs significaria uma mudança brusca em seu quadro de saúde e, escapando da morte, opta por retomar a sua profissão na fotografia. Enquanto dá prosseguimento à terapia antirretroviral, muito tóxica à época, Dugdale começa a experimentar produtos químicos menos agressivos para a revelação das fotos, o que o faz resgatar técnicas dos primórdios da fotografia como o platinótipo e principalmente a cianotipia. Este procedimento técnico da Cianotipia ao ser incorporado poética de seus temas classicistas, parecem suspender suas fotografias no tempo, dando um tom azul índigo¹ e o aspecto “noturno” característico do processo de impressão que o distinguiria dos fotógrafos contemporâneos. Portanto, Dugdale continuaria dos anos 1990 até hoje, em um momento da massificação da tecnologia digital, na produção de suas fotografias em câmeras de grande formato e com processos já ultrapassados, como a revelação em papel albuminado.



- 1 A escolha casual deste tom próprio da técnica da cianotipia foi inicialmente um problema para Dugdale, que preferiria um tom sépia mais condizente com a temática anacrônica de suas fotos.
- 2 Foto: “Caim”, 1902. Wilhem Von Gloeden. Impressão Meio-tom (30 x 40 cm)
- 3 Foto: “Never Forget Who You Are”, 2002. Impressão em albumina (20.3 x 25.4 cm).

Ao continuar fotografando a despeito de sua incapacidade de ver, Dugdale explicita a metáfora da câmara como uma prótese ocular expandindo as associações que Derrida faz entre arte e o estado da cegueira, usando a fotografia em si como um guia na desorientação do mundo. A atemporalidade destas imagens suspensas no tempo modula uma dialética intensa entre técnica e natureza, onde a câmera assume um papel de “testemunha sem testemunha”; o olho protético que perpassa a própria história da fotografia e também a origem que precipita um arquivo de fotografias homoeróticas que existem pelo menos desde Von Gloeden⁴, às quais o fotógrafo se guia formulando um índice próprio de corpos masculinos e elementos cênicos atrelados a uma antiguidade impostada: não visionária. Esse excesso de símbolos, sejam clássicos ou religiosos, muito cênicos e muito dramáticos – em suma, muito *artificiais* – formulam simulacros que Dugdale ressignifica ao apresentar outras respostas ao questionamento filosófico da relação entre a luz que penetra o coração das trevas e que cria o que chamamos de fotografia.

Ao não ter parâmetros de averiguação e comparação com as imagens produzidas pelo exterior através de seu olho, sua visão desse é unicamente revelada no interior frio da câmara fotográfica; portanto, suas fotografias são a única visão a que lhe é permitida ter sobre o mundo. Ao compartilhá-las com os espectadores, evidencia sem intermediários uma verdade sobre tudo o que lhe é permitido capturar do mundo exterior: a exposição do que há de mais íntimo surge através da fotografia, sua única *visão possível*. O fotógrafo cego não mente pois não retém nada para si, tudo o que pode ver ou os limites últimos da sua capacidade de enxergar são completamente compartilhados, e este gesto amoroso de doação absoluta assim se torna público. Logo, se há o amor na obra de Dugdale ele sempre será um amor romântico, idealizado, pulsando como chaga viva exposta e em que cada foto se ergue sob nossos olhos incrédulos como um sudário ou como o véu que comprova este sacrifício revelado. Uma visão portanto inteiramente mediada pela sua arte, onde a câmara substitui o órgão, o artifício se sobrepõe ao natural e onde “a *tekhnê* se torna a verdade da *physis*” (DERRIDA. 2012, p. 305).

Se a prótese escancara a precariedade da vida, o corpo nu do fotógrafo cego no autorretrato “Self Portrait with Madonna Lily” (1992) se

4 Wilhelm Von Gloeden (1856-1931) foi um fotógrafo alemão conhecido pelos seus retratos de jovens homens nus, trazendo elementos classicistas na composição de imagens e sendo um pioneiro do que se designa hoje como “fotografia homoerótica”.

mostra ainda mais fragilizado. O erotismo melancólico evocado nas fotografias lavadas em azul, excessivamente posadas e formais (pois é preciso uma preparação anterior meticulosa do espaço e do ângulo pretendidos devido à desorientação da cegueira) mostram o corpo no retorno a um estado natural primordial, uma volta ao éden ou a um tempo perdido do qual o fotógrafo foi banido. Na presença constante desse perpétuo exterior negro e vazio, a intimidade se firma ante a clarividência do olhar *voyeur* do espectador com a impossibilidade de se ver nu estando nu, de dar à luz o seu corpo num gesto onde o pudor se oculta e o fotógrafo expõe assim sua vulnerabilidade:

Vergonha ou pudor, sem dúvida, apenas ultrapassados para serem observados, guardados e olhados, respeitados e mantidos em respeito, na condição de uma parte de sombra. Mas também o medo dado em espetáculo, o ver-se-visto-sem-ser-visto, histerionismo e curiosidade, exibicionismo e voyeurismo: o sujeito do auto-retrato torna-se o medo, *mete medo a si próprio*. (DERRIDA. 2010, p. 76)

A entrega total deste corpo explicita a emergência do desejo pela imagem e, graças a ela, a abertura mais intensa ao que é mais íntimo a um fotógrafo: sua capacidade de enxergar-se nu e sozinho.



5

5 Foto: "Self Portrait with Madonna Lily", 1992. Cianotipia (20.3 x 25.4 cm).

Estar só para se expor à experiência do testemunho fotográfico significa congelar o corpo, todo o corpo, no instante preciso em que a doença ainda não debilitaria totalmente sua saúde, como para reter na eternidade o vigor físico de sua presença no mundo. A fotografia portanto gera uma assinatura, ela *atesta*. O lírio⁶ como elemento de composição, erguido em paralelo ao corpo no lugar do braço esquerdo, remete ao elemento temático clássico do *memento mori* como para evocar a transitoriedade da *physis* dentro do quadro. O autorretrato serve como uma assinatura de um contrato firmado com o espectador a partir da confiança em tudo o que é ocultado em relação ao objeto, invisível como um vírus. É deixar-se conduzir pelo guia cego em uma imagem fixada de forma idílica que serve menos como testemunho de uma época do que como o testamento do artista. O ponto de vista do outro, de um observador, ganha importância pois

Uma cena testamentária supõe pelo menos, com o suplemento de uma geração, o terceiro que vê a mediação de uma testemunha lúcida. Com uma narrativa ou com uma assinatura, esta atesta que viu bem, autenticando assim o ato de memória, e a última vontade (DERRIDA. 2010, p. 27).

A tríade de posições firmadas no autorretrato do artista enquanto o sujeito, o objeto e o signatário (*signataire*) – o que expõe o corpo nu como assinatura (*signature*), demarca também certas posições de pureza: a placidez da nudez revelada, a pouca toxidez das técnicas fotográficas clássicas e o esclarecimento público sobre sua enfermidade: o assumir ante começar a sumir e o gesto luminoso de sua determinação em continuar. Posições que se erguem como um penhão, tal qual os três lírios na imagem, diante das contaminações do pecado da iniquidade, do desamparo da enfermidade e da imaterialidade das mídias digitais.

A passagem do desejo pelo sexo exposto quando suprimido pela consciência de culpa diante da pureza absoluta do modelo cego tensiona uma dualidade que parece explicitar tanto a perversidade do olhar do observador quanto uma denúncia da inocência que reside nesta crença da possibilidade de se mostrar um todo, de dar à palavra

6 *Madonna Lilly* ou *lilium candidum* (em latim) é um lírio associado à Virgem Maria e por extensão, a pureza, a inocência, a virgindade e a integridade física e moral do corpo.

ao que se é, de se autoidentificar. E que ao mesmo tempo se opõe à criação de uma ficção ou de uma tentativa impossível de apropriação gravada na pulsão de se reter uma memória de um corpo desde sempre observado como impuro (agora pela doença, e antes pela homossexualidade). O erotismo quando presentificado na imagem ereta e estática de Dugdale busca uma redenção através da libido a partir da repulsa social ao corpo contaminado e a todos os interditos relacionados à uma má conduta sexual: o sexo homossexual e o sexo soropositivo. Esta autoafirmação derradeira dos contaminados que tombaram ou partiram, seja em forma de afirmação discursiva pela palavra⁷, seja pela exibição compartilhada dos corpos definhando⁸, mostra uma ruptura irreduzível entre o que há de mais íntimo, ou do que lhe é mais privado, com a exibição engajada de um problema tido como específico de uma determinada comunidade em direção a um exterior.

Uma obra é apenas pública; não há obra privada. Supondo que eu assine algo, uma carta, por exemplo; ela será recebida e rubricada por um possível destinatário, mas não será uma obra exceto se uma terceira pessoa, a “sociedade” como um todo, a tiver contra-assinado em um sentido virtual. (DERRIDA. 2012, p. 37).

O destinatário da obra está sempre dentro da esfera pública e, portanto, dentro do espaço político. A fotografia foi muito usada nos anos 1990 para criar relatos sobre a epidemia como forma de denunciar as condições alarmantes da falta de assistência governamental. Mas a fotografia para determinados artistas como Dugdale serve para expandir universos de criação e visualização de possibilidades em que um mundo de conciliação entre os contaminados e não-contaminados, entre os vivos e os deixados para morrer ou entre os homossexuais e uma sociedade heterossexual é muito mais real ou menos ficcional do

7 As implicativas de *afirmar*, ou de se autoafirmar sempre se relacionaram com as de *positivar*, e por isso o termo “soropositivo” foi utilizado para se referir aos contaminados e aqueles que assumiam sua condição.

8 Vide a famosa foto do ativista David Kirby (1957-1990) definhando em seu leito de morte, registrada por Therese Frare em 1990. Esta imagem ajudou a divulgar a um público amplo da época os efeitos da Aids através de um apelo à exposição de um corpo devastado pela doença.

que o criado pelas reportagens e os dados sociais e políticos objetivos que confirmariam a vulnerabilidade destes corpos.

Conclusão

As imagens excessivamente idealizadas não pretendem em nenhum momento negar a conjuntura em que foram produzidas, mas antes expandir as metáforas e interpretações políticas e éticas de sua arte partindo do desejo e do compromisso de deixar para o futuro um fio revelado: o selo da promessa e o traço de sua realização. Nesta disjunção e inversão absolutas, entre passado e futuro, entre a geração de imagens e a regeneração pelas imagens; o enigma do fotógrafo cego, ainda doente e mesmo assim ainda hoje vivo, que segue neste estado de vigília-cega permanente tanto ao padecer de uma insônia que lhe parece incurável mas também sofrendo da clarividência absoluta. Olhos de anjo estelares, dos astros de brilho morto dos quais a luz viaja desde o passado mas que também dão a condição de possibilidade à criação, neste caso, a artística.

Referências Bibliográficas:

DERRIDA. *Memórias de Cego: o auto-retrato e outras ruínas*. Tradução de Fernanda Bernardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível* (1979-2004). Organização Ginette Michaud, Joana Masó, Javier Bassas. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

DEVINE, Peter. *John Dugdale, Life's Evening Hour*. New York City: August Press Ltd., 2000.

“SE EU ESTOU AQUI HOJE É POR ELAS”: SOBRE UMA ÉTICA DO CUIDADO NA ENVELHESCÊNCIA LESBIANA¹

Isabella Gonzaga Guimarães Silva

*Mestranda do Curso de Mestrado em Antropologia Social da
Universidade Federal de Goiás- UFG, isabellaborges08@hotmail.com*

Luis Felipe Kojima Hirano

*Professor Orientador: doutor, Programa de pós-graduação em
Antropologia Social-UFG, lfhirano@gmail.com*

Resumo

Esse trabalho busca discutir a ideia de economias afetivas a partir do campo etnográfico, em andamento, realizado junto a mulheres lésbicas idosas residentes na cidade de Goiânia. Em especial, trata-se de refletir sobre os rendimentos analíticos da experiência de três amigas que decidiram “terminar a vida” juntas. Mais do que uma pesquisa em torno do envelhecimento de mulheres que enunciam-se como lésbicas, trata-se de tensionar discussões como cuidado, micropolítica e aquilo que a antropóloga Veena Das intitula de ética ordinária. Buscando, desta forma, lançar inteligibilidade ao modo como as experiências de intersecção entre trauma, violência e abjeção, ao longo de seus cursos de vida, possibilitaram a emergência de uma ética do cuidado entre elas.

Palavras-chave: envelhecimento lésbico; cuidado; economias afetivas.

1 Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, em andamento, realizada junto ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

As reflexões que aqui se seguirão advêm de uma pesquisa de mestrado que busca seguir as linhas de vidas constitutivas das etnobiografias (Cardoso; Gonçalves; Marques, 2012) de lésbicas envelhescentes. Apesar de, numa biopolítica, serem enquadradas como idosas, as interlocutoras acionadas na presente discussão não se identificam propriamente com esta categoria. Por isso, seguindo com Simões (2011), é mais adequado falar em mulheres envelhescentes do que propriamente idosas. Residentes em Goiânia, com idades de 65, 66 e 68 anos as interlocutoras propositoras das reflexões aqui analisadas, são lésbicas que se identificam como brancas e advindas das classes populares. Estão ligadas por um laço de amizade que perdura há mais de 40 anos, recentemente conseguiram adquirir uma casa e enfim realizarão um antigo sonho de habitarem o mesmo lar.

O gesto de constituírem um lar compartilhado é como a “afirmação de suas vidas através das reconfigurações das ideias de ‘lar’ e ‘casa’” (AZEVEDO, 2016, p. 5), já que a forma como suas trajetórias se cruza e imbrica-se acontece, justamente, quando suas existências são expurgadas dos tradicionais lares das famílias heterossexuais e reprodutivas. Com trajetórias sintonizadas por experiências de rejeição familiares, em razão de suas orientações sexuais, de vulnerabilidades e traumas, o encontro entre elas, nos idos dos anos 80 permitem etnografar, através do processo da pesquisa da pesquisa feito com entrevistas, processos de subjetivação que podem ser visualizados na ética da amizade (Eribon, 2005) e do cuidado basilar da relacionalidade aqui explorada. Um cuidado específico, é preciso dizer, que não cessa de ser gestado por essas mulheres. Afirmando-se lésbicas, parecem o tempo todo dizer que a cotidiana prática de cuidado, aqui qualificada como uma ética e estética da existência (Foucault, 1984), só poderia ter sido suscitada por sujeitos que não cessaram, ao longo de suas trajetórias, de atuarem, micropoliticamente, para que seus modos de vidas fossem considerados de fato, vida (Butler, 2019[1998]),

“(...) olha, eu não sei como as meninas da sua idade estão lidando com isso, sabe?! Com ser lésbica, homossexual... Eu demorei muito pra me aceitar, sendo eu mesma. Você pode até achar estranho, mas ainda estou aprendendo a deixar de achar que sou

anormal. Se não fossem por elas, eu nem sei, não estaria aqui conversando com você hoje. Eu sei que pra elas também não foi fácil, mas juntas a gente soube aprender a amar o nosso jeito. E a ajudar outras pessoas gays a não desistirem de serem elas mesmas. Não sei com você ou as pessoas da sua geração, mas a certeza de que a gente não é digno é uma coisa que muita gente homossexual da minha idade teve que aguentar. Se eu estou hoje é por elas e porque elas são homossexuais também. Elas sabem das dores. O que eu estou querendo explicar é que assim, eu nunca quis deixar de ser eu. Eu sempre gostei dos tipos de coisas que a gente faz. É difícil explicar também. Mas agora eu acho que estou numa fase maravilhosa da minha vida. Estou mais leve por conseguir falar de mim sem ficar com vergonha ou raiva.” [Entrevista com Rosana, 68 anos. Goiânia, 23/11/2020]

Rosana é uma das minhas primeiras interlocutoras, foi ela quem me apresentou suas amigas e me inseriu nessa partilha do sensível que é a relação entre essas três mulheres. Quando me contaram da aquisição da residência, um mundo se abriu. Imediatamente o recente trabalho etnográfico da Antu Sorainen (2020) veio à mente. Em “Gay Back Alley Tolstoys and inheritance perspectives”, a pesquisadora acentua a cotidianidade e sobretudo a solidariedade como constitutiva de um tipo de parentesco desenvolvido entre 4 gays de meia-idade, entre 40 e 50 anos, localizados nas classes médias e moradores de Helsinki, capital da Finlândia. Situado nos estudos de “*parentesco queer*”², a mencionada pesquisa etnográfica desvela formas de fazer parentesco fora de alguns marcos tais como a conjugalidade, o matrimônio e a gestação. Fazendo-se parentes de forma não-convencional, fora dos marcos legais do que pode ser considerado parente.

Aqui não pretendo discutir a feitura de um parentesco entre as interlocutoras, mas sim pensar com elas e com suas narrativas

2 *Parentesco queer* pode ser considerado uma campo de investigação que busca estudar, pesquisar e etnografar a partir de arranjos não-heterossexuais formas outras de fazer família e parentesco. A antropóloga estadunidense Kath Weston é considerada pioneira na constituição desse campo. Em um trabalho etnográfico realizado em 1991, Weston etnografou as “família de escolha” de sujeitos LGBTQ após suas saídas do armário e a rejeição da família biológica. O trabalho do antropólogo brasileiro João Victor Gomes Varjão (2020) possui uma importante revisão bibliográfica em torno do tema, assim como contextualiza seu campo etnográfico, realizado na Bahia, no debate.

biográficas o que significa a escolha de “terminarem a vida juntas”. Para isso foi necessário pensar, primeiramente, o aspecto cotidiano de um cuidado entre elas e de como isso está intimamente imbricado com a postulação de uma ética ordinária (Das, 2020[2006]) nesta relação. A decisão de envelhecerem juntas só pode ser pensada em complexidade. Não se trata de interpretar esse acontecimento, mas de um movimento de descrição e visibilização de camadas de significação que levam até o habitar juntas. Tais camadas são tomadas nos processos de enunciação e relato de si mesmas, tanto em entrevistas quanto em conversas informais do dia-a-dia.

Suas falas são e estão sendo pensadas a partir daquilo que Roland Barthes denomina de *punctum* (Barthes, 1984; 2018), conceito qual o teórico utiliza para discutir as possibilidades de sensibilidade e afetos das fotografias. Pensando as fotografias como um sentimento, fazendo assim um chamado aos detalhes e para uma atenção às emoções contidas na imagem. É então nos detalhes- ou melhor, na forma de enxergar as narrativas de si ao modo como Barthes enxerga as fotografias- e no *mode mineur*, como colocado pelo antropólogo Albert Piette (1992), das narrações de Rosana, Antônia e Cleide³ que é possível entrever o gesto do lar compartilhado como expressão da singularidade de experiências inscritas nos corpos, nas vidas e biografias de pessoas que, como as três amigas, estão fora da matriz heterossexual de coesão entre gênero, desejo e sexualidade. É por ocuparem o local da abjeção (Butler, 2019 [1998]) que certas sensibilidades e éticas do cuidado puderam emergirem.

Economias afetivas e do cuidado

Quando perguntadas como elas qualificavam a relação, responderam que era uma “amizade além do tempo” e que eram “amigas-irmãs”. Apesar de não acionarem as categorias “famílias de sangue” e “famílias de coração”, tal como fizeram os interlocutores da pesquisa de Henning (2014), a forma como esse antropólogo tomou heurística-mente a circulação do cuidado entre aqueles que participou de sua pesquisa etnográfica é uma referência para pensar o aspecto cotidiano,

3 São nomes fictícios. Tal como previsto no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) assinado pelas interlocutoras.

processual e temporal da economia do cuidado percebida na relação entre as três amigas-irmãs. Em especial, o conceito de *aprendizado do cuidado* (Henning, 2014, p.368) aponta para a imaginação de certa pedagogia das sensibilidades pelas quais certas existências passaram. De forma dolorosa, é preciso ressaltar. Uma significativa percepção colocada em circulação no trabalho em questão, diz respeito a como a produção de cuidado entre seus entrevistados está relacionado à certas *sensibilidades geracionais* (ibidem). Isso porque os homens que participaram da pesquisa experienciaram diretamente os efeitos da epidemia de HIV/AIDS, nos anos 80 e 90, significando para muitos deles as primeiras experiências de constituição de redes de suporte e cuidado. Refletindo nas formas como agora, envelhecidos, reatualizam tais práticas e redes.

Tomando, também, a perspectiva da HIV/AIDS como produtora de subjetividades Zamboni (2015) focaliza o local das mulheres lésbicas durante a primeira fase da epidemia (1983-1997). Propõe, a partir de seu trabalho de campo, uma imagem muito potente para pensar o circuito de afetos e emoções entre minorias sexuais e sua reverberação nas memórias daquelas que dispuseram seus corpos à dor de seus amigos. Comumente pensado como imune, o corpo lésbico foi invisibilizado e por não serem consideradas pessoas atravessadas pela epidemia, as mulheres lésbicas recebiam “menos recursos para sustentar sua atuação na esfera pública” (ZAMBONI, 2015, p. 140). É com as narrativas tomadas ao longo de entrevistas com mulheres lésbicas de meia-idade, que o pesquisador propõe uma perspectiva alternativa “para pensarmos os efeitos da epidemia sobre corpos marcados em termos de gênero. Mudando o foco da transmissão do vírus para as *interlocuções da dor* podemos enxergar a aids de outra maneira, como um problema compartilhado, inclusive por corpos que nunca carregaram o vírus.” (ibidem p. 140-141). O que parece estar implícito no artigo em questão é que a abertura dos corpos lésbicos para a transmissão das dores dos atingidos biologicamente pelo vírus, significa pensar na feitura de uma disposição por parte das amigas lésbicas.

Os conceitos propostos e manejados por Henning (2014) e Zamboni (2015) encaminham a discussão para pensar a economia de afetos (Ahmed, 2004; 2006) operante na relação existente entre Rosana, Cleide e Antonia. O drama do HIV e da epidemia de Aids não apareceram nas suas narrações, mas os encadeamentos de ideias propostas pelos dois antropólogos permitem pensar a especificidade do

cuidado quando tomado a partir de uma lente que focaliza a interseção entre diversidade sexual e expressões geracionais. Uma imbricação cuja ênfase é necessária pois é mesmo o “ponto de partida” para a abertura das camadas de significados contidos no movimento que desencadeou a discussão aqui compartilhada. A sugestão propositiva deste trabalho é a de que uma das vias para pensar a casa, enquanto uma expressão de um cuidado produzido cotidianamente, compartilhada por três amigas lésbicas envelhescentes, reside no acento dado por Sarah Ahmed (2004) ao caráter coletivo das emoções e de como elas produzem mundos e corpos.

É em “The Cultural Politics of Emotion” (Ahmed, 2004) que encontramos a formulação da teórica feminista sobre a circulação, e de uma espécie de sociabilidade, das emoções. Um aparato conceitual importante para refletir a maneira pela qual “sujeitos alinham-se uns aos outros” (AHMED, 2004, p. 119). Ao pensar as emoções e afetos enquanto vinculativas, ou melhor, como performativos, a socióloga possibilita enxergá-los como materializações, ao longo do tempo, nos corpos dos sujeitos. Sua proposta é a de enxergar emoções e afetos como exteriores aos sujeitos e que seus efeitos se dão, de fato, em como eles circulam entre os corpos. Ao definir que sua teoria trata de abordar a emoção como “uma forma de política cultural e de construção de mundo” (ibidem, p. 38) Sarah Ahmed abre caminho para pensar como nas narrativas das três amigas interlocutoras, os afetos de dor, as emoções advindas da violência lesbofóbica e das expressões de trauma produziram nesta relação práticas de cuidados intensivas que contam da forma como elas percebem-se e estão no mundo (Ingold, 2015).

Na densidade contida nas palavras dadas por Cleide conseguimos visualizar esse entrelaçamento entre afetos que circulam entre corpos, cujo atravessamento de certas experiências residem no fato de serem mulheres lésbicas, e a constituição de uma ética ordinária do cotidiano na relação que ela mantém com suas amigas-irmãs,

A gente já tentou várias vezes morarmos juntas. Mas sempre dava algum problema. Quase sempre foi porque a pessoa de quem a gente ia alugar o imóvel não aceitava três lésbicas na mesma casa. A gente sempre teve esse tipão, então quem vê sabe. E não sei, sabe, acho que as pessoas tinham ou tem uma ideia de por sermos homossexuais somos da bagunça. Eu

e Rosana até moramos um tempo juntas, mas depois ela arrumou uma mulher e foi morar com ela, mas assim, nunca nos separamos não. É até esquisito, né? Mas é que eu não tenho muitas amigas além delas. Não fiz muitas amizades, assim de pessoas com quem eu posso falar de mim, das minhas vontades, de mim de verdade. Tem os colegas de serviço, mas nunca me abri assim não. Ai, acho que eu tenho isso com elas porque eu sou inteiramente eu com elas. Mas foi com tempo também, você vê eu sou amiga delas desde os meus vinte e poucos anos. É com o tempo que nós três nos tornamos inseparáveis. Eu falo pra elas das mulheres, das coisas mesmo mais a ver comigo. Eu já fui muito humilhada pela minha família, já fui agredida, mesmo nem morando com eles mais. E elas sempre me acolheram e sabe, elas entendiam a sensação e a gente já compartilhou muitas situações humilhantes e de desprezo. Elas até me incentivam a ainda arrumar alguém. Eu vou te contar, mas eu com essa idade só tive 4 namoradas. Nunca consegui me entregar muito nos namoros. Até acho que fui ruim para as mulheres que tive, porque eu não conseguia demonstrar as coisas por elas. As vezes eu sumia. Não é fácil né ser lésbica, né menina [risos]. Até brinco que meu tratamento são essas duas, a gente segura uma a outra. A gente se cuida muito, e vamos terminar essa vida juntas, pelo jeito [risos]. Com elas eu aprendi tudo de bom que sei. Quando sua família odeia quem você é, você acha que não vai mais encontrar amor e carinho nesse mundo, mas eu encontrei e muito. E acho que nós três fomos reaprendendo uma com a outra a como não desistir de viver. O mundo, a vida, fica melhor quando você pode simplesmente ser você, fazer o que você gosta, e eu até hoje sigo aprendendo com elas que eu posso. [Entrevista com Cleide, 65 anos, via whatsapp. Goiânia, 25/11/2020]

Trata-se de prestar atenção naquilo que a teórica discute em termos das emoções estarem envolvidas “com leituras de como os corpos se abrem para serem afetados.” (AHMED, 2004, p. 185). Tanto no trecho da conversa com Cleide, quanto no da Rosana, salta aos olhos a forma como narram a construção da amizade e a ênfase dada nas formas de acolhimento e manejo das dores e violências não apenas como aquilo que marca a relação, mas como dinâmicas que contam de um

contínuo processo de abertura à vida. Há aqui uma notável conexão com o projeto de antropologia ingoldiana de “restaurar a antropologia à vida” (INGOLD, 2015) isso pois, existe uma aproximação entre o que Tim Ingold define como sendo a ocupação da antropologia “a investigação constante e disciplinadas das condições e potenciais da vida humana” (ibidem, p. 25) com os relatos das amigas de como produziram formas de constituírem suas vidas lesbianas apesar de terem acesso a uma economia de possibilidades muito escassa para isso. Os relatos de suas vidas também permitem etnografar a definição de vida como “em suma movimento de abertura, não de encerramento” (ibidem, p. 26). É possível, então, pensar em gestos micropolíticos de abertura à continuidade da vida.

Micropolítico por serem práticas, arranjos e modos constituídos em seus cotidianos (Certeau, 2002). Foi na criação cotidiano e ao longo do tempo que as três amigas constituíram para si mesmas formas de contra-subjetivação. O que isso significa? Trata-se de seguir os rastros e as linhas das maneiras pelas quais essas mulheres engendraram ao longo de seus cursos da vida formas de subverterem as verdades dadas como possibilidades a elas. Um pequeno trecho da fala da Cleide consegue entregar uma boa imagem do que se vem dizendo até agora:

Olha, não foi fácil. Hoje já é outro mundo. Pra você, pra elas e pra mim mas nem sempre foi assim não. E a gente aqui que se desdobrou para que pudéssemos sermos nós, muito tempo para respirar aliviada e não com medo por sermos assim, como somos. É só o tempo mesmo para poder dizer. Devagarinho a gente foi vivendo, eu nunca fui de ficar pensando assim, ‘ah, um dia vai mudar’. Não, nunca fiquei assim no aguardo de casamento igual tem hoje. Que pra mim, não estou querendo falar que assim para as outras pessoas, não mudou muita coisa. Eu sempre fui mais de pensar em como eu poderia me crucificar menos. Parece que a gente que é assim mais antiga é difícil ver algumas coisa pra gente, mas igual eu te falei tudo é aprendizado também. Por isso eu não gosto muito de achar que estou velha. Eu sei da minha idade, mas sabe? Não faz muito tempo desde que comecei a curtir mais, viver mais. Eu não vou ficar colocando culpa em ninguém, mas olha era tenso na nossa época, mas a gente tá aqui até pra te ajudar com seu trabalho.

Quer dizer que é importante né?[Cleide, entrevista por whatsapp. 65 anos, via whatsapp. Goiânia, 25/11/2020.]

Cleide nos entrega uma imagem do que, também, pode ser esses agenciamentos micropolíticos: o conjunto de gestos e práticas que dirigem-se a uma *autorrecuperação*⁴, neste caso. Ao fazer uma diferenciação entre o a conquista do casamento homoafetivo no Brasil e os caminhos percorridos para um aprendizado para “se crucificar menos”, ela nos entrega na práxis uma das formas de entender o que é micropolítica. Se trata de um retorno a si, mas não um gesto narcísico, mas de um retorno a fim de criar formas de desterritorializar as censuras e as violências e criar movimentos de fuga e assim produzindo possibilidades de vida não-heterossexuais. As marcações temporais são bastante intrigantes e importantes pois constituem entradas para pensar as temporalidades lésbicas. Acompanhar por meio da etnografia os processos de duração (Carvalho da Rocha; Eckert, 2013) das constituições de si como mulheres lésbicas enquanto narram desde de os seus mais de 60 anos é perceber como o cotidiano e o ordinário (Das, 2020) estão imbuídos em acontecimentos pretéritos, reatualizados sempre que são acionados para atuarem como suporte de suas elaborações de si. Ao contarem da casa, do lar compartilhado, as amigas produzem narrativas que explicitam a forma como experimentaram suas sexualidades ao longo dos cursos da vida.

Dentro de um gesto há mundos. A definição que Veena Das dá ao tipo de trabalho por ela realizado é também sugestivo para os tipos

4 No artigo “Sobre a autorrecuperação” (2019), bell hooks afirma que a autorrecuperação consiste em um processo “pelo qual o indivíduo dominado e explorado experimentaria uma nova e diferente relação com o mundo” (p. 82). Para isso, no entanto, hooks assinala para a criação de uma linguagem e de discursos que consigam realizar essa outra relação com e no mundo. Em seu caso, a escrita do livro “Ain’t I a Woman” foi como um ato de restauração, um ato de autorecuperação. Parece ser possível pensar a autorecuperação nas narrativas de Rosana, Cleide e Antonia. Por via de uma linguagem dos afetos e do cuidado que também é uma discussão proposta por hooks. Em “Tudo sobre o amor: novas perspectivas” (2021), bell hooks propõe pensar em uma ética do amor que proporciona cura e cuidado a si mesmo e para aquelas quem amamos. Há aqui uma conexão muito interessante com a amizade entre as três interlocutoras, essa definição do amor como uma prática de cura parece estar todo o tempo implícito em suas palavras. É a relação afetiva entre elas que possibilitou a continuação de suas vidas, a continuidades de seus desejos não-heteronormativos e a constante restauração da vitalidade em suas trajetórias.

de encaminhamentos que aqui se pretendeu fazer. Trata-se, como colocado por Das, "(...) não é o descrever esses momentos de horror, mas de descrever o que acontece ao sujeito quando a memória de tais eventos está guardada nos relacionamentos existentes" (DAS, 2020, p. 30). Dessa forma, este artigo não teve por objetivo pensar as violências e lesbofobias que marcaram as vidas das três amigas, mas de desenvolver a percepção de que a constituição de trajetórias compartilhadas entre elas e mais recentemente a habitação partilhada desvelam sensibilidades temporais, subjetivas e singulares. Uma relacionalidade cuidadosa como a das três amigas permite, então, pensar que tipo de memória lésbica está guardada entre elas.

Considerações finais

Em seu artigo "Corpo seres que não importam? Sobre homossexuais velhos" (2009) o sociólogo Cristian Paiva questiona "Como pensar um ciclo de vida homossexual?" (p. 193). A presente comunicação pode responder que se partindo do ponto de vista dos corpos das lésbicas envelhescentes que partilharam suas linhas de vidas para os encadeamentos de ideais aqui expostos, significa pensar os movimentos de criar um cotidiano habitável (Das, 2020[2006] para suas existências minoritárias. A antropóloga permite perceber que quando pensamos em violências, não precisamos pensar apenas nos genocídios ou em expressões de violência em massa, mas também olhar para as formas de violência que são naturalizadas e que estão em corpos e subjetividades (Das, 2008). É, então, no cuidado cotidiano, manejado e tecido ao longo de 40 anos de amizade, que as três amigas lésbicas chegam na "terceira idade" podendo habitar o mundo, seus cotidianos e proliferando existências não-normativas,

Enquanto lésbicas envelhescentes, as três amigas são arquivos vivos de afetos, em uma analogia com o trabalho realizado pela Ann Cvetkovich em "An Archive of Feelings: Trauma, sexuality and lesbian public" (2003). São suas rememorações e contextualizações com o presente que nos permite compor um arquivo de sentimentos (Cvetkovich. 2003) o que implicou uma espécie de etnografia sentimental, a partir de seus relatos. Arquivo não como uma forma de guardar o "passado", mas como registro de vivências e modos de vidas minoritários que colocam em circulação pedagogias de resistências. Ann Cvetkovich mostra como o trauma possibilita o surgimento de

culturas públicas entre mulheres lésbicas e pessoas queers. Aqui, nesta comunicação, foi possível, também, encontrar entendimentos de como os rastros traumáticos das experiências de violência lesbofóbica atuaram na constituição do tipo de relação que as três amigas possui.

Ao falar em um arquivo do trauma queer, Cvetkovich está, também, interessada nas “estruturas de sentimentos que podem chegar a serem culturas alternativas.” (p. 28). É também uma questão para Adriana Azevedo que ao pensar as utopias de lares queers toma o filme *Shortbus*, dirigido por John Cameron Mitchell, para discutir, com José Esteban Muñoz e Jack Halberstam, as “potencialidades das vivências queers, para que seja possível de imaginar um por vir, onde se realizem outros modos de amar, de transar e de estar junto, fazendo da vida mais vivível e respirável” (AZEVEDO, 2016, p. 15). Assim, pensar com as vidas de Cleide, Rosana e Antônia é aprender a cultivar afetos e cuidados transformadores para uma existência em que as pulsões de vida (Rolnik, 2018) não sejam confiscadas. Nos seus 65, 66 e 68 anos, elas no ensinam que é um aprendizado com o tempo e em um cotidiano singular da experiência minoritária.

A casa das três amigas é uma territorialidade de resistência (hooks, 2019). A construção de um lar compartilhado há muito tempo habitava seus horizontes imaginativos, enquanto a materialização não acontecia, foram sendo uma para a outra seus lares. Há de se notar nas falas das amigas que há um encontro entre estarem aprendendo a ter uma “melhor relação com suas lesbianidades” e a concretização da casa compartilhada. Em seu texto “Constituir o lar: um espaço de resistência” (2019), bell hooks aponta para como o lar para mulheres negras e sua família significa, por muitas vezes, um ato de subversão e resistência. Trata-se um espaço onde há possibilidade de “encontrar conforto para nossos pensamentos e nosso coração apesar da pobreza, das dificuldades e privações; onde pudéssemos restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público.” (hooks, 2019, p.105). Essa concepção de feitura do lar, de construção de uma casa como local onde aquilo que é negado minorias torna-se possível e real é muito potente para pensar, também, as implicações contidas no movimento realizado pelas amigas lésbicas. O lar, desde antes de sua realização material, foi em suas vidas como espaço e território de cuidado, cura e autorrecuperação.

Esta comunicação não teve por o escopo a reflexão sobre os significados êmicos da velhice ou do envelhecimento para as interlocutoras mas sim de levantar questões diante do atual curso de suas vidas. Suas vidas foram lidas como detentoras de perspectivas privilegiadas para seguirmos os rastros das temporalidades que marcam a relação dos sujeitos com suas homossexualidades. A fim de etnografar processos, transformações, movimentos e registros dos possíveis, das economias de afetos, das dinâmicas de cuidado entre existências lésbica. Por serem mulheres que acompanharam as atualizações e modificações dos discursos em torno das homossexualidades; que assistiram a forma como as sexualidades dissidentes foram sendo refeitas e tratadas desde os anos 70 até o tempo presente, suas narrativas são imagens das singularidades éticas que pode existir nas relações entre minorias sexuais. Trauma e memórias de violência e subjugação não são esquecido e compõe junto com atos de acolhimento, amor e cuidado os territórios existenciais (Guattari, 1992) de Cleide, Rosana e Antônia.

Referências bibliográficas

AHMED, Sarah. **The Cultural Politics of Emotion**. (2004). Routledge Press, 2004

AZEVEDO, Adriana Pinto. (2016). **Reconstruções queer: por uma utopia do lar**. Tese (Doutorado em literatura, cultural e contemporaneidade)- Departamento de letras do Centrode Teologia e Ciências Humanas da PUC- RIO. Rio de Janeiro, 147 f, 2016

BARTHES, Roland.. (1984). **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984

_____. (2018) **Roland Barthes por Roland Barthes**. São Paulo: Estação liberdade, 2018

BUTLER, Judith. (2019). **Corpos que importam: O limite discursivo do “sexo”**. São Paulo:N-1 Edições, 2019.

CARDOSO, Vania Zikán; GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto. (Org.). (2012). **Etnobiografia: Narrativa e Subjetividade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012

CERTEAU, Michel de. (2002). **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CVETKOVICH, Ann. (2003) **An Archive of Feelings. Trauma, Sexuality and Lesbian Public Cultures**. Durham: Duke University Press, 2003

DAS, Veena. (2020). **Vidas e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário..** São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

_____(2008). **Violence, Gender and Subjectivity**", Annual Review of Anthropology. Vol. 37, pp. 283-299.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. (2009). São Paulo: Companhia de Freud, 2009

GUATTARI, Félix. (1992). **Caosmose: um novo paradigma ético-estético**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992

HENNING, Carlos Eduardo. (2014). **Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Departamento de Antropologia Social da Unicamp. Campinas, 397 f, 2014.

hook, bell. (2019). **Sobre a autorrecuperação**. In: Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. (2019). **Constituir o lar: Um espaço de resistência**. In: Anseios: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019,

____ (2021). **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021

INGOLD, Tim. (2015). **Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

PIETTE, Albert. (1992). **Le mode mineur de la réalité: paradoxes et photographies en anthropologie**. Paris: David Brown, 1992

ROLNIK, SUELY. (2018). **Esferas da insurreiçao: notas para uma vida nao cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018

SIMÕES, Júlio. (2011). **Corpo e sexualidade nas experiências de envelhecimento de homens gays em São Paulo**. A Terceira Idade – Estudos sobre Envelhecimento – Revista Eletrônica – Serviço Social do Comércio (SESC), São Paulo, v. 22, n. 50, p. 07-19, jul. 2011.

SORAINEN, Antu. (2020). **Gay Back Alley Tolstoys and inheritance perspectives**. In: *Queering Knowledge: Analytics, Devices, and Investments after Marilyn Strathern*. Londres: Routledge. 2020.

VARJÃO, João Victor. (2021). **Andando junto: relacionalidade LGBTQ+ e o parentesco “passivo” na Companhia de Teatro Drama em Juazeiro da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Departamento de Antropologia da UFBA. Bahia, 170f., 2021.

ZAMBONI, Marcio. (2016). **Interlocuções da dor: a epidemia de HIV/ aids na perspectiva de mulheres homossexuais**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 9, n. 13, 18 jun. 2016.

A FEMINIZAÇÃO DA VELHICE NO CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA PARA IDOSOS EM FORTALEZA-CE

Yara Bruna Vitorino de Paula

Bacharel em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2018). Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS - UECE), yarinhabrunaa@gmail.com;

Marcilio Dantas Brandão (orientador)

Bacharel em Ciências Sociais (UFC, 2001), mestre (2011) e doutor (2017) em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Tendo realizado doutorado em co-tutela internacional, é também doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade Estadual do Ceará. marcilio.brandao@uece.br

Resumo

Na contemporaneidade, tem se percebido o levantamento de questões e demandas dirigidas aos poderes públicos a respeito do cuidado e proteção aos idosos. Entretanto, apesar de alguns avanços, quando a atenção é direcionada especificamente à situação da mulher idosa pode-se perceber esse contexto com maior agravo, já que de acordo com Almeida (2015), dentro de toda a conjuntura em que o envelhecimento populacional vem sendo discutido, destaca-se o elevado número de mulheres que estão envelhecendo, ou seja, a feminização da velhice. O Centro-Dia de Referência para Idosos (CDI) está previsto na Política Nacional do Idoso (PNI), caracterizando-se como uma organização que tem o intuito de desenvolver atividades efetivas em relação à qualidade de vida de pessoas idosas que nesse ambiente passam a realizar atividades cotidianas. O objetivo da pesquisa é compreender os significados de envelhecer para as mulheres idosas que integram o CDI a partir da visão que elas

têm de si mesmas e do processo de envelhecimento que estão vivenciando. Utilizamos discussões realizadas por autoras como Debert (2012), Motta (2006) e Salgado (2002) a partir dos seus estudos sobre envelhecimento feminino. A metodologia do trabalho é de cunho qualitativo, sendo realizadas observações e entrevistas, focando na história de vida das idosas do CDI Barra do Ceará. Ao decorrer das observações e das entrevistas, pode-se perceber inicialmente que sobre os significados construídos pelas idosas sobre o processo de envelhecimento, destacam-se conteúdos de perdas, desvalorização e desgastes. Por outro lado, são notados ganhos como: experiência, maturidade e realizações.

Palavras-chave: Feminização, Envelhecimento, Centro-Dia, Idoso.

Introdução

Na contemporaneidade, tem se percebido o levantamento de questões e demandas dirigidas aos poderes públicos a respeito do cuidado e proteção aos idosos. Fato comprovado através de políticas públicas, planos e ações direcionados a essa população e da aprovação do Estatuto do Idoso em 2003¹. Após esse marco na luta da dignidade e cidadania idosa, este segmento vem sendo fortalecido. Nesse sentido, as novas configurações como, por exemplo, a estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa² destinadas a proporcionar uma maior longevidade e qualidade de vida aos idosos são retratos de um país que se diz ter acordado para essas questões e que se propõe a resolvê-las.

Entretanto, apesar de alguns avanços, quando a atenção é direcionada à situação da mulher idosa, especificamente as mulheres pertencentes à classe com menor poder aquisitivo, pode-se perceber esse contexto com maior agravo, pelo fato de que essas mulheres, ao longo de suas vidas, além de vivenciarem um certo esquecimento pelo poder público, ainda hoje enfrentam estigmas e preconceitos por serem mulheres e velhas na sociedade capitalista.

Ao entrar na terceira idade, o indivíduo se depara com certas mudanças em relação à sua vida como um todo, essas mudanças não ocorrem facilmente e resultam em diversos conflitos de adaptação. Fernandes (2010) mostra que cada sujeito vivencia esse processo de envelhecimento de forma singular, “uma vez que esse fenômeno está estreitamente relacionado às formas materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo” (FERNANDES, 2010, p. 772).

1 BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em: <http://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

2 Esse plano é incentivado pelo governo federal e se dar pelo o conjunto de iniciativas que têm por intuito reestabelecer a convivência de pessoas com mais de 60 anos e evitar seu isolamento, estimulando as cidades a promoverem ações destinadas ao envelhecimento mais saudável, sustentável e cidadão da população. Fonte: BRASIL. Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa Guia de Orientação. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/Guia_Orientacao_Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

Debert (2012) apresenta a velhice não somente como um problema social e político, mas como uma realidade vivenciada por um grande número de pessoas, defendendo a importância de que a velhice deve ser compreendida como uma questão pública e não somente como uma questão privada.

Segundo a Organização das Nações Unidas, o período de 1975-2025 é considerado a “Era do Envelhecimento”. Isso significa, segundo Silva (2003), “que a taxa de crescimento da população global nos países desenvolvidos será de 21%, a geriátrica de 54%; e nos países em desenvolvimento, a global de 88% e a geriátrica de 123%” (SILVA, 2003, p. 104). Quando essas taxas se voltam para as mulheres velhas, a expectativa de crescimento populacional é de 56%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³.

Desse modo, nota-se que a população idosa necessita de uma atenção maior em relação ao seu bem-estar, principalmente as mulheres idosas, ainda existindo aquelas com um menor poder aquisitivo. Assim, as mesmas sofrem preconceitos, pois entende-se que envelhecer não representa o padrão de beleza jovem, como expõe Miranda (2010) “o envelhecimento da mulher na sociedade do espetáculo é visto como negligência dela própria e isso ocasiona desvalorização e não aceitação social” (MIRANDA, 2010, p. 09).

Diante disso, as mulheres idosas que fazem parte do Centro-Dia para Idosos foram as sujeitas escolhidas para a realização da pesquisa. As mesmas representam uma presença de mais de 70% nessa instituição, sendo elas as principais interlocutoras da pesquisa de monografia⁴ que foi realizada no ano de 2018. Debert (2012) afirma que as mulheres idosas são as que mais frequentam os programas voltados para a terceira idade, diferentemente dos homens que representam um número pequeno nesses espaços. Essa realidade também

3 Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Fortaleza, 7 fev. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-deidosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 03 ago. 2019

4 PAULA, Yara Bruna Vitorino de. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA NO CENTRO-DIA DE REFERÊNCIA PARA IDOSOS EM FORTALEZA-CE. 2018. 71 f. Monografia - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

pode ser vista no Centro-Dia de Fortaleza, já que a maioria dos idosos que frequenta as atividades oferecidas pela instituição são mulheres.

O Centro-Dia para idosos, local onde essas idosas interlocutoras da pesquisa realizam atividades, fica localizado na Barra do Ceará, Fortaleza – CE, especificamente na comunidade Vila do Mar. O Centro-Dia é um aparelho social previsto na Política Nacional do Idoso que atende indivíduos a partir de 60 anos de idade que lá passam a realizar atividades da vida diária, como alimentação, mobilidade e higiene; atividades socioeducativas, como oficinas de artesanato, lazer, música, pintura, campanhas educativas que promovam e estimulem a participação do idoso; atividades físicas, como terapia ocupacional, ginástica e dança; atividades socioculturais, como dinâmicas de grupo, coral, teatro e uma horta comunitária e com o fim das atividades os idosos voltam para suas casas.

De acordo com Paula (2018), há dois anos o Centro-Dia concentrava cerca de 60 idosos, 30 em cada turno, atualmente esse número quase triplicou com 178 idosos divididos nos dois turnos. Assim, a pesquisa realizada tem como objetivo principal compreender os significados de envelhecer para as mulheres idosas que integram o Centro-Dia Fortaleza a partir da visão que elas têm de si mesmas, dos seus corpos e do processo de envelhecimento que estão vivenciando.

Metodologia

A pesquisa foi viabilizada dentro de uma pesquisa de cunho qualitativo, sendo realizada durante o ano de 2019 e 2020 no Centro-Dia de Referência para Idosos Fortaleza. O estudo foi fundamentado nos aportes teóricos e metodológicos das ciências sociais que trazem como tarefa principal a compreensão da realidade social, apresentando como conceito central a investigação dos significados, sendo uma teoria que permite conhecer melhor a influência subjetiva do que pensam os sujeitos de determinado grupo social sobre uma realidade comum.

A partir disso, a pesquisa foi realizada por meio de trabalho de campo no Centro-Dia para pessoas Idosas em Fortaleza, onde foi feito uso de observações participantes, entrevistas semiestruturadas e história de vida. Foi utilizado, também discussões realizadas por autores como Guita Debert (2012), Alda Motta (2006) e Mirian Goldenberg

(2017), entre outros, para o desenvolvimento da pesquisa a partir dos seus estudos sobre envelhecimento e envelhecimento feminino.

Desse modo, sobre o trabalho de campo, Cruz Neto (1994) entende como uma oportunidade de adquirir não só uma aproximação com os sujeitos da pesquisa e com as dimensões que se pretende conhecer e estudar, mas também de criar formas de conhecimentos que partam da própria realidade do campo de investigação. Assim, o trabalho de campo tem que ter ligação com o que se deseja pesquisar possibilitando diálogo com aquela realidade, permitindo uma melhor realização da pesquisa e uma relação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa.

A participação das idosas nos diferentes tipos de atividades que são realizadas no Centro-Dia e como a palavra “velha” se encontram associadas ou não a estigmas e preconceitos foram objetos de observações. Segundo Cruz Neto (1994), a observação participante ocorre a partir de uma plena participação, se realizando por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno que pretende estudar para, assim, ter informações sobre a realidade vivenciada pelos atores sociais, estabelecendo uma relação “face a face” com os sujeitos da pesquisa, o qual “nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto” (CRUZ NETO, 1994, p. 59).

Além do exposto, foi realizado também entrevistas com as sujeitas da pesquisa, tendo como finalidade compreender as concepções presentes de ser ou sentir-se velha e discutir sobre as atividades que são oferecidas e suas influências no processo do envelhecimento e na qualidade de vida das idosas que frequentam o Centro-Dia. Foram realizadas ao todo cinco entrevistas que tiveram a duração em média de 1h, seguindo todas os protocolos de cuidado orientados pela Organização Mundial de saúde (OMS) devido ao cenário pandêmico.

Em vista desse contexto, é importante salientar que o Centro-Dia para Pessoas Idosas tem seguido devidamente todas as medidas de proteção orientadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde)⁵ e adotadas pelo Governo do estado do Ceará⁶. Desse modo, as entrevis-

5 OMS. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 04 dez. 2020.

6 CEARÁ, Governo do Estado do. **Força Anticorona: seja um agente de combate ao coronavírus. Seja um agente de combate ao coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://>

tas aconteceram em uma sala ampla com ventilação e a distância de 2 metros entre a pesquisadora e as idosas participantes.

Assim, as perguntas foram realizadas mantendo o distanciamento físico e o gravador ficou mais próximo das entrevistadas para melhor apreensão das vozes delas. Como base fundamental da pesquisa, a História de Vida aparece como elemento que pode aprofundar as observações e entrevistas realizadas, para tentar compreender melhor a realidade das idosas do Centro-Dia a partir do que elas contam das suas vivências na velhice. Cruz Neto (1994), diz que a função principal do uso da história de vida é “retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações”, permitindo ao sujeito retomar suas vivências, fornecendo ao estudo um material profundamente rico para se analisar o que já foi vivido, podendo, até mesmo, encontrar dimensões coletivas a partir do olhar individual (CRUZ NETO, 1994, p. 58-59). Assim, como um dos pontos da presente pesquisa foi tentar compreender os significados que as idosas do CDI dão aos seus corpos e suas vivências, torna-se importante fazer uso da História de Vida, acreditando que essas idosas possam sintetizar suas experiências enquanto mulheres que estão vivenciando a velhice e mostrá-las por meio dos seus relatos de vida.

Diante disso, foi realizado alguns encontros com essas mulheres idosas, em que as entrevistas foram feitas de modo individual para tentar compreender por meio desse recurso como essas mulheres idosas que frequentam o CDI se percebem como mulheres vivendo essa fase da vida e como as mesmas lidam com os preconceitos sexistas e gerofóbicos, tendo como intuito também estabelecer uma relação com as idosas que integram o CDI.

Diante do exposto, entende-se que a forma como a pesquisa foi conduzida se utilizando dos recursos apresentado nos percursos metodológicos acima, foi percebida como uma maneira exequível de realização do estudo com objetivo de obter dados e inquietações que possam ajudar para melhor compreensão dos fenômenos sociais que envolvem a temática do envelhecimento feminino, tendo como objetivo principal tentar compreender as vivências e experiências dessas mulheres diante do envelhecimento.

Referencial teórico

Almeida (2015) mostra em seus estudos que a história da mulher na sociedade é acompanhada de desigualdades sociais, políticas e econômicas, mas a mulher idosa carrega discriminação pela idade, proveniente de uma sociedade voltada para a juventude. Osterne e Silveira (2012) explicam como as relações de desigualdade de gênero se estabelecem na transformação das diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, visto que cada sujeito já nasce com um sexo definido, entende-se que a desigualdade inserida nas relações de gênero é movida pela construção cultural dos papéis sociais que são destinados aos homens e as mulheres.

Ressaltamos que, por serem criadas e educadas dentro de uma cultura que propaga a superioridade masculina, as mulheres acabam por achar natural que os homens assumam o sustento do lar, não se envolvam com o trabalho doméstico, não se responsabilizem pelos cuidados com os filhos, exerçam livremente sua sexualidade e governem a vida de suas esposas. (OSTERNE; SILVEIRA, 2012, p.111).

Dessa maneira, de acordo com as autoras, com o aumento da idade, as mulheres são consideradas menos atrativas e passam a ser denominadas de “velhas”, ou até mesmo “deterioradas”, já os homens ganham prestígio nessa fase da vida, sendo denominados de “coroas e viris”. Apesar de muitos avanços e conquistas realizadas pelas mulheres, quando chegam na fase da velhice ainda sofrem estigmas e preconceitos referentes à sua imagem. Fernandes (2010) salienta que o padrão de beleza imposto pela sociedade contemporânea emerge inevitavelmente no processo de envelhecimento, já que “no imaginário social, a ideia de velhice e feiura parece sempre conciliável” (FERNANDES, 2010, p. 775). Assim, ocorre a negação da velhice, já que um corpo velho não corresponde aos padrões de beleza impulsionados pela sociedade por estar relacionado a decadência física.

Em muitos casos, as mulheres mais velhas sentem baixa estima sobre suas aparências, diferentemente dos homens que parecem ganhar prestígio na terceira idade. No contexto brasileiro, a autora Mirian Goldenberg (2017) vem desenvolvendo uma tese de que no Brasil “o corpo é um capital”; a autora apresenta os aspectos de

valoração desse “Corpo-capital” de grande importância na cultura brasileira demonstrando como ele pode ser um importante fator na vida das mulheres.

Desse modo, visto que, na cultura brasileira, “o corpo é percebido como um importante capital”, o envelhecimento pode ser experienciado como um momento de grandes perdas (GOLDENBERG, 2017, p. 103) em que a vida dessas mulheres idosas é cercada de estigmas sobre sua imagem, em que seu corpo é notado como feio, desgastado e frágil favorecendo sentimentos que podem interferir na vivência de sua sexualidade, por meio de uma “dominação social de seus corpos tanto no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas” (FERNANDES, 2009, p. 419).

Sobre a sexualidade da mulher idosa, pode-se dizer que se trata de um assunto tabu em uma sociedade que cria estigmas e preconceito sobre tal tema, pelo fato de ser disseminado o mito da velhice assexuada que traz um discurso que nessa fase da vida a sexualidade não é presente. Isso ocorre por esse tema sempre ser remetido à juventude, ficando os idosos, principalmente a mulher idosa, à parte desse assunto. Fernandes e Garcia (2010) também mostram vários aspectos sociais da vida da mulher na sociedade, já que muitas mulheres vivenciaram regras morais e sexuais na juventude que ainda controlam seus corpos na velhice.

Devemos considerar que estas mulheres foram socializadas num tempo em que as regras morais e sexuais eram bastante rígidas, quando o controle sobre a conduta e o comportamento das pessoas era algo muito bem definido pelas instituições, a começar pela família, interferindo, portanto, na expressão da sexualidade e do amor erótico, os quais eram marcados pelo ocultamento. (FERNANDES; GARCIA, 2010, p. 884).

Diante disso, o país mostra-se pouco preparado para garantir vida digna aos velhos, numa sociedade que transforma preconceitos em “vulnerabilidades”, desenhando perspectivas pouco otimistas para a atenuação das desigualdades estruturais. A sociedade coloca o velho numa situação típica de marginalização, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceito e discriminação.

Sobre os Programas de Terceira Idade, Debert (2012) apresenta uma importante contribuição para os estudos sobre velhice com argumentos fundados nos preceitos da antropologia e da sociologia do envelhecimento. A autora dá visibilidade à questão, contribuindo para que a velhice deixe de ser uma questão privada para se transformar em uma questão pública.

Assim, sobre os Programas de Terceira Idade, a mesma conclui que:

Programas de Terceira Idade significa uma nova fase da vida, com oportunidade de realizar aquilo que não pôde ser concretizado na juventude, se divertir e fazer novos amigos, vivenciando uma experiência nova que, antes, tinha sido interferida por motivos pessoais ou de trabalho, construindo uma nova imagem de velhice bem-sucedida. (DEBERT, 2012, p. 38)

Dentro da dimensão de Programas para Terceira Idade, o Centro-Dia para pessoas Idosas é uma política que se propõe a melhorar a qualidade de vida dos idosos que participam de suas atividades. Essa organização tem o intuito de desenvolver atividades em relação à qualidade de vida dos idosos que o frequentam. Segundo Sá (2016), o surgimento dos Centros-Dia no Brasil se deu pela aprovação da Portaria nº1.395⁷ de 10 de dezembro de 1999, que se refere à Política Nacional de Saúde do Idoso, baseada na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90, a qual certifica os direitos à saúde das pessoas idosas. Entre os diversos direitos, encontra-se o apoio na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, o modelo CDI, segundo Franciulli (2007), caracteriza-se pelo atendimento multiprofissional objetivando a promoção e proteção da saúde, bem como a socialização de seus frequentadores. Os Centros-Dia surgem também para atender a necessidade da população urbana que busca alternativas para oferecer serviços e locais adequados para que as pessoas idosas possam ter assistência de qualidade quando se refere à sua saúde e ao resgate da autonomia e independência.

7 Brasil, Portaria do gabinete do ministro de Estado da Saúde nº 1395, de 9/12/1999, que aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso.

Resultados e discussão

Diante do exposto, pode-se entender que a velhice se feminilizou, destacando o elevado número de mulheres que estão envelhecendo, ocorrendo o fenômeno da feminização da velhice. Essa mulher velha é colocada em uma situação de vulnerabilidade social, em que suas necessidades econômicas, emocionais e físicas continuam a ser ignoradas socialmente, pelo fato dessas mulheres ao longo de suas vidas, além de vivenciarem um certo esquecimento pelo poder público, ainda hoje, enfrentam estigmas e preconceitos por serem mulheres e velhas em uma sociedade que não aceita suas condições.

Motta (2006), em seus estudos sobre gênero, afirma que a velhice afeta de modo distinto homens e mulheres, já que segundo Salgado (2002), todo esse processo parece ser vivenciado pelas mulheres idosas de forma mais intensa, já que as mesmas são discriminadas não só por serem mulheres, mas também por serem velhas, “sofrendo preconceitos sexistas e geronfóbicos” (SALGADO, 2002, p.01). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o período de 1975-2025 é considerado a “Era do Envelhecimento”. Quando as taxas se voltam para as mulheres velhas esse número tem uma certa representação, já que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% da população idosa é constituída por mulheres quando comparado ao percentual de homens idosos.

Segundo Lemos e Medeiros (2011), a importância do Centro-Dia no atendimento ao idoso se dá pela disponibilidade de serviços que contribuem para atender as diferentes demandas que podem surgir no processo do envelhecimento por meio de atividades que promovam o desenvolvimento das relações interpessoais. É importante ressaltar, segundo Debert (2012) que as mulheres são as que mais frequentam esses programas, representando uma presença de 80% que frequentam esses tipos de programas. Desse modo, o cotidiano do Centro-Dia Barra do Ceará, também está inserido nessa realidade, já que mais da metade dos seus frequentadores é composto pelo público feminino.

Diante disso, a idade das participantes da pesquisa é entre 62 e 85 anos, as mesmas são moradoras da Barra do Ceará, bairro onde fica localizado o CDI. A maioria delas moram com filhos e/ou netos, sendo as principais responsáveis pelo sustento familiar e pelas suas vidas pessoais, o que envolve idas a médico, matrícula no CDI entre outras

questões. A maior parte dessas mulheres, também, apresentam algum problema de saúde como diabetes, hipertensão e/ou depressão. É importante salientar que grande parte das entrevistadas são viúvas e passaram de 15 a 40 anos casadas. As mesmas relatam que a vida teve uma melhora depois que os maridos morreram, já que passaram a ter uma vida mais tranquila, realizando projetos antigos.

A maioria delas, também, não tem uma vida sexual ativa, algumas falam sobre o assunto como algo que ficou no passado e já não tem mais importância hoje, já outras relatam suas experiências e afirmam que sentem falta de uma vida sexual ativa. As mesmas também mostram preocupação com suas aparências relacionando seus corpos, afirmando que mesmo nessa idade ainda gostam de pintar o cabelo, usar um batom e um bom perfume. Já o CDI aparece na fala das entrevistadas como uma ferramenta que é muito importante para suas vidas, contribuindo no fortalecimento de laços, na sociabilidade, na saúde e qualidade de vida dessas mulheres.

Considerações finais

Diante do exposto, entende-se que o envelhecimento é um fenômeno social que já vem sendo trabalhado durante um certo período, ganhando uma certa centralidade quando torna-se uma questão pública e mundial em decorrência dos grandes índices e projeções sobre o envelhecimento populacional que tem alterado os quadros demográficos, mostrando um crescimento significativo dessa população.

Desse modo, entende-se que muitos sujeitos não passam por essa fase da vida de modo fácil, sendo percebidos diversos aspectos sociais, culturais, biológicos e psicológicos que deixam esse estágio mais complicado. As mulheres, ainda, experienciam esse momento com mais dificuldade, visto que enfrentam estigmas e preconceitos por serem mulheres e velhas em uma sociedade que é conduzida pela estética da juventude, em que esses corpos envelhecidos não são aceitos, pois o que prevalece é a estética jovem, já que a juventude, segundo Barros (2011), mostra-se como algo em contraste à velhice, representando um padrão a ser seguido por todas as faixas etárias.

Sobre a sexualidade, cria-se um imaginário que a velhice seja assexuada e que nesse estágio, sobretudo as mulheres, não sentem e nem vivenciam mais o prazer, isto porque a sexualidade da mulher

ainda é muito ligada à questão reprodutiva. Nesse sentido, envelhecer e ser mulher em uma sociedade machista, sexista e “gerofóbica” torna-se uma desafio, uma vez que esses corpos que envelhecem não são aceitos, já que não representam um modelo de corpo ideal, sexualidade e juventude que são tidos como padrão. Assim, parece que a mulher não tem direito de envelhecer e ao envelhecer é retirada de cena ou deve se inserir em lógicas de rejuvenescimento que venham a negar as marcas dessa velhice.

Em vista do exposto, compreende-se que essa fase da vida é vivenciada com mais dificuldades e restrições, principalmente pelas mulheres que passam por preconceitos e estigmas referente a gênero e geração. Entretanto, como demonstra Goldenberg (2017), a velhice também pode ser ressignificada com outras facetas entre as mulheres, inclusive como um momento de maior liberdade, já que por vezes durante a trajetória de vida foram submetidas à dominação de seus corpos e condutas, uma vez que as mesmas tinham um papel social já definido. Dessa forma, Bassit (2002) acredita que o envelhecimento pode ser vivenciado de maneiras diversas, dependendo do modo de vida que os sujeitos têm, onde o envelhecimento passa a ter diferentes significados em relação à história de vida de uma pessoa, sendo importante que o envelhecimento seja considerado a partir de questões de gênero e classe social.

Referências

ALMEIDA, Alessandra Vieira et al. A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social / The Feminization of Old Age. **Textos & Contextos (porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p.115-131, 30 jun. 2015. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.19830>. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view-File/19830/13313>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). A velhice na pesquisa socio-antropológica brasileira. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 45-64.

BASSIT, Ana Zahira. História de Mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 175-189.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 3. p. 51-66.

DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2012.

Declaração elaborada pelo Grupo de Trabalho da Qualidade de Vida da OMS. Publicada no glossário de Promoção da Saúde da OMS de 1998. **“A global strategy for healthy ageing”**. World Health. Genebra: Organização Mundial da Saúde 4 Julho-Agosto, 4-5. OMS (1994).

FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O Sentido da Velhice para Homens e Mulheres Idosos. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.771-783, 30 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/05.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo envelhecido: percepção e vivência de mulheres idosas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, João Pessoa, v. 14, n. 35, p.878-890, 14 maio 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n35/aop2510.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

_____. Problematizando o corpo e a sexualidade de mulheres idosas: o olhar de gênero e geração. **Revista de Enfermagem Ufrj**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 173, p.418-422, 08 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v17n3/v17n3a21.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O Sentido da Velhice para Homens e Mulheres Idosos. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.771-783, 30 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/05.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Manual Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1992.

FRANCIULLI, Sandra Elizabeth. A modalidade de assistência Centro-Dia Geriátrico: efeitos funcionais em seis meses de acompanhamento multiprofissional. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, V.12, n. 2, p 373-380, Apr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000200013>. Acesso em: 15. set. 2018.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. 103 p.

LEMOS, Naira; MEDEIROS, Sonia L. **Suporte Social ao idoso dependente** In: FREITAS, E. V. Tratado de Geriatria e Gerontologia- 3º Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, cap. 129, p. 1441-1448, 2011.

MIRANDA, Cynthia Mara. A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE BELEZA FEMININA EM COMERCIAIS DE TELEVISÃO. **Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**, Palmas, p.1-12, out. 2010

MOTTA, Alda. Britto da. Visão antropológica do envelhecimento. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006. Cap. 8, p.78-82.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O Público e O Privado**, Fortaleza, v. 19, p.101-121, 12 maio 2012. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeo-privado&page=article&op=view&path%5B%5D=345>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PAULA, Yara Bruna Vitorino de. **Representações sociais de envelhecimento e qualidade de vida no Centro-Dia de Referência para Idosos em Fortaleza-CE**. 2018. 71 f. Monografia - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SÁ, Luana Grassi de. **Centro Dia para idosos: uma nova proposta de espaço de lazer e atividades para a terceira idade**. 2016. 104 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, n. 0, p.7-19, 2002. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Rev.Envelhecer/article/view/4716/2642>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, J. C. Velhos ou Idosos? **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 14, nº 26, p.94-111, jan. 2003.

“MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA”: OS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO E SUAS (IN)VISIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Ádrian Henrique Ferreira Barboza

Graduada do Curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, adrianhenrique1920@gmail.com;

Resumo

A escola é considerada como a instituição social responsável pela “educação formal” dos indivíduos, além das construções de comportamentos e valores designados a estes. Contudo, (des) construções em torno desta e de outras temáticas – principalmente ligadas à sexualidade – ainda aparentam estar estanques no contexto escolar, corroborando para que crianças, adolescentes e jovens propagam estereótipos e preconceitos já tão intrínsecos na sociedade. Além disso, o sistema patriarcal da cisheteronormatividade impõe às crianças os comportamentos que estas devem se ater para ser aceitas neste espaço. Como caminhos metodológicos, espera-se utilizar a abordagem qualitativa de pesquisa, com cunho entográfico. Através da fala proferida pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, espera-se confirmar, futuramente, através desta proposta de trabalho, que visões de mundo das principais referências das crianças (pais/responsáveis e professores) impactam nas concepções que as crianças irão construir acerca do mundo onde vivem, dando possibilidade para que tenham senso crítico no seu cotidiano ou que sejam meros reprodutores de discursos baseados em comportamentos conservadores.

Palavras-chave: Escola; papéis sociais de gênero; sexualidade; sala de aula.

Introdução

É notório que com o advento de muitos recursos tecnológicos como a internet, por exemplo, as informações chegam a nós em questão de segundos. Contudo, apesar de tais recursos aprimorarem a vida de seus usuários, há fatores negativos principalmente ligados à facilidade de acesso a sites ou blogs que introduz de forma desenfreada crianças e adolescentes a diversos tipos de conteúdo, sendo destinados, na verdade, ao público adulto. Doravante, é também por meio da internet que diversas temáticas presentes na sociedade estão ganhando espaços para debates e (des)construções.

Questões como racismo, feminismo, machismo, intolerância aos lgbtqiap+ estão sendo discutidos por professores, pesquisadores, youtubers e influenciadores digitais em diversas plataformas virtuais – que ganharam ainda mais adesão devido ao período de quarentena, causado pela pandemia da COVID-19. Mas, em contrapartida, na escola as discussões dessas realidades na sala de aula estão muito aquém do esperado, insistindo na manutenção de assuntos ditados, via de regra, pelo livro didático e que não dialogam com o universo estudantil.

Deve-se imaginar os inúmeros fatores que contribui para estes silenciamentos, sendo como principais a falta de formação do professor, o medo de falar sobre essas temáticas na sala de aula e a valorização e imposição das instituições de poder ao comportamento cisheteronormativo. Considerando tais problemáticas, este projeto se propõe a estudar como são fomentadas as discussões acerca de gênero na Educação Infantil de Vitória da Conquista/Bahia.

Quando pequena, sempre lançava um olhar diferente para os meninos. Eu não sabia o que era aquilo; era um sentimento muito bom. Era um sentimento de carinho, afeto, de cuidar e ser cuidado. O engraçado é que sentia o mesmo carinho pelas meninas, mas de uma forma um pouco diferente. Sempre senti orgulho de as verem sendo donas de si, do seu corpo, podendo ocupar os espaços que quisessem ocupar. Essa paixão ao que é dito “feminino” sempre esteve em mim e isso me trouxe muitas coisas boas, mas muitos desafios também. Nessa época, ainda me reconhecia como homem gay, cisgênero, afeminado.

Por ser afeminado, sofri muita rejeição dos meninos – que hoje popularmente se denomina “bullyng”, principalmente nos espaços escolares. Eu nunca conseguia compreender o porquê dessa rejeição, já que me vestia como eles, utilizava o mesmo banheiro, se comportava de acordo com que a sociedade ditava como “ser homem”. Tendo um olhar de hoje para o passado, consigo perceber que o que me intrigava eram os papéis sociais de gênero colocado àqueles corpos/corpos que estavam naquele espaço; ou seja, eu era um menino até então cisgênero, que se vestia como menino, mas que a personalidade, trejeitos eram completamente femininos. Isso os incomodava porque, além de não ser visto como “natural”, de alguma forma, havia o rompimento do comportamento heteronormativo tão cobrado pela sociedade.

Se a escola é uma instituição social ela está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sociais (LOURO, 1988, p. 88). Portanto, fazem-se necessários estudos mais aprofundados e dinâmicos para que se investigue e analise quais os motivos que corroboram para que a instituição social escola ainda esteja estática frente às diversidades sociais e culturais existentes no ambiente escolar, uma vez que a sala de aula é formada através dessas diversidades.

Ao realizar o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na Escola Municipal Fernando Spínola Neto, de setembro de 2018 a janeiro de 2019, orientado pela professora Kátia Matos percebi o quanto se faz necessário e emergente as discussões de gênero e sexualidade na sala de aula, sendo temas ainda tabus no contexto escolar. O meu maior medo – diferentemente dos demais colegas – não foi de trabalhar os conteúdos, mas de sofrer LGBT+fobia na sala de aula, pois não sabia qual seria minha reação ou o que deveria fazer nessa situação. Foi um ano e quatro meses de muitas batalhas e aprendizados. Fui muito bem recebida e acolhida e, sem dúvidas, nunca me esquecerei disso.

Nessa escola, percebi que discussões (principalmente ligadas à sexualidade) foram totalmente invisibilizadas, seja pela falta de formação dos professores, falta de necessidade de dialogar sobre os temas, ou o simples medo de falar. Com isso, os alunos saíam propagando os velhos estereótipos e preconceitos que estão na sociedade.

O título do projeto advém de uma fala proferida pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em janeiro

de 2019, ao iniciar suas atividades enquanto ministra do governo Jair Messias Bolsonaro. No seu discurso de posse, a também advogada, profere a seguinte frase: “É uma nova era no Brasil. Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. A fala da ministra, que estava sendo gravada em vídeo, repercutiu de maneira negativa em diversas esferas da sociedade. Após a polêmica, a Ministra Damares disse que “crianças poderiam usar as cores que quisessem e que só fez uma metáfora e que foi mal interpretada”.

A fala da ministra Damares Alves abre o debate de como o modo conservador de se comportar tão esperado na sociedade é imposto às crianças, uma vez que estas precisam seguir determinados comportamentos para que possam ocupar os espaços na sociedade civil. Através das observações que fiz em escolas enquanto cursava a graduação em Letras, e com as minhas experiências na trajetória escolar, percebi que a escola ainda não promove um amplo espaço para discussões sobre questões de gênero e sexualidade e, quando se faz discussão, é sempre nos moldes patriarcais, cisheteronormativos e biológicos.

Como pessoa cuja identidade foge da caixinha do binário de gênero, através de experiências pessoais, percebi a necessidade de se estudar estes temas atrelados às crianças, pois é um público que faz muitos questionamentos que não são levados em consideração. Várias crianças já me perguntaram se eu sou menina, e eu comecei a responder que “eu sou o que elas veem”. Se as crianças fazem este tipo de pergunta a um corpo que rompe padrões, é sinal que conseguem compreender, ainda que não de forma profunda, as imposições que são colocadas aos corpos (menino/menina; masculino/feminino; macho/fêmea). Sonia Kramer em seu artigo intitulado “As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental”:

O questionamento e a busca de alternativas críticas têm significado, de um lado, o fortalecimento de uma visão das crianças como criadoras de cultura e produzidas na cultura; e de outro, tem subsidiado a concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do seu meio sociocultural de origem. (KRAMER, 2006, p.800)

A Sociologia da Infância é uma perspectiva que busca estudar como as infâncias se constituem, tendo como objetos de estudos as

crianças – que são vistas como atores sociais nesta perspectiva – e a infância como categoria social, que é socialmente construída; é a partir desses entendimentos que as crianças são consideradas autônomas em seus pensamentos e construções enquanto sujeitos da sociedade. Dentre alguns estudiosos que se destacam, estão William Arnold Corsaro, Jens Qvortrup e Philippe Ariès.

Kramer (2006) consoante à perspectiva da Sociologia da Infância cita que se analisar várias questões em torno do público como o núcleo familiar, políticas públicas de educação e a formação dos professores:

No plano da produção do conhecimento sobre educação infantil, além das questões mencionadas, são necessários estudos sobre: a institucionalização da infância e suas conseqüências; concepções teóricas da infância (é preciso consolidar as contribuições da sociologia da infância, da antropologia e os estudos culturais sobre as crianças e as culturas infantis); especificidades da creche e do trabalho com bebês – área em que a pesquisa é urgente quanto às políticas, às práticas em creches e às ações das famílias. Gravidez precoce, abandono, violência, populações de rua e as relações entre creches, escolas e conselhos tutelares são também aspectos que merecem atenção e articulação com outras áreas do conhecimento e da intervenção educacional. Este cenário político apresenta na formação de professores um dos mais importantes desafios para a atuação das políticas educacionais. A progressiva democratização da educação infantil e do ensino fundamental gerou – como política – a inclusão recente das crianças de 6 anos na escolaridade obrigatória. Formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na história da escola brasileira e, para muitos, desconhecida e até mesmo menos nobre; ter crianças com menos de 7 anos na escola parece surpreender ou impactar gestores e pesquisadores. (KRAMER, 2006, p.804)

As crianças são sujeitos que possuem senso crítico do mundo que elas veem, pois estas problematizam tudo que está ao seu redor, e engana-se quem pensa que estes sujeitos dependem exclusivamente dos adultos para compreensão dos seus cotidianos. Kramer (2006) se preocupa em como estes sujeitos serão ensinados nos espaços escolares:

Como ensinar solidariedade e justiça social, respeitar as diferenças e atuar contra a discriminação e a dominação? Estão nossas crianças e jovens aprendendo a rir da dor do outro, a humilhar, a serem humilhadas, a não mais se sensibilizar? Perdemos o diálogo? Como recuperá-lo? As práticas, desenvolvidas com as crianças, humanizam-nas? Nosso maior desafio é obter entendimento e uma educação baseada no reconhecimento do outro e de suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade e combater a desigualdade; viver uma ética e implementar uma formação cultural que assegure sua dimensão de experiência crítica. É preciso compreender os processos relativos aos modos de interação entre crianças e adultos em diferentes contextos sociais, culturais e institucionais. (KRAMER, 2006, p.812)

O conservadorismo é tão presente na sala de aula que se tornou natural, apesar dos inúmeros debates sobre identidades de gênero e sexualidades no contexto escolar. Além disso, há um direcionamento por parte da sociedade para que não se promova tais debates na escola, dando como justificativa o incentivo à relação sexual precoce – o que é um pensamento equivocados. Assim, a autora Djamila Ribeiro em *Lugar de Fala* reflete que

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando poder. (RIBEIRO, 2019, p.79)

Mayana Rocha Soares em seu artigo *Performatividade de gênero em âmbito escolar ou o veadinho e a sapatona* discute sobre como as performances de gênero que não se adequam ao s(c)istema heteronormativo sofrem para ser acolhidos no ambiente escolar. Utilizando umas das principais estudiosas de gênero e sexualidade na contemporaneidade, Judith Butler, a autora indaga que do ponto de vista social, os saberes regulatórios são (re)produzidos por estruturas de poder, a saber, instituições disciplinares, cuja função primordial será vigiar com maior eficácia para poder melhor dominar e controlar. (SOARES, 2012, p.5)

Ou seja, tanto crianças que tenham nascido com pênis (designados meninos ao nascimento), quanto crianças que tenham nascido

com vulva (designadas meninas ao nascimento), necessitam performar tudo aquilo que é imposto pelo sistema binário para que estas sejam incluídas e acolhidas naquele ambiente; se alguma criança “falha” neste processo, logo, ela será excluída e segregada.

As autoras Genoveva Sastre e Teresa Fernandes (1993), psicólogas, discutem sobre a chamada escola “mista”.

a diversidade social gera uma pluralidade de caminhos construtivos, que só podem ser compreendidos a partir de uma abordagem teórica que parta da complexa unidade entre os diferentes aspectos da conduta individual (pensamentos, sentimentos e desejos), e entre os distintos níveis de amplitude relacional que permitem passar do indivíduo para as relações interindividuais e para as configurações macrosociais que lhes atribuem significado. (SASTRE, FERNÁNDES, 1993, p.169).

Para Louro (1997) as desconstruções em torno dessa oposição binária trazem consequências significativas para que outros modos de masculinidades e feminilidades que constituem o social também sejam incluídos e respeitados. Mas, não somente estas, mas tudo aquilo que não se quer ser colocado na caixinha binária do masculino e feminino. Afinal, chamando para a discussão a filósofa Simone de Beauvoir, esta cita que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Segundo Deborah Britzman (1998, p.160)

Como a cultura e a política, a sexualidade é o local imaginativo ao qual discursos sociais mais amplos se vinculam. Mas cultura, política e sexualidade são também espaços nos quais o significado pode ser rompido, o interesse pode ser perdido, idéias podem condenar e a conformidade pode desencorajar. Tal como a cultura e a política, a sexualidade seja “um ato pelo qual cada indivíduo marca o que os outros [e o eu] fornecem para as necessidades e para o pensamento”.

Esta proposta de trabalho se propõe a analisar como são fomentadas as discussões acerca de gênero na Educação Infantil de Vitória da Conquista/Bahia, visto que estas discussões ainda não são feitas de modo a considerar toda a pluralidade de identidades que se tem na sociedade, corroborando para que crianças, adolescentes e jovens

propagam estereótipos e preconceitos já tão intrínsecos na sociedade. A proposta foi submetida ao processo seletivo 2020, do Programa de Pós-graduação em Ensino/ PPGEN, da Universidade estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, onde fiquei em sétimo lugar como suplente.

Os objetivos a serem alcançados serão respectivamente: I) Investigar como os papéis sociais de gênero são constituídos pelas crianças na sala de aula; II) verificar como os professores, pais e/ou responsáveis construíram as concepções de gênero através do tempo por meio de questionário, entrevistas; III) observar se o(s) docente(s) aborda(m) o tema em sala de aula e de qual forma; IV) descrever as diversas reações dos alunos após as atividades desenvolvidas pelo pesquisador. Portanto, espera-se confirmar que visões de mundo das principais referências das crianças (pais/responsáveis e professores) impactam nas concepções que as crianças irão construir acerca do mundo onde vivem, dando possibilidade para que tenham senso crítico no seu cotidiano ou que sejam meros reprodutores de discursos baseados em comportamentos conservadores.

Metodologia

Apesar de não ter recebido aprovação no processo seletivo do Programa de pós-graduação em Ensino/PPGen, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, tendo classificação em sétimo lugar como suplente, esta pesquisa será realizada e colocada em prática, pois se faz urgente estas discussões sobre os corpos/corpas que atuam no espaço escolar. Além disso, como a pesquisadora buscará analisar e observar as interações das crianças na sala de aula que será investigada, aliando uma abordagem de pesquisa de cunho etnográfico, a pesquisa se realizará em momento posterior, levando-se em consideração o impedimento das aulas presenciais, em decorrência da pandemia da COVID-19.

Considerações finais

Espera-se que este trabalho possa fomentar futuramente diversos estudos sobre as temáticas que envolvam gênero e sexualidade na sala de aula, visto que no espaço escolar há uma gama de identidades que são marginalizadas, excluídas e segregadas por fugir às normas hegemônicas que o sistema cisheteronormativo impõe aos corpos.

Os públicos que são marginalizados (negros, lgbtqi+, por exemplo) lutam a cada dia para ganharem seus espaços no mercado de trabalho, nas universidades, na busca pela tão sonhada liberdade e, no mais importante, que todas as pessoas que fogem desse padrão são como todas as outras, ou seja, possui os mesmos direitos e deveres e a sociedade em geral necessita fazer uma auto-reflexão para que se “quebre” esses preconceitos impostos pelo heteronormativismo e ideologias, principalmente religiosas, possibilitando que todos possam conviver com respeito e diálogo, tendo os mesmos direitos e deveres.

Como já colocado, é necessário que haja mais estudos sobre a temática para que a escola comece desde já a pensar de forma mais livre, se desvincilhando dos parâmetros tradicionais de comportamento e/ou família e possibilitar um acolhimento a todos que fazem parte desta.

Referências

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociologia**. Campinas, v.27, n°96. 2006. p.797-818. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>. Acesso em 04 Abril 2021.

LOURO. Guacira. Sexualidade: lições na escola. In: MEYER, E.E.D. (Org.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000, cap.6, p. 85-96.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Teodósio Marion (Org.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões na formação docente**. Recife: Editora Universitária, 2009.

SOARES, Rocha Mayana. **Performatividade de gênero em âmbito escolar ou o veadinho e a sapatona**. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA – EBE CULT, 3., 2012, Cachoeiras. Anais... Cachoeira: UFRB, 2012.

TRANSGREDINDO E RESSIGNIFICANDO O SISTEMA SEXO/GÊNERO BINÁRIO A PARTIR DA INFÂNCIA REPRESENTADA NO FILME TOMBOY

Guilherme Wellington Teixeira de Lima

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e-mail: guilhermelimatl@gmail.com;

Leonídia Aparecida Pereira da Silva

Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Saúde da Criança pela Residência Multiprofissional em Saúde da Criança (REMUSC/ESP-PB) e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e-mail: leonidiapereira1@gmail.com;

Resumo

A representação fílmica traz consigo posicionamentos discursivos em relação ao mundo que tem como potencial, despertar reflexões e problematizações sobre contextos sócio-histórico-políticos e culturais que influenciam a maneira pela qual a sociedade confere significado à realidade. Considerando isto, intenciona-se investigar e tecer considerações sobre gênero, corporalidades, sexualidades e produção de subjetividades a partir da infância representada no filme francês *Tomboy*. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa que se utiliza da metodologia de análise fílmica, a qual busca explicar sobre a composição de determinado filme de modo a buscar interpretá-lo a partir dos conteúdos nele veiculados. Para tanto, adotou-se embasamentos teóricos sobre gênero e alguns estudos inseridos na tradição recente da teoria queer, a fim de analisar os significados construídos em torno das representações de gênero evidenciadas no filme mencionado. É importante destacar que *Tomboy* traz como narrativa a infância de Laure/

Mikkael, uma criança que contraria a sua designação de gênero do nascimento ao materializar um corpo que se expressa a partir do estereótipo de gênero masculino, levando assim à transgressão do sistema sexo/gênero binário. Nesse sentido, a partir da análise de *Tomboy* é possível alcançar reflexões e problematizações acerca das transgressões e ressignificações do sistema sexo/gênero binário representados pela infância devir de Laure/Mikkael, de modo a desconstruir as denominações, imposições e dicotomias conferidas à ideia de gênero e aos estereótipos de masculinidade/homem e de feminilidade/mulher.

Palavras-chave: identidade de gênero, infância, sistema sexo/gênero, filme.

Introdução

O filme francês *Tomboy* foi dirigido por Céline Sciamma e foi lançado em 2011. O referido longa-metragem traz como narrativa, a história de Laure/Mikkel (Zoe Héran), uma criança de dez anos que contraria a sua designação de gênero do nascimento ao materializar um corpo que se expressa a partir do estereótipo de gênero masculino, levando assim à transgressão do sistema sexo/gênero binário. Nesse sentido, o nome do filme faz jus à definição do termo *tomboy* na cultura norte-americana: “construção da identidade feminina a partir da própria rejeição das feminilidades buscando uma aproximação das masculinidades” (PAULINO; NUNES; CASTANHEIRA, 2013, p. 5). Tomando como foco esse jeito de ser e de se expressar de Laure/Mikkel, a partir de uma possível identidade *tomboy*, a produção cinematográfica se desenvolve representando a descoberta de si que essa personagem infantil vai experienciando, contemplando também as relações e as implicações que esse existir estabelece com os processos sociais.

Feitas estas considerações iniciais sobre a temática do filme, mostra-se pertinente pontuar que segundo Scott (1995 apud GALINKIN; ISMAEL, 2011, p. 503), gênero “é um construto analítico usado para explicar as relações sociais entre as pessoas de diferentes sexos e orientações sexuais, assim como a variedade de sentidos atribuídos a essas diferenças”. Soma-se a isto, a ideia de gênero enquanto construção social que delimita modelos, atributos e comportamentos a partir da incorporação de papéis construídos socialmente e delimitados para determinado gênero (SCOTT, 1989; 2005 apud ROSISTOLATO, 2009, p. 14).

Segundo Le Breton (2012), o corpo se configura como o ponto de partida para a experiência, inaugurando-a ao mesmo tempo em que a consubstancia. Em outras palavras, para o referido autor, a existência é corporal. Nesse sentido, enquanto tema, o corpo revela a raiz identificadora do homem. Sem ele, o homem não existiria. A partir deste referencial, a grosso modo, pode-se afirmar que os diferentes gêneros são experienciados através do corpo, circunscrevendo-se nele o sistema sexo/gênero. Ressalta-se também que é por meio da inteligibilidade evidenciada pelos corpos, que estão em conformidade com as normas de gênero, que é estabelecido um sentido de coerência e

continuidade nas relações “aceitáveis”. É partindo dessa premissa que a ideia de desviante é criada, reforçando o binarismo homem-mulher e prevalecendo na sociedade as concepções de identidade de gênero (LEITE-JÚNIOR, 2011; SILVA, 2020).

Consonante a isto, cabe mencionar que no livro *História da Sexualidade*, Foucault (2005) explana que a noção de sexo natural é construída discursivamente e que desde o século XVIII estaríamos presos a uma verdade sobre a nossa sexualidade. Segundo Foucault (2005), o sexo do nascimento passou a ser encarado como padrão/normal a partir do momento em que se toma como padrão o modelo de sexo heterossexual, passando a considerar como “anormais” todos aqueles que não atendem a esse modelo. O sexo então se reduz à sua função reprodutora e o casal (homem e mulher) passa a ser o “modelo”. Existindo assim, a validação de um discurso que normatiza, controla, regula, institui e que aparentemente tenta exercer autoridade pelo corpo ou no corpo (SILVA, 2020).

Diante disso, buscou-se contextualizar neste trabalho, a partir da história de Laure/Mikkael, “os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais” (PRECIADO, 2004, p. 22). Especificamente no que diz respeito à ideia de gênero relacionada com a infância.

Tomando como referência Preciado (2013), problematiza-se a realidade na qual não é permitido de modo pleno às crianças, o uso livre e coletivo dos seus corpos e desejos. Evidenciando-se assim que a infância caracteriza-se por ser uma fase crítica na qual as normas de gênero são constantemente difundidas, em especial, cabendo às figuras parentais, a incumbência de manter e validar as “verdades” heteronormativas e binárias sobre o sistema sexo/gênero. Desse modo, as sexualidades e corporalidades dissidentes/singulares, nomeadamente na infância, são foco das tecnologias de gênero que espelham a heteronormatividade (LAURETIS, 1994).

No entanto, à medida em que vamos experienciando o mundo, os nossos sentimentos e afetos, temos a possibilidade de continuar reproduzindo e incorporando essas normas ou de rejeitá-las e reivindicar outra forma de viver o gênero (BUTLER, 2018). Desse modo, outras formas de existência passam a coexistir, uma vez que são encontradas lacunas nas normas do próprio regime e na reiteração, abrindo espaço assim para os desvios (NOGUEIRA, 2017).

Nesse sentido, é possível afirmar que a infância de Laure/Mikael rejeita o que lhe é imposto e reivindica outra forma de vivenciar o gênero por meio de um corpo que transgride os limites dicotômicos e estáticos do sistema sexo/gênero. No tocante a isto, faz-se importante citar Butler (2017) quando a autora pontua que é no “entre” que se localiza a dimensão da resistência.

Partindo dessas premissas, o trabalho em questão, intenciona investigar e tecer considerações sobre gênero, corporalidades, sexualidades e produção de subjetividades a partir de uma análise fílmica da infância representada em *Tomboy*. Especificamente, fazem referência a situações vivenciadas por Laure/Mikael de modo a analisá-las a partir de referenciais teóricos sobre gênero. Pretende-se assim, trazer à baila possíveis construções que podem ser feitas sobre a transgressão de gênero na infância, permitindo assim discutir e tecer um teia de significados que inclua as crianças dissidentes, ao invés de excluí-las.

Metodologia

Trata-se de uma análise fílmica do filme *Tomboy* de modo a buscar interpretá-lo, uma vez que para o analista fílmico o conteúdo de um filme não desvela um sentido único e nunca alcançado de imediato, devendo-se construir-se ao longo da própria análise, obtendo assim, novas percepções e perspectivas sobre o filme analisado além daquelas que são percebidas instantaneamente.

Para tanto, buscou-se responder as seguintes questões para conseguir expor o conteúdo do referido filme: Ele fala do que? (temas abordados) O que expõe? (sua narrativa) O que diz? (sua tese/discurso) (AUMONT; MARIE, 2013). Desse modo, a finalidade foi identificar elementos que compõem a trama, perceber a articulação entre os mesmos e tecer percepções e perspectivas acerca do filme analisado.

Nesse sentido, o filme se configurou enquanto o ponto de partida e o ponto de chegada para a sua decomposição. Portanto, ele se centrou e se completou a partir de si mesmo. Esta premissa garante que não sejam realizadas interpretações que se afastem da representação fílmica que é objeto de investigação (AUMONT; MARIE, 2013).

Para tanto, adotou-se também embasamentos teóricos sobre gênero e alguns estudos inseridos na tradição recente da teoria *queer*, a fim de analisar os significados construídos em torno das representações de gênero evidenciadas no filme mencionado.

Resultados e discussão

Laure/Mikkael é uma criança que apresenta uma relação de afeto e cumplicidade com os pais e com a sua irmã mais nova, Jeanne. No início do filme é retratada a mudança da família para uma nova cidade onde Laure/Mikkael ao sair pela primeira vez para conhecer o condomínio e os novos vizinhos, conhece Lisa uma menina da vizinhança. Ao conhecê-la Laure pensa um pouco e se apresenta como Mikkael, passando a assumir perante essa criança até então desconhecida, uma performance de gênero diferente do seu sexo biológico.

É importante mencionar que a aparência de Laure desde o início da trama gera dúvidas no telespectador, pois as suas vestimentas, o seu cabelo e o jeito de ser e de agir se traduzem a partir de uma performatividade de gênero masculina. Não é por acaso que Lisa ao ver Laure, interprete que ela é um menino. Ressalta-se que essa percepção pode representar a correspondência entre os comportamentos e a aparência que se manifestam a partir do corpo da personagem.

Especificamente por ser criança, Laure conta com a biologia a seu favor, pois de acordo com Elian e Barbosa (2015), “enquanto criança, as diferenças – até mesmo físicas – de gênero não são tão marcantes quanto na adolescência” (p. 38). Desse modo, a ausência de seios e de outras características sexuais de um corpo adolescente ou adulto, “faz com que meninos e meninas sejam muito parecidos” (p. 37). Soma-se a isto o fato de que a construção corporal de Laure não pode ser percebida somente como corpo individual que o eu constrói e materializa, pois em conformidade com Santin (1995), o corpo construído pelo *eu* também passa pelo olhar do *outro* para que seja validada a sua existência. Nas palavras do autor, “o corpo faz parte de um sistema simbólico que sustenta toda ordem social” (p. 41). De tal modo, tanto o telespectador, como as outras crianças representadas na trama, confirmam por meio do olhar, a existência de Mikkael.

No que diz respeito ao ambiente familiar de Laure, o seu modo de ser e de se vestir parece ser aceito, porém existem marcadores que asseguram que a criança esteja em um lugar socialmente instituído e até mesmo, esperado pelos pais. O seu nome de registro e o fato de ser tratada por eles como menina, fazem com que exista uma verdade sobre ela. A esse respeito, faz-se relevante citar Judith Butler (2015, 2019) ao defender a ideia de que a vida é engendrada por narrativas

e regimes de verdades e inteligibilidades que possibilitam condições que favorecem uma vida prazerosa, mas que também podem contribuir para o desenvolvimento de vulnerabilidades e de sofrimentos psíquicos e físicos, desde a infância até a fase adulta. Nesse sentido, os discursos agenciados por instituições como família, escola e religião, tem o potencial de influenciar na qualidade de vida das pessoas.

Outra cena que desempenha um papel importante na trama se refere ao momento em que Laure/Mikkael conhece os amigos de Lisa. Na primeira brincadeira compartilhada com as outras crianças, Lisa deixa que Mikkael vença em uma disputa entre eles, depois disso ele passa a ser convidado para outras brincadeiras. Uma das brincadeiras é o futebol que é restrito ao grupo dos meninos e é onde testemunhamos Laure/Mikkael apresentando um padrão comportamental heterocisnormativo. Nessas duas brincadeiras mencionadas e em outras que são representadas na trama, a performatividade de gênero de Laure/Mikkael podem significar uma forma de ser aceito(a) pelo grupo dos meninos.

O fato de o futebol ser representado em *Tomboy* (2011) enquanto uma prática restrita aos homens/meninos reflete uma ideia compartilhada de uma espécie de masculinidade “ideal”, onde aqueles que não se encaixam nessa categoria se tornam alvo de exclusões, discriminações e violências (MOURA, 2005). No tocante a isto, Welzer-Lang (2001) argumenta que a nível global,

o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença), estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres (p. 462).

Nesse sentido, Lisa e Jeanne quando tentam obter acesso às brincadeiras ditas “de menino” são impossibilitadas simplesmente porque são meninas. Para Elias e Scotson (2000, p. 17), “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. Portanto, o estigma social que as garotas carregam em atividades culturalmente restritas aos garotos, fazem com que elas sofram exclusão. Todavia, para aqueles que estão no poder (meninos/homens), tal exclusão é interpretada como natural e necessária.

O fato de Laure ao performar como Mikkael, conseguir ser aceito na brincadeira ao sustentar um padrão de comportamento heterocisnormativo, leva a importantes reflexões: Por ser biologicamente menina e conseguir jogar futebol entre os meninos, de modo a obter um desempenho tão bom quanto o deles, faz com que seja posto à prova o discurso de que futebol não é coisa para garotas. Além disso, leva a problematizar que tal acesso só foi permitido devido performatividade masculina (ficar sem camisa, cuspir, jogar futebol bem), uma vez que para Lisa e Jeanne que se comportam de acordo com o padrão social esperado para meninas, continuou acontecendo a exclusão. No entanto, também merece destaque o fato de que Laure passa a ser vista para além das expectativas sobre corpos e condutas do seu sexo biológico, vivenciando uma nova maneira de ser e estar no mundo que não passa pela necessidade de lutar por validação.

Em interações subsequentes, o filme apresenta outras experiências de Laure no papel social de menino, adotando o nome Mikkael. Vale ressaltar que a performance de Laure como Mikkael convence e ganha espaço no convívio com as crianças do bairro, participando de várias situações de interação social com elas. Um dos convites que as crianças direcionam a Mikkael é para ir nadar com elas, situação esta que se mostra desafiante, pois, apesar de sua performance em conformidade com o gênero masculino, o uso de trajes de banho evidenciaria a falta da genitália masculina.

Para resolver essa problemática, Laure/Mikkael transforma um maiô em sunga e constrói o órgão genital com massinha de modelar e coloca na sunga, possibilitando a materialização de um corpo determinado biologicamente como masculino. Para Butler (2003, p. 48), “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como resultados.

Nessa perspectiva, é no trânsito entre Laure e Mikkael e das experiências e sensações através do corpo que ocorre o ruptura das normas de gênero e de sexualidade, transgredindo e resignificando assim, o binarismo masculino/feminino (BENTO, 2006). Nesse sentido, a referida cena onde Laure/Mikkael produz em seu corpo um órgão genital masculino, problematiza os significados e sentidos do seu mundo interno, representando uma ludicidade que faz parte da infância e que torna possível experienciar de forma livre a variedade

de desejos e afetos que a mobilizam, resistindo assim, à normatização e regulação dos corpos e das existências dissidentes.

Obviamente, Laure buscou meios de manter as suas experiências como Mikkael sob segredo, escondendo da sua mãe, do seu pai e de sua irmã, mas após Lisa ir até procurar Mikkel em sua casa, a irmã de Laure atende a campainha e descobre tudo. Entretanto, para que os pais não descubram também, Laure convida a irmã a participar das brincadeiras e a validar a sua performance de gênero masculina.

No entanto, depois que Mikkael se envolve em uma briga para defender a irmã mais nova de um menino que a empurrou, a mãe de Laure descobre tudo, obrigando ela a se ajustar socialmente ao seu sexo biológico, pois a mãe não aceita que Laure queira ser Mikkael. Diante desta atitude, fica perceptível que o desejo da criança é reprimido pela mãe que grita com Laure, bate em seu rosto e exige que a filha vista um vestido e conte a “verdade” sobre o seu gênero para os amigos do bairro e para os pais deles.

A referida cena evidencia como a ideia de gênero é performativamente construída (BUTLER, 2003). Neste caso, o discurso familiar exerce um poder sobre o que a criança deve ser. Enfatiza-se que mesmo que o pai tenha agido de forma diferente, ou seja, sem impor nada ou demonstrar compreensão para com a criança, contribuiu e reforçou o esforço de sua esposa em normatizar a filha, pois decidiu silenciar. Soma-se a isto, o discurso da instituição escolar na fala da mãe: “a escola vai começar, não temos escolha, é preciso contar” (TOMBOY, 2011). Além disso, ela afirma que não importa se a filha finge que é um menino, mas que é seu dever contar a “verdade”, ou seja, ela não poderia se identificar definitivamente como um menino.

Nesse momento do filme, mãe e pai se transformam no que Preciado (2013) denominaria de “representante repressivo da lei” e “reprodutora da norma sexual” (p.101). Frente a isto, faz-se alguns questionamentos: Não seria possível em um primeiro momento, buscar ouvir o que Laure tem a dizer? Quais motivos a levaram a se apresentar como Mikkael para as outras crianças? Como ela se sentia sendo Mikkael? A partir disso é que os pais poderiam entender melhor a situação e assim, auxiliar a criança a se descobrir e ser da maneira como realmente é.

A postura da mãe de Laure revalida o discurso que define o gênero por meio da linguagem. Sobre isto Preciado (2013), evidencia que a descoberta do sexo biológico (menino ou menina), faz com que

seja atribuído um gênero à criança, antes mesmo do seu nascimento, passando a se fazer presentes todos os signos que o envolvem. Além disso, adverte que à uma criança não é validado o direito de se auto-dirigir e vivenciar o uso livre dos seus desejos e do seu próprio corpo. É esperado, portanto, que a criança, se estabeleça de acordo com o padrão heterossexual, se configurando como um “artefato biopolítico que garante a normalização do adulto” (p.98)

Outro momento que desempenha papel importante no filme, ocorre quando as outras crianças descobrem que Mikkael é Laure. Em decorrência dessa descoberta, acontecem demonstrações de preconceito e de homofobia, pois em momento anterior Mikkael e Lisa haviam trocado um selinho. Segundo um dos meninos presentes, isso é nojento, visto que pode ter sido um beijo entre duas garotas. Neste momento, os garotos encurralam Laure e pedem a Lisa para conferir a genitália dela para verificar se é masculina ou feminina, ilustrando um discurso que estabelece que a heterossexualidade é natural e que por isso deve ser imposta. A perspectiva que pauta a ação dos garotos segue então a lógica de que a homossexualidade precisaria ser combatida e excluída. Esses argumentos por si só se mostram contraditórios, uma vez que se existisse um caráter de naturalidade na heterossexualidade, não seria necessário a sua imposição e o combate à homossexualidade. Para Louro (2000, p. 19-20),

a homofobia é expressada pelo afastamento, desprezo e depreciação. A homossexualidade é encarada como algo “contagioso”, onde se desenvolve uma grande resistência em expressar simpatia para com pessoas homossexuais. Até mesmo a aproximação pode ser entendida como uma aderência à prática ou à identidade homossexual.

A postura das outras crianças na cena em questão, reflete uma sociedade que normatiza, controla, regula e pune os corpos e sexualidades que destoam do padrão heteronormativo. Nesse contexto, se faz presente uma lógica adultocêntrica, hegemônica, normativa e binária dos corpos e das sexualidades, onde Laure/Mikkael representa a ruptura por meio de uma infância dissidente que questiona as normas, transgredindo e ressignificando o sistema sexo/gênero binário.

Considerações finais

No momento em que Laure passa a expressar o seu eu a partir de Mikkael, evidencia o seu comportamento de oposição - manifesta-se de maneira evidente como diferença. Partindo disso, o filme *Tomboy* desperta para uma reflexão sensível sobre as infâncias dissidentes das normas do sistema sexo/gênero e sobre as múltiplas possibilidades de experienciar as mais diversas existências, apresentando-se como uma ferramenta para problematizar os mecanismos potentes da cisheteronormatividade e da ordem adultocêntrica da vida. A imagem de Laure/Mikkael representa uma infância *devir* que desconstrói e transgride as denominações, imposições e dicotomias conferidas à ideia de gênero e aos estereótipos de masculinidade/homem e de femininidade/mulher.

Nesse sentido, a partir da infância representada no filme em questão, somos mobilizados a refletir sobre as infâncias dissidentes das normas de gênero e de sexualidade. Além disso, coloca-se em destaque também uma visão ampliada sobre as múltiplas possibilidades de existências e de afetos. Fazendo com que seja despertado um olhar que contemple a defesa da vida em sua amplitude e pluralidade, onde as relações que a compõem possam ser mais equitativas e respeitadas.

Portanto, a partir de uma representação fílmica que traz consigo posicionamentos discursivos sobre uma infância pautada por uma existência híbrida e por uma corporalidade que rompe os dualismos, desperta-se para reflexões e problematizações sobre contextos sócio-histórico-políticos e culturais que conseguem fazer reletir sobre a maneira pela qual a sociedade confere significado à realidade. Convocando assim, a pensar sobre as diversas maneiras de ser e estar no mundo, bem como sobre a fluidez das linhas divisórias entre o feminino e o masculino. Demonstrando assim, que o filme se apresenta como um recurso importante para pensar e discutir sobre a realidade e mais especificamente, sobre gênero e sexualidade na infância.

Referências

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Armand Colin, 2013.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria**

performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAN, I. T.; BARBOSA N. F. Tomboy e Ma Vie en Rose: cinema, gênero, sexualidade e educação. **Revista Temporis [ação]**, v. 15, n. 1, p. 30-44, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 16. ed. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilton Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005.

GALINKIN, Ana Lúcia; ISMAEL, Eliana. Gênero. In CAMINO, L; TORRES, A.R.R.; LIMA, M.E.O.; PEREIRA, M.E. (Orgs.). **Psicologia social: temas e teorias.** Brasília: Technopolitik, 2011.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEITE-JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011. (Série Sexualidade e Direitos Humanos).

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar (Org.). **Futebol, cultura e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 131-147.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

PAULINO, Alessandro Garcia; NUNES, Alex Ribeiro; CASTANHEIRA, Marina Aparecida Marques. Cinema e gênero nas lentes de Tomboy. **Seminário Internacional Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos**, 10, Florianópolis – SC, 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro --. São Paulo, 2004.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Quem defende a criança queer?** .Traduzido por NOGUEIRA, Fernanda Ferreira Marcondes . Jangada: crítica, literatura, artes. n. 1, janjun ,2013.

TOMBOY. Direção: Céline Sciamma. França, 2011. 1 DVD (82 min). son., color. Legendado. Port.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na

socialização afetivo-sexual dos adolescentes. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 11-30, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100002>.

SANTIN, Silvino. **Educação física, outros caminhos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990.

SILVA, Leonídia Aparecida Pereira da. Gênero e inclusão na escola: considerações sobre o sistema sexo-gênero a partir da análise de três reportagens. **Congresso Internacional de Educação Inclusiva - CINTEDI**, 4, Campina Grande, 2020. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72472>. Acesso em: 12 mar. 2021.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001. p. 452-468. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

ADOLESCÊNCIA, DIVERSIDADE E AFETOS: REFLEXÕES A PARTIR DO FILME PELO MALO

Rômulo Lopes da Silva

Mestrando pelo Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia como Profissão e Ciência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), romulo.lps.silva@gmail.com;

Vera Lucia Trevisan de Souza

Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia como Profissão e Ciência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), vera.trevisan@uol.com.br;

Resumo

No cenário político atual, a sexualidade se tornou um campo de disputas, sobretudo, por um viés neoliberal e conservador. A escola, espaço privilegiado para o acontecer do desenvolvimento humano, tornou-se alvo dessas incursões, indicando a necessidade de se refletir de modo crítico sobre como esse contexto sociocultural tem afetado o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Neste contexto, buscamos discutir a potencialidade do uso da obra cinematográfica *Pelo Malo* para acessar as vivências de crianças e adolescentes, com identidade de gênero e orientação sexual que escapam à normatividade que regula seus corpos e desejos. Trata-se de um filme produzido no contexto latino-americano no ano de 2013, em que questões relativas à sexualidade são vivenciadas por um menino negro de 9 anos de idade que lida cotidianamente com conflitos relacionais com a sua mãe. Para essa discussão o referencial teórico-metodológico adotado é a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, que compreende o social e a cultura como condição para o desenvolvimento do ser humano. Nessa perspectiva, destacamos o papel dos afetos e da imaginação a partir dos quais é possível compreender a capacidade criadora dos sujeitos, que

negociam com seu contexto possibilidades diversas de ser e existir no mundo. Espera-se com essa discussão ampliar o diálogo sobre a potencialidade da arte na compreensão dos afetos presentes nas relações de adolescentes e das contribuições da Psicologia em diálogo com autores (as) da teoria crítica no campo de estudos de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade, Adolescência, Arte, Psicologia Histórico-Cultural.

Introdução

Nos últimos anos, as narrativas sobre gênero e da sexualidade assumiram destaque na política brasileira e, concomitantemente, na vida cotidiana de todas as pessoas. Santos (2020) discute que em todas as eleições presidenciais alguns temas são destacadas na cobertura eleitoral, a saber, nas eleições de 2010 e 2018, as disputas relativas a gênero e a sexualidade estiveram presentes nas pautas e debates. Assim sendo, em discursos no plenário da Câmara de Deputados, nas diferentes mídias e nas conversas cotidianas, temas como o aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, o kit anti-homofobia, renomeado pela direita brasileira como “kit gay” e o combate a chamada “ideologia de gênero” foram comumente citados (SANTOS, 2020).

Esse discurso está localizado em estratégias políticas conservadoras, nas quais os temas relacionados questões sexuais, reprodutivas e da família, são assumidas como essenciais para a manutenção das visões tradicionais desses temas e, diante desse cenário, os direitos que vem sendo conquistados pelo movimento feminista e LGBTI+ estão ameaçados (SANTOS, 2020; MATTOS; CAVALHEIRO, 2020). Um olhar atento para esse contexto sócio-histórico, em que emergem mobilizações contrárias às dissidências sexuais e de gênero, notaremos que predomina, conforme apresenta Mattos e Cavalheiro (2020, p. 4) a narrativa sobre a infância, na qual relega “as crianças à proteção familiar em uma promoção do pânico moral e de sua vulnerabilidade frente aos debates de gênero e de sexualidade nas escolas e na cultura de maneira geral”.

Portanto, diante desse cenário lidamos com a urgência de inserir nessas discussões as concepções de infâncias e adolescências que em meio aos embates da onda conversadora política e religiosa que tem ganhado força no país, não mais compreendam as crianças e adolescentes como vulneráveis e sem possibilidades de ação sobre suas vivências cotidianas (MATTOS; CAVALHEIRO, 2020). Sabemos do distanciamento dos saberes da Psicologia nas discussões críticas sobre as diversidades de gênero e da sexualidade, que se consolidou com teorias do desenvolvimento humano que contribuíram com a naturalização dos modos de se constituir como sujeitos, nos quais a identidade de gênero estaria restrita ao sexo biológico – sob a lógica

binária nasce homem ou mulher – e a orientação sexual sempre deveria ser heterossexual – direcionada ao sexo oposto (MATTOS; CIDADE, 2016).

Os movimentos sociais têm tensionado campos de saberes, emergindo novos significados para o posicionamento ético-político nas práticas e produções de conhecimento em psicologia (MATTOS; CIDADE, 2016; GASPODINI; JESUS, 2020). Nos situamos nessa realidade, em que a sexualidade e a diversidade sexual se complexifica ainda mais e torna emergente uma postura metodológica que valorize as vivências de crianças e adolescentes que se desenvolvem nesse cenário, sem deixar de lado a intersecção com Raça, Gênero e Classe.

Neste trabalho partimos das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, desta perspectiva, o desenvolvimento acontece à medida que apropriamos dos instrumentos da cultura e da própria cultura, que possibilita o movimento contínuo de passagem das funções elementares para as funções psicológicas superiores, que constituem a psique humana. As funções psicológicas se organizam em uma dinâmica interfuncional, Pino (2005) destaca que as funções psíquica um dia foi a relação vivida com outras pessoas, isto é, me relaciono comigo tal como as pessoas se relacionaram comigo.

Desse modo, o meio social-cultural, da qual fazem parte as relações sociais diversas, são condição para o devir humano. Cada pessoa na trajetória de seu desenvolvimento se apropria das interações do meio em que está inserido por meio da mediação do outro, isto é, os papéis sociais e os valores se convertem em ações da própria pessoa, favorecendo a constituição da sua singularidade (SOUZA; PETRONI; ANDRADA, 2016; VIGOTSKI, 2014).

No entanto, esse processo não ocorre de modo passivo e submisso às condições externas, mas envolve um posicionamento ativista de cada pessoa sobre o seu meio social-cultural. Sendo assim, entendemos a partir da perspectiva vigotskiana que o desenvolvimento humano é revolucionário, à medida que ele se constitui em interações com o meio, isto é, nas relações com o outro da cultura que provocam situações, diante das quais o sujeito atua de modo criativo e transformador, construindo significações para essa relação e facilitando “abertura a novas possibilidades de ser do sujeito” (SOUZA; ARINELLI, 2019, p. 06).

Desta forma, em um contexto sociocultural de incursões do discurso conservador sobre as vivências de gênero e sexualidades,

propomos contribuições a partir da noção de desenvolvimento da psicologia histórico-cultural, o que implica a compreensão de que crianças e adolescentes que vivenciam questões relativas às dissidências sexuais e de gênero existem e que estão se posicionando de algum modo para que a sua existência, seus afetos e constituam as suas perspectivas de futuro. Contudo, quem escuta essas crianças e adolescentes? Quais afetos tem prevalecidos nas relações sociais desses sujeitos de direitos? Como escutar e valorizar essas vivências?

Essas são algumas questões que orientam as reflexões que propomos neste trabalho, que tem como objetivo discutir a potencialidade do uso da obra cinematográfica “Pelo Malo” para acessar as vivências de crianças e adolescentes, com identidade de gênero e orientação sexual que escapam à normatividade que regula seus corpos e desejos. Desse modo, nos próximos itens apresentamos essa materialidade artística e possíveis leituras da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia da Arte de Vigotski, na compreensão da potencialidade da arte para fazer emergir e favorecer a expressão de emoções. Sobretudo, a sua potencialidade para quebrar a rigidez que tem sido vivenciado os temas de gênero e sexualidade nas relações sociais de crianças e adolescentes (VIGOTSKI, 2001).

Metodologia

Este trabalho, de natureza teórico-reflexiva, toma por base os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e a Psicologia da Arte de Vigotski (SOUZA; PETRONI; ANDRADA, 2016; VIGOTSKI, 2001). Utilizar tais pressupostos para o levantamento e construção de informações contempla o posicionamento ativista que está implicado em toda a teoria vigotskiana, ou seja, não nos colocamos diante da pessoa ou materialidade apenas para contemplá-los passivamente, mas em busca de estabelecer uma relação intersubjetiva (SOUZA, no prelo). Intersubjetividade compreendida como uma relação mútua de compartilhamento de sentidos e significados, os quais possibilitam interpretações de uma dada realidade valorizando o humano, a dialogia e os afetos que nos constituem.

Souza e Arinelli (2019) acentuam a noção de complexidade que compõe os métodos de investigação e compreensão do desenvolvimento humano nessa perspectiva, todavia nos ateremos a uma das proposições de Vigotski, da realização de uma psicologia propriamente

humana. Desse modo, o objeto de investigação na psicologia histórico-cultural é vivência do sujeito e as práticas sociais dos seres humanos, como seres capazes de agir e intervir sobre a realidade e sobre si mesmos.

Aliamos essa compreensão da abordagem do humano na psicologia histórico-cultural com o caráter epistemológico da arte, sobre o qual Vigotski (1925/1999) afirma que “a arte é o social em nós”. Ao tomar o uso de obras de arte no processo de construção do conhecimento científico, visamos assegurar a ação e expressão de sujeitos de modo ativo e colaborativo, alinhado ao compromisso com a justiça social e superação de desigualdades.

Neste trabalho utilizamos o filme “Pelo Malo” (RONDON, 2013) e as questões que suscitam dessa materialidade para as nossas reflexões. Nos interessar discutir a sua potencialidade para acessar o que é propriamente humano, sobretudo, os afetos, nas relações sociais e vivências de crianças e adolescentes, com identidade de gênero e orientação sexual que escapam à normatividade que regula seus corpos e desejos. No próximo tópico, apresentamos essa materialidade artística e breves reflexões articulando conceitos da psicologia histórico-cultural e a teoria crítica.

Resultados e discussão

A obra cinematográfica “Pelo Malo” foi lançada no ano de 2013 na Venezuela, com a direção e roteiro de Mariana Rondón, cuja tradução para o português seria “Cabelo Ruim”. O protagonista da trama é Júnior (interpretado por Samuel Lange), um menino de 9 anos, com a pele negra, baixa estatura, magro e dedicado a alisar o seu cabelo para o anuário da escola. Ele mora com a sua mãe, Marta (interpretada por Samantha Castillo) e o irmão de poucos meses, em um conjunto habitacional localizado em uma região periférica, na cidade de Caracas na Venezuela.

A nossa proposição é oferecer uma narrativa sobre os aspectos significativos dessa materialidade que suscitaram ao estar em contato com o filme. Desse modo, a nossa intencionalidade é utilizar uma obra de arte que toca o tema da sexualidade na infância, embasado na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e das contribuições de estudiosos de gênero e sexualidade.

A respeito da apreciação da obra de arte, Vigotski (1924/2001, p. 342) diz que “uma obra de arte vivenciada pode efetivamente ampliar a nossa concepção de algum campo de fenômenos, levar-nos a ver esse campo com novos olhos”. Portanto, baseados nessas reflexões, perscrutar no mundo de Júnior por meio do seu olhar, facilitado pelo diálogo com essa materialidade artística, torna-se um convite para conhecer a sua realidade em um movimento de desvendar os olhos e, também, possibilita a aproximação com os afetos que emergem na relação entre expectador e a obra, situados como vivência estética.

A aproximação com a realidade vivida cotidianamente por Júnior e a sua mãe pode contrubuir para apreender o sentido sobre o que ele vê. O cotidiano se constitui como o meio imediato que Júnior está inserido, envolto por diferentes relações sociais, oriundas de contextos familiares, da comunidade que vive e a vida escolar, que mesmo distante, afeta sumamente sua conduta, o que pode ser observado pelo seu engajamento em alisar o cabelo para a foto a ser enviada à escola.

Assim como Júnior, fazemos parte desse mesmo cotidiano constituído por processos sociais que à primeira vista são nebulosos e de difícil compreensão e dele não temos escapatória. Podemos aproximar essa percepção sobre a obra, com o modo como ocorre o desenvolvimento humano, tal como proposto pela Psicologia Histórico Cultural de Vigotski, que parte de condições materiais as quais, em um primeiro momento do desenvolvimento, não temos domínio ou escolha, como por exemplo, não podemos escolher a família aonde nascemos, as cargas genéticas, a classe social e outras inúmeras condições sociais e econômicas que ao nascer nos são estranhas (DELARI JUNIOR, 2013).

A respeito disso, em *Pelo Malo* nas idas e vindas de Júnior, em especial, dentro do ônibus, podemos ver com os seus olhos, as desigualdades e a trama política que marcava a Venezuela e vida de Júnior e sua mãe, com grande destaque ao período regido pelo presidente Hugo Chávez, sobre o qual, a cineasta enfatiza o seu tom autoritário e o fracasso na implantação da reforma política com ideais socialistas que teve início no ano 1999 e encerrou em 2013, ano da sua morte. Não aprofundaremos a análise desse contexto político, mas teceremos algumas reflexões sobre como esse contexto de desigualdades sociais eram sentidas nas vivências de Júnior e de sua mãe.

Desse modo, se em um primeiro momento não temos domínio sobre as situações a nossa volta, à medida que vamos sendo

socializados, isto é, inseridos na cultura e nos apropriando dela, por meio das relações sociais, vamos significando os signos e o outro a nossa volta, o que favorece inúmeras possibilidades. O que antes era condição material, na qual estávamos submetidos em uma postura reativa, sem escolha sobre a sua inclusão na nossa trajetória de desenvolvimento, ela passa a fazer parte do que somos e no colaborativo se criam uma luta de motivos e necessidades. Nessa trajetória, os afetos estarão sempre presentes, e em uma perspectiva espinosana, da qual Vigotski se inspira, o filósofo conta que “Por Afeto entendo as afecções do Corpo pelas quais a potência de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida” (ESPINOSA, 1677/2018, p.237).

Sendo assim, ao olhar para as relações sociais de Júnior, resalta-se que o modo que ele se expressa, distante da masculinidade hegemônica, como podemos notar na obra, ao dançar, seus movimentos são leves, ele se permiti erguer os braços e sentir de forma singular, o que se difere dos meninos a sua volta que estavam usando passos mais rápidos e agitados. Situação que preocupa a sua mãe, assim como, a sua angústia diante da inquietação de Júnior com o seu cabelo, que tenta diferentes formas de alisamento, com óleo de cozinha e maionese, por exemplo. Serão todas as ações de Júnior que intensificam os questionamentos e olhares da mãe para a sexualidade do filho, que até mesmo recorre à um médico para avaliar se ele seria gay.

Essas experiências, que podemos entendê-las como afecções, podem ser melhor compreendidas ao relacioná-las com as discussões de Butler (2019), que discorre que seguir a matriz de inteligibilidade corresponde ao sistema da heterossexualidade compulsória, que naturaliza o desejo e a prática sexual, como sempre direcionados ao sexo oposto, o que implica corresponder a sua identidade de gênero ao seu sexo biológico. Logo, as atitudes de Júnior que relatamos acima, são consideradas incoerentes, não conformes e subversivas com a normatividade que propõe o gênero inteligível, o que impedem o seu reconhecimento como sujeito, que desvaloriza a sua singularidade, nas relações sociais cotidianas. Nesse percurso que percebemos que a sexualidade está presente no nosso dia a dia, mas, como ele é vista e percebida na infância e adolescência?

Desse modo, nos interessa aprofundar a compreensão sobre como as diversidades de vivenciar o gênero e a sexualidade, nos fazem questionar como se reconhecemos em confronto com as

normalidades postas pelo meio. Não existimos no cotidiano de forma passiva, ainda que as práticas normativas buscam colocar sujeitos no lugar da passividade, defendemos que à medida que cada sujeito se desenvolve, apropriando da cultura, se criam motivos e necessidades, que se confrontam no encontro com o outro das nossas relações (Souza & Arinelli, 2019). A orientação sexual e a identidade de gênero não são substâncias abstratas, mas se constroem com/na cultura, pelo modo como somos afetados pelas relações, nesse sentido, as subversões das normas são criadas das afetações vivenciadas nas relações intersubjetivas.

O caminho até aqui percorrido, do qual temos nos empenhado em “conversar com a arte”, é uma conversa com nossa própria condição humana, que constantemente estamos em relação com outros, sempre em afetação. Existe algo de especial nesse movimento, que trata da mudança que a relação com a arte torna possível, por meio dela compreendemos e vemos a imagem do invisível, para isso lançamos mão a todo momento da imaginação. Pudemos imaginar a realidade vivida por Júnior, em *Pelo Malo*, mas também, esperamos que essa materialidade possa fazer olhar algo na nossa própria realidade que não se revela, mas a arte nos abre um espaço para que possamos entrar e por meio da imaginação, pensar outras experiências.

A imaginação concebida aqui, trata-se de uma função psicológica superior, entendida dessa forma, pois, ela se desenvolve em nós, entrelaçada ao desenvolvimento de outras funções psicológicas, como o pensamento e a linguagem. É ela, a imaginação, que nos possibilita conhecer o mundo e a nós mesmos, sobre isso, Novaes (1990, p.15), diz “o homem, depois de provocar a imaginação, não sabe como se livrar dela, e quanto mais pensa e deseja a partir dela mais alucina”, é por isso, que a imaginação nos leva ao invisível, mas por meio da linguagem podemos conhecer as causas do que pensamos e imaginamos.

A obra *Pelo Malo*, produzida no contexto venezuelano, permite refletir sobre os significados construídos socialmente acerca da rigidez que a sexualidade e a identidade de gênero afetam crianças e adolescentes em contexto de sofrimento ético-político. Além disso, permite intentar análise do drama próprio do desenvolvimento humano, da negociação da criança com os outros de suas relações sociais. Em suma, a materialidade favorece a reflexão da experiência de crianças e adolescentes com vivências de gênero e sexualidade

não normativas e sua constante luta e tensões que constitui sua posição social nas relações intersubjetivas.

Considerações finais

Esperamos com este trabalho abrir espaço para a reflexão de posicionamentos críticos na Psicologia para atuação com crianças e adolescentes que vivenciam sexualidades, identidades e expressões de gênero que escapam da heterossexualidade compulsória. Assim como, resgatar os afetos na discussão de gênero e sexualidade, sobre o qual, defende-se que por meio da arte é possível a expressão de emoções e a criação de situações sociais que favorecem a posição ativa e transformadora desses sujeitos sobre si e em suas relações.

Trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento e que necessita de aprofundamento nas reflexões e construtos teóricos utilizados para a discussão. No entanto, apesar das limitações este se apresenta um caminho, contra-hegemonico na construção de narrativas sobre a infância e adolescência, que resgate a potencialidade de crianças e adolescentes para que possam falar sobre suas vivências relacionadas à sexualidade.

Agradecimentos

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa em desenvolvimento financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

DELARI JUNIOR, A. *Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade*. Campinas: Alínea, 2013.

ESPINOSA, B. *Ética*. (M. Chauí e Grupos de Estudos Espinosanos, Ed. & Trad.) (Trabalho original publicado em 1677). São Paulo: Edusp, 2018.

GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. Heterocentrismo e Ciscentrismo: Crenças de Superioridade sobre Orientação Sexual, Sexo e Gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 33-51, 2020. <https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1771/1131>

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 5(1), 132-153, 2016. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181/11338>

MATTOS, A. R.; CAVALHEIRO, R. da proteção à instrução: mobilizações práticodiscursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. *childhood & philosophy*, rio de janeiro, v. 16, pp. 01 – 20, 2020. <doi: 10.12957/childphilo.2020.48344>. Acesso em 15 set. 2020.

NOVAES, A. (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PINO, A. *As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

RONDON, M. (Diretora). *Pelo Malo* [Filme]. Suduca Films, 2013.

SANTOS, R. M. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. *Agenda Política*, 8(1), 50-77, 2020. <<https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>>.

SOUZA, V. L. T., PETRONI, A. P. & ANDRADA, P. C. (Orgs.). *A Psicologia da Arte e a Promoção do Desenvolvimento e da Aprendizagem*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

SOUZA, V. L. T.; ARINELLI, G. S. A dimensão revolucionária do desenvolvimento e o papel da imaginação. *Revista Obutchénie*, 3(2), 1-22, 2019. <<https://doi.org/10.14393/OBv3n2.a2019-51560>>. Acesso em 10 mai. 2021.

SOUZA, V. L.T. *Art and science advancing human understanding: epistemological and methodological foundations*. 2020. Springer.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1925), 2001.

VIGOTSKI, L. S. *Imaginação e criatividade na infância*. São Paulo: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1930), 2014.

GOVERNAR DESDE O BERÇÁRIO: MIRADAS INTERSECCIONAIS SOBRE OS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Anamaria Ladeira Pereira

Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, anamariatudojunto@gmail.com;

Camila Santos Pereira

Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, fycamila@gmail.com;

Fernando Pocahy

Doutor do Curso de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, fernando.pocahy@gmail.com.

Resumo

A partir de experiências docentes em turmas de bebês, produzimos reflexões acerca das relações de gênero cotidianas na primeira etapa da educação infantil. Destacamos, primeiramente, os discursos regulatórios e interpelantes da heterossexualidade e da cisgeneridade compulsórias, por meio de vivências, observações e uma pesquisa bibliográfica centrada nos estudos feministas, pós-críticos e decoloniais. Nessa perspectiva, o conceito de governamentalidade possibilita mapear as práticas do cotidiano e suas (re)produções nas relações de poder da nossa sociedade. Ressaltamos, ainda, que a divisão binária e cisonormativa, por exemplo, entre roupas, brinquedos, cores, comportamentos “de meninos” e “de meninas”, inclusive com bebês, é atravessada por outros marcadores sociais como classe e raça. Dessa forma, desde uma leitura interseccional,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

encontramos, na rotina escolar, em seus esquemas pedagógicos e artefatos culturais, dispositivos de manutenção das normas de gênero e(m) sexualidade e branquitude.

Palavras-chave: Berçário, Educação Infantil, Gênero, Docência, Governamentalidade.

Composições dissidentes: um começo de conversa

Este relato busca des(a)fiar práticas de governo engendradas no trabalho de professoras da Educação Infantil. A partir de experiências docentes relatamos nossas vidas em afirmação a uma ético-política-e-estética da/e na diferença. Assumimos que este trabalho de relatar a si mesmas busca ampliar os regimes de enunciação dos saberes-fazer dos docentes nos/com os cotidianos escolares, declinando a qualquer tentativa salvacionista ou de um dizer de verdade. Situar nossas narrativas aqui é fundamental, pois elas foram produzidas em intersecções próprias às múltiplas (dis)posições de sujeito que ocupamos, desde/e com os marcadores sociais que nos compõem e correspondem a lutas, a uma agonística da existência-profissional. Além disso, se articularam em planos contexto-dependentes (MEYER, 2014), nos quais nossas marcas e (dis)posições se atualizam e/ou potencializam. Apoiamo-nos em Judith Butler (2005) quando sugere relatar a si mesma/o como outra forma de “apreender” algo da experiência, marcando oposição às ideias de narrativas ajustadas aos discursos de saber normativos que intentam captar a experiência humana, a partir de referenciais epistemológicos hetero/sexistas. Através desse posicionamento – narrar a si mesma/o – encontramos a possibilidade de expandir os meios de problematização sobre as formas de governo dos/as outros/as, inquirindo as pedagogias postas em funcionamento nos contextos escolares. Um questionamento sobre modos de governar (ou tentativas de) se expressa com força, aqui. Nosso propósito é acompanhar movimentos que indicam tanto as vontades de dominação, quanto práticas de liberdade – onde a vida possa ser vivida em condições de menor dominação possível.

O principal objetivo deste trabalho consiste em evidenciar a presença de mulheres docentes de sexualidades dissidentes em salas de aula com crianças pequenas, interpelando a invisibilidade que recai sobre elas e os meios cotidianos que intentam posicioná-las como sujeitas à tutela e ao controle. O questionamento que nos conduz sustenta-se na necessidade de interrogar as normas que operam sobre os corpos, sobre posições de sujeito marcadas pelo gênero, pela sexualidade. Nossa experimentação é autorreflexiva, assumindo que somos consideradas desviantes do ideal “professorinhas”. Interessa-nos a singularidade das múltiplas experiências vividas nos cotidianos, sempre

plurais, diversos e abertos à significação, ainda que muitas operações de governamentalidade intentem reduzir a experiência docente ou destituir as marcas de gênero, raça e sexualidade que a definem.

Através da narrativa de situações que vivenciamos como professoras de crianças e, simultaneamente, como mulheres distantes das amarras da suposta “normalidade”, apresentamos os atravessamentos dos marcadores sociais de sexualidade, raça e gênero nas práticas normativas do espaço escolar e da formação docente. Assim como as conversas produzidas no grupo de pesquisa geni - estudos de gênero e sexualidade, também permeiam os rumos das reflexões que seguem. Utilizamos, portanto, perspectivas interseccionais para identificar as lógicas racistas e heterocisnormativas² (re)produzidas nesse *espaçotempo*, apoiadas pelo conceito, desenvolvido pelo feminismo negro, da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019). Com base nesse referencial, as práticas de normalização e disciplina que violentam e silenciam nossas existências rizomáticas serão descritas e analisadas, a partir de um recorte teórico do campo das pesquisas pós-críticas em educação (SILVA, 2003).

Compreendemos a escola como um espaço de produção e circulação de enunciados sobre gênero e sexualidade. A partir de suas múltiplas pedagogias afirmam-se e validam-se práticas sexuais e identidades heterocisnormativas, rechaçando e/ou ignorando outras possibilidades, como se não existissem. Nesse enredo complexo e articulado com as mais diversas instâncias que circundam nossas vidas, tratamos de explanar técnicas que excluem do convívio escolar as sapatões, bichas pretas, bissexuais, travestis, pessoas transexuais, entre tantas outras identidades, privando-as de prosseguir com sua escolarização. Apesar de a escola ser compreendida como uma instituição que, constitucionalmente, busca a gestão democrática e a igualdade de condições para o acesso e permanência (BRASIL, 1996), violências racistas e heterocisnormativas promovem a expulsão de inúmeras crianças e jovens, produzem sofrimento em muitas trabalhadoras e trabalhadores da educação. Desse modo, optamos por narrar

2 A heterocisnormatividade consiste na manutenção de privilégios dirigidos a pessoas heterossexuais, pois esta é vista como a única forma válida de vivenciar a sexualidade, além de privilégios a pessoas supostamente consideradas coerentes ao sistema corpo-gênero (anátomo-gendradas), como afirma Viviane Vergueiro (2014) citada por Dumaresq (2016, s/p).

experiências da etapa do Berçário, em especial, por ser ocupada por pessoas em seus primeiros meses e anos de vida, vistas como incapazes de discernir o mundo à sua volta. No entanto, como relatamos a seguir, nunca é cedo demais para sentir no corpo as consequências das interpelações racistas e de gênero que são inscritas na pele, por meio de práticas das instituições educacionais e dos sujeitos que nelas operam.

Nesta proposta, observamos como o modo de conduzir as condutas, de operar sobre elas para obter determinadas ações, incitando a um governo de si e dos outros (CAMOZZATO; COSTA, 2013, p.26) pode ser interpretado em experiências singulares que muitas vezes passam despercebidas nesse ambiente. Não podemos deixar de salientar o fato de que as educadoras de crianças são vistas, desde sempre, como seres supostamente imaculados que devem manter como uma das maiores preocupações de sua existência os cuidados com sua “aparência feminina”, o que já era cobrado há dois séculos: “sua profissionalização não podia se chocar com a sua feminilidade” (LOURO, 2009, p.446). Ao mesmo tempo, manter-se “recatada” (bela e do lar também, se possível) parece ser a única atitude aceitável socialmente, até os dias de hoje, em sua função. O fato de se casar com um homem e dedicar-se à maternidade, além de ao trabalho como “tia”, igualmente são vistas como ações bastante aconselháveis para quem abraçou essa profissão. Para balançar esses pilares, aparentemente muito sólidos, investimos nas nossas narrativas, almejando tensionar modelos impostos, que insistem em vigiar e governar não apenas nossos corpos, mas também os corpos de toda e qualquer pessoa que não corresponda aos parâmetros da branquitude heterocisnormativa perpetuados pelos currículos, instituições, colegas de trabalho, família, igrejas, mídia, Estado.

Governamentalidade e resistência

Intelectuais de diferentes campos trabalham com o conceito de governamentalidade de Michel Foucault para interrogar políticas, instituições, relações, o Estado contemporâneo, entre outros dispositivos. Para análise das relações cotidianas da escola, podemos compreender o conceito como uma forma de ação do poder que permeia as condutas das outras pessoas e de si. “O elo semântico entre governo (gouverner) e modos de pensamento (mentalité) indica que não é possível

estudar as tecnologias de poder sem uma análise da racionalidade política que as sustenta” (LEMKE, 2017, p.195). Sendo assim, compreendemos que toda e qualquer prática no ambiente escolar está imbricada de precedentes políticos, tecnologias de poder e, portanto, de governamentalidade. Além disso, Foucault enfatiza a importância dos processos de subjetivação dos sujeitos, ou seja, “as relações que cada sujeito pode estabelecer e suas reações diante de determinados jogos de verdade” (POCAHY; DORNELLES, 2010, p.127), para as análises das relações de poder e para uma analítica ético-estético-política dos modos como nos constituímos como sujeitos (in)viáveis e (im)possíveis para nossa época e lugar. A aceitação de uma realidade universal é examinada nas nuances do dia a dia, nos comentários e perguntas aparentemente banais, mas carregadas de verdades naturalizadas, ali onde se pronunciam corpos-desejos-afetos interpelados a um jogo de verdade e a correspondente norma que instala.

Desafiamos as matrizes históricas segregadoras e normativas, quando assumimos ou trabalhamos, nas lacunas dos planos de aula, as histórias das múltiplas possibilidades de ser, em contraposição com os modelos hegemônicos dominantes. Do lado de dentro dos muros da escola, essa não é uma trilha fácil de percorrer. A falta de apoio e engajamento das instituições de ensino e colegas de trabalho ou a precarização das políticas públicas prejudicam a articulação potente no interior desses espaços para abordar temas que enriqueceriam muito o trabalho, por trazer a vida para dentro da escola. Talvez o receio de abordar temas que vêm sendo demonizados por representantes de religiões e governantes, desejosos de retomar os maiores retrocessos, atrapalhe significativamente.

Nesse sentido, a importância de nomear e situar as corporeidades naturalizadas e impostas como “normais” tem um lugar de destaque na construção histórica de resistência contra “projetos coloniais branco-europeus racistas e cristão-supremacistas – que frequentemente exterminam ou marginalizam essas diversidades corporais e de identidades de gênero” (SIMAKAWA, 2015, p.47). Denominar é uma forma de combater a lógica predominante de classificar apenas quem vivencia sexualidades e identidades de gênero inconformes com os padrões assombrados por normas, impregnadas em nossa sociedade. Poucas décadas atrás, a homossexualidade não era intitulada, posto que era um acontecimento visto como natural e inquestionável uma pessoa ter relações afetivo-sexuais apenas e tão somente com o gênero

oposto. Desde tempos imemoriais, a norma “remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que serão denominados a partir dessa referência”. (LOURO, 2019, p.18).

No entanto, os estudos feministas e do movimento queer tensionam a representação da mulher como inferior ao homem e as sexualidades dissidentes como desviantes e menos válidas do que o padrão considerado normal. Ao longo das participações acadêmicas e sociais, os movimentos negros, queer e feministas lésbicos contestam a objetificação de suas identidades. Com isso, a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade passam a ocupar um espaço, mesmo que ainda modesto, nas discussões no meio acadêmico e político. Como resultado de estudos e vivências, tecemos os pequenos, porém significativos, novos passos provocados por docentes que sentem, no cotidiano, as implicações dessas problemáticas sociais.

Tem machismo no berçário?

Importante sublinhar que somos autoras e autor

com engajamentos diferentes no tema, embora compartilhando a experiência comum de problematizar a relação entre pesquisar e habitar um território existencial. O desafio foi o de manter no texto a especificidade de cada um dos engajamentos sem comprometer nossa aposta comum. Por isso optamos por não respeitar a regra acadêmica de uniformização da pessoa da narrativa. Ora escrevemos no uníssono de nossa mesma abordagem do problema, ora guardamos a singularidade da experiência de um[a] de nós. (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.132)

Isto posto, seguimos:

Passar vinte e cinco horas semanais com vários bebês de sete meses a um ano e meio pode ser uma experiência permeada por diversas atribulações. Há os banhos de sol e de banheira e as fraldas para trocar, levando em consideração que o cuidar e o educar são duas faces da mesma moeda. Há as horas dos lanches e comidas, com bebês em cadeirões. Não deixa de haver bem forte a vontade de entender o que querem dizer com cada choro e cada riso e de mostrar-lhes novidades.

Além disso, como educadoras, também há o desejo de manter-nos capazes de aprender novas linguagens e reaprender antigas, direcionando nossos olhares para onde crianças, um pouco mais velhas que recém-nascidas, miram e permitir-nos admirar com elas o voo de um minúsculo inseto, o som de um avião ao fundo, o calor de um raio de sol que entra pela janela, de repente. Podemos, de fato, nos surpreender ao encarar as simplicidades da vida como se fossem mágicas, num constante baile, cujos passos precedem quedas, visto que vêm de pés que são ambulantes estreias. Trabalhar num berçário é consumir-se entre berros de dor e saudade e sono e vontade de colo, além de risos, aparentemente sem sentido, porém, o que é ser bebê, senão um corpo destinado a sentir cada possibilidade de toque e de cheiro e de gosto, deixando-se levar pelas sensações disponíveis, descobrindo o mundo em inúmeras e sucessivas primeiras vezes?

As maiores dificuldades, para uma professora sem experiência com educação infantil, antes dessa, envolviam o cuidado, a higiene e a alimentação, que pareciam operações bastante complicadas, levando em consideração a quantidade de bebês e suas demandas específicas. Contudo, o convívio imposto pela múltipla-docência, logo revelou-se, mais do que todos os outros, um desafio intransponível. Impressionante a quantidade de frases sexistas ditas a seres humanos recém-chegados ao mundo. As outras professoras, com as quais o cuidado e a educação da turma eram divididos, “formavam casai-zinhos” entre os bebês, obviamente todos eles compostos por um menino e uma menina. São nesses “detalhes infinitamente acumulados” (FOUCAULT, 1988. p. 22) que os discursos sobre a sexualidade não se calam e se fazem presentes. Se uma bebê insistia para brincar com um bebê, que não estava interessado, havia, incompreensíveis motivos para muitos risos por parte das outras docentes, pois afirmavam que esta seria “a sofredora correndo atrás de homem no futuro”. Quando era o contrário que ocorria, um bebê insistindo para brincar com uma bebê, diziam que “era um paquerador nato, danadinho, esse sim sabia o que queria”. Tais absurdos retratos da nossa realidade extremamente machista sendo vomitados dentro de um berçário, por aquelas que deveriam trabalhar para desconstruí-los, parecia algo inadmissível. Por isso, o olhar minucioso sobre essas ações torna-se necessário, “é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida

a uns e outros” (FOUCAULT, 1988, p. 29). Era nítido que as crianças, por menos idade que tivessem, compreendiam realmente o que era dito e, mesmo que compreendessem bem pouquinho, deviam ser poupadas desse bombardeio violento de machismo.

As professoras, além disso, repetiam incessantemente o quanto as desagradava ter de vestir uma das bebês “com roupas de menino”. Era uma bebezinha que havia herdado camisas, shorts, meias e uma toalha, do irmão um pouco mais velho. Ela tinha apenas dez meses. Segundo as demais educadoras, as vestimentas que usava não podiam lhes pertencer, porque ela era menina e a toalha de banho, especialmente, com a qual mais implicavam, tinha a estampa de um personagem que elas pensavam que devia ser querido apenas pelo público infantil masculino. De modo que avaliavam como um erro a família não comprar para ela utensílios que reforçassem o seu gênero, em vez de permitir que usasse coisas que talvez a fizessem pensar que era um menino. Os comentários curtos e desumanizantes farão parte de um passado sinistro, em que “veremos atribuir o sexo à nascença como brutal” (PRECIADO, 2020).

Notadamente, as questões raciais nesse berçário eram, da mesma forma, bastante controversas, pois em vez de práticas antirracistas, o que se via era o racismo mais asqueroso, porém velado e por isso mesmo mais insidioso e difícil de atacar. Muitas vezes se manifestavam silenciosamente: as crianças negras ficavam menos tempo no colo, recebiam menos sorrisos e carinho e não tinham seu progresso aplaudido de forma similar ao das brancas, as únicas a serem chamadas de bonitas, lindas, príncipes e princesas. As negras e não brancas, em geral, quando muito, ouviam que eram “espertas”, o que tampouco ocorria com frequência. Tais violências cotidianas tornaram verdadeiramente adoecedora a partilha de tempo e espaço com docentes que reproduziam essas atitudes, pesando sobre bebês os estragos de nossa sociedade, como se tais bigornas fossem plumas bem levinhas. Ainda por cima, adoravam reafirmar, com uma frequência espantosa, sua heterossexualidade e sua identidade de gênero, reagindo como se estivessem ameaçadas por uma sombra maligna que pudesse derrubar suas certezas mal empilhadas como cubos de plástico coloridos. Que fique nítido que “identidade está ligada a sistemas de representação e tem estreitas conexões com relações de poder (...) O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque a nossa própria identidade”. (SILVA, 2000, p.97).

Para ser “mulher de verdade”, algo que acreditavam existir, precisavam performar a feminilidade imposta pela sociedade machista e pela mídia, e é claro que não podiam evitar falar quase o tempo inteiro sobre homens. Isso não constituiria um problema alheio, evidentemente, se não se somasse aos ataques a toda e qualquer manifestação de reproche a esse comportamento. Mesmo que tal manifestação não ocorresse por meio de palavras, mas com a simples existência de modos de ser e de estar no mundo diferentes. Sentiam-se visivelmente agredidas com a presença de uma mulher que, mesmo sendo mulher, não estava disposta a padecer dessa “feminilidade” toda, só queria ser livre desses grilhões e que isso não incomodasse ninguém a ponto de reagirem com ridicularizações públicas ou veladas. No curto período de tempo que foi possível suportar trabalhar nesse ambiente, fui a única professora que, como a bebê que herdara roupas do irmãozinho, ousei não performar os padrões que a heterocisnormatividade determina para uma “professorinha”. Apesar de, nessa época, estar em um relacionamento afetivo-sexual considerado “normal”, o que era de conhecimento de todas, isso não me impedia que me tivessem como um péssimo exemplo para as crianças da creche, posto que eu escolhia me vestir de forma inadequada e também tinha um comportamento denunciado como “masculino”. Ou seja, comportamentos que seriam plenamente aceitáveis, sendo eu um homem; como não o era, precisava me redimir e ser “boazinha”.

Escolhi continuar a mesma, ou melhor, mudei, é lógico, porque estou disposta a diversas metamorfoses e acredito que a gente para de mudar apenas quando morre. Mas mudei para algo que elas considerariam muitíssimo pior, se ainda tivessem qualquer notícia sobre meu paradeiro. E agora uma charada, que quem trabalha com crianças adora fazer charadas: o que é, o que é, que a gente poupa quando perde? Resposta: poupamos a nossa paz de espírito ao perder contato com quem quer nos obrigar a ser quem jamais seremos.

Considerações finais que vislumbram novos começos

As constatações e questionamentos que nos cercam, enquanto docentes de sexualidade dissidente, traduzem os nossos olhares para práticas do cotidiano que de inofensivas nada têm. Mesmo com bebês, as distinções de gênero e raciais já se fazem presentes e discriminatórias. Nossas observações retratam um meio em que não apenas o corpo

discente precisa enfrentar as amarras normativas e universalizantes de uma forma de ser/estar no mundo, mas também o corpo docente. Sendo assim, convidamos para exercitar, constantemente, um contundente olhar para as cobranças maquiadas de perguntas inocentes ou para as ditas piadas que estão a serviço da manutenção de lugares de inferiorização. Podemos, assim, quem sabe, possibilitar um espaço de conhecimento em que as liberdades para se movimentar sejam o menos possível governadas por parâmetros excludentes. Afinal, não seriam as escolas lugares para florescer novas ideias e instigar a imaginação para que se possa ocupar outras possibilidades de existir na sociedade?

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 15 maio. 2020.

BUTLER, Judith. *Le récit de soi*. Paris: Editions PUF, 2005.

CAMOZZATO, Viviane Castro; COSTA, Marisa Vorraber. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. *Cadernos de Educação da UFPel*, n. 44, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2737>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LEMKE, Thomas. Foucault, governamentalidade e crítica, de Thomas Lemke. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 194-213, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/137508/133168>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, Guacira Lopes. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 09-42.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.). São Paulo: Contexto, 2009.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Org.) *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. 2ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 49-64.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. *Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18689> Acesso em: 15 maio. 2020.

PRECIADO, Paul B. Paul B. Preciado: “Um dia veremos atribuir o sexo à nascença como brutal”. Tradução Sara Wagner York. Disponível em: <<https://medium.com/@sarawagneryork/paul-b-preciado-um-dia-veremos-atribuir-o-sexo-%C3%A0-nascen%C3%A7a-como-brutal-f0b7f0f78d86>> Acesso em: 31 jul. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMAKAWA, V. V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 243 f. Dissertação (Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685> Acesso em: 15 maio. 2020.

MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS DISSIDENTES COMO RESISTÊNCIAS AO BINARISMO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Jéssica Matos Cardoso

*Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Rondonópolis/
UFR. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da
UFR (PPGEdu), jessicamatos19@hotmail.com;*

Raquel Gonçalves Salgado

*Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro/PUC-Rio. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação
em Educação e do Curso de Psicologia da Universidade Federal de
Rondonópolis/UFR, ramidan@terra.com.br.*

Resumo

Como o mundo se apresenta para as meninas, por meio dos diversos discursos e práticas sociais, desde o nascimento? O que lhes é ensinado sobre afetos, sensações e formas de existir em relação aos seus corpos, gêneros e sexualidades? Desde o nascimento, os corpos são interpelados por construções sociais que impõem modelos universais de ser, estar, viver, desejar e amar. Desse modo, os gêneros e as sexualidades são reiteradamente ensinados, sugeridos e promovidos. Desta maneira, a cishetero-normatividade institui-se como “natural” e “referência” a partir de um processo de pedagogização e normalização de determinadas regras de existência, produzindo e viabilizando exclusões e violências. Partindo desse pressuposto, apoiamo-nos na análise das narrativas de memórias de infância dissidentes, a partir da coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas*, a qual reúne narrativas de mulheres lésbicas, heterossexuais e heterossexuais não ortodoxas, de países como Chile, Peru, México, Argentina e Espanha. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender, a partir de referencial teórico-metodológico vinculado à epistemologia dos estudos feministas e dos estudos *queer*,

como a infância se configura como um tempo de interdição dos sentidos e das experiências com o corpo, com a sexualidade e com o gênero, no espaço familiar. Por fim, entendemos que as narrativas de memórias de infância podem se apresentar como transgressões e resistências ao binarismo da cisgeneridade, das fronteiras da heteronorma e dos dualismos homem/mulher e masculino/feminino, que cerceiam e impedem o trânsito livre entre as possibilidades do ser/estar, do desejar e do sentir.

Palavras-chave: Infância, Gênero, Sexualidade, Memórias, Dissidências.

Introdução

Quando falamos em experiências e sensações na infância, em relação ao corpo e ao prazer e as formas de ser/estar no mundo atravessadas pelo gênero e a sexualidade, quais lembranças você conseguiria narrar? Quando você se percebeu “convocado(a)” a reproduzir uma norma de gênero?

Desde muito cedo, meninos e meninas são chamados(as) a reproduzir comportamentos e práticas correspondentes à nomeação/expectativa de gênero que lhes foi imposta antes mesmo do nascimento. Dessa forma, é exigido que os corpos infantis performem o gênero que lhes foi atribuído, quando, em um exame de ultrassom, a partir da identificação das genitálias, é afirmado: “é menino” ou “é menina”.

A autora Judith Butler (2008; 2018) nomeia essa produção discursiva sobre os modos de corporificação e representação das normas de gênero como performatividade, ou seja, tais discursos produzem efeitos materiais no campo social, gerando, assim, corpos inteligíveis e corpos ininteligíveis. Conforme a autora:

[...] se a linguagem age sobre nós antes de agirmos, e continua a agir a cada instante em que agimos, então temos que pensar sobre a performatividade de gênero primeiro como uma “atribuição de gênero” – todas as formas em que somos, por assim dizer, chamados por um nome e generificados antes de entendermos qualquer coisa sobre como as normas de gênero agem sobre nós e nos moldam e antes de termos a capacidade de reproduzir essas normas de maneira que possamos escolher. A escolha, na verdade, chega tarde nesse processo de performatividade. (BUTLER, 2018, p. 44-45)

Os corpos infantis, então, são produzidos em um cenário de intensas disputas entre as mais diversas instituições, discursos, saberes e práticas regulatórias, sendo os gêneros e as sexualidades instâncias privilegiadas de vigilância e controle, como também de investimento (LOURO, 2000). Desse modo, as várias formas de vivenciar as masculinidades e as feminilidades são reiteradamente ensinadas, sugeridas e promovidas. Guacira Lopes Louro (2008) aponta:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (p. 18)

Nesse sentido, Guacira Louro (2000) chama atenção para pensarmos os sujeitos como produtos das diversas tecnologias de governo e disciplinamento dos corpos, as quais instituem comportamentos, práticas, desejos, afetos e prazeres diferentes para homens e mulheres (LOURO, 2000), o que implica dizer que as múltiplas maneiras de se fazer/ser homem ou mulher na cultura não advêm de um processo puramente natural ou biológico.

Há, então, o investimento constante de inúmeras instituições sociais, as quais promovem aprendizados e práticas a serem reproduzidas e reiteradas pelos sujeitos, de acordo com uma matriz de inteligibilidade cultural, a qual impõe e mantém regras de linearidade e coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, qualificando, portanto, vidas enquanto possíveis e também aquelas vidas cuja materialidade não é reconhecida (BUTLER, 2018) em um sistema cisgênero e heteronormativo das existências. Judith Butler (2000) afirma:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. (BUTLER, 2000, p. 4)

Assim, os corpos só ganham legitimidade e reconhecimento social, quando estes são lidos enquanto possíveis e “coerentes” em um estatuto de “pessoa”, por meio de normas de inteligibilidade construídas e mantidas socialmente (BUTLER, 2008).

Nesse contexto, a cisheteronormatividade produz-se como “normal”, enquanto todas as existências que fogem a essa lógica são tidas como “anormais”, a partir de um processo de naturalização de determinadas vidas e pedagogização de corpos inteligíveis, o que viabiliza, em última instância, violências e mortes (LOURO, 2000).

A normalização de alguns corpos em detrimento de outros faz com que certas performatividades sejam despercebidas e não questionadas, porque são entendidas como “naturais”, ao passo que todas as outras existências sejam incessantemente marcadas como abjetas, patologizadas e questionadas. Dessa forma, é no campo social que os sujeitos são significados, marcados e classificados em estatutos que definem quais vidas contam ou não como reais (BUTLER, 2002; 2015; 2018).

Ao se referir a esse sistema educativo e social, em que são produzidas e naturalizadas as existências, Paul Beatriz Preciado (2013) argumenta que os(as) pais e mães, em um primeiro momento, são os(as) responsáveis pela regulação e inculcação das normas de gênero e sexualidade nas crianças, a fim de garantir a manutenção da cisheteronormatividade. Assim, desde a mais tenra idade, meninos e meninas são educados(as) para seguirem, por toda a vida, *scripts* de gênero determinados a partir do sexo dos seus corpos.

Mas há, no entanto, corpos infantis que fogem à essas normas e todos os investimentos das pedagogias cisgêneras e heteronormativas, bagunçando assim, os regimes de inteligibilidade e subvertendo as fronteiras dicotômicas dos gêneros e sexualidades. Tomemos como exemplo as produções cinematográficas *Ma vie en rose* (Minha vida em cor de rosa, 1997)¹ e *Tomboy* (2011)², que lançam problematizações sobre subjetividades dissidentes na infância, a partir de protagonistas infantis que provocam ruídos no sistema sexo/gênero (RUBIN, 1993); como também a página *Criança Viada*³, criada pelo jornalista Iran Giusti, que traz fotos de crianças que apresentam corporalidades desviantes aos ditames da heteronormatividade.

1 MINHA VIDA em cor-de-rosa. Direção: Alain Berliner. Produção: Carole Scotta. França/Bélgica/Reino Unido: Haut & Court Production, 1997. (88 min). Título Original: *Ma vie en rose*. Disponível em <https://www.imdb.com/title/tt0119590/?ref_=nv_sr_2>. Acesso em: 02 abr. 2021.

2 TOMBOY. Direção: Céline Sciamma. França: 2011. (82 min). Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1847731/?ref_=nv_sr_2>. Acesso em: 02 abr. 2021.

3 O Tumblr Criança Viada foi criado em 2012 e pensado, inicialmente, para publicar fotos de infância do jornalista Iran Giusti e de amigos(as), porém a página viralizou, passando a receber inúmeras fotos de pessoas que também enxergavam suas infâncias como viadas. Disponível em: <<http://criancaviada.tumblr.com/>>. Acesso em 02 abr. 2021.

Partindo desse cenário, mobilizamo-nos a discutir, a partir de narrativas de memórias de infância, reunidas na coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013), subjetividades dissidentes e artes de existências dissonantes ao ideário de infância (BURMAN, 2009) e à heterossexualidade compulsória (WITTIG, 2006). Para isso, apoiamos na análise do contexto familiar, entendendo-o como a primeira instância de interdição da expressão dos prazeres e desejos e da regulação dos corpos infantis em estatutos binários e dicotômicos de gênero e sexualidade.

Metodologia

As análises propostas neste trabalho versam sobre a produção de subjetividades dissidentes em narrativas de memórias de infância, apresentadas na coletânea *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013), com o objetivo de interrogar e por em xeque os regimes de gestão e regulação da vida, notadamente a cisheteronormatividade, bem como expor possibilidades outras de experienciar os corpos, desejos, prazeres e afetos de forma possível e plural.

Chonguitas: masculinidades de niñas (2013), organizada por valeria flores e fabi tron, uma coletânea composta por 44 narrativas de infância de mulheres lésbicas, heterossexuais e heterossexuais não ortodoxas, de países como Chile, Peru, México, Argentina e Espanha, que se mobiliza a expor vivências na infância atravessadas por expressões masculinas em corpos de meninas. As participantes da coletânea apresentam idades entre 22 a 55 anos, tendo a maioria delas 30 a 39 anos de idade. Para que pudessem participar, elas enviaram uma foto e um breve texto sobre as suas experiências de infância que subvertem as noções de feminilidade vigentes.

Compreendendo as narrativas de memórias de infância dissidentes como potentes problematizadores das noções estanques de gênero e sexualidade e da ordem teleológica e adultocêntrica da vida, apostamos em uma perspectiva teórica-metodológica dos Estudos *Queer* e estudos feministas que instrumentaliza-nos a lançar problematizações sobre os discursos e verdades cristalizadas que atravessam os corpos dos sujeitos.

É importante ressaltar que as memórias de infância são compreendidas, neste trabalho, não enquanto descrição linear dos fatos, mas como inquietações éticas e políticas do presente sobre o passado, a

fim de salvá-lo do esquecimento (BENJAMIN, 1987; GAGNEBIN, 2013; ALEXANDRE; SALGADO, 2019).

Dessa forma, a discussão abordará o agenciamento de temáticas análogas, tais como gênero, sexualidade, infância e dissidências, apoiadas no encontro entre teoria e trechos das narrativas de memórias de infância encontradas em *Chonguitas: masculinidades de niñas* (2013). Assim, as análises centram-se na problematização das interdições, enfrentamentos, resistências e jogos de poder vivenciados por meninas no ambiente familiar, no que diz respeito a livre expressão dos seus corpos e existências não-normativas.

Resultados e discussão

Iniciamos a discussão teórico-metodológica propondo algumas reflexões: é autorizado a uma criança dizer sobre si? Por que os adultos estão sempre falando pelas crianças? Estamos prontos (os adultos) para ouvir das crianças o que elas queiram contar? Como efetivamente ouvir o que elas têm a falar? (COHN, 2013).

Preciado (2013) argumenta que à uma criança sempre é negado o direito sobre o próprio corpo e o uso livre dos seus desejos. Assim, desde o berço as crianças são vigiadas pelas normas de gênero, por meio de dispositivos pedagógicos, para que essas se tornem heterossexuais e correspondam a modelos universais de feminilidade e masculinidade, pois “a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto.” (PRECIADO, 2013, p. 98).

Una tarde, cuando el sol iba guardándose, mientras corríamos y gritábamos entre los juegos, ella nos mandó llamar. Cuando llegamos extendió su dedo, me señaló y dijo: “Es tiempo de que dejes de jugar y que vengas a lavar la ropa de Víctor (mi primo)”. A mis hermanas las mandó a lavar los trastes y a limpiar la casa, pero a los hombres les permitió seguir jugando o ver la televisión. A mis seis años entendí qué era ser mujer.⁴ (SILVA, 2013, p. 142)

4 Uma tarde, quando o sol estava se pondo, enquanto corríamos e gritávamos entre os jogos, ela mandou nos chamar. Quando chegamos ela estendeu o dedo, apontou para mim e disse: “Está na hora de você parar de jogar e vir lavar a roupa do Víctor (meu primo).” As minhas irmãs, ela mandou lavar a louça e limpar a casa, mas permitiu que

Nesse contexto, os gêneros e as sexualidades das crianças estão em constante vigia e controle, afim de adequar os corpos aos regimes inteligíveis, como também de punir qualquer desvio. A ideia ficcional de uma criança inocente e despossuída de sexualidade, institui-se como um modelo a ser imposto pelos adultos e um ideal a ser seguido pelas crianças, ancorado em uma narrativa de desenvolvimento e progresso (BURMAN, 2009; SCHÉRER, 2009).

A ideia de um gênero, um corpo e uma sexualidade coerente e inteligível está atrelada a um modelo hegemônico, cisgênero e heteronormativo que abarca as existências de forma essencializada, dicotômica e binária, pautada em uma linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2000; 2002) e, portanto, mulheres devem ter vaginas, se identificarem com a feminilidade e se relacionarem com homens. Yessica Cabrera e Andrea Achilli (2013) revelam em suas narrativas de infância que, por muitas vezes, tiveram que usar vestidos rosas, laços e maquiagens, nas tentativas de suas famílias de aproximá-las daquilo que é esperado de uma menina.

Tomemos também como exemplo os jogos e brincadeiras em que é possível perceber a distinção dos elementos e espaços socialmente estabelecidos para os meninos e para as meninas. Sendo o futebol um espaço associado a masculinidade e um contexto de validação masculina (DUNNING, 1997; FURLAN, SANTOS, 2008), esse tornou-se propriedade dos meninos e, simultaneamente inapropriado para as meninas.

La primera presión vino directamente de la católica familia de mi padre. Un día mi viejo me comenta que su hermana estaba “preocupada” por mi insistencia con el fútbol, “¿y cómo que se lleva la pelota de fútbol a la escuela todos los días?” le preguntó asustada, y mi viejo dice que le contestó que era chica y que podía jugar a lo que quiera, que no había nada de malo en ello, pero luego se aseguró “porque vos no vas a jugar al fútbol cuando seas grande, ¿no?”⁵ (MORAN, 2013, p. 157)

os homens continuassem jogando ou assistir a televisão. Aos meus seis anos entendi o que era ser mulher (tradução nossa).

- 5 A primeira pressão veio diretamente da família católica do meu pai. Um dia, meu velho me disse que sua irmã estava “preocupada” com minha insistência com o futebol, “e como leva a bola de futebol para a escola todos os dias?” lhe perguntou assustada, e

Encontramos em Guacira Louro (2000) que as produções discursivas constroem marcas de gênero nos sujeitos, constituindo modos de ser e estar no mundo. Mas, para que tais produções ganhem materialidade, é necessário um investimento contínuo de instâncias sociais (LOURO, 2000), dentre elas, a família, e a reiteração de certas normas de inteligibilidade (BUTLER, 2018). Os corpos, porém, escapam e resistem.

É indispensável admitir, ainda, que o sujeito não é um mero receptor de pedagogias exteriores a ele, mas sim que ele participa, ativamente, deste empreendimento. [...] Os sujeitos não somente respondem, resistem e reagem, como também intervêm em seus próprios corpos para inscrever-lhes, decididamente, suas próprias marcas e códigos identitários e, por vezes, para escapar ou confundir normas estabelecidas. (LOURO, 2003, p. 3)

Se, em primeiro momento, os sujeitos se veem obrigados a reproduzir as normas de gênero e sexualidade, essas, no entanto, podem “falhar”, pois como afirma Butler (2015; 2017), os corpos são produzidos em um regime de sujeição paradoxal, onde atos subversivos podem surgir nos processos normativos de dominação dos sujeitos. Em outros estudos a autora comenta:

Embora as normas de gênero nos precedam e atuem sobre nós (esse é um dos sentidos da sua representação), somos obrigados a reproduzi-las, e quando de fato começamos, sempre involuntariamente, a reproduzi-las, alguma coisa sempre pode dar errado (e esse é um segundo sentido da sua representação). E ainda, no curso dessa reprodução, parte da fraqueza da norma é revelada, ou outro conjunto de convenções culturais intervêm para produzir confusão ou conflito dentro de um campo de normas, ou, no meio da nossa representação, outro desejo começa a governar, e formas de resistência se desenvolvem, alguma coisa nova acontece, não precisamente o que foi planejado. (BUTLER, 2018, p. 26)

meu velho disse que respondeu que eu era menina e que podia jogar o que quisesse, que não tinha nada de errado com isso, mas logo se certificou “porque você não vai jogar futebol quando estiver grande, né?” (tradução nossa).

É isso que aparece na narrativa de Evelyn Sotomayor (2013), a resistência nos momentos em que era levada pela mãe ao corredor onde se encontravam os brinquedos de meninas; e na narrativa de María Luisa Peralta (2013), os enfrentamentos ao pedir, em datas comemorativas, presentes considerados “masculinos”. Entendemos esses atos de resistência como possibilidades éticas, estéticas e políticas de existência de corpos dissidentes, que questionam sua precariedade e que causam ruídos e deslocamentos nas políticas de governo e gestão da vida (BUTLER, 2013; FOUCAULT, 2014).

Desse modo, debruçamo-nos sobre as narrativas de memórias, entendendo-as como uma crítica ao apagamento das infâncias abjetas, monstruosas, viadas, *chongas* e de seus rastros na história, em detrimento de um ideário de desenvolvimento e de uma lógica inteligível de existência. Trata-se, como aponta Jeanne Marie Gagnebin (2013), “[...] da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento.” (p. 2)

Considerações finais

Pretendemos que as provocações suscitadas neste trabalho devam em outras indagações sobre as temáticas apresentadas, por isso, não esperamos que as perguntas levantadas se sufoquem em respostas estanques, mas que levem a interrogações e potencialidades outras.

Este trabalho busca lançar problematizações que expõem as produções discursivas em torno dos corpos, ancoradas em uma perspectiva cisgênera e heteronormativa, no que diz respeito às programações de gênero e sexualidade na infância. É importante destacar, no entanto, que a materialidade dos corpos não é negada, o que se propõe, ao contrário, é pensar como os corpos ganham sentidos e são significados nas diferentes culturas e nos diversos momentos históricos. Dessa forma, é necessário refletir como as instâncias sociais produzem distintas pedagogias que, ao passo que instituem formas de ser/estar, fazem emergir hierarquias, desigualdades, exclusões e violências.

Assim, em um regime binário, dicotômico e inteligível das existências, em que as pedagogias de gestão dos corpos regulam e produzem vidas “aceitas” em oposição a vidas abjetas, as crianças dissidentes emergem em um contexto de (re)produção de corporalidades inteligíveis, de insurgências singulares e de composições híbridas de existir.

Por fim, entendemos que as existências que destoam das programações de gênero e sexualidade que lhes são imputadas provocam ressonâncias nas políticas vigentes, rompem os dualismos e colocam em xeque as fronteiras da cisheteronormatividade, expondo a pluralidade da vida, a multiplicidade dos corpos e a fluidez das díades masculino e feminino.

Referências

ACHILLI, Andrea. La rabiosa. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas: masculinidades de niñas**. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 14-17, 2013.

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. **Série-Estudos**, v. 24, n. 52, p. 31-47, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987.

BURMAN, Erica. Desenvolvimento desejado? Contribuições psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico. São Paulo: **A peste-Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, v. 1, n. 2, p. 269-294, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **O que é a crítica?: Um ensaio sobre a virtude de Foucault**. Trad. Gustavo Hessmann Dalaqua. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 22. São Paulo: Departamento de Filosofia – USP, p. 159-179, 2013.

_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CABRERA, Yessica. Fútbol, piñas y barro. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 34-37, 2013.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias:** um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. Porto Alegre: Civitas, v. 13 n. 2, p. 221-244, 2013.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. **As relações entre os sexos no esporte.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 2, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12151/11421>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patrícia Lessa dos. **Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas:** reflexões acerca da invisibilidade. Florianópolis: Motrivivência, ano 20, n. 30, p. 28-43, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2, 2008.

_____. **Corpos que escapam.** Brasília: Revista Labrys – Estudos feministas, 2003.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORAN, Marina. La futbolera. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 155-158, 2013.

PERALTA, María Luisa. Libros, sapos y amistad: también las niñas resisten al patriarcado. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 164-168, 2013.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Quem defende a criança queer?** Trad. Fernanda Nogueira. 2013.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCHÉRER, René. **Infantis.** Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOTOMAYOR, Evelyn. Foto de estúdio. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 18-19, 2013.

SILVA, Ivonne Yesenia Vite. La Experiencia Lesbiana. In: TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, p. 141-146, 2013.

TRON, fabi; FLORES, valeria. (Orgs.). **Chonguitas:** masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondoga Dark, 2013.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos.** Barcelona, Madrid: Editorial Egales, 2006.

“AND THEY CAN ACHIEVE THEIR POTENTIAL”: REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO *LGBT ACTION PLAN* (UK, 2018)¹

Luan Carpes Barros Cassal

Doutorando em Educação pela University of Manchester - Inglaterra,
luancassal@gmail.com

Resumo

Em 2018, o Governo do Reino Unido, liderado pelo *Conservative and Unionist Party* (ou *Tories*), lançou um novo *LGBT Action Plan*, propondo ações em diferentes campos, baseadas em uma pesquisa de larga escala sobre a experiência da população LGBT no país. Entre os temas, educação ganha espaço, em função de recorrentes experiências de discriminação e exclusão no ambiente escolar, assim como uma lacuna de estudos empíricos sobre adolescentes e jovens LGBT e, em especial, trans. Considerando a dimensão positiva dos discursos, entendemos que tanto a representação das experiências de adolescentes e jovens LGBT quanto as ações propostas para esses grupos produzem e regulam modos de existência. Dessa forma, o presente trabalho desenvolve uma análise do discurso de inspiração Foucaultiana sobre esse documento, focando nos modos de produzir e regular adolescências e juventudes LGBT. Os principais temas encontrados foram: a construção desses sujeitos como vítimas; atualização de guias e orientações do governo para escolas (em detrimento de soluções locais); a individualização da discriminação enquanto *bullying*; e uma ideia de escolarização como desenvolvimento de potencialidades individuais para

¹ Pesquisa financiada com bolsa de estudos através dos programas *SEED-UoM Scholarship/PDS-UKRI Award* (2019-2022).

uma cidadania idealizada. Assim, concluímos que políticas públicas operam em um processo que propõem o reconhecimento de identidades LGBT na adolescência e juventude, mas dentro de um certo quadro, e em direção a um determinado ideal.

Palavras-chave: Adolescência e juventude; LGBT; Reino Unido; políticas públicas.

Introdução

As discussões sobre direitos humanos no Reino Unido no século XX são marcadas pela perseguição institucional à comunidade LGBT². Relações homossexuais eram crime na Inglaterra até 1967 (perdurando na Escócia até 1980 e na Irlanda do Norte até 1982). Alan Turing, cientista responsável por decodificar códigos de comunicação militar alemã durante a Segunda Guerra Mundial (permitindo medidas defensivas e contra-ataques das forças armadas britânicas) foi um dos célebres - e infames - homossexuais condenados por tal legislação. Sua pena de tratamento compulsório (ou castração química) é uma das prováveis causas de sua posterior morte por suicídio, em 1954.

Durante os anos 1970, o Partido Conservador e Unionista (*Conservative and Unionist Party*, ou *Tories*) intensificou discursos de enfrentamento aos direitos de grupos considerados minoritários. O partido saiu vitorioso nas eleições de 1979, dando início ao governo da Primeira-Ministra Margaret Thatcher (até 1990). Sua política neoliberal articulou a redução da capacidade protetiva do Estado com a responsabilização de famílias pelos cuidados de suas e seus integrantes, especialmente aquelas e aqueles mais vulneráveis. Essas medidas atingiram de forma desproporcional pessoas em função de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade. Com relação à população LGBT, esta foi constantemente retratada como uma ameaça à família tradicional (cis-heteronormativa); responsáveis pela violência e discriminação sofrida, e requerentes de privilégios protetivos; e incapazes de reprodução, portanto em necessidade de recrutar novas gerações. Em suma, um grupo perigoso. Após diversas tentativas, o governo conservador aprovou a *Section 28* em 1988, que proibia autoridades públicas de realizarem ações ou publicarem materiais que promovesse a homossexualidade, bem como o ensino da homossexualidade como modelo familiar. Ainda que grupos LGBT tenham se movimentado e fortalecido suas redes de apoio

2 Apesar das imensas limitações do acrônimo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans) para representar as experiências de dissidência com a cis-heteronormatividade, escolhi pelo seu uso para manter uma uniformidade com o acrônimo utilizado pela política analisada neste artigo.

e assistência, tratou-se de uma política de omissão do governo, que facilitou o aumento da violência e a desassistência na pandemia de AIDS (Franklin, Lury, Stacey, 1991). A *Section 28* só foi revogada em 2000, já em um governo do Partido Trabalhista (*Labour Party*). Ainda assim, seus efeitos discursivos continuaram no campo da educação, enquanto professoras e professores continuavam a utilizá-la como justificativa para não discutir direitos LGBT anos depois de sua revogação (Greenland; Rosalind, 2008).

O início do século XXI modificou o cenário no país. Além da revogação da *Section 28*, tivemos a aprovação da Lei de Identidade de Gênero para pessoas trans (*Gender Recognition Act*, 2004)³; a aprovação da união estável para pessoas de mesmo gênero em 2005 e casamento entre 2013 e 2020⁴; e a proteção de características identitárias contra discriminação e exposição, inclusive orientação sexual e identidade de gênero (*Equality Act*, 2010). Mais ainda, um perdão póstumo ao cientista Alan Turing foi concedido pela chefe de Estado, Rainha Elizabeth II, em 2013, e uma lei com seu nome foi promulgada em 2017, perdoadando todas as condenações pelo alegado crime. Em 2021, será lançada a nova cédula de 50 Libras Esterlinas, com a face de Turing. Seria finalmente o Reino Unido um país inclusivo e seguro para a população LGBT?

O primeiro relatório de direitos da população LGBT pela ILGA-Europe (*International LGBTI Association - Europe*), de 2011, apresenta um ranking de garantia de direitos e ocorrências de violações no continente. Nesse ranking, o Reino Unido figura na primeira posição, que continua a ocupar até 2014 - apesar de recorrentes situações de violências e discriminações registradas nesses mesmos relatórios. De 2015 até o momento, o país reduziu sua pontuação progressivamente, em parte um reflexo do referendo e processo de desligamento do país da União Europeia - processo conhecido como *Brexit*, o qual veio acompanhado de um aumento em crimes de ódio em geral.

Esse contexto das políticas LGBT no Reino Unido, atravessado pelas ideias aparentemente contraditórias de censura e progresso,

3 Objeto de análise aprofundada na pesquisa de doutorado da qual este artigo faz parte.

4 Por conta da organização jurídico-administrativa do Reino Unido, um país formado por quatro diferentes nações (Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda do Norte) e diversos territórios, algumas legislações civis e políticas de governo são votadas e aprovadas localmente.

dispara o presente artigo, que tem por objetivo analisar as representações de adolescência e juventude no segundo Plano de Ação LGBT (*LGBT Action Plan*, 2018), publicado pelo governo britânico. Este é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, interessada na regulação articulada de idade e gênero em políticas do governo britânico para pessoas trans e não-binárias.

Este texto apresentará os procedimentos metodológicos (Análise do Discurso de inspiração Foucaultiana), o referencial conceitual (baseado em discussões da teoria queer), a análise de dados, e as considerações desta pesquisa.

Metodologia

Esta pesquisa tem por base a obra de Michel Foucault (1979; 1987; 1988; 1996; 1999; 2008) sobre discurso e relações de poder. Seguindo sua discussão, entende-se que história, relações de poder e interpretações são condições de possibilidade para a existência de discursos, ao mesmo tempo que os produzem, mesmo que isso não seja evidente por conta de processos de naturalização e essencialização dos mesmos. Mais especificamente, discursos são acontecimentos materiais aleatórios, organizados por relações de poder que os produzem, selecionam, regulam, controlam e distribuem através de conflito e violência. Exclusão, ordenação, coerção e rarefação são alguns dos procedimentos para tanto. A Análise do Discurso de inspiração Foucaultiana busca compreender as condições de possibilidade dos discursos, bem como os efeitos de sua regulação, acompanhando emissões e silêncios (Burman, 1999; Parker, 2005). Esse método se mostra útil na psicologia social, de forma a acompanhar processos de produção de subjetividade, resistindo a uma histórica tendência da psicologia de reducionismo e individualização (Baptista, 2000).

Para o presente trabalho, três documentos publicados pelo governo britânico foram analisados: o primeiro e o segundo *LGBT Action Plans* (*Government's Equalities Office*, 2011a; 2018) e o *Trans Action Plan* (*Government's Equalities Office*, 2011b). A pesquisa identificou trechos que tratassem de infância, adolescência e juventude. Esses trechos foram extraídos e analisados em detalhe, de forma a evidenciar as condições de saber-poder que possibilitam sua emergência, bem como os seus efeitos produtivos. Os documentos de 2011 trazem elementos para a análise aprofundada do documento de 2018.

Estes documentos são de acesso público gratuito online, em inglês. De acordo com as instruções da *University of Manchester*, esta etapa do trabalho está isenta de submissão ao Comitê de Ética, por se tratar de pesquisa de material secundário, que não envolve conteúdo privado ou sensível, nem a participação de seres humanos. As traduções para o português são de responsabilidade do autor deste artigo.

Vale destacar que esta pesquisa se vale de saberes localizados, que reconhecem sua parcialidade como sua potência, em vez de uma fraqueza (Haraway, 1988). Trata-se de borrar as fronteiras artificialmente estabelecidas entre pessoal e político, que inclusive reforçam o neoliberalismo (Duggan, 2003). E o lugar deste pesquisador, homem cis-gênero gay, branco e brasileiro, é também de um sujeito colonizado imigrante em um império colonial. Essa posição instável, fronteira, pode ser de encontros e misturas (Lugones, 2003), como em uma viagem sem destino certo (Louro, 2004), e também de conscientização sobre a violência colonial e a inadequação do corpo e da língua àquelas da Europa (Fanon, 2020). É dessa posição de estranhamento e desconforto que a política LGBT do Reino Unido é analisada: como uma cultura estrangeira, lida em uma segunda língua.

Referencial teórico

Gênero não é uma categoria exaustiva, coerente ou completa, e não existe fora de uma compreensão interseccional. Concordamos com Butler (1990) que gênero pode ser entendido como uma contínua série de atos performativos, reiterados e nunca acabados, produzindo realidades materiais e discursivas. Esses atos discursivos produzem especificamente o sexo binário e heterossexualizado como uma categoria natural e pré-discursiva, ainda que essa seja apenas uma ‘ficção política’ corporificada (Preciado, 2018). As pessoas que não atendem à coerência estabelecida entre sexo atribuído e gênero identificado e expresso em algum momento da vida são identificadas como trans, para desenhar uma suposta estabilidade e garantir privilégios e superioridade para as existências que são tidas como coerentes entre sexo e gênero, ou cisgênero (Vergueiro, 2014; Gaspodini; Jesus, 2020). A normalização das infâncias é dependente da noção de gênero como estável e definitiva (Castañeda, 2014), e assim as categorias etárias são especialmente estratégicas para regulação das identidades de gênero (Roselló-Peñaloza, 2013; Favero; Machado, 2019). Criticamos,

por sua vez, a concepção de infância como um estágio universal do desenvolvimento humano. A própria ideia e experiência de infância é social e discursivamente construída, portanto, precisamos analisar o contexto e as condições para sua existência (Burman, 2019). Mais ainda, a infância é marcada por uma representação de pureza, que estaria ameaçada por discursos e práticas sobre o sexo, fortalecendo o dispositivo discursivo e profissional que produz e organiza a sexualidade; regula-se o presente em nome da proteção do futuro (Foucault, 1988).

Resultados e discussão

O primeiro *LGBT Action Plan* do Reino Unido foi publicado em 2011, durante o governo de coalizão de centro-direita (*Conservatives e Liberal-Democrats*), sob liderança do Primeiro-Ministro David Cameron. Seu título, “Trabalhando para a igualdade LGBT: seguindo em frente”⁵, estabelece um caminho pré-definido a ser cumprido, uma ideia de desenvolvimento que reaparece em diferentes momentos. O compromisso com igualdade é a linha básica do documento, já afirmado na primeira página. O governo também celebra conquistas então recentes, como o direito à proteção da identidade de gênero (através do *Equality Act*, 2010) e o casamento de pessoas do mesmo gênero, mas também ressalta a necessidade de ação por conta de crimes de ódio e discriminação. Mais ainda, o governo reforça a necessidade de suporte de toda a sociedade para que mudanças podem ser feitas, e anunciam a futura publicação de um plano de ação específico para políticas para pessoas trans. Vale destacar que educação, infância e mobilidade social é a primeira seção de políticas do documento:

Os primeiros anos e a educação de uma criança têm profunda influência em suas vidas. Escolas devem ser espaços seguros e de suporte para o aprendizado das crianças. Enfrentar bullying homofóbico e transfóbico em nossas escolas melhorará não apenas a vida das vítimas como também ajudará a desafiar visões e comportamentos preconceituosos desde cedo, auxiliando na garantia de uma sociedade mais

5 No original, *Working for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Equality: Moving Forward*. Tradução livre do autor.

tolerante. Como parte do nosso desejo de promover bom comportamento em escolas, nós garantiremos que estas tenham acesso a orientações sólidas e confiáveis, empoderando docentes para enfrentar comportamento inadequado e bullying nas escolas, inclusive ajudando na identificação e enfrentamento de bullying homofóbico e transfóbico (*Government's Equalities Office*, 2011a, p. 2, tradução livre do autor)⁶.

Uma série de conceitos operam de forma naturalizada nesse trecho. De partida, a ideia desenvolvimentista de infância, em que as experiências dos primeiros anos são influentes – e, portanto, devem ser influenciadas de tal ou qual forma, posto que a intervenção em escolas é através de orientações para enfrentar comportamentos inadequados e reforçar os positivos. A escola é situada como o lócus para transformação social; imenso peso para crianças, e responsabilidade para docentes. Entretanto, o discurso apresentado opera na lógica de individualização das relações: descreve que o bullying (comportamento repetitivo, com autoria) acontece com uma vítima, e que pode ser prevenido por um ou uma docente com orientações adequadas.

Em dezembro do mesmo ano, o governo publicou um plano de ação para igualdade de pessoas trans. O texto faz questão de ressaltar que se trata do primeiro documento desta natureza pelo governo britânico, e apresenta uma definição ampla de pessoas trans, como um espectro desde pessoas transexuais até pessoas agênero, mas afirma que todas querem contribuir com a sociedade (*Government's Equalities Office*, 2011b, p. 2). O texto segue a mesma estrutura e formato do Plano de Ação LGBT, focando em políticas anti-bullying a serem desenvolvidas por docentes e escolas, além de ressaltar o papel de órgãos de inspeção/supervisão escolar para desenvolvimento de boas práticas. Estes passaram a ter um papel estratégico nos anos seguintes, tomando ações anti-bullying e a favor da diversidade sexual e de

6 No original, “*Children's early years and education have a profound influence on their life chances. Schools should be a safe and supportive environment for children to learn in. Tackling homophobic and transphobic bullying in our schools will not only improve the lives of victims, but it will help to challenge prejudiced views and behaviour early on, helping to ensure that our society becomes more tolerant. As part of our drive to promote good behaviour in schools, we will ensure schools have access to sound and authoritative guidance, which empowers teachers to tackle bad behaviour and bullying in schools, including help to identify and tackle homophobic and transphobic bullying*”.

gênero como quesitos positivos nas avaliações regulares de estabelecimentos de ensino. Contudo, a proteção oferecida por tais políticas é focada na individualização das demandas (Lawrence; Taylor, 2020).

O governo de coalizão foi substituído por um governo majoritário de direita, *Conservative*, nas eleições de 2015, liderado pela Primeira-Ministra Theresa May⁷, a partir de 2016. Esse governo propôs revisões em temas de gênero e sexualidade, inclusive uma consulta nacional para a reforma do *Gender Recognition Act* (2004), e uma nova edição do *LGBT Action Plan*.

Ainda que não seja o foco deste trabalho, vale destacar que a consulta nacional indicou um clamor pela despatologização de experiências trans, assim como a redução da idade mínima para requerer um certificado de reconhecimento de gênero. Já o segundo *LGBT Action Plan*, em 2018, foi apresentado como uma resposta tanto a crescentes indicadores de violência e discriminação quanto a estudos sobre desigualdade vivida pela população LGBT no Reino Unido (Hudson-Sharp; Metcalf, 2016). Dois trechos das políticas de educação merecem destaque.

Nós garantiremos que escolas tenham acesso às orientações necessárias para apoiar estudantes LGBT. O Departamento de Educação publicará uma atualização do guia de orientação às escolas sobre como aplicar o *Equality Act* de 2010. Além disso, o Escritório de Governo de Igualdades trabalhará com a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos para publicar orientações adequadas para escolas sobre como apoiar estudantes trans (*Government Equalities Office*, 2018, p. 12, grifos no original, tradução livre do autor).⁸

O governo insiste em uma estratégia de orientações vindas do nível central para as escolas. Trata-se do estabelecimento da igualdade como meta, em que todas e todos possam igualmente ser estudantes

7 Curiosamente, a segunda mulher a governar o Reino Unido, novamente uma *Conservative*.

8 No original: “**We will ensure that schools have access to the guidance they need to support LGBT pupils.** The Department for Education will publish an update to its guidance for schools about how to apply the Equality Act 2010. In addition, the Government Equalities Office will work with the Equality and Human Rights Commission to publish comprehensive guidance for schools on how to support trans pupils”.

– mas que desconsidera como o próprio processo educacional funciona para a manutenção e reafirmação da cis-heteronormatividade (Britzman; 1995; Preciado, 2020). Trata-se de uma educação focada em produzir um certo futuro:

Nós agiremos para que cada criança e jovem sintase em segurança na educação, e possa alcançar o seu potencial. Nosso levantamento constatou que nosso sistema educacional não está preparando jovens LGBT para a vida futura, e que bullying homofóbico, bifóbico e transfóbico é um problema que precisamos enfrentar. Nós continuaremos a investir em programas que enfrentem bullying homofóbico, bifóbico e transfóbico nas escolas, e garantiremos que os novos conteúdos de [das disciplinas] Relacionamentos e Educação e Relacionamentos e Relações Sexuais apoiarão estudantes, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero em desenvolvimento. (Government Equalities Office, 2018, p.4, grifos no original, tradução livre do autor)⁹.

O papel da educação, portanto, seria possibilitar o desenvolvimento pleno para vida futura. Dessa maneira, questões de gênero e sexualidade – mais especificamente, as identidades LGBT – funcionam a serviço da regulação de todas as crianças e adolescentes para alcançarem o seu potencial, ou melhor, aquele estabelecido pelo governo. Ao mesmo tempo, trata-se de uma recusa de que experiências infantis dissidentes que poderiam romper a lógica do tempo e do progresso (Edelman, 2004). Seja na ideia de bullying (multiplicado em suas qualificações), seja na oferta de conteúdos disciplinares, as soluções indicam uma individualização dos problemas, com soluções pausterizadas e centralizadas.

9 No original: “**We will act so that every child and young person feels safe in education, and can achieve their potential.** Our survey found that our education system is not preparing LGBT young people for later life, and that homophobic, biphobic and transphobic bullying is a problem we still need to tackle. We will continue to invest in programmes that tackle homophobic, biphobic and transphobic bullying in schools, and ensure that the new subjects of Relationships Education, and Relationships and Sex Education will support pupils, whatever their developing sexual orientation or gender identity”.

Considerações finais

Este trabalho propôs problematizar as ideias de infância, adolescência e juventude no *LGBT Action Plan* do governo britânico, que teve sua primeira versão publicada em 2011 e a segunda em 2018. Como fragmento de uma pesquisa em desenvolvimento, não é um texto conclusivo, mas aponta alguns perigos do uso das categorias etárias nas políticas LGBT. Crianças, adolescentes e jovens são enquadrados em uma linearidade, com um objetivo de futuro. Se tais projetos sugerem a proteção e o enfrentamento à violência, também estabelecem um quadro específico para que esses sujeitos se encaixem. Afinal, não deixa margem para que crianças, adolescentes e jovens não queiram ser cidadãos produtivos e alcançar seus supostos potenciais: o preço da segurança é o enquadramento. É o relance de uma cidadania condicionada, em que orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas servem para manutenção de políticas de desigualdade. Cabe uma maior análise para entender se esse processo pode ser chamado categoricamente de homonacionalismo, como proposto por Puar (2007) e analisado no contexto brasileiro por Irineu (2014), ou se a regulação associada com a infância, adolescente e juventude opera de uma outra maneira. De todo modo, é relevante que os *LGBT Action Plan* foram propostos durante governos de centro-direita e direita, sob liderança *Conservative*, tomando uma posição avessa ao danoso governo Thatcher, e enfrentando o protagonismo dos governos *Labour* nessa temática (incluindo a revogação da *Section 28* e a aprovação de legislações protetivas em vigor).

Uma última nota. A liderança do governo *Conservative* foi substituída em 2019 por Boris Johnson, e sua gestão tem focado tanto no processo de negociação para a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), efetivada legalmente em 2020, e a resposta à crise da pandemia Covid-19. Nos dois temas, o governo tem jogado as pessoas mais vulneráveis embaixo do ônibus, como se diria em inglês. A população LGBT certamente é afetada pelo aumento nos crimes de ódio em geral, a restrição de mobilidade entre países, a exposição à violência doméstica/familiar durante os períodos de isolamento (*lockdowns* e quarentenas), a redução de oferta de serviços de saúde e assistência social, e a pré-disposição de agravos em saúde pelo histórico de exclusão. Mas, para além disso, o governo de

Johnson anunciou a necessidade de mais uma consulta para a reforma da *Gender Recognition Act* (2004), bloqueando o processo, ainda que tímido e limitado, que vinha em curso. O governo indicou que focará, nesse momento, na proibição de *conversion therapies*, que são chamadas no Brasil de práticas de conversão ou reorientação sexual, ou vulgarmente 'cura gay'.

Para além de uma surpresa que tal prática seja legal e permitida no Reino Unido no momento – em contraste com a proibição no Brasil desde 1999 (Cassal; Bello; Bicalho, 2019) –, é importante destacar que essa não era uma prioridade até então, e entrou repentinamente em cena, movendo o foco da despatologização de identidades transgênero para a proteção às orientações sexuais não-hegemônicas. Essa mudança de direção, que suspende as produções do governo anterior (mesmo que do mesmo partido) em um contexto de múltiplas crises, pode indicar as preferências – e privilégios – dessas políticas. Se a ideia de fazer jovens LGBT atingirem seu potencial continue a valer, talvez o governo esteja a indicar que pessoas trans precisariam de auxílio profissional (de saúde mental) para atingir esse objetivo, enquanto pessoas cis, ao contrário, estão sendo impedidas pelos mesmos profissionais. Ou, então, uma negociação para que o poder médico-psiquiátrico/psicológico continue a regular algumas vidas, escolhendo quais que podem ser expostas ao dano da patologização. Estas são algumas hipóteses que demandam maior investigação.

Agradecimentos

Agradeço às orientadoras desta pesquisa, Prof Erica Burman e Prof Jackie Stacey, da *University of Manchester*.

Referências

Britzman, D. (1995). Is there a Queer Pedagogy? Or, stop reading straight. *Educational Theory*, 45 (2), 1995, p. 151-165.

Burman, E. *Fanon, Education, Action: Child as Method*. London & New York: Routledge, 2019.

Burman, E. What discourse is not. *Philosophical Psychology*, v. 4 (3), 1991, p. 325-342 Butler, J. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

Cassal, L. C. B.; Bello, H. L.; Bicalho, P. P. G. Enfrentamento à LGBTIfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.esp)., 2019, p. 113-128.

Castañeda, C. Childhood. *TSQ*, 1 (1-2), 2014, p. 59-61. DOI: 10.1215/23289252-2399605 Duggan, L. *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

Edelman, L. *No future: queer theory and death drive*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2004.

Fanon, F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

Favero, S. R.; Machado, P. S. (2019). Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. *Revista Cultura e Ciberdocência*, 3 (1), 2019, p. 102-126.

Foucault, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

Foucault, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins fontes, 2008.

Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1987.

Foucault, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (1991). Introduction 1: Feminist and cultural studies: pasts, presents, futures. In: Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (org). *Off-centre: feminism and cultural studies*. London: Harper Collins Academic, 1991.

Gaspodini, I. B.; Jesus, J. G. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 2020, p. 33-51.

Government Equalities Office. *Advancing transgender equality: a plan for action*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/85498/transgender-action-plan.pdf. 2011b. Acessado em 21/10/2019.

Government Equalities Office. *LGBT Action Plan: improving the lives of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender People*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/721367/GEO-LGBT-Action-Plan.pdf . 2018. Acessado em 21/10/2019.

Government Equalities Office. *Working for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Equality: Moving Forward*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/85482/lgbt-action-plan.pdf. 2011a. Acessado em 21/10/2019.

Greenland, K; Nunney, R. The repeal of section 28: It ain't over 'til it's over. *Pastoral Care in Education*, v. 26, n. 4, 2008, pp. 243-251.

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14 (3), p. 575-599.

Hudson-Sharp, N.; Metcalf, H. *Inequality among lesbian, gay bisexual and transgender groups in the UK: a review of evidence*. National Institute of Economic and Social Research. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/539682/160719_REPORT_LGBT_evidence_review_NIESR_FINALPDF.pdf. 2016. Acessado em 22/10/2019.

Irineu, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neo-liberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Revista Em Pauta*, 12, 2014, p. 155-178. Lawrence, M.; Taylor, Y. The UK government LGBT Action Plan: Discourses of progress, enduring stasis, and LGBTQI+ lives 'getting better'. *Critical Social Policy*, 40 (4), 2020. DOI: 10.1177/0261018319877284.

Louro, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Lugones, M. *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*.

Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, 2003.

Parker, I. *Qualitative Psychology: Introducing Radical Research*. Berkshire: Open University Press, 2005.

Preciado, P. B. *Testo Junkie: sexo, Drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018.

Preciado, P. B. *Um apartamento em Urano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Puar, J. K. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham & London: Duke University press, 2007.

Roselló Peñaloza, M. Between Unfinished Bodies and Impossible Identities: The (Psycho)Pathologization of Transsexuality in the Psychiatric Discourse. *Quaderns de Psicologia*, 15 (1), 2013, p. 57-67.

Stacey, J. Promoting normality: section 28 and the regulation of sexuality. In: Franklin, S.; Lury, C.; Stacey, J. (org). *Off-centre: feminism and cultural studies*. London: Harper Collins Academic, 1991, pp. 284-304.

Vergueiro, V. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo, e (ab?)uso de substâncias. In: Jesus, J. G. et al. (eds.) *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

ABRAÇANDO A MUDANÇA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS HETERONORMATIVAS E BINÁRIAS ATRAVÉS DA AUTOATUALIZAÇÃO

Cássia Cristiane Lopes de Almeida

*Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos -
campus Sorocaba, ka_kristiane@hotmail.com;*

Viviane Melo de Mendonça

*Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos – campus
Sorocaba, viviane@ufscar.br*

Resumo

A pesquisa traz cenas e discursos de gênero e heteronormatividade e seus respectivos referenciais teóricos. A perspectiva metodológica é qualitativa e pautou-se nas memórias da professora-pesquisadora e também de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da educação infantil, tendo como objetivo compreender se/e quando o gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil. Observou-se que as professoras que abraçaram a mudança de suas práticas pedagógicas foram em busca de formação continuada, o que foi denominado por bell hooks (2017) de “autoatualização”. Conclui-se com a necessidade de fomento para formação continuada de docentes em gênero e sexualidade e de novas pesquisas que explorem estas questões de um ponto de vista interseccional na Educação Infantil.

Palavras-chave: Gênero, Heteronormatividade, Autoatualização, Educação Infantil.

Introdução

As pesquisas demonstram que boa parte dos cursos de formação docente ainda não oferta disciplinas obrigatórias nas graduações sobre relações de gênero, sexualidade ou educação sexual. Em alguns casos, estes assuntos são debatidos apenas nas pós-graduações ou em formato de disciplinas optativas. Professoras e professoras que atuam na educação básica devem buscar extracurricularmente cursos que envolvam as questões de gênero, dependendo dos esforços isolados dos/as docentes, ao invés de ser uma política de educação (FINCO et al., 2015).

O objetivo da pesquisa¹ era compreender se/e quando o gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil do Município de Sorocaba – SP.

Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa. Eu trouxe memórias da minha experiência de professora de Educação Infantil que denominamos de memória da professora-pesquisadora. Além dessas memórias entrevistei cinco professoras de Educação Infantil. As perguntas foram semiestruturadas e o objetivo era saber o que elas concebiam por gênero e heteronormatividade e se isso interferia ou não em suas práticas pedagógicas.

Observa-se que boa parte dos cursos de pedagogia ou licenciaturas não oferecem disciplinas obrigatórias sobre gênero e sexualidade. Apenas aparecem em cursos de especializações/pós-graduações, de acordo com Daniela Finco (2015).

Os estereótipos de gênero e heteronormatividade são naturalizados na nossa sociedade, o que interfere diretamente na educação dos infantes. Educadores/as, professoras/es e demais funcionários que atuam na Educação Infantil reproduzem essas “normas”, muitas vezes inconscientemente.

Constatou-se com essa pesquisa que as professoras que abraçaram a autoatualização, indo em busca de pós-graduações, formações continuadas, congressos, seminários etc. modificaram suas perspectivas

1 Esse artigo é o quinto capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada: *Cenas e Discursos Heteronormativos e de Gênero na Educação Infantil*. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13773>

pedagógicas. Já as professoras que desconhecem a temática, reproduzem os estereótipos de gênero e heteronormatividade.

Não podemos considerar uma prática docente para a liberdade desconhecendo as opressões de gênero, raça/etnia, classe social. Educar para as diferenças é um processo político urgente!

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é hermenêutica, (ALVES, 1991) ou seja, tem por objetivo a interpretação dos sentidos das suas palavras, do seu valor simbólico. Para Alda Alves (1991, p. 54), é “uma abordagem que parte do pressuposto que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores”.

Na pesquisa qualitativa:

Os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica, que leve em consideração os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que se exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico (ALVES, 1991, p. 55).

As pesquisas qualitativas são melhores se situadas num “continuum” e tendo muita “variedade interna” (ALVES, 1991, p.55). Por se tratar de uma pesquisa social e por saber que vivenciam o presente, apesar de serem marcadas pelo passado, destaco a provisoriedade da pesquisa social.

Trago memórias de cenas e discursos de gênero cotidianas, colhidas ao longo da minha experiência enquanto professora de Educação Infantil. Estas memórias foram anotadas em um caderno de campo e denominadas “Memórias de uma Professora-pesquisadora”. São memórias de cenas e discursos que visam controlar os corpos das crianças de acordo com os valores sociais e culturais das representações de gênero e da heteronormatividade. Afirmando que presenciei todas as cenas e discursos, os quais, algumas vezes, apenas observei, mas, em outras tantas, também intervi.

Ademais, entrevistei cinco professoras de Educação Infantil, que lecionam em creches municipais do interior de São Paulo. A entrevista foi semiestruturada e partiu das seguintes indagações: educadoras

separam filas de meninos e meninas? Ao levarem os infantes ao banheiro, deixam as crianças utilizarem o masculino e o feminino ou as separam por gênero? Os brinquedos são distribuídos à vontade ou há seleção de brinquedos para meninos e brinquedos para meninas? Há divisão de atividades por gênero? Há discursos heteronormativos? Ressalto que “as entrevistas qualitativas são geralmente muito pouco estruturadas, assemelhando-se mais a uma conversa do que a uma entrevista formal” (ALVES, 1991, p. 60).

Abrçando a mudança através da autoatualização

As pesquisas demonstram que boa parte dos cursos de formação docente ainda não ofertam disciplinas obrigatórias nas graduações sobre relações de gênero, sexualidade ou educação sexual. Em alguns casos, estes assuntos são debatidos apenas nas pós-graduações ou em formato de disciplinas optativas. Professoras e professoras que atuam na educação básica devem buscar extracurricularmente cursos que envolvam as questões de gênero, dependendo dos esforços isolados dos/as docentes, ao invés de ser uma política de educação (FINCO et al., 2015).

Compreende-se que a infância no Brasil contemporâneo é regada de normas, saberes e verdades que concebem os discursos sobre o que é ser criança “[...] historicamente herdados da Europa e que povoaram/povoam os cursos de pedagogia e colonizaram nossos pensamentos e percepções de cultura e sociedade, prescrevendo as formas de governabilidade e educação das crianças brasileiras” (FARIA et al., 2013 p. 146).

Este sistema interfere na construção de culturas infantis, principalmente quando naturalizam essas concepções/estereótipos de gênero.

O objetivo ao questionar esse sistema é desconstruir a percepção de “normalidade” do binarismo de gênero presente na educação infantil, através de uma pedagogia engajada, conceito prescrito por bell hooks² (2017). Para a autora, é possível dar aula sem reforçar

2 4 Gloria Jean Watkins (Hopkinsville, 25 de setembro de 1952), mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas), é uma autora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense. O nome “bell hooks” foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks.

os sistemas de dominação existentes, levando em consideração a expressão da/o aluna/o.

A pedagogia engajada necessariamente valoriza a expressão do aluno. [...] Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento do professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo (hooks, bell, 2017 p. 34-35).

Para bell hooks (2017), as/os alunas/os têm liberdade de escolha, uma educação que cure seu espírito, querem conhecimento significativo. Para que isso ocorra, as professoras/es precisam abraçar o desafio de autoatualização. De acordo com ela, as/os professoras/es que abraçam esse desafio da autoatualização são mais capazes de criarem práticas pedagógicas que envolvem alunos e alunas, proporcionando assim, maneiras de saber que aumentam suas capacidades de viverem “profunda e plenamente” (p.36) e isso incluir as livres expressões de gênero e sexualidade.

Resultados e discussão

A proposta da pesquisa é trabalhar de tal forma, que o sistema de dominação não seja cotidianamente reforçado, dando às crianças liberdade de escolha.

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência (bell hooks, 2017, p. 36).

Constata-se com essa pesquisa que as professoras que abraçaram a autoatualização, indo em busca de pós-graduações, formações continuadas, congressos, seminários etc., modificaram suas perspectivas pedagógicas.

A professora Rosa (entrevistada em 08/2020) contextualizou sua prática pedagógica e sua evolução profissional, que aconteceram gradualmente de acordo com sua transformação pessoal, a partir de questões sociais e humanitárias. Ela compreende que na Educação Infantil se inicia o processo de desigualdade entre os gêneros, enfatizando tanto as desigualdades de direitos, como o combate ao preconceito de raça/etnia. Entretanto, no início da sua carreira, nos anos 1980, ela tinha uma prática pedagógica que seguia rigorosamente os estereótipos de gênero e separava tanto as filas como as atividades por gênero. Foi a partir dos temas transversais que ela começou a problematizar essas questões e se iniciou o seu processo de desconstrução.

Foi através de seus valores pessoais que ela começou a ter práticas pedagógicas mais progressistas, levando essas questões de gênero e raça para as rodas de conversas, nas brincadeiras e jogos. Ela salienta que a questão de gênero ainda é um tabu na sociedade.

Hoje em dia, ela troca experiência sobre pedagogias progressistas com sua filha, que também é pedagoga. Foi a partir das conversas e leituras que Rosa começou a modificar sua prática pedagógica, que até então era binária, pois isso era e ainda é passado de professora para professora. Ela parou de separar fila de meninos e meninas, parou de confeccionar presentes e lembrancinhas em datas comemorativas, como dia dos pais, mães. Quando havia banheiro de menino ocupado e ela estava com um aluno, o levava no banheiro feminino sem separação de gênero e afirmava para o menino que era a mesma coisa, apenas banheiros. Ela relata que às vezes a criança demonstrava alguma resistência em transgredir estes estereótipos de gênero, mas ela conseguia contornar a situação.

Na entrevista da professora Dália (08/2020) ela também relata que estuda as questões de gênero há tempos, evidenciando que a desconstrução dos estereótipos de gênero também é pessoal e que não trabalha isso apenas na escola e sim em suas atitudes cotidianas. Confessa que às vezes acaba caindo nas armadilhas binárias, pois compreende que, assim como tantas/os outras/os, foi educada assim e acaba reproduzindo. Isso leva tempo e dedicação para se desconstruir.

No centro de educação infantil que Dália leciona, ela relata que nunca teve filas divididas por gênero, que as crianças possuem liberdade de escolha e brincam do que querem, como meninos de bonecas e casinhas, por exemplo. Neste centro de educação infantil,

elas trabalham com um sistema de assembleia e deliberam tudo com as crianças, ou seja, não há hierarquização dos saberes, mas liberdade de escolhas.

A professora Jasmim (entrevistada em 08/2020) fez um curso sobre gênero na rede municipal de Sorocaba, que foi oferecido por um supervisor de educação com mestrado em Educação e que trabalhou em sua dissertação com as questões de gênero. Em sua pós-graduação em Educação Infantil que Jasmim realizou, ela teve contato com o livro da autora Fernanda Roveri, o que a fez refletir também acerca destas concepções binárias de gênero. Ela viu tanto a questão da Barbie como um padrão de beleza, quanto a questão da docilidade nas meninas e agressividade nos meninos e o quanto os brinquedos influenciam nesse processo. Essas questões a levaram a repensar a infância, onde as meninas podiam brincar somente com bonecas e os meninos com vídeo game.

Hoje em dia, em sala de aula a professora dialoga com as crianças em rodas de conversa acerca das questões de gênero, além de utilizar a literatura e os brinquedos como meio de quebra de estereótipos de gênero. A sua turma tem liberdade de escolha e os meninos podem brincar de casinha, as meninas de bola etc. Ela também afirma que às vezes pede para as crianças escolherem os mesmos brinquedos que servirá para ambos gêneros.

Já a professora Hortência fica insegura ao falar de gênero. Para ela, gênero é o sexo biológico feminino ou masculino e/ou macho e fêmea. Porém, ela compreende que não se deve separar meninos e meninas por gênero, talvez sem saber exatamente o porquê. Ela compreende também que os estudos de gênero visam combater a homofobia, entre outros, mas acha que isso não é necessário ser trabalhado na Educação Infantil.

Nota-se que ela não compreende o binarismo de gênero e os malefícios que causam desde a pequena infância. Ela até cita que não saberia como conversar sobre preconceito com as crianças, que teria que estudar. Hortência também confunde com sexualidade e confessa não saber como trabalhar a temática na Educação Infantil.

Sendo assim, compreende-se que a mudança de concepção pedagógica se constrói a partir da autoatualização. Nem todas as professoras entrevistadas participaram do curso sobre gênero oferecido pelo supervisor de educação, mas todas que foram em busca de atualização através de seminários, congressos, leituras, rodas de conversas,

troca de experiências etc. estão se desconstruindo e reconstruindo suas práticas pedagógicas.

Sabe-se que é de extrema importância ouvir as crianças para recriar as questões de gênero. Até as imagens que estão nas instituições de Educação Infantil estão educando as crianças, como os desenhos de meninas e meninos na porta dos banheiros, que remetem ao feminino e masculino. As crianças estão lendo estas imagens e criando suas próprias culturas binárias. É preciso olhar para as cores também, pois estas fazem parte da nossa vida e das produções humanas. É urgente desconstruir as dualidades rosas e azuis = feminino, masculino. Essas dualidades constroem desigualdades e é preciso combater também esse conservadorismo que diz a cor que é designada para cada sexo biológico.

Lins, Beatriz *et al.* (2016) frisam que combater as hierarquias de gênero não significa apagar as diferenças, pois isso não anula as diferenças entre elas, mas garantem que se não foram combatidas, continuarão estabelecendo relações de poder, violências e injustiças.

Considerações finais

Conclui-se que não é possível considerar uma prática docente para a liberdade desconhecendo as opressões de gênero, raça/etnia, classe social. Educar para as diferenças é um processo político urgente. Ensinar as crianças que todos são diferentes, mas que não é a diferença que exclui se torna necessário, assim como ensinar o respeito à diversidade desde a pequena infância. Ao não refletir sobre essas questões, não será possível romper com essas opressões.

Referências

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo v. 77, p. 53-61, 1991.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina Elias de; SANTIAGO, Flávio; SANTOS, Solange Estanislau dos. Dossiê por uma infância descolonizada. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 31, n. 61, p.145-151, nov. 2013.

FINCO, Daniela. GOBBI, Márcia Aparecida, GOULART, Ana Lúcia de Faria. (org.). **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LINS, Beatriz Acicioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. , 1 ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

QUESTÕES DE GÊNERO E AS ADOLESCENTES DO DEGASE

Joice da Silva Brum

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. Coordenadora do curso de Serviço Social e docente do Centro Universitário Gama e Souza. Bolsista CAPES. E-mail: joicebrum@id.uff.br;

Nivia Valença Barros

Pós-Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Coimbra. Professora associada vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (NUDHESC-UFF.) Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: barros.nivia@gmail.com.

Resumo

Nas últimas décadas temos acompanhado uma crescente escalada em direção a conquista de direitos e ao enfrentamento da violação dos mesmos na área da mulher, da infância e da adolescência brasileira (de modo geral). Fato capaz de promover mudanças significativas na vida desses sujeitos, bem como de contribuir consideravelmente para a produção de dados sobre os temas. No entanto, ainda possuímos uma grande deficiência em elencar meninas como sujeitos e objeto de estudo. Quando restringimos nossas análises à realidade vivenciada pelas adolescentes inseridas no DEGASE (RJ), constatamos o mesmo. Percebemos que há um déficit nesta área, e que com frequência o reduzido material encontrado sobre o tema, é estruturado em um formato que apresenta comparações em relação ao público masculino. A questão interseccional (gênero, raça e classe) atravessa a realidade destas adolescentes de modo extremamente marcante e as peculiaridades destas trajetórias carecem de olhares atentos e diversos, que busquem problematizar o fenômeno

de modo mais aprofundado. O que enriqueceria a produção e auxiliaria no desenvolvimento de políticas públicas de apoio a estes sujeitos. Para demonstrar este quadro, realizamos uma pesquisa bibliográfica em textos pertinentes ao tema dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas, nos utilizamos de material recolhido em diários de campo desenvolvidos pelas autoras durante a participação das mesmas em um projeto de pesquisa desenvolvido no DEGASE durante os anos de 2017 e 2020, e nos baseamos no material já construído da autora principal em sua tese de doutorado que vislumbra o tema das adolescentes do DEGASE.

Palavras-chave: Socioeducação, Gênero, Adolescentes, Degase.

Introdução

Fruto da pesquisa de doutorado da autora principal, reforçado pela experiência de estudos e pesquisas de ambas as autoras na área do enfrentamento à violência infanto-juvenil nas últimas décadas, é apresentada uma discussão acerca da invisibilidade que resiste a envolver o público feminino inserido no DEGASE face às consequências por ela geradas no campo do acesso e preservação dos seus direitos. Sobre o qual, é depositado um olhar mais aprofundado junto à questão de gênero.

Temos acompanhado nas últimas décadas ganhos consideráveis para a análise da realidade e para a construção de ferramentas destinadas ao enfrentamento da violação de direitos de crianças e de adolescentes em todo o mundo. No entanto, ainda possuímos um déficit considerável em elencar meninas como sujeitos e objeto de estudo.

Dentro do contexto da socioeducação, o quadro acompanha a situação de invisibilidade que perdura a envolver público infanto-juvenil feminino. Com frequência o reduzido material encontrado sobre o tema, é estruturado em um formato que apresenta comparações em relação ao público masculino.

A questão de gênero é marcante quando refletimos sobre o tema, uma vez que ainda soa estranho no âmbito da moralidade pública que adolescentes do sexo feminino tenham comportamentos “reprováveis” e conflituosos que as conduzam a enfrentar medidas de socieducação, já que historicamente dentro de nossa sociedade de cunho patriarcal, são sociabilizadas através das relações de poder, a desempenhar um papel voltado ao cuidado e a obediência.

Ao analisarmos a questão de forma mais ampliada, pensando os vários marcadores sociais estruturantes que interagem entre si e repercutem sobre suas vidas, potencializando quadros de violações de direitos, opressão e invisibilidade de modo multidimensional, é possível, através de uma perspectiva interseccional, apreendermos que a negação de direitos fundamentais é marcante e ativa nas vidas dessas adolescentes.

Metodologia

O presente trabalho foi elaborado a partir de uma articulação envolvendo a experiência acumulada pelas autoras em suas trajetórias

acadêmicas de pesquisa na área da infância e da adolescência, em conjunto a uma pesquisa bibliográfica em textos pertinentes ao tema dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas e ao material recolhido ao longo da participação de ambas as autoras no projeto de pesquisa intitulado “Famílias no DEGASE - Famílias dos adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo nos diferentes territórios das Unidades do DEGASE” desenvolvido entre o segundo semestre de 2017 e julho de 2020 e registrado em seus diários de campo. O respectivo projeto é fruto de parceria estabelecida entre o DEGASE, o Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania da Universidade Federal Fluminense e o Centro Universitário Gama e Souza (UNIGAMA).

Referencial teórico

Os temas da infância e da adolescência conflituosa, de certo modo, estiveram presente ao longo da história de nosso país. Sujeitos com capacidade de “incomodar” e gerar prejuízo à ordem prefixada, despertam interesse e mobilização social a décadas. A caminhada foi longa até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e sua Doutrina de Proteção Integral que elenca adolescentes como sujeitos portadores de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, tratando-os de modo universal e deixando para trás, as legislações anteriores focadas em atender apenas o público infanto-juvenil em situação de abandono e/ou em conflito com a lei através de medidas preconceituosas, repressivas e assistencialistas.

A universalidade imposta pelo ECA, por lei, garante os direitos de crianças e adolescentes de modo ampliado, atendendo todos os sujeitos incluídos na faixa etária coberta (até 18 anos de idade), independente de classe social, situação econômica, cor, raça/etnia, sexo biológico ou orientação sexual.

O ECA incube ainda, em seu art. 4º, a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público, o dever de assegurar direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Porém, no tocante a questão de gênero, o ECA deixa a desejar. Segundo Vieira (2012, p.12), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo “destina mais espaço ao tratamento das questões de diversidade e diretrizes contra a discriminação do que o Estatuto” da Criança e do Adolescente.

Para fins de entendimento, quando tratamos de adolescentes em privação de liberdade, as consideramos tal qual o art. 2º da Lei nº

8.069, de 13 de julho de 1990, como sendo “a pessoa com identidade de gênero feminina, ou do sexo feminino, que tenha entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, e excepcionalmente 21 (vinte e um) anos [...] que estejam inseridas em Programas de Privação de Liberdade” (BRASIL, 2019, p.7).

No âmbito da pesquisa, a adolescência feminina em situação de privação de liberdade ainda apresenta pouca produção a seu respeito, face às produções sobre o público masculino. Sendo este, um dos fatores que contribuem para invisibilidade do assunto.

Essa realidade pode favorecer a inobservância das singularidades presentes nas histórias do envolvimento das “meninas” nos atos infracionais. Por consequência, os dados coletados junto aos adolescentes do sexo masculino, se generalizados, podem mascarar ou masculinizar esse complexo fenômeno social (ARANZEDO, 2015. p.266)

Para Aranzedo (2015, p. 266) ao se tratar de investigações que tem como foco a adolescência em conflito com a lei, grande parte se propõe a estudar o mundo masculino “visto que eles representam o maior contingente populacional desse segmento”. O rompimento de papéis socialmente delegados ao masculino e feminino e consequentemente a inserção em um ambiente desenhado para abarcar o primeiro, ressalta a imbricação da questão de gênero neste cenário, quais junto a outros marcadores sociais (como cor/etnia, dentre outros) incidem de modo a impactar a trajetória feminina e produzir particularidades distintas, porém, ainda pouco desbravadas em profundidade.

Neste cenário, podemos perceber que as adolescentes são duplamente afetadas, no âmbito da responsabilização dos atos cometidos e na esfera social uma vez que rompem com o padrão de conduta estipulado socialmente e esperado do feminino.

O CMDCA-RIO (2021, s/p) em suas pesquisas reafirma a importância da discussão de gênero no âmbito institucional, pois acredita que quando as instituições levantam barreiras entre o público masculino e feminino, as desigualdades que historicamente são impostas às meninas, são aprofundadas. Sendo “portanto, fundamental o combate à desigualdade de gênero ainda na infância e adolescência para garantir que meninas e meninos tenham oportunidades iguais em termos educacionais e profissionais” (CMDCA-RIO, 2021, s/p).

É válido destacar que a educação não é apenas um direito garantido em lei (art.124 do ECA), assim como o acesso “à saúde, à alimentação, [...] ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (art.4 do ECA), estes são elementos imprescindíveis à promoção de qualidade de vida e ao exercício do aprofundamento da conscientização e alteridade das adolescentes frente os atos infracionais cometidos.

No ano de 2017 as adolescentes representavam 4% (1.046) dos sujeitos em atendimento socioeducativo (CMDCA, 2021, s/p). Número que se apresenta em crescimento, logo, são essenciais ações que busquem superar as desigualdades de gênero e assegurar igualmente, dentro e fora do cumprimento das medidas de privação de liberdade, direitos fundamentais que promovam a contestação da estrutura patriarcal-racista que dificulta a visibilidade da temática.

Resultados e discussão

Nossa imersão no campo da temática apresentada em conjunto com a pesquisa bibliográfica realizada, nos permite apontar que a trajetória de vida das adolescentes foco do nosso trabalho é atravessada pela violência estrutural, que interfere, ainda nos dias de hoje, silenciosamente nas formas de organização e relações sociais, de modo naturalizado e perpetuado, configurando um dispositivo de controle social e negando as “possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (SANTOS, 2002, p. 119). Para Minayo (2001), tal naturalização e face da violência tende a incidir sobre a vida de crianças e adolescentes, se reproduzindo por meio de “instrumentos institucionais, relacionais e culturais” e impactando o seu crescimento e desenvolvimento.

Nesta perspectiva, crianças e adolescentes, sobretudo as meninas, vão experimentar as facetas da violência estrutural e das relações de poder estabelecidas de maneira mais acentuada, pois estes sujeitos são mais suscetíveis as “falhas” nos espaços de convivência e sociabilidade mediante sua situação de dependência e discernimento comprometido em virtude de sua fase de desenvolvimento.

A herança da formação sóciohistórica do nosso país, pressupõe a divisão sexual e social do trabalho, estabelecendo uma relação desigual e assimétrica entre homens e mulheres, taxando o público

feminino com um caráter inferior. Neste cenário de poder e privilégios masculinos naturalizados, as peculiaridades que envolvem o desenvolvimento do público infantil feminino, seguem tão invisibilizadas, como a própria questão feminina adulta que permanece ainda na contemporaneidade em busca de um maior reconhecimento.

A realidade das adolescentes em situação de socieducação também é atravessada por uma multiplicidade de marcadores sociais estruturantes interacionais com repercussão direta sobre suas vidas, tal como gênero, classe, raça e pela questão geracional que contribuem para a negação de seus direitos. Assim, percebemos com nosso estudo que muitas das adolescentes só possuem acesso a serviços básicos como saúde, lazer e educação considerados de qualidade quando se encontram institucionalizadas em situação de cumprimento de medidas socioeducativas. Nestas condições, por exemplo, elas passam a ter horários pré-estabelecidos para aulas, a frequentarem regularmente a instituição de educação e a terem contato com atividades lúdicas, de esportes e outras voltadas ao desenvolvimento de suas habilidades, como oficinas de leitura e de robótica.

Isso ocorre porque as instalações que comportam o público feminino em situação de privação de liberdade residente no estado do Rio de Janeiro, tem, na medida do possível, buscado ofertar os serviços fundamentais descritos nas legislações pertinentes ao tema.

Para além disso, a qualidade dos serviços prestados pelo Centro de Socioeducação Professor Antonio Carlos Gomes da Costa (Unidade destinada ao público feminino do DEGASE) é diretamente influenciado pelo tamanho do espaço e pelo número do público que demanda seus serviços, dado que a instituição recebe e comporta um quantitativo menor de adolescentes que as instalações voltadas ao público masculino, logo, possui uma maior capacidade de atendimento às demandas recorrentes com qualidade.

Considerações finais

Através dos dados levantados em conjunto a discussão travada, podemos indicar que há necessidade de um número maior de estudos na área da adolescência feminina infratora, com o intuito de ofertar maior visibilidade a questão.

É importante que os dispositivos de socioeducação estejam em permanente reflexão de modo a se manterem atentos às mudanças da

sociedade, do perfil diferenciado de sua demanda e das necessidades e interesses das adolescentes. Bem como é interessante que os profissionais que atuam neste contexto, sigam capacitados em relação a compreensão do fenômeno e busquem se alinhar com os critérios de tratamento e cuidado impostos pela legislação vigente. Colaborando assim, para a promoção da equidade de gênero e o combate às violações de direitos, elencando as adolescentes como cidadãs.

Reconhecemos também que é papel da sociedade civil cobrar e do Estado ofertar, quando possível, condições para que as adolescentes tenham a possibilidade de tecerem suas escolhas sob um leque maior de oportunidades, e talvez, assim optem por uma direção diferente da infração juvenil.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) pela parceria que propiciou a confecção do presente trabalho, bem com à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio.

Referências

ARANZEDO, Alexandre Cardoso. “Meninas”: os conflitos com a lei e as representações das medidas socioeducativas. **Revista Psicologia e Saber Social**, 4(2), 265-276, 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República Casa Civil, 1990.

BRASIL. RECOMENDAÇÃO MNPCT - Diretrizes para atendimento às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 2019.

CMDCA. Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente. CMDCA-Rio assina nota de apoio à absoluta prioridade

das adolescentes no Sistema Socioeducativo. In: **CMDCA-RIO**, 2021. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/noticia.php?id=889>. Acesso em: 07/02/2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, n. 14/15, p. 231-239. São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, Aug. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/01/2021.

PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria geral do direito e marxismo. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

SANTOS, J.V.T. **A violência na escola, uma questão social global**. In: Violencia, sociedad justicia en América Latina. Roberto Briceño-León. CLACSO. 2002. ISBN: 950-9231-81-9. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109035918/5dossantos.pdf>>. Acesso em 10/01/2021.

VIEIRA, L.S. Gênero e atendimento socioeducativo em questão: o caso das adolescentes em Liberdade Assistida em São Paulo. In: VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito. **VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito**, São Paulo, 2019.

DIÁLOGOS DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Noeli Aparecida Fernandes

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, noeli.fernandes@
unifesp.br*

Daniela Finco

*Professora associada do Departamento de Educação da Universidade
Federal de São Paulo – UNIFESP, dfinco@unifesp.br*

Resumo

Este trabalho aborda as questões de gênero presentes nas relações entre a instituição de Educação Infantil e as famílias. Apresenta a análise de documentos e resultados de entrevistas semiestruturadas com docentes e famílias, procurando compreender suas motivações, atitudes, valores e crenças. Tem como referencial teórico Estudos de Gênero e da Sociologia da Infância, que problematizam como as desigualdades sociais em relação às questões de gênero começam desde idades precoces, no ambiente familiar, refletindo-se em seus percursos de vida e nas instituições educacionais. Os resultados revelam que os conflitos de gênero podem ser vistos como potencializadores de reflexões e diálogos coletivos, essenciais para a construção de novas formas de pensamento. Apontam para o desafio da abordagem de gênero e sexualidade na Educação Infantil de forma mais aberta e dialógica, com vistas a uma educação para a cidadania da infância, a fim de promover uma atitude mais crítica em relação aos seus direitos.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação Infantil, Famílias.

Introdução

Este trabalho aborda a importância da parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, fundamental para a desconstrução de estereótipos na educação compartilhada da criança, para o rompimento com as desigualdades e com o poder dominante, presentes em nossa sociedade sexista e hierarquizada. As possibilidades de discussão sobre as relações de gênero, junto às famílias, trarão subsídios para repensar as práticas educativas sobre as questões de gênero. O desafio está em compreender como as questões de gênero estão presentes nas relações entre instituição de Educação Infantil e as famílias, investigando como se dá a participação das famílias nestas discussões; além de analisar como os documentos oficiais favorecem a parceria instituição de Educação Infantil - família. Desse modo, este trabalho apresenta alguns dados de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca investigar como as questões de gênero estão presentes nas relações entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, enfatizando a importância do diálogo.

As desigualdades sociais, com relação às questões de gênero começam por se verificar desde idades precoces, no seio da família, sendo reforçadas pelo contexto sociocultural, refletindo-se nos percursos de vida e na instituição educacional (CARDONA, 2015). As instituições de Educação Infantil, assim, são importantes espaços de socialização das crianças, inclusive para a construção da identidade de gênero, podendo promover, junto às mesmas, uma atitude mais crítica em relação aos seus direitos e às suas ideias sobre gênero e cidadania.

Diante das contradições existentes sobre como as questões de gênero são vistas, as posturas impostas pela sociedade a partir da ideologia da família, imposição da sociedade sexista, patriarcal, sobre como meninas e meninos devem agir e ser, do que devem gostar ou não, naturalizando as formas de ser, a partir do biológico, se apresentam mais como determinações sociais, do que posturas das famílias, ao lhes serem impostos certos olhares sobre essas questões.

A discussão das relações de gênero na Educação Infantil pode representar a possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade. Considerando que a forma como meninos e meninas estão sendo educados/as pode

contribuir para se tornarem mais completos e/ou para limitar suas iniciativas e suas aspirações (FINCO, 2010). Cabe à Educação Infantil, garantir às crianças, através de práticas cotidianas, de discussões e reflexões, envolvendo equipes educacionais e famílias, que sejam meninas e meninos a partir de diversas possibilidades, estimulando a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de comportamentos mais compatíveis com a diversidade e com a democracia.

Trazemos algumas questões relacionadas à análise dos documentos e os resultados de entrevistas semiestruturadas com docentes e famílias, procurando compreender suas motivações, atitudes, valores e crenças, a fim de que se possa pensar em outras posturas para a abordagem das questões de gênero, que não as da culpabilização e para além dos silêncios, com vistas à centralidade do olhar e das manifestações das crianças, com suas necessidades, anseios e desejos.

Metodologia

A pesquisa qualitativa, a qual trabalha com dados subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos, hábitos (LAKATOS e MARCONI, 1993), foi desenvolvida em uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI de São Paulo. Os dados coletados e analisados, nos apresentaram pistas sobre como a instituição de Educação Infantil busca abordar e encaminhar as questões de gênero junto às famílias a partir de suas expectativas, necessidades e anseios; tem como instrumentos metodológicos análise documental e entrevistas semiestruturadas, envolvendo profissionais docentes e familiares das crianças, a partir de roteiros elaborados previamente, sobre os desafios do trabalho educativo compartilhado, envolvendo a questão de gênero na infância, revelando como as crianças vivenciam os reflexos desses diálogos ou da falta deles. Neste processo foram entrevistadas 8 professoras e 5 pessoas membros de diferentes famílias.

Referencial teórico

Os referenciais teóricos deste trabalho se pautam nos Estudos da Pedagogia e da Sociologia da Infância, a partir de teóricas como Natalia Fernandes Soares (2005) que aponta para a construção de uma cidadania da infância e focam nas crianças como produtoras de culturas infantis; e nos Estudos de Gênero, a partir de teóricas como

Daniela Finco (2010), Constantina Xavier Filha (2015) e Maria João Cardona (2015), que problematizam como as desigualdades sociais em relação às questões de gênero começam desde idades precoces na família, refletindo-se em seus percursos de vida e nas instituições educacionais.

Tem também como referência o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016), que busca fortalecer a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, e permite, no processo de desenvolvimento da avaliação participativa, possibilidades para aprofundar o debate sobre a desigualdades de gênero, presentes no processo educativo. O documento apresenta uma concepção ampla de qualidade (BONDIOLI, 2004), que se traduz em suas 9 (nove) Dimensões, destacando que a qualidade é construída através de trocas de saberes e do confronto construtivos dos diferentes pontos de vista dos envolvidos no processo educativo, com vistas a examinar e transformar para melhorar a realidade.

As proposições do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) apresentam importantes elementos para refletir sobre como as questões de gênero estão presentes no diálogo entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, sobre o quanto as famílias estão inseridas e como se dá a sua participação nessas discussões, junto ao cotidiano da instituição de Educação Infantil. Entendemos que o diálogo entre a instituição de Educação Infantil, as famílias e as crianças pode ser um importante elemento para a desconstrução de estereótipos de gênero presentes na Educação Infantil, em creches e pré-escolas, contribuindo para o rompimento com as desigualdades existentes em nossa sociedade.

O fortalecimento do diálogo e da parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, pode possibilitar a troca entre os diferentes olhares e saberes desses atores que compõem o cenário educacional, para que, a partir do entendimento e do reconhecimento mútuos, ambos ao ouvirem um ao outro, compreendam melhor as razões e os motivos que levam cada um a fazer determinadas escolhas (DAHLBERG, MOSS e PENCE, 2003).

Ao analisarmos o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana percebemos sua importância para o debate, que dá ênfase à participação dos diversos segmentos na Autoavaliação Institucional Participativa. Afinal não há qualidade sem participação; a qualidade é reflexão sobre a prática, sobre contextos,

hábitos, usos, sobre as tradições de um programa educativo para examinar seus significados em relação aos propósitos e aos fins; a qualidade tem uma natureza contextual, processual e transformadora.

Quando os Indicadores apresentam em suas dimensões proposições de gênero para que se reflita sobre a qualidade, constituem uma solicitação para que se repense o existente à luz de princípios educativos que, uma vez aceitos, podem esboçar soluções novas e mais adequadas; trata-se de um compromisso compartilhado, por todos aqueles que são chamados a realizá-lo, pelos envolvidos neste e com este processo, numa responsabilidade compartilhada.

A construção de significados sobre o trabalho pedagógico e seu valor estão sempre sujeitos a diferentes interpretações, apresentando a qualidade como um conceito relativo, baseado em valores, uma vez que a criação de significado é uma questão de construir e aprofundar o entendimento do trabalho pedagógico em uma instituição infantil – tornando significativo o que está acontecendo (MOSS, 2008), envolvendo diferentes grupos, crianças, famílias e profissionais, com suas distintas concepções, oferecendo oportunidades para que possam compartilhar, discutir, entender valores e ideias, trocar olhares e experiências, o que, por vezes, gera divergências, indicando, portanto, um processo dinâmico e contínuo proveniente de diferentes realidades e modos de vida, aos quais pertencem os/as envolvidos/as neste processo, ou seja, proveniente do diálogo e da reflexão entre culturas, cujos olhares se cruzam.

Resultados e discussão

Os resultados parciais da pesquisa nos revelam como são vistas e tratadas as relações de gênero na Educação Infantil, na parceria entre instituição de Educação Infantil e famílias, como se entrecruzam, a partir de seus diferentes olhares e culturas, as culturas infantis, familiares e escolares (BARBOSA, 2007). Buscamos compreender como se estabelece o diálogo e apreender os modos pelos quais as/os profissionais docentes, as crianças e suas famílias construíram parceria para a abordagem das questões de gênero, no cotidiano da instituição de Educação Infantil, com seus consensos, conflitos e desafios advindos das diferentes relações de poder, sem deixar de considerar que: a promoção da igualdade de gênero um elemento fundamental na educação para a cidadania e na construção de uma verdadeira

democracia. Afinal, lidar com as diferenças sem transformá-las em desigualdades é um dos grandes desafios da atualidade. (CARDONA, 2015).

Os dados apontam para um emaranhado de posições, relações, estratégias, envolvendo diferentes concepções que permeiam as práticas educativas cotidianas, diante da diversidade das culturas e dos olhares das famílias, das crianças e das/dos profissionais docentes que se entrecruzam na construção das diferenças. Apontam que o diálogo entre a família e a instituição de Educação Infantil é essencial para a construção de novas formas de pensamento, que não as da culpabilização, rompendo com silêncios existentes.

A coexistência de diferentes sujeitos e construções culturais no interior da escola nos faz pensar sobre os processos de interação que se dão nesse contexto de relações sociais, para pensarmos sobre a diversidade de gênero na escola, a partir de uma perspectiva relacional, partindo das discussões não somente de gênero e sexualidade, mas também de cultura e interculturalidade, problematizando as essencializações identitárias (BORTOLINI, 2011).

A dificuldade de desenvolver as discussões que abordem as questões de gênero na Educação Infantil, evidenciam como as práticas educativas parentais interferem na construção da identidade de gênero na infância, e na relação família-escola. Assim, percebe-se que as situações conflitivas relacionadas às questões de gênero que adentram o cotidiano da escola, são perpassadas pelo receio de abordar tais questões. Gênero e sexualidade, se confundem e se colocam numa linha tênue entre o permitido e o proibido para cada sexo, para o feminino e para o masculino, dentro da heteronormatividade.

Se por um lado nos deparamos com a presença de um discurso conservador para “proteger” as crianças, reforçando as desigualdades etárias e de gênero, por outro, pudemos identificar outras formas de pensar a construção da identidade de gênero na Educação Infantil, onde crianças e adultos, professoras e familiares, constroem alternativas para a desconstrução dos preconceitos e discriminações de gênero na infância, mostrando abertura aos múltiplos posicionamentos, à outras maneiras de ser meninas e meninos, mulheres e homens. A educação para a(s) sexualidade(s), pode ser desenvolvida a partir do diálogo franco e aberto entre a instituição de Educação Infantil, crianças e suas famílias, compreendendo-se que os discursos são sempre construções culturais, que devem ser questionados, problematizados,

revistos e desconstruídos, rompendo-se com possibilidades únicas, a fim de que se busque aprender junto com as crianças e famílias (XAVIER FILHA, 2009).

Esses conflitos podem ser vistos como essenciais ao desenvolvimento e à aprendizagem, representando desafios que conferindo ao ser humano, novas formas de pensamento, de interação social e emoção, iriam direcionar-se tanto para a construção do sujeito, como para a construção do mundo exterior. Cardona (2015) nos coloca a importância de que junto às propostas pedagógicas que enfatizem as questões de gênero, situações surgidas do cotidiano também sejam trabalhadas em forma de questionamentos e reflexões com as crianças, pelas educadoras, na perspectiva de que a abordagem de gênero se faça a partir de uma educação para a cidadania.

Considerações finais

Estudar as relações de gênero na prática cotidiana da Educação Infantil, como se dá o diálogo e a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias e como estas se inserem nessas discussões, contribuiu para que as crianças possam ser vistas como seres autônomos, críticos, criativos e potentes, dando ênfase à criança cidadã – sujeito de direitos e a novas maneiras de ver a instituição familiar, com valorização e respeito às diferenças e aos diferentes olhares que estas trazem.

A parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias pode ser um importante elemento para problematizar as desigualdades de gênero, presentes no processo educativo, porém ainda silenciadas, a partir de reflexões e diálogos coletivos, essenciais para a construção de novas formas de pensamento, que não as da culpabilização, com vistas a uma educação para a cidadania da infância, a fim de promover uma atitude mais crítica em relação aos direitos de meninas e meninos (SOARES, 2005). Assumir o debate sobre tais desigualdades de gênero, significa problematizar seus reflexos na vida das crianças, de suas famílias e da escola.

Diante da multiplicidade de culturas, de olhares que se entrecruzam, é preciso que cuidemos das interações vivenciadas pelas crianças, entre elas e delas com os adultos, na Educação Infantil, para que estas se façam livres de preconceitos e discriminações. As relações entre as próprias crianças e entre as crianças e os adultos são

potencializadas, fazendo-se, diante disso, necessário que se pense de forma cuidadosa sobre as interações, vivenciadas pelas crianças, pois todos os dias diversas situações informam às crianças seus pertencimentos a partir de seus corpos, como raça, identidade, gênero. (COUTINHO, 2017). Talvez, o mais desafiador disso seja pensar como as crianças são acolhidas e como suas características são reafirmadas de modo positivo na construção de suas identidades, pois as relações de preconceitos e discriminações estão presentes nesse cotidiano.

Levar a criança à centralidade da ação educativa significa vê-la e ouvi-la a partir de todas as suas potencialidades, de todas as suas linguagens, pois se por um lado elas sofrem pressões para que sigam os padrões que lhes são impostos dentro da lógica heteronormativa, ora pela família, ora pela instituição de Educação Infantil, estabelecendo-se o que cabe às meninas e o que cabe aos meninos, por outro lado, as crianças inovam com formas de ser subversivas e originais, desorganizam a lógica binária institucional, ressignificando suas vivências de gênero (FINCO, 2010).

Os conflitos de gênero permitem maior participação dos/as envolvidos/as no processo educacional e são potencializadores dos diálogos, permitindo trocas de saberes entre as diferentes culturas, favorecendo um olhar mais crítico em relação aos direitos das crianças. É preciso romper com as posturas hierarquizantes, no sentido de que famílias e instituição educacional componham, juntas, o currículo educacional, partilhando experiências, e que os discursos das famílias sejam como diálogos entre pontos de vista (SARTI, 2008).

O momento em que vivemos pede que se fale de gênero, se aborde a questão de forma aprofundada, uma vez que as desigualdades e as violências de gênero se evidenciam de forma exacerbada. Somente com o posicionamento diante da discussão de gênero e de suas hierarquias, poderemos desnaturalizar as opressões que se perpetuam (BONFANTI e GOMES, 2018). Estamos sob a égide de uma sociedade estruturada em bases patriarcais, sexista e machista; romper com tais posturas e proposições, significa colocar-se em estado de alerta, significa abrir espaços coletivos e caminhos com provocações para falar sobre tais questões, tão silenciadas; significa permitir que diferentes olhares se façam presentes nessas discussões, incluindo o das crianças, meninas e meninos, para que possam ser elas mesmas, possam se expressar, possam se reinventar e ser felizes.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares: as Socializações e a Escolarização no Entretecer Destas Culturas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p.1059-1083, out/2007.

BONDIOLI, Anna. (Org.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas: Autores Associados, 2004.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Periódicus*, v. 1, n. 9, p. 105-121, mai-out, 2018.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. *Revista Espaço acadêmico*, Dossiê Homofobia, sexualidade e direito, n 123, Agosto 2011, p. 27-37.

CARDONA, Maria João. Trabalhar as questões de gênero numa perspectiva de educação para a cidadania no jardim-de-infância e na escola. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação*. Instituto Politécnico de Portalegre, número 36, outubro de 2015.

COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. Os bebês no cotidiano da creche: ação social, corpo e experiência. *Em aberto*. Brasília. v.30, nº 100, p. 105-114, set/dez/2017.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FINCO, Daniela. *Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero*. Tese de Doutorado, São Paulo, SP: USP, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: Machado, M.L. (Org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, p.17-25, 2008.

SÃO PAULO. *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2016.

SARTI, Cynthia. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria A. F. *Família Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora, p.21-36, 4ª edição, 2008.

SOARES, Natália Fernandes. Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Proteção e da Participação. In *Revista Zero a Seis*, Florianópolis, v. 7, n. 12, 2005.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e Identidade de Gênero na Infância. *Rev. Diversidade e Educação*, v.3, n.6, p. 14-21, jul./dez. 2015.

DIREITOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOB CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Mirley Jordana Fernandes da Silva

Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mirleyjordanaaa@gmail.com;

Tibério Lima Oliveira

Doutorando pelo Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UNB, tiberio_berin@hotmail.com;

Resumo

O Brasil tem passado por uma forte onda neoconservadora, o neoliberalismo em curso, tem impactado nos direitos relativos à diversidade, isso tem afetado as vidas das pessoas que vivem com Transtorno de Espectro Autista. O presente trabalho se deu em uma Unidade de Educação Infantil, no município de Mossoró-RN, no ano de 2019. O nosso objetivo consiste em analisar o acesso de crianças sob o Transtorno do Espectro Autista nessa instituição, a partir da sua matrícula à permanência. Como método, utilizamos o materialismo histórico-dialético, sendo a pesquisa de cunho qualitativo. Para alcançar nossos objetivos, utilizamos a pesquisa de campo. Realizamos 3 (três) entrevistas semiestruturadas com 3 (três) mães de crianças sob o espectro autista da Unidade de Educação Infantil e 1 (uma) profissional da direção da unidade. Destacaremos a relação do preconceito e do amplo processo de desigualdades sociais contra essas crianças, tendo em vista que o processo de patologização da criança “normal” e “anormal” por vezes conferido pela sociedade, acarreta sérios riscos para a inserção da criança no âmbito escolar, bem como a sua permanência. Outrossim, apreendemos que o processo de precarização do Estado reflete na forma do acesso

de crianças sob o TEA, metamorfoseando-se na alta demanda para a obtenção da matrícula, ao passo em que a estrutura da instituição é insuficiente para atender as particularidades desses sujeitos de direitos. Em contrapartida, o sentimento de acolhimento nas mães por partes das profissionais da instituição é evidenciado nos relatos. Assim, afere-se que o contexto atual impacta efetivamente na vida dessas crianças.

Palavras-chave: Direitos. Transtorno do Espectro Autista. Educação.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo discutir o acesso aos direitos das crianças sob o Transtorno do Espectro Autista, com foco na matrícula e permanência na Unidade de Educação Infantil, localizada em Mossoró-RN, no ano de 2019. Desse modo, analisaremos a prevalência da garantia ou violação dos direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista na referida instituição. Outrossim, trataremos uma breve discussão sobre os desafios e condições de acesso das crianças sob o Espectro, articulando com as falas das mães entrevistadas durante o processo de pesquisa. Abordaremos também acerca dos seus direitos conquistados, a partir da Lei 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Outrossim, discutiremos sobre desafios postos na atualidade para assegurar o direito dessas crianças, no acesso à educação pública e de qualidade.

Destaco a relevância social do debate por discutir uma temática pouco abordada na sociedade, como forma de visibilizar o TEA onde pouco se fala/ouve sobre. Outrossim, por ser a primeira monografia que discute o Espectro num bairro periférico da cidade de Mossoró, como forma de dar visibilidade às crianças com TEA. Além disso, trazemos ao longo do trabalho a discussão elencada à pesquisa de campo realizada em uma determinada Unidade de Educação Infantil do município. Para a comunidade acadêmica, salientamos a possível aplicabilidade dos conteúdos nos espaços mais diversos com profissionais do Serviço Social bem como com a sociedade.

O mínimo debate entorno da nossa profissão – inclusive, ao longo da graduação –, denota a relevância científica e acadêmica do nosso trabalho para o Serviço Social. Tendo em vista que atuamos no processo de viabilizar direitos, é necessário refletirmos e, posteriormente intervirmos na realidade de sujeitos que são invisibilizados numa sociedade que preza pela desigualdade. Além disso, a possível inserção de assistentes sociais na rede de educação pública (a partir da Lei 13.935/2019) no município de Mossoró/RN, ampliando assim o leque de discussões sobre inclusão, garantia ou negação dos direitos das crianças com deficiência, e estudantes da rede de ensino público em geral.

Desta maneira, fizemos uma revisão bibliográfica das categorias estudadas, subsidiadas em autores como Gomes (2011) para a categoria de Transtorno do Espectro Autista; Freire (1997) para a categoria de educação. Traremos também legislações brasileira que versam sobre os direitos sociais, em especial a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/12).

Discutiremos brevemente o que é o Transtorno do Espectro Autista e o direito das crianças ao acesso a escola, baseado na Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Outrossim, o acesso e permanência das crianças com TEA na Unidade de Educação Infantil em Mossoró, a partir do diálogo com as mães entrevistadas. O motivo que as mães trouxeram a criança para matricular na instituição, opinião das mães sobre a unidade, desafios para a permanência das crianças, são marcadores sociais que trouxemos para discutir na presente pesquisa.

Enfim, concluímos o nosso trabalho com o tópico de Considerações Finais, elencando a nossa discussão aos resultados obtidos na pesquisa. Compreendemos que a nossa sociedade supervaloriza o sistema privado de ensino em detrimento do sistema público, em decorrência da própria contradição do modo de produção capitalista. Um avanço significativo que percebemos no decorrer da pesquisa ao analisar o relato das mães, é que escolas e creches privadas do município de Mossoró-RN não abarcam a demanda de crianças sob o Transtorno do Espectro Autista, diferentemente do sistema público de ensino da cidade, que atende e acolhe essas crianças. Por isso, ressaltamos a importância do ensino público, 100% estatal e de qualidade, garantindo o acesso e permanência de todas as crianças.

Metodologia

Para alcançar nossos objetivos, empregamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Na pesquisa documental, analisamos a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), entendendo a necessidade da discussão para relacionarmos se está sendo materializada ou não no espaço socioinstitucional ao qual escolhemos.

Na pesquisa de campo, realizamos 3 (três) entrevistas semiestruturadas com 3 (três) respectivas mães de crianças com diagnóstico

de TEA da Unidade de Educação Infantil, bem como com 1 (uma) profissional da direção da unidade. Destarte, o interesse em pesquisar na referida instituição deu-se em razão de ser localizada em nosso bairro, facilitando a nossa locomoção até a instituição.

Como método, utilizamos o materialismo histórico-dialético pois este nos permite descortinar o Transtorno do Espectro Autista, permeado nas contradições existentes no âmbito da sociedade capitalista, que perpassam as fases da infância no processo educativo, esse método permitiu compreender as contradições e as principais determinações sociais sobre o fenômeno estudado. Além disso, fazer o processo de mediação dessa análise a partir da articulação entre as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, são necessário para compreender essa a partir da perspectiva da totalidade.

Destarte, é preciso compreender os fenômenos rompendo com a aparência natural que nos apresenta no cotidiano e ultrapassar o puro imediatismo num processo de mediação dialética, que permite a ligação entre as particularidades (processo de mediação) em sua totalidade (PONTES, 1999). Portanto, este método é relevante para compreendermos o Transtorno do Espectro Autista, a infância e a educação como partes interligadas no conjunto de uma totalidade permeada por diversas determinações e relações. Desse modo, entendemos a importância da pesquisa qualitativa por atender as nossas perspectivas, principalmente por permitir a interlocução com os sujeitos, à subjetividade e a busca pelos sentidos.

Como instrumento de coleta de dados, elaboramos 2 (dois) modelos de roteiros de entrevista para as mães e para a direção da unidade. Os áudios foram registrados por meio do gravador em um *smartphone* sob autorização das respectivas participantes da pesquisa, explícito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Termo de Autorização para Uso de Áudio.

Resultados e discussão

Quando pensamos em discutir os aspectos centrais do acesso a educação pública voltadas a crianças vivendo com TEA, primeiramente queremos enfatizar sobre o direito a diferença e especialmente a valorização da diversidade humana. O Brasil tem vivido uma onda valassaladora neoconservadora que rebate diretamente na vida das pessoas que fogem as normas do que é estabelecido como normal.

O contexto de crise estrutural do capital tem imposto diversos limites para o reconhecimento da diversidade humana. Vivemos a lógica do consumismo, da sociedade do espetáculo, da negação de direitos sociais, isso rebate diretamente numa educação inclusiva que nega a diferença:

De acordo com Gomes, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é “[...] caracterizado por prejuízos qualitativos na interação social e na comunicação, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades [...]” (2011, p. 22). Desse modo, desvelar o TEA no aspecto físico da criança, principalmente nos primeiros meses de vida se torna quase impossível, tendo em vista que o espectro é percebido pela sua singularidade, estando presente nas formas em que esta interage socialmente e se comunica.

Evidentemente, existem algumas maneiras para conceber o diagnóstico de TEA, tendo em vista a diversidade de comportamentos e expressões, diferenciando de criança para criança. Exames de tipo sanguíneo ou testes biológicos, por exemplo, são inválidos nessa situação, mas os métodos de observação, questionários são executados por profissionais especializados da área da saúde e assim, eficazes para o resultado do diagnóstico (BRASIL, 2014).

A criança sob o Espectro Autista é assegurada pelo poder público quanto a sua oportunidade de ingressar na escola, desde os seus primeiros anos de vida, de acordo com a Lei nº 12.764/2012 no art. 3º, que afirma que “São direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista: IV – o acesso: a educação e ao ensino profissionalizante”. Assim, se alguma instituição se recusar a fazer a matrícula da criança com TEA, receberá a punição conforme estabelecido no art. 7º da Lei 12.764/2012. Esse direito só foi possível mediante o processo de organização desses sujeitos, da organização coletivas de mães que por meio de lutas sociais conquistaram a presente lei.

Para materializar esse processo, o relato seguinte demonstra a existência de situações em que escolas, no município de Mossoró/RN, resistem à efetivação do direito à educação de crianças com deficiência, com o foco em crianças com TEA. Sobre os motivos que fizeram as mães matricularem as crianças na UEL em Mossoró/RN, vejamos:

[...] eu particularmente fui pra particular porque eu pensava que existia mais cuidado, mais compreensão, que eles iam gostar assim dele, mas eu não vi

nenhum tipo de cuidado em relação as escola particular... nenhum tipo [...] aí vim pra cá (Entrevistada 1).

O modo de produção capitalista que possui por princípios a negação dos direitos sociais, o preconceito e o individualismo, por meio de relações sociais desiguais (capital *versus* trabalho) naturaliza a rejeição pela pessoa que se encontra fora dos padrões socialmente hegemônicos na sociedade. Já dizia Foucault: “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros” (1987, p. 164).

Por conseguinte, a educação “bancária” se metamorfoseia nesse processo, no qual, nos termos de Freire (1997), se omite ao fortalecimento do compromisso com a diversidade. Logo, a educação se baseia na lógica da tecnificação em detrimento da emancipação. O sujeito destituído de sua humanidade, não se ver mais na estrutura de um sujeito cidadão, mas de um simples corpo sendo docilizado para o disciplinamento ao mundo do trabalho. Como analisou Foucault: “no bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto” (1987, p. 178).

Nesse sentido, o processo em que escolas particulares do município rejeitam a permanência da criança com TEA, metamorfoseia-se na educação “bancária” na docilização desse corpo, na qual as crianças, por sua vez, precisam estar adequadas aos “padrões” técnicos da escola. Além disso, adequando-se a uma cor e até a um comportamento. Destarte, “[...] o corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e ‘celular’, mas também natural e ‘orgânica’ (FOUCAULT, 1987, p. 181).

Desse modo, retomando ao pensamento freireano um fator que delineia a lógica da educação “bancária” de escolas é também a ideia – essencialmente – de formar sujeitos distante da perspectiva crítica, transformando-se em uma educação reacionária. O processo de reflexão instiga a negação de elementos construídos socialmente que são postos na sociedade, podendo proporcionar inclusive a emancipação destes sujeitos. Por isso, faz-se necessário compreendermos

a educação libertadora na perspectiva freireana, que consiste na “[...] concepção problematizadora que, não aceitando um presente ‘bem-comportado’, não aceita igualmente um futuro pré-dado, enraizando-se no presente dinâmico, se faz revolucionária” (FREIRE, 1997, p. 76).

Diante disso, faz-se necessário atentarmos para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes que têm, muitas vezes, seus direitos violados, seus corpos controlados. É importante compreender que se trata de seres humanos em construção, com direitos que foram historicamente negados e, assim, constitui nosso dever viabilizá-los, mesmo na conjuntura atual de retirada de direitos.

Outro aspecto se trata da insatisfação na fala da entrevistada 2, pelo fato da dificuldade na obtenção da matrícula da criança na unidade, no primeiro ano: “Foi difícil matricular. [...] Porque a escola é pequena, você vê que a creche é pequena né... Pra demanda de crianças que é muito grande”. A alta demanda de crianças numa instituição atrelado à insuficiência quanto a estrutura, reforça o processo de precarização. Com isso, mecanismos que fortalecem o retrocesso dos direitos dessas pessoas são colocados em uma balança, sendo o peso maior da recaído para a classe trabalhadora. Esse contexto de regressão das políticas e dos direitos sociais fomentado desde os anos 1990 com o projeto neoliberal tem fortalecido a lógica de precarização e de privatizar o público.

Durante o governo de Michel Temer (2016-2018) foi implementada à Emenda Constitucional 95 de 2016 que institui o novo regime fiscal, tratando fundamentalmente do congelamento dos gastos primários por 20 (vinte) anos, dentre estes, a educação. O Estado prioriza atender os interesses da classe dominante e, em contrapartida, responde expressões da questão social de forma pontual da classe trabalhadora. Mesmo em uma sociedade desigual, fazemos jus a necessidade de atender e amparar as necessidades das crianças, na constante luta pelos seus direitos. A importância em combater a desigualdade via a busca de uma sociedade emancipatória, com igualdade e justiça social, evidencia tarefa indispensável, neste cenário.

É inegável que houve avanços na defesa da perspectiva de inclusão e inserção de crianças sob o Espectro Autista no ensino infantil, bem como conquistas na legislação do país com políticas de educação afirmando a necessidade da equidade, integralidade no ensino infantil. Porém, a sua real efetivação ou materialização na realidade

necessitamos repensar. A conjuntura contemporânea do país coloca barreiras para que crianças com TEA tenham a garantia de estarem numa escola de qualidade, com a devida estrutura e com profissionais especializados para receber essas pessoas, a partir dos seus primeiros anos de vida.

O governo atual presidido por Jair Bolsonaro, no ano de 2019, tem se pronunciado por meio do Decreto nº 9.759 no dia 11 de abril de 2019, que trata de restrições e extinções dos conselhos de participação popular, impactando diretamente na política de educação, nos conselhos e entidades organizativas. E, além disso, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência (CONADE), ora criado em 1999, que é um dos principais órgãos na atuação e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, incluindo crianças.

Um fator crítico frente a garantia dos direitos sociais da população também é o aprofundamento do conservadorismo e o processo de negações de direitos conquistados socialmente. Na atual conjuntura, discursos de cunho moralizador, por parte de algumas autoridades públicas tem ganhado visibilidade pela sociedade e pela mídia. Resultando assim na desarticulação da sociedade e dos próprios conselhos.

Como exemplo, vemos o discurso do presidente em relação aos conselhos de participação popular, em reportagem da RedeTV dizendo: “Como regra, a gente não pode ter conselho que não decide nada. Dada a quantidade de pessoas envolvidas, a decisão é quase impossível de ser tomada”. Ou seja, tal argumento se traduz no reforço as decisões serem tomadas antidemocraticamente, sem ouvir opinião dos participantes dos conselhos para aprovação (ou não) das diretrizes.

São desafios postos que, necessariamente implicam na materialização da Lei 12.764/2012. A partir do momento em que o governo se posiciona na contramão dos interesses da população, que busca pela efetivação dos direitos sociais das pessoas com deficiência, contrapõe também os artigos da legislação supracitada. Em outras palavras, percebemos que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista mesmo construída de forma satisfatória, abarcando aspectos que interessam às pessoas sob o Espectro, enfrenta sérios desafios para sua real efetivação.

O relato da Entrevistada 3 nos chama a atenção sobre os desafios para a permanência da criança na UEL: “[...] só tem uma dificuldade assim, de vir, porque muitas vezes, como eu

dependo da minha mãe e do meu marido pra vir deixar ele aqui, aí, as vezes ele falta aqui porque não tem quem venha deixar ou quem venha buscar, entendeu? Porque eu moro muito longe [...]”. Tal fato elucida a ausência de políticas de transportes urbanos coletivos ou individuais que atendam as especificidades da pessoa sob o Espectro. Este problema ultrapassa a falta de transportes coletivos como um ônibus circulando, por exemplo. Mas, para atender as particularidades e respeitar as manifestações distintas do TEA de criança para criança, é algo que precisa ser problematizado, nesse sentido. Invisibilizar o TEA sob a perspectiva de que todas as crianças possuem as mesmas características, é um equívoco.

Outro fator que vale a nossa ressalva é a particularidade de que a UEI é localizada em um bairro periférico do município de Mossoró-RN e não possui transporte público que abarque as necessidades das crianças com TEA. Nessa situação, a dificuldade da mãe (entrevistada 3) no quesito transportar-se com a criança até a instituição, incorpora elementos que expressam a necessidade de um transporte acessível para a criança sob o Espectro e 100% público e gratuito. A mãe (entrevistada 3) afirma:

[...] só tem uma dificuldade assim, de vir, porque muitas vezes, como eu dependo da minha mãe e do meu marido pra vir deixar ele aqui, aí, as vezes ele falta aqui porque não tem quem venha deixar ou quem venha buscar, entendeu? Porque eu moro muito longe [...] (Entrevistada 3).

Para além destes aspectos sociais, sabe-se que no entorno do sistema capitalista o individualismo e a competitividade se sobrepõe à lógica de enxergar o humano, de se enxergar no outro. Por isso, ressaltamos que as dificuldades são conjunturais. Nem sempre estarão atreladas restritamente a um transporte ou acesso à escola, mas a garantia dos direitos quanto ao respeito e empatia, para que se construa o elo do reconhecimento no outro para assim, efetivar o direito daquela criança à usufruir dos seus direitos.

Existe uma particularidade que observamos no decorrer da nossa pesquisa, que é o fato de apenas mulheres e mães acompanharem os seus filhos. Nota-se que a sobrecarga de mulheres que, muitas vezes trabalham extra lar, ainda são necessariamente responsabilizadas para dar assistência as crianças na escola. Um fato é que o patriarcado coloca o homem no patamar de prover o lar, fundamentalmente. Em

contrapartida, a mulher e mãe é alocada na condição de alimentar, educar, cuidar das tarefas domésticas, etc. Conforme salienta Narvaz e Koller (2006, p. 52):

Se o papel prescrito aos homens na família patriarcal burguesa relaciona-se ao sustento econômico, o papel prescrito às mulheres é o de que sejam cuidadoras do marido, do lar e dos filhos. Essa prescrição parece ter atravessado os séculos, materializando-se na crença de que a mãe deveria dedicar-se integralmente aos filhos, crença encontrada em estudo recente com famílias da periferia de Porto Alegre (Cecconello, 2003).

Por isso, concebemos que o sistema capitalista possui em seu bojo a divisão sexual do cuidado, reconhecendo que o patriarcado se apresenta como um fator crucial nas relações sociais *intrafamiliar*. Salientamos que o objetivo da nossa discussão no presente trabalho trata senão de visibilizar crianças sob o Espectro Autista, bem como o acesso e permanência dessas na Unidade de Educação Infantil. Porém, indiscutivelmente, o patriarcado perpassa nas relações sociais, principalmente se tratando de mulheres e mães, que são fortemente pressionadas a dar de conta de todo o processo do cuidado da criança.

Em suma, apreendemos que a conjuntura atual nos demanda à postura de enfrentamento contra as desigualdades sociais, compreendendo que essas são frutos da contradição permeada no sistema capitalista, que estimula a reprodução do individualismo, invisibilização de pessoas que necessitam de maior assistência, negação de direitos e patriarcado. Por isso, a luta em favor da viabilização de direitos e da efetivação dos mesmos, se fazem necessário, para assim, combater as múltiplas expressões da questão social.

Portanto, a pesquisa realizada na Unidade de Educação Infantil em Mossoró/RN acerca das condições de acesso e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista, cumpriram os seus objetivos. A existência do compromisso ético-profissional por parte da equipe para essas crianças e o relato das mães entrevistadas, que reforçaram o sentimento de acolhida que receberam da instituição, nos dá suporte de que há garantias dos direitos de crianças sob o Espectro Autista.

Considerações finais

Compreendemos que a existência de políticas sociais e documentos legais para crianças e adolescentes foram frutos de lutas da classe trabalhadora, em especial mulheres/mães. Um aspecto relevante que a pesquisa nos trouxe, foi desmistificar a ideia de que o serviço privado é sempre melhor, tratado sob a ótica positiva (em termos de qualidade, estrutura, etc.) e o serviço público como negativo. De acordo com o relato das mães entrevistadas, analisamos o quanto a educação pública está preparada para receber crianças sob o Espectro Autista, ao contrário de algumas instituições privadas do município, tanto em relação às capacitações existentes como nos serviços prestados pela equipe multiprofissional.

Algumas instituições do serviço privado, por sua vez, se indispõem a custear profissionais especializados para prestar assistência e ensino a crianças sob o TEA, principalmente, pelo fato de gerar gastos financeiros. Tal fato elucida a importância de valorizarmos em maior proporção o serviço público e a sua competência e qualidade na assistência à essas pessoas. Além disso, observamos a necessidade das constantes lutas para a efetivação, bem como da qualidade no serviço público, no município de Mossoró.

Em suma, destacamos que no município de Mossoró-RN existe a Unidade de Educação Infantil que se compromete em garantir os direitos das crianças sob o Espectro Autista, no que corresponde à inclusão e ao ensino dessas. Mesmo com impasses e fragilidades em transporte público que atenda a demanda e as dificuldades em garantir a inserção da criança (para matricular na UEI), o acesso e permanência das mesmas evidenciam o caráter ético e responsável da unidade. Vale salientar que os impasses, conforme dissemos, são resultados da contradição do sistema capitalista, responsável pela agudização das expressões da questão social, materializadas na desigualdade social.

Por isso, acreditamos os nossos objetivos foram alcançados no que diz respeito a compreender, numa perspectiva de totalidade da realidade, a forma em que o Estado viabiliza políticas e legislações para crianças sob o TEA e suas fragilidades. Conferimos ao processo de precarização do Estado uma forma de estratégia do capital, ao passo da falta de investimentos em decorrência da alta demanda para a obtenção da matrícula de crianças e a consequente insuficiência da

estrutura da instituição de ensino. Além disso, acerca das condições de acesso e permanência de crianças sob o Espectro na Unidade de Educação Infantil que foi o nosso campo de pesquisa, materializa-se na realidade de forma acolhedora, conforme os nossos resultados colhidos em entrevista.

Referências

BRASIL. Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm Acesso em: 01 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. *In: Introdução à Psicologia Escolar*. Maria Helena Souza Patto (org). 3. ed. Rev. Atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhate, Petrópolis, Vozes, 1987.

GOMES, Rosana Carvalho. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal- RN, 2011. 157 f.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Revista Psicologia e Sociedade**. 2006, vol.18, n.1, pp.49-55. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>. Acesso em: fev. 2020.

PROPOSTAS LEGISLATIVAS DE CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1988-2020)

Victor Sugamoto Romfeld

Doutorando e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Bacharel em Direito pela UFPR. Pesquisador na área de ciências criminais, com ênfase em interseccionalidades (raça, gênero, sexualidade). E-mail para contato: victorromfeld@gmail.com.

Resumo

O tema deste artigo é a criminalização da LGBTfobia, tendo como objeto os projetos de lei (PL's) apresentados na Câmara dos Deputados a partir de 1988. A hipótese é de que a maioria das propostas legislativas se limita a acrescentar qualificadoras e agravantes em crimes já existentes nas leis penais, ignorando um viés mais amplo, no sentido de formular uma política criminal para a comunidade LGBT. Para investigar esta hipótese, nos valem do referencial teórico oferecido pela dogmática penal crítica – autores vinculados ao minimalismo penal e à contenção do poder punitivo – e, sobretudo, de pesquisa empírica. Esta, por sua vez, consiste na análise de PL's no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados, aplicando no campo “atividade legislativa – propostas legislativas” as palavras-chave “homofobia” e “LGBTfobia”. A partir dos resultados obtidos (29 proposições), verifica-se que grande parte dos PL's não propõe uma política criminal de enfrentamento da violência homotransfóbica, comprometendo a prevenção de comportamentos discriminatórios de orientações sexuais e identidades de gênero divergentes da cisheteronormatividade.

Palavras-chave: Discriminação, LGBTfobia, Criminalização, Política Criminal.

Introdução

Dados colhidos pela OnG Transgender Europe indicam que o Brasil é o país que mais matou travestis e transexuais nos últimos anos. Como o país não dispõe de uma base de estatísticas oficiais a respeito da LGBTfobia, organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB) têm sistematizado o número de assassinatos de pessoas que pertencem à comunidade LGBT. Este cenário coloca em evidência o objeto do presente artigo: os projetos de lei (PL's) que pretendem enfrentar esta violência, apresentados perante a Câmara dos Deputados entre 1988 e 2020. O objetivo consiste em examinar quais as propostas do Poder Legislativo para prevenir e reprimir condutas discriminatórias (homotransfóbicas). A hipótese colocada é de que a maioria destes projetos se limita a incluir agravantes e qualificadoras em crimes ou leis penais já existentes, ignorando uma perspectiva mais ampla, qual seja, de formulação de uma política criminal para a população LGBT.

Para investigar tal hipótese, nos valem da pesquisa empírica como metodologia, realizada no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados, pesquisa centrada em levantamento e análise dos PL's que versam sobre homotransfobia. O referencial teórico que sustenta as reflexões é extraído tanto da dogmática penal crítica (voltada à contenção do poder punitivo) como dos estudos brasileiros acerca dos direitos LGBT. A partir dos resultados obtidos, é possível confirmar a hipótese mencionada, ressaltando as insuficiências da inclusão de circunstâncias que qualificam ou agravam crimes existentes.

Metodologia

A pesquisa empírica foi realizada tendo como base de dados o endereço eletrônico da Câmara dos Deputados.¹ A página inicial, em sua parte superior, contém uma seção denominada “atividade legislativa”. Clicando nesta seção, abre-se uma coluna de dez opções, sendo uma delas pertinente para a pesquisa: as “propostas legislativas”. Nesta página específica, há a pesquisa simplificada, na qual é possível

1 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 3 de mar. de 2021.

inserir diversas informações em 7 (sete) campos de busca: assunto, tipo da proposição, número, ano, autor, unidade federativa do autor e trâmite. No campo 'assunto', inseri como palavras-chave 'homofobia' e 'LGBTfobia'. No campo 'tipo da proposição', restringi a busca à opção 'PL – Projeto de Lei'. Por fim, no campo 'ano', coloquei 'a partir de 1988' considerando o lapso temporal no qual o objeto do artigo está inserido. As demais opções de busca não foram utilizadas por não se mostrarem necessárias ao presente trabalho.

De início, foram obtidos 64 (sessenta e quatro) resultados. No entanto, três PL's foram excluídos da análise (PL's nº 104, 96 e 81), por terem sido apresentados em 2021, ano que está excluído da pesquisa, restando 61 (sessenta e um) projetos de lei. A próxima etapa de filtragem dos resultados teve como critério de exclusão a matéria tratada no PL, tendo em vista o escopo da pesquisa, ou seja, de investigar as propostas legislativas que criminalizam ou sancionam de alguma forma a LGBTfobia. Mesmo com o uso das referidas palavras-chave, alguns dos PL's não versavam especificamente sobre o combate da homotransfobia. Considerando este critério material, foram retirados 32 (trinta e dois) projetos, remanescendo 29 (vinte e nove) projetos referentes ao levantamento e à análise, divididos em 5 (cinco) grupos, de acordo com a tabela apresentada na sequência.

PROJETOS DE LEI INCLUÍDOS NA PESQUISA SEPARADOS POR CATEGORIA	
Reações conservadoras	PL nº 4.892/2020
	PL nº 4.946/2019
	PL nº 4.370/2019
	PL nº 4.075/2019
	PL nº 7.382/2010
Sanções e medidas administrativas	PL nº 3.298/2020
	PL nº 6.424/2013
	PL nº 3.774/2019
Qualificadoras e agravantes no Código Penal	PL nº 3.185/2020
	PL nº 4.785/2019
	PL nº 8.540/2017
	PL nº 582/2011
	PL nº 7.292/2017

Alteração da Lei Antirracismo	PL nº 4.949/2019
	PL nº 3.266/2019
	PL nº 2.672/2019
	PL nº 2.057/2019
	PL nº 1.051/2019
	PL nº 2.138/2015
	PL nº 005/2003
Proteção, conscientização e crimes de ódio	PL nº 7.702/2017
	PL nº 2.653/2019
	PL nº 797/2019
	PL nº 8.032/2014
	PL nº 7.582/2014
	PL nº 734/2011
	PL nº 5.003/2001
	PL nº 5.854/2020
	PL nº 3.741/2019

Referencial teórico

A política criminal certamente é um conceito polissêmico, já que ao menos desde o século XIX teóricos das mais variadas áreas do conhecimento se debruçam sobre o funcionamento das instituições que integram o sistema penal. De início, é possível defini-la como um conjunto de princípios e recomendações para reformar ou transformar as leis penais e os órgãos encarregados de sua aplicação, das polícias até as prisões e o Poder Judiciário (BATISTA, 2011, p. 33). Se há dois séculos as discussões político-criminais estavam centradas na ineficácia de penas curtas, nos últimos anos as pesquisas empíricas constataram o fracasso da pena privativa de liberdade quanto aos seus objetivos declarados, ensejando propostas de políticas criminais que reduzam a incidência do poder punitivo (BATISTA, 2011, p. 35).

Independente de seu viés (legitimadora ou crítica do poder punitivo), a política criminal “(...) é *resultante da interdisciplinariedade do direito penal com a ciência política e especialmente com a engenharia institucional*” (ZAFFARONI; BATISTA; ALAGIA; SLOKAR, 2011, p. 275). Nesta dinâmica entre direito penal e ciência política, o que se avalia são os efeitos das decisões legislativas e judiciais, sendo necessário informar o dogmático, o parlamentar e o juiz sobre os efeitos reais daquilo que o primeiro propõe e os demais decidem, e ainda, sobre o

sentido político dessas decisões. Ou seja, se reforçam ou debilitam o estado de direito. Pelo viés da política criminal, questiona-se por que, com qual intensidade e com qual finalidade o legislador optou por utilizar o direito penal diante de determinado comportamento social (SANZ MULAS, 2019, p. 23-24).

Segundo Busato, a política criminal pode ser compreendida como atividade do Estado ou como uma atividade científica. Como atividade estatal, a política criminal estabelece as orientações para prevenir a criminalidade (conjunto de opções políticas dentro da esfera criminal), valendo-se de propostas extrapenais e penais. Enquanto atividade científica, a política criminal tem como objeto a maneira como o Estado leva a cabo sua atividade político-criminal, estudando o direito penal não como ele é, mas como deveria ser (BUSATO, 2015, p. 21-22). Para os fins deste artigo, interessa a política criminal como atividade do Estado, ou seja, quais as opções políticas adotadas (pelo Estado brasileiro) diante de fenômenos que atingem bens jurídicos fundamentais (especificamente, diante da LGBTfobia).

Neste contexto, pensar uma política criminal específica para a população LGBT significa reconhecer que direitos LGBT são direitos humanos, e que esses direitos fazem parte de bens jurídicos fundamentais para o convívio harmônico em sociedades que se intitulam como democráticas. Desse modo, é necessário partir da premissa de que a sexualidade integra a essência humana, e sendo diversa, suas manifestações – sobretudo aquelas discriminadas (homossexualidade, bissexualidade e transexualidade) – constituem um direito de todas as pessoas (GORISCH, 2014, p. 61).

Porém, a diversidade sexual e de gênero no Brasil enfrenta uma série de obstáculos: a) os direitos LGBT não são reconhecidos como direitos humanos; b) a produção de efeitos nefastos da globalização econômica sob a hegemonia do neoliberalismo, colocando em xeque um modelo de Estado que intervém nas relações sociais, e assim, amplia desigualdades e fortalece discriminações; c) o fortalecimento de grupos fundamentalistas religioso que condenam sexualidades fora do padrão ditado por suas doutrinas (SILVA, 2018, p. 131-156). Essas dificuldades impedem que nosso país se articule em torno de uma política criminal sólida para enfrentamento das discriminações praticadas contras as pessoas LGBT. O esgotamento de alternativas extrapenais faz com que os movimentos LGBT busquem leis que criminalizem a homotransfobia, por compreenderem que a inexistência

de punição através do ramo mais repressivo do Direito (o direito penal) naturaliza o preconceito e consolida a impunidade, menosprezando a liberdade sexual como direito da personalidade (TURATTI JUNIOR, 2018, p. 147).

Resultados e discussão

Os 29 (vinte e nove) PL's que compõem o espaço amostral desta pesquisa podem ser divididos em cinco categorias: i) reações conservadoras (5); ii) sanções e medidas administrativas (3); iii) inserção de qualificadoras ou agravantes no Código Penal (5); iv) alteração da Lei Antirracismo – Lei nº 7.716/89 (7); v) proteção, conscientização e crimes de ódio (8), conforme a tabela exposta anteriormente.

Sabe-se que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADO 26 e o MI 4.733, reconheceu a mora do Poder Legislativo para legislar sobre a criminalização de condutas homotransfóbicas, enquadrando provisoriamente a homofobia e a transfobia como crimes de racismo (previstos na Lei nº 7.716/89). A tese adotada pela Corte Constitucional gerou reações da Câmara dos Deputados em dois sentidos: uma, conservadora, preocupada em assegurar a liberdade religiosa para que discursos proferidos em cultos não fossem criminalizados; outra, no sentido de suprir a mora legislativa e incluir expressamente a discriminação contra orientação sexual e identidade de gênero na Lei Antirracismo (LAR).

As reações conservadoras se concentram entre 2019 e 2020, sendo perceptível que procuraram assegurar a liberdade religiosa 'nos temas relativos à sexualidade' (como no PL nº 4.946/2019), a exemplo da possibilidade de recusa quanto à realização de cerimônias religiosas envolvendo pessoas assumidamente homossexuais (PL nº 4.892/2020). Outros projetos caminharam no sentido de vedar a criação de tipos penais por decisões judiciais (PL's nº 4.370/2019 e nº 4.075/2019), uma vez que os defensores de tais propostas partiram da premissa de que o STF estaria legislando, ao equiparar o crime de racismo à homotransfobia.

Em outro grupo, há uma quantidade considerável de projetos que pretenderam incluir na Lei Antirracismo a discriminação praticada em virtude de orientação sexual e identidade de gênero. Estas iniciativas, a um só tempo, têm o potencial de suprir a mora do Poder Legislativo (quanto à punição criminal de condutas LGBTfóbicas) e afastar o

argumento (utilizado por conservadores e progressistas) de que o STF, no julgamento supramencionado, teria incidido em suposta criminalização judicial. Mesmo entre os 7 (sete) projetos que se inserem nesta categoria, 3 (três) deles podem ser classificados como uma resistência à criminalização da homotransfobia, considerando que: i) houve tentativas de inserir na LAR uma excludente de ilicitude para condutas fundadas na liberdade de consciência e de crença, no livre exercício de cultos religiosos e manifestações religiosas, dentro e fora dos templos (a exemplo dos PL's nº 2.672/2019 e nº 4.949/2019); ii) por outro lado, um projeto específico cogitou inserir na mesma lei a impossibilidade de enquadrar 'nas tipificações de crime de preconceito de raça ou de cor, a homofobia ou outra forma de orientação sexual' (PL nº 3.266/2019), numa clara tentativa de se contrapor à decisão adotada pelo STF.

No tocante a um terceiro conjunto de propostas legislativas, o mote consistiu em inserir agravantes, qualificadoras e novos crimes no Código Penal. Seja prevendo a qualificadora de LGBTcídio no crime de homicídio (PL's nº 7.292/2017 e nº 3.185/2020), agravante genérica (PL nº 582/2011), ou mesmo buscando criminalizar condutas de intolerância, ódio e preconceito praticadas no ambiente virtual (PL's nº 8.540/2017 e nº 4.785/2019). Dentre estes projetos, é notável que alguns deles façam menção apenas à discriminação por orientação sexual, deixando de observar crimes com motivação transfóbica.

Para além de proposições na esfera penal, há aquelas que pretendem investir em questões de ordem administrativa, impondo sanções desta natureza ou estabelecendo regras para registro de infrações. As sanções administrativas (como aquelas previstas no PL nº 3.298/2020) seriam aplicadas no âmbito da administração pública e privada, a fim de combater práticas discriminatórias em razão da orientação sexual e da identidade de gênero. A criação de uma lei federal se espelha em diversas leis municipais sancionadas, no mesmo sentido, e de alguma maneira, unificaria a imposição de sanções administrativas no território nacional. Nesta categoria de propostas, também existem projetos que se preocupam com o sistema de notificações da violência LGBTfóbica: i) estabelecendo a notificação compulsória no caso de violência praticada contra pessoas LGBT's atendidas nos serviços de saúde, públicos ou privados (PL nº 6.424/2013); ii) alterando o modo como os registros de Boletim de Ocorrência (BO) são produzidos nas delegacias de polícia, bem como prontuários de atendimento na rede

de saúde pública, abrindo um campo para que sejam registradas motivações LGBTfóbicas dos crimes.

O quinto grupo de projetos analisados está inserido no que denominei “proteção, conscientização e crimes de ódio”, tendo em vista que as propostas foram elaboradas em viés amplo, abrangendo diversas áreas: penal, administrativa, cível, educacional, entre outras, dentro e fora da perspectiva jurídica. O primeiro projeto colocado em discussão nas casas legislativas, após 1988, foi o PL nº 5.003/2001. Esta proposta, inicialmente, teve como escopo impor sanções de natureza administrativa para práticas discriminatórias motivadas pela orientação sexual dos indivíduos. Na sequência, o projeto sofreu diversas alterações, sendo convertido no PL nº 122/2006, modificando seu viés: se antes, a pretensão era investir em sanções administrativas, posteriormente, passou a ter como objetivo alterar a LAR, para incluir no rol de crimes aqueles resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Popularmente, talvez este seja o projeto mais conhecido, sendo nominado como aquele que teria a finalidade de criminalizar a homofobia.

Ainda no tocante à categoria mencionada, algumas proposições (como o PL nº 7.582/2014) buscaram a via penal, mas ao invés de retringir a criminalização às condutas homotransfóbicas, elaborou uma proposta de lei geral tipificando crimes de ódio e intolerância, buscando a proteção de onze grupos representantes de minorias sociais.² Em outra perspectiva, o PL nº 8.032/2014 buscou ampliar a proteção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) às pessoas trans que se identifiquem como mulheres, uma vez que esta lei, à época e que foi criada, não contemplou especificidades relacionadas à identidade de gênero.

Outras propostas, reconhecendo a ineficácia de criminalizações em sentido amplo, caminharam no sentido de recomendar ao Poder Público a promoção de campanhas informativas contra as violações de direitos humanos, em especial aquelas à livre orientação sexual e à identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social (PL nº 734/2011). Na mesma linha, o PL nº 3.741/2019, propondo a criação do ‘Programa Escola sem Discriminação’, elencando

2 Preconceitos de: classe origem social, migrante, refugiado, deslocado interno, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, idade religião, situação de rua e deficiência.

medidas para combater a discriminação sofridas por pessoas LGBT no ambiente escolar.

O último projeto da categoria possivelmente seja o mais interessante deles (PL nº 2.653/2019, de autoria do Deputado Federal David Miranda), pois, inspirado na Lei Maria da Penha, cria mecanismos para a proteção de pessoas em situação de violência fundada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, ou características biológicas ou sexuais. Destaca-se, nesta proposta, as medidas integradas de prevenção da violência e as medidas protetivas de urgência, na contramão da lógica dos demais projetos abordados no artigo (viés repressivo), assim como a necessidade de atendimento especializado pela autoridade policial. O autor do projeto, ao que parece, parte da leitura de que existem diversas violências praticadas contra pessoas LGBT, inclusive a institucional, e por isso, é necessário formular uma legislação que não apenas capte a complexidade do fenômeno (violência LGBTfóbica), como também proponha alternativas de enfrentamento que ultrapassem a mera punição individual.

Considerações finais

A partir da metodologia aplicada, verifica-se que a maior parte dos PL's propostos na Câmara dos Deputados para combater discriminações homotransfóbicas não foram formulados com um viés de política criminal para a população LGBT. À exceção do PL de autoria do Deputado David Miranda, parcela considerável dos projetos (ao menos 12 deles) se valem de uma política meramente penal, ou seja, de inserção de qualificadoras e agravantes em leis penais preexistentes. Apesar da relevância da criminalização da LGBTfobia, a previsão de um delito específico parece insuficiente para lidar com um fenômeno complexo e multifacetado como as discriminações fundadas na orientação sexual e na identidade de gênero de grupos vulneráveis.

Mesmo no tocante à categoria de projetos que pretendem romper a lógica punitiva, as propostas se mostram genéricas e/ou com pouca densidade normativa. Não há clareza acerca do que seriam as 'campanhas de conscientização' contra a homotransfobia. Também não há precisão nos projetos que objetivam combater esta discriminação nas escolas, uma vez que as comunidades escolares não são formadas apenas por estudantes, mas integradas às suas famílias, docentes e

demais funcionários das instituições de ensino. Seria interessante, ainda, estender essa iniciativa para o ensino superior.

Embora sejam relevantes do ponto de vista social – ou seja, como futuras conquistas para movimentos LGBT –, os PL's são carentes do ponto de vista político-criminal, especialmente porque tratam do fenômeno da discriminação de forma pontual, e não estrutural. Pensar a LGBTfobia de forma estrutural significa que as propostas legislativas nesta matéria devem adotar como ponto de partida os diversos níveis de discriminação homotransfóbica (individual, institucional, estrutural). Isto porque a tipificação dessas condutas criminaliza somente a homotransfobia individual, limitando-se a um viés repressivo quando o preconceito internalizado foi colocado em prática. É preciso recordar que a imposição de pena privativa de liberdade para um indivíduo é incapaz de transformar comportamentos discriminatórios, muitas vezes tidos como um costume de determinada sociedade. Sobretudo porque pessoas LGBT são rotuladas como transgressoras de normas sociais ditadas pela cisheteronormatividade.

Por fim, nota-se que uma efetiva política criminal para combater a homotransfobia pressupõe alternativas que extrapolam a seara penal. Se a repressão de condutas discriminatórias é insuficiente, as propostas devem investir no viés de prevenção da LGBTfobia, o qual permite pensar na desconstrução desta violência nos níveis institucional e estrutural. Neste sentido, destacam-se as campanhas de conscientização e a formação continuada de profissionais integrantes dos sistemas de educação, saúde, justiça e segurança pública. A inexistência de uma proposta consolidada de política criminal no país para enfrentamento da LGBTfobia sugere que este debate ainda é atual e carente de soluções. Além disso, indica que criminalizações de condutas pontuais não serão capazes de enfrentar as raízes da homotransfobia.

Referências

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica do direito penal brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BUSATO, Paulo Cesar. **Fundamentos para um Direito Penal Democrático**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT**: de Stonewall à ONU. Curitiba: Appris, 2014.

SANZ MULAS, Nieves. **Manual de política criminal**. Tradução Luiz Renê G. do Amaral e Marina Franco Lopes M. Filizzola. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019.

SILVA, Sandro Gorski. **Direitos Humanos LGBTI**: história, conquistas e desafios. Curitiba: Appris, 2018.

TURATTI JUNIOR, Marco Antonio. **Reconhecimento jurídico-social da identidade LGBTI+**. Curitiba: Appris, 2018.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro**: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

POSSIBILIDADES DE CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS

João Pedro Rodrigues Nascimento

Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes. Advogado, joaopedro.rnasc@gmail.com;

Luciana Amaral Rabelo

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Promotora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, lucianarabelo@mpms.mp.br;

Resumo

Pensar a sexualidade e o gênero induz à necessária reflexão sobre como as ideias e práticas a elas relacionadas são produzidas no interior das sociedades e de que forma são capazes de construir estigmas que diferenciam determinados grupos de indivíduos. As violências direcionadas às travestis e mulheres transexuais têm por fundamentos o preconceito e o estigma irracional ocasionados pela quebra nos padrões esperados de gênero. Considerando que o respeito às diferentes identidades é essencial para assegurar a dignidade humana, vê-se que o enfrentamento à violência contra travestis e transexuais é primordial para garantir o desenvolvimento humano. Assim, a partir do método dedutivo, e dos tipos de pesquisa bibliográfico e documental, o trabalho objetiva analisar de que forma os tribunais brasileiros têm interpretado o ordenamento jurídico para punir a violência de gênero contra a população de mulheres transgênero. A Constituição Federal de 1988 consagra como núcleo do sistema jurídico o respeito à dignidade humana, dotando os princípios da igualdade e da isonomia de potencialidade transformadora na configuração de todas as relações jurídicas, o que

leva à proibição de discriminação e de posturas transfóbicas. Percebe-se que o Poder Judiciário tem se utilizado das Leis nº 11.340/2006 (Maria da Penha), 13.104/2015 (Feminicídio) e 7.716/1989 (Racismo), para punir os casos de violência transfóbica. Conclui-se ser dever inafastável da República democrática a proteção de minorias contra a violência e estigmatização, para que todos possam exercer o gênero e a sexualidade livremente em todas as suas potencialidades.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Violência de Gênero; Transexualidade; Identidade de Gênero; Poder Judiciário.

Introdução

A construção política dos sujeitos é vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão construídos a partir de estruturas jurídicas que privilegiam determinados elementos (hegemônicos e dominantes) em detrimento de outros (contra-hegemônicos e dissidentes). Os sistemas jurídicos de poder dominante produzem os sujeitos possíveis de existência, a partir de uma lógica puramente negativa, isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação e controle.

Historicamente, a presunção de uma identidade comum pautada na binariedade cisgênera (homem/masculino-mulher/feminino), invisibilizou e neutralizou categorias outras de estruturação do gênero, lançando mão da violência em suas diversas formas e da estigmatização, enquanto elementos para o apagamento e conformação dessas identidades à matriz hegemônica dominante.

Ao se delimitarem os diferentes campos do sexo e do gênero, vê-se que os cerceamentos de direitos infligidos às mulheres, em razão do patriarcado e da sociedade machista ocidental, que delimitam os papéis sociais de cada gênero, nos campos político, social, econômico, trabalhista e jurídico, não se aplicam unicamente àquelas que nasceram com o sexo feminino, mas também àquelas que, embora tenham nascido com o sexo masculino, se identificam com o gênero feminino. As violências direcionadas às travestis e mulheres transexuais têm por fundamentos centrais o preconceito e o estigma irracional ocasionados pela quebra nos padrões esperados de gênero.

Dessa forma, partindo-se de uma concepção emancipadora e livre da sexualidade, pautada na dignidade da pessoa humana, e considerando que o respeito às diferentes identidades de gênero é essencial para assegurar a dignidade e a humanidade de cada pessoa, o presente trabalho tem por objetivo analisar quais as possibilidades de criminalização da violência baseada no gênero contra travestis e mulheres transexuais no ordenamento jurídico nacional.

A pesquisa tem por objetivo geral verificar as possibilidades normativas de criminalização deste tipo de violência, bem como, de que forma os tribunais pátrios têm interpretado a legislação interna, para punir as agressões motivadas precipuamente pela transfobia. Assim, em um primeiro momento, delimita-se a categoria gênero,

especialmente a partir de SCOTT, 1996, 2005; e BUTLER, 2019 – e a identidade de gênero, para então analisar os dados nacionais sobre violência motivada pela transgressão das normas dominantes de gênero por travestis e mulheres transexuais no Brasil. Por fim, enfoca-se no ordenamento jurídico nacional e nas possibilidades normativas de criminalização da violência de gênero transfóbica, notadamente a partir da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e a Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo).

Para tanto, utiliza-se o método dedutivo, a partir de conceitos gerais sobre a categoria gênero, bem como análises dos dados sobre violência transfóbicas formulados por organizações internacionais e entidades da sociedade civil, com o auxílio dos tipos de pesquisa bibliográfico e documental, a partir da revisão de livros, artigos, dissertações, teses e documentos (relatórios, dossiês, levantamentos) nacionais e internacionais sobre a problemática proposta.

1 A violência de gênero contra travestis e mulheres transexuais

Na construção do ser, muito além de aspectos biológicos ou genitais, o importante é a auto percepção e a forma como determinado indivíduo se expressa socialmente (JESUS, 2012). Nesse sentido, Jaqueline Gomes de Jesus aponta que a identidade de gênero é (2012, p. 24) “o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem”.

Com isso quer-se dizer que, ao invés de compreender as identidades de gênero a partir da ligação supostamente imutável e pretensamente natural com o sexo biológico, deve-se entender o próprio gênero como um meio discursivo, anterior à própria percepção do sexo biológico e dos elementos cromossômicos, a ser lido em determinado seio social, a partir da intersecção com outros marcadores como raça e classe social. Quando a teoria mimética sexo-gênero é desconstruída, o próprio gênero passa a ser flutuante, “com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2019, p. 26).

A construção política dos sujeitos na sociedade é trespassada por espaços de legitimação e exclusão, estando a heterossexualidade/cisgeneridade alçadas ao posto de modelo ideal e conformador da sexualidade. Isso significa que a ordem compulsória e hegemônica entre sexo, gênero e desejo faz surgir, por um lado, gêneros inteligíveis, isto é, aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, e, por outro, identidades que não podem existir, ou seja aquelas no qual não há a reprodução dessa ligação fundada na heterossexualidade e na cisgeneridade (BUTLER, 2019).

Aqueles que se constroem a partir de identidades de gênero não hegemônicas convivem com sistemáticos processos de exclusão social por não se encaixarem no binarismo reducionista e enrijecido dos gêneros masculino e feminino (PEDRA, 2018). Nessa senda, destacam Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2021, p. 7) que o Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis, pois “a maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas”.

No âmbito escolar, travestis e mulheres trans enfrentam vulnerabilidades específicas desde a mais tenra idade, o que inclui a convivência diária com o preconceito e a discriminação (bullying) e altas taxas de evasão escolar. Nesse sentido, como afirma Alessandra Bohm em sua pesquisa etnográfica sobre o acesso de travestis e transsexuais à educação (2009, p. 81), “raros são os casos de ingresso, resistência e permanência escolar desses sujeitos, uma vez que a relação das travestis com os demais colegas é marcada pelo exercício do bullying e, com seus professores e gestores, é permeada por muitos problemas: a recusa de ter o nome social aceito na chamada, por exemplo, e a proibição de poder usar roupas ou acessórios femininos, dentre outros”.

No que tange ao trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende que o direito a trabalhar, consubstanciado não só no acesso ao emprego e à estabilidade, mas também no direito a um ambiente inclusivo onde todos possam desenvolver seu potencial de forma plena, deve ser amplamente garantido a pessoas LGBT (OIT, 2015). Todavia, o acesso ao mercado de trabalho formal também é obstado àqueles que ousam desafiar o binarismo de gênero

socialmente dominante. Não por outro motivo, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) demonstram que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. De igual modo, apenas 6% estão em atividades informais e subempregos. Majoritariamente, 90% das travestis e mulheres transexuais brasileiras recorrem à prostituição para sobreviver (ANTRA, 2021).

Além disso, a violência direcionada à comunidade trans, incluídas as travestis e transexuais, é mais fortemente vivenciada quando comparadas àquelas direcionadas a gays, lésbicas e bissexuais, perpassando diversos núcleos e atingindo desde discursos de patologização até violações psicológicas, físicas e sexuais (NASCIMENTO, FÉLIX, 2020). No mesmo sentido, Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2021, p. 26), ao denunciarem a subnotificação sistemática contra a população trans no Brasil, ressaltam que “faltam dados estatísticos governamentais sobre a violência sofrida pela população LGBTI+, em especial sobre a população trans, tendo em vista que, sem o devido acolhimento, essa população não efetiva a denúncia formal. Quando o faz, a vítima não tem o atendimento adequado”.

Deste modo, a compilação e divulgação dos casos de violências que atingem a população trans no Brasil ficam a cargo de organizações da sociedade civil especializadas, como a ANTRA, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o Grupo Gay da Bahia (GGB), dentre outros.

A organização social Grupo Gay da Bahia, no documento intitulado “Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia”, destaca 329 mortes de pessoas LGBT+ no Brasil em 2019. Entretanto, a subnotificação “constitui um obstáculo ao verdadeiro e cruelíssimo dimensionamento dessa tragédia social, impedindo a construção de políticas públicas de enfrentamento e, o mais importante, erradicar a cultura da impunidade (2020, p. 21).

Por sua vez, segundo o documento intitulado “Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019”, elaborado pela ANTRA, desde 2008, o Brasil se encontra com uma média de 118,5 assassinatos de pessoas trans por ano. Entre 2017, 2018 e 2019, ocorreram 466 assassinatos de pessoas trans no Brasil, sendo 124 apenas no ano de 2019. De acordo com o Dossiê, em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2019, com 21 assassinatos, contando com aumento de

50% dos casos em relação a 2018; seguido do Ceará; com 11 casos¹ (ANTRA, 2020). Em 2020, segundo atualização do Dossiê, houve 175 assassinatos de travestis e mulheres transexuais no Brasil. Em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2020, com 29 assassinatos, contando com aumento de 38% dos casos em relação a 2019. Os Estados com mais casos são São Paulo, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro, que aparecem entre os cinco primeiros estados com mais assassinatos de pessoas trans desde 2017 (ANTRA, 2021).

Os dados demonstram a existência do que Berenice Bento intitula como ‘transfeminicídio’, isto é, o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, sendo caracterizado “como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (BENTO, 2014, p. 1). A autora aponta ainda que (BENTO, 2014, p. 2):

A principal função social deste tipo de violência é a espetacularização exemplar. Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de herói, os não-exemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação.

Portanto, é cristalina a existência de um *cistema* (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021) transfóbico na sociedade brasileira, que martiriza diariamente a partir dos crimes de ódio à dissidência de gênero as travestis e mulheres transexuais, negando-as o próprio direito à vida e à livre constituição de suas existências.

A Constituição Federal de 1988 consagra como núcleo do sistema jurídico o respeito à dignidade humana, dotando os princípios da igualdade e da isonomia de potencialidade transformadora na configuração de todas as relações jurídicas, o que leva à proibição de discriminação e posturas transfóbicas. Nesse sentido, considerando o princípio axiológico fundamental da Dignidade Humana previsto na

1 Como aponta o próprio Dossiê, os dados podem ser facilmente subnotificados, dada a ausência de mecanismos de coleta de dados oficiais nacional, o que dificulta a compilação das notificações em um país de proporções continentais como o Brasil.

CF de 1988, é urgente a retomada pelo Direito de seu papel de modificação social e cultural, a fim de garantir a livre manifestação das pluralidades de identidades de gênero.

2 Possibilidades de criminalização da violência de gênero de que são vítimas travestis e mulheres transexuais

A criminalização da violência de gênero contra travestis e mulheres transexuais no Brasil consolidou-se a partir de uma construção doutrinária e jurisprudencial. Assim, após várias decisões determinando a aplicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) também às mulheres transexuais, construiu-se um arcabouço mínimo de proteção, já que antes tais vítimas se encontravam totalmente desprotegidas e sujeitas a toda sorte de violências transfóbicas, sem que houvesse a possibilidade jurídica de punição de seus agressores.

A Lei Maria da Penha foi publicada no ano de 2006, voltada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Desde então muito se discutiu nas decisões das cortes judiciais brasileiras sobre a sua aplicabilidade também para as mulheres transexuais. A Lei, em seu artigo 5º, determina que configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero. E em seu parágrafo único afirma que as relações pessoais, enunciadas no referido artigo, independem de orientação sexual. Da mesma forma, o artigo 2º da referida lei aponta que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

A interpretação dos dispositivos legais demonstra que a proteção garantida às mulheres vítimas de violência não se limita a conceitos biológicos, justamente porque visa coibir a violência ou omissão

baseada no gênero, que é um construto social. Dessa forma, independentemente da orientação sexual ou da identidade de gênero da vítima, percebe-se que a Lei Maria da Penha também se aplica às travestis e mulheres transexuais. Ou seja, a orientação sexual ou a identidade de gênero da vítima não pode ser utilizada como argumento válido para a exclusão da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (LMP).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em decisão judicial que determinou o deferimento de medidas protetivas para mulher transexual vítima de violência doméstica, já se manifestou que (TJRJ, 2017, p. 26):

Não pode o Judiciário, pelo menos por ora, enquanto zelosa instituição Republicana, deixar de promover o bem social de forma isonômica e lançar a pecha discriminatória sobre aquela pessoa, detentora de inegável dignidade, embora nascida do sexo biológico masculino, socialmente vivencia a inadequação no papel social do gênero de nascimento, e de forma ativa a identificação ostensiva e correlata do gênero oposto ao do nascimento. A vedação ao retrocesso impõe, por ora, uma interpretação extensiva da lei para alcançar esse segmento social que genericamente se identifica pelo gênero feminino, como forma de promover, no mínimo a elisão de qualquer medida de caráter socialmente excludente.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios também já admitiu proteção extensiva da Lei Maria da Penha à mulher transexual, ainda que não submetida à cirurgia de transgenitalização e sem a alteração definitiva do registro civil, com fundamento nos seguintes argumentos (TJDFT, 2018, p. 119-125): “não há analogia in malam partem ao se considerar mulher a vítima transexual feminina, considerando que o gênero é um construto primordialmente social e não apenas biológico. Identificando-se e sendo identificada como mulher, a vítima passa a carregar consigo estereótipos seculares de submissão e vulnerabilidade, os quais sobressaem no relacionamento com seu agressor e justificam a aplicação da Lei Maria da Penha à hipótese”.

Percebe-se que a LMP não define o sujeito passivo com base no sexo feminino, mas, sim, no fato de ser mulher. Assim, “ser mulher” não se refere somente às mulheres por conta de cromossomos XX, ou

seja, às que nasceram biologicamente como sendo do sexo feminino, mas também abarca juridicamente as mulheres transexuais, pois a violência é direcionada ao papel social desenvolvido na sociedade àqueles indivíduos que se identificam como mulheres.

Portanto, as travestis e mulheres transexuais também estão protegidas pela LMP, sendo dispensáveis, inclusive, a cirurgia de redesignação sexual ou a retificação nos registros civis. Isto porque, não há expressa determinação para tanto no corpo legal, não sendo possível que o Estado condicione a proteção jurídica de uma pessoa vítima de violência a cirurgias complexas ou processos morosos, que nada interferem na expressão de suas próprias identidades.

De outro norte, a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluí-lo no rol de crimes hediondos, também é aplicada às travestis e mulheres transexuais. O feminicídio é a violência mais gravosa voltada contra o gênero feminino, consistindo na retirada da vida das vítimas pelo simples fato de serem mulheres. A alteração legislativa pretende, então, destacar a morte de mulheres em razão de sua condição de gênero em uma estrutura social marcadamente violenta.

Conforme as Diretrizes Nacionais sobre o Feminicídio, o feminicídio transfóbico é aquele no qual se verifica a “morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s) agressor(es) a mata(m) por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição” (BRASIL, 2016, p. 22).

Durante a tramitação do Projeto de Lei suprimiu-se o termo “por razões de gênero” para “por razões do sexo feminino”, em tentativa – felizmente fracassada – de excluir a violência contra travestis e mulheres transexuais do âmbito de aplicação da legislação.

No entanto, “esta alteração não retirou a finalidade de proteção contra a violência de gênero e, portanto, pode a Lei ser aplicada, indiscriminadamente, em favor de todas as pessoas que se comportem como mulher e que exerçam os papéis que a sociedade atribui e reconhece ao gênero feminino” (ZANELLA, MONTEIRO, 2017, p. 63). Ou seja, a análise do dispositivo legal permite concluir que este não era o desejo do legislador e nem o intuito do Projeto que criou a Lei do Feminicídio.

Importante destacar que o Estado não pode se utilizar do Direito e dos sistemas de Justiça como subterfúgios para privilegiar uma

posição moral heterossexual e cisnormativa, provocando a conformação compulsória ou então a invisibilização de sujeitos dissidentes de sexo e gênero. Assim, em respeito à dignidade da pessoa humana, bem como aos princípios da isonomia e da igualdade, assentados na Constituição Federal de 1988, e que devem nortear toda a legislação e a aplicação da lei, não há razões jurídicas para limitar a proteção oferecida pela Lei do Feminicídio às vítimas travestis e transexuais, sendo, pelo contrário, função da legislação a proibição de qualquer tipo de discriminação, inclusive em razão do gênero e da identidade social da vítima.

Por outro lado, há que se fazer uma interpretação sistemática de todo o ordenamento jurídico, sob risco de fomentar a incoerência entre as decisões judiciais expedidas pelo país.

Ora, se doutrina e jurisprudência majoritárias entendem ser cabível a aplicação da Lei Maria da Penha a travestis e mulheres transexuais vítimas de violência doméstica, como já discutido anteriormente, não há consectário lógico apto a sustentar conclusão diversa para o caso do feminicídio, justamente porque ambas as legislações encontram seu fundamento precípua na proteção da mulher – toda mulher – contra o ódio e a violência de gênero.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) já manteve, por unanimidade, decisão do juiz-presidente do Tribunal do Júri de Taguatinga que admitiu denúncia do Ministério Público pelo feminicídio de uma mulher transexual. Na decisão, o TJDFT destaca que (2019, p. 23):

Não se pode deixar de considerar a situação de dupla vulnerabilidade a que as pessoas transgêneros femininas, grupo ao qual pertence a ofendida, são expostas “por um lado, em virtude da discriminação existente em relação ao gênero feminino, e de outro, pelo preconceito de parte da sociedade ao buscarem o reconhecimento de sua identidade de gênero.

Outrossim, ressalta-se a recente decisão paradigmática exarada na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26/DF, na qual restou consignado que a homofobia e a transfobia, qual seja a forma de sua manifestação, enquadram-se nos tipos penais da Lei n. 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Nesse sentido, concluiu-se que as práticas homotransfóbicas qualificam-se como espécies do gênero racismo, na dimensão

de racismo social², na medida em que tais condutas importam em atos de segregação que inferiorizam membros integrantes do grupo LGBT, em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero. Além disso, tais comportamentos caracterizam-se como atos de discriminação infundada e ofensa a direitos e liberdades fundamentais daquele grupo vulnerável.

Tal decisão do STF é um marco na luta contra o preconceito e a discriminação, pois permite que os juízes, promotores de justiça e delegados, possam enquadrar um crime de homofobia ou transfobia no tipo penal do racismo, passando a não haver dúvidas de que condutas preconceituosas contra homossexuais, transexuais, lésbicas e travestis, são consideradas crimes e podem ser punidas nos termos da Lei do Racismo, enquanto o Congresso não legislar especificamente sobre o assunto.

Restou assentada em tal decisão, que a falta de legislação criminal adequada para punir as mais variadas formas de violência, discriminação e preconceito contra a população LGBTI+, por lapso temporal irrazoável e contra os ditames da Constituição Federal (CF, art. 5º, XLI e XLII), tem causado indevida frustração à legítima pretensão dos integrantes da comunidade LGBTQI+ à proteção do Estado, além de injustos gravames que incidem sobre seus direitos básicos, o que constitui arbitrário impedimento ao pleno exercício, por esse grupo vulnerável, da liberdade de projetar sua própria vida e de aspirar à busca da felicidade, em conformidade com sua orientação sexual ou em harmonia com sua identidade de gênero.

Vê-se, portanto, que o Direito e os Sistemas de Justiça necessitam passar por uma mudança de paradigmas, com o acolhimento de novos valores e de uma nova visão de mundo, com o fim de criar uma política de Estado voltada para a consolidação de uma ordem jurídica genuinamente inclusiva, onde pessoas com identidades de gênero não cisnormativas sintam-se protegidas e representadas.

Outrossim, não se pode permitir que as legislações supramencionadas sejam postas à disposição de concepções preconceituosas do dogmatismo jurídico, em verdadeira dimensão transfóbica das

2 A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social, não necessariamente ligado a aspectos biológicos. Para mais, ver: STF, HC 82.424/RS (caso Ellwanger);

decisões judiciais³, uma vez que adotar tal posicionamento seria operar inversões ideológicas nos fundamentos dos direitos fundamentais, ao aplicar normas de garantia para reduzir direitos. Dessa forma, a máxima efetividade das disposições normativas deve ser o objeto central das decisões jurídicas, aplicando-se a lei existente em todos os casos de violência de gênero, inclusive quando são vítimas mulheres transexuais.

Conclusão

As violências direcionadas às travestis e mulheres transexuais têm por bases centrais, o preconceito e a discriminação irracional que são ocasionadas pela quebra nos padrões esperados de gênero, ou seja, pela recusa em seguir padrões pré-estabelecidos pela sociedade patriarcal, que reconhece apenas um tipo de identidade, a cisgênera, como modelo supostamente normalizado e naturalizado a ser seguida.

O sistema de justiça não passa incólume ao simbolismo de gênero e ao patriarcado. Assim, as leis devem ser interpretadas de forma a não perpetuar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociedade, e, assim, conseguir alterar as estruturas que tornam as mulheres ainda mais vulneráveis e propensas a sofrer violência. Portanto, leis que têm por finalidade a proteção da mulher, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio devem abarcar como vítimas todas as categorias de mulheres, nela incluídas as mulheres transexuais, que também sofrem com as estruturas de poder decorrentes do patriarcado presentes na nossa sociedade.

O direito não pode mais ser utilizado para produzir desigualdades baseadas no gênero, com mecanismos de controle sobre os corpos das mulheres, e com determinações sobre como deve ser a identidade das mulheres, e nem restringir ainda mais direitos, com a finalidade falaciosa de proteção da honra e da família. Conclui-se que a Lei Maria

3 “A hipótese que orienta a investigação é a de que o discurso jurídico tradicional (dogmática jurídica) se sustenta em profundas bases de preconceito sexual e de gênero, o que permite verificar uma dimensão lgbtfóbica nas decisões judiciais. A lgbtfobia judiciária é uma especificidade da lgbtfobia institucional ou burocrática perceptível em decisões que negam direitos fundamentais ou reduzem sua eficácia ao mínimo a partir de uma interpretação heteronormativa do direito que legitima a condição de abjeto (sujeito desprovido de direitos) dos dissidentes sexuais e de gênero” (CARVALHO et. AL, 2018, p. 154).

da Penha e a Lei do Feminicídio devam ser aplicadas a todas as categorias de mulheres, nelas incluídas as mulheres transexuais, sob pena de se perpetuar a discriminação e a violência em razão do gênero. Da mesma forma, afigura-se correta a interpretação da Lei do Racismo às práticas transfóbicas, sendo mais um elemento para punir as violências direcionadas aos corpos trans.

Além do mais, como salientado, não bastam as previsões legais sem a sua efetiva aplicação ao caso concreto. Dessa forma, não só os operadores do Direito devem estar cientes da aplicação abrangente das disposições legais, buscando a real efetividade da norma, mas também os Poderes Públicos devem estabelecer mecanismos aptos e seguros para contabilizar os casos de violência direcionados a essa população, assim como para que sirvam de subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à efetivação da dignidade humana.

Assim, percebe-se que todas as legislações acima mencionadas devem ser utilizadas em sua máxima efetividade, abandonando conceitos biológico-excludentes – que já não se enquadram no espectro protetivo garantido pelo valor axiológico da Dignidade Humana na Constituição Federal de 1988 –, para caminhar rumo à proteção contra a violência de gênero de todas as mulheres em território nacional.

Referências

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bomfim (orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/transfeminicidio_berenice_bento.pdf.

BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a Escola**: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRGS, 2009.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019, 287p.

CARVALHO, Salo de. Et. al. A manutenção de mulheres trans em presídios masculinos: um caso exemplar de transfobia judiciária. In: FERREIRA, Guilherme Gomes (org.). **Sexualidade e gênero na prisão:** LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal. 1ª ed. Salvador: Editora Devires, 2019.

FACCHINI, Regina. Sexualidade, sociedade e diferenças: refletindo sobre a discriminação e a violência contra LGBT no Brasil. In: PASSAMANI, G. R. **(Contra) Pontos:** ensaios de gênero, sexualidade e

diversidade sexual. O combate à homofobia. 1. ed. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2012. v. 1. 176p.

FÉLIX, Ynes da Silva; NASCIMENTO, João Pedro Rodrigues. Refúgio LGBTI: reconhecimento e proteção no Brasil e na Argentina. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito.** v. 5, 2019, p. 1-21.

GADENZ, Danielli. A insuficiência da tutela jurídica das identidades humanas e a necessidade de flexionar fronteiras. **Revista Videre.** Dourados, v. 12, n. 25, set. / dez. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019:** Relatório do Grupo Gay da Bahia. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012.

MELLO, Adriana Ramos de; PAIVA, Livia de Meira Lima. **Lei Maria da Penha na prática.** Revista dos Tribunais, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho**. Brasília: OIT, 2015.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil**: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 71-99, jul. – dez. 1995.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*. Cuiabá, v. 3, n. 10, abr. / jun. 2020.

STF, Tribunal Pleno, **ADIN 26/DF**, Relator Min. Celso de Mello, Julgamento: 13.06.2019.

TJDFT. **Acórdão n. 1089057, 20171610076127RSE**, Relator: GEORGE LOPES 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 05/04/2018, publicado no DJE: 20/04/2018. Pág.: 119/125.

ZANELLA, Everton Luiz; MONTEIRO, Nathalia Gomes. O sujeito passivo do feminicídio. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**. São Paulo, 2017.

“UM DIA A MINHA LIBERDADE CANTA”: PRIVAÇÃO DE LIBERDADE COMO EXPRESSION DA NECROPOLÍTICA DE GÊNERO

Larissa Ferreira Nunes

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, larissafnpsico@gmail.com;

Tadeu Lucas Lavor Filho

Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, tadeulucaslf@gmail.com;

Jéssica Silva Rodrigues

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, jsrodriguespsi@gmail.com;

Carla Jéssica Gomes de Araújo

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - UFC, carlajessica.cjag@gmail.com;

João Paulo Pereira Barros

Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará - UFC, joaopaulobarros07@gmail.com.

Resumo

Objetiva-se analisar os efeitos da privação de liberdade no cotidiano de adolescentes mulheres a quem recai a pecha de “envolvida”. As novas dinâmicas da violência urbana no Ceará e a política punitivo-penal estatal, têm contribuído para o aumento da privação de liberdade e assassinato do público feminino,

sobretudo a partir do enquadramento de envolvimento com o tráfico de drogas. Tal pesquisa é um desdobramento da dissertação “Quando vi, tava envolvida”: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. Utilizamos perspectivas da psicologia social em diálogo com outras correntes teóricas que versam sobre violência urbana e gênero, sobretudo feministas negras. Elegeu-se a cartografia como tipo de pesquisa-intervenção para acompanhar as relações de poder-saber-Subjetivação em torno da vida das participantes. Além disso, a entrevista narrativa e diários de campo foram ferramentas de colheita de dados. Por fim, a análise ocorreu sob a égide da cartografia. Dentre os efeitos analisados, destacamos: trajetórias são constituídas sob o signo da desigualdade; incremento e fortalecimento de facções criminosas, em que tornam a mulher “território” de disputa e de exercício performativo de poder, sobretudo ao assassiná-las; aprisionamento à céu aberto e internalização do “viver acuado”; outro destaque refere-se à condição máxima de precarização em que se encontram as vidas das adolescente. Essas situações são expressões de uma necropolítica de gênero. Por fim, aponta para necessidade de olhar interseccionalmente para formulações de políticas públicas e uma psicologia atenta aos efeitos psicossociais no cotidiano das ditas “envolvidas”.

Palavras-chave: Adolescência, Socioeducação, Gênero.

Introdução

Esta pesquisa tem como campo de problematização as dinâmicas da violência urbana na cidade de Fortaleza e seu entrelaçar com as adolescentes a quem recai a pecha de “envolvida”. Envolvida, diz respeito ao enquadramento discursivo no suposto envolvimento com tráfico de drogas e com “facções criminosas”, grupos criminosos que disputam territórios e os mercados ilegais de drogas e armas na cidade (BARROS *et al.*, 2019). Análises psicossociais acerca da violência urbana no Ceará aponta a política de guerra às drogas, as políticas de privação de liberdade e o aumento sistemático de torturas seguida de assassinato de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência urbana no Ceará como expressões da necropolítica à brasileira (BARROS *et al.*, 2019; NUNES, 2020/ SOUSA, 2020). A necropolítica é um categoria fundada por Achille Mbembe (2017), segundo este, ela remete a possibilidade de exercer o poder político social e individual da gestão da vida e da morte em larga escala. Não à toa que Fortaleza tem sido a capital nos últimos dois Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) em que adolescentes mais tem sido assassinados (MELO E CANO, 2017).

Dentre essas mortes, destacamos a forma brutal como adolescentes e jovens mulheres são torturadas, filmadas, mortas e têm essas cenas divulgadas em redes sociais com o intuito de “atingir” homens de facções rivais (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020), reflexo histórico da forma como a mulher é objetificada e subordinada ao patriarca (SAFIOTTI, 2001). Quando observamos o perfil destas jovens mortas, observa-se a presença do machismo e do racismo sexista à brasileira (GONZÁLEZ, 1984). A partir disso, fazemos uma leitura genderizada da necropolítica, sobretudo a partir de Sagot (2013), a qual implica novas configurações de gestão e produção de morte das existências que se aproximam do feminino.

Diante dessas problemáticas, têm-se como objetivo analisar os efeitos da privação de liberdade no cotidiano de adolescentes mulheres a quem recai a pecha de “envolvidas”. Por meio de uma cartografia como tipo de pesquisa-inter(in)venção (BENÍCIO *et al.*, 2018), tomamos como analisadores (LOURAU, 2013) cenas narradas em entrevistas por adolescentes privadas de liberdade. Para essa análise, partimos de articulações teóricas entre diferentes autores e autoras que discutem

sobre adolescências/juventudes, violência urbana e Psicologia Social, sobretudo com críticos à colonialidade e perspectivas feministas. A Psicologia Social é um corrente teórica que problematiza os modos de subjetivação, as produções de desigualdades sociais e seu enfrentamento (MAYORGA; RAZERA; PEREIRA, 2009). Aliada as discussões da Psicologia Social, utilizamos a noção de necropolítica e produção de mundos de morte de Mbembe (2017) em discussão com Montserrat Sagot (2013) em sua leitura genderizada acerca da necropolítica. Além disso, perspectivas feministas tais como Judith Butler e seu debate sobre vidas precárias, feministas negras em sua discussão sobre interseccionalidade, como Carla Akotirene, Sueli Carneiro e Leila González.

Vale ainda ressaltar que essa pesquisa é um desdobramento da dissertação “Quando vi, tava envolvida’: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade”, ligada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. As seções a seguir estão divididas da seguinte maneira: apresentação do percurso metodológico, resultados e discussões acerca dos efeitos que a condição de privação de liberdade no cotidiano de adolescentes e jovens mulheres e por fim as considerações finais com fechamento dos principais achados na pesquisa.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa cartográfica com adolescentes e jovens mulheres em cumprimento de medida socioeducativa em Fortaleza, Ceará. Para tanto, articula-se pistas do método da cartografia apontadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2010) e Passos, Kastrup e Tedesco (2014), à noção de interseccionalidade como dispositivo ético-político e analítico. A interseccionalidade visa, segundo Akotirene (2018, p. 14) “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas”, sobretudo pelo cruzamento e sobreposição de raça, gênero e classe, aparatos coloniais atualizados historicamente.

Elegeu-se o único Centro Socioeducativo destinado a adolescentes a quem se atribui o cometimento infracional como *lócus* de pesquisa. Nessa instituição encontra-se todas as medidas de restrição

ou privativa de liberdade. Dentre os critérios de inclusão (ter mais de 15 anos, declara-se como atuante no tráfico de drogas) e de exclusão (ter alguma incapacidade de fala), 10 adolescentes aceitaram participar da pesquisa. Dentre as menores de 18 anos, além de seu próprio interesse, foi solicitado autorização dos responsáveis legais que faziam visitas periódicas as participantes. Desse modo, foi respeitado todos os preceitos éticos do Comitê de Ética de Pesquisa, aprovado sob o parecer: 3.398.916.

Como instrumentos de co-produção e colheita de dados, foi utilizado diários de campo e entrevistas narrativas com essas adolescentes. Os diários de campo consistiu em anotações dos dias de visitas da autora a instituição, com anotações das relações de poder-saber-Subjetivação envolta da institucionalização (PASSOS; KASTRUP, 2014). A respeito da entrevista narrativa, sob o manejo cartográfico, visou coletivizar as experiências das interlocutoras, elencar em cenas episódicas narrativas que se assemelhavam, assim como também, a produção de novos sentidos e ideias (agencimanetos coletivos) ao revisitar memórias e o plano coletivo de forças dos modos de subjetivação destas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

A análise de dados também ocorreu pela inspiração do *ethos* da cartografia, a qual, segundo Barros e Barros (2014), atravessa todo o percurso da pesquisa, posto que inserir-se no território, pesquisar e intervir são processos que permeiam toda a investigação de modo a ser inseparado do analítico. Aliada a essa perspectiva, a interseccionalidade perpassa por esse manejo, com o intuito de indentificar as sobreposições de opressões e privilégios que fecundam os cotidianos e processos subjetivos das participantes. Além disso, tomamos as narrativas da jovens e didaticamente apresentamos alguns efeitos que entrecruzam-se nos difernetes cotidianos das jovens, mas que rizomaticamente estão conectados. Estes efeitos são vistos como acontecimentos-analisadores por provocarem análises, rupturas e explicitação de elementos psicossociais (LORAU, 1993). São eles: a desigualdade social que produz suas adolescências e culmina na privação de liberdade; incremento e fortalecimento das facções criminosas que cada vez mais utilizam as mulheres em seus jogos de poder e disputa; a sensação de aprisionamento dentro e fora do centro socioeducativo, o qual culmina em um “viver acuado” e a condição de máxima de precarização das vidas que estão submetidas as existências dessas jovens.

Resultados e discussão

“Eu não tive adolescência não, mulher! Se eu tive, eu nem me lembro”, disse Loirinha, nossa primeira interlocutora. Narrativa essa que se repetiu nas outras nove entrevistadas. Em geral, por ainda na infância trabalharem ilegalmente para ajudar no sustento financeiro de casa e que crescem com o tráfico de drogas e operações policiais cotidianamente, esses fenômenos são situações naturalizadas em seus cotidianos. São infâncias e adolescências constituídas onde o Estado Penal Punitivo está presente em detrimento do Estado Garantidor de direitos. Nas periferias de Fortaleza, a intensificação do policiamento ostensivo corrobora para a gestão da miséria, penalização da pobreza e do monopólio da violência como um mercado rentável, a exemplo das prisões e programas policiaescos (DAVIS, 2018; BORGES, 2018).

Nos conta Lorin, mais uma entrevistada, como entrou no tráfico de drogas: “É, tinha um cara lá que chamou meu irmão pra vender droga [...] meu irmão não quis, aí eu pensei assim ‘se meu irmão não quer, eu vou aproveitar essa oportunidade’. Que era pra ganhar dinheiro. Aí eu ‘ei menino, bota eu no lugar dele. Ele não vai querer’”. E assim Lorin, vendo o tráfico como uma oportunidade de “mudar de vida” passa a participar desse mercado. Entretanto, assim como Loirinha, Paul, Pérola e outras entrevistadas, o trabalho infantil e a evasão escolar foram visto como fatores de vulnerabilização e de visibilização dos “chefes” do tráfico local para usar da força de trabalho destas. Em geral, há um trabalho feminizado para as jovens no tráfico que as colocam em condição de maior vulnerabilidade, tais como “mula” (fazer o itinerário de algo) e empacotar a droga (SOUZA, 2015; BOITEUX, 2016). São divisões de tarefas que contribuem para a inscrição das adolescentes em atividades ilícitas e, conseqüentemente, na privação de liberdade destas.

Além disso, dentre os efeitos psicossociais que tem corroborado para a privação de liberdade e o assassinato de adolescentes e jovens mulheres em Fortaleza, pesquisas destacam a atuação das facções criminosas que se instalaram, tais como Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN) ou nasceram no Ceará, como a Guardiões do Estado (GDE) (PAIVA, 2019; BARROS *et al.*, 2019; NUNES, 2020). Sobre o belicismo entre facções, Pérola contou que já foi sequestrada por integrantes de facções rivais

que tinham o intuito de atingir seu namorado ao fazer algo com ela. Por coincidência, ela foi liberada devido seu pai ser um dos “chefes” dessa facção. Essas mesmas pesquisas também colocam que mesmo anteriormente as facções, sobretudo na época das gangues de bairros que disputavam o tráfico de drogas local, a resposta estatal diante do avanço da violência urbana no Ceará foi fortalecer políticas ostensivas, militarizadas e de segurança punitiva, diante da queda de recursos para políticas socioassistenciais e de prevenção a violência (CEDECA, 2019).

Esses integrantes de facções se utilizam dos processos de gênero institucionais para “convidarem” as adolescentes, nos diz Marta sobre entrar no tráfico “Aí que eles quer mesmo menina, que não chama muita atenção. Homem não, homem já é mais fácil, aí o policial ver e já pode abordar. Né sempre que tem perfem na viatura pra abordar menina, entendeu?” (Marta, 2019). Lorin também contou que dificilmente sofre revista policial, enquanto os jovens precisam esconder as drogas na areia para não serem “pegues em flagrante” na hora da revista.

Outra dimensão que esses chefes de facções utilizam das adolescentes refere-se aos relacionamentos e jogos de poder entre quem faz parte da facção a mais tempo, fazendo com que as adolescentes assumam por atos ilícitos que não cometeram. Duda foi uma dessas adolescentes que se encontravam no Centro por assumir “B.O.” de um jovem maior de idade: “O meu namorado tava traficando, num era dele as droga era dum cara aí nós tava lá na parada, nós já ia sim-bora, aí as polícia chegou aí ele disse assim ‘se entrega porque eu sou de maior e tu diz que as droga é tua’ aí eu tive que falar”. Em contraponto, ao mesmo tempo que as mulheres são usadas, sobretudo devido a ideia cristalizada de que a mulher tem mais responsabilidade e ganha maturidade mais rápido do que os homens, foram dito pelas adolescentes que isso tem contribuído para a inserção de mulheres em cargos chefia. Nos conta Lilian:

Elas ficam em qualquer canto, hoje em dia. É comum hoje em dia. Pra mim hoje em dia o crime é comum. [chefiar] é um cargo muito pesado, é um cargo muito pesado. Mas hoje em dia, a mulher tem mais cabeça que o homem. Tem muita mulher que pensa mais do que o homem. Pensa mais que o homem, tem mais

cabeça que o homem. é reconhecida como qualquer outra pessoa.

Além disso, destacamos dentre os impactos da masculinidade hegemônica nas relações de poder-saber-Subjetivação nas tramas da violência urbana, a forma brutal como as adolescentes tem sido assassinadas nas dinâmicas da violência e a instrumentalização genderizada de seus corpos, são atitudes que os jovens de facções encontram nos *modos operandi* desses grupos a possibilidade para exercer uma masculinidade que coloca o feminino como território de disputa e performático de poder, constrói, assim um regime de terror que “decreta” a morte destas (SAGOT, 2013). Por isso, o outro efeito que apontamos é que as relações de poder dessas facções atuam dentro e fora das instituições de privação de liberdade. A exemplo dos seus mecanismos de controle dentro da instituição, quando uma adolescente chega ao Centro Socioeducativo as demais perguntam de que “áreas é” para saber a que facção “pertence” (que facção comanda o bairro em que reside). Como nos diz Japa, ela responde dentro e fora da instituição: “Eu falo é [local de moradia retirado] e faço símbolo da minha facção”. Acerca disso, Chinesa, mais uma interlocutora, nos conta que um dos juramentos no batismo (inscrição oficial na facção) é não negar a “camisa” (facção), contudo, como estratégia de sobrevivência não sai contando a todas que facção faz parte, pois sabe que existe rivalidade que pode culminar em ameaça e até assassinato.

É importante destacar que as relações de opressões sociais com as mulheres são históricas, e que a produção dos corpos desimportantes feminizados/genderizados é permeada pelo racismo, como destaca Grada Kilomba (2018) ao analisar a mulher negra como o Outro do Outro na sociedade quem tem o homem branco, hétero, burguês, europeu ou norte-americano como modelo hegemônico de humanidade. Fazendo com que tecnologias mortíferas fabriquem os corpos dissidentes como morríveis e matáveis (GOMES FILHO *et al.*, 2021). Isso também acarreta na sensação de insegurança, sobretudo devido as disputas territoriais entre as facções e a segregação espacial que já existia com jovens das periferias do capitalismo (BARROS *et al.*, 2019).

Novinha, uma jovem que em seu primeiro ato infracional foi apreendida, nos diz do medo que é viver como mulher no meio do belicismo cearense, em suas palavras: “Às vezes a gente vê assim, né? Com outros olhos, é com medo de sair certo horário, só... não sei.[...] É difícil, né? Viver assim, que a gente tem medo de sair pra certo canto,

complicado”. As subjetividades das participantes são constituídas pelo “viver acuado” (PASSOS; CARVALHO, 2015) em decorrência do medo diante da lógica de inimizade entre as facções e diante do próprio enquadramento da “envolvida” que popularmente torna suas vidas indignas e não passíveis de luto (BUTLER, 2016). Entre as disputas masculinas exercidas pelo Estado com envolvidos, que corrobora para o extermínio da juventude negra no Brasil, e das facções contra outras facções, observa-se a produção do corpo feminizado como forma do exibicionismo do “cabra macho” faccional no Ceará. O Estado que insiste em matar filhos de mulheres negras moradoras de margens urbanas (RODRIGUES, 2019) e os integrantes das facções que ao torturarem as adolescentes querem “mandar um recado” como nos diz Pérola, outra interlocutora, para a facção que “comanda” o território que a adolescente reside.

No entanto, seria simplista atribuir somente as facções o seu exercício necropolítico genderizado, quando na verdade há uma lógica machista e racista, como já apontamos, que estrutura as relações as relações sociais. Maria Lugones (2014), ao utilizar-se das noções da colonialidade do poder, do ser e saber dos estudos críticos à colonialidade do Grupo Modernidade/Colonialidade, especialmente a partir de Aníbal Quijano e Walter Dignolo, propõe a colonialidade de gênero para visibilizar a instrumentalidade do gênero como fundante do sistema mundo moderno colonial.

Nesse sentido, a colonialidade, perpetuação do colonialismo na atualidade, tornou-se uma ferramenta normativa, uma máquina de produção da diferença e da humanidade. Especificamente sobre a colonialidade de gênero, prepositiva da necropolítica de gênero, diz respeito aos exercícios de poder inter relacionados que fundam o gênero a partir de uma noção dicotômica, hierárquica e euro-antropocêntrica que ontologicamente organiza o mundo em categorias separáveis e homogêneas. Cabe salientar que o gênero em sua intersecção com a raça como categorias analíticas foram apontadas por Aníbal Quijano, contudo, há uma diferenciação no raciocínio de Lugones acerca da centralidade do gênero na fabricação da modernidade.

Ainda que eu acredite que a colonialidade do gênero, como Quijano cuidadosamente a descreve, nos mostra aspectos muito importantes da intersecção de raça e gênero, seu quadro refaz o apagamento e a exclusão das mulheres colonizadas da maioria das

áreas da vida social, em vez de trazê-las de volta à vista. Em vez de produzir um rompimento, ele se acomoda no reducionismo da dominação de gênero. Ao recusar a lente do gênero quando caracteriza a inferiorização das anafêneas pela colonização moderna, Oyewùmi deixa clara a extensão e o alcance de tal inferiorização. Sua análise do gênero como construção capitalista eurocêntrica e colonial é muito mais abrangente que a de Quijano. Ela nos deixa ver a inferiorização cognitiva, política e econômica, mas também a inferiorização das anafêneas com respeito ao controle reprodutivo (LUGONES, 2014, p. 41, tradução nossa).

Desse modo, o diferencial da colonialidade de gênero é a inseparabilidade analítica entre a raça, gênero e colonialidade na formulação dos corpos em que o Estado tem historicamente protegido ou deixado a “mercê” em mundos de morte (SAGOT, 2013; MBEMBE, 2017).

Essa contextualização é importante para compreendermos as discussões propostas por Butler (2019) acerca dos marcos de reconhecimento e suas estruturas reiterável, a qual por meio da repetição, afirmam e rompem novas possibilidades de reconhecimento ou em sua estabilidade de vidas vivíveis ou vidas indignas. Assim como também é interessante para entendermos que vidas estão em condições mais precarizadas e que vidas estão mais protegidas. A noção butleriana de precaridade, ajuda-nos a analisar a distribuição desigual dos “estados” da vida, da volúpia punitiva penal que corrobora para o fortalecimento dos grupos criminosos em determinados territórios, da condição vulnerável em que o feminino se encontra, e, sobretudo, da condição máxima de precarização da vida em que as adolescentes estão submetidas (BUTLER, 2016).

Segundo Judith Butler (2016, p. 15) o sujeito é historicamente constituído dentro de normas e organizações sociais, políticos e econômicas que maximizam a condição precária e de vulnerabilidade de certas existências e as minimizam para outros. Em situações democráticas, caberia ao Estado o papel de minimizar as condições em que se encontra populações em maior vulnerabilidade, entretanto, observa-se que populações alvos que se encontram em zonas precárias, continuam em um nicho impossível de acender essa posição. O Estado, como indutor ou protetor dessa precarização produz condições (in) dignas de vida, de humanização (as vidas protegidas)

e de desumanização (vidas negligenciadas). Por exemplo, uma pesquisa coordenada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA, 2020) observou o baixo investimento em políticas públicas garantidoras de direitos de crianças e adolescentes, como isso tem afetado sobretudo infâncias e adolescências femininas, contribuindo ainda mais para a desigualdade de gênero e para a “feminização da pobreza” (CARNEIRO, 2011).

Alguns estudos articulam esse processo de feminização da pobreza com a inscrição de mulheres ao mercado de drogas, além disso, apresentam também a seletividade penal para com mulheres negras presas presas por tráfico de drogas, mantendo ativa a engrenagem que “mói” mulheres pobres, negras e habitantes de margens urbanas (MEDEIROS; COSTA, 2008; BARCINSKI; CÚNICO, 2016; BORGES, 2018; BARROS et al, 2019).

Segundo Montserrat Sagot (2014), a ascensão do neoliberalismo nas atuais democracias funciona sob a lógica da colonialidade do poder, do (neo)liberalismo político e do desfasamento do Estado garantidor de direitos sociais. Essa mudança ocasionou o alargamento abrupto da desigualdade e, conseqüentemente, da violência. Por isso, há em voga um projeto neocolonialista, atualizada na racionalidade neoliberal, por consequência, corrobora para pauperização do Estado de Bem-Estar Social e para expressões necropolíticas que gerenciam vidas e mortes (BROWN, 2019; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Cabe ainda ressaltar que as estruturas neocoloniais e necro-neoliberais, têm acentuado a necropolítica genderizada, nas quais as mulheres são historicamente alvos de políticas de extermínio devido ao aumento populacional, sobretudo de pessoas negras, além de prodizidas zonas de morte em que a sobre-vida é uma realidade em diferentes favelas brasileiras (GONZÁLEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2019).

Portanto, quando a vida de adolescentes e jovens mulheres estão sendo interrompidas, mortes essas que podem ser evitadas, mas que continuam a morrer ou que a condição de precariedade e vulnerabilidade não são minimizadas pelo o Estado, “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis”.” (BUTLER, 2016, p. 53). Falamos então que o Estado tem sido uma instituição que corrobora para essa necropolítica de gênero, em produzir discursos que reverberam políticas mortíferas para as existência-corporeas

que são atravessadas pelo sexo/gênero feminino (GOMES FILHO *et al.*, 2021).

Considerações finais

Nessa pesquisa abordamos os efeitos da privação de liberdade no cotidiando das adolescentes a quem recai o enquadramento de “envolvida”. Os acontecimentos-analisadores identificados a partir das análise cartográfica interseccional, apontaram para a produção de vidas constituídas pelo signo da desigualdade; o incremento e fortalecimento das facções criminosas, que dentro e fora das instituições de privação de liberdade, produzem mecanismos de controle e de coersão, sobretudo para que essas adolescentes assumam por atos ilícitos que os rapazes tenham cometido; a sensação de aprisionamento constante, o qual culmina na subjetivação do “viver acuado” diante da incerteza da vida e ainda discutimos sobre as formas como o Estado construiu para indução de máxima condição precária que as adolescentes estão submetidas. As malhas necropolíticas genderizadas oscilam que vidas devem morrer e quais devem ser geridas a serviço do capital. Essa condição social e politicamente construída por formas de dominação que operam em diferentes dimensões da vida, sobretudo pela exposição precoce a violência, violações de direitos, pobreza, subalternidade corroboram para a aniquilação de de adolescentes e jovens mulheres no Ceará.

Essas discussões versam a partir de pressupostos da Psicologia Social e pela lente de leituras feministas a luz da interseccionalidade, esse diálogo epistemológico permitiu enxergarmos modernos aparatos coloniais sobrepostos. Nesse sentido, esse campo de saber social, toma a produção de subjetividades, grupalidades e territorialidades como tema de estudo e prática. Aliada as leituras de diferentes correntes feministas, contribuiu para a leitura da produção de existências feminizadas, genderizadas, tidas como frágeis, déceis e vítimas do sexismo racista brasileiro que historicamente despersonaliza suas vidas.

Por fim, sustentamos a premissa de que a privação de liberdade tem contribuído para uma maior vulnerabilização e risco diante os jogos de poder que engloba as tecnologias mortíferas genderizadas e racializadas. A violência colonial, a qual culmina as adolescentes como Outro do Outro, desumanizadas, fabrica subjetividades subjulgadas

e objeto de performance masculinistas, contribuindo, dessa maneira, para um ciclo de saídas e retornos as instituições de privação de liberdade e cada vez mais, tornanodo-as “dependente” do tráfico de drogas como meio de conseguir renda para sustentar a si e suas famílias. Cabe, portanto, construir/fortalecer políticas públicas e discursos que atuem/atuem na contramão das que enquadram essas adolescentes como a-bjetas, mas que corrobore para a diminuição de desigualdade, da feminização da pobreza e da volúpia punitiva que anseia a privação de liberdade.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BARCINSKI, M.; CÚNICO, S.D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 59-70. 2016.

BARROS, J. P. P., *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488. 2019.

BENÍCIO et al, 2018. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 (núm.esp.2.), 192-207, 2018.

BOITEUX, L. Encarceramento feminino e seletividade Penal. **Rede de Justiça Criminal: Discriminação de gênero no sistema penal**, n. 9, p. 5-6, 2016. Disponível em <<https://redejusticacriminal.org/pt/portfólio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. (Cunha, A. M., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política anti-democrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011. (Coleção Consciência em debate).

CEDECA, **Nota técnica - Infância, gênero e orçamento público no Brasil**. Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2020/07/Nota-Tecnica-Infancia-Genero-e-Orcamento-Publico-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

DAVIS, A. Y. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES FILHO, A. S. *et al.* E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Ver. Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1,, p. 276-297, 2021.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, v.1, n.1, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURAU, R. **A análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. *et al.* **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MAYORGA, C. Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. **Athena Digital**, v. 14, n. 1, p. 221-236, 2014.

MAYORGA, C.; RAZERA, E. F.; PEREIRA, M. S. (Orgs.). **Psicologia Social: sobre Desigualdades e Enfrentamentos**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. O que entendemos por feminização da pobreza? **Centro de Pobreza**, n. 58, p. 1-2, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1304/1268>>. Acesso em: 15 jul 2018.

MELO, D. L. B. e CANO, I. **Índice de homicídio na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2017.

NUNES, L. F. **“Quando vi, tava envolvida”**: atravessamento da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. 2020. 243f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

PAIVA, L. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Ceará. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 85, 165-184, 2019.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RODRIGUES, J. S. **Testemunhas da necropolítica**: implicações psicosociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães. 2019. 171f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2019.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**. 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>> Acessado em: 01 nov. 2020.

SAGOT, M. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. *In*: CAROSIO, A. **Feminismos para un cambio civilizatorio**. Fundación Celarg, CLACLO, Centro de Estudios de la Mujer, Caracas-Venezuela, 2014. p. 39-66.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 16, p. 115-136, 2001.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. B.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femigenocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

SOUZA, M. E. M. C. S. S. **As mulheres e o tráfico de drogas**: linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil. Dissertação de mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, Brasil. 2015.

A COR DO SISTEMA PENAL: RACISMO, SELETIVIDADE E ENCARCERAMENTO

Leonardo do Prado Gama

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGD/UFMT), leonardopradowgama@gmail.com;

Resumo

O presente trabalho possui como objetivo principal analisar, mesmo de que de forma breve, as especificidades que há por detrás do sistema penal brasileiro, percebendo a seletividade latente da qual é constituída a lógica punitiva moderna, tendo com um dos fatores que a atravessam, o racismo em sua modalidade institucional, roupagem que esse fenômeno toma para si, ao adentrar de forma silenciosa, as diversas instituições que compõe o que entende-se por sistema jurídico-penal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com cunho bibliográfico, com análise de casos em que a seletividade se manifestou de forma clara. Desse modo, com este trabalho, procura-se desconstruir o mito do direito penal igualitário, contribuir com a discussão e instigar o aprofundamento no fato de que os sistema penal brasileiro age de forma diferenciada quando se trata de grupos específicos da sociedade.

Palavras-chave: Seletividade, Racismo, Sistema Penal.

1 - Introdução

O Brasil, desde o seu “descobrimento” até os tempos atuais, passou por diversas mudanças até se tornar o Estado Democrático de Direito que hoje é. Passou por um período colonial, por um longo regime escravocrata, por ditaduras, por diversos regimes, e o Direito Brasileiro foi se constituindo e solidificando durante esses diversos períodos. Não há como ignorar que tais períodos influenciaram o que temos hoje em dia do Direito Brasileiro.

Dentre tais influência, se faz necessário voltar aos olhos para a constituição que tem-se do direito penal contemporâneo, ou melhor, de sua sistemática como um todo, o conjunto chamado por doutrinadores de sistema penal, o que envolveria toda lógica penal, forças policiais, o encarceramento, a parte do poder judiciário com competência penal, bem como o Ministério Público.

O sistema penal é instrumento do Estado para, ao mesmo em tese, buscar proteger os bens jurídicos que seriam, teoricamente, de grande relevância para a população. O referido sistema carrega consigo a possibilidade de realizar controle social, tendo assim um impacto gigantesco na vida de cada cidadão, ante o poder de restringir o direito à liberdade.

Desse modo, espera-se que a aplicação do sistema penal seja feita com extrema cautela e sendo observados todos os procedimentos garantidores do devido processo legal e observação aos direitos fundamentais, para que não ocorra a penalização desmerecida de uns e o favorecimento de outros.

Importante ressaltar que, ao falar se de sistema penal entende-se que o mesmo possui sua função e o seu funcionamento, cada um de forma distinta, a função do sistema penal é baseado em como o sistema deveria funcionar, quais as suas finalidades, em contrapartida o funcionamento é como na prática as finalidades estão sendo exercidas.

Em outras palavras, a função para qual o sistema penal foi constituído diverge quase que por inteiro do funcionamento atual do sistema, ou seja, ao invés de seguir as funções constituídas, o sistema faz o contrário.

É o chamado por Vera Regina como sistema penal subterrâneo e sistema penal aparente, conclui pela existência de “um sistema penal

subterrâneo” funcionando sob um “sistema penal aparente”, e que a articulação das instâncias judiciais com níveis de maior discricionariedade, como a polícia, opera sistematicamente na região em função da seletividade classista do controle social (ANDRADE, 2012, pg.55)

Logo, depreende-se que o sistema penal possui uma lógica subjacente ao que é aparentemente exposto para a sociedade, a articulação envolvendo o sistema penal subterrâneo seria o controle social e a lógica genocida que impera em face de determinados grupos sociais.

De outro lado, de forma aparente o sistema penal se põe como a instituição que zela pela segurança, que busca a ressocialização e que age na função de proteger “os cidadãos de bem”, sem demonstrar que a sua função subterrânea é de higienização social e manutenção da sistemática de opressão social.

Desta feita, o cerne do presente estudo é evidenciar essa lógica subterrânea em que o sistema penal se baseia, e como tal lógica é atravessada pelo fenômeno do racismo e privilegia pessoas brancas, em detrimento de pessoas negras, fato que resulta na cor do sistema penal.

A presente trata-se de uma pesquisa qualitativa, com consultas bibliográficas e processuais, sendo dividida em duas partes, tendo enquanto marco teórico os estudos envolvendo a criminologia crítica, que busca desvendar a real função por detrás do direito penal e suas sistemáticas.

A primeira parte, será destinada a construção histórica no Brasil, desde a colonização até os dias atuais. Em segundo momento, trata especificadamente do conceito que envolve a seletividade do sistema penal, bem como a influência do racismo institucional em sua solidificação.

E como conclusão, será abordada a consequência de todas essas questões, qual seja, o encarceramento em massa de pessoas negras, fator que demonstra e confirma a cor do sistema penal, bem como aponta para necessidade de uma (des)construção desse sistema penal.

1.1 – Do Brasil colônia ao Brasil república: aspectos importantes da construção brasileira

O Brasil, país que assim denominamos, nem sempre foi tal qual vivemos e conhecemos; antes da declaração de sua independência,

o Brasil foi primeiramente uma colônia portuguesa, somando-se 322 anos de Colônia.

Somente em 1822, o Brasil se desvencilhou de Portugal para ser um estado soberano, pós independência, a forma de governo adotado foi a monarquia, passados 67 anos, declarou-se a Republica, que se matem até hoje.

Durante o período colonial, o Brasil era totalmente submisso a coroa portuguesa, e assim sendo, o Direito, a ética, a moral e os costumes também eram espelho da metrópole. Durante aproximadamente os quatros séculos seguintes à chegada dos portugueses ao Brasil, do início do século 16 até o final do 19, essas ordenações impuseram à sociedade a organização europeia que condicionou sua construção histórico-democrática. (ZIMMERMANN, 2014, pg. 74).

Desse modo, o direito brasileiro foi totalmente influenciado pelas diretrizes eurocêntricas, sobretudo, no período que foi marcado pela expropriação territorial, exploração de trabalho, entre outros.

No tocante ao sistema político que se instaurava em época, Wolkmer aponta que:

Já no que se refere à estrutura política, registra-se a consolidação de uma instância de poder que, além de incorporar o aparato burocrático e profissional da administração lusitana, surgiu sem identidade nacional, completamente desvinculada dos objetivos de sua população de origem da sociedade como um todo. Alheia à manifestação e a vontade da população, a Metrópole instaurou extensões de seu poder real na Colônia, implantando um espaço institucional [...]. (WOLKMER, 2003, pg. 38).

Percebe-se que Portugal criava mecanismos para consolidar seu controle em face do Brasil, implantando diretrizes totalmente alheias à vontade e necessidade da população daqui originária.

O modelo jurídico hegemônico durante os primeiros dois séculos de colonização foi, por consequência, marcado pelos princípios e pelas diretrizes do Direito alienígena – segregador e discricionário com a relação à população nativa -, revelando mais do que nunca as intenções e o comprometimento da estrutura elitista de poder. (WOLKMER, 2003, pg. 38).

Assim sendo, a colonização tinha como propósito principal servir a metrópole, todo o modelo jurídico aqui aplicado objetivava a manutenção do poder de Portugal e a subjugação do Brasil.

Até mesmo pós colonização, já que durante o período imperial o sistema judiciário era composto por magistrados que, no exercício de suas funções, representavam os interesses do monarca, tais magistrados constituíam uma camada privilegiada da sociedade, eram letrados, organizados e acima de tudo, capacitados para disseminar ideologicamente o papel do império.

A reforma no sistema judicial dessa época se encerra com o Código de Processo Criminal e o Código Comercial de 1850. O código de Processo Criminal era inspirado no direito inglês e francês, o que representava o espírito liberal em detrimento das ordenações portuguesas. (ZIMMERMANN, 2014. pg, 85)

É inegável que durante todas as fases histórico-social que atravessaram o Brasil, o direito foi um instrumento de controle e dominação que correspondia a antiga Metrópole, o que deixou resquícios em toda a formatação do Estado brasileiro durante o período republicano, desde a fundação da República, a constituição do seu povo, sua cultura e saberes.

1.2 – A seletividade do sistema penal e o racismo institucional: conceituação e nuances

A partir dos estudos de criminologia crítica, tem-se a discussão acerca da seletividade do sistema penal, seletividade em seu sentido estrito significa o ato de seleção, em outros termos, é o ato de selecionar com base em algum critério ou fundamento. A partir do acréscimo da palavra penal, percebe-se a seleção para o sistema penal.

No tocante a criminologia crítica, Ryanna Pala Veras afirma que:

O principal objetivo da criminologia crítica foi a desconstrução do discurso jurídico penal, por meio de uma descrição macrosociológica de realidade, ou seja, sua meta inicial é demonstrar como o programa oficial do direito penal é falso e encobre uma função rela e oculta, que é reproduzir as desigualdades sociais e manter de forma eficiente o status quo social. (VERAS, 2010, pg. 131)

Vê-se por meio do discurso acima citado que, a criminologia crítica busca identificar e desmistificar o que entende-se sobre o direito penal em âmbito brasileiro, denunciando a sua função intrínseca de manutenção das desigualdades, corroboram para que aqueles que encontram-se no topo da “pirâmide social” dali não saiam, em detrimento daqueles que encontram-se na base da pirâmide, não saiam e ainda se aprofundem mais.

Importante destacar que, o Direito como um todo se norteia com bases principiológicas, fato é que o direito penal não fugiria à regra, a título de exemplo tem-se enquanto um dos princípios mais relevantes, o princípio da isonomia, positivado no caput do artigo 5º da Constituição Federal – onde estão arroladas algumas das principais garantias e direitos fundamentais -, que dispõe o seguinte “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Todavia, em prática o sistema penal brasileiro funciona em contramão ao princípio da isonomia, *in casu*, não há tratamento igualitário quando se trata da sistemática penal, sendo a mesma utilizada enquanto mecanismo de opressão e higienização social.

E para que essa lógica punitiva se mantenha, existem diversos fenômenos e agentes que atuam para sua propagação, são as chamadas instituição criminalizantes, em outras palavras, são aquelas instituições que materializam o que seria de fato o sistema penal e sua punitividade, a exemplo o Ministério Público, as forças armadas, as polícias, entre outros.

Tais instituições atuam na forma de “filtro” para selecionar indivíduos e assim contribuem com a ideia de criminalização de certos grupos sociais, todas as sociedades contemporâneas que institucionalizam ou formalizam o poder (estado) selecionam um reduzido número de pessoas que submetem à sua coação com o fim de impor-lhes uma pena. Esta seleção penalizante se chama criminalização e não se leva a cabo por acaso, mas como resultado da gestão de um conjunto de agências que formam o sistema penal. (ZAFFORNI, 2011, pg. 65).

A seletividade começa a se materializar a partir do tratamento diferencial que o Estado tem para com determinados grupos, isso por meio das forças policiais, do judiciário, o sistema carcerário, a partir do momento que tais instituições alimentam a exclusão social com base em cor de pele, ou procedência, região onde mora, entre outros.

Para Zaffaroni, o sistema penal atua como um filtro a partir de estereótipos que são impostos:

O sistema penal opera, pois, em forma de filtro para acabar selecionando tais pessoas. Cada uma delas se acha em um certo estado de vulnerabilidade ao poder punitivo que depende de sua correspondência com um estereótipo criminal: o estado de vulnerabilidade será mais alto ou mais baixo consoante a correspondência com o estereótipo for maior ou menor. [...] Em geral, já que a seleção dominante corresponde a estereótipo, a pessoa que se enquanto em algum deles não precisa fazer um esforço muito grande para colocar-se em posição de risco criminalizante (e, ao contrário, deve esforçar-se muito para evita-lo). (ZAFFARONI, 2011, pg. 80).

A seletividade se materializa em três formas: seletividade vitimizante, seletividade policizante e a seletividade criminalizante, sendo essa última estudada na presente pesquisa, como já exposto, é aquela em que o sistema penal atua enquanto filtro, selecionando determinadas pessoas para a serem clientes da sistemática penal, aqui em evidência a população negra enquanto essa dita “clientela” do sistema penal.

Tendo pontuado o conceito de seletividade e esclarecido suas nuances, faz-se necessário discorrer acerca da vertentes que sustentam e atravessam tal sistema, tendo à título de exemplo e uma das mais importantes, o fenômeno do racismo.

O racismo em seu sentido estrito refere-se à superioridade de determinadas raças em detrimento de outras, resultando na maioria das vezes em discriminação, segregação, falta de acesso à direitos, entre outras situações.

Contudo, o fenômeno do racismo se opera em sociedade de diversas formas, não se restringe a um fenômeno de “ataques” verbais de um indivíduo contra o outro, tal fenômeno possui diversas formas de manifestação, inclusive de forma silenciosa.

Precisamente nesse sentido Ivair Augusto Alves do Santos, aponta que:

O conceito de racismo foi ampliado para cobrir as formas de racismo institucional e racismo estrutural. O racismo passou a ser identificado como uma situação que poderia ocorrer independentemente da vontade das pessoas, e se reconheceu que certas práticas, realizadas por instituições, não tem atitudes, mas podem

certamente discriminar, criar obstáculos e prejudicar os interesses de um grupo por causa de sua raça, de sua cor. (SANTOS, 2013, pg. 25).

Nesse sentido, o racismo institucional é um dos que se alinham com o fenômeno da seletividade aqui discutido, tendo correlação direta com a criminalidade a maneira com que as instituições lidam com isso, o racismo institucional se baseia em uma atitude silenciosa e por isso mais alarmante.

Todavia, entende-se que uma parcela considerável da sociedade não possui consciência dessas estratégias e mecanismos que propagam o racismo institucional, o que também resulta na seletividade

O racismo institucional é revelado através de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença dos negros nesses espaços. [...] A ação é sempre violenta, na medida em que atinge a dignidade humana. (SANTOS, 2013, pg. 23).

Sendo assim, entende-se que o racismo torna-se um fenômeno que reside na normalidade, não no “normal no sentido que deve ser aceito ou praticado”, mas sim na ideia de que é uma prática independente de nossas vontades, intrínseca à sociedade.

Em mesma finalidade, afirma Wieviorka:

Mesmo que as instituições sejam administradas, governadas por pessoas não racistas ou crentes em teorias racistas, elas podem estar sujeitas ao racismo inconsciente; a admissão da existência do racismo hoje é muito grande, mas prová-la é muito difícil, como já foi dito anteriormente. Contudo, a prova mais importante da sua existência está na condição de inferioridade dos negros, que pode ser evidenciada por qualquer indicador social que se escolha; as razões pelas quais os negros estão fora do mercado de trabalho são complexas, difíceis de compreender, e o resultado, difícil de corrigir, a não ser intervindo nos processos do mercado com critérios que assegurem a presença do negro. Programas universalistas têm efeitos residuais, só há mudanças quando são claramente focalizados na população negra; a constatação de que entre os mais pobres encontra-se em maior proporção a população negra. (SANTOS apud WIEVIORKA, 2013, pg. 24).

O fato do racismo institucional ser uma prática silenciosa não diminui o impacto que tal fenômeno possui em vidas negras, suas nuances encontram-se em diversas instituições, aqui evidenciadas o poder judiciário e no sistema prisional.

Metodologia

O presente estudo qualitativo, de cunho bibliográfico, foi realizado através de pesquisa em artigos e livros sobre o tema, bem como em sentenças judiciais para ilustrar a discussão central, tendo se servido dos métodos dedutivo e de análise de documentos.

Resultados e discussão

Para que se possa ilustrar a importância da discussão atravessada ao decorrer do estudo, necessário se faz apontar um exemplo palpável de caso, em que percebe-se nitidamente a seletividade penal.

O caso Rafael Braga é referente a primeira e única pessoa condenada das manifestações que aconteceram nas ruas do Brasil à fora, em 2013. No dia 20 de julho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, durante as manifestações que ocorriam pelo país, com milhares de manifestantes nas ruas, Rafael Braga, morador de rua, catador de lixo foi abordado por polícias e pego com duas garrafas plásticas de produtos de limpeza.

Conforme consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro¹, nota-se que Rafael Braga foi denunciado pelo crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e outros (artigo 16, parágrafo único, III – Lei 10.826/03) e posteriormente condenado.

O site Ponte Jornalismo: direitos humanos, justiça e segregação pública, publicou em 27 de agosto de 2015², reportagem sobre o caso, discorrendo o seguinte:

Preso em junho de 2013 por suposta prática de porte de aparato incendiário ou explosivo quando levava

1 Site TJRJ – Consulta processual. Processo 0212057-10.2013.8.19.0001. Disponível em: www.tjrj.jus.br.

2 SANSÃO, Luiza. O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013. 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

apenas duas garrafas plásticas de produtos de limpeza, o catador de latas Rafael Braga Vieira, então com 25 anos e considerado como morador de rua, foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e condenado em primeira instância cinco meses depois. O recurso da defesa foi negado e os artefatos supostamente explosivos, com base em um lado peridiscal considerado no mínimo duvidosos, destruídos após a sentença condenatória, inviabilizando a ampla defesa do acusado. Assim, em contrataste com a contumaz morosidade do Poder Judiciário, todo o processo foi muito ágil – Rafael se tornou, facilmente, mais um negro pobre no sistema carcerário.

Faz-se interessante relatar que, conforme a denúncia proferida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, as três testemunhas presentes foram policiais civis. Dessa maneira, necessário enfatizar que no laudo técnico 267/143, tendo como objeto o exame do material, foi atestado que as garrafas possuíam mínima aptidão para funcionar como coquetel molotov.

Conforme a sentença proferida pelo Juiz de Direito Guilherme Schilling Pollo Duarte em 2 de dezembro de 2013, Rafael foi condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, tendo o regime fechado fixado para o cumprimento de pena. Na mesma sentença foi fixado o valor de cada dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, além do pagamento das custas processuais.

A problemática que envolve todo o caso do Rafael é a expressão nítida da seletividade e do racismo que ronda o judiciário e todas as instituições criminalizantes. Para o sistema penal como um todo, Rafael era só mais um, mais um negro, pobre, morador de rua, que foi encarcerado para manter o projeto político de marginalização e controle social da população negra.

Esse caso foi um dos milhares que acontecem diariamente, que por acaso teve repercussão pela mídia e redes sociais. Contudo, questionamos: e os demais? quem zela pelos outros “Rafael Braga” da sociedade (ou melhor, à margem dela)? Quem defende essas pessoas? Fato é que a seletividade está intrínseca a sociedade brasileira, contribuindo para o fracasso do sistema penal Brasileiro.

O caso envolvendo Breno Solon Borges é a comparação mais simbólica que podemos ter entre a ação seletiva do sistema penal e a não seletiva.

Consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 31 de março de 2017, em desfavor de Breno Fernando Solon Borges, que o mesmo foi surpreendido e preso em flagrante transportando uma pistola, calibre 9mm e 32 munições do mesmo calibre, sem autorização e em desacordo com as determinações legais, sendo assim, denunciado por posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Artigo 15 da Lei nº10.826/03).

O advogado constituído por Breno apresentou o pedido de liberdade provisória, que foi apreciado pelo magistrado com parecer favorável, oportunidade em que foi concedida a liberdade provisória mediante aplicação de fiança. Ainda na decisão, o magistrado pontua que: “apesar de tratar-se de crime com pena superior a 04 anos, não vislumbro a presença dos requisitos constantes no art. 312 do Código de Processo Penal, autorizadores da prisão preventiva”.

Seguindo a análise das peças processuais, constatamos que foi expedido mandado de citação para Breno após a concessão de liberdade provisória, para o acusado oferecer resposta aos termos da acusação, a diligência foi negativa e o oficial de justiça teve conhecimento que o mesmo encontrava-se preso na penitenciária de segurança média da cidade de Três Lagoas, pelo crime de tráfico de drogas, pouco tempo após ser preso em flagrante pelo porte ilegal de armas.

Vale salientar que Breno é filho de desembargadora, rapaz de classe alta, cor de pele branca, morador de bairro nobre. Sendo assim, a defesa alegou que o mesmo sofria de “Transtorno de personalidade Borderline”, requerendo a transferência da cadeia para uma clínica psiquiátrica, alegando a necessidade de tratamento. Por fim, foi concedido o direito de responder em liberdade sob a alegação médica.

Mesmo sem adentrar profundamente em cada caso, podemos ver claramente a ação da seletividade do sistema penal no cotidiano, confirmando a premissa que a justiça no Brasil tem classe social e cor de pele. Em um lado temos um morador de rua, negro, sem escolaridade, de outro lado temos um empresário, filho de desembargadora, de classe social alta.

É de notório saber que o procedimento, desde abordagem policial até a defesa processual, foi totalmente divergente de um caso

para o outro, Rafael é mais um rosto da clientela do sistema penal, a ninguém interessa assegurar os seus direitos e tratar com dignidade, ele é apenas mais um. Já Breno envolve diversos interesses, possui família no judiciário, tem escolaridade e seu rosto não é o etiquetado como cliente do sistema penal.

Ainda no contexto da diferença de tratamento entre negros e brancos, o autor Ivair Augusto Alves dos Santos dispõe acerca dos mecanismos de atuação da justiça criminal:

O sistema de justiça criminal está constituído em torno do inquérito e processo penal. Através desse procedimento, realiza-se a apuração de responsabilidade penal. O ponto de partida é o reconhecimento da existência do crime, pois vigora o princípio de que não existe crime sem estar previsto em lei. O crime é notificado e levado ao conhecimento da autoridade policial, que instaura o inquérito. Ao réu são facultados “amplos” direitos de defesa: pode solicitar assistência jurídica; juntar documentos e provas; negar a autoria do crime; contestar os depoimentos dos acusados e das testemunhas; reclamar liberdade provisória ou liberdade sob fiança; valer-se do habeas corpus. Uma das explicações para os negros serem proporcionalmente mais condenados em relação aos brancos é que eles enfrentam maiores dificuldades de acesso à justiça criminal, pois em cada uma das etapas – inquérito policial e processo penal – é necessário o acompanhamento de advogado para evitar que ocorram arbitrariedades nos procedimentos. (SANTOS, 2013, pg. 71).

Logo, o racismo institucional conjuntamente com a seletividade, além de selecionar os corpos que são levados ao cárcere, criam mecanismos que contribuem para violações de direitos desses corpos. Na maioria das vezes, não constatamos uma defesa digna durante o processo, inúmeras vezes nos deparamos defesas padrões – modelos prontos de defesa em que basicamente só se alteram os dados pessoais do acusado -, a assistência judiciária como um todo é precária, o acesso à informação é escasso, a assistência psicológica é inexistente, ou seja, há toda uma cadeia de negação de direitos para essa parcela da população.

Levando em conta os exemplos mencionados, conseguimos ver a expressão da seletividade já durante a formação da defesa de cada

um dos citados. Enquanto Rafael Braga é assistido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Breno conta com grupo de 7 (sete) advogados.

Logo, trata-se de uma instituição nova – se comparada ao Judiciário e ao Ministério Público, que ainda não está devidamente estruturada para dar conta de toda a demanda de trabalho a que compete à instituição. Desse modo, infelizmente os defensores se deparam com a triste necessidade de fazer um trabalho com quantidade, mas carente de qualidade. Nota-se assim, a presença da seletividade, expressa por mais uma forma.

Vemos presente nos casos mencionados, a famosa máxima “dois pesos e duas medidas”: Entre Rafael Braga e Breno Solon, duas garrafas de produtos de limpeza pesam muito mais do que 129 (cento e vinte e nove) kg de maconha. A balança colonial da seletividade sempre penderá para o lado do negro, não importa o que ele carregue. Em todas as relações o racismo sempre pesa mais.

Considerações finais

Nosso ordenamento jurídico-penal é constituído pela responsabilidade que o Estado tomou para si de resolver os conflitos entre particulares, operando como um instrumento de manutenção da sociedade. Uma de suas proposições é a defesa social e ordem social justa. O que se esperava de todo o sistema jurídico-penal é que fosse cumprida tal proposição, que atuasse de forma justa e igualitária, em favor da sociedade, colaborando para que todos os direitos fossem assegurados de uma forma igualitária.

Faz-se imprescindível apontar, que todo o sistema jurídico-penal é constituído por diversos princípios, que em tese sustentam as funções em que o Direito se coloca. Em exemplo, o princípio da isonomia, que dispõe que todos são iguais perante a lei independentemente de qualquer fator, disposto no artigo 5º da Magna Carta. Tal princípio é tido como fundamental para o indivíduo.

Todavia, a desigualdade social é um dos maiores enfrentamentos da sociedade brasileira; atravessando essa desigualdade temos diversos fatores, um deles é o racismo predominantemente existente no país, e é importante afirmar que o sistema penal se instituiu perante essa realidade. Desse modo, conclui-se através deste trabalho que o sistema penal se encontra em posição de mais um dos instrumentos de

manutenção de desigualdade, visto que age de forma seletiva, tendo o autor punitivo olhares diferente para cada grupo de indivíduos.

Sendo o sistema penal seletivo, o mesmo acaba por “etiquetar” indivíduos para o crime, criando uma “clientela do cárcere”, situação que reverbera na sociedade, levando o estigma para toda e qualquer pessoa pertencente a este grupo, situação que vai contra os princípios que norteiam o Direito Penal, como por exemplo o princípio da presunção da inocência, bem como a própria Constituição da República, em seus inúmeros dispositivos que afirmam o direito à igualdade.

Sendo assim, com presente trabalho conclui-se o quanto o sistema jurídico-penal atua por meio de um estigma de que os estratos sociais baixos e as pessoas de pele negra são tendentes ao crime, fato que ocorre por conta da seletividade do sistema penal e das variações do racismo presente na sociedade. E ainda assim, conclui-se pela necessidade de iniciar uma (des)construção desse sistema jurídico-penal, para que, de fato, tenhamos um sistema jurídico justo eficiente.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BRASIL, ministério de justiça. **há 726.712 pessoas presas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

DA SILVA, Jorge, 1943 – **Criminologia Crítica – Segurança Pública e Polícia**/ Jorge da Silva – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANSÃO, Luiza. O primeiro e único condenado das manifestações de junho de 2013. 2015. Disponível em: < <https://ponte.org/o-primeiro-e-unico-condenado-das-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as praticas do racismo**. – Brasília – 2013.

VERAS, Ryanna Pala – **Nova Criminologia e os crimes do colarinho branco** – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil** – Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ZIMMERMANN, Rafael. **Apontamentos sobre a história do Direito no Brasil: fatos políticos e históricos-sociais**. Direito em Debate – Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. Ijuí/RS, ano XXIII nº 41, p. 72-95, jan.-jun. 2014

PARA ALÉM DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: RACISMO E HOMOTRANSFOBIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Rafael Vieira Formiga

Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Pós-graduando em Direito Constitucional da Faculdade CERS, Produtor Cultural, rafaelformiga.una@gmail.com

Joyce Guedes de Souza Pereira

Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Direito Público. Advogada, joyceguedessp@gmail.com

Resumo

Em um contexto de ampla discussão acerca do encarceramento em massa da população negra e do tratamento inadequado de mulheres travestis e transexuais que cumprem penas privativas de liberdade, este artigo tem como finalidade analisar se o sistema jurídico-penitenciário brasileiro protagoniza violências segregacionistas às pessoas que são atravessadas por marcadores sociais de raça, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e classe. Utilizando-se, para tanto, o conceito da interseccionalidade cunhado por pensadoras do Feminismo Negro, à luz de importantes decisões do Supremo Tribunal Federal, a exemplo da recente decisão monocrática do Ministro Luís Roberto Barroso, na ADPF 527-MC, que entendeu que mulheres transexuais e travestis que se identificam com o gênero feminino, possuem o direito de decidirem se querem cumprir suas penas privativas de liberdade em estabelecimento prisional masculino ou feminino. Atualmente entende-se que, no Brasil, vigora

o “mito da democracia racial e de gênero”, que são utilizados por discursos que negam a existência do racismo e desigualdades com base no gênero, e que também são como justificativa da não existência de uma ideologia fundamentada na ideia de que “somos todos iguais perante a lei”. Desenvolvendo-se, dessa maneira, quanto ao caminho metodológico, uma pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, apresentando fundamentação ao temário que inclui Gênero, Racismo, Feminismo, Direito Constitucional e Sistema Criminal. Por fim, apreende-se que o racismo e a homotransfobia têm papel direto em tratamentos diferenciados às pessoas que fogem de uma lógica cisheteronormativa, constituindo a realidade do sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: interseccionalidade; encarceramento; sistema penitenciário; jurisprudência constitucional.

Introdução

A sociedade brasileira, constituída segundo a pensadora Lélia Gonzalez (1988) sob o prisma de vários “mitos democráticos”, a exemplos dos de raça e gênero, fundamentados na afirmação de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), não passam na perspectiva da autora de verdadeiros “mitos de dominação”, pois, tais argumentos hegemônicos caem por terra quando dados oficiais dos mais variados setores da sociedade constatarem que os direitos não chegam a todos e todas de forma igual, sobretudo, por causa de uma lógica preconceituosa de exclusão baseada nas categorias de raça, gênero, sexualidade, classe e outras formas de manifestação que não estão em conformidade com uma lógica predominantemente branca, masculina, cisgênera, heterossexual e de classe média alta. Não por acaso, “a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades” (GONZALES, 1988, p. 73).

Nesse diapasão, pesando o sistema penitenciário brasileiro como um lugar de controle estatal em que os marcadores sociopolíticos da população carcerária se encontram e dão margem para negativas dos direitos humanos e dos direitos fundamentais resguardados pela Constituição Federal (CRFB/88), esse artigo tem como objetivo investigar se pessoas negras e pessoas LGBTQIA+ -especialmente mulheres transexuais e travestis negras-, em situação de privação da sua liberdade, sofrem opressões além das reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento das Medidas Cautelares (MC) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 - Distrito Federal (ADPF 347-DF) tendo reconhecido o “Estado de Coisas Inconstitucional”.

O STF reconheceu o que a Corte Constitucional da Colômbia denominou ser um “Estado de Coisas Inconstitucional”, assim dizendo, que o sistema penitenciário brasileiro viola drasticamente os direitos humanos e os direitos fundamentais das pessoas presas, diante da omissão estatal das esferas federais, estaduais e municipais diante da precariedade desta instituição, da superlotação do cárcere e das condições degradantes em que os apenas vivenciam dentro das prisões em todo o país (STF, ADPF 347-DF). Entretanto, em nenhum momento,

o STF reconhece que o próprio Estado também contribui diretamente com a reprodução de necropolíticas racistas e homotransfóbicas.

O direcionamento deste estudo, por sua vez, partirá da análise da supramencionada jurisprudência do STF e dos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN (2017), bem como, dos dados disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (PASSOS, 2020). Alinhando-os as correntes teórico-metodológica da interseccional, especialmente de autoras do Feminismo Negro, como Lélia Gonzales (2020), Patrícia Hill Collins (2021), Kimberlé Crenshaw (2002), Juliana Borges (2019), Djamila Ribeiro (2019) dentre outras; interlocutando com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2014) e os estudos transfeministas e desbiologizante das autoras Jaqueline Gomes de Jesus (2014) e Berenice Bento (2006).

Dessa maneira, esse trabalho se justifica pelo fato de existirem dados que mostram que as políticas de encarceramento são mais duras para as pessoas negras, bem como, existem relatos de mulheres transexuais e travestis que foram torturadas no ambiente prisional -desde agressões físicas e sexuais às psicológicas-, tanto pelos companheiros de cela, como por funcionários da própria administração das penitenciárias (PASSOS, 2020). Para além de violações da própria Constituição Federal (1988) e da Lei de Execução Penal (1984), esses relatos superam essas ilegalidades/injustiças convencionais do ambiente carcerário, o que só reforça o caráter racista e homotransfóbico dessas instituições. Por fim, conclui-se pela existência de racismo e homotransfobia provocadas pelo Estado dentro das instituições penitenciárias em todo o Brasil.

Metodologia

Este estudo utiliza-se do método qualitativo para analisar os dados do INFOPEN (2017) e de Passos (2000), à luz da teoria feminista negra da interseccionalidade para buscar entender a forma que o Estado opera nas relações sociais, especialmente: no entrelaçamento das omissões/ações Estatais no sistema penitenciário frente aos corpos negros e LGBTQIA+ (especialmente das mulheres transsexuais e travestis negras). Para tanto, a pesquisa também se constrói com base na recente decisão do STF, a ADPF 527-DF e na ADPF 347-DF como aparatos jurisprudenciais que ajudarão na investigação da

atuação do Estado e comporá uma das técnicas, junto à bibliográfica e documental.

Referencial teórico

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil, dispõe que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948). Esse é o âmago dos direitos humanos, que se traduz em garantias jurídicas universais, aplicáveis a todo e qualquer ser humano, mesmo em situação de cárcere, e independentemente de raça, cor, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, religião etc.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o marco normativo para efetivação dos direitos humanos. Quanto ao sistema prisional, são consagradas, na CF/88, garantias fundamentais aos apenados, fundadas no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O país é também signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, que prevê direitos voltados aos sujeitos privados de sua liberdade, e da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo, bem como os Princípios de Yogyakarta, instrumentos internacionais aplicados à matéria carcerária (BRASIL, 2014).

No entanto, mesmo com todas essas normas e princípios garantidores dos direitos das pessoas presas, o sistema penitenciário brasileiro, que é o terceiro mais populoso do mundo, viola sistematicamente esses direitos, a começar pelo encarceramento em massa que assola o país, onde 89% da população prisional encontra-se em unidades superlotadas (BORGES, 2019). De acordo com os dados do “painel interativo” do Departamento Penitenciário Nacional (DPN) atualizado até 25 de junho de 2020, a população total de pessoas encarceradas no Brasil é de 748.009 pessoas, onde 222.258 são de pessoas presas em caráter provisório, ou seja, que ainda aguardam uma sentença. Além disso, estes mesmos dados informam também que os tipos penais de maiores incidências praticados por homens presos são os crimes contra o patrimônio e os crimes previstos na Lei de Drogas (Lei 6.368/76 e 11.343/06); enquanto entre as mulheres, os tipos penais de maior incidência é o inverso dos homens, sendo em primeiro delitos da Lei de Drogas e em segundo crimes contra o patrimônio.

Segundo a pesquisadora Juliana Borges (2019) a Lei de Drogas foi a principal protagonista para o aumento gradativo do encarceramento da população negra no Brasil, visto que, antes da entrada em vigor desta lei, a população carcerária do país era pouco mais de 90 mil pessoas, e após 2006, o sistema penitenciário, segundo dados do próprio INFOPEN (2019), houve um aumento de mais de 300 mil pessoas.

Além destes dados, importante destacar que o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciária disponibilizado pelo INFOPEN (2019) foi referente a junho de 2017; este levantamento é importante pois detalha de forma minuciosa as informações do sistema penitenciário brasileiro. De acordo com esses dados, a população carcerária era de 726.354, sendo que 63,6% desta população são pessoas negras, ou seja, de pessoas que se autodeclararam de “cor/etnia parda/preta”; além disso, 51,3% dos presos/as não concluíram o ensino fundamental (INFOPEN, 2019).

Esses dados apresentados são importantes para identificarmos que o perfil geral do sistema carcerário brasileiro possui raça, cor, classe social e nível de alfabetização bem delimitado, constituindo os marcadores sociais das pessoas que mais são marginalizadas pelo Estado e pela sociedade civil no geral, assim dizendo, pessoas negras. Para Borges “(...) mais do que perpassado pelo racismo, o sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo essa opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação” (BORGES, 2019, p. 44). Na mesma direção Ribeiro (2019) explica que existe uma estrutura social composto em sua maioria por homens brancos, cristãos, cisheteronormativos e de classe privilegiada que detém a grande maioria das instituições de poder (política, justiça, empresas, religião etc.), ou seja, esse padrão dita as regras e não dialogam com aqueles que estão abaixo dessa pirâmide social. Nessa lógica, existe um sistema político, econômico e cultural em que apenas pessoas de um determinado grupo dominam majoritariamente o poder e os recursos materiais.

Importante mencionar também, que todos esses índices acerca da precarização do sistema penitenciário brasileiro já são de conhecimento do Ministério Público Federal, da Advocacia Geral da União, bem como do STF. Momento em que o próprio STF em sede de julgamentos de cautelares da ADPF 347-DF, reconheceu a tese da Corte Constitucional da Colômbia denominada “Estado de Coisas Inconstitucional”. Essa tese legitima a competência do STF para

intervir no sistema penitenciário, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos constitucionais dos presos. Tendo sido deferidas uma série de medidas cautelares para tentar amenizar alguns problemas emergentes do sistema prisional brasileiro, como por exemplos, questões envolvendo a superlotação dos presídios, debilidade da estrutura, ausência de insumos que preservariam a dignidade humana das pessoas presas entre outros problemas emergentes da precariedade dos estabelecimentos prisionais (BRASIL, 2015).

Quanto à população LGBTIA+ brasileira, não existem dados oficiais do INFOPEN sobre essas pessoas no sistema penitenciário brasileiro. No entanto, pela primeira vez na história, o Departamento de Promoção dos Direitos LGBT, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, disponibilizou um “documento técnico contendo o diagnóstico nacional do tratamento penal de pessoas LGBTQIA+ nas prisões do Brasil”; segundo esse estudo, foi constatado que - dos 1.449 estabelecimentos penais que existem no país, 508 unidades participaram dessa pesquisa - apenas 106 unidades possuem celas/alas destinadas às pessoas LGBTI+ (PASSOS, 2020). Ainda sobre os dados dessa pesquisa, Passos (2020) afirma que embora não tenham sido coletados dados quantitativos, durante o seu processo constitutivo observou-se que havia pelo menos uma pessoa trans ou travesti presa em todas as unidades visitadas.

Além disso, sempre foi de conhecimento das administrações das penitenciárias, bem como das próprias instituições jurídicas do Brasil, a precária realidade de pessoas LGBTQIA+ encarceradas, que envolvia uma série de violências e negativas de direitos. Importante ressaltar, que até 2014, não existia nenhuma resolução a nível federal que regulamentasse a questão dos direitos destas pessoas, cabendo às administrações das próprias penitenciárias decidirem como lidar com as questões subjetivas das minorias sexuais e de gênero; o que fez, a sociedade civil organizada composta pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e a Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT provocaram o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e conjuntamente produziram a Resolução nº 1 (2014) com o objetivo de estabelecer parâmetro de tratamento penal para membros da comunidade LGBTQIA+, respeitando sua identidade de gênero e sua orientação social (BRASIL, 2014).

Além dessa resolução, vários Estados da federação também criaram suas próprias resoluções para regulamentar os problemas sofridos

por pessoas LGBTQIA+ em suas prisões, a exemplo do Governo do Estado da Paraíba que editou o Decreto de nº 37.944/2017, estabelecendo diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBTQIA+ no Sistema Penitenciário Estadual.

Entretanto, na prática, a aplicação de tais resoluções depende de ato decisório do magistrado que julga o caso concreto ou da administração da instituição penitenciária, que na maioria das situações, diante da falta de uma legislação infraconstitucional, acaba desprezando tais resoluções. Além disso, preponderantemente a própria estrutura carcerária não dispõe da infraestrutura necessária para implementação das políticas dessas resoluções, como espaço para a criação de alas/celas exclusivas para as pessoas LGBTQIA+, assim como, os servidores públicos da base burocrática das instituições jurídico-penitenciárias não possuem qualquer conhecimento acerca das pautas sobre diversidade de gênero e sexualidade. Assim, a falta de regulamentação infraconstitucional das normas constitucionais correspondentes a esses direitos também é fator decisivo para a sua não efetivação.

Importante mencionar que a configuração do espaço prisional a partir de determinadas situações “específicas” não é uma prática atípica dos presídios, visto que, esse tipo de procedimento já é utilizado pela administração para separar determinados grupos no cárcere, a exemplo de facções criminosas (PASSOS, 2020). Assim, diante da inércia do Poder Legislativo, o Judiciário vem assumindo a sua função com base essencialmente em princípios. Conforme Barroso (2003 apud BARONGENO, 2009) os princípios são as espécies normativas que melhor conseguem se adequar às novas realidades.

Nesse sentido, figuram decisões do STF como decisivas para garantir direitos até então nunca discutidos pelas instituições competentes. Como exemplo, tem-se a decisão do Min. Luís Roberto Barroso, em sede de cautelar, na ADPF 527-MC, que reconheceu o direito de mulheres transexuais e travestis -que se identificam com o gênero feminino- de cumprir suas penas privativas de liberdade em estabelecimento prisional masculino ou feminino, devendo ser considerada a manifestação de vontade delas (BRASIL, 2021).

Esta decisão é fruto da petição protocolada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ALGBT) em junho de 2018 postulando a transferência de transexuais para presídios femininos e o direito das custodiadas travestis

escolherem se querem cumprir pena em um estabelecimento prisional feminino ou masculino. Um ano após, em junho de 2019, foi deferida parcialmente a cautelar para determinar que transexuais fossem transferidas para presídios femininos e quanto às travestis, não foram contempladas de pronto com a liminar por “Insuficiência das informações constantes dos autos para proporcionar uma decisão segura.” (BRASIL, 2014, p.4). Em Julho de 2020, a ABLGT, requereu a extensão da medida cautelar às travestis, acrescentando documentos o Relatório “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento” (PASSOS, 2020), passando assim o Ministro Barroso a decidir sobre tanto as transexuais, quanto as travestis poderem escolher “sua opção entre cumprir pena: (a) em estabelecimento prisional feminino ou (b) em estabelecimento prisional masculino, desde que em ala especial, que assegure sua integridade física” (BRASIL, 2021, p.5).

Desta maneira, considerando tudo o que foi exposto até o dado momento, pode-se afirmar que o encarceramento em massa da população negra, bem como, o tratamento inadequado de pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres travestis e transexuais que cumprem penas privativas de liberdade são dois exemplos claros do quanto o Estado é ao mesmo tempo agente omissor e presente nas condutas opressoras e degradantes, através de suas políticas carcerárias; fomentando dessa forma, o que o autor Achille Mbembe (2016) constata serem necropolíticas de Estado, neste caso, tratando-se de necropolíticas que atuam sobre a raça negra e identidades transgêneras, presentes nas políticas carcerárias de ações e negligências que atuam diretamente sobre a raça negra e na identidade de gênero e sexualidade de pessoas LGBTQIA+, sobretudo de mulheres transexuais e travestis negras. Colaborando assim, na prática, com a concretização de crimes constitucionais, como é o caso do crime de racismo e da homotransfobia; tanto por parte de seus servidores públicos, quanto pela parcela da população carcerária que (mesmo presa) consegue gozar dos privilégios de um sistema cisheteronormativo e capitalista.

Segundo Mbembe (2018) o termo foucaultiano de biopoder é insuficiente para explicar as “guerras contemporâneas” dos Estados liberais e neoliberais, pois nestas, o Estado não apenas decide “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p.5), mas também atua diretamente através de suas políticas públicas ou da ausência delas na manutenção de precariedades da vida humana de determinados

grupos, a exemplos dos corpos atravessados pelos marcadores sociais de raça, gênero, sexualidade, classe etc., fundamentado na justificativa do “Estado Soberano” e/ou “Estado Democrático de Direito”.

Assim, partindo dessa análise interseccional dos sujeitos (COLLINS, 2021) onde os marcadores sociais constituem elementos de poder e conseguem influenciar de forma negativa nas relações individuais e coletivas dos sujeitos marcados por uma diversidade que foge dos “padrões” ditos “normais” de um sistema majoritariamente formado por pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais e classe social elevada, percebe-se que pessoas negras, transexuais, transgêneras e travestis (especialmente negras) sofrem opressões racistas e homotransfóbicas dentro das instituições carcerárias brasileiras, pois a maioria das pessoas encarceradas são atravessadas por marcadores passíveis de sofrerem essas violências.

Alinhado a esse entendimento, CRENSHAW (2002) assevera que determinados sujeitos experienciam situações diferenciadas de violências pelo fato de seus corpos serem atravessados por uma gama de marcadores sociais que fogem do modelo hegemônico; denominando essas múltiplas subordinações de violência interseccional. Nessa vereda, a pesquisadora Akotirene (2019) soma discorrendo que a corrente interseccional é uma ferramenta fundamental para reconhecer e identificar estruturas opressoras, como o racismo, sexismo, concomitantemente as outras estruturas opressoras, como a discriminação pela identidade de gênero e orientação sexual. Sendo essenciais para contrapor-se às leis (ou ausência delas) que reforçam um binarismo heteronormativo de gênero como única forma de civilidade social.

Sobre binarismo heteronormativo, Bento (2004 apud POLAK, 2016) explica ser um lugar onde o feminino só pode pertencer a um corpo de mulher, logo, possui vagina e, para o masculino, um corpo de homem, logo, possui um pênis, como se essa lógica foi absoluta e imutável. Dias (2014), por sua vez, explica que sexo refere-se às características morfológicas e biológicas do indivíduo; gênero é compreendido como uma construção social que atribui uma série de características psicológicas e comportamentais para diferenciar homens e mulheres, tendo como base o seu sexo biológico; identidade de gênero está ligada ao gênero com o qual a pessoa se reconhece, seja como homem, como mulher, com ambos ou como nenhum, independente de órgãos genitais e de qualquer outra característica relacionada a sua anatomia; já a orientação sexual indica o impulso

sexual de cada indivíduo, apontando para a forma como ele vai canalizar a sua sexualidade, tendo como referência o gênero pelo qual a pessoa sente atração, desejo efetivo e sexual.

Nessa lógica, de acordo com Bento (2006) e Jesus (2014), pode-se compreender que o sistema prisional brasileiro é mais um dos sistemas estatais que ainda carregam a marca da colonização europeia, profundamente organizada nos pilares patriarcais do binarismo cis-heteronormativo, ou seja, as pessoas que são privadas de sua liberdade são encarceradas de acordo com o seu sexo biológico. Isso se dar, como bem explica Jesus pelo fato de que “a compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda é demasiadamente teórico-acadêmica, significando isso que não foi apropriadamente absorvida e adaptada pela sociedade nos seus instrumentos legais e burocráticos” (JESUS, 2014, p. 8). Logo, as instituições públicas e seus servidores não possuem preparo técnico para lidar com questões raciais e de diversidade de gênero e sexualidade, mesmo havendo vários mecanismos legais a respeito.

Nessa lógica, não se é pensado o melhor tratamento para as pessoas que não se identificam com esse binarismo “homem-mulher” nessa dicotomia “macho-fêmea” ou “pênis-vagina”, a exemplos das pessoas LGBTQIA+, especialmente pessoas trans - travestis, mulheres transexuais, transgêneras, homens transexuais, transgêneros, não biários entre outras tantas identidades - que não se identificam com o seu gênero imposto no seu nascimento, isto é, aquele que lhe foi atribuído de acordo com seu órgão sexual (JESUS, 2014). Muito pelo contrário, estas pessoas são postas a cumprir sua pena em presídios conforme o seu órgão genital, mesmo quando esses lugares têm se mostrado extremamente violentos.

Resultados e discussão

Perante de tudo que foi apresentado, quando afirmamos que o sistema penitenciário brasileiro atua diretamente como uma instituição racista e homotransfóbica estamos nos remetendo ao conjunto de ações e omissões cotidianamente presentes na vida dos presos/presas de pele negra e identidades LGBTQIA+ dentro das prisões. São normas, regulamentos, disciplinamentos, omissões e atitudes, valores, opressões e torturas por parte do Estado e de seus subordinados, sejam pelos seus agentes ou demais prisioneiros e prisioneiras que

apesar de também terem seus direitos negligenciados, também oprimem os corpos majoritariamente negros, de classe social amíngua; analfabetos e de gênero e sexualidade ditas “anormais”, pelo fato de fugirem uma lógica patriarcal, capitalista, branca, cisgênera e heteronormativa, que fazem parte de uma ideologia que se consagrou hegemônica.

Os dados apresentados pelo INFOPEN (2017) e por Passos (2020) são pontuais, podendo-se dizer que existe de fato opressões que englobam questões sobre raça, gênero, sexualidade e classe nas conjunturas estatais, materializadas através de suas políticas públicas, especialmente dentro das prisões. Tendo em vista que os corpos das pessoas encarceradas são atravessados por marcadores sociais que são apassivados de sofrer preconceitos e opressões. Além disso, obaseva-se que estes marcadores são os mesmos que estruturam as desigualdades fora das prisões, neste atual Estado liberal capitalista que vivemos, mas que são endossados pelas suas instituições econômicas e sociopolíticas (aqui em análise, o sistema penitenciário).

Assim sendo, constata-se também que as decisões jurisprudenciais mencionadas no decorrer da presente, não conseguem nem se quer amenizar tais problemáticas, pois estas regulamentações são mal aplicadas ou inaplicadas pelos agentes políticos competentes, ocupando assim, apenas uma mera “formalidade”; sendo proferidas como formas de preencher lacunas deixadas pela própria legislação que é construída para continuar oprimindo de forma sistemática e cíclica os mais vulneráveis, numa silenciosa lógica punitivista. E mesmo com o intuito de “preencher” algumas lacunas básicas de sobrevivência neste local, pode-se inferir como ainda assim essas decisões seguem a mesma dinâmica de um sistema opressor baseado dos pilares coloniais e capitalistas.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa procurou abordar sua temática a fim de investigar a problemática acerca dos tratamentos e das violações de direitos das pessoas negras, e pessoas LGBTQIA+ em situação de cárcere no sistema penitenciário brasileiro sob a ótica dos direitos humanos e constitucionais, e de importantes decisões do STF. Nesse sentido, verificou-se a relevância de tal proposta em função da ausência de dados oficiais sobre os sujeitos propostos, bem como,

das poucas produções científicas no campo do direito constitucional, penal e processo penal. Além disso, também se observou que toda essa invisibilidade é reflexo da discriminação que essas populações sofrem fora da prisão, visto que, mesmo depois de importantes decisões do STF, a exemplo da decisão da Suprema Corte que considerou o crime de homotransfobia como espécie de racismo (ADO 26 e MI 4.733), o alto índice de assassinatos de pessoas negras e LGBTQIA+ continua sendo uma triste realidade no Brasil.

Desse modo, importante propor discursivamente que o Estado, através de suas instituições de poder aqui discutidas, apliquem princípios de justiça, equidade, impessoalidade. É emergente que ocorram reivindicações em prol da implementação de políticas públicas que tenham a finalidade de combater o racismo e a homotransfobia institucional dentro das prisões do Brasil. Assim, é necessário que os mitos da democracia racial e de gênero, tão questionados por Lélia Gonzalez (1988) sejam desmascarados, tanto dentro como fora das penitenciárias, pois só assim, será possível se falar de um Estado Democrático de Direito de fato; no qual seja possível verificar um Estado verdadeiramente comprometido com políticas públicas antirracistas, antiLGBTQIA+fóbicas, antissexistas, antimachistas etc., que combatam todo e qualquer tipo de estereótipos e determinismos biológicos que causem violências e preconceitos as pessoas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BENTO, Berenice. **A reivindicação do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BARONGENO, Maria Cristina de Luca. **Direitos Humanos Sociais: necessidade de positivação das regras de interpretação?** 2009. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/7iTsUIF>. Acesso em: 20 maio de 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução Conjunta nº 1**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/>

legis_25437433_RESOLUCAO_CONJUNTA_N_1#_blank. Acesso em: 20 de set. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 mai.2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 527.** Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, DF, 19 de Março de 2021. Diário de Justiça Eletrônico. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF527decisao19mar.pdf>>. Acesso em: 16 de Mai. de 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 Distrito Federal.** Relator: Ministro Marco Aurélio, 9 de setembro de 2015. Diário de Justiça Eletrônico. Disponível em:<<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343623422&ext=.pdf>>. Acesso em: 20 de Fev. de 2021.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, v. 10, n 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em 15 maio 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GONZALEZ, Lélia A. **A categoria político-cultural da amefricanidade.** Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan. /jun., p. 69-82, 1988.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 18 de Mar. de 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro, Metanoia, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução Renata Santini. 1. Ed. N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes**, n. 34, v. , p. 123-151, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 14 de mai. de 2018.

PASSOS, Amilton G. da Silva. **LGBT nas prisões do Brasil: Diagnostico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Brasília, 2020.

POLAK, Roberta. **“Notas” de uma vida: vivências trans* em Instituições de Ensino**. 2016. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Iriti, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

PROBLEMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE VIVENCIADOS POR ADOLESCENTES E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Sandro Costa Correia

Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB), Mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: sandroccba@hotmail.com;

Leandro Colling

Professor Orientador: Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS) da Universidade Federal do Oeste da Bahia. É integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS). E-mail: leandro.colling@gmail.com;

Resumo

Este trabalho¹ resulta de pesquisa sobre os problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade em duas Comunidades de Atendimento Socioeducativo de Salvador, CASE Masculina e CASE Feminina, geridas pela Fundação da Criança e do

1 Artigo fruto de pesquisa de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, em 21/09/2020. Orientação: Prof. Dr. Leandro Colling.

Adolescente (FUNDAC), vinculada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), responsável pela execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade na Bahia. Em diálogo com epistemologias feministas, *queer* e decoloniais e com profissionais das unidades, além de minha experiência de trabalho na FUNDAC, discutimos como esses problemas decorrem de concepções essencialistas e unívocas acerca de sexo/gênero/sexualidade perpetradas, ao longo da história, por uma cultura repleta de ignorâncias e tabus que encontra no sistema socioeducativo espaço para amplificação de estigmas, exclusões e violências. Verificamos como, nesse contexto, os direitos sexuais ainda são considerados secundários, supérfluos, revelando contradições entre os avanços legais de promoção e garantia dos direitos sexuais e a manutenção de tecnologias punitivas, reificadoras de uma ordem hegemônica masculinista, heteronormativa e lgbtfóbica. Em contraponto, evidenciamos pulsões de vida entre educandos/as ao estabelecerem relações solidárias, amorosas e transgressoras, bem como entre os/as profissionais engajados na implementação de programas que reconhecem, promovem e garantem os direitos humanos e sexuais.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; adolescente em conflito com a lei; socioeducação.

1. Introdução

Este artigo resulta de uma parte da pesquisa, realizada entre 2019 e 2020, sobre questões de gênero e sexualidade que envolvem adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade, autores de atos infracionais, na Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), vinculada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Estado da Bahia. Em 1991, a Fundação de Assistência a Menores da Bahia (FAMEB) foi transformada na FUNDAC², criada com a missão de “promover a responsabilização e contribuir para a emancipação cidadã dos adolescentes aos quais se atribuem autoria de ato infracional no Estado da Bahia, atuando na garantia dos direitos humanos”³.

Como é sabido, o avanço legal na garantia de direitos humanos decorreu de reivindicações políticas atentas às questões de classe, raça, gênero e sexualidade de grupos e sujeitos de diferentes gerações, que enfrentaram, e ainda enfrentam, sistemas opressores e violentos em contextos totalitários, antidemocráticos, antisemitas, racistas, lgbtifóbicos e capitalistas. Contudo, a garantia desses direitos não está de fato consolidada para todos/as. Esse paradoxo me levou a refletir sobre os abismos e as perversidades existentes entre as legislações conquistadas e a efetividade de políticas de promoção de direitos humanos e sexuais no ambiente do sistema socioeducativo. Contradições que me inquietaram enquanto sujeito e profissional desse sistema e me levaram a desenvolver esta pesquisa no intuito de problematizar as questões de gênero e sexualidade enfrentadas, cotidianamente, por socioeducandos/as e socioeducadores/as, na execução das medidas socioeducativas de internação na Bahia.

Tendo como objetivos principais apresentar um panorama sócio-histórico do sistema socioeducativo, analisar questões de gênero e sexualidade entre os/as adolescentes e apontar caminhos para a qualificação da política pública de atendimento socioeducativo,

2 Efetivamente, a instituição atua há 87 anos na prestação de serviços públicos voltados a crianças, adolescentes e jovens. Entretanto, em 1991, após a promulgação do ECA, o seu público foi redefinido para atender adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos incompletos responsabilizados pelo cometimento de ato infracional.

3 Disponível em: http://www.fundac.ba.gov.br/?page_id=8. Acesso em: 13 dez 2019.

esta pesquisa qualitativa parte de um estudo de caso, os problemas de gênero e sexualidade entre adolescentes em privação de liberdade, utilizando a técnica de relatos orais com profissionais, das diversas áreas de atuação de duas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASE) masculina e feminina, unidades de internação da FUNDAC, e observação participante, já que pesquisador integrante do quadro profissional da instituição, na qual desempenha a função de coordenador técnico de articulação no âmbito da Escola do SINASE/GERSE⁴. Nesses diálogos, pude problematizar fenômenos encontrados em articulação com conhecimentos sobre o sistema prisional, a biopolítica do poder, o sistema⁵ de sexo/gênero/sexualidade, os saberes localizados, ao acionar epistemologias feministas, decoloniais e *queer*. Discutindo como esses/as sujeitos/as e grupos estão marcados por um sistema mais amplo de dominação que determina o *modus operandi* do sistema prisional e do socioeducativo, que irreversivelmente repercute nas estratégias adotadas para identificação, hierarquização, disciplinamento e punição de indivíduos e populações.

Embora o ambiente socioeducativo se mostre tão hostil, pulsões de vida abrem brechas através do afeto e desconstroem brutalidades impostas pelas demarcações sexuais e de gênero. Em meio à manutenção, produção e consumo de identidades fixas e valorização de lugares heteronormativos, vivências desses/as adolescentes revelam novos caminhos que, muitas vezes, se configuram como mudanças de paradigmas e de trajetórias, construção de redes de solidariedade⁶ e estimulam a possibilidade de transformações aos indivíduos. Afinal, as “identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras” (WOODWARD, 2014, p.22).

Considerando os marcadores sexuais e de gênero determinantes na constituição das identidades dos/as adolescentes, a

4 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/Gerência de Atendimento Socioeducativo/FUNDAC.

5 O conceito de *cistema* se refere ao de cisgeneridade, portanto, às tecnologias de organização, estruturação, ordenamento, disciplinamento, punição e recompensa de sujeitos e populações enquadradas dentro da heteronormatividade e cisgeneridade. Para mais, ver Viviane Vergueiro (2019).

6 Redes de solidariedade são entendidas como relações constituídas e ampliadas com base nas afetividades, empatias, cuidados mútuos e percepções do outro como aliados/as no processo de desenvolvimento e existência individual e coletiva.

problematização dessas questões poderá fortalecer políticas públicas de proteção integral aos/às adolescentes em conflito com a lei e apontar estratégias que possibilitem a superação de desigualdades e violências no sistema socioeducativo, especialmente pelo estímulo à reflexão dos lugares ocupados pelos sujeitos responsabilizados pelo cometimento de ato infracional, bem como daqueles/as agentes socioeducadores/as que pretendem promover a reintegração social⁷ de jovens e adolescentes.

2 Problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade

O sexo entre iguais está presente em quaisquer ambientes de privação de liberdade. Contudo, a prática sexual entre os/as adolescentes do mesmo sexo tende a se manter em clandestinidade. Nesse contexto, as noções de identidades originais de uma heterossexualidade compulsória e as manifestações de masculinidades hegemônicas e tóxicas tendem a amplificar os danos sobre aqueles/as que se distanciam das referências moral e comportamental normatizadas. Alguns educandos auto identificados como homossexuais tendem a permanecer em medidas restritivas de liberdade dentro da própria internação. São cerceados de convívio comunitário mais amplo em virtude das necessidades de medidas protetivas para que não sofram maiores danos a suas vidas.

Quando há casos de práticas sexuais consentidas entre educandos/as, os/as profissionais entendem essas relações como homossexuais e, geralmente, atuam com intervenções disciplinadoras e reguladoras

7 O conceito de reintegração social tem sido amplamente defendido pelos estudos da criminologia crítica por entender que a perspectiva de “ressocializar” carrega resquícios de uma criminologia positivista que pressupunha o sujeito corrigido como passivo e não considera a sua autonomia e historicidade, nem os fatores do contexto coletivo que o impulsiona para o cometimento de atos infracionais. Compreende, portanto, uma perspectiva sociológica para os investimentos públicos em processos educativos destinados ao reposicionamento dos sujeitos em sociedade, que promovam a resignificação de seus atos e os levem à reintegração social ativa, através de uma abordagem técnica e política onde agentes penitenciários e socioeducativos, internos e sociedade exerçam protagonismos compartilhados nos processos de reintegração social e de sustentabilidade de liberdade para egressos desses dois sistemas de responsabilização e correção. (BARATTA, 1990, s/p).

no sentido de minimizar e anular as práticas consideradas como “*gays*” ou “*lésbicas*”. Casos de dispersão de adolescentes entre alojamentos, quartos e até unidades socioeducativas em decorrência de relações homoeróticas são comuns e constantemente utilizados sob a alegação de protegerem educandos/as de possíveis violências ou evitar instabilidades à segurança socioeducativa.

Todavia, na unidade feminina, a prática sexual entre iguais é relativamente mais explícita e aceita, pelo menos entre as adolescentes. Algumas relações lésbicas assumem caráter estável durante o cumprimento da medida socioeducativa, forjando, inclusive, representações familiares nos moldes heteronormativos, marcadas pelas questões de gênero, constituídas por supostos membros de família: mãe, filha, tia, avó, dentre outros. Arranjos pseudofamiliares também combatidos pelos/as profissionais sob a justificativa de que tais organizações poderiam fortalecer determinados grupos, polarizar forças entre educandas e acarretar fragilização da segurança socioeducativa.

No entanto, prevalece a não assunção de uma identidade lésbica ou *gay* por parte dos/as adolescentes, tendo-se em vista a compreensão de que as relações sexuais, nesse contexto, são contingenciais e efêmeras, supostamente circunscritas ao tempo de internação. Contudo, quando esses/as adolescentes assumem relações homoafetivas, o que acontece raramente na CASE masculina e é mais comum na feminina, há registros de garotos que se autodeclaram *gays*, homossexuais ou bissexuais e de garotas que se autodeclaram lésbicas, sapatonas, bofes, *ladys* e bissexuais, que subvertem a suposta efemeridade das relações por identidades afirmativas e projetos de vida compartilhados. A diversidade de autodenominações entre as garotas reflete, de certo modo, a admissibilidade das relações lésbicas entre elas, a ponto de assumirem, publicamente, relacionamentos amorosos e da autoidentificação como “namoradas” ou “mulheres” umas das outras.

[...] a afirmação da identidade lésbica se baseia na ideia de que uma identidade não pode ser resumida à prática sexual e afetiva entre duas mulheres, [...] o fato de essas mulheres se permitirem viver tais relações na prisão já representa uma rasura da heterossexualidade compulsória, porém identificar-se lésbica significa se reconhecer nessa identidade, e isso implica em interiorizar signos próprios da lesbianidade, redefinindo a identidade heterossexual que lhe é atribuída normativamente desde que nasce

e cujo cumprimento é fiscalizado ao longo da vida.
(SOUZA, 2018, p.240)

As/os profissionais, em geral, não costumam ter habilidade para tratar essas situações e aproveitar as relações afetivas consensuais como oportunidades de criação de novas singularidades que rasurem as normatividades de gênero e sexualidades historicamente impostas não somente a esses/as jovens e sim a todos nós. Deixam, geralmente, de atuar na reversão da inerente característica dessensibilizadora da situação de privação de liberdade pela interdição abrupta de relacionamentos afetivos com o mundo lá fora e inibição do surgimento de relações mais sensíveis e descolonizadas. Ao subestimarem a potência do afeto entre adolescentes do mesmo sexo, perdem a oportunidade de fomentar um cuidado de si e do outro, desconsideram a emergência de singularidades autônomas em relação a seus próprios desejos, possibilidades de exercitarem escolhas, reflexão e flexibilização de identidades monolíticas que impedem o reconhecimento de si em toda a sua complexidade e diversidade de manifestações e interrompem o fluxo de “agenciamento de subjetividades desejantes” e mais autônomas (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.78).

Isso posto, passo⁸ a apresentar alguns dos principais problemas de gênero e sexualidade estudados ao longo desta pesquisa e que atingem adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade, e, conseqüentemente, as atuações profissionais e institucionais acerca da promoção e garantia de direitos humanos e sexuais no âmbito das unidades de internação da FUNDAC.

Analisar, por exemplo, questões de gênero e sexualidade que envolvem adolescentes trans⁹ no atendimento socioeducativo possibilita descortinar potências, existências e políticas que atravessam indivíduos e coletividades em um espaço permeado por jogos de controle, punição, reeducação e domesticação de mentes, desejos, corpos e comportamentos. “A travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do

8 Para outros problemas pesquisados ver CORREIA, Sandro Costa.; COLLING, Leandro. *Quando a Pedagogia encontra o punhetódromo: masturbação em uma Comunidade de Atendimento Socioeducativo de Salvador*. Educação & Formação, [S. l.], v. 6, n. 2, p. e4446, 2021. DOI: 10.25053/redufor.v6i2.4446. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4446>. Acesso em: 14 abr. 2021.

9 Abreviação das identidades de gênero de pessoas travestis, transexuais e transgêneras.

modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero” (BUTLER, 2003, p.195). A atenção dada às pessoas trans no atendimento socioeducativo perpassa por aspectos que interferem no reconhecimento da pessoa humana, especialmente, no tocante à afirmação identitária, autodeterminação, auto representação, proteção, segurança, sociabilidade e saúde. Demanda o investimento contínuo na mediação de conflitos causados pelo descumprimento das garantias de direitos previstas em lei em consequência da manutenção de uma cultura omissa ou perversa quanto à subalternização da/o adolescente trans por aspectos morais e religiosos.

Janis é um problema muito sério. Eu até gosto de Janis, mas é difícil lidar com Janis. Deve ter sofrido muito, ela deve ter vivido muito tempo na rua. Hoje é uma pessoa sem limites. Ela não consegue controlar o eu dela. Já tentei, conversei muitas vezes com ela para tentar entender. Não adianta. Porque uma hora tá bem, outra hora não. Parece ser bipolar. [...] Se você não faz o que ela quer, na mesma hora se torna agressiva. (PP)¹⁰

As justificativas sociais e familiares para o suposto temperamento incontrolável de “Janis” camuflam um discurso masculinizante de sua personalidade, deslegitimador da sua identidade trans e feminina, que mais parece investir na fixação da sua identidade associada a um sujeito perigoso e imutável. Capaz de cometer barbaridades e provocar medo e pânico a outras adolescentes e adultos. “Ela é forte. Ela tem a força de um homem” (PP).

Assim, os impactos da presença dissidente de adolescentes trans no âmbito da privação de liberdade, eventualmente, contribuem para a desestabilização de concepções identitárias originais, tidas como fixas e essenciais, promovendo o reconhecimento de outras feminilidades e masculinidades distanciadas da heteronorma e da masculinidade hegemônica, mas que convivem, contraditoriamente, com as concepções estereotipadas de ser a pessoa trans problemática, anormal, monstruosa. Uma concepção equivocada da identidade

10 Os/As profissionais aqui entrevistados, tendo em vista o compromisso em não revelar as suas identidades, terão seus depoimentos registrados com a inicial “P” de “profissional” agregada a letra em ordem alfabética correspondente ao sentido cronológico de realização das entrevistas.

trans como ícone da loucura e da ininteligibilidade de sexo/gênero/sexualidade. Tal visão, frequentemente, reforçada entre os/as profissionais, assim como entre as/os adolescentes, apresenta a pessoa trans como resistente a adaptações, transformações e socialização, o que repercute na garantia parcial de seus direitos específicos, como o reconhecimento da sua identidade de gênero, assistência à saúde integral no processo de transição, bem como na restrição de convívio com seus pares LGBTQ+ que poderiam fortalecer a sua dignidade e autoestima dentro e fora do socioeducativo.

Contudo, há também um relativo avanço na atenção dada à proteção da integridade física da pessoa trans, de ambos os sexos/gêneros, especialmente, pela decisão judicial¹¹ de internamento das garotas e garotos trans exclusivamente na CASE feminina por pressupor que as violências perpetradas sobre os seus corpos no ambiente feminino fossem reduzidas e menos graves. Não é possível hierarquizar os danos simbólicos e morais provenientes das relações desiguais de poder entre meninas cis e trans e os danos físicos e materiais perpetrados pelos meninos cis sobre as pessoas trans. Consequentemente, a adolescente trans não está imune de sofrimentos na unidade feminina, problematizamos até que ponto o reconhecimento de gênero exclusivamente para as garotas trans seria a melhor alternativa para a redução de danos impostos a essa população. Ainda se a ausência de alojamento LGBTQ+ em ambas as unidades, especialmente na masculina, não seria uma violência também brutal para esse grupo, haja vista que tal espaço, na unidade em concordância com o seu sexo anatômico, em certa medida, poderia favorecer mais pertencimento e solidariedade entre seus pares e menos sofrimento psíquico, como tem sido na CASE feminina, porque nessa unidade meninas cis reforçam, hostilmente, o lugar de estrangeira/o e não pertencimento das trans. A estratégia de destinação de todas as trans unicamente para a CASE feminina corrobora para o apagamento institucional da população LGBTQ+ no âmbito do socioeducativo.

¹¹ Desde 26/09/2017, a partir de decisão judicial de autoria da juíza Ivana Carvalho Fernandes, Titular da 4ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os/as adolescentes trans são encaminhados/as para o cumprimento de internação provisória e medida socioeducativa de internação na CASE Feminina no sentido de prevenir e reduzir danos impostos a adolescentes travestis e transexuais.

Outra questão evidenciada é a linha tênue existente entre as relações sexuais consentidas e as não consentidas. Diversos fatores influenciam na transição ou não de uma relação resultante do consentimento entre as partes, do exercício de autonomia e escolha entre os/as envolvidos/as para uma manifestação de violência, exploração ou abuso sexual entre eles/as. A idade, a compleição física, a habilidade argumentativa, a possibilidade de enfrentamento físico, o medo de ser exposto/a, humilhado/a ou violentado/a, a aceitação ou rejeição entre seus pares são algumas dessas variáveis.

Problematizamos os esforços profissionais e institucionais no sentido de identificação e repressão dessas práticas como se ambas produzissem irreversivelmente os mesmos danos aos/as adolescentes. Guardadas as devidas proporções e variáveis que podem interferir na transformação de uma prática sexual consentida para outra violenta, constatamos que, eventualmente, uma prática sexual consentida pode desencadear em uma violenta. Especialmente, quando o/a adolescente só tem interesse erótico por um/a e é forçado por outros/as à servidão sexual compulsória. Entretanto, entendemos que os pressupostos heteronormativos, de masculinidades hegemônicas e lgbtfóbicos no contexto socioeducativo, somados à inexistência de alojamento/quarto LGBT+, são fatores que mais influenciam na exposição à violência dessa população do que propriamente as relações afetivas eróticas que estabelecem entre si, haja vista os registros de relações existentes entre adolescentes que não ocasionaram violências sofridas, tanto em unidades masculinas como na unidade feminina.

A tentativa institucional de apagamento de sujeitos LGBT+ e a atuação repressiva de profissionais às práticas sexuais lidas como homossexuais e lésbicas, além de intensificarem a vulnerabilidade LGBT+ no ambiente de privação de liberdade, intensificam o risco de a prática sexual consentida se tornar uma prática sexual violenta por sua manifestação ocorrer em meio àqueles prováveis lgbtfóbicos. Essa situação, de certa maneira, subestima a capacidade técnica interdisciplinar dos/as profissionais socioeducativos no que diz respeito à competência para a classificação e organização dos sujeitos em situação de privação de liberdade a partir do critério gênero/sexualidade em vista à promoção de fortalecimento de laços afetivos e comunitários que venham reduzir danos e promover desenvolvimentos.

As práticas sexuais não consentidas se configuram, algumas vezes, enquanto ritos perversos, mecanismos de exercício de poder acionados por adolescentes com base nos dispositivos de sexo, gênero e sexualidade, especialmente, entre novatos e veteranos no processo de ingresso nas unidades socioeducativas. E não restritos a esse marcador de tempo de medida, pois questões como idade, compleição física, capacidades cognitiva, emocional e de negociação, ato infracional, pertencimento a facções são fatores que podem interferir na subalternização e vitimização de novatos ou veteranos a qualquer tempo da medida socioeducativa pelo exercício de dominação autorizada ou não em situações e jogos entre adolescentes de ambos os sexos, nos quais uns saem vencedores/as e outros/as perdedores. Cotoveladas, socos no tórax, afogamentos, enforcamentos, submissão anal, sexo oral compulsório e introdução de objetos em genitais são algumas das práticas que vitimam adolescentes e testam a sua suposta “lealdade” ao grupo, principalmente, por seu silenciamento e não denúncia.

De certo modo, essas práticas perversas têm sido enfrentadas com êxito nos últimos anos, visto que registros de tais ocorrências eram mais recorrentes no passado recente da instituição, mas não deixam de ocorrer por fortes influências dos jogos de dominação perpetrados por ideais masculinistas de uso da força, de submissão e exploração do/a outro/a, principalmente, pelas relações binárias de atividades *versus* passividades, masculinidades *versus* feminilidades. Ritos perversos estão em uma fronteira com as manifestações de “fari-nhagem”, lidas pelos/as profissionais como uma espécie de *bullying* entre os/as adolescentes, comprometendo a integridade física, psíquica e moral dos/as envolvidos/as e a segurança da unidade. Para resolver esses problemas, é necessária uma atenção especial, por parte da equipe multidisciplinar, principalmente da segurança que está com o/a educando/a durante 24 horas, para não negligenciar uma violência infligida ou superestimar uma brincadeira, criminalizando o/a adolescente.

Grande parte dos/as profissionais defende que as práticas sexuais, entre os/as adolescentes, representam um perigo para eles/as e para a instituição, a família e a sociedade, utilizando-se dos mais diversos argumentos. Fundamentados em uma concepção adultocêntrica e tutorial que infantiliza a adolescência e sustenta uma visão universalizante de uma inerente imaturidade de educandos/as para

gerirem suas próprias emoções. O que repercutiria, supostamente, em inabilidades para prevenir e reduzir danos provenientes de conflitos oriundos de disputa de poder nas relações estabelecidas com seus pares. Desse modo, a promoção e a garantia dos direitos sexuais, no âmbito do sistema socioeducativo, têm enfrentado o grande desafio da superação de seu estigma enquanto direito secundário, não prioritário ou supérfluo (D'ANGELO; HERNANDEZ, 2017, p. 90). Assim como exigido a eliminação de estratégias institucionais proibitivas, punitivas e seletivas adotadas em relação ao reconhecimento da identidade de gênero, orientação sexual, afetividade e atividade sexual dos/as adolescentes e jovens privados de liberdade.

O processo de infantilização da adolescência revela rastros deixados pela visão assistencialista, repressiva e punitiva do Código de Menores (1927), que justifica a intervenção sobre a sexualidade dos jovens pela negação do direito à autonomia em relação ao uso afetivo/erótico dos seus próprios corpos, sustentada pela suposta inatividade sexual deles. Por isso, qualquer prática sexual no interior das unidades de internação ainda é enquadrada como o desvio natural dessa geração, ato obsceno, regalia, vadiagem, safadeza e, eventualmente, está susceptível a punições judiciais e agravamento da medida de internação devido às práticas vivenciadas não corresponderem aos ideais da heteronormatividade dominante.

Embora os esforços de repressão sexual se respaldem em argumentos protetivos de minimizar possíveis danos em relação a possíveis violências sexuais, não há normativa institucional que proíba a prática sexual entre adolescentes. Pelo contrário, a Portaria Laços¹², em seu artigo 1º, determina a implementação de ações na perspectiva de promoção do afeto, do prazer e do exercício saudável e seguro da sexualidade. As relações afetivas/eróticas entre adolescentes existem e os relatos dos/as profissionais dão indícios dos locais e como acontecem, não se restringindo às práticas sexuais de cunho exclusivamente sexual ou violento, mas refletem a constituição de relações afetivas que impactam positivamente na perspectiva de vida dos/as adolescentes.

12 BAHIA. *Instrução Normativa FUNDAC nº 01/2018: Programa Laços: saúde e sexualidade na MSE*, 2018.

Relatos de profissionais, a exemplo de “PP” da CASE feminina, revelam um descrédito ao potencial criativo, consolador e transformador das relações sexuais entre as adolescentes, apostando que tais relações somente piorariam o contexto da medida socioeducativa. O discurso recorrente de imaturidade reaparece na suposta incapacidade de corresponderem ao modelo de união estável e monogâmico de relação, já que ficam com uma e com outra. Contudo, a visão pessimista de uma suposta inabilidade de se relacionarem fora dos moldes de uma sexualidade danosa, exploratória ou possessiva, se contradiz com a constatação de que “não são todas”, ou melhor, existem garotas que não agem conforme o modelo violento de relação. Então, o argumento de imaturidade que as/os profissionais alegam como sendo universal no socioeducativo não pode ser generalizado.

Elas se envolvem por uma questão de carência, não porque realmente gostam. São carentes. Elas sentem necessidade de tá umas com as outras. Não é que seja aquele gostar, de gostar mesmo de alguém, é uma carência. [...]. Quando elas saírem daqui muito raro elas vão tá uma com a outra. (PP)

A justificativa de predominância de carência deslegitima afetos e desejos sexuais. Ao considerar as relações como inevitavelmente passageiras e irrelevantes, perde-se a oportunidade de trabalhar questões e sujeitos para a convivência comunitária e afetiva de forma mais ética e pacífica durante e depois da medida de internação. A solidariedade, alteridade e empatia em relação ao outro para superação dos supostos conflitos oriundos de hierarquizações de sexo, gênero, sexualidade, classe, raça, ato infracional, dentre outros marcadores de estigma e exclusão, são, muitas vezes, negligenciadas. Para os/as profissionais, em geral, os/as adolescentes não sabem lidar com o “ódio” dentro deles/as, ciúmes, respeito ao desejo do/a outro/a, “o negócio deles é matar” (PL). Porém, como relata outro profissional “PE”, o desejo de matar não é apenas verbalizado pelos/as adolescentes, mas, eventualmente, por alguns profissionais também: “essas desgraças tem que matar tudo, tem que todo mundo se fuder mesmo, negócio de viado!”.

Os/as adolescentes não estão no sistema socioeducativo para aprenderem a se relacionar de outra maneira? Tais circunstâncias não são uma oportunidade para trabalhar não apenas os afetos e desa-fetos em relação à sexualidade, mas também aos inúmeros temores,

ódios, frustrações, rancores, perdas que marcam suas existências e demandam reelaborações acerca do lugar de infratores, perigosos e vítimas sociais? Como uma potente oportunidade para trabalhar o que se é e com quem se vive, como sustentar sua vida com autonomia e liberdade. A dissidência sexual da heteronormatividade, mesmo temporária, rasura lugares fixos identitários, reverbera potencialidades de prazer, gozo, realizações e aciona uma infinidade de reflexões que desestabilizam as percepções originais de sexo, gênero e sexualidade. Isso exige a problematização e articulação de tantas categorias identitárias que se façam necessárias para a realização de uma conexão interseccional que favoreça o alcance de supostas maturidades em múltiplas frentes de existência.

Pelo exposto, verificamos como se manifesta, no atendimento socioeducativo, o tratamento dado aos direitos sexuais como direitos secundários cuja promoção e garantias ainda são vistas como uma recompensa ou regalia para o/a adolescente por muitos/as profissionais. Resultando em interdições da prática sexual consentida, restrições ao programa de visita íntima e o não acesso a preservativos, fundamentadas em uma política pública adultocêntrica, proibicionista e para a morte, sob falsos argumentos de uma suposta imaturidade do/a adolescente para usufruir de direitos sexuais e manejar possíveis conflitos inerentes às suas relações afetivas e eróticas.

Considerações finais

Com a identificação, caracterização e problematização desses principais fenômenos relacionados aos problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade, constatamos que afetam adolescentes de ambos os sexos, gêneros e sexualidades, consideradas as devidas proporções e nuances quanto a suas manifestações e efeitos: na CASE feminina, o amor pode dizer seu nome, já na masculina, é subordinado à clandestinidade. Muitos profissionais de diferentes níveis hierárquicos também se veem, frequentemente, fragilizados pelo abismo existente entre as normativas nacionais, estaduais e internacionais e a insuficiente decisão política e administrativa para efetivar os direitos sexuais como prioritários, inalienáveis e fundamentais.

Por outro lado, pulsões de vida em atitudes profissionais reiteiram os direitos sexuais como direitos humanos. Quando enfrentam as

barreiras impostas pelos tabus sexuais, morais e religiosos ao implementarem o programa de visita íntima, mesmo beneficiando poucos educandos; superam abismos entre a equipe técnica e a de segurança e agem interdisciplinarmente em benefício do/a educando/a; denunciam violações de direitos, apuram os fatos e responsabilizam os envolvidos; admitem a permanência de casais de lésbicas em um mesmo quarto através de mediação restaurativa e elaboração de termo de compromisso entre elas para respeito mútuo, gozos sob lençóis e gemidos discretos; priorizam o direito ao prazer em detrimento da interdição, castração ou sofrimento. Possibilitando, assim, o predomínio do pedagógico e não das múltiplas punições.

Nessa direção, aponto caminhos para a consolidação de uma socioeducação transgressora, predominantemente pedagógica, interdisciplinar, radicalmente ética, atenta aos problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade como oportunidades para a mudança, a transformação e o desenvolvimento de socioeducandos/as, socioeducadores/as e instituição.

Referências

BARATTA, Alessandro. *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado*. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 02 nov 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREIA, Sandro Costa. *Problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade*. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

D'ANGELO, Luisa Bertrami; HERNANDEZ, Jimena de Garay. Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. *Plural*, São Paulo, v.24.1, 2017, p.78-104.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Simone Brandão. *Lésbicas, entendidas, mulheres viados, ladies*: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da Bahia. Tese (Doutorado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. *Sou travestis*: estudando a cisgeneridade como possibilidade decolonial. Brasília: padê editorial, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TOMAZ, Tadeu da Silva (Org.) *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7 a 72.

RESSOCIALIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL DE EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS

Yanna Biatriz de Oliveira Góis

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins- UFT, yannabiatriz@gmail.com;

Cristina Vianna Moreira dos Santos

Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal do Tocantins - UFT, cristina.vianna@mail.uft.edu.br.

Resumo

A presente pesquisa objetivou investigar os processos de ressocialização e seu impacto na saúde mental de egressas do Sistema Prisional do Estado do Tocantins, compreender o fenômeno do preconceito e da discriminação nas condições de (re) inserção no mercado de trabalho e conhecer os fatores de risco e proteção à saúde mental de egressas do sistema prisional no contexto de suas relações familiares e comunitárias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa utilizando o método estudo de caso. A amostra de conveniência foi composta por três reportagens com entrevistas públicas de mulheres cisgênero egressas do sistema carcerário feminino do Estado do Tocantins e de outras localidades do país. As entrevistas foram selecionadas a partir de duas fontes: um jornal online do estado do Tocantins e na plataforma Universa, abrigada no site Uol notícias. As entrevistas foram publicadas entre 2019 e 2021. Os resultados apontam falhas no processo de ressocialização, como falta de estrutura e espaço físico adequado para mulheres encarceradas, impacto do isolamento na saúde mental, abandono de familiares, incentivo ao trabalho no âmbito privado sem proporcionar autonomia no pós-cárcere, preconceito e discriminação na (re)inserção no mercado de trabalho, contribuindo como fatores de risco a vida e a saúde mental das egressas. O estudo e o trabalho na prisão,

apoio familiar dentro e fora da prisão e o trabalho fora da prisão são fatores de proteção a saúde mental de tais mulheres.

Palavras-chave: Ressocialização, Mulheres, Saúde Mental, Tocantins.

Introdução

No Brasil, entre os anos 2000 e 2016, a população feminina encarcerada cresceu mais de 567%, saltando de 5.600 para 43.355 mulheres em penitenciárias. Esse número levou o país a ocupar em 2016 a 3ª posição na lista dos países com maior número de mulheres encarceradas no mundo, quando se compara a taxa de 100 mil habitantes (RUEDIGER; SANCHES, 2018). Considerando o grande aumento da população carcerária, ganha destaque a importância de políticas que promovam a recuperação da pessoa detenta no convívio social, sendo que, de acordo com a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), é dever do Estado à assistência a pessoa presa e ao internado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Dentro dessa perspectiva, Figueiredo Neto (2009) destaca que a recuperação, ressocialização, readaptação, reinserção, reeducação social e reabilitação são sinônimos que dizem respeito ao conjunto de atributos que permitem ao indivíduo tornar-se novamente útil a si mesmo, à sua família e a sociedade. De acordo com Zaffaroni (2011, p. 116, *apud* MACHADO, 2015) a vertente positiva da prevenção especial, inspirada na possibilidade de reintegração social que deu origem às variações das ideologias “re” (reabilitação, ressocialização, reintegração), configurou um dos objetivos declarados na modernidade penal. A perspectiva ressocializadora corresponde à função de prevenção especial positiva da pena, ou seja, ao entendimento de que a condenação à pena privativa de liberdade deve proporcionar a emenda moral da pessoa presa, que, após o cumprimento da pena estaria apta a adotar padrões de conduta socialmente aceitáveis e a não mais transgredir a lei penal. (BRASIL, 2019).

Historicamente, os aspectos da finalidade de prevenção especial positiva e geral da pena foram gradativamente apagados pela perspectiva repressiva presente nos tempos do “grande encarceramento” (Brasil, 2019, *apud* BATISTA, 2010), excluindo qualquer resquício daquela preocupação com a humanização da pena. Dessa forma, no embate histórico entre prevenção especial positiva com ressocialização/reforma do condenado e prevenção especial negativa, a qual prevê a eliminação/anulação da pessoa condenada, esta última saiu vencedora (BRASIL, 2019).

Em uma comunicação oral no X CINABEH – Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero com o tema “Políticas da Vida: Coproduções de Saberes e Resistências”, Edição Online, em abril de 2021, promovido pela ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, pude apresentar parte do presente trabalho. Uma das coordenadoras do simpósio temático “Justiça Criminal e Políticas de Encarceramento” foi Simone Brandão, autora do livro “O amor e o erótico entre mulheres na prisão: Subvertendo normas de gênero e sexualidade”, que fez considerações importantes acerca da temática central deste trabalho – a ressocialização.

Dentre as considerações estava a necessidade de problematizar o viés deste conceito, que impõe um olhar positivista e entende o indivíduo como um ser desviante, como se a sociedade fosse um todo harmônico, negando as sucessivas exclusões voltadas aos mesmos sujeitos/as que hoje estão no cárcere. Além do termo negar a socialização que essas pessoas tiveram, pois segue uma lógica burguesa de um padrão de socialização.

Acerca da perspectiva humanizadora, a qual a ressocialização sugere, da forma que a prisão é construída e com o objetivo que ela foi concebida, é uma perspectiva que não será alcançada. “A renúncia explícita dos objetivos de ressocialização e a reafirmação da função que a prisão sempre teve e continua tendo: a de depósito de indivíduos isolados do resto da sociedade, neutralizados em sua capacidade de “causar mal” a ela” (BARATTA, p.01, 2004). Um dos aspectos que Baratta (2004) aponta, é que os altos índices de reincidência apresentam escassez nos resultados de uma efetiva reabilitação, na forma que a prisão é posta hoje, como prevenção especial negativa através da punição configurando-se como “castigo justo”, neutraliza e incapacita sujeitos/as que deram entrada no sistema prisional.

Como uma alternativa a terminologia e ao aspecto prático, Baratta (2004) menciona que a reintegração social é um termo construído sobre uma base diferente, em busca de reintegrar o sentenciado à sociedade, pois que propõe a transformação da sociedade que precisa reassumir sua co-responsabilidade nos problemas e conflitos em que se encontra a pessoa segregada na prisão. A perspectiva da reintegração social, sobretudo, pretende corrigir aspectos de exclusão social, com a possibilidade de que não haja reincidência ou a própria marginalização secundária.

Considerando o processo de (res)socialização, está a assistência à pessoa egressa. A Política Nacional de Assistência à Pessoa Egressa (2019) considera como egressas aquelas pessoas que, após qualquer período de permanência no sistema penitenciário, seja em caráter provisório, seja com cumprimento de pena privativa de liberdade, necessitam de algum atendimento no âmbito das políticas públicas, dos serviços sociais ou jurídicos. As dimensões indicadoras da condição da pessoa egressa impactam na saída da prisão e a construção de novos projetos de vida, dentre elas estão: a fragilidade nos vínculos familiares e comunitários, trabalho, moradia, antecedentes penais e preconceito, dificuldades cognitivas e defasagem informacional, dificuldade de acesso à justiça, problemas de saúde, vinculação e dependência ao “mundo do crime” (BRASIL, 2019). Nesse sentido, pensando a partir da ressocialização e considerando os fatores associados que incidem sobre a vida pós-cárcere, a atenção aos fatores de risco e proteção à saúde mental de mulheres egressas se faz necessária, uma vez que para uma efetiva (re)inserção, deve haver esforços governamentais e da sociedade civil.

A importância de abordar a temática da pessoa egressa se dá inicialmente a partir do fato de que a vivência no sistema carcerário gera marcas e implicações na vida em liberdade e essas implicações do aprisionamento serão sobrepostas às demais situações vividas pelas pessoas egressas desde antes de sua prisão (BRASIL, 2019). Tais sobreposições podem ser pensadas teoricamente a partir dos múltiplos sistemas de opressão, como raça, classe e gênero.

No Brasil e no mundo, mulheres negras com alta vulnerabilidade econômica são alvo de um projeto de extermínio por séculos. Este trabalho abordará a temática de saúde mental de mulheres egressas e seu impacto na vida no pós-cárcere. Para pensar sobre as múltiplas vulnerabilidades experimentadas por mulheres negras e encarceradas, vamos discutir as informações levantadas, a partir de uma perspectiva interseccional.

Interseccionalidade é uma categoria teórica cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989) que pensa os cruzamentos de opressões e como elas se sobrepõem aumentando vulnerabilidades e gerando desempoderamento. Dentre opressões vivenciadas diferentemente estão raça, gênero e classe. Tal categoria está para além da teoria, é considerada uma lente para os processos políticos, e no sistema capitalista, que se mantém estruturado baseado em tais opressões.

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros (AKOTIRENE, p. 29, 2019).

Para pensar a saúde mental das mulheres egressas é necessário levar em conta que as análises em torno do sistema prisional feminino devem considerar o contexto econômico, social e político vivenciado por mulheres encarceradas, tanto no que se refere às condições materiais e objetivas de vida, como aos fatores subjetivos, de inserção social, ética e política das mulheres na sociedade atual, cerceadas pela relação de poder estabelecida historicamente entre homens e mulheres (CUNHA, 2010). Essa relação de poder estabelecida historicamente entre homens e mulheres reflete em diferenças de tratamento pautadas no gênero, onde a mulher engendrada em uma posição de passividade é constituída a partir de um status social que a identifica através da sua relação com um homem.

Dessa maneira, considerando o perfil das mulheres do sistema carcerário, o contexto social a qual elas estão inseridas, as diferenças da vida pós-cárcere pautadas no gênero e a forma como a (re)inserção é pensada dentro das unidades prisionais, este trabalho tem por objetivo investigar os processos de ressocialização e seu impacto na saúde mental de egressas do Sistema Prisional, com recorte no estado do Tocantins, utilizando como método o estudo de caso, em uma perspectiva qualitativa e descritiva.

Considerando que os Levantamentos Nacionais de Informações Penitenciárias (INFOPEN MULHERES, 2014; 2018) são os únicos levantamentos específicos sobre a situação prisional de mulheres, refletindo assim a invisibilidade científica acerca das temáticas ligadas ao encarceramento feminino, o presente trabalho pretende gerar contribuições para esse campo, a partir da Psicologia. Enquanto ciência implicada com mudanças sociais e garantia de direitos, a Psicologia tem o importante papel enquanto campo de pesquisa levar

a comunidade acadêmica e a comunidade externa, a refletir sobre questões sociais emergentes.

Desse modo, este trabalho se justifica frente à necessidade de produção de saberes acerca do processo de ressocialização e seu impacto na saúde mental a partir de um recorte de gênero, que possa contribuir para a construção de referências para a pesquisa e atuação da Psicologia, além da garantia de direitos e qualidade de vida junto a essa população. A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

Metodologia

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa e o método utilizado foi o estudo de caso, seguindo os apontamentos de Gil (2002). Para a amostra de conveniência da pesquisa foram utilizadas três matérias de entrevistas abrigadas em dois jornais online, publicadas entre 2019 a 2021. O total de participantes é de 12 egressas do sistema prisional: 4 do estado do Tocantins e as 8 restantes não revelam suas localidades nas entrevistas. A análise descritiva foi feita a partir do relato das mesmas acerca da experiência do cárcere e do impacto em suas vidas no pós-cárcere.

A primeira fonte é o Jornal do Tocantins, matéria de autoria de Elaine Jardim, publicada em outubro de 2019 e tem por título “Presas e esquecidas: dificuldades das mulheres encarceradas no Tocantins”. Nesta primeira fonte, 3 egressas do Estado participaram das entrevistas. A segunda fonte é a plataforma Universa, abrigada no site Uol notícias, criada em 2018 e debate um conteúdo 100% voltado para mulheres, dentre os temas debatidos estão: política, direitos, finanças, carreira, tecnologia, cultura, esporte, autoestima, respeito, igualdade, preconceito e violência contra mulheres.

A primeira matéria desta última fonte tem por título “Fui musa do crime e hoje conto os bastidores da vida na prisão no TikTok” de autoria de Ana Bardella, publicada em fevereiro de 2021. Tem como participante 1 egressa do sistema prisional do Tocantins. A segunda matéria tem por título “Ex-detentas contam como retomaram a vida, após sair da cadeia” de autoria de Julia Tavares e Priscila Ribeiro,

publicada em março de 2019. Em tal matéria 8 egressas de outras localidades do país dão seus depoimentos. A referida matéria foi utilizada a fim de proporcionar consistência aos dados, pela falta de algumas informações nas matérias das egressas do Tocantins, que serão discutidos a partir desta localização.

Resultados e discussão

Acerca da cor ou raça, é importante mencionar que não foi um dado explicitado em forma de autodeclaração por todas as entrevistadas, a análise desse dado foi feita através das fotos apresentadas nas matérias, em que foi possível inferir por meio de aspectos fenotípicos, como tonalidade da cor da pele e textura do cabelo. Das doze participantes, uma se autodeclara como branca, sete são negras ou pardas e duas não possuem fotos nas matérias. Dado que confirma a cor prevalente nas prisões brasileiras, que é de mulheres negras ou pardas.

Pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo. Na profusão de identidades viajantes, contingentes, fluidas, a cor da pele não se desarticula da identidade preta, a qual, em tese, poderia ser vista como de brasileiro impedido de entrar nos Estados Unidos, da mesma forma os africanos pretos, comumente vistos africanos e não pelas nacionalidades recém-chegadas no Brasil. Sabe por quê? Não podemos fugir da raça e das conexões entre categorias analíticas, quem bem sabe disso é o projeto intelectual negro (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

A identidade de gênero não foi um dado presente nas falas das participantes, o que se pode inferir que todas as participantes são mulheres cis. Em relação à orientação sexual, também não foi um dado presente nas falas das participantes, no entanto, torna-se necessário o debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres lésbicas e bissexuais, que é invisibilizado, visto que as políticas de saúde são voltadas para mulheres heterossexuais. Segundo a pesquisa realizada pela SECIJU e FASEC (2019) o “perfil sexual” das mulheres presas do Tocantins é “85% das entrevistadas se identificaram como heterossexual, 6% como ‘homossexual’, 7% bissexual e 2% ‘transexual’”, termos problemáticos que revelam o despreparo para se referirem a

mulheres lésbicas e bissexuais, e ao respeito à identidade de gênero de mulheres trans.

A idade das participantes está entre 24 e 57 anos, oito possuem idade de 24 a 36 anos e quatro delas possuem idade entre 42 e 57 anos. Em relação à escolaridade das participantes, apenas duas mencionaram em suas entrevistas. Ana, do Tocantins menciona ter concluído a graduação no período em que estava presa. Katia, que não menciona sua localidade, relata que após cumprir sua sentença em regime fechado decidiu que iria concluir seu ensino médio e que conseguiu uma bolsa de estudos integral no curso de Serviço Social através do Exame Nacional do Ensino Médio.

Fiz o supletivo e, no bairro onde morava, consegui um bico. Continuei estudando e, em 2010, passei no Enem e fui fazer Serviço Social... Na sequência, fui chamada para trabalhar no escritório de um advogado, que nunca consultou o meu histórico. O fato de eu ser loira, branca e de classe média contou pontos. (...) (Kátia).

O privilégio dado a branquitude de poderem adentrar, conquistar e permanecerem em espaços, ocorre em detrimento do acesso negado a pessoas pretas aos mesmos espaços, herança escravocrata que, das mais diversas formas violentas, reflete de forma vívida o racismo presente em nosso cotidiano.

É fácil discursivamente desautorizarmos usos hegemônicos de interseccionalidade, resgatando somente Du Bois ao considerar branquitude um privilégio, pois isto implica no valor político de ter mais um salário, o “salário público e psicológico”. Esse salário amortiza os prejuízos de ser pobre numa nação capitalista, e dificulta a união de classe trabalhadora, pois o trabalhador branco tem um salário a mais e recebe os benefícios da branquitude, ao mesmo tempo que a brancura gera oportunidades de trabalho, aspirante à classe média, garantindo dignidades no acesso a bens e serviços, boas escolas para estudar, sem sofrer depredação ambiental ou falta de saneamento (AKOTIRENE, 2019, pág. 29).

A respeito do ano de entrada no sistema prisional, oito das doze participantes mencionaram os anos de 2005 a 2013. As sentenças variaram de oito a quinze anos. O tempo de permanência no cárcere

em regime fechado foi de 7 meses a 6 anos. Em relação à tipificação de crime das mulheres do Tocantins, duas foram presas por tráfico de drogas, uma por assalto à mão armada e a outra participante não menciona tal dado em sua entrevista. Das participantes dos outros estados do país, seis foram presas por tráfico de drogas, uma por assalto e uma não menciona tal dado em sua entrevista. A partir da amostra, este dado confirma que o tráfico de drogas é a primeira tipificação para o encarceramento de mulheres no país (ROSA, 2019).

A egressa Ana denuncia a precária estrutura do cárcere do Estado do Tocantins, pela não divisão de presas temporárias de condenadas, e que isso reflete na dificuldade de alcance de seus direitos. Segundo o I Censo Carcerário Feminino do Tocantins, 59% das presas são sentenciadas e 41% são presas provisórias, ou seja, que não receberam suas sentenças. Segundo ela, o ambiente é “insalubre, úmido e escuro” e no único ambiente adequado há superlotação. Além da comida disponibilizada causar dor abdominal, fato denunciado por Lueji.

O abandono das mulheres em situação de privação de liberdade pelo Estado também é denunciado. Ana relata sobre a dificuldade enfrentada no alcance de direitos, pois segundo ela “as mulheres são praticamente inofensivas e os índices de motins, fugas e agressões no sistema prisional feminino são quase zero. Somos pacíficas e a gente acaba não conseguindo alcançar direito nenhum”, ao contrário dos homens que promovem rebeliões e greve de fome para reivindicarem seus direitos.

O abandono por parte de familiares, amigos e companheiros é citado na literatura (SANTOS; DA SILVA, 2019). Quatro participantes relatam não ter recebido visitas durante o período de cárcere e contam do abandono por parte de companheiros. De acordo com a pesquisa de Constantino, Assis e Pinto (2016) o apoio familiar é um fator protetivo à saúde mental de pessoas em situação de cárcere, do contrário pode repercutir negativamente na experiência de encarceramento dessas mulheres. De acordo com o I Censo Carcerário Feminino do Tocantins 45% das mulheres não recebem visitas, 96% dos visitantes são familiares e 4% são companheiros.

Ninguém mais do meu ciclo de convivência se importava comigo. Sem amigos e nem namorado, contei só com a ajuda da minha família. Penso que, se não estivesse tão decidida, poderia ter voltado para minha vida anterior (...) (Kamila).

O abandono por parte do Estado, e por parte da rede de apoio, somada a falta de uma estrutura adequada e a fragilização dos vínculos alimenta fatores de risco a saúde mental de tais mulheres na experiência do cárcere, fato que pode refletir no pós-cárcere, pela falta de amparo tanto do Estado quanto da família na (re) inserção das egressas. Na entrevista do Jornal do Tocantins, o promotor do Estado revela o despreparo para a prisão de mulheres trans, e que não há local certo para elas. Segundo ele, uma mulher trans fica sozinha sela, enquanto outras selas ficam acima da capacidade e recebendo cuidados pelo próprio contato de demanda.

Um ponto comum entre a maior parte das participantes é a vivência da maternidade; das doze participantes, onze são mães. Das onze participantes mencionadas, duas deram a luz a seus filhos no período de cárcere. Fator de risco expresso a partir de suas falas, causados pelo distanciamento de vínculos já construídos, perda de guarda e de vínculos que precisavam ser estabelecidos, como no caso das mulheres que tiveram seus filhos nas prisões.

A pior parte de ser presa foi deixar os meus dois filhos
(...) (Maria).

Ana, concluiu um curso de nível superior dentro da unidade prisional no Tocantins. Trabalho na prisão é uma possibilidade de remissão da pena, que é diminuição da pena de acordo com atividades exercidas no período de cumprimento da pena em regime fechado. O estudo e o trabalho (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016) são citados como um aspecto protetivo à saúde mental dentro da prisão. Acerca do trabalho na prisão, da mesma forma que ele pode ser protetor a saúde mental e a vida das mulheres, faz-se necessário questionar qual o trabalho que é oferecido nas cadeias, pois da mesma forma que esse trabalho protege, também pode adoecer, visto que pode ser repetitivo, enfadonho e destituído de sentido. Além de ser a única possibilidade de elas poderem realizar uma remissão de pena.

O conceito de ressocialização é questionado por Ana, pois segundo ela, para socializar novamente o indivíduo, não deveria haver essa separação. Fato que é reforçado no retorno à liberdade, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, a exclusão é permanente. Segundo ela: “O Estado te exclui da sociedade, não existe ressocialização [...] pode existir na lei, mas não na prática”.

Além da falta de qualificação, o preconceito e a discriminação (DE OLIVEIRA; NUNES, 2018) por serem egressas do sistema prisional, também são mencionados em suas experiências de vida como uma barreira para a reconstrução de suas vidas. Osmarina conta, pelo preconceito sofrido por ser egressa do sistema prisional, conta que não tem mais nada registrado em seu nome, fato que é explicitado por outras egressas.

Acerca da ressocialização, por meio de estudo ou trabalho, fora do sistema prisional, é mencionado a “Resposta”, agência social de empregos localizada em São Paulo, que teve sua criação a partir de um projeto de Kátia, egressa já mencionada. Tal agência capacita pessoas que saíram do sistema prisional, além de realizarem o acompanhamento e a inserção de egressas/os no mercado de trabalho. Tal agência conta com áreas de serviço social, psicologia e empreendedorismo para uma maior eficácia na (re)inserção de egressas e egressos. Das entrevistadas, três mencionaram terem sido beneficiadas com este projeto, tanto através de qualificações, quanto emprego. Nas entrevistas de participantes do Tocantins esse é um dado inexistente.

A possibilidade de exercer um trabalho remunerado é fator protetor à vida e a saúde mental dessas mulheres, como citado anteriormente, é necessário questionar qual trabalho e em quais condições ele é oferecido, visto que nas falas das participantes determinadas funções não possuem vínculo empregatício, fato que revela o não-lugar destinado a essa população. Além disso, fora da prisão, o apoio da família, a proximidade com os filhos (para as mulheres que são mães) gera efeitos de proteção à saúde mental dessas mulheres.

Foi possível perceber que a liberdade em si gera um sentimento de grande felicidade, reflexão e desejo de uma vida melhor. São mulheres cuidadas por familiares, com desejos e sonhos de poderem exercer atividades que desejam, sobretudo, liberdade do estigma que a elas é destinado.

Quando me disseram que eu estava livre, eu saí do jeito que estava, nem troquei de roupa, fui andando pela avenida e gritando a minha liberdade. Livre, a gente dá valor às coisas simples da vida, como água quente no chuveiro, abrir uma geladeira ou ligar um micro-ondas (...) (Lina).

O retorno à vida em liberdade gera expectativa em torno de diversos lugares que essas mulheres devem ocupar, a ressocialização

enquanto conceito prega que sujeitos/as devem caber em todos os lugares, fato que na prática não acontece pelo estigma destinado a elas, além da falta de políticas públicas efetivas para a reintegração. Precisamos pensar esses marcadores sobre a expectativa reforçada a partir do conceito de ressocialização aplicado e dos papéis de gênero que a elas é destinado.

Considerações finais

A partir dos relatos das entrevistas, foi possível identificar diversos fatores de risco a experiências de vida e a saúde mental de tais mulheres, como falta de estrutura adequada, abandono por parte do Estado e de familiares, vivência da maternidade, falta de qualificação e trabalho gerador de autonomia nas prisões e o preconceito e discriminação no retorno a vida em sociedade.

Em relação aos fatores de proteção a experiência de vida e a saúde mental de tais mulheres, a partir dos relatos foi possível identificar a qualificação, o estudo e o trabalho na prisão, o vínculo familiar dentro e fora da prisão, a experiência de um emprego, além de projetos que qualificam e possibilitam a entrada no mercado de trabalho no pós-cárcere, dado não identificado nas falas das participantes do Tocantins.

A própria experiência de cárcere é uma situação de risco a vida de pessoas em cumprimento de pena, o isolamento sem as mínimas condições necessárias de existência agrava este quadro. Pensando as estruturas precárias das cadeias, de isolamento, superlotação e condições de higiene, faz-se necessário refletir sobre todos esses agravos multiplicados quando consideramos o mesmo isolamento no cárcere neste momento de pandemia.

Foi possível compreender que a ressocialização é um termo problemático que reforça ideias positivistas, com um conceito burguês sobre a socialização de indivíduos que estão no cárcere. A reintegração social como uma melhor estratégia, propõe uma postura ativa da pessoa condenada a sua pena e responsabilizando o sistema, que sobretudo vulnerabiliza e exclui determinados sujeitos pertencentes a uma cor e uma classe. Por fim, Baratta (2004, p. reforça “Sob o prisma da integração social e ponto de vista do criminoso, a melhor prisão é, sem dúvida, a que não existe”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado, 1990**. Disponível em: < <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>>. Acesso em: 17/04/2021.

BARDELLA, Ana. “Fui musa do crime e hoje conto os bastidores da vida na prisão no TikTok”. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/01/fiquei-anos-presa-por-assalto-a-mao-armada-e-hoje-sou-sucesso-no-tiktok.htm>>. Acesso em: 20/01/2021.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, 1984.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Política Nacional de Atenção às pessoas egressas. **Departamento Penitenciário Nacional; PNUD**, 2019.

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2089-2100, 2016.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **University of Chicago Legal Forum**, pp. 139-167.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos Cedes**, v. 30, n. 81, p. 157-178, 2010.

DE OLIVEIRA, Márcia Vânia Pereira; NUNES, Érica Pollyana Oliveira. Os desafios de (re) inserção socioprofissional da mulher egressa do

sistema penitenciário em Palmas-to. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 254-267, 2018.

DINIZ, Débora. Pesquisas em cadeia. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 573-586, 2015.

FIGUEIREDO NETO, Manoel Valente et al. A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas. **Âmbito Jurídico, Rio Grande**, XII, n. 65, 2009.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INFOPEN MULHERES. **Departamento Penitenciário Nacional e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 12/01/2021.

INFOPEN. **Departamento Penitenciário Nacional e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2021.

JARDIM, Elâine Presas e esquecidas: dificuldades das mulheres encarceradas no Tocantins. **Jornal do Tocantins**, 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/presas-e-esquecidas-dificuldades-das-mulheres-encarceradas-no-tocantins-1.1920135>>. Acesso em: 10/11/2020.

MACHADO, Bruno Amaral; SLONIAK, Marcos Aurélio. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 1, p. 189-222, 2015.

ROSA, Ana Cleia Ferreira. **Vidas fissuradas: mulheres negras e o tráfico de drogas em Porto Nacional/TO e região**. 2019.

RUEDIGER, Marco Aurélio; SANCHES, Danielle. **Encarceramento feminino**. 2018.

SANTOS, Jessika Borges Lima; DA SILVA, Márcio Santana. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 459-474, 2019.

SECIJU, Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça; FASEC. Faculdade Serra do Carmo. **1º Censo Carcerário Feminino do Tocantins**. 2019

TAVARES, Julia; RIBEIRO, Priscila. Ex-detentas contam como retomaram a vida após sair da cadeia. **UOL**, 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/23/a-vida-apos-a-prisao-ex-detentas-contam-como-se-reintegraram-a-sociedade.htm>>. Acesso em: 20/01/2021.

O PROGRAMA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA: CONTRIBUIÇÕES, ÓBICES E RESSOCIALIZAÇÃO

Heitor Campos de Azevedo Guimarães

Mestrando em Direito da Regulação – FGV- RJ, hectorcamps@gmail.com;

Hercules Guimarães Honorato

Mestre em Educação – Pesquisador do NI_INPG - RJ, hghhhma@gmail.com;

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar o programa de “Remição de Pena Pela Leitura”, que permite, a partir de certos critérios, deduzir o tempo de encarceramento do apenado através da leitura. Apresentamos contribuições e óbices do programa, com fulcro em sua efetividade como método de ressocialização. A abordagem metodológica de investigação adotada foi qualitativa e em relação aos objetivos, a presente pesquisa se caracteriza como exploratória. As principais contribuições foram: (i) ressocialização do preso e diminuição das lacunas de alfabetização; (ii) aumento da auto estima do apenado, importante para o convívio social; (iii) oportuniza a troca de momentos ociosos por estudo e conhecimento, ampliando cultura e agregando valores; e (iv) as políticas carcerárias baseadas na remição pela leitura atenuam os problemas gerados pelo hiperencarceramento. Os seguintes óbices foram observados: (i) baixa escolaridade dos apenados; (ii) falta de bibliotecas prisionais ou salas de leitura apropriadas; (iii) ausência de políticas públicas para o sistema prisional que fomentem projetos que visem à reinserção social; e (iv) servidores dos órgãos de execução penal focados mais na segurança que no lado educacional. Os detentos devem ter seus direitos reconhecidos e não devem ser mantidos na ignorância. A leitura liberta, amplia horizontes, dá autonomia, cria valores

e compreensão do mundo em que vivemos e como devemos proceder para continuar a crescer como seres humanos mais criativos e críticos. E o programa de remição da pena pela leitura é algo que pode ser efetivo no trato dos indivíduos privados de liberdade em mudar seus caminhos futuros.

Palavras-chave: Indivíduos em privação de liberdade, Remição pela leitura, Ressocialização, Sistema prisional.

Introdução

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) publicou o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2019), com dados de dezembro de 2019 e atualizado em 9 de abril de 2020. O total de presos, no período de julho a dezembro de 2019, corresponde a 748.009, sem os dados da Segurança Pública, que sinaliza a diferença do valor total citado anteriormente. Desse total, 48,47% condenados em regime fechado e 29,75% presos provisórios, ou seja, sem condenação. Desde 1990, a taxa de aprisionamento¹ no Brasil cresce em progressão, estando em 2019 no patamar de 359,40, com um *déficit* de vagas de 312.925. O Brasil é um dos países que mais prendem no mundo.

O nosso sistema prisional, “por falta de recursos ou de gestão adequada, em detrimento a uma contribuição para uma sociedade melhor, acaba por perpetuar uma estrutura social desigual e injusta” (CORREIA, 2019, p.20). Há uma analogia sobre a função dos sistemas penitenciários com uma “máquina de moer gente”. Segundo Torres (2020, p. 170), “[...] as organizações criminosas têm produzido massacres, moendo gente faccionada e não faccionada, gente primária e reincidente criminal, gente condenada e gente presa em caráter provisório”. A partir das constatações de superlotação, falta de tratamento médico, má qualidade, tanto das refeições quanto da água consumida, revistas vexatórias, falta de atendimento jurídico e as constantes violações de direitos fundamentais na perspectiva do estado democrático de direito, surge a seguinte pergunta: que direitos tem a pessoa presa?

Em relação a este estudo, os direitos inerentes a qualquer ser humano, inclusive o apenado, fica evidente na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* da ONU, que, em seu art. VI, afirma que “Todo ser humano tem o direito de ser, **em todos os lugares**, reconhecido como pessoa perante a lei”; art. XXII, “Todo ser humano tem **direito ao trabalho** [...]”; e art. XXVI, “Todo ser humano tem **direito à instrução**” (DUDH, grifo nosso). Caminhando pela nossa carta magna, dos princípios fundamentais, pode ser pinçado, em especial, o direito a

1 Taxa de Aprisionamento – número de encarcerados a cada 100 mil habitantes.

dignidade da pessoa humana; em seu art. 5º, dos direitos e deveres individuais e coletivos, que todos somos iguais perante a lei, **sem distinção de qualquer natureza**, sendo que o direito **vida** e à segurança; e no art. 6º, dos direitos sociais, a **educação**, a saúde, [...], o **trabalho**, [...] a segurança [...]" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Inicialmente, podemos ratificar que, mesmo encarcerado por algum crime cometido, o indivíduo em privação de liberdade também tem seus direitos fundamentais garantidos, como **vida**, ao **trabalho** e à **educação**, em especial, no caminhar para a sua ressocialização e retorno ao convívio social, logicamente, agindo de acordo com as normas em sociedade. Foucault (1987, p. 224) afirma que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. Entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar”. A partir deste ponto, surgiu a inquietação destes autores em apresentar o programa de “Remição de Pena Pela Leitura”, suas contribuições e óbices, com fulcro em sua efetividade na ressocialização.

Este artigo está dividido em quatro seções principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta a metodologia empregada. A seção seguinte levantou o referencial teórico abraçado com os principais conceitos envolvidos, além das contribuições e óbices elencados. A terceira parte faz uma atualização da legislação pertinente ao objeto deste estudo. A quarta seção apresenta as análises sobre os aspectos educacionais.

Este estudo não entrará em detalhes da remição de pena pelo trabalho e nem pela educação propriamente dita, o foco é o da remição pela leitura. A justificativa para o olhar específico na leitura é por acreditar que ela abre as portas do conhecimento, amplia os horizontes, criando momentos únicos e autônomos, em que pontes sólidas são erguidas para o desenvolvimento do ser humano. A relevância se apresenta no próprio instituto da remição da pena pela leitura, que se alinha à efetivação dos objetivos da execução penal. Por fim, a seguinte questão norteou esta pesquisa: Quais as principais contribuições e os óbices do programa de remição da pena pela leitura na ressocialização de pessoas encarceradas?

Metodologia

A abordagem metodológica de investigação adotada nesta pesquisa foi qualitativa. Em relação aos objetivos, a presente pesquisa

se caracteriza como exploratória. O planejamento contou com três etapas iniciais: (i) um levantamento bibliográfico e outro documental, via *Google* acadêmico e com a Coordenadoria de Educação, Cultura e Esporte, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJSP), respectivamente; (ii) análise dos documentos legais e normativos para a compreensão do tema; e (iii) análise dos programas e projetos de extensão sobre o tema do estudo.

Referencial teórico

Foi inicialmente realizado um levantamento no sítio do *Google* Acadêmico com a seguinte palavra-chave: “remição da pena pela leitura”. Foram identificados 117 resultados. Como a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu critérios para a admissão pela leitura, é de final de 2013, foi estipulado que os referenciais encontrados deveriam ser posteriores a 2014. Foram achados então 79 resultados em questão.

Das leituras inicialmente dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, foram descartados os estudos, que tratavam da remição apenas pelo estudo ou sobre as bibliotecas prisionais. Em função da recomendação estipulada pelo CNJ, trabalhada na seção posterior, decidimos apresentar, dos 28 estudos restantes, apenas um projeto de extensão por estado da federação, visto que, em grande maioria, caminham juntos e com resultados bem similares:

Quadro 1 – Projetos de Remição de Pena pela leitura

Título do Projeto	Estado	Fonte
Despertar pela leitura	Santa Catarina	Costa (2019)
Remição pela Leitura	Paraná	Proença (2015)
Passaporte para o Futuro	Rio Grande do Sul	Steiner (2019)
Ler Liberta	Espírito Santo	Leal (2019)
Remição pela leitura	Minas Gerais	Gonçalves (2019)
O ato de leitura e a construção de liberdade	Rio de Janeiro	Farias, Pinto e Dupret (2019)
Ler Liberta	Distrito Federal	Sena e Freitas (2019)
Encontro com a Leitura – Ler Liberta	Amazonas	Garcia, Araújo e Santos (2018)
Clube de Leitura e Escola	Tocantins	Campos et al. (2018)

Título do Projeto	Estado	Fonte
Remição pela leitura: educação para a liberdade	Mato Grosso do Sul	Moreno, Flandoli e Santos (2020)
Leitura para Liberdade	Rio Grande do Norte	Takamoto (2019)
Leitura e Escrita – Ações Libertárias	Bahia	Chagas (2018)
Projeto Lêbderdade	Alagoas	Santos et al. (2018)
Remição de pena pela leitura	Paraíba	Mello, Aquino e Gomes (2018)

Fonte: o autor.

Em relação à exploração dos documentos legais específicos ao objeto em estudo, foram destacadas: (i) a Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal (LEP); (ii) a Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a LEP, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; (iii) a Portaria Conjunta nº 276, de 20 de julho de 2012, que disciplinou o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal; (iv) a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispôs sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura; e (v) a Nota Técnica nº 01/2020 remição pela leitura – DEPEN.

Na leitura do quadro teórico levantado e disponível nas referências, uma nuvem de palavras foi criada, sendo que as principais palavras-chave citadas foram: ressocialização, integração social, remição, remissão, leitura, prisão, instituição total, remição pelo estudo, remição pelo trabalho, reeducação, apenado, penitenciária, biblioteca prisional, sala de leitura, resenha, práticas educacionais, população prisional e projeto de extensão. A partir dessa apresentação nominal, alguns conceitos mais incisivos ao nosso estudo são expostos a seguir.

O primeiro conceito vem de Goffman (1974), que, em seu livro “Manicômios, prisões e conventos”, assevera que a prisão é uma instituição total, pois é o local de residência e, em certa medida, de trabalho, onde um considerado número de indivíduos são separados da sociedade, por determinado tempo, e passam a levar uma vida fechada e formalmente administrada. Esse autor classifica cinco tipos de instituições totais, sendo o terceiro a prisão, ou seja, uma organização criada para proteger a comunidade contra perigos intencionais. Por sua natureza, Coyle (2002, p.93) afirma que “as prisões

são instituições fechadas nas quais grandes grupos de pessoas são mantidos contra sua vontade, em condições de reclusão”.

O *apenado*, o *preso*, o *indivíduo em privação de liberdade*, o *presidiário*, o *detento*, o *condenado* são, para este estudo, consideradas palavras que expressam o mesmo significado. O *apenado* seria aquele que foi condenado a cumprir alguma pena, ou mesmo aquele que se encontra numa penitenciária, numa prisão.

A *leitura* é responsável por contribuir, em grande medida e de forma significativa, para a formação da pessoa, influenciando-a a analisar a sociedade em que vive, o seu dia a dia e, de modo particular e só seu, ampliando e diversificando interpretações sobre o mundo, em especial, à vida em si mesma (KRUG, 2015). Em suma, a leitura liberta mentes e corações.

Se fizermos uma corrente de elos fortes das palavras *apenado*, *leitura* e *remição*, o efeito desejado final seria a *ressocialização* ou *reintegração social*. Então, nesse momento, cabe a seguinte pergunta: o que seria *ressocialização*? Leal (2019) nos apresenta que seria a readaptação do preso para viver na sociedade, fazendo com que essa pessoa consiga retornar ao convívio social, comportando-se em conformidade com as normas legais.

O projeto “Leitura para Liberdade”, no estado do Rio Grande do Norte (TAKAMOTO, 2018) nos apresenta uma alternativa de remição da pena pela leitura de apenados analfabetos, a presença do “amigo leitor”. Ele seria um apenado que faz a leitura do livro para um colega analfabeto. O preso analfabeto ditaria o seu entendimento do livro e a resenha, a ser apresentada para avaliação, seria escrita pelo “amigo leitor”. Se o amigo também fizer uma resenha do mesmo livro, e se aprovada, ele é remido em quatro dias por seu texto e mais quatro por ajudar um colega analfabeto. O único caso que se diferencia dos demais projetos e programas.

Principais contribuições apresentadas

1. ressocialização do preso e diminuição das lacunas de alfabetização;
2. aumento da autoestima do apenado e importante para o convívio social;
3. ampliação de conhecimentos;
4. inclusão social e de melhora para a formação pessoal;

5. tomada de consciência crítica e humanização desse cidadão;
6. oportuniza a troca de momentos ociosos por estudo e conhecimento, ampliando cultura e agregando valores;
7. a capacidade de se comunicar é uma das mais importantes contribuições;
8. projetos de extensão com o meio acadêmico (direito, educação, biblioteconomia, letras e serviço social);
9. incentivo à criação de clube, oficinas e rodas de leitura;
10. interação de integrantes dos projetos e programas com os reeducandos;
11. evolução e melhoria dos presos em matéria de interpretação de textos, ortografia e fluência escrita;
12. ferramenta que possibilita ao Estado cumprir o seu papel de humanizar a execução da pena; e
13. as políticas carcerárias baseadas na remição pela leitura atenuam os problemas gerados pelo hiperencarceramento.

Principais óbices levantados

1. não existir um local apropriado para leitura;
2. baixa escolaridade dos apenados;
3. pouca carga horária nas rodas de leitura;
4. aquisição de novos títulos – o livro não pode ter capa dura e o assunto não deve ser relacionado a temas que incitem a violência;
5. professores temporários, necessários à leitura orientada;
6. falta de bibliotecas prisionais ou salas de leitura apropriadas;
7. não existe uma carreira de bibliotecário, com formação para o trato com os apenados;
8. implementar o programa em todos os estabelecimentos prisionais;
9. falta de políticas públicas para o sistema prisional que fomentem projetos que visem à reinserção social e a reeducação;
10. trâmite burocrático excessivo para aprovação de projetos e convênios com o meio acadêmico;
11. limitação de vagas para os projetos e programas;
12. servidores dos órgãos de execução penal apenas focados na segurança, não havendo preocupação com o lado educacional; e
13. violação do princípio da individualização da pena.

Análise e discussão da legislação

O instituto da remição pela leitura, a despeito de já ter sido praticado, em fase de testes, no interior da Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, ou mesmo no estado de São

Paulo, que instituiu gradativamente clubes de leitura, em cooperação com a Fundação Prof. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP), ambos desde 2009 (BRASIL, 2020), recebeu recomendação a partir de 2011, quando a Lei de Execuções Penais (LEP) (BRASIL, 1984) viu seu art. 126 alterado para a redação que se segue: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho **ou por estudo**, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 2011, grifo nosso). Essa mesma legislação para remição pelo estudo também determina que esse benefício de redução de pena deve ser aplicado para presos do regime fechado ou semiaberto, ou em prisão cautelar, devendo tal remição ser declarada por juiz da execução da pena, ouvidos o Ministério Público e a defesa do réu.

A recomendação sobre a leitura de forma específica não foi dada pela lei acima referida, mas, no âmbito federal, em 2012, pela Portaria Conjunta nº 276 (BRASIL, 2012) da Justiça Federal e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que concebeu uma interpretação extensiva do artigo 126 da LEP, para abarcar também a leitura de obras literárias como estudo. A portaria em questão recomenda, apenas para presídios federais, de igual forma, quais os critérios subjetivos e objetivos que os avaliadores das resenhas devem seguir, dentre os quais: (i) assegurar que a participação do preso seja voluntária e que exista um acervo de livros dentro da unidade penitenciária; (ii) ser ofertado ao preso ao menos um exemplar; e (iii) conceder prazo de 21 a 30 dias para a leitura de uma obra, devendo, ao final do período, o preso elaborar uma resenha a respeito do assunto, que deverá ser avaliada pela comissão organizadora do projeto, segundo critérios de avaliação já definidos.

A portaria conjunta em destaque fixou que o pagamento de pena se daria em 4 (quatro) dias remidos para cada resenha elaborada por obra lida, inovando ao limitar em 12 (doze) obras lidas e avaliadas ao ano, estipulando, assim, a remição total de 48 dias por ano.

Tal entendimento foi expandido aos juízos dos estados, a partir do reconhecimento e orientação patrocinados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004,

incumbido de aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, com missão de desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário.

O CNJ emitiu a Recomendação nº 44 (BRASIL, 2013), de 26 de novembro de 2013, orientando os tribunais brasileiros quanto à aplicação da leitura como forma de remição da pena, em especial, para presos que não tenham à disposição trabalho, educação ou qualificação profissional em suas unidades penitenciárias, também para presídios estaduais. Dentre essas recomendações, repete-se o que estava já determinado pela Portaria Conjunta nº 276/2012, inovando quanto aos seguintes pontos: (i) necessidade de elaboração de um projeto por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, visando à remição pela leitura; (ii) que o acervo deveria ser adquirido e disponibilizado pelo Poder Judiciário, pelo DEPEN, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais. Por fim, informa que a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

No âmbito estadual, tal orientação de remição da pena pela leitura vem sendo aplicada com maior afinco naquelas localidades em que as respectivas secretarias estaduais de educação se incumbem de prestar atividades complementares, como projetos de leitura e resenhas de livros, no âmbito da educação formal (BRASIL, 2020). Diversas assembleias estaduais buscaram promulgar leis que versassem sobre o tema, em especial, determinando quais obras deveriam ser consideradas para fins de remição da pena, o que claramente seria usurpação de prerrogativa do ente federal, por se tratar de matéria de política penal, conforme o inciso I, do art. 22, da Constituição Federal, transcrito: “I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; [...]” (BRASIL, 1988).

Análise e discussão sob o aspecto educacional

A nossa população carcerária está localizada, em relação ao seu grau de instrução e em sua grande maioria, no ensino fundamental, quer completo ou incompleto, em um percentual total de 66%. O que isso representa em relação ao programa de remição da pena pela leitura? Com certeza, os presos voluntários a esse programa de leitura

terão consideráveis dificuldades nas interpretações dos signos e na compreensão do que os autores dos livros escolhidos querem significar, o que poderá culminar com uma resenha não aprovada, e, ao final, uma desmotivação. Segundo Krug (2015, p.4), “é o leitor quem atribui significado ao texto, processando diversificadamente as informações nele constantes”.

Uma constatação que corrobora a preparação do apenado para desenvolvimento da leitura como forma de melhoria do seu nível escolar foi o que Moreno, Flandoli e Santos (2020) revelaram sobre a dificuldade de escrita e interpretação entre a maioria dos participantes do programa, em função da baixa escolaridade. Torres (2020, p.175) o reforça, quando argumenta que a “população prisional é composta por indivíduos adultos que não permaneceram na escola regularmente, em tempo oportuno, durante o período socialmente esperado para acessar a educação escolar formal”.

Seria ideal que primeiro houvesse um caminhar pela educação formal prisional, em relação aos ensinos fundamental, médio e profissional. Porém, as vagas para essa solução ainda são bem restritas. Nós temos um total de 1.453 estabelecimentos penais, mas apenas 947 unidades têm salas de aula, o que nos deixa com um hiato da ordem de 35% de estabelecimentos prisionais sem possibilidade de manter uma educação básica contínua e propedêutica. Informamos que não está sendo considerado o número de presos que necessitariam de formação básica, o que afiançaria um desequilíbrio ainda maior.

Verificamos que cerca de 55% dos estabelecimentos prisionais possuem biblioteca. Contudo, está previsto no art. 21 da LEP, que os estabelecimentos prisionais deverão possuir uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984). Na Recomendação nº 44 da CNJ, orienta-se que haja a efetivação de projetos, que garantam acervos das bibliotecas de, no mínimo, 20 exemplares de cada obra a ser trabalhada. Essa situação é interessante, no que concerne ao número de participantes *versus* o número de exemplares.

Quando verificamos o quantitativo de apenados por tempo para cumprimento de sua pena, obtemos uma informação muito importante em relação à validade do programa de remição da pena pela leitura. Cerca de 30 % dos presos têm suas penas estipuladas e sendo cumpridas entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos. Um dos objetivos do programa, além da diminuição de parcela de sua pena, está na

possibilidade da construção de indivíduos com maior capacidade de análise crítica da sociedade e da sua própria realidade, preparando também o seu retorno à vida social, a sua ressocialização. A progressão de pena associada à remição pode trazer benefícios importantes à superlotação carcerária e à conjuntura do sistema prisional brasileiro.

Segundo dados do DEPEN (2020), o número de pessoas matriculadas em programa de remição por intermédio da leitura são 23.879 homens e 2.983 mulheres, perfazendo, portanto, 26.862. Os números, se forem comparados com o total de encarcerados no Brasil, 748.009, significaria apenas 3,1%. Se somarmos as remições pelo esporte, estudo e trabalho, teríamos um total de 171.419, entre homens e mulheres, internos e externos, que significaria cerca de 23% total de apenados. As pessoas presas precisam receber atividades que garantam que elas não fiquem ociosas e que tenham um propósito em suas vidas.

Considerações finais

O Brasil apresenta, nos últimos anos, uma aceleração da expansão da população prisional. A atenção para com os encarcerados se reveste de enorme urgência, visto que são também sujeitos de direito. Superlotação, toda a ordem de violência, falta de tratamento médico, má qualidade tanto das refeições quanto da água consumida, revistas vexatórias, falta de atendimento jurídico e falta de programas de trabalho e ressocialização. Privar um ser humano de liberdade é uma punição muito severa.

A entrada em vigor da remição da pena pela leitura se tornou um ponto positivo na política penitenciária, mesmo que em pequena medida, para atenuar o número excessivo de presos. A grande oportunidade desse programa é a reconstrução desse sujeito enquanto cidadão, em função da melhoria de sua autoestima, associada a sua autonomia, ampliando o conhecimento de si, da sociedade e do mundo em que vive, essenciais para o exercício da cidadania plena. É um importante trampolim para impulsionar o indivíduo para fora dos muros da prisão, para o retorno a seus entes queridos e, a princípio, sem a possibilidade de volta ao ambiente prisional.

As contribuições e os óbices foram listados na seção anterior. Porém, cabe-nos agora apontar o que de mais conspícuo acerca desses dois aspectos devem ser desvelados ao final deste estudo.

Começaremos pelos óbices principais, a saber: (i) não existir um local apropriado para leitura; (ii) baixa escolaridade dos apenados; (iii) professores temporários, necessários à leitura orientada; (iv) falta de bibliotecas prisionais ou salas de leitura apropriadas; (v) falta de políticas públicas para o sistema prisional que fomentem projetos que visem à reinserção social e à reeducação; (vi) limitação de vagas para os projetos e programas; e (vii) servidores dos órgãos de execução penal apenas focados na segurança, não havendo preocupação com o lado educacional.

As principais contribuições são: (i) ressocialização do preso e diminuição das lacunas de alfabetização; (ii) aumento da autoestima do apenado, que é importante para o convívio social; (iii) tomada de consciência crítica e humanização desse cidadão; (iv) oportunidade de troca de momentos ociosos por estudo e conhecimento, ampliando cultura e agregando valores; evolução e melhoria dos presos em matéria de interpretação de textos, ortografia e fluência escrita; (v) possibilidade de o poder público cumprir o seu papel de humanizar a execução da pena; e (vi) atenuação dos problemas gerados pelo hiperencarceramento, através das políticas carcerárias baseadas na remição pela leitura.

Os sujeitos que estão deslocados do convívio dos demais cidadãos pertencentes a nossa sociedade têm seus direitos reconhecidos e não devem ser mantidos na ignorância e reféns da sua própria sorte. A leitura liberta, amplia horizontes e dá autonomia, cria valores e compreensão do mundo em que vivemos e como devemos proceder para continuar a crescer como seres humanos, sermos seres mais criativos e críticos. E o programa de remição da pena pela leitura é algo que podemos efetivar no trato dos indivíduos privados de liberdade, diante de uma paciente vontade de mudar seus caminhos futuros.

Referências

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, altera a lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (lei de execução penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional [DEPEN]. Portaria Conjunta nº 276, de 20 de julho de 2012, disciplina o Projeto da Remição pela leitura no Sistema Penitenciário Federal.

_____. _____. _____. Nota Técnica nº 1/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ. Nota Técnica

Remição de Pena Pela Leitura. Brasília, DF, 04 mar. 2020.

_____. _____. Conselho Nacional de Justiça [CNJ]. Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.

CHAGAS, R. A. **O olhar do sujeito encarcerado sobre a educação no sistema prisional** – análise do projeto leitura e escrita – ações libertárias e reflexões sobre a remição da pena aos internos do módulo IV da Penitenciária Lemos Brito. 2018. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Direito) – Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2018.

CORREIA, G. V. C. **Remição da pena pela leitura:** a importância da biblioteca prisional. 2019, 94f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2019.

COYLE, **Administração penitenciária:** uma abordagem de direitos humanos - Manual para servidores penitenciários. Londres: International Centre for Prison Studies, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 27. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, D. S. **Leitores escritores, eu vi!** uma experiência de leitura e escrita em presídios no sul do estado de Minas Gerais. 2019.

193f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Rio Claro - SP, 2019.

KRUG, F. S. A importância da leitura na formação do leitor. **Revista de Educação do IDEAU**. v. 10, n.22, jul./dez. p.1-13, 2015. Semestral. ISSN: 1809-6220.

LEAL, J. R. V. R. **Remição de pena pela leitura: análise do projeto "ler liberta"**. 2019, 39f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Direito de Vitória, 2019.

MORENO, M. de F. de S.; FLANDOLI, B. R. G. X.; SANTOS, M. B. dos. **Remição de Pena pela Leitura: uma experiência em Mato Grosso do Sul**. **Revista Brasileira de Execução Penal**. Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 123-137, jan./jun. 2020. ISSN 2675-1895 ISSN Eletrônico 2675-1860.

TAKAMOTO, L. T. **Concepções dos internos da Penitenciária Estadual de Parnamirim (PEP) sobre o projeto "leitura para liberdade"**. 2018. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

TORRES, E. N. da S. A máquina de contar dias é a mesma de moer gente: educação, remição de pena e a dinâmica penitenciária. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.17, n.48, p. 168-191, 2020. ISSN online: 2238-1279.

CIS-HÉTERO-BOLSONARISMO: O PERIGO COR-DE-ROSA COMO ESPECTRO DA AMEAÇA VERMELHA

Rick Afonso-Rocha

É uma bicha, nordestina, branca, contra-CIS-identificada: doutoranda e Mestra em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGL/UESC). Bacharela em direito (UESC) e advogada (OAB/BA). Bolsista FAPESB. Integrante do grupo de pesquisa O Espaço Biográfico no Horizonte da Literatura Homoerótica (GPBIOH), do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais da UFRPE (NuQueer) e do Grupo de Pesquisa Estudos Literários Contemporâneos: Fontes da Literatura de Jornal da UEFS. Realiza pesquisa sobre as relações de poder entrecruzadas pelo medo/esperança (deimopolítica), sobre a inimigalização dos sujeitos cis-heterodissidentes, sobre as literaturas bichasapatrans em contextos ditatoriais, sobre o efeito-sátira em literaturas sob anonimato e sobre as políticas sexuais e de gênero no cis-hétero-bolsonarismo. E-mail: rarocho@uesc.br.

Resumo

Há algum tempo, me propus a pensar a respeito das políticas sexuais e de gênero do/no bolsonarismo. Hoje, tento apresentar alguns pontos dessa reflexão, ainda provisória. Com a formulação “cis-hétero-bolsonarismo”, pretendo, portanto, refletir sobre o lugar das políticas sexo-gendradas nas configurações autoritárias da extrema direita, metonimizadas naquilo que, de repente, começou-se a chamar bolsonarismo; consequentemente, tais configurações extrapolariam as fronteiras do “governo” do presidente Jair Bolsonaro. Para dar continuidade a esta empreitada, pretendo delimitar, neste trabalho, esse fenômeno reacionário como uma formação histórica dominante da significação da dissidência sexo-gendrada *recursiva* ao fascismo, ao integralismo e ao cis-hétero-militarismo.

Palavras-chave: Estudos da linguagem, Políticas sexuais e de gênero, Biopolítica, Fascismo.

Introdução

O cis-hétero-bolsonarismo¹ (AFONSO-ROCHA, 2021a) corresponde, em meu modo de ver, a uma nebulosa político-ideológica de imagens afetantes. Disso resulta sua difícil caracterização, a exemplo dos debates sobre as (im)possibilidades de adjetivá-lo como um movimento (neo)nazifascista² ou, pelo menos, como movimento com inclinações autoritárias. Há quem afirme categoricamente: o cis-hétero-bolsonarismo é (neo)nazifascista (BOITO JR, 2020). Contudo, há aqueles que, considerando-se mais “cuidadosos”, alertam-nos para as impertinências dessas aproximações feitas, supostamente, “no calor do momento” (BORÓN, 2019).

Essa suposta confusão terminológica decorreria da existência tanto de elementos centrais no cis-hétero-bolsonarismo que o aproximam do nazismo, do fascismo, do integralismo e de tantos outros fenômenos autoritários e populistas; como também, segundo uma leitura mais tradicional (CHAUÍ, 2019), da existência de elementos que o distanciariam daqueles movimentos reacionários, inclusive, tal interpretação sublinha o aspecto contraditório desse enquadramento e do próprio cis-hétero-bolsonarismo que congregaria elementos aparentemente inconciliáveis em relação ao movimento fascismo.

Noutra direção, relativamente distinta, sustento que o cis-hétero-bolsonarismo se traduz num mosaico de imagens (neo)nazifascistas. É uma bricolagem contraditoriamente picotada. Não estranhemos, portanto, suas mãos coladas na cabeça ou sua boca nas costas. Seu

1 Este texto apresenta algumas das reflexões que faço em minha pesquisa de tese, provisoriamente intitulada *Ameaça rugosa: Impenetrabilidade anal e fabricação da masculinidade cis-hétero-bolsonarista na quase-literatura de Messias Botnaro*, sob orientação de André Mitidieri e coorientação de Rodrigo Parrini Roses.

2 Ao radicalizar a proposta de Viviane Vergueiro Simakawa (2015) em relação ao conceito *cistema-mundo*, para destacar a dimensão cispênera e heterossexista imanente e estrutural ao fascismo, grafo-o como fascismo, apontando o imperativo cispênero dessa formação ideológica fundante da ordem capitalística pelo uso do itálico. Tal movimento de reescritura poderia ainda ser assim grafado: fasCISmo. Essa resignificação do fascismo como fascismo visa a demarcar as políticas sexuais e de gênero (aqui poderia se falar em ideologia de gênero fascista) que lhes são inerentes. É impossível dizermos fascista ou fascismo sem enunciar a ordem cispênera.

funcionamento deimopolítico³ faz-se pela recursividade⁴ estrutural ao fascismo, em seu sentido mais amplo. Recursividade que pressupõe sua difícil caracterização, pois se afiança numa indeterminação contraditória. Não sendo, integralmente isso ou aquilo, o cis-hétero-bolsonarismo passa como um aglomerado enunciativo confuso, supostamente sem consistência, sem expectativa de durabilidade. Logo, estaria fadado ao fracasso, à necessária superação, ao desaparecimento. Paradoxalmente, o sucesso do cis-hétero-bolsonarismo é seu próprio fracasso. Ou melhor, o sucesso do cis-hétero-bolsonarismo é produzir seu fracasso imaginário (HALBERSTAM, 2020), o que, de alguma forma, funciona a neutralizar algumas das ações de combate, de resistência.

Todavia, isso não é aleatório ou circunstancial. Proponho-me a pensar, então, essa imagem do aparente fracasso incontornável a que estaria legado o cis-hétero-bolsonarismo como um dos seus funcionamentos políticos de perpetuação. Pensar como o cis-hétero-bolsonarismo produz-se como um movimento fadado ao fracasso, inconsistente, contraditório, cujas estruturas dispersas e heterogêneas impediriam seu fortalecimento.

Não devemos olhar com desconfiança para as análises que apontam que o cis-hétero-bolsonarismo constitui, em algum sentido, uma

3 Por funcionamento deimopolítico (AFONSO-ROCHA, 2021b), tomo os (re)arranjos simbólico-imaginários que visem à mobilização dos afetos coletivos em defesa da sociedade, justificando tanto o fundamento místico das autoridades quanto o apelo às configurações autoritárias.

4 Recursividade que é aqui tomada como repetibilidade infinita e possibilidade de criatividade; uma forma de fazer trabalhar a materialidade repetível do enunciado, a qual aponta para as interrelações enunciativas, tanto em seu nível linguístico, quanto em seu nível lógico, podendo (con)formar outras unidades de sentido, de modo a atualizar *domínios de memória* (COURTINE, 2014). Logo, quando tomo o cis-hétero-bolsonarismo como uma formação histórica dominante da significação das dissidências sexo-gêndradas e que estabelece relação de recursividade com o fascismo, o integralismo e o cis-hétero-militarismo, penso na rede dispositiva que se estabelece nesse funcionamento deimopolítico de retroalimentação constitutiva, no qual tais fenômenos reacionários comparecem como domínios de memória do cis-hétero-bolsonarismo. Ou seja, os enunciados que emergem nesse registro produzem sentidos pela repetição criativa e, por isso, podem re-atualizar as memórias daqueles movimentos reacionários, a ponto do cis-hétero-bolsonarismo ser compreendido, ao mesmo tempo, como uma derivação, uma re-emergência, ainda que preservando certas regularidades, tanto do fascismo como do integralismo, por exemplo.

re-emergência, ainda que preservando certas regularidades,⁵ tanto do fascismo como do integralismo⁶. Eis o cis-hétero-bolsonarismo: contradições funcionais, configurações ditatoriais e uma boa pitada de ressentimento,⁷ que serve como mobilizador dos afetos reacionários e do desejo fascista (pulsão de morte radical). Mais o elemento fundamentalista cristão.

Dessa forma, não desprezo que o cis-hétero-bolsonarismo se traduza como a *doutrina*⁸ contra “*tudo isso daí*”. Longe disso ser a expressão de sua “ignorância” ou inconsistência, coloca em jogo um *generalismo estratégico*: sendo contra tudo, o cis-hétero-bolsonarismo se projeta como única saída e única chance de vitória na guerra imaginária que ele mesmo re-atualiza, reforça e re-cria. Uma guerra fantasmática produzida, pela política de ressentimento, como instrumento de punição dos ditos inimigø.⁹ Essa punição é produzida, então, como justa, merecida e legítima: a guerra fantasmática como forma de exercitar a punição dos transgressores, daqueles que supostamente ameaçariam o vínculo societal (NIETZSCHE, 2009; FOUCAULT, 2015).¹⁰

Nessa confluência polimorfa e aberta, o inimigø a ser urgente e reiteradamente combatido/eliminado se torna indistinto: nem homem

5 Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado. Não se deve, portanto, opor a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro (que seria menos esperado, mais singular, mais rico em inovações), mas sim a outras regularidades que caracterizam outros enunciados.” (FOUCAULT, 2008, p. 163).

6 COELHO, Leandro. Bolsonaro ressuscitou o integralismo, dizem autores de livro sobre o tema. *Ponte*, 18 de agosto de 2020. Disponível: <<https://ponte.org/equiparar-integralismo-ao-fascismo-ou-nazismo-e-equivocado-dizem-autores-de-livro-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

7 Penso na reflexão de Friedrich Nietzsche (2009) sobre a memória combativa/reativa do ressentimento, a memória de rebanho fantasmática que se produz como reação punitiva àqueles que são lidos como transgressores e que com isso se legitima.

8 Doutrina aqui em termos foucaultianos (2014).

9 O símbolo ø (vazio) serve para sinalizar o significante mítico que se (des)dobra sobre si, flutuando entre outros significantes numa cadeia infinitesimal. Funcionamento mítico pelo qual o inimigø sempre pode ser outro, mas não qualquer um (há corpos inimigalizáveis).

10 Relaciono esse funcionamento de inimigalização do outro ao funcionamento estrutural necessário à manutenção, justificação e perpetuação da autoridade. Assim, a inimigalização é recursiva ao fundamento mimético da autoridade. Há autoridade porque há produção de inimigø virtuais (*iterabilidade da ameaça*). A política de ressentimento funciona pela produção de uma memória combativa – “lembre-se: é preciso defender a sociedade, é preciso combater os inimigø”.

nem besta, nem humano nem animal, nem morto nem vivo. A consequência desse funcionamento é que a imagem da ameaça pode ser facilmente deslocada conforme os interesses ordinários das classes e grupos hegemônicos: hoje, os imigrantes; amanhã, os negros ou as bichas ou ambos. Isso não significa que o inimigo possa ser qualquer um. Há corpos mais fáceis de serem marcados como alvos, visto que já habitam zonas de abjeção.

Usei a metáfora da poeira interestelar (nebulosa) para marcar uma especificidade do cis-hétero-bolsonarismo, visto que esse fenômeno, tal como o leio, possui consistência evasiva, volátil e densidade plástica ou gasosa. Com isso, não quero apontar para seus supostos equívocos, muito menos busco tomar suas contradições como índices incontornáveis da fraqueza ou do fracasso desse movimento. Pelo contrário, sua gasosidade lhe é imanente, funcional e estrutural, assim como seu fracasso imaginário. Para que seja efetivo, precisa funcionar como uma nébula social: aglomerado visível de discursos e ícones difusos, heterogêneos e contraditórios. Ou seja, precisa dissimular um não-apagamento da contradição como signo de fraqueza e debilidade. Seria tão, aparentemente, confuso e contraditório que passaria, à primeira vista, como algo ridículo, que nem mereceria nosso interesse. Contudo, esse ridículo é político, como bem demonstrou Márcia Tiburi (2020).

Como efeito dessa visibilidade difusa, podemos citar que, até 2017, era comum vermos “especialistas” políticos rirem quando questionados sobre a possibilidade da eleição de Jair Bolsonaro, ainda que seu nome já se colocasse como uma possibilidade real de ir ao segundo turno. Houve quem afirmasse que, chegando mais próximo das eleições, seu eleitorado migraria para um candidato mais “sério”, da dita centro-direita.¹¹ Ainda hoje, alguns se perguntam incrédulos: “como foi possível?”.

Em alguma medida, o cis-hétero-bolsonarismo explorou sua própria ridicularização. Há uma truculência cômica que mascara os absurdos do cis-hétero-bolsonarismo. Leva-se a rir. Pelo riso, facilita-se a sujeição e produz-se a aceitação de absurdidades escamoteadas

11 MARQUES, Vitor. Para cientista político, quem declara voto em Bolsonaro deve migrar para PSDB. *Estadão*, 09 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/10/09/para-cientista-politico-quem-declara-voto-em-bolsonaro-deve-migrar-para-psdb.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

pelo funcionamento do cômico, do digno de riso. Desprezar o grotesco no cis-hétero-bolsonarismo, ou lê-lo como mera cortina de fumaça, é deixar seu funcionamento escorrer pela rigidez da análise que busca tudo explicar numa moldura do século XIX. Penso ser também este o funcionamento do cis-hétero-bolsonarismo: é o controle pelo grotesco, pelo medo, pelo riso (MINOIS, 2003) que serve à produção das condições de aceitabilidade do absurdo, do que antes era, talvez, visto como inaceitável; riso que serve à mobilização do desejo fascista. Uma governamentalidade ne(cr)oliberal sustentada pelo *estado de ameaça permanente* e pelo risível como mecanismo de produção da comunidade cis-hétero-bolsonarista, visto que

A identificação, ou mesmo a contra-identificação com dada formação [...] [histórica] determina o que será ou não risível, o que funcionará na economia psíquica. Por vezes, o dito ou a imagem espirituosa será norteadas pela via do humor, de um real impossível que seja de outro modo, borrado na determinação lógica, ou mesmo pelo imaginário, o jogo de imagens que circulam no efeito cômico. Assim, é pela via do interdiscurso, que se atualizam/metaforizam em dadas condições históricas, que as piadas significam e são significadas pela tomada de posição no fio do discurso de sujeitos-personagens e sujeitos-espectadores (PINTO, 2019, p. 73).

Pela presunção de confiança¹² no projeto humanista (colonial, não esqueçamos), supõe-se que os valores ditos civilizatórios funcionariam como uma pressurização moral contra o *discurso da estupidez* (DIAS, 2020), impossibilitando, assim, mandatos, no Executivo, como de Jair Bolsonaro, de Levy Fidelix ou mesmo de Enéas Carneiro. Tais candidaturas eram levadas a sério apenas por um gato-pingado de eleitores, imaginarizava-se. Para os demais, funcionariam como alívio cômico durante o horário eleitoral e durante os debates. O espaço político no qual aquelas figuras pitorescas ou folclóricas podiam ser aceitas (ou toleradas) seria o Legislativo. E ali, tudo cabia, sem grandes

12 O uso da indeterminação pronominal visa a destacar o funcionamento enunciativo que produz como ilusão uma pretensa homogeneidade. Lembro que, para além da identificação, há desidentificações e contra-identificações. É preciso desconfiar dessa imagem que pressupõe a existência apenas de sujeitos plenamente identificados com esse humanismo. Tal homogeneidade é, em si, um efeito das relações de poder.

riscos, pensava-se. Fato esse que, de alguma forma, era explicado pelo imaginário do voto-protesto. Pelo menos, era essa a imagem que se acreditava dominante. Esquecera-se, contudo, dois fatos. Primeiro, há imagens que fraturam o funcionamento dominante de produção de homogeneidade. Com isso, o que antes era visto apenas como alívio cômico, também estava a produzir suas identificações e suas contradições, explorando os espaços do riso pelo qual podia circular livremente. Segundo, esquecera-se que a outra face do projeto humanista é a produção da barbárie como forma de controle social e que a barbárie pode fazer rir, mobilizando, com isso, identificações e despertando o desejo fascista em estado de latência ou de vergonha.

É preciso pontuar que o cis-hétero-bolsonarismo, tal qual o conceito, não se confunde com o nome civil sob o qual é substanciada a ocupação empírica da presidência da República. Esse funcionamento deimopolítico comparece antes e, certamente, permanecerá para além do significante *Jair Bolsonaro*. Pode ser até que o tubo dérmico ou plataforma orgânica nomeada como *Jair Bolsonaro* deixe de reclamar uma identidade imaginária de bolsonarista. Ainda assim, o cis-hétero-bolsonarismo poderá existir como nebulosa político-ideológica. Esse nome civil serve como ponto de ancoragem contingente do movimento autoritário: “[...] Jair Bolsonaro foi o ponto de fuga de uma série de pulsões fundadoras de nossa formação atavicamente desigual e profundamente hierárquica [...]”. (ROCHA, 2021, p. 354).¹³ Antes dele, ensaiaram-se suportes subjetivos outros, a exemplo de *Marco Feliciano*, *Magno Malta*, *Silas Malafaia*. Contudo, foi pelo uso do significante *Jair Bolsonaro* que teve condições de emergência e de hegemonia. Se não fosse esse, certamente, seria outro.

Com esse funcionamento mitológico (BARTHES, 2001), do significante que se dobra e desdobra sobre si, o *fascismo que vem*¹⁴ pôde (re)produzir sua repetição identificatória. Era preciso produzir

¹³ Para além da figura mítica de *Jair Bolsonaro*, Renato Lessa (2020) propõe pensarmos o substrato antropológico balizador das condutas da extrema direita reacionária pela produção de um ideal distópico de “homem novo”: o *homo bolsonarus*.

¹⁴ Com essa formulação, busco contrastar o fascismo contemporâneo com aquilo que Giorgio Agamben (2013) denominou *comunidade que vem*. O fascismo que vem seria, assim, o outro dessa comunidade sem identidade, dessa singularidade formada pelo *qualquer*. Em alguma medida, expressa-se como movimento reativo ao vir a ser *communitas*.

uma posição de sujeito nomeável, de modo a produzir identificações fascistas sem que tal memória fosse diretamente evidenciada. O “bolsonarismo”, assim nomeado pela ancoragem no nome civil *Jair Bolsonaro*, não passa de uma contingência, uma montagem aleatória que surgiu, que *pegou*.¹⁵ Por isso, entendo o cis-hétero-bolsonarismo como uma rede dispositiva de discursos e imagens autoritárias que se ancoram naquele significante pela produção de uma efígie,¹⁶ visto que, no lugar do significado, comparece uma cadeia infinitesimal de significantes, formatando, com isso, uma *paisagem fascista mitológica de significação dos corpos*.¹⁷

É a partir do “sequestro” da imagem de um político do baixo clero – conservador, ligado às crescentes forças neopentecostais, trazendo a reboque a ideologia militarista, sem deixar de lado os interesses do agronegócio, do capital internacional e mobilizando, nesse funcionamento ideológico, o imaginário de identificação burguesa da chamada “classe média” – que as configurações autoritárias se condensam e personificam, isto é, ganham corpo e podem se fazer ouvir e ver. *Bolsonaro*, enquanto significante, serve como voz, corpo e imagem do cis-hétero-bolsonarismo. Por meio dessa efígie, o fascismo e o liberalismo mortífero, aquele sem maquiagem, conseguiram se fazer *presença*.

Afirmar uma dimensão cisnormativa e heterossexista no bolsonarismo significa colocar em questionamento a primazia das políticas sexuais e de gênero que intensificam a naturalização e normalização

15 Aqui, faço referência ao *materialismo do encontro*, proposto por Louis Althusser (2005).

16 “Como indica Furetière, ‘quando se vai ver os príncipes mortos em seus leitos de morte, vê-se apenas sua representação, a efígie’. Assim, a distinção é radical entre o representado ausente e o objeto que faz ele presente e nos permite conhecê-lo. Postula-se, então, uma relação decifrável entre o signo visível e o que ele representa.” (CHARTIER, 2011, p.17).

17 Por *paisagem corpórea*, entendo as maneiras de ver e dizer o corpo produzidas em dada formação histórica. A paisagem constitui, assim, uma imagem pretensamente homogênea e estática de dada corporalidade. Investigar a paisagem cis-hétero-bolsonarista dominante significa descrever os regimes de olhares e de dizeres que tornam ininteligível tais corpos e produzem a aceitabilidade social das violências que lhe são direcionadas. A paisagem é a extensão significante pela qual o olhar dominante sobre os corpos dissidentes é modelado, delimitando seu alcance, seu campo de luminosidade e aquilo que é impossível de ser visto. Portanto, gerenciando a circulação de afetos produzidos socialmente em relação àqueles corpos: por quem devemos chorar, quais corpos são indignos de compaixão etc.

da heterossexualidade cisgênera (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020) e que investem, a um só tempo, na estigmatização, na ridicularização e nas violências contra quaisquer possibilidades sexo-gendradas que fraturem, ainda que minimamente, tal imperativo, produzindo, com esse funcionamento deimopolítico, os sujeitos LGBT+ como ameaças à família, à sociedade e, conseqüentemente, à nação. Tal investimento serve à mobilização da esperança naqueles que seriam capazes de proteger a sociedade dita normal do *perigo cor-de-rosa*¹⁸ (AFONSO-ROCHA, 2021b). Por isso, a inimigalização dos LGBT+ é estrutural ao funcionamento do cis-hétero-bolsonarismo. Para que possa produzir identificações, além de atuar no desavergonhamento diante do desejo social pelo fascismo, fenômeno que estou chamando de *tribalismo reacionário*, precisa distribuir o medo, precisa produzir pânico moral. O cis-hétero-bolsonarismo é uma fábrica de vitimismo. Numa formulação cis-hétero-bolsonarista: *um espectro ronda o Brasil – o espectro da ditadura comubicha/ditadura gayzista-feminazi-comunista*. Eis a para-noica estratégia do cis-hétero-bolsonarismo:

[...] isso nos leva a terceira onda do feminismo: a pior de todas [...] não querem igualdade, elas [feministas] querem abolir as diferenças de gênero. [...] implantar o socialismo para ter independência econômica de mulheres e de crianças. [...] alcançar a liberdade de mulheres e crianças para fazerem o que quiserem sexualmente [...] São coisas tão bizarras que os habitantes de Sodoma ficariam escandalizados em ver isso, ela [Judith Butler] dizendo como os pais deveria fazer sexo com seus filhos. Isso que elas [feministas] propõem [...] O grande projeto é destruir a família monogâmica, a família ocidental cristã [...]. Elas

18 A cor rosa, socialmente associada ao “feminino”, numa estratégia de naturalização da diferença sexual e de gênero, é normalmente atribuída à viadagem de forma depreciativa. O rosa aparece como o lugar semiótico da subalternidade daqueles que negam/fraturam a masculinidade dominante e emasculam a sociedade (a existência bicha amputaria o pênis do “macho”). A cor rosa metaforizaria, assim, a extirpação da genitália dita masculina. O rosa comparece como efeito de estereotipia da viadagem: marcando o sujeito não castrado de ânus – aqueles que habitam simbolicamente o cu do social, as multidões de excluídos da história. Por isso, a nomeação dessa “ameaça sexo-gendrada” como perigo cor-de-rosa busca tensionar esse efeito semântico pela assunção radical da periculosidade bicha: “tenham medo, destruiremos sim a família cis-hétero-burguesa cristã”. O perigo cor-de-rosa comparece, no imaginário cis-hétero-bolsonarista, como uma tonalidade da ameaça vermelha (comunista).

favoreciam o lesbianismo. É na esteira desse movimento que surge um outro que é um submovimento chamado ideologia do *queer* [...] A igreja, nessa ideologia, é a grande responsável pelo machismo pois ela impõe um modelo de família.¹⁹

Com o conceito *cis-hétero-bolsonarismo*, busco, portanto, assinalar uma derivação daquilo que designei como *cis-hétero-militarismo* (AFONSO-ROCHA, 2021b): formação histórica²⁰ da significação da dissidência sexual e de gênero, mais ou menos delimitada a partir de 1930, com a confluência das ideias ultraconservadoras de anticomunismo no integralismo, resultando na produção sinonímica comunista = devasso moral (“homossexual” = comunista). Tal formação histórica teria rompido o limiar político, estabelecendo-se hegemonicamente

19 Extraído de: PERIN, Marcos. Marxismo cultural: ideologia de gênero. *Canal do Youtube Igreja Batista Regular da Pituba*, de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=775kUaGZOmC>>. Acesso em: 06 maio. 2021.

20 Ao utilizar o conceito deleuzeano (2017) de *formação histórica*, aponto para o entrecruzamento dos estratos que formam o *saber*: os discursos e as visibilidades. São as condições por meio das quais as mentalidades se formulam e os comportamentos se manifestam em dada região e domínio específico, isto é, adentram no campo de inteligibilidade. Dessa forma, aquilo que é possível ver (ícone) e falar (discurso) em dada época sobre determinado objeto, prática ou sujeito decorre da pressurização das relações de poder dominantes, sendo, portanto, irrelevante questionarmos quem fala ou faz ver. Elas iluminam, hierarquizam e silenciam determinadas práticas, determinando, com isso, o regime de significação: como é vista/dita, hegemonicamente, tal prática em dada época. Há multiplicidade de formações históricas instanciando, pelo seu confronto constitutivo, aquilo que podemos ver e falar. Logo, se uma formação histórica possibilita e potencializa o que pode e deve ser visto e dito, como também estabelece, em seu seio, o que deve e pode não ser dito e visto, devemos suspeitar que ela silencie visibilidades e enunciados não queridos, periféricos, contrários, subterrâneos, de resistência instanciados em outras formações históricas contra-hegemônicas. A formação histórica, pensada como o visível e o dizível de uma época, é tomada como o todo complexo das formações históricas em presença em dada conjuntura. E este todo é justamente complexo, não homogêneo, visto que uma formação vai ser a dominante conjectural em certo domínio de enunciação e, conseqüentemente, existirão as outras formações – as dominadas – que não a refletem, mas estabelecem com a formação histórica em dominância algum tipo de relação, seja na forma de sua subordinação seja na tensão que oferecem. Por isso, o trabalho anarquegenealógico tem como primazia as contradições intrínsecas (FOUCAULT, 2008), ou seja, aquelas que se desenrolam na própria formação, sem que com isso desconsidere as contradições extrínsecas e suas relações de sobredeterminações entre as distintas formações, de modo a supor o lugar da contradição como o lugar do outro (formações históricas dominadas e sobredeterminadas).

como homogeneidade imaginária, a partir da década de 1960, com sua reatualização pelo *gozo-gore-milico-autoritário*²¹ personificado na chamada ditadura militar brasileira.

Já na virada da década de 1980 para 1990, o cis-hétero-militarismo teria se escamoteado no corpo social em micro-funcionamentos difusos. Não que tenha desaparecido. Penso que ocorreu uma contra-sequestração.²² Ou seja, esse conjunto heterogêneo e polivalente de estratégias migrou para as relações locais. Existindo de modo subterrâneo nos pontos microfísicos das relações de poder, conseguiu reestruturar suas condições de (re)emergência, consolidando-se a partir de 2011, por meio de uma radical derivação enunciativa. Conseguiu, em verdade, transmutar-se em outro fenômeno, com demarcada especificidade. Isso porque uma formação histórica pode retornar, inclusive com dominância. Contudo, nunca retorna da mesma maneira.

Dessa forma, compreendo que o cis-hétero-bolsonarismo não é uma formação histórica formalmente diferente do cis-hétero-militarismo. Isso porque, apesar de sua relativa heterogeneidade, há um efeito de homogeneidade enunciativa. Tal homogeneidade é igualmente percebida tanto em seu nível linguístico (léxico e sintaxe), quanto em seu nível lógico (estrutura proposicional e sistema dedutivo). Tais níveis indiciam que o cis-hétero-bolsonarismo constitui uma formação histórica derivada do cis-hétero-militarismo que passa a funcionar como um dos seus domínios de memória (COURTINE, 2014). Claro que isso pensado a partir de uma região específica: a significação da dissidência sexo-gendrada; não sendo, portanto, possível estender essas relações de decorrência para a totalidade do fenômeno do bolsonarismo. Até porque o que delimitei como cis-hétero-militarismo não pretendia expressar uma globalidade do regime ditatorial, tampouco buscava dar conta de uma periodização aprioristicamente fechada em si (efeito do imaginário). Pelo contrário, tais formulações conceituais põem em jogo um corte temporal imposto pela serialização incontornável ao fazer historiográfico, tal qual o compreendo.

Mais uma vez é preciso destacar que não se trata de ceder ao efeito de continuidade, numa perspectiva de sucessão de acontecimentos. Ao contrário, estamos a montar uma série temporalmente

21 Para uma delimitação desse conceito, *vide* Rick Afonso-Rocha (2021b).

22 A respeito do conceito *sequestração*, *vide* Foucault (2015).

esparsa que nos levou a emergência de enunciados discursivos e iconográficos a partir de 1917 com os efeitos de sentido em circulação após a Revolução Russa (comunismo como devassidão sexual); sua reatualização a partir de 1930 com o integralismo ultraconservador; sua ruptura delimitada em 1964 com a ditadura cis-hétero-militar brasileira (“homossexual” como inimigo polimorfo). Por fim, até a emergência do cis-hétero-bolsonarismo a partir da década de 2000. Todas essas imagens de tempo funcionam como domínio de memória do cis-hétero-bolsonarismo.

Há aí uma complexa cadeia de derivação discursiva e iconográfica. Toda emergência põe em jogo re-emergências (im)possíveis. Discursos e visibilidades que têm suas condições de possibilidades concretizadas ou não. Aqui, não poderia desprezar aquilo que produz a operação recursiva ao fascismo nessas imagens de tempo: suas visibilidades e seus discursos reitores: são aqueles localizados na raiz de uma árvore de derivação enunciativa (FOUCAULT, 2008). Eles regem as regras de organização, de constituição, de aparição, de desaparecimento e as condições de possibilidade de dada formação histórica. São eles que organizam a relação entre as formações históricas, seus distintos processos de entrecruzamento, bem como regem o surgimento e o desempenho de outros enunciados na formação pela qual emergiram.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa *descritivo-analítica*²³ sobre as políticas sexuais e de gênero no cis-hétero-bolsonarismo, desde uma perspectiva que denomino, a partir de (DELEUZE, 2017; FOUCAULT, 2008; LARRAURI, 2018), como *ciência das formações históricas*. Nesse sentido, busco fundamentar e propor uma metodologia, ainda em vias de constituição epistemológica, capaz de facilitar o processo de descrição das regras que regem as práticas enunciativas ora pesquisadas, bem como o procedimento de diagnóstico da racionalidade

23 O conjunto descritivo ou crítico é tomado, por Foucault (2008), como descrição arqueológica, já o conjunto analítico aparece como análise genealógica. Não se deve pressupô-los como fases distintas de uma pesquisa, mas como um procedimento metodológico intrinsecamente imbricado na constituição daquilo que se pode chamar de análise anarquenealógica (LARRAURI, 2018).

cis-hétero-bolsonarista. Metodologia que designei, a partir da conjugação de Jean-Jacques Courtine (2013), de Carlo Ginzburg (1989) e de Maite Larrauri (2018), como *anarquegenealogia indiciária dos enunciados*.

Para tanto, parto dos dois conjuntos metodológicos de análise apontados por Foucault (2014), a saber:

- a. conjunto descritivo, crítico ou arqueológico que põe em prática o princípio de *inversão*, pela *descrição* dos procedimentos de exclusão do discurso (interdição, separação, oposição verdadeiro/falso), de delimitação do discurso (comentário, autor, disciplina) e de rarefação do sujeito (ritual, doutrina, sociedade de discurso e apropriação social). Por meio do qual é possível mostrar o cis-hétero-bolsonarismo como efeito de uma dispersão material, ou seja, como um conjunto de acontecimentos enunciativos que se efetiva no âmbito da materialidade pela produção do seu regime de cis-hétero-verdade, pelos mecanismos de controle/delimitação do dizer e pelos processos de qualificação do sujeito autorizado a falar;
- b. conjunto analítico ou genealógico que põe em prática os princípios de *descontinuidade*, de *especificidade* e de *exterioridade*, pela *análise* dos sistemas de coerção, das séries enunciativas, das normas específicas e das condições de aparição, crescimento e de variação. Por esse conjunto procedimental, o cis-hétero-bolsonarismo pode ser, então, interpretado como formação histórica dominante da significação da dissidência sexo-gendrada, ou seja, como um domínio de enunciação das formas legitimadas de ver e das formas autorizadas de dizer as dissidências sexuais e de gênero.

Tais conjuntos procedimentais permitem-me pensar o cis-hétero-bolsonarismo como *ordem enunciativa* de controle do dizer/ver, de delimitação do seu regime de verdade (dizer autorizado e verdadeiro), pelas funções enunciativas que regularizam suas aparições, determinando tanto as condições de seu funcionamento como a qualificação dos sujeitos autorizados a falar, seus rituais, sua distribuição, sua circulação e sua apropriação em determinados espaços e não em outros. Em suma, isso significa pensar o cis-hétero-bolsonarismo como constituição de um *grupo doutrinário difuso* (FOUCAULT, 2014). A doutrina cis-hétero-bolsonarista é constituída pelo reconhecimento e aceitação

de certas regras como condição de pertencimento e de diferenciação: produz-se o sujeito bolsonarista, cria-se as normas de adesão pelas quais é possível emergir uma posição de sujeito nomeada como bolsonarista. Parafraseando Foucault (2014, p. 42), pergunto: o que seria o cis-hétero-bolsonarismo senão “[...] uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?”

Resultados e discussão

A organização, a montagem, a seleção e a análise prévia do *corpus* (em construção) permitem-me afirmar que há vestígios/indícios que apontam para o funcionamento de uma economia libidinal cis-hétero-bolsonarista como mecanismo político e simbólico de produção imaginária dos corpos LGBTQ+ como inimigos polimorfos e dissimulados:²⁴ *eterna bicha*.²⁵

24 Faço referência a uma das produções do cinema nazista: o filme *O Eterno Judeu* (1940), de Fritz Hippler. Em algumas das cenas dessa película, é possível notar a tentativa de mostrar que a suposta periculosidade maior do “judeu” advinha do seu “polimorfismo”: o “judeu” poderia dissimular-se, poderia fazer-se ser visto como um indivíduo “aparentemente” ordinário, fazendo-se aparentar um “cidadão tipicamente comum”. O *eterno judeu* seria tão ameaçador que poderia emular um europeu, ou pior, poderia emular um alemão. Por isso, representaria uma grande ameaça.

25 Com a formulação *eterna bicha*, busco, assim, conjugar os efeitos de sentidos em funcionamento no cis-hétero-bolsonarismo em relação aos corpos LGBTQ+, na dimensão em que esses são tomados e significados como espectro do corpo tentacular de Lula (corpo imoral, corpo comunista e corpo corrupto). Tal qual esse imaginário comparece nos enunciados de porta-vozes do cis-hétero-bolsonarismo, a exemplo de Olavo de Carvalho (2018) quando denuncia uma suposta ideologia de gênero como “estratégia globalista”, metaforizada na atuação do Partido dos Trabalhadores que, para derrubar o capitalismo ocidental, visaria a destruir os valores cristãos (1), com a tomada de espaços estratégicos de poder (2), pelo uso do lumpesinato (3), aí significado como “escória social” (bandidos, putas, LGBTQ+, desempregados etc.), conjugando, em sua leitura, paranoica e conspiratoriamente, estratégias supostamente propostas por György Lukács (1), Antonio Gramsci (2) e Herbert Marcuse (3). Essas três estratégias explicariam a atuação tentacular das esquerdas: da escola, passando pelos sindicatos, pelas associações de bairros, pelo judiciário, pelos conselhos profissionais até culminar na presidência da República como forma de tomada do poder pela desmoralização social necessária à destruição do cristianismo e da família.

Num primeiro momento, podemos inferir que isso se dá com a intensificação fantasmática de uma guerra cultural²⁶ em curso, de modo que a chamada “ideologia de gênero” atualizaria o lugar do *inimigo interno*, da Doutrina de Segurança Nacional. A produção do inimigo sexo-gendrado funcionaria desde o efeito de metaforização do *corpo simbólico de Lula* (corpo tentacular), aparentemente fragmentado em *corpo imoral*, *corpo corrupto* e *corpo comunista*. Os corpos LGBT+ seriam, então, produzidos como um nó metonímico dessas imagens corpóreas.

O corpo simbólico de Lula parece funcionar como território em constante disputa: se a direita reacionária tende a produzi-lo como um corpo *corrupto* e *imoral*, funcionando como espectro metonímico de todo *comunista* (plasticamente considerado como todos aqueles que não são reconhecidos como bolsonaristas – grupo doutrinário); parcela significativa das esquerdas busca dissociá-lo dessas imagens (comunista, corrupto e imoral). Direi de outra forma: enquanto a extrema direita tenta “sujar” o corpo de Lula, produzindo-o como sinonímia das “imoralidades” sexo-gendradas (*Lula = comunista + corrupto + imoral = bicha*), setores ditos das esquerdas democráticas, mas não só, tentam sacralizar uma imagem limpa, asséptica e higiênica desse corpo lulista, buscando reatualizá-lo como imagem de uma classe proletária pacífica, ordeira, homogênea, reformista e que anseia pelo consenso. O corpo de Lula se encontra em disputa de significação. E é dessa disputa radical que os sentidos sobre as dissidências sexo-gendradas parecem emergir no cis-hétero-bolsonarismo. Trata-se, portanto, da relação entre o corpo ausente de Lula e suas imagens corpóreas, que fazem às vezes do objeto ausente/perdido.

O cis-hétero-bolsonarismo serviria, com isso, à chancela e à legitimação do ódio que não ousava se dizer em público (é preciso desconfiar dessa homogeneidade), mas que “agora” seria vociferado, pois se junta a outras vozes. Por isso, a voz é um fenômeno singular para o fascismo de bando ou tribalismo reacionário. É por ela que o sentimento de pertencimento se fortalece e a vergonha é destruída, mostrando ao fascista recalcado/em potencial que há vozes como a dele. Vociferações do terror pelo risível como produção de

26 Para uma análise sobre a guerra como modo de vida no cis-hétero-bolsonarismo, bem como para uma análise sobre a genealogia dessa estratégia e sua relação com a DSN, v. (ROCHA, 2021).

identificações fascistas, vociferações como constituição de um grupo doutrinário por meio da ritualização da ameaça sexo-gendrada, pela qualificação e fixação dos sujeitos autorizados a falarem, pela distribuição, circulação e apropriação do seu regime de cis-hétero-verdade, isto é, do imaginário de uma realidade cis-heterossexista transparente, pretendida e sustentada por essa doutrina.

Portanto, na lógica cis-hétero-bolsonarista, dizer “Brasil tem que deixar de ser país de maricas”²⁷ pode produzir como efeito de sentido a necessidade de reforçar e equipar ainda mais os mecanismos de eliminação das vidas bichas. No contexto, Jair Bolsonaro criticava as medidas contra a pandemia que considera exageradas e prejudiciais à economia. Um dos muitos efeitos desse discurso é responsabilizar os LGBTQ+ pelos efeitos da pandemia. Se, talvez, não há mais espaço para falar que o vírus seria uma punição divina aos “pecadores nefandos”, embora esse sentido também circule, responsabiliza-os pela suposta fragilidade do “brasileiro” que não seria mais capaz de suportar uma “gripezinha”, uma vez que ficou muito sensível. Claro, sensibilidade é coisa de bichas. Se o brasileiro teme morrer é porque se deixou contaminar pela frescura. Macho que é macho não temeria um vírus. Logo, não haveria isolamento social, todos estariam trabalhando e a economia, salva. Se não está, a culpa é da frescura bicha que corrompeu a masculinidade viril do brasileiro, essa pretensa massa uniforme e homogênea. Por isso, para o Brasil se salvar, haveria apenas um caminho: “deixar de ser maricas”, expurgando a frescura das bichas.²⁸

Pelo procedimento da redução do discurso-ocorrência pelo discurso do descritor (FIORIN, 1988), segundo o qual, após a análise de diversas ocorrências, o descritor (analista) reescreve tais funcionamentos enunciativos em novas sequências paradigmáticas, pelo uso da paráfrase, teríamos:

Brasil tem que deixar de ser país de maricas =

27 REDAÇÃO Uol Notícias. “País de maricas”: Bolsonaro mistura homofobia e indecência, diz imprensa internacional. *Uol notícias*, 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/11/11/com-pais-de-maricas-bolsonaro-mistura-homofobia-e-indecencia-diz-imprensa-internacional.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

28 É nesse sentido que penso o sujeito bolsonarista como uma posição de sujeito castrado de ânus: “O cu é metonimicamente convocado e metaforiza um corpo legislado. O corpo, parcializado nas pregas, é também significado como um espaço ‘regrado’, vigiado em seus sentidos, pela ordem do dizer” (MELO, 2019, *online*).

Os LGBT+ são uma ameaça social.
O Brasil precisa conter e eliminar a ameaça LGBT+.
A eliminação da ameaça LGBT+ nos fará um país forte.
Não somos fortes porque estamos contaminados pelo
estilo de vida LGBT+.
Os LGBT+ nos fizeram fracos.

Assim, tais enunciados, agora descritos com base no texto-ocorrência, converter-se-iam em licença para matar (ainda mais) viados, sapatas, trans, travestis... Esse seria um dos funcionamentos da economia libidinal do cis-hétero-bolsonarismo, cada vez mais presente em nosso cotidiano, a exemplo da agressão sofrida por um jovem homossexual, numa padaria em São Paulo, em 22 de novembro de 2020. Ao entrar no estabelecimento, o jovem passa a ouvir insultos homofóbicos e racistas de uma mulher identificada como Lidiane Biezok, que chega a agredi-lo fisicamente. Em uma das falas, Lidiane diz: “Eu não estou falando porra nenhuma. Isso aqui é uma padaria *gay*?”, visivelmente transtornada e ofendida pela mera *presença* daquela corpa-bicha efeminada.²⁹ Nesse imaginário, devemos supor que Lidiane agiria como uma soldada patriota a livrar o país da *ameaça cor-de-rosa*. Ela supostamente teria ouvido o chamado à “insurreição” reacionária, insurreição contra a ameaça comubicha.

Considerações finais

As reflexões aqui levantadas foram relevantes para aventar a hipótese de que o cis-hétero-bolsonarismo traduziria, assim, o pânico moral como racionalidade política dominante por meio da sua constituição como formação histórica hegemônica da significação da dissidência sexo-gendrada e como grupo doutrinário de produção das identificações cis-hétero-bolsonaristas e de mobilização do desejo fascista pelo risível e pelo grotesco. Para isso, intensificaria o estado de medo pelo qual a sociedade estaria em constante ameaça, transmutando-se em *estado de pânico permanente*. Sem pânico moral, não existiria cis-hétero-bolsonarismo.

²⁹ DEHÖ, Maurício. Mulher agride jovem em ataque homofóbico em padaria de SP. *Uol notícias*, 22 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/22/jovem-e-agredido-por-mulher-em-ataque-homofobico-em-padaria-de-sp.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

O que nos levaria, penso eu, a reconsiderar a imaginária e homogênea imbecilidade natural do porta-vozes³⁰ cis-hétero-bolsonaristas pressuposta por diversas leituras identificadas às ditas esquerdas democráticas. Enquanto ri-se deles e de suas supostas imbecilidades, seus discursos circulam e afetam numa amplitude e dimensão inimaginável para a maioria de nós. Precisamos nos haver com o doloroso fato de que o cis-hétero-bolsonarismo faz sentido e é desejado por uma parcela complexa e heterogênea da população. Não devemos idealizá-la ou homogeneizá-la, muito menos supor a sua natural “ignorância”, como parece funcionar em: “[...] infelizmente, a população brasileira carente e desescolarizada, e hipnotizada pelo fascismo acredita nesse tipo de coisa [mamadeira de piroca e kit-gay]” (TIBURI, 2020, p.71). Funcionamentos ideológicos esses que implicitamente responsabilizam as camadas mais pobres – lidas nesse imaginário da esquerda intelectualizada como ignorantes, logo, facilmente enganadas – pela sustentação do fascismo-hétero-bolsonarista, o que acaba por atenuar e dissimular o apoio massivo das classes mais abastardas (ditas intelectualizadas no imaginário elitista) ao cis-hétero-bolsonarismo.

Sem mencionar que essa lógica, ao trabalhar com “manipulação”, deixa de lado ou acaba atribuindo um peso menor à produção do desejo social pelo fascismo. Como disseram Deleuze e Guattari, o desejo nunca é enganado: “Daí o grito de Reich: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o [...] [fascismo], e é isso que é preciso explicar... Acontece desejar-se contra seu interesse: o capitalismo se aproveita disso.” (2010, p. 47). Com efeito, prefiro, então, falar em condução das condutas ou, no neologismo foucaultiano, governamentalidade, uma vez que esse conceito não deixa de lado o fato de que a sociedade (também considerada como efeito imaginário) pode gozar com e na censura. As ditas “massas” podem desejar o fascismo. Só precisam da chancela do bando, precisam apenas reconhecer a aceitabilidade social do que antes era, talvez, hegemonicamente significado como absurdo e vergonhoso. Isso não é apenas propaganda. Muito menos manipulação. Há desejo, há identificações (há também desidentificações e contra-identificações). Devemos lidar com isto: o fascismo-hétero-bolsonarista é objeto de desejo, não de todos, mas de muitos.

30 Uso o conceito *porta-voz* tal qual foi delineado por Dominique Maingueneau (2020).

Referências

AFONSO-ROCHA, Rick. Cis-hétero-bolsonarismo e suas definições. *Le Monde Diplomatique Brasil*, de janeiro de 2021a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cis-hetero-bolsonarismo/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

AFONSO-ROCHA, Rick. *O perigo cor-de-rosa: ensaios sobre deimopolítica*. Salvador: Devires, 2021b. (No prelo).

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. São Paulo: Autêntica, 2013.

ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.20, 2005, p. 9-48.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*, v. 1, n. 50, p. 111-9, 2020.

BORÓN, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *Brasil de fato*, 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>>. Acesso em: 05 maio 2021.

CARVALHO, Olavo. Olavo de Carvalho sobre Herbert Marcuse, lumpemproletariado e estudantes. Fragmento 02. *Canal do Youtube Tempos modernos*, 20 de março de 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QBoBcDRArpY>>. Acesso em: 06 maio 2021.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. *A terra é redonda*, 06 de outubro, 2019. Disponível em: < <https://>

aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo >. Acesso em: 08 maio 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. São Paulo: N-1 edições; Politeia, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIAS, Mauro Mendes. *O discurso da estupidez*. São Paulo: Iluminuras, 2020.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972 -1973)*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2020.

LARRAURI, Maite. *Anarqueología: Foucault y la verdade como campo de batalla*. Madrid: Enclave de libro, 2018.

LESSA, Renato. Homo bolsonarus. De como nasceu e se criou o confuso e perigoso animal artificial que encarna momentos arcaicos da sociabilidade brasileira. *Serrote*, Edição Especial, julho de 2020. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2020/07/serroteedicao-especial/>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do discurso, esfera superior e porta-voz. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 20, n. 1, p. 120-135, 2020.

MELO, Iago Moura. Acuendações do corpo em Linn da Quebrada. *Anais do IV Desfazendo Gênero*. Realizado em Recife, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64027>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Unesp, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINTO, Louise Emilie Nascimento Marques. *O funcionamento do humor na ficção de Stanley Kubrick*. Dissertação – (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*. Goiânia: Caminhos, 2021.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cis-generidade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

TIBURI, Márcia. *Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

HOMONORMATIVIDADE E HOMONACIONALISMO: CONCEITOS PARA PENSAR O BRASIL RECENTE?

João Gabriel Maracci

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais, jmaraccicardoso@gmail.com;*

Marco Aurélio Prado

*Professor da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, mamprado@
gmail.com.*

Resumo

Este trabalho pretende abordar os conceitos de homonormatividade e homonacionalismo, refletindo sobre como eles podem ser úteis no fomento de análises críticas para o Brasil contemporâneo. Tomamos a homonormatividade a partir da obra de Lisa Duggan, que a concebe como o modo de incorporação de algumas questões ligadas à diversidade sexual e de gênero na sustentação econômica e subjetiva do neoliberalismo. Homonacionalismo, por sua vez, é remetido principalmente ao trabalho de Jasbir Puar, que aponta o uso de questões LGBTQ+ e feministas para o fortalecimento de cidadanias sexuais e de nacionalismos - como, por exemplo, a imposição de leis mais constritivas acerca da imigração sobre minorias étnicas baseada na retórica de proteção a mulheres ou homossexuais. Sustentamos que os dois termos nos podem servir como disparadores críticos e analíticos a partir de adaptações e traduções culturais, que levem em consideração as diferenças da realidade brasileira para com o cenário nos quais ambos foram, inicialmente, propostos. A partir dessas traduções, elaboramos uma proposta de entendimento para o Brasil contemporâneo, momento no qual as chamadas ofensivas antigênero assumem centralidade nas ações do Estado, que nomeamos como “homonormatividade antigênero”.

Palavras-chave: Homonormatividade, Homonacionalismo, Ofensiva Antigênero.

Introdução

Nestes anos recentes do Brasil, vemos a institucionalização da homofobia, transfobia e sexismo enquanto políticas de Estado, reiteradas, ao menos em nível federal, pelo presidente e seu corpo de ministros. Tais políticas, que facilmente poderiam ser consideradas políticas de morte, aparecem no plano público de forma mais amenizada, a partir de emblemas retóricos como o “conservadorismo” e a defesa dos “valores tradicionais”. Consideramos que tais termos atuam na suavização do discurso de ódio, tornando-o mais palatável e menos odioso. Não seria, afinal, um ímpeto de extermínio às minorias, mas sim um fortalecimento daquelas majorias que vinham sendo “minorizadas” por gestões públicas anteriores.

Essa retórica não é uma novidade na arena política brasileira. De fato, ela apresenta capilarização transnacional e se desenvolve pelo menos desde meados da década de 1990. Estamos falando, especificamente, do movimento que acadêmicas/os vêm nomeando como “ofensivas antigênero” (PRADO & CORRÊA, 2018) - investidas de rechaço e cooptação das temáticas de gênero e sexualidade em diferentes países, proliferadas sobretudo a partir de encadeamentos discursivos tais quais a suposta “ideologia de gênero” - ou, no caso brasileiro, o famigerado “kit gay”. Tais sintagmas condensam uma hipotética ameaça contra valores fundantes da civilização, sobretudo a “família tradicional, incitados por movimentos políticos e campos de pensamento acadêmico que questionam as normas sociais heterossexuais e sexistas, tais quais o feminismo, o ativismo LGBTQ+ e os estudos queer.

Conforme aponta Rogério Junqueira (2018), tais reações sobre gênero e sexualidade têm como origem a resposta dada pelo alto escalão da Igreja Católica, no seio do Vaticano, para o avanço de pautas feministas pela liberdade corporal e de gênero (onde podemos destacar, por exemplo, o aborto) em conferências mundiais sobre mulheres. É notável que tal movimento tenha se expandido nas últimas décadas para além de sua matriz católica. Principalmente nas Américas, vemos que o discurso antigênero está capilarizado entre igrejas católicas, evangélicas, partidos políticos, canais de telecomunicação, agentes públicos, entre muitos outros. A união desses atores heterogêneos se dá na contraposição ao inimigo comum, materializado em sintagmas

aglutinadores como “ideologia de gênero”, “ditadura gay” e “kit gay” - condensando a ideia de que haveria uma imposição vertical e globalista, a contrapelo dos valores tradicionais e fundantes de nossa sociedade (MARACCI, 2019).

As ofensivas no Brasil tomam uma nova dimensão a partir da eleição de 2018 - momento no qual o discurso antigênero ocupou um lugar central na campanha do candidato mais votado à presidência da república. Com esse pleito, vemos que a ofensiva passa de um campo majoritariamente parlamentar para o interior do Executivo, assumindo formas menos reativas e mais propositivas de ação. É nessa passagem - de uma bancada de deputados para o próprio Palácio do Planalto - que percebemos a emergência de “amenizações” para o discurso ódio, conforme apontado anteriormente. Esses modos mais amenos de reiteração e produção da homofobia e do sexismo encontram um profícuo campo de observação e análise no atual Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH), presidido pela ministra Damares Alves desde o início do governo Bolsonaro. Em 2019, Alves comemorava sua entrada no ministério com o célebre enunciado de que entraríamos, agora, em uma nova era, na qual “menino veste azul e menina veste rosa”¹.

Não é surpreendente, assim, que o MMFDH elabore políticas conservadoras acerca do gênero e da sexualidade - como, por exemplo, um edital de pesquisa voltado ao fomento de famílias (implicitamente?) heterossexuais e monogâmicas ou a prescrição de abstinência sexual como método contraceptivo para adolescentes. O que é surpreendente - ou, de alguma forma, “estranho” - é a proximidade que tal ministério mantém com alguns setores do ativismo LGBTQ+ e com um recorte de pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero, usualmente defendidas por setores da esquerda política.

A lista de exemplos é longa, mas citaremos aqui apenas uma recente entrevista de Alves à BBC News, na qual ela afirma ser a mulher mais empoderada do Brasil - já indicando certa familiaridade com termos que circulam em vertentes do feminismo. Nessa entrevista, Alves reitera sua preocupação e compromisso com a comunidade LGBTQ+, enfatizando as pessoas trans e travestis, que, em suas palavras, ficam

1 Link para notícia: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damaraes-alves-em-video-2334302> 4

à margem dos avanços conquistados no campo da diversidade sexual e de gênero. Seu discurso centraliza-se na empregabilidade e na violência urbana, de modo a articular uma preocupação presente nas pautas desse movimento social à retórica policialasca de Bolsonaro no campo da segurança pública.

Por essa via, a ministra afirma que o governo por ela representado fez mais pela comunidade LGBT+ do que os anteriores, à medida que está focado em problemas reais e não em proposições ideológicas. Como comprovação desse comprometimento, ela utiliza-se da figura de Marina Reidel - professora reconhecida nacionalmente pelo ativismo acerca da população trans e travesti -, que ocupa o cargo de diretora de promoção dos direitos LGBT no MMFDH. De fato, pode causar estranhamento que esse seja um cargo existente em um ministério do governo Bolsonaro - ainda mais sendo ocupado por Reidel.

No entanto, é interessante notar como a sua existência serve de contraposição ao argumento de que a presidência e seus representantes seriam homofóbicos e transfóbicos. Segundo Alves, não haveria ódio nas práticas de governo, mas sim a busca por soluções de problemas reais, ao contrário da “ideologização” das pautas de diversidade sexual e de gênero em momentos anteriores. Em uma entrevista com a deputada Bia Kicis, na qual Alves divulga o citado edital de pesquisas sobre famílias, ela sintetiza tal movimento em algumas palavras: a diversidade sexual e de gênero deve ser “protegida, mas não promovida”.²

Em nosso entendimento, esse é um ato de fala significativo para entender as controversas relações entre diversidade sexual e de gênero e um governo de extrema direita. Proteger e não promover. Em suma: não promovemos aquilo que odiamos, mas tampouco odiamos aquilo que protegemos. Este é o paradoxo central, o “oxímoro” da diversidade sexual e de gênero no discurso bolsonarista. E é o terreno controverso no qual estamos nos debruçando em uma pesquisa na qual se insere a escrita do presente artigo.

Para analisar tal contexto, um dos caminhos teóricos traçados em nossa investigação se deu a partir de dois termos que, desde meados da década de 2000, têm impulsionado os debates sobre a incorporação de pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero na

2 Link para entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=qowL-2javsY&t=3245s>

manutenção do neoliberalismo e do nacionalismo. Trata-se dos termos homonormatividade e homonacionalismo, respectivamente. Com a presente escrita, tentaremos apresentar os dois conceitos para, em seguida, questionar de que forma eles podem ser abordados - a partir de traduções e transformações - para servirem de mobilizadores analíticos para o Brasil recente.

Consideramos que ambos promovem pensamentos críticos de extrema importância, mas apresentam certos limites dada a circunscrição de suas reflexões aos Estados Unidos, seja em relação às políticas internas ou às relações exteriores desse país. Por essa via, tentamos articulá-los a questões específicas do Brasil, sobretudo face ao governo Bolsonaro e à institucionalização das ofensivas antigênero como políticas de Estado. Esse movimento nos levou à elaboração do termo “homonormatividade antigênero”, conforme argumentaremos a seguir.

Homonormatividade e homonacionalismo

O conceito de homonormatividade foi inicialmente proposto por Lisa Duggan (2002), em um artigo no qual ela argumenta que esse termo sintetizaria as “políticas sexuais do neoliberalismo”. Para seu entendimento, há uma incorporação progressiva de determinadas questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no fortalecimento da economia neoliberal, sobretudo a partir de um movimento de equiparação entre cidadania e capacidade de consumir. Tal perspectiva diz respeito ao reconhecimento da comunidade LGBTQ+ - ou pelo menos uma parte dela - como um potencial nicho de consumidores, de modo que a ela passa a ser destinada uma importante possibilidade de inserção e manutenção do sistema econômico vigente.

Na perspectiva da autora, seria impossível separar questões econômicas e políticas como níveis diferentes de análise sobre gênero e sexualidade (DUGGAN, 2003). A formação de um “mercado queer” estaria diretamente relacionada à apreensão pública da diversidade sexual e de gênero, resultando, pois, em um modo específico de cidadania, na qual o principal critério seria a capacidade de consumir. A homonormatividade, assim, diria respeito a “uma cultura gay privatizada e despolitizada, ancorada na domesticidade e no consumo” (DUGGAN, 2002. p. 179, tradução nossa). Essa apreensão pública da diversidade sexual e de gênero, ancorada no consumo, se relacionaria

a formas privatizantes de entendimento para o gênero e a sexualidade, reiterando modos conservadores de “aceitação” de pessoas não heterossexuais, que podemos associar a frases corriqueiras como: “o que você faz entre quatro paredes não me interessa”, ou “tudo bem ser gay, o problema é a exposição”.³ Por essa via, a homonormatividade seria uma forma de resumir demandas sobre gênero e sexualidade a um “direito da privacidade em público”, ancorado, sobretudo, em um ideal liberal de individualidade e autonomia.

É importante ressaltar que tal “aceitação” promovida pela homonormatividade não se equivale a formas dominantes de imposição da heterossexualidade enquanto norma. Falar sobre a formação de políticas sexuais pautadas pela incorporação de temáticas LGBTQ+ em uma economia neoliberal não significa, de forma alguma, rejeitar o entendimento da heteronormatividade como uma efetiva forma de regulação e imposição de violências sobre o gênero e a sexualidade. Nesse sentido, João Manuel Oliveira (2013) aponta que a homonormatividade formaria uma “cidadania de consolação”, que não rejeita, sobrepõe ou se equivale à heteronormatividade, mas sim atua na incorporação de determinadas facetas da diversidade sexual e de gênero dentro desse regime normativo.

Se tal proposta nos parece descrever com precisão os processos incorporativos de determinadas facetas da diversidade sexual e de gênero em modos de vida dominantes, é importante ressaltar que esse movimento não se dá por completo, não totaliza as experiências LGBTQ+ no interior da heteronormatividade e, tampouco, ocorre da mesma maneira em todos os lugares do mundo. Autores como Gavin Brown (2013) apontam criticamente a centralidade dos Estados Unidos e das grandes metrópoles na teorização de Duggan, questionando se o seu entendimento poderia ser facilmente transposto a cidades pequenas, comunidades rurais ou países que não participam do centro do capitalismo global. Essa é uma pergunta que manteremos em aberto para refletir, posteriormente, sobre o que significa (ou pode significar) homonormatividade no Brasil.

3 Nota-se que falamos em “diversidade sexual e de gênero”, mas exemplificamos com temáticas relacionadas apenas à homossexualidade, pois entendemos que, embora o movimento mapeado não seja restrito unicamente a essa forma de desejo/identidade, as questões trans não estariam situadas na mesma gramática de “aceitação”.

No campo das relações exteriores, é importante retomar o trabalho de Jasbir Puar, que, embasada no pensamento de Duggan, passa a questionar como a homonormatividade opera não somente na produção interna de estereótipos como o “gay-consumidor-cidadão-de-bem”, mas também na produção de um outro, aquele cuja experiência de sexualidade e gênero não normativos (ou não inteligíveis em um paradigma moderno-ocidental) jamais se institucionalizaria de forma “benéfica” para a sociedade, e jamais passaria pelos mesmos critérios de “aceitação” ou “cidadania de consolação”. Em suma, para o Estado, “há queers melhores que os outros” (PUAR, 2006, p. 71, tradução nossa).

A teoria de Puar se desenvolve, sobretudo, após o atentado ao World Trade Center, nos Estados Unidos, e a resposta desse país ao Oriente Médio, a chamada “guerra ao terror”, que justificou, por exemplo, as invasões militares no Iraque e no Afeganistão. É nesse contexto que a autora aponta a homonormatividade atuando de forma transnacional: não apenas delimitando os critérios de inteligibilidade para gays, lésbicas ou pessoas trans no modo de vida americano, mas também na própria composição de um estilo de vida global, moderno, supostamente aberto à diversidade, cujo exterior constitutivo se dá na figura monstruosa do terrorista e, por associação, na figura generalizada de árabes, de pessoas socialmente lidas como árabes ou até mesmo pessoas não brancas em geral (PUAR, 2006).

Puar demonstra como a figura do terrorista vai se constituindo em um duplo - por um lado, um ser extremamente misógino, reiterando papéis arcaicos de subordinação às mulheres e, por outro, um ser desvirilizado, associado a falhas em sua masculinidade (como um pênis pequeno ou um desejo inconsciente de ser sexualmente penetrado) (PUAR, 2006). Essa gramática da guerra ideológica ao terror constitui uma forma de afirmação dos Estados ocidentais como paradigma da cidadania e da tolerância, utilizando de questões LGBTQ+ e feministas como contraposição aos “outros” do mundo, que seriam menos modernos (e, portanto, menos humanos), e que demandam formas interventivas de salvação externa. É essa gramática que a autora chama de homonacionalismo (PUAR, 2007).

O homonacionalismo, deste modo, seria a homonormatividade operando na produção e manutenção de um excepcionalismo de Estado, que se sustenta valorativamente a partir da incorporação de ideais como a tolerância e defesa da diversidade. Podemos ler, sob a

ótica do homonacionalismo, situações como o fortalecimento de políticas restritivas de imigração contrárias a populações consideradas menos aptas à integração no modo de vida moderno e ocidental (ou seja, supostamente mais propensas à homofobia e ao sexismo dada a sua nacionalidade ou religião), bem como a convocação de pessoas LGBTQ+ para participarem das forças militares (tal qual se pode acompanhar em países como Israel e Estados Unidos, principalmente após a revogação da lei Don't Ask, Don't Tell, em 2011, por Barack Obama).

Nesse sentido, vemos que a diversidade sexual e de gênero pode operar na sustentação de uma idade nacional, em oposição aos “outros” do mundo - que seriam, em tese, mais homofóbicos e sexistas que aqueles pertencentes ao centro do capitalismo. Pessoas gays, lésbicas e trans podem ser convocadas a defenderem o Estado e defenderem a soberania da nação frente a uma ameaça externa monstruosa, cuja existência os colocaria, inevitavelmente, em risco. O que não significa que, no interior de países que sustentam lógicas homonormativas, a comunidade LGBTQ+ estaria de fato protegida. O homonacionalismo também funciona nesta ambivalência: apontando as ameaças somente no externo, as violências sistêmicas internas são retoricamente atenuadas.

Seguramente não poderíamos dizer que o homonacionalismo pertence apenas a um país ou grupo de países, tratando-se, pelo contrário, de uma lógica global de produção de “outros” monstruosos do mundo, em oposição a um ideal de sujeito moderno e ocidental. Contudo, é notável que o pensamento de Puar aponta, quase exclusivamente, os Estados Unidos como produtores dessa lógica outrificante. A autora traz alguns exemplos de outros países emblemáticos do homonacionalismo, como Holanda, Reino Unido e Israel, mas é evidente - e não por acaso - que sua conceituação tenha as políticas externas norte-americanas como objeto privilegiado de crítica.

O presente panorama conceitual nos permitiu compreender, resumidamente, a importância dos conceitos homonormatividade e homonacionalismo para o entendimento de incorporações da diversidade sexual e de gênero na defesa e fortalecimento do neoliberalismo e da ideia de soberania nacional. No entanto, a centralidade de tais conceitos na vida política dos Estados Unidos nos leva às seguintes perguntas, para as quais tentaremos esboçar algumas respostas a seguir: É possível pensar em uma homonormatividade brasileira? Existe homonacionalismo no Brasil?

Existe isso no Brasil?

Se analisarmos a história recente da apreensão pública da diversidade sexual e de gênero no Brasil, sobretudo a partir de um discurso de “tolerância”, é possível considerar que haja uma modalidade específica de homonormatividade em operação. Ou melhor: algumas modalidades de homonormatividade agindo em conjunto. Essas, no entanto, apresentam significativas diferenças dos eventos mapeados por Lisa Duggan em sua conceituação. Nota-se, em primeiro lugar, que o entendimento da autora centraliza-se na sustentação do modelo econômico neoliberal a partir de um integracionismo referido a questões LGBTQ+, à medida que tal população passa a se configurar como um potente nicho de consumidores. Essa parece ser uma história mais próxima de lugares como os Estados Unidos, país que encabeça, a nível global, um modo de “reconhecimento público” baseado, principalmente, na capacidade de consumir.

Essa cidadania mediada pelo consumo também encontra respaldo no Brasil. Podemos lembrar, por exemplo, de peças de publicidade ou telenovelas que apresentam sujeitos gays, lésbicas ou trans, e que sofrem amplo rechaço de comunidades conservadoras. No entanto, esse é um movimento restrito no capitalismo brasileiro - tão restrito que tais manifestações, ainda em 2021, continuam a apresentar caráter de ineditismo. Se o centro do capitalismo, ao início da década, já apresentava sua vertente de assimilação *queer*, é notável que, na periferia do capitalismo, tal movimento é lento, limitado e com baixa adesão frente a uma sociedade altamente conservadora.

Apontamos, dessa forma, a importante ação de um outro agente na conformação de algo que poderíamos considerar uma homonormatividade brasileira: o Estado. Desde meados da década de 1980, com a crise da epidemia do HIV/Aids, vemos um movimento de articulação entre temáticas da diversidade sexual e de gênero e o Estado. Tal articulação se presentifica em momentos como a promulgação da Constituição de 1988, a formação do SUS e as políticas públicas voltadas ao combate da epidemia. De fato, há muitos resultados benéficos alcançados por tal coalizão: por exemplo, as políticas brasileiras de enfrentamento do HIV/Aids tornaram-se referência mundial, e tal sucesso foi obtido com base na no trabalho conjunto entre gestores de saúde, Estado e movimentos sociais (FACCHINI, 2005)

No entanto, pode-se afirmar que o caminho traçado por essas interlocuções manteve, ao longo dos anos, uma conexão muito próxima entre ativismo e Estado (MACHADO, 2013). A partir da década de 1990, nota-se uma circunscrição desse movimento social ao formato de organizações não governamentais (ONGs), que usualmente eram contratadas pelo Estado a fim de auxiliar na formação das políticas públicas em uma relação de clientelismo. Se tal aproximação produziu atravessamentos interessantes nas conexões entre governos e sociedade civil, também poderíamos afirmar que modulou as formas de ação do ativismo àquelas delimitadas pelo investimento estatal.

Essa é uma história longa que, em função do espaço, não poderemos aprofundar aqui. Gostaríamos apenas de chamar atenção para a intensificação desse processo com o início de governos usualmente associados à esquerda política no Brasil, em meados dos anos 2000.

Sobre esse período, autores como Frederico Machado e Marco Prado (2014), propõem que as íntimas relações entre ativistas e governos resultaram em uma impossibilidade crítica para os primeiros, de modo a diminuir sua capacidade de oposição e antagonismo, constitutivas da própria arena política. Nesse sentido, aponta-se um certo assimilacionismo dos movimentos de luta pela diversidade sexual e de gênero no seu acoplamento governamental, visto que o Estado passa a ser seu maior interlocutor. Assim, em uma relação de parceria (que nubla o conflito e o dissenso), uma parte desses setores civis organizados perde a sua capacidade de contestação e transformação social.

Na mesma direção de análise, o trabalho de Bruna Irineu (2014) utiliza-se do termo homonacionalismo para mobilizar uma crítica à assimilação do ativismo LGBTQ+ em uma gramática governamental. A autora relaciona a proposta de Puar - a utilização das questões de diversidade sexual e de gênero na formação de nacionalismos - a uma certa submissão dos ativismos ao Estado, que resumiria a luta por participação social e política a uma “cidadania limitada” e “de consolação”, cujos critérios remeteriam a um modo de produção neoliberal e um ideário de soberania da nação. Tal assimilação incorreria, dentre outras coisas, na incapacidade crítica de tais ativismos acerca de violações de direitos perpetradas pelo Estado.

Além disso, o movimento mapeado por Irineu (2014) nos fornece recursos para entender uma ausência de antagonismo de ativismos LGBTQ+ frente ao Estado até mesmo sobre questões que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero. Se retomarmos a querela do

“kit gay”, em 2011, veremos que o Partido dos Trabalhadores cede ao ímpeto de seus opositores, cancelando a distribuição dos cadernos anti-homofobia, em uma decisão ilustrada pela então presidenta com a frase “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”.⁴ Sobre tal momento, Oliveira Júnior e Maio (2017) apontam que o recuo presidencial marcou uma nova fase de relação entre Estado e movimentos políticos: a “cultura do desagendamento” nas políticas sociais.

No entanto, mesmo frente a esse desagendamento, foi contínuo o apoio de amplos setores do movimento LGBT+ organizado ao governo de Rousseff, seja em períodos eleitorais, seja como oposição a seu pedido de impeachment. É comum ouvirmos o argumento de que isso não seria apenas um endosso do governo ou do Partido dos Trabalhadores em geral, mas sim uma política de “mal menor” - um raciocínio que, de fato, não discordamos. Mas queremos apontar, também, que essa operação política não é meramente reativa. Há uma produção subjetiva em jogo, uma mobilização dos afetos e a sustentação de lugares estáveis em uma narrativa política.

Nossa hipótese é que essa história configura uma importante parte da homonormatividade brasileira, constituída por um pacto de boas relações entre ativismo e Estado, pela concessão de determinados espaços da esfera pública para que algumas demandas se insurjam como legítimas, mas que se situem sempre em segundo plano frente a decisões, de fato, “importantes”, como uma corrida eleitoral. Nessa configuração, clamores por cidadania são até eventualmente abraçados por partidos ou representantes do Estado, desde que isso não se volte contra eles após a inevitável decisão de ceder nas “questões morais” para fortalecerem articulações com um congresso cada vez mais conservador. É a partir desses vetores que entendemos a consolidação de nossa específica forma de homonormatividade.

Considerações finais: homonormatividade antigênero

Se nossas considerações sobre a homonormatividade brasileira se situam em um acoplamento entre ativismos LGBT+ e o Estado,

⁴ Link para notícia <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>

produzindo uma forma específica de cidadania e de possibilidade para a experiência da diversidade sexual e de gênero, seria possível compreender que tal arranjo teria chegado ao fim com a eleição de 2018. O governo Bolsonaro, em uma análise apressada, marcaria apenas o fim do referido pacto de boas relações, efetivando uma nova era na apreensão pública e governamental acerca da diversidade sexual e de gênero, com a institucionalização da homofobia, do sexismo e do ódio em termos gerais. Esse não seria um raciocínio totalmente equivocado, dado que há razões inúmeras para considerar o atual governo como promotor de violências e discriminações contra homossexuais, transexuais, mulheres, entre tantos outros. Contudo, como apontado inicialmente, está em jogo um movimento ambíguo que, por um lado, apresenta-se de modo reativo e antagonístico e, por outro, vale-se das referidas amenizações sobre o rechaço a questões de gênero e sexualidade.

Tais amenizações - que se materializam também em incorporações - podem ser acompanhadas na retórica de Damares que, em síntese, afirma a necessidade de “proteger, mas não promover” as questões ligadas à sexualidade e ao gênero. Com esse ato de fala, temos uma compilação de discursos aparentemente contraditórios, mas que operam, em última instância, na manutenção de um governo de extrema direita, em cuja sustentação ideológica encontra grande importância a defesa dos “valores tradicionais”. A contraposição à suposta “ideologia de gênero” - ou, como propomos, a institucionalização das ofensivas antigênero no interior do poder Executivo - é mandatária na defesa de tais valores.

Em nossa análise, essa ambiguidade - o campo de aparentes contradições - performa não o oposto de uma homonormatividade brasileira, mas sim um novo enlace para essa categoria, que nomeamos “homonormatividade antigênero”. Elas agem na reorganização de critérios de inteligibilidade para a diversidade sexual e de gênero, na produção de novas formas de ser gay, lésbica, bissexual, transexual, entre tantos outros, mobilizadas por uma nova extrema direita política no Brasil. A partir de tais considerações, podemos refletir sobre como a homonormatividade antigênero atua na produção de um bom “sujeito da diversidade” - uma forma de diversidade mais possível e desejável para o Estado - que incorre, também, na sustentação desse próprio Estado. Nesse sentido, poderíamos pensar, com Irineu (2014), em um homonacionalismo à brasileira. É possível compreender que tais

aglutinações homonormativas atuam, em última instância, na produção de um sujeito apto a narrativas nacionalistas - que, no resguardo de sua “cidadania de consolação”, não tem condições ou interesse de antagonizar contra o Estado e as inúmeras violências por ele perpetradas.

Se entendemos a “ideologia de gênero” como um pânico moral globalista, é possível que a imagens de gays, lésbicas e pessoas trans alinhadas ao governo de extrema direita performem a salvaguarda do país frente à ameaça internacional. No entanto, é importante atentarmos para o fato de que, ao contrário do caso estadunidense, nossa ameaça não está simplesmente identificada em um inimigo externo, em cuja contraposição efetivariamos um ideal de cidadania nacional. Acreditamos que o homonacionalismo pode ser um viés de análise, desde que considere os fatores “internos” da suposta ameaça. Se pensado no Brasil, o homonacionalismo tem de considerar que não estamos em guerra ou em confronto significativo com outras nações. Quais seriam, de fato, nossos inimigos? Devemos atentar para esse movimento sobre pessoas LGBTQ+ em inconformidades com os critérios homonormativos e homonacionalistas promovidos pela ofensiva antigênero em exercício. O movimento de abjeção que coloca, nos limites inelegíveis da nação, aqueles que não se submetem à nova era, “onde menino veste azul e menina veste rosa”.

Referências

BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 4(1), pp. 125-138, 2013.

DUGGAN, Lisa. The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In CASTRONOVO, Russ & NELSON, Dana. *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham: Duke University Press, 2002.

DUGGAN, Lisa. *The Twilight of Equality: Neoliberalism, Cultural Politics and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

FACHCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005.

IRINEU, Bruna. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, 34 (12), pp. 155 - 178, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43). pp. 449-502, 2018.

MACHADO, Frederico. Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude LGBT no Brasil (2003-2010). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MACHADO, Frederico & PRADO, Marco Aurélio. Muito além do arco-íris: A construção de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 2014.

MARACCI, João Gabriel. Reflexões sobre verdade e política: Mapeando controvérsias do Kit Gay. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías & MAIO, Eliane. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. *E-Curriculum*, 15 (1), pp. 125 – 152, 2017.

PUAR, Jasbir. Mapping US Homonormativities. *Gender, Place and Culture*. 13(1) pp. 67–88, 2006

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press, 2007.

PRADO, Marco Aurélio & CORRÊA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), pp. 444-448, 2018.

A “BRUXA”¹ CONTRA A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: DISCUTINDO A POTÊNCIA DAS FORMULAÇÕES DE JUDITH BUTLER.

Fabício de Sousa Sampaio

Doutor em Ciências Sociais- UFRN e Professor EBTT de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Araiões. E-mail: fabicio.sampaio@ifma.edu.br.

Resumo

Em outubro de 2017, uma boneca representando a filósofa norte-americana Judith Butler, simbolizando a “bruxa” fundadora das referências basilares da retórica “ideologia de gênero” foi queimada frente ao SESC Pompeia em São Paulo. Para o/as manifestantes, o fogo simbolizava a destruição da bruxa Judith, inimiga de um modelo familiar e de educação escolar heteronormativa. Por que as formulações dessa filósofa foram consideradas perigosas ao ponto de requerer sua eliminação corporal simbólica em público? Em outros termos, qual o poder de desconstrução da bruxa Butler que aterrorizara os empreendedores morais? Este artigo pretende identificar e refletir sobre a potência das categorias utilizadas por Judith Butler em um possível processo de desconstrução dos discursos “antigênero”, principalmente aqueles reunidos no sintagma “ideologia de gênero”. Para tanto, a pesquisa bibliográfica empreendida focalizou as recentes publicações da filósofa, além de entrevistas concedidas e artigos acadêmicos que tematizaram a fogueira de Butler e a “ideologia de gênero”. Estrategicamente, as teorizações de Butler se tornaram os principais alvos do(a)s empreendedores morais porque desconstroem o gênero binário

1 A filósofa norte-americana teve uma imagem de seu rosto fixado em uma boneca vestida de bruxa que seria queimada por manifestantes contrários não apenas a sua passagem no Brasil, mas também a sua existência física.

e inteligível que fundamenta a perspectiva de gênero essencialista que eles objetivam continuar reproduzindo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, Judith Butler, Desconstrução.

Introdução

A caça à “bruxa Butler”² ocorrida em 2017, no Brasil, exercida principalmente através de manifestações, abaixo-assinados e petições públicas nas redes sociais, explicitou o medo que o(a)s “empreendedore(a)s morais” tinham – ou têm – do poder que a mulher Butler possuía de fomentar, pelo menos, reflexões críticas sobre as estruturas contemporâneas de dominação patriarcal, conservadora, autoritária e violenta. Esta caça à Butler, tais como as recentes caçadas a determinado(a)s político(a)s, intelectuais e artistas, ou a qualquer sujeito que obtém visibilidade nas redes sociais e na cena pública, objetivam desqualificar discursos que defendem tanto o reconhecimento das diversidades humanas e das diferenças socioculturais quanto a materialização dos direitos humanos dos corpos dissidentes da heteronorma. Essas perseguições parecem se assemelhar à caça às bruxas na Europa, estudada por Silvia Federici (2017) quando esta autora define a caça às bruxas como a primeira perseguição que utilizou:

[...] propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população. Uma das primeiras tarefas da imprensa foi alertar o público sobre os perigos que as bruxas representavam, por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozes. [...]. No seu trabalho, os homens da lei contaram com a cooperação dos intelectuais de maior prestígio da época, incluindo filósofos e cientistas [...] (FEDERICI, 2017, p.299).

A propaganda multimídia utilizada durante a passagem de Butler pelo Brasil buscava gerar um “pânico moral”³ sobre a possibilidade de

2 Este neologismo objetiva recuperar o que representava, ou representa, Judith Butler para o(a)s “polemizador(a)s antigênero”: uma bruxa que precisa ser eliminada do convívio social brasileiro.

3 Este conceito encerra fenômenos sociais que ganham reconhecimento social quando surge a retórica de que a sociedade está sob ameaça. Esta suposta ameaça serve como meio discursivo para se obter “algo mais palpável” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.743). O “pânico moral” se apresenta de maneira estereotipada e estilizada na mídia massiva

que, autorizar a circulação da filosofia butleriana, representaria a destruição da família patriarcal e a subversão voluntarista das identidades de gênero pelas crianças e adolescentes para além do binarismo que fundamenta a heterossexualidade obrigatória. A boneca com o rosto de Judith Butler foi queimada frente ao SESC-Pompeia no dia 07 de novembro de 2017. Na ocasião, a filósofa norte-americana participava do evento *Os fins da democracia* e foi considerada a materialização humana da “ideologia de gênero”.

Situados em um cenário político marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, crise econômica, criminalização da política e desemprego, os protestos contra Butler miravam as suas teorias sobre gênero e sexualidade em “[...] um clima de frustração coletiva com os políticos e com o governo, pavimentando o terreno para que a retórica da antipolítica se tornasse hegemônica” (MISKOLCI; PEREIRA, 2018, p.2).

Metodologia

Para além de retomar algumas reflexões presentes no dossiê publicado pelo periódico científico *cadernos pagu* (53) em 2018 intitulado *Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil* (MISKOLCI; PEREIRA, 2018), este artigo, resultante de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, busca problematizar as razões pelas quais as formulações de Judith Butler foram consideradas perigosas ao ponto de requerer uma eliminação corporal simbólica em público, ou melhor, qual seria o poder de desconstrução da “bruxa Butler” que aterrorizou os “empreendedores morais”⁴ ao ponto de implementarem uma caça a esta bruxa.

e propaga um perigo para determinados valores societários vigentes. Neste cenário, políticos e indivíduos alinhados da direita, bispos, editores e especialistas reconhecidos lançam diagnósticos e soluções, assim como formas de combate (COHEN, 1972, p. 9 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 740). No caso da retórica da “ideologia de gênero”, esse “algo palpável” seria a destruição de toda possibilidade de reconhecer as políticas e as atitudes grupais e de indivíduos que normalizam as corporeidades dissidentes da heteronorma. A fogueira para Butler simbolizava, em um primeiro momento, uma forma de solucionar a ameaça à ordem social conservadora que a filosofia desconstrutivista butleriana representava.

4 Grupo não coeso e de aliança circunstancial que atua em um “campo discursivo de ação” na luta contra os avanços dos direitos humanos, notadamente sexuais e reprodutivos.

Referencial teórico

No episódio em análise, Butler foi [e ainda é] considerada uma ameaça possuindo força destruidora para além dos limites do humano (CYFER, 2018). Ela foi percebida como a materialização do mal e sua estadia no Brasil foi marcada por acusações no aeroporto, campanhas contra sua vinda ao país e protesto frente ao local do evento internacional acadêmico, organizado também pela filósofa (BALIEIRO, 2018). A sua passagem pelo Brasil em 2017 foi marcada por manifestações de ódio com relação às suas teorizações sobre gênero. Sobre tal episódio, a filósofa ressalta que “[...] a postura de ódio e censura é baseada em medo, medo de mudança, medo de deixar os outros viverem de uma maneira diferente da sua. Mas é essa habilidade de viver com a diferença entre nós que vai nos sustentar no longo prazo”⁵.

Este episódio envolvendo Judith Butler, assim como a reação contra os materiais educativos de combate à homofobia nos espaços escolares em 2011, a discussão sobre os planos educacionais entre 2015 e 2015 no contexto de disseminação da noção de “ideologia de gênero” e a perseguição às performances artísticas expostas em 2017 nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, estão relacionados à difusão de um pânico moral recentemente implementada por diversos empreendedores morais (BALIEIRO, 2018).

A noção de “ideologia de gênero” encerra, de maneira transnacional uma reação às políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade (BALIEIRO, 2018). Esta reação objetiva resistir aos recentes avanços em termos de direitos reprodutivos e sexuais que vem ocorrendo na América Latina tais como a inclusão da educação sexual escolar, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a discriminação do aborto. Ela constitui uma “gramática político-moral”

Pode aglutinar religiosos católicos, neopentecostais, laicos, organizações não-governamentais denominadas ‘pró-vida’ e demais atores que atuam na esfera legislativa, jurídica e midiática (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

5 Citação de Butler retirada da matéria jornalística: RODRIGUES, Maria Fernanda. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. Entrevistada: Judith Butler. Jornal Estadão, Cultura, 06 nov. 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,odio-ecensura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler,70002072944>>. Acesso em: 29 out. 2020.

iniciada como uma contra-ofensiva católica de combate ao conceito científico de gênero e operacionalizada através da lógica de “pânicos morais” (MISKOLCI; CAMPANHA, 2017), ou seja, a discussão de gênero passa a ser considerada uma ameaça para os valores morais hegemônicos.

A consolidação de um pânico moral é uma das explicações dessa reação contra Butler. Um pânico que se vincula à “[...] oposição a políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade e à crescente visibilidade das questões sobre diversidade sexual no Brasil” (BALIEIRO, 2018, p.3). Butler era perigosa por conta de suas teorias de gênero e sexualidade e, por essa razão, conforme seus detratores, encarnava a maior representante da “ideologia de gênero” (BALIEIRO, 2018). Neste sentido, queimar a “boneca Butler”, significaria expurgar todas as suas reflexões acerca do gênero e da sexualidade em uma operação simbólica de limpeza social heteronormativa e conservadora do pensamento, das emoções e das possibilidades de subjetivação subversiva no interior da sociedade brasileira. A fogueira para Butler seria a incineração da “ideologia de gênero”, em termos metafóricos.

Esta retórica “antigênero”⁶, elaborada por setores ultraconservadores da Santa Sé em colaboração com atores do mundo católico e de forças políticas outras⁷, acusam a noção de gênero como uma ideologia impositiva que busca: extinguir a diferença natural entre homens e mulheres, entre homossexuais e heterossexuais; e disseminar a ideia ilusória de que tais diferenças seriam resultados de processos sociais de construção opressiva e, portanto, poderiam ser simplesmente escolhidas pelos indivíduos (JUNQUEIRA, 2018).

Neste contexto de proliferação do pânico, as escolas que estariam alinhadas à ‘teoria/ideologia de gênero’ buscariam, na perspectiva dos movimentos “antigênero”, doutrinar as crianças e adolescentes a partir da propaganda de gênero e da manipulação da natureza humana.

6 Termo que se refere a uma “[...] posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

7 Rogério Diniz Junqueira (2018) localiza como integrantes da cruzada “antigênero”: determinadas estruturas eclesiais; movimentos religiosos e grupos ultraconservadores pertencentes a diferentes setores e forças políticas; associações pró-família, pró-vida e de clínicas de conversão sexual; juristas e médicos cristãos; determinados partidos de direita e extrema-direita; dirigentes de Estado; agentes públicos; e certos profissionais da mídia.

Estas escolas objetivariam retirar a centralidade dos pais na educação sexual e moral de seus filhos e de suas filhas. Destarte, o ataque aos currículos e à liberdade docente representariam estratégias de luta pela defesa da primazia familiar sobre toda a educação e de intenções colonizadoras da esfera pública pelos interesses familistas, privados e religiosos (JUNQUEIRA, 2018).

Resultados e discussão

A fogueira para a “bruxa Butler” ocorreu em um contexto de intensa visibilidade midiática da retórica da “ideologia de gênero” em tempos de disputa eleitoral pela presidência do Brasil, em 2017, cuja chapa vencedora, não apenas transformou essa retórica em estratégia política como também utilizou o “pânico moral” em relação às discussões de gênero e sexualidade como alavanca para disseminar políticas de ódio contra intelectuais, adversário(a)s político(a)s, pesquisadore(a)s ou qualquer indivíduo que defendesse o campo consagrado dos estudos de gênero e sexualidade. Neste cenário de medo e ódio, os poderes da “bruxa-Butler” eram ressaltados para que a fogueira simbólica de 2017 fosse reiteradamente praticada nos mais diversos espaços de sociabilidade.

O principal poder da “bruxa-Butler” abjetado pelos movimentos “antigênero” era [ou é] sua teorização sobre gênero. Para entender a fogueira para Butler é crucial identificar quais os elementos centrais da concepção butleriana de gênero e que foram capitaneados para produzir o “pânico” e o ódio em relação à filósofa. Em acréscimo, também se faz pertinente observar que outros poderes essa bruxa teria e que talvez ainda não foram descobertos pelos movimentos “antigênero”.

A concepção de gênero que fundamenta a retórica da “ideologia de gênero” é a perspectiva oposicional, binária e universal que enfatiza a existência de dois corpos, dois gêneros e duas subjetividades diferentes, nos termos de Berenice Bento (2016). Nesta perspectiva, o corpo é naturalmente dimórfico à espera de ser carimbado pela cultura. Os ataques contra as teorizações de Butler e sua fogueira simbólica representam o pânico acerca da desconstrução desta perspectiva operada pela filósofa.

A “bruxa” norte-americana desconstrói essa perspectiva binária e, portanto, representa a maior ameaça para os “empreendedores

morais”. Ela combate os essencialismos que objetivam performar o gênero como uma verdade, um núcleo ou uma “essência interna” que se instala nos corpos naturalmente sem a possibilidade de negação ou subversão (BUTLER, 2006a). O gênero é produzido através de práticas performativas, ou seja, através de reiterações que visam discursivamente produzir os efeitos das nomeações. O gênero encerra um conjunto de atos que são repetidos no contexto estrutural regulatório, ao longo do tempo, para que sua naturalidade e substancialidade aparente seja cristalizada (BUTLER, 2010). Através da performatividade⁸, que atua para dissimular as convenções sociais, as normas do sexo e do gênero são constituídas como a materialidade dos corpos no cenário de heterossexualidade imperativa (BUTLER, 2002). Em síntese, o gênero é um efeito de discursos e práticas, especialmente dos “regimes de poder/discurso”: heterossexualidade compulsória e falocentrismo (BUTLER, 2010).

Para Butler (2006a), enquanto norma, o gênero, que precede e atua sobre os sujeitos, precisa ser incorporado e persistir nos mais diferentes contextos socioculturais, por isso ele precisa ser performatado, ou seja, precisa ser representado “[...] na prática social e reidealiza [do] e reinstitui [do] em e através dos rituais sociais diários da vida corporal” (BUTLER, 2006a, p.78 tradução minha). A “bruxa Butler” também enfatiza que dizer que o gênero é uma norma não significa dizer que é um modelo para que os sujeitos se aproximem: “[...] pelo contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível dos sujeitos e um aparato que institui o gênero binário” (BUTLER, 2006a, p.77-8 tradução minha).

Ao defender que o gênero é produzido performativamente, Butler se distancia inclusive na noção de sujeito voluntarista sob a qual os “polemizadores antigênero” a rotulam. Em Butler, o sujeito não faz seu gênero livremente, pois o sujeito não existe independente das normas sociais que o regulam e contra as quais ele se opõe. A ação do sujeito, neste sentido, “[...] não pode se combinar com o voluntarismo

8 Como reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e não um ato singular, a performatividade oculta as convenções sociais que objetivam a repetição. O ato performativo não é primariamente teatral e sua “[...] aparente teatralidade se produz na medida em que permaneça dissimulada sua historicidade (e, inversamente, sua teatralidade adquire certo caráter inevitável pela impossibilidade de revelar plenamente sua historicidade)” (BUTLER, 2002, p.34).

ou o individualismo e muito menos com o consumismo, e em modo algum supõe a existência de um sujeito que escolhe” (BUTLER, 2002, p.38).

Analicamente, podemos resumir os elementos principais nos quais elevaram a Judith Butler à rainha da “ideologia de gênero” da seguinte maneira. Ela desestabiliza o gênero e o sexo de suas essências construídas a partir de aparatos biológicos. Afirma que o gênero é uma norma social cuja naturalidade e imutabilidade precisam ser performatadas rotineiramente por um sujeito que, dependente das normas que o constituem, não pode subverter livremente seu gênero fora dos campos de normalização. E destaca que o binarismo de gênero e do sexo, longe de representar a natureza dos corpos humanos, representa a base de construção de uma matriz de inteligibilidade heterossexual que tais corpos são coercitivamente submetidos e regulados tanto nas suas persistências quanto nas suas subversões nos espaços de sociabilidade.

Além das suas teorizações sobre gênero, Butler também engendra inúmeras reflexões cruciais para entendermos as condições socioculturais que se relacionam com a possibilidade de os corpos humanos persistirem ou não nas sociedades contemporâneas. Butler sugere na obra, *Vida precária: el poder del duelo y la violencia* (2006b), a vulnerabilidade e a agressão como ponto de partida da vida política, assim como forma de reflexão e de deliberação política, porque existe uma condição sobre a qual não podemos nos desfazer quando queremos: “a dependência fundamental de um outro anônimo” (BUTLER, 2006b, p.14). Tal dependência se relaciona a “formas de distribuição da vulnerabilidade, formas diferenciais de ‘partilha’ que fazem que algumas populações estão mais expostas que outras a uma violência arbitrária (BUTLER, 2006b).

Para Cyfer (2018), o atual projeto político e filosófico de Butler que se assenta na sua ética da não violência, inspira para fazermos perguntas sobre o contexto político da atualidade no Brasil. A principal se refere a rejeição do ressentimento e da vingança como tipos de resposta ao ódio à diferença e a outra se relaciona “[...] à identificação plena, absoluta e substantiva como fonte de solidariedade política e social” (CYBER, 2018, p.11).

A aparição pública de Judith Butler no Brasil, sob protestos de sua visita por determinados grupos, contribuiu, de acordo com Ingrid Cyfer (2018) para “desestabilizar as fronteiras da esfera pública brasileira”

em um momento em que tal esfera está pressionada para um fechamento mais excludente (CYFER, 2018, p.12). Longe de considerarmos uma fada ou heroína, a passagem de Butler destacou que o medo produz o ódio e expôs o “pânico da diferença” dos protestantes que a consideravam inimiga pública, bem como a vulnerabilidade deles (CYFER, 2018).

Em entrevista ao jornal Estadão, Butler ressaltou que a teoria de gênero retratada por esses manifestantes era uma ‘caricatura’ que causava medo e ansiedade, pois as pessoas não aceitavam que aquilo que acreditavam ser naturais como os sexos, a heterossexualidade, o casamento e as famílias heterossexuais, pudessem mudar com o tempo. Essa ansiedade era gerada pelas mudanças sociais advindas do feminismo, políticas LGBTQ e lutas contra o racismo em pessoas que possuíam noções fixadas de gênero, desejo ou parentesco em algo natural ou definido por Deus (RODRIGUES, 2017). Por último, ela destaca, como nossa obrigação, aceitar e reivindicar o direito de pertencer ao mundo como um direito igualmente compartilhado. Apenas quando a igualdade e a liberdade forem afirmadas e ocorrer o fortalecimento da luta contra a injúria social e contra a exploração econômica, que este mundo fragmentado se transformará “[...] em um conjunto vibrante de diferença, e a democracia será possível, ou seja, o poder de fazer o mundo em que vivemos, de governarmos a nós mesmos segundo as regras que determinamos, com base na igualdade, na liberdade e na justiça” (RODRIGUES, 2017).

Considerações finais

A performance corporal de Butler, no episódio analisado, reivindicava a circulação de suas reflexões críticas no Brasil assim como o direito de aparecer na esfera pública de modo geral. O aparecimento de Butler, enquanto direito fundamental dos corpos humanos, estava sendo questionado por um grupo de pessoas que reivindicava o direito de determinar as condições sociais e morais deste aparecimento⁹. Impedir a performance linguística da “bruxa-Butler” era barrar o

9 Esta discussão acerca dos corpos e suas condições sociais de aparecer e permanecer em assembleias na esfera pública constitui em uma das temáticas principais da obra *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018).

aparecimento de todas as desconstruções teóricas que a filósofa vem elaborando sobre as normatividades sociais violentas que precarizam a existências dos corpos desconformes.

Referências

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 29 out. 2020.

BENTO, Berenice. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 496-536, set. 2016. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25170>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Deshacer el género**. Trad.patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006a.

_____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. 1.ed. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006b.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del ‘sexo’. 1.ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653410>. Acesso em: 29 out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 dez. 2020.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653408>. Acesso em: 29 out. 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, pág. 725-748, dezembro de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Ódio e censura são baseados no medo”, diz Judith Butler. Entrevistada: Judith Butler. **Jornal Estadão**, Cultura, 06 nov. 2017. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,odio-ecensura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler,70002072944>. Acesso em: 29 out. 2020.

RODRIGUES, Carla *et. al.* A obra de Judith Butler para entender os discursos de ódio contra ela. **El País**. 07 nov.2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/opinion/1510088225_560754.html. Acesso em: 29 out. 2020.

DISSIDÊNCIAS SEXUAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS: PRECARIEDADE DA VIDA, NECROPOLÍTICA E CONSERVADORISMO¹

Marco José de Oliveira Duarte

Pós-Doutor, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do CNPq, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) e Coordenador do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ - CeR-LGBTQI+ da UFJF, marco.duarte@ufffj.br;

Dandara Felícia Silva Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Pesquisadora do GEDIS/CNPq e colaboradora do CeR-LGBTQI+ da UFJF, dandaradoxum@gmail.com;

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre as atividades acadêmicas, profissionais e militantes junto às demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binários e intersexos (LGBTQI+) no contexto de pandemia do coronavírus, a partir de um Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) em uma cidade da zona da mata mineira. Trata-se de uma intervenção militante, com dimensão investigativa, que tem como princípio ético-político a afirmação, a defesa e a promoção das vidas e das sexualidades

1 Desdobramento analítico da pesquisa “Serviço social, diversidade sexual e de gênero: políticas públicas e direitos humanos”, financiado como bolsa de produtividade em pesquisa pelo CNPq, pelo Processo: 308150/2018-0.

dissidentes que tentam resistir a todas as formas de discriminação e preconceito, amplamente denominado de LGBTQIfobia ou não, e que, particularmente, confrontam-se, nos espaços públicos e privados, sob a égide da moral sexual conservadora e burguesa na ordem da sociabilidade atual capitalística. No contexto de calamidade na saúde pública, em decorrência da pandemia do coronavírus, também conhecido como COVID-19, houve uma radical mudança de tudo do que se pensava ser “normal” até então na cotidianidade de diversos sujeitos. Contudo, para a população LGBTQI+ só se fez aumentar e agravar precariedades e vulnerabilidades. Desse modo, essa pesquisa tenta responder às questões críticas que atravessam este momento presente, impostas pelo distanciamento social, a quarentena, as ineficácias das políticas e governos, as perdas em diversas dimensões da vida social e muito mais. Trazendo implicações reais para a população LGBTQI+ em tempos de coronavírus, com ofensivas anti-gênero e anti-LGBTQI+ que caracterizam o conservadorismo contemporâneo no aniquilamento dos sujeitos dissidentes da ordem cisheterossexista e da moral cristã.

Palavras-chave: Dissidências sexuais, Precariedade da vida, Necropolítica, Conservadorismo.

Introdução

No contexto internacional de calamidade na saúde pública, como institui a Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência da pandemia do novo coronavírus, também conhecido como COVID-19², houve uma radical mudança na cotidianidade de diversos sujeitos. Mas para a população LGBTQI+ só se fez aumentar e agravar precariedades, vulnerabilidades e desigualdades radicais.

O objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre os efeitos da pandemia, a partir das atividades, questões e demandas que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binários e intersexos (LGBTQI+) apresentam, nesse contexto pandêmico, ao Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) de Juiz de Fora, programa de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Neste sentido, em uma perspectiva crítica, corroboramos com Curiel (2020), ao afirmar que “la pandemia del COVID-19 ha venido a develar lo que ya sabíamos: una desigualdad social impresionante con sus racismos, sexismos, heterosexismos y empobrecimiento. Devela además que la acumulación capitalista es un sistema de muerte (CURIEL, 2020, p. 276).

Portanto, é nesse contexto de morte, como estratégia e política por parte do Estado brasileiro, que emerge, em nossa análise, o conceito de necropolítica elaborado por Mbembe (2018), que descreve, especificamente, como, nas sociedades capitalistas, o Estado define *quem deve viver* e *quem deve morrer*. Ou seja, sobre um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o status político dos sujeitos. Observa-se que há uma diminuição ao biológico que desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade.

2 A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a COVID-19, há mais de um ano e alguns meses, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, no mundo, registra-se hoje 162.303.342 casos infectados e 3.365.663 mortes. No Brasil, esses dados são de 15.436.827 de infectados e de 430.596 mortos, localizando-se, durante muito tempo, em segundo lugar no ranking mundial, abaixo apenas dos Estados Unidos da América. Contudo, em decorrência de uma nova variante na Índia, esse país eleva-se ao segundo lugar, colocando o Brasil em terceiro. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 14 maio de 2021.

Assim, articulado a esse conceito, tratamos também de um outro debate teórico-conceitual que nos é ofertado pela Butler (2015, 2019a e 2019b) que é vidas precárias, na perspectiva de focarmos nosso olhar para os sujeitos LGBTQI+ e suas estratégias de (re)existências em contextos radicais das vulnerabilidades, precariedades e desigualdades que esses se encontram.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa-intervenção, que tem como princípio ético-político a afirmação, a defesa e a promoção de direitos de viver de sujeitos LGBTQI+ em suas expressões singulares e coletivas, com subjetividades, singularidades, diferenciações de gêneros e sexualidades dissidentes, que tentam resistir a todas as formas de discriminação, opressão e preconceito, ou seja, LGBTQIfobia, e que, particularmente, confrontam-se, nos espaços públicos e privados, sob a égide da moral sexual conservadora e burguesa na ordem da sociabilidade atual capitalística.

A investigação tenta responder às questões críticas que atravessam este momento histórico presente da pandemia, impostas pelo distanciamento social, a quarentena, as ineficácias das políticas e ações governamentais, as perdas em diversas dimensões da vida social e muito mais. Para tanto, toma-se os conceitos de vidas precárias (BUTLER, 2015, 2019a e 2019b) e de necropolítica (MBEMBE, 2018), tendo como cenário as atividades e experiências em curso pelo CeR-LGBTQI+.

Referencial teórico

Quando as identidades sexuais e de gênero são dissidentes, respectivamente, do heterossexismo compulsório e da cisgeneridade como regra naturalizada, observa-se que essas normatizações que orientam a lógica e a moral sexual dominantes nos espaços sociais, familiares, educacionais, de saúde dentre outras instituições na ordem pública, produzem invisibilidade, silenciamento, rotulações ou aniquilamentos. Assim, em uma perspectiva biopolítica, o enquadramento desses sujeitos às identidades afetivo-sexuais e ao binarismo de sexo-gênero, do nascimento à morte, impõe-se à esses sujeitos, com seus corpos, vidas e subjetividades, o lugar de não-humanos, de exclusão,

de violência, preconceitos, discriminações e morte, causados pelo ódio ou aversão (BORRILLO, 2010), denominado como LGBTQIfobia.

É nesse sentido, portanto, que se toma o conceito de vidas precárias (BUTLER, 2015, 2019a e 2019b), tendo em vista que o mesmo vincula-se à forma como são identificados os que exercem suas sexualidades dissidentes, e, em particular, LGBTQI+, vistos ainda como abjetos, que “designa[m] aqui precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ da vida social que, no entanto, estão densamente povoadas por quem não goza da hierarquia dos sujeitos” (BUTLER, 2019a, p. 20), marginais, não-humanos, não reconhecidos em seus direitos em sua vida nua. Assim, como nos afirma Butler (2015) nem tudo que está vivo é uma vida, discorrendo sobre a precariedade do que chamamos vida e seus enquadramentos.

Desta forma, segundo Butler (2015, p. 53), “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’”. Portanto, há vidas reconhecidas como tal, as vidas que importam, as que são passíveis de luto, mas há, precisamente, as vidas precárias que não importam, aquelas que não serão choradas, aquelas que são menos vida, ainda que estejam contidas em um ser vivo, mas portanto, não-humano, abjeto.

Assim, é a política de morte, enquanto política de racismo do Estado, induzida em direção a determinados grupos populacionais descartáveis e invisíveis em seus corpos, vidas e subjetividades que tem sido imposta pela ordem social do capital, como negros, quilombolas, indígenas, ciganos, favelados e, no nosso caso, LGBTQI+. Com “a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 17), reside as vidas precárias e lixadas (DUARTE, 2020a).

Ao tematizar o conceito de necropolítica, Mbembe (2018) foca nas formas de controle sobre a vida humana na sociedade contemporânea. Segundo o autor, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Desta forma, a morte ou a aniquilação do outro não se limita ao corpo, mas na impossibilidade de viver uma vida com dignidade, com garantia de direitos e com políticas públicas, na condição da dignidade

humana e seu processo civilizatório. Portanto, é nisso que reside a precarização da vida na sua expressão estrutural e normativa para as condições de vida, trabalho, emprego, renda, saúde, moradia etc., mas também pelas expressões de gênero, sexualidade, raça e classe.

A necropolítica, assim, também se relaciona ao não reconhecimento dos sujeitos LGBTQI+ como sujeitos de direitos, pois o que esses demandam ao Estado, é a proteção e a segurança à vida. Esse mesmo Estado que deveria garantir a proteção social, frente as normativas jurídico-legais, apesar de frágeis e precárias, mas o que se tem é uma ausência de políticas públicas de LGBTQI+, ainda mais no momento presente, reforçadas, estruturalmente, pela política de morte que caracteriza a biopolítica contemporânea em contexto ultraneoliberal.

Resultados e discussão

Para fins de tratamento e análise das questões e demandas que LGBTQI+ apresentam ao CeR-LGBTQI+, tomamos, como referência, os relatórios de duas pesquisas sobre os efeitos da pandemia sobre LGBTQI+: a primeira, de âmbito internacional, organizada pela OutRight Action International (OAI, 2020) aponta a insegurança alimentar, as barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, aumento do desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos tipos de violência.

A segunda, em contexto nacional, elaborada pelo coletivo #VoteLGBT (2020), destaca-se como principais impactos: a piora na saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda. Isso corrobora com as análises e problematizações que, enquanto CeR-LGBTQI+, estamos experimentando e convivendo com as demandas que nos chegam, ainda mais a partir de um olhar interseccional sobre esses sujeitos.

Nesse sentido, podemos afirmar, a partir desses dados produzidos nos documentos acima, que a população LGBTQI+ está, sem dúvida, sofrendo em razão do próprio vírus, mas, muito mais pelos impactos da pandemia na queda da sobrevivência que estrutura suas existências subjetiva, social, econômica, política e sanitária.

De forma sintética, também acrescentamos outros elementos, no conjunto desses relatórios, quais sejam: a) o aumento dos casos de violência e assassinatos; b) expulsão de casa e violência doméstica por LGBTQI+ jovens; c) a ausência de redes familiar de apoio;

d) a ausência de abrigos para esse público; e) o aumento dos casos de ideação suicida, suicídios, depressão e ansiedade; f) as perdas de empregos e com maioria na informalidade, refletindo na falta de renda; g) as interrupções e barreiras no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos, exames e tratamentos, como a hormonioterapia, no caso do processo transexualizador, além da resistência na busca por atendimento de saúde por causa da discriminação e estigmatização, ainda mais no contexto de pandemia.

A partir desse conjunto de questões e demandas, acrescenta-se a ausência de políticas públicas de LGBTQI+. Portanto, nesse sentido e no contexto da pandemia da COVID-19, tem se apostado e reforçado, por um lado, nas inúmeras redes informais de solidariedade e apoio, como resistência. Por outro, observa-se, não sem reação, a impunidade das respostas do Estado, frente ao colapso na saúde, ainda mais nessa terceira onda da pandemia, mais violenta do que a primeira, com uma variante do vírus mais agressivo, sem cobertura vacinal adequada, com publicações de fake news e mesmo em um intervalo de ausência do benefício emergencial do governo federal, tem-se agora uma quantia radicalmente reduzida.

Assim, é importante registrar e ressaltar a estratégia da rede informal de solidariedade, apoio e de afetos de parcela da comunidade LGBTQI+ e parceiros para sustentação da existência e sobrevivência de LGBTQI+ durante a pandemia da COVID-19 frente a precaridade e resposta de políticas públicas para essa população. Assim, através do Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da Universidade Federal de Juiz de Fora, em colaboração com a ação de ativistas que compõem seus quadros, desde março de 2020 até o presente momento, emerge a Campanha TranSolidariedade que vem atendendo a um público de quase 30 (trinta) trabalhadoras sexuais transvestigêneres na cidade de Juiz de Fora, desenvolvendo diversas ações, tais como:

- a. o recebimento e o fornecendo de cestas básicas;
- b. a recepção e a distribuição dos kits de higiene e limpeza;
- c. a arrecadação financeira virtual (“vaquinha”) e distribuição de pequenas quantias em dinheiro, principalmente, no interstício entre o decreto de fechamento do comércio local com o isolamento social e a promulgação da lei de benefício emergencial, que teve mais adesão. Nos outros meses sequenciais, a arrecadação começou a diminuir;

- d. o cadastramento em ficha própria dessas mulheres transvestigêneres trabalhadoras de sexo;
- e. criação de um grupo no *WhatsApp*, que favoreceu as orientações sociais, uma outra frente, de direitos em geral, mas sobretudo, em relação aos benefícios socioassistenciais governamentais do governo federal, especialmente, o Programa de Auxílio Emergencial ao Cidadão, que uma parcela significativa conseguiu receber, mas uma outra parcela, ainda tem problemas e pendências com relação aos documentos e registros civis, o básico da cidadania.

Esse conjunto de ações veio reforçar e demonstrar como as redes de solidariedade e proteção social informais são importantes nas vidas precárias de LGBTQI+, enquadradas entre aquelas que não merecem ser protegidas.

Contudo, por outro lado, nesse mesmo contexto pandêmico, a questão sobre o isolamento social para as transvestigêneres não é uma novidade, do ponto de vista estratégico e de sobrevivência, tendo em vista que uma saída à rua pode ser fatal no país que mais mata essas pessoas no mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), apesar da criminalização da homo-transfobia recente no Brasil.

Portanto, assim como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que edifica a formação social brasileira, compreende-se, aqui, que a LGBTQIfobia também é um fenômeno dessa ordem, na medida em que,

ser LGBT+ é enfrentar uma estrutura que não foi pensada para a existência desta população. Muitas vezes é um desafio que se configura em estar exposto a diversos tipos de sofrimento para ter garantida sua dignidade e o respeito de sua existência como possível, legítima e real (AGUIAR; BENEVIDES, 2018, p. 43).

É neste sentido que a pandemia da COVID-19, para as vidas LGBTQI+, vem aprofundar os enquadramentos, no sentido do controle social, e não do reconhecimento ontológico da diferença, para que o Estado possa exercer o poder de quem deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018). Assim, são esses sujeitos e seus corpos, inclusive em sua interseccionalidade, no contexto da necropolítica ultraneoliberal, que não precisam ser protegidos, na medida em que não são enlutáveis, são descartáveis, lixáveis e descartáveis.

Considerações finais

Muitas dessas demandas e questões não são simples de acolher e resolver, ainda mais nessa conjuntura pandêmica, com ofensivas anti-gênero (PRADO; CORREA, 2018) e anti-LGBTQI+, que marcam o conservadorismo contemporâneo. É nesse bojo, portanto, que emerge uma rede informal de solidariedade presencial, muito em decorrência de ativistas locais, em parte voluntários, frente a esse processo de sucateamento das vidas precárias que se impõem as pessoas LGBTQI+.

Destaca-se aqui, a Campanha TranSolidariedade, voltada para as transvestigêneres trabalhadoras de sexo, em situação de rua. Essas meninas não podem mais trabalhar nas ruas, frente ao contexto do contágio, prejudicando sua sobrevivência ainda mais precarizada e sem proteção social das políticas sociais, como os benefícios sociais, reforçando a lógica perversa da exclusão, da vulnerabilidade e de uma vida não-cidadã.

É público e notório a ausência de políticas públicas de Estado para LGBTQI+, nesse processo histórico em que as dissidências sexuais sempre se encontraram, com suas (re)existências coletivas, frente a invisibilização, silenciamento e aniquilamento por parte do Estado brasileiro que se expressa pela sua não responsabilização, de omissão de fato, em viabilizar de forma concreta e efetiva, a defesa, a cidadania e os direitos de LGBTQI+.

Assim, na atual conjuntura, com a ascensão dos setores conservadores e na fase atual do capital, com o ultraliberalismo, os sentidos anti-LGBTQI+ estão visivelmente presentes nos espaços de gestão pública. É nessa nova configuração da governamentalidade, associada as ofensivas antigênero e LGBTQI+, com forte conteúdo fundamentalista e de extrema-direita que escancaram que a LGBTQIfobia é estruturante e estrutural, e sempre foi, assim como o racismo e o cisheterossexismo.

Em tempos de pandemia, sujeitos LGBTQI+ também sofrem devido ao próprio vírus, mas muito mais, nessa conjuntura das crises sanitária, política, econômica e ética, no contexto do Estado ultraneoliberal genocida, com sua necropolítica e discurso de ódio às diferenças, pelo impacto direto na queda da sobrevivência que estruturam suas existências subjetiva, social, econômica, cultural e política.

Desta forma, a pandemia da COVID-19 vem expor sem desfaçatez o projeto de poder em curso, no contexto dos ditames do capitalismo ultraneoliberal e de sua sociabilidade, tanto nos aspectos econômicos e políticos, mas também nas políticas sexuais, pautadas no cis-hétero-sexismo-normativo-terrorista-racista, como na radicalidade das desigualdades socio-raciais, o que depõe, na cena pública, o projeto político de desdemocracia e de precariedade da vida que atinge radicalmente ao conjunto da população brasileira, produzindo diversas vulnerabilidades, violências e mortes.

Resistir a esse momento histórico de negação, retrocessos e desmontes dos direitos e das políticas sociais, só tem sido possível, no âmbito das práticas sociais, na forma da rede de solidariedade, apoio e afeto, na invenção coletiva de sentidos no cotidiano e na aposta de possíveis alianças para “adiar o fim do mundo”. Conjuguar as lutas anti-capitalista, anti-LGBTQIfobia, anti-cisheterossexismo e antirracismo dentre outras é necessária, ainda mais em perspectivas interseccional, descolonial e emancipadora. É urgente coproduzir impactos estruturais na vida e nos corpos dos sujeitos sociais e singulares, na intenção de um outro projeto de humanidade, por outras esferas de relações sociais e de poder na esfera pública e privada, um outro mundo é possível. Afinal, “tudo, tudo, tudo que nós tem é nós” (EMICIDA, 2019).

Agradecimentos

Este espaço não cabe para nomear a todas as pessoas que construíram o Centro de Referência de Promoção da Cidadania de LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da UFJF. Sendo assim, registramos aqui nosso reconhecimento a todas/os/es envolvidas/os/es, como estudantes de graduação e pós-graduação bolsistas e voluntários, docentes, profissionais e ativistas voluntários e colaboradores e muitas parcerias para materializar todas e possíveis atividades do referido programa de extensão da UFJF, nesses quase dois anos de atuação na cidade de Juiz de Fora.

Referências

AGUIAR, M. E.; BENEVIDES, B. LGBTQfobia estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTQI+. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.).

Dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BORRILLO, D. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019a.

BUTLER, J. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, J. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CURIEL, O. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista concedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea – Revista da FSS/UERJ. Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269-277, jul./dez., 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020/34475>>. Acesso em: 13 maio. 2021.

DUARTE, M. J. de O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In:

OLIVEIRA, A. D. (Org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020a.

EMICIDA. **Principia**. Álbum Amarelo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Suporte (5':55").

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 editora, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL - OAI. **Vulnerability amplified**: the impact of the COVID-19 pandemic on LGBTIQ people. New York: OutRight Action International, 2020.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, dez., 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VOTE LGBT+. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Disponível em: <<https://www.votelgbt.org/>>. Acesso em 01 abr. 2021.

NEOCONSERVADORISMO DE GÊNERO E SEXUALIDADE E OS MODOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DE JOVENS LGBTQ+.

Jaime Peixoto

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, jaimepeixotoufmg@gmail.com

Shirley Aparecida de Miranda

Professora orientadora: Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação- UFMG, mirandashirley48@gmail.com

Resumo

O rechaço às políticas voltadas para o gênero e para a sexualidade na última década instaura o debate em torno das disputas entre vida e morte, entre segurança e vulnerabilidade. Assim, de que modos podem ser criados recusas à banalização das vidas “dissidentes das regras do gênero e da sexualidade”? Este trabalho está sendo desenvolvido mediante o trabalho com relatos auto-narrativos de um grupo de três jovens lgbtq+ residentes na cidade de belo horizonte e que têm em comum as marcas da precariedade da dissidência das normas de gênero e da sexualidade. Partindo de um referencial pós-crítico, busca-se saber de que modos jovens lgbtq+ tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria conservadora e precarizante das vidas dissidentes das normas do gênero e da sexualidade e quais os efeitos disso em seus modos de (re)existência.

Palavras-chave: Neoconservadorismo, gênero, sexualidade, resistência, lgbtq+

Introdução

Situando-me no campo dos estudos de gênero e sexualidade em sua perspectiva pós-crítica, na linha dos estudos foucaultianos e queer e, mais recentemente, nas teorias decoloniais sobre raça, gênero e sexualidade produzidas por autoras/es negras/os e queer, esta pesquisa busca saber de que modos jovens LGBTQ+ tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria precarizante das vidas dissidentes das normas do gênero e da sexualidade e quais os efeitos disso em seus modos de existência. Tal maquinaria tem sido posta em funcionamento, dentre outros modos, pelo fortalecimento do conservadorismo, que se apresenta de forma ainda mais contundente na última década, se alastrando pelos campos sociais e políticos através da fomentação e implementação de ofensivas antigênero que tem em ideais e projetos reacionários sua força de atuação. Neste respeito, as estratégias utilizadas por grupos conservadores e reacionários para dizer que gênero é ideologia instigou-me a tomar tais ofensivas antigênero como cenário para as investigações desta tese de doutorado.

Tomando como objeto de investigação as estratégias de jovens LGBTQ+ para fazer frente ao conservadorismo moral e político metamorfoseado, também, na forma de ofensivas antigênero, questiono sobre como tais jovens vem afirmando a vida, num contexto que quer entristecê-los, retirar-lhes e negar-lhes direitos, até mesmo, aniquilá-los. Como tem traduzido o conservadorismo? Que respostas têm dado a este e por que meios? Como criam estratégias para escapar da violência, da indignidade e da morte?

Esta pesquisa foi desenvolvida mediante o trabalho com relatos auto narrativos de um grupo de três jovens LGBTQ+ residentes na cidade de Belo Horizonte e que têm em comum as marcas da precariedade presentes nos corpos negros e da dissidência das normas de gênero e sexualidade. Chamado este trabalho de pesquisa-relato por se tratar de uma investigação que se debruça sobre narrativas de vida ao convidar jovens LGBTQ+ a dizerem como criam meios de vivenciar seu gênero e sua sexualidade em tempos de reacionarismos políticos e morais. O relato, assim, é produzido em primeira pessoa pelos/as jovens participantes. Coube a mim, como pesquisador, apenas o

trabalho de desdobrar o que foi narrado em reflexões para os fins desta tese. A potência do texto, no entanto, encontra-se nos próprios relatos, nos jogos de poder evidenciados nas formas como vivem e narram o que vivem. Uma investigação que só é possível porque aposta na potência do dizer de si mesmo.

Neoconservadorismo reacionário estratégico antigênero

Acho necessário explicitar o que estou nomeando de neoconservadorismo reacionário e o porquê do uso deste termo e não de outros. Na literatura que se debruça sobre tal questão é possível encontrar termos como “onda conservadora” (DEMIER, F.; HOEVELER, 2016), “neoconservadorismo Religioso” (TOITIO, 2017), “nova direita” (ALENCAR, 2018), “conservadorismo evangélico” (ALMEIDA, 2017) entre outras designações que tentam nomear o corrente fenômeno conservador no Brasil. Nesta pesquisa, porém, utilizarei o termo “neoconservadorismo reacionário estratégico”. Eu explico o motivo! Com o uso do termo neoconservadorismo sinalizo, assim como faz Marina Basso Lacerda (2018) em sua tese de doutorado, para seus atuais contornos. Se o conservadorismo político clássico centrava-se nas resistências às mudanças tencionadas pela sociedade moderna e na defesa dos pilares da sociedade tradicional, a saber, família, religião (resgate da fé cristã) e nação, o neoconservadorismo, que hoje opera, embora não tenha se distanciado desses propósitos desenvolveu “grande interesse nas questões de gênero, questões sexuais e reprodutivas” (SANTOS, 2020, p.55). Segundo a autora, seria este o fato que caracterizaria o neoconservadorismo. Com isso, trazer atenção para as atuais investidas contra as questões de gênero e sexualidade coaduna com o objeto desta tese.

O uso da adjetivação “reacionário” atrelado ao termo neoconservadorismo nesta pesquisa também foi uma escolha política. Segundo Marlucy Paraíso (2016) esses grupos não são somente conservadores, mas, principalmente, reacionários, uma vez que reagem, se mobilizam contra os ganhos conquistados pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos feministas e os movimentos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros – LGBTQ+. Assim, chamá-los apenas de conservadores ou neoconservadores parece não ser suficiente uma vez que evidencia uma conotação restrita da atuação política desses grupos. Por fim, com o termo “estratégico” adjetivando o que chamo

aqui de neoconservadorismo reacionário quero deixar evidente todo o jogo de ações intencionais nos campos políticos e sociais que visam o fortalecimento e a implementação dos ideais neoconservadores reacionários nos mais variados artefatos sociais.

Refiro-me ao processo de organização político-religiosa que se popularizou na forma do sintagma¹/slogan² “ideologia de gênero” e que preconizou uma série de re(ações) aos ganhos conquistados pelos movimentos sociais acerca das questões de gênero e de diversidade sexual (PARÁISO, 2016), entre eles, a valorização da existência e dos direitos de pessoas não heterossexuais que historicamente foram alocadas em posições de subalternidade na sociedade brasileira (VIANNA, 2018), sendo oprimidas por meio de diferentes e desiguais “relações de poder” (FOUCAULT, 1979).

O entendimento do sexo como algo binário e imutável impõe limites à concepção de gênero e sexualidade. Mais ainda, ao equacionar a natureza com a heterossexualidade, ou seja, com o desejo pelo sexo/gênero oposto, legitima-se a ideia de que a heterossexualidade é a forma compulsória de sexualidade, alocando-a no lugar da “normalidade”. De acordo com essa lógica, os sujeitos que escapam a essas normatizações devem ser delegados à “abjeção” (BUTLER, 2016).

Como nos diz Butler (2017b, p. 1) talvez o que traga tanta polêmica e mobilizações contrárias é o fato de que a palavra gênero tornou-se símbolo de transformações nas dinâmicas da sociedade e da assunção da diferença no espaço público. Segundo a autora, a teoria de gênero não é destrutiva nem doutrinadora. É apenas “uma forma de busca por liberdade política para viver em um mundo mais vivível e igualitário”, retirando das sombras tantas vidas privadas de uma perspectiva de futuro (BUTLER, 2019, p. 1). Sob o pano de fundo da discussão sobre gênero e sexualidade, o que está em jogo são os regimes que determinam os modos de inteligibilidade e aparecimento, a “disputa pelas formas possíveis que os sujeitos podem assumir” (BUTLER, 2017a, p.

1 Um sintagma é um conceito que se usa no âmbito da gramática para evocar um grupo ou um conjunto de palavras que constitui um tipo de constituinte sintático que permite formar outros sub-constituintes. Fonte: <https://conceito.de/sintagma>

2 Um slogan é uma expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc.

29) e mais ainda, as estratégias de operacionalização de toda uma maquinaria precarizante das vidas.

Pensando com Butler (2015) entendo por precárias “a condição existencial generalizada que se configura num traço comum da nossa humanidade” (BUTLER, 2015, p. 42). Segundo a autora, somos precários porque a nossa vida está nas mãos dos nossos semelhantes, porque dependemos dos outros, de instituições, das redes de sociabilidade e reconhecimento, do trabalho, da busca por alimento, segurança, educação para termos uma vida humana, digna de ser vivida (BUTLER, 2015, p. 41-45). Butler afirma que todas as vidas são, por definição, precárias. Isso porque podem ser eliminadas de maneira voluntária ou acidental, e a sua continuidade não está garantida. “é um traço de qualquer vida, e não existe concepção de vida que não seja precária, salvo, evidentemente, na fantasia” (BUTLER, 2015, p. 46). No entanto, é preciso dizer que esta precariedade está desigualmente distribuída nos diferentes corpos que circulam na sociedade.

Operando com a lógica de Butler, Barbosa (2018) comenta que intensificar a precariedade significa privar certas pessoas, certas vidas de recursos básicos que lhes são necessários para ter uma existência digna, por outro lado, minimizar essa precariedade implica deliberações políticas, providenciar esses recursos ou permitir que eles existam para certas pessoas, evitando-se, assim, que sejam expostas a graves riscos de indigência, abandono, violência e, inclusive, morte (BARBOSA, 2018, p. 558). A precarização, ou criação de insegurança, são engendradas pelos poderes hegemônicos da área econômica e da esfera política, poderes que tecem relações e cumplicidades no sentido de instaurarem, como já disse Foucault (1976, p. 182- 183), um novo governo biopolítico das populações: um governo cuja estratégia não é exigir obediência a troco de níveis cada vez mais altos de proteção, mas, a redução calculada dessa proteção, o que equivale a uma “arte de governar” (FOUCAULT, 2008) baseada na precarização. Denunciar a fragilidade à qual algumas vidas tem sido expostas visa a “desconstrução dos dispositivos de verdade que se apoiam no discurso do cuidado da vida, mas que, ao mesmo tempo, a tornam insignificante” (CANDIOTTO, 2010, p. 170).

Resultados e discussão

O Jogo estratégico com as identidades: A Bicha gospel

Quando o risco da violência de gênero ronda e é iminente, dizer o que o/a outro/a quer ouvir, mentir, omitir e/ou mesmo amenizar o que é dito para evitar conflitos maiores, no caso dos/as participantes desta pesquisa, mostrou-se uma ferramenta interessante e eficaz de sobrevivência. Embora alguns/as possam ler estes atos em termos de uma covardia que pouco contribui para as lutas por aceitação da diferença, nesta pesquisa, entendo que tais atitudes compõem com um corajoso jogo estratégico no qual o que se busca não é a defesa exacerbada desta ou daquela identidade, mas a possibilidade de levar uma vida segura e escapar do desprezo e da violência.

De família muito religiosa, membros de uma igreja evangélica pentecostal, Pâmela³ viu-se diante da necessidade de um duplo gerenciamento de sua identidade de gênero, na família e na igreja. Em tom de deboche e entre risos a jovem comenta que durante alguns anos viveu como uma “*bicha gospel*” (Pâmela-trecho de entrevista), o que parece indicar uma vivência de gênero ambígua, onde os signos da religião e da dissidência da cisheteronorma estão em disputa no mesmo corpo, sendo administrados de modo a produzir um indivíduo que titubeia, que estabelece uma espécie de “agonística” (FOUCAULT³, 1994) consigo mesmo ao tentar levar uma vida que, pelo menos durante um período, tentou mesclar elementos do sagrado e do profano. Nos diz Pâmela,

“eu entrei para a igreja com 14 anos, acho que foi quando... acho que estava aflorando mais, eu comecei a... sei lá... ter atração por sexo, então, achei um refúgio indo pra igreja, “vou tirar o capeta de mim, amém”... com 14 anos fui pra igreja pra tentar ser diferente, quer dizer, pra tentar ser igual a todo mundo... e tentei ser igual por 4 anos, fiquei ali até que eu decidi que queria conhecer, e por respeito a religião eu preferi sair pra conhecer o que eu queria conhecer”. (PÂMELA- trecho de entrevista).

3 Mulher Trans e negra

Primeiro, a ideia de buscar a religião como uma fuga, um refúgio, “até então, a religião me ajudava a lutar” (Pâmela- trecho de entrevista). Em muitos casos, essa busca revela, como disse Pâmela, um desejo de normalização, “tentar ser igual a todo mundo” (Pâmela- trecho de entrevista) e, quando se é adolescente, como Pâmela era na época, a necessidade de se sentir acolhida e pertencente a um grupo age com força, fazendo com que fosse empreendido um embate pessoal contra a diferença de gênero e sexualidade. Para muitos/as, as igrejas configuram-se em um dos poucos espaços de fuga da violência sofrida em casa, na escola, na rua, etc. Assim, lutar contra a “dissidência” via religião e assumir uma identidade de gênero normalizada e não desviante permitiu a Pâmela que, naquele contexto, usava o nome de Paulo, passasse pelos anos críticos da adolescência sem se expor, ainda mais, a situações graves de hostilidade.

Diante de um cenário político pouco favorável à diferença de gênero e sexualidade, ser subjetivado no espaço religioso como um pecador, como alguém que precisa “tirar o capeta do corpo”, e ter o símbolo do negativo sempre rondando a sua volta, e, mais ainda, internalizar a ideia de falta, sublimar o desejo e sofrer a “violência ética” (BUTLER, 2017) de viver uma vida que lhe deforma não é tarefa fácil. Não são todos/as que conseguem levar uma vida de recusa e sublimação religiosa. Pâmela não foi uma dessas pessoas,

Fiquei ali até que eu decidi que queria conhecer, e por respeito a religião eu preferi sair pra conhecer o que eu queria conhecer, o que eu já estava atrasado em conhecer. Acho que quando eu saí foi como uma explosão de uma vez. (Pâmela- trecho de entrevista).

A jovem se refere a conhecer e vivenciar uma vida LGBTQ+, comportamentos, a liberdade do corpo, outro modo de falar e vestir, circuitos de diversão existentes na cidade, paixões e desejos, “viver sem sofrer com a culpa cristã, tão corrosiva e abafadora da chama da vida” (OLIVEIRA, 2020, p. 135).

Todo um conjunto de práticas e signos que potencializam sua diferença de gênero, mas, que são incompatíveis com o dogma religioso. Se na família, o discurso conservador sobre gênero e sexualidade, por vezes, é amenizado pelos laços que “introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (FOUCAULT, 1981, p.2),

nas religiões judaico-cristãs, tal discurso incide com força⁴. Assim, pareceu, no caso de Pâmela, que não havia espaço para sua diferença de gênero naquela igreja. Decidiu-se, portanto, por romper com a instituição. Desvinculou-se da igreja, embora afirme ter continuado ser uma pessoa religiosa. Escolheu viver sua diferença de gênero em toda sua potência. Tal atitude evidencia o desejo por “determinado modo de relação, uma escolha voluntária que é feita por alguns, uma maneira de pensar e sentir, de agir e de conduzir-se” (FOUCAULT, 2005, p. 341).

Salvação e perdição, aceitação e rejeição, pecado e desejo, ou seja, todo um conjunto de pólos antagônicos que na prática foram vivenciados pela jovem no termo de uma agonística interna, onde a “luta individual e social pró a efetivação da liberdade, torna-se assim uma questão política incontornável, tarefa política inerente a toda existência social” (FOUCAULT, 1994, p.238-239), que como consequência produziu, no caso de Pâmela, um modo de vida que, durante um tempo, foi gerenciado numa espécie de entremeio onde a “bicha gospel” foi produzida.

Ao falar em identidades não quero entendê-las como forma ou como uma regra universal, mas “como tática política de desestabilidade” (CAETANO, 2020, p.51). Assim, o foco está nas relações, nos jogos micropolíticos, pois, como disse Foucault “se a identidade é somente um jogo, se ela é somente um procedimento para favorecer relações sociais... então ela é útil” (FOUCAULT, 2014, p.255). Os usos estratégicos das identidades na busca por inteligibilidade deixam evidentes, no caso de Eduardo, um jogo que se alimenta da ambiguidade, da confusão com os gêneros e as sexualidades, do não apego às normas defendidas pelo sistema cisheteronormativo. Tal jogo desestabiliza e desafia a lógica heteronormativa, uma vez que a força do sistema cisheteronormativo está em traçar parâmetros fixos que não sejam ambíguos e que não permitam que o sujeito possa oscilar.

O que está em jogo é a possibilidade de reconfigurar a gramática do reconhecimento. Algumas vidas estão fora da própria

4 Para uma análise aprofundada dos discursos das religiões sobre gênero e sexualidade ver: MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. Revista Estudos Feministas. – Florianópolis, 26(2), 2018.
SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. Estudos de Religião, v. 27, n. 1 • 177-201 • jan.-jun. 2013.

operacionalidade desses quadros. Existem esquemas de inteligibilidade, referentes à apreensão sensível de certas vidas, que condicionam e produzem as regras que instauram as condições para ser e não ser reconhecido. A crítica a tais falhas estratégicas nos quadros de reconhecimento atreladas ao forte desejo reivindicatório produz uma “insatisfação que serve como ponto crítico de partida para o questionamento das normas” de aparição e dos regimes de verdade (BUTLER, 2017a, p. 37). Entretanto, não significa apenas dizer eu protesto, mas “fazer dessa atitude um ato político tão consistente quanto possível, para que aqueles que governam sejam obrigados a levá-los em conta” (FOUCAULT, 2010, DE IV, p. 222), “tencionando a reconfiguração das regras que regem a esfera das visibilidades no espaço público” (BUTLER, 2018).

Butler (2017a) destaca que colocar sob rasura os regimes de verdade que instauram as normas de aparição no espaço público implica uma recusa - “não posso ou não vou me reconhecer nos termos que me são disponíveis” - ao mesmo tempo em que engendram um movimento reflexivo que nos leva a questionar “quem eu posso ser dado o regime de verdade que determina qual é minha ontologia?” (BUTLER, 2017a, p. 38).

É “dizer sim à existência, recusando a aceitação passiva do instituído e criando valores novos que façam a vida leve e ativa e multiplicando os sinais da existência” (FOUCAULT, 2005, DE II, p. 925; RAGO, 2009, p. 1), afirmando uma imagem político-moral pública de legitimidade ao elaborar e reconfigurar as “práticas formadoras dos modos de ser” (RAGO, 2009, p. 12).

Considerações finais

A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar o que foi lido nesta pesquisa como uma estratégia ética de re(existência) entendidas aqui como movimentos efetivos de resistências à lógica do poder deslegitimador das sexualidades que fogem ao sistema cisheteronormativo. Desmantela o jogo de poder e possibilita os meios de fuga da violência e da hostilidade.

Foi isso o que os/as participantes da pesquisa buscaram fazer ao se disporem ao trabalho de construir e compartilhar o relato de suas vidas. Fazendo frente a um regime de poder que quer invisibilizá-los/as, os/as jovens LGBTQ+ são interpelados como indivíduos que foram

convocados, instigados a fazerem um relato de si mesmos. Esses/as parecem ter usado esta pesquisa como ferramenta de auto-visibilização e como caixa de ressonância às suas respostas às interpelações. Os relatos que deram de si, dos modos como procuram tornar “suas vidas mais possíveis e vivíveis” (BUTLER, 2017) coadunam com a possibilidade de transformações éticas.

Referências

ALENCAR, Gustavo de. **Evangélicos e a nova direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política.** Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UFJF, V.13. N. 2, dez, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo.** Cadernos Pagu (50), 2017.

BUTLER, Judith. **O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude em Foucault.** Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. Cadernos de ética e filosofia política, n.22, USP, 2013.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

BUTLER, Judith. **Alianças queer e políticas anti-guerra.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 11, n. 16, 1 jan. 2017b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CAETANO, Marcio; RODRIGUES, Alexsandro; WENETZ, Ilana. Currículos como narrativas e estudos queer: emergências que interrogam a educação. IN: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs.). **Queer(l)zando currículos e educação: narrativas do encontro.** 1º ed. – Salvador-BA. Editora Devires, 2020.

CANDIOTTO, Cesar. **Ética e política em Michel Foucault.** *Trans/Form/Ação* [online]. vol.33, n.2, pp.157-175,2010.

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal *Gai Pied*, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de wander-son flor do nascimento, 1981.

FOUCAULT, Michel. “Choix sexuel, acte sexuel”. IN: **Ditos e Escritos IV**: 1980-1988. Paris, Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LACERDA, M. B. (2018) **Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Ciência Política). Instituto de Estudos sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem a margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira**. IN: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro, nem a margem: corpos que escapam as normas de raça e de gênero*. 1º ed.-Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SANTOS, Rayani Mariano. **A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil.** Revista Agenda Política. Revista de discentes da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Vol 8, n.1, p.50-77, São Carlos, 2020.

TOITIO, Rafael Dias. **A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma.** 41º Encontro Anual da Anpocs. 2017.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências.** 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

“IDENTITARISMO” E LGBTQIA+ NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: UMA GENEALOGIA DIGITAL NO TWITTER

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@UFBA). E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com.

Resumo

A representação identitária dos candidatos entrou de vez na pauta dos pleitos nas eleições municipais no Brasil em 2020. Nas plataformas de redes sociais, a questão foi amplamente discutida e ditaram encaminhamentos de parte do processo. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa, de método misto, com uma etapa de processamento automatizado de linguagem natural e uma outra, genealógica, objetivando compreender o que está sendo chamado de “identitarismo” no Twitter. A análise do *corpus* correspondente a 4777 *tweets* sobre o tema, publicados durante os dois turnos das eleições na plataforma, visou demonstrar como a questão da identidade de gênero e sexualidade é representada. A pesquisa responde a problemas como: quais fenômenos o conceito de “identitarismo” tenta dar conta, e o que ele tem produzido no jogo político atual. Discorremos sobre as disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade, e as controvérsias produzidas sobre os partidos políticos alinhados à esquerda no Twitter. Concluimos que o “identitarismo” é usado como uma adjetivação que classifica um suposto movimento, perspectiva, partido ou ação política que inclui em sua base questões de minorias raciais, de gênero e sexuais. Entretanto, fica evidente que o uso do termo é para depreciar estratégias políticas que se baseiam prioritariamente na defesa de algumas minorias. Do ponto de vista daqueles que apoiam políticas identitárias, aponta-se que pertencer a um grupo social LGBTQIA+ não é suficiente, é preciso assumir uma

postura favorável às políticas das minorias sexuais e de gênero, interseccionando-as com a raça e a classe.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

Introdução

Este artigo é um recorte e um aprofundamento de uma pesquisa maior sobre o tema da recepção das políticas identitárias nas plataformas de redes sociais. Essa pesquisa é um mapeamento do termo “identitarismo” nos debates dentro do Twitter durante as eleições municipais de 2020 no Brasil. O artigo com os dados da investigação está no prelo para publicação com o título *A questão identitária nas eleições municipais de 2020: uma genealogia do conceito de ‘identitarismo’ no Twitter* (FERREIRA, no prelo). Naquele trabalho apresentamos um panorama mais geral, aqui lançamos luz na representação das identidades de gênero e sexualidade LGBTQIA+ presentes nesses discursos sobre “identitarismo”.

Analistas políticos na mídia avaliaram que o resultado nas eleições municipais 2020 um dos vitoriosos foram os candidatos pertencentes e defensores das pautas de grupos minoritários. Atribui-se a isso uma reação a políticas de extrema-direita e a articulação ativa dos movimentos sociais dessas minorias no sentido de sensibilizar o eleitorado para suas causas.

Um dos resultados efetivos dessas ações foi que pelo menos 89 pessoas abertamente LGBTs foram eleitas em 69 cidades do país (sendo que foram 32 em 2016). Erika Hilton (PSOL), negra, foi a primeira vereadora trans eleita na cidade de São Paulo, com 50.508 votos, foi a mulher mais votada do país (ANÍBAL, 2020). Em Aracaju, de todos os candidatos, a mais votada foi a mulher trans Linda Brasil (PSOL). Em Belo Horizonte, Duda Salabert (PDT), também trans, recebeu a maior quantidade de votos da cidade.

Os usuários de uma das principais plataformas de redes sociais, o Twitter, estiveram ativamente debatendo o fenômeno durante o processo eleitoral. Uma das questões que pautaram esses usuários foi justamente o que foi chamado de “identitarismo” que, do modo como tem sido usado, é um neologismo¹ que se refere a um suposto

1 Por ser esse um conceito ainda em disputa, pouco preciso, sempre escrevê-lo-emos ao longo do texto entre aspas (não só ele, mais outros usos circunstanciais de expressões) para evidenciar seu uso pontual pelos usuários no período em questão. É uma palavra cujo sentido está em suspenso, em conflituosa negociação.

movimento, perspectiva, partido ou ação política que calca sua luta política em grupos de minorias de raça, gênero e sexualidade.

Mas afinal, o que é mesmo “identitarismo”? Neste trabalho, além de responder essa questão, nos interessou compreender de quais fenômenos o conceito tenta dar conta e o que ele tem produzido no jogo político atual. É visando responder essas indagações que mapeamos seus usos no debate on-line na plataforma e produzimos uma narrativa que delinea os dispositivos operacionalizados, e a diversidade de discursos e controvérsias que ele comporta.

Metodologia

Essa pesquisa utiliza métodos de processamento de linguagem natural produzindo uma narrativa sumarizada a partir de uma grande quantidade de dados. A parte empírica da pesquisa foi realizada em quatro etapas: coleta, tratamento, mineração e análise dos dados. Como veremos logo abaixo, parte da pesquisa é quantitativa (classificação hierárquica descendente) e parte é qualitativa (análise genealógica do discurso), feita de maneira híbrida entre o componente humano e o computacional.

A coleta de dados foi feita por meio de uma aplicação usando a linguagem R que varreu todo o conteúdo publicado na plataforma do Twitter a partir de certos termos. Buscamos por *tweets*² em português realizadas por pessoas que publicaram a partir do Brasil. A coleta foi feita em duas etapas, uma realizada no dia 21 de novembro de 2020, que coletou as publicações feitas uma semana antes e uma semana depois do primeiro turno das eleições municipais (15/11/2020), e outra realizada no dia 6 de dezembro, que coletou as publicações referentes ao mesmo período de tempo do segundo turno das eleições (29/11/2020). A lógica adotada para a busca era por *tweets* que continham ou o termo “identitarismo” ou “identitário” (e sua variação “identitária”, inclusive usando ou não o acento). Essa etapa da pesquisa resultou em 2.849 *tweets* no primeiro turno e 1.928 no segundo, somando um total de 4.777 documentos sobre a temática.

Esses *tweets* foram tratados também por meio de aplicações em linguagem R na qual foram excluídas palavras que não nos

2 *Tweet* é como é chamada cada publicação feita pelos usuários no Twitter.

interessavam (as chamadas *stopwords*), como artigos e pronomes, por exemplo, e foram estruturados para serem lidos pelo programa de análise textual. Esse texto que foi tratado, foi processado pelo software Iramuteq, gratuito e com fonte aberta.

Foi utilizado o Método de Classificação Hierárquica Descendente (Reinert), no qual após se fazer uma análise dos termos do *corpus* textual e sua cooperação mútua para a construção semântica, gerou-se uma classificação estável e definitiva (após repetidos testes do tipo X2 feito pela aplicação). O software entregou como saída uma representação visual da coocorrência de termos e os agrupou em categorias. Sugiro a leitura da descrição metodológica do artigo de Ferreira (2020) que explica de maneira mais minuciosamente a metodologia aqui adotada.

Essa categorização feita pelo software é um processo de sumarização automatizada que nos permite organizar a circulação de sentido ao redor da questão identitárias nas eleições municipais de 2020, o que virtualmente não seria possível tendo em vista a quantidade de dados em questão.

A análise dos dados é feita selecionando a partir da representação produzida pelo Iramuteq – e organização dos documentos (*tweets*) em listas a partir dos termos, feitas pelo próprio software – cada um dos termos estratégicos a nosso problema de pesquisa, analisando-os qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nos *tweets* originais. Finalmente apresentamos um relato da produção de sentido ao redor da questão identitária o que nos permite aferir em quais direções a disputa de sentido orbitou e quais foram os dispositivos utilizados e de que modo foram operacionalizados.

Entendemos o método genealógico como uma análise dos discursos em seus aspectos de belicoso, que foca no conflito pela verdade, buscando compreender quais são as restrições e as liberdades discursivas, evidenciando a historicidade das categorias que os indivíduos usam para dar sentido às suas vidas. Com ele queremos entender como uma categoria como o “identitarismo” é gerada e modificada, e quais implicações nas atuais relações de poder produz.

Referencial teórico

Iris Marion Young (2006) construiu uma lógica de representação política baseada em marcas de diferença que, no entanto, não

concebe a identidade de governantes e governados como unívoca e essencialista. Quando falamos em marcas de diferença desses grupos estamos nos referindo a raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, classe social, etnia, língua, nacionalidade, capacidade e outras. A democracia descentralizada das grandes sociedades massivas – com grande quantidade de contingente populacional e de diversidade de condições de vida –, problemas e vieses de representação mostram-se fluidos, sobrepostos e divergentes e em constante mudança ao considerarmos distintos contextos territoriais e históricos. As normas de representação têm evidenciado seu caráter excludente a certos grupos sociais que não são devidamente representados nos espaços de tomada de decisão. Há, portanto, a defesa de criação de mecanismos para a maior representação de grupos que são sub-representados, especialmente minorias e aqueles que estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006).

Porém, uma das críticas feitas a essas políticas de representação é que elas congelariam relações fluídas a uma identidade una e essencialista que desconsideraria a complexidade dos sujeitos em suas marcas de diferença e seus aspectos interseccionais. Desse modo, uma pessoa não teria a capacidade de representar interesses, opiniões e perspectivas de um grupo social. Young (2006) vai construir seu relato em defesa das representações de grupos minoritários, afirmando que o representante não exerce o papel de substituição de um grupo em sua ausência nem de identificação plena – como se estivessem *presentes por* seus eleitores e agissem como eles agiriam se estivessem lá –, para ela a representação é “um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p. 142, grifo da autora).

Parte do argumento central de Young (2006) é que representação e participação não se contrapõem, pelo contrário, uma requer à outra em uma relação política que se denomina como democrática. É preciso conceber representação política (discussão e deliberação) como *processos mediados*, territorializados e historicizados, baseados nas relações dos eleitores entre si e com o representante.

A autora se apropria do conceito de *différance* de Jacques Derrida, especialmente por ele manter a noção de pluralidade sem requerer uma ideia de identidade única comum, entendendo que se pode ser similar sem ser idêntico e que diferença não quer dizer contrariedade. Ao considerar a *différance*, a ênfase da relação e do processo de

representação não está na substância, mas em estados em distintos períodos de tempos e espaço, nos quais “cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros” (p. 148). Essa relação de representação é fluída, pode facilmente se romper e é mantida com dificuldade.

Ao pensar reivindicações por justiça social considerando a política baseada em questões identitárias, Nancy Fraser (2006) enumera dois tipos: as *reivindicações redistributivas*, baseadas na distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, e as *políticas de reconhecimento*, fundamentado na aceitação da diferença e na integração ou assimilação da perspectivas características das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Dois exemplos de cada uma delas respectivamente seriam as cotas raciais na universidade e o casamento homoafetivo. A tarefa, tendo essas reivindicações em consideração, é idear uma orientação política programática que possa integrar o melhor da política de redistribuição com o melhor da política de reconhecimento (FRASER, 2006).

Fraser argumenta que a dicotomia entre classe social e diferenciação (racial, sexual e de gênero), economia e cultura, má distribuição e reconhecimento errôneo não fazem mais sentido para priorizar em políticas para a justiça social. Em particular a que contrasta a distribuição como material e reconhecimento como simbólico, uma vez que ambos possuem efeitos materiais sobre os sujeitos, já que a dimensão diferenciação-cultura-falta-de-reconhecimento produz fenômenos como espancamentos, estupro e genocídio (FRASER, 2006).

Além das disparidades sociais, econômicas e culturais, há também a política. Entre os obstáculos à paridade participativa estariam os procedimentos de decisão que marginalizam de forma sistemática certas pessoas, inclusive na ausência de uma má distribuição e um reconhecimento errôneo. Um exemplo são “as normas eleitorais dos distritos uninominais³ de ‘tudo para o ganhador’, que negam a voz às minorias quase permanentemente. A injustiça seria a “marginalização política” ou a “exclusão”, e o remédio correspondente, a “democratização” (FRASER, 2006, p. 68, tradução nossa).

3 Aqueles que elegem apenas um representante.

Judith Butler (2018) também vai questionar se uma política marcada pela lógica da identidade é capaz de fornecer condições para criar lógicas de associação na que seria possível viver juntos. Ela escolheu uma outra categoria, uma condição comum, que é a da precariedade que presumiria “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (BUTLER, 2018, p. 24). A autora ainda destaca que a precariedade é

a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (BUTLER, 2018, p. 41).

A luta por representantes LGBTQIA+ nos partidos e nas funções eletivas do Estado é antiga e complexa. Até os anos de 2010 era comum não haver a inclusão da agenda LGBT pelos programas partidários (MARQUES; D'ÁVILA, 2010). A primeira travesti eleita no Brasil foi Kátia Tapety na cidade de Colônia do Piauí (PI), em 1996. Excetuando ela, apesar de muitas ações de movimentos organizados, candidatos assumidamente LGBT não conseguiam êxito em suas candidaturas até aquele período (SANTOS, 2016).

Ainda que a literatura brasileira a respeito da intersecção do movimento LGBTQIA+ nos partidos políticos brasileiros seja escassa (PEREIRA, 2017), alguns motivos para a dificuldade de inserção nos partidos podem ser delineados. Gustavo Gomes da Costa Santos (2016) salienta que sempre houve um grande receio de “instrumentalização” do movimento social LGBT para fins político-eleitorais alheios a causa, evidenciado pelas denúncias de “personalização” de alguns sujeitos que não incorporavam as agendas do movimento social. Outra razão é a heterogeneidade do ponto de vista econômica, social e política da população LGBTQIA+ que resultam em conflitos de articulação e impossibilidade de consenso, fragmentando o voto potencial dessa população (SANTOS, 2016).

Quando se trata da militância e representação política LGBTQIA+ tratamos de pessoas que constroem suas identidades a partir de suas trajetórias individuais para se afirmarem em suas orientações sexuais e identidades de gênero. Diferentemente do sexo e da raça que de

modo geral são mais pré-discursivos, isso é, os sujeitos são identificados pelo Outro para além de sua auto-declaração, muitas vezes a sexualidade e identidade de gênero precisam ser verbalizadas, assumidas, para tornarem-se uma questão.

Uma característica importante nesses casos é que muitos candidatos LGBTQIA+ ainda que se autoidentifiquem como pertencentes a uma identidade dissidente as normas de gênero e sexualidade, nem sempre eles assumem as lutas para promover equidade de gênero, romper com a cis-heteronormatividade dominante, reconhecer a diversidade sexual, enfim, de politizar a própria sexualidade e o gênero para fins de produção de políticas inclusivas à seu grupo social (PEREIRA, 2017).

Resultados e discussão

Em uma primeira aproximação dos dados, vemos que as principais formas ativas (termos de significativa influência no significado geral do *corpus*), selecionando as palavras de relevância para nosso objetivo, com maior frequência no conjunto dos textos foram (nesta ordem): “esquerda”, “pauta”, “negro”, “direita”, “mulher”, “luta”, “classe”, “partido”, “branco”, “discurso”, “psol”, “voto”, “eleição”, “pt”, “liberal”, “racismo”, “homem”, “causa”, “candidato”, “perder”, “minorias”, “movimento”, “pdt”, “boulos”, “preto”, “marxista”, “conservador”, “trabalhador”, “progressista”, “candidatura”, “vereador”, “militância”, “gênero”.

De início, já percebemos que, em linhas gerais, o conjunto textual é fortemente baseado em vieses políticos (esquerda, direita, conservador, progressista), alguns partidos e candidato de esquerda, algumas referências ao processo eleitoral, ações pautadas em lutas ideológicas (discurso, luta, causa) e em marcas de diferença (identitárias), relacionadas a raça e gênero.

Uma parte bastante significativa das formas ativas (62,53%) tratava da questão racial, de gênero e de sexualidade. As vantagens presentes nos discursos analisados de um “voto identitário”, de um “movimento identitário”, ou mesmo de um “identitarismo”, seria o de promover a inclusão de minorias em posições de poder e de ajudar suas comunidades; além de segmentos tradicionalmente excluídos do jogo político – pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas – possam lutar contra ideais autocráticos de poder.

Porém, de modo geral, o “identitarismo” e a “perspectiva identitária” assumem majoritariamente um uso para a crítica a respeito de uma certa postura, ação ou lógica de pensamento que se baseia em identidades minoritárias.

O termo LGBT (às vezes aparecendo como LGBTQIA+) no *corpus* a respeito da questão identitária vai, em parte, apontar como candidatos, partidos ou propostas a essa população seriam uma questão “pontual”, particular, em muitos discursos de rechaço ao suposto “identitarismo”. Em contrapartida, posições a favor de políticas identitárias defendem que a questão da lgbtfofia e o vácuo de direitos desse segmento da população é, na verdade, estrutural. Há uma tentativa de desconstrução da associação entre políticas LGBTs enquanto pauta “identitária vazia”, fazendo referência a uma necessidade de viabilizar candidates que estejam produzindo efetivos projetos de políticas públicas para os direitos da comunidade LGBT, contrapondo o uso instrumental da minoria. A questão LGBT também veio bastante associada à pauta interseccional, tratando dos atravessamentos de raça e da classe que complexificam o debate. Há, também, discursos que promovem uma desassociação entre um senso comum de que pautas ligadas a essa população seriam exclusivas às esquerdas, sendo apontadas iniciativas em partidos e movimentos de direita e conservadores.

Quando vamos constatar como os dispositivos raciais, de gênero e de sexualidade foram articulados nos discursos presentes no debate, entre as críticas mais à esquerda-progressista⁴, estão a dificuldade de diálogo com a população menos instruída por ser um tema muito acadêmico, o fato de pessoas que desejam assumir posições de poder e que possuem algum traço identitário minoritário não significar que ela fará um mandato em defesa das pautas da minoria ao qual pertence, que desviaria o foco dos fatores econômicos, dificuldade de diálogo com a militância identitária e a cooptação pela grande mídia.

4 Quando tratamos de esquerda e direita, falamos de pontos de vista caricaturais que certas posições políticas tomam nas plataformas de redes sociais. A posição à esquerda-progressista seria aquela que assume o protagonismo do Estado na gestão da população e que são mais progressistas do ponto de vista dos costumes. Do mesmo modo, quando falamos de direita-conservadora, tratamos de um ponto de vista neo-liberal associado a um conservadorismo para as pautas acerca dos comportamentos sociais.

Uma crítica mais à direita-conservadora ao “identitarismo” vai focar em temas como a hierarquia de opressão, o entendimento que as pautas identitárias são um trunfo no debate próprio à esquerda, no fato de que o “movimento identitário” seria estrangeiro a realidade brasileira, e que marca um “vitimismo” do debate político atual, e que, na verdade, em vez de incluir a todos, provoca mais exclusão.

Já uma certa defesa da causa identitária vindo apenas de um espectro mais à esquerda dirá que essas críticas são uma tentativa de diminuir a luta de minorias raciais, de gênero e sexuais calcadas na ideia do “homem universal”, afirmando que as exclusões são estruturais e que encobrem privilégios de identidades dominantes.

Detalhando as controvérsias em torno de uma crítica mais à esquerda-progressista, um dos fatores levantados é que para a população negra, pobre e pouco escolarizada a busca por acesso mínimo à bens de consumo e serviço é prioritária e seria difícil pautar a inclusão de fatores específicos às minorias. Por outro lado, a defesa de uma posição identitária vai responder a essa crítica afirmando que há uma indefinição dessa população como “povo” ou “povão” e que essas pautas específicas são justamente as que as incluem, pois ela é composta justamente por negros, mulheres, indígenas, LGBTQs e pessoas com deficiência.

A crítica ao “identitarismo” é bastante calcada numa crítica a um certo academicismo que dificultaria o diálogo, o que torna uma chamada “esquerda identitária” como incapaz de se eleger. O uso de categorias do campo acadêmico como “lugar de fala”, “colorismo”, ações de “cancelamento” e uso de “pronomes neutros” questionando o binarismo de gênero são apontadas como dificuldade de diálogo com a “militância identitária”. Também há referências a uma “bolha identitária” que incluiria em certos circuitos uma linguagem própria que não conseguiria se comunicar com outros setores da sociedade.

É bem expressiva desaprovação do fato de que fazer parte de um grupo não equivale a defender as demandas das pautas de seu grupo social e que candidato com marca de diferença minoritária, podem assumir posições que é reacionário. Desse modo, é preciso que o candidato pertencente a um grupo minoritário assuma aberta e explicitamente posturas antirracista, contrária a misoginia e a lgbtfobia. De mais a mais, seria preciso que também rompa com a lógica capitalista. Nesse sentido, a censura no campo da esquerda ao “movimento identitário” seria que ele é muito *soft*, menos radical, para a luta de classes

(debateremos mais a respeito no item 3). Alguns nomes são apontados como o vereador Fernando Holiday e o presidente da Fundação Cultural Palmares Sergio Camargo, ambos negros (o primeiro também gay) e que tomam posturas e ações contrárias a luta antirracista.

Além disso, são apontadas as contradições entre as pautas identitárias. Uma delas é a da então candidata delegada Martha Rocha, candidata a prefeita no Rio de Janeiro pelo PDT, que se por um lado pautaria as demandas de representação de gênero, por outro teria sido responsável pela prisão do jovem negro Rafael Braga, o que corroboraria com o encarceramento e genocídio da juventude negra. Haveria aí uma situação conflituosa entre as pautas do gênero e da raça.

Vale também pormenorizar o discurso mais conservador que vai afirmar que não é possível no Brasil, que tem uma história de intensa miscigenação, falar de políticas raciais e bastante significativamente argumentos sobre uma impossibilidade de articular políticas identitárias pela lógica da hierarquia ou disputa de opressão. Alguns *tweets* falam de uma “fila da política identitária” onde alguns grupos minoritários teriam prioridade em relação a outros.

Do ponto de vista daqueles que defendem a importância de políticas identitárias, especifica-se que o uso do termo “identitarismo” diminuiria a luta minoritária, como evidencia este *tweet* de uma usuária: *“Agora com mulheres negras, pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas se elegendo como nunca em 2020, será que os progressistinhas, que usam a expressão “identitarismo” para desprezar pautas minoritárias, vão parar de falar bobagem e começar a aprender a ouvir mais o povo!?”*. Nessa lógica é destacado o fato de ser problematizado pela crítica apenas certas identidades e não identidades privilegiadas e de dominação como as identidades “branco”, “cristão” e “heterossexual”. Cada um com sua demanda de pauta a partir da própria vivência (sobre sentir a dor): “representação interseccional”:

Alguns candidatos que concorriam como prefeito, vice-prefeito e vereador, recebiam destaque pela promessa de ações antirracistas e da inclusão na equipe de governo com pessoas negras e mulheres. Por outro lado, alguns candidatos eram apontados como oportunistas por surfar na pauta identitária, sendo que em períodos anteriores teriam criticado.

Outra parte da discussão era composta de *tweets* (36,25% das formas ativas) que tratavam da relação dos partidos políticos e das ideologias de esquerda, marcadamente o marxismo, com o

“identitarismo”. De modo geral, o debate em torno do “identitarismo” é um debate entre partidos de esquerda, entre si. Partidos de direita são citados geralmente para afirmar que o fato de um candidato fazer parte de um grupo minoritário não significa que ele irá bancar uma pauta em prol do direito de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+, nem pela classe trabalhadora. Um caso emblemático no *corpus* é o do homem transgênero Thammy Miranda, eleito com 40 mil votos para vereador na cidade de São Paulo. Sobre o caso um usuário tuitou: *“Thammy Miranda eleito vereador em SP pelo PL, partido pró bozo⁵, conservador, neoliberal. Pauta identitária sem o mínimo de consciência de classe pra mim é igual merda”*.

Considerações finais

Com este artigo buscamos dar ordem aos discursos enredados e fragmentários sobre “identitarismo” na plataforma de rede social Twitter para que seja possível vislumbrar a diversidade de construções de discursos políticos ao redor do tema, dando foco no tópico que tangenciam a população LGBTQIA+. Mesmo sendo um termo em estado de controvérsia, isso é, em que os sentidos ainda estão em processo de negociação – não sem conflito – não podemos dizer que ele não existe, e nem mesmo menosprezá-lo, já que está sendo operado e está produzindo efeitos políticos em nossa sociedade, aparecendo tanto na mídia hegemônica, como nas plataformas de redes sociais.

O que a leitura dos dados sumarizados nos mostram é que, na maior parte dos casos, o “identitarismo” é operacionalizado como modo de depreciar partidos, ações e movimentos que se baseiam prioritariamente na luta pelo direito das minorias raciais, de gênero e sexuais. Não foram encontradas mensagens de pessoas que se entendiam como “identitaristas”, apenas aquelas que compreenderam a censura e o demérito de certas posições argumentativas e defendem a importância das pautas identitárias. Em outras palavras, ninguém se diz seguidor de um “identitarismo”, é apenas uma forma como certas posturas políticas são nomeadas por Outros.

importante destacar a ação dos algoritmos nas plataformas de redes sociais que atuam de modo dar um uso econômico da produção

5 O usuário está afirmando que o Partido Liberal (PL) apoia o presidente Jair Bolsonaro

dos usuários, assim acirrando as práticas de vigilância e modulação comportamental. Assim, as plataformas operam por algoritmos de seleção e hierarquização de conteúdos que se utilizam da produção do usuário para promover produtos a ele, aprimorar sistemas de previsão de tendências e mantê-lo por mais tempo nas redes. Esse sistema tem privilegiado tecnicamente opiniões mais extremas e polêmicas, justamente por essas produzirem mais engajamento. Não podemos, portanto, desconsiderar a ação da plataforma na própria performance dos sujeitos que as usam que, consciente ou inconscientemente, buscam visibilidade naquela ambiência.

Assim notamos que as mensagens assumem comumente um tom bélico, com uso de indiretas, em que na superfície do texto o alvo das críticas não é explícito (salvo exceções). Há, assim, uma intenção de provocar o Outro de alguma maneira, pela associação, pela discordância ou pela curiosidade.

Associado majoritariamente a partidos de esquerda, o termo “identitarismo” quando usado por sujeitos desse mesmo espectro político refere-se àquelas reivindicações de cunho identitário que não levam em consideração as questões de classe. Um usuário chega a falar em tom de deboche que uma forma de descobrir se alguém é de um movimento identitário é perguntar a uma pessoa negra em uma manifestação se ela vislumbra o fim do capitalismo e se a resposta for não, ela seria identitária. Por outro lado, defensores de políticas identitárias vão afirmar que a rejeição a elas e a acusação de “identitarismo” desnudam aqueles que não estão preparados para as mudanças que incluem as agendas de sexualidade, de gênero, raciais e interseccionais.

Referências

ANÍBAL, Felipe. **Arco-íris na urna**. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. Que história contam os rastros digitais no Facebook sobre a recente história do movimento de

pessoas transgêneras no Brasil? In: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER 2020 2020, **Anais** [...]. : Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura, 2020. Disponível em: <http://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/schedConf/presentations>. FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. A questão identitária nas eleições municipais de 2020: uma genealogia do conceito de 'identitarismo' no Twitter. 2021 (no prelo).

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (org.). **¿Redistribución o Reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madri: Pandeia Galiza-Morata, 2006.

MARQUES, Vera Lucia; D'ÁVILA, Paulo. O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 1–34, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29084>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma Agenda de Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/23799/15432>.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S. l.], n. 23, p. 58–96, 2016. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>. Acesso em: 11 fev. 2021.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [S. l.], n. 67, p. 139–190, 2006.

POLÍTICA DE MORTE E BOLSONARISMO: DA INVISIBILIDADE A RESISTÊNCIA LGBTI

Marjory Batista da Rocha

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas
– AM, marjory.rocha.97@gmail.com

Lidiany de Lima Cavalcante

Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – AM, profa.lidiany@gmail.com;

Isadora Lima de Souza

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – AM, isadoralima694@gmail.com ;

Resumo

O cenário brasileiro atual, evidencia as desigualdades sociais que emergem simultaneamente com os impactos da pandemia da COVID-19, fruto das expressões da questão social e do gerenciamento da chamada necropolítica ou política de morte. Dessa forma, esse estudo se apresenta como uma reflexão teórica e empírica que tem por objetivo retratar como o Brasil gere a necropolítica historicamente e como tem sido acentuada pelos discursos e práticas propostas na figura de supremacia do próprio Governo Federal. A aplicabilidade das práticas LGBTIfóbicas passam a ser o regulador de como essa política de morte é administrada, ou seja, essa política é gerida de tal maneira que quem está no poder passa a decidir quem morre e quem vive; como morre e como vive, práticas essas refletidas nitidamente nas ações do governo Bolsonaro. Como resultado, identificar de que formas o movimento LGBTI tem se articulado frente as ofensivas bolsonaristas, bem como os retrocessos dos direitos sociais para esse segmento.

Palavras-chave: Necropolítica, LGBTI, Bolsonarismo.

Introdução

O período pandêmico se constitui como um fenômeno mundial, iniciado ao final de 2019 na Ásia, depois Europa, até tomar praticamente todos os países do mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde (2021). No Brasil fomentou-se um cenário social e político de mais instabilidade e polarização política, social e econômica. Além disso, agudizou as expressões da questão social, escancarando uma gestão governamental despreparada e genocida que faz a manutenção do poder estatal neoliberal.

O conceito de *necropolítica* surgiu em 2003, resultado de um ensaio produzido pelo filósofo camaronês, Achille Mbembe. O termo *necropolítica* é derivado do conceito de *biopolítica* de Foucault, para demonstrar como o Estado usa o poder que detém para gerir tanto a vida quanto a morte da população. Mbembe analisa esse contexto a partir do racismo e da realidade social assentada em estigmas e preconceitos sofridos pela população negra. Todavia a condução de práticas políticas que incidem no surgimento de fenômenos históricos, é acirrada por situações como o racismo, porém a homofobia pode ser trabalhada a partir da essência que permeia o significado da *necropolítica*.

No Brasil, experiências cotidianas apontam descompassos no setor de gerenciamento de acesso à saúde pública, fato que contraria o que prevê o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, ao assegurar tal direito como dever do Estado, devendo este garantir ao usuário do serviço público a viabilidade de políticas sociais e econômicas com vistas à redução do risco de doenças e de outros agravos. Trata-se, portanto, do “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF/88 – Art. 196). O reverso ou descompasso entre esse direito constitucional e a omissão do Estado brasileiro, entre outras coisas, no tocante ao repasse de recursos que potencializem a contratação e aperfeiçoamento de quadros técnicos, isto por certo fragiliza a eficiência e eficácia dos serviços públicos acionados pelo Sistema único de Saúde-SUS.

Sob este prisma, Behring e Boschetti (2006) explicam que no contexto das políticas neoliberais, que defendem uma participação mínima do Estado no tocante a viabilização e implementação de políticas públicas sociais, torna-se imprescindível o exercício da pressão

popular realizada pela sociedade civil organizada de modo a possibilitar a garantia e consolidação de direitos para vários grupos sociais que se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica sem poder exercer sua condição de cidadania.

A propósito de conquistas engendradas pelo movimento, ao longo dos anos 2000, identificam-se algumas ações do Poder Executivo, direcionadas para a população LGBTI, como: criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH); do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual; em 2008, a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs, como resultado da realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, tendo por tema “Direitos humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Ressalta-se que de acordo com Cavalcante (2015), o Brasil foi o primeiro país do mundo a realizar uma conferência de políticas públicas para a população LGBTI, tendo na ocasião, observadores de 14 países, para visualizar o formato, texto base, discussões e encaminhamentos.

Este estudo buscou fomentar a discussão no que tange a política de morte e sua relação com o bolsonarismo, para isso se faz necessário trazer a baila fatos históricos que aconteceram no passado, mas que são fantasmas presentes e nos levam a seguinte questão: através da gestão dos que detém o poder, de que forma a necropolítica é capaz de influenciar na invisibilidade e subalternidade de atores sociais LGBTI, assim como as consequências da implementação do processo de necropolítica em um país com a dimensão continental, como se trata o Brasil.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica ampla, com o uso de dados secundários dos ministérios (Brasil), da Organização Mundial de Saúde e da OPAS (Organização Pan-americana de Saúde, assim como fontes relacionadas às análises teóricas sobre políticas públicas, questão social, biopoder, necropolítica e conservadorismo, entre outras categorias secundárias, para que fosse possível construir o debate teórico, de relevância para a construção temática.

Resultados e discussão

O Mito da Democracia

O cenário brasileiro atual, é proveniente de uma história conturbada, permeada por diferentes “ismos”, como o colonialismo, autoritarismo, militarismo, liberalismo, neoliberalismo e hoje temos em cena o bolsonarismo.

Segundo Schwarcz (2019), o autoritarismo é a essência do Brasil, um elemento fundador do contexto histórico, econômico, político e social do nosso país, constituído pelo processo de escravidão, extermínio dos povos indígenas, por revoltas e pelo golpe militar de 1964 e pelo golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidente Dilma. Esses fatores compõe o turbilhão que é a nossa história e precisamos chegar ao olho do furacão para entender de que forma a política de morte é gerida.

A história costuma ser definida como uma disciplina com grande capacidade de “lembrar”. Poucos se “lembram”, porém, do quanto ela é capaz de “esquecer”. Há ainda quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo. Quase ninguém destaca, no entanto, sua genuína potencialidade para reiterar e repetir. (SCHWARCZ, 2019, p. 184)

Nessa perspectiva, a permanência desses problemas históricos na contemporaneidade permite o resgate de uma gestão de governo conhecida, o fascismo. A ordem política e social brasileira tem se mantido pela intermitência do estado democrático, mas na contramão podemos perceber um fetiche do brasileiro pelo autoritarismo e atualmente a figura máxima no Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro.

No caso do fascismo, o povo é totalmente controlado pelo Estado e trabalha junto para tornar a nação cada vez mais forte. Essa ideologia se espalhou para outros países, como a famosa Alemanha Nazista de Hitler, nessa época também tivemos fascismo nos governos da Espanha, Portugal e até mesmo do Brasil com o Estado Novo de Getúlio Vargas. (ALMEIDA e TONIOL, 2018)

O fascismo, como corrente ideopolítica está vivo e pode ser observado em governos que, muitas vezes, não se dizem fascistas, mas que adotam algumas dessas mesmas práticas, são obcecados

pela ideia de que verdades universais e absolutas foram reveladas por uma divindade exclusivamente a ele, têm orgulho de assumir uma postura reacionária, ou seja, são ultraconservadores, contra qualquer tipo de mudança social. Um exemplo disso foi a Espanha fascista do general Franco, onde qualquer religião era proibida, menos o catolicismo que virou a religião oficial do Estado. Tem ainda a repulsa ao pensamento científico, tomam as suas decisões por impulso e com violência, aquele que pensar diferente deve ser punido. (STANLEY, 2019)

A maneira como o Bolsonarismo se instaurou na sociedade assemelha-se bastante ao do fascismo do século XX. Permeou a mente das massas não organizadas e tornou-se imperativo nas multidões heterogêneas com o objetivo de sedimentar uma narrativa cujos valores são argumentos clássicos: disciplina, valores familiares e religiosos enquanto age com base no negacionismo, militarismo e anti-intelectualismo. (SILVA e FARGONI, 2020)

Jair Bolsonaro passou a representar uma utopia, de ordem, decência, moralismo, nacionalismo, mesmo com um período de estabilidade democrática, social, os brasileiros provaram que não tem apego à democracia plena. No tocante à exacerbada política resultante de atos autoritários de poderes estatais, a cada dia se depara com a produção e reprodução de fatos que incidem no acirramento de estigmas e preconceitos sofridos pela “minoría”. Via de regra, tais atos resultam da condução de práticas políticas acirradas por situações como o racismo, a homofobia e o feminicídio. Invisibilizada pelo poder público, portanto, fora do alcance de tais direitos, essa população é tratada fora dos parâmetros do que se entende por valor e respeito à condição humana. Nessa perspectiva, Mbembe (2011) denuncia que a política não é gerida com racionalidade positiva, pois, na verdade, a política usa a morte para improvisar a gerência da sociedade, ou seja, a morte passa a ser a forma de gestão.

Verifica-se esta característica no Bolsonarismo na forma de agir do governo e no comportamento de seus apoiadores pelo menosprezo de minorias ou na relativização do machismo cotidiano. Entende-se como desprezo ao dissemelhante nos falares, por exemplo, do próprio presidente Jair Bolsonaro, conforme declarou em “tom de brincadeira” que fuzilaria “petralhada” no Acre ou no encontro na Paraíba em

fevereiro de 2017 ao dizer *“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”*.

As demandas da questão social emergem simultaneamente com a necropolítica, fruto das desigualdades sociais e do gerenciamento da política de morte sobre as ditas minorias. Trata-se de uma programática estabelecida sob a lógica que rege a política neoliberal. A partir dessa reflexão se tem por perspectiva de compreender como o Brasil acaba por gerir a necropolítica como forma de controle social no âmbito da população LGBTI, cuja prática se tem atualmente acentuado pelo discurso proposto na esfera de supremacia do próprio Governo Federal.

Resistências LGBTI

A luta da população LGBTI pelo respeito a sua cidadania obteve resultados históricos paradigmáticos no Brasil perante o Poder Judiciário. Apesar de estarmos em pleno século XXI é necessário esclarecer que a democracia não significa a ditadura da maioria, apesar de que em sua regra a maioria, seja um aspecto importantíssimo, estabelecendo a regra geral das decisões democráticas, não é um critério absoluto. Isso porque a noção de democracia substantiva deveria prevalecer onde as decisões da maioria devem respeitar os direitos básicos da sociedade concreta, bem como direitos humanos convencionais. Trazendo a baila a frase do Ministro Roberto Barroso, a maioria pode muito, mas não pode tudo (VECCHIATTI, 2018).

É a partir dos movimentos sociais dos anos de 1960, que a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além da sua dimensão estritamente biológica. Como é o caso da revolta de StoneWall Inn em 1969, quando o público LGBTI se faz resistente a ações truculentas da polícia em Nova York. No Brasil, se tem a mesma trama no Ferro's Bar, onde as mulheres lésbicas que ali se reuniam, declaravam-se contra a proibição da venda do jornal Chana com Chana, marcando esse episódio como o StoneWall brasileiro.

O Movimento LGBTI é composto por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais, cujos atores sociais reivindicam direitos sociais em uma sociedade marcadamente heteronormativa. E sendo a sociedade brasileira composta por uma

hierarquia herdada desse patriarcado, de acordo com as autoras Petry e Meyer (2011):

É problematizada como padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada, descrevendo assim situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual podem ser marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas religiosas, sociais, ou crenças políticas, corroborando para a justificativa da dificuldade encontrada na tratativa LGBT (PETRY & MEYER, 2011, p. 193).

Desde os anos de 1980, tendo com o marco a Constituição Federal de 1988, assistimos ao crescimento da importância adquirida pelos movimentos sociais, mudanças expressivas, com a formação da equidade de gênero e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, podem ser considerados resultados diretos dos movimentos feministas e de mulheres. No entanto, a não inclusão de temas, tais como: orientação sexual e identidade de gênero e as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos apontam a fragilidade do movimento LGBT naquele contexto político (CARRARA, 2010).

No Brasil, esses direitos à população LGBTI estão em Decretos e Portarias que podem ser revogadas, como a Resolução Nº 175 de 14/05/2013 (vigente), que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo; já a Portaria nº 2.8362, de 1º de dezembro de 2011, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Em contrapartida países como Holanda e Bélgica legalizaram a união entre pessoas de mesmo sexo, em 2001 e 2003, respectivamente, bem como o direito igualitário sobre pensões, adoções, entre outros direitos civis.

No Brasil, assistimos o desenvolvimento e crescimento do congresso mais 'conservador' da história, o que faz com que o judiciário assuma o papel que deveria ser do legislativo. Diante do contexto de regressão de direitos, assiste-se ao cenário de apagamento dos poucos direitos conquistados no país (CAVALCANTE, 2015). Além disso, vislumbra-se a negação do ministério que deveria abordar a

diversidade da expressão dos Direitos Humanos, no que refere-se a recursos para trabalhar as pautas da população LGBTI.

Em 2001, no Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, as ações dos grupos de ativismo LGBT no Brasil ganham destaque e começam a priorizar a reivindicação de direitos sociais, por meio de políticas públicas voltadas à promoção de sua Cidadania e Dignidade humana, ultrapassando o muro que cercava apenas a prevenção da epidemia de HIV/AIDS e de apoio a suas vítimas. (MELLO, AVELAR E MAROJA, 2017). Neste sentido, Cavalcante (2015) é enfática:

Indagações sobre o real reconhecimento perfazem a história contemporânea no marco do Plano Nacional de Direitos Humanos, no Plano de Cidadania LGBT, na Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, nas configurações do direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo, acordada pelo Supremo Tribunal de Justiça, entre outras. Podemos tratar de conquistas escaladas pelo judiciário, pelos mecanismos de controle social e pelo legislativo. Entretanto, ainda se olvida o reconhecimento social dos referidos sujeitos (CAVALCANTE, 2015, p. 149).

Todas essas referências refletem um cenário de luta do segmento LGBTI, contra toda e qualquer forma de discriminação marcadamente registrada no cotidiano das relações por ele protagonizadas no enfrentamento dessas lutas. Logo, esses atores sociais não acreditam numa efetivação de direitos, nem na aplicabilidade das políticas públicas a não ser por via da luta e resistência desse movimento organizativo.

A história do movimento LGBTI brasileiro é marcada por tensões que envolveram o reconhecimento de suas demandas que emergiam do embate com segmentos religiosos e conservadores. As respostas do movimento, a exemplo disso, podem ser visualizadas na primeira marcha nacional contra a homofobia, organizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travertis e Transexuais-ABGLT. A preocupação com o avanço do fundamentalismo religioso ocorre principalmente pelos acontecimentos que permeiam o contexto político brasileiro, uma vez que esse fundamentalismo tem se associado a extrema direita.

O Atual presidente Jair Bolsonaro, foi peça chave nesse contexto ao se tornar o inimigo público do projeto Escola sem Homofobia,

discursando em diversas manifestações públicas e também a mídia que o material estimulava o “homossexualismo”. A partir daí, Jair Bolsonaro passa a se tornar uma figura conhecida pela sua ideologia controversa, conservadora, militarista, em defesa da ‘família e dos bons costumes’. Além disso seus discursos ainda como deputado, fomentaram a discussão deste estudo sobre a necropolítica, pois o mesmo defende episódios históricos sombrios como a ditadura militar, exalta torturadores, incita o ódio nas redes sociais e fora delas, incentiva o armamento e desvaloriza a ciência. Em entrevista ao programa Câmera Aberta da rede de televisão Bandeirantes, chegou a declarar que o Brasil precisava de uma guerra civil “que matasse uns 30 mil”. Com a emergência da pandemia de coronavírus, o Brasil alcançou até o dia 12 de maio de 2021, o número de 430 mil óbitos.

Necropolítica e Bolsonarismo no Contexto de Pandemia

De acordo com Mbembe (2011), a necropolítica mergulha nas perspectivas do biopoder e assola a população de formas estratégicas, em que decide-se as vidas que valem a pena e aquelas consideradas como descartáveis. A análise do autor não reflete apenas as características de um governo frio e calculista para os que são chamados de transgressores. Trata-se de uma arena de disputas, onde há poder sobre os corpos. Poder este que dita normas relacionadas aos cânones sociais, históricos e culturais, que devem ser seguidos por uma maioria esmagadora, alicerçada sobretudo na heteronormatividade compulsória. Diante do ensejo, vidas LGBTI não importam, seja na configuração e políticas públicas ou no reconhecimento social. O mesmo reconhecimento que de acordo com Honeth (2003), envolve a forma como o indivíduo se vê e como a sociedade o enxerga.

Foucault (1999) assevera que o poder é a guerra continuada por outros meios. Ao caracterizar a referida respectiva realidade alicerçada na necropolítica brasileira, assiste-se não apenas ao desmonte de políticas públicas, mas também a anuência sobre as práticas de mortes biológicas, sociais, históricas e culturais, além do mutismo que envolve muitos diante do processo de demonização dos direitos humanos.

Segundo os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2020), a cada 19 horas morre um LGBTI no Brasil. A referida organização contabiliza ainda dados de outros países, o que em comparação ao Brasil,

colocaram o país no topo do ranking do que se conhece por crimes de LGBTfobia. O cenário torna-se ainda mais devastador, ao associar os dados da ANTRA (2021), pois o Brasil também é o país que mais mata a população transexual, sobretudo as mulheres.

O cenário de pandemia agudizou ainda mais as relações sociais, além de estrangular a política de saúde. De acordo com a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde, 2021), até a metade de maio de 2021, o mundo contabiliza mais de 162 milhões de casos de COVID19 no mundo, com mais de 3,36 milhões de mortes. No Brasil os dados são aterradores, visto que contabiliza-se quase 430mil vítimas, sendo mais da metade nos primeiros cinco meses de 2021. A triste marca colocou o país no segundo lugar no quesito número de vítimas, atrás apenas dos EUA.

A necropolítica acirrou-se mais ainda ao ponderar que o governo brasileiro negou ao menos 11 vezes, os contratos de vacinas que foram oferecidos ainda em 2020 (ISTOÉ, 2021). Diante das perspectivas cada vez mais sombrias, assiste-se ao cenário cruel e avassalador, onde quem é pobre, negro e de periferia sente primeiro. A política de morte estende-se por cada ponta do país, com consequências de norte a sul, frente a um mar de vítimas e suas famílias, que são atingidas pelo descaso governamental.

Sobre a realidade da população LGBTI, evidencia-se que a situação social ficou ainda mais grave, já que o referido segmento também foi assolado pelo desemprego e outras situações de vulnerabilidades. Segundo os dados da ANTRA (2021), aumentou a situação de rua da população transexual, sobretudo a feminina. Os homicídios relacionados à LGBTfobia também aumentaram. Em agosto de 2020, os crimes de LGBTfobia já havia ultrapassado os números de 2019, o que totalizou 125. Ao encerrar o ano de 2020, 175 pessoas transexuais haviam sido assassinadas no Brasil, todas mulheres, o que pode caracterizar indícios de transfeminicídio.

O contexto de pandemia não apenas acentuou as vulnerabilidades, mas também agudizou a desigualdade e a precarização dos serviços de saúde. Esses foram os sintomas sentidos a nível macrosocial. Mas no nível micro, onde o biopoder assume os pontos mais profundos, assistiu-se ao processo de legitimação da violência, tanto no mundo virtual, como nas expressões de vida real.

Debord (2005) reflete sobre a espetacularização da vida, escrevendo na segunda metade do século XX, o que se evidenciaria com o

cariz governamental. A vida se desenrola na sociedade do espetáculo. Neste, o palco esvazia-se diante do que pode ou não ser legitimado no âmbito das redes, em uma análise mais contemporânea. As redes sociais trazem a vida que merecer respeito e a que pode ser matável, nas palavras de Agamben (2007). E nesse paradigma da vida matável, insere-se a população LGBTI brasileira no 'olho do furacão', com todas as vulnerabilidades alavancadas pela discriminação, ostracismo e preconceito.

Considerações Finais

O país que mais vitima a população GBTI, também segura o mastro da necropolítica. Vidas descartáveis não importam a uma sociedade tradicional, principalmente em tempos de bolsonarismo, em que os discursos alimentam a exclusão e acentuam as desigualdades. Tudo isso aliado ao contexto de pandemia, ocasiona duas ou três vezes mais a exclusão no âmbito da sociabilidade capitalista.

Urge assim, que plataformas de direitos sejam asseguradas, que a população possa dar um passo rumo ao esclarecimento, para a compreensão que os tempos sombrios representam os frutos de um planejamento direcionado pelo fascismo e acarretam sobretudo, passos mais lardos de implementação da necropolítica na realidade brasileira, sendo a população LGBTI não apenas afetada, mas marcada e sentenciada pela sua própria existência.

Os tempos apontam que precisamos de diretrizes para novos caminhos. Precisamos atravessar o mar desafiador, colocado pela política e pelos discursos de ódio, para que possamos construir as bases de uma nova ordem societária. Precisamos seguir, pois como dizia Fernando Pessoa, é preciso ousar, para que não fiquemos às margens de nós mesmos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** São Paulo: Saraiva, 2004.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo.** In: POCAHY, Fernando. Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus.** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório de 2018. Rio de Janeiro, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil.** Soc. estado. vol.27 no.2 Brasília May/Aug. 2012

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** (s.l). Mesulina, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Dados sobre COVID19. Disponível em: <paho.org/pt/brasil

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth. **Transexuality and heteronormativity:** some topics for research. Textos&Contextos. Porto Alegre, v.10, n. 1, pág.193 - 198, jan./jul. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre O Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2019, 294 PP.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”.**In. Revista Eletrônica de Educação. 2020

IDEOLOGIA DE GÊNERO E A MORTE DA FAMÍLIA - ANALISANDO AS CONSTRUÇÕES DE SENTIDOS EM PRODUÇÕES ANTI-GÊNERO

Matheus Cordulino da Silva

*Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo
- SP, mathcordulino@usp.br;*

Jacqueline Moraes Teixeira

*Jacqueline Moraes Teixeira: Doutora em Antropologia Social, Faculdade
de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH- USP - SP, jamoteka@
gmail.com.*

Resumo

O debate em torno da Educação sexual tem, nos últimos anos, estado em disputas político-sociais e epistemológicas, em torno da legitimidade de se falar de gênero com crianças e adolescentes. Assim sendo, partindo de análises de materiais anti-gênero, como cursos, lives, workshops e livros, esta apresentação propõe a debater como, através de uma ótica conservadora, se constroem sentidos em torno do conceito de 'gênero'. Partindo, portanto, da exemplificação de um dos cursos analisados na pesquisa, esta apresentação buscará apresentar a argumentação que produz uma associação entre “Ideologia de gênero”, ou “agenda de gênero”, e a “Nova Ordem Mundial”.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, Família, Conservadorismo, Gênero e Sexualidade.

Introdução

“Como é impossível combater um inimigo desconhecido, faz-se indispensável estudar sobre os autores e objetivos que fundamentam a existência dessa agenda cultural e política”. Trecho retirado da propaganda do curso online ‘A face oculta da Ideologia de gênero’.

É com essa aposta em “se conhecer o inimigo” que o curso “A face oculta da ideologia de gênero” é divulgado. Ministrado por Aluísio Dantas, servidor público da área da Educação e com extensa aparição em vídeos pelo youtube em cursos e debates com temáticas anti-gênero e anti-globalismo. O curso é oferecido pelo Instituto Borborema, que, em sua descrição, posiciona-se contrariamente às “modas ‘educacionais’ de Paulo Freire, Piaget e afins [que] conseguiu emburrecer quase que completamente a nossa população”. A intenção demonstrada pelo programa e propaganda do curso é, portanto, fazer ao mesmo tempo uma genealogia da “ideologia de gênero” aos olhos cristãos e uma explicação profunda sobre quais seriam, supostamente, as reais intenções dos movimentos progressistas, o que em determinados momentos exige uma demonstração com “estudos de caso”.

O curso perpassa pelos conceitos de gênero e verdade, discutindo desde Foucault e Butler à Marx e Nietzsche, e propondo uma compreensão urgente da base teórica daqueles que, de acordo com o ministrante, defendem a chamada “Ideologia de gênero” – progressistas, militantes LGBTQIA+, feministas etc. O programa do curso aborda, em suma, uma explicação de uma suposta agenda globalista, que seria difundida por políticos de esquerda, e que contribuiria, segundo Aluísio Dantas, para a implementação da agenda de gênero, aborto e, conseqüentemente, a destruição da Igreja, da fé e da família. Desse modo, o curso, convergindo com publicações dos anos 90 acerca do tema (O’LEARY, 1997; SCHOONYANS, 1997; REVOREDO, 1998;), busca construir uma caricatura da posição daquele que, segundo o discurso do autor, quer a destruição dos cristãos: o revolucionário.

Se, por um lado, os estudos acadêmicos acerca do tema da “Ideologia de gênero” têm-se debruçado, principalmente, em pautas políticas e na defesa de identidades de gênero (LEITE, 2016;

JUNQUEIRA, 2017; MISCOLKI E CAMPANA, 2017), há, por outro lado, uma extensa produção de livros e cursos ministrados por pastores, padres, e ativistas de direita que propõem uma guerra contra à “Ideologia de gênero”. Desse modo, a partir dessa necessidade de “combater um inimigo”, como sublinha a propaganda do curso ministrado por Aluísio Dantas, nota-se um aumento de demanda por parte do conservadorismo em “se aprofundar” em textos de autores que passam a balizar as questões de gênero e sexualidade no meio acadêmico e político mais progressista.

É necessário destacar, entretanto, que há uma distorção político-epistemológica que atravessa a chamada “ideologia de gênero”, visto que ela é uma leitura conservadora de se entender a identidade de gênero, ou seja, o rompimento da construção da identidade baseada apenas em fatores biológicos. Miskolci e Campana (2017), em sua genealogia da ideologia de gênero como pânico moral, destacam que Jorge Scala, autor do livro *la ideologia del género. O el género como herramienta de poder* (2010), define ideologia de gênero como: “um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de ‘impor uma nova antropologia’ a provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade” (apud MISCOLKI E CAMPANA, 2017, P.725). A conceituação de Scala (2010) sobre o movimento pró-gênero, explicita, desse modo, o que muitos outros autores anti-gênero já haviam apontado, de que a utilização do termo gênero estaria associada a um tipo de “sistema de pensamento ideológico” e com um plano político neototalitário.

Um fato interessante na construção do discurso que faz um elo entre “Ideologia de gênero” e neototalitarismo é a tradução do livro de Scala (2010) para o português. A tradução literal do livro poderia ter sido feita, sem perda do sentido original, como “Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta do poder”, porém, a escolha do título foi *Ideologia de gênero: Neototalitarismo e a morte da família*. A diferença da tradução ajuda a explicitar como o movimento que se propõe combater a “Ideologia de gênero” ganha força no Brasil. Ele não só se constrói como um discurso de combate à uma ideologia neototalitária, como também está intimamente associado às pautas anti-globalistas, e no combate à hipotética destruição da família nuclear. Tais pautas seriam, portanto, uma ameaça global orquestrada pelos “movimentos revolucionários”, a saber, movimentos LGBTQUIA+, feministas, negro

e comunista para destruir o catolicismo e fundar uma nova ordem social com religiões sem dogmas e normas morais. Desse modo, a “Nova Ordem Mundial”, um novo governo neototalitário, que viria a ser um governo global que não ataca somente a Instituição religiosa, mas também o seu povo, a sua crença e seus valores cristãos, daí a utilização do termo “neototalitarismo”.

De acordo com o livro mencionado por Aluísio Dantas no curso, *Introdução à Nova Ordem Mundial* de Alexandre Costa. A Nova Ordem Mundial:

“[quer] a destruição do cristianismo, é o ponto central de todo o plano, é a verdadeira questão que deve ser compreendida e combatida. A perspectiva, a motivação e os métodos da Nova Ordem Mundial são absolutamente anticristãos.” (Costa, Alexandre. *Introdução à Nova Ordem Mundial* (p. 23). VIDE Editorial. Edição do Kindle).

Percebe-se, unindo as definições apontadas tanto por Scala (2010) quanto por Costa (2015), que há uma produção discursiva conservadora e religiosa que projeta uma ressignificação dos conceitos de gênero em uma teoria social-teológica sobre identidade que acaba por demonizar sexualidades e performatividades de gênero dissidentes, na tentativa de reforçar um determinismo biológico na produção de sujeitos. Além disso, essa perspectiva anti-gênero, se coloca também como anti-globalista, ou seja, contrária a esse suposto movimento revolucionário neototalitário e anti-cristianismo. Esse posicionamento pode ser exemplificado na fala de Aluísio Dantas, que durante a aula 4, intitulada de *Gênero e movimento revolucionário*, afirma:

“A revolta contra a própria realidade é a revolta luciferina, é a revolta..., a negação da própria realidade tal como ela se apresenta. Por exemplo, eu não aceito a realidade, o fato de eu ser um homem, e a pessoa se rebela contra isso, se revolta contra isso, então, essa revolta contra a realidade é um impulso satânico, isso é um impulso luciferino”. (Fala de Aluísio Dantas em seu curso online ‘A face oculta da Ideologia de gênero’, durante a aula 4: *Gênero e movimento revolucionário*.)

Proponho neste artigo, a partir das discussões anteriormente apresentadas, adentrar alguns argumentos defendidos pelo ministrante do curso, e evidenciar como algumas falas são recorrentes no meio anti-gênero, pontuando, porém, que há algumas diferenças no

ativismo conservador evangélico e católico. Desse modo, apresento brevemente como foi construída a metodologia de pesquisa que resultou neste artigo, e algumas considerações acerca da investigação do tema, que ainda está em curso. Friso, por último, que este artigo é fruto da pesquisa de iniciação científica *“Os atuais problemas de gênero: etnografia das pautas anti-gênero na produção de pedagogias conservadoras”* orientada pela Prof.^a Dra. Jacqueline Moraes Teixeira e desenvolvida sem bolsa dentro do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Metodologia

Esta pesquisa busca utilizar a etnografia como parte dos métodos para compreender o crescimento dos cursos preparatórios para “a educação moral/ cristã dos filhos” e do “combate à ideologia de gênero”. Desse modo, a metodologia tem como base fazer uma análise discursiva das discussões acerca da educação sexual nas escolas e uma análise etnográfica dos cursos anti-gênero, de modo a buscar compreender a forma que o conceito de gênero passa a ser empregado nesses contextos.

Utilizando o conceito de etnografia multisituada de Marcus (2001), a pesquisa propõe seguir as redes dos conflitos perpassados pelo tema da “Ideologia de gênero” que ligam cursos e livros à figuras públicas e políticas, sempre com um olhar para as produções que baseiam determinados discursos. Toma-se, portanto, o campo como o próprio conflito acerca do conceito de gênero, que tem reverberado tanto em diversas produções acadêmicas como não acadêmicas, seja da perspectiva favorável ou contrária.

Seguir o curso do conflito é, portanto, fazer com que, através do mapeamento das controvérsias, seja possível compreender como o conceito de gênero é vinculado aos discursos conservadores. Além disso, é importante frisar que, por se tratar de uma pesquisa antropológica multisituada, há a necessidade de se compreender e sistematizar as últimas publicações sobre “Ideologia de gênero” de modo a explicitar o crescimento da disputa político-epistemológica que resultou em problemas públicos nos últimos anos.

Referencial teórico

“Sou menino diferente das meninas tão legais,
Sou menina feminina isso é lindo e bom demais,
Nosso gênero vem de Deus e não pode ser mudado,
Me aceito como sou,
Vou cumprir o meu chamado [...]”
Trecho da canção “Nosso gênero vem de Deus” da
banda Trio R3, lançada em 2018.

Em um vídeo que já conta com mais de 2 milhões de visualizações e 138 mil curtidas, a banda Trio R3, formada pelos irmãos Rony, Rayssa e Raiany, atualmente com idades entre 21 e 11 anos, cantam sobre “se aceitaram como são” e “não se sentirem um erro, ou ter nascido no corpo errado”. O vídeo da música “Nosso gênero vem de Deus” foi lançado em 5 de maio de 2018, período em que se debatia as reverberações sobre as mudanças realizadas no final de 2017 na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – que, entre outras coisas, retirava as discussões de gênero do currículo nacional.

A música, portanto, se torna mais uma afirmação do movimento anti-gênero frente à suposta “ideologia de gênero”. Algo interessante a ser observado é que em uma rápida pesquisa no Youtube com o nome da música, é possível perceber o seu impacto em algumas comunidades evangélicas, que passaram a gravar suas igrejas e família cantando e dançando a música, como se fosse um “hino” ou “louvor”. Assim sendo, quando a banda e as comunidades evangélicas cantam “Não nasci no corpo errado; o meu criador amado; desenhou um corpo pra mim”, se exemplifica e se explicita essa visão de que não existiria a possibilidade de qualquer identidade quebrar o sistema sexo/gênero. Além disso, reforça-se estereótipos de gênero, com a finalidade de disputar a categoria gênero, agora como algo natural e biológico – fato que pode ser visualizado através do vídeo da banda, ou dessas comunidades evangélicas, em que aparecem meninos vestidos com tons azuis e brincando com carros de brinquedo e meninas vestidas com vestidos de tons rosa e brincando com boneca enquanto cantam: “Sou menina feminina, sou menino masculino”.

As discussões sobre a identidade de gênero na escola e de outros temas ligados à educação sexual, remontam inicialmente ao período de 2004, com o surgimento de propostas de programas voltados para a educação sexual e promoção de direitos associados à pauta

feminista e LGBTQIA⁺¹, que acabou por acentuar um debate público em torno do conceito de gênero, bem como todas as discussões subsequentes, como machismo, homofobia, transfobia. A leitura do conceito de gênero de Butler ([1990] 2018), como algo que seria passível de quebrar o sistema sexo/gênero (Rubin, 2018) ganha projeção e ajuda a delinear um campo de disputa sobre a legitimidade em falar de gênero, de corpo, de sexualidade, e principalmente, ao falar desses assuntos dentro do ambiente escolar.

Na visão de Butler, “gênero [é] “um ‘ato’, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeitos a paródias de si mesmo, a autocrítica e aquelas exhibições hiperbólicas do ‘natural’ que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico.” (BUTLER, 2018, p.253). A reflexão de Butler tem repercutido desde a publicação original em 1990 (cujo título era *Gender Trouble*) e, com isso, algumas vozes contrárias à reflexão da filósofa têm emergido, principalmente entre religiosos. A canção citada acima afirma que o gênero viria de Deus, associando novamente gênero a sexo. A visão binária de masculino e feminino pautada na diferenciação biológica pênis/vagina, e que está explicitada na música, está em consonância com a postura do movimento anti-gênero. Movimento esse que, como explicitado acima através da discussão sobre a música “meu gênero vem de Deus”, aparenta querer ressignificar “gênero”, o limitando a uma reafirmação do sistema sexo/gênero, que reafirma a binariedade existencial na qual, homens tem pênis e mulheres tem vagina.

A partir das discussões acerca do termo gênero e dos seus usos para se pensar políticas públicas, e principalmente a sua entrada no cenário educacional, faz-se notar o movimento de pânico moral criado a partir da propagação do termo “Ideologia de gênero”. Assim, como apontam Balieiro (2018) e Borges e Borges (2018), o pânico moral ajuda a construir um problema social que necessita de uma mobilização massiva a fim de preservar determinados valores sociais e morais. Através dessa lógica, portanto, cria-se um problema público em que

1 Há em 2004 o lançamento do Projeto Federal Brasil Sem Homofobia, com a promoção de direitos sexuais e reprodutivos voltados à população LGBTQIA⁺. Além disso, em 2010 começam as discussões acerca de outro projeto federal, o Escola Sem Homofobia, desta vez com políticas voltadas para o combate de bullying e violências no espaço escolar contra estudantes LGBTQIA⁺. Para uma análise mais aprofundada sobre esses projetos ver Leite (2014; 2017).

através de uma arena pública (CEFAI, 2017) se travam debates acerca de determinadas legitimidades, como por exemplo a legitimidade de se falar em Educação Sexual na escola. Quem tem legitimidade para poder falar sobre gênero e sexualidade com as crianças e adolescentes? Qual a legitimidade das políticas públicas voltadas para o respeito à diversidade sexual e de gênero?

No esforço de mapear esse espaço de disputa, e de compreender como se constrói e se debate a “Ideologia de gênero” como problema público, esta pesquisa se debruça sobre etnografias da produção anti-gênero de livros, cursos, workshops que se multiplicaram no Brasil a partir de 2016. Tais produções reivindicam um lugar legítimo na elaboração dos sentidos e do uso do conceito de gênero na medida em que promovem um enfrentamento aos estudos feministas e as pautas LGBTQIA+ alegando que tais agendas de orientação política progressista teriam como objetivo utilizar gênero como ferramenta ideológica de erotização infantil e subversão da identidade cristã. É neste cenário de controvérsias que esta pesquisa se insere, buscando seguir as redes que emaranham o social e o ligam as produções anti-gênero a seus atores e a seu público.

Resultados e discussão

Reiterando que a pesquisa está em curso, sinto a necessidade de sublinhar que muito se tem produzido sobre “Ideologia de gênero”, porém, por diversas vezes, tais pesquisas se constroem a partir de uma perspectiva crítica ao movimento anti-gênero, e com isso, acabam por apontar a “Ideologia de gênero” como algo falacioso e construído originalmente por conservadores católicos (JUNQUEIRA, 2017). Esta pesquisa, no entanto, embora entenda a posição legítima, e necessária de crítica ao movimento anti-gênero, se propõe a compreender como o gênero é conceituado a partir de uma perspectiva conservadora nativa. Assim, a pesquisa destoa de outras produções, já que ela toma como pressuposto o ponto de vista do nativo, conservador, que percebe gênero como ferramenta de medo e afronta às famílias cristãs.

O curso de Aluísio Dantas se propõe a fazer uma genealogia e síntese do que seria gênero através de um olhar conservador e anti-gênero. O ministrante faz um apelo em suas aulas em ficar de olhos abertos para os perigos diários das pautas progressistas, pois, todos

os dias, os cristãos estariam sendo afrontados pelas agendas ditas globalistas. Dessa forma, o curso parte da crítica à verdade como algo inventado, criado, criando assim, uma crítica direcionada a Nietzsche, Foucault e Butler. Além disso, segundo o professor, entender a verdade como algo que se constrói gera um afastamento das escrituras sagradas, da verdade de Cristo. Há, assim, uma retomada dos argumentos teológicos para afirmar que a verdade é o que se encontra na observação da natureza, e com isso, o ministrante pretende evidenciar que não há, dentro da normalidade, a possibilidade de existir outra identidade que não seja cisheteronormativa.

Dantas, segue em suas aulas, apontando para o problema do constrangimento social. Dantas cita Olavo de Carvalho durante a aula 04 - *Gênero e movimento revolucionário*, para apontar que o movimento revolucionário faz uma inversão da linguagem e dos valores, afim de constranger as pessoas, que acabam por aderir ao ideal revolucionário por mera pressão psicológica. Em vista disso, Aluísio afirma que a ridicularização dos discursos da direita e dos conservadores ao se tornarem piadas e sátiras na internet, servem como tentativa de manipulação da verdade e intimidação para que cristãos se percam em seus caminhos e passem a adotar um “discurso revolucionário” devido aos constrangimentos a qual são submetidos.

A etnografia do curso sobre “Ideologia de gênero”, possibilita chegarmos em alguns dados muito interessantes para criar uma reflexão acerca do conservadorismo e movimento anti-gênero. Primeiro, como aponta Bulgarelli (2020), o movimento anti-gênero é parte importante da articulação de políticas públicas, e principalmente na mobilização da população em prol dessas políticas. É preciso frisar que o combate à “Ideologia de gênero” faz parte do *modus operandi* do governo atual, que atua através de dispositivos criadores de pânico moral. O conservadorismo político anti-gênero, ao associar a utilização da perspectiva de gênero como algo “diabólico”, “satânico”, “anormal”, assim como fazem com seus defensores, acaba por suscitar uma mobilização de lideranças católicas e evangélicas que somam a uma pressão política contrária a projetos políticos pró-LGBTIA+ e feministas.

Outro ponto importante a ser destacado é que embora, como apontam algumas genealogias acerca do uso do termo/ sintagma, “Ideologia de gênero” seja uma criação discursiva do vaticano em resposta às conferências da ONU sobre direitos sexuais e reprodutivos

das mulheres e população LGBTIA⁺ (JUNQUEIRA, 2017; MISKOLCI E CAMPANA, 2017), ela se torna no contexto brasileiro, um movimento, majoritariamente, liderado por figuras públicas evangélicas, como o deputado e ex-presidente da comissão de direitos humanos Marcos Feliciano (PSC), o ex-senador e presidente da comissão parlamentar de inquérito sobre pedofilia Magno Malta (PST), a atual ministra da mulher, família e Direitos Humanos Damares Alves, além dos pastores Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus) e Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo).

É necessário ressaltar, porém, que embora haja uma movimentação política evangélica mais midiaticizada, a maioria dos livros com temática anti-gênero é produzida e distribuída por editoras católicas. Além disso, Aluísio Dantas, ministrante do curso sobre “Ideologia de gênero”, é católico. Em linhas gerais, o movimento católico anti-gênero aparenta ter uma necessidade maior de articulação teórica, a fim de tentar criar uma crítica anti-gênero que não se baseia somente em estudos como também em evidências científicas e acadêmicas. Nesse sentido, o curso etnografado apresenta um apanhado geral das produções anti-gênero que visam “evidenciar as intenções por trás da ‘Ideologia de gênero’”². Há, portanto, através dessa exegese conservadora e fundamentalista do que seria gênero, a tentativa de construir uma crítica destinada aos estudos acadêmicos que debatem gênero e sexualidade, além de alertar sobre os perigos que tais ideologias teriam ao engendrar políticas públicas. A crítica conservadora anti-gênero, portanto, visa não só a crítica ao gênero, como a incitação à mobilização de conservadores e fundamentalistas para a vigilância e combate de políticas públicas que fujam aos padrões daquilo que por eles é entendido por “normal”.

Em suma, além de ter havido uma crescente na produção de materiais anti-gênero, cursos como “A face oculta da Ideologia de gênero” tem visado alcançar um público conservador e tentar explicar quais são as estruturas do pensamento “revolucionário”, ou seja, político progressista, e como as pautas feministas e LGBTQIA⁺ seriam parte de um grande plano conspiracionista dos comunistas. A revolução

2 Fala de Aluísio Dantas retirada da Aula 01 - *Percepção da Realidade e Restauração do Senso Comum (O Problema da Verdade)*.

marxista, como salienta Aluísio Dantas diversas vezes durante o curso, seria, desse modo, um governo neototalitário.

Considerações finais

O termo “ideologia de gênero” ajuda a criar um campo de batalha, em que se travam diversas disputas, mas que, segundo Aluísio, e o movimento anti-globalista fazem parte de uma guerra muito maior. Neste ponto, pode-se dizer que combater a “doutrinação nas escolas”, “pautas gays”, ou “pautas de liberdade sexual e pró-aborto” seriam grandes batalhas, porém, ainda assim, menores e mais fáceis que a grande batalha ideológica, que desvia cristãos do seu caminho através de artifícios “satânicos”³ como a manipulação da linguagem. Nesse aspecto, a “ideologia de gênero” tem se tornado, em uma visão conservadora, um dos pilares principais da agenda globalista a serem combatidos pelos cristãos anti-gênero. A agenda globalista, assim sendo, conseguiria reunir tudo aquilo que ofende a fé cristã segundo esses grupos; quebra do sistema sexo/gênero e das definições binárias e cisheteronormativas de homem/mulher; expansão dos direitos de matrimônio para LGBTIA⁺; novas definições de família, visando incluir famílias não-monogâmicas e homoafetivas; expansão do acesso à contraceptivos e o direito ao aborto. A implementação da “agenda de gênero”⁴, na perspectiva anti-gênero, pode ser compreendida como desde a criação de políticas públicas que levem em consideração gênero como uma perspectiva, ou categoria analítica (Scott, 1995), como também mudanças sociais que projetam no espaço público através das mídias outras possibilidades de sexo, gênero, sexualidade, masculinidade, feminilidade, raça, credo e qualquer outra coisa que possa vir a questionar o discurso hegemônico cristão conservador.

Como ressalta Aluísio Dantas, o foco do movimento de gênero seria o ataque às escolas. Dantas retoma Bourdieu e Althusser como autores revolucionários, para defender a ideia de que, como esses autores já haviam apontado em suas obras, a escola seria um lugar de reprodução das ideologias dominantes. Dito isso, o ministrante

3 Fala de Aluísio Dantas retirada da *Aula 05 - Gênero e Família + Gênero e Pedofilia + Gênero e Educação Sexual*.

4 Para maior aprofundamento no termo “agenda de gênero” ver O’Leary (1997), *Lexicon* (2007).

do curso explicita que as políticas públicas voltadas para a Educação Sexual, seriam, na verdade, uma forma de assumir esse aparelho ideológico do Estado a fim de poder propagar uma nova ideologia, e assim, poder criar no espaço escolar novos militantes e ativistas revolucionários⁵.

A lógica por trás da mobilização contrária à Educação sexual nas escolas, seria que haveria uma erotização infantil, e com isso se atacaria a pureza das crianças, que são descritas como o futuro da Igreja. Além disso, ao desconstruir o ideal de que os papéis de homem e mulher são designados pela vontade de Deus, “os revolucionários” estariam corrompendo a estrutura da família cristã, que representa em si o vínculo com o sagrado. Desse modo, na lógica do pensamento de Aluísio Dantas e de outros autores anti-gênero⁶, o movimento de gênero atacaria toda a estrutura da base cristã, doutrinando crianças, estimulando mulheres a deixar a criação e dedicação às famílias em segundo plano, criminalizando socialmente a masculinidade, impedindo homens de serem homens, e limitando a liberdade religiosa, de pensamento e expressão cristã, em prol de determinados grupos que supostamente seriam minoritários.

O combate à “ideologia de gênero”, portanto, não deve ser tratado apenas de um enfrentamento às pautas feministas e LGBTIA+, mas como uma disputa política-social e epistemológica de noções de acerca dos Direitos Humanos (Bulgarelli, 2020), como também dos direitos de liberdade de expressão, liberdade religiosa e liberdade de pensamento. A “subversão da identidade” como está no subtítulo da tradução de Problemas de gênero (2018) para o português, emerge como uma ameaça a própria identidade cristã que parece se sentir deslegitimizada no exercício de sua fé. A ideia de subverter a identidade aparece como uma tentativa de destruir a identidade cristã-conservadora, em prol de construir uma nova sociedade revolucionária e neototalitária, ou seja, a subversão da identidade cristã

5 Paráfrase da fala de Aluísio Dantas na *Aula 06 – Gênero e Educação*, ao falar sobre o Livro de Althusser (1970) os aparelhos ideológicos do Estado.

6 Aluísio Dantas cita, durante a *Aula 04 Gênero e Movimento Revolucionário + Gênero e Revolução Sexual*, que se baseia no livro *Pontifício Conselho para a família: Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* para poder articular a “agenda de gênero” com a “agenda globalista e de destruição da família”.

seria a pedra angular a ser enfrentada para poder se implantar a “Nova ordem mundial”.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

ALZAMORA REVOREDO, Oscar. **La ideologia de género: sus peligros y alcances**. Lima: Comisión Ad Hoc de la Mujer; Comisión Episcopal de Apostolado Laical, Conferência Episcopal Peruana, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 208 p.

BULLGARELLI, Lucas. Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político’, diz pesquisador. Rosana Pinheiro-Machado. The Intercept Brasil. Entrevista. 20 de Setembro de 2020.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. **Debates contemporâneas sobre a educação para a sexualidade**. Rio Grande, Editora da FURG, p. 25-52, 2017

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, n. 22, p. 111-127, 2001.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. In: **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

O’LEARY, Dale. **The Gender-Agenda: redefining equality**. Lafayette: Vital Issues, 1997

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas. Brasília: Edições CNBB, p. 365-374, 2007.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a 'economia política' do sexo. In: **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. São Paulo: Katechesis, 2011

SCHOOYANS, Michel. **O Evangelho perante a Desordem Mundial**. São Paulo, Grifo, 1997.

O QUE ENSINAM AS FAKE NEWS? GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL BOLSONARISTA

Pâmela Suelen Gama da Cruz

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Contato: gamacruz@
outlook.com*

Homero Dantas Ragnane

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Estadual de Campinas – UNICAMP. Contato: homeroragnane@gmail.
com*

Resumo

Nos últimos tempos houve uma inegável ascensão de um conjunto de pautas agrupadas por uma agenda conservadora e moralista na política brasileira, sobretudo amparada pela polemização de pautas sobre gênero e sexualidade; sendo as discussões em torno da “ideologia de gênero” na educação um poderoso e infeliz exemplo disso. Partindo de um referencial teórico que inclui o debate foucaultiano sobre poder, discurso e controle para refletir sobre alguns dos mecanismos operantes das *fake news* e suas influências nas discussões sobre gênero e sexualidade, este paper se propõe a investigar alguns dos eixos de articulação entre a ascensão da extrema direita na arena política brasileira, *fake news* e gênero e sexualidade. Nesse sentido, consideramos o campo da educação como um privilegiado *locus* no qual essas linhas discursivas de força se articulam e constroem. Através da perspectiva da pedagogia cultural e sua declaração sobre a existência de espaços que produzem conhecimento e que vão além do muro das escolas, considera-se as redes sociais como espaços potencializadores para a criação de discursos que acabam por produzir outras realidades e fabricar subjetividades. Uma primeira conclusão possível seria a de que,

enquanto espaço educativo, as redes sociais vêm influenciando e formando novos saberes que terminam por deixar porosas as fronteiras entre os mundos “virtual” e “real”.

Palavras-chave: ideologia de gênero, *fake news*, pedagogia cultural, bolsonarismo.

Introdução

Com a emergência da discussão feminista e sua consolidação enquanto campo de produção de conhecimento com espaço estabelecido na academia, surgem novos sujeitos políticos com novas pautas e demandas. Contudo, esse movimento acaba por irromper uma reação marcada por formações discursivas conservadoras, autoritárias e supremacistas. Frente a isso, deflagra-se uma verdadeira guerra discursiva em torno dos sentidos sobre gênero.

De um lado a compreensão acadêmica do gênero enquanto fenômeno socialmente construído, assim como o combate às categorias normativas a partir de ferramentas analíticas que possibilitem a produção de novos saberes. De outro lado, a ascensão de uma frente política de extrema direita que articula discursos antigênero lastreados por linhas de força social marcadas por uma cultura judaico-cristã que tem como premissa uma forma de determinismo biológico que legitima a heteronormatividade enquanto algo da dimensão do natural e considera as diferenças sexuais como produtoras de sujeitos desviantes.

Além disso, ao conservadorismo articula-se o argumento a favor da manutenção e preservação da família heterossexual, no qual as pautas feministas figuram como um retrocesso e um verdadeiro perigo à sociedade à medida que defendem agendas desestabilizadoras da heteronormatividade como direitos reprodutivos, o aborto, assim como aspectos da agenda da população LGBTIA+. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a cisheteronormatividade vai sendo posta enquanto norma produtora de modos de existência mais autorizados que outros, vão se articulando atores políticos conservadores provenientes de vários segmentos da sociedade na construção de um *backlash* (uma contraofensiva, por assim dizer) reacionário que busca cercear a atuação destas pautas e discussões questionadoras.

Durante a década de 90 a Igreja Católica denuncia a existência de uma “ideologia de gênero” inerente ao movimento feminista que figuraria em seus âmbitos social, político e acadêmico. O termo foi utilizado no documento da Igreja durante a Conferência Episcopal da Igreja Católica do ano de 1998 que tinha como tema “A ideologia de gênero - seus perigos e alcances” (SCHIBELINSKY, 2020). A partir de então iniciou-se um combate aos estudos de gênero que

apregoa que tais agendas eram uma ameaça a organização católica, pois colocava categorias como “família”, “homem”, “mulher”, “natureza humana” e “sexualidade” em cheque (SCHIBELINSKY, 2020). Ressalta-se que embora o tema tenha sido abordado em 1998, a discussão havia sido fomentada já em 1997 pelo cardeal Joseph Aloisius Ratzinger (MISKOLCI, CAMPAÑA, 2017).

A partir desse momento, o termo “ideologia de gênero” experimenta repercussão global, concomitante à ascensão de governos autoritários e discursos conservadores de extrema-direita. Dessa maneira, o termo “ideologia de gênero” é mobilizado por diversos discursos e agentes políticos em distintos contextos de maneira a construir um espantalho político que buscava mobilizar pânico morais que deslocariam o debate público em torno de gênero e sexualidade progressivamente para à direita em termos reacionários e conservadores.

Keila Deslandes (2020), ao analisar as articulações antigênero transnacionais e, conseqüentemente, sua inserção nos campos políticos e educacionais no começo dos anos 2000, argumenta que após as controvérsias em torno de gênero nas Conferências sobre Direitos Humanos nos anos de 1990 se conformou uma contraofensiva aos usos de gênero na qual se articulavam nas grandes conferências mundiais sobre direitos humanos atores políticos conservadores como a já mencionada Igreja Católica por meio da figura estatal do Vaticano, setores neopentecostais e países islâmicos que buscavam, com essa aliança, “colchetear” (DESLANDES, p. 78) o uso de gênero nos documentos oficiais, ou seja, a cercear seu alcance e impacto políticos. Ela diz

Numa cruzada transnacional, passaram a perseguir a ideia de *gender*, que eles acreditavam se referir a tudo aquilo que possa ir contra as formas históricas da sexualidade macho-fêmea, culminando numa “revolução contra os pressupostos biológicos” e numa insurreição contra os seus limites que, no extremo, impõem uma contradição ao ser humano como obra ou criação divina. [...] Uma formação reativa inicialmente católica, mas que passa a agregar neopentecostais e outras tendências conservadoras religiosas, num discurso contrário a qualquer perspectiva questionadora do patriarcado. (DESLANDES 2020, p. 75).

É a partir desse contexto inter(trans)nacional que se articula o termo “ideologia de gênero” que viria a ser central enquanto eixo articulador das forças apoiadoras do Bolsonarismo no começo da segunda década dos anos 2000. Interessam-nos aqui especificamente as eleições brasileiras de 2018 que levaram Jair Messias Bolsonaro à cadeira presidencial. É importante ressaltar que o cenário político brasileiro já passava por uma convulsão social, política e econômica desde as manifestações maciças de junho de 2013 que instauram um outro momento político na história brasileira.

Além disso, também os processos que culminaram no golpe sofrido por Dilma Rousseff, então presidenta, por meio de um golpe de estado dado através de um *impeachment* precariamente embasado. Também é importante registrar o avanço do que veio a ser conhecido como a bancada evangélica que foi se constituindo por uma articulação entre vários partidos políticos conservadores, majoritariamente composto por homens cristãos e neopentecostais, diga-se de passagem (SCHIBELINSKY, 2020) em concordância com as movimentações políticas analisadas por Deslandes (2020) no cenário internacional.

Referencial teórico

A análise foucaultiana acerca da ordem do discurso pode nos auxiliar a compreender o impacto da mudança desses campos discursivos. Assim sendo, o filósofo elenca grupos de procedimentos que acabam por controlar a proliferação dos discursos. Interessam-nos aqui os mecanismos que determinam “as condições de seu funcionamento [o discurso], de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Tais condições irão permear regiões discursivas, tornando-as ora penetráveis, ora proibidas através de restrições que irão determinar quem fala, onde fala, para quem e por quê.

Para Foucault (2017) a formação de um saber não está relacionada a um poder soberano garantido por um sistema como, por exemplo, o Estado. O filósofo compreende o poder enquanto “a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte” (FOUCAULT, 2017, p.100). Embora tenhamos a percepção de que

existem instituições totalitárias que gerenciam quem tem o poder e quem não tem, este sistema pode ser visto enquanto as formas terminais de cadeias que são geradas pelos jogos discursivos intrínsecos às relações de poder. Assim este sistema finda por possibilitar que determinados pontos nodais se tornem inteligíveis. É possível apontar através da perspectiva foucaultiana que o poder não é algo que se tem, mas sim algo que se exerce a partir de inúmeros lugares e em todas as relações.

A fim de argumentar sobre os mecanismos de controle, Michel Foucault (2014) falará sobre a “sociedade de discurso: nesta, o número dos indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido” (p. 39). Em contrapartida, Foucault ressalta que as doutrinas - sejam elas políticas, religiosas ou filosóficas - podem ser compreendidas como o inverso da sociedade do discurso, ou seja, “a doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem suas pertencas recíprocas” (FOUCAULT, 2014, p. 39-40).

Dessa maneira, é partindo das reflexões foucaultianas acerca do poder, das dinâmicas discursivas e dos mecanismos de controle é que fundamentamos os possíveis tensionamentos das *fake news* sobre gênero e sexualidade sobretudo mobilizadas sob a égide nefasta da “ideologia de gênero” e seus possíveis desdobramentos na arena política brasileira que findaram por deslocar todo o espectro da política brasileira para mais à direita.

Metodologia

Esse *paper* se serviu metodologicamente de uma revisão bibliográfica com vistas a concatenar as discussões conceituais em torno dos feminismos enquanto produção de conhecimento, as reflexões de Michel Foucault sobre as articulações entre saber e poder, as *fake news* enquanto nó no qual se envolvem essas dinâmicas e as discussões da pedagogia cultural explorando as nuances pedagógicas que as *fake news* sobre gênero e sexualidade adquirem quando se inserem nos processos de produção de verdade acerca desse debate. De maneira geral, a metodologia dessa reflexão é o tensionamento e cotejamento desses conceitos com a finalidade de produzir uma reflexão conjuntural da articulação desses campos da topografia social.

Resultados e discussão

É possível afirmar sem muito medo de errar que as redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram mostraram-se como um novo espaço social de produção de discursos políticos à medida em que possibilita novas dinâmicas de organização política a partir de novos movimentos de trocas de informação, nos quais o sujeito pode participar ativamente dos debates engendrando novos discursos e rearticulando as relações de poder. Em outras palavras, ao instaurar um espaço com outras possibilidades de articulação política, as redes sociais fazem emergir novos enquadramentos e sujeitos políticos.

Em seu célebre texto “Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX” de 1985, Donna Haraway (2019) define-o enquanto a fronteira entre a ficção científica e a realidade social, mostrando-se como uma guerra na qual estão em jogo os territórios de (re)produção e imaginação de novas realidades possíveis. Dessa maneira, as mídias sociais podem ser consideradas como territórios a serem explorados e que ensejam ao sujeito estratégias de agenciamento e subversão dos pontos nodais da ordem do discurso.

Entretanto, paralelamente ao seu alcance de disseminação, as mídias sociais podem ser consideradas problemáticas à medida em que também se prestam a um espaço facilitador da circulação de *fake news*, isto é, são territórios discursivos nos quais a regulação do conteúdo produzido e circulado se encontra em estado incipiente¹. Assim, se aproveitam da confiabilidade construída pelos meios de comunicação tradicionais e se proliferam as notícias falsas usadas para manobrar as bases de apoio político dos atores políticos em torno de pautas ou objetivos específicos.

Pensando nos efeitos desses movimentos, se desenha uma outra articulação. A declaração da existência de campos pedagógicos que

1 Para além disso, é preciso também que entendamos o real alcance da influência política que as redes sociais são capazes de mobilizar efetivamente. Com apenas uma ligeira mudança no *layout* do *feed* de notícias, o Facebook foi capaz de levar 300 mil pessoas para as cabines de votação dos EUA, 100 mil pessoas a mais do que o montante responsável de votos que causaram a vitória de Joe Biden nas últimas eleições do país. Mais informações podem ser conferidas nesta matéria da BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37961917> Acessado em 11/05/2021.

vão além do muro das escolas pode causar um estranhamento inicialmente para quem não está familiarizado com as discussões do campo da Educação; isto porque confunde-se a ideia de educação com a de escolarização formal. Contudo, existem outros espaços que são considerados produtores de conhecimento. Portanto, ressalta-se a importância de observarmos atentamente outros espaços nos quais essas dinâmicas se realizem especialmente as mídias sociais (SABAT, 2001).

As inúmeras produções realizadas pelas mídias acabam por produzir discursos com força de verdade e acarretam processos de modulação de condutas. Dessa maneira, além de poderem ser vistas como espaços articuladores de fluxos e mecanismos de controle, para usarmos o léxico foucaultiano, as mídias sociais possuem uma vastidão de processos educativos que perpassam as relações entre os sujeitos por meio da disseminação de notícias, entrevistas e pesquisas.

O debate acerca da pedagogia cultural ressalta o impacto das produções cinematográficas, musicais, teatrais e jornais como aparatos culturais que afetam diretamente a formação dos sujeitos. É preciso reiterar a ideia de que os processos educacionais formativos das subjetividades não ocorrem somente confinados entre as paredes da escola, conforme dito anteriormente. Cotidianamente, as vidas dos sujeitos são atravessadas por diversos fluxos subjetivos agenciados por diferentes produções da indústria cultural que, estabelecendo conexões curriculares com a escola ou não, produzem impactos pedagógicos e instauram processos de aprendizagem. Ocorre assim, por exemplo, no *feed* de uma rede social na medida em que ele nos possibilita ver notícias, lançamentos de filmes, séries e teatros, músicas, matérias sobre diversos temas que influenciam diretamente na formação de opiniões e posições.

Ao debater sobre o papel da educação, Duarte (2002) ressalta que o processo educativo carrega ocorre em profunda negociação com as formas de socialização. Portanto, a construção dos saberes escolares, decorrida do encontro dos sujeitos no espaço escolar, ocorre em um diálogo, frequentemente tácito e invisibilizado pelos currículos e práticas, com linhas de força socioculturais exteriores às dinâmicas escolares, mas que, por assim dizer, pulam os muros da escola. As redes sociais vêm se mostrando altamente capazes de formar sujeitos ao servir como um sistema que engloba inúmeros aplicativos, entendidos enquanto territórios discursivos, possibilitando o compartilhamento de informações e a realização de processos de organização.

As redes sociais enquanto um espaço de produção de conhecimento e de trocas é altamente pedagógica, influenciando diretamente na tomada de posições dos sujeitos sobre as questões sociais, atualidades, sentimentos, relações interpessoais e questões que são constantemente debatidas; entre elas, a sexualidade, família e os processos de subjetivação.

Assim, para alinhar a discussão, é possível considerar que de através de uma espécie de genealogia tácita, um documento confeccionado ao final do século XX denunciando os perigos elevados de uma suposta “ideologia de gênero”, e a reação da Igreja Católica ao reafirmar o essencialismo e o binarismo de gênero, repercutiu globalmente servindo como fio condutor em articulação com outros discursos conservadores de uma extrema direita ascendente a fim de criar *momentum* político para tentativas de consolidação de regimes autoritários que encampam pautas conservadoras. Especificamente no contexto social brasileiro, as *fake news* disputaram os sentidos sobre as manifestações de junho de 2013, bem como contribuíram para o golpe sofrido por Dilma Rousseff, além de ser a principal ferramenta no período eleitoral de 2018, no qual o então candidato, Jair Messias Bolsonaro, distorceu inúmeros acontecimentos ao afirmar a existência da “ideologia de gênero”, kit-gay, mamadeira de piroca surfando no pânico moral gerado de maneira a conquistar segmentos conservadores da sociedade, sobretudo os neopentecostais.

Considerações finais

O mundo virtual vem se mostrando altamente capazes de formar cidadãos ao servir como um sistema que engloba inúmeras redes sociais, possibilitando o compartilhamento de informações acerca de todo o universo cultural, enquanto um espaço de produção de conhecimento e de trocas, é altamente educativa, influenciando diretamente o que pensamos e sentimos sobre questões que atravessam o oceano social.

A possibilidade de criar narrativas, compartilhar e posicionar-se contra ou a favor de determinadas discussões, da margem para que ocorra a (des)legitimação de identidades culturais, podendo ocorrer tanto a defesa quanto o ataque em inúmeras discussões. Não é à toa que diariamente as notícias tomam conta de redes sociais, pois um acontecimento repercute em questão de segundos, tornando-se uma

pauta a ser debatida entre grupos, ocasionando uma guerra discursiva onde aparentemente pode-se de tudo, como se o mundo virtual fosse um espaço a ser ocupado por todos, pois não existe lei e, portanto, consequências ou responsabilidades. Entretanto, ainda assim todas as discussões realizadas repercutem no mundo real ao embasar posicionamentos, ressaltar os valores de todos os cidadãos, influenciando diretamente os nossos e modos de ver e estar no mundo.

Referências

DESLANDES, Keila. Yo no creo em las brujas, pero que las hay, las hay: pânicos morais sem fronteiras e formação do campo político e educacional antigênero no Brasil da virada do século XX. In: **Gênero e educação: 20 anos construindo conhecimento**, 1. Ed., Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2020.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 128 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-743, set./dez. 2017.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

SCHIBELINSKY, Diego. “Isso é coisa do capeta!”: O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 15-38, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>. Acesso em: 8 mar. 2021.

CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DE BICHA(S) PRETA(S): MARCAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA ESCRITAS NO YOUTUBE

Pedro Augusto Pereira

Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, pedroaecp@gmail.com;

Tamires Ferreira Coêlho

Professora orientadora. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FCA, UFMT, tamiresfcoelho@gmail.com.

Resumo

Este texto analisa as experiências de elaboração de si de Murilo Araújo e Samuel Gomes em seus canais no YouTube, “Muro Pequeno” e “Guardei no Armário” respectivamente, com foco nas narrativas referentes às marcas da violência e de resistência às opressões. Utilizamos uma perspectiva teórico-metodológica orientada pela “escrita de si” de Margareth Rago (2013), tensionada e ampliada pelo pensamento de Grada Kilomba (2019) em uma articulação interseccional. A partir da reflexão sobre os lugares de fala (RIBEIRO, 2017) de Murilo e Samuel como bichas pretas, um lugar social marcado por múltiplas opressões, entre o objeto e o abjeto (COSTA, 2017), compreendemos que os dois youtubers, embora elaborem principalmente sobre si, o fazem de uma forma também coletiva. Eles não buscam representar os outros, ou falar pelos outros, mas sua luta por voz toca muitos que guardam, em suas trajetórias, questões semelhantes, esperando para serem faladas. Ter direito à voz é ter direito à existência. As narrativas desses sujeitos se constituem em falar apesar de tudo, em uma atitude de enfrentamento e

rompimento com fluxos silenciadores heteropatriarcais brancos marcada por um compromisso de parrésia (RAGO, 2013), possibilitando novos modos de (re)existência dos corpos bichas, negros e reivindicando outras possibilidades de masculinidade.

Palavras-chave: Escrita de si, bichas pretas, masculinidades, subjetivação, parrésia.

Introdução

“Muro Pequeno” e “Guardei no Armário” são dois canais no YouTube criados e administrados por homens gays negros (ou bichas pretas), respectivamente Murilo Araújo e Samuel Gomes. Neste trabalho analisamos esses canais, em atividade desde 2015, pensando neles como uma forma de escrita audiovisual pela qual os autores se apropriam da plataforma YouTube para elaborar e compartilhar narrativas de resistência às violências e opressões que incidem sobre eles por conta de seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Utilizando como orientação teórico-metodológica o conceito de escrita de si desenvolvido por Margareth Rago (2013), buscamos um olhar para o YouTube que difere da abordagem recorrente sobre a celebração ou mera publicização da vida privada, tampouco é este o foco dos canais analisados. De outro modo, compreendemos a escrita audiovisual de Murilo e Samuel como atravessada por um compromisso de parrésia (RAGO, 2013) – falar apesar dos riscos em fazê-lo –, bem como ampliamos a ideia de escrita de si a partir do pensamento de Grada Kilomba (2019), para quem a escrita é um ato de resistência daqueles que não podem falar, sujeitos subalternizados (SPIVAK, 2014). Assim, assumimos a escrita dos dois youtubers como sendo tanto individual quanto, em alguma medida, coletiva, uma “escrita da gente”.

Recorremos a perspectivas interseccionais a partir de Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2011) para compreender melhor o lugar social, ou os lugares de fala (RIBEIRO, 2017), a partir do qual Murilo e Samuel enunciam. Ambos são homens gays negros e que identificam a si próprios como bichas pretas. Desse modo, suas existências estão atravessadas por uma série de opressões indissociáveis, como os efeitos do racismo e da homotransfobia. É fundamental para este trabalho a reflexão sobre esses fluxos de opressão e silenciamento múltiplos a partir de um referencial teórico de pesquisadores/as racializados/as e/ou LGBT, sendo a construção desse referencial ela própria atravessada (e dificultada) pelos fluxos que definem quem pode e quem não pode falar (RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2014).

Quem pode falar? Quem produz conhecimento tido como “norma”? Homens brancos cisgêneros e heterossexuais. Segundo Grada Kilomba (2019, p. 75-76) o racismo (assim como o colonialismo)

está definido pela construção da branquitude como norma, marcando pessoas não brancas como diferentes, como o Outro/a, estabelecendo uma hierarquia baseada em estigmas que coloca o branco como superior. Além disso, essa construção vem acompanhada pelo poder – histórico, econômico, social e político –, configurando a supremacia branca, algo que já era apontado décadas atrás por Lélia Gonzalez. A partir de reflexões de Fanon, Gonzalez explica que “a desalienação do negro está diretamente vinculada à tomada de consciência das relações socioeconômicas” (1991, p. 5).

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Como aponta a abordagem interseccional, as diferentes opressões que atravessam os lugares de fala (RIBEIRO, 2017) de Murilo e Samuel são indissociáveis e se afetam mutuamente. A supremacia branca é também masculina e cis-heteronormativa. Precisamos deixar claro que o lugar de poder reservado aos homens cisgêneros brancos heterossexuais não é acessível (ao menos não integralmente) aos homens negros, aos gays, aos gays negros ou às bichas pretas. Fanon (2008, p. 26) diz: “o negro não é um homem”, isso porque o modelo de masculinidade hegemônica baseado na dominação e na virilidade (BOURDIEU, 2012; GROSSI, 2004) toma como referência o homem branco. Homens negros encontram-se aprisionados em estereótipos racistas de animalização, infantilização e sexualização (GONZALEZ, 1984). Em um trabalho anterior, refletimos, a partir de Túlio Custódio (2017):

Enquanto a virilidade de um homem branco pode ser sustentada por outras vias – sucesso financeiro, agressividade nos negócios – do homem negro apenas se espera a violência, que sejam “durões” e dotados – inclusive de órgãos sexuais avantajados – apenas de “qualidades” (hetero)sexuais. O “poder” de ter um pênis, para o homem negro, é ilusório e, na verdade, objetifica esse homem. Apenas o pênis é validado, não o homem negro [...] (PEREIRA; COELHO, 2020, p. 137).

Carlos Henrique Lucas Lima (2017, p. 170) explica que o padrão de corpo-subjetividade desejado “para a nação brasileira” é fundado na branquitude e na heterossexualidade viril (masculina). Mesmo dentro da “comunidade gay”, vemos a reprodução desse padrão corpo-subjetividade a ser valorizado e desejado e a consequente exclusão dos homens gays negros, dos gays “afeminados”, das bichas pretas. Forma-se então uma “dupla asfixia” (CARNEIRO, 2011) sobre as bichas pretas que guarda semelhanças com o que ocorre com as mulheres negras diante do heteropatriarcado branco. A bicha preta se encontra, então, segundo Alan Costa (2017), entre o objeto e o abjeto.

Objeto, caso se aproxime do ideal de homem negro fetichizado, ativo, de pênis avantajado e virilidade imponente. Já o lugar do abjeto é destinado a todas aquelas bichas pretas que se distanciam da expectativa de virilidade extrema posta sobre homens negros. Quanto mais os gays negros se distanciam da expectativa de masculinidade imposta sobre eles, mais se aproximam do lugar de abjeto: “se não for viril, se não for dotado, se for afeminado, se não for ativo, se for gordo, quanto mais distante do padrão de beleza” (COSTA, 2017). Desse modo compreendemos que o lugar das bichas pretas se aproxima daquele definido por Grada Kilomba (2019) como “outro do outro”, tendo seu direito à existência e à voz absolutamente negado, mesmo dentre outras pessoas subalternizadas que lhes são próximas. (PEREIRA; COELHO, 2020, p. 138).

Embora o direito à voz seja negado às bichas pretas, as experiências de Murilo e Samuel em seus canais deixa claro que há esforços desses sujeitos em desafiar essas lógicas – como não poderia deixar de ser. Os caminhos metodológicos para nossa análise se baseiam no processo de resistência e subjetivação por meio da escrita.

Metodologia

A escrita de si, como proposta por Margareth Rago (2013), consiste em uma elaboração sobre si na qual o sujeito se abre ao devir, à possibilidade de ser outro do que se é. A autora parte da abordagem de Foucault sobre as práticas de liberdade e das artes do cuidado de si, assim, a escrita de si não se trata de uma simples autobiografia,

tampouco de um viés confessional. Na escrita de si, há uma abertura ao outro (que lê) e à reelaboração da subjetividade, sem a imposição de hierarquias ou poder de sujeição no processo.

Trata-se, antes, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo. Assim, o eu de que se trata não é uma entidade isolada, mas um campo aberto de forças; entre o eu e o seu contexto não há propriamente diferença, mas continuidade, já que o “indivíduo se autoconforma a partir da relação com os outros, em uma experiência voltada para fora”, como observa Orellana (2008, p. 480). Nessa perspectiva, as tecnologias de si que objetivam o sujeito são problematizadas como formas de sujeição, ao vincular o indivíduo estreitamente à sua identidade, enquanto nas técnicas de si aqui trabalhadas há um movimento ativo de autoconstituição da subjetividade, a partir de práticas da liberdade (RAGO, 2013, p. 52).

Nesse processo de (re)elaboração, o sujeito assume um compromisso de parrésia (RAGO, 2013), sendo necessário assumir uma relação com a verdade na qual se elabora, se enuncia, ainda que isso implique riscos – por vezes ameaças à própria vida. O YouTube é um espaço no qual, assim como na sociedade em geral, circulam diversos discursos de ódio e fluxos de silenciamento e opressão de sujeitos subalternizados (SPIVAK, 2014) como Murilo e Samuel. Ao escolherem se apropriar dessa plataforma, ambos se abrem aos riscos, no entanto, essa ameaça a suas existências, a negação de seu direito à voz, existiria ainda que eles não “se expusessem”, pelo simples fato de serem quem são, de seu lugar social/de fala (RIBEIRO, 2017) como bichas pretas no Brasil.

Compreendemos, então, a escrita de si e o compromisso de parrésia (RAGO, 2013) de Murilo e Samuel como processos de subjetivação e de resistência aos fluxos de opressão que incidem sobre eles. Em diálogo com Grada Kilomba (2019), passamos a compreender a escrita como tendo potencial de descolonização, de tornar-se autor da própria história e falar por si, em uma “passagem de *objeto* a *sujeito*” (grifos da

autora durante as menções destas palavras na obra)¹. Kilomba (2019) compreende o colonialismo como silenciamento, um processo que gera um trauma profundo em todos os sujeitos que a ordem colonial estabelece como Outro/a e mais ainda sobre aqueles/as que se encontram em um (não) lugar de Outro/a do Outro/a. A descolonização é a reparação desse trauma, um processo que não se dá apenas de forma individual, mas que possui dimensão coletiva.

Por seu lugar de fala, e consciência sobre ele, o sujeito em lugar de opressão não apenas elabora sobre si, mas também sobre os outros que compartilham desse lugar de fala. A “elaboração de si” não deixa de ser uma “elaboração do grupo”, a “escrita de si” é também uma “escrita da gente”. Ainda assim, não podemos considerar Muro Pequeno ou Guardei no Armário como representações de todos os gays negros brasileiros. Fazer isso seria reforçar uma imposição racista/homofóbica sobre ambos. Nossa abordagem compreende a coletividade que se apresenta juntamente com a individualidade: falar e ser escutado, reverberar reivindicações e visibilizar opressões nas redes, é desestabilizar silenciamentos destinados a essa coletividade. (PEREIRA; COELHO, 2020, p. 133-134).

Falar, ter voz, implica ser ouvido e reconhecido enquanto interlocutor, reconhecendo também o outro como interlocutor e, portanto, sujeito, em vez de objeto. Murilo e Samuel buscam resistir não apenas por si, mas também por outros que ocupam lugares de fala semelhantes aos seus. Mais ainda, buscam falar principalmente com esses sujeitos. Essa “escrita da gente” compreende a possibilidade de subjetividades que são também coletivas e abrem a possibilidade para que outros possam se tornar sujeitos (hooks, 1989 apud. KILOMBA, 2019).

Buscamos, então, nos abrir à escuta dessa “escrita audiovisual da gente”, falar com Murilo e Samuel em seus canais, em sua (re)elaboração sobre as marcas da violência, do trauma colonial, da supremacia branca cis-heterossexual masculina, bem como da possibilidade de luta e resistência, ao mesmo tempo individuais e coletivas, a essas

1 Escolhemos manter esses destaques em itálico em respeito à escolha da autora por essa forma de grafar os termos explícita em sua carta à edição brasileira do livro (KILOMBA, 2019, p. 11-21).

lógicas de opressão. Nas palavras de Lélia Gonzalez (1984, p. 225): “o lixo vai falar, e numa boa”.

Resultados e discussão

Em atividade desde 2015, o Muro Pequeno e o Guardai no Armário dificilmente – ou de forma alguma – poderiam ser analisados em sua totalidade para qualquer pesquisa. Desse modo, guiados pela ideia da “escrita da gente”, optamos por analisar trechos dos relatos em vídeo de Murilo e Samuel contidos em *playlists* organizadas pelos próprios autores, disponíveis nos canais². Essas *playlists* foram selecionadas a partir das descrições encontradas na sessão “Sobre” de cada canal. Para o Guardai no Armário foram considerados os vídeos contidos na *playlist* “Chá com S”, que reunia praticamente todos os vídeos focados na fala de Samuel à ocasião. Para o Muro Pequeno, com mais vídeos focados na fala de Murilo, consideramos o conteúdo de quatro *playlists*³, dando preferência aos vídeos contidos em mais de uma dessas. Passamos, então, ao diálogo com os relatos dos *youtubers*:

Morar na periferia não quer dizer que você convive todos os dias com a violência, mas, de fato, você naturaliza um monte de violências [...]

Do tipo, no ano novo, você ir para cima da laje para você ver os fogos e, depois de um tempo, seus familiares mais velhos falarem “olha, não fica muito tempo em cima da laje, porque você não sabe o que que é tiro e o que é fogos”. [...]

Para dizer que a violência não tava só no ver, a violência também chegou próximo de mim quando eu perdi um amigo que foi alvejado por tiros de alguns meliantes que até hoje eu não sei quem foi e provavelmente a família também não sabe, e isso me afetou muito. Então, você imagina você crescer dentro dessa realidade, né? (SAMUEL, 5 abr. 2019).⁴

2 Considerando os canais como estavam organizados até fevereiro de 2020, período de realização destas análises.

3 1) “Viadagens, diversidade, LGBTfobia e militância”; 2) “AFROntamentos e recortes raciais”; 3) “Tretas, debates e problematizações” e 4) “Sexo, amores e relacionamentos”.

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ypfhPWWSoCc>.

Quando Samuel fala sobre a violência e, em especial, sobre a perda de um amigo em função da “violência urbana” – que, na estrutura racista, afeta mais as pessoas negras –, ele narra um choque violento (KILOMBA, 2019), marcado como um dos elementos fundamentais que compõem o trauma colonial. Ao narrar sua convivência com a violência e morte de seu amigo, Samuel não tem, portanto, objetivo autobiográfico. Ele narra esses fatos como uma forma de enfrentamento (RAGO, 2013) daquilo que silencia tanto ele quanto outros. Também em sua narrativa percebemos a exposição de si, de suas fragilidades e uma elaboração constante sobre elas. Expor suas vulnerabilidades, sendo um homem negro de pele escura, quebra a expectativa de masculinidade (racializada) colocada sobre Samuel (CUSTÓDIO, 2017; GONZALES, 1984), baseada no aprisionamento do homem negro a seu corpo físico, sem espaço para fragilidade ou emoção. Dizer publicamente “isso me afetou muito”, em si, já se configura em uma forma de elaboração de si que se opõe a um modelo imposto.

[...] depois que eu me descobri gay, que eu comecei a tentar construir as minhas relações e que eu sentia a experiência de exclusão mesmo dentro da comunidade gay [...] a gente começa a descobrir que não era assim tão bonito e que, na vivência, no cotidiano, que eu ainda experimentava um monte de outras exclusões, que eu ainda experimentava um monte de outras dificuldades que tinham uma origem que eu não conhecia ainda. Eu fui entender que origem era essa muito depois, que foi quando eu descobri que era uma pessoa negra e que as coisas que eu vivia, o preterimento, a solidão, a exclusão de alguns espaços, o silenciamento da minha voz algumas vezes... eu entendi que eu não passava por isso sozinho e aí foi que eu entendi: “ah, é por isso, porque eu sou negro, vem daí essas outras coisas” e como essas coisas tavam profundamente entranhadas em mim a ponto de eu achar que o fato dos outros garotos não me desejarem era porque eu realmente era esquisito, era porque eu realmente não era digno de afeto, de desejo, porque eu não era bonito o suficiente, porque eu não era bom o suficiente, porque eu não era

interessante o suficiente. Essas coisas todas me marcaram muito. (MURILO, 20 nov. 2017).⁵

No relato, Murilo também conta que seu processo de tomada de consciência de ser uma pessoa negra se deu quando já estava no YouTube, com o Muro Pequeno e que o canal colaborou com o processo. O que queremos chamar atenção, no trecho acima, é que o relato de Murilo ilustra comportamentos racistas dentro da chamada “Comunidade LGBT” e nos movimentos sociais associados a ela. Aqui percebemos um recorte do racismo que afeta as bichas pretas e as coloca, de forma semelhante – mas não idêntica ou equivalente – à mulher negra como o outro do outro (KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017), excluído entre os excluídos, silenciado entre os silenciados.

Murilo diz: “eu entendi que eu não passava por isso sozinho”. “Piadas” racistas e silenciamento são violências enfrentadas diariamente por pessoas negras, sejam LGBTs ou não. Os relatos demonstram que foi importante dar nome a essas violências, identificá-las como racismo, para que Murilo pudesse enfrentá-las e compreender que a culpa não era sua. Nesse sentido, a avaliação desses episódios por Murilo se constitui em uma prática de liberdade (RAGO, 2013), desnaturalizando a violência, identificando sua origem em um sistema opressor, em relações de poder. Fazer isso publicamente tem potencial libertador para outras pessoas negras, e que talvez sequer se saibam negras, compreendam que também não passam por isso sozinhas e que a culpa não está nelas.

Precisa ver o escândalo que as pessoas fazem quando eu digo pra elas que eu não troco *nude*⁶, por exemplo, nem em aplicativo de pegação. Isso quando eu uso aplicativo de pegação. “Nossa, mas ele é muito puritano, ele não usa aplicativo. Nossa, mas ele é muito santinho, ele não manda nude.” Mas aí as pessoas não fazem ideia do quanto fica chato você se sentir transformado em fetiche absolutamente todas as vezes que você troca uma nudezinha⁷ com a pessoa. Chega uma hora que cansa. Chega uma hora que fica nocivo. Chega uma hora que você começa a sentir mal com o seu corpo por causa disso. Então não é

5 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OD1hK6PiDZQ&t=318s>.

6 Fotos nas quais a pessoa aparece completamente sem roupa, nua.

7 Diminutivo de *nude*

uma questão de ser puritano, é uma questão de cuidar de mim. Essas coisas não tavam sendo legais e eu resolvi colocar um freio nelas. Acho mais do que justo (MURILO, 3 jun. 2016).⁸

A fetichização também é uma forma de objetificação que pessoas negras experimentam com uma grande frequência. Vale marcar aqui, mais especificamente, a objetificação dos homens gays negros/bichas pretas dentro da “comunidade gay”, colocados/as entre o objeto e o abjeto (COSTA, 2017).

Esse comportamento objetificador e sexualmente predatório que muitos homens gays – e héteros – praticam, passa pela construção da masculinidade predatória e violenta (BOURDIEU, 2012; GROSSI, 2004), entendida como tóxica (CUSTÓDIO, 2017). Murilo também traz em seu canal o relato de um abuso sexual sofrido por ele em um vídeo com o título “SOBRE CULTURA DO ESTUPRO (E O QUE GAYS TEM A VER COM ISSO)”. No vídeo, Murilo conta sobre uma postagem de um amigo no Facebook utilizando a #meuamigosecreto⁹, voltada para pessoas LGBT. Incluímos aqui um alerta de gatilho de violência sexual quanto ao relato reproduzido abaixo.

O meu amigo segurou os meus braços e me prendeu, pra impedir que eu me movesse, e sentou no meu pau, sem camisinha, contra a minha vontade, por mais que eu pedisse pra ele não fazer aquilo [...]

E aquilo foi extremamente desagradável e por muito tempo eu me senti culpado por estar sendo irresponsável com a minha própria transa e, quando eu dividi com alguns amigos essa história, eu omiti que eu tinha sido agredido no processo, porque eu tinha certeza que muita gente ia dizer o que vocês provavelmente estão pensando agora: “Ai, você deixou porque você gostava, você também queria, você também deve ter curtido.” E isso é extremamente desagradável e, um alerta: isso é reprodução da cultura do estupro.

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7CNINQJoleU&t=83s>.

9 Hashtag criada no final de 2015, fruto de uma construção coletiva e espontânea nas redes sociais, em que milhares de mulheres denunciaram situações violentas e abusivas praticadas por pessoas próximas, alguém que poderia ser sorteado em uma dinâmica de amigo secreto. A circulação da hashtag, transformada em campanha, levou a um aumento significativo de denúncias à Secretaria de Políticas para Mulheres (LARA et al., 2016) e abriu espaço também para que pessoas LGBT trouxessem relatos.

Ninguém gosta disso. Ninguém pede pra passar por isso. Isso não é agradável pra ninguém.

Enfim, essas coisas todas são horríveis, esses relatos [lidos anteriormente no vídeo] são muito graves e eu acho que essas coisas todas falam por si. Eu não preciso ficar fazendo muitas discussões aqui pra gente entender o quanto é importante que a gente comece a falar sobre esse assunto, o quanto é importante que a gente quebre o silêncio sobre esse tipo de violência. (MURILO, 1 dez. 2015, grifo nosso).¹⁰

Quebrar o silêncio demonstra novamente um enfrentamento e uma exposição ao outro. Murilo diz, ele mesmo, que “muita gente ia dizer o que vocês provavelmente estão pensando agora” (2015). Ele sabe a que tipo de julgamento está se expondo e quais novas violências pode enfrentar por expor isso publicamente, assim sendo, seu relato se configura em uma forma de “parresía” (RAGO, 2013). Ao mesmo tempo, Murilo se aproveita de sua visibilidade para falar de um assunto grave e frequentemente silenciado: a cultura do estupro como parte da construção da masculinidade tóxica, além do reflexo disso na “comunidade gay”.

O enfrentamento e a resistência a uma construção de masculinidade extremamente restrita também se vinculam à aparência e às possibilidades de existir, como mostram relatos de Samuel.

Você tem que ser igual às outras pessoas, você tem que se moldar ao que eles querem. As mulheres precisavam ter cabelos crescidos, os homens cabelos curtos... os homens não podiam usar barba, no máximo um bigode. [...] Quem já foi na minha academia sabe como é que eu era, eu não escondo as fotos de como eu era, e eu não tinha referencial [fora da igreja] (SAMUEL, 22 mar. 2019, grifo nosso).¹¹

O fato de Samuel relatar essas imposições estéticas que vivia na igreja se apresentando em vídeo com os cabelos longos trançados em dreads e usando barba marca um rompimento com essas imposições com as quais conviveu desde o início da vida, e que teriam

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQJ6hTFVKS4&t=33s>.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7UVO9aagI3I&t=7s>.

sido repreendidas – inclusive publicamente – na igreja. No caso de Samuel, sua escolha estética por cabelos longos e barba crescida não necessariamente o expõe à violência homofóbica, mas marca uma reconstrução de sua subjetividade (RAGO, 2013), distanciando-se das regras da igreja e fazendo escolhas próprias, tornando-se sujeito (KILOMBA, 2019). Além do uso de acessórios hegemonicamente considerados “inapropriados”, o próprio corpo torna-se um instrumento de resistência e de luta.

Nos padrões impostos pela sociedade, o cabelo mantido curto é, ao mesmo tempo, uma forma de “disfarçar”, de domar, características próprias do corpo negro, como um reforço de padrões de gênero. São aspectos emblemáticos de forças que tentam apagar as características do corpo negro, do corpo gay, que tentam delimitar e normatizar como os corpos devem se portar e se apresentar. Ao se rebelar, o corpo abre oportunidades para o risco da violência, mas também para experiências de vida mais livres, ou menos restritas. Essa reconstituição de si também aparece compartilhadas com outros ao mostrar publicamente suas fotos do passado, ainda seguindo os padrões estéticos da igreja.

Eu posso dizer que havia em mim uma repetição de padrões. Imagina você viver durante 23 anos na sua vida indo pra uma igreja e aí você sai, sem ter um amparo nenhum porque o único amparo que eles falam é: “você pode ser gay, desde que você não transe, desde que você vire um ‘eunuco’, ou que você não conte pra ninguém, ou que você não case, ou que ninguém fique sabendo, ou que você case [com alguém do gênero oposto] e tenha uma vida dupla sem que ninguém saiba”... E nada dessa opções que eles me ofereciam era o que me faria ficar feliz. (SAMUEL, 3 mai. 2019).¹²

Da mesma forma que em relação à sua aparência e escolhas estéticas, Samuel relata a repetição de padrões impostos a ele por sua vida na igreja, porém, ao contrário da aparência, ele deixa claro que as “opções disponíveis” para existir enquanto homem gay dentro da

12 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Co3M6-WqeEY>.

igreja inviabilizariam sua felicidade. Viver “uma vida dupla”, não dizer a verdade, é relatado por

Samuel como algo que lhe impediria de ser feliz, de viver plenamente. Samuel demonstra um compromisso consigo mesmo, com uma verdade própria e com não esconder essa verdade. Ainda que consciente dos riscos de sua exposição – ser um homem gay e viver sua sexualidade/afetividade abertamente – ele também deixa claro que, de outro modo, não viveria feliz. O rompimento com os padrões que o oprimiam é demarcado por Samuel não apenas como resistência, mas também como cuidado de si (RAGO, 2013), possibilitando “ficar feliz”, uma existência mais plena, ainda que sob risco.

Considerações finais

Os relatos de Murilo e Samuel descrevem a vivência das bichas pretas entre o objeto e o abjeto (COSTA, 2017). Eles se vêem inseridos em uma cultura que tem por objetivo fazê-los se odiar e, mais ainda, relatam ter de fato se odiado por muito tempo. Identificar que não se tem relação com aquilo dito como bonito, que é desejável, que é digno de afeto – ou seja, a norma – compõe a experiência de estar no lugar de outro do outro (KILOMBA, 2019). A negação de uma vida afetiva também opera como uma forma de violência e silenciamento, seja pela imposição religiosa ou pela imposição de padrões de beleza restritos que não valorizam a diversidade de corpos.

Nesse sentido, é importante problematizar as pressões sofridas no âmbito da aparência. O que é bonito, merecedor de amor e afeto, não é o corpo (abertamente) gay, não é o corpo negro que se recusa a disfarçar seus traços, seu cabelo. O desejável é construído a partir da branquitude e da heterossexualidade viril (LUCAS LIMA, 2017). O rompimento com esses padrões – estéticos e de vida – representa o enfretamento de uma série de pressões que ditam quais corpos têm o direito à existência plena e quais devem se esconder ou se forçar à tentativa (frustrada) de atender a esses padrões que não os contemplam.

O silenciamento dos sujeitos com os quais dialogamos vai além da ameaça direta à sobrevivência e da violência física – que são frequentes –, passando pela negação do direito a uma vida plena, que inclua amor, afeto e do “sentir-se digno”. A escrita de si (RAGO, 2013) implica a denúncia desses fluxos de silenciamento, mas também deve

passar pelo cuidado de si. A ideia da escrita como ato de resistência, de rompimento com forças que definem quem tem direito à autonomia (KILOMBA, 2019), quem é efetivamente considerado sujeito, não para na necessidade de luta, mas também se articula à necessidade do bem viver, falando de uma felicidade possível.

Violência e resistência se encontram e se ressignificam no reconhecimento das vulnerabilidades. Falar das opressões é parte de um processo de reconhecimento do lugar ocupado no mundo e em uma sociedade desigual e excludente. Mais que isso, faz parte da visibilização dessas injustiças e de um processo de subjetivação política que não cabe nelas; é maior, potente e transformador para si e para toda uma comunidade.

A resistência presente na “escrita da gente” de Murilo e Samuel configura um sinal de esperança vindo da recusa do aprisionamento imposto entre o objeto e o abjeto, possibilitando novos modos de (re) existência para os corpos bichas – especialmente os racializados – e de vivência da masculinidade. Tornar-se sujeito, “descolonizar o eu” (KILOMBA, 2019), é, por fim, um processo tanto de si quanto da gente.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

COSTA, Alan. Bichas pretas: entre o objeto, o abjeto – poucas vezes afeto. In: **CEERT: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**. [S. l.], 01 ago. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/18475/bichas-pretas-entre-o-objeto-o-abjeto-poucas-vezes-afeto>. Acesso em: 09 out. 2020.

CUSTÓDIO, Tulio. Opinião: Ser homem e negro é um rascunho inconcluso e constante. In: **HuffPost Brasil**. [S. l.], 27 jan. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/tulio-custodio/ser-homem-e-negro-e-um-rascunho-inconcluso-e-constante_b_9829946.html?guccounter=1. Acesso em: 09 out. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: SciELO-EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. 1984.

GONZALEZ, Lélia. Viagem à Martinica. **Jornal do MNU**, São Paulo, n. 20, set/out. 1991, p.5.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, 75, 1-37, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1º mar. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARA, Bruna de. et al. **#MEUAMIGOSECRETO**: Feminismo além das redes / [Não me Kahlo]. 1ª ed. Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2016.

LUCAS LIMA, Carlos Henrique. **Linguagens Pajubeyras**: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador. Editora Devires, 2017.

PEREIRA, Pedro Augusto; COELHO, Tamires Ferreira. Escrita coletiva, subjetivação e esperança em narrativas bichas no YouTube. **Revista Linguagem em (Re)vista**, vol. 15, n.30 ago./dez. Niterói, 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MULHERES E PANDEMIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO NO TOCANTINS

Katerine Silva Soares de Sousa

1 Graduada do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, katerine1soares@gmail.com;

Cristina Vianna Moreira dos Santos

Professora orientadora: Doutora em Psicologia Clínica e Cultura – UnB, Professora Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins – UFT. cristina.vianna@uft.edu.br.

Resumo

A presente pesquisa objetiva investigar o fenômeno da violência de gênero e do feminicídio, a partir do contexto da pandemia da COVID-19 no Estado do Tocantins. Para o levantamento de informações foram feitas pesquisas nos dados oficiais divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, referente aos anos de 2019 e 2020, utilizando as informações relacionadas ao quantitativo de denúncias efetivadas e caracterizadas como violência de gênero. Para o levantamento qualitativo foram realizadas duas entrevistas com duas profissionais da Assistência Social que atuam em distintos serviços da Rede de Proteção às Mulheres. A discussão do levantamento de informações foi feita a partir da perspectiva de gênero e visa discutir o impacto negativo da cultura machista e misógina para a manutenção de práticas violentas, a atuação profissional na rede e a importância das políticas públicas para a prevenção contra a violência de gênero e o feminicídio. Um debate necessário diante da difícil realidade de mulheres vítimas de atos violentos e de crimes unicamente pela sua condição de ser mulher.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Feminicídio, Políticas Públicas, Tocantins, Pandemia.

Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS anuncia que a COVID-19 – doença causada pelo novo Coronavírus – passa a ser caracterizada como pandemia, tornando-se, assim, uma situação sem precedentes nos 75 anos de história das Nações Unidas. A situação configura-se como uma ameaça de grande proporção, tanto à saúde física, mental e bem estar social para a população mundial. Diante da conjuntura política e da crise sanitária, a prática do isolamento social foi estabelecida e cada país estava orientado pela OMS a tomar as medidas que envolvessem governo e sociedade, a partir de estratégias que priorizassem as necessidades de cada comunidade, em especial, dos grupos mais vulneráveis em função de ciclo de vida (adultos, idosos, crianças e adolescentes), gênero, etnia, migração, moradores de rua, privação de liberdade, abrigos institucionalizados e temporários, pessoas com patologias pré-existentes e crônicas (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS, 2020).

No Brasil, neste mesmo período, as primeiras medidas de contenção foram instituídas pelos governos Estaduais. Cada governador/a deveria levar em conta as especificidades de cada região, respeitando as orientações fornecidas pela OMS. As ações de enfrentamento, por parte do governo Federal, se apresentaram confusas, expondo uma instabilidade política, provocada pela falta de alinhamento das decisões dos gestores a respeito das medidas protetivas para a população.

A ausência de políticas públicas emergenciais para o atendimento à população brasileira durante a pandemia da COVID-19, resultaram em uma outra crise, sendo esta, relacionada ao desamparo das pessoas afetadas pela crise sanitária, sejam elas, a continuidade e o aumento da fome, do desemprego, da falta de acesso ao saneamento, a desinformação e disseminação de notícias falsas. Diante desta realidade, esta pesquisa visa discorrer sobre o aumento da violência contra as mulheres no contexto da pandemia, a partir de reflexões que levem em consideração esta nova realidade, as novas formas de trabalho e as diferentes relações sociais.

A violência contra mulheres torna-se uma preocupação de grande relevância e ganha destaque, a ponto de diversas organizações feministas, especialistas e pesquisadoras apontarem para a probabilidade de um aumento de casos de violência contra a mulher neste contexto

de isolamento social. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum de Segurança Pública, publicados no Mapa da Violência do ano de 2020, aponta que 4.519 mil mulheres foram assassinadas no país, e que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Entre 2008 e 2018 o Brasil registrou um aumento de 4,2% nos assassinatos contra as mulheres. Três Unidades Federativas apresentaram aumento da taxa de homicídios contra as mulheres, entre eles, o Estado do Tocantins, situado na região norte do país, e que ocupa o 8º lugar no ranking com maior índice de violência contra a mulher.

Os atos violentos praticados contra as mulheres expõem a condição de vulnerabilidade desta parcela da população, apontando para contextos distintos que se relacionam com a sobrecarga de trabalho, a desigualdade social, a desvalorização, as tensões relacionadas a própria sobrevivência e a responsabilização pelo cuidado. Portanto, discutir sobre violência contra as mulheres é dar visibilidade para a violência que se expressa no cotidiano e é também, expor a condição de mulheres que são vítimas da desigualdade de gênero. Deste modo, esta pesquisa tem o intuito de investigar o aumento da violência de gênero e do feminicídio, a partir do contexto da pandemia da COVID-19 no Tocantins, através do levantamento de informações sobre o fenômeno da violência de gênero, a partir dos dados oficiais divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado visando problematizar a cultura sexista, machista e misógina nas relações conjugal e familiar no contexto da pandemia.

Revisão de literatura

Na Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos ocorrida em Viena, no ano de 1993, ficou estabelecido que, a violência contra as mulheres se constitui como uma violação dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres, e é considerada como um problema social, de saúde e político (ONU, 1993). Ao longo da história, os movimentos feministas ganharam espaço e o Brasil passou a participar de diversos acordos, visando a erradicação da discriminação e da violência contra as mulheres. A partir da década de 1980, os movimentos feministas ganharam espaço e contribuíram para que o tema da violência contra mulheres fosse anexado às pautas nacionais e internacionais dos direitos humanos, dando visibilidade às diferentes formas de opressão

e violência ainda efetuadas contra mulheres, sejam elas, física, sexual e psicológica.

Entre alguns acordos firmados, está a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Conferência de Belém do Pará de 1994, assinada e ratificada pelo Brasil em 1995. Neste mesmo ano, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre Mulher, teve como tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” (ONU, 1996). Realizada em Beijing, a plataforma de Ação de Pequim, foi a conferência que contou com o maior número de participantes, reunindo países do mundo inteiro. A declaração aprovada, serviu como um guia de orientação para governos e países para a criação e aperfeiçoamento de políticas públicas que garantissem o direito das mulheres, a fim de evitar a discriminação, a desigualdade e toda forma de violência.

No Brasil, somente a partir dos anos 2000 políticas públicas e leis foram criadas para garantir o direito das mulheres, através das lutas dos movimentos feministas. Em 2003, o país passou a ter uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, cujas ações pressupõem uma abordagem integral, intersetorial, multidisciplinar, transversal e capilarizada, desenvolvidas de forma articulada e colaborativa entre os poderes da República e os entes federativos (ONU MULHERES, 2012).

Em 2006, a promulgação da lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto, popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha, que tem como premissas bases, coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, e traz as definições de todas as suas formas – psicológica, sexual, patrimonial e moral. É nesta lei que está prevista a criação de equipamentos para a sua total efetividade, tais como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulheres e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Com a promulgação de marcos legais e a criação de políticas de enfrentamento a violência, as mulheres continuam sendo vítimas da desigualdade e não possuem todos os direitos garantidos. Sofrem com a falta de acesso à educação, desigualdade profissional e salarial, possuem várias jornadas de trabalho e não dispõem da liberdade sobre o próprio corpo (VIANNA; IRINEU, 2019).

Assim, observa-se que existe um controle sobre os corpos, sobretudo das mulheres e se estabelece como a violência de gênero, baseada na crença de que é aceitável que um homem mais poderoso

controle outros por meio de várias formas de força coercitiva (HOOKS, 2016). O controle exercido sobre as mulheres, posto como relações de poder se configuram e ameaçam a vida de mulheres. Guareschi (1996) define a relação de poder como a capacidade de uma pessoa e/ou de um grupo, de executar uma ação qualquer ou desempenhar qualquer prática, ou seja, convém aqui afirmar, que esta relação se estabelece ao passo em que as mulheres passam a ser controladas pelo outro, neste caso, o homem, na aceitação de sua inferioridade perante ao outro, seja ele um sujeito ou a um grupo. Esta aceitação, ocorre a partir da legitimação cultural e social do discurso que defende a posição da mulher enquanto sujeito-objeto. Esta dominação, se constitui como uma relação entre pessoas, entre grupos ou entre pessoas e grupos, através da qual uma das partes se apropria, rouba, se apodera do poder [capacidade] do outro (GUARESCHI, 1996).

Através desta apropriação do corpo feminino, o termo feminicídio surge em função dos crimes cometidos contra mulheres na Ciudad Juárez, no México, onde meninas e mulheres eram sequestradas, violentadas, mortas por asfixia e jogadas em locais públicos, geralmente sem os seios e os olhos. Os casos, chamaram a atenção de pesquisadoras mexicanas, que iniciaram seus estudos definindo-o como um fenômeno social. Portanto, se fez necessário uma denominação específica para caracterizar estes crimes como feminicídio, a fim de promover debates sobre os crimes de ódio direcionados às mulheres. O feminicídio se constitui, portanto, como toda morte violenta de uma mulher, morte esta evitável, mas plenamente possível. No Brasil, além dos altos índices de violência contra as mulheres e a comunidade LGBTQIA+, somos responsáveis por altos índices de lesbofobia, ou seja, por crimes cometidos contra mulheres que se identificam como lésbicas, motivados, assim como a homofobia, pelo preconceito e a discriminação.

No que tange ao histórico da saúde no Brasil, grandes mudanças ocorreram. No final do século XIX e início do século XX a saúde era abordada como filantropia religiosa, a caridade. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde foi criado, determinando ao Estado o dever de garantir saúde a toda população, sob os preceitos da universalidade, integralidade e equidade e administrado de forma tripartite, ou seja, é de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais. Com advento do Sistema Único de Saúde - SUS foram criadas políticas de saúde específicas, de

modo a melhor atender a população nacional, através do desenvolvimento de ações estratégicas que garantissem o acesso aos cuidados em saúde.

A Central de Atendimento à Mulher criada pelo Governo Federal, amplamente divulgado como Disque 180, proporcionou uma maior visibilidade aos serviços da rede de atendimento para a população em geral e para as mulheres em situação de violência. Funciona também, como um instrumento de monitoramento da atuação de cada uma destas instituições do Estado. Assim, a rede se estabelece seguindo os princípios gerais regulamentados pelas ações do Governo Federal e conta com diferentes instituições que trabalham com o objetivo de promover o apoio e a acessibilidade aos serviços. Fazem parte da rede, as Delegacias de Polícia, compostas na estrutura da Polícia Civil; as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM's, que fazem parte do atendimento especializado da Polícia Civil; a Defensoria Pública e o Núcleo de Defesa da Mulher – NUDEM; o Ministério Público; os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); a Casa da Mulher Brasileira; as Unidades Básicas de Saúde – UBS's e os Hospitais Regionais.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva com informações levantadas a partir do relato de profissionais responsáveis pelo atendimento inicial na Rede de Proteção às Mulheres. Participaram desta pesquisa duas profissionais do Serviço Social que atuam em locais diferentes na Rede de Proteção às Mulheres, localizados em pontos da rede regional e estadual. Em função da pandemia, os procedimentos de aproximação ocorreram de distintas maneiras. Com a participante A, foi realizado um encontro presencial, seguindo os protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial de Saúde, tais como, uso de máscaras, álcool em gel e o distanciamento. Com a participante B, o encontro foi realizado através de chamada de voz em data e horário previamente agendados.

Houve, por parte das participantes, o consentimento verbal, desde que suas identidades e os locais de trabalho não fossem revelados. As entrevistas [Apêndices A e B] foram registradas por de meio de anotações e as conversas duraram em média 60 minutos cada uma.

Cada participante discorreu sobre sua atuação profissional, a importância da rede de proteção, o trabalho interdisciplinar e a importância da atenção especializada para as mulheres vítimas de violência. A discussão de resultados pretendeu articular e discorrer sobre os referidos temas.

Discussão de resultados

Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins demonstram que durante os meses de janeiro a dezembro de 2020, 3.221 registros foram efetivados como violência doméstica e 9 mulheres foram vítimas de feminicídio, quatro casos a mais, se comparados com o mesmo período do ano anterior, que registrou 5 feminicídios. Os números da violência doméstica no Estado, se analisados em comparação com o ano de 2019, apontam para um declínio nos registros, que teve, 3.544 denúncias foram registradas neste ano. Apesar da aparente redução, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem alertado para dificuldades enfrentadas pelas mulheres para realizar as denúncias durante a pandemia, e tem orientado os países a trabalharem em ações que priorizem a segurança para esta população e que desenvolvam estratégias para prevenir e coibir a violência.

Desde março de 2020, diversas organizações não-governamentais, grupos feministas e grupos de jornalistas independentes iniciaram mapeamentos regionais e estaduais e comprovaram o aumento do fenômeno da violência contra as mulheres no país e no mundo. Algumas regiões do país apresentaram aumentos nos índices de violência, enquanto que os dados no Estado do Tocantins apontaram para uma queda nos números de registros efetivados como casos de violência doméstica, no entanto, há um aumento nos números de feminicídios que saltaram de 5 em 2019, para 9 casos de feminicídio em 2020.

Apesar da aparente redução, quando se trata dos números de agressões efetivados nos registros divulgados, existem alertas, tanto da Organização Pan-Americana de Saúde, quanto da Organização das Nações Unidas para o fato de que as mulheres passam a sofrer quaisquer tipos de violência com mais intensidade em contextos de catástrofes e epidemias. É no isolamento que se observa com maior frequência mulheres sendo vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a

manipulação psicológica; ações controladoras das finanças domésticas também se tornam mais acirradas e com a presença mais próxima do homem em um ambiente que é mais comumente dominado pela mulher. Os atendimentos nas redes de proteção atuantes no Estado do Tocantins, segundo as participantes, realizam atendimento especializado a mulheres, crianças e adolescentes.

Os atendimentos ocorrem de forma ininterrupta para garantir o atendimento da queixa, visando garantir não somente o acolhimento imediato, como também flagrante em delito, quando houver. Nos dois ambientes a vítima é acolhida e encaminhada [caso aceite e necessidade] para outros órgãos da rede. Os atendimentos são realizados 24 horas por dia a fim de garantir que toda mulher que procure ajuda seja acolhida e atendida pela rede de proteção. A rede, além de atuar com um apanhado de diferentes órgãos, atuam também com distintos profissionais de variadas áreas. São desde profissionais da área do direito, como também assistentes sociais, médicas/os, peritas/os, leigas e psicólogas/os que atuam de maneira integrada.

Diante disto, a participante A, apontou que sua atuação no acolhimento, faz a escuta qualificada e busca identificar a queixa através da história narrativizada. Por sua vez, a participante B, ao discorrer sobre sua atuação prática, elencou as ações desenvolvidas no acolhimento inicial, onde faz-se o levantamento de informações diversas que priorizam a rede de apoio; grupo familiar; renda; relações conflituosas; uso e abuso de substâncias, tais como álcool e outras drogas; saúde física e mental; religião; vizinhança; vulnerabilidades; isolamento social; dados de vínculos escolares e vínculo com o agressor. Em seu relato, um trabalho interdisciplinar explora emoções e sentimentos e busca opções viáveis que priorizem a resolução do conflito.

Cabe ressaltar que as entrevistas com as mulheres vítimas de violência são conduzidas de acordo com a violência sofrida, ou seja, é identificado se o caso se trata de violência física, sexual ou psicológica, para que o encaminhamento a rede possa ser feito de forma pontual. Nos dois ambientes, após o atendimento inicial, a vítima é encaminhada para outros órgãos da rede, para que a continuidade do atendimento seja realizada. Em relação aos encaminhamentos direcionados pelos órgãos da rede de proteção, todo o percurso é efetivado imediatamente, de forma a garantir a segurança da vítima e de seus filhos, e todo o procedimento é realizado com garantia de sigilo.

É na busca de atendimento ofertado pela rede de proteção que a vítima espera encontrar escuta, acolhida e atendimento humanizado. As políticas públicas de proteção às mulheres são um significativo avanço no campo da proteção física, mental e psicossocial e atuam para que as vítimas possam ter acesso a atendimento especializado e a mínimas condições e de enfrentar a situação de violência. Ao considerar a relação da atribuição natural da mulher como o ser responsável pela reprodução, maternidade e cuidados com as crianças e o lar, se inscreve neste lugar a natureza feminina. Fixada no espaço reprodutivo, é atribuído ao feminino o lugar da criação, da casa, do cuidado de forma que essas atribuições se naturalizaram ao longo do tempo.

Ao discorrerem sobre a percepção que dispõem sobre a rede de proteção, as duas voluntárias mencionaram sobre a grande importância de rede, porém relataram que ainda existe um menosprezo por parte de alguns profissionais em relação às mulheres e que uma parcela dos funcionários não é capacitada para este atendimento, resultando atendimentos com base em julgamentos, culpabilização e responsabilização da mulher. Esta percepção das voluntárias, remete à produção e reprodução da lógica machista e misógina que perpassa as relações pessoais e se instaura nas instituições criadas para a proteção e cuidado e podem ser compreendidas como relações que se estabelecem por via do poder de um sobre o outro.

As relações de poder se constituem, a partir do momento em que a mulher é colocada neste lugar de subalternização e de inferiorização. Esta naturalização, sancionada socialmente desencadeia a desvalorização do corpo feminino e dos diferentes espaços no qual a mulher transita, tendo em vista que, culturalmente o ambiente doméstico é o lugar atribuído como o lugar da mulher. Assim, é possível reconhecer que as questões de gênero são questões sociais, culturais e que estes aspectos permitem compreender as diferentes nuances dos sexos.

Denominada de sexo frágil, são atribuídos à mulher o lugar do serviço e da servidão. Servir ao outro, ao masculino – detentor da virilidade, servir a família. Neste momento são retirados de si, seu poder de escolha a servir ou a quem servir, os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia e liberdade. Diante deste cenário, de desvalorização das mulheres, marcado pelo constructo identitário e pela sua posição como responsável pelo cuidado em diferentes situações de vida, tais

como criação dos filhos, a própria subsistência, com barreiras como o pouco protagonismo e a marginalização que colocam mulheres em situação de risco seja física e/ou psíquica. É nesta situação que mulheres se encontram desamparadas e em alguns casos, em extrema situação de vulnerabilidade.

Em situações como esta, a participante A relatou que há profissionais que durante o atendimento às mulheres as tratam com desmerecimento e humilhação, culpabilizando a vítima pela violência sofrida. Diante disto, observa-se que a violência se torna permanente, pois nestes espaços dedicados à proteção e cuidado, nem todos os profissionais são capacitados para realizarem atendimentos conforme prevê a política de proteção à mulher, atuam, em alguns casos agindo de forma desrespeitosa, tornando um ambiente designado para a proteção em um ambiente que propaga e reproduz o machismo e as relações de poder assimétricas, favorecendo que a mulher que procure ajuda continue presa em um continuum de violência e desproteção.

Segundo Santos e Santos (2020), existem outros desafios que também interferem no funcionamento da rede de forma efetiva. Um deles está relacionado à dificuldade em estabelecer um fluxo de informações claro sobre os serviços. Neste aspecto, a participante B, afirmou que há situações em que os profissionais encaminham demandas sem conhecer de fato sua atribuição e as atribuições dos setores em que a vítima será encaminhada. Neste ponto, a entrevistada aponta para o desconhecimento, por parte dos profissionais, sobre as funções de cada instituição da rede de proteção, na qual denominou como “Demandas Equivocadas” [que se trata de encaminhamentos para atendimentos que não são de responsabilidade de suas profissões, ou quando a vítima é encaminhada para atendimento junto com o potencial agressor]. Em situações como esta, a vítima pode ser coibida a não falar, mudar a narrativa, ou não finalizar o atendimento e registro da queixa.

Diante do desamparo experienciado nas relações sociais e protagonizado em espaços dedicados à proteção de vítimas de violência é que as participantes relatam a necessidade de treinamento dos profissionais que atuam de forma direta e indiretamente nos órgãos protetivos, a fim de garantir que a política possa de fato, ser efetivada. Uma queixa das entrevistadas, refere-se também quanto à capacitação dos profissionais, para desenvolverem atendimentos com usuários com deficiência auditiva. O atendimento a esta parcela da população

não é concluído, ou concluído com dificuldades, devido à falta de treinamento inclusivo que valorize a especificidade e a individualidade de cada usuária. Quanto às condições físicas e materiais para desenvolverem seus trabalhos na rede, as duas entrevistadas apontaram para o número pequeno de funcionários nos serviços, e relataram que atuam com normativa de prazos que consideraram curtos para realização de atendimento e a produção de laudos que devem fazer parte do atendimento, devido à grande demanda. Em relação ao espaço e a materiais consideraram bons e adequados.

Os relatos buscam mostrar as dificuldades e desigualdades que as mulheres enfrentam no seu cotidiano, bem como evidenciar o importante trabalho de políticas públicas, em um contexto nacional de desmonte e pouco ou nenhum olhar para as questões sociais, reforçados por pensamentos misóginos, machistas e homofóbicos. Então, potencializar a rede de proteção se torna necessário em um momento de grandes desafios para a nossa sociedade.

Considerações finais

Para contornar as dificuldades e acolher mulheres vítimas de violência doméstica, se faz necessário que as políticas de proteção sejam reforçadas e potencializadas. É necessário questionar e romper com o ideário da mulher como sujeito-objeto inferiorizado nas relações diversas que se estabelecem. Esforços devem ser efetivados para que a rede de proteção a mulheres se estabeleça a fim de que nenhuma mulher seja vítima de violência pela sua condição de ser mulher. É preciso, portanto, romper com o ditado popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Nesta pesquisa percebeu-se que há um longo caminho percorrido até aqui pelos grupos feministas e pró-feministas que foram de grande importância e proporcionaram um significativo avanço na garantia de direitos e proteção dessa parcela da população. Porém muitas ações violentas ainda são praticadas e destacam-se no ambiente familiar, onde a mulher está em situação de menosprezo e inferiorização praticada pelos companheiros.

Foi de grande importância ouvir as participantes e entender na prática como a rede se articula. Isto permitiu compreender a importância da qualidade dos atendimentos prestados e necessidade de ampliação de todo o sistema de proteção, haja vista, a ausência de

delegacias especializadas em grande parte dos municípios desta federação que visem não somente o atendimento, como também coibir atos e ações de violência.

Em relação aos resultados elencados, o questionamento sobre o aumento de violência possibilitou compreender e dar visibilidade à complexa dinâmica das formas de violações sofridas pelas mulheres, que se reproduzem no íntimo familiar posto no ambiente doméstico, e nas relações de trabalho, tendo em vista a dificuldade que mulheres possam encontrar até chegarem à rede.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**, Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Código de Ética profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**. 27 de agosto de 2005. Disponível em: < <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> > Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. Lei nº 11.340/2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, de 07 de agosto. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República: Brasília, 2011.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p. 129-160, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0102-129160/109> >. Acesso em: 25 nov. 2020.

GOMES, Izabel Solyszko. *Feminicídios: um longo debate*. **Rev. Estud. Fem.** [online].

Florianópolis, vol.26, n.2, e39651. 2018. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>> Acesso em: 22 nov. 2020.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Relações Comunitárias, Relações de Dominação**. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.81-99.

HOOKS, bell. **O feminismo é pra todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvli Libanio. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf> Acesso em: 08 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher**, A/61/122, Add. 1, 6 de julho de 2006, §222, 2010.

_____. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. 1993. Disponível em: <<https://documentsddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>> Acesso em: 28 de set. 2020.

_____. Plataforma de Ação. In: CNDM. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Beijing, China – 1995. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

_____. **Relatório Mundial de Saúde**. Saúde mental: Nova concepção, nova esperança. 2001. Disponível em: <https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf>.

_____. **Mulheres e Saúde.** Evidências de hoje, agenda de amanhã. 2009. [Versão Eletrônica]. Disponível em: <https://www.who.int/epor-tuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf?ua=1> Acesso em: 10 nov. 2020

ONU MULHERES. “**Diretrizes nacionais feminicídio:** Investigar, processar e julgar Com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres,” *Curadoria Enap*. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/267>> Acesso em: 9 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. COVID-19: **Intervenções e recomendações em saúde mental e apoio psicossocial durante a pandemia.** Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52427/OPSNMHNMCOVID-19200026_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13 nov. 2020.

PASINATO, Wânia (Coordenador). **Diretrizes nacionais Feminicídio.** Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero. As mortes violentas de mulheres. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Cmpinas, n.16, p.115-136, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em 18 out. 2020

SCHAIBER, Lília Blima et al. **Violência dói e não é direito:** a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar:** o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf> Acesso em: 30 de nov. 2020.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. Feminicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista. **Ex aequo**, Lisboa, n. 34, p. 13-29, dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.02>> Acesso em: em 23 nov. 2020.

VIANNA, Cristina; IRINEU, Bruna Andrade. Violência contra mulheres e promoção de saúde mental na comunidade. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 1, p. 232-245, abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº01rex27>> Acesso em: 29 out. 2020.

VIANNA, Cristina. **Climatério e autovalorização: uma reflexão feminista**. f. 135. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?**. Rev. bras. Epidemiologia, Rio de Janeiro, v. 23, e 200033, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201

A ESTÉTICA DA INVISIBILIDADE: SOBRE IMAGENS, CORPOS E SUBJETIVIDADES COMPARTILHADAS EM REDES DE RELACIONAMENTO HOMOSSEXUAL

Marcelo Santana dos Santos

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, doutorando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFBA; macellus@hotmail.com

Resumo

A utilização das imagens em redes sociais tem constituído uma dinâmica de relações que confirmam que o corpo é o objeto de consumo mais desejado no mundo (Baudrillard). A partir das imagens, reforçam-se imaginários e se institui modos de ação alusivos a modelos hegemônicos que potencializam os processos de exclusão social e de relações de poder (Foucault). O trabalho que segue tem por objetivo apresentar análises preliminares sobre marcadores de masculinidades em um aplicativo de relacionamento homossexual. Discutem-se esses marcadores interseccionados com as imagens que os próprios usuários deixam disponíveis para estabelecimentos de contatos iniciais. Trata-se de compreender como as imagens dispostas estabelecem dinâmicas de relações de exclusão dos mais variados corpos, ao tempo em reforçam os padrões de uma performatividade hegemônica e heteronormativa (Butler): são constituídas subjetividades compartilhadas aliadas a valores que estão diretamente ligados aos interesses de consumo e de aceitação segundo padrões de sociedades de capitalista – a despeito das transformações culturais da década de 1960 e da revolução informacional desde a década de 1970 (Miskolci). Pretende-se com isso demonstrar como os espaços virtuais promovem formas de interações mais dinâmicas entre os indivíduos – a partir das imagens elaboradas de acordo com uma lógica de uma

subjetividade como sendo produto da alteridade – cujo corpo e rosto (capital do corpo, Le Breton), objetos de negociação apresentados sob a forma de imagens, forjam e promovem inclusões e exclusões reveladoras de uma estética da violência e da invisibilidade, cujo sentido político é a constituição de masculinidades consumistas.

Palavras-chave: corpo, imagem, subjetividades compartilhadas, violência, masculinidades.

I. Introdução

O trabalho que segue é fruto de uma pesquisa em andamento e tem como proposta inicial analisar a descrição de perfis em um aplicativo de relações sociais que promove um espaço para o encontro entre homem que procuram homens. O objetivo desse trabalho é compreender como são elaborados pelos indivíduos nessas redes um modelo de representação que expressa uma expectativa social típicas dos *princípios isomórficos* e *princípio de atividade* descritas por Foucault em *Subjetividade e Verdade* (2016) e, assim, compreender também como essas práticas são constituintes de modos de exclusão e produção de violência, dentro de dinâmicas de obrigações e técnicas de invisibilização social – reforçando as dimensões de uma vida precária (BUTLER). O percurso traçado levou em consideração as novas tecnologias de comunicação e o caráter protético da tela (BUCK-MORSS) promovida pelos dispositivos para estabelecimento dos contatos. Buscou-se fazer uma apreensão fenomenológica dessas relações e do próprio corpo (MERLEAU-PONTY), colocado aqui como objeto de consumo mais desejado do mundo (BAUDRILLARD).

A pesquisa ainda está em andamento e o texto que segue possui um caráter ensaístico, a despeito do rigor metodológico da discussão do escopo proposto. O texto está dividido em sessões onde são apresentadas algumas noções importantes para a compreensão desses princípios isomórficos e de atividade. Apresentamos um percurso a partir do mundo virtual, das noções de subjetividade compartilhada – elemento basilar deste trabalho, de rosto, de corpo e corporeidade; passamos a descrição das redes sociais e culminamos com a integração desses pontos na análise final. Por se tratar de um espaço relativamente curto, as ideias aqui ensejadas são a entrada para futuros desdobramentos.

De todo modo, o trabalho que segue é uma síntese ensaística do que vem sendo estudado como *marcadores de masculinidades* em redes de relações entre homens e serve como ponto inicial para entendimento do contexto presente em que as pessoas possuem um corpo-prótese dentre de esquemas de subjetividades compartilhadas e de uma dominação masculina em que a condição feminina é submetida a uma violência simbólica (BOURDIEU).

II. Sobre o mundo virtual: entre aparências e realidades

Nos últimos anos, desde o final do século passado, temos participado de um processo de potencialização das relações sociais através dos espaços virtuais. Cada vez mais, por conta disso, o debate entre o virtual e o real está sendo diluído com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e sua consequente participação no cotidiano dos indivíduos, de modo que as dinâmicas sociais tem se reconfigurado por conta das transformações – que envolve tempo e espaço – e da criação de necessidades que praticamente se impõem como constituintes de uma natureza humana. Em outras palavras, a distinção entre virtual e real parece cada vez mais não fazer sentido, talvez porque, efetivamente, nunca fez, não fosse o fato de certo distanciamento espacial que deixou de ser um obstáculo quando não é mais percebido como tal.

O virtual, nesse sentido, se tornou não só um modo de percepção, um meio, mais também aquilo que é percebido: sai do campo de representação e se configura como uma instituição autônoma, com a qual passamos a estabelecer relações sociais diretas e adquire um status de realidade que se atualiza na medida em que consegue conglomerar uma série de relações efetivas/objetivas nas quais os indivíduos em sociedade estão envolvidos, de modo que, o virtual, exige, em alguma medida, uma apreensão fenomenológica que consiga dar conta dessas relações sociais e do modo com o qual o humano se coloca nesse espaço. Para o trabalho que segue, basta compreendermos como esse espaço é constituinte/constituído das dinâmicas da vida contemporânea e, nesse caso, é um *locus* privilegiado de entendimento de muitas expressões das sociedades e da consequente elaboração de subjetividades e seus processos de subjetivação, as quais denominaremos de “subjetividades compartilhadas”. Essa expressão visa dar conta de um conjunto de ações que envolvem a vida das pessoas em sociedade, trazendo à cena do trabalho que segue as dimensões da autonomia dos indivíduos em relação ao todo social, bem como o seu caráter relacional, na medida em que se trata de uma subjetividade compartilhada.

III. Subjetividades Compartilhadas

A noção de subjetividade compartilhada funda-se na capacidade que as pessoas, enquanto indivíduos, possuem de se diferenciar do todo. Trata-se da percepção de si, daquilo que é próprio de cada um, de uma dimensão de singularidade a qual ninguém

tem acesso, salvo quando é deliberadamente compartilhado pela própria pessoa. O corpo, nesse contexto, é um espaço de compartilhamento por excelência. Todo mundo precisa de um corpo para existir (Merleau-Ponty, 1994), e é através desse corpo que o mundo é percebido, seja em suas construções sociais simbólicas, seja nas construções efetivas com as quais se interage no mesmo mundo. As pessoas possuem um tipo de autonomia em relação a esse mundo mesmo estando nele, de modo que através da reflexividade ou da arte, por exemplo, manifestam-se aspectos de um eu que pode ser até então desconhecido do social: é quando a subjetividade é compartilhada. Por vezes, essa subjetividade é compartilhada no reforço de comportamentos hegemônicos, adquiridos em sociedade e que engrossam as noções de coletividade, bem como os como o comportamento de grupos já existentes, numa relação de assimilação.

A subjetividade possui, todavia, um caráter estratégico cuja percepção pelo outro só se faz a partir de uma escolha deliberada da pessoa – daí sua autonomia frente ao que é social, ao que pode ser fruto de uma coerção. Dinâmicas de ocultamento, por exemplo, podem se configurar como estratégias de sobrevivência – o que pode estar próximo de uma ética utilitarista; manifestações artísticas, elaboradas em uma compreensão reflexiva e crítica sobre a sociedade, também, são formas de apresentação de uma subjetividade que se compartilha, podendo ou não ganhar adesão social; uma pessoa que mente dentro de um contexto existencial em que sua vida está em risco, age estrategicamente. Em todas as situações que pudermos elencar aqui, veremos que é a pessoa em seus cálculos existenciais que decide sobre o social – por mais que esse recaia sobre ele historicamente e de forma coercitiva. Um indivíduo homossexual em uma sociedade que o condena à morte, o exclui, compartilha sua subjetividade conforme o que lhe convém e isso valerá para muitas outras situações.

A noção de subjetividade compartilhada traz consigo essa dimensão de um eu que é autônomo, crítico, reflexivo, criativo, estratégico

frente ao social. Por isso, não trabalharemos com noções de transsubjetividades, multisubjetividades ou intersubjetividades. Em todos esses casos, a cultura prevalece sobre as pessoas e retira-lhe a autonomia. Com subjetividades compartilhadas pretende-se apresentar uma visão de compreensão das pessoas em que as mesmas, estrategicamente, conseguem moldar o que é social: ou ainda que não o faça, conseguem permanecer. Assim, a subjetividade, antecipa-se sempre à dimensão de compartilhamento: subjetividade compartilhada. Com efeito, o compartilhamento é o encontro em que é possível o exercício de alteridade e isso não exclui o caráter intersubjetivo.

Para o trabalho que segue, a noção de subjetividades compartilhadas permite compreender processos em que as pessoas conseguem constituir suas identidades e seus corpos dentro de uma relação de dinâmicas sociais que apontam para uma abertura característica da condição de cada um: embora as dimensões do social não estejam alheias a essa mesma condição. A subjetividade constitui as identidades e seus corpos. Essas identidades, que chamaremos de sinestésicas, se revelam dentro de um conjunto de processos que são relacionais, forjadas a partir da miragem que cada um possui: é dentro de modos sócio-técnicos-linguísticos que elas são elaboradas e se expressam através do corpo, a corporeidade de conforto identitária. É nessa interface de corporeidade de conforto, identidade sinestésica e subjetividades compartilhadas que a pessoa se apresenta no mundo.

Marcel Mauss (2003) em *As técnicas do corpo*, ensaio de 1935, demonstra como o corpo está ligado às formas sociais da cultura, compreendendo técnica como ato tradicional eficaz, cuja adaptação do corpo a seu uso refere-se ao sentimento do autor como ato mecânico, mas que é moldado pela educação, pela sociedade, pelo lugar que o indivíduo ocupa. Não é algo distante disso que se apresenta aqui, não fosse o fato do reconhecimento do indivíduo enquanto figura autônoma, por isso a apresentação de uma proposta em que a subjetividade seja reconhecida como dimensão de compartilhamento em que as pessoas possuem certo tipo de controle sobre o social – ainda que limitado. Mas ele existe e se expressa, por exemplo, em dissidências, em manifestações performáticas, em elaboração de outras dinâmicas que revelam a diferenciação específica que faz com que cada um, a despeito da cultura em que se vive, possua sua singularidade – uma singularidade que está para além do rosto como fator de individuação (Durkheim apud Le Breton, 2011).

IV. O rosto – a existência do outro em forma de face

O rosto é o testemunho de si, tal como o corpo, compõe o conjunto pelo qual as pessoas se colocam no mundo em sua diferença – há rostos parecidos como as de gêmeos idênticos, ou ainda sócias, mas eles não se confundem entre si. É também considerado a capital do corpo (LE BRETON, 2011). A importância do estudo do rosto se faz no sentido de que, mais do que o próprio corpo, ele é revelador da condição das pessoas no mundo e desperta o interesse para um processo de desocultamento devido ao seu caráter enigmático: o rosto do outro. Durante muito tempo vigorou no ocidente estudos sobre a fisionomia com o intuito de decifrar a personalidade das pessoas através dos traços de seus rostos. Acreditava-se que era possível penetrar na alma humana e chegar à verdade de cada um, num processo de descoberta que consistia na leitura de signos, que lidos externamente, poderiam trazer à cena as verdades internas.

Trata-se ainda de converter os indícios que libera o percurso do olhar sobre o corpo em signos, pela enunciação de um discurso que atribui aos caracteres percebidos um estatuto significativo, dotado de um sentido: os sintomas passaram a ser então os signos clínicos da doença; os traços morfológicos do corpo e, sobretudo, do rosto, são então interpretados pelo discurso fisiognomônicos como signos, segundo a época, de vícios ou virtudes, de inclinações ou de paixões da alma, de propensões ou de caracteres, de pulsões ou de formações físicas. (COUTRINE, 2013, p, 49)

O fundamental aqui é perceber como o rosto é um elemento central para o debate em causa. A despeito dessa compreensão dos fisionomistas remontar a processos que são excludentes e discriminatórios, em que se criou toda uma tipologia de associação para adequar o discurso à realidade de cada rosto; a despeito ainda do absurdo que esses estudos podem despertar em nossa sociedade nos dias de hoje devido a seu caráter centrado em posicionamentos hegemônicos ocidentais; parece que, independente de se conhecer ou não tais tratados, por conta de distâncias temporais, ainda hoje é possível per fazer um percurso discursivo que confere a esses modo de atuação uma realidade vigente e em conformidade com as práticas sociais de

nossas sociedade, demonstrando certa relação de proximidade com uma espécie de fisionomias populares que fornece, através de uma tradição cultural, um guia de conduta de leitura segundo um modelo de comportamento. Em outras palavras, continuamos fazendo essas leituras tentando desvendar os estados internos, sobretudo psíquicos, do outro. Ele ainda um enigma e, considerando o modo de percepção que pode ser dado a experiência na redes sociais, essa relação só se potencializa, haja vista temos ali apenas as limitações das telas, tornando-o mais hermético do que já é:

O rosto traduz sob uma forma viva e enigmática o caráter absoluto de uma diferença – apesar de ser ínfima – individual. Ele é uma cifra, no sentido hermético do termo, um apelo a resolver um enigma; ele é o lugar originários em que a existência do ser humano adquirir sentido.” (LE BRETON, 2019, p. 11)

Para além disso, o rosto é também a revelação da precariedade da condição humana, no sentido em que o encontro com o outro é constituído por uma relação de atravessamento e de demandas em que, de maneira geral, pode ser um processo violento e/ou de obrigações: “(...) perdemos a condição de sermos endereçados, a demanda que surge de outro lugar, às vezes de outro lugar sem nome, que articula e pressiona nossas obrigações.” (BUTLER, 2020, p. 159) As obrigações, como veremos, se fazem mesmo que o outro não esteja de todo posto em sua inteireza; regula as dinâmicas de sociabilidade e de troca, dentro de agenciamentos de autoridades morais que se tornam ou aparentam ser obrigatórias. Contudo, “Parece que o “rosto” do que ele [Lévinas] chama de “Outro” faz uma exigência ética a mim, e mesmo assim ainda não sabemos o que está sendo reivindicado.”¹ (BUTLER, 2020, p. 160)

1 Conforme se lê em Butler, “O “rosto” do outro não pode ser lido em busca de um significado secreto (...)” (2020, p. 160) O que é interessante, posto que há nessa compreensão de obrigação certa relação de empática, haja vista a citação que se segue em que Lévinas expressa que “Assim o rosto me diz: não matará.” (Lévinas apud Butler, 2020, p. 160). Embora não exista nenhuma necessidade nesse enunciado e a morte se torne um fato banal. Há vários modos de se promover a morte do outro, principalmente em seus aspectos simbólicos e nos processos de exclusão em que as pessoas são sujeitadas.

V. O corpo – a corporeidade virtual visível e invisível

Nas palavras de Baudrillard (2018), o corpo é o mais belo objeto de consumo. Para o trabalho que segue, é elo fundamental entre as questões que envolvem a representação de si nas redes sociais e as dinâmicas de interação entre as pessoas – o corpo em sua corporeidade é o que torna possível a existência e firma as pessoas no mundo; o corpo precisa ser visível e invisível, sentido na relação com o outro: “Não há percepção de outrem por mim bruscamente, minha ubiquidade de vidente é desmedida, sinto-me visto e o outro é aquele X lá que me é preciso pensar para explicar o corpo visível que, de repente, me sinto tendo.” (MERLEAU-PONTY, 2014, p.82) A apreensão de uma corporeidade dentro de um chave de entendimento da fenomenologia complementar para o entendimento das experiências em que as pessoas estão submetidas, haja vista, sobretudo, a questão da percepção que advém desse campo de saber para refletirmos em que medida e de que modo essa percepção permite a apreensão de um corpo e da relação deste com os outros. Portanto, para os modos de interação nas redes sociais é necessário compreender em que medida a percepção que se tem do outro é elaborada dentro de um processo relacional que envolve e exige das pessoas um outro modo de experiência.

A experiência ordinária me traz o outro em sua carne e me põe em lugares de apreensão cuja vivência se faz enquanto uma presença imersa numa relação imediata que é coordenada pelos sentidos e pelo estar no mundo. Nas redes sociais virtuais, parece que temos um novo tipo de dinâmica em que a presença se faz a partir de uma experiência de massa e de imersão ao mesmo tempo. Para exemplificar essa relação situacional, peguemos como exemplo a guerra descrita por Susan Buck-Morss: “A guerra moderna não pode ser compreendida como experiência crua. Como muitas das realidades modernas, a guerra precisa do órgão protético da tela do cinema para ser “vista”. (BUCK-MORSS, 2009, p. 15) Para essa autora, é a superfície da tela que se torna o lugar de certos eventos, uma superfície que ela denomina como protética. (BUCK-MORSS, 2009) Susan Buck-Morss procura demonstrar, assim, que o cinema traz ao espectador um tipo de experiência que está ligada ao fenômeno da multidão e da massa, coisa que não teria se não fosse essa superfície protética. É precisamente essa experiência que nos interessa para pensarmos as redes sociais,

posto que também aí temos um modo operante de relacionamento em que as pessoas interagem através da tela e com a multidão de uma só vez, num processo de simulacro próxima a do cinema: “Pudovkin escreveu que para receber “uma impressão clara e definida” de uma demonstração de rua, o observador precisava vê-la do telhado de uma casa, da janela de um primeiro andar, misturando-se a multidão – uma simultaneidade de pontos de vista que somente a câmera móvel e a montagem podem prover.” (Pudovkin apud Kracauer, apud BUCK-MORSS, 2009, 16)

É nesse conjunto de articulações que podemos afirmar que esse corpo, que é objeto de consumo, passa a ser constituído dentro de uma rede de relações protéticas em que o mesmo corpo se torna corpo-prótese – lugar de transformações, tal como vai dizer Baudrillard: “(...) o destino do corpo é tornar-se prótese (...).” (BAUDRILLARD, 2003, p. 27) É a partir desse modelo que é possível pensar sob a condição do corpo no mundo nos dias de hoje e no mundo virtual, nas redes de relações, que é continuamente atualizado e reiniciado dentro de um padrão hegemônico de configuração, e atender os requisitos de inserção/exclusão. Assim sendo, é também sobre o corpo que recai boa parte dos preconceitos e das formas de controle, porquanto está submetido a uma ordem social que busca a todo custo torná-lo objeto de consumo e, ao mesmo tempo, consumidor. No corpo se encerram dimensões de produção e reprodução de subjetividades – todas elas subjetividades compartilhadas.

VI. Redes de relações – novas experiências de compartilhamento

A rede de relações (aplicativo) que se constitui como ponto de partida para o trabalho que segue foi elaborada com vistas a promover a interação entre pessoas do sexo masculino. Embora possam entrar as mais diversas identidades de gênero, a predominância daqueles que utilizam o aplicativo é feita por homens que procuram homens. Não entraremos aqui em nuances ligadas aos grupos que são menores em quantidade, como pessoas trans e até, ainda que raramente, mulheres – mesmo que esses se façam presentes na negação de suas performatividades. Trata-se, portanto, de um aplicativo utilizado pelo público homossexual masculino cujo objetivo inicial é promover um espaço de socialização para encontros. Na prática, e de um modo

geral, no imaginário das pessoas, o aplicativo constitui um espaço para que elas possam estabelecer contatos/encontros que possam se concretizar em práticas sexuais – que não inviabiliza outras possibilidades, como o namoro.

A análise preliminar, feita com base na descrição dos perfis que podem ali ser encontrados, aponta para um modo de dominação masculina hegemônica que acaba por criar um padrão de comportamento dentro de um jogo de obrigações/troca entre as pessoas. Como a pesquisa ainda está em fase de andamento, não trataremos aqui dos resultados totais, mas apenas daqueles ligados a análise do que denominamos de marcadores de masculinidades, bem como a interface que esses marcadores fazem com as imagens disponibilizadas pelos usuários.

O aplicativo em voga pode ser acessado de modo gratuito, embora ofereça versões de utilização que cobram taxas. Para este trabalho, consideramos essa primeira versão que permite um acesso a aproximadamente uma centena de perfis. Nos perfis podem ser descritos características físicas, preferências e outros elementos que permitem criar uma expectativa a respeito de si e dos outros, com auxílio das fotos que são dispostas, quando são dispostas, e ícones de significado conhecido. Não há uma obrigatoriedade quanto à maneira que a pessoa pode se colocar no perfil, podendo, inclusive não ter nada. As pessoas também se utilizam de figuras que fazem menção às suas preferências, ao que são, ou ao que buscam: através de alguns ícones que são lidos como pênis ou nádegas, por exemplo, e, a depender do modo como é exposto, denotam simbolicamente elementos de sua corporeidade, virilidade, bem como preferências e desejos. São esses modos de interação que perfazem o jogo de relações que podem incluir ou excluir uma pessoa.

O que se denomina aqui de *marcadores de masculinidades* são expressões verbais encontradas na descrição dos perfis, além de alguns ícones que em conjunto sugerem virilidade, bem como as suas possíveis associações. Essas descrições são livres para que as pessoas possam se colocar para além daquelas características tópicas que são indicadas na descrição, como altura, peso, gênero, preferência, entre outros. As pessoas podem, inclusive, repetir alguns desses índices. Assim, é comum encontrarmos expressões que denotam a posição sexual/preferência de cada um, como ativo/passivo, por exemplo, mas também ao papel/performance que o mesmo desempenha/deseja,

como macho, homem, não afeminado, discreto, entre tantas outras variações, mas que em sua maioria expressam um padrão de dominação de um imaginário masculino; e menções a uma conduta sigilosa que requer certo tipo de ocultamento. É comum encontrarmos esses elementos associados: macho discreto, passivo másculo, passivo macho, ativo másculo, homem discreto, sigilosos e suas combinações que sugerem, no geral dois sentidos: o primeiro tem o caráter da descrição para não ser reconhecido enquanto “gay”, “viado”, “bicha”; e o segundo, ligado e complementar a este primeiro, a produção de uma masculinidade que exclui qualquer possibilidade de feminilidade. Assim, expressões como “não sou e nem curto afeminado” se reproduzem continuamente na reafirmação dessa masculinidade. São raras às vezes em que é manifesta o ser afeminado ou o desejo para com o mesmo. A interface que pode ser feita com as imagens disponibilizadas pelos usuários também são reveladoras desses sistemas de “obrigações morais” e potencializam os esquemas de exclusão, principalmente, quando pensamos em fotos de rosto e corpo.

No aplicativo em causa, as fotos de corpo constituem um chamariz para iniciar e manter contato. Os corpos eleitos como belo são aqueles elaborados dentro de uma lógica física aparente baseada em modelos de academia de ginástica e portadores de uma áurea midiática atlética e saudável: são corpos assépticos, limpos, lisos que convidam ao toque; corpos novos ou que demonstrem jovialidade. Além disso, outros elementos fenotípicos também são usados como parâmetros para se estabelecer relacionamento, emergindo aí características e distinções sociais que são atravessados pela esferas da raça e classe. Para o nosso estudo, importa dizer que o padrão hegemônico continua sendo a do homem, branco, viril e forte.

Aqui, façamos um parêntese: durante um período de coleta de dados, o perfil utilizado na pesquisa recebeu por diversas vezes o contato de vários outros distintos que se diziam interessados. A dinâmica era a seguinte: estabelecido o contato, sempre com envio de fotos de rosto/corpo de imediato – o que não é de práxis, era solicitado o número do telefone para que a proximidade fosse maior. Uma vez passado o número, a referida pessoa solicitava um código enviado para o número fornecido. Estava evidente que se tratava de um golpe por internet. Esse padrão de comportamento ocorreu por quase 2 anos da pesquisa: entre os anos de 2018 – 2019. Pessoas entrando em contato, solicitando o número e pedindo o código. O fato em si, para a

pesquisa em questão, é o seguinte: todos os homens eram brancos, ou lidos enquanto tais, e representavam esse ideário de homem másculo e viril. Em nenhum desses contatos houve alguém que se passasse por alguém que fosse afeminado ou fosse portador de signos que são excluídos. A conclusão a que chegamos é a de que, alimentando e reafirmando esse estereótipo, os golpistas sabiam que haveria maior possibilidade de concretizar seus objetivos dentro de um mercado em disputa. Esse dado que ocorreu permiti confirmarmos como esses padrões são reforçados e reproduzidos continuamente no campo do desejo/interesse – o que pode “negar” outros corpos/rostos que não se enquadram nesse modelo.

O rosto também é um elemento de especial importância nesse aplicativo posto que merece uma atenção mais detida. Aproximadamente 15% das pessoas apresentam suas fotos de rosto no perfil. No geral, encontramos mais fotos de partes do corpo – denotando uma sinuosidade que beira a pornografia ou convida para o erotismo. O rosto é mostrado por um número bastante reduzido de pessoas principalmente nas regiões do interior. Em capitais, onde o anonimato dos indivíduos é maior, esse número pode chegar a 25% ou até 30%. Há, contudo, um movimento sazonal que tem a ver inclusive com o local e o tempo: se é período de festa, ou ainda zonas de turismo, ou ainda na madrugada – em casos como esses, a incidência de fotos com o rosto aumentam um pouco. Fato, porém, é que uma média geral tem-se 15% de pessoas que apresentam seu rosto.

A maioria das pessoas demonstra preferência pelo anonimato ou “descrição”. Por isso, apresentar o rosto pode se constituir numa relação ambígua e num paradoxo que as pessoas estão sempre enfrentando. Não é sem motivação que o rosto continua sendo enigmático, mesmo em experiências de massa. É um paradoxo devido ao seu caráter ambíguo: mostrar o rosto denota alguns significados e pode se constituir como ponte de relação ou barreira de contato. Como já foi posto, a maioria das pessoas preferem o anonimato, e as expressões sigilo ou discreto podem denotar essa postura – as associações são feitas em cada caso. Por exemplo, há pessoas que colocam fotos de rosto e se colocam como sigilosos ou discretos – a aparente contradição entre a imagem e o que é escrito se resolve nos jogos de relações ali presentes. Fato é que mostrar o rosto é sinal de que a pessoa pode ser “assumido” – e, assim, é muito comum essa pessoa ser considerada afeminada, trazendo para si os estigmas da feminilidade.

Não mostrar o rosto pode também ser essa mesma ponte (por isso a ambiguidade), mas retira da pessoa, a princípio, os estigmas de quem é assumido e pressupõe uma descrição ou sigilo maior. A questão é justamente essa: o que significa ser assumido e quais os estigmas que isso encerra na pessoa? Em primeiro lugar a associação que é feita a pessoa que é assumida é a de que ela é afeminada – o estigma pode ser diluído quando a foto de rosto é acompanhada de descrições de virilidade e de expressões já postas: como macho, discreto, não afeminado e, ainda, ativo, ou atrelado a outros signos corporais e descritivos que estão em um outro campo, como o moleque, o boy magia, entre outros. Em outro caso, também a pessoa que se coloca como passivo, mesmo que não coloque suas fotos, será associado ao afeminado. Porém, acrescido de expressões como másculo, discreto, não afeminado, há uma mitigação desse imaginário. De todo modo, em todos os casos ocorre que o afeminado faz parte dos grupos que mais são discriminados – há outras discriminações, como as que envolve o peso da pessoa, sua formação corporal, a idade, por conta do que se convencionou de chamar de etarismo – embora existam os “sugar daddy”, em que preponderam as relações de troca dentro de uma lógica de mercado patente, e pessoas que tem preferência por mais velhos em um número bem menor. Por fim, de uma maneira geral, pode-se dizer que a predominância de pessoas que utilizam o aplicativo é de um público jovem.

VII. A análise – entre sonhos e perfis

Foucault em curso de 1981, publicado no Brasil como *Subjetividade e Verdade* (2016), aponta alguns elementos que podem auxiliar na leitura dessas dinâmicas existentes na rede social em análise. Detendo-se sobre a onirocrítica de Artemidoro, que é uma espécie de interpretação dos sonhos, Foucault demonstra como há neste documento do século II, traços constituintes de uma arte de viver. Para ele, a interpretação dos sonhos de Artemidoro traz numerosos elementos que são populares e, ao mesmo tempo, serve de testemunho de um pensamento ou de uma moral daquela época. A interpretação de Artemidoro, sobretudo nos sonhos de conteúdo sexual, segundo Foucault, traz uma sistemática ética dos atos sexuais. Não é precisamente um tratado moral, mas um documento indireto em que o sonho possui um papel crucial para a compreensão da vida das pessoas: “A

onirocrítica é uma prática que deve ajudar e efetivamente ajuda aos homens se conduzirem.” (FOUCAULT, 2016, p. 53) Portanto, há um significado prognóstico em que se define se algo é favorável ou não, devido, sobretudo, a relação de continuidade com a vida pública que advém da experiência do sonho – dimensão privada. Entre muitas questões que são apresentadas, os *princípios do isomorfismo* e o *princípio de atividade* que Foucault identifica na interpretação dos sonhos de Artemidoro fornecem-nos um bom modelo para compreensão das relações que descrevemos acima nas redes sociais.

Os dois princípios acima podem ser resumidamente entendidos do seguinte modo: o *isomorfismo* homossexual está ligado à relação que há entre o ato sexual e a forma das relações sociais que eles podem assumir – há aí certa contiguidade em que o sonho sexual remete ao social, reverberando na esfera pública; o *princípio da atividade* diz respeito ao papel realizado por aquele que sonha – valoriza-se, sobretudo, os aspectos ligados a virilidade do varão, sua posição de ativo e, assim, reforça-se a submissão daqueles que devem depender dessa relação, não podendo o varão assumir o papel de passivo, tão pouco adquirir um modo de ser afeminado.

Há uma distância temporal e espacial gigantesca entre a onirocrítica de Artemidoro e aquilo que se pode ver nas telas de aplicativos de relações sociais. A diferença também é de objeto, se assim considerarmos, e, mais ainda, de formas de expressão. Um sonho só vem à cena quando enunciado por alguém – porém, a existência desse documento é, como nos disse Foucault, testemunho de um tempo. Podemos ainda descrever uma série de diferenças para evitar anacronismos entre um escopo e outro. Contudo, chama-nos a atenção a presença desses princípios elencados por Foucault nas redes sociais de hoje. O desprezo pelo passivo/afeminado, a posição de valorização da masculinidade na figura do ativo, bem como a relação de representação desses elementos no espaço público, devido ao seu caráter de contiguidade, funcionam como modos que explicam a permanência de valores e das relações de obrigação moral entre os homens que utilizam as redes sociais.

VIII. À guisa de uma conclusão

Como se procurou demonstrar aqui, as redes sociais têm promovido, ainda que de maneira limitada uma experiência de massa

através da tela protética com qual se constituem os corpos/rostos e suas expressões. Essa experiência em redes sociais de relações entre homens que procuram homens são atravessadas por uma série de valores que estão impregnados na sociedade em que vivemos. Vê-se, a princípio, um processo de reprodução de práticas heteronormativas adaptadas às condições de sociabilidade e de troca que constituem as dinâmicas dos homens que usam desse espaço para estabelecer contatos com outros homens. O caráter privado e sigiloso que existe no aplicativo, haja vista a possibilidade de ocultamento (ou mesmo de criação de perfis falsos) promove modos de expressão que, mesmo que não sejam um reflexo da realidade existente, é fruto de uma expectativa compartilhada – por isso, propomos aqui uma referência a autonomia dos indivíduos em seus aspectos estratégicos e a constituição de modo convergentes de atuação sob a noção de subjetividades compartilhadas.

Essas aspirações são reflexos de processos de subjetivação – o que não impede de que existam modos de resistências. Nas análises preliminares que temos, percebe-se como princípios de isomorfismo e de contiguidade estão presentes como norteadores dos comportamentos que predominam na maioria das posturas encontradas ali. Isso pode ser visto justamente nos signos explícitos de virilidade e masculinidade: seja através de ícones ou de expressões postas, como, macho, ativo, másculo; ou ainda, no modo como são negadas as posturas de feminimilidade, encontradas em expressões como passivo másculo/macho/discreto. Com efeito, criam-se modos de obrigação para com o outro que destoam de uma relação empática: caso as expectativas não sejam constituídas dentro desses limites, o indivíduo pode ser excluído sem nenhuma cerimônia – o que traz a cena certo caráter de violência alijada em sociedades de consumo, isso porque, a maioria desses descartes é feito contra pessoas que não estão dentro do padrão já mencionado aqui.

Nesse sentido, o compromisso com o outro, a implicação de uma relação de humanidade se perde sob o véu de uma autonomia e de um juízo de gosto, concretizando a vida precária. O caráter, em certa medida impessoal, que as redes sociais possuem contribui para isso – o anonimato, elaborado em práticas sigilosas, na não apresentação do rosto, no medo do reconhecimento público, promove um terreno fértil para as práticas que tornam as relações precárias: os indivíduos no grupo se portam dentro de um sistema de obrigações e troca que

prevê uma ritualística para o encontro efetivo a partir, principalmente, das impressões que possuem um do outro, dentro das expectativas heterocentradas e de padrões estéticos – mesmo que nunca venham a se encontrar, suas subjetividades estão compartilhadas.

Referências:

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: Ensaios sobre os fenômenos extremos*. 7ª Edição. Trad. por Estela dos Santos Abreu. Campinas, SP: Papirus, 2003. BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Trad. por Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. por Artur Morão. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. por Maria Helena Kühner. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BUCK-MORSS, Susan. *A tela do cinema como prótese de percepção*. Trad. por Ana Luíza Andrade. Deterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2009.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. por Andreas Lieber. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

COUTRINE, Jean-Jaques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. por Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e Verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Trad. por Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. (Coleção obras de Michael Foucault)

HAN, Byung-Chul. *A salvação do belo*. Trad. por Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Trad. por Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Trad. por Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE BRETON, David. *Rostos: ensaio de antropologia*. Trad. por Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. Trad. de José Artur Gianotti e Armando d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Trad. por Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PERCEPÇÃO E RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA AS MULHERES: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Elaine Juncken Teixeira

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, elainejuncken@hotmail.com.

Amana Rocha Mattos

Professora orientadora: Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenação do DEGENER – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros – RJ, amanamattos@gmail.com.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar como a violência psicológica contra as mulheres é percebida pelos operadores do direito e pelos próprios envolvidos (homens e mulheres), a partir de uma revisão de literatura composta por livros, artigos, teses e dissertações sobre estudos que definem a complexidade dos conceitos de violência psicológica contra as mulheres nas áreas do Direito e da Psicologia. Embora os estudos de violência contra as mulheres tenham se expandido nos últimos anos, eles se concentram principalmente na análise da violência física e seus efeitos. A violência psicológica contra as mulheres, apesar de crescente, ainda é pouco pesquisada, inclusive pela Psicologia. Entretanto, os efeitos da violência psicológica para as mulheres alvo desta violência podem ser devastadores. A fim de abarcar as singularidades das mulheres, que são atingidas por este tipo de violência, utilizamos como referencial as teorias críticas

feministas de perspectivas interseccionais considerando, assim, os diversos marcadores que atravessam essas mulheres.

Palavras-chave: Violência psicológica contra as mulheres, Interseccionalidade, Psicologia, Direito.

Introdução

A violências psicológicas contra as mulheres são as mais difíceis de serem percebidas, identificadas e comprovadas. No entanto, podem ter efeitos devastadores sobre as mulheres e, segundo estudos, serem as precursoras das violências físicas e feminicídios. A urgência deste tema se justifica pela necessidade de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, que no Brasil apresenta índices alarmantes, mesmo com uma das legislações mais avançadas do mundo.

Para investigar como a violência psicológica contra as mulheres é percebida pelos operadores do direito, que atuam na defesa das mulheres, e pelos próprios envolvidos (homens e mulheres), apoiamos nas seguintes autoras: Ana Luisa Schmidt Ramos (2019), Avery Neal (2018), Isadora Vier Machado (2017), Marie-France Hirigoyen (2006), Mary Susan Miller (1999), Tânia Campos de Almeida (2011), dentre outras.

Entendemos que a violência contra as mulheres precisa ser analisada a partir do conceito de interseccionalidade. Cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata especificamente da forma como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Para Crenshaw, a interseccionalidade trata do modo como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo desses eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Dessa forma, precisamos considerar os diversos marcadores que atravessam as mulheres que sofrem violência como escolaridade, raça, classe social e religião. Os impactos da violência nas mulheres e as formas de enfrentamento e prevenção serão diretamente influenciados por esses marcadores e os diferentes contextos sociais e históricos.

Metodologia

Para fundamentar este estudo, realizamos uma revisão de literatura composta por livros, artigos, teses e dissertações sobre estudos

que definem a complexidade dos conceitos de violência psicológica contra as mulheres. Acessamos o *google* acadêmico com o descritor “violência psicológica contra as mulheres” e encontramos 29 resultados (artigos, monografias, teses e dissertações), no período entre 2017 e 2021. Na busca por livros no *google* sobre violência psicológica e abuso psicológico contra as mulheres encontramos 6 livros.

Resultados e discussão

De acordo com o Atlas da Violência (2020) em 2018, uma mulher foi assassinada no país a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. No período (2008 – 2018), a taxa de homicídios de mulheres brancas caiu 11,7% e a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres brancas a taxa de mortalidade por homicídios em 2018 foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro. Estes dados demonstram a necessidade de políticas públicas que alcancem as mulheres negras.

O artigo 5º da Lei nº.11340/06, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), configura como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas e no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa. A lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Além disso, as relações pessoais enunciadas neste artigo da Lei independem de orientação sexual.

Segundo Isadora Machado (2017), a LMP não tipificou tais condutas, não foi responsável pela criação do tipo penal de violência doméstica, o qual já existia desde 2004, pela força da Lei 10.886/04 em nosso Código Penal. O crime em si já existia, o que passou a existir foi um recrudescimento no tratamento criminal dos eventos e a proposta de criação de uma macroestrutura de intervenção.

Estudos (MACHADO, 2017; RAMOS, 2019; MELLO e PAIVA, 2019) alertam que a definição destas condutas não significa a criminalização delas. Pois as mesmas só podem ser juridicamente definidas como crimes se houver previsão expressa no Código Penal brasileiro, ou em outra lei penal que descreva a conduta e lhe atribua uma sanção penal.

A violência psicológica é descrita na Lei Maria da Penha (art. 7º, II) como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher.

A violência moral é descrita (BRASIL, 2006 – art. 7º, V) como qualquer conduta que configure os crimes de calúnia, difamação ou injúria.

As violências moral e psicológica são aquelas que sustentam a assimetria entre homens e mulheres especialmente no espaço doméstico, levando as mulheres a explicarem constantemente suas condutas, sua moralidade, suas intenções, a desfazerem a desconfiância de que são traidoras, a penalizarem-se conforme os modelos patriarcais, a se sentirem inferiores, incapazes, com baixa autoestima. Quando estas violências não conseguem mais sustentar a hierarquia entre as pessoas, rompe-se a violência física, que é restauradora da ordem, que objetiva colocar as mulheres no que seria o seu devido lugar (ALMEIDA, 2011).

As mulheres pretas e pardas vivenciam a violência também pela condição de sua raça, na medida em que insultos, ofensas e agressões que recebem adquirem sentido também a partir de seus traços diacríticos, que as remetem a um longo processo de opressão iniciado com a escravidão e a sua objetificação constante (ALMEIDA e PEREIRA, 2012).

No caso das violências psicológicas, não existe um crime que tipifique exatamente uma violência psicológica na extensão daquilo que a LMP traz. Na prática das instituições de segurança e justiça, a leitura do artigo 7º passa por um enquadramento mimetizado em alguns artigos, ou do Código Penal, ou da chamada Lei das Contravenções

Penais. As possibilidades estão circunscritas, principalmente, ao universo das seguintes infrações penais (que estão muito distantes de capturar a complexidade conceitual do art. 7 da LMP): ameaça (art. 147 do Código Penal), injúria (art. 140 do Código Penal), constrangimento ilegal (art. 146 do Código Penal), contravenção de perturbação da tranquilidade (art. 65, da lei das contravenções penais) (MACHADO, 2017).

Adriana de Mello e Lívia Paiva (2019) afirmam que a dificuldade das violências psicológicas contra as mulheres serem conectadas como crimes previstos em Lei limita o acesso a dados desse tipo de ocorrência e banaliza essa forma de violência, que se torna “menos importante” ou invisível para os operadores do direito e para as próprias vítimas.

As violências psicológicas contra as mulheres são de fato as mais difíceis de serem comprovadas em juízo, pois nem sempre se apresentam de forma direta. Estão presentes no comportamento gestual, nos ditos e não ditos. Apesar da difícil caracterização legal, devido aos aspectos subjetivos presentes, seus efeitos sobre as mulheres são extremamente maléficos, prejudicando a saúde mental, a autonomia e a autoestima delas. Este tipo de violência pode propiciar transtornos psíquicos de longa duração ou traumas psíquicos, que mesmo após o fim do contato com o agressor aterrorizam a mulher. Como a violência psicológica não deixa vestígios físicos, geralmente tem como meios de prova apenas o testemunho das vítimas e de familiares.

Ana Luisa Ramos (2019) e Isadora Machado (2017) ressaltam que, apesar do crescente número de mulheres que se dizem vítimas de violência psicológica, praticamente não se tem notícias de apurações criminais no Brasil por ofensa à saúde mental da mulher no âmbito doméstico e familiar, exceto nos casos em que a violência psicológica acompanhava eventos de violência física. Portanto, a posição doutrinária que admite a proteção da saúde psicológica/psíquica por via deste dispositivo não é encontrada na realidade da aplicação da lei.

A violência psicológica pode ser confundida inicialmente por muitas mulheres como ciúmes, proteção, amor e divisão de papéis. Dessa forma, comportamentos como vigilância constante, limitação do direito de ir e vir, manipulação, controle de crenças e decisões e isolamento podem ser naturalizados. Com o avanço da violência psicológica no relacionamento, há a expansão do controle do homem, que resulta na eliminação da independência da mulher.

Apesar da violência física contra as mulheres ser reconhecida socialmente como um crime a ser combatido e condenado, a violência psicológica ainda parece ser naturalizada por muitas mulheres como parte do relacionamento conjugal, como um componente a ser suportado para que este continue existindo.

Há concordância entre as autoras Mary Susan Miller (1999) e Avery Neal (2018) de que a violência psicológica, nomeadas respectivamente de abuso não físico e abuso psicológico, podem ser sutis e demorarem um tempo significativo para serem reconhecidas tanto pelos homens como pelas mulheres.

A violência psicológica contra a mulher não é percebida, muitas vezes, como violência pelo homem, que não reconhece como violento o que não deixa marcas no corpo da mulher. Muitos homens percebem suas companheiras como propriedades que precisam ser controladas e disciplinadas. Elas são consideradas não-sujeitos, que devem se submeter à vontade deles. Que têm seus passos controlados, roupas censuradas, falas interrompidas, corpos violentados e sonhos aniquilados. Devem exercer bem suas funções de dona de casa e mãe, e estar sempre à disposição para cumprir seu “papel sexual”.

Marie France Hirigoyen (2006) descreve a violência psicológica como uma série de atitudes e expressões que tem como objetivo aviltar ou negar a maneira de ser de uma outra pessoa. Seus termos e seus gestos têm por finalidade desestabilizar ou ferir o outro por um trato sutil, que pode começar com um olhar ameaçador, sem desferir qualquer golpe, causar um mal-estar no parceiro ou parceira, de criar uma tensão, de amedrontá-lo, a fim de mostrar o próprio poder. Para a autora não há violência física sem que antes tenha havido violência psicológica.

Mary Susan Miller (1999) também aborda um histórico de abusos não físicos sofridos pelas mulheres que denunciam agressões físicas, como uma escalada da violência. Os insultos se transformam em humilhação pública, isolamento, ameaças, surras e homicídio. A autora define o abuso não físico contra as mulheres como a destruição acumulada do bem estar emocional, psicológico, social e econômico da mulher, cujo propósito é o controle.

Marie France Hirigoyen (2006) argumenta que, para reduzirmos as estatísticas da violência no casal, será preciso intervir a partir do surgimento dos primeiros sinais, bem antes de ter início a agressão física.

Portanto, é importante que se discuta e conheça mais sobre a violência psicológica contra a mulher, uma vez que esta fere e interfere na saúde psicofísica e na vida social das mulheres.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 9559/18 para incluir o crime de violência psicológica no Código Penal, nos seguintes termos: Art. 132 - A. Causar à mulher, de forma reiterada ou continuada, dano emocional ou diminuição da autoestima, ou ainda controlando suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, chantagem, ridicularização e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Pena: reclusão de 2 a 4 anos e multa (MELLO e PAIVA, 2019).

Incluir o crime de violência psicológica contra a mulher no Código Penal ajudaria no enfrentamento deste tipo de violência, aumentando a percepção jurídica e social sobre o problema? Ou contribuiria para o fortalecimento do punitivismo? Essas são questões que precisam ser discutidas e pesquisadas, visando à prevenção desse tipo de violência que, segundo estudos aqui referenciados, indica ser precursora de lesões corporais e feminicídios.

Considerações finais

As resistências no reconhecimento da violência psicológica contra as mulheres, pelos operadores do direito, parecem diretamente relacionadas a não previsão desta no Código Penal ou em outra lei penal que lhe atribua uma sanção penal.

A dificuldade na identificação deste tipo de violência também é observada em muitos homens e mulheres que naturalizam e banalizam condutas violentas, racistas e machistas.

Consideramos extremamente importante que a violência psicológica contra as mulheres seja cada vez mais estudada, discutida e divulgada a partir da interseccção do gênero com as categorias raça, classe, religião, regionalidade.

Desta forma, o tema ganhará a visibilidade necessária para que as mulheres possam reconhecer os primeiros sinais deste tipo de violência e buscar ajuda. E também para que políticas públicas sejam implementadas visando à prevenção, a melhoria nos atendimentos e a atuação eficaz.

As políticas públicas devem estar atentas e focadas nas singularidades das mulheres atingidas pela violência doméstica, considerando as maiores dificuldades das mulheres pobres para romper com os relacionamentos, já que muitas dependem economicamente dos seus companheiros.

Ainda que o crime de violência psicológica contra as mulheres seja inserido futuramente no Código Penal, provavelmente, se não houver ações preventivas como o debate da violência contra as mulheres nas instituições de ensino, não haverá diminuição deste tipo de violência. Visto que a complexidade da violência contra as mulheres, principalmente da violência psicológica, demanda ações, que estão muito além do ordenamento jurídico. Portanto, é preciso que haja investimento, ampliação e fortalecimento da rede de atendimento à mulher nos diversos setores (educação, saúde, assistência social, cultura, segurança e justiça) através do aumento do número de servidores concursados, capacitação continuada e melhorias nas condições de trabalho.

O desafio é ainda maior, diante do cenário de conservadorismo e retrocessos atravessado pelo país nos últimos anos, que ocasionou a progressiva retirada de recursos de políticas públicas para as mulheres e a precarização dos serviços públicos.

Além disso, o Brasil sofre os efeitos sanitários, econômicos e sociais devastadores da atual Pandemia da Covid-19, que agravou a desigualdade social e a violência doméstica contra as mulheres. O imperativo “fique em casa”, tão necessário para conter a transmissão do vírus, para muitas brasileiras é sinônimo de medo e agressão.

Referências

ALMEIDA, T. D. A violência contra as mulheres no Brasil – Leis, políticas públicas e estatísticas. In: **Redistribuição, Reconhecimento e Representação**. Brasília: IPEA, 2011, pg 47-56.

ALMEIDA, T. D.; PEREIRA, B. J. Violência doméstica e familiar contra as mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas Latino-Americanos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. V. 2, n.2, Dossiê Cultura e Política, dez. 2012. ISSN:2237-0579, 2012. P. 42-62.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: abril.2021.

BRASIL. **Lei nº 11340 de 7/08/2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União 08 de agosto de 2006.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, vol.10, n.1, 2002, p. 171-188. ISSN1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104026X2002000100011>. Acesso em: 10 set. 2020.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal: da coação psicológica à física.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 256 p.

MACHADO, I. V. **Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017, 257 p.

MELLO, A. D.; PAIVA, L. M. **Lei Maria da Penha na prática.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, 378 p.

MILLER, M. S. **Feridas invisíveis abuso não-físico contra mulheres.** São Paulo: Summus, 1999, 282 p.

NEAL, A. **Relações destrutivas.** São Paulo: Editora Gente, 2018, 256 p.

RAMOS, A. L. **Violência psicológica contra a mulher: o dano psíquico como crime de lesão corporal.** 2. ed. Florianópolis: EMais, 2019, 184 p.

THANATOS E AS EDUCAÇÃO PARA OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES: REFLEXÕES SOBRE O (NEO) CONSERVADORISMO

Alexandre Luiz Polizel

Professor no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina., alexandre_polizel@hotmail.com;

Moises Alves Oliveira

Professor no Departamento de Química da Universidade Estadual de Londrina. Professor no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e de Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, moises@uel.br.

Resumo

Voltamos o olhar as educações para os gêneros e sexualidades, mais especificamente aos efeitos discursivos que buscam se instaurar na contemporaneidade, via (anti)movimentos (neo) conservadores: a discursividade do movimento Escola sem Partido. O olhar a este movimento se dá pela compreensão de que o mesmo é componente aglutinador e que produz agência das linhas de subjetivação do sintagma 'Ideologia de gênero'. Posicionamo-nos a analítica de como tal movimento e suas narrativas buscam modalizar as educações para os gêneros e tais sexualidades, o presente trabalho tem por objetivo traçar considerações analíticas deste fenômeno contemporâneo, a partir de uma leitura Nietzscheana. Tal movimentação nos leva a três eixos que organizam este manuscrito: a) Thanatos como chave conceitual; b) A composição da narrativa do Escola sem Partido; e c) Três forças segregativas – má consciência, ressentimento e

ideal ascético, como pulsos Thanatológicos que tem disputado a modalização das educações para os gêneros e as sexualidades.

Palavras-chave: Educação, Educação para Sexualidade, Psicopolítica, Escola sem Partido.

Notas introdutórias

Ao pensar as educações, compreendemo-as enquanto múltiplos modos de ensinar, aprender, constituir saberes-poderes-verdades-existência. Nesse sentido o constructo da existência dá-se à medida que se investe em significações do que pode ser considerado formativo ou não. Estabelecem-se dinâmicas, espacialidades, instituições e interessamentos para os campos educativos.

Tomaz Tadeu da Silva (1999; 2015) pontua a educação em seu trâmite de constituição narrativa que define (est)ética, política e epistemologicamente a educação e seus modos operatórios. A curricularização se responsabilizaria por instaurar o campo de efetuação dos enquadres do (não)formativo. Tal baliza é dada nos atravessamentos: i) (est)éticos, na medida que estabelece as possibilidades de sentir, valorar e (co)laborar; políticos, ao passo que estabelece relações de poder, governo, agência das relações sociais e na disputa de conceptualização dos sujeitos – a exemplo a agonística para delinear a liberdade, autonomia, consciência e responsabilização; iii) epistemológica, na apresentação de saberes, (re)produção destes e demarcação veridictiva dos mesmos.

Nesse sentido a educação-curriculo faz-se na medida que é organizada enquanto um *facto* e *fetich*. *Facto* do considerar as casuísticas produzidas, o posicionar dos (quase)sujeitos-(quase)objetos e os efeitos construídos-realizados; *fetich* da produção narrativa, da imprevisibilidade, do encantamento e do erotismo. São as educações que derivam e são derivadas de poderes-saberes-verdades (SILVA, 1999), desejos-sujeições-subjetivações (FREUD, 1996; 2010), (des)potencializações-adoecimentos-saúdes (NIETZSCHE, 1996; 2017), modos operantes de sociedade-cultura-políticas... Nesse sentido opera a produção de diversidades e desigualdades.

Sob tal aspecto, os modos de compreender, posicionar e significar os sujeitos consistem em composições de produzir-disputar os *educare*s e projetualidades sociais. Tal aspecto demonstra os recortes étnico-raciais, linguísticos, territoriais, regionais, de gêneros e sexualidades para re-pensar as educações que temos e desejamos (SILVA, 2015). As questões de acesso, permanência e reconhecimento de saberes marcados pela significação identitária são exemplos de buscas de supressão das desigualdades e de constituição de território

equitário (FREIRE, 1974; POLIZEL; 2019; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017).

As generificações e sexualizações das educações nesse sentido colocam-se como reivindicações de: i) garantir o funcionamento, acesso, permanência e reconhecimentos das pluralidades de modos de ser, nas múltiplas instancias formativas escolares produzidas pelas sociedades modernas (SILVA, 2015); ii) compreender a extensão das práticas educativas para a produção de uma sociedade mais equânime, com redução das desigualdades sociais e a busca de subjetivações coletivas não nocivas ao Outro (POLIZEL; OLIVEIRA, 2018); iii) elaborar outros modos de veridicção, de composição de sentidos, significações e reconhecimentos de campos de saberes minoritários, não considerados, deslegitimados ou sequer registrados devido a seus recortes produtivos – a exemplo as produções indígenas, quilombolas, ribeirinhas, comunidades tradicionais, do campo, femininas e de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans (POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

Tais são as demandas do final do século XX e início do século XXI, colocadas em pautas pelos movimentos sociais a partir de diagnósticos das problemáticas de seu tempo; tais são as demandas que colocam em pauta a produção de currículos outros embasados nos modos de identificação, diferenciação e diversificações (SILVA, 1999; 2015).

Contudo as ações criativas e reivindicativas deparam-se com movimentos reativos, ressentidos e conservativos (do *status quo*). As relações de poderes-saberes-verdades são tracionadas no campo agonístico das educações. O reacionarismo e o neofundamentalismos se levantam e colocam-se enquanto (anti)movimentos. Esses pautam-se nos “nãos” as reivindicações e criações colocadas em jogo pelos movimentos sociais minoritários (POLIZEL, 2019).

No que se refere as ofensivas de gêneros e sexualidades nas educações, o movimento Escola sem Partido (EsP) se faz agência, que elabora, veicula e captura modos de ser a medida que aglutina corpos-mentes pela propagandística da neutralidade, do antimarxismo e do antigênero. Tal propagandística – haja vista seu intuito elaborado sob a tríade propriedade, moralidade e mercantilismo – intensifica seu tonus sob o sintagma da *Ideologia de gênero* (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017).

Tal propagantística toca aspectos epistêmicos, bem como aspectos do campo dos desejos. A política do EsP se faz na disputa dos governamentos dos corpos e entendimentos, bem como na compreensão dos desejos. Sob as estratégias calculadas que promulgam um currículo pastoral, pleiteia corpos uteis, dóceis e disciplinados com o intuito autoconservativos e antropofágico que vigora, buscando para além disso a intensificação de seus calibres operatórios.

São sintomas que se expressam de modos psicopolíticos, que pulsam e investem seus modos de afetar orientados pelos encontros de forças-desejos-políticos. Compreendemos que os antimovimentos em seu investimento reacionário, que busca dissipar, romper, desarticular, invalidar, eliminar ou excluir as produções dos movimentos sociais, enquanto orientados por uma pulsão thanatológica.

Sigmund Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002), vale-se da diagnose dos investimentos desejantes para compreender o funcionamento operatório da psique. Tais linhas são organizadas enquanto linhas eróticas, da pulsão da vida (pulsões do ego e libidinal); e pulsões de linhas thanatológicas, da morte, exclusão, eliminação e agressão para com o Outro. O mote da noção de morte é o mote da moralidade-ressentida para Friedrich Nietzsche (1996; 2017), é do dizer “Não” ao Outro, a diversidade e ao que escapa da homogeneidade da moralização.

É desta óptica que nos colocamos a olhar as educações para os gêneros e as sexualidades, mais especificamente aos efeitos discursivos que buscam se instaurar na contemporaneidade, via (anti) movimentos (neo)conservadores: a discursividade do movimento Escola sem Partido. O olhar a este movimento se dá pela compreensão de que o mesmo é componente aglutinador e que produz agência das linhas de subjetivação do sintagma ‘Ideologia de gênero’.

O exercício do percurso analítico deste ensaio dá-se analisando a proposição da interface discursiva disposta no sítio eletrônico do movimento Escola sem Partido e na ordenação de sua propositiva de Projeto de Lei (BRASIL, 2015; 2016; 2019), lançando mão da filosofia nietzschiana para constituição de chave de leitura conceitual. Tal movimentação nos leva a três eixos que organizam este manuscrito: a) Thanatos como chave conceitual, em que instauramos uma hermenêutica a partir deste; b) O fenômeno contemporâneo no entorno das educações para os gêneros e as sexualidades, situando a composição da narrativa do Escola sem Partido; e c) Três forças

segregativas – má consciência, ressentimento e ideal ascético, como pulsos Thanatológicos que tem disputado a modalização das educações para os gêneros e as sexualidades. Vê-se que a compreensão do fenômeno que se impulsiona pelas forças thanatológicas é de suma importância para a composição de políticas estéticas, éticas e políticas para a criação de novos modos de existências, não infectados, contaminados ou mortificados pelas pulsões de thanatos.

Thanatos: uma chave conceitual

O pensar o fenômeno contemporâneo dos movimentos neo-fundamentalistas que se instauram e podem ser representados pelo personagem conceitual Escola sem Partido, remete ao pontuarmos as forças constitutivas investidas para operacionalizar a discursividade do movimento. Sigmund Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) investe na possibilidade de compreender tais fenômenos a partir de uma óptica das pulsões. Nessa perspectiva as pulsões de vida-eróticas e de morte-thanatológicas norteiam as possibilidades de compreender as culturas-civilizações e os sujeitos.

Em tal aspectos é evidenciado que as forças constitutivas dos sujeitos se dão nos movimentos (auto)conservativos e disjuntivos. Os movimentos autoconservativos vertem-se no tomus eróticos das corporificações – dos indivíduos, saberes e culturalidades –, de modo que a conservação de si e do coletivo se afetam de modo a manter e estimular a vida. O Eros, aproximação, busca do prazer e do gozo são fundantes das chamadas potenciais de vida.

Erich Fromm (1964) e Paulo Freire (1974) irão posicionar a passagem das forças eróticas ao plano da consciência, das biofilias, dos processos de tomada de consciência que investem e buscam a transformação, criação e instauração de modos de vida. A ideia é inclusiva-conectiva, que opera pela busca da transformação do ser, do Outro, do coletivo e do ambiente. É investimento desejante na busca da conservação dos múltiplos modos de vida, abrindo-se a diversidade e a uma composição existencial do *Ser mais*.

O posicionamento do *Ser mais* reflete-se em prática aditiva, que soma modos de existência em suas movimentações conformativas-afirmativas. Tal movimentação remete a produção de um corpo coletivo, o que suprime as pulsões individuais, uma dissolução do Eu em prol de uma coletividade. Nesse sentido, há aspectos destitutivos

na consciencia biófila de Fromm-Freire (1964; 1974), pois perde-se o caráter da subjetividade individual, há supressão do gozo do sujeito, há processos repressivos acionados que recalcam pulsões eróticas do sujeito-Eu e agencial pulsões eróticas do sujeito-Social.

Compreendemos nesse sentido que no campo da consciencia é possível falar de uma biofilia pura, apenas caso o inconsciente seja desconsiderado em tal processualidade. Em tal sentido é opaca – se não impossível – a separação dos investimentos *eróticos* e *thanatológicos* (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002). Contudo, o mesmo pode ser utilizado como uma chave hermenêutica para compreender os fenômenos sociais-educacionais-existenciais-epistemológicos, a medida que produzimos uma bifurcação de compreensão.

Nesse sentido as pulsões thanatológicas, compreendidas na metáfora da consciencia necrófila (FROMM, 1964; FREIRE, 1974), ao passo que eles convocam um *Ser menos*. Modo subtrativo, que busca separar, criar cisões, bifurcar os modos de existir. Nesse sentido determinadas consciencias são consideradas como aceitas, normais, naturais e valorizadas, passando a ser tratadas enquanto formativas; enquanto outros modos de existir são tratados como marginais, desviados, anormais, passíveis de exclusão, eliminação, segregação, desvalorização e deslegitimação.

Assim, as forças eróticas podem ser consideradas em seu aspecto afirmativo-aditivo, e as forças thanatológicas em sua incidência negativa-subtrativa. A efetuação negativa-substrativa se dá no dizer não ao Outro, na agressividade, belicosidade, negação – *dizer Não* –, na exclusão e eliminação do Outro. Nesse sentido, o ser humano em suas próprias forças constitutivas

[...] não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo.

Homo homini lupus [O homem é o lobo do homem]
(FREUD, 2010, p. 49)

Há assim satisfação no *exercício* da violação que retira algo do Outro, e nos pultos perversos de eliminar o Outro para se autoconservar. É thanatológico nesse sentivo reconhecer no Outro o aspecto de estrangeirismo, do risco e da própria sensação de impotência (FREUD, 2010; NIETZSCHE, 1996). Em tal aspecto, a educação pode ser agenciada a operar para o funcionamento da conservação dos que se situam na importência, nesse sentido investindo na produção de consciências necrófilas (FROMM, 1964; FREIRE, 1974).

Sob tal perspecto, compreender os agenciamentos e investimentos de pulsões de morte, thanatológicas, é chave conceitual para compreender os fenomenos agonísticos da educação contemporânea – e seus enfoques aos gêneros e sexualidades nos atravessamentos destes.

Necrofilia da Consciência

Como acontecimento-personagem conceitual do operatório de forças thanatológicas nas educações para os gêneros e sexualidades, evidencia-se o destaque contemporaneo ao movimento Escola sem Partido. As bases constitutivas do movimento Escola sem Partido se dão ao menos em duas instancias constitutivas: o olhar psicanalítico e moralizante. O movimento EsP é representação dos investimentos educativos para necrofilia da consciencia.

Podemos situar a insurgência do movimento EsP, no Brasil, em 2004, sob influências de organizações norte americanas como “*No indoctrination*”, “*Accuracy in Media*” e “*Accuracy in Academia*”, que visavam o controle de posições ideológicas, conteúdos disciplinares e espaços formativos de discussão. Em sua conformação inicial, o EsP não adquiriu visibilidade e força de adesão necessária para compor-se enquanto antimovimento. Sua centralidade de início eram os discursos anti-comunistas de carater risível centralizado em aparecimentos de seu fundador em espaços de pouca veiculação midiática, o advogado constitucionalista e ex-procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, defensor da formação de acordo com a moralidade parental.

O movimento encorpa com: i) as jornadas sociais “Passe Livre” de junho de 2014, em que a representividade conservadora, neo-fundamentalista e do neoliberalismo econômico captural o signo

representativo dos movimentos de rua, e sob a roupagem de não partidários passam a tomar espaços de visibilidade política-institucional; ii) as movimentações reformativas encabeçadas representantes do agronegócio, armamentistas e de setores religiosos, que colocam-se contrários as educações (pós)críticas; iii) As mobilizações das redes privadas de educação, de viés neoliberal-empresarial, na disputa de apagamentos nos Planos (Nacionais, Estaduais e Municipais) de Educação – realizadas nos anos de 2014 e 2015.

Vale demarcar que a votação dos Planos ficou registradas pela agonística em torno das metas e estratégias que versavam acerca da supressão das desigualdades sociais e responsabilidade do Estado no entorno das educações para os gêneros, sexualidades e para a diversidade cultural brasileira – em aspectos étnico-raciais, regionais, territoriais, de classe e demais caracteres que identificam agrupamentos identitários e subjetivações. Contudo, em uma investida reativa de pressão de anti-ovimentos religiosos como o “Pró-vida”, o “Pró-família”, o “Cristãos contra a ideologia de gênero”, o “Pela Família”, entre outros “Ns” antimovimentos, todos articulados contra a promoção dos direitos reprodutivos, direitos humanos e dos direitos sexuais para o *Ser mais* – antimovimentos que militam pelo *Ser menos* e pelas necrofilias das consciências, especialmente no que tange à descriminalização do aborto e à visibilidade LGBTQTIA –, as metas referentes aos gêneros foram suprimidas do Plano Nacional de Educação e de muitos planos estaduais e municipais sob a alegação de que o Estado não deveria compactuar com uma ideologia híbrida comunista e pró-gênero (POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

O movimento EsP se encorpa ainda mais com a disponibilização de modelos de ante Projetos de Leis, que organizam as pautas do movimento, e o alinhar-se com partidos de base dos governos de (ultra)direita como PMDB, DEM, PEN, PDT, PTN, PSD, PP, PSC, PV e PSDB (bem como as novas vestimentas sob as siglas do PSL, NOVO, PATRIOTAS, Aliança pelo Brasil, entre outros). Tais articulações políticas fazem-se na disputa pelo agenciamento dos desejos-consciência de modo a conservação do status quo pela negação do Outro (POLIZEL, 2019).

A exemplo disso, para além dos apelos inconstitucionais para validação das discursividades¹, é dado nas conformações negativas do estabelecimento das bases do projeto de Lei. A exemplo como base constitutiva do movimento, a redefinição das funções do professor e a disposição deste em cartazes fixados nas salas de aula, de 70 centímetros de altura por 50 centímetros de comprimento, (BRASIL, 2015), estabelecidas pelo EsP:

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

I - **não** se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - **não** favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - **não** fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - **não** permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (BRASIL, 2015, p. 3, *grifus meus*)

Estabelecimento de funções baseados apenas em lógicas negativas-proibitivas, estabelecendo um campo de composição ascé(p)tico no que se verte a atuação docente, liberdade de ensino e liberdade de consciencia (POLIZEL, 2019; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018). Na versão mais recente do projeto 246/2019 (BRASIL, 2019, p.1, *grifus meus*), apresentada pela Deputada Federal Bia Kics (PSL-DF), inclui ainda em seu “Art. 2º O Poder Público **não** se imiscuirá no processo de

1 Em outros trabalhos encontram-se registros acerca das inconstitucionalidades do EsP, dos personagens conceituais envolvidos na propositiva de lei, investimento psicopolítico e em sua estruturação sob a noção de moralidade e de filho enquanto propriedade (PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019).

amadurecimento sexual dos alunos **nem** permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.”, incorrendo claramente na busca de definição negativa sob a função do Estado em relação as políticas-educações para os gêneros e as sexualidades.

Evidenciamos nesse sentido que há o investimento na definição de aspectos negativos. A definição do *Não* a ser direcionado ao Outro, estabelece também o campo passível de ser vigiado, perseguido, punido, excluído ou eliminado dos sistemas educativos. O investimento psíquico nesse sentido dá-se na tentativa de atuar com agressividade, disjunção e subtração para com temáticas proibidas no investimento intermediado pelo aparelho jurídico-legislativo. A ideia é da mortificação do proibido (FROMM, 1964; FREIRE, 1974).

Aqui há a disputa pelo que não deve ser cultivado, o que deve ser colocado como contrário e não tolerável a noção de civilização que se busca construir e validar (FREUD, 2010). O investimento tanatológico então é a busca da mortificação da própria possibilidade de discutir e considerar saber-formativo e educativo. A instância proibitiva então é o investimento da morte consolidado pela totemificação da ordem a qual o movimento EsP pleiteia.

A necrofilização da consciencia (FROMM, 1964) dá-se então no intento de invalidação da própria ideia de pensar, veicular, discutir e refletir sobre um saber. É a interdição da potencialidade de levar a crítica no campo da consciencia. É necrófila pois impede a própria apropriação pela vida-consciência da composição discursiva-enunciativa desta. A operacionalização que o EsP busca é, nesse sentido, o intento de construir as maquinárias de obstrução, repressão e recalamento (CHAUI, 1991).

O apelo da fetichização do EsP e de sua lógica totemificada é dada pelo apelo a preservação, reprodução e habituação de uma moralidade para docilização-mecanização-mercantilização dos corpos. A essas vemos o encontro das forças thanatológicas de Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) com as forças segregativas de Nietzsche (1996; 2017).

Forças segregativas: mortificação

Nossa hermenêutica se guia em uma hibridização. Compreendemos que as pulsões thanatológicas (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010;

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) e as corporificações de consciências necrófilas (FROMM, 1964; FREIRE, 1974) são operacionalizadas nas linhas de força segregativas da mortificação-moralização (NIETZSCHE, 1996). Tal substrato é buscado nas contribuições de Friedrich Nietzsche (2017), em seu movimento de análise desenvolvido em sua *Genealogia da moral*.

A análise da moral desenvolvida pelo referido, diagnostica o funcionamento da moralização-moralidade a partir de três linhas de força da segregação – o segregativo apresentado por separar os corpos daquilo que eles podem, por despotencializa-los, aprisioná-los e adoecê-los –, sendo estas: má consciência, ressentimento e o ideal ascético.

A constituição da má consciência é dada ao passo que o estabelecimento do enquadre moral incide sob o corpo-interioridade dos sujeitos. A má consciência opera no desenvolvimento-agenciamento das forças internas do sujeito para o sentimento de culpa, devido ao não agir em consonância com o quadro moral que delineou os valores de bem e mal. A má consciência ancora-se na memória, na responsabilidade e na noção de dever moral. Em tais pilastras a má consciência exerce a violência do si para com o si mesmo.

O movimento EsP agência a produção de má consciência ao passo que opera sob a mentalidade dos pais como bastiões da moral (ao menos de sua própria moral), a construção da noção de filhos enquanto uma propriedade e dos professores enquanto espaço de manifestação do mal (PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019). A expressão da má consciência operacionaliza a partir da produção interior dos pais como guardiões que se não conterem a manifestação do mal, são culpados por não serem aliados ao projeto proposto.

Como pontua Sigmund Freud (2010), a sensação de culpa – e de má consciência – só é sentida ao passo que há significação desta e o direcionamento das pulsões de morte para contra o próprio Eu. As pulsões de mortes são vertidas do sujeito ao próprio sujeito por terem supostamente falhado com seu papel social de guardar a moralidade vigente. A mortificação da consciência se dá na agressividade para consigo.

Há, contudo, a possibilidade de os pais operacionalizarem seu papel templário, na cruzada contra os docentes que não efetuam a

reatividade-negatividade instituída discursivamente pela propositiva de lei. Nesse caso o investimento da pulsão violenta dá-se para com o Outro, volta-se ao docente. Esse processo se faz pois o sujeito identifica nos docentes a figura daquele que viola sua propriedade, ao violar a moralidade do filho. As reflexões críticas promovidas em sala – haja vista que a moralidade não resiste a crítica –, são vistas como uma fissura de degenerescência, produz angústia ao tirar-lhe a posse da consciência do Outro-filho, coloca os valores em discussão... Essa angústia produzida pelo Outro é o ressentir (NIETZSCHE, 2017; FREUD, 1996).

A pulsão violenta do ressentido é vista enquanto um castigo, uma vingança, ou até mesmo pervertida na noção de justiça. As forças violentas são movidas para contra o corpo docente pois vê

O castigo como meio de impedir um criminoso de continuar a causar dano.

O castigo como meio de redimir-se para com a pessoa prejudicada e sob uma forma qualquer (por exemplo uma compensação em forma de dor).

O castigo como meio de retringir e limitar uma perturbação que afete o equilíbrio para impedir que essa perturbação se propague.

O castigo como meio de inspirar medo aos que determinam e executam o castigo.

O castigo como meio de compensar as vantagens obtidas até então pelo criminoso (por exemplo, quando é utilizado como escravo numa mina).

O castigo como meio de eliminar um elemento degenerado (e as vezes de toda uma família, como o prescreve o direito chinês; meio, por conseguinte, de depurar a raça ou de manter um tipo social).

O castigo como festa, ou seja, como desencadeamento de violências e insultos contra um inimigo que acaba de derrotar.

O castigo como meio de criar uma recordação, seja naquele que sofre a punição ou assim chamada “correção”, seja para as testemunhas da execução.

O castigo como pagamento de honorários ao poder que protege o malfeitor contra os excessos da vingança.

O castigo como compromisso com o estado natural de vingança, na medida em que esse é mantido em vigor por linhagens poderosas e é reivindicado como privilégio.

O castigo como declaração de guerra e medida de guerra contra um inimigo da paz, da lei, da ordem, da autoridade, que é combatido como um perigo para a comunidade, como um ser em ruptura com relação a seus pressupostos, como um rebende, traidor, violador da paz, com meios usados precisamente na guerra. (NIETZSCHE, 2017, p.71-72)

Assim o ressentido busca descarregar a sua ângustia no Outro, compensar-se, retribuir aquele que deveria ter protegido ou transferir a responsabilidade que lhe causaria culpa (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002; CHAUÍ, 1991). É a mortificação da consciência e da inconsciência, que o leva a infringir dano ao Outro (FROMM, 1964).

Contudo há uma terceira pilastra que sustenta o regime de moralidade – que mortifica ao agenciar as pulsões de morte e colocá-las a operar –, o substrato e catalisador que faz funcionar a má consciência e o ressentimento: o ideal ascético.

O ideal ascético é campo do profeta que guia seu rebanho, é a verdade-Deus que promete: um futuro e uma ira. Um futuro de paz profícua enquanto durar os ordenamentos, os valores e a lei que este apresenta como válida; uma ira pois há a promessa de destruição caso a ideia-Verdade não seja seguida e operacionalizada como manda um grande Pai (FREUD, 2010) ou um Deus (NIETZSCHE, 2017).

O ideal ascético é a ideia de verdade, a lacuna preenchida com material cimentoso, é o “[...] empobrecimento da energia vital” (NIETZSCHE, 2017, p. 136) ao passo que a manutenção da ordem trará a promessa de paraíso apenas em outro mundo – em um futuro, em um pós-morte. É a promessa que será cumprida ao passo que um sacrifício seja realizado, sendo esse sacrifício um eu (da má consciência) ou um Outro (do ressentir). É a promessa guiada pela neutralidade, a não doutrinação, a não sexualização, e ao direito da propriedade de consciência dos filhos.

Tais agrantias precisam ser garantidas por uma escritura. É a escritura que dá validação a promessa, que prescreve os regramentos negativos – pois define-produz apenas o que não deve ser feito, não propondo nada afirmativamente –, apresenta os riscos e chancela a possibilidade da descarva violenta. Essas escrituras são buscadas em sua validação de Verdade em dois movimentos: i) a busca de estabelecer-se enquanto dispositivo jurídico-legislativo, autorizando a

pulsão agressiva contra os corpos a partir de um aparelho do Estado que efetua a pena²; ii) instaurar-se discursivamente, ao passo que a subjetividade coletiva opera de acordo com essas linhas de significação-segregativas, autorizando a pulsão violenta pelos próprios bastiões da moralidade – os pais em cruzadas.

É nesta interlocução da produção de linhas de má consciência, ressentimento e ideal ascético que o movimento EsP agênciia as pulsões thanatológicas, das consciências necrófilas,

Considerações biófilas

Buscamos operacionalizar nesse manuscrito um movimento hermenêutico, o qual não buscamos esgotar. Buscamos em três feixes analítico-interpretativos a possibilidade de compreender as pulsões thanatológicas investidas sobre as educações para os gêneros e as sexualidades. Buscamos realizar uma interlocução entre o olhar as pulsões de morte-thanatos de Sigmund Freud, ao movimento EsP e suas proposições discursivas e, as concepções das composições morais em Friedrich Nietzsche. Movimentamos nossa análise nas mortificações produzidas pelo EsP, na triade má consciência-ressentimento-ideal ascético e no agenciamento das pulsões violentas-mortíferas que produzem consciências necrófilas.

Nosso intuito foi o de movimentar algumas peças para compreender o fenômeno ainda em curso do EsP, bem como conclamar por consciências biófilas no qual é preciso diagnosticar o que mortifica é necessário para que conclamemos pelo impossível, mesmo que isto pareça um absurdo.

Referências

BASTOS, Rogério Lustosa. Freud, a cultura e a tanatologia: uma leitura de Marcuse na obra social freudiana. **Psicanálise & Barroco em revista**, v.8, n.1, 2010, p. 139-170

2 Diversos autores pontuam a estratégia psicopolítica do EsP em vincular-se aos aparelhos e chancela do Estado, ou seja, substancializar-se discursivamente sob aporte jurídico-legislativo para efetuar-se enquanto regime de verdade PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019.

BRASIL. **Projeto de lei 867 de 2015 – Programa Escola sem Partido.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 20/07/2020

_____. **Projeto de lei 193 de 2016 – Programa Escola sem Partido.** 2016a. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1>>. Acesso em 20/07/2020

_____. **Projeto de lei 246 de 2019 – Programa Escola sem Partido.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=170703_7&filename=PL+246/2019>. Acesso em 30/08/2020

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Rev. Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 37, n. 2, 2017, p. 193-210.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida.** 12^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREUD, Sigmund. **Freud (1930-1936) – Obras completas volume 18:** o mal-estar na civilização e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.9-89

_____. **Além do princípio de prazer.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FROMM, Erich. **El Corazón del Hombre:** Breviario. México: Fondo de Cultura Económica, 1967

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, José. O conceito de pulsão de morte nas obras de Freud. **Agora**, v.5, n.1, 2002, p.91-100

NIETZSCHE, Friederich. **Obras incompletas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. São Paulo: Lafonte, 2017

PENNA, Fernando. Ódio aos Professores. In: AÇÃO EDUCATIVA (Orgs). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016

POLIZEL, Alexandre Luiz. Percepções do movimento Escola sem Partido: currículos pastorais e o professor como catequista. **Revista Amazônida**, v.4, b.1, 2019, p. 1-16

POLIZEL, Alexandre Luiz; OLIVEIRA, Moises Alves de. O neurótico e o canalha como personagens no movimento Escola sem Partido: negações, generalizações e esquecimentos. In: DICKMANN, Ivanio (Orgs). **Vozes da Educação, volume I**. São Paulo: Editora Dialogar, 2018, p.82-99

POLIZEL, Alexandre Luiz; OLIVEIRA, Moises Alves de; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Uma produção de exceção: o anti-movimento Escola sem Partido, a soberania e o professorado nu. In: DICKMANN, Ivo; LAZAROTTO, Aline Fátima (Orgs). **Educação e sociedade: temas emergentes**, v. III. Chapecó: Plataforma Acadêmica, 2018, p. 319-334

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

_____. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

CORPO-TERRITÓRIO EM DISPUTA: AGENDA GOVERNAMENTAL CONTRA OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS ENQUANTO *PEDAGOGIA DA CRUELDADE*

Jackeline Caixeta Santana

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e graduada em Direito pela mesma instituição (2019). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e (de)colonialidade – GEPDHD (UFU/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito e Sexualidade (UFBA/CNPq). E-mail de contato: caixetajackeline@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as estratégias políticas e normativas correlatas à agenda bolsonarista de (des) governo no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, tomando a pandemia de COVID-19 como cenário. Para tanto, retoma a noção de *pedagogia da crueldade* – introduzida por Segato (2018) no marco dos estudos decoloniais – com vistas a aferir as tentativas de encobrimento da fundamentação moral de base religiosa em iniciativas como as portarias 2.282/20 e 2.561/20 editadas pelo Ministério da Saúde, a assinatura da Declaração do Consenso de Genebra (2020) e o posicionamento contrário à utilização de conceitos instrumentalizados por e em favor da luta das mulheres por igualdade. Utilizando-se de critério metodológico decolonial, fundado em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, concluiu-se, ao final, que a ofensiva antigênero empreendida pelo atual governo circunscreve-se ao projeto colonial de fissura na noção de humanidade a partir do campo político-jurídico, reforçando padrões comportamentais de dominação das mulheres e de dessensibilização dos indivíduos ao sofrimento dos *outros*, de modo a normalizar

a violência e a expropriação da vida e da vitalidade dos sujeitos socialmente subalternizados, neste caso, as mulheres.

Palavras-chave: Agenda Antigênero, Bolsonaroismo, Estudos Decoloniais, Pandemia de COVID-19, Pedagogia da Crueldade.

Introdução

Antecedem o estado de calamidade pública e a crise sanitária, as investidas governamentais brasileiras dirigidas à fragilização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Antes mesmo que órgãos e recursos precisassem ser mobilizados para conter o acelerado avanço da COVID-19 – acometendo, pois, a descontinuidade de variados serviços voltados à saúde sexual e reprodutiva (SSR) –, ataques a conceitos estrategicamente instrumentalizados por e em favor da luta das mulheres tornaram-se recorrentes pelo Governo Federal, comportamento empreendido, inclusive, em reuniões e conferências internacionais.

Respalhada pela reificação do modelo hegemônico e patriarcal da dita “família tradicional”, pela vertiginosa eficiência na adoção do mecanismo político denominado “ideologia de gênero” ao longo da corrida eleitoral e, ainda, pelo fomento de um pânico moral na sociedade, a agenda bolsonarista encampa uma nítida cruzada antigênero (MELO, 2020) que, embora preceda a pandemia, dela aproveita-se para implementar seus projetos. Soma-se a este fato, o intenso negacionismo científico que “se traduz na aceitação [e no estímulo] de intervenções sem validação científica, como a divulgação e a exaltação de uma terapêutica de eficácia não comprovada e com efeitos colaterais extremamente sérios como a cloroquina”, compreendendo também o incentivo a medidas que contrariam as diretrizes da Organização Mundial da Saúde – OMS (CAPONI, 2020, p. 210-211).

À vista da notoriedade de que em tempos de crises multifacetadas, como a provocada pela ascensão do novo coronavírus, os grupos vulnerabilizados encontram-se ainda mais suscetíveis a violações de direitos e à agudização de suas necessidades econômico-sociais (LIXA e FAGUNDES, 2021, p. 55), importa atentar-se e refletir acerca das condutas voltadas à proteção – ou à marginalização – de tais grupos.¹ Neste sentido, este artigo objetiva analisar as estratégias políticas e normativas correlatas à agenda bolsonarista de (des)governo no que

1 Sobre o tema, ver Diniz, 2016; Alves, Neves e Resque, 2019; Couto *et al.*, 2020; Porto, 2020; e Goes *et al.*, 2020;

tange aos direitos sexuais e reprodutivos, tomando a pandemia de COVID-19 como cenário.

Para tanto, estabelece os estudos decoloniais como marco teórico, apropriando-se, mais especificamente, da noção de *pedagogia da crueldade*, introduzida por Segato (2018), no intento de compreender o imaginário social que guia os posicionamentos do atual governo no enfrentamento à pandemia, sobretudo no que respeita à SSR das mulheres. Isso porque, além de evidenciar um possível alinhamento comportamental da agenda bolsonarista às premissas da colonialidade, esta noção auxilia na aferição dos fundamentos morais de base religiosa nas iniciativas observadas – elemento este integrante do modo de operação colonizador que se perpetua no campo político-jurídico. Em atenção ao marco teórico adotado, utiliza-se de critério metodológico decolonial, fundado em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, que será melhor explicado na próxima seção do trabalho.

Em síntese, os resultados obtidos através da observância de algumas condutas descritas adiante e seu entrelaçamento com as discussões propostas pela matriz teórica adotada conduzem à conclusão de que a ofensiva antigênero empreendida pelo atual governo circunscreve-se ao projeto colonial de fissura na noção de humanidade a partir do campo político-jurídico. Manifesta-se, pois, em posicionamentos que reforçam padrões comportamentais de dominação das mulheres e de dessensibilização dos indivíduos ao sofrimento dos *outros*,² de modo a normalizar e ensinar a violência e a expropriação da vida e da vitalidade dos sujeitos socialmente subalternizados, neste caso, as mulheres.

Metodologia

Compreendendo que o referencial teórico adotado neste trabalho demanda desvencilhar-se do encapsulamento provocado pelo complexo modernidade/colonialidade (QUIJANO, 1992), “investigar desde

2 O grifo remete às discussões pós-coloniais e decoloniais no que compreende a centralização de uma figura hegemônica e digna de proteção, tutela e poder em detrimento da outremização e subalternização dos sujeitos que não se enquadram neste indivíduo tomado como referencial, o sujeitos “abaixo do Ser”. Cf. Oyěwùmí, 2017; Spivak, 2010; e Maldonado-Torres, 2008.

uma perspectiva decolonial (...) não só implica rupturas metodológicas e epistemológicas, mas também se converte em uma aposta ética e política”, conforme esclarecem Ortega e Salgado (2016, p. 138). Por esta razão, neste estudo aplica-se um critério metodológico decolonial pelo qual tenta-se imprimir uma abordagem descolonizatória e disruptiva com as ficções da modernidade (MIGNOLO e WALSH, 2018, p. 109), o que se faz através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental.

Embora esta abordagem prescindia de um protocolo metodológico pré-determinado, busca-se descentralizar os paradigmas eurocêntricos e coloniais, enfocando as mulheres como protagonistas na trajetória de constituição de si e de suas narrativas (CURIEL, 2014, p. 326). Para isto, analisa-se se existe um padrão de colonialidade nos atos e nas normativas emergentes do contexto pandêmico – e em outros que a ele precederam para propiciar-lhes condições de assentamento – responsável por expropriar e monopolizar o poder decisório das mulheres no pertinente à SSR.

Após, contrasta-se as condutas analisadas com a noção de *pedagogia da crueldade*, destacando-se sua conexão com as múltiplas ficções da modernidade que, dentre outras promessas não cumpridas, utiliza-se do gênero, da classe e da classificação étnico-racial para empreender seu padrão mundial de poder e perpetuar-se nas estruturas estatais e governamentais brasileiras (QUIJANO, 2010, p. 76).

Os materiais consultados consistem em textos científicos, notícias e documentos dos sítios eletrônicos oficiais de órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde (MS) e o Conselho Nacional da Saúde (CNS). Ainda, foram utilizados documentos provenientes de sítios endereços eletrônicos de publicação e divulgação de normativas, tais como o do Planalto.

Referencial teórico

Neste estudo, utiliza-se como marco teórico a matriz decolonial de conhecimento, abordando, especialmente, a noção de *pedagogia da crueldade* elaborada por Segato (2018) para compreender a insensibilidade que permeia muitas das relações interpessoais e institucionais da atualidade. Nos dizeres da autora, esta noção consiste “nos atos e nas práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transformar a vida e sua vitalidade em coisas” (SEGATO, 2018, p.

11, tradução nossa). Trata-se, portanto, dos processos contínuos de captura da vida e dos sujeitos que, antes livres e espontâneos, são reduzidos à inércia, à mensurabilidade, à vendabilidade e ao vazio da coisificação, de forma a obedecer às diretrizes econômico-financeiras impostas pela lógica capitalista.

Assim, a *pedagogia da crueldade* não se exaure na morte ostensiva de mulheres, ainda que com ela dialogue. Isso porque, consoante explica Segato (2014, p. 80), a colonização encampou um processo de domesticação das mulheres, condicionando-as ao insulamento do espaço dito “privado”, bem como à sujeição e à dominação como formas de subsidiar os projetos exploratórios da empresa colonial, pelo que a morte se torna apenas uma das facetas da categoria em análise.

Observa-se, à vista disso, que a *pedagogia da crueldade* – seja em sua face de morte ostensiva das mulheres, seja na captura gradual e incessante da vida e da vitalidade destas – está enraizada na colonialidade de gênero, compreendida por Lugones (2019)³ como uma categoria que permite a visualização do processo ativo de redução de determinados sujeitos a menos que humanos, o que se dá a partir do poder colonial, moderno, capitalista, cristão e eurocêntrico responsável por eleger como superior o homem, que, além de possuir as características mencionadas, é também branco e burguês.

Desta forma, a colonialidade de gênero auxilia na compreensão de que a suposta missão civilizatória funcionou como “a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável (...) [e pelo] controle da reprodução”, o que se fez sentir, sobretudo, nas mulheres, visto que consideradas menos ou não humanas (LUGONES, 2019, p. 360). Possível perceber, então, que o empreendimento colonizador estabelece fronteiras sólidas *norteadas*⁴

3 Sobre a conexão entre proposições de Lugones e Segato, importa observar que as autoras se distanciam quanto ao marco temporal de surgimento das estruturas patriarcais que aparelham a sociedade. Ao passo que a primeira o relaciona ao advento colonial, a segunda suscita a existência de um patriarcado de baixa intensidade que precede a empresa colonizatória. Em que pese existir tais divergências, para este trabalho, esta questão não é substancial, visto que a pretensão é apropriar-se das categorias elaboradas pelas autoras no intento de analisar a conjuntura política atual.

4 A utilização de parte da palavra em itálico é intencional e visa destacar o arcabouço semântico por ela carregado, visto que, enquanto herança de um vocabulário colonizador, faz uso de um espaço geopolítico específico – norte – para significar a ação de

por marcadores bio-lógicos⁵, epistemológicos, étnico-raciais, de classe e de gênero que, ocultados pela retórica da modernidade, delimitam quais vidas são inferiores e, conseqüentemente, dispensáveis (MIGNOLO, 2017, p. 4).

Resultados e discussão

Conforme apontado na introdução deste estudo, a fragilização dos direitos sexuais e reprodutivos é um projeto intrínseco à agenda bolsonarista de governo que, altamente comprometida com as premissas coloniais de manutenção do poder e classificação social, é declaradamente antigênero. Em meados de maio de 2019, o Ministério da Saúde anuncia que o termo “violência obstétrica” não mais será utilizado nos documentos oficiais do governo, por considerá-lo “inadequado” e prejudicial à “busca do cuidado humanizado no *continuum* gestação-parto-puerpério” [sic] (DOMINGUES, 2019).

Assistiu-se, a partir deste posicionamento, ao prenúncio de um conjunto de comportamentos que, tempos depois, se desdobraria no veto a trechos do Plano Plurianual da União (2020 a 2023) que estabelece a perseguição das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – contidas na Agenda 2030 (ONU) – como uma de suas diretrizes. A justificativa presidencial partiu da alegação de que a meta n. 5.6⁶, explicitamente garantidora dos direitos sexuais e reprodutivos, corresponderia a um disfarce para “a nefasta ideologia de gênero e [para] o aborto” (FERNANDES, A. 2020).

Em seguida, o evento que tomou a cena política e midiática brasileira foi a peregrinação de uma criança de dez anos que, reiteradamente, teve o acesso ao abortamento legal em decorrência de estupro negado por hospitais em São Mateus (ES) e Vitória (ES). Sem outra

guiar-se em direção a algo e/ou algum lugar. Assim, esta palavra alude, mesmo que implicitamente, que o horizonte a ser perseguido mira ao Norte (Global).

5 Termo apropriado do trabalho de Oyěwùmí, 2017.

6 A citada meta discorre que, para o alcance da igualdade de gênero, devem os pactuantes “assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.” Para mais informações, vide: <http://www.agenda2030.com.br/ods/5/>.

alternativa, a infante foi obrigada a deslocar-se de estado para concretizar seu direito e, ainda assim, sofreu grave hostilização e intensas ameaças de grupos “pró-vida” e “pró-família” que se posicionaram nas imediações do hospital onde ocorria o procedimento, bem como por profissionais que no local trabalhavam – comportamentos estes amparados por condutas precedentes da atual Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves (OLIVEIRA, 2020; ROSSI, 2020).

A dessensibilização acometida pela pedagogia da crueldade pode ser facilmente ilustrada quando, a despeito de uma infante de dez anos ser estuprada pelo tio desde os seis, causa mais espanto à sociedade o aborto realizado – e legalmente assegurado – que as múltiplas violências enfrentadas durante quatro anos de sua vida. Este processo não é, contudo, um dado desarticulado da colonialidade de gênero que aprisiona a mulher a um papel de procriação e, concomitantemente, impõe a descartabilidade de sua vida e de seu corpo (LUGONES, 2019; MIGNOLO, 2017, p. 4).

Não obstante este já consolidado panorama de desumanização e violação de direitos, em resposta ao caso mencionado, o Ministério da Saúde editou a Portaria n. 2.282/20 com nítido intuito de obstaculizar o acesso ao direito ao aborto, consoante visualiza-se em dossiê disponibilizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (2020). Isso porque, dentre outras medidas, o instrumento (i) estabelece a notificação compulsória das autoridades policiais em casos de aborto decorrente de estupro, à revelia da vontade da mulher que busca o serviço médico; (ii) inclui um anestesiolologista como forma de burocratizar o acesso ao aborto legal, já que este é um procedimento simples, seguro e que, salvo casos específicos, realiza-se por via medicamentosa; e (iii) utiliza-se da cruel estratégia disseminada no contexto latinoamericano que impõe a realização de uma ultranossografia antes do aborto, com vistas a dissuadir a paciente quanto a sua decisão (LAMAS, 2008, p. 74). Da mesma forma, a Portaria n. 2.561/20, responsável por revogar a anterior, embora tenha retirado esta última estratégia, manteve as duas anteriores, renovando, portanto, a ofensiva bolsonarista aos direitos sexuais e reprodutivos.

Importa também destacar a assinatura da Declaração do Consenso de Genebra em outubro de 2020 que, além de excluir, independentemente da circunstância, o aborto como método de planejamento familiar, reforça o mito do instinto maternal e do suposto destino

biológico da mulher. Isso porque, dentre outras narrativas, discorre que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” e que “as **mulheres** desempenham um papel crítico na família”, devendo, pois, promover o seu bem-estar (FERNANDES, M. 2020, grifo da autora).

Este arranjo tornou-se um terreno fértil para a utilização do cenário de calamidade pública e de necessidade de mobilização dos recursos e órgãos de saúde para a contenção da COVID-19 como um catalisador do processo de desmonte e descontinuidade das políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente, em SSR. Este fato se torna nítido a partir do diagnóstico realizado pela Human Rights Watch (2020) ao apontar a suspensão dos serviços em SSR por alguns gestores locais. Conforme esclarecido, não só houve uma queda substancial na disponibilidade de hospitais que realizam o abortamento legal entre 2019 e 2020 – se antes eram 76, atualmente apenas 42 realizam o procedimento –, houve também a suspensão do fornecimento de determinados métodos contraceptivos. Esta suspensão, acrescida da precariedade da educação sexual no Brasil, levou a um aumento significativo de gravidezes indesejadas e, provavelmente, incrementará também as estatísticas de aborto inseguro (AGUDO, 2020).

Neste sentido, observa-se que, se antes existia uma missão civilizatória explícita – que autorizava a instrumentalização e a territorialização dos corpos femininos (DEL PRIORE, 2009) –, atualmente possível falar-se em uma cruzada global antiaborto. Nesta, países nutrem políticas de combate a um suposto “direito internacional do aborto”, cujo ideário se propaga pela sociedade de maneira tão sofisticada a ponto de se ocultar no que Rondon (2020) denomina “verdade moral objetiva” – mecanismo responsável por sustentar implicitamente a retórica religiosa em espaços que simulam a existência de suas “credenciais laicas”.

Outro dado que chama atenção mundial é a alta concentração de mortalidade materna decorrente do novo coronavírus no Brasil. Em pesquisa realizada pelo Grupo Brasileiro de Estudos sobre COVID-19 e Gravidez, aferiu-se que, entre fevereiro e junho de 2020, das 160 mortes notificadas em todo o globo, 124 correspondem a casos brasileiros, o que alcança 77,5% do numérico levantado (TAKEMOTO *et al.*, 2020). Ainda, deste universo, a maioria das vitimadas foram declaradas como não brancas, o que corrobora com os resultados obtidos

pela pesquisa de Santos *et al.* (2020, p. 1) na qual constatou-se que as mulheres negras têm o dobro de probabilidade de morrerem em razão do novo coronavírus. Patente, portanto, que a crise instaurada possui um importante marcador étnico-racial, repercutindo mais gravemente em sujeitos historicamente vulnerabilizados.

Entretanto, a despeito deste alarmante cenário, o número de mortes maternas decorrentes de COVID-19, nos três primeiros meses de 2021, é o dobro da média semanal aferida no mesmo período do ano anterior, conforme apontado pelo Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 (COLLUCCI, 2020).⁷ Este mesmo estudo identificou que a maioria das mortes decorreram de falhas na assistência, sendo, pois, precoces e evitáveis. Isso foi consequência, sobretudo, da falta de preocupação e interesse governamental nos cuidados a serem empregados no ciclo gravídico-puerperal já que, segundo alerta Rossana Pulcineli Francisco (Departamento de Ginecologia e Obstetrícia/USP), estes casos demandam um acompanhamento sensível, multidisciplinar e atento à quantidade de ventilação e ao balanço hídrico necessários à paciente (COLLUCCI, 2020).

À vista disso, observa-se um movimento de agudização da violência estrutural que, se antes da pandemia, já provocava a desvalorização da vida e a banalização da morte (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2017, p. 41), no contexto atual assume uma roupagem de política de governo explícita, exacerbando o que a bioética entende por mistanásia social.⁸

7 Importa ressaltar que o citado observatório é uma iniciativa de pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Espírito Santo que, sob financiamento da Fundação Gates e com bolsas de pesquisa da CNPq, DECit/SCTIE/MS e da FAPES, agrupa informações de bases públicas e do SIVEP Gripe (Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe). Para mais informações, acesse: https://observatorioobstetrico.shinyapps.io/covid_gesta_puerp_br/.

8 Embora este trabalho não se utilize da bioética como trajetória de análise, o citado conceito proporciona reflexões interessantes para o tema em estudo. Isso porque expressa a ideia do desperdiçar da vida por intermédio do sofrimento, significando, portanto, uma morte social circunscrita a uma sociedade que descarta corpos. É, antes de tudo, uma morte antes de seu tempo que decorre das falhas Estatais na promoção do estatuto humano da pessoa, relacionando-se, pois, intimamente com as decisões governamentais diante de nítidos e graves problemas sociais, como o cuidado para com gestantes, parturientes e puérperas no contexto pandêmico, a exemplo. Para saber mais sobre a mistanásia social, cf. Fabri dos Anjos, 1989; e Ricci, 2017.

Esta nova roupagem pode ser visualizada à medida em que a oposição à realidade na qual se governa adquire contornos estratégicos de manutenção do poder. Segundo explica Mascaro (2020, p. 14), o bolsonarismo é um modelo exímio deste fenômeno, dado que ampara-se amplamente no eleitorado cativo de extrema-direita para investir “na crise como uma reação à crise” – o que acaba por diminuir seus custos políticos e suas responsabilidades.

Infere-se, pois, que não só a criação de políticas e instrumentos de proteção à SSR das mulheres é um ato decisório, mas a ausência de atitudes que revertam este cenário é também uma decisão. A negligência governamental é, no contexto pandêmico, uma escolha alinhada com a agenda antigênero e, conseqüentemente, cimentada pelo imaginário da colonialidade que dispõe, negligencia, aliena, escraviza e violenta corpos.

As variadas formas de colonização dos corpos na atualidade ultrapassam, desta maneira, a interferência direta em sua existência por meio da morte ostensiva. Contrariamente a isso, engloba o desenho de um arranjo institucional omissivo que, por fundamentar-se na descartabilidade de determinados sujeitos, gera condições de vida que conduzem à miserabilidade, ao sofrimento e à mistanásia social. Dito de outro modo, a ausência de interferência direta destinada à promoção da salutar, digna e integral existência caracteriza a agenda governamental contra os direitos sexuais e reprodutivos enquanto uma *pedagogia da crueldade*, tal como os ataques explícitos a este conjunto de direitos garantidos interna e internacionalmente.

Considerações finais

Frente aos resultados obtidos, possível perceber o êxito do projeto colonial de desumanização que, não só subalterniza as mulheres, mas impõe a descartabilidade de seus corpos e as torna menos que sujeitos de direitos. Preconizado pela disseminação de essencialismos de gênero, este projeto fomenta a concepção patriarcal de que cabe às mulheres cumprirem o suposto destino biológico da reprodução que, por sua vez, deve ser vivenciado a qualquer custo – mesmo em condições de precariedade, vulnerabilidade e desamparo social.

Este processo, ao ser engendrado no campo político-jurídico, adquire contornos ainda mais graves e perversos, consolidando-se como uma *pedagogia da crueldade* pela qual a dessensibilização da

sociedade e a normalização da violência conduzem ao sofrimento e à expropriação da vida e da vitalidade das mulheres. Em um cenário pandêmico, no qual os índices de vulnerabilização se acentuam e em que existe um intenso negacionismo científico por parte do Governo Federal, a SSR torna-se ainda mais suscetível ao sucateamento. Por isso, o planejamento de políticas suficientes ao cuidado das mulheres no ciclo gravídico-puerperal é condição inalienável para combater o cenário de mortes precoces e evitáveis.

Importa asseverar que a crise multifacetada desencadeada pelo novo coronavírus impõe novas camadas de desproteção, conduzindo sujeitos a zonas de vulnerabilidade por eles não anteriormente ocupadas. Entretanto, este panorama é incrementado pelo comportamento governamental no enfrentamento à pandemia que, uma vez descomprometido com a promoção da justiça social e com a proteção das mulheres, reafirma seu engajamento na cruzada antigênero. Assim, uma vez que a mulher passa por um processo colonial-moderno de desumanização, assiste-se à compartimentalização das dimensões de suas experiências, reduzindo-as e formatando-as para que não ameacem as relações de poder centradas no Estado e nos homens.

Conclui-se, por conseguinte, que a exacerbação da mistanásia social decorrente da falta de políticas dirigidas à contenção das mortes evitáveis, somada à agenda antigênero, são elementos constitutivos da *pedagogia da crueldade* que permeia o contexto pandêmico no que tange à SSR das mulheres. Neste cenário, a transformação do corpo feminino em um território a ser conquistado contribui para a concepção de que os direitos sexuais e reprodutivos são (e devem continuar sendo) objeto de ingerência e administração estatal e masculina. Isso oculta, em seu turno, a continuidade de uma moral de base religiosa nos discursos que menosprezam estes direitos – especialmente, os governamentais –, sustentando, consequentemente, a colonialidade de gênero no contexto atual e internalizando, ensinando e institucionalizando a *pedagogia da crueldade*.

Referências

AGUDO, Alejandra. O indesejado ‘baby boom’ provocado pela pandemia. **El País**, online, 29 abr. de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/planeta_futuro/2020-04-28/o-indesejado-baby-boom-provocado-pela-pandemia.html. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL: Proteja os direitos sexuais e reprodutivos durante a pandemia. **Human Rights Watch**, *online*, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/06/12/375413>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209. Acesso em: 03 maio 2020.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). **Dossiê Reações da Sociedade Brasileira contra a Portaria n. 2.282 de 27/08/2020**, [S. l.], 2020. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/DOSSIE_sobre_Portaria_do_MS_2282_de_2020_rev3.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

COLLUCCI, Cláudia. Média semanal de mortes maternas por Covid em 2021 já é mais do que dobro de 2020. **Folha de São Paulo**, *online*, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2021/04/media-semanal-de-mortes-maternas-por-covid-em-2021-ja-e-mais-do-que-dobro-de-2020.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Nota**: CNS repudia retirada de documento técnico sobre saúde sexual e reprodutiva das mulheres durante a pandemia do site do Ministério da Saúde. Brasília, 15 de junho de 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1223-nota-cns-repudia-retirada-de-documento-tecnico-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-das-mulheres-durante-pandemia-do-site-do-ministerio-da-saude>. Acesso em: 5 abr. 2020.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de um feminismo descolonizado. In: MÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOS, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em *Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: UNESP, 2009.

DOMINGUES, Filipe. Ministério diz que termo 'violência obstétrica' é 'inadequado' e deixará de ser usado pelo governo. **Portal G1**, online, 7 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/07/ministerio-diz-que-termo-violencia-obstetrica-tem-conotacao-inadequada-e-deixara-de-ser-usado-pelo-governo.ghml>. Acesso em: 8 abr. 2021.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro chama ideologia de gênero de 'nefasta' e critica agenda da ONU. **Correio Braziliense**, online, 1 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/01/interna_politica,817685/bolsonaro-chama-ideologia-de-genero-de-nefasta-e-critica-agenda-da-o.shtml. Acesso em: 04 abr. 2021.

FERNANDES, Marcella. O que é a declaração antiaborto que Brasil e EUA articulam e qual seu impacto. **Instituto Humanitas UNISINOS**, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603997-o-que-e-a-declaracao-antiaborto-que-brasil-e-eua-articulam-e-qual-seu-impacto>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LIXA, Ivone; FAGUNDES, Lucas. Decolonialidade, crise e crítica: breves reflexões em tempos de pandemia. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain. **Direito, Crítica e Decolonialidade: perspectivas contemporâneas**. Andradina: Meraki, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de

(org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MASCARO, Alysson. **Crise e pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2020000300502&script=sci_arttext. Acesso em: 19 abr. 2021.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 mar. 2021.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MINAYO, Maria Cecília; ASSIS, Simone; SOUZA, Edinilsa. Os múltiplos tentáculos da violência que afeta a saúde. In: MINAYO, Maria; ASSIS, Simone. **Novas e velhas faces da violência no Século XXI: Visão da literatura brasileira do campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Eduardo Pazuello. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Portaria n. 2.282 de 27 de agosto de 2020. **PORTARIA Nº 2.282, DE**

27 DE AGOSTO DE 2020, Brasília, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Eduardo Pazuello. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Portaria n. 2.561 de 23 de setembro de 2020. **PORTARIA Nº 2.561, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020**, Brasília, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.561-de-23-de-setembro-de-2020-279185796>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, Joana. Estuprada desde os 6, grávida aos 10 e num limbo inexplicável à espera por um aborto legal. **El País**, online, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-15/estuprada-desde-os-6-gravida-aos-10-anos-e-num-limbo-inexplicavel-a-espera-por-um-aborto-legal.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ORTEGA, Adriana; SALGADO, Sara Victoria. Conocimiento em colabor: reflexiones y posibilidades para la construcción de paz. **Universitas** – Revista de ciencias sociales y humanas, n. 25, 2016. Disponível em: <https://universitas.ups.edu.ec/index.php/universitas/article/view/25.2016.07>. Acesso em: 10 maio 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad, modernidad/racialidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Alamedina, 2010.

RONDON, Gabriela. O gênero da dignidade: humanismo secular e proibição de tortura para a questão do aborto na ADPF 54. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662020000201137&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

ROSSI, Marina. Menina estuprada sofreu acoso de ultraconservadores até dentro do hospital. **El País**, online, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-18/menina-estuprada-sofreu-acoso-de-ultraconservadores-ate-dentro-de-hospital.html>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SANTOS, Debora *et al.* Disproportionate Impact of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Among Pregnant and Postpartum Black Women in Brazil Through Structural Racism Lens. **Clinical Infectious Diseases**, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/advance-article/doi/10.1093/cid/ciaa1066/5877027>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del freno estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: MIÑOSO, Yuderky; CORREAL, Diana; MUÑOZ, Karina (orgs.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya e Yala**. El Tambo: UC, 2014. p. 75-91.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogias de la crueldade**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

TAKEMOTO, Maira *et al.* The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and Counting. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 151, n. 1, 2020. Disponível em: <https://obgyn.online-library.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13300>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ANÁLISE DE COMENTÁRIOS NEGATIVOS PRESENTES EM UMA REPORTAGEM ON- LINE QUE ABORDA AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MÃES CIENTISTAS NA PANDEMIA

Laís Gedoz

Doutoranda do PPG Ensino de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, lais.gedoz@ufrgs.br;

Alexsandro Pereira de Pereira

Professor orientador: Doutor, PPG Ensino de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, alexsandro.pereira@ufrgs.br;

Daniela Borges Pavani

Professora coorientadora; Doutora do Departamento de Astronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, dpavani@if.ufrgs.br.

Resumo

Com o surgimento da pandemia causada pelo Covid-19, vários obstáculos enfrentados pelas mulheres no campo científico se intensificaram. Antes, as mulheres já enfrentavam uma dupla jornada de trabalho e encontravam dificuldades de conciliar a maternidade com o trabalho mantendo a produtividade na pesquisa. Agora na pandemia, essas questões se intensificaram. Cada vez mais, a mídia tem divulgado tais problemas, mas nem sempre o público é receptivo e compreensivo com quem passa por essas situações. Com base nisso, o objetivo deste trabalho é analisar os comentários negativos de uma reportagem publicada no dia 26 de maio de 2020 no site da UOL que aborda os desafios enfrentados na pandemia pelas mães cientistas. Essa reportagem foi selecionada, pois foi a única que abordava essas questões e possuía os comentários abertos para o público em geral. O referencial teórico utilizado são os estudos de Londa

Schiebinger sobre a participação das mulheres na ciência e as questões sobre maternidade. Para a análise dos dados foi utilizado a Análise de conteúdo de Bardin. Dos 45 comentários disponíveis até o momento, 26 deles eram críticas ao conteúdo apresentado na reportagem. As categorias emergentes desta análise mostram que alguns leitores da reportagem consideram que as mães cientistas que relatam dificuldades estão se fazendo de vítimas, que as dificuldades enfrentadas são opções da mulher já que ela poderia ter optado por não ter filhos ou diminuem o problema utilizando o argumento que todos estão passando por dificuldades.

Palavras-chave: Maternidade na ciência, Pandemia, Comentários na mídia.

Introdução

Antes do surgimento da pandemia causada pelo Covid-19, as mães cientistas já enfrentavam dificuldades para conciliar suas carreiras profissionais com as demandas da maternidade. Na análise das narrativas das trajetórias de mães cientistas, realizada por Silva e Ribeiro (2014), fica evidente as dificuldades enfrentadas pelas pesquisadoras que possuem filhos. As principais barreiras identificadas são: “à dupla jornada de trabalho, à maternidade, à produtividade em pesquisa, à competição, ao preconceito e discriminação de gênero” (SILVA & Ribeiro, p. 464, 2014).

Mesmo que tais problemas estejam sendo mais discutidos e divulgados na mídia, nem sempre o público é receptivo ao se deparar com relatos de pesquisadoras que se encontram com tais dificuldades. Com base nisso, o objetivo deste trabalho é analisar os comentários negativos de uma reportagem publicada no dia 26 de maio de 2020 no site da UOL que aborda os desafios enfrentados na pandemia pelas mães cientistas¹.

Utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), e seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, foram selecionados, categorizados e analisados os comentários negativos. Foram analisadas as categorias que apareceram com maior frequência que foram duas: Minimização das dificuldades e Dificuldades opcionais, contendo 7 e 10 frases, respectivamente.

Os comentários classificados na categoria da Minimização das dificuldades indicavam principalmente que todos estão sofrendo e que são as mulheres que precisariam resolver os problemas que estavam enfrentando. Esses comentários utilizavam o argumento de que elas optaram por passar por essas dificuldades. Já os comentários classificados na categoria Dificuldades opcionais apontam que a solução para os problemas enfrentados é não ter filhos ou arranjar um marido que ajude nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos.

1 Este trabalho recebeu auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – projeto N° 409980/2018-8.

A análise desses comentários mostra que não são apontados problemas na sociedade ou na estrutura do meio acadêmico. Os argumentos utilizados são pautados numa lógica meritocrática que considera que as mulheres estão na posição que merecem de acordo com seu esforço e dedicação. Tal lógica, presente nesses comentários, também está presente dentro do meio acadêmico – a baixa produtividade acadêmica das mães cientistas seria fruto de uma pouca dedicação ao trabalho e não devido aos problemas estruturais presentes na sociedade e no meio acadêmico (SILVA & RIBEIRO, 2014).

Metodologia

A análise deste trabalho seguiu as etapas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, utilizando as palavras-chave maternidade, cientistas e pandemia no site de pesquisa Google, foi realizada uma busca por notícias on-line que abordam os desafios enfrentados pelas mães cientistas durante a pandemia. A única reportagem selecionada para análise foi a matéria publicada no site da UOL² no dia 26 de maio de 2020, pois foi a única que possuía os comentários abertos para o público em geral.

A reportagem continha 45 comentários que foram copiados e adicionados em uma planilha. Em seguida, foram selecionados apenas os comentários negativos que se referiam a matéria, restando assim 23 frases. Na fase de exploração do material foi realizada a codificação e categorização das frases. Em seguida, foi realizado o tratamento dos resultados apenas nas categorias que apareceram com mais frequência, e que foram o foco das discussões deste trabalho. As categorias analisadas foram Minimização das dificuldades e Dificuldades opcionais, contendo 7 e 10 frases, respectivamente.

Referencial teórico

Segundo Schiebinger (2001), assim como qualquer aspecto da cultura, o cuidado e assistência aos filhos não está determinado pela

2 A reportagem pode ser acessada através do link a seguir: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentrar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>. Acesso em 16 de maio de 2021.

natureza, mas sim, são construções sociais que são configuradas a partir de prioridades políticas e contingências sociais. Um exemplo disso é que no século XVIII as mulheres pertencentes as classes sociais mais altas não eram tão sobrecarregadas com o cuidado dos filhos como atualmente. Naquele período, logo após o nascimento, os filhos eram entregues a amas de leite e eram criadas nas casas de campo. Muitas vezes, os pais só voltavam a ver os filhos quando eles já tinham sete anos, período no qual as meninas eram entregues a governantes e os meninos eram mandados a internatos. Depois desse período a maternidade é reformulada (SCHIEBINGER, 2001).

A maternidade moderna, como ocorre hoje em dia, ganhou força no final do século XVII e passou a considerar que a mulher que deu a luz ao filho é quem deve arcar com a responsabilidade do cuidado da criança. Durante a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII, as instituições científicas foram estruturadas de forma que atribuíram ao papel do homem atuar como cientista, enquanto a mulher cuidava das tarefas domésticas e dos filhos. Assim, os desafios de conciliar as responsabilidades profissionais e domésticas possuem raízes históricas profundas que se mantêm nos tempos atuais (SCHIEBINGER, 2001. Segundo a autora:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, e, por isso, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

Para que ocorram mudanças significativas dentro da ciência é preciso, além de incentivar a participação das mulheres no campo científico, que sejam propostas políticas públicas e ações afirmativas que tenham como objetivo a equidade de gênero no campo científico. Ao olharmos para a história da ciência, é possível perceber que o número de mulheres na ciência depende dos contextos históricos, políticos e sociais e são nos momentos de crise que os privilegiados, os homens brancos, passam a ser ainda mais privilegiados (SCHIEBINGER, 2001).

O estudo de Machado et. al (2019) mostra que quando uma pesquisadora tem filhos sua produtividade acadêmica cai, em média, por 4 anos após o nascimento do seu primeiro filho. Durante os meses

de abril e maio de 2020, o grupo Parente in Science (2020) realizou um levantamento no Brasil para avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 na produtividade de pesquisadores de ambos os sexos, com e sem filhos. O levantamento resultou na análise das respostas sobre uma amostra final composta por 3.345 respostas, de indivíduos distribuídos em todo o país. Destes, 75,9 % autodeclarados brancos, 68,4% mulheres e 70.7 % pais. Participaram da pesquisa docentes -pesquisadores, discentes da pós-graduação e pós-doutorandos. Os grupos que tiveram sua produtividade acadêmica mais afetada foram as mulheres brancas com filhos e mulheres negras, com e sem filhos. No entanto, a produtividade acadêmica dos homens, principalmente os que não tem filhos, foi a menos impactada. Este foi o primeiro estudo a fornecer dados conclusivos sobre o papel da maternidade e raça no desequilíbrio da produtividade na ciência durante a pandemia. Segundo o artigo, os resultados para o contexto brasileiro são semelhantes aos de estudos baseados no contexto norte-americano, mostrando que mães que trabalham, incluindo aquelas na academia, podem ser afetadas de forma desproporcional pela crise do COVID-19 (STANISCUASKI et al., 2021). Vemos aqui a desigualdade história entre homens e mulheres, assumindo em momentos de crise uma disparidade como discutido por Schiebinger (2001).

Resultados e discussão

Dos 7 comentários classificados na categoria Minimização das dificuldades foram identificadas duas formas recorrentes para menosprezar a situação relatada pelas cientistas. A primeira forma de diminuir é utilizando o argumento de que todos estão sofrendo. As dificuldades relatadas pelas pesquisadoras são interpretadas como se elas estivessem considerando que somente elas estão sofrendo. Exemplos desse tipo de comentário são: *“Segundo a narrativa feminista, parece que só as mulheres estão sofrendo. Parem com isto, já deu. Todos estão sofrendo[...]”* e *“[...] todos estão sofrendo. Está cada vez mais difícil conviver com uma sociedade cheia de mimimis, nomes como buling, feministas , chato viu.”*

Além disso, também é interpretado que as pesquisadoras estariam afirmando que somente elas merecem um auxílio financeiro, como por exemplo o comentário: *“Ajuda compensatória para quem tem filhos e está na pesquisa? Quer dizer que a confeitadeira não precisa. Quer*

dizer que a motorista não precisa. Quer dizer que estamos falando de mais um privilégio para uma classe? [...]”.

A segunda forma de diminuir as dificuldades é através do argumento de que as pesquisadoras estariam se fazendo de vítimas, como por exemplo: *“Meu Deus! é muito vitimismo, geração nutella essa que vivemos [...]”, “é, na crise os melhores se sobressaem. Desculpe meninas, mas não dá pra ficar culpando o patriarcado malvado toda a hora pra justificar uma eventual incompetência de vocês.”* e *“Espero honestamente que o mundo pós Covid seja mais fraternal e igualitário, sem privilégios a minorias, vitismos nem coitadismos”*.

Na categoria Dificuldades opcionais foram observados com maior frequência comentários que diziam que as dificuldades enfrentadas pelas cientistas eram consequências das suas próprias escolhas por terem filhos ou por não terem escolhido um bom marido. Um exemplo disso são os comentários a seguir: *“Ter filho é opção. Casar é opção. Cuidar da casa é opção. Manter-se casado é opção. Logo a culpa dessas mulheres choronas é única e exclusiva delas!”*, *“Tudo é escolhas, mulheres não precisam ser mãe, mas se ela escolher aí não adianta fica chorando igual criança”* e *“[...] e casar é uma escolha sua, AGORA pare de chorar e vai TRABALHAR. Esta é a vida que suas escolhas a levaram”*.

Também foram encontrados comentários que sugeriam que esses problemas não existiriam se o aborto fosse liberado, ou se fossem utilizados métodos contraceptivos: *“Se elas soubesse pesquisar saberia que já existe um acessório chamado CAMISINHA e um remédio chamado Anticoncepcional”, “Já existe camisinha e anticoncepcional, fica a dica.”* e *“Se Haddad e Manuella fossem os presidentes nada disso aconteceria pois o aborto seria liberado”*.

A diminuição dos problemas que as mulheres enfrentam na nossa sociedade em relação a maternidade, como observado nos comentários da reportagem, também ocorrem dentro da ciência, como apontado por Schiebinger (2001). Nos comentários analisados é possível notar uma lógica “meritocrática” em que cada mulher estaria na posição em que merece devido ao fruto do seu esforço, da sua capacidade individual e da sua dedicação. Essa lógica também está presente no meio acadêmico.

A carreira científica é pautada num modelo masculino que envolve relações acadêmicas competitivas, valorização de características masculinas, compromissos em tempo integral e produtividade na pesquisa. Tal modelo dificulta a participação das mulheres na ciência.

Porém, esses aspectos são ignorados, tanto na sociedade, como é possível observar nos comentários da reportagem, como no meio acadêmico, que considera que a produção do conhecimento científico é resultado de “saberes descorporificados”, ou seja, sem gênero, classe social, etnia/raça, etc (SILVA & RIBEIRO, 2014).

Como no meio acadêmico persiste a tradicional divisão sexual do trabalho, as mães cientistas acabam enfrentando inúmeros obstáculos para dar conta das responsabilidades familiares e das exigências acadêmicas (SILVA & RIBEIRO, 2014). No que diz respeito as relações familiares e a desigual divisão de tarefas domésticas, dados de 2019 mostram que as mulheres dedicam em média 21,4 horas semanais nos afazeres domésticos ou no cuidado de pessoas, enquanto os homens dedica, 11 horas. Um dado relevante é que de 2016 para cá a diferença entre as médias masculinas e femininas aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais (IBGE, 2019). Análise, do presente trabalho, dos comentários mostrou que os problemas são atribuídos apenas às mulheres como se elas não fossem competentes nas suas funções. Não é atribuído um problema à cultura patriarcal presente na nossa sociedade e nem a estrutura do meio acadêmico.

Segundo Schiebinger (2001), foi no século XVIII que a maternidade foi ressignificada sendo atribuída à mulher a responsabilidade principal do cuidado da criança. Como podemos ver na análise, até hoje essa responsabilidade é atribuída às mulheres. Os problemas enfrentados no cuidado dos filhos é visto como algo inerente, não como algo a ser questionado, cuja solução considerada nos comentários seria de as mulheres optarem por não terem filhos.

O estudo realizado pelo grupo Parent in Science, recentemente publicado (STANISCUASKI et al., 2021) mostra que os pesquisadores que são homens e brancos produziram mais durante a pandemia do que as pesquisadoras brancas com e sem filhos e pesquisadoras negras com e sem filhos. Como apontado pelo grupo, esses resultados mostram como as questões de raça, gênero e maternidade contribuem para uma baixa participação das mulheres no campo científico. A análise dos comentários negativos da reportagem no site da UOL mostra que não só o meio acadêmico muitas vezes não é receptível a essas questões, mas também que a sociedade acaba muitas vezes diminuindo essas dificuldades.

Ressaltamos a importância da realização de ações afirmativas e políticas públicas que deem um suporte as dificuldades enfrentadas

pelas mães cientistas e também que contribuam para a diversidade e inclusão na ciência. Algumas sugestão apresentadas pelo grupo são:

Aumentar o prazo para submissão em editais de fomento; flexibilizar o prazo para prestação de contas e relatórios de projetos; elaborar editais específicos aos grupos mais atingidos, para evitar um aumento da disparidade de gênero e raça, agravando uma situação crítica que já existe; aumentar o tempo de análise do currículo para mulheres com filhos, em editais de financiamentos e concursos; programar os horários de reuniões, considerando o horário escolar no qual mães e pais devem dar suporte a seus filhos; redistribuir, sempre que possível, a carga horária didática e atividades administrativas de maneira a não sobrecarregar os grupos de cientistas mais atingidos pela pandemia (PARENT IN SCIENCE, 2020, p.12).

Além disso, também é importante a realização de ações para concientizar a sociedade desses problemas, já que, como apresentado nesta análise, nem sempre as pessoas são receptivas a essas questões. Essa falta de empatia resulta em um maior sofrimento das mães cientistas que acabam recebendo pouco apoio, e às vezes até ataques, da sociedade e do meio acadêmico.

Considerações finais

Neste trabalho foram identificadas duas estratégias utilizadas para atribuir significados maternidade. A estratégia da Minimização das dificuldades parece considerar que as mulheres é que precisam resolver os problemas. Já a estratégia da Dificuldades opcionais considera que a solução para os problemas enfrentados é não ter filhos. Não são apontados problemas na sociedade ou na estrutura do meio acadêmico. Como apontado por Harding (1986), o trabalho intelectual da ciência só será percebido como uma atividade desejável para as mulheres quando o cuidado infantil e o trabalho doméstico forem percebidos como atividades desejáveis igualmente para homens e mulheres.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – projeto Nº 409980/2018-8 – pelo financiamento recebido.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

HARDING, S. G. The science question in feminism. Cornell University Press, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MACHADO, L. S. et al. Parent in science: The impact of parenthood on the scientific career in brazil. In Proceedings of the 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering, GE 19, 37–40, DOI: 10.1109/GE.2019.00017 (IEEE Press, 2019).

PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça parentalidade, 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=tru e. Acesso em 26 de fev. de 2021.

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. Ciência & Educação (Bauru), v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

STANISCUASKI, F. et al. Maternity in the Brazilian CV Lattes: when will it become a reality?. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 93, n. 1, 2021.

A INTERTEXTUALIDADE EM MEMES DE FILMES NO FACEBOOK: CONSTRUINDO A IMAGEM DO BOLSONARO

Jayane Rafaelly Souza Silva

Graduada do Curso de Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Thalynne Keila Menezes da Costa - Mestra do Curso de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Contatos: jayanerafaelly@gmail.com; thalynne.menezes@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa se insere dentro do campo de análise dos novos gêneros que surgem a partir das redes sociais. A rede social *Facebook*, uma das mais utilizadas no mundo, é utilizada com notoriedade para a exibição de *memes* que retratam situações cotidianas, atualizadas e de maneira bem-humorada. Diante disso, observa-se a recorrência de *memes* relacionados aos fatos políticos e polêmicos ocorridos no Brasil, entre 2019 e 2020, envolvendo e figura do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Dessa forma, o presente trabalho busca identificar qual é a imagem atribuída a Jair Messias Bolsonaro através da intertextualidade em *memes* de filmes divulgados no *Facebook*. A partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin (1992), Koch (2004), Marcuschi (2003), Bronckart (1999), Dawkins (2007), Antunes (2006), Koch (2009), Koch & Elias (2018), Soares (1998), Passarelli (2012) e Costa Val (1991), analisamos um corpus composto por três *memes* e três filmes. Dessa forma, constatou-se que a intertextualidade se fez presente de forma explícita, clara e objetiva em todos os *memes* de filmes que foram retirados do *Facebook*, visto que a análise mostrou que os *memes* são por natureza intertextuais, construídos em resposta/diálogo a outro texto que o precede. Além disso, conclui-se que o sujeito é constituído por suas ações, atitudes e interações com o outro e, nesse contexto, o sujeito também é constituído pelo mundo virtual em que está inserido.

Palavras-chave: Bolsonaro, *Memes*, Intertextualidade.

Introdução

Percebemos, nos últimos anos, uma grande recorrência do gênero *meme* no *Facebook* (FB). Entre os vários conteúdos abordados nessa rede social, verificamos a grande quantidade de *memes* relacionados a imagem do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Por conseguinte, e diante do cenário midiático que envolve a figura do atual presidente e do bombardeamento de piadas que circunda a sua imagem e seus pronunciamentos, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Qual é a imagem atribuída a Jair Messias Bolsonaro através da intertextualidade presente em *memes* de filmes divulgados no *Facebook*? Para responder ao questionamento, uma vez que, os avanços tecnológicos também impulsionaram o uso constante do gênero *meme*, o objetivo geral deste estudo é analisar a intertextualidade presente em *memes* de filmes relacionados a Jair Bolsonaro.

Este estudo considera a produtividade das ferramentas tecnológicas nos ambientes digitais, pois existe a necessidade de repensarmos a propagação dos *memes* no contexto social. Dessa forma, consideramos que o gênero *meme* possui caráter inovador, atrativo e humorístico, logo, este trabalho não se reduz apenas a uma leitura lúdica e de interpretação de imagens, mais do que isso, na leitura e interpretação dos *memes* se fez necessário uma construção de sentidos que exige a capacidade de reflexão e olhar atento a cada detalhe da combinação entre o visual, o verbal e o contexto do gênero.

A pesquisa científica que permeia este trabalho se caracteriza como qualitativa. Esse tipo de pesquisa coleta informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo e interpretá-lo, usando opiniões e pontos de vista de forma menos estruturada. No entanto, torna-se importante que o pesquisador participe ativamente da pesquisa, a fim de investigar o dia a dia do objeto de estudo, que nesta pesquisa são os *memes* relacionados ao Jair Bolsonaro através da intertextualidade com filmes, vivenciando atentamente a dinâmica social, valores e crenças compartilhadas por contas públicas na rede social FB. Portanto, esta pesquisa busca contribuir com o estudo de dimensão teórica dos *memes*, como chave para compreensão da linguagem, da intertextualidade e do contexto polêmico e atrativo da rede social FB.

Referencial teórico

Cada gênero textual apresenta especificidades que permitem identificar a sua classificação, estrutura e características próprias. Na noção de gêneros textuais/discursivos, proposta por Bakhtin (1999), a linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico. Nesse sentido, o autor define os gêneros do discurso como formas estáveis de enunciados, elaborados de acordo com as condições específicas de cada campo da comunicação verbal.

Koch (2004) defende a ideia de que os indivíduos desenvolvem uma competência metagenérica que possibilita interagir no meio social de forma conveniente, na medida em que o sujeito se envolve nas diversas práticas sociais existentes. É essa competência metagenérica que possibilita a produção de gêneros textuais através do uso de algumas estruturas de texto no cotidiano, que podem se concretizar de forma verbal ou não verbal, e/ou oral ou escrita. Segundo Bronckart (1999), a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humana, o que permite dizer que os gêneros textuais operam diariamente em vários e novos contextos. Dessa forma, pode-se afirmar que um gênero surge ou desaparece de acordo com as necessidades comunicativas inerentes às práticas de interação social.

Como exemplo, tem-se o surgimento de novos gêneros digitais, também chamados por Marcuschi (2003) de gêneros textuais emergentes, que são os gêneros presentes na rede online, entre eles, destamos o gênero *meme*. Construído socialmente e moldado pelos usuários da rede social FB, o *meme* surge como um desses novos gêneros, que têm objetivos e finalidades definidas pelas necessidades comunicacionais reais dos internautas, com o intuito de provocar humor, expor situações e ações históricas, cotidianas ou sociais, evidenciando novas linguagens e novas formas de escrita e de interação.

O *meme*, segundo Dawkins (2007), é uma unidade de transmissão cultural que se dá por meio da imitação. Sendo assim, o escritor criou esse novo vocábulo, com a justificativa de que ele queria uma palavra que designasse o fenômeno da imitação e que, ao mesmo tempo, lembrasse a palavra *gene*. Para isso, ele abreviou a palavra grega *μιμῆσθαι*, que significa “coisa imitada” e que se pronuncia de forma semelhante a palavra *meme*. Além de serem concebidos como

um texto de natureza multimodal, geralmente os *memes* possuem essência humorística, características de sociabilidade, com temáticas que variam do humor aos assuntos mais sérios, como música, novela, política e economia, sendo na maioria das vezes, de rápida e fácil compreensão.

A escrita enquanto processo e meio de comunicação social é inegavelmente importante nos dias atuais, pois é deste recurso que a maioria das pessoas fazem uso para transmitir conhecimentos, registrar dados, celebrar acordos, produzir textos escritos em diversas situações do dia a dia. Todavia, escrever também diz respeito a um ato de ressignificar, de representar ideias, conceitos ou sentimentos, por meio de símbolos e da linguagem gráfica.

De acordo com Antunes (2006), a prática de escrita consiste em um processo que depende de várias etapas para que possa ser realizada com sucesso, isso porque a prática de escrever um texto e discorrer sobre algo, é uma atividade que pressupõe informação, conhecimento do objeto sobre o qual se vai discorrer, além de outros conhecimentos de ordem textual-discursiva e linguística. Por consequência, automaticamente o escritor fará uso de um conjunto de conhecimentos constitutivos de textos - denominados textualidade - seja através da coerência, coesão, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e/ou intertextualidade.

Sobre a intertextualidade Koch e Elias (2018), afirmam que “[...] a intertextualidade é elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita/leitura e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende de conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos.” Sendo assim, o conhecimento que se tem sobre o que já foi lido anteriormente, contribui na elaboração de sentido de um novo texto, embasando uma nova escrita, pois ao produzir um texto, o locutor utiliza-se do que já experienciou em vida, ainda que de forma imperceptível e ativa os conhecimentos prévios em mais uma elaboração.

Koch, Bentes e Cavalcante (2008) apontam e diferenciam dois tipos de intertextualidades: a *lato sensu* e a *stricto sensu*. Segundo as autoras, elas ainda subdividem-se em: *lato sensu* (genérica e tipológica) e *stricto sensu* (temática, estilística, explícita e implícita). Em relação a intertextualidade *stricto sensu* explícita, esta, pode ser facilmente identificada pelos leitores, pois estabelece uma relação

direta com o texto original, apresentando claramente elementos que o identificam, sem que haja a necessidade de dedução por parte do leitor, exigindo apenas a compreensão do conteúdo que a compõe. Diferentemente da intertextualidade explícita, a intertextualidade implícita não estabelece relação direta com o texto fonte, nem apresenta elementos que facilitem sua identificação, consequentemente, ela não é facilmente identificada por seus leitores, exigindo que estes, recorram a conhecimentos prévios, deduções, análises e inferências para sua total compreensão.

Resultados e discussão

Quadro 1: Intertextualidade entre o Filme 01 e o Meme 01



No quadro 1, nomeado de “Intertextualidade entre o Filme 01 e o Meme 01”, observamos duas figuras. A primeira imagem do Filme 01, no lado esquerdo, apresenta a imagem que compõe a verdadeira obra do filme *Esqueceram de mim*. Já a segunda imagem do Meme 01, no lado direito, trata-se de um *meme* criado a partir das imagens de Jair Messias Bolsonaro, de seu filho, Flávio Bolsonaro e de Fabrício Queiroz, que apresenta de forma explícita uma relação intertextual com a representação da obra original.

O Filme 01 *Esqueceram de mim* é uma comédia dos anos 90, que conta a história de Kevin Mc Callister, um menino extremamente levado, de oito anos de idade, que por não se comportar na noite anterior há uma viagem da família para Paris, sua mãe o faz dormir no sótão. Por sua vez, o menino irritado com a situação, deseja que sua família não estivesse em casa. Após os Mc Callisters irem para o aeroporto sem Kevin, o garoto acorda e acredita que o seu desejo de não ter família se tornou realidade, então, ele percebe que dois vigaristas planejam roubar a residência e, sozinho, Kevin terá que proteger a casa dos atrapalhados ladrões. No entanto, o auge desta história é o esquecimento do garoto em casa, por parte dos seus pais.

Já na figura, intitulada de *Meme 01: Esqueceram de mim*, temos um *meme* diretamente relacionado a um episódio ocorrido com um ex-subtenente da Polícia militar, chamado Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro e amigo de confiança do presidente, Jair Bolsonaro. Na política brasileira, Queiroz é apontado em um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, como tendo realizado movimentações no valor de R\$ 1,2 milhões em sua conta, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, quando atuava como motorista e assessor do senador Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A situação tornou-se pública em 6 de dezembro de 2018, desde então, ambos estão sendo investigados. Nessa investigação, Queiroz foi intimado a prestar esclarecimento ao Ministério Público do Rio de Janeiro e não compareceu, não deixou rastros e não apareceu em nenhuma das convocações. Enquanto isso, a defesa do Queiroz alegou motivos de saúde para justificar o não comparecimento do ex-assessor. O caso virou uma grande piada nas redes sociais e diversas pessoas chegaram a utilizar a hashtag “#cadeoqueiroz”, como forma de chamar atenção e mostrar revolta com um caso que deveria ser punido e, no entanto, até o momento, foi esquecido pelas autoridades responsáveis, enquanto isso, seu sumiço por tantos meses, aumentou ainda mais a desconfiança que já pairava sobre ele.

Contudo, mediante a interpretação já realizada, constatamos que a relação entre o *meme* e o filme ocorre através da intertextualidade *stricto sensu* de maneira explícita, pois segundo Koch (2009), a intertextualidade se caracteriza como explícita quando, no próprio texto, é feita a menção da fonte do intertexto. Sendo assim, ao observarmos o quadro 01, notamos a relação intertextual entre o *Meme 01* e o

Filme 01, pela disposição dos personagens nas imagens, pelas roupas e cores utilizadas.

Além disso, a intertextualidade explícita se faz presente na estrutura do *memé* e do filme, nos seus títulos e no contexto de esquecimento que envolve os personagens Kelvin e Fabrício Queiroz, ambos protagonistas das situações. No caso do filme, o protagonista é a criança esquecida pela família, já no *memé*, o protagonista é o Fabrício Queiroz, que sumiu, sem deixar vestígios e teve, supostamente, como cúmplices e apoiadores do seu sumiço, o Flávio Bolsonaro e o Jair Bolsonaro. Fato este, que permite ainda a interpretação de que, assim como no filme, os personagens que ocupam a parte de trás da figura Filme 01, representam dois ladrões/vigaristas, a posição ocupada por Bolsonaro e seu filho no *Meme* 01 deixa a entender que eles também sejam considerados como tais. Observemos o quadro 2, que também apresenta o mesmo aspecto de intertextualidade.

Quadro 2: Intertextualidade entre o Filme 02 e o Meme 02



No Quadro 2, intitulado de “Intertextualidade entre o Filme 02 e o *Meme* 02”, observamos duas imagens. A primeira imagem nomeada de “Filme 02” apresenta o filme Advogado do Diabo que foi lançado

em 1997, enquanto a imagem “*Meme 02*” se refere a um *meme* originado do filme.

De acordo com o site Adoro Cinema, o filme mostrado na primeira imagem, conta a história de Kevin. Um jovem advogado bem sucedido em sua carreira, que vive em uma pequena cidade no interior da Flórida, onde cresce, constitui família, se estabelece profissionalmente, adquirindo os valores morais e puritanos inerentes a uma cidadezinha interiorana. Por ser um advogado de sucesso e pelo fato de nunca ter perdido um caso, sua notoriedade ecoa até uma grande firma de advocacia de Nova York, que lhe faz uma proposta tentadora. Depois de aceitar a proposta, o jovem advogado se muda para Nova York acompanhado de sua esposa Mery Ann.

A cidade de Nova York, por sua vez, é uma grande metrópole impregnada por uma ética teleológica, situacional, de valores totalmente distintos da moral dos camponeses puritanos do interior da Flórida. Inserido nesse contexto, completamente cego, com um ego inflado através da sua vaidade pessoal, pelo luxo e por um alto salário, o jovem advogado iludido, se deixa influenciar e seus antigos valores éticos e morais são corroídos, resultando em uma conduta de inversão de valores.

Já na segunda imagem, do lado direito, temos o *Meme 02* composto por Jair Messias Bolsonaro e por Sérgio Moro. Considerado um homem sério e reservado e com um senso de humor refinado, Sérgio Moro é um juiz renomado e considerado por muitos bolsonaristas – apoiadores de Bolsonaro – como um herói por ter encabeçado uma importante operação no meio político.

Nos últimos anos, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra a corrupção e o governo, concomitantemente, uniram-se e ressaltaram a admiração pelo juiz Moro, responsável pelas decisões da Operação Lava Jato, que teve grande repercussão no mundo inteiro, por ter como desfecho a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – eleito presidente da República na eleição de 2002 e reeleito em 2006.

A repercussão de tal fato chegou a ser reconhecida internacionalmente e alguns dos principais veículos espalhados pelo mundo, veicularam em seus portais que o juiz só foi convidado para o cargo, e com amplos poderes, porque impediu a participação de Lula na eleição presidencial de 2018, facilitando a vitória do militar e atual presidente do Brasil. Tal fato, fez com que a boa índole e o caráter do

ministro, que era até o momento admirado e respeitado pela população e por grandes nomes da política, passasse a ser duvidosa. Desde então, Sérgio Moro deixou de ser visto como um super-herói e passou a ser visto como um vilão. E foi justamente nesse período, mas precisamente no início de agosto de 2019, que o *meme* começou a circular na rede social FB.

Evidenciando a relação intertextual entre o Filme 02 e no *Meme* 02, notamos que foi utilizado no *meme* as mesmas cores, disposições dos personagens, estrutura, nome da obra e vestimentas que fora utilizada na imagem do Filme 02, do lado esquerdo. O advogado e o personagem principal do filme, ambos em pé, nas duas imagens, remetem a contextos indiscutivelmente semelhantes. Pois, os dois eram advogados e prestaram serviços a pessoas que possuíam um grande poder financeiro. Além disso, tanto Moro quanto Kevin não mediram esforços para chegar onde almejavam, mesmo que tenham passado por cima das regras e princípios, até então, existentes. Evidenciando assim, que pela interpretação exposta, no quadro 03 também há a presença da intertextualidade explícita.

Quadro 3: Intertextualidade entre o Filme 03 e o Meme 03



No quadro 3, nomeado de “Intertextualidade entre o Filme 03 e o *Meme 03*”, observamos duas imagens. A imagem Filme 03, se refere a obra original do filme Como perder um homem em 10 dias, já a imagem *Meme 03*, no lado esquerdo, é um *meme* criado a partir do filme, que satiriza a troca sucessiva de Ministros da Saúde em plena pandemia do Covid- 19.

O enredo do Filme 03, tem como protagonistas a jornalista Andie Anderson e o publicitário Benjamin Barry. Nessa história o jogo do amor não tem regras. Andie trabalha em uma revista feminina que cresce de maneira bastante significativa, nos Estados Unidos, e mesmo com mestrado em Jornalismo na Universidade de Columbia e com o projeto de conquistar espaço em sua coluna para política, economia ou religião, sua editora, Bebe Neuwirth, a direciona para escrever temas sobre relacionamento, beleza, sexo e moda. A jornalista aceita, com o objetivo de provar seu talento e ter mais liberdade na revista.

Nesse momento, seu desafio é escrever uma reportagem em primeira pessoa sobre todos os comportamentos das mulheres, sejam eles voluntários ou não, que afastam os homens. O prazo para concluir este trabalho é de apenas dez dias. Nesse curto espaço de tempo a jornalista deveria encontrar um homem cobaia e fazê-lo apaixonar-se por ela. A ideia é que ela cometesse todos os erros habituais amorosos em um relacionamento, pois o escopo era conseguir o fim do namoro em um curto espaço de tempo, ou seja, em dez dias. A vítima de Andie será Benjamin Barry, um clássico investidor do mercado de joias.

Os concorrentes de Ben duvidaram que o publicitário compreendia o suficiente uma mulher, a ponto de criar uma boa campanha e resolvem apostar que ele não consegue manter um relacionamento por dez dias. O auge da obra é a oposição de fatos que ocorrem entre Andie e Ben. Enquanto ela se esforça para destruir a relação com as atitudes femininas desgastantes em um relacionamento, Ben tenta mantê-la por perto para assegurar seu contrato de trabalho. Em suma, ela quer provar como perder um homem em dez dias e ele quer mostrar que consegue manter o relacionamento com a personagem pelo mesmo período de tempo. Observamos, no *Meme 03*, uma imagem semelhante a obra Como perder um homem em 10 dias. O *Meme 03* surgiu em meados do mês de maio de 2020, resultado da troca sucessiva de Ministros da Saúde em período de pandemia do coronavírus e, conforme podemos observar, é formado pela imagem do Bolsonaro e do ex-ministro da saúde, Nelson Teich.

Teich foi ministro da saúde durante 28 dias, e pediu demissão. A principal causa seria um desentendimento com Jair Bolsonaro, pois em meio à crise mundial de saúde, causada pelo Covid-19, o presidente defendia a liberação da cloroquina, para ser usada no tratamento do coronavírus. Segundo Teich - médico oncologista e consultor de saúde - por não ter comprovação atestada, faz-se necessário todo um cuidado antes da indicação do medicamento.

Embora sua atuação como Ministro da Saúde tenha sido curta, Nelson Teich colecionou inúmeras derrotas enquanto ocupou o cargo. Inicialmente, o médico chegou a afirmar na sua posse que estaria “completamente alinhado” e totalmente de acordo, com as ações do atual presidente, porém, esta afirmação sofreu extrema decadência ao longo dos 28 dias de atuação como ministro da saúde.

A relação intertextual entre o Filme 03 e o *Meme* 03, também se concretiza de forma explícita. Inicialmente, o *Meme* 03 possui as mesmas cores do Filme 03 e a mesma posição 43 dos personagens, fazendo com que Bolsonaro se assemelhe a Andie, personagem da obra original e Nelson Teich se assemelhe a Benjamin, fato este, que faz com que o leitor relacione de forma direta o *meme* ao filme. Posteriormente, observamos que no *meme* os personagens se utilizam do mesmo código de vestimenta, além disso, a distribuição do título do filme no *meme*, se encontra na mesma proporção - entre os protagonistas.

Ao considerar as imagens do Filme 03 e do *Meme* 03, é relevante ressaltar que, ao interpretar e analisar o quadro 03 e estabelecer uma comparação, notamos que a relação intertextual também está presente no contexto das situações. Uma vez que, o presidente Bolsonaro, ocupa o papel da mulher, que no enredo do filme utiliza de inúmeras estratégias e erros propositais, com o objetivo de fazer com que seu relacionamento termine em 10 (dez) dias. O fato é que, de forma proposital ou não, Jair Bolsonaro conseguiu perder o ministro da saúde com o tempo recorde de 28 (vinte e oito) dias. E embora a quantidade de dias seja diferente nas duas situações, mesmo assim ela é considerada um tempo recorde em ambos os contextos.

Por conseguinte, enquanto no filme Andie não respeitava o tempo de Ben com seus amigos, falava com seus familiares antes mesmo dele comentar sobre o namoro dos dois, era desagradável a todo instante e criava planos para o futuro quando eles ainda estavam se conhecendo, almejando o término do relacionamento, Bolsonaro

também agiu de forma totalmente oposta aos preceitos de Teich, de forma proposital ou não, isso não se sabe.

A primeira desavença aconteceu durante uma coletiva de imprensa, quando o exministro soube, por meio da pergunta de um repórter, que o presidente havia mandado incluir salões de beleza, academias e barbearias como serviços essenciais, em meio a uma pandemia mundial. Surpreso com o anúncio, Teich precisou confirmar a informação com a assessoria, para depois reconhecer que não fora consultado e emendar que esse tipo de decisão não era de competência do Ministério da Saúde. Bolsonaro, por sua vez, minimizou o fato de não ter perguntado a opinião de Teich, afirmando que a decisão é competência da Presidência, por se tratar de um decreto, e que não há como pedir a opinião dos ministros sobre tudo.

A segunda e significativa desavença, foi em relação a utilização da cloroquina para pacientes que foram infectados pelo Covid-19. Mesmo as pesquisas não trazendo resultados animadores quanto ao uso do remédio, Bolsonaro insistia a todo momento que este remédio fosse disseminado nos hospitais públicos do país. Como resultado da posição e opinião contrária a Bolsonaro, Teich foi bombardeado pelas redes de apoio ao presidente. Como desfecho de toda a situação, Bolsonaro conseguiu perder Nelson Teich, ministro da saúde, no tempo recorde de 28 dias fazendo assim, jus ao *Meme 03*. Pois, nenhum outro presidente do Brasil conseguiu perder ou trocar de ministros da saúde em tão pouco tempo como ele, por isso a analogia com o filme.

Diante dessa exposição, é possível perceber que ocorre uma relação intertextual com os filmes, de forma direta, clara e explícita. A intertextualidade nos *memes* ocorreu com marcas evidentes dos textos fonte, que foram evidenciadas no gênero pelas cores, vestimentas, título, disposição dos personagens e dos contextos situacionais, produzindo humor e manifestando diversos efeitos de sentido.

Considerações finais

Constatamos, ao longo deste trabalho que a internet é um terreno fértil para a construção do humor. O gênero *meme* encontra nas redes sociais a fomentação de que necessita para crescer e se expandir e, além de possuírem o principal objetivo de provocar humor, mesclando elementos intertextuais, cores e personagens, os

memes evidenciam questões políticas e cotidianas atuais, tratando de temas que permitem a reflexão, formação de opiniões, ideias e estímulo de importantes questionamentos. Foi possível perceber ainda, que a intertextualidade é um traço comum e essencial na produção e funcionamento dos *memes*, tendo em vista, sua importância para a construção de sentido e de humor nas formas discursivas/textuais, pois o leitor/internauta só compreende as intenções do autor se conseguir rememorar o texto fonte e retomar seus conhecimentos enciclopédicos. Por fim, percebemos que os processos intertextuais vão além do texto verbal, isso porque, nos *memes*, é necessário que o leitor compreenda a sua relação com as cores, imagens e personagens, para que consiga compreender os efeitos de sentido ali produzidos. Posto isso, essa pesquisa contribui com o estudo de dimensão teórica dos *memes*, como chave para compreensão da linguagem, da intertextualidade e do contexto polêmico e atrativo da rede social FB.

Referências

BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1953]. BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. **Por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, Educ, 1999.

COSTA VAL, M. G., **Redação e Textualidade**. S. Paulo, Martins Fontes: 1991.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. . **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2018b [1997].

MARCUSCHI, Luiz. **Gêneros textuais:** definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna. R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). Gêneros textuais & Ensino. 2. ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: CEAL/Autêntica, 1998.

PASSARELLI, L. G. **Ensino e correção na produção de textos escolares.** São Paulo: Cortez, 2012.

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A PRODUÇÃO DE LGBTFOBIAS NO GOVERNO BOLSONARO

Elder Luan dos Santos Silva

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Gênero, Mulheres e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade. Graduado em História. elluanss@gmail.com;

Resumo

No Brasil, especialmente em meio a campanha presidencial de 2018, a principal estratégia utilizada pelo neoconservadorismo foi o acionamento da categoria “*Ideologia de Gênero*”, um dispositivo mobilizador de pânico morais em função de um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo das questões de gênero e das sexualidades para impor instrumentos legislativos em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, e o debate sobre gênero e sexualidade na educação. Como reflexo disso, tem se percebido um aumento da LGBTfobia em sua manifestação discursiva e física, a perseguição aos estudos de gênero e sexualidade e cerceamento da cidadania LGBT. Esse trabalho tem como objeto refletir sobre os ataques às questões de gênero e sexualidade e as pessoas LGBT operados no Brasil pelo neoconservadorismo desde a campanha eleitoral que culminou na eleição do presidente Jair Bolsonaro até o seu primeiro ano de governo. Para tanto, serão analisadas as declarações e ataques do atual presidente às questões de gênero, assim como a repercussão disso entre seus seguidores, que tem transformado o discurso antigênero em atos de violência.

Palavras-chave: LGBTfobia; Ideologia de Gênero; Neoconservadorismo; Violência.

Contextos: o combate às questões de gênero e sexualidade na educação

A ofensiva contra as questões de Gênero e os Direitos das pessoas LGBT no Brasil começa a ganhar os contornos específicos que tem hoje, ainda em 2011, quando por pressão da bancada evangélica a presidenta Dilma Rousseff vetou o programa Escola Sem Homofobia se sustentando na afirmação de que seu governo não realizaria “propaganda pelas opções sexuais” (IRINEU, 2014). Segundo Carvalho e Sívori (2017), os atores conservadores em ascensão no Congresso Nacional criaram uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre os materiais do programa. Na principal argumentação desenvolvida, alertava-se do perigo que a escola se tornasse um lugar de aliciamento para o homossexualismo e lesbianismo, e que crianças de 6 a 8 anos estavam sendo expostas a conteúdos pornográficos (CARVALHO, SÍVORI, 2017).

Desde o Programa Brasil Sem Homofobia que essa alternativa, de disseminação de um pânico moral/social, foi utilizada por esses setores ultraconservadores em suas articulações que demandavam a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o programa. A retórica utilizada articulava expressões patriarcalistas, homofóbicas e anti-esqueditas, em uma investida que buscava paralisar outras iniciativas que tinham como mote a defesa dos direitos LGBTs (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Na avaliação feita por Carvalho e Sívori (2017), essa cruzada em volta do Programa Escola Sem Homofobia tornou-se uma grande oportunidade desses grupos se articularem e potencializarem seu capital político. Entre outros ganhos, conseguiram rebatizar o projeto de Kit Gay, que, desde então, ficou assim pejorativamente conhecido. Foi também nesse primeiro momento que nomes como o do então deputado Jair Bolsonaro (na época PP/RJ), Marco Feliciano (PSC/SP), e do Senador Magno Malta (PR/ES) ganharam visibilidade na grande mídia.

Segundo Vanessa Leite (2014), o fator preponderante na reação da Bancada Evangélica e dos setores conservadores das igrejas católicas e protestantes em torno do ESH estava no fato de que os materiais do programa admitiam a existência de adolescentes LGBT na escola, e mais do que isso, aceitavam e encorajavam a possibilidades de elas e elas assumirem as suas diversas identidades sexuais, apostando em

uma afirmação positiva da bissexualidade, homossexualidade, lesbianidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência (LEITE, 2014).

A possibilidade de que o ESH, de alguma forma, colaborasse com a afirmação das identidades sexuais, a “saída do armário” e a vivência de sexualidades/gênero não normativos desestabilizou o projeto político heteronormativo que analogamente ecoa nas compreensões de sexo, gênero, família e sociedade das igrejas neopentecostais e católicas. Essa mesma desestabilização, ou medo dela, voltou à tona e se amplificou quando o Plano Nacional de Educação passou a ser discutido, e suas menções a gênero, sexualidade e diversidade foram amplamente contestadas sob a ótica da *“Ideologia de Gênero”*.

Como reflexo dessa investida operada por setores das igrejas católicas e neopentecostais, o termo “ideologia de gênero”, carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo do gênero e das sexualidades, para ensinar as crianças a serem gays e lésbicas, e passou a ser fortemente combatido nas escolas públicas, tendo como principal articulador o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Desde então, uma discursividade violenta, que tende a combater tudo aquilo que se relaciona com os direitos LGBT e das mulheres e com as questões de gênero e sexualidade, passou a ser gestada, tendo seu ponto alto no Brasil na eleição presidencial de 2018.

Nesse ensaio, reflito sobre o avançar das situações de violências contra pessoas LGBT que, mobilizadas pelo discurso de ódio gestado pelos movimentos ultraconservadores e ancorados na retórica da *Ideologia de Gênero*, intensificaram-se no contexto das eleições presidenciais de 2018. Para tanto, realizei o levantamento das situações de lgbtfobia que foram noticiadas pelos principais sites de notícia do país período eleitoral das eleições presidenciais de 2018.

Agenda antigênero nas eleições presidenciais de 2018

A campanha presidencial de 2018 que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), foi um período fortemente marcado por um discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBT, que tem como base fundadora os discursos e compreensões formulados pela retórica da *Ideologia de Gênero*, e seus

principais expotentes, parlamentares da bancada evangélica, membros de partido de extrema direita, e os setores ultraconservadores das igrejas católicas e pentecostais.

Nas semanas que antecederam as eleições presidenciais que aconteceram no dia 28 de outubro, diversos casos de violência contra pessoas LGBT foram registrados: em Aracaju, Layna Fortuna, uma mulher trans, foi assassinada (QUIRINO, 2018); em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas sob os gritos de “Bolsonaro” e “Ele Sim” (REVISTA FÓRUM, 2018); em Curitiba, um homem gay foi assassinado e teve seu corpo trancado em um armário (SOUZA, 2018); em Salvador, na madrugada que sucedeu o primeiro turno das eleições, o mestre de capoeira Môa do Katendê levou 12 facadas e não sobreviveu (LIMA et al 2018); Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, mulher trans, foi atacada com uma barra de ferro (LIMA, 2018); Netinha Matias, travesti piauiense, de 40 anos, residente da cidade Sigefredo Pacheco, foi brutalmente espancada dentro de sua residência (LINHARES, 2018). Todas essas agressões tem um ponto em comum: foram cometidas por apoiadores declarados do então candidato à presidência da república e presidente eleito Jair Bolsonaro.

As violências simbólicas também foram imensas. Na internet circularam vários vídeos em que era possível ouvir e/ou ver as pessoas entoando ataques à pessoas LGBT: em um deles, um grande grupo de pessoas no metrô de São Paulo cantou: “*o bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar viado*” (MATOS, 2018); em outro, três crianças cantam: “*O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais um recado, corra você que é viado, corra você que é viado, O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais uma onda, corra você sapatona, corra você sapatona*” (GGB, 2018).

A jornalista Joana Oliveira (2018) em matéria publicada no site do El País, relatou em tempo real como as agressões e os discursos de ódio em torno das eleições de 2018 estavam aumentando a ansiedade e impondo novos modos de existência para um grupo que se sente vulnerável e ameaçado por esses discursos, a população LGBT. A reportagem apurou como um casal de homens gays, uma mulher trans, uma mulher lésbica e outra bissexual, duas mulheres negras periféricas e uma mulher indígena estavam lidando com esses ataques. Os relatos dão conta de um medo latente que tem imposto modificações na forma como essas pessoas tem vivido no Brasil, como, por exemplo,

pra um casal de homens gays, que teve que voltar para o armário e decidiu não mais expor seu afeto em público (OLIVEIRA, 2018).

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribui essas crescentes violências ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro. Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade do mesmo se deu justamente por causa das declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e de incitação à violência. Um levantamento realizado pela Pública em parceria com a “*Open Knowledge Brasil*” revelou que nos primeiros 10 dias do mês de outubro de 2018 houve pelo menos 70 ataques com motivações políticas contra mulheres, negros e LGBT.

Nesse levantamento, é possível localizar que parte desses ataques tem acontecido nas universidades públicas do país. Na Universidade Federal do Paraná (UFPA), cerca de seis homens agrediram um estudante em frente à Casa da Estudante Universitária, onde residem os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social. Na Universidade de Pelotas (UFPEL), o professor Luciano Volcan Agostini recebeu ameaças via e-mail de um estudante que dizia estar “envolvido diretamente com a campanha de Bolsonaro” (ZANATTA et al., 2018). Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Denise Carrascosa do Instituto de Letras também foi ameaçada. Segundo relatos da mesma, publicados em sua rede social e reproduzidos por diversos sites de notícias, ao passar pela portaria do Instituto de Letras, um estudante a interpelou dizendo “Professora, depois do dia 28 a senhora vai ver” (MUNIZ, 2018). Também na UFBA, no dia 28 de outubro, após o resultado das eleições, militantes pró-Bolsonaro foram à porta da residência universitária, localizada no Corredor da Vitória em Salvador, ameaçar estudantes LGBTs. Uma estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi atacada com socos. Em seu relato publicado na rede social *Facebook* e reproduzido pelo site Brasil de Fato (PITASSE, 2018), ela escreveu que durante a agressão foi chamada de “sapatão de merda e vagabunda” e que “não era uma mulher de respeito”. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) estudantes de Filosofia foram agredidas por estudantes dos cursos de Medicina e Nutrição (UFMA, 2018). Em Teresina, o estudante universitário Lenilson Bezerra, 24 anos, foi brutalmente agredido por 10 homens, vindo a óbito poucos dias depois (PINCEL, 2018). Na Universidade de Brasília (UNB), livros de Direitos Humanos foram rasgados na Biblioteca (MARQUES; CARVALHO, 2018). Na

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um aluno jogou uma mesa em direção a um professor da instituição que durante a aula havia exibido um vídeo sobre fascismo (HENRIQUES, 2018).

Além desses ataques direcionados às pessoas e grupos minoritários, a Instituição Universitária foi fortemente atacada nos dias que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Um levantamento publicado no dia 26 de outubro pelo site de notícias “Conversa Fiada” (AMORIM, 2018) dava conta de que pelo menos trinta universidades públicas haviam sido invadidas por policiais e membros da Justiça Eleitoral, sob a justificativa de propaganda eleitoral irregular¹.

Dentre as ações policiais, ocorreram remoções de faixas de combate ao Fascismo na UFRJ e na UERJ, a paralisação de aulas públicas com os temas “Contra o Fascismo, pela Democracia” e “Esmagar o Fascismo”, respectivamente na FURG e UFGD, e a invasão de Policiais Militares armados em uma aula que tratava sobre Fake News na UFPA, após a filha de um PM realizar uma denúncia de que o professor estaria intimidando estudantes a não votarem no presidenciável Jair Bolsonaro.

Essas ameaças não são novas, e já vem acontecendo há algum tempo, em especial contra docentes universitários que pesquisam e/ou militam em favor das questões LGBTQs e feministas e em prol do direito das mulheres. Em dois casos bastante emblemáticos, duas professoras universitárias foram ameaçadas de morte: a professora Débora Diniz da UNB passou a ser perseguida nas redes sociais e ameaçada de morte por defender e pesquisar sobre a descriminalização do aborto, entre outros temas dos estudos de gênero e sexualidade (PAULA, 2018); outro caso semelhante a esse aconteceu na UFBA, onde uma professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD) foi ameaçada de morte em novembro de 2017 por pesquisar questões relacionadas ao aborto e a divisão sexual do trabalho

1 Os dados obtidos pelo veículo “Toda Palavra” mostram que as unidades de ensino que tiveram ações da Justiça Eleitoral em parceria com a Polícia foram: Unidades de Ensino da UFGD (Dourados), UEPA (Gurupá-Açu), UFGG (Campina Grande), UFF (Niterói), UEPB, UFMG, Unilab (Palmares), SEPE-RJ, Unilab-Fortaleza, UNEB (Serrinha), UFU (Uberlândia), UFG, UFRGS, UCP (Petrópolis), UFSJ, UERJ, UFRSA, UFAM, UFFS, UFRJ, IFB, Unila, UniRio, Unifap, UEMG (Ituiutaba), UFAL, IFCE, UFPB, UFRPE (Serra Talhada), UNESP (Botucatu), UEAL, Unisinos e IFF (Campos dos Goytacazes).

(MARINHO; SANTOS; VIGNE, 2018). A UFBA também foi alvo de outras perseguições, a exemplo dos ataques e ameaças sofridas pelo Projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo. Lemos e Cordeiro (2018) relatam que o projeto, em especial a Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo que aconteceu de 24 a 25 de novembro na UFBA, organizada pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIR@, foi alvo de ataques e ameaças tendo como intenção a não realização do evento.

Outra face dessa violência crescente nos últimos anos no Brasil tem se dado justamente nesse campo dos estudos de gênero e das pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com essa temática. A perseguição aos estudos de gênero, que se ampliou no Brasil no contexto da aprovação dos planos municipais, estaduais e federal de Educação, teve centralidade na campanha presidencial de 2018 e, minimamente no campo das discursividades, opôs, especialmente no segundo turno, dois projetos políticos: um que defendia os direitos das mulheres, negros, LGBTQs, índios, entre outros grupos subalternizados, e outro que acreditava que essas agendas eram “coitadismo” (CALEIRO, 2018).

Isso ficou ainda mais nítido após os primeiros 100 dias de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Através de sua conta pessoal no twitter, principal meio de comunicação de Bolsonaro com seus eleitores, o presidente manteve o tom da campanha e os ataques às questões de gênero. Assim como na campanha, o governo Bolsonaro tem investido em uma guerra discursiva, que tem como um dos principais alvos os direitos das mulheres e dos LGBTQ.

O governo Bolsonaro e as questões de gênero e sexualidade

No dia 05 de janeiro, cinco dias após a posse, ao anunciar o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Murilo Resende, o presidente publicou em sua rede social que em seus estudos, o novo coordenador deixa claro que “prioriza o ensino ignorando a atual promoção da lacração”. Ainda no mesmo mês, após 23 dias de empossado, Bolsonaro comemorou a desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) de ocupar o cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito nas últimas eleições. Não satisfeito, o presidente ainda comemorou o fato de que Jean Wyllys anunciou que iria embora do país por estar sofrendo ameaças de morte. Em 13 de Fevereiro de

2019, também em sua conta no twitter, Bolsonaro se posicionou contra a Criminalização da Homofobia, que havia entrado em pauta no Supremo tribunal Federal (STF) naquele dia.

Uma das postagens mais emblemáticas aconteceu no dia 05 de março de 2019, quando, para criticar o Carnaval Brasileiro, o presidente publicou em sua rede social um vídeo onde duas pessoas LGBT faziam uma performance queer em cima de um contêiner, tendo gerado todos os tipos de comentários em torno da “chuva dourada”.

Quem também teve grande destaque na mídia devido às declarações que atacam pessoas LGBT e as questões de gênero e sexualidade foi a ministra Damara Alves. No terceiro dia de governo, na sua posse como Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, disse que iria “acabar com a doutrinação ideológica das crianças e adolescentes”, fazendo referência ao que convencionalmente tem sido chamado de *Ideologia de Gênero* (NUNES, 2019), e que o Brasil estaria entrando em uma nova era, em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” e que “menina será princesa e menino será príncipe” em uma clara ofensiva às pessoas trans e as questões relacionadas a identidade de gênero, traindo portanto um acordo estabelecido com a ABGLT ainda em dezembro, de cooperação em prol da cidadania LGBT.

Muito além do campo discursivo, o primeiro ano do governo Bolsonaro foi palco de um desmonte de políticas públicas para pessoas LGBT nas mais diversas áreas. No Ministério da Saúde (MS) aconteceu a publicação de uma orientação para que fossem desconsideradas campanhas específicas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população de homens gays, travestis, homens trans, bissexuais e mulheres lésbicas e trans (LONGO, 2019), sob a justificativa de que o ministério não irá “ofender as famílias”.

Na cultura e nas artes, Bolsonaro vetou a liberação de verbas da Agência Nacional de Cinema (Ancine) para projetos que envolvem temáticas sobre gênero e sexualidades, e suspendeu um edital que pretendia selecionar e financiar séries LGBT para TVs públicas (SOTO, 2019). No Rio, sob a alegação de conteúdo sexual para menores, o prefeito Marcelo Crivela retirou HQs com beijo entre homens da Bienal do livro e autorizou que livros considerados impróprios para crianças e adolescentes fossem lacrados com plástico preto.

Até a Advocacia Geral da União (AGU) foi incluída no processo de desmonte e ataque cidadania LGBT, se manifestando contra a

criminalização da homofobia no processo que corria no STF. Mais uma vez fazendo uso de redes sociais, o presidente se manifestou contra a criminalização e declarou como “completamente equivocada” a decisão do STF que criminalizou a homofobia e transfobia em 13 de junho de 2019 (OLIVEIRA, BARBIÉRE, 2019).

De todas as áreas, a Educação tem sido o lugar onde são gestados os principais ataques comunidade LGBT, sob a égide da defesa à família, respeito às moralidades e valores cristãos, e combate a suposta Ideologia de Gênero. O Governo Bolsonaro e o bolsonarismo atuante na câmara dos deputados e em diversas prefeituras e governos estaduais do país têm se empenhado em barrar avanços no campo das políticas educacionais pró-diversidade.

O primeiro deles foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pasta do Ministério da Educação (MEC) responsável pela promoção de políticas educacionais que transversalizem questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além de outras questões como raça, etnia, origem, posição econômica, deficiências, condição geracional e outras diferenças.

A oposição às políticas pró-diversidade e as discussões de gênero e sexualidade na escola fazem parte da agenda central do governo. Em novembro de 2018, antes de assumir a presidência, quando questionado sobre o perfil de ministro que assumiria a pasta da educação, Bolsonaro declarou ao UOL que o mesmo seria:

[...]“contra ideologia de gênero, quem ensina sexo para criança é papai e mamãe. Escola é lugar de se aprender física, matemática, química, para fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal” (Jair Bolsonaro em entrevista a Uol em 22 de novembro de 2018).

O segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que assumiu o ministério em abril de 2019, seguiu a tônica da oposição às políticas educacionais pró-diversidade e contribuiu com o ataque discursivo às questões de gênero e sexualidade. O principal ataque do MEC à comunidade LGBT, em especial às pessoas trans, aconteceu no dia 16 de julho, onde, através da rede social Twitter, o então presidente Jair Bolsonaro anunciou que, a após intervenção de Weintraub, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) havia decidido suspender o processo seletivo específico para

candidatas(os) travestis, transexuais, transgêneras e intersexuais nos cursos de graduação presencial ofertados pelos campi Ceará e Bahia.

Ao longo dos últimos anos estratégias foram operadas pelo neo-conservadorismo afim de interferir na política educacional e barrar possíveis avanços no campos das políticas de gênero, sexualidade e diversidade na educação. Como reflexo disso, há um notório aumento das violências LGBTfóbicas, assim como da reprodução de machismo, misoginia e outras violências que tem como base as questões de gênero.

As produções discursivas do bolsonarismo, sejam elas contra as questões de gênero e sexualidade através da retórica da Ideologia de Gênero, sejam diretamente contra a existência e manifestação cultural, artística e afetiva de pessoas LGBT, tem contribuído com o aumento da violência LGBTfóbica e acirrado as discriminações às pessoas LGBT na escola, na universidade e nos mais variados espaços públicos. Análises recentes (COSTA, QUEIROZ, 2019; QUINALHA, 2019) têm relacionado o aumento da violência LGBTfóbica no Brasil com o crescimento dessas retóricas neoconservadoras que criminalizam as discussões de gênero e sexualidade na educação pública, e constantemente atacam os direitos da população LGBT.

Considerações finais: a estratégia política dos pânicos morais

O cenário político atual que estamos vivendo, não só tem produzido outros discursos e discursividades sobre questões de gênero e sexualidade, como também tem ampliado a violência contra pessoas LGBT e desenvolvido uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBTs e igualdade de gênero através da propagação de pânicos morais.

A pesquisa, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford aponta que 92,5% dos LGBTs entrevistados consensuam que as violências lgbtfóbicas aumentaram desde o período eleitoral. Já entre os entrevistados, 51% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua identidade de gênero e orientação sexual. Entre os/as agredidos/as, 94% foram vítimas de violência verbal e 13% de violências físicas. Esse mesmo dado é mostrado pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos

Humanos, que em outubro de 2018 recebeu 272% mais denúncias de violências LGBTfóbicas do que no mesmo período em 2017, sendo 330 casos em outubro de 2018 contra 131 em outubro de 2017.

Essa conjuntura também tem afetado o funcionamento da Universidade, assim como tem, ao mesmo tempo, criado um clima de tensão, além da produção e reprodução das violências lgbtfóbicas. A universidade tem sido um dos campos onde as situações anteriormente relatadas se reverberaram e ganharam legitimidade, e, também no espaço universitário, o foco principal dessas violências baseadas no gênero têm sido as mulheres e pessoas LGBTQs, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade e a militância feminista e LGBTQ.

No Brasil, como em outros lugares ao redor do mundo, o fenômeno da Ideologia de Gênero estabeleceu um confronto de moralidades, que se traduz em disputas de modos de regulação moral (LUNA, 2017). A principal estratégia utilizada por esses setores, foi o acionamento da categoria “*Ideologia de Gênero*”, um dispositivo mobilizador do pânico moral em função da suposta doutrinação feminista e gay das crianças (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Miskolci (2007) ao analisar os debates em torno do casamento gay em sociedades contemporâneas utiliza o conceito de pânico morais para compreender os mecanismos de controle e resistência das transformações da sociedade nos campos relacionados a gênero e sexualidade. Segundo ele, “pânico morais emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez, por isso mesmo, ameaçadora” (MISKOLCI, 2007, p. 103).

A partir da perspectiva de Rubin (1994) e Miskolci (2007) podemos afirmar que a noção de *Ideologia de Gênero*, ao longo dos anos, se tornou um dos principais modos de regulação da conduta sexual e da produção de gênero e sexualidades não-normativos, e um ativador do pânico moral, ou dos pânico morais em torno das questões de gênero e sexualidade, das lutas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos e das pessoas LGBTQ.

A principal estratégia para a disseminação desses pânico morais no contexto brasileiro foi à propagação de inverdades sobre as pautas feministas e LGBTQ, e os estudos de gênero e sexualidade. Segundo Carvalho e Sívori (2017), os atores conservadores em ascensão no

Congresso Nacional criaram uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre as questões de gênero e sexualidade.

Correlacionado com o aumento da violência lgbtfóbica, as categorias gênero e sexualidade tem mobilizado os setores conversadores do Brasil em função da defesa da família, das crianças e a partir de pânicos morais que fantasiam uma doutrinação ideológica do gênero. Como ressaltado no texto, durante o período eleitoral de 2018 e por todo o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro houve um aumento significativo das situações de violência contra mulheres e pessoas LGBT, que se justificavam na retórica do discursos ultraconservadores sobre as questões de gênero e sexualidade.

Essa retórica nasce, a princípio, a partir da disseminação de pânicos morais e violências simbólicas, e desemboca num combate a tudo que venha se relacionar com as questões LGBT, feministas e de gênero e sexualidade. Esses discursos, operados por discursividades múltiplas, tem, então, cooperado enormemente para a legitimação da violência lgbtfóbica, contribuindo assim com o aumento dos índices de LGBTfobia.

Esse mesmo discurso aglutinou apoiadores do governo Bolsonaro em torno da política de moralidades, do conservadorismo e da militarização, que, assim como já foi salientado, contribuiu com o aumento da LGBTfobia em sua manifestação espetacularizada, cotidiana e discursiva. É nesse sentido que acredito que as categorias gênero e sexualidade passam a ter foco e centralidade no governo Bolsonaro, porém com lentes que estão muito interessadas em cecear direitos, produzir violências e instituir pânicos morais e moralidades.

Referências

AMORIM, Paulo Henrique. **Por que policiais invadiram 30 universidades públicas?** 2018. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/por-que-policiais-invadiram-30-universidades-publicas>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CALEIRO, João Pedro. **<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. cadernos pagu, n. 50, 2018.

COSTA, Regina Alice Rodrigues Araujo; QUEIROZ, João Pedro Pereira de. **Para além da criminalização da lgbtfobia: cidadania, políticas públicas e direitos LGBT**. In: Debates e reflexões sobre direitos da diversidade sexual e de gênero [recurso eletrônico] / organizadoras Maria Goretti Soares Mendes, Rebeca Spencer Hartmann, Regina Alice Rodrigues Araujo Costa. -- Recife : FASA, 2019, p. 64 – 79.

FÓRUM, Revista. **Aos gritos de “Bolsonaro”, travesti é morta a facadas no centro de SP**. 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/aos-gritos-de-bolsonaro-travesti-e-morta-a-facadas-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GGB, Grupo Gay da Bahia -. **Bolsonaro tá chegando, “corra você que é viado”: adolescentes debocham de LGBT em vídeo**. 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/10/11/bolsonaro-ta-chegando-corra-voce-que-e-viado-adolescentes-debocham-de-lgbt-em-video/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

HENRIQUES, Camila. **Professor relata agressão de aluno após vídeo sobre fascismo na Ufam: ‘Jogou mesa na minha direção’, diz**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/10/06/professor-relata-agressao-de-aluno-apos-video-sobre-fascismo-na-ufam-jogou-mesa-na-minha-direcao.ghtml>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. Revista Em Pauta, v. 12, n. 34, 2014

LEITE, Vanessa. “Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Beá; OLIVEIRA, Joana; BETIM, Felipe. **Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LINHARES, Lorena. **Travesti é espancada por dois homens após discussão no interior do Piauí.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2018/09/27/travesti-e-espancada-por-dois-homens-apos-discussao-no-interior-do-piaui.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

LONGO, Ivan. **100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI.** 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/lgbt/100-dias-de-retirada-de-direitos-e-violencia-contr-a-populacao-lgbt/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LUNA, Naara. **A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015.** Cadernos Pagu, v. 50, 2017.

MARINHO, Nilson; SANTOS, Gil; VIGNÉ, Júlia. **Professora da Ufba é ameaçada de morte por causa de pesquisa.** 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/professora-da-ufba-e-ameacada-de-morte-por-causa-de-pesquisa/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MARQUES, Marília; CARVALHO, Letícia. **Livros de direitos humanos são rasgados na biblioteca da UnB.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghtml>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MATOS, José Edgar de. **Vídeo mostra palmeirenses entoando grito homofóbico que cita Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2018/10/04/palmeirenses-viralizam-na-internet-com-grito-homofobico-que-cita-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MENA, Fernando. **Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições.** 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. cadernos pagu (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.101-128.

MUNIZ, Tailane. **'Sou negra, fui um alvo escolhido', diz professora da Ufba ao relatar ameaça.** 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sou-negra-fui-um-alvo-escolhido-diz-professora-da-ufba-ao-relatar-ameaca/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NUNES, Caian. **Seria uma nova era? Meninos vestem azul e meninas vestem rosa?** 2019. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/seria-uma-nova-era-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa1/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

OLIVEIRA, Joana. **Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro.** 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PAINS, Clarissa. **Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo.** 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PAULA, Alexandre de. **Professora da UnB registra boletim de ocorrência após ser ameaçada de morte.** 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/07/04/ensino_ensinosuperior_interna,692907/debora-diniz-professora-da-unb-recebe-ameacas-pela-internet.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PINCEL, Paulo. **Universitário é brutalmente espancado em Teresina.** 2017. Disponível em: <<https://piauihoje.com/noticias/politica/>>

universitario-e-brutalmente-espancado-por-seguidores-de-bolso-naro-44738.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PITASSE, Mariana. **Estudante é atacada por eleitor de Bolsonaro no Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/12/estudante-e-atacada-por-eleitor-de-bolsonaro-no-rio-de-janeiro/index.html?fbclid=IwAR3dXk3cCzALeZ9XlQ64ZZ1s4nlyHjU9JOOp7Li9EX6h-ZqtudyEFzKXsuZHI>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

QUERINO, Rangel. **Transexual morre após ser esfaqueada por apoiador de Bolsonaro em Aracaju**. 2018. Disponível em: <<https://observatoriogbol.uol.com.br/noticias/2018/10/transexual-morre-apos-ser-esfaqueada-por-apoiador-de-bolsonaro-em-aracaju>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1994.

SOTO, Cesar. **Bolsonaro diz que não vai financiar produções com temas LGBT; conheça séries citadas**. G1. Brasília. 16 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/16/bolsonaro-diz-que-nao-vai-financiar-producoes-com-temas-lgbt-conheca-series-citadas.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUSA, Felipe. **Cabeleireiro gay é assassinado por eleitor obcecado por Bolsonaro**. 2018. [Http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/](http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/). Disponível em: <<http://pheeno.com.br/2018/10/cabeleireiro-gay-e-assassinado-por-eleitor-obcecado-por-bolsonaro/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

ZANATTA, C. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país**. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/11/politica/1539282750_803269.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ONDE ESTÁ A LAICIDADE NA PROPOSIÇÃO DE LEIS QUE ATINGEM AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO?

Evelyn Marcelle

Graduada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe - UFS, evelyn.marcele@gmail.com;

Resumo

Este trabalho apresenta como tem se desenvolvido conflitos que envolvem a proposição de leis que atingem as práticas dos Povos de Terreiro. Os atritos jurídicos permeiam a seara daquilo que chamamos de *conflitos socioambientais*, derivados de diferentes estruturas, pensamento, *ethos* e relações com o ‘meio ambiente’, os não-humanos, os extra-humanos, a fauna e a flora. Conflitos estes que envolvem o direito, o Estado, as minorias e os povos tradicionais. A metodologia adotada para elaboração deste trabalho foi uma combinação de revisão bibliográfica, através de análises de livros, dissertações e artigos sobre a temática, da questão legal das normativas e elaboração de leis, do acompanhamento via redes sociais virtuais e da realização de entrevistas. Procurou-se investigar a motivação para a proposição de normativas que esbarram na liberdade de culto e de práticas religiosas, compreendendo que os Povos de Terreiro fazem parte de um grupo brasileiro historicamente subalternizado, controlado e vigiado por meio de dispositivos legais e morais. Por fim, investigamos o movimento nacional de viés evangélico, pautado numa visão “uniética” da sociedade brasileira, que age indiscriminadamente de forma autoritária e preconceituosa contra os Povos de Terreiro quando incentivam a proposição de leis para barrar práticas, dificultar a manutenção dos terreiros e fiscalizar seus rituais de forma indiscriminada. Tendo em vista este panorama, perguntamos: onde está a laicidade nesse contexto?

Palavras-chave: Povos de Terreiro, Conflitos Socioambientais, Direito dos Animais, Racismo Religioso.

Introdução

Os Povos de Terreiro são mais conhecidos como as Religiões de Matrizes ou Presenças Africanas, são religiões de iniciação e exclusivamente brasileiras decorridas da significação das práticas dos sujeitos provenientes da diáspora africana e seus descendentes que passaram pelo processo de escravização. A relação do reconhecimento dos Povos de Terreiro como um Povo Tradicional perpassa a questão da identidade (do reconhecimento de si e dos outros), das questões étnicas, estéticas e principalmente da territorialidade, a forma de construir territórios e de se relacionar com eles é o que os definem, pois as relações comunitárias estão assentadas em territórios. Para um povo de Santo, um terreiro tem valor de território.

É importante pontuar que a escolha denominativa é uma opção política e diz respeito às novas perspectivas e mudanças de paradigma que buscam entender tais comunidades em suas complexidades e epistemologias, devido seu histórico, a denominação de suas práticas vai além de uma simples caracterização, mas sim como isso envolve o imaginário social e político criado antes e depois de seu reconhecimento como religião pelo Estado brasileiro. Até hoje identificar ou ser identificado como adepto de uma religião afro-brasileira não é uma tarefa fácil, o candomblé, a umbanda, o xangô e o batuque, são os mais conhecidos, mas há uma ampla diversidade de práticas dessas comunidades que não cabem em um simples nome, para isso opto por utilizar da nomenclatura “Povos de Terreiro” que possuem uma cosmologia própria, um modo de pensar e agir diferente do cristão. A origem dos embates é datada desde o colonialismo e as teorias evolucionistas, advém da concepção de um tipo ideal de ser humano e de “cultura humana”, foi este pensamento que fundamentou a exploração das américas e a partilha do continente Africano entre os países “evoluídos”.

Mesmo que se tenha tentado construir uma identidade nacional integradora, uma democracia racial, e tantas outras ideias que buscam agrupar os brasileiros em um bloco homogêneo, ainda custa compreender que a nação brasileira possui povos e comunidades tradicionais etnicamente distintos. A emergência atual do acirramento de disputas políticas demonstra casos de atritos jurídicos, éticos, morais e, principalmente, culturais, nos quais as práticas dos Povos de Terreiro

são questionadas e condenadas por, supostamente, violar o Código Ambiental Brasileiro.

Neste sentido, enquadro o referente conflito na categoria de “Conflito socioambiental”, são aqueles que possuem relação entre o “meio ambiente”, os povos e comunidades tradicionais e o aparato do Estado e/ou sociedade civil. Esses Povos e comunidades tradicionais possuem uma outra lógica das relações, principalmente com o “meio ambiente”, são comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, de terreiro que têm o princípio da territorialidade como base de suas cosmovivências, ou seja, sua identidade e relação de pertencimento é intrínseca ao ambiente em que vivem, a relação com o espaço e os animais pauta-se no convívio harmonioso e equilibrado. Lembrando que a ideia de “meio ambiente”, é um conceito ocidental advindo da consolidação do direito moderno sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Também do ambiente jurídico advém o Princípio da Laicidade, característica do Estado Moderno, que entre os séculos XVII e XVIII lutou para se consolidar como Estado de Direito, e para isso separou-se a Igreja das questões governamentais.

Mas é sobre o contexto contemporâneo que a discussão é alentada e levanta debates. Uma pesquisa realizada entre agosto de 2017 e julho de 2020, que teve início com o desenvolvimento de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC) realizado junto ao grupo de pesquisa INUMA, pretendeu chamar atenção para a atuação de grupos de proteção animal na cidade de Aracaju.

É por meio do acompanhamento das atividades da ONG Anjos e daquilo que caracterizamos como “Causa Animal” que alcanço a temática desta pesquisa. Com o avanço da pesquisa etnográfica no PIBIC desenvolvi a pesquisa da minha monografia realizada entre outubro de 2019 e setembro de 2020, na qual procurei esmiuçar o debate acerca do conflito entre a Causa Animal e os Povos de Terreiro em Aracaju (SE). A monografia realizada para o trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) é intitulada “A culpa é da cultura?: uma etnografia dos conflitos entre as Comunidades Tradicionais de Terreiro e o Movimento de Direito e Proteção Animal em Aracaju/SE”.

Dentre as questões que envolvem a Causa Animal pode-se destacar o movimento em dois âmbitos: o jurídico e o moral/ético. Ambos convergem na temática sobre a sacralização dos animais pelos Povos de Terreiro e os maus tratos aos animais. Além dos casos já conhecidos

de conflitos jurídicos entre o Código Ambiental e as práticas dos Povos de Terreiro, como denúncias de perturbação do sossego ou de poluição ambiental, as denúncias de maus tratos aos animais (pautado na Lei de Maus Tratos – n. 9.605/98) tem aumentado no decorrer dos anos, assunto que tem dividido opiniões entre os envolvidos, além de parlamentares e figuras públicas, tal questão foi a que mais me motivou a continuar a pesquisa sobre a temática.

Metodologia

A metodologia abordada contou com a revisão bibliográfica, além da leitura de teses, dissertações, normativas e proposições de leis relacionadas à temática, tendo como base as diretrizes da antropologia e do direito para investigar os conflitos. Modernamente, a Antropologia vem se consolidando como disciplina cujos conhecimentos produzidos derivam do diálogo entre o antropólogo e seus interlocutores em campo, isto quer dizer que a episteme do antropólogo é apenas mais uma e que ao se defrontar com epistemes locais. O conhecimento antropológico é, assim, um espaço mediano: nem conhecimento nativo, representado por teorias sociológicas endógenas, nem conhecimento puro e depurado por um único sujeito cognoscente.

Tal posição mediana, que procura operar traduções interculturais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988), implica a necessidade de reflexão crítica constante sobre as condições de geração do conhecimento antropológico que é possível, apenas, a partir do descentramento epistêmico (CLIFFORD, 1998). Desta forma, o trabalho de campo deve partir do pressuposto da comunicação fluida, para isso, a pesquisa toma proporções qualitativas em que, busca-se investigar atos, fatos, falas e interpretações para formar um modelo lógico que seja explicativo dessa realidade (GEERTZ, 2008) e possui como eixo temático o estudo dos conflitos jurídicos, sociais e políticos. Averiguados por meio de entrevistas semi-estruturadas, acompanhamento das redes sociais virtuais e dos eventos presenciais e virtuais sobre a temática.

Resultados e discussão

O Brasil é um Estado Democrático de Direito e tem o sistema jurídico como seu fundador, este, possui relação com lógica “uniética”, ou seja, pautam, em sua maioria normativas que têm a visão ocidental e

cristã (fundadoras do pensamento social brasileiro) como única e universal te todo território, parte deste artigo busca compreender como essa lógica pode ser reproduzida, consciente e inconscientemente por aqueles que são contra a sacralização dos animais pelos povos de terreiro, pois interpretar o direito de uma forma intencional não é uma questão equivocada, porque defende um ponto de vista próximo. O Direito, neste caso, é a arena de disputa entre os diferentes atores sociais, resultando em tensões que evidenciam diferentes visões de mundo.

É sempre importante expor a relação das normativas brasileiras com as práticas pretas, primeiramente, durante a formação do Brasil o Código Penal, foi elaborado para organizar as relações, ações e atividades sociais, utilizado como ferramenta educativa e punitiva (JR, 2015, p. 306), três artigos presentes no Código criminal de 1830 se impõem neste ponto: a criminalização da capoeira, do curandeirismo e do espiritismo. Não muito distante, até 1976 (VELECI, 2015, p. 14), essas religiões eram obrigadas a pagar uma taxa e um requerimento de licença policial nas delegacias de jogos e costumes para poderem realizar seus cultos religiosos dentro dos seus terreiros. Apenas a Constituição Federal de 1988 garantiu a prática de qualquer modalidade religiosa, mesmo assim, haviam ações da polícia por meio de detenções para averiguações nos terreiros, o caso mais emblemático ocorreu na cidade de Alagoas, onde essas ações tornaram-se “legítima”, pois suas motivações justificavam a repressão, apesar de não encontrarem respaldo no Código Penal, como revela Ulisses Neves Rafael (2010, p. 260) sobre os fatos políticos e sociais que rondavam o Quebra de 1912.

Segundo Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 133): “O direito é, ainda que no plano científico, definido como o conjunto das normas jurídicas, ou seja, com as regras obrigatórias que são impostas e garantidas pelo Estado”. A maior pauta em questão é: Onde está a laicidade do Estado Democrático de Direito quando normativas que barram, fiscalizam e restringem as práticas dos Povos de Terreiro?

Com frequência, os conceitos expressos nas normas jurídicas sobre templos religiosos ausentam os Povos de Terreiro pois essas religiões fogem à diversas concepções que caracterizam os templos e práticas religiosas cristã (altar, cadeiras enfileiradas, templo suntuoso, etc..), além de que muitos terreiros são a casa de seus sacerdotes e adeptos. Posto isto, os templos possuem dificuldades de conseguir

imunidade tributária, descontos e em alguns casos são obrigados a realizarem licenciamento ambiental e estarem abertos às fiscalizações de denúncias de maus tratos aos animais. Não é à toa que a temática do direito tem se feito presente, segundo levantamento bibliográfico recente após anos 20000, as referências encontradas como área de principal interesse a exemplo de: Neto (2003), Oliveira (2014 e 2015), Rocha (2015), Santana (2007) Torres (2016), Veleci (2015).

Antes de chegar propriamente no conflito devemos compreender como a causa animal está inserida neste contexto. A pesquisa realizada em Aracaju revelou proximidades com as pesquisas de Possebon (2007) e Barbosa e Silva (2012), as quais apontam para o envolvimento de ONGs de proteção animal na articulação política e até na elaboração de leis e Códigos Estaduais de Proteção aos animais, demonstrando como o racismo religioso advém do desconhecimento das práticas das religiões, dos estigmas e preconceitos, que normalizam a fiscalização de rituais sagrados.

Para o melhor entendimento das ações e atuações da causa animal, concerne elucidar que a causa animal está inserida no âmbito jurídico e acadêmico vinculada à relação entre sociedade civil e o Estado, partindo de ações individuais e institucionais de ativistas, ONGs, parlamentares e juristas. A questão toma forma sob as reflexões filosófico-políticas dos termos “ética” e “moral” que são usados indiscriminadamente, baseado na explanação de Perrota (2016, p. 25), há pelo movimento uma tentativa de definição e diferenciação desses termos, por “ética”, os defensores definem que se trata de um valor que reflete a justiça das ações. Para sermos imparciais, a maneira como agimos deve atender não apenas aos nossos interesses, mas também aos interesses de indivíduos ou grupos afetados por nós, neste sentido a “ética” é definida como um princípio normativo que comanda nossas ações, tendo em vista o outro. Por outro lado, a moral diz respeito ao conjunto de valores e práticas vividos e, portanto, não é necessariamente ética, a crítica dos defensores infere a transformação da nossa moral, no tocante do nosso *ethos*, mas para que essa transformação seja completa, implica também na transformação dos não-humanos aos nossos olhos, ou seja, uma ressignificação da moral tendo em vista a interface entre humanos e não humanos, que só pode ser alcançada, segundo a causa animal, com a proteção ética e jurídica do não-humanos, pois tem a função de garantir o respeito à condição de sujeito nas relações sociais, por isso a discussão sobre os animais

tornarem-se “sujeitos de direito” é aprofundada em alguns casos mais próximos à filosofia abolicionista, em outros, o respeito para com os não-humanos possui início e deve ser expandido na concepção dos animais serem “sujeitos de uma vida”. Como aponta Perrota (2016, p. 28): “Para os defensores, a forma como agimos seria fruto de um paradigma que produz uma hierarquização entre humanos e animais. Esse paradigma conformaria a nossa moral, que considera legítima a concepção e o uso dos animais como objetos”.

Posto isto, pude compreender que o elo que liga os “sujeitos de uma vida” aos “sujeitos de direito” é o do sofrimento animal, visto que a questão dos direitos e da proteção animal manifesta, simultaneamente, as concepções de “ética” e “moral”, comprometida na relação justa e na tentativa de igualar horizontalmente os animais aos humanos. Consequentemente, a base filosófica, ética e moral da causa animal é alimentada por fortes valores cristãos (compaixão, devoção, caridade, etc.), este movimento é demonstrado constantemente nos discursos dos ativistas, e nos revela a nossa própria capacidade de nos afetarmos com a situação do outro, a empatia para com os não-humanos nada mais é do que sofrer por nossa dignidade perdida, na mesma medida em que resgatá-lo de uma situação de abandono é demonstrar que ainda há uma certa “humanidade” no sentido de proteção que envolve a bondade, retomando por fim o estatuto humano, com isso concebemos que o cuidado com os animais, reflete no fundo um cuidado com a noção de humanidade (PINTO, 2016, p. 11).

Por fim, proponho considerar que as ações promovidas pela rede que envolve a causa animal em Aracaju/SE não significam apenas relações de proteção aos animais abandonados, mas também configuram mecanismos de regulação das moralidades envolvendo humanos e não-humanos em contextos urbanos. Desde a pesquisa realizada no projeto PIBIC pudemos evidenciar que essas redes como menciona Pinto:

[...] evidenciam que ações de acolhimento aos animais apresentam uma marca importante do movimento protecionista: a existência de uma complexa rede sociotécnica de ativistas, empresários, voluntários, instituições públicas e simpatizantes dos animais que desenvolvem práticas estratégicas no cuidado com os animais resgatados. Esse é o caso do campo analisado, que demonstrou agregar inúmeras(os) voluntárias(os)

engajadas(os) nos cuidados e negociações em torno dos animais protegidos (PINTO, 2016, p. 3).

Longe de ser um movimento coeso e estreitamente articulado a causa animal possui força pelo direcionamento de seu propósito: a proteção dos animais não-humanos, com base na ética, na filosofia, na moral, no Direito, e nas instituições que mesclam e se confundem. Entre o discurso verbal e não verbal podemos trazer objetivos que vão além das campanhas de adoção, mas que ainda estão longe de dar aos animais a condição de pessoa (não-humana).

Os conflitos decorrentes das proposições de leis

Até onde sabemos o percurso jurídico do conflito teve início no Rio Grande do sul e foi objeto de grande debate público, entre os anos 2003 e 2005 com inserção da proibição do sacrifício de animais em cerimônias religiosas na Lei do Código Estadual de Proteção dos Animais, um enfrentamento direto com os Povos de Terreiro (CARVALHO, ORO e SCURO, 2017, p. 233). No primeiro momento, as proposições de lei partiram de deputados ligados à igrejas evangélicas sob a bandeira de defesa dos animais, e aqui sim cabe a investigação acerca da laicidade dessas propostas, inicialmente porque ser deputado evangélico não é o problema até o momento em que se propõe leis que barrem práticas de outras religiões. Por conseguinte, a questão ainda repercute não só a dificuldade da laicidade do Estado brasileiro, mas também sobre a reprodução do racismo religioso no artigo 2 do Projeto de lei nº 447/1991 em que veda o sacrifício de animais em cerimônias religiosas e feitiços (dentre outras atividades), vinculando assim a prática histórica e ancestral dos Povos de Terreiro à feitiçaria e sem mencionar outras religiões.

Após um período de discussão o tal caso finalmente chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, por meio de um recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra uma decisão do Tribunal de Justiça gaúcho que autorizou a prática em relação a religiões de presenças africanas, desde que sem excessos e crueldade, por conseguinte o julgamento do caso começou em agosto de 2018 e contou com a participação acalorada de ativistas e adeptos da causa animal e dos Povos de Terreiro. Tendo fim em 28 de março de 2019, quando o STF pauta-se na ponderação entre os diferentes *ethos* e “visões de mundo”, mais especificamente, entre os diferentes “meios

ambientes”, o natural e o cultural (FIORILLO, 2004, p. 109), e por unanimidade votou pela constitucionalidade da sacralização animal pelos Povos de Terreiro.

Não se trata de um conflito direto, como muitos armados entre indígenas e garimpeiros, um conflito silencioso e tomado pelo aparato jurídico-policial, pelas linguagens e discursos. Como demonstrado por Barbosa e Silva (2012, p. 21) as leis são uma forma de acionar a polícia para proibir as cerimônias religiosas, assim os ataques são realizados de forma “tolerante” e a disputa é discursiva, imagética e judicial. Sendo assim, o conflito socioambiental que envolve o racismo religioso depende muito mais de relações de poder, interesses e influências pois, a chave da prática jurídica é a hermenêutica, e a interpretação de uma lei não se faz muito diferente da interpretação de uma cultura, possui relação com a ótica de quem investiga.

No decorrer da pesquisa etnográfica, acompanhei o V Congresso Brasileiro e II Congresso Latino Americano de Bem estar e Direito dos Animais, realizado na Universidade Federal de Sergipe (UFS), dentre as diversas temáticas tratadas, a “culpabilização da cultura” se fez presente nas mesas e exposições que tinham como foco a questão da “cultura” como empecilho para o avanço do Direito Animal no Brasil. Pesquisas como Bortoleto (2019) e Barbosa e Silva (2012) também apontam para as dissidências culturais entre diferentes visões na perspectiva de contraste entre as culturas. No decorrer do evento, no dia 06 de setembro de 2019, ocorreu a mesa intitulada “Liberdade Religiosa e as decisões do STF”, durante as exposições dos palestrantes proferiu-se sobre o Caso da Mãe Quida, um Centro Afro-Umbandista localizado na zona periférica da região metropolitana de Aracaju que teve seus animais apreendidos e ficou impossibilitado de realizar uma festa devido a averiguação de uma denúncia realizada por uma fiscal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA).

O caso repercutiu devido a mobilização do pessoal de terreiro, e a COPIER (Coordenadoria de Promoção à Igualdade Racial) instaurou uma ação civil pública que se tornou a primeira do Estado de Sergipe, e até então, do Brasil, com esta pauta na busca pela condenação da Prefeitura de Aracaju por racismo religioso com base, num dos incisos da lei da ação civil pública, sobre liberdade religiosa e de culto. Trabalhos como Bortoleto (2019), Barbosa e Silva (2012), Gama (2009), Possebon (2007) e Silva (2015) apontam para os conflitos recentes envolvendo Ações Cíveis Públicas, formulação de leis e

disputas jurídicas entre os Povos de Terreiro e diversos setores sociais, mais especificamente, os ataques sofridos pelas religiões motivados por neopentecostais.

No decorrer da investigação descobri a relação direta entre a ex funcionária da SEMA, (exonerada no processo de acusação contra a prefeitura) que fiscalizou o terreiro de Mãe Quida e uma parlamentar e ativista da causa animal, ambas declaradamente cristãs. Em Aracaju partimos do pressuposto que a motivação não é de fato religiosa, mas parte diretamente da causa animal e vincula o discurso religioso com base no humanismo cristão, na moral e na ética que perpetuam a visão de mundo “uniética” que faz parte do judiciário brasileiro. E, por isso, o reconhecimento da laicidade no aparato do Estado brasileiro é complicado, principalmente em casos como esse.

Considerações finais

O trabalho de campo nos eventos e a ação civil pública impulsionaram a temática desta pesquisa. Neste sentido, busco investigar as motivações e movimentos que levaram ao acontecido, averiguando o avanço da causa animal na cidade de Aracaju e os conflitos gerados relativamente ao embate entre a liberdade das práticas dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e a aplicação da lei de maus tratos aos animais, dentre outras ligadas ao Código Ambiental Brasileiro.

Dentre as hipóteses proponho a relação iminente entre o avanço da causa animal no Brasil e em Aracaju e o aumento dos casos de denúncias e averiguações policiais nas Comunidades de Terreiro do Estado e como a judicialização das práticas das comunidades tradicionais de terreiro permeia processos de subalternização, pois o judiciário pode ser utilizado como ferramenta de imposição de poder, no decorrer da pesquisa realizada para a minha monografia tais questões surgiram e desencadearam inquietações que busco serem aprofundadas, e até mesmo que haja a possibilidade de alçar novas fronteiras acerca da temática para compreender o fenômeno não apenas como um dentre os diversos casos recorrentes no Brasil, mas enquadrá-lo no âmbito nacional sobre a questão e alinhá-lo às especificidades regionais e estaduais. Propondo elucidar a interface entre o aparato social-judiciário, os movimentos ecológicos e como a temática pode ser investigada sobre a ótica da intolerância e do racismo religioso.

Nesta perspectiva, procuramos compreender quem atinge e quem é atingido sob as esferas de poder no sistema jurídico e a reprodução de subalternizações, nos últimos anos as denúncias contra os Povos de Terreiro, tendo o direito como instrumento, é a negação da nossa própria existência coletiva e de um legado cultural. Tendo em vista, que as leis, os advogados e os tribunais não são locais de pessoas pretas, periféricas e afro religiosas, seja pela dificuldade de acesso ou pela linguagem distanciada, como diria Spivak (2010): Pode o subalterno falar em uma audiência ou uma fiscalização? Em segundo lugar, a hierarquização das esferas de poder faz com que os atores sociais marginalizados não subam na escada de disputas horizontais, em sua maioria as leis serão feitas por aqueles que estão e sempre estiveram no mais alto degrau, perpetuando a manutenção dos espaços de saber e poder.

Com isso, analisamos a perpetuação de *status* sociais desiguais onde o sistema social, econômico e jurídico brasileiro ainda está preso a uma visão homogeneizadora da nação sob a *uni ética* de uma perspectiva cristã que não consegue pôr em prática a laicidade.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARBOSA E SILVA, Marina. “**Orixás, guardiões da ecologia**”: Um estudo sobre conflito e legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

BORTOLETO, Milton. **O sacrifício votivo em questão. Animais e religiosos como sujeitos de direitos**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARVALHO, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro; SCURO, Juan. 2017. O Sacrifício de Animais nas Religiões Afro-Brasileiras. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 37(2): 229-253.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

CONVENÇÃO nº. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011, v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. 2004. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**, 5. ed. ampl., São Paulo, Saraiva.

GAMA, Lígia Barros. **Kosí ejé, kosí orixá: simbolismo e representação do sangue no candomblé**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. JR., Hédio Silva. Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

NETO, Manoel Jorge e Silva. **A proteção constitucional à liberdade religiosa**. In: Revista de Informação Legislativa. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 40, no 160, p. 111-130. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/908>>. Acesso em 10 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **Calem os tambores e parem as palmas: repressão às religiões de matriz africana e a percepção social dos seus adeptos sobre o sistema de justiça em Sergipe**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2014. 239f

_____. Reconhecimento judicial das Religiões de origem africana e o novo paradigma interpretativo da liberdade de culto e de crença no direito brasileiro. In: **Revista de Direito Brasileira**. p.169-199, Ano 5, Vol. 10, 2015.

PERROTA, Ana Paula. Quem ou o que são os animais. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 17-50, ago/dez, 2016.

PINTO, Leandra. Redes urbanas de proteção animal: moralidades, práticas e controvérsias. Trabalho apresentado na **30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

POSSEBON, R. M. **A reação das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul: conflitos com neopentecostais e defensores dos animais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil**. etnográfica junho de 2010 14 (2): 289-310.

ROCHA, S. A. . **O significado do sacrifício para as religiões de matriz africana: estudos sobre direito dos animais e o princípio constitucional da liberdade religiosa**. In: Revista de Direito da FAT , v. XII, p. 1, 2015. Disponível em: <https://saberjuridico.fat.edu.br/.../Artigo_direitos-animais_Simone_azevedo.pdf>. Acesso em: 03 de jun de 2019.

SANTANA, Patrícia da Costa. **A ponderação na colisão entre os princípios da proteção das manifestações culturais religiosas de matriz africana e o da proteção aos animais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Departamento de Direito, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo. EDUSP, 2015

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRES, Rodrigo Romano. **O sacrifício de animais em rituais religiosos de Candomblé e o crime de maus-tratos aos animais: aplicabilidade da teoria da tipicidade conglobante.** Dissertação (Mestrado) – Escola Superior Dom Helder Câmara. Belo Horizonte, 2016.

VELECI, Nailah Neves. **Religiões Afro-Brasileiras - O conflito entre a liberdade de culto e os direitos dos animais.** Monografia (Bacharelado em Ciência Política)– Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

EXU TE AMA!: ANÁLISES DECOLONIAIS JUNTO ÀS RELAÇÕES DO PODER E DIREITO RELIGIOSO NAS INTERVENÇÕES URBANAS DO COLETIVO MULTIPLICIDADE NO VALE DO RIO GUARIBAS-PI

Ana Paula de Sousa Costa

Graduada do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí- UFPI. Bacharelada do Curso de Direito do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá- IERSA. Pós Graduada em Língua Brasileira de Sinais pelo Instituto Faveni, E-mail: ana.juris@outlook.com;

Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

Graduado do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Especialista em História das Artes e Religiões pela Universidade Federal de Pernambuco; Especialista em História do Brasil com ênfase em História do Piauí pela Universidade Federal do Piauí; Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, E-mail: pmafrajr@hotmail.com.

Resumo

A discussão proposta nesta pesquisa interpela a validade dos discursos cujas pretensões ideológicas se oriundam das vertentes eurocêntricas, que silenciam e subalternizam nas suas relações de poder os saberes de diversas culturas através do seu caráter pretensamente universal (COLAÇO e DAMÁZIO, 2012). Alocando esta perspectiva de análise nos apropriaremos dos fazeres realizados nas intervenções urbanas do Coletivo MultipliCidade no Vale do Rio Guaribas-PI, debruçando-nos nos campos de reflexão inerentes à revisão destas vertentes e à problematização do unitarismo ideológico e discursivo inserido dentro de um campo

híbrido de saberes à luz do pensamento decolonial. Os objetos a serem analisados dentro das considerações propostas abarcarão a promoção da diversidade religiosa no cenário urbano do Vale do Guaribas, cuja liberdade de exercício é garantida em documentos jurídicos, como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal brasileira de 1988. Ainda, merece respaldo a reflexão no tocante a validade das garantias legais postas na dogmática jurídica acerca do livre exercício do direito religioso e o seu valor prático dentro plural diversidade de sujeitos. As reflexões postas possibilitarão a análise da responsabilidade social, histórica e jurídica exercida pela entidade no seu fazer, abarcando os Novos Direitos e fazendo emanar uma cidadania de resistência que proporciona, parafraseando Henry Lefebvre (2001), um espaço visto não somente como um lugar de consumo, mas como um lugar consumido pelos seus sujeitos e ressignificado.

Palavras-chave: Pensamento Decolonial. Direito religioso. Relações de poder. Coletivo MultipliCidade. Vale do Rio Guaribas.

1. LAROIÊ EXU: Bará Olóònòn àwa fún àgò!¹

A discussão proposta nesta pesquisa interpela a validade dos discursos cujas pretensões ideológicas se oriundam das vertentes eurocêntricas que silenciam e subalternizam nas suas relações de poder os saberes de diversas culturas através do seu caráter pretensamente universal (COLAÇO e DAMÁZIO, 2012). Alocando esta perspectiva de análise nos apropriaremos dos fazeres realizados nas intervenções urbanas do Coletivo MultipliCidade no Vale do Rio Guaribas-PI, debruçando-nos nos campos de reflexão inerentes à revisão destas vertentes e à problematização do unitarismo ideológico e discursivo inserido dentro de um campo híbrido de saberes à luz do pensamento decolonial.

Os objetos a serem analisados dentro das considerações ora propostas abarcarão a promoção da diversidade religiosa no cenário urbano do Vale do Guaribas, cuja liberdade de exercício é garantida em documentos jurídicos, como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal brasileira de 1988. Dito isso, merece respaldo a reflexão no que toca a validade das garantias legais postas na dogmática jurídica acerca do livre exercício do direito religioso e o seu valor prático dentro da ampla e plural diversidade de sujeitos.

As reflexões postas possibilitarão a análise da responsabilidade social, histórica e jurídica exercida pela entidade no seu fazer, abarcando os Novos Direitos e fazendo emanar uma cidadania de resistência que proporciona, parafraseando Henry Lefebvre (2001), um espaço visto não somente como um lugar de consumo, mas como um lugar consumido pelos seus sujeitos e ressignificado por eles com os seus próprios traços.

É considerando os aspectos postos acima que filiamos os textos que seguem às falas evocativas das vozes e estratégias decoloniais. De início evidenciaremos algumas questões que corroboram com a marginalização de religiões não cristãs, com ênfase nas de origem afro,

1 Saudação clássica ao Orixá Exu para o povo do Candomblé e comunidades afroindígenas da Umbanda no Brasil. Tem sua origem no grupo africano étnico-linguístico nagô-iorubá, e remete a algo como 'Salve o mensageiro', 'Olhe por mim Exu' e 'Me guarde'. "Exu do corpo, senhor dos Caminhos nos dê licença!".

e argumentos que inserem a História e o Direito em uma perspectiva com vistas a analisar a realidade jurídica e prática no que toca à temática proposta. Será abordada ainda a crítica à visão eurocêntrica sob a luz do silenciamento do colonizador e das “vontades de verdade” contidas nos seus discursos afro-brasileiros. Posteriormente a visão decolonial adentra como um objeto de análise que se confronta com a sociedade falocêntrica, as falas e os discursos que se vê como um elemento (des) centralizado, cujas estratégias decoloniais merecem ser repensadas. No ponto seguinte concebemos o interconhecimento proposto pelos membros do Coletivo Multiplicidade, através do qual reconhecem as pluralidades e a visibilidade das diferenças como uma estratégia que vai na contramão do “mito da modernidade”. Seguidamente entram alguns fundamentos da legislação, com vistas a delimitar e embasar os objetos de análise sob prismas jurídicos, os quais asseguram a liberdade de exercício religioso sob a proteção do Estado. Por fim, os Novos Direitos, com ênfase nos direitos de terceira dimensão, entram com a primazia de repensar os confrontos discursivos e disputas de memória e historicidade por meio da solidariedade e das sociabilidades na cidade contemporânea.

2. Da sutileza da rasura à subalternidade: o problema da intolerância no espaço público em Picos-PI

O uso do espaço urbano da cidade de Picos-PI para a promoção das diversidades religiosas, bem como do seu livre exercício e gozo dos seus direitos se constitui como o fio condutor da pesquisa. A discussão abrangerá questionamentos referentes às relações de poder intrínsecas nos discursos do colonizador europeu e as perspectivas de análise que emergem quando estas relações fogem dos elementos oriundos das visões e intencionalidades deste discurso.

A não superação das continuidades do discurso religioso utilizado amplamente como ferramenta de controle ideológico das massas sociais ao longo do tempo constitui-se como um elemento que nega as diversidades de manifestação religiosa e, consequentemente, traz, de várias maneiras, a intolerância, que resulta em práticas de violência de diversas naturezas e que se manifestam até em formas aparentemente sutis.

Assim, os choques entre os diferentes modos de crença evidenciam-se como um problema oriundo da questão da não superação do

unitarismo ideológico religioso, cujas raízes se encontram na negação histórica e trazem como consequências a inserção de manifestações religiosas em âmbitos de marginalidade e subalternidade.

Posto isto, evidenciamos também a disparidade existente entre a realidade jurídica, que preza pela laicidade do Estado e garante a livre expressão religiosa de forma indistinta, e a realidade prática, caracterizada por constantes manifestações de desrespeito com as religiões não cristãs, em especial com as de origem afro.

A revisão histórica dos fatores existentes por trás do que está posto na Constituição de 1988 a respeito do tema e a observação das reações para com as propostas do Coletivo MultipliCidade acerca das diversidades religiosas, com ênfase nas de descendência africana e na divindade Exú, faz com que o repensamento da função prática da dogmática jurídica e o papel da cidadania de resistência dos membros do Coletivo na inserção do multiculturalismo religioso no protagonismo das discussões nos espaços públicos da cidade sejam evidenciados.

O pensamento decolonial entra como o eixo teórico basilar a partir do qual é possível problematizar os saberes locais e como o uso deles perpassa fronteiras que vão além do espaço urbano. A interdisciplinaridade entre a História, a Antropologia e o Direito constitui-se como um rico eixo de possibilidades que promove uma densa reflexão acerca da congruência entre os ditames jurídicos e o imaginário social para o qual eles se dirigem.

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. Neste sentido fala em “colonialidade”. Porém não se trata de um campo exclusivamente acadêmico, mas refere-se, sobretudo, a uma nova tendência política e epistemológica. Envolve vários atores sociais e reflete o desenrolar de um processo que permite não apenas a crítica dos discursos “ocidentais” e dos modelos explicativos modernos, como também a emergência de distintos saberes que surgem a partir de lugares “outros” de pensamento. (COLAÇO e DAMÁZIO, 2012, p. 08)

É por meio do viés que contempla os saberes em sua diversidade que serão postas considerações acerca da relevância de concebermos o Direito não de maneira hegemônica e abreviada, mas contemplando-o como um campo de saberes e possibilidades plural no que toca o

direito ao livre exercício religioso e a sua promoção nas intervenções do Coletivo MultipliCidade no cenário urbano do Vale do Rio Guaribas.

Além das observações erigidas tanto no espaço acadêmico, quanto no campo de pesquisa, ressaltamos a relevância da revisão documental simultânea da Declaração Universal de Direitos Humanos e da Constituição do Brasil de 1988. A bibliografia, juntamente com outras pesquisas acadêmicas, complementou e deu fomento às considerações propostas na pesquisa, constituindo-se, deste modo, como um elemento indispensável.

Figura 1: Colagem em alusão à intolerância religiosa na Praça Félix Pacheco.



Fonte: Acervo do Coletivo MultipliCidade.

A observação atenta da imagem, que, diga-se de passagem, se constituiu como um elemento fundamental para pensar a proposta desta comunicação, traz à luz as colonialidades do discurso eurocêntrico e a sua prevalência como elementos constituídos de poderes hegemônicos e suas estratégias subalternizadoras. É imerso no seu

espaço social e com o olhar atento sobre os sujeitos que os constituem, que o operador do Direito deve rever os significados e epistemologias contidos no confronto destas vertentes religiosas, repensando o próprio conceito de violência e como os exercícios mais sutis se configuram como tal. A sutileza da rasura, portanto, perpassa o vilipêndio de um traço sobre o outro. Assim como a História em momentos diversos, os traços de extermínio da cultura local na imagem, produto da intervenção urbana do Coletivo Multiplicidade, denota a tendência de o discurso europeu se sobressair em relação ao não europeu.

3. O silenciamento de Exu e o direito negado: Eurocentrismo e novas perspectivas para o Direito.

No decurso temporal referente à colonização da América por países europeus como Portugal e Espanha, a História pôs nos seus registros fases e acontecimentos que evidenciam o êxito na empreitada de dominação em diversos territórios do continente americano. Contudo, ao alocarmos o foco da análise nesta noção de dominação logo constatamos que ela vai além da política, abrangendo relações de poder entre diversos sujeitos, que trazem um discurso unívoco para dentro de uma realidade múltipla, plural e que pelo uso da força em diversos aspectos ganha um patamar de subalternidade em relação ao colonizador europeu, detentor dos significados e epistemologias aplicadas a favor do projeto de dominação dos povos.

Tendo em vista as proposições ora inseridas cabe problematizar o papel que o processo de colonização exerceu para (re) desenhar os traços inerentes aos fazeres dos sujeitos colonizados e repensar o papel da História e do Direito, enquanto ciências sociais, no que tange a reflexão acerca das rupturas e continuidades que a construção deste modelo unívoco discursivo trouxe para moldar as relações de poder tais quais concebemos hoje em seus mais diversos âmbitos. Assim, embora se constituam como ciências que discorrem suas análises à luz de epistemologias, conceitos, métodos e teorias díspares, o Direito e a História não se dissociam, haja vista ser a primeira consequência direta dos dinamismos sociais resultantes dos tempos e das vivências executadas constantemente pela História.

Se o conhecimento outrora fora posto como um dispositivo apropriado para pôr a pluralidade de saberes dentro de restrições subalternizadoras e silenciadoras com vistas a ter não apenas um

controle geográfico e político, mas também cultural e ideológico com o fim de estabelecer relações de poder onde os corpos dominados se constituem como executores das conveniências inerentes ao projeto colonizador, hoje é cabível repensarmos tais relações para além desta possibilidade.

É através da perspectiva que abrange as relações de poder, bem como as rupturas e continuidades da colonização europeia que repensaremos não somente o papel do Direito no Brasil enquanto herdeiro das formas de fazer jurídicas da Europa, mas como a construção e consolidação deste discurso ganhou validade dentro da História e do imaginário social.

Tal possibilidade permite-nos adentrar no que Foucault define como “sociedades de discurso” (p. 39), definidas pelo filósofo como locais “cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”. Note-se aí a tendência crucial para a universalidade e monocultura ideológicas, tão arrogadas pelos ditames eurocêntricos.

3.1 Entre o falo e as falas de Exu: O pensamento decolonial nas encruzilhadas discursivas.

Evidenciar as perspectivas de análise inerentes ao pensamento decolonial após esta sucinta análise histórica permite-nos agora adentrar em um campo no qual elas inserem os saberes dentro de uma ampla gama de possibilidades. Se até então nos detemos no silenciamento e em um discurso unívoco, seguiremos agora um caminho inverso no qual o Direito sai das suas infinitas linhas do ordenamento jurídico e dos gabinetes e repartições e adquire uma dimensão sociológica através da interação com sujeitos de direitos que promovem a reflexão sobre o que está legalmente posto e a inserção do “eu” no lugar do “outro”, com vistas a quebrar silêncios e paradigmas. Assim,

presenciamos um momento histórico no qual os saberes considerados como locais inferiores e primitivos entram em cena, não apenas exigindo reconhecimento e inclusão nos padrões de conhecimento eurocêntricos. Pelo contrário, atuam questionando a própria constituição histórica dessa relação de conhecimento

pautada na subalternização de saberes (COLAÇO e DAMÁZIO 2012, p. 07).

A continuidade da pesquisa, teoricamente embasada na quebra do silêncio e da subalternidade pela luz da decolonialidade na História, abrange dentro do seu campo de consequências elementos que muito influenciarão no repensamento dos dispositivos legais documentados juridicamente a respeito das liberdades de expressão da diversidade de pensamentos e ideologias referentes às práticas religiosas deslocadas no tempo e no espaço pelo discurso do colonizador.

Frisamos aqui que ao fazer referência ao “colonizador”, adentramos em um campo que concebe o sujeito para além do seu corpo: Abrange a continuidade do seu discurso ao longo de gerações que foram diretamente impactadas e que proporcionaram a validade dos princípios e vontades de verdade por eles arrogados.

Tendo exposto isto alocamos o exercício das diversidades religiosas dentro de um campo teórico emanado da valorização dos saberes locais da cidade de Picos-PI promovidas nas intervenções urbanas do Coletivo MultipliCidade, que dá ênfase nos seus momentos de interação com o espaço urbano, aos conhecimentos locais, atribuindo-lhes através desta apropriação um lugar de fala.

O recorte que abarca este âmbito ligado à promoção de discursos produzidos a partir da articulação de novas estratégias que vão na contramão das relações de poder oriundas da religiosidade herdada do processo de colonização, nos insere dentro de uma

delimitação necessária, uma vez que as visões e abordagens do Coletivo adentram em uma inúmera seara de temas e representações.

3.2 Na contra-mão do silêncio: Inventos e representações dos saberes não-colonizados.

É uma constante nos depararmos com delimitações que alocam o “eu” e o “outro” em determinado tempo, espaço e circunstância. Dito isso, é verificável que a primeira pessoa (eu) visa se sobressair no seu discurso, pondo a segunda (o outro) em um ponto subalterno, secundário. Note-se aí uma tendência que Michel Foucault (1996) define como “separação e rejeição”, onde a reprodução acrítica ocasiona a exclusão de um grupo pelo outro.

Adentrando nesta órbita de raciocínio é possível averiguarmos a validade da legislação que reza sobre a laicidade do Estado e o papel

do Direito no seu campo concreto de atuação sob a luz da intervenção no espaço urbano da cidade de Picos pelo Coletivo MultipliCidade. Constata-se assim, a inserção do âmbito religioso em uma perspectiva de análise que o insere dentro de um campo social, político, histórico, antropológico e jurídico. Portanto, somos consoantes com Colaço e Damázio ao afirmarem que

No âmbito do direito, muitos estudos se atêm apenas à letra da lei, abstraída das condições históricas e sociais que a produziram. Esquecem que o “direito” não é apenas aquilo que está nos códigos, mas que é construído por certos sujeitos e a partir de determinados discursos. (p. 17)

A partir da constatação de que o ponto de partida da vida do Direito se inicia na dimensão social na qual ele está inserido vale evidenciar a própria controvérsia posta pelo “mito da modernidade”, que por meio de uma tendência geopolítica universalizou os saberes e todo o aparato envolto na propagação deles, ocasionando uma negação de si e um silenciamento por meio desta interdição discursiva. Assim, segundo Colaço e Damázio (2012), “os conceitos ocidentais de estado, democracia, direitos humanos, entre outros foram com o decorrer do tempo universalizados, silenciando muitos saberes e práticas anteriores à colonização” (p. 19).

Na contramão do silêncio a intervenção urbana do Coletivo MultipliCidade promove a busca pelo interconhecimento, concebendo-o como uma invenção e exercendo o que Michel Foucault (2002) define como “sujeito de conhecimento e de representação”. Foucault põe na ênfase da sua reflexão sobre a validade deste conhecimento uma crítica questionadora que menciona que:

É por isso que encontramos em Nietzsche a ideia (...) de que o conhecimento é ao mesmo tempo o que há de mais generalizante e mais particular. O conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e isto sem nenhum fundamento em verdade. Devido a isso o conhecimento é sempre um desconhecimento. (p. 25)

Em face disto, a evidenciação de uma tendência religiosa oposta e a sua inserção em um protagonismo no espaço público gera uma relação de conflito onde um saber subalterniza o outro.

4. O direito à cidade, legislação, intervenção urbana: A prática pública da liberdade de pensamento, consciência e religião.

Uma consulta realizada em documentos de natureza jurídica evidencia a laicidade do Estado e a liberdade de expressão religiosa que este assegura em alguns deles. Mencionemos aqui alguns aspectos que nos permitirão elevar a pesquisa a um patamar jurídico que não apenas evidencia elementos de textos legais, mas que trazem à luz discrepâncias entre o que está posto de forma abstrata e o que está presente na realidade concreta.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 se constitui como um documento que visa prezar o tratamento digno da vida humana em toda a sua plenitude. Fruto de uma realidade posterior a dois grandes conflitos bélicos que ceifaram milhões de vidas, este documento, do qual o Brasil é signatário e adotou no artigo 5º da Constituição Federal os seus princípios, garante a liberdade de expressão religiosa, sem que esta seja censurada, conforme expõe o artigo 18:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.

As afirmações de caráter supranacional que sintetizam incontáveis interesses encontram-se dentro de um processo dialético entre o Direito e o seu campo social, que põe socioperspectivas diversas em conflito. Portanto,

a assunção e a institucionalização de um princípio de universalidade humana em um documento de caráter supranacional constituem uma evidência empírica razoável de que estamos diante de um processo de filogênese da moralidade, ou seja, de um desenvolvimento moral da espécie humana que, no entanto, não se manifesta necessariamente em cada indivíduo, nem no conjunto deles, e sim nas nossas instituições. (VENTURI, p.11)

A problematização desta validade sob a perspectiva da ação dos sujeitos do Coletivo MultipliCidade no meio urbano onde, segundo Lefebvre (2001), houve “o assalto da cidade pela industrialização” (p. 21), faz emergir a necessidade do diálogo sobre a revisão destas relações de poder, uma vez que o organicismo do Estado limita a visão do espaço urbano.

A Constituição Federal de 1988 expõe no seu artigo 5º, incisos VI e VIII a liberdade de exercício religioso como uma das suas garantias fundamentais, haja vista não conter a república uma religião oficial, dando ao Estado um caráter puramente laico. Leia-se:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

A síntese contida nos dois incisos supracitados da Constituição de 1988 expõe na sua letra de caráter abstrato a inviolabilidade do direito ao exercício de cultos religiosos e a indistinção de uma religião sobre a outra. Contudo, ao lançarmos vistas sobre discursos originados de dentro de vertentes religiosas não cristãs encontramos não somente violências e resistências, mas uma crise do que venha a ser o próprio conceito de tolerância.

Talvez o documento magno tenha se abstraído das condições sociais e históricas dos sujeitos para os quais se destinou, não considerando suficientemente as pluralidades discursivas e o multiculturalismo religioso herdado dos dinamismos históricos do país, cujos valores religiosos cristãos fizeram com que uma múltipla variedade de vertentes religiosas se silenciasssem, o que tornou o cristianismo uma religião de caráter pretensamente universal.

Note-se ainda que esta universalidade está envolta em um discurso docilizador de corpos, onde a diferença é um fator negado entre os objetos e exerce uma função de controle de subjetividades, onde os dualismos imperam (Certo X errado; cristão X não cristão). A demonização de vertentes avessas ao cristianismo, portanto, fez com que estereótipos se arraigassem às denominações não cristãs, especialmente às religiões de origem africana.

Uma revisão histórica dos fatores existentes por trás do que está posto na Constituição de 1988 a respeito do tema e a observação das reações para com as propostas do Coletivo MultipliCidade acerca das diversidades religiosas, com ênfase nas de descendência africana e na divindade Exú, faz com que repensemos a função prática da dogmática jurídica e o papel da cidadania de resistência dos membros do Coletivo na inserção do multiculturalismo religioso no protagonismo das discussões nos espaços públicos da cidade.

Contata-se, deste modo, uma dificuldade de realização prática do que garante a Constituição dentro de um cenário dúbio, híbrido, porém marcado secularmente pelo unitarismo discursivo oriundo do projeto colonizador da Europa. Talvez seja este o momento de repensarmos uma interdisciplinaridade mais estreita entre o Direito, a História e as manifestações dos seus sujeitos diante dos seus dinamismos com vistas a estabelecer diálogos seriamente pautados na problematização das diferenças.

5. Os novos direitos: das brincadeiras de Exu aos usufrutos dos direitos coletivos das religiosidades afro-brasileiras nas ruas da cidade.

As relações de interconhecimento promovidas nas intervenções urbanas trazem à luz elementos que estimulam uma revisão sobre o que versam as garantias fundamentais contidas nos direitos básicos da sociedade, tanto nos âmbitos mais individualizados quanto naqueles que abarcam o coletivo.

Se outrora os direitos subjetivos, como os de liberdade de crença, foram contidos pelo projeto colonizador europeu, hoje constata-se a promoção da diversidade que assegura garantias antes não reconhecidas formalmente.

No Brasil a lei se constitui como a principal fonte do Direito, sendo através dela que a sociedade goza de garantias e proteção por

parte do Estado. Todavia, são elas passíveis de falhas, seja na sua elaboração ou na contemplação de objetos, podendo, deste modo, não alcançarem a plena eficácia que se propõem a ter e tornarem-se obsoletas.

Partindo deste pressuposto, evoca-se a relevância de problematizar o Direito de modo a concebê-lo como um dispositivo que deve constantemente se reinventar. Com isso, argumentamos a premência da abordagem acerca dos “Novos Direitos” dentro do objeto que nos propomos a analisar nesta comunicação.

Esses direitos, cujas diretrizes visam acompanhar com o máximo de eficiência as questões que surgem como consequências da evolução constante da sociedade, encontram-se agrupados em cinco dimensões. À primeira é atribuída a categoria dos direitos individuais; à segunda dos direitos sociais; à terceira dos direitos difusos e coletivos; à quarta direitos relacionados às novas tecnologias da genética; e, por fim, à quinta os direitos de comunicação.

Do grupo supracitado interessa-nos os direitos contidos na terceira geração. Tomando a explanação de Garcia (2009) podemos conceituá-los, de forma genérica, como direitos que tem natureza transfronteiriça e transnacional, visto que sua característica principal é a relação com a perspectiva da solidariedade.

O conceito posto oriunda vieses dos quais podemos inquirir a validade da inserção do termo “tolerância” dentro do discurso de não violência contra as vertentes não cristãs e subalternizadas. Para Ribeiro (2017, p. 25) “a tolerância não eliminará a distinção entre maioria (os que toleram) e as minorias heterogêneas.” Deste modo, o valor “solidariedade” é incumbido não somente na promoção da fraternidade, mas de uma densa carga de responsabilidade social nas intervenções do Coletivo MultipliCidade, uma vez que a individualidade exacerbada e exercitada de modo simultâneo pode comprometer de maneira grave o convívio entre grupos distintos.

Nesta órbita de raciocínio tomamos a prática interventora não apenas como uma manifestação do imaginário social na moldação do espaço urbano, mas como uma prática de sociabilidades e diálogo entre o meio e os sujeitos que o constituem, que convida o Direito a problematizar o espaço urbano sem se limitar à preexistência dos valores de troca e comércio, saindo do seu campo abstrato e entrando em um campo concreto.

Sob os ditames da cultura da violência contra as vertentes religiosas avessas ao cristianismo constata-se uma negação da própria multiculturalidade do país. Em razão disso é que o exercício interventor no espaço urbano é, além de uma prática democrática, uma forma de resistência que visa por meio de ações lúdicas problematizar e pôr em posição de protagonismo temáticas que ainda possuem caráter transversal.

Assim, somos coniventes com Lefebvre (2001, p.07) que afirma que “o fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Obriga a reconsiderar a filosofia, a arte e a ciência.”

As suas construções, portanto, estão muito além da sua arquitetura: Estão nos seres humanos que agem de modo contínuo sobre seus espaços. Portanto,

a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)

Vislumbrar a multiculturalidade das manifestações religiosas é pôr em evidência a pluralidade e a identidade do Brasil enquanto nação. Conceber tais formas através do intermédio das sociabilidades evidencia o quanto o valor da solidariedade merece fomento e serve como base sólida para o diálogo entre os opostos.

A negação da coexistência dos opostos oriunda uma negação de si por parte daqueles que não compactuam com os valores pretensamente universais, fortemente arraigados no imaginário social. Em face disso as manifestações de violência atingem patamares que vão da “brincadeira” ao silenciamento, ao encobrimento de Exú e de tantos outros, que vão das rasuras do grafite às rasuras do discurso eurocêntrico da própria História.

A sintetização técnica da legitimação do livre usufruto por parte dos documentos legais, portanto, é incongruente com o que há de fato, haja vista ter sido exposto que Exu não pode coexistir, com suas essências e valores, com o que foge do universalismo eurocêntrico.

Em face disso, a execução dos “novos” direitos entra em cena como uma alternativa centrada em um espaço público e ainda distante das instituições de caráter político e educacional.

O exercício da promoção dos direitos de solidariedade que abarcam o âmbito religioso no espaço público da cidade de Picos demonstra a insuficiência desta sintetização e o etnocentrismo exacerbado. Assim,

O direito ao respeito religioso não é praticado pela sociedade, o cristianismo desde a conquista segue atuando como religião pública e está imbricado na estrutura do Estado, tampouco é assegurada a liberdade de culto de maneira satisfatória pelas instituições: são muitos os casos de intolerância religiosa, discriminação e racismo contra os seguidores das religiões afro-brasileiras no Brasil. (OLIVEIRA, 2017, p. 118)

O diálogo entre o Direito e a História por meio das manifestações sociais no espaço urbano de Picos evidencia problematizações sobre a tendência de universalização, posta de modo que não considera com êxito a congruência com os valores arraigados na realidade social. É através desta visão que concebemos os novos direitos com um tom mais pragmático, em detrimento da utopia moderna de universalização.

Considerações finais

Amplas, complexas e inexoráveis são as dimensões envoltas no contexto social do Direito e a relevância de evidenciar-las para além da sua dogmática.

O usufruto do espaço urbano do Vale do Rio Guaribas como palco de atuação de atores sociais, cujas intencionalidades inserem em patamar de protagonismo temáticas subalternizadas e ainda transversais faz-nos interpelar a validade de elementos postos em documentos jurídicos, cujo conteúdo soa em tom pretensamente universal. Consoantes com as problematizações e debates que o Direito e a História podem gerar, somos coniventes com Colaço e Damázio (2012) ao inserirem a Antropologia Jurídica como uma estratégia de revisão de vícios teóricos.

O direito ao consumo dos espaços públicos da cidade pelos seus nativos sob a égide da transgressão da hegemonia do discurso unívoco e tomado como legítimo traz à luz perspectivas que o Direito deve repensar e que através de estratégias que contemplem o multiculturalismo religioso problematizem a sua eficiência e validade.

A universalização dos sujeitos e de suas práticas pela hegemonia do Direito, portanto, tem a sua abstratividade abalada ao entrar em contato com a multiplicidade de sujeitos que ela visa contemplar no intuito de consolidar-se como um instrumento de controle social. A descentralização, a quebra de paradigmas e a revisão dos elementos arraigados no imaginário social que desenha o que convém e rasura o que não convém mostra-se como uma estratégia que, por meio da interdisciplinaridade e da apropriação dos saberes locais enquanto elementos constituintes das dinâmicas consideradas a nível jurídico, aumenta as possibilidades e caminhos que o Direito pode seguir.

Em face disto, estas relações sociais são também relações de interconhecimento, nas quais a localização de sujeitos encontra novas tendências decoloniais. Posto isto, inserir-se dentro das investidas e pressupostos inerentes às relações de poder que arraigam os discursos hegemônicos e subalternos no imaginário urbano, encontra ainda uma gama de resistências e negações que fazem das resistências aos poderes coloniais um conjunto de continuidades que tecem toda uma estrutura social em suas mais complexas dimensões.

Nesta órbita de desconstrução o Direito se vê envolto em um campo no qual existe uma gama de possibilidades que podem conceber novas tendências e ressignificar esta ciência em sintonia com os atores que conduzem o palco da vida social no cenário urbano picoense. Assim, corroboramos com o pressuposto que vai além de uma revisão dos vieses do Direito como fruto de uma realidade social pela luz da Antropologia jurídica: Um pressuposto que repensa as estratégias das relações de poder e matrizes epistemológicas no cerne do campo social e que revê o pluralismo jurídico dentro das disputas de memórias e vieses múltiplos da história dos saberes localizados no tempo e no espaço.

Portanto, constatamos o caráter urgente de inserir o Direito em um patamar que o repense enquanto ciência, a sua consonância com aquilo que se faz presente no imaginário social para o qual é dirigido e a relevância de o legislador ir além da competência que lhe atribuída de criar leis: De considerar com mais ênfase os pressupostos e

realidades sociais cujas matizes ideológicas se consolidaram ao longo da história.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional. Organização: Gustavo Venturi. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

COLAÇO, Thaís Luzia. DAMÁZIO, Elloíse da Silveira Petter. Novas Perspectivas Para a Antropologia Jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09> Acesso em 18 de novembro de 2018.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A Raiz do Pensamento Colonial na Intolerância Religiosa Contra Religiões de Matriz Africana. Revista Calundu Vol. 1, n. 1, jan-jun 2017.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso.- 5º edição- São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A Verdade e as Formas Jurídicas. – Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Marcos Leite. “Novos” Direitos Fundamentais: características básicas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 70, nov 2009.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. Estudos de Sociologia, Rev. Do Progr. De Pós Graduação em Sociologia da UFPE, V. 13, n. I, p. 239-264.

RIBEIRO, Wesley dos Santos. Intolerância Religiosa e Violência, Frente às Práticas Religiosas no Brasil, no Século XXI. Ano: 2017. Dissertação de Mestrado (Escol de Formação de Professores e Humanidades-Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu*).Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

TRANSGENERIDADE E TAMBOR DE MINA EM SÃO LUÍS-MARANHÃO: INTERSECCIONANDO (IN) VISIBILIDADES, EXISTÊNCIAS E (RE) EXISTÊNCIAS

Gerson Carlos P. Lindoso

1-Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pelo PPGSOC-UFMA; Especialista em Gênero e Diversidade Étnico-Racial na Escola (GDE-UFMA) e Professor de EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA, Campus São Luís- Centro Histórico-CCH.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo principal levantar discussões e reflexões a respeito das relações entre Transgeneridade e o Tambor de Mina, religião de matriz africana, fundada em meados do séc. XIX em São Luís-Ma., de culto a entidades espirituais africanas (voduns e orixás) e não africanas (encantados e caboclos), a exemplo da Casa das Minas (Jeje/ Ewe/ Fon) e da Casa de Nagô (Nagô Abeokutá), ainda em funcionamento. Como orientação metodológica, nos valem da nossa pesquisa antropológica e etnográfica (vivências) desenvolvida no campo afro-religioso ludovicense e também maranhense, no qual utilizamos como instrumentos investigativos as entrevistas com mulheres trans (Tambor de Mina e Candomblé); participação em evento temático, organizado pela entidade social UNA LGBT-MA (Semana de Visibilidade Trans-2021); pesquisa bibliográfica, etc. Assim como outras matrizes afro-religiosas no Brasil (Candomblé, Xangôs, etc.), pensar as identidades dissidentes sexuais e de gênero nas religiões de matriz africana, no caso as transgêneras nos terreiros de Mina em São Luís-Maranhão, também perpassam por categorias analíticas importantes como 'tradição' e 'poder', que ditam e engendram padrões hetero cis normativos

nos contextos e modelos rituais dessas casas, resultando em aspectos estratégicos, desenvolvidos por essas pessoas trans afro-religiosas, para poderem ser visibilizadas, existirem e (re) existirem nesses territórios, que são amplamente divulgados e conhecidos como de ‘acolhimento indistintos’.

Palavras-chave: Transgeneridade, Tambor de Mina, (in) visibilidades, Tradição Mineira, São Luís-Ma.

Introdução

É muito instigante e ao mesmo tempo desafiador retomar pesquisas relacionadas às categorias relacionadas à Gênero, Dissidências, Identidades e Sexualidades relacionadas ao universo religioso, especialmente refletindo sobre às religiões de matriz africana no Brasil e de modo mais específico em nosso campo de estudos, a ilha de São Luís-Maranhão, a partir da sua vertente afro, denominada de Tambor de Mina¹, dando vazão também para discussões contextuais e relacionais à outras vertentes presentes no Estado, como o Terecô, a Cura/ Pajelança, a Umbanda e o Candomblé. Um dos capítulos do nosso livro Ilê Ashé Ogum Sogbô: etnografia de um terreiro de Mina em São Luís-Ma (LINDOSO, 2014) começa a levantar esses debates e apresenta uma análise das lideranças masculinas nas religiões de matriz africana no Brasil e em São Luís-MA., a partir da figura do babalorixá Airton Gouveia, líder da casa estudada por nós, na época.

No ano de 2015, participamos do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH- Associação Brasileira dos Estudos da Homocultura, realizado na cidade de Salvador-BA., no qual apresentamos a comunicação oral, intitulada **‘HOMEM NÃO DANÇAVA MINA’: Questões de Gênero e Tambor de Mina no Maranhão’** (Id, 2012), analisando as representações a respeito do gênero masculino (o homem), seus papéis sociais; os seus locais de poder, enquanto pais de santo, priorizando naquela discussão as identidades homossexuais desses afro- religiosos pautadas, na maioria das vezes, por padrões hetero-cis-normativos engendrados por ‘tradições religiosas’ seguidas pelos terreiros. É inegável que diante desse contexto há todo um sistema de ‘tolerâncias’ nas casas de matriz afro-brasileiras, regido e embasado por regras e normas

1 Tambor de Mina é uma religião de matriz africana em São Luís-Maranhão, fundada em meados do séc. XIX (2ª metade) por negras africanas, a partir de variados grupos étnicos culturais, destacando-se os Jeje e Nagôs na capital maranhense, a partir da fundação de duas casas que ainda resistem: Casa das Minas (1847- em nome de Maria Jesuína) (FERRETTI, S., 2009, p. 54 e a Casa de Nagô, fundada também em meados do séc. XIX por ‘malungas africanas’ ‘de nação’, Josefa e outras (SANTOS & SANTOS NETO, 1989, p. 49). É uma religião matrificial feminina, estática e iniciática, de culto tanto a entidades espirituais africanas (voduns e orixás) quanto a não africanas (encantados e caboclos).

para que identidades dissidentes (homossexuais, lésbicas e especialmente, pessoas transgêneras) possam (re) existir e resistir a partir desse modus operandi tradicional religioso, que sofre variações de acordo com os terreiros em questão.

É importante destacar que o interesse pela temática e pesquisa a respeito da Transgeneridade e o Tambor de Mina se deu a partir das provocações iniciais ocasionadas nos primeiros debates da implantação da UNA LGBT-MA (União de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros no Maranhão), que aconteceu no I Congresso Estadual organizado por essa entidade na ilha de São Luís, ano de 2019. De acordo com Breno Santana (2021), presidente dessa entidade à nível estadual, a UNA LGBT-MA tem como foco uma luta emancipatória pelos direitos da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuados e outras variações de gênero e sexualidades) em oposição e combate a um sistema patriarcal, machista, arcaico e principalmente capitalista, transformando nossa sociedade.

A Semana da Visibilidade Trans do ano de 2021, organizada pela UNA LGBT-MA., aconteceu de 26 a 29 de janeiro, apresentando o tema **‘Vivências Trans, muito além das avenidas e esquecimentos’**, tendo como destaque o lançamento de um documentário com o mesmo título da temática, mas além disso pontuamos que a maior parte dos debates e discussões do evento aconteceram no território sagrado de duas comunidades afro-religiosas de São Luís, constituindo um momento importante, que foi categorizado pela entidade como ‘Visibilidade no Axé’. Por meio dessas discussões e debates, dentro dos terreiros de Mina, Pietra, mulher trans, colaboradora importante desse trabalho e diretora de cultura da UNA-MA., afirmou que as pessoas transgêneras de religiões de matriz africana em nossa cidade puderam falar sobre suas experiências em termos de ‘existir’ nos terreiros de Mina, os obstáculos e barreiras ainda a serem quebrados (aceitações e rejeições) em meio às ‘tradições’ de cada casa diante dos ‘corpos trans’.

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo principal desenvolver reflexões iniciais a respeito das relações entre Transgeneridade e Tambor de Mina em São Luís-Ma., analisando aspectos intrínsecos e categorias relevantes a essas discussões, como ‘tradição’ e ‘poder’, geradoras de ‘regras’ e ‘normas’ pautadas em Padrões Hetero Cis Normativos referentes ao gênero e à sexualidade, ditadores de comportamentos e existências no contexto desses

territórios sagrados. Um dos contrapontos da problemática levantada por esse estudo vai de encontro com uma das funções históricas das comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil (terreiros), assim como em nosso Estado Maranhão, é de que esses territórios afro-religiosos são por excelência contextos multiculturais, políticos (SODRÉ, 1988, p. 64); de acolhimentos indistintos (raça, gênero, classe), e até mesmo psíquicos (SILVA, M.. 2005), e também a pessoas acometidas de variados tipos de sofrimentos (GOMES, 2020), entretanto, quais as causas e motivos das pessoas trans nessas religiões sofrerem uma série de restrições, interdições, 'silenciamentos' e até mesmo castrações (modo de ser/existir) para serem aceitas nesses universos afro-religiosos?!

Como metodologia nos valem as nossas 'vivências antropológicas' no campo de pesquisa na cidade de São Luís., desenvolvido através do estabelecimento das relações e laços de amizade proporcionados pelo trabalho etnográfico de um pouco mais de uma década (início dos anos 2000) nas comunidades de matriz africana no Estado do Maranhão, no qual contamos com a colaboração de varidxs colaboradorxs e interlocutorxs. Como instrumentos investigativos utilizamos, inicialmente, a pesquisa bibliográfica em material específico, participação em eventos LGBTQIA+ (congressos, seminários, Semana da Visibilidade Trans, etc.); conversas/ entrevistas com mulheres trans afro-religiosas e lideranças da comunidade maranhense LGBTQIA+ a respeito da temática.

Para uma melhor estruturação e compreensão textual, respeitando as normas e limites de páginas de cada artigo, articulamos os desdobramentos discursivos do trabalho de pesquisa completo (1-Dissidências Sexuais e de Gênero nas Religiões de Matriz Africana no Brasil; 2-Homem que Dançava Mina ficava Efeminado; 3-Transgeneridade no Tambor de Mina em São Luís-Ma.) nos tópicos estruturais que organizam cada ensaio.

Metodologia

Como metodologia nos valem as nossas 'vivências antropológicas' no campo de pesquisa na cidade de São Luís., desenvolvido através do estabelecimento das relações e laços de amizade proporcionados pelo trabalho etnográfico de um pouco mais de uma década (início dos anos 2000) nas comunidades de matriz africana

no Estado do Maranhão, no qual contamos com a valiosa ajuda de varidxs colaboradorxs e interlocutorxs (INGOLD, 2018; URIARTE, 2014) Como instrumentos investigativos utilizamos, inicialmente, a pesquisa bibliográfica em material específico, participação em eventos LGBTQIA+ (congressos, seminários, Semana da Visibilidade Trans, etc.); conversas/ entrevistas com mulheres trans afro-religiosas e lideranças da comunidade maranhense LGBTQIA+ a respeito da temática, a exemplo do presidente da UNA LGBT, Breno Santana, que conhecemos a partir da nossa caminhada e militância política no movimento.

Para o início desse diálogo tivemos a contribuição de três mulheres trans negras de religiões de matriz africana: a Bianca Lopes (feita no Tambor de Mina, no centenário Terreiro da Turquia; atualmente, mãe de santo no Candomblé de Angola); Pietra Cunha Serra (filha de santo do terreiro de Mina: Ilê Ashé Sogbosi Inã, do pai Douglas) e Andresa Sharon Santana (atual mãe de santo da casa centenária 'Terreiro de Mina Matão de Moreira, no bairro Codozinho, em SI-MA; exerce o cargo atual de presidenta da AMATRA- Associação Maranhense de Travestis e Transexuais). Todas essas atrizes sociais são militantes políticas LGBTQIA+ no Estado do Maranhão, especialmente na capital ludovicense e estiveram envolvidas no protagonismo político organizacional da Semana de Visibilidade Trans 2021.

As Vivências Trans para além das Avenidas e dos Esquecimentos como tema dessa semana instigou discussões dentro de duas casas de Tambor de Mina em São Luís-Maranhão: o Ilê Ashé Sogbosi Inã (Casa de Força de Oyá), localizado na rua 28 quadra 80 jardim São Cristovão II em São Luís-Maranhão; e que tem como pai de santo, Jackson Douglas Ribeiro Pires, mais conhecido como 'Pai Douglas', filho carnal e espiritual da saudosa Mãe Maria dos Remédios (Sonimetó), ambos filhos (a) e descendentes do Terreiro de Mina São Jorge Jardim de Oeira-Casa Fanti Ashanti, do finado Euclides Meneses (Talabyan Lissanon), liderado nos tempos atuais por Isabel dos Santos Costa (Oba Onisemawyi), mais conhecida como Mãe Kabeca de Xangô. O outro terreiro de Tambor de Mina que foi espaço das discussões das experiências e vivências trans dentro das religiões de matriz africana em São Luís-Maranhão, foi o Ilê Ashé Sapatá Oyá, situado na Rua Costa Rica, quadra 15 casa nº 35 no bairro do Anjo da Guarda, liderado por Francisco Assis Moraes- mais conhecido como Pai Tico, atualmente ligado ao Ilê Ashé Obá Yzoo Ayzan, terreiro de Mina situado no bairro da Floresta- Liberdade, na Rua Tomê de Sousa, número 465, liderado

pelo babalorixá Wender Pinheiro, descendente também da Casa Fanti Ashanti e do Terreiro de Iemanjá, finado Jorge Itaci de Oliveira.

De acordo com Breno Santana, a importância de discutir essas questões dentro do próprio terreiro de Mina é algo super importante para dar maior visibilidade e combater transfobias. É inegável que a caminhada etnográfica no campo afro-religioso maranhense propiciou um melhor entendimento a respeito de como se dão as relações de gênero, como se processam, significam e ressignificam identidades dissidentes relacionadas ao gênero e as sexualidades, pois essas temáticas ainda são muito localizadas e internas às casas de religiões de matriz afro em São Luís-Maranhão.

Referencial teórico

Como referencial teórico utilizamos a princípio uma literatura antropológica das religiões de matriz africana no Brasil (RIBEIRO, 1969; LEACOCK, 1972; FRY, 1982; BIRMAN, 1995; RIOS, 1997; TEIXEIRA, 2000; LANDES, 2002; FERRETTI, M., 1998) que levanta discussões a respeito das religiões de matriz africana, questões de gênero, identidades, dissidências e sexualidades (GAMA, 2014) especialmente focalizando as identidades trans nas religiões de matriz africana, a exemplo do Candomblé (LEMOS, 2019; DIAS, 2020). Para pensarmos categorias importantes que circulam nesse trabalho como poder, tradição, intersecção, transgeneridade, transexualidade, travestilidade e religiões de matriz africana, decolonialidade trouxemos algumas referências iniciais como: Foucault (2017); Cesaire (2010); Crenshaw (2015); Bento (2017a, 2017b); Ribeiro (2017); Oliveira, J (2017); Oliveira, N (1994); Maldonado Torres; Grosfoguel; Bernadino Costa (2019); Butler (2015); Elias (2000); Muszkopf (2012), referências por excelência decoloniais para contrapor visões brancoheterocentradas em padrões engessados essencialistas de gênero.

Resultados e discussão

A princípio a pesquisa identificou que o Tambor de Mina em São Luís- Maranhão, vertente afro-religiosa tomada como objeto desse estudo, de bases matriciais femininas, historicamente e culturalmente pautada por padrões cis hetero normativos apresenta um grupo ainda pequeno quantitativamente de mulheres trans, empoderadas sócio

politicamente, que começaram a provocar um diálogo afro-religioso, reivindicando os seus direitos de existência, visibilidade e, especialmente de respeito dentro da religião. As trans invisibilidades ainda são um grande obstáculo que essas mulheres, filhas e mães de santo no Tambor de Mina e no Candomblé ainda tem que superar. A tradição (como categoria plurissignificativa) no Tambor de Mina engendrada em valores cis hetero normativos e aos papéis sociais generificados (funções/ indumentárias para o gênero masculino e feminino, respectivamente) é um dos degraus a serem percorridos, a partir dessa caminhada... As suas vozes precisam ser ouvidas!!!

Acreditamos que as identidades de gênero e as sexualidades no Tambor de Mina, assim como em outras matrizes afro-religiosas no Brasil perpassam por discursos legitimados por poderes e saberes, que ainda estão muito centralizados em padrões cis brancoheteronormativos ou constituintes de um heteropatriarcado, variando de acordo com as matrizes e os modelos rituais mais apegados a determinadas 'tradições'. É importante, que possamos elencar algumas considerações a respeito do que entendemos sobre a categoria 'tradição' aliada às comunidades de matriz africana no Brasil, pois esse conceito vai ser um elemento constituinte, relevante nos discursos dos agentes sociais (afro-religiosos; mineiras antigas, povo de santo maranhense) a respeito das relações de gênero, das dissidências, identidades e sexualidades dessa matriz afro-religiosa.

As tradições nas religiões afro-brasileiras são atravessadas por muitas transformações, dinâmicas e atualizações, o que é tradição hoje, pode não ter sido ontem e ser amanhã, variando em muitos aspectos, por exemplo ainda é 'tradição', que homens nos terreiros seculares, centenários, fundados pelas velhas africanas, mesmo em meio e presença de algum africano naquela época, não dancem Mina, a exemplo da Casa das Minas e Casa de Nagô. Por conseguinte, essa 'tradição' legitimada como uma 'regra' ou 'norma', constituintes de um 'matriarcado mineiro', vem sendo repensada em outras casas centenárias categorizadas como 'tradicionais'- a exemplo do Terreiro do Outeiro ou Turquia (Ilê Nifé Olorum) em que não dançavam homens.

As dissidências de gêneros e as sexualidades não normativas, especialmente a homossexualidade masculina e o Lesbianismo, categorias analíticas importantes desse item discursivo, quando visibilizadas ou identificadas no campo afro-religioso maranhense historicamente começam a aparecer semanticamente de modo

pejorativo (estigmatizadas e estereotipadas), a partir das próprias visões da sociedade da época (séc. XX) em relação a essas identidades. Podemos afirmar que a Literatura antropológica dos estudos das religiões afro no Maranhão é de um silêncio ensurdecedor, quando pensamos as identidades dos corpos trans, suas vivências e experiências nessas comunidades, pois a priori, há uma invisibilidade dessas identidades dentro das casas de Tambor de Mina sendo necessário urgentemente discutirmos os sentidos e significados desses silêncios e invisibilidades.

Parece-nos que as identidades homossexuais masculinas e lésbicas estão mais presentes ou são mais visíveis dentro da Mina e em outras vertentes afro em São Luís-Maranhão, entretanto, é preciso comprovar essa afirmação a partir de dados quantitativos e analíticos por meio de pesquisas relacionadas ao campo do gênero, identidades, das sexualidades e dissidências. De acordo com mãe Bianca Lopes (2021), ainda há muito preconceito, discriminação e mesmo transfobia dentro das religiões de matriz africana em nosso país; e isso está tanto ligado com a questão da indumentária, dos princípios, da tradição dos mais velhos/as na religião quanto aos princípios da educação: é preciso que as travestis e as trans nas religiões afro não sejam apenas acolhidas e bem recebidas em festas de Pombagira e de Exu, mas em todas as festas e ocasiões.

É um campo silencioso, quando falamos sobre as identidades trans dentro do Tambor de Mina e das religiões de matrizes afro no Maranhão; ora ou outra são mencionadas ou exemplificadas algumas mulheres trans, ora no Tambor de Mina ora em outra vertente como no Terecô, ou mesmo no Candomblé, mas são poucas referências, quase não vemos essas identidades, os corpos trans, as travestilidades e transgeneridades como protagonistas e fazedorxs dessas religiões no Estado do Maranhão e na capital, São Luís.

Considerações finais

A provocação foi feita a partir das vozes dessas mulheres negras trans afro-religiosas, mineiras e candomblecista de fé que buscam sair do anonimato e serem vistas, ouvidas e especialmente respeitadas no e pelas religiões de matriz afro em São Luís-Maranhão. Para além das festas de Pombagira e de Exu, entidades emblemáticas do universo afro-religioso brasileiro, a exemplo da matriz Umbanda por sinal, as

identidades trans, travestis, transgeneridades, travestilidades, precisam ser melhor acolhidas nos terreiros de Tambor de Mina em São Luís-Maranhão, assim como em outras vertentes que se fazem presentes em nosso Estado.

Indiscutivelmente há padrões hetero cis normativos sustentados e engendrados historicamente como leis da tradição do Tambor de Mina em São Luís-Maranhão, assim como em várias partes do Brasil, que propiciam todo um cenário de invisibilidades, de preconceitos e discriminação em relação às Identidades e corpos trans nessas religiões. Ao refletirmos sobre essas questões na atualidade, temos acompanhado várias reivindicações, contradiscursos, e questionamentos referentes a determinadas categorias estruturais e organizadoras dessas religiões, que na verdade constroem uma reprodutibilidade de discursos, dentre elas mais uma vez, a 'tradição', os lugares definidos do homem cis e da mulher cis, biologicamente construídos e representados unicamente por suas genitálias e por um sistema cultural de gênero performático, que dita o que é homem e o que é ser mulher na sociedade e nessas religiões!

As falas de nossas colaboradoras, tanto de Pietra Serra (filha de santo- Tambor de Mina) quanto de Mãe Bianca Lopes (Tambor de Mina e Candomblé de Angola) são categóricas ao afirmarem que a 'tradição' das religiões afro no Maranhão flexíveis para algumas coisas e para outras são bastante rígidas. É preciso que haja um maior diálogo nos terreiros para que as transfobias, os preconceitos e discriminações possam diminuir!

Por quais motivos e razões as mulheres trans, as travestis, no Tambor de Mina, no Terecô, na Umbanda, no Candomblé, na Pajelança (!) em São Luís-Maranhão ainda são muito invisíveis?! Elas estão aí, desde fins dos anos 90 (Bianca Lopes); Mãe Andressa Sharon (anos 2000); seguidas pelas filhas de santo Pietra Serra (Ilê Ashé Sogbosi Inã); Catrina (Ilê Ashé Sapatá Oyá) fazendo parte e a história das nossas religiões de matriz africana no Estado, assim como outras (!) e outros (e os homens Trans?!), que precisam de um melhor acolhimento e reconhecimento. A pesquisa ainda se encontra em estágio inicial por meio desse trabalho e não esgota de forma alguma as inúmeras possibilidades em termos de sentido e significados atribuídos às existências e re existências dessas mulheres trans no Tambor de Mina e em outras vertentes afro no Maranhão. A nível de informação junto a partir de nossas colaboradoras e no campo de pesquisa, não

identificamos até o presente momento (primeiro semestre de 2021) relatos e referências em relação a participação de homens trans como filhos ou pais nos terreiros de Mina na capital ludovicense e em outras cidades maranhenses.

Referências

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Salvador-Ba: Editora Devires, 2017a.

_____. **Transviadas: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BIRMAN, Patrícia. **Fazendo Estilo, criando gênero: possessão e diferenças de gênero em terreiros de Umbanda e Candomblé no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: EDUERJ, 1995.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. **On Intersectionality: Essential writings**. New York- EUA: The New Press, 2015.

DE SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. **O terreiro e a cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa**. Estudos de Sociologia, [S.L.], v. 2, n. 20, jan. 2015. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235560/28527>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

DIAS, Claudenilson da Silva. **Identidades Trans em Candomblés: entre aceitações e rejeições**. Salvador-Ba: Editora Devires, 2020.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. **Homossexualidade: um olhar antropológico.** PESQUISA EM FOCO: UFMA. v.6, n.8, jul./dez. 1998.

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 1996.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

GAMA, Elizabeth Castelano. **Mulato, Homossexual e Macumbeiro- Que rei é este? Trajetória de Joãozinho da Goméia (1914-1971).** Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LEACOCK, Seth and Ruth. **Spirits of the Deep: a study of an Afro Brazilian cult.** New York: Doubleday Natural History Press, 1972.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LEMOS, Kaio. **No Candomblé, quem é homem e quem não é?** Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

MUSSKOPF, Andre Sidnei. **Via (da) gens Teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil.** São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediências de gênero.** Salvador-Ba: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. **Damas de Paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

RIBEIRO, René. **Personality and the psychosexual adjustment of Afro Brazilian cult members.** Journal of Societé des Americanistes, Tomo LVIII, 1969.

RIOS, Luís Felipe. **Lôce, Lôce, Metá Rê Lê! Homossexualidade e Transe (tividade) de gênero no Candomblé de Nação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1997.

SANTOS NETO; SANTOS, Maria do Rosário. **Boboromina, terreiros de São Luís: uma interpretação sócio-cultural.** São Luís: SECMA/SIOGE, 1989.

TEIXEIRA, Maria Lina Leão. **Lorogun- identidades sexuais e poder no Candomblé.** In: Moura, Carlos Eugêneo Marcondes de. **Candomblé: religião do corpo e da alma.** Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

Silva, M. L. **Racismo e os efeitos na saúde mental.** In L. Batista & S. Kalckmann (Orgs.), **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade- A forma social negro brasileira.** Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1988.

SEXO ORAL COM LÍNGUAS DE FOGO: DESCOLONIZANDO HISTÓRIAS SEXUAIS

Ana Ester Pádua Freire

Doutora e mestra em Ciências da Religião pela PUC Minas. anaesterbh@gmail.com.

Resumo

O objetivo de minha comunicação é apresentar o conceito de “sexo oral” da teóloga indecente Marcella Althaus-Reid. Para ela, sexo oral implica em re/contar histórias sexuais que transgridam o padrão heteronormativo do cristianismo tradicional e hegemônico. O sexo oral faz parte de sua proposta teológica dos relatos sexuais, que, por um lado, reforça o papel da oralidade na tradição cristã, e, por outro, cria mecanismos baseados no cotidiano para possibilitar outras compreensões do Sagrado. Meu método de pesquisa se baseia no próprio sexo oral althaus-reidiano, pois, ao narrar seu conceito com ênfase nas experiências religiosas e sexuais acabo “fazendo um 69” com a teóloga, no qual conto sua história e ela re/conta a minha.

Palavras-chave: Marcella Althaus-Reid, Teologia Indecente, Teologia Queer, Oralidade.

Preliminares

*Sugar e ser sugado pelo amor
no mesmo instante boca milvalente
o corpo dois em um o gozo pleno
que não pertence a mim nem te pertence
um gozo de fusão difusa transfusão
o lambar o chupar e ser chupado
no mesmo espasmo
é tudo boca boca boca boca
sessenta e nove vezes boquilíngua
(Carlos Drummond de Andrade)*

Nunca tinha gozado com um 69... até conhecer Marcella¹. Marcella Althaus-Reid, segundo Córdova Quero (2014), é a “santa de uma espiritualidade sexualmente encarnada”. De acordo com o *LGBTQ Religious Archives Network* (2019), Marcella nasceu em Rosário, na Argentina, em 1952, e é a principal teóloga queer latino-americana reconhecida pela sua proposta teológica indecente. Graduada em teologia, pelo *Instituto Superior Evangelico de Estudos Teologicos*, em Buenos Aires, faleceu em 2009, trabalhando na Universidade de Edimburgo, como professora de Teologia Contextual. Ela tem importantes publicações sobre a temática queer no contexto teológico cristão, dentre elas destaco *Indecent Theology* (2000) e *The Queer God* (2003), este já traduzido e publicado em português.

Não conheci Marcella. Não existe quase nada disponível sobre ela, poucas fotos e nenhum vídeo para ser mais exata. Para conhecê-la foi preciso ouvir as pessoas que a conheceram descrevendo-a. Em 2019, participei de um seminário em Winchester, no Reino Unido, em sua memória. Lá, sua amiga íntima, Lisa Isherwood, com quem publicou três livros, contou que Marcella era pequena, magra, mas quando chegava sua presença preenchia o local. Seus cabelos sempre esvoaçados cobriam parte de seu rosto. André Musskopf, no prefácio do livro *Deus Queer*, conta que encontrou com Marcella em três oportunidades. “Em todas elas havia uma aura de admiração e encanto pela leitura de seus textos e por algumas lendas que circundavam (e

1 Aqui vou tratá-la assim, como Marcella, pois o exercício do uso de seu primeiro nome evoca a intimidade que o “sexo oral” pressupõe.

ainda circundam)” (MUSSKOPF *in* ALTHAUS-REID, 2019, prefácio). Ah, essas lendas.

Ainda tentando me aproximar de uma imagem física de Marcella, lanço mão de um artigo de Graham McGeoh, que foi orientando de Marcella, e fez uma descrição quase erótica de sua presença na universidade.

No corredor do New College, Universidade de Edimburgo, o escritório de Marcella era uma sala espaçosa no topo do primeiro lance de escada. Era a primeira porta à direita no caminho para Martin Hall. Marcella sempre encontraria com você na porta. Seu perfume enchia o vestíbulo ao entrar no New College vindo do quadrilátero austero pelo qual a estátua de John Knox zela. Seu escritório estava cheio de livros e cores latino-americanas, contrastando nitidamente com o granito cinza que a rodeava. Seu som, visão e cheiro pareciam provocar Knox e seu legado. (MCGEOH, 2018, tradução nossa²).

Esse quase nada sobre a teóloga só instiga a minha imaginação. Mergulhar em sua produção é tentar ouvir essa voz que nunca ouvi, é tentar sentir esse perfume que não me chega as narinas e é tentar ver esse corpo que toco ao me tocar. Minha aproximação com a autora passa por esse princípio sagrado que é a imaginação. Ressalto que, um dos conceitos com os quais Marcella trabalha é, justamente, o “princípio da imaginação teológica” (ALTHAUS-REID, 2005), que tem por objetivo provocar rupturas nas identificações imaginativas do que é tradicionalmente naturalizado.

Imaginando Marcella acabo por reimaginar minha própria teologia, porque a sua obra me toca de tal maneira que ao me aproximar de seus textos nunca saio seca. Afinal, Marcella transborda. Entre líquidos, viscos e fluidos, esta comunicação se propõe a falar e provocar saliva, este lubrificante que escorre pelo canto da boca.

2 *In the corridor at New College, Edinburgh University, Marcella's office was a spacious room at the top of the first flight of stairs. It was the first door on the right on the way to Martin Hall. However, Marcella always met you at the door. Her perfume filled the vestibule on entering New College from the austere quadrangle which John Knox's statue watches over. Her room was full of books and colores latinoamericanos, sharply contrasting the grey granite surrounding her. Her sound, sight and smell seemed to provoke Knox and his legacy.*

Oralidade

Não é desconhecido o papel da oralidade na tradição judaico-cristã. O que se apresenta como texto sagrado é, justamente, a transcrição de histórias orais. David M. Carr e Colleen M. Conway explicam que “as primeiras tradições do antigo Israel, quaisquer que fossem, evoluíram em sua jornada através dos séculos do segundo milênio, passando de lábios para outros lábios” (CARR; CONWAY, 2010, p. 38-39, tradução nossa)³. Se assim se dá o processo de manutenção das tradições no antigo Israel, em relação ao segundo testamento, Marcella (2000) explica que os evangelhos bíblicos lançam mão de dispositivos narrativos orais e escritos, imagens e representações. E mais,

[...] na teologia cristã, a Palavra de Deus escrita nunca foi a única fonte de autoridade suprema. A palavra escrita foi subordinada à oralidade. No processo de escrever as Escrituras, a experiência das pessoas, manifestada em relatos orais, tem sido uma chave hermenêutica na busca por um texto final, que em última análise é difícil de produzir (Croatto 1973: 29-31). Em níveis institucionais, por exemplo, esse processo tende a desaparecer se os sermões e documentos da igreja forem produzidos como epístolas (cartas) para serem lidas (ouvidas), excluindo qualquer diálogo com eles. (ALTHAUS-REID, 2000, p. 158, tradução nossa⁴).

A oralidade apontada pela teóloga pressupõe um fundamento dialógico. O que se é dito não são “palavras ao vento”, mas sim uma abertura ao diálogo e ao reconhecimento da dignidade humana. Pois, se Deus é o Verbo (Palavra), conforme o evangelho de João 1, 1 “No

3 *The early traditions of antient Israel, whatever they were, evolved in their journey across the centuries of the second millennium, passing from one set of lips to another.*

4 [...] *in Christian theology, the written Word of God has never been the only source of ultimate authority. The written Word has been subordinated to Orality. In the process of writing the Scriptures, people's experience, manifested in oral accounts, has been a hermeneutical key in the search for a final text, which ultimately is difficult to produce (Croatto 1973:29-31). At institutional levels, for instance, this process tends to disappear if sermons and church documents are produced as epistles (letters) to be read (heard) excluding any dialogue with them.*

princípio era o Verbo”, a autoridade final é da palavra dita (cf. Gênesis 1, 3⁵) e não das escrituras.

Partindo, então, da importância da oralidade para a tradição cristã e, portanto, para a produção teológica, Marcella se pergunta pelas histórias sexuais que são contadas. De acordo com Marcella e Lisa Isherwood, Teologia Queer é “uma forma radical de se ‘falar sobre amor na teologia’, isto é, uma teologia que introduz um questionamento profundo sobre os caminhos do amor em nossas vidas como indivíduos e como sociedade, e as coisas que o amor pode fazer em nosso mundo” (ALTHAUS-REID; ISHERWOOD, 2007, p. 303, tradução nossa⁶). E completam,

usando uma perspectiva da Teologia Queer, podemos dizer que refletir teologicamente é sempre uma atividade feita com um pressuposto de amor. Falar de teologia é falar de um estilo de relacionamento amoroso. Temas teológicos são temas de amor, mesmo que talvez tenha sido obscurecido por séculos de uso de uma terminologia que pode ter perdido sua transparência original. (ALTHAUS-REID; ISHERWOOD, 2007, p. 303, tradução nossa⁷).

Mas, somente a Teologia Queer fala de amor – e aqui friso, amor erótico? Não, pois, para Marcella (2000), *toda* teologia é um ato sexual. Isso quer dizer que, ainda que não se afirmando sexual, a teologia traz em si uma ortodoxia cis/heterossexual que, por ser dogma, se diviniza. Afinal de contas, “a teologia não é inócua nem inocente nem neutra de um ponto de vista sexual” (ALTHAUS-REID, 2005, p. 127, tradução nossa⁹). A questão que se coloca, então, é: se a teologia cristã hegemônica também fala de amor, quais são as histórias de amor que ela não conta?

5 Gênesis 1, 3 “Deus disse: ‘Haja luz’, e houve luz”.

6 *a radical form of the ‘love-talk of theology’, that is, a theology which introduces a profound questioning into the ways of love in our lives as individuals and as society, and the things love can do in our world.*

7 *Using a perspective from Queer Theology, we may say that to reflect theologically is always an activity done with a presupposition of love. To talk theology is to talk about a loving style of relationship. Theological themes are themes of love, even if perhaps this has been obscured by centuries of using a terminology which may have lost their original transparency.*

As histórias sexuais não-oralizadas do cristianismo hegemônico são aquelas vividas por dissidentes sexuais e de gênero, que estão à margem, que com seus corpos, seus afetos e seus desejos desafiam as instáveis afirmações da tradicional moral cristã. Para Marcella, ainda que contadas, elas não são ouvidas. E explica: “a marginalidade parece ser de alguma forma a primeira condição para saber se as histórias sexuais são ouvidas ou não. No topo da pirâmide de Rubin, podemos ouvir histórias sexuais contadas em alto e bom som, mas de alguma forma⁸ na parte inferior as histórias são gritadas. A diferença é que elas são ignoradas” (ALTHAUS-REID, 2000, p. 136, tradução nossa⁹).

Marcella faz referência aqui à “pirâmide erótica” proposta por Gayle Rubin. Nessa pirâmide, “heterossexuais maritais e reprodutivos” estão no topo, e abaixo estão “as castas sexuais mais desprezadas que, correntemente, incluem transexuais, travestis, fetichistas, sado-masoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais” (RUBIN, 2012, p. 16). Para Marcella, as vozes que se colocam abaixo da pirâmide não são ouvidas e, por isso, não tomam parte das interações tradicionais hegemônicas. Ela explica que “uma vez que a história ouvida, ela se torna parte de uma palavra social interativa, e negocia seu espaço de significado e significação dentro de uma rede de outras histórias não ouvidas, e a partir disso podem ocorrer ações de transformação e desafio ao *status quo*” (ALTHAUS-REID, 2000, p. 135, tradução nossa¹⁰).

Nesse contexto, a proposta teológica indecente de Marcella, lançando mão de uma oralidade transgressora, resgata histórias não contadas, como explica Musskopf (2008, p. 209):

Marcella Althaus-Reid reconhece uma tradição de histórias sexuais subversivas vividas na América Latina que sobrevivem apesar dos séculos de colonialismo no continente, bem como práticas atuais das

8 [...] la teología no es nunca inocua ni inocente ni neutra desde el punto de vista sexual.

9 Marginality seems to be somehow the first condition of whether sexual stories are heard or not. At the top of Rubin's pyramid we can hear sexual stories told loudly and clearly, but somehow at the bottom the stories are shouted. The difference is that they are ignored.

10 once the story is heard, it becomes part of an interactive social word, and negotiates its space of meaning and signification within a network of other unheard stories, and from that actions for transformation and challenge to the status quo may take place.

pessoas pobres em contextos urbanos revelam outros arranjos sexuais, políticos e religiosos, invisibilizadas, excluídas ou marginalizadas do círculo hermenêutico teológico por não serem harmonizáveis dentro da ideologia heterossexual dado o seu caráter conflitivo, instável e impuro. Recuperando e dando visibilidade a estas experiências através de diversas fontes, e usando-as num exercício de intertextualidade, elas se revelam como “práticas de ruptura” (disruptive practices) de uma teologia totalitária e tornam-se, assim “práticas redentoras”.

A oralidade se apresenta como instrumento fundamental para as práticas de ruptura, porque as histórias contadas penetram o tecido social provocando as transformações tão necessárias à proposta libertadora do cristianismo compreendido a partir da base da pirâmide. E, se a base (*botton*) se insurge, esse pode ser um curioso caso de *switch* (troca), no qual o *botton* (submisso) troca de lugar com o *top* (dominador)¹¹.

Sexo oral

A oralidade para Marcella tem nome: “sexo oral”. Sexo oral implica em contar as histórias sexuais na teologia. Para ela (2000, p. 134, tradução nossa¹²), “uma história sexual é sempre historicamente sexual, porque histórias sexuais não são componentes de mundos abstratos, mas, estão enraizadas em comunidades políticas e obedecem a condições concretas de produção, limitadas por raça, classe, idade, graus de discurso normativo sexual aceito ou de resistência”. Considerando todas essas interseccionalidades, fazer sexo oral no contexto do cristianismo hegemônico requer uma “garganta profunda”¹³, afinal, o falo do patriarcado por milênios nos foi enfiado goela abaixo.

11 *Botton, top e switch* são terminologias do BDSM (*bondage*, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo).

12 *A sexual story is always historically sexual, because sexual stories are not components of abstract worlds, but they are rooted in political communities and obey concrete conditions of production, limited by race, class, age, degrees of accepted sexual normative discourse or resistance.*

13 Filme. Deep Throat, 1972.

Por isso, o sexo oral proposto por Marcella é uma estratégia potente de transgressão das narrativas cis/hetero/centradas. Segundo a teóloga (ALTHAUS-REID, 2000, p. 147, tradução nossa¹⁴), “precisamos considerar seriamente o fato de que o sexo oral com que estamos lidando (a recontagem de histórias sexuais na reunião de comunidades) é que pode construir o Projeto de Libertação do Reino de maneira melhor do que as histórias reprodutivas heterossexuais a que estamos acostumados”. Para Marcella, contar as histórias sexuais de dissidentes sexuais e de gênero é crucial: 1) porque em sua complexidade e diversidade essas histórias desafiam a própria compreensão do Projeto do Reino como sendo uma utopia. Isso porque, a proposta da teóloga compreende o Reino como um projeto de heterotopia, ou seja, a coexistência de diferentes espaços, materialidades e formas de relações sociais; 2) porque Deus é desejo.

Para a teóloga, Deus é desejo, e desejo é um processo social. “Deus é desejo na história e nos acontecimentos da vida cotidiana da sociedade. As histórias sexuais revelam e facilitam a liberação de Deus e do heterotópico (em vez de utópico) Projeto de Libertação do Reino” (ALTHAUS-REID, 2000, p. 148, tradução nossa¹⁵). Nesse sentido, o sexo oral é fundamental para a Teologia Queer ao beijar (e de língua) o desejo como categoria teológica. Afinal, “a Teologia Queer é uma teologia do corpo encarnado que lida com o desejo, mas também com o prazer. E o prazer é, afinal, a encarnação dos desejos” (ALTHAUS-REID; ISHERWOOD, 2007, p. 309, tradução nossa¹⁶).

O sexo oral é, então, uma proposta de descolonização das histórias sexuais que foram - e são - contadas pelo cristianismo tradicional. As histórias de dissidentes sexuais e de gênero se apresentam como narrativas transgressoras das metanarrativas de colonização da América Latina, que constroem sua teologia, sua política e sua economia.

14 *we need to consider seriously the fact that it is oral sex we are dealing with (the retelling of sexual stories in the gathering of communities), which can build the Project of Liberation of the Kingdom better than the heterosexual reproductive stories we are used to.*

15 *God is desire in history and in the events of everyday life in society. Sexual stories unveil and facilitate the coming out of God and the heterotopic (instead of Utopic) Project of Liberation of the Kingdom.*

16 *Queer Theology is an incarnated, body theology which deals with desire, but also pleasure. And pleasure is after all, the incarnation of desires.*

A questão é que as construções políticas e econômicas deste mundo são baseadas na experiência sexual ou na interpretação da experiência sexual. A teologia é, nessa perspectiva, um ato sexual participando da construção ideológica de Deus a partir do discurso idealista do que se supõe ser ir para a cama com Deus, e os discursos de regulamentação e controle baseados em algumas falsificações heterossexuais ou alienações do que é devido a realidade, e às pessoas que vivem sob a ameaça da naturalização da sexualidade ou dos códigos de decência em teologia. (ALTHAUS-REID, 2000, p. 24, tradução nossa¹⁷).

Nesse sentido, o sexo oral diz respeito não somente às nossas histórias sexuais, mas à própria compreensão de Deus, pois a teologia diz respeito a instauração de, como afirmou Marcella, um discurso idealista do que se supõe ser ir para a cama com Deus.

Sexo oral com línguas de fogo

Contar as nossas histórias sexuais pode não ser um sexo fácil, mas o que importa é que seja consentido. Ao contrário de Renato Russo¹⁸, sexo verbal faz meu estilo, porque foi contando a minha história de mulher lésbica e cristã, e percebendo que ela se aproximava de tantas outras histórias, que eu ganhei a confiança que precisava para me permitir o gozo. Utilizando um jargão evangélico, digo que eu também fui “batizada em Pentecostes”¹⁹. Pois, diz assim o texto de Atos dos Apóstolos 2, 1-4:

Chegando o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados.

17 *The point is that the political and economic constructions of this world are based on sexual experience, or the interpretation of sexual experience. Theology is from that perspective a sexual act participating in the ideological construction of God from the idealist discourse of what it is supposed to be going to bed with God, and the regulations and control discourses based on some heterosexual falsifications or alienations of what is due to reality, and to the people who live under the threats of the naturalisation of sexuality or decency codes in theology.*

18 Música. Legião Urbana, Eu sei, 1994.

19 Dia litúrgico da tradição cristã que faz memória da descida do Espírito Santo sobre os seguidores de Jesus Cristo.

Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.

O Espírito que desceu como pomba (cf. João 1, 32²⁰) também desceu como línguas de fogo (performático ele, não?). Como em uma orgia, as línguas desceram em várias pessoas ao mesmo tempo. Como em um *swing*²¹, houve um troca-troca e as pessoas começaram a falar em outras línguas. À Teologia Queer interessa saber o que essas línguas fazem e falam. Quais são as histórias dentro das comunidades de fé cristãs que não são contadas, que são silenciadas? Aqui está uma das importantes contribuições da Teologia Indecente proposta por Marcella: não sobre inventar histórias – se bem que podemos! – mas sobre contar as histórias que já estão entre nós. Gritando aos quatro cantos, ou sussurrando ao pé do ouvido, as histórias de dissidentes sexuais e de gênero são o vento impetuoso narrado em Pentecostes. Vento que é soprado em um sexo oral feito com bala Halls²², vento que sai como um gemido após um orgasmo. E, principalmente, vento de sopro de alívio após contar um segredo por muito tempo guardado, afinal, como disse a profeta Maya Angelou (2018), “não há agonia maior do que carregar uma história não contada dentro de você”.

Considerações finais

Boca aqui, boca acolá, um lambe lambe sem parar. Povo libidinoso, meu Deus. Melhor oral. Ops, digo, melhor orar. (Charles Canela)

Nunca tinha gozado com um 69... até conhecer Marcella. Assim comecei esta comunicação e assim a termino. Afinal, algumas experiências sexuais devem ser contadas mais de uma vez. Afirmar um 69 com Marcella é reconhecer a importância de sua proposta teológica na minha própria produção teológica. Muitas vezes me percebo sem saber se há alguma originalidade no que produzo, pois seu

20 João 1, 32: “Então João deu o seguinte testemunho: “Eu vi o Espírito descer dos céus como pomba e permanecer sobre ele”.

21 Troca de casais, sexo grupal.

22 É possível o uso de bala de menta na vulva durante o sexo oral para criar uma sensação de “frescor”.

pensamento está tão penetrado em mim que já não sei se sou eu ou ela quem goza. Melhor seria afirmar que ambas gozamos, porque na oralidade do meu sexo continuo tendo Marcella como uma parceira imprescindível para qualquer teologia que se proponha sexual e contra hegemônica.

O sexo oral de Marcella é uma estratégia discursiva nos enfrentamentos aos discursos conservadores que se pautam a partir de uma pretensa “decência” religiosa. Mas, mais do que isso, é um recurso para libertação de experiências de dissidentes sexuais e de gênero e, também, da própria ideia de Deus, pois evoca o poder transgressor das histórias sexuais que constituem tanto o ser humano quanto Deus. O sexo oral é a encarnação do Verbo, pois, a partir do reconhecimento das experiências de transgressão do silenciamento, o grito da angústia torna-se, enfim, o grito do prazer.

Referências

A Bíblia de Jerusalém. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

ALTHAUS-REID, Marcella. *Deus queer*. Rio de Janeiro: Metanoia, Novos Diálogos, 2019.

ALTHAUS-REID, Marcella. *La teología indecente: perversiones teológicas en sexo, género y política*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

ALTHAUS-REID, Marcella. *Indecent Theology*. London and New York: Routledge, 2000.

ALTHAUS-REID, Marcella. *The Queer God*. London and New York: Routledge, 2003.

ALTHAUS-REID, Marcella; ISHERWOOD, Lisa. Thinking Theology and Queer Theory. *Feminist Theology*, vol. 15(3). Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage Publications, 2007, p. 302-314.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Sugar e ser sugado pelo amor. *Escritas.org*. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/3760/sugar-e-ser-sugado-pelo-amor>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ANGELOU, Maya. *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*. Bauru: Astral Cultural, 2018.

CARR, David M.; CONWAY, Colleen M. *An Introduction to The Bible: Sacred Texts and Imperial Contexts*. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010.

CÓRDOVA QUERO, Hugo. Marcella Althaus-Reid: Saint of a sexually embodied spirituality. *Jesus in Love*, 2014. Disponível em: <http://jesusinlove.blogspot.com/2014/02/marcella-althaus-reid-saint-of-sexually.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LGBTQ Religious Archives Network. *Marcella Althaus-Reid*. Profile. Disponível em: <https://lgbtqreligiousarchives.org/profiles/marcella-althaus-reid>. Acesso em: 17 set. 2019.

MCGEOH, Graham. Pussies Rioting and Indecent Praying: Transforming Orthodoxy in the Company of Marcella Althaus-Reid. *Feminist Theology*. 2018.

MUSSKOPF, A. S. *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. 2008. 525 f. Tese (Doutorado em Teologia). Faculdades EST, São Leopoldo, 2008.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq. Acesso em: 13 abr. 2021.

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: CORPOS SAGRADOS, CORPOS MARGINALIZADOS

Jessika Villalon Sousa Cruz

*Mestra em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do
Tocantins - UFT, jessikaavillalon@gmail.com.*

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão a respeito da corporalidade das travestis e transexuais, buscando compreender o percurso da transformação histórica de gênero perante diversas culturas, bem como evidenciar como em algumas crenças as pessoas transgênero são consideradas divinas. O método de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica, e entrevistas com travestis e transexuais da cidade de Palmas - TO. O trabalho foi realizado de maio a dezembro de 2019, com depoimentos sobre a vida e enfrentamentos das participantes. A pesquisa visa ressaltar os estudos de cultura, gênero e sexualidade, descrevendo as experiências pessoais das participantes e sua relação com seus corpos trans, apresentando suas vivências e dificuldades diárias, relacionando com seus processos de identificação, contrastes de não identificação com o gênero oposto e o divino.

Palavras-chave: Travestis e Transexuais. Corpo. Sagrado. Marginalização.

Introdução

O Brasil foi apontado em uma reportagem, como o país que mais consome pornografia trans no mundo, mas se mantém há mais de dez anos no topo do ranking mundial de assassinatos contra as pessoas transgênero. É uma ambiguidade serem desejadas e em alguns casos até mesmo “adorada” por homens cisgênero, mas sofrerem tantos preconceitos diariamente.

Em sua maioria, as travestis e transexuais se veem obrigadas a ter como único meio de trabalho a prostituição. Em toda sua vida, qualquer travesti ou transexual sofrerá alguma forma de preconceito, inclusive nos templos religiosos. São poucas as religiões que permitem a participação de transgêneros em suas atividades.

Este artigo faz uma breve conceituação de gênero, apresentando as dificuldades vividas pelas travestis e transexuais, fazendo uma analogia entre o sexo e o sagrado, sendo a problemática desta pesquisa a dualidade dos corpos transgênero, e como isso afeta diretamente as pessoas transgênero em suas vivências diárias.

Metodologia

A metodologia utilizada para este artigo foi uma revisão bibliográfica em artigos, dissertações, bem como entrevistas com travestis e transexuais da cidade de Palmas – TO. Foi aplicado um questionário semi-estruturado, em que as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Referencial teórico

A sociedade atual ainda classifica a sexualidade como um grande tabu. Mas o que muitos não percebem é que quanto mais as pessoas não têm um conhecimento sobre o tema, acabam por fazer muitas pessoas sofrerem, através dos preconceitos. É preciso que se fale acerca desse tema, pois a sexualidade apresenta várias manifestações, e para que possamos falar sobre ela, é preciso conhecer as diferenças entre gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Para a biologia, o sexo é dividido em: macho e fêmea. Existem pessoas que são chamadas de intersexo, pois apresentam os dois

órgãos genitais (pênis e vagina), mas é muito raro. O sexo biológico é definido pelos hormônios, órgãos reprodutores internos e externos, e também os cromossomos. (SIMÕES E FACCHINI, 2009).

O gênero é definido como feminino e masculino, como categorias construídas pela sociedade. Os gêneros abrangem as práticas que são atribuídas aos seres humanos, em virtude do aparelho reprodutivo que possuem. O sexismo é a prática que é exercida em todas as sociedades, sendo a que define os comportamentos, as vestimentas, profissões, de acordo com o gênero atribuído à pessoa assim que ela nasce.

Já a identidade de gênero é o gênero ao qual a pessoa se identifica. Um exemplo é quando um indivíduo que teve o sexo masculino atribuído no seu nascimento, mas se identifica com o gênero oposto, o feminino. Existem casos que indivíduos se identificam com os dois gêneros, ou com nenhum dos dois. As pessoas transgêneros são aquelas em que sua identidade de gênero difere de seu sexo biológico. Existem transgêneros MTF (*male to female*, em tradução livre: Masculino para Feminino) e FTM (*female to male*, em tradução livre: Feminino para Masculino). Quando o indivíduo se identifica com seu gênero biológico o chamamos de cisgênero.

Por fim, a orientação sexual está relacionada à atração afetivo-sexual. A orientação sexual se divide em heterossexual, homossexual, bissexual, e tem outras variáveis, e não é necessariamente fixa. Quando falamos em heteronormatividade, estamos relacionando ao contexto que a sociedade espera que todas as pessoas sejam heterossexuais, e discriminam qualquer outra forma de orientação sexual, as reprimindo também, tomando como base suas normas culturais. (LOURO, 2013). Jaqueline Jesus (2012), pesquisadora brasileira em gênero e sexualidade, em seu guia denominado “ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS”, traz um glossário de termos inclusivos:

Gênero: Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo. **Identidade de gênero:** Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se

confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero. **Cisgênero:** Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. **Transgênero:** Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. **Transexual:** Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica. **Transfobia** Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis.

Travestilidade e Transexualidade: Exclusões e Desigualdades

As pessoas transgênero, que neste estudo trataremos particularmente das travestis e transexuais, são pessoas que têm um corpo com um sistema reprodutor diferente do seu psicológico, e que são minoria perante a sociedade, haja visto que não são aceitas em quase nenhum meio social.

A transexualidade é uma identidade de gênero, e não pode ser ligada à uma doença mental, ou contagiosa, muito menos como uma perversão. Muitas pessoas acreditam também que por uma pessoa ser uma mulher transexual necessariamente “gosta de homens”. Não podemos esquecer que identidade de gênero e sexualidade são coisas completamente diferentes. É necessário realizar um esclarecimento quanto à gênero e orientação sexual. Não se pode compreender os dois termos como ligados um ao outro. De acordo com Jesus (2012):

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende

da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual. O mesmo se pode dizer da identidade de gênero: não corresponde à realidade pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero. Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivossexualmente: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são.

A sociedade atual é muito machista e bastante heteronormativa, tratando as pessoas transgênero como doentes. Toda e qualquer pessoas que têm experiências fora da heterossexualidade são taxadas como erradas. Existem governantes que pertencem à uma bancada política que lutam diretamente contra os direitos das pessoas LGBT, tentando impedir qualquer esforço na criação de políticas públicas que melhore as condições de vida para essa parcela da sociedade.

Lendo Foucault (2010) percebemos que essa exclusão remete aos tempos antigos, quando as mulheres eram tratadas como escravas, excluídas das esferas da sociedade e da política. As pessoas transgêneros igualmente vêm sendo privadas de seus direitos quando as relacionamos a suas construções de identidade dentro de suas sexualidades.

Para Silva (2006) em todo a história da humanidade sempre existem minorias opressoras. As mulheres, por sua vez sempre foram educadas para os serviços do lar e educar os filhos, e sempre se esperou que a mulher deixasse sua casa para se casar e constituir uma família. As minorias sexuais sempre estiveram em guetos e silenciadas. (SILVA, 2007). Os grupos que não se encaixavam na cultura heteronormativa sempre foram desprezados pela igreja e pela justiça. Somente nos últimos cinquenta anos que houveram mudanças significativas para as minorias como os gays e lésbicas (SILVA, 2006). Sobre a população de travestis e transexuais, Jesus (2012) nos diz que:

Uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde pequenas, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão. A verdade é que ninguém sabe, atualmente,

por que alguém é transexual, apesar das várias teorias. Uma diz que a causa é biológica, outras que é social, outras que mistura questões biológicas e sociais. Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher.

As travestis e transexuais ainda são executadas, são obrigadas à passar por diversas humilhações durante a vida, não existem leis específicas que as protegem, principalmente tendo que passar por muitos constrangimentos e assédios por onde passam. Um dado alarmante é que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais em todo o planeta (CUNHA, 2016). O machismo, por sua vez, continua crescendo e sendo perpetuado no Brasil, sendo um exemplo recente o discurso de muitos políticos em suas campanhas, pregando o ódio às pessoas LGBT e às minorias. O Estado tem o dever de acabar com as desigualdades sociais. Sem a participação direta dele, não é possível que tais direitos sejam estabelecidos. De acordo com Rui Barbosa:

[...] a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. (BARBOSA, 1999, p. 26)

Assim, Santos (2009) nos diz que as desigualdades sociais e os valores devem prezar a igualdade perante as diferenças:

Uma política emancipatória dos Direitos Humanos deve saber distinguir entre a luta pela igualdade e a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças, a fim de poder travar ambas as lutas eficazmente [...] Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (SANTOS, 2009, p. 15, 18)

Os transgêneros não estão na mesma posição social dos homens e mulheres cisgênero, não tendo a mesma força, e muito menos as mesmas oportunidades. Para a maioria das pessoas, de qualquer classe social, toda e qualquer travesti é uma profissional do sexo, e está

sempre marginalizada. Não há espaços para as pessoas transgênero nos mercados de trabalho formal, e quando muitas tentam procurar empregos, sempre têm a vaga negada, por mais que apresente uma boa qualificação profissional.

Muitas travestis sofrem por terem uma aparência física que não é totalmente feminizada, bem como os preconceitos impostos por religiões, principalmente as de matrizes cristãs. Essa relação de dominação exercida pelas igrejas ajuda na discriminação, pois é “(...) impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação (...) pelas discriminações diariamente praticadas”. (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Dessa forma, todos esses elementos apresentados formam a construção social dos esquemas de gênero, e a partir destes são produzidas múltiplas identidades (BUTTLER, 2002). As pessoas transgênero lutam em todo o mundo contra rótulos de comportamentos anormais ou fora do padrão imposto pela sociedade, que é o padrão heteronormativo. Não podemos aceitar que a normalidade seja baseada em um único padrão social, em virtude da diversidade sexual existente em todos os lugares. (GUASCH, 2000; SILVA; BARBOZA, 2005).

O sexo como caminho para o Sagrado

Os seres humanos têm a busca incessante por compreender o sexo, somos feitos através de sexo. Em toda a história e na arte, existem representações que revelam como os seres humanos têm uma verdadeira obsessão pelo sexo. As religiões sempre polemizaram o sexo, bem como o “sexo dos anjos” e das divindades, sendo fruto de investigações de teólogos, sobre as essências, masculina e feminina. É interessante notar a visão cristã em que existe o dogma da Trindade em que o Pai gera o Filho, e desse amor surge uma terceira pessoa que é o Espírito Santo. O lado feminino da divindade Cristã é a presença de Maria como a mãe Santíssima. (VALLADOLID, 2002)

Em outras culturas ditas pagãs, também podemos notar a presença sexual nos deuses, e deuses próprios do sexo e erotismo como Afrodite, em que suas sacerdotisas realizavam seus rituais de adoração fazendo sexo com os adoradores desta deusa, que na cultura romana é conhecida como Vênus.

A Kundalini é uma crença milenar indiana de energia da criação, instalada no corpo de cada ser humano, conhecida como a energia sustentadora da vida. Sobre a Kundalini:

O despertar de Kundalini afeta todo o domínio da mente humana e do comportamento humano. Kundalini não é um mito ou uma ilusão. Não se trata de hipótese ou sugestão hipnótica. Kundalini é uma substância biológica que existem dentro da estrutura do corpo. O seu despertar gera impulsos elétricos por todo o corpo e estes impulsos podem ser detectados por instrumentos científicos modernos e máquinas. Kundalini é o nome de uma força em potencial adormecida no organismo humano e que está situada na raiz da coluna espinhal. No corpo masculino ela está no períneo, entre o órgão urinário e excretor. No corpo feminino ela está localizada na raiz do útero, no colo do útero. (SARASWATI, 2010)

Em todas as eras o contato dos humanos com o divino foi segmentado. O sexo era e ainda é uma porta de entrada para se conectar com o sagrado, e existem técnicas para fazer do sexo um exercício sagrado, como o sexo tântrico, por exemplo. O sexo, por ser essa porta de entrada, foi fechada para que os humanos não tivessem esse contato direto com o sagrado. Antes do cristianismo, o sexo era visto como acesso ao sagrado, mas depois se tornou um pecado se realizado fora do âmbito matrimonial.

Na atualidade existem as *hijras*, que são pessoas, em sua maioria nascidas no sexo masculino, mas que se reconhecem como mulheres, e que abdicam de uma vida sexual, em troca de poderes de divindades hindu. As hijras têm os poderes tanto de abençoar, quanto de amaldiçoar, e frequentemente são convidadas para se apresentarem em festas de casamento. Elas são um grande exemplo da linha tênue entre o sagrado e a marginalização, pois é muito comum vê-las se prostituindo na Índia, por serem consideradas uma sub-casta. (DA SILVA CORREA, 2020)

O sexo ainda é um tabu social, e muitas pessoas evitam falar sobre sexo, quase sempre pensando em seu lado pejorativo. Entretanto, quando se usa essa palavra já associamos a algo sujo, ou impronunciável, não representando o que o sexo realmente é originalmente em todas as culturas humanas.

Sendo o sexo um caminho possível para o divino, ele está extremamente ligado à espiritualidade, sendo o caminho mais simples, porém, o sexo é algo sagrado. O sexo sem compromisso não pode ser chamado de promiscuidade, quando levamos em conta que o sexo é

sagrado. Ele conecta duas pessoas, as torna únicas mesmo que seja por pequenas frações de tempo. As culturas e religiões deístas ou ateístas apresentam o sexo em sua sacralidade, dentro de relações de amores verdadeiros, em comunhão com o deus que adoram.

A sexualidade sempre foi algo muito estigmatizado na história humana. O teórico Foucault considerou que a história da sexualidade dentro dos mecanismos de repressão sofreu duas quebras:

Uma ocorreu no decorrer do século XVIII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem. A outra ocorreu no século XX, momento em que os mecanismos da repressão teriam começado se afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extramatrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado, em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças (FOUCAULT, 1988, p. 109).

Assim, Foucault demonstra que a sexualidade não é encarada como algo natural, e é moldada segundo os costumes das sociedades e também das culturas. Principalmente a cultura de um povo é o que vai definir se uma prática sexual é adequada ou não, dentro de cada contexto, como um padrão de referência. Um exemplo é a bissexualidade para os gregos, que definiam o ponto estético (beleza) para o desejo sexual, independentemente se a pessoa era do sexo masculino ou feminino. É impossível padronizar a sexualidade dos indivíduos por mais que a sociedade crie um padrão. Segundo o Ministério da Saúde (2006):

A sexualidade constitui-se numa dimensão fundamental em todo ciclo de vida de homens e mulheres, a qual envolve práticas e desejos ligados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. Desta forma, é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais. Mas, infelizmente, em nossa sociedade ocidental, foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de

vivência, devido a tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder.

Partindo desta afirmação existe a necessidade de se desmitificar tabus, e conhecer a sexualidade de maneira mais natural. Não obstante, o sexo é um dos assuntos mais discutidos no mundo, bem como o empoderamento feminino. Com tantas transformações culturais Cano e Ferriani (2000) relatam que:

Em seu novo papel de mulher, independente, tem competido em muitos terrenos com o homem e tem ocupado cada vez mais seu lugar, quer seja nas artes, na literatura, na indústria ou nos esportes. Essas transformações culturais e morais acarretaram inúmeros problemas sociais novos ou agravaram outros já existentes como: prostituição, aborto, homossexualidade, desajustes conjugais, divórcio e outros. Com isso, a “célula” da sociedade que é a família sofreu sérios abalos, o que fez com que pesquisadores e cientistas estudassem o problema da sexualidade de forma profunda, reformulando conceitos e respondendo aos problemas de relacionamento sexual através de inúmeros textos científicos.

Em virtude de o sexo ser algo muito estigmatizado, é necessário que as pessoas compreendam que o sexo está perfeitamente ligado às funções vitais do corpo, e deve ser encarado de forma mais natural. O ato sexual precisa ser mais explorado pois o mundo passa por transformações constantes, e existem muitas disfunções e problemas de relacionamento sexual, por causa dos tabus instaurados no meio social.

Resultados e discussão

Nas entrevistas com as participantes, elas relataram suas vivências diárias, em que alguns trechos serão transcritos a seguir:

Entrevistada 1 - Não é questão da gente ser vítimas mas a sociedade já impõe que toda trans é obrigada a fazer programa. Por não ter políticas públicas voltadas para elas, elas pendem a isso mesmo, a fazer programa entendeu? [sic] A gente sofre muito bullying na escola, tem preconceito na questão de trabalho entre um hetero e uma trans se tiver uma vaga só eles

vão dar para um hétero, porque acha que a trans não tem estudo, coisa logicamente que a maioria delas não tem culpa né.

Entrevistada 2 - Isso é muito relativo, algumas pessoas te chamam pelo seu nome social, te trata normalmente, as outras dizem que isso é uma fase, outras pregam a religião, que não tá escrito na Bíblia, e que isso é errado, mas uma parte bem pequena mesmo, te aceita e te respeita como você se vê. A gente mata um leão a cada dia, a gente vai levando.

Entrevistada 3 - As pessoas não estão preparadas... para elas sempre é aquela coisa: é homem ou é mulher. Você é julgada pela sexualidade ou pelos estigmas que leva por ser travesti.

Considerações finais

Este trabalho procurou compreender a relação entre o corpo trans, corpo este diferente dos demais, por passar por diversas transformações, desejado sexualmente por muitos homens. São corpos que chamam muita atenção, por se aproximarem da perfeição. Essa aproximação do perfeito, as aproxima do sagrado e do divino.

A sociedade não consegue passar da linha da estabilidade, e rejeita o que é diferente, estereotipando, e muitas vezes condenando as pessoas transgênero, utilizando-se muitas vezes da religião como uma forma de opressão. Assim, as travestis e transexuais constroem em seus próprios corpos, seus santuários e o seu “próprio sagrado”.

A transformação de gênero, que muitas vezes inicia na adolescência, torna o corpo transgênero um lugar simbólico, com marcas de luta e resistência, alterações físicas e psicológicas. O corpo trans faz com que a pessoa transgênero tenha os ônus e os bônus dessa transformação, isto é, a adoração e o desejo, em contraste com o preconceito e a violência.

Faltam ainda muitas políticas públicas para a pessoas trans, nas áreas da educação, saúde e segurança pública. Mas a transformação do corpo trans incorre em muitos significados positivos, aumentando a autoestima e a felicidade das pessoas transgênero, em contraste com todas as dificuldades.

Ser uma mulher transexual é transitar entre o sagrado e a marginalização diariamente. Ser praticamente adorada, elogiada todos os dias, atrair olhares de desejo por onde passa. Mas também existe a

marginalização, em que as pessoas em sua maioria têm medo de travestis e transexuais, ser consideradas barraqueiras, ou entrar em uma loja e ser maltrada por causa da aparência não ser passável. Mas ser transgênero, é ser humana e transitar em um outro plano, uma dualidade sagrada, em um mundo machista, misógino e transfóbico.

Referências

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999. Disponível em: <http://http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=38508>. Acesso em: 20 de setembro de 2019

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan – sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”**. Buenos Aires: Anagrama, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.das G.C. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico**. Rev.latinoam.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril 2000.

CUNHA, Thais. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais**. Correio Brasiliense, 2017. Disponível em <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-assassinatos-de-transexuais>> Acesso em: 09 de junho de 2019

DA SILVA CORRÊA, Otávio Amaral. A Transexualidade como Terceiro Sexo e a Divindade às hijras: religião, violência e Estado. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 276-294, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** v.1 Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2010.

FOUCAULT, M.(1988) **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

GUASCH, Oscar. **La crisis de la heterosexualidad**. Barcelona: Laertes, 2000.

JESUS, Jaqueline G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> Acesso em 18 de junho de 2019.

LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) O corpo educado – pedagogias da sexualidade, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 3a edição, 2013, p. 7-34.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**, São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade**. Revista Direitos Humanos, Brasília, v. 2, p. 10-18, jun., versão On-line, ISSN 1984-9613. 2009. Disponível em: . Acesso em: 19 de outubro de 2019.

SARASWATI, Swami Satyananda. **Kundalini Tantra**. Índia. Tradução de Uma Yagini, Rio de Janeiro, Maio de 2010.

SILVA, Alessandro Soares da. **Alguns elementos para a construção de uma consciência política coletiva**. In: _____. Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. São Paulo, 2006

SILVA, Alessandro Soares da. **As cores memoriais (e distorcidas) da (in) diferença: com que cores se colore o passado no tempo presente da homofobia?!** Bagoas – Estudos gays, gênero e sexualidades 1(1) jul. /dez. 2007, pp. 167-92.

SILVA, Alessandro Soares da. BARBOZA, Renato. **Diversidade sexual, Gênero e Exclusão. Social na produção da Consciência Política de Travestis**. Athenea Digital, 8, 2005, pp. 27-49. Disponível em: <http://>

redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=53700802.
Acesso em 30 de setembro de 2019.

SIMÕES, Assis Júlio e FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco- íris- movimento homossexual ao LGBT**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

CANDOMBLÉ: EXPRESSÕES DECOLONIAIS E CONTRIBUIÇÕES POLÍTICO-EPISTÊMICAS

Igor Leonardo de Santana Torres

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), torres.
igorsantana@gmail.com.*

Resumo

A identidade religiosa, assim como os saberes guardados, produzidos e atualizados no interior do Candomblé, tem sido convocada nos discursos e ações de ativistas e pesquisadoras. Essas pessoas têm discutido temas políticos a partir de suas relações com a religiosidade de matriz africana, com o conhecimento transmitido de seus *Ilé Àṣe* e as compreensões dessa filosofia religiosa ensinada nos espaços de culto a *Òrìṣà*, *Nkisi* e *Vodun*. Há toda uma fundamentação ética e cosmológica que orienta suas ações. A identidade candomblecista agencia toda uma rede de significados e reposicionamentos subjetivos e epistemológicos que informam a política e a produção de conhecimento de adeptas e iniciadas na religião. Questiono então: quais as chaves interpretativas desse processo? E de que maneira isso vem ocorrendo? De modo a responder essas indagações, utilizando revisão bibliográfica, preciso considerar ao menos quatro apontamentos: I) candomblé como exercício de decolonialidade; candomblé como exercício de outro modelo organizativo de família; III) candomblé como exercício de autoavaliação e autodefinição; e IV) fundamentos epistemológicos religiosos afro-brasileiros. Concluo que o Candomblé, como espaço não formal de educação, bem como político, tem pressupostos que o constituem como um vetor que oferece estímulos decoloniais notáveis na formação das sujeitas, denotando a expressão e vida religiosa enquanto dimensões que podem levar a processos de subjetivação, estimulando a agência e processos de desidentificação e atuação política.

Palavras-chave: Candomblé, Epistemologia, Política, Pós-colonialidade, Decolonialidade.

Introdução

Gostaria de compartilhar com vocês algumas reflexões que elaborei em meu projeto de pesquisa de mestrado. O que estou apresentando aqui ainda está em construção, por isso aberto a sugestões e diálogos. Esta proposição que aqui faço desperta-se em mim com uma observação de como o surgimento do conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2020), como uma expressão típica dos ativismos feminista, LGBTQ e negro brasileiros, reivindicando a valorização de outros conhecimentos e cosmopercepções (OYĚWŪMÍ, 2017), afetou a dimensão da identificação religiosa, a qual tem sido nos últimos anos tão mais mobilizada como outro componente de diferenciação e produção de sentidos, ganhando cada vez mais relevância tanto nas redes sociais quanto na Academia.

Nesse sentido, com toda sua carga ancestral de conhecimentos e experiências, o Candomblé não poderia deixar de ser acionado e incorporado tanto nos textos quanto nas práticas e reflexões políticas de pessoas ativistas adeptas da religião, sobretudo aquelas que advogam em favor da perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019) e contra a intolerância/racismo religioso – mas não apenas. Isso me leva a buscar entender a forma como essa identidade religiosa candomblecista e – entendendo-a como uma construção a partir de mitos e símbolos – especificamente os saberes preservados, produzidos e atualizados no interior do Candomblé, são geridos/se apresentam no discurso e ação ativista de candomblecistas.

Minhas primeiras indagações são: como a relação de algumas pessoas candomblecistas com os saberes do culto a *Òrìṣà*, *Nkisi* e *Vodun* tem modificado seus discursos e ações na arena pública, dentro e fora de seus respectivos movimentos? De que maneira isso vem ocorrendo? Quais as chaves interpretativas desse processo e as relações que ele desperta dentro e fora dos espaços religiosos? O Candomblé, constituído a partir desse arcabouço de saberes e experiências, influi na desconstrução de uma suposta neutralidade social e discursiva e contribui para processos de descolonização de saber, poder e ser? E como ele incitaria tais processos desconstrutivos e decoloniais? A fim de respondê-las, utilizando revisão bibliográfica, preciso considerar ao menos quatro apontamentos: I) candomblé como exercício de decolonialidade; II) candomblé como exercício de outro modelo

organizativo de família; III) candomblé como exercício de autoavaliação e autodefinição; e IV) fundamentos epistemológicos religiosos afro-brasileiros.

Candomblé como exercício de decolonialidade

As pessoas autoras decoloniais e pós-coloniais têm denunciado como a modernidade se estrutura e se mantém sobre a colonialidade, um empreendimento sustentáculo do surgimento das metrópoles mundiais e do progresso do Norte Global a partir do sistema escravocrata. A colonialidade aparece como uma engrenagem complexa de produção de miséria, dor e esquecimento. Ela se manifesta na colonialidade do ser, do poder e do saber, um processo que não se deu simplesmente no nível material, mas cognitivo, emocional, cultural (QUIJANO, 2015). Diante disso, as teorias pós e decoloniais têm um compromisso político, epistêmico e ético com a descolonização e sua crítica. Elas indicam o projeto (neo)colonial como uma ação que não cessou sua dominação política, econômica e subjetiva

(QUIJANO, 2015; BALLESTRIN, 2013) e cuja colonialidade do saber indica um desnível de prestígio sobre a produção de conhecimento do Sul e os saberes locais em favor da valorização da Ciência Moderna Ocidental produzida no Norte Global. Sem falar da colonialidade do ser, que se manifesta na desumanização das pessoas racializadas e na imposição de uma matriz eurocêntrica de gênero e sexualidade, muito bem discutida e sintetizada no conceito de colonialidade de gênero (LUGONES, 2008, 2014).

Constituído numa matriz de conhecimentos e paradigma civilizatório *yorùbá*, através do culto a *Òrìṣà*, *Nkisi* e *Vodun*, o Candomblé insere-se numa tradição de saberes locais, subalternos, que coexistiu com a imposição de uma cultura ocidental, euro-americana, e resistiu – não sem a incorporação/influência em algum grau da cultura hegemônica (HOFBAUER, 2011) – ao epistemicídio (CARNEIRO, 2005; SANTOS; MENEZES, 2010), aos investimentos persecutórios, criminalizantes e etnocêntricos da cultura da colonização. Essa religião, tal qual a proposta decolonial, questiona profundamente todo o terreno epistemológico ocidental branco, no qual foram formulados as teorias e os conceitos de gênero, raça, sexualidade, economia e humanidade (LUGONES, 2008).

Nesse sentido, e tomando os estudos decoloniais, a noção de ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008), compreendo o lugar do Candomblé como um *locus* produtivo de epistemologias e modos de vida outros, oriundos da subalternidade, cuja sua experimentação e incorporação direta, engendra processos e críticas decoloniais desde experiências que partem da realidade cotidiana e plurisingular de resistência à colonialidade em seus distintos modos.

Candomblé como exercício de outro modelo organizativo de família

O gênero foi imposto como uma metanarrativa, um conceito que permitiria uma aplicação universal na análise das experiências sociais de mulheres e homens ao redor do mundo. A hegemonia do gênero, nesse sentido, vem sendo questionada por teóricas africanas como mais uma injunção neocolonial do Ocidente estimulada por pessoas teóricas brancas do circuito euro-estadunidense. O *ethos* europeu construído em cima da valorização da figura masculina e assim como a racialização do conhecimento que coloca a Europa como berço do saber são pressupostos criticados e analisados na compreensão das realidades africanas. Dessa forma, Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2017) apresenta fatos que contestam o universalismo do gênero e o lugar do Ocidente como produtor de conhecimento, alertando para a existência de categorias situacionais, não tão fixas ou rígidas quanto as designações baseadas no gênero em sociedades ocidentais.

Consoante Oyèwùmí (2017, 2004), o gênero não poderia ser aplicado para analisar o contexto africano de organização social, posto que esse conceito de origem ocidental se baseia na família nuclear, uma formação especificamente europeia, na qual o gênero organiza a família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão. Não existindo ou sendo pouco expressiva essa formação em África, especificamente em Ọ̀yọ́, região *yorùbá* do sudoeste da Nigéria, a exportação do gênero e da noção de família nuclear que o acompanha dificultaria uma apreensão do contexto familiar africano. Oyèwùmí mostra que a família *yorùbá* não pode ser lida como genericizada, pois que o poder não se atribui ao gênero, apresenta-se difuso na estrutura familiar e a senioridade/antiguidade constitui-se como princípio organizador fundamental. A religião também complexifica

desloca o gênero como fundante da organização social ao passo que a categoria *iyàwó* [esposa] também pode ser atribuído a homens e mulheres do *Èsìn Òrìṣà Ìbílẹ̀ou Iṣẹṣe Lágba*¹, conhecidos como *iyàwó Òrìṣà*. A ideia de homem/macho reprodutor sofre uma dissensão quanto ao gênero observada no culto a *Ṣàngó*, que divide a posição de gerador e fertilizador com *Oya* e *Ọṣun* (OYẸWÙMÍ, 2017, 2004).

Pensar o Candomblé como outro modelo organizativo de família na qual o gênero, *a priori*, não organiza – ou ao menos ou não deveria organizar – as funções, parte de sua condição de herdeiro, uma extensão, dessa cultura *yorùbá*. A família de santo ou *àṣẹ* – como eu prefiro nomear, de maneira a fugir das influências do catolicismo – não está estruturada dentre das convenções da família nuclear ocidental, muito embora vejamos algumas atribuições de cargos dentro da estrutura hierárquica e funcional da religião que sejam comumente acompanhadas de um discurso de gênero ocidental. As posições de *Bàbálórìṣà* ou *Ìyálórìṣà* não são dadas por uma função materna ou paterna, tampouco refletem em sua estrutura lexical os significados de mãe e pai de *Òrìṣà*, mas revelam a ideia de zeladores que detêm o saber sobre o culto a essas divindades. Assim como *OlỌrun/Olódùmarè* não age sozinho, mas em companhia e ajuda de outros *Òrìṣà* – como *Ọ̀rúmilà* e *Èṣù* –, também o *bàbá* ou *iyá* estrutura sua família com postos que lhe auxiliam no cuidado da *ẹgbé*. Não há um pai ou mãe responsáveis por toda a “prole”, acompanham-nos, por exemplo, para citar alguns outros cargos, a *Ìyá Kékeré* e o *Bàbá Kékeré*, a *Ìyá Ẹgbé* e o *Bàbá Ẹgbé*.

Ao dialogar com Oyẹwùmí (2017, 2004) em sua crítica a colonialidade e imperialismo epistêmico a partir da transnacionalização do conceito de gênero, consigo refletir a influência da cultura *yorùbá* em África, sobre a organização familiar, na desestabilização das colonialidades de poder e saber, porque questionando a produção e aplicação universal de categorias ocidentais. O seu trabalho, quando evidencia categorias distintas de classificação familiar e regulação da distribuição de poder, assim como o culto a *Òrìṣà*, traz uma organização categorial diferente da ocidental, na qual o conceito de gênero não pode ser aplicado. O Candomblé como uma extensão dessa cultura *yorùbá* tem fundamentos outros de gestão e classificação familiar, como evidenciado no cotidiano dos terreiros e nos variados papéis

1 Formas pela qual são conhecidas o culto tradicional de *Òrìṣà* na África iorubá.

que compõe seu sistema de cuidado. Uma família que não se estrutura consanguineamente, mas por escolha e necessidades espirituais, sendo influentes na seleção da “família de santo” componentes como o racial, o geográfico, o afetivo e o político.

Candomblé como exercício de autoavaliação e autodefinição

Concernentemente ao exercício das mulheres negras de sua identidade religiosa, a sua autoafirmação implica num processo de autodefinição e autoavaliação (COLLINS, 2016). A ênfase na identidade religiosa – muitas vezes sintetizada nas expressões “mulheres de axé” e ou “mulheres de terreiro”, que acompanham um posicionamento político, incluindo uma atuação enquanto rede – suscita uma indagação: esse processo de atuação política e incorporação da identidade religiosa como uma dimensão de construção subjetiva, diferenciação e mobilização política, parte do lugar, tomando emprestado o conceito de Patricia Hill Collins (2016), de *outsider within* de mulheres negras de Candomblé? Isso pode ser aventado uma vez que inseridas no macrocosmos da sociedade geral e no microcosmos dos terreiros e cultura não ocidental, não obstante os processos de assimilação e incorporação dessa “cultura de fora” no interior das comunidades religiosas?

Collins (2016) insere os processos de autodefinição e autoavaliação como um dos temas centrais do pensamento feminista negro. O primeiro diz respeito ao enfrentamento às imagens estereotipadas produzidas sobre as mulheres negras, estando relacionado à produção de símbolos e significados sobre as suas subjetividades. O segundo se refere à análise dos significados, a produção de novos conteúdos sobre suas identidades, “substituindo imagens externamente definidas como imagens autênticas de mulheres negras.” (COLLINS, 2016, p. 102). Essas operações, consideradas fundamentais dentro da perspectiva do feminismo negro e estimulada pela sua crítica, assumem um ponto de vista analítico, uma vez que desloca a atenção para as operações de poder que fundamentam essa relação de definição das imagens de controle, estereótipos sobre as mulheres negras, e, por que não, as pessoas negras candomblecistas e o Candomblé em si. Ademais constitui uma prática que revela a agência das pessoas

negras no desafio às imagens controladoras e seus conteúdos definidos dentro de um esquema de poder desigual mediado pelo racismo.

Embora a autora use esse conceito para falar da relação das mulheres negras com a Sociologia, gostaria de utilizá-lo para pensar o objeto deste trabalho, levando em consideração esse trânsito entre o global e o específico e os tensionamentos que as perspectivas dessas mulheres de Candomblé, mas também LGBT, tem causado tanto no campo epistemológico quanto político. Nesse sentido, poderíamos pensar que não somente intelectuais negras, mas muitas mulheres negras feministas ou não, com uma relação com a religiosidade afro-brasileira, “têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu status de *outsider within*, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao “*self*”, à família e à sociedade” (COLLINS, 2016, p. 99).

Mulheres, ativistas LGBT e feministas negras têm lançado mão dos saberes e experiências obtidos a partir de suas inserções no Candomblé para questionar e tensionar concepções de gênero, sexualidade, ecologia, economia *etc.* no interior, mas também fora dos limites da religião. Elas têm inflexionado tanto a produção epistemológica brasileira quanto os movimentos sociais e suas bandeiras. Alguns trabalhos podem ser destacados aqui por sua linguagem que reflete uma mobilidade discursiva e epistêmica em direção aos fundamentos e à textualidade do Candomblé, como *Interseccionalidade*², de Carla Akotirene (2019) e *Identidades trans* em Candomblés: entre aceitações e rejeições*³, de Claudenilson Dias (2020). Outros trabalhos não necessariamente de pessoas negras têm marcado essa produção teórico-política localizada, tributária dos saberes ancestrais e da cultura religiosa afro-brasileira, como *Fogo no Mato* e *Flecha no tempo*, de

2 Nesse trabalho, Akotirene vai discorrer sobre o conceito de interseccionalidade a partir de seu lugar afrodiaspórico, analisando as condições de existência de mulheres negras desde os saberes de Candomblé, utilizando inclusive de mitos de *Ọṣun* e a categoria *iyálóde*, assim como outras conexões com as experiências e cosmovisões e epistemologias africanas, reelaborando uma interpretação de tão caro conceito aos feminismos negros.

3 Nesse trabalho, Dias vai pensar como as identidades trans são vistas no espaço de alguns terreiros de Candomblé em Salvador, articulando discussões de gênero, sexualidade e colonialidade para pensar como as religiões de matriz africana, de certo modo, acabam reproduzindo ideários coloniais.

Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018, 2019) e *Pedagogia das encruzilhadas*, de Luiz Rufino (2020).

Aqui vale citar a noção de “sujeito encarnado” (PAZ, 2019), segundo a qual a pessoa pesquisadora incorpora suas marcas existenciais e experiências na produção do conhecimento, encarnando suas singularidades como fundamental no processo criativo-científico, o que parte, segundo defende-se aqui, desses processos críticos de autodefinição e autoavaliação (COLLINS, 2016). Compreende-se pois que esses processos caminham para a politização da espiritualidade e redistribuição das fontes de contribuições para o pensamento científico e social como são facultados pela experiência de imersão, vivência e reflexão a partir dos pressupostos religiosos do Candomblé.

Fundamentos epistemológicos religiosos afro-brasileiros

Teóricas afro-religiosas vão compreender que a macumba impõe ao saber moderno ocidental um combate ao esquecimento (RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020). A epistemologia de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) (NOGUEIRA, 2020) se coloca contra as políticas de apagamento, homogeneização e domesticação subjetiva. A vida se alicerça nas possibilidades, variações, diversidade de sentires e sentidos (NOGUEIRA, 2020). Utilizando a metáfora da encruzilhada (NOGUEIRA, 2020, RUFINO, 2020), ver-se-ão nos terreiros territórios negros que resguardaram “capitais científicos, culturais, ambientais e filosóficos” (RIBEIRO, 2020, p. 38), que os estabelecem como espaços de potencialidades de vida (RUFINO, 2020). A gira macumbística (HADDOCK-LOBO, 2020), ou a epistemologia preta das CTTro (NOGUEIRA, 2020), recita valores civilizatórios ancestrais, africanos, a partir da organização e culto religioso, sendo imprescindíveis na reafirmação de corpos, subjetividades e memórias racializadas (NOGUEIRA, 2020; RUFINO, 2019; SIMAS; RUFINO, 2019; SIMAS; RUFINO, 2018).

Os conhecimentos obtidos do culto a *Òrìṣà*, *Nkisi* e *Vodun*, desde o Candomblé, a partir da interpretação de algumas lideranças religiosas, rompe com paradigmas Ocidentais de gênero, sexualidade, identidade, economia: porque no mercado, todas as trocas são possíveis, desde que justas; a sexualidade é positivada como veiculadora de *Àṣẹ*; a forma como reconhecemos nosso gênero não se liga ao genital, pois a divindade *Orí* rege esse reconhecimento e *Èṣù* assegura os trânsitos, assim

sendo, não se defende nenhuma fixidez ou estabilidade (NOGUEIRA, 2020); a personagem feminina tem centralidade na organização da *egbé*⁴, posto que, como defende Katiúscia Ribeiro (2020), as mulheres assumem um papel de matrizeradoras e matrizeroras, congregando em si a força para gerir e gestar a vida – não no sentido Ocidental de cuidado e domesticidade –, mas também as organizações ancestrais e a comunidade, tal qual *Oya* e *Ọṣun* (OYẸWÙMÍ, 2004).

Esses saberes e epistemologia oriundos da tradição de culto a *Òrìṣà*, *Nkisi* e *Vodun*, com estreita relação com a cultura *yorùbá*, posto que ela se constitui em diálogo religioso, são como um “complexo de saber codificado de maneira contínua nos trânsitos entre diferentes modos de ser e saber” (RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p. 18). Nessa esteira, afirma-se que no candomblé há relações sociais de africanidade que consistem em modos de vida e experiência fundamentados nas “tradições que buscam reforço e equilíbrio nos elementos da natureza como princípio básico de organização existencial” (RIBEIRO, 2020, p. 38). Essas tradições ganham sentido e são ressignificadas pelo povo de *àṣe*, que recriam novas sociabilidades e relações com o social, o político e o conhecimento.

Conclusão

Diante do exposto, reitero tanto a necessidade política e científica de compreender a produção e o acontecimento de novas sujeitas políticas, como a articulação de marcadores que facilitam a produção de novas subjetividades e suas práticas e discursos. O Candomblé, como espaço não formal de educação, bem como político, tem pressupostos que o constituem como um vetor que oferece estímulos decoloniais notáveis na formação das sujeitas, denotando a expressão e vida religiosa enquanto dimensões, que podem levar a processos de subjetivação, estimulando a agência e processos de desidentificação e atuação política. Mas transformações não foram tão somente de dentro para fora de seus terreiros. A agência das pessoas candomblecistas que utilizam esses saberes política e epistemologicamente, sua experiência particular com o sagrado (HOFBAUER, 2011), engendrou uma mútua influência na constituição dessa episteme negra/macumbística.

4 Comunidade, em iorubá.

Este texto consiste num esboço de indagações que ainda estão em processo de resposta, por isso aberto a revisões, complementos ou abandono total de ideias. Não procuro, como sempre afirmo em meus textos, exaurir essa discussão, posto que impossível quando se trata de práticas culturais, relações de poder e discurso. Mas considero que o proposto até o momento não foi visto como sujeito de nenhum trabalho, seja sociológico, antropológico ou interdisciplinar, sendo, então, um tema novo que carece de exploração e reflexão e que este artigo pretende apenas abrir as portas para o debate.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 out. 2020.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Orientadora: Roseli Fischmann. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em 7 out. 2020.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Estado e Sociedade**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 dez. 2020.

HADDOCK-LOBO, R. A gira macumbística da filosofia. **Revista Cult**, ano 23, n. 254, p. 21-23, fev. 2020. (Dossiê Filosofia e Macumba).

HOFBAUER, A. Dominação e contrapoder: o candomblé no fogo cruzado entre construções e desconstruções de diferença e significado.

Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, p. 37-79, jul. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dec. 2020.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 out. 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2020.

OYĖWÙMÍ, O. **La invención de las mujeres**: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editora en la Frontera, 2017. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/a-invencao-das-mulheres-oyc3a8ronke-oyewumi.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

OYĖWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. In: **African gender scholarship**: concepts, methodologies and paradigms. Dakar: CODESRIA, 2004, p. 1-8. v. 1. (CODESRIA Gender Series). Título original: OYĖWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies.

PAZ, A. Pedrinha miudinha em Aruanda ê, Lajedo: o modo de vida da umbanda. Orientadora: Suely Aldir Messeder. 2019. 194 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação,

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31253>. Acesso em 11 dez. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130. (Colección Sur Sur). Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 4 out. 2020.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, K. Mulheres negras e a força matricomunitária. **Revista Cult**, ano 23, n. 254, p. 38-41, fev. 2020. (Dossiê Filosofia e Macumba).

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. Apresentação. **Revista Cult**, ano 23, n. 254, p. 18-20, fev. 2020. (Dossiê Filosofia e Macumba).

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004-&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 out. 2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES, P. (org.). **Epistemologias do Sul.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no tempo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

CULTURA DA PUREZA, AUTOGOVERNO DA CARNE E DESIGREJAMENTO: GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS¹

Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes

Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, bolsista do CNPq, tatianabezerralopes@gmail.com

Alinne de Lima Bonetti

Professora Orientadora: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, alinne.bonetti@gmail.com

Resumo

Neste artigo, apresento relatos etnográficos e autoetnográficos sobre os percursos afetivos-sexuais de evangélicas desigrejadas, articulados à noção nativa de “cultura da pureza”. Para tanto, a pesquisa partirá da discussão produzida pelo *podcast Redomascast*, no intuito de justapor as histórias narradas no episódio àquelas encontradas em campo. Como referencial teórico, sigo a perspectiva dos saberes localizados, de inspiração epistemológica associada à antropologia feminista. A trajetória religiosa e o percurso afetivo-sexual da pesquisadora dialogarão com as experiências acessadas, tanto em seu trabalho de campo com as evangélicas desigrejadas, quanto na análise do *Redomascast* 72, intitulado *Cultura da Pureza*. Os relatos etnográficos, e autoetnográficos, aproximam-se entre si na medida em que a noção de cultura da pureza é identificada como um dogma

1 Este artigo é parte de um projeto de pesquisa maior, desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

sexual de conduta que localiza o exercício do sexo - heterossexual e monogâmico - dentro do matrimônio. A dicotomia entre pureza versus pecado, afeta de tal modo a produção das identidades de gênero e das experiências sexuais que sofrimentos psíquicos e de ordem sexual são recorrentes nas histórias das mulheres evangélicas. Ao articular a discussão do *podcast* com a pesquisa etnográfica, problematizo as concepções sobre práticas sexuais e masturbação permeadas por sentimentos como medo e culpa. Vaginismo e anorgasmia também aparecem como resultado de um dispositivo de sexualidade operacionalizado por meio do autogoverno da carne e tecnologias de si, de cuidado e vigilância. No caso das evangélicas desigrejadas, as percepções sobre gênero e sexualidades serão apresentadas através das rupturas efetivadas a partir da desinstitucionalização, bem como de suas continuidades.

Palavras-chave: cultura da pureza; evangélicas; percursos afetivo-sexuais; conhecimento situado; antropologia feminista

Introdução

No presente artigo, relatos etnográficos (URIARTE, 2012) e auto-etnográficos (MELLO, 2019) sobre os percursos afetivos-sexuais de evangélicas, serão articulados à noção nativa de “cultura da pureza”. Para tanto, a pesquisa partirá da discussão produzida pelo *podcast Redomascast*, no intuito de justapor as histórias narradas no episódio àquelas encontradas no trabalho de campo da pesquisadora junto a evangélicas desigrejadas².

O episódio do *Redomascast* que estará sob análise é o de número 72, lançado em janeiro de 2021 com o título: *Cultura da pureza*. O podcast é uma produção do *Projeto Redomas*, organizado por mulheres cristãs de diferentes regiões do país com uma proposta de “dar visibilidade às narrativas de mulheres que, em algum momento da vida, em alguns espaços cristãos, foram expostas, objetificadas, classificadas e caladas”³.

No referido episódio, Rachel Daniel, cineasta e militante da *Frente Evangélicas pela legalização do aborto* (FEPLA), e Silvia Geruza, pastora, cientista da religião e terapeuta sexual, foram entrevistadas por Isadora Nascimento (Projeto Redomas) a respeito de suas percepções sobre como a sexualidade é tratada no universo cristão, mais especificamente protestante/evangélico. Na conversa, Rachel Daniel fala de seu lugar de jovem, evangélica e feminista cristã, comentando suas experiências em torno da sexualidade. Enquanto a especialista traz relatos de sua prática pastoral e clínica com mulheres de fé evangélica.

Inspirada pela discussão promovida pelo *Redomascast*, a pesquisadora passou a articular seu percurso religioso às histórias acessadas em seu trabalho de campo junto a mulheres autoidentificadas como desigrejadas. Sendo assim, a construção deste artigo é atravessada por diferentes caminhos. As narrativas apresentadas aqui partem de um saber localizado (HARAWAY, 1995) que põem em perspectiva os percursos afetivos-sexuais das evangélicas, em especial daquelas em

2 Este é um termo êmico que se refere àqueles e àquelas que não mantêm vínculo institucional com nenhuma igreja evangélica.

3 A descrição do Projeto Redomas está disponível em seu site: <http://projetoredomas.com/quem-somos/> Acesso em 11 de maio de 2021

contexto de desigrejamento, problematizadas a partir da concepção nativa de “cultura da pureza”.

A cultura da pureza é aqui entendida como um dogma sexual de conduta que, ao ser operacionalizada pelo cristianismo hegemônico, atua no disciplinamento dos corpos e no autogoverno da carne (FOUCAULT, 2004). A impureza e, por consequência, a pureza, pensadas pela ótica da antropóloga Mary Douglas (1976), estão circunscritas à lógica da “ordem” e “desordem”. Douglas nos conta que: “Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações” (p.30-31). Nesse sentido, podemos dizer que o livre exercício da sexualidade, bem como o auto-conhecimento do corpo e do prazer por parte das mulheres, desalinha o ideal feminino de “mulher virtuosa” propagado pelo discurso cristão hegemônico.

Para a teóloga feminista Marcella Althaus-Reid “a imobilização das mulheres na Igreja segundo critérios patriarcais produziu uma tradição” (2002, p.101). Althaus-Reid nos explica que tal tradição representa um projeto colonial e heteronormativo, aonde “corpos são ocupados, identidades são fixadas, mulheres são coisificadas e a reflexão sobre Deus trata mais de ideologia que de realidade crítica” (p.100).

Partindo dos referenciais teóricos expostos e de uma antropologia adjetivada enquanto feminista (BONETTI, 2012), que

busca iluminar como a agência humana, as convenções e práticas de gênero, as relações sociais empenhadas em sistemas de distribuição desigual de prestígios e privilégios (Ortner e Whitehead, 1985; Rosaldo, 1995 e Ortner, 1996) se originam, em que formação social estão situadas e quais suas condições de possibilidade (BONETTI, 2012, p.56).

Passamos a olhar para as trajetórias sexuais e os sofrimentos emocionais manifestados pelas interlocutoras. Em casos extremos,

bloqueios sexuais, como vaginismo⁴ e anorgasmia⁵, refletem uma educação religiosa permeada por silenciamentos e condenações à sexualidade, seja seu exercício solitário ou em conjugalidade.

Metodologia

Conforme explicado na seção anterior, este artigo referencia o conteúdo do episódio 72 do *Redomascast*, pensado à luz das narrativas acessadas pela pesquisadora em seu trabalho de campo junto a evangélicas desigrejadas. O relato autoetnográfico da pesquisadora também aparecerá no intuito de dialogar com as múltiplas experiências de mulheres que, em algum momento de sua história, foram membras de igrejas evangélicas brasileiras.

As entrevistas utilizadas na construção desse texto foram realizadas entre outubro e novembro de 2020 e os nomes das entrevistadas são fictícios. Seguindo o Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), trocamos os nomes reais das interlocutoras, visando preservar suas identidades, assim como suas privacidades. No que se refere ao *podcast*, os nomes e informações declaradas no programa foram mantidos, tendo em vista que seu acesso é público.

Resultados e discussão

Quando a entrevistei, Sarah (mulher cisgênero, branca, heterossexual, 25 anos, conciliadora judicial e desigrejada) nunca havia transado ou se masturbado. Ela conta que se sente mal instruída quando o assunto é sexualidade. Com sua entrada na universidade seu círculo social se expandiu e ela passou a ter contato com experiências

4 De acordo com o discurso biomédico, o vaginismo é uma condição emocional que acarreta dor durante a relação sexual, afetando de 3% a 5% da população feminina. O tratamento varia conforme o caso, mas, em geral, envolve prática de exercícios de relaxamento da musculatura vaginal, técnicas de respiração, inserção de dilatadores e psicoterapia. Fonte: <https://drauziovarella.uol.com.br/sexualidade/voce-sabe-o-que-e-vaginismo/> Acesso em 06 de abril de 2021.

5 Anorgasmia é a incapacidade de chegar ao orgasmo, podendo afetar homens e mulheres. A anorgasmia feminina está frequentemente relacionada a causas psicológicas e a fatores culturais. Fonte: <https://www.minhavidade.com.br/bem-estar/tudo-sobre/34463-anorgasmia> Acesso em 13 de maio de 2021.

diferentes da sua. Foi nessa época que Sarah percebeu desconhecer a anatomia do próprio corpo: “o povo falava em clitóris e eu meu deus, o que é isso?”. Ela prossegue dizendo que se sente desconfortável em pesquisar conteúdos ou pensar em temáticas que envolvem o manejo de seu corpo para o prazer, como o uso do vibrador e se ele se constituiria, ou não, um “pecado”.

Na passagem de Sarah por uma igreja batista, ela diz que sentia falta de discussões sobre sexualidade, pois só casados e/ou noivos tinham acesso a esse tipo de conteúdo, enquanto o restante da juventude recebia orientações “superficiais”. Sarah confessa que foi no intuito de entender como as relações sexuais se desenrolam que acessou conteúdos pornográficos pela primeira vez. Em seu relato, acredita que foi a desinformação que a levou a cometer, o que ela acredita ser, “um pecado”.

Rebeca (mulher cisgênero, branca, heterossexual, 30 anos, pedagoga e desigrejada) já era casada quando nos conhecemos. Ela recordou que foi na igreja, no grupo de adolescentes, que descobriu que a forma como se tocava tinha um nome – masturbação - e consistia em “um grave pecado”. Após essa revelação, comentou ter passado a se “martirizar” pensando que “tudo de ruim na minha vida era por causa disso”. Foram necessários alguns anos até conseguir ficar em paz com Deus e com seu corpo.

Rebeca se casou virgem, mas afirma ter sido por escolha, por um sonho que tinha desde adolescente. Em seu relato, ela diz que não encarava a virgindade como imposição, nem como necessária a sua salvação ante a condenação ao inferno. No entanto, a vigilância partia de sua família que estabelecia regras para evitar que ela ficasse muito tempo sozinha com seu namorado. Rebeca conta que não podia chegar em casa depois das 22 horas ou andar de carro a sós com seu namorado: “O carro era meu. Eu colocava o meu combustível, mas eu não podia andar sozinha com o meu namorado. Porque, Deus me livre a gente ia transar lá dentro do carro! Meu pai tinha esse pensamento”.

Outra interlocutora que compartilha sua experiência com o tema é Miriam (mulher cisgênero, branca, heterossexual, 24 anos, universitária, foi desigrejada). Ela conta que passou por um período em que se sentia “travada”/“paralisada” em seus relacionamentos, ela interpreta que “[...] ao invés de ter tido uma educação [sexual] na base da explicação dos princípios da fé, reflexão bíblica, debate e abrangências do

tema, foi uma educação [sexual] na base do terror. E eu acredito que seja essa a maior causa de me deixar paralisada”.

Miriam segue em seu relato narrando a dificuldade que sentia em beijar sem compromisso, pois foi ensinada que “era muito feio ficar”. Quando pensava em “ultrapassar os limites”, “vinha uma vozinha na minha cabeça me autocondenar”. Anos se passaram entre sua saída da igreja e o começo de sua vida sexual ativa. Ela diz ter experimentado um “peso na consciência” quando deu início a interações sexuais com seu namorado. Quando voltou a frequentar uma igreja evangélica, exercer sua sexualidade a fazia se sentir “péssima”.

Em *Cultura da pureza do Redomascast*, Rachel Daniel comenta que foi em um acampamento de jovens que ouviu pela primeira vez que fazer sexo antes do casamento é pecado. Em sua igreja, o silêncio a respeito da sexualidade era o discurso predominante. Até aquele momento, Rachel desconhecia os pecados sexuais e suas assombrosas consequências. Ela conta que o que mais lhe impactou era a possibilidade de perder “a luz” divina se viesse a exercitar sua sexualidade fora do casamento. Mesmo tendo crescido em um contexto onde práticas sexuais não eram constantemente problematizadas, relata ter desenvolvido vaginismo. Rachel correlaciona essa condição emocional aos ensinamentos que recebeu em sua trajetória dentro de igrejas evangélicas.

A outra convidada do *Redomascast* fala a partir de sua posição pastoral na Igreja Betesda de São Paulo e enquanto psicóloga especialista em sexualidade. Silvia Geruza menciona ter se especializado no assunto em razão de receber em sua clínica muitas mulheres evangélicas casadas que sofrem com vaginismo e anorgasmia. Esses transtornos mentais, explica, são frutos da cultura da pureza, imperativa ao meio cristão, que incute na mente das mulheres que o sexo é sujo/impuro.

Embora, pessoalmente, eu não tenha passado por bloqueios sexuais de ordem corporal, como as pacientes de Geruza, minha história dialoga com o que foi apresentado até aqui. Enquanto jovem evangélica (mulher cisgênero, branca, heterossexual, 25 anos, acadêmica e desigrejada), vivenciei sentimentos como medo de desagradar a Deus e culpa por ter desejos sexuais e desenvolver minha sexualidade.

Além da culpa pela busca do prazer, uma convicção me assolava: a gravidez como punição divina, caso viesse a ter relações sexuais fora do casamento. O medo de engravidar, mesmo com toda a proteção

disponível, fez com que a minha sexualidade fosse postergada por alguns anos, mesmo após meu desigrejamento. A certeza de que se transasse engravidaria, era nutrida pela lembrança das histórias contadas nos corredores e banheiros femininos das igrejas, de jovens que haviam feito sexo, engravidado e envergonhado suas famílias e a si mesmas. Ter deixado de frequentar igrejas evangélicas não me libertou desse medo. Foi apenas quando casei que me senti plenamente segura.

Ao contrário de Sarah e Rachel que vivenciaram o silêncio em seu percurso religioso, nas igrejas pelas quais passei, em geral neopentecostais, me deparei com um discurso altamente sexualizado. Em minha experiência, a decisão do “esperar”, foi posta como a única alternativa possível a solteiros e solteiras. Como consequência da quebra desse projeto de vida, o conceito de “ligação de almas”⁶ me foi ensinado. Tal como dito por Rachel, o “pacto de sangue” entre parceiros sexuais fora do dispositivo da aliança (FOUCAULT, 2019a), faria a “luz divina” se perder, além de ser uma ameaça a um casamento vindouro. A relação com Deus era, portanto, dependente do cumprimento da virgindade como um projeto de vida. Embora eu ignorasse, esse projeto político e ideológico foi traçado desde o primeiro século do cristianismo (GERUZA, 2012), sobrepondo-se a quaisquer sonhos individuais de felicidade conjugal.

A sacralização do sexo, heterossexual e monogâmico, e o casamento como exercício legítimo da sexualidade, despontam como indicadores de um dispositivo de sexualidade que disserta sobre uma prática sexual entendida como correta e segura. Por essa perspectiva, é o sexo conjugal que agrada a Deus. Tudo o que está fora dele é pecado e, por consequência, impuro e perigoso.

Seguindo a noção de pureza e impureza de Douglas (1976), o livre exercício da sexualidade foi construído pela religião cristã como uma subversão da ordem. Portanto, a categoria nativa de “pureza” pode ser interpretada como uma forma de controle e classificação dos corpos,

6 O ensinamento de que relações sexuais criam um pacto de sangue é corrente na doutrina evangélica neopentecostal. Segundo essa perspectiva, o casal (homem e mulher) torna-se uma só carne a partir do sexo, havendo também uma transferência de espíritos/almas. Nesse sentido, ter relações sexuais, marca a vida espiritual e liga não só os parceiros de uma relação específica, mas aqueles e aquelas que tiveram ou terão relações sexuais com os mesmos.

em especial das mulheres, alvo de ideologias sexuais, de classe e raça que fixam identidades e performances percebidas como normativas (ALTHAUS-REID, 2002).

Considerações finais

Desde os relatos de sofrimentos experienciados pelas interlocutoras, e das percepções biomédicas da especialista Silvia Geruza de que a “cultura da pureza” favorece o desenvolvimento de bloqueios sexuais, vemos que as mulheres evangélicas acumulam histórias permeadas pela “desinformação”, “peso na consciência”, “medo” e “culpa” em torno da sexualidade. A vigilância também aparece como forma de tolher as liberdades individuais, seja por ordenamentos que escapam as mulheres, seja pela insegurança de vivenciar a sexualidade e receber uma punição divina.

Este artigo parte da compreensão de que nos primórdios do cristianismo foram introduzidas as bases - do que aqui se coloca como “cultura da pureza” -, a partir da “[...] ideia de que a sexualidade deveria ser reprovada, baseado em três noções: a da fornicação que condenava qualquer atividade sexual fora dos laços matrimoniais, a concupiscência e por último a luxúria” (GERUZA, 2012, p. 49 - 50). Ao articular a discussão do *podcast* com a pesquisa etnográfica, o intuito foi justapor as histórias narradas no episódio àquelas encontradas no trabalho de campo, bem como na trajetória pessoal da pesquisadora⁷.

O autogoverno da carne, aliada à noção de técnicas de produção de si, de disciplinamento dos corpos e dos usos dos desejos e prazeres (FOUCAULT, 2019a, 2019b, 2019c, 2020) sinaliza que a educação religiosa evangélica, marcada pela ideia de pecado, está implicada nas experiências de gênero e sexualidades em foco.

Apresentamos que mesmo quando a desfiliação institucional se faz presente, a experiência de ser/estar desigrejada, embora

⁷ Pontuamos que as histórias narradas aqui tencionaram dialogar com a concepção de “cultura da pureza”, portanto, trouxemos trechos de entrevistas e relatos autobiográficos que testificavam a validade desse conceito na interpretação das experiências afetivo-sexuais vivenciadas pelas interlocutoras. Dito isso, sinalizamos que, ao mesmo tempo em que a cultura da pureza marca e reprime muitas mulheres - dentro e fora do âmbito religioso institucional -, em nossa pesquisa maior, tivemos acesso a outros relatos, nos quais mulheres evangélicas desigrejadas percebem a sua sexualidade a partir de uma leitura bíblica deslocada da ideia de pecado sexual.

represente uma série de rupturas, segue sendo afetada pela tradição da *cultura da pureza*.

Referências

ALTHAUS-REID, Marcella. O direito a não ser direita: sobre teologia, igreja e pornografia. **Concilium: Revista Internacional de Teologia**, n. 298, p. 95-104, 2002.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção. **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires, n. 36, p.51-67, 2012.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Ensaio sobre a Noção de Poluição e Tabu. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. **Verve – Revista do Nu-Sol**, n. 6, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade IV: as confissões da carne**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2020.

GERUZA, Silvia. **Sexo entre a culpa e o prazer: um estudo do discurso evangélico brasileiro sobre a sexualidade**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), p. 07-41, 1995.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever**: uma autoetnografia ciborgue. 2019. 186F. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

REDOMASCAST 72: **cultura da pureza**. Entrevistadas: Rachel Daniel e Silvia Geruza. Entrevistadora: Isadora Nascimento. Projeto Redomas, 14 jan. 2021. Podcast.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, v.11, p. 1-13, 2012.

NOTAS ANTROPOLÓGICAS DE EXPERIÊNCIAS DISSIDENTES EM UMA IGREJA DO SANTO DAIME NA AMAZÔNIA ORIENTAL¹

Alana Pereira da Silva

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e-mail: alanapereirasilva06@gmail.com;

Marcos Antonio Silva dos Santos

Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e-mail: mrc7santos@gmail.com.

Resumo

O Santo Daime é uma religião fundada na década de 40 no estado brasileiro do Acre. Tem como principal característica a produção e ingestão ritual da bebida enteógena popularmente conhecida por Ayahuasca. É em um cenário como este que desenvolvemos desde 2016 nossas pesquisas na região sudeste do Pará, especificamente no município de Marabá. Escolhemos uma das igrejas daimistas do município frequentada por nós, autoras, e nosso interlocutor para elaboração deste artigo que tem como objetivo entender as experiências de pessoas transgêneras em um ambiente fortemente generificado. Como os dissidentes são vistos pela “irmandade” cis-normativa? Esta é uma das questões que orientaram a elaboração do presente texto construído a partir da metodologia de pesquisa participante, comum às pesquisas antropológicas, como é o caso. Sinalizamos que

1 Este artigo é resultado de pesquisa científica do trabalho de conclusão de curso de uma das autoras e de discussões entre os componentes do Núcleo de Estudos Xamanísticos na Amazônia – NEOXAMAM/UNIFESSPA.

tanto o interlocutor quanto nós, autoras não hétero, estamos em processo iniciático na igreja da qual transcrevemos nossas experiências de campo. Assim, pudemos concluir que os papéis convencionalmente estabelecidos (inscritos na moral) exercem influência direta nas performances das irmãs e irmãos, isto é, aquelas/es iniciadas/os/es ou em processo de iniciação na religião Santo Daime.

Palavras-chave: gênero, identidade, religiosidade, Santo Daime.

Introdução

O contexto de formação do Santo Daime abrangeu aspectos históricos, sociopolíticos e culturais na década de 1940, quando foi fundado pelo maranhense Raimundo Irineu Serra, também conhecido como Juramidã após sua “passagem” (falecimento) para o *astral*. *Astral* é uma categoria empregada pelas² religiosas do Santo Daime em referência a um lugar sobrenatural habitado por entidades, guias espirituais e espíritos desencarnados. É deste lugar que os *daimistas*³ recebem a chamada *força* do Santo Daime, isto é, a energia dita capaz de curar “todas as doenças”. A força é o “estado de elevação da consciência” ao qual nós, participantes, nos submetemos para “conhecer o Daime”, segundo relato de um *fardado*. Nos processos de constituição da “doutrina da floresta” Irineu incluiu no seu formato diversos seguimentos espirituais advindos do esoterismo, umbanda, tambor de mina, xamanismo indígena e do catolicismo popular, sendo assim caracterizada como uma religião sincrética. A termo ayahuasca⁴ (do quínchua), como também é conhecido o chá sacralizado no Santo Daime, significa “cipó das almas” e as *daimistas* acreditam que sua ingestão provoca um movimento de “voltar para dentro de si”.

Para elaboração deste artigo, utilizamos o trabalho de Moreira e Macrae (2001) por sua qualidade etnográfica na construção do livro sobre a história de Mestre Irineu, tornando-se assim uma importante análise dentre os estudos sobre o Santo Daime no Brasil. Escolhemos uma das igrejas *daimistas* do município de Marabá (PA) frequentada por nós, autoras, e nosso interlocutor para elaboração deste artigo que tem como objetivo entender as experiências de pessoas transgêneras em um ambiente fortemente generificado ou, de uma perspectiva de De Lauretis (1994), engendrado. Como os dissidentes são vistos pela “irmandade” cis-normativa? Esta foi a pergunta chave que nos orientou durante a elaboração deste texto.

2 Neste trabalho emprega-se o artigo “as” para designar um grupo de seres humanos independentemente do gênero de cada pessoa.

3 Termo de autoatribuição utilizado pelas iniciadas na religião Santo Daime.

4 As substâncias químicas presentes na infusão da *Banisteriopsis caapi*, conhecido também como Jagube, mariri ou cipó e a folha *Psychotria viridis*, conhecida popularmente como chacrona ou Rainha.

Durante a pesquisa, realizamos trabalho de campo antropológico e entrevistas estruturadas, semi estruturadas, conversas informais registradas em diário de campo e descrição do campo através de desenho. Dialogamos com Coelho (2020) e Kuschnir (2014) sobre o uso de desenho etnográfico na pesquisa, deste modo, afirmamos que os desenhos são modos de ver, conhecer e reinterpretar o campo ayahuasqueiro por meio de imagens.

Nós, autoras, somos também parte da comunidade *daimista* da igreja na qual realizamos esta pesquisa, isto é, somos fardadas no Santo Daime. Assim, nos apropriamos também de Gilberto Velho (2004), que afirma que na pesquisa antropológica não se deve evitar envolvimento com os interlocutores, haja vista que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessária uma vivência prolongada durante um período de tempo. De igual forma, nos apropriamos de Maas (2015), um pesquisador “daimista” que questiona o problema da ciência neutra.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a Observação Participante, conforme realizada, dentre outros pesquisadores, por Malinowski (1976), White (2005) e mais recentemente por Ingold (2019). Tal metodologia consiste na “inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (Queiroz et. al. 2007). No caso de Tim Ingold (2019), ele é categórico ao afirmar que o “envolvimento [...] íntimo ou afetivo dos pesquisadores [...] é essencial” (p. 12) para delimitar a “observação participante”, isto é, uma observação feita “não pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos com as pessoas e não sobre elas” (p. 12). A proposta de Ingold é aprender com essas pessoas e o caminho para isso é leva-las a sério. Para o autor, “levar os outros a sério” quer dizer “encarar os desafios que eles colocam às nossas concepções sobre como as coisas são, o tipo de mundo em que vivemos e como nos relacionamos com ele.” (p. 14).

Resultados e discussão

Iniciemos este tópico escrevendo sobre o nosso processo de iniciação *daimista*, que se deu a partir de reuniões de *fardantes* com aquelas já iniciadas na religião para o estudo da etnografia de Moreira e Macrae (2001). A primeira delas ocorreu no mês de janeiro de 2021, sendo que a escolha da etnografia para os estudos de formação foi tomada por uma das lideranças da igreja sob justificativa de que tal processo também é feito em tempos recentes no Alto Santo – a igreja fundada pelo Mestre Irineu. Nesta oportunidade, fizemos entrevista informais com aquele grupo focal. Uma de nós, responsável pela facilitação do debate sobre um dos capítulos do livro, sugeriu que as participantess dissessem seus nomes e como foi o processo de iniciação de cada uma no Santo Daime. Esta conversa se estendeu mais do que o tempo planejado porque todas, todos e todes puderam falar livremente sobre suas histórias de vida. Entretanto, para esta oportunidade, selecionamos apenas a experiência de nosso interlocutor.

João se apresentou a todas como um homem transgênero e relatou o ocorrido na primeira igreja *daimista* que frequentou antes de iniciar a hormonioterapia⁵. Segundo seu relato, o obrigaram a participar do *trabalho* compondo o *batalhão feminino*, mesmo que sua identidade de gênero não correspondesse a de “mulher”, que é como a maioria das *fardadas* do *batalhão feminino* se reconhecem. Depois de João ter compartilhado tal experiência de constrangimento, uma das *fardadas* presentes perguntou se na ocasião ele estava “vestido de homem”, respondendo em seguida da seguinte forma: “eu estava vestido da forma como eu sou”, isto é, como homem, segundo sua autoidentificação. Com isso, a maioria das pessoas esboçaram semblante de estranhamento denunciado por franzidos de sobrelance, sorrisos tímidos e aberturas e esticadas dos olhos. Dada tal situação,

5 Hormonioterapia é uma modificação na corporalidade que pode ser reversível ou parcialmente reversível. Em teoria, a (o) endocrinologista acompanha a pessoa em processo de hormonioterapia. Entretanto, em muitos casos, devido a ausência de políticas públicas voltadas à comunidade trans, muitos recorrem à hormonização alternativa, ou seja, sem acompanhamento médico. Em consequência disto, as reações corporais são diversas e estas têm de lidar com os efeitos dos hormônios sem indicações médicas como restrições alimentares, orientação sobre tabagismo e alcoolismo, dentre outras questões.

a *fardada* afirma: “até o Mestre ia estranhar”. Ainda sobre a situação, João continua seu relato:

[...] até porque eu sei que os meus guias não, eles não falham nessa questão e eu senti que eles iam dar o discernimento certo, espiritualmente falando. [...] Eu recebi as instruções divinas que eu não deveria me preocupar com o que os outros pensavam e até então eu permaneço no sagr... [sagrado] no batalhão masculino e me sinto muito bem nos trabalhos no lado que eu fico.” (JOÃO, 2021)

João define o Santo daime como um processo que envolvem os valores citados e de auxílio mútuo para com aquelas e aqueles que buscam na espiritualidade a “cura” para doenças físicas e mentais, ou seja, uma forma alternativa de lida com situações atuais de dor e sofrimento.

“o Santo Daime é cura, é reconhecimento, é autoco-nhecimento, é tudo. Então a instrução que eu tive do fardamento foi isso, lutar para além de mim mesmo, para lutar para o inserimento de outros irmãos que iam precisar de mim, então a minha missão que foi dada por instrução divina foi essa. [...] é uma bebida ancestral, ela nos ensina muito a dar valor aos que vieram muito, muito, muito antes de nós e que fez ela ser, é, acessível pra outras pessoas pra tá servindo de discernimento da sua vida espiritual, pra tá obtendo a cura que necessita do seu próprio eu, né. [...] Ela é que me deu o fôlego de vida novamente porque antes eu tava passando por muitos momentos difíceis, muitas lutas psicológicas” (JOÃO, 2021)”

No trecho de entrevista acima, João se refere ao possível acolhi-mento de outras pessoas Trans no Santo Daime, pois dentre outras atribuições, as (os) iniciadas (os) tem esse papel em relação a quem procura essa religião por qualquer motivo particular. Seu objetivo é evitar o constrangimento de outras pessoas Trans nesse contexto religioso, como aconteceu com ele. Aqui é pertinente descrevermos a estrutura do “trabalho”, nome designado às sessões com o daime, que sempre corresponde a uma divisão de gênero dentro dos salões: homens e mulheres em lados opostos do espaço físico da igreja, assim como também apontado por Benedito (2020). São três os “tra-balhos” principais, todos divididos espacialmente por Gênero: o de

concentração, bailado e “feitio”, que é o “trabalho” de feitura do chá e, de acordo com Moreira e McRae (2001) é uma das especificidades do Santo Daime se comparado a outras culturas ayahuasqueiras.

No “trabalho de feitio” as mulheres trabalham com a coleta das folhas da chacrona, limpeza das folhas, louças, casa e preparam o alimento. Os homens coletam, lavam, maceram e cozinham o cipó. Os homens devem comer apenas macaxeira insossa e chá de camomila. Em alguns centros daimista a regra ritual é uma forma de dar continuidade do processo vivido por Mestre Irineu, em outras, acontece o movimento que Labate (2000) chama de reinvenções dos usos rituais da ayahuasca (e do daime, vegetal, etc.) nos centros urbanos.

Lígia Platero (2019) e Camis Benedito (2020), outras referências do campo de pesquisa ayahuasqueira, também questionam as moralidades construídas por adeptos da religião Santo Daime que direcionam as normas de sexualidade e gênero inscritas da cultura ocidental. Portanto, explica Oyěwùmí (2004) que o gênero é uma construção sociocultural do ocidente. De um modo geral, as noções de Gênero na cosmologia *daimista* se assemelham àquelas construídas pelo pensamento ocidental de família nuclear, que é uma família generificada por excelência (OYĒWÙMÍ, 2004, p. 03). Assim, podemos afirmar com base na nossa experiência etnográfica no presente – por mais que entendamos a fluidez da cultura – que esta compreensão ocidental de gênero influenciou Mestre Irineu e o formato com o qual o Santo Daime foi concebido, pois ele foi socializado em um mundo colonizado pelo ocidente e suas perspectivas. Apesar de Mestre Irineu ter acrescentado ao Santo Daime elementos de religiões afro-brasileiras, como os tambores; e da cultura indígena, como o maracá (MOREIRA e MACRAE, 2001) não devemos esquecer que a época de fundação do Santo Daime, Mestre Irineu era um jovem negro em um contexto diaspórico constituindo uma nova forma de ver o mundo que já se encontrava profundamente contaminado por interpretações ocidentais.

Nesse sentido, de acordo com nossa observação participante, as *fardadas* obedecem a uma etiqueta do vestir-se muito próxima da regra de vestimentas de não *fardadas*, porém, ambas persistem em modelos nos quais o Gênero é fortemente demarcado. Os dois grupos se utilizam de roupas brancas na maioria dos rituais de ingestão do chá, com a diferença de uma obrigação da calça para os homens e saia para as mulheres. As mulheres *fardadas* usam saias azuis compridas

na altura dos joelhos, camisa branca com manga média na altura média do bíceps e a estrela de seis pontas – o objeto de representação máxima da identidade *daimista* – sobre o peito direito. Os homens também usam a mesma estrela, assim como as mesmas mesmas cores de roupa, mas seus membros inferiores são vestidos de calça e sapatos social preto.

Assim, percebemos as roupas não apenas como marcadores de diferença entre *fardadas* e não fardadas - em outras palavras, entre as de dentro e as de fora, mas também as vestes como objetos de representação do Gênero, se persarmos a partir de De Lauretis (1994). Segundo a autora,

O sistema de sexo-gênero [...] é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, [...] 'a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação' (p. 212).

As “instruções divinas” citadas por nosso interlocutor são, muitas vezes, acompanhadas de *mirações*, parte fundamental da cosmologia do Santo Daime. Sobre o assunto, a autora Maria Coelho (2013) escreveu um texto no qual cita Grof (2010) e Strassman (2001) da seguinte forma “[as mirações] são capazes de marcar profundamente a pessoa, são reverberações que conduzem a mudanças de personalidade, crenças e comportamento (GROF, 2010; STRASSMAN, 2001). No caso de João, sua experiência no Santo Daime é marcada pelas *instruções* vindas do *astral* acerca da sua localização social no espaço da igreja, as quais tem apontado que seu “verdadeiro Eu” é, de fato, quem ele diz que é, apesar dos contrangimentos no mundo natural.

Entretanto, não propomos uma reflexão sobre as *mirações* apenas pela experiência do nosso interlocutor, mas também por causa de nossa própria em contexto de pesquisa. Se voltarmos a Maria Coelho (2013), de acordo com seu texto, a ingestão do chá

aguçou suas percepções de desenho, os quais ela utiliza como dados etnográficos. Situação também por meio da qual este artigo foi construído.

- Os desenhos etnográficos entram na pesquisa como uma ferramenta de descrição etnográfica de aspectos da cosmologia daimista, das experiências relatadas por nosso interlocutor e também daquelas vividas por nós, autoras. A sequência dos desenhos a seguir, consiste na concepção de que “a energia não tem gênero” ou que “não existe gênero no astral”, *intruções* recebidas por nosso interlocutor e por nós do *astral*. Segundo João,

“Eu acho que a energia não tem gênero porque quando a gente comunga o daime em nenhum momento a gente recebe instrução de que a gente tá errado que aquele não é nosso lugar. [...] A essência é porque é de dentro pra fora que a gente se sente quem a gente é, e como a gente se identifica com a matéria é aqui dentro primeiro. [...] Eu acho que se as energias tivessem gênero a gente já ia ser barrado a partir da própria espiritualidade, independente de se a gente comungasse o daime ou se a gente fizesse parte de outra doutrina espírita.” (JOÃO, 2021)

Em continuação, o primeiro desenho etnográfico demonstra uma pessoa transgênera no auge da experiência de Estado de Alteração da Consciência (EAC), isto é, na *força*, que chega no “plano astral” através da “expansão da consciência”. Nesse momento as cores costumam se encaixar com imagens em uma sinfonia de sentido. Logo em seguida, um esquema elaborado por Tarso Brant acrescenta detalhes na compreensão de uma “balança de equilíbrio” que cada ser possui.

Figura 1: “SER!”. Registro em diário gráfico: Alana Silva, 2021.



(o ser)

Feminino Masculino

-----|-----

e o equilíbrio

(Esquema elaborado por T Brant para o livro “Vidas Trans” de Moira (2017))

Os próximos registros descrevem a expressão “não existe gênero no astral” ou “a energia não tem gênero”. O primeiro desenho de um corpo nu em cima de uma cama, sugere uma interpretação de qual seria o gênero da pessoa que está modelando para o desenho. Algumas pessoas que conhecem a personagem – que é *daimista* - conseguem responder com facilidade, outras acabam confundindo-se e atribuído um gênero não correspondente. O estranhamento a respeito de qual seria o gênero da personagem corresponde a percepção das autoras, do interlocutor e da cosmologia “daimista” de que no “plano terrestre” (demostrado na figura 02) existe apenas o corpo-matéria com seus variados marcadores de diferença, mas no *astral* (figura 03) a materialidade do “plano terreno” e, portanto, os objetos que representam o gênero não existem.

Figura 2: só corpo-matéria.



Registro em diário gráfico: Samir Leandro, 2020.

Figura3: inexistência de corpo-matéria “no astral”.



Registro em diário gráfico: Alana Silva, 2020.

Considerações finais

Os processos de construção da pesquisa abrangeram questões de metodologia científica, mas também foi necessário percorrer por caminhos teóricos e empíricos. Nos perceber enquanto pesquisadoras dissidentes, como quem não “saiu” do grupo por divergir com princípios ou doutrinas, como a etimologia da palavra sugere, mas como alguém que é “de dentro” e diverge da moralidade de adeptos. Assim como *daimistas* dissidentes sexuais e de identidades de gênero que se mantém na “doutrina da Rainha da Floresta”, compreendemos que as instruções orientadas pelos tabus e moral dos adeptos não correspondem aos demais processos de autoconhecimento que orientam valores como o amor, respeito e humildade (PLATERO, 2019, p. 5).

Observamos que os papéis convencionalmente estabelecidos (inscritos na moral) exercem influência direta nas performances das *fardadas* e não *fardadas*. Nesse sentido, apesar dos constrangimentos tanto do interlocutor, quanto das autoras por seu caráter um tanto dissidente, não temos a intenção de sair do Santo Daime enquanto um campo de pesquisa, tampouco enquanto lugar autoconhecimento proporcionado pela *força* do chá ritualizado e de nosso auxílio pelos “espíritos-planta”, entidades e seres divinos que habitam o *astral*.

Referências

BENEDITO, Camila. **Um convite para a diversidade nos grupos ayahuas-queiros**. Chacruna Latinoamérica, 2020. Disponível em: <https://chacruna-la.org/um-convite-para-a-diversidade-nos-grupos-ayahuas-queiros/>. Acesso: 25 de janeiro de 2021;

COELHO, Maria Lucia da Silva. Experiências, percepções e antropologia: interpretando mirações no Santo Daime. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, 2013.

_____. **O DESENHO-XAMÃ NO AMBIENTE-MUNDO AYAHUASQUEIRO**: Experimentos Etnográficos com o Centro de Unificação Rosa Azul. Dissertação de mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA-UFPa). Pará, 2020;

COELHO & VILLACORTA. **PERCEPÇÃO SAGRADA DO AMBIENTE MUNDO ENTRE OS AYAHUASQUEIROS DO CENTRO DE UNIFICAÇÃO ROSA AZUL**. XIII Reunião de Antropologia do Mercosul: Porto Alegre, 2019;

DE LAURETIS, Teresa. “A tecnologia de gênero”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242

INGOLD, Tim. **Antropologia versus etnografia**. In: Anthropolgy contra ethnography. Cadernos de campo. São Paulo, 2017;

_____. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

Kuschnir, K. **Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa**. Cadernos de arte e de Antropologia, vol. 3, nº 2, 2014;

MAAS, Matheus. **Quando o “nativo” é pesquisador - Notas sobre o trabalho de campo no Santo Daime**. Ponto Urbe, 2015;

MOREIRA & MACRAE. **Eu venho de longe: Mestre Irineu e seus companheiros**. Salvador: EDUFBA, 2011;

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **Conceituando o gênero: os fundamentos euro-cêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. CODESRRRIA Gender Series. Tradução: Juliana Araújo Lopes. Volume 1, Dakar, 2002;

PLATERO, Lígia. **Uma experiência de casamento homossexual no Santo Daime**. Blog Bia Labate, 2017. Disponível em: <https://www.bialabate.net/news/uma-experiencia-de-casamento-homossexual-no-santo-daime>. Acesso: 20 de dezembro de 2020;

QUEIROZ et. al. 2007. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e aplicações na área da Saúde**. R Enferm UERJ. 15:276-83.

O CONTROLE DO CORPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CENAS E DISCURSOS RELIGIOSOS CRISTÃOS

Cássia Cristiane Lopes de Almeida

Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba. ka_kristiane@hotmail.com

Viviane Melo de Mendonça

2Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba viviane@ufscar.br

Resumo

A pesquisa propõe uma luta contra a suposta “ideologia de gênero”. É uma forma de resistência contra os avanços que vêm acontecendo na América Latina com relação a direitos sexuais e reprodutivos. Tanto a igreja Católica, quanto os grupos pró-vida e os evangélicos se reuniram em vários países para impedirem os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. A perspectiva metodológica é qualitativa e partiu das memórias da professora-pesquisadora e também de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da educação. Objetivou-se compreender se e quando o gênero e a heteronormatividade estão presentes na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil. Observou-se que estas pessoas estão reproduzindo em suas práticas pedagógicas e/ou em seus discursos os binarismos de gênero e heteronormativos, controlando os corpos infantis, determinando o que é permitido e proibido a meninos e meninas em função do sexo biológico, das concepções religiosas cristãs e do que foi aprendido histórica e culturalmente. A proposta é trabalhar de tal forma, que o sistema de dominação não seja cotidianamente reforçado, dando às crianças liberdade de escolha. Conclui-se com a necessidade de fomento para formação continuada de docentes em gênero e sexualidade e de novas

pesquisas que explorem estas questões de um ponto de vista interseccional na Educação Infantil.

Palavras-chave: Gênero. Heteronormatividade, Concepções Religiosas Cristãs, Educação Infantil.

Introdução

O objetivo da pesquisa¹ era compreender se/e quando o gênero e a heteronormatividade interferem na atuação de professoras, auxiliares de educação, gestoras/es e funcionárias/os na Educação Infantil do Município de Sorocaba – SP de diversas formas, inclusive através de discursos religiosos cristãos.

Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa. Eu trouxe memórias da minha experiência de professora de Educação Infantil que denominamos de memória da professora-pesquisadora. Além dessas memórias entrevistei cinco professoras de Educação Infantil. As perguntas foram semiestruturadas e o objetivo era saber o que elas concebiam por gênero e heteronormatividade e se isso interferia ou não em suas práticas pedagógicas.

Os estereótipos de gênero e heteronormatividade são naturalizados na nossa sociedade, o que interfere diretamente na educação dos infantes. Educadores/as, professoras/es e demais funcionários que atuam na Educação Infantil reproduzem essas “normas”, através de discursos religiosos cristãos. Sabe-se que o cristianismo é conservador e preza pelo binarismo de gênero e pela heterossexualidade.

Há um projeto de Escola sem Partido, que, de acordo com Lúcia Viégas e Thais Goldstein (2017), prorroga a falsa ideia de que é direito da família ter assegurada uma educação que não denigre suas convicções morais, políticas e religiosas. É o mito da neutralidade do conhecimento.

Constatou-se com essa pesquisa que na Educação Infantil as orações cristãs são naturalizadas e deus é visto como algo universal. Há orações entre funcionários/as, em reuniões pedagógicas e em diversas situações cotidianas e principalmente orações ensinadas às crianças, não levando em consideração tanto o Estado Laico, como as múltiplidades religiosas e também o direito da não religiosidade.

A oração que é considerada “simples” e está inserida no cotidiano da Educação Infantil reproduz dogmas e valores conservadores e heteronormativos. Para se ter uma sociedade com liberdade de expressões

1 Esse artigo é o 4.7 capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada: Cenas e Discursos Heteronormativos e de Gênero na Educação Infantil. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13773>

de gênero, sexualidade e com direitos reprodutivos, deve-se prezar por uma Educação laica que respeite todos, todas e todes.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é hermenêutica, (ALVES, 1991) ou seja, tem por objetivo a interpretação dos sentidos das suas palavras, do seu valor simbólico. Para Alda Alves (1991, p. 54), é “uma abordagem que parte do pressuposto que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores”.

Na pesquisa qualitativa:

Os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica, que leve em consideração os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que se exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico (ALVES, 1991, p. 55).

As pesquisas qualitativas são melhores se situadas num “continuum” e tendo muita “variedade interna” (ALVES, 1991, p.55). Por se tratar de uma pesquisa social e por saber que vivenciam o presente, apesar de serem marcadas pelo passado, destaco a provisoriedade da pesquisa social.

Trago memórias de cenas e discursos de gênero cotidianas, colhidas ao longo da minha experiência enquanto professora de Educação Infantil. Estas memórias foram anotadas em um caderno de campo e denominadas “Memórias de uma Professora-pesquisadora”. São memórias de cenas e discursos que visam controlar os corpos das crianças de acordo com os valores sociais e culturais das representações de gênero e da heteronormatividade. Afirmo que presenciei todas as cenas e discursos, os quais, algumas vezes, apenas observei, mas, em outras tantas, também intervi.

Ademais, entrevistei cinco professoras de Educação Infantil, que lecionam em creches municipais do interior de São Paulo. A entrevista foi semiestruturada e partiu das seguintes indagações: educadoras separam filas de meninos e meninas? Ao levarem os infantes ao banheiro, deixam as crianças utilizarem o masculino e o feminino ou as separam por gênero? Os brinquedos são distribuídos à vontade ou

há seleção de brinquedos para meninos e brinquedos para meninas? Há divisão de atividades por gênero? Há discursos heteronormativos? Ressalto que “as entrevistas qualitativas são geralmente muito pouco estruturadas, assemelhando-se mais a uma conversa do que a uma entrevista formal” (ALVES, 1991, p. 60).

O controle do corpo na educação infantil: cenas e discursos religiosos cristãos

Segundo Maria Amélia Teles (2015), para que a creche cumpra seu papel histórico é preciso considerar as diversidades políticas e culturais em suas diversas manifestações sociais, se baseando numa política que tenha como princípio a laicidade, numa perspectiva de se alcançar uma sociedade digna e plural.

Há um projeto de Escola sem Partido, que, de acordo com Lúcia Viégas e Thais Goldstein (2017), prorroga a falsa ideia de que é direito da família ter assegurada uma educação que não denigra suas convicções morais, políticas e religiosas. É o mito da neutralidade do conhecimento.

Neste projeto “Escola sem Partido”², de acordo com Viégas e Goldstein (2017) há várias pautas proibidas, entre elas: gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade religiosa e direitos humanos. O apoio é na ideia ultraliberal de que o interesse privado e a religião das famílias - que, em geral, são evangélicas neopentecostais - deve estar acima dos interesses públicos, tais como a convivência com as diferenças e como o Estado Laico e democrático.

Na leitura de Viégas e Goldstein (2017), Frigotto (2016) afirma que esse projeto tem como premissa um “partido absoluto e único” e é intolerante com as diferentes visões de mundo, conhecimento e educação. Deste modo, para o autor, a intencionalidade é disseminar o ódio e eliminar o “diferente”, pois quando racismo, machismo,

2 Os defensores do projeto Escola sem Partido defendem que a escola deve respeitar os valores familiares e não devem ensinar sobre educação moral, religiosidade e sexualidade.

*O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionalidade no projeto.

**A Constituição Federal assegura aos/as educadores/as a liberdade de cátedra, que é sua liberdade de atuação em sala de aula. Qualquer violação a esse direito é inconstitucional.

homofobia, democracia e respeito aos direitos não são trabalhados, perpetua-se uma cultura violenta e desigual.

Esse movimento “Escola sem Partido” denunciou um livro didático que foi aprovado pelo MEC (2016), pois abordava diversas formações familiares, como as famílias homoafetivas, interétnicas e famílias compostas apenas com mãe, sendo que essa família é predominante no Brasil. Essa denúncia é abordada como “ideologia de gênero” e alega a tentativa de se destruir a família tradicional brasileira, fazendo com que alunos se tornem gays e lésbicas. É evidente que se está diante de preconceito, onde educar para a cidadania e para o respeito é repudiado (VIÉGAS; GOLDSTEIN, 2017).

Para Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), lutar contra a suposta “ideologia de gênero” é uma forma de resistência contra os avanços que vêm acontecendo na América Latina com relação a direitos sexuais e reprodutivos. Tanto a igreja Católica, quanto os grupos pró-vida e os evangélicos se reuniram em vários países para impedirem os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

A intencionalidade destes setores religiosos conservadores, de acordo com as autoras Denise Carreira, Cláudia Vianna, Ingrid Leão, Sandra Unbehaun, Suelaine Carneiro e Sylvia Cavašin (2016) é suprimir as palavras “gênero”, “diversidade” e “orientação sexual” dos Planos Estaduais e Municipais de Educação com a justificativa dessa “ideologia de gênero”, que ensinaria as crianças a não possuírem um pertencimento identitário e acabaria com as famílias tradicionais, o que criou um verdadeiro pânico em relação a esse tema. Para as autoras, o pânico é injustificado, pois gênero não é uma ideologia e sim um conceito que amplia o debate sobre qualidade da educação, democracia e acolhimento de todos e todas, independentemente da raça, etnia, religião ou gênero.

Ao se falar de gênero, a intenção não é se ensinar a ser menino ou menina, ou acabar com a “família tradicional”, mas sim acolher todas as formas de ser e todas as composições familiares (CARREIRA et al., 2016).

Resultados e discussão

Constata-se que família e a escola são instituições fundantes da infância. São instituições que produzem e geram um “conjunto de discursos e práticas indispensáveis para o processo de subjetivação das

crianças em suas relações com os adultos, no capitalismo moderno ocidental, a partir do século XVII” (SALGADO; GARCIA, 2018, p. 112).

Sabe-se que muitas famílias introduzem nas crianças as normas de gênero e muitas vezes a escola corrobora com esses discursos. Percebe-se que há um medo exacerbado instaurado nas famílias e nas professoras/es, e funcionárias/os da creche e pré-escola, é o medo da homossexualidade, transexualidade que as/os apavora e, portanto, controlam as crianças de acordo com as normas heterossexuais.

Há também no cotidiano da creche e pré-escola o controle do corpo feito por meio de discursos religiosos cristãos, como presenciado por mim nesta cena:

Cena: Oração para o Lanche

Na hora do lanche, eu sempre escuto orações pelos corredores: “meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer [...] muito obrigada papai do céu, pelo lanchinho que vamos comer, amém”.

Normalmente as professoras e auxiliares cantam indo para o refeitório, nas filas, ou quando chegam ao refeitório e as crianças já estão sentadas à mesa. A oração vem sempre acompanhada de um gesto, que são as duas mãos juntas em forma de agradecimento.

Neste dia em especial, noto que no pátio há uma auxiliar de educação que colocar as crianças de 2 anos em roda, ajoelhados. Fico espantada e observo de longe, ela também se ajoelha na roda, coloca as mãos unidas em frente ao rosto e começa a fazer a oração: - “muito obrigada papai do céu” (Caderno de campo, memórias da professora-pesquisadora).

Essa oração: “meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer [...] muito obrigada papai do céu, pelo lanchinho que vamos comer, amém” faz parte do cotidiano da creche e pré-escola, que é pública e, portanto, deveria ser laica.

Quando vi esta cena onde “uma auxiliar de educação que coloca as crianças de dois anos em roda, ajoelhados. Fico espantada e observo de longe, ela também se ajoelha na roda, coloca as mãos unidas em frente ao rosto e começa a fazer a oração: - muito obrigada papai do céu”. Enxerguei nesta cena uma violência contra as crianças. Quando a auxiliar de educação faz com que crianças se ajoelhem para orar, há um desejo de ensinar uma determinada crença e colocar a crença judaico-cristã como única e universal. E as outras religiões de

matrizes africanas, por exemplo? Estas são silenciadas e invisibilizadas. E o direito da não religiosidade? O direito de sermos agnósticos/as ou ateus e atéias?

A escola trabalha com essa dualidade do bom ou mau, de “deus ou do diabo”. Ou seja, existem normas e dogmas que perpassam os muros escolares e quem não se enquadra neles, são discriminados, excluídos, julgados etc. Parte-se da perspectiva de que o Estado é Laico, o que requer falar de todos os dogmas, valores e religiosidades.

No entanto, Deus e Jesus são símbolos sagrados utilizados por professoras e auxiliares como “mecanismos disciplinadores para comportamentos que escapam de seus domínios” (SALGADO; GARCIA, 2018, p. 117). Assim, em entrevista, percebe-se que a professora Hortência concebe que “deus” é universal, e que uma oração de agradecimento não fere o Estado Laico:

Acima de qualquer religião, para quem acredita em deus, acredita agradece e pronto. É uma oração de agradecimento, mas não acredito que fere, porque é uma coisa que fala “papai do céu”, é uma coisa mais simples. Não é nada que envolva dogmas, que não pode fazer isso, ou não pode fazer aquilo. Então não vejo por esse lado, de ferir nada, não. Simplesmente é uma coisa que já está inserida na escola, e as crianças cantam. Não vejo nada demais, não (Hortência, entrevistada em 08/2020).

A professora Hortência diz que só faz oração de agradecimento, o que para ela não têm problema, pois está “isenta de religião”, o que demonstra um certo equívoco, pois a oração diz “muito obrigado papai do céu”, e sabe-se que é uma oração cristã. Sendo assim, ela não compreende o que é Estado Laico e que está privilegiando uma religiosidade em detrimento às outras e ferindo também os que não possuem religião alguma, como agnósticos/as e ateus/ias que devem ter o seu direito assegurado pela laicidade do Estado.

Para ela “deus” está acima de qualquer religião, ou seja, ela concebe “deus” como algo universal, dizendo que quem acredita nele “agradece e ponto”, afirmando não ser nenhum um dogma. Sabe-se que deus e Jesus são dogmas religiosos cristãos, como a divina trindade, por exemplo, que é o pai, filho e espírito santo, mas nem todas as religiões, como por exemplo as de matrizes africanas acreditam em

céu e inferno, deus e Jesus. Sendo assim, a oração não está isenta de religiosidade.

Para a professora Hortência essa oração está inserida na escola, as crianças cantam, mas não tem nada demais. Entretanto, como foi enunciado, as religiosidades cristãs possuem como premissa a heteronormatividade e os valores conservadores, incluindo a não liberdade reprodutiva.

Considerações finais

A autora Roseli Fischmann (2015) ressalta que o Estado Laico visa a liberdade de consciência, a liberdade de crença e de culto e, portanto, devem ser protegidos como direitos inalienáveis a todas e a todos. Para a autora, cabe ressaltar que, nos espaços educativos, coexistem vários grupos religiosos. Sendo assim, uma oração cotidiana de uma determinada religião ou dogma fere a laicidade do estado, pois não está considerando as multiplicidades religiosas que existem naquele espaço institucional.

Vê-se que tanto o catolicismo quanto os grupos pró-vida e religiosos neopentecostais são conservadores e lutam contra os direitos sexuais e reprodutivos. Ou seja, essa oração que é considerada “simples” e está inserida no cotidiano da Educação Infantil reproduz dogmas e valores conservadores e heteronormativos. Para se ter uma sociedade com liberdade de expressões de gênero, sexualidade e com direitos reprodutivos, deve-se prezar por uma Educação laica que respeite todos, todas e todes.

Referências

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo v. 77, p. 53-61, 1991.

CARREIRA, Denise; VIANNA, Cláudia; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUN, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; FCC, 2016.

FISCHMANN, Roseli. **Estado Laico, Doutrinas Religiosas, Cidadania e Educação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para uma genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, n.3, p. 725-748, dez. 2017.

SALGADO, Raquel Gonçalves. GARCIA, Paula Fernanda Martins. **Em nome dos cuidados, da proteção e da educação**: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil. *Revista Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 112-124, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lucia Goulart. **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

VIÉGAS, Lygia de Souza e GOLDSTEIN, Thais Seltzer. **Escola sem partido, sem juízo e sem bom senso**: judicializando e medicalizando a educação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, ano XIV, jan./jun. 2017.

GÊNERO E A SOCIEDADE YORUBÁ: REFLEXÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS ATRAVÉS DE EXU

Rafael Mascarenhas Matos

*Licenciado em História (UNIFRAN), especialista em Mídias na Educação (UFMS) e mestrando em Estudos Culturais (UFMS/CPAq/PPGCult),
proinforafael@gmail.com;*

Miguel Rodrigues de Souza Neto (Orientador)

Licenciado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenador e docente do curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais stricto sensu na UFMS/CPAq. Docente do curso de História na mesma instituição, miguelrodrigues.snetto@gmail.com.

Resumo

Esse estudo retoma como base primordial às questões de sexo e gênero da cultura ocidental presente no Brasil frente a interpretação dos mesmos para o povo tradicional Yorubá apresentado pela pesquisadora feminista nigeriana Oyeronke Oyewumi. Coloca-se também nas reflexões a divindade de Exu, presente na crença Yorubá, em razão de que o orixá é repleto de dualidades incluindo as questões de gênero, e sua possibilidade de uma multiplicidade de visão e percepção através de viabilidades das encruzilhadas. Propõe-se portanto examinar e refletir brevemente as diferenças sobre gênero nesse ocidente e suas diferenças sociais, econômicas e de poder, e entre os iorubás onde o gênero não se apresenta como excelência no contexto da estrutura hierárquica social. Aborda-se além disso como se deu essa relação entre as duas categorias e seus impactos especialmente para os colonizados diante de uma cultura tida como hegemônica.

Palavras-chave: Gênero; Yorubá; cultura; Exu.

*A lâmina é afiada,
ele não tem cabeça
para carregar fardos
“Sonso abè kò lóri erù”¹
(VERGER, 2018)*

Exu é comunicação

O mensageiro, o que é representado pelo masculino e também feminino, o que causa conforto mas também desconforto, pode causar espanto mas também adoração, um ser espiritual que não se percebe obrigado a se encaixar nas normatizações impostas pela sociedade, aquele que mexe de forma profunda com toda estrutura presente, ainda acorada de valores morais que aceita apenas uma reta por caminho enquanto ele surge com no mínimo mais três opções.

Pegando as contribuições de RUFINO (2019, p.265), argumenta que por um longo tempo Exu foi invisibilizado e desacreditado diante de uma cultura colonial ou modernidade ocidental. Exu se apresenta enquanto uma força “matriz/motriz/política/ética/estética/epistemológica/teórica/metodológica” frente a cultura hegemônica ocidentalizada posta, e como efeito levado a um imaginário negativo dentro do campo religioso cristão. Rufino propõe um giro na perspectiva à partir das epistemologias das macumbas, e consequentemente de Exu.

E exatamente sobre esse entendimento da cosmologia existente diante da sua figura emblemática propomos discutir sucintamente e interessadamente o gênero a partir de Exu e as suas ambivalências. Refletir o sexo/gênero, sobre a divindade iorubana e como esta é compreendida pelos adeptos das religiões de matriz africana e sociedade Yorubá. Nesse sentido, há uma necessidade de um deslocamento da zona de conforto que distribui inúmeros empecilhos para essa análise.

O sexo e o gênero no contexto dominante ocidental

O sexo num considerável espaço de tempo histórico chamou atenção como algo a que precisasse ser reprimido, que não se pudesse ser dito, mas sim confessado como um grande segredo. FOUCAULT (2013,

1 Pequeno recorte em Pierre Fatumbi VERGER (2018, p.84).

p.10) em sua análise do século 17 sobre a repressão moderna, observa que essa mesma repressão coincide com o capitalismo em seu desenvolvimento. Ele articula que essa relação se deu “por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa”. Menciona ainda que uma certa solenidade para se proferir sobre sexo atualmente deriva de uma proibição seguida de uma transgressão generalizada.

Para Foucault (2013) houve uma necessidade de confissão do sexo para Pastoral Cristã como um segredo dos indivíduos, sendo este elemento chave no discurso sobre sexualidade especialmente num cenário da Contra Reforma e um catolicismo pretendendo se manter forte frente a um protestantismo em ascensão, e que contava com um alto policiamento das pessoas para contribuir nesse processo do sujeito no confessionário.

É relevante considerar sobre o sexo e a sexualidade mencionadas por Foucault nesse primeiro momento dos séculos passados, para compreendermos o quão cheio de tabus se encontravam e se encontram – resistências - os temas abordados nesse trabalho na atualidade, que causa estranhezas quando a questão sexo, sexualidade e gênero se associam aos seres espirituais dentro de uma sociedade pedagogicamente preparada ao que se pode fazer ou falar.

No entanto nem todas as culturas seguiram o mesmo percurso ocidental no que concerne ao sistema sexo/gênero, já que o mesmo depende de um contexto tanto histórico quanto, como dito, cultural – portanto racial e social. A antropóloga Margaret Mead, em sua obra *Sexo e temperamento* publicada em 1935, apresenta um estudo sobre três povos distintos da Nova Guiné: os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli. Seu foco era analisar como se davam as relações entre homens e mulheres diante das culturas onde estavam inseridos. Na obra a antropóloga reflete sobre as diferenças existentes nos três grupos e suas relações.

O sexo e gênero estão em esferas paralelas para os indivíduos. Nessa lógica, Gayle Rubin vai definir tal sistema da seguinte maneira:

Na falta de um termo mais elegante, chamo a essa parte da vida social de “sistema de sexo/gênero”. Como definição preliminar, podemos dizer que um “sistema de sexo/gênero” consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana,

nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 2017, p.11).

Em outros termos, todos os estereótipos que constroem a imagem da mulher sensível, doce, emotiva, maternal e do homem mais seguro, o *durão*, e com perfil mais agressivo na defesa de seus interesses – o protetor –, não representam comportamentos originários da natureza, e sim uma composição de uma série de camadas postas pela cultura onde se está inserido e que são assimilados por cada indivíduo, uma construção social e histórica.

Além de Rubin, outras pesquisadoras da área das humanidades abordariam o tema que evoluíram muito ao ganhar mais atenção e legitimidade acadêmica ao abordar os estudos de gênero desencadeado principalmente por feministas, como bell hooks, Lelia Gonzales, Joan Scott, Judith Butler, entre outras, além das já citadas. No final do século 20, Scott (1995, p.6) vai mencionar em seu trabalho a luta das feministas sobre o termo como um mecanismo para uma maior resistência política para as mulheres dentro da sociedade permeada pelo domínio do homem, a mesma sociedade patriarcal que por vários séculos – ainda hoje? – naturalizou a sua posição como um ser reprodutor, chefe, protetor, e que não reconhecia seu papel de relevância num contexto social e localização de poder, mencionado anteriormente por Foucault.

Analisa o quanto a binaridade do masculino e feminino exclui demais possibilidades, segundo sua pesquisa, “em vários idiomas indo-europeus existe uma terceira categoria – o sexo indefinido ou neutro” (SCOOT, 1995, p.3). Para Scott o homem e a mulher são categorias vazias sem significado definitivo e transcendente, e transbordante pois mesmo aparentando serem fixas ainda possuem alternativas negadas e reprimidas (Ibidem, p.28).

Para além das discussões acerca da binaridade, o gênero enquanto categoria demandou novas perspectivas que com ele se atrelavam. Ademais, nos estudos de Avtar Brah (2006) sobre as ligações da mulher entre gênero e classe, pondera que de acordo com sua localização, irá variar as relações globais de poder nessa intersecção². Argumenta sobretudo não existir uma categoria única de mulheres,

2 Ver mais em *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória* de Patrícia Hill Collins (2017). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acessado em 15/02/2021.

mas sim de grupos divididos conforme categorias, sejam elas mulheres trabalhadoras, mulheres imigrantes por exemplo, que são postas conforme suas condições sociais.

Em *Diferença, Diversidade e Diferenciação*, BRAH (2006, p.370) chama atenção para a subjetividade na formação do indivíduo: “(...) precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo *sociais e subjetivos*, que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas”.

Afim de exemplificar as diferenças culturais e temporais no campo do gênero, e interseccionando a raça/etnia, a pesquisadora feminista Oyewumi em sua obra *A invenção das mulheres* justifica que as mulheres são, para o povo ioruba, uma invenção do colonizador. Ela relata que o sexo biológico nessas sociedades não as identificavam como mulheres, ou outro sujeito, mas que as questões relacionadas a idade e longevidade sobretudo, que eram mecanismos para alcançar prestígio social e portanto como efeito algumas diferenças sociais. As mudanças que começaram ocorrer dentro dessa cultura foram a partir de contato com missionários religiosos à partir de 1882 para se formar esposas (Oyewumi, 2017, p. 227).

No contexto dos iorubas a própria linguagem não possui as especificidades do gênero feminino ou masculino, sendo que os nomes e pronomes não adquirem as distinções binárias relacionadas ao sexo biológico, assim como os pronomes da terceira pessoa *ó* e *wón* destinam-se tanto para mulheres quanto para homens. A inexistência de separação linguística específicas de gênero representa que as diferenças entre sujeitos mulher e homem não eram consideradas ao pensar bases sociais entre os iorubás, conclui Oyewumi, (2017).

Observa-se portanto nessa formulação que o gênero vai além do sexo biológico, está para além de uma mentalidade hegemônica ocidentalizada e colonialmente engendrada, mas que possui descontinuidade por outras perspectivas: histórica, territorial, racial e social. O gênero, portanto necessita de uma análise intercultural e interseccional diante de uma *trans*-formação ao longo do tempo para melhor compreensão, sendo nesse sentido indissociável das intersecções culturais e políticas (Butler, 2020).

Iorubás: gênero ou senioridade?

Na obra *Os Yorubás e a Invenção das Mulheres* de Oyewumi (2017), especialmente onde se debruça nas questões de gênero do ocidente sobre a sociedade iorubana, é necessário um resgate sobre outra intencionalidade que o envolve. A autora, posiciona a palavra *invenção* presente no seu título, possivelmente para examinar – denunciar – o cenário construído pelo invasor/colonizador que “cria” uma nova categoria, cheia de símbolos, representações, posições, para um grupo que não se compreendia como determinados sujeitos, valores e estruturas sociais, pelo menos não nas mesmas ocidentalizadas.

Para OYEWUMI (2017, p.15) “a lógica cultural das categorias sociais do Ocidente está baseada numa ideologia de determinismo biológico: a ideia de que a biologia prove a base para a organização do mundo social”. Essa lógica não se aplicava ao povo iorubano, que possuíam outras questões ativas como a idade, a senioridade, a longevidade, que possibilitavam um certo prestígio social e consequente hierarquização. Esse processo começa a se transformar a partir da interação (invasão?) do colonizador e que irá gerar uma nova rotina sobre parte da população a partir dessa interferência.

Oyewumi ainda chama a atenção para a necessidade do ocidente em sua lógica colonial de uma tradução dos signos linguísticos, de se nomear tudo e todos, e que para o povo iorubá não era possível tal aplicação, criando-se portanto uma conceituação não verídica da realidade. Fato para se exemplificar vai acontecer com a tradução de *obìnrin* e *okùnrin* para definir homem e mulher, o macho e a fêmea. Explica que o sufixo *-rin* é relacionado a uma humanidade em comum e que *obìn* e *okùn* as partes anatômicas nas suas diversidades. Nessa lógica a referência de humanidade existe portanto um outro signo. Conclui que gênero não estava presente enquanto categoria definidora de posições na estrutura social por essa cultura (Oyewumi, 2017).

A questão de gênero também abordada anteriormente por pesquisadoras ocidentais não são desprestigiadas por Oyewumi, pelo contrário, apenas enfatizando uma cultura em que o gênero não interferiria em seu estrato social e relações de poder. Com tal intensidade e na contramão da tradição ocidentalizada, as *Ya* eram mulheres que atingiam determinados postos de prestígio devido sua senioridade, eram posições essas de poder econômico, social e religioso, bem

diferente de uma cultura masculina-branca-eurocêntrica exportada pelo Ocidente.

Essa experiência dos iorubás acerca do gênero e uma relação onde este se encontrava não como categoria primordial no seu constructo social e até histórico, teria reflexos diretamente no Brasil com a imigração forçada do incontável contingente humano para fins escravagistas. Os respingos das tradições iorubás – principalmente religiosas – minariam parte de um modelo colonialista e centrado na figura do homem implantado no Brasil colônia, nas relações de gênero trazidas pelos iorubás, em especial na Bahia. No trabalho de Martins dos Santos (2018) observa-se uma historicidade da formação dos principais terreiros de Salvador, onde a fundação da Casa Branca do Engenho Velho – Ilê Axé Iyá Nassô Oká – um marco para a religião de origens africanas. Segundo a autora, as primeiras *casas* de candomblé, que originaram outras, possuíam mulheres nas lideranças, não apenas religiosa mas também econômico e social, que se mantinham num sistema matrilinear. Esse lugar de proeminência alcançada pelas mulheres, podemos considerar as contribuições de Birman (1985) em sua pesquisa sobre os homossexuais e as relações de lideranças nos candomblés, conferindo para além das mulheres, dissidências sexuais nos mais altos cargos da religião, que contava com uma sociedade branca, hétera e patriarcal.

Retornando para OYEWUMI (2017, p.285) “não são todas as sociedades que se utilizam da “evidência” do corpo para constituir categorias de gênero”. Portanto conclui ela que o ocidente possui uma profunda aceitação da ideia de corpos engenerados, sendo este uma evidência constitutiva para outras categorias, e que corpos sexuais não são universais e/ou temporais. Frente a esse contexto do ocidente, os iorubás e suas categorias sociais, não basearam-se nas diferenças anatômicas do corpo.

As dualidades de Exu, uma divindade Yorubá

Falar de Èsù³ é sobretudo pedir licença ao grande orixá da comunicação, do movimento, da esfera. Numa breve abordagem sobre o

³ Èsù é a grafia correta do termo em Yorubá a título de conhecimento. No Brasil o signo comumente utilizado é Exu e que assim vem sendo mencionado no decorrer do texto.

orixá presente no panteão do contexto Yorubá, para além da diáspora, nosso objetivo é conhecer um pouco de sua mitologia e principalmente a sua dualidade que intriga e ao mesmo tempo dialoga com autores mencionados. Exu, que nas terras ocidentais e particularmente do sul global, ganhou valoração de maneira que não lhe pertencia, demonizada e estereotipada.

Segundo Verger (2018, p.82), Exu pertencia a cidade de Ifé, onde tornou-se assistente de Orunmilá, orixá que presidia a adivinhação de acordo com Ifá, o orixá da adivinhação. Mais adiante Exu viria se tornar rei de Kêto sob o nome de *Èsù Alákétu*. Ele também supervisionava o mercado do rei, inclusive o do reino de *Oyó*. Conta-se na mitologia da obra de Prandi (2001, p.17) que Exu foi aconselhado a ouvir todas histórias e de todos: das divindades, das pessoas, dos animais, as histórias gloriosas e as derrotas, as dificuldades, as questões sentimentais e de saúde. Depois de ouvir tudo, Exu reúne um total de 301 itans⁴ e os entrega a Orunmilá, Ifá, o orixá da adivinhação, que as transmitiria a seus seguidores, os sacerdotes.

De acordo com um outro itan, Exu era o mais jovem dos orixás e o que determinava a ser sempre o último a receber os cumprimentos, o que lhe contrariava muito já que almejava a senioridade. Nesse intento Exu procura um babalaô para mudar a situação que lhe orienta fazer um *ebó*⁵ e no final andar com uma *ecodidé*⁶ amarrada na testa por 3 meses. Olodumare, o grande Deus, solicitou uma reunião com todos orixás para saber se todos estavam dando conta da Terra, cada qual com suas obrigações. Todos foram e levaram suas oferendas. Olodumare, que podia ler a mente de todos disse que aquele que usa o *ecodidé* o levasse até ele, pois havia sido o único que respeitou seu pedido e não carregava nada na cabeça, que era o carregado, e portanto havia demonstrado sinal de respeito. Como efeito do acontecimento e recompensa, Exu ganhou o direito de ser o primeiro a ser cumprimentado e saudado dentre os orixás (Prandi, 2001).

Mesmo considerado o orixá das confusões, das intrigas e das discórdias, Exu dentro dos adeptos do candomblé e para além de ser o que é saudado, é alimentado primeiramente com as oferendas.

4 Itan – termo em Yorubá que reúne os mitos, as histórias das divindades.

5 É uma oferenda a ser feita aos ancestrais ou divindades.

6 Pena colorida de papagaio vermelho.

Também é o orixá que vai proteger as casas, os templos, as cidades e as pessoas. Para um bom desenvolvimento do que se for fazer, Exu pode ser muito generoso, desde que o trate com o respeito e compromisso devido (Verger, 2018, p.82). Nesse sentido, quem “têm” Exu, tem tudo.

Verger ainda destaca como é feito seu assentamento e representação, sendo através de uma pedra porosa denominada de *yangi*. Além da pedra, também pode ser representado “por um montículo de terra grosseiramente modelado na forma humana, com olhos, nariz e boca assinalados com búzios” (VERGER, 2018, p.83).

Já nas representações de seus seguidores quando estão em posseção vestidos com as indumentárias em sua performance, o orixá carrega sempre um bastão em forma fálica (Verger, 2018), o qual em terras brasileiras é mais um elemento que demonizará a divindade frente a crença cristã por considera-lo sensual e inapropriado, enquanto figura de culto. Em tempo, dentro do sincretismo a simbologia fálica⁷ se torna ainda mais presente na imagética de Exu.

Esse ser fálico e sexualizado que a divindade representa e que está presente nos templos dos seguidores da crença tradicional iorubá, é uma simbologia sagrada e não profana, mas sim da cópula para a manutenção da espécie. Dentre os povos tradicionais não haviam a supersignificação do sexo, bem diferente do que aponta Foucault (2013) em *História da Sexualidade I* nas sociedades ocidentais, bem como sua repressão, confissão e punição. O sexo, então biológico, dentre os iorubás até o contato com o dominador/colonizador, não era tratado como algo a ser escondido e não proferido, de acordo com Oyewumi ao relatar as questões de não influência dos gêneros em meio a esse povo, conforme já exposto nesse trabalho.

Quando Exu, o orixá mensageiro, do movimento e da comunicação, ganha poder sobre a sua morada, as encruzilhadas, Prandi (2001, p. 40-41) vai mostrar num itan que Exu ganha esse direito depois de cumprir com as solicitações de Oxalá. As encruzilhadas de Exu para além de ser sua morada, é o espaço das possibilidades, apresenta a si

7 De acordo com Costa (2012, p. 31-32) a representação de Exu em terras brasileiras se intensificou a partir do momento da sincretização dos orixás com os santos católicos. Como a reputação não era das melhores, um ser fálico e sensual, terminou por ser sincretizado com o diabo da crença cristã. Crença essa que guardava um modelo de moralidade.

mesmo, o seu dono, como também toda a cosmovisão africana para as múltiplas possibilidades, não se contentando com um sentido único e linear.

Sobre as encruzilhadas Rufino corrobora:

As encruzilhadas versam acerca da pluralização, e seu caráter decolonial, que nessa proposta assumo como ato de transgressão e resiliência advêm dos cruzos, da reivindicação da não pureza, dos efeitos de Enugbarijó (Boca que tudo come) e das sabedorias de frestas, aquelas que operam nas fronteiras e nos vazios deixados pelo poder colonial. (RUFINO, 2019, p.271)

Nesse sentido, o grande morador das encruzilhadas carrega inclusive mais um empecilho/traquinagem entre estudiosos que buscam compreender qual seria seu gênero, afinal Exu é homem e é mulher⁸, mas não se encaixaria numa categoria intersexual como a compreendemos. Segundo Oyewumi, Exu vai demonstrar a presença das características masculinas e femininas⁹, especialmente ao se considerar que dentro do território tradicional Yorubá as diferenças biológicas anatômicas não carregam em si fontes de distinção ou identidade como diferença, mas sim como já elaborado, a senioridade. Dessa maneira Exu transcende as significações ocidentais de gênero e portanto derruba a ideia de ser uma divindade exclusivamente fálica (Oyewumi, 2017).

Portanto pensar no orixá Exu é refletir sobre múltiplas visões e possibilidades. Essa dualidade que permeia a divindade e que o faz ser ao mesmo tempo as duas pontas da binaridade, ou apenas uma delas, é uma cosmovisão africana que os povos tradicionais Yorubá internalizaram também como um modelo que reflete/ia em sua sociedade. Por que ser apenas homem, ou apenas mulher, ou ainda os dois? Ou por que nenhum dos dois? O gênero, não influenciável na cultura

8 Esse ambiguidade sobre o gênero de Exu já foi mencionado em um poema de Jorge Amado. Ver mais em: <<http://www.triangulodafraternidade.com/2011/08/poema-de-exu-por-jorge-amado.html>>. Acessado em 24/07/2020.

9 No sincretismo é mais visível a performatividade subversiva de gênero (ver BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, 2020). Durante o transe nos indivíduos por algum Exu, seja uma nesse caso, uma entidade representada por homem ou mulher.

dos Yorubás seria portanto um problema para Exu e seus seguidores? Ou por outro viés o explicaria? Provavelmente a divindade deveria rir de tudo isso com sua traquinagem.

Exu que está nos dois lados sem constrangimento: considerações finais

Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir.¹⁰
(KILOMBA, 2019)

A construção ocidental entorno do sexo e do gênero como sendo um termo do ocidente que refere-se quase que exclusivamente ao norte global¹¹. Compreendido especialmente pela Europa e Estados Unidos, a questão do sexo ganhou uma supersignificação a ponto de precisar ser contido, utilizando-se do pecado como dispositivo, aliado às questões morais, familiares e sociais. Esse sexo ocultado, promoveu uma grande influência nesse espaço territorial do globo quando se considera as divisões de classe, e por que não as de gênero. Foucault procurou em sua obra sobre a *História da sexualidade* apresentar essa relação entre o sexo e o poder e seu dispositivo justificado na verdade do poder e saber, e se desdobra para outras discussões sobre sexo, gênero e sexualidade.

Vale mencionar nesse campo analítico que essa supersignificação que envolve o sexo não foi uma premissa dos povos iorubás. Como Oyewumi discorre, o gênero não se tratou de divisões sociais entre os povos tradicionais, na verdade, eram deixados em relevância menor. O que despontava como grande relevância nas divisões sociais entre seus sujeitos eram as questões senioriais, onde conquistavam ou não determinado *status* e respeito, e por consequência dessa dinâmica sempre haveria novos sujeitos de idade inferior, e sempre haveriam novos sujeitos de idade avançada, o que a tornava ao mesmo tempo dinâmica e não estática.

A pesquisadora Mead vai retratar em seu estudo exatamente essa não-homogeneização das culturas, mas sim suas heterogeneidade

10 Pequeno recorte de Grada KILOMBA (2019, p.41).

11 Ainda existem países no sul geográfico global que pertencem a esse “norte” como casos na Oceania por exemplo, e representadas por Austrália e Nova Zelândia.

quando apresentou o caso das três sociedades pertencentes ao mesmo território, mas que de acordo com suas relações de gênero expunham relações sociais completamente diversas mas que atuavam de maneira costumeira entre seus integrantes.

A compreensão e levantamentos acerca do gênero no mundo ocidental abordados por Rubin e Scott representam como o ocidente assim o incorpora. No entanto essa compreensão não representa o todo existente global. Oyewumi (2017) aparenta não pretender em sua obra questionar as divisões ocidentais de gênero, mas demonstrar que a partir do pressuposto que existe diferenças e alguns cotejamentos – como a heterogeneidade - diante das culturas num contexto local, nacional e internacional. Nesse sentido, coloca-se o caso Yorubá que durante o processo de hibridização não se adequava as traduções ocidentais relativas ao sexo/gênero e o patriarcado como via geral de regra, quando se considera o *não engeneramento* entre os iorubás como via primordial da sua composição e estruturação social.

Sobre a supressão ocidental, Kilomba (2019) alerta para a imensa e urgente necessidade da descolonização do conhecimento de ordem eurocêntrica. RUFINO (2016, p.268) corrobora ao dizer que Exu e o axé “são conceitos fundamentais, que nos possibilitam giros epistemológicos em torno de noções que sofreram intensa supressão ocidental”. Conta ainda que o axé é uma energia viva e não estática, o que fundamenta o devir, portanto o axé é transmitido, compartilhado e potencializado.

E quando se apresenta Exu e sua morada nas encruzilhadas, ou em outras palavras a sua multiplicidade de caminhos, torna-se uma alternativa para a compreensão também da diferença cultural que apresenta a heterogeneidade dos povos. Exu sendo uma divindade na cultura tradicional Yorubá que não deveria ser definida em um gênero específico, desmonta toda uma hierarquia dominante e universalista de tentativa de imposição colonial que sente uma necessidade de interpretação do gênero dos iorubás conforme Oyewumi relata, especialmente na tradução da linguagem e escrita que implica diretamente no indivíduo que compõe aquela sociedade.

Finalmente no “Novo Mundo” onde a tradição religiosa africana encontrou morada, a divindade do movimento que esteve presente nessa análise, é retratado também como uma figura ambivalente,

assim como os *yawos*¹² que são feitos em seu nome. Dentro do candomblé, Exu ainda é mantido nas casas de axé basicamente como um ser fálico, e esteticamente sexuado portanto. Essa representação de Exu já foi inclusive retratada no Brasil na década de 1990 através de uma série televisiva *Mãe de Santo*¹³. No entanto, apenas a título de registro e sem aprofundamentos, no sincretismo umbandista, Exu apresenta sua dualidade em maior evidência ao ser cultuado como uma divindade masculina – o próprio Exu – e feminina, nomeada por Exu mulher, ou a Pombagira¹⁴.

Toda essa desconstrução analisada na divindade se deu/dá também dentro dos cultos afro-brasileiros e que desobedeceram/desobedecem inclusive a hegemonia do pensamento ocidental instituído, através da subversão e resistência demonstrado inicialmente pelo poder de mulheres e por dissidentes sexuais nos cargos mais elevados da religião.

A tentativa de invisibilização e subalternização de outras culturas fora das hegemônicas por estes que se consideram dominantes, desconstrói-se diante de uma nova epistemologia à partir de Exu, a ambiguidade de forças e a neutralidade – ou não determinação – de gênero na formação social. Os povos tradicionais que ainda mantêm suas raízes espirituais mais profundas, talvez não percebam marcadores que o pensamento colonial colocou e resignificou na imposição da dualidade/binaridade homem e mulher. Talvez por isso o ocidente tente compreender o gênero no contexto histórico Yorubá, já que estão dotados de uma mentalidade civilizadora diante de outras sociedades. No enfrentamento, a partir da encruzilhada, essa análise visou refletir acerca da representação da sociedade iorubana através da divindade de Exu, que opera de modo simultâneo ou transitório entre o masculino, o feminino, ou ambos e consequentemente possibilita uma resistência contra-hegemônica de discurso, que apresenta como alternativa novos caminhos e possibilidades sob uma perspectiva decolonial através da decolonialidade do saber¹⁵.

12 Seguidor do candomblé iniciado nos rituais da religião.

13 Série exibida pelo canal Manchete na década de 1990 com 16 capítulos e que abordava a vida de personagens que tinham determinado orixá como seu *santo* de frente.

14 Sobre as pombagiras ver mais em Mesquita e Oliveira (2020) nas referências.

15 Para Maldonado-Torres (2020) o conceito de decolonialidade do saber – que está interligado a decolonialidade do ser e a decolonialidade do poder – é arrolado

Referências

BIRMAN, Patrícia. **Identidade social e homossexualismo no Candomblé**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, p. 2-21, 1985

BRAH, Avtar. **Diferença, Diversidade e Diferenciação**. Cadernos Pagu, n. 26, janeiro-junho, Campinas: Unicamp, p. 329-376, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COSTA, Oli Santos. **Exu, o orixá fálico da mitologia nagô-yorubá: demonização e sua resignificação na umbanda**. Dissertação de mestrado, PUC-GO, Programa *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: COSTA, Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp.27-53). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MESQUITA, D. C.; OLIVEIRA, E. A. de. **Feminilidades e transgressões em um corpo que gira: uma análise pós-estruturalista da produção**

a epistemologia e todas suas formas e dinâmicas de reprodução de regência do pensamento.

científica acerca da Pombagira. Periódicus. N.14. Vol. 1. Nov.2020-abr.2021 (pp.34-49).

OYEWUMI, Oyeronke. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.** Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu, 2017, p. 144.

RUFINO, Luiz. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhas.** Seminário dos Alunos PPGAS-MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

MARTINS DOS SANTOS, Jaqueline Sant'Ana. **"Mulheres de santo": gênero e liderança feminina no candomblé.** N'GANHU. Vol 1. (pp.47-58), 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. São Paulo: USP, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acessado em 23/06/2020.

VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no novo mundo.** Traduzido por Maria Aparecida Nóbrega. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018.

Série

MÃE DE SANTO. Direção: Álvaro Fugulin e Henrique Martins. Brasil: Rede Manchete, 1990. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=kfS6_4hmGNM>. Acessado em: 25/07/2020.

MELISSA REIS – A MOÇA DA TAÇA

Jean Souza dos Anjos

*Doutorando do Curso de Sociologia da Universidade Estadual - CE,
jeanhos09@gmail.com*

Resumo

Melissa Reis é o que ela quiser ser. Aqui, ela é de Umbanda e cambona a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas na Cabana do Preto Velho da Mata Escura, em Fortaleza-CE. Melissa está, atualmente, travesti. Trabalha como cabelereira, é ativista de Direitos Humanos e é uma pessoa de coração imenso. A história de Melissa é cheia de altos e baixos, mas, com fé na Rainha Pombagira ela conseguiu superar grandes obstáculos. Suas narrativas nos provocam a refletir sobre o universo travesti e todas as questões inerentes à vida social. Este trabalho conta histórias de vida de Melissa referenciado pelos estudos antropológicos das biografias. Assim, colabora com as reflexões sobre gênero e religião afro-brasileira contribuindo para o debate sobre o tema.

Palavras-chave: Melissa Reis, Biografia, Travesti, Gênero, Religião Afro-brasileira.

Introdução

Conheci Melissa Reis em 2015 na Cabana do Preto Velho da Mata Escura / Ilê Asé Ojú Oyá, terreiro de Umbanda e Candomblé, que tem como seu zelador José Lopes de Maria, o Babalorixá Valdo de Oyá. O terreiro está situado no bairro Bom Jardim, periferia de Fortaleza-CE. A trajetória de vida de Melissa atravessou minha pesquisa sobre a Festa da Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas e me impactou de maneira tal que quis destacar sua presença e experiência de vida. Minha intenção em escrever sobre Melissa Reis é que o mundo a conheça e que jamais possa esquecê-la. A moça da taça foi, durante toda a pesquisa, a maior devota da Pombagira e a que lhe demonstrou maior amor e devoção. Ela é a maior animadora da Festa da Rainha¹.

A Festa da Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas acontece, geralmente, no segundo sábado do mês de novembro. É um grande acontecimento por ser uma das mais belas e organizadas festa de Umbanda da cidade. A festa é a celebração da existência da Pombagira e um agradecimento aos seus devotos e devotas. Melissa Reis é a cambone² da Pombagira e está, com todo amor e respeito, cuidando da entidade. Enquanto a Pombagira dança, canta, gira, fuma, gargalha e/ou fala com o seu povo, Melissa segura sua taça de bebida e suas cigarrilhas. Melissa é a guardiã da Pombagira. Entre elas há mistérios profundos que consigo reparar em gestos e olhares sutis.

1 Este trabalho é parte da minha dissertação de mestrado em Antropologia no PPGA Associado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), defendida em 2019. A pesquisa teve apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Amor, festa, devoção: a rainha Pombagira Sete Encruzilhadas. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50245> Acesso em: 04 Jun. 2021.

2 Cambone, conforme Cacciatore (1988), é o auxiliar assistente de sacerdote ou do médiuns incorporados, na Cabula e em outros cultos de influência bantu. Entre suas funções estão as de auxiliar os médiuns incorporados, acender charutos, cachimbos, cigarros e entregá-los às entidades incorporadas, servir-lhes bebidas, acender velas, anotar receitas dos Guias, traduzir para os consulentes a linguagem especial do Pretos Velhos, etc.

Figura 1 - Melissa Reis [Foto/JeanDosAnjos/2017]



Butler (2015) oferece uma profunda reflexão sobre a responsabilidade diante do Outro³. Para expor Melissa aqui é preciso, primeiro, respeitar Melissa e sua história de vida. É uma condição ética primeva.

Dado que somos vulneráveis à interpelação dos outros de maneiras que não podemos controlar totalmente, não mais do que controlamos a esfera da linguagem, isso significa que carecemos de capacidade de agir e de responsabilidade? Para Lévinas, que faz uma separação entre a pretensão de responsabilidade e a possibilidade de ação, a responsabilidade surge como consequência de estarmos sujeitos à interpelação não desejada do outro. (BUTLER, 2015, p. 113)

³ “Outro” escrito em maiúsculo converge com o pensamento de Lévinas (2009). É um lugar de relação ética infinita.

Trazer para este trabalho as memórias de Melissa Reis me interpela a pensar sobre as responsabilidades da pesquisa que infere no Outro a busca pela compreensão da vida humana e suas consequências epistemológicas. Aqui trato sobre a vida e a memória de Outro para a construção de saberes e conhecimentos. O rigor com que me empenho na obtenção de dados sobre Melissa para a construção do conhecimento antropológico é, também, radicalmente ético.

Dialogo com Kofes (2001; 2007) quando se refere a “estórias de vida” considerando estas como fontes de informação que ultrapassam o sujeito que fala e informam sobre o contexto social; evocação do sujeito transmitindo a dimensão subjetiva e interpretativa destes; reflexão que se resulta da relação entre pesquisador e o/a interlocutor/a. Aproveita-se das “estórias de vida” nos pressupostos da autora considerando-se como relatos que se constroem com a motivação do pesquisador implicando sua presença como ouvinte e interlocutor como um material restrito à situação das entrevistas, considerando o que foi narrado pelas pessoas que viveram e narraram essas estórias. Também faço uso de câmera fotográfica para registrar a vida no terceiro, suas festas e rituais. As imagens formam mapas de compreensão permitindo a construção de narrativas visuais que compõem o corpo da pesquisa (Burnet, 1995, p. 300 apud Feldman-Bianco e Leite, 1998, p.12). As imagens que compõem este trabalho foram autorizadas por Melissa.

Permito-me ser afetado no sentido que Favret-Saada (2005, p. 160) indica como metodologia na disciplina da Antropologia. Afetar-se na etnografia “não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem se aproveitar da experiência de campo para exercitar seu narcisismo”. Entretanto, me permito uma imersão profunda no campo misturando meu corpo com o corpo da própria pesquisa.

Melissa Reis tem suas raízes no interior do Ceará. Foi de Massapê que sua avó, Maria de Jesus Furtado dos Reis, chegou em Fortaleza. Casou-se com Edmundo Antero dos Reis e tiveram quatro filhas, entre elas, Nuzia, mãe de Melissa.

Nuzia Celia Reis Pereira casou-se com Luiz Gonzaga Pereira Filho. Já estava grávida de Melissa. O casamento foi contra a vontade de Dona Maria de Jesus, pois Luiz era negro. O preconceito era muito forte, e o casamento começou com esses enfrentamentos.

Luiz e Nuzia viveram entre altos e baixos. Ele, alcoólatra, acabava criando sérios problemas entre toda a família. Ela, sofria com a

violência doméstica do marido e lutava para cuidar bem das crianças que cresciam em um ambiente, muitas vezes, de hostilidade e incompreensão. Hoje, Luiz superou o alcoolismo e a família vive melhor.

Melissa conta que foi o Mestre Sibamba que seguiu todas as barras. Dona Maria de Jesus, que era da Umbanda, tinha a entidade como seu guia, e ele ajudou toda a família. Dona Nuzia cambonava no terreiro de Dona Maria de Jesus. Melissa, com oito anos, entrou no quarto de Exu e se encantou pela religião.

Quando Dona Maria de Jesus faleceu, Melissa herdou sua Santa Bárbara de Portugal e alguma prataria. Os filhos de seu segundo marido, Raimundo Bessa, trataram de derrubar o terreiro, e muita coisa ficou perdida. Uma memória de uma vida dedicada à Umbanda foi destruída.

Melissa Reis nasceu em 1975, teve uma infância entre os bairros Bela Vista e Bom Jardim, estudou em escolas públicas, descobriu sua sexualidade logo cedo e já entendia que não era igual aos outros meninos. Sim, Melissa nasceu menino sendo nomeado Washington Luis Reis Pereira. Sua mãe queria afastá-la da Umbanda porque entendia que a religião era frequentada pela comunidade LGBTQIA+⁴ e achava que Melissa poderia ser influenciada. Mas a estratégia da mãe de Melissa não deu certo, pois sua orientação sexual não dependia de fatores externos, mas viria dos seus desejos.

Embora haja desde o nascimento uma suposta ordem e afirmação do que seja menino e menina, nem sempre os sujeitos baixam suas cabeças aos regulamentos sociais. Louro (2015, p. 16) diz que

Apesar de tudo isso, a sequência é desobedecida e subvertida. Como não está garantida e resolvida de uma vez por todas, como não pode ser decidida e determinada num só golpe, a ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado. Mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. A imprevisibilidade é inerente ao percurso. Tal como numa viagem, pode ser instigante sair da rota fixada

4 L = Lésbicas; G = Gays; B = Bissexuais; T = Transexuais, travestis e transgêneros; Q = Queers; I = Intersexuais; A = Assexuais; + = engloba todas as outras letrinhas de LGBTTQQIAAP, como o “P” de pansexualidade.

e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado. Arriscar-se por caminhos não traçados. Viver perigosamente. Ainda que sejam tomadas todas as precauções, não há como impedir que alguns se atrevam a subverter as normas. Esses se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punições. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões.

Enquanto conversava com Melissa em um agradável final de tarde na Cabana do Preto Velho da Mata Escura, eu pensava sobre o livro *Um corpo estranho*, da professora Guacira Lopes Louro (2015), e do quanto o texto se alinhava com a trajetória de Melissa e toda a subversão que promoveu com o seu corpo no mundo que tentou negar-lhe tantas coisas. Também lembrei da trajetória de enfrentamentos da cearense Luma Andrade (2012), primeira travesti a apresentar uma tese de doutorado no Brasil⁵. Apesar de ter tido o reconhecimento acadêmico, Luma conta que ainda recebia olhares preconceituosos sobre si.

Melissa conheceu o trabalho como cabeleireira em salões de beleza na cidade, mas também conheceu o trabalho na José Bastos, avenida de Fortaleza conhecida por pontos de prostituição. Na José Bastos ganhou o nome de Melissa depois que ganhou uma sandália de marca *melissa* de uma colega. Antes já tinha tentado os nomes de Mirella, Barbara e Dayse. Da José Bastos foi para a cidade de São Paulo de carona de caminhão com Carol, uma amiga. O ano era 1998, e a viagem não foi fácil para as duas. Chegando em São Paulo Melissa adoeceu e deu despesas para a cafetina que a acolheu. Preocupada em como pagaria a despesa que tinha sido grande, Melissa recebeu com surpresa a notícia da cafetina que rasgou a conta dizendo que ela poderia começar do zero.

Mas as surpresas nem sempre seriam boas para Melissa. São Paulo foi se mostrando uma cidade violenta. Um dia, trabalhando na Rua dos Coqueiros, Carol foi assassinada. A violência e a morte caminhavam por perto das moças. A vida era sempre por um fio. A cafetina ligou para a família de Carol, mas a mãe disse que não tinha interesse pelo corpo do “filho”, que ele poderia ser enterrado em São Paulo

5 Cearense é primeira travesti a apresentar uma tese de doutorado no Brasil. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/05/08/cearense-e-a-primeira-travesti-a-apresentar-uma-tese-de-doutorado-no-brasil.htm> Acesso em: 05 Jun. 2021.

mesmo. Mas, quando soube que havia um valor que ela poderia receber, logo disponibilizou-se a resolver as questões burocráticas.

A cafetina não enviou o dinheiro de Carol para a mãe. Investiu o valor em um jazigo no Cemitério da Consolação que serviria para sepultar Carol e outras travestis em situação de vulnerabilidade. As condições de vida da população LGBTQIA+ são precarizadas, e o Estado pouco se mobiliza para atender as demandas para que vidas sejam preservadas e existam com dignidade.

No Brasil, os crimes de ódio contra LGBTQIA+'s não são contados por um sistema oficial e estatal de denúncia. Em artigo na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, o Prof. Dr. Renan Quinalha (2019) denuncia que os direitos LGBTQIA+'s sob o governo Bolsonaro estão na linha de tiro. O atual Presidente da República representa valores associados à defesa da família tradicional, à heterossexualidade compulsória e a uma visão de mundo religiosa. E mais: as bandeiras do presidente refletem o êxito de um pânico moral alimentado há tempos e coloca a comunidade LGBTQIA+ como alvo das políticas e práticas de morte.

“Ter filho gay é falta de porrada”, disse Bolsonaro⁶, revelando sua bandeira perversa contra toda a população LGBTQIA+. É nesse cenário que Quinalha (2019) pergunta se devemos levar a sério o conjunto de agressões e provocações homofóbicas proferidas pelo presidente.

Ou podemos acreditar no mantra “as instituições estão funcionando perfeitamente no país”, agarrando-nos à esperança de que as convicções pessoais e os impulsos homofóbicos do presidente serão enfraquecidos e neutralizados por um sistema de justiça vigilante e comprometido com os direitos humanos? (QUINALHA, 2019, p. 5)

A resposta ao professor Quinalha veio no mesmo mês em que saiu a publicação dele na revista quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu enquadrar homofobia e transfobia como crimes de racismo.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26,

6 “Ter filho gay é falta de porrada”, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro/> Acesso em: 04 Jun. 2021.

de relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, foi concluído na tarde desta quinta-feira (13). Por maioria, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. Nesse ponto, ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, por entenderem que a conduta só pode ser punida mediante lei aprovada pelo Legislativo. O ministro Marco Aurélio não reconhecia a mora. (STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 04 Jun. 2021

Por mais que a decisão do STF nos dê alegria e nos dê esperança sabemos que as transformações estruturais na cultura de ódio à população LGBTQIA+ não mudam conforme a lei, mas depende de toda uma organização educacional desde a formação básica na escola até a universidade. O Governo Federal não reconhece essa demanda e, ao contrário, destrói qualquer organização pedagógica que dê alicerce à educação sexual e de gênero na escola. Nada será fácil diante de tantos absurdos do atual governo.

Melissa Reis desafia o tempo e as práticas de ódio. A estimativa de vida de pessoas transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos⁷. Dandara dos Santos, moradora do bairro Conjunto Ceará, em Fortaleza, foi assassinada com requintes de crueldade no bairro Bom Jardim, em 2017⁸. O caso de Dandara teve repercussão mundial, mas nem isso

7 Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/> Acesso em: 05 Jun. 2021.

8 'Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148> Acesso em 05 Jun. 2021.

diminuiu a incidência de crimes de ódio no Brasil. Com uma trajetória de vida onde a prostituição e a drogadição estiveram presentes, Dandara não conseguiu sobreviver do afeto e do amor conquistado por todos e todas que a conheciam. Torturada e morta, virou estatística em um dos países onde mais se matam LGBTQIA+’s no mundo⁹.

De São Paulo Melissa foi para Rio de Janeiro onde se especializou em *mega hair*, prática de alongamento de cabelo. No Rio, trabalhou em pontos de prostituição na Lapa e lá era protegida pelo Seu Zé Pilintra, seu mestre na Umbanda. Nota-se que a ligação de Melissa com a espiritualidade nunca se partiu. Ainda no Rio, Melissa começou um namoro que a tirou das ruas. Em 1999 voltou para Fortaleza.

A vivência de pouco mais de um ano de Melissa no sudeste brasileiro trouxe a ela muita experiência de vida. O contato com o mundo da prostituição e de pequenos delitos em São Paulo e no Rio, além dos desafios cotidianos de conviver entre cafetinas e cafetões, disputas de espaços com diversas prostitutas, entre outras coisas, mostraram à Melissa a importância de viver mais perto de seus familiares e amigos.

De volta a Fortaleza Melissa trabalhou em salões de beleza e foi envolvendo-se com o mundo das drogas. Sofria com o preconceito para conseguir empregos, pois os donos de salões não queriam empregar travestis. Em alguns casos era pedido que ela cortasse o cabelo e se vestisse como homem. De 1999 a 2009 foi só diversão e trabalho, conta a moça. Até que em 2009 casou-se, separando-se em 2014 quando o marido não aguentou mais o convívio de Melissa com o mundo das drogas. Do consumo de cocaína passou para o consumo de crack.

Com dívidas perto de R\$ 12.000,00, Melissa passava pela mira de revólver de traficantes da área e foi se vendo no fundo do poço vendendo tudo o que tinha em casa para continuar consumindo drogas e pagando as dívidas. Parecia que não havia mais saída para Melissa até que ela sentiu que poderia ser resgatada do que ela chama de umbral.

Foi na Cabana do Preto Velho da Mata Escura que Melissa Reis ouviu o chamado da Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas e resolveu reconstruir sua vida. Melissa já frequentava os terreiros do Bom Jardim

9 Morrer por ser gay: o mapa-múndi da homofobia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html Acesso em: 05 Jun. 2021.

desde a adolescência e, depois que voltou do Rio, passou a frequentar a Cabana e fazer amizade com o Pai de Santo e a comunidade.

Melissa entrou primeiro no Candomblé sendo filha de Oxóssi. Depois entrou na Umbanda sendo seu guia o Índio da Solidão. Em 2011 fez santo no Candomblé e em 2014 recebeu em sua cabeça a entidade na Umbanda. Mas foi com a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas que Melissa foi se transformando. Ela me conta que sua vida pode ser dividida entre antes e depois da Pombagira. Um dos episódios extraordinários que Melissa me conta é quando uma cliente da Pombagira que não a conhecia recebeu um recado da Rainha e foi deixar para ela. A cliente estava sendo atendida pela Pombagira na cabeça de Pai Valdo quando a Moça¹⁰ mandou um aviso para Melissa: “Eu estou sabendo de tudo que está acontecendo. Vou dar um jeito de resolver tudo”. A cliente entregou o aviso e deu o abraço que a Moça mandou. Melissa recebeu o abraço de sua cura. Melissa Reis se entregou à Rainha Pombagira que virou a mulher de sua vida, a mulher que a salvou. Hoje, Melissa está limpa¹¹.

Melissa começou a cambonar a Rainha Pombagira em 2014. Seu Exu é o Labareda e sua Pombagira é a própria Rainha. Ela me falou que já recebeu em sua cabeça Dona Sete Encruzilhadas em outros terreiros porque na Cabana só o Pai de Santo recebia. As pessoas que cambonaram a Pombagira antes de Melissa não estão mais na religião. Uma delas está na igreja evangélica, mas não fala mal da entidade que tanto cuidou.

Durante as giras preparatórias para a festa de 2018, Melissa se ausentou por alguns dias. Por conta de atritos com a decoradora da festa, Melissa quase desistiu de tudo. E mais, foi humilhada por um filho de santo da casa no grupo de *WhatsApp*. Foi tratada com desprezo e foi magoada profundamente. Melissa foi atacada por ser quem ela é, por ser travesti e pela sua trajetória de vida. Seu nome foi jogado na lama. A Pombagira tratou de resolver as questões com as pessoas envolvidas. Mas na festa eu mesmo senti que Melissa não estava bem apesar de ela não confirmar as minhas suspeitas. Como explica Dias (2020), há uma relação complexa na presença e aceitação de travestis

¹⁰ “Moça” é um termo que se usa para se referir à Pombagira.

¹¹ Estar “limpa”, nesse contexto, significa não estar fazendo o uso de drogas ilícitas.

em terreiros. Concordo com o pesquisador e reforço o desejo de mais respeito às identidades trans nos Candomblés e Umbandas.

Figura 2 - Melissa Reis e a Rainha Pombagira



[Foto/JeanDosAnjos/2020]

No dia 21 de março de 2019, quinta-feira, fui a uma gira de Exu na Cabana. Para mim era um dia de campo para a pesquisa, um dia comum. Antes da gira começar estava conversando com Melissa e outras duas pessoas sentadas no batente em frente ao quarto da Pombagira. Foi quando o Pai de Santo passou e avisou, jocosamente, que Melissa iria receber a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas naquela noite. Todos riram, eu inclusive. Uma das pessoas imaginou Melissa, vestida com a roupa da Pombagira e, tendo o corpo diferente do Pai de Santo, ficaria engraçada.

A gira começou, e o Pai de Santo não incorporou como de praxe. Era uma gira em que outro médium, filho de santo da casa, receberia seus guias para ser consagrado. Fui acompanhando tudo com atenção, pois a sequência que aprendi observando o Pai de Santo e seus guias até a chegada da Rainha não ia ser realizada como costumeiramente.

Por volta das 21hs Pai Valdo foi se retirando do barracão principal. Eu o acompanhei. Melissa estava na gira, e ele a chamou

dizendo, seriamente, que ela iria receber a Rainha Pombagira. Melissa respondeu que não, mas Pai Valdo foi puxando-a pelo braço para o quarto da Pombagira. Aquela situação era muito inusitada para mim. Melissa seguia recusando, e Pai Valdo afirmava, contundente, que a Moça ia incorporar nela. Pai Valdo colocou Melissa dentro da casa da Pombagira e, virando para trás, olhando seriamente nos meus olhos, disse: “Se prepare que a próxima será você!”. Congelei de surpresa, fascinação e medo. Todos os sentimentos misturados.

Em menos de um minuto a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas estava em terra na cabeça de Melissa Reis. E, obviamente, ela não vestiu os vestidos que geralmente usa quando está na cabeça de Pai Valdo. O Pai de Santo ficou cambonando a Rainha junto com Weverton, filho de santo da casa, e ela entrou, maravilhosa, dentro do barracão. Todos e todas que estavam no terreiro receberam a Rainha com muita louvação, mas não escondiam a surpresa. Eu, em quase seis anos de campo, nunca vi a Rainha em outra cabeça.

A pessoa que humilhou Melissa levou o pano da costa para a Rainha. Ela mesmo tratou de colocar e ajustar no corpo da Moça. A pessoa abraçou a Moça e chorou. A Rainha abraçava-o e fazia carinho em seu corpo. Eu fui às lágrimas. A cena, que não estava prevista para a minha pesquisa, impactou-me.

A Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas brilhou na cabeça de Melissa Reis. E mostrou a todos e todas da comunidade da Cabana do Preto Velho da Mata Escura que Melissa é sua filha amada e é protegida por ela. Pai Valdo de Oyá, generosamente, realizou o encontro de sua filha de santo com a sua guia espiritual, mostrando para toda a comunidade que a humildade na Umbanda é um dos valores mais caros.

Melissa Reis, filha da Rainha, tornou-se também rainha. Recebeu da comunidade o respeito e a consideração que sempre mereceu. A vitória, o sucesso e o triunfo chegaram para aquela que foi tão humilhada e desrespeitada. O corpo de Melissa transfigurado no corpo da Rainha Pombagira virou festa. O seu amor e a sua devoção à Rainha transformaram seu corpo em festa. Umbanda, mais uma estrela brilhou.

Em 2020, Melissa participou do filme *As Cores do Divino*¹², dirigido por Victor Costa Lopes. No documentário, ela fala sobre sua

¹² *As Cores do Divino*. Trailer disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bKwE-CUDwKV> Acesso em: 05 Jun. 2021.

relação com o sagrado e suas experiências de vida no Candomblé e na Umbanda. Durante a pandemia por conta da Covid-19, Melissa organizou o projeto *A Fome não Espera* para arrecadar alimentos para a população mais carente de sua comunidade. Seu trabalho incansável na defesa das minorias é um exemplo para todas nós.

Saber das “estórias de vida” de Melissa me levou a compreensão da realidade da vida travesti no mundo. Tanto nas entrevistas como no fato de me deixar afetar pela pesquisa, entendi, por exemplo, que Melissa sofre transfobia dentro e fora do terreiro. Sua presença, como de outras travestis, nem sempre é respeitada por outros/as umbandistas e candomblecistas. Mas, a forte ligação de Melissa com a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas a coloca como lugar de destaque fazendo-a superar obstáculos.

A realidade social no Brasil, um dos países que mais mata travestis e transexuais no mundo pode ser compreendida por meio da estória de vida de Melissa Reis. Melissa superou e supera cotidianamente vários obstáculos por meio de sua fé e devoção à Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas.

Figura 3 - Melissa Reis e a Rainha Pombagira



[Foto/JeanDosAnjos/2018]

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, à Melissa Reis, pela confiança durante todos esses anos.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600> Acesso em: 04 Jun. 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**: com a indicação da origem das palavras. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 3ª edição revista, 1988.

DIAS, Claudenilson da Silva. **Identidades trans em candomblés**: entre aceitações e rejeições. Salvador-BA. Editora Devires, 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Tradução de Paula Siqueira. Cadernos de campo n. 13: 155-161, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Míriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. **Experiências sociais, interpretações individuais**: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 3, p. 117–141, 2007.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

QUINALHA, Renan. Os direitos LGBT sob o governo Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo. Ano 12. Número 143, p. 4-5. Junho, 2019.

MULHERES, AGRICULTORAS E FEIRANTES: O MEIO RURAL EM INTERAÇÃO COM O URBANO¹

Luana Isabel Klatt

*Mestranda do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, bolsista CAPES,
luanaklatt09@gmail.com.*

Maria Catarina Chitolina Zanini

*Professora Orientadora: Doutora em Antropologia Social, Departamento
de Ciências Sociais – UFSM, zanini.ufsm@gmail.com.*

Resumo

Buscando conhecer o cotidiano do que é ser mulher em um contexto rural, observa-se que no território nacional, há uma pluralidade de formas e percepções destes sujeitos de si e sobre suas representações no ambiente em que atuam. Compreende-se que esta proposta visa abordar as agricultoras feirantes que residem no interior de Santa Maria, município da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. Estas interlocutoras são apresentadas enquanto mulheres cis, brancas, descendentes de imigrantes italianos/as, católicas e com baixa escolarização. A pesquisa e aprofundamentos ocorreram por meio da etnografia de rua, tendo como técnica a observação participante entre os anos de 2016 e 2019, quando se realizaram acompanhamentos semanais, nas quartas-feiras e sábados, pela parte da manhã. A feira de alimentos e artesanatos no contexto urbano, proporcionou uma proximidade da sua rotina, das preocupações e investimentos semanais das mulheres, bem como suas formas de aprender e comercializar suas produções e também vivenciar o urbano. A

1 Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa Na Feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul, financiado pela CNPq nos anos de 2014 – 2019.

sociabilidade e a interação com o público de diferentes classes, gêneros, idades e escolaridade, também levaram estas mulheres a uma transformação do ser e do interagir individual que refletem no coletivo. Assim, destaca-se a habilidade de aprender as lógicas de mercado e a se refazer não apenas para vender seus produtos, mas em como ser, viver e compreender o mundo.

Palavras-chave: Mulheres, Agricultoras, Feira, Comercialização, Sociabilidade.

Introdução

A compreensão que as pessoas têm de si no meio rural brasileiro, assim como no meio urbano, é ampla e contraditória, o que, por diversos motivos, torna complexa e restrita nossa percepção desses contextos pelos limites metodológicos e científicos postos. Por outro lado, as categorias institucionalizadas que garantem direitos frente a formas de acesso a políticas públicas, por vezes ignoram as particularidades dos grupos. Mesmo assim, observa-se no rural brasileiro uma constante reivindicação por pertencimentos específicos e também por possibilidades de sobrevivência e reprodução da condição camponesa.

Esse trabalho propõe-se a descrever uma análise realizada com cerca de 12 mulheres, agricultoras feirantes e sobre como tiveram de se adequar ao trabalho e interação no meio urbano, na Feirinha de Camobi, localizada no bairro Camobi, na cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. E nesse contexto emerge a questão central do estudo, qual seja: de que modo as agricultoras e feirantes da Feirinha de Camobi, (re) constroem sua forma de ser e seu cotidiano ao participarem de uma feira urbana? Nesse espaço, foram levadas a estabelecer novas relações sociais, assim como ressignificações e a desenvolver agências² (ORTNER, 2007) para realizar a comercialização de seus cultivos, produções ou aquelas que também eram adquiridos de parentes ou das vizinhanças rurais.

Elas, juntamente com suas famílias, vivem nas comunidades interioranas em Santa Maria, nas proximidades do Bairro Camobi, espaço no qual ocorre a chamada Feirinha de Camobi. São e se identificam por meio de sua ascendência e descendência de imigrantes italianos/as, sendo católicas, com baixa escolarização e se reconhecem enquanto

2 Observando como Ortner (2007) entende agência, temos: “Em particular, eu vejo a subjetividade como a base da agency, uma parte necessária do entendimento de como as pessoas (tentam) agir no mundo mesmo se agem sobre elas. Agency não é uma vontade natural ou originária; ela é moldada enquanto desejos e intenções específicas dentro de uma matriz de subjetividade – de sentimentos, pensamentos e significados (culturalmente constituídos)” (ORTNER, 2007, p.380).

colonas (SEYFERTH,1993)³ no seu cotidiano e enquanto agricultoras quando necessária frente as ou reconhecimento institucionais.

Durante décadas a existência e cotidiano destas mulheres se encontrava atrelado à reprodução familiar, baseado nas rotinas de cuidados com a família, trabalho na terra, hierarquia e a religiosidade católica, marca forte da colonização italiana local (ZANINI, 2006). Enquanto o esposo ou chefe de família se tornava responsável pela resolução de conflitos no âmbito público, eram as mulheres que cuidavam, organizavam e produziam no privado, assim como no trabalho fora do lar, na lavoura. E por meio desta experiência, a feira se tornou um caminho de possibilidades para experimentarem novas interações sociais e novos desafios enquanto trabalhadoras e mulheres.

A necessidade de garantir a continuidade da vida no campo e gerar renda, fez com que elas produzissem alimentos, seja na horta, nas lavouras ou em suas casas para terem produtos para se deslocar até o meio urbano e comercializar. A feira, quando surgiu, no final da década de 90, ocorria uma vez durante a semana, aos sábados, mudando de locais até se estabelecer na avenida que dá acesso a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), situado num bairro com grande número de servidores públicos e de estudantes.

Posteriormente, também passou a ocorrer nas quartas-feiras, ambas na parte da manhã até a primeira hora da tarde no mesmo local de aceso a UFSM, criando uma clientela assídua e crescente que tem, em sua maior parte, também a ascendência italiana ou alemã como identificadores, ou seja, indivíduos que são originários das “colônias” ou descendentes desses. Já estudantes da universidade, do ensino médio, servidores públicos e vizinhanças caracterizam um público temporário que se renova a cada temporada de ingresso nas instituições. Esses indivíduos procuram e encontram na feira elementos de uma sociabilidade étnica concetados com suas origens (ZANINI E FROELICH, 2015, ZANINI, 2018a, 2018b).

3 Seyferth (1993) compreende que a identidade de colono [a] se construiu com os imigrantes de italianos e alemães que vieram ao Brasil no processo de colonização e que buscavam se diferenciar dos chamados caboclos, ou outros grupos que ali habitavam: “A política imigratória e a de colonização confundem-se na legislação e, durante boa parte do século XIX, o termo colono serviu para designar oficialmente o imigrante, sendo depois apropriado como categoria de identidade etnizada de acordo com a procedência nacional”(SEYFERTH, 2011, p.405).

E é por mais de 20 anos que a feira é realizada, fazendo com que o ambiente rural e urbano se cruzem e dialoguem em suas possibilidades interativas. Mas, é necessário destacar que apesar dessa percepção social ter e continuar se transformando, a falta de investimentos no meio agrícola, relacionadas a agricultura familiar ou produções menores, ainda é baixa. Em uma coletânea de ensaios que falam sobre as consequências do golpe no Brasil, sofrido com o *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff, Picoletto e Piccin (2020) destacaram consideráveis quedas orçamentárias no investimento do setor agrário, por ideais políticos, posterior ao ano de 2016, afetando principalmente setores como o da agricultura familiar. Esse cenário ressalta que espaços como a feira podem ser alternativas muito importantes para a melhora da qualidade de vida e valorização do trabalho dessas mulheres por nós pesquisadas.

Metodologia e Resultados

Figura 01: Feirinha de Camobi modificando a ambiência e paisagem local.
Outubro de 2018.



Fonte: acervo pessoal das autoras.

O acompanhamento com as feirantes e demais pessoas que circulavam no meio, realizou-se durante os anos de 2016 a 2019 por meio de uma etnografia de rua (ECKERT e ROCHA, 2003), mediante observação participante. Também foram realizados registros fotográficos da

ambiência, sua organização e oferta de variedades comercializadas⁴. Observou-se, durante as caminhadas pelo espaço e pelas interações decorrentes, a transformação que as estruturas e pessoas provocavam na Avenida Roraima, local da feira. O colorido das pessoas, barracas, alimentos e integrações culturais, realçavam a rua e calçada acinzentadas nesse meio.

Para as autoras Eckert e Rocha (2003):

Uma etnografia de rua propõe ao antropólogo[a], portanto, o desafio de experienciar a ambiência das cidades como a de uma «morada de ruas» cujos caminhos, ruídos, cheiros e cores a percorrer sugerem, sem cessar, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens, em detrimento de outros” (ECKERT e ROCHA, 2003, p. 4, 5).

Na feira somos convidadas/os a observar, sentir e apreciar, cada qual a seu modo, as possibilidades destas transformações cotidianas provocadas por esse evento.

Figura 02: Oferta de legumes, chás e panificados. Março de 2018.



Fonte: acervo pessoal das autoras.

4 O registro de imagens, minha interação e interferência no local, como também da orientadora e o devido campo empírico da pesquisa, foram negociadas a cada ida e aproximação das pessoas, conforme Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012, disponível em <http://www.porta.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

A pesquisadora, professora e orientadora Maria Catarina Chitolina Zanini ao longo dos anos e dos projetos⁵ ali realizados, já havia estabelecido uma relação de amistosa e ética, principalmente de respeito com as interlocutoras e demais consumidores que frequentavam o ambiente. E essa troca mútua foi fundamental para que houvesse a possibilidade de conhecer este mundo repleto de simbologias e significados, tão peculiar, desafiador, mesmo atrelado as dinâmicas de mercado tão universais.

Figura 03: casquinhas de ovos pintados, bolachas e demais especiarias customizadas para a celebração do período de Páscoa.



Fonte: acervo pessoal das autoras.

Estas mulheres, desde o início até hoje, aprimoram e desenvolvem habilidades (INGOLD, 2010) de venda por meio dessa interação

5 Entre os anos de 2011 até 2018 realizaram-se dois projetos de pesquisa, os quais tinham como foco, acompanhar o trabalho e cotidiano de mulheres agricultoras e feirantes de Santa Maria e região. Elas semanalmente vinham até o centro e espaço urbano da cidade para comercializar suas produções. Por meio desses estudos, realizou-se a publicação dos seguintes E-books: Mercados, campesinato e cidades, Abordagens possíveis (2015), organizado por Maria Catarina Chitolina Zanini; Somos todas mulheres iguais! Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato (2015) organizado por Daniele Palma Cielo, Fabiane Dalla Nora, Jamile dos Santos P. Costa, Juliana Franchi da Silva, Patrícia Rejane Froelich, Silvana Silva de Oliveira, Maria Rita Py Dutra, Maria Catarina Chitolina Zanini e Feiras, feirinhas e feirões. A “economia dos centavos” em foco (2017) organizado por Maria Catarina Chitolina Zanini e Miriam de Oliveira Santos.

realizada em contexto e espaço urbano. Seja pelas necessidades de atender, de ofertar ou mesmo em virtude da dinâmica que o espaço de trocas lhes exige. Antes de fazer a feira (preparar os alimentos e o que se leva para comercializar), a vida da maioria delas permeava a produção e manutenção familiar por meio da atividade agrícola. Ter a oportunidade de sair do mundo camponês e interagir com o urbano, desenvolver seu próprio negócio, exigiu flexibilidade, análises e adequações particulares, além de lhes proporcionar mais visibilidade.

Para as mulheres colonas, deslocar-se temporariamente de sua casa para fazer feira na cidade, destaca a determinação e necessidade de se desafiar, ir contra e além de uma estrutura e organização patriarcal, com papéis de gênero que a cultura ali em torno lhes atribui, especialmente aquelas advindas de famílias de origem italiana. Ter seu trabalho e dedicação reconhecidos em um espaço com mais fluxo de pessoas e culturas, fez com que elas também aprendessem a ressignificar suas trajetórias e lugar na sociedade, na família.

E mesmo depois de anos, tendo sua clientela fixa, nem toda a feira acaba sendo produtiva, como observamos na presente anotação:

Antes de ir embora, como de praxe, uma feirante veio de encontro a barraca da outra e lhe trouxe pães. Quando se aproximou disse que o seu filho comentou: - Hoje não dá nem pro mercado. Eu disse, paciência! Ao menos não tamo doente (diário de campo, agosto de 2017).

Semanalmente o filho traz sua mãe até a feira com o carro e a auxilia a vender as bolachas, mel, pães, cucas, frutas, sementes e demais especiarias produzidas por ela e sua cunhada. Era corriqueiro que a feirante manifestasse algum agradecimento a Deus e/ou a Nossa Senhora, ponderando sua devoção e de que era importante acreditar e seguir agradecendo, que o melhor da vida lhes seria concedido. Traço do catolicismo ainda muito forte nos descendentes de imigrantes italianos na região, numa vinculação forte entre trabalho e virtudes (ZANINI e SANTOS, 2009).

Para além deste ofício, que passa por diferentes percursos e situações, a feira também tida como um espaço de comunicação, e de sociabilidade (SIMMEL, 2006), como relatado pelas próprias feirantes. A interação entre elas, a interpelação com consumidoras e consumidores, sejam jovens, adultos, crianças e idosos acaba se tornando

um espaço lúdico de sociação e também de aprendizados e trocas. Esse processo de trocas com quem consome ocorre de forma tímida e silenciosa, diferente do que mostra Vedana (2004) ao analisar a feira urbana em Porto Alegre, na qual quem faz feira convida as pessoas para se aproximarem, observarem seus produtos fazendo jocosidades e brincadeiras:

Um senhor observa os pães expostos na mesa na banca observada e pergunta:

- Quanto é que tá o pão?
- 5, responde a feirante.
- É batido?
- Não, é caseiro normal.
- Vo levá. Tenho problema com a tia, tia bétí (emitindo um leve sorriso jocoso), ma vou levá. E com um riso no canto da boca, a feirante lhe entrega o pão em uma sacola (diário de campo, 02 de março de 2019).

Noutra situação, um consumidor de uma semana para outra provou e aprovou a morcilha⁶ vendida na barraca de outra feirante, como registrado:

Duas pessoas se aproximam da banca em que estava, no que uma indaga:

- semana passada eu comprei da senhora (feirante) morcilha boa. Tem da branca? Como não havia mais da branca, a agricultora ofereceu e conseguiu vender duas morcilhas de sangue. Ela ainda acrescentou, alertando o consumidor:
- Morcilha a partir das 7 hora, destacando a alta procura do alimento. Tu qué que eu guarde uma de cada? Referindo-se a semana seguinte. A acompanhante do senhor ouve e ressalta que semana que vem ele vem mais cedo para garantir o alimento (diário de campo 02 de março de 2019).

6 Morcilha é um embutido preparado com miudezas de carne suína, as quais são moídas, salgadas e acrescidas de temperos, cheiro verde. Esta caracteriza a morcilha branca, e a morcilha de sangue tem como diferencial a presença do sangue do animal na sua composição.

E em meio a esse contexto social, ao refletir sobre os diferentes ambientes urbanos, as rotas e encontros realizados pelas pessoas nos espaços, Magnani (1993) nos ajuda a refletir sobre a necessidade de observarmos para além do particular, incluindo o contexto geral onde essas mulheres e histórias se encontram. Como o autor propõe “é preciso levar em consideração a malha de relações que mantém com a sociedade envolvente: a dinâmica de um espaço não se esgota no seu perímetro” (MAGNANI, 1993, p. 6), a cultura das trabalhadoras feirantes vai além do que percebemos ou desta ambiência específica.

Por estas breves e localizadas observações, a feira teve para essas mulheres, diferentes resultados, sendo eles mais particulares, como também mais amplos, como o contato com grupos e pessoas de diferentes lugares do mundo e/ou até do Brasil. A vida delas, assim como das pessoas que residem nas redondezas por algum tempo ou quem por anos, transborda gêneros, sexualidades, culturas, risos, trocas e aprendizagens.

Considerações finais

Em suma, as mulheres agricultoras ou colonas do meio rural, ao interagirem direta e semanalmente em espaço urbano, foram levadas a se refazerem enquanto sujeitos, questionando sua autonomia, e responsabilidades colocadas em meio a diferentes situações, realidades e consumidores/as. Cabe salientar que a agência e as aprendizagens, mesmo em contexto similar, são particulares, assim como suas políticas e operações econômicas que atuam sobre esses corpos e vida. Da mesma forma, se observa os espaços e lugar social que enquanto mulheres colonas, católicas, descendentes e ascendentes de italianos/as, elas aprenderam a se identificar. Mas, apesar das mudanças, aproximações sociais e culturais que a comercialização trouxe as feirantes, é arriscado acreditar que somente a entrada de mais renda esteja beneficiando a vida destas pessoas.

Em meio a esse contexto de complexidades, não somente quando nos referimos ou pensamos no e com o meio rural, mas nas negligências ou falta de cuidado, principalmente dos poderes públicos. Vivemos em meio a uma pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) responsável pela doença da Covid19, desde 2020, assolando o país, mas principalmente quem não pode se proteger devidamente e vive em situações precárias. As pessoas, a sua maneira,

fazem o possível para se cuidarem e sobreviverem, mas precisamos nos conscientizar e preocuparmo-nos uns com os outros para dar passos adiante nessa dolorosa situação. Sair e se arriscar para fazer feira poderia e é um ato de resistência em meio a um sistema que se beneficia da exploração do trabalho, principalmente de mulheres, ainda mais se forem negras ou indígenas.

A feira foi uma das alternativas ou complementos que não apenas estas, mas uma considerável parcela de colonos e colonas de Santa Maria e região conseguiram como para obter renda, no final da década de 90 e durante os anos 2000. No entanto, está longe de ser a solução para as demais necessidades que o meio rural tem para garantir uma qualidade de vida e sustentabilidade para a família e comunidades locais. Quais as possibilidades e medidas que nos competem enquanto estudiosos/as/es do campo científico e também enquanto agentes sociais para garantir um equilíbrio social? E enquanto sociedade, que país seguiremos construindo?

Agradecimentos

Agradecemos, em especial, às mulheres feirantes que permitiram que nós acompanhássemos seu cotidiano na feira, colaboraram com seu tempo, paciência e espaço. Esta acolhida foi fundamental para que esta e demais pesquisas fossem possíveis durante os anos de projeto.

À CNPq pelo financiamento e consequente incentivo à pesquisa.

À X CINABEH – edição online, X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero, que tinha como tema, Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências e toda sua comissão. Este evento nos trouxe temas e debates tão urgentes e caros a (nós)sa sociedade brasileira, assim como as nossas vivências. Agradecemos a todes, que de alguma forma, construíram este momento e conteúdo.

Referências

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Carvalho da Rocha. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista Iuminuras**.v. 4, n. 7. p. 1-22. 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160/5258>> Acesso em: 19 ago. 2020.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

MAGNANI, José Guilherme. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Cadernos de História de São Paulo**. Museu Paulista- USP. 2, jan/dez 1993. Versão revista e atualizada.

Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20supo rte%20da%20experien- cia%20-%20magnani.pdf> Acesso em: 08 mai. 2021.

ORTNER, Shery. B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n.28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

PICOLOTTO, Éverton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Consequências do golpe para a agricultura Familiar e para a reforma agrária. In: PEREIRA, Ascísio dos Reis; BUDÓ, Marília De Nardin; DEBONA, Vilmar (Orgs). **Ensaio de resistência. Retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil Golpeado**. Dialética. Belo Horizonte. 2020.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 31-63, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6465>. Acesso em: 16 maio. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **MANA** [online] vol. 17 n. 2. p. 395-417, 2011.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. (Exemplo de sociologia pura ou formal) In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed 2006.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a Feira”** estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2004.

ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). **REMHU**, Brasília, Ano XVII, n. 33, p.175-196, 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; FROELICH, Patricia. Etnicidade na feira: a comida como interlocução. In: MENASCHE, Renata. (Org.). **Saberes e Sabores da Colônia**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1 v. p.103-114. 2015.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Oh, Gringa! Tem raditi hoje? Etnicidade, memória e trabalho na feira. IN: COSTA, Cassiane da e MARIN, Joel Orlando Bevilacqua (Orgs). **Gênero e campesinato no sul do Brasil**. Curitiba: CVR, 2018a. p.99-122, 2018.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Narrativas de uma etnografia na feira: é só sentar e escrever? IN: DE DAVID, Cesar e VARGAS, Daiane Loreto de (Orgs). **Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, p. 229-248. 2018b.

“JAMAIS PEÇO DESCULPAS POR ME DERRAMAR”: ENSAIO SOBRE INQUIETAÇÕES E POSSIBILIDADES

Aline Cristine dos Santos

Graduada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – RO. Cursista da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UNIR), alinecsantos11@gmail.com ;

Pâmela Vicentini Faeti

Docente do Departamento de Educação e da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Rondônia-RO campus de Rolim de Moura. Doutora em Educação (UEM/PR), pamelafaeti@unir.br;

Samilo Takara

Docente do Departamento de Educação e da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola no Campus Rolim de Moura e no Programa de Pós-Graduação em Educação no Campus José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia-RO. Doutor em Educação (UEM/PR). Pós-Doutor em Comunicação (UEL/PR), samilo@unir.br;

Resumo

O presente texto exterioriza as inquietações e dores pelas nítidas ausências de referências de mulheres negras como agentes produtoras de conhecimentos/epistemologias. Parto do pressuposto de que as experiências e as metodologias branca/dominante não conseguem abarcar os atravessamentos que nós, mulheres negras temos, pois não dialogam com o nosso jeito de ser, estar, pensar e atuar no mundo. Portanto, como a vida e a arte não estão separadas, problematizo sobre as ausências de referências de mulheres negras, enquanto agentes produtoras de conhecimentos, a partir da poesia dissidente de Ryane Leão. Busquei conciliar a arte das palavras e o poder que as mesmas

têm de deslocar e provocar desconfortos, de colocar no colo e fazer cafuné e quem sabe até emanar micros revoluções. São essas dores, de séculos de silenciamentos, que tem provocado em nós mulheres negras, a rebeldia de erguer a voz e gritar, se preciso for, para que sejamos ouvidas. Mesmo porque, não basta ter somente o lugar de fala, se não somos escutadxs e respeitadxs em nossos direitos em dizer que nossas vidas importam, que nossos conhecimentos são válidos.

Palavras-chave: Ausências, Inquietações, Mulheres negras, Referências, Poesia.

Introdução

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas (bell hooks, 2013, p. 103).

Trago essa afirmação da bell hooks (2013) como abertura deste texto, por sentir e entendê-la como balizadora de minhas contínuas caminhadas à busca de uma teorização que me contemple nas minhas inúmeras possibilidades de pensar e atuar no mundo. O confronto de minhas inquietações com os processos de estar sendo em que me encontro. E a angústia que sinto em não me ver nas epistemologias enquanto sujeito que propõe, constrói e tem conhecimento validado, são as experiências que acionam esta discussão.

Sigo construindo e desconstruindo com muito esforço um lugar onde minha indignação e dor possam sustentar este debate e dialogando com Sandra Mara Corazza (2002) a partir dali ir “[...] lançando flechas para outras direções e lugares quem sabe, inclusive, voltadas para onde inicie” (CORAZZA, 2002, p. 2), para estabelecer reflexões possíveis com outros que também estão ressignificando-se ao longo do caminho. Para Corazza (2002) “[...] o difícil mesmo, como Foucault escreveu, é sair-se do que se é, para criar outros possíveis de ser; e aqui não se trata disso porque tal dificuldade já vem sendo experimentada no próprio processo de investigação” (CORAZZA, 2002, p. 2). São estas premissas que venho empreendendo neste processo de sistematização das minhas inquietações acerca dos percursos da pesquisa.

Na graduação, basicamente, não tive contato com as/os pensadoras/res que me estimulassem a pensar nos meus atravessamentos enquanto mulher, negra, camponesa e tantas outras possibilidades de ser e estar pessoa no mundo. Foi no finalzinho da graduação que, em proximidade e diálogos com um professor, ele me apresentou um repertório vasto e riquíssimo de mulheres, sobretudo, mulheres negras, que também estavam atravessadas semelhantes ou equivalentes com as minhas próprias inquietações. Assim, permeio por dobras e redobras de questionamentos que ainda seguem sem muitas resoluções que consigam saciar as minhas curiosidades.

Gayatri Spivak (1985, p. 82) explica que “[...] a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser de criar espaços por meio dos quais os sujeitos subalternos possa falar para que, quando ele ou ela o faça possa ser ouvido (a)”. Logo, percebe-se que é uma tarefa árdua para ambas as partes: da mulher negra que lê, estuda, pesquisa, discute e quer se ver representada nas mulheres negras que estão ocupando os espaços de discussões e construções de narrativas e de ciências.

Para tanto, Corazza (2002), instiga a pensarmos aquém das metodologias que já estão posta e são previsíveis. De acordo com Corazza (2002) “[...] as teorias da Modernidade acostumaram-se a fechar nossas portas e janelas investigativas, de maneira a obstaculizar e até impossibilitar a criação de perturbadores, porém, criadores labirintos” (CORAZZA, 2002, p.4). Pressuponho que esses labirintos sejam as possibilidades para outras interpretações e produção de conhecimentos teóricos. Haja vista que, se não adentrarmos estes possíveis labirintos de pesquisas, a tendência segundo a autora, de que “tanto o ponto de partida, quanto o percurso, e mesmo o ponto de chegada são, tediosamente, visíveis” (CORAZZA, 2002, p. 4), logo, precisamos ousar entrar nestes labirintos pelas brechas que pudermos passar ou romper.

Não sei em que se sustenta o estereótipo de que nós mulheres negras somos sempre aquelas que se expõe visceralmente, que optamos pelo papável ao hipotético, o material ao teórico. Somos sim perpassadas por todas essas variáveis, entretanto, são possibilidades movediças, flutuantes e não algo taxativo e fixo. Queremos e exploramos conceitos e teorias que dialogam conosco. Dessa forma, o texto de Lélia Gonzalez (1983), intelectual negra e feminista, rompe e descumpra com a lógica de dominação que nos coloca, negrxs, “na lata de lixo da sociedade brasileira”, ao afirmar a voz em primeira pessoa que:

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 1983, p. 225).

Não encontrando perspectivas que acolham nossas inquietações, estamos rompendo as fronteiras do conhecimento que não nos cabem e, construindo outros entendimentos possíveis e cabíveis às nossas formas de interpretar e interagir com e no mundo. Deste modo, segundo

bell hooks (2013, p. 181) “a mulher negra tem aguda consciência da presença de seu corpo nesses ambientes que, em certo sentido, está em conflito com a estrutura existente por ser uma mulher negra, quer professora, quer aluna”. Por conseguinte, hooks reforça que “se você quiser permanecer ali, precisa, em certo sentido, lembrar de si mesma - porque lembrar - é sempre ver a si mesma como corpo num sistema que não se acostumou com a sua presença ou com sua dimensão física” (HOOKS, 2013, p. 181).

Na trajetória de constituição de nós mulheres enquanto sujeitas, há uma construção de inferiorização das mesmas, fundado e perpetuado pelo sistema de relações pautado na hierarquização e em relações de poder que, nos colocam, mulheres negras, historicamente, como subalternas. Pensando e vivendo os momentos atípicos¹ no Brasil, elenco recortes deste quadro geral que, a meu ver, são interessantes para analisar as teorias e as discussões políticas que possibilitam outros olhares possíveis em relação a questões raciais, as políticas afirmativas, gênero, classe assuntos discutidos também com Sueli Carneiro (2003), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984).

Portanto, sugiro e empreendo proposições que dialogam com o conceito episteme foucaultiana de que, dito à grosso modo, num determinado momento histórico, há um conjunto de regras e princípios que predominam e que possibilitam que certas coisas – e não outras – sejam ditas (ou sejam pensadas, concebidas) (cf. Silva, 1999). Assim sendo, como diz Judith Butler, “os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Butler *apud* PRINS & MEIJER, 2002: 163), discursos que, na maioria das vezes, se respaldam no par branquitude/negritude.

1 Me refiro ao ano de 2020 por ter sido um ano atípico, conturbado. Vivemos momento de distanciamento social (pelo menos é o recomendado) por causa do estado pandêmico. Vivenciamos as constatações visíveis das desigualdades sociais em que nos encontramos, crescimentos de campanhas em favor da vida de pessoas negras haja vista que estas são tidas com desumanidade. Os dispositivos eletrônicos alcançaram um patamar altíssimo de acessos, logados, basicamente, vinte quatro horas por dia, sejam eles para o trabalho, estudos ou para o lazer e entretenimento. O que não pode passar despercebido são as disputas políticas e de poder que continuam aumentando e com um fervor até mais aguçado agora em que a mídia dita de maneira quase que oficial os números das crises econômicas, das mortes (que tem se tornado no mundo mais como estatísticas, gráficos e dados), dos conflitos sociopolíticos, enfim, de tudo o que acontece no mundo.

Metodologia

O percurso metodológico que organiza a exposição da discussão é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório que provoca a problematização das ausências de referências de mulheres negras como agentes produtoras de conhecimentos/epistemologias, estabelecendo diálogo com a poesia ressonante de Ryane Leão.

Resultados e discussão

Cambiante entre todas essas possibilidades de expor meus pensamentos, destaco que a poesia tem sido uma pausa revigorante neste caminho tão árduo, nesses tempos tão difíceis. Por isso considero a arte da escrita poética, um artefato de ressignificação e diálogos entre percursos de investigação, entre teorias e práticas.

“me leem zona de perigo
me pedem pra sorrir mais
me definem como assustadora
cara fechada, cara de brava
não pertenço, não encaixo
e não sinto vergonha
crio minhas próprias regras
só me comprometo com linhas
e com a euforia dos meus ossos
não fico submersa
em uma lista de como agir
para que me amem
basta que eu me abraçe
mulheres como eu estão em toda parte
em toda parte
e não é preciso coragem
para se aproximar delas
preciso se aliar ao motim
preciso
arder” (LEÃO, 2019, p.23).

Meu primeiro contato com a escrita poética de Ryane Leão, aconteceu numa viagem a São Paulo em 2019. Fascinada com seus poemas e considerando-os bem próximos a minha vivência e experiência de mulher negra, comprei seu primeiro livro “Tudo nela brilha e queima”, publicado em 2017. Ali, tive uma sensação de cafuné nos cabelos,

de conforto na alma quando lia, devorava, cada uma de suas poesias tão humanamente condizente com minhas vivências pessoais. Logo recordei de Conceição Evaristo e suas escrevivências.

Para Evaristo (2009), a escrevivência, juntamente a diversos recursos metodológicos de escrita, usufrui-se da experiência de quem escreve para oportunizar narrativas que falam e consideram a experiência coletiva e individuais de mulheres. Aqui de mulheres negras. Evaristo (2009) reflete que, em uma escrevivência, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Escrever constitui, nesse sentido, contar histórias particulares, mas que, contudo, viabilizam as outras experiências em comuns, haja vista que entende existir um constituinte específico entre quem escreve e é também protagonista, quer por características compartilhadas por intermédio de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivida. Antes de mais nada, em consonância com Ryane, “eu vou escrever com essas mãos que têm textura de força da natureza” (LEÃO, 2019, p. 82). Afinal de conta, a gente tem que se permitir sair volta e meia dessa lucidez para aguentar tudo isso.

Estabelecer diálogos com a poesia de Ryane junto às minhas inquietações é conciliar a arte das palavras e o poder que as mesmas têm de deslocar e provocar desconfortos, de colocar no colo e fazer cafuné e, quem sabe, até emanar algumas micros revoluções. Para Leão (2019) mesmo em meio a tantas situações complicadas, faz necessário ir buscando sutilezas:

Mesmo na correria, eu sigo em busca das sutilezas. não posso deixar as distrações passarem batidas. o peso do mundo não vai tomar conta de minha pele se eu me atentar às brechas, às margens. anteontem eu vi o mar. recebi abraços apertados que me agradeceram pelos poemas que escrevo com o coração na ponta dos dedos. hoje de manhã as folhas das árvores balançaram com o vento e o barulho foi tão bonito. daqui a pouco começo a cozinhar porque vou receber em casa as pessoas que amo. quero saber de cor o que me traz paz, embora não sejam permanentes as belezas. o caos também não é. e eu estou mudando a cada minuto, então tudo bem. há algo que resiste por entre os escudos, que me lembra que existe uma coisa essencial em ser uma mulher que se reconstrói diariamente: eu sou profunda demais pra acabar (LEÃO, 2019, s/p).

Ryane (2019) ao dizer “[...] existe uma coisa essencial em ser uma mulher que se reconstrói diariamente”, nos provoca a ir além do que já foi nos tuteladxs chegar. Ela relembra para as diversas formas de mulheridades, no meu específico camponesa e negra, que somos profundas demais, que temos nossas ancestralidades como aconchego. Ou seja, as tantas que nos precederam são as baluartes, referenciais de lutas e resistências e por isso não podemos permitir acabarem conosco e com nossos sonhos.

Estando eu, geograficamente distante dos grandes centros urbanos em que se concentra ainda a maior parte da sistematização e pesquisas acadêmicas, sinto-me provocada apreender e discutir possibilidades de construção e desconstrução de narrativas possíveis. Se bem que, de minha parte, esta ausência é uma falta que busco criar condições de supri-las. Seja por intermédio de leituras, referências e diálogos com aqueles e aquelas que podem pensar comigo outros olhares possíveis, seja pelo fato de que estou inserida neste espaço acadêmico, nas discussões e produções de conhecimentos e metodologias, fomentando e problematizando estas inquietações e angústias. Me derramo, sim, mas reergo-me e caminho.

É notável que aqui, destas paragens do poente, pouquíssimo debatemos, utilizamos, como conhecimento acadêmico, científico e de fundamentação referencial, as intelectuais negras, sejam elas, pertencente aos trópicos no hemisfério sul, sejam elas, vindas através do Atlântico. Mesmo porque, atrelado a ideia da concentração de riquezas, estudos, pesquisas e perspectivas da relação centro/periferia, também temos e entendemos esse próprio modo como uma lógica que desprivilegia os conhecimentos das margens, do campo e das comunidades em que valoriza e reconhece como lugar o centro, a cidade e a ideia de capital.

Se as relações étnico-raciais são histórica e socialmente construídas e instituídas conforme as representações culturais e de construções de imagens, de acordo com Stuart Hall “a representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados”, assim sendo, continua o autor “as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas (HALL, 1997, p. 61 *apud* TESSAROLO; SILVA 2017, p. 38). Sendo as representações e validades de conhecimentos atribuídas por grupos sociais, culturais

e econômicos, é costumeiro que algumas triunfem com mais visibilidade que outras.

Segundo Leão (2019) “[...] a poesia não quer dizer que sobreviver é artístico. Sobreviver dói e arranca sangue. É que as palavras têm dessas de acalantar” (LEÃO, 2019, p. 18), assim, os incômodos, inquietações e as instabilidades trazidos, sobretudo, pelas mulheres negras nos espaços de produção de conhecimentos, as ditas certezas foram colocadas sob suspeita, sob a ótica da dúvida, num desviar-se desse caminho - branco, patriarcal, heterossexual, elitizado - antes percorrido e tido como único.

Por aqui, o problema de precárias representatividades negras nos espaços de debate e de poder, não são aceitos com complacência, mas gerado, tecido e projetado com insatisfações.

De que valerão meus escritos se outras não falarem, não se encontrarem, não dançarem, não se manifestarem, não protestarem, não se erguerem. **De que valerão meus escritos se eu me esquecer de direcioná-los para aquelas que engolem silêncios em seco** que escondidas oram ao impossível que no ônibus às cinco da manhã fecham os olhos e sonham rumos que focam em tapar os vergões que nunca soltaram do peito os leões, que estão habituadas a vestir inseguranças. Eu que agora tenho voz audível não falarei por ninguém, **convidarei para virem ao meu lado para não deixarem se apagar ou desencorajar.** De que valerão os meus escritos **se eu não convocá-las se eu ignorar da onde vim, se eu parar em mim** (LEÃO, 2019, p. 152 grifos meus).

Quando entendemos que o já-sabido não mais nos cabe, mesmo porquê, como propõe Corazza (2002), “[...] pode parecer pouca coisa, uma banalidade, algo de menos-valia, atribuir a um sentimento o mote para que se investigue, mas não é” (CORAZZA, 2002, p.6). Simultaneamente estas brechas precisam se tornar múltiplos caminhos, entendendo que ninguém pode estar confortável enquanto aniquila, anula nossas existências, nossos conhecimentos. Quando juntamos nossas vozes e impulsionamos nossos saberes para além dos nossos quintais e guetos, a gente deixa de se apequenar diante

das políticas de mortes² (axé Mbembe, 2018) e vamos reapropriando dos espaços, assumindo nosso “lugar de fala”³ (salve Djamila Ribeiro, 2017) e discutindo que é preciso e necessário “ensinar a transgredir”⁴ (viva bell hooks, 2013).

Diante dessas inquietações das quais a escrita nos permite passar, recordo Glória Anzaldúa (1981) que nos ensina como o ato de escrever é poderoso. Para ela temos que escrever, “porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (ANZALDÚA, 1981, p. 232). E como nossas histórias têm sido sabotadas, distorcidas e apagadas.

- 2 O conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe ganhou notoriedade nas discussões decoloniais brasileiras com a publicação de alguma de suas obras -- como o livro *Crítica da razão negra* e o ensaio *Necropolítica*. “Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações”, explica Mariana Castro, pesquisadora de necropolíticas da fronteira, mestra em políticas públicas e direitos humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/necropolitica/?gclid=CjwKCAiAo5qABhBdEiwAOtGmb_rk6v7JDBqZWfMZUzLSBv61VdS9k9cdQI5KntwDo-TWL3mrKO_-whoCLxUQAvD_BwE>
- 3 Djamila Ribeiro, filósofa, feminista negra e escritora, teve seu livro *O que é lugar de fala?* lançado em 2017. Nele, Djamila apresenta um panorama histórico sobre as vozes que foram historicamente interrompidas. A partir disso, é possível questionar: quem tem mais chances de falar (e ser ouvido) na sociedade? Ao analisar a população brasileira, vemos que as minorias (grupos marginalizados na sociedade) ainda ocupam poucos espaços políticos sendo menos representadas e, por consequência, menos ouvidas. É nesse momento que entra o lugar de fala. <<https://www.politize.com.br/o-que-e-lugar-de-fala/>>
- 4 bell hooks – escritora, professora e intelectual negra insurgente – escreve sobre um novo tipo de educação, a educação como prática da liberdade. Para hooks, ensinar os alunos a “transgredir” as fronteiras raciais, sexuais e de classe a fim de alcançar o dom da liberdade é o objetivo mais importante do professor. ‘Ensinando a transgredir’, repleto de paixão e política, associa um conhecimento prático da sala de aula com uma conexão profunda com o mundo das emoções e sentimentos. É um dos raros livros sobre professores e alunos que ousa levantar questões críticas sobre Eros e a raiva, o sofrimento e a reconciliação e o futuro do próprio ensino. Segundo bell hooks, “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”. Ensinando a transgredir registra a luta de uma talentosa professora para fazer a sala de aula dar certo. <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf>

Similarmente venho buscando “[...] me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever” (ANZALDÚA, 1981, p. 232). Sob o mesmo ponto de vista, Corazza (2002) ressalta que “[...] somente nessa condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar e destacar outras redes de significações” (CORAZZA, 2002, p.6). Ressignificar e atribuir outros sentidos é a força que tem proporcionado minha persistência em seguir no constante questionamento pelas ausências de mulheres negras como referências de narrativas e ciências.

São essas dores de séculos de silenciamentos que tem provocado em minha gente a rebeldia de erguer a voz e gritar se preciso for para que sejamos ouvidas. Não basta ter somente o lugar de fala, se não somos escutadxs e respeitadxs em nossos direitos em dizer que nossas vidas importam, que nossos conhecimentos são válidos.

Considerações finais

Semelhantemente no poder da escrita, incorporo em minhas premissas de mulher negra as afirmações de Anzaldúa (1981) “[...] escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela. Porém, neste ato, reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (ANZALDÚA, 1981, p. 234). Mesmo que em muitos momentos a gente tenha que suportar mais do que a nossa capacidade mental e física possam conseguir, não é vergonhoso sentir, e acreditem, nós sentimos e sentimos muito.

“você precisa ser mais parecida com a água
não tem que ser porto seguro a todo instante
pode ser correnteza e aproveitar pra levar algumas
coisas embora
pode ser onda grande no oceano e afogar o que já
não importa
se desfazer nas margens
em grandes pedras
ultrapassá-las
pra notar que nada te impede.
vez em quando virar cachoeira
daquelas enormes e inalcançáveis
ou então lagoa calma, mas distante

só nada quem pegar a trilha
você pode ser aquele fluxo de água que desce entre
as frestas de uma rocha e mostra que algumas rachaduras
são necessárias para que a beleza nasça quente
ou fria, abundante ou serena

Jamais peça desculpas por se derramar!” (LEÃO, 2019, p. 64).

Com o propósito de “criar teoria a partir do lugar da dor e da luta” (HOOKS, 2013, p.103), bell hooks soube trazer para nossa realidade de mulheres negras, a importância de sermos eloquentes sem perder a capacidade de permitir sentir, afetar-se por e com os nossos atravessamentos. Teorizar a partir da dor, desse lugar de machucaduras é tão necessário como fazer alquimia com elementos químicos. Tão plausível como propor debates acalorados dentro das estruturas acadêmicas ou institucionais. A dor tem suas lições. Nos ensina que, além de nos permitir lembrar de nós mesmos e nos recuperar, ela nos provoca e desafia a ressignificar nosso compromisso com aquilo que não é satisfatório ou condizente com a realidade.

Jamais pedir desculpas por me/se derramar é não estar em conformidade com o sistema que está posto, é infligir as barreiras do par campo/cidade (esta última vista como evoluída e civilizada) para que pensamos juntas quais evoluções pretendemos. É ser dissidente por meio da poética das palavras, é provocar micros rupturas até conseguirmos ressignificar o cerne das estruturas, é olhar para cada passo que avançamos como conquistas pertinentes... Aliás, cada linha que escrevemos e falamos de nós, conosco e sobre nós já estamos rompendo com esse hiato que foi posto como separação de mundos. No que der de dialogarmos juntas, a gente segue. No que não der, a gente torce para que possamos nos reencontrar novamente lá adiante.

Que esse derramar não seja apenas de lágrimas e soluços, mas sejam de sorrisos e possibilidades de soluções. Que sejam para dismantelar, nossas mais queridas adesões, sólidas hipóteses e consolidadas práticas teóricas e pedagógicas (CORAZZA, 2002, p. 7), como bem sinaliza Leão (2019) “você pode ser aquele fluxo de água que desce entre as frestas de uma rocha e mostra que algumas rachaduras são necessárias”.

Que possamos parir outrxs dissidentes e que elxs engajem numa pedagogia surgida da dor e do desconforto: os recíprocos e os unilaterais. Que não tenham não terem as respostas, que não se apeguem

as hipóteses solidificadas, mas que estejam curiosxs em desaprender o já-sabido. Que a constante insatisfação sejam os percursos que lhes moverão. Aprender e reaprender, derramar e se recolher de novo, a dor que mais dói é também aquela que mais nos ensina. Boas aprendizagens, então.

Agradecimentos

Agradeço aos meus professores, Pâmela e Samilo pelas contribuições e incentivos. Grata a minha família e amigas por incentivar e colaborar no meu percurso pessoal e acadêmico. Grata à Deus. Sou grata ao X CINABEH por oportunizar estes encontros, diálogos, reflexões e promover estas trocas tão sublimes. Gratidão.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo” (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. “**Racismo e sexismo na cultura brasileira**”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/ bell hooks**: Tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100009>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017. 112p.

SILVA, Tomaz Tadeu (1999). **Teoria cultural e educação**. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jan. 2021

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TESSAROLO, Felipe Maciel; SILVA, Nathália Esteves da. Claros ou Escuros: um passeio pela história do racismo no Brasil. **COMUNICAÇÃO - REFLEXÕES, EXPERIÊNCIAS, ENSINO** [Curitiba | v. 13| n.13|p. 037-044| 1ºSemestre 2017.

“ATIVISMO CUPIM”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATIVISMO FEMINISTA DE CATÓLICAS E EVANGÉLICAS NAS REDES SOCIAIS.

Ruane Cláudia Queiroz Silva

*Mestranda do curso de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da
Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, ruanequeiroz@outlook.com.*

Resumo

Nos últimos anos, o ativismo feminista ganhou destaque na grande mídia, este também se desenvolve nas mídias digitais, espaço onde as mulheres falam sobre as injustiças baseadas em gênero. O presente artigo tem o objetivo de analisar a atuação de movimentos feministas compostos por mulheres de religião cristã, que por meio das redes sociais (Facebook e Instagram), buscam promover debates com temas excluídos dos espaços religiosos. O artigo baseia-se na abordagem qualitativa para análise do fenômeno, através da técnica de pesquisa bibliográfica, como também da análise de conteúdo das mídias em estudo. Conclui-se que as redes sociais e demais tecnologias da comunicação são um dos principais instrumentos de propagação das perspectivas feministas cristãs, essas mulheres não rompem com a religião, mas tentam corroer a estrutura religiosa patriarcal por dentro, com a finalidade de provocar mudanças nessa estrutura. Através do ativismo digital, esses movimentos de mulheres estão crescendo e fortalecendo a luta em prol da liberdade feminina nos espaços religiosos, sociais e políticos.

Palavras-chave: Feminismo, Cristianismo, Ativismo Digital.

Introdução

No grande movimento ativista *online* por parte das feministas, emerge um grupo de mulheres que também lutam pelas causas feministas, mas dentro de um contexto diferenciado e incomum, tratam-se de mulheres cristãs que questionam dogmas e doutrinas impostos pela religião, seja ela católica ou evangélica. Não se questiona a fé, mas propõe-se a desconstrução de conceitos da organização social da igreja, bem como padrões de relacionamento homem/mulher que se apoiando na doutrina bíblica da submissão feminina, acabam tornando o corpo e comportamento da mulher domínios do homem.

As cristãs feministas se reúnem em grupos pelas redes sociais, promovem debates, escrevem livros e analisam estatísticas de violência contra a mulher para reforçar a tese da importância da participação do movimento religioso na conquista do respeito às mulheres e no tratamento igualitário entre os gêneros.

O objetivo do artigo é analisar a atuação de movimentos feministas compostos por mulheres de religiões cristãs, que por meio das mídias digitais (Facebook e Instagram), buscam promover debates com temas excluídos dos espaços religiosos. Busca-se analisar primeiramente o impacto do feminismo nas religiões cristãs; traçar o perfil dessas mulheres, suas experiências e convicções; e discutir sobre as principais pautas debatidas pelas mesmas.

Tem-se como questão norteadora: de que forma o feminismo tem causado impacto na vida das mulheres de religiões cristãs a ponto de provocar mudanças nas práticas religiosas dessas mulheres e o desenvolvimento de um novo.

Metodologia

O avanço e evolução das mídias eletrônicas acarretou mudanças no processo de produção do conhecimento humano, com isso, o artigo baseia-se na abordagem qualitativa para análise dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais (Facebook e Instagram) referentes ao objeto de estudo, os quais foram analisados. (BARDIN, 2016; KOZINETTS, 2014).

A partir de estudos sobre etnografia e antropologia virtual (SEGATA, 2016; MILLER 2004; KOZINETTS, 2014), nota-se que o uso das tecnologias de comunicação às pesquisas em contextos digitais, se mostrou uma excelente ferramenta e aliada na forma de fazer etnografia. Teve-se no presente trabalho a netnografia como aliada no processo de pesquisa, realizando-se assim uma pesquisa observacional participante, baseada em trabalho de campo *online*.

Os conteúdos analisados estão publicados no Facebook e Instagram de páginas cujo objetivo é fortalecer e articular iniciativas de mulheres cristãs que visem seu empoderamento através de alianças, trocas e ações pela igualdade nas áreas de fé e sociedade civil, dentre as quais estão “Evangélicas pela igualdade de gênero” e “Católicas pelo direito de decidir”.

A pesquisa desenvolve-se, ainda, através de revisão bibliográfica que embasa a fundamentação teórica referente ao tema, através de livros, artigos científicos, dissertações, e teses, para aprofundar os conceitos importantes à análise, tais como: feminismo, cristianismo e ativismo digital.

Referencial teórico

Segundo Tomita (2010), desde o final dos anos 80, a metodologia da Teologia da Libertação de teologizar a partir da práxis histórica e fazendo uma opção pelos pobres, tem inspirado várias teólogas do hemisfério norte, como Elisabeth Schüssler Fiorezan, Mary Hunt e muitas outras, com uma novidade: elas utilizam também o método da desconstrução das ideologias patriarcais. Este método mostra que a maioria dos ensinamentos cristãos foram baseados em uma perspectiva patriarcal, onde os homens têm todo o poder e às mulheres restava ocupar o segundo ou o terceiro lugar nas igrejas e no lar. Assim, segundo a autora, foi imposta a ideia da masculinidade de Deus, subjacente aos ensinamentos doutrinários, a filiação divina única de Jesus, um varão, o conceito de masculinidade presente nas três pessoas da Trindade Divina, a ideia da virgindade de Maria de Nazaré e várias outras ideologias sexistas. O método da desconstrução dos dogmas doutrinários foi o primeiro grande passo utilizado pelas teólogas feministas para revelar as estruturas patriarcais sexistas das religiões cristãs no ocidente.

A categoria de gênero mudou as produções teológicas, trazendo uma nova abordagem epistemológica e metodológica. Para Tomita (2010), a perspectiva de gênero se constituiu num instrumental feminista que revelou não apenas as estruturas sexistas das instituições contemporâneas como também mostrou como as tradições religiosas cristãs teriam sido formadas no bojo do patriarcado romano, marginalizando as mulheres dos espaços de poder nas igrejas, impedindo-as de receber a ordenação sacerdotal assim como quaisquer cargos significativos na hierarquia eclesial.

A análise de gênero questiona a própria estrutura do pensamento teológico e provoca uma mudança significativa nessa estrutura. Gênero, portanto, não é só uma mediação hermenêutica, é também uma mediação epistemológica. Faz perceber que a teologia é masculina não só porque foi sempre produzida por homens, mas porque se desenvolveu numa cultura na qual o masculino era o normativo, e porque se serviu de um conhecimento filosófico produzido dessa forma. Por isso o discurso teológico 'universal' é androcêntrico. Muitas afirmações apresentadas como sendo do 'humano', na realidade, referem-se à experiência e à percepção masculina. (BRUNELLI, 2000, P.216).

Na teologia feminista o foco principal é o estudo de como as mulheres se relacionam com o divino e o mundo ao seu redor, como criações iguais à imagem de Deus. É uma grande conversa envolvendo mulheres e homens de todas as denominações cristãs compartilhando seus pensamentos sobre tudo, desde dissertações acadêmicas a *blogs*, redes sociais e livros populares. Embora a conversa contenha muitos pontos de vista diversos, também existem algumas crenças importantes que a maioria das teólogas feministas compartilham.

Minha tese é que a teologia feminista introduz uma ruptura nas maneiras de pensar o mundo e de acolher a herança cristã. Essa ruptura significa a acolhida das mulheres na pluralidade de suas identidades, assim como de outros grupos marginalizados no direito de viver e reinterpretar a tradição cristã de outra maneira. [...] Cada movimento social desvela uma forma de injustiça e amplia a tenda de uma tradição religiosa, desafiando-a a se repensar, a retomar e a modificar conteúdos e contornos de sua tradição.

Esse o desafio contemporâneo do feminismo para a teologia cristã e que justifica a existência de uma teologia feminista plural com a provisoriedade inerente a qualquer proposta de pensamento. Trata-se de avaliar se os espaços disponíveis na sociedade atual e especialmente nas comunidades confessionais católicas e em outras são abertos e suficientes para acolher essa “boa nova”. (GEBARA, 2017, p. 37).

Teólogas feministas acreditam que importa quem está fazendo teologia. Não existe nada como pensar em Deus no vácuo; em outras palavras, os teólogos do sexo masculino trazem sua experiência de gênero quando falam sobre Deus, e o mesmo fazem as teólogas. Ao se envolver com a religião, importa como é o corpo de alguém, como é a experiência deles e como eles foram incluídos ou excluídos da igreja. A ênfase das feministas cristãs na experiência e no contexto as leva a olhar para textos bíblicos, cultos e até devoção pessoal da perspectiva de quem está incluído e quem está excluído. O objetivo é moldar a tradição cristã de maneira que valorizem ambos os sexos e curem os danos que foram causados às mulheres em nome do cristianismo.

Tem crescido nas redes sociais, um movimento de mulheres que alia o feminismo a fé cristã, elas debatem temas como: descriminalização do aborto através da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher; ascensão feminina a cargos eclesiásticos até então restrito aos homens, liberdade sexual feminina, entre outros.

Essas mulheres criam laços e organizam-se em comunidades virtuais através da criação de páginas e grupos. De acordo com Kozinets (2014), os vínculos dos membros de comunidades virtuais podem incluir o compartilhamento de fotos, *links* de *blog*, adicionarem-se como amigos em *website* de rede social, avisar um ao outro sobre um programa ou notícia interessante. As comunidades online são capazes de criar vínculos fortes o suficiente entre estranhos para que eles se envolvam em algo.

Para as feministas cristãs que se articulam através do ativismo online, há uma necessidade de transformação cultural nos espaços religiosos e demais espaços sociais, considerados pelas mesmas como sexistas e subordinadores. Para Fraser (2007, p. 296), “o projeto de transformação cultural foi parte integrante de todas as fases do feminismo, incluindo a fase dos novos movimentos sociais”.

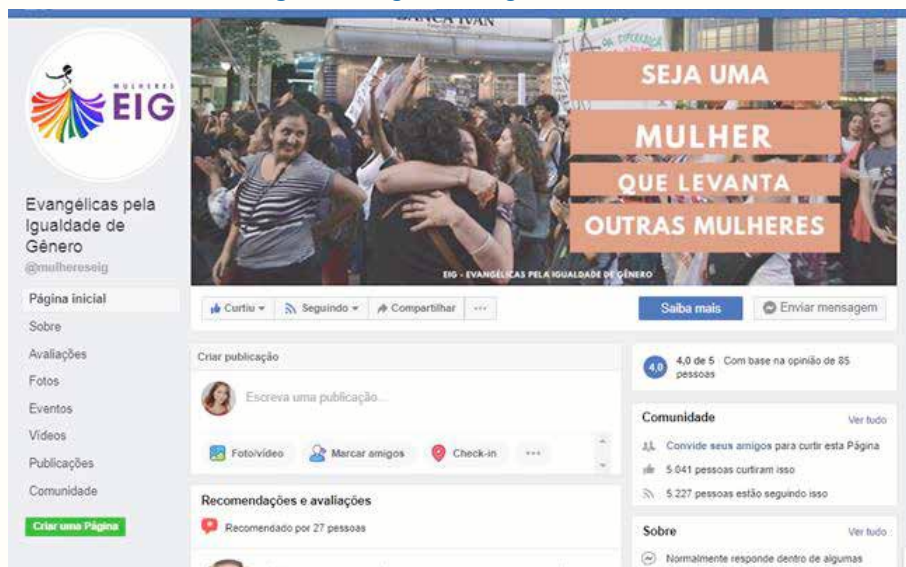
Segundo reportagem do site Uol (2019), as teólogas feministas estão nas universidades, em movimentos sociais e em grupos de discussão nas redes sociais. Mas são marginalizadas pelas igrejas e também sofrem represálias. Como é o caso da freira Ivone Gebara, punida pelo Vaticano em 1995 por defender a legalização e descriminalização do aborto em uma entrevista à revista Veja. Ela viveu dois anos reclusa na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica, onde concluiu seu doutorado em Ciências Religiosas. Atualmente, a freira da Congregação Irmãs de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho não possui nenhuma relação com o Vaticano, e sim com as pessoas com quem convive, especialmente mulheres.

Ao ler as literaturas que tratam de feminismo e cristianismo vê-se que há uma certa dificuldade em aliar o estudo de ambos, dos dois lados há a defesa de que são movimentos impossíveis de convergir. Segundo Rodrigues (1979), na mente dos indivíduos há duas modalidades de ser no mundo, tudo que é objeto de interdição é sagrado, ao passo que o profano é aquilo a que estas interdições se aplicam. O sagrado e o profano são completamente opositivos e diferentes, o ser sagrado é o ser proibido que não pode ser violado, está protegido de contato pelas interdições que o protegem do profano. Ainda segundo o autor, por trás desses ritos de separação, figuram crenças sobre os perigos de se cruzar as fronteiras que transformam o sagrado em objeto de respeito e temor.

Resultados e discussão

O “Evangélicas pela Igualdade de Gênero (eig)” destaca em sua página no Facebook que está nas redes sociais para potencializar a luta feminista. Denominam-se ativistas digitais. Nas redes sociais articulam o feminismo que também levam para as ruas. O propósito das suas atuações nas redes é “compartilhar ações de redução das desigualdades entre homens e mulheres no espaço religioso, porém, com resultados na esfera da família, do trabalho e da sociedade na totalidade”.

Figura 1: Página do Eig no Facebook



Fonte: Facebook, 2019, *online*.

O EIG busca em suas publicações combater os diversos tipos de violência de gênero, um exemplo é a adesão a Campanha anual e internacional “Os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro a 10 de dezembro de 2019 e foi iniciada por ativistas no Instituto de Liderança Global das Mulheres, em 1991, e continua a ser coordenada anualmente pelo Centro para Liderança Global das Mulheres. É uma estratégia de mobilização de indivíduos e organizações, em todo o mundo, para engajamento na prevenção e na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Em apoio a esta iniciativa a EIG faz lives, roda de conversa e publicações diárias que tratam dos mais diversos temas relacionados à violência de gênero, tais como: violência de gênero e a mulher negra, desigualdade de gênero no mercado de trabalho e no trabalho não remunerado, cultura do estupro, violência doméstica, assédio sexual no trabalho, entre outros.

O EIG realiza também encontros de mulheres em igrejas e transmite ao vivo no Facebook através de Lives, é realizado um culto e a pluralidade de mulheres no ambiente religioso se faz notável. Na foto abaixo pode-se perceber bandeiras e símbolos de movimentos que tradicionalmente não tem voz e espaço nas igrejas evangélicas,

como a bandeira do movimento LGBT; do movimento feminista Vozes Marias; símbolo do movimento Feminista; ao fundo é possível visualizar um cartaz com a foto de Marielle Franco, símbolo de luta em defesa das minorias; a intenção, segundo o EIG é proporcionar um cenário acolhedor, com a cara das mulheres brasileiras.

Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização não governamental feminista que atua no Brasil desde 1993. Trabalham por justiça social, buscando o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e da reprodução. Também trabalham pelo fim da violência contra as mulheres, por uma cultura de paz e de igualdade de gênero. Sua página no Facebook é especial para se poder trocar conteúdos sobre o trabalho desenvolvido pela Ong, a atuação de outras organizações e coletivos parceiros, além de permitir a troca de informação, ideias e experiências com pessoas no Brasil e no mundo. É ressaltado em sua página no Facebook que a Católica defende a democracia, os direitos humanos e o direito que cada pessoa tem que defender suas ideias, mesmo que diferentes das dela.

Figura 2: Página do Católicas pelo Direito de Decidir no Facebook



Fonte: Facebook, 2019, *online*.

O grupo é formado por católicas que defendem os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, questionam os dogmas da igreja a partir da teologia feminista e, principalmente, acolhem outras mulheres. Um dos temas defendidos pelo movimento é a legalização do aborto.

O estado criminaliza a mulher que aborta e a igreja a condena. Estas mulheres não encontram apoio na igreja. O máximo que obtêm é um perdão de um padre numa confissão. Mas a culpa de cometer um pecado as acompanham ao longo da vida. Ser pecadora para uma mulher de fé é muito grave. Isso significa que ela está desligada de Deus. Nós dizemos que não houve pecado. O último recurso para tomar uma decisão dolorosa como essa é a sua própria consciência. (Site Uol, 2019).

A ONG é formada por católicas que defendem os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, questionam os dogmas da igreja a partir da teologia feminista e, principalmente, acolhem outras mulheres. Um dos temas defendidos pelo movimento é a legalização do aborto. A Católicas pelo direito de Decidir afirma que “em um cenário de aprofundamento dos ataques contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, precisamos refletir e organizar nossa luta e nossa resistência pelo direito ao aborto legal e seguro”. A imagem abaixo foi publicada no Facebook da ONG, trata-se de uma discussão realizada na sede da organização, e transmitida ao vivo no Facebook.

Para divulgar pensamentos cristãos que questionam as interdições da moral sexual comumente propagadas pelas igrejas, a organização Católicas pelo Direito de Decidir lançou, no mês de agosto de 2019, o livro “Teologias Fora do Armário”. A publicação reúne artigos que apresentam pensamentos teológicos contra hegemônicos construídos em torno das questões de gênero e sexualidade, como a teologia *queer* e o pensamento de teólogas lésbicas. A obra também reflete sobre como o discurso religioso hegemônico muitas vezes legitima a violência contra as mulheres e pessoas LGBTQI+ dentro e fora das igrejas, e está gratuitamente disponível para *download* nas redes sociais da Organização.

Esses posicionamentos fazem com que a organização sofra ataques e represálias de dentro da igreja. Segundo entrevista com a ativista da Organização, Tabata Tesser:

A gente é, sim, ameaçada e perseguida pela própria hierarquia da Igreja, mas também por setores minoritários — eu fico pensando em grupos que ultimamente têm defendido terraplanismo e que as mulheres voltam para a fogueira. Já ouvimos coisas horrorosas, tipo: “saudades da Inquisição”. É uma maneira duríssima de dizer que é preciso silenciar os corpos das mulheres que falam disso. Agora, ser chamada de herege, por exemplo, não nos ofende, porque o movimento herético foi importante para a Igreja. Se algo acontece por muito tempo sem nenhum conflito, ali tem um problema. A Igreja é um espaço de discussões múltiplas. (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2019).

A diversidade ocupa o seu lugar nas igrejas, quando se pensa no discurso hegemônico da igreja católica e das igrejas evangélicas, que condenam historicamente a homossexualidade, a diversidade, a liberdade sexual, aborto, parece impossível que isso venha acontecendo. No entanto, ganham cada vez mais espaço outras leituras da Bíblia, que pregam o acolhimento e o respeito às diversas orientações sexuais, identidades de gênero e o repúdio ao sexismo e violências de gênero.

As feministas cristãs, principalmente através das redes sociais, têm buscado transformar os espaços religiosos, sociais e políticos. Ao analisar esse fenômeno, pode-se notar que as mulheres desses movimentos simulam, subvertem e criam formas de desobediência aos dogmas e estruturas opressoras. Não se pode mais pensar que as mulheres não se “mobilizam”, que são apenas vítimas ingênuas de determinada religião, pois muitas têm buscado criar e recriar a sua relação de fé, com o divino e o religioso de forma muito autônoma e criativa.

O protagonismo dessas mulheres, implica no ato de assumir responsabilidade pela sua própria trajetória espiritual e de fé. Através desse ativismo as mesmas têm trazido para os espaços religiosos outras leituras da Bíblia, que pregam o acolhimento e o respeito às diversas orientações sexuais, identidades de gênero e o repúdio ao sexismo e violências de gênero.

Muitos podem ser perguntar porque essas mulheres simplesmente não rompem com a religião. Esse questionamento remete ao termo “Ativismo Cupim” de Florynce Kennedy, que traz a ideia de

corroer as estruturas por dentro, dessa forma, pode-se dizer que essas mulheres não rompem com a religião, mas tentam corroer a estrutura religiosa patriarcal por dentro, de modo a provocar mudanças nessa estrutura.

Considerações finais

As redes sociais e demais tecnologias da comunicação tem sido um dos principais instrumentos de propagação das perspectivas feministas cristãs. Assuntos considerados tabus e não discutidos dentro da igreja tem ganhado cada vez mais espaço dentro e fora das igrejas cristãs, isso se deve ao ativismo e trabalho realizado por esse novo movimento de mulheres denominadas feministas cristãs, suas palestras, rodas de conversas, produção bibliográfica, marchas, protestos, têm chegado a um grande número de mulheres no Brasil e no mundo através das redes sociais, todo o trabalho que esses movimentos produzem é publicado no Facebook e com isso o mesmo tem chegado a mulheres que não podem estar presencialmente nessas ações. A rede social é também o principal instrumento que muitas mulheres têm o seu primeiro contato com as ideias propagadas pelas feministas cristãs.

Referências

Católicas pelo direito de decidir. **Sobre a Organização**. Macapá, 20 de outubro de 2019. Facebook: usuário do Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/catolicasdireitodecidir/about/?ref=page_internal.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, 2016.

BRUNELLI, Delir. Teologia e Gênero In Suzin, Luiz Carlos (org): Sarça Ardente - Teologia na América Latina: Prospectivas, p. 209-221. São Paulo: Paulinas, 2000.

Evangélicas pela igualdade de gênero. **Sobre a organização**. Macapá, 20 de outubro de 2019. Facebook: usuário do Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/mulhereseig/?epa=SEARCH_BOX

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação.** Estudos feministas, v. 15, n. 2, p. 291, 2007.

GEBARA, Ivone. **Mudanças no cristianismo a partir de uma teologia feminista.** In: Entre dogmas e direitos: Religião e Sexualidade. 1º ed. Maxprint: 2017.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online.** Tradução: Daniel Bueno; Porto Alegre: Penso, 2014.

RODRIGUES, José Carlos. **O Tabu do Corpo.** 1975. 174 p. Tese (Mest.) - UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda.

SITE UOL. **Feminismo cristão: católicas e evangélicas querem descriminalizar o aborto.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/28/feminismo-cristao-catolicas-e-evangelicas-querem-descriminalizar-o-aborto.htm?fbclid=IwAR1BGndzpiJCicVDLLSLORUUsT8Q9sKoDOoPmZqFW-nlVeakLla wyT8NW1Qs>

TOMITA, Luiza Etsuko. **Teologia Feminista Libertadora: deslocamentos epistemológicos.** Fazendo Gênero: 2010.

MIGRAÇÃO, TRANSEXUALIDADE E DIREITOS: VIVÊNCIAS DE MULHERES TRANS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Joel Sousa do Nascimento

Mestrando do curso de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, jsousadonascimento@gmail.com;

Ruane Cláudia Queiroz Silva

Mestranda do curso de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, ruanequeiroz@outlook.com;

Resumo

Considerando a visão de sociedade em rede, as fronteiras territoriais são facilmente transcendidas por fluxos migratórios que ocorrem dentro de circuitos globalizados de informação e intercâmbio, pois o significado de fronteira se traduz em barreira para uns ou um caminho para outros. O presente trabalho tem o objetivo geral de analisar as vivências das mulheres brasileiras *trans* através de suas mobilidades na fronteira entre o Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (Coletividade Territorial de Ultramar da França), região situada no extremo norte brasileiro. Para análise do tema, foram realizadas entrevistas nas cidades de Oiapoque e Cayenne, com a intenção de visibilizar e dar voz à tal parcela da população brasileira que há anos trafega por essa região fronteira, a partir de suas histórias e vivências. Também foram realizadas pesquisa documental e revisão bibliográfica para compreender aspectos teóricos do tema com base na teoria *queer* e interseccional de gênero. Ao analisar as entrevistas, é notável que, como corpos “abjetos”, o preconceito e violências são situações vivenciadas pelas mulheres brasileiras *trans*, tanto no seu país de origem, quanto no país de chegada,

e por comporem uma menor parcela no quadro quantitativo das migrações internacionais, muitas vezes acabam invisibilizadas nas discussões sobre direitos no mundo. Assim, seguem existindo e resistindo, silenciadas pelo medo de serem presas ou expulsas dos países de chegada, por estarem de forma indocumentada nestes.

Palavras-chave: Migração, Transexualidade, Direitos, Fronteira.

1. Introdução

O ato migrar faz parte das aspirações individuais de uma fração crescente da população mundial, que exerce seu direito humano fundamental à mobilidade. Ao mesmo tempo, a “obsessão com as fronteiras” fez os estados endurecerem as políticas de controle migratório, e incluírem o fenômeno como objeto de segurança interna e internacional.

Segundo Wihtol (2009) existem várias categorias de fluxos de migração, sendo os fluxos de migração legal aqueles que atendem aos padrões estabelecidos pelos países anfitriões e variam conforme os países de origem daqueles que circulam, a duração exata da estadia, o motivo e a natureza voluntária ou forçada da migração. Uma primeira categoria é aquela que atende aos padrões para atravessar em uma região, através da liberdade de circulação, instalação e trabalho, como cidadãos da União Europeia. O segundo são os beneficiários com permissão de residência nos países anfitriões, o que lhes permite atravessar fronteiras legalmente. Uma terceira categoria inclui refugiados estatutários que buscam refúgio em um país estrangeiro. A quarta categoria inclui aqueles com os vistos necessários que desejam se estabelecer por casamento, reunião de família, estudos ou trabalho. E um último grupo é formado por turistas, com ou sem vistos curtos, e dependendo dos países de origem, eles não têm a possibilidade de trabalhar.

Nesse processo de mobilidade, muitas pessoas sofrem violações em seus direitos fundamentais, sem o devido respeito à dignidade humana, como no caso do tráfico internacional de pessoas, fenômeno ao qual estão expostas mulheres que migram de forma indocumentada. Para Odgers (2011)¹⁰, através do desenvolvimento de mecanismos de controle da mobilidade, as fronteiras cristalizam a desigualdade, reforçam as relações de poder e materializam hierarquias. Por isso, tem-se o fechamento das fronteiras para migrantes, ainda que motivados por fatores como a escassez de trabalhadores, inferioridade econômica, desigualdades no desenvolvimento humano, entre outros. Portanto, diversos são os fatores que podem levar ao migrar: desejo de morar e/ou trabalhar no exterior, problemas familiares ou financeiros, entre outros.

O presente trabalho trata-se de um artigo em construção e propõe-se analisar as vivências das mulheres brasileiras *trans* através de suas mobilidades na fronteira entre o Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (Coletividade Territorial de Ultramar da França), região situada no extremo norte brasileiro e que possui intenso fluxo e mobilidade de brasileiros com destino ao território francês.

Para análise do tema, foram realizadas entrevistas nas cidades de Oiapoque e *Cayenne*, com a intenção de visibilizar e dar voz à tal parcela da população brasileira que há anos trafega por essa região fronteiriça, a partir de suas histórias e vivências. Também foram realizadas pesquisa documental e revisão bibliográfica para compreender aspectos teóricos do tema com base na teoria *queer* e interseccional de gênero para uma análise pormenorizada das intercorrências identificadas durante as entrevistas.

2. Metodologia

Com uma área de 707 quilômetros de fronteira, o Amapá está localizado na região Norte do Brasil, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa, a nordeste com o Suriname, a leste com o oceano Atlântico e ao sul e oeste com o Estado do Pará, do qual está separado pelo rio Amazonas. O município de Oiapoque (AP) se configura como principal rota de passagem do estado à Guiana Francesa.

A pesquisa desenvolvesse a partir de uma abordagem qualitativa, a qual visa dar ao pesquisador dados pautados na realidade, segundo Flick (2004) esta é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das mulheres e suas realidades locais nas quais estão inseridas.

Foram realizadas 2 entrevistas semiestruturadas com mulheres brasileiras *trans*, residentes na Guiana Francesa, com o objetivo de compreender suas vivências das através de suas mobilidades na fronteira franco-brasileira. Como se trata de um artigo em construção, neste trabalho trouxe-se para análise os dados relacionados a uma das entrevistadas, a qual apresentaremos no tópico “discussões”.

A análise dos dados coletados se dará através da técnica de análise de histórias de vida em combinação com o trabalho de campo. Essas técnicas fornecerão a este trabalho uma rica quantidade de detalhes que esclarecem as escolhas que essas mulheres fazem, caso a caso.

3. Referencial teórico

O fluxo migratório feminino é frequentemente observada no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa (França), região vizinha ao estado do Amapá (Brasil), não se apresentando como fenômeno novo, já que remonta, meados da década de 1970 com a criação da base espacial de Kourou e posteriormente para áreas de garimpo ou zona urbana, revelando-se um lugar atrativo para várias migrantes que almejam melhores condições de vida, observando-se considerável aumento da migração feminina na região, seja de forma autônoma ou dependente. (SILVA, 2020). Concomitantemente a isso, as mulheres transgêneros também tem despontado nesse fluxo migratório, dentre as motivações destacadas nas entrevistas, tem-se como objetivo “uma vida melhor”, trabalhar e remeter dinheiro aos familiares, cirurgia de redesignação de sexo, modificações corporais, entre outros.

Muitas vezes, o meio de sobrevivência financeira é o mesmo que muitas já exerciam no Brasil: “Prostituição, que é o que dá”.

Eu sou uma pessoa que vim pra ganhar. Hoje em dia eu sou uma pessoa que me divirto bastante, se eu não bebesse, se eu não curtisse, se eu não fizesse farra, seu eu fosse uma pessoa que não gostasse de luxar, não gostasse de tá me mostrando... tá viajando por Caiena, por Kourou... tá por Caiena-Kourou, Caiena-Kourou... fazendo farra, me mostrando, ostentando, eu já tinha uma boa grana. Mas, eu vivo muito bem, vivo feliz, eu gasto, eu bebo, bebo todo dia. Todo dia não. Eu começo a fazer a farra, eu acho (risos) eu tenho uma vida tranquila. (Agosto de 2019, Cayenne).

São mulheres *cis* e *trans* oriundas de várias unidades da federação brasileira, com destaque para Maranhão, Pará (Itaituba e Pacajá) e Amapá (Macapá, Santana e Oiapoque), como identificado nas entrevistas realizadas. Para se deslocarem à Guiana Francesa viajam através de navio ou veículo terrestre (ônibus ou carros denominados “piratas”). Ao chegarem no município de Oiapoque atravessam o rio por catraias, geralmente na madrugada quando a fiscalização é menor. A partir desse ponto entram na Guiana Francesa via terrestre (região de mata) ou via marítima, navegando a costa da Guiana Francesa até descerem em algumas das diversas praias, tudo intermediado por “coiotes”, os

quais são pessoas pagas para realizarem a travessia e a entrada na Guiana de forma indocumentada. (NASCIMENTO; SILVA, 2019).

As condições de sigilo em que muitas das migrações *transnacionais* ocorrem, além da informalidade dos empregos nos locais de destino, impedem uma intervenção legal eficaz para garantir uma “migração segura”, o que torna a sociedade uma reprodutora de ilegalidades produzidas pelo Estado. A discriminação de gênero e a falta de *status* social, além das responsabilidades domésticas, reduzem o acesso de mulheres a recursos, educação, treinamento e ao mercado de trabalho. Tal situação é agravada, quando considerado o caso das mulheres transexuais, que têm suas vidas atravessadas por diferentes marcadores sociais que as colocam em situação de extrema desigualdade no acesso a direitos básicos.

Ao realizar-se a revisão teórica sobre transexualidade, deparamo-nos com diferentes significações do termo. (ARÁN, 2006; ABGLT, 2007; ARÁN, ZAIDHAFT, MURTA, 2006). O termo transexual pode ser controverso porque foi historicamente usado para categorizar pessoas trans como doentes mentais. Frequentemente, servia como justificativa para discriminação, assédio e maus-tratos. Este termo é muito debatido tanto na comunidade transgênero quanto fora dela.

As conotações da palavra transexualidade variam de pessoa para pessoa e de cultura para cultura. Pensar em travestis¹ ou transexuais² é conceber possibilidades de expressão de gênero que escapam ao determinismo reducionista do sistema sexo gênero. Os conceitos são fluídos e, deve-se considerar questões culturais, sociais e políticas.

1 A associação da prostituição à identidade travesti (...) aparece inserida numa distinção entre modelos de feminilidade. Enquanto as travestis são as “ousadas” que demonstram uma “feminilidade pombagira”, as transexuais representariam uma “feminilidade burguesa”, recatada e delicada. Outra distinção, também com base na prostituição, aparece: o corpo. Apesar de os processos de transformação corporal de travestis serem muitas vezes compartilhados por transexuais, estas, possivelmente devido ao maior grau relativo de medicalização, parecem construir seus corpos dentro de um modelo mais próximo do que julgam “natural”. Por outro lado, as transformações corporais de travestis, comumente julgadas como exageradas, parecem ser requisitos profissionais para a prostituição. (CARVALHO, 2018, p. 13).

2 [...] As informantes que se autoidentificam como transexuais possuem, via de regra, maior escolaridade; têm, portanto, acesso a bibliografias técnicas sobre o assunto com mais facilidade e situam-se mais próximas socialmente das explicações institucionais e científicas sobre a questão. (BENEDETTI, 2006, p.113).

De acordo com Louro (2004), aqueles que transgridem as fronteiras de gênero ou sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes ou desviantes. Em analogia com o migrante indocumentado, afirma que esses sujeitos são tratados como infratores que devem sofrer penalidades.

Nesse sentido, a Teoria Queer busca subverter as instituições tradicionais da sociedade que são baseadas no modelo heteronormativo da sexualidade humana e reconhece o amplo espectro da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. (BUTLER, 2002).

Há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido e adquirir vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, pois são analisadas como identidades “transtornadas” pelo saber médico.” (BENTO, 2012, p.2657).

Em nossa sociedade, fomos condicionados a ver outros humanos como machos (masculino) ou fêmeas (feminino) e heterossexuais (“Hetero”). Como resultado, fomos ensinados que as relações sexuais são “normais” apenas quando existem entre duas pessoas do sexo oposto. Tudo que se difere disso é considerado anormal, desviante, e as pessoas que se encaixam nesse “anormal” possuem grandes desafios na convivência em sociedade, sofrem preconceito, discriminação e lutam continuamente para usufruírem de direitos básicos.

O reconhecimento dos direitos aos transgêneros é um processo em construção no ordenamento jurídico brasileiro e devem ser analisados segundo a perspectiva da Constituição Federal Brasileira de 1988, com enfoque no princípio basilar da dignidade da pessoa humana, e tem como marco inicial a despatologização da transexualidade, superada na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.275³ ajuizada pela Procuradoria Geral da República.

3 Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em 13/03/2021.

Essa ação constitucional buscava uma interpretação extensiva dos princípios fundamentais da dignidade (art. 1º, III, da CF/88), da intimidade, da honra, da imagem (art. 5º, X, da CF/88), da igualdade (art. 5º, caput, da CF/88), da identidade ou expressão de gênero sem discriminações aos transexuais.

Após a decisão, o Conselho Nacional de Justiça, através da Corregedoria Nacional de Justiça, emitiu em 28 de junho de 2018 o provimento n. 73/2018⁴ regulamentando a alteração do prenome e do gênero da pessoa transexual perante os cartórios de registro civil.

O nome é um atributo essencial da personalidade jurídica, protegida pelo Código Civil como um direito intransmissível e irrenunciável, segundo determina o seu artigo 11, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária, é forma de individualização da pessoa, pois é a partir dele que cada indivíduo constrói sua personalidade e a expõe. Como assinalado por Hogemann (2009, p.27):

Constitui-se o direito ao nome como direito público subjetivo, que subsiste justamente para restringir a ingerência do Estado aos direitos da personalidade, como forma objetiva à realização do fundamento da liberdade, sem a qual inexistiria dignidade.

Nesse contexto, o nome assume duas funções relevantes para a pessoa: a primeira, vista como uma função individualizadora capaz de distinguir as pessoas que vivem em sociedade. A segunda, a função identificadora, serve para identificar as diversas relações sociais com o propósito de detectar como são os direitos e obrigações contraídas por elas. No que tange aos transexuais, seu nome está em desacordo com a realidade por ela vivenciada, de forma que a alteração deve ser considerada imprescindível para uma vida digna.

Assim, a decisão trouxe uma mudança significativa consigo, um novo conceito sobre a vivência da pessoa *trans*, que até então era condicionada e atrelada a cirurgia de redesignação sexual, permitiu a prática de atos da vida civil, desde realizar uma simples compra com cartão de crédito, até celebrar contratos das mais variadas formas.

4 Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em 13/03/2021.

4. Resultados e discussão

A personagem que embasou o presente artigo é uma mulher *trans* brasileira, solteira, morena, 25 anos, que vive cerca de cinco (05) anos na Coletividade de Ultramar da Guiana Francesa, território francês situado na América do Sul e que faz fronteira com o estado brasileiro do Amapá, que assim como muitos brasileiros, deslocou-se para o território francês em busca de melhores condições e oportunidades, além de direitos fundamentais aos quais não tinha acesso no Brasil.

Ravena⁵ nasceu na região norte do Brasil e ainda pequena foi entregue para adoção pelos pais numa região de garimpo da Guiana Francesa, arrependida a mãe de Ravena voltou, recuperou o filho e o levou de volta ao Brasil. No início da adolescência, não se identificava com seu corpo, e como demorou a ter aceitação familiar, saiu de casa ainda adolescente, depois de alguns anos encontrou compreensão na avó que lhe proporcionou suas primeiras roupas femininas, passando a ser Ravena.

Após retornar à cidade onde nasceu, já com dezesseis (16) anos iniciou na prostituição, atuando na noite oiapoquense onde fazia programas, geralmente com franceses que visitavam a cidade de Oiapoque, no lado brasileiro da fronteira.

Quando atingiu a maioridade, Ravena foi presa por tráfico de drogas, enquanto ajudava uma tia na comercialização de drogas numa área de garimpo próxima à cidade Oiapoque/AP, e após passar cerca de três (03) anos presa em Macapá/AP, retornou à Oiapoque/AP, enquanto ainda estava em liberdade assistida.

Enquanto tentava readequar sua vida cidade de Oiapoque, matriculou-se numa escola onde fazia a educação de jovens e adultas, mas precisava realizar viagens mensais até a capital Macapá/AP para assinar e justificar suas atividades, quando voltou então a se prostituir e trabalhar em bares e boates da cidade de Oiapoque, auxiliando no mercado do sexo local.

5 Para preservar a imagem pessoal e tudo que identificasse a entrevista, seu nome social foi substituído por um nome fictício: assim Ravena poderia ser Maria, Joana, Francisca, Raimunda, Roberta... ou simplesmente Ravena.

Nessa altura surgiu a oportunidade de entrar na Guiana Francesa de forma indocumentada, com auxílio de coiotes⁶, aguardou o horário de baixa fiscalização da fiscalização francesa e durante a madrugada conseguiu ingressar em território francês, após realizar uma travessia difícil e perigosa, expondo à riscos sua integridade física.

Já na Coletividade Ultramarina da Guiana Francesa, inicialmente trabalhou em casa de família como auxiliar doméstica em troca apenas de ter um lugar para morar e não ser deportada de volta para o Brasil, porém não aceitou o preconceito e tratamento discriminatório, e buscou novamente na prostituição, agora em território francês, uma forma de sobreviver enquanto pessoa *trans*, onde ganha cerca de cem euros (€100) por programa.

No período da entrevista, estava vivendo numa conhecida zona de prostituição de Caiena, denominada “Chicago”, onde mantinha um quarto alugado para receber seus clientes que pertencem às mais diversas nacionalidades: são surinamenses, porto-riquenhos, dominicanos, venezuelanos e outros que buscam sexo diferenciado com *trans* brasileiras.

Com o dinheiro arrecadado na prostituição mantém-se na Guiana Francesa com os gastos essenciais destinados à alimentação, vestimentas, moradia, saúde, além de auxiliar economicamente a família que deixou no Brasil, tendo inclusive comprado uma casa para sua mãe que ainda reside na cidade de Oiapoque/AP, e esporadicamente a visita no Brasil.

A partir da entrevista realizada identificam-se semelhanças nas histórias de vida das pessoas *transgêneros* em trânsito na fronteira franco-brasileira: são pessoas que passaram pela difícil fase de aceitação familiar, quando ainda muito jovens iniciam o processo de construção identitária, num contexto de preconceito e escassez de recursos financeiros, buscam no lado francês da fronteira meios de sobreviver e existir enquanto pessoa *trans*, portanto cruzam não somente a fronteira terrestre, mas também fronteiras sociais, políticas e de gênero.

6 Os coiotes são atravessadores com expertise nos rios e na mata da densa floresta amazônica e que recebem uma contraprestação pecuniária para atravessar brasileiros e brasileiras que desejam ingressar de forma indocumentada na Guiana Francesa, chegando a cobrar trezentos euros (€300), por imigrante.

Conforme os dados coletados nas entrevistas, as mulheres brasileiras trans que trafegam pela fronteira franco-brasileira são jovens, de no máximo 28 anos, e necessitam de um olhar diferenciado, considerando que algumas encontram na prostituição uma forma de se manterem e sobreviverem nos contextos sociais dos mais diversos.

A mulher *cis* brasileira é sexualizada na Guiana Francesa, mesmo aquelas que não trabalham na prostituição, relatam serem assediadas e consideradas “putas”. Existe uma sexualização do corpo da mulher brasileira, seja pelos traços físicos, ou pela forma de exercer a sua sexualidade.

As *trans* brasileiras tentam reproduzir, de certa forma, o corpo sexualizado da mulher brasileira através da modificação corporal: implantes de peitos e bunda volumosos. Se preocupam em estar sempre bem vestidas e cheirosas: salto alto, saia curta e maquiagem. As mulheres *cis* e *trans* de outras nacionalidades são ditas como mais desleixadas no vestir: “Elas não sabem se vestir: não sabem... metem aquelas bermudinha, aquelas roupinha aqui em cima”.

Entrevistador: Se você fosse fazer um comparativo da sua vida, com uma mulher *cis*, com relação à prostituição aqui, você acha que a vida da *trans*, aqui é melhor? *Entrevistada:* Depende, depende. Vários preços. Tem mulher que tá aqui... as mulheres que estão aqui... bom, as mulheres que estão aqui... tem mulher que se reserva seu corpo, sabe dar valor no seu corpo. Sabe dar seu preço. Como a gente. As vezes nos perde aqui, pras outras origens. Elas são muito... eu vou falar a verdade... *Entrevistador:* Quais outras origens?

Entrevistada: Dominicana e inglesa. Elas são muito desvalor... muito sem valor. Elas não sabem se vestir: não sabem... metem aquelas bermudinha, aquelas roupinha aqui em cima... nós brasileira, nós brasileiros, se vestem sempre bem. Sempre bem perfumado, sempre muito bem arrumado, mete salto, se arruma bem, dá o valor, nós tem nosso preço, tipo 50 euro pra cima. Elas não, 20...

Entrevistador: Você acha que as brasileiras são mais valorizadas? Em relação às dominicanas, às inglesas?

Entrevistada: Sim, sim. Claro que sim, elas são sempre mais.

Entrevistador: Quais são as outras nacionalidades que você vê aqui trabalhando?

Entrevistada: inglesa da Guiana Inglesa e daqui... as Guianense aqui são... aqui são as guianenses... elas todas são esses preços. Tem umas que se dão o valor: é 50, mas tem umas que não. Elas são bonita, elas são bonita, então elas tem o valor dela, a maioria não. Elas se dão 20, 30 euro... 20,30 euro... chega lá... os cliente chegam com a gente, eles falam assim: -Ah não, se uma verdadeira mulher lá, ali a inglesa, por exemplo é 20, 30 euro. Então vai lá procurar... Por que todo cliente que vem procurar a gente, trans ou travesti, ele vem procurar, lógico que eles sabem o que eles tão vindo procurando: o sexo diferente. Então, eu digo: - Então vai lá... aí eles dão a volta e voltam, e vem pegar a gente de volta. Aí tem as travestis inglesa e as dominicana, que também são aqui... são mesmo barata igual elas. Elas são... (risos) E nós sempre os brasileiros tem um lugar pra vim transar, tem um quarto e elas não. É sempre dentro do carro, dentro do... por trás dos estacionamentos, por trás das lojas e é por aí.

Diferenciar a prostituição e exploração sexual é um caminho para construção de uma rede de atenção à população transexual em trânsito nessa região. A prostituição um trabalho sexual, uma atividade livre de pessoas adultas que fazem sexo com fins comerciais e/ou financeiros. Enquanto a exploração sexual é um grave atentado aos direitos humanos, tendo que alguns segmentos populacionais estão mais suscetíveis, como as mulheres em condição migratória, por isso merecem um olhar diferenciado.

Nesse contexto, travestis e transexuais adultas realizam trabalho sexual através da prostituição por não terem oportunidade de trilhar outros caminhos a não ser o da prostituição como sobrevivência, principalmente no caso das brasileiras trans em território francês.

É importante destacar que na Guiana Francesa a migração indocumentada é considerada crime, enquanto no Brasil é uma infração, o que torna essa parcela da população duplamente vulnerável, primeiro pela identidade de gênero a qual se identificam, e segundo no caso de ingressarem em território francês de forma indocumentada, temem denunciar às autoridades locais alguma categoria de exploração ao qual possam estar sendo submetidas. Assim a criminalização de migrantes encobre as reais causas das crises sociais, políticas, econômicas e culturais que assolam a região.

Por isso, deve-se compreender as situações já instauradas da exploração sexual para evitar novos casos, atuando na prevenção do crime de forma a eliminar fatores socioeconômicos e culturais que as colocam em situação de vulnerabilidade.

Considerações finais

Todas as pessoas em transformação devem ser respeitadas em sua diversidade bio-psico-social, porém ainda existe um tabu pelas autoridades e estudiosos para refletir sobre sexualidades nas diversas fases da vida e o processo de construção de identidade de gênero, e a história demonstra persistir um certo distanciamento no que tange às vivências da população *trans*, especialmente as que estão em trânsito em regiões de fronteiras.

Ao analisar a entrevista com Ravena, é notável que, como corpos “abjetos”, o preconceito e violências são situações vivenciadas pelas mulheres brasileiras *trans*, tanto no seu país de origem, quanto no país de chegada, e por comporem uma menor parcela no quadro quantitativo das migrações internacionais, muitas vezes acabam invisibilizadas nas discussões sobre direitos no mundo. Assim, seguem existindo e resistindo, silenciadas pelo medo de serem presas ou expulsas dos países de chegada, por estarem de forma indocumentada nestes.

A entrevista demonstra histórias de vida semelhantes, são mulheres brasileiras *trans* que passaram por um difícil processo de aceitação familiar quanto a sua identidade de gênero; sofreram preconceito; escassez de recursos financeiros; e buscaram no outro lado da fronteira de seu país, meios de existência e sobrevivência, cruzaram não somente fronteiras terrestres como, de gênero, sociais e políticas.

As vivências das mulheres brasileiras *trans*, trazem questões para desconstruir conceitos e ideias que durante séculos recebemos como indiscutíveis, tão arraigados nos esquemas cognitivos de nossa sociedade. Nos fazem enxergar essas mulheres como protagonistas de seus processos migratórios, e perceber a fragilidade de uma sociedade que, muitas vezes, negligenciam os direitos dessa parcela da população, as fazem migrar de um país a outro em busca de direitos básicos, como saúde e moradia, de modo a terem uma melhor qualidade de vida, sendo que, muitas vezes esses direitos continuam sendo negados no país de destino.

Ao adentrarem no país de destino de forma indocumentada as mulheres *trans* passam por diversas situações que as deixam mais vulneráveis socialmente. A criminalização da migração, por exemplo, acaba fazendo com que as mesmas, dispostas a migrar de forma indocumentada, se tornem mais suscetíveis a diversas formas de exploração, como o tráfico internacional de pessoas. Assim, seguem silenciadas pelo medo de serem presas ou expulsas da Guiana Francesa, por estarem de forma indocumentada, aprendem a viver e conviver no preconceito e seguem existindo e resistindo no outro lado da fronteira.

Referências

ANDRADE, Vítor Lopes. Refugiados e Refugiadas por orientação sexual no Brasil: Dimensões jurídicas e sociais. Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. 4, n. 1 jan/jun, 2006.

ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. “Transexualidade e saúde: análise de uma experiência clínica institucional”. 2006.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, p. 569-581, 2012.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

FERNANDES, Beth. *LGBT na Fronteira Brasil e Venezuela: um tem (in) visível: relatório da análise sobre a viagem na fronteira do Brasil e Venezuela: uma discussão do enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa* / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e cidadania em nome de quem?, in Temas sobre Direitos Humanos em homenagem ao professor Vicente de Paulo Baretto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 27.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NASCIMENTO, Joel; SILVA, Ruane. O tráfico internacional de mulheres em três dimensões: gênero, migração e rota Amapá-Guiana Francesa. Anais Eletrônicos: 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019.

OLIVA, T. Minorias sexuais enquanto 'Grupo Social' e o reconhecimento do status de refugiado no Brasil. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2012. (Diretório de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado do ACNUR).

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19a ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

WOLTERS, Eugene. What The Fuck is Queer Theory? Critical Theory. 2013.

AMIGA DE CAPELA E BATIZADA POR JONATHAN KISS: BREVES NOTAS SOBRE A VIVÊNCIA DE SABRINA NO INTERIOR DA CIDADE DE CRATO-CE

Ribamar José de Oliveira Junior

*Doutorando do Curso de Comunicação e Cultura da Universidade
Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ribamar@ufrj.br.*

Resumo

Na esquina entre a Av. Coronel Antônio Luiz e a Rua 28 de Dezembro, Sabrina vendia bombons em uma pequena barraca de doces na cidade de Crato, interior do Ceará. Através da escrita de um perfil jornalístico para a 6ª edição do Jornal Sertão Transviado, procuro pontos de contato entre as vivências e as experiências dissidentes de gênero e sexualidades na cidade do interior. Pelo passado no presente, viso desdobrar a memória de Sabrina através das existências LGBTQIA+¹ no contexto interiorano cratense, sobretudo, para pensar a questão relacional da comunidade por meio das subjetividades, das violências e das resistências. Desse modo, o objetivo parte de considerar o percurso do pesquisador enquanto migrante do interior para a capital, no sentido de acompanhar os caminhos que visibilizam os aspectos relacionados à sexualidade e às políticas de subjetivação no desenvolvimento da própria pauta. Diante o que há de conversável nas interações cotidianas do jornalismo, encontro um ponto que vai além do eixo polarizado entre centro e interior, situando o vazamento das margens socialmente localizadas pelos corpos que perfazem a centralidade da cidade hoje. Amiga da travesti Capela e batizada por Jonathan Kiss, Sabrina quando

1 LGBTQIA+ é a sigla utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, *queer*, intersexuais e assexuais. Assim, utilizo o sinal + para compreender as singularidades das questões de gênero e sexualidade.

fala de si mesma me mostra como as fissuras da sua vivência impactam a minha, sobretudo, pela construção de sentido da minha homonormatividade e da sua transexualidade nas arestas diferentes da cidade. De fato, toda confusão tem uma Sabrina e depois de uma breve tarde consegui descobrir o porquê.

Palavras-chave: Subjetividade, Comunicação, Gênero e Sexualidade, Desejo, Corpo.

Breve tarde com Sabrina

Estas breves considerações em torno do meu encontro com Sabrina durante a produção jornalística da 6ª edição do *Jornal Sertão Transviado*², no final do ano de 2017, surge através da abertura de gavetas no período da pandemia. Após reler o perfil que eu havia escrito para aquele número do jornal, que seria o último publicado em 2018, me deparei com um dos pontos da proposta que segue em construção com o meu projeto de cartografar a memória LGBTQIA+ da cidade de Crato, interior do Ceará. Assim, iniciei esse processo em 2016 e, sem dúvidas, as pautas que apurei desenvolvidas para o *Sertão Transviado* me ajudaram muito na medida que foram dobradas e desdobradas enquanto tais. Por isso, vejo o meu encontro com Sabrina na possibilidade de desenvolver um pouco mais a fundo o que discutimos naquele texto. Depois da publicação do perfil, encontrei Sabrina algumas outras vezes pelos acenos e pelas lembranças. Após aquelas palavras trocadas, cheguei nas palavras de outras pessoas que seguem compondo o repertório da pesquisa, naquele momento eu não tinha alcance e não sabia ainda o que iria desenvolver ao certo.

Nesse sentido, viso neste texto apontar apenas uma das pausas por meio dos encontros na tessitura da pesquisa. Na esquina entre a Av. Coronel Antônio Luiz e a Rua 28 de Dezembro, Sabrina vendia bombons em uma pequena barraca de doces na cidade de Crato, a pauta havia sido sugerida por alguma pessoa que na época lia o *Sertão Transviado*, impresso produzido pelo projeto “*Sertão Transviado: outros Cariris*”, apoiado pelas Pró-Reitorias de Extensão e de Cultura da Universidade Federal do Cariri (UFCA), entre os anos de 2016 a 2018. O jornal pautava no sentido de perceber pontos entre as experiências dissidentes e o contexto interiorano de gênero e sexualidade. Era época da minha graduação em Jornalismo e o tema me interessava muito. Inclusive, é importante mencionar que jornalismo não se faz sozinho, as pautas do *Sertão Transviado* eram muitas vezes sugeridas por pessoas que não estavam na redação. Assim, pelo entre-lugar do cotidiano na arte da entrevista, penso em desdobrar a memória

2 Leitura completa de todas as edições: < <https://issuu.com/sertaotransviado> >.

de Sabrina enquanto trans para pensar as cartografias LGBTQIA+ em Crato, sobretudo, pela relação entre o espaço, a subjetividade e o corpo.

De certa forma, o conversável da entrevista revela interações do cotidiano que montam e remontam a cidade. Por isso, as derivações de Sabrina a partir da imagem de Jonathan Kiss³ e de Capela⁴, outras pessoas LGBTQIA+ que fizeram a história na região do Cariri cearense, revelam as linhas que relembram os modos dissidentes no interior da cidade. Não somente a partir do meu encontro com Sabrina, mas dos meus trajetos com outras pessoas LGBTQIA+ que vieram na frente e romperam alguns nós, penso na forma como um jornalista, bicha e migrante do interior para a capital, como eu, pode se relacionar com esses percursos enquanto cratense. O que essas bichas que Sabrina menciona já fizeram? Talvez, Capela me visse como um rádio *transition*⁵ em comparação a ela e, de certa forma, há uma sintonia entre esses dois modos de comunicação.

Narrar, ouvir e escrever: subjetividade e comunicação

Ao levar em consideração o que Barthes (1976) aponta pela experiência expressa nas pequenas narrativas, procuro pensar a forma como Sabrina conta histórias nas quais extrai o sentido do mundo. Diante da narrativa no cotidiano da vendedora de bombons, procuro investigar a forma como ela divide socialmente o espaço que ela pertence na cidade de modo plural. Dessa forma, o olhar narrativizante que Leal (2006) destaca contribui para o arsenal metodológico na

3 Em 2020, o assassinato do decorador e promotor de eventos Jhonatan Kiss completou 20 anos. Em homenagem póstuma, o Centro de Referências LGBT de Juazeiro do Norte fará do seu nome uma frente na instituição. Para ler mais: <www.miseria.com.br/ultimas-noticias/cariri/juazeiro-lembra-20-anos-do-brutal-assassinato-de-jonathan-kiss/>.

4 Por meio de entrevistas realizadas, Capela aparece como uma das primeiras travestis do Crato-CE. Para uma leitura mais aprofundada sobre isso, ver Oliveira Junior e Fortes (2019).

5 Faço de um lapso geracional, licença poética para articular o que Capela dizia ao se referir as bichas mais novas. Ela chamava quem estava saindo do armário ou quem estava aparecendo na cidade como bicha de rádio *transition*, enquanto ela se via como um “rádio de válvula” por estar ficando velha na época e pegar o período de mudança do meio de comunicação.

medida em que a reconstituição das narrativas pelo trabalho do pesquisador opera pelo falar do social e pela circulação das redes, pois “os modos comuns de dizer e fazer, vistos como práticas cotidianas, são formas que possibilitam processos identitários ao apresentarem regularidades e padrões compartilhados socialmente” (BRETAS, 2006, p. 32).

Se França (2006) define o sujeito da comunicação pela relação, como um “sujeito em relação”, penso como a ação de afetar pelas condições significantes cerca o cotidiano. O que Sabrina fala opera na abertura do acontecimento e no imprevisível da fala. A partir do que Leal e Carvalho (2015) trazem sobre a narrativa na caracterização do narrador e da composição das personagens, reflito sobre a polifonia das modalidades narrativas, de acordo com o modo de estar no mundo de cada um. “É assim que uma narrativa pode conter uma única personagem e essa ser dotada da capacidade de trazer à tona uma grande diversidade de pontos de vista sobre o mundo social, inclusive tendo em vista sua historicidade e os conflitos de interpretação nele presentes” (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 157). Ao lado de Bento (2017), penso em narrativas transviadas no cotidiano.

Diante da metodologia de narrativas orais de histórias de vida, nos termos de Perazzo (2015), procurei pensar como o desejo da memória me leva para múltiplos caminhos do passado pela recordação e pelo esquecimento, sendo um método que permite escavar subjetividades. “Quando os estudos em Comunicação passam a se preocupar com o cotidiano, com o sujeito em sua individualidade, com as experiências particulares, de pequenos grupos em determinadas localidades bastante circunscritas, voltam-se para a dimensão da crônica da vida cotidiana” (PERAZZO, 2015, p. 130). Através da narrativa oral da história de vida de Sabrina, cabe compreender quem eram as pessoas, como viviam e o que sentiam, na medida que Sabrina em primeira pessoa pode exigir novos métodos para a análise e a interpretação dos relatos da memória. O que Favero (2020) destaca sobre o fato de que não basta *queerizar* o tema, “mas entender que até mesmo o exercício de aplicar questionários se altera quando há um deslocamento de pessoas cis para pessoas trans” (FAVERO, 2020, p. 17), reflito sobre a entrevista realizada e as ramificações do texto. Afinal, o que quer dizer Sabrina sobre si mesma e como resgatar o tempo em que diz sobre as outras?

Nos rastros de uma submetodologia indisciplina, conforme traz Mombaça (2016), penso como Sabrina recoloca as vivências em cena pelos caminhos da sua narrativa, pelas formas de comunicação da cultura, na medida em que vasculha de modo indisciplinado ruídos ignorados, visibilizando contextos disputados em trono de quem e como falar, sobretudo, pela tessitura desse mapa de errâncias pela memória LGBTQIA+ da cidade de Crato. “Submetodologia que não se furte às batalhas políticas em que se veja implicada e que não cesse de querer escapar, seja pela via do erro, da entropia ou por qualquer outra (...)” (MOMBAÇA, 2016, p. 345). À vista disso, procuro desdobrar a memória de Sabrina a partir do que escrevi sobre ela, pela forma como ela me mostra o que me falta quando me fala sobre sua trajetória, por meio do modo como não alcanço algumas partes desse mapa, mas posso costurar alguns pontos no tracejado.

Memória, cidade e corpo

Pela memória através das imagens em Bergson (1999) e pelo narrador e a sua arte de narrar em Benjamin (1987), aponto como Sabrina traz a matéria-prima das suas histórias por meio de imagens na sua experiência, entre as tramas do passado no presente, pois a narrativa dela traz a percepção que condensa e intercala múltiplas durações na matéria de si. Nas malhas do que Santiago (1989) discute sobre o papel da ficção nas experiências, discuto como a relação entre narrador e personagens se dão pela pontas, pela experiência do olhar. Diante do “narrador pós-moderno”, cabe pensar sobre a forma como o presencial opera na observação do que se vê, quando me identifico mais com o que leio do que com o que narro da experiência alheia. “Uma ponta, feita de palavras, envolve a experiência muda do olhar e torna possível a narrativa” (SANTIAGO, 1989, p. 45). Diante das reflexões sobre o cotidiano em Lopes (2007), cogito como as sensações das pequenas coisas conduzem a um olhar para o menor, sendo o fio condutor de uma poética, “sem perder de vista os contextos urbanos, midiáticos, da intimidade e da afetividade, nem suas consequências epistemológicas (...)” (LOPES, 2007, p. 91). Por isso, a sensibilidade de apreender a vivência de Sabrina aparece nos detalhes, do ato de vender bombons ao que faz ela estar ali, naquela esquina, narrando os seus percursos. Nesse sentido, narrar para Leal (2013) é compreender

o mundo, configurar experiências e se comunicar com o outro. Como Sabrina dá sentido à cidade a partir do modo como dá sentido à vida?

Ao levar em consideração o que Favero (2020) aponta com a necessidade de uma ética capaz de conjugar cosmologias travestis, procuro o que desliza do próprio dito de Sabrina e o que se desdobra pelo ato de pajubar a entrevista jornalística em uma outra ética. “Pajubar a ética cavar outras hipóteses, mudar a forma de fazer perguntas. E não significa que tal perniciosidade pode ser feita apenas pelas travestis, pois até pelos que com elas se envolvem em seus cotidianos laborais são capazes de fazê-lo” (FAVERO, 2020, p. 16). Diante disso, penso na forma como Sabrina pode me ver, pois quando ela fala de si mesmo e menciona que foi amiga da travesti Capela e foi batizada por Jonathan Kiss, ela me mostra como as fissuras da sua vivência impactam a minha, na medida em que Sabrina já pode ter feito muito para eu, enquanto jornalista, estar fazendo aquela entrevista na cidade de Crato. Enquanto pessoas LGBTQIA+ do interior dessa cidade, discorro na ponte do conversável entre os limites da minha homonormatividade e a reverberação da sua transexualidade nas arestas diferentes do imaginário cotidiano.

Desse modo, há coisas que apenas Sabrina terá acesso e que não passará da escrita do dito, pois quando naquela esquina ela me contou sobre a narrativa da cidade na história da sua vida, falo na forma como ela denomina Manteiga, uma das bichas que compõe sua memória, enquanto “mona, mas uma mona normativa”. Por mais que eu não tenha conhecido Manteiga, encontro caminhos entre o lapso geracional que me situa na forma como Sabrina traz o seu percurso atravessado pelo percurso dos outros naquele momento presente. Como migrante, do interior do Ceará para a capital do Rio de Janeiro, assim como Sabrina que deixa o Crato para ir para São Paulo, tenho refletido bastante nos modos como as histórias contadas perfazem a cidade hoje, no elo entre o meu percurso e o trajeto de Sabrina. No que diz respeito a minha cisgeneridade, a partir das reflexões de Vergueiro (2016), pondero como as memórias de Sabrina escavam os meus percursos dentro das linhas da normalidade e dos dispositivos que produzem a cidade, possibilitando uma outra forma de perceber os espaços e a dimensão subjetiva das relações.

Por isso, a partir do que Mombaça (2015) traz quando pergunta se podemos escutar uma fala subalternizada quando ela se manifesta, procuro perceber como emana o que Sabrina fala no eco do dito para

além do perfil jornalístico, tendo em vista a forma como a narrativa de Sabrina pode não desestruturar a memória da cidade pelo que a história traz como efeito de subalternidade. Dessa forma, recorro ao que Lustosa (2017) traz na abordagem sobre a lenda e a narrativa quando ela traz o corpo trans e as suas modificações como vetores políticos e como forma de compreender a imaginação e o popular por meio da relação da cidade. Como um saber-montagem, encaro essa entrevista realizada como uma parte da montagem em processo de um mapa da memória LGBTQIA+ da cidade de Crato. Afinal, a narrativa da história de vida de Sabrina traz o pressuposto de uma lenda pela boca de uma bicha que diz que onde tem uma Sabrina tem uma confusão. Se pensar em lendas seria uma forma de pensar a imagem por meio do tempo, nas imagens em movimento, talvez o fato de Sabrina ter me transmitido isso oralmente, a história possa ser recontada e ouvida em seus tons particulares. O próprio nome Sabrina pode ser visto em sua origem como uma imagem inventada pelo corpo.

“Sendo a lenda parte da comunicação oral, ela possui uma dimensão gestual que se manifesta na transmissão de memórias: o deitar sobre os corpos ancestrais pode se dar através da reinvenção dos seus saberes, crenças e histórias” (LUSTOSA, 2017, p. 98). Os saberes que constroem a Sabrina hoje fazem com ela mergulhe na narrativa enquanto corpo que conta o que se é. Assim, o que Lustosa (2017) cita sobre a cidade ao mencionar o reflexo dos grandes centros e os corpos dissidentes em contraponto aos pequenos aglomerados urbanos e as hipervisibilidades, pela forma como passam a ser conhecidos por todos nomeadamente, penso no trânsito de Sabrina do Crato para São Paulo. Diante disso, o sentido que Carvalho (2019) atribui ao corpo travesti em suas narrativas aponta a forma como a subjetividade de Sabrina recolocada em cena pela narrativa oral pode operar pelo o que se aproxima de uma “travaturgia”, pois Sabrina tomou o lápis de assalto na sua trajetória. Não somente quando foi batizada de Sabrina por conta de um momento de tensão, mas quando ela mesma escreve sua história pelas ancestralidades dissidentes do interior da cidade.

Se Jesus (2019) aponta como as verdades são construídas e o quanto demoram a serem reconhecidas como verdadeiras, o ato de Sabrina contar mais uma história sobre si mesma, ela refaz um mundo para si, inclusive no reconhecimento da sua mulheridade enquanto trans. “Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que

a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos” (JESUS, 2019, p. 254). Em algum trecho do caminho, Sabrina reconstrói a história na medida que participa da construção de outras experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero trans na cidade de Crato, quando apreende seu passado pelas referências, entre Capela e Kiss, questiona o presente comigo no ato da transmissão de memórias e constrói o futuro pelo que perfaz a cidade hoje, rompendo com a dinâmica marcada pelo não lugar, como trazem York, Oliveira e Benevides (2020). No exercício de escuta da “voz” que emana dessas dissidências sexuais e de gênero no interior da cidade, raciocino na forma como a memória do Crato vaza no desenho de uma trans-epistemologia.

Portanto, talvez como pesqui(cis)ador, no termo que trazem as autoras, articulo o meu aprendizado com Sabrina pelo o que ela aponta nas tecnologias de (re)existência no seu percurso, nas quais eu nem teria manejo ou permanência pelo que trago. Quando há uma preocupação do texto com a definição de Sabrina nos termos travesti ou trans, encaro o que pode aparecer a multiplicidade da própria Sabrina. “Nós, as travestis, antes de nos dizerem quem somos, nunca dissemos que éramos travestis, como também assim acontece com as mulheres, mas assumimos enunciados que cristalizam verdades sobre nossos corpos” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 6). Assim, não há como tecer um perfil de Sabrina, sem estar com ela, falar do nós sem alcançar a multiplicidade do que quer dizer o seu nome. A trans-centralidade de Sabrina importa muito para a pesquisa, justamente porque não há uma única forma de ser travesti. O “quilombo” que Sabrina traz no fio da memória de Capela, aponta o meu próprio respeito diante o que me toca e de como toca. Afinal, a lenda só pode preexistir da oralidade, da constituição dessa memória coletiva, como relembra Lustosa (2017). De fato, toda confusão tem uma Sabrina e depois de uma breve tarde consegui descobrir o porquê.

Toda confusão tem uma Sabrina

Pelo que contava Sabrina, se um homem aprendesse a ler, virava bandido. Se uma mulher aprendesse a ler, virava puta. Porém, nenhuma dessas nomeações, apenas o futuro de uma travesti. Derrubando as leis do pai, Sabrina colocava o caderno e o lápis em um saco de arroz e saía para a escola. Para o pai dela, os rumos dos filhos era a roça, mas

naquele dia ela contou que ele já percebia que o trabalho braçal não abria tantos caminhos quanto o estudo, apesar da urgência da força na busca da necessidade. Sabrina aprendeu a ler cedo, dos nove irmãos, foi a única que estudou. Com sete anos, se maquiou e furou a orelha a primeira vez. A mãe fazia um short com pano comprado na feira para Sabrina e a irmã, assim ela fazia o seu corpo pelo que entendia de si. Sabrina ainda começou a cursar Pedagogia, mas desistiu. Aos 17 anos, deixou a pequena cidade do Crato e foi para a grande São Paulo com uma mala de pau e o sonho de ganhar dinheiro e redesignar o corpo.

De dia, telefonista. De noite, profissional do sexo. Dos anos de 1989 a 1993, Sabrina fez da noite paulistana um teto todo seu. Segundo ela, os primeiros quinze dias foram os mais difíceis, chegando a morar debaixo da ponte do Largo São Pedro com as pessoas em situação de rua. Após isso, conheceu Marcela que tinha o que Sabrina chamava de “peito de cabaça”, ao se referir ao silicone industrial na colega. Marcela ofereceu o tráfico de drogas e o palco do Nostromundo, uma das primeiras boates gays do Brasil que ficava na Rua da Consolação, para ela dançar, mas Sabrina quis apenas o último. Não demorou muito para Sabrina retomar a meta do começo da viagem com o desejo de mudar o corpo com as injeções, os anti-concepcionais e os hormônios. Mas, foi quando viu duas amigas que faziam programa na Rodovia Régis Bittencourt morrerem na mesa de cirurgia que decidiu mandar dinheiro para a mãe no Crato e comprar uma casa ao invés de reconstruir o corpo.

Ao voltar para o Crato, Sabrina encontrou uma criança recém-nascida na porta da Igreja do Seminário, na qual chamou de filha no ano de 1995. A menina cresceu chamando-a de “pãe”, metade mãe e pai, como Sabrina se referia. Na época, ela enfrentou a justiça com o namorado, que foi embora para São Paulo e nunca mais voltou, fazendo o que Sabrina chamava de “truque da galinha morta”. A filha estudou, assim como ela. A madre da escola chamava Sabrina de “cabeludo”, dizia que a criança matriculada tinha dois pais, mas isso nunca foi problema, de acordo com Sabrina. Naquela época, Sabrina era avó e tinha 47 anos, ela desafiava os paradigmas da idade e do corpo. “A gente se acostuma a se prostituir, eu deixava a criança em casa e ia para a pista no Palmeiral [em Crato]. Ela era novinha e eu ficava nos corres. Foi aí que fiz um curso de cabeleireiro e montei um salão. Entrei em outro ritmo”, explicou Sabrina.

Naquela esquina, Sabrina vendia bombons em uma barraquinha, ganhando em média 20 reais por dia. Ela não sabia se ficaria muito tempo com aquele trabalho, pois enjoava rápido das coisas e sempre buscava algo novo. “Não é questão do dinheiro, sou eu de gostar de estar nos cantos”, disse ela. Durante aquela entrevista, recordo que as pessoas passavam e desejavam bom dia, ela respondia e continuava a história. Quando a chamavam de Antônio, ela contava que doía por dentro. Sabrina queria o nome social. O nome que Jonathan Kiss colocou nela após uma confusão na festa chamada Lago dos Cisnes. Naquela noite, quando a polícia chegou na boate, Kiss escondeu Sabrina que era menor de idade atrás de uma janela. Os policiais foram embora e Kiss disse: “viado a senhora é uma Sabrina, onde tem uma confusão tem uma Sabrina”. Assim, aquele ato performativo inaugurou uma vida. “Ela foi uma das pessoas que me inspirou bastante, me deu muitos conselhos”, falou Sabrina sobre Jonathan.

Outra amiga que Sabrina teve foi Capela, tida como a primeira travesti do Crato. Naquela época, elas andavam juntas no bar do Manteiga. “Manteiga era mona, mas era mona normativa”, disse. Sabrina e Kiss no antigo bar Raio Laser faziam da Praça Cristo Reis ao lado das bichas Zé Caramelo, Luciano e Bruneto, um lugar delas. Quando Sabrina passava no mercado e cumprimentava Capela, “levava abacate podre”, dizia ao se referir aos recados da travesti. “Sabrina não deixe ninguém te humilhar, se nós existimos aqui na terra é porque Ele [Deus] quer que a gente exista, mas se ele não quisesse que a gente existisse, ele jogava raio fulminante e nós morria”, explicou Sabrina sobre os mandamentos de Capela. Pela lembrança, Sabrina dizia que Capela era valente, branca, tinha cabelos parafinados e pernas tortas para dentro. Capela explicava que Deus fez o homem para o outro homem porque o pênis é redondo como o ânus e precisaria criar um homem com pênis triangular, igual o suposto formato tido da vagina.

Por ter vindo de uma geração em que os afetos subversivos eram rejeitados, Sabrina ainda não gostava de trocar carícias com o namorado em público, por mais que não tivesse nada a esconder. Naquele período, pouco antes da entrevista, Sabrina havia sofrido um infarto após bandidos entrarem no seu apartamento e a espancaram. Durante um bom tempo, ela precisou da terapia e dos remédios para superar a síndrome do pânico, porém naquele encontro ela havia dito que não tomava mais os comprimidos fazia três meses, pela angústia que dava

no peito. Ela enfatizava o quanto que é mesmo feliz “sem eles”. No final daquela pauta, nós nos despedimos e Sabrina continuou vendendo bombons depois de abrimos um outro tempo com as palavras ditas naquela esquina. O quanto da memória cabe no presente cotidiano?

Preciso reencontrar Sabrina

Diante o que há de conversável nas interações cotidianas do jornalismo, tomo a experiência de Sabrina como uma linha dentro da cartografia da memória LGBTQIA+ da cidade de Crato. Por isso, para continuar esta pesquisa preciso reencontrar Sabrina, voltar para o Crato e recomeçar do último nó atado em setembro de 2019 pela trajetória de Capela no centro da cidade, no último encontro que tive com pessoas que conhecem o seu percurso. Ouvir, ouvir e ouvir, acho que esse seja o movimento de deriva dentro do processo de constituição da memória. Como prática, o movimento do jornalista caminha na pesquisa científica. Na verdade, não viso construir barreiras entre uma coisa e outra, apenas pontes pelas palavras nas bocas que remontam o tempo e a cidade.

Talvez, eu ainda revire algumas gavetas antes de continuar o meu percurso pelas memórias das pessoas. Acho isso importante, inclusive. Não tenho dúvidas de que cada palavra de alguma pauta já produzida possui um horizonte para desvendar uma outra história ainda a ser dita. Eu aprendo sobre ser uma bicha do interior quando não sou apenas uma, posso ser outras na história delas mesmas. Os espaços, as ruas e os caminhos falam mais do que nós. A narrativa da história de Sabrina fala sobre esses lugares. O que eu tomaria no Bar do Manteiga e no Raio Laser? Como eu veria aquelas pessoas? Como eu seria visto? São apenas questões que ficam na medida que cruzo o tempo pelas memórias. A pele é uma máquina do tempo, mas a língua é a válvula que aciona o transporte para outra temporalidade. Eu quero ouvir mais, aliás, preciso ouvir mais. Sabrina abriu a porta do mundo quando pegou o lápis e ela ainda tem muita coisa a dizer.

Agradecimentos

Agradeço a Sabrina pelas palavras que nos cruzam, pelo aprendizado através da vivência e pela forma como ela me mostra uma outra cidade dentro da cidade.

Referências

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas 1**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRETAS, Beatriz. “Interações cotidianas”. In: FRANÇA, Vera R. V. e GUIMARÃES, César et al (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

CARVALHO, Renata. O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 213-216, 2019.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, v. 7, n. 12, p. 1-22, 2020.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. “Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação”. In: In: FRANÇA, Vera R. V. e GUIMARÃES, César et al (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. **Alceu**, v. 16, n. 31, p. 155-170, 2015.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas; narrar. In: FRANÇA, Vera R. V. e GUIMARÃES, César et al (org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

LOPES, Denilson. **A delicadeza: estética, experiência e paisagens**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

LUSTOSA, Tertuliana Mascarenhas. A lenda da trava leiteira. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 94-114, 2017.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar. **Medium**, Natal, v. 6, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR; Ribamar José de. FORTES, Lore. A invenção da homossexualidade à margem do Rio Granjeiro: incidências entre a memória subterrânea e as práticas não ditas na literatura oral do Crato-CE. In: ANDRADE, Luma Nogueira. **Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África – Anais do IX CINABEH**. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 121-131, 2015.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely, CASTRO, Mary Garcia., and MOUTINHO, Laura. (Org.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

DO INTERIOR DE PORTUGAL AO INTERIOR DO BRASIL: NEGOCIAÇÕES ERÓTICAS DO DESEJO¹

Walisson Angélico de Araújo

*Mestrando do Curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas pela
Universidade Federal da Bahia – UFBA, walissonangelico@gmail.com.*

Resumo

A discussão abordada neste exposto faz parte do recorte de uma cartografia, iniciada em janeiro de 2018, na cidade de Faro, no interior do Algarve, em Portugal, e que segue em desenvolvimento na cidade de Iguatu, interior do Ceará, no Brasil. Este artigo tem como interesse discutir como são negociados os prazeres e as práticas dissidentes entre homens em cidades do interior e que possuem menos de 120 mil habitantes, utilizando, como ferramenta, o aplicativo norte-americano para encontros: o Grindr. Entre conversas e encontros, é produzida uma narrativa atravessada pela memória e que se envolve em uma análise de práticas com homens que não se identificam como ‘gays’ e que ‘preservam-se’ ao máximo. Sem foto de perfil, discretos, na busca de algo rápido, às escondidas por não serem “iguais aos outros”, estes negociam visibilidades em torno de segredos e da privacidade; em anonimato, as instâncias reguladoras e normalizadoras parecem produzir censuras mais refinadas, ditando os corpos aptos para o encontro ou não: uma hierarquia erótica do desejo. O aplicativo pode ser zona de tensão na busca de viver os prazeres sem perceber os preconceitos que entram em jogo. Nesta economia do desejo, os encontros mediados pelo

1 Trabalho desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

aplicativo apresentaram possíveis cooptações sutis às normas hegemônicas que se mantêm cristalizadas, permitindo a experimentação erótica e dissidente, mas que parecem não afetar a estrutura normativa e de poder que impera no cotidiano de Iguatu e Faro, favorecendo, de modo anônimo, os legados normativos, religiosos, matrimoniais e socioculturais que atuam contra as dissidências.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade, Corpo, Comunicação, Experiências dissidentes.

Iniciando a expedição

Jesús Martin-Barbero (1997) nos vem introduzir reflexões precisas nos propondo pensar nas mediações, deslocando o eixo de uma compreensão dos meios, da produção, dos gêneros e das mensagens, buscando compor uma teia das mediações culturais, como parte de perceber as relações entre cultura, sociedade e mídia, visto que todos estamos inseridos em um entorno tecnocomunicativo.

Partindo do campo da comunicação e da cultura, é preciso deslocar-se diante convergências e divergências do processo da globalização e do avanço das relações de poder sobre outras ambiências, como as digitais. Com entrada pelos Estudos Culturais, refletimos a cultura como um modo integral de vida (WILLIAMS, 1979), tecida em torno da linguagem, dos sentidos e dos afetos, “lembrando que afetos só ganham espessura de real quando se efetuam” (ROLNIK, 2016, p. 31). Afetos como um movimento político engajado, alguns considerados como reais e outros mera ficção, por este motivo as disputas são necessárias.

Partindo com Rolnik (2016) o rosto real não existe, mas uma criação de máscaras, por trás, não existe “[...] verdadeiro, autêntico, originário” (p. 36), visto que “a máscara e (o artifício) é a realidade nela mesma”. Então, pensando com Rolnik (2016), já que não existe algo autêntico, a única pergunta cabível “é se os afetos estão ou não podendo passar; e como”.

Este é um ensaio que se apropria de lentes da cartografia do desejo, como pensado por Suelly Rolnik (2016), (des)costurando sentidos complexos a partir da vivência, tecendo uma cartografia dos meus próprios afetos que pedem passagem para vazar a moral da razão, corrompendo-a a partir do desejo, este, articulado e moldado na interação social (Miskolci, 2017). Pensando em gênero, sexualidade e práticas dissidentes, é preciso não esquecermos que as categorias são produções que nos nomeiam a partir de lógicas de limitação ou subjugação, binarismos opostos e excludentes que nos hierarquizam na sociedade. Pensando com Nogueira (2012), as formas de agir no cotidiano e os atos sexuais são costurados envoltos por um *script* sexual para homem e mulher, “normatizando as práticas sexuais” (p. 25).

No livro *Desejos Digitais*, Richard Miskolci (2017) nos vem apresentar caros conhecimento a respeito das ambiências entrecruzadas

imerso em tramas *on-line* e *off-line*: meios digitais, “sintetizando ambas as transformações – tecnológica e social” (p. 28). A privatização da internet na década de 1990 é importante para entender a disseminação comercial. Nos anos 2000 a emergência dos celulares inteligentes começa a apresentar um cenário que “criou a experiência de nos tornarmos seres conectados” (*ibid.*, p. 28).

Um outro marco importante que pontua Miskolci (2017) é sobre o lançamento do segundo iPhone em 2009, pois o sistema operacional iOS, que integrava o Global Positioning System (GPS) e permitia o desenvolvimento de aplicativos para celulares, possibilitando a criação do aplicativo de paquera Grindr pelo Israelita radicado em Los Angeles, Joel Simkhai (*ibid.*). A invenção do aplicativo se popularizou, o que permitiu a vivência desejante homossexuais por mídias digitais, visto que para Simkhai, a pergunta que o motivou foi “como encontro outros gays?”, mas mantendo um relativo sigilo e discrição com medo da retaliação social (*ibid.*). Segundo Miskolci (2017), “isso leva a constatar que, a despeito da despatologização e descriminalização [na segunda metade do século XX] da homossexualidade em boa parte do mundo, o desejo homossexual continuou a ser perseguido no espaço público nos últimos sessenta anos [...]” (p. 31) por instâncias institucionais, culturais e midiáticas.

No site institucional, o aplicativo de encontros é categorizado como o aplicativo de rede social para gays, bi, trans e *queer*. Ainda no site, o aplicativo se diz representar um estilo de vida LGBTQ que está se expandindo para novas plataformas² e não obstante das lógicas mercadológicas e de consumo, o site possui uma aba sobre como anunciar na aplicação disponível para os sistemas operacionais Android e iOS. A empresa chinesa *Beijin Kunlun Tech*, antiga responsável pelo aplicativo Grindr vendeu por US\$ 608,5 milhões para a San Vicente Acquisition³, em 2020.

Almejando contribuir com os estudos das sociabilidades em cidades com fluxos distintos das capitais e percebendo a carência de

2 Informações disponibilizadas neste link: <<https://www.grindr.com/about/>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

3 Para mais informações sobre as negociações e multa sobre partilha de informações dos usuários, acesse o link da matéria do G1: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/26/aplicativo-grindr-e-multado-em-us-117-milhoes-por-compartilhar-dados-de-seus-usuarios.ghtml>>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

espaços de consumo LGBTQI+ nestes espaços, busquei tecer reflexões de como ocorrem as práticas eróticas e do desejo entre homens nas cidades de Faro, em Portugal, e Iguatu, no Brasil. Negociando visibilidades no aplicativo, busquei me inserir em conversas e encontros mediados pelo Grindr, percebendo encontros, conversas e práticas afetivo-sexuais com outras lentes. Segundo Nogueira (2012) são experiências que podem subverter e reiterar as normas em um complexo jogo refinado de controle dos corpos e das suas identidades.

Sobre os espaços de socialização e consumo no que diz respeito à cena alternativa e da diversidade, as duas cidades apresentam dinâmicas distintas. A cidade de Iguatu teve alguns espaços experimentais, parte de um movimento de *pubs* e bares com cena cosmopolita, permitindo possibilidades para encontros das diversidades, mas estes locais fecharam. Já em Faro, relembro a *Prestige Dance Club*, descrita no perfil do Instagram como um espaço 'GLS'⁴, e outros dois ambientes que no ano de 2018 representavam a cena alternativa em Faro: a Associação Recreativa e Cultural de Músicos (ARCM) e a Fábrica dos Sentidos. Em Portugal, os locais parecem resistir, e ter um consumo principalmente pelos turistas que chegam principalmente no verão, mas a boate 'GLS', esta sempre teve um público menor comparada aos outros ambientes, mas este é assunto para outro trabalho.

Pensando com Didier Eribon (2008) estes espaços de consumo como *pubs*, clubes e bares são importantes para possibilitar encontros, principalmente para as vidas estigmatizadas, mas "a cidade pequena é o lugar onde é difícil escapar do único espelho disponível" (p. 37), sendo apresentado um modelo efetivo cultural e social da heterossexualidade. Aliar-se ao autor citado anteriormente, parece auxiliar ver, a partir das vivências, como os lugares de consumo alternativos atribuem a quem frequente uma forma de desvio, um receio, pois ir a um local considerado LGBTQI+ ou da diversidade imprimir uma carga moral por parte das normas das relações de poder e da vizinhança, reprimindo as possibilidades de experimentar as possibilidades de si para além dos estereótipos.

Assim como o vírus da Covid-19 que nos fez repensar as formas de socializar, enfatizando o modo remoto de viver pelo distanciamento

4 Sigla que representava gays, lésbicas e 'simpatizantes', mas sigla em desuso para as comunidades LGBTQIA+ visto que a primeira sigla excluía orientações e identidades

social por questões sanitárias, a sociedade e a vizinhanças nestas duas cidades pequenas parecem também ser como parte de um vírus, que martirizam as identidades que não figuram a unicidade do espelho do patriarcado heterossexual. Estes espaços observados em ambas as localidades são desmotivados a resistir, seja pela baixa audiência da casa que consequentemente pode acarretar problemas econômicos ou por preconceito de uma sociedade que se vê no direito de julgar o que consideram como diferente.

Percebendo esta carência de espaços para a diversidade em Iguatu e Faro, busquei pistas, em meio as convergências digitais, de como ocorriam as conversas e encontros casuais com homens que seguem uma lógica do anonimato e discrição. Buscaremos ampliar esta pesquisa em outros trabalhos, mas por enquanto, acredito que pontuar questões, narrar e tecer pontos comparativos e divergentes sobre vivências eróticas e afetivas em cidades pequenas – consideradas como do ‘interior’ – com fluxos distintos das consideradas capitais será apenas uma entrada para outras escritas sobre o assunto a deixar ver a complexidade dos erotismos, dos encontros casuais e dos fluxos do desejo através das mídias digitais, enfatizando o uso do Grindr como já falado anteriormente.

Este trabalho não busca definir efeitos ou impor normas sobre estas vivências no aplicativo, pelo contrário, almeja analisar brevemente a partir das inserções do meu corpo, naufragado em meio ao mar das ambiências que se entrecruzam entre o físico e o digital, sobrepostos, entrelaçados. Assim como vivencio a vida, culturas e práticas vão sendo significadas e disputando espaços, sobrepondo-se à identidade, às percepções e às maneiras de pensar, inseridos em uma estrutura macrosocial de controle e de poder que busca perceber as identidades por categorias.

O heterossexual é posto como limitado nas formas de sentir prazer ao mesmo tempo que permitido pelas instâncias de poder a subjugar o gozo e satisfação do feminino; o homossexual inferiorizado e marginalizado; já o corpo brasileiro hipersexualizado, funcionando como categorias que nos cristalizam impedindo perceber movimentos mais complexos para além do gênero, da sexualidade e da identidade. Longe de refutar e banalizar lutas identitárias, lembro da importância das batalhas minoritárias deram a cara a tapa para conquistas como a despatologização do corpo homossexual, assim como uma constante disputa para legalizar práticas e conquistar ‘melhorias’ para os corpos

construídos e limitados às arestas do controle social sob “efeitos discursivos” (NOGUEIRA, 2012, p. 46) e da citacionalidade (BUTLER, 2003).

O que as experiências entre conversas e os possíveis encontros mediados pelo aplicativo Grindr ao se efetivarem têm a dizer sobre a complexidade das relações? É possível enxergar além da identidade nomeada e enquadrada como normal ou anormal? O intuito é permitir mergulhos necessários para reavaliarmos os pontos fracos do que ainda é considerado como essência na estrutura de poder, avaliando assim pontos políticos das relações vividas em anonimato.

Notas metodológicas

Marcado pelas vivências, enquanto cartografo, insisto e persisto em não calar o meu próprio corpo que se insere nesta pesquisa, em querer “dar língua para os afetos que pedem passagem” como proposto por Suely Rolnik (2016), para desmanchar certos mundos ao mesmo tempo que se cria outros nesta busca incessante em perceber as intensidades do meu corpo vibrátil que “não “revela” sentidos, mas os “cria”” (ROLNIK, 2016, p. 71).

Com foco nas mediações vividas pelo aplicativo Grindr, analiso meus percursos entre duas cidades com menos de 150 mil habitantes: a cidade que nasci, Iguatu, no centro-sul do Ceará, no Brasil; e Faro, no Algarve, em Portugal. Percepções iniciais costuradas com um olhar cientificamente híbrido, que pensa os modos de vida, as culturas e os trânsitos corporais como forma política de disputar narrativas que possibilitam visibilizar as experiências dando abertura para uma continua composição de afetos, estes, bem mais complexos do que imaginamos.

A metodologia deste trabalho se deu no mesmo momento em que o meu corpo se inseria em descobertas do meu próprio desejo, nunca limitado, nunca finalizado. **“O que define, portanto, o perfil do cartografo é exclusivamente um tipo de sensibilidade”** (ROLNIK, 2016, p. 66). Me inseri nas ambiências digitais de ambas as cidades pelo Grindr e por meio das interações e das trocas me aproximando das “observações livres” de Nestor Perlongher (1987). Como recorte temporal, destaco as experiências entre 2018 e 2019 em Portugal, enquanto entrelaço derivas do meu corpo em Iguatu – cidade em que

o investigador viveu infância, adolescência e agora, com a pandemia, retorna para o lar da família.

Ao longo de um ano me inseri em conversas, busquei perceber como os usuários se apresentavam, se tinham fotografias, ou se não, como era a lógica dessa negociação da visibilidade, assim como busquei compreender o receio de ser denominado como homossexual, o que se destacou como um receio semelhante a ser inferiorizado e subjugado – a distinção, o outro, aquele que não é normal. Então, para esta pesquisa foram utilizados alguns apetrechos como notas de campo armazenadas no celular, capturas de tela do smartphone que auxiliaram ver questões aqui abordadas sobre conversas no aplicativo – estas mantidas em anonimato e transformadas em reflexões a partir do que vivi –, as experiências armazenadas na memória, como um movimento político em remontar os tempos distintos, rememorando vivências em ambas as cidades do recorte deste trabalho. São notas iniciais pelo momento, mas que pretendo expandir.

Os dados aqui são arquivos de mim e de outros que atravessaram a minha vida entre Iguatu e Faro, então me insiro enquanto homem, branco, homossexual, de muitos privilégios, mas ao mesmo tempo sou quem não é visto como parte da masculinidade almejada para a exaltação do pódio heteronormativo. Então, cartografei afetos que se apresentam em tensão, ao mesmo tempo que divergentes, também cooptados pela moralidade, pertencentes à hegemonia.

Derivas do desejo entre Portugal e Brasil

Segundo Nogueira (2012) a partir da década de 1980 acentua-se a divisão binária das identidades sexuais, provocando “uma nova concepção de sexualidade” (p. 37), parte das ações da ciência que intensificaram as demarcações categóricas. “O europeu assume uma centralidade no discurso científico que passa a ser o sujeito ideal” (NOGUEIRA, 2012, p. 39). Posto isso, é importante lembrar segundo Miskolci (2017) que o desejo é forjado socialmente e está distante de ser uma expressão de força natural.

As experiências vivenciadas na cidade de Faro pelo meu corpo, principalmente no inverno, me permitiram uma primeira análise no aplicativo: pessoas com fotografia *fakes*, perfis sem rostos e uma pequena quantidade de pessoas que estavam próximas, em análise, o *app*, não parecia divergir dos fluxos de Iguatu, no Brasil, mas tinha

uma questão em destaque, pois na Europa eu era brasileiro, o que para Nogueira (2012), no exterior, sempre foi visto como parte de uma cultura sexual exótica.

A minha existência como brasileiro era realocada para uma apreensão do sensual, do exótico e quente, propício ao sexo, como se minha identidade e meu sangue representassem para eles uma “função do estereótipo como fetiche e fobia” (BHABHA, 1998, p. 114) como uma fórmula da representação presa e fixa, visto que impedia “a articulação e circulação do significante” (*ibid.*, p. 117) para os portugueses que conversavam comigo pelo aplicativo.

Precisei viver as experiências que se apresentaram de distintas formas pelo Grindr para compreender esta cristalização, inclusive, utilizando-as como tática e ferramenta para ocupar o espaço dos que nos colonizaram e possibilitar subverter a própria subjugação do meu corpo através de um empoderar-se, fazendo das práticas eróticas e desejantes e de ser desejado como um ato político. Continuei a cartografar observando possíveis linhas de fuga e de deboche contra a categoria heterossexual e os modos essencialistas de sentir prazer, percebendo a complexidade dos encontros permitidos pelo aplicativo.

Em uma manhã de inverno na pequena cidade da região do Algarve português, eu conversara com um homem que estava marcando um encontro comigo e exclamava a necessidade de discrição por não ser gay. Ele não apresentara foto de rosto, a sua identidade era apenas uma nude⁵ enviada pelo aplicativo. Por outro lado, minha foto da face no aplicativo deixava claro que eu não estava com receios da exposição, sendo assim, a negociação e a confiança eram fundamentais para conhecer a realidade de uma identidade fragmentada para além do aplicativo de ‘pegação’. Segundo Zago (2013), mostrar a face nas imagens, na fotografia do perfil, significaria revelar o segredo de ser gay, “ganhar-se-ia um rosto público, uma identidade: um rosto do homossexual” (p. 424).

Negociações efetivadas, fui. Ao entrar na casa deste homem, observei algumas poucas fotografias expostas, mas que falavam muito: fotos da sua família; logo após um breve espaço de tempo

5 Foto de uma pessoa despida, sem roupa ou de alguma parte íntima do corpo registrada em imagem.

percebi que aquele homem era casado e que o motivo do anonimato deixava ver o receio da sua identidade ser descoberta, ameaçando a sua farsa monogâmica e de homem casado. Assim como esse breve relato anterior, não foi a única vez que presenciei estas fugas temporárias da norma, pois alguns outros casos, mesmo que não fossem casados ou com namoradas, me apresentavam o medo de não poder se assumir como gay, bissexual ou homossexual, outros se identificavam como bissexuais, mas era menos comum, pois com toda a moral imposta pela vizinhança, em anonimato, estes, apresentavam os usos no aplicativo como uma lógica de fuga momentânea da carcaça cristalizada masculina, auxiliando a vivência de atos dissidentes.

Mesmo que inseridos em uma categórica masculinidade intocável, contudo, o sistema convencional das relações sexuais parecia apresentar rachaduras. Um leque de possibilidades me foi apresentado, alguns utilizadores do aplicativo queriam realizar fetiches, outros buscavam dominar, mas sempre fui agressivo, mesmo na passividade. Ainda pensando em uma não uniformidade, uma parte destes anônimos buscavam ser dominados. O órgão intocável da normatização do homem heterossexual, o ânus, parecia articular outra utilidade para além das regras moralistas: sentir prazer. Neste período de residência em Portugal, imerso na aplicação, me despertara interesse em perceber esta complexa trama em disputa com o binário destes homens não assumidos, como uma breve e parcial suspensão da identidade normativa do cotidiano, em que vazar a regra mimetizava, mesmo que por momentos, uma forma de expandir o leque do modo de sentir o próprio prazer.

Falando de uma hierarquia erótica do desejo, percebemos que os fluxos de conversas e encontros podem variar, mas que é um aplicativo que permite viver o sexo de outras maneiras, negociando imagens e identidades modeladas e fragmentadas, verdadeiras ou falsas. Assim, são negociações em meio a um regime de visibilidade como aponta Miskolci (2014), parte da “manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição ou invisibilidade” (p. 62); uma tecnologia sofisticada de atuação das relações de poder. A pergunta que fica sobre esta hierarquia referida no início deste parágrafo é sobre quem tem direito a negociações eróticas efetivas pelo aplicativo?

De acordo com Nogueira (2012), os efeminados formam o grupo de maior rejeição “dentro desse universo de homens que investem em experiências afetivossexuais com outros homens” (p. 156). Não

obstante, não ignoro a complexidade da combustão da fuga, mesmo que momentânea almejando apenas a excitação e o gozo, pois neste momento que se apresentam perceptíveis falhas sobre a natureza e a essência destas meras ficções citacionais naturalizadas como uma estrutura social, legal, médica e religiosa do cotidiano destas cidades.

Conversar com homens portugueses da cidade de Faro era esperar que existisse o receio de se apresentarem e de revelarem a identidade. Era sempre negociado o sigilo, pois ser descoberto era considerado como arruinar a sua máscara fixa e também provisória por viver práticas sexuais dissidentes das consideradas como normais. Caso se sentissem seguros, uma possível suspensão de uma estrutura apropriada às verdades do que pode o corpo fazer nas relações afetivossexuais ocorria, pois pelo o aplicativo era possível ver a fragmentação da própria realidade em outras formas de se relacionar. Em contrapartida, simultaneamente, o Grindr parece funcionar como parte de uma instância refinada de organização das normas sociais, permitindo a preservação das identidades e a marginalização de vidas a partir dos preconceitos⁶.

De tal modo, a forma como as pessoas parecem negociar a visibilidade entra em sintonia com o que Miskolci (2014) traz pela agência e pelo desejo. Até porque, “o desejo não vem de dentro de um sujeito dado, tampouco é imposto por algum aparato externo a ele. O desejo é um eixo articulador entre o sujeito e a sociedade sendo moldado na interação social” (MISKOLCI, 2017, p. 19).

Em Faro, minha fotografia apresentada me atribuía uma estética efeminada, então questionavam-me sobre ter ou não trejeitos femininos, o que não deixa de ser uma problemática misógina, mas que diferente de Iguatu, a imagem não era suficiente para que me bloqueassem. A confiança de que eu preservaria o anonimato seria a palavra de confiança para a sucessão da conversa e do encontro. Conversando

6 Sobre preconceitos e marginalizações, observo a partir da minha visão e da própria vivência como usuário do aplicativo, sendo preciso dar continuidade a esta pesquisa para tecer estas problemáticas necessárias, pois neste trabalho não darei de conta. Para além, se você, ao ler este trabalho se questionar sobre, te incentivo a auxiliarmos juntos(as) esta teia refinada e necessária sobre os usos do Grindr como uma forma possível de observarmos possibilidades de tensão às normas e ver de outras formas o que ainda não está posto como as múltiplas formas de exclusão dentro da aplicação.

com alguns amigos de Portugal, de acordo com as observações livres por parte do pesquisador, eles costumavam me dizer que não há uma preocupação com corpos esculpidos e masculinos, contanto que se tenha sigilo, pois a vizinhança é parte também desse controle dos corpos.

Em Iguatu, observo que é mais agressiva a forma que as sociabilidades no aplicativo são vividas para efetivar as negociações eróticas do desejo entre homens. Na cidade brasileira, a minha experiência ao enviar foto do rosto é uma das formas que me desestabilizam emocionalmente, pois muitas vezes logo sou bloqueado e fico sem saber o motivo. Conversando com alguns amigos da cidade, estes destacaram a recorrência da aversão ao feminino em Iguatu, é o medo de ser identificado fora do aplicativo, então, quando parece existir o receio, há o bloqueio para evitar a descoberta da identidade em processo de fuga. Por outro lado, mesmo que seja difícil viver as experiências mediadas pelo aplicativo, me parece ser uma entrada interessante para enxergar a complexidade das identidades que podem vazar a norma, mesmo que momentaneamente.

Convergindo nuances semelhantes entre as cidades de Iguatu e Faro, pelo que as vivências me deixam ver, as identidades pelo *Grindr* são manipuladas, quando não é pela recusa do envio da foto do rosto, apresentam imagens falsas e/ou de terceiros. Isso me faz lembrar de alguns encontros casuais que tive no Brasil e em Portugal: no *app* uma fantasia imagética, no ato, outra pessoa, completamente diferente.

No verão, a cidade de Faro se transformou. Entrada e saída de pessoas de vários países da Europa, estas também vindo de outras localidades do mundo, como pessoas do Estados Unidos, do Brasil que vão a turismo para viver o verão algarvio. Consegui perceber outras sociabilidades possíveis, não somente no espaço físico da cidade lotada de turistas, mas também nas ambiências digitais pelo *Grindr*: menos anonimato, pessoas sem tantos receios de enviar as suas fotografias, era como se os utilizadores da aplicação de vários países atribuíssem novos sentidos às formas de mediar as conversas e encontros através da aplicação. Pelo contato, o meu corpo cartografava outras formas de desejar além do que me era comum nos fluxos da cidade. Enquanto eu cartografava, eu ia aprendendo neste entrelace de intercâmbios culturais e eróticos mediados pelo aplicativo como eu poderia driblar as normas eróticas do meu próprio desejo.

Quando o fluxo do turismo começava a diminuir com a chegada do tempo frio, as sociabilidades no aplicativo logo apresentavam os mesmos fluxos anteriores ao verão, o que foi uma chave interessante para perceber o que havia em comum entre Faro e Iguatu: ambas apresentavam o medo explícito dos homens em anonimato de serem descobertos como praticantes de sexo com outros homens, visto que ambas as localidades ameaçam a identidade preservada na rotina dos praticantes de atos eróticos dissidentes, principalmente daqueles que possuem família e amigos nas cidades.

Em Iguatu, percebo é a predominância de uma estrutura hierárquica que produz masculinidades e corpos que parecem ser evocados e aptos para o sexo, enquanto outros, marginalizados e bloqueados. Entretanto, destaco que o Grindr auxilia a desconstrução e a reiteração de normas morais, sendo assim, é preciso continuar cartografando a partir dos afetos, entre conversas e práticas, seja com amigos ou não, uma forma de desenvolver um estudo que inclusive perceba outras vozes para além da minha identidade, almejando tecer não somente estas brechas, como também os vieses de exclusão e marginalização dos corpos pelo aplicativo.

Pontuo como importante, que o meu corpo que cartografa e se insere, não dará de conta de falar em nome de todas as vozes que urgem para apresentar as suas versões, mas aqui, o que construo de forma ensaística ainda a ser fermentado em breve é uma possibilidade de perceber os usos no aplicativo através das minhas identidades e do meu corpo como ferramentas também possíveis. É uma investigação complexa, mas se faz necessária para não limitarmos as experiências sexuais e eróticas em meras binariedades heterossexuais e homossexuais, percebendo assim falhas e borrões às normas e à moral que politizam o corpo, o erotismo e o sexo, limitando as experiências, assim como impondo regras às identidades de gênero e às sexualidades.

Discussão e considerações parciais

Pensando com Miskolci (2017), a partir dos “desejos digitais” (p. 43) e que se expandem entre o *online* e o presencial, reflito que o aplicativo me permite perceber uma prevalência de homens que vivem o aplicativo de forma discreta, em anonimato, querendo viver o sexo dissidente com outros homens, imperando como desejantes que

afetam negativamente as minorias dentro do aplicativo, o que nomeio como uma hierarquia erótica do desejo.

Adentrar o *Grindr* em cidades do interior parece ser mais agressivo no que diz respeito ao exigir o sigilo. Por mais que nem todos estejam pensando na prioridade do anonimato, há uma parcela dominante dos usuários nas duas cidades que pontuam a necessidade de discrição. É preciso partir para uma segunda parte da pesquisa, necessitando entrevistar pessoas e me aliar as suas falas para tecer comigo uma narrativa mais robusta sobre estas formas de existir no aplicativo, percebendo as problemáticas, as subversões e as identidades complexas que não simplesmente se enquadram nos limites do ser heterossexual e nem aceitam ser categorizados como homossexuais.

Os aplicativos e *smartphones* permitiram uma sofisticada forma de se relacionar, pelo *Grindr*, em Iguatu e Faro, o destaque é que nada parece desmoronar a estrutura que privilegia estes homens que vivem sigilosamente. Conversei e estive com homens que vivem em fuga de suas máscaras da heterossexualidade em meio às tramas mediadas no aplicativo e nos encontros casuais, mesmo que para isso seja preciso mentir para a esposa, a namorada, a família, os amigos e também para com quem conversa no próprio aplicativo utilizando de fotografias falsas. Dessa maneira, um mundo bifurcado pode ser identificado, sendo que em um é negociado o não arruinamento da norma heterossexual na negociação pelo aplicativo; no outro, o medo de que as máscaras de uma performance heterossexual sejam desmanchadas.

Percebo que existe uma infinidade de problemáticas de exclusão e de preconceitos, assim como marginalização de corpos, marcadores socioeconômicos, de raça e uma infinidades de opressões existentes no aplicativo, mas aqui, é o que consegui cartografar diante da minha vivência até então, como forma de tornar político a minha fala, dando abertura e não finalizando e nem cristalizando, mas pontuando percepções diante de conversas e encontros, evocando percepções de uma cartografia que dá abertura para continuidade desta trajetória.

Em Portugal e no Brasil vivi encontros com homens que me apresentaram apenas que eles queriam viver o prazer, apenas um corpo para suprir o gozo, após, nada mais do que carne substituível dentro de um aplicativo que produz esta hierarquia que subjuga a existência de minorias que resistem. Em Portugal, o fetiche pelo meu corpo brasileiro me traduzia como o erótico e o exótico, o não branco, o

latino, talvez resultado das imagens identitárias cristalizadas sobre um corpo de origem do país vendido como nação do carnaval, do sexo e do futebol, estereótipos estes que não contemplam as múltiplas e incalculáveis possibilidades de ser e existir enquanto brasileiro, mas digo: não somos maquinarias do sexo e nem de identidades enlatadas prontas para o consumo.

De outro modo, percebemos que a descrição evocada no aplicativo, em Iguatu e em Faro, parece ser uma estrutura híbrida e maleável com o encontro presencial. É como se a identidade forjada na masculinidade, ao viver a complexidade do encontro – este nunca semelhante, mas sim complexo –, me permitisse ver, não com todos, as complexas experiências sexuais que mostram o desejo do sigiloso pedindo vazão por não suportar a norma.

O *Grindr*, de forma comercial e sofisticada, converte o tempo de consumo em dinheiro e parece permitir fugas temporárias seguidas de cooptações pelo poder, ao mesmo tempo que reproduz uma hierarquia erótica do desejo – parte de uma marginalização que exclui as minorias do aplicativo – produzindo uma forma de ditar o consumo do próprio sexo. Logo, bloquear ou ser bloqueado deixa ver não apenas o gosto, mas a fuga, o repúdio, a falta de zelo pela outra vida presente. As identidades jamais se apresentam em sua totalidade, apenas em partes, julgando e participando do emaranhado das negociações da própria visibilidade em meio ao aplicativo de pegação.

Não quero defender a heterossexualidade defendida pela norma e nem a binariedade, pois não esqueço que fora do aplicativo, muitos mantém a identidade como se nada tivesse acontecido, não sendo um benefício para todos e todas, visto que alguns e algumas continuam dando a cara a tapa no cotidiano se assumindo e aceitando as repressões da sociedade. Por outro lado, não desqualifica que outras existências não sejam complexas e também vivam envolvidas no controle social, como a heterossexualidade que é limitada de suas práticas e desejos, não permitindo a vivência de sentir prazer por outras zonas erógenas do corpo, como pelos ânus por exemplo, visto como sinônimo de passividade e inferioridade. Por este motivo, percebemos que é preciso analisar o quão enigmático podem ser as práticas dissidentes permitidas pelo aplicativo *Grindr* que se desenvolvem em uma trama labiríntica.

Brasil e Portugal, mesmo com diferenças e divergências, me fizeram perceber fragmentos que convergem. Na linha que aqui vem

sendo alinhavada, representa que estamos vivenciando uma possibilidade de contatos permitidos e mediados pelos aplicativos para compreender a complexificação do sentir e das permissões corpóreas em meio às práticas dissidentes e sexuais, subvertendo e reiterando a norma. Sendo assim, quem pode subverter a moral no aplicativo e não reiterar a norma? Quão potente pode ser as práticas e as experiências dissidentes para além das categorias de gênero e da sexualidade? Não digo que seja fácil e que não seja problemático, mas é importante darmos abertura para percebermos as falhas de uma natureza inexistente e não essencial.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas**, v. 8, n. 11, p. 51-78, 2014.

NOGUEIRA, Gilmaro. **Caças e Pegações Online**: Subversões e reiterações de gêneros e sexualidades. Dissertação (Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, p. 178. 2012.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1971] 1979. Tradução de: Waltensir Dutra.

ZAGO, Luiz Felipe. “Armários de vidro” e “corpos-sem-cabeça” na biosociabilidade gay online. **Interface (Botucatu)**, v.17, n.45, p.419-31, abr./jun. 2013.

SURGIMENTO DO GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL (GATHO): UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO

Émerson Silva Santos

*Doutorando no Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina Grande – PB, emersonssantos1@
gmail.com.*

Resumo

Em maio de 1980 um grupo de jovens resolveu fundar uma organização para se contrapor à maneira preconceituosa como setores da imprensa jornalística de Pernambuco abordava os crimes contra homossexuais e o debate em torno da homossexualidade. Assim surgiu o Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), considerada a primeira organização da militância LGBT pernambucana. O presente trabalho tem por objetivo analisar as primeiras experiências de organização política do Movimento LGBT em Pernambuco a partir da atuação do GATHO. Partindo de abordagem qualitativa, foi desenvolvido um estudo exploratório que teve como fontes documentos (Boletins Informativos do GATHO, discursos de seus militantes, etc.) e matérias publicadas no Jornal Diário de Pernambuco na década de 1980. Os resultados indicam considerável capacidade organizativa do Grupo para o enfrentamento à discriminação contra homossexuais, estabelecendo interlocuções com atores da arena política, investindo em conexões com grupos culturais e construindo um espaço para debater a homossexualidade na perspectiva de sujeitos dissidentes das normas sexuais em Pernambuco.

Palavras-chave: Movimento LGBT, GATHO, Sexualidade, Gênero, Pernambuco.

Introdução

Ao longo das últimas quatro décadas foram desenvolvidas uma série de pesquisas sobre a atuação e a trajetória do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades sexuais e de gênero não normativas (LGBT) no Brasil. Geralmente tomados como referências centrais nessa discussão, as obras de MacRae (2018 [1990]) Green (2019 [2000]) Facchini (2005), Simões e Facchini (2009) partem das experiências dos grupos de militância localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970 e início dos 1980, para discutir o processo de emergência do Movimento LGBT no nosso país.

Compreendendo que se faz necessário ampliar as investigações a respeito desse processo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as primeiras experiências de organização política do Movimento LGBT em Pernambuco, a partir do Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), na década de 1980.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Embora a experiência do então Movimento Homossexual de Pernambuco tenha sido bastante relevante na década de 1980, conforme evidenciado ao longo desse artigo, persiste a ausência de estudos com essa delimitação empírica e temporal. Estudos nessa direção podem contribuir para uma compreensão mais ampliada do surgimento e da trajetória do Movimento LGBTI no Brasil, possibilitando leituras analíticas menos restritas às experiências dos Grupos de militância localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro no final dos anos 1970 e ao longo de 1980.

As fontes de informação acessadas para construção da pesquisa que resultou neste trabalho podem ser classificadas em dois grupos: (I) Documentais: boletins informativos do GATHO, relatórios de encontros organizados pelo Grupo e discursos de seus membros; e (II) Jornalísticas: textos publicados na década de 1980 pelo Jornal Diário de Pernambuco que fazem menção ao GATHO¹.

1 As matérias do Jornal Diário de Pernambuco citadas ao longo deste artigo foram coletadas pelos membros do Projeto de Pesquisa “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos”, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal

O Grupo de Atuação Homossexual (GATHO)

Ao longo da década de 1970 os debates em torno das homossexualidades² passou por uma progressiva ampliação em Pernambuco. Em grande medida, isto se deveu a multiplicação de espaços de sociabilidade frequentados por gays, lésbicas e travestis. Determinados cinemas, bares e boates já eram reconhecidos como espaços de grande frequência homossexual. Recife e Olinda, epicentros culturais do estado, abrigavam diversos espaços de “pegação” onde era possível obter rápidas aventuras homoeróticas preservando o anonimato (SILVA, 2011). Banheiros públicos, praças, ruas de circulação limitada e até pontos turísticos ficaram conhecidos como lugares possíveis para trocas sexuais efêmeras. Toda essa movimentação se constituiu como uma rica fonte para imprensa jornalística de Pernambuco que de forma recorrente produzia notícias sobre as sexualidades dissidentes, explorando os espaços de sociabilidade, os assassinatos homofóbicos, a formação de grupos de militância em diferentes localidades e os crimes cometidos por travestis e homossexuais, dando grande ênfase a este último tema.

Prevalecia nos jornais uma abordagem que predominantemente associava homossexualidade e travestilidade a criminalidade. Essa perspectiva criminalizadora da imprensa para com as sexualidades dissidentes se constituiu como um dos fatores que motivaram a organização institucional da militância homossexual em Pernambuco através da fundação do GATHO. Vejamos abaixo um trecho extraído do Discurso de Jackson Cavalcanti Júnior, um dos membros do Grupo, por ocasião da homenagem realizada em 2010 pela Câmara Municipal de Olinda em celebração aos 30 anos de fundação da organização:

Há trinta anos surgia o Grupo de Atuação Homossexual, o GATHO, aqui em Olinda, no Centro de Cultura Professor Luiz Freire. Iniciando,

de Pernambuco (GEMA-UFPE), sob coordenação do Professor Dr. Benedito Medrado. Meus sinceros e afetuosos agradecimentos ao GEMA-UFPE e a todos integrantes do Projeto de Pesquisa na pessoa do Professor Dr. Benedito Medrado pela ampla disponibilização do material.

- 2 Até os anos 1990 “homossexualidade” era adotado como um termo mais geral para se referir ao conjunto das expressões sexuais e de gênero não cisheteronormativas.

efetivamente, numa reunião de quatro amigos, acontecida no dia 12 de maio de 1980: José de Albuquerque Porciúncula Filho – Zé Popó, Sávio Regueira, Rinaldo Pereira de Almeida e João Antônio Caldas Valença que, preocupados com os assassinatos de homossexuais do Recife: o do pianista do antigo Grande Hotel, Bamba; do bailarino Tony e do médico Marcos e, principalmente, com o tratamento dispensado pelos jornais do Recife na época (CAVALCANTI JÚNIOR, 2010, s.p.)³.

Buscando ampliar o conhecimento a respeito da existência do GATHO, seus militantes iniciaram a publicação de um Boletim Informativo⁴ em outubro de 1980 que continha informações do Grupo, suas ações e discussões que versavam sobre o debate a respeito da homossexualidade. A última página do Boletim Informativo Nº 1 do GATHO apresentava os objetivos do Grupo. É possível identificar a utilização do termo “homossexualismo”, apesar do mesmo determinar a existência de uma patologia de acordo com a classificação vigente da Organização Mundial de Saúde (OMS). Também é possível perceber o interesse por uma maior compreensão da homossexualidade. Essa discussão é particularmente relevante quando lembramos que na década de 1980 ainda havia grande predominância dos saberes médicos e jurídicos nos debates a respeito da homossexualidade.

Objetivos do GATHO

1. Juntar homossexuais femininos e masculinos, para a discussões dos problemas, vivências e experiências de cada um, com a finalidade de um maior conhecimento por parte de cada participante, do que é homossexualismo, suas formas de exteriorização, extensão da repressão social, conhecimento este que será fundamental na superação dos problemas individuais e coletivos.
2. Promover debates internos e públicos, com a finalidade de incentivar o debate sobre a livre

3 O discurso na íntegra pode ser acessado no site do Fórum LGBT de Pernambuco: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>

4 Ao todo foram publicados 4 Boletins Informativos pelo GATHO entre outubro de 1980 e janeiro de 1981. Todas as edições estão disponíveis no seguinte site: <https://grupo-gatho.blogspot.com/>.

sexualidade, e a problemática homossexual em particular.

3. Lutar por uma sociedade justa, sem repressão, discriminação ou exploração de qualquer tipo, entendendo que a repressão à sexualidade é marte de uma repressão maior que atinge à sociedade como um todo, não sendo aceitável portanto o isolamento de nossas lutas do conjunto das lutas sociais.
4. Evitar a discriminação entre os próprios homossexuais.
5. Incentivar a criação de novos grupos de homossexuais sempre na perspectiva de lutarmos juntos.
6. Manter contato com outros grupos homossexuais organizados, tanto a nível local, quanto nacional e internacional (GATHO, 1980a, p.3).

As reuniões do GATHO aconteciam na sede do Centro Cultural Luiz Freire (CCFL), localizada na Rua 27 de janeiro, Bairro do Carmo em Olinda. Ainda em atividade, o CCFL é uma organização que atua no campo da defesa dos direitos humanos. Fundado em 1972 com o objetivo de contribuir com a restauração da democracia por meio do desenvolvimento de atividades culturais e projetos comunitários, o CCFL desempenhou um papel importante no surgimento do GATHO, na medida em que possibilitou ao Grupo ter um espaço com localização privilegiada e boa estrutura física para realização de suas reuniões.

Entre outubro e novembro de 1980 o Grupo promoveu um intenso debate sobre a experiência homossexual. Novamente se faz necessário recordar que nesse período havia grande predominância dos saberes médicos e jurídicos no debate sobre a homossexualidade. Estudos publicados na década de 1930, que apontavam a experiência homossexual como patológica, ainda subsidiavam as discussões sobre esse tema na imprensa jornalística, em filmes e até mesmo em cursos universitários⁵. Nesse contexto, era de grande relevância para o Movimento Homossexual formular uma compreensão a respeito da homossexualidade para se contrapor aos discursos então hegemônicos nesse campo.

5 Ver o capítulo 3 “Controle e cura: reações médico-legais” da obra “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX”. P. 199-259. (GREEN, 2009 [1990]).

O debate promovido pelo GATHO foi sintetizado no texto “Homossexualidade Latente e Consciência Homossexual”, publicado no Boletim Nº 2 do Grupo, sendo um dos destaques na capa do informativo. Sintetizando as discussões que emergiram no debate, o texto chama atenção para o permanente controle realizado pelas instituições sociais sobre a sexualidade: “vimos a família, à escola, a religião, enfim, todo meio ambiente, como células de repressão à nossa sexualidade. Elas nos puxavam as orelhas quando deixávamos transparecer as nossas tendências, pois íamos e vamos de encontro ao célebre conceito de “perpetuação” da espécie” (GATHO, 1980b, p.1, grifos do original)⁶. Essas reflexões realizadas pelos militantes do GATHO hoje são compreendidas como resultados da operação da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade (COLLING e NOGUEIRA, 2014; MISKOLCI, 2012), que agem para deslegitimar, punir e corrigir qualquer àqueles que não atendem padrão de sexualidade heterossexual.

Os militantes do GATHO mantiveram participação frequente nos debates sobre sexualidade promovidos por outras instituições, sobretudo por universidades. O Boletim Nº 2 do Grupo contou também com um breve relato de um Seminário que ocorreu Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Tendo como título “Psicólogos debatem sobre nós”, o texto evidencia o desconforto dos membros do Grupo com as perguntas feitas pelos participantes do evento, vejamos:

Na semana de 3 a 7 de novembro, houve na Católica um seminário sobre a questão homossexual. O Gatho falou na quarta-feira com o auditório do Centro Social da Soledade lotado com 400 pessoas. Todos se mantiveram até o fim, fazendo perguntas aos representantes do grupo. Constatamos uma completa ignorância por parte dos “leigos” do que é homossexualismo. Imaginem só toda uma platéia de heteros fazendo perguntas como, por exemplo, qual a diferença entre homossexual, bicha e travesti, ou mesmo se um homossexual trepa com outro homossexual ou ainda o que seria da reprodução da espécie se todos virassem homossexuais. Afinal de contas estávamos

6 GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. Boletim Informativo do GATHO. N. 2, nov., 1980b, Olinda.

diante de um público universitário, e, portanto, supostamente mais esclarecido. Isto só demonstra o quanto é necessário uma atuação homossexual. Outro ponto importante foi o rompimento do bloqueio por parte da grande imprensa em levar a discussão ao grande público. Esperamos que este tenha sido o início de uma discussão aberta (GATHO, 1980b, p. 2, grifos do original).

Situação semelhante ocorreu no Encontro Científico de Estudantes de Medicina (ECEM), realizado na UFPE em julho de 1982 com a presença de 3500 participantes. Na ocasião os militantes do GATHO organizaram uma série de palestras e debates sobre homossexualidade⁷ e tiveram que responder questionamentos semelhantes aos ocorridos no evento realizado dois anos antes na UNICAP. Indagações incomuns na atualidade, a exemplo da possibilidade de relacionamento sexual entre duas pessoas homossexuais, eram recorrentes nas participações GATHO em eventos públicos. Apesar do incômodo causado por tais questionamentos, os militantes do Grupo reforçavam a necessidade de ampliação da atuação do Movimento Homossexual para desmistificar essas questões e expandir as discussões sobre a homossexualidade na sociedade.

A militância do GATHO não ficou restrita a realização de eventos formais como encontros, debates e palestras. Eventos culturais que traziam visibilidade a questão homossexual atraíam um público que nem sempre era alcançado através das atividades mais formais. Exemplo disso são as prévias carnavalescas anunciadas na capa do Boletim N° 4 do Grupo⁸.

7 Além do GATHO, o ECEM contou com a presença das seguintes organizações do então Movimento Homossexual: Auê, GGB e Nós Também.

8 GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N.4, jan., 1981, Olinda.

Figura 1 – Capa do Boletim Nº 04 do GATHO



Fonte: <https://grupogatho.blogspot.com/>

Realizado em 12 de fevereiro de 1981, o primeiro evento foi a noite “Gatho de Bothas” na Boate *Misty*, em Recife. A segunda prévia, denominada de “Gatho e Sapatho”, foi realizada na sexta-feira da semana seguinte (20/02/1981) e teve lugar no Café Teatral Vivencial Diversiones⁹, em Olinda. Há registros também de um bloco carnavalesco criado pelo Grupo, o “Gatho da Madrugada” que desfiliou nas ladeiras de Olinda no sábado e na terça-feira do carnaval de 1981 com direito a estandarte, fantasias e até um hino¹⁰:

Já deu meia noite
Hoje é carnaval
Vesti minha fantasia
De cor e alegria

9 O Grupo Teatral Vivencial Diversiones foi criado em 1974 e manteve-se ativo até 1983. Alguns anos após sua fundação, foi possível erguer uma sede própria em Olinda. O espaço atraiu um público diversificado, interessado em performances nada tradicionais. De acordo com Matheus Santos (2018, p. 13), “a trupe [...] ficou conhecida por uma estética tropicalista, pela sensualidade, pelas performances polêmicas – para público, imprensa e Estado [...] – e pela sexualidade desmesuradamente escancarada”.

10 OLINDA ENTRA NO OITAVO DIA DE CARNAVAL. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 156, n. 58, 28 fev. 1981. Carnaval p. A-11.

Pintei toda tristeza de sombras e purpurinas
E vou descendo a ladeira
Vou para praça do povo
Trazendo Gatho e Sapatho [inaudível]
Eu sou assim debochado
Gostoso e degenerado
Porque de longe meu bem
Todos os Gathos são [inaudível]
[...]¹¹

O investimento dos militantes do GATHO na promoção de ações mais lúdicas, no campo da arte, como os eventos no período de carnaval aponta para uma compreensão mais alargada do que deveria ser a militância homossexual por parte do Grupo. Interessante notar a existência de uma certa interlocução, ou no mínimo parceria, entre o GATHO e o Vivencial Diversiones, este último conhecido por seus espetáculos provocantes, questionando os papéis sexuais e de gênero a partir de encenações nada convencionais. Nesse sentido, é possível identificar na experiência do GATHO a dimensão do “ativismo”, nos termos discutidos por Colling (2018). Essa dimensão se confirma ainda mais quando observado o formato dos Boletins publicados pelo Grupo que combinava relatos de reuniões, de promoção de debates e de participação em encontros com poemas, poesias e outros pequenos textos com linguagem poética.

Ainda no contexto das prévias carnavalescas organizadas pelo Grupo pernambucano chama atenção o nome dado ao evento denominado “Gatho e Sapatho”, numa explícita referência a homossexualidade feminina. Isso porque o GATHO era composto por homens homossexuais, não existindo registro de mulheres lésbicas, bissexuais ou travestis entre o quadro de membros da organização. Os fatores que levaram a essa presença exclusiva de homens no Grupo ainda não foram explorados e podem ser objeto de futuras investigações. Apesar da ausência de mulheres entre os integrantes do GATHO, havia uma aproximação com o Movimento Feminista conforme registro do Boletim Nº 2 que noticiou a realização de um “Debate Aberto sobre Sexualidade”, em novembro de 1980, promovido pelo Grupo Homossexual e as Organizações feministas “Ação Mulher, Brasil

11 Transcrição realizada do vídeo “Hino do Gatho da Madrugada”, gravado por Jackson Cavalcanti Júnior onde outro integrante do GATHO, Nelson dos Anjos, canta um trecho do hino do bloco: <https://www.youtube.com/watch?v=mwHNfFvCGU>.

Mulher e Mulher do Nordeste” (GATHO, 1980b, p. 3). Em um período onde o número de Grupo Homossexuais era limitado, o processo de aproximação com outros Movimentos Sociais (Feminista, Negro, Estudantil, etc.) possibilitava a ampliação da visibilidade das lutas contra discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero.

A militância homossexual em Pernambuco durante a década de 1980 também estabeleceu interlocuções com a arena política. Pouco mais de um ano após sua fundação, o GATHO participou da convenção regional do Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco. A participação ficou registrada em um texto publicado na edição do Jornal Diário de Pernambuco de 29 de dezembro de 1981¹². Descrevendo o evento partidário, a reportagem registrou: “até a presença de um “grupo de atuação homossexual” que foi levar solidariedade ao Partido dos Trabalhadores” (RIBEIRO, 1981, p. A-2, grifos do original). O grupo citado pela matéria trata-se do GATHO e o comparecimento de seus militantes ao evento indica relação de proximidade ideológica com o PT.

Além de ter participado de eventos do PT, o GATHO manteve interações com políticos de outros partidos. Um exemplo disso é a relação do Grupo com o então Vereador de Olinda, Fernando Gondim (MDB). O vereador foi responsável por apresentar uma Moção de Repúdio ao Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da OMS que classificava a homossexualidade como “Desvio e Transtorno Sexual”¹³. A apresentação da Moção aprovada em 1983 na Câmara Municipal de Olinda foi resultado das interações estabelecidas pelos militantes do GATHO junto ao Poder Legislativo local.

Com o início dos debates a respeito da elaboração da nova Constituição Federal, pós-ditadura militar, o Grupo tratou de fortalecer a campanha pela inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual no novo texto constitucional. O colunista Paulo Fernando Craveiro do jornal Diário de Pernambuco noticiou a realização de uma

12 RIBEIRO, José Adalberto. Festiva. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 351, 29 dez. 1981. Política, p. A-2.

13 Informação extraída do discurso de Jackson Cavalcanti Júnior disponível no site do Fórum LGBT de Pernambuco: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>.

reunião do Grupo, no início de maio de 1985, em que a Assembleia Nacional Constituinte foi o principal ponto de pauta¹⁴. O mesmo colunista, publicou o seguinte texto na edição do Diário de Pernambuco de 27 de julho de 1986¹⁵:

Orientação Sexual

O Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco enviou ofício ao presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Melo Franco, no sentido de reafirmar a não discriminação do cidadão pela cor, pelo credo, pela raça e pela “orientação sexual”.

O ponto básico é este:

- o grupo defende a expressão orientação sexual;
- Par ele o que melhor qualifica o conjunto da hetero-homo-bissexualidade (CRAVEIRO, 1986, p. A-7, grifos do original).

A matéria revela participação ativa do GATHO na campanha pela inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal. Iniciada em 1985 sob liderança do GGB e do Grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, a campanha contou com a colaboração de outras organizações do MHB na segunda metade da década de 1980, a exemplo do GATHO. O Grupo Pernambuco mantinha regular troca de correspondências com Luis Mott, líder do grupo baiano, e com João Antonio Mascarenhas, principal liderança do grupo carioca. Este último foi um grande entusiasta da campanha junto à Assembleia Constituinte, posteriormente incentivando a inserção de militantes homossexuais nos debates de elaboração de diversas constituições estaduais e de leis orgânicas municipais.

Atentos a essas movimentações, militantes do GATHO acompanharam o processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal de Olinda e através de proposições do vereador Fernando Gondim, conquistaram a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Lei aprovada e promulgada em 1990. O município de Olinda

14 CRAVEIRO, Paulo Fernando. Coluna do meio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 120, 03 mai., 1985. Opinião, p. A-7.

15 CRAVEIRO, Paulo Fernando. São 10% do mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 161, n. 253, 13 set. 1986. Opinião, p. A-7.

juntou-se a pequena lista de municípios brasileiros a incluir em sua lei orgânica um dispositivo contra a discriminação sexual.

Tendo baixa participação de boa parte dos seus integrantes desde meados de 1985, tornou-se difícil para o GATHO manter-se ativo, denunciando a discriminação contra homossexuais, organizando encontros e promovendo debates. Alguns de seus ex-membros mantiveram algum nível de ligação com a militância homossexual até a aprovação da Lei Orgânica Municipal de Olinda. Todavia, o Grupo enquanto organização desintegrou-se totalmente em 1990.

Considerações finais

Ao longo deste artigo foi possível caminhar no sentido de compreender as primeiras experiências de organização política do Movimento LGBT em Pernambuco no combate à discriminação, a partir da atuação do GATHO ao longo década de 1980. Observamos considerável capacidade organizativa do Grupo para o enfrentamento à discriminação contra homossexuais, estabelecendo interlocuções com atores da arena política, investindo em conexões com grupos culturais e construindo um espaço para debater a homossexualidade na perspectiva de sujeitos dissidentes das normas sexuais em Pernambuco.

A experiência do GATHO aponta para necessidade da realização de estudos sobre o surgimento do Movimento LGBT no nosso país que não fiquem restritos a experiência dos Grupos de militância localizados na região sudeste. Sabe-se que além do Grupo Somos de São Paulo e do Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, outras organizações homossexuais atuaram no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Exemplo disso são o GGB, já citado neste artigo, Grupo Nós Também da Paraíba, Beijo Livre do Distrito Federal, Dialogay de Sergipe, entre tantos outros.

Observações mais atentas das trajetórias desses grupos realizadas por futuras investigações poderão contribuir para uma compreensão mais ampla do surgimento e da trajetória do Movimento LGBT no Brasil.

Referências

CAVALCANTI JÚNIOR, Jackson. **Discurso de Jackson Cavalcanti Junior em homenagem ao GATHO**. 23 de julho de 2010 - Câmara de Olinda.

Disponível em: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>. Acesso em: 01/03/2021.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: Eitora da UFES, 2014. cap. 8. p. 171-183.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. Coluna do meio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 120, 03 mai. 1985. Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=gatho&pagfis=88773. Acesso em: 12/03/2021.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. São 10% do mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 161, n. 253, 13 set. 1986. Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=107143. Acesso em: 12/03/2021.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 1, out., 1980a, Olinda.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 2, nov., 1980b, Olinda.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N.4, jan., 1981, Olinda.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2019 [2000].

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “Abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018 [1990].

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLINDA ENTRA NO OITAVO DIA DE CARNAVAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 156, n. 58, 28 fev. 1981. Carnaval p. A-11. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=gatho&pagfis=23064

RIBEIRO, José Adalberto. Festiva. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 351, 29 dez. 1981. Política, p. A-2. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=38695. Acesso em: 10/03/2021.

SANTOS, Mateus Melo dos. **Bocas que beijam, bocas que falam**: Grupo de Teatro Vivencial e masculinidades em Recife e Olinda (1974-1983). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Sandro José da. **Quando Ser Gay Era Uma Novidade**: Aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

PROFANAÇÃO TERRITORIAL: A PROMISCUIDADE IDENTITÁRIA DAS PRÁTICAS SEXUAIS VIRIS NOS GUETOS GAYS EM SÃO PAULO E BRUXELAS

Ricardo Mingareli Del Valle

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie,
ricardo.delvalle@gmail.com;*

Redson Pagnan

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie,
redson.pagnan@gmail.com;*

Leonardo Galhardo

*Graduado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário
Belas Artes de São Paulo, leogalhardo.projetos@gmail.com*

Maria Isabel Villac

*Professora orientadora: Doutora em Teoria e História da Arquitetura
e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, belvillac@gmail.
com.*

Resumo

Discussões sobre territorialidade têm ganhado cada vez mais espaço entre a comunidade LGBTQIA+. Nas últimas cinco décadas, tirar “do armário” o conceito de coletividade social da população *gay* resultou na dimensão identitária desta parcela com a cidade que, assim como outras, constrói relações de pertencimento com o espaço apropriado como território (SANTOS, 1994). Por muito tempo, o gueto *gay* esteve associado à promiscuidade e ao submundo dos prazeres noturnos, desprovido de decência e vinculado às perversões sociais, prostituição

e inversão da moralidade vigente. Essa combinação, talvez tenha até mesmo se consolidado acidentalmente, se levarmos em consideração a produção do espaço geográfico gerado a partir das relações sociais e a construção simbólica segundo a detenção territorial de poder (CHELOTTI, 2010), que cerca estes territórios desde 1960. O que também nos faz lembrar, das discussões sobre região moral aferidas sobre essas áreas (PERLONGHER, 1987), uma vez que indivíduos ali se aglomeraram com o mesmo objetivo comum. Atualmente, o conceito *gay friendly* define melhor essa identidade territorial; contudo, ao mesmo tempo em que agrega socialmente, segrega por barreiras invisivelmente nítidas e, por mais que tenha se modificado conceitualmente, ainda se relaciona, mesmo que atrativamente, à devassidão pejorativa ao deter resquícios da imoralidade tolerável em suas práticas. Entre bares, boates, pontos de michês e esquinas de muita “ferveção”, as saunas e *darkrooms* assumem, arquitetonicamente, esta associação identitária. Cidades como São Paulo e Bruxelas nos chamam a atenção para reconhecer, por este trabalho, a territorialidade moral, pressuposta como imoral, da comunidade *gay*.

Palavras-chave: Territorialidade, Região Moral, Gueto *Gay*, Práticas Sexuais, *Gay Friendly*.

Introdução

Relacionada desde o período pós-Segunda Guerra à significação pejorativa da promiscuidade, a classificação territorial *gay* no centro da metrópole paulistana, por diversas vezes, esteve subjugada às conotações simbólicas das relações sexuais consideradas desregradas, impudicas e imorais que associavam a cultura *gay* ao sub-mundo segregado dos prazeres da noite por códigos de sociabilidades infames que a serviam como fontes na produção dos espaços. De certa forma, há motivos para que essa assimilação tenha acontecido: talvez pela superposição dos locais antes utilizados por prostitutas e delinquentes às novas áreas de sociabilidade *gay*; ou então, pelo fenômeno sexual em que os próprios homossexuais desempenhavam (e ainda desempenham) nestas determinadas áreas, uma vez que, para muitos, a inclusão territorial servia somente para teores sexuais e, enquanto exerciam comportamentos discretos em áreas de condutas familiares, sua integração aos territórios *gays* possibilitava a incorporação de uma identidade peculiar, regida por estereótipos normativos e por práticas vistas até então como, ofensivas, escandalosas e dissimuladas, mas que, ao mesmo tempo em que confrontavam as determinantes morais permissíveis, naqueles territórios, eram permitidas e moralizadas (PERLONGHER, 1987; GREEN, 2019). Décadas mais tarde, enquanto os estudos sobre a sexualidade incitavam a correlação de poder e repressão em relação ao desejo e ao sexo (FOUCAULT, 1999) a territorialização *gay* lutava contra a hostilidade social que pairava sobre ela; primeiro, com a discriminação da categoria durante os vinte anos da ditadura militar vividos no Brasil; e segundo, com a proliferação do HIV/Aids entre a comunidade, que relacionava o contágio da doença como consequência à promiscuidade entre os demasiados parceiros sexuais obtidos fora do sistema conjugal patriarcal (TREVISAN, 2018).

Os princípios defendidos por Foucault abriram possibilidades para que as construções dos papéis de gêneros fossem iniciadas frente às investigações sobre a sexualidade e, como um divisor de conceptualizações, permitissem que novas formulações identitárias fossem geradas a partir do pensamento crítico entre a sexualização do indivíduo e seu papel societário. Como no caso na teoria *queer*, que respaldou o sujeito da sexualidade desviante (LGBTQIA+) ao desafiar as normas regulatórias heteronormativas, que ora antes o suprimia à

aceitação de suas práticas excludentes na organização das sociedades como um todo (LOURO, 2004). Nesta característica de construção social, o território *gay* não aparece mais segregado, mas sim, contextualizado, adquirindo novo poder de visualização e aceitação através da oposição à constituição do sujeito por meio de superação a dominações degradantes que antes reiterou seu estigma pejorativo, com acusações e insultos preconceituosos (BUTLER, 2002). Neste ínterim, temos a organização da *gay friendly*, uma composição terminológica advinda das operações turismológicas que pontua as estruturas sociais, políticas e democráticas da teoria *queer* sobre o território *gay*, visto hoje com novos significados.

Metodologia

Para entrosar as diretrizes territoriais aqui analisadas, tomou-se, primeiramente, a transformação do modelo de territorialidade *gay* no Arouche, em São Paulo, entrelaçando suas características urbanas aos aspectos compositivos de identidade territorial descritos na geografia e, também, do gueto *gay* e “região moral” referidas pela antropologia e sociologia, reunindo informações historicistas narradas por autores da temática. Já para a *gay friendly*, buscou-se relacionar as modificações na conceituação territorial através das discussões filosóficas sobre a sexualidade, refletidas no bairro do Arouche; porém, para efeito comparativo, adotou-se Saint Jacques, em Bruxelas; ambos bairros expostos como *gay friendly* pelas principais páginas web de turismo LGBTQIA+, como *travelgay.com* e *misterbandb.com*. Para o reconhecimento desta composição morfológica, utilizou-se como instrumento, o método de observação territorial, corroborando a identificação dos componentes urbanos e arquitetônicos semelhantes que compõem tipologicamente, a organização territorial referida.

Este trabalho tem como resultado o arranjo de análises teóricas e constatações empíricas realizadas ao longo dos últimos três anos, como também, conta com os esforços conjuntos de pesquisadores distintos¹ que se desdobraram, em suas trajetórias acadêmicas,

1 Este trabalho foi elaborado a partir das discussões de pesquisas integrantes nas teses de doutoramentos, ainda em desenvolvimento, dos autores Ricardo Mingareli Del Valle e Redson Pagnan; recebendo apoio do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX), sendo

na investigação urbana e arquitetônica de tipologias não convencionais em favor das minorias sociais; mapeando territorialidades e equipamentos arquitetônicos de usualidade LGBTQIA+, a partir de levantamentos empíricos e digitais nas cidades mencionadas, a fim de demonstrar, por meio desta analogia, a dinâmica urbana perante uma territorialidade excepcional.

Da territorialidade *gay* ao *gay friendly*

Presumidamente, a marginalização talvez seja o ponto mais enternecedor sobre a cultura *gay* entre as sociedades; primeiro, pelo fator excludente de aceitação, que impulsionou sua segregação socioespacial nas cidades; segundo, pela imagem pejorativa intencionada com o preconceito, a discriminação e a criminalização de uma subcultura manifestada. Fatores estes que, contribuíram com o desprezo e a irrelevância desta camada socialmente desfavorecida diante da predominância moral, ora antes classificada em princípios heteronormativos e que, fizeram, das cidades, enquanto ordenadas à esta usualidade, diferenciar-se pelas ações morais experimentadas em seus territórios. Uma questão de desenvolvimento social refletida no espaço geográfico, condizente ao uso do território, não ao território em si, mas que condiciona a dinâmica dos lugares (SANTOS, 1994).

Denominados como guetos pelos sociólogos da Escola de Chicago na década de 1920², as organizações espaciais *gays* originaram-se de ações sociais que intensificaram a sexualização da cultura homoafetiva. No caso do Arouche, por ter sido encarada de forma contraditória e originada de ações heteronormativamente imoralizadas, a

analisado empiricamente, entre 2019 e 2020, e desenvolvido reclusamente, durante o período de isolamento da COVID-19. Podendo, neste intermédio de tempo, os territórios e estabelecimentos aqui demonstrados, terem sofrido alterações morfológicas devido a crise social causada pelo coronavírus.

- 2 O pronome “Escola de Chicago” refere-se diretamente aos estudos etnográficos urbanos desenvolvidos por professores e pesquisadores de sociologia da Universidade de Chicago na década de 1920. Para identificação da composição do gueto *gay* paulistano, Perlongher (1987) utiliza a definição de “região moral” defendida pelo sociólogo Robert E. Park em *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano* (1925) e a definição de *gay ghetto*, defendida por Louis Wirth em *The Ghetto* (1928). Ambos conceitos explorados na Escola de Chicago e, observados posteriormente, por Martin Levine em *Gay Ghetto* (1979).

territorialidade *gay*, a princípio, concentrou, segregada e isoladamente, grupos estereótipos excluídos e, institucionalizou, como premissas culturais e funcionais, a prostituição, a liberdade sexual e “a profusão de pessoas adeptas às formas marginais de sexualidade e/ ou sobrevivência que favorece a relativa permissibilidade a respeito das condutas publicamente homossexuais” (PERLONGHER, 1987, p.56), em sua diagramação territorial. Neste antagonismo, não há como negar a potencialização de certos estigmas vexatórios, como a promiscuidade e a perversidade que, neste caso, induziram a sobreposição de significados e levaram a usualidade à uma ordenação arbitrária da cidade. Uma visão pejorativa que atribuiu maior significância às práticas ditas “imorais e desviantes” do sexo e da sexualidade, do que a própria sociabilização urbana de seus usuários.

Por mais escandalosos e rejeitados pelas sociedades que fossem, os territórios *gays* eram redutos de refúgio e segurança para pessoas LGBTQIA+ que, em seus domínios territoriais, podiam experimentar uma liberdade despregada de preconceito e uma contracultura que instigava uma esperançosa maneira sócio-espacial aceitável. Neste preceito, o antropólogo Nestor Perlongher (1987), equipara a estruturação espacial da territorialidade *gay* no Arouche às características dos *gays ghettos* norte-americanos, ora antes classificados, esquematicamente, através da noção de “região moral” da Escola de Chicago, que legitimou a identificação destas áreas com o agrupamento de populações por preferências sexuais e “cerimônias eróticas”, sendo reconhecidas pelos seguintes requisitos organizacionais:

1º). Com a concentração institucional de equipamentos urbanos e arquitetônicos em suporte às práticas sociais e comerciais da comunidade LGBTQIA+, como lojas, saunas, bares boates, [...], bancos, agências de turismo até *cruising areas* (*ibidem*, p.53); 2º). Com a manifestação cultural, que possibilitava a identificação da linguagem e do aumento significativo da tolerância ao comportamento *gay* utilizado nestes espaços; 3º). Com o isolamento social, devido às segregações heteronormativas preestabelecidas, que tencionavam as interações sociais dos usuários locais apenas com suas próprias categorias; e, 4º). Com a concentração residencial atribuída à tendência domiciliar da população LGBTQIA+ em prédios, casas e quadras incorporados no perímetro urbano ocupado pela cultura *gay*.

Mesmo sendo possível reconhecer alguns dos requisitos apontados pela Escola de Chicago sobre o território *gay* paulistano,

Perlongher, diz não ser possível, à época, identifica-lo tipologicamente como um gueto *gay*, devido ao fato de algumas variantes organizacionais não cumprirem a totalidade dos requisitos estipulados pelos sociólogos e, ainda estarem subjugadas a um sistema classificatório de predominância heteronormativa e ações de diferentes concentrações institucionais, como a prostituição, que instituía pejorativamente a promiscuidade como fator estrutural. Outro fato interessante, é Perlongher não ter identificado o quarto requisito da organização espacial *gay* na região do Arouche. Contudo, este fato tem se modificado nos últimos vinte anos, dado, principalmente, a visibilidade das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ na cidade de São Paulo, ocorridas a partir de 1997, motivo pelo qual, intensificou a concentração residencial da comunidade *gay* nesta área ocupada.

A dualidade entre o conceito de territórios e de guetos *gays*, Perlongher ressalta estar justamente em suas definições sociológicas³; constatando que o território *gay* se constitui, intencionalmente sob os aspectos sociais e políticos da ocupação espacial realizada por pessoas *gays*; enquanto, o gueto *gay* se estruturou nas definições de identidade territorial – construída por subjetividades individuais e coletivas em relação ao grupo social e/ou pertencimento territorial que transpassava signos e símbolos ao discurso geográfico (CHELOTTI, 2010).

Assim, as espacialidades identificadas às usualidades territoriais *gays*, segregadas até a década de 1960, deram espaço para que a subcultura nelas experimentada potencializasse seu fator de resistência com o agrupamento de vulneráveis reivindicantes e se transformasse numa contracultura conflitante ao paradigma social e opressor vivenciado pelas sociedades até então. Cronologicamente, as manifestações sociais LGBTQIA+ a partir deste período, tornaram-se peças importantes para desmistificar as formulações pejorativas em referência às práticas de promiscuidade sobre os territórios *gays*: enquanto os *gays ghettos* norte-americanos eram transformados por grandes manifestações sociais

3 Nas entrelinhas de *O negócio do Michê*, Perlongher (1987, p.52) mostra a crítica de Manuel Castells (1984) à sobreposição conceitual de Martin Levine ((1979) sobre as formulações da Escola de Chicago, ao argumentar, a correlação realizada entre os termos “gueto” e “território” pelo sociólogo. Contudo, Perlongher não descarta nenhuma das perspectivas de análise e relaciona o território *gay*, às sobreposições sociais e, o gueto *gay*, às sobreposições geográficas.

– como a revolução de *Stonewall*, em *Greenwich Village, Manhattan, NY*, em 1969 (conflito entre *gays* e policiais que originou as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ no mundo) –, o território *gay* paulistano se alterava sob a interferência de duas vertentes: primeiro, com o levante politizado da contracultura *gay* em resposta à repressão cultural e sexual sofrida com a intervenção militar no Brasil até 1984; segundo, com as discussões filosóficas advindas desde o século XIX, sobre o exercício da homossexualidade, estando subjacente à todas condutas sociais e fisiológicas do indivíduo à sua sexualidade (FOUCAULT, 1999); até, a identificação dos movimentos das diferentes identidades sexuais e de gêneros como símbolos da liberdade social e sexual aos modos majoritários de vida (CORTÉS 2008; PRECIADO, 2017).

O então famoso “desbunde” *gay*, ecoado sob influência artística, principalmente da música e dramaturgia durante os anos da ditadura militar, quebrou boa parte dos paradigmas pejorativos existentes à movimentação social nos territórios *gays* brasileiros até então; e, desencadeou um novo processo de ocupação espacial aos “bairros *gays*”, o *out of closets* (fora do armário), que reunia diferentes estereótipos sem qualquer preconceito ou discriminação – onde a promiscuidade e os processos de sociabilidade se relacionavam, mas não se misturavam – e, organizava, democraticamente, os mais variados grupos que compunham a comunidade LGBTQIA+ na época, como homossexuais maduros ou jovens, mais afeminados ou machos, travestis, prostitutas e michês que, transpassam suas tendências sociais às usualidades do espaço. O Largo do Arouche passou a se constituir como a *new wave gay* (nova onda *gay*), um espaço politizado de conexões populares e sociais da “vida *gay*” (PERLONGHER, 1987; TREVISAN, 1986; GREEN, 2019). Contudo, essa organização política do espaço, Cortés (2008) indica que além de estar assimilada ao consumismo, também cria uma nova identidade, hermética e rígida, com hierarquias e exclusões próprias, semelhante a política dos setores convencionais. A democratização do território *gay* foi um primeiro passo às novas movimentações de usos dos espaços e das práticas urbanas encontradas a partir da conceituação *queer* na década de 1990 (PRECIADO, 2017), relacionadas “às condutas e comportamentos opostos às ordens vigentes” (CORTÉS, 2008, p.205) e a reforma do pensamento incômodo sobre os sujeitos das sexualidades desviantes, por identidades e gêneros que não desejavam mais uma classificação social segregada e tolerável (LOURO, 2004).

Nessa definição, a ocupação espacial *gay* é reapropriada como *gay friendly* – nome comercial intitulado por noções turísticas que potencializam a sociabilidade simpaticizante e amigável (adepta e não tolerável) à conduta *queer* e ao uso do espaço – ao unir, o conceito do espaço politizado do território *gay* ao conceito tipológico por identidade territorial do gueto *gay*. Assim, é possível assistir um filme *queer*, ir em uma exposição *queer*, vestir uma camiseta com a frase “*I’m here, and i’m queer*”, isto é, o *queer* tornou-se uma categoria identitária social e, também, comercial (SPARGO, 2017).

A ocupação espacial *queer*

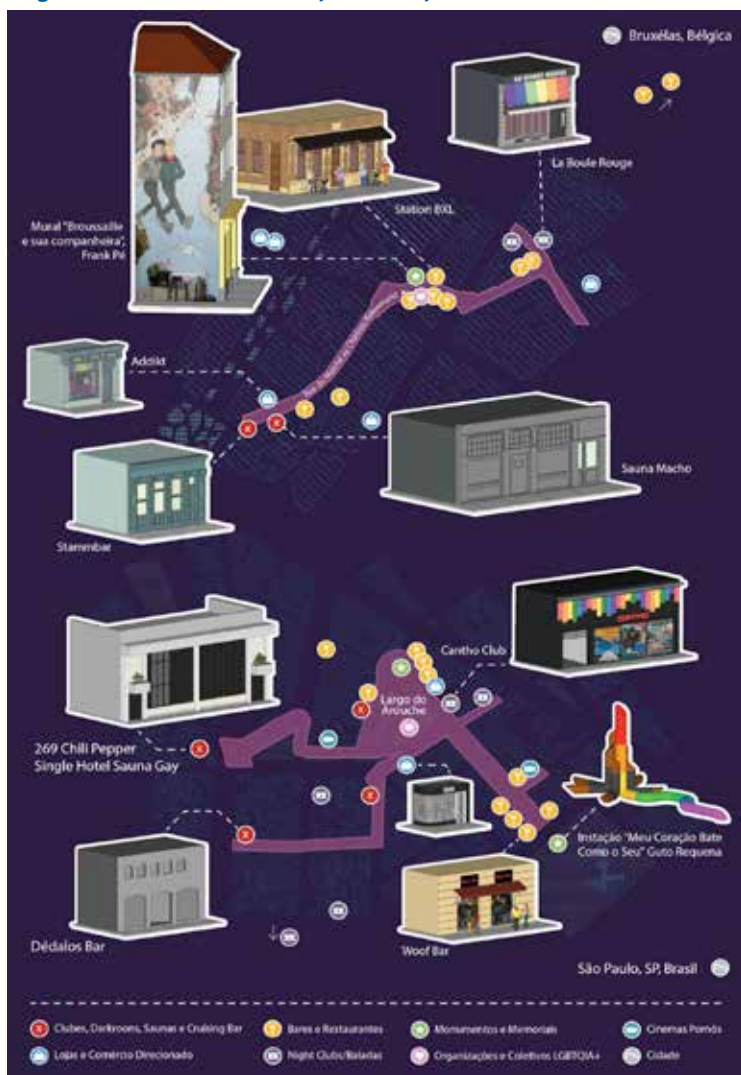
Diante dos critérios foucaultianos do poder disciplinar que se utilizam das categorias do sexo como regime de controle social da sexualidade (FOUCAULT, 1999) e do mecanismo panóptico como modelo de funcionamento entre a relação de poder e a vida cotidiana do homem (FOUCAULT, 1997), Butler, Cortés e Preciado, desfragmentaram a posição da teoria *queer*, politicamente ativa, à opressão normativa das sociedades perante as minorias sexuais. Na visão dos autores, a transposição do *queer* ao território enfatiza a interpretação performativa de identidade (BUTLER 2015) e produz não só o conhecimento social do corpo sexualizado, como também da liberdade e das diferenças sexuais através da presença do desejo, como consequências da exclusão criada por uma urbanidade dominante, podendo não ser necessariamente algo construído, mas sim, uma atitude idealizada, gerada a partir de subjetividades, como uma questão de resistência à heteronormatividade preestabelecida em algumas determinadas localidades das cidades (CORTÉS, 2008; PRECIADO, 2017).

Nesta perspectiva, analisou-se as características compositivas *queer* na *gay friendly* do território *gay* no Arouche; e, para efeito comparativo, usado a *gay friendly* de Bruxelas. Mesmo tendo histórias embaixadoras diferentes frente a movimentação *gay* nestas cidades, a inconformidade confrontante a um sistema dominante nestes espaços, ou seja, o (su)jeito *queer* de se idealizar cidade, se faz denominador comum entre essas duas espacialidades.

A diagramação urbana da *gay friendly*

Para ilustrar as práticas urbanas e os usos dos espaços *queer* nas *gay friendly's* de São Paulo e Bruxelas, pontuamos um “circuito” (MAGNANI, 2005) territorial, por experiências de observações, identificando suas características e vinculações arquitetônicas e sociais (Fig. 01).

Figura 01: Circuitos das *Gays Friendly's* de Bruxelas e São Paulo.



Fonte: dos autores (2021).

O circuito paulistano se contém com mais intensidade na Avenida Vieira de Carvalho, entre a praça da República e Largo do Arouche – eixo perpendicular às antigas “Boca de Lixo” e “Boca do Luxo” – zonas de prostituições potencializadas entre as décadas de 1950 e 1970. Enquanto que, o circuito bruxelense se dilui linearmente sobre a *Rue du Marché au Charbon Kolenmarkt*. Ambas territorialidades enfáticas quanto a resistência de suas organizações nos centros das cidades. O circuito revela a prática (ou a oferta de determinado serviço, por isso é possível localizá-lo) por meio de estabelecimentos e espaços (públicos e privados) que são reconhecidos como um conjunto pelos habitantes. Esses estabelecimentos podem ou não ter alguma ligação entre si e, além disso, constituem um cenário (*queer*) urbano, ativo e dinâmico dos modos de ser na cidade. Isto é, estabelecem *links* com seus frequentadores, estabelecem outros trajetos e outros modos de relações e dinâmicas com a cidade, marcando uma presença e um estilo de vida representativo de suas identidades e condição de classe. Portanto, estar nesse circuito é um posicionamento de afirmação (*I’m here, and i’m queer*).

Dentro desse circuito, o Largo do Arouche indica um “pedaço” com seus códigos, suas normas e regras de cumplicidade estabelecidas pelo grupo, isto significa, que compartilha algo e que, a qualquer momento, pode eleger outro pedaço como ponto de referência. Nesse pedaço, os estabelecimentos elencados determinam os circuitos e, toda essa dinâmica, está inserida na *mancha*, ou seja, uma área mais aberta, que acolhe um número maior de usuários. “Não se sabe ao certo, o que ou quem se vai encontrar na mancha, ainda que se tenha uma ideia do tipo de serviço que lá é oferecido...” (MAGNANI, 2005, p.178). Ao todo, nas cidades de São Paulo e Bruxelas, foram pontuados 53 estabelecimentos localizados nas áreas reconhecidas como “*gay friendly*”. No entanto, 40 deles estão ligados diretamente ao percurso dos circuitos traçados, enquanto os outros 13, estão localizados em suas adjacências⁴. Dado isto, agrupamos estes estabelecimentos em

4 Para este levantamento, foram considerados os seguintes estabelecimentos juntos ao circuito de **São Paulo, Clubes de sexo**: 1. 269 *Chilli Peppers*, 2. *Champion Club*, 3. *Dédalos Bar*, 4. *Upgrade Club*; **Bares e Restaurantes**: 5. *Sputnik*, 6. *Woof*, 7. *Soda Pop*, 8. *Caneca de Prata*, 9. *Vermont República*, 10. *Paris*, 11. *Estrela do Arouche*, 12. *Prainha do Arouche*, 13. *Lucy*; **Lojas**: 14. *Adeh Oliveira*, 15. *Yes Sir*; **Baladas**: 16. *Cantho*, 17. *Queen*; **Monumento**: 18. “Meu coração bate com o seu”; **Organizações**: 19. *Arouchianos*;

07 classificações diferentes, relacionadas conforme seus códigos de sociabilidades atuantes nos territórios (Tabela 01), o que possibilitou reconhecer as similaridades e diferenças entre os circuitos existentes nas distintas cidades.

Tabela 01: Quantitativo de Estabelecimentos por Categoria de Usos *Friendlys*.

	CLUBES DE SEXO	bares e RESTAURANTES	LOJAS E COMÉRCIOS	NIGHT CLUBS E BALADAS	MONUMENTOS E MEMORIAIS	ORGANIZAÇÕES E COLETIVOS	CINEMAS PORNÓS
São Paulo	04	09	02	02	01	01	02
Bruxelas	02	08	05	02	01	01	-

Fonte: dos autores (2021).

Entre estas classificações, destacamos as cinco primeiras e escolhemos algumas composições arquitetônicas que apresentam semelhanças tipológicas entre os elementos construtivos e espaciais utilizados concomitantemente nas duas cidades. Essa escolha levou em consideração o impedimento comparativo nas duas últimas classificações, devido ao fato de, somente Bruxelas apresentar elementos arquitetônicos destinados às “organizações e coletivos” em prol à comunidade LGBTQIA+, como a “*Rainbow House*” e a “*Tels Quels*”; enquanto os “Aroucharianos” atuam eventualmente no território do Arouche sem um local fixo; como também, não foram identificados cinemas de conteúdos pornográficos *gays* em Bruxelas.

Nos clubes de sexo, soma-se os elementos arquitetônicos destinados às práticas sexuais viris, como *darkrooms*, saunas e *cruisings* bares, destacando a Sauna “269 *Chilli Pepper Single Hotel*” e o “*Dédalos Bar*” em São Paulo, a Sauna “*Macho*” e o “*Stammbar*” em Bruxelas, que com

Cinemas: 20. Cine Arouche Agora, 21. Cinemão Stud G; **Fora do circuito:** 22. Carolina's bar; 23. ABC Bailão; 24. *Danger Dance Club*. Adjuntos ao circuito de **Bruxelas, Clubes de sexo:** 25. Sauna Macho, 26. *Stammbar*; **Bares e Restaurantes:** Castro, 28. *Chez Maman*, 29. *Satation BXL*, 30. La Baroque, 31. Le Dolores, 32. Le Belgica, 33. LE Detour, L'Homo Erectus Classicus; **Lojas:** 35. 2be Bruxelas, 36. Argos Video, 37. Man2Man, 38. *Addikt*, 39. *Boris Boy*; **Night Clubs:** 40. Amalgame, 41. La Boule Rouge; **Monumento:** 42. “*Broussaille* e sua companheira”; **Organizações:** 43. *Rainbow House*; **Fora do circuito:** 44. *La Griffe* Sauna, 45. Clube 3000, 46. Oasis Sauna, 47. *Flash Tea*, 48. *Cave*, 49. *Revelation*, 50. *Fuse Club*, 51. *La Reserve*, 52. *Christo Bar*, 53. *Tels Quels*.

suas fachadas discretas, desprovidas de aparatos ornamentais e com predominância nas cores escuras, camuflam suas usualidades entre os espaços comuns das cidades, criando pequenos oásis ao público *gay* e *friendly*. Nos bares e restaurantes, notou-se um maior volume quantitativo nesta classificação entre as duas cidades. Isto deve-se ao fato de suas relações diretas com as ruas e seus usos mistos e específicos em gêneros, como no “*Station BXL*” e “*Woof Bar*”, não somente conotarem a diversidade e o *friendly* como características territoriais, mas por transformarem estes espaços para além de elementos arquitetônicos de confraternizações e entretenimento, mas sobretudo como espaços políticos e de representatividade da categoria. Já nas lojas, enquanto as vitrines da “*Man2Man*”, “*Addikt*” e “*Boris Boy*” escancaram os fetiches do sexo *gay* pelas ruas de Bruxelas sem nenhum pudor, a “*Yes Sir*” se inibe pelos corredores de uma galeria no Arouche; contrapondo aos semelhantes elementos copositivos das *night clubs* e baladas existentes nas duas cidades, como a “*Cantho Club*” e a “*La Boule Rouge*”, que utilizam recursos de neutralidade ornamental em suas arquiteturas para evidenciar a simbologia em meio as cores da bandeira do arco-íris.

Também é necessário ressaltar (e, identificar) a importância da representatividade LGBTQIA+ nos espaços públicos territorializados, principalmente com a evidência de elementos monumentais que evocam a memória de resistência dessa comunidade nas cidades, como no caso do mural “*Broussaille e sua companheira*”, em Bruxelas, pintado na empena de um edifício na larga esquina da rua *Platestteen*, em 1999 pelo artista Frank Pé e, em São Paulo, a instalação temporária “*Meu coração bate com o seu*”, inserida na Praça da República (onde aconteceu, em 1978, o primeiro encontro de ativistas LGBT’s) em 2018, sendo assinada pelo Estudio Guto Requena em comemoração aos 40 anos de luta política da comunidade no Brasil.

As arquiteturas dos desejos

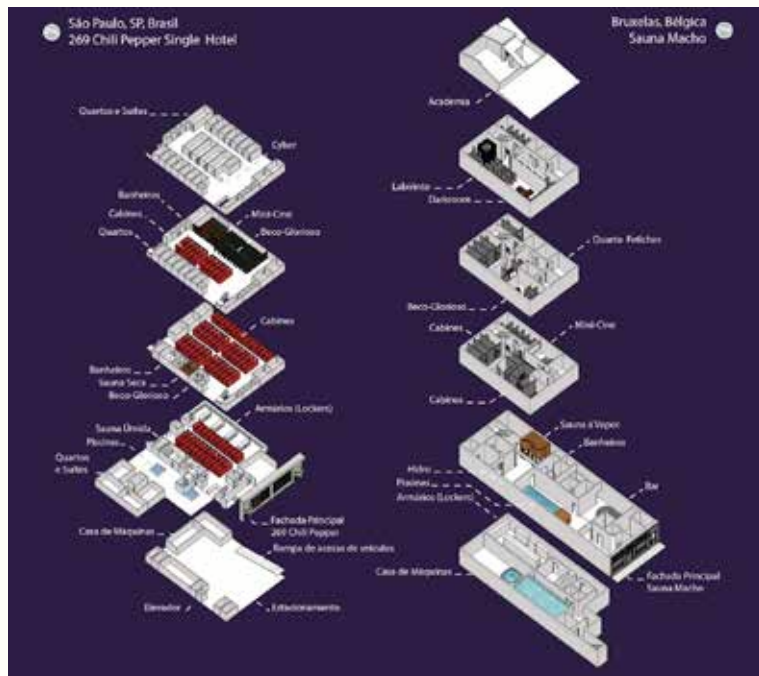
De acordo com o francês Guy Debord, a cidade moderna tem uma tarefa ininterrupta de preservar o poder de uma classe dominante (CORTÉS, 2008). Nessa perspectiva, entendemos que as atividades sociais da comunidade LGBTQIA+ (nesse caso específico, dos homens *gays*) como “*sair à noite*”, são ritos urbanos de caráter mundial que têm recuperado o sentido da rua como um espaço de

sociabilidade com dupla particularidade: a primeira, é a de se opor a classe dominante, simplesmente por suas identidades e práticas estarem do lado contrário daquelas esperadas pela sociedade como um comportamento “natural” dos homens; a segunda, é que ao fazer a primeira, também perpetuam um espaço muita vezes ocupado, em sua maioria, por homens *gays* e seus privilégios. De qualquer modo, a rua, a praça, os bares e as boates ao redor, são espaços conquistados de liberdade e, portanto, permitem as mais diversas experiências.

Nessa especificidade, temos como exemplo os edifícios arquitetônicos destinados às práticas sexuais “descompromissadas” (casuais) do público *gay*, relacionadas por muitos à promiscuidade, mas que, em suas excentricidades, seguem características compositivas peculiares em suas formatações, indicando, a oferta de um serviço e uma significativa arquitetura na composição tipológica da *gay friendly*. Para constatar essa formulação arquitetônica, foram analisadas as saunas “269 Chilli Peppers” em São Paulo, e “Macho” em Bruxelas (Fig. 02). Em ambos os casos, a configuração espacial segue a função dos edifícios:

O primeiro requisito (que como visto anteriormente transpassa às fachadas) é a imagem discreta que oculta a usualidade desenvolvida no interior do edifícios, provavelmente por questões de resguarda à identidade dos usuários não assumidos ao universo *gay* e às práticas sexuais “incomuns”; ou então, por serem adaptações arquitetônicas de edifícios existentes, criando para usualidades distintas que não condizem mais com a territorialidade local. Segundo, com a característica dos usuários, pois são objetos arquitetônicos restritos à usualidade do público *gay* masculino; e, terceiro, com elementos específicos que estimulam e propiciam às práticas sexuais *gays*, como os *darkrooms*, as cabines, os labirintos, os becos-gloriosos e até as próprias saunas, que se distribuem em ambientes privados, coletivos ou assistidos, mas que de certa forma controlados, funcionalmente por seus usuários.

Figura 02: Esquemas das composições arquitetônica das Saunas “269 Chilli Peppers” e “Macho” a partir de levantamentos empíricos (podendo haver divergências das composições reais).



Fonte: dos autores (2021).

Considerações finais

A conquista (nesse caso, muitas vezes forçada) de um espaço próprio sempre foi uma dimensão fundamental para a consolidação de (qualquer) identidade e comunidade (CORTÉS, 2008). Esse “pedaço” (MAGNANI, 2005) *friendly* constitui um espaço acolhedor e, ao mesmo tempo, de caráter transgressor, pois os usos desses lugares desafiam as cisheteronormatividades que governam o uso da cidade. A presença da comunidade *gay* (da paquera disfarçada, até a ocupação específica de bairros, bares e casas noturnas) tanto em São Paulo, como Bruxelas ou qualquer outra cidade, foi e, ainda vai, aos poucos, deslocando e consolidando esses sentidos. No entanto, de forma ambígua os *gays*, como um *flâneur* contemporâneo, são (ainda) personagens situados à margem e buscam apropriar-se de determinados lugares porque agem como outros homens, ou seja, afirmando seus domínios no território,

ao mesmo tempo que escondem-se na “multidão” (talvez, as características das fachadas escuras indiquem tentativa de ser “discreto” e menos percebido no ambiente) para mais tarde se perderem na solidão dos lugares “proibidos”. Onde o proibido é, também, o que estimula suas práticas sociais e sexuais.

Referências

BUTLER, Judith. **Criticamente subversiva**. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2015.

CHELOTTI, Marcelo. C. **Reterritorialização e Identidade Territorial**. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 1, 2010.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria T. C. Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNANI, José Guilherme C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP. v. 17, n. 2, 2005. p. 173 - 205.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do Michê**. A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Paul B. “**Cartografias ‘Queer’: O ‘Flâneur’ Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, Ou Como Fazer uma Cartografia ‘Zorra’ com Annie Sprinkle**”. eRevista Performatus, Inhumas, ano 5, n. 17, 2017.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Org). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. São Paulo: Minha Gráfica Editorial, 1986.

“POR QUE ESQUECEMOS O QUE PRECISAMOS LEMBRAR?” – CARTOGRAFANDO LUGARES E MEMÓRIAS LGBTQIA+ EM SIRIJÍ – PE

Anderson Tafarel de Brito Férrer

Pós-graduando em Geografia e Meio Ambiente pela FAVENI (Faculdade de Venda Nova do Imigrante), andersontafarel16@hotmail.com;

Túlio Vinícius Andrade Souza

Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGPsi – UFPE), tulio.andrade09@gmail.com.

Resumo

Sirijí, distrito do Município de São Vicente Férrer, interior do estado de Pernambuco, 120 km da Capital. Apesar da aparente facilidade no deslocamento até a região metropolitana de Recife, muitos são os fatores que distanciam os modos de vida dos indivíduos sirijienses, majorando populações historicamente vulnerabilizadas, como a LGBTQIA+. Essa afirmação pode ser ratificada a partir do entendimento que o cenário metropolitano proporciona inúmeras possibilidades para que essa comunidade tenha o acesso, a garantia da permanência (e a segurança) em espaços que tradicionalmente obedecem a lógica hegemônica da cis-heteronormatividade. Isso porque, através de um processo de ressignificação, os sujeitos se apropriam desses espaços e passam a chamá-los de “meu” (lugar), através do consumo, lazer e sociabilidade. Entendemos que o lugar surge através da afetividade que os seres humanos constroem para com o espaço, sobretudo os de convivência. A proposta do presente trabalho, mediante referencial teórico-epistemológico da Geografia das Sexualidades, foi cartografar lugares e memórias que versem amplamente sobre vivências gênero-sexo

dissidentes em Sirijí, buscando entender, também, as articulações entre espaço-lugar construídas pela população LGBTQIA+. Diante das investigações *in loco*, constatou-se a ausência de referências acerca de memórias dissidentes, ou seja, da existência de pessoas que se identificam/ram, publicamente, como parte desta população. Consequentemente, a falta de sujeitos denuncia, também, a inexistência de coletivos/movimentos e representações e, portanto, de memórias. Infere-se, com isso, a necessidade da construção de um movimento representativo para o registro das atuais vivências, conservando-as e possibilitando futuras pesquisas.

Palavras-chave: Sirijí, LGBTQIA+, Memória, Lugar, Cartografia.

Introdução

“Por que esquecemos o que precisamos lembrar?” surge a partir de inquietações por meio de conversas, diálogos, vivências e experiências do que significa ser um corpo desobediente à cisheteronormatividade, sobretudo ao se considerar o contexto de interior, no sentido espacial/geográfico, em relação à metrópole. Esta indagação aponta as dificuldades existentes entre os porquês de esquecer e/ou lembrar, e desperta, a partir da busca incessante por respostas, o interesse em se debruçar no universo das memórias, caminhos e possibilidades – ou pelo menos tentativas – de, para além de preencher as lacunas, dar um novo sentido a elas; ressignificações.

Este trabalho é, antes de tudo, uma oportunidade para mudança de um viés estrutural e institucional, pois faz parte de uma luta diária e constante para tornar visível a luta de uma comunidade que, historicamente, é ameaçada, violentada e tornada invisível diante de um sistema hétero, branco, cristão e cis-normativo (BUTLER, 2003), que elenca corpos LGBTQIA¹ como dissidentes, desobedientes e transgressores ao padrão.

Buscar memórias da comunidade antes citada, principalmente no contexto de interior já apresentado, por meio da cartografia de lugares que versem amplamente sobre vivências gênero-sexo dissidentes em Sirijí, manifesta-se como sendo o objetivo central no desenvolvimento desta pesquisa e alimenta as razões para o processo de construção onde as atuais (e futuras) memórias possam ser capturadas, mas jamais enclausuradas; capturadas no sentido de registrar, marcar, escrever e lembrar, não permitindo seu arquivamento ou esquecimento, propiciando a oportunidade para que futuras gerações tenham acesso sobre quem aqui aprendeu não apenas a sobreviver, mas a viver tendo a felicidade de ser quem é como garantia deste sentimento.

Esta proposta é particular ao distrito de Sirijí, município de São Vicente Férrer, mas é visível no sentido de inspirar o desenvolvimento de iniciativas semelhantes em outros contextos de interior, pois

1 A sigla LGBTQIA+ refere-se à população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais e outros grupos e variações de gênero e sexualidades que não se enquadram/identificam na cisheteronormatividade.

estimula a prática de conservar memórias e preservar a vida e a realidade de diferentes gerações.

É, portanto, um caminho tortuoso que vem sendo trilhado com inúmeras dificuldades, mas com esperanças, pois a tentativa de resgatar memórias com a intenção de contá-las e preservá-las revelam a importância, ou seja, a justificativa para conservá-las. Desta feita, a luz de justificar essa iniciativa reside no enfrentamento à violência que o esquecimento e as ausências produzem à comunidade LGBTQIA+ de um lugar do interior do estado de Pernambuco, neste caso, o distrito ora mencionado.

Justifica-se este trabalho também, a partir da necessidade de garantir que futuras gerações tenham acesso a um referencial LGBTQIA+ representativo sobre as vivências sexo-gênero dissidentes que aqui acontecem e que são capazes de estimular a fabricação de lugares e cotidianos que, no não cumprimento a ordem cis-heteronormativa, são capazes de gerar o sentimento de pertencimento seguido do acesso e permanência a ambientes que, através da apropriação, não apenas podem, mas deve ser chamados de “meu/seu/nosso”.

O campo de produção acadêmica na geografia é um terreno engendrado pelas relações de poder, logo denuncia o privilégio de alguns grupos em detrimento a outros, pois esta hierarquia, além de estabelecer o domínio da fala, escrita e produção para alguns, dificulta ou até mina as expressões e vivências espaciais de grupos desobedientes, o que leva a diversas ausências.

Nas palavras de Joseli (2009),

A razão das ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas especialidades (JOSELI, 2009, p. 26)

Desta forma, torna-se necessária a produção de discursos não conservadores, tampouco hegemônicos, entendendo discurso segundo Foucault (2003), ou seja, como dispositivo que produz e reproduz dinâmicas de poder, para então fortalecer a construção de uma geografia plural que contemple as múltiplas configurações humanas (BORGUI, 2015).

Sendo amparada pela construção de uma “Geografia das Sexualidades”, onde esta preocupa-se em se produzir a partir de noções, conceitos e categorias-chave para a geografia, como espaço, paisagem, região, território, lugar e as múltiplas possibilidades em analisar como essas noções e conceitos fazem parte do dia a dia de grupos sociais específicos, como é o caso deste trabalho, ao considerar o grupo LGBTQIA+. Nesse sentido, consideramos essa comunidade como parte principal para entender os porquês da invisibilidade, negligência e no pior dos casos, a violência, que galgamos cada vez mais para a fuga dos padrões hegemônicos e a não hierarquização dos corpos, tendo as dissidências como justificativa para estas exclusões.

Metodologia

A presente investigação ancora-se na proposta de uma pesquisa exploratória, pois tem como pretensão o conhecimento mais aprofundado de determinado fato ou fenômeno. Neste tipo de pesquisa, a “principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Além disso, nossa proposta metodológica parte de uma abordagem qualitativa, que dá visibilidade aos passos da pesquisa e ao material que é encontrado/produzido durante o percurso, pensando o processo de análise como não possível de redução a demonstração através de números. Dessa maneira, também, sobre a análise de dados qualitativos, deve acontecer a sintetização de informações, identificação de temas e a categorização de informações, que devem ser agrupadas e registradas a partir das observações sobre processos narrativos e dados secundários coletados (SHAUGHNESSY, ZECHMEISTER & ZECHMEISTER, 2012).

Nesse escopo, ainda, pensamos uma pesquisa qualitativa de inspiração cartográfica, ou seja,

O desafio proposto é exercitar a capacidade de manter o pensamento aberto, num esforço permanente de deixar-se guiar pelos acontecimentos e pelos processos que eles revelam e desencadeiam, sem, contudo, perder de vista o foco e os objetivos da pesquisa. Porém, nesse referencial metodológico, as metas a serem alcançadas são móveis e flexíveis, porque é a

experiência do caminhar da pesquisa que tem a primazia (SOUZA, 2019, p. 79).

Considerando o supracitado, então, este trabalho vem se concretizando a partir da percepção que as ausências, no que diz respeito a falta de representação de vivências, memórias e, consequentemente, de registros, tornava cada vez mais uma comunidade que historicamente sempre foi negligenciada, e se tratando do contexto de interior, além de negligenciada, esquecida, invisível.

Portanto, a metodologia da presente pesquisa fundamenta-se em leituras de cunho teórico-epistemológico da “Geografia das Sexualidades”, encarada como uma geografia subversiva e que instiga a fabricação do conhecimento sobre a produção das vivências de corpos tidos como dissidentes, em lugares que teoricamente podem ser chamados de “meu”, “seu”, “nosso”, mas que, via de regra, são lhes negados o direito à pertence-los.

Adiante, tendo em vista as possibilidades para o entendimento de que as leituras realizadas no processo de desenvolvimento desta pesquisa podem ser visualizadas no campo das práticas, a estrutura basilar desta proposta vem sendo a realização de visitas a órgãos públicos em funcionamento. É importante considerar que, atualmente, estamos vivenciando cenários de isolamento social decorrentes da pandemia de COVID-19 e, portanto, alguns locais estão fechados. Seguindo todos os protocolos sanitários, algumas visitas técnicas foram realizadas à biblioteca pública municipal, objetivando encontrar vestígios que contem a história do protagonismo LGBTQIA+ no distrito de Sirijí, de forma individual, considerando sujeitos e/ou de forma coletiva, tendo em vista a formação de grupos, coletivos e movimentos.

Em adicional, no entanto, considerando a possibilidade de multiplicidade em estratégias metodológicas, que enriquece o fazer científico, nos munimos das nossas trajetórias de vida, perpassadas no contexto de desenvolvimento deste trabalho, inspirados em uma perspectiva autobiográfica, para pensar incursões iniciais sobre nosso objeto de pesquisa.

Resultados e discussão

A partir do andamento dos procedimentos metodologicamente descritos, nos percebemos em um cenário de insuficiência de informações, por dois lados. De um deles, a restrição para acessar as

possibilidades de encontrar dados nos arquivos municipais; de outro, os dados que tivemos acesso, por sua vez, não apresentavam informações relevantes para o nosso escopo. Isso pode indicar, portanto, uma constatação prévia da ausência de memórias registradas, importantíssimas para a construção de debates que versem sobre a temática em questão.

Como uma das nossas pretensões ia além de cartografar memórias, mas também lugares que versassem amplamente sobre vivências gênero-sexo dissidentes em Sirijí, buscando entender as articulações entre espaço-lugar construídas pela população LGBTQIA+, mais uma vez, pelo cenário do isolamento social, apenas conseguimos pensar no plano teórico do que se é narrado ou das nossas vivências anteriores. Para concretização de análises mais aprofundadas, precisaremos frequentar ambientes onde a materialização da vida pública em Sirijí é possível a todos e todas sem distinções, como as praças públicas, estabelecimentos que possibilitem a reunião, o encontro e a “cachoeira”, aqui compreendida como patrimônio natural de Sirijí. Narramos, portanto, as vivências e experiências que foram possíveis em tempos adversos.

Entendemos, também, que seguindo a lógica deste texto, antes de explorar a articulação dos nossos resultados, é importante dar margem ao conceito de espaço e lugar como possibilidade de compreensão dos dados e, portanto, apoiamo-nos em Santos (2006), quando explica que “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 39) e, com isso, o espaço está sempre em movimento diante das transformações socioespaciais.

Os sistemas de objetos referem-se aos equipamentos que estão fixos no espaço – e para o nosso trabalho, consideramos fixos os equipamentos como praças públicas, lanchonetes e patrimônios culturais/naturais que incitam o encontro, considerando o fluxo de pessoas e informações, que estão em movimento nesses espaços, como sistemas de ações. Desta maneira, o espaço reinventa-se à medida que diferentes sujeitos e grupos frequentam, em diferentes ritmos e temporalidades. Pensar esses espaços diante de sua ocupação nos faz reavaliar as inúmeras possibilidades para usos e apropriações, onde os sujeitos frequentadores imprimem seus sentimentos, afetividades e, por conseguinte, sua/s identidade/s e *vis a vis* vão transformando a realidade desses espaços.

É esta capacidade de transformação espacial, tendo em vista a necessidade de cada um, que surge a apropriação dos lugares, entendendo o conceito de lugar apoiado em Tuan (1983), quando coloca-se que a apropriação de determinado espaço para o sentido de lugar é, também, uma resposta ao sentimento e imaginação às necessidades humanas e fundamentais e, portanto, o lugar emerge a partir do elo afetivo dos sujeitos em relação ao espaço ocupado.

Feitos os esclarecimentos e levando em consideração o recorte espacial que atribuímos aos lugares em Sirijí diante de nossas realidades gênero-sexo dissidente, elencamos três lugares do nosso convívio: 1) a praça José Nilo; 2) os entornos de uma lanchonete próxima a quadra poliesportiva e 3) a cachoeira do Engenho Patos. Aqui, convívio deve ser entendido na esfera de lugares que fazem parte do nosso cotidiano enquanto sujeitos afirmados como LGBTQIA+ e, ainda, que conseguimos nos apropriar destes espaços, tendo nossos corpos como garantia da materialização da nossa vida pública, ou seja, conseguimos – empenhando muitos esforços –, chamar de meu (nosso) os espaços/lugares antes citados.

Tratando-se do primeiro exemplo, é necessário ressaltar que a praça José Nilo é um espaço público localizado na área central do distrito de Sirijí. No seu entorno é possível encontrar os principais estabelecimentos comerciais, do ponto de vista econômico e, também, o espaço designado para a realização da feira pública municipal. Com relação aos usos e apropriações na/da praça, foi possível verificar que o período que se estende do final da tarde ao noturno é o mais frequentado, sobretudo nos finais de semana, pois existe um “*point* de espetinho” alocado e que atrai os sujeitos que trabalham nas imediações da praça.

No entanto, é preocupação do trabalho levar em consideração a atuação da comunidade tida como dissidente a esses espaços, justamente por não obedecer a ordem cisheteronormatividade e, como resultado dessa vivência, conseguimos analisar que o público que se afirma como LGBTQIA+ enxerga na praça um espaço para consumo ao lazer, em virtude de ser um lugar estética e ambientalmente arborizado e com possibilidade para a reunião, sobretudo quando a ocupação se dá por meio da necessidade de se ter espaços para o consumo de bebidas alcoólicas que não sejam em estabelecimentos convencionais (bares). O problema, aqui compreendido como ponto negativo, reside na falta de segurança pública, o que transforma um

espaço público, muitas vezes, num campo minado hostil e que desequilibra o bem estar/conforto dos referidos sujeitos.

Com relação ao segundo exemplo, os entornos de uma lanchonete próxima a quadra poliesportiva, compreendemos como um território que atrai diversos públicos diariamente, porém, assim como no primeiro exemplo, os dias mais frequentados são os do final de semana, sábado e domingo. Acreditamos que essa dinâmica ocorre em função da disponibilidade das pessoas. Este espaço é muito frequentado por diversos sujeitos, de diferentes gênero e sexualidades e é nesta diversidade – e considerando a falta de disponibilidade de outros espaços, que enxergamos um ambiente onde o medo e outros estigmas, acompanhados da violência e hostilidade, foram ressignificados a um lugar que podemos chamar de meu (nosso), tendo o nosso corpo e a materialização das nossas vontades como estratégia para a nossa sobrevivência.

Desta feita, muitas pessoas se deslocam, inclusive de outras localidades, até o território supramencionado, para curtir sua tarde/noite no ambiente. O problema espacial que constatamos é que, além de estarmos num período de isolamento social, as pessoas estão aglomerando devido a presença de diversos sons automotivos que se reúnem no entorno deste espaço, reproduzindo uma espécie de “disputa de sons” e, muitas vezes acontecem intervenções policiais, pois a poluição sonora perturba a vizinhança, que se sente incomodada com o barulho, intromissão e ressonâncias produzidas pelo excessivo volume. Sabemos, também, que essas intervenções policiais são seletivas e enxergam corpos negros, periféricos e pobres como seu principal alvo. Percebemos, ainda, que a presença de corpos LGBTQIA+ também incomoda e é alvo de abordagens diferenciadas, o que pode ser interpretado como uma reprodução de preconceitos institucionalizados.

Outra constatação reside no fato de que diferentes grupos também se apropriaram deste espaço para a delimitação de seus territórios, como é o caso do território de drogas e de prostituição e, muitas vezes, acontecem conflitos intragrupos – ou com grupos distintos, implicando a percepção e enquadramento deste local como reprodutor de uma violência generalizada, que afeta quaisquer pessoas que lá estejam.

Por fim, o terceiro exemplo citado (que consideramos relevante no escopo desta investigação) é a cachoeira de Patos, localizada no

Engenho que recebe o mesmo nome e que faz parte do distrito Sirijí. A cachoeira é um patrimônio natural, pois é uma queda d'água transformada numa espécie de piscina, sendo permitida a entrada para banhos e lazer.

O responsável pelo espaço é o proprietário do Engenho Patos e que, diante de alguns acontecimentos passados, como depredação do ambiente natural, restringiu o horário de abertura e fechamento do local. Desta forma, ela pode ser frequentada entre o período da manhã até às 17 horas. Este lugar é muito frequentado pela comunidade LGBTQIA+, pois é uma área rural cujo acesso é por “estrada de terra” não asfaltada e que dista 2km em relação ao centro de Sirijí, portanto, é uma área mais distante e reservada. Os referidos argumentos nos levam ao entendimento de que, por ser uma área mais distante do centro, as pessoas interpretam como possibilidades de experimentar vivências sem carregar o medo de ter suas ações expostas ao público, já que a cachoeira parece carregar esse imaginário de espaço mais reservado, sem acesso popular massivo e intenso em horários pré-definidos.

Considerações finais

Ao passo em que se estuda a importância da construção de memórias como garantia da construção de histórias de vida, de realidades, de narrativas, entende-se, dentro de um esforço, a necessidade de registros destas, numa tentativa de visibilizar corpos que historicamente sempre foram lhes negados o direito a existência.

Pensar em considerações finais para este trabalho é encerrar uma etapa que jamais pode ser encarada como o fim, pois colocar um ponto final em histórias que amargamente sempre foram silenciadas, é compactuar com uma violência velada, que no pior dos casos, contribui com os índices de assassinato a pessoas da comunidade LGBTQIA+. Desta maneira, este trabalho não finda, pois, salvaguardar esta população deve ser um dever de todos/as e este trabalho contribuiu e ainda continuará contribuindo para a construção de museus de memórias que contem e recontem, através de pessoas, lugares e cotidianos, histórias de vida que precisam ser lembradas e relembradas.

Dessa maneira, como nossa pesquisa se propõe a realizar observações e pesquisas *in loco*, não podemos deixar de pontuar as fragilidades, por ora, do nosso trabalho, considerando os atravessamentos da

pandemia do novo coronavírus no nosso fazer científico. No entanto, enxergamos veementemente que a partir do momento que iniciamos as discussões sobre essas temáticas em congressos, rodas de conversa e em outras oportunidades, estamos registrando vivências e, por conseguinte, documentando memórias, que perfazem justamente as maiores dificuldades que estamos enfrentando.

Nossas considerações finais, portanto, são iniciais. O início de um movimento de pessoas que querem visibilizar os múltiplos processos de indivíduos gênero-sexo dissidentes em uma comunidade do interior. Não apenas os processos, mas a existência e resistência de corpos transgressores que insistem em não se submeter a uma norma socialmente instituída e extremamente presente no cotidiano da população brasileira.

Referências

BORGUI, Rachele. “O espaço à época do queer na geografia francesa”. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, V. 6, nº 2, p. 133-146, ago./dez 2015.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 15ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: edições Graal, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SHAUGHNESSY, John. J., ZECHMEISTER, Eugene. B., & ZECHMEISTER, Jeanne. S. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. McGraw Hill. 9º ed. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2012.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1º. ed. Paraná: TODAPALAVRA, 2009.

SOUZA, Severino Ramos Lima de. **A visita domiciliar como uma das possibilidades de prática psicológica em instituições da assistência social.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

TUAN, F. **Espaço e lugar.** São Paulo: DIFGL, 1983.

PROCURA-SE VIADOS: O USO DA GEOLOCALIZAÇÃO PELO APLICATIVO GRINDR E A TERRITORIALIZAÇÃO DE RELACIONAMENTOS GAYS

Higor Lopes Andrade

Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, andrade.higor@unemat.br;

Tamires Cristina de Souza Dalla Vecchia

Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, tamires.cristina@unemat.br;

Luciene Neves

Professora Doutora da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, luciene@unemat.br.

Resumo

O presente texto é um esboço inicial de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso cujo objetivo é compreender a distribuição espacial da população de jovens homossexuais de Cáceres – MT, através de aplicativo de encontro como o *Grindr*, identificando a região onde encontra-se a maioria dos usuários e como o utilizam durante o período pandêmico. Para tanto, utilizamos a metodologia de cunho descritivo e analítico com a intenção de mostrar as espacialidades ocupadas por jovens homossexuais em Cáceres. O uso de aplicativos para encontro é algo comum, tanto no meio heterossexual como no meio homossexual, com aplicativos específicos para cada um destes grupos como o *Tinder*, que é uma rede de relacionamentos tanto para o público heterossexual como homossexual e o *Grindr* que é específico para gays, transexuais, bixessuais e pansexuais (a maioria desses costuma interagir com quem tem pênis), este foi o primeiro aplicativo de encontro no meio homossexual a

utilizar de geolocalização por satélite. Em comparação com dados coletados no ano de 2019, onde apresentava a área em torno da universidade (UNEMAT) como tendo grande concentração de usuários, agora com as aulas remotas muitos estudantes da instituição deslocaram-se da cidade, entretanto o número de usuários no aplicativo teve aumento significativo, até mesmo na região universitária. Esses dados ainda estão sob análise, mas entendemos que o processo de isolamento pode ter influenciado no aumento de usuários do referido aplicativo, talvez como uma forma de amenizar a solidão e/ou outros sentimentos.

Palavras-chave: Espaço, Aplicativo, Homossexualidade.

Introdução

Há muito tempo vem se discutindo as questões de gênero e sexualidade nas mais diversas áreas da ciência, e em especial na Geografia, onde surgem principalmente através das discussões sobre o feminismo.

Partindo do conceito de Silva (1998) onde o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, percebe-se a necessidade de incorporar as diferenças sociais e as diferenças territoriais nas relações de gênero, para que se possa pensar em espaço através destas diferenças. Além das questões de gênero, definidas pelas diferenças entre homem e mulher, de masculino e feminino, tem-se também as discussões acerca da sexualidade. Segundo Silva e Mello (2011) a sexualidade envolve diversos comportamentos, relações e identidades socialmente construídas, que influenciam em como o homem e a mulher devem expressar seus desejos e prazeres sexuais.

Partindo então desses conceitos, o presente artigo objetiva-se em compreender a distribuição espacial da população de jovens homossexuais de Cáceres – MT, através de aplicativo de encontro como o *Grindr*, identificando a região onde encontra-se a maioria dos usuários e como eles se utilizam durante o período pandêmico, pois o ano de 2020 foi marcado pela expansão do vírus Sars-cov-2 (coronavírus), causador da covid-19 que levou ao isolamento social como forma de proteção contra o vírus. Essas medidas levaram as pessoas a repensarem seus modos de vida, mas também gerou o que pode-se chamar de solidão, causada pelo distanciamento, sendo assim novos meios para “amenizar” foram desenvolvidas ou ampliadas.

Para a obtenção dos resultados, foi realizado um levantamento teórico e a observação da movimentação dos usuários do aplicativo *Grindr* e a criação de mapas para melhor entendimento. Com o resultado prévio da pesquisa, onde observou-se o aumento de 76,66% na quantidade de usuários, conclui-se que a pandemia gerou uma grande modificação na vida das pessoas, o que levou ao aumento na utilização de aplicativos possivelmente para sanar a solidão, carência e outros problemas gerados pelo isolamento social.

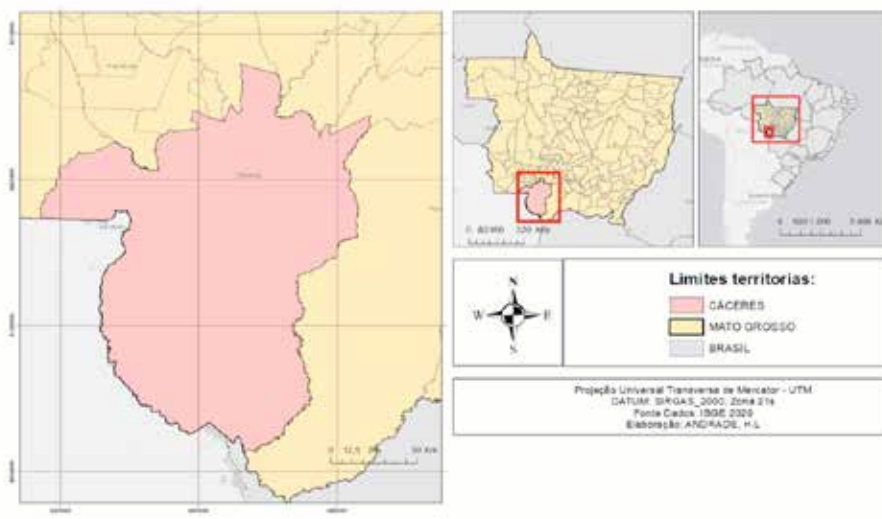
2 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, buscando construir o referencial teórico da pesquisa, e assim entender os conceitos utilizados. Os resultados acerca dos objetivos propostos, serão apresentados através da utilização do método de pesquisa descritiva (GIL, 2008). Contendo o caráter quanti-qualitativo, onde a pesquisa utiliza tipos de materiais que possam vir a ser quantificados, e também de caráter quanlitativo (PRODANOV e FREITAS, 2013).

O trabalho foi realizado através da observação e da movimentação do aplicativo *Grindr*, onde diversas pessoas (no caso os homossexuais) estão conectadas. Com isso então pode-se analisar, discutir e descrever as espacialidades do homossexual em Cáceres através do uso do aplicativo e como funciona o processo de geolocalização. Utilizou-se ainda do ArcGis, sistema de informações geográficas, com a finalidade de criar os mapas da pesquisa.

A pesquisa foi realizada no município de Cáceres, a cidade está localizada na mesorregião Centro-Sul do estado e na microrregião do Alto Pantanal, está a cerca de 220 km da capital Cuiabá do estado do Mato Grosso. A localização do município se mostra na Figura 1.

Figura 01: Localização do Município de Cáceres-MT.



Fonte: ANDRADE (2021)

3 referencial teórico

3.1 Espaço e Território

Quando pensamos em Espaço, estamos nos referindo a um fator social. Milton Santos (2002), em sua obra “Por uma nova Geografia”, retrata o Espaço como um espaço social, mostrando que ele é formado a partir de ações humanas. Segundo Saquet e Silva (2008) “espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica”. Percebemos que o espaço reflete as ações sociais que o homem (e mulher) pratica em seu território.

Portanto, quando falamos de território, estamos pensando no território definido por Haesbaert (2011) no seu livro “O Mito da Desterritorialização”, onde ele traz quatro concepções, sendo elas, Política associada à ideia de espaço – poder, que coloca o território como um espaço controlado e delimitado; a Cultura, que é o território definido a partir das ações sociais e culturais; a Economia, que vê o território como fonte de recursos, embasado no capital; e por fim, a Naturalista, que percebe o território a partir da ação homem e natureza.

De acordo com Haesbaert (2011, p. 86) “Tanto Sack quanto Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminente humana, social, completamente distinta daquela difundida pelos biólogos, que relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento dos animais”. Percebe-se então que o território está estreitamente ligado à ação humana, ao comportamento da humanidade, sendo assim o “espaço está em posição que antecede ao território” (RAFFESTIN, 2008, p. 26).

3.2 Gênero e Sexualidade na Geografia

A Geografia, assim como outras áreas, vem discutindo temas como gênero e sexualidade a fim de contribuir para o entendimento dessas temáticas. Segundo Silva (2009, p. 26) “a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das

mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante”. De acordo com Silva (2009) por muito tempo a Geografia delimitou o seu campo de estudo apenas nas questões de alguns grupos, que se adequavam ao padrão heteronormativo.

Para Silva (2009) a Geografia Feminista surge para se contrapor ao padrão imposto dentro da ciência, buscando dar voz aos grupos invisibilizados pela cultura hegemônica. Ainda segundo Silva (2009), no Brasil, esse tema é pouco discutido, contendo poucos materiais teóricos para dar embasamento às pesquisas. Percebemos então, que a discussão sobre gênero está intimamente ligada a uma construção social, onde as ações da sociedade irão influenciar sobre o espaço e o mesmo sobre o sujeito.

De acordo com Silva (2009) a discussão sobre sexualidade emergiu com muita força dentro da Geografia após a chamada Nova Geografia Cultural, surgindo então a teoria fundamentada em Judith Butler, conhecida como Teoria Queer que discute a formação de comunidades e culturas sexuais, um espaço onde fomenta a discussão sobre os preconceitos e marginalização de determinados grupos sociais.

Segundo Ceccarelli (2012) a homossexualidade está ligada ao desejo, a posição libidinal, sendo ela a atração por pessoas do mesmo sexo, e pode ser considerada uma orientação sexual tão legítima quanto a heterossexualidade. Em documento elaborado em São

Paulo (2014) define-se a homossexualidade, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, é considerada uma atração afetiva ou sexual que uma determinada pessoa manifesta por outra(s) pessoa(s). A homossexualidade, no caso, seria a atração por pessoas do mesmo sexo.

3.3 Pandemia e pessoas LGBT's

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou pandemia provocada pelo novo Coronavírus, que se iniciou na China no final de ano de 2019 e que já tinha causado a morte de quase 5 mil pessoas. Com a chegada do vírus no Brasil, o governo federal determinou a realização de “isolamento social, a construção emergencial de hospitais de campanha e até o fechamento temporário de espaços públicos e de estabelecimentos comerciais” (MIRANDA, et al. 2020, p. 103).

As contradições do governo federal em suas orientações aos cuidados a serem tomados e falta de uma vacina trouxe à tona o extremo grau de vulnerabilidade de certos grupos da sociedade, como, por exemplo, a população LGBT. Um pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT, com o intuito de compreender os impactos do Covid-19 e do isolamento social na população LGBTQI+, identificou que a piora da saúde mental, afastamento da rede de apoio e falta de fonte de renda foi o que mais atingiu a vida dos sujeitos entrevistados na pesquisa. O que explicitou como o governo federal, estadual e municipal não deu suporte à população de forma efetiva, e isso não é apenas com a comunidade LGBT, mas também com outros grupos sociais vulneráveis.

4 resultados e discussão

4.1 O Grindr e seu uso no meio Homossexual

O uso de aplicativos para encontro é algo comum tanto no meio heterossexual como no meio homossexual, surgindo aplicativos específicos para cada um destes grupos, como *Tinder* que é uma rede de relacionamento que atende tanto heterossexual como homossexual e o *Grindr* que é específico para gays, transexuais, bixessuais e pan-sexuais (a maioria desses costuma interagir com quem tem pênis). Os aplicativos de relacionamento e redes sociais refletem a construção social da pessoa, o seu espaço de vivência, sendo assim suas representações culturais.

Segundo Fernandes (2018, p. 2), “o movimento de estabelecer vínculos amorosos, escolher alguém para construir uma relação sólida desafiou valores, ordens sociais e culturais”, tanto em relacionamentos homossexuais quanto heterossexuais, o desejo de conhecer uma pessoa, criar laços de afeto, é algo cultural e que permeia qualquer pessoa independente do sexo, gênero, raça.

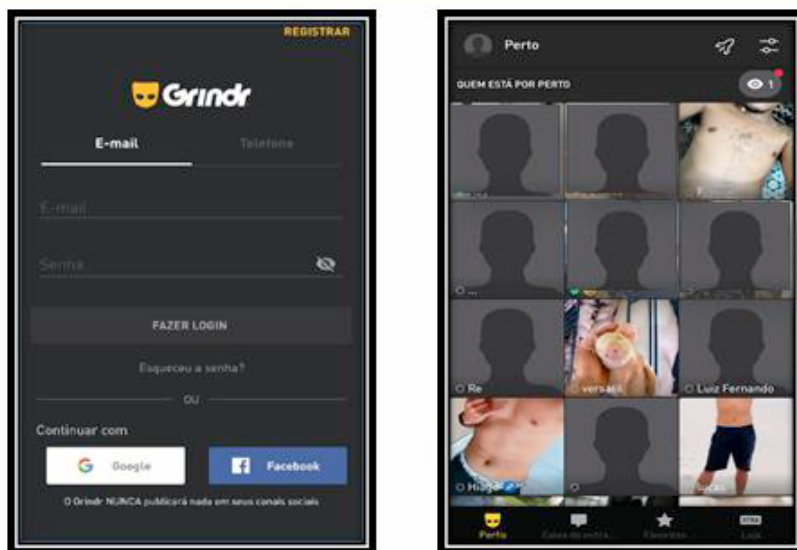
O Grindr é uma comunidade global, que se embasa em diversas diretrizes para poder preservar a dignidade do usuário. Buscando a liberdade do usuário, sem que ninguém pratique qualquer atitude que possa ser considerada agressiva ou discriminatória. O Grindr funciona com o uso do Sistema de Posicionamento Global (GPS), para mapear o local onde o usuário está e também para encontrar outros usuários próximos. Segundo o Termo de Política de Privacidade do aplicativo, o mesmo realiza um banco de dados com as informações da localização do usuário.

O termo de Política de Privacidade do Grindr (2020) diz que as informações de distância do usuário podem ser compartilhadas com outros utilizadores do aplicativo, facilitando que os usuários saibam quantos quilômetros ou metros o outro encontra-se no raio de 360° em linha reta. O sistema de unidade do aplicativo pode funcionar através de duas medidas, o métrico e o imperial (EUA).

A Figura 2 mostra a capa de entrada do aplicativo no primeiro contato, onde o usuário cria sua conta e assim começa a utilizar o *Grindr*. Cada usuário, no ato de criação da conta no aplicativo, fornece dados como o nome que deseja usar, idade, foto, gênero, etnia, entre outras informações como posição sexual, descrição, altura, peso, porte físico, relacionamento, expectativas, descrição sorológica e redes sociais (facilitando assim durante a procura de outros perfis, pessoas com interesses parecidos). Através dessas informações as pessoas começam a interagir virtualmente e então levam para o espaço físico (ou não) e criam laços afetivos ou não.

Na Figura 2 temos como os usuários são distribuídos em ícones de acordo com a sua proximidade. Os usuários se encontram em determinados lugares do espaço, e no aplicativo são distribuídos em quilometragem como na Figura 3. Cada usuário vai ver os demais de acordo com a sua localização no espaço.

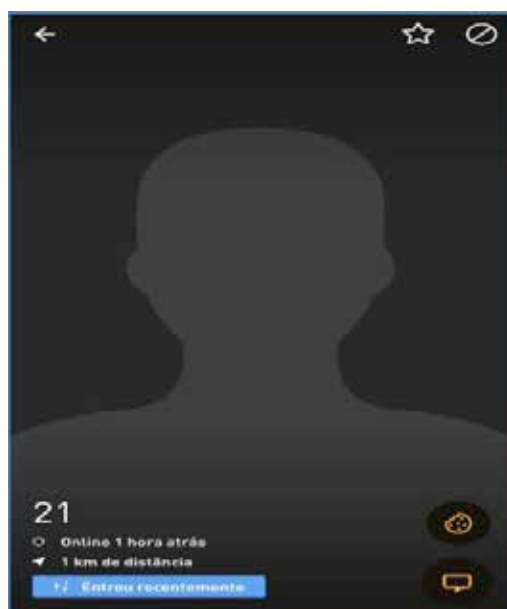
Figura 2: Interface do Aplicativo.



Fonte: Grindr (2021)

O aplicativo, segundo Cardoso et. al. (2019), foi lançado em 2009, sendo o primeiro mecanismo de geolocalização por satélite, para realizar buscas de parceiros no meio homossexual. Ainda conforme Cardoso et. al. (2019), os usuários do aplicativo, quando criam um perfil, descrevem uma versão idealizada de si mesmo. Os autores comparam o perfil criado no aplicativo como uma “mercadoria” exposta em uma vitrine virtual.

Figura 3 – Exemplo de geolocalização que mede a distância entre os usuários do Grindr.



Fonte: Grindr (2021)

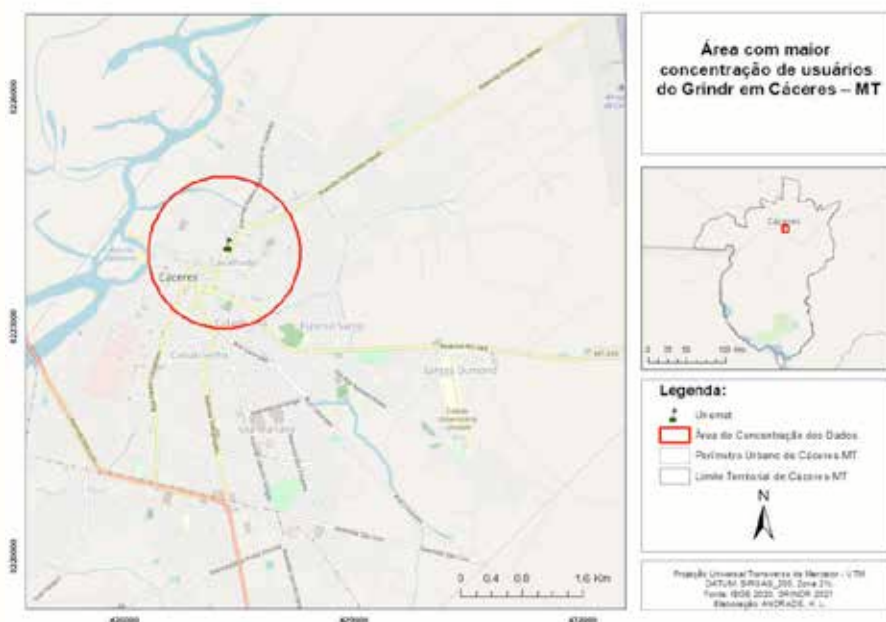
Segundo Pizzinato et al (2017) muitos usuários utilizam-se do aplicativo, pela sua forma de “discrição”, ou seja, quer utilizar o Grindr, porém deseja manter sua identidade ou sexualidade em segredo. Perante Pizzinato et al (2017) mesmo com a expansão da rede virtual, a “discrição” do aplicativo permite que muitos usuários se conheçam no espaço físico sem que seja “percebida” nos espaços públicos. Notamos essa realidade quando analisamos alguns perfis que contém na descrição frases como “sou discreto, muito sigiloso” e uma grande quantidade de pessoas sem fotos nos perfis.

4.2. Principal área ocupada

A pesquisa realizada no ano de 2019, durante uma semana (9 a 13 de setembro de 2019) e no ano de 2021, durante o mês de fevereiro até o momento, afinal a pesquisa está em desenvolvimento, notou-se que o funcionamento da geolocalização do aplicativo houve uma constante mudança de usuários/perfil e uma grande locomoção. Percebe-se que o perímetro da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), apresenta grande número de usuários próximos e/ou até dentro do pátio da Universidade, isso no período antes da pandemia.

A Figura 4, traz os dados coletados na primeira fase (2019) e na segunda fase (2021), a região da universidade na primeira fase é onde encontra-se cerca de 50% dos usuários. Para chegar a esses dados, foi considerado os perfis com até 1 km de distância em linha reta, totalizando 15 usuários nas proximidades, dentro do raio de 360°.

Figura 4: Área com maior concentração de usuários do Grindr em Cáceres – MT.



Fonte: ANDRADE (2021)

Os resultados parciais alcançados mostram que grande quantidade dos usuários que utilizam-se do aplicativo circulam pela região

da Universidade, podendo ser acadêmicos, professores e/ou técnicos da Instituição. Diante a análise da idade colocada nos perfis, a faixa etária fica dentro da casa dos 20 a 25 anos de idade, demonstrando então que uma grande parcela pode ser estudante da Unemat.

Nos novos dados coletados na segunda fase (2021), observa-se que a área da universidade continua sendo a principal com maior número de usuários, entretanto notou-se que em comparação com os dados do ano de 2019, os novos dados apresentam um aumento na quantidade de usuários passando de 30 para 53 perfis ativos, tendo um aumento de 76,66%.

No raio de 360° em linha reta tendo a universidade como ponto de coleta, dentro do limite de 1 km encontra-se 47,16% dos usuários totalizando 25 perfis, diferente da passada que contava com 50% que totalizava apenas 15 perfis. Nota-se que mesmo com uma leve diminuição na porcentagem de usuários nessa região, ocorreu um aumento no número de usuários.

Questiona-se então qual motivo levou esse aumento de 76,66% na quantidade de usuários? Encontramos em Primo (2020) que a pandemia criou um cenário perfeito para a vulnerabilidade humana, pois o isolamento social pode gerar ou agravar problemas mentais, bem como a baixa autoestima e problemas com a auto realização. O uso das mídias e aplicativos tornou-se, durante a pandemia, uma forma de fuga dos problemas e distração. Podemos então associar esse aumento ao advento da pandemia e seus efeitos à saúde psicológica, pois observamos que antes desse acontecimento existia nesse território uma sociabilidade e relações presenciais e que não estavam no aplicativo.

5 Considerações finais

Com o presente trabalho podemos concluir que a Geografia é uma área que há muito tempo vem focando apenas em trabalhos considerados tradicionais. Porém, há alguns anos muitos teóricos, principalmente as escritoras feministas, vem discutindo as questões de gênero e sexualidade, mostrando que esta ciência também pode contribuir para a Geografia de diversas maneiras, principalmente entendendo a formação do espaço através das relações de gênero e sexualidade. Diante disso, identificamos a possibilidade de realizar pesquisa sobre sexualidade, território e efeitos da pandemia.

Para tanto, identificamos que o aplicativo de relacionamento *Grindr* foi um dos primeiros meios de encontro virtual a utilizar-se da geolocalização via satélite para poder localizar os usuários e mapeá-los dentro do aplicativo através de perfis. Através do uso do aplicativo podemos constatar uma grande parte da população homossexual masculina (entre pessoas assumidas ou não) encontra-se na região da Universidade, sendo assim pode-se concluir que boa parte deles são universitários (tanto estudantes, como docentes e funcionários).

Entretanto, na segunda parte da coleta de dados realizadas em 2021, em plena pandemia, mesmo sem qualquer tipo de atividade presencial para os estudantes, a maior parte dos usuários continua nas proximidades da Universidade, ainda com um aumento significativo de pessoas utilizando o aplicativo, provavelmente por que tem um número maior de pessoas dentro de casa, querendo de alguma forma se socializar, dentro das atuais condições.

Então concluímos que em ambos os períodos de análise a distribuição espacial da população de jovens homossexuais de Cáceres – MT a maior concentração de pessoas que buscam o aplicativo está nas proximidades da Universidade.

Referências

CARDOSO, J. G. M. et al. **Imagem, corpo e linguagem em usos do aplicativo Grindr**. Psicologia. USP, São Paulo, v. 30, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100206&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Out. 2019.

CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. In: **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. v. 2, n. 02, 27 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2268>> Acesso em 21 de Out de 2019.

FERNANDES, R. Seu amor de verdade: uma análise de conteúdo sobre a percepção do amor na Fanpage do aplicativo par perfeito. In: **XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0927-1.pdf>> Acesso em 09 de Out de 2019.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRINDR. **POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES DA GRINDR**. Disponível em: <<https://www.grindr.com/privacy-policy/>> Acesso em 21 de Jan de 2021.

MIRANDA, H. G. de; GRANGEÃO, F. do N; MONTENEGRO, F. F. P. de A. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das Vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. In: **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 102-119, jul.-dez. 2020. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/347878848_A_Pandemia_do_Covid-19_e_o_Descortinamento_das_Vulnerabilidades_da_Populacao_LGBTQI_Brasileira> Acesso em 12 de Mar. de 2021.

PRIMO, A. Afetividade e relacionamentos em tempos de isolamento social: intensificação do uso de mídias sociais para interação durante a pandemia de COVID-19. In: **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, SP. v.21, n.47. p. 176-198, 2020. Disponível em <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7283/3187> Acesso em 12 de Mar. de 2021.

PIZZINATO, A; HAMANN, C; MARACCI-CARDOSO, J. G. Dinâmicas atuais na busca de sexo entre homens: O uso do Grindr como ferramenta de gestão de práticas sexuais. In: Machado, Frederico Viana; Barnart, Fabiano; Mattos, Renan de (Org.). **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. p. 179-193, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197472/001062243.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 20 de Out de 2019

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. In: **Editora Feevale**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em 21 de Out. de 2019.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

SAQUET, M. A; SILVA, S. S. da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. In: **Geo UERJ**. v.2, n.18, 2011. p. 24-42. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>> Acesso em 08 de Out de 2019.

SANTOS, M. **Por uma Nova Geografia**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, F. F. da; MELLO, E. M. B. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2013/07/corpos-2011.pdf>> Acesso em 21 de Out de 2019.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, S. M. V. da. Geografia e Gênero/ Geografia Feminista: O que é isto. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>> Acesso em 21 de Out de 2019.

SÃO PAULO, Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. p. 44.

EX-TRUTURA E EX-PULSÃO: A SUBVERSÃO DA FAMÍLIA BURGUESA PELA CULTURA BALLROOM

Luccas Trindade Barreto de Jesus

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal Fluminense - UFF, luccas.trindade@hotmail.com;*

Resumo

Há nas bases da constituição familiar burguesa pilares heteronormativos que orientam papéis sociais. Pai, mãe e filhos disputam nesse núcleo um embate de expectativas onde a realização de ideais segue os rumos de uma obrigatoriedade de antemão frustrada. Sobre esse tema a psicanálise se interessa desde Freud que diz que o amor dos pais pelos filhos nada mais é do que a reedição narcísica do amor por eles mesmos. Se algo da singularidade dos filhos emerge e não contempla o desejo dos pais, o destino pode ser de abandono, indiferença e expulsão. Não é incomum que sujeitos LGBTQ+ sejam atingidos dessa maneira e diante do desamparo disso que rompe com a normatividade, outros modos de enlaçamento se inauguram. A cultura ballroom retratada no documentário Paris Is Burning e na série Pose demarca no tecido social um lugar para os excluídos. Na periferia de Nova York, houses são fundadas não em bases consanguíneas, mas de identificação entre sujeitos LGBTQ+ como espaços oferecidos por representantes maternos e paternos que transmitem cuidado, acolhimento e aconselhamento. Assim como introduz Lacan em seu ensino, uma família é fundada a partir de funções simbólicas. Como efeito da ex-pulsão, uma subversão discursiva de ex-trutura.

Palavras-chave: Família, Narcisismo, LGBTQ+, *Ballroom*.

Introdução

O conceito de família se apresenta com um certo tipo de interpretação desdobrada nas bases das normas sociais onde pai, mãe e filho assumem seus devidos lugares nessa estrutura. Na intimidade de cada um desses personagens jaz uma série de conflitos reprimidos pela cultura e descritos por Freud no tabuleiro do complexo de Édipo. Anos depois o ensino de Lacan desencarna essas representações sugerindo que elas são, na verdade, funções subjetivas. Se o sujeito é feito e efeito de linguagem e isso independe de papéis específicos, outras formações de vínculo são possíveis e se dão a partir das dissidências produzidas pelas famílias normativas.

A cultura *ballroom* como um movimento nascido no subúrbio e fundado por membros que fazem parte de minorias sociais, ilustra a possibilidade de invenção de novas famílias que se dão através de vínculos identificatórios que além de acolhimento e proteção, transmitem também a dignidade de um nome, de um sobrenome, além de espaços seguros de interação social. Assim funcionam as *houses*, tendo como liderança em sua grande maioria a figura de uma *mãe* que inaugura uma família com sujeitos expulsos de casa, em situação de rua e em sua grande maioria membros da comunidade LGBT+.

De uma estrutura tradicional mantida por ideias violentos para uma ex-estrutura onde a diferença tem espaço sem que seja preciso ser assimilada pela norma para sobreviver. É desde a expulsão que um sujeito pode frequentar um espaço de mal-estar e só depois inventar uma solução que inclua suas escolhas sem que a única saída seja o adoecimento subjetivo pela aridez da norma.

Metodologia

A intenção desse artigo é pensar acerca da família nuclear burguesa como uma forma entre outras de produzir vínculo social e não a única. Para isso, foi importante passar pelas noções de fundação do sujeito presente no complexo de Édipo em Freud, assim como a interpretação dessa leitura produzida por Lacan que reitera a importância das funções materna e paterna para a inserção do sujeito no campo da linguagem desvinculando, no entanto, essas funções de papéis específicos. A formação familiar como um ideal a ser alcançado produz

uma dívida quando os sujeitos não conseguem responder aos desejos dos pais e muitas vezes são expulsos desse núcleo como restos. Mas é justamente dessa posição marginalizante que alguma saída pode ser inventada, como mostra Grada Kilomba. Novas famílias são formadas e ilustradas aqui pela cultura *ballroom*, esse espaço que responde à opressão com resistência em novos modos de enlaçamento demonstrados, por exemplo, no filme-documentário *Paris Is Burning*, provando que a manutenção violenta de uma tradição pode ser superada.

Referencial teórico

Céus, e essas novas famílias
Com terras molhadas de amor
Minando qualquer ditador
Marina Lima – *Novas Famílias*

Não veio do lugar de uma obviedade biológica o desejo de Alexya Salvador em ser mãe, nem de uma imposição social, mas sim de uma construção muito própria. Antes dessa, muita outras. Alexya transicionou aos 28 anos, conheceu seu companheiro, se casou e a partir desse encontro o desejo se acendeu. Hoje Alexya é mãe de três crianças foralmente adotadas e registradas com seu nome social nos documentos. Dentre os filhos, duas meninas que também se identificam como trans. “Fui a primeira travesti a adotar no Brasil”, diz ela em depoimento à coluna *Universa*, da UOL.

Consanguinidade, herança genética, vínculo, hormônio, neurônio, gênero, natureza, cultura. O que garante a fundação de uma família? Primeiro é preciso pontuar a dimensão ficcional em torno do que se entende enquanto família, já que esse conceito está referido a uma escansão história advinda de milhares de anos, mas que se transforma de acordo com o tempo e do que se idealiza a partir dele enquanto forma materializada, que se dá na prática, produz e é efeito de uma estrutura social.

A família como um pilar necessário para a manutenção da estrutura social atual se apresenta como importante referência na transmissão de leis, costumes e moldes para feitura de vínculo, mas há nessa representação uma dureza. Se o que cabe na moldura do retrato de família são figuras como pai, mãe e filhos, algo dessa construção

revela bases normativas que contemplam certos tipos de parcerias amorosas e suas respectivas filiações em detrimento de outras tantas.

Se o que define as bases da família nuclear burguesa é necessariamente o casamento entre um homem e uma mulher, outros arranjos que escapam a essa norma respondem a um não reconhecimento social justamente porque não fazem o requisito esperado pela nostalgia de modelos estabelecidos em séculos passados. É a dívida, e não a dúvida, o que adoce as formações familiares atuais desde as origens, intaurando nessa pavimentação certa submissão aos modelos ideais. O ideal como único parâmetro possível, orienta, mas cobra.

A tentativa de responder ao ideal se torna uma expectativa de antemão frustrada porque mexe com exigências internas, externas e outras tantas que se dão a partir do laço, mas denuncia a hegemonia de um padrão que não admite diferenciações. Freud, ao dissertar sobre as noções de ideal do eu em *Introdução ao Narcisismo* (1914), adverte sobre o porquê a insatisfação pelo não cumprimento do ideal inside sobre o sujeito como angústia social:

Do ideal do eu sai um importante caminho para o entendimento da psicologia da massa. Além do seu lado individual, ele tem o social, é também o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação. [...] Torna-se mais compreensível porque a paranoia é frequentemente causada pela ofensa ao eu, pelo fracasso da satisfação no âmbito do ideal do eu ... (FREUD, 1914, p. 50)

Ainda no artigo de 1914, Freud dedicado a elaboração do conceito de narcisismo oferece subsídios para o entendimento de que há uma virulência simbólica imposta em forma de projeção despejada dos pais sobre os filhos que se dá numa via dupla: a exigência da manutenção que corresponda à família padrão por parte dos adultos e a sensação impedida de *cumpra-se* que orbita e cristaliza os desdobramentos singulares das crianças. Numa tentativa de produzir um vínculo de (des)semelhança, o narcisismo dos pais é revivido através dos filhos.

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. [...] Os pais são levados a atribuir todas as perfeições - que um observador nelas não

encontraria - e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil. Mas também se verifica a tendência a suspender, face à criança, todas as conquistas culturais que o seu próprio narcisismo foi obrigado a reconhecer, e a nela renivar as exigências de privilégios há muito renunciados. [...] O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora. (FREUD, 1914, p. 36 e 37)

Ilustra-se nesse contexto o caráter de captura das diferenciações singulares do sujeito que nasce pela expectativa de continuidade de uma tradição instalada pelos próprios cuidadores. Ainda sobre essa relação fantasiosa, existe pelos pais o desejo de que os filhos possam se enquadrar ao mundo da melhor maneira possível entendendo como melhor a trilha de um certo padrão que supostamente garante proteção. Quando algo escapa a esse padrão por parte dos filhos, consequentemente o narcisismo dos pais é arranhado e a partir disso uma série de violências familiares são desdobradas.

Toda essa narrativa padronizada é preservada, inclusive, por setores que deveriam responder de um lugar de laicidade, mas que de alguma maneira se sentem autorizados a tomar decisões sérias, microfonadas e televisionadas em nome de Deus da moral e da família. A passabilidade é a via pela qual o padrão se densenrola e impõe, como exemplo, o Projeto de Lei 504 que esteve em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que proíbe publicidade de *preferências sexuais* e movimentos de diversidade que tenha alusão à crianças com a justificativa de que pessoas LGBTQ+ exercem influência danosa e inadequada. O trecho LGBTQfóbico da PL 504 foi barrado graças aos esforços movimentados pela deputada Érica Malunguinho, uma mulher trans e democraticamente eleita.

Não é incomum que filhos que se entendam enquanto gays, lésbicas, bissexuais ou que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer e precisam transitar para uma outra configuração, produzam ranhuras nesse aparato ideal familiar e, portanto, heteronormativo. A esses sujeitos destinos como exclusão, segregação e expulsão são atribuídos de maneira a obturar essa marca residual que mancha o conceito da família nuclear burguesa. Restos, dejetos, marginais,

batiza o padrão. De um fim para outros começos, para onde vão esses sujeitos?

O documentário *Paris Is Burning* ((LIVINGSTON, 1991) oferece algumas respostas para essa pergunta quando diante da sua estreia, introduz para o grande público a cena dos *ballrooms* situada no subúrbio de Nova York, onde a comunidade composta por diferentes *houses* promovia competições de performance e dança conhecida como *voguing*. A cultura *ballroom* teve ainda uma importante dimensão histórica para o movimento LGBTQ+ por ter se construído como uma subversão da família nuclear burguesa justamente por efeito dos rejeitos dela. Bichas pretas, travestis latinas, *drag queens*, garotas e garotos de programa formavam naquela cena cultural suas próprias famílias forjadas por vínculos de identificação.

Três elementos são importantes para a estruturação do que se entende como cultura *ballroom*: o sistema de gênero que inclui sujeitos transexuais, a estrutura de parentesco presente nas *houses* e os eventos de competição conhecidos *balls* onde as performances e competições são realizadas. Essa organização cria pilares sólidos que funda a criação de um imaginário coletivo onde sujeitos excluídos socialmente não apenas se reestruturam enquanto grupo, como também se apropriam de uma narrativa onde são protagonistas. É o retorno do conteúdo recalcado.

Na cultura *ballroom* as *houses* são muito mais do que a forma física de uma casa, elas são também a representação de uma interação entre membros que constitui e funda certa unidade familiar. São estruturas que partem de um referencial hierárquico de família nuclear no sentido do respeito aos membros mais velhos, mas ao mesmo tempo escapa às projeções padronizadas pela lógica heteronormativa, já que são frutos de ligações sociais que não tem como pedra fundamental o laço matrimonial entre um homem e uma mulher, tampouco é estruturada nos termos da consanguinidade.

As *houses* batizam suas famílias tomando para si nomes de grifes de famosas, símbolos ou lemas que marcam aquela geração ou que representam uma característica principal de seus membros ou de algum membro protagonista de cada grupo. Cada *house* é criada com estruturas muito próprias, mas tem como fundadores principais suas *mães* ou *pais*, muitas vezes membros mais experientes e encaminhados profissionalmente, e que são figuras que promovem acolhimento, aconselhamento e que transmitem então seus sobrenomes aos *filhos*,

demais membros de orientações sexuais, raças, identidades de gênero e idade diversas. nas palavras de *Pepper LaBeija*, personagem do documentário *Paris Is Burning* (1991):

Uma *house*, vou defini-la de maneira bem direta: elas são famílias. Muitas dessas crianças não têm família, mas essa é um novo significado de família. (...) é mais uma questão de um grupo de seres humanos com uma ligação em comum. (LIVINGSTON, 1991)

A fundação da cultura *ballroom* e sua influência no surgimento de diversas *houses* a partir das suas práticas de socialização e parentalidade, foi de grande contribuição para a sobrevivência de sujeitos que, marcados pela exclusão por serem LGBTQ+, se viram expulsos das casas de seus familiares, assim como do apoio financeiro que os mantinham. Dessa forma, em alguns casos as *houses* deixaram de ser apenas uma entidade promotora de socialização entre os membros dos *ballrooms* para ser um espaço físico de acolhimento e de auxílio a esses jovens. Entre as *houses* mais famosas da história dos *ballroom* destacam-se *House of Ninja*, *House of Xtravaganza*, *House of Infiniti*, *House of LaBeija*, *House of Dupree*, entre outras.

A promoção de *balls* direcionados exclusivamente para esse grupo marginalizado e de maioria negra e latina dentro de outros espaços de socialização da cidade de Nova York na época, abriu espaço no tecido social e histórico para que esses sujeitos pudessem desenvolver e transformar suas práticas e performances, como também duelar entre *houses* as inúmeras categorias que valiam prêmios simbólicos como trofeus e prestígio social dentro da comunidade. Toda essa atmosfera de extravagância, brilho e competição noite adentro emulava a realidade das celebridades, personalidades da moda e capas de revista e era justamente desse universo que surgiam inspirações para construir as categorias de competição. As categorias foram criadas para que os membros do *ballroom* pudessem vivenciar situações que por estarem muito longe de suas realidades, só podiam ser experimentadas na fantasia da performance. No centro do baile, vence quem passa pelo crivo dos jurados por cumprir melhor o requisito anunciado por cada categoria temática.

É nesse contexto, inclusive, que nasce o *voguing* como um estilo de dança que acabou ficando conhecida como importante referência da cultura *ballroom*. Das práticas exageradas de implicar e debochar

de maneira sutil entre competidores rivais conhecida como *shade*, até a influência de movimentos do kung-fu e das poses precisas dos hieróglifos egípcios, a dança conhecida como voguing tem como influência de bastismo a imitação das poses das modelos da revista *Vogue*, importante veículo de transmissão dos elementos da norma, mas que no contexto de incorporação pela cultura *ballroom*, deixa de operar apenas à lógica da pressão estética para se transformar em um estilo de dança, de expressão corporal.

Desse modo, corpos antes expulsos por não atingirem as expectativas da norma, se reuniram, criaram um estilo de vida desde os seus guetos e acabaram produzindo ressonâncias justamente naquilo que tomavam com referência. É assim que alguns dançarinos de *vogue* começam a realizar sonhos antes apenas performados nos *balls* ao participarem de grandes acontecimentos como o desfile de *Thierry Mugler* em *Paris* e também do *Roseland Ballroom*, evento beneficente com intenção de levantar fundos para pesquisas sobre a *AIDS* em *Nova York*. Também data desse momento de transição e popularização da cultura *ballroom* a estreia do documentário *Paris is Burning* (LIVINGSTON, 1990) e o lançamento do clipe de *Vogue*, música da cantora pop *Madonna*, que conta com um elenco de dançarinos membros das *houses* que passaram a fazer parte do corpo de baile do show que saiu em turnê pelo mundo afora.

Cabe pontuar que, na época, debates sobre apropriação cultural por parte da indústria da música pop foram disparados por bell hooks (1992) e Judith Butler (1993) em relação ao documentário de Livingston e as intenções de Madonna visto que o que era transmitido e consumido sobre a cultura *ballroom* era apenas de ordem efêmera e superficial. O que se destaca nesse cenário é a capacidade inventiva que se dá a partir e não apesar de experiências marginalizantes que tem como consequência a criação de um espaço de socialização que não fique subordinado a mais processos de preconceito e marginalização, além daqueles já provenientes da sociedade heteronormativa em relação às experiências LGBT+. É no segundo capítulo de seu livro *Memórias da Plantação* (2008) que Grada Kilomba faz uma importante contribuição sobre o ímpeto criativo que floresce em espaços marginalizados:

[...] a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade.

A margem se configura como um “espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p. 149) e criatividade onde novos discursos críticos se dão. é aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. [...] Assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e imaginar mundos alternativos e novos discursos. (KILOMBA, 2008, p. 68)

Grada ainda alerta sobre o possível perigo de romantização da opressão presente no discurso de que a margem é também um lugar de criatividade, mas mais uma vez citando hooks, o caminho proposto é o de esgarçar essa compreensão através do “simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local” (KILOMBA, 2008, p. 68). A margem se apresenta como um lugar que comunga repressão e resistência. e, portanto, frequentar a exclusão produzida pelas estruturas dominantes é também abrir caminho para inaugurar outros atentados. Como exemplo, na cultura *ballroom* o significado de família se desloca e ganha uma outra dimensão.

O que é preciso para consistir uma família? Parece que alguma coisa entre inserir o sujeito no universo da linguagem, situar sua imagem e seu momento histórico, dar um nome, transmitir um sobrenome, oferecer um lugar social e proteger das violências e abusos do mundo externo. Nada disso tem a ver com gênero, menos ainda com consanguinidade. Isso porque a biologia não determinante dos laços filiais, eles são construídos através das convenções, do manejo do simbólico, daquilo que é possível nomear. A biologia também não garante o vínculo. Ele acontece na medida dos cuidados e investimentos do dia a dia.

Tratar desse tema no terreno da teoria psicanalítica é olhar para o passado e se perguntar se a psicanálise está apoiada num certo modelo de família. Na Viena vitoriana do século XIX, a estrutura social era formada pela família nuclear burguesa e eram desse núcleo os sujeitos muitas vezes ouvidos por Freud. Mas havia algo de subversivo naquela escuta uma vez que algo do sexual e, portanto, antes recalcado, emergia à cena e desenhava o conflito entre normas sociais e desejos inconscientes: eis a neurose. A psicanálise nasce fazendo uma série de denúncias: a sexualidade infantil, assim como a sexualidade

feminina existem e a histeria revela ao campo da medicina uma completa ignorância acerca dos processos subjetivos.

Há uma impressão sobre a trama edípica que triangula no centro dos núcleos familiares uma história composta por mãe, pai e bebê que engendram excesso, castração e incesto que se realizam não em outro lugar, senão na fantasia. Lacan sustenta que é pela via da lingaugem que se dá a criação de laços do sujeito com o mundo e é também a partir dela que se pode esgarçar o que se entende como família, já que o que funda o sujeito não é a figura de pai e mãe, mas funções materna e paterna que podem e são desempenhadas por pessoas ou elementos distintos, independente do gênero.

A cada família uma composição particular que transmite à criança essas duas funções enquanto efeitos psíquicos no laço social. Esses efeitos psíquicos escorrem pelas vias onde se dão a satisfação de necessidades mais básicas de uma criança que é totalmente dependente ao nascer. O que está em jogo aqui é muito menos o ambiente familiar, mas sim a linguagem que também é uma camada de revestimento de cada sujeito. Nesse ponto se inaugura a importante noção de *função materna*, que está intimamente ligada aos primeiros cuidados dedicados a uma criança desde a construção de uma relação com a própria imagem às primeiras descobertas de si.

A função materna opera então como um significante que abre caminho ao campo do desejo que situa através do acolhimento a permissão, através de investimentos e interpretações, que aquela criança possa existir. Um vínculo que se funda com base em ser algo para alguém traz consigo uma dupla injunção: ao mesmo tempo que é vital para o estabelecimento de um sujeito através dos olhos que libidinizam e das palavras que dão sentido, é também mortífera uma vez que estar completamente referido a esse outro impossibilita que o sujeito se diferencie e possa, portanto, falar em nome próprio.

É efeito de cultura que mais frequentemente a mãe se ocupe desse lugar para uma criança, mas, independente de qual for a conjunção familiar, não há equivalência entre mãe e função materna. O que existe é a formação de um vínculo que serve de suporte para o campo da linguagem e seu tesouro de significantes. Segundo Lacan, em seu Seminário 5: as formações do inconsciente, “A primeira relação de realidade desenha-se entre a mãe e o filho, e é aí que a criança experimenta as primeiras realidades de seu contato com o meio vivo.” (LACAN, 1957-1958, p. 186). A função materna faliciza, mas também

produz uma alternância entre presença e ausência que inaugura na criança a experiência da falta e a percepção de que a mãe tem outros interesses e a criança não é objeto exclusivo de satisfação materna. A essa inscrição da falta dá-se o nome de *desejo da mãe*.

A introdução de um terceiro termo que opere como barra a essa relação de engolfamento para que a criança consiga se ver de outros pontos de vista e assim também possa se relacionar com outros significantes presentes na cultura é conhecida como *função paterna* e ela é um desdobramento da função materna e que transmite o nome e o não. Como uma função simbólica, a função paterna nomeia a falta localizada no Outro, desde o desejo da mãe e representa um limite. A função paterna não é a interdição em si, mas veicula essa representação. A essa representação dá-se o nome de *Nome do Pai*. Desse modo, a interdição é a função simbólica e permite situar, na estrutura, um elemento de real: a impossibilidade de fazer um com o Outro.

A leitura que Lacan faz do Complexo de Édipo se desenha como a fórmula da metáfora paterna que demonstra através do desejo da mãe e do Nome do Pai, os termos lógicos da interdição do incesto. A fórmula lacaniana recupera, atualiza e mostra que o que acontece na trama edípica diz respeito a funções psíquicas e não relações familiares incestuosas. O complexo de Édipo é, portanto, na leitura lacaniana da teoria de Freud, essa estrutura simbólica, que não se reduz ao triângulo familiar tradicional, mas de elementos simbólicos que a compõem: a função materna e a função paterna.

Todo o caminho percorrido até aqui tem a intenção de interrogar a manutenção de uma tradição que elege um modelo único de estrutura familiar forjada em pilares normativos em detrimento de uma série de outras estruturas formadas a partir das dissidências que escapam à norma, mas que inventam formas dentre outras de enlaçamento familiar. É nos confins da exclusão que a tradição pode ser superada quando se é possível, através do vínculo de identificação a formação de novas famílias que ampliar em sua constituição o que significa ser pai, mãe e filho, uma vez que elos afetivos não tem necessariamente a ver com sangue, mas com uma eleição.

Aqui, a cultura *ballroom* entra em cena como prova de que é possível fazer vínculo mesmo depois do trauma da ex-pulsão. Sujeitos LGBTQ+ se reorganizam através de um sistema de *houses* onde, além das paredes de uma casa, tem direito a um nome, a um sobrenome e a maneiras mais justas de estar no mundo, já que o que há de mais

pulsional na pulsão é sua indeterminação e vontade de um para além que não se abrevia a ordenações binárias, mas faz furo nessa lógica. Esse histórico ancestral se atualiza no presente através da luta de movimentos sociais pela garantia de leis que assegurem judicialmente a proteção, o casamento e a adoção feita por sujeitos LGBTQ+.

A teoria psicanalítica, nesse ponto, quando amplia a leitura dos complexos familiares e desencarna as funções materna e paterna de representações de gênero específicas, contribui promovendo um deslocamento do contexto de família para a função da fala o campo significativo do desejo. Pluralizar as formas de vínculo se coloca então como um desafio de não assimilação à norma em busca de garantias sociais, mas de tornar possível a preservação das singularidades e de como elas se apresentam e se enlaçam no tecido social.

Resultados e discussão

Aqueles que não são contemplados pelas normas sociais se agrupam não pelo vínculo consanguíneo, mas por identificações em comum. Nesse sentido, o movimento LGBTQ+ situa em suas raízes espaços de acolhimento e também de luta social desde as *houses* fundadas nas periferias de Nova York até os coletivos artísticos como a Batekoo, subvertem o conceito de família burguesa e oferecem outros modos de configuração familiar. .

Considerações finais

O mesmo tecido social que impõe a ex-pulsão dos sujeitos desviados, também oferece um rearranjo possível onde, pela via da identificação, outros grupos são formados denunciando que a estrutura familiar burguesa é um conceito violento, ultrapassado e hoje, mais do que nunca, responde de um lugar de ex-estrutura. É importante situar a cultura *balroom* como espaço pioneiro de agrupamento social e também de preservação subjetiva para membros da comunidade LGBTQ+, sobretudo para pessoas pretas, mulheres trans e imigrantes latinos. Mais ainda, assumir que esse movimento criou sementes que se desdobram até hoje, inclusive no Brasil em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo contam com suas *houses* e *balls* próprias, como a mundialmente conhecida *Vogue Fever BH*.

Existem ainda iniciativas voltadas para comunidade LGBTQ+ como a *Casa Nem* (RJ), que funciona como espaço de acolhimento para pessoa em vulnerabilidade social e que abriga projetos como o *PreparaNem*, curso pré-Enem voltado para o público; além *Casa 1* (SP), importante espaço de acolhimento para LGBTQ+ expulsos de casa e também centro cultural que abriga palestras, biblioteca e eventos abertos ao público; e o *TransVest* (BH), projeto que tem uma intenção pedagógica de reintegrar travestis e transexuais na sociedade através da educação; entre outros tantos espalhados Brasil afora.

Como semente importante para a manutenção da memória política da cultura *ballroom*, a estreia da série ficcional *POSE* (2018), com o maior elenco de mulheres trans já visto, coloca uma importante lupa no funcionamento familiar presente nas *houses* e não resume a história apenas aos bailes e performances de dança. Em cena aparecem os dramas de cada personagem lutando pela auto-aceitação, elaboração de traumas muito íntimos, envolvimento com prostituição como saída financeira, drogadicção como alternativa para amortecer traumas e a narrativa densa sobre a epidemia de *AIDS* que subtraía membros da comunidade LGBTQ+ e parecia não contar com a atenção necessária das políticas públicas de uma sociedade que operou na direção de uma necropolítica, decidindo pela via da negligência quem podia morrer. A série foi um sucesso de crítica, de premiações e é sem dúvidas um marco para a comunidade LGBTQ+ em muitos sentidos.

Recordar, repetir, elaborar, dizia Freud sobre os processos subjetivos do sujeito. Não há como dar passos adiante sem lidar com o que jaz instalado na memória para que então, só depois, possam ser produzidas novas saídas. Se existe um ideal imposto sobre o que se entende como família, e esse ideal produz exclusão mesmo sendo formado em séculos passados, é preciso recorrer a outras ex-estruturas que também funcionam preservando as diferenças em busca da conquista de direitos.

Referências

FREUD, Sigmund. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. Em: Obras Completas, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KILOMBA, Grada. (2008). Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano (J. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAWRENCE, T. Voguing and the Ballroom Scene of New York, 1989-92. New York, Soul Jazz Books, 2011.

PARIS IS BURNING. Direção: Jeannie Livingston. Produção: Jeannie Livingston. Estados Unidos: Miramax Films, 1991.

POSE. Autores: Ryan Murphy; Janet Mock; Our Lady J; Brad Falchuk; Steven Canals; Todd Kubrak. Estados Unidos: Color Force; Brad Falchuk Teley-Vision; Ryan Murphy Television; Touchstone Television; FXP, 2018.

E OS DISCURSOS ESSENCIALISTAS, AFINAL, NÃO SÃO UMA MODA?

Lino Gabriel Nascimento dos Santos

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, nsantos.lg@gmail.com.

Guilherme Calixto Vicente

Bacharel em Administração Pública (FGV-EAESP), Mestrando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, guilherme.calixto587@gmail.com.

Resumo

Qual a importância da moda para os movimentos LGBTQIA+? Como as roupas, os corpos, seus movimentos e estruturas orgânicas são afetadas (SPIVAK, 2010) pelas modas? Como documento histórico, a moda permite que discursos essencialistas se desvelem. Até o início do Séc XX (PAOLETTI, 2012) o rosa seria considerado uma cor forte demais para meninas, enquanto o azul demonstrava-se passivo demais aos meninos. Também, a clássica imagem de Luís XIV, rei da França do século XVII e símbolo de masculinidade da época com seus sapatos de salto, pó de arroz, perucas e babados demonstra que, hoje, os sentidos atribuídos a esses símbolos foram invertidos. A partir do conceito de escrevivência (EVARISTO, 2020) buscamos apontar (i) de que maneira pessoas, suas atividades, andares e roupas criam repertórios e documentos históricos que são alvo de campos de disputa e apagamentos; (ii) como a roupa e a moda são também estratégias de poder e parte de um campo disciplinar (FOUCAULT, 1984); e (iii) os impactos das modas nas ciências, tecnologias e corpos trans e não trans. O objetivo geral deste trabalho versa sobre o impacto das estéticas hegemônicas sobre os corpos e as identidades marginalizadas. Este trabalho justifica-se uma vez que a partir do discurso do corpo biológico

apagam-se a construção histórica deste por via de uma estética elaborada para manter posições de poder. A metodologia empregada se debruça na análise antropológica a partir das redes sócio-técnicas (LATOUR, 2012) e nos estudos de gênero, raça, sexualidades e decolonialidade.

Palavras-chave: Gênero; Moda Dissidente; Raça, Ciência e Tecnologia; Decolonialidade.

Introdução

A escrita deste texto é realizada por duas pessoas transmasculinas, um boyceta e uma pessoa transmasculina não binária. Esse local de fala pode apontar para um lugar da ‘experiência’ narrativa. No entanto, não basta que a experiência legitime autoridades, uma vez que, em última instância todas as pessoas têm experiência (SCOTT, 1999). Todas as socialidades estão permeadas de experiências. Mas, este enquadre deve ser trazido à baila para possibilitar determinados entendimentos de quem lê este texto, e sobre seu con-texto.

Na nossa experiência - e na experiência de muitas pessoas LGBTI+ - fica evidente como as vestimentas são ferramentas de construção de identidades de gênero e sexualidades. Criados em uma sociedade binária, nós (autores deste texto) recebemos uma designação feminina em nosso nascimento. E essa marcação, realizada a partir das estéticas dos nossos corpos, impulsionaram que, não só nossas parentalidades, mas a sociedade ao nosso redor, criassem expectativas sobre toda nossa trajetória de vida: as roupas que deveríamos usar (ou não usar), as partes que deveríamos mostrar (ou esconder), como deveríamos andar, sentar, comer, quais atividades deveríamos aprender, quem e como devemos amar, etc.

Ao abrir mão da marcação de mulheridade para uma outra marcação, circunscrita no campo das trans/masculinidades, outras expectativas são criadas. Não devemos mais cruzar as pernas ao sentar, não devemos mais rebolar ao andar, nem pintar as unhas ou os lábios, mas manter os cabelos curtos e também alguma sobriedade. Assim, a marcação de “não binariedade” de um dos autores pode ser reafirmada justamente pelo desprezo a essas normas. A metodologia empregada é de revisão bibliográfica e se debruça particularmente sobre os estudos de gênero (teorias queer, cúir, do cu, do feminismo negro), das teorias da performatividade, e das perspectivas trans, contra e decoloniais. A partir do conceito de escrevivência (EVARISTO, 2020) questionamos: Qual a importância da moda para os movimentos LGBTQIA+? Como as roupas, os corpos, seus movimentos e estruturas orgânicas são afetadas (SPIVAK, 2010) pelas modas?

Essas perguntas servirão de guia para provocar uma discussão que tem como objetivo geral refletir sobre o impacto das estéticas hegemônicas (e, conseqüentemente, da moda) sobre os corpos e as

identidades marginalizadas. Os objetivos específicos servirão como subcapítulos que, de forma sintética, irão dividir e discutir (i) de que maneira pessoas, suas atividades, andares e roupas criam repertórios e documentos históricos e que são alvo de campos de disputa e de apagamentos; (ii) como a roupas e a modas são também estratégias de poder e parte de um campo disciplinar (FOUCAULT, 1984); e por fim (iii) os impactos das modas nas ciências, tecnologias em corpos trans e não trans. Afirmamos que, de forma sintética, todos os aspectos aparecem e se misturam em cada um deles.

Uma das clássicas narrativas da história da Moda ocidental aponta, como documento histórico, o evento que acontecia até o início do Séc XX (PAOLETTI, 2012) em que a cor rosa seria considerada uma cor forte demais para meninas, enquanto o azul demonstrava-se passivo demais aos meninos. Outra imagem histórica do Ocidente aponta Luís XIV, rei da França do século XVII e símbolo de masculinidade da época, como se vê na imagem abaixo, com sapatos de salto, meia calça, pó de arroz, perucas e babados que, assim como as cores rosa e azul, hoje, têm sentidos novos.



(RIGAUD, 1701-1702)

A importância deste trabalho justifica-se uma vez que, a partir de um repertório mais ampliado sobre os arquivos de gênero gerados a partir das roupas, estéticas e suas modas, podemos criar um reencaixe (SANT'ANNA, 2010) sobre as maneiras com as quais essas normas foram geradas ou forjadas e a que servem, o que permite que discursos essencialistas sejam desvelados. A partir do discurso do corpo “biológico” apagam-se as construções históricas deste por via de uma estética elaborada para manter determinadas posições e categorias. A partir disso, queremos apontar a moda como um importante dispositivo de associações, de narrativas e, conseqüentemente, de poder.

Essa pesquisa aponta como um de seus principais resultados a importância que tem a moda na construção das ciências, sejam elas sociais, biológicas e/ou tecnológicas. Thomas Kuhn (1989) aponta acerca dos paradigmas que um antigo seja abandonado em favor de um novo, que será adotado por pares e repassado adiante, em busca de novos seguidores. Dialogando com Sam Bourcier (2021), entende-se que essas escolhas de paradigma nem sempre dizem respeito à uma melhor tecnologia, mas sim às redes conectivas que permitem um destaque a determinada ideia. Assim, a noção de moda, no sentido estatístico, evita a variedade de perspectivas, criando uma que seja aceita, que “pegue”. Nesse caso, estamos usando dois conceitos estatísticos porque a média junto com a moda evitam “desvios”. As médias e as modas deixam de fora justamente as “anormalidades”. Em síntese, a moda européia com sua prática higienista criou e estigmatizou corpos, e produziu dismorfias performativo-corporais pelas colonialidades. Chamou critérios estéticos de científicos e ainda não admite as influências da moda em seu sistema.

Metodologia

O trabalho tem como metodologia o levantamento de fontes bibliográficas e a análise daquilo que é/foi considerado como moda, roupa e/ou vestuário masculino e feminino a partir do Ocidente colonialista. Utilizamos um referencial teórico multidisciplinar, pautados sobretudo em teorias antropológicas, filosóficas, históricas e da moda. A começar pelo transfeminismo, temos que:

se o pessoal é político e se as dimensões pública e privada se confundem, politizar a gama de relações de poder antes reguladas pela retórica da privacidade

faz parte da política radical feminista. Se o gênero é uma gama de construções performáticas cotidianas, o ato de constituir-se como sujeito gendrado é uma ação política repleta de significados (CARVALHO, Natália, p. 85, 2015.)

Nosso objeto de análise - a moda - integra esse leque de coisas cotidianas que estão mergulhadas em política e que são vistas como algo da esfera privada, ainda que tenha fortes reverberações na esfera pública. Além disso, partindo do entendimento que ‘el género ha sido una imposición colonial’ (CURIEL, 2018), entendemos a moda também como parte desse movimento maior que é a colonização.

Outro diálogo proposto é com a noção de arquivo. Para *Bourcier* (2021), estamos arquivados desde os primeiros até nossos últimos dias - por diferentes tipos órgãos (médicos, jurídicos, administrativos, policiais, etc) - para depois sermos tratados como arquivos por pessoas que pesquisam, sendo, portanto: “a função administrativa do arquivo é primária, mas esquecemos disso” (BOURCIER, 2021). O que seria a moda senão um tipo de gênero textual que é socio-histórico-técnico e culturalmente decodificado, de forma a gerar uma espécie de arquivo sobre determinada sociedade em determinado período? Pensando nisso, traçamos um paralelo com a noção de escrevivência (EVARISTO, 2020), que diz sobre a escrita de si, no contexto de minorias sociais, mais especificamente o de mulheres negras brasileiras, como forma de escrever sobre o cotidiano e as vivências que atravessam esse/s grupo/s.

Outra perspectiva que nos interessa são as “redes sócio-técnicas” e “pós humanas” forjadas por Bruno Latour (2012), Donna Haraway (2008), mas também por Geni Longui Nuñez, Ailton Krenak (2011), Davi Kopenawa (2015) entre outras autorias que consideram agências e redes entre actantes humanos e não humanos. Nesse caso, as roupas podem ser consideradas um dos nós de uma rede sócio técnica que percebe as modas como redes em si mesmas com extensões diversas.

Referencial teórico

O único trabalho publicado acerca da moda como elemento colonial é de Heloísa Santos (2020). De maneira muito parecida com um dos autores deste texto, Lino Gabriel Nascimento dos Santos (2019), os dois Santos, apontam para a moda como construtor de civilidade e

impositor colonial a outras populações, como as africanas e as ameríndias. No entanto, Heloísa Santos trabalha a moda como uma área de conhecimento.

Aqui, pretendemos pensar a moda como um dispositivo performativo (**NASCIMENTO DOS SANTOS**, 2019). Iniciamos com uma discussão sobre o que fazem as roupas. Quais conexões elas podem gerar e como a moda não começa (nem acaba) nas roupas, mas se espalha pelos modos, tecnologias e saberes. Posteriormente colocaremos as roupas no centro do debate com o corpo. Nesse aspecto, propomos um diálogo entre gênero, raça, moda e ciência.

Por fim, poderemos ver desvelarem-se verdades biológicas que só puderam forjar-se como realidade a partir da crença coletiva de uma maioria, em um determinado grupo, do que é e como é a “normalidade”. A moda dos gêneros cria uma verdade biológica dos genitais. A moda europeia cria o modelo do corpo humano. Esse modelo é generificado e racializado de acordo com suas próprias categorias, excluindo tudo que fugia à sua própria moda. Vejamos.

A moda são roupas? O que fazem as roupas? Se tomarmos as modas em seu conteúdo polissêmico podemos fazer rapidamente duas inferências sobre seus usos. Uma diz mais propriamente as roupas e acessórios, indumentárias e acoplamentos (**NASCIMENTO DOS SANTOS**, 2019) ou apetrechos (STRATHERN, 2019[1996]) enquanto a segunda designa os modos que correspondem à um determinado grupo como quando dizemos “à moda italiana” ou “sair à (moda) francesa”. As modas, a partir de suas materialidades técnicas - as roupas - vistas como mais do que um apêndice, mas como objetos técnicos, apontam para este conteúdo como um dispositivo político que age na sociedade. Tais objetos técnicos definem atores e espaços (AKRICH, 2013[2010]).

Não é possível acessar o espaço público sem portar uma roupa. Essa afirmação aponta para o fato de que “objetos” são poderosos (AKRICH, 2013[2010]), atuam e redefinem diferentes agentes (SEGATA; RIFIOTIS, p. 17, 2016). Mas, mais do que isso, aponta para uma legislação que corresponde a um determinado valor do corpo para um determinado grupo social. As roupas, ainda que usadas por diferentes grupos sociais, nem sempre carregaram valores pudicos. As que acobertam genitais têm uma localidade muito específica advinda de valores religiosos específicos. Esses mesmos valores inventaram as raças (GUIMARÃES, 1999) e os sexos (LAQUEUR, 2001).

É neste aspecto que recorremos ao valor fundamental da estética no que tange aos registros científicos e suas modas para fundamentá-los. As modas afetam as narrativas históricas, criam éticas representadas de maneiras estéticas e hegemônicas. Desta forma, propomos que utilizemos um conceito de moda que não diz respeito somente às roupas, mas resgatando uma proposta de matemática estatística que afirma que “A moda é definida como a realização mais frequente do conjunto de valores observados” (BUSSAB; MORETTIN, p. 35, 2010).

Propomos, portanto, que a discussão acerca de gênero e raça aqui colocada seja também uma discussão sobre moda. Mais do que isso, colocar a moda europeia numa relação consigo mesma. Se a colonialidade dos gêneros (LUGONES, 2008), da mente (**FANON**, 1983) e do corpo (**SANTOS**, 2020) são uma realidade da modernidade, apontamos que sua construção está marcada na história do Ocidente. Se tal qual se exige da população negra e indígena que resgate sua história, o Ocidente deve apontar para sua própria história de gênero e raça. Se exigíssemos coerência estética de europeus, assim como é exigido que indígenas usem roupas tradicionais hoje para provarem-se legítimos, viveríamos em um desfile de homens cis hétero com saltos altos, maquiagens e meias calças.

Isso nos leva ao segundo ponto. **Roupas e modas não apenas são alvos de disputa como também são formas de se posicionar** em disputas que já estão postas. Acatar ou transgredir as estéticas de gênero e raça são uma forma de tecnobiogoverno de si (BUTURI JR, 2021). O movimento Black Power, que utiliza dos cabelos crespos como símbolo na luta antiracista é um exemplo de movimento estético que faz conexões e produz redes. Depois deste movimento surgiram outros tantos que produzem festas, marchas, ativismo, intelectualidade, sociabilidades e se produzem enquanto artefato, documento e repertório.

Assim, aqui, vamos pensar moda como arquivo e como performance. Partindo da discussão feita por Sam Bourcier (2021) sobre políticas de arquivo e de arquivamento e fazendo uma interlocução com a noção que Judith Butler traz de gênero como um texto, podemos entender que a moda também é um tipo de arquivo performático (BOURCIER, 2021). Para tal, precisamos entender que ‘a performance, no sentido mais amplo do termo, é um meio de transmissão da memória e da cultura’ (BOURCIER, 2021). Para as corporalidades que

desobedecem as normas de gênero e sexualidade, é nítida a relação da moda como algo que incorpora, no sentido de adicionar ao corpo, memória, cultura e identidade, já que é principalmente através dos acoplamentos e maneirismos que determinados corpos são socialmente tornados dissidentes.

Com isso, partimos para o entendimento de que essa performance integra um repertório imagético e, desta forma, acaba por tornar-se também um arquivo que inscreve não apenas determinados padrões de roupa e corporalidade, mas também subjetividades e, portanto, inscreve formas de vida. Se Bourcier diz que ‘arquivar é governar’, podemos entender que fazer modas também é governar, já que a produção de si, de roupas e acessórios está intimamente relacionada com a biopolítica.

Nesse sentido, a (res)significação de peças e adornos é uma forma de escrevivência, pois é uma forma de LGBTI+s inscreverem seus corpos e subjetividades no presente, e portanto, no futuro e também no ‘futuro anterior’ (BOURCIER, 2021). É uma forma de escrever sobre si na sociedade, trazendo para a esfera pública a enunciação de identidades sexuais e de gênero diversas sem que sejam necessárias maiores apresentações: deixa-se entendido, em alto e bom tom, que se é boyceta, travesti, bixa, sapatona, etc. Assim, afasta-se do âmbito da vergonha e do medo, que persistem como verdadeiros fantasmas desde a tenra infância, e afirma-se quem se é em tom de orgulho, beleza e, porque não, afronta à padronização cisgênera e heterossexual dos corpos.

Essa postura é uma forma de fazer política em âmbito macro e micro - macro porque as roupas e modas são uma rede econômico-política que mantém a cisgeneridade e heterossexualidade compulsórias, mas também micro devido ao aspecto subjetivo que afirmar-se enquanto LGBTI+ carrega em uma sociedade cis-hétero-endoterrorista.

Buscamos até aqui e vamos aprofundar agora o caráter constitutivo e des/montar o caráter inquestionável e imutável das supostas verdades entendidas como ‘biológicas’ ou ‘naturais’ (KHUN, 1987; LATOUR, 2012; HARAWAY, 2008). O corpo “do homem” e “da mulher” e a própria binariedade desta construção é produzida por meio de médias e modas. As pessoas intersexo tentam apontar para essa constituição. A maioria dos corpos são colocados como a normalidade e todas aquelas pessoas que não encontram-se nesta “moda” são eliminadas do conjunto a ser considerado cientificamente. O dado natural,

no confronto com uma pessoa intersexo, precisa ser, portanto, construído. Cirurgias e tecnologias biofarmacopornográficas são utilizadas para compensar o “erro natural”: a evidente não binariedade e monogamia da “natureza”. Este erro aponta ainda para a sua “culturalização”, o caráter construído do natural.

No entanto, pessoas endossexo cisgêneras também evidenciam para este caráter construído da feminilidade/masculinidade uma vez que sua construção deve ser permanente. Mas, o fato de haver pessoas trans é justamente o fato inegociável de que pessoas possuem possibilidades de manipular mais seus corpos do que é permitido legal ou socialmente. Uma dessas manipulações diz respeito às roupas, mas em geral, estas não estão sozinhas. Há um corpo vestido. A negociação do corpo biológico com as vestes e estéticas destes corpos não são dadas naturalmente, embora se busque afirmar como tal. O que marcaria uma pessoa transmasculina caso a masculinidade da moda fosse a de Luís XIV? Como seria a feminilidade? Isso não quer dizer que no séculos anteriores não haviam distinções entre sexos e gêneros nas sociedades ocidentais, mas que essas diferenças foram sendo produzidas concomitantemente - e localmente.

Mas as modas não acabam nas roupas, uma vez que elas estão no jogo do corpo que veste, fala, move. Laqueur (2001) aponta como os genitais serviram para a construção de gênero e no entanto, como a própria noção de genitais como metáfora para sexo é uma invenção moderna. Ou seja, de acordo com a moda colonial moderna, a partir da estética genital de uma criança ela será apropriada para realizar determinados modos, e modas. Esta produção da moda ocidental moderna marca e ignora todas as outras produções de corpo em outros lugares, mas também no seu próprio. Tomar a estética como ignóbil é interessante ao fim maior de um paradigma: desaparecer como posição e tornar-se uma verdade estabelecida.

Se, por outro lado, ignora-se a história da estética do Ocidente a fim de imaginar que as normas de gêneros e sexualidades denotam uma sociedade mais civilizada, está aqui, mais um motivo de ser este um assunto da moda. Tal qual para o projeto de modernidade, para a moda, deve se descartar o antigo e dar lugar ao mais novo. Assim, se estabelece o correto, o belo.

Resultados e discussão

Partindo do esquema de rede (LATOURE, 2012), aumentando o zoom na metáfora, as podemos falar as roupas como um produto final “material” que têm, em si, um encadeamento de saberes, modos, cadeias industriais, agronegócio, bolsa de valores e mensagens implícitas. São actantes de gênero, raça, classe, profissão. E em uma transição de gênero se torna evidente o poder das roupas de significar o gênero e o corpo. Neste caso, se torna uma das tecnologias possíveis para a construção de gênero. Podemos ainda recorrer às ferramentas farmacobioteecnológicas (PRECIADO, 2018), como o uso de hormônios que, novamente, desenharão características das estéticas de gênero: aumento de barba, musculatura, enrijecimento da voz (no caso das transmasculinidades).

Por fim, podemos recorrer a uma infinidade de tecnologias estético-corporais para simbolizar um gênero. Tanto mulheres cis quanto trans devem depilar as pernas e as axilas, caso contrário as suas leituras de feminilidades poderão estar comprometidas. Ainda podemos citar os cortes de cabelo (curto/comprido), tatuagens (desenhos brutos/delicados), posturas corporais, entre tantos outros.

Enquanto descrevemos os “modos de gênero”, no entanto, fica evidente que esses modos dizem respeito mais do que somente às roupas, mas a características binárias que simbolizam e significam gênero. Neste caso, a moda não diz respeito somente às roupas, mas a maneira como uma maioria das pessoas se comporta em um determinado conjunto, específico e recortado, ainda que artificial. Nas sociedades colonizadas, e partindo de uma ideia de uma “moda” civilizada - ou seja, um modo de vida moderno -, determinados comportamento passaram a ser naturalizados como o comportamento “normais”, ao invés de “comuns”. Aquilo que estava distante de determinados modos e modas ditos civilizados passam a ocupar o lugar da abjeção. E a abjeção, por sua vez, passa a ser o oposto do corpo normal. O corpo passa a adquirir formas de “produto natural” que deve ser dominado e corrigido (FOUCAULT, 1984).

Nossa política se faz no corpo. Corpo que vive na iminência de ser abusado, espancado e morto por não ter modos - na moda - hetero cís-gêneros (BUTLER; TAYLOR, 2013). Portanto, essa experiência da vivência de diferentes gêneros em um só corpo dá a ver uma percepção

distinta de gênero: a de que todo gênero, cis ou trans, é construído por via de tecnologias de simbolização de gênero.

Considerações finais

Assim, podemos pensar que a moda não se restringe às roupas, mas também a como teorias essencialistas (ciências duras) estão embebidas em dispositivos performativos estéticos e estilísticos e dependem de uma rede que sustente a sua permanência e êxito. Com isso, chamamos atenção para a importância do resgate do valor das modas, roupas e acoplamentos como formas de se fazer política não só através do corpo mas também, e principalmente, por meio das ideias que constroem e movem o mundo, inclusive sobre as ideias de o que é e o que não é corpo, quem tem e quem não tem legitimidade, quem vive e quem morre.

Percebe-se que o esvaziamento da moda, o ato de tratá-la como algo tolo e fútil, é mais uma dentre as várias estratégias coloniais que edificam o nosso presente, evidenciando, também, que se trata de um privilégio branco, cisgênero, heterossexual e economicamente abastado. Portanto, entendemos a importância do resgate da potência criativa da moda, não só no que diz respeito ao vestuário, mas também nas formas de se pensar, como uma proposta circunscrita dentro do horizonte decolonial.

Agradecimentos

Nada é pensado, dito e feito isoladamente. É por isso que agradecemos o Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades - AFRODITE, o Núcleo de Estudos em Arte, Inovação, Moda e Design - NAIF, à Rede de Estudos Decoloniais em Moda - REDeM, ao grupo BOYSACADEMICUS, ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI/IFSC GASPARG, ao Grupo de Estudos em Oralidade e Performance - GESTO e também ao coletivo HACKERS DE GÊNERO pela troca de afetos e ideias.

Referências

AKRICH, M. **Como descrever os objetos técnicos?** Boletim Campineiro de Geografia, vol. 4(1):161-182. 2013

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**; São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOURCIER, Sam. **As políticas do arquivo vivo**. In: IRINEU, Bruna A.; et. al. Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências. Salvador: Devires, 2021.

BUTLER, Judith. TAYLOR, Sunaura. **Excerto: “Examined Life” Judith Butler & Sunaura Taylor**. Youtube. 14min 24s. s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kasZiFURYpQ>> Último acesso em 14/04/2021. 2013.

BUTURI JR, “Xs Prepeirxs e o tecnobiogoverno de si”. Palestra. AFRODITE Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades. 2021

BUSSAB, Wilton De O; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. In: Medidas-Resumo. 6. ed. – São Paulo : Saraiva. ISBN 978-85-02-08177-2. 2010.

BUTURI JR, Atílio. **“Xs Prepeirxs e o tecnobiogoverno de si”**. Apresentação. Encontro temático. Grupo de Estudos AFRODITE Laboratório Laboratório Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em sexualidades. 08/04/2021.

CARVALHO, Natália Silveira de. **Gênero e sexualidade: intersecções em disputa**. In: Transfeminismo: teorias e práticas / Jaqueline Gomes de Jesus ... [et al.] - 2º ed. Rio de Janeiro. Metanoia, 2015.

CURIEL, Ochy. **¿Qué es la decolonialidad? - Profesora Ochy Curiel**. Youtube. 1h 48min 28s. Disponível em: <https://youtu.be/2non_MMVXGc> Último acesso em 06/06/2021. 2018.

EVARISTO, Conceição. **CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrivência**. Leituras Brasileiras. Youtube. 23min 17s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&t=193s>> Último acesso em: 16/04/2021. 2020.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I – A vontade de saber**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOBI, Luciana; NUÑES, Geni Longui. **Não monogamia e a artesanaria dos afetos**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q-pk-vp2W4sw>> Último acesso em: 06/06/2021. 2021.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora. 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**. Novos Estudos, n. 54. 1999.

HARAWAY, Donna. **When Species Meet**. University of Minnesota Press. 423 pp. ISBN 978--8166-5046. 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva. 1987.

KRENAK, Ailton. **Life, always**: Ailton Krenak at TEDxVilaMadá. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=38T5KoDigoM>>. Acesso em: mai 2021. 2011.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. P.189-239 [cap.5]. 2001.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador. Bauru: Edufba, Edusc, 2012.

LUGONES, MARÍA. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa [online], n-9. 2008.

PAOLETTI, Jo Barraclough. **Pink and blue: Telling the boys from the girls in America**. Indiana University Press, 2012.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIGAUD, Hyacinthe. **[Louis XIV, roi de France]** Pintura, óleo sobre a tela. 314 x 235 cm. Museu do Louvre. Disponível em: <http://collections.chateauversailles.fr/?permid=permobj_5e2731d9-e89d-4730-9cc6-1ffd80f6cf46#8047d524-6924-45e7-b0c5-f7ad27e352a3> Último acesso em 06/06/2021. 1701-1702.

SANTOS, Heloísa Helena de Oliveira. **Uma análise teórico-política decolonial sobre o conceito de moda e seus usos**. ModaPalavra, Florianópolis, V. 13, N. 28, p. 164–190, abr./jun. E-ISSN 1982-615x. 2020.

NASCIMENTO DOS SANTOS, Lino Gabriel. **“Não tinha espaço pra mim nessa história”: moda, raça e resistência no espaço escolar**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191265>>. Último acesso em: 06/06/2021. 2019.

NASCIMENTO DOS SANTOS, Lino Gabriel **A moda tá na moda?** A educação de Moda como dispositivo de gênero e racialidade. Colóquio de Moda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hS1uR_AStn4>. Último acesso em: jun 2021. 2020.

SCOTT, Joan W. **Experiência**. Falas de Gênero Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos Editora Mulheres, Santa Catarina. Pp. 21-55. 1999.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, p. 21-66. 2018.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Regina Goulart Almeida et al. Belo. Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

SAINDO DO ARMÁRIO: O CONSUMO, A MODA E A CULTURA MATERIAL PRESENTE NO CLOSET GAY DE BELÉM, PARÁ.

José Carlos Almeida da Rosa

Doutorando pelo Curso de Antropologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, jcarlosalmeida.rosa@gmail.com.

Fabiano de Souza Gontijo

Professor orientador: Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará - UFPA, fgontijo2@hotmail.com.

Resumo

Interpretar a cultura material por meio da antropologia do consumo auxilia na compreensão da constituição de um mapeamento de identidades, costumes, sensibilidades e estilos de vida dos indivíduos a partir de diferentes contextos históricos e sociais, pois os objetos deixam de ser vistos apenas como bens tangíveis e passam a ser considerados como agenciadores que provocam, afetam, constroem os sujeitos e influenciam de forma direta as suas dinâmicas de sociação. Com base nesse pensamento, esta pesquisa teve o intuito de estudar as vestimentas utilizadas por homens gays de Belém do Pará, que no decorrer dos anos foram materialidades que se ressignificaram, ganharam novos modelos de representação, assumiram outras performances em conexão com os corpos humanos e atualmente fazem parte do *closet* do homossexual belenense. Assim, para entender a relação dos rapazes com esses elementos materiais utilizados nos seus momentos de lazer, considerando a trajetória dessas coisas, associado com a moda que se renova constantemente em diversos cenários, foi realizado um trabalho por meio

do uso da técnica de observação participante dentro de duas casas noturnas gays localizadas no centro da capital paraense, no período referente entre o ano de 2019 e início de 2021. Após a interpretação dos dados coletados em campo, constatou-se que essas materialidades ganharam novas significações e passaram a formar categorias sociais dentro do coletivo LGBTQIA+ belenense da contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura material, Antropologia do consumo, Sociação, Homens gays, Moda.

Introdução

Paisagens, consumo e sociação: as primeiras considerações antes de abrir a porta do armário gay belenense

Este estudo que foi realizado dentro de duas casas noturnas localizadas na capital paraense, Belém, durante o segundo semestre de 2019 até início de 2021, tem o objetivo de compreender como os homens gays identificam e categorizam os outros membros pertencentes do coletivo social LGBTQIA+¹ a partir das suas vestimentas que se ressignificaram no decorrer dos anos, se diferenciam dependendo das paisagens e, conseqüentemente, ajudam nos processos de sociação² entre os pares.

Para desenvolver a pesquisa, optamos por utilizar a observação participante como método de investigação científica, pois percebemos que por meio de uma vivência mais próxima aos homens gays belenenses, considerando os processos de sociação que se formavam entre nós e os rapazes, iríamos conseguir “construir uma leitura” (GEERTZ, 2017, p. 7) mais realista sobre a compreensão do estilo de vida e a forma de consumo que aqueles homens homossexuais possuem com as materialidades que auxiliam no processo de criação de categorias pertencentes ao coletivo social LGBTQIA+.

O trabalho de observação em campo começava desde os primeiros passos antes de entrarmos nas duas casas noturnas. Costumávamos chegar mais cedo, antes do horário que as boates começavam a

1 A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e outras diversas possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Por ser uma sigla que tem como intuito promover uma maior diversidade sexual e de gênero, desde os anos de 1990 os ativistas da causa vem buscando adaptações para a sigla conforme as diversas formas de orientações sexuais e de identidades de gêneros existentes. O símbolo de “+” adicionado ao final condiz como uma forma de representar outros indivíduos que não se sentem incluídos nas letras da sigla. Em 2018, na Inglaterra, ativistas incorporaram mais letras tornando-se LGBTQQICAPF2K+.

2 Para Georg Simmel (2006), é “a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses - sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados -, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (p. 60-61).

funcionar, para observarmos a movimentação do lado de fora das festas; ver a chegada dos rapazes; suas atitudes; como se relacionavam; coletar falas; odores e, além disso, criar uma familiaridade com as “paisagens”, no qual Tilley (2014) compreende que elas se formam de acordo com os movimentos das pessoas, por meio de suas práticas e experiências corporais.

De acordo com Tilley (2006), essas paisagens são sistemas de sentimentos, que carregam memórias, resultantes de práticas sociais, na qual os indivíduos reconstituem como forma de encontrar um abrigo com o qual podem se identificar e essa identificação surge por causa da experiência que esses locais proporcionam a partir de atividades e performances as quais expressam a identidade de um determinado grupo.

Muito além de abordarmos características e aspectos históricos referentes ao coletivo social, o nosso intuito dentro dessas paisagens era que fôssemos surpreendidos; compreendermos as realidades paradoxais/complexas dos locais ao mesmo tempo em que nos tornávamos parte delas; das dinâmicas de sociação que se formavam; de sermos afetados³ pelos hábitos; pelas práticas e criação de vínculos que ocorriam junto aos indivíduos e aos ambientes que nos ajudaram a tecer uma melhor interpretação a respeito da temática do consumo de homens gays belenenses.

Para entendermos o estilo de vida daqueles homens gays, recorreremos ao conceito de consumo de Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), que o entendem como além de uma prática ativa do cotidiano da sociedade, tal hábito está relacionado a uma função que se refere construção de identidades, faz a intermediação e interpreta os relacionamentos entre os sujeitos, assim como, determinam um mapeamento cultural.

Sobre a relação que o interlocutor fazia para reconhecer um indivíduo enquanto um homem gay apenas observando o uso dos objetos, fizemos uma conexão com a ideia de agência de Alfred Gell (2005),

3 Utilizo o termo “afetado” a partir do conceito de Favret-Saada (2005), do qual entendemos como um modo de se permitir viver em todos os sentidos as experiências que os campos proporcionam. De acordo com a autora, a melhor forma de nos aproximarmos de onde parte as nossas pesquisas e entendermos melhor as relações em um determinado contexto, é a partir do consentimento que o pesquisador tem de se permitir ser afetado pelo campo.

que utiliza o conceito a partir da antropologia da arte para explicar que as diversas formas de obras de arte agem dentro de um ambiente e com os indivíduos que com elas interagem. No entanto, a partir do pensamento de Gell, podemos considerar outras possibilidades de potências agentivas. Logo, entendemos o conceito de agência dentro das paisagens pesquisadas como uma relação de poder que as vestimentas e outras materialidades possuem para encantar, provocar reações, chamar atenção de forma intencional, gerar possibilidades de relações sociais e motivar atitudes de forma instantânea nos indivíduos a partir de diferentes contextos.

Além disso, percebemos, também, que ocorria entre os rapazes e as suas materialidades o que se entende por objetificação, conceito de Daniel Miller (2013), onde os objetos nos constituem ao mesmo tempo em que nós os constituímos. Assim, foi possível interpretarmos que as indumentárias não são apenas bens tangíveis, elas funcionam como materialidades que formam as identidades dos indivíduos, determinam o seu eu em um contexto, os classificam, hierarquizam e categorizam, conforme ficou perceptível a cada fala feita pelos nossos interlocutores dentro das casas noturnas.

Para construirmos este estudo, a técnica da entrevista foi de fundamental importância, pois só a partir dos relatos coletados pudemos compreender melhor o estilo de vida/consumo daqueles rapazes e como eles percebiam o outro por meio das materialidades. Então, desde a primeira inserção em campo, decidimos que não iríamos seguir um roteiro pré-estabelecido de perguntas, a tática era registrar tudo o que eles queriam falar, deixar as diversas formas de socialização fluírem com naturalidade e faríamos intervenções apenas em momentos que realmente achássemos necessário.

Conforme disse Malinowski (1976), o pesquisador assume o papel de ser o seu próprio historiador, pois os seus dados coletados não estão materializados em um documento, eles surgem a partir dos comportamentos e memórias dos indivíduos. Portanto, para conseguirmos registrar os dados, além das anotações do diário de campo, também utilizamos o recurso do gravador de voz do celular para captarmos as falas dos nossos interlocutores, pois, segundo Goldman (2008), as formas de viver e as contribuições orais que os informantes nos proporcionam, ao mesmo tempo em que servem para desconstruir o nosso modo dominante de pensar e sentir, também criam novas conexões dentro de nós e no fazer científico. Logo, para Peirano (2014),

os antropólogos são inventores e inovadores, no qual a antropologia ocorre a partir de recombinações intelectuais que se renovam a cada novo estudo empírico.

Assim, por meio das contribuições dos interlocutores, ficou perceptível a ideia que as vestimentas funcionam como um marcador social que diz quem é aquele homem gay dentro do coletivo LGBTQIA+ belenense, que tipo de papel ele ocupa no grupo e se o indivíduo pode participar de um determinado local como um ser bem-visto ou não, dependendo de como está vestido e do contexto em que está inserido.

Abrindo o *closet*: roupas e categorias sociais dentro do coletivo LGBTQIA+ de Belém

Logo após entrarmos nas boates, tínhamos o hábito de ir ao bar, comprávamos algo para beber e depois íamos dar uma volta dentro das paisagens para observarmos como estava o movimento na noite; se havia muita gente; que músicas estavam tocando; descobrir os rostos novos e encontrarmos os conhecidos que estavam todos os fins de semana nas festas; saber o que as pessoas estavam consumindo e, claro, ver o que vestiam.

O estilo de música que predominava na boate A era o *funk* e o *brega-funk*. Os rapazes performavam passos que eram anteriormente ensaiados e a pista de dança funcionava como um local de disputa de coreografias que contava com passos ora em pé, ora deitado no chão rebolando os glúteos para o alto. O que chamava atenção era a escolha pelas roupas que não eram feitas de forma aleatória, havia uma agência delas sobre as pessoas que as escolheram, seja pelo fato do calor que é dentro da boate A ou para possibilitar um movimento perfeito e mais flexível durante as danças que demandavam uma maior mobilidade do corpo.

Entre as materialidades estavam os shorts de pano ou de tecido feito com fibras sintéticas (tactel), que são curtos (vão mais ou menos até no meio das coxas), trata-se de peças bem leves, confortáveis, de diferentes cores, com uma diversidade de estampas e, normalmente, ficam justos nos corpos. Ao observarmos os shorts foi possível perceber que eles funcionam como uma extensão dos movimentos corporais. Essa é uma peça *vintage* (comum nos anos de 1970-1980), que possui uma tipificação de espaço, porém não de tempo, no qual

os gays belenenses se reconhecem a partir do uso da indumentária, em que eles nomeiam de “gays pocs”.

A categoria “gay poc” é um termo antigo e faz referência aos homens homossexuais novos e afeminados. No passado, utilizava-se a expressão “ploc-ploc” ou “poc-poc” por causa do barulho dos saltos altos e, geralmente, estava relacionado aos rapazes que não possuíam um bom poder aquisitivo e tinham uma origem mais pobre, sendo usado de forma pejorativa. No entanto, com o decorrer dos anos a categoria “poc” se ressignificou e passou a ser entendida como uma forma de empoderamento dentro do coletivo social LGBTQIA+.

Além dos “gays pocs”, uma outra categoria utilizada para homens homossexuais mais velhos era “maricona”. Termo presente no pajubá/bajubá⁴, trata-se dos gays com mais de 50 anos, que possuem performances ditas femininas e são conhecidos pelo termo “bicha velha”. De acordo com os nossos interlocutores, são pessoas que costumam tirar a camisa nas festas.

Outra peça que os rapazes usavam e era conhecida no armário dos homens que viveram nos anos de 1970, foram as camisas de mangas curtas com listras na vertical de diversas cores e com linhas não-simétricas. Essas camisas eram largas e não marcavam os corpos, proporcionando, assim, uma ideia de liberdade e conforto, possibilitando que os rapazes que frequentam a boate A desenvolvessem as suas coreografias de dança de forma mais flexível.

No instante em que os rapazes dançavam não havia uma dualidade entre a indumentária e um corpo, mas sim uma conexão. Segundo Mizrahi (2007), em casos como esses, a união de um objeto com um corpo envolve uma questão de materialidade do artefato sobre a estrutura física dos indivíduos, no qual um objeto e uma pessoa são compreendidos como algo fundido e o que chama atenção nessa relação é a interação que há entre ambos.

Além dos shorts e das camisas de mangas curtas listradas, há o uso das meias de cano alto com desenhos que foi sucesso na década de 1980 e é tendência na contemporaneidade. Porém, essa moda divide

4 Língua ou gíria que tem origem ioruba-nagô, está presente nas religiões de matriz africanas e foi utilizada por travestis e transexuais, em um primeiro momento, como um código que funcionava como forma de proteção do grupo por conta da repressão policial na época da Ditadura Militar no Brasil, constituindo assim, como um ato político, de resistência e performatividade da linguagem.

opiniões, pois alguns homens chegaram a afirmar que quem as usa são gays que possuem performances consideradas femininas, espalhafatosas e escandalosas. Assim, compreendemos que nesse caso há a reprodução de um pensamento preconceituoso e, até mesmo, homofóbico. No qual, essa atitude reforça um estereótipo estigmatizado baseado na concepção de que são seres humanos inferiores dentro do coletivo social, a partir de um pensamento heteronormativo, hegemônico e que reforça a ideia de que as vestimentas possuem um gênero, o qual a própria indústria têxtil contribui.

Para Butler (2003), o gênero é performativo porque segue normas reguladoras coercitivas, que se hierarquizam, se repetem e se reforçam justamente por causa dessa repetição. Quem não segue essas regras instituídas socialmente está sujeito a ser julgado e ser visto como inferiorizado. Logo, de acordo com Judith Butler (2002), esse tipo de julgamento ocorre pelo fato de que esses corpos não seguem as normas que regulam a materialidade a partir de um pensamento heteronormativo, como uma prática social que é feita continuamente.

Figura 1: Estilos de roupas usadas pelos rapazes que frequentam a boate A.



Fonte: Captura de tela/Instagram

Na boate B, que era voltada para pessoas de classe média alta, os rapazes costumavam ir mais arrumados à boate, com roupas caras e de marca, pois além delas representarem os seus estilos de vida, também chamavam atenção pelo valor que carregam dentro da sociedade. De acordo com Ribeiro (2013), dentro de uma variada possibilidade, ao escolherem as suas roupas, os indivíduos o fazem a partir daquelas que melhor representam a sua identidade dentro da sociedade.

Nessa casa noturna, os homens gays preferiam usar calças *jeans* apertadas. Elas dificultavam que eles fizessem passos mais ousados (como se jogar no chão e dançar com os glúteos para o alto), pois o tecido conseguia conter maiores movimentações corporais. Logo, a potência agentiva ocorreu das peças sobre os corpos, ou seja, elas comandavam os movimentos corporais e decidiam quais passos aqueles indivíduos poderiam realizar ou não enquanto dançavam. A segunda hipótese sobre a questão do movimento corporal em relação às materialidades, pode estar relacionada ao estilo de música que também influencia nas performances desses homens gays. Em boa parte do tempo, a tendência na pista de dança era a música eletrônica, um estilo que demanda menos performances das pessoas no que diz respeito à parte inferior do corpo, diferente do funk na boate A.

No que tange as vestimentas superiores, as camisas funcionam como uma espécie de “cartão de visita” ou “vitrine”, em que além do modelo, a estampa, o tecido, as cores e, claro, os logotipos das marcas são importantes e chamam atenção. De acordo com os interlocutores, os homens que frequentam o local preferem camisas com botão na frente (o que revela um estilo mais “formal” para os rapazes) e, também, as camisas coladas aos corpos, que está relacionado ao fato de quererem chamar atenção para os seus corpos musculosos.

Figura 2: Estilos de roupas usadas pelos rapazes que frequentam a boate B.



Fonte: Captura de tela/ Instagram.

Considerando que na boate B o flerte era uma performance de diversão, o estar bem-vestido, usar certas marcas e modelos de roupas naquele local era essencial para chamar atenção do outro e por meio dessa materialidade conseguir, possivelmente, alcançar o que se pretendia. De acordo com Miller (2013), as indumentárias representam classe social; transmitem confiança ou timidez; revelam a que cultura o indivíduo pertence; qual o seu grau de escolaridade; entre outras coisas. Essa confiança e classe era o que os rapazes da boate B pretendiam passar por meio de suas indumentárias.

A partir dessas indumentárias, os gays que frequentavam a boate B eram chamados de padrões, *daddys*, *twinks* ou cultos. O “gays padrões” podem ser compreendidos como aqueles indivíduos que tem características e performances mais masculinizadas, no qual o intuito é passar despercebido entre as pessoas, possuem corpos musculosos e seguem um padrão de beleza do homem másculo e heteronormativo imposto pela sociedade; os chamados de “daddys”, são entendidos como gays padrões de idade avançada, que possuem um bom poder aquisitivo e um estilo de vida mais sofisticado; e os *twinks*, trata-se de jovens entre 18 e 20 anos, brancos, sem pelos nos corpos, sem barba ou de barba feita, com corpos magros e, geralmente, tem performances consideradas femininas. O termo surgiu nos Estados Unidos e no início era utilizado como uma forma negativa para ofender os rapazes que pareciam ser “frágeis” e pouco másculos. Com o tempo essa categoria se resignificou.

Sobre a expressão “gay culto”, pesquisamos em outros trabalhos e dicionários que tratavam acerca do pajubá/bajubá, porém, não

encontramos nada a respeito deste termo enquanto uma gíria/categoria existente dentro do coletivo social. Conforme compreendemos, de acordo com as falas dos interlocutores, um gay pode ser entendido como “culto” pela forma como ele se expressa; o nível de escolaridade que possui; as viagens que faz e costuma postar nas redes sociais; os gostos mais sofisticados; entre outras características de consumo.

Ainda que o ambiente estivesse frio por causa do ar-condicionado, por volta das 04:00 horas da manhã, alguns rapazes costumavam ficar sem camisa, o objetivo era mostrar os seus corpos e agenciar os outros indivíduos em conjunto com as danças e olhares que eles faziam. Percebemos que essa atitude funcionava, pois todos olhavam, às vezes em forma de julgamento, ironia ou com segundas intenções. Compreendemos, então, que esses corpos carregam em si o “poder do erótico, da sedução, da provocação” (MIZRAHI, 2007, p. 233).

Figura 3: Rapazes sem camisa na boate B.



Fonte: Captura de tela/Instagram

Um detalhe importante que chama atenção na imagem acima, é a necessidade que alguns rapazes têm de mostrar o elástico das suas cuecas da marca *Calvin Klein*⁵ *Underwear*. O ato de tirar a camisa não trata apenas de mostrar os seus corpos musculosos, mas também mostrar que até quando o assunto é roupa íntima, eles também utilizam peças de marcas caras. Nesse caso, “a cueca deve obrigatoriamente ser de uma marca reconhecida, especialmente se a barra da peça ficar em evidência quando se tira a camisa na boate” (FRANÇA, 2010, p. 138). Logo, França (2010) reitera que mostrar o abdômen musculoso com a marca da cueca dentro de algumas boates gays é sinônimo de prestígio, principalmente, se elas forem da marca *Calvin Klein* ou outras marcas que são bem aceitas dentro do coletivo.

Para França (2010), a escolha dessas materialidades são importantes para os rapazes, pois o objetivo é mostrar como o corpo é visto e transformado ao utilizar marcas específicas que, por si só, possuem um poder de agência e determinam classe social.

Materialidades que não devem sair do armário para ir à balada gay belenense

Dentro da boate A perguntamos aos nossos interlocutores se existia alguma marca que eles não usavam ou que deveria ser evitada, a resposta foi a *Lacoste*⁶, pois havia a possibilidade dos indivíduos que estavam com algum modelo de calçado da grife retornarem para casa

5 A marca americana surgiu no final dos anos de 1960, com roupas que se destacavam pelo seu estilo minimalista. A primeira coleção foi voltada para o público masculino e era vendida em lojas de departamentos. Nos anos de 1970, a marca ficou conhecida por sua linha de jeans. Em 1980, a grife fez sucesso com a linha de roupas íntimas *Calvin Klein Underwear*. A marca está presente em mais de mil cidades brasileiras. No Pará, só há 3 lojas oficiais da grife. Pelo fato de serem produtos caros, é possível encontrar réplicas de roupas com o nome da marca no centro comercial urbano.

6 A grife francesa surgiu em 1933, com o surgimento da camisa de algodão com mangas curtas, botão na gola e um crocodilo verde bordado no lado esquerdo do peito. No início, a peça era usada por jogadores de tênis e golfe, porém, com o sucesso que estava fazendo foram criadas linhas de camisas polo lacoste para mulheres e crianças em diversas cores. Por ser uma marca conhecida, tradicional e possuir um preço caro no mercado, é possível encontrar as réplicas de peças da grife tanto no centro comercial urbano, como também em alguns sites que revendem cópias de produtos de marcas de luxo. No Brasil há 67 lojas da marca, sendo 2 no estado do Pará, mais especificamente, na cidade de Belém.

sem os seus sapatos. Um dos interlocutores chegou a dizer que era mais fácil furtarem o sapato da marca do que um celular e, normalmente, quem utilizava coisas da marca, eram “malacos”⁷.

Na hora, ficamos impressionados ao ouvirmos isso, pois até então, compreendíamos e fazíamos referência a essa marca aos homens que de fato possuem um bom poder aquisitivo, porque os seus produtos são caros. Assim, após refletirmos mais sobre essa fala dos interlocutores, entendemos que o que disseram faz todo sentido, pois a marca é um exemplo de marcador de classe social, considerando a história da grife e preço dos seus produtos. De acordo com Miller (2013), as vestimentas são materialidades que ao mesmo tempo que podem nos representar, constituir e revelar o nosso “eu”, podem também mentir sobre.

Na boate B, não podíamos entrar de sandálias/com os pés à mostra, ou pelo menos, conforme nos informaram, por mais que alguém estivesse com esse tipo de calçado, não era algo bem-aceito pelas pessoas as quais frequentam o local, pois provavelmente iriam tecer julgamentos por meio do olhar e ocorrer um constrangimento.

Ao sabermos sobre essa “norma” do calçado aberto, entendemos que aquilo ocorria por causa de uma capacidade de agência que transmite simplicidade, que é algo próprio das sandálias/chinelos. Ainda que existam calçados abertos de marcas consideradas caras, naquele local, isso não fazia diferença. A composição do material (se era borracha, couro, plástico, pano, entre outros); o estilo (com alça, trançado, com uma tira larga na horizontal, entre outros); e a ideia de que são produtos simples utilizados no cotidiano, especificamente, para o horário do dia e não para a noite, era o que importava.

Dentro da boate B percebemos que a teoria se confirmava, ninguém estava com este estilo de calçado. Naquele momento, entendemos que aquela materialidade era vista como algo simples do cotidiano que não é condizente a ser ostentado ali dentro. Portanto, utilizar esses tipos de calçados não faz parte daquela paisagem que a casa possui e, tampouco, é referente àqueles rapazes no momento

7 Aqui o termo “malaco” foi utilizado de forma pejorativa, referindo-se a uma pessoa que comete furtos.

em que estão se divertindo, reforçando as suas classes sociais e interagindo, a fim de afetar o outro por meio de suas indumentárias e acessórios.

De acordo com Ribeiro (2013), neste caso não são os homens gays que significaram esses calçados dessa forma. Essas sandálias são objetos receptores e produtores de seus próprios valores, ou seja, elas carregam consigo esse sinônimo de uma materialidade mais simples, que é confortável e está relacionada a um momento de descanso dos indivíduos em que não se exige uma determinada formalidade para que elas sejam usadas. O próprio modelo, o estilo e o material com que elas foram desenvolvidas transmitem essa percepção para os indivíduos.

Dentre os modelos de sapatos “aceitáveis” para os homens gays frequentarem a boate B está o sapatênis, que são calçados que possuem um estilo mais casual, com uma proposta de trazer a sofisticação do sapato social com o conforto do tênis e segundo os nossos interlocutores, são “sapatos de pessoas heterossexuais. Para França (2010), “esse estilo gay aceitável em determinados círculos sociais aproxima-se de estilos possíveis para rapazes heterossexuais com os quais compartilham a mesma cor e classe social, bem como alguns dos mesmos espaços (...)” (p.124-125).

Com isso, percebemos que essa preferência pelo sapatênis vai além de uma questão de simplicidade, praticidade e do modelo casual que o próprio calçado possui. Naquela paisagem, o modelo também reproduz classe social.

Considerações finais

Tecer uma interpretação a respeito do coletivo de homossexuais de Belém é compreender, antes de qualquer coisa, que não se tratam de indivíduos que podem ser entendidos enquanto um grupo homogêneo, que possuem as mesmas preferências e modos de consumo; pelo contrário, as suas diferenças, no que diz respeito as suas escolhas sobre o que vestir, calçar, que marcas usar, escolhas por casas noturnas específicas, entre outros exemplos de materialidades, ficou perceptível desde os primeiros momentos em que chegamos ao campo.

Essas diferenciações e processos de classificação a partir do consumo podem ser produzidos pelo próprio mercado. Portanto, para

interpretarmos o uso dos objetos e a relação que os rapazes tinham com eles, recorreremos ao que se entende enquanto uma antropologia do consumo, conceito utilizado por Mary Douglas e Baron Isherwood (2004).

Além disso, percebemos que os locais da pesquisa influenciavam diretamente na escolha das vestimentas e nas categorias sociais (includentes e excludentes), existentes dentro do coletivo LGBTQIA+ belenense que, também, está conectado a ideia do marcador de classe social e em uma concepção heteronormativa.

Para entendermos como os rapazes conseguiam se reconhecer por meio de suas indumentárias, recorreremos ao conceito de agência, de Alfred Gell (2005); sociação de Georg Simmel (2006); e aos estudos sobre a cultura material, de Daniel Miller (2013), que diz que as materialidades nos constituem ao mesmo tempo em que nós as constituímos, logo, elas formam as identidades dos indivíduos.

A discussão sobre o consumo e as dinâmicas de sociação dos homens gays de Belém é extensa e se conecta com diversos assuntos e marcadores sociais, portanto, foi necessário fazermos um recorte na escolha das paisagens, ter uma preferência por determinados interlocutores e optarmos por um tipo de materialidade a que, neste trabalho, nos dedicamos: as vestimentas, pois desde o início percebemos que elas eram peças fundamentais entre as pessoas pertencentes ao coletivo social de homens gays belenenses.

Referências

BUTLER, Judith. **Cuerpos que Importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos De Campo**, v. 13, p. 155-161, 2005.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**.

2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GELL, Alfred. A Tecnologia do Encanto e o Encanto da Tecnologia. **Concinnitas**, v. 8, n. 1, p. 42-63, 2005.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe [Online]**, 3, 2008. Posto online no dia 05 de agosto de 2014. Consultado no dia 27 de janeiro 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo local e o cosmopolita. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 231-262, jul./dez. 2007.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, Magda dos Santos. Por uma Biografia das Coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade. **Etnográfica**, v. 17, n. 2, p. 341-368, 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TILLEY, Christopher. Introduction: identity, place, landscape and heritage. **Journal of Material Culture**, v. 11 (1/2), p. 7-32, 2006.

_____. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 1, p. 24-62, 2014.

O MERCADO DE CONSUMO LGBTI+ NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PINK MONEY PARTIR DE SÃO PAULO/SP

Tibério Lima Oliveira

Doutorando do Curso de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), tiberio_berin@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso desenvolvido sobre o mercado de consumo voltado para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+) durante a Parada do Orgulho LGBT, no ano de 2019, na cidade de São Paulo. Metodologicamente, fez-se revisão bibliográfica, sobre as principais categorias analíticas, tais como: mercado de consumo LGBTI+, pink Money, Parada do Orgulho LGBTI+, Movimento LGBTI+. Ademais, realizou-se uma incursão etnográfica em alguns espaços de consumo, como boates, bares, restaurantes, teatros voltados especificamente para esse segmento. Como resultados identificou-se uma forte expansão do mercado LGBTI+ nessa capital. Inicialmente aferiu-se que existe uma forte hierarquização de classes sociais, gênero, raça/etnia e sexualidade desses espaços de sociabilidades.

Palavras-chave: Mercado de consumo LGBTI+, Parada do Orgulho LGBTI+, Pink Money.

Introdução

Desde o século XIX que a sexualidade tem sido pauta no campo político e econômico, especialmente, em determinados contextos que esse debate aparece de forma mais intensa, e muitas vezes para punir as sexualidades desviantes da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), isso expressa que o “sexo é sempre político” (Rubim, 2017), ou seja, a sexualidade entrelaça-se pela disputa pelo poder político, por meio dos debates morais utilizados como retóricas de disputas da tomada do Estado e das relações sociais que envolvem o poder, inclusive no campo da economia e do consumo.

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso desenvolvido sobre o mercado de consumo voltado para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+) durante a Parada do Orgulho LGBT, no ano de 2019, na cidade de São Paulo. Metodologicamente, fez-se revisão bibliográfica, sobre as principais categorias analíticas, tais como: mercado de consumo LGBTI+, pink Money, Parada do Orgulho LGBTI+, Movimento LGBTI+. Ademais, realizou-se uma incursão etnográfica em alguns espaços de consumo, como boates, bares, restaurantes, teatros voltados especificamente para esse segmento. Como resultados identificou-se uma forte expansão do mercado LGBTI+ nessa capital. Inicialmente aferiu-se que existe uma forte hierarquização de classes sociais, gênero, raça/etnia e sexualidade desses espaços de sociabilidades. Outro resultado refere-se as contradições como os altos índices de violência contra essa população no espaço urbano da capital, ao passo que se expande esse nicho econômico.

A princípio queremos pontuar que o mercado de consumo LGBTI+ no Brasil é extremamente complexo, segmentado e diversificado. De tal maneira, buscamos elementos mais gerais desse mercado para compreendermos como se dão as contradições advindas do “Pink Money”, pela sua extensão buscamos focar na capital paulista, apesar que hoje há em várias partes do Brasil espaços de sociabilidades de consumo focadas nesse público. Como faz notar o mercado “pink money” é um nicho econômico que se desenvolveu tanto nos Estados Unidos desde a década de 1970, como na Europa, mas também no Brasil a partir dos anos 1990 (Nunan, 2003). A terminologia “pink money” significa “dinheiro rosa”, conceito utilizado para categorizar as

pessoas LGBTI+ consumidoras em nichos econômicos especializados em atender a esse determinado público. Além disso, o “pink money” trata-se do poder aquisitivo, de compra e consumo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outros.

Na aparência ao referir-se sobre o mercado voltado para esse público por meio do processo de consumo da população LGBTI+, primeiramente identificamos as esferas do capital, que mercantilizam produtos para essa população, como: marcas famosas de vestuário de roupas íntimas a roupas de grifes, calçados, joias, relógios, literatura (livros literários e acadêmicos) e dvds temáticos, transportes, peças decorativas, produtos que fazem parte das “necessidades sociais” do conjunto da população estudada, porém com um poder de compra e com uma configuração de classe, raça, gênero e sexualidade.

Metodologia

Metodologicamente esse texto é parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Política Social da Universidade de Brasília (UnB) que tem como pesquisa “As expressões do homonacionalismo de mercado à brasileira”. Dessa forma, como caráter inicial fizemos uma análise bibliográfica e documental sobre as principais categorias analíticas (mercado de consumo LGBTI+ e sociabilidade homoerótica), analisamos dados do IBGE de 2011 que traça o perfil dos casais homossexuais no Brasil e do relatório da “Out Now Consulting” (2017) que trata do perfil desses consumidores LGBTI+ na realidade brasileira, além disso apresentamos no escopo desse trabalho a observação etnográfica acerca dos espaços de sociabilidade homoerótica na cidade de São Paulo durante a XXIII edição da Parada LGBT de 2019, que aconteceu na capital paulista no dia 23 de junho desse ano supramencionado.

Referencial teórico

O poder do “Pink Money” à Brasileira: quem são esses consumidores?

O poder que o mercado “pink money” tem promovido em torno da mercantilização e lucratividade a partir da setorialização (turismo, lazer, lojas, restaurantes) para população LGBTI+ em uma diversidade

de mecanismos de consumo, constitui-se como uma estratégia de apropriação de riquezas para manutenção de um determinado nicho econômico que se coloca na contradição dos valores postos por esse sistema.

Outro aspecto importante é o recorte de classe que faz parte desse público, os principais consumidores desse segmento são de classes médias e altas. Segundo a agência de “Marketing Cognatis”, destaca na sua página oficial uma crescente adesão das empresas brasileiras com ações focalizadas no público LGBTI+. No Entanto, observa-se que essa adesão tem um recorte de classe e gênero que se expressa: O último Censo do IBGE 2010, revelou que os casais igualitários ou homoafetivos, possuem mais renda e mais anos de estudos que casais héteros.

De acordo com a consultoria Cognatis, os casais homoafetivos, possuem renda 2 vezes maior que casais heterossexuais e, quando se fala de casais homoafetivos do sexo masculino, esta renda passa a ser 3 vezes superior. Além disto, o público LGBT gasta em média, 30% mais do que os heterossexuais. Segundo o Portal Globo News, o potencial do mercado gay brasileiro de 450 bilhões de reais e não para de crescer. Nessa complexidade de números postos por empresas que visam lucratividade com esses segmentos, questionamos esses números de uma realidade que é a do Brasil com tantas desigualdades sociais, 450 bilhões de reais é exorbitante num contexto de capitalismo periférico, essa pesquisa não expressa como esses recursos são captados, qual metodologia foi realizada para chegar a esses números, há uma glamourização de uma população que enfrenta no contexto brasileiro inúmeras expressões da questão social¹.

Entre junho e julho de 2017 a “Out Now Consulting²” (2017) desenvolveu uma pesquisa para identificar como era o perfil de

1 Consideramos a questão social como: “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77).

2 A “Out Now Consulting” é uma das maiores empresas internacionais em marketing voltado para esse segmento. Sua fundação foi em 1992 na Austrália, a mesma tem como maior público de atendimentos clientes gays e lésbicas. Já em 2001 a corporação abriu um escritório em Amsterdã na Holanda, tem diversos consultores em várias partes do mundo.

consumidores LGBTI+ no Brasil, foram entrevistados mais de 4 mil pessoas. Essa pesquisa foi realizada em parceria com o aplicativo de relacionamento Gay Hornetiv. Participaram cerca de 4018 entrevistados que responderam os questionários via os seguintes portais: Hornet, Facebook, indicados por amigos, guias gays entre outros. Na amostragem da pesquisa 49,5% eram homens, 49,5% eram mulheres e 1% intersexuais.

Segundo os dados da pesquisa “Out Now Consulting” (2017) no Brasil aproximadamente 9.5 milhões de pessoas são LGBTI+, dessa parcela 5.7 milhões são acessíveis pela internet “esses dois pontos de referência nos permitem atribuir uma parcela proporcional do valor total da renda anual per capita do PIB do Brasil (sendo US \$ 14.810, dados do Banco Mundial 2016) para cada grupo” (Out Now, 2017, p. 47).

Diante dos números da pesquisa a totalidade de pessoas LGBTI+ que tem acesso a internet “produz uma renda anual total de US \$ 84,7 bilhões para os 5,7 milhões de LGBT “acessíveis” da internet” para a totalidade desse segmento que corresponde a 9.5 bilhões no Brasil resulta num somatório de US \$ 141 bilhões (Idem, 2017, p. 47). No entanto, os dados da pesquisa da “Out Now Consulting” (2017) contribuem para decifrar o tamanho do mercado de consumo LGBTI+ no Brasil e seus principais nichos de aquisições. Nesse sentido, as principais despesas anuais desse público são: vestuário: R\$ 9,5 bilhões; roupas íntimas e roupas de grife: R\$ 1,75 bilhão; calçados: R\$ 5,5 bilhões; entradas para concertos, cinema, teatro: R\$ 3,5 bilhões; download e serviços digitais de músicas/vídeos: R\$ 137 por pessoa anualmente; livros: R\$ 488 por pessoa anualmente: DVDs R\$ 88 por pessoa anualmente (Out Now, 2017).

Importante elucidar que esses dados não expressam a totalidade da comunidade LGBTI+ brasileira, considero que essa população é bastante diversa e que tem diversas nuances que perpassam a questões de classe e raça/etnia, gênero. Não podemos “glamourizar” esses dados, especialmente quando se trata de uma população que está inserida um país de capitalismo periférico marcado pelos altos índices de concentração de renda, desigualdade social e ampliação da violência, além disso esses dados não revelam os preconceitos e discriminações que essa população vivencia cotidianamente dada a orientação sexual não convergente com a heterossexual.

Diante dessas preocupações com números que representem de fato elementos consubstanciais da realidade social e econômica da população LGBTI+ no Brasil, busquei dados a partir de portais oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que pudessem materializar as condições de vida dessa população. Esse órgão identificou pela primeira na história brasileira questões relacionadas a relações homoeróticas no Brasil e condições socioeconômicas dessa população no censo demográfico 2010.

Entre as observações identificou-se mais de 60 mil casais homoafetivos nos domicílios brasileiros. Esse número corresponde a 0,1% da totalidade de casais no Brasil de homossexuais que chefiam os domicílios, enquanto 65% são chefiados por casais heterossexuais equivalente a quase 37,5 milhões (IBGE, 2010). O censo de 2010 quando se refere a condição de compartilhamento e responsabilidades com o domicílio identificou-se que 26,5 mil são de casais homoafetivos do sexo masculino e 33.5 mil são de casais homoafetivos do sexo feminino, a totalidade desses casais mais de 58 mil vivem em domicílios localizados na Zona Urbana e 1,7 mil estão na Zona Rural. Além disso, o censo demográfico do IBGE (2010) identificou ainda sobre os casais homoafetivos os grupos de sexo e idade - dos casais homoafetivos as idades com maior predominância foram: de 25 a 29 anos: 12,3 mil casais e de 30 a 34 anos: 11 mil casais.

O que mais chama atenção na pesquisa do censo demográfico brasileiro foi a constatação que a renda dos casais homossexuais no Brasil é superior aos casais heterossexuais, sendo a renda dos casais gays superior aos casais heterossexuais. O IBGE constata que entre os casais heterossexuais que se trata de uma fração de 65% compõe renda entre 5 a 10 salários mínimos são de 3,4%, enquanto que entre os casais homoafetivos 0,1% - 60 mil casais, entre esses 9,5% declararam essa mesma renda salarial, isso expressa que nesta fração os casais homoafetivos possuem quase triplo a mais que os casais heterossexuais. Sobre a distribuição territorial “O Distrito Federal registra o maior rendimento médio mensal por domicílio de todo o Brasil, R\$ 4.635, seguido por São Paulo (R\$ 2.853) e por Santa Catarina (2.636)” para os casais homoafetivos (Geledés, 2011). Além disso existe outro elemento sobre a realidade dessa população no Brasil que é o recrutamento da violência contra essa população. De acordo com os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), desde que tivemos o golpe no Brasil em 2016 os números de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e

transexuais vítimas da violência LGBTfóbica recrudesceu. No ano de 2015 tivemos mais de 318 LGBT assassinados em todo território brasileiro, esse número recrudesceu em 2016, chegando proximamente cerca de 343 LGBT mortos de formas extremamente cruéis, “nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios” (GGB, 2016).

O ano de 2017 foram mais 445 LGBT, entre esses 387 foram assassinatos e 58 suicídios, e em dezembro de 2018 chegamos a marca de 372 mortes de LGBT em todo o Brasil. Esses dados evidenciam que as vidas dessas pessoas no Brasil estão em constantes ameaças, sobretudo, as travestis e transexuais que desafiam a ordem binária de gênero imposta pelas estruturas dominantes. Além da comunidade LGBTI+ pobre que não tem acesso ao mercado de trabalho pela discriminação, que não tem acesso às políticas educacionais pelos processos de marginalizações que vivenciam nesses espaços. Esses processos de violações são formas de espoliações do principal elemento da existência humana que é o ataque as suas próprias vidas, as negações e restrições de direitos contribuem para esse módus operandi. Observamos que mesmo com os altos índices de violência contra essa população há um fortalecimento dos espaços privados de sociabilidade LGBTI+, os dados apontam que esse nicho econômico tem altas taxas de lucratividade, sendo dessa forma “temos uma cidade “privatizada” por setores que dinamizam a economia e pensam estratégias para “envolver” aqueles segmentos da população que podem pagar pelo uso da cidade” (SILVA & SANTOS, 2018, p. 174).

No próximo tópico faremos uma breve discussão das principais contradições constatadas nesse mercado de consumo, tendo como lócus da pesquisa de campo a cidade de São Paulo durante a parada LGBTI+ de 2019.

Resultados e discussão

Um dos elementos centrais que compreendemos é que a economia-política-heterossexual dominante como aponta Oliveira (2013), é engendrada por uma normatização das identidades e das sexualidades, ou seja, “as normas de gênero têm tudo a ver como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o

público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual” (BUTLER, 2018, p. 41).

Assim, os espaços que são considerados como locais que foram construídos na perspectiva de uma socialização de uma sociabilidade homoerótica é marcada por muitos aspectos de normas de gêneros, contradições que são frutos de uma sociedade heteronormativa que impossibilita que as pessoas possam viver de modo pleno a sexualidade. Nesse aspecto os dados da Homo-lesbo-transfobia em São Paulo apontam que a cidade é extremamente violenta contra esse segmento “os estados que notificaram o maior número de homicídios e suicídios de LGBT+ em 2018 em termos absolutos foram São Paulo com 58 vítimas, Minas Gerais com 36, Bahia e Alagoas com 35 cada e o Rio de Janeiro, 32 mortes” (GGB, 2018, p. 13).

É com o intuito de combater as violências e violações de direitos que esse contingente enfrenta cotidianamente no espaço urbano paulista, que a Parada LGBTI+ de São Paulo provoca a sociedade a pensar sobre os rebatimentos dos preconceitos e discriminações vivenciadas por esses sujeitos. Ademais, a parada é o maior movimento político de resistência construído pelas identidades dissidentes no Brasil, reúne anualmente milhões de pessoas de múltiplas identidades, essas pessoas “[...] também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar à liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 33), especialmente, em um país que ainda é recordista em crimes contra essa população.

É certo que a Parada LGBTI+ de São Paulo tornou-se à grande assembleia nacional em forma de reivindicação política, construída por sujeitos coletivos, numa capital que historicamente construiu processos de lutas pela comunidade LGBTI+. São Paulo engloba por outro lado um universo de sociabilidade homoerótica extremamente amplo, para alguns os chamados “guetos”, diversificado e complexo cujo mercado de consumo voltado para esse segmento é ainda uma possibilidade sociabilidade mesmo que contraditória: “o gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social” (MACRAE, 1983, p. 56). Embora, consideramos que na atualidade a ideia de “gueto” não se configura mais como em décadas anteriores, muito pelo processo de visibilidades que esses espaços conquistaram na atualidade.

Diante disso, o mercado de consumo e de sociabilidade para encontros destinados às pessoas LGBTQ+ em São Paulo como podemos identificar é profundamente amplo, segmentado e marcado por divisões territoriais, inclusive territórios marcados por divisões de classe, gênero e raça/etnia que expressam relações com as identidades ali construídas, além de ser também para muitos que ainda vivem “no armário” uma possibilidade de viver sua sexualidade.

De tal modo como forma de expressar essas dimensões e contradições sobre a diversidade dos espaços destinados a sociabilidade dessas identidades, caracterizamos alguns dos locais dos quais fizemos observação. Entre os três espaços frequentados por distintas identidades - o primeiro que visitado foi o “Cine Joia”, o segundo espaço foi a boate “The Week” e o terceiro local foi a boate “Tunel” esses espaços convergem com que MacRae apontou em sua pesquisa:

Olhando o mundo homossexual de hoje, percebe-se a diferença existente entre a situação dos homossexuais masculinos e a das lésbicas. Os homens são muito mais visíveis e o seu gueto é bem maior, contando com numerosos bares, discotecas e saunas, enquanto as mulheres têm muito menos opções como pontos de encontro (MACRAE, 1983, p. 58).

O primeiro lugar que visitamos em São Paulo foi o “Cine Joia”, o ambiente era mais descontraído, a festa foi comandada apenas por Drags Queens, Travestis e Lésbicas. O público também era mais jovem composto por pessoas entre 18 à 25 anos, pessoas de classe média baixa, muitos dos que estavam na festa estavam vestindo roupas consideradas transgressoras, uma fluidez entre os gêneros masculinos e femininos, no público encontramos uma mistura de identidades o que chamavam de espaço das “gays afeminadas, das pocs, sapatões caminhoneiras e travestis” essa era a linguagem ao questionar uma Drag Queen sobre quem frequentava a festa, afirmando que ali se entrava o “povão”, “as bichas transgressoras” da capital.

Apesar de ser um local cujo a entrada era paga, observamos que ali podia ser considerado um local de resistência em comparação com outros locais visitados, resistência no sentido da desconstrução da normatividade posta em alguns ambientes. Muitos dos que estavam na festa conseguiram a cortesia, além disso as travestis e Drags Queens não pagavam para entrar. Isto posto, podemos dizer que esses “corpos em assembleia” dizem: “nós não somos descartáveis”, não

importando que estejam ou não usando palavras no momento; o que eles dizem, por dizer, é “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça” (BUTLER, 2018, p. 32).

O segundo espaço que visitamos em São Paulo foi à boate The Week, o ambiente é considerado um dos mais frequentados por turistas na capital paulistana, “Universo Perfeito foi, durante um tempo, o slogan da boate The Week, [...] o empreendimento foi um dos primeiros a ocupar a região da Lapa e Barra Funda” (FRANÇA, 2012, p. 75). A primeira vez que estivemos nessa boate foi no ano de 2016, naquele momento já observamos como a boate tinha como recorte extremamente visível – homens cisgêneros, em sua hegemonia brancos, um público altamente classe média alta, corpos sarados e extremamente padronizados, grande parte estava com roupas de marcas, expressado um forte recorte de classe e de gênero.

Nesse espaço fica mais explícito a política homonormativa: “uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as mantém e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despolitizada ancorada na domesticidade e no consumo” (DUGGAN, 2004). O que fica mais notório na boate The Week e o que marcou ao observar o espaço de sociabilidade foi a dimensão normativa da construção dos corpos que frequentam o local, isso se confirma também na pesquisa de França quando a autora relata que “a produção de quem é desejável na boate também passa pelos mecanismos de prestígio e afinidades. Alguns traços, porém, aparecem de forma mais incisiva quando se considera a dimensão do desejo” (FRANÇA, 2012, p. 93).

A terceira boate que visitamos foi a “Tunnel”, é um exemplo do processo de ampliação da sociabilidade LGBTI+, em determinados momentos a boate não cobra ingresso, com o nome na lista a entrada é franca até as 0:0hs, em determinados momentos e ocasiões a entrada varia entre 20 a 50 reais, muitas vezes com consumação inclusa, uma forma de atrair o público e quebrar a concorrência. A boate fica localizada no bairro Bela Vista, próximo à avenida paulista, bem no centro da cidade de São Paulo. Diferente da “The Week”, as pessoas que frequentam a “Tunnel” são pessoa de classe média baixa, roupas mais simples. Conseguimos identificar uma forte diversidade de identidades no local. A boate possui três pistas de danças, a festa

da véspera da parada LGBT, a casa não estava tão lotada, tinha uma quantidade expressiva de pessoas.

Identificamos nesse espaço uma territorialidade de distintas identidades. No primeiro ambiente de dança com músicas brasileiras “funk, pop e sertanejo” o público era composto por homens e mulheres, alguns garotos de programas e em sua grande expressividade rapazes negros. O segundo ambiente encontramos um público mais alternativo, músicas eletrônicas e shows com Drags Queens e por fim o último espaço que fica na parte inferior da boate, um imenso salão, tocava música dos anos 1980 e com um público bem heterogêneo. Dialogamos com algumas pessoas acima dos 50 anos de idade, alguns relataram que estavam ali porque eram os “espaços deles”, uma metáfora em relação a idade deles.

Diante disso compreende-se a partir do pensamento de Puar (2017) que existe um homonacionalismo de mercado na realidade brasileira que atua como um processo de contradições e forças que envolvem questões políticas, econômicas, sociais, culturais nas estruturas dos Estados-nações ao reconhecerem os processos de aceitação das bandeiras de lutas da comunidade LGBTI+ pela via do mercado, porém a partir da ótica homonormativa, essa perspectiva como aponta Duggan (2003), tende a individualizar as pautas por lutas por direitos dessa comunidade, forçadas pelo prisma das políticas neoliberais – pela via do consumo. O homonacionalismo surge como uma forma de reconhecer as potencialidades de consumo da comunidade de gays e lésbicas e de forte hierarquização desses espaços. O “sucesso” pela via do mercado desses sujeitos, vistos na ótica liberal como cidadãos consumidores – apresenta que expressivamente o avanço dos movimentos homossexuais pautando demandas e necessidades sociais pelo mercado é parte de uma agenda liberal desses sujeitos.

Considerações finais

Como foi lucidamente observado por Puar (2017), o processo de descriminalização da homossexualidade passou a ser cada vez maior em diversos países ocidentais, e como isso se fortaleceu o mercado de consumo destinado a esse público. Notadamente nos Estados Unidos fez com que o marketing destinado ao turismo, restaurantes, bares, boates LGBTI+ converter-se em uma das principais estratégias de consumo e lucratividade, mas também como um mecanismo de “lavagem

rosa” dos Estados-nações pela via do “pinkwashing” – denominado homonacionalismo de mercado. Destarte, o homonacionalismo surge como uma forma de reconhecer as potencialidades de consumo da comunidade de gays e lésbicas.

O “sucesso” pela via do mercado desses sujeitos, vistos na ótica liberal como cidadãos consumidores como bem analisado por Oliveira (2013) – apresenta-se com o avanço dos movimentos homossexuais pautando demandas e necessidades sociais pelo mercado, restringindo-se a uma agenda liberal desses sujeitos do reconhecimento pelo consumo. Como resultado identificamos uma forte expansão do mercado LGBTI+ no país, especialmente, no Sudeste (São Paulo). Observamos, ainda, que mesmo com os altos índices de violência contra essa população, os dados apontam que esse nicho econômico tem altas taxas de lucratividade, mas sabemos que não todo LGBTI+ que tem acesso a esses espaços.

Como discussão compreende-se que o “pink money” atua como uma dimensão do “pinkwashing” “lavagem rosa” (PUAR, 2015) que opera para mascarar as contradições de violência vivenciadas pela população LGBTI+ no Brasil, expressa-se assim uma falsa “cordialidade com essa população” (Bento, 2015). Conclui-se que mesmo em tempos de avanço do neoconservadorismo, o capitalismo utiliza-se de diversas estratégias de lucratividade, mesmo flexibilizando a sua moral quando se tem como objetivo central a obtenção de lucro. Destarte, os espaços de sociabilidade LGBTI+ ao mesmo tempo que serve como possibilidade de vivência da sexualidade, de relações sociais homoerótica, de diálogos, diversão e lazer, opera também como narrativas de normatizações das sexualidades por meio de práticas que reiteram a heterossexualidade compulsória.

Referências

BENTO, Berenice.. “Pinkwashing à brasileira”: do racismo cordial à LGBTTTTfobia cordial. Revista Cult, 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordialgbbtttfobia-cordial/>. Acesso dia: 18 de abril de 2019.

BUTLER, Judith.. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neo-liberalismo. In. Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics. Russ Castronovo y Dana Nelson (eds). Duke University Press, Durham, 2004.

FRANÇA, Isadora Lins. (2012). Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Edeurj.

GELEDÉS. IBGE: Casais gays ganham mais que casais heterossexuais. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: Acesso dia: 03/05/2019. GGB.

GRUPO GAY DA BAHIA. Pessoas LGBT mortas no Brasil. Relatório 2017. Salvador: Grupo Gay da Bahia. Disponível em <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: 05/07/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). Censo contabiliza 60 mil casais gays; metade mora no Sudeste. Recuperado em 29 de abril de 2011 de <http://noticias.uol.com.br/ultnot/multi/?hashId=censo-contabiliza-60-mil-casais-gaysmetade-mora-no-sudeste-0402CC9C3772CC911326&mediald=11239793>.

MACRAE, Edward. "Em defesa do gueto". Novos Estudos Cebrap, v. 2, n. 1, p.53-60, 1983.

NUNAN, Adriana. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro, Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de "consolação". Psicologia & Sociedade; 25(1): 68-78, 2013.

Out Now Consulting. (2017). 'Brazil 2017 Report – Out Now Global LGBT2030 Study'. Ian Johnson, November 15, 2017. Link disponível em: <http://www.outnow.lgbt/>. Acesso dia: 07 de setembro de 2019.

PUAR, Jasbir, K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. Revista Lusófona de Estudos Culturais, vol. 3, n. 1, pp. 297 – 318, 2015.

PUAR, Jasbir, K. Ensamblajes terroristas. El homonacionalismo en tiempos queer. Barcelona, edicions bellaterra, 2017.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, 4 (5), jan./jun, pp. 17-44, 2010. (Obra original publicada 1980).

RUBIN, Gayle. Pensando Sexo. Tradução de Jamille Pinheiro Dias, São Paulo, Ubu Editora, 2017.

SILVA, Andréa Lima da. SANTOS, Silvava Mara de Moraes dos. Legado do marxismo na análise do direito à cidade e da diversidade sexual. In. Boschetti, Ivanete. Behring, Elaine & Lima, Rita de Lourdes (Orgs). Marxismo, Política Social e Direitos. São Paulo, Cortez, 2018.

NO TEMPO DO GAIVOTA E TROPICUIR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E VISIBILIDADES LGBTIA+

Denise B Portinari

Docente do Depto. de Artes e Design da PUC-Rio , denisep@puc-rio.br;

Guilherme Altmayer

Professor adjunto da ESDI/UERJ , galtmayer@gmail.com

Resumo

Este trabalho consiste na apresentação e discussão de duas pesquisas sobre memórias e visibilidades LGBTIA+ que vêm sendo desenvolvidas há mais de três anos, no âmbito do Depto. de Artes e Design da PUC-Rio e de outras instituições parceiras. Uma dessas pesquisas intitula-se “No tempo do Gaivota: memórias e visibilidades lésbicas”, e vem se desenvolvendo através de um programa de coleta de depoimentos orais e audiovisuais de ex-frequentadoras/es da casa noturna “Gaivota” que existiu na cidade do Rio de Janeiro entre 1976 e 1999; a outra chama-se Tropicuir e consiste em uma plataforma de memórias, visibilidades e manifestações LGBTIA+/cuir, construído através de uma série de ações de curadoria praticadas em interação com coletivos ligados a movimentos sociais, transcorridas principalmente entre 2013 e 2019. Ambas as pesquisas convergem na proposição da construção de um “dispositivo de memórias e visibilidades sapatônicas e transviadas” como estratégia de resistência aos dispositivos normativos que promovem, de diferentes maneiras, o apagamento das vidas e das visibilidades desviantes. Estas pesquisas tomam por referência e interlocução teórica a noção de dispositivo avançada por Michel Foucault, os trabalhos de memorialistas e arquivistas LGBTIA+, os estudos feministas e queer, a poética barthesiana do viver-junto e

os textos de Walter Benjamin, Jeanne-Marie Gagnebin e Katia Muricy sobre experiência, memória e esquecimento e as práticas arquivísticas queer de Ann Cvetkovich, Jose Esteban Muñoz e Jack Halberstam.

Palavras-chave: memórias LGBTQIA+; arquivos LGBTQIA+; (in)visibilidades LGBTQIA+; identidade e memória

Introdução

As pesquisas relatadas neste artigo partem de um ponto em comum: o desejo de produzir relatos e registros de vivências lésbicas, bichas, gays, travestis, transexuais e transviadas¹. Mais adiante discutiremos o problema das terminologias que nunca estão à altura das muitas possibilidades de existências homoeróticas e gênero-dissidentes. Discutiremos também as questões colocadas por essas diferentes formas de vida no que concerne a diversidade de seus registros, historiografias e modos de visibilidade. Antes disso, é importante enfatizar aquilo que constituiu a nossa visada comum: a visibilização e o registro de manifestações e memórias efêmeras, relativamente anônimas, de alguma maneira invisibilizadas.

Ao longo dos últimos quarenta anos, surgiram muitas iniciativas de memorialização e registro de memórias e manifestações homoeróticas e queer. No Brasil, temos hoje uma quantidade expressiva de excelentes pesquisas (e projetos voltados para o registro de memórias LGBTIA+ como Acervo Bajubá², o Instituto LGBT+³, o Museu da Diversidade Sexual⁴, Arquivo Lésbico Brasileiro⁵. Todavia a maior parte dessas iniciativas está voltada para o levantamento e análise de documentos e registros produzidos por mídias já constituídas, grupos relativamente organizados, militâncias e artistas que de alguma maneira deixaram a sua inscrição em textos, notícias, filmes e gravações, enfim, em alguma forma de documentação.

Mas o que acontece com as vidas e as manifestações que permaneceram anônimas e não documentadas, com artistas que não

1 No dicionário, o termo transviado tem o seguinte significado: aquele que se transviou; que se afastou dos bons costumes; desencaminhado; que se perdeu do caminho; que se opõe aos padrões comportamentais preestabelecidos ou vigentes. Transviado é também proposto pela pesquisadora Berenice Bento (2014) para pensar em um termo “guarda-chuva” para ações sexo dissidentes de bichas, sapatões, trans, travestis e que seria uma tradução que se aproxima do “queer”. Fazemos uso recorrente do termo para pensa-lo como lugar de contestação e tensionamento entre o campo das artes e das dissidências de sexo e gênero.

2 Ver <http://acervobajuba.com.br/>

3 Ver <https://instituto.lgbt/>

4 Ver <http://www.mds.org.br/>

5 Ver <https://www.facebook.com/ArquivoLesbicoBrasileiro>

tiveram acesso às mídias ou aos registros mais duradouros, com as manifestações efêmeras e precariamente documentadas? Ainda que algumas dessas manifestações sejam às vezes parcialmente registradas em pesquisas que trabalham com documentos já existentes, elas não constituem a visada primordial dessas pesquisas. Para além disso, como construir alguma memória das formas de visibilidade que se constituíram justamente em espaços relativamente restritos e secretos, nos “submundos” que durante muito tempo constituíram o espaço-tempo dos encontros e das manifestações homoeróticas, não-binárias, contra-normativas e dissidentes?

As duas iniciativas que relatamos aqui, ainda que convergentes, desenvolveram diferentes estratégias de abordagem para esse tipo de questão. Uma procurou focalizar o circuito de bares e boates GLS do Rio de Janeiro entre as décadas de 70 e 90, voltadas predominantemente para as lésbicas, através de um programa de coleta de depoimentos e documentos inspirado no *Lesbian Herstory Archives*⁶. A outra consistiu em uma série de ações de curadoria voltadas para o acolhimento, a provocação e o registro de manifestações de visibilidade cuir/LGBTIA+, produzidas por artistas, coletivos, pesquisadores e manifestantes extemporâneos na década de 2010. As duas iniciativas reúnem-se em uma plataforma digital que visa visibilizar e disponibilizar esses registros em um formato que estamos chamando, temporariamente, de “dispositivo de memórias e visibilidades LGBTIA+/Queer: a plataforma Tropicuir.org.

No tempo do Gaivota: memórias e visibilidades lésbicas

A pesquisa toma como ponto de partida a extinta casa noturna Gaivota, tendo já iniciado junto a ex-frequentedores desse espaço um programa de coleta de depoimentos orais e audiovisuais, realizados individualmente e em pequenos grupos, com a finalidade de potencializar a construção de memórias, redes de sociabilidade e visibilidades LGBTIA+ no Rio de Janeiro, focalizando especialmente as existências lésbicas, no período que vai de meados da década de 1970 ao final da década de 1990, em suas relações com o tempo presente.

6 Ver <https://lesbianherstoryarchives.org/>

Situada no início da então semi-deserta Rua Rodolfo Amoedo, na Barra da Tijuca, o Gaivota foi, de 1976 a 1999, um lugar central de encontro de pessoas das mais diversas proveniências, idades, classes, racialidades e orientações sexuais, permanecendo, todavia, mais fortemente associado à população e à cultura lésbica da cidade. Após essas duas décadas muito movimentadas, o Gaivota foi se desarticulando; inicialmente houveram algumas tentativas de mudança de local (para a atual Avenida Lúcio Costa) e de formato (transformando-se em uma festa semanal), mas as características e o sucesso do espaço original se perderam no tempo.

A desarticulação dos espaços físicos de encontros voltados para o público LGBTIA+, e especialmente dos espaços frequentados pelas lésbicas, vem acontecendo desde o final do anos 90. Esse desaparecimento tem recebido alguma atenção da mídia e foi abordado em diversas pesquisas que o associam com a gentrificação dos espaços – e das mentalidades – na sociedade contemporânea (SCHULMAN, 2012; PORTINARI & CESAR, 2014; WENNERHOLM, 2019); com os efeitos da disseminação crescente das redes sociais na configuração de outros espaços sociais e afetivos, e com outras formas de apagamento da experiência lésbica e de outras vidas desviantes.

O desaparecimento do Gaivota e de tantos outros bares e casas noturnas voltadas para as lésbicas é de certa forma a perda de uma forma de existência. Desde então ganhamos muito, sem dúvida, especialmente no que concerne a certas conquistas no plano dos direitos civis, do protagonismo e da visibilidade sociopolítica – mas também nos tornamos de alguma maneira mais pobres. A perda maior, nesse sentido, seria a perda dessa memória, ou da possibilidade de transmiti-la – a perda disso que Benjamin chama de “experiência”. A transmissão é o que constitui a experiência como tal. Ir contra a perda da experiência é uma forma de resistência; é talvez um dos sentidos que podemos dar para a injunção benjaminiana de que é preciso “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225).

O Gaivota é um pequeno fragmento da existência LGBTIA+ no Rio de Janeiro, no Brasil, no mundo, nas vidas de cada uma e cada um que passou por ali. Cabe lembrar também que o Gaivota não existiu sozinho, pois fazia parte de um pequeno circuito de locais que pontilhavam o mapa sócio-afetivo de existências lésbicas naquele tempo e espaço – como a boate Encontros e o bar Pizzaiolo. O “tempo do

Gaivota” é pois um espaço-tempo que abrange também esses espaços e as vidas que por eles transitavam.

A escolha dessa extinta casa noturna, centro de sociabilidades e experiências de pessoas que hoje estão em sua maioria na faixa dos 60+, foi estratégica na medida em que coloca como ponto de partida da pesquisa um espaço-tempo de vivências homoafetivas sem privilegiar de antemão uma determinada circunscrição de identidades. Essa estratégia permitiu que a pesquisa abarcasse o universo de ex-frequentadores que nem sempre se identificam com as denominações, as formas identitárias e as implicações políticas e existenciais demarcadas pelas siglas LGBTIA+. Ao mesmo tempo, possibilita a abertura de um arquivo de memórias de existências relativamente comuns e anônimas, que em geral escapam às diversas iniciativas já existentes de constituição de arquivos LGBTIA+, normalmente voltados para o registro das militâncias políticas, das performances artísticas e das pessoas que de alguma maneira já deixaram os seus registros nos anais da imprensa e da história.

A criação de um “dispositivo de memórias e visibilidades” lésbicas que contemple também essas vidas anônimas é um dos objetivos deste projeto, que nesse sentido inspira-se nos princípios do Lesbian Herstory Archives (NESTLE, 1990), Tributário da noção lésbico-feminista de *herstory* — a elaboração de historiografias a partir de uma perspectiva não-patriarcal e não-heteronormativa — o LHA sustenta os princípios que o nortearam desde o início: recolher, preservar e disponibilizar registros de vidas e atividades lésbicas, quaisquer que sejam. O Arquivo coleta materiais “sobre e por Lésbicas”, reconhecendo a mutabilidade dos conceitos de identidades lésbicas.

No caso do presente projeto, o foco não se restringe aos arquivos lésbicos, embora a escolha do “tempo do gaivota” como ponto de partida implique em uma ênfase dada às vidas e memórias lésbicas.

A crescente visibilização política das questões de gênero e sexualidade, com as conquistas e o acirramento dos conflitos em torno dos direitos civis LGBTIA+; o crescimento também dos sujeitos e discursos de direita, dos fundamentalismos religiosos e das forças conservadoras no Brasil e no mundo; os acontecimentos que mais recentemente alteraram profundamente os destinos sociais, políticos e econômicos do país; as mudanças nas formas de existir, pensar-se e construir-se como sujeito de diferentes gêneros e práticas sexuais e afetivas; esses são alguns aspectos que configuram o presente em que as falas sobre

“o tempo do Gaivota” são convidadas a emergir, e que certamente as afetam e informam.

Portanto este projeto não visa propriamente “reconstruir” ou memorializar a história desse espaço/tempo. Não se trata de restituir aquilo que já findou, mas de fazer circular, fazer falar aquilo que insiste ainda: as memórias, as falas, as existências daquelas e daqueles que fizeram e fazem viver esse espaço/tempo, em suas confluências com o momento presente. Como era? O que mudou? - são algumas das perguntas que pretendem suscitar essas falas.

No horizonte do projeto, e visando explorar a possibilidade de constituição de um “arquivo vivo”, lançamos mão de uma bricolagem de abordagens, métodos e técnicas, inspiradas nas metodologias queer, fazendo uso de técnicas de coleta de depoimentos orais e audiovisuais e recursos de construção de mídias digitais (ALTMAYER, 2020) Considerando o objetivo de criar e disponibilizar um “dispositivo de memórias e visibilidades LGBTIA+”, as principais ações de pesquisa envolvem a coleta, a curadoria e a disponibilização de registros de depoimentos e de documentos. A coleta implica o desenvolvimento continuado de um programa de depoimentos orais e audiovisuais e de levantamento e coleta de registros documentais sobre o “tempo do Gaivota. A curadoria envolve a edição, o tratamento e a disponibilização desses registros, bem como a promoção de eventos, encontros e rodas de conversa em que esses registros são ao mesmo tempo produzidos, veiculados e debatidos. A disponibilização e a curadoria envolvem a criação e manutenção de arquivos em plataformas e mídias digitais. Essas diferentes ações podem acontecer simultaneamente, pois um princípio que sustenta esta iniciativa é a noção de que a memória é uma criação permanente e coletiva.

Assim, por exemplo, o modelo do programa de coleta de depoimentos sobre o “tempo do Gaivota” envolve ao mesmo tempo o registro de depoimentos individuais e em pequenos grupos, onde a memória de uma pessoa estimula e deflagra a memória de uma outra. A etapa de disponibilização desses registros deve servir como um deflagrador de novas contribuições trazidas por outras/outros eventuais participantes, pois o “dispositivo de memórias” é concebido de maneira a permitir a interação de pessoas umas com as outras e com os participantes cujas contribuições já foram registradas, e de modo a possibilitar ainda que novos participantes possam escolher registrar ali as suas contribuições. Nesse sentido, este projeto se entende

também como uma prática, a prática de criar um desdobramento possível e presente do “tempo do Gaivota”, oferecendo-o às/aos participantes como um espaço de expressão e de possíveis trocas.

Todavia essa proposta esbarra em uma problematização desafiadora: em que medida a abertura desse arquivo e a criação desse dispositivo implicariam na imposição de formas de visibilidades contemporâneas que vão na contramão das formas de visibilização que foram possibilitadas e cultivadas pelo espaço-tempo do Gaivota? Essa pergunta tem sido sugerida especialmente pelas participantes da pesquisa que se identificam como “entendidas” ou “gays”, cujas experiências são pautadas por formas seletivas de visibilidade e de auto-referência, em que uma identidade homoerótica é explicitada com certa reserva, ou apenas em certos lugares, de certas maneiras, e para certos grupos. Isso não significa, obrigatoriamente, em absoluto, que essas pessoas não tenham sustentado e vivenciado o mais integralmente possível as suas identificações e escolhas existenciais e afetivas. Sustentamos que essas atitudes não devem ser apressadamente julgada e classificada segundo os valores e padrões de conduta atuais, mas acolhidas e compreendidas em seus próprios termos. É importante levarmos em conta o lugar representado pelos espaços de encontros homoeróticos no imaginário do tempo do Gayvota, segundo a fala de uma assídua ex-frequentedora:

O Gaivota fazia parte de um... Submundo. A gente ia lá, nesses lugares, porque era neles que era possível a gente ser gay, ser sapatão. Era coisa do submundo, era lá que você existia como homossexual. Fora dali, você não era nada, o mundo era dos caretas. Ser sapatão era essa coisa do submundo. Então era tudo muito misturado, tinha de tudo, tinha gay, sapatão, travesti, garota de programa, malandro, michê, o povo da noite, os drogados, as madames, os curiosos, os do swing, os da noite, era essa mistura. E a gente ia lá por isso, pra poder existir. (Fala de F. 64 anos, ex-frequentedora do Gaivota)

Mais importante do que realizar os objetivos vislumbrados para este projeto, portanto, é a possibilidade de nos determos diante de uma fala como essa, para apreciar as suas implicações no que concerne a memória e o registro de outras formas de visibilidade e de existência. Muito possivelmente, o registro do “tempo do Gaivota” permanecerá fragmentário, desigual e parcialmente velado; pode ser

que boa parte das/dos participantes escolha permanecer no anônimo e permita apenas o registro em áudio de suas falas; pode ser que nem todas/todos desejem a interação com outros participantes. O que importa é que algo dessas falas possa se fazer ouvir e circular, e que nesse processo alguma experiência possa se constituir como transmissão de memória.

Tropicuir: estético-políticas como estratégia de salvaguarda de memórias

O projeto tropicuir procura refletir sobre a intercomunicação e potencialização entre os campos da arte, os ativismos políticos, as ruas e a academia utilizando diversas experiências no Rio de Janeiro entre os anos 2016 e 2018 e arquivos históricos de ativismos dos últimos cinquenta anos. Seu objetivo é dar a ver as formas como estes eventos e corpos se interconectam e comunicam redes de resistências contra normativas de sexualidade e gênero a partir de práticas estéticas e para além, propor práticas e exercícios de rememoração e modos de arquivar juntas esses acontecimentos, visando sua inscrição na história das artes, dos ativismos e das políticas transviadas.

Tropicuir se materializou então, nos últimos anos, em uma série de práticas de memória interconectadas: dissertação de mestrado⁷ e tese de doutorado⁸, curadoria de artes e ativismos e livro-catálogo, residências artísticas dissidentes, colaboração na noite estranha⁹ em homenagem a Matheusa Passareli, leilão de arte¹⁰ em benefício da CasaNem durante a mostra Queermuseu e ainda a plataforma tropicuir.org, que se coloca como um laboratório continuado de práticas de documentação e registro de memórias auto representadas.

Estas práticas de salvaguarda de memórias sexo e gênero dissidentes invocam diversos questionamentos sobre a intencionalidade dessas práticas: qual a relevância de tornar vivo esse passado? Como se aproximar desses materiais por meio de arquivos do presente, de

7 Ver: Tropicuir. (Re)existências políticas nas ações performáticas de corpos transviados no Rio de Janeiro. 2016. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27275/27275.PDF>

8 Ver: Tropicuir: estético-políticas transviadas – memória, arquivo, design. 2020. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48596/48596.PDF>

9 Ver: <http://despina.org/noite-estranha-cuidado-convivencia-agencia/>

10 Ver: <https://www.tropicuir.org/movimento-nuvenmem/>

corpxs como arquivo? Quais as implicações de desengavetar, “sair do armário” e tornar esses acontecimentos em registros acessíveis? Quem decide o que se torna arquivo e quem detém os privilégios para tal? Qual desenho pode ter um arquivo de dissidências estético-políticas queer/cuir? Quais experiências são *inarquiváveis*? Como podemos arquivar juntas?

Longe da intenção de responder a todas essas indagações de forma conclusiva, abrimos espaços para reflexão e práticas na aproximação com registros tão diversos como escritos, performances, pinturas, fotografias, convites, fotografias, relatos, lambe-lambes, vídeos do *YouTube*, redes sociais, obras de arte, encontros de corpos: arquivos que se desdobram sem cessar, em uma rede de códigos geradores de novos arquivos e subjetividades que se inscrevem no futuro.

Metodologicamente, o que se pretendeu sistematizar, a partir de uma série de erros e acertos, é um conjunto de métodos de *transviação* (PORTINARI, 2017), de arquivo de memória e do campo do design, que rompam com lógicas de dominação discursivas, com dinâmicas de construção narrativas uníssonas e higienizadoras. Métodos e técnicas que esperamos poder ser reproduzidos, regurgitados em outras frentes de registro, autônomas, para que outros sujeitos possam criar sua própria história, a partir da possibilidade de auto representação.

Além de preencher espaços vazios, corrigir esquecimentos, nem muito menos reivindicar uma arte “bicha”, “sapa”, “trans”, o que aqui está em jogo diz respeito principalmente a um movimento para desestabilizar as estruturas da história das artes e os tratados de autoridade da epistemologia dominante que abrem espaços momentâneos “de inclusão” apenas para colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilamente. É insuficiente porque é esse mesmo sistema que manterá operante, paralelamente, cancelamentos, expulsões e silenciamentos.

Para Nelly Richard, em *Crítica y Política* (2013), não interessa, portanto, “ilustrar os conteúdos de uma diferença já construída”, mas sim “mobilizar um processo de diferenciação simbólica que altere as codificações de poder genérico-sexual nos sistemas de representação e valorização cultural dominantes” (RICHARD, 2013 p.104).

Inquietações presentes nesse processo de visibilidade nos fazem indagar se as manifestações que produzimos não deveriam residir apenas lá, na experiência passada? Jose Munõz, em *Efêmera como evidência: notas introdutórias ao queer* (1996), fala de como a transviação sempre se transmitiu de forma secreta, na sombra, na noite,

no subterrâneo. Muñoz nos dá indícios de uma impossibilidade de captura de eventuais arquivamentos. Indícios de saberes articulados estrategicamente para escapar de qualquer tentativa de captura.

Porque se tratam lugares que asseguram sobrevivência, convivência e beijo na boca. Saberes que se dão através da língua bajubá das travestis, inteligível somente aos entendidos; através dos lenços coloridos que codificam as preferências sexuais na pegação das bichas norte-americanas; na reunião de corpos desejosos irreconhecíveis na escuridão dos quartos escuros; na pista de dança de inferninhos discretos; nas reuniões das “turmas” para socialização e transformismo em casas de amigos, que estalavam os dedos ao invés de aplaudir para não despertar a curiosidade de vizinhos, no Rio de Janeiro dos anos 1950.

Nas beiras da heteronorma nos colocamos, e é pelas beiras que comemos e gozamos. E por isso falamos por códigos, criamos linguagens próprias de comunicação, indissociáveis do corpo marcadamente presente, mas às vezes ausente. Muñoz (1996) argumenta que a ausência de práticas transviadas em arquivos oficiais estaria relacionada a uma certa efemeridade da performatividade transviada. Destruir e apagar rastros e pegadas foi, e ainda é, muito importante para garantir nossa sobrevivência, principalmente a de corpos mais vulneráveis e suscetíveis às violências de gênero, raça e classe historicamente instituídas no Brasil: insegurança de arquivo.

Nossa relação com evidências históricas e rastros é atribulada (MUNOZ, 2009), pois historicamente foi utilizada para gerar processos patologizantes, encarceramento (lembremos da lei da vadiagem na ditadura militar no Brasil, que prendeu muitas travestis trabalhadoras do sexo) em processos violentos para disciplinar nossos comportamentos e atos. Na tentativa de escrevermos nossas histórias, existe sempre um guardião da presença heteronormativa, que vai trabalhar na invalidação dessas evidências, as tornar menores, ou invisíveis, ou ainda aproveitar-se delas para atos de violência contra nossos corpos.

Assim, a forma como essas evidências são tratadas demandam, acima de tudo, cuidado e precisam ser revistas quando tratamos de inscrever memórias transviadas neste desmunhecar do arquivo. Jack Halberstam, em *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives* (2005), pondera que o arquivo *queer* não se trata de um mero repositório, mas da construção de uma memória coletiva, na qual estão presentes registros complexos de vidas transviadas. E

para que funcionem e sejam ativados, eles devem estar disponíveis para olhares capazes de lidar com a complexidade das histórias neles presentes.

Halberstam (2005) fala da ideia de bloco histórico, alianças entre uma minoria acadêmica e corpos transviados e de como investigações universitárias têm um papel fundamental não somente na construção de memórias e arquivos cuir, mas na circulação de suas multiplicidades e sofisticações. O apuro pode colaborar para que a radicalidade dos trabalhos permaneçam nas mãos das “subculturas transviadas” (Halberstam, 2005).

Neste caminho para pensar um arquivo transviado, esbarra-mos em um problema preliminar já no momento de sua concepção. Derrida (2001) nos fala que não haveria arquivamento sem título, sem um nome – e por isso sem uma lei que dita sua legitimação, que o classifica e o hierarquiza: “sem ordem e sem ordem, no duplo sentido desta palavra” (DERRIDA, 2001 p.56). Ora, se pensar sob uma perspectiva cuir implica extrapolar o gesto de atribuir nomes, identidades, categorias e encaixar em padrões que, ao longo dos últimos 100 anos, serviram para patologizar e marginalizar nossos corpos, como, então, pensar um design de arquivo que resolva esse conflito?

Se o arquivo, pensado em um prisma mais institucional, demanda a normatização e binarização de seus conteúdos, os de dissidência sexuais se mostram pouco usuais e não normativos, e correm o risco de serem esvaziados, branqueados pelas tentativas de submeter suas práticas à regra da norma, para coincidir narrativamente com a coerência de outros fundos documentais.

A escuta dos corpos, a auto representação, o abandono de nomes e classificações e a ressignificação de termos pejorativos podem dar pistas de um caminho possível. Visitando os arquivos de uma arquivista amadora, em sua página na internet, me deparei com a seguinte pergunta: “Como configurar um arquivo, um quadro de classificação, uma ferramenta de recuperação, índices, catálogos, de materiais que procedem de pessoas que desafiam a taxonomia a cada dia?” nos pergunta a *Amateur Archivist* (2015).

O desafio começa no processo de classificação de obras, experiências e vivências tão múltiplas. Seguimos com indagações: como classificar os desclassificados? Como pensar reapropriações táticas dos termos arquivistas? Quais outras dinâmicas de classificação,

visualização e leitura podemos pensar, para além daquelas definidas por um sistema desenhado sobre estruturas heteronormativas?

É a partir de práticas cuir que buscaremos subsídios para subverter e eliminar categorias e hierarquias no sentido de destituir a norma e nos unirmos ao registro para marcar um tempo, os termos e gírias característicos, as reapropriações políticas para imaginários de futuro (e sobrevivência) coletivizados.

A partir do revisionismo histórico, temos como ponto de partida a proposta de escapar dos sujeitos históricos, do que é contado, para ir na direção do corpo contador de sua própria história, criador de sua própria narrativa coletiva. Nesse sentido, pensar o design de arquivo transviado passa por práticas de auto representação: fui feito objeto, abjeto, agora posso ser sujeito da nossa memória coletiva.

Charles Morris e K.J. Rawson, em *Queer archives/ Archival queers* (2013), argumentam que arquivos *queer*, em suas próprias existências, criticam e desafiam a normatividade e a circulação de coleções entre instituições. Instauramos processos de invalidação de normas dadas até então como regra. Quem fomos, somos e seremos não pode ser entendido como dado, como algo estável e fixo e por isso os gestos de nos fazermos presentes, de desestabilizarmos os registros com nossas presenças abjetas e nossas auto representações são marcadores de que por ali um dia passamos e constituem, portanto, em si mesmas uma intervenção política (MORRIS & RAWSON, 2013).

Os rastros que deixamos e suas respectivas efemeridade, sinais intermitentes de outros tempos e espaços, são lugares de promessa de potência transviada, ainda sempre por realizar, presentes na sua precariedade para podermos imaginar futuros em nossos corpos e nossos corpos no futuro (MUÑOZ, 1996).

Nesse sentido, nos alinhamos com Morris & Rawson (2013) em um impulso de engajamento social e memória coletiva, ao entender as práticas de arquivo como conectores entre temporalidades – entre tempos identitários e pós-identitários, tempos sombrios e violentos, tempos orgulhosos: temporalidades que se fundem e se traduzem em fontes retóricas de produção cultural. Podemos todas nos entender como bichas arquivistas através de nossas historicidades e histórias imaginadas (MORRIS & RAWSON, 2013).

Movimentos que ganham potência ao termos consciência do que está em jogo: autoconhecimento, engajamento, escuta e fala sobre esses rastros, traços, e corporeidades de combinações infinitas. Um

convite para testemunhar, através de práticas artísticas entendidas como práticas políticas, lugares onde todas nos tornamos agentes. Testemunhos como movimentos de emancipação e evidências de existência de comunidades marginalizadas, lidos aqui como atos críticos de documentação. Mais significativo ainda é imaginarmos leituras de documentações em futuros próximos e distantes sobre “momentos, objetos, performances e espaço que podem oferecer iluminações emancipatórias do lugar transviado” (MUÑOZ, 1996, p.22).

Ann Cvetkovich, em *The Queer art of the counter archive* (2011), a partir de suas práticas sobre o *Lesbian Herstory Archives*¹¹ (LHA), nos convida a pensar o arquivo cuir para além de uma experiência intelectual, mas como um arquivo de sentimentos. Uma busca por traçar relações afetivas com acontecimentos e como “atos de construção de arquivos radicais podem sustentar um futuro cuir, ao nos lembrar de passados cuir” (CVETKOVICH, 2011, p.35). Para a autora, nossas comunidades transviadas têm uma necessidade emocional de ter história, apontando para a permanente urgência do arquivo questionador do que virá a arquivar e narrar: arquivos urgentes desencaixados das normas usuais do arquivo.

Considerações finais

No Tempo do Gaivota e Tropicuir são propostas de projetos que se complementam e compartilham questionamentos e dificuldades em suas intenções de salvaguarda de memórias de passados e presentes. Objetivamos a construção de uma presença digital não vinculada a redes sociais hegemônicas que pleiteiam a independência digital para se proteger de censuras, denúncias, ataques moralistas e desaparecimento de dados.

A transposição das experiências documentadas para uma plataforma digital de comunicação, das conversas ‘com’, constitui uma tentativa de ampliar as possibilidades de inscrição dos interlocutores da pesquisa. Através de depoimentos em vídeo e testemunhos escritos, garantimos uma expressão multifacetada de suas percepções e dos significados que atribuem às suas experiências.

11 Ver: <http://www.lesbianherstoryarchives.org/>

Sua construção vem se dando através da interlocução com experiências de outras plataformas digitais no Brasil e ao redor do mundo, como Acervo bajubá¹², *Lesbian Herstory Archive*¹³, *The ONE National Gay & Lesbian Archives*¹⁴, Memórias Histórias das sexualidades¹⁵, Instituto LGBT¹⁶, *GLBT Historical Society*¹⁷, Real Archivo Sudaca¹⁸, o Archivo de la Memoria Trans Argentina¹⁹, Archivo Queer²⁰, Potencia Tortillera²¹, *Archives of Lesbian Oral Testimony*²² e o *Queer Brasil*²³.

As estratégias de comunicação de No Tempo da Gaivota e Tropicuir – ambas em pleno processo de construção e com base em uma abordagem transdisciplinar – se configuram como lócus do fenômeno da comunicação em rede, e tornaram-se um mecanismo potente para a articulação de dissidências de sexualidade e gênero, um ciberativismo emerge como uma importante ferramenta cuir que expandem e prologam os efeitos das memórias de espaços de encontro, inferninhos e ações estético-políticas queer/cuir.

Referências

ALTMAYER, Carlos Guilherme. **Tropicuir: estético-políticas transviadas - memória, arquivo, design**. Tese (Doutorado em Design). Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio

12 Ver: <http://acervobajuba.com.br/>

13 Ver: <http://www.lesbianherstoryarchives.org/>

14 Ver: <http://www.onearchives.org/>

15 Ver: <https://memoriamhb.blogspot.com>

16 Ver: <http://instituto.lgbt/old/>

17 Ver: <https://www.glbthistory.org/>

18 Ver: <https://realarchivosudaca.wordpress.com/>

19 Ver: <https://archivodelamemoriatrans.tumblr.com/>

20 Ver: <https://archivoqueer.tumblr.com/>

21 Ver: <http://potenciatortillera.blogspot.com/>

22 Ver: <https://alotarchives.org/>

23 Ver: <https://www.queerbrasil.com/>

de Jeanne Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. 1).

CVETKOVICH, Anne. The Queer Art of the Counterarchive, IN: Frantz, David; Lock, Mia (Org.) **Cruising the Archive: Queer Art and Culture in Los Angeles, 1945-1980**. Los Angeles: ONE National Lesbian and Gay Archives, 2011, p. 32-35.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. Nova Iorque: New York University Press, 2005.

MORRIS, Charles, RAWSON, K.J. Queer archives/archival queers. IN: BALLIF, Michelle (org.). Theorizing histories of rhetoric. Illinois: Southern Illinois University Press, 2013.

MUÑOZ, Jose Esteban. Cruising Utopia – **The Then and There of Queer Futurity**. Nova Iorque: NYU Press, 2009.

NESTLE, Joan. The Will to Remember: The Lesbian Herstory Archives of New York. IN: *Feminist Review*, no. 34, 1990, pp. 86–94. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/1395308. Acessado em 29 Mar 2021.

PORTINARI, Denise; CESAR, Maria Rita de Assis. A Gentrificação da Homossexualidade. IN: OLINTO, Heidrun Kruger; SCHOLLHAMMER, Karl Erik (Org.). **Literatura e Espaços Afetivos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

PORTINARI, Denise. Queerizar o Design. IN: *Revista Arcos Design* Rio de Janeiro, Edição especial Seminário Design.Com, v.10, n.1, Outubro 2017. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/view/30937>> Acesso em 10 jan. 2019.

RICHARD, Nelly. **Crítica y política**, Santiago de Chile, Palinodia, 2013.

SCHULMAN, Sarah. **The Gentrification of the Mind** – witness to a lost imagination. Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 2012.

WENNERHOLM, Zoe. **It's your future, don't miss it**: nostalgia, utopia and desire in the New York lesbian bar. Senior Capstone Projects, 897, 2019. https://digitalwindow.vassar.edu/senior_capstone/897. Acesso em: 14 ago. 2020.

COMUNIDADES LGBTQIA+ EM REVISTA_

Neilton dos Reis

*Doutorando em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG, neilton.dreis@gmail.com;*

Leandro Leal de Freitas

*Doutor em Educação da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar,
leandroleal@live.com;*

Resumo

Esse trabalho se dedica em sentipensar a ideia de “comunidades lgbtqia+” através da produção de uma revista independente. Ele faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento em um programa de pós-graduação em educação. Partindo do conceito de “comunidades de afinidades” de Silvia Rivera Cusicanqui e “fazer comunidades” de Raúl Zibech, nos detemos em refletir sobre as (im)possibilidades de entender formas de associação e compartilhamento de vida entre pessoas lgbtqia+ como “comunidades lgbtqia+”. Nessa ideia, comunidade (de afinidade) tem a ver com lutas em conjunto por objetivos que afetam determinadas pessoas – objetivos esses que poderiam ser resumidos em: imaginar outros mundos. Esse sentipensar é engendrado a uma revista independente (revista_ duas cabeças) que tanto produz memórias de um coletivo de diversidade sexual e de gênero que existiu entre os anos de 2014 e 2017 na cidade de juiz de fora, quanto cartografa os debates atuais dessas pessoas. Esse “campo” em formato de criação editorial nos ajuda a trazer elementos de uma perspectiva (auto)biográfica, indo ao encontro de um jeito produzir, escrever e investigar que seja coerente com a perspectiva teórico-metodológica adotada: da descolonização e do bem viver. Fazer revistas, fazer comunidades. Discutimos, entre outras coisas, a forma que grupos podem fazer esse movimento do comunal acionando elementos como: 1) o fazer coletivo em gerir a vida; 2) o pertencimento; 3) o

enfrentamento às necropolíticas; 4) as afinidades; 5) o respeito às afinidades e particularidades dos outros; 6) as projeções de mudanças.

Palavras-chave: comunidades , lgbtqia+ , revista independente , descolonização.

Introdução

A ideia de “comunidade” tem várias entradas. Eu escolho entrar a partir da ideia descolonial e do Bem Viver. Ou seja, na perspectiva de “comunidades de afinidade” de Silvia Rivera Cusicanqui (2019), sentipensadas enquanto exercícios de liberdade em uma constatação que não podemos, hoje, falar exclusivamente em comunidades com parentesco. Comunidade (de afinidade) tem a ver com lutas em conjunto por objetivos que afetam aquelas pessoas. Objetivos esses, que poderiam ser resumidos em: imaginar outros mundos.

Essa trabalho funciona como uma publicação de uma revista. Como você vai encontrar em outros Escritos daqui, essa pesquisa foi realizada de muitas formas e com muitas preocupações. Uma delas é a produção e publicação da revista_ duas cabeças: uma plataforma online que reúne textos, imagens, áudios, vídeos, músicas etc, em questões sobre gênero, sexualidade e o que podemos conectar a isso. (www.revistaduascabecas.org).

A primeira observação teórica que faço sobre comunidade na perspectiva de descolonização é Raúl Zibechi (2019) quem me traz: “A comunidade não é, se faz”. Ele indica que é no trabalho reunido, no fazer junto, no fazer coletivo de homens, mulheres, crianças, anciãos que ele percebe a comunidade se fazendo, acontecendo.

A proposta é que não reduzamos a comunidade às instituições, organizações e coletivos (no sentido de movimento social). Não reduzamos a apenas isso. Ainda que faça parte. Mas que voltemos o olhar, todos os outros sentidos e o coração aos trabalhos coletivos que dão vida, sentido e forma àquilo que queremos chamar comunidade. E, assim, assumir que não “somos comunidade”, mas “fazemos comunidade”!

“Sim, uma alegria da vida cotidiana: fazer coisas com pessoas com quem você está ligado por impulsos emocionais, você está respirando o mesmo ar com a sua comunidade e de alguma forma isso conecta energias e coisas que não são apenas do cérebro” (CUSICANQUI, 2019, p. 191).

Ela conta isso para explicar que há formas de ser, estar e pensar o mundo que não estão conectadas apenas ao cérebro, mas a outras partes do corpo e às ações. Com o fazer comunidade não é diferente. Sejam ações de rua ou políticas, sejam coisas do cotidiano ou

qualquer outro afazer, sentipensar nessa perspectiva é fazer um modo de comunidade que envolve o corpo e as emoções e traz esperança, nas palavras dela.

Silvia defende que sua ideia de comunidade, e é a que corroboro nessa tese, se localiza numa justaposição entre os legados de diálogo entre humanos e não humanos e o ideal de liberdade. É o que ela vai chamar de comunidade de afinidade, encarando que já não podemos esperar comunidades que estejam conectadas unicamente pelo parentesco.

Metodologia

Quando optei por discutir nessa pesquisa a ideia de comunidade (e comunidades lgbtqia+) e, imerso nessas leituras que venho trazendo ao longo dos escritos, percebi que as práticas metodológicas da pesquisa deveriam ser orientadas com implicação íntima no comum. Escolhi uma pesquisa desde dentro, ou seja, uma pesquisa que eu estivesse diretamente ligado ao que identificava como comunidade.

Propus uma revista eletrônica. Inspirado na revista geni e na revista lésbi, mas na tentativa mais alargada (de poder inserir vídeos, músicas, podcasts, etc) propus essa plataforma que produzisse memórias do Coletivo Duas Cabeças (coletivo de fizemos comunidade entre 2014 e 2017 na cidade de Juiz de Fora) e continuasse seus debates. Entrei em contato, em ligação à distância, com 11 pessoas que ajudaram a construir em momentos diferentes o Coletivo. Conversamos por horas, gravamos, transcrevemos, editamos, montamos, recebemos materiais, ilustramos, publicamos. E publicamos mais. E mais sete vezes. E continuamos.

E a ideia colou e tem sido essa. A intenção de experienciar (no agora e em memória) a comunidade e daí escrever a tese. Entendendo que não são momentos separados. Não são coisas separadas.

Resultados e discussão

Olhando para tudo que já sentipensei na pesquisa, entendo que o que construí sobre comunidades lgbtqia+ até agora se localiza em quatro ruas: a) aquilo que entendo por comunidade; b) o flerte com a ideia comunalidad (e suas contribuições políticas para sentipensar comunidade); c) a compilação e elaboração daquilo que já foi

produzido sobre movimento lgbtqia+ no Brasil (e o quanto de comunidade consigo extrair disso); e d) o que eu experienciei na minha vida (seja no Coletivo Duas Cabeças, seja em outros tantos lugares). Essas são as ruas que pretendo conectar e promover encontros.

E as conexões, eu que construo junto ao mapa. E que construção é essa? É o cruzar essas ruas onde busquei conhecer comunidades. Quais elementos dizem desses cruzamentos e dão o tom das comunidades lgbtqia+? Invento alguns: 1) o fazer coletivo em gerir a vida; 2) o pertencimento; 3) o enfrentamento às necropolíticas; 4) as afinidades; 5) o respeito às afinidades e particularidades dos outros; 6) as projeções de mudanças.

O *fazer que é coletivo* está no cruzamento do fazer comunidade com o produzir de categorias contra-hegemônicas enquanto movimento político que a comunalidade inspira, do promover cidadania lgbtqia+ com o aprender a insistir e reagir. Coloco esse fazer coletivo como ação que organiza e gere a vida. A ação não é tomada como uma prática que veio de uma elaboração mental e está ali somente para cumprir alguma estratégia. Não. Ação é tomada como uma forma de sentipensar o mundo, se movimentar por ele e, também, cria-lo – o mesmo entendimento do “fazer comunidade” de Raul Zibech.

Por exemplo, fazer coletivo de beber na praça entre adolescentes lgbtqia+ de uma cidade pequena; fazer coletivo de se preparar para o ENEM em um pré-vestibular comunitário de pessoas trans e travestis; fazer coletivo de dividir sentimentos e vidas em grupos de WhatsApp com as amigas gays; fazer coletivo de articular formas de sustentação financeira em comércios e *call centers* – e outros possíveis; fazer coletivo em uma revista_ que é lançada mensalmente e é feita por falas, imagens e sentimentos de pessoas tão diferentes, mas que se entendem no mesmo caminhar de discussão sobre suas identidades, gêneros, sexualidades.

São fazeres que não são feitos em isolamento (cada pessoa por si) e que vêm de uma necessidade de movimentação inventiva – de uma necessidade de ação que não esteja baseada na lgbtqia+fobia, por exemplo, mas que seja contra-hegemônica, numa tentativa de rompimento com a colonialidade. Os fazeres de cidadania lgbtqia+ podem ser associados a isso, ainda mais quando pensamos em ampliar as noções convencionais de cidadania (incluindo aspectos como direito a se apaixonar, direito a sonhar, direito a imaginar novos mundos). Todos eles vão organizar a vida dos membros da comunidade. Servem

tanto para identificar esses membros (têm forma de agir que são coletivas), quanto para identificar a própria comunidade (ela produz fazeres próprios, singulares).

Isso não quer dizer, no entanto, que todo fazer coletivo é igual. Ou que todas as pessoas executam tudo junto e da mesma forma. Os fazeres são feitos por corpos. Coração, braço, perna, pau, cu, buceta e por aí vai. Todos diferentes, todos em sintonia com outros atravessamentos que não necessariamente aquela comunidade. Esse sentipensar-fazer que é coletivo não está na ordem do método científico da Ciência Moderna que pode ser reproduzido com igualdade nas mesmas condições de temperatura e pressão por qualquer pessoa ou grupo.

O *pertencimento*. Esse, inspirado pelas vias, de novo, da produção de categorias contra-hegemônicas que a comunalidad me apresenta; das mudanças nas comunidades; das sociabilidades das movimentações comunitárias brasileiras; e da amizade.

Esse é um ponto importante que pode gerar qualquer confusão. Geralmente comunidades são entendidas como grupo de pessoas que possuem uma identidade em comum. A própria comunidade lgbtqia+ pode ser pensada nessa chave. Mas não é o meu interesse, como apontado em outros Escritos. Isso não quer dizer, no entanto, que não aconteça um sentimento de pertencimento. Mas acredito que ele é produzido por uma identificação e uma acolhida.

A identificação pode se dar por diferentes fatores: desde um entendimento que outros membros da comunidade passam por processos de sentipensar parecidos aos teus (o que geralmente entre nós lgbtqia+ é comum, em especial quando a comparação é feita com a família), passando por uma percepção que as necessidades e dificuldades se assemelham, até uma ideia de que os desejos também podem ser os mesmos — não necessariamente nessa ordem e não necessariamente apenas isso.

Por exemplo, se identificar com a outra que também gosta de escrever e produzir conteúdos de/sobre/para lgbtqia+; ou aquela que foi expulsa de casa quando contou que era lésbica; ou aquela que precisou (e/ou quis) se prostituir e deseja uma vida que não esteja atravessada pela violência extrema; ou aquela que deseja retificação do nome de registro; ou aquela que também sente prazer em ficar com homens e mulheres;

As comunidades lgbtqia+ possuem o elemento da identificação que não passa necessariamente pelo parentesco, mas que está marcado pelo desejar, sentipensar, fazer. E também não precisa estar associada às identidades sexuais e de gênero – de fato há pessoas que nem as reivindicam e ainda assim se constituem enquanto comunidade.

Como sempre, é importante sinalizar: essa identificação não está dada. Existem muitas pessoas lgbtqia+ e cada uma é um Universo. As experiências que eu passei enquanto gay são diferentes da que você passou enquanto mulher trans (ou mesmo das que Hugo passou enquanto gay também, mas que veio de outro lugar e tem outro corpo, outro mundo). Nesse sentido, a identificação é também construída. E construída em comunidade. São necessárias as sociabilidades, as sensibilidades e as reciprocidades.

Entre a visibilização do legado colonial, o fazer comunidade, a defesa da vida da gente e a insistência/reação: é o cruzamento do *enfrentamento às necropolíticas*.

Utilizo o conceito de necropolíticas a partir de Achille Mbembe, porque considero o que mais se aproxima do perfil dessa tese. Ele aponta que são “formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2018, p. 71), e ainda que há um novo tipo de controle dos corpos – onde se está menos interessado em inscrever corpos em determinadas normas, ainda que isso ocorra, que enquadrá-los na “ordem da economia máxima”: o massacre.

Esses elementos, que são colocados na chave das necropolíticas, atingem as comunidades lgbtqia+ (e outras) há tempos. Não é difícil de encontrar no livro de João Silvério Trevisan diversos casos de violências – como também não é difícil de encontrar na memória de quase todas as pessoas lgbtqia+. Mas, não é isso que acredito que une uma comunidade. Isso, ao contrário, são políticas para separar, destruir, exterminar. Isso atravessa.

O que faz das comunidades lgbtqia+ possíveis comunidades são as formas de re-inventar vidas, mesmo com esse atravessamento da morte. É a isso que chamo enfrentamento às necropolíticas.

Envolve, primeiramente, a luta. Aquela ação que Linda Smith defende, aparece aqui na sua forma mais intensa: uma luta por sobrevivência, em um primeiro momento, seguida de uma luta para

realmente inventar outro mundo em que seja possível corpos e desejos como os nossos existirem.

Por exemplo, a organização de manifestações aos atos de violência implementados pelo Estado; os beijaços contra as lgbtqia+fobias que acontecem em locais públicos/comerciais; os boicotes; a criação de economias solidárias que se foquem em redistribuição de renda e possibilidade de acessos entre pessoas lgbtqia+; a associação a outras comunidades que também buscam o enfrentamento às necropolíticas (como MST, MTST, movimentos feministas, movimentos de negras); as movimentações de promoção de saúde mental e combate ao suicídio.

As formas de enfrentamento são plurais, não há fórmulas, não há garantias. O que pode se produzir é muita experimentação e adaptação às novas realidades que vão se dando. E, ainda, algumas comunidades lgbtqia+ estão mais asseguradas que outras – basta pesquisar os índices de violência e crueldade contra pessoas trans e travestis em comparação à com pessoas cis; ou de lésbicas em comparação às gays.

É, talvez, nesse ponto que as identidades mais divergem entre si e que as construções em torno de certa ideia de comunidade lgbtqia+ ficam mais complicadas.

O elemento de *afinidades*: esse cruzamento entre toda a noção de comunidade de afinidade, as sociabilidades lgbtqia+ em suas diversidades e a construção de amizades. Ele se trata disso que também faz com que as comunidades lgbtqia+ estejam no plural.

Cabe uma explicação. Quando digo afinidades, não estou dizendo de particularidades. As particularidades são importantes e ajudam a diferenciar membros entre uma comunidade. O exemplo que veio anteriormente em outro elemento (a forma como grupos experimentam a violência e a crueldade varia) é uma particularidade, não se trata de escolha. E outros exemplos também podem ser colocados: as demandas para construção de cidadania são diferentes; os locais da cidade a que alguns grupos são designados; as representações (e não-representações) políticas de alguns grupos no cenário público; e por aí vai. São particularidades seja de uma pessoa, seja de grupos de pessoas.

As afinidades são as relações que se constroem a partir disso e que aproximam pessoas e grupos.

Quando falo em comunidades lgbtqia+, falo no plural porque essas particularidades e afinidades são muitas. São muitas as formas que essas comunidades podem assumir e nada está dado

necessariamente. As afinidades são construídas ao longo que as necessidades se apresentam, que os prazeres são descobertos e que as relações vão acontecendo. Nesse sentido, elas não são fixas – o que permite um caráter de flexibilidade e dinamicidade das comunidades lgbtqia+. É possível a criação de uma comunidade de ursos, por exemplo, que depois se transfigura em uma comunidade de gays universitários e, então, agreguem umas pessoas e se distanciem de outras. Ou a formação de uma comunidade de lésbicas que vira uma comunidade feminista de não exclusivamente lésbicas. Ou ainda uma comunidade de pessoas travestis que têm como afinidade o trabalho e, em dado momento, passam a ter por afinidade o prazer de viajar juntas.

Ressalto, apenas, uma indicação parecida à que Silvia Cusicanqui expõe quando tece esse conceito de comunidade de afinidade. Num plano geral, nem todas as afinidades são com a vida. Defendo, entretanto, que para entender comunidades lgbtqia+ enquanto comunidades (na chave da descolonização e do Bem Viver), é necessário que as afinidades sejam também pela promoção de vida.

O respeito às afinidades e particularidades. Eu o percebo no cruzamento entre a afinidade pela vida, a construção de cidadania, a produção de categorias contra-hegemônicas e a pluralidade.

O fato de se organizarem enquanto comunidades de afinidades une as comunidades lgbtqia+, pela lógica de como funcionam. Entretanto, é um potencial separador (ainda mais se cruzado às particularidades). Eu me explico: nem sempre tudo se articula de forma harmônica e mesmo saudável. Há diversas complicações, mesmo em Conferências, entre comunidades nas disputas por espaços, por discursos, por sentipensares. Essas diferenças de particularidades e afinidades tensionam em lugares que, nem sempre, é possível atingir o pós-conflito que as comunidades de mudanças almejam.

Acredito que o respeito é uma chave para que esse processo seja construído de forma descolonizadora – não necessariamente que vá evitar o conflito, mas que não vai colocá-lo em uma dimensão que evite o diálogo e se produza mais políticas de extermínio. O respeito aqui sendo entendido como uma ação, um fazer que busca primeiro a identificação do outro como vida (e que deve ser promovida e preservada) e, depois, a conexão com aquilo que pode fazer essa promoção/preservação.

Por exemplo, uma comunidade de lgbtqia+ que se forma a partir da afinidade com religiões de matrizes africanas e se choca com comunidades (ainda que também lgbtqia+) de outras religiões. É importante, nesse primeiro momento, a identificação mútua de vidas enquanto vidas (seja das pessoas, seja das comunidades) e, então, sentipensar práticas que elas estejam preservadas. Podemos imaginar outras possibilidades: comunidades lgbtqia+ de pessoas brancas no encontro com pessoas negras; comunidades de homens homossexuais cis no encontro com pessoas trans e travestis; e por aí vai.

Só por esses exemplos não parece difícil perceber que esse cruzamento é o mais distante de algumas realidades e, talvez, o que mais nos impeça de entender essas relações entre lgbtqia+ enquanto comunidades. São outros atravessamentos que estão em jogo. Entretanto, eu permaneço nessa defesa entendendo que o que une enquanto comunidades lgbtqia+ pode ser o cruzamento do respeito, muito determinado pelo *reconhecimento do outro*. E isso não está colocado, mas já é construído em alguns momentos e pode ser ainda mais.

Entendo que é esse re-conhecer (entrar em contato, encontrar, se conectar e, até, se reconhecer) que vai implicar no elemento do respeito. Um cruzamento que inventa outras formas de lidar com o mundo e com as relações que não as coloniais. Comunidades lgbtqia+ estão no plural e agem no plural.

A ideia de *projeção de mudanças*. Está no cruzamento entre a não desistência de produzir conhecimento para a emancipação, a formação de comunidades de mudanças, a construção de cidadanias lgbtqia+ e o aprendizado de insistir/reagir/lutar.

Em um primeiro momento, entendo que projetar mudanças envolve a construção de uma agenda lgbtqia+ para o mundo. Cabe sinalizar que essa movimentação é dinâmica e que não é produzida do zero. Ou seja, já passou e ainda passa por disputas frequentes. Em geral, parece estar aliada às questões de direitos civis e fundamentais: criminalização da lgbtqia+fobia (e as discussões em torno das criminalizações no país); casamento civil igualitário; currículo e inserção dessas pessoas nas instituições; saúde pública adequada às diversas nuances das comunidades; trabalho e renda; etc. Algo que pode ser facilmente verificado no trabalho de Bruna Irineu quando trata das propostas saídas das Conferências Nacionais LGBT.

E então, aliado a tudo isso, está um lugar importante nesse elemento que é a autonomia. Essa autonomia está voltada à produção de

conhecimento que rompa com colonizações. Nesse sentido, a defesa é pela ideia que comunidades lgbtqi+ projetam mudanças que intentam continuamente a descolonização e Bons Conviveres por serem autônomas.

Por exemplo, quando moradias coletivas acolhem e criam dinâmicas financeiras junto às pessoas lgbtqi+ que não necessariamente passam por regulações do Mercado, há uma possibilidade de mudança na forma como a economia é entendida, ao mesmo tempo que se trata de um exercício de autonomia; ou ainda quando se produz conhecimentos historiográficos (e outros conhecimentos até) que sejam pensados a partir das pessoas lgbtqi+ pode se configurar como uma autonomia na elaboração de sentipensares (que não estejam atravessados exclusivamente pelas heterossexualidades e colonialidades) e, ainda assim, uma promoção de mudanças na forma como se constrói o mundo.

Lembrando com Arturo Escobar (2016, p. 199) que “a autonomia implica uma condição ontológica de ser comunal”, entendo que as comunidades lgbtqi+ fortalece esse processo na projeção de mudanças (enquanto mudanças comunitárias, de comunidades de mudanças).

Considerações finais

Todos os grupos ou movimento políticos lgbtqi+ vão possuir pelo menos um desses elementos? Talvez não.

Algun vai possuir todos eles? Aí que provavelmente não mesmo.

O que trago aqui, então, são possíveis que se abriam nas ruas por onde caminhei e eu me deixei seduzir. Eles não estão descolados de experiências concretas que tive, mas também não servirão para determinar todas as experiências de relação entre pessoas e grupos lgbtqi+. São elementos que podem ser mutáveis e adaptáveis — que podem estar muito fortes em algum espaço e menos fortes em outros.

Referências

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Sobre la comunidad de afinidad y otras reflexiones para hacernos y pensarnos en un mundo outro - entrevista de Huáscar Salazar Lohman. **El Apantle. Revista de estudios comunitarios**. Producir lo comum. p. 183-202, 2019.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. Editorial Universidad del Cauca, 2016.

TUHIWAI SMITH, Linda. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ZIBECHI, Raúl. Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos. **El Apantle. Revista de estudios comunitários**. Producir lo comum. p. 59-78. 2019.

GENTILÂNDIA: ENTRE O PROIBIDO E O PERMITIDO

Cicera Glaudiane Holanda Costa

*Mestra em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, glaudiane@yahoo.com.br.*

Resumo

Este trabalho trata da constituição de um território de sociabilidade de jovens LGBTQIA+. Um público composto em sua maioria por adolescentes, que frequentaram nas noites de sexta, entre os anos de 2004 e 2006, um lugar inserido na urbanidade fortalezense: a praça da Gentilândia. Esta praça tornou-se espaço onde os/as jovens em processos relacionais se aproximaram pela identificação de práticas parecidas e estabeleceram uma visibilidade que trouxe consequências para a permanência das/os jovens naquele espaço. Partindo de uma pesquisa de campo, a presente pesquisa propõe-se a identificar e compreender essa experiência na praça da Gentilândia como a constituição de um território de sociabilidade que interpela os lugares hegemônicos do sexual. Para tanto, o referencial teórico baseia-se nas teorias feministas e nos estudos LGBTQIA+. O processo metodológico de coleta de dados foi composto de: observações realizadas na pracinha durante um ano, diário de campo, reportagens extraídas de revistas, jornais, e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: Visibilidade, Sociabilidade LGBTQIA+, Territorialidades.

Considerações introdutórias

A escolha por meu “objeto” de pesquisa está associada a uma sexta-feira, 2 de setembro de 2005, quando eu visitava a Praça da Gentilândia curiosa em observar de perto, pela primeira vez, um grupo de jovens (entre 13 a 24 anos) que imprimia uma cor diferente e peculiar àquele espaço. Trata-se de uma praça ampla, com aproximadamente 1000 metros quadrados, arborizada e agradável, localizada nas proximidades da avenida 13 de Maio. Talvez por sua localização privilegiada, em um bairro universitário de Fortaleza, o Benfica, a pracinha da Gentilândia, como é popularmente conhecida, é uma das mais movimentadas da cidade.

A partir do ano de 2004, essa densidade passou a assumir um colorido especial. A causa desse colorido era o que mais me chamava atenção e me atraía. O espaço rapidamente foi tomado por um grande número de jovens e adolescentes vindos de diferentes bairros. Essas pessoas, nas noites de sextas, territorializaram a praça para estabelecer uma sociabilidade LGBTQIA+¹. Impedidas/os pela própria faixa etária de frequentarem boates ou bares, configuraram na praça um território que possibilitou a criação de laços, encontros, paqueras e diversão.

A primeira vez que observei essa imagem de longe, tive a sensação mista de encanto e estranhamento, causada pelas formas e tons vibrantes que as cenas na praça provocavam em meus olhos. Era uma observação à distância. Quando resolvi sentir a Gentilândia de perto e por dentro, trafegar entre os/as adolescentes, observar gestos e tentar compreender um pouco a montagem de sons e imagens que me rodeavam, fui surpreendida por uma cena que transformou aquela noite em uma atmosfera obscura e sufocante.

Enquanto conversava com amigas na praça, fomos surpreendidas por uns sete policiais militares em fila indiana desfilando entre as/os frequentadoras/es em uma atitude de vigilância. Às 22 horas, os policiais começaram a ordenar que as pessoas deixassem o lugar. Os

1 LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersex, Agêneros, Assexuados e mais). O “+” no final da sigla indica as inúmeras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero. É importante salientar que dependendo do contexto histórico, social e político a sigla sofre modificação.

poucos que reagiram foram agredidos fisicamente. Tentamos intervir questionando um policial sobre o abuso de autoridade empregado. Este, por sua vez, nos comunicou que a ação policial se fazia presente por pedido feito através de um abaixo-assinado organizado pelos moradores do entorno da praça, indignados com a presença e o uso que as/os jovens estavam fazendo da praça.

Os policiais promoveram cenas de violência, coagindo os presentes com empurrões, pontapés e chutes, tentando fazer com que as pessoas voltassem para suas casas. Ao intervir, recebi ordem de prisão por desacato à autoridade. Logo em seguida, mais duas pessoas se juntaram a mim dentro de um camburão (uma jovem de 17 anos e um rapaz de 35).

Apertados(as) naquele cubículo ouvíamos os pedidos de reforços, que não tardaram em chegar. No contraponto foram acionados a Secretaria de Direitos Humanos e o Juizado Especial Móvel para menores.

A polícia não podia e nem queria admitir a força e o poder que “viados”, “sapatões” e travestis estavam demonstrando naquele momento. Se existissem vencedores, ali, deveriam ser representados pela instituição que, pela força, legitima o Estado. Assim, fomos levadas/os à 14ª Delegacia. Depois de uma intensa negociação fomos liberadas/os à 01:00h da manhã.

A partir dali, me propus a pensar aquele território como tema de uma pesquisa antropológica. Ao tomar a praça como objeto de investigação, me indagava sobre a formação e efeitos daquela sociabilidade na vida cotidiana da praça. Como essa sociabilidade era percebida por quem frequentava e por quem observava. Como a apropriação da Gentilândia tornava-se privilegiada para pensar as relações de poder e dominação no campo sexual.

À medida que prosseguia minhas observações, tentava desenvolver um olhar de “perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), exercitando uma etnografia² preocupada com questões ligadas à cidade, colocando em

2 Em artigo, José Guilherme Cantor Magnani reflete sobre o processo etnográfico na cidade escrevendo que “a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o pesquisador iniciou a pesquisa.” (MAGNANI, p.17: 2002).

prática nas incursões de campo algumas técnicas e métodos de pesquisa. A observação participante foi um método importante para a apreensão da praça da Gentilândia e suas e seus personagens, além de exercer papel fundamental na obtenção dos dados. Como destaca Cicourel (1980), o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto. Assim, para desenvolver uma pesquisa com pretensões qualitativas deve-se levar em consideração discursos, olhares, pontos de vistas e práticas dos atores e atrizes em questão.

As idas e vindas à praça foram registradas no diário de campo. As visitas à Gentilândia foram feitas em atitudes informais. Os sujeitos da pesquisa revelaram-se nesse contexto de informalidade e os dados mais expressivos sobre a experiência desse grupo foram descobertos nestas circunstâncias.

Jennifer, estudante da UECE, tornou-se uma importante “informante”. A amizade com ela facilitou a entrada, já que ela era frequentadora do lugar e mantinha uma rede de relações que foi importante para estabelecermos os primeiros contatos. Vale ressaltar que na experiência de 2 de setembro ela também havia facilitado a minha entrada, pois de certa forma propiciou um reconhecimento e um consentimento de minha presença.

Tal fato lembrou-me Geertz que, pesquisando os balineses, conseguiu ser visível a partir de uma batida policial em uma briga de galos³. Comigo ocorria algo semelhante, pois a minha visibilidade teria sido viabilizada por participar daquela situação inusitada de truculência policial. Aquela situação despertava, mais ainda, a vontade de investigar a formação daquele território, explicitar o processo de territorialização, os contatos estabelecidos, os conflitos e as relações de poder.

Depois da inserção no grupo foram realizadas as entrevistas. Todas as entrevistas partiam de um roteiro inicial, mas não ficava presa a este, sendo diversas vezes redirecionadas a partir das falas e interesse das/os entrevistadas/os. Cabe neste momento salientar que algumas pessoas entrevistadas, principalmente as/os moradoras/es,

3 Ver Geertz, Clifford. A interpretação de Culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

pediram que seus nomes não fossem revelados na pesquisa. Por este motivo, todos os nomes relativos às entrevistas são fictícios.

O processo metodológico de coleta de dados também foi composto por uma pesquisa bibliográfica e coleta de dados através de informações em folders e reportagens extraídas de revista⁴ e jornais.

A pesquisa procurou identificar o processo de territorialização e sociabilidade LGBTQIA+ formada na praça da Gentilândia. As discussões ocorreram a partir de Foucault. Para o autor, a sexualidade é um dispositivo histórico⁵ constituído por discursos. Durante muito tempo os discursos e olhares foram produzidos pela medicina, psiquiatria, sexologia, etc. com a intenção de justificar práticas discriminatórias.

As questões relativas à sexualidade passaram a ser pensadas e debatidas de uma forma mais ampla, sobretudo devido às teorias e práticas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, surgidos na década de 1960, e ao advento da AIDS⁶.

O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978. Ativistas gays, e muitas feministas viram uns aos outros como aliados

4 FONTELES, Ana Rita. Devassos no paraíso? Ocupação da tradicional praça da Gentilândia por homossexuais às sextas-feiras causa conflitos e faz pensar sobre visibilidade gay. Cidadania e convivência entre diferentes. *Revista Universidade Pública*, Fortaleza, n.28, p.30-33, nov./dez. 2005.

5 Ao escrever a “*História da Sexualidade*”, Foucault nos mostra como através dos discursos a sexualidade é inventada e reinventada. Através dos discursos a sexualidade é construída como um corpo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo. Para ele “a sexualidade o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (FOUCAULT, 1985, p.100).

6 Depois da AIDS, tudo o que se desenhava em círculos minoritários do campo cultural ganhou uma publicidade inusitada. Através de depoimentos pessoais, livros e filmes, sujeitos portadores do vírus ou de sintomas da doença passaram a falar livremente de suas experiências sexuais e amorosas para o público ‘heterossexual’, sem constrangimento ou censura. Mais do que isso, a urgência em comentar práticas sexuais não reprodutivas pôs definitivamente em questão o modelo da vida sexual conjugal e heteroerótica, desvinculando o prazer de procriação. (COSTA, 1992, p.167).

naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo (GREEN, 2000, p.394).

A articulação e mobilização dos movimentos, feministas e LGBTQIA+, foram fundamentais para questionamentos e discussões sobre a desnaturalização de categorias como a de gênero. Esses movimentos sociais introduziram questionamentos, oferecendo novas compreensões sobre as intrincadas formas de poder e dominação fazendo perceber como a formação patriarcal, racista e heteronormativa contribuíram para uma cultura misógina, machista, racista e LGBTQIA+fóbica.

Em nome da ciência, principalmente no século XIX, foram produzidas teorias que implicaram na sexualidade, no controle de comportamentos e na demarcação de “perversões sexuais”. Nesse discurso regulador inventou-se a mulher histérica e o “perverso” (homossexual), tipos particulares que foram submetidos à observação e ao controle a fim de garantir o sossego social.

Com mecanismos de vigilâncias, as instâncias de controle visam disciplinar e corrigir as sexualidades periférica⁷ (FOUCAULT, 1985). Neste sentido, a medicina usou um grande aparato para penetrar na vida cotidiana do casal e remodelar os comportamentos diagnosticados como desviante. O discurso recorrente surge em defesa de uma sexualidade normalizante, representada pela heterossexualidade.

Quando uma sexualidade periférica se desvela, surge um movimento contrário sustentado em ideias e comportamentos conservadores a fim de refrear e submetê-la a uma cortina que encubra e a torne invisível ou desaparecida.

Introduzindo essa discussão no interior da praça da Gentilândia, perceberemos microprocessos que visaram restabelecer o ordenamento anterior do lugar. Essas/es jovens com suas identidades de gênero e orientações sexuais, subverteram padrões e romperam com a rotina do lugar. Fizeram emergir uma articulação de posturas e

7 Para Foucault, “a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos é o prazer dos que amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo.” (FOUCAULT, 1985, p.39).

atitudes voltadas a preservar a “normalidade” da praça. A sociabilidade experimentada na praça compunha a periferia da sexualidade por seu caráter desviante em relação ao comportamento heterossexual hegemônico, que é tomado como matriz.

A territorialidade foi construída a partir do protagonismo de pessoas dispostas a romper com um modelo imposto como padrão e recriar um espaço onde suas orientações sexuais e identidades de gênero estariam presentes e visíveis.

Dessa forma, o território para esta pesquisa transcende a imagem física espacial, pois está relacionado também a uma ordem de subjetivação e a uma territorialidade construída por certo grupo que redefine este espaço imprimindo outros matizes. Isto é, a praça alterava a teia padronizada de um comportamento social e sexual sustentado pelo patriarcado, pelo machismo e pela heteronormatividade.

Resultados e discussão

A montagem da praça da Gentilândia deu-se através do estabelecimento de relações a partir de um processo de identificação e sentimento de pertença entre jovens, com faixa etária variando entre 13 a 24 anos de idade. Esse público produziu, nas sexta-feiras, um território de sociabilidade LGBTQIA+ na urbanidade de Fortaleza, estabelecendo uma “territorialidade marginal”. Isto é, uma territorialidade que se forma nas margens das estruturas de normas e padrões que teimam em organizar e definir a sociedade. Em relação a essa territorialidade delineada, um jovem frequentador enfatizava:

Tem muito laço forte construído ali, mais que um fica então a praça extrapolou esse negócio de você ir lá pra paquerar, namorar sabe, é questão mesmo de você trocar experiência “ah eu sou gay e minha mãe não me entende e tal”, então a galera vai lá vão trocar experiência, trocar relato e tal, pessoas que não teriam acesso, não tem idade pra frequentar boate vão pra praça, que começa cedo e termina cedo (Gentil, 20 anos, entrevista realizada em 26. 05. 2006).

Essa sociabilidade tornou-se fator distintivo para ocupação da praça. Sociabilidade que aos poucos estabeleceu uma visibilidade de práticas que rompia com a vida cotidiana da cidade e atraía diversos

olhares. As reações produzidas pela percepção dessa visibilidade traduziram-se de diferentes modos.

As/os moradoras/es, que experimentavam a praça como prolongamento de suas casas, sentiram-se invadidas em seu espaço privado. A partir dos sentimentos gerados frente a algo estranho e novo para essas famílias, articulavam-se “providências” a fim de deter o avanço e a ampliação dessa sociabilidade no espaço da pracinha. Entre essas atitudes houve a elaboração de um abaixo-assinado pedindo posicionamento das autoridades públicas frente ao “problema”. Forneceram depoimentos a programas policiais da TV local e programas de rádio exigindo a retirada das/os jovens que frequentavam a praça na sexta, com a justificativa pautada nos discursos que evocam a ordem moral e o direito privado de não poderem ser incomodados em suas propriedades. As reclamações mais recorrentes apresentadas pelas/os moradoras/es sustentavam-se no barulho, no uso de bebidas alcoólicas por menores e na falta de respeito devido aos namoros em suas calçadas e muros.

Botarem a mão na mão, sentar, dar beijinho, braço no braço, sair abraçado, um cheiro, um abraço pra eles não é suficiente, eles precisam chocar, aí num momento que choca alguém que alguém se sente ofendido, invadido, aquela coisa de você ter um filho, tem pessoas aqui que foram embora porque tinham filhos pequenos e ficava assim aquela coisa, mamãe, papai por que aquele homem tá pegando a mão daquele homem ali? Aí, o pai ficava..., pôr na verdade ninguém quer que exista esse problema na família (Maria, 47 anos, entrevista realizada em 05.07.2006).

Nas falas obtidas em entrevistas é recorrente perceber o espanto, a indignação, o preconceito. Nesse sentido, pode-se refletir sobre algumas peculiaridades do processo histórico de formação social nordestina e cearense que está inclusa na sociedade brasileira. “A região Nordeste é uma das mais tradicionais e conservadoras em seus costumes, onde é extremamente valorizada a virilidade, tendo um padrão de masculinidade dominante dos mais rigorosos” (ALBUQUERQUE, p.314, 2002). O discurso cearense de apologia ao ser “macho”, viril e

destemido é um pilar que pode nos fornecer pistas para compreensão de nosso comportamento machista e LGBTQIA+fóbico⁸.

Quando nos fixamos no cenário cearense, reportando-nos à linguagem mais usualmente empregada nas camadas populares, a palavra macho, usada como vocativo freqüentemente nas conversas informais, revela que a figura do nordestino inicialmente constituída ainda se reflete, na atualidade, na cearensidade. Por outro lado, os insultos coletivos, sonorizados em forma de “pêi, matei um gay”, não nos deixam dúvidas acerca da homofobia presente no Ceará (PEDROSA, 2006, p.208).

Nessa perspectiva, os conflitos que se processaram na praça da Gentilândia podem ser observados levando-se em consideração os fatores específicos da formação cultural e sexual da/o cearense. É essa formação que sustenta ou/e gera a própria/o LGBTQIA+fóbico.

Se de um lado tinha os/as moradores/as, do outro havia a formação de um grupo de jovens dispostos a “reconquistar” o território da praça. No cotidiano da praça tornaram-se frequentes: agressões, assaltos, insultos, arrastões. Essa situação teve visibilidade junto à mídia fortalezense dando lugar a matéria em revistas, jornais, bem como programas de rádio e TV.

O jornal *O Povo*, de 20 de maio de 2005, reservou uma página inteira para uma “Cobertura Especial” sobre a praça da Gentilândia. A matéria tinha a seguinte manchete: “Homossexuais espancados e perseguidos na Gentilândia”⁹. Segundo a reportagem, o local virou uma praça de guerra entre “bombados X homossexuais”, “pitboys” decretaram toque de recolher e quem não cumpriu foi encurralado entre pontapés, socos e palavrões. Às 23h30min daquele dia, vários jovens foram agredidos/os moral e fisicamente, como o rapaz que foi espancado, teve o relógio roubado, o nariz quebrado e o celular arrancado da calça juntamente com o bolso¹⁰. Aqui podemos pensar como a

8 Referência a manifestação de toda e qualquer tipo de violência psicológica ou física dirigida a comunidade LGBTQIA+. “O conceito de homofobia, definido no final do século XX, remete à intolerância contra as práticas homossexuais, que leva muitas vezes a ações de violência dirigida aos homossexuais, como agressões físicas, mutilações e assassinatos.” (PEDROSA, 2006, p.203).

9 ALCANTÁRA, Vanessa. Homossexuais espancados e perseguidos na Gentilândia. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 20 mai. 2005.

10 Extraído do jornal *O Povo*, 20 de maio de 2005.

capitalização do estigma¹¹ (GOFFMAN,1980) oferece certa permissão para uma violência específica. “Porque eles acham que é veado não vão reagir, aí eles pegam o que podem: celular, boné, essas coisas...” (Relato de Bruno, 17 anos, entrevista realizada em 21.07.2006).

Outro fato que teve certa repercussão, por conta da violência e arbitrariedade realizadas pelos policiais militares (PMs), aconteceu em 2 de setembro de 2005¹². Naquele dia, a polícia foi chamada pelas/os moradoras/es, como ratifica o relato abaixo:

Um soldado amigo da gente disse: “a senhora quer acabar com isso aqui? Vá ali (...) fale lá com o Major que ele faz a blitz da polícia, a blitz vem na sexta-feira e vai acabar isso aqui.” Aí a gente fez né!? Tamo aqui traga umas dez pessoas. arranjei dez pessoas, o povo aqui num gosta muito de ajudar nesse ponto não. Quando foi sexta-feira eles vieram, parecia um ponto de guerra, a polícia rodando de um lado pra outro. Nesse dia, minha filha, foi que veio gente! Mas num tavam sabendo desse negócio de blitz. Mas aí foi um, disseram que eles bateram, eu num vi eles batendo em ninguém não! Se bateram foi por desaforo deles mesmos, que fizeram da polícia ... Desafiaram a polícia, né? Dançando, se rebolando, Aí a polícia chamou reforço, sei que foi muito, ave-maria! Foi um pé de guerra! (...) Eles corriam com o pessoal mandando simhora.Tá na hora! Tá na hora! Vão simhora, vão simhora com o cacete, saíam tudo na carreira e arrudiavam tudo assim, iam pra li pra-quele lado, aí gritavam assim: polícia é pra ladrão e baixa a repressão! (Antônia, 68 anos, entrevista realizada em 12.07.2006)

Poder-se-ia indagar se os arrastões seriam uma espécie de “licença” para a violência, valendo-se do estigma. De qualquer maneira,

11 “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável... Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem.” (GOFFMAN, p.12: 1980).

12 O fato foi relatado nas considerações introdutórias. A imprensa noticiou da seguinte forma: “CARRO de som gera conflito na praça” (Jornal **O Povo**, Fortaleza, 03 set. 2005).

os arrastões surgem para demonstrar poder e demarcar território. Os autores dessa prática, em uma exibição da capacidade de domínio, editavam dentro de certa regularidade uma mostra pública dramatizada, onde o seu poder aparecia por meio da violência ritualizada.

Eles se juntam lá, às vezes eles brigam entre si, as gangues, eles soltam rasga-latas pra assustar o povo, ficam só rodando, rodando de bicicleta alguns, a maioria de bicicleta e de bonés, parece que eles já vêm fardados, aí rondando, rondando, aí quando dá uma certa hora começa o arrastão, eles saem correndo atrás de todo mundo, tomando celular, bate, agride, eu me sinto assim na São Silvestre, eu não vou menti, um dia desses começou o arrastão que eu saí correndo quando eu olhei pra trás era tanta gente correndo que eu nem acreditei que tinha tanta gente correndo ali naquela praça parecia assim uma maratona. (Frequentador Cris, 18 anos, entrevista realizada em julho de 2006).

Nesse ponto, poder-se-ia refletir sobre a especificidade dessa violência, marcada pelas normas de gênero rompidas para se vivenciar uma forma diferente de ser homem e/ou mulher. Um tipo de violência que atraía um apoio perverso do tipo “prefiro ter uma filha ou filho ladrão ou ladra, do que serem veado. trans ou sapatão”. Assim, muitas famílias da rua Santo Antônio viam os arrastões positivamente, como a última alternativa para afastar os frequentadores/as “incômodos”.

Tem os arrastões. Abençoados! Graças a Deus tem esses arrastões, porque quando não tinha os arrastões elas saíam meia noite uma hora da manhã com a maior balburdia. Como tem os arrastão aí ela é uns pixotes de arrastão menino, menino véi, bem pequeno assim, sabe? Aí bota tudo pra correr e tem de 13, 12 14 anos os meninos (...) Mas bota tudo pra correr, bota mesmo! A gente dá graças a Deus ao arrastão, tanto que a polícia uma vez veio e eu disse: O que é que vocês estão fazendo aqui vão simhora! Porque enquanto a polícia está aqui o arrastão não se manifesta, né! Aí, mas quando a polícia sai, eles mandam brasa! É carreira feia, é carreira feia... (Moradora Antônia, 68 anos entrevista realizada em 12.07.2006)

As falas das/os moradoras/es evidenciam certa aliança simbólica com os arrastões, formando uma forte trincheira disposta a pôr fim

a presença e a sociabilidade LGBTQIA+ da praça. Uma moradora que não apoiava essa aliança confidenciou que houve arrastão encomendado por moradores/as:

É uma maior guerra aí para tirarem eles (jovens LGBTQIA+). Aliás uma senhora que pagou até o arrastão pra maltratar eles, sabe. O arrastão chegava e aí eles corriam, sabe aí eles tomavam o que eles tinham celular, relógio (...) Ela ficou até de mal comigo porque eu nunca acoitei a besteira dela... (Moradora Estela, 72 anos, realizada em 07.07.2006).

Os recorrentes ataques atraíram diversos olhares, além de jornalistas, pesquisadoras/es, artistas, movimentos sociais como o Grupo de resistência Asa Branca – GRAB, Liberdade de Amor entre Mulheres do Ceará- LAMCE, A Marcha das Mulheres Cearenses e intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A partir do segundo semestre de 2006, os arrastões começaram a ocorrer mais cedo, resultando na migração das/os jovens para um espaço privado chamado de “Cafofo do Barão”, boate que recebia menores de idade e que se transformou no novo ponto para estes jovens vivenciarem a sua identidade de gênero e orientação sexual.

Esse processo é importante para que se perceba as dificuldades de uma experiência pública não hegemônica. A visibilidade dessa experiência desencadeia atitudes moralizantes na perspectiva de reconduzir a sociedade para sua “normalidade”.

As experiências vivenciadas por essas/es jovens constituíram um tipo de resistência e reivindicação, considerando a demanda de um espaço onde pudessem se encontrar, independente de suas idades, orientação sexual ou identidade de gênero.

Considerações finais

As diversas sociabilidades e territorialidades urbanas são formas de inscrição no contexto segmentado da cidade. Nessa perspectiva, a pesquisa procurou reconstruir o processo de socialização e territorialização elaborado na praça da Gentilândia entre os anos de 2004 a 2006. Um movimento intensivo e extensivo pertencente a memória fortalezense e realizado por jovens, na maioria adolescentes que se autoidentificavam com a comunidade LGBTQIA+.

Durante três anos, a sociabilidade gerada por jovens LGBTQIA+ tornou-se uma rotina, suas/seus frequentadoras/es através de códigos, símbolos, vivências, promoveram processos de identificação entre si.

Essa sociabilidade tornou-se fator distintivo para ocupação daquela praça. Uma sociabilidade que, aos poucos, estabeleceu uma visibilidade de práticas que rompia com a vida cotidiana da cidade e atraía diversos olhares. As sensações produzidas pela percepção dessa visibilidade traduziram-se de diferentes modos. Muitas se transformaram em violência.

O que incomodava mais na Gentilândia era o seu caráter desviante, que alterava a teia padronizada de um comportamento social e sexual sustentado pelo patriarcado e uma heterossexualidade considerada normal. A linha tênue de convivência entre moradoras/es e frequentadoras/es transformou o lugar em palco de disputas e resistências. Das cenas produzidas, as que mereceram maior destaque, por seu caráter ostensivo, foram as que envolveram atos violentos provocados pela turma dos arrastões.

Os arrastões eram ritualizados por adolescentes que editavam seu domínio e poder através de uma dramatização pública de violência (autorizada pelas/os moradoras/es). O objetivo principal era “assustar” e afastar “viados” e “sapatões” que tinham “invadido” a praça. Uma violência “autorizada” que nos faz refletir sobre sua própria especificidade ligada às normas de gênero que aparecem rompidas para se vivenciar uma forma diferente de ser homem e/ou mulher. Violência que revela o comportamento LGBTQIA+fóbico presente no espaço urbano fortalezense.

Em resposta à violência, algumas iniciativas foram articuladas por movimentos organizados, por grupos independentes e pelo poder público. A intervenção do poder público visava restabelecer a ordem rompida vigiando e disciplinando o espaço na tentativa de recuperar o “sossego social”. Seja como for, independente das formas como foram processadas, essas iniciativas introduziram na agenda da cidade reflexões sobre a sexualidade, como também contribuíram para a para a resistência das/os jovens naquele espaço.

A saída das/os protagonistas dessa pesquisa, impulsionada principalmente pelos ataques ostensivos dos arrastões, pôs fim aos encontros das sextas-feiras na praça da Gentilândia. Um movimento que durou três anos reconfigurou-se em um espaço consentido. Com

isso perdia-se uma territorialidade que questionava a apropriação do espaço público através de práticas transgressoras as “normas” sociais.

As imagens das experiências vivenciadas por aquelas/es jovens compuseram um cenário de resistência e reivindicação na praça da Gentilândia que a memória tratou de guardá-la. Trazer essas memórias à tona é ter consciência da importância da produção de pesquisas que reconstituam a história de luta e resistência do movimento LGBTQIA+ no país.

Referências

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de; CEBALOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (orgs). **A escrita de até: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã: NCCC/SUNY, 2002.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio Grande do Sul: Livraria Francisco Alves, 1980.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoe-rotismo**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal. v. 1. 1985.

GOFFMAN, Erving. Desvios e comportamentos desviantes. In: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MAGNANI, J.G.Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, no. 49, junho de 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PEDROSA, Francisco. Homofobia, políticas de prevenção e respostas sociais à epidemia de AIDS. In: PAIVA, Antônio Cristian Saraiva e VALE, Alexandre Fleming Câmara (orgs.) **Estilísticas da sexualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ EM SITUAÇÃO DE RUA – INVISIBILIZAÇÃO E NÃO RECONHECIMENTO

Nivia Valença Barros

Pós-doutora em Ciências Políticas/UC. Professora PPGPS/ UFF

Joice da Silva Brum

Doutoranda PPGPS/ UFF

Josélia Ferreira dos Reis

Doutora - Política Social PPGPS/ UFF

Ida Cristina Rebello Motta

Doutoranda do PPGPS/ UFF

Resumo

Este trabalho reflete sobre o segmento LGBTI+ que se encontra em situação de rua em nosso contexto societário, seu não reconhecimento enquanto sujeito de direitos e sua constante invisibilização no que concerne a garantia e acesso aos bens e serviços vigentes. O estudo aqui apresentado possui uma articulação com o Projeto Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para as pessoas em situação de rua (PSR), e, nesta pesquisa, buscamos focar sobre as questões referentes ao segmento LGBTI+ em situação de rua. Para isso, iniciamos uma aproximação com a temática, em conjunto com um levantamento bibliográfico em textos pertinentes ao tema dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas. São analisados alguns dados sobre População em Situação de Rua e as legislações vigentes, pois as transformações em curso em nossas sociedades ratificam a importância de se ter um olhar atento para essa realidade. As condições de vida da população LGBTI+ em

situação de rua é grave, pois se somam às violências historicamente perpetradas contra este grupo. No caso dos contextos de rua, tais violências expressam uma situação ainda mais crítica, exigindo uma postura analítica mais atenta e políticas efetivas para seu enfrentamento. Logo, com o intuito de dar maior visibilidade a temática, esta proposta visa reforçar as produções sobre a realidade descrita e embasar estudos e avaliações que possibilitem a construção de políticas públicas para o combate à violência contra a população LGBTI+ em situação de rua.

Palavras-chave: Direitos Humanos, População em situação de rua, Reconhecimento, Violência, LGBTI+.

Introdução

Como pesquisadoras do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal Fluminense (NUDHESC-UFF), as questões relativas a gênero, diversidade sexual, interseccionalidade e violências têm pautado nossos estudos e pesquisas. Neste último ano passamos a compor a pesquisa que se encontra em desenvolvimento “Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população de rua”. E assim, no contexto dessa pesquisa, que tem uma grande amplitude de recortes, buscamos enquanto pesquisadoras, focar de forma mais específica, na população LGBTI+ em situação de rua, trazendo, de forma interseccional – os aspectos gênero, raça e diversidade sexual. Procuramos apresentar aspectos relevantes sobre a população LGBTI+ em situação de rua (PSR), bem como refletir sobre as necessidades dessa população e apresentar proposições que assegurem direitos de cidadania dessa população.

A presença de pessoas em situação de rua é fato tão rotineiro quanto indicativo do nível de desigualdade social existente, além de possuir um longo percurso histórico em nossas cidades. Contudo, em contexto de retração econômica que acirram ainda mais as desigualdades sociais e propiciam as exclusões sociais inerentes ao capitalismo, a permanência de pessoas nas ruas assume uma face ainda mais perversa. Em nosso país, o processo de crescimento da população de rua tem ocorrido de forma avassaladora, demarcando as mais variadas dimensões de vulnerabilidade social, oriundas dessas desigualdades. A população que compõe o grupo é composta por uma diversidade de sujeitos, e o segmento LGBTI+ segue incluída nesta população.

A própria legislação que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua, decreto 7.053/2009, evidencia a heterogeneidade dessa população, definindo a PSR como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Desta forma, estão incluídos os diferentes segmentos populacionais como crianças e adolescentes, famílias, idosos, usuários de drogas, população LGBTI+ (sobretudo travestis e transexuais), pessoas com deficiência, que se encontrem na condição de permanência na rua.

Reflexões sobre a população LGBTI+ em situação de rua

Ao refletirmos sobre a população LGBTI+ em situação de rua nos debruçamos inicialmente em uma abordagem exploratória de base documental relativa aos dados sobre a pessoas em situação de rua de forma mais ampla, e detalhando de forma mais específica, os dados sobre a população LGBTI+ tanto no contexto das ruas como do cenário que antecederam a sua ida para as ruas.

De forma geral, as pessoas em contexto de Situação de Rua compõem um grupo bastante heterogêneo, a sua aparente “invisibilidade” e não reconhecimento social contribui para passar a ideia de cenários comuns, como um grupamento homogêneo, porém, suas vivências e histórias de vida são múltiplas. Mesmo com essa multiplicidade, de forma geral, alguns fatores se destacam para a existência de pessoas em situação de rua: a pobreza extrema, interrupção e/ou fragilidade de vínculos familiares, não possuir local de moradia que atendam aos padrões de sociabilidade tidos como convencionais, dentre outros.

Diferentemente de outras pessoas que se encontram nas ruas, a população LGBTI+, não vivencia somente a pobreza extrema que as leva para as ruas, mas também toda uma série de exclusões sócio familiares aliado à crescente fragilização das políticas públicas voltadas à sua proteção e atenção. As exclusões familiares, escolares, no mercado de trabalho e do poder público têm sido apontadas na literatura pertinente ao tema como os cenários mais perversos para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis. O Estado de São Paulo em 2016 realizou um censo que apresentou o fato de que 10% da PSR recenseada se identificava como não heterossexual. Este foi um panorama expressivo para pensarmos nas pessoas LGBTI+ que se encontram neste contexto.

As práticas de proteção social de iniciativa governamental (diretas ou através de convênios) são ínfimas e não dão conta do avanço da precarização das condições de vida além do solapamento da capacidade de produção de respostas efetivas pelo poder público. Sendo

assim, as iniciativas da sociedade civil via filantropia e movimentos sociais promovem complemento dessas ações, como também denunciavam esta realidade.

O Brasil possui indicadores alarmantes no que se refere a violência contra as pessoas LGBTI+, nas ruas elas estão ainda mais expostas. A pandemia da Covid-19, desnuda uma grave crise sanitária e ressalta a intensificação de uma política socioeconômica que precariza os serviços públicos e as ações de enfrentamento à pobreza. Tal quadro contribui para o crescimento da população em situação de rua, e, de grupos socialmente discriminados como a população LGBTI+. Esta população sofre com as mazelas sociais citadas e os seus segmentos mais empobrecidos, passam também a se deslocar crescentemente para as ruas.

A quebra dos vínculos familiares é o maior indicativo para a população LGBTI+ encontrar-se em situação de rua. E nas ruas reforça-se questões já deficitárias para este segmento como a dificuldade para o atendimento nos serviços de saúde e de assistência social. A interseccionalidade entre classe, raça e gênero é fundamental para entendermos este processo, isto porque a interseccionalidade:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Em termos de legislação não existe uma Lei que contribua para o enfrentamento deste contexto. A Resolução Nº 40, de 13 de outubro de 2020, mesmo apresentando-se somente ao nível de resolução, constitui-se em um grande avanço, ainda mais em um período de fortes retrocessos sociais como o presente momento histórico em que passa o país. É uma resolução abrangente e tem por base as principais diretrizes internacional e nacional no que se refere à defesa dos Direitos

Humanos. Ela inclusive utiliza expressões comumente empregadas pelos movimentos sociais para designar as pessoas LGBTI+.

“Direitos Humanos E LGBTI Art. 131 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis E Intersexos - LGBTI Em Situação De Rua Devem Ter Seus Direitos Humanos Protegidos, Sendo-Lhes Garantida Uma Vida Livre De Violência, Exclusão, Discriminação E Preconceito, Com Respeito Orientação Sexual E Identidade De Gênero. Parágrafo Único: Para Fins Desta Resolução Considera-Se: I - Cisgênero: Pessoa Que Se Identifica Com O Gênero Igual Ao Do Sexo De Nascimento. II - Transgênero: Termo Genérico Que Vale Para Qualquer Pessoa Que Se Identifique Com Um Gênero Diferente Ao Do Sexo De Nascimento, A Exemplo De Homens Trans, Mulheres Trans E Travestis. III - Identidade De Gênero: Forma Como Cada Pessoa Sente Que Ela É Em Relação Ao Gênero Masculino E Feminino. Nem Todas As Pessoas Se Enquadram Na Noção Binária De Homem/Mulher. IV - Orientação Sexual: Forma Como Nos Sentimos Em Relação À Afetividade E Sexualidade. Os Conceitos De Homossexualidade, Bissexualidade, Heterossexualidade E Assexualidade São Os Tipos De Orientação Sexual. Esse Conceito Também É Conhecido Como Orientação Afetivo-Sexual, Uma Vez Que Não Diz Respeito Apenas A Sexo. V - Intersexo: Pessoas Que Nascem Com Qualquer Variação De Caracteres Sexuais, Incluindo Cromossomos, Gônadas E/Ou Órgãos Genitais, Que Fogem Aos Padrões Socialmente Determinados Para Os Sexos Masculino Ou Feminino. Art. 132 As Pessoas Em Situação De Rua Travestis E Transsexuais Devem Ser Tratadas Pelo Pronome De Tratamento Que Desejarem E Ter Seu Nome Social Reconhecido, Caso Solicitem. Também Deve Ser Feito O Uso Dos Espaços Coletivos Separados Por Gênero, Como Banheiros, Vestiários E Alojamentos, Conforme À Sua Identidade De Gênero. (BRASIL, 2020)

O fato de serem identificadas nas ruas como pessoas LGBTI+ é mais um fator de risco. A discriminação ocorre não somente pelas pessoas que não estão nas ruas, mas também pelos próprios moradores de rua. A rua nem sempre absorve da mesma forma a diversidade

presente, assim, as discriminações e violências acabam muitas vezes sendo potencializadas.

Alguns autores destacam as questões familiares como um dos principais aspectos, mas não único, a ser ponderado para a reflexão sobre a população LGBTI+ em situação de rua. Ao pensar neste contexto, com a territorialização focada em Belo Horizonte, Jessie Santos (2018) parte do pressuposto que a discriminação sofrida por esta parcela da população no ambiente familiar seria o principal motivador para a situação de vulnerabilidade social.

Embora seu texto inicie considerando que a situação de rua para LGBTs se dá pela ruptura dos laços familiares e, por isso a pergunta norteadora de seu estudo é justamente sobre o peso do preconceito como elemento principal do fenômeno, o desenvolvimento de sua reflexão mostra que este é um elemento importante, mas que se agrega a outros, principalmente à Questão Social. Assim, tanto os marcadores que pertencem ao LGBTI+, quanto aqueles referentes ao universo das pessoas em situação de rua, em geral se fazem presentes, e têm na desigualdade social, nas questões voltadas à empregabilidade e ao desemprego massivo, além do acesso às políticas sociais, um conjunto de elementos que configuram a situação de rua.

Em Belo Horizonte, não há uma diferença do resto do país no que tange à violência contra a população LGBTI+, fazendo com que a situação de rua potencialize a vulnerabilidade destes grupos, e não obstante, o avanço dos movimentos LGBTI+ na busca do reconhecimento de direitos e do fim da violência contra este segmento.

Ricardo Machado (2015) se propõe a identificar os principais dilemas sofridos por indivíduos LGBTI+ no município do Rio de Janeiro. Identificando o grupo como complexo, Machado também atribui a este grupo a característica de atraente para estudos nas ciências sociais.

Ambos, Jessie Santos e Ricardo Machado, destacam os infortúnios das pessoas LGBTI+ em situação de rua advinda de um conjunto de desvantagens que se expressam no sistema capitalista, a começar pelo preconceito que potencializa desigualdades, o desemprego, a violência e a pobreza. Assim, as questões de gênero são atravessadas por questões de classe e de raça que aprofundam a vulnerabilidade destes grupos (MACHADO, 2015, p.59).

Ainda segundo o autor, entre os principais elementos que atravessam as trajetórias do segmento LGBTI+, a ausência da família constitui-se como um fator preponderante de risco social, seguido

diretamente pelos problemas de saúde (HIV, tuberculose, doenças mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas), o que demanda ações e políticas mais efetivas para garantia de atendimento, acolhimento e proteção especializada a estes grupos onde muitos possuem qualificação e escolaridade. Para Machado (2015), é preciso investir na capacitação e qualificação destas pessoas, assim como é necessário romper com a discriminação, de forma que as PSR sejam recebidas pelas empresas independente de sua performance de gênero.

Ainda com relação às políticas, Ricardo Machado (2015) sinaliza que a condição de gênero destes grupos é colocada como pano de fundo nos documentos produzidos sobre os mesmos pelas equipes técnicas, e por este motivo, acabam não sendo assimiladas como objeto de intervenção, ou simplesmente são ignoradas no tratamento da demanda, como no caso da elaboração de documentos, que consiste em um elemento chave para exercício da cidadania. Assim, tanto a escuta, quanto os encaminhamentos acabam não considerando as necessidades específicas deste grupo, o que pode impactar por exemplo, na reinserção socioeconômica via mercado de trabalho.

Considerações finais

As reflexões produzidas até o momento apontam para especificidades relacionadas ao segmento LGBTQ+ ressaltando sua vulnerabilidade dentro do universo das pessoas que vivem em situação de rua, com uma potencialização da exposição à violência. O que ressalta a urgência na implementação de políticas sociais que articuladas à produção de conhecimento sobre a realidade da população atendida permitam uma proteção social eficaz e emancipatória. O não-reconhecimento da diversidade sexual e das identidades inerentes a população LGBTQ+ contribui para sua invisibilidade enquanto sujeito de direitos e para naturalizar as violências vivenciadas. A consolidação de políticas sociais para este segmento constitui-se em um fator imprescindível para a sua real inserção em todas as esferas de sociabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), ao Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio.

Referências

BRASIL. Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023,que%20lhe%20confere%20o%20art.> . Acesso em: 14/04/2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Monitoramento SAGI: Série Relatos de Casos - População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?. Brasília/DF, n.2. 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf>. Acesso em: 14/04/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 14/04/2021.

BRASIL. Resolução Nº 40, de 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284> Acesso em 14/04/2021

CAMPOS, D. A. de; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe 8, p. 79-90, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300079&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13/04/2021.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Resolução 40/2020. Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira. Brasília, DF. Publicada em: 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf>. Acesso em: 14/04/2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em 03/02/2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. DPU sedia seminário sobre direitos de pessoas em situação de rua e catadores. **Jusbrasil**, 2018. Disponível em: <<https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/469575877/dpu-sedia-seminario-sobre-direitos-de-pessoas-em-situacao-de-rua-e-catadores>>. Acesso em: 14/04/2021.

MACHADO, R. W. G. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. **Revista EDUC**, Faculdade de Duque de Caxias, Vol. 01, n. 03. p. 57-67, Jan./Jun. 2015. Disponível em <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608_150422.pdf>. Acesso em: 13/04/2021.

MEDEIROS, Lis Paiva de; AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; NOBRE, Maria Teresa. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-16, abr. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 /04/2021.

SANTOS, J. F. O público LGBT em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte. *In*: ENPESS, 16, 2018, Espírito Santos: **Anais eletrônicos...** Vitória, 2018. p. 1 - Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23488/16191>. Acesso em: 14/04/2021.

O ÓDIO E SEUS DESTINOS EM BACURAU: UMA ALEGORIA PARA O ATUAL CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL

Guilherme Wellington Teixeira de Lima

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e-mail: guilhermelimatl@gmail.com;

Gabriella Dupim

Psicanalista. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE-Garanhuns). Professora Adjunta Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise de Orientação Lacaniana – LAPSO (UFCG/CNPq). Pós-doutoranda em Psychopathologie et Psychanalyse - Université Rennes 2. Doctère Psychologie Université Rennes 2. Doutora em Psicologia UFRJ. Mestre em Psicologia UFRJ. E-mail: gabidupim@gmail.com;

Leonídia Aparecida Pereira da Silva

Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Saúde da Criança pela Residência Multiprofissional em Saúde da Criança (REMUSC/SES-PB) e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e-mail: leonidiapereira1@gmail.com;

Resumo

Ódio ao imigrante, políticas de segregação, ataques a grupos minoritários e historicamente marginalizados, estes são alguns recortes de realidade com os quais nos deparamos na atualidade. Ao mesmo tempo em que os processos de luta e de mobilização social garantiram acesso aos direitos humanos àqueles outrora excluídos, notamos um recrudescimento da violência através de certo empuxo ao que pode ser denominado como ódio à alteridade. Ressalta-se que essa aversão a diversidade não é exclusividade de nossa época, mas é preciso refletir

e tecer considerações sobre os destinos deste afeto na contemporaneidade. Frente a isto, pretende-se discutir o afeto do ódio ao Outro à luz da psicanálise, nos servindo do filme Bacurau, como uma alegoria do atual cenário político- social.

Palavras-chave: Ódio, Violência, Afeto, Bacurau, Psicanálise.

Introdução

O filme Bacurau, dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, premiado no festival de Cannes 2019 como melhor filme estrangeiro, nos causa uma série de reflexões acerca dos destinos do ódio na contemporaneidade. O roteiro do filme começou a ser escrito em 2010 e de certa forma adquire hoje, ares de clari-vidência, se considerarmos o recrudescimento da violência a grupos minoritários e historicamente marginalizados.

A trama se desenrola em Bacurau, cidade que dá nome ao filme, cravada nos confins de um Brasil profundo. Já na primeira cena, o velório de Dona Carmelita, uma senhora negra de 94 anos, uma das primeiras moradoras da cidade provoca certo impacto. No velório, nos surpreende a fala contundente de Plínio, professor e filho de Dona Carmelita que *in memoriam* de sua mãe, ressalta a diversidade de pessoas que ela gerou: de pedreiro a cientista, professor, médico, arquiteto, Michê e puta, mas nenhum ladrão. Se considerarmos o filme como uma alegoria, a composição familiar de Dona Carmelita reflete em algumas facetas a heterogeneidade do povo brasileiro.

Alguns dias após o velório, estranhos eventos, sem aparente causa e conexão, acontecem no vilarejo. Na escola, enquanto Plínio ensina as crianças a localização geográfica de Bacurau no Brasil, este se surpreende ao constatar que a cidade não mais se encontrava nos mapas digitais. Na rua, um caminhão pipa, responsável pelo fornecimento de água na cidade, surge completamente vazio, todo furado por tiros de bala. Outros acontecimentos pouco usuais como a chegada de forasteiros de moto aparentemente perdidos, o bloqueio dos meios de comunicação e misteriosos assassinatos provocam perplexidade na população. Diante deste cenário de horror, os moradores de Bacurau se reúnem e traçam estratégias para se defender, procurando desvendar o enigma para tais ataques. Em outra cena, em um casebre, nos limites fora da cidade, um grupo de estrangeiros, americanos, europeus, além de um casal de brasileiros do sudeste, recebem instruções por uma voz que ouvem a partir de auriculares. A voz imperativa comanda para que cada personagem, com sua arma de fogo *vintage*, ataque os moradores de Bacurau, aos moldes de um *reality game* de caça.

A que voz áfona obedece às massas? Tal qual a distopia do filme a contemporaneidade está marcada por fortes movimentos de

segregação e violência que parecem ter como origem comum o ódio à alteridade, àqueles que representam o diferente. Não somente no Brasil, o retorno à governança de figuras políticas que manifestam em seu discurso ataques a grupos minoritários, tais como negros, indígenas, mulheres e a população LGBT+ tem sido uma constante. Em esfera mais global como nos Estados Unidos e na Europa, discursos anti-imigrantistas tomam a cena política em campanhas eleitorais e políticas públicas. Tal cenário nos permite pensar o lugar do Outro não semelhante na sociedade e o afeto do ódio que muitas vezes por meio de atos violentos se apresenta como única resposta.

Metodologia

Diante do exposto, pretendemos discutir os destinos do afeto do ódio dirigido ao Outro, a partir do referencial teórico-clínico da psicanálise. Para tal, pretendemos nos valer do renomado filme brasileiro *Bacurau*, como uma alegoria para o atual cenário político-social. A escolha do filme justifica-se pela relevância do enredo enquanto potencial de representatividade das relações de ódio e violência à diversidade.

Ressalta-se que para aquele que analisa e interpreta um filme, o conteúdo da trama não é alcançado de imediato e tão pouco se apresenta com um sentido único e fechado, se construindo durante o percurso da própria análise. Nesta perspectiva, se intenciona identificar as partes que compõem a trama apresentada, buscando estabelecer ilações e alcançar percepções a respeito dela. Desse modo, o filme é tomado como o ponto de partida e o ponto de chegada para a discussão proposta (AUMONT; MARIE, 2013).

Referencial teórico

Como aporte teórico para análise do filme, tomamos como referência as contribuições da psicanálise, em particular as contribuições, no que concerne à questão do afeto do ódio à alteridade, em autores como Sigmund Freud, Jacques Lacan e Jacques-Alain Miller.

Destacamos que pensar a dimensão do afeto do ódio dirigido ao Outro, é uma questão que se faz presente na história da psicanálise desde Freud. Ao nos debruçarmos sobre sua obra encontramos distintos momentos em que o autor tece considerações sobre o afeto

do ódio. Em seu texto intitulado *Por que a guerra?* (FREUD, 1932), o mesmo busca responder à questão formulada por Einstein por meio de uma correspondência, se seria possível livrar o homem “das psicosses do ódio e da violência” (p. 25). Como dado histórico, gostaríamos de salientar que o próprio Freud foi alvo do que concernimos como ódio à diversidade étnica, tendo que fugir para Londres com sua família de origem judaica durante a Alemanha nazista.

Neste trabalho nos servimos de outros dois escritos de Freud que aportam subsídios para a presente discussão. Em *As pulsões e seus destinos* (FREUD, 1856-1939) o autor investiga os mecanismos de formação do Eu a partir da figura do bebê, que inicialmente não possui um Eu consolidado. Para a psicanálise, o processo de constituição narcísica do Eu enquanto unidade é perpassada pela diferenciação entre o corpo próprio e o mundo externo. É a partir das experiências de satisfação em contraste com as de desprazer sofridas pelo pequeno infante que surge o movimento de incorporação e rejeição do Eu. No psiquismo aquilo que é vivenciado como prazeroso mesmo a nível externo é incorporado ao Eu, enquanto que as experiências desprazerosas são atribuídas ao mundo externo. Neste sentido, podemos pressupor o ódio como um afeto ligado ao mecanismo de rejeição, como forma do sujeito se separar daquilo que lhe é percebido como negativo, tanto a nível externo, quanto interno.

Outra importante referência, o texto de Freud (1919) intitulado *O Infamiliar* nos permite pensar o fenômeno do estranhamento inerente ao humano, a partir da manifestação da angústia e do horror. O autor aborda a própria palavra, *unheimlich* (Infamiliar), expressão alemã, que denotaria o oposto a *heimlich* (familiar) para expressar que o angustiante, o aterrorizante seria aquilo que não é reconhecido como familiar (FREUD, 1919). O infamiliar seria tudo aquilo que deveria permanecer oculto, mas devido a alguma contingência emergiu, não sendo reconhecido pelo Eu. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica tem razão ao afirmar que todo afeto de uma moção de sentimento, de qualquer espécie, transforma-se em angústia por meio do recalque, entre os casos que provocam angústia deve haver então um grupo no qual se mostra que esse angustiante é algo recalcado que retorna. Essa espécie de angustia seria então o infamiliar e, nesse caso, seria indiferente se ele

mesmo era, originalmente, angustiante ou se carregava algum outro afeto consigo (FREUD, 1919, p.85).

Assim, o infamiliar seria de certa forma, um tipo de familiar que remeteria a algo que deveria permanecer oculto, mas que veio à tona inesperadamente. O que esse sentimento sinalizaria? Para Freud (1919) essa sensação de infamiliaridade articula-se aos complexos infantis recalcados, que podem ser revividos em momento posterior por algum fato que desperte a mesma sensação da infância. Estas impressões podem estar associadas às crenças primitivas que embora superadas, aparecem novamente confirmando o material recalcado.

A título de exemplo desse fenômeno, tomamos a história fantástica *O homem da Areia*, escrito por Ernst Theodor Amadeus Hoffmann que inspirou Freud. A história gira em torno de Natanael, o protagonista que conta, desesperado, ao seu amigo Lothar sobre um medo aterrorizante que tomou conta de sua infância. Natanael crê que o tal homem da areia, personagem de histórias infantis, assustador por ter a fama de roubar olhos, o visitou recentemente, através de um vendedor de lunetas chamado Coppola.

Ao analisar a história, Freud (1919) explicita que Natanael desperta esse temor, frente ao vendedor de lunetas, Coppola, por que algo em sua percepção reaviva as antigas crenças infantis, há muito tempo esquecidas. Há nesse estranhamento ao diferente, o reconhecimento de algo do sujeito que desperta tal sentimento. A diferença como aquilo que pode indicar algo do horror para o sujeito. Haveria a princípio, na imagem do infamiliar, do outro estranho, no qual não nos reconhecemos uma origem familiar que seria a “sutura para essa indeterminação primária” (DUNKER, 2019).

Nesse sentido, pensamos a partir do aporte de Freud (1919) que em certa medida o afeto do ódio destinado ao estrangeiro, como observamos em Bacurau, poderia ter como origem psíquica o sentimento de infamiliaridade. Ao não reconhecer enquanto próprio ao sujeito algo de sua divisão subjetiva proveniente do conflito psíquico de ideias recalcadas projeta-se no outro exterior esse afeto. A respeito do afeto do ódio àquele que representa a diversidade, Miller (2016) nos indica que se trata de um reconhecimento de algo do próprio sujeito nesse Outro. O ódio assim surgiria justamente devido a uma não aceitação por parte do sujeito de um modo de gozo Outro em si.

Salientamos que o conceito de gozo utilizado aqui por Miller, foi cunhado por Lacan numa tentativa de dar conta, de certa inadequação

da linguagem simbólica. Uma vez que certas experiências que podem ser experienciadas como prazerosas a nível consciente, podem ser percebidas num nível inconsciente como desprazerosas, assim como, aquilo percebido num nível inconsciente como prazeroso, pode ser tomada na consciência como desprazeroso. Desse modo o conceito de gozo abarcaria essa ambiguidade vivida pelo próprio sujeito.

Resultados e discussão

Ao lançarmos um olhar sobre obra cinematográfica de Bacurau, ficamos intrigados com a cumplicidade que mantém os laços sociais entre os moradores apesar de sua diversidade. Parece haver um respeito pelos modos de vida e existir particulares a cada um, ainda que haja discordâncias. Como exemplo, tomamos o personagem do professor Plínio, que demonstra não aceitar muito bem os crimes cometidos por Pacote, nem os rumos que Lunga tomou para sua vida. Ainda assim, parece haver respeito mútuo e um pacto indizível sobre as escolhas e identidades singulares.

Dito isto, é no mínimo peculiar que tal cidade, com tais características seja eleita como alvo de ataque por parte de estrangeiros. Uma cidade já de certo modo isolada geograficamente, que passa por dificuldades de acesso básico como água potável, vacinas e outros insumos médicos. Por conta disso, o prefeito Tony Jr é alvo de hostilidade por grande parte da população, que se indigna com o descaso do governante em relação às necessidades dos habitantes. Este sentimento é fortalecido com ações subsidiadas pela prefeitura, como a doação de livros, jogados como lixo por um caminhão, distribuição de alimentos com prazo de validade vencido e medicações inibidoras do humor. Curioso que essas ações são interpretadas pelo prefeito como sinal de investimento na cidade, tendo na verdade como pano de fundo sua reeleição, funcionando na realidade como um *cala a boca* a população.

Mesmo com o descaso da prefeitura, frente à precariedade em que vivem, os moradores se organizam, selecionam e compartilham o que poderia ser aproveitado. O professor Plínio se destaca como figura de liderança e indica como critério de distribuição dos alimentos a consciência solidária e as necessidades de cada família, sugerindo que cada uma escolhesse o que precisava. Em relação aos livros, decidiriam coletivamente os de maior relevância e que estes ficariam

disponíveis a todos na biblioteca da escola municipal. Outra personagem, Domingas enfatiza cautela em relação ao uso dos medicamentos doados. Em especial o psicotrópico inibidor de humor e comportamento que estaria disfarçado de analgésico, mas, no entanto pode fazer mal, vicia e deixa a pessoa lesa, nas palavras da mesma. Nesta cena fica evidente que embora Plínio e Domingas apareçam como protagonistas, as decisões não são tomadas pelos mesmos de forma autoritária, mas compartilhadas com todos, inclusive em relação ao uso da medicação, que apesar da advertência sobre os malefícios, fica a critério de cada um toma-lo ou não.

Ressaltamos a relevância do filme ao evidenciarmos dois destinos distintos ao lugar da diversidade no social. Ao mesmo tempo em que os habitantes de Bacurau convivem de forma pacífica apesar das diferenças individuais, esta não é tomada como objeto de segregação e violência. Como veremos o mesmo não ocorre se analisarmos outro cenário do filme, os forasteiros que invadem e atacam a cidade. Um dos primeiros atos do grupo é retirar Bacurau do sistema GPS de mapas, nos indicando o que estava por vir com a tentativa de erradicar de forma hedionda a cidade com seus moradores. Em outra cena, um *drone* disfarçado de disco voador sobrevoa Bacurau, a fim de levantar informações sobre o relevo da cidade visando à organização do ataque. Talvez uma aposta na possível ignorância por parte da população, o que é logo descartado, pois Damiano, um dos moradores que é observado pelo dispositivo, afirma se tratar de um *drone*, que os olha.

No desenrolar do filme, outras tomadas como a aparição de um caminhão pipa, responsável pelo fornecimento de água, todo furado por balas de tiros e a misteriosa chegada de dois forasteiros de moto, que cortam a rede de comunicação da cidade com o exterior vão consolidando o cenário de ataque a Bacurau. Posteriormente é revelado que tais forasteiros, também brasileiros, estão contribuindo com os estrangeiros exterminadores. Já na chegada a cidade matam dois moradores a sangue frio que teriam testemunhado o assassinato de outras pessoas numa fazenda no entorno de Bacurau que servia de sede para os estrangeiros.

Ao observarmos o núcleo do filme dos estrangeiros e dos forasteiros notamos reiteradamente marcas de segregação e ódio à diversidade. Isso fica evidente em várias cenas como em uma espécie de reunião na casa-sede em que são discutidas as próximas ações

de ataque a Bacurau. Nesta ocasião, o casal de forasteiros é questionado pelos estrangeiros o motivo de terem matado dois moradores de Bacurau sem o consentimento da voz de comando. Em um primeiro momento lhes é perguntado se as pessoas que foram assassinadas eram amigos deles, uma vez que eram brasileiros assim como eles. Os forasteiros respondem que não atiram em amigos, que eles são diferentes, provenientes de outra região do Brasil, no sul, que teve forte influência germânica e italiana em sua colonização. A origem dos forasteiros, do sul, assegura para eles sua semelhança como os estrangeiros e diferença dos locais. Esse momento do filme é muito interessante, pois apresenta uma forte tensão evidenciada a partir de uma discussão ética sobre quem teria direito a viver ou morrer segundo as regras do grupo de estrangeiros que pregam o ódio e segregação a diversidade.

A cena atinge seu clímax quando o personagem Chris afirma: “você não são como a gente, você não são brancos”. Quando questionados mais diretamente do porquê de terem matado os dois moradores, os mesmos justificam que foi para ajudar o grupo, que fizeram o mesmo que os estrangeiros fizeram. Tal resposta é prontamente rebatida por Michael, que assevera a culpabilidade dos forasteiros por terem assassinado pessoas de seu próprio povo. Outra personagem estrangeira, Julia acrescenta que o casal foi contratado para servi-los e não para roubar os bônus das mortes deles. Logo após essa discussão, uma voz que comanda desde os auriculares ordena que se cumpra a execução dos forasteiros.

A análise do grupo de estrangeiros nos faz questionar sobre o que os une enquanto equipe, no mesmo time, de um jogo macabro de caça e execução de outras pessoas diferentes deles. Freud (1921) nos indica no texto intitulado, *Psicologia das massas e análise do eu*, que os fenômenos de identificação são imprescindíveis para a formação de grupo. Esta identificação está presente quando diferentes indivíduos percebem uma característica, uma qualidade em comum, responsável pela constituição de um grupo. Como exemplo, Freud (1921) cita a igreja, no qual o que une as pessoas é a fé cristã, além da crença no amor de Cristo. Essa crença se sustenta em dois axiomas, o de que Cristo ama a todos igualmente e de que assim como ele, a partir da identificação, os cristãos devem amar seus semelhantes como Cristo os amou (FREUD, 1921). Desse modo, o amor seria uma das fontes primordiais de identificação em um grupo. Assim nos perguntamos

que traço de identificação uniria a confraria de estrangeiros, uma vez que claramente não seria o amor.

A marca do núcleo de estrangeiros parece ser a hostilidade e a agressividade, presentificada em cada reunião e discussão sobre diferentes pontos de vista e atitudes. Isso fica evidente logo após a execução dos estrangeiros na sala em que estavam reunidos, no qual o personagem Joshua demonstra seu incômodo ao nomear como *enrolação* à discussão sobre os critérios para execução dos moradores de Bacurau. Joshua os lembra que estão ali exclusivamente pelo *body count*, pelo jogo de contagem de corpos abatidos e que as ferramentas necessárias a execução do objetivo já está em mãos.

Em outra cena, Terry e Michael, denunciam aos demais que Joshua havia matado uma criança. Curioso que ao ser questionado, Joshua não se apresenta afetado com o fato, justificando em tom sarcástico que fez o que devia ser feito. A discussão é interrompida com uma voz que ressoa nos auriculares de todos assegurando que o assassinato da criança foi válido e contabilizado. O comando de voz não faz calar Terry que vocifera suas indignações acusando Michael de *nazi*. Esta denúncia o deixa profundamente irritado, levando-o a passagem ao ato destinando um tiro no tórax de Terry, que felizmente usava um colete aprova de balas. A atitude de Michael provoca perplexidade nos demais, revelando que mesmo identificados por uma causa, a matança, a intolerância a divergência tem como destino o ódio dentro do próprio grupo. Os destinos do ódio apresentam como ponto culminante, já nas cenas finais do filme, durante o confronto com os moradores de Bacurau, Michael atirando e matando outros membros do grupo de estrangeiros.

Na perspectiva dos fenômenos de identificação proposto por Freud (1921), não é alguma ideia, traço, missão ou sonho que comungam o grupo de estrangeiros no filme Bacurau. Não notamos nada que possamos referendar a algo de uma ordem simbólica, mas quem sabe algo da pulsão de morte. Partindo das contribuições de Miller (2016) ao analisar os fenômenos de identificação de jovens extremistas islâmicos, o autor indica que parece haver algo do gozo particular de cada um que os reúne, ressoando no corpo próprio. O conceito de gozo em Lacan é vasto e está atribuído a outros conceitos a depender do momento de seu ensino que foi atrelado. Para seguirmos nossa discussão nos servimos de Lacan (1971-1973) no momento em que propõe as fórmulas da sexualização como modelo teórico de diferentes modos de gozo.

Nesta vertente haveria um funcionamento de gozo nomeado com masculino, fálico, e outro como feminino, não-todo fálico, que nada tem a ver com o binarismo biológico do sexo, homem-mulher nem com o conceito de gênero tal qual entendido no social uma vez que ambos os modos de gozo podem ser experimentados de forma contingente por qualquer pessoa. De um lado das fórmulas da sexualização temos o gozo fálico, todo, submetido inteiramente a função fálica, tendo caráter significante, quer dizer revestido pela linguagem enquanto ordem simbólica. Do outro lado do quadro, temos o gozo não-todo fálico, uma vez que não estaria submetido totalmente à função fálica. O gozo não-todo, também chamado gozo Outro, escapa a significação, está fora-do-sentido, da ordem simbólica, e não é possível de ser dito, uma vez que se experimenta no corpo. Neste sentido, é por meio do gozo fálico, que se é possível haver identificações, dada a natureza significante desse modo de gozo. Assim, concordamos com a hipótese de Caldas (2016) de que a violência e a segregação surgem como defesa frente a qualquer outro modo de gozo que diverge do modo fálico, podendo estar encarnado em diferentes figuras, como: a mulher, o negro, o transexual ou o imigrante.

Retomando a cena do filme em que os estrangeiros se apresentam e falam um pouco de si e de suas motivações para entrarem no *game*, surge um fetiche em comum por armas de fogo antigas. Outro traço relevante aparece quando Terry confidencia sobre sua motivação de estar ali após a frustração vivida por um divórcio e a necessidade de descontar o mal-estar em outros. Num primeiro momento o personagem conjectura em descontar seu ódio na própria ex-esposa. Dado a impossibilidade de concretizar o assassinato da mesma, cogita um ataque a um local público. No entanto, antes de passar ao ato, toma conhecimento da existência desse grupo que tem como objetivo se reunir para matar outras pessoas. Ao analisarmos o discurso do personagem Terry, podemos inferir que ele projeta no outro seu mal-estar, e que este poderia ser extirpado eliminando esse outro. Notamos assim, elementos que justificam a identificação dos membros do grupo com um modo de gozo compartilhado de ódio e violência ao infamiliar.

Ao considerarmos o processo de constituição do sujeito, como já apontado anteriormente, a partir do campo do Outro, podemos compreender que o próprio corpo está sempre em condição de estrangeiridade para si. Desse modo, o sentimento de infamiliaridade ante um estranho, é tão somente a percepção em algum nível, desse Outro

no próprio sujeito, é pensar o estrangeiro como o próprio gozo. Nas palavras Miller (2016, p. 5):

Se o problema tem o ar de insolúvel, é porque o Outro é Outro dentro de mim mesmo. A raiz do racismo é o ódio de meu próprio gozo. Não há outra raiz a não ser essa. Se o Outro está no interior de mim mesmo em posição de extimidade, trata-se igualmente de meu próprio ódio.

É por não reconhecer este gozo Outro, suplementar, em si que o sujeito projeta na figura de um outro aquilo ao qual não pode se haver. Desse modo, concordamos com Caldas (2016) que alguns grupos se constituíam a partir de um modo de gozo compartilhado, de um traço de identificação, que visaria combater esse gozo Outro inassimilável e recusado pelo próprio sujeito.

Nesta perspectiva, o filme Bacurau nos ensina sobre distintas formas de enlaçamento com o Outro, que representa uma diversidade, desde o fatal destino do ódio, tal qual incarna os estrangeiros, bem como um tratamento via inclusão, como no caso dos habitantes do município. Miller (2016) afere que o discurso universalizante propagado pela ciência, em prol de uma generalização estatística acaba por desconsiderar a diferença, e que justamente o rechaço a alteridade, pode desencadear muitas vezes reações violentas. Como consequência disso, elencamos o forte retorno de movimentos retrógrados, como os de supremacistas brancos, movimentos contra as causas LGBT, de violência contra a mulher, etc.

É possível que a questão referente ao afeto do ódio seja a de que o seu destino à violência ao Outro, passe por esse ponto já debatido, do não reconhecimento, desse Outro em si. Quando a consequência da diferença é a segregação, a violência torna-se ela própria um signo de diferenciação, em relação a este Outro, fomentando ainda mais políticas segregatórias. No entanto, se pensarmos a questão da alteridade pela via do desejo, tal diferença pode tomar outros contornos, como a aquisição de valor (CALDAS, 2016). Uma saída possível ao ódio à alteridade seria, portanto introduzir uma escansão nesse modo de gozo fálico auto-erótico dirigido ao Outro, não enquanto aquele que usurpa seu gozo, mas enquanto marca de desejo, na diferença, que se caracteriza por desejo de outra coisa.

Nesse sentido, a resposta da população de Bacurau, poderia ser entendida como uma negativa frente a um discurso de violência, que

os colocam num lugar de objeto de gozo do Outro como corpos matáveis, autorizado simbolicamente com o descaso do prefeito da cidade. No entanto, para nós, a réplica dos moradores pode ser entendida como uma recusa a este discurso opressor, manifestado também pela violência, mas como um ato subversivo, de resistência frente a uma não aceitação do discurso desse Outro.

Considerações finais

Por fim, Bacurau de certo modo, explicita que, por mais que o ódio, afeto inerente a condição humana, presente ao longo de toda a história, mude de alvo conforme os discursos vigentes, na atualidade adquire contornos de segregação e violência a diversidade étnico-racial. Se no passado a violência a outros povos tinham como motivação uma ideologia simbólica, seja a partir de ideais de colonização, extração de recursos, progresso ou instauração de democracias, a violência aos moradores de Bacurau atendem a outros comandos.

Ao colocar em tela um grupo de estrangeiros que matam pessoas de outro país, tendo como fim o próprio ato de matar, observamos que o que está em jogo, tal qual muitas vezes observamos no atual contexto político-social, é um modo de gozo mortífero compartilhado.

A análise do filme Bacurau a luz do referencial teórico da psicanálise nos permite lançar um novo olhar sobre as manifestações do ódio a partir de múltiplas formas de violência a diversidade que aparecem na contemporaneidade. A psicanálise nos fornece subsídios para pensar formas alternativas de tratamento a alteridade que não passam em colocar o outro no lugar de objeto de gozo, mas pela via do desejo, signo de valor, convocando cada sujeito a se responsabilizar pelo infamiliar do gozo que o habita.

Referências

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Armand Colin, 2013.

CALDAS, H. Segregação, violência e errância. In: Errâncias. adolescências e outras estações. Belo Horizonte: Editora EBP, 2016. p. 125-135.

DUNKER, I. L. Oniropolítica: alegorias da violência no Brasil contemporâneo. Blog da Boitempo, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/10/07/oniropolitica-alegorias-da-violencia-no-brasilcontemporaneo/>>. Acesso em: 25 Outubro 2019.

FREUD, S. Por que a guerra? (1933 [1932]) (Einstein e Freud). In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1996. p. 191-208.

FREUD, S. Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra? / apresentação de Deisy de Freitas Lima Ventura, Ricardo Antônio Silva Seitenfus. Santa Maria: FADISMA, 2005.

FREUD, S. PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU (1921). In: FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, v. 15, 2011. p. 13-114.

FREUD, S. **As pulsões e seus destinos**. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. 1. ed. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FREUD, S. **O infamiliar e outros escritos / Sigmund Freud ; seguido de O homem de areia / E.T.A. Hoffmann**. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LACAN, J. **O Seminário, livro 20: mais ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1972-1973].

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1949]. p. 96-103.

MILLER, J.-A. Em direção à adolescência. In: CALDAS, H. []. **Errâncias, adolescências e outras estações**. Belo Horizonte: Editora EBP, 2016. p. 19-33.

MILLER, J.-A. Racismo e extimidade. **Derivas analíticas, Revista Digital de Psicanálise e Cultura da Escola Brasileira de Psicanálise**, Minas Gerais, n. 4, Maio 2016.